00100.092222/2022-36

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. A AO Nº 116, TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton Rocha (-)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2022 7

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2022 19

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2022 32

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 51

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2022 90

2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2022 106

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022 154

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 186

3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2022 202

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2022 253

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2022 290

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2022 320

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 351

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2022 374

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2022 404

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2022 456

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2022 468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092222/2022-36

4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2022 481

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2022 497

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2022 564

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2022 593

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2022 624

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2022 628

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2022 638

5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2022 642

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2022 692

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2022 723

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2022 770

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2022 801

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2022 830

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2022 846

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2022 895

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2022 929

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2022 945

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2022 956

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2022 999

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2022 1020

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2022 1058

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2022 1064

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de junho de 2022 1080

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2022 1129

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de junho de 2022 1166

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2022 1198

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de junho de 2022 1242

7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2022 1253

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2022 1316

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2022 1363

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2022 1365

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 1366

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2022 1373

8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2022 1390

9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2022 1402

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2022 1426

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2022 1506

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 1540

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2022 1607

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2022 1670

10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2022 1695

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2022 1714

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 1740

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2022 1744

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2022 1766

11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2022 1789

Ata da 3ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2022 1830

Ata da 4ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2022 1841

12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022 1879

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022 1917

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2022 1948

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2022 1990

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2022 2013

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 2053

Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de junho de 2022 (realizada em conjunto com a 27ª Reunião da CDH)**(Vide item 5)**

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2022 2083

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2022 2102

13 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 2145

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Giordano, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Fabio Garcia, Marcio Bittar, Carlos Portinho, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2128, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a fim de fixar os requisitos para a dispensa de registro e a internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 106, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 25-B na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prever a possibilidade de escolha por parte do agricultor fazer a opção pelo recolhimento da contribuição para a seguridade social, que incidirá sobre a receita bruta ou sobre a folha de salários." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 31, de 2010** que: "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 5 - PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática “Reforma Tributária para garantir maior justiça social”, para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 44, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 4552/2020, que "insere artigo nas Disposições Finais e Transitórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir, nas condições que especifica, o parcelamento de dívidas trabalhistas em execução judicial, em função dos problemas causados pela emergência de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020" sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Federação dos transportadores rodoviários de carga de Santa Catarina - Fetrancesc; Representante da Confederação Nacional dos Transportes - CNT." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 46, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 39/2022 sejam incluídos os seguintes convidados: representante Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região – Seeb/SP; representante Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 45, de 2022** que: "Requer a realização de reunião com a presença do Sr. PAULO REBELLO, Diretor-Presidente da ANS, para prestação de contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em especial para justificar ao povo brasileiro a autorização de reajuste absurdo de 15,5% nos planos de saúde em decisão publicada no DOU de 27 de maio de 2022." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/31

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Cópia do Ofício nº 11/2022, da Câmara Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, o qual solicita apoio para que sejam nomeados os candidatos aprovados em concurso da Caixa Econômica Federal, a fim de recompor o quadro de servidores das agências do município;

– Cópia do Ofício nº 1.308/2021, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o qual encaminha moção de apelo para que seja aprovado o Projeto de Lei nº 1.861, de 2019, que dispõe sobre o tratamento fisioterápico por eletroestimulação de pacientes com mielomeningocele do Sistema Único de Saúde, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados;

– Cópia de documentos da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, da Câmara Municipal de Jardim, Mato Grosso do Sul, e da Câmara Municipal de Conceição dos Ouros, Minas Gerais, os quais manifestam apoio para que seja aprovado o Projeto de Lei nº 1.126, de 2021, que equipara as atividades e define piso salarial dos agentes de vigilância sanitária, agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

Queremos registrar aqui a presença de dois ilustres Senadores: o nosso querido amigo Zequinha Marinho e o nosso querido amigo Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lá do Pará. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Da Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador, eu vou só ler aqui o item 7...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – ... que já estava aqui engatilhado e, inclusive, é de sua autoria. (*Pausa.*)

Dá para votar, não é? Já temos o quórum de 11 Parlamentares. Vamos votar.

A nossa assessoria aqui comunica que V. Exa. ia pedir uma inversão de pauta, mas a eficiência aqui da nossa Comissão já fez a inversão. Já vamos ler aqui o seu requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Vamos ao item.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 44, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 4552/2020, que "insere artigo nas Disposições Finais e Transitórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir, nas condições que especifica, o parcelamento de dívidas trabalhistas em execução judicial, em função dos problemas causados pela emergência de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020" sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Federação dos transportadores rodoviários de carga de Santa Catarina - Fetrancesc; Representante da Confederação Nacional dos Transportes - CNT.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Passo a palavra ao nobre Senador para a leitura do requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 40/2022, da CAS, com o objetivo de instruir o PL 4.552, de 2020, que "insere artigo nas Disposições Finais e Transitórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir, nas condições que especifica, o parcelamento de dívidas trabalhistas em execução judicial, em função dos problemas causados pela emergência de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020", sejam incluídos os seguintes convidados: 1 – representante da Federação dos Transportadores Rodoviários de Carga de Santa Catarina (Fetrancesc); e 2 – representante da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

É o nosso requerimento.

Precisamos equilibrar os dois lados e eu entendo que, com a presença desses dois representantes, a gente vai fazer um bom debate, debate esclarecedor, para posicionamento desta Comissão, nas reuniões que seguirão após essa audiência pública, com relação ao Projeto de Lei 4.552.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Nós é que agradecemos, Senador Zequinha Marinho, pela sua presença e pela leitura do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paim, V. Exa., que nunca falta a uma reunião desta Comissão, está *online*?

Senador Paulo Paim... (*Pausa.*)

Senador Paim... (*Pausa.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Meu Presidente, estava com saudade da CAS, com saudade mesmo, porque é uma Comissão atuante, dinâmica, e o senhor conseguiu elevar a Comissão a uma das mais importantes aqui do Senado.

Eu estava com covid, fiquei boa, já fiz o exame, fui até hospitalizada inclusive, mas hoje estou inteira, graças a Deus, aqui, graças às vacinas do SUS e às bênçãos de Deus, para retomar a nossa atividade prazerosa de estar na companhia de todos vocês da CAS, que, para mim, é a melhor Comissão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Nós é que agradecemos, Senadora Nilda Gondim, e é um prazer ter a sua presença aqui nesta Comissão, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora, que é uma Senadora muito atuante, participa direto, todos nós estávamos torcendo para que a sua saúde se restabelecesse o mais rápido possível. Seja bem-vinda. É um prazer grande.

Senador Randolfe Rodrigues, V. Exa. gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Senador Randolfe...

O pessoal do som aí para o Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Presidente, meus cumprimentos.

É rapidamente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Estamos te ouvindo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – ... queira...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Cortou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Me escutam? Me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Agora sim!

Cortou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – ... de V. Exa. e do quórum da Comissão de Assuntos Sociais, eu requeiro a V. Exa. a apreciação... Já foi lido o relatório... (*Falha no áudio.*)...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – participação da Associação Médica Brasileira... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Está muito ruim, não é?

É o sinal dele lá, não é?

Senador Randolfe, não sei se V. Exa. me ouve, mas nós estamos com dificuldades em ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – O senhor me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Agora, sim. (*Pausa.*)

Vamos fazer um teste? V. Exa. corta a câmara e vamos botar só o áudio para ver se facilita aí para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Pronto. Vamos ver se conseguimos agora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria requerer (*Falha no áudio.*)

... lida por mim (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Está cortando, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – V. Exa. me ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Não, cortou, Randolfe. Vamos ver se melhora... Mexa na antena aí... (*Risos.*)

Lá no Acre, quando a gente mexe na antena, melhora. Eu não sei no Amapá.

V. Exa. está no Amapá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Estou em Brasília, Sr. Presidente. E o trágico é isto: estou em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Ah! Está em Brasília... Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Vou tentar sair do sistema e retornar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Veja aí. Saia e entre...

Quando ele avisou que ia sair, estava bom. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Paim nunca falha.

Senador Paim, primeiro, quero agradecer a sua presença. Tentei localizá-lo, mas não foi possível. Eu até estranhei, porque V. Exa. nunca faltou a uma sessão. (*Pausa.*)

Veja aí, cheque para mim, porque tem um requerimento extrapauta de V. Exa. A nossa assessoria aqui falava sobre isso. Cheque para mim aí, e, se tiver, vamos aproveitar a oportunidade.

Estamos aqui, eu e a Senadora Nilda Gondim, só aguardando V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

Eu estou pronto e, inclusive, se for o caso, Presidente... Só justifico que nesta semana vou entrar um pouco ainda cambaleando, eu diria, pela morte da minha netinha no momento do parto praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Meu Deus!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas fiquei com o compromisso de, quando eu fosse o Relator nesta semana, atuar ainda, e um dos compromissos é hoje aqui com o senhor.

Então, eu estaria pronto tanto para o projeto do Romário, sobre o qual o meu parecer é favorável – eu já o li, mas posso explicar –, como também, se V. Exa. entender, para o Requerimento 46.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Paim, a respeito do projeto do Romário a que V. Exa. se referiu, infelizmente, o nosso quórum está baixíssimo, mas eu estou com o Requerimento nº 46.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Vou consultar aqui.

É um requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 46, de 2022, desta Comissão, a CAS, apresentado pelo nobre Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 39/2022 sejam incluídos os seguintes convidados: representante Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região – Seeb/SP; representante Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Senador Sérgio Petecão, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 39, que já encaminhamos, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região; representante do Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT.

Esse requerimento vai se somar a outros já indicados para discutir um tema de suma importância no que tange à nossa seguridade social.

Era isso, Presidente: para incluir mais dois participantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Querido Randolfe, Senador querido, veja aí se melhoraram as nossas condições.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Vamos ver se agora dá certo. Vamos ver se agora melhorou.

Melhorou, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Melhorou! Melhorou bem, bem, bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Pronto. É a conexão de Brasília, Presidente, porque a de Macapá é ótima, entendeu? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a conexão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Realmente, Macapá é mais próxima.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – V. Exa. me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Muito bem, por sinal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, na conveniência de V. Exa. e na conveniência da Comissão, tendo quórum, eu queria requerer de V. Exa. a apreciação do item 3, cujo relatório já foi apresentado por este Senador. Na conveniência de V. Exa. e, obviamente, na conveniência do quórum para apreciação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Randolfe, a nossa assessoria aqui me informa que o item 3 é terminativo, e nós não temos quórum suficiente para votar.

Nós temos aqui o Requerimento nº 45, extrapauta, de V. Exa. – chega a informação aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Presidente, perfeitamente. Obviamente, o item 3 é dentro da conveniência do quórum.

O Requerimento 45, de nossa autoria, se refere a quê? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – É...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Presidente. Já está esclarecido.

Na conveniência, tendo a oportunidade, eu solicito a apreciação desse Requerimento nº 45.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Eu vou consultar os Senadores.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 45, de 2022, desta Comissão, a CAS, apresentado pelo nobre Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao nobre Senador para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, DE 2022

Requer a realização de reunião com a presença do Sr. PAULO REBELLO, Diretor-Presidente da ANS, para prestação de contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em especial para justificar ao povo brasileiro a autorização de reajuste absurdo de 15,5% nos planos de saúde em decisão publicada no DOU de 27 de maio de 2022.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, uma rápida exposição sobre o requerimento.

Como é do conhecimento de V. Exa., na semana passada todos os brasileiros foram alertados e se assustaram com o reajuste dos planos de saúde individuais e coletivos em mais de 15%.

Esse é o maior reajuste de planos de saúde de que se tem conhecimento em toda a história, pelo menos, nos últimos 25 anos. É necessário...

Veja, Presidente, nós apresentamos esse requerimento dentro de uma circunstância, dentro de um contexto. Por força do Regimento Interno da Casa, art. 96, é obrigação dos dirigentes de agências reguladoras, pelo menos anualmente, prestarem contas ao Senado Federal de sua atuação à frente dessas agências reguladoras. O aumento dos planos de saúde individuais e coletivos ocorreu sob a autorização da Agência Nacional de Saúde Complementar. E, conforme diz o Regimento da Casa no art. 96, conforme a obrigatoriedade que têm de presença do representante das agências reguladoras e sendo esta Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, a responsável pela sabatina e pela apreciação dos dirigentes da Agência Nacional de Saúde Complementar, é diante dessas razões que requeremos seja convidado a comparecer até esta Comissão de Assuntos Sociais o presidente da Agência Nacional de Saúde Complementar, para que possa esclarecer quais critérios foram levados em conta por parte daquela agência para autorizar o aumento de mais de 15% nos planos de saúde privados e coletivos, o que assoberba sobretudo a classe média brasileira.

O requerimento é nesses termos, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k., Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, nós vamos encerrar a nossa sessão.

Antes de encerrarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 7 de junho, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e agradeço, mais uma vez, aqui, a presença da nossa querida Senadora Nilda Gondim.

Muito obrigado, Senadora. Um abraço.

(*Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Fabio Garcia, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Eduardo Velloso, Carlos Portinho e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 710, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3253, de 2019 - Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 6 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 31, de 2010** que: "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 5 - PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 5 - PLEN. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de debater a temática “Reforma Tributária para garantir maior justiça social”, para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Luis Carlos Heinze
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/07

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópia da Ata nº 27, de 2021, da União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais, a qual solicita apoio para que seja concedido reajuste salarial aos servidores efetivos das agências reguladoras federais; cópia do Ofício nº 975, de 2021, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos, São Paulo, o qual encaminha considerações a respeito de temas relacionados à saúde e sobre o funcionamento de hospitais da rede pública do Estado de São Paulo; cópia de moção da Câmara Municipal de Vereadores de Candelária, Rio Grande do Sul, a qual manifesta apoio para que seja aprovado o Projeto de Lei nº 4.367, de 2020, que de forma excepcional cria para os anos de 2020 e 2021 um abono anual, 14º salário, em favor dos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados; cópia do Ofício nº 69, de 2022, da Câmara Municipal de Diamantina, Minas Gerais, o qual encaminha moção de apoio aos servidores do INSS que pleiteiam recomposição salarial, realização de concurso público e melhora nas condições de trabalho.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação. (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 710, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Semana de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

Senadora Zenaide, que está virtualmente, obrigado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Heinze, eu não vou passar direto à análise, porque é uma maneira de as pessoas já se conscientizarem do que esse projeto de lei tem.

É submetido à análise da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 710, de 2020, do Deputado Dr. Zacharias Calil, que institui a Semana de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares.

O art. 1º da proposição define o escopo do diploma legal a ser editado, enquanto o seu art. 2º determina a instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 15 de maio. As atividades a serem desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em alusão à efeméride são estabelecidas por meio do art. 3º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – promover o conhecimento da população acerca dos hemangiomas e de outras anomalias vasculares;

II – informar os pacientes sobre as formas de tratamento, diagnóstico, prevenção e outros aspectos de interesse sobre os hemangiomas e anomalias vasculares;

III – desenvolver ações de prevenção, de detecção precoce e de tratamento das anomalias vasculares;

IV – capacitar os recursos humanos dos serviços de saúde acerca do manejo adequado dos hemangiomas e das anomalias vasculares;

V – combater o preconceito e a discriminação relacionados aos hemangiomas e às anomalias vasculares, por meio de campanhas de esclarecimento;

VI – promover outras ações definidas pelos gestores públicos de saúde.

O quarto artigo estabelece que a lei decorrente da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada pelas Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania. A matéria foi então encaminhada à revisão do Senado Federal, onde foi distribuída à análise da CAS e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão em caráter terminativo nesta última.

A proposição não foi objeto de emendas.

Análise.

De início, cabe observar que, segundo o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra. A proposição será apreciada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Compete a este Colegiado opinar sobre as proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Os demais aspectos pertinentes ao PL nº 710, de 2020, inclusive os requisitos formais, serão analisados quando de sua apreciação pela Comissão de Educação, com fundamento no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui àquele Colegiado a competência para opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere aos aspectos sanitários da iniciativa, nada há a obstar a aprovação do PL nº 710, de 2020. As atividades listadas nos incisos do art. 3º da proposição contribuirão para reduzir o estigma a que são submetidos os portadores de hemangiomas e anomalias vasculares, aprimorar os mecanismos de detecção precoce das lesões e ampliar o conhecimento da população e dos profissionais de saúde a respeito dessas afecções. Ressalte-se que a data escolhida, 15 de maio, é considerada o Dia Internacional de Conscientização sobre as Anomalias Vasculares, o que induz a realização de eventos ligados à enfermidade em todo o mundo, durante o mês de maio.

As anomalias vasculares correspondem a um extenso espectro de alterações que se dividem em dois grupos principais: i) tumores vasculares, que representam as lesões proliferativas; e ii) malformações vasculares, originadas por ectasias nos vasos, sejam elas capilares, venosas ou linfáticas. Os tumores podem resultar do crescimento de um único tipo de vaso sanguíneo (a exemplo do hemangioma) ou linfático (linfangioma), ou de uma combinação de dois tipos. Com o passar dos anos, essas anomalias podem se tornar volumosas e causar problemas ao portador, dependendo do vaso envolvido na lesão. Esses problemas variam desde muito discretos até casos graves e potencialmente letais.

Nas crianças, essas lesões provocam grande angústia nos pais, pois, além de representarem uma deformidade estética considerável, podem também estar associadas a diversas síndromes genéticas com graves implicações sobre a saúde infantil. Com efeito, é de grande importância para o pediatra a diferenciação entre as malformações e os tumores vasculares que se apresentam durante a infância, uma vez que o diagnóstico pode mudar o direcionamento do tratamento e o desfecho para o paciente. É fundamental, também, o conhecimento de que as anomalias vasculares podem ter diversos efeitos no desenvolvimento psicossocial da criança, visto que, a depender de sua localização, extensão e gravidade, podem causar desfiguração estética importante. Por isso é essencial que cada caso seja corretamente investigado e conduzido por equipe multidisciplinar, a fim de oferecer o necessário suporte à criança e à família.

A iniciativa oriunda da Câmara dos Deputados é, portanto, meritória e deve ser acolhida pelo Senado Federal. Há, contudo, reparo a fazer a respeito da ementa da proposição, onde se olvidou de caracterizar como "nacional" a Semana de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares. No corpo do projeto esse adjetivo está corretamente posicionado. A falha é corrigida por meio de emenda de redação oferecida a seguir.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 710, de 2020, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 710, de 2020, a seguinte redação:
Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente, já adiantando a importância de a gente dar conhecimento, informação à população e aos profissionais de saúde de que hemangiomas e outras anomalias vasculares têm uma importância, como praticamente todas as doenças, quando diagnosticadas precocemente...

E esta semana a gente vai lembrar a todos os profissionais de saúde a importância de um diagnóstico precoce de hemangiomas e outras anomalias vasculares.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., Sra. Relatora.

Concluiu, Senadora Zenaide Maia? (*Pausa.*)

Caiu, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não, caiu não. O senhor desativou o meu som.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Concluí o relatório, já pedindo aos colegas para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Coloco a matéria em discussão.

Algum Senador ou Senadora que queira discutir? Às ordens! (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, CAS, de redação.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Muito obrigado, Sra. Senadora.

ITEM 6

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2010

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Contrário à Emenda n° 5 - PLEN.

Observações:

1- A Emenda recebeu Parecer contrário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 09/08/2021.

2- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 31/05/2022.

Com a palavra, então, o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Relatório.

Já vamos adiantar aqui.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais deliberar, em caráter terminativo, sobre proposições relacionadas à regulamentação do exercício de profissões.

Como explicitado pela Comissão de Educação, as diretrizes de formação propugnadas pela Associação Brasileira de Psicopedagogia recomendam cursos de especialização presenciais ou semipresenciais, com carga horária mínima de 600 horas, como originalmente previsto na proposição. Essa carga horária deve contemplar, segundo a Associação Brasileira de Psicopedagogia, 75% de aulas teóricas (450 horas) e 25% de atuação supervisionada (150 horas).

Por dispor a emenda de matéria prevalentemente relacionada à área da educação, acompanhamos a decisão da Comissão de Educação. Com efeito, como bem destacado pela sua relatoria naquela Comissão, reduzir a carga horária sugerida pela Emenda n° 5-Plen pode indicar certo aligeiramento do ideal de formação profissional, eis que a definição de parâmetros trazida pela proposição exige formação sólida desses profissionais, que inclua não só duração adequada, por meio da qual seja possível não somente o mergulho aprofundado nas estruturas teóricas da área, mas também o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para a prática responsável da atividade.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, voto pela rejeição da Emenda n° 5-Plen.

Coloco a matéria em discussão.

Senador Otto, o senhor gostaria de falar?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, estou ouvindo. Pode falar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu sou o Relator do item 1, do projeto de lei do Senador Paulo Paim, o relatório está pronto. É o Projeto 186, de 2017.

Quando, oportunamente, V. Exa. puder, pode passar a palavra, para eu relatar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Senador, eu só vou concluir essa discussão aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Pois não. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. O.k.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, quanto ao Projeto de Lei da Câmara n° 31, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário à Emenda n° 5-Plen.

A emenda vai a Plenário.

Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse item...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – É o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O item 5, Projeto de Lei do Senado 186, de 2017... Esse projeto é terminativo, Senador Otto. Nós temos que ver se existe quórum para nós podermos deliberar. Tem que ter 11 Senadores e Senadoras que possam deliberar conosco. Para mim não há problema, a gente pode conceder a palavra a V. Exa., para ler o relatório, colocar a matéria em discussão. Agora, o problema é a votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Eu pergunto ao autor, Senador Paulo Paim, o que é que ele acha de ler o relatório e tentar aprovar o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu proporia isso, querido Senador Luis Carlos Heinze, que o querido Senador Otto Alencar lesse o relatório, e, se tivermos quórum na semana que vem, votamos aí.

Só a leitura do relatório já seria muito importante, como eu já fiz de diversos que estão na pauta, terminativos, mas eu já li o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Então, concedo a palavra...

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2017

- Terminativo -

Revoga o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa., Senador Heinze, e passo ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 186, de 2017, do Senador Paulo Paim, que revoga o §5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

A proposição, conforme declarado em sua justificação, visa a remover do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de o aposentado por invalidez ser convocado a qualquer momento para a avaliação da permanência da condição que ensejou a concessão do referido benefício previdenciário.

O projeto foi distribuído à CAS, em caráter terminativo.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 186, de 2017.

Análise.

Nos termos do art. 22 da Constituição Federal, incumbe à União legislar privativamente sobre seguridade social, motivo pelo qual a disciplina das condições para a manutenção da aposentadoria por invalidez encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo destinado a convertê-la em lei.

A atribuição da CAS para o exame terminativo da proposição decorre dos arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se trata, ainda, de questão que demande a aprovação de lei complementar para a sua inserção no quadro normativo brasileiro. Assim, a lei ordinária é o instrumento jurídico adequado para a disciplina da matéria em exame.

Inexistem, portanto, impedimentos constitucionais, jurídicos, legais, regimentais ou de técnica legislativa que obstem a aprovação do PLS nº 186.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, assiste razão ao eminente autor do PLS n° 186, de 2017, o Senador Paulo Paim, ao reputar injusta a transferência do ônus de verificar a permanência da invalidez para o trabalho do Instituto Nacional do Seguro Social para o segurado.

Se o INSS pretende averiguar a permanência da condição que ensejou a concessão do benefício previdenciário em testilha, cabe a ele oferecer ao segurado as condições necessárias para a referida comprovação, que não pode acarretar quaisquer ônus ou transtornos ao aposentado, tampouco o cancelamento da aposentadoria por invalidez.

Por isso, sugere-se a apresentação de emendas para, ao invés de se revogar o §4° do art. 43 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991 (e não o §5°, como consta no art. 1° da proposição, já que este, na conversão da Medida Provisória n° 767, de 2017, na Lei n° 13.457, de 2017, foi transformado em §4°), inserir no dispositivo em comento um §6°.

Tal parágrafo visa a impor ao INSS o ônus de, quando pretender convocar o segurado para a verificação da permanência da condição que ensejou a concessão do benefício, disponibilizar, caso ele alegue dificuldade ou impossibilidade de comparecimento aos postos da referida autarquia, as condições para o cumprimento da aludida convocação, mantendo-se o pagamento do benefício até que se viabilize o comparecimento do segurado aos mencionados postos, o que eu acho muito justo.

Com isso, permitir-se-á a fiscalização do pagamento do benefício em testilha, contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro-atuarial de que trata o art. 195, §5°, da Carta Magna, sem, entretanto, onerar-se o segurado do RGPS com encargo de difícil ou impossível cumprimento.

O voto, em razão do que foi exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 186, de 2017, com as seguintes emendas:

> EMENDA N° - CAS
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2017, a seguinte redação:
> "Altera a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social viabilizar ao segurado os meios para realizar a avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, sem quaisquer ônus a ele, quando houver pedido justificando a impossibilidade de comparecimento às agências de atendimento, mantendo-se o pagamento do benefício previdenciário enquanto não realizada a citada avaliação."
> EMENDA N° - CAS
> Dê-se ao art. 1° do Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2017, do Senador Paulo Paim, a seguinte redação:
> "Art. 1° O art. 43 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do §6°:
> 'Art. 43.
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> §6° Na hipótese do §4°, cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social viabilizar a avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, sem quaisquer ônus ao segurado, quando houver pedido justificando a impossibilidade de comparecimento às agências de atendimento, mantendo-se o pagamento do benefício previdenciário enquanto não realizada a citada avaliação.' (NR)"

É muito justo. Às vezes, até por falta de informação, há o cancelamento das aposentadorias até mesmo daqueles aposentados com dificuldade de mobilidade para locomoção até o posto do INSS.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim, que iniciou e deu entrada nesse projeto, que nós consideramos muito justo para garantir ao aposentado com deficiência física os seus rendimentos sem nenhuma interrupção, como já aconteceu em algumas oportunidades.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar. Também cumprimento o Senador Paim.

Então, o relatório é dado como lido, e ficam adiadas a discussão e a votação da matéria para a próxima sessão, o.k.? Muito obrigado.

Convoco para o dia 14 de junho, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições. Lembro que amanhã, às 10h30, teremos uma reunião remota desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater a criação do dia nacional de prevenção da asfixia perinatal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e trinta minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte e dois, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Giordano, Mecias de Jesus e Fabio Garcia, e ainda do Senador não membro Rafael Tenório. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Eduardo Velloso, Carlos Portinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 36/2022 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Debater a criação do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal. **Participantes:** Gabriel Variane, Fundador do Instituto Protegendo Cérebros e Salvando Futuros; Maurício Magalhães, Chefe do Serviço de Neonatologia do Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo; e Janini Selva Ginani, Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/08

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 36, de 2022, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater a criação do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Na justificação do requerimento, leio rapidamente, estava escrito que a asfixia perinatal representa a segunda ou a terceira principal causa de morte neonatal em todo o mundo, acarretando sérias lesões neurológicas em um a cada cinco casos. Entre as sequelas, constatam-se diversos graus de perda motora ou sensorial e de anormalidade na função cognitiva. No Brasil, estima-se que de 15 mil a 20 mil bebês nasçam, a cada ano, com encefalopatia hipóxico isquêmica. A conscientização ampla dos riscos relativos à asfixia perinatal possibilita que suas consequências se tornem menos graves e, ainda, que haja uma melhor assistência ao recém-nascido e à sua família logo após a ocorrência da encefalopatia hipóxico isquêmica. Diante disso, em atendimento às determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que "fixa critério para a instituição de datas comemorativas", foi apresentado requerimento no sentido de realizar audiência pública para discutir a relevância da instituição do dia 25 de setembro como Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Nós temos na Comissão de Assuntos Sociais uma Subcomissão que trata dos assuntos da pessoa com deficiência. E eu quero dizer, destacar para todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que muitas pessoas com deficiência apresentam quadro de deficiência justamente, como foi dito, na parte motora, cognitiva, sensorial pela asfixia perinatal que a gente está discutindo hoje. Muitos casos, por exemplo, praticamente todos de paralisia cerebral são decorrentes da asfixia perinatal. Deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência motora, etc.

Este é um grande debate, necessário, por um lado, para promover a vida e a saúde e, por outro lado, para prevenir deficiências, porque são quadros, situações que em muitos casos podem ser prevenidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos participando desta reunião os expositores e a expositora, a quem eu agradeço: Gabriel Variane, fundador do Instituto Protegendo Cérebros, Salvando Futuros – seja muito bem-vindo, Dr. Gabriel –; Dr. Maurício Magalhães, Chefe do Serviço de Neonatologia do Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo – seja também muito bem-vindo, Dr. Maurício –; Dra. Janini Selva Ginani, Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde – também seja muito bem-vinda, Dra. Janini. A presença do Ministério da Saúde é muito importante, porque é a promoção da vida, da saúde e a prevenção de deficiências também.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão por meio da Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Antes de iniciarmos as exposições, eu, inclusive, já leio algumas perguntas que vieram e que, na medida do possível, podem fazer parte das falas dos expositores e da Dra. Janini.

Weslley Barreto, Rio de Janeiro: "Como prevenir a asfixia perinatal?". Muito importante.

Elidiane Toebe, do Mato Grosso do Sul: "Como ocorre essa asfixia perinatal?".

Iuran Mello, do Distrito Federal: "Como é marcada a fase inicial da asfixia perinatal?".

Suelly Rezende, do Rio de Janeiro: "Quais os fatores de risco da asfixia perinatal? Com que frequência ela ocorre?".

Vítor Oliveira, do Rio Grande do Sul: "Minha esposa tem tipo sanguíneo B- e eu B+. Como prevenir problemas em uma gestação?". E ainda pergunta o Vítor: "É uma possível agravante para a asfixia perinatal?".

Eu quero dizer que todos os internautas estão convidados a continuarem participando, escutando, refletindo, para que nós, como consequência desta audiência pública, possamos relatar o projeto que institui o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Muito bem. Então, em um primeiro momento, eu passo a palavra para o Dr. Gabriel Variane, que, como eu já disse, é fundador do Instituto Protegendo Cérebros, Salvando Futuros. Com a palavra o Dr. Gabriel.

O SR. GABRIEL VARIANE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Maravilha!

Em primeiro lugar, eu não consigo esconder a minha felicidade e o meu entusiasmo e, com certeza, gostaria de saudar e parabenizar o trabalho do senhor, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer gigantesco a gente poder discutir, trazer para este fórum realmente a relevância da discussão sobre a asfixia perinatal e a relevância que a gente terá com a criação, com a instituição de um Dia Nacional da Prevenção da Asfixia Perinatal.

Realmente, saúdo cada um dos colegas nesta mesa, Dr. Maurício Magalhães, Sra. Janini Ginani. Muito prazer rever cada um de vocês.

Eu queria perguntar se eu posso, gentilmente, fazer uma breve exposição com o que a gente já consegue responder a muitas das perguntas que as pessoas já conseguiram enviar para a gente, porque a gente consegue fazer um apanhado muito interessante sobre tudo isso. Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – A Secretaria da Comissão vai passar para você a autorização, para que se compartilhe a tela. (*Pausa.*)

Muito bem. Já apareceu.

O SR. GABRIEL VARIANE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Mais uma vez, parabenizo. Fico extremamente honrado pelo fato de a gente estar debatendo o que, na nossa concepção, é um tópico de máxima relevância no nosso país e no mundo inteiro que é a asfixia perinatal, uma questão importante em saúde pública.

Para começar, já respondendo e entendendo um pouco do que a gente está falando quando a gente fala em asfixia perinatal, eu sempre gosto de pensar que, quando uma mãe fica grávida, com a gestação, o momento do nascimento é uma expectativa muito grande, frequentemente, é o dia mais feliz da vida daquela família. Há uma frase em inglês que fala basicamente o seguinte: quando um bebê nasce é como se um pedacinho do céu estivesse chegando à terra. Então, sempre existe uma expectativa, obviamente, muito grande frente ao nascimento de uma criança, mas, quando a gente fala de asfixia perinatal, é uma doença, é uma afecção que, justamente, atua nesse momento ali do nascimento. Então, o que é asfixia perinatal? É uma condição, é uma doença, é um agravo causado ao bebê devido a uma falta de oxigenação ao nascimento. Ela pode acontecer antes, durante ou imediatamente após o parto.

E, já respondendo a algumas das perguntas, a gente vai passar por aqui, sim, é possível prevenir a asfixia perinatal. Mesmo que a gente tenha o diagnóstico de asfixia, a gente pode fazer um tratamento e minimizar os danos dessa doença.

E os fatores de risco são vários. São vários os fatores de risco que podem atuar ou que podem realmente culminar para que aquela criança tenha uma falta de oxigenação em momentos próximos ao parto – um pouquinho antes, durante ou após. Os fatores de risco são vários, como um sangramento materno, um problema com o cordão umbilical, um problema placentário, um problema de saúde dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe. Existem estratégias para minimizar cada um desses fatores de risco. E a gente vai falar disso na sequência.

Asfixia perinatal, como eu falei, é um problema só do Brasil? Não. Na verdade, é um problema do mundo inteiro. Se a gente for pensar, no mundo, nascem mais de 1 milhão de crianças com asfixia perinatal todos os anos, dos quais mais de 230 mil crianças todos os anos vão evoluir em graves lesões, graves sequelas. A gente está falando de paralisia cerebral, cegueira, surdez, deficiência cognitiva importante.

Quando a gente vem para o nosso país, o Brasil tem aproximadamente 3 milhões de nascidos vivos ao ano. A gente estima que há, no nosso país, na verdade, entre 15 mil a 30 mil, mas cerca de 20 mil bebês com asfixia. Isso são dois bebês com asfixia por hora. Então, isso, realmente, é um agravo muito, muito relevante.

Asfixia, hoje, é a terceira principal causa de morte em bebês no mundo inteiro e é uma das principais de lesão cerebral permanente, como, de novo, paralisia cerebral, cegueira, surdez.

Será que é realmente tão comum? A gente está falando de um agravo tão comum? A gente traz só alguns levantamentos e até uma rápida reportagem do Brasil paraolímpico, na verdade anterior à penúltima Paralimpíada, que mostra que 25% dos atletas da nossa seleção tinham uma história de problemas ali próximos ao nascimento, em sua maioria, devido à asfixia perinatal. A gente tem uma campanha muito grande, uma parceria com a AACD, uma instituição que faz um trabalho belíssimo com crianças com deficiência e que, em 2020, fez um levantamento que apontou que 37% das crianças acompanhadas na AACD com paralisia cerebral e atraso no desenvolvimento tiveram história de asfixia. De novo, é muito mais comum do que a gente imagina.

Dito isso, quando a gente tem uma criança com asfixia que, no final, desenvolve uma sequela neurológica, isso traz um impacto gigantesco para o nosso país, um impacto social – obviamente, para a família, ter uma criança com deficiência incapacitante tem um impacto muito grande –, mas também econômico. O custo do acompanhamento de uma criança com deficiência, que envolve o acompanhamento multidisciplinar, internações muito frequentes, um número enorme de cirurgias e admissões na UTI, também tem um impacto gigantesco. Isso é muito bem documentado na literatura.

Dito isso, como é que a gente pode abordar? Quais são os pilares para a prevenção e o tratamento da asfixia perinatal? Bem rapidamente, a gente sempre aplica quatro. Se eu quero atuar na asfixia perinatal no país, eu preciso abrir quatro frentes. Primeiro, quando a gente faz um pré-natal adequado, eu vou diminuindo aqueles fatores de risco. Se essa criança, durante todo o pré-natal, tiver tido um ambiente controlado, é muito menos frequente que a criança tenha asfixia. Depois, eu preciso de uma assistência adequada ao nascimento, tanto do obstetra quanto do pediatra, para fazer o primeiro atendimento a essa criança. Quando a criança, ainda assim, é diagnosticada com asfixia, tem um tratamento especializado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

UTI, que não acaba na alta. É preciso acompanhamento e reabilitação pós-alta da maternidade. Então, a gente vai ter um eslaide para cada um desses quatro pilares.

Batendo, de novo, se quero prevenir asfixia perinatal, o primeiro pilar é um pré-natal adequado, com o preparo da gestante, quando todos os cuidados são dirigidos para a promoção de saúde, prevenção e abordagem terapêutica das morbidades que podem, inclusive, virar fator de risco para asfixia.

Assistência adequada ao nascimento. Existe um trabalho muito bonito da Sociedade Brasileira de Pediatria com documentos científicos e um programa que a gente chama de Programa de Reanimação Neonatal que tem um papel fundamental para aquele bebê que não nasceu bem. Se a ele está faltando oxigênio, eu preciso do pediatra, ali na sala de parto, fazendo manobras muito rápidas e muito assertivas para que, realmente, não se tenha uma falta de oxigênio muito importante e essa criança evolua bem. Isso daqui é muito, muito importante. A sociedade tem um trabalho belíssimo em relação a isso.

Entretanto, mesmo fazendo o pré-natal e mesmo fazendo assistência, existem casos em que não é possível... Se a mãe tem um sangramento muito importante, se o bebê, por exemplo, nasceu com um cordão superenrolado ou se um nó verdadeiro de cordão acontece, eu não consigo prevenir a asfixia. Nesse caso, o tratamento adequado precisa ser realizado também e diminui, de forma substancial, o risco de aquela criança ter lesões futuras.

Neste conceito, a gente trabalha muito no Instituto Protegendo Cérebros, Salvando Futuros com o conceito de uma UTI neurológica. Na verdade, são protocolos. É um ambiente altamente especializado, multidisciplinar, em que a gente vai fazer diagnóstico precoce, promover estratégias comprovadamente eficazes para proteger o cérebro dessa criança – são muito eficazes, realmente, e acho que o Dr. Maurício, inclusive, vai comentar um pouquinho mais sobre isso – e prover segurança diagnóstica e velocidade terapêutica. Então, existem casos muito interessantes em que, mesmo que a criança tenha nascido com uma falta de oxigenação muito importante, ela recebe essa assistência especializada e tem uma chance muito grande de viver com vida rigorosamente normal. E isso é muito encantador, isso é muito bonito.

A gente sempre bate no suporte da família, que é fundamental.

A gente sempre pensa: se é perinatal, é consequência de um insulto agudo. A história geralmente é: "Doutor, parecia que estava tudo bem. E ali, ao nascimento, quando eu tinha a maior expectativa da minha vida, de repente, o meu bebê tem alguma falta de oxigenação, tem algum insulto. Os médicos falam para mim que essa é a terceira principal causa de morte e que, mesmo que o meu filho sobreviva, ele vai ter importantes chances de sequelas."

Esse daqui é um momento muito crítico para essa família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa dar uma atenção especial, explicar a gravidade, os tratamentos específicos, falar de prognóstico. Enfim, aplicar todo o raciocínio daquele tratamento especializado e ter a família perto da equipe. Isso melhora os resultados. Então, realmente é um pilar que a gente sempre traz.

A gente queria destacar a relevância. Esse assunto vem ganhando cada vez mais importância no nosso país. É a gente em conjunto com o Instituto Protegendo Cérebros Salvando Futuros, com a Sociedade Brasileira de Pediatria, o IFF/Fiocruz, a estratégia QualiNEO, do Ministério da Saúde, e um grupo muito grande que a gente tem de mídia social, com mais de 20 mil profissionais de saúde, que é o Neonatologia Brasil, todo esse grupo, a gente elaborou um documento que são os Dez Passos Básicos no Atendimento ao Recém Nascido com Asfixia Perinatal para que a gente consiga melhorar toda essa estratégia. Além disso, a Sociedade Brasileira trouxe documentos científicos batendo muito em como a gente pode tratar dessas crianças.

Por fim, como prover essa assistência, então, especializada. A gente realmente acredita na importância de criação de polos regionais, unidades de referência com equipe capacitada, estrutura, recursos adequados, atendimento multidisciplinar, aliado a sistemas de transportes eficazes para transferir os bebês de risco, em que a capacitação, de novo, dos profissionais da unidade que farão o primeiro atendimento é muito importante.

E telemedicina vem ganhando cada vez mais importância e relevância não no nosso país, como no mundo inteiro, e pode sim auxiliar na promoção de assistência altamente especializada e melhorar os resultados do tratamento em ampla escala, o que é superinteressante.

Por fim, a gente lembra que, quando o bebê tem alta, não terminou. Eu preciso ter um acompanhamento idealmente multidisciplinar, com pediatra, um neurologista, fisioterapia, nutrição, fonoaudiólogo, terapia ocupacional. Enfim, eu preciso de um acompanhamento também especializado. Isso melhora muito a capacidade de aquela criança atingir o seu potencial máximo.

Então, como considerações finais, a asfixia perinatal hoje representa um grave problema de saúde pública, que não é do Brasil, é do mundo inteiro. Há um devastador impacto socioeconômico. Existem pilares fundamentais para prevenção, tratamento e acompanhamento desses pacientes.

E estratégias sugeridas? Sim. Incluem a criação de centros de referências, associados a sistema de transporte eficaz, capacitação do pediatra. E os avanços da tecnologia da informação permitem encurtar distâncias e facilitam a adoção de estratégias específicas. A questão aí da telemedicina realmente pode auxiliar.

Eu queria dar destaque, que bate em cheio com o Dia Nacional de Prevenção à Asfixia. Existe uma campanha muito forte entre o Instituto Protegendo Cérebros Salvando Futuros com a Sociedade Brasileira de Pediatria e, com certeza, sempre com uma participação muito grande do ministério, que é o Setembro Verde Esperança, a Campanha Nacional de Conscientização sobre Asfixia Perinatal. É um momento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande emoção pensar que a gente pode ter um dia para focar. O 25 de setembro é um dia específico para a gente dar ainda mais relevância e trazer a atenção sobre esse problema tão grave em nosso país.

Encerro a nossa apresentação trazendo uma frase com tudo aquilo que a gente acredita no instituto. Eu sempre trago essa fase em todas as minhas apresentações. É uma frase do Anthony Lake, ex-Diretor Executivo da Unicef, em que ele diz o seguinte – olha, prevenir sequelas é sempre um desafio –, mas ele fala o seguinte: Em algum lugar, alguém está dizendo ao menino que ele não pode brincar porque não consegue andar. Há uma menina que não pode aprender porque não consegue enxergar. Pois é, esse menino merece uma oportunidade para brincar. E todos nós, ao redor do mundo, todos nós ganhamos quando essa menina e todas as crianças conseguem ler, aprender e contribuir.

Pois é, o caminho a percorrer será desafiador. Não é fácil lidar com asfixia, mas crianças não aceitam limites desnecessários. Nós também não deveríamos aceitar, não é?

A gente encerra: o impossível não é um fato, é uma questão de opinião.

E, de novo, parabenizo tão importante trabalho, tão importante discussão que a gente está tendo neste dia de hoje.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Dr. Gabriel Variane pela exposição, muito clara, muito didática, com reflexões assim muito importantes também. Quando você levanta a questão do custo social, humano e também o custo econômico, às vezes as pessoas dizem: "Não, isso é muito caro, ter uma UTI, ter um pediatra, ter isso, ter aquilo". Há uma frase também que a gente usa nessa área das pessoas com deficiência sem o atendimento: " É milhares de vezes mais barato prevenir do que atender depois", e isso em todas as áreas, um buraco na estrada, se a pessoa capota o carro e acaba tendo uma dificuldade de paraplegia ou tetraplegia, com o tratamento dessa pessoa você taparia milhares de buracos nas estradas. Então, prevenir é milhares de vezes mais barato do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista humano, a gente tem que, como também foi bem enfatizado, ressaltar aí a questão da dignidade, das chances, das oportunidades de ter uma vida saudável. O que a gente puder prevenir tem que ser prevenido, né? Há coisas que não...

Até eu pediria para o Dr. Maurício Magalhães, que vai falar agora, que quando eu estava apresentando fiquei na dúvida, porque eu falava doença ou condição, porque asfixia perinatal, numa das perguntas apareceu a doença. Eu acho que é mais uma condição do que uma doença, não é? Então, gostaria que o senhor pudesse, inclusive, esclarecer, Dr. Maurício Magalhães, Chefe do Serviço de Neonatologia do Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo. Então, em primeiro lugar, também os cumprimentos por ser pediatra – como os pediatras são importantes na vida da gente com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filhos; a gente incomoda os e as pediatras, normalmente, de madrugada – e Chefe do Departamento de Neonatologia e numa referência, que é a Santa Casa de São Paulo. Seja muito bem-vindo.

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Bom dia! Bom dia, Dr. Gabriel! Bom dia, Dra. Janini Ginani! Muito bom dia a todos e todos que estão nos vendo.

É uma honra participar de um momento desses e quero parabenizar o senhor pela iniciativa, porque realmente nós vivemos o dia a dia dessa condição clínica que a criança possa sofrer. Como o Dr. Gabriel mostrou, há uma incidência muito grande dessa condição que vai levar a algumas doenças. Então, ela pode ser evitada? Sim, em muitos casos ela pode ser evitada. Porém, em muitos casos acontece. Então, tem um descolamento prematuro de placenta, como o Dr. Gabriel falou, um nó verdadeiro de cordão, alguma condição com que a criança vai nascer, vai ter uma condição que a gente chama de insulto hipóxico-isquêmico que vai levar, então, à asfixia perinatal. E essa asfixia perinatal vai levar a lesões de vários órgãos, como cérebro, que é o principal órgão comprometido. Setenta e dois por cento dos pacientes que sofrem asfixia perinatal têm lesão cerebral, que nós chamamos de encefalopatia da doença, encefalopatia hipóxico-isquêmica, e essa encefalopatia hipóxico-isquêmica pode levar, então, a outras condições de sequelas neurológicas que os senhores muito bem colocaram aqui.

Essa encefalopatia hipóxico-isquêmica precisa... Quando a criança nasce com asfixia perinatal, ela precisa ser reanimada adequadamente. Essa criança, reanimada adequadamente, normalmente, vai precisar ir para um ambiente de UTI neonatal, ser cuidada, ser normalizada, porque o cérebro sofre, mas o coração também sofre, o pulmão, o intestino... Então, todos os órgãos dessa criança podem sofrer e ter doenças e sequelas posteriores a isso, mas principalmente o cérebro, porque, quando tem uma sequela, dificilmente a gente vai conseguir a normalidade dessa criança. Então, ela precisa de um ambiente onde ela vai receber tratamentos para a normalização clínica dela, porém existe tratamento para tentar diminuir essa sequela neurológica. Por quê? Porque ela sofreu um insulto hipóxico-isquêmico. Nós reanimamos essa criança. E ela vai ter um período de seis horas que nós chamamos de fase latente para entrar numa segunda fase. Essa fase é muito grave, pois há a liberação de muitos radicais livres, de substâncias químicas, que vão levar à morte neuronal, uma morte neuronal em massa. Morrem muitos neurônios. E essa morte neuronal está relacionada à sequela neurológica.

O que a gente pode fazer para bloquear essa segunda fase? Então, desde 2009, nós somos um dos pioneiros no Brasil em fazer hipotermia neuroprotetora, hipotermia corpórea neuroprotetora. Nós baixamos a temperatura da criança, que fica entre 33 e 34 graus – precisa começar com até seis horas de vida, o ideal –, e ela fica por 72 horas nessa temperatura, e depois nós a reaquecemos lentamente. Com isso, nós conseguimos diminuir a chance de morte, diminuir a chance de sequela neurológica. A gente aumenta em 68% a chance de essa criança ser normal. Nós diminuímos em 38% a chance de essa criança ter paralisia cerebral no futuro. Então, é uma repercussão muito grande para a criança, para a família e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sociedade, como o senhor falou, Senador. Então, é um momento muito crítico, muito importante. Nós devemos, então, cuidar dessa gestante no pré-natal, nós devemos cuidar dessa gestante no parto, nós devemos cuidar deles ao nascimento e nós devemos cuidar também dessa criança após o nascimento.

Além da hipotermia neuroprotetora, nós também podemos fazer o que a gente chama de neuromonitorização. Então, hoje a gente tem tecnologia para monitorar o cérebro dessa criança e, em tempo real, ver como é que está a função cerebral dessa criança. Se ela tem crise convulsiva, é muito frequente... A principal causa de crise convulsiva no período neonatal é a asfixia perinatal, e você precisa tratar essa crise convulsiva, porque, senão, ela vai ocasionar sequelas neurológicas. E um ponto muito importante é que 80% das crises convulsivas no período neonatal são subclínicas: a criança não mexe um dedo, não pisca um olho, não faz nenhum movimento, mas a criança está convulsionando. E como é que a gente vai ver se ela está convulsionando? Somente com a neuromonitorização. Então a tecnologia está aí para nos ajudar também a olhar o cérebro dessa criança.

Se a gente lembrar de um paciente na UTI, a gente vai ver o paciente com um monitor de frequência cardíaca, um monitor de saturação de oxigênio, um eletrocardiograma, várias medicações, bombas de infusão com medicação, aparelho de ventilação mecânica. E o cérebro, que é o principal órgão, que vai levar a condição de vida a essa criança... Então é um momento extremamente crítico, é um momento extremamente importante, e nós, brasileiros, temos condições, nós temos tecnologia, nós temos conhecimento para isso, para poder cuidar dessa criança nesse momento que vai impactar a sua vida até a velhice. Isso é um impacto muito grande, um impacto também não só para a criança, mas para a família, para a sociedade, e também um impacto econômico em termos de produtividade.

Então, realmente, eu estou extremamente feliz, eu estou emocionado e eu quero agradecer muito ao senhor por esta oportunidade, porque nós, médicos, nós vivemos isto no dia a dia: aquela família que fez o pré-natal e, de repente, aconteceu um problema e a criança nasceu com asfixia perinatal, e depois nós vamos cuidar dessa criança e entregar essa criança para a família com uma sequela neurológica. Isso é realmente muito impactante. Então, não consigo esconder minha emoção diante da possibilidade de a gente fazer esse Dia Nacional de Prevenção à Asfixia Perinatal, e eu parabenizo todos que estão conosco, assistindo e apoiando. Realmente nós temos que seguir em frente e fazer o melhor, porque faz muita diferença na vida de todos.

Muito obrigado, Senador, é uma honra participar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – O Brasil é que agradece ao senhor, Dr. Maurício Magalhães, pela exposição.

Como é bom a gente ter uma competência tão grande, em termos de conhecimento, de tecnologia à disposição, do que pode ser feito, aparentemente com custo que, sem dúvida, existe para tudo isso, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é muito menor, pensando só do ponto de vista econômico, da necessidade que uma pessoa não cuidada e que tem que ser cuidada, na continuidade, apresenta para a sociedade.

E a alegria de uma família, dos pais... Como o Dr. Gabriel também colocou, é um momento em que um pedacinho do céu está na terra. Quer dizer, também é uma satisfação, uma alegria a família se sentir protegida, segura com o que está à disposição do filho ou da filha que está nascendo.

Obrigado, Dr. Maurício. Eu acho que, com a explicação, fica mais do que evidente a necessário, para todo ano lembrarmos, discutirmos e vermos o que está sendo feito, o que pode ser feito para que a semana ou o dia, como a gente coloca, possa, na verdade, nos orientar como sociedade.

Obrigado, Dr. Maurício, e um abraço para toda a turma da Santa Casa, os neonatologistas e todo o pessoal da pediatria também.

Eu passo, em seguida, a palavra para a Dra. Janini Selva Ginani, Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde.

Apesar de nós estarmos discutindo, Dra. Janini, a questão do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal, como a senhora é Coordenadora também do Aleitamento Materno, se pudesse dar uma explicação, eu acho que seria bem interessante, inclusive lembrando que a minha tia, falecida no terremoto do Haiti, Dra. Zilda Arns, era médica pediatra sanitarista e uma defensora ferrenha, durante 27 anos, do aleitamento materno exclusivo. Se a Pastoral da Criança está comemorando, neste ano, 39 anos de trabalho e ela faleceu 12 anos atrás, portanto, eram 27 anos de trabalho! Então, aí dá para explicar tudo isso também.

Então, com a palavra a Dra. Janini.

A SRA. JANINI SELVA GINANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio; bom dia aos meus colegas Gabriel e Maurício.

Estou muito emocionada também, Dr. Maurício. Eu acho que esse dia de mobilização gera algo que a gente já vinha fazendo, muito liderado pelo protagonismo do Gabriel, que é uma pessoa muito articulada e muito dedicada à saúde das crianças. E a gente fica superfeliz de ver todo esse trabalho agora reverberando numa data nacional de mobilização, para que a gente possa levar esse assunto, que é extremamente relevante do ponto de vista de saúde pública, como o Gabriel e o Maurício apresentaram, para a gente dialogar com a sociedade, para a gente expandir e conseguir levar o que a gente chama aqui de educação em saúde, para que as famílias saibam também quais são os seus direitos enquanto usuárias do Sistema Único de Saúde.

É importante... O Gabriel trouxe muitos elementos que são fundamentais. A asfixia perinatal por causas evitáveis – ele falou que pode existir também por questões que não são evitáveis – acontece por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de disrupções entre esses elos do cuidado que acontecem durante o pré-natal, durante a gestação.

Então, quando a gente não tem um pré-natal que é bem acompanhado, em que a detecção de risco durante a gestação não é feita de forma precoce, quando não existe uma vinculação com um local de parto que possa acolher essa criança e essa gestante de alto risco, com densidade tecnológica suficiente, a gente vai aí agravando o risco de ter um desfecho dessa natureza. Então, é uma criança que vai ter uma sequela neurológica, é uma criança que vai ter uma série de empecilhos no seu desenvolvimento, que vai trazer ali uma reconformação da família, como o Gabriel colocou, que é supercomplexa. A gente vê famílias se desestruturando, mulheres tendo que sair do mercado de trabalho porque precisam se dedicar exclusivamente ao cuidado com essa criança, famílias vivendo de rifa porque a criança acaba precisando de fraldas e de insumos, assim, cronicamente. Então, é realmente um problema social grave e um problema social que a gente tem como combater.

Desde 2011, com o início da Rede Cegonha e com essa proposta de a gente trazer essa qualificação na assistência pré-natal ao parto e ao nascimento, a gente já começava a trabalhar de uma maneira mais expressiva essas questões que vão prevenir não só a asfixia perinatal, mas outras intercorrências graves ao longo da gestação que podem causar sequelas, que podem levar à morte neonatal, que podem levar à morte materna, que é um grave problema também no nosso país ainda.

Dentro da Rede Cegonha, uma das questões principais que foi trabalhada foi esse desenho de vinculação da gestante ao hospital onde ela vai dar à luz. Então, todo esse acompanhamento na atenção primária é realizado na unidade básica de saúde no território da gestante. Ela é vinculada a essa maternidade, conhece a equipe, conhece o ambiente onde ela vai dar à luz, e ali você tem a vinculação e a adequação de acordo com o seu risco. Então, se ela é uma gestante de baixo risco, ela vai para um hospital de baixo risco; se ela é uma gestante de risco mais elevado, ela vai para um lugar que possa acolher essa necessidade, em que ela e a criança possam ser tratadas na medida das suas necessidades. Um hospital de alto risco é aquele hospital que vai ter uma UTI materna, que vai ter uma equipe capacitada para acolher o recém-nascido, caso ele passe por alguma questão de sofrimento fetal, enfim, que tenha alguma intercorrência e vá precisar ser internado em uma unidade neonatal. Então, ela vai para esse local.

A gente tem investido muito na capacitação dos profissionais. O Gabriel comentou aí sobre a Estratégia QualiNEO, que é uma estratégia de qualificação do cuidado neonatal que a gente vem implementando desde 2017. A gente iniciou nos estados onde havia maiores índices de mortalidade neonatal para trazer uma política focalizada e reduzir expressivamente a mortalidade nesses locais onde já tinha uma situação mais grave. E a gente vem expandindo essa estratégia de maneira substancial; agora faltam apenas os estados do sul. A gente já expandiu a estratégia este ano agora para os estados da Região Sudeste e está há muito tempo trabalhando com os estados das Regiões Norte e Nordeste, fomentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também uma questão importante que é essa cultura de informações sobre o parto e o nascimento dessas crianças para além dos dados obrigatórios de preenchimento no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), para a gente saber outras informações sobre como se dá o nascimento dessas crianças, quais são as questões importantes e impactantes que a gente pode aprimorar dentro dessa rede de cuidados.

A QualiNEO trabalha com a aplicação de dez passos, que são dez boas práticas no cuidado ao recém-nascido, entre eles a reanimação neonatal, que o Gabriel trouxe também, que é uma questão muito importante e que não deve estar restrita apenas àqueles hospitais que trabalham com gestação de alto risco, que têm leitos de alto risco, porque a reanimação neonatal é necessária em qualquer ambiente de parto e nascimento.

Então, a gente tem trabalhado em parceria também com a Sociedade Brasileira de Pediatria para expandir esse programa, que é um programa que a gente entende como absolutamente necessário. E, apesar de ser uma estratégia que é fomentada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, focada no pediatra, no neonatologista, a gente entende que uma equipe é necessária para que a gente faça o processo de reanimação.

É realmente um movimento orquestrado: você tem ali diversos elementos da equipe multiprofissional que acolhem essa criança na hora do seu nascimento, trabalhando em sinergia para que tudo seja feito no seu tempo. A gente fala que é o minuto de ouro esse minuto da reanimação. E ele é realmente, sim, um minuto. Então, você tem uma equipe altamente treinada, altamente engajada, que se entende pelo olhar ali para poder fazer esse processo de uma forma eficaz para que a criança não sofra sequelas. Então, a gente tem investido bastante nessa estratégia.

A gente entende que, para além da questão da assistência baseada em práticas consolidadas cientificamente, como a própria prática da hipotermia, que o Dr. Maurício trouxe também, essa hipotermia terapêutica, que é diferente daquela hipotermia que acontece por uma questão de má prática no cuidado com essa criança e que também gera sequelas neurológicas importantes, a gente tem investido para além dessa questão da qualificação da assistência, na qualificação da gestão, porque a gente entende que a assistência anda de mãos dadas com a gestão. Então, se o gestor do meu hospital, do meu ambiente de trabalho, da atenção primária, não está sensibilizado ou não tem consciência da importância de se investir na qualificação do cuidado pré-natal, na qualificação do cuidado neonatal, a gente não consegue andar. Assim, o profissional realmente se sente incapaz e impotente porque ele não tem, às vezes, um equipamento, não tem uma unidade, ele não sabe para onde referenciar aquela criança, não tem estrutura para fazer um transporte sanitário seguro ou da gestante com o bebê na barriga ainda, que é o transporte ideal, ou dessa criança que acabou nascendo num cenário de parto incompatível com a sua necessidade.

Então, a gente tem brigado muito, inclusive aqui dentro do ministério, para fazer os setores entenderem qual é a especificidade da criança, em especial do neonato. O neonato é um universo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente diferente. A gente tem essas especificidades, essas delicadezas e a gente precisa de equipamentos diferentes, a gente precisa de transporte diferenciado e a gente precisa de sensibilidade acima de tudo para acolher essa criança que nasce em condições tão sensíveis e que precisa tanto do apoio da equipe de saúde, que faz essa assistência, quanto de uma gestão sensibilizada e que apoia o trabalho dos profissionais. Então, acho que é isso.

Quero parabenizar imensamente e compartilho dessa emoção do Dr. Maurício. Eu acho que a gente precisa falar disso, a gente precisa falar para as famílias, e fico muito feliz porque várias perguntas que apareceram aqui, de pessoas que estão assistindo, são perguntas realmente das famílias, de pessoas que estão com a esposa gestante, porque são dúvidas, e a gente precisa mesmo levar essas informações para a sociedade, a gente precisa trabalhar.

A asfixia perinatal não é uma coisa rara, infelizmente. Mundialmente deixa essas graves sequelas e a gente tem como prevenir, então, para essas questões que a gente tem como prevenir, a gente precisa ser atuante.

Fico feliz que a gente vai se mobilizar e ganhar força, expressividade com essa data para a gente brigar por essas crianças, para a gente brigar por cenários de parto também que sejam mais compatíveis, em que tenham minimamente um pediatra dentro de toda sala de parto deste país. É o que a gente quer. A gente quer receber essas crianças com o melhor que a gente pode, com a força do nosso SUS, com a capilaridade do nosso SUS em todos os municípios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço à Dra. Janini. Parabéns também pela exposição!

É muito importante tudo que foi falado pelo Dr. Gabriel, pela Dra. Janini e pelo Dr. Maurício, inclusive com bastante alegria e emoção, a respeito do assunto.

Eu só quero sempre dizer para as pessoas e lembrá-las de que, na área da pessoa com deficiência, de 100% das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, em cerca de 70% delas poderia ser evitada a deficiência com cuidados básicos antes da gestação, na gestação, no momento do nascimento e depois do nascimento.

A asfixia perinatal, que também pressupõe, para não haver esse problema, um atendimento durante a gestação, acompanhamento, exames, se é uma gestação de alto risco ou não, tudo isso pode afetar a todos nós: a nós, aos nossos filhos, aos nossos netos. Eu até uso uma figura: ter um filho ou uma filha é ter 100 bolinhas numa caixa, das quais 97 são brancas e 3 são azuis. Essas 3 azuis representam a possibilidade de alguém ter um filho ou uma filha com algum tipo de deficiência. Então, isso faz parte, vamos dizer, até da natureza humana. A gente precisa ainda investigar mais, crescer mais. Mas, se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não toma os cuidados, ao invés de serem 3 bolinhas azuis, poderão ser 4, 5, 10, 20, 30... Então, a gente quer diminuir o número de possibilidades de a pessoa ter um filho ou uma filha com deficiência. Se alguém vai ter um filho ou um filho vai ter um neto, mistura-se tudo lá e tira-se uma bolinha. Então, que sejam só 2 ou 3, não precisam ser 10, 15, 20. Aí a possibilidade é muito maior, não é?

Agora, a gente está discutindo a instituição, como eu já falei, do Dia Nacional da Prevenção da Asfixia Perinatal, mas eu já quero de alguma forma colocar à disposição tanto do Ministério da Saúde, do Dr. Maurício, do Dr. Gabriel e de todos e todas que nos acompanham a própria Comissão. A CAS (Comissão de Assuntos Sociais) trata dos temas relativos à saúde: a evidência, a assistência, o trabalho. Inclusive, no mês de setembro agora, outubro, quer dizer, no final do ano, nós tratamos do orçamento como Comissão de Assuntos Sociais. Então, seria muito importante a gente ter, em função deste debate do dia, o que é necessário também em termos de orçamento, até para ajudar, Dra. Janini. Eu sei que você – permita-me chamá-la de você, tão jovem também – é coordenadora no Ministério da Saúde, mas muitas vezes santo de casa não faz milagre, como o povo fala. Então, tem que pedir apoio para que os equipamentos, os materiais, a qualificação e os dados estejam disponíveis e, para isso, são necessários orçamentos, recursos. Isso já coloca...

Nós temos um grupo muito bom na Comissão de Educação também e de Assuntos Sociais. A própria Senadora Zenaide Maia, que é médica, a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Romário, o Senador Confúcio Moura, que é médico, e outros que são médicos também e sensíveis à causa.

Ficamos à disposição.

Mas eu passo novamente a palavra para alguma consideração final, porque eu acho que, no meu ponto de vista, como propositor, temos de ter essa audiência pública para mostrar para a Comissão e para a sociedade que a instituição de um dia nacional de prevenção, prevenir, promover a vida, a saúde e prevenir a asfixia perinatal é importante, é necessário, é contribuir para que o povo brasileiro tenha mais saúde, mais vida, vida em abundância e que a gente está, com esse trabalho, ajudando a prevenir sequelas que poderiam ser também evitadas e, ao mesmo tempo, ter a infraestrutura adequada para que, caso ocorram problemas, possam ser minorados também.

Então, passo novamente, para as considerações finais, a palavra ao Dr. Gabriel, na sequência ao Dr. Maurício e à Dra. Janini.

O SR. GABRIEL VARIANE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom.

Senador Flávio Arns, com certeza a sua fala é simplesmente perfeita, na tangente, antes de mais nada, da discussão e da relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compartilho de uma profunda emoção de a gente poder trazer esse fórum de discussão sobre asfixia perinatal em nosso país e, também, na tangente de quando a gente trabalha em ciências da saúde realmente não existe o tudo ou nada, não existe: "Ah! Isso 100% das vezes vai funcionar".

Mas o que a gente sempre fala, e eu converso com cada um dos pais com que a gente discute esse tema, é que existem, sim, chances de melhorar as nossas probabilidades. A melhor das chances de a gente dar a melhor chance possível para que aquela criança tenha uma vida rigorosamente normal, um nível menor de deficiência, e isso é realmente muito, muito relevante.

A criação desse dia, o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal, é tão importante porque levanta uma bandeira fundamental, que vai motivar justamente, vai nos auxiliar como sociedade também tanto do ponto de vista científico, sociedade em geral, como também do ponto de vista parlamentar a realmente mudar, a cada vez melhorar mais a nossa assistência e mudar a condição. Esse projeto, como um todo, eu gosto de pensar, tem um potencial em nosso país de ajudar literalmente milhares de crianças e suas famílias todos os anos. Isso, realmente, eu posso falar, não tem preço, você conseguir ajudar aquela família, ver aquela criança que sofreu isso e um, dois, três anos depois vir correndo, brincando, é uma sensação única de felicidade. A gente tem um sonho, uma ambição muito grande de fazer isso em ampla escala em nosso país.

Então, mais uma vez, muito obrigado e, como eu sempre gosto de pensar quando a gente trabalha nesse assunto, esse é o começo de um trabalho muito bonito e de extrema relevância em nosso país.

Muito obrigado a cada um de vocês pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Dr. Gabriel Variane.

Passo a palavra, em seguida, ao Dr. Maurício Magalhães.

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Senador, é realmente uma satisfação a gente participar deste momento, da criação do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Eu acho que nós temos o compromisso e a obrigação de trabalhar em prol dos nossos pequenos pacientes, das nossas famílias. A gente vai cuidar delas também enquanto cuidamos desses pequenos pacientes. Com isso, com certeza nós vamos melhorar a vida da nossa população, nós vamos melhorar as condições de vida dessas crianças. E eu acho que essa é a nossa missão. A gente pode ir além? Sim, nós podemos ir muito além. Vamos tentar evitar. Se acontecer, vamos cuidar e vamos mudar o panorama dessa família, dessa criança e da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho – aqui é um compromisso nosso – que nós temos uma missão. Realmente a gente consegue e a gente pode seguir em frente, fazer mais, continuar desenvolvendo técnicas de neuroproteção e realmente fazer a diferença na vida dessas crianças.

Muito obrigado.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço também ao Dr. Maurício.

Eu quero dizer que fiquei... Eu não sou médico, sou professor. Atuo bastante nessa área da educação de pessoas com deficiência. Então, a gente vê o resultado, eventualmente, da falta de atendimento adequado. Às vezes, até mesmo com atendimento adequado ao problema, a dificuldade pode surgir. Mas eu fiquei muito impressionado com as explicações todas. Para mim, inclusive, foi muito importante a realização desta audiência pública.

Agradeço, Dr. Maurício, que é médico pediatra, neonatologista do Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo.

Muito obrigado, Dr. Maurício.

O Dr. Gabriel é o do Instituto Protegendo Cérebros e Salvando Futuros.

Dra. Janini, com a palavra.

A SRA. JANINI SELVA GINANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer muito pela manhã de hoje e dizer, Senador, que, quando a gente tem essa articulação fina entre o Parlamento e o Executivo – as áreas técnicas que conduzem essas políticas públicas tão importantes para a nossa sociedade –, a gente só ganha.

Desde 2011, com a Rede Cegonha, agora Rede Materno-Infantil, a gente tem um orçamento ordinário para implementar as unidades de cuidados neonatais nas três tipologias que a gente comenta hoje no SUS, com o cuidado progressivo: as unidades de terapia intensiva neonatal, as unidades de cuidados intermediários convencionais e as unidades de cuidados intermediários canguru, além de bancos de leite humano, para que essas crianças que estão internadas possam ter acesso a esse insumo tão precioso que o senhor ressaltou e que faz total diferença no cuidado neonatal que elas recebem dentro dessas unidades.

Além desse recurso ordinário, a gente conta com recursos de emendas parlamentares. Então, alguns Deputados ou Senadores que são sensíveis às causas das crianças e que fazem essa destinação de emendas para equipar hospitais, maternidades em todo o país, são esses os recursos que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, certamente, gostaria de ter muito mais para poder fazer muito mais. As unidades de cuidados intensivos neonatais são imensamente necessárias no nosso país. A gente tem um percentual de prematuridade que hoje está em torno de 12%. A gente tem 3,5 milhões de recém-nascidos ao ano, 3,5 milhões de nascidos vivos e a gente precisa, então, de um contingente muito grande dessas unidades para dar conta desse volume. Então, a gente precisa realmente desse apoio do Parlamento, não só para essa questão financeira de implementação da política, mas também para a construção de leis, de projetos de lei, que ajudem a gente a avançar cada vez mais.

Eu fico muito feliz de estar aqui e de saber que a gente conta com o apoio da CAS, que a gente pode dialogar e que a gente pode avançar ainda mais na construção deste país que a gente quer ver, de um país equânime, de um país onde as pessoas com deficiência tenham todos os seus direitos providos, que elas tenham acesso a uma saúde integral, uma saúde que dê dimensão das suas necessidades, que elas tenham acesso a uma educação, educação inclusiva, uma educação que essas crianças mereçam, com todo o apoio que a gente possa dar para elas em todos esses espaços.

Então, quero agradecer muito e dizer que é a partir de momentos como estes: de discussão, de troca, de estreitamento, que a gente vai construindo a política como ela merece ser realizada, como ela merece ser feita, em parceria, em conjunto com muitas pessoas pensando no bem maior para a nossa sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço também à Dra. Janini, que é do Ministério da Saúde, Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, muito boa sua exposição.

Quero só ressaltar que foi levantada a situação das emendas e o recurso é necessário. Como havia sido dito, nós temos três tipos de emendas: a emenda individual, do Parlamentar, mas também da bancada de cada estado; e também emendas de comissão, da Comissão de Assuntos Sociais, onde a área da saúde está inserida.

É muito importante talvez a gente ter a situação de cada Estado, Dr. Maurício também, para ver a questão de equipamentos, de materiais, de centros de referência, para ter essa rede de atendimento, particularmente, quando se concretiza uma necessidade decorrente da asfixia perinatal. Então, pode ser uma emenda individual.

A outra coisa que você mencionou: a gente fica à disposição para que o Dr. Maurício, o Dr. Gabriel e a sociedade toda sugiram leis, projetos de lei, que promovam, que facilitem e abram caminhos, porque é importante vocês e a sociedade, diretamente envolvida, provocarem, sugerirem. A gente sempre fica muito agradecido por sugestões que possam vir. Como aconteceu, aliás, nesse o Dia Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevenção da Asfixia Perinatal, decorrente da sugestão que foi dada. Nós dissemos: "Poxa vida, como é que nós não tínhamos pensado nisso antes? Então, vamos fazer".

Agradeço novamente, agradeço ao pessoal todo da Comissão de Assuntos Sociais pela infraestrutura, assim como a todos os meios de comunicação do Senado Federal, que permitem que toda a sociedade possa ver, rever, pensar, refletir, sugerir e tomar parte desse processo, um assunto tão necessário e importante para todos nós, para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um grande abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Lucas Barreto e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Mecias de Jesus, Fabio Garcia, Eduardo Velloso, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Esperidião Amin, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Sérgio Petecão, Alexandre Silveira, Carlos Portinho e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2023)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 5/2022-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Relator: Senador Nelsinho Trad. Relator Ad Hoc: Senador Eduardo Gomes. **Resultado:** Aprovadas as seguintes emendas: Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – "8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde". Meta: 8.000; Emenda nº 2 – "8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde". Meta: 30.000; Emenda nº 3 – "219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS". Meta: 10.000. Emendas de Texto: Emenda nº 4 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 5 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso III; Emenda nº 6 – Supressiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 18, Inciso XVII; Emenda nº 7 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4; Emenda nº 8 – Supressiva – Corpo da Lei, Cap VII, Seção II, Art 126; Emenda nº 9 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47; Emenda nº 10 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 11 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso IV; Emenda nº 12 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, Art 85, Inciso X; Emenda nº 13 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap III, Art 7; Emenda nº 14 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 15 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap XII, Art 168; Emenda nº 16 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap III, Art 7; Emenda nº 17 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXV; Emenda nº 18 – Aditiva – Anexo III; Emenda nº 19 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20; Emenda nº 20 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap XI, Seção I, Art 157; Emenda nº 21 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4; Emenda nº 22 – Aditiva – Anexo III; Emenda nº 23 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 24 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 25 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art 115; Emenda nº 26 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção II, Art 126; Emenda nº 27 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47; Emenda nº 28 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso III;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 29 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art 119, Inciso II; Emenda nº 30 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 81; Emenda nº 31 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap VII, Seção II, Art 127; Emenda nº 32 – Aditiva – Anexo IV.12; Emenda nº 33 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4; Emenda nº 34 – Supressiva – Corpo da Lei, Cap IX, Art 134, Inciso II, Alínea a; Emenda nº 35 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção II, Art 126; Emenda nº 36 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 81; Emenda nº 37 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção II, Art 126; Emenda nº 38 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art 115, § 1; Emenda nº 39 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47; Emenda nº 40 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47; Emenda nº 41 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art 115; Emenda nº 42 – Supressiva – Corpo da Lei, Cap IX, Art 131, § 8; Emenda nº 43 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 44 – Supressiva – Corpo da Lei, Cap IX, Art 136; Emenda nº 45 – Supressiva – Corpo da Lei, Cap IX, Art 134, Inciso IV. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2101, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 597, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta art. 15-A à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre as condições de repouso dos profissionais de enfermagem durante o horário de trabalho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Contrário ao Projeto de Lei nº 2101, de 2019 (Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4998-B de 2016 do Senado Federal - PLS nº 597/2015 na Casa de origem). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4223, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1998, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 4223, de 2021, nos termos de emenda substitutiva que apresenta (com acatamento parcial das Emendas nº 1, 2 e 3), e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1998, de 2020. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3253, de 2019 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a realização de exames em gestantes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática "Reforma Tributária para garantir maior justiça social", para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 48, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Os Direitos Fundamentais e os Planos de Saúde"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 52, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2128/2019, que "altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a fim de fixar os requisitos para a dispensa de registro e a internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 53, de 2022** que: "Requer Realização de Audiência Pública - Inclusão de Convidados" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 50, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam incluídos convidados na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 51, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 17/2022, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que "dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde" sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Instituto Brasileiro de Direito do Paciente - IBDPAC; o Doutor Henderson Fürst,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Especial de Bioética da OAB-SP." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) e Senadora Dra. Eudócia. **Resultado:** Aprovado. Em seguida, a presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lucas Barreto
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes:

– Cópia do Ofício n° 29, de 2022, da Câmara Municipal de Vereadores de Saldanha Marinho, Rio Grande do Sul, o qual encaminha moções a respeito de temas relacionados à previdência social e aposentadoria;

– Cópia do Ofício n° 6, de 2022, da Associação Bahiana de Medicina, a qual manifesta apoio em prol da sustentabilidade do setor hospitalar na relação dos hospitais com o Sistema Único de Saúde (SUS);

– Cópia do Ofício 108, de 2022, da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, o qual manifesta considerações sobre reajuste dos valores das tabelas do SUS;

– Cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, assistência à saúde e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação das Sras. e dos Srs. Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem duas partes. A primeira parte destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências. A segunda parte destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, bem como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Dando início à primeira parte da reunião, designo Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Gomes, a quem concedo a palavra para proferir o relatório das emendas à LDO.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Senador Lucas Barreto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Senador Nelsinho Trad, que me delegou a responsabilidade de leitura desse relatório, trata-se do parecer da CAS ao PLDO 2023.

Resumo.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo regulamentar, 104 emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas e 42 emendas de texto a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, do Congresso Nacional, ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2023.

Preliminarmente é imposto ressaltar que esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos da parte especial do parecer preliminar da CMO, pode apresentar emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas, e emendas de texto sem limite para o número de emendas.

A seleção das três emendas de inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas a serem apresentadas por este Colegiado considerou as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas. Dessa forma, as emendas que acolhemos encontram-se discriminadas na tabela a seguir.

Emendas para inclusão de ação no Anexo de Prioridades e Metas a serem apresentadas pela CAS:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1. Código de descrição da ação: 8535 – estruturação de unidades de atenção especializada em saúde. Valor: R$8 milhões. Autores: Senadora Mara Gabrilli, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Leila Barros, Senador Veneziano Vital do Rêgo e Senador Nelsinho Trad.

Emenda nº 2. Código de descrição da ação: 8581 – estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde; serviço estruturado. Valor: R$30 milhões. Autores: Senador Randolfe Rodrigues, Senador Paulo Paim, Senadora Zenaide Maia, Senador Fabiano Contarato, Senador Paulo Rocha, Senador Nelsinho Trad e Senador Rogério Carvalho.

Emenda nº 3. Código de descrição da ação: 219G – estruturação da rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social; serviço estruturado. Valor: R$10 milhões. Autores: Senadora Leila Barros, Senadora Nilda Gondim, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Nelsinho Trad e Senador Mecias de Jesus.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação de todas as emendas de texto apresentadas e das três emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas acima listadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização da apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Coloco em discussão o relatório do Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passemos à segunda parte da reunião.

Informo que foi retirado de pauta o item 1, Projeto de Lei 2.101, de 2019, a pedido do Relator, Senador Alessandro Vieira, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2101, DE 2019 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2015)

- Não terminativo -

Acrescenta art. 15-A à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre as condições de repouso dos profissionais de enfermagem durante o horário de trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Contrário ao Projeto de Lei nº 2101, de 2019 (Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4998-B de 2016 do Senado Federal - PLS nº 597/2015 na Casa de origem).)

Item 2:

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4223, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 4223, de 2021, nos termos de emenda substitutiva que apresenta (com acatamento parcial das Emendas nº 1, 2 e 3), e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1998, de 2020.

Observações:

Em 22/06/2022, o Senador Eduardo Gomes apresentou a Emenda nº 4 (dependendo de relatório).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[Tramita em conjunto o Projeto de Lei n° *1.998, de 2020, não terminativo, que altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; e revoga a Lei n° 13.989, de 15 de abril de 2020.*

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei n° 4223, de 2021, nos termos de substitutivo que apresenta (com acatamento parcial das Emendas n° 1, 2 e 3), contrário à Emenda n° 4, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei n° 1998, de 2020.

Observações: Em 22/06/2022, o Senador Eduardo Gomes apresentou a Emenda n° 4.]

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para leitura do relatório.

Registro as presenças das Deputadas Carmen Zanotto e Adriana Ventura no Plenário desta Casa.

Sejam bem-vindas, Deputadas!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Presidente, os meus cumprimentos! Bom dia!

Presidente, eu me dirijo a V. Exa.... V. Exa. me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sim, alto e claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Que bom!

As minhas saudações a V. Exa. e as minhas desculpas por não me fazer presente na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu quero saudar aos demais outros companheiros e companheiras que integram esse Colegiado.

Queria perguntar a V. Exa. se o nosso companheiro Senador Esperidião Amin, autor do Projeto 4.223, encontra-se remotamente ou se está presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Ele estava presencialmente agora há pouco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Deixe-me dividir com V. Exa. uma situação – e aí eu quero respeitosamente dirigir-me às nobres e queridas Deputadas: Adriana Ventura, que responde, como autora, por projeto que tem o mesmo escopo, o mesmo alcance, e que versa, portanto, sobre telessaúde: e quero saudar a minha nobre e estimada (*Falha no áudio.*)... também quando tive a honra de poder ter assento à Câmara dos Deputados, a Deputada Carmen Zanotto.

O meu relatório... Como V. Exa. bem sabe, Presidente Lucas Barreto, regimentalmente, ao apreciarmos, como é o caso, projetos que versam sobre objetos comuns, nós temos que, ao fazê-lo, ao final definir por qual deles, em face aos fundamentos e argumentos, ou seja, o Regimento da Casa, diferentemente do Regimento da Câmara dos Deputados, não nos permitiria fazer um juízo aprovando-os, ou seja, aprovando projetos que têm as suas similaridades.

O que eu quero aqui pontuar – e era muito importante que nós ouvíssemos o Senador Esperidião Amin – é que a minha análise leva à prejudicialidade do Projeto 1.998, no reconhecimento aos seus fundamentos, no reconhecimento àquilo que tão bem qualificado foi pela iniciativa da Deputada Adriana Ventura; ou seja, pela prejudicialidade e pela aprovação do Projeto 4.223, de autoria do Senador Esperidião Amin.

A Deputada Adriana Ventura – também há poucos instantes eu tive a alegria de falar à mesma por telefone – sugeriu que nós fizéssemos a análise em separado, ou seja, eu fico numa situação que é delicada, porque, há cerca de duas, três semanas, o Senador Esperidião Amin carinhosamente, quando nós nos encontrávamos até remotamente, dizia: "Veneziano, vamos tentar debater o tema telessaúde". E eu me comprometera, como assim eu fiz, desde a semana passada, ouvindo os setores que integram e que têm interesse para construir a melhor peça, a melhor matéria. Nós ouvimos todos, e nós levamos, só que na semana anterior não foi possível que nós debatêssemos e deliberássemos, e esta semana estamos diante desta chance.

Mas eu queria ouvir o Senador Esperidião Amin e até também saber como nós podemos proceder, porque, diante de uma realidade que é a realidade que nos é imposta regimentalmente, nós não temos como deixar de ter a prejudicialidade (*Falha no áudio.*) ... dois. E o que nós aqui (*Falha no áudio.*) ... com os motivos que nós expusemos e que são motivos do conhecimento das Sras. e dos Srs. Senadores, era o de aprovar o 4.223, com toda as menções, com todas as justas identificações que foram apresentadas pela Deputada Adriana Ventura, mas aprovar o 4.223.

Eu queria ouvir o Senador Esperidião Amin e também ouvir V. Exa. e os companheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Esperidião Amin com a palavra. (*Pausa.*)

Ele quer ouvir o Senador Esperidião.

Atendendo a solicitação do Senador Veneziano, estamos aguardando para ouvir o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não estando *online*, coloco a matéria em discussão.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, tem uma emenda do Eduardo Gomes, tenho aqui também uma questão ocupacional que a gente precisava discutir com o Relator. Eu conversei com ele, mas eu só posso pedir vista depois de ler o relatório, regimentalmente. Então, eu não poderia pedir vista agora, mas no entendimento eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – Pode já ler o relatório...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu, de qualquer forma, vou pedir vista para tentar ainda com o Senador Veneziano, pessoalmente, conversar para ver um ajuste ainda nessas emendas, se for possível a gente conversar. Então, de qualquer forma, eu vou pedir vista para... Agora, eu não sei se vai ser retirado de pauta, porque foi discutida essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sim, é vista coletiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vista concedida a V. Exa.

Está concedida a vista e está retirada de pauta...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... a discussão, sobrestada para a próxima sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... ele falou na possibilidade – estávamos ao telefone – de tirar da pauta ou não? Continua na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não, o pedido de vista é regimental...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, sim...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – V. Exa. pediu vista, automaticamente está fora de pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim, mas é que, se tira da pauta, a gente depois teria mais um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Está sobrestado; estará na pauta da próxima reunião da CAS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu só pediria ao Relator para a gente ter uma atenção especial nessas questões, porque são importantes essas emendas que ainda não estão contempladas no relatório e, inclusive, sobre a questão do próprio projeto da Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, que está pedindo a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, essa emenda... Pelo que entendi, a matéria está prejudicada para análise nesta sessão, porque, como é regimental, o pedido de vista foi acatado por V. Exa., mas, se me der um minuto, eu vou ler a justificativa da apresentação da emenda e posso adicionar outras discussões sobre a apresentação e a importância dessa emenda ao Relator, ao autor, ao Líder, Senador Izalci, até porque, como depende de regulamentação, essa emenda segue o preceito de algumas matérias já votadas no próprio Congresso Nacional, desde a mudança de base tecnológica até aquilo que nós enfrentamos durante a pandemia da covid-19, que ainda dura.

Vou ler aqui, rapidamente, para debate, sem prejuízo nenhum, porque não será analisada hoje, mas entendendo que é pertinente a emenda pelo senso da realidade do que nós estamos vivendo hoje, no Brasil, de mudança de plataforma e necessidade de atendimento popular de saúde, além do próprio SUS, também pelos serviços de plano de saúde, de saúde complementar, o drama que a população brasileira vive pela ampliação de necessidade de serviços públicos de saúde e a falta de oferta pelos modelos tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justificativa.

A telessaúde tem como principais objetivos a ampliação do acesso da população e o aumento da qualidade e redução dos custos dos serviços de saúde no Brasil. A telessaúde já é uma realidade em todo o mundo, e a pandemia da covid-19 ampliou esse tipo de estratégia de assistência à saúde.

Os estabelecimentos de saúde são ambientes propícios para disponibilizar o serviço de telessaúde, pois estão estruturados para tal e são fiscalizados continuamente pelos órgãos sanitários brasileiros.

Portanto, permitir a telessaúde em todos os estabelecimentos de saúde pode contribuir para a melhoria da saúde no Brasil, antecipando diagnósticos, ajudando na manutenção do tratamento, evitando a ruptura do tratamento, o que é tão custoso à saúde brasileira, e principalmente ampliando o acesso da população aos serviços de saúde.

Além disso, autorizar a intermediação de plataformas de telessaúde nos estabelecimentos de saúde é ampliar a utilização dos estabelecimentos que já têm, por natureza, conhecimento e *expertise* necessários aos cuidados com a saúde, assim ampliando o papel desses estabelecimentos nas comunidades em que eles estão inseridos, dando acessibilidade mais ampla.

Neste momento pós-pandemia, que impõe inúmeros desafios para os sistemas de saúde, a modernização do modelo atual pode contribuir na melhoria da qualidade da atenção primária no Brasil. Para tanto, a telessaúde, agregada a testes rápidos, pode ampliar o diagnóstico precoce e diminuir os custos de saúde, contribuindo, assim, com a sustentabilidade do sistema.

É importante registrar que as farmácias são os estabelecimentos de saúde mais acessíveis para a população, e a oferta de serviços de telessaúde permitirão a ampliação da atenção primária no Brasil. As farmácias já fizeram mais de 18 milhões de testes de covid... Na base de sustentação hospitalar oferecida de maneira ampla à população, ainda se fez, mesmo que alguns não concordassem, uma base de 18 milhões de testes de covid, que foram feitos ao longo da pandemia, num dos mais importantes estabelecimentos de saúde no país. É corriqueiro ver nas cidades brasileiras, tanto na capital como nos 5.700 municípios, a atenção, a acessibilidade e a condição da ampliação de disponibilidade de testes de covid, quando as farmácias assim foram autorizadas a fazer esse procedimento. É público e notório, inquestionável.

É nesse contexto de melhoria do ambiente de saúde do brasileiro que apresentamos a presente emenda, trazendo para o país o estado da arte de cuidado com a população que as farmácias podem dispensar à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, considerando a relevância da temática da proposta, pedimos aos nobres pares a aprovação.

Sabemos que a votação só ocorrerá em outra sessão, mas eu queria ainda adicionar, ao tempo moderno, que além de toda tragédia que sofremos no mundo com a pandemia, alguns legados são inquestionáveis sob o ponto de vista de acesso tecnológico a serviços essenciais da população brasileira.

Vou citar aqui a bancarização e a condição que o Brasil conheceu através da identificação daqueles que necessitavam de auxílio emergencial, e agora a ampliação do programa Auxílio Brasil e de serviços públicos que são oferecidos nessa mesma plataforma, que reúne mais de 14 milhões de brasileiros novos, num sistema inédito de capilaridade de serviço público de diversas matizes.

Também não preciso nem falar daquilo em que se transformou o que a gente achava que era impossível, mas que hoje é imprescindível na vida do brasileiro, que é o Pix, que deve ser aperfeiçoado, que deve ter observação fiscal, análise para fraude, para segurança, é um processo em evolução, mas é uma realidade.

Também vou deixar aqui, como último exemplo, a questão da bancarização dos postos de atendimento lotérico no país, que em mais de 3 mil municípios se transformam em uma instituição financeira disponível para a população de baixa renda, facilitando acesso e condições de atendimento.

Os planos de saúde no país. Acabamos de discutir toda a questão com relação aos planos de saúde e atendimento aos autistas, a categorias que requerem mais atenção, e tudo isso só ocorre com muita dificuldade porque os custos são amplos e a telemedicina é um processo de desafio no seu aperfeiçoamento.

Eu sei que tudo isso que nós estamos discutindo aqui deve ser regulamentado no tempo e à ordem, observando os padrões de segurança de saúde e os padrões de preservação de qualidade profissional. Como haverá sempre um médico respondendo pelo atendimento, um profissional de saúde, é possível, sim, que essa emenda dê rapidamente milhões de acessos aos brasileiros, que não precisam se locomover, e que pode envidar, num processo de saúde preventiva, a melhoria do sistema de saúde no nosso país.

Então, essa é a breve justificativa, mas eu estou aberto também para sugestões e para entender que a regulamentação da matéria nesse momento, de maneira muito competente relatada pelo Senador Veneziano, tem essa característica de desafio para entendermos, conversando com as entidades, qual é a melhor solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa é certa: oferta de serviço a quem não tem acesso sempre é uma boa prática, sempre é importante e recentemente foi provado, principalmente com relação à oferta dos testes, que é saúde disponível para aquele que mais precisa e que não consegue chegar ao serviço público de saúde tradicional, muitas vezes até pela dificuldade de condução.

Quero agradecer ao Relator a compreensão.

Que a gente venha a discutir de novo esse assunto, mas é essa a justificativa para essa emenda específica, e por isso eu lhe agradeço esse tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Antes eu quero consultar o Senador Veneziano Vital do Rêgo para perguntar-lhe se ele leu o relatório, se ele considera lido o relatório ou se ele vai...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero pedir a compreensão de V. Exa.

A emenda que foi apresentada pelo estimado, competente, respeitoso e muito amigo nosso Senador Líder Eduardo Gomes nos chegou a conhecimento de ontem à noite para hoje. Eu tive, inclusive, no nosso relatório, até por força do chamamento à sua defesa, que me posicionar contrariamente e expus as razões, sem desconhecer, absolutamente, como ele próprio já o fez em defesa verbal competentemente... Eu me posicionei contrariamente à emenda apresentada, como a uma outra que foi trazida pelo Senador Izalci Lucas.

Eu queria pedir a V. Exa., em face de não querer produzir um resultado que não possa atender ao sentimento colaborativo dos meus pares... Esse é um tema palpitante. Em que pese nós termos que avançar com a realidade atual dos avanços tecnológicos, de poder aproximar, notadamente de fazer com que os serviços na área de saúde cheguem, quando nós sabemos que há tantas limitações, nós não podemos fazer de um serviço um desserviço. Temos que ter esses cuidados também, essas ponderações. Nós temos que nos esmerar quanto mais possamos a fazer algo melhor, produzir legislativamente algo melhor. Eu pediria a V. Exa. – e gostaria muito que o Senador Esperidião Amin pudesse me ouvir, porque sei das suas expectativas em razão da produção que nós conjuntamente fizemos – que, na próxima terça-feira, se possível for, V. Exa. deixasse definido com a sua Secretaria para que nós assim o façamos, porque aí eu vou ter o tempo hábil necessário para que nós conversemos em relação à sugestão que foi feita pelo Senador Izalci, à outra emenda que foi defendida pelo Senador Eduardo Gomes e no tocante também à preocupação que foi externada pela Deputada Adriana Ventura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que V. Exa. pudesse assegurar, se possível for, que nós incluamos como item para a próxima terça-feira em nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu passo a palavra ao nosso Líder, mestre, Senador Esperidião Amin.

Antes, se V. Exa. me permitir, queria cumprimentar a Senadora Eudócia: seja bem-vinda a esta Comissão. E já anuncio que, após a fala do Senador Esperidião Amin, está com a palavra a Senadora Eudócia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Mais um motivo, Presidente, para eu ser muito conciso.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, quero cumprimentá-lo pela dedicação e pelas convicções que ele, com muito estudo e propriedade, assumiu nesse substitutivo que ele apresentou.

Segundo, eu não posso deixar de cumprimentar, pelo trabalho feito na Câmara dos Deputados, tanto a Deputada Adriana Ventura, quanto a minha conterrânea e querida amiga Deputada Carmen Zanotto, cujo trabalho, cuja dedicação em favor da saúde no Brasil é reconhecida por todos nós. As duas representam um grupo mais numeroso e qualificado de Deputados e Deputadas Federais que apresentaram o projeto da telemedicina, se a memória não me falha, em 2020...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – No início de 2020.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ou seja, quando praticamente nós inaugurávamos as consultas remotas como prática na pandemia, para falar do mais simples, do mais singelo.

O projeto que eu tive a honra de apresentar e que já se intitulou "Telessaúde" na sua origem foi enriquecido pelas iniciativas da Câmara. Por isso, tanto a Deputada Adriana Ventura quanto a Deputada Carmen Zanotto e as suas representadas são mais do que coautoras, são autoras da ideia.

O que está acontecendo aqui e é regimental é a intervenção do nosso atuante Senador Izalci Lucas pedindo vista. Eu entendo que o pedido de vista é uma oportunidade para se fazer conciliação.

Por isso, Senador Veneziano, eu tenho a certeza de que, sob a batuta de V. Exa., esse prazo, seja de sete dias ou de seis dias, será muito intensamente aproveitado para se buscar essa conciliação que a telessaúde merece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única observação que eu faço é que eu não gostaria de ver, Senador Izalci, Deputada Adriana Ventura, a telessaúde vinculada à Lei do SUS. Eu acho muito perigoso colocar dentro da Lei do SUS uma ferramenta que vai sofrer tantas alterações, como a telessaúde, certamente, sofrerá nos próximos cinco anos, só para exemplificar. A telessaúde é um horizonte novo para a saúde, e é evidente que o principal usuário dos serviços de saúde no Brasil é o SUS (Sistema Único de Saúde), sem falar nos privados, nos comunitários, etc. Então, essa é uma opção que tem que ser feita. Eu não gostaria de ver o serviço conjunto de telessaúde, que vai crescer, que vai evoluir, amarrado à Lei do SUS. O SUS eu considero o maior patrimônio que o Brasil comprovou durante a pandemia. Dra. Eudócia, o SUS, para quem tinha dúvida, salvou o Brasil e nos coloca hoje numa situação invejável.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: lendo *Uma Terra Prometida*, Volume I, que é a história do Governo Barack Obama, eu me deparei com a luta ingente dele para aprovar o Medicare, o Obamacare, que representa 30% do que o SUS representa para o Brasil; com o esforço que ele fez, mas não conseguiu a maioria qualificada de 60 Senadores, que daria longevidade à lei – e, por isso, ela já foi revogada.

Nós temos esse patrimônio, várias vezes considerado falho, defasado... Não! Ele é um patrimônio. Há várias questões que devem ser aperfeiçoadas, desde a remuneração de serviços básicos, principalmente... Agora, submeter a Lei do SUS à frequência de atualização que a telessaúde vai ter que encarar, porque é uma evolução vertiginosa o serviço de telessaúde... É só ver o que nós éramos em termos de telessaúde antes e depois da pandemia. Em dois anos e meio, nós transformamos as nossas relações. Por isso, foi muita oportuna a iniciativa da Câmara dos Deputados. Agora, eu acho que é um risco desnecessário vincular telessaúde ao Sistema Único de Saúde, porque uma coisa é estrutural, que é o Sistema Único de Saúde, que consegue estabelecer na Federação brasileira uma centralidade decisória e uma convergência de recursos, e, na telessaúde, nós vamos encarar todas as inovações possíveis, algumas que nós não conseguimos sequer vislumbrar hoje... Então, a lei da telessaúde tem que ser uma lei para ser continuadamente aperfeiçoada e evoluída.

Fora isso, acho que todas as contribuições serão úteis, e o projeto que se aprovará será apenas o primeiro, como já temos uma portaria ministerial, como já tivemos antes a regulação das consultas remotas na pandemia, com muita flexibilidade, a flexibilidade que a tecnologia nos impuser.

São essas as minhas palavras, renovando aqui o meu profundo respeito à iniciativa das Deputadas Adriana e Carmen Zanotto de virem aqui.

E também aplaudo mais uma vez a dedicação do Senador Veneziano. Este projeto e as suas responsabilidades estão em muito boas mãos com o Relator, o Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que, se fosse da Comissão, eu votaria a favor do pedido de vista, porque ele é uma oportunidade de um encontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Antes de conceder a palavra ao Senador Izalci, quero lembrar ao Senador Veneziano que ele precisa dizer se vai ler o relatório ou se vai ler na outra sessão, porque, se for ler na outra sessão, cabe pedido de vista novamente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A gente pode sobrestar para deixar para ler na próxima...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – É preferível, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Pronto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – ... sem perder, obviamente, regimentalmente, o que cada um e cada uma dos Srs. e das Sras. Senadoras terão a partir do momento em que nós venhamos a fazer a leitura, pedindo vista. Vamos tentar fazer com que, já para a próxima oportunidade, levemos de forma consumativa.

De minha parte, até terça-feira ou quarta-feira, no caso, eu estarei apto, com a ajuda dos companheiros colaboradores.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra a Senadora Eudócia.

Já, já, concedo a palavra ao...

Nossa querida Senadora...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL. Para discutir.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Presidente Lucas Barreto, cumprimentar o meu amigo Senador Izalci, a Deputada Adriana Ventura, o Senador Esperidião Amin e todos os colegas Senadores e Senadoras que estão participando deste momento.

Parabenizo o Senador Esperidião Amin pela autoria do PL 4.223, de 2021, e o Senador Veneziano Vital do Rêgo pela relatoria. Ressalto também a importância do PL 1.998, de 2020, aprovado na Câmara dos Deputados, e quero aqui ressaltar a importância da contribuição do Deputado JHC, que, junto da Deputada Adriana Ventura, elaboraram, começaram, deram o início da elaboração exatamente da questão da telemedicina, que agora nós colocamos como telessaúde. E quero colocar, neste exato momento, a importância desse tema que está sendo discutido e que, desde antes da pandemia da covid-19, teve a participação fundamental tanto do Deputado JHC, que hoje é Prefeito de Maceió, como da Deputada Adriana Ventura e demais Parlamentares.

Essa matéria busca dar respaldo legal aos serviços de telessaúde no Brasil, prática que ganhou mais notoriedade no período de pandemia e que precisa ser consolidada e estimulada sem prejudicar o acesso ao atendimento presencial, caso seja opção do profissional de saúde ou do usuário.

Acredito que essa iniciativa trará muitos benefícios para a sociedade, possibilitando que pessoas que vivem em localidades distantes tenham acesso a serviços de saúde. Além disso, essa regulamentação dá opção àqueles que, por algum motivo, têm dificuldade para acessar o atendimento presencial.

São medidas como essa que aliam o bom uso da tecnologia às necessidades reais da sociedade, que realmente causam transformações positivas e fomentam um ambiente mais inovador e próspero em nosso país.

E quero aqui, Presidente Lucas Barreto, agradecer a sua cordialidade, a sua receptividade, e quero dizer a V. Exa. e demais pares que estou aqui para contribuir nesta Comissão tão importante para os destinos da saúde e de todos os outros ofícios de que a gente trata aqui, neste momento, para o nosso país e para os nossos respectivos estados.

Quero parabenizar os autores e Relatores desta matéria e quero reforçar o pedido para que as emendas sejam melhor analisadas para a próxima semana, porque aí nós teremos um tempo maior para nos debruçarmos sobre essa questão de tanta importância para o nosso país e para os nossos respectivos estados.

Eu agradeço a oportunidade, Presidente Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Quero lembrar aos Srs. Senadores que nós teremos projetos terminativos, então há a importância de todos os Senadores continuarem na sessão remota.

O item 2, então, está adiado.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa, não posso deixar também de, primeiro, parabenizar a iniciativa da Deputada Adriana, com vários outros – Carmen Zanotto, JHC – que participaram da elaboração do projeto – eu acho que já é bem antigo o projeto – e também o Esperidião Amin, pela iniciativa aqui.

Lógico que a telemedicina é uma revolução tecnológica. Basta ver o Judiciário. Ontem estive com o Presidente do Supremo Tribunal Federal juntamente com o Presidente Rodrigo Pacheco e alguns líderes, e ele foi taxativo: o Judiciário, que tinha 110 mil processos, baixou para 11 mil, exatamente pela revolução da questão virtual, da questão tecnológica, da inovação.

Lógico que o Sistema Único de Saúde não paga e atende a qualquer coisa. Está regulamentado o que é cadastrado, o que é permitido, o que não é permitido. Lógico, com a introdução da tecnologia, nós não vamos, evidentemente, de forma alguma, até porque ninguém defende mais o Sistema Único de Saúde que nós mesmos... Aqui todos... Acho que o Sistema Único de Saúde é unanimidade no Congresso Nacional em termos da importância do sistema. Agora, a tecnologia vai de fato economizar muito, porque grande parte de tudo que era necessário fazer presencialmente poderá ser feita virtualmente. Mas nada será feito sem a regulamentação e a autorização do Sistema Único de Saúde.

Então, essa iniciativa de prorrogar para semana que vem esse debate acho importante. É um tema relevante que não pode ser aprovado assim, sem um diálogo maior. Eu sei que já teve 20 audiências na Câmara, aqui nós tivemos uma audiência pública, mas tem aqui a emenda do Eduardo Gomes, nosso Senador, também tenho aqui algumas preocupações de melhoria no texto, e eu gostaria muito também de ter o tempo de conversar com o Relator, para que a gente possa melhorar. O objetivo aqui é melhorar o projeto, a redação, para a gente beneficiar a população, porque a política pública é feita direcionada para o cidadão. Então, para tudo que for para melhorar o projeto a gente precisa se esforçar.

Então, o que está acontecendo é a retirada. A leitura será feita na semana que vem. Lá, então, a gente vendo o relatório lido, a gente vê a questão de aprovação ou não, de vista ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pela iniciativa, e agradeço, Senador Veneziano, pela oportunidade de a gente poder discutir um pouco melhor e aperfeiçoar o projeto.

Presidente, era essa a minha observação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Item 3.

Projeto de lei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um detalhe. É porque eu vou presidir a Comissão ali, estão me chamando já, mas tem um projeto do Eduardo Girão cujo relatório ele me pediu que eu pudesse fazer *ad hoc*. Se V. Exa. puder fazer a inversão, é o item 7. Eu poderia fazer e depois me dirigir a outra Comissão, a de Ciência e Tecnologia. (*Pausa.*)

Vamos retirar de pauta o item 3, que é um projeto terminativo, porque não temos quórum.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5094, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- A matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 04/12/2019.

3- Em 17/05/2022, foi lido o relatório, e adiada a discussão e votação.)

Item 7.

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a realização de exames em gestantes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu farei, Presidente, *ad hoc*. Ele pediu que eu fizesse a leitura do relatório por ele.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Convido o Senador Izalci Lucas para ler o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k., Presidente. Muito obrigado.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 130, de 2018, de autoria do Deputado Weverton, que dispõe sobre a realização de exames em gestantes.

Composto por três artigos, o PLC pretende incluir os seguintes procedimentos no protocolo de assistência às gestantes da rede pública de saúde, observada a disponibilidade orçamentária: 1) exame de ecocardiograma fetal no pré-natal; e 2) pelo menos dois exames de ultrassonografia transvaginal, durante o primeiro quadrimestre da gestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso seja constatada qualquer alteração que coloque em risco a viabilidade da gestação, o médico responsável deverá encaminhar a gestante para a realização do procedimento necessário.

A lei que eventualmente se originar do projeto terá início de vigência na data de sua publicação.

De acordo com o autor, o projeto pretende assegurar a identificação precoce e a correção oportuna de anormalidades do bebê na fase intrauterina.

No Senado, a proposição será analisada pela CAS e pelo Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PL nº 130, de 2018, é apreciado pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Nesse sentido, compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito a proteção e defesa da saúde e a competências do Sistema Único de Saúde, conforme disciplina o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Por conseguinte, a proposição sob análise, que dispõe sobre a assistência à saúde das gestantes, é pertinente à temática desta Comissão.

Registre-se, inicialmente, que a proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde – que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Também está de acordo com os mandamentos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61, da Constituição Federal). Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta. O projeto de lei também atende aos requisitos de juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Em relação ao mérito, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), a ecocardiografia fetal é uma ferramenta fundamental para o diagnóstico cardiológico intrauterino, podendo detectar alterações estruturais e funcionais do coração do feto. Assim, segundo a entidade, em razão da importância do diagnóstico intrauterino de cardiopatias congênitas e arritmias graves, todos os esforços devem ser feitos no sentido de examinar o coração do feto por meio da ecocardiografia, como rotina de avaliação pré-natal, em todas as gestações, independentemente da presença de fatores de risco para cardiopatias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, esse método diagnóstico permite a identificação de cardiopatias graves ainda na vida intrauterina, o que possibilita um planejamento antecipado das ações clínico-cirúrgicas de emergência a serem executadas logo após o nascimento, ou ainda antes dele.

Por sua vez, a ultrassonografia transvaginal é um exame diagnóstico não invasivo e de baixo custo, utilizado para a avaliação dos órgãos reprodutivos femininos. Apresenta imagens com maior definição, quando comparado ao exame realizado pela via abdominal, porque possibilita maior proximidade com os órgãos genitais internos. É um exame essencial para a confirmação da gravidez, avaliar a implantação do embrião e calcular a idade gestacional de forma precisa. É amplamente utilizado para analisar a anatomia embrionária e fetal no primeiro trimestre da gravidez, e para avaliar a biometria e morfologia do colo uterino nas gestações mais avançadas, mostrando-se fidedigno para a predição do parto prematuro.

O parto prematuro é a principal causa de morbimortalidade pós-natal. No entanto, a prevenção da prematuridade continua a ser um desafio para a obstetrícia. A dificuldade na identificação de gestantes com risco elevado para o parto prematuro e a falta de um método terapêutico eficaz para a sua inibição são os principais motivos para as altas taxas de prematuridade.

A ultrassonografia transvaginal surgiu, nesse contexto, como a tecnologia de escolha para o rastreamento do parto prematuro grave, idade gestacional inferior a 33 semanas. O método pode ser aplicado na população de alto ou de baixo risco para a prematuridade, em mulheres sintomáticas ou assintomáticas. O parâmetro mais importante do exame é o comprimento do colo uterino. Quanto menor, maior o risco para o parto prematuro.

Resta claro, portanto, o mérito das medidas propostas pelo projeto de lei sob análise. O único reparo que merece ser feito é em relação ao art. 2°, cujo texto pode ser aclarado, mediante a apresentação de emenda de redação, para dar encaminhamento adequado às situações clínicas graves, ou seja, àquelas que representem risco de vida para a gestante ou para o feto.

O voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 130, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA N° - CAS (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao art. 2° do Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2018, a seguinte redação:
"Art. 2° Se constatada qualquer alteração que coloque em risco a gestação, o médico responsável encaminhará a gestante para a realização do procedimento necessário no sentido de preservar a vida da gestante e da criança por nascer".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra a querida Senadora Zenaide Maia, para discutir o projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu pediria, com todo o respeito, ao colega que relatou aí... Na verdade, quanto a essa emenda que diz que é só adaptação do texto, tem dois termos que modificam totalmente o projeto. Por exemplo, ele excluiu do texto a expressão "viabilidade de gestação em caso de risco para a gestante". E também, no projeto, o médico fica obrigado (*Falha no áudio.*) ... desse projeto para a gente ter um olhar diferenciado, porque tem alguns termos aqui que são daquele projeto de lei que criava o estatuto da gestante e que a gente recusou aqui. Por isso que eu estou pedindo vista, viu, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Porque na lei, quando você diz "deverá encaminhar", o médico fica obrigado a encaminhar e excluir a viabilidade da gestação. Isso não pode, isso não está correndo. Por isso que eu estou pedindo vista, para a gente fazer uma melhor discussão sobre esse projeto, viu, Izalci?

É muito importante esse projeto de Weverton Rocha, nosso colega Senador. Mas eu queria pedir vista, porque essa exclusão do texto, essas duas exclusões, na verdade, praticamente não vão valer, porque é "deverá" ... O médico tem que ter a obrigação, num caso desses, de encaminhar. E também não pode excluir a viabilidade da gestação. Isso faz parte. O projeto tem méritos demais para a gente fazer essa correção no texto, mas essa mudança muda praticamente todo o projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, V. Exa. me permite? (*Pausa.*)

Concordo com a Senadora Zenaide. Eu não sou o Relator, sou Relator *ad hoc.* Então, eu concordo com o pedido de vista, também peço vista conjunta, para a gente poder, na semana que vem, também colocar na pauta e a gente corrigir a redação, para ficar de uma forma... Esse "deverá ou poderá" faz uma diferença grande, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Já lido o relatório, então concedo vista coletiva ao Senador Izalci e à Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/REDE/PDT - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Lucas. Cumprimento o Senador Izalci, a Senadora Zenaide e todos os presentes.

Também reforço o pedido de vista. Sobre os argumentos feitos pela Senadora Zenaide, eu endosso a argumentação, entendendo que teve retirada de itens, de artigos do projeto, o que compromete a essência e o objetivo real da matéria. Então, pedindo realmente vênia a todos envolvidos, nós precisamos de um tempinho a mais para avaliar e quem sabe até ajudarmos a aprimorar o texto, quem sabe voltar ao texto original. Vamos fazer esse apelo, de repente. Sei que o Senador Izalci é Relator *ad hoc* aí, mas vamos pedir ao Senador Girão para que reveja a sua posição e o texto.

Então, nesta próxima semana, nós vamos conversar, todos os membros aí da Comissão, para reavaliar e aprimorar o texto. Então, eu também reforço o pedido de vista, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Concedido, então, o pedido de vista.

Passaremos ao item 6.

E eu quero convidar a Senadora Eudócia para presidir esta sessão, para que eu possa ler o relatório. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Dando continuidade, iremos para o item 6.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3253, DE 2019

- Terminativo -

Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação para o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 07/06/2022.

Concedo agora a palavra ao Senador Lucas Barreto, para a leitura do relatório.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.253, de 2019, do Senador Paulo Paim, que regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

O art. 1º da proposição define quem se enquadra, para fins legais, no conceito do referido agente.

O art. 2º elenca como requisitos para o exercício do mencionado ofício a conclusão do ensino fundamental, bem como o término de curso de capacitação profissional. Garante-se, entretanto, a continuidade do desempenho do ofício em testilha aos trabalhadores que o exerçam até a data de publicação da lei oriunda da aprovação do PL nº 3.253, de 2019.

No art. 3º, especifica-se que se aplicam ao profissional em comento as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, bem como as regras de segurança positivadas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

O art. 4º limita a jornada dos profissionais em exame a seis horas diárias e trinta e seis horas semanais, enquanto o art. 5º fixa, a favor deles, piso salarial de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O aludido piso, consoante §2º do art. 5º, não se aplica à administração pública direta e indireta dos entes da federação.

O art. 6º garante aos obreiros em comento, caso se exponham a substâncias nocivas às suas saúdes, o pagamento de adicional de insalubridade, nos patamares de 10%, 20% ou 40% sobre o salário-base, a depender do grau de nocividade do agente insalubre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o art. 7° determina que eventual lei oriunda da aprovação desta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se reconhecer a relevância da profissão ora regulamentada.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, não tendo havido, até o momento, a apresentação de emendas.

A análise.

Consoante se depreende dos arts. 90, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que versem sobre direito do trabalho.

Além disso, a competência legislativa para disciplinar a matéria é privativa da União, art. 22, XVI, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União, à luz do art. 48 da Carta Magna.

Por não se tratar de matéria reservada a lei complementar, a lei ordinária é o instrumento adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, são pertinentes as razões expostas pelo autor da proposição, o Senador Paulo Paim. De fato, os profissionais em testilha, além de forte estigma social, laboram em condições nocivas às respectivas saúdes, ante o contato com diversos agentes insalubres existentes no meio urbano. Além disso, não se pode ignorar o esforço inerente às funções de coleta e limpeza de resíduos urbanos, o que as torna penosas para o organismo humano.

Em face de tais circunstâncias, indispensável a atuação deste Parlamento, no sentido de valorizar monetariamente a ação destes profissionais, garantindo a eles o pagamento de piso salarial condizente com a importância de sua atividade, sem prejuízo do adicional de insalubridade inerente ao seu trabalho.

Outro ponto de relevância do projeto em exame consiste em limitar as durações diária e semanal do labor destes trabalhadores em seis horas diárias e 36 horas semanais. Atividades penosas, como a ora analisada, demandam grande esforço físico daqueles que as realizam, o que torna inviável, dado o desgaste fisiológico gerado no corpo humano, submetê-los aos mesmos limites temporais das demais atividades laborais.

Por isso, deve-se louvar a iniciativa do Senador Paulo Paim, que, além de valorizar financeiramente os mencionados profissionais, milita no sentido de preservar a sua saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição, assim, merece a chancela deste Parlamento. Entretanto, alguns aperfeiçoamentos podem ser feitos em seu teor. O primeiro deles consiste em melhorar a delimitação do âmbito de atividades destes profissionais, com alteração da redação do *caput* do art. 1° do projeto, para suprimir da competência destes trabalhadores a coleta de resíduos sólidos industriais e de resíduos sólidos de serviços de saúde.

Com isso, pretende-se circunscrever as suas atribuições em face da classificação quanto à origem dos resíduos sólidos previstos no art. 13, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d" da Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências".

Assim, configura-se atribuição destes profissionais a coleta de resíduos sólidos domiciliares, originários de atividades domésticas em residências urbanas; de resíduos de limpeza urbana, originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; e também resíduos sólidos urbanos em geral, além dos originários de estabelecimentos comerciais e de prestadoras de serviços.

Com isso, dada a maior complexidade e nível de conhecimento e treinamento exigidos, em função da periculosidade e por apresentarem significativo risco à saúde pública e dos trabalhadores, a atividade de coleta de resíduos sólidos perigosos originados de atividades industriais e de serviços de saúde deve ser mais bem debatida em outra oportunidade.

Outro aperfeiçoamento consiste em alterar o inciso I e suprimir o inciso II do art. 2° do PL n° 3.253, de 2019. A exigência de curso de capacitação profissional como condição para o desempenho da mencionada atividade pode impedir a entrada no mercado de trabalho de milhares de pessoas que não tenham condições de pagar o curso em comento. Trata-se de exigência injusta, que alijaria do mercado de trabalho diversas pessoas que precisam de renda para o sustento de suas famílias.

Por isso, a única condição em termos de escolaridade que deve ser exigida para o desempenho da mencionada profissão é a conclusão do quarto ano do ensino fundamental, quando os conhecimentos básicos de leitura, ensino e cálculo terão sido aprendidos, ou a conclusão pelo trabalhador de treinamento específico ministrado pelo empregador. Dessa forma, preserva-se a permanência na profissão daqueles que atualmente nela já se encontram e permite-se que outros possam nela ingressar com os requisitos pertinentes.

Além disso, necessário ajuste redacional no art. 4° da proposição, para eliminar vírgula que separa os limites diário e semanal da jornada de trabalho dos agentes de coleta de resíduos urbanos. Trata-se de erro de digitação constante no texto original do projeto que merece ser sanado neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ajuste redacional que deve ser realizado, no art. 5°, consiste em majorar o valor do piso salarial dos referidos agentes para R$1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta reais). Faz-se necessária sua atualização para garantir aos trabalhadores o mesmo poder de compra desde a apresentação do atual projeto. Do mesmo modo, propõe-se também a substituição do índice de correção anual do piso, conforme previsão do §1° do art. 5° do projeto, para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por ser o aplicável à correção dos créditos trabalhistas.

Por fim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é necessário que se substitua, no art. 6°, a expressão "da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia" por "do Ministério do Trabalho e Previdência", dada a alteração promovida na estrutura ministerial da administração pública da União pela Lei n° 14.261, de 2021. O ajuste em foco, como se percebe, também ostenta natureza redacional.

Diante de todo o exposto, opina-se pela aprovação do PL n° 3.253, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA N° - CAS
Dê-se ao art. 1° do Projeto de Lei n° 3.253, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1° Para os efeitos desta Lei, considera-se agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas, o trabalhador que exerça atividade de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação [...] que, por meios mecânicos ou manuais, coletam resíduos domiciliares, resíduos coletados nos serviços de limpeza, varrição e conservação de áreas públicas, bem como aqueles que executam a limpeza de vias públicas e logradouros e acondicionam o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário e estabelecimentos de tratamento e reciclagem, qualquer que seja a denominação utilizada para designar sua profissão."
EMENDA N° - CAS
Dê-se ao art. 2° do Projeto de Lei n° 3.253, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 2° As atividades arroladas no art. 1° serão exercidas por trabalhadores que tenham concluído o quarto ano do ensino fundamental ou por qualquer pessoa que receba treinamento específico ministrado pelo empregador.
Parágrafo único. É garantido o exercício das atividades a trabalhador que as exerça na data de entrada em vigor desta Lei."
EMENDA N° - CAS (REDAÇÃO)
Dê-se ao art. 4° do Projeto de Lei n° 3.253, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 4° A duração de trabalho normal dos trabalhadores de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas não poderá ser superior a seis horas diárias e trinta e seis semanais, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo."
EMENDA N° - CAS (REDAÇÃO)
Dê-se ao *caput* do art. 5° do Projeto de Lei n° 3.253, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 5° Ao trabalhador de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas é garantido o piso salarial de R$1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta reais) mensais."
EMENDA N° - CAS (REDAÇÃO)
Substitua-se, no § 1° do art. 5° do Projeto de Lei n° 3.253, de 2019, a expressão "Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)" por "Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).
EMENDA N° - CAS (REDAÇÃO)
Substitua-se, no art. 6° do Projeto de Lei n° 3.253, de 2019, a expressão "da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia," por "do Ministério do Trabalho e Previdência".

Parabenizando o Senador Paulo Paim, que, neste projeto, vai garantir dignidade a todos os nossos trabalhadores de limpeza urbana, os nossos garis, os nossos cumprimentos, cumprimentando também a nossa Presidente, Senadora Eudócia, declaro lido o relatório, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Agora concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente Dra. Eudócia, Senador Lucas Barreto, Relator, eu quero de pronto elogiar V. Exa. V. Exa. e sua equipe que dialogou com a equipe do meu gabinete, dizendo que V. Exa. aprimorou o projeto, sem dúvida nenhuma.

O projeto vem de uma discussão antiga, foi apresentado em 2019, mas, desde 2015, nós o estamos discutindo.

V. Exa. e sua equipe, com as mudanças que fez, melhoraram a redação, aprofundaram e valorizaram o próprio piso salarial que estava desatualizado, atualizaram a redação da insalubridade, que é um serviço penoso de fato, atualizaram a carga horária e, inclusive, facilitaram para que o nível de educação do gari fosse de acordo com a realidade das ruas, e como é hoje mesmo. Então, V. Exa. está coberto de razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esse projeto do querido Senador Lucas Barreto, V. Exa., eu diria, entra para a história com o relatório e com todas as mudanças que fez. Lembra-me a lei das empregadas domésticas que, na Constituinte, nós não conseguimos colocar o que gostaríamos que fosse, precisou de uma lei da Senadora, à época, Benedita da Silva, que é também Deputada, e nós conseguimos, então, valorizar a empregada doméstica.

V. Exa., neste momento, está reconhecendo os garis para os homens e as chamadas margaridas para as mulheres.

Pode crer que é um grande projeto. Eu vou torcer porque sei que tem o apoio também do Presidente da Casa para que, aprovando-o, vá direto para a Câmara dos Deputados e lá faremos um movimento para a sua aprovação, exatamente da redação final dada por V. Exa.

Eu digo, em nome dos garis e das margaridas, que foram heróis durante a pandemia, porque a limpeza que eles fizeram nas ruas, enfim, nas cidades, nas palafitas, por todo o Brasil, foi fundamental, como foram os profissionais de saúde, para diminuir o efeito da pandemia.

Muito obrigado, Presidenta, querida Senadora Eudócia.

Muito obrigado, Lucas Barreto, e muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras, estamos, de fato, debruçados sobre pautas humanitárias, pautas do social, e os garis e as margaridas hoje estariam, felizmente, com a sua profissão regulamentada.

É isso, Presidente, estou torcendo para que a gente vote o projeto em homenagem a esse povo tão sofrido.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Agora vamos para o item 10.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Os Direitos Fundamentais e os Planos de Saúde".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, esse requerimento que ora está na pauta, já agradeço ao Presidente da Comissão e a V. Exa., visa a discutir a realidade dos direitos fundamentais e dos planos de saúde.

Até porque a decisão recente do STJ, que diz que nem todos serão atendidos pelos planos de saúde, a não ser uma lista específica que eles vão determinar, merece um debate nesta Comissão de Assuntos Sociais e, por isso, nós estamos convidando para essa audiência pública: representante da Defensoria Pública da União (DPU), representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), representante do Consórcio Nacional de Saúde, representante da Federação Nacional de Saúde Complementar e também representante do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Presidenta, eu, mais uma vez, lembro que a recente decisão do STJ, que entendeu ser taxativo o rol de procedimentos e eventos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), facultando a cobertura de tratamento não previsto na referida lista, traz enorme preocupação para a sociedade brasileira. E foi por esse motivo que, só no Senado, mais de dez projetos foram apresentados. E alguns me disseram: "Por que tantos projetos?". É bom. É bom. Tomara fossem 10, 12, 13, 14, 15, 20 projetos com o mesmo objetivo. Como sou um dos mais antigos no Congresso, que prevaleça sempre o primeiro apresentado, e os outros tantos que foram anexados – o meu é um dos tantos que foram anexados –, então, sejam incorporados ao mais antigo que foi apresentado – e digo aqui que, se não me engano, é o do Senador Randolfe –, sejam todos apensados, e a gente faça, então, um substitutivo global vetando essa decisão do STJ. Enfim, Presidenta, a argumentação aqui é longa.

Esse seria o requerimento, com o objetivo de discutir, debater essa situação que preocupa a todos nós.

E não é porque ele levantou a mão, mas estou vendo aí o Senador Flávio Arns, que é um especialista nessa área, e seria muito bom ouvi-lo também sobre esse tema e, naturalmente, sobre a decisão do STJ que assustou o Brasil todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Agora, eu passo a palavra para o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço também e quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela apresentação do requerimento.

O que foi decidido, na verdade, vem em prejuízo da população brasileira. O rol taxativo não pode existir, tem que ser exemplificativo. Há inúmeras manifestações da área médica e da defesa de direitos nesse sentido. Então, nada melhor do que debatermos esse assunto.

Temos inúmeros projetos de lei, como o Senador Paulo Paim colocou, em relação a esse assunto; um deles, inclusive, é de minha autoria também. Eu quero ressaltar que a apresentação de tantos projetos de lei significa a preocupação do Senado Federal com aquilo que foi aprovado pelo STJ e que está, assim, em desacordo com o que nós pensamos, com o que a sociedade deseja e, principalmente, com aquilo que é melhor para o ser humano, para o cidadão brasileiro.

Há inúmeros procedimentos tão específicos, no caso específico de doenças que surgem e necessidades individuais, que o rol não pode ser taxativo. Isso é um cerceamento do direito fundamental da pessoa à saúde, inclusive planos de saúde pagos também – não são gratuitos, são pagos pelo consumidor.

Então, nada melhor do que termos esse debate e chegarmos a um denominador comum também, que privilegie a saúde em nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 52, de 2022, da Comissão de Assuntos Sociais, apresentado pelo Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do requerimento.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2128/2019, que "altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a fim de fixar os requisitos para a dispensa de registro e a internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas".

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço, de novo, cara Senadora Dra. Eudócia. E quero dizer que o requerimento tem a concordância e a convergência da Anvisa, também do Governo.

Então, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.128/2019, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a fim de fixar os requisitos para a dispensa de registro e a internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o Sr. Marcos Vinicius Santana Leandro, Coordenador-Geral de Produtos de Uso Veterinário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e o Sr. Nelson Augusto Mussolini, Presidente Executivo do Sindusfarma.

Sala da Comissão.

Esse é o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento n° 53, de 2022, apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 53, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 39/2022 seja incluído o seguinte convidado: representante Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidenta, se V. Exa. permitir, Dra. Eudócia, nossa querida Senadora, na verdade, eu tenho dois requerimentos extrapauta.

O primeiro é o requerimento em que eu estou fazendo só um adendo a uma situação já aprovada, nos seguintes moldes: requeiro, nos termos do art. 58 da nossa Constituição e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 39, de 2022, seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Esse é um, Presidente.

E, no outro, eu estou pedindo que, se possível, nós aprovemos também um requerimento que é sobre um tema complexo e muito interessante – eu mesmo me curei, pela acupuntura, de um problema nas costas –: um debate sobre a regulamentação do exercício profissional da acupuntura.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – O segundo, Senador, não foi enviado por escrito, nem através do sistema, o seu segundo requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Se ele pudesse entrar extrapauta, eu faria a leitura dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Vamos fazer logo o primeiro?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Depois a gente passa para o segundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Tá bom.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Então, os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento n° 54, de 2022, apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 50, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam incluídos convidados na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidenta, para ser bem rápido, baseado em toda a justificativa protocolar, o que eu estou propondo é uma audiência pública para regulamentar o exercício profissional da acupuntura. E aí eu convido: o Dr. Alexandre Rocha dos Santos Padilha, que é um Deputado; o Dr. PhD João Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Araújo, que é Professor; o Dr. Sylas Lima e Motta, que é Professor; o Sr. Mestre Fernando Davino Alves, Professor; o Sr. Alexander da Silveira Assunção, Professor; a Dra. Maria de Fátima Araújo Barroso, Conselheira do CMS; e o Sr. Fernando Zasso Pigatto, Presidente do CNS.

O debate merece, porque é um tema, no nosso entendimento, muito importante, que vai atender o interesse de grande parte da sociedade brasileira, para que não fique nenhuma dúvida sobre a importância da regulamentação do exercício profissional de acupuntura.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Senador Paulo Paim, o seu segundo requerimento, na verdade, é o Requerimento nº 50, que foi lido pelo Senador Rogério Carvalho. E aí V. Exa. entra como coautor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Ok, eu apenas estou atendendo, Presidenta, se me permite o esclarecimento, um pedido da Liderança do PT. Então, como o Rogério Carvalho não está, eles pediram que eu subscrevesse, como a senhora está propondo e, é claro, eu acato.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL) – Pois não, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta. Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 51, de 2022, de autoria do Senador Lasier Martins, o qual subscrevo. (*Pausa.*)

Não havendo óbices quanto à inclusão em pauta, passo à leitura do requerimento

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 17/2022, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que "dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde" sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Instituto Brasileiro de Direito do Paciente - IBDPAC; o Doutor Henderson Fürst, Presidente da Comissão Especial de Bioética da OAB-SP.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) e outros

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento n° 17, de 2022, com o objetivo de instruir o PLS 149, de 2018, que dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Instituto Brasileiro de Direito do Paciente (IBDPAC); o Dr. Henderson Fürst, Presidente da Comissão Especial de Bioética da OAB-SP.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 28 de junho, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária, semipresencial, desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Nilda Gondim e Lucas Barreto, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Mecias de Jesus, Fabio Garcia, Carlos Portinho, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros, Fabiano Contarato e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores não membros Esperidião Amin e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Giordano, Sérgio Petecão, Alexandre Silveira, Eduardo Velloso e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4223, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1998, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1998, de 2020, nos termos de emenda substitutiva que apresenta (com acatamento da Emenda nº 5 e acatamento parcial das Emendas nº 1, 2, 3 e 6), contrário à Emenda nº 4, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4223, de 2021. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3253, de 2019 - Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 257, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5099, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática "Reforma Tributária para garantir maior justiça social", para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 54, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 48/2022 - CAS, seja convidado o Dr. Matheus Guimarães Caputo, médico nutrólogo, especialista no acompanhamento e monitoramento de pacientes acometidos por doenças raras." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lucas Barreto
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Senadora Nilda Gondim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/28

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia, Senadora Nilda Gondim!

Bom dia, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes:

- cópias de ofícios e moções de assembleias legislativas, câmaras municipais e entidades contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital tanto nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado de pauta o item 6, Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2017, a pedido do Relator Senador Eduardo Girão, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em 17/10/2017.) (*Pausa.*)

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 43, de 2022. Autor: Senador Alessandro Vieira.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Não estando presente o Senador Alessandro Vieira, passamos ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 47, de 2022. Autor: Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Está sem voz, Senador... Sem som.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Deu? Agora deu?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agora, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Então, bom dia, Presidente Lucas Barreto. Eu estou ansioso aqui para ver se votamos o seu relatório que vai regulamentar a profissão dos garis. Há uma expectativa muito grande do povo brasileiro e, inclusive, todos concordando com as mudanças que V. Exa. fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enquanto não temos quórum, o Senador Contarato pediu para mim que eu fosse subscritor do Requerimento n° 49, dele. Se V. Exa. assim entender, eu faria a leitura como subscritor.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O Senador Randolfe Rodrigues...

Passaremos ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 49, de 2022, do Senador Fabiano Contarato.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 49, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp); a Sra. Thaisse Craveiro, Vice-Presidente Nacional da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil; o Sr. José Celso Cardoso Junior, Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea); a Sra. Priscilla Colodetti, Indigenistas Associados (INA); a Sra. Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)... Na verdade, é "o senhor", Sr. Rudinei. Há um erro aqui de datilografia ou de computação. Na verdade, é: o Sr. Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Justificativa.

O assédio institucional, de maneira ampla, caracteriza-se como a nociva prática de constrangimento, deslegitimação, desqualificação, perseguição e/ou ameaça às atividades de determinado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgão governamental e seus servidores com a finalidade de pautar interesses não republicanos às atividades finalísticas dos agentes públicos.

Sr. Presidente, é nessa linha que vai toda a justificativa.

Eu considero dada como lida a justificativa do nobre Senador Fabiano Contarato quanto a esse requerimento, que eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Coloco em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, com a correção de redação proposta pelo Senador Paulo Paim, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Não estando presente o Senador Eduardo Girão, passaremos ao próximo.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5099, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/REDE/PDT - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Grata, Sr. Presidente Lucas Barreto. Aproveito para cumprimentá-lo, desejando bom dia ao senhor e a todos os nossos colegas da CAS, a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Bom, eu vou ao relatório.

Vem à apreciação da Comissão o PL 5.099, de 2019, de autoria do Deputado Sergio Vidigal, que tem o objetivo de obrigar as escolas da educação infantil a fixar prazo para que os pais ou responsáveis apresentem a caderneta de vacinação das crianças a serem matriculadas.

Para tanto, acrescenta-se ao art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) um novo inciso, o qual determina que os estabelecimentos de ensino devem, no ato da matrícula na educação infantil ou na sua renovação: (i) estabelecer prazo condizente com a realidade local para que os pais ou responsáveis apresentem a caderneta de saúde da criança atualizada; (ii) orientar essas pessoas para a obtenção desse documento; e (iii) notificar o conselho tutelar do município, em caso de descumprimento do prazo.

A justificação pontua que a caderneta de saúde da criança cumpre várias funções importantes – a exemplo de orientar sobre os cuidados com a criança e auxiliar no controle de doenças –, mas o percentual de pessoas que a usam ainda está aquém do desejado. Assim, defende a necessidade de ampliar a utilização desse documento como forma de induzir pais e responsáveis a vacinar regularmente suas crianças.

A matéria, Sr. Presidente, foi distribuída para a apreciação da CAS e da CE.

A análise.

A caderneta de saúde da criança é um documento, entregue pelos serviços de saúde aos pais e responsáveis, que serve para estes acompanharem o crescimento e o desenvolvimento da criança, do nascimento aos dez anos de idade.

A caderneta de saúde da criança contém recomendações e orientações para ajudar os pais a cuidarem melhor da saúde da criança. Uma segunda parte é destinada aos profissionais de saúde, com espaço para a inscrição de informações relacionadas à saúde do paciente, além de gráficos de crescimento e tabelas com o registro das vacinas aplicadas.

A caderneta de saúde da criança constitui, portanto, um registro escrito do desenvolvimento da criança, além de ser um comprovante do cumprimento das vacinações obrigatórias. Assim, ela assume particular importância para o controle e o monitoramento das políticas de imunização e para a verificação da obediência ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que é obrigatória a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, sendo o descumprimento punível com multa de três a vinte salários de referência. Essa obrigação legal, aliás, é um dos mecanismos que induzem a aderência das pessoas ao calendário oficial de vacinação e às campanhas conduzidas no país há quase meio século.

Desde 1973, o Brasil conta com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), considerado o maior programa público de vacinação do mundo, referência internacional de imunização de grandes populações. Anualmente, são mais de 300 milhões de doses de vacina aplicadas. Sua conformação foi decisiva para erradicar várias doenças endêmicas, como a poliomielite e o sarampo (que, infelizmente, agora voltou a grassar no território nacional), e promover o controle de outras afecções de grande impacto sanitário.

O Calendário Nacional de Vacinação prevê imunização contra: tuberculose, hepatites A e B, difteria, tétano, coqueluche, meningite e poliomielite, pneumonia e meningite, rotavirose humana, sarampo, caxumba e rubéola, varicela, HPV e febre amarela.

A maior parte das vacinas é administrada até que a criança complete um ano de idade. Ao atingir a idade escolar, a criança já deve ter cumprido quase todo o cronograma vacinal, de modo que estará segura contra as principais doenças infectocontagiosas imunizáveis.

No entanto, o padrão de estabilidade obtido com a baixa propagação de tais doenças, devido ao sucesso do PNI, acarretou um perigoso relaxamento nas autoridades e também na população, assim como, por exemplo, voltaram a ser registrados casos de infecção pelo sarampo no país.

No ano de 2019 houve 15.914 notificações, destacando-se 14.239 em São Paulo, com 14 óbitos; 594 no Paraná; e 185 em Santa Catarina. O retorno de algumas doenças tem sido associado à diminuição das taxas de cobertura em anos recentes, vez que, de fato, os números calculados pelo Ministério da Saúde para a vacinação de crianças até um ano de idade demonstram a diminuição da adesão ao esquema vacinal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o alcance da população pelo PNI vem diminuindo desde 2016, com redução que ocorreu de maneira mais acentuada na imunização contra a poliomielite e na aplicação da vacina pentavalente, cuja cobertura se encontra bem abaixo do nível de excelência considerado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 95% para que se alcance a imunidade coletiva.

Assim, devem ser empreendidos todos os esforços possíveis para que a população seja devidamente imunizada. Nesse sentido, os estabelecimentos de ensino devem atuar também como agentes, o que permitirá maior acesso das crianças e adolescentes ao direito constitucional à saúde.

O PL ajudará a fiscalizar a cobertura vacinal dos alunos da educação infantil, remetendo aos conselhos tutelares a obrigação de tomar as providências em caso de desobediência à obrigação dos pais de comprovar que a criança tomou as vacinas previstas no PNI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda assim, temos contribuições para seu aprimoramento, pois entendemos que é inadequada a menção explícita da propositura à "Caderneta de Saúde da Criança", documento cujo formato e nomenclatura podem ser alterados.

Ademais, com a crescente informatização da atenção à saúde e do prontuário do paciente, somada à ampliação do acesso da população à internet, documentos como a Caderneta de Saúde da Criança tendem a ficar rapidamente obsoletos e a serem substituídos por meios digitais. Por isso, consideramos conveniente alterar a referência à Caderneta de Saúde da Criança, mencionando genericamente a apresentação de qualquer comprovante de vacinação.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.099, de 2019, com as seguintes emendas que apresentamos, que já estão anexadas ao nosso relatório e que foram devidamente expostas também aqui na leitura do nosso relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Parabéns à Senadora Leila. Essa matéria é de suma importância, visto que, como ela disse, o sarampo retomou proporções de muitos anos atrás, quando já estava sob controle.

Então, essa obrigação da caderneta cumpre o art. 1º da Constituição, que diz que educação é obrigação da família e do Estado. Então, será, com certeza, um avanço para que, com a obrigação, nós consigamos diminuir esses índices.

Com a palavra a Senadora Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Lucas Barreto. É um prazer reencontrá-lo depois das festas juninas. Cumprimento a Leila, Relatora desse grande projeto, e também o autor da Câmara dos Deputados, porque esse projeto é sumamente importante. Por quê? Porque a criança precisa ter sua carteira de todas as suas vacinas atualizadas, porque as doenças estão surgindo, as antigas e as raras, que estão acontecendo, Senador Lucas, Presidente. É necessário que as mães tenham cautela, cuidado e prevenção contra essas doenças.

Então, parabéns, Senadora Leila, por esse projeto, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com certeza. Além do que, será um gesto de amor pelos próprios filhos.

Então, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

A Senadora Zenaide acaba de pedir a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a Senadora Leila pela relatoria. Gente, a vacinação... Há duas coisas que fizeram aumentar a vida média do povo mundialmente: foram as vacinas e a água tratada.

Então, acho que o ato de vacinar, como falou o Presidente, é um ato de amor. O fato de você deixar suas crianças sem vacinação é um ato considerado um abandono de incapaz, porque a criança não está tendo a oportunidade de optar.

O nosso país é um exemplo para o mundo desse olhar diferenciado para a vacinação. Infelizmente, agora a gente está tendo essa dificuldade. Por isso que um projeto de lei desse é importantíssimo, Leila, porque dá visibilidade à importância da vacinação.

Já digo que o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Só para informar também, este Senador tem um projeto de lei nesta Casa, de nº 1.716, de 2019, que dispõe também sobre a obrigatoriedade da apresentação da caderneta de saúde ou outro documento que a substitua, nos casos de vacinação obrigatória, na forma definida pelas autoridades sanitárias, para matrícula no ensino infantil e fundamental nas redes pública ou privada de ensino e dá outras providências.

Então, é no mesmo sentido, e eu fico muito feliz de que a gente esteja votando esse projeto já na CAS, aqui, oriundo da Câmara dos Deputados.

Então, os Senadores e as Senadoras que concordam e aprovam o relatório da Senadora Leila permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CAS, e 2, da CAS.

A matéria vai à CE.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 48/2022 - CAS, seja convidado o Dr. Matheus Guimarães Caputo, médico nutrólogo, especialista no acompanhamento e monitoramento de pacientes acometidos por doenças raras.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Subscrito pela Senadora Nilda Gondim.

Passo a palavra à Senadora Nilda Gondim para a leitura do requerimento.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esse requerimento o Senador Eduardo Girão está impossibilitado de ler e me pediu para que o representasse.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 48, de 2022, CAS, seja convidado o Dr. Matheus Caputo Guimarães, médico nutrólogo, especialista no acompanhamento e monitoramento de pacientes acometidos por doenças raras.

Justificação.

A recente decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre o rol da Agência Nacional de Saúde também deve trazer a atenção sobre a difícil situação do tratamento ambulatorial e suporte nutricional para pacientes acometidos por doenças raras. Trata-se de modalidade de tratamento que já era corriqueiramente negada pelas operadoras de plano de saúde, a despeito de ser fundamental para a recuperação e muitas vezes para a própria manutenção da vida do paciente. Agora, com a decisão, o recurso à Justiça também parece se fechar.

O atendimento ambulatorial muitas vezes é o que viabiliza os tratamentos longos e contínuos, porque a internação seria muito custosa social, psicológica e profissionalmente para o paciente, sua família e a própria sociedade. Além do mais, a internação hospitalar tem mais gastos financeiros e riscos associados.

Nesse sentido, propomos o convite do Dr. Matheus Caputo Guimarães, nutrólogo com conhecida atuação nessa área, para que possa trazer subsídios específicos a respeito dessa faceta, certos de que muito contribuirá para o debate.

Sala da Comissão, 23 de junho de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Lido o relatório.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Está lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido a Senadora Nilda Gondim a presidir esta Comissão para que nós possamos votar... Encerrar, perdão, a discussão do relatório, que já foi lido, relativo ao projeto do Senador Paulo Paim que garante o piso aos garis e margaridas deste país. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Estou aqui representando o nosso querido Lucas Barreto, que é Relator e não pode presidir.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3253, DE 2019

- Terminativo -

Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação para o Projeto e as emendas, nos termos do Relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 22/06/2022, foi lido o relatório, e adiada a discussão e votação.

Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir... (*Pausa.*)

Bom, não havendo quórum suficiente para a votação, encerro a discussão, e fica adiada a votação por falta de quórum – lamentavelmente, porque esse projeto é bom.

Vamos aguardar e apelar para a votação na próxima semana.

Senador Paulo Paim tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Vou usar a palavra – já o fiz na última sessão, mas faço novamente –, esperando que a gente, quem sabe, até o fim da exposição que farei, embora seja breve, tenha quórum.

É um projeto, de fato, sensível, que representa um abraço carinhoso, eu diria, do Senador Lucas Barreto e de todos os Senadores a essa camada da população tão sofrida que são os chamados garis e as margaridas.

Eu esclareço a todos que aqueles novos que forem contratados... O Senador Lucas Barreto foi muito feliz. Eu tinha botado o chamado, no meu tempo, de estudante primário, e ele reduziu para o 4º ano, porque a maioria dessas pessoas infelizmente não tem ainda o ensino fundamental completo. E, ao mesmo tempo, aqueles que já estão lá farão cursos e ninguém será demitido. Todos serão admitidos pela forma que o projeto foi construído. Ainda hoje eu falava com alguns companheiros e companheiras.

Veja, além de fixar o piso, ele fixa a carga horária em turno de seis horas; ele atualiza o piso em relação ao que era quando apresentei o projeto – e o Senador Lucas Barreto então atualizou –; ele garante a insalubridade; ele, ao mesmo tempo, faz uma regulamentação definitiva para todos aqueles que fazem a limpeza das ruas, que combatem as pandemias, fazem a coleta de resíduos domiciliares e industriais, a varrição e conservação das áreas públicas e condicionem o lixo, para que ele seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário e estabelecimentos de tratamento de reciclagem.

O texto inicial foi modificado com muita competência pelo nobre Relator. Quero aqui destacar muito o trabalho do Relator e de sua equipe. Entendo que o relatório apresentado pelo Senador Lucas Barreto só aprimorou o projeto. Por exemplo, o piso não estava atualizado, como eu falei, e ele atualizou, e, aí, o piso chegou então a 1.850. Na questão da escolaridade, de fato, era muito amplo todo o ensino fundamental; ele atualizou, a pedido inclusive dos próprios garis, que conversaram comigo e conversaram também com ele, e ficou para o quarto ano.

Naturalmente, as empresas que trabalham com os garis poderão dar cursos para que eles possam naturalmente continuar na sua atividade.

A atividade exercida por esses profissionais tem fundamental importância na vida da população. São verdadeiros operários e operárias do meio ambiente, construindo... O termo correto é contribuindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o asseio das ruas e evitando a proliferação das pragas e de doenças. Trabalham debaixo do sol e de chuva, nas madrugadas, nos fins de semana inclusive, sempre para manter as ruas principalmente limpas. É uma categoria que é considerada invisível, porque às vezes trabalham durante a noite. Esses profissionais merecem todo o nosso respeito e admiração. Eles trabalham para que possamos viver em espaços limpos, bem cuidados, e, com isso, combatem as pandemias.

Por esse motivo, eu tenho certeza de que esse projeto será aprovado por unanimidade e sancionado, já que ele atende – abraça, como eu disse – a essa categoria tão sofrida, que cuida da limpeza das ruas, que cuida das limpezas das praças e que mantém, com isso, a população protegida em relação às pandemias.

De forma resumida, é isso.

Eu fiz mais comentários sobre o projeto, dizendo que se criou uma expectativa muito grande de que ele seria votado no dia de hoje, já que o Relator e outros setores também aqui do nosso Congresso se colocaram prontamente a favor.

Essa proposição foi apresentada muito tempo atrás, e eu a apresentei de novo com o objetivo de garantir, de forma definitiva, a regulamentação da profissão do gari e também da margarida, como são chamados.

Era isso, Presidenta.

Fiz mais comentários, torcendo para que desse quórum. Não sei se atingimos o objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Senador, queridíssimo, Paulo Paim, ainda não se atingiu o nosso objetivo. O quórum está muito baixo. (*Pausa.*)

Eu deixo à vontade os Senadores que queiram se pronunciar e apresentar algo. (*Pausa.*)

Não havendo... Ah, a Senadora Zenaide vai querer falar, e o Senador Paulo Paim também. Ótimo.

Tem a palavra a nossa Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia... Já é boa tarde, Presidente Nilda, nossa querida colega, que tem esse olhar humano em defesa da vida.

Eu quero dizer que este é um projeto muito salutar. Eu quero aqui parabenizar o Senador Paulo Paim e o nosso Relator, o Senador Lucas Barreto, o nosso Presidente desta Comissão.

Nada mais justo que regulamentar a profissão desses agentes de coleta de resíduos. Gente, esse povo salva vidas também, porque eles fazem a medicina preventiva, que é justamente não deixar os seres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos em contato com resíduos. A gente vê que a principal causa que está apontada pela ciência para esta pandemia é justamente resíduos de animais, de proteínas animais. Então, estão de parabéns esses profissionais, que, muitas vezes, passam despercebidos. E a gente tem que ter esse olhar diferenciado.

Parabéns, Paulo Paim! Parabéns, Senador Lucas Barreto!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidenta, Senadora Nilda Gondim, só para atualizar a todos, eu vou aqui apresentar a justificativa do projeto.

Mais uma vez, registro o trabalho brilhante do Senador Lucas Barreto. Foram as alterações que ele fez que fizeram com que a gente construísse um grande entendimento junto à categoria, que estava preocupada com a questão de que precisaria ter o ensino completo de primeiro grau. O Relator, percebendo isso... É um setor que... Não é que a gente goste, a gente gostaria que todos tivessem o que, no meu tempo, era o ginasial, Senadora Nilda, que tivessem no mínimo o ginasial e não só o primário. O Relator, sensível a isso, buscou colocar o quarto ano do ensino fundamental. Parabéns, Senador Lucas Barreto, pela sensibilidade! Eles todos agradecem, porque, infelizmente, muitos deles, pais e mães, não conseguiram ir mais do que ao terceiro ou quarto ano. E, da forma como ficou, é assegurado ainda que a empresa pode dar cursos para eles.

Então, eu farei a leitura da justificativa que está no projeto. É um pequeno histórico.

A presente proposição retoma, atualiza e reapresenta o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2009, que se destinava a estabelecer condições gerais de trabalho dos garis – e também das margaridas –, agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

A matéria original manteve-se em processamento até o final da legislatura passada, beneficiando-se da atenção de diversos Senadores que apresentaram sua valiosa participação na forma de emendas, de relatórios e pareceres, que em muito ajudaram o aperfeiçoamento do projeto original, cuja versão final do Senador Lucas é de muita qualidade.

Destarte, e em face do arquivamento da matéria ao final da legislatura passada, reapresentamos o projeto não em sua forma original, mas incorporando as mais importantes modificações de forma e de fundo que tinha sofrido ao longo dos nove anos de seu processamento. Essas mudanças de forma de fundo foram feitas pelos Senadores, que agora, atualmente, foram aperfeiçoadas – pois se passou tanto tempo – pelo Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, trata-se de projeto que faz justiça a uma categoria de enorme importância, mas que, infelizmente, ainda sofre um forte estigma social por sua atividade, quando eles são verdadeiros heróis, eu diria, defendendo a saúde da nossa gente do seu jeito: coletando, ajudando e limpando as cidades.

O agente coletor de resíduos – popularmente conhecido como gari e margarida em muitas regiões brasileiras – é uma profissão que se destaca por sua absoluta necessidade no âmbito da gestão urbana e por suas peculiares condições de trabalho caracterizadas pelo esforço físico constante e pela exposição a elevado risco ergonômico e biológico.

Assim, entendemos que a adoção de lei que regulamente esses trabalhadores é uma necessidade profunda, tendo-se em vista a importância desses trabalhadores e a negligência a eles dedicada, infelizmente, pelo ordenamento jurídico.

Por isso e para que lhe sejam assegurados direitos de forma ampla, nós estamos pedindo que haja a aprovação do projeto na forma do substitutivo tão bem redigido, com as emendas, pelo Senador Lucas Barreto.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Senador Paulo Paim, esse projeto é altamente louvável – indiscutível – e necessário para uma categoria social que precisa realmente do nosso olhar diferenciado. Agora, lamentavelmente, o quórum continua baixo.

Eu agradeço demais essa sua interferência, mas infelizmente vamos apelar para que, na próxima reunião, possamos ter um quórum bem mais alto para poder votar favoravelmente.

Então, já encerramos a discussão.

Convoco para o dia 5 de julho, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária, semipresencial, desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada pela presença dos nossos amigos e até a próxima, torcendo para que consigamos votar esses projetos pendentes.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Mara Gabrilli, Oriovisto Guimarães, Eduardo Girão, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Plínio Valério, Lasier Martins, Jorge Kajuru, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Weverton, Alessandro Vieira e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel, Luiz Carlos do Carmo, Nelsinho Trad e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Tasso Jereissati, Eliziane Gama e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 11, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação do Senhor SÉRGIO PINTO MARTINS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (23 votos sim e 1 voto não). **ITEM 2 - Ofício "S" n° 1, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (24 votos sim e 1 abstenção). **ITEM 3 - Ofício "S" n° 2, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (24 votos sim e 1 abstenção). **ITEM 4 - Ofício "S" n° 3, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor GIOVANNI OLSSON, Juiz do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (24 votos sim e 1 abstenção). **ITEM 5 - Ofício "S" n° 4, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Conselho Federal da OAB, para o Biênio 2021/2023." **Autoria:** Conselho Federal da OAB. **Relatoria:** Senador Alexandre Silveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (24 votos sim e 1 abstenção). **ITEM 6 - Ofício "S" n° 5, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ROGÉRIO MAGNUS VARELA GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Conselho Federal da OAB, para o Biênio 2021/2023." **Autoria:** Conselho Federal da OAB. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (24 votos sim e 1 abstenção). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia, Senador Rogério Carvalho, meu líder! Bom dia a todos os Senadores e Senadoras!

Quero cumprimentar os servidores, o Senador Petecão, o Senador Marcos Rogério, o Senador Giordano, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Vanderlan, o Senador Paulo Rocha, Líder do Norte.

Vamos organizar.

Quero agradecer aos nossos convidados, ministros, desembargadores e, na pessoa da Dra. Tânia, cumprimentar a magistratura. A Dra. Renata Gil, Presidente da AMB, também deve estar chegando; já solicitaram para acompanhar a sabatina. Quero agradecer aos ministros dos tribunais superiores aqui presentes, aos nossos convidados.

Quero solicitar à Secretaria que conduza à última fileira as autoridades que solicitaram para acompanhar a sabatina dos indicados tanto para o Tribunal Superior do Trabalho como para o CNJ e o CNMP.

Quero registrar a presença do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos. Seja bem-vindo, Sr. Ministro, ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero registrar a presença do Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alexandre Luiz Ramos e novamente agradecer a presença da Dra. Renata Gil, Presidente da AMB; quero a presença do Dr. Luiz Antonio, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e agradecer aos outros convidados que estão aqui. Temos vários convidados e familiares também na sala da Comissão, da Presidência da Comissão. Sejam muito bem-vindos!

Eu gostaria que a Secretaria acomodasse os nossos convidados na sala da Presidência da Comissão, desse atenção a todos os convidados que vieram participar da 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovarem queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vou fazer a leitura aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me fazer a leitura só do rito da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas a questão de ordem precede, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não. Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, faço a presente questão de ordem com base no art. 107, inciso I, "c", e no art. 412, inciso IV, do Regimento Interno.

> Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:
> I - se ordinárias, semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, nos seguintes dias e horários:
> .....
> c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas;
> .....

Na verdade, Sr. Presidente, nós estamos tendo hoje, de forma ordinária, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Vários Senadores são membros das duas Comissões: da Comissão de Assuntos Econômicos, que é o meu caso, e da Comissão de Constituição e Justiça. Assim como eu, vários outros representantes partidários estão em duas Comissões.

Então, eu fiz esta questão de ordem porque nós temos um dia ordinário de reunião, que é amanhã, em que não haveria conflito com o funcionamento de nenhuma outra Comissão, porque esse é o horário reservado à CCJ para as suas reuniões ordinárias. Eu sei que o Presidente pode marcar reunião extraordinária, conforme o Regimento Interno, mas aqui eu faço um apelo porque, veja, nós estamos diante de uma das funções precípuas, uma função primordial desta Casa Legislativa, que é a sabatina dos indicados aos conselhos dos tribunais, a Ministros do STF, a Conselheiros do CNJ, do CNMP e a todos aqueles que fazem parte de algum órgão da administração federal – que tenha a ver com a CCJ, obviamente – e que precisam ter o aval de todos os estados da Federação. Por isso, esses membros precisam ser sabatinados pelos Senadores, porque na verdade é uma sabatina feita para expor ao Brasil as condições efetivas que essas pessoas têm para assumir essa ou aquela função de Estado – porque elas são funções de Estado.

Portanto, Presidente, o meu apelo é porque uma reunião como essa, já que existe no mesmo dia a CAE, que funciona ordinariamente neste horário... Marcar uma reunião extraordinária no horário de funcionamento da CAE eu acho que é um pouco ruim, ou muito ruim, para nós Senadores que gostaríamos de fazer uma sabatina nas duas Casas com o devido tempo e o devido processo que essas nomeações e a importância delas nos exige.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder, eu entendo a manifestação de V. Exa. Eu reconheço que nós temos uma sessão ordinária todas as quartas-feiras, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, que é a sessão que rotineiramente acontece...

Senador Telmário Mota, nosso líder!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas está tudo tranquilo.

De fato, V. Exa. levanta um posicionamento em relação à oportunidade e à possibilidade de Senadores participarem desta sessão de deliberação, onde os Parlamentares farão a arguição de membros indicados para tribunais superiores e para conselhos, tanto CNJ quanto CNP. Ocorre que esta sessão regimentalmente está amparada no ponto de vista da sessão extraordinária, por isso ela foi antecipada da quarta-feira, que é uma sessão ordinária, para terça-feira.

Por que, Líder Rogério Carvalho? Porque o Presidente Rodrigo Pacheco, na sua deliberação, determinou que esta semana, de 4 a 8, fosse a semana em que nós fizéssemos o esforço concentrado, justamente para nós arregimentarmos a quantidade necessária de Senadores e Senadoras para que a gente pudesse fazer a deliberação da votação presencial dessas autoridades nos plenários das Comissões, porque nós temos a Comissão de Assuntos Econômicos fazendo sabatina; nós temos a Comissão de Infraestrutura, que vai fazer sabatina a partir das 14h, aqui neste plenário da CCJ; nós temos a Comissão Assuntos Sociais, que é presidida pelo Senador Petecão, que vai fazer também sabatina no dia de hoje.

Não há como nós não coincidirmos, digamos assim, em horários. Nós temos 13 Comissões que foram convocadas para fazer a deliberação de autoridades, 24 autoridades, que estão sendo apreciadas nessas Comissões, terça e quarta. É impossível nós não fazermos esta Comissão. E foi por isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente.

E foi por isto que nós convocamos essa extraordinária na terça: para a gente resolver e virar a página no que diz respeito aos conselhos e aos tribunais superiores, para que, na quarta-feira, esta Comissão pudesse se debruçar sobre a pauta remanescente dos compromissos assumidos com o Colegiado.

Então, nós antecipamos para uma extraordinária dentro do Regimento, e não cabe aqui decidirmos se essa extraordinária pode acontecer ou não. Seria até deselegante desta Presidência suspender ou transferir esta reunião para outro dia, porque nós não teríamos a presença dos Senadores, porque o esforço concentrado foi feito para essa semana – amanhã nós temos uma sessão ordinária com uma pauta previamente estabelecida –, e deselegante e descortês com as autoridades que foram convidadas para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem aqui expor as suas manifestações diante da arguição e dos questionamentos dos Senadores e Senadores.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu só vou concluir, Senador Vanderlan.

Então, não há o que decidir em relação à questão de ordem de V. Exa. porque esta sessão não é uma sessão ordinária, é justamente uma sessão extraordinária para mostrarmos vazão à pauta, que foi uma cobrança do Presidente do Senado, do Presidente Rodrigo Pacheco. Nós estamos cumprindo apenas uma deliberação, assim como as outras Comissões têm cumprido as deliberações das suas agendas.

Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu entendo muito bem o que o Senador Rogério está pontuando aqui. Eu faço parte também da CAE. Mas é muito importante e foi marcada com antecedência essa sabatina hoje. A maioria dos indicados já está há algum tempo esperando. E muito deles. Aliás, para todos eles é um dia histórico. É um momento histórico para eles. Inclusive, estão aqui parentes. No caso, eu tenho a relatoria do Marcello Terto, e estão aqui a esposa, o meu Presidente da OAB de Goiás, e há uma turma lá fora torcendo para que dê tudo certo. E estamos aqui, Senador, eu pediria a compreensão. E nós vamos estar aí nas nossas Comissões correndo lá...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Só uma coisinha, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que eu não estou criando ou tentando criar um obstáculo para que haja a sabatina; eu estou questionando por que a escolha foi a terça e não a quarta, que é a reunião ordinária da Comissão, porque na quarta não haveria coincidência de datas. Mas a responsabilidade de dirigir o Senado e de garantir que este Senado cumpra brilhantemente as suas obrigações, como, por exemplo, sabatinar aqueles que ocuparão cargos da maior importância, e que os Senadores tenham que se dividir e não cumprir de forma mais detida a sua função não é uma responsabilidade individual de cada Senador; acaba sendo uma responsabilidade de quem dirige os trabalhos no Senado: do Presidente e de V. Exa., que acaba trazendo para si uma responsabilidade que nós poderíamos ter pautado para amanhã. Mas eu sou extremamente simpático à ideia de a gente aprovar o mais rápido possível, porém, poderia ter sido marcado para o dia de amanhã, que seria o dia da pauta ordinária.

Como não há consenso, eu prefiro que sejam sabatinados, certo? Não sugeriria jamais transferir para outra semana, daqui a 15 dias. Não. Era só para que fosse no dia da reunião ordinária, para que não houvesse conflito de agendas. Para deixar claro aos nossos sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador, muito obrigado. Obrigado, líder Marcos Rogério. Mas vamos dar prosseguimento. A sessão é extraordinária. Nós estamos dentro do Regimento e vamos cumprir com as nossas obrigações aqui, e respeitando todas as posições contrárias a quaisquer que sejam as decisões desta Presidência. Mas nesse caso específico, não cabe nem recolher a questão de ordem.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência para o debate. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e a outra urna dentro da sala.

Os relatórios das indicações constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 6. Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade em nome da CCJ.

Primeiro item da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação do Senhor SÉRGIO PINTO MARTINS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

O Senador Eduardo Gomes, Relator, se encontra? (*Pausa.*)

Encontra-se. Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tomamos a decisão – deixe-me informar ao Plenário, Senador Zequinha Marinho – de que vamos fazer como temos conduzido as outras sabatinas. Nós vamos separar os membros de tribunais superiores dos membros de conselhos, porque temos hoje cinco indicados para conselhos, CNJ e CNMP, e um membro da magistratura indicado para tribunal superior. Então, nós vamos conduzir o processo para organizar aqui a ordem da arguição e da sabatina, numa primeira etapa, digamos assim, do membro da magistratura indicado para tribunais superiores, no caso o TST. Então, eu vou convidar S. Exa. o Sr. Juiz indicado, ele vai fazer a sua manifestação, será feita a arguição por parte dos Senadores, nós vamos abrir a votação na terceira ou na quarta manifestação e, em seguida, vamos convidar os outros membros para fazer, de uma vez, a sabatina dos outros cinco membros de conselhos, para separar tribunais superiores de conselhos, reconhecendo a importância e a legitimidade da indicação.

O Senador Eduardo Gomes, que é Relator da matéria, está aqui.

Eu queria convidar o Sr. Sergio Pinto Martins para que possa se dirigir à Mesa, acompanhado do Relator da indicação, Senador Eduardo Gomes, para iniciarmos a arguição. (*Pausa.*)

Para irmos direto à manifestação, eu concedo a palavra, pelo prazo que achar necessário, ao Sr. Sergio Pinto Martins para fazer a sua manifestação. Pelo tempo que achar conveniente, tem a palavra V. Exa.

Eu queria pedir a atenção do Plenário, porque, como nós vamos separar em duas etapas, digamos assim, Líder, para que o nosso sabatinado hoje possa fazer a sua manifestação, eu vou colher daqui a ordem de inscrição para fazer a arguição do indicado.

Com a palavra o Dr. Sergio.

O SR. SERGIO PINTO MARTINS (Para expor.) – Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre. Cumprimento o Exmo. Sr. Relator Senador Eduardo Gomes, a quem expresso a minha gratidão pela confiança externada no seu relatório; as Exmas. Sras. Senadoras e os Srs. Senadores. Cumprimento também os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho aqui presentes; o Ministro Guilherme Caputo Bastos, Corregedor da Justiça do Trabalho; e o Ministro Alexandre Ramos, a quem agradeço muito a presença.

Bom dia a todos, senhoras e senhores.

Inicio a minha exposição dizendo que tenho 58 anos, sou natural da cidade de São Paulo. Sou formado em Direito pela Universidade Mackenzie há 37 anos. Tenho também o curso de Ciências Contábeis, em 1984, e Administração de Empresas, em 1988. Fui contador de 1985 a setembro de 1990, além de advogado de 1986 a setembro de 1990. Atuei como perito contábil em algumas falências, mas foi no Direito em que me realizei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advoguei também nas áreas trabalhista, tributária e cível por cinco anos; também fui advogado dativo em processos criminais em varas criminais do Fórum de São Paulo; e também indicado como advogado dativo pela Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo.

Obtive o título de mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP, em 1992, com a defesa da dissertação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO PINTO MARTINS – ... "A lei complementar definidora dos serviços submetidos ao ISS". Fiz doutorado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP, com a defesa da tese "Contribuição confederativa". Fiz Livre Docência também na Faculdade de Direito da USP, em 1997, com a defesa da tese "O Fundo de Garantia em face da Constituição de 1988".

Sou professor universitário desde 1990. Fui aprovado no concurso para ingresso na carreira de Professor Doutor do Departamento de Direito do Trabalho da USP, em 2000. Atualmente, sou professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP, desde maio de 2001, com a defesa da tese "O pluralismo do Direito do Trabalho". Ministro aulas de Direito do Trabalho, Direito da Seguridade Social, Direito Processual do Trabalho.

Minha vida é dedicada à Justiça do Trabalho. Ocupo o cargo de Juiz do Trabalho do TRT da 2ª Região há quase 32 anos, tendo iniciado a minha caminhada como juiz substituto em várias cidades, como São Caetano, Guarulhos, São Paulo, Carapicuíba, Osasco, entre outras. Fui promovido para a 2ª então Junta de Conciliação e Julgamento de Osasco, em março de 1994, e depois para a 33ª Junta de Conciliação, na época, de São Paulo, em julho de 1994. Substituí por quase dez anos no TRT, tendo obtido a promoção para o cargo de Desembargador, em março de 2007. Fui Presidente da 18ª Turma do TRT da 2ª Região por dez anos e Presidente da Subseção de Dissídios Individuais 1, por seis anos. Integrei várias bancas de concursos públicos, como para Procurador do Trabalho, Juiz do Trabalho da 2ª Região, servidores públicos, como a do TRT da 18ª Região. Fui Diretor da Escola Judicial do TRT da 2ª Região, a partir de 2018 até 2020. Atualmente, sou Corregedor do TRT da 2ª Região desde outubro de 2020.

Com o intuito de otimizar a prestação jurisdicional e acelerar o andamento dos processos em relação aos clubes de futebol e outras entidades, na minha gestão como Corregedor, foram feitas várias concentrações de execução no Juízo Auxiliar de Execução para evitar que houvesse morosidade excessiva no cumprimento dessas decisões. E conseguimos muitos acordos nesse sentido. Eu vou citar três exemplos. O primeiro exemplo é o da Associação Portuguesa de Desportos, que teve uma concentração de execuções em 2007 e 2008, e não houve o cumprimento para que houvesse o pagamento dos valores, e a reunião foi cancelada. Havia 261 processos, com dívida acumulada de 170 milhões, em janeiro de 2021, que estavam sem pagamentos há mais de 15 anos. Atualmente, o clube destina por mês a essa concentração de execuções 30% do seu faturamento ou, no mínimo, 250 mil por mês. Com esses novos depósitos mensais, o plano prossegue, chamando credores que têm interesse na celebração de acordos. Já foram realizados 70 acordos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em processos em mais de um ano, dando maior celeridade e importando o recebimento desses valores pelos trabalhadores.

Um segundo exemplo é o do Santos Futebol Clube, que fez a concentração de execuções, tendo valores a pagar de aproximadamente mais de 10 milhões. Foram feitos, recentemente, dois acordos parcelados, um com um ex-técnico e um com um ex-jogador. No fim de janeiro de 2021, foram feitos mais três acordos, de um total de quatro processos submetidos à conciliação.

Um terceiro caso de sucesso no nosso tribunal é o Órgão Gestor de Mão de Obra de Santos, que celebrou vários acordos, no valor de 2,6 milhões, no início de 2021, mediante esse sistema de concentração de execuções. Houve um pagamento a 420 trabalhadores, que aguardavam há mais de dez anos sem receber os respectivos valores. O órgão vem disponibilizando cerca de R$517 mil todo mês, exclusivamente para esses acordos. Um trabalhador, por exemplo, aguardava por 13 anos para receber o seu crédito. Foi feito um acordo para receber 1,1 milhão. Foi fechado um outro acordo, de R$115 mil após dez anos. Um total de 400 trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Avulsos, receberam 450 mil em razão do acordo. Já foram feitos vários acordos, que beneficiaram 500 trabalhadores avulsos, totalizando 5,9 milhões, mostrando a importância desse sistema de concentração de execução para o recebimento dos valores devidos aos trabalhadores.

Ainda como corregedor, destaco um cuidado, de forma a viabilizar um canal de acesso mais rápido às demandas específicas das mulheres dentro da Justiça do Trabalho, que está em fase de implantação por minha proposta, criando a Ouvidoria das Mulheres no TRT da 2ª Região.

Lembro que OIT recentemente adotou, em 2019, a Convenção sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Trabalho, que é a Convenção 190. Não é possível se omitir, no sentido de que é constatado que as mulheres têm um grau maior de informalidade no mercado de trabalho em razão de vários motivos, como o da dupla jornada, das dificuldades que ocorreram durante a pandemia, de menor remuneração pelo mesmo trabalho, etc., inclusive, seguindo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, que editou, em fevereiro de 2022, recomendações no sentido de que todos os magistrados do país sigam o protocolo para o julgamento com perspectiva de gênero, de modo a combater todas as formas de discriminação.

Há necessidade, portanto, de combater toda forma de desigualdade em relação ao trabalho da mulher.

Tive a oportunidade de publicar várias obras sobre Direito do Trabalho, Direito da Seguridade Social, que totalizam 54 obras, e mais 30 obras coletivas. Manifesto o meu agradecimento aos colegas, aos professores, aos alunos que estudaram pelos meus livros. Espero ter tido a possibilidade de contribuir de alguma forma no aprendizado e no estudo do Direito do Trabalho.

Sempre me ative na aplicação das normas aprovadas pelo Poder Legislativo, especialmente a Constituição e a legislação infraconstitucional, e asseguro que não será diferente se for aprovado na sabatina para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho, eu sei, será árduo, mas de uma grandiosidade social para o país, que passa por tantas crises econômicas, a pandemia, e ainda tem mais de 50% da sua população ativa na informalidade.

Quero devolver ao TST tudo que aprendi na judicatura e na docência durante todos esses anos.

Cumprimento a minha filha, advogada, e a todos que estão acompanhando *online* pela TV Senado.

Minha gratidão aos Ministros do TST pela indicação do meu nome em primeiro lugar para compor a lista tríplice para o cargo de Ministro daquela corte, o que muito me honrou.

Agradeço a atenção com a qual fui recebido pelas eminentes Senadoras, Senadores e seus respectivos assessores nas visitas que foram feitas aos seus gabinetes. Registro meu aprendizado nesses encontros, tomando por base também a visão que os legisladores têm em relação à edição e à aplicação da lei.

Externo meu apreço ao nobre Relator, o Senador Eduardo Gomes, que, de forma notável, conduziu o relatório desse processo de indicação para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Por fim, com muita honra, submeto meu nome à apreciação de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Dr. Sergio.

Eu vou conceder a palavra agora, eu tenho... Apenas o Senador Portinho fez a inscrição. Eu vou conceder a palavra ao Relator da matéria. O Senador Eduardo Gomes pediu a palavra como Relator da matéria – logicamente terá a palavra para fazer a sua manifestação –, e eu tenho apenas um Senador inscrito para arguição.

Como nós temos um Senador inscrito, então eu vou determinar à Secretaria que abra o início da votação, até porque, aproveitando a fala do Senador Rogério Carvalho, temos outros Senadores que vão participar de outras Comissões também para fazer justamente o que nós estamos aqui na sessão de hoje.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Pela ordem.) – Como vou ter que presidir a CAS e sou Relator aqui de um projeto, gostaria de saber como é a ordem que está aí por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A ordem dos próximos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós vamos fazer os cinco juntos, daqui a pouco, só terminar aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas V. Exa. já está autorizado a ser o primeiro voto na urna. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Obrigado, obrigado pela autorização.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela idade, pela idade, pela idade, Senador; e o Relator autorizou pela idade.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela idade, pela idade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, a quem eu cumprimento, Senadores e Senadoras, nosso Dr. Sergio Pinto Martins, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, farei a leitura do meu relatório, Sr. Presidente, de maneira bem sucinta, mas antes gostaria de fazer o registro, tendo em vista ser este momento a nossa primeira aparição pública depois do prazo recente da janela partidária, e comunicar à Casa a minha filiação ao Partido Liberal, liderado nesta Casa pelo Senador Portinho, mas registrar de maneira muito clara meus agradecimentos, meu respeito e meus sinceros agradecimentos ao Líder Eduardo Braga, do MDB, ao Líder Fernando Bezerra, a todos os Parlamentares, Senadores e Senadoras do MDB – aqui presente o Senador Giordano, meu querido amigo – e agradecer pelos três anos de convivência, de absoluto respeito e oportunidades geradas pela bancada à nossa atuação parlamentar e pela reciprocidade nos nossos projetos. Tendo em vista a eleição deste ano, em uma decisão do meu estado – registrei lá meu respeito ao Governador Marcelo Miranda, à Deputada Dulce Miranda e a todos os membros do MDB –, comunico à Casa e a V. Exa. a minha filiação ao Partido Liberal a partir desta data.

Meu abraço ao Líder Nelsinho Trad também. Tenho uma vontade muito grande de ser liderado por ele.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem à análise desta Comissão a Mensagem nº 11, de abril de 2022, de indicação do Sr. Sergio Pinto Martins, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Luiz Pereira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado é natural de São Paulo, tendo nascido em 17 de abril de 1963, filho de Rubens Martins e Clarice Pinto Martins. É bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado, além de bacharel em Direito e Ciências Administrativas, ambos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O indicado é mestre em Direito Tributário, doutor em Direito do Trabalho e livre-docente em Direito do Trabalho, todos pela Universidade de São Paulo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Realizou inúmeros cursos de especialização e de extensão, dentre os quais destacamos a especialização em Direito Empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e a especialização em Direito do Trabalho pela USP.

No âmbito profissional, destaca-se a atuação do indicado na magistratura trabalhista, tendo sido aprovado em concurso para juiz do trabalho substituto do TRT da 2ª Região e promovido, por merecimento, ao cargo de juiz do TRT da 2ª Região. Foi, também, Presidente da 18ª Turma do TRT da 2ª Região e é Corregedor do TRT da 2ª Região.

É relevante, igualmente, a experiência do indicado no magistério, destacando-se a sua atuação como professor convidado para as aulas de Prática de Direito Tributário e Direito do Trabalho Aplicado na Universidade Presbiteriana Mackenzie; a de professor adjunto nas cadeiras de Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito do Trabalho Aplicado e Direito Processual do Trabalho, também na Mackenzie; e a de professor associado do Departamento de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O indicado também possui extensa participação em conferências, tendo proferido dezenas de palestras em todo o Brasil, além de ter ministrado aulas magnas e inaugurais em inúmeras instituições de ensino superior, tais como a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Universidade da Amazônia, a Universidade Vale dos Sinos, a Universidade Cândido Mendes, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ressalte-se, igualmente, a extensa produção bibliográfica do indicado, com mais 700 artigos e mais de 50 livros publicados.

No que tange às demais exigências regimentais, o indicado apresentou todas as declarações solicitadas.

A breve argumentação escrita do indicado destaca a sua experiência como juiz do trabalho, função que exerce há 31 anos, bem como sua formação acadêmica, com mestrado em Direito Tributário e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doutorado em Direito do Trabalho, ambos pela Universidade de São Paulo, e sua elevada produção bibliográfica.

Em face do exposto, sustenta-se que as Sras. e os Srs. Senadores detêm elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Sérgio Pinto Martins para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Termino o relatório, ressaltando um instrumento que foi muitas vezes exaltado por V. Exa. na Presidência desta Casa, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, que é o nosso querido e-Cidadania. Então, pela assessoria solicitada ao nosso Ministro, duas perguntas que considero parcialmente respondidas, mas às quais ele terá a oportunidade de responder na sua nova explanação.

Luan Pereira, de Santa Catarina, pergunta: "Como integrante do Tribunal Superior do Trabalho, quais são suas principais pretensões?". Isso ficou explicitado na sua exposição, mas, se assim achar, pode fazer algum adendo.

Leandro dos Santos, do Paraná, pergunta qual é a sua análise sobre a dependência de comprovação objetiva de dano moral contra empresas que não pagam rescisão contratual.

Portanto, com essas duas perguntas, eu solicito a aprovação dos pares da indicação. No decorrer da sabatina, celebramos o instrumento do e-Cidadania, que conecta diretamente o cidadão brasileiro ao Senado Federal e à Comissão de Constituição e Justiça. Agradeço ao Senador Davi Alcolumbre pela indicação para esta relatoria. Sucesso ao indicado, o nosso Ministro Dr. Sergio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. Sergio, como nós temos só um Senador inscrito, há alguns Senadores que estão aqui no plenário...

V. Exa. vai... (*Pausa.*)

Ah, então tudo bem!

Vou conceder a palavra ao Dr. Sergio para responder às duas perguntas feitas pelo e-Cidadania...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode ser logo em bloco, Sr. Presidente? Como só são três...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou fazer o seguinte: V. Exa. e o Senador Portinho em seguida. Ele responde ao Relator, e, em seguida, eu faço os dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É por idade!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É precedência.

V. Exa. pode responder às duas, e daqui a pouco eu faço...

O SR. SERGIO PINTO MARTINS (Para expor.) – Sr. Presidente, as minhas pretensões são no sentido de integrar o TST e julgar os processos como eu sempre fiz, no primeiro grau, no segundo grau. Eu sei que, se for indicado, esperam-me entre 10 mil e 17 mil processos. Então, é tentar diminuir esse acervo para dar um andamento mais célere a esses processos, porque, de fato, são muitos processos.

Quanto à segunda pergunta, "Qual é a posição em relação ao dano moral na rescisão contratual?", a ideia geral em relação ao dano moral é que a prova é *in re ipsa,* quer dizer, presume-se a existência disso. Mas eu acho que depende de cada caso. Eu posso presumir, por exemplo, que há uma dor moral em relação ao falecimento de um filho, de um pai em relação a uma outra pessoa. Agora, na questão da rescisão contratual, eu acho que depende da situação, porque, se ficar comprovado que, de fato, esse trabalhador teve uma questão que envolve seu nome ser colocado na Serasa ou assim, então, nesse caso, a indenização por dano moral é devida. Em outros casos, terá que ser analisada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Carlos Portinho; em seguida, Senador Paulo Rocha.

Vamos fazer em bloco de dois a resposta do sabatinado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Senador Davi Alcolumbre, meus pares, é um dia, confesso, para mim, muito especial, Senador Paulo Rocha, porque você passar a sua vida acadêmica e profissional estudando nos livros de Sergio Pinto Martins e hoje tê-lo aqui sentado, sabatinado! Não tenho como não pedir o apoio de todos os meus colegas.

Certamente eu não seria, antes, o advogado que fui, não militaria na Justiça do Trabalho, como militei, não teria o conhecimento da matéria que me importa hoje na minha função, inclusive, como citado, com relação à Sociedade Anônima do Futebol, que relatei, se não fosse muito do que eu li e aprendi com o querido Sergio Pinto Martins.

E aproveito que toquei no assunto da sociedade anônima do futebol, e aproveitando a presença de outros Ministros – e não farei a pergunta porque respeito sempre, como advogado e como Parlamentar, a autonomia da convicção do julgador –, eu tenho visto com muita felicidade um movimento que tem acontecido esse ano a partir da aprovação da sociedade anônima do futebol. Havia clubes que certamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não poderiam nem começar o ano. As riquezas que o país está atraindo estão transformando, como em outros lugares do mundo, o futebol num modelo de negócios que importa na responsabilidade dos seus gestores.

Eu vivi no futebol muitos anos, e a grande grita dos advogados de credores, cujas fileiras inclusive compus em determinados momentos, era justamente pela ausência da responsabilidade, a falta de gestão, não é? Eram clubes que, por razões políticas, montavam elencos sem ter a capacidade de pagar, penduravam a conta e agravavam cada vez mais a situação financeira dos clubes. Isso era a realidade antes da sociedade anônima do futebol, eu vivi isso antes da sociedade anônima do futebol. Manter aquele *status* é absolutamente inimaginável para o trabalhador. O que nós esperamos – e por isso aprovamos aqui no Congresso a sociedade anônima do futebol – é que ela traga responsabilidade e gestão e isso importe no cumprimento das obrigações, através de um modelo empresarial onde a responsabilidade é a regra, e não a exceção.

Tenho visto diversos tribunais, mesmo para associações que não se transformaram ainda em sociedade anônima do futebol... E os estudos foram atualizados, falava-se em sete sociedade anônimas de futebol esse ano, já se falam em dez sociedades anônimas do futebol.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu vejo associações que ainda não se transformaram recorrerem ao concurso de credores e embasarem os seus pedidos na sociedade anônima do futebol. E esse é o momento até que eu tenho para me manifestar a respeito, porque não tenho me manifestado. A verdade é a seguinte: o tribunal já havia criado o concurso de credores, que inclusive inspirou a Lei da Sociedade Anônima do Futebol. Para as associações civis de clubes, não me parece que seja necessário usar a Lei da Sociedade Anônima do Futebol porque ela é posterior ao advento do próprio concurso de credores que ela incorporou, como uma alternativa à recuperação judicial dos clubes.

Eu tenho dito aos advogados dos credores: se quiserem prejudicar ou obstaculizar o que o legislador – e não fui só eu, foram todos aqui do Senado – deliberaram na sociedade anônima do futebol, vão empurrar para as varas de recuperação judicial toda a restruturação da dívida dos clubes. E certamente esses advogados trabalhistas inclusive perderão o seu quinhão ou a direção desses processos, porque, como advogado trabalhista, sei que poucos entendem de recuperação judicial, como eu também pouco entendia quando advogava na esfera trabalhista. E não é isso que nós queremos aqui.

Há clubes que podem pagar como sociedade anônima do futebol as suas dívidas, com responsabilidade, gestão e com o tempo – e isso é muito importante – que a legislação deu para esses clubes pagarem as suas dívidas através de mecanismos próprios e aceleradores, como eu chamo, que nós trouxemos na sociedade anônima do futebol. Esses clubes têm 6 anos mais 4 para, com receitas de uma gestão responsável, poderem pagar as suas dívidas, porque o futebol, de todas as atividades econômicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez seja aquela que tenha receitas infinitas, já que todo ano se renovam. Que essas receitas bem geridas possam ser encaminhadas ao pagamento desses credores dentro do prazo que a lei deu.

Eu compreendo, como advogado trabalhista e pela jurisprudência que, muitas vezes, o momento da citação é o momento em que se deve chamar a sociedade anônima do futebol para que ela eventualmente responda, lá no futuro, subsidiariamente como diz a lei, por essas obrigações, mas eu não compreendo quererem agora, ao contrário do que diz a lei sem lacuna, obstaculizarem a reestruturação dos clubes através de sociedades anônimas do futebol. Deem o prazo que a lei permite e, se não for cumprido, todos serão responsáveis, seja subsidiária ou solidariamente. Mas a lei dá esse prazo...

Qual é a alternativa? Eu também gostaria que todos os clubes pagassem amanhã as suas dívidas, mas, como eles não têm como pagar, a alternativa é simplesmente matar a galinha, matar a galinha que gera receita todo ano? Lógico que não! E o espírito do legislador, eu deixo bem claro, foi este: ainda que haja uma responsabilidade, ela é subsidiária e ela é posterior aos dez anos que a lei deu para esse pagamento da dívida.

Eu quero aqui, fazendo esses comentários como Relator da sociedade anônima do futebol, dizer aos meus colegas, independentemente de como entenda o Dr. Sergio Pinto Martins ou qualquer Ministro do TST, que essa é a posição do legislador. Os Ministros do TST – e assim será, se Deus quiser, o Dr. Sergio Pinto Martins – terão a sua liberdade e a sua convicção para decidir.

Por isso, não encaminho, não endereço pergunta, quero apenas, nesta única oportunidade que tive até agora para me manifestar a respeito da evolução da sociedade anônima do futebol, poder colocar a posição do legislador bem claramente para que não restem dúvidas.

Dr. Sergio Pinto Martins, quem eu li me ensinou, e eu aprendi, o pouco que sei da Justiça do Trabalho. Espero que meus pares apoiem a sua condução à merecida vaga de Ministro do TST, o que nos honrará a todos, inclusive aos seus mais modestos alunos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como não houve questionamento, foi só uma manifestação, passo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas, aqueles que nos assistem, estou falando aqui pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, como Líder.

Nós temos sido muito diligentes nessas questões de autoridades, mais ainda no que tange à questão dos tribunais do trabalho. É assim que a gente tem feito, com o método de ouvir, inclusive na nossa bancada, todas as autoridades, assim como nós já tivemos o prazer de ouvir o Dr. Sergio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ficar bem claro: hoje sou Senador da República, mas venho da classe operária, sou trabalhador gráfico, operário gráfico. Sou daquela geração que iniciou o nosso processo da construção do novo sindicalismo no Brasil a partir da Constituição de 1988, quando lá nós já conquistávamos liberdade e autonomia sindical, o direito de greve e tantos outros avanços na questão do trabalho, na relação capital e trabalho.

Eu já fiz este comentário diretamente com o Dr. Sergio, mas quero expressar aqui mais publicamente a nossa posição. Naquele início, nós tínhamos uma posição muito exigente da Justiça do Trabalho, porque ela tinha uma postura muito intervencionista na relação capital e trabalho, dada a ideia de que nós tínhamos já conquistado direitos: liberdade e autonomia sindical, repito, e o direito de greve. Então, nós considerávamos que a Justiça do Trabalho tinha essa visão intervencionista e que era papel das partes resolver seus problemas, a não ser que as partes provocassem a solução em última instância.

Naturalmente, com o processo democrático do nosso país, houve essas evoluções, e a Justiça do Trabalho passou a ser uma Justiça eminentemente social, democrática, onde, nos julgamentos de primeiras instâncias, no caso das comissões de julgamentos, havia o juiz central, mas também os juízes que representavam cada parte, chamados vogais. Eu tive, inclusive, a experiência de ser vogal do trabalho lá na 8ª Região do meu Estado do Pará, com uma experiência muito grande, porque julgar questão trabalhista num Estado como aquele, complicado, grande... Foi lá que nós criamos, inclusive, uma experiência de levar a Justiça do Trabalho aos rincões do município, onde nós criamos a junta de julgamento em cima de um barco que ia de cidade em cidade julgar essas relações. Então, avanços houve, portanto.

Aqui há outros ministros do Tribunal do Trabalho.

A gente está, neste momento, em altos e baixos, principalmente porque fizeram uma reforma trabalhista contra a qual nós nos contrapomos. Inclusive, evitamos avançarem muito mais essas reformas que levaram, ao cabo, na nossa avaliação, à precarização da relação capital e trabalho, com a aprovação do trabalho intermitente, o que envolve conquistas importantes que nós já tivemos, como a jornada de trabalho de 44h. Enfim, isso nos traz muita preocupação.

Por isso, nós fazemos votos que a Justiça do Trabalho continue com esta visão de uma Justiça social, onde realmente os conflitos sejam resolvidos primeiro entre as partes e, em última instância, haja o julgamento da Justiça do Trabalho, até porque nós temos hoje organização sindical forte tanto de um lado quanto de outro, tanto do setor patronal como do setor dos trabalhadores.

Então, a Justiça do Trabalho tem um papel muito importante, exatamente o de fazer justiça no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me solicitar uma... Eu queria que a Secretaria-Geral da Mesa da CCJ... Há vários Senadores que estão em outras Comissões, aqui ao lado. Eu queria que a gente pegasse os nossos servidores e fosse... O Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Girão está na outra Comissão aqui ao lado. O Senador Plínio Valério está aqui na Comissão, o Marcelo Castro está aqui. A gente tem 17 votos. Nós somos 27.

Eu vou... Eu vou... Eu poderia... Já que nós vamos aguardar e abrir a Comissão, eu poderia desfazer a mesa e iniciar a segunda etapa, já que não há questionamentos, sem abrir essa votação, para dar mais um tempo, enquanto eu organizo aqui, para a gente chamar os Senadores. (*Pausa.*)

O quórum já deu, mas eu não queria abrir com 17. Entende? (*Pausa.*)

O Senador Jorginho Mello...

O Senador Zequinha Marinho estava aqui ainda agora e não votou.

Ligue para o Zequinha Marinho, por gentileza.

Eu vou... Sr. Juiz, sabatinado, nós vamos deixar, por mais uns 20 minutos, aqui aberto, para a gente chamar os Senadores. Eu vou organizando aqui a mesa. Eu não vou iniciar a votação dos conselheiros, mas V. Exa. está convidado a continuar conosco aqui, na Comissão, para a gente tentar buscar o número maior possível de Senadores. Quando eu for declarar o resultado, eu convoco V. Exa. para comparecer aqui.

Dr. Ednaldo, acompanhe o nosso magistrado até a sala da Comissão.

Eu queria que ligassem para os Senadores, para os titulares e para os suplentes, porque, se os suplentes vierem votar e se a gente tiver um quórum...

Líder Weverton, eu estava aguardando V. Exa. para votar.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas tem que ir ali, nas outras salas, ao lado. (*Pausa.*)

O Senador Telmário estava aqui, na Comissão, agora. (*Pausa.*)

Nós vamos organizar aqui a mesa com os outros convidados e sabatinados da reunião de hoje, enquanto a gente tenta obter o maior número de eleitores possível na votação para a indicação ao Tribunal Superior do Trabalho.

É o item 2 da pauta...

Eu vou chamar todos os itens. Não vai haver uma ordem. Como o Senador Petecão solicitou, para fazer a explanação, o Dr. Vinícius Jardim, a gente passa, primeiro, para ele. É Marcos Vinícius Jardim Rodrigues.

São os itens 2, 3, 4, 5 e 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação.

Temos que chamar o Senador Vanderlan também. Ele estava aqui.

Pode colocar as cadeiras aqui? Cinco cadeiras. (*Pausa.*)

Solicito ao Senador Weverton que acompanhe os indicados para a arguição.

Item 3...

Dr. Marcos, fique à vontade.

O SR. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. Marcello...

O nosso Vice-Presidente, Senador Lucas Barreto, está aqui recepcionando os nossos sabatinados.

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação. (*Pausa.*)

Pois não. (*Pausa.*)

Só um minuto. (*Pausa.*)

Eu vou abrir só quando terminar o TST.

Também é indicação da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Relator da matéria está aqui presente: Senador Sérgio Petecão.

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor GIOVANNI OLSSON, Juiz do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pronto para deliberação.

Senador Weverton, o Dr. Olsson... (*Pausa.*)

Aqui, doutor. (*Pausa.*)

Seja bem-vindo!

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Conselho Federal da OAB, para o Biênio 2021/2023.

Autoria: Conselho Federal da OAB

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Pronto para deliberação.

Líder Weverton, nosso Governador... (*Pausa.*)

Dr. Badaró, por gentileza.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ROGÉRIO MAGNUS VARELA GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Conselho Federal da OAB, para o Biênio 2021/2023.

Autoria: Conselho Federal da OAB

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação.

Dr. Rogério... (*Pausa.*)

Aqui, doutor. (*Pausa.*)

Tudo bem? Seja bem-vindo!

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Weverton, Líder e meu Governador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Quero pedir que V. Exa. já autorize deixar aberto o painel de votação dos indicados para que os colegas Senadores possam...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu só estou aguardando aumentar o quórum da votação do TST. Nós vamos iniciar aqui a manifestação de cada um individualmente, para superarmos esses minutos iniciais da apresentação de cada um, e estamos chamando os Senadores. Quando a gente tiver os 25...

O Senador Omar já votou?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Já, Senador. (*Fora do microfone.*)

Senador, há alguns Senadores que não estão em Brasília. Eu acho que V. Exa.... Como já estava há bastante tempo a sabatina do desembargador...

O Otto Alencar, por exemplo, está presidindo a CAE. Ele poderia vir aqui votar porque está aqui do lado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Mecias estava na CAE também. Então agora já chegou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Onipresente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Estou aqui, Presidente. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – E aí, meu amigo, você está bom?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Bom te ver. Bom te ver.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ele passa despercebido. A gente quase não o vê, mas ele está em vários lugares ao mesmo tempo. É um artista.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mecias é onipresente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Luiz do Carmo é da CCJ, Senador?

O SR. LUIZ CARLOS DO CARMO (PSC - GO. *Fora do microfone*.) – Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas pode votar, por gentileza, que ocupa o voto do titular.

Está aberto.

Tudo bom, Luiz?

Vamos aguardar um pouquinho mais e a gente vai abrir aqui, Senador. Só estou esperando o Telmário, que estava aqui. Ele, eu vi aqui.

Vamos iniciar aqui. Eu queria solicitar à Secretaria... (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra para os sabatinados, Senador Giordano. Vamos iniciar... Já que tem uma solicitação do Senador Sérgio Petecão, nós vamos iniciar a exposição pelo membro indicado pela Ordem, porque ele é o Relator: Dr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues.

Então, eu concedo a palavra agora ao Dr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, para fazer a sua exposição.

O SR. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia, Excelentíssimo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Senador Davi Alcolumbre.

Quero fazer meu cumprimento especial ao Senador Sérgio Petecão, Relator do meu processo, personalidade histórica do meu Estado do Acre.

Quero cumprimentar todos os Senadores, todas as Senadoras, e cumprimentar todos os assistentes, nas pessoas da Desembargadora do Trabalho Tânia Reckziegel e do Presidente da OAB de Goiás, Dr. Rafael Lara. Quero agradecer a presença de todos.

De forma muito sucinta e rápida, meu nome é Marcos Vinícius Jardim Rodrigues. Tenho 46 anos de idade. Natural do Estado do Acre. Tenho cerca de 20 anos de profissão totalmente dedicados à advocacia e à vida institucional da Ordem. Desde 2007, participo da vida institucional da Ordem e me considero um *trainee* da OAB desde os primeiros cargos: Presidente da Comissão da Jovem Advocacia; Conselheiro Seccional; fui Diretor e Secretário-Geral daquela seccional; Vice-Presidente; Presidente por dois mandatos; Conselheiro Federal da OAB, onde exerci cargos também nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considero-me um vocacionado da profissão e fui alçado ao Conselho Nacional de Justiça para um primeiro mandato, logicamente um mandato que todos nós sabemos que foi pitoresco, porque a humanidade se deparou com a crise da pandemia, com a covid-2019, e logicamente o mandato foi voltado para resolver as contendas afeitas à pandemia. Não teria como ser diferente, notadamente, Senador Presidente Davi Alcolumbre, Senador Omar, no sentido de evitar que o Poder Judiciário, que os serviços essenciais do Poder Judiciário estagnassem diante da necessidade da sociedade brasileira.

Exerci ainda, nada obstante essa prioridade de atuação, atuações em comissões importantes como a de soluções adequadas de conflitos, em grupo de trabalho de estudos da Lei de Falências e Concordatas – recuperação judicial, perdão –, sempre atuando no sentido, nesse caso, de evitar que os processos judiciais brasileiros estagnassem diante da pandemia.

Nada obstante, penso que o mandato foi bem aprovado, tanto que o Conselho Federal da Ordem, a advocacia brasileira, mais de vez me indicou para que exercesse esse segundo mandato. Estou aqui disponível para colaborar.

Mais do que uma homenagem ao Poder Legislativo, penso que eventos como este, uma solenidade formal como esta homenageia o princípio do federalismo. É o Poder Legislativo controlando o Poder Judiciário, estabelecendo um perfil de ocupantes do Poder Judiciário, no caso a cúpula do Poder Judiciário nacional, que passa pelo crivo do Legislativo de forma a controlar arbitrariedades, garantir direitos individuais – poderes institucionais controlando poderes institucionais.

Seria essa a minha manifestação inicial, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós vamos aguardar, Dr. Sergio, o Senador Alessandro Vieira, que estava aqui ainda há pouco, os outros Senadores não estão. Quando vier o Senador Alessandro Vieira, nós vamos encerrar a votação, porque o quórum vai estar em 23. É um quórum alto para a Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao indicado Sr. Giovanni Olsson, para fazer a sua exposição.

O SR. GIOVANNI OLSSON (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Sr. Senador...

(*Interrupção do som.*)

O SR. GIOVANNI OLSSON (Para expor.) – Agora, sim.

Sr. Presidente, Senador Alcolumbre, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, distintos colegas aqui da sabatina indicados ao CNJ e ao CNMP, meu bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, gostaria de registrar que me sinto profundamente honrado por essa indicação por parte do TST para membro do Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada à magistratura de primeiro grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não constitui um projeto pessoal, mas, sim, institucional da Justiça do Trabalho, a cujos integrantes eu agradeço novamente a confiança depositada.

Considero, em verdade, uma grande oportunidade de compartilhar com os demais segmentos do Poder Judiciário as experiências angariadas em 31 anos de Justiça do Trabalho, como minha casa profissional, dos quais 26 vividos da magistratura, e tentar contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário como o Poder encarregado da prestação do serviço público de Justiça. E, nessa caminhada, agradeço não apenas à Justiça do Trabalho, a minha casa, mas a Deus e à minha família, responsáveis por toda a minha trajetória terrena, e a todos aqueles que incentivaram e vêm apoiando por compartilharem os mesmos ideais.

No Senado Federal agradeço muito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras pelos quais tive a oportunidade de ser recebido ao longo dos últimos dois meses, sempre cordiais e gentis. Sou sabedor de que, por conta das limitações impostas pela pandemia e de suas intensas agendas, infelizmente não foi possível o contato pessoal com todos, mas as interlocuções foram muito produtivas e contribuíram para a interação harmônica entre os Poderes nesse processo republicano. E um agradecimento muito especial é dirigido ao Senador Marcelo Castro, cuja relatoria muito me enobrece.

Peço a licença para um brevíssimo resumo biográfico com o intuito de destacar alguns aspectos que são relevantes e que traçam um paralelo entre essa trajetória e como ela pode contribuir para essa honrosa missão no CNJ. Permito-me ser muito breve, repito, porque essas atividades já estão amplamente documentadas.

O itinerário profissional está conectado, como dito, com o Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho ao longo de 31 anos, amealhando experiências em três estados: como servidor concursado do Tribunal do Trabalho gaúcho inicialmente, depois como magistrado do Tribunal do Trabalho do Paraná e, desde 1996, como magistrado do trabalho de Santa Catarina, fixando-me em Chapecó, no Extremo Oeste, onde vínculos familiares e sociais me levam a residir por mais de duas décadas.

A magistratura, todos sabem, exige aperfeiçoamento e atualização constantes, o que conduziu também ao mestrado, ao doutorado e a uma integração à vida acadêmica. Sempre busquei melhor entender o direito, mas olhando para fora, para as transformações da sociedade num mundo cada vez mais globalizado, pesquisando e lecionando principalmente os temas do desenvolvimento pluridimensional da Agenda 2030 da ONU, a governança, a globalização, a educação judicial, a solução de conflitos e os direitos humanos.

Em paralelo a tudo isso e paulatinamente, a atuação na jurisdição foi sendo acrescida de novos desafios profissionais, com algumas atividades administrativas de âmbito nacional. Cabe destacar, em primeiro lugar, a experiência extensa na formação profissional, nos cargos de Conselheiro e de Juiz Auxiliar da nossa Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e como coordenador de cursos para magistrados em vários períodos descontínuos desde a sua fundação, em 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali foi possível conhecer a centralidade da formação profissional do magistrado, que, após a aprovação em concurso público, precisa manter-se permanentemente qualificado para lidar com as inúmeras transformações, sejam elas normativas, sociais, econômicas, tecnológicas, enfim, que atingem a sociedade e impactam a litigiosidade, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Nesse ponto, houve uma intensa atuação em políticas públicas permanentes para qualificar os quadros do Poder Judiciário, e o CNJ, todos sabem, tem um papel decisivo para formular e implementar essas políticas públicas.

Em segundo lugar, menciono a experiência na área disciplinar e correicional como Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNJ entre 2016 e 2018, na gestão do então Corregedor, Ministro João Otávio de Noronha. Ali foi possível evidenciar que, embora o Poder Judiciário seja composto majoritariamente por profissionais dedicados, operosos e probos, que fazem da justiça a sua vocação, também é ocupado por algumas pessoas que não estão imbuídas dos melhores valores e do espírito público. Com essa caminhada, aprendi a importância de que o CNJ seja o vetor da troca de experiências, do compartilhamento de boas práticas, do suporte de ferramentas judiciárias ao magistrado para o seu trabalho cotidiano, mas também que o CNJ seja implacável com os desvios de conduta, porque a integridade da magistratura e do Poder Judiciário é o maior valor da própria instituição e um farol para a sociedade.

Em terceiro lugar, destaco a experiência na mediação e conciliação processual e pré-processual de conflitos como então Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST e Secretário da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação da Justiça do Trabalho de 2020 até o início deste ano deste ano de 2022. Nesse papel, foi possível compreender a centralidade do tratamento adequado de conflitos na sociedade. Para o cidadão, ir até o Poder Judiciário e pedir a solução do seu conflito é muito mais do que um exercício de acesso à Justiça; é um ato de cidadania e é uma demonstração de confiança no Estado democrático de direito, onde ele deve encontrar uma Justiça autenticamente multiportas, com pessoas acolhedoras, com procedimentos céleres, com soluções imparciais e justas.

E aqui, senhoras e senhores, vemos o CNJ como maestro dessa orquestra complexa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANNI OLSSON – ... que precisa executar uma sinfonia com dezenas de tribunais e milhares de varas e serventias em perfeita harmonia, porque, para o cidadão, o que está escrito na placa, na porta do fórum onde ele entra ou o nome da ação processual que ele ajuíza são meros detalhes para o conjunto da obra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANNI OLSSON – ... isto é, a prestação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANNI OLSSON – ... de um serviço com qualidade e com eficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais do que entrar no Judiciário, o cidadão quer sair do Judiciário, quer ter o seu conflito resolvido, ele quer ser ouvido, quer ter políticas adequadas para resolver o seu problema, seja um problema de consumo, seja um problema de trabalho, seja um problema de saúde ou qualquer outro que o está afligindo.

Em síntese, vemos o CNJ ocupando espaço relevantíssimo para alavancar a prestação do serviço público de Justiça, redefinindo o Judiciário como espaço do cidadão e para a cidadania, uma nova cultura da Justiça como instituição e como valor. E o CNJ não vem se furtando a isso, com iniciativas do calibre da Justiça 4.0, plataforma digital do Poder Judiciário e tantas outras. É a Justiça a serviço do cidadão em qualquer hora e de qualquer lugar. Não é mais o cidadão que vai à Justiça, mas é a Justiça que vai ao cidadão. Não se trata simplesmente de mais servidores, mais magistrados, mais concursos, mais prédios, mas, sim, de inteligência institucional, com laboratórios de inteligência, laboratórios de inovação, otimizando recursos e atendendo ao cidadão.

Todas essas ligeiras reflexões, em síntese, apontam para a questão mais ampla que é integrar o Poder Judiciário e o próprio estado àquilo que existe de mais caro como projeto civilizatório global, especialmente pós-pandemia: a efetivação da Agenda 2030 da ONU na sua dimensão social, econômica, ambiental e institucional, por exemplo.

Espero, portanto, em atuação junto ao CNJ, contribuir com a experiência da Justiça do Trabalho para um Judiciário para a cidadania. E, já concluindo, reafirmo aqui o compromisso de cumprir a Constituição e as leis da República, com uma atuação equilibrada, imparcial, independente e, acima de tudo, comprometida com o aprimoramento do serviço público e a prestação de justiça.

O CNJ, aqui, é o grande artífice, plural, democrático, com representação dos vários setores da administração da justiça.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, essas são, em breves palavras, a minha expectativa, meu compromisso de contribuição.

Por fim, agradeço, mais uma vez, ao Senado da República. Sigo à disposição deste Colegiado para esclarecer ou complementar qualquer aspecto dessa honrosa indicação.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado.

Antes de nós passarmos a palavra ao próximo indicado, eu queria que a gente pudesse concluir a votação do primeiro item da pauta, que é a indicação do Sr. Sergio Pinto Martins, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram 24 votantes, de um quórum de 27 Senadores da Comissão. Os outros Senadores não estão em Brasília.

Então, nós vamos encerrar a votação com o número de 24 votantes.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Resultado da votação... (*Palmas.*)

Votaram SIM 23 Senadores e Senadoras; NÃO, 01.

Total de votos: 24 votos.

Está aprovada, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, a indicação do Sr. Sergio Pinto Martins.

Esta matéria vai diretamente para o Plenário.

Parabéns ao Dr. Sergio, que teve uma votação expressiva no plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, V. Exa. poderia abrir também para a gente votar no Conselho... Até porque eu acho que a qualificação deles todos nós temos aqui, eles visitaram todos os gabinetes... As indicações, de onde vêm, são indicações, tenho certeza absoluta disso, não colocariam qualquer um no Conselho Nacional de Justiça, e isso também nos apressaria, porque há outras reuniões sendo feitas, das quais a gente precisa participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Omar.

Essa manifestação do Senador Omar foi feita pelo Senador Petecão, pelo Senador Weverton, pelo Senador Vanderlan e pelo Senador Jorginho. Então, nós temos... Dois sabatinados já fizeram as suas manifestações. Eu ainda não tenho ordem de inscrição, mas entendo que há um motivo para que a gente possa... Eu consulto o Plenário se eu posso abrir a votação de todas as autoridades, para a gente poder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por unanimidade... Vou fazer a inscrição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem, mas para fazer para qual indicado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para todos. Está bom.

Então, eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra a votação, que inicie o processo de votação eletrônica secreto, com o nome dos cinco sabatinados indicados para os conselhos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou conceder a palavra agora ao Dr. Rogério Magnus Varela Gonçalves, para fazer inicialmente a sua exposição aqui na Comissão.

Com a palavra o Dr. Rogério Magnus Varela Gonçalves.

O SR. ROGÉRIO MAGNUS VARELA GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Peço permissão para saudar a todos os Senadores e Senadoras presentes na pessoa do nosso Presidente Davi Alcolumbre.

Serei muito breve, até para otimizar os trabalhos e prestigiar o tempo precioso desta Casa.

Eu quero inicialmente agradecer...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se falar muito, perde voto, hein?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir à assessoria, por gentileza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir à assessoria dos nossos queridos Senadores e Senadoras que nós temos um sabatinado fazendo a sua consideração inicial. Eu queria a atenção do Plenário.

O SR. ROGÉRIO MAGNUS VARELA GONÇALVES – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ser muito breve. Eu quero, incialmente, além da saudação que já fiz, agradecer a confiança do Conselho Federal da OAB, que ontem muito nos honrou, a mim e ao Dr. Badaró, com 25 votos dos estados que lá estavam votando. Isso é um reconhecimento do nosso trabalho ao longo da atividade advocatícia; no meu caso, 26 anos de advocacia cotidiana, além de participar da vida da ordem aos mesmos 26 anos: Conselheiro estadual, três mandatos de Conselheiro Federal, ex-Presidente da Comissão Nacional de Exame da Ordem e também Vice-Presidente da Comissão de Ensino Jurídico, já que eu fui distinguido pelo então Presidente Lamachia com essa pasta acadêmica da OAB; já que tenho mestrado e doutorado, ele me distinguiu dessa maneira.

Eu quero registrar minha honra de estar presente perante o Senado da República. É uma alegria, é uma satisfação. Quero firmar, já que fomos escolhidos apenas ontem e nós já estamos aqui hoje na sabatina, um compromisso pessoal de poder visitar todos os senhores e senhoras, que muito me ensinarão pela experiência de vida, pela capacidade que os senhores têm de visão de mundo. Eu acho que é importantíssimo que nós possamos fazer esse diálogo, essa visitação com os senhores. Então, me comprometo, dependendo da agenda dos senhores, a visitar todos nos seus gabinetes quando o tempo for permitido.

Eu registro, em apertada síntese, a minha gratidão à Paraíba, de cujo Conselho Federal sou membro, e faço esse registro de gratidão na pessoa, na figura do Senador Veneziano Vital do Rêgo, porque ele teve um pai que muito orgulhou a advocacia da Paraíba. Poucos devem saber disso, mas o nosso prédio da OAB da Paraíba foi uma doação do Dr. Vital do Rêgo. Então, é algo que me enche o peito, a alma e o espírito registrar que a advocacia da Paraíba deve muito a essa família, e registro também minha gratidão à Senadora Nilda Gondim e à Senadora Daniella Ribeiro.

Então, feitos esses registros, eu quero agradecer a todos a paciência de me ouvir brevemente e encerro minhas palavras pedindo a confiança, o apoio e o voto dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento o Dr. Rogério Magnus Varela Gonçalves pela exposição.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na sequência, concedo a palavra ao Sr. Marcello Terto e Silva para sua exposição pelo tempo regimental; antes, para um registro, para o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito bem. Sr. Presidente, eu tenho que voltar lá na CAE, nós estamos tendo votação. Eu queria ter a oportunidade de poder cumprimentar todos os indicados, que são pessoas preparadas, e, de forma especial, o Giovanni, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhou em Chapecó, no meu Estado de Santa Catarina. Como juiz, fez um grande trabalho lá e tenho certeza absoluta de que está preparadíssimo para a função do conselho.

Então, eu quero cumprimentar, desejar muito boa sorte a todos os senhores, na certeza de que todos estão preparados e têm compromisso com o nosso Brasil e, acima de tudo, com as pessoas.

Então, quero saudar o Dr. Giovanni e pedir licença ao Sr. Presidente para poder me ausentar. Vou fazer a votação e vou me ausentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jorginho Mello.

Com a palavra o Dr. Marcello Terto e Silva.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. É um prazer e uma grande responsabilidade estar aqui na presença de V. Exas. e do público para me apresentar como indicado da Ordem dos Advogados do Brasil para uma das vagas destinadas àquela instituição no CNJ.

Por medida de economia processual, de celeridade processual e qualidade também, até porque é isso que pregamos como representantes da advocacia, o que também será o nosso norte, a nossa bússola enquanto conselheiros do CNJ, inicio pelos agradecimentos, Sr. Presidente.

Primeiro, ao Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, que nos recebeu ainda em dezembro do ano passado e, atendendo ao nosso pedido, recebeu com muito carinho a perspectiva de nossa indicação pela Ordem dos Advogados do Brasil; ao Senador Vanderlan Cardoso, nosso padrinho e nosso Senador do Estado de Goiás, o estado que me adotou e que me recebeu com tanto carinho, um estado próspero, um estado que dá exemplo para o Brasil – e não é diferente com o Senador Vanderlan, uma grande liderança política e empresarial do nosso estado, do meu estado de Goiás –; aos Senadores e Senadoras que nos receberam, ao longo de dois meses, com muita paciência e também com muita disposição para nos ensinar, não é, Marcos? Foi um processo de aprendizado, Senador Marcos Rogério, em que discutimos a Justiça brasileira, ouvimos os reclamos, apresentamos nossas opiniões e aqui estamos para nos apresentar de público.

Em especial, também cumprimento os Senadores do Luiz do Carmo e Kajuru, do meu Estado de Goiás; o Presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti; o sempre Presidente Felipe Santa Cruz, que confiaram no nosso trabalho, nos ajudaram a chegar até aqui e aqui estão representados pelo Procurador-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ulisses Rabaneda, meu irmão. Muito obrigado pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao sempre Presidente da OAB Goiás, Lúcio Flávio, por ter acreditado também, apostado e trabalhado para que Goiás tivesse um representante no Conselho Nacional de Justiça; ao Presidente atual, Rafael Lara Martins, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Goiás, que me pegou pela mão e terminou o processo – está aqui presente, honrando o nosso estado, honrando a advocacia goiana –; aos Conselheiros e Conselheiras federais que se fazem aqui presentes, cumprimento, na pessoa da minha amiga-irmã Layla, representante do interior do Estado de Goiás, da próspera região do sudoeste goiano; ao Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Desembargador Carlos Alberto França, e ao Presidente do TCM de Goiás, Joaquim Alves de Castro Neto, por acreditarem que nossa representação diz respeito ao sistema de Justiça e não exclusivamente à Ordem dos Advogados do Brasil, porque a voz da advocacia é que traz os reclames do cidadão e é importante que representantes de instituições como essas compreendam isso.

Agradeço a minha família, aqui representada hoje por minha assessora, que foi a condição que a fez ingressar neste plenário, Presidente, Aline Pereira de Souza Terto, minha esposa, minha mulher, minha assessora, que me dá tanto carinho e me encoraja a enfrentar todos os desafios; a minha mãezinha, Maria do Socorro Terto, que está acompanhando pela TV Senado – não deve estar entendendo muita coisa, mas ela está apostando no filho dela, lá do Piauí –; a minha Dindinha, que também está lá, Regina Terto; aos amigos e amigas aqui presentes; à Liviana, que vejo ali ao fundo, que me ajudou a pincelar e a dar um certo vigor literário a este pronunciamento rápido que pretendo fazer aqui; ao Dr. Paulo, Presidente da ANS, meu amigo querido, aqui presente também prestigiando este momento.

Presidente Marcos Rogério, Senador Rogério Carvalho, eu não sei se é politicamente correto neste momento principalmente, mas eu vou iniciar o meu pronunciamento e a minha apresentação com o ditado russo de que o fim, como de costume, coroa a obra.

Eu sou Marcello Terto e Silva. A Ordem dos Advogados do Brasil me indica para uma missão que me honra, mas impõe a severa responsabilidade de legitimamente dialogar, construir, convencer, apoiar e julgar temas sensíveis ao olhar da advocacia, do jurisdicionado e do próprio sistema de Justiça. Terei o beneplácito de chegar com um bom guia que está aqui ao meu lado, Conselheiro reconduzido, aprovado pela advocacia brasileira, Marcos Vinícius Jardim, que já se apresentou antes de mim.

Considero-me, como todos os meus concidadãos, um pouco da expressão do Brasil: piauiense nascido e criado; brasiliense de formação; goiano de realização familiar e profissional, Senador Vanderlan. Sou assim, como muitos brasileiros, para não dizer todos, muitos em um só. Chegar até aqui não foi difícil nem fácil. É fruto da graça de Deus, que abençoou a nossa criação, a nossa formação e o nosso trabalho nesta caminhada que parece curta, mas não é.

Advogado sou há 22 anos com muito orgulho. Servi a entidade maior da advocacia brasileira como Conselheiro seccional e, por dois mandatos consecutivos, Conselheiro federal, sempre pela bancada do estado que me acolheu como filho, o Estado de Goiás. Ainda presidi, por dois mandatos, em ambas, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito orgulho, a Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (Apeg) e a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape).

Quanto ao CNJ, surgiu essa instituição inicialmente desta ideia. Perdoe-me pelo latim: "*Quis custodiet ipsos custodes*". É uma citação do poeta romano Juvenal, já convertida em máxima no universo político e jurídico: "Quem há de vigiar os próprios vigilantes?". Acontece que o CNJ se mostrou, Excelências, muito além disso. Incluiu na sua agenda, e tem sido feliz nessa trajetória, a qualidade dos serviços jurisdicionais, dos serviços auxiliares da Justiça, das serventias e dos prestadores de serviços notariais e de registro, a obediência aos princípios orientadores da administração pública, a inclusão tecnológica, a desjudicialização, o respeito aos direitos e garantias fundamentais, incluídos o contraditório, a ampla defesa e – por que não dizer? – os advogados e advogadas enquanto instrumentos do acesso à Justiça e da realização da plena cidadania nas diversas instâncias do Poder Judiciário.

Nesse contexto de relevantes missões constitucionais, o importante olhar e a voz da advocacia são imprescindíveis para retirar o Poder Judiciário do seu insulamento institucional e abrir a sua visão para o principal destinatário dos seus serviços, que é o cidadão, que é o jurisdicionado. A experiência como representante da advocacia pública e privada há mais de duas décadas ensinou-me a observar, ouvir, refletir e compreender que a Justiça é mais do que letra, é o espírito de que ela se origina, é a própria substância. A missão do CNJ, Excelências, exige sinergia e conexão com a sociedade. Por isso, a incessante vigília, a ação e a ênfase da advocacia no aperfeiçoamento estrutural da Justiça brasileira se fazem presentes e importantes.

A missão também diz respeito aos limites do exercício da jurisdição e à reserva institucional quanto ao que é espaço de atuação dos Poderes Executivo e Legislativo, questão importante para o ambiente de segurança jurídica pautado pela legalidade, legitimidade democrática e licitude.

Caso o nosso nome seja aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário deste augusto Senado Federal, podem ter certeza de que colocarei sempre a Constituição na mão e exigirei o respeito às garantias fundamentais do jurisdicionado, que nada mais é que o cidadão, o seu real destinatário. Como sempre lembra o nosso líder de sempre do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Marcus Vinicius Furtado Coêlho, é o meu compromisso.

Concluo com Riobaldo, também sertanejo como nós, personagem de Guimarães Rosa: "O real não está nem no início nem no fim, porque ele se mostra para a gente é no meio da travessia". No curso dessa caminhada, eu espero, a todo tempo e com orgulho, responder às expectativas da advocacia brasileira e de V. Exas., a quem peço a confiança, o voto e o apoio para alcançar a maioria qualificada do Plenário deste Senado Federal e cumprir a importante incumbência que me foi delegada.

Muito obrigado a todos pela paciência também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento o Dr. Marcello Terto e Silva e agradeço-lhe pela sua exposição.

Na sequência, passo a palavra ao doutor...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Devido a gente estar em votação também na CAE, eu queria usar da palavra aqui, porque fui o Relator escolhido para o Sr. Marcello Terto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, perfeitamente!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Como Relator.) – Primeiro, eu quero agradecer ao nosso Presidente Davi Alcolumbre pela confiança em me escolher como Relator.

Marcello Terto, como ele já disse aqui, é piauiense, mas está há muitos anos no meu querido Estado de Goiás. Ele aprendeu lá a comer pequi, guariroba, ensinado pela Aline, então já é considerado goiano, é nosso.

Eu quero cumprimentar também aqui e dizer, Sr. Presidente, que nós recebemos no gabinete todos os indicados que estão sendo sabatinados aqui hoje. Quero cumprimentar a todos e dizer que eu já votei, e votei "sim" para todos os nomes.

Quero cumprimentar aqui ainda o nosso Presidente da OAB de Goiás, Rafael Lara, que está aqui presente; o nosso Procurador-Geral do Conselho Federal da OAB-GO Ulisses Rabaneda; e também o Ministro Sérgio Martins, do TST, que foi sabatinado e aprovado aqui por 23 votos.

Então, essas são as minhas palavras, Sr. Presidente.

Marcello, o seu currículo, nas suas palavras aqui, é qualificadíssimo para essa indicação. Um grande abraço!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Vanderlan, agradeço a V. Exa., que teria a palavra por tempo indeterminado para falar na condição de Relator, mas que antecipa já, fazendo a sua exposição. Cumprimento V. Exa. e agradeço essa deferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, asseguro a palavra ao Dr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro para fazer a sua exposição.

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, nobres Senadores, meus caros colegas, quero deixar registrado o meu agradecimento a esta Casa, ao Relator Alexandre Silveira, que, com tanta agilidade nos atendeu.

Presidente, eu peço licença, porque eu chego aqui emocionado a esta Comissão por estar na Casa do Povo. Eu me lembro – e me lembrei ali da foto até do meu saudoso avô, que me criou e foi Presidente desta Comissão – de que ele falava que o saudoso João Mangabeira falava que a melhor forma de servir à pátria era exercer o múnus eletivo.

Eu digo isso porque é importantíssimo evitar a criminalização da política. Sem a política, sem a ponderação, sem o diálogo, não haverá um país no futuro breve, Senador. E por que eu digo isso? Porque há a importância de termos sempre a vigilância e a fiscalização junto aos promotores e procuradores que porventura venham, de alguma forma, cometer algum abuso. Nessa linha, eu lembro também que o bom Direito busca, ao final, sempre a paz, Senador.

E venho aqui, com 21 anos de experiência na advocacia militante, honrado por praticamente todos os meus colegas do Conselho Federal, tentar contribuir um pouco com a minha experiência, a ponderação, a sabedoria que herdei não só dos meus antepassados, mas de todos os Congressistas que admiro – e aqui estou na frente de muitos deles – e, com isso, ajudar um pouco a fazer um Brasil melhor, Senador.

Termino humildemente pedindo obviamente o voto a todos vocês e só tenho a retribuir, lembrando aqui Shakespeare, com gratidão, que é o "único tesouro dos humildes".

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro por sua exposição sucinta e respeitosa ao conjunto dos Senadores e Senadores e a esta Casa e lhe rendo homenagens também pela referência que faz ao pai, que presidiu esta douta Comissão.

Concluímos a exposição dos indicados para a sabatina do dia de hoje.

Passaremos, neste momento, à fase de arguição.

Neste momento, serão abertas as inscrições de oradores que farão uso da palavra pelo tempo regimental.

O Senador Petecão, que é um dos Relatores, solicita a palavra.

Eu já lhe asseguro a palavra na qualidade de Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de fazer aqui só uma breve consideração, uma apresentação aqui do nosso Dr. Marcos Vinícius Jardim, esse acriano que tanto nos orgulha.

Para mim é motivo de muita alegria, fico lisonjeado, Dr. Marcos, por ser o Relator de V. Exa.

Como o nosso Presidente Davi dispensou a leitura do nosso relatório, aqui está em minhas mãos o currículo do Dr. Marcos Vinícius, como também toda a documentação exigida por esta Comissão.

Dr. Marcos Vinícius, eu queria lhe desejar boa sorte, não só ao senhor, mas a todos os senhores sabatinados. Espero que possam ter sucesso aqui na Comissão, como também no Plenário. Votei "sim" em todos os senhores.

Mais uma vez, Dr. Marcos, me orgulha muito relatar aqui nesta Comissão. V. Exa. me conhece há muitos anos, sabe da minha história, da minha luta. E o mundo me deu essa oportunidade de estar aqui nesta Casa relatando essa sua indicação.

Obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Sérgio Petecão, Relator no dia de hoje.

Também apresentou voto, relatório o Senador Marcelo Castro, o Senador Alexandre Silveira e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, a quem asseguro a palavra neste momento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores colegas integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, senhores insignes indicados à presença nos conselhos nacionais, eu queria pedir as devidas desculpas ao Presidente Marcos Rogério e aos indicados, principalmente, porque nós estamos em um momento em que temos que cumprir, desdobrando as nossas presenças exigidas tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como na Comissão de Constituição e Justiça. E V. Sas. poderiam até nos ter de forma deselegante, mas não nos tenham, porque de fato alguns de nós estamos a nos reportar nas condições de Relatores. Por exemplo, eu gostaria, desde o início desta reunião da nossa Comissão de Constituição e Justiça, Senador Rogério Carvalho, de poder ter ouvido a cada um dos companheiros que expuseram as motivações para que pudessem aqui estar a pleitear o voto de confiança do Colegiado senatorial, principalmente sem perdas. Com o mesmo carinho, a mesma alegria e a mesma confiança que temos nós em relação aos demais outros indicados, eu o faço, na particularidade, ao meu estimado amigo conterrâneo, o Dr. Rogério Varela. Então, as minhas desculpas, as nossas desculpas. Mais cedo, V. Exa. e eu participávamos de sabatinas de futuros dirigentes, muito provavelmente, do Banco Central e também de futuros, muito provavelmente, indicados que foram, integrantes do Cade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar a todos os presentes na figura do Dr. Leonardo Quintans e do meu querido Professor Harrison Targino – professor, meus cumprimentos –, que é o Presidente da nossa Ordem dos Advogados da nossa querida e amada Paraíba.

Pois bem, Presidente, brevemente – brevemente não seria se nós tivéssemos que fazer todo um relato, em minudências, às menções ao Dr. Rogério Varela, mas a ocasião e o momento assim nos exige, pela economicidade, e teremos oportunidades outras, caso assim desejemos, de questioná-lo –, eu vou fazer a leitura do relatório que nós constituímos para a Comissão de Constituição e Justiça.

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Rogério Magnus Varela Gonçalves, advogado inscrito na Seccional da Paraíba da OAB, para compor, no biênio de 2021 a 2023, o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a advogado indicado pelo Conselho Federal da OAB.

A indicação é feita com amparo no art. 130-A, V, da Constituição Federal. O CNMP, órgão ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, tem sua composição e competências reguladas no citado artigo de nossa Lei Maior, sendo seus integrantes nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

As regras a serem observadas na apreciação pelo Senado Federal das indicações dos membros do CNMP estão previstas no art. 383 do nosso Regimento Interno.

Em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, "a", do nosso Regimento, e no art. 5º, inciso I, da Resolução 7, de 2005, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que eu passo a resumir... E penso, se V. Exa., Presidente Marcos Rogério, e se o próprio indicado assim anuir, porque temos nós o acesso que nos foi e que nos é conferido pela Comissão de Constituição e Justiça, que eu resumiria ainda mais o resumo.

O indicado graduou-se em Direito pela nossa universidade, a Universidade Federal da Paraíba, em 1996, instituição onde deu seguimento à sua pesquisa em nível de mestrado.

Em 2010, titulou-se doutor pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

Desde 1997, atua na atividade acadêmica.

Como professor e pesquisador, mantém ou já manteve vínculos com diversas instituições, dentre estas a Escola Superior da Advocacia (ESA), a Escola Superior da Magistratura Trabalhista na Paraíba (Esmat-PB), o Centro Universitário de João Pessoa, a Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba (Fesmip-PB) e a nossa universidade federal.

Possui vasta produção bibliográfica, com contribuições em temas candentes na área de Direito Constitucional, mas não exclusivamente nesta, sendo autor ou coautor de diversas obras, dentre as quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos destacar: *Dos Direitos Sociais e Políticas Públicas*; *Desenvolvimento – Aspectos Sociais, Econômicos e Político-Criminais*; *Direito Constitucional do Trabalho – Aspectos Controversos da Automatização*; *Teorias do Direito e Realismo Jurídico*; por fim, *Direito e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Perspectivas*.

Igualmente prolífica é a sua atividade como palestrante e como orientador ou membro de bancas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

Fizemos outras merecidas menções ao currículo do Dr. Rogério Varela, para que nós pudéssemos aqui nos ater e nos posicionar, como haveremos de nos posicionar, favoravelmente à sua indicação.

Fornecidas tais informações, entendemos plena e convictamente, Sr. Presidente Marcos Rogério, que as Sras. e os Srs. Senadores membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem, plena e sobejamente, de suficientes elementos para que nós deliberemos sobre a presente indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, eu fico mais uma vez grato, grato à sua indicação, à indicação de S. Exa., Senador Davi Alcolumbre, e não o faço absolutamente por força daquilo que nos toca a nossa conterraneidade, a nossa paraibanidade. Afinal de contas, mais do que essa, a nossa responsabilidade é cá estarmos a cumprir rigorosamente, como todos os demais outros membros que relataram os insignes indicados, de poder levar, como assim deve ser, ao pé do que nos é exigido constitucionalmente, legalmente e regimentalmente, os cuidados para que nós não apenas relatemos, para que nós nos posicionemos, como é o caso, favoravelmente.

O cuidado, a alegria de poder ser paraibano, de mais uma vez estar e emprestar o nosso modesto trabalho à alusiva indicação do Dr. Rogério Varela já seria muito forte ao nosso coração, à nossa alma, ao nosso espírito, mas sabe ele, o Dr. Rogério, que nós não poderíamos aqui nos distanciar aos nossos deveres. Muito melhor, portanto, é, sentados a olhar-lhes, podermos, como estamos a poder, dizer: assim o fazemos com a convicção e confiança plena de que V. Sa., como os demais outros, haverão de desincumbir-se das missões e tarefas que lhes serão submetidas, a partir do momento em que o Pleno, em que o Plenário da nossa Casa senatorial assim dispuser, no Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito grato, Presidente Marcos Rogério. Grato à atenção das demais e dos demais outros Senadores e os cumprimentos a todos os indicados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a S. Exa. o Senador Veneziano Vital pela manifestação técnica e pelo testemunho pessoal também a partir das referências que tem do indicado, sempre nos brindando com suas sábias e auspiciosas palavras do plenário da CCJ e do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós agora passaremos à fase da arguição aos sabatinados, e o primeiro inscrito é o Senador Rogério Carvalho, a quem asseguro a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar a todos os sabatinados aqui, no dia de hoje: o Dr. Marcello Terto e Silva, que foi o último a falar; o Marcos Vinícius Jardim, para o CNJ; o Juiz Giovanni Olsson, também para o CNJ; e, para o CNMP, o Dr. Rodrigo Badaró Almeida e o Dr. Rogério Magnus Varela.

Eu tenho uma experiência de vida. Durante alguns anos da minha vida, eu trabalhei e fui o quarto médico fiscal concursado no Brasil, que, na prática, eram os olhos, era a capacidade de observação do Conselho Regional de Medicina na época do Estado de São Paulo sobre os serviços, sobre a prática profissional, sobre o exercício da profissão em cada serviço. E o conselho, na verdade – os conselhos, de uma maneira geral –, apesar de ser um ambiente de fiscalização e de regulação do exercício profissional, não existe para só proteger os profissionais; existe para proteger a sociedade, para garantir à sociedade que ela tenha um serviço profissional dentro da correção e dentro da ética, na medida do possível dentro dos limites e das possibilidades que são impostas a cada profissional. Às vezes, o profissional tem condições que não são as melhores, mas ele dá o melhor de si para cumprir uma função pública, para cumprir um papel de defesa do interesse público, que, no caso do médico, é a defesa da vida, é a manutenção da vida, é o prolongamento da vida, como essência da sua atividade.

E aqui duas criações de grande relevância do Governo do Presidente Lula, que são o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério (CNMP), que são órgãos que têm uma finalidade, uma finalidade constitucional, uma finalidade diante da sociedade brasileira. Não são órgãos... São órgãos para defender, para proteger e para preservar a imagem tanto da instituição Ministério Público quanto da Justiça, mas não para proteger ou para defender questões individuais ou interesses individuais corporativos de quem quer que seja que exerça funções públicas tanto no Ministério Público, quanto na Justiça, seja ela de que natureza for.

Então, isso é uma responsabilidade muito grande para o CNJ, por exemplo, porque é um conselho auxiliar de gestão de todo o sistema de justiça, que vai da Justiça estadual à Justiça Federal, que vai às justiças especializadas, ou seja, tem um espectro de abrangência extraordinário. Tem a finalidade de verificar – para os brasileiros que não sabem e que não tiveram a oportunidade de ter acesso à informação correta do que significa o Conselho Nacional de Justiça –, por exemplo, a quantidade de presos que há no Brasil em prisão provisória. Talvez metade da população carcerária esteja em prisão provisória. Isso é um problema. Isso é um problema da nossa Justiça. Isso é um problema que é objeto do Conselho Nacional de Justiça, como é objeto do Conselho Nacional de Justiça o abuso de poder das autoridades, como é do Conselho Nacional de Justiça a prerrogativa de cumprir o papel correcional da atividade jurisdicional quando extrapola os seus limites razoáveis, assim como é da Ordem dos Advogados do Brasil o papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender a advocacia. Por isso a advocacia tem que estar no Conselho Nacional de Justiça, porque sem juiz, sem promotor, sem procurador e sem advogado não se faz justiça.

Às vezes, algumas corporações tentam imitar a Ordem dos Advogados do Brasil, mas não conseguem compreender que o exame da ordem tem uma finalidade, é um concurso público para o exercício de uma função de estado, de uma função que no Brasil tem *status* de poder republicano, que é o Poder Judiciário. E o Poder Judiciário se materializa na tríade juiz, advogado, promotor, na defesa das garantias fundamentais e das garantias legais que cada cidadão e que cada cidadã tem, mas a gente ouve falar muito pouco disso. A gente não ouve se tratar disso. Às vezes, em alguns momentos, eu me ressenti profundamente da Ordem dos Advogados do Brasil, quando não foi capaz de defender a posição do advogado neste lugar, de defesa da parte, de se posicionar às vezes enfrentando um juiz autoritário que queria imprimir, em conluio ou não, a sua vontade sobre um determinado indivíduo ou grupos de indivíduos, desrespeitando a função constitucional do advogado, desequilibrando os pesos. O juiz tem o papel de presidir, ele não tem o papel de acusar, nem de defender; ele tem o papel de presidir e de dar ao veredito. O promotor, óbvio, está ali representando uma parte, o Estado; e o advogado a parte que é representando o cidadão ou um coletivo. Então, é preciso que o Conselho Nacional de Justiça tenha toda essa clareza, e que quem vai para um conselho como este tenha a clareza da importância do papel que tem e do interesse público que está por trás da atividade que será exercida pelo conselheiro nacional de Justiça.

Eu sei que todos que estão aqui têm trajetória, têm currículo. Nós temos a sorte de sabatinar, na sua grande maioria... São raríssimas as exceções em que um sabatinado nesta área não venha com uma formação, com uma trajetória e com uma qualificação que nos tranquiliza do ponto de vista técnico, acadêmico e formal, mas a gente precisa levantar aquilo que não é o formal, que é o compromisso com o interesse público e o compromisso com a natureza da instituição que vocês vão compor e exercer o papel de dar vida a essa instituição. Então, acho isso fundamental.

Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, ele tem um papel importantíssimo. Eu diria que, se hoje eu tivesse uma função executiva num governo estadual ou coisa do tipo, eu chamaria a Ordem dos Advogados do Brasil para fazer um acordo para fazermos mutirões para dar o direito às pessoas a terem o seu julgamento realizado. Pessoas que já cumpriram mais do que a pena do seu delito, sem sequer ter passado por uma audiência de custódia. Isso é algo que a gente precisa analisar, pensar, criar mecanismos para que a Justiça chegue a todos os brasileiros, porque é um direito – é um direito – que compõe e materializa a nossa cidadania.

Da mesma forma para o CNMP, o Conselho Nacional do Ministério Público, e o Ministério Público brasileiro, que ganhou uma força enorme. Mas o Ministério Público, nos últimos tempos, parece que virou uma delegacia de polícia, e questões de interesse difuso, de interesse amplo da sociedade perderam força diante de questões mais midiáticas, de menor interesse público, ainda que de interesse público, mas de menor interesse público. Vou citar aqui os crimes contra a vida, os crimes contra o meio ambiente, os crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra a saúde pública, os crimes que são cometidos contra a sociedade; ou seja, negar direitos neste país é uma regra. E o Ministério Público, que tem toda a potência para, em nome da sociedade, assumir a defesa do interesse coletivo, tem negligenciado a mais nobre das funções em troca do holofote, em troca de se tornar celebridade ou da "celebritização" do agente público promotor ou procurador público. Nós precisamos reverter isso. E cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público estabelecer as bases do exercício desta atividade. O abuso de poder...

Uma questão que não me convence – e isso eu queria estender a todos – é como se mede a eficiência hoje: é em números de processos. Quanto mais processo se abre, mais é eficiente aquele órgão. Não são causas resolvidas, não são atritos solucionados, não são problemas solucionados; são ações abertas, às vezes sem o menor sentido. Eu acho que nós precisamos reencontrar o equilíbrio.

Não que o Ministério Público não deva cumprir o seu papel, por exemplo, no abuso de poder. No abuso de poder como ato da administração pública, o Ministério Público tem que cumprir seu papel, mas, por exemplo, o Conselho Nacional de Justiça precisa observar determinados órgãos que ficam um pouco à margem, tribunais de contas que ficam um pouco à margem, meio protegidos, às vezes sendo utilizados para pressionar pessoas a cumprirem tarefas políticas de interesse individual de um determinado conselheiro ou de um determinado grupo político. Não é para isso que essas instituições foram criadas nem concebidas. Por isso existe o Conselho Nacional de Justiça, para isso existe o Ministério Público, que precisa estar observando questões dessa natureza, invasão... Ou seja, concluindo, quero dizer que a tarefa de vocês é uma tarefa gigante. Eu creio que vocês têm toda competência para fazer a nossa Justiça melhorar o seu desempenho; e melhorar o seu desempenho não é o número de processos que abre, mas o número de processos que resolve, que fecha, é o número de pessoas que têm julgamento justo, é o número de pessoas que têm assistência jurídica, é o número de processos que têm fundamentação, que não são interrompidos pelo meio, que chegam até o fim pela consistência do trabalho que é feito. Isso, sim, deveria pautar a busca da avaliação do funcionamento dessas instituições e não simplesmente volume, volume, volume, volume, volume, que não deixa de ser pura demagogia institucional.

Eu queria cumprimentar todos vocês. Não tenho uma pergunta, mas fica aqui a manifestação de um Senador que é cidadão também. E é importante que a sociedade saiba o que significa o Conselho Nacional de Justiça, o que significa o Conselho Nacional do Ministério Público. São órgãos para defender o interesse da sociedade e não para defender os interesses dos membros desses Poderes. É até para defender as instituições Ministério Público, Judiciário e Justiça, mas não individualmente, como uma corporação que se protege da crítica, como a gente viu...

A gente viu corregedor do CNMP fazer manobras e manobras para proteger um determinado procurador. Não, aquele procurador errou! Se ele errou, ele macula a imagem da instituição, ele não está protegendo a instituição, ele está maculando a imagem da instituição, ele está maculando o órgão que é para defender o interesse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, boa sorte para vocês. Deus os abençoe e que façam um bom trabalho para que o nosso país possa caminhar no sentido de nos tornarmos uma nação cada vez mais civilizada. Muito obrigado.

Sr. Presidente, desculpe por me estender tanto, mas é que um tema que me chama demais a atenção, eu acho que esses órgãos têm um papel que a sociedade precisava conhecer mais, se apropriar mais, buscar mais, porque a gente teria instituições mais fortes se esses órgãos tivessem mais força e fossem mais conhecidos pela própria sociedade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Parabéns! (*Palmas.*)

Faço das palavras do Líder Rogério Carvalho as minhas.

Eu queria cumprimentar V. Exa. Não tive oportunidade de acompanhar toda a manifestação de V. Exa., Senador Rogério Carvalho, mas agora, acompanhando aqui as últimas palavras, as últimas manifestações para os nossos indicados de hoje para o CNJ e o CNMP, eu considero que V. Exa. chega no momento adequado, que é o da sabatina, que é o da arguição, que é o momento de dar conhecimento à sociedade brasileira do trabalho relevantíssimo desses órgãos de correição do Ministério Público e da Magistratura.

Sem dúvida nenhuma, eu sei que as palavras de V. Exa. são as palavras de cada Senador e cada Senadora desta Comissão e deste Senado Federal, porque, a partir do momento da deliberação da CCJ, passa-se para uma nova etapa, que é a votação em Plenário, onde os 81 Senadores terão a oportunidade de deliberar sobre as indicações. Naturalmente, regimentalmente, nós estamos cumprindo com a nossa obrigação, da Comissão de Constituição e Justiça, que é esse primeiro momento, esse primeiro encontro, onde a gente teve a oportunidade, na manifestação de cada um que ainda tive a felicidade de acompanhar, ouvir falar da sua biografia, falar da sua história, falar da sua conduta ao longo dos anos.

Eu conversei pessoalmente com vários indicados que estão aqui, conheço vários indicados, seja da Ordem dos Advogados do Brasil, seja de indicação da Justiça Trabalho para o CNJ e para o CNMP.

Também quero cumprimentar o nosso agora aprovado na Comissão, o indicado Dr. Sergio, para o Tribunal Superior do Trabalho, que fez uma fala que também, com certeza absoluta, traz ao conhecimento a sua biografia.

Aqui, todos têm um passado, todos têm uma história na vida profissional, representando entidades importantes nesses órgãos. Os nossos convidados estão aqui – nós estamos desde 10h da manhã, são 12h33 – e também, eu sei, vários convidados, familiares, assessores, colaboradores, membros do Ministério Público – aqui eu vejo o Dr. Zeca Barreto, que é Promotor lá do meu Estado do Amapá – e outros. Sintam-se cumprimentados – os da magistratura também, no nome da Dra. Renata, Presidente da AMB. E a Anamatra também está aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reconheço nas suas palavras, Senador Rogério Carvalho, as nossas palavras. Esses órgãos são importantíssimos na correição tanto do Ministério Público como da magistratura. Tenho certeza absoluta de que este papel institucional que o conselho representa, assegurado pela Constituição e por esta Casa, é relevantíssimo do ponto de vista institucional: magistratura e Ministério Público terem um órgão de correição para acompanhar a condução de cada um dos seus membros, porque nós todos somos seres humanos, nós todos acertamos e erramos; o problema é errar na condição de membro do Ministério Público, é errar na condição de membro do Judiciário, da magistratura, quem tem a obrigatoriedade de fiscalizar essas decisões ou essas ações.

Eu conversava com algumas autoridades do Poder Judiciário sobre a participação de atores do Ministério Público e da magistratura que, muitas vezes, utilizam as redes sociais para ofender a democracia, para ofender as instituições, para ofender o Estado democrático de direito e se aproveitar do cargo para buscar outro benefício que não o que ele jurou na Constituição quando fez concurso público. Assumindo um cargo importantíssimo na sociedade, passa a utilizar desses instrumentos, e temos muitos exemplos no Brasil. É para isso que o CNMP está aí, é para isso que o CNJ está aí.

Essas pessoas que estão aqui hoje, na Comissão, serão os responsáveis por fazer esse julgamento, conduzir esses processos, sejam eles administrativos, disciplinares, seja a punição com a perda do cargo público, da função, mas a gente precisa compreender essa importância.

Então, eu quero registrar, pela biografia, pela conversa e pelo histórico de V. Sas., que estão hoje sendo sabatinados aqui, que a gente tem muita esperança na condução desse espaço, como membros integrantes de um colegiado importantíssimo que V. Sas. irão compor se Deus permitir e se o Senado lhes confiar.

Então foi uma luta de muitos anos e uma história de décadas na vida profissional e na vida pessoal que os trouxeram até aqui. Eu tenho a certeza de que isso está na consciência de cada um de V. Sas. aqui, no sentido de cumprir essa delegação, por um período, do ponto de vista do olhar do Senador Rogério Carvalho, este olhar a que a sociedade precisa se ater: o olhar para a importância constitucional dos conselhos, tanto do CNJ quanto do CNMP.

Então, vou concluir, com esta minha manifestação final, agradecendo a cordialidade de todos os senhores, cumprimentando-os pela história e pela biografia de V. Sas. e lhes desejando muito sucesso. Tenho certeza de que o Senado, hoje, com as manifestações de V. Sas., sai daqui entendendo a importância e o papel fundamental de V. Sas. nesses conselhos.

Vou concluir.

Vou conceder a palavra ao último orador inscrito, o Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem só com quem estamos aqui! Nós estamos com o Senador Rogério Carvalho e com o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É muito Rogério!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem! É a dupla dinâmica!

E o Senador Petecão, que estava com pressa para votar na Comissão, ficou tão entusiasmado com o debate, que ficou aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ocuparam?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos fazer a desapropriação. Vamos pedir uma decisão judicial para desapropriar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então é agora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É reintegração de posse. É reintegração.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É reintegração de posse. É isso.

Senador Marcos Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou encerrar a votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, eu queria deixar registrados aqui também votos de muito sucesso na missão de cada um dos senhores, nas funções que vão exercer. Alguns estão sendo reconduzidos para continuar esse trabalho junto ao conselho, e outros estão chegando agora, todos devidamente apresentados, com seus currículos apresentados a esta Comissão, com suas trajetórias conhecidas por muitos de nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas fazer aqui um registro. Ouvi atentamente aqui a palavra do Senador Rogério e a de outros colegas também.

O papel dos nossos conselhos tem sido indispensável, tanto o do CNJ quanto o do CNMP, que, a cada ano que passa, vêm ganhando mais relevo e têm tido uma atuação mais cuidadosa sobretudo do ponto de vista dos jurisdicionados.

Eu queria apenas lançar luz a um aspecto dessa observância, desse dever funcional, desse dever de ofício de quem ocupa espaço nesses conselhos. Muito embora o papel do membro do conselho não seja o de se ater ao mérito da decisão judicial – não se discute o mérito da decisão judicial, não se pode discutir –, todavia existe um movimento – não sei se isso ocorre só no Brasil, acho que não, mas é preciso olhar com atenção esse aspecto – que é uma associação entre quem acusa e quem julga, o que torna a paridade de armas algo distante daquilo que é o ideal de justiça no país.

Todavia, existe um movimento – e eu não sei se isso é só no Brasil; acho que não, mas é preciso olhar com atenção esse aspecto –, que é uma associação entre quem acusa e quem julga, que torna a paridade de armas algo distante daquilo que é o ideal de justiça no país.

Ao passo que quem está no conselho não pode julgar o mérito da decisão judicial, todavia, esses aspectos, essas nuances de um julgamento precisam ser observadas pelos conselhos, tanto o Conselho Nacional de Justiça quanto o do Ministério Público, porque não é raro testemunharmos, Brasil afora, situações em que essa associação acaba levando pessoas, que, num julgamento isento, tecnicamente imparcial, com o devido respeito ao devido processo legal, à paridade de armas, ao contraditório, talvez tivessem chegado a um resultado diferente, em algumas situações por acomodação, em outras por outros aspectos.

Eu não quero entrar no mérito aqui dessa associação, mas eu queria lançar luz a esse aspecto, que acho necessário e inadiável até para o próprio fortalecimento do Judiciário, do Ministério Público, cada um atuando dentro do seu ministério, dentro da sua missão constitucional, legal, com responsabilidade, mas com respeito, porque a cidadania, as garantias fundamentais acabam sendo violadas, relativizadas, quando essa associação se estabelece, não raras vezes. E mais recentemente o Brasil testemunhou um fato lamentável – lamentável! Porque hoje nós estamos assistindo a situações em que, se não tivesse acontecido algo dessa natureza, se tivesse havido respeito às regras processuais, talvez não estivéssemos com o tamanho do prejuízo que temos hoje no Brasil. Gente com robustez probatória, hoje desfilando e até sendo candidato, mas, em razão de como se deu o processo, temos uma situação diferente.

Não quero entrar no mérito aqui do julgado. Estou falando de procedimento e de relações de quem julga com quem acusa. E essa mesma relação não existe, salvo raríssimas exceções, com quem está lá no campo da advocacia. Essa relação não existe, salvo raríssimas exceções, com quem está no campo da defesa da parte, mas no outro polo isso tem se tornado muito comum no Brasil. Não estou fazendo aqui nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala direcionada. Estou lançando luz a um aspecto em que penso ser necessário um olhar mais atencioso, e – repito – não apenas de um dos conselhos; dos dois conselhos: CNMP e CNJ. Porque, se não se pode imiscuir, se não se pode aprofundar no mérito do *decisum*, da decisão judicial em si, como ela se deu, é campo de olhar atento dos nossos conselhos.

Apenas para a reflexão dos senhores, e sei que cada um aqui sabe muito mais do que aquilo que estou aqui a expor, conhece de cadeira, porque muitos atuam lá na ponta há bastante tempo e conhecem isso.

Não faço isso para tratar com menoscabo nem quem pertence ao estado acusador nem ao estado julgador, porque tenho respeito pelos dois, e no meu estado, tenho um carinho, uma atenção tanto dentro do Ministério Público quanto dentro da Magistratura, mas é algo que Brasil afora a gente tem observado e acho que caberia esse olhar atencioso dos nossos conselhos.

Votos de muito sucesso a todos os senhores nessa missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre. Agradeço a V. Exa. a palavra e o cumprimento por, no dia de hoje, garantir a celeridade necessária, que nos deu a possibilidade de deliberarmos aqui tantas indicações importantes para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder. Obrigado, Senador Petecão.

Agradecer os nossos convidados; a Dra. Tânia, a nossa Desembargadora ali. Cumprimentar V. Exa. também. Seja bem-vinda sempre.

Nós temos um quórum de 25 Senadores. Eu vou encerrar a votação e solicitar agora à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, desse já foi proclamado o resultado. É dos outros cinco. Esse foi da primeira parte. (*Pausa.*)

Já? Vou fazer a leitura de um por um.

Sr. Marcello Terto e Silva. Indicação para o CNJ. 24 votos SIM e um voto abstenção. Total: 25 votos.

Sr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues. 24 votos SIM. Uma abstenção. 25 votos no total.

Sr. Giovanni Olsson. Indicação para o CNJ. 24 votos SIM. Uma abstenção. 25 votos no total.

Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro. Indicação para o CNMP. 24 votos SIM. Uma abstenção. 25 votos no total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Rogério Magnus Varela Gonçalves. Indicação para o CNMP. 24 votos SIM. Uma abstenção. 25 votos no total.

Estão todas as indicações aprovadas por uma votação expressiva, todas com nenhum voto contrário.

Eu acho que esse voto que se absteve deve ter sido também um equívoco de algum Senador da República, porque vir aqui ao plenário da Comissão e se abster para todos é uma coisa inacreditável. (*Risos.*)

Parabéns a todos! A matéria passa ao Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Lucas Barreto, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Marcos do Val, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Weverton, Fabiano Contarato e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Alexandre Silveira, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Jorginho Mello, Telmário Mota e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Escolha de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 40, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército LOURIVAL CARVALHO SILVA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Luis Carlos Gomes Mattos, a partir de 28 de julho de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (19 votos sim). **ITEM 2 - Ofício "S" n° 9, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada (19 votos sim). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lucas Barreto
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores, por sistema de videoconferência, para debate. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e a outra dentro da sala.

Os relatórios das indicações constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3° do Ato da Comissão Diretora n° 9, de 2020.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 e 2.

Na presente reunião procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército LOURIVAL CARVALHO SILVA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Luis Carlos Gomes Mattos, a partir de 28 de julho de 2022.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Convido ao recinto da reunião os indicados: ao Superior Tribunal Militar, o Sr. General do Exército Lourival Carvalho Silva; e ao Conselho Nacional do Ministério Público, o Sr. Jayme Martins de Oliveira.

Peço, encarecidamente, ao Senador Tasso Jereissati e ao Senador Jaques Wagner que os conduzam. (*Pausa.*)

Já estão.

O Senador Weverton já tomou a frente e adiantou...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – O serviço.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... a gentileza.

Concedo a palavra ao Sr. General de Exército Lourival Carvalho Silva, para a sua exposição, por 20 minutos.

O SR. LOURIVAL CARVALHO SILVA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Lucas Barreto, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; Exma. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores, faço uma saudação especial aos Exmos. Srs. Senadores Jaques Wagner, que muito me honrou ao se dispor a ser o meu Relator nesta nobre Comissão, e Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, a quem desejamos pronto restabelecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu agradecimento especial às Exmas. Sras. Senadoras e aos Exmos. Srs. Senadores aqui presentes.

Honrado com a indicação do meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro, a ser apreciada pelo Senado Federal para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, gostaria de manifestar inicialmente o meu profundo respeito pelo Congresso Nacional, cujos integrantes exercem a delegação do povo para decidir sobre os temas de maior interesse e relevância da sociedade brasileira.

Contando com a compreensão de todos, peço licença para relembrar um pouco da minha trajetória até este momento.

Filho mais novo, de um total de três, da D. Leonor, uma mulher dedicada ao lar, e do Sr. Anésio, um modesto funcionário público municipal da minha pequena e inesquecível cidade de Paraguaçu Paulista, localizada no oeste do Estado de São Paulo, deles recebi as primeiras noções de probidade, solidariedade e amor ao próximo. A despeito de os meus pais não terem sequer completado o ensino fundamental, sempre envidaram os maiores esforços para que eu pudesse dedicar-me aos estudos.

Não contava com qualquer militar em minha família e ainda não conto, mas desde tenra idade sempre tive admiração pelas Forças Armadas e o anseio de um dia a elas pertencer. Sem recursos financeiros ou a possibilidade de realizar um curso preparatório, mas contando com o auxílio do instrutor de tiro de guerra da minha cidade, o então Sargento Neris, prestei concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em 1974, tendo sido aprovado em quarto lugar em um universo de 8,7 mil candidatos. Ingressei naquela escola em 1975, ali concluindo o ensino médio, em 1977, em primeiro lugar da minha turma.

No ano seguinte, fui matriculado na Academia Militar das Agulhas Negras, optando, durante o curso, pela arma de cavalaria. Em 1981, fui declarado aspirante a oficial, como primeiro colocado de minha turma.

Nesses sete anos de intensos estudos, recebi inúmeros e constantes exemplos de honradez, honestidade, camaradagem e probidade, que forjaram o meu caráter, os valores e a bagagem profissional e cultural que norteiam o meu comportamento e atitudes até os dias atuais.

Em 1982, apresentei-me em minha primeira organização militar, o 1º Regimento de Carros de Combate, então sediado na cidade do Rio de Janeiro, onde pude conhecer um pouco da realidade carioca e conviver com os soldados, humildes como eu, mas cheios de vida, energia e amor pelo Brasil. Nessa época tive o meu primeiro contato mais estreito com a Marinha do Brasil ao ser designado para participar da viagem de instrução de guardas marinhas, que me permitiu conhecer vários locais no Brasil e exterior, ampliando, apesar de ainda jovem, minha visão de mundo, os contatos institucionais e a bagagem cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo depois, fui apresentado a outra realidade regional deste nosso país continente, ao ser transferido para São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, na fronteira com a nossa nação-irmã Argentina. Minha primeira experiência em região de fronteira, com um cotidiano bastante singular.

Contando sempre com a benevolência divina, fui selecionado como um dos pioneiros na recriação da aviação do Exército, realizando o curso de piloto de helicópteros na Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, em 1988. Muito me honra ostentar o brevê de piloto de helicópteros da aviação do Exército de nº 45. Também nessa época, em São Pedro da Aldeia, tive a felicidade de conhecer e me casar com a mulher que me acompanha até hoje, Thiana, verdadeira mulher de soldado, a quem renovo o meu amor e gratidão.

Após o curso de aperfeiçoamento de oficiais, fui transferido para Taubaté, São Paulo, onde tive a ventura de ser instrutor do Centro de Aviação do Exército e auxiliar na formação dos quadros de aeronavegantes do Exército. Nesse período em Taubaté, além da função de instrutor, realizei o curso de aperfeiçoamento do Exército francês, em 1992, quando pude conhecer um pouco daquela força armada, o país, seu povo e costumes. Parti para aquela nação, deixando sozinha minha esposa, grávida de seis meses do nosso primeiro filho, Lucas, e retornei quando este já tinha dois meses. São períodos como este que forjam um relacionamento e fortalecem uma família.

Três anos depois, em 1995, deixaria novamente minha esposa e filho sozinhos para participar, durante um ano, como observador militar na Missão de Observadores Militares Equador-Peru, que buscava pôr fim ao conflito entre esses dois países, último embate bélico envolvendo duas nações da América do Sul. Nesses dias, no trato diário com peruanos, equatorianos, norte-americanos, argentinos e chilenos, pude aquilatar o profícuo trabalho da diplomacia brasileira e o profissionalismo e dedicação das nossas Forças Armadas.

Como piloto do Exército, pude alcançar e conhecer os mais diversos rincões do Brasil, uma extraordinária experiência, permitindo-me conhecer esta imensa nação de tanta diversidade, de tantas distâncias e culturas, mas, ao mesmo tempo, de tantas semelhanças e tanta unidade.

Com muita tristeza, deixei a aviação do Exército, mas por um motivo nobre: realizar o curso de Comando e Estado-Maior do Exército no Rio de Janeiro. Dois anos estudando o Exército e o Brasil e também contemplado com outras duas alegrias: o nascimento de minha filha Letícia e a minha permanência como instrutor daquela escola. Nessa função, tive a honra de ser o oficial de ligação da Eceme junto à Escola de Guerra Naval.

Deixei a escola para integrar o gabinete do Comandante do Exército em Brasília. Ali iniciei minha lide mais intensa na área de pessoal, tema fascinante, que nos permite acompanhar a evolução da sociedade e também a constante aplicação dos fundamentos do direito. Mas, acima de tudo, este cargo permitiu-me assessorar e acompanhar decisões de nível estratégico de minha Força.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano de 2004, partimos, eu e minha família, para o Estado da Bahia, terra de meu avô materno, onde iniciei a mais fascinante missão de um oficial do Exército, comandar uma organização militar, aliás, duas simultaneamente: o Colégio Militar de Salvador e a então Escola de Administração do Exército, dois estabelecimentos de ensino com missões bem distintas, caminhando juntos, de maneira próxima, mesclando sonhos, ideais e objetivos. Dois corações pulsando na mesma cadência e com o mesmo vigor que me impulsionavam todos os dias e me enchiam de alegria particularmente no convívio com a população soteropolitana.

Ao término dessa missão, retornei a Brasília para integrar os quadros da Diretoria de Avaliação e Promoções, trabalhando com os ascensos de graduados. Mais uma vez, a gratificante área de pessoal, buscando melhorar os processos de promoções dos sargentos e oficiais do quadro auxiliar de oficiais. Quis o destino que eu estreitasse novamente os laços com o corpo diplomático brasileiro e estrangeiros ao ser nomeado para o honroso cargo de Adido do Exército junto às Embaixadas do Brasil na República Francesa e no Reino da Bélgica. Assim, como oficial superior, tive a oportunidade de ampliar a minha bagagem de experiência nas áreas internacional, operativa e de ensino, bem como o trato com o que temos de melhor no Exército: os seus integrantes. Tudo aliado ao exercício da liderança militar, que implica atribuições intimamente ligadas ao dever de justiça e cujas responsabilidades fazem parte do cotidiano da vida castrense.

Promovido a General de Brigada, assumi o cargo de Diretor de Serviço Militar. Nesta diretoria, pude verificar a magnitude e nobreza do serviço militar nos contatos com os jovens que se alistam e seus familiares ansiosos por conhecer as Forças Armadas, cultuar valores, ser bons cidadãos e auxiliar na construção do futuro do nosso Brasil.

Logo após, mais uma mudança, agora para Dourados, no Mato Grosso do Sul, a fim de comandar a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e participar do projeto piloto de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o Sisfron. Foram dois anos auxiliando no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais e repletos de sólidos contatos institucionais com os irmãos paraguaios e a comunidade sul-mato-grossense.

Deixando a área operativa, assumi a Diretoria de Educação Técnica Militar no Rio de Janeiro, voltada para a educação de praças e a especialização de militares do Exército e das Forças coirmãs, estaduais e estrangeiros, um retorno à atividade de ensino que muito me apraz e gratifica.

Como General de Divisão, retornei à Diretoria de Avaliação e Promoções do Exército, agora como seu Diretor. Nesta diretoria, contribui-se muito para reter e motivar os quadros de nossa instituição e também para a credibilidade da Força, pois esta começa junto aos nossos irmãos de armas, que podem contar, durante toda a sua carreira militar, com processos justos e imparciais.

As operações atraíram-me novamente, agora em Curitiba, Paraná, à frente da 5ª Divisão de Exército, uma oportunidade ímpar de conviver e trabalhar em prol dos Estados do Paraná e Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Catarina, que possuem uma população extremamente acolhedora. O ambiente harmonioso e cooperativo que floresce nas terras paranaenses e catarinenses, gerado pelo dinamismo dos Poderes Executivo e Legislativo estaduais e municipais, possibilitou uma venturosa sinergia.

Promovido a General de Exército, uma verdadeira honraria, fui brindado com o cargo de Comandante Militar do Oeste, responsável pelos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesse período, conseguimos um intenso e profícuo trabalho junto aos governos estaduais e demais instituições, com foco na preservação de um ambiente único, o Pantanal, e no apoio às comunidades indígenas e ribeirinhas.

Em 2020, assumi a Secretaria de Economia e Finanças do Exército, onde pudemos desenvolver um trabalho integrado com o Ministério da Defesa, da Economia e o Tribunal de Contas da União, reforçando a imagem de transparência, responsabilidade e eficiência do Exército na aplicação dos recursos orçamentários alocados.

Atualmente, sou Chefe do Departamento-Geral do Pessoal, responsável por executar todas as atividades relacionadas ao pessoal do Exército, nosso bem maior. Neste cargo, avulta de importância a manutenção de todos os preceitos do Direito. Esta missão é bastante facilitada pelas experiências acumuladas em quase cinco décadas de dedicação ao Exército e ao Brasil.

Meus objetivos maiores sempre foram buscar a implementação de novas ideias, transmitir conhecimentos, semear entusiasmo, fazendo do ato de comandar o primeiro e mais importante compromisso de cada dia.

Por fim, gostaria de ressaltar que, durante toda a minha vida militar, busquei exercitar na plenitude a autoridade correspondente aos cargos que eu ocupei, jamais hesitando em tomar uma decisão difícil, porém necessária, sempre dentro dos preceitos constitucionais e demais que ornam o arcabouço legal brasileiro.

Exmo. Sr. Senador Lucas Barreto, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores que compõem esta notável e importante Comissão, essas são as credenciais que apresento ao ter meu nome submetido à apreciação de V. Exas. para desempenhar o cargo de Ministro no Superior Tribunal Militar, que, se concretizado, irá proporcionar-me a honrosa oportunidade de continuar prestando serviços ao nosso querido Brasil. Espero estar à altura de tão elevada responsabilidade.

Muito obrigado pela atenção de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço ao General Lourival Carvalho Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora concedo a palavra ao Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto para a sua exposição, por 20 minutos.

O SR. JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Lucas Barreto, Vice-Presidente da nossa Comissão, no exercício da Presidência nesta manhã. Eu gostaria de cumprimentar V. Exa. e também o Senador Weverton, que, muito gentilmente, aceitou a relatoria desta indicação.

Eu gostaria também de cumprimentar, de deixar aqui registrados os meus cumprimentos ao Senador Davi Alcolumbre, com desejos, igualmente, de pronto restabelecimento.

Eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores presentes, que já registraram a sua presença, os Senadores e as Senadoras, e de agradecer profundamente pelo acolhimento que tive durante essas últimas semanas em que os procurei para me apresentar, para apresentar o meu currículo. Fui muito bem recebido nesta Casa, mais uma vez, por todos os Senadores e por todas as Senadoras. Peço escusas àqueles com quem não consegui contato pessoal por dificuldades de agenda, porque, como todos os senhores sabem, nas últimas três semanas, em duas delas, nós tivemos dois feriados e a Marcha dos Prefeitos, e isso dificultou sobremodo o nosso contato pessoal. Mas eu estive aqui, e todos os senhores receberam o currículo, que procurei deixar no gabinete, para que ninguém ficasse, sob qualquer pretexto, sem receber um comunicado nosso.

Eu sou juiz de direito no Estado de São Paulo, nascido em Monte Aprazível, interior do Estado de São Paulo, na região noroeste. Vivi um bom tempo em São José do Rio Preto e, depois, por volta dos 16, 17 anos, fui para São Paulo.

Iniciei minha vida profissional como contínuo do Banco Real, que já não existe mais. Fui lá funcionário, *office-boy* ou contínuo, que era o nome de registro. Depois fui funcionário do extinto também Tribunal de Alçada de São Paulo, concursado, e, do tribunal, do cargo de escrevente, prestei concurso e ingressei na magistratura, em 1991. Fui juiz substituto na Comarca de Campinas e, depois, em Cerquilho, em Rancharia, em Santos, até que cheguei à capital. E, na capital, trabalhei a maior parte do tempo numa vara de fazenda pública, até que fui convocado para o Tribunal de Justiça de São Paulo, numa câmara de direito privado.

Nesse momento, porém, eu fui para a vida associativa. Disputei uma eleição na Associação Paulista dos Magistrados, fui eleito Presidente da associação dos magistrados de São Paulo; depois, fui reeleito para esta mesma associação. Depois, candidatei-me à Associação dos Magistrados Brasileiros; também fui eleito Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, cargo que exerci até o ano de 2019, ocasião em que eu tive oportunidade de conviver profundamente com o Congresso Nacional. E foi nesse momento da minha vida pessoal que estive neste Parlamento algumas vezes, nesta Casa, inclusive nesta Comissão, na Câmara dos Deputados, e foi um momento importante. Aqueles que conviveram e que têm um tempo de Casa sabem da importância que foi o restabelecimento do diálogo que havia sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdido naquele momento e que nós procuramos fazer, ao longo de três anos, junto aos Senadores, aos Deputados, e que foi muito produtivo. Foi nessa ocasião que conheci Senador Lucas Barreto, Jaques Wagner, Weverton, Deputado Vicente Cândido... Conheci, naquele momento, vários Parlamentares.

Paralelamente a isso, na vida acadêmica, desde muito cedo, logo que ingressei na magistratura, também fui para a docência na Universidade São Marcos, onde fiquei por um longo período, também na Escola Paulista da Magistratura, coordenando os cursos de Direito Público e de Direito Urbanístico, e atualmente ainda integro o Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), do nosso Superior Tribunal de Justiça, já em segundo mandato no Conselho Superior da Enfam, até agosto deste ano.

Então, no ambiente da docência, foi uma vida sempre dedicada – à exceção do período em que exerci o mandato associativo, porque não era possível acumular. Como o mandato exige o afastamento das funções jurisdicionais, eu entendi por bem também me afastar das funções da docência para dedicação exclusiva durante aqueles seis anos. Então, à exceção desse período, todo o período anterior eu também me dediquei à docência e sempre no Direito Público, sempre na área do Direito Público.

Ao longo desse período também, tive oportunidade de viajar por todo o país. No exercício da AMB, conheci todos os estados da nossa região, visitei todos os estados, conhecendo a realidade de cada região, especialmente no que dizia respeito à magistratura, ao Ministério Público. Nós fomos ao interior desses estados para procurar bem desempenhar a nossa função.

Acreditamos, assim, que temos uma visão nunca perfeita, claro, mas uma visão de conjunto, uma visão das nossas realidades bastante importantes para o exercício dessa função para a qual hoje me apresento aqui perante os senhores, para esse exercício.

Tenho consciência também, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, da importância e da responsabilidade do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; tenho consciência do momento que nós vivemos, da responsabilidade, e, por isso, eu quero deixar registrado também aos senhores que, caso eu mereça essa indicação, caso eu mereça a aprovação, os senhores tenham certeza de que receberão prestação de contas, que terão as portas abertas para o diálogo construtivo a respeito dos temas que condizem com o Conselho Nacional do Ministério Público e com a importância, como eu disse, do momento que nós passamos. Portanto, tenham a certeza disso, porque tenho esta consciência da importância de ter sido indicado pelo Supremo Tribunal Federal, da importância de ser sabatinado aqui perante os senhores, da importância e do que isso representa no exercício dessa função.

Então, Sr. Senador Lucas Barreto, Srs. Senadores presentes, Srs. Senadores que nos acompanham, Sras. Senadoras, de maneira muito sintética – porque procurei deixar com cada um, como já disse, o meu histórico de vida –, de maneira muito sintética, eu me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os senhores desejam ou tenham e fico, de maneira muito clara, à vontade para os questionamentos que eventualmente os senhores tenham a fazer.

E cumprimento – não posso deixar de fazê-lo também – o General Lourival Carvalho. Honra-me participar ao seu lado, General, desta sabatina neste momento importante das nossas vidas.

Muito obrigado.

É isso, Sr. Presidente Lucas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço ao Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto pela exposição que fez.

E passemos à fase de arguição. Neste momento, serão abertas as inscrições de oradores que farão o uso da palavra por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu acho que, antes, são os Relatores. Não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Para os Senadores remotamente as inscrições serão feitas através do sistema remoto. As mãos serão abaixadas.

Neste momento, estão abertas as inscrições.

Então, concedo a palavra ao... (*Pausa.*)

Perdoem-me, Senador Rogério, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não, eu queria pedir para abrir a votação enquanto ocorre a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não havendo objeção do Plenário, solicito que seja aberta a urna para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Concedo a palavra ao Relator da Mensagem n° 40, de 2022, Senador Jaques Wagner, por dez minutos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o General Lourival Carvalho Silva, ao tempo em que o parabenizo pela trajetória profissional no Exército Brasileiro e também pela sua trajetória pessoal, que fez questão – como sempre os militares fazem – de incluir a trajetória familiar no seu relato. Cumprimento também o nosso querido amigo e ex-Presidente da Associação de Magistrados do Brasil, também indicado para o CNMP. E V. Exa. é indicado para o Superior Tribunal Militar.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Mensagem nº 40, de 2022, da Presidência da República, pela qual é submetida à consideração do Senado Federal a indicação do General de Exército Lourival Carvalho Silva para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga resultante da transferência para a inatividade do Ministro Luis Carlos Gomes Mattos, a partir de 28 de julho de 2022.

O art. 123 da Constituição Federal estabelece que o Superior Tribunal Militar será composto de quinze ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dez entre oficiais-generais das Forças Armadas, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis. A indicação ora em exame se refere à representação de oficiais-generais do Exército naquele tribunal.

As declarações e certidões demandadas pelas normas regimentais do Senado Federal relacionadas à arguição da autoridade indicada, especialmente o art. 383 do Regimento Interno deste Senado e o Ato nº 1, de 2017, desta Comissão, foram devidamente apresentadas, acompanhadas do *curriculum vitae* do indicado.

O General Lourival Carvalho Silva, brasileiro, nascido em 10 de dezembro de 1958, no Estado de São Paulo, é filho de Anésio Francisco da Silva e Leonor Carvalho Silva. Graduou-se Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em 1981, obtendo o primeiro lugar geral da sua turma de formação, oportunidade em que se formou como Oficial de Cavalaria.

Concluiu vários cursos e estágios acadêmicos próprios da carreira militar, dentre os quais se destacam diversas formações relacionadas a aviação e instrução de voos, além do curso de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1998.

Ao longo de sua profícua carreira no Exército do Brasil, o indicado desempenhou atividades de grande relevância, dentre as quais se sobressaem o exercício dos postos de comando na Diretoria de Serviço Militar, na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, na Diretoria de Educação Técnica Militar, na Diretoria de Avaliação e Promoções, na 5ª Divisão de Exército, no Comando Militar do Oeste, na Secretaria de Economia e Finanças e na sua lotação atual, como chefe do Departamento-Geral do Pessoal.

Cabe ainda registrar que o indicado desempenhou, no exterior, as seguintes funções:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) Aluno do Curso para Oficiais Subalternos, na França – 1992;

b) Observador Militar na Missão de Observadores Militares Equador-Peru – 1995; e

c) Adido do Exército junto às Embaixadas do Brasil na França e Bélgica – 2008-2010.

O indicado obteve, por critérios de merecimento, as devidas promoções ao longo de sua carreira no Exército, iniciando sua ascensão funcional em 1981, como Aspirante a Oficial, até tornar-se, em 2018, General de Exército.

O indicado apresentou declaração sobre a existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional, nomeando seu cunhado, coronel de Exército na inatividade desde 2007, e sua sobrinha, que foi tenente médica temporária do Exército entre 2015 e 2021. O indicado declarou, ainda, não participar nem ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, bem como não ter atuado em juízos ou tribunais nos últimos cinco anos.

Foram apresentadas as devidas certidões de regularidade fiscal no âmbito federal e distrital, bem como certidão judicial criminal negativa da Justiça Federal. Com respeito a ações cíveis, o indicado declara não ser autor de feitos dessa natureza, ocupando, contudo, em razão do cargo que atualmente exerce, o polo passivo em duas ações populares que discutem os critérios de classificação e a divulgação das notas e pontuações dos candidatos inscritos no Processo Seletivo ao Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais de 2021/2022.

Por fim, apontamos que o indicado trouxe, em respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno deste Senado, argumentação escrita para demonstrar sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que integram esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem das informações necessárias para a deliberação sobre a presente indicação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Como todos nós sabemos, esta votação é secreta, e, por isso, não cabe a este Relator a indicação ou o voto, apenas o relatório. Mas não posso deixar de reconhecer no General Lourival Carvalho Silva a formação, a trajetória, a altivez e o compromisso com a nação brasileira para ocupar o destacado cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. É o que me cabe como Relator.

Muito obrigado.

Parabéns ao General.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço ao Senador Jaques Wagner.

Agora concedo a palavra ao Relator da Mensagem nº 9, de 2022, Senador Weverton, por dez minutos, nosso Líder do PDT.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Lucas Barreto, nosso Vice-Presidente da CCJ. Quero cumprimentar todos os colegas Senadores, ao tempo em que desejo pronta recuperação e melhoras ao Presidente desta importante Comissão, Senador Davi Alcolumbre.

Quero cumprimentar os sabatinados no dia de hoje, Dr. Jayme Martins Oliveira, Juiz de Direito na cidade de São Paulo e ex-Presidente da AMB, e o General Lourival de Carvalho Silva, muito em breve Ministro do Superior Tribunal Militar.

Trata-se do Ofício "S" nº 9, de 2022, do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, a indicação do Juiz de Direito Jayme Martins de Oliveira Neto, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Na forma do art. 130-A da Lei Maior, os membros do CNMP, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

O indicado encaminhou toda a sua documentação exigida, bem como seu currículo, que passamos aqui a descrever.

Jayme Martins de Oliveira Neto nasceu em Monte Aprazível-SP em 04/05/1965. Foi funcionário do Banco Real e servidor do Primeiro Tribunal de Alçada Cível. Ingressou na Magistratura em 1991, tendo sido Juiz de Direito Substituto em Campinas, Juiz de Direito em Tietê, Rancharia, Santos e São Paulo Capital. Atuou como Juiz convocado no Gabinete do Decano e foi nomeado membro do 1º Colégio Recursal da Capital – Turma Especial. Foi convocado para compor a 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e integrou a 1ª Turma do Colégio Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Foi Presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Em 2019, alcançou o cargo de Juiz Substituto em 2º grau no TJSP e atualmente compõe a 4ª Câmara de Direito Público do referido tribunal.

Faço aqui um parêntese. Na AMB, nós tivemos aqui a honra de conviver como Líder da Minoria e Líder do PDT, nessa relação muito respeitosa, totalmente institucional. Reconhecemos a sua total capacidade de diálogo com esta Casa e, claro, com a representação que lhe foi dada pelos seus pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Possui graduação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a dissertação "Controle da Administração Pública – A Administração da Justiça".

Atuou como professor de Legislação Tributária, Teoria Geral do Estado e Direito Administrativo e coordenador de pós-graduações de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Urbanístico. Foi coordenador da Escola Nacional da Magistratura, Coordenador Adjunto de Assuntos Internacionais e Coordenador da Área de Direito Internacional da Escola Paulista da Magistratura. É membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, já proferiu diversas palestras sobre temas variados da área jurídica.

É membro da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), do Instituto Paulista de Magistrados (Ipam), da Academia Paulista de Magistrados, do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo e do Conselho Superior da Enfam.

É autor de inúmeros artigos jurídicos, colaborador em vários livros da área do direito e teve participação em diversos cursos da área jurídica. Já recebeu dezenas de homenagens de instituições de alta referência no direito, como OAB-SP, Associação dos Magistrados das Justiças Militares, Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (TJMSP), Superior Tribunal Militar, Câmara Municipal de São Paulo, entre outras.

Apresentou declaração de que Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira, sua esposa, é Juíza Substituta em 2° grau no TJSP; Beatriz Botelho de Oliveira, sua filha, é escrevente concursada do TJSP; e Régis Fernandes de Oliveira, seu tio, é Desembargador aposentado do TJSP, exerceu dois mandatos de Deputado Federal e um de Vice-Prefeito e Prefeito da cidade de São Paulo e atualmente exerce a advocacia.

Declarou que nunca atuou como sócio ou gerente de empresas não governamentais e que sua situação fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, encontra-se regular, conforme documentação comprobatória anexa (certidões negativas). Declarou também que não figura como réu em qualquer ação judicial e apresentou a relação das ações em que é autor, conforme certidões anexas. Apresentou, ainda, nos termos regimentais, a relação dos juízos e tribunais em que atuou nos últimos cinco anos, tendo em vista seu cargo de Magistrado.

Declarou que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Supremo Tribunal Federal que seja ocupante de cargo de provimento em comissão. Declarou também que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele e que não é Parlamentar nem possui cônjuge, companheira ou parente que seja membro do Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em argumentação escrita exigida pelo Regimento Interno desta Casa, o indicado menciona sua experiência profissional e formação acadêmica.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo, notadamente as do art. 383 do Regimento do Senado.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os nobres Senadores dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Indo aqui na contramão do que é a regra, sendo o voto secreto, claro que eu, como Relator e também conhecedor da nobre, da exitosa carreira aqui do meu relatado, recomendo que possamos votar – quem puder – "sim" ao nosso indicado ao CNMP, Juiz Jayme Martins de Oliveira.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço ao Senador Werverton...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Eu vejo que o Presidente Lucas está evoluindo: ele começa dizendo "Véverton", aí, ele vai falando...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Uma hora ele chega a Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Pronto, conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Chegamos. É porque eu falo como lhes chamam no Maranhão.

Então, Senador Weverton, lidos os relatórios, já estão abertas as votações.

Solicito aos Srs. Senadores que compareçam às cabines para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Enquanto aguardamos, quero aqui, em meu nome e em nome de todos os Senadores desta Comissão, desejar melhoras ao nosso Presidente da CCJ, meu amigo, meu irmão Davi Alcolumbre, que passou por um procedimento cirúrgico e, graças a Deus, já está fora da UTI. Então, quero dizer a ele que nós todos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aguardando de volta aqui com a alegria que lhe é peculiar, com aquele sorriso que lhe é peculiar. Que ele saiba que todos os Senadores, toda hora, não só nos grupos, nas Comissões, no Plenário, todos estão preocupados e solidários a você. Então, em nome dos nossos Senadores da CCJ, Davi, um abraço grande. Volte logo! Todos estão com saudades de você.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, enquanto nós estamos esperando dar o quórum, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Queria abrir a palavra aos Senadores.

Tudo bem, Senador Flávio?

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Nós temos aí algum inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não...

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Já me sinto contemplado no dia de hoje. Poderia... Só não vou para casa porque nós temos muito trabalho, mas já salvei o dia hoje, arrancando de V. Exa. o nome pronunciado de forma correta. Mas não se preocupe, porque não é o único. Como eu disse aqui, são dezenas que me chamam de "Véverton", "Éverton", Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Aí eu já não me preocupo, porque, na hora do voto, é no número, não é no nome. Então, não tem problema, não! Pode me chamar de "meu preto" ou de qualquer jeito, que está tranquilo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Epa! (*Risos.*)

E aí? Tudo bom?

Presidente, eu vou aproveitar, então, enquanto nós estamos aqui esperando dar o quórum, para fazer não só um apelo, mas uma reflexão para os nossos próximos membros de importantes instituições, como o Superior Tribunal Militar e o CNMP. Nós temos aqui... Hoje, provavelmente, vamos também apreciar no Plenário a indicação de representantes do CNJ e de autoridades que vão nos representar nas embaixadas, em agências...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos praticamente em período eleitoral, em período de pré-campanha. Eu tenho feito, Presidente, visitas a alguns representantes de instituições no meu Estado, o Maranhão, e aqui em Brasília, como membro da CCJ, como Senador da República pelo Estado do Maranhão. Fui o Senador mais votado da história do meu Estado, com quase 2 milhões de votos, e é claro que nós, desde cedo, lutamos muito por causas... Eu sou de um partido que vem de uma causa muito dura. Muita gente diz: "Ah, você é do PDT de fulano e de sicrano?". Não, eu sou do PDT da origem, do Jackson Lago, do Neiva, do Brizola, porque, desde os meus 15 anos de idade, antes de ter título de eleitor, eu já era do PDT. É o único partido da minha vida. Então, eu não o trato com pessoas ou com momentos. Eu levo isso muito a sério, porque, hoje em dia, não é demérito a ninguém, mas se muda de partido e de ideologia como se estivesse botando fantasia de Carnaval, de acordo com o tom da festa. Isso, é claro, incomoda muito a população.

Mas eu queria aqui fazer essa reflexão aos futuros representantes dessas instituições, porque, neste momento difícil que nós estamos vivendo, é mais do que nunca importante que todos vocês – todos vocês mesmo! –, do Ministério Público até o Judiciário e as Forças Armadas, compreendam que este momento difícil do Brasil... Se vocês pegarem a minha fala ainda como Deputado Federal, na época do *impeachment*, verão que eu dizia: "Ali, aquele fosso que nós abrimos na Esplanada...". Eu digo "nós" me referindo à sociedade como um todo, porque estavam de um lado os pró-*impeachment* e, do outro lado, os que eram contra o *impeachment*. Eu disse: "Se não tivermos juízo e capacidade de acabar com aquele muro que foi levantado na frente da Esplanada, nós iremos de mal a pior". Infelizmente, faltaram líderes, a política como um todo fracassou, e nós estamos vivendo, talvez, um dos piores momentos que a nossa República poderia viver.

Eu estou falando isso, porque, na prática, lá na ponta, hoje, pequenos grupos continuam ricos, ganhando muito, lucrando muito. Basta ver os bancos! Os cinco maiores bancos brasileiros tiveram um lucro de quase R$70 bilhões no ano passado, em meio a uma crise interminável, com um grande número de desempregados e desalentados, com pessoas passando fome. Fome, acreditem! Eu, toda semana, estou no interior do Maranhão. A fome – e tenho certeza de que, no Amapá, não é diferente, Presidente Lucas Barreto – voltou, infelizmente!

Eu estive em uma casa em Rosário, na sexta-feira passada, na casa da D. Ana. Eu fui visitá-la antes do evento que o meu partido estava promovendo lá, chamado Maranhão Mais Feliz, Rosário Mais Feliz, pelo Líder Jonas Magno. E lá na casa da D. Ana... Eu pedi que a minha equipe achasse uma, e não foi difícil, porque eu fiquei estarrecido com os números difíceis que nós temos lá no estado: 2,5% de casas no Brasil não têm banheiro dentro – 2,5% de casas! No Nordeste são 5,5%. E, infelizmente, no Maranhão são 15,5%. É altíssimo! E eu queria ir lá, de perto, olhar.

Pasme, General, quando eu entro na casa da D. Ana, ela tinha tido há menos de cinco meses um AVC. Ela não tem banheiro dentro da sua casa, moram cinco pessoas lá, todos desempregados, só o marido dela que recebe um salário mínimo de aposentadoria. Então, imagine só: ali ela diz que, quando conseguem ter alimentação uma vez por dia, é muito – é muito! – na casa dela. E eu fui lá olhar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições, lá atrás. São, assim, de cortar o coração. Imagine no meio de chuva, de madrugada, ela com dificuldade de locomoção para ter acesso a um banheiro.

E por que eu estou falando isso numa sabatina importante de membros do Superior Tribunal Militar, do Conselho Nacional do Ministério Público? Porque neste momento é preciso que as instituições, mais do que nunca, garantam a democracia, briguem e lutem por ela. E nós precisamos entender que quem vai ter que resolver – e é necessária, a Constituição está ali, clara – a eleição é o povo, é a política, a boa política. As pessoas precisam ir lá, votar, escolher seus representantes, oxigenar, renovar as esperanças, para que a gente possa seguir os próximos passos, seguir os próximos passos e desafios dessa luta para vencer esse retrato triste do Brasil, que, infelizmente, envergonha a nossa comunidade – claro que é nacional, porque o mundo está de olho. É o país que tem menos saneamento básico, que tem mais desigualdades, mais diferenças e nós não podemos aqui fingir que isso não acontece. Ao tempo que é um país que nos orgulha, que tem uma cultura formidável, tem uma capacidade turística fantástica. Há riquezas minerais e riquezas aqui que podem e devem ser exploradas para o seu próprio povo também dividi-las e ser enriquecido; não um país rico e o povo pobre; não um Maranhão rico e um maranhense pobre, mas sim os dois juntos: rico com o povo também enriquecido.

Então, Presidente Lucas, eu quero aqui fazer esse apelo às instituições para que nós possamos estar realmente atentos. Há muito ainda abuso, há muito abuso. Eu mesmo recebo e fiz já visitas lá no estado. Eu recebo inúmeras denúncias de que tentam utilizar instituições para tentar achacar ou ameaçar ou amedrontar líderes políticos para tomarem posições A, B ou C. Não podemos mais suportar isto: achar que no interior do estado um Prefeito ou uma liderança não apoia um projeto, aí vai um promotor ou um juiz ou quem quer seja ameaçá-lo porque tem que tomar uma posição política. Nós não iremos ficar calados. Eu estarei atento a todos os tipos de movimentos e atento a todos os tipos de interferências, principalmente do Judiciário e do Ministério Público, porque eu tenho certeza de que a maioria não aceita e não admite esse tipo de interferência.

Pasme, Dr. Jayme – principalmente o senhor, que vai para o CNMP –, nós temos várias denúncias e eu pedi... Claro, o Prefeito ou a liderança fica com medo de se expor, mas liderança política ser achacada, ser jogada indireta ou dizer "ó, é melhor você ficar aqui com o governo, porque você sabe que muita coisa pode acontecer". Isso não existe mais! Não existe! E a primeira denúncia concreta que nos chegar eu vou trazer a esta Casa, vou levar aqui às instâncias em Brasília e vamos denunciar. Lugar de promotor e de juiz é na sua instituição, fazendo o seu dever que eles juraram e que a Constituição lhes confere.

Então, nós não podemos aceitar interferência de outras instituições e principalmente as que não são da política, obviamente isso.

Então, eu faço aqui essa reflexão, Senador Lucas, para que nós possamos pedir eleições seguras, limpas, combater *fake news*. Indústria de *fake news* é para todo lado, é impressionante, impressionante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo, claro, sei que, por estar liderando as pesquisas para governo lá no meu estado, a pancada é maior, mas todo tipo de *fake news* que vocês imaginarem já aconteceu. Então, nós já fomos à Polícia Federal, já representamos, pedimos investigações, mas esse tipo de crime não pode passar batido, e a pessoa que o faz é criminoso, quem espalha está cometendo crime também. Então, nós precisamos estar atentos para que a população tenha o direito nessa eleição de ter acesso às boas informações, às ideias dos candidatos, que eles possam debater de forma nivelada e discutir os seus projetos, suas ideias de mundo, o que pode fazer, o que pode oferecer de melhor para a boa política do nosso país.

Eram essas as considerações, Presidente Lucas. Já deve ter aí mais algum colega inscrito; se não tiver, me fale, porque assunto é que não falta aqui para eu ganhar tempo para você, para a gente dar o nosso quórum. E são assuntos que já estavam aqui na ordem, é claro, do meu sentimento e da minha atuação que eu quero e vou, ao longo do mês, externar.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço suas palavras, Senador Weverton.

E concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Lucas Barreto, a quem cumprimento pela condução dos trabalhos desta CCJ, quero deixar minha saudação ao Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, juiz de carreira que já teve a oportunidade de presidir a Associação Nacional da Magistratura (AMB), além de outras representações que exerceu com muito brilho, com muito dinamismo e muito diálogo também com o Parlamento. Desde a época de Deputado Federal, tenho convivência muito prazerosa com o Dr. Jayme, o conheço de longa data. É por todos nós reconhecido e respeitado. Parabéns pela indicação, pela sabatina e, tenho certeza, pela já antecipada aprovação do nome a esse novo posto!

Quero cumprimentar o General Lourival Carvalho Silva e, da mesma forma, saudá-lo pela indicação e desejar também muito sucesso nesta missão.

Quero cumprimentar o Senador Weverton Rocha, que foi um dos Relatores e que fez essa reflexão.

Acho que esse momento que o Brasil está vivendo reclama de nós todos muita reflexão; é preciso ter muito cuidado com momentos como esse que o Brasil está vivendo. Eu acho que, mais do que nunca, a gente precisa valorizar a nossa Constituição Federal, mas não só valorizar como um instrumento simbólico, mas valorizar como um instrumento que incumbe a todos defendê-la e cumprir aquilo que está dentro dela. Eu acho que nós estamos vivendo um momento em que, em razão de crises pontuais, tem-se acentuado um processo que desafia a própria Constituição Federal. Isso não é bom, isso não é bom!

Quando isso acontece no andar de baixo, acaba que as demandas chegam ao CNMP, ao CNJ; mas, quando acontece no andar de cima, não é o conselho que julga: não chega lá, porque, embora, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concebido, tivesse também a expectativa de que o CNJ fizesse esse controle, na prática não é isso que acontece.

Então, acho que o Senado Federal, como Casa Alta do Congresso Nacional, tem que debater de maneira mais eloquente este momento por que nós estamos passando.

Eu acompanhei mais recentemente o último julgado do Supremo Tribunal Federal e ainda não tinha até nem falado sobre isso, mas acho que é oportuno até fazer esta fala aqui hoje para reflexão. Na última vez em que nós estivemos aqui em sabatinas em relação aos conselhos, eu mencionei aqui algo ao qual acho que os conselhos precisam ficar atento, em relação àquilo que às vezes gera prejuízos ao processo, como esse último caso da Lava Jato, que foi muito ruim para o país – não a Lava Jato, mas o que aconteceu posteriormente, com o desmantelamento de todo um processo, de toda uma investigação. Então, a missão de processar e julgar é uma missão muito nobre, mas é preciso se fazer obedecendo as regras do devido processo legal, para que você não tenha posteriormente questionamentos que acarretem a nulificação de tudo aquilo que foi feito em determinados momentos com acerto, em razão de atropelos, de vícios, e em outros em razão de circunstâncias das mais variadas possíveis. E os conselhos têm um papel fundamental.

Mas a reflexão que eu queria trazer hoje, aproveitando o momento, é que a gente precisa ter maior respeito, Senador Lucas Barreto, à Constituição Federal. Este último julgamento que eu acompanhei no Supremo Tribunal Federal, em relação ao caso do Deputado Daniel Silveira, é um caso que tem me feito refletir muito, viu, Dr. Jayme? Tem me feito refletir muito. Quando a Constituição estabeleceu o modelo, quando estabeleceu ali as garantias relativas a quem faz parte dos três Poderes da República, a garantia de imunidade... Porque, quando se fala de imunidade, tem-se a ideia de que imunidade só têm Senadores da República e Deputados Federais, mas a primeira carreira que tem imunidade é a da magistratura. E são muitas as imunidades, e são muitas as inviolabilidades.

Então, todos os Poderes têm garantias, existem garantias constitucionais: ao Chefe do Poder Executivo, tem lá o rol de proteção; aos que compõem o Congresso Nacional, tem lá o rol de proteção; mas à magistratura também.

Quando se tem a relativização de uma garantia constitucional – e aí relativização formal, material –, quando se ofende o devido processo legal para atingir um objetivo de sancionamento de alguém que ofendeu integrantes de uma instituição, é preciso ter cuidado com o que representa o precedente, porque, quando você relativiza garantias inerentes a um Poder, na verdade você também está relativizando o seu próprio Poder. Quando se separa aquilo que é atividade típica parlamentar para dizer "olha, isso aqui está coberto pelo 53 da Carta; com essa imunidade, Deputados e Senadores são invioláveis", a imunidade ali diz respeito a palavras e votos e não diz em qual extensão. Mas, quando um Poder vai dizer "olha, essa imunidade aqui é relativa ao exercício parlamentar naquilo que é da natureza da função: essa fala foi dentro do exercício parlamentar, essa de cá não foi; essa atitude foi dentro do exercício parlamentar, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não foi", logo, eu posso separar aquilo que está protegido pela imunidade parlamentar daquilo que não está protegido pela imunidade parlamentar. E, quando eu faço isso, então eu posso julgar, em sede de ação penal, esse Parlamentar ou aquele Parlamentar.

Estou falando aqui de forma abstrata. Eu trouxe esse caso como paradigma, porque foi recente, mas estou falando de maneira apenas para fazer pensar. Quando se faz isso, invadindo a competência do outro Poder, porque nesse caso quem deveria processar e julgar seria a Casa de origem, seria o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Aqui é uma ofensa, a meu ver, ao princípio do juiz natural. Mas, quando se faz essa separação para determinar o julgamento em cima de fatos que julgaram estranhos ao exercício parlamentar, eu pergunto: pela mesma lógica do precedente gerado, quando alguém que pertence à magistratura age fora dos autos do processo, emite opinião fora dos autos do processo, comentar circunstâncias de outras instituições fora dos autos do processo, faz referência a outros integrantes de outros Poderes fora dos autos do processo, isso está protegido pelo manto da imunidade que protege a magistratura? Ou nesse caso, pela mesma lógica do precedente, também não estaria guarnecido pelas imunidades?

Por que estou falando isso? Para chamar à reflexão todos aqueles que integram os Poderes. Nós temos três Poderes da República: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Quando se relativizam as garantias do livrinho da capa verde, relativizam-se garantias que são asseguradoras de direitos, de liberdades, de pleno exercício profissional dos integrantes do três Poderes, e não apenas de um. Aquilo que se quis, aquilo que se pretendeu fazer para atingir uma finalidade relativizando essa garantia em relação a integrantes do Poder Legislativo, pela mesma lógica de interpretação, também serve para desguarnecer quem está do outro lado da Praça dos Três Poderes.

Então, eu penso e falo aqui, dialogando com os meus colegas Senadores, com os dois representantes que estão à mesa, que acho que essa reflexão todos nós temos de fazer. Nós precisamos de um pouco mais de institucionalidade, um pouco mais de cerimonialidade, mas, sobretudo, absoluto respeito à Constituição Federal do Brasil porque, ao fim ao cabo, é ela que nos vincula a todos. Todos nós estamos submetidos a ela, ninguém está acima da Constituição Federal, ninguém pode estar acima da Constituição Federal.

Não faço defesa personalíssima aqui, quem exagerou, passou do ponto, errou, que seja responsabilizado e punido na forma regimental, na forma legal, dentro do devido processo legal. Mas eu não posso relativizar garantias constitucionais porque às vezes um integrante, no abuso de poder, no abuso de prerrogativa, ousou fazer comentários, acusações ou até ameaças em relação a esse ou àquele que faz parte de uma das estruturas de poder.

Mas a reflexão que faço no dia de hoje, o alerta que faço, a ponderação que faço – e não estou fazendo aqui em tom de acusação – é em tom de reflexão. Nós precisamos entender que qualquer que seja a nossa decisão, ela tem reflexo para além do caso concreto. Ela tem repercussão para além do caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concreto. E, nesse caso, especificamente, eu estou tendo esse cuidado – e já ponderei com outras pessoas sobre isso – de dizer: o Brasil está vivendo um período de inquietação institucional – de inquietação institucional. E só há uma maneira de enfrentarmos e superarmos isso. Para além da busca do diálogo, do entendimento institucional, é o absoluto respeito à Constituição Federal. Porque, ao fim ao cabo, quando a institucionalidade não é capaz de dirimir os conflitos, os desentendimentos circunstanciais, é o respeito à Constituição que tem que balizar a todos, sob pena de se estabelecer o caos, de se estabelecer o desequilíbrio, a desarmonia, o desarranjo institucional, que não interessa a ninguém.

Eu quero apenas fazer esse registro, Sr. Presidente, mais uma vez saudando aqui o Dr. Jayme Martins e o Dr. Lourival Carvalho, desejando pleno sucesso. O sucesso de V. Exas. será o sucesso de instituições importantes para a República e para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço as palavras do Senador Marcos.

Iremos aguardar a Senadora Simone, que está a caminho desta Comissão.

Quero passar a palavra ao General Lourival Carvalho Silva, que terá três minutos para fazer suas considerações a respeito das falas dos Senadores.

O SR. LOURIVAL CARVALHO SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

Agradeço a oportunidade que temos de apresentar algumas ideias com relação às falas do nosso Senador Weverton e do Senador Marcos Rogério.

Senador Weverton, realmente, a conciliação sempre foi algo, dentro das Forças Armadas, muito buscado. O nosso Patrono, Caxias, é conhecido como pacificador. Sempre as Forças Armadas buscaram conciliar, pacificar e chegar a um cenário favorável a todos os envolvidos.

Quanto às dificuldades pelas quais passa a nossa população, nós do Exército conhecemos muito bem todas as agruras que a nossa população humilde sofre, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste. E, sabedores disso, o Exército, tratando de ações subsidiárias, trabalha em prol dessas populações a fim de minimizar as dificuldades pelas quais passam. Nós temos a Operação Carro-Pipa, nós temos obras de engenharia, nós temos auxílio à população, a Operação Verde Brasil para combater incêndios. Então, o nosso papel é estarmos ao lado da nossa população, particularmente da mais humilde.

Também temos muita esperança, Senador Weverton, como o senhor, em que realmente cheguemos a um bom cenário no nosso país, em que todos olhemos para o futuro, em que tenhamos esperança a fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que possamos deixar para os nossos filhos e netos uma nação próspera, feliz e consciente do importante papel que tem no concerto das nações.

Quanto ao Senador Marcos Rogério, muito obrigado, Senador, pelas ideias que o senhor apresenta, sempre muito bem concatenadas, com bons argumentos, que nos fazem refletir realmente. Como o senhor disse, vivemos momentos de reflexão.

Cabe a todos nós pensarmos, analisarmos todo o cenário e tentarmos contribuir, cada um à sua maneira, para que cheguemos também a boas soluções para todas essas situações que se nos apresentam.

Apesar de não ser capinha verde, Senador – é azul, não é? –, esse livrinho sempre está na nossa cabeceira e orelhado, a fim de que possamos dirimir as dúvidas e chegar a decisões, mesmo às mais difíceis, dentro dos preceitos que esse livro impõe. Acredito que esse realmente é o caminho.

Senador, muito obrigado. Agradeço as ponderações do senhor e do Senador Weverton.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Concedo a palavra, por três minutos, ao Sr. Jayme Martins de Oliveira.

Também quero, antes de o Dr. Jayme iniciar a sua fala, cumprimentar aqui a Dra. Norma Cavalcanti, que se encontra nesta sessão. Ela é a nova Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). Seja bem-vinda!

Com a palavra o Dr. Jayme Martins.

O SR. JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de cumprimentar a Dra. Norma, com quem trabalhei – quando eu era Presidente da AMB, ela era Presidente da Conamp –, também a Vanessa Mateus, Presidente da Apamagis; Sarrubbo, nosso Procurador-Geral em São Paulo, pessoas que vieram a esta sabatina e a quem eu agradeço a presença.

Gostaria de falar ao Senador Weverton, que trouxe essas preocupações todas, que elas também são nossas, Senador. O quadro que o senhor descreve é um quadro que nós acompanhamos bastante, sofremos com ele tanto quanto o senhor. E, no exercício da magistratura e nas associações, o que nós sempre procuramos, de alguma maneira, foi trabalhar em prol dessa democracia, proteger a nossa democracia e trabalhar no processo legislativo. A gente fez muito isso, desde quando o senhor era Deputado e agora, aqui, no Senado.

Hoje, eu também, na escola de magistratura de São Paulo, na Escola Paulista da Magistratura, integro a Comissão de Acompanhamento Legislativo. Uma preocupação nossa, dentro das nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitações – agora falo na condição de magistrado –, com nossas limitações, nós trabalhamos muito no aperfeiçoamento do processo legislativo, num diálogo permanente com a Casa sobre não apenas assuntos de interesses exclusivos da classe da magistratura, que são aqueles próprios da carreira, mas também sobre um processo legislativo que melhore, que ajude, que contribua. E temos, sim, bastante essa responsabilidade. Eu disse isso na primeira intervenção, disse da preocupação que nós temos, da consciência que nós temos da responsabilidade do exercício do cargo no conselho. Tudo isso nos preocupa bastante.

Só para encerrar, Senador, quero aqui fazer uma referência também às preocupações do Senador Marcos Rogério, que é um amigo de longa data, para lhe dizer que nós também temos essas preocupações e reflexões.

Eu me coloco muito à disposição, Senador, para que, ao longo dos próximos meses, enfim, desse período que vem pela frente, a gente possa estar junto para discutir e buscar soluções para esses problemas.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Presidente Lucas, eu queria fazer só uma...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Obrigado, Dr. Jayme.

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Será só um minutinho. Prometo que vou ser bem rápido.

É importante eu completar e dizer o seguinte: quando eu era Deputado, logo no primeiro mandato como Deputado Federal, por volta de 2013, de 2014, eu reclamava muito. Digo "eu" me referindo à Casa, à política. Havia esse afastamento muito grande das relações entre a política e os membros do MP e do Judiciário e os de outras carreiras. E nós temos que admitir, positivamente, que isso evoluiu muito, principalmente nos estados e nos municípios. Antigamente, um juiz, para receber um Prefeito, um Vereador ou uma liderança, Deus me livre! Chegava ao interior o Prefeito ou o Vereador tal. Rapaz, não falavam! Ali era da porta para dentro; do lado, já estava perto de Deus. Não tinham acesso! Era impressionante a falta de contato com a vida real ali na ponta!

Então, isso evoluiu muito. E é importante você discutir de forma institucional as relações e os problemas da vida real. Isso acontece, está acontecendo. Parabéns a todos pela maturidade, porque conseguiram compreender que é importante fazer esse diálogo. Agora, interferir no processo político é diferente. Então, é preciso nem oito nem oitenta! É preciso ter essa capacidade de dialogar, de conviver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os problemas da vida real, mas, no processo, aí cada um fica no seu lugar, porque isso é importante para o bom andamento da democracia e para o fortalecimento da nossa Constituição.

Portanto, Presidente, era importante eu fazer aqui esse registro, porque tem que evoluir, sim. Eu já vi casos concretos de Prefeitos no interior serem chamados, porque antes... Hoje, ainda existe isso, mas antes era um festival de TAC! O promotor chamava o Prefeito e dizia: "Venha cá para assinar um TAC". Aí você tem que dar aumento para professor, você tem que fazer isso e aquilo.

Já vi casos de nível estressante de reunião em que o Prefeito pegou um bolo de chave, jogou na mesa e disse: "Promotor, o senhor a partir de agora administra a prefeitura. Tudo o que você está mandando resolver... Então você pegue lá o dinheiro para ver se vai dar e trate de cumprir as obrigações do município". E saiu da sala. Olha só o nível a que se chega, de perder o diálogo e tudo. Então você tem que ter clara a noção de que as coisas têm que acontecer, mas de onde que vai sair e como é que é feita essa gestão. Então, é muito importante essa mesa institucional permanente para sempre encontrar as soluções.

Agora mesmo, nós estamos com entrave aí: a questão dos enfermeiros. Aprovamos aqui, aprovamos na Câmara; tem a PEC. De onde é que vai sair esse dinheiro? Eu já dei a ideia, viu, Senadora Simone? Vamos taxar os bancos: 70 bilhões de lucro no ano passado. Se tem que se tirar de alguém, tire dos grandes para poder distribuir aqui embaixo. Então, uma das sugestões que é dada é essa. Está aí o projeto já da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Vamos votar. Os banqueiros, que estão ganhando bilhões de lucro, não podem tirar lá 5, 10 bilhões para ajudar a pagar quem ajuda a salvar a vida deles e de toda a sociedade? Não só os enfermeiros, mas todos esses profissionais que estiveram aí na pandemia ajudando o país a enfrentar essa guerra aí, que não foi fácil.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Obrigado, Senador Weverton.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apenas cumprimento V. Exa., que hoje preside a nossa Comissão. Desejo, mais uma vez, uma rápida recuperação para o nosso Presidente Davi Alcolumbre, que eu sei que passa muito bem, graças a Deus! Quero cumprimentar o Senador Wellington, os dois sabatinados, Dr. Jayme, com quem tive o prazer, quando Presidente desta Comissão, de trabalhar conjuntamente. Com V. Exa. como Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, fizemos grandes parcerias e avançamos muito nas pautas que interessam à Justiça brasileira. Teve o meu voto já favorável e tenho certeza de que agora, no Conselho Nacional do Ministério Público, vai brilhar de forma equilibrada, sensata, como sempre fez, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando e analisando os dois lados, não só daqueles que estão ali na busca da justiça na denúncia, mas também daquele denunciado, nesse equilíbrio de forças, como requer a boa justiça.

Então, parabenizo V. Exa. pela indicação e já afirmo e reafirmo que teve o meu voto e que pode contar não só com a Comissão, mas comigo aqui dentro do Senado Federal.

E ao General do Exército, Dr. Lourival Carvalho Silva, que tive o prazer de ter no Comando Militar do Oeste do meu Estado de Mato Grosso do Sul por dois anos, quero apenas desejar sucesso junto ao Superior Tribunal Militar. Tenho certeza de que V. Exa. vai levar toda a sua experiência, toda a sua bagagem para aquele tribunal tão importante, do qual poucos têm noção da importância e do significado.

Quero apenas reforçar que V. Exa. comandou uma base que tem um dos projetos mais importantes para o Brasil, e é importante que nós possamos recuperá-lo o mais rápido possível. Na época do Fernando Henrique Cardoso, ele não só aprovou um sistema de vigilância da Amazônia, Senador Lucas Barreto, que também vive dentro de um espaço da Amazônia Legal, de que o seu Estado Amapá pega um pedaço, que é o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que hoje inclusive tem um outro nome. O meu pai teve o privilégio de ser Relator. Fazia parte de um grande sistema de monitoramento de fronteira no Brasil. E as Forças Armadas brasileiras são o pilar principal, o centro desse projeto. Depois disso foi aprovado, inclusive no Congresso Nacional, um projeto que criou o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) entre as Forças Armadas brasileiras, a Polícia Federal, as secretarias de segurança pública dos estados fronteiriços, incluindo a Polícia Militar e também a Polícia Civil.

Esse projeto permitiu um sistema integrado de inteligência, Senador Weverton, de veículos, monitoramento, satélites, sistema de inteligência artificial. E precisava de apenas 1 bilhão por ano, durante dez anos, para ser implantado, monitorando não só a entrada e a saída do tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, mas também o combate ao desmatamento ilegal da Amazônia Legal; durante dez anos, precisaria de 10 bilhões. Todos os anos, a gente aprovava, colocava este 1 bilhão no orçamento e, todos os anos, entrava governo, passava governo, e esse valor era contingenciado ou é contingenciado. Então, de 1 bilhão virava algo em torno de 200 milhões, ora 300, ora cento e poucos milhões.

Resumo da ópera: um projeto que teria que ficar pronto em dez anos está levando 20 anos, e ainda nós não o temos efetivado. Que nós possamos lembrar disso no momento em que o General Lourival está sendo alçado ao Superior Tribunal Militar e conhece bem essa situação, tem condições de também aqui apresentar a sua experiência em relação a esse projeto importantíssimo, mas que ainda não se efetivou na sua concretude. Nós não estaríamos falando hoje de desmatamento ilegal na Amazônia... E nós sabemos que, com mais 5% de desmatamento, nós vamos levar essa região a uma savanização, a um cerrado; a Amazônia não vai conseguir se recuperar. Isso está impactando o agronegócio brasileiro; isso está impactando o Mato Grosso do Sul; o Rio Grande do Sul já teve uma perda de algo em torno de 30 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de grãos, por conta da falta de chuva dos rios voadores – um terço das chuvas no Brasil são vindas da umidade da Floresta Amazônica.

Então, que possamos, através desse Sisfron e desse sistema de monitoramento, não só combater aqueles grileiros, mineradores ilegais, mas também mostrar que a agricultura familiar na Amazônia Legal, que o agricultor, o pecuarista hoje é consciente, é responsável, não é ele que que invade terra, não é ele que desmata de forma ilegal; ele cumpre o Código Florestal, ele faz o cadastro da regulamentação da sua terra.

Então, eu apenas gostaria de fazer uma referência aqui à importância do meu Estado de Mato Grosso do Sul dentro desse projeto do Comando Militar do Oeste, que o General Lourival teve, acredito, o prazer de comandar por dois anos.

Tenham sucesso nas novas tarefas! E o Congresso Nacional, obviamente, sempre parceiro não só do Superior Tribunal Militar, mas também do Conselho Nacional do Ministério Público, que precisa, como mencionado na fala do Senador Weverton, obviamente de equilíbrio, de bom senso, de moderação, como, aliás é o que também precisa a política e o Brasil. Precisamos de pacificação, precisamos de paz, precisamos de equilíbrio, precisamos de moderação, para que o Brasil faça o que precisa ser feito, para que a boa política faça o Brasil voltar a crescer, gerar emprego, renda para a população brasileira.

Desculpa, Senador Lucas Barreto, Presidente, mas, como eu vi que sou a última inscrita, pelo menos aqui no presencial, aproveitei para usar um pouquinho mais do tempo para fazer essa referência, repito, ao meu Mato Grosso do Sul, à importância do sistema unificado de fronteira e passar a preocupação que nós temos não só em relação ao crime organizado, mas em relação a toda a Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agradeço à Senadora Simone Tebet, que, quando fala, nos dá essa oportunidade de haurir dos seus conhecimentos.

Quero dizer, Senadora, que nós comungamos dos seus ideais, da sua visão de Amazônia, até porque vive no Mato Grosso do Sul, que nós consideramos um bioma que também temos na Amazônia, não é?

E eu preciso falar um pouco do CNMP, porque ainda vai ser muito importante para o Estado do Amapá. Na verdade, o Senador Weverton falou muito bem... "Uerveton", perdão, porque é o sotaque lá da Amazônia, não é? Então, Senador, o senhor falou muito bem dos TACs que os Prefeitos precisam ter. Então, nós vamos precisar muito do CNMP.

E aqui eu quero registrar a presença – e cumprimentar – também do Dr. Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, meu querido amigo Manoel Murrieta!

Esse TAC nós vamos precisar fazer para a Amazônia, principalmente para o Amapá. Vocês imaginem: nós, do Amapá, Senadora, eu vivo, sou do estado mais rico do planeta. No Amapá nós temos a Renca, que foi criada quando da briga ali da Vale do Rio Doce e da Incomi, que tinha uma grande reserva, que são 4,07 milhões de hectares. E foi criada a Reserva do Cobre e Associados: o que não tem é cobre, mas tem a maior província mineral do mundo.

Imaginem que, do lado Pará, nós temos lá cinco montanhas do complexo Maicuru, dentro da Renca, criada no governo militar. Lá tem 230 milhões de toneladas de fósforo já cubadas, a 60km do porto, e o Brasil importa 95% do fósforo, que é usado na agricultura do Brasil, da Rússia. Um absurdo!

A 500km, em Autazes, tem lá potássio, que é reserva para cem anos, duzentos anos.

Aí você vai para o outro lado do Amapá, na costa do Amapá, aí você vai na foz do Rio Amazonas. Imaginem o que é o maior estuário do mundo, não é? São 350km de foz de Macapá para Belém. Então, nesse estuário, 400 milhões de anos formando a plataforma esponjosa que vai até a Venezuela, que tem a maior reserva de petróleo do mundo. Aí nós temos Caiena e Suriname já explorando petróleo e gás, e, no Amapá, que tem o que eles chamam de grande prêmio, que é a maior reserva, nós não podemos explorar, porque o Ibama não dá licença.

Imaginem os senhores quanto poderia ser útil ao Brasil essa grande reserva, que precisa ser explorada? Para os senhores terem ideia, Caiena e Suriname, no ano passado, tiveram os seus PIBs aumentados em 16 vezes.

Aí você volta aqui para o meu Amapá, para o nosso Amapá: 97% das nossas florestas primárias estão preservadas; 73% do nosso estado é reserva – reservas criadas por decreto presidencial, posso dizer até, no apagar das luzes do Governo Sarney e do Governo Fernando Henrique, quando houve uma onda de decretação de reservas ecológicas, unidade de conservação, tudo isso sem ouvir nenhum amapaense.

Então, imaginem que só na Renca, que abrange o Pará e o Amapá, existe US$1,7 trilhão em minerais, em valores prospectados e não atualizados. Isso é da década de 70, e quem está falando não sou eu, é o Instituto Hudson, o centro de estudos que assessora o Pentágono. Então, a Amazônia é muito rica. Estima-se que tenha US$16 trilhões em minerais. Então, este é o grande motivo de todo mundo olhar para a Amazônia com outros olhos: ela é a mola propulsora do Brasil e do mundo. É uma riqueza inimaginável! E isso é o que se prospectado. Imaginem com a nova tecnologia de prospecção.

Aí nós passamos para o manejo florestal. Imaginem uma floresta em que pode sim ser feito um manejo florestal. As árvores têm um tempo de vida. Então, se se fizer o manejo e se tirar uma árvore cuja vida está no final, nascem cinco, dez árvores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos precisar, sim, do CNMP para fazer esse TAC, Senador Weverton, para que a gente possa melhorar a condição social do Amapá, porque hoje, apesar de ser o estado mais rico do planeta, 54% da nossa população estão abaixo da linha da pobreza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Permite-me, Sr. Presidente?

V. Exa., como homem amapaense da Amazônia Legal conhece esse assunto melhor do que qualquer um de nós. Acho que V. Exa. traz um assunto dos mais importantes que esta Casa precisa tratar com muita isenção e imparcialidade. Nós temos que, primeiro, parar de transformar essa pauta em pauta ideológica. Começa por aí. Entra governo, sai governo, um pode tudo, outro não pode nada. Começa por aí. Acho que esse é o grande problema. Com isso, nós não vamos resolver o problema da Amazônia Legal, do Brasil, mas especialmente das cidades amazônicas, porque 80%, acredito, das pessoas no Norte e uma parte da Região Nordeste que abrange a Amazônia vivem nas cidades. E parar com essa discussão de que é oito ou oitenta. É floresta em pé, mas comida na mesa do homem amazonense, amazônico, enfim, amapaense, maranhense, porque tem um pedaço da Amazônia Legal no Estado do Maranhão.

Eu tive o privilégio de estar no Estado do Pará há menos de 60 dias ou um pouco mais de 60 dias. Eu tive o privilégio de estar junto do Governador, filho do Senador Jader Barbalho, Helder Barbalho, que tem feito um belíssimo trabalho nessa questão.

E essa é uma questão que incomoda a todos nós. V. Exa. está coberto de razão. Nós temos uma grande riqueza não só no subsolo da Amazônia, mas no solo e no espaço com um todo da Amazônia. E é possível integrar floresta e agricultura com responsabilidade e com sustentabilidade. O que não é possível é nós entregarmos muitas vezes para multinacionais ou para empresas privadas a exploração desse minério e não colocar contrapartidas claras, possíveis, importantes de retorno financeiro para as comunidades.

Eu vou dar um único exemplo do Estado do Pará, que eu tive o privilégio de conhecer. O Estado do Pará tem 16% de unidades de conservação, só que é o maior estado geograficamente falando do território brasileiro. Será que nós não podemos deixar os 16% como unidade de conservação e atuar de forma sustentável nos outros 80%, 85% no Estado do Pará? Sim.

O problema é que nós temos a Vale, que explora o minério, leva o minério... O Pará é o segundo maior estado produtor de minérios do Brasil, acredito, o primeiro na exportação de açaí e assim vai – de minério de ferro, é o segundo – e nós temos um dos estados mais pobres da Federação brasileira. Eu tive o desprazer de tomar conhecimento de que no Estado do Pará, Senador Weverton, 50% das casas do Estado do Pará, até mais, são subnormais, ou seja, são construídas em palafitas, são de madeira, estão na área ribeirinha, com precariedade. Cinquenta, num dos estados mais ricos da Federação brasileira? Então, aquela falácia de que o problema é a floresta em pé não se sustenta, porque é o estado que mais desmata;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também é uma falácia, como V. Exa. está dizendo, que tem que se manter de toda forma intacta. A virtude está no meio, é preciso olhar para o Código Florestal, é preciso fazer uma grande discussão, é preciso que o poder público olhe para esta questão, olhando pela questão climática de um lado e olhando pelo cidadão que ali mora do outro, porque é possível nós extrairmos da Amazônia Legal, sem destruir uma única árvore, a sua grande riqueza. Nós temos a biotecnologia, a biomolécula, os outros países que também têm um pedacinho pequeno da Amazônia já estão anos-luz na nossa frente.

E eu termino, porque eu não quero monopolizar o debate, eu peço desculpa, mas esse é um dos temas mais importantes para o Brasil hoje e para a atualidade porque o Brasil depende de *commodities*, depende de grãos, e sem chuva nós não teremos grãos nos próximos anos, a safra vai minguar sem produtividade, chegará escassa no supermercado, o que é inflação da cesta básica vai estar maior ainda... Mas, só para terminar com um exemplo claro, nós exportamos e produzimos, mas principalmente exportamos, de frutas, produtos tropicais, algo em torno de 0,2% da nossa produção, alguma coisa assim. Nós estamos abaixo do Chile, que é desse tamanhinho, e do Peru, que é desse tamanhinho, em exportação de produtos tropicais, quando nós poderíamos estar produzindo abacaxi, não só o açaí, ou mesmo cacau, mas outros produtos lá.

Então, concordo com V. Exa. Independentemente da questão dos minérios – que requer obviamente licenciamento e estudos de impacto ambiental, mas é possível se extraírem os minérios com responsabilidade –, nós ainda temos, não só no subsolo, mas na superfície, condições de explorar com sustentabilidade, garantindo alimento e renda.

Infelizmente V. Exa. mora numa das regiões mais pobres também do planeta – numa das regiões mais pobres, quando eu digo, da população, é uma das regiões mais ricas com um dos povos mais pobres. Os jovens, sem perspectiva de futuro e desempregados, têm altos índices de suicídio. O IDH, não só na área de desenvolvimento humano, mas especialmente na área educacional – não só social, mas na área educacional –, muito precário.

Então, V. Exa. tem razão. Esse é um tema que requer muita responsabilidade, mas precisa ser trazido para o Congresso Nacional, porque há saída e saída possível para essa situação.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – (*Fora do microfone.*)

... a Simone e complementar para dizer que os outros estados leram Ha-Joon Chang: *Chutando a Escada*. Vou dar um exemplo de Santa Catarina, do meu amigo Senador Esperidião Amin. Lá só tem uma reserva, a Floresta das Araucárias, 100 mil hectares. No Amapá, só numa reserva criada são 3,8 milhões de hectares, ou seja, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Não tem equilíbrio, como que nós vamos desenvolver?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Incra assentou no Amapá 16 mil parceleiros e os abandonou à própria sorte. Só tem 2 mil; 14 mil estão na cidade passando fome e necessidade. Então, é uma política de Brasil, mas que nós temos que diferenciar.

A nós, os amapaenses, de que nos adiantou ser o estado mais preservado do mundo? Ninguém nos vê. O exemplo está aí, na pandemia: uma nuvem cinza cobriu a Amazônia. Ninguém lembra que a gente existe. Não adianta preservar. Sabe por quê? Quanto custa, quanto vale manter a condição climática de que a senhora falou para a agricultura do Matopiba, para a agricultura do Centro-Oeste, para o Mato Grosso do Sul, para que não haja queimada? Quanto vale? Eu pergunto: quem paga? Nós estamos fazendo, nós fizemos o dever de casa, e nunca recebemos um real, nem do Fundo Amazônia. Nada foi para o Amapá, nada.

Então, nós, lá, temos que cobrar, sim, como a senhora diz, dos projetos minerais a responsabilidade social e ambiental, para que não fiquem os buracos e o flagelo social para os Prefeitos, para os governos administrarem.

Quanto à questão dos pobres, nós estamos com a população, 54%, abaixo da pobreza. Nós não tínhamos, no Amapá, fome, nós não tínhamos miséria; nós tínhamos pobreza. Faltava uma ou outra condição, mas a gente não via a fome, e agora a gente vê. Além de sermos o estado mais rico do planeta... Sempre falo isto – viu, Senadora Simone? –, que o Amapá é o estado mais rico do planeta, mas o nosso povo está em cima da riqueza na pobreza, contemplando a natureza. Como a senhora falou, olhar para a árvore, beleza cênica, não enche barriga. Nós precisamos produzir. Só para a senhora ter ideia, nós estamos há quatro anos sem plantar um grão no Amapá. Por quê? Porque nós tínhamos áreas antropizadas, já plantadas, há dez anos, aí, o Ministério Público entrou com uma ação e ninguém pode produzir no Amapá, numa terra que já foi trabalhada, que já foi plantada. E hoje contemplou-se a transferência, para o Amapá, das terras que podem ser regularizadas, e estão fora de todas as reservas.

Então, esse é um assunto que tem que ser discutido aqui. E eu peço a V. Exa. que nos ajude a ajudar a Amazônia e, principalmente, o Amapá e o Maranhão, para que nós possamos melhorar os nossos índices.

Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conte comigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vamos encerrar a votação,

Solicito à Secretaria da Mesa que faça a apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sr. Lourival Carvalho: SIM, 19 votos.

Jayme Campos Martins de Oliveira: 19 votos.

Aprovados por unanimidade.

As indicações irão ao Plenário hoje. (*Palmas.*)

Obrigado a todos.

Está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

ÀS DEZ HORAS E TRINTA E NOVE MINUTOS DO DIA VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, NO ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR DAVI ALCOLUMBRE, REÚNE-SE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA COM A PRESENÇA DOS SENADORES SIMONE TEBET, MARCELO CASTRO, ESPERIDIÃO AMIN, ELIANE NOGUEIRA, VENEZIANO VITAL DO RÊGO, GIORDANO, RAFAEL TENÓRIO, LUIS CARLOS HEINZE, DANIELLA RIBEIRO, TASSO JEREISSATI, JORGE KAJURU, MARCOS DO VAL, ROBERTO ROCHA, PLÍNIO VALÉRIO, EDUARDO VELLOSO, LASIER MARTINS, ALVARO DIAS, LUCAS BARRETO, OMAR AZIZ, MECIAS DE JESUS , JORGINHO MELLO, PAULO PAIM, TELMÁRIO MOTA, FABIANO CONTARATO E AINDA DOS SENADORES NÃO MEMBROS PAULO ROCHA, IZALCI LUCAS E NELSINHO TRAD. DEIXAM DE COMPARECER OS DEMAIS SENADORES. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. A PRESIDÊNCIA SUBMETE À COMISSÃO A DISPENSA DA LEITURA E APROVAÇÃO DAS ATAS DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, QUE SÃO APROVADAS. **PASSA-SE À APRECIAÇÃO DAS EMENDAS DESTA COMISSÃO AO PLN Nº 05, DE 2022 – CN**, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN, COMBINADO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020, DO SENADO FEDERAL E O ATO CONJUNTO Nº 2/2020, DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA TEM COMPETÊNCIA PARA PROPOR EMENDAS AO PROJETO, DEVENDO FAZÊ-LO NA CONDIÇÃO DE AUTOR DE EMENDA COLETIVA. ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 05/2022-CN (PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023). **O RELATOR, SENADOR JORGE KAJURU, APRESENTA O RELATÓRIO SOBRE AS 84 (OITENTA E QUATRO) EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES DE METAS E AS 30 (TRINTA) EMENDAS AO ANEXO III DO TEXTO E AO TEXTO DO CORPO DA LEI, SUGERIDAS AO REFERIDO PROJETO.** APÓS A DISCUSSÃO, PAUTADA NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN, COMBINADO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020, DO SENADO FEDERAL, O ATO CONJUNTO Nº 2/2020, DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. E NO ARTIGO 101, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE DETERMINA A COMPETÊNCIA DA CCJ, **SÃO APROVADAS: 3 (TRÊS) EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: EMENDA 1: EMENTA:** 5034 - PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS**; AÇÃO:** 218B - POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES; **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA):** 0460 – INICIATIVA APOIADA; **ACRÉSCIMO DE META:** 5671; **JUSTIFICATIVA:** A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TEM POR FINALIDADE ESTABELECER CONCEITOS, PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, ASSIM COMO DE ASSISTÊNCIA E GARANTIA DE DIREITOS ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CONFORME NORMAS E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO NACIONAL. O OBJETIVO É A GARANTIA DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS PARA O EFETIVO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. IMPORTANTE DESTACAR UM ALARMANTE DADO, LEVANTADO PELO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM 2021 O BRASIL REGISTROU UM ESTUPRO A CADA 10 MINUTOS E UM FEMINICÍDIO A CADA 7 HORAS. OS DADOS MOSTRAM QUE 60,6% DAS VÍTIMAS SÃO MENINAS COM MENOS DE 13 ANOS E 73,7% SÃO VULNERÁVEIS. **EMENDA 2: EMENTA:** 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO; **AÇÃO:** 20IE - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS; **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA):** 0731 – PROJETO APOIADO; **ACRÉSCIMO DE META:** 515; **JUSTIFICATIVA:** A PRESENTE EMENDA TEM POR OBJETIVO INCLUIR NO QUADRO DE PRIORIDADES E METAS A GESTÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS, CONJUNTO DE ESFORÇOS DO PAÍS PARA REDUÇÃO DA OFERTA E DA DEMANDA DE DROGAS. A QUESTÃO DAS DROGAS, NO BRASIL E NO MUNDO, CONSTITUI UM GRAVE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA, COM REFLEXOS NOS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE. ASSIM, CONSIDERANDO A COMPLEXIDADE E A TRANSVERSALIDADE DA POLÍTICA SOBRE DROGAS, FAZ-SE NECESSÁRIO A INCLUSÃO DESSA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E TRATAMENTO NO QUADRO DE PRIORIDADES E METAS DA LDO-2023. **EMENDA 3: EMENTA:** 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO. **AÇÃO:** 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE; **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA):** 1411 – AÇÃO APOIADA; **ACRÉSCIMO DE META:** 15000; **JUSTIFICATIVA:** COM ESTA EMENDA PRETENDEMOS LEVAR O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS, PROJETOS E ATIVIDADES EM SEGURANÇA PÚBLICA. PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE COM ÊNFASE NO COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO, AO CRIME VIOLENTO E FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA. ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, QUE ESTEJAM ALINHADOS AOS OBJETIVOS DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E ÀS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. DESENVOLVIMENTO E APOIO NA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DE OPERAÇÕES INTEGRADAS, DE INCIDENTES E CRISES, DE INTEGRAÇÃO ENTRE AGÊNCIAS E PREVENÇÃO SOCIAL, FOCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS EM ÁREAS CRÍTICAS. CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL. SAÚDE NO TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA PARA OS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL; E **30 (TRINTA) EMENDAS DE TEXTO: EMENDA DE TEXTO 4: EMENTA:** ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO - METAS DO PNE E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP II, ART 4 **TEXTO ATUAL:** ART. 4º AS PRIORIDADES E AS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, ATENDIDAS AS DESPESAS OBRIGATÓRIAS E AS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM OS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DA PREVISÃO DE REAJUSTES E REESTRUTURAÇÕES DE CARGOS E CARREIRAS, CONSISTEM**; TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS **TEXTO PROPOSTO:** PARÁGRAFO ÚNICO. INCLUEM-SE ENTRE AS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023 AS METAS INSCRITAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE E AS AÇÕES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **EMENDA DE TEXTO 5: EMENTA:** ART. 12, XXVI - PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP III, ART 12; **TEXTO ATUAL:** "ART. 12. O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023, A RESPECTIVA LEI E OS CRÉDITOS ADICIONAIS DISCRIMINARÃO, EM CATEGORIAS DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICAS, AS DOTAÇÕES DESTINADAS A:" **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** XXVI – ÀS AÇÕES ESPECÍFICAS QUE ATENDAM AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, QUE ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, MEDIANTE A SUPRESSÃO DE BARREIRAS E DE OBSTÁCULOS NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, NO MOBILIÁRIO URBANO, NA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS E NOS MEIOS DE TRANSPORTE E DE COMUNICAÇÃO. **EMENDA DE TEXTO 6: EMENTA:** ART. 12, XXVI E XXVII - PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP III, ART 12;**TEXTO ATUAL:** "ART. 12. O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023, A RESPECTIVA LEI E OS CRÉDITOS ADICIONAIS DISCRIMINARÃO, EM CATEGORIAS DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICAS, AS DOTAÇÕES DESTINADAS A:" **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** XXVI - ÀS AÇÕES DESTINADAS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES; XXVII - ÀS AÇÕES DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **EMENDA DE TEXTO 7: EMENTA:** MARINHA DO BRASIL - DESPESAS RESSALVADAS - INCLUA-SE NO ANEXO III DO PLN 5, DE 2022, A SEÇÃO III, JUNTAMENTE COM AS RESPECTIVAS AÇÕES A SEREM RESSALVADAS, OS PROJETOS PRIORITÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS POR SEREM DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E DOTAÇÃO DELAS COM EQUIPAMENTOS E MEIOS MILITARES AVANÇADOS; **REFERÊNCIA:** ANEXO III; **TEXTO ATUAL:** ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL; **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (...) SEÇÃO III DAS DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS I - AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA E SISTEMAS AFINS REFERENTES AO PROJETO FX-2 (ART. 142 DA CONSTITUIÇÃO, LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 1999, E DECRETO Nº 6.703, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008); II - PROGRAMA DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS - PROSUB E PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA - PNM; III - AQUISIÇÃO DE CARGUEIRO TÁTICO-MILITAR DE DEZ A VINTE TONELADAS REFERENTE AO PROJETO KC - 390; IV - DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TÁTICO-MILITAR DE DEZ A VINTE TONELADAS REFERENTE AO PROJETO KC-X; V - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATÉGICO ASTROS 2020; VI - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO BLINDADO NO ÂMBITO DO PROJETO FORÇAS BLINDADAS DO EXÉRCITO; VII - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON; VIII - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE COMANDO E CONTROLE DE DEFESA; IX - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNÉTICA PARA A DEFESA NACIONAL; X - AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS LEVES- PROJETO TH-X; XI - AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MÉDIO PORTE PARA EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS – PROJETO H-X BR; XII - ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO E INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE DE FRONTEIRAS; XIII - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS A SERVIÇO DA UNIÃO NO EXTERIOR (ART. 8º, INCISO III, ALINEA F, DA LEI Nº 5.809, DE 10 DE OUTUBRO DE 1972); XIV - DESPESAS RELACIONADAS AO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO (EPM) DESTINADA À QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PORTUÁRIOS E AQUAVIÁRIOS, A FIM DE CONTRIBUIR COM O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS DA MARINHA DO BRASIL, CONSTANTES DO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999; XV - DESPESAS COM A AÇÃO DE "COORDENAÇÃO TÉCNICA DA AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA SA - AMAZUL", VINCULADAS AO PROGRAMA 6012 – DEFESA NACIONAL, NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA SA – AMAZUL; E XVI - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL, DE ENSINO E PESQUISA REALIZADOS PELO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (DECRETO N° 1.310, DE 08/08/1962; CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 142; LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 09/06/99; DECRETO Nº 8.422, DE 20/03/2015). **EMENDA DE TEXTO 8: EMENTA:** MARINHA DO BRASIL - DESPESAS OBRIGATÓRIAS - INCLUA-SE O INCISO - DESPESAS RELACIONADAS AO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO NO ANEXO III DO PLN 5, DE 2022, A SEÇÃO I, JUNTAMENTE COM AS DEMAIS AÇÕES JÁ EXISTENTES QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, §2º DA LRF, POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO. **REFERÊNCIA:** ANEXO III, SEÇÃO I, INCISO LXVIII **TEXTO ATUAL:** LXVIII - REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS (LEI Nº 10.834, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003). **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS **TEXTO PROPOSTO:** SEÇÃO I – DESPESAS PRIMÁRIAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO. (...) - DESPESAS RELACIONADAS AO ENSINO PRO¿SSIONAL MARÍTIMO (ART. 21, INCISO XII, ALÍNEAS "D" E "F", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 17, INCISOS I, II E III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 97/1999 E ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 828/1969. **EMENDA DE TEXTO 9: EMENTA:** MARINHA DO BRASIL - CAPITALIZAÇÃO - A PRESENTE PROPOSTA TEM POR OBJETIVO POSSIBILITAR ÀS EMPRESAS PÚBLICAS, VINCULADAS AO SETOR ESTRATÉGICO DE DEFESA, RECEBEREM EVENTUAIS APORTES PARA INVESTIMENTO NA CONSECUÇÃO DE PROGRAMAS QUE CONTRIBUIRÃO PARA O ATINGIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, SEM A OBRIGAÇÃO DE ESTAREM INCLUÍDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO VI, ART 48; **TEXTO ATUAL:** ART. 48. O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO, PREVISTO NO INCISO II DO § 5º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO, ABRANGERÁ AS EMPRESAS EM QUE A UNIÃO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO, RESSALVADO O DISPOSTO NOS § 5º E § 6º, E DELE CONSTARÃO TODOS OS INVESTIMENTOS REALIZADOS, INDEPENDENTEMENTE DA FONTE DE FINANCIAMENTO UTILIZADA. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** DÊ-SE AO §10 DO ART. 48º, DO PLN Nº 5, DE 2022, A SEGUINTE REDAÇÃO: §10 PARA O EXERCÍCIO DE 2023, AS EMPRESAS PÚBLICAS E AS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA SOMENTE PODERÃO RECEBER APORTES DA UNIÃO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SE ESTIVEREM INCLUÍDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 9.491, DE 1997, EXCETO SE:" [...] IV - ABRANGER A EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. - ENBPAR; E AS EMPRESAS PÚBLICAS, VINCULADAS AO SETOR ESTRATÉGICO DE DEFESA. **EMENDA DE TEXTO 10: EMENTA:** IDENTIFICA O AUTOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA CONFERIR TRANSPARÊNCIA À LEI ORÇAMENTÁRIA **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP III, ART 7; **TEXTO ATUAL:** ART. 7º OS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DISCRIMINARÃO A DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, COM SUAS CATEGORIAS DE PROGRAMAÇÃO DETALHADAS NO MENOR NÍVEL E DOTAÇÕES RESPECTIVAS, ESPECIFICANDO A ESFERA ORÇAMENTÁRIA, O GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA - GND, O IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO, A MODALIDADE DE APLICAÇÃO, O IDENTIFICADOR DE USO E A FONTE DE RECURSOS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** DÊ-SE AO CAPUT DO ART. 7º DO PLN 5/2022 A SEGUINTE REDAÇÃO: ART. 7º OS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DISCRIMINARÃO A DESPESA POR UNIDADE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ORÇAMENTÁRIA, COM SUAS CATEGORIAS DE PROGRAMAÇÃO DETALHADAS NO MENOR NÍVEL E DOTAÇÕES RESPECTIVAS, ESPECIFICANDO A ESFERA ORÇAMENTÁRIA, O GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA - GND, O IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO, A MODALIDADE DE APLICAÇÃO, O IDENTIFICADOR DE USO, A FONTE DE RECURSOS E A CLASSIFICAÇÃO POR AUTORIA DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO. **EMENDA DE TEXTO 11: EMENTA:** ESTABELECE OS MECANISMOS PARA CONFERIR TRANSPARÊNCIA À AUTORIA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, INCLUSIVE DAS EMENDAS À LOA; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP III, ART 7 **TEXTO ATUAL:** ART. 7º OS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DISCRIMINARÃO A DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, COM SUAS CATEGORIAS DE PROGRAMAÇÃO DETALHADAS NO MENOR NÍVEL E DOTAÇÕES RESPECTIVAS, ESPECIFICANDO A ESFERA ORÇAMENTÁRIA, O GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA - GND, O IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO, A MODALIDADE DE APLICAÇÃO, O IDENTIFICADOR DE USO E A FONTE DE RECURSOS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS **TEXTO PROPOSTO:** ACRESCENTE-SE AO ART. 7º DO PLN 5/2022 O SEGUINTE PARÁGRAFO 12: § 12 A CLASSIFICAÇÃO POR AUTORIA DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO TEM POR FINALIDADE IDENTIFICAR O AGENTE QUE, AO LONGO DO PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO, FOI O AUTOR DA INSERÇÃO DE CADA CRÉDITO ESPECÍFICO DETALHADO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CRÉDITOS ADICIONAIS E INDIVIDUALIZARÁ: I - AS RECEITAS OU DESPESAS JÁ ESPECIFICADAS NA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA OU CRÉDITO ADICIONAL ENCAMINHADA PELO PODER EXECUTIVO; II - CADA CRIAÇÃO OU ACRÉSCIMO DE VALOR EM RECEITA OU DESPESA DECORRENTE DE EMENDAS À PROPOSTA DE QUE TRATA O INCISO I, DE FORMA QUE PERMITA AINDA A IDENTIFICAÇÃO SEGREGADA DOS VALORES APROVADOS PARA AS EMENDAS ORIGINALMENTE PROPOSTAS PELOS LEGISLADORES INDIVIDUAIS, COMISSÕES E BANCADAS, NO ÂMBITO DO RESPECTIVO LEGISLATIVO, DAQUELAS EMENDAS INTRODUZIDAS AO LONGO DO PROCESSO LEGISLATIVO POR CADA RELATOR NO EXERCÍCIO DA RESPECTIVA RELATORIA; III - A CORRELAÇÃO ESPECÍFICA ENTRE CADA EMENDA À PROPOSTA DE QUE TRATA O INCISO I, COM INDICAÇÃO DO RESPECTIVO AUTOR, E O CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO CRIADO EM CONSEQUÊNCIA DE SUA APROVAÇÃO, A QUAL PODERÁ SER ESTABELECIDA POR MEIO DE MARCADOR ESPECÍFICO NOS SISTEMAS DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU POR INTERMÉDIO DE ANEXO ESPECÍFICO À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E RESPECTIVOS CRÉDITOS ADICIONAIS, VEDADA A SUA ALTERAÇÃO POSTERIOR, A QUALQUER TÍTULO, DURANTE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. **EMENDA DE TEXTO 12: EMENTA:** ESTABELECE CRITÉRIOS OBJETIVOS E IMPESSOAIS PARA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DA LOA ENTRE BENEFICIÁRIOS; REFERÊNCIA: CORPO DA LEI, CAP XII, ART 168; **TEXTO ATUAL:** ART. 168. A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS OBEDECERÁ AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA PUBLICIDADE E DA EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, E NÃO PODERÁ SER UTILIZADA PARA INFLUENCIAR NA APRECIAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ACRESCENTE-SE AO ART. 168 DO PLN 5/2022 OS SEGUINTES PARÁGRAFOS 1º E 2º: § 1º PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DESTE ARTIGO, SÃO CRITÉRIOS IMPRESCINDÍVEIS: I - A APROVAÇÃO, A PUBLICAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS E IMPESSOAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE BENEFICIÁRIOS, TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PREVIAMENTE À EXECUÇÃO DE RECURSOS, NOS TERMOS DOS PARÁGRAFOS DESTE ARTIGO; II – A IMPLEMENTAÇÃO, NA ESCRITURAÇÃO DA ELABORAÇÃO E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS, DA CLASSIFICAÇÃO POR AUTORIA DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DE QUE TRATA O ART. 7º, CAPUT E § 12; § 2º PARA EFEITOS DE CUMPRIMENTO DO CRITÉRIO DE QUE TRATA O INCISO I DESTE PARÁGRAFO: I - A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FINALÍSTICAS, INCLUSIVE POR MEIO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR NO 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, FICAM CONDICIONADAS: A) À PRÉVIA APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO, EM SÍTIO ELETRÔNICO, PELO CONCEDENTE, DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE BENEFICIÁRIOS, CONSIDERANDO, EXCLUSIVAMENTE: 1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO BENEFICIADA; 2. OUTROS INDICADORES E PARÂMETROS APLICÁVEIS EM FUNÇÃO DOS OBJETIVOS FINALÍSTICOS DA POLÍTICA PÚBLICA EM QUESTÃO; 3. CRITÉRIOS E PARÂMETROS RELATIVOS AOS PRINCÍPIOS DE BOA GESTÃO FINANCEIRA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. B) À OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE QUE TRATA ESTE PARÁGRAFO, TANTO NA ALOCAÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUANTO NA SUA EFETIVA DISTRIBUIÇÃO; II – APLICA-SE A EXIGÊNCIA DESTE PARÁGRAFO: A) TANTO À ESPECIFICAÇÃO NOMINAL DOS BENEFICIÁRIOS NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MESMO QUE TENHAM SIDO INSERIDAS POR MEIO DE QUAISQUER EMENDAS NOS TERMOS DOS ARTS. 73 A 80, QUANTO À ALOCAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE PROGRAMAÇÕES QUE NÃO IDENTIFIQUEM NOMINALMENTE AS PESSOAS OU LOCALIDADES BENEFICIADAS; E B) INDEPENDENTEMENTE DO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CARÁTER DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA OU NÃO DA PROGRAMAÇÃO EM QUESTÃO, CONSTITUINDO A SUA INOBSERVÂNCIA IMPEDIMENTO TÉCNICO INSUPERÁVEL À EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 71; III – OS CRITÉRIOS DE QUE TRATA O INCISO I SERÃO DEFINIDOS, NO ÂMBITO DE CADA POLÍTICA PÚBLICA, POR LEI OU, NA SUA AUSÊNCIA OU POR DELEGAÇÃO PREVISTA NA PRÓPRIA LEI, POR ATO ADMINISTRATIVO DO ÓRGÃO AO QUAL CAIBA A COMPETÊNCIA PELA EXECUÇÃO DA POLÍTICA CORRESPONDENTE; IV - NÃO SE APLICA A EXIGÊNCIA DESTE PARÁGRAFO: A) ÀS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE QUE TRATAM OS ARTS. 157, 158 E 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BEM COMO ÀQUELAS QUE DECORRAM DE SIMPLES COMPARTILHAMENTO DE RECEITAS DE TITULARIDADE DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO, NOS TERMOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO; B) ÀS DESPESAS DE NATUREZA IMPREVISÍVEL E URGENTE, DECORRENTES DOS EFEITOS DE GUERRA, COMOÇÃO INTERNA OU CALAMIDADE PÚBLICA; C) À EXECUÇÃO DE DESPESAS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A CUMPRIR OS CRONOGRAMAS DE DESEMBOLSO DE CONVÊNIOS DE TRANSFERÊNCIAS JÁ FORMALIZADOS, CUJA EXECUÇÃO FINANCEIRA SE TENHA INICIADO ANTES DA VIGÊNCIA DESTA LEI, VEDADA, PARA ESSE EFEITO, QUALQUER MODIFICAÇÃO DOS AJUSTES QUE IMPLIQUE A AMPLIAÇÃO DOS VALORES ENVOLVIDOS OU A ALTERAÇÃO DO RESPECTIVO OBJETO. **EMENDA DE TEXTO 13: EMENTA:** ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO DE TODA E QUALQUER INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM FAVOR DA REALIZAÇÃO DE DESPESA POR PARTE DOS ENTES DA FEDERAÇÃO UTILIZANDO-SE RECURSOS DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP XI, SEÇÃO I, ART 157; **TEXTO ATUAL:** ART. 157. A ELABORAÇÃO E A APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS, E A EXECUÇÃO DAS RESPECTIVAS LEIS, DEVERÃO SER REALIZADAS DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA CLAREZA, ALÉM DE PROMOVER A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL E PERMITIR O AMPLO ACESSO DA SOCIEDADE A TODAS AS INFORMAÇÕES RELATIVAS A CADA UMA DESSAS ETAPAS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS**; TEXTO PROPOSTO:** ACRESCENTE-SE AO ART. 157 DO PLN 5/2022 O SEGUINTE PARÁGRAFO 4º: § 4º PARA EFEITOS DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE QUE TRATAM O CAPUT E O § 1º, INCISO III, ART. 168: I – AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À OBRIGAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA ATIVA ABRANGEM: A) REGISTRO DE TODA E QUALQUER INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM FAVOR DA REALIZAÇÃO DE DESPESA POR PARTE DOS ENTES DA FEDERAÇÃO, INCLUSIVE: 1. MANIFESTAÇÕES FORMAIS, ENCAMINHADAS POR TERCEIROS, DEMANDANDO, SUGERINDO OU SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DE DESPESA; 2. TODA E QUALQUER EVIDÊNCIA, MEMÓRIA OU REGISTRO DOCUMENTAL, MANTIDO NO ÂMBITO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, INDEPENDENTEMENTE DE SUA FORMA DE MANIFESTAÇÃO OU VEÍCULO MATERIAL, DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELOS TERCEIROS DE QUE TRATA ESTE INCISO, AINDA QUE AS INTERVENÇÕES TENHAM OCORRIDO VERBAL OU INFORMALMENTE, INCLUSIVE NO CURSO DE REUNIÕES OU ENCONTROS DE TRABALHO, POR MEIO DE MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS OU UNILATERAIS OU MEDIANTE O USO DE QUALQUER OUTRA FORMA OU VEÍCULO DE EXPRESSÃO A QUE TENHA TIDO ACESSO O ÓRGÃO OU A ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO; II - O REGISTRO E A DIVULGAÇÃO DE QUE TRATA O INCISO I DESTE PARÁGRAFO INCLUIRÃO A DISCRIMINAÇÃO DE, PELO MENOS, OS SEGUINTES COMPONENTES DA INFORMAÇÃO: A) IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE; B) CONDIÇÃO DO DEMANDANTE, ESPECIFICADA SEGUNDO, PELO MENOS, AS SEGUINTES CATEGORIAS: 1. MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO; 2. OUTRO AGENTE PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES; 3. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO; 4. OUTRAS PESSOAS FÍSICAS; C) NATUREZA DA DEMANDA, COM A DESCRIÇÃO DETALHADA DO TIPO, DA CATEGORIA OU CLASSIFICAÇÃO E DO OBJETO DA DESPESA DEMANDADA; D) ASSOCIAÇÃO, SEMPRE QUE HOUVER, COM A CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRESPONDENTE À DESPESA SOLICITADA, NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE; E) ETAPA DE REALIZAÇÃO DA DESPESA CORRESPONDENTE À DEMANDA, SEMPRE QUE A DESPESA HOUVER SIDO INICIADA E MESMO QUE NÃO TENHA SIDO CONCLUÍDA; III – AS OBRIGAÇÕES DE QUE TRATA ESTE PARÁGRAFO APLICAM-SE MESMO SE O OBJETO DA DEMANDA JÁ ESTIVER CONTEMPLADO EM EMENDA PARLAMENTAR OU EM PROPOSTA OU PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO, CONTRATO OU AJUSTE CELEBRADO, COM TERCEIROS, PELA ADMINISTRAÇÃO RESPECTIVA. **EMENDA DE TEXTO 14: EMENTA:** CCJ - ACRESCENTA-SE AO INCISO I, DO ART. 86, A SEGUINTE ALÍNEA: C) CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU CONCLUSÃO DE OBRAS; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP V, SEÇÃO I, SUBSEÇÃO IV, ART 86, INCISO I; **TEXTO ATUAL:** I – APLICAÇÃO DE RECURSOS DE CAPITAL EXCLUSIVAMENTE PARA: **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** C) CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU CONCLUSÃO DE OBRAS; **EMENDA DE TEXTO 15: EMENTA:** CCJ - LDO 2023 SUGESTÃO DE EMENDA DE TEXTO - ART. 4º - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP II, ART 4; **TEXTO ATUAL:** ART. 4º AS PRIORIDADES E AS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, ATENDIDAS AS DESPESAS OBRIGATÓRIAS E AS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES QUE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTEGRAM OS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DA PREVISÃO DE REAJUSTES E REESTRUTURAÇÕES DE CARGOS E CARREIRAS, CONSISTEM: **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS;**TEXTO PROPOSTO:** V - AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **EMENDA DE TEXTO 16: EMENTA:** ART. 24-A - AUMENTAR O VALOR REAL DO SALÁRIO MÍNIMO NO PAÍS; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO I, ART 24; **TEXTO ATUAL:** ART. 24. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 107 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS , NA APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 DEVERÃO SER OBSERVADOS OS VALORES MÁXIMOS DE LIMITES INDIVIDUALIZADOS DE DESPESAS PRIMÁRIAS CONSTANTES DA MENSAGEM QUE ENCAMINHAR O RESPECTIVO PROJETO DE LEI, SENDO POSSÍVEL O AJUSTE DOS REFERIDOS VALORES, DESDE QUE RESPEITADOS OS PARÂMETROS ATUALIZADOS PELO PODER EXECUTIVO NA FORMA PREVISTA NO INCISO XV DO ANEXO II A ESTA LEI. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. 24–A. O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E A RESPECTIVA LEI CONSIDERAÇÃO PROJEÇÕES PARA OS BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL FUNDAMENTADAS NO AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO, QUE SERÁ REAJUSTADO NOS TERMOS DESTE ARTIGO. § 1º O REAJUSTE PARA A PRESERVAÇÃO DO PODER AQUISITIVO DO SALÁRIO MÍNIMO CORRESPONDERÁ À VARIAÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC), CALCULADO E DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), ACUMULADA NOS 12 (DOZE) MESES ANTERIORES AO MÊS DO REAJUSTE. § 2º A TÍTULO DE AUMENTO REAL, SERÁ APLICADO O PERCENTUAL EQUIVALENTE À TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), APURADA PELO IBGE, PARA O ANO DE 2021. **EMENDA DE TEXTO 17: EMENTA:** GARANTIR QUE OS RECURSOS DOS IFES E UNIVERSIDADES NÃO SEJAM REDUZIDOS. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO I, ART 24; **TEXTO ATUAL:** ART. 24. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 107 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS , NA APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 DEVERÃO SER OBSERVADOS OS VALORES MÁXIMOS DE LIMITES INDIVIDUALIZADOS DE DESPESAS PRIMÁRIAS CONSTANTES DA MENSAGEM QUE ENCAMINHAR O RESPECTIVO PROJETO DE LEI, SENDO POSSÍVEL O AJUSTE DOS REFERIDOS VALORES, DESDE QUE RESPEITADOS OS PARÂMETROS ATUALIZADOS PELO PODER EXECUTIVO NA FORMA PREVISTA NO INCISO XV DO ANEXO II A ESTA LEI. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. XX AS DOTAÇÕES LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023, RELATIVAS ÀS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS CORRESPONDENTES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO E ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS, DEVERÃO SER CORRIGIDAS CONFORME INCISO II, § 1º DO ART. Nº 107 DOS ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NÃO PODERÃO SER MENORES DO QUE AS DOTAÇÕES APROVADAS NA LOA2022. **EMENDA DE TEXTO 18: EMENTA:** GARANTIA DE NÃO CONTINGÊNCIAMENTO DAS RECEITAS PRÓPRIAS DA REDE FEDERAL DE ENSINO. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO VIII, ART 68, § 20; **TEXTO ATUAL:** § 20. O DISPOSTO NOS § 4º A § 15 DO ART. 67 TAMBÉM SE APLICA NO CONTEXTO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE QUE TRATA ESTE ARTIGO. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** § XX. NO CASO DE RECEITAS PRÓPRIAS, DE CONVÊNIOS E DE DOAÇÕES OBTIDAS PELAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, DEVERÃO SER OBSERVADAS AS SEGUINTES DISPOSIÇÕES: I - AS DESPESAS CUSTEADAS COM AS REFERIDAS RECEITAS NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO MONTANTE A QUE SE REFERE O § 1º DESTE ARTIGO, NEM DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA; E II - NO CASO DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS À CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO OU DE SUPERÁVIT FINANCEIRO REFERENTES ÀS MENCIONADAS RECEITAS, CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS DE DOTAÇÕES NÃO INCIDIRÃO SOBRE AS PROGRAMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **EMENDA DE TEXTO 19: EMENTA:** ABATIMENTO DOS INVESTIMENTOS E DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP II, ART 4; **TEXTO ATUAL:** ART. 4º AS PRIORIDADES E AS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, ATENDIDAS AS DESPESAS OBRIGATÓRIAS E AS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM OS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DA PREVISÃO DE REAJUSTES E REESTRUTURAÇÕES DE CARGOS E CARREIRAS, CONSISTEM: **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. XX - A META DE RESULTADO PRIMÁRIO A QUE SE REFERE O ART. 2º PODERÁ SER REDUZIDA ATÉ O MONTANTE DOS GASTOS RELATIVOS AOS INVESTIMENTOS (GND4), CUJAS PROGRAMAÇÕES SERÃO IDENTIFICADAS NO PROJETO E NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 NO GRUPO DE NATUREZA DAS DESPESAS PREVISTAS NO INCISO IV DO § 2º DO ART.7º DESTA LEI E DE DOTAÇÕES DO PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA PREVISTAS NA LOA DE 2023. § 1º O MONTANTE DE QUE TRATA O CAPUT ABRANGE, NA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023, O VALOR DOS RESPECTIVOS RESTOS A PAGAR. § 2º A LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 OBSERVARÁ, COMO REDUTOR DA META

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRIMÁRIA, O MONTANTE CONSTANTE DO RESPECTIVO PROJETO. **EMENDA DE TEXTO 20: EMENTA:** GARANTIA DE RECURSOS PARA O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO I, ART 24; **TEXTO ATUAL:** ART. 24. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 107 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, NA APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 DEVERÃO SER OBSERVADOS OS VALORES MÁXIMOS DE LIMITES INDIVIDUALIZADOS DE DESPESAS PRIMÁRIAS CONSTANTES DA MENSAGEM QUE ENCAMINHAR O RESPECTIVO PROJETO DE LEI, SENDO POSSÍVEL O AJUSTE DOS REFERIDOS VALORES, DESDE QUE RESPEITADOS OS PARÂMETROS ATUALIZADOS PELO PODER EXECUTIVO NA FORMA PREVISTA NO INCISO XV DO ANEXO II A ESTA LEI. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. XX - O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DISCRIMINARÁ EM CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA RECURSOS A SEREM ALOCADOS NO APOIO AO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **EMENDA DE TEXTO 21: EMENTA:** VEDA O CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS DESTINADAS À SEGURANÇA PÚBLICA; **REFERÊNCIA:** ANEXO III; **TEXTO ATUAL:** ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL; **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** INCLUA-SE A SEÇÃO III (DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS) NO ANEXO III INCISO COM O SEGUINTE TEXTO: SEÇÃO III - DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS. X -DESPESAS DESTINADAS À SEGURANÇA PÚBLICA, ASSIM ENTENDIDAS AQUELAS PERTENCENTES AOS ÓRGÃOS ARROLADOS NO ART. 144. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL OU PERTENCENTES À AÇÕES DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA". **EMENDA DE TEXTO 22: EMENTA:** PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER; **REFERÊNCIA:** ANEXO III; **TEXTO ATUAL:** ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL; **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** INCLUA-SE A SEÇÃO III (DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS) NO ANEXO III INCISO COM O SEGUINTE TEXTO: SEÇÃO III - DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS. X. DESPESAS DESTINADAS À PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **EMENDA DE TEXTO 23: EMENTA:** ANEXO DE MARGEM EXPANSÃO DAS DOCC – RESERVA DE SALDO DA MARGEM PARA COMPENSAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE PROJETO DE LEI; **REFERÊNCIA:** ANEXO IV.12; **TEXTO ATUAL:** ANEXO IV.12 – DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO; **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** INSERIR, NO QUADRO DENOMINADO "MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO – DOCC", NO DEMONSTRATIVO DO 'SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA (IV)", APÓS O ITEM "CRESCIMENTO VEGETATIVO DOS GASTOS SOCIAIS" E SEUS SUBITENS, UM NOVO ITEM COM A REDAÇÃO A SEGUIR, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO, NO MESMO MONTANTE, DO SALDO APRESENTADO NO ITEM "MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (V)": EVENTOS

.....

..... APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI DO SENADO QUE "ALTERA A LEI Nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021, PARA ADEQUAR O BENEFÍCIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA À DEFINIÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA DADA PELA LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016" VALOR PREVISTO PARA 2023 (R$ MILHÕES)

.....

..... 5.800. **EMENDA DE TEXTO 24: EMENTA:** CTFC CRITÉRIO PARA OS RECURSOS REEMBOLSÁVEIS DO FNDCT; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO I, ART 24; **TEXTO ATUAL:** ART. 24. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 107 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS , NA APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 DEVERÃO SER OBSERVADOS OS VALORES MÁXIMOS DE LIMITES INDIVIDUALIZADOS DE DESPESAS PRIMÁRIAS CONSTANTES DA MENSAGEM QUE ENCAMINHAR O RESPECTIVO PROJETO DE LEI, SENDO POSSÍVEL O AJUSTE DOS REFERIDOS VALORES, DESDE QUE RESPEITADOS OS PARÂMETROS ATUALIZADOS PELO PODER EXECUTIVO NA FORMA PREVISTA NO INCISO XV DO ANEXO II A ESTA LEI.**TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. X. NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023, O MONTANTE ANUAL DAS OPERAÇÕES COM RECURSOS REEMBOLSÁVEIS NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 15% (QUINZE POR CENTO) DAS DOTAÇÕES CONSIGNADAS AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT. **EMENDA DE TEXTO 25: EMENTA:** CE GARANTIR QUE OS RECURSOS DOS IFES E UNIVERSIDADES NÃO SEJAM REDUZIDOS; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO I, ART 24; **TEXTO ATUAL:** ART. 24. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 107 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS , NA APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 DEVERÃO SER OBSERVADOS OS VALORES MÁXIMOS DE LIMITES INDIVIDUALIZADOS DE DESPESAS PRIMÁRIAS CONSTANTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DA MENSAGEM QUE ENCAMINHAR O RESPECTIVO PROJETO DE LEI, SENDO POSSÍVEL O AJUSTE DOS REFERIDOS VALORES, DESDE QUE RESPEITADOS OS PARÂMETROS ATUALIZADOS PELO PODER EXECUTIVO NA FORMA PREVISTA NO INCISO XV DO ANEXO II A ESTA LEI. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. XX AS DOTAÇÕES LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023, RELATIVAS ÀS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS CORRESPONDENTES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO E ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS, DEVERÃO SER CORRIGIDAS CONFORME INCISO II, § 1º DO ART. Nº 107 DOS ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NÃO PODERÃO SER MENORES DO QUE AS DOTAÇÕES APROVADAS NA LOA2022. **EMENDA DE TEXTO 26: EMENTA:** CCJ CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE INCREMENTO EM ATENÇÃO PRIMARIA E ESPECIALIZADA EM SAÚDE; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP IV, SEÇÃO V, ART 47; **TEXTO ATUAL:** ART. 47. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO , A ARRECADAÇÃO DECORRENTE DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970 , E PARA O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970 , PODERÁ FINANCIAR O PROGRAMA DO SEGURO-DESEMPREGO, AS DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E O ABONO SALARIAL, DESDE QUE RESPEITADA A DESTINAÇÃO DE, NO MÍNIMO, VINTE E OITO POR CENTO PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POR MEIO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, COM CRITÉRIOS DE REMUNERAÇÃO QUE PRESERVEM O SEU VALOR. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** ADITIVA/DEPOIS; **TEXTO PROPOSTO:** ART. XX. A EXECUÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS E AO INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS, CLASSIFICADOS NO IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO NO 9 – RP 9, ATENDERÁ A CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA, CONFORME INDICADORES ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **EMENDA DE TEXTO 27: EMENTA**: (CÓPIA) ART. 115 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO PREVISTA EM LEI. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP VII, SEÇÃO I, ART 115; **TEXTO ATUAL:** ART. 115. PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO II DO § 1º DO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO , OBSERVADOS AS DISPOSIÇÕES DO INCISO I DO REFERIDO PARÁGRAFO, OS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 112 DESTA LEI, FICAM AUTORIZADOS: **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** ART. 115. PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO II DO§ 1º DO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO, OBSERVADOS AS DISPOSIÇÕES DO INCISO I DO REFERIDO PARÁGRAFO, OS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 112 DESTA LEI, FICA AUTORIZADA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO VARIÁVEL POR DESEMPENHO ESTABELECIDA EM LEI ESPECÍFICA E: **EMENDA DE TEXTO28: EMENTA:** (CÓPIA) ART. 126 - LIMITAÇÃO DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS À VARIAÇÃO DO IPCA **REFERÊNCIA:** (CÓPIA) ART. 126 - LIMITAÇÃO DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS À VARIAÇÃO DO IPCA; **TEXTO ATUAL:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR, QUANDO O VALOR PER CAPITA VIGENTE DO BENEFÍCIO PAGO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO FOR SUPERIOR AO VALOR PER CAPITA CONSOLIDADO DA UNIÃO, PARA CADA UM DOS REFERIDOS BENEFÍCIOS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR EM VALOR SUPERIOR AO OBTIDO COM A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ACUMULADO DESDE A ÚLTIMA REVISÃO DE CADA UM DOS BENEFÍCIOS PELOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **EMENDA DE TEXTO 29: EMENTA:** TEXTO - EMENTA – AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO PREVISTA EM LEI. **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP VII, SEÇÃO I, ART 115; **TEXTO ATUAL:** ART. 115. PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO II DO § 1º DO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO , OBSERVADOS AS DISPOSIÇÕES DO INCISO I DO REFERIDO PARÁGRAFO, OS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 112 DESTA LEI, FICAM AUTORIZADOS: **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** "ART. 115. PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO LI DO§ 1º DO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO, OBSERVADOS AS DISPOSIÇÕES DO INCISO I DO REFERIDO PARÁGRAFO, OS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FISCAL, E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 112 DESTA LEI, FICA AUTORIZADA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO VARIÁVEL POR DESEMPENHO ESTABELECIDA EM LEI ESPECÍFICA E:" **EMENDA DE TEXTO 30: EMENTA:** TEXTO - EMENTA – ART. 126 - LIMITAÇÃO DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS À VARIAÇÃO DO IPCA; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP VII, SEÇÃO II, ART 126; **TEXTO ATUAL:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR, QUANDO O VALOR PER CAPITA VIGENTE DO BENEFÍCIO PAGO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO FOR SUPERIOR AO VALOR PER CAPITA CONSOLIDADO DA UNIÃO, PARA CADA UM DOS REFERIDOS BENEFÍCIOS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** "ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR EM VALOR SUPERIOR AO OBTIDO COM A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ACUMULADO DESDE A ÚLTIMA REVISÃO DE CADA UM DOS BENEFÍCIOS PELOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO." **EMENDA DE TEXTO 31: EMENTA:** AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO PREVISTA EM LEI; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP VII, SEÇÃO I, ART 115; **TEXTO ATUAL:** ART. 115. PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO II DO § 1º DO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO , OBSERVADOS AS DISPOSIÇÕES DO INCISO I DO REFERIDO PARÁGRAFO, OS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 112 DESTA LEI, FICAM AUTORIZADOS: **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** ART. 115. PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO II DO§ 1º DO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO, OBSERVADOS AS DISPOSIÇÕES DO INCISO I DO REFERIDO PARÁGRAFO, OS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 112 DESTA LEI, FICA AUTORIZADA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO VARIÁVEL POR DESEMPENHO ESTABELECIDA EM LEI ESPECÍFICA E: [...] **EMENDA DE TEXTO 32: EMENTA:** ART. 126 - LIMITAÇÃO DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS À VARIAÇÃO DO IPCA; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP VII, SEÇÃO II, ART 126; **TEXTO ATUAL:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR, QUANDO O VALOR PER CAPITA VIGENTE DO BENEFÍCIO PAGO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO FOR SUPERIOR AO VALOR PER CAPITA CONSOLIDADO DA UNIÃO, PARA CADA UM DOS REFERIDOS BENEFÍCIOS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR EM VALOR SUPERIOR AO OBTIDO COM A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ACUMULADO DESDE A ÚLTIMA REVISÃO DE CADA UM DOS BENEFÍCIOS PELOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **EMENDA DE TEXTO 33: EMENTA:** CCJ - ART. 126 - LIMITAÇÃO DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS À VARIAÇÃO DO IPCA; **REFERÊNCIA:** CORPO DA LEI, CAP VII, SEÇÃO II, ART 126; **TEXTO ATUAL:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR, QUANDO O VALOR PER CAPITA VIGENTE DO BENEFÍCIO PAGO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO FOR SUPERIOR AO VALOR PER CAPITA CONSOLIDADO DA UNIÃO, PARA CADA UM DOS REFERIDOS BENEFÍCIOS. **TIPO/O TEXTO PROPOSTO DEVE SER ADICIONADO:** MODIFICATIVA; **TEXTO PROPOSTO:** ART. 126. FICA VEDADO O REAJUSTE, NO EXERCÍCIO DE 2023, DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR EM VALOR SUPERIOR AO OBTIDO COM A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ACUMULADO DESDE A ÚLTIMA REVISÃO DE CADA UM DOS BENEFÍCIOS PELOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A PRESIDÊNCIA DECLARA ENCERRADA A REUNIÃO, ÀS ONZE HORAS E TREZE MINUTOS, DO DIA VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. AO FINAL DA REUNIÃO, A PRESENTE ATA FOI APROVADA PELA COMISSÃO, ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E SERÁ PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTEGRA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 8ª Reunião Extraordinária e da 9ª Reunião Extraordinária.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

À reunião semipresencial é permitida a participação remota dos Senadores e Senadoras por sistema de videoconferência e destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição e Justiça ao PLN nº 5, de 2022, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata desta reunião.

Eu queria agradecer ao Senador Paulo Rocha, mas eu queria agradecer especialmente ao Senador Jorge Kajuru. É importante que fique registrado isso aqui hoje nos *Anais* da nossa Comissão.

O Senador Jorge Kajuru sempre foi o primeiro Senador a participar de todas as reuniões desta Comissão. Então, de fato, quando coube a esta Presidência fazer a indicação do Relator das emendas desta Comissão junto à Comissão de Orçamento, eu avaliei a possibilidade de indicar o nosso Senador Jorge Kajuru, porque, como ele é o mais assíduo de todos nós, 27 integrantes desta Comissão, eu conversei com o Dr. Ednaldo, com a nossa assessoria aqui, e achei por bem fazer a designação do Senador Jorge Kajuru, para que ele pudesse avaliar todas as manifestações e sugestões feitas pelos nossos colegas Senadores aqui da Comissão, para que ele pudesse nos ajudar a construir também as emendas que esta Comissão apresenta junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, também, Senador Kajuru, isso é um sinal de prestígio e de respeito à sua atuação aqui nesta Comissão.

É importante a gente fazer gestos, e esse é um gesto desta Presidência com o Senador que participa efetivamente de todas as reuniões e que é o primeiro a chegar a todas as reuniões desta Comissão.

Então, quero fazer esse registro, para ficar guardado nos *Anais*, em reconhecimento ao seu papel legislativo, ao exercício do mandato de Senador, mas o reconhecimento deste Presidente e desta Comissão a V. Exa.

E como digo: é sempre o primeiro a chegar e o último a sair. Então, é atento aos debates, participa dos debates das reuniões, da votação dos projetos, relata matérias importantes e hoje está tendo a oportunidade de ser o Relator das emendas da Comissão junto ao Orçamento Geral da União.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Bem, inicialmente, Presidente Davi Alcolumbre, eu registro o privilégio que eu recebi por parte do senhor – o Paulo Rocha está saindo, o Senador –, mas só para dizer que, depois que eu chego, cinco minutos... (*Risos.*)

... é o Paulo.

Então, é realmente, repito, um privilégio ter essa relatoria, ter o reconhecimento seu, pela sua postura ética, pela sua postura leal aos seus companheiros.

É isso que eu aprendi no convívio contigo. Já vivemos divergências enormes, mas nunca desrespeito – desrespeito, não. E tenha certeza de que eu sou um homem de gratidão, porque quem não tem gratidão não tem caráter. Então, conte com a minha amizade, com o meu respeito aqui na CCJ, no Plenário durante todo o nosso mandato, porque, no ano que vem, você vai continuar também aqui, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Amém.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – No que depender de mim, pode contar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Como Relator.) – Bom, senhoras e senhores, Senadores amigos e Senadoras amigas que estão remotamente, pátria amada, conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 5, de 2022-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 – PLDO 2023.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2023, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo reto Senador Davi Alcolumbre, tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2023 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO. No presente contexto, Presidente Davi, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos – aqui chega meu amigo e ídolo Senador Alvaro todos os Dias: o primeiro deles, emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas (item 2.2.2, "b", do parecer preliminar); o segundo, emendas de texto, sem limite de quantidade (item 2.1.4 do parecer preliminar).

Vale destacar, também, que o parecer preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e, no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir no Anexo de Prioridades e Metas programações que não correspondam à competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias (classificadas com indicador de resultado primário igual a 1, ou seja, RP1).

Foram apresentadas, Presidente Davi Alcolumbre, a esta Comissão 84 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo I, e 30 propostas de emendas de texto.

Vamos à análise objetivamente.

Foram contempladas nas propostas 30 ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das propostas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas três emendas. Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que fossem contempladas as ações mais indicadas pelo maior número de Senadores. Assim, foram selecionadas as seguintes ações:

– Descrição da Ação: 218B - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Propostas: 24, 47, 59, 63, 67, 75, 77, 80, 83, 87, 100, 104, 106, 110 e 114. Autores: Fernando Bezerra Coelho, Eliziane Gama, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Rose de Freitas, Simone Tebet, Omar Aziz, Eduardo Braga, Eduardo Velloso, Davi Alcolumbre e Mara Gabrilli;

– Descrição da Ação: 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas...

Meu ouvido já sente que chega Esperidião Amin. A qualquer momento, vem alguma pérola por parte dessa nossa reserva moral e cultural.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vim aqui só para te ver.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Só para me ver. (*Risos.*)

As propostas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não foi para Davi. A homenagem aqui é ao Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ao Alvaro Dias, que a gente vê todos os dias.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Vê todos os dias. (*Risos.*)

– Descrição da Ação: 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas. As propostas, Presidente Davi, são: 20, 26, 39, 50, 82, 92, 101, 105 e 107. Autores: Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Simone Tebet, Omar Aziz, Eduardo Velloso e Eduardo Braga;

– Descrição da Ação: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. Propostas: 11, 29, 41, 78, 93, 103, 108, 109 e 113. Autores: Randolfe Rodrigues, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Simone Tebet, Eduardo Braga, Eduardo Velloso, Davi Alcolumbre e Mara Gabrilli.

Vamos direto ao voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação por esta Comissão da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Emenda 1, Proposta 47, Ação 218B, Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Meta Física 5.671; Emenda 2, Proposta 50, Ação 20IE, Articulação de Política Pública sobre Drogas, Meta Física 515; Emenda 3, Proposta 29, Ação 21BM, Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, Meta Física 15 mil.

Concluindo, assim, serão acolhidas as Propostas nºs 24, 47, 59, 63, 67, 75, 77, 80, 83, 87, 100, 104, 106, 110, 114, na forma da Proposta nº 47; as Propostas nºs 20, 26, 39, 50, 82, 92, 101, 105, 107, na forma da Proposta nº 50; e as Propostas nºs 11, 29, 41, 78, 93, 103, 108, 109, 113, na forma da Proposta nº 29.

Acolhemos, assim, também, todas as propostas de emendas ao texto ao PLDO 2023 que foram apresentadas.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente, Sala de Comissão, 22 de junho de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com o prazer renovado, com o privilégio de ter sido o Relator dessa nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, devolvo a palavra ao Presidente da CCJ, ao amigo e ao justo Davi Alcolumbre, que já aqui mostrou os seus motivos para me escolher como Relator. Foi o meu melhor momento nestes quatro anos de mandato, aqui no Senado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Kajuru. Eu que agradeço; eu, o Senador Alvaro Dias, o Senador Amin, o Senador Paulo Rocha, nós é que agradecemos a sua cordialidade e o seu empenho para fazer esta Comissão do tamanho que ela é e com a importância que ela tem.

Colocamos em discussão o relatório apresentado pelo Relator da matéria, Senador Jorge Kajuru.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para discutir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente, quero apenas destacar a importância desse relatório e, sobretudo, a competência com que o Senador Kajuru procurou elaborá-lo, certamente com as correções necessárias ao texto, atendendo as emendas com correção, com transparência. O Senador Kajuru é isso, é o sinônimo de transparência, de lealdade, de verdade, de coragem. Nós sempre falamos – não é, Davi? – que na política é preciso ter várias virtudes, mas a da coragem, sem ela, as demais falecem; a coragem é a virtude maior do político.

E eu sou admirador do Kajuru há muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não mais do que eu.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Na política o admiro mais, sobretudo em razão dessa virtude da coragem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ambos estão...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O Amin certamente é um avalista desta minha afirmação; um avalista insuspeito.

Por isso, Presidente, nós aplaudimos o relatório e votamos favoravelmente, sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alvaro.

Conversava ainda há pouco com o Senador Kajuru, e ele praticamente conseguiu construir num relatório o atendimento de todas – Dr. Jairo – as propostas que foram apresentadas. Foram muitas; ele só poderia acolher três. O que ele priorizou? Ele priorizou, no seu relatório, de uma maneira democrática, atender o maior número de Senadores possível. Foi isso que ele fez no relatório. Então, eu tenho certeza absoluta de que foi entregue em boas mãos.

E agora, acompanhando a leitura do seu relatório, Senador Kajuru, a gente vê que de fato V. Exa. democratizou as emendas apresentadas por todos os colegas Senadores, praticamente atendeu o conjunto da Comissão nessas três emendas junto ao Orçamento.

Parabéns, Senador Kajuru! Faço das palavras do Líder Alvaro Dias as minhas.

O Senador Esperidião Amin, da mesma forma, teve que ir para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas fez o registro da importância e do significado do relatório de V. Exa., com este olhar: fez no relatório o atendimento de todos os colegas Senadores, nessas três propostas apresentadas. Parabéns!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Presidente Davi, apenas um destaque. Eu tenho esta preocupação sempre: como estou aqui há mais tempo, eu tenho a preocupação de nunca gerar falsa expectativa. Especialmente quando se trata de LOA, de LDO, nós geramos, muitas vezes inadvertidamente, uma falsa expectativa, porque as pessoas imaginam que tudo que está aqui colocado será executado, e nem sempre ocorre isso, não é? E nem sempre ocorre isso.

A execução orçamentária quase sempre deixa muito a desejar. Em setores essenciais, muitas vezes chegamos a uma execução de 30%, 40% do que foi consignado no Orçamento, não é? E, nesse caso, nós estamos aqui deliberando sobre diretrizes básicas. Então, evidentemente, é fundamental que se estabeleçam depois diretrizes que sejam respeitadas. Não basta a consignação no Orçamento de propostas que levem em conta a prioridade na relação custo/benefício da aplicação do dinheiro público, não basta essa manifestação de intenção, esse desejo do Parlamentar, mas é preciso que depois o Executivo implemente as políticas públicas, em atendimento ao que está estabelecido nessas diretrizes básicas para implementação do Orçamento.

Portanto, mais uma vez, os cumprimentos ao Senador Kajuru. Ele sempre disse que é infantil aqui, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Juvenil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Juvenil, porque é o primeiro mandato, mas ele já chega ensinando.

Parabéns, meu Kajuru!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu reconheço as palavras do nosso líder Alvaro Dias, mas é importante registrar que são políticas públicas que foram priorizadas. Foi um olhar da Comissão de Constituição e Justiça que, referendado agora pelos nossos colegas Senadores, vai poder propor, junto ao Orçamento do Brasil, as diretrizes do Orçamento público nacional, políticas importantíssimas.

Por exemplo, uma das três emendas: políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça está dando um norte no sentido de valorizar isso com essa emenda. É lógico, é evidente que caberá ao Governo, ao Poder Executivo a sua execução, mas o papel da Comissão, do ponto de vista legislativo, nós estamos cumprindo com maestria aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... inclusive com esse olhar – não é, Senador Alvaro? – com que o Senador Jorge Kajuru fez o seu relatório, com a sensibilidade.

Tinham outras propostas.

A segunda proposta sugerida aqui como política pública de Estado, de país: articulação de política pública sobre drogas, um problema crônico que nós vivemos. Mas a Comissão está fazendo o seu dever de casa: está inserindo no Orçamento e deixando a cargo do Executivo, que é a função dele, executar essa política pública como prioritária, digamos assim, já que é o olhar da Comissão que será inserido na Lei Orçamentária.

E a terceira: desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade.

Eu tenho certeza absoluta de que essas três dotações que nós estamos indicando como prioritárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias, elas haverão, sim, de ser analisadas pelo Governo, até porque a Comissão de Constituição e Justiça é, de fato, sem desmerecer as outras Comissões do Senado Federal, a mais importante. Então vai ter o olhar lá do técnico, do servidor do Governo, do Ministério da Economia, que vai dizer: "Espere lá: há uma proposta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal indicando essas três políticas públicas". Não é possível que o Governo não vai priorizar parte ou as próprias três manifestações. Mas não cabe mais a nós essa escolha.

Então, eu reconheço as manifestações do Senador Alvaro, mas eu também reconheço que nós estamos cumprindo com a parte que nos cabe, como diz aquela música de que o Senador Jorge Kajuru gosta muito, ao fazer essas comparações: cada um no seu quadrado. Nós estamos no nosso quadrado fazendo a nossa parte aqui.

Para discutir a matéria, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim, meu Presidente querido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Davi, um forte abraço.

Queria parabenizá-lo por essa justa homenagem que faz ao Senador Jorge Kajuru, de ser o Relator das emendas de Constituição, pela sua dedicação, pelo seu compromisso e a sua assiduidade com o seu trabalho no Senado. Talvez nós possamos indicá-lo como aquele Senador que está mais comprometido no dia a dia, em cada uma das sessões, seja no Plenário, seja nas Comissões. E, com certeza, o seu espírito público tem se tornado evidente em todas as suas manifestações e na hora e nos momentos em que o espírito público é necessário.

Por isso, eu queria juntar-me a V. Exa., Senador Davi, pelo acerto em apontar o Senador Jorge Kajuru como Relator, e parabenizá-lo também pelo seu relatório.

Era isso que eu tinha a dizer, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Tasso.

Vou conceder a palavra ao Relator, que gostaria de fazer uma manifestação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Como Relator.) – De agradecimento. Você ser reconhecido no seu trabalho por um homem público da envergadura de Tasso Jereissati...

Desde o primeiro ano do mandato aqui, eu conversando com o Senador Otto Alencar, no dia, disse que hoje, no Brasil, um homem público como Tasso Jereissati nos faz lembrar de JK, porque é difícil ter JK no meio político. Então, as palavras do Senador Tasso só me trazem maior responsabilidade e maior orgulho de continuar trabalhando com honestidade, trabalhando com respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Graças a Deus, eu posso ter divergência com colegas, mas nunca tive nenhum problema aqui, dentro do Plenário, de discórdia, porque eu sempre disse... E lembro que o Presidente Davi veio falar para mim: "Kajuru, que frase boa". Eu disse que, para você discordar de um companheiro, você não precisa desqualificá-lo. Perfeito? Porque sempre, para mim, vão brigar as ideias, e não os homens.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Eu agradeço a ele e também cumprimento o nosso querido Senador Tasso Jereissati, que é de fato uma das figuras públicas mais respeitadas no nosso país, que deu contribuições extraordinárias para o processo legislativo, também, enquanto Governador, transformou o Estado do Ceará. E eu quero dar um abraço virtual em V. Exa., Senador Tasso, pelo carinho, pela amizade, pela relação que temos, que construímos, e dizer para V. Exa. que os conselhos de V. Exa. engrandeceram muito este homem público que vos fala aqui.

E, na mesma linha, quero agradecer também ao Senador Jorge Kajuru, porque, Kajuru, nada é maior do que o trabalho. Então, esse reconhecimento do Senador, do nosso Líder Alvaro Dias, um homem experimentado, um grande líder também não só do Estado do Paraná, mas do Brasil, que tem ajudado muito esta Casa... E eu tenho muito orgulho de estar todos os dias aprendendo com V. Exas. aqui, aprendendo a, de fato, ser um bom Parlamentar. Lógico, evidente que não tem como... Oitenta e uma cabeças que são diferentes aqui. A gente tem... Cada um tem uma agenda, cada um tem o direito, inclusive, dado pelo voto de se expressar e se manifestar contrariamente, inclusive, à opinião de outro, mas é para isso que a gente está aqui, no Parlamento, para a gente falar, para a gente se posicionar, para a gente fazer as nossas manifestações.

E o Senado da República é uma Casa que completará agora 200 anos de existência, e eu tenho certeza absoluta de que muitos embates aqui do Parlamento ajudaram a construir o nosso país e continuam ajudando. E são pessoas como V. Exa., Senador Kajuru, que fazem a gente todo dia acreditar que é através da política, da boa política, que a gente pode mudar a vida das pessoas, porque são decisões políticas que mudam a vida de milhões.

E eu fico muito, assim, entristecido quando eu vejo alguns pseudomoralistas tentarem agredir a política, porque não dá para agredir a política. Porque aqueles que agridem a política hoje, que se julgam antipolíticos, na próxima eleição, se registram no TRE, se filiam a um partido e disputam a eleição. E tem vários exemplos no Brasil. O Brasil está vivendo isso ao longo dos últimos anos e está vendo todos os dias vários atores que se julgam antipolíticos, quando chega ao último dia do prazo de filiação, procuram um partido, se filiam e querem disputar a eleição, acusando a política como se fosse o pior dos mundos. E, no outro dia, querem vir para o Parlamento, querem vir para a Câmara dos Deputados, querem vir para o Senado Federal, querem ser Presidente do Brasil, querem ir para uma assembleia legislativa, querem ser governadores. Passou três anos e meio agredindo a política e, no prazo da filiação, filia-se e diz: "Agora, eu sou o salvador da pátria". Não tem salvador da pátria nisso aqui; tem homens e mulheres que têm virtudes e defeitos, mas aqueles que agridem a política, de fato, esses são o pior da política, porque estão aqui, depois de uma filiação, querendo continuar a agredir a política. Só que, quando eles entram aqui, eles passaram a ser aquilo que eles agrediam. Mas a população está muito consciente disso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Oportunistas. Esta é a palavra.

Mas, aqui, eu estou falando num contexto geral de Brasil. Nós temos, hoje, um Parlamento que foi eleito, mas, do lado de fora, eu fico vendo todos que agridem a gente. E, agora, no processo eleitoral, nós vamos ver isso, porque vamos ter pessoas nos agredindo, aqueles que são candidatos, doidos para virem para o lugar daquele que é candidato.

Então, não é mais bonito, não é mais leal com a população brasileira, se você quer disputar uma eleição e quer ser eleito, não é mais elegante para o processo você dizer: "Eu quero ser eleito porque eu não concordo com isso, com isso e com isso; fulano de tal não fez isso, não fez isso e não fez isso; eu acho que posso fazer isso, isso e isso"? Excelente! Um debate de alto nível no processo eleitoral, onde todo mundo tem a disposição, a vontade e a autorização legal de ser candidato, se for brasileiro nato, se tiver título, se tiver domicílio, se quiser disputar e se tiver um partido.

Então, esse é o debate que a gente espera que um dia chegue à política, o debate daqueles que querem ir para a política, Alvaro, mas que querem debater as ideias, que querem debater o que foi feito e o que não foi feito, que querem debater novas propostas. "Porque o fulano não fez e eu posso fazer; porque o sicrano fez e eu quero continuar fazendo".

Então, são essas coisas que, graças a Deus, a população brasileira tem enxergado. E a gente está, a cada dia, vendo que as pessoas têm mais consciência de que essa antipolítica e aqueles que agridem a política ou que agridem as instituições, ou que agridem a democracia, logo, logo, vão estar se filiando a um partido e tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disputar uma eleição. Mas está todo mundo atento para isso, a população está enxergando e nós estamos aqui para deixar mais essa mensagem de reflexão para o povo brasileiro nesta oportunidade ímpar de presidir a CCJ.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há mais oradores inscritos para discutir.

Nós vamos colocar em votação as emendas.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório apresentado pelo Senador Jorge Kajuru, as emendas, portanto, estão aprovadas.

Informo ao Plenário que a matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E, agora, já que nós precisamos regimentalmente mandar a ata desta reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião específica da Comissão para a votação das emendas.

Os Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço a presença de todos.

Temos um quórum de 22 Senadores presentes na nossa reunião. Estão aprovadas as emendas e o relatório do Senador Jorge Kajuru.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Rose de Freitas, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Alvaro Dias, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6555, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Ademir Barros o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1560, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3537, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.447, de 9 de maio de 2002, para instituir a Semana Nacional da Adoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3764, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Passarela Hermínio Pertel a passarela construída na BR-101, Rodovia Governador Mário Covas, na localidade de Guatemala, Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 428, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1269, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Antônio de Pádua Perosa o viaduto localizado no Km 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora do Senado Federal. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da Emenda n° 63-CCJ (Substitutivo), pelo acolhimento total ou parcial das Emendas n°s 64 a 67, 69, 70, 73, 76, 79 a 82, 84, 85 e 87, e pela rejeição das Emendas n°s 68, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 83 e 86, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 41,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2022 - CE, seja incluída como convidada a Reitora Lia Maria Herzer Quintana, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/19

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 7.

Comunico que recebemos o seguinte aviso: Aviso 1.644, de 2022, do TCU, que encaminha o Acórdão nº 989, de 2022, que cuida de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo relacionadas ao projeto proposto por aquela Secretaria e intitulado Casinha Games. O documento encontra-se disponível por 15 dias para consulta no *site* da Comissão.

O Senador Romário está presente *online*. Eu vou passar a palavra ao Senador Romário. O item do esporte de que a Senadora Leila é Relatora não vai ser votado agora, mas o Senador está *online,* do Rio de Janeiro, e me pediu para ser o primeiro a falar sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto ao Senador Romário se ele gostaria de falar agora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Bom dia, Presidente; bom dia, Sras. Senadoras; bom dia, Srs. Senadores; bom dia a todos que nos ouvem e nos acompanham.

Presidente, a minha fala aqui é em defesa da relatoria, posso dizer, quase perfeita, vamos dizer assim, da Senadora Leila sobre o item 7.

Eu queria parabenizar pelo trabalho excelente na construção desse relatório sobre o projeto de lei geral do esporte.

Trata-se de um trabalho de fôlego denso de revisão de toda a legislação desportiva. Realmente a Senadora Leila, assim como eu, viveu a sua história como atleta de alto rendimento, e hoje temos a oportunidade de debater e aprimorar essas questões relacionadas ao esporte brasileiro. Por isso que eu pedi a V. Exa., por fazer questão, para falar sobre esse relatório.

Eu quero agradecer o acolhimento de várias das emendas que apresentei, como as medidas que visam a maiores transparências e governança na gestão das entidades esportivas, maior democratização na escolha de seus dirigentes, melhores políticas públicas de fomento, composição da Justiça Desportiva e ampliação de direito de escolha dos atletas e membros das comissões técnicas, como a proteção econômica em caso de afastamento por lesão ou inadimplência de clubes em caso de cessão temporária.

Quero aqui também ressaltar, Sr. Presidente, o acolhimento por parte da eminente Relatora do PL 5.004, de 2020, de minha autoria, que garante a livre manifestação de pensamento dos atletas sem ensejar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punições desportivas por isso – responderão, portanto, como qualquer cidadão por suas opiniões, e é assim que deve ser na minha opinião.

Por fim, quero agradecer a todos os Senadores que também participaram direta ou indiretamente desse processo, como o meu amigo e também desportivo Senador Carlos Portinho, o nobre Relator na CCJ, Senador Roberto Rocha, enfim, tantos outros que apresentaram emendas e contribuíram também sobremaneira para o aperfeiçoamento desse projeto.

Quero aproveitar também a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer um pedido muito especial para que a nossa Senadora Leila possa acolher a Emenda 73, do nosso colega Lasier Martins, que é um especialista na sua área. Ela está direcionada aos colunistas esportivos de nosso desporto e, nada mais nada menos, ninguém mais ninguém menos do que o próprio Senador Lasier Martins, que é um especialista dessa área, fez uma emenda muito interessante. Eu aqui não vou precisar ler, porque eu tenho certeza de que ele o fará, mas eu queria só adiantar para pedir à nossa eminente Senadora Leila que possa acolher essa emenda.

No mais, é agradecer a V. Exa. por me deixar falar aqui como primeiro e desejar a todos desta Comissão uma grande sessão e um bom dia a todos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Romário, agradecemos a V. Exa. por sua participação.

Vamos, então, seguir aqui a pauta normal.

Os Relatores dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 não estão presentes ainda, então, nós vamos ao item 6, de que Relator o Senador Jean Paul Prates, que está *online*.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1269, DE 2019

- Terminativo -

Denomina Viaduto Antônio de Pádua Perosa o viaduto localizado no Km 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Será feita uma votação para o projeto e para a emenda apresentada.*

Iniciativa do Deputado Federal Arlindo Chinaglia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul Prates para a leitura do seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente. Muito obrigado por nos passar aqui a oportunidade de relatar esse projeto, de autoria do nosso companheiro Deputado Arlindo Chinaglia, para nós um grande mestre, uma grande referência na Câmara dos Deputados.

Portanto, vem à análise desta Comissão de Educação – e vou aqui me dar o direito de resumir boa parte do relatório para ir diretamente à análise – esse Projeto de Lei 1.269, de 2019, do Deputado Arlindo Chinaglia, que objetiva denominar "Viaduto Antônio de Pádua Perosa o viaduto localizado no Km 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo".

Na análise, sobre justamente homenagens cívicas, a exemplo desta proposição, temos que, quanto à constitucionalidade, verifica-se ser de fato concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A escolha de um projeto de lei mostra-se, portanto, apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos esses aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Da mesma forma, quanto à juridicidade, a proposta observa os preceitos da Lei 6.682, de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte, devendo a honraria designar – aspas – "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

Quanto à técnica legislativa, no intento de aperfeiçoar a iniciativa em análise, nós fizemos um módico reparo, como diria o nosso Senador Anastasia, que se impõe em face da atenção à função metalinguística do discurso: deve-se colocar entre aspas o nome do viaduto objeto da modificação alvitrada, portanto, "Viaduto Antônio de Pádua Perosa", entre aspas, a fim de promover a adequação necessária às normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito – e aí sim, leio integralmente – reconhecemos a importância do projeto.

Antônio de Pádua Perosa nasceu em 14 de março de 1943, no Município de Urupês, Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Engenheiro agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tornou-se Coordenador de Projetos da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, em 1972, assumindo em seguida a chefia do Departamento de Estudos Econômicos da Ferrovia Paulista S.A., onde permaneceu até 1980. Em 1984, transferiu-se para a Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo.

Começou na política em 1986, quando disputou a primeira eleição para Deputado Federal, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Assumindo o mandato, integrou, como membro titular, a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; e, como suplente, a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica.

Por todas essas razões, consideramos justa e merecida a homenagem proposta a Antônio de Pádua Perosa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.269, de 2019, com a seguinte emenda que eu já mencionei, colocando entre aspas a denominação do dito viaduto.

Esse é o voto, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senador Jean Paul.

Eu vou passar a outro item também terminativo para a gente fazer, como de praxe aqui na Comissão, a votação em globo. Então, fica lido o item 6, e nós vamos passar agora ao item 1 da pauta, que é... (*Pausa.*)

Senadora Leila, V. Exa. poderia relatar o item 2, que é terminativo, para a gente votar junto? (*Pausa.*)

Então, vou passar a palavra à Senadora Leila para a leitura do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1560, DE 2021

- Terminativo -

Inscreve o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Como Relatora.) – Grata, Sr. Presidente.

Aproveito rapidamente para agradecer as palavras do Senador Romário sobre o PLS 68 e a oportunidade de relatar o Projeto de Lei 1.560, de 2021, de autoria da nossa querida Senadora Zenaide Maia, o qual propõe que seja inscrito, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o nome de Zilda Arns Neumann. Então, eu agradeço a oportunidade de ser a Relatora.

Pergunto ao senhor se podemos ir à análise. (*Pausa.*)

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem acerca de homenagens cívicas.

Tendo em vista o caráter exclusivo e terminativo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade... Desculpe-me, é que estou lendo aqui pelo computador.

Quanto à juridicidade, verifica-se que a proposição em tela está adequadamente inserida no ordenamento jurídico brasileiro e encontra-se, especialmente, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A referida lei determina que o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria se destina ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Médica sanitarista e pediatra, Zilda Arns foi a fundadora da Pastoral da Criança no Brasil, bem como da Pastoral da Criança Internacional, entidade esta que foi dirigida pela brasileira até o seu falecimento. Zilda Arns foi, igualmente, fundadora e coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir de intenso trabalho social, que mobilizou centenas de milhares de voluntários, conta-se hoje em milhões o número de crianças brasileiras e estrangeiras que foram resgatadas de condições subumanas de existência, e para as quais se garantiu um desenvolvimento sadio e condizente com os preceitos de cidadania.

À frente da Pastoral da Pessoa Idosa, Zilda Arns propunha uma existência digna, feliz, integralmente amparada para as pessoas idosas menos favorecidas. Os amparos material, afetivo e social compõem os contextos do trabalho em desenvolvimento pela Pastoral da Pessoa Idosa.

Tendo sido indicada para o Prêmio Nobel da Paz de 2001, Zilda Arns recebeu, em vida, incontáveis honrarias, tanto no País, quanto no exterior.

Sua luta em defesa dos mais pobres e necessitados continuou até a sua morte, ocorrida durante o trágico terremoto que assolou o Haiti, no início do ano de 2010. Naquele momento, a Sra. Zilda realizava uma palestra destinada a estender as ações da Pastoral da Criança Internacional para as populações da América Central e do Caribe.

Assim, é justo e meritório à memória e à história de vida de Zilda Arns que seu nome conste ao lado dos de brasileiros e brasileiras que, como ela, dedicaram suas existências em defesa da vida, da cidadania e da dignidade humana.

O voto, Sr. Presidente. Só um minuto que saiu aqui, Sr. Presidente. Perdão.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.560, de 2021.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Zenaide Maia por esse reconhecimento ao trabalho de uma figura importantíssima que foi a Sra. Zilda Arns, principalmente no combate em favor dos mais necessitados e, acima de tudo, na busca da dignidade.

O seu nome é mais do que meritório. Estendo também essa homenagem ao nosso querido Senador Flávio Arns aqui, que é sobrinho da Senadora e que nos dá a honra, todos os dias, de compartilhar essa missão aqui, dentro do Senado Federal.

Grata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Leila.

Passamos, então, à discussão da matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcelo Castro, e a Senadora Leila pelo relatório. Também quero agradecer a menção ao meu nome.

Eu quero dizer que a Dra. Zilda Arns Neumann, na verdade, é minha tia, irmã do meu pai, irmã de D. Paulo Evaristo Arns, que também teve um papel importante na história do Brasil, originária do querido estado do Senador Esperidião Amin e também do Dário Berger e do Jorginho Mello, lá de Forquilhinha, Criciúma, na época Distrito de Criciúma, hoje um município próspero e desenvolvido.

Quero dizer que a Pastoral da Criança foi fundada por ela há 39 anos – no ano que vem vai completar 40 anos de existência – e se expandiu como metodologia para outros países também. Hoje ainda, no Brasil, acompanha perto de 1 milhão de crianças em bolsões, assim, de necessidades, de pobreza, de comunidades vulneráveis. Então, se a gente imaginar, em 39 anos, foram milhões de crianças (*Falha no áudio.*) ... estudando, trabalhando, e eles levavam a sua autografia como crianças, crianças, assim, pele e osso que iam morrer, que não teriam uma perspectiva de futuro.

Ela também fundou a Pastoral da Pessoa Idosa, que também vem acompanhando hoje, dentro da mesma metodologia da Pastoral da Criança, milhares, dezenas de milhares de pessoas idosas pelo Brasil. Então, é um trabalho, assim, muito importante. Como ela dizia, o que que seria desse trabalho não fossem os milhares de voluntários pelo Brasil, não é? São ainda hoje mais de 100 mil voluntários no Brasil.

E, 12 anos atrás, ela faleceu, como foi dito, no terremoto do Haiti. Duzentas e vinte mil pessoas morreram naquele país de um dia para o outro em função do terremoto, e ela também, dentro de uma igreja, onde estava, como foi dito pela Senadora Leila, orientando as pessoas, ensinando a metodologia.

Então é uma pessoa, eu diria, junto com os voluntários todos pelo Brasil, com toda a história... E eu acho importante isso. Nós temos que ter, no Brasil, essas referências de bons trabalhos, de boas pessoas, tantos que se dedicam para que o Brasil seja melhor. E a Dra. Zilda, a Tia Zilda estar no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria vai fazer com que isso também se torne perene.

Obrigado, Senadora Leila, em nome da família, pelo relatório que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continuamos em discussão.

Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, é evidente que eu não tenho nada a discutir, mas só a me congratular com o relatório emocionado e denso da Senadora Leila, que ontem teve um desempenho à altura da sua biografia de atleta que foi e será sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu abraço ao Senador Flávio Arns, que aqui representa o clã! Posso chamar assim? Acho que é justo, porque é um clã do bem.

Quero dizer apenas que vejo com satisfação essa minha coestaduana, que foi doada junto com boa parte do clã para o Paraná, mas foi doada com generosidade tanto na doação quanto no recebimento, porque caiu em bom solo essa semente, esse fruto, esse clã, que lá rende também excelentes exemplos, traduzidos aqui pela pessoa que é o nosso Senador Flávio Arns.

Eu só quero dizer duas coisas a mais à minha querida amiga Zenaide Maia, que deveria ter chegado da missa da CNBB, se estivesse em Brasília, mas, como não está em Brasília... Nós não fomos. Ouviu, Zenaide? Estamos em falta com a nossa presença na missa que aconteceu, hoje, de manhã, aqui, na capela da CNBB.

Mas eu queria salientar, Presidente, querido amigo Marcelo Castro, duas coisas. Zilda Arns merece essa homenagem à sua memória, ao seu exemplo, como foi aqui salientado, e foi a nossa candidata ao Prêmio Nobel da Paz. Foi muito justo e muito adequado o procedimento, foi muita adequada a reivindicação, a postulação brasileira, catarinense e paranaense também. E, finalmente, quero dizer da minha alegria por ter podido, ainda em vida, homenageá-la com a mais alta comenda de Santa Catarina, que é a Medalha Anita Garibaldi.

Como o senhor vê, Senador Flávio Arns, Santa Catarina tem a sorte de ter heroínas, que, geralmente, além de tudo, são mais doces, para receberem essa homenagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passamos ao próximo inscrito, o Senador Jean Paul Prates, para discutir a matéria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Apenas quero corroborar todas as palavras do Senador Esperidião Amin e acrescentar, Senador Flávio Arns, a nossa saudação e um abraço caloroso – neste tempo de frio por aí, isto faz uma diferença grande – ao amigo e mestre que você é para nós todos, como representante, como bem disse o Senador Amin, dessa família, do clã do bem, e também das pessoas todas que tiveram a honra de trabalhar nas pastorais, tanto na da criança quanto na da pessoa idosa, e de conviver com sua tia Zilda Arns.

Eu, infelizmente, não tive essa honra e essa satisfação de conviver com ela, mas ela foi para mim também, por muito tempo, uma referência importante. E lembro, além da candidatura ao Prêmio Nobel da Paz e de outras homenagens extremamente justas que recebeu e que ainda receberá, que também há um requisito pela Igreja Católica que se chama "fama de santidade", que é registrado, inclusive pelas fontes enciclopédicas de hoje em dia, da rede social, que Zilda Arns tem, e é reconhecida a sua fama de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

santidade. Portanto, não sei se há já em curso um processo de canonização, que justamente cabe às pessoas que desempenharam obras admiráveis ou cuja vida serve de referência ou de testemunho para os demais católicos. Portanto, também devemos registrar isto dentro do universo católico: a fama de santidade de D. Zilda.

Portanto, é mais que merecida e até tardia a homenagem como heroína da pátria. Parabenizo efusivamente a Senadora Zenaide, por esta homenagem, e a Senadora Leila, pelo relatório emocionante.

Muito obrigado. Parabéns a todos. Este é um grande momento de júbilo para todos nós, em momentos tão difíceis que o país atravessa, estarmos a homenageando. Lembro-me até agora do trauma que eu tomei quando soube da perda de D. Zilda naquele terremoto, um negócio impensável, uma coisa, assim, dentro de uma missão, dentro de uma igreja, quer dizer, tem todo um simbolismo nisso aí. Foi muito triste para todos nós. Enfim, estamos aqui a homenageando devidamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Jean Paul.

Passemos ao próximo inscrito. Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu não poderia também deixar aqui de manifestar a minha satisfação, alegria e honra de estar participando desta sessão, que faz esta bela homenagem. Quero parabenizar tanto a Zenaide quanto a nossa querida Senadora Leila, pelo relatório.

Zilda, realmente, foi um exemplo para o Brasil: criou a Pastoral da Criança e depois a do idoso, que são duas fases do cidadão brasileiro que muitas vezes são desprezadas, sem políticas públicas, sem a atenção devida ao cidadão que vai do pré-natal até a velhice. E essas fases no Brasil são deixadas de lado, não se tem uma política pública para a criança, não se tem uma política pública também para o idoso. Ela sempre se preocupou muito com isso, ela que era irmã também do D. Paulo Evaristo, nosso grande Arcebispo, e tia do nosso querido Senador Flávio Arns. Acho que está no DNA, porque são pessoas que dão a vida e dão o seu tempo para servir o próximo.

Ontem, numa sessão solene – você sabe a minha formação, eu sou contador –, foi falado sobre a contabilidade celestial, que todo mundo tem seus débitos e créditos de coisas que foram feitas para o próximo. Eu acho que o Arns, a família Arns... A D. Zilda, em especial, levou muito crédito lá para cima, para prestar conta. Acho que já deveria estar canonizada mesmo, porque realmente ela simboliza a fraternidade, a compreensão. Nós estamos agora passando esse frio todo aí. Imagino o que está acontecendo com as nossas crianças, espalhadas pelo Brasil todo, com fome, com frio, com sede. E a gente se lembra dela quando vê uma situação como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pela iniciativa, parabéns pelo relatório e parabéns, também, ao nosso querido Senador Flávio Arns!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Izalci Lucas.

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia, autora desse projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, quero aqui já cumprimentar o amigo, muito próximo de Zilda Arns. Pense no orgulho que eu tive!

Eu queria lembrar aqui a importância da Pastoral da Criança nos momentos mais graves deste país em termos de desnutrição. No Brasil, alguns anos atrás – o Presidente Marcelo Castro sabe –, 60% dos leitos de UTI, ou melhor, dos leitos hospitalares infantis eram ocupados pelos dois tipos mais graves de desnutrição: marasmo e kwashiorkor. E a Dra. Zilda teve um papel importantíssimo em amenizar essas desnutrições graves.

A Pastoral da Criança, que é muito ligada também à Igreja Católica, sempre nos municípios – eu fui Secretária de Saúde – era um dos membros dos conselhos municipais de saúde. A Pastoral da Criança sempre participou, teve um papel fundamental.

Esse projeto de lei... Pense no orgulho que eu tive em propor – parabenizando já a Senadora Leila – escrever o nome de alguém no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. E Dra. Zilda Arns com certeza merece. Salvou muitas vidas infantis e também tinha a Pastoral do Idoso. E não é um passado distante esse em que a gente tinha a desnutrição ocupando a maioria dos leitos infantis públicos deste país com crianças com marasmo e kwashiorkor. E ela, como pediatra, mais do que ninguém... E o que me chamava a atenção era o poder de convencimento, de agregação que a Dra. Zilda tinha. Se você conversar com a Pastoral da Criança, até hoje eles têm um respeito e seguem aquilo ali. Salvou muitas crianças quando a gente ainda não tinha esse calendário de vacinas maravilhoso, completo. Então, esse é um projeto que me enche de orgulho. Uma mulher humana, uma mulher de um espírito coletivo, uma mulher que tinha certeza de que era agregando as pessoas... E, mesmo sabendo que a gente tinha que cuidar de muitas políticas para essas crianças não chegarem a esse grau de desnutrição, ela não cruzou os braços. Ela tinha a Pastoral da Criança, que é até hoje respeitadíssima, não só no Brasil, mas no mundo todo.

Obrigada, Senadora Leila, e obrigada também ao Senador Flávio Arns, com quem a gente conversou quando foi fazer essa proposta.

É um projeto de lei que nos orgulha aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero me associar a todos que falaram aqui sobre a D. Zilda Arns e parabenizar a iniciativa da nobre Senadora Zenaide Maia, que faz uma homenagem justíssima a uma pessoa que dedicou toda a sua vida a fazer o bem. A causa nobre da Pastoral da Criança é um bem eterno o qual todos nós brasileiros, agora e sempre, iremos reverenciar.

Quero parabenizar também a Senadora Leila Barros pelo seu relatório, e dizer aqui que eu vejo assim essa homenagem à D. Zilda Arns como uma homenagem também, de certa forma, à família Arns, essa família de pessoas competentes, dignas, trabalhadoras e vocacionadas para o bem. Eu entendo que essa homenagem à D. Zilda Arns é, sem nenhuma dúvida, uma homenagem a essa família da qual todos nós nos orgulhamos muito.

Eu não vou colocar em votação agora porque ainda tem outro projeto também terminativo e nós vamos colocar todos em votação em bloco.

Então, passo, agora, para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3764, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Passarela Hermínio Pertel a passarela construída na BR-101, Rodovia Governador Mário Covas, na localidade de Guatemala, Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa da Deputada Federal Norma Ayub.

Concedo a palavra à nobre Senadora Rose de Freitas para a leitura do seu relatório.

Com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ser sucinta no meu relatório, mas quero dizer o seguinte: é muito importante a iniciativa tomada pela Deputada Norma, porque Ibiraçu é uma cidade importante, estrategicamente colocada na região quase que metropolitana, e, também, porque homenagear as pessoas – o que eu sempre estou dizendo – é tão importante. Quando você denomina uma passarela ou uma BR ou uma escola, você faz referência às pessoas que fazem parte da vida da comunidade.

Então, o Município de Ibiraçu, com esse projeto da Norma que denomina Passarela Hermínio Pertel uma passarela construída na BR-101, na rodovia que tem o nome do Governador Mário Covas e na localidade de Guatemala...

E o meu relatório... Se o senhor permitir, Presidente, eu queria falar só sobre análise, rapidamente, para que você possa prosseguir com a pauta porque eu sei que tem muitos itens importantes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Pois não.

Nesta Casa, o PL nº 3.764, de 2021, foi distribuído por V. Exa., com essa oportunidade do processo terminativo, nos termos do art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado.

Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 102, inciso II, do RISF, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem acerca de homenagens cívicas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da nossa Carta Magna.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras-de-arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há, Sr. Presidente, qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica, não se constatou outra denominação para o trecho rodoviário em questão.

Dessa forma, o projeto de lei em análise atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

O meu voto, diante de tudo...

Aliás, no que respeita ao mérito, a autora, a Deputada Norma, que apresentou esse projeto, conta que no início da década de 1960, Hermínio Pertel construiu sua casa às margens da BR-101. E, no início dos anos 1970, trabalhou no próprio asfaltamento da referida rodovia, dedicadamente, tendo sido, posteriormente, responsável pela operação da usina de asfalto instalada nas proximidades, onde hoje existe a passarela, construída sobre a Rodovia Governador Mário Covas.

A autora também destaca que o homenageado se dedicou à construção civil, foi comerciante, produtor rural e microempresário. E conclui que "para o município de Ibiraçu, Hermínio é exemplo de superação, de força e de disposição para o trabalho, pautado na honestidade e na conduta ética".

Sendo assim, a iniciativa proposta pela Deputada Norma é, sem dúvida, justa e meritória.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.764, de 2021.

É o voto, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Rose de Freitas.

Passemos então à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vou submeter à votação os itens 2, 4 e 6, que são terminativos.

Votação nominal.

O item 2 é o que Inscreve o nome de Zilda Arns no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O item 4 é o que denomina Passarela Hermínio Pertel a passarela construída na BR-101, na Rodovia Governador Mário Covas, no Espírito Santo.

E o item 6 denomina Viaduto Antônio de Pádua Perosa o viaduto localizado no km 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos fazer uma votação em globo dos itens 2, 4 e 6.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senadora Rose, V. Exa. poderia votar? (*Pausa.*)

Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Obrigado. (*Pausa.*)

Com a palavra a nobre Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Presidente, estou com dificuldade de entrar para votar. Eu voto, e ele não é registrado. Posso manifestar verbalmente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode sim. Será computado aqui pela Secretaria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Obrigado a V. Exa.. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim pede a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, enquanto estão votando, eu não poderia, até pelo carinho que eu tenho pelo Senador Flávio Arns, deixar de falar da importância dessa decisão. Nós estamos indicando tanta gente para herói da pátria... Eu não sou contra, todos que entraram têm seu mérito. V. Exa. mesmo votou duas autoridades nesse sentido que eu indiquei. Mas, Presidente, Zilda Arns eu diria que é uma heroína da humanidade, e o Flávio Arns, no longo da sua história, inclusive nos ajudou para que ela viesse fazer depoimento na Comissão de Direitos Humanos, trazendo o magnífico trabalho que ela fez no Brasil e no mundo.

Por isso eu não poderia deixar, neste momento – Flávio, me dirigindo a você –, de cumprimentar a autora, a nossa querida Senadora Zenaide Maia, com o brilhante relatório da Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava fora, mas vim correndo para votar e, quando eu vi, já tinham discutido esse tema.

Eu faço questão, primeiro de cumprimentar V. Exa., Presidente, por ter voltado essa matéria.

Presidente Marcelo Castro, Zenaide Maia, Leila Barros e, permita-me que eu diga, Flávio Arns, Zilda Arns é uma heroína da humanidade, por isso dou esse voto a todos que estão aqui sendo votados neste momento, mas a ela dou com um carinho especial. Eu acho que ela foi umas duas vezes na Comissão de Direitos Humanos ao longo dos mandatos que lá eu presidi. Jamais vou esquecer: quando ela falava da sua caminhada, o silêncio era total e palmas havia no momento certo em respeito àquela mulher que estava ali representando as políticas humanitárias do mundo. Era isso.

Flávio, um abraço forte a você, com muito carinho pela história da tua tia. Votei com muito orgulho, viu? Vim correndo aqui para conseguir votar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim.

A votação está completa, com 15.

A Secretaria da Mesa pode, então, mostrar o painel e publicar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Os três itens foram aprovados; 14 votos SIM, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6555, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Viaduto Ademir Barros o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Iniciativa do nobre Deputado Federal Washington Reis.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parecer para leitura, relatório.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 6.555, de 2019 (Projeto de Lei nº 7.671, de 2014, na origem), do Deputado e hoje Prefeito de Duque de Caxias Washington Reis, que denomina Viaduto Ademir Barros o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

A proposição, composta de dois dispositivos, estabelece, no art. 1º, a adoção da referida denominação, enquanto o art. 2º define a cláusula de vigência, prevista para a data de publicação da lei em que converter a matéria.

Na justificação, o autor destaca a bem-sucedida trajetória de Ademir Barros, notável empresário do ramo alimentício, que durante toda sua vida contribuiu para o desenvolvimento do Município de Duque de Caxias, ressaltando que:

> Desde que chegou a Xerém ainda criança foi vendedor de pastéis, logo em seguida na sua juventude se dedicava tanto ao trabalho na feira com sua família, quanto aos seus estudos no Colégio Estadual Barão de Mauá. Além disso, concluiu o curso de desenhista mecânico e o de desenhista projetista pela Escola Técnica do Senai.
> Aos 20 anos, começou a trabalhar na serralheria da extinta Fábrica Nacional de Motores, como delineador júnior; com o passar dos anos, chegou ao cargo de projetista até finalizar suas contribuições com a montadora.
> Em meados dos anos 80, Ademir passou a se dedicar ao trabalho autônomo, chegando assim, com o passar dos anos, a ser um empresário local que, durante toda sua trajetória, contribuiu para o desenvolvimento [...] [da] cidade [de Duque de Caxias] com diversas atitudes que justificam, como o fato de ser sempre atuante nas obras sociais [tão importantes naquela cidade].
> Notável empresário do ramo alimentício, prestou serviços para grandes empresas locais e de todo país, gerando mais de 500 empregos entre diretos e indiretos, além disso, atuou em diversas outras áreas, como o da construção civil. Em abril de 1997, recebeu da Assembleia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a Medalha Tiradentes, uma das principais honrarias do Estado [do Rio de Janeiro], em seguida, no ano de 1998, fora reconhecido como Cidadão Caxiense pela Câmara Municipal de Duque de Caxias.

A matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas.

Da análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo do projeto em debate.

Ademais, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Quanto aos requisitos formais e substanciais de constitucionalidade, nada há a opor.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da Lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, especialmente o determinado no art. 2°, o qual estipula que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "um fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

O projeto também está de acordo com a Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, vedando, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta, segundo seu art. 1°, bem como a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadores de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta ou indireta, conforme disposto em seu art. 2°.

No mérito, avaliamos como apropriada a concessão do nome Ademir Barros ao viaduto localizado no Km 102 da BR-040, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de justa láurea ao homem que, direta ou indiretamente, foi responsável pela geração de empregos no Município de Duque de Caxias. Lá tem sua história pública reconhecida em honrarias, como a Medalha Tiradentes, já lhe concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e o título de Cidadão Caxiense, conferido pela Câmara Municipal de Duque de Caxias. A homenagem em apreço é medida de justiça à história desse cidadão notável, lembrando que o seu autor, o Deputado Washington Reis, figura eminente da política do Rio de Janeiro, hoje é inclusive Prefeito da cidade de Duque de Caxias, com grande aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o relatório do nobre Senador Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda n° 1, da Comissão de Educação.

Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2017

- Não terminativo -

Institui a Lei Geral do Esporte.

Autoria: Comissão Diretora do Senado Federal

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto, da Emenda n° 63-CCJ (Substitutivo), pelo acolhimento total ou parcial das Emendas n°s 64 a 67, 69, 70, 73, 76, 79 a 82, 84, 85 e 87, e pela rejeição das Emendas n°s 68, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 83 e 86, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 18/05/2022, foram apresentadas a emendas n°s 84, 85 e 87, de autoria do Senador Carlos Portinho e n° 86, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

Passo a palavra à nobre Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

Primeiro, quero elogiar, e preciso fazer esse registro: na CCJ, a participação do Senador Romário como Relator, e aqui, com igual talento, a Senadora Leila. E quero registrar que este projeto foi discutido, ele caminha desde 2017 aqui no Senado e foi resultado, inicialmente, de um grupo de juristas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializados, juristas em direito esportivo, a quem também rendo as homenagens pelo trabalho profícuo que realizaram.

A Senadora Leila, também como o Senador Romário... Lá houve audiência pública, e foi muito esclarecedora. A Senadora Leila aqui, também muito democrática: as equipes de todos os Senadores interessados se reuniram, apresentaram emendas, todas as emendas foram debatidas. Isso é um exercício de democracia participativa, Sr. Presidente, que sei que também conjuga desse mesmo desejo, e é o que nós pretendemos em todos os nossos projetos aqui.

E esse, que é a Lei Geral do Esporte, não só tem dois ilustres esportistas à frente – lá na CCJ, o Senador Romário; aqui, a Senadora Leila –, eu dou a minha...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aliás, os maiores.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu diria os maiores! Dos maiores, porque não posso esquecer do nosso Pelé, do nosso Zico, a quem faço, nas respectivas modalidades, alguma semelhança de comparação.

E eu aqui, que sou um reles estudioso de direito esportivo, também pude contribuir e me sinto atendido, tanto na CCJ quanto aqui.

Mas há um ponto específico, um pedido da Senadora Rose Freitas, que tem participado muito também da construção dos projetos nesse setor, que me pediu, Senadora Leila, que na próxima semana a gente pudesse só alinhar um ponto com ela, porque é importante essa construção, até para que a gente possa compreender se é necessário ou não avançar em algum outro tema que ela queira tratar aqui, e de mente aberta, como fizemos nesse projeto construtivo.

Eu sei que há uma expectativa muito grande de todos os atletas de diversas modalidades, principalmente eles, pela aprovação desse projeto. Diversos operadores de direito esportivo também apoiam e já se manifestaram expressamente, até por conceitos modernos que traz, de autorregulação do esporte, de matérias próprias de disciplina, de seus estatutos, seus regulamentos. Então, é um avanço enorme essa Lei Geral do Esporte que V. Exa. conduz. Mas, exatamente para que não fique um ponto de fora, eu vou aqui pedir vista e espero ter o apoio dos meus pares até para que – acho que tem um outro Senador também que iria transformar a vista em coletiva – assim a gente possa encerrar esse trabalho de discussão e possa avançar com a votação na próxima semana.

Eu realmente peço que seja na próxima semana para que a gente possa levar a Plenário até antes do dia 7 de junho. E, lá no Plenário também, se tiver algum ajuste da maneira democrática... Sei que a Senadora Leila será a Relatora e vai ter tempo de avaliar uma ou outra questão que a gente venha construindo, inclusive com o próprio Governo, também aberto a essa construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há tempo, mas superar este momento nesta Comissão é importante, é um gesto importante, até porque não há, no Congresso, posso afirmar, um projeto mais amplo e que trate tão bem essa matéria. Mas, em respeito a esse conceito de democracia participativa, ao pedido da Senadora Rose – e não sei se ao do Senador Heinze também –, a gente faz uma vista coletiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Do Senador Lasier. Estamos ajustando, inclusive, uma emenda dele para que fique ainda melhor.

A gente faz uma vista coletiva, se possível e com o compromisso de colocar na próxima semana, Sr. Presidente, que é a minha intenção. Nem vou estar no Rio, mas faço o compromisso de fazer virtualmente. Espero que o Senador Romário, que nos assiste e está presente, também tenha essa compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, Senador Carlos Portinho, V. Exa., então, pede vista da matéria, que evidentemente será concedida depois da leitura do relatório da Senadora Leila Barros.

Parece-me que a Senadora Rose de Freitas pede a palavra. É isso?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senadora. Com a palavra V. Exa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiro, antes de mais nada, eu gostaria de elogiar a atitude de Senador Portinho.

Eu vou me basear no exemplo do comportamento do Senador Paim em inúmeras circunstâncias, do Senador Amin, do Senador Jean. É preciso que a gente aprenda que o nosso trabalho é fruto de decisões que não são individuais, elas são coletivas. Muitas vezes, no afã de fazer um relatório tão perfeito quanto parece a concepção dele, nós colidimos com pensamentos contrários ou divergentes, e esses pensamentos acabam por deformar uma visão que não está expressa tão democraticamente como a do Senador Carlos Portinho, que entrou há tão pouco tempo nesta Casa e está mostrando aí o exercício da sua atividade de Senador. Muito obrigada, Senador Portinho, pelo respeito e pela consideração, que é isso que eu gostaria, porque ninguém faz relatório nesta Casa...

A Senadora Leila é uma pessoa de muita responsabilidade, adquiriu rapidamente seu conhecimento na política, é uma pessoa comprometida e é da área, mas todas as áreas nesta Casa, em que pese ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista ou não, são afeitas ao conhecimento de cada representante que aí está. Pode ser que eu não entenda tanto da área dos direitos humanos quanto o Paim entende, mas, quando ele discute, eu quero ouvir. Quando o outro entra para um debate, também quer participar.

Então, o pedido que eu fiz a ele é um pedido que eu tinha feito ao Presidente desta Comissão, pelo tempo e pela necessidade de votar essa matéria, para contemplar um debate final para que a gente possa entender que o projeto que vai sair dessa relatoria foi exaurido em todas as instâncias do debate. Portanto, esse percurso que esse projeto está percorrendo na Casa toda – está passando por todas as instâncias, por todos os setores, por todos os Senadores – vai construir a trajetória importante para a Lei Geral do Esporte, que eu tenho certeza que será grande.

Presidente, muito obrigada. Também tenho um apelo também de diversos setores do meu partido para que a gente pudesse ir além nessa discussão sobre a questão da emenda que apresentei e do relatório que está aqui manifestado. É isso que eu queria dizer. Então, reforço o pedido de vista, inclusive coletivamente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Rose de Freitas.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra para tratar deste assunto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu peço pela ordem, porque o meu voto não foi computado. Deve ter havido algum erro de transmissão. Eu tenho certeza de que não foi nenhuma retaliação de sua parte. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mesmo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, por favor, peço que V. Exa. generosamente acolha o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mesmo porque não poderia, porque quem faz a computação é a Secretaria daqui da Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Olha, nós não conhecemos os meandros da psiquiatria. O que a psiquiatria é capaz de fazer a imaginação não alcança. Então, eu peço ao senhor que compute o meu voto favorável nas votações nominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu determino à Secretaria da Comissão que compute o voto do Senador Esperidião Amin dentro das normas regimentais, porque, se dependesse de mim, eu computaria em dobro, mas, como a gente tem que seguir o Regimento, computa-se só um voto mesmo.

O Senador Paulo Paim pede a palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito rápido, é só para me somar a essa visão global que eu entendo que vai ser unanimidade, e me somo à vista coletiva, demonstrando que nós queremos votar a matéria, como falou a Senadora Rose, como falou o Senador Romário antes, com o mesmo objetivo, como falou o Portinho sobre o pedido de vista.

Presidente, eu queria também dizer que quero me somar ao Senador Lasier Martins, que está aí, porque há muito pedido do Rio Grande do Sul, dos cronistas esportivos, enfim, para que eu acompanhe a sua emenda, Senador Lasier Martins, e eu não poderia deixar de dar o meu depoimento e fazer um apelo para que, quem sabe nessa semana, o Senador Lasier consiga – como já falou também o Romário nesse sentido, falaram outros nesse sentido – chegar a um entendimento para que a sua emenda seja contemplada.

Eu, como sou muito de cumprir a palavra, quando eles me pedirem e falarem seu nome, sem problema nenhum, vou acompanhar, li a sua emenda, Senador Lasier, que está aqui nesse momento. E aí fazemos um apelo: quem sabe até a semana que vem, votando na semana que vem a emenda do Senador Lasier, que atende esse setor, que é um setor enorme no Brasil todo, esteja contemplado.

É só isso. E eu me somo ao pedido de vista coletiva.

O Senador Lasier está na tela, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos, então, passar a palavra...

O Senador Lasier Martins pede a palavra.

Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Marcelo.

Eu estou acompanhando. Apenas lamento não estar aí presente, mas, por um compromisso intransferível, lógico, me mantenho no Rio Grande do Sul. Na medida do possível, eu estou acompanhando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está se deslocando no carro aí...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – Não, mas eu acho que... Agora está pegando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está pegando bem. Pode falar à vontade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Marcelo.

Então, como eu disse, estou acompanhando aqui à distância, no Rio Grande do Sul, em razão de um compromisso intransferível por aqui.

Eu agradeço muito o "prestigiamento" aí da manifestação do meu conterrâneo Paim e quero louvar também o trabalho da nossa Senadora Leila por estar acolhendo a emenda que apresentei com relação ao percentual de participantes dos cronistas esportivos de 80%. Só nos falta agora, então, a votação.

Eu não entendi bem, Presidente, se houve um pedido de vista ou já está se procedendo à votação. Eu peço a V. Exa. que me esclareça isso. (*Falha no áudio.*)

Presidente Marcelo, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estou ouvindo, sim, V. Exa. Falhou um pouco. Eu gostaria que V. Exa. repetisse porque está falhando a conexão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – Eu estava agradecendo a força, o apoio do Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – ... e estava louvando o relatório da Senadora Leila, principalmente no item do acolhimento dos 80%...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – ... para o direito de credenciamento pelos cronistas esportivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única coisa que eu não pude pegar é se nós já estamos em regime de votação ou houve algum pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Houve um pedido de vista do nobre Senador Carlos Portinho, que será concedido após a leitura do relatório, que vai ser feita agora pela Senadora Leila Barros.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Então, vou acompanhar o relatório, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador. Boa viagem aí e boa sorte!

Com a palavra a nobre Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer as manifestações de todos os Senadores: Carlos Portinho, Rose, Lasier, Paim, a participação também do Senador Romário no início desta sessão.

Quero dizer que estou há quatro anos no Senado, aprendendo muito com todos vocês. E a nossa arte... Eu acho que a maior habilidade que a gente realmente tem que desenvolver é a capacidade de dialogar, de sentar com cada colega, cada amigo dentro desta Casa para tentar, de forma democrática, ajustar os mais diversos interesses apresentados aqui para os relatórios que diariamente estamos entregando para o nosso trabalho.

Só quero dizer para a Senadora Rose que, enfim, faço mea-culpa. Talvez faltou com relação a ela a devida atenção, mas o Senador Portinho esteve a todo momento aqui na sessão e nós conversamos bastante. Então, o pedido de vista dele foi conversado, e eu entendi perfeitamente a importância de ajustarmos alguns pontos, como foi feito com o Senador Lasier. Acho que ficou bom para todo mundo, principalmente para a reivindicação da Associação dos Cronistas Esportivos, representada de forma muito digna pelo Senador Lasier, que teve a sua vida pautada dentro da área do jornalismo esportivo.

Então, estaremos, enfim, abertos para mais um diálogo, mais uma semana, para tentarmos encontrar o melhor caminho para atender ou para aceitar ou não, acatar ou não a solicitação da Senadora Rose ao nosso relatório. Mas quero dizer à Senadora Rose que ela tem o meu respeito, como todos os pares desta Casa, e agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, primeiramente, porque, desde que estou nesta Casa, venho pedindo para que o Senado entregue ao esporte brasileiro essa lei geral e, hoje, mesmo com o pedido de vista, percebo esse avanço, percebo a vontade clara de todos, principalmente a sua, por estar pautando-o, de entregar esse projeto a todo o esporte brasileiro, a atletas, às entidades, enfim, aos clubes. Todos esperam por essa lei desde 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço encarecidamente aos nossos pares que façamos, o mais rápido possível, esse diálogo, para que a gente tenha o entendimento de que é muito importante para o esporte brasileiro avançar na aprovação desse projeto.

Então, eu vou à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2017, da Comissão Diretora, que institui a Lei Geral do Esporte. A proposição origina-se de minuta constante das conclusões do Relatório Final da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, instituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 39, de 27 de outubro de 2015. A Comissão de Juristas também elaborou minuta de proposta de emenda à Constituição, que hoje tramita nesta Casa como PEC nº 9, de 2017, e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte).

A proposição é constituída por 270 artigos e pretende reunir, em um único diploma legal, normas que, atualmente, figuram em diversas leis federais. Tem, portanto, um caráter misto: consolida em um só texto as leis já existentes e promove alterações – algumas de grande impacto – na regulação vigente.

Como se verá adiante, apesar do grande número de artigos contidos na proposição, boa parte deles reproduz prescrições já constantes na legislação. Seu propósito é legislar sobre o desporto, uma das competências constitucionais concorrentes da União, inteiramente em uma única norma. O arco de temas regulados na proposição em relação ao esporte é bastante amplo, incluindo: seus princípios fundamentais; a organização do sistema nacional do esporte; a interação entre poder público, organizações esportivas e atletas; as estratégias de fomento estatal; as normas de gestão aplicáveis às organizações esportivas; as relações de trabalho; a tributação das atividades esportivas e os incentivos fiscais; a regulação das sociedades empresariais esportivas; as relações de consumo; as garantias de integridade nas competições; a Justiça Esportiva; os crimes contra a ordem econômica; e a integridade e a paz no esporte.

O Título I do projeto trata do ordenamento esportivo nacional.

O Capítulo I do Título I (arts. 1º a 10) contém as disposições preliminares da futura Lei Geral do Esporte, tratando prescrições iniciais sobre o objeto e o âmbito de aplicação da futura lei (art. 1º), os princípios fundamentais do esporte (art. 2º), o direito fundamental ao esporte (art. 3º), os níveis da prática esportiva (arts. 4º a 10). Traz as definições de terminologias e a necessidade de aplicação da norma em harmonia com atos e normas internacionais. Define os princípios fundamentais do esporte, o direito à prática esportiva e seus diferentes níveis. Cita os conceitos de formação, excelência e vivência esportiva, bem como os objetivos comuns aos diferentes níveis da prática esportiva.

O Capítulo II do Título I (arts. 11 a 36) cuida do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), dispondo sobre o Sistema Nacional do Esporte, sua composição e as atribuições de cada esfera governamental (arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11 a 21), o Plano Nacional Decenal do Esporte (art. 22), as interações entre entes públicos e organizações esportivas privadas (arts. 23 a 36). Trata-se, pois, de um sistema descentralizado, democrático e participativo por meio do qual se realizará a gestão e a promoção das políticas públicas para o esporte.

O Capítulo III do Título I (arts. 37 a 55) dita as regras relativas ao financiamento público ao esporte, que será fomentado sempre com priorização ao esporte educacional. Define que o fomento das atividades esportivas deve ser realizado mediante cofinanciamento dos três entes federados, mediante fundos do esporte. Nesse sentido, estabelece o Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte), seus objetivos e suas fontes de receita. Ao final, traz as diversas categorias da Bolsa-Atleta, bem como os critérios para concessão do benefício.

O Título II do projeto trata, em nove capítulos, da ordem econômica esportiva.

O Capítulo I do Título II (art. 56) apresenta as disposições gerais acerca da ordem econômica esportiva que, segundo o texto, "visa a assegurar as relações sociais oriundas de atividades esportivas", e incumbe o poder público de zelar pela sua higidez.

O Capítulo II do Título II (arts. 57 a 66) arrola regras de gestão corporativa, conformidade legal e regulatória, transparência e manutenção da integridade da prática e das competições esportivas às quais se submetem os gestores da área do esporte, para que se garantam a higidez e a manutenção da ordem econômica esportiva. Traz também regras e princípios que os processos eleitorais das organizações esportivas deverão assegurar, regras para prestação anual de contas e cria obrigações para as organizações envolvidas em competições com atletas profissionais. No mesmo capítulo, estão definidos os deveres do gestor esportivo, os requisitos e impedimentos pessoais na gestão esportiva e a gestão temerária no esporte.

O Capítulo III do Título II (arts. 67 a 99) descreve as especificidades das relações de trabalho no esporte. Para tanto, apresenta as premissas em que se devem basear as relações econômicas advindas da prática do esporte, define direitos e deveres para os trabalhadores esportivos (atletas, treinadores e árbitros), estabelece deveres para as organizações esportivas voltadas à prática profissional e delimita as especificidades do contrato de trabalho especial esportivo. Aborda, ainda, aspectos dos contratos de intermediação, representação e agenciamento e da transição de carreira do atleta profissional.

Por fim, apresenta disposições específicas para o futebol, nuances do contrato e formação esportiva e meios alternativos para resolução de controvérsias nas relações de trabalho esportivo.

O Capítulo IV do Título II (arts. 100 a 142) trata da tributação das atividades esportivas. Os dispositivos contêm desonerações de diversas naturezas, com algumas inovações em relação à legislação vigente, além de incentivos que reproduzem, em grande medida, a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006), revogada no final do PLS pelo inciso III do seu art. 270. Alteração relevante é apresentada no art. 102, que cria isenção do Imposto de Renda para os prêmios havidos por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apostadores de qualquer modalidade de loteria ou concurso de prognóstico administrados pela Caixa Econômica Federal ou concedidos pelo poder público federal. Outra inovação de grande impacto é a prevista na Seção V do capítulo, que trata das organizações esportivas de pequeno porte. Pelo seu art. 142, é criado o Simples Nacional Desportivo, que pretende beneficiar organizações esportivas de pequeno porte, entendidas como pessoas jurídicas, independentemente de sua personalidade jurídica, que aufiram, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$4,8 milhões. Elas gozarão, no que couber, de tratamento diferenciado e favorecido no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nas mesmas condições que as micro e pequenas empresas usufruem na forma da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, sem prejuízo das disposições da nova lei.

O Capítulo V do Título II (arts. 143 a 186) discorre acerca das Sociedades Empresárias Esportivas. Define características e natureza da Sociedade Anônima Esportiva (SAE), critérios para constituição do capital social e para constituição da SAE, características de suas ações e direito de voto. No mesmo capítulo também se definem os direitos dos detentores de ações classe A, participações, administração, conselho fiscal, controle da SAE, direito de preferência, auditoria e outras disposições gerais.

O Capítulo VI do Título II (arts. 187 a 202) trata das relações de consumo nos eventos esportivos. Para tanto, considera como consumidor o espectador do evento esportivo, seja ele torcedor ou não, desde que tenha adquirido o direito de ingresso no local do evento. Os direitos do espectador são elencados no decorrer do capítulo. Trata dos prazos para disponibilização para venda de ingressos e institui a obrigatoriedade de adoção de mecanismos antifraude, entre outros requisitos. Garante o direito à segurança nas arenas, bem como assegura aos espectadores acesso a transporte seguro e organizado, acesso seguro e rápido ao evento, serviços de estacionamento, disponibilização de meio de transporte para idosos, crianças e pessoas com deficiência e instalações físicas com higiene apropriada. Por fim, o texto elenca, ao final do capítulo, condições para acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, como a obrigatoriedade de possuir ingresso válido, a vedação de ingresso sob embriaguez ou uso de drogas, entre outras.

O Capítulo VII do Título II (arts. 203 a 208) aborda o direito de arena, que consiste na exploração e comercialização de difusão de imagens e pertence às organizações participantes do evento esportivo, bem como define os princípios e regras que embasam sua utilização. Resguarda aos atletas profissionais participantes do evento um percentual de 5% do montante resultante da exploração dos direitos de difusão, salvo acordo coletivo de trabalho. O art. 205 define princípios pelos quais se guiará a comercialização de direitos de difusão de imagens, como o interesse público, o direito do torcedor de acompanhar a organização esportiva e a integridade do esporte, entre outros. De acordo com o texto, a difusão de imagens de eventos esportivos na internet deve respeitar o disposto no capítulo em tela e o detentor dos direitos de difusão de imagens de eventos esportivos deverá disponibilizar parte das imagens dos eventos aos veículos de comunicação interessados. Por fim, o art. 208 estabelece que o direito de uso de imagem, pertencente ao atleta, pode ser por ele cedido ou explorado por terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Capítulo VIII do Título II (arts. 209 a 214) institui as regras para emissão e negociação da Cédula de Crédito Esportivo. Trata-se de um título executivo extrajudicial lastreado em créditos esportivos, oriundos do financiamento das organizações esportivas.

E o Capítulo IX do Título II (arts. 215 a 222) tipifica os crimes contra a ordem econômica esportiva, subdividindo-os em crime de corrupção privada no esporte (Seção I, art. 215), crimes na relação de consumo em eventos esportivos (Seção II, arts. 216 e 217) e crimes contra a propriedade intelectual das organizações esportivas (Seção III, arts. 218 a 222).

O Título III trata da integridade esportiva e da cultura de paz no esporte.

O Capítulo I do Título III (arts. 223 a 227) delineia princípios e regras com vistas a garantir a incerteza do resultado esportivo. Nesse sentido, define que a prática esportiva de excelência, com atletas de alto rendimento, tem como princípio basilar o da igualdade de condições entre os competidores. Ademais, aborda o controle de dopagem no esporte, seus objetivos, formas de implementação, entidades envolvidas e suas competências e ressalta a necessidade de prevenção em combate à manipulação de resultados esportivos.

O Capítulo II do Título III (art. 228) trata do torcedor, definindo-o como a pessoa que aprecia, apoia ou se associa a qualquer organização esportiva. Define as torcidas organizadas, a obrigatoriedade de que mantenham cadastros de seus associados, a responsabilidade civil, objetiva e solidária, por danos causados por qualquer um de seus associados no local do evento, nas suas imediações e no trajeto de ida e volta do evento.

O Capítulo III do Título III (arts. 229 a 235) aborda o tema da promoção da cultura de paz no esporte como obrigação do poder público, das organizações esportivas, dos torcedores e espectadores dos eventos, bem como a possibilidade da criação de juizados do torcedor. Define que as atividades da administração pública serão direcionadas pelo Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte, cria a Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte, cria uma ouvidoria no âmbito do Conselho Nacional do Esporte e estabelece o cadastramento dos torcedores da modalidade de futebol como condição para acesso às arenas.

O Capítulo IV do Título III (arts. 236 a 245) considera o aspecto da ética e do jogo limpo nas competições esportivas. Detalha as competências, os princípios e a organização da justiça esportiva, bem como os procedimentos referentes aos regulamentos das competições.

E o Capítulo V do Título III (arts. 245 a 249) tipifica os crimes contra a integridade e a paz no esporte, subdividindo-os em crimes contra a incerteza do resultado esportivo (Seção I, arts. 246 a 248) e crimes contra a paz no esporte (Seção II, art. 249).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Título IV (arts. 250 a 270) trata das disposições finais e transitórias. Define percentuais para destinação da arrecadação de testes da Loteria Esportiva, faculta a utilização de mediação e de arbitragem para dirimir litígios e controvérsias e estabelece a obrigatoriedade de transmissão, em pelo menos uma rede nacional de transmissão aberta, dos jogos em competições oficiais das seleções nacionais masculina e feminina de futebol, além de diversos outros temas. Traz também as alterações legislativas pretendidas pelo projeto: alterações e revogações de leis vigentes.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo, correspondente à Emenda n° 63-CCJ.

Na CCJ, o projeto recebeu 62 emendas, todas analisadas pelo Relator naquela Comissão.

Na CE, foram apresentadas as Emendas n°s 64 a 87, que serão detalhadas e analisadas na próxima seção deste relatório.

Após análise por esta Comissão, a matéria deve seguir para deliberação do Plenário.

Análise.

Em respeito às diversas alterações promovidas pela CCJ, após extenso debate promovido pelos membros daquela Comissão, tomaremos como base para nossa análise o texto do substitutivo lá aprovado. A partir desse texto propomos alterações que visam ao seu aprimoramento.

Para a construção do texto apresentado ao final deste relatório, incorporamos dezenas de sugestões recebidas de diversas entidades e pessoas ligadas às mais diferentes áreas do esporte, como atletas e agentes de atletas, as confederações, como a Confederação Brasileira de Atletismo – uma delas –, sindicatos de atletas profissionais, a exemplo do Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul, representantes de técnicos esportivos, entidades sociais que atuam na área esportiva, como a Atletas pelo Brasil, clubes esportivos sociais, a exemplo do Minas Tênis Clube, e órgãos públicos, como foi o caso do Tribunal de Contas da União.

De início, propusemos a modificação do §1° do art. 1° para retornar ao projeto a redação original utilizada para conceituar o esporte. Parece-nos indiscutível que o conceito de esporte deva incluir, em algum grau, a prática de atividade física.

No §1° do art. 3°, fizemos referência expressa às pessoas em vulnerabilidade social, incluídas como destinatárias do fomento estatal ao desenvolvimento de atividades físicas.

Alteramos o art. 5° para determinar que ações educativas e culturais devem fazer parte da prática esportiva no nível de formação esportiva.

Além disso, alteramos a nomenclatura do nível de prática esportiva conhecido como "vivência esportiva" para "esporte para toda a vida". Essa denominação, sugerida em 2015 pelo Grupo de Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sistema Nacional do Esporte (GTSNE), parecendo-nos, de fato, mais adequada. A seu turno, o termo "vivência esportiva" passou a denominar um dos serviços do nível de formação esportiva, antes denominado de "qualidade de vida".

Acrescentamos dois incisos ao art. 7° para incluir, no nível do esporte para toda a vida, o esporte social como meio de inclusão e o esporte como meio de reabilitação, habilitação e saúde.

Incluímos, no art. 8°, o termo "aplicação", para que fique claro que os níveis da prática esportiva compreendem não somente a difusão do conhecimento científico, mas também sua aplicação prática.

Ainda em atenção ao relatório elaborado como conclusão dos trabalhos do GTSNE, ampliamos os objetivos do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e definimos princípios e diretrizes em observância dos quais o sistema deverá ser organizado. Ademais, com base no mesmo documento, ampliamos as atribuições previstas para União, estados e municípios na área esportiva.

No art. 10, incluímos uma definição para o esporte educacional, principal destinatário dos recursos públicos investidos no esporte, conforme determina nossa Carta Magna. Essa modificação também foi objeto da Emenda n° 64, do Senador Romário, que será analisada mais adiante. Além disso, deslocamos o parágrafo único do art. 10, que trata do esporte militar, para o art. 11.

Fizemos a inclusão, também, de um novo parágrafo ao art. 12, para constar expressamente do texto que o esporte máster, bem como suas organizações esportivas, fazem parte do Sinesp.

No inciso I do art. 15, incluímos a possibilidade de realização de transferências voluntárias por parte dos Estados, para cofinanciamento dos programas e dos projetos esportivos em âmbito regional ou local. A mudança busca refletir o que já ocorre com a União, a quem é permitido fazer esse tipo de transferência. Além disso, e com o mesmo intuito, alteramos a redação do art. 40, de forma a permitir ali também a ocorrência de transferências voluntárias.

Na composição do Conesp, no art. 19, fizemos pequeno ajuste redacional na alínea "h" do inciso II para esclarecer que, na representação dos conselheiros estaduais de esporte, inclui-se também o conselheiro do Distrito Federal. Na alínea "k" estamos propondo que as indicações dos dois representantes dos atletas sejam feitas pela Comissão de Atletas do COB, que é o Comitê Olímpico Brasileiro, e pelo Conselho de Atletas do CPB – paralímpico. Propusemos, também, pequeno ajuste à alínea "l", para esclarecer que a pessoa indicada pela Rede Esporte pela Mudança Social (Rems) seja representante de entidades sociais, e não necessariamente ligada à própria Rems.

Estamos, ainda, propondo duas substituições na composição do Conesp. Na alínea "m", acrescentamos mais um representante das instituições de ensino e pesquisa, indicado pela Academia Brasileira de Educação Física, a partir da supressão da representação dos torcedores constante da alínea

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"p" do texto aprovado na CCJ. E na alínea "n" propomos substituir o representante do setor produtivo pelo representante da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos.

Modificamos também o *caput* do art. 21 para simplificar a redação de seu trecho final, fazendo referência às entidades integrantes do Sinesp.

No art. 22, que trata dos fins visados pelo Plandesp, incluímos outros profissionais no inciso V, além dos fisioterapeutas. Entendemos que todos esses profissionais merecem ter sua importância destacada por seu trabalho na preservação da saúde e reabilitação dos atletas. Além disso, incluímos previsão para que haja acessibilidade nas instalações esportivas para todas as pessoas. É realmente um grande problema a questão da acessibilidade nos espaços esportivos.

No rol das pessoas listadas no art. 23, incluímos aquelas que se dedicam à inclusão e à tecnologia na área do esporte, temas de grande relevância para o desenvolvimento do setor.

Alteramos, também, a redação do *caput* do art. 27, para corrigir uma impropriedade no texto aprovado pela CCJ. Apesar de concordarmos com a inclusão do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) no rol das entidades que constituem subsistemas esportivos próprios, entendemos ser equivocada a inclusão da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (Cbdel) nesse mesmo rol. De fato, o esporte eletrônico possui diversas entidades representativas, todas igualmente reconhecidas pela legislação brasileira. Assim, não enxergamos motivo plausível para a inclusão de uma dessas entidades em lei em detrimento de todas as outras.

Além disso, esse rol não contempla nenhuma entidade que represente especificamente uma modalidade esportiva, mas organizações que atuam em movimentos de mais amplo espectro, como o olímpico, o paralímpico e o clubístico.

Incluímos trecho ao final do parágrafo único do art. 32, com o objetivo de sanar uma possível ambiguidade no dispositivo. A ideia é deixar claro que a natureza privada ali descrita se refere às organizações esportivas e não aos recursos utilizados.

Alteramos o art. 33 para remeter à Lei das Loterias e ao seu regulamento a fixação do limite das despesas administrativas pagas com recursos oriundos de concursos de prognósticos. De fato, a legislação específica já aborda o tema, remetendo-o, também, a regulamento. Isso possibilita uma maior liberdade na fixação de tetos diferentes às diversas organizações esportivas beneficiárias desses recursos, bem como a diminuição ou o aumento do teto de gastos, a depender de situações específicas, como foi o caso da pandemia da covid-19.

Relativamente ao colégio eleitoral das organizações esportivas, alteramos o art. 34 para que a categoria de atletas possua, no mínimo, um terço do valor total dos votos. Além disso, acrescentamos disposição para que nenhuma categoria tenha mais do que 50% dos votos. Isso visa a assegurar que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisões não se concentrem nas mãos de representantes de somente uma das várias categorias que compõem o colégio eleitoral.

Ainda, deslocamos o inciso XI do *caput* do art. 34 para figurar como inciso V ao §4° do mesmo artigo. A ideia é que as prestações de contas das organizações esportivas beneficiadas com recursos públicos estejam disponíveis para toda a sociedade e não somente para os associados e filiados. Queremos transparência, com a modificação desse inciso.

Incluímos, também, um novo inciso ao *caput* do art. 34 para garantir que haja igualdade na premiação paga a atletas homens e mulheres em competições que façam uso de recursos públicos, ou promovidas por organizações que utilizem desses recursos. A ideia já foi aprovada por esta Casa, nos termos do PLS n° 397, de 2016, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

Propomos, também, mudança da redação da alínea "e" do inciso X do art. 34. A ideia aqui é determinar que a alternância no exercício dos cargos de direção das organizações esportivas que se beneficiam de recursos públicos seja mandatória e não somente uma possibilidade, como estava previsto. Nesse mesmo sentido, temos a Emenda n° 66, do Senador Romário, que será detalhada mais adiante.

No art. 34, ainda, retiramos a referência feita às isenções fiscais. As leis que concedem benefícios de isenções fiscais já trazem uma série de requisitos a serem cumpridos pelas entidades beneficiárias. Assim, por questão de isonomia, achamos por bem não criar ainda mais requisitos para as organizações esportivas beneficiadas com esses recursos. Em respeito, ainda, à especificidade das leis próprias, suprimimos desse artigo o §3°.

Ademais, acrescentamos parágrafo para excetuar do cumprimento das determinações do art. 34 as organizações sociais de pequeno porte atuantes na área esportiva, prevendo que elas devem, de toda forma, prestar contas de todos os recursos públicos recebidos. Entendemos que as normas de gestão ali estabelecidas somente fazem sentido para as organizações esportivas que atuam focadas primordialmente no nível da excelência esportiva.

Além disso, acrescentamos um parágrafo único ao art. 38 para estabelecer a harmonia entre os entes federados na utilização de recursos públicos para a instalação de equipamentos ou construção de centros esportivos. O objetivo da proposta é fazer com que haja racionalidade no emprego de dinheiro público, sobretudo na construção de centros de excelência esportiva, para que as reais necessidades da modalidade sejam atendidas, evitando-se, por exemplo, a construção de centros próximos um do outro em detrimento de outras localidades que também poderiam ser beneficiadas.

Então, estamos exigindo maior planejamento na construção desses espaços. Muitas vezes, algumas regiões no país, alguns estados possuem quatro, cinco centros esportivos, e em outros estados, em outras regiões a gente não tem sequer um. Então, a gente está, de certa forma, moralizando a aplicação desses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, incluímos a necessidade de que sejam ouvidas as respectivas organizações que administram ou regulam a modalidade no caso de construção de centros esportivos ou arenas destinados à excelência esportiva, Sr. Presidente.

Modificamos a redação do art. 44 e do inciso V do art. 46, para adaptar seus termos ao novo marco regulatório sobre rotulagem nutricional dos alimentos embalados, em conformidade com regulamentos recém-editados pela Anvisa.

No art. 45, que trata dos objetivos do Fundesporte, retiramos a menção que restringia sua aplicação somente aos brasileiros, por acreditar que as disposições ali contidas podem e devem ser aplicadas a todas as pessoas que estiverem em nosso país.

Nós temos vários atletas aqui que representam a nossa seleção e que têm dupla nacionalidade ou que hoje representam o nosso país e que são de fora. Então, a gente não pode, de certa forma, discriminar esses atletas, essas nacionalidades.

Além disso, incluímos a previsão de que haja acessibilidade nas instalações esportivas e equipamentos adaptados à prática esportiva.

Por fim, no art. 45 estamos propondo o acréscimo de dois novos incisos para inserir entre os objetivos do Fundesporte o fomento de estudos, pesquisas e avanços tecnológicos na área do esporte, e a criação de programas de capacitação e formação dos nossos treinadores.

Alteramos, também, a redação do inciso IV do art. 46 para fazer referência às modalidades lotéricas previstas na Lei nº 13.756, de 2018. A ideia é não restringir os recursos do Fundesporte somente às loterias de prognósticos, mas ampliar para outros tipos de loterias previstos em lei, como a loteria federal e a loteria instantânea exclusiva (Lotex). No inciso VI, estamos tornando exclusiva, ao invés de prioritária, a aplicação de recursos em programas e ações de reabilitação de acidentados por meio do esporte.

Alteramos, também, o *caput* do art. 47 para determinar que os recursos repassados pelo Fundesporte aos fundos de esporte dos estados e do Distrito Federal não sejam relativos aos valores recebidos das loterias, pois esses, conforme a Lei 13.756, de 2018, são transferidos diretamente pela Caixa Econômica Federal. Propomos que o repasse do Fundesporte aos fundos de esporte dos estados e do Distrito Federal seja de uma parcela dos recursos recebidos a título de doações, legados ou patrocínios ou provenientes do adicional aos tributos incidentes sobre alimentos cujas quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio sejam iguais ou superiores aos limites definidos pela Anvisa.

Além disso, ajustamos a redação do parágrafo único do art. 48, para esclarecer que o vínculo de emprego com organização esportiva é impeditivo para que o atleta receba bolsa do poder público, e não vínculo de qualquer natureza com o órgão concedente, como estava previsto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 49, incluímos previsão para que os atletas-guias possam ser beneficiados, sim, com a Bolsa-Atleta, remetendo ao regulamento as condições para que isso ocorra. Acreditamos que os atletas-guias devem submeter-se às mesmas rotinas de treinos a que se submetem os atletas, motivo pelo qual merecem, sim, ser contemplados.

Quanto à Bolsa-Atleta, ainda incorporamos ao projeto as disposições do PL 2.685, de 2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que já foi aprovado por esta Casa e aguarda deliberação da Câmara. A ideia é retirar o requisito da idade mínima para a concessão do benefício, além de permitir a cumulação do recebimento da Bolsa-Atleta Estudantil com outras bolsas de estudo.

No inciso I do art. 58, fizemos ajuste redacional para deixar mais claro que a representatividade de técnicos e árbitros nos colégios eleitorais das organizações esportivas levará em conta a pertinência desse mandamento, a depender da estrutura de cada organização. Além do mais, modificamos o art. 58, para admitir a possibilidade de votação não presencial nos processos eleitorais das organizações esportivas.

Nós temos enfrentado, em várias eleições nas entidades esportivas, a dificuldade, dentro da estrutura do quadro eleitoral, de atletas que ainda estão em atividade. Muitas vezes, Sr. Presidente, se convoca a eleição, eles não estão presentes e não se computa o voto deles. Nós não achamos justo. Eu acho que o advento tecnológico da internet hoje possibilita, sim, o acesso dessa representação ao colégio eleitoral no momento da eleição. Então, nós achamos justo, sim, essa participação, mesmo que seja de forma remota.

No art. 59, acrescentamos trecho para deixar claro que, além da legislação específica sobre o tema, deve-se observar o disposto no art. 195 da Constituição, que proíbe a concessão de financiamento com recursos públicos à pessoa jurídica em débito com a seguridade social. Por essa extensão, suprimimos a palavra "previdenciários" do inciso I do §4° do mesmo artigo, já que não se permite a utilização dos recursos desse modelo de financiamento para a quitação de débitos previdenciários.

No inciso I do art. 61, colocamos o termo "demonstrações financeiras" no singular, para evitar interpretações de que as organizações esportivas devam fazer mais de uma demonstração financeira. Incluímos, porém, previsão para que a demonstração financeira possa ser separada por atividade econômica, para manter a ideia original do dispositivo.

Nesse mesmo inciso, promovemos pequena mudança de redação para que as demonstrações financeiras das organizações esportivas sejam publicadas em sítio eletrônico próprio ou da respectiva organização regional que administre e regule a modalidade esportiva.

Relativamente aos atos de gestão temerária no esporte, optamos por incorporar ao projeto as determinações constantes dos arts. 18-B a 18-E da Lei Pelé.

Desculpe, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dispositivos já são aplicáveis a todas as entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto. Consideramos que, por incentivarem uma cultura de gestão mais profissional e responsável, esses dispositivos, que tratam da questão de forma mais aprofundada, são de grande relevância, não podendo ser suprimidos do nosso ordenamento jurídico. A incorporação desses quatro artigos substitui a redação original dos arts. 64 e 65.

No art. 70, modificamos a redação para tornar o dispositivo mais amplo, fazendo referência às assistências especializadas a que os atletas devem se submeter para seu bom desempenho esportivo. Isso inclui a assistência profissional de psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas, dentre outros.

Promovemos, também, mudança na redação do §2° do art. 71, para ampliar o rol de profissionais aptos a exercerem o ofício de treinador esportivo. Além disso, incluímos previsão diferenciada para que ex-atletas possam atuar como treinadores, desde que cumpridos alguns requisitos.

Ainda, reafirmamos a possibilidade de atuação de treinadores estrangeiros, desde que possuam licença de sua associação nacional de origem.

No do art. 73, substituímos o verbo "extrair" por "dotar", por ser mais condizente com o trabalho realizado pelo treinador esportivo.

No do art. 78, incluímos trecho final para deixar claro que o profissional remunerado por meio de contratos de natureza cível não pode participar como sócio ou acionista da organização esportiva com a qual mantém relação.

O §1° do art. 80 afirma que a organização esportiva contratante é responsável pelas despesas necessárias ao restabelecimento do atleta enquanto a seguradora não fizer a ele o pagamento da indenização devida.

Acrescentamos trecho ao fim desse parágrafo para deixar claro que o pagamento feito pela organização esportiva contratante não a exime do pagamento do salário do atleta. Já o §2° trata das hipóteses de custeio dos gastos com seguro no caso de convocação para seleção, a que se refere o inciso VI, do *caput*, pelo COB, CPB, CBC, CBCP, CBDE e CBDU. Ocorre que, dentre o rol de entidades listadas, o CBC e o CBCP não convocam seleções e, sendo assim, optamos por suprimir ambos do texto.

No art. 82, alteramos a redação do *caput* para conferir maior clareza ao dispositivo, sem modificar seu conteúdo. Já no §9°, retiramos o trecho final, visto que hipóteses que configuram simulação ou fraude de contrato de trabalho podem ser assim consideradas pela Justiça, sem necessidade de previsão legal para isso.

No art. 86 adicionamos trecho final para fazer referência aos regulamentos de cada modalidade esportiva, porque cada uma tem sua especificidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 87, incluímos dispositivo que permite a estipulação de multa devida por uma organização esportiva a outra, em caso de descumprimento de contrato de cessão de atleta.

No art. 91, deixamos claro que parentes em primeiro grau, cônjuge e advogado do atleta podem representá-lo na celebração de contratos esportivos e no agenciamento de suas carreiras desde que expressamente outorgados para isso.

No art. 92, promovemos o retorno da Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap) como entidade responsável pela execução de programas assistenciais e de transição de carreira do atleta profissional, por meio de ações educativas e de promoção da saúde física e mental, e com o objetivo de auxiliar em sua recolocação no mercado de trabalho. A entidade tem prestado assistência a milhares de atletas e ex-atletas profissionais, durante seus quase 30 anos de existência.

Acreditamos que a canalização dos recursos a uma entidade assistencial seja mais efetiva aos atletas e ex-atletas do que o simples repasse às contas do INSS, onde esses valores dificilmente seriam individualizados e aplicados integralmente em benefício desses atletas. Além disso, para aumentar o controle sobre os recursos recolhidos à Faap, incluímos dispositivo que exige a apresentação, a cada dois anos, de suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria externa independente.

No art. 93, alteramos o *caput* para deixar claro que as disposições nele contidas são aplicáveis somente à modalidade futebol.

Relativamente aos treinadores profissionais de futebol – acho que é importante a participação do Senador Portinho e do Senador Romário –, alteramos o inciso I do §1º do art. 94, para que seu contrato de trabalho tenha prazo mínimo de seis meses. Isso visa dar mais segurança e estabilidade a esses profissionais. Ainda incluímos nesse mesmo artigo um novo §4º, determinando a necessidade de registro e publicação do nome do treinador em boletim informativo da organização que administra e regula a modalidade esportiva, como condição para que este possa atuar pela organização esportiva empregadora.

No art. 95, alteramos a alínea "c" do inciso II, para garantir assistência fisioterapêutica aos atletas em formação, e a alínea "d" do mesmo inciso, para que a manutenção de alojamento aos atletas em formação seja facultativa. Essa é a realidade de muitos clubes formadores de atletas, que não possuem alojamento em suas dependências. Além disso, alteramos o inciso IV do §6º do mesmo artigo, para dar-lhe uma melhor redação, sem alteração de conteúdo.

No que diz respeito à formação de atletas, incorporamos ao projeto disposições do PL nº 1.153, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados. O objetivo do projeto é dar mais segurança aos atletas em formação, fornecendo-lhes instalações adequadas quanto à habitabilidade, à higiene, à salubridade e às medidas de prevenção e combate a incêndio. Com o mesmo propósito, foram incorporadas disposições constantes do PL nº 718,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019, de minha autoria, em tramitação nesta Casa e com relatório favorável apresentado pelo Senador Romário perante a Comissão de Assuntos Sociais. Para materializar essas alterações, modificamos o §2° do art. 95 e incluímos os arts. 96 e 97, com renumeração dos dispositivos subsequentes.

Estamos dando mais estrutura principalmente ao esporte de base. Um dos exemplos é a tragédia do Ninho do Urubu. Sabemos que, de fato, precisamos estar mais atentos a essas instalações que cuidam dos nossos jovens atletas.

Fizemos pequena alteração no art. 110 para deixar claro que o dispositivo faz referência ao regime de apuração cumulativo, de acordo com os diplomas legais citados no dispositivo.

No §1° do art. 122, retiramos o trecho "apurado na Declaração de Ajuste Anual", visto que ele limita a possibilidade de doações quando há ganho de capital que seja declarado em instrumento diverso da Declaração de Ajuste Anual. Entendemos que, ao retirar essa previsão, o tema pode ser disciplinado por meio de decreto ou normas infralegais. Além disso, em linha com o que dispõe o PL n° 940, de 2022, já aprovado na Câmara dos Deputados e aguardando deliberação nesta Casa, estamos elevando o percentual passível de dedução para pessoa física em um ponto percentual.

Ainda incorporamos o conteúdo do §1° do art. 123 ao *caput* desse artigo. A mudança visa não gerar dúvidas sobre a ordem de prioridade para a destinação de recursos ao esporte provenientes de renúncia fiscal, mecanismo atualmente existente na Lei de Incentivo ao Esporte.

Estamos promovendo outras alterações na sessão que trata dos incentivos, para compatibilizar a Lei Geral do Esporte com medidas propostas no citado PL 940, de 2022. A primeira mudança reduz de 4% para 3% o limite para dedução no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas das doações ou patrocínios realizados na área esportiva, mantendo, entretanto, o percentual de 4% quando o projeto desportivo ou paradesportivo for destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social. A outra mudança consiste em incluir, na definição de proponentes de projetos esportivos, as instituições de ensino fundamental, médio e superior.

Incluímos no projeto um novo art. 148, para que os eventos esportivos realizados em vias públicas que cobrarem inscrições dos participantes ou competidores sejam autorizados e supervisionados por organização esportiva que administra ou regula a respectiva modalidade. Isso visa à segurança do público e dos participantes desses eventos, que poderão se valer da *expertise* dessas organizações.

Acrescentamos, ainda, novo parágrafo ao art. 158, para trazer um rol exemplificativo de situações em que há a efetiva utilização da imagem do atleta pela organização esportiva. Isso ajudaria a dirimir eventual conflito sobre a utilização ou não da imagem do atleta pela organização esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, acrescentamos novo parágrafo ao art. 176 para prever, expressamente, que os membros da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte) não serão remunerados por sua participação no colegiado.

Incorporamos ao projeto a ideia contida no Projeto de Lei nº 5.004, de 2020, de autoria do Senador Romário, que "dispõe sobre vedação à imposição de penas disciplinares a atletas por manifestação de pensamento". Ajustamos o texto para acolher a proposta de substitutivo contida em relatório de nossa autoria apresentado perante a CE. O intuito é garantir ao atleta, treinadores, árbitros e demais pessoas envolvidas nas competições esportivas o direito, sim, à liberdade de expressão, expressamente assegurado pela Constituição. Acreditamos que essas pessoas não perdem a qualidade de cidadãos nem seus direitos fundamentais quando estão em competição. De fato, restrições à manifestação de pensamento só podem se justificar na medida em que esta se revele perturbadora ou impeditiva do próprio evento esportivo, ou quando, por seu conteúdo ou forma, já constitua um ilícito mesmo em contextos alheios ao esporte.

Alteramos, também, Sr. Presidente, o art. 183, para incluir representação da categoria dos treinadores esportivos nos órgãos da justiça esportiva.

Acrescentamos dois parágrafos ao art. 184, que trata da Justiça Esportiva Antidopagem, para: i) garantir em sua composição representantes de organizações que administram e regulam o esporte, de entidades sindicais dos atletas e do Poder Executivo; e ii) incentivar a paridade entre homens e mulheres em sua composição. Destaque-se que essas determinações já constam da Lei Pelé.

Alteramos o art. 191 para remeter ao regulamento de cada organização que administra e regula a modalidade esportiva os critérios para escolha dos árbitros das partidas. Não vemos sentido na determinação de que árbitros sejam escolhidos em audiência pública aberta ao público e transmitida via internet. Consideramos que essa determinação não traz nenhum benefício no processo de escolha dos árbitros, além de onerar sem motivo as entidades esportivas que organizam competições, sobretudo as de menor porte. Neste ponto, fazemos um paralelo com a Justiça Esportiva. Se as organizações esportivas possuem autonomia para estabelecer livremente a instituição de sua justiça esportiva, além de editar seus próprios códigos de justiça desportiva e formar os respectivos tribunais, por que não poderiam ter autonomia para definir os critérios de escolha dos árbitros das partidas, assunto de complexidade tão menor?

Modificamos, ainda, os parágrafos do art. 199, para simplificar e desburocratizar a liberação de atleta servidor público civil ou militar convocado para integrar representação nacional em treinamentos ou competições esportivas no país ou no exterior, além de estender a previsão contida nesse mesmo artigo aos treinadores e árbitros.

Finalmente, acrescentamos novo artigo para deixar claro que as ligas esportivas, para todos os efeitos, estão incluídas no conceito de organização esportiva que administra e regula o esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como dito na seção anterior, foram apresentadas, Sr. Presidente, as Emendas – agora, vamos às emendas – nºs 64 a 82 ao projeto, as quais descreveremos brevemente, analisando-as.

A Emenda nº 64, do Senador Romário, visa conceituar o esporte educacional. Acreditamos que, de fato, seja importante que esse conceito conste da Lei Geral do Esporte, motivo pelo qual acolhemos parcialmente a emenda, mesclando o conceito sugerido com aquele já existente na Lei Pelé.

A Emenda nº 65, do Senador Romário, pretende positivar na Lei Geral do Esporte que as discussões havidas nas Conferências de Esporte observem as diretrizes do Plandesp. Concordamos que o Plandesp deva servir como guia, motivo pelo qual acolhemos a emenda.

A Emenda nº 66, também do Senador Romário, pretende alterar o art. 34 do projeto para: determinar a obrigatoriedade de alternância no exercício dos cargos de direção das organizações esportivas que se beneficiam de recursos públicos; e que essas organizações deem publicidade aos tetos salariais e efetivos salários pagos a seus quadros diretivos e servidores. Acreditamos que a medida é benéfica e dará mais transparência ao uso dos recursos públicos. Propomos o acolhimento parcial, determinando a publicação dos efetivos salários dos dirigentes, mas não dos demais funcionários das organizações.

A Emenda nº 67, do Senador Romário, modifica o inciso IX do art. 20 para que o Conesp, além de apreciar os relatórios anuais da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania sobre a execução de todos os pactos de ciclos olímpicos e paralímpicos, também vote o documento, para que a pasta ministerial possa ter a análise crítica de seu desempenho e, com isso, fazer as correções de rumos necessárias. Entendemos, sim, ser importante que a Secretaria do Esporte tenha esse retorno, motivo pelo qual acolhemos parcialmente a emenda, prevendo que o Conesp emita parecer sobre os relatórios.

A Emenda nº 68, do Senador Romário, pretende dar nova destinação aos recursos de loterias, aumentando o percentual do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos e incluindo o Comitê Brasileiro do Esporte Master, reduzindo os valores pagos aos prêmios. Com a aprovação da Lei das Loterias, esse assunto deixou de ser disciplinado pela Lei Pelé. Por esse motivo, todas as referências que o projeto fazia aos recursos de loterias foram suprimidas do texto pela CCJ. Assim, consideramos que as modificações propostas devam fazer parte de projeto de lei autônomo, visando à modificação da Lei das Loterias, motivo pelo qual votamos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 69, também do Senador Romário, intenta incluir o Comitê Brasileiro do Esporte Master e a Comissão Desportiva Militar do Brasil entre as organizações que constituem subsistemas esportivos próprios. Acolhemos parcialmente a emenda, reconhecendo o esporte militar como um subsistema esportivo próprio. O esporte máster e suas organizações esportivas, a seu turno, são reconhecidos como integrantes do Sinesp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 70, do Senador Romário, pretende ampliar a composição do Conesp, aumentando o número de membros do Conselho de 36 para 42. Entre os representantes governamentais, são incluídos um representante de cada um dos ministérios a seguir: da Educação, da Saúde e do Turismo. Relativamente à sociedade civil, foram incluídos representantes das seguintes categorias ou entidades: técnicos esportivos brasileiros, Comitê Brasileiro do Esporte Master, Comissão Desportiva Militar do Brasil e organizações esportivas dos povos indígenas, tendo sido suprimida a representação dos torcedores. Entendemos que não é recomendável elevar o número de integrantes do Conesp.

Só um minuto, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Entendemos que não é recomendável elevar o número de integrantes do Conesp. Em relação à representação dos ministérios, não nos parece necessário especificar quem serão os representantes governamentais, até porque nada impede que os ministérios citados sejam indicados entre as 18 indicações que cabem ao poder público. Todavia, concordamos com a supressão da representação dos torcedores, de forma que acatamos parcialmente a referida emenda.

A Emenda nº 71, também do Senador Romário, dispõe que as seleções esportivas que representam o país em eventos internacionais oficiais, de todas as modalidades e categorias, olímpicas e paralímpicas, integram o patrimônio cultural brasileiro e são consideradas de elevado interesse social. Votamos pela rejeição da emenda. O tema é objeto do PLS nº 444, de 2016, e aguarda manifestação da CCJ e da CE. Além disso, o reconhecimento de bens de natureza imaterial como patrimônio cultural não deve ser feito por meio de lei, devendo observar procedimento administrativo previsto no Decreto nº 3.551, de 2000.

A Emenda nº 72, do Senador Romário, estabelece que o Conesp será responsável pela elaboração do projeto que estabelecerá o Plandesp. Acreditamos que o PLS nº 68, de 2017, acerta ao não definir um único órgão como responsável pela elaboração do Plandesp. Isso permite que o projeto de lei possua, inclusive, iniciativa parlamentar, ampliando o rol de legitimados para sua apresentação. Por esse motivo, somos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 73, do Senador Lasier Martins, determina caber exclusivamente às Associações de Cronistas Esportivos o credenciamento dos profissionais da imprensa em serviço, garantindo-lhes amplo acesso a praças, estádios, arenas, ginásios esportivos e assemelhados em todo o território nacional. Acolhemos parcialmente a emenda, incluindo no projeto dispositivo similar ao atual art. 90-F da Lei Pelé.

Dessa emenda, Sr. Presidente, eu não vou continuar a leitura porque o Senador Lasier já se manifestou aqui, durante a audiência, e eu acredito que já esteja pacificado o pleito das Associações de Cronistas Esportivos. Então, na próxima semana, nós vamos adequar a redação e certamente será aprovada por todos os membros desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 74, do Senador Romário, permite ao treinador esportivo a celebração de contrato de direito de imagem, tal como ocorre com os atletas. Todavia, o projeto já permite aos treinadores esportivos a celebração de contrato de natureza civil, motivo pelo qual rejeitamos a emenda.

A Emenda nº 75, também do Senador Romário, pretende incluir, entre os deveres da organização esportiva, o de contratar seguro de vida e de acidentes pessoais para os treinadores esportivos, com o objetivo de cobrir os riscos a que estão sujeitos, tal como ocorre com os atletas. Entendemos que tal determinação não se justifica, fazendo sentido somente para os atletas profissionais, que efetivamente se sujeitam a riscos de graves lesões no exercício de suas atividades, motivo pelo qual somos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 76, do Senador Romário, inclui, no conceito de treinador esportivo profissional, as funções de auxiliar técnico de treinador, de treinador de goleiros e de auxiliar técnico de treinador de goleiros. Além disso, possibilita o exercício da profissão de treinador esportivo a treinadores estrangeiros, desde que: i) comprovem ter licença de sua associação nacional de origem; e ii) o país de origem do treinador estrangeiro permita que treinadores esportivos brasileiros trabalhem naquele país.

Consideramos que as funções descritas pela emenda já estão incluídas no conceito de treinador esportivo, além de diversas funções auxiliares de outras modalidades esportivas, não se resumindo somente ao futebol. Com relação aos treinadores estrangeiros, acolhemos a determinação de que comprovem ter licença de sua associação nacional de origem para exercerem o ofício no Brasil. Assim, acolhemos parcialmente a emenda.

A Emenda nº 77, do Senador Romário, dispõe que a atividade assalariada, que não é a única forma de caracterização da profissionalização do atleta, do treinador e do árbitro esportivo, seja definida também por meio da celebração de contrato de trabalho, além dos contratos civis já previstos no artigo. Consideramos redundante a redação, visto que, quando o dispositivo se refere a atividade assalariada, faz referência justamente à relação de trabalho configurada por meio de contrato de trabalho, sendo desnecessário que se especifique isso novamente. Somos, portanto, pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 78, do Senador Romário, busca tornar ainda mais rigorosas as regras do chamado *fair play* financeiro ao obrigar que as organizações esportivas comprovem, ao final de cada competição, que foram pagos salários e valores relativos ao direito de imagem dos atletas que dela participaram. Reconhecendo o mérito da emenda, entendemos que o dispositivo proposto acaba por colidir com o entendimento adotado nesta Lei Geral, assim como na Lei Pelé, qual seja, admitir o atraso de até dois meses das remunerações devidas aos atletas. É evidente que o melhor seria não haver tal tolerância, porém, trata-se de reconhecer a realidade do esporte nacional. Por isso, optamos por não acatar a referida emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 79, do Senador, propõe alterar a composição dos órgãos da justiça esportiva proposta no art. 183 do substitutivo da CCJ, adotando a composição prevista na Lei Pelé, que inclui um representante dos árbitros. Além disso, inclui os procuradores-gerais dentre os membros da justiça esportiva cujo mandato não será superior a quatro anos. Em relação à composição dos órgãos, concordamos com a preocupação do autor, mas optamos por incluir representantes dos treinadores. No que se se refere ao prazo do mandato dos procuradores-gerais, acatamos a proposta. Portanto, acolhemos parcialmente a emenda.

A Emenda nº 80, também do Senador Romário, acrescenta ao art. 87 disposições já previstas na Lei Pelé para dar mais segurança jurídica ao atleta nos contratos de cessão celebrados entre organizações esportivas. A ideia é permitir que o atleta cedido retorne à organização esportiva cedente em caso de não pagamento de seus salários por parte da organização cessionária. Além disso, prevê, para esse mesmo caso, a incidência de cláusula compensatória devida ao atleta pela organização inadimplente. Concordamos plenamente com as ponderações do autor e acolhemos a emenda.

A Emenda nº 81, também do Senador Romário, propõe alterar a redação do §8º do art. 82, que estabelece que o contrato especial de trabalho esportivo vige independentemente de registro em organização esportiva, não se confundindo com o vínculo esportivo. A emenda retoma a redação da Lei Pelé, que associa os vínculos trabalhista e esportivo no caso do atleta profissional. Entretanto, o PL altera justamente o conceito do atleta profissional, ao admitir outros tipos de vínculo. Todavia, concordamos que, em relação ao futebol profissional, a flexibilização representaria um retrocesso. Por esse motivo, incluímos novo inciso ao art. 93 para prever expressamente que o vínculo trabalhista existente entre o atleta da modalidade futebol e a organização empregadora será constituído com a celebração de contrato especial de trabalho esportivo. Assim, acolhemos parcialmente a emenda.

A Emenda nº 82, também do Senador Romário, acrescenta trecho ao fim do §1º do art. 80 para deixar claro que o pagamento feito pela organização esportiva contratante referente a despesas necessárias ao restabelecimento do atleta enquanto a seguradora não fizer a ele o pagamento da indenização devida não a exime do pagamento do salário do atleta. Concordamos com a emenda pois, do contrário, seria o próprio atleta quem estaria custeando as despesas necessárias ao seu restabelecimento. Portanto, acatamos a emenda.

A Emenda nº 83, do Senador Roberto Rocha, propõe o acréscimo de um novo inciso ao art. 2º da Lei nº 9.696, de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física, para incluir no rol de pessoas aptas a serem inscritas nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os ex-atletas olímpicos e paralímpicos ou atletas que disputaram campeonatos mundiais. O objetivo é permitir a esses ex-atletas o exercício das funções de técnico, auxiliar técnico ou assistente técnico, nas suas respectivas modalidades. Apesar de reconhecermos a relevância da proposta, entendemos que o PLS nº 68, de 2017, não seja o melhor lugar para se proceder à alteração pretendida. Isso porque o projeto, em nenhum momento, faz alterações ou referências à Lei nº 9.696, de 1998. Dessa forma, acreditamos que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor solução para o caso seja a apresentação de um projeto de lei autônomo. Por esse motivo, somos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 84, do Senador Carlos Portinho, altera a redação do §2º do art. 164, determinando que a remuneração devida a título de imagem ao atleta pela organização esportiva não poderá ser superior a 50% da sua remuneração estabelecida em contrato de trabalho. O texto inicial determinava um percentual de 40%. O autor defende a necessidade de se adequar o percentual, ao considerar que a imagem passou a ter um valor muito importante, tanto para a exploração por parte do clube quanto para o atleta na negociação do seu contrato. Há inúmeros exemplos de atletas em final de carreira que tem uma imagem supervalorizada, chegando a imagem a valer até mais do que a atual capacidade desportiva do atleta. Concordamos com os argumentos expostos e acatamos a emenda.

A Emenda nº 85, também do Senador Carlos Portinho, acrescenta um parágrafo único ao art. 26, para facultar às organizações esportivas a utilização do instituto da arbitragem como meio de resolução de controvérsias. Entendemos que a medida pode auxiliar na resolução de conflitos de natureza desportiva e, portanto, acatamos a emenda.

A Emenda nº 86, da Senadora Rose de Freitas, altera três artigos. A modificação inclui entre os membros do Conesp um representante da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (Cbdel), introduz a Cbdel no rol de entidades que constituirão subsistemas esportivos próprios e, por fim, reserva à Cbdel 0,4% da arrecadação bruta de concursos de prognóstico. Conforme o exposto na parte inicial da análise, entendemos ser equivocada a inclusão da tal referida confederação no rol das entidades que constituirão subsistemas esportivos próprios. De fato, o esporte eletrônico possui diversas entidades representativas, todas igualmente reconhecidas pela legislação brasileira. Assim, não enxergamos motivo plausível para a inclusão de uma dessas entidades em lei, em detrimento de todas as outras. Além disso, esse rol não contempla nenhuma entidade que represente especificamente uma modalidade esportiva, mas organizações que atuam em movimentos de mais amplo espectro, como o olímpico, o paralímpico e o clubístico. Assim, somos pela rejeição da emenda.

Por fim, a Emenda nº 87, do Senador Carlos Portinho, altera a redação do §4º do art. 100, que estabelece, no caso de não cumprimento das garantias aos atletas em formação, a suspensão da organização esportiva formadora de participação em competições oficiais, até que seja comprovada a correção dos problemas existentes. O autor argumenta que as sanções devem ser condizentes com a gravidade do fato, levando-se em consideração fatores como gravidade e reiteração na conduta. Assim, propõe a progressividade da penalidade: primeiramente, advertência para regularizar o problema no prazo de 90 dias; em seguida, perda da certificação como entidade formadora; e, por fim, suspensão da participação em competição oficiais a partir da temporada seguinte. Concordamos com as ponderações do autor, mas consideramos excessivo o prazo de 90 dias para a advertência e o reduzimos para 60 dias. Portanto, acolhemos parcialmente a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a publicação do nosso relatório, no dia 19/04/2022, recebemos uma série de sugestões, em relação ao substitutivo que apresentamos, de Parlamentares, do Exército Brasileiro, da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, da Associação Brasileira de Anunciantes, da Associação de Cronistas Esportivos do Brasil e da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas. Concordamos com a pertinência de várias dessas sugestões e as incorporamos ao texto. Tomaremos como base para nossa análise o texto do substitutivo publicado em 19/04/2022.

Em todo o projeto, substituímos a denominação da modalidade "futebol associação" apenas por "futebol". Essa denominação já é amplamente utilizada na legislação em vigor e mais próxima de nossa realidade.

Para a harmonização da terminologia, substituímos a expressão "*doping*" por "dopagem", já utilizada em outros dispositivos do texto.

No parágrafo único do art. 15, substituímos a expressão "à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania" por "ao Poder Executivo", visando a evitar a invasão da competência privativa do Poder Executivo para dispor sobre órgãos componentes de sua estrutura.

Propusemos a supressão do inciso I do art. 21, que estabelece competir ao Conesp aprovar a Política Nacional de Esporte. De fato, a aprovação de uma Política Nacional do Esporte... É "conferir ao Conesp" aqui: "conferir ao Conesp aprovar"... É um erro de português aqui, desculpe, Sr. Presidente. "Conferir ao Conesp aprovar a Política Nacional de Esporte". Está aqui "competir", eu falei: "Ué?".

De fato, a aprovação de uma Política Nacional do Esporte foi feita pelo CNE em 2005, sem que houvesse previsão legal para isso. Além disso, como o projeto da Lei Geral do Esporte não define essa política, bem como seus objetivos e diretrizes, optamos por retirar essa previsão do texto, o que não prejudica a atribuição do Conesp com relação ao tema, como atualmente já ocorre com o CNE.

No art. 23, inserimos um novo inciso, para incluir dentre os objetivos do Plandesp o custeio, manutenção e adoção de medidas para o melhor aproveitamento das instalações do legado olímpico.

Alteramos o teor do §7º acrescido por nós ao art. 35 do projeto. A ideia é fazer com que as organizações sociais de pequeno porte atuantes na área esportiva cumpram requisitos básicos de gestão constantes nos incisos do artigo, como possuir situação regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, destinar seus resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais e serem transparentes em suas gestões.

Na definição dos alimentos sobre os quais incidirá um adicional tributário, nos arts. 45 e 47, suprimimos a palavra "iguais", de forma a contemplar apenas os alimentos cujas quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio sejam superiores aos limites definidos pela autoridade sanitária competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 60, suprimimos a expressão "para integralizar sua parcela no capital de Sociedade Anônima do Futebol". O tema já é abordado na legislação da SAF.

No art. 60, acrescentamos previsão para que as organizações esportivas somente possam obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros caso apresentem plano de resgate de provimento de credores trabalhistas, além dos demais requisitos já previstos.

Além disso, incluímos um novo §6° ao art. 60 para conceituar as organizações esportivas de pequeno porte. Para isso, incorporamos a definição constante da redação original do projeto, que foi suprimida no bojo das alterações promovidas pela CCJ.

Modificamos a redação do §1° do art. 61 para deixar claro que a expressão "mesma série ou divisão de uma competição" aplica-se somente às competições que contam com esse tipo de divisão, como é o caso do Campeonato Brasileiro de Futebol. Assim, a restrição ali prevista será aplicável para equipes disputantes de uma mesma divisão, não fazendo sentido para equipes disputantes de divisões distintas de uma competição.

Já estamos finalizando, Sr. Presidente.

No art. 74, incluímos previsão para que o ofício de treinador esportivo possa ser exercido também pelos portadores de diplomas de formação profissional em cursos fornecidos pela organização nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva.

Modificamos o art. 85 para diminuir de três para dois meses o tempo máximo permitido para o atraso no pagamento das parcelas da cláusula compensatória esportiva, sendo que, após esse prazo, toda a dívida vencerá automaticamente. Essa modificação visa a dar uma maior segurança financeira aos atletas dispensados pelos clubes e, ao mesmo tempo, exigir dos clubes uma maior responsabilidade na adimplência de suas obrigações, sobretudo as de cunho trabalhista.

O mesmo raciocínio foi utilizado para a diminuição do prazo de três para dois meses previsto no art. 89, que trata do tempo máximo de atraso no pagamento da remuneração do atleta profissional. Assim, após esse prazo, o atleta poderá se desvincular da organização esportiva empregadora e se filiar a qualquer outra, podendo exigir, ainda, o pagamento da respectiva cláusula compensatória esportiva. No futebol, por exemplo, esse prazo de dois meses já é utilizado pela FIFA em seu Regulamento para Status e Transferências de Jogadores desde 2018.

No art. 99, incluímos as organizações que administram e regulam a modalidade esportiva como corresponsáveis pela fiscalização das normas a serem cumpridas pelas organizações formadoras de atletas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já no art. 100, §2°, determinamos que as organizações esportivas formadoras de atletas apresentem anualmente, também às organizações que administram e regulam a respectiva modalidade, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos competentes pela vistoria das condições de segurança dos alojamentos dos atletas em formação. No §5°, suprimimos a expressão "independentemente da existência de culpa". Entendemos, logicamente, que a organização esportiva formadora e seus dirigentes devam ser responsáveis pelos prejuízos causados a atleta em formação que decorram de falhas de segurança nos locais de treinamento e nos alojamentos, mas na medida de suas culpas, a serem verificadas caso a caso.

No art. 119, que trata da isenção da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro, acrescentamos um parágrafo para melhor delimitar a abrangência da medida, definindo o tipo de competições e os beneficiários da medida.

Introduzimos ainda uma pequena modificação no art. 170, para suprimir a expressão "direta ou indireta", ao tratar dos meios utilizados no marketing por associação.

No art. 189, §1°, II, incluímos a representatividade da categoria dos árbitros esportivos nos órgãos da justiça esportiva de cada modalidade, em paridade com as demais categorias já previstas no dispositivo.

Por fim, alteramos a redação do art. 212 para garantir aos cronistas esportivos – o que nós vamos alterar aqui neste texto – 50% do espaço reservado à imprensa, o que já foi citado anteriormente pelo Senador Lasier, em que nós entramos num consenso de 80%.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017, da Emenda n° 63-CCJ (Substitutivo CCJ), pelo acolhimento total ou parcial das Emendas n°s 64 a 67, 69, 70, 73, 76, 79 a 82, 84, 85 e 87, e pela rejeição das Emendas n°s 68, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 83 e 86, na forma do substitutivo a seguir.

Por fim, Sr. Presidente, acho que foram aqui quase 50 páginas de relatório. Eu agradeço ao senhor. Bom, o Senador Portinho pediu vistas, será a coletiva. Teremos mais uma semana aí para estarmos com os colegas, ouvindo e debatendo para finalizarmos da melhor forma possível o PLS. Agradeço a todos, aos servidores, a todos que estão aqui até o momento acompanhando a leitura do nosso relatório.

Grata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero parabenizar V. Exa., Senadora Leila Barros, e dizer que esse é um dos momentos altos da nossa Comissão. A nossa Comissão é Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nós votamos há dois anos o Fundef... O Fundeb, melhor dizendo. E este ano nós aprovamos aqui na Comissão e já aprovamos no Senado o SNE, que é uma revolução na nossa educação, que é o Sistema Nacional de Educação. E, se,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste semestre, muito provavelmente na próxima semana, nós aprovamos o projeto de que V. Exa. é Relatora, que é uma consolidação de todas as leis do esporte, será um marco muito importante na legislação esportiva brasileira. Então, será um ponto culminante aqui do nosso trabalho, da nossa Comissão. Vai ficar faltando a parte da cultura, mas ainda nós temos tempo até o final do ano, e aí nós faríamos, na linguagem esportiva, um gol de placa, não é? A educação, a cultura e o esporte, se nós conseguíssemos fazer isso daí.

Quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que sei que foi muito grande. Não é brincadeira, são mais de 200 artigos. V. Exa. deve ter perdido muitas noites de sono aí debruçada com tantas emendas que foram apresentadas. E vamos deixar a discussão para a próxima semana, porque nós vamos ter que conceder vista coletiva, que foi solicitada pelo Senador Carlos Portinho, mas vários outros Senadores pediram vista conjunta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de agradecer à minha equipe legislativa – eu perdi sono, mas a minha equipe certamente perdeu mais –, à Consultoria do Senado, enfim, a todos que participaram da construção desse texto. Acho que sempre foi um clamor do setor esportivo sobre essa lei. E, é claro, ela é de 2017. Nós tivemos grandes eventos aqui no país que também serviram para nós como lições, lições para olharmos para frente para o esporte brasileiro. Eu acredito que teremos grandes avanços aqui.

E, esta semana, o meu gabinete e eu estamos à disposição para continuarmos esse debate.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senadora.

O nobre Senador Izalci Lucas pede a palavra. Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiro quero registrar essa questão do projeto relatado pela Leila, muito bem relatado. A gente precisa avançar ainda muito na questão do esporte, estamos avançando. Eu estava em reunião com o Ministro da Educação e não sei se houve alguma votação nominal aí, alguma coisa, mas eu acho que foi pedido de vista. Era esse projeto que seria votado e que precisaria de quórum, é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato. O projeto teve o pedido de vista do Senador Carlos Portinho e vai ficar para a próxima semana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de qualquer forma, eu quero parabenizar a Leila, porque ontem eu vi a votação nos Estados Unidos com relação ao futebol feminino e masculino no sentido de dividir, de colocar uma igualdade com relação aos prêmios. Havia uma diferença de dez vezes a mais no esporte masculino, e aí tiveram essa ousadia de realmente colocar um valor igual. E a gente precisa fortalecer realmente o esporte feminino também. Então, a Leila traduz muito isso, conhece bem as dificuldades da questão do futebol feminino, mas também de todas as áreas, não é? A gente precisa fortalecer o esporte, que é muito importante. Quero parabenizar a Leila pelo relatório. Eu sei que não é fácil. Eu fui o Relator do Fundeb e sei da dificuldade de atender emendas, colocar sugestões de vários outros colegas e rejeitar algumas também, mas já parabenizando, com antecedência aí, o relatório.

E vamos, com certeza, votar favoravelmente a esse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Há um requerimento aqui sobre a mesa, item 8, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 41, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2022 - CE, seja incluída como convidada a Reitora Lia Maria Herzer Quintana, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Passo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, é só a inclusão da Reitora no debate, que acho muito importante.

Eu queria pedir o apoio aí dos colegas, para enriquecer o debate, para a aprovação deste requerimento, incluindo a Reitora também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto-o à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro, Esperidião Amin e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Alvaro Dias, Plínio Valério, Eduardo Girão, Lasier Martins, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Roberto Rocha, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 16, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema - ANCINE." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3537, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.447, de 9 de maio de 2002, para instituir a Semana Nacional da Adoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5514, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Natação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1901, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Joaquim Machado de Souza a ponte sobre o Rio Envira na rodovia BR-364, no Município de Feijó, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 38, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso V ao art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir "Cidadania" como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio do Brasil e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2170, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir empreendedorismo, matemática financeira, educação moral e cívica e organização social e política do Brasil - OSPB no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015, e da Emenda nº 1 – CDH, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.170, de 2019. **Resultado:** Retirado de pauta, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2568, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Travessia Paixão Côrtes a segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponte sobre o rio Guaíba na BR-290, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes." **Autoria:** CPI dos Maus-tratos - 2017. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição das emendas nº 1-PLEN e nº 2- CDH e pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5108, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 102, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para permitir a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) às instituições públicas prestadoras oficiais dos serviços de assistência técnica e extensão rural associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 46, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2o, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Ministro da Educação, Exmo. Sr. Victor Godoy, acerca de problemas relatados no procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina no Brasil, nos termos da justificação a seguir, em especial sobre as atualizações das listas e sistemas de instituições estrangeiras credenciadas para o revalida simplificado e sobre as atualizações necessárias empreendidas pelas próprias instituições de ensino nacionais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 47, de 2022** que: "Requer a realização de um ciclo com 8 (oito) audiências públicas para instrução do Projeto de Lei n° 1338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/31

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte da reunião se destina à apreciação da Mensagem nº 16, de 2022, e a segunda parte se destina à deliberação das matérias.

Passamos à primeira parte.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pronto para deliberação

Relatório pela aprovação... Perdão, vou me corrigir: relatório pronto para deliberação.

A Presidência adotará as seguintes regras: inicialmente, procederemos à leitura do relatório; após a leitura, será concedida a palavra para o indicado pelo prazo máximo de dez minutos, e passaremos a palavra às Sras. e Srs. Senadores na ordem de inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, para compor a mesa, o Sr. João Paulo Machado Gonçalves, indicado para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema (Ancine). (*Pausa.*)

Concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu, para a leitura do seu relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas Senadores e também o nosso sabatinado, Sr. João Paulo Machado Gonçalves.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 2019, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 16, de 2022, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. João Paulo Machado Gonçalves, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema, o qual se encontra vago.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O *curriculum vitae* informa que o Sr. João Paulo Machado Gonçalves é brasileiro, casado, tem 41 anos, é bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário de Brasília e possui MBA em Administração Financeira e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas.

O indicado exerce, desde o ano de 2012, o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Na instituição, exerceu os cargos de Pregoeiro e Coordenador substituto da Coordenação de Planejamento de Contratações e Licitações e de Coordenador substituto da Coordenação de Contratos. Exerce, desde maio de 2019, o cargo de Diretor de Governança, Inovação e Conformidade da Casa Civil da Presidência da República.

Para atender ao item 1, o indicado declara que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

Declara que não participa nem participou, como gerente ou sócio-administrador, de empresas ou entidades não governamentais.

O indicado afirma, ainda, estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, apresentando cópias de: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e Certidão Negativa de Débitos e Certidão de Dívida Ativa Negativa, emitidas pela Secretaria de Estado de Economia do Governo do Distrito Federal.

Declara a inexistência de ações judiciais em curso nas quais figure como autor ou réu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o indicado exibe argumentação escrita, na qual demonstra possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Assim, tendo em vista a documentação enviada, e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. João Paulo Machado Gonçalves para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema.

Obrigada, Sr. Presidente e colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo aí o relatório da Senadora Kátia Abreu, passo então a palavra ao Sr. João Paulo Machado Gonçalves, pelo prazo de dez minutos, mas com plena tolerância – se houver necessidade, pode utilizar mais – para fazer sua explanação.

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcelo.

Sras. Senadoras, bom dia. Srs. Senadores, bom dia. Bom dia, Presidente da Comissão, Exmo. Senador Marcelo Castro. Bom dia a todos os presentes e os que nos acompanham remotamente.

Gostaria de iniciar a minha fala agradecendo à Exma. Senadora Kátia Abreu, que muito me honrou com a sua relatoria. É uma imensa honra participar deste ato de arguição pelo Senado Federal como indicado ao cargo de Ouvidor da Agência Nacional do Cinema pelo Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Eu me chamo João Paulo Machado Gonçalves, brasileiro, natural de Brasília, 41 anos, casado. Sou Bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário de Brasília, pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas, e possuo Certificação Avançada em Ouvidoria pela Escola Nacional de Administração Pública. Ingressei no serviço público em 2012, na carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle, da Controladoria-Geral da União. É importante ressaltar que a CGU é órgão central do sistema de ouvidoria do Poder Executivo federal, sendo responsável pela supervisão e pela orientação técnica às demais unidades de ouvidoria do Poder Executivo federal, sendo o conhecimento da matéria inerente às atribuições da carreira que eu tenho a honra de integrar.

Até maio de 2019, atuei na área de planejamento das contratações da CGU. Exerci a função de Pregoeiro e também de Gestor de Contratos. Em maio de 2019, fui nomeado Diretor de Governança, Inovação e Conformidade, da Casa Civil da Presidência da República, função que desempenhei até outubro de 2021.

Entre as atribuições que exerci relacionadas à ouvidoria destaco:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a coordenação e a orientação da execução das atividades do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O SIC é responsável pelo recebimento, análise, orientação técnica e resposta dos pedidos de acesso à informação previsto na Lei 12.527, de 2011, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação;

– o monitoramento da implementação do plano de dados abertos da Casa Civil, conforme o Decreto 8.777, de 2016;

– o assessoramento, a autoridade de monitoramento no cumprimento de suas atribuições, fomentando a transparência e o controle social no âmbito da Casa Civil;

– a Presidência da Comissão Mista de Reavaliação da Informação (CMRI). A CMRI possui, entre as suas competências, decidir em última instância administrativa sobre os recursos apresentados contra as decisões em terceira instância da CGU em relação a pedido de acesso à informação. Ressalto que presidi 18 reuniões da comissão, tendo julgado mais de 400 recursos.

Durante minha estada na Casa Civil, exerci também a função de membro titular da Comissão de Ética da Presidência e Vice-Presidência da República, assim como de membro suplente do Conselho Nacional de Cinema e do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual.

Em outubro de 2021, a convite do Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, Alex Braga Muniz, fui nomeado para o cargo de ouvidor interino da agência. Desde então, tenho trabalhado em favor da transparência, da participação social e do controle social, contribuindo para que a agência saltasse da 130ª posição, em 2021, para a atual primeira colocação no *ranking* de transparência ativa do Governo Federal, monitorado pela CGU.

Atuo na função de encarregado de proteção de dados pessoais, prevista na Lei 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, e na função de autoridade de monitoramento prevista na LAI.

É importante destacar que as ouvidorias públicas são instituições próprias do regime democrático. É por meio delas que o cidadão pode comunicar-se diretamente com o Estado, exercendo a participação e o controle social.

As ideias de participação e controle social estão intimamente relacionadas. Por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada de decisão administrativa, orientando a administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público. Ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação e aprimore a prestação dos serviços sob a sua gestão.

A participação da sociedade na gestão pública é um direito assegurado na Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas também fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, foi sancionada a Lei 13.460, de 2017, a qual dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos usuários de serviços públicos. Essa lei de defesa do usuário apresenta vital importância para as ouvidorias públicas, pois vem disciplinar a atuação destas no âmbito de todos os Poderes fiscais de governo.

Outro normativo de extrema importância é a Lei 12.527, de 2011, popularmente conhecida como LAI, que regula o acesso à informação, previsto na nossa Carta Magna, instrumento que veio para efetivar o princípio da transparência. Ambos os atos normativos são fruto desse processo de democratização do Estado brasileiro, que materializou no texto constitucional a participação social como um dos elementos-chave do nosso regime democrático.

A ouvidoria pública deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado, atuando no processo de interlocução e diálogo entre as partes, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem a melhoria dos serviços públicos prestados.

Dessa forma, a ouvidoria pública funciona como um agente promotor de mudanças. De um lado, favorece uma gestão flexível, comprometida com a satisfação das necessidades do cidadão; de outro, estimula a prestação de serviços públicos de qualidade, capazes de garantir direitos.

Ao mediar o acesso a serviços públicos, a ouvidoria constitui-se como importante instrumento de gestão para a administração pública, que tem a oportunidade de aperfeiçoar suas perspectivas e ações, tornando-se cada vez mais eficiente. Assim, as ouvidorias públicas têm como finalidade estimular a participação e a conscientização da população sobre o direito de receber um serviço público de qualidade e assegurar o direito fundamental de acesso à informação, sempre atuando em conformidade com os princípios básicos que regem a administração pública.

O ouvidor deve atuar como porta-voz do cidadão, agindo contra qualquer violação de direitos, abuso de poder, erro, omissões e negligências. Seu trabalho busca tornar a administração pública mais eficiente e transparente, e seus agentes mais responsáveis em suas decisões.

Ao exercer o papel como porta-voz do cidadão na organização pública, o ouvidor tem se revelado um importante instrumento de interação entre Estado e sociedade, constituindo-se em aliado na defesa do direito do usuário, na busca por soluções de conflitos.

Diante do exposto, essa clara relevância e a essencialidade do papel das ouvidorias para o fortalecimento da participação e do controle social e, por outro lado, do desenvolvimento da administração pública brasileira.

Concluo minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui hoje e ressaltando que seria uma honra para mim a aprovação por esta Casa da minha indicação para o cargo de Ouvidor da Ancine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao Sr. João Paulo Machado Gonçalves, vamos, então, para a parte das pessoas que queiram fazer questionamentos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, sem querer interrompê-lo, mas já interrompendo!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Será um prazer, nobre Senador Carlos Portinho.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Desculpe.

Será que poderia abrir o painel de votação enquanto fazemos a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Podemos, podemos submeter à decisão dos membros.

Por sugestão do nobre Senador Carlos Portinho, eu pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se já podemos iniciar a votação? Então, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito nas urnas eletrônicas instaladas na Ala Senador Alexandre Costa e no Plenário 7.

Eu determino à Mesa que possa, então, abrir a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pela ordem de inscrição, o Senador Izalci Lucas pede a palavra.

Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas para fazer perguntas ao Sr. João Paulo Machado Gonçalves. (*Pausa.*)

Há, sobre a mesa, alguns questionamentos feitos aqui através do nosso *site* do e-Cidadania.

Weslley Barreto, do Rio de Janeiro, pergunta ao Sr. João Paulo. Ele faz a seguinte pergunta: "Por que o cinema nacional tem tão pouco investimento e divulgação no país?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. pode, então, responder a esse questionamento aqui do Weslley.

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES (Para expor.) – Quero agradecer a participação do cidadão.

O que eu posso trazer de números, neste ano de 2022, é que já constam na praça seis editais para a produção do cinema brasileiro, produção nacional, no montante total de 450 milhões, que são destinados ao setor. Além desses 450 milhões, foi aberta uma linha de crédito de 215 milhões para financiar os investimentos em inovação, acessibilidade, infraestrutura e capital de giro, haja vista que o setor do audiovisual foi um dos mais prejudicados durante a pandemia: foi um dos primeiros a fechar e um dos últimos a reabrir. Além disso, temos dois editais que vão ser lançados agora, com foco na tevê aberta e no VOD, num valor total de R$135 milhões.

Então, até o meio do ano, a Ancine, por meio do fundo setorial do audiovisual, já disponibilizou 808 milhões – já estão disponíveis – para o mercado. Então, eu queria falar para o Weslley que os recursos estão na praça. Esses dois anos, realmente, com a pandemia, não foi possível produção, mas agora a indústria já volta a todo vapor. As coisas vão se normalizando com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Há outra pergunta aqui, de Isabelle Alves, também do Rio de Janeiro: "O cinema brasileiro infelizmente ainda é muito desvalorizado. Há motivação especifica para tanto? De que forma poderá ser melhorado?".

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES (*Fora do microfone*.) – Mais uma vez agradeço a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É Isabelle.

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES – ... da Isabelle.

Isabelle, como eu disse anteriormente, os recursos estão disponibilizados. Eu acredito que o cinema brasileiro, sim, é muito prestigiado. Foram vários filmes de sucesso ao longo dos anos. Obviamente, esses dois anos, o cinema ficou impossibilitado de trazer novos filmes, mas eu acredito que isso venha a se normalizar este ano agora de 2022, com todo esse recurso que já está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Há uma pergunta também da Fernanda Carvalho, também do Rio de Janeiro: "Se cada real investido no audiovisual gera mais R$20, porque não aumentar o investimento?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES – Quero agradecer à Fernanda.

Bem, realmente, a resposta fica um pouco prejudicada, porque eu não tenho acesso a esse estudo que ela está ponderando. Mas, por ano, o fundo setorial proporciona aproximadamente 1 bilhão ao setor, fora, obviamente, os meios indiretos de incentivo fiscal e também aquelas produções que são feitas com apoio do setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Há também uma pergunta aqui da Sabrina Pereira, também do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, Senador Carlos Portinho, está em evidência aqui no e-Cidadania.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Mas é a capital?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Rio de Janeiro. Aqui não diz se é a capital ou se é o estado.

A Sabrina pergunta se seria possível investir no nosso cinema para que fosse mais visto mundialmente.

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES – Senador, primeiro agradecendo à Sabrina, eu acho que essa é a finalidade do setor: não só ficar adstrito ao público brasileiro, mas levar nossa cultura para fora.

De novo, foram dois anos difíceis para o setor; e agora, com esses recursos disponibilizados, com certeza a gente terá grande sucesso aí não só em nível nacional, mas também em nível internacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, fica aberto aqui para qualquer Senador que queira fazer questionamentos ao Sr. João Paulo.

Nobre Senador Carlos Portinho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, parabéns pela condução desta sessão.

Ao indicado, João Paulo Machado Gonçalves, eu desejo toda sorte – competência certamente tem – como Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Cinema.

Na verdade, eu queria fazer uma fala em prol do nosso cinema brasileiro, porque sei que esse é o objetivo comum e é o objetivo da Ancine.

O cinema brasileiro tem uma importante função social. É um setor que emprega; é um setor que revela muitos talentos, jovens talentos. É um setor que tem os seus campeões de bilheteria, como minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amiga – posso dizer assim porque estudei com ela – Ingrid Guimarães, como outros grandes diretores de cinema. O Brasil vem revelando jovens, como Lucas Vasconcelos, van Hoogstraten. O cinema nacional não tem só os campeões de bilheteria, ele tem também a sua juventude, a sua renovação pelas pequenas, menores produções. Venho de uma família que tem Ana Maria Magalhães, por exemplo, minha prima, uma grande cineasta, inclusive ano passado lançando filme. Vejo jovens atores também, acompanho aqui nas redes a Thaila Ayala, suas produções.

O Estado do Rio de Janeiro, Senador Marcelo Castro, como disse, é um grande polo de cinema do Brasil. E tenho que registrar que a cidade de Vassouras, há poucas semanas, sediou um grande festival de cinema com jovens talentos. O cinema nacional tem um alcance além das nossas fronteiras, resultado das boas produções que são desenvolvidas aqui pelos seus diretores, pelos seus atores. O cinema nacional tem tido um espaço maior: antes eram as telas de cinema, e hoje, no *streaming,* quem entra aí nos principais veículos de *streaming* pode observar a quantidade grande, o catálogo grande de produções, e boas produções, do cinema. Ele está representado, ano a ano, em Veneza, sempre com algum participante concorrendo.

A gente tem que ter orgulho do nosso cinema nacional, de todos aqueles que lá na década de 70, principalmente – falo porque sou dessa geração – desenvolveram, buscaram os recursos, e o próprio Governo Federal... Eu fui Relator aqui da indicação do Presidente Alex Braga Muniz e me recordo dos compromissos que ele assumiu aqui, inclusive de interiorizar o cinema, que ele vem cumprindo. Eu tenho acompanhado, ele tem ido ao interior do nosso país, conversado com os produtores, buscado... Essa é a percepção que eu tenho. Se podia ser melhor, sempre vai poder. A gente quer em breve ter de volta um cinema nacional disputando um Oscar, e chegaremos lá em breve porque estamos formando jovens diretores, bons diretores – como citei aqui o Lucas Vasconcelos, eu poderia citar muitos outros. Temos orgulho da produção de cinema. Sei que os compromissos que o Alex assumiu estão se revertendo numa melhor governança. Aquela fila de prestação de contas – imagino isso para o gestor público que põe a caneta ali e que vai responder por aquilo, por isso tem que ter o cuidado na avaliação da prestação –, essa fila tem andado. Isso era um outro compromisso do Presidente que indicamos para a Agência do Cinema.

Então eu vejo com otimismo, e a gente, além do orgulho, tem que ter esse otimismo ao enxergar as produções nacionais de forma até mais democrática que o *streaming* permite, tanto quanto a TV aberta também, que tem revelado e exibido essas produções, além das salas de cinema. O setor tem recursos. V.Sa., João Paulo, declinou aqui os investimentos que estão sendo feitos, os editais que estão sendo abertos com valores expressivos – R$450 milhões para produções, R$230 milhões para fluxo de caixa –, para que essas empresas que sofreram durante a pandemia... É um setor que realmente sofreu. A cultura foi a que mais sofreu. E o Senado também não tem ficado inerte, com o próprio Perse para o setor de eventos, com a própria Lei Aldir Blanc, que aprovamos aqui como política de Estado – e assim a consideramos no Senado Federal – e com a própria Lei Paulo Gustavo, em homenagem a outro grande campeão de bilheteria que nos deixou lamentavelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todos os esforços têm sido adotados. E o Governo Federal tem investido muitos milhões nas produções agora, nessa retomada. Ficamos por dois anos parados. Foram anos de isolamento e de dificuldade em produzir e em captar recursos. O próprio mercado, vendo aquela situação, não era tomador desses recursos, porque as salas de cinema estavam fechadas. E, talvez, por isso, o *streaming* tenha caído no gosto popular e tenha sido o grande veículo naquele momento de pandemia – já passada, esperamos, com a vacina.

Então, eu quero fazer esse depoimento porque tenho acompanhado... Eu me sinto responsável pela indicação do Presidente que fizemos no passado. Tenho acompanhado o trabalho e não hesito aqui, se andar errado, em cobrá-lo. Mas eu vejo que o cinema nacional começa a entrar nessa retomada, de novo, numa fase de expansão, de maior visibilidade, de maiores produções, com jovens talentos, como citei vários aqui.

Sei que a sua missão como ouvidor é justamente, como já faz aqui com as perguntas do e-Cidadania, a de poder dar transparência a esses números de investimento e também a de encaminhar à Presidência da Ancine os anseios daqueles que se comunicarem com a Ouvidoria e que tiverem sugestões, inclusive, a encaminhar. O cinema nacional tem que ser construído por todos porque é um patrimônio nosso, que foi conquistado durante muitos anos pelo esforço de grandes diretores, como Arnaldo Jabor, e de grandes artistas que nos orgulham, como Fernanda Montenegro. São tantas boas produções, como Tropa de Elite, como grandes comédias e também aquelas de escala menor, como os curtas-metragens, que a gente deve estimular cada vez mais, porque entendo que dali sairão os grandes produtores de cinema do futuro.

Então, eu desejo à sua gestão e à do Presidente Alex Braga todo o sucesso. Tenham aqui no Senado Federal um Poder que está olhando pelo setor e que está buscando ajudar e contribuir, com suas produções legislativas, com todo o setor da cultura, que nos é, aqui no país, muito precioso, pelas mais diversas manifestações culturais que este país de tamanho continental possui do norte ao sul do país, não só na cidade ou no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, que a solicita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero ser muito conciso, porque eu tenho que voltar para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero me congratular com o nome do senhor... Quero me congratular com o próprio Sr. João Paulo Machado Gonçalves, com o relatório da Senadora Kátia Abreu, e fazer aqui uma ponderação sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a necessidade... Eu acho que o seu radar deve estar aberto para o Brasil. O que eu tenho visto, ao longo da história, é uma concentração desmedida de recursos públicos nos mesmos lugares, e sempre reclamando.

Eu queria destacar que – e tenho certeza de que o Senador Marcelo Castro pode dizer isso também em nome do Piauí – como Prefeito e como Governador, eu instituí prêmios estaduais e conseguimos dar oportunidade à criatividade imensa de jovens, de universitários, de centros de produção de imagem que valorizam episódios da nossa história regional ou estadual. Por exemplo, vou dar o nome de um filme de um autor regional, nascido em Santa Catarina, radicado no Paraná, Sylvio Back: A Guerra dos Pelados. Nada contra nós, viu, Senador? No caso, trata-se da Guerra do Contestado. Eu poderia dizer aqui com quantos cineastas eu conversei: "Olha, precisamos de um novo filme sobre a Guerra do Contestado. Lembra-se do tema...". Quem me deu a melhor aula sobre a dificuldade de fazer isso foi o Arnaldo Jabor, "brimo" também: "Esperidião, o tema é muito complexo. O fio condutor do sistema é um emaranhado". Mas, de qualquer forma, nós fomos produzindo. Assistimos a várias produções locais, regionais, naquele que foi o maior conflito da história do Brasil, o maior conflito interno. Todas as unidades do Exército Brasileiro – todas! – convergiram para a região do Contestado, predominantemente Santa Catarina e Paraná. Inclusive a perda do primeiro piloto militar do Brasil aconteceu lá – não foi abatido, foi um acidente –, um dos patronos da aviação militar brasileira: o Comandante Kirk, nascido em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

Então, eu acho que do ouvidor eu gostaria de ouvir pelo menos a recepção da minha sugestão. O Brasil é muito grande, a nossa história é muito rica e os registros, especialmente cinematográficos, dessa história devem ser induzidos. Por isso, talvez a regionalização destes incentivos do Governo, que é do Brasil – é do Brasil! –, deveria ser cogitada. E ninguém melhor do que um ouvidor, o radar, para perscrutar isso e destinar esses recursos não burocraticamente, mas levando em conta premiações regionais.

Sejam parceiros de premiações regionais. Induzam a que haja premiações para temas culturais, históricos, relacionados à identidade.

Eu mencionei aqui o Contestado, mas posso mencionar, por exemplo, a imigração no meu estado, as várias correntes migratórias. Agora, aqui, só para concluir, Paraná e Santa Catarina devem ter – principalmente o Paraná, diga-se de passagem – o maior núcleo ucraniano no Brasil. A migração desse pessoal trouxe arquitetura, cultura, vestes, hábitos, culinária. E tudo isso foi se miscigenando, chamando a sua atenção para esse aspecto do universo brasileiro. Se nós formos falar da Amazônia, imagine!

E queria homenagear pelo menos todos os nossos cineastas atuais, na pessoa da Cíntia Bittar, do meu amigo Zeca Nunes Pires, para falar da geração que está lá brigando para valorizar o cinema no nosso estado e na Região Sul, nos vários prêmios regionais e exposições nacionais que o Sul do Brasil, particularmente Santa Catarina, tem sediado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Radar nacional. O nosso sistema de radares tem vários componentes: Sivam, na Amazônia, Cindacta... É fracionado. Para poder acompanhar a segurança nacional aérea, nós temos que regionalizar. E, para sintonizarmos com a cultura, também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só quero aproveitar, Senadora Zenaide, esse momento do cinema nacional e lamentar – e pedir a todos nas nossas lembranças – que o grande ator Milton Gonçalves nos deixou, uma grande perda para o cinema nacional. E, na verdade, o Senador Esperidião Amin me recordou justamente dos mais de cem filmes de que Milton Gonçalves participou. E um deles, para mim, que é emblemático e que conta muito da nossa história, é Macunaíma.

Então, a todos que nos assistem também, Presidente, que fique na nossa lembrança, nesse dia do cinema nacional, a perda irreparável de um grande monstro, um grande ator do cinema nacional, o nosso querido Milton Gonçalves. Tenho certeza de que a Senadora Zenaide também gosta muito, gostou muito e sente, assim como nós, essa perda.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Continue aí... Pois não.

Com a palavra o Sr. João Paulo para comentar os pronunciamentos aí dos que o antecederam.

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Comentando a fala do Senador Esperidião Amin, esse próximo edital que vai ser lançado no valor total de 135 milhões, Senador, já contempla 50 milhões para serem utilizados de forma exclusiva pelas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Região Sul, justamente com o intuito de levar os recursos para as regiões que historicamente receberam menos.

Então, a ideia, a preocupação da nova gestão, Senador, dentro do que o senhor colocou – e obviamente isso vai ser levado novamente para a Diretoria Colegiada – é levar esses recursos para o interior do Brasil. É um país de dimensão continental e heterogêneo; são várias culturas, a gente tem uma cultura muito rica. Então, a finalidade dessa nova gestão é realmente levar mais recursos para esses estados, para que eles possam fazer produções, mostrando a nossa cultura tão rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E as parcerias com iniciativas que lá existem.

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES – Isso, todos os pontos que o senhor colocou vão ser levados, sim, para o Presidente Alex Braga, e eu posso garantir para o senhor que é uma preocupação dele a de levar, de poder atender todos aqueles que precisam desses recursos, de norte a sul do país.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – As inscrições continuam abertas para quem quiser.

Senadora Zenaide Maia com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. João Paulo Gonçalves, eu vou fazer uma pergunta ao senhor. Nos últimos anos, a gente tem visto que a atuação da Ancine vem recebendo inúmeras críticas dos profissionais do setor audiovisual, seja pela demora em liberar recurso do Fundo Setorial do Audiovisual, que gerou um passivo de mais de 700 projetos aprovados em editais de fomento que não foram contratados desde 2017 até hoje, seja pela submissão à política cultural do atual Governo. Nesse cenário V. Sa. tem conhecimento dessas queixas?

Segundo, na qualidade de Ouvidor da Ancine, quais providências V. Sa. pretende tomar em relação a essas questões?

O SR. JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Agradeço a pergunta.

Realmente, entre os anos de 2019 e 2021 teve um descompasso entre o orçado e o contratado que não permitiu que a agência pudesse abrir novos editais até que esse resquício dos contratados pudesse ter o recurso para fazer o pagamento. Isso ocorreu até meados de 2021. Esse problema, eu garanto para a senhora que já foi sanado. Só esse ano, a Ancine já publicou seis editais no valor total de quase 500 milhões, são 450 milhões, mais uma linha de crédito de 200 milhões para o setor, para capital de giro, infraestrutura, e mais um edital, que vai ser publicado, no valor total de 135 milhões – e, como eu coloquei até em resposta ao Senador Esperidião, 50 milhões desses recursos são exclusivos para as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Região Sul.

Então, o que aconteceu foi numa outra gestão. Essa nova gestão tem como Diretor-Presidente o Sr. Alex Braga Muniz, que é um servidor de carreira. Os outros dois diretores são servidores de carreira da própria Ancine, são especialistas, inclusive, um era o Superintendente de Fomento e o outro, de financiamento. Então, eu posso garantir para a senhora que os editais já voltaram, e realmente essa nova administração tem uma preocupação muito grande de fazer o setor andar novamente, até porque foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos setores mais prejudicados durante a pandemia, mas mesmo durante a pandemia, o Comitê Gestor, que é secretariado pela Ancine, liberou mais de 500 milhões para ajudar a manter os empregos, a fazer a manutenção das salas e não deixar realmente que a situação econômica do setor piorasse.

O meu comprometimento aqui com a senhora, com todos os Senadores e com a população brasileira é o de que essas reclamações, chegando para mim... E elas chegam realmente – a senhora tem razão –, por uma questão, às vezes, de atraso na liberação de recursos; são vários os fatores envolvidos. Mas eu faço contato diretamente com a área técnica para saber o porquê desse atraso e para dar uma resposta satisfatória para o cidadão, obviamente sempre considerando a legislação que rege a matéria. Então, posso deixar aqui, com a senhora, o meu comprometimento com essas solicitações e reclamações – é o papel do ouvidor –, que são levadas diretamente, em alguns casos, inclusive, para a Diretoria Colegiada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continuam abertas as inscrições para quem queira levantar algum questionamento ao Sr. João Paulo. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas, que a solicita.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, é só para dizer que estamos aqui... Eu estou chegando também à Comissão.

Se precisar de alguma coisa, estou aqui à disposição.

Está em votação ou não? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós estamos aguardando V. Exa., Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Estou chegando aí, Presidente. Estou chegando aí. Um abraço! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Consulto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Consulto às Sras. e Srs. Senadores se podemos encerrar a votação e proclamar o resultado. (*Pausa.*)

Entendendo que não há manifestação contrária, então declaro encerrada a votação e peço à Mesa que publique o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aprovada a indicação do Sr. João Paulo Machado Gonçalves para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Cinema (Ancine), com 13 votos a favor; NÃO, 2.

Nenhuma abstenção.

A matéria vai a Plenário.

Quero parabenizar o Sr. João Paulo pela sua aprovação aqui na Comissão de Educação. (*Pausa.*) (*Risos.*)

Fica para a próxima, Senadora.

Encerrada essa primeira fase...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... da reunião, passemos então à segunda parte, que se destina à deliberação dos itens de 1 a 10.

Fica retirado de pauta o item 4 para reexame.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lasier Martins, que a solicita.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Marcelo, eu queria ver da possibilidade de V. Exa. puxar o item 5, numa inversão de pauta. Trata-se de um projeto bem simples, uma homenagem a um dos mais importantes cidadãos do Rio Grande do Sul para a denominação do nome dele para a maior ponte já construída no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Proponho, então, a inversão de pauta, para que a gente possa votar o item 5, e o Senador Lasier Martins é o Relator.

Se todos estiverem de acordo, então vamos fazer a inversão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma observação em contrário, então fica invertida a pauta e nós vamos para o item 5.

2ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2568, DE 2019

- Terminativo -

Denomina Travessia Paixão Côrtes a segunda ponte sobre o rio Guaíba na BR-290, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Não terminativo.

Iniciativa do Deputado Federal Sanderson.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lasier Martins para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Só me parece que é terminativo, Presidente Marcelo... (*Pausa.*)

É, é terminativo.

Bom, então, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 2.568, de 2019, do Deputado Federal gaúcho Sanderson, que objetiva denominar Travessia Paixão Côrtes a segunda ponte sobre o Rio Guaíba, na BR-290, no Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para tanto, o art. 1º da proposição institui a homenagem a que se propõe, ao passo que o art. 2º encerra a cláusula de vigência prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor expõe inúmeros fatos sobre a trajetória do homenageado, argumentando amplamente sobre o merecimento da homenagem proposta.

Então, eu passo logo, Presidente, para a análise.

As formalidades legais todas atendidas: regimentalidade, legalidade, constitucionalidade.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Paixão Côrtes faleceu em 27 de agosto de 2018, preenchendo o pressuposto da referida lei.

No que concerne à técnica legislativa, no intento de aperfeiçoar a iniciativa em análise, um módico reparo se impõe: em atenção à função metalinguística do discurso, deve-se colocar entre aspas o nome da ponte objeto da modificação alvitrada ("Travessia Paixão Côrtes") a fim de promover a adequação necessária às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Segundo o autor, a homenagem se justifica, uma vez que João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes – ou apenas Paixão Côrtes, como ficou conhecido – foi consagrado como um ícone da cultura gaúcha. Eu até acrescento, Srs. Senadores, o maior nome da cultura gaúcha em todos os tempos. Tradicionalista, folclorista, compositor de músicas regionais etc.

Nascido em 1927, no Município de Santana do Livramento, Paixão Côrtes foi doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – ... professor do Colégio de Aplicação e do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, incansável pesquisador da cultura sul-rio-grandense, autor e editor de vários estudos sobre literatura gaúcha.

O autor também destaca que o homenageado, a par de sua formação acadêmica, dedicou-se à renovação do gauchismo cívico, à formalização das tradições gaúchas e à militância no movimento tradicionalista.

Eu quero acrescentar que hoje Paixão Côrtes é o maior símbolo do gauchismo. Inclusive, há muitos anos, tem uma estátua na entrada de Porto Alegre, à frente do aeroporto, a estátua de Paixão Cortes.

Por todas essas razões, consideramos justa e merecida a homenagem proposta a Paixão Côrtes, o maior gaúcho de todos os tempos, por sua dedicação à cultura gaúcha e ao movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.568, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CE
Coloque-se entre aspas a denominação "Travessia Paixão Côrtes" na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.568, de 2019.

Em conclusão, caberia ainda dizer, Sr. Presidente, que o seu nome, uma vez aprovado, irá para a maior ponte até hoje construída no Rio Grande do Sul, com cerca de 13km sobre o estuário do Guaíba e que já vem funcionando – sua utilização já é de 80% para esta travessia.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vamos passar para o item 1 para depois fazermos a votação em globo.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3537, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.447, de 9 de maio de 2002, para instituir a Semana Nacional da Adoção.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa: Deputado Federal Herculano Passos.

Na ausência do Senador Fabiano Contarato, a Relatora *ad hoc*, Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra à nobre Senadora para fazer o seu relatório pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria pedir licença para ir direto à análise, e, antes de lê-la, dizer que, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 10.728, de 2018, foi aprovado nas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nos termos do art. 102, inciso II, do RISF, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem acerca de datas comemorativas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. Em relação às determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas, impende considerar o que a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados afirmou em seu parecer:

> Importante mencionar também que conforme disposto na Lei nº 12.345, de 2010, já foi realizada audiência pública para discussão sobre a importância de se instituir a "Semana Nacional da Adoção".

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que tange ao mérito, a sociedade precisa lembrar que, para muitas crianças e adolescentes, a adoção representa uma nova chance de viver em um contexto de acolhimento familiar e social. Impossibilitados por diferentes razões de conviver com os pais biológicos, eles encontram na nova família o carinho e a atenção que precisam para crescerem e se desenvolverem de forma saudável e feliz.

Paradoxalmente, no Brasil há um número maior de pretendentes à adoção que crianças e adolescentes aptas a serem adotadas. De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), pertencente ao Conselho Nacional de Justiça, em 2019, havia 9.525 crianças para adoção no Brasil e 46.002 famílias pretendentes. Isso resulta do fato de que há uma procura por adoção de meninas brancas e de bebês superior ao número de crianças com essas características disponíveis, enquanto há um maior número de crianças com idades mais avançadas e negras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de pais que adotam ou pretendem adotar crianças com mais de cinco anos tem aumentado nos últimos anos, mas ainda é considerado insuficiente. Essa situação tem feito com que, com o passar do tempo, o número de crianças maiores de cinco anos na fila da adoção tenha aumentado. Com isso, fazem surgir nos abrigos enorme contingente de crianças e adolescentes considerados serôdios para a adoção, fatores outros, vinculados aos interesses dos adotantes, que, de maneira direta ou indireta, manifestam, desde a fase de habilitação para a adoção, preferências ligadas à cor da pele, à etnia, ao estado de saúde e ao sexo biológico dos adotandos.

Realmente, descontada a propensão por crianças de idade mais tenra, aquelas de pele branca, sem histórico médico-biológico – como deficiência, doença crônica ou necessidades específicas de saúde – e do sexo feminino concentram a predileção dos postulantes à adoção, disso resultando, nas instituições asilares (orfanatos, casas transitórias), a predominância de crianças e adolescentes negros, do sexo masculino e com alguma condição de saúde a merecer atenção, com reduzidas chances de adoção. Essas crianças e adolescentes permanecem por muito mais tempo em instituições dessa natureza e, quando são adotadas – se o são –, passam a integrar outro quadro estatístico, o das adoções tardias.

O efeito desse quadro se revela, anos mais tarde, especialmente nas grandes cidades, no agravamento da situação socioeconômica enfrentada por jovens que atingiram a maioridade sem ter logrado inserção definitiva em família substituta, depois de toda uma vida abrigados em instituições do Estado. Ao completarem 18 anos de idade, eles têm, em tese, de deixar tais instituições, destinadas ao abrigo de menores, sem que haja moradia para eles destinada.

Ante essa realidade, as campanhas de conscientização sobre os diversos aspectos da adoção, no sentido de incentivar as pessoas a adotarem crianças de diferentes perfis, tornam-se cada vez mais importantes e necessárias.

Dessa forma, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa ora proposta.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.537, de 2021.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vou procurar saber se a Senadora Leila Barros está a postos para relatar o item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, vamos ao item 2. Depois, vamos submeter os três à votação em globo.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5514, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Natação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Federal Luiz Lima.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente Marcelo Castro. Cumprimento o senhor e todos os membros desta Comissão.

Posso ir diretamente à análise, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais e de natureza material.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. A apresentação de proposição que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Em atendimento a essa determinação, o autor informou a realização de audiência pública na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte da Câmara dos Deputados no dia 4 de setembro de 2019, com representantes de importantes entidades esportivas interessadas, que resultou na aprovação unânime da instituição da efeméride.

Sendo assim, o projeto atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que respeita ao mérito, vale corroborar o que dispõe a Comissão de Cultura da Câmara em seu parecer:

> Como prática de lazer a natação encontra ambiente favorável em nosso País, com sua grande extensão de praias e rios.
> Assim, também, como atividade esportiva. O Brasil participa da natação nos Jogos Olímpicos desde 1920. Já nessa [...] metade do século XX, contou com a lendária Maria Lenk, primeira mulher sul-americana a competir em Olimpíadas, nos Jogos de Los Angeles, em 1932.
> De 1952, em Helsinque, a 2016, no Rio de Janeiro, foram quinze medalhas conquistadas, com destaque para a medalha de ouro de César Cielo, em 2000, nas Olimpíadas de Sydney.
> A natação [Sr. Presidente] traz muitos benefícios à saúde: a musculatura é mais exigida e como consequência há enrijecimento dos músculos, definição da silhueta do corpo e maior flexibilidade nas articulações, além de propiciar relaxamento e melhora na autoestima de seus praticantes.
> Trata-se de atividade que deve ser incentivada e, para tanto, a instituição de um dia nacional pode muito contribuir.

Dessa forma, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa ora proposta.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.514, de 2019.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar e parabenizar o Deputado Luiz Lima, que foi um atleta olímpico, foi da natação e, enfim, representa muito essa modalidade no nosso país, assim como o esporte. Claro, o Luiz Lima hoje abraçou várias pautas, mas a questão da natação no nosso país é forte. E mais do que produzir grandes atletas – a gente tem o Gustavo Borges, a gente tem tantos outros atletas e paratletas da natação que a gente sabe que fazem um trabalho maravilhoso e, acima de tudo, são grande inspiração para a nossa juventude –, a natação, sim, é uma modalidade principalmente dos anos iniciais. A muitas crianças, na primeira infância ali, a gente sabe que tem muitos pais que incentivam a natação como uma forma de fortalecimento não só da musculatura, mas também da questão cardiovascular.

Então, parabenizo o Deputado Luiz Lima, ex-atleta olímpico, pela iniciativa e sou grata mais uma vez pela oportunidade de estar relatando um projeto tão importante para o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e vou submeter os itens 1, 2 e 5 da pauta à votação, que poderá ser feita evidentemente por votação eletrônica, à distância.

Solicito à Secretaria da Mesa que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me permite dizer uma palavra só?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só quero me congratular com as três iniciativas: tanto a designação, que é nacional, do Côrtes para homenagear a ponte; a para homenagear o Dia da Natação, homenageando com isso o Gibran, que já foi da seleção brasileira, e a Academia Marcelo Amin – não tenho nada a ver com isso, mas é uma grande academia, a federação catarinense de natação e de esporte aquático –; mas, acima de tudo, Presidente, quero dar os meus parabéns por homenagearmos aquilo que eu considero que é a maior demonstração de amor do ser humano, que é a adoção.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Senador Lasier, é só para proclamar o resultado, que já saiu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Ah, pois não! Claro, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A Mesa... Abra aí, por favor: 16 votos SIM; nenhum voto NÃO.

E nenhuma abstenção.

Então, aprovadas.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra o nobre Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Eu endosso as manifestações do meu colega Esperidião com relação aos três projetos e me detenho por um minuto, Presidente, para agradecer com relação à unanimidade que consagra o nome do símbolo do gauchismo, Paixão Côrtes.

Agradeço aos colegas que votaram. Assim, a mais extensa ponte até hoje construída no Rio Grande do Sul, que liga a metade norte com a metade sul do estado sobre o Guaíba, passa a ter o nome de Paixão Côrtes. São 3km de extensão, e teve o custo de R$850 milhões. E eu me congratulo em particular, aqui, com o Deputado Sanderson, autor do projeto. Nós gaúchos estamos de parabéns, porque fica marcada essa mensagem, essa homenagem ao nosso grande líder do gauchismo, Paixão Côrtes.

Eu agradeço a todos pelo significado dessa votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Wellington Fagundes pede a palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senhores integrantes da Comissão, o Senador Marcelo Castro alegou que tem uma consulta médica, quase que fugindo da Senadora e querida amiga Zenaide Maia, que poderia eventualmente atendê-lo. Deixou, aqui sobre a mesa, uma bomba, felizmente, com o pavio longo.

Trata-se de dois requerimentos. Ajudem-me aqui. Dois requerimentos sucessivamente apresentados e, consequentemente, alternativamente apresentados pelo Senador Jean Paul Prates. Ele apresentou dois, ambos para oito audiências públicas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Economia para duas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é, como eu lhe disse, o pavio é longo. Podemos até dizer que é tríplice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de dizer para os senhores o seguinte: nós não vamos votar essa controvérsia. E eu, que estou aqui, numa homenagem ao meu amigo Marcelo Castro, quero dizer o seguinte: com todo o respeito ao meu amigo Flávio Arns, que também deve estar contente, porque o seu parente... Ele também é parente do D. Leonardo Ulrich Steiner, que agora é cardeal. Forquilhinha tem, na história, dois cardeais, o Município de Forquilhinha: D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, e Frei D. Leonardo Ulrich Steiner, que agora é Bispo de Manaus. Portanto, dois e parentes. Então, o nosso querido amigo Flávio Arns também deve estar se regozijando disso, uma vez que é remotamente o local do seu umbigo. Ele pode ter nascido em Curitiba, mas a família... Eu sempre considero o querido amigo Flávio Arns como o quarto Senador de Santa Catarina, e é com essa liberdade que eu digo: oito audiências públicas, ninguém vai acreditar que isso não é uma medida protelatória – ninguém. Por mais complexa... Duas audiências públicas... Então, eu não posso tomar partido como Presidente, não quero, não devo, mas é a primeira vez que eu escuto um requerimento ser apresentado para oito audiências. Não são oito pessoas numa audiência pública, o que eu já acho muito e contraproducente, mas oito audiências públicas.

Como eu não vou entrar no mérito da questão, Senadora Zenaide, nem tenho aqui o direito de censurar requerimento, eu não vou colocar isso. Se é extrapauta, eu... *Ab initio* está certo? *Ab initio*...

Agora o Senador Flávio Arns está pedindo direito de resposta. Eu concedo, mas tenho certeza de que ele colocará o lado da bondade sobre o lado da formalidade. E depois ouviremos o Senador Eduardo Girão.

A senhora se inscreveu também? Não, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está bom.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Senador Esperidião Amin.

Em primeiro lugar, eu quero falar de D. Leonardo Steiner, que foi indicado pelo Papa como o novo Cardeal do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é "eleito" o nome certo, a designação certa?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Falou, falou muito bem: Steiner.

Eu quero dizer que ele é parente nosso, de fato, pelos dois lados: a mãe dele é Arns, irmã do meu avô; o pai é Steiner, e a minha avó era Steiner também. Então ele, de fato, tem o parentesco pelos dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lados e é da região de Forquilhinha, que foi, na verdade, desbravada há mais de 100 anos pelo meu avô e por outras pessoas e que hoje é um município bastante próspero de Santa Catarina.

Então, a gente fica muito feliz, porque ele é uma pessoa muito boa, foi Secretário-Geral da CNBB e faz um trabalho extraordinário. Em Manaus também, ele vem se dedicando intensamente a todas as questões nas quais, na verdade, todos nós temos que nos envolver.

Em relação ao requerimento, só para historiar um pouco e até para as pessoas saberem, o Senador Marcelo Castro, como Presidente da Comissão, me indicou para relatar o projeto de lei que veio da Câmara dos Deputados e que tem o nº 1.338, de 2022, que trata da educação domiciliar ou o chamado *homeschooling,* isso em função, inclusive, de uma decisão do STF que exige que essa regulamentação aconteça da parte do Congresso Nacional.

É um assunto que envolve, assim, inúmeras questões, porque o próprio STF aponta que tem que haver a matrícula em instituições de ensino, coloca requisitos para pais, tais como a questão da avaliação, da supervisão, da fiscalização estatal, do acompanhamento das atividades pedagógicas, e isso tudo procurando dar para os pais – famílias, basicamente – que optam por essa possibilidade a segurança jurídica e ao mesmo tempo a proteção da criança e do adolescente.

Então, há vários assuntos, Sr. Presidente, bastante envolvidos nisso. O primeiro é a própria discussão do direito à educação dos quatro aos dezoito anos, que tem que ser assegurado, seja numa possibilidade, seja na outra. Ao mesmo tempo, os próprios pais levantam situações pelas quais eles querem, de fato, ter esse debate, essa discussão.

Eles participam e dizem: "Olha, praticamente a gente rejeita a ideia desse *apartheid* social, como muitas pessoas levantam". E, ao mesmo tempo, os pais demonstram, para apresentar essa possibilidade de educação, uma crítica à escola do ponto de vista da qualidade que a escola oferece, apontando, por exemplo, a progressão automática, a questão de as crianças não serem alfabetizadas depois de cinco anos, como apontam também. E apontam também os resultados que vêm obtendo em termos de Enem e de vestibulares. Então, por tudo isso, nós queremos escutar as entidades representativas das famílias em relação a esses aspectos todos.

Porém, ao mesmo tempo, nós temos discussões que têm que ser feitas em relação, por exemplo, ao Plano Nacional de Educação, que estabeleceu prioridades brasileira até o ano de 2024 – de 2014 a 2024. Então, como encaixar isto dentro das prioridades do Plano Nacional de Educação.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, tudo isso traz impacto nas redes públicas de ensino, porque essas crianças, esses adolescentes estão matriculados ou estarão matriculados ou nas redes municipais ou nas redes estaduais. Então, para que haja toda essa possibilidade de fiscalização, de avaliação, de supervisão, as redes municipais e estaduais terão que ser escutadas também, para que haja essa segurança jurídica exigida pelo Supremo Tribunal Federal, assim como as redes particulares também. A gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escutar as redes particulares, para que elas digam também, sejam católicas, confessionais, evangélicas, privadas... A gente tem que as escutar também.

Ao mesmo tempo, coloca-se a questão da avaliação, da supervisão, dos conteúdos. Então, nós temos que discutir as diretrizes nacionais para que todas as crianças tenham segurança – Base Nacional Comum Curricular, diretrizes curriculares que se colocam.

O próprio Supremo Tribunal Federal coloca a proteção à criança e ao adolescente. Existem, na verdade, muitos aspectos relacionados à legislação para estudar a questão da violência contra a criança. E, obviamente, se a gente quiser fazer algo bom no Brasil, a gente tem que ver como é que este assunto está sendo encaminhado em outros países, como é que está essa legislação no exterior.

Originalmente, o Senador Jean Paul Prates havia apresentado um requerimento para fazer o convite para as pessoas. E nós ponderamos, inclusive, que simplesmente convidar as pessoas talvez não fosse o melhor caminho, mas colocar as pessoas dentro desses campos abordados pelo Supremo Tribunal Federal, que terão que ser objeto de debate aqui – a violência das crianças, como está no exterior, como é que os conteúdos vão acontecer, como é que os municípios vão dar conta disso, os estados, as escolas particulares, para que, no final, a gente tenha uma legislação adequada.

Nós temos, Senador Esperidião Amin, na Comissão de Educação, uma Subcomissão da Educação na Pandemia – aliás, com resultados excelentes. Nós estamos já praticamente indo para 15 audiências públicas, e já com indicações bastante claras do que deve ser feito. Então, da nossa parte, existiu um cuidado muito grande para que esses aspectos todos mencionados pelo Supremo Tribunal Federal fizessem parte, inclusive, desse debate que aconteceria, para que a legislação seja uma legislação adequada.

Nesse sentido, o Senador Jean Paul... Fizemos um... Eu fui indicado para essa finalidade de relatoria na semana passada. Eu, inclusive, não pude estar em Brasília. Estaria hoje, mas estou com o meu filho na UTI neste momento, mas passando bem, felizmente. Então, eu tive que me dedicar a esse assunto remotamente, mas a gente quer fazer esse debate, não procrastinar – não procrastinar em hipótese alguma. Mas a gente tem que debater, discutir, para chegar a uma conclusão tranquila, segura, que atenda às necessidades... Inclusive, os pais de crianças que participam da educação domiciliar apontam que se veem muitas vezes constrangidos com a presença do conselho tutelar, com a presença da guarda municipal, segundo eles apontam, mas isso tudo tem que ser debatido, discutido, para que se chegue a uma conclusão, porque a gente tem que discutir o município, o estado, a parte particular, como é que acontece em outros países, para termos uma legislação adequada e boa em nosso país, que é o objetivo nosso. Por isso, o requerimento.

Na Comissão, nós fazemos uma vez por semana, podemos fazer duas vezes por semana. E, da nossa parte, nós temos o maior interesse em que isso seja bem elucidado, até para a sociedade, os meios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de comunicação, os educadores de todo o país, que participam, aliás, de todos os debates, do Fundeb, do Sistema Nacional de Educação e de outros que acontecem também.

Então, é nesse sentido, Sr. Presidente, só para deixar claro, para os pais principalmente, que nós, em hipótese alguma, vamos fazer com que isso se estenda no tempo, mas queremos, sim... Eu até uso uma frase: às vezes, o que parece perda de tempo acaba, na sequência, sendo ganho de tempo pela clareza que pode trazer para todas as partes envolvidas no debate.

Obrigado, Sr. Presidente. Era nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, até para abreviar a fala e homenagear o que disse o Relator do projeto, eu quero fazer dois comentários.

Primeiro, eu, talvez, tenha avançado o sinal, porque já dei a minha opinião a respeito da natureza do requerimento. Eu quero tirar isso de pauta, ou seja, o requerimento não vai ser apreciado. Então, considero a manifestação do Senador Flávio Arns uma antevisão do debate dos requerimentos. Os requerimentos não vão para a pauta hoje. Eles foram apresentados extrapauta, poderiam nela entrar, mas não vão entrar. Mas eu, evidentemente, acho que um tema desse deve ser discutido.

Quanto às recomendações do Supremo, são preocupações do Supremo. O que o Supremo vai analisar é se a lei que vai sair daqui é legal ou não. Assim como nós não interferimos no julgamento do Supremo, quem tem que legislar é o Congresso, que foi eleito pelo povo. É lógico que deve legislar com prudência, com conhecimento! Agora, as preocupações do Supremo são tão grandes, tão importantes quanto as dos cidadãos, dos professores, das famílias e de tantos quantos já foram ouvidos na Câmara e serão ouvidos aqui. O Supremo vai falar se a lei fere algum princípio constitucional; não deveria fazer mais do que isso, mas é evidente que, em um tema ainda não legislado, o Supremo pode exercer um grau de ativismo que, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, é infinito enquanto dura.

Então, eu não queria restringir as palavras do Senador Girão, da Senadora Zenaide ou do Senador Jean Paul Prates. O requerimento não está em pauta e não vai entrar em pauta, mas é lógico que vou ouvir os inscritos, que são o Senador Girão... Fazemos essa recomendação. Não vamos discutir o mérito hoje. Nós temos três requerimentos e a palavra abalizada e serena do nosso querido amigo Flávio Arns.

Eu só não posso deixar de acrescentar que o irmão de Dom Leonardo nos casou. Foi ele que celebrou... O Frei Wilson Steiner foi o celebrante do casamento da Angela com o Esperidião há 43 anos e meio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Que bênção!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu celebro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide e eu assistimos a várias missas, na capela da CNBB, celebradas por Dom Leonardo Ulrich Steiner.

Passo a palavra, então, ao Senador Girão, com essa contenção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente desta sessão, Senador Esperidião Amin, eu quero parabenizá-lo pela sua serenidade, pela sua ponderação, neste momento em que existe um conflito claro aqui e em que o senhor toma a decisão de amadurecer, de deixar para quando estiverem mais Senadores aqui para poderem debater esse assunto.

Eu também quero dizer: receba as minhas orações, Senador Flávio Arns, meu irmão, querido amigo de partido, colega de Senado, para o seu filho. Que ele se restabeleça o mais rapidamente possível! Estaremos orando, eu e minha família, por ele.

Com relação a este assunto do *homeschooling*, é um assunto que vem sendo amplamente discutido na sociedade, não recentemente, mas já há muito tempo. E, como foi bem colocado pelo Senador Esperidião Amin, o Supremo não tem nada que se meter nisto aqui!

Nós estamos aqui pagos pelo contribuinte, eleitos diretamente pela população brasileira, para fazer as leis, para elaborar. Se tiver algo inconstitucional ou alguma querela, aí, sim, o Supremo Tribunal Federal é que deve vir. Não é essa a lógica que a gente está tendo no Brasil ultimamente, tanto é que nós percebemos um caos infelizmente no país por constantes abusos, avanços. Muitas vezes eles legislam e nos confundem, como a gente acabou de ver agora num depoimento uma preocupação do Relator – do Relator – dessa matéria, pisando em ovos aí com relação ao que o Supremo tem falado sobre o assunto. Então, isso é um reflexo dum exagero, dum desrespeito do Supremo Tribunal Federal em relação ao Senado, ao Senado Federal.

Mas isso são outros 500, o que nós estamos deliberando... Hoje não vamos deliberar, mas eu quero fazer uma ponderação, Senadora Zenaide Maia, minha querida irmã do Estado vizinho do Rio Grande do Norte: é que, quando eu vi esse requerimento do meu também irmão querido, Senador Jean Paul Prates, eu tomei um susto. Eu disse: "Poxa, isso foi aprovado na Câmara já faz algum tempo por uma boa vantagem lá. Aprovado depois de muita discussão". Nós somos a Casa revisora da República, temos obrigação de nos debruçarmos sobre esse tema, e existe aí uma demanda da sociedade. O Brasil ficou atrasado, Senador Esperidião Amim. Vários países no mundo inteiro já fizeram essas leis, já deliberaram sobre o assunto. É liberdade, se trata de liberdade, quando a gente vê, não em todas, focos muito fortes, por exemplo, de doutrinação em escolas no Brasil.

Então, é um direito dos pais de ter a liberdade de, seguindo as normativas do país – e é aqui que a gente tem que fazer as normativas –, ter responsabilidade sobre a educação dos seus filhos também. Eu não vejo o problema com relação a isso. Agora, é claro que isso deve ser feito com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade, com muito critério. Agora, oito audiências públicas? Olha, eu estou no Senado aqui há quatro anos, três anos e meio, e a gente já viu audiências públicas hiperprodutivas, que conseguiram elucidar. Eu fiz um requerimento para duas audiências públicas, em que eu acredito que dá para a gente ouvir setores da sociedade envolvidos nisso amplamente. Coloca lá três de um lado, três de outro na primeira; depois, a mesma forma. E dá para o Relator, que conhece bem sobre o assunto, fazer, no meu modo de entender, uma deliberação sobre isso, que vai obviamente para o Plenário também debater.

O que a gente não pode é protelar esse assunto – a gente não pode protelar –, porque aí não é justo com tantas famílias que vêm realmente pedindo, clamando por isso há algum tempo, e aí a gente precisa... Não pode deixar essa situação de insegurança jurídica nesse caso. Vários estados, Senadora Zenaide, já deliberaram sobre isso, mas precisamos de uma lei federal sobre esse assunto. E eu acredito que o Senado Federal tem obrigação de fazer isso.

Então, a minha solicitação – não para hoje, que eu considero uma decisão equilibrada do Senador Esperidião Amin – é que a gente possa fazer numa próxima sessão essa análise desses requerimentos, para que a gente possa aí ter um final mais interessante, para que a gente possa discutir esse assunto sem protelar, para as famílias aí que estão querendo uma posição nossa.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia, a próxima inscrita, eu quero consignar também a minha manifestação de solidariedade ao pai Flávio Arns, que um filho na UTI há de ter não só o nosso conforto, mas acima de tudo a proteção de Deus.

Com a palavra a nossa querida Senadora Zenaide Maia, que também participou de muitas missas celebradas por Dom Leonardo Ulrich Steiner.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Com certeza. Sou católica, praticante, aquela mulher de fé, mas não é só com a fé de orar: é aquela fé que faz a gente insistir, persistir e não desistir de lutar por aquilo que acredito.

A Presidência da Comissão eu entendo, o Esperidião Amin, e como também o Flávio Arns. Em nenhum momento eu acho que a gente quer adiar, porque isso é um assunto em pauta, apesar de discordar do meu querido colega Girão. O que eu ouço das mães de famílias é clamarem por uma educação pública integral e de qualidade, uma preocupação imensa com a retirada de recursos de instituições de educação, como as universidades federais e os institutos federais, deixando de uma maneira que a maioria não vai ter condições de apresentar. Acho que o clamor maior é isso.

Eu entendi o que o Flávio Arns disse: eu também não acho – os poderes são divididos. Mas eu entendi que a gente fazer as audiências... Como ele falou, os estados, alguns, já aprovam essa escola em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa, mas o que eu entendi é que o Supremo pediu que isso fosse uma questão para o Congresso Nacional responder sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A esfera federal.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Federal. Entendeu?

Não acredito, porque eu acho que é um assunto que não deve... O que eu olhei aqui é que cada Comissão, em todas, tem gente que faz parte dessa escola em casa e tem pessoas, inclusive, representantes de todos os lugares. Foi uma coisa que eu tive cuidado de olhar, viu, Esperidião Amin? Porque eu acho que a gente tem sempre que ouvir os dois lados.

Entendo a preocupação de Flávio Arns porque, como se falou aqui, já tem vários países no mundo que adotam. Não custa nada a gente ouvir, como está proposto aqui, essa pessoa que tem uma experiência grande, uma diretora de programa da Harvard sobre isto: escola em casa. A gente tem que ouvir os dois lados.

Eu sei que oito audiências não é o comum, mas isso é um assunto tão complexo, e a gente vê uma educação pública já com dificuldade... Você imagine, porque no fim é o poder público que tem que questionar, entendeu? Eu como Zenaide, mãe e avó, e médica, o que eu vejo é que a criança quanto antes na escola mais ela aprende a falar mais rápido; ela respeita, porque é na escola que ela vê que o direito dela só vai até onde começa o dos outros. Mas não quer dizer que a gente não vai discutir, certo?

Então, acho que era do Jean Paul, mas a gente tirou e sentou para ver se tinha uma equidade entre os palestrantes aqui, porque a gente ouve tudo, e, quando fizer, vai ser uma lei seguríssima, que não vai ter nenhum questionamento.

Então, a escola em casa, e, meu amigo Girão, acho que no Ceará o povo está mais adiantado, porque minhas cobranças são mais recursos para uma educação pública de qualidade, mais recursos para a saúde e uma geração de emprego e renda. Nada contra isto aqui. Vamos ver se há alguns países que adotaram, porque não vi essa experiência, e a gente deve fazer uma lei bem-feita, como a Maria da Penha, para ninguém questionar, entendeu?

Não sou a favor de interferência de um Poder no outro, mas, para não permitir que o Supremo interfira, nós temos que ter uma lei bastante... E tenho certeza de que, como há muita gente aqui da educação, uma coisa é certa: todos nós sabemos que a educação pública de qualidade – eu digo que é a pública, a privada entra, porque mais de 70% é na pública – é a prevenção à violência. Bote as crianças e os adolescentes numa escola pública de qualidade em tempo integral para ver se o crime coata. Isso não é inventar a roda, porque o mundo todo que quis evoluir... É a chance de o Brasil crescer economicamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, às vezes, a gente vê que precisa de mão de obra qualificada, e não temos educação. E digo mais: a educação é a maior prevenção à saúde. Povo educado adoece menos, só isso.

Mas acho, Esperidião Amin, já que há toda essa discussão, bota-se para votar em outra hora, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Nós temos ainda um item para apreciação, que é o Projeto de Lei 5.108, sobre o qual haverá necessidade de votação, uma vez que... aliás, a votação pode ser simbólica, porque é não terminativo.

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5108, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Iniciativa do Deputado Hugo Leal. Relatoria do eminente Senador, prezado amigo, Senador Veneziano Vital do Rêgo. O Relatório é pela aprovação.

Eu vou abrir essa exceção para o Senador Veneziano, com o compromisso de ele, o mais rapidamente possível, relatar o projeto de lei da telessaúde, que está entregue aos seus cuidados, ou seja, é uma cobrança do autor. É *lobby* puro.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Lido por todos nós, e saiba que o material já está devidamente concluído para que nós, antes mesmo de termos o encerramento deste primeiro semestre, o façamos, esse bom debate, sobre os auspícios da sua sugestão criativa, importante, da telessaúde. Nós estamos já com todo o material pronto à apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que até a próxima semana já incluamos nesse debate.

Meu Presidente, as minhas saudações a V. Exa., aos presentes na Comissão.

Eu me encontro aqui no gabinete até porque, em face de esta semana exigir de cada um de nós a presença nas diversas Comissões das quais somos titulares, nós temos que nos dividir.

Mas, rapidamente, essa matéria é uma matéria, penso eu, incontroversa, e por isso mesmo peço a sua aquiescência e do Plenário da CE para ir direto à análise.

O Projeto de Lei nº 5.108 aborda matéria relativa a diretrizes e bases da educação nacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação.

A alfabetização plena e a competência em leitura são definidas pela proposição. Essa definição nos parece bastante apropriada, pois, sem a consolidação das bases que elas representam, o resultado é uma escolarização insatisfatória e que deixa o indivíduo sem condições de progredir e de dominar saberes de outras áreas.

A propósito, dados da última edição da Avaliação Nacional da Alfabetização, realizada no ano de 2016, apontaram que menos da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental alcançaram nível de proficiência considerado "suficiente" em leitura, número que é ainda menor quando se trata das crianças dos níveis socioeconômicos mais baixos ou da área rural.

Já a situação de analfabetismo funcional é vivida atualmente por milhões de brasileiros, muitos dos quais passaram pelos bancos escolares, mas não dominam as habilidades básicas de uma pessoa plenamente alfabetizada. De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), 29% da nossa população de 15 a 64 anos é composta de analfabetos funcionais – impressionante! – que enfrentam dificuldades até para compreender textos simples.

Mas, se alfabetização é um fundamento necessário, ele não é suficiente para assegurar o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", conforme comanda o art. 205 de nossa Carta Magna. É preciso, nesse processo, dar um passo adiante no sentido de que os indivíduos adquiram capacitação para a leitura e para a análise crítica de textos, competências que sempre foram importantes, mas que atualmente se mostram vitais em razão da velocidade das comunicações.

Nesse sentido, Sr. Presidente Esperidião Amin, Senadora querida Zenaide Maia, Senador Girão, Senador Carlos Portinho, que presentes estão em nosso plenário fisicamente, a formação de leitores autônomos, críticos e capazes de produzir novos conhecimentos deve ser prioridade absoluta da escola. São esses os objetivos da proposição em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, tendo em vista a sua distribuição unicamente a esta Comissão, cumpre-nos destacar que a proposição aborda matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, e é admitida a iniciativa de membro do Congresso Nacional no caso, restando, portanto, demonstrada a sua constitucionalidade. O conteúdo do PL, ademais, se incorpora harmonicamente à LDB, tanto formal quanto materialmente, dando mostras de sua juridicidade e boa técnica legislativa.

Os nossos cumprimentos ao autor, Deputado e colega nosso Hugo Leal.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 5.108, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

Prof. Presidente Esperidião Amin, reforço o nosso compromisso para que, o mais breve – e o mais breve possível será na próxima semana –, estejamos a debater a propositura de sua autoria, reservada a nossa relatoria, sobre telessaúde.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em discussão a matéria, agradecendo mais uma vez a elegância com que o Senador Veneziano ouviu o nosso apelo.

Com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Só quero aqui parabenizar o nosso Deputado Hugo Leal, o nosso Relator Veneziano.

Realmente Veneziano fala num português que a gente chamava lá, quando estudava, "de final de semana". Excelente!

Então, quero dizer o seguinte: eu costumo dizer para os meus filhos e meus netos que quem não lê não sabe escrever. E alguém já dizia que, mesmo para incentivar logo a criança na leitura, a gente usa a imaginação. Muitos dizem que lemos para saber que não estamos sós, porque, enquanto você está envolvido na leitura, você não está só com certeza. Parabéns, Veneziano. Nós temos que estimular a leitura. Com toda certeza, o hábito de ler é muito importante. É como se diz: só alfabetizar, sem estimular a leitura, fica difícil. A leitura estimula a criatividade. E, como eu digo, eu falo assim: "Está chovendo, não vai sair de casa; não tem nada melhor do que um bom livro [não é, Esperidião Amin?] para você ficar lendo nesse período".

Mas era só para parabenizar e finalizar, porque a gente já está muito, vamos dizer, a favor desse projeto. Acho muito meritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faço minhas as palavras da Senadora Zenaide para homenagear a erudição... E gostei do o jeito de falar "de fim de semana", não é? (*Risos.*)

Ou seja, é traje de passeio, de gala, do nosso Senador Veneziano.

E, a propósito disso, quero incluir aqui, a propósito do tema leitura, que ontem a Deputada Angela Amin me surpreendeu com uma palavra que eu não conhecia: a educação digital está nos levando a um novo letramento do aluno. Não sei se o Veneziano, que é mais estudioso, conhece: letramento. É um novo letramento. A educação digital e o seu letramento. Eu não conhecia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O meu abraço ao Deputado Hugo Leal, que é o autor, e ao prezado amigo Senador Veneziano, agradecendo também a contribuição da Senadora Zenaide e do Senador Girão aqui presentes neste momento.

Não preciso convocar a próxima sessão? (*Pausa.*)

Então, é automática.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Rose de Freitas, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Izalci Lucas, Flávio Arns, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2022 - CE, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Debater o tema "Como Enfrentar os Problemas da Violência nas Escolas Agravados pela da Pandemia". **Participantes:** Igor Pipolo, Especialista em Segurança Pública nas Escolas; Denise Regina Maria Dias, Coordenadora-Geral do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do MEC; Tony Marcelo Gomes de Oliveira, Presidente da Comissão do Plano de Urgência para Paz nas Escolas Públicas do DF; e Patrick Tranjan, Assessor Especial do Secretário de Educação do Estado de São Paulo. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de junho de 2022.

Objetivos e diretrizes desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Como Enfrentar os Problemas da Violência nas Escolas Agravados pela Pandemia", em atenção ao Requerimento nº 15, de 2022, de minha autoria, da Comissão de Educação.

Muito bem, gente, esta audiência pública é muito importante justamente para analisarmos a situação atual que a mídia tem divulgado no país, em várias cidades, em muitos estados brasileiros. A princípio, a gente depreende que houve aumento da violência escolar no pós-pandemia. Então, vamos ouvir os especialistas e debater este assunto.

O nosso canal está aberto para perguntas da população através do canal e-Cidadania.

É fundamental que a gente discuta este tema, porque nós estamos saindo, botando o nariz fora d'água, depois da pandemia, agora. Demoramos muito no retorno das aulas presenciais no Brasil, comparativamente com outros países do mundo em que as aulas iniciaram no pico da pandemia. No Brasil, praticamente, as aulas foram reabertas agora em fevereiro, uns estados mais, outros menos.

Certo é que nós estamos convivendo com estas dificuldades. E nós precisamos que, através destas audiências públicas, todos os debatedores possam colocar as suas experiências à disposição do Brasil, à disposição das escolas, dos professores, dos diretores, dos coordenadores, dos supervisores, dos pais e dos próprios alunos.

Então, é muito importante debater um assunto que nos atormenta tanto, ainda mais neste mundo agora em que estamos vivendo, um mundo muito difícil, um mundo de guerra. Saímos do forno e caímos numa caldeira quente, que é essa guerra da Ucrânia.

Tudo isso vem complicando a vida da população, do povo do Brasil e do mundo, especialmente dos países em conflitos.

E muita coisa, nós temos que aprender. E esse aprender deve ser compartilhado. O que um sabe passa para o outro. Vamos trocando as bolinhas para podermos construir juntos um modelo de enfrentamento da violência, do aprendizado real, para que a gente retome a educação de qualidade no Brasil. É mais do que necessário.

Esta pandemia veio chacoalhar as escolas públicas, especialmente no Brasil. Deu uma chacoalhada geral no sentido de que a gente possa refletir, depois dela, para nós encararmos uma transformação, uma refundação, uma reconstrução da educação brasileira.

Sem mais delongas, vamos passar a palavra ao Dr. Igor Pipolo, especialista em segurança pública nas escolas, para que ele possa falar da sua experiência pelo tempo de 10 minutos, no máximo 15 minutos.

Com a palavra o Dr. Igor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR PIPOLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura. Obrigado pelo convite para participar aqui.

Na verdade, eu estava com a expectativa de ouvir um pouco primeiro, para, depois, dar as minhas contribuições, até para entender melhor como participar de uma audiência como esta, em que me sinto muito feliz, muito honrado. E é a primeira vez que eu faço, motivo pelo qual eu talvez possa quebrar algum protocolo aqui. Perdoe-me por antecipação.

Eu imagino que, talvez, seja muito importante falar de uma forma "nelsonrodriguiana", "a vida como ela é", de uma forma muito simples, direta, para que a gente possa atingir, de uma forma clara, os telespectadores, a população, podendo trazer um pouco a contribuição.

Eu acho este tema de altíssima importância dada a questão de serem crianças. Nós estamos falando de crianças, de pessoas que estão em formação e que precisam todo suporte.

Nós temos um contexto muito claro em que estamos falando sobre violência nas escolas públicas, porque nós temos aí que separar um pouco as condições de uma escola privada de uma escola pública. E quando se fala de escola pública, eu, hoje, moro nos Estados Unidos e venho ao Brasil com grande frequência. E vejo que nos Estados Unidos é mandatório, é obrigatório que criança em idade escolar esteja na escola, não importa a condição qual dela seja. E existem requisitos mínimos para as escolas receberem os seus alunos, receberem essas crianças. Então, é muito importante a gente entender que, primeiro, escola tem que receber as crianças, as crianças também precisam estar nessas escolas. Mas as escolas precisam oferecer as condições para isso. Então, existem, eu acho que alguns fatores, em primeiro lugar, que são físicos, de infraestrutura, de suporte e apoio para que a escola tenha essas condições mínimas de receber de forma adequada essas crianças. Então, esse é um primeiro ponto que está ligado à questão da violência.

A gente muitas vezes olha sob o aspecto da segurança, da polícia, mas a segurança é prevenção e ela começa eminentemente em ter um bom ambiente escolar, em ter a infraestrutura adequada de professores, dos seus quadros, do suporte na alimentação e de outros tantos itens que compõem uma escola para que ela funcione na sua plenitude. E a falta desses componentes, a falta de alguns desses componentes são elementares: uma equipe mal preparada, um ambiente que não é adequado, às vezes até o posicionamento geográfico dessa escola que está numa região que tem altos índices de crime e tudo mais. São "n" fatores.

Então, eu vejo que num primeiro momento, apenas para que a gente inicie aqui a nossa discussão, é que a gente entenda que dentro desse universo da segurança pública a gente precisa olhar para fatores que não estão necessariamente num primeiro momento diretamente ligados à questão de segurança, mas, sim, de suporte, de infraestrutura, de acolhimento para que as nossas crianças sejam muito bem recebidas e que, com isso, a gente consiga reduzir a violência escolar. Uma vez que o Estado não está presente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma completa na sua missão, ele abre espaço para a entrada de vários agentes, vamos dizer assim, invasores. É o caso que a gente vê muito na segurança pública quando a gente fala de penitenciária. A ausência da segurança adequada numa penitenciária gera a presença do crime organizado tomando conta dessa situação.

No caso das escolas não é diferente: a falta da disciplina, a falta do controle, essa falta de infraestrutura, tudo isso são fatores importantíssimos para que a gente, de uma forma preventiva, consiga conter essa violência escolar. E muitas vezes a gente olha a violência e acha que é só entre alunos. Não! Existem vários tipos de violência. Existe a violência entre os alunos, entre aluno e professores e funcionários e do seu entorno.

Então, cada escola merecia ter uma análise de risco próprio para a gente poder ter uma discriminação ali de quais são os pontos importantes para que uma escola seja considerada uma escola segura e a gente poder analisar, avaliar cada uma dessas escolas. Aí elas receberiam um *rating*, uma classificação, porque, com certeza, quando a gente fala de um universo muito grande, existem escolas públicas que não têm registro nenhum de violência, os professores sabem se portar, os alunos recebem um enquadramento adequado, tanto psicológico como pedagógico.

É muito importante a gente entender que também já existem vários programas, várias iniciativas. O Governo de São Paulo tem uma iniciativa muito importante, que é o programa Conviva SP, um programa muito interessante que se dedica a isto: a redução da violência na escola.

Então, eu acho que a gente pode fazer até alguns *benchmarkings* da escola pública com alguns outros setores que são considerados excelentes, como é o caso das escolas do Sesi/Senai. São escolas que são administradas pela área privada, mas que recebem pessoas de todo o tipo e diferentes condições e são escolas-modelos. São escolas em que eu colocaria os meus filhos para estudar, muita gente também adoraria ter seus filhos educados através dessas escolas, em razão do alto nível que é imposto nesses ambientes.

Então, eu gostaria até, Senador, de reduzir a minha fala apenas para fazer essa abertura e, depois, se tiver a oportunidade de voltar mais um pouco, mas apenas para que a gente possa abrir a discussão e dizer que segurança é prevenção, e a prevenção não está, necessariamente, ligada às questões policiais, mas aqui muito mais num contexto de infraestrutura, de suporte, de acolhimento, para que a gente possa...

Agora, fazendo um último *link* com as questões que foram colocadas no tema pela covid, que foram voltadas para a questão da pandemia: a pandemia foi uma loucura, mexeu com tudo, desestabilizou por dois anos, e agora que a gente volta a se entender de novo num modelo de sociedade, e não seria diferente que uma estrutura que já não estava funcionando de maneira adequada, num quadro normal, neste novo momento, depois de toda essa transformação, voltasse a funcionar da melhor maneira. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente, nós temos aí um trabalho eu acho que muito importante de reenquadrar esse modelo de educação pública pós-pandemia.

Então, eu fico muito feliz de estar aqui participando. Muito obrigado pela oportunidade e me coloco à disposição para que a gente possa evoluir na discussão do tema aqui durante a nossa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Dr. Igor, pela sua apresentação, em que V. Sa. destaca como fundamental a prevenção nas escolas, uma classificação dessas escolas pelo seu grau de risco, o acolhimento, a disciplina, a infraestrutura, e também classifica as violências de maneiras diferentes. Tem várias violências: violências internas, violências no entorno... É preciso classificar as diversas violências no ambiente escolar ou no seu entorno, justamente. E o senhor exalta as escolas referenciadas, que são as escolas do Sistema S, como o Senac e o Sesc.

Em resumo, foi essa a apresentação de V. Sa. que eu considero excelente.

Vamos à frente. Passo a palavra à Profa. Denise Regina Maria Dias, Coordenadora-Geral do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, do MEC.

Professora, a senhora está com a palavra.

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – Ah, que bom que funcionou! Tive um probleminha inicialmente com o som.

Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer o convite em nome do nosso Secretário de Educação Básica, Prof. Mauro Rabelo. Infelizmente, ele, devido a outros compromissos, a outros eventos, não pôde estar presente e me incumbiu de representá-lo aqui nesta audiência pública para tratar de um tema de suma importância. Então, como já foi muito bem colocado pelo Dr. Igor Pipolo, é um tema que foi muito agravado no contexto da pandemia, e precisamos cuidar dos nossos estudantes, precisamos cuidar da nossa educação pública, da oferta da nossa educação pública, para o desenvolvimento integral dos nossos estudantes. Então, é muito importante esse olhar, principalmente neste momento, considerando o contexto que estamos vivenciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preparei aqui uma apresentação breve. Eu não sei se vão compartilhar. Pediram para a gente enviar. Então, eu não sei se eu posso compartilhar daqui.

Eu vou compartilhar aqui. Eu acho que eu consigo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Pessoal da Secretaria, por favor.

Ah, já está aí.

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – Estão visualizando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Está ótimo. Excelente. Pode continuar.

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – Então...

Passou o eslaide?

Passou, né?

Então, falando um pouquinho sobre esse contexto da pandemia, hoje nós temos grandes desafios na educação, em especial considerando que precisamos cuidar muito da questão da violência em si, do agravamento dessa situação, que está muito relacionada à questão emocional dos nossos estudantes, que estão retornando à presencialidade após esse longo período de não convivência.

Mas, para além da saúde emocional dos nossos estudantes e dos nossos profissionais da educação, nós temos também outros desafios que estão relacionados também. E aí a gente fala um pouquinho sobre a questão do abandono e da evasão escolar, que é justamente o que o Dr. Igor Pipolo começou a falar, que é a garantia de que nossos estudantes estejam na escola. E nós sabemos que, com o contexto da pandemia, com esse afastamento, muitos estudantes acabaram saindo do sistema de educação, e é uma das frentes que nós precisamos garantir, que é o retorno desse estudante à escola, garantir que ele tenha essa permanência na escola e que ele tenha uma aprendizagem adequada, porque isso foi também muito afetado pelo contexto da pandemia. Então, é garantir essa aprendizagem, garantir uma recomposição daquelas aprendizagens que não tiveram, daqueles alunos que tiveram impactadas as suas aprendizagens e sofrem hoje com algumas defasagens no que se relaciona às aprendizagens em si.

Então, a gente tem *gaps* de aprendizagens em que precisamos também avançar, para que os estudantes não sofram essa perda e não levem isso para a sua trajetória escolar, e precisamos cuidar da saúde emocional, cuidar do acolhimento desses estudantes no retorno às aulas.

E aí eu falo um pouquinho de uma pesquisa – aqui o eslaide de que eu estava falando – sobre os desafios da educação, que estão aí nesse contorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe uns dados de uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas, que foi feita lá no ano de 2020, ou seja, no primeiro ano da pandemia, quando os alunos já sentiam. Então, daqueles estudantes que foram perguntados em relação à questão emocional da ansiedade e da depressão, 54% já sinalizavam, lá no primeiro ano de pandemia, que sofreram, que sentiram um aumento dessa ansiedade e dessa depressão. E aí, quando perguntaram a esses estudantes – aqui uma pesquisa da Conjuve e instituições parceiras – o que consideravam muito relevante em termos de conteúdos a serem trabalhados, 54% indicaram que as atividades para trabalhar as emoções, estresse e ansiedade, eram os conteúdos que eles consideravam mais relevantes naquele momento, e isso considerando o primeiro ano de pandemia. E a gente teve aí agregado ainda mais um ano de total afastamento das salas de aula, porque no ano de 2021 basicamente todas as redes tiveram ensino remoto.

Aqui há uma indicação, segundo estudo feito pelo Instituto Ayrton Senna, de que a aprendizagem – eles destacam essa questão – está diretamente relacionada com as questões socioemocionais dos estudantes. Então, se eles não estão desenvolvendo competências socioemocionais para lidar com essas dificuldades impostas pelo contexto da pandemia, que agravou ainda mais as dificuldades enfrentadas por eles, isso vai afetar o desenvolvimento em relação às aprendizagens. Há essa correlação de que saúde mental, mitigação da violência e estratégias de aprendizagens estão totalmente relacionadas com as competências socioemocionais.

A LDB já destacava a importância do desenvolvimento dessas competências socioemocionais lá no art. 35-A, §7º, já falava sobre a importância de se desenvolverem as competências socioemocionais, e isso estava muito voltado para o ensino médio. Já havia esse entendimento, e hoje se tem ainda mais, de que a gente precisa trabalhar, desde o ingresso dos estudantes, o desenvolvimento dessas competências socioemocionais.

A BNCC já fazia o destaque de que, ao longo da educação básica, as aprendizagens essenciais da BNCC deveriam assegurar esse desenvolvimento das competências gerais nos estudantes. E o que se entende por competências gerais? Justamente as competências definidas como mobilização de conhecimentos, e aí se fala de habilidades como práticas cognitivas e socioemocionais, ou seja, a BNCC já trazia esse destaque sobre a necessidade de se desenvolverem essas competências socioemocionais dos estudantes para que eles tenham pleno desenvolvimento, uma formação integral, pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

E aí, esses estudantes hoje, quão gigante é o nosso sistema, a gente deve promover essas habilidades... Então, nós temos hoje um total de 179.533 estabelecimentos, escolas públicas e privadas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Denise, não estão passando os eslaides.

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – Não estão passando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Não, só o primeiro, não passou nenhum mais.

Coloque no modo apresentação e compartilhar, aí você consegue passar.

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – Porque para mim aqui está passando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Para todo o público só está o primeiro.

Agora passou. Esse é o último seu?

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – É o último. Então, deixe-me voltar aqui.

Conseguem visualizar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. Agora está bom.

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (*Por videoconferência*.) – Maravilha então.

Eu sigo então falando sobre o quão gigante é a nossa rede. Nós temos hoje 179.533 estabelecimentos, 47.295.294 matrículas e 2.189.005 docentes atuando na educação básica. E nós precisamos desenvolver ações que atendam a todo esse gigantismo das nossas redes.

E no que estamos trabalhando no sentido de apoiar essas redes, porque precisamos? Ainda no ano de 2021, o Ministério da Educação, juntamente, em parceria com o FNDE, disponibilizou uma iniciativa num PAR, a Iniciativa 27, que justamente é voltada para desenvolver as competências socioemocionais, justamente por já se entender que essa é uma ação de extrema importância, porque ela já era importante e já era destacada na legislação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Base Nacional Comum Curricular, como uma habilidade importante a ser trabalhada com os nossos estudantes e que, considerando o contexto da pandemia, se tornou ainda mais relevante e primordial para o completo desenvolvimento dos nossos estudantes.

Então, ainda em 2021, foi disponibilizada essa iniciativa, justamente onde os municípios vão acessar, fazer o planejamento deles em relação às atividades e ações a serem desenvolvidas em seus municípios, dentro das suas redes. Então, essa iniciativa justamente foi disponibilizada de forma a apoiar esses municípios aqui. Por meio das iniciativas do planejamento na escola, tem-se aí o destaque de orçamentos tanto do Ministério da Educação quanto de emendas parlamentares para apoiar no desenvolvimento dessas ações. Essa foi uma iniciativa já disponibilizada ainda lá em 2021, justamente no momento em que as redes estavam iniciando o planejamento do ciclo do PAR 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós temos ainda materiais... Passou o eslaide, só para confirmar? (*Pausa.*)

Maravilha.

Então, estratégias para apoiar esses estudantes e profissionais na questão de materiais disponibilizados para a questão do *bullying* e *ciberbullying*.

Então, a gente tem aí – eu coloquei aqui novamente, repeti – a previsão na BNCC para o desenvolvimento. E aí, considerando isso, estão sendo trabalhados alguns materiais, como esse caderno da série Temas Contemporâneos Transversais. É um dos temas transversais contemporâneos da BNCC, que vai ser disponibilizado. Nossa previsão é lançar esse caderno ainda este mês, porque é um material que vai abordar justamente essa questão socioemocional, a questão do *bullying* na escola para apoiar os profissionais da educação a trabalhar isso no contexto escolar.

Também temos os materiais do Programa Saúde na Escola. Tem um eixo do Saúde na Escola, que é a ação 5, que é justamente voltado para a prevenção das violências. E aí o programa também traz alguns materiais apoiando o desenvolvimento de ações para enfrentamento da violência a serem implementadas, apoiando profissionais da educação a trabalharem isso no contexto escolar.

A Plataforma MEC RED, onde nós temos aí materiais também disponibilizados. O MEC RED reúne materiais não só disponibilizados pelo próprio Ministério da Educação, mas por instituições parceiras, como o Ministério da Saúde e outras instituições também que podem disponibilizar lá dentro materiais para apoiar justamente nessa questão do *bullying* e *cyberbullying* no contexto escolar.

Temos também a Plataforma Avamec, onde nós temos um curso. Eu coloquei aqui, mas acho que, na correria, acabei abrindo aqui o eslaide anterior. Temos também – e eu compartilho depois – a Plataforma Avamec, onde a gente tem cursos disponibilizados para trabalhar a questão da saúde mental com os estudantes.

Então, são cursos disponibilizados para os profissionais da educação. A gente tem cursos lá voltados justamente para essa finalidade. Um dos cursos que está sendo muito falado é o curso de bem-estar no contexto escolar. Foi um curso justamente desenvolvido e implementado para apoiar os profissionais nesse retorno às aulas presenciais para trabalhar essa questão do bem-estar no contexto escolar com os estudantes.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes também já foi disponibilizado, já foi lançado aí. E, justamente, como o Dr. Igor Pipolo comentou, não é só a violência dentro da escola, porque tem todo o contexto da sociedade em si em torno da escola que também precisa ser trabalhado. E há até mesmo o contexto de crianças que ficaram dentro de casa, afastadas da sociedade, do convívio social durante muito tempo. Muitas crianças relatam contextos de violência também, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofreram violências. E aí a gente precisa trabalhar isto: violência dentro da própria casa. A gente tem esse cenário, em que a gente precisa trabalhar e ter um olhar muito especial com essas crianças.

E há um material que está sendo – eu vou falar aqui rapidinho – trabalhado agora, que, a partir do segundo semestre, já vai estar disponível, com diversas instituições parceiras, desenvolvido aqui no âmbito do ministério, que vai estar disponível para todas as redes, que é o Semeando Inteligência Socioemocional. Esse material justamente busca trazer esse suporte para o acolhimento desses estudantes no retorno à presencialidade, trabalhar o desenvolvimento em grupo, entre pares, com relação às competências socioemocionais. Com esse material as escolas vão poder fazer adequações para o seu contexto, considerando as suas especificidades, e vai estar disponível como um suporte para que as escolas tenham um ponto de partida para o acolhimento e trabalhem justamente essas competências socioemocionais.

Acho que é um pouquinho do que eu queria apresentar aqui para vocês. Estou à disposição para o debate, que consideramos aqui, no âmbito da Secretaria, um ponto de muita importância e muita relevância nesse contexto. Então, para a gente é um prazer estar aqui hoje debatendo esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Denise.

A Profa. Denise apresentou, o foco da palestra dela foi nas competências socioemocionais, não é? Mas, assim, a palavra competência socioemocional é muito ampla e implica os fatores sociais, da família, também os fatores emocionais da família, a integração desses meninos.

Daqui a pouco, a gente repassará a palavra para todos para que possam traduzir, de maneira bem prática, como nós podemos encarar essas deficiências socioemocionais. Seria contratando psicólogos nas escolas? Seria contratando assistentes sociais?

Hoje cedo, mesmo os jornais publicaram uma matéria, um artigo sobre a fome no Brasil, que evidenciou 33 milhões de brasileiros em situação de deficiência alimentar. Umas mais radicais, outras menos, mas 33 milhões estão nessa faixa de perigo alimentar, de fome. Então, esse é um agravamento muito grande da situação das competências socioemocionais, não é?

Outro fator é a violência, não só dos alunos na escola, mas violência domiciliar, violência no entorno da família. E o desemprego, não é? Então são os fatores mais estressantes que realmente o aluno leva para o interior da sala de aula com uma expressão de adoecimento – adoecimento sob várias modalidades, desde a agressividade, a depressão, a automutilação e outros fatores mais.

Ela discorreu também sobre a questão do abandono, a evasão, como um fator agravante e citou, como o Prof. Igor também, a necessidade do acolhimento dos alunos e de um material didático renovado e disponível para professores e alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, foi essa a exposição da Profa. Denise.

Eu vou adiante. Eu quero passar a palavra para o Prof. Patrick Tranjan, lá da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Com a palavra, Prof. Patrick Tranjan.

O SR. PATRICK TRANJAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Confúcio.

Todos me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Ouvimos muito bem.

O SR. PATRICK TRANJAN (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Confúcio.

Na sua pessoa, cumprimento todos os demais Parlamentares e, na pessoa da Denise, cumprimento todos os demais presentes na audiência.

Eu queria iniciar pedindo desculpa pelo atraso na entrada.

Esse é um tema que é fundamental de a gente discutir, porque, como o senhor trouxe, Senador, diversos problemas que estão fora da escola se refletem dentro da escola. É difícil pensar que uma criança que passa fome fora da escola não vai trazer problemas relacionados à fome para dentro da escola; que uma criança que sofre abuso dentro da escola não vai trazer problemas relacionados ao abuso para dentro da escola; que uma criança que não tem onde morar não vai trazer as consequências da falta de moradia para dentro da escola. Aí a escola acaba sendo um catalisador de muitas situações que ocorrem fora da escola, inclusive que não são de responsabilidade objetiva das secretarias municipais, estaduais e do Ministério da Educação, mas que, de fato, influenciam no trabalho da educação.

Pegando aqui o caso do Estado de São Paulo, a gente fala de uma rede de 3,5 milhões de estudantes, só na rede pública estadual. Imaginem a diversidade de situações, de contextos dessas crianças que estão diariamente acessando o serviço.

Esse é um tema muito importante. Educação é o único serviço que é acessado diariamente pelo beneficiário. Não há nenhuma outra secretaria que acessa diariamente todos os beneficiários do serviço oriundo da política pública.

Eu queria começar aqui trazendo... Pela fala da Denise, eu entendi que o Dr. Igor já tratou um pouco disso. Quando a gente fala em segurança – e a gente conseguiu avançar bastante aqui na Secretaria de Educação –, a gente está falando de segurança fora e dentro da escola.

Na segurança fora da escola, a gente tem algumas práticas que são bem-sucedidas. Posso citar a questão da ronda escolar, conselhos comunitários de segurança, criação de rede protetiva entre Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tutelar, escola, Ministério Público e Defensoria, que, quando funciona, funciona muito bem. Mas é necessário, de fato, um esforço para organizar todo esse sistema.

Mas a gente também tem o problema da segurança dentro das escolas. Aí a gente pode falar em agressão, em ameaça, em agressão aluno-aluno, em agressão aluno-professor, que exigem, muitas vezes, um atendimento que tem que ser imediato. A gente pode trabalhar uma série de ferramentas para ter a prevenção dessa violência, mas, quando ela ocorre, a gente precisa do atendimento imediato.

Aqui na Secretaria de Estado, desde 2019, desde aquele lamentável episódio do atentado na Escola Raul Brasil, em Suzano, a gente investiu muito forte no tema da segurança escolar. Foi uma coisa que marcou muito a gente, talvez tenha sido o episódio mais difícil de toda a equipe da Secretaria nesses últimos três anos. E criamos um programa que se chama Conviva. É um programa guarda-chuva, que vai trabalhar, de um lado, com o gabinete integrado da segurança pública dentro da educação. Então, a gente tem um capitão da PM – o Capitão William trabalha com a gente, um profissional espetacular – que está diariamente com a gente aqui, atendendo todos os chamados, fazendo a ponte com a segurança pública, entendendo que a gente não pode confundir os papéis. O problema de segurança tem que ser tratado pela segurança, fazendo essa ponte com a segurança: atendendo as ocorrências, fazendo o mapeamento de eventuais ameaças, notícias, *fake news* na internet, monitorando redes. Tudo isso tem sido feito pelo Gabinete de Segurança.

Dentro do Conviva, a gente ainda tem a lógica da prevenção. Então, a gente tem um programa aqui na Secretaria que se chama Psicólogos da Educação. O Senador Confúcio trouxe esse exemplo no final da sua fala. É uma empresa contratada que presta atendimento psicológico para todas as escolas da rede. É feito por agendamento, por teleconsulta, começou durante a pandemia, no final de 2019. Estamos buscando outras maneiras de avançar com isso, de repente, com algum tipo de atendimento presencial em situações mais graves, mas todas as escolas têm o atendimento, seja para estudantes, seja para professores.

Esse é um tema ao qual eu queria dar muito enfoque, porque a pandemia trouxe uma situação que não está só no estudante; ela também está no profissional. É difícil a gente pensar que um profissional que não está com a saúde mental em dia vá conseguir cuidar de uma criança que não está com a saúde mental em dia. Quando a gente pensa... Eu vou sempre usar os exemplos da rede estadual, que são os números que eu tenho mais na cabeça. A gente tem 250 mil profissionais de educação contratados na folha direta. Como cuidar da cabeça, como cuidar das emoções desses 250 mil profissionais?

Então, esse é o primeiro movimento que a Secretaria fez – o Psicólogos da Educação – para conseguir atender esse conjunto aí de estudantes e de profissionais que precisam estar, principalmente no pós-pandemia, preparados para lidar com os desafios – inclusive, esse pós-pandemia também agrava. O profissional precisa estar ainda melhor, porque a criança vem ainda com mais problemas nesse pós-pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora isso, desde 2019, a gente tem trabalhado... Aqui na rede estadual, a gente tem 5,3 mil escolas. Até 2018, a gente tinha 360 em tempo integral, ampliamos isso para 2.050, agora no ano de 2022, e vamos chegar até 3 mil no final do ano. Por que esse investimento tão forte em escola de tempo integral?

Quando a gente pensa – e a Denise traz muito bem isso – na importância do socioemocional dentro das escolas, é difícil a gente pensar que, com o *gap* de aprendizagem, com a defasagem que o Brasil já carrega – e aí acho que é importante reconhecer que a gente tem evoluído muito na educação, o Brasil como um todo; apesar de os desafios ainda serem muito grandes, a gente tem evoluído, sim –, em quatro, cinco horas diárias, as crianças vão conseguir aprender tudo que elas têm e ainda desenvolver um conjunto aí de competências que são fundamentais para o desenvolvimento ao longo da vida.

E, quando a gente fala em escola de cinco horas, isso é uma realidade de poucos países. Em geral, a regra é o tempo integral e a exceção é o tempo parcial. A gente tem uma lógica invertida no Brasil em função de a universalização ter sido muito rápida e de a gente não ter sala de aula para todo mundo. Então, criaram-se os três turnos: manhã, tarde e noite. Mas a gente tem feito um esforço aqui por quê? Porque, na escola de tempo integral, além de a gente conseguir trabalhar conteúdos que são específicos para o desenvolvimento socioemocional, como, por exemplo, o projeto de vida... No projeto de vida, não se discute Português ou Matemática; discute-se futuro, discutem-se emoções, discutem-se competências para o futuro, discutem-se trilhas, caminhos para se chegar a essas competências. Só que, na escola de tempo parcial, a gente tem menos tempo para fazer isso.

Então, esse é um primeiro ponto.

O segundo ponto é que, em toda escola de tempo integral, a gente tem tutores para os estudantes. Os professores têm uma parte da carga horária dedicada especificamente à tutoria, que é cuidar das crianças. Então, cada professor vai ter um conjunto ali de dez, quinze estudantes que ele tem que acompanhar ao longo do ano, marcar conversas semanais... "Fulano, como está a sua vida? Como está na sua casa? Está tudo bem? Você está precisando de alguma ajuda? Tem alguma coisa em que eu posso te ajudar?". E aí também – esse ponto foi trazido e é superimportante – o baixo desempenho educacional do ponto de vista das notas também impacta na saúde mental do estudante, na autoestima do estudante, em como ele se vê na escola, em como ele se vê como parte daquele ambiente: será que isso é para mim? Então, esse tutor também está aí para isso: "Olha, Fulano, você está precisando mais focar em Matemática. Vem cá comigo, olha esse vídeo aqui. Dá uma olhada nessa palestra. Olha esse livro aqui, porque isso aqui pode te ajudar". Ele tem que acompanhar a vida desse estudante para ele não se perder nesse percurso educacional, que a gente sabe que não é simples e tem se tornado cada vez mais complexo, com cada vez mais informação, internet, redes sociais etc. A escola tem se tornado cada vez menos atrativa para o estudante.

E aí, Denise, me desculpa, vou te citar novamente, porque este é o último eslaide e eu acho que tem tudo a ver com as discussões que talvez sejam as mais importantes para a gente começar a discutir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto Brasil, enquanto educação básica, que é o ensino fundamental II. O Brasil conseguiu evoluir muito no ensino fundamental I, 1ª a 5ª série, a partir da experiência do Ceará. A gente sabe o que tem que fazer. A gente precisa se organizar para fazer, mas existe uma experiência muito bem-sucedida, com um custo muito baixo, que deu resultado. A gente sabe o que tem que ser feito no ensino médio a partir da experiência de Pernambuco. Pernambuco fez, o resto do Brasil está copiando e tem dado muito certo, mas pouquíssimo tem-se discutido do ensino fundamental II, que é justamente a transição da criança para o adolescente.

Essa fase é uma fase que é muito complexa na vida do jovem, de muita transformação. Ele está naquela escola em que há um professor por sala de aula, que dá todas as disciplinas, o pedagogo generalista, e passa para uma escola com 13 disciplinas obrigatórias. Às vezes, ele troca de escola, ele sai da rede municipal para ir para a rede estadual; às vezes, ele troca de bairro, ele troca de colegas. E essa transição é muito malfeita no Brasil.

E aí eu acho que a gente tem "n" questões para tratar, tanto do ponto de vista administrativo, de como as secretarias fazem essa transição, como do ponto de vista pedagógico, de como a gente trabalha nessa transição. Agora, é muito fácil falar dos problemas, é muito fácil identificá-los, pois esse diagnóstico está presente em várias frentes que trabalham com educação, mas o que o poder público, o que a gente pode fazer para isso? E aí é que o Poder Legislativo é tão importante em parceria com o Executivo.

Regulamentar o Sistema Nacional de Educação pode ser uma ferramenta muito importante para resolver uma série de problemas. A gente conversa muito aqui. O ex-Secretário Rossieli, inclusive, foi Ministro da Educação, inclusive, trabalhei com ele, e a gente discutia esses temas do fundamental II também, quando ele foi Ministro. E, aqui, na secretaria, a gente voltou a discuti-los. Não é o sistema que vai resolver, é o que a gente fizer do sistema.

A gente tem o Sistema Único de Saúde, que tem um funcionamento muito bom. A gente sabe que ele tem muito a evoluir, mas é um sistema que funciona – inclusive, na pandemia, se mostrou a importância de ter um Sistema Único de Saúde. A gente tem na assistência social um sistema que também precisa de aperfeiçoamento, mas ele funciona. E na educação a gente também vai ter "n" problemas quando regulamentar o sistema, mas ele vai trazer uma série de soluções.

A principal, que eu cito aqui, é que educação é jogo de time, não é jogo de indivíduo. Se a escola não trabalha unida, a gente não entrega o resultado para o estudante; se as redes municipais e estaduais não trabalharem unidas, também não vão entregar o resultado para as escolas; e, se o Governo Federal, o governo estadual e os governos municipais não trabalharem unidos, a gente não vai conseguir entregar o resultado para o Brasil do ponto de vista da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a colaboração. Essa palavra é tão importante que, quando a gente olha para o caso do Ceará, é regime de colaboração que foi feito; quando a gente olha para o caso de Pernambuco no ensino médio, eles chamam de corresponsabilidade, que nada mais é do que colaboração dentro do ensino médio. A colaboração precisa estar presente entre os entes, porque esses problemas... E eu bato bastante na tecla aqui com a equipe do Sistema Nacional de Educação de como a gente precisa estar atento a que tipo de regulamentação vai sair. É uma forma de a gente colocar todo mundo para conversar periodicamente, com uma previsão legal desses encontros, porque, como a Denise citou, a gente tem uma série de formações sendo desenvolvidas. E aí como que os estados vão fazer a implementação dessas formações? Como que os municípios vão fazer? Como é a carreira do professor em cada um desses estados e municípios? Essa formação tem algum peso na promoção dos professores? Se a gente entende que é tão importante, não vale a pena o esforço de estados e municípios para incluírem dentro das carreiras docentes a obrigatoriedade de certas formações para ter a progressão? Mas como a gente fala isso para todo mundo sem um Sistema Nacional de Educação? A gente precisa colocar todos os atores na mesa para conversar.

A educação, no final das contas – e eu vou puxar a brasa para a minha sardinha –, é a coisa mais importante que a gente tem. A gente sabe que há problemas urgentes de saúde, problemas urgentes de segurança, problemas urgentes da fome no Brasil, e esses problemas precisam ser resolvidos com urgência – a gente não pode deixá-los para depois –, porque tudo isso vai impactar na vida escolar das crianças, mas a gente precisa, em paralelo, correr com um plano de desenvolvimento do país que se baseie na educação. Não dá para a gente aceitar que 29% dos jovens não terminem a escola no país. Não dá!

O Eduardo Paes de Barros, professor do Insper, fez uma pesquisa recente, em que ele mostra que o custo da evasão escolar – é simplesmente o jovem terminar a escola sem nenhuma qualidade, apenas ele terminar a escola – equivale a cerca de 3% do PIB. Há quanto tempo a gente não está falando que 3% no PIB fariam uma diferença muito grande no desenvolvimento do país?

Sem isso, a gente não consegue avançar, sem ter um Sistema Nacional de Educação que coloque todo mundo na mesa, porque o esforço individual vai gerar essas ilhas de excelência, vai gerar casos de escolas que são muito bem-sucedidas, mas, como a Denise trouxe, a gente está falando de 40 milhões de estudantes. A gente ter 10, 20, 30, 200, 300, 500, 1 mil escolas no Brasil que funcionem bem está muito longe do suficiente, muito longe do suficiente. Não estou falando do desejável, estou falando do suficiente para a gente conseguir o que a sociedade está olhando...

Eu queria encerrar com outro tema, porque tudo isso tem impacto na violência escolar do ponto de vista de que a aprendizagem tem um reflexo muito forte na saúde mental das crianças, no desenvolvimento socioemocional, mas está na hora também de a gente, enquanto país, discutir que educação não é depósito de criança, a família precisa se envolver na educação dos filhos. E se envolver em educação não é botar o filho no ônibus, não é olhar boletim em reunião de pais; é entender de fato como que a criança tem se integrado ao ambiente escolar e de que forma o ambiente escolar tem dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retorno para as famílias. Fazer a matrícula na escola, botar no ônibus e depois achar que a escola vai resolver todos os problemas... Ela não vai resolver todos os problemas. Inclusive, a Constituição é muito clara quanto a isto: a educação é função da escola e da família, não é apenas da escola. A gente precisa avançar nessa discussão. As famílias precisam se envolver mais. Obviamente, é fácil dizer... Podem dizer: "Tudo bem, a família precisa se envolver mais, Patrick, está bom, mas, enquanto poder público, o que a gente faz para a família se envolver mais?". A gente precisa buscar a família, a gente precisa mostrar para a família que a escola é um ambiente acolhedor: a mãe e o pai não são chamados na escola para falar mal do filho, para reclamar dos filhos, mas a escola precisa chamar os pais constantemente para mostrar as coisas boas que a escola faz, as coisas boas que as crianças fazem para as escolas, que os jovens fazem.

E aí, mais uma vez, o Conselho Nacional de Educação tem um potencial muito grande para a gente alinhar essas ações, porque não adianta só o município A ou o estado B estar fazendo isso, mas isso deve ser um esforço de país. É começar a envolver as famílias em massa na educação das crianças para que elas estejam presentes no ambiente escolar e na vida dessas crianças, porque a gente pode ter a polícia identificando um caso de agressão ou de ameaça dentro da escola e indo agir, a gente pode ter o psicólogo conversando com o professor, conversando com o estudante e o apoiando em alguma questão relacionada à saúde mental, mas ninguém é mais forte do que a mãe e o pai para buscar a escola e falar: "O meu filho está com problema". A gente precisa quebrar essa ideia de que saúde mental é um tabu, a gente precisa discutir isso, inclusive com crianças e com adolescentes.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Professor, pela belíssima apresentação.

O Prof. Patrick coloca a experiência de São Paulo, as experiências bem-sucedidas em estados brasileiros, como no Ceará e em Pernambuco, ensino médio, ensino fundamental I; e coloca em xeque a situação para todos de como resolvermos a dramática situação do ensino fundamental. Ele apresenta os motivos que realmente fazem com que o ensino fundamental II seja mais complexo. Ele fecha toda a sua apresentação falando do esforço e do trabalho que deve ser colaborativo. Uma experiência não pode ser somente num município isolado ou só de um estado isolado ou só do MEC isoladamente; tem que ser algo compartilhado, em que todos os entes federados deem as mãos para a gente encontrar as soluções de um para que possam ser compartilhadas com outros. Esses são os temas apresentados pelo Prof. Patrick Tranjan, do Estado de São Paulo.

O último palestrante da manhã é o Prof. Marcelo Gomes. Eu não tenho aqui o currículo do Prof. Marcelo Gomes, mas, daqui a pouco, eu falo quem é o Prof. Marcelo – Tony Marcelo Gomes. Com a palavra o Prof. Tony. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. Marcelo está com a palavra. (*Pausa.*)

Prof. Marcelo, o senhor está ouvindo? Prof. Tony Marcelo...

O SR. TONY MARCELO GOMES DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu estou ouvindo bem, Professor.

O SR. TONY MARCELO GOMES DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Que bom! Que bom! Nestes tempos tecnológicos, é sempre esquizofrênica essa nossa relação, mas vamos lá!

Bom dia a todos e a todas.

É um prazer enorme fazer parte desta Comissão, estar aqui em nome da nossa Secretária de Educação do Distrito Federal, a Hélvia Paranaguá, e dizer o quanto que é importante esta Comissão de Educação do Senado tratar de um assunto tão caro para toda a sociedade.

Eu cumprimento aqui o Senador Confúcio Moura por esta iniciativa e os colegas, a Denise, o Patrick e o Igor Pipolo. Bom dia a todos.

Eu gostaria de falar um pouco de uma ação que nós aqui no Distrito Federal estamos fazendo para conter justamente essa problemática, que está trazendo tantos problemas e tantas discussões.

A primeira coisa que nós fizemos foi organizar o Plano de Urgência pela Paz nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, o qual tem como intenção fazer esse enfrentamento direto da violência que ficou exacerbada dentro dos complexos escolares no Distrito Federal, como vocês todos conheceram, principalmente porque muito tratada pela mídia. Então, a primeira coisa que foi feita, mesmo sabendo que a violência não é um problema só da educação... A violência é um problema estrutural; a escola nada mais é do que o reflexo de uma sociedade que apresenta problemas sociais agudos. O Senador estava trazendo justamente o problema hoje mostrado pela mídia, o problema que nos preocupa tanto, que é o aumento da fome no Brasil. É claro que nós sabemos que essa fome atinge o processo educativo, atinge também o processo de violência não só escolar. Então, concordo quando o Patrick nos traz a preocupação de que agora é o momento de falarmos de educação como um problema de todos. Por enquanto, nós tratamos... O Brasil teve o mau costume de tratar a educação como um problema setorizado, e qualquer problema de educação apenas tem como ser resolvido se for tratado como um problema holístico, como um problema da sociedade. E, para isso, logo quando surgiu o problema da violência nas escolas do Distrito Federal, a Secretaria de Educação, de pronto, Senador, partiu para a convocação do Governo do Distrito Federal, no qual foi criado um comitê intersetorial, provocando todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as secretarias para que também tivessem esse problema da violência no ambiente escolar como uma problemática a ser resolvida. Então, todas as secretarias do Distrito Federal foram convocadas para um comitê intersetorial e hoje estão trabalhando de uma forma dialógica, de uma forma bem complementar, sob a orientação da Secretaria de Educação.

Um outro passo superimportante que foi feito pela Secretaria de Educação e está sendo motivo de outras secretarias de estados parceiros que estão bebendo e se nutrindo um pouco dessa nossa prática foi a constituição de uma comissão central. Todos os setores da Secretaria de Educação do Distrito Federal estão também envolvidos nessa problemática da violência, reforçando que essa é uma prática nova, na qual percebemos que o problema da violência ou tem que ser abraçado por todos ou vai ser mais um engodo, mais uma prática trabalhosa e que provavelmente não terá resultado algum. Então, desta vez, está havendo um diálogo da Secretaria de Educação com todos os setores do Governo. Essa é uma vitória muito grande já para a nossa implementação e operacionalização para combater a violência nas escolas.

O desafio está sendo enorme. O retorno às aulas no Distrito Federal trouxe esse problema gritante. Nós ainda não sabemos como a sociedade vai agir neste período de saída de pandemia – estamos vivenciando a pandemia, mas seguramente estamos buscando o fluxo final dela. Então, é uma incógnita saber como a sociedade vai travar as relações. Mais incógnita ainda é saber como nossos jovens em idade escolar vão ter a sua prática diária de convivência, já que a pandemia maltratou demais, principalmente, as fragilidades emocionais.

A Secretaria de Educação passou a dar visibilidade a todos os projetos nos quais as escolas já tinham direcionado as práticas de professores para um diálogo de mediação de conflitos, principalmente. Então, o que nós estamos fazendo com a formação da comissão de implementação e operacionalização do Plano de Urgência pela Paz nas Escolas é dar visibilidade às escolas, é dar visibilidade e acolhimento às escolas. O Dr. Igor falou, em sua fala, algo muito importante: "Hoje o momento metodológico preza o acolhimento, a identidade da educação é o vínculo". Então, esse abraçar, esse cuidar das fragilidades que na sociedade hoje imperam é uma obrigação de educação.

O nosso plano de urgência tem, Senador, alguns objetivos claros.

O primeiro é prevenir para enfrentar as condições geradoras de violência na escola. Isso nós estamos fazendo a contento, porque já estamos provocando o debate na escola, e isso é superimportante.

Outro fator importante do objetivo do Plano de Urgência pela Paz nas Escolas Públicas do DF é fortalecer o papel social da escola na promoção de paz. A escola ficou distanciada desse papel importante de promoção de paz, da cidadania, da solidariedade, da tolerância, do respeito ao pluralismo e à diversidade étnica, em todos os seus contextos, religiosa, de gênero e cultural.

Eu chamo bastante atenção para esse objetivo do nosso plano de urgência porque mostra o quanto um plano de urgência para paz na escola só pode acontecer se estiver muito alinhado aos preceitos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos humanos. Então, fortalecer o papel social da escola nesse momento é criar vínculo, é criar acolhimento; fortalecer a escola como espaço para reflexão é a nossa busca hoje. A escola, acima de tudo, é um espaço de reflexão; é de lá que saem projetos de paz para toda a sociedade, e não para a gente ficar preso em conflitos de uma sociedade toda ainda em busca de ações.

Um outro objetivo que nós não podemos deixar e do qual não podemos abrir mão de forma alguma é a formação continuada. Nossos professores precisam estar sempre preparados para as novas situações. Nossos professores estão precisando também de muito acolhimento. Nós falamos muito do problema, e o nosso problema, sim, é sempre o aluno: nosso aluno tem que ser cuidado, nosso aluno tem que ser protegido. Mas nós estamos vendo que hoje o professor da rede pública precisa de muita ajuda; ele está precisando desse acolhimento de que nós estamos falando hoje. A fragilidade emocional dos professores é algo que salta aos olhos, e por isso o nosso plano de urgência para a paz também está cuidando do nosso professor.

Uma primeira ação de combate a essa violência escolar foi identificar, foi mapear as escolas que precisavam de ação para ontem, que precisavam ter o olhar direto do Distrito Federal. De um complexo de quase 700 escolas, nós mapeamos, nós conseguimos mapear junto com a Secretaria de Segurança, Senador, 126 escolas que precisavam urgentemente de estarmos nelas, de termos ações diretas nelas – 126! Olhe o quanto isso é problemático! E, para isso, logo depois que mapeamos essas 126 escolas, nós partimos logo para as ações emergenciais.

A primeira ação emergencial era dar um suporte, dar um socorro para o profissional da educação, dar um suporte para aquela escola que estava convivendo com aquilo ali diretamente, porque é muito fácil a gente falar dos gabinetes, a gente falar das secretarias, mas os colegas que estão lá na ponta da escola estão perdidos e precisando de amparo. Então, a primeira coisa que a Secretaria de Educação do Distrito Federal fez foi dar um suporte criando um caderno orientador chamado *Convivência Escolar e Cultura de Paz*, que passou a ser para a gente identificado como uma ferramenta pedagógica superfeliz, porque, além de ele ser informativo, ele trata das violências, dos vários tipos de violência, e como identificá-las. Ele também é formativo, então ele traz passos para que o professor mesmo, apenas com um caderno de convivência, tenha condições de enfrentar um problema identificado. Então, num primeiro momento, nós distribuímos para todas as escolas, para todas as regionais de ensino.

Também, como uma ação emergencial, nós formamos uma nova comissão regional. Certo? Porque na estrutura do Distrito Federal funciona assim: a Secretaria de Educação que envia as ações para a coordenação regional de ensino e através das coordenações regionais de ensino é que a gente pode chegar nas escolas. Então uma outra ação emergencial foi criarmos uma comissão das regionais, porque só assim a gente deixaria de ser um plano apenas de intenção. Com a comissão das regionais, agora nós podemos atingir diretamente as escolas e o plano passou a ser de ação. E aí nós partimos para as parcerias. Eu costumo dizer, Senador, que um projeto de educação, acima de qualquer outro projeto político, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de braços abertos, ele tem que ser um projeto de parcerias, ele tem que ser um projeto de acolhimento – vamos pegar essa palavra tão significativa, que seja significativa para esta manhã aqui para a gente.

Então, por ser um projeto de acolhimento, nós convocamos o comitê intersetorial, as outras secretarias que participam do nosso plano de urgência para a paz nas escolas públicas, para que nos fornecessem ajudas. A Secretaria de Educação simplesmente pediu ajuda; a Secretaria de Educação do Distrito Federal, inaugurando uma forma dialógica para enfrentamento de um problema, pediu ajuda de seus parceiros governamentais. E nós temos hoje parceiros fortíssimos como o Batalhão Escolar. Certo? O Batalhão Escolar que hoje está agindo nas mediações e significativamente há sensação de segurança hoje nas escolas do Distrito Federal, Senador; já é uma presença significativa. Convocamos a cavalaria nas escolas... Quer dizer, uma forma para que a polícia se envolvesse mais no contexto da educação, principalmente nas margens da escola, não no interior da escola.

Nós estamos também com uma iniciativa bastante significativa, que eu indico até para outros estados, que é a formação continuada para militares. Os militares precisam saber que o trato escolar é diferente, que o trato com o aluno é diferente. Então, a partir do momento em que nós passamos a identificar os nossos parceiros e as ações dos nossos parceiros, as nossas práticas dentro das escolas passaram a ser mais significativas. Hoje o professor – já é uma realidade, ontem eu estava reunido com alguns deles –, hoje o professor da rede pública de ensino já sente esse amparo, já temos projetos que estão cuidando da saúde emocional do professor, porque, se a saúde emocional do professor não for cuidada, provavelmente nós vamos ter muitas dificuldades para resolver o problema do nosso aluno. Então, o problema da educação é estrutural. E, quando o Estado se ausenta da educação, nós damos espaço para as violências.

Assim, queridos, nós estamos todos num processo muito desafiador, que é como a travessia do Egito para o Brasil, eu digo; é o arquétipo metafórico de transpor essa barreira. Nós precisamos ultrapassar esse problema da violência, principalmente no contexto escolar, que incomoda a todos. Um problema na escola significa um problema para toda a sociedade.

Fico aqui no aguardo das novas orientações para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

O Prof. Marcelo acabou de apresentar a sua experiência aqui de Brasília, com vários focos importantíssimos: a cultura da paz apregoada nas escolas, através dos cadernos de convivência, que realmente ensinam essa cultura da paz nas escolas, o que é muito importante; o fortalecimento das escolas, como um ente importante da sociedade; e, enfim, a busca das parcerias. Ele destacou que é impossível trabalhar a questão da violência escolar sozinho, isolado; tem que ter uma parceria, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração entre professor, sociedade e outros estabelecimentos, outras instituições. Todo mundo junto para enfrentar um problema comum.

Muito bem. Então, nós ouvimos todos os nossos ilustres convidados, e cada um colocou seus conteúdos à disposição da sociedade brasileira. Isso tudo fica registrado aqui na Comissão de Educação, no YouTube também, para consultas futuras. Inclusive os eslaides também ficam guardados na Comissão. Isso para consulta, para quem assim desejar, é fundamental; e também para os próprios Senadores, porque muitos não estão aqui neste momento, nesta audiência, mas vão consultar posteriormente esse material apresentado aqui hoje. O conhecimento de cada um dos senhores e senhoras é fundamental para compor o discurso e as atitudes e mesmo as defesas de projetos em tramitação no Congresso Nacional, não é? Isso é fundamental.

Muito bem. Então, vou aqui agora distribuir algumas perguntas e eu queria que vocês anotassem, que cada um anotasse. Peguem um caderno ou papel e um lápis ou caneta, e eu vou citar os nomes das pessoas que estão *online*, dos internautas interessados em ouvir algumas respostas dos senhores e senhoras. (*Pausa.*)

Só um pouquinho. (*Pausa.*)

Eu sou lá do Estado de Rondônia, e a primeira pergunta aqui é da Rosângela Nogueira – eu vou escolher as perguntas baseado na exposição de cada um. A Rosângela Nogueira é de Rondônia, e eu vou passar essa pergunta para o Prof. Igor.

Anote aí, Prof. Igor, e responda diretamente para ela. Daqui a pouquinho o senhor vai responder.

A pergunta é a seguinte: "A explosão de agressividades e impaciência nas escolas é fator do isolamento ou da crise econômica nas famílias?". Essa é para o Prof. Igor depois responder.

Vou repetir, Professor, para o senhor entender bem a pergunta da Rosângela Nogueira: "A explosão de agressividades e impaciência nas escolas é fator do isolamento ou da crise econômica nas famílias?". Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é de São Paulo. Eu vou passar para o Prof. Patrick, que é de São Paulo mesmo, para ele responder à sua conterrânea... Aliás, ao seu conterrâneo, que é o Guilherme Marques. Ele pergunta o seguinte, Patrick: "Medidas de acompanhamento psicológico sistêmico, promoção de atividades culturais, lazer e conscientização cidadã via debates seriam viáveis?". Eu acho que o senhor entendeu bem e dá para o senhor resumir.

Denise Herdy, do Rio de Janeiro. Essa pergunta eu vou passar... Deixem-me ver... Eu vou passar para a Secretária, para a Denise. Anote aí, Denise. A moça que pergunta à senhora, ela se chama Denise também. Você vai responder para sua xará – tá? –, para ela: "Há evidências de aumento de situações de violência também no âmbito da educação superior?". É para a senhora: de Denise para Denise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Vinícius, do Rio de Janeiro. Deixem-me ver a pergunta primeiro: "Medidas corretivas, como diminuição da nota do aluno nessa condição de agressor, seriam eficientes para ajudar no combate a esse problema?". Então, eu vou passar essa pergunta para o Prof. Marcelo Gomes. Anote aí, Marcelo. O nome do cidadão é Marcos Vinícius, Rio de Janeiro. Vou repetir a pergunta: "Medidas corretivas, como diminuição da nota do aluno nessa condição de agressor, seriam eficientes para ajudar no combate a esse problema?". É a pergunta dele. Eu estou fazendo a pergunta tal qual foi feita pelo cidadão. Se tiver alguma dificuldade de entendimento, é pelo texto que ele fez.

Agora falta perguntar aqui para... Para Marcelo já foi. Então vou passar as perguntas para os outros também. Então, aqui eu vou passar para Patrick mais uma pergunta. Esta é do Rio de Janeiro e a pergunta é de Marcos Vinícius: "Medidas corretivas, como diminuição da nota do aluno...". Não, essa já foi perguntada. Desculpem-me. É para você, Patrick, da Láucia Pereira, Minas Gerais: "A violência nas escolas, de fato, agravou-se em função da pandemia? Ou antes dela os dados de violência não eram tratados nem divulgados?" – Láucia Pereira. Uma boa pergunta.

E, por fim, a última pergunta, que é de Weslley Barreto, Rio de Janeiro. Essa pergunta eu vou passar para... Deixem-me ver qual a natureza dela aqui. É de Weslley Barreto. Vou passar esta pergunta para o Prof. Marcelo Gomes: "É possível reduzir a violência nas escolas ou minimizá-la por meio de acompanhamento pedagógico e psicológico?".

Essas são as perguntas.

Se tiver algum Senador remotamente que deseja se manifestar neste momento, se algum Senador estiver ligado em nossa Comissão, pode interromper, entrar e fazer perguntas também. Está bem? Senador Flávio Arns, Senador Marcelo Castro, Senadora Zenaide, Senadora Rose de Freitas, todos aqueles que desejarem entrar, a qualquer momento, podem participar.

Muito bem, vamos pegar... Volte meu texto.

Bem, então, nós distribuímos as perguntas e nós vamos fazer o seguinte: eu vou passar a palavra pela ordem aqui das falas. Além da resposta... O Prof. Igor, além de fazer a resposta à pergunta feita para ele, ele já pode usar um tempo para fazer suas despedidas também e fazer seus comentários. Depois que ele ouviu todos, ele pode fazer um belíssimo fechamento. Então, o senhor responde e faz o seu fechamento. Nós estamos caminhando para o encerramento da nossa audiência pública.

Então, eu passo a palavra para o Prof. Igor, para responder e fazer seus comentários finais.

O SR. IGOR PIPOLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Muito obrigado, Senador Confúcio.

Respondo diretamente aqui para a Rosângela Nogueira, lá de Rondônia, sobre a explosão de agressividade e impaciência nas escolas, se isso foi um fator do isolamento ou da crise econômica que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afetou a as famílias. Rosângela, eu acho que a pandemia foi uma grande briga entre saúde e economia; e a economia foi a prejudicada porque nós priorizamos a saúde. E não tinha como, a gente tinha realmente que viver esse isolamento, o que gerou um grande impacto econômico. E, sem dúvida, quando a família não tem condição, não está bem, isso vai refletir no aluno, vai refletir na escola.

Prof. Patrick, eu queria muito me solidarizar com a sua fala. Eu estou muito feliz em conhecê-lo, conhecer o Prof. Tony, a Denise, todos vocês. As falas de vocês foram incríveis, recheadas de muitos caminhos e muitas ações que podem contribuir para a melhoria da educação. E o caminho para o Brasil ser realmente quem a gente quer ser há muito tempo é educação, não tem por onde. Então, eu acho que a gente tem aqui alguns pontos.

Eu espero ter respondido a situação da Rosângela, porque realmente a família insegura impacta a violência da escola. Isso está diretamente ligado à fala do Prof. Tony, que é a questão do acolhimento. E eu me solidarizo absolutamente também com a fala do Patrick quando disse o seguinte: não adianta só cuidar das crianças. As crianças que estão aí hoje estão sendo monitoradas pelos pais que não tiveram o sistema de educação que a gente acha que eles tiveram. Então, muitas vezes a escola tem que educar os pais também. É muito importante essa questão do acolhimento. Da violência, se começa a proteger em casa.

Senador, eu fui diretor de uma penitenciária de segurança máxima, então conheço profundamente o sistema carcerário brasileiro. Fiz muitos estudos sobre esse tema, e uma das coisas que a gente mais trabalhava era com a família do preso. A gente conseguia reduzir a violência dentro da unidade prisional através do suporte, da assistência às famílias dos... É a mesma situação. A gente tem que cuidar das famílias, que muitas vezes não têm o suporte adequado para ajudar os seus alunos. Não estou comparando aqui aluno com presidiário, não – pelo amor de Deus, não me deturpem! Eu estou dizendo sobre o aspecto da família. A família é importante nesse processo da educação.

Um dos pontos importantes que eu destaquei aqui é o que Patrick falou: quando tudo falha, sobra para segurança. Então, a gente não pode esperar que a segurança vá resolver os problemas de todos nós. A gente tem um trabalho preventivo muito importante, com tudo que foi falado da infraestrutura, do cuidado, do acolhimento, da parte psicológica, da capacitação dos nossos professores. Imaginem, também foi comentado isso, se o professor não está bem, como é que ele vai para a escola? Então, é importantíssimo a gente olhar para os alunos, mas também olhar para o nosso corpo docente, que é quem tem essa árdua missão de trazer esses alunos para o patamar que a gente tanto deseja.

Um dos pontos importantes que o Prof. Tony falou foi quando ele viu que mais ou menos 20% das escolas do Distrito Federal – cerca de 15%, 16% – estavam com problemas, estavam necessitando de ações imediatas de segurança. Então, no monitoramento disso, identificar os KPIs, os indicadores de *performance* de segurança para que possam ser monitorados, a partir da hora que cada estado fizer isso e o Governo Federal puder dar uma visão, um parâmetro nacional para que todos venham para esse padrão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vai começar a ter esses dados e poder contribuir, principalmente compartilhando as boas experiências. Como a gente acabou de ver, tem no Ceará e está tendo sucesso. Por que a gente não replica? Então, aprender dentro de casa vai ser muito importante para que a gente possa melhorar, até porque, ao se buscarem experiências fora do Brasil, elas não estão adaptadas à nossa cultura. É muito legal, a gente vê, a gente aprende, mas a gente tem que tropicalizar aqui. E a gente já tem um Brasil gigante em que muita coisa que se aplica a um estado tem que ser adaptada para outro por diversas condições – e a gente sabe a dimensão continental do nosso país.

Eu queria lembrar um ditado muito importante que diz o seguinte: se queremos avós educados, comecemos pelos nossos netos. Então, são três gerações para educar uma nação, e nós precisamos começar esse trabalho ontem.

Eu fico muito feliz de ter participado desta Comissão, Senador. Muito obrigado pela oportunidade. Estou à disposição para contribuir com o meu país, para que a gente realmente, através da educação, possa provocar a grande transformação que a gente tanto quer.

O tempo já me foi cortado. Eu adoraria poder comentar outros pontos aqui, mas certamente fico à disposição para uma outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Prof. Igor, muito agradecido pela sua participação, pelos seus comentários, pela sua experiência, pelo acatamento do convite para participar deste debate.

É um debate que não tem dono. As suas palavras não são para mim; as suas palavras são para as escolas, são para o Brasil, para as pessoas interessadas. Por certo, muita gente vai reprisar a sua fala, seus pontos aqui enumerados, com destaque para esse último trecho, que é a exaltação da família como um ativo importante na condução da melhoria da qualidade da educação e da paz nas escolas.

Muito agradecido a V. Sa. E o senhor fica liberado. Caso o senhor tenha outro compromisso ou queira ficar assistindo, fique bem à vontade, tranquilo. Muito obrigado.

Vou passar a palavra agora para Profa. Denise. Ela tem uma respostinha para dar. E depois ela pode fazer seu fechamento também, seus comentários.

Inclusive, eu gostaria que a senhora também falasse sobre a BNCC, quando é que realmente a gente consegue colocar em prática essa reforma já aprovada, essa proposição muito importante de alteração curricular, redução das disciplinas essenciais e das disciplinas complementares, opcionais.

Então, a senhora pode usar a palavra, fazer os comentários, tecer também uma abrangência sobre as palavras dos demais colaboradores. Fique bem à vontade, Professora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE REGINA MARIA DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Confúcio.

Respondendo aqui a minha xará, a Denise também, que fez a pergunta se há evidências de aumento da violência também no âmbito da educação superior, fui aqui, Denise, consultar, porque nós temos uma secretaria específica de educação superior – inclusive, consultei-os rapidamente –, e me foi relatado que, do conhecimento deles, que esteja mapeado dentro da Secretaria de Educação Superior, eles não têm ainda mapeada essa questão de evidências na educação superior do aumento dessa questão das violências. Claro, é uma temática importante também para a educação superior? Considero que sim. Antes de atuar aqui na educação básica, tive uma experiência na educação superior, e a gente já via altos índices de depressão entre os estudantes. Era uma questão recorrente. Eu mesma tive oportunidade de conversar com diversos alunos e acompanhar diversos casos de estudantes atuando na educação superior em que se identificaram questões de depressão. Então, eu acho que é uma temática que precisa ser considerada com certeza para todas as etapas.

No âmbito do ensino fundamental, que é onde eu estou atuando – não só do ensino fundamental, mas de toda a educação básica –, desde o início, a gente tem essa preocupação, porque a BNCC justamente já elenca como uma das competências de grande relevância de serem desenvolvidas. E aí justamente já entro num ponto que o Senador Confúcio colocou: como que está a implementação da BNCC? As redes, neste momento, já finalizaram. Hoje basicamente 100% das redes já apresentaram os novos currículos considerando o desenvolvimento do trabalho voltado para a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Então, hoje, quanto a todas as redes estaduais e municipais, no âmbito dos estados, nós já tivemos 100% de apresentação dos novos currículos; nas redes estaduais e municipais, basicamente 100%. São pouquíssimos municípios que ainda não apresentaram.

Hoje a gente tem uma plataforma onde eles estão colocando os currículos, apresentando, fazendo *post* dos currículos mesmo. Esses currículos estão sendo avaliados justamente para que o Ministério da Educação possa apoiar as redes, orientar as redes de forma ainda mais próxima, porque é extremamente importante esse trabalho em colaboração, conforme o Prof. Patrick colocou. Por quê? Se União, estados e municípios não estiverem atuando de forma conjunta, muitas vezes ações podem ser estabelecidas, e, lá na ponta, na rede, não vão fazer sentido. E é muito importante que a gente estabeleça ações de forma conjunta, em regime de colaboração, para que a gente consiga ter a melhor aderência às necessidades e especificidades de cada rede, porque o Brasil tem justamente dimensões continentais com diversas especificidades que precisam ser consideradas.

Então, é justamente isto que as redes estão contemplando em seus currículos – essas especificidades –, buscando, com certeza, contemplar ações dentro do seu currículo que para eles façam o melhor sentido, que contemplem da melhor maneira as especificidades de cada uma dessas regiões. Então, é muito importante esse trabalho colaborativo. E estamos justamente neste momento fazendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise, juntamente com as redes, desses currículos que foram apresentados pelas redes, currículos já alinhados com a Base Nacional Comum Curricular.

Quando a gente se volta para a questão socioemocional... Eu fiquei muito feliz quando o Prof. Patrick colocou a questão dos anos finais do ensino fundamental, porque muitas das ações que eu apresentei ali, como o Semeando Inteligência Socioemocional, nascem dentro de um programa voltado para os anos finais do ensino fundamental, justamente porque se identificou que, nos anos finais do ensino fundamental, a gente tinha uma série histórica em que não se tinham ações voltadas especificamente para essa etapa, especialmente para os anos finais do ensino fundamental. Então, por isso se considerou muito importante olhar de forma mais específica para esses estudantes que estão justamente nessa fase de transição, e trabalhar.

Então, dentro do programa, a gente tem justamente projetos que estão disponíveis para as escolas que participam do programa e têm um aporte financeiro, mas também para todas as redes. É um trabalho que a gente sempre faz questão de disponibilizar não só para as escolas que participam do programa, mas para todas as redes por ter justamente uma grande relevância. E, nessas ações, o que se busca é justamente trabalhar a questão do acolhimento, a melhoria das aprendizagens, trabalhar a integração família... Hoje a gente tem um programa justamente voltado para a questão da integração família/escola, porque são ações que realmente precisam caminhar de forma integrada. Escola, família, sociedade, todos precisam caminhar de forma integrada para que a gente realmente consiga implementar ações que atendam às necessidades dos nossos estudantes e que realmente façam sentido para eles. Então, a gente fala do projeto de vida. A família precisa estar junto com o estudante no projeto de vida – é o seu futuro –, e a família integra todo esse processo do futuro.

Esse olhar... Eu fico super feliz com todas as falas. Eu acho que foram falas que contribuíram muito, justamente voltadas para a sociedade, para a escola. A gente está falando aqui para esse público que realmente está lá na ponta e precisa implementar essas ações.

Então, eu fico muito feliz com cada uma das falas aqui e feliz por ver que nós estamos conseguindo trabalhar de forma integrada, com a participação das instituições representativas dos municípios, dos estados. E eu acho que este é o caminho: trabalhar de forma integrada, em colaboração, para que realmente as ações cheguem às escolas e possam apoiar os profissionais da educação, apoiar os estudantes e contribuir para que a gente tenha uma educação de qualidade, a educação que as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens merecem e precisam ter para a formação deles.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Denise.

Eu fui o autor desse requerimento e queria ouvir especialistas sobre esse assunto da violência nas escolas. Eu submeti o requerimento à Comissão de Educação, foi aprovado pelos demais Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes, e eu estou imensamente satisfeito. Por certo, a gente vai fazer um resumo e distribuir para vários municípios e estados brasileiros, colocar em outras plataformas, as ideias resumidas que cada um apresentou aqui. Eu achei extremamente proveitoso. Eu acho que um complementou o outro; dá para a gente fazer uma cartilha com as palavras de vocês – um foi complementando os outros. Um ponto comum foi o acolhimento; esse foi um ponto que todos realmente defenderam como essencial.

Eu passo a palavra ao Prof. Patrick Tranjan, de São Paulo – acho que tem uma ou duas perguntas para ele responder –, para fazer seus comentários finais.

Prof. Patrick.

O SR. PATRICK TRANJAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vamos lá!

A primeira pergunta é sobre a questão do psicólogo, do tema da cultura, dos debates nas escolas. Com certeza isso ajuda, inclusive as escolas, em geral – essa é uma realidade no Estado de São Paulo –, em todo o Brasil, têm momentos para discutir, principalmente em dias comemorativos, temas específicos. Isso acontece e com certeza ajuda. Acho que a conscientização é um fator de prevenção relevante, mas ele não pode ser o único.

Acho que o tema da cultura é importante, as atividades culturais, não tenho dúvida de que isso afasta a criança da violência, isso qualifica o ambiente, qualifica a qualidade dos serviços públicos a que essa criança, esse jovem tem acesso, sem dúvida alguma. Inclusive aqui, no Estado de São Paulo, a gente tem uma experiência exitosa, que a gente recentemente remodelou, que é o Escola da Família: as escolas são abertas aos finais de semana para a comunidade poder utilizar os espaços de quadra, de laboratórios. Acabamos de colocar agora aulas de reforço, de recuperação durante esse período do final de semana para quem quiser; é opcional, não é obrigatório.

Quanto à questão dos psicólogos, a um tempo atrás foi aprovada uma legislação que permitia que o pagamento de psicólogos e assistentes sociais fossem incluídos no Fundeb. Ela foi revista agora no final do ano, entraram outros profissionais e o pagamento deles sai do recurso para gasto com folha do Fundeb, 70%. Mas esse é um tema cuja discussão – é uma impressão minha – eu sinto que a gente ainda precisa amadurecer para se evitar que a escola vire uma clínica. Então, é saber separar os diferentes tipos de atendimento dos diferentes tipos de equipamento. Entendo que a escola pode apoiar no reconhecimento de problemas, apoiar no acompanhamento, apoiar no direcionamento da criança e do jovem para esses equipamentos públicos – aí acionando o Ministério Público, conselho tutelar, família, órgãos de segurança –, mas eu sinto que a gente tem que tomar cuidado para que a escola não vire uma clínica, não seja um local de atendimento psicológico, porque isso prejudicaria o pedagógico da escola, sem dúvida, se a gente começasse a fazer atendimento clínico dentro das escolas. Então, a gente precisa avançar ainda mais essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, para além dessa discussão, tem uma questão de financiamento disso, de entender qual é o modelo... De um lado é a questão de financiamento, de onde saem os recursos para fazer a contratação desses psicólogos, se é dinheiro da educação, se é dinheiro da saúde; do outro lado, que também tem a ver com a questão do financiamento, é qual o modelo de contratação: se é via concurso, se são temporários. Essa é uma discussão importante quando a gente chega nos entes subnacionais, porque, se a gente pensar em redes muito grandes – vou pegar aqui, por exemplo, a rede do Estado de São Paulo, onde a gente está fazendo um concurso para 5,3 mil psicólogos –, não é trivial fazer um concurso desse tamanho e também não é trivial a reposição desses profissionais no momento em que talvez eles pedem uma licença, etc. Então, acho que a gente precisa fazer essas duas discussões, para a gente conseguir avançar no atendimento presencial desses profissionais tanto da psicologia quanto da assistência social dentro das escolas.

Sobre o tema de se isso se agravou no pós-pandemia ou se a gente não tinha as informações antes sobre a violência nas escolas, sim, ela se agravou. Apesar de a secretaria ter desenvolvido, a partir de 2019, um programa integrado para entender a violência dentro das escolas, a secretaria já tinha o ROE, que é o Registro de Ocorrências Escolares. Então, a gente já tinha todos esses números do que acontecia dentro das escolas. Tenho certeza de que, no momento em que a gente dá luz, a gente incentiva que as escolas façam um reporte no sistema. Esses números podem ter aumentado inclusive em função da prioridade que a secretaria deu a esse tema, mas esses números já existiam antes, e eram números muito, muito inferiores aos que a gente tem agora. Então, sim, no pós-pandemia, a gente tem isso.

E, especialmente no pós-pandemia, a gente tem uma coisa que se agravou – que existia pouco dentro das escolas ou sobre a qual talvez se falasse pouco nas escolas, talvez pela quantidade de crianças que estavam submetidas a isso –, problemas que não estão relacionados à violência escolar, que são os problemas de saúde mental, mas que acabam incorrendo em problemas de violência escolar quando não são identificados e tratados no momento correto. Então, estes problemas têm ocorrido muito, de crianças se declarando deprimidas, querendo abandonar a escola – diversos problemas que não são necessariamente de violência, mas que podem acarretar problemas de violência.

Acho que respondi às duas, Senador.

Eu queria aproveitar, antes de encerrar, para fazer um convite ao Senador Confúcio, à Denise, ao Igor, ao Tony, à Senadora Rose também, que vi que está aqui na sala, e aos demais Senadores que estão aí, para virem conhecer os programas da secretaria e como a gente tem desenvolvido isso. As portas da secretaria estão abertas!

Acho que São Paulo tem uma vantagem e uma desvantagem. Aqui a gente consegue fazer muitas coisas com antecedência, dada a estrutura que São Paulo tem, mas os problemas também chegam aqui com antecedência, dado o tamanho que São Paulo tem. Então, a gente tem conseguido avançar em diversos problemas. Há outra vantagem: a gente tem uma rede muito grande e, por consequência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiências bem-sucedidas aos montes, porque são muitas as escolas. Então, há muita gente fazendo muita coisa legal.

Vocês estão superconvidados a nos visitarem e conhecerem como a secretaria tem desenvolvido esses programas. Tenho certeza de que vocês podem contribuir muito com o debate e que também a gente pode aprender com vocês o que vocês têm feito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Patrick, pela sua participação honrosa e competente.

Eu passo a palavra para o nosso último colaborador e palestrante, o Dr. Marcelo, o Prof. Marcelo Gomes, que é Presidente da Comissão do Plano de Urgência pela Paz nas Escolas do Distrito Federal. Então, o Professor está com a palavra para responder a uma ou duas perguntas e fazer os seus comentários finais.

O SR. TONY MARCELO GOMES DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – O Marcos, do Rio de Janeiro, fez uma pergunta aqui interessante, quando ele fala de medidas corretivas para a diminuição dessa violência escolar. Ele pergunta se abaixar a nota ou mexer na nota do aluno pode ser uma ferramenta importante para isso.

A questão da violência, Marcos e colegas, abrange um contexto muito maior, abrange um contexto de uma análise sobre o todo. Falar da questão da nota do aluno é algo bastante interessante, e jamais a gente pode perder essa visada, essa contribuição, principalmente para o fortalecimento do aluno no contexto escolar. Mas, hoje, devido à situação tão fragilizada provocada principalmente no campo emocional dos nossos alunos – de todo o complexo educativo, mas estamos falando do nosso principal agente de preocupação, que é o aluno –, esse contexto de fragilidade emocional passou a ser o nosso foco de observação maior.

A violência escolar precisa ser escutada principalmente pelo que o nosso aluno tem a dizer, certo? Culturalmente, nós aprendemos que as avaliações, principalmente a questão de notas, têm um aspecto mais punitivo, e, neste momento de insegurança, neste momento em que estamos falando de acolhimento, em que estamos falando de fragilidades, a questão da nota, do buscar o controle do aluno tendo a nota como um recurso, talvez não seja uma das práticas mais inteligentes. Nós temos que inserir no nosso contexto educativo práticas de comunicação não violenta, com mediação de conflitos, buscando as competências socioemocionais, porque nós temos que saber que promover uma cultura de paz não presume evitar conflitos, e sim prevenir a violência resultante desses conflitos. O conflito é inerente à educação. O conflito é uma oportunidade para o debate. A violência se dá quando nós não discutimos esse conflito, nós não debatemos esse conflito. Então, uma mudança cultural no seio escolar, nas unidades educativas é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como o colega Patrick já respondeu, de uma forma muito sólida e eficiente, com relação a se é possível amenizar por meio de acompanhamento psicológico o problema da violência. Sim, claro, o contexto das fragilidades emocionais é preciso estar debatido no seio escolar. A escola sempre ficou ausente desse debate, mas, hoje, não, ela precisa discutir isso com maturidade, com o desafio de não se transformar em uma clínica. A escola precisa trabalhar pertencimentos, e, ao falar de pertencimentos, automaticamente, a gente fala de todo o contexto socioemocional. Então, a escola é o lugar do debate, a escola é o lugar da discussão, porque é o lugar onde a gente pode promover a cultura de paz.

Agradeço desde já, Senador, primeiro, esta oportunidade incrível de conhecer esta Comissão de Educação, que faz esse papel primoroso para o país, e também o contato que tive com os colegas, com a Denise, com a Patrícia, com o Igor Pipolo, promovido por esta oportunidade aqui de discutirmos uma cultura de paz nas escolas públicas do Distrito Federal e do Brasil, que é o nosso objetivo. Agradeço a todos.

É uma orientação da Secretaria de Educação e é um prazer da Secretaria de Educação do Distrito Federal contribuir para esse debate.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Prof. Marcelo.

Eu quero agradecer também ao Prof. Igor, à Denise, do Ministério da Educação, ao Patrick, de São Paulo, da Secretaria de Educação de São Paulo, ao Marcelo Gomes, de Brasília, da Secretaria de Educação. A todos vocês os meus sinceros agradecimentos. Em nome do Presidente da Comissão, o Senador Marcelo Castro, eu agradeço a todos que vieram aqui. Fiquei satisfeito com o que ouvi, com as apresentações, e tenho certeza de que aqueles que participaram, os internautas, e aqueles que poderão buscar essas informações mais tarde ficarão satisfeitos com as exposições que todos vocês apresentaram.

Assim sendo, quero agradecer e desejar um bom dia e uma boa tarde a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Lasier Martins, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1901, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Joaquim Machado de Souza a ponte sobre o Rio Envira na rodovia BR-364, no Município de Feijó, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1743, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara Maria Lenk Patrona da Natação Brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 610, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Lúpulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2832, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Cristão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 940, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites para dedução dos valores destinados a projetos desportivos e paradesportivos do imposto de renda e para aumentar a relação de proponentes dos projetos, e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir que as doações e patrocínios a projeto desportivo ou paradesportivo destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social, partilhem os limites de dedução das doações a projetos culturais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes." **Autoria:** CPI dos Maus-tratos - 2017. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição das emendas nº 1-PLEN e nº 2- CDH e pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 102, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para permitir a execução do Programa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) às instituições públicas prestadoras oficiais dos serviços de assistência técnica e extensão rural associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 73, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Prêmio de Integridade Anadyr de Mendonça, a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 51, de 2022** que: "Requer a realização de 2 audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica"" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 54, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de 6 (seis) audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". As audiências públicas serão realizadas em datas oportunas, conforme os eixos temáticos que apresenta." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 56, de 2022** que: "Requer, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: Carlos Vinícius Brito Reis - Diretor do GHEx (Global Home Educational Exchange) - organização mundial que atua em defesa, pesquisa e promoção do Homeschooling e Elisa Flemer- Estudante Graduada por intermédio do Ensino Domiciliar, aprovada na USP em 5ºlugar do curso de Engenharia Civil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/09

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 10.

Ficam retirados de pauta os itens 6 e 9 por solicitação dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes.

Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição das emendas nº 1-PLEN e nº 2- CDH e pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ:

2. Em 8/6/2022 foi recebida a emenda nº3, pendente de parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 51, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de 2 audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica"

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE))

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu solicitaria a V. Exa., sendo possível, a inversão de pauta para apreciarmos o requerimento de audiências públicas em relação ao projeto de lei de educação domiciliar ou *homeschooling*, para que a gente possa dar celeridade também ao início das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns. Então, submeto à consulta dos presentes. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, então, façamos a inversão da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 54, DE 2022

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de 6 (seis) audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". As audiências públicas serão realizadas em datas oportunas, conforme os eixos temáticos que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar.) – V. Exa. me designou como Relator do projeto de lei, e eu quero dizer que a gente quer fazer um bom diálogo, um bom entendimento, uma discussão boa sobre essa possibilidade.

Da semana passada para esta, já participamos de cinco reuniões, duas delas muito proveitosas, com as famílias, com as crianças de vários estados do Brasil. Inclusive, eu tive a oportunidade de visitar também uma família educadora, como é denominada, e de falar com os filhos.

Este requerimento também tem por objetivo trazer as pessoas que possam colaborar com esse debate, que serão as escolas municipais, estaduais, particulares, onde as crianças e os adolescentes estarão, de acordo com o projeto de lei, matriculados, também os conselhos nacional, municipais, estaduais de educação que regulamentarão a matéria, os ministérios... Então, o objetivo é de fato a gente se aprofundar e fazer aquilo que as famílias, principalmente, estão aguardando, que é a segurança jurídica e o desejo também de trilhar por essa possibilidade de educação domiciliar.

Nós queremos fazer esse debate de maneira adequada, boa, bem discutida, e por isso foram apresentados os eixos temáticos.

Dentro de um entendimento com o Governo – fizemos reuniões com a Casa Civil, com o MEC, com a Secretaria de Governo –, há concordância em relação aos temas e às pessoas que foram incluídas. O MEC unicamente pediu a inclusão de mais duas pessoas. Então, o Senador Eduardo Girão apresentou um requerimento nesse sentido. Nós concordamos com esse requerimento, falamos de imediato para o MEC que não havia dificuldade alguma de incluirmos mais pessoas. A gente pede, inclusive, que esse aditamento seja feito como requerimento extrapauta.

O Senador Girão havia apresentado a possibilidade de fazer duas audiências públicas. Falamos bastante com o Senador Eduardo Girão também dizendo: "Olhe, nós queremos que esse projeto de lei seja analisado...". A preocupação dele era que talvez houvesse a procrastinação, o retardamento disso. Nós dissemos: "Olhe, a gente tem que ter o equilíbrio entre aquilo que a gente deseja, a participação das pessoas e, ao mesmo tempo, não ter o açodamento, eventualmente, e não levar aos resultados que as famílias, as crianças e os adolescentes não estão desejando".

Da minha parte, estou me dedicando bastante a isso, vou continuar me dedicando, vou escutar todos os setores da sociedade, para que no final a gente chegue a um denominador comum interessante.

E é importante ver isso, porque, na visita que eu fiz à família, os dois filhos, por exemplo, estavam muito bem – não preciso citar nomes de pessoas –, com a escolaridade muito boa, mas a gente pode imaginar que, como é uma escolaridade em casa, estão com dificuldades em relação ao Conselho Tutelar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ao Ministério Público e, ao mesmo tempo, com dificuldades na certificação. Então, tudo isso vai ser debatido aqui para a gente entender bem o assunto.

Quando cheguei à família, até disse: "Não estou aqui nem para fiscalizar nem para checar, porque não é minha atribuição fazer isso, mas para compreender e entender, para trabalharmos juntos".

E eu quero saudar inclusive as famílias que estão aqui com as crianças, aqui no fundo também, e dizer que são bem-vindas. Uma delas participou também da reunião por videoconferência na semana passada, e foi uma reunião muito proveitosa. Todas elas têm sido momentos de reflexão, de diálogo, de entendimento, como deve acontecer particularmente na área da educação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós temos também sobre a mesa o Requerimento nº 11, que é de autoria conjunta do Senador Girão e do Senador Flávio Arns, que é um aditamento desse requerimento aqui. Eu vou ler para que a gente vote, possa fazer a discussão e a votação dos dois a um só tempo.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 56, DE 2022

Requer, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: Carlos Vinícius Brito Reis - Diretor do GHEx (Global Home Educational Exchange) - organização mundial que atua em defesa, pesquisa e promoção do Homeschooling e Elisa Flemer- Estudante Graduada por intermédio do Ensino Domiciliar, aprovada na USP em 5°lugar do curso de Engenharia Civil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros

Requer, nos termos do art. 58, §2°, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 54, de 2022, que é esse que nós acabamos de ler, sejam incluídos os seguintes convidados: Carlos Vinícius Brito Reis, Diretor do GHEx (Global Home Educational Exchange), organização mundial que atua em defesa, pesquisa e promoção do *homeschooling*; e Elisa Flemer, estudante graduada por intermédio do ensino domiciliar, aprovada na USP em quinto lugar do curso de Engenharia Civil.

Autoria do Senador Flávio Arns e do Senador Girão.

Vou colocar em discussão os dois requerimentos a um só tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão, então, os itens 10 e 11 da pauta. (*Pausa.*)

Com a palavra o nobre Senador Confúcio Moura, para discutir os requerimentos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu concordo com o requerimento do Senador Flávio Arns e do Senador Girão para que a gente possa fazer essas audiências públicas. Eu entendo que esse assunto, nesse período que antecede eleições, como outros tantos que estão em discussão no Senado, principalmente na área dos combustíveis e outros tantos, são inoportunos, porque nós estamos aí praticamente há seis meses ou sete meses da posse do mesmo Presidente, o Bolsonaro, ou de outro candidato a Presidente, e as decisões tomadas, no afogadilho das pré-campanhas e campanhas eleitorais, são normalmente muito perigosas.

Inclusive, tem um livro lançado semana passada, pelo Insper, do Marcos Mendes, cujo tema justamente é muito, muito importante. Trata, por exemplo, das políticas públicas que empobreceram o Brasil. É um livro de mais de mil páginas, com muitos autores, que retrata especificamente todos esses temas, inclusive o da educação no Brasil. E nele não se fala em *homeschooling*, por exemplo; fala-se em melhorar a qualidade da educação.

A gente trabalha com um modelo de cópia das referências nacionais de municípios e estados que estão dando certo, para a gente copiar e implantar para todos. É uma educação para todos; não para um número limitado de pessoas. Quem for rico e não concordar com a escola pública brasileira nem com as escolas particulares que estão aqui pode mandar para o exterior, para os Estados Unidos, mandar para a França, mandar para o Canadá. E, assim, o seu filho terá uma educação super, superelitizada! Tudo bem, quem pode pode, mas, no Brasil, com a situação calamitosa em que nos encontramos, nós não queremos que uma família coloque o seu filho numa escola que é regressiva, em que ele não vai aprender, mas também a gente não pode ficar criando essas ilhas de excepcionalidade, porque realmente eu creio que isso não vai conduzir o Brasil para nenhuma posição conjunta de desenvolvimento do nosso povo e economia e prosperidade.

Então, Sr. Presidente, eu acho que o assunto tem que ser bem debatido, muito debatido. Não é hora de a gente ficar, no afogadilho desses esforços concentrados, votando assuntos polêmicos – de jeito nenhum! Por isso que eu acho que as audiências públicas andarem tranquilamente na Comissão de Educação é muito oportuno para discutir esse assunto e outros que eu julgo de muito maior importância para a gente melhorar e ascender a qualidade educacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para me inscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura.

V. Exa. quer se inscrever, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

A próxima Senadora inscrita é a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, já o parabenizo pela vida. Comemorar a vida e o nascimento é importante demais.

Queria dizer que, na mesma linha do colega Confúcio e do Senador Flávio Arns, nós estamos numa situação... Sabe que ontem eu vi aquela reportagem sobre 33 milhões de famintos e mais da metade da população em insegurança alimentar, ou seja, se consegue comer uma vez por dia. E eu observei que, se aquelas crianças mostradas ali tivessem acesso a uma creche ou uma escola pública de tempo integral, de qualidade, pelo menos elas não estariam com fome, porque teria merenda escolar.

Então, nada contra, acho que a gente tem que aprovar esse requerimento com várias reuniões, porque, como falou o Senador Flávio Arns, isso é uma coisa nova para a gente, certo? A gente sempre aprendeu aqui a tentar oferecer uma educação pública de qualidade. E, quando o Confúcio falou sobre políticas públicas que empobrecem o Brasil, a gente sabe que as pessoas não são pobres por um acaso ou porque Deus quis, como a gente ouve muitas vezes. As pessoas são empobrecidas por políticas públicas que não incluem essas pessoas na educação pública de qualidade, não protegem.

Agora mesmo a gente vê que o Governo nem olha: continua destinando para a merenda escolar R$0,53 por aluno. Não é nem R$1, não está levando em consideração a inflação dos alimentos.

Mas quero só dizer que eu apoio uma série de discussões. Aqui é o Congresso Nacional, o Senado Federal, o Parlamento, a gente tem que discutir. Quanto mais discutir e ouvir os interessados, melhor para a gente. Não é postergar, gente. É importante que a gente discuta isso, sem deixar de lado a questão da defesa da educação pública de qualidade para todos. A gente vê que a educação, Srs. Senadores, é que mais está sofrendo cortes – educação, ciência e tecnologia. E esse próprio PL 18, que vem PLP 18 hoje, na verdade, a gente sabe que não muda essa política. Com o dólar aumentando, essa redução do combustível é o mínimo. Então, não mudando essa política, só vai tirar mais recurso, porque a gente sabe que, desses ICMS, pelo menos 25% são distribuídos no município para educação, para saúde. É uma coisa em que a gente tem que pensar. Não que a gente seja contra reduzir imposto desde que esses impostos não venham a tomar... O que não pode é a gente tirar recursos dos estados e dos municípios para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação – da educação pública! –, independentemente dos cortes que já tiveram as universidades – aqui a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – e os institutos federais, que são 23 *campi* e estão apavorados porque talvez não cheguem ao final do ano, porque foi cortado o recurso.

Então, quero dizer o seguinte: vamos discutir a escola em (*Falha no áudio.*)... Como médica, o que a gente vê mais é o seguinte: a gente manda botar a criança o mais rápido possível na creche porque ela se socializa muito e aumenta a memória afetiva. O que aprende a lidar com os outros é o seu limite. Mas também é como o Girão falou, e ele vai trazer quem tem uma experiência maior nesse *homeschooling*. Vamos ouvir, gente, e a audiência pública é importante, porque, de repente, a gente recebe tantas informações boas. E vamos ouvir todos os lados, como o Flávio Arns falou. Ele conversou com o Governo, com o ministério. Traga todo mundo para a gente ouvir.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, inscrito para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, quero cumprimentar V. Exa.

V. Exa., como sempre... Eu sei que diversos Senadores estão preparados para inúmeras áreas, mas V. Exa. não erra: sempre busca um dos melhores para relatar o tema. Como foi com a Lei Nacional do Esporte: a nossa querida Leila Barros, que aí teve o apoio, tenho certeza absoluta – porque acompanhei o debate ontem, participei –, do Senador Romário, do Senador Carlos Portinho e de tantos outros. Todos nós demos a nossa parcela de contribuição, e a Leila fez um belo relatório. Eu até disse ontem, brincando, Romário, que nós tivemos alguma divergência num ou outro ponto de legislação, e o Portinho também, mas ela conseguiu unificar todos nós. Estávamos todos nós lá felizes pelo relatório que ela fez contemplando as emendas, de um porte muito grande de vocês e algumas minha também. E, neste momento, eu cumprimento mais uma vez o nosso Presidente Marcelo Castro, que além de ter participado ontem também do debate lá, competente como sempre, ele indica, então, o Senador Flávio Arns para ser Relator desse tema.

Eu já me reuni com diversos setores que tratam desse tema. Quiseram conversar comigo, como estão fazendo, acho, com todos os Senadores. E percebo que a democracia é isto, como nós fizemos na lei do profissional de educação, é debater, fazer audiências, reunir e votar quando a matéria está madura. Percebam que é isso que o Senador Flávio Arns quer. Acho também que o Senador Girão não vai pensar diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a todos que já falaram. O Senador Confúcio Moura sabe que ele é uma referência para nós também na área da educação; a Senadora Zenaide Maia, que tem trabalhado muito nesse sentido. Então, eu queria me somar aqui ao Senador Confúcio, à Senadora Zenaide Maia, a todos que já falaram.

Vejo a boa vontade de V. Exa. de ampliar o debate. E naturalmente, quero assinar embaixo da fala do Senador Flávio Arns. O que ele quer é debater, e é um tema, de fato, complexo.

Eu conheço um pouco do tema, porque me deram oportunidade, digamos, as duas visões. E o que o Senador Flávio Arns pede? Ele pede: "Vamos fazer um ciclo de debate sobre o tema. Quando estiver maduro na visão dessa Comissão se vota". Porque, como dissemos outras vezes, é assim: no voto a gente decide.

Então, eu me somo aqui, Presidente, à fala de todos que me antecederam – tenho certeza de que os outros que falarão vão na mesma linha – para que a gente vote esse requerimento por unanimidade e façamos um bom debate sobre a educação domiciliar.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim.

Vamos à próxima inscrita, nobre Senadora Eliziane Gama, para discutir a matéria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. pela disposição da realização das várias audiências públicas.

Esse é um assunto absolutamente complexo e que requer de nós todo um cuidado nesse debate. A gente percebe que é um assunto que, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, é caracterizado exatamente pela complexidade e pela polêmica.

Aí você faz uma análise do cenário brasileiro. O cenário brasileiro, um país continental, onde nós temos crianças pobres e crianças ricas, crianças, na verdade, que têm uma estrutura familiar grande para fazer esse acompanhamento e outras crianças que não têm. Aliás, nós temos hoje vários programas brasileiros que têm uma vinculação – por exemplo o Programa Bolsa Família e vários outros programas de transferência de renda – a essa criança estar em sala de aula. Há crianças que até, eu digo ao senhor, Senador Marcelo, vão para escola porque às vezes, dentro do ambiente familiar, não têm sequer alimentação. Então, têm que estar lá às vezes pela merenda escolar para poder de fato ter essa subsistência. Crianças que, por exemplo... O programa de conselho tutelar, por exemplo, às vezes vai lá fazer uma visita e essa criança está em casa. Se essa criança, na verdade, está contemplada por programa *homeschooling*, qual a justificativa familiar que essa determinada família que submeteu essa criança a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma situação de vulnerabilidade dará? Dará, não há dúvida nenhuma, a justificativa de que ela está ali em sala de aula, estudando.

Então, há, na verdade, uma complexidade muito grande que nós precisamos de fato analisar. Precisamos estudar, precisamos ouvir as pessoas que têm informação técnica para isso, as pessoas que têm experiência, no dia a dia, para isso, sob pena de a gente não trazer aí vários prejuízos.

Eu acho que tem algumas áreas que até são ponto pacífico: crianças de famílias que trabalham em circos, crianças de famílias que têm uma situação mais nômade, que viajam com muita frequência. Há, inclusive, situações hoje já contempladas pelo próprio sistema do Ministério da Educação.

Então, eu queria parabenizar V. Exa. Não podemos, na verdade, cair na esparrela de generalizar. E eu acho que as audiências públicas serão fundamentais para a gente chegar a esse juízo de valor.

Hoje, no Brasil, Presidente, a educação é compartilhada. Ela é uma educação que envolve a família e envolve a escola.

Na escola você tem, lá, a socialização, a possibilidade de você conviver com o contraditório, de você dar a essa criança a sensibilidade da tolerância – não é? –, pela diversidade que nós temos hoje, muito grande, na sociedade brasileira. E esse contato essa criança tem na sala de aula com famílias diferentes, com espaços diferentes. Então, essa formação de tolerância acontece exatamente dentro desse ambiente.

Pessoalmente, eu tenho uma série de preocupações e acho que a gente poderá ter esses esclarecimentos maiores nessas várias audiências que V. Exa., com muita sapiência e com muito equilíbrio, promove aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senadora Eliziane Gama. Agradeço a V. Exa. pelas referências...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – E parabéns a V. Exa.! Hoje é seu aniversário. Que Deus lhe dê muitos anos de vida e muita prosperidade! V. Exa. é uma pessoa muito competente, muito qualificada, meu vizinho lá do Maranhão. Então, parabéns ao senhor!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu fico muito feliz e muito grato pela sua lembrança de eu estar aqui aniversariando.

O próximo inscrito é o nobre Senador Romário. Com a palavra para discutir a matéria.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente. Está me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ouvindo bem, Senador. Pode falar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo dia de hoje. Muita paz, felicidade e, principalmente, muita saúde a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – A minha entrada aqui, Presidente, é mais para pedir para antecipar o item 5, que é o item sobre a Lei de Incentivo ao Esporte.

Por favor, Sr. Presidente, antecipação de pauta, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Romário. Nós vamos, primeiro, concluir aqui este requerimento, e depois a gente faz, então, a inversão de pauta, conforme V. Exa. está solicitando.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com os requerimentos apresentados permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos promover, então, a inversão da pauta, conforme solicitação do nobre Senador Romário, e vamos ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 940, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites para dedução dos valores destinados a projetos desportivos e paradesportivos do imposto de renda e para aumentar a relação de proponentes dos projetos, e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doações e patrocínios a projeto desportivo ou paradesportivo destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social, partilhem os limites de dedução das doações a projetos culturais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Iniciativa: Deputado Federal João Derly.

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Romário para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia, Presidente, e bom dia às Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores e a todos aqueles que nos acompanham.

Quero parabenizar o ex-Deputado João Derly pelo grande projeto em prol do esporte do nosso país e também ao Deputado Luiz Lima, que foi o Relator na Câmara deste PL.

Para encurtar um pouco, Sr. Presidente, vou direto à análise.

Como a matéria seguirá para a CAE após deliberação da CE, a nossa análise ficará restrita aos aspectos esportivos da medida.

A Lei de Incentivo ao Esporte foi publicada em 2006 com o objetivo de destinar recursos públicos, por meio da renúncia de receitas, a projetos esportivos e paradesportivos previamente aprovados.

A Lei de Incentivo ao Esporte atua como instrumento de inclusão social e de promoção da cidadania. A prática esportiva difundida por meio dela impacta na educação, reduz custos governamentais com saúde e contribui com a segurança pública, ao atenuar níveis de violência. Muitos dos projetos atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além de pessoas com deficiência e idosos.

Todavia, esse importante instrumento de transferência de recursos para projetos esportivos e paradesportivos está previsto para se encerrar neste ano de 2022. O objetivo primordial da proposição em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise é prorrogar esse prazo por mais cinco anos, prazo máximo permitido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021).

A ampliação do rol de proponentes para contemplar as instituições de ensino fundamental, médio e superior, com ou sem fins econômicos, é aprimoramento da legislação. Segundo a atual redação do inciso V do *caput* do art. 3º da LIE, o proponente precisa ser pessoa jurídica com fins não econômicos de natureza esportiva. Essa redação deixa de fora as instituições de ensino, com ou sem fins econômicos, que desenvolvem atividades esportivas, inclusive com a realização de torneios e campeonatos.

Dessa forma, pela relevância desse mecanismo para o esporte nacional, consideramos pertinente e meritória a proposição sob análise.

Propomos um pequeno ajuste redacional no texto, de forma que, para maior clareza, todas as disposições referentes à pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido constem de um único dispositivo. O conteúdo da proposição, de toda forma, permanece inalterado, tal qual aprovado pela Câmara dos Deputados.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 940, de 2022, com a seguinte emenda de redação da nossa Comissão, a CE.

> EMENDA Nº -CE
> Dê-se ao art.1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 940, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2027, inclusive, poderão ser deduzidos do Imposto de Renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério da Cidadania.
> §1º .....
> I – relativamente à pessoa jurídica, a 2% (dois por cento) do imposto devido, observado o disposto no §4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;
> II – relativamente à pessoa física, a 7% (sete por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções a que se referem os incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§6° O limite previsto no inciso I do §1° desde artigo será de 4% (quatro por cento) quando o projeto desportivo ou paradesportivo for destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social, nos termos do §1° do art. 2° desta lei, conjuntamente com as deduções a que se referem o art. 26 da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e o art. 1° da Lei n° 8.685, de 20 de julho de 1993.
§7° Estendem-se à pessoa jurídica tributada, com base no lucro presumido, a faculdade de dedução prevista no *caput* deste artigo e a vedação de dedução prevista no §2° deste artigo." (NR)

Esse é o voto e o relatório e peço a ajuda dos nossos nobres companheiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o relatório do nobre Senador Romário, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda n° 1 da Comissão de Educação.

A matéria vai à CAE.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 73, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Prêmio de Integridade Anadyr de Mendonça, a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: pela aprovação.

Observações: *a matéria vai à Comissão Diretora - CDIR.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Eliziane Gama para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., ganhando tempo, vou direto à análise.

É o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2021, do Senador Alessandro Vieira, que institui o Prêmio de Integridade Anadyr de Mendonça, a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal.

O projeto de lei apreciado por este Colegiado, nos termos do dispositivo do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigido de acordo com a boa técnica legislativa.

Assim, cumpre apontar que não se vislumbram óbices à aprovação da matéria no que concerne a esses aspectos.

No que respeita ao mérito, há de se ressaltar a importância ímpar da iniciativa.

Anadyr de Mendonça Rodrigues foi uma desbravadora, abrindo ou ampliando caminhos antes fechados ou semicerrados às mulheres.

Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1958, época em que a sociedade reservava a vida acadêmica quase que exclusivamente aos homens.

Ela foi uma das primeiras advogadas do Distrito Federal, inscrevendo-se em 1968 na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil desta capital.

Foi uma das quatro primeiras mulheres aprovadas no primeiro concurso para o cargo de Procuradora da República, ingressando no Ministério Público Federal em 1972.

Foi a primeira integrante do Ministério Público Federal a ter assento perante uma turma do Supremo Tribunal Federal, em agosto de 1989.

Deixou o MPF para ingressar na Advocacia-Geral da União. E, novamente, fez história ao se tornar a primeira mulher a assumir, interinamente, a liderança daquele órgão. No tempo em que lá esteve, foi responsável pela coordenação dos órgãos vinculados, promovendo verdadeira revolução na defesa das autarquias e fundações públicas e permitindo a posterior criação da Procuradoria-Geral Federal.

Foi a primeira Ministra da Corregedoria-Geral da União, criada em abril de 2001, embrião da Controladoria-Geral da União, que viria a ser legalmente institucionalizada em 2003.

Após a saída da Corregedoria-Geral da União, foi nomeada, ainda em 2003, como Corregedora-Geral do Distrito Federal, instituição em que permaneceu até 2006.

Ao longo de toda sua vida profissional, sua atuação sempre foi fundamental na abertura simbólica de espaços para as mulheres na alta administração federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na condição de mulher, não ficou imune ao desrespeito desta sociedade machista. Durante sua gestão à frente da Corregedoria-Geral da União, sofreu ataques à sua aparência, algo totalmente irrelevante para seu papel de agente pública.

Tais ataques se intensificaram quando da descoberta e investigação pela CGU de irregularidades no uso de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Quase ninguém defendeu a então Ministra. Embora agredida, ofendida e indignada, ela não se deixou abater. Manteve-se firme no propósito de cumprir sua missão de servidora pública, a de lutar pelo melhor interesse de nossa sociedade.

Essa resiliência é outra marca de Anadyr, a servir de exemplo a qualquer agente estatal, demonstrando a importância de se manter firme no cumprimento do dever, por piores que sejam as adversidades.

Anadyr de Mendonça Rodrigues sempre teve postura competente e ilibada à frente de suas atribuições, seja enquanto Ministra, Advogada-Geral da União e Sub-Procuradora-Geral da República, principalmente no propósito de combater a corrupção e promover a defesa do patrimônio público.

Ela faleceu em 2016, aos 80 anos, em decorrência de um câncer.

Por todo o exposto, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa ora proposta de instituir o Prêmio de Integridade Anadyr de Mendonça.

Esse é o voto, Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, que a solicita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu só queria rapidamente também pedir a V. Exa., porque o Líder Paulo Rocha era o Relator principal no item 7 e me pediu que eu relatasse – como ele veio de escola técnica, eu também e tantos outros –, que eu relatasse *ad hoc*. Se V. Exa. permitir, eu farei uma leitura rápida, e o projeto é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Vamos, então, ao item 7, conforme solicitação de V. Exa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para permitir a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) às instituições públicas prestadoras oficiais dos serviços de assistência técnica e extensão rural associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Iniciativa: Deputada Federal Marinha Raupp.

Relatoria: Senador Paulo Rocha; Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente, Senador Marcelo Castro.

Eu vou direto também, como todos fizeram, à análise, mas, primeiro, claro, destacando, como V. Exa. fez, que o projeto veio da Câmara e é de autoria da nobre Deputada Marinha Raupp.

Aqui no Senado, por determinação de V. Exa., o Relator seria o Líder Paulo Rocha, que pediu para mim que eu fizesse neste momento, já que ele está na negociação do debate que teremos depois, no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direto à análise, Presidente.

Trata-se de matéria relacionada às competências regimentalmente atribuídas a esta Comissão, por força do disposto no art. 102, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, o PLC nº 102, de 2018, é positivo. Embora o Pronatec já não tenha o destaque político e orçamentário que recebeu em anos anteriores, a necessidade de fomentar a educação profissional no país permanece latente e recebe atenção destacada na Meta 11 do Plano Nacional de Educação. Assim, ampliar o leque de instituições habilitadas para oferecer cursos de formação de trabalhadores é medida altamente salutar, mormente no setor rural, em que as carências de qualificação para atender às exigências de modernização e produtividade da agropecuária são gritantes.

Destaque-se que, ao abrir a possibilidade de habilitação dessas entidades, somando-se ao leque já existente de instituições participantes do Pronatec, a proposição as submete às mesmas exigências impostas às entidades privadas sem fins lucrativos, quais sejam: a celebração de convênio ou contrato, bem como a obrigatoriedade da prestação de contas dos recursos, conforme a legislação pertinente.

Ademais, dispõe que o poder público definirá critérios mínimos de qualidade para que as instituições oficiais de assistência técnica e extensão rural pública possam receber recursos financeiros do Pronatec. Resguardam-se, assim, os preceitos da qualidade e da *accountability*.

O único reparo que fazemos ao PLC é a inclusão de referência expressa a uma associação privada, no caso a Asbraer. Parece-nos mais recomendável, para atender à intenção da autora sem ferir o princípio de generalidade das leis, suprimir da proposição a menção direta a essa associação. Para tanto, apresentamos a emenda de redação correspondente no voto.

Feito esse reparo, não vislumbramos óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa para a aprovação da matéria.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2018 (PL nº 3.144, de 2015, na Casa de origem), com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CE
> Suprima-se da ementa e do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2018, bem como do *caput* do art. 8º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, conforme a redação dada pelo art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2018, a expressão "associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)".

Presidente, é esse o voto. É apenas uma emenda de redação que aprimora o projeto. É essa a intenção do Senador e Líder Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só termino, Sr. Presidente, dizendo que, com orgulho, nós temos no Congresso hoje, eu diria, em torno de cem Parlamentares que passaram, de uma forma ou de outra, por escola técnica, seja na área rural, seja na área urbana.

Eu destaco aqui só no PT, Presidente: Paulo Rocha veio de escola técnica; Jair Meneguelli veio de escola técnica; Paulo Paim, que está relatando, veio de escola técnica – no meu caso, o Senai –; e o próprio Luiz Inácio Lula da Silva também veio de escola técnica – no caso, também o Senai.

Então, o Pronatec veio para fortalecer o ensino técnico, tão importante hoje para o desenvolvimento do país e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, seu colega Marcelo Castro foi professor de escola técnica.

Bom, em discussão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Foi um gancho para dizer: feliz aniversário, Presidente! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Exa. é sempre muito generoso, carinhoso e atencioso comigo.

Em discussão a matéria.

Solicita a palavra a nobre Senadora Leila Barros.

Com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/REDE/PDT - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, desculpe, porque eu estou aqui em trânsito, mas não poderia deixar de me manifestar nesta sessão.

Primeiro, parabenizo o Senador Paulo Paim pelo relatório *ad hoc*, no lugar do Senador Paulo Rocha. Parabenizo-o pela sensibilidade, pela eficiência e qualidade do texto. Claro que o nosso voto será positivo.

O requerimento do Senador Flávio Arns sobre o *homeschooling* foi muito pertinente, então me junto aos demais colegas que apoiaram esse requerimento e, certamente, estaremos todos aí acompanhando as audiências. É importante esse tema ser debatido na Casa. Então, parabenizo o Senador Arns e o senhor, por ter pautado esse requerimento e trazer a possibilidade de debruçarmos, nessa Comissão, em cima desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu quero parabenizar também o Senador Romário, pelo PL nº 940, que prorroga a Lei de Incentivo ao Esporte, que aumenta de 6% para 7% à pessoa física, e à jurídica de 2%, permitindo até 4% quando for para inclusão social, e que prorroga até 2027 o benefício.

Então, quero parabenizar o senhor pela pauta, por ter elaborado essa pauta com tanta qualidade; e o trabalho de toda a Comissão.

E quero desejar ao senhor... Hoje o senhor é o aniversariante! Uma pessoa, um Parlamentar muito querido, respeitado por todos nós, não só da Comissão, mas de todo o Senado. Quero desejar ao senhor, Senador... Primeiro, é um prazer trilhar essa minha jornada no Senado ao seu lado, tão generoso, tão querido por todos nós, admirado, um homem muito capaz, um homem de alma pública. Que Deus abençoe muito o senhor! O que eu posso desejar mais do que saúde, não é, Senador? Muita saúde para o senhor. Que o senhor continue uma vida ainda com todos nós, nos ajudando e nos ensinando muito, principalmente com a sua postura, viu? Grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito agradecido por suas palavras tão generosas, viu? Devem ser fruto da nossa amizade e da admiração que eu tenho a V. Exa.

Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Eu ainda não havia feito no microfone – me esqueci quando estava falando do requerimento –, mas tinha feito pessoalmente antes, para parabenizar V. Exa. também pelo aniversário. Já fiz isso no grupo de Senadores, inclusive, desejando principalmente muita saúde e paz, que eu sempre digo que é o mais importante de tudo, não é?

Ao mesmo tempo, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a Senadora Leila pela aprovação ontem, por unanimidade, da Lei Geral do Esporte. E foi lembrado, na discussão da Lei Geral do Esporte, que havia cerca de 300 emendas. Mas foi sendo discutido, dialogado e se chegou a uma conclusão sobre o que deveria ser feito. E até o Presidente – o nosso Presidente Marcelo Castro – também mencionou que só neste ano foram aprovadas duas leis essenciais nesta Comissão: a Lei Geral do Esporte e o Sistema Nacional de Educação, relatado pelo Senador Dário Berger, o que também é muito importante.

Quanto ao projeto do Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E V. Exa. se esqueceu da autoria, que é do Senador Flávio Arns. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não, mas está tudo bem. O importante é que esteja aprovado também, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto do Paulo Rocha relatado pelo Paim, eu o considero assim da mais alta importância. Nós temos que dar um valor, um acompanhamento, um apoio, consolidar, fortalecer a formação técnica e o encaminhamento para o emprego – e particularmente aqui, inclusive, na área rural –, e fazendo isso através de entidades que estão, vamos dizer, com a mão na massa. Todo dia estão lá trabalhando e sabem perfeitamente o que é necessário ser qualificado na população, que é a população que eles atendem – esses técnicos e essas pessoas.

Quando a gente compara o Brasil com outros países, a gente vê que os outros países valorizam ao extremo o ensino técnico, e precisamos disso mesmo, porque os jovens precisam sair. Eu até diria: o ensino técnico concomitante – se me permitem falar. Quer dizer, faz o ensino médio, faz concomitante, tem uma bolsa aprendizagem para ganhar o dinheiro junto – não é? – e ao mesmo tempo acaba o ensino médio com o ensino técnico.

Muitas dessas pessoas aí vão depois para a universidade, para o ensino superior – não é? –, mas saem com uma profissão, que é o apelo que as famílias e as mães fazem: "Olha, meu filho precisa trabalhar, precisa ganhar dinheiro". Então fazer isso articulado aqui no caso da agricultura, do campo, mas, de uma maneira geral. O Paulo Paim levantou que ele tem o curso técnico do Senai. Você ter o certificado do Senai, do Senac, do Senar é um certificado de garantia de trabalho, inclusive. Muitos colégios estaduais, no decorrer dos anos, aprimoraram-se na oferta do curso técnico. Eu visitava muitas escolas enquanto Secretário de Educação e os alunos diziam: "Olha, nós queremos concomitantemente". Não é, assim, integrado, porque integrado leva para quatro anos, em vez de três anos, atrasa e a pessoa não pode se aprofundar. Então, estuda de noite, faz o ensino médio, faz o curso técnico durante o dia, mas tem que ter dinheiro envolvido. Dinheiro de que forma? Bolsa aprendizagem, estágio, para o pessoal ter o dinheiro também. Se fizermos isso, eu acho que a gente arranja.

Eu quero só dar um dado. Eu me lembro de pessoas do ensino médio que estudavam de noite e faziam isso durante o dia: 98% terminaram o ensino médio, que é o grande objetivo nosso. Faz o ensino médio, tem o trabalho, recebe recursos, faz articulado com os empresários, comerciantes e tal, e já sai praticamente empregado. Depois veio a pandemia, dificultou, mas isso está sendo retomado agora.

Então, parabéns, Senador Paulo Paim!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Flávio Arns.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As senhoras e os senhores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão da Educação.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1743, DE 2019

Declara Maria Lenk Patrona da Natação Brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

Autoria: Deputado Federal Chico D'Angelo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

Senador Carlos Portinho, com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, um instante só, um momento. Se puder, não sei se há outro na pauta, uma inversão. Eu vou entrar aqui pelo sistema do computador para poder fazer a leitura, pelo celular, do texto. Deixe-me só... Senão, espere só um instantinho, é só conectar aqui. Eu vou fazer pelo computador, perdão.

Aliás, antes, aproveito para lhe desejar toda felicidade do mundo, todo sucesso na sua bela trajetória pessoal, política, porque você merece, Presidente. E eu estou entrando já aqui para poder fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho.

Se V. Exa. quiser, nós podemos colocar outro item e depois V. Exa. retornaria. (*Pausa.*)

Caiu a conexão. (*Pausa.*)

Voltou.

V. Exa. ouviu o que eu falei? Se V. Exa. quiser, nós podemos passar para outro item e depois retornar. Com V. Exa. prefere?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Já disponível, Presidente. Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Alô? Pois não. Então, V. Exa. relata a matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

É um projeto de suma importância que faz jus à grande mulher que foi Maria Lenk e à sua importância para a natação.

Vamos à leitura do parecer para o Projeto de Lei n° 1.743, de 2019.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei n° 1.743, de 2019, do Deputado Chico D'Angelo, que objetiva declarar Maria Lenk Patrona da Natação Brasileira.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos da Constituição Federal. A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema. Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas.

Referente ao mérito, há que se ressaltar a importância ímpar dessa iniciativa.

Maria Emma Hulga Lenk Zigler foi a maior nadadora brasileira de todos os tempos, sendo a única representante do país a ter seu nome homenageado no Swimming Hall of Fame, em Fort Lauderdale, Flórida.

Maria Lenk nasceu em São Paulo, em 1915. Foi a primeira sul-americana a participar de uma edição dos Jogos Olímpicos, no ano de 1932, integrando uma delegação completamente masculina. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerada uma pioneira da natação moderna: foi a primeira mulher a utilizar o nado borboleta, nos Jogos Olímpicos de Verão de 1936, em Berlim, em uma prova de peito.

Sua carreira chegou ao auge em 1939, quando quebrou dois recordes mundiais, nos 400m e 200m do estilo peito. Em alta forma para competir, Maria Lenk interrompeu sua carreira olímpica por conta da Segunda Guerra Mundial, que ocasionou a suspensão das competições em 1940 e 1944. O torneio foi retomado apenas em 1948, em Londres, quando a atleta já havia, contudo, se aposentado.

No ano 2000, recebeu a Ordem Olímpica, honraria concedida pelo Comitê Olímpico Internacional aos maiores atletas de todos os tempos.

A homenagem do Brasil para sua maior nadadora veio em 2007, quando foi inaugurado, no Rio de Janeiro, na minha cidade, o Complexo Aquático Maria Lenk, que sediou as competições de natação por ocasião da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Competiu em diversas categorias de *masters* e bateu diversos recordes mundiais – entre eles, três na categoria de 90 a 94 anos e três na categoria de 85 a 89 anos. Nadou 11 mundiais no *master* e conquistou 54 medalhas, sendo 37 de ouro. Esteve no Top 10 Masters, os dez maiores *masters*, por 20 anos, até sua morte, em 2007, aos 92 anos de (*Falha no áudio.*)...

Faleceu enquanto nadava na (*Falha no áudio.*)... Patrona da Natação Brasileira será uma medida de justiça em relação à relevância de seus feitos paradigmáticos para o esporte nacional e mundial e promoverá a instituição de um símbolo para as futuras gerações de brasileiros, que certamente nela se inspirarão.

Em vista do exposto e destacando a grande mulher que foi, não há dúvida de que o projeto sob exame é muito meritório.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.743, de 2019, tornando Maria Lenk Patrona da Natação Brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como há outros itens terminativos, eu vou propor a gente ler as outras matérias, fazer a discussão e depois fazer uma votação em globo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – De acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Lúpulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa foi do Deputado Federal Sóstenes Cavalcante.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Espere um instante, Senador. Deixe-me só pegar aqui o relatório. Espere um instante só. Eu não recebi aqui da minha assessoria ainda. Um instante. Eu não estou achando...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não tem problema, Senador. Se V. Exa. preferir, nós passamos para outra matéria e depois retornamos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Vamos para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2832, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Cristão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é da Deputada Federal Dra. Soraya Manato.

O Senador Flávio Arns vai ser, então, o Relator *ad hoc*, com a ausência do nobre Senador Girão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, Relator *ad hoc*, para leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Agradeço ao Senador Girão pela solicitação para relatar este projeto interessante e importante, como Relator *ad hoc*.

É uma iniciativa, como já foi dito, da Deputada Soraya Manato e outros, que propõe seja instituído o Dia Nacional do Cristão, a ser celebrado, anualmente, no primeiro domingo do mês de junho.

Se V. Exa. permitir, passarei à leitura da análise do projeto de lei, que atende todas as exigências legais, regimentais e constitucionais também.

Vale considerar o que bem enfatizam os autores da matéria de que, segundo o último Censo realizado pelo IBGE, 87% da população brasileira professam a fé cristã, reunidos em igrejas de diversas denominações.

Com efeito, a história do Brasil, desde sua origem, é permeada pela participação e contribuição dos cristãos em sua construção e desenvolvimento.

O Brasil sempre foi reconhecido como um país cristão, no qual cristãos de todas as denominações atuam como elemento fundamental para a formação dos valores e tradições. As festas cristãs fazem parte de nosso folclore, os valores cristãos são elementos formadores de nossos costumes e de nossa visão de mundo.

Além disso, os cristãos também foram fundamentais na construção e no desenvolvimento de diversos setores de nossa sociedade. Tiveram e continuam tendo importante papel nos setores de saúde, educação, assistência social, entre outros que compõem a vida cotidiana de nosso povo.

Dessa forma, é justa e meritória a iniciativa de instituir efeméride no sentido de homenagear o maior segmento religioso existente no país. É muito mais que isso. Trata-se de um reconhecimento e valorização da essência do cristianismo, que é a prática do bem, o exercício pleno da "regra de ouro da evolução" trazida por Jesus Cristo: é o "amai-vos uns aos outros", que, ao ser colocado em prática,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permite que o Brasil possa um dia ser efetivamente reconhecido mundialmente como o coração do mundo e a pátria do Evangelho.

Este é o relatório elaborado pelo Senador Eduardo Girão, que tenho a honra de relatar *ad hoc* e com o qual concordo.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.832, de 2021, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Flávio Arns, agradeço a relatoria de V. Exa.

Submeto a matéria à discussão.

O Senador Paulo Paim pede a palavra para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – É bem rápido, Presidente Marcelo Castro, acho que menos de um minuto.

É só para cumprimentar o Senador Eduardo Girão e o meu também muito querido amigo Senador Flávio Arns, que foi Relator *ad hoc*.

O projeto, Sr. Presidente, quando fala Dia do Cristão, está falando no mínimo em 90% do povo brasileiro. Podem ter divergências em outras áreas, mas, para 90% do povo brasileiro, é Deus e seu filho Cristo.

Por isso, eu quero cumprimentar a iniciativa, porque tem dia de diversas matrizes religiosas, mas um dia do cristão – eu tomo a liberdade por mim de dizer – unifica mais de 90% do povo brasileiro. Então, é uma bela iniciativa, que, neste momento, vem aqui à nossa Casa por iniciativa do Senador Eduardo Girão, com o relatório sintético, mas bem objetivo e claro, do Senador Flávio Arns.

Eu diria que, nesta sala aqui, todos são cristãos – eu ia dizer que eram cristãos como eu. Nesta sala, com certeza, há unanimidade: todos aqui são cristãos.

Parabéns mais uma vez ao Senador Eduardo Girão e ao Senador Flávio Arns.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim. Agradeço aí a intervenção de V. Exa.

Declaro encerrada a discussão – não tem mais quem queira discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 3 da pauta, que nós já anunciamos, é o Projeto de Lei 610, de 2019, que confere ao Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Lúpulo, cujo Relator é o Senador Carlos Portinho.

Com a palavra V. Exa., Senador Carlos Portinho, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço aqui só um reparo: não foi minha equipe – ela é muito diligente, o relatório estava aqui no meu celular, eu que não estava encontrando. Perdão.

Vamos à leitura.

Parecer do PL 610, de 2019, para leitura.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) 610, de 2019, do Deputado Sóstenes Cavalcante, que objetiva conferir o título de Capital Nacional do Lúpulo ao Município de Teresópolis, no meu Estado do Rio de Janeiro.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos da Constituição Federal. A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico.

No que tange ao mérito, denota-se que o Município brasileiro, situado na Serra Fluminense, de Teresópolis está a cerca de 95km da capital e possui pouco mais de 185 mil habitantes. Cercado por montanhas e unidades naturais de conservação, tem sua identidade ligada ao turismo natural e aos monumentos de valor histórico e cultural.

Inclusive, faço aqui um parêntese: aprovamos já Teresópolis como a Capital do Montanhismo no Estado do Rio de Janeiro.

Sua localização assegura um clima tropical de altitude, propício para o desenvolvimento de culturas como a do lúpulo. O lúpulo é um dos ingredientes utilizados na fabricação da cerveja, capaz de dar a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebida características como as de amargor e aroma. Praticamente a totalidade da planta utilizada pela indústria cervejeira nacional é importada, sendo que o aumento da produção de cervejas artesanais no Brasil ampliou a procura por lúpulo de qualidade, principalmente porque esse tipo de bebida exige maior quantidade do produto na composição.

O Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, atrás apenas de China e Estados Unidos. Nosso País produz aproximadamente 14 bilhões de litros por ano e representa 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), com faturamento de R$100 bilhões/ano e geração de 2,7 milhões de empregos.

Registra-se, ainda, que dentre os diferentes locais que cultivam mudas do lúpulo, o Município de Teresópolis se destaca em razão do projeto inovador no plantio, que busca desenvolver a cultura do lúpulo no Brasil, por meio da adaptação e tropicalização da planta, com a mesma qualidade das produções realizadas no exterior.

Ademais, está localizado em Teresópolis o primeiro viveiro reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para produção de mudas de lúpulo no Brasil com certificação de origem.

Além do plantio das mudas de lúpulo, a região, que alberga a Rota Cervejeira do Brasil, também tem se destacado na promoção de eventos para a preparação dos produtores para o desenvolvimento dessa cultura em terras brasileiras e sua aproximação com as cervejarias.

Assim, pelo ineditismo da iniciativa, somado ao grande potencial para impulsionar o desenvolvimento de um setor com mercado muito promissor, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Lúpulo ao Município de Teresópolis.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 610, de 2019.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Carlos Portinho.

Submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vou submeter os três projetos à votação nominal: o item 2, o item 3 e o item 4.

Então, peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para a votação eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Wellington Fagundes, com a palavra V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente (*Falha no áudio.*)...

dizer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A conexão de V. Exa. não está boa. Está congelando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Mas eu voto "sim" aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, pois não. Obrigado. Vou pedir à Secretaria da Mesa que compute o voto de V. Exa. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Solicito à Secretaria da Mesa que abra o painel para vermos o resultado da votação. (*Pausa.*)

SIM, 13; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Os itens 2, 3 e 4, nos termos dos seus relatórios, foram aprovados, e as matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Rose de Freitas, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Lasier Martins, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CE ao PLDO 2023**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CE à CMO, referentes ao PLDO 2023 (PLN 5/2022-CN) – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Relator na CE: Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, das seguintes emendas ao PLDO 2023: Vinte e três emendas de texto propostas, cujos números são: 45, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 72, 73, 74, 91, 92, 93, 94, 111, 112, 115, 121, 122, 123, 126 e 129, restando rejeitadas as emendas 51, 58 e 60, renumeradas para Emendas nºs 4 a 26, e as seguintes emendas ao anexo de metas e prioridades do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2023, pelo maior valor proposto para as metas: Emenda nº 1 - "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" (propostas de emenda número: 10, 40, 57, 84, 98, 101, 107, 109, 114, 119 e 124) no valor de 600000; Emenda nº 2 - "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica" (propostas de emenda número: 14, 36, 38, 41, 66, 69, 71, 85, 95, 100 e 113), no valor de 20000; Emenda nº 3 - "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer" (propostas de emenda número: 9, 35, 44, 76, 79, 81, 102, 108 e 117), no valor de 10000. As Emendas 4 a 27 ficam assim dispostas: Emenda nº 4 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 67; Emenda nº 5 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20; Emenda nº 6 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 7 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20; Emenda nº 8 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 9 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 10 – aditiva – Anexo III; Emenda nº 11 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20; Emenda nº 12 – aditiva – Anexo III; Emenda nº 13 – aditiva – Anexo III; Emenda nº 14 – aditiva – Anexo III; Emenda nº 15 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20; Emenda nº 16 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20; Emenda nº 17 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 18 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 19 – aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 20 – aditiva – Corpo da Lei, Cap II, Art 4; Emenda nº 21 – modificativa – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção II, Art 77; Emenda nº 22 – modificativa – Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 99; Emenda nº 23 – aditiva – Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 91; Emenda nº 24 – aditiva – Corpo da Lei, Cap

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV, Seção I, Art 24; Emenda nº 25 – modificativa – Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso I; Emenda nº 26 – aditiva – Anexo III, Seção I, Inciso LXVIII. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4550, de 2021 - Terminativo -** que: "Declara Patrono do Agricultor Familiar Brasileiro o Frei Egídio Maria Moscini." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 694, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Incontinência Urinária, e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5641, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5988, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Plantio Direto." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 46, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2o, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Ministro da Educação, Exmo. Sr. Victor Godoy, acerca de problemas relatados no procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina no Brasil, nos termos da justificação a seguir, em especial sobre as atualizações das listas e sistemas de instituições estrangeiras credenciadas para o revalida simplificado e sobre as atualizações necessárias empreendidas pelas próprias instituições de ensino nacionais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será dividida em duas partes.

A primeira parte da reunião se destina à discussão e à votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Comissão Mista de Orçamento (CMO) ao PLDO 2.023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências. O Relator da matéria nesta Comissão é o Senador Confúcio Moura.

A segunda parte se destina à deliberação das matérias.

Passamos à primeira parte.

Foram apresentadas 129 emendas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura, para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o relatório já foi apresentado previamente, para conhecimento de todos. Eu fiz um resumo – e vou fazer a leitura –, bem compactozinho, para ganhar tempo.

Foram apresentadas 129 propostas de emenda à Lei Orçamentária, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-2023, que define as diretrizes para elaboração e execução da LOA de 2023. Dessas 129 propostas, 103 foram destinadas ao anexo de metas e prioridades; e 26, ao texto do projeto.

Conforme aprovado no parecer preliminar da CMO, cada Comissão Permanente pode apresentar até três emendas ao Orçamento de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, e não há imite para emendas ao texto do projeto.

O critério de acolhimento das emendas de texto ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 foi a pertinência temática. Dessa forma, consideramos meritórias e sugerimos o acolhimento de todas as propostas relacionadas à educação, à cultura e ao esporte, com exceção de três emendas, que são a 51, a 58 e a 60, por serem muito abrangentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que o número de emendas permitidas junto à Comissão de Orçamento é de apenas três, é diminuto, e, apesar do mérito de todas as propostas apresentadas, tivemos que estabelecer, com critérios de acolhimento, as emendas ao Anexo de Metas e Prioridades aquelas que viessem a privilegiar a educação e atender às propostas que conseguiram mais apoio dos Parlamentares da Comissão de Educação.

Nesse sentido, optamos por sugerir acolhimento da Ação 0509. Isso significa apoio ao desenvolvimento da educação básica. Teve o maior número de proposições. Segundo: acolhimento da Ação 20RP, apoio à infraestrutura para a educação básica. Três: acolhimento à Ação 00SL, apoio à implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de laser, por ser proposta com mais apoio fora da área de educação.

O voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de 23 emendas de texto propostas, cujos números são: 45, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 72, 73, 74, 91, 92, 93, 94, 111, 112, 115, 121, 122, 123, 126 e 129; e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, pelo maior valor proposto para as metas:

a) "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" (Propostas de Emenda nºs: 10, 40, 57, 84, 98, 101, 107, 109, 114, 119 e 124);

b) "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica" (Propostas de Emenda nºs: 14, 36, 38, 41, 66, 69, 71, 85, 95, 100 e 113); por último,

c) "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer" (Propostas de Emenda nºs: 9, 35, 44, 76, 79, 81, 102, 108 e 117).

São esse o consolidado, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Confúcio Moura.

Agradecendo a V. Exa. pelo trabalho realizado com o primor, a competência e a dedicação que lhe são peculiares, eu submeto, então, o relatório de V. Exa. à discussão.

Em discussão o relatório do Senador Confúcio Moura.

Senador Esperidião Amin levantou a mão.

Gostaria de discutir o relatório do Senador Confúcio Moura?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar um bom dia para o senhor, bom dia para o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido Confúcio Moura. Eu levantei a mão simplesmente para saber se os itens que estão programados têm Relator efetivo, uma vez que eu tenho interesse, evidentemente, em um projeto de lei de minha autoria que é o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Eduardo Gomes, que é o Relator, não chegou ainda, não deu presença, ainda, aqui na Comissão. Mas se V. Exa. estiver de acordo, nós poderíamos nomear um Relator *ad hoc*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Olha, em ficaria muito feliz se o Senador Confúcio Moura aceitasse essa incumbência, uma vez que isso faria muito bem para o balanço de bênçãos e de algumas penas que tanto o senhor quanto ele têm que apresentar algum dia perante o Altíssimo. Então, ter a bênção do Frei Egídio...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Eduardo Gomes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... é para o senhor e o Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Eduardo Gomes acabou de dar presença. Não sei se ele estaria disposto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... a qual será alcançada pelo senhor e pelo Eduardo Gomes, que deve ter um passivo bastante razoável por amortizar. O Confúcio já está no céu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem. Então, vamos aguardar para ver como é que o Senador Eduardo Gomes vai ficar, aqui na Comissão.

Então, primeiro, em discussão o relatório do Senador Confúcio Moura sobre a LDO, as emendas da LDO. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Vou submeter à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do nobre Senador Confúcio Moura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabenizo aqui o Senador Confúcio Moura, ao tempo em que agradeço por toda a sua dedicação nesse assunto, que não é fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o relatório foi aprovado.

Serão apresentadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte as seguintes emendas ao PLDO 2.023 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias): 23 emendas de texto propostas, cujos números são 45, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 72, 73, 74, 91, 92, 93, 94, 111, 112, 115, 121, 122, 123, 126 e 129; e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, pelo maior valor proposto para as metas:

a) "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" (Propostas de Emenda nºs: 10, 40, 57, 84, 98, 101, 107, 109, 114, 119 e 124);

b) "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica" (Propostas de Emenda nºs: 14, 36, 38, 41, 66, 69, 71, 85, 95, 100 e 113); e

c) "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer" (Propostas de Emenda nºs: 9, 35, 44, 76, 79, 81, 102, 108 e 117).

Concluída essa parte aqui, então, passemos à segunda parte.

Ficam retirados da pauta os itens 3 e 4, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2018

- Não terminativo -

Institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria vai à Comissão Diretora - CDIR*

2ª PARTE

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1706, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Antes de começar a segunda parte da pauta, eu gostaria de fazer referência aqui, ao tempo em que agradeço ao Senador Confúcio Moura, às minhas duas emendas que foram acatadas, nºs 121 e 122. O texto diz o seguinte:

> Art. 99. No Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e na respectiva Lei, os recursos destinados aos investimentos programados no Plano de Ações Articuladas - PAR deverão, na sua totalidade, ser aplicados na conclusão dos projetos em andamento com vistas a promover a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada.

A de nº 122 traz aqui o texto proposto:

> Parágrafo Único: É vedada a celebração de instrumentos oriundos de transferências voluntárias de recursos da União com empenho parcial, ressalvados os instrumentos que tenham previsão expressa no Plano Plurianual, ação orçamentária específica, previsibilidade e garantia orçamentária atestada pelo gestor do Órgão concedente no(s) exercício(s) orçamentário(s) subsequente(s).

Essas duas emendas são fruto dessa questão toda que está acontecendo no FNDE, que, infelizmente, culminou hoje, com todas as denúncias que foram feitas pela imprensa nacional e, em grande parte, por esta Comissão de Educação, com a prisão dos pastores Gilmar e Arilton e do ex-Ministro Milton Ribeiro. Não estou aqui me vangloriando, nem coisa nenhuma. Estou lamentando a prisão deles – isso é uma coisa que envergonha todos nós, a sociedade brasileira –, mas é evidente que providências precisam ser tomadas.

O FNDE continua a sua prática deletéria ao interesse público, continua empenhando recursos, de maneira irrisória, de maneira simbólica, de obras que jamais sairão do papel – felizmente, porque, senão, além das 3.665 obras inacabadas que nós temos no FNDE, nós teríamos mais 2 mil obras, porque, no ano passado, foram feitos 2 mil convênios novos, exatamente todos com empenhos irrisórios, simbólicos, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma eficácia. Eles pegaram um orçamento de R$110 milhões e fizeram convênios de R$6,7 bilhões! Obras em que... Houve um caso – eu o citei, inclusive, na Comissão de Educação – no Município de Porto Seguro, na Bahia: numa escola, em uma obra de mais de R$8,2 milhões, foram empenhados apenas R$30 mil. É uma coisa vergonhosa o que está acontecendo na administração pública brasileira. Isso jamais deveria existir. Não há nenhuma razão, nada justifica você fazer uma escola com empenhos parciais. É evidente que são obras que nunca serão feitas, não por causa desse empenho. Não há a menor necessidade.

Então, eu estou colocando aqui na LDO – o Senador Confúcio Moura acatou, e eu agradeço – mais uma trava para que quem venha, no futuro, a ser Presidente do FNDE não possa ter este poder de fazer um desmando administrativo como esse que estão fazendo. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu desejo apenas fazer um rápido comentário sobre suas palavras a propósito do FNDE.

V. Exa. foi vigilante, foi lúcido e ativo ao externar suas preocupações com o que eu denominei – não sei se o senhor está lembrado – de uma nova versão da "emenda-janela", que as primeiras resoluções sobre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... a participação de bancadas na elaboração do Orçamento – as primeiras preocupações – procuraram eliminar, que era fazer uma "emenda-janela" de R$5 mil para uma obra de R$1 milhão. Essa prática se tentou extirpar há quase 30 anos, há mais de 20 anos, na década de 90.

Isso que V. Exa. relatou a respeito dessa escola de Porto Seguro é uma versão não de emenda parlamentar, mas de compromisso governamental nos moldes da "emenda-janela", ou seja, botar uma xepa para construir uma tabacaria.

Eu queria só confirmar algo com V. Exa. Não é o projeto dos meus sonhos – o projeto dos meus sonhos era estabelecer em relação ao FNDE um modelo assemelhado ao Fundeb, ou seja, um modelo de vinculação –, mas eu apresentei um projeto de lei para debate na Comissão e não sei se foram apresentadas algumas sugestões. Vou, de qualquer maneira, protocolar, no começo da semana que vem, vou dar entrada, vou protocolizar um projeto de lei que procura estabelecer, inclusive, princípios de mérito e desempenho para orientar a aplicação de recursos que não são ainda, digamos, de aplicação automática, mas de liberação voluntária, ou seja, o que continua sendo voluntário no FNDE tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguir alguns critérios de mérito e de desempenho anterior, até para evitar que se repitam casos, que não aconteceram apenas nesta administração, que têm se reproduzido ao longo de muitos anos, na gestão dos recursos voluntários.

O FNDE, como nós sabemos, criado na década de 1960, passou a ser, desde então, uma porta da esperança, Senador Confúcio: tudo que se pudesse fazer, desde ônibus escolar até merenda, "joga para o FNDE, que o FNDE resolve". E, quando a participação dos recursos a serem liberados de maneira voluntária é expressiva, é natural que a gente seja demandado por Prefeitos, por gestores públicos. Então, eu acho que termos alguns parâmetros para decisão fará bem à gestão pública, com indicadores, o que eu considero ser a grande solução republicana para recursos que ainda estão em Brasília. O ideal seria que isso fosse descentralizado para municípios e estados, que são os gestores das suas necessidades e têm a sua administração mais próxima da sociedade, que elege os mandatários.

Era esse o comentário que eu queria fazer, mais uma vez cumprimentando-o pela sua postura muito ativa nessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senador Esperidião Amin. V. Exa. tem colaborado muito no sentido de a gente colocar limites para esses desmandos que o FNDE, evidentemente, está cometendo.

Se o Senador Confúcio Moura... (*Pausa.*)

Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

O Senador Eduardo Gomes deu presença, mas não está aparecendo aqui na Comissão.

Então, eu vou nomear, com a sua aquiescência, o Senador Confúcio Moura como Relator *ad hoc*.

Item 1 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4550, DE 2021

- Terminativo -

Declara Patrono do Agricultor Familiar Brasileiro o Frei Egídio Maria Moscini.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Agora com o Senador Confúcio Moura como Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

A assessoria aqui me passa a informação de que o Senador Eduardo Gomes está entrando...

O relatório é pela aprovação. (*Pausa.*)

Não, o Senador Eduardo Gomes não entrou.

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura para fazer o relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo, eu estou em casa e não tenho aqui disponível o relatório. Veja aí com a assessoria e me mande aqui no meu *e-mail*, rapidinho, que eu vou passar à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Mande aí para mim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos providenciar aqui.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Ele entrou lá.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – O Eduardo está aí. Ainda bem que ele está aí. Vai fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Oi, Eduardo. Bom dia!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Passe para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Chamaram por mim?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eduardo, nós estamos aqui no item 1 da pauta, que é o Projeto de Lei 4.550, de 2021, de autoria do nobre Senador Espiridião Amin, que "declara Patrono do Agricultor Familiar Brasileiro o Frei Egídio Maria Moscini".

Então, como V. Exa. é o Relator – com as escusas aqui e o agradecimento ao Senador Confúcio Moura, que iria ser o Relator *ad hoc* –, passamos a palavra, então, a V. Exa., nobre Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Senador, Presidente Marcelo Castro; Sr. Senador conterrâneo, Confúcio Moura, tocantinense; e nobre autor da matéria, Senador querido, à convocação que a mim foi feita atendo, neste momento, aqui, com muito prazer.

Sras. e Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei nº 4.550, de 2021, de autoria do Senador Espiridião Amin, que objetiva declarar o Frei Egídio Maria Moscini Patrono do Agricultor Familiar Brasileiro.

Na justificação da proposição, o autor exalta a trajetória do homenageado e argumenta que a presente declaração consiste em justa medida de reconhecimento do impacto que os ensinamentos de Frei Egídio tiveram na agricultura familiar.

A proposição não recebeu emendas.

Na análise, verifica-se, em todos os aspectos, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da iniciativa.

No que respeita ao mérito, há que se ressaltar a importância ímpar da iniciativa.

Nascido em Valentano, na Itália, no ano de 1884, Frei Egídio Maria Moscini ingressou aos 21 anos na Ordem dos Servos de Maria. Em 1921, veio para o Brasil, aportando em Rio Branco, e, durante 12 anos, trabalhou no Estado do Acre, na Região Norte do nosso país. Após passagem pelo Rio de Janeiro, em 1947, se encaminhou para Santa Catarina, permanecendo na cidade de Araranguá até 1952, quando se mudou para o Município de Turvo.

Durante o período em que residiu no Seminário Menor da Ordem dos Servos de Maria, Frei Egídio conquistou a admiração de todos pelo seu trabalho e dedicação em favor dos mais necessitados. Orientou pequenos agricultores até o seu falecimento, em Turvo, no ano de 1976, aos 92 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de ter atuado por quase três décadas em prol dos pequenos agricultores, ele também ajudou na formação de padres e prestou educação formal para muitas pessoas carentes. Nesse sentido, não há dúvida de que a iniciativa ora proposta é, certamente, justa e meritória.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente e senhores membros desta Comissão, do Projeto de Lei 4.550, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao nobre Relator, coloco a matéria em discussão.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao querido amigo Senador Eduardo Gomes por proferir um generoso voto, parecer que praticamente resume essa vida de 92 anos abençoados desse italiano que praticamente visitou, Senador Confúcio Moura, as latitudes e longitudes do Brasil de uma maneira muito rica. Eu conheço bem a ligação entre o Acre e Santa Catarina, relacionando os Servos de Maria.

Senadora Zenaide, o Frei Clodovis Boff, é radicado, nasceu em Concórdia, Santa Catarina. Ele é irmão do Leonardo Boff, filho de Mansueto Boff, que é patrono de uma escola de ensino básico, escola de educação básica em Concórdia. Ou seja, lá é pequeno produtor rural, em Turvo é pequeno produtor rural, no Acre ele se dedicou a isso.

E o próprio Clodovis Boff, que é um escritor extraordinário sobre mariologia, sobre o sentido da vida – são livros preciosos –, também tem esse vínculo com o Acre, Paraná e Santa Catarina. E a agricultura familiar, o agricultor familiar têm, nessa figura, o patrono, o orientador e um estimulador.

Para corroborar até com o cumprimento das regras que o Congresso brasileiro utiliza para homenagear alguém, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através da Lei 18.386, de 7 de junho – portanto, há 15 dias –, aprovou uma lei neste mesmo sentido, designando o Frei Egídio como patrono do agricultor catarinense, no caso. Não por acaso, Confúcio, esse projeto de lei, essa lei, Senador Marcelo Castro, foi proposta do Deputado Estadual João Antônio Heinzen Amin Helou – também não por acaso, meu filho.

Fico muito feliz por participar dessa aprovação que converge com o sentimento catarinense, mas que encontra eco no norte do país, tão caro ao tocantinense Confúcio Moura e a todos nós, ou seja, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacerdote que, além de formação de colegas sacerdotes, se dedicou a cuidar da renda, estimular a geração de renda das pequenas propriedades rurais, que, no caso de Santa Catarina, são a nossa, graças a Deus, grande maioria.

O estado criou mecanismos, como o crédito fundiário, que inspiraram o Banco da Terra, projeto também de minha autoria, junto com o então Deputado Hugo Biehl, ou seja, para permitir que haja mais donos do seu pedaço de terra para trabalhar e com uma técnica, com uma preocupação de sustentabilidade para renovar, a cada ano e a cada temporada, a sua esperança de uma renda digna.

No nosso caso, nós temos tido muito sucesso, não tantos quanto o Brasil e Santa Catarina merecem, mas eu acho que a homenagear o Frei Egídio como patrono do agricultor familiar é uma decisão correta.

Eu, mais uma vez, agradeço ao Senador Eduardo Gomes e também a presteza do Senador Confúcio, que tinha se disposto a substituir o insubstituível Senador Eduardo Gomes. Eu agradeço a todos e aos colegas que se dignem a aprovar este projeto de lei, não sem antes mandar um abraço à querida Senadora Zenaide Maia.

Muito obrigado a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa. pela iniciativa dessa justa homenagem a esse frei que dedicou toda a sua vida a orientar, estimular, coordenar e ensinar as pessoas na agricultura familiar.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vou para o item 2 da pauta, que também é terminativo, e aí nós faremos a votação em globo para facilitar aqui os trabalhos.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 694, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Incontinência Urinária, e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro quero cumprimentar o nobre Líder Senador Nelsinho Trad, especialista nessa matéria, pela iniciativa, e passo a ler o seguinte relatório.

Srs. e Sras. Senadoras, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 694, de 2022, do Senador Nelsinho Trad, que institui o Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, conscientizar a sociedade sobre esse distúrbio de saúde e sobre os meios existentes para a prevenção e o tratamento.

A matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, para apreciação em caráter exclusivo e terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas.

Análise.

Verifica-se a constitucionalidade e a boa técnica legislativa da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da lei que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública, no dia 23 de março de 2021, na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa com o objetivo de debater sobre a prevenção da incontinência urinária.

A audiência contou com a presença de diversos especialistas no assunto e representantes da sociedade civil que defenderam a apresentação de projeto de lei para a criação da data.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa. De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia, uma em cada 25 pessoas no Brasil sofre de incontinência urinária. Caracterizada pela perda involuntária de urina, ela está entre as patologias do trato urinário mais comuns no Brasil. O envelhecimento aumenta a probabilidade de incontinência, pois a queda nos níveis hormonais bem como a perda de força muscular e as alterações na bexiga são os principais causadores. Os impactos na vida da pessoa que convive com esses tipos de distúrbios são muitos. Podem acontecer mudanças comportamentais, de produtividade e nos hábitos sociais, o que pode levar até à depressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo da criação do Dia Nacional da Incontinência Urinária e da Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária é sensibilizar o público para esta patologia, alertando para modos de identificar o problema, tratamentos apropriados e impactos negativos na qualidade de vida dos afetados. Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna e meritória a iniciativa de instituir as respectivas efemérides.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 694, de 2022.

Esse é o relatório pela aprovação, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o relatório do nobre Senador Eduardo Gomes, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

E vou colocar em votação conjunta o item 1 e o item 2 da pauta. Faremos uma votação em globo. Então peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para as Sras. e os Srs. Senadores poderem votar.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar também os demais Senadores que estão acompanhando a sessão, presencialmente e remotamente, e só comentar três coisas que eu considero importantes para a Comissão. Na segunda-feira à tarde, portanto, anteontem, tivemos a sessão de debates temáticos, no Plenário do Senado Federal, sobre os oito anos do Plano Nacional de Educação – vinte metas; a dois anos do seu término: 2014/2024 – e a grande necessidade de termos este sistema de colaboração, de articulação, de pactuação entre o Governo Federal, governos estaduais e municipais, para que as metas possam ser alcançadas. E isto está também, obviamente, muito ligado ao Sistema Nacional de Educação, que nós já, inclusive, aprovamos na Comissão de Educação e também no Plenário – o projeto foi remetido para a Câmara dos Deputados.

Então essa sessão de debates temáticos teve a participação do Governo Federal. O Inep inclusive vai lançar na quarta-feira – na sexta-feira, me desculpem – o relatório da avaliação bianual das metas do Plano Nacional de Educação. Mas estiveram presentes também várias entidades representativas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, como a Undime, o Conselho Nacional de Educação, movimentos sociais, Todos pela Educação, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ação afirmativa. Então, foi um debate, uma apresentação por três horas.

O segundo aspecto que eu queria levantar é que nós temos, na nossa Comissão de Educação, a Subcomissão para Acompanhamento da Educação na Pandemia, inclusive com a participação do Senador Confúcio Moura, que está aqui presente, do Senador Wellington Guimarães, da Senadora Zenaide Maia, como Vice-Presidente. O Senador Anastasia era membro, mas agora também está no Tribunal de Contas da União. E o interessante é que as conclusões a que sempre chegamos, já no ano passado e neste ano, nessa Subcomissão estão muito relacionadas às metas do Plano Nacional de Educação, porque lá nas metas do plano a gente vê claramente o chamamento, o acesso da criança à educação infantil, ao ensino fundamental, ao ensino profissionalizante de jovens e adultos, ao ensino médio e a permanência desses alunos na educação. Então, nessa Subcomissão, Sr. Presidente, já fizemos, realizamos em conjunto – e é uma coisa boa para a própria Comissão – 14 audiências públicas sobre esse assunto, quer dizer, acesso à educação; permanência na educação; recomposição da aprendizagem, ao mesmo tempo também com a tecnologia, a conectividade; a infraestrutura das escolas; e também o orçamento da educação. E isso está muito relacionado a projetos que já aprovamos aí na própria Comissão.

E eu quero também dizer o terceiro aspecto. É que, na semana que vem, segunda-feira, pela manhã, teremos, então, a 15ª audiência da Subcomissão, para fazermos um bom relatório na sequência; e, no período da tarde, teremos a primeira audiência pública relacionada ao projeto de lei aprovado na Câmara, do qual V. Exa. me designou Relator, sobre *homeschooling*, ou seja, educação domiciliar. Será na segunda-feira à tarde.

Então, são três coisas importantes acontecendo, e eu faço eco, repito aquilo que V. Exa., Senador Marcelo Castro, colocou, que particularmente nesse período, apesar da pandemia, aprovamos na Comissão de Educação dois projetos muito importantes. Um deles é o Sistema Nacional de Educação, foi nesse período – o Fundeb ainda foi no período anterior, mas o Sistema Nacional de Educação, relatado até pelo nosso ex-Presidente Senador Dário Berger, mas com todo o apoio de V. Exa. e de toda a Comissão e do Plenário, porque, afinal, foi aprovado por consenso. E o segundo projeto, muito importante para o Brasil, é a Lei Geral do Esporte, relatado pela Senadora Leila Barros e também aprovado por consenso, remetido e também já aprovado no Senado Federal.

Então, são notícias, eu diria, importantes, não é? Várias coisas... Eu quero dizer que, inclusive, em relação ao *homeschooling*, já fiz inúmeras reuniões com pessoas que aderem à iniciativa, com os pais, com os filhos e também com entidades. E vamos também ter, assim, um bom roteiro de audiências para chegarmos a uma boa conclusão no final.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Passamos a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes, que a solicita.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de votar. Sr. Presidente, eu estou tendo um problema aqui, e eu queria registrar meu voto. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O voto de V. Exa., naturalmente, é "sim"...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Naturalmente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pronto. Eu vou determinar aqui à Secretaria que compute o voto de V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Aí, eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar também que ontem nós estivemos na minha cidade natal, Rondonópolis, com o Reitor do Instituto Federal de Educação Tecnológica, o Magnífico Reitor Júlio, e também com a Reitora Analy Polizel, Magnífica Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis.

Lá, no Instituto Federal de Educação Tecnológica, nós tivemos a oportunidade de inaugurar uma usina fotovoltaica com recursos alocados através de orçamento, de emendas. E eu quero agradecer a V. Exa., inclusive, pelo grande apoio na relatoria da Comissão de Educação e pelos os avanços que estamos tendo este ano no incremento da educação, principalmente da conclusão de obras inacabadas.

Vejo aqui o Senador Confúcio Moura, meu grande companheiro da Comissão da Covid, também o Senador Flávio Arns, um grande lutador por essa área.

E aqui, no Mato Grosso, nós estamos fazendo praticamente uma revolução em termos de ensino profissionalizante. O Instituto Federal de Educação Tecnológica hoje tem mais de 20 mil alunos, está presente em 17 municípios, em todas as regiões do Estado de Mato Grosso e em 19 centros esparramados por todo o estado. O nosso estado é o que mais se desenvolve hoje, é um estado ainda em abertura – 900 mil quilômetros quadrados, mas uma população relativamente pequena, de 3,5 milhões de habitantes.

Portanto, é um estado que responde muito ao Brasil, com produção de alimentos, o que é estratégico hoje para o mundo na questão da segurança alimentar. Tenho dito que hoje a fome mata mais do que muitas guerras. Então, por isso eu quero registar o grande papel e o trabalho que está sendo feito aqui, pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica, implementando a educação profissionalizante em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o Estado de Mato Grosso. Claro, a universidade federal também está cumprindo o seu papel, mas eu quero dar esse destaque hoje, aqui, ao Instituto Federal de Educação Tecnológica.

Inclusive, estamos assinando um convênio com a Secretaria Estadual de Educação, com que o instituto vai capacitar todos os professores da rede estadual de educação. Também há uma parceria com a Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), com que estamos também fazendo um trabalho brilhante na promoção do desenvolvimento econômico. Está previsto também o lançamento do avanço da ferrovia da minha cidade, Rondonópolis, para Cuiabá, de Rondonópolis para o Nortão de Mato Grosso, com financiamento da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), e o Instituto Federal já está assinando um contrato entre a Sudeco e a empresa Rumo, que é a detentora da concessão da Ferrovia Ferronorte, para que o Instituto Federal possa fazer todos os estudos de impacto ambiental e impacto de desenvolvimento econômico.

Por isso, eu registro aqui que é um papel da educação, avançando também na promoção do desenvolvimento econômico do nosso Estado.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço muito, principalmente a parceria de V. Exa. na Comissão de Orçamento e a toda a Comissão de Educação pelo apoio que a gente tem recebido aqui, no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra agora ao próximo inscrito, Senador Confúcio Moura. Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, Srs. Senadores e Senadora Zenaide, hoje, nos corredores do Congresso Nacional, Câmara e Senado, estão perambulando os reitores das universidades públicas brasileiras federais, justamente clamando pelo descontingenciamento dos recursos das universidades. Isso é muito importante, porque elas estão numa crise comprovada de pagamento, até de custeio básico das universidades, fora os investimentos iniciados, que estão comprometidos.

Então, o clamor dos reitores, que estão bradando aí pelos corredores largos do Congresso para que realmente possam sensibilizar os Parlamentares, é no sentido de interferir ou pressionar o Ministério da Economia rapidamente, o mais urgente possível, pelo descontingenciamento dos recursos das universidades. Sabe-se que quando o Presidente contingencia recursos, ele segura ali um pouco o gasto, mas tem a hora certa de liberar novamente o orçamento previsto. Não é nenhum dinheiro novo, é o dinheiro existente que está contido e que precisa ser liberado para todas elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem mesmo, a reitora da Universidade de Rondônia, que é uma das universidades pequenas do Brasil, me ligou me convidando para participar do evento. Como eu estou em domicílio, eu apenas faço essa manifestação de apoio aos reitores das universidades para que rapidamente o Ministério da Economia possa descontingenciar os seus recursos contidos.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, que está inscrito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço de novo. Só quero fazer uma correção da minha fala, porque fui alertado de que eu teria mencionado Wellington Guimarães. Claro que não é Wellington Guimarães, é Wellington Fagundes. (*Risos.*)

É meu grande amigo, meu grande companheiro, membro da subcomissão. Parabéns também pela fala em relação ao ensino técnico profissionalizante. Estamos juntos. Caso eu tenha falado errado, é Wellington Fagundes, defensor da educação no nosso país. Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza, grande Senador pelo Mato Grosso, que nos orgulha muito. Foi um excelente Relator da área da educação. Fez um trabalho extraordinário. Infelizmente, grande parte do nosso esforço foi vetada pelo Governo. Mas ficou... O Senador Wellington Fagundes é um dos Senadores muito comprometido com a área da educação e ensino tecnológico. Teve um papel destacado agora na questão da pandemia, quando lutou para que os laboratórios de vacina animal pudessem também fazer vacinas humanas. É um grande Senador que nos orgulha muito. Evidentemente, Senador Flávio Arns, foi um lapso que todos nós podemos cometer com nosso queridíssimo e competentíssimo Senador Wellington Fagundes.

Já temos número suficiente de votos. Então, peço à Secretaria que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) –

O resultado: SIM, 13; nenhum NÃO; nenhuma abstenção.

Os projetos foram aprovados, os itens 1 e 2 da pauta.

Vamos ao item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5988, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Plantio Direto.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa, Deputado Federal Afonso Hamm.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lasier Martins para fazer a leitura do seu relatório.

Bom dia a V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Marcelo.

Eu vou me permitir, Presidente, ir direto para a análise, também me dispensando quanto às formalidades da regimentalidade, da constitucionalidade e da legalidade.

Em atendimento a essa determinação...

Eu vou ler de novo a ementa: propõe seja instituído o Dia Nacional do Plantio Direto, a ser celebrado, anualmente, em 23 de outubro.

Em atendimento a essa determinação, o autor informa que foi realizada reunião, em 27 de janeiro de 2015, em que diversas entidades filiadas à Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação aprovam consulta que lhes foi apresentada no sentido de se instituir o dia 23 de outubro como Dia Nacional do Plantio Direto. Segundo a ata da referida reunião, anexada à iniciativa em apreço, consultados os membros da FebraPDP sobre a instituição no calendário do Dia Nacional do Plantio Direto no dia 23 de outubro, para relembrar a importância do sistema de plantio direto, comemorando anualmente, com palestras e seminários para técnicos e produtores, todos concordaram com a data sugerida antes e ressaltaram a relevância de um dia dedicado à técnica de conservação do solo.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que respeita ao mérito, estudos realizados pela Embrapa Soja comprovam que o sistema de plantio direto aumenta a produtividade nas lavouras em 30% quando comparado ao sistema convencional. Em anos de seca, lavouras com o plantio direto produzem até o dobro do sistema convencional. Um dos pilares do sistema de plantio direto é a diversificação de culturas.

Muitas das culturas usadas no sistema de plantio direto são espécies forrageiras que, além de fornecer palha e raízes, podem ser usadas para a produção de carne e leite, agregando valor à produção agrícola da propriedade com o sistema de integração lavoura-pecuária, que, segundo os especialistas, é uma excelente alternativa no processo de diversificação de culturas. No caso das lavouras, enfatizam-se basicamente as de soja e milho, que são as duas culturas de grãos mais cultivadas no Brasil hoje. No que se refere à pecuária, destacam-se tanto as pastagens perenes quanto as pastagens anuais.

Estudos mostram que este sistema reduz a necessidade de máquinas, mão de obra e o uso de insumos na atividade agrícola. Segundo a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, só a economia com o óleo diesel, combustível mais usado nas máquinas e equipamentos agrícolas, chega a 60%. Nesse contexto, certamente é meritória iniciativa que pretenda instituir efeméride que contribua para a divulgação dos princípios, assim como para a universalização da prática, do plantio direto em nosso país.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.988, de 2019.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Lasier Martins!

Coloco em discussão o relatório do nobre Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Eu próprio vou discuti-lo. (*Risos.*)

Senador Lasier Martins, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pelo relatório que fez.

Quero parabenizar também o nobre Deputado Afonso Hamm, que eu conheço. Fui seu colega. É um Deputado muito dedicado, representante do Rio Grande do Sul, muito atuante nessa área do setor primário.

Eu sou médico psiquiatra, mas sou pecuarista. Meu estado é um estado essencialmente agrícola. Eu acompanhei, tenho acompanhado essa questão da agricultura, como também o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que V. Exa. disse aí, é evidente, tem muita propriedade. Foi uma grande revolução na agricultura brasileira, porque toda a cultura que nós tínhamos era importada, na produção, na agricultura de grãos de uma maneira geral, que vinham dos países mais desenvolvidos do Hemisfério Norte, porque eram de clima temperado. Então, o nosso hábito aqui era o de remover a terra, o de gradear a terra, para depois plantar. Eles precisam disso nos seus climas temperados, porque é, inclusive, uma maneira de aquecer a terra para poder fazer o plantio. Mas nós, no clima tropical que temos no Brasil, não precisamos disso. E isso traz uma segurança muito grande, porque protege o solo. Além de proteger o solo, como V. Exa. disse muito bem, faz economia, porque não é preciso você utilizar o trator para remover a terra. A terra está lá, você só faz a aplicação do defensivo e planta em cima da palhada, protegendo o solo das intempéries da chuva, do sol, de tudo mais. E, quando vem uma seca, como já está provado pela ciência, as plantas resistem muito melhor, porque aquela proteção da palhada conserva o solo molhado por mais tempo.

Então, essa foi uma revolução extraordinária, que propiciou, evidentemente, todo esse avanço que a soja teve e que o Brasil teve também, porque hoje é um dos grandes produtores mundiais de grãos – nós somos o terceiro ou o quarto, estamos brigando com a Índia para saber quem seria o maior. A China, evidentemente, é o maior produtor de grãos do mundo, o segundo são os Estados Unidos, e o terceiro somos nós. Então, nos últimos anos, nós temos crescido mais do que a China. O Brasil está numa marcha acelerada e, sem nenhuma dúvida, cada dia mais, se torna um grande produtor.

Eu já era Deputado Federal quando assisti... Nós comemoramos na Comissão de Agricultura porque o Brasil estava, naquele ano, produzindo mais de 100 milhões... Nós havíamos ultrapassado a barreira de 100 milhões de toneladas de grãos. Olhe, isso ocorreu há poucos anos. E agora nós já estamos beirando os 300 milhões de toneladas de grãos. O que tem salvado o Brasil são essas exportações, com a quantidade de emprego e riqueza que se gera no campo. Temos hoje as cidades agrícolas do Brasil em Mato Grosso que têm as maiores rendas *per capita* do Brasil, porque têm um PIB muito elevado e uma população mais escassa. Evidentemente, isso tem sido um motor da economia do Brasil.

Aqui, minha palavra é para parabenizar o relatório de V. Exa. e a iniciativa do nobre Deputado Afonso Hamm. É um dia que merece ser realmente comemorado no Brasil, porque mudou a agricultura brasileira. Se o Brasil hoje é o que é na produção de grãos, devemos muito à introdução do plantio direto, que é uma criação brasileira, que nós devemos comemorar sempre.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Perfeito, Senador Marcelo. Eu me regozijo com esse seu comentário de exaltação do sistema de plantio direto, porque eu também conheço e até porque – talvez não venha ao caso, mas... – eu sou filho de agricultores. Eu vivi em um município muito pequeno em que meu pai era agricultor. Eu sou do tempo – e eu lembro, tenho bem na memória – em que meu pai ficava atrás de um arado puxado por uma junta de bois revolvendo a terra para plantação de milho. Isso aconteceu até a minha idade de dez anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando, então, meu pai disse: "Eu não vou manter meus filhos aqui, neste fim de mundo. Eu vou para uma cidade em que eu quero dar educação aos meus filhos". Foi o grande mérito dele, mas eu vivi essa época e acompanhei os demais. Depois, com o passar do tempo, anos e anos depois, quando se começou a discutir o sistema do plantio direto na palha, eu já trabalhava na comunicação há bastante tempo e fui ao município que tem a maior extensão de plantio de soja no Rio Grande do Sul, que é o Município de Tupanciretã – lá é a maior extensão. Aí, os produtores me levaram para ver como era o plantio na palha, não precisando mais revolver a terra. Então, como V. Exa. disse, foi uma revolução, uma revolução extraordinária, que aumentou a produtividade, fez economia e preservou a terra.

Quando eu recebi esta relatoria do projeto do Afonso Hamm, que é meu conterrâneo – ele é da região de Bagé, mas eu o conheço há muito tempo, é um belo de um Deputado Federal –, eu fiquei muito satisfeito, porque comecei a lembrar o que isso significou. Então, é uma coisa tão importante para a economia do Brasil, para a agricultura, para a proteção da terra que merece uma data comemorativa.

Eu lhe agradeço também os elogios feitos ao sistema, mostrando que o senhor, que, embora não seja plantador, é pecuarista, é um homem que conhece a terra.

Nós estamos de parabéns, porque agora temos uma data para comemorar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Lasier Martins.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

E a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado.

E o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Arns e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rafael Tenório, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir o PL 1837/2021, que "institui o Dia Nacional da Saúde Única". **Participantes:** Christina Pettan-Brewer, Membra Fundadora da One Health Brasil; Rodrigo Correa de Oliveira, Vice-Presidente de Pesquisas e Coleções Biológicas da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, Representante do Ministério da Saúde; Rodrigo Távora Mira, Representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária; e Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, Conselheira do Conselho Federal de Medicina. **Resultado:** Audiência Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, remota, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizamos hoje audiência púbica objeto do Requerimento 31, de 2022, desta Comissão, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado por esta Comissão no dia 12/05/2022, com a finalidade de instruir o PL 1.837, de 2021, que institui o Dia Nacional da Saúde Única.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Neste momento, como é de praxe, eu vou fazer uma introdução do tema, construída pela assessoria aqui do Senado, do meu gabinete e da Comissão, mas é bem breve.

Fala de abertura.

Antes de passar a palavra aos nossos ilustres convidados e convidadas, registro que presido esta importante audiência a pedido do autor do Projeto nº 1.837, o meu querido amigo e competente Senador Flávio Arns, que, em razão de outra agenda, não poderá presidir. Ele me solicitou e eu atendi de pronto o pedido dele. Não poderia deixar de atender a um pedido do meu querido amigo Senador Flávio Arns, que é um dos Senadores mais respeitados nesta Casa e parceiro de longa data. Foi um dos Relatores do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, e teve um papel importantíssimo para a aprovação e consolidação do estatuto. Além disso, é uma das referências dentro do Senado nos temas educação e saúde e em tantos outros.

Quero registrar também a importância de se debater a questão da saúde única em nosso país, principalmente no atual cenário pandêmico em que vivemos. De fato, a iniciativa do Senador Flávio Arns em trazer para o debate a necessidade da instituição do Dia Nacional da Saúde Única no Brasil é justa e meritória. O termo em inglês, *one health*, vem assumindo, cada vez mais, maior importância dentro das discussões científicas que tratam de questões ligadas à saúde e à epidemiologia.

O conceito de saúde única, que ainda é bastante desconhecido fora do meio científico, cuida da incorporação, em uma abordagem única e integrada, da saúde humana, animal, vegetal e ambiental, reconhecendo suas profundas interconexões e dependências umas das outras. O conceito não é novo. O médico patologista alemão Rudolf Virchow, que viveu entre 1821 e 1902, já afirmava, no século XIX, que entre animais e medicina humana não há divisórias, nem deveria haver. Foi ele o responsável por cunhar o termo zoonose, doenças ou infecções transmitidas para o homem através dos animais.

Ao longo do século seguinte, cientistas ligados a várias especialidades constataram similaridade nos processos infecciosos causados por doenças em seres humanos e animais. No entanto, infelizmente, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicina humana, a medicina veterinária, além de outros ramos científicos importantes, como agronomia, botânica e zoologia, seguiram trajetórias independentes e bastante apartadas umas das outras, sem qualquer comunicação epistemológica relevante entre elas. Somente nos últimos anos é que se observou um esforço de aproximação e diálogo nos estudos entre essas áreas.

Assim, desde doenças animais e humanas clássicas como a raiva, passando pela importância das mudanças climáticas nos territórios de vetores de doenças como os mosquitos, até chegar a efeito de produtos químicos sobre os alimentos que comemos, fica cada vez mais claro – aqui, para terminar – que negligenciar o efeito e o bem-estar de uma das facetas da abordagem científica pode ter consequências desastrosas em todas as outras.

Agora, mais do que nunca, a abordagem holística da saúde única é fundamental para proteger a saúde e os meios de subsistência de todas as pessoas do planeta. A persistente pandemia do covid-19 demonstrou quão eficazes podem ser as parcerias multidisciplinares, ao mesmo tempo que destacou a necessidade de que o conceito e a prática da saúde única se expandem e se desenvolvem em face das inevitáveis ameaças futuras, de modo a evitar novas epidemias e crises ambientais e sanitárias.

Era isso a introdução, construída pela equipe, que eu fiz neste momento.

De imediato, vamos para os expositores.

Iniciando as exposições, passo a palavra, pelo tempo de dez minutos – todos terão dez minutos – à Sra. Christina Pettan-Brewer, membra fundadora da One Health Brasil. Por favor, Dra. Christina.

A pronúncia do seu sobrenome foi por conta e erro deste aqui, viu? A senhora fique bem à vontade, Dra. Cristina.

A SRA. CHRISTINA PETTAN-BREWER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tudo bem.

É um prazer muito grande estar aqui! E muito obrigada, Senador e Senadores, isso é um sonho há muito tempo de nosso trabalho. Assim, eu até fiquei muito emocionada quando eu recebi o convite. É um prazer muito grande estarmos aqui, todos juntos, para este momento tão importante para a saúde única no Brasil e para a saúde única do Brasil representada pelo mundo inteiro! Então, é muito – muito! – importante estar aqui hoje.

Eu vou tentar brevemente dar uma visão da saúde única e a atualização do que está acontecendo no mundo. Já temos vários vídeos na One Health Brasil, na rede One Health Brasil – temos um YouTube, temos vários webinários, e, inclusive, as nossas apresentações estão lá. Então, em dez minutos, vamos assim passar bem por cima, não é?

Para iniciar – e não vão entrar nos detalhes –, eu só quero mostrar alguns conceitos, para estarmos acostumados, que nós ouvimos. Então nós ouvimos: a saúde planetária, a saúde única, a saúde global, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde pública, a saúde da medicina da conservação. Quais as diferenças? Será que é a mesma coisa? Será que é tudo saúde única? Então, nós temos que ter aquela visão geral. Por isso é que nós chamamos: qual é a sua visão? De que modo você está aproximando a saúde única? E também hoje nós vamos discutir os desafios e os sucessos da saúde única no Brasil e no mundo inteiro. Então, novamente, é um grande prazer estar aqui.

Eu, sempre quando estou conversando pela saúde única, além do coração, sinto como se fosse assim: vamos entrar num balão mágico e sair das nossas caixinhas da tradição, porque a saúde única começa dentro da gente, dentro de cada um de nós.

A pandemia nos trouxe essa oportunidade de evoluirmos em décadas, como o senhor mesmo mostrou. Já vem desde 1700 e já vem bem antes ainda, quando Hipócrates já falava que o meio ambiente, os seres humanos, a água, o solo, a terra, estão todos interconectados. Além disso, as civilizações antigas, as tribos indígenas já fazem isso há muito tempo. Então, estão todos conectados. E novamente saímos dessa nossa tradição, como o senhor mesmo falou, porque nós entramos em tão muito importante especialização, que nós todos somos, mas nós temos que voltar para aquela visão holística. Então, é como se nós fôssemos viajar e sair do que nós nos acostumamos.

Uma das importâncias é a multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade dos nossos times de profissionais. Então, é essa conexão. E não somente dos profissionais, mas a conexão direta com as comunidades. Então, é envolver diretamente os líderes comunitários para trabalharmos juntos. Geralmente, como professores universitários, pesquisadores, nós temos essa ideia de chegar e já ir direto com a pesquisa, em vez de ouvir primeiro as comunidades.

Então, por isso que eu falei que a saúde única se inicia dentro de cada um de nós. Relaxa e escutamos. Isso é o mais importante da saúde única, principalmente das civilizações que já estão estabelecidas, as populações indígenas, quilombolas e as comunidades. Então, é uma visão que nós chamamos de 360 graus, holística. Por isso a importância hoje desse local nacional e internacional, em âmbito global.

Sempre nós conversamos sobre esse famoso guarda-chuva, mas, como a maioria, nós ainda estamos conversando sobre a saúde animal, o meio ambiente e o humano. E as plantas sempre ficavam esquecidas. O meio ambiente sempre ficava esquecido. E finalmente temos, na definição da saúde única atual, as plantas, que nós podemos discutir como vêm, em que principalmente há a inclusão da agricultura, da agronomia.

Nós podemos ver, por exemplo, que existem várias associações, vários grupos, e a ideia não é separar e formar grupos isolados; muito pelo contrário, são todos de graça e, quanto mais grupos formados, melhor, mas é importante unirmos todos esses grupos. E essa é a importância, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das redes, dos *networks*, da rede One Health Brasil, essa ideia também de nos unirmos e disseminarmos a importância. Mas todos esses grupos são possíveis para se tornarem membros. E devemos, não é?

A quadripartite: antigamente chamávamos de tripartite, e hoje é a quadripartite, porque as organizações mundiais se uniram e têm a definição. E, como nós podemos ver, há a inclusão de saúde humana, saúde dos animais domésticos e selvagens, das plantas, e, como estamos interconectados, em cada meio ambiente. E há a importância, principalmente, de como nós vamos desenvolver essa capacidade de comunicar, colaborar na sociedade. E o mais importante: as políticas públicas.

Então, daí é uma honra estar aqui hoje também para discutir isso.

Precisamos também disseminar o nosso conhecimento. Então, existem vários *journals*, existem várias organizações, que são justamente para apoiar essa parte acadêmica de publicações, inclusive no Brasil.

Como eu falei que é uma experiência, é uma mudança, uma transformação que acontece em cada um de nós como indivíduos, que é sairmos do nosso ego e entrarmos em um espírito mais de eco, de participação e interconexão, então, todo dia, quando nós lembrarmos, sair do ego e entrar para o eco, para justamente sair da competição e entrar na colaboração.

Como eu disse, às vezes, nós falamos: "Não, mas eu sou da Planetary Health", "Eu sou da One Fair", "Não, mas eu sou da EcoHealth", "Ah não, eu sou desse grupo". Não, é muito pelo contrário. Até nós brincamos de vez em quando; a esta altura do campeonato, nós somos da saúde única intergalática, já que nós estamos no espaço, não é? Então, sim, são diferentes, têm visão diferente, a fundação de cada um é diferente, mas ao mesmo tempo, no final, são as saúdes integradas. É importante conhecermos, e cada um, na sua profissão, na sua especialização, trazer esta visão diferente.

Como você já mencionou de onde que vem a história mais atual na última década, em 1986, veio que se chamava *one medicine,* a saúde e medicina. Esse epidemiologista médico-veterinário trouxe essa ideia. Trabalhando na África com as comunidades africanas, ele trouxe essa ideia de *one medicine*, *one health*, saúde única. Então, um livro dele já tinha essa definição.

Continuando a sua explicação das zoonoses, por que os médicos-veterinários são tão envolvidos? Mas como a importância da *one medicine*, que é a medicina comparada, que traz essa visão inicialmente dos médicos e dos veterinários trabalhando juntos...

Mas não devemos esquecer que, na mesma época, teve a publicação de *Primavera Silenciosa*, que trouxe a importância dos pesticidas no meio ambiente. Então, trouxe o meio ambiente nessa visão da saúde única. Também devemos lembrar que parte disso são princípios, no caso o princípio de Berlim, que, 2004, também foi se estabelecendo.

E, voltando à importância, principalmente nos zoológicos, um dos casos muito importantes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CHRISTINA PETTAN-BREWER (*Por videoconferência.*) – Tudo bem? Posso?

No caso da medicina de conservação, como a mudança do meio ambiente afeta, nós tivemos a covid, exemplo clássico.

Uma coisa que é importante também, principalmente para nós que somos educadores, é seguirmos o que está disponível para nós, principalmente na saúde única. Pode ver que os tópicos são bem diferenciados, mas nós temos que ter o conhecimento do básico e da fundação da saúde única.

Recentemente nós publicamos um trabalho pela *Frontiers*. Inclusive, vários que estão presentes aqui publicaram na edição especial de saúde única da *Frontiers*. Inclusive, várias pessoas do grupo da One Health Brasil são coautores também. Nós contamos como aconteceu a história no Brasil e na América Latina. .

Além disso, focar novamente na importância da saúde única, que vem há muito tempo – inclusive esse livro está em português –, para as tribos indígenas, as civilizações antigas, novamente nessa visão de não separar por grupos. Mas qual é a visão planetária da saúde única nesse caso? Temos que lembrar da importância da mudança climática, do desflorestamento exacerbado no mundo inteiro. Também temos provas de que vários surtos foram justamente porque nós destruímos... No caso do ebola, foi uma destruição da floresta – está explicado.

Ontem mesmo, nós estávamos conversando sobre hanseníase. A gente fala: "Tatu do bem?". Então ontem nós tivemos uma excelente palestra, uma conversa sobre a hanseníase no Brasil e sobre a importância da educação sobre a caça ilegal e alimentação. No caso do tatu, nós podemos discutir depois. E vai ser discutido também – e a Fiocruz faz trabalhos maravilhosos – o surto de febre amarela.

Não devemos esquecer a educação e a extensão. Nesse caso, em 2015, essa Profa. Dra. Juliana ganhou um prêmio mundial de saúde única na Coreia. Estava trabalhando com LeishNão, que era como fazer a prevenção da leishmaniose pela educação. Ela era um deles: o cachorrinho ou o mosquito. Mas, assim, novamente: trazer as artes ou o meio de comunicação diretamente aos programas.

Isso aqui também foi em 2012, num dos inícios da saúde única do Brasil, no mundo, pelo rádio, em Rondônia. Então é o centro de excelência da One Health Brasil pelo rádio, geralmente falando de raiva, dos morcegos, para as fazendas. Então, até através de rádio, em 2012, já estávamos fazendo saúde única.

Como nós devemos nos preparar para as próximas pandemias?

Não devemos nos esquecer da água, dos ecossistemas aquáticos. Exemplo bem clássico foi a doença de Haff, de que precisamos conversar um com o outro.

Parte da saúde única são os 17 desenvolvimentos sustentáveis que devemos seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a importância da alimentação sadia, a importância de trabalharmos como pesquisadores, mas como pesquisadores colaboradores, multicêntricos, e divulgarmos a importância da ciência na saúde única global. Temos que lembrar os ecossistemas aquáticos, lembrar que os animais são sentinelas do meio ambiente e da saúde, lembrar que, se não tomarmos cuidado agora, entraremos em grandes crises – e nós podemos encontrar soluções, todos juntos aqui: a nossa associação com tribos indígenas, com os quilombolas, com comunidades vulneráveis.

E como nós vamos nos preparar para a próxima emergência? O que nós vamos fazer com os próximos desastres? Há a importância de, como mundo, nos unirmos a vários grupos da América Latina. A saúde única Brasil é uma rede forte, que une a todos.

Muito obrigada por estarmos todos aqui hoje. Contate-nos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Parabéns à Dra. Christina Pettan-Brewer, fundadora da One Health Brasil, pela abertura já esclarecendo a todos. É um tema para muita gente desconhecido, para leigos como eu no tema.

A exposição foi brilhante, eu achei muito legal esta frase, unir a todos, unir a vida pela saúde de todos. Aí é todo o ecossistema, não é?

Parabéns pela exposição.

Vamos para o segundo expositor.

Conforme havíamos combinado, o segundo expositor será o Dr. Rodrigo.

Então, passo a palavra, pelo tempo também de dez minutos, ao Dr. Rodrigo Correa de Oliveira, Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fiocruz.

O SR. RODRIGO CORREA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Paim, um bom-dia a todas e a todos, a todos os Senadores presentes e aos brasileiros que nos ouvem.

Eu queria muito agradecer pelo convite feito à Fiocruz. Eu agradeço em nome da nossa Presidente Nísia Trindade Lima, que me deu a honra de fazer essa apresentação a todos vocês.

Eu tentarei ser breve, porque a Profa. Christina foi superabrangente e explicou extremamente bem o que é saúde única, mostrando a importância que hoje nós temos em trabalhar dentro do sistema de saúde pública e a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à saúde dos nossos povos, do nosso meio ambiente, dos mares e de tudo aquilo que nos cerca, da biodiversidade e assim por diante, protegendo os nossos povos originais de uma maneira bastante importante. Eu acho que isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental, pois todos eles fazem parte desse processo relacionado à saúde única dos nossos povos em geral e de todos nós, é claro.

Eu vou fazer uma pequena apresentação, vou apresentar apenas... Vou achar o quadro para compartilhar.

Ontem eu tive o mesmo problema com o Zoom, não sei por que está acontecendo isso...

Ah, deixem-me abrir aqui...

Agora vai dar certo. Eu acho que agora eu consigo compartilhar. Pronto.

Eu fiz o seguinte: eu peguei uma apresentação que nós fizemos outro dia para uma discussão de uma emenda parlamentar, porque eu achei que essa discussão é bastante importante, pois ela abrange todas as áreas que a Professora acabou de falar.

Quando a gente discute em saúde planetária e meio ambiente – que seria saúde única também, que, como a Professora disse, tem vários nomes que as pessoas utilizam para identificar a saúde única, mas todos eles dizem a mesma coisa –, quando a gente fala em saúde planetária e meio ambiente, a gente fala muito do planeta mudando rapidamente. A gente vê o que acontece hoje com as mudanças climáticas: todos os temporais que a gente está vivendo, haja vista o que tem acontecido em Recife nesses últimos dias, a perda de *habitat*, ou seja, o *spillover*, aquilo que você perde, e a mudança do *habitat* leva a uma mudança de toda a região ao seu redor e de todo o planeta como consequência.

Eu só queria fazer um parêntese aqui, que é interessante, Senador, de que a Fiocruz, com a sua abrangência nacional, está presente em todos os biomas em todo o nosso país e está presente também em todas as regiões relacionadas aos grandes rios e àquilo que o rio cerca com relação às águas.

Nós temos que pensar muito naquilo que nós temos que tentar parar ou limitar o aquecimento global a 1,5°C.

A poluição do ar vem acidificando os oceanos, comprometendo o seu equilíbrio. Pelo menos 50% do oxigênio vêm dos mares, lembrando sempre a relação dos mares com as baleias e fitoplanctos, que são fundamentais não só para a alimentação dos peixes e, consequentemente, para a nossa alimentação, mas também para a manutenção daquilo que a gente vê com relação aos oceanos. Então, nós temos que pensar em saúde única dos oceanos também. Na realidade, também é aquilo que eu falei: os oceanos transbordam para todo o planeta, são fundamentais para tudo aquilo que a gente faz.

Os desflorestamentos comprometem a biodiversidade e aumentam o risco desse transbordamento. Biodiversidade hoje é uma área fundamental, que a gente tem que trabalhar e pensar em preservar. O Brasil é um país extremamente biodiverso. E, sendo um país muito biodiverso, nós temos que pensar em como trabalhar de uma maneira mais ativa para preservar a biodiversidade do nosso país, haja vista não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só a biodiversidade da Amazônia, mas pensando em toda a biodiversidade do nosso Cerrado, que é extremamente importante, da Mata Atlântica e assim por diante.

A saúde humana é afetada por todas essas questões de saúde ambiental, e não só a saúde humana, mas também a saúde animal, a saúde das plantas e, consequentemente, a saúde dos nossos oceanos.

Produtos de origem animal, habitações em áreas desflorestadas e poluídas e situações de vulnerabilidade nos levam a pensar em como a gente pode diminuir toda essa produção de proteína de origem animal, para que a gente possa não só diminuir a ocupação de toda aquela área que hoje a gente ocupa para criar, por exemplo, gado, contando com uma alternativa muito importante como a proteína de alto teor que são as proteínas vindas dos insetos, pensando que hoje você é capaz de alimentar uma pessoa com proteína de insetos em um nível bastante elevado, sem a necessidade de ter um espaço tão grande de criação, por exemplo, de animais.

Obviamente, isso teria um grande impacto na economia, porque você teria uma capacidade de produzir um número maior ainda de insetos que podem ser incluídos, inclusive, na cesta básica da nossa população entre os alimentos que ali estão. Não digo a pessoa comer o inseto, mas aquilo que contém proteína de inseto é de um valor imenso, haja vista o que já vem sendo feito em todos os países desenvolvidos, onde muitas das barras de cereais já contêm uma quantidade bastante significativa de proteína de inseto. No Brasil também a gente já usa, mas usa muito pouco, e há uma necessidade de incrementar isso para diminuir também o impacto que a gente tem com toda a criação de gado em larga escala.

O que a gente tem, obviamente, que eu até já mencionei, são as questões sociais que perpassam todas elas, desde a pobreza e a cultura de subsistência até a globalização com rápida disseminação de doenças. É o caso da covid. A covid é um caso claríssimo disso, em que a situação de vulnerabilidade também afeta todo esse processo.

A fome, a pobreza extrema, as grandes migrações e as guerras predispõem as pessoas a contraírem infecções. Isso é muito claro. Você se expõe mais, acontece mais a sua exposição ao meio ambiente e, obviamente, a tudo aquilo que o cerca, o que o expõe a novas doenças, inclusive novas zoonoses. Isso facilita a migração de patógenos entre espécies e a rápida disseminação sem fronteiras. E há a questão da ética e da empatia à prevenção de pandemia.

Então, a covid é um exemplo muito clássico de tudo isso que a gente está vendo. E houve uma migração sem fronteira devido a todo esse processo que o mundo vem passando.

Obviamente, a gente não pode se esquecer de falar das contaminações e da resistência antimicrobiana. A resistência antimicrobiana é uma área em que a gente tem que atuar muito ativamente. O excesso de uso de antibióticos e biocidas na agricultura e na pecuária, com impacto em polinização e contaminação em geral, tem que ser visto de uma maneira muito séria, com o desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas que possam diminuir o uso de biocidas para evitar qualquer tipo de evolução de resistência.

O papel dos microplásticos, a gente sabe, tem criado um grande impacto em contaminações de águas e há disponibilidade restrita de esgoto e água potável. Isso é um grande problema. Nós sabemos que muitas das infecções estão presente em águas, vários dos vírus que a gente conhece estão nas águas. Então, a gente vê que o mapeamento também e uma avaliação de águas, dentro do contexto da covid, por exemplo, em que nós observamos o vírus presente em vários esgotos... Por exemplo, o Rio de Janeiro é um exemplo, não é? E a gente vê que, quanto mais você usa também biocidas e antibióticos, você cria as chamadas superbactérias, que passam a não ser susceptíveis aos antibióticos presentes no mundo hoje.

Obviamente, não podemos falar de saúde única sem pensar em saúde animal, já que 60% das doenças infecciosas humanas vêm dos animais; 75% são doenças emergentes. Nós temos muitas doenças hoje que são doenças emergentes e reemergentes. E há uma necessidade de subsistência e do aumento de produção de vários outros animais que também leva ao aumento de 70% da produção para 2050.

Então, a formulação e a implementação de estratégias, desde políticas públicas, que assumiram a prevenção de novas pandemias têm que ser consideradas dentro...

Desculpem-me. Foi desativado. Mas não tem problema.

A gente tem que considerar isso dentro do contexto de saúde única.

Então, para não me alongar mais – parece que meu tempo já se esgotou –, eu gostaria de deixar claro que a Fiocruz, dentro do seu papel de uma instituição pública que trabalha em prol do SUS e da saúde da nossa população, vem desenvolvendo um trabalho muito importante em saúde única.

Nos próximos dias 28, 29 e 30, Senador Paim, nós teremos um simpósio aberto ao público – isso é muito importante – sobre saúde única, abordando vários desses temas que eu apresentei. Se me permitir só um pouquinho, está no *site* da Fiocruz o programa. Esse processo é transmitido pelo YouTube também, essa discussão. Eu acho que o Senado, se tiver interesse em participar, nós gostaríamos de recebê-los em nossas reuniões dos dias 28, 29 e 30, que vão abordar vários desses temas que foram apresentados.

Agradeço muito, Senador, a todos os Senadores presentes, a todos os brasileiros que nos ouvem, por essa oportunidade de falar da importância que nós temos em ter um papel, em ter a saúde única como um foco não só nos estudos em ciência e saúde, biodiversidade e saúde planetária, mas também no cuidado aos nossos povos.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Rodrigo Correa de Oliveira, Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fiocruz.

Eu queria aproveitar o momento – permita-me, Dr. Rodrigo – para cumprimentar também a Fiocruz, que aqui o senhor representa muito bem e sabe que eu me envolvi muito fortemente no debate da questão da covid. Apresentei aquele PL 12, da quebra de patente, e a Fiocruz foi muito bem no debate – ficam aqui meus cumprimentos –; avançamos, e hoje os órgãos internacionais avançaram também para flexibilizar o insumo, enfim, para se conseguir fazer com que a vacina chegue à maior parte do mundo, não é? Foi uma decisão importante da OMC e também da OMS, que a gente aqui cumprimenta. E meus parabéns à Fiocruz!

O SR. RODRIGO CORREA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – E parabéns também por sua fala, competente, como sempre, deixando claro, na mesma linha da Dra. Christina, a importância das políticas públicas! E eu gosto quando ouço a palavra "quilombola" – eu a ouvi aí dos dois –, eu gosto quando ouço as palavras "povos indígenas", que as ouvi aí dos dois. E, neste momento de fome e miséria, com quase 100 milhões de pessoas no Brasil que não têm alimentação adequada e em que 33 milhões passam fome, esse debate numa saúde global – como vocês falaram muito bem –, uma saúde integrada, uma saúde para todos leva em consideração todo esse cenário. Então, parabéns!

Até falei demais já, e quem tem que falar aqui hoje são os senhores. Mas eu acabo me empolgando de vez em quando e passo o limite até da minha fala.

Vamos aqui seguir a ordem que vocês pediram.

Então, agora, o nosso convidado é o Sr. Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, representante do Ministério da Saúde.

Dr. Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, representante do Ministério da Saúde, fica aqui a nossa saudação.

Eu gosto muito quando vem alguém... Todo mundo sabe que existe situação e oposição em qualquer país do mundo, não é? Pior é onde não existe, porque aí não há democracia. Mas, quando um representante do Governo para o qual a gente faz um convite vem para o bom debate, para colocar também o seu ponto de vista, pode saber que quem ganha com isso é a democracia e todo o povo brasileiro. Por isso, meu abraço, Dr. Francisco. O tempo é seu: dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EDILSON FERREIRA DE LIMA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, e obrigado a todos que me antecederam.

É uma satisfação a gente estar aqui para discutir esse tema muito importante sobre saúde única.

Eu estou aqui representando a nossa Secretaria de Vigilância em Saúde, em que temos como Secretário o Dr. Arnaldo. Eu trabalho dentro da Coordenação de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial, onde eu sou Coordenador substituto.

Eu vou tentar compartilhar minha apresentação aqui. Não sei se vocês estão visualizando. Eu acho que talvez ela não fique no modo de apresentação... Ficou em modo de apresentação para vocês? (*Pausa.*)

Não, né?

Tá, deixem-me eu compartilhar de novo a tela, ao invés do... Um momento. (*Pausa.*)

Só me permitem compartilhar o próprio... Deixem-me eu botar... (*Pausa.*)

Vamos ver se agora vai.

Agora vocês veem em modo de apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. FRANCISCO EDILSON FERREIRA DE LIMA JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – O.k. Perfeito.

Então, eu acho que já fui muito bem antecedido aí pelos colegas, pela Dra. Christina, pelo Dr. Rodrigo, que falaram muito bem sobre a saúde única.

Eu vou tentar trazer aqui um pouco da perspectiva, no âmbito político do Ministério da Saúde, da institucionalização e normatização dessa abordagem, que é extremamente importante para as políticas de saúde.

Aqui é apenas uma contextualização que eu vou falar muito rápido, porque já foi muito bem abordada de uma forma geral pela Dra. Christina e pelo Dr. Rodrigo, para dar uma relevância na abordagem que a gente quer focar melhor, aqui no Ministério da Saúde, inicialmente, que é nas doenças zoonóticas e vetoriais, onde nós temos uma interface mais emergencial e necessária dessa abordagem de saúde única.

Então, primeiro, quero demonstrar a importância dessas doenças zoonóticas, porque elas representam uma carga importante das doenças emergentes para os seres humanos, e também das doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infecciosas existentes, com uma magnitude importante de um bilhão de doentes no mundo e mais de milhões de óbitos por ano, no mundo. São doenças que vêm de uma certa forma de origem dos animais.

Então, isso é explicado também em parte pela própria vida selvagem, porque é um importante *pool* do que a gente chama de zoonótico de patógenos, onde circulam agentes infecciosos naturais dessas localidades e que podem vir a extrapolar esse ambiente e chegar até os seres humanos, especialmente por meio de animais domésticos ou de produção, que seriam ali *spillovers* para que um agente saísse do meio silvestre, chegasse até o ser humano e porventura tivesse capacidade de ser transmitido entre os seres humanos.

Por isso as zoonoses originadas na vida selvagem têm sido consideradas ameaças globais para doenças infecciosas emergentes. E nós tivemos exemplos aí na história, como a gripe espanhola, em 1918 e 1919, que seriam cepas oriundas de influenza de origem de aves; a Sars, em 2003, também envolvendo animais, como gatos da algália e morcegos; a influenza H1N1 relacionada aos suínos; a Mers, em 2012, na Árábia Saudita, envolvendo camelos e morcegos; e a própria covid-19, que tem como principal hipótese, ainda a ser esclarecida, o envolvimento dos morcegos e possivelmente dos pangolins.

Então, esse aumento da interação do homem com o ecossistema certamente tem uma importância muito grande para favorecer o surgimento de novos patógenos e possíveis novas pandemias.

Além disso, de toda essa relação do ser humano com o ecossistema e com os animais e o meio ambiente, nós temos outros fatores que facilitam a propagação desses patógenos rapidamente pelo planeta. Trago aí os cinco Ts do inglês, que é o comércio, o transporte, a viagem, todos inerentes à globalização, que hoje facilita muito a propagação, permitindo que esses patógenos possam trazer impactos muito maiores que transcendem uma localidade e se tornem pandemias, por exemplo, como foi o caso da covid-19.

Então, são vários fatores que influenciam nesse processo de ocorrência dessas emergências, dessas doenças, desde biológicos a genéticos, ecológicos, climáticos – a gente destaca também o aquecimento global – antropogênicos e socioeconômicos.

Por isso, é imperativa a necessidade de estratégias de vigilância e controle mais eficientes. Não adianta olhar apenas para uma parte do problema e de forma desarticulada.

Então, é aí que surge a grande importância desse conceito de saúde única, que reúne principalmente, como já foi falado, esse trabalho intersetorial com saúde, meio ambiente e agricultura, com foco no animal, no homem e no meio ambiente.

Bem, esses são os conceitos, que foram falados aqui. Eu queria apenas tentar destacar alguns termos que foram falados para a gente fixar como mais importantes para o conceito de saúde única. Eu destaco que ele é um esforço colaborativo. Já foi muito bem destacado isto aqui: não se faz saúde única

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma isolada; ela envolve várias profissões. Então, há importância aqui: eu vi na própria audiência pública a participação do Conselho de Veterinária e também do Conselho de Medicina. É essencial unir forças entre as profissões, o que envolve também as suas disciplinas. E aí vem o conceito de interdisciplinaridade, falado pela Dra. Christina, em instituições relacionadas. Então, o trabalho necessita de uma intersetorialidade de vários órgãos, de várias instituições que têm funções diferentes e atribuições diferentes, para atingir, como a gente falou, uma saúde tanto dos animais domésticos, da vida selvagem, das plantas e do ambiente.

Da mesma forma esse outro conceito da FAO também traz a mesma coisa, o trabalho colaborativo. Destaco também o que foi falado nos dois conceitos: que devem ser trabalhos locais, nacionais e globais, porque essa conexão entre um trabalho que possa envolver uma comunicação internacional extremamente importante para que se saiba o que está acontecendo em cada localidade, e a gente possa agir de forma coordenada. Então, como eu falei, é multidisciplinar, focado nessa interface animal, humana e ecossistema.

Então, já está bem batido esse conceito. Eu queria destacar esses temas e vamos seguir.

Com base nisso, a própria Organização Pan-Americana da Saúde, em setembro de 2021, lançou, publicou a política de saúde única para as Américas. A Resolução CD59.R4 traz uma saúde, um enfoque integral para abordar as ameaças para a saúde e na interface entre os seres humanos, os animais e o meio ambiente. O conceito também que ela traz nesse documento é muito semelhante ao que a gente já leu: um trabalho colaborativo, multidisciplinar, multissetorial, focado no ser humano, nos animais e no meio ambiente.

Eu queria trazer outro marco importante. Na XVI Conferência Nacional de Saúde, em agosto de 2019, que é um momento para participação popular, para o controle social direcionar quais são as políticas que devem ser priorizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde, uma moção aprovada pelo próprio Conselho Federal de Medicina Veterinária, proposta pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, foi aprovada para que a saúde única fosse incluída nas diretrizes do Sistema Único de Saúde, nas ações de vigilância em saúde e atenção básica.

Bem, dentro do Ministério da Saúde, como nós temos trabalhado esse tema? Como eu falei, a gente trabalha, eu trabalho numa coordenação que chama Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial, que está dentro do Departamento de imunização e doenças transmissíveis, ou seja, basicamente a maior parte das doenças transmissíveis agudas estão dentro do nosso departamento. E dentro dessa coordenação nós criamos, em 2019, um grupo técnico chamado Grupo Técnico de Saúde Única. Esse grupo tem o principal objetivo de estruturar e consolidar oficialmente a abordagem saúde pública no contexto da vigilância epidemiológica das doenças infecciosas zoonóticas e a grave relevância para saúde pública causadas por animais. Obviamente que a ação pública não é importante apenas nas doenças zoonóticas e doenças de transmissão vetorial, mas esse ainda é o início de uma discussão dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde e, por entendermos que é a aplicabilidade dela mais emergencial e importante no momento seja nessas doenças, nós estamos iniciando a discussão dentro da nossa coordenação, mas, obviamente, com a necessidade de envolver as demais áreas do Ministério da Saúde.

Então, em setembro de 2020, também tivemos uma reunião com a Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinária do conselho, em que se estavam discutindo as revisões da normatização de vigilância zoonose e lá foi proposto, também reforçado, que a gente deveria trabalhar com a abordagem de saúde única. Então, a abordagem já é trabalhada no âmbito do SUS em diversas áreas, mas ainda há um campo muito grande para se desenvolver e, principalmente, é necessário a gente institucionalizar essa abordagem e trabalhar com ela numa forma de rotina pelos profissionais.

Bem, então nós, pensando nisso, elaboramos um projeto que se chama projeto Saúde Única Brasil, que tem três subprojetos: o Normatiza, o da UVZ e o do ComunicaEdu. Eu vou falar rapidamente deles, até porque meu tempo já está estourado.

O primeiro foca no fortalecimento das nossas unidades de vigilância de zoonoses, que são estruturas físicas conhecidas antigamente como centro de cultura de zoonoses. Então é quem executa as ações de vigilância zoonose. O que a gente busca é trazer uma roupagem diferente para essas unidades, para que elas estejam preparadas para trabalhar com base nessa abordagem de saúde única.

O segundo foca na parte de educação. Então, primeiro, capacitação dos profissionais, incluindo essa abordagem como um ponto importante para os profissionais que atuam na vigilância de zoonoses, mas também uma parte de comunicação, para que a gente trabalhe na mídia, com a elaboração de vídeos, com relações publicitárias, para que a gente divulgue também o tema da abordagem saúde única para a população.

E o terceiro é o Normatiza, que foca mais na normatização. Então institucionalizar esse conceito dentro dos instrumentos infralegais que há no arcabouço no Ministério da Saúde. Portarias, instruções normativas, guias e manuais do ministério não trazem esse tema de uma forma explícita, então esse é o primeiro foco nosso. A gente começou criando um grupo de especialistas para discutir inicialmente a revisão da Portaria de Consolidação nº 5, que traz já as ações de vigilância de zoonoses de transmissão vetorial, em que a gente vai introduzir o conceito de saúde única e revisar essas ações com base nessa abordagem saúde única.

Bem, então quais são os principais desafios que a gente vê para a institucionalização da abordagem de saúde única no país? Primeiro, o reconhecimento de cada setor sobre a importância e prática da saúde única nas diversas áreas. Não se faz saúde única de uma forma unissetorial. Aproveito aqui e trago como reflexão a importância – não sei até se fui convidado –, para a discussão desses temas, de também envolver os outros órgãos, como Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente. Fica como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sugestão, além de a gente envolver aqui os outros conselhos de profissão, como foi muito bem pensado.

Há uma falta de conhecimento, como foi colocado aqui, sobre abordagem por profissionais e também pela população negra e há um desafio de a gente sair da teoria para a prática. Ela é muito bem-feita já no âmbito da pesquisa, da academia, por envolver projetos de pesquisa e serem mais fáceis de você executar, mas ainda há uma dificuldade de ser feita na rotina, nos serviços, que é onde isso ocorre e vai ter continuidade. Até porque os projetos têm início, meio e fim, e o serviço vai trabalhar na rotina. Então é preciso a gente trazer isso para a prática e integrar diferentes profissionais, instituições e órgãos, que seria o nosso grande desafio.

Para finalizar, quais são as perspectivas que a gente está trabalhando? Primeiro, continuar esse projeto de saúde única que a gente está trabalhando nesses três subprojetos, inicialmente priorizando a parte de normatização que a gente já está desenvolvendo, com as portarias, e também queremos expandir isso além do Ministério da Saúde.

Então, a proposta é que nós, a partir do Ministério da Saúde, provoquemos os demais órgãos para que a gente crie um grupo de trabalho institucional publicado por portaria, composto por atores do Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente e entidades a eles vinculadas, como Ibama, ICMBio, Anvisa, Embrapa e os conselhos profissionais, para que a gente, a partir desse grupo, consiga desenvolver uma proposta de diretriz de saúde única para o Brasil que seja transversal e institucional do Governo Federal. Isso é para ser desenvolvido como pauta nos próximos anos.

Então, esse foi um dos eventos que a gente já realizou. O ano passado a gente fez um webinário no Dia Mundial de Saúde Única. A proposta desse projeto de lei é criar o dia nacional no mesmo dia do dia mundial. Isso vai fortalecer mais ainda os nossos eventos. Então a gente já fez um webinário ano passado e publicou também um boletim – é o primeiro boletim que o Ministério da Saúde publicou – nesse dia 3 de novembro. E nós pretendemos continuar nos próximos anos.

Bem pessoal, era isso.

Muito obrigado.

Esse é o nosso *e-mail* para qualquer comunicação que desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, representante do Ministério da Saúde, que foi na linha do projeto e da fala dos outros convidados. Meus cumprimentos. Falou em integração, em solidariedade, falou do sistema único, do Grupo Técnico Saúde Única, já mostrou algumas iniciativas, tudo isso soma. Pode crer que eu sou daqueles que fica feliz quando vê que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as grandes propostas acabam se aproximando, e não em um debate de oposição e situação. Esse é o objetivo da proposta do Flávio Arns, que vai criar o Dia Nacional da Saúde Única, PL 1.837, de 2021.

Enfim, estamos indo bem e acreditamos que depois desta audiência o projeto será aprovado com rapidez, já que percebo que todos apontam no mesmo sentido, e isso é bom. Como nós dizíamos, quem ganha é o povo brasileiro, quem ganha é a democracia.

Eu passo a palavra agora para a Dra. Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, representante do Conselho Federal de Medicina.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Paim. Muito obrigada pelo convite para estar aqui hoje. Eu estou aqui neste momento representando o nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. José Hiran Gallo, que me pediu que representasse a entidade aqui nesta audiência pública.

Também quero lhe dizer que sou sua conterrânea, sou do Rio Grande do Sul, e estou falando aqui hoje diretamente do Rio Grande do Sul.

Eu vou compartilhar a tela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Vai ter que dizer a cidade para nós agora.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência*.) – Porto Alegre. Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Porto Alegre, capital de todos os gaúchos e gaúchas.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência*.) – Isso mesmo, de todas as querências, não é, Senador?

Um minutinho aqui. Vocês estão vendo aqui o compartilhamento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estamos vendo.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência*.) – Bom, então, quero parabenizar pela iniciativa. É bem interessante que se diga, Senador, que essa iniciativa do Senador Flávio Arns não tem bandeira partidária. Nós estamos defendendo o nosso planeta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência.*) – Nós estamos defendendo a saúde das pessoas e isso é muito importante para todos nós.

Eu vou só afastar aqui um pouquinho.

Então, tendo em conta as condições... Esta é uma frase de Aristóteles: "Tendo em conta as condições de que dispõe e na medida do possível, é a natureza que faz sempre as coisas mais belas e melhores". Definir saúde única depois de todas essas brilhantes apresentações eu acho que não é necessário, mas, enfim, acompanhei aqui a apresentação da Dra. Christina, do Dr. Rodrigo, do Dr. Francisco, todos têm em uníssono esse conceito, que é um conceito mundial: saber que nós, seres humanos, estamos ligados com todo o planeta, com a natureza, com os animais, com o meio ambiente. Então, isso tudo é importantíssimo para todos nós, para a nossa saúde.

Essa iniciativa, na verdade, não é tão nova. Desde o século XIX, esse médico patologista alemão Dr. Rudolf Virchow dizia que não deveria haver divisórias entre a medicina humana e demais áreas da saúde. E ele cunhou o termo zoonose, que são as doenças ou infecções transmitidas pelo homem através dos animais.

Também aqui, o lançamento da obra do veterinário norte-americano Calvin Schwabe, que eu vi que a Dra. Christina, se não me engano, falou. E, nesse livro, ele adota a expressão *one health*. – *one medicine*, *one health* mais tarde.

Essa aqui é a frase que o Dr. Calvin Schwabe falou: que as necessidades críticas do homem incluem o combate as doenças, a segurança nos alimentos, também a qualidade do meio ambiente, e isso vai fazer com que os valores humanos na sociedade prevaleçam. Todos ganham com isso.

Então, o conceito de *one health* aqui na Conferência Ministerial e Internacional sobre a Influenza – vou tentar ver se eu consigo mudar aqui – Aviária e Pandêmica, realizada em Nova Deli, na Índia, que contou com a presença de representantes de 111 países, 29 organizações internacionais. E os governos e os governantes foram encorajados a aplicar esse conceito, construindo, então, pontes, ligações entre o sistema de saúde humana e animal.

No contexto histórico, depois da Segunda Guerra, quando aconteceram muitas coisas no mundo, as pessoas começaram, de certa forma, a se preocupar com o meio ambiente. Até 1970, o ambiente seria uma fonte mais ou menos inesgotável de recursos, mas já tinha uma preocupação.

Em 1972, em Estocolmo, a ONU e meio ambiente e desenvolvimento sustentável, conferências sobre o ambiente humano, "Manifesto Ambiental".

Em 1992, teve a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, que reuniu também mais de cem chefes de Estado para debater as formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo na época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem a Organização Mundial de Saúde Animal, a Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, que em conjunto, em 2008, passam a desenvolver estratégias conjuntas dentro do conceito de *one health*, com o objetivo de reduzir riscos emergenciais de disseminação de doenças, resultantes da interface entre os animais, humanos e os sistemas. Se a gente pudesse colocar... Isto aqui é dinâmico. Isso tudo está em movimento constante. Então, há o aumento da população mundial, e isso é uma coisa inexorável. A cada dia, aumentamos mais no mesmo planeta. A longevidade das pessoas aumentou. Portanto, o número de pessoas habitando o planeta aumentou, e o convívio com animais selvagens e domésticos também. O saneamento básico, Senador, não é suficiente, especialmente em nosso país, mas em muitos outros países do mundo. As mudanças climáticas... A gente sabe que os desmatamentos acontecem, bem como os deslocamentos dos hábitats de animais e o convívio com os seres humanos.

O que a gente viu nesta pandemia, por exemplo, é que os transportes aéreos ocasionam, com muito maior rapidez, a disseminação das doenças, em um tempo muito mais curto. Também há as migrações desordenadas nos pós-guerras. Nós estamos vendo, durante as guerras, nas revoluções, enfim, as migrações que acontecem. A gente viu, pela covid, que o transporte aéreo acelerou muito isso, coisa que não aconteceu, por exemplo, quando da gripe espanhola, que demorou mais para se disseminar. A covid se disseminou no mundo inteiro com muito mais rapidez.

Estes são dados da Organização Mundial de Saúde Animal em 2016: 60% das doenças infecciosas são zoonoses; 75% dos agentes de doenças infecciosas no homem são de origem animal; cinco doenças novas no homem surgem por ano, sendo três de origem animal, contando aí epidemias e pandemias. A gente não pensava que seria tão severa a covid como foi. Perdemos tantas pessoas! Infelizmente, foi muito difícil para todos os países do mundo. O mundo inteiro está sofrendo com isso.

Eu trouxe este livro aqui, que foi escrito por um escritor que é jornalista e zoólogo. Ele fala... O livro se chama *Contágio* e fala sobre infecções de origem animal e a evolução das pandemias. É bem interessante. Ele fala com a formação que tem, não é?

Há conceitos básicos aqui. As pessoas já falaram disso, mas, enfim, zooterapia é o uso de animais não humanos para fins medicinais. Há a hipótese sobre o vírus SARS-CoV-2 ter saído acidentalmente de laboratório. Essa é uma hipótese, não é? A gente não tem certeza absoluta de como foi. Eu vi que o Dr. Francisco falou sobre morcegos, sobre pangolins. A gente não sabe direito exatamente o que aconteceu, mas, enfim, são riscos para todos nós.

A Etnofarmacologia estuda plantas, animais e minerais que podem ser úteis para criar medicamentos.

O *Guidelines on The Conservation of Medicinal Plants* foi publicado em 1993 pela OMS. De 75% a 80% da população mundial dependem dessa terapêutica na saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há exemplos aí de zoonoses. A gente vê a febre amarela. Nós, aqui, no Rio Grande do Sul, por exemplo, Senador Paim, não tínhamos febre amarela até pouco tempo atrás, mas passamos a ter, e isso se dá, provavelmente, em relação ao desmatamento. Deve ter acontecido o aumento de certas culturas, o que mudou o hábitat dos macacos, as florestas, enfim, e isso aconteceu.

Outro exemplo de zoonose é a raiva, que é bem comum; a leptospirose, que dá nas enchentes, especialmente; a chicungunha – nós estamos com ela desde 2014 aqui –; a zica; a doença de Chagas; a malária; a peste bubônica etc. Na zooterapia, para ter um exemplo, a heparina, por exemplo, é produzida a partir do intestino dos suínos. Ela tem funções hemolíticas, não é? O captopril é um anti-hipertensivo feito a partir do veneno da jararaca. Então (*Falha no áudio.*) ... é uma coisa em que de fato nós temos esse intercâmbio na nossa cultura.

Aqui, só para exemplificar, a última COP 26, que ocorreu em Glasgow, em 2021, se importando com todas essas coisas, não é? O objetivo de acabar com determinadas energias, melhorar o ar que todos nós respiramos, reduzir emissões de metano, acabar com o desmatamento. Estabeleceram objetivos que nem sempre se cumprem. Então, agora, em 2022, vai ter uma nova COP, vai ser no Egito, se não me engano.

Então, aqui uma frasezinha final para vocês: em todas as coisas da natureza existe algo de maravilhoso. Temos que preservar a natureza. O CFM está inteiramente de acordo com a ideia do projeto. E certamente vai ser um grande benefício para toda a população.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje falando de um tema que é vital para todos nós, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, representante do Conselho Federal de Medicina.

Eu aqui pensava, enquanto vocês falavam, que a vida, toda a vida, de todo ecossistema importa, não é? E por isso esse projeto é fundamental. Fundamental, porque ele terá uma simbologia, não é? Nesse dia vamos discutir o meio ambiente, vamos discutir as águas, vamos discutir os peixes, vamos discutir os animais que estão na Terra, enfim, vamos discutir toda a vida, na sua amplitude maior. Por isso, meus cumprimentos, a você também, Dra. Tatiana.

E aí nós vamos agora para o nosso último convidado. Passo a palavra agora para o Dr. Rodrigo Távora Mira, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Depois disso, cada um de vocês terá ainda três minutos para as considerações finais, e eu vou fazer uma ou duas perguntas só para ilustrar, mais uma vez, a forma de encerrarmos o nosso debate.

Por favor, Dr. Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO TÁVORA MIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Eu quero muito cordialmente cumprimentar a todos, Senador Paulo Paim, Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senadora Leila Barros, Vice-Presidente. Eu também cumprimento a colega representante do Conselho Federal de Medicina, Dra. Tatiana; Dra. Christina, da One Health Brasil, médica veterinária; Dr. Francisco Edilson, médico veterinário, representando o Ministério da Saúde nesta audiência; o Dr. Rodrigo de Oliveira, biólogo. Eu destaco aqui as carreiras para mostrar exatamente a importância do multiprofissional aqui. E faço uma saudação especial, então, a todos os Senadores, àqueles que nos ouvem e, muito especialmente, ao Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, que me deu esta oportunidade de estar aqui representando os médicos veterinários e zootecnistas; e também ao Senador paranaense Flávio Arns.

Eu sou Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná e recebi este presente de estar aqui representando o Conselho Federal exatamente porque, Senador, este projeto de lei partiu de uma demanda daqui do Estado do Paraná, do nosso Conselho Regional, do sistema Conselho Federal, de uma audiência que pedi ao Senador Flávio Arns, que nos recebeu muito bem e foi sensível a esse nosso encaminhamento. Lembro-me de uma frase dele quando disse que este conceito vinha ao encontro da pauta de sustentabilidade do Congresso Nacional brasileiro e que ele daria encaminhamento. Então, foi sensível, estamos aqui, culminou neste dia.

E já digo também aos Senadores todos e àqueles que nos ouvem, que o Estado do Paraná já tem o seu Dia Estadual da Saúde Única aprovado, sancionado pelo Governador, o mesmo dia 3 de novembro. E também, que eu tenha conhecimento, o Estado do Amazonas também já instituiu o Dia Estadual da Saúde Única.

Eu não vou aqui colocar a minha apresentação técnica, seria demasiado repetitiva porque fomos muito bem representados aqui pela Dra. Christina, pelo Dr. Rodrigo, pelo Dr. Francisco e pela Dra. Tatiana. Eu apenas quero destacar alguns pontos como, por exemplo: foi colocada aqui a questão da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e eu já vou além quando chamo de interdependência. Porque o que acontece hoje aqui no Brasil e talvez no mundo é que as carreiras, as profissões envolvidas na saúde única trabalham de forma isolada e isso nos prejudica muito, quem perde é a sociedade, e nós precisamos abrir os vasos comunicantes destes compartimentos estanques e conversar, precisamos de políticas públicas.

Veja Senador, Senadores, Congressistas, eu aqui representando a medicina veterinária e a zootecnia, todos nós sabemos da importância que tem hoje a causa animal como evidência, muitos projetos de lei sendo apresentados. E nós, como autarquia federal que tem por uma das atividades finalísticas orientar os demais Poderes da República, muitas vezes não somos consultados e há alguns projetos de lei que infelizmente precisam ser retirados porque não houve a consulta. Então, eu quero deixar aqui o Conselho Federal de Medicina Veterinária à disposição dos Congressistas para quando forem propor leis para o nosso país que envolvam a saúde única, os animais, a saúde pública. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos à disposição. O Dr. Francisco Edilson é membro da Comissão Técnica de Saúde Pública do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Nós temos comissões de saúde única nos regionais também.

Eu fico muito feliz com a presença e a brilhante apresentação da Dra. Tatiana, médica representante, porque nós precisamos nos aproximar: a medicina veterinária da medicina, da biologia, da farmácia, da biotecnologia, da zootecnia, da engenharia ambiental e assim por diante. Vejam que o conceito saúde única transcende a medicina e chega à engenharia ambiental, em que nós temos a biotecnologia de resíduos, a biorremediação e assim por diante.

Eu quero pedir o apoio dos Senadores. Eu tenho certeza de que este projeto de lei também será aprovado em benefício da sociedade. Eu peço o apoio dos Senadores no sentido de divulgar também esse conceito e apoiar as iniciativas de todas as carreiras dentro do conceito de saúde única.

Nós do Conselho Federal de Medicina Veterinária pretendemos trazer para o Brasil em 2025 o Congresso Mundial de Medicina Veterinária e também o Congresso Mundial de Saúde Única. E nós vamos precisar do apoio de todas as carreiras que têm interface na saúde única.

Senador, eu quero agradecer esta oportunidade e sua disposição de estar aqui conosco nesta sexta-feira pela manhã. Fico muito feliz.

E, para encerrar, coloco, mais uma vez, à disposição o Conselho Federal de Medicina Veterinária para consulta dos Srs. Congressistas, Deputados e Senadores, brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Rodrigo Távora Mira, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na sua toada, como a gente tem dito, aqui, no Congresso, mais seguidamente.

O Projeto de Lei 1.837, de 2021, institui o Dia Nacional da Saúde Única, de autoria do Senador Flávio Arns, que pediu que eu coordenasse o debate de hoje por motivo de força maior. Então, meus cumprimentos ao Senador e todos aqueles que atuam nessa área. Aqui, ficou muito clara a importância desta lei, claro, com a devida regulamentação que se fará, no andar em que todos se somaram neste momento.

Agora, nós vamos para o final. Eu vou assegurar três minutos para cada um – cada um entende se vai usar os três minutos ou não. Vou seguir a ordem que eu tinha comigo da pauta original. É só para complementar.

Enviaram-me aqui algumas perguntas, mas quase todas elas vão na linha daquilo que vocês explicaram. Vocês foram muito didáticos. Eu não entendia nada e vocês me deram uma aula. Entendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que muitos que estão assistindo também aprenderam sobre esse projeto e essa proposta, que ultrapassa somente a questão do Dia Nacional da Saúde Única. Esse era o símbolo da proposta.

Uma das que veio é do Iuran Mello: "Como surgiu o conceito de saúde única?". Já foi mais ou menos dito, mas, se quiserem dar uma pincelada, podem dar.

Eu vou colocar só duas: "Quais são os desafios para a implementação da saúde única no Brasil?".

E agora, por obra e arte minha, eu vou começar da forma que eu tinha aqui recebido. Então, vou passar a palavra, para as suas considerações finais e algum comentário que queira fazer, ao Sr. Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, representante do Ministério da Saúde. Eu não escolhi você, viu, Francisco? É porque eu recebi essa ordem primeiro e a mantive. Fique bem à vontade. Você foi muito bem e eu fiquei muito contente de ouvir a sua exposição. Então, você abre as considerações finais.

O SR. FRANCISCO EDILSON FERREIRA DE LIMA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero só novamente aqui agradecer o convite, ratificar que o Ministério da Saúde entende que esse projeto vem fortalecer algo que a gente já tem trabalhado, que a gente pensa como um caminho importante, que é a abordagem de saúde única para a gente prevenir e enfrentar problemas de saúde pública e também para a gente poder trabalhar com foco no meio ambiente e nos animais. O Ministério da Saúde tem buscado essa integração com os demais órgãos na esfera federal, especialmente com o Ministério da Agricultura e com o do Meio Ambiente. A gente trabalha junto em alguns temas.

Mas eu reforço e posso já ir no caminho dessa pergunta dos desafios. Acredito que um dos principais desafios é a gente ter esse tema institucionalizado no nível federal, nos órgãos do Executivo federal, para que a gente possa ter um pacto e um trabalho com prioridades e diretrizes a serem seguidas, de forma que se dê continuidade, independentemente do coordenador ou do gestor que esteja à frente, e que a gente não fique com iniciativas apenas pontuais e em programas. Então, acredito que o grande desafio é trazer essa discussão articulada, que não é fácil, porque são muitas entidades envolvidas, mas o Ministério da Saúde está muito dedicado e compromissado em encabeçar, provocar, iniciar e ser o protagonista desse processo para que a gente possa unir todos os órgãos. Tem muitos profissionais interessados em fazê-lo, mas talvez falte essa coordenação e esse impulso para que a abordagem seja trabalhada de uma forma transversal no nível federal e que possa ser trabalhada na rotina também nos níveis estaduais e municipais.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, representante do Ministério da Saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de concordar com toda a tese defendida aqui, já mostrou os passos que a sua área está dando rumo ao objetivo, inclusive já respondendo às perguntas que me foram aqui colocadas.

Então, vamos agora na mesma sequência que eu recebi, no primeiro momento, antes de iniciar o debate. Passo à Sra. Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, representante do Conselho Federal de Medicina.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência*.) – Pois não, Senador.

Em termos... O senhor vai me fazer aquelas perguntas que fizeram ali, em termos do início?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu fiz duas perguntas bem curtas. Primeira: como surgiu o conceito de saúde única? Segunda: quais são os desafios para a implementação da saúde única no Brasil?

Se quiser responder, responde. Se não, faz um comentário final, em três minutos – os seus comentários, em três minutos.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Como eu expliquei na minha apresentação, na verdade não é novo isso, não é? A gente começou a se preocupar, mas não é novo. Desde o século XIX, já havia um médico patologista alemão – deixe-me ver aqui o nome para não errar –, Rudolf Virchow, que se importava com isso e relacionava. Então, a gente acaba tendo... Nós temos que necessariamente, Senador, demais colegas e ouvintes, ter uma contextualização histórica. O mundo em que nós vivíamos antigamente, em que os nossos antepassados viveram... O mundo que nós temos hoje está mudando em vários aspectos. Eu chamo atenção para a população mundial: nós temos uma expectativa de que a população mundial aumente muito, porque, a partir das tecnologias, do desenvolvimento da medicina, nós tivemos o aumento da longevidade das pessoas. Ao mesmo tempo, o meio ambiente está sendo depredado em determinados pontos. A gente pode dizer que é uma palavra forte, mas é verdade, não é? Existem, por exemplo, embalagens plásticas que não vão se degradar a não ser que levem muitos e muitos anos. Então, nós precisamos estudar. Quem estuda a área de engenharia tem que estudar uma forma de evitar que isso aí venha causar dano.

Então, essa preocupação com o planeta tem que ser de todas as profissões. Todo mundo que lida com saúde tem que entender que do planeta, para que ele se mantenha vivo e que seja habitável para nós nas próximas – sei lá eu quantas – gerações, nós precisamos cuidar. E a forma de cuidar dele é tomando todas essas medidas, como esta iniciativa maravilhosa, que foi a de instituir esse Dia Nacional de Saúde Única, acompanhando já o Dia Mundial de Saúde Única e acompanhando as movimentações que existem pelo mundo, diversos países se preocupando com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Federal de Medicina está à disposição. Eu vou passar todas essas informações para os meus colegas lá. E o Dr. José Hiran Gallo, que é o nosso Presidente, também é uma pessoa atenta a esses temas todos. Então, eu quero dizer que estamos à disposição de todos aí.

E é preciso cuidar também dos nossos alimentos. Enfim, a saúde é uma coisa dinâmica, é uma coisa que necessita de interdisciplinaridade, seguramente. Vocês estão de parabéns! Contem conosco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Muito obrigado, Dra. Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, representante do Conselho Federal de Medicina, que reforçou a resposta ao Iuran Mello, do Distrito Federal, da pergunta que ele fez. E os outros todos foram na mesma linha também.

Agora vamos passar a palavra à Dra. Christina Pettan-Brewer, fundadora da ONG Health. É isso?

A SRA. CHRISTINA PETTAN-BREWER (*Por videoconferência*.) – É Saúde Única Brasil, One Health Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Ah, Saúde Única Brasil.

A SRA. CHRISTINA PETTAN-BREWER (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Está escrito aqui entre parêntesis, eu é que não li.

A SRA. CHRISTINA PETTAN-BREWER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está certo. Tudo ótimo.

É um prazer, Senador Paulo.

O que eu gostaria de complementar, primeiro, é que é essencial essa legalização que os Senadores estão fazendo em nível federal. Para complementar a Dra. Tatiana e também a resposta à saúde única, como é muito detalhado, eu recomendaria que nós temos um trabalho publicado, na *Frontiers,* que fala de toda história da saúde única e também a história de como aconteceu na América Latina e no Brasil. E é o que nós compartilhamos nesse documento, nessa publicação, que veio principalmente para o Brasil.

A ação na América Latina – eu espalho isso para o mundo inteiro e sempre falo em minhas palestras – veio da ação ao conceito. Todos nós já estávamos fazendo, há muitas décadas, antes de nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda. E esse conceito, no Brasil, veio da ação para o conceito, o que é um desafio, porque o conceito ainda não está claro e definido, e por isso nós o estamos discutindo.

Então, é um conceito que vem bem antes, vem das civilizações agrícolas da antiguidade, de onde veio a saúde única. Como não dá tempo para explicar isso, existe essa publicação, que também está publicada em português, no Conselho Nacional de Saúde. Eu posso colocar o *site* também em português, que explica a direção.

Com isso, para mim é um sonho isso estar acontecendo, porque a primeira vez que eu fui ao Brasil implementando... Já trabalho com saúde única desde o início do CDC, desde 1997, quando já estavam fazendo isso. Então, quando eu fui ao Brasil implementar, através dos centros de excelências, através de palestras... É um sonho isso estar acontecendo! E principalmente trazendo a saúde única mundial, como o Dr. Rodrigo disse. Dr. Rodrigo, nós já estamos trabalhando isso há dez anos juntos. Pessoas que não estão mais conosco aqui foram também trabalhando isso. Então, existem muitas pessoas que estão envolvidas nisso. É um sonho a acontecer.

Os dois minutos em que eu gostaria de falar é para lembrarmos que a saúde única deve ser de colaboração e não competição. É fundamental que nós mantenhamos essa ideia de parcerias, contribuição, colaboração. E, como é uma transformação individual também, é sair do ego e entrar no eco, até em nível profissional também. Lembrar que temos que trazer ainda... Nós temos que fazer isto, escutar, como nós estamos, as comunidades vulneráveis, sentar junto com as comunidades quilombolas, indígenas. Eles já têm a saúde única. Então, nós temos que ter essa conexão. São os desafios.

E um pedido da legalização. Isso é um pedido profissional que nós estamos vendo acontecer agora no Brasil, e é um pedido... Ainda bem que tem essa legalização.

A saúde única não tem dono, a saúde única foi criada pela humanidade, para a humanidade e é *nonprofit*. Então, é um dos problemas que nós temos recentemente. Fora do Brasil, nós podemos resolver através de denúncias ou através... Hoje nós temos aqui os *experts* da área, a One Health Brasil, que é a rede e está também se formando uma associação brevemente, justamente para unir a todos, mas manter a qualidade da saúde única e manter esse conceito e ação.

Estamos tendo problemas com organizações *profit*, que nós chamamos de predatórias no nível internacional. Nós chamamos de revistas predatórias, *predatory journals*. E há instituições que fazem simpósios ou fazem conferências e cobram, e pessoas que não sabem – e de saúde única todo mundo está falando – caem. Então nós gostaríamos de, por favor, também pedir, nessa legalização, o que o Dr. Francisco falou: nós precisamos de outros ministérios conosco e nós estamos aqui todos unidos, justamente quem fala sobre o conceito, e ainda estamos conectando um ao outro. Então, não cabe uma transformação mundial virar *profit* por individualidade – e nem sabem o conceito. Então, esse é um pedido muito importante, principalmente na área acadêmica, que nós precisamos de publicar, e há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas caindo, publicando sem *peer review*, sem a importância da ciência baseada em fatos. Então, por favor, junto com isso, também ter um lugar...

Aqui nos Estados Unidos, nós podemos denunciar, mas temos um grupo de pessoas, como nós estamos hoje, que já fazemos há muito tempo e conhecemos – e mesmo assim ainda estamos aprendendo... Eu aprendi muito hoje aqui. Então, é isto que eu queria dizer: que a saúde única é da humanidade para a humanidade, através de colaboração e parcerias, e não para a "profitalização". Só isso.

Saúde Única Brasil tem vários webinários, e sempre estamos convidando um ao outro, o que eu sugeriria também, Senador Paulo. Eu vi o seu Instagram e eu nem sabia que estava lá.

Então, também a Saúde Única Brasil divulga, e que um grupo divulgue outro, que um grupo convide o outro. Este é o papel da Saúde Única Brasil, justamente colocar todo mundo junto e divulgar: "Venham para este webinário!" – em nível nacional e em nível mundial.

Então, novamente, a legalização é muito importante e veio na hora certa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Christina Pettan-Brewer, membra fundadora da One Health Brasil, Saúde Única Brasil. Parabéns pela exposição.

Quero dizer a todos que todas as sugestões que foram aqui colocadas pelos painelistas a Comissão há de encaminhar, como forma de fortalecer essa luta, que é uma luta de todos nós, de todos os seres vivos.

Meus parabéns a todos.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Rodrigo Távora Mira, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

O SR. RODRIGO TÁVORA MIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu quero corroborar aqui com a questão de qual é, hoje, o maior desafio da saúde única no Brasil. E eu concordo com os demais, portanto, que o grande desafio é exatamente consolidarmos o conceito multidisciplinar. Isto que é extremamente importante: os nossos congressistas conversarem com os conselhos de classe, com os profissionais das diversas áreas envolvidas na saúde única, que, como todos disseram muito bem, não pertencem a cá ou lá, mas sim a um conceito bastante amplo. Eu vejo que esta é a grande dificuldade que nós temos: precisamos conversar, abrir esses vasos comunicantes desses compartimentos que são estanques hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar a todos pelo trabalho extraordinário que fazem, os nossos Senadores, os nossos técnicos aqui – só estarmos aqui é um presente. Ganhamos o dia, um dia muito feliz para todos nós – e colocar aqui o Conselho Federal de Medicina Veterinária, em nome do seu Presidente, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, à disposição de todos para apoiar e orientar a produção de materiais e também as proposições de projetos de leis aí do Senado, do Congresso Nacional.

Muito obrigado. Um bom final de semana a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Dr. Rodrigo Távora Mira, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que enfatizou também, na sua fala ao longo desta audiência, a iniciativa do Senador Flávio Arns, que eu quero também destacar.

Neste momento, eu passo a palavra para o Dr. Rodrigo Correa de Oliveira, Vice-Presidente de Pesquisas e Coleções Biológicas da Fiocruz.

O SR. RODRIGO CORREA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez obrigado, Senador Paulo Paim. Eu queria primeiro agradecer mais uma vez por esse convite. O tema é um tema extremamente importante, que é preciso ser discutido e debatido.

Eu acho que, dentro desse contexto, eu queria só reforçar um pouco a posição do Francisco Edilson. A SVS tem sido uma grande companheira, uma grande incentivadora dos estudos que vão ser desenvolvidos na Fiocruz, através do apoio incondicional do Secretário Arnaldo. Esse projeto vem sendo feito em várias frentes das diferentes diretorias da SVS e tem apoiado a Fiocruz em prol do entendimento da relação entre meio ambiente, toda a parte principalmente de zoonoses, que podemos destacar nesse caso, para que a gente possa desenvolver novas ferramentas para apoiar o Sistema Único de Saúde e, obviamente, cuidar da população brasileira em todos os níveis.

Eu cito também que eu uso aqui dois *bottons,* são dois importantes, relacionados ao que a Profa. Christina falou. Um é relacionado ao nosso querido SUS, que é a importância de um centro, e outro é a ciência aberta. Ela muito bem falou da necessidade de a geração do conhecimento ser aberta para que as pessoas todas possam utilizar da melhor maneira possível. Então, nesse contexto, na saúde única a ciência aberta é absolutamente fundamental. Uma vez que o conhecimento gerado é colocado dentro de um sistema aberto para todo mundo utilizar, ele gera muito mais conhecimento e incentiva cada vez mais a nossa capacidade de gerar novo conhecimento e atuar em prol da população e do ser humano, provavelmente no meio ambiente e em tudo que nós estamos falando.

Com isso, também, obviamente, a geração de dados que pode ser incluída dentro de um sistema em que as pessoas possam utilizar e entender cada vez mais os dados gerados em qualquer parte do mundo. Isso também é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Fiocruz fez um debate, Senador, há um tempo, com o Ministério da Saúde, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, para justamente discutir toda essa parte de interação entre ministérios para uma abordagem de uma saúde única. Essa talvez seja uma abordagem que o Senado possa trazer também. Será o maior prazer apoiar esse debate no ministério. E é importantíssimo também que a gente traga a sociedade para discutir o que é saúde única dentro do contexto daquilo que a sociedade entende como saúde única.

Um outro ponto que eu queria deixar também é discutir saúde única dentro da Agenda 2030. A agenda 2030 está dentro disso que a gente vem discutindo, a Fiocruz tem um grupo que está relacionado diretamente à saúde única e hoje a Fiocruz tem como liderança o nosso ex-Presidente Paulo Gadelha, que está liderando a discussão da Agenda 2030 na Fiocruz e em outras partes do Brasil.

Então, são só essas considerações finais, Senador.

Quero agradecer mais uma vez pelo convite e pela excelente discussão com os colegas aqui nesta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Rodrigo Correa de Oliveira, Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fiocruz. Parabéns pela sua fala também e parabéns à Fiocruz.

Eu termino com um rápido comentário que fizemos, de acordo aqui com a nossa assessoria, mas lembrando que todas as sugestões serão encaminhadas devidamente para colaborar pela importância desse projeto, não só pela simbologia, mas por sua abrangência e sua regulamentação.

Eu cumprimento todos os convidados pela qualidade das falas e pela realização deste debate tão importante para o povo brasileiro.

A audiência pública foi esclarecedora e servirá para que todos os Senadores e Senadoras conheçam o projeto e a sua importância, a sua amplitude.

Como dito aqui pelos palestrantes, a saúde única representa uma visão integrada, solidária, eu diria, que considera que a saúde humana, a saúde animal e a saúde ambiental são indissociáveis. Reconhecemos que existe um grande vínculo, muito estreito, muito forte entre todo o ecossistema, o meio ambiente, as doenças, animais e a própria saúde humana.

O Projeto de Lei 1.837 vai propiciar ao poder público um debate muito mais amplo, muito mais integrado, para ampliar a saúde de todo o Brasil e, eu diria, de todo o planeta, como uma colaboração, já que o projeto é planetário. Vai colaborar também com a integração de diversos órgãos de saúde dos entes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federados, secretarias, ministérios, universidades, instituições, organizações não governamentais, governamentais e também fazer o engajamento coletivo em prol da vida na forma mais ampla da saúde.

O conceito de saúde única nos mostra que o desequilíbrio de um microssistema interfere no outro, muito, interfere na saúde do outro. O desequilíbrio ambiental afeta a saúde humana e animal.

Durante o debate acerca da quebra de patentes, afirmamos que ninguém estaria seguro até que todos nós estejamos vacinados.

Não dá para admitir que 10% da população do continente africano somente está vacinada ainda, até hoje. O conceito de saúde única nos conscientiza e reforça esse entendimento.

Fiz aqui uma frasezinha de improviso no final, em que digo somente o seguinte... Sabem que eu sou negro, consequentemente milito muito forte também nessa área, e tem uma frase do movimento negro que diz que vidas negras importam, mas, pela amplitude desse debate planetário que os senhores e as senhoras fizeram com muita competência, eu digo: todas as vidas importam! Oceanos, mares, ar, fauna, flora, animais, seres humanos, enfim, todas as espécies, todas as formas de vida importam!

Eu sei que faltou alguma coisa, sempre falta, mas essa foi a intenção.

Agradeço muito a vocês. Parabéns!

Tem uma frase que eu gosto muito: é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês, que defendem a vida, a vida e a vida!

Muito obrigado, até a próxima. Estamos juntos nessa caminhada.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência.*) – Conte conosco!

A SRA. CHRISTINA PETTAN-BREWER (*Por videoconferência.*) – Estamos juntos.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (*Por videoconferência.*) – Isso mesmo.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e hum minuto do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 1338/2022, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 54/2022 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), e REQ 56/2022 - CE, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Primeira Audiência Pública interativa, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. **Participantes:** Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail, Procuradora da República no Estado de Pernambuco; Mônica Rodrigues Dias Pinto, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Ricardo Iene Dias, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED); Daniel Tojeira Cara, Professor de Educação da Universidade de São Paulo; Galdina de Sousa Arraes, Coordenadora Jurídica da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); Salomão Barros Ximenes, Professor da Universidade Federal do ABC; Alexandre Magno Fernandes Moreira, Autor do livro "Direito à Educação - fundamento e Prática"; e Inez Augusto Borges, Assessora Especial do Ministro de Estado da Educação (representante de: Ministério da Educação). **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/27

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A presente reunião se destina à realização da primeira audiência pública interativa com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, em atendimento aos Requerimentos nºs 54, de 2022, da Comissão de Educação, de minha autoria, e 56, de 2022, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Eduardo Girão.

A audiência, quero destacar, será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu quero destacar para os convidados e convidadas que será concedido o prazo de dez minutos para cada convidado e convidada fazer sua exposição inicial. No momento em que o tempo estiver terminando, 15 segundos, haverá, como há para todos os convidados, um sinal de que faltam 15 segundos. Caso a pessoa ainda não tenha concluído o seu pensamento, nós vamos disponibilizar o tempo de acréscimo de dois minutos. Estaria bem assim, de dois minutos? Para a pessoa, então, o expositor, a expositora concluir o pensamento, caso isto seja necessário.

Eu falo – quero explicar – dois minutos para ter um comportamento igual para todos os expositores e expositoras. Pode ser assim? Não é indelicadeza de minha parte, porque a gente poderia ficar mais tempo escutando, discutindo, dialogando no tempo inicial. Haverá também no final um tempo, eventualmente, para Senadores e Senadoras que queiram fazer uso da palavra. E, ao final, eu repassarei a palavra para os convidados e convidadas para algum acréscimo que queira ser dado, por tempo não superior a uns três minutos. Isso no final, está bem?

Está bem assim, bem compreendido? Ninguém vai ficar bravo comigo? Só que nos 12 minutos eu tenho que parar também. Então vocês, por favor, terminem antes dos 12 minutos para não ter problema nenhum. Está bem assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bom.

Então, sejam muito bem-vindos e bem-vindas, em primeiro lugar. Eu quero esclarecer que, quando os requerimentos foram aprovados, houve a manifestação de vários Senadores e Senadoras no Plenário desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte no sentido de apoiar os requerimentos de audiências públicas e também no sentido de dizer que eles e elas gostariam de entender, de compreender, de ouvir para entender e conhecer melhor todo esse assunto. Não houve, da parte dos Senadores e Senadoras, nenhuma manifestação, nem favorável nem contrária, na aprovação dos requerimentos. Então, é esse espírito que vai nortear a realização desta primeira audiência pública.

Muito bem. Então, o tempo já está definido. E, na sequência, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, na ordem de inscrição.

Participam desta reunião por meio de videoconferência: Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail, Procuradora da República no Estado de Pernambuco; Mônica Rodrigues Dias Pinto, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Ricardo Iene Dias, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned); Daniel Tojeira Cara, Professor de Educação da Universidade de São Paulo; Salomão Barros Ximenes, Professor da Universidade Federal do ABC; Inez Augusto Borges, Assessora Especial do Ministro de Estado da Educação, representando nesta audiência o Ministério da Educação; Galdina de Souza Arraes, Coordenadora Jurídica da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); e Alexandre Magno Fernandes Moreira, autor do livro *Direito à Educação – Fundamento e Prática*.

Muito bem. Então, iniciando as exposições, eu passo a palavra, pelo tempo de dez minutos, à Sra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail, que é Procuradora da República no Estado de Pernambuco.

Com a palavra, então, a Dra. Mona Lisa.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde para todos e todas.

Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Bom, peço desculpas porque eu entrei um pouco atrasada, mas, na pessoa do Senador Flávio Arns eu cumprimento os demais Parlamentares presentes, autoridades, servidores, senhoras e senhores.

Eu tenho um arquivo para compartilhar. Deixe-me só ver se consigo compartilhar porque eu não sou muito boa nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não consigo achar o meu arquivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Achou?

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Acho que vou conseguir, acho que está faltando eu abrir. Deixe-me abrir aqui que eu acho que ele aparece para mim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Tiago, gostaria de orientá-la?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não? Aqui já está autorizado, Dra. Mona Lisa.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Sim. Estou vendo só se eu consigo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Tem que aparecer...

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Ah, sim, estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O.k.?

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É. Só que ainda não está com a tela cheia, não está em modo apresentação.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Agora como é que eu consigo fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Mas assim também estaria bem. Nós conseguimos ver bem. É só que no outro modo apresentação fica com a tela cheia e daí fica mais fácil de se ler.

Mas, se não, assim estaria bem também.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Infelizmente eu não sou muito boa nesse... Eu posso tentar começar de novo, porque eu não vi essa opção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Como?

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Mas, para não atrasar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Aperte F5.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – F5?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Veja se dá.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Pronto? Agora foi?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ainda não deu muito, mas...

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Eu acho que... Será que é porque eu estou com duas telas aqui?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É...

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Eu tenho a minha segunda tela aqui. Melhorou para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agora deu, agora está certo.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Agora deixe-me só voltar para...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não. Agora você voltou para o quadro...

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – É porque quando eu fico com a tela cheia eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agora está bom, agora está com a tela cheia. Está bom agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Eu não sei se eu vou saber passar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agora está bom. Não, os dois quadros estão em tela cheia.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Peço desculpas aí pela minha inabilidade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – As outras pessoas já vão olhando. Como você é a primeira pessoa e ainda não utilizou o tempo, Dra. Mona Lisa, eu vou cancelar o tempo existente e recomeço, está bem?

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Obrigado.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Bom, para a gente não perder mais tempo... O título da minha exposição já traz uma indagação: Homeschooling x direito fundamental à educação: é um direito dos pais ou das crianças? Isso é o que está em pauta aqui hoje.

Então, eu começo, para responder a essa pergunta, com o enquadramento constitucional do direito à educação.

Em sua dimensão subjetiva, ele é um direito social com *status* de direito fundamental indisponível. Isso significa que não se pode abrir mão de titularidade da criança. Em sua dimensão objetiva, constitui um dever do Estado na medida em que a educação básica obrigatória e gratuita constitui uma obrigação dos poderes públicos.

Eu destaco também a estreita relação entre os direitos fundamentais e os fins e valores preconizados na Constituição. E aí constitui também um dever de todos os cidadãos e cidadãs.

No caso do direito fundamental à educação, os fins estão previstos lá no art. 205 da Constituição Federal, que é o "pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Daí a gente vê que não é apenas um dever do Estado e da família, mas também de toda sociedade, porque todos vão se beneficiar com a formação de um cidadão preparado para participar de uma sociedade democrática e plural.

No âmbito do direito internacional, nós temos a Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pela ONU, em 1989, e que também foi ratificada pelo direito interno brasileiro, pelo Decreto nº 99.710. No seu art. 18, ele prescreve como responsabilidade dos pais promover a educação e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento da criança, mas tendo como norte o interesse superior da criança, o que também está condizente com o nosso direito interno, haja vista que, no Estatuto da Criança e do Adolescente, em vários dispositivos, se prevê que a aplicação e o exercício dos direitos da criança e do adolescente devem ter sempre como norte o interesse do menor e não dos seus pais ou responsáveis.

Partindo para a jurisprudência, eu passo rapidamente pela decisão do STF que todos já devem conhecer, que, em sede de recurso extraordinário, com repercussão geral, entendeu constitucional a matrícula obrigatória na rede regular de ensino, mas por outro lado também abriu a possibilidade do ensino domiciliar, desde que regulamentado por lei federal que compatibilize o *homeschooling* com os mandamentos constitucionais, que são aqueles previstos no art. 205 da Constituição, mas não só aqueles, e especificamente também por meio de normas que evitem a evasão escolar e garantam a plena sociabilização do indivíduo por meio de uma ampla convivência familiar e comunitária.

Eu acho importante ressaltar que essa decisão não foi unânime, que dois Ministros, o Luiz Fux e o Ricardo Lewandowski, reconheceram como inconstitucional o *homeschooling*, porque entenderam que ele não seria capaz de cumprir eficazmente os objetivos da socialização da criança e de sua preparação para o exercício da cidadania, ainda que sob a fiscalização e a supervisão do Estado. Mas não foi essa a decisão que prevaleceu, tanto é que estamos aqui debatendo.

No direito comparado, eu destaco a Alemanha, onde o *homeschooling* é proibido. A Corte Constitucional alemã se pronunciou e entendeu constitucional a proibição do ensino domiciliar, sob os fundamentos de que a educação não tem como um único objetivo a transmissão do conhecimento, mas, sim, principalmente, a preparação da criança para a participação em uma sociedade democrática e plural, e entendeu que a proibição do *homeschooling* também evita o surgimento de sociedades paralelas, separadas por convicções religiosas ou filosóficas, já que são justamente esses os argumentos dos pais que pleiteiam o *homeschooling*. Então, é bem atual, essa decisão é de 2006, mas bastante atual, haja vista o nível de polarização, de divisão hoje não só política, mas social também, o que não é exclusivo no Brasil, é de vários outros países.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos se pronunciou sobre essa decisão da Corte alemã, já que os pais recorreram, e o Tribunal Europeu entendeu que a frequência escolar obrigatória não viola nenhuma norma do direito europeu, tampouco a liberdade religiosa dos pais, que permanece assegurada através do direito de escolha da instituição que melhor se ajuste às convicções religiosas, morais, etc. dos pais e também do direito de recusa à frequência às aulas de religião, direito também que já foi reconhecido no Brasil, que está na nossa Constituição, também já foi afirmado pelo STF, no sentido de que o ensino religioso nas escolas públicas pode existir, mas de forma nenhuma deve ser obrigatório; somente pode ser oferecido de forma facultativa.

Finalmente, eu destaco a decisão do Tribunal Constitucional espanhol, que foi a decisão mais avançada, no sentido de que declarou o *homeschooling* inconstitucional. O Tribunal Constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espanhol entendeu que os pais têm todo o direito de ensinar os filhos fora do ambiente escolar, mas a escolarização totalmente à margem das instituições públicas e privadas seria incompatível com a Constituição espanhola.

E aí eu achei interessante registrar que o artigo da Constituição espanhola é bastante semelhante ao nosso art. 205 da Constituição brasileira, que prevê que a educação tem por objetivo o desenvolvimento da personalidade humana, o respeito aos princípios democráticos de convivência e os direitos fundamentais. Não obstante, a decisão foi no sentido da plena incompatibilidade do *homeschooling* com a Constituição espanhola, diferentemente da decisão do STF, como nós sabemos.

Finalmente, eu destaco aqui entendimento de alguns doutrinadores e autores contrários ao *homeschooling*, e o fundamento constitui justamente a prevalência do direito à educação das crianças em frente a eventual direito ou liberdade de escolha dos pais. Outro fundamento é que o ensino domiciliar concede um total poder de decisão aos pais, que, via de regra, não têm formação pedagógica e educacional específica para decidir qual a melhor forma de ensino para as crianças. Outro fundamento é que somente a escola é capaz de oferecer uma educação com visões alternativas e de bases científicas e o convívio com a diversidade, que não seria plenamente suprido pelo ensino domiciliar. A responsabilidade da educação das crianças deve ser compartilhada entre as famílias e o Estado, e não de forma alternativa ou exclusiva como o *homeschooling* proporciona. Finalmente, o exercício do poder familiar – que é o antigo pátrio poder e que passou assim a ser chamado a partir do Código Civil de 2002 – não é um exercício de autonomia, é um poder-dever.

E aí eu já passo para as minhas conclusões, que, na verdade, são umas reflexões.

Pegando o gancho do poder familiar, a responsabilidade parental é feita muito mais de deveres do que de prerrogativas e tem como limite o melhor interesse da criança. A transmissão do conhecimento não é o único objetivo da prestação do ensino, que visa à socialização da criança e ao seu pleno desenvolvimento para a participação em uma sociedade democrática. Somente o convívio social e heterogêneo de forma diária e rotineira é capaz de oferecer e atingir esses objetivos e não uma socialização ocasional e eventual que poderia ser proporcionada pelos pais no *homeschooling*. E, finalmente, os pais permanecem com a sua liberdade de escolher a instituição de ensino que melhor se ajuste às suas próprias convicções morais e religiosas e com a liberdade de ensinar seus filhos fora do ambiente e do horário escolar, sem que para isso seja necessário retirar os filhos da escola.

Já para concluir e não ultrapassar aqui o tempo, há a preocupação de que a aprovação de um método de ensino que é praticamente exclusivo de classes de famílias privilegiadas por conta da estrutura financeira e de tempo que o *homeschooling* demanda poderia constituir mais um fator de exclusão e alijamento social num país de bases já tão desiguais quanto o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu encerro aqui – acho que já estou quase no limite do tempo –, permaneço à disposição para dúvidas e esclarecimentos naquilo que eu não me fiz entender e já aproveito para agradecer a oportunidade e o convite para participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço à senhora, Dra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail, que é Procuradora da República no Estado de Pernambuco.

Antes passar a palavra para a Mônica, está aqui ao meu lado o Senador Izalci Lucas, batalhador nessa área, sempre na Frente Parlamentar pela Educação, a quem eu passo a palavra para fazer a saudação também a todas as pessoas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, Senador Arns, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa deste debate, que traz um tema importante para a gente debater, cujos argumentos de ambos os lados a gente precisa debater e sobre eles refletir. Então, acho que esta é a primeira reunião de audiência pública no Senado. Apesar de ter sido aprovado na Câmara, acho que aqui nós temos que fazer esse debate.

Ainda vivemos num momento de reunião semipresencial, muitos Senadores ausentes de forma presencial. E é muito importante. Não dá para a gente enfrentar a votação de uma matéria como essa sem antes ouvir todos, ver os pontos, os contrapontos. Mas eu quero aqui mais ressaltar essa importância do debate que V. Exa. está proporcionando a nós Senadores.

Fiz questão de passar aqui, mas vou acompanhar também virtualmente.

Espero que esse debate seja bastante analisado por todos os Senadores e Senadoras para a gente poder tomar uma posição bastante consciente, porque, afinal de contas, está em jogo aí a vida das crianças. Então, parabenizo aí os pais também pela participação. Já fizemos esse debate fora daqui. Eu estive em diversos debates na OAB; na Ceilândia mesmo, outro dia, conversamos sobre isso, inclusive com pais que têm filhos autistas ou com algumas deficiências, porque também merecem ser ouvidos aqui todos os pontos.

Então, Senador Arns, muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço ao Senador Izalci Lucas.

Até quero parabenizá-lo porque, hoje de manhã, estava tão bonita, lá no Plenário do Senado, a sessão presidida por V. Exa. com os Senadores mirins do Brasil inteiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Como?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Jovens Senadores.

Realmente saí de lá muito animado. Eu estava muito desanimado com a participação dos jovens na política. E cada aluno aqui veio representando o seu estado como Senador. Vão ficar quatro dias aqui debatendo, aprendendo e vendo como funciona a Casa. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu havia me equivocado, mas realmente: Jovens Senadores. E, inclusive, vários dos projetos elaborados por eles e elas nesses dias vão ser objeto, depois, de análise aqui também pelas Comissões do Senado Federal.

Parabéns! Estava um ambiente muito adequado.

Dra. Mona Lisa pediu a palavra?

Sim, Dra. Mona Lisa. (*Pausa.*)

Não? Estava levantada.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência.*) – Não, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ah, está bem. É que a "mão" estava levantada.

Passo, em seguida, a palavra, pelo tempo de dez minutos também, à Sra. Mônica Rodrigues Dias Pinto, que é representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Eu só quero dizer que, quando bate aquela campainha de 15 segundos, automaticamente colocamos mais dois minutos para aquela conclusão a que havíamos nos referido no início da reunião.

Eu quero cumprimentar também as famílias e as crianças que estão aqui presentes e dizer da importância da participação de todos e todas vocês nesse processo.

Então, com a palavra a Dra. Mônica Rodrigues Dias Pinto, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A SRA. MÔNICA RODRIGUES DIAS PINTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos e todas, Exmos. Senadores e Senadoras aqui presentes, demais colegas aqui deste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na figura da Dra. Mona Lisa, eu queria celebrar aqui a presença de todos, do Prof. Daniel Cara também. E queria agradecer, em nome aqui de todos os colegas do Unicef, a oportunidade de estar aqui debatendo questão tão importante.

Nós, aqui do Unicef, vemos com bastante preocupação o PL 2.401, apensado ao PL 3.179, de 2012, que regulamenta a educação domiciliar de forma generalizada e não em casos excepcionais. Isso porque nós sabemos que, no nosso país, a educação de qualidade para cerca de 48 milhões de crianças e adolescentes precisa cuidar de três dimensões absolutamente relevantes, o acesso, a permanência e a aprendizagem de qualidade no país, e essas dimensões vêm sendo buscadas com bastante ênfase por todos nós que trabalhamos na educação, com algumas conquistas agora, no final dos anos 90 e no início dos anos 2000, porém, com alguns momentos bastante preocupantes, como esse que vivemos agora, na questão da pandemia.

Nós temos uma série de marcos legais também muito recentes, como a Constituição de 1988. A Dra. Mona Lisa teve agora também a oportunidade de citar vários artigos, como o 205, 206, 208, nos quais é colocado que a educação é um dever do Estado e das famílias. E aqui eu gostaria de realçar que é um dever do Estado ofertar matrícula para todas as crianças brasileiras, todos os adolescentes, e é um dever da família matricular todas as crianças e adolescentes nas escolas, e é competência e responsabilidade de todos os profissionais de educação garantir a permanência das crianças, juntamente com as famílias, em parceria com as famílias, e é competência dos profissionais da educação que as crianças aprendam com a qualidade e todos os desafios que o século XXI trazem para as crianças no momento em que vivemos. É papel da escola, é papel do Estado, garantir o pleno preparo das crianças para o exercício da sua cidadania, para qualificação no mundo do trabalho, para construção de uma sociedade em que a gente tenha bem-estar social, felicidade, saúde, segurança, educação, desenvolvimento econômico e social. Assim, os papéis da família e da escola são papéis complementares.

Cabe à escola, a partir dos marcos legais que temos, que são a Constituição, a LDB de 1996, nos seus arts. 2°, 4° e 6°, o Plano Nacional de Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantir os direitos da criança a uma educação de qualidade. Uma educação básica de qualidade deve ter como visão as competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular, também recentemente aprovada, em 2017 e 2018.

Como disse a Procuradora, a escola, o espaço escolar é o espaço para o desenvolvimento de uma série de competências (*Falha no áudio.*)...

... sociais, de convívio, do aprendizado com a pluralidade e a diversidade.

A escola é o único equipamento público que crianças e famílias frequentam de segunda a sexta-feira. É o espaço onde temos a condição, ao evidenciar situações de ameaça à proteção de crianças e adolescentes, de acionar o sistema de garantias de direitos. A escola é o espaço onde temos planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógico, onde temos profissionais capacitados, formados, temos um sistema de avaliação diagnóstica formativa e somativa, temos infraestrutura e temos supervisão pedagógica. Toda essa estrutura montada pelo Estado tem as condições de trabalhar, juntamente com as famílias, na orientação pedagógica e de desenvolvimento integral de crianças.

É muito recente também, no nosso país, como tivemos a emenda constitucional de 2009, inclusive o direito de que crianças de quatro, cinco anos, já frequentem um ambiente escolar. Se formos observar os países desenvolvidos, os países que têm bem-estar social, que têm um bom desempenho no Pisa, que fazem parte da OCDE, nesses países, as crianças têm, no mínimo, 12 anos de escolaridade básica. Não se fala em desenvolvimento de crianças e adolescentes sem frequentar a escola.

Eu queria somar a esses argumentos o que vivemos infelizmente nesses dois últimos anos de pandemia. Infelizmente, nós sabemos que o Brasil foi um dos países que ficou mais tempo com as suas escolas fechadas, e todos os estudos que temos agora recentemente, do Banco Mundial, da OCDE, evidenciam perdas significativas de aprendizagem, um percentual altíssimo de crianças de seis e sete anos que não aprenderam a ler e a escrever um texto simples.

Também temos uma série de evidências sobre uma série de ameaças à saúde mental e emocional dessas crianças, aumento de casos de violência e de abuso sexual. Temos que apoiar as famílias e as comunidades, juntamente com o sistema de garantia de direitos, para garantir que essas crianças tenham o desenvolvimento pleno, livres de violação dos seus direitos. É dever do Estado, é dever da escola apoiar a proteção social e a prevenção de violências, porque, infelizmente, as nossas crianças, como sabemos, quando sofrem violência, esta, em sua grande maioria, é feita, 80% dos casos, por pessoas conhecidas; 60% nas próprias residências, se consideramos crianças de 0 a 14 anos; e 53%, se consideramos adolescentes e jovens de 15 a 19 anos.

Além disso, a escola é o espaço onde as crianças convivem com a pluralidade e com a diversidade. Nós sabemos que o século XXI desafia a sociedade, o mundo, a aprender a respeitar a diversidade, a pluralidade, a viver em paz, a conseguir estabelecer vínculos e respeito e construção de valores entre sociedades diferentes. Esse é o espaço de construção desses valores, dessa educação integral.

Por fim, eu gostaria também de trazer aqui trabalhos de vários Prêmios Nobel, visto que a gente sabe que o desenvolvimento do capital humano sempre ocorre, segundo esses estudiosos, dentro da educação escolar. E, mais recentemente, temos também alguns estudos que demonstram que a educação infantil, a educação básica concluída, é a única solução para que a gente possa mitigar todos os problemas econômicos, de segurança pública, de saúde e de produtividade de crianças e adolescentes.

Temos estudos, inclusive, da FGV, aqui do Brasil, que demonstram que um adolescente, um jovem que não conclui a sua educação básica na idade correta chega a ter uma renda *per capita* em torno de R$800. Já um jovem que consegue concluir a sua educação básica com qualidade chega a ter uma renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

per capita em torno de R$2,7 mil. Ou seja, consideramos que agora, neste momento, o debate nacional tem que estar girando em torno da prioridade.

Qual é a prioridade agora? A prioridade agora não é discutir educação domiciliar; a prioridade agora é discutir como podemos recompor a aprendizagem de milhões de crianças que não frequentaram escolas nesses quase dois anos, como garantir a conectividade para professores, estudantes, crianças e escolas, como dar apoio emocional e de saúde mental para familiares, para crianças e para professores, como combater o trabalho infantil, como combater a exploração sexual de menores. Esse é o debate que a nossa sociedade precisa estabelecer.

O Brasil precisa estabelecer a conexão com as reais necessidades e questões emergenciais que precisamos vencer para que, de fato, nossas crianças e adolescentes tenham direito à vida.

Eu queria agradecer muito esse espaço e me coloco aqui à disposição para continuar nesse diálogo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a sua participação, Mônica Rodrigues Dias Pinto, que é representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Muito obrigado.

Passo, em seguida, a palavra, também pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Ricardo Iene Dias, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned).

Com a palavra, Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO IENE DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente desta Comissão! Muito boa tarde a todos, aos presentes, aqui vão os nossos cumprimentos!

Como já foi dito, eu sou o Ricardo Dias, mais conhecido como Rick Dias, e sou o Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar.

Gostaria de começar esta nossa fala lembrando que hoje são mais de 60 países que reconhecem o direito dos pais – mais de 60 países, nos cinco continentes, de regimes de governos diversos, que reconhecem o direito dos pais.

E por que isso acontece? O que há de comum entre esses países? Muito simples, isso é fruto do reconhecimento do que está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu art. 26, que diz que os pais têm a prioridade e a prerrogativa no direito de escolha do gênero de instrução a ser ministrada aos seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que, no passado, nós tivemos muitos problemas, estados totalitários que tinham um único modelo e que obrigavam as pessoas a um único modelo educacional. Lembro-me da Alemanha, que, inclusive, foi citada aqui, e é bom que se diga que na Alemanha a educação domiciliar não é permitida em razão de uma lei que ainda vigora desde a época de Adolf Hitler. Então, não preciso mais explicar o motivo.

Em 1948, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ficou muito claro que era combatida ali essa tirania educacional no sentido de termos um único modelo, e esse modelo logicamente não pode ser único porque nós não somos contra a escola. Uma mãe educadora, inclusive, utiliza a expressão, que eu vou tomar emprestada. Ela diz sempre assim: "Nós não somos contra a escola, nós somos a favor da escolha".

Não estamos aqui brigando por questões pedagógicas, estamos lutando pelo reconhecimento de um direito natural, até porque da Declaração Universal dos Direitos Humanos vieram todos os outros tratados de direitos internacionais, em que, inclusive, em todos eles, está muito bem claro o direito dos pais.

Então, nós somos contra a imposição de um único modelo. A nossa Constituição fala claramente do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Não entendemos que pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas seja apenas na escola; se for só na escola, nós não temos uma democracia na educação, nós temos, então, uma ditadura educacional.

Cada vez mais famílias são adeptas desse modelo. Nós tivemos diversos problemas – eu falo aqui como pai educador –, porque as famílias foram colocadas numa espécie de limbo jurídico. Desde a decisão do Supremo que reconhecia que a educação domiciliar não é inconstitucional – essa decisão foi em setembro de 2018, portanto já vamos para quatro anos dessa decisão –, até aqui as famílias vivem num limbo jurídico e estão sendo prejudicadas. Mesmo assim, o número só cresce: éramos 7,5 mil famílias, em 2018; hoje somos mais de 35 mil famílias no Brasil que fazem educação domiciliar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e demais presentes, a necessidade da regulamentação hoje é para tirar as famílias desse limbo jurídico, porque ela não cria em si mesmo um direito, esse direito já está reconhecido, como já foi dito anteriormente, nos tratados internacionais de direitos humanos e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A proposta legislativa já traz todos os parâmetros, burocracias, requisitos necessários para se dirimir qualquer tipo de dúvida. Ela tem uma série de proteções. Então, não entendemos por que o temor de aprovar a educação domiciliar. Os pais não estão pedindo uma lei para que eles tenham direito. Sou pai educador também, eduquei meus filhos fora da escola. Hoje eles estão no mercado de trabalho, na universidade, felizes, produtivos, sociáveis. Eu não tenho nenhum tipo de arrependimento; muito pelo contrário, estou muito contente com a escolha que eu fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a regulamentação da educação domiciliar, os pais que quiserem continuar enviando os seus filhos para a escola vão continuar enviando os seus filhos para a escola por entenderem que essa é, sim, a melhor opção para os seus filhos, mas não vão fazê-lo mais porque são obrigados, porque agora, sim, eles têm um direito de escolha, e é um direito natural.

Essa matéria já vem sendo debatida há 28 anos – pasmem os senhores! –, no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados, onde, desde 1994, têm-se apresentado projetos de lei para regulamentar a educação domiciliar. De lá para cá, são 15 projetos de lei e mais uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, que foi apresentada também em 2009. E, no Senado, nós já temos um projeto de lei. Esse assunto já é ventilado no Senado desde 2018 com o PL 490/17, do Senador Bezerra Coelho. Nós, inclusive, estivemos numa audiência pública nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, Presidida pelo Senador Paulo Paim, e, na época, não sei se ainda o é, mas, na época, a Senadora Soraya Thronicke era, então, a Relatora dessa proposta, desse projeto.

Então, já vem sendo extremamente discutido, já vem sendo debatido há muito tempo. Tem alguns estados brasileiros, inclusive, que aprovaram a educação domiciliar. Posso citar o Estado de Santa Catarina. A Alesc aprovou a educação domiciliar. No Estado do Rio Grande do Sul, também foi aprovada. No Distrito Federal, foi aprovada. E o Estado do Senador Arns, o Estado do Paraná, que hoje é um dos estados mais importantes – que mais se destaca, melhor dizendo –, em matéria de educação domiciliar. Hoje 11% das famílias educadoras do Brasil estão no Estado do Paraná, onde, atualmente, inclusive, eu resido.

A regulamentação também pode trazer essa segurança jurídica, porque, nesses estados que eu citei, estados em que a educação domiciliar foi aprovada – eu não citei algumas cidades; tem algumas cidades no Brasil nas quais também a educação domiciliar foi aprovada –, as famílias estão sofrendo com ações diretas de inconstitucionalidade. E o grande problema é a ausência de lei federal. Além disso, também, a regulamentação iria permitir que todos os demais atores envolvidos, como, por exemplo, o Estado, o próprio Poder Legislativo, a academia, as instituições de ensino, tivessem acesso às informações oficiais sobre *homeschooling*. Hoje é muito difícil ter isso e o grande problema de não ter isso hoje é por conta dos opositores do *homeschooling*.

Então, é muito difícil fazer uma pesquisa com validação acadêmica. É muito difícil expor os dados. É muito difícil, para nós, falar do sucesso que temos com nossos filhos de várias, algumas gerações aqui, como a minha geração, que começou, há mais de uma década, e hoje colhe os frutos, enfrentando a Justiça, enfrentando o Estado, com muita coragem. Mas, infelizmente, nós apenas podemos mostrar a vocês, além do resultado do nosso trabalho, os estudos e trabalhos científicos que são veiculados em outros países, como Estados Unidos, Canadá, Chile, alguns países da Europa, nos quais o *homeschooling* já é praticado, porque já é reconhecido nessas nações há mais de 20 anos ou há mais de 30 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, enquanto a gente tiver esse tipo de oposição, nós vamos ter muita dificuldade com relação à questão das informações oficiais.

Eu queria aproveitar aqui para agradecer ao Senador Arns pela receptividade com o tema, com as famílias educadoras, pela atenção que tem dado.

Eu quero dizer que as famílias paranaenses têm muita expectativa na sua relatoria – como eu disse, é um estado que se destaca; e elas têm muita expectativa – e eu espero que nós possamos sair dessas discussões, que nós consideramos superadas, como socialização, como condição dos pais, porque vários países, também com problemas sociais graves, países com dificuldades, países em desenvolvimento, países subdesenvolvidos, países desenvolvidos, como eu disse anteriormente, já reconheceram o direito dos pais e, para nossa tristeza, esses países estão à nossa frente nos *rankings* e nos índices de desenvolvimento da educação no Brasil.

Então, regulamentar é o que nós esperamos que aconteça. A regulamentação vai reconhecer um direito que é nosso. Ainda que seja possível fazer modificações, mesmo assim, é importante que se dê prioridade, porque esse número de famílias educadoras só cresce, é um fato consumado. Nós poderíamos, tranquilamente, estar aqui em desobediência civil, mas estamos debatendo, estamos discutindo, estamos conversando com o Estado, como se faz em um país democrático. E, agora, chegou a nossa vez de termos o nosso direito de escolha.

Muito obrigado e uma ótima tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Obrigado, Ricardo Iene Dias, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned).

Passo, em seguida, a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Daniel Tojeira Cara, Professor de Educação da Universidade de São Paulo.

Com a palavra o Prof. Daniel.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos.

Em primeiro lugar, é um prazer mais uma vez estar contigo, Senador Flávio Arns; é um prazer também estar com a Mônica Rodrigues, com o Ricardo Dias, com a Inez Borges, enfim, com todos os participantes.

Eu tenho uma apresentação para fazer, Senador, e eu só não sei como funciona aqui o sistema e peço para que o senhor, se possível, comece a contar meu tempo a partir da organização aqui da apresentação.

Não sei se o Thiago, Secretário da Comissão, já autorizou o uso aqui do compartilhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Já está autorizado a compartilhar a tela.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência.*) – Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Veja se acha aí.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência.*) – *Share screen* aqui. Certo!

Vocês conseguem ver a minha tela ou não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não, ainda não. (*Pausa.*)

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência.*) – Agora sim?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agora deu certo, só que não é a tela cheia ainda. Dá para ver bem, mas não é aquela tela que ocupa...

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência.*) – Estou com a mesma dificuldade da Dra. Mona Lisa aqui. (*Risos.*)

Vou passar o F5 aqui para ver se funciona.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Veja lá se o F5 ajuda.

Não deu? (*Pausa.*)

Acho...

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência.*) – Vocês acham que dá para ir dessa maneira?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Dá; dá para ver bem.

Se você quiser continuar assim, pelo menos, acho que, para mim, aqui está ótimo. E eu já uso óculos.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência.*) – Então, vamos seguir dessa forma. (*Risos.*)

E eu estou sem os óculos, Senador. Estou precisando, inclusive, ir ao oculista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está bem.

Eu faço o seguinte, como fiz com a Dra. Mona Lisa e farei se outra pessoa tiver alguma dificuldade, recomeço o tempo.

Obrigado.

Está com a palavra, Prof. Daniel.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (*Por videoconferência*.) – Bom, novamente, boa tarde a todas e todos.

É um prazer, mais uma vez, ter a oportunidade de me pronunciar perante a Comissão de Educação do Senado Federal, que tem sido brilhantemente presidida pelo Senador Marcelo Castro e tem tido a participação decisiva da Senadora Zenaide, que está aqui presente, e também do Senador Flávio Arns, que tem feito a diferença na defesa do direito à educação.

Bom, o tema que eu vou apresentar rapidamente para vocês é sobre o direito à educação e a educação familiar, fazendo já um diálogo com as apresentações da Mônica Rodrigues, da Dra. Mona Lisa e também do Ricardo Dias, para que a gente possa também ter aqui um processo de avanço na tramitação dessa matéria.

Bom, é importante frisar que eu poderia optar por diversas formas aqui de abordagem, mas eu vou analisar apenas dois aspectos problemáticos da educação domiciliar. O primeiro se refere a aspectos jurídicos e o segundo, em relação aos aspectos pedagógicos.

Então, de forma bem objetiva, como professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, formador de professores e preocupado com a questão pedagógica, diferentemente até do que o Ricardo trouxe, como familiar, no exercício do direito dele, é importante frisar que no debate sobre o direito à educação a gente não pode deixar de brigar sobre a questão pedagógica. Ou seja, a questão pedagógica tem que ser o eixo fundamental do debate sobre o direito à educação.

Então, é dessa maneira que eu vou transcorrer. Eu vou falar sobre a questão pedagógica mais ao final da minha apresentação.

Em primeiro lugar, falando sobre o aspecto jurídico, é importante a gente frisar que o art. 205 da Constituição Federal de 1988, na minha opinião, como professor de educação comparada, inclusive, melhor do que o art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ele determina uma tripla missão da educação.

No art. 205 está dito, de forma muito feliz, com a participação belíssima do Florestan Fernandes, na minha opinião o maior Constituinte da Constituição de 1988:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [e aqui a tripla missão], visando [em primeiro lugar] ao pleno desenvolvimento da pessoa [e em segundo lugar], o seu preparo para o exercício da cidadania e [em terceiro lugar] sua qualificação para o trabalho.

Ou seja, a Constituição de 1988 deixa de forma muito clara qual é a missão da educação nacional e que é um dever de todo o Estado brasileiro, de toda a sociedade e de toda a família a garantia desses três aspectos dessa tripla missão do direito à educação.

O Ricardo Dias, o Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar, tem reivindicado, de forma muito constante, algo que é fundamental no debate público que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

O art. 26 – eu trouxe aqui para vocês –, precisamente, vai dizer no seu primeiro inciso que toda pessoa tem direito à educação, que a educação deve ser gratuita pelo menos a correspondente ao ensino elementar e fundamental, que o ensino elementar é obrigatório – eu friso aqui porque tem a ver com a qualificação para o trabalho –, que o ensino técnico e profissional deve ser generalizado, que o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos, em plena igualdade, em função do seu mérito.

Inciso II, a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana – observa-se aí um forte diálogo com a Constituição brasileira – e ao reforço dos direitos dos homens e das liberdades fundamentais – tem o vínculo com a questão da formação para a cidadania – e deve fortalecer a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Eu utilizo aqui o texto de português de Portugal.

Inciso III, aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos seus filhos.

Então, esse aspecto tem sido muito reivindicado pela Associação Nacional de Educação Domiciliar. Agora, qual é o problema? E essa é uma questão importante do debate jurídico. A prioridade do direito de escolher refere-se à proteção e não a domínio. E essa mudança de perspectiva consta da alteração da perspectiva do pátrio poder, que é incluída no Código Civil de 1916, ao poder familiar, que já corresponde ao Código Civil de 2002, ou à autoridade/responsabilidade parental. E concordo com a Dra. Mona Lisa: a responsabilidade parental é um termo muito mais feliz, que consta do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e à perspectiva, de fato, asseverada na Constituição Federal.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive, o instituto da dominação familiar é substituído pelo instituto da proteção, segundo o grande jurista Carlos Roberto Gonçalves, que é uma referência na doutrina jurídica sobre direito civil e sobre a questão da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, reiterando, o instituto da dominação familiar é substituído pelo instituto da proteção, que está melhor assentada na perspectiva da autoridade parental.

Fazendo uso aqui de outro grande jurista – o Paulo Luiz Neto –, inclusive, a denominação poder familiar, que consta do Código Civil de 2002, é mais apropriada que o pátrio poder do Código Civil de 1916, mas ainda não é a mais adequada. O Neto vai elaborar uma crítica ao termo poder e vai dizer, segundo ele, que o termo mais adequado é autoridade ou responsabilidade. É o termo que eu prefiro também, novamente em concordância com a Dra. Mona Lisa.

Segundo esse jurista, voltando aqui, o termo mais adequado é autoridade e responsabilidade parental. Na minha visão, essa é a perspectiva do ECA, de 1990, tendo em vista que o conceito de autoridade traduz melhor o exercício de função legítima, fundada no interesse de outro indivíduo – frisar essa questão – e não em coação física ou psíquica inerente ao poder. Ou seja, a preocupação dos pais, na responsabilidade parental, é defender o melhor interesse dos seus filhos. E esse é o caminho que eu quero reiterar aqui na nossa conversa, aqui na nossa discussão.

O próximo tópico que eu quero abordar é sobre o direito à educação e à escola.

Ao longo da história, desde a ascensão do Estado moderno, a consagração do direito à educação é um esforço nacional, ou seja, é um esforço que vai além, simplesmente, das famílias. É um esforço de toda a sociedade. E isso não é diferente no caso do Brasil: ou seja, é imprescindível para o país, para a sociedade, para os familiares e principalmente para os estudantes que as cidadãs e os cidadãos brasileiros sejam plenamente desenvolvidos como pessoas, plenamente preparados para o exercício da cidadania e plenamente qualificados para o trabalho. Isso coaduna com a perspectiva trazida aqui pela Mônica Rodrigues, representante do Unicef.

No Brasil, em muitos aspectos, eu não tenho dúvida disso, Rick Dias, a escolarização não tem sido capaz de garantir a educação de qualidade, mas, certamente, não é possível realizar o direito à educação fora da escola, como foi demonstrado, novamente fazendo coro com a Mônica Rodrigues, pela epidemia de covid-19. Ou seja, a pandemia é a maior prova da importância da educação, inclusive da educação presencial.

Infelizmente, por conta da má gestão da questão da saúde pública, nós não pudemos contar com a possibilidade dos alunos dentro das escolas. Mas, certamente, nós aprendemos que a educação à distância não funciona para um processo pleno de ensino-aprendizado.

Nesse sentido, existem alguns equívocos no debate público, Senador Flávio Arns, que precisam ser bem-resolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe aqui um tuíte que circulou muito, inclusive nas redes de educação domiciliar, do teólogo Yago Martins, que é teólogo e pastor batista, Mestre em Teologia e especialista nas áreas de economia política, pela UniÍtalo, e de neurociência, pelo Mackenzie.

Disse o Yago Martins: "Eu tenho Mestrado em Teologia, pós em Economia Política e em Neurociência, minha esposa é cientista social, com Mestrado em Antropologia da Educação, com toda humildade [diz ele], garanto que a gente ensinando a Catarina em casa é muito melhor que a tia, que só faz pedagogia noturno na Uece, Universidade Estadual do Ceará. Ele é radicado no Estado do Ceará".

Bom, existe aí um problema de paradigma. Aqui, nós entramos na questão pedagógica do equívoco da educação domiciliar. O problema de paradigma se refere a um próprio desconhecimento da ciência pedagógica e da prática pedagógica. Em ″Resenha, Análise e Síntese dos Principais Clássicos da Ciência da Educação", o Vitor Henrique Paro, neste livrinho *Educação como Exercício do Poder*, que já é um clássico da educação no Brasil e que está sendo traduzido para outras línguas, mostra que, cientificamente, educação não é transmissão de conhecimento. Ou seja, é preciso que haja interação tanto entre alunos como entre alunos e seu professor.

Ou seja, o ambiente de aprendizado precisa ser um ambiente de aprendizado generalizado, que envolva tanto o professor e aluno, educador e educando, como diria o Paulo Freire, como também os educandos.

Nesse sentido, o neurocientista e principal cientista brasileiro Miguel Nicolelis, numa entrevista recente, falando sobre o seu último livro lançado, traz algumas questões que são importantíssimas. Já tive, inclusive, oportunidade de conversar sobre esse estudo com alguns Senadores. Ele vai dizer que a grande descoberta da neurociência é que a inteligência é uma propriedade emergente de um sistema orgânico, que não foi construído, evoluiu em relação ao ambiente, em contato com outros membros da espécie. Ou seja, a inteligência só é possível em contato com outras pessoas.

Ele, inclusive, mostra que, de uma geração para outra, pela primeira vez na história, pelas obstruções de contato causadas, inclusive, pela tecnologia, nós estamos tendo uma queda de coeficiente de inteligência.

Ele vai reiterar que, na questão educacional, o que realmente faz a diferença é o contato humano e que a falta dele é o que prejudica o processo de aprendizado, porque escola não é só classe, não é só aula; é o recreio, é a conversa das crianças, é a troca de experiências individuais. Ou seja, a educação é uma vertente coletiva.

Então, nesse sentido, a título de conclusão, embora não seja intenção das famílias, eu não tenho dúvida disso, ao obstruir às filhas e aos filhos a experiência da educação escolar, a educação domiciliar acaba por impedir o pleno acesso ao direito à educação. Em outras palavras, fere tanto o princípio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridade e da responsabilidade parental, como também fere aquilo que está posto no tripé do art. 205 da Constituição Federal.

E é sempre bom lembrar, para falar numa questão de perspectiva comparada, e para finalizar, o Rick Dias, com razão, falou de 60 países, cerca de 60 países que têm educação domiciliar. Mas como ele sabe, o mundo se compõem de 193 países. Então, a gente está falando de um universo de 31% de países e, certamente, é um equívoco o Brasil ingressar nesse clube, que é um clube que, pelos motivos já apresentados aqui, por mim, pela Dra. Mona Lisa e também pela Mônica Rodrigues, acabam por obstruir o direito à educação.

Então agradeço a oportunidade de estar aqui e, mais uma vez, reitero a importância desse debate no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço a sua participação, Prof. Daniel Tojeira Cara, de Educação, da Universidade de São Paulo.

Passo em seguida a palavra à Sra. Galdina de Sousa Arraes, que é Coordenadora Jurídica da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Com a palavra a Sra. Galdina, da Uncme.

A SRA. GALDINA DE SOUSA ARRAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero dar boa tarde a todos e todas. Quero saudar todos os Senadores desta Casa, na pessoa do Exmo. Senador Flávio Arns.

O Senador Flávio tem atuado com muita competência e dedicação na área da educação e nós na Uncme temos uma gratidão muito grande pelo seu trabalho.

Quero saudar também a Dra. Mona Lisa, o Daniel Cara, a Inez Borges, a Mônica, o Ricardo Dias, o Salomão Barros, o Alexandre Magno, as autoridades, os servidores da Casa, aqueles que estão nos ouvindo, nos acompanhando e, em especial, quero saudar os pais, quero saudar as famílias, os estudantes, os jovens, as crianças e os adolescentes. E quero agradecer pelo convite. Realmente, é um momento de agradecermos, de celebrarmos a oportunidade de estar nesta sala virtual discutindo temas tão importantes quanto a garantia do direito e a qualidade da educação.

Quero dizer que estamos honrados em fazer parte desta Mesa, lembrando que, quando a sociedade, por ser extremamente dinâmica, traz uma demanda, é importante que a gente faça uma escuta; é importante que a gente tenha um olhar para aquilo que a sociedade está demandando. É preciso também fazer esse diálogo. O diálogo sempre será o caminho para a gente encontrar a saída, para encontrarmos uma solução mais coerente, mais justa e que não traga nenhum tipo de prejuízo. E com certeza nossa prática passa a ser também mais qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em especial, o debate de hoje é sobre a educação domiciliar. E eu gostaria de falar um pouquinho sobre a defesa da Uncme. Nós da União Nacional dos Conselhos de Educação compreendemos que a educação é um direito fundamental de natureza social. A gente acredita nisso, conforme está posto na Constituição Federal.

No art. 205, já foi bem dito aqui hoje à tarde, está bem claro que é direito, que a educação é um direito e um dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade.

Veja bem. Então aí são os três envolvidos, família, Estado e a sociedade, como forma de garantir esse direito, a prestação desse direito, a garantia desse direito e a prestação dessa educação com o objetivo de resultados que façam diferença na vida dos sujeitos que estão envolvidos e usufruindo dessa educação que está sendo ofertada. Então, é fundamental que haja um regime de colaboração entre Estado, família e sociedade para garantir essa educação que é um direito constitucional.

Além de ser um direito constitucional que está lá na nossa Constituição Cidadã de 1988, também nós temos toda uma legislação que afirma esse direito, que define como que se dará esse processo de educação dentro das unidades federativas e que também traz essa responsabilidade do Estado. Aqui nós não podemos eximir o Estado. Quando se fala de educação domiciliar, isso me traz à memória eximir o Estado de uma responsabilidade, de um dever, de uma tarefa que ele tem que executar e tem que executar com qualidade, com investimento.

Vejam bem, se essa educação é um direito indisponível que deve ser ofertado a todas as pessoas, isso implica em quê? Em um processo constitutivo de construção igualitária de uma sociedade democrática justa, livre e solidária. Então, é através do diálogo, através da convivência, através do relacionamento que nós vamos construir essa sociedade que seja, como está posto na Constituição, livre, justa e solidária.

Existe uma diferença também muito grande quando a gente fala dos direitos que estão anunciados, que estão colocados e os direitos que, de fato, são efetivados. Está lá posto que é direito, mas, dentro da função de garantir a proteção desse direito e proclamar esse direito, afirmar esse direito, discursar sobre esse direito, há uma diferença sobre a possibilidade de efetivar esse direito e a possibilidade de transformação social à medida que esse direito é colocado em prática.

Em todos os conselhos municipais de educação existentes neste país, nós tivemos, como conselheiros municipais de educação, a dura tarefa, dia após dia, de ofertar agora, no período da pandemia, uma educação não presencial. Isso não foi algo simples. Na verdade, a gente não transferiu para as famílias a responsabilidade de educar naquele momento de pandemia, mas nós precisamos e exigimos mais das famílias a colaboração para efetivar esse direito e nós podemos afirmar que houve muita dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala de educação domiciliar, a gente tem que lembrar da nossa realidade brasileira, das condições das nossas famílias. E aqui eu venho para o município, onde o cidadão vive, onde ele mora, onde ele sofre, onde ele é feliz, onde ele se realiza. As coisas no município não são fáceis, não são simples. E, quando a gente fala em dividir forças, quando a família propõe que ela quer assumir sozinha essa responsabilidade com a educação do seu filho, estão dividindo força. Quando dividem força, enfraquecem; enfraquecem e podem acentuar, ainda mais, as desigualdades existentes neste país.

Para nós da Uncme, a nossa defesa é por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade social, e o nosso pacto é com os estudantes. Nós acreditamos, para além da força do diálogo, no regime de colaboração, na parceria, na cooperação entre escola e família.

A LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Educação, os planos estaduais de educação, os planos municipais de educação não fazem referência a essa educação domiciliar. Então, nós temos um bojo de legislação vigente que não traz nenhum comentário, nenhuma referência àquilo que está nesta proposta que está sendo feita através do projeto que está tramitando aí no Senado.

Qual é a defesa da Uncme? A gente tem trabalhado nesses 30 anos... A Umcme está fazendo 30 anos. A primeira defesa nossa é ouvir, é o diálogo. Nós somos considerados ponte, mediadores entre o gestor, o poder público e a sociedade civil. A nossa defesa é que o município organize seu sistema próprio; a defesa da autonomia do município como ente federado, do fortalecimento dos conselhos como órgãos de Estado, da normatização, da fiscalização e do controle social. Se nós temos essa preocupação com o controle social e com a fiscalização, quem vai monitorar, quem vai fiscalizar e quem vai fazer o controle social dessa educação que está sendo gerenciada pelas famílias?

Nós dos conselhos não fazemos leis, mas nós somos intérpretes das leis. Quem faz as leis é a Casa Legislativa, mas nós temos a preocupação de zelar pela legislação vigente. Neste momento, a legislação não traz nenhum embasamento legal para esse tipo de proposta e de projeto.

Os conselhos são espaços democráticos de debate permanente para garantir essa educação de qualidade, de qualidade social e a efetivação da gestão democrática. Nós temos os planos de educação, o que está ali especificado da Meta 1 até a Meta 20, que é o financiamento da educação, que trazem uma infinidade de estratégias. E os conselhos e os fóruns de educação têm por responsabilidade monitorar cada estratégia, e aquela estratégia que não está sendo cumprida o município tem que dizer por que não está sendo cumprida, e nós temos que oferecer uma tática e uma proposta para que se cumpra cada meta que está estabelecida naquela legislação vigente.

Outra função nossa, além da normativa, é deliberativa e essa função consultiva, essa função também de escuta. Então, como eu disse, na nossa função de zelar pela legislação, essa legislação que nós não elaboramos, mas que nós interpretamos, a gente acha estratégico este momento aqui do diálogo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir o Projeto de Lei 1.338, de 2022. Sabemos que ele já foi aprovado na Câmara dos Deputados e que agora está aqui, no Senado. E eu quero cumprimentar esta Casa e os Senadores por esta oportunidade de chamar a sociedade para conversar, para dialogar, para encontrar um caminho e uma saída. Nós não estamos em uma guerra uns contra os outros; nós estamos no mesmo caminho, querendo que a educação seja para todos e todas e que seja uma educação de qualidade.

A nossa proposta é que se efetive um regime de colaboração família e escola, visando o quê? Visando a construção dessa sociedade justa, solidária, que possa prezar pela questão da equidade e do direito, de uma educação que seja capaz de transformar realidade, realidade que nós vivemos hoje nos municípios, de uma educação que venha a oferecer oportunidades, de uma educação que transforme vidas, que traga o desenvolvimento local, que traga qualidade de vida e que favoreça a inovação social.

Lembro também que o ser humano se realiza na relação com o outro. Nós só somos nós, porque existe o outro. Então, nós precisamos aprender a nos relacionar e aprender a conviver, e é através dessa convivência que nós construímos a nossa identidade.

São muito importantes as audiências.

A Uncme não defende o projeto, porque nós acreditamos que o viável é para aquela realidade que nós estamos vivendo hoje e ele não é viável para esta realidade de hoje, para a sociedade que nós temos hoje. As famílias não têm condições de atender, e nós não vamos eximir o Estado dessa responsabilidade. Acreditamos e defendemos a escola pública como espaço de socialização, convivência democrática com as diferenças, construção coletiva e produção do conhecimento. Queremos garantir o direito às crianças, aos jovens e aos adolescentes de viverem em uma sociedade, numa sociedade que seja mais justa para todos.

Queremos de fato efetivar o regime de colaboração. O Estado precisa cumprir o seu papel e garantir que essa educação seja de qualidade, qualidade social, para todos e todas. Transferir a responsabilidade para as famílias seria a negação de um direito. O que nós precisamos é efetivar a nossa relação família-Estado-sociedade e defender uma educação que seja pública, que seja para todos, que tenha qualidade, que venha a transformar, que venha a oferecer uma vida mais feliz para todos nós e que traga condições para cada família de se sustentar. Nós vivemos em um país extremamente desigual e nós precisamos garantir direitos e não dividir forças; nós precisamos, sim, unir as nossas forças.

Quero agradecer a oportunidade, agradecer ao Senador e dizer que estamos abertos ao debate, ao diálogo. A gente só consegue encontrar um caminho, uma saída, na medida em que a gente dialoga. Quando a nossa visão não alcança, quando a gente não vê possibilidade, nós precisamos agir em um novo campo de ação, e esse novo campo de ação nós vamos construir juntos, de maneira solidária, de maneira generosa e harmoniosa.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Quero agradecer à Sra. Galdina de Sousa Arraes, Coordenadora Jurídica da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Na sequência, passo a palavra, também por dez minutos – já deveria ter feito isso antes, mas por engano acabei pulando aqui –, ao Sr. Prof. Salomão Barros Ximenes, Professor da Universidade Federal do ABC.

Com a palavra, Prof. Salomão.

O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Espero que me escutem bem.

Sem problema quanto à mudança de ordem. Isso acaba sendo bom também para poder ouvir mais a contribuição da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Estamos escutando muito bem.

O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu queria saudar esta Comissão por esta oportunidade de trazer aqui uma reflexão sobre este projeto de lei em análise neste momento no Senado Federal, projeto que visa regulamentar a figura da educação domiciliar no Brasil.

Eu optei, neste pouco tempo que tenho... Tenho até um material escrito que peço licença para encaminhar depois para a Comissão, mas optei por destacar alguns pontos de preocupação em relação à matéria neste momento em tramitação no Senado no formato em que ela foi aprovada na Câmara dos Deputados, atendendo ao chamado da Comissão para analisar os potenciais impactos desta matéria na configuração jurídica do direito constitucional à educação no Brasil. Essa tem sido a minha principal preocupação, ou seja, a despeito também de me colocar como alguém bastante crítico e cético em relação à possibilidade do *homeschooling*, à possibilidade pedagógica e jurídica de realização do direito à educação, eu queria destacar aqui a prejudicialidade que esta matéria traz para o processo de construção histórica, para o longo processo de construção histórica, com idas e vindas – às vezes, com mais retrocessos do que avanços, para nossa tristeza –, do direito à educação no Brasil.

Senador Flávio, eu tenho chamado atenção para o fato de que esta matéria carrega uma espécie de armadilha, uma espécie de armadilha retórica. Ela vem com um argumento de que viria no sentido de proteger o direito de um grupo específico, de uma minoria, de situações particulares, excepcionais – fala-se de 0,1% de famílias ou crianças que acessam essa modalidade –, mas o resultado prático da proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi aprovada na Câmara dos Deputados, se nós pararmos para analisar o texto friamente, é um processo de reconfiguração do desenho geral do direito à educação no Brasil, com impactos jurídicos no conjunto do sistema educacional brasileiro, com uma gravidade tremenda.

E aqui eu queria chamar atenção para três aspectos.

Antes disso, vou chamar atenção para outro ponto. Escutei com bastante atenção as demais falas. E é muito simbólico do ponto de vista da técnica legislativa que se adota neste projeto que ele modifique o art. 1° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, o artigo que define o que é educação. O art. 1° da LDB, no seu *caput*, vai definir o que é educação, inclusive estabelecendo um papel bastante relevante para as famílias, para as comunidades, no processo educativo no seu sentido ampliado, e seu §1° vai definir que educação escolar é aquela que acontece predominantemente nas instituições próprias. Pois bem, o projeto de lei agrega a este §1° a ideia da educação domiciliar, na prática, abrindo já, na vitrine do desenho jurídico institucional da educação brasileira, um duplo caminho. É uma espécie, Senador, me perdoe a palavra, de tanto faz, ou seja, tanto faz estar matriculado na escola ou acessar a educação domiciliar, para efeito dessa definição da LDB. Eu acho que esse é um aspecto bastante simbólico de como o projeto pretende alterar bases bastante significativas da proteção jurídica do direito à educação no Brasil.

Também chamo atenção, como foi bem colocado já por alguns que me antecederam, como o Prof. Daniel Cara, para a questão de que, se é verdade que a Declaração Internacional dos Direitos fala em prioridade das famílias na escolha do gênero da educação dos seus filhos, também é verdade que há diferentes modelos de reconhecimento dessa prioridade, diferentes modelos de juridificação do reconhecimento dessa modalidade. O Brasil reconhece a prioridade das famílias ao proibir, por exemplo, o monopólio estatal da educação, ao prever que educação é um serviço público não exclusivo do Estado e ao estabelecer, como muito bem colocou a Profa. Galdina, diferentes possibilidades de participação das famílias na construção das políticas educacionais.

Eu queria destacar, na continuidade da minha fala, três aspectos de enorme preocupação sobre o impacto jurídico deste projeto.

O primeiro impacto bastante significativo é que, na prática, Senador e demais que nos acompanham, este projeto, caso aprovado, elimina do sistema jurídico brasileiro a obrigatoriedade escolar, ou seja, ele elimina algo duramente conquistado na nossa legislação. Nós não podemos tergiversar sobre essa conclusão. Ele retira do cenário jurídico brasileiro, mediante cumprimento de alguns requisitos de relativa facilidade de serem alcançados pelas famílias, ou seja, matrícula em curso de educação superior e alguns requisitos... Ele, na prática, retira a ideia de obrigatoriedade escolar, aquela obrigatoriedade escolar colocada na LDB de 1971, ampliada recentemente na Emenda Constitucional 59 – isso foi colocado aqui também –, com prazo de implementação a partir de 2016... Portanto, nós sequer chegamos a implementar no Brasil o regime de obrigatoriedade escolar na educação básica para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população de 4 a 17 anos completos de idade, como está colocado na Emenda Constitucional 59. Nós temos um enorme desafio, como todos nós sabemos aqui, de, por exemplo, alcançar a universalidade do acesso à população com mais de 15 anos no ensino médio. Nós sequer concluímos essa etapa e estamos criando uma relativização absoluta da ideia de obrigatoriedade escolar na LDB, no art. 1° da LDB e na sua continuidade.

Isso traz implicações bastante preocupantes também em dois regimes específicos do direito à educação. Eu diria que a ideia...

No caso da educação infantil, aqui há um problema, inclusive, de constitucionalidade da matéria aprovada na Câmara. A Constituição Federal é bastante direta e não deixa opção quando diz que a educação infantil acontece em creche e pré-escola. Não existe alternativa institucional de atendimento na Constituição. Portanto, aqui há um problema de inconstitucionalidade desta matéria. E, quando nós vemos o desafio de construção do direito à educação infantil no Brasil, ou seja, é justamente o desafio de levar dos ambientes domésticos, dos ambientes comunitários, dos ambientes informais para as instituições formais, para as creches, para as pré-escolas, nós entendemos o prejuízo e o risco que a aprovação desta matéria traz em estancar o processo de construção dessa política.

E outro regime, que mereceria, inclusive, um maior aprofundamento, Senador Flávio, talvez em uma dessas audiências – fica a minha sugestão, se o senhor me permite –, é o impacto no processo de construção da educação inclusiva das crianças e dos adolescentes, jovens e adultos com deficiência, porque aqui também o fator obrigatoriedade ou o fator direcionamento de um caminho único na construção da realização desse direito de crianças e adolescentes é muito importante para a construção de políticas públicas permanentes, sólidas, institucionalmente ancoradas em financiamento, num campo em que nós sabemos que também há ainda muitas resistências, inclusive, das famílias, das comunidades em entender e reconhecer o direito à educação dessa população. Aqui o enfraquecimento da ideia de obrigatoriedade pode trazer um prejuízo tremendo, inclusive retrocedendo em relação ao reconhecimento da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aos recentes julgados do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria.

Outro ponto que me chama bastante a atenção em relação a riscos é também algo com que nós também não podemos tergiversar aqui, ou seja, este projeto propõe eliminar do sistema jurídico brasileiro algo que é muito caro e que está na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que está no Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmado também em decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o direito à educação, que é a ideia de que crianças e adolescentes têm direito indisponível a acessar a escola, ou seja, esse é um direito próprio de crianças e adolescentes. O projeto secundariza esse direito, coloca esse direito a critério de uma livre escolha, modificando a LDB para isso, ou seja, abrindo possibilidade de atendimento presencial ou domiciliar no Estatuto da Criança e do Adolescente, colocando na legislação brasileira, como foi bem colocado aqui também por alguns que me antecederam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ideia retrocedendo em matéria de domínio sobre o direito de crianças e adolescentes e não a possibilidade de um exercício próprio, indisponível desses direitos por parte de crianças e adolescentes.

Nós precisamos lembrar também que, no Brasil, na história da construção dos direitos à educação e das políticas educacionais no Brasil, apesar de esse direito estar previsto na Constituição desde 1934 e estar sendo repetido desde então, foi só com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a afirmação da indisponibilidade desse direito, com a mobilização do sistema de controle, do sistema de Justiça na proteção desses direitos que nós chegamos a alcançar, no final da década de 90 somente, à quase universalização do acesso à escola no Brasil. Então, é um enorme risco relativizar essa proteção no atual momento de luta pela implementação do direito à educação no Brasil.

Vou concluir com uma última ideia, Senador, em mais um minuto, em cima do combinado.

O terceiro aspecto que me preocupa bastante é o aspecto da relativização, da imprescindibilidade, ou seja, da indispensabilidade da docência dos profissionais da educação como uma atividade profissional. Nós estamos aqui abrindo mão da ideia de que a docência é uma atividade profissional indispensável. Nesse sentido, inclusive, eu chamo a atenção: o Conselho Estadual de Educação de São Paulo aprovou uma indicação, no ano de 2021, no sentido de, inclusive, dizer que, caso venha a ser aprovado ou regulamentado o *homeschooling*, esse conselho não dispensará a presença do magistério profissional, porque ele entende que esse é um princípio e um direito constitucional inafastável sob qualquer hipótese. Então, aqui também há uma incongruência nesta matéria ao relativizar a ideia da essencialidade da profissão do magistério na garantia da educação.

É isso.

Fico à disposição também do Sr. Senador e dos demais participantes da mesa para seguir com este diálogo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós que agradecemos, Prof. Salomão Barros Ximenes, que é Professor da Universidade Federal do ABC.

No início da sua apresentação, o senhor perguntou sobre o material. Qualquer material que queira enviar, como subsídio para este debate, a Comissão de Educação irá recepcionar com o máximo prazer.

Quero dizer a todos e a todas que nos acompanham que todas as apresentações estão disponíveis na página da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. É só entrar no *site* que a pessoa terá acesso a todo o material e a todas as falas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero dizer para os expositores que há o prazo de dez minutos, mas, ao primeiro sinal de quinze segundos, automaticamente, se colocam mais dois minutos. Então, é sempre saber dosar o tempo para que se termine. Isso tem sido feito por todas as pessoas. A gente agradece.

Na sequência, passamos a palavra, por dez minutos também, ao Sr. Alexandre Magno Fernandes Moreira, autor do livro *Direito à Educação: Fundamento e Prática*. Então, passo a palavra ao Sr. Alexandre Magno.

O SR. ALEXANDRE MAGNO FERNANDES MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer ao Senador Flávio Arns pela oportunidade de estar aqui.

Sinto-me honrado e alegre de estar no meio de pessoas tão distintas e conhecedoras da educação. Entre nós, eu até anotei uma ou outra referência bibliográfica, depois eu vou conferir melhor, mas agradeço de antemão.

Vou começar com um desafio para os senhores doutos conhecedores da educação: qual é a sua concepção pedagógica favorita, qual é o seu filósofo educacional preferido? Talvez seja Paulo Freire, talvez seja, do outro lado, Ivan Illich, talvez seja John Dewey, talvez seja Maria Montessori... O mundo que estudou a educação sabe de uma coisa: não existem consensos em educação. Pelo contrário, as teorias da educação, as filosofias da educação variam enormemente. A controvérsia está na alma da educação.

E eu alerto sobre o perigo do discurso ideológico. O que o discurso ideológico faz? Ele naturaliza uma das posições e diz: "Só essa existe, só essa é admissível".

A Constituição é bem explícita ao falar de pluralismo de concepções e ideias pedagógicas, falar da liberdade de aprender e de ensinar. Não é só liberdade para o que eu acredito, para o que eu concordo. Ou é pluralismo de uma concepção só? Pelo contrário, a nossa Constituição poderia ter falado como na Constituição anterior de 1967, que dizia que a educação deveria se basear no princípio da unidade, da unidade nacional. Não. A Constituição de 1988 fala do pluralismo educacional. Dizer que somente a minha posição é aceitável é ignorar a própria essência do que é a educação.

E o discurso ideológico também corre o risco de se ater a belas frases, não conferir a realidade concreta. E qual é a realidade concreta? Senhores, não estamos falando aqui de algo em tese; estamos falando de um fenômeno global que está presente em dezenas de países. O que isso significa na prática? Significa que esse fenômeno já foi estudado exaustivamente em vários países.

Eu acho impressionante que não se tenha citado aqui nenhum estudo: "Ah, o estudo em tal país diz que a educação domiciliar não é boa". Não estamos falando de algo em tese; estamos falando de algo que acontece. Se nós nos guiarmos nos estudos dos Estados Unidos, nos quais a educação domiciliar atinge milhões de pessoas, teremos resultados extremamente favoráveis à educação domiciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhores e senhoras, essa não é uma discussão em tese. Estamos falando de fatos concretos, de um fenômeno que já existe e que já existe no Brasil também há décadas.

E aí vem um questionamento que é muito importante fazer: a quem interessa regulamentar a educação domiciliar? Às vezes fazem essa pergunta como se quisessem denunciar algum interesse ao público. Bem, eu vou ser bem direto com vocês. A quem interessa regulamentar a educação domiciliar? Ao próprio Estado, porque a educação domiciliar é um fenômeno, um movimento social que está enraizado no Brasil, não vai embora. Ao dizer que a lei não deve ser aprovada, que esse fenômeno, esse movimento social deve ficar numa situação ao menos nebulosa, em termos de legalidade, estão dizendo assim: "Essas famílias, essas pessoas devem ficar invisíveis para o Estado. Essas famílias nós vamos fazer de conta que não existem".

Ora, senhores, senhoras, famílias educadoras do Brasil continuarão educando seus filhos com ou sem lei. Isso parte de uma convicção filosófica muito profunda sobre o que é melhor para os seus filhos. O que vocês querem é que a situação dessas crianças fique invisível para o Estado, que não haja fiscalização, que não haja avaliação. Eu não creio, sob nenhum critério, que isso seja o melhor interesse da criança, como a nossa Constituição diz. Pelo contrário. Se a educação domiciliar é algo que, na visão dos senhores e senhoras, é tão perigoso, deve ser varrido do mapa, por que não mostrar oficialmente? Por que esse medo da visibilidade da educação domiciliar?

Nós podemos fazer de uma maneira muito simples: regulamente-se, como está sendo proposto, com a lei, e, ao mesmo tempo, que se fiscalize, porque está na regulamentação – fiscalização e avaliação. Isso é do interesse das crianças e do interesse do próprio Estado. É difícil imaginar uma posição razoável que queira algo diferente. E é interessante também que algumas pessoas estão adotando posições desfavoráveis à educação domiciliar aqui ou acolá.

Ora, eu estou aqui, na Bélgica, fazendo pesquisas em direito educacional, e aqui não há controvérsia nenhuma sobre a educação domiciliar. Na França, também não. Na Irlanda, também não. Na Itália, na Dinamarca... Na Finlândia, onde se tem a melhor educação do mundo, não há controvérsia com relação a isso. Por que se esquecem de falar nesses casos em que a educação domiciliar se tornou consensual em países que são exemplares para a educação em geral?

Outro ponto muito importante: às vezes, parecem esquecer que esse assunto já foi tratado de uma forma definitiva pelo Supremo Tribunal Federal em 2018. O Supremo Tribunal Federal já declarou que educação domiciliar é constitucional. Apenas precisa de lei para ser efetivada como direito. Então, discussões sobre a constitucionalidade da educação domiciliar não são pertinentes neste momento. O que o STF fez foi estabelecer as balizas para uma futura lei da educação domiciliar, e, neste momento, deveríamos estar discutindo se o projeto de lei em análise obedece às balizas estabelecidas pelo STF, não se é constitucional. Essa é uma discussão que já está ultrapassada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande questão é: o projeto de lei está de acordo com o acórdão do STF no Recurso Extraordinário 888.815? Sim ou não? Essa é a questão fundamental.

Segunda questão fundamental, para terminar aqui: é do melhor interesse das crianças que o fenômeno educação domiciliar permaneça invisível para o Estado?

Deixo essas duas perguntas para a ponderação dos senhores e das senhoras e agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui com vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Sr. Alexandre Magno Fernandes Moreira, autor do livro *Direito à Educação: Fundamento e Prática*.

Obrigado, Sr. Alexandre.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Inez Augusto Borges, que é a última expositora, Assessora Especial do Ministro de Estado da Educação e representando, nesta audiência, o Ministério da Educação.

Então, Sra. Inez Augusto Borges.

O SR. INEZ AUGUSTO BORGES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, Exmos. Srs. Senadores e demais autoridades que participam desta audiência, meu respeito e minha elevada consideração para com todos vocês.

É com um misto, uma mistura realmente de sentimentos de honra e de responsabilidade que eu faço uso da palavra nesta audiência como representante do Ministério da Educação. Ao mesmo tempo, eu me sinto bastante confortável nessa posição, pois eu tenho vivenciado e acompanhado bem de perto o esforço concentrado das várias instâncias do MEC na busca por soluções para superar os desafios deste período tão complexo no qual nós vivemos, não apenas em decorrência da pandemia, mas também e principalmente em consequência de enormes déficits educacionais bem mais antigos.

Este ministério tem desenvolvido múltiplas ações, fundamentadas em abrangentes políticas públicas, que consideram a educação como um todo, visando a melhorar as condições de acesso das populações das mais diferentes regiões do país aos melhores recursos educacionais, para que o Brasil possa continuar avançando rumo ao seu destino de nação grande, livre e soberana.

A educação domiciliar é uma dessas políticas públicas, e a regulamentação ora pleiteada visa a dar segurança jurídica às inúmeras ou às milhares de famílias e de estudantes que já praticam essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidade, além de possibilitar que comunidades itinerantes e outras minorias possam também oferecer aos seus filhos as oportunidades de escolhas educacionais condizentes com as exigências do mundo globalizado. Muitas famílias não conseguirão dar aos seus filhos as excelentes oportunidades educacionais disponíveis hoje no mundo se não for por meio da educação domiciliar.

Considerando a relevância deste debate, é necessário esclarecer que a educação domiciliar não é mais um assunto obscuro sobre o qual possam ser feitas especulações e afirmações desvinculadas dos resultados das pesquisas acadêmicas e da realidade das famílias que praticam essa forma de educação.

Como bem acabou de dizer o Prof. Alexandre, pesquisador da área, é um fato: essas famílias existem. Estudar o desempenho dessas crianças, estudar a condição dos egressos, aqueles que já estão na universidade, que já estão no mercado de trabalho, estudar a realidade das crianças das diferentes classes sociais que estão tendo um rendimento fantástico nessa área é possível, está disponível a realidade para os pesquisadores interessados.

Atualmente, existem inúmeras associações que fazem isso. Existem vários institutos de pesquisas especializados no tema, como, por exemplo, o National Home Education Research Institute, que tem pesquisas fantásticas sobre os vários aspectos, todas muito fundamentadas, do ponto de vista científico e em *sites* livres, no *site* da instituição, com acesso a quem estiver realmente interessado. Livros tem sido escritos sobre o assunto, teses são defendidas em universidades.

Nas últimas décadas, congressos, seminários e palestras foram realizados em várias partes, tanto no Brasil quanto em outros continentes – em outros países, em outros continentes –, reunindo centenas de famílias educadoras, reunindo diferentes profissionais da educação, reunindo pesquisadores dedicados, parcial ou integralmente, ao assunto, além de reunir também representantes de governos atentos ao tema. Exemplos dessas realizações são os eventos organizados pelo Global Home Education Exchange, do qual o Brasil vem participando desde as primeiras edições.

Aqueles que praticam ou tem se dedicado ao estudo da educação domiciliar sabem que esta é uma modalidade na qual os pais ou responsáveis assumem pessoalmente o direcionamento da instrução formal dos seus filhos.

Assumir a direção não significa educar sozinho, não significa ser o único professor do filho. Portanto, na educação domiciliar como já é praticada no Brasil e em vários outros países, os pais não são os únicos protagonistas, os pais não educam os filhos sozinhos e não o fazem apenas dentro de suas casas. Eles não segregam os filhos e não os privam de socialização. Ao contrário: de um modo geral, ao assumir essa responsabilidade, os pais passam a dedicar muito mais tempo interagindo com outros pais, com outros educadores, com diferentes comunidades educadoras, em alguns casos até com comunidades fora do seu próprio país, buscando diferentes espaços e diferentes formas de relacionamentos por meio dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais os filhos possam atingir o seu máximo rendimento no desenvolvimento pessoal, social, acadêmico e nas demais áreas da vida.

Assim, esses pais estão atentos às possibilidades de uso de bibliotecas, de museus, de feiras culturais, de eventos científicos, de concertos musicais e até mesmo das oportunidades de participação da vida política em diferentes contextos, como é o caso das famílias que estão presentes a este debate, acompanhando as discussões sobre temas que estão relacionados às suas próprias vidas. Esses pais passam a investir tempo e recursos financeiros e recursos intelectuais e recursos relacionais na sua própria formação continuada, pesquisando diferentes filosofias educacionais, em busca dos melhores métodos e dos melhores materiais para o desenvolvimento dos seus filhos.

Em 2018, o Exmo. Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, no voto proferido do julgamento do Recurso Extraordinário n° 888.815, do Rio Grande do Sul, reconheceu que – abre aspas: "Nada documenta que haja déficit de aprendizado ou de desempenho ou de sociabilidade nas crianças cujas famílias optaram pelo *homeschooling*" – fecha aspas.

E salientou ainda que – abre aspas novamente: "A maioria dos estados que autorizam a prática e possuem quantitativos elevados de *homeschoolers* costuma figurar no topo dos principais *rankings* internacionais de educação". E aqui o Ministro Barroso faz uma lista de países que já foram citados pelo Prof. Alexandre.

Essas e outras asseverações feitas pelo Ministro Barroso estão fundamentadas em resultados de pesquisas cujos endereços eletrônicos são encontrados em seu voto, o que torna esse documento um rico acervo sobre o assunto. Muito ganharão aqueles que tomarem o tempo necessário para o estudo do referido voto.

O Ministro Barroso, na mesma ocasião, defendeu que a educação domiciliar atende aos objetivos constitucionais da educação, carecendo apenas de legislação para estabelecer os limites da atuação dos pais e da fiscalização do Estado.

Pois bem: considerando que o projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados, está agora na mão dos Srs. Senadores a nobre tarefa de legar ao nosso país a regulamentação dessa prática educacional que já tem formado centenas, senão milhares de jovens que vêm trazendo e ainda trarão muito orgulho à nação brasileira, como resultado de seu desempenho, tanto na formação dos cidadãos e de profissionais, como na condição de futuros pais de famílias que estarão responsáveis pela educação das próximas gerações.

O projeto de lei ora em consideração prevê que as crianças em regime de educação domiciliar sejam matriculadas em instituição de ensino devidamente regulamentada pelo Estado, que seja comprovada a escolaridade, em nível superior, dos pais, representantes ou tutor; que sejam apresentadas certidões criminais, que sejam cumpridos os conteúdos curriculares referentes ao ano escolar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante, de acordo com a BNCC, e que sejam realizadas atividades pedagógicas que comprovem a formação integral do estudante e que também sejam mantidos registros das atividades pedagógicas e que sejam enviados relatórios trimestrais à instituição de ensino em que o estudante estiver matriculado.

O PL prevê ainda o acompanhamento do desenvolvimento do estudante por docente/tutor da instituição de ensino, inclusive mediante encontros semestrais com os pais ou responsáveis, com o educando e, se for o caso, com o preceptor.

Além disso, estão previstas avaliações anuais e garantias de participação em concursos, competições, eventos esportivos e culturais. Está garantido também o direito de acesso igualitário a salas de atendimento educacional especializado e outras salas de recurso no caso de estudantes com deficiência e com transtornos globais de desenvolvimento.

Há previsão de diretrizes nacionais a serem editadas após a aprovação da lei, e estão previstas as situações nas quais os pais ou responsáveis perdem o direito ao exercício dessa liberdade de escolha.

Assim, a regulamentação permitirá que o Ministério da Educação cumpra o seu compromisso de trabalhar para evitar que a educação domiciliar se torne um campo de ação de oportunistas ou venha a configurar um mero negócio.

Eu estou encerrando, dizendo que o Ministério da Educação está ciente de sua responsabilidade ante o desafio de oferecer educação de qualidade para toda a população brasileira sem negligenciar as crianças cujos pais, legitimamente, fazem a opção de assumir a responsabilidade pela educação formal dos seus filhos. Essas famílias e essas crianças precisam ser amparadas, e não penalizadas. Somente a regulamentação pode garantir essa segurança e esse amparo.

Muito obrigada.

E me desculpem pelo prolongamento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradecemos à Sra. Inez Augusto Borges, assessora especial do Ministro de Estado da Educação, representando, nesta audiência, o Ministério da Educação.

Antes de passarmos, como havíamos combinado no início, novamente para os expositores e expositoras, tendo todos e todas escutado os argumentos de todos os expositores, vamos ouvir também os Senadores e Senadoras que porventura queiram se manifestar.

Antes de passar a palavra, em primeiro lugar, à Senadora Zenaide Maia, já pelos meios de comunicação do Senado, às vezes, vêm perguntas ou comentários. Só quero ler algumas delas:

Carlota Gualter, do Ceará: "O que é socialização? Quais ambientes são passíveis de socialização? As escolas brasileiras, de fato, proporcionam uma educação integral?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São perguntas.

Douglas Lopes, de São Paulo: "Toda discussão aqui presente gerará qual instrumento de ordem legal? É possível, a partir dele, a incorporação à Lei 9.394, de 1996?".

Marcos Vinícius, do Rio de Janeiro: "Os domicílios da maioria dos brasileiros já estariam preparados para um eventual início hoje?".

Arísia Maria, do Distrito Federal: "O *homeschooling* é acessível a todos os estudantes?"

Rosângela Rodrigues, de São Paulo: "Quem fornecerá o material de ensino? Quem aplicará a avaliação? Haverá tutoria *online*?"

E também há comentários.

Flávia Rezende, de Santa Catarina: "[...] o ensino domiciliar é uma modalidade [sim] além do ensino escolar [...]. Os pais têm o direito de escolher a modalidade de educar seus filhos".

Luan Felipe, do Rio de Janeiro. "Essa é uma questão de estrutura. O Brasil não está preparado para esse tipo de ensino, pensando na maioria da população é de baixa renda".

Muito bem.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Flávio Arns, a gente está debatendo um assunto que eu quero aqui já agradecer aos nossos expositores. Todos eles nos enriqueceram pelo conhecimento sobre esse assunto. Apesar do que foi dito aqui, faz tempo que está no Congresso, mas não era um assunto (*Falha no áudio.*)

Eu fui Deputada Federal, e esse assunto não veio à discussão nesse período.

Mas eu queria dizer o seguinte. Eu não vou falar aqui de leis, porque todos o fizeram aqui. Eu não vou falar aqui de ciência, porque a ciência, na verdade, prova, como o cientista Nicolelis, que é importante a socialização das crianças. Eu queria só dizer aqui, complementando a fala de todos, do que foi falado aqui por Mona Lisa, Mônica Rodrigues, Daniel Tojeira Cara, Professor da USP, Salomão Barros Ximenes, Inez Augusto Borges, Galdina de Souza Arraes, Alexandre Magno Fernandes Moreira e Cátia Gisele Martins Vergara. Nós não estamos aqui no Senado nos negando a debater, mas isso é um assunto que, por exemplo... Prioridade, como disse, necessidade urgente neste país é de acesso à escola, com uma Busca Ativa. Sabe que a Busca Ativa não fica, com a invisibilidade dessas famílias que estão educando em casa? Não fica.

Dois. Uma escola permanente. O Brasil não tem urgência nisto aqui. Urgência no Brasil é oferecer uma escola pública de qualidade, de tempo integral, gente. Não é urgência a gente, acima de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debates... Educação, queria falar aqui, educação pública de qualidade, em tempo integral. Minha formação é médica, da universidade. E a gente vê, com essa Lei Brasileira de Inclusão, a evolução de crianças que tinham dificuldades de aprendizagem.

E quero dizer o seguinte, há necessidade desse pluralismo. A gente sabe que, quando bota uma criança na escola, ela passa a respeitar o direito do outro também, a conviver com a pluralidade. Eu não falo em lei, mas dizer que neste momento no país é prioridade e é uma necessidade urgente a aprovação de um projeto de lei desses, não. Nós precisamos retornar essas crianças, urgente, à escola, em tempo integral, oferecer condições, inclusive tecnologias, porque essa pandemia veio mostrar a divergência, ou seja, a socialização não existe e essa diferença gritante que existe em termos financeiros do Brasil.

Então, queria dizer que isso aqui tem que ser debatido, com respeito a todos que falaram aí, que disseram que é urgente, mas não é.

Urgente é querer, de preferência, em tempo integral. E mais, quando se tem 33 milhões de brasileiros e brasileiras com fome, se a gente oferecesse educação pública de qualidade em tempo integral, pelo menos, as crianças e os jovens não estariam com fome.

Então, com todo o respeito, a gente vai debater aqui bastante. As mães que estão aí presentes, as crianças e tudo, mas não é prioridade para o país hoje – nem é necessário – discutir a escola em casa, o *homeschooling*. Não é!

A verdade é que a gente aqui tem que estar discutindo recursos para o Fundeb (*Falha no áudio.*)

... como a educação infantil, para botar essas crianças na creche e nas escolas de ensino fundamental. A gente sabe que o que precisa é recurso.

Nós não podemos tirar a obrigatoriedade do Estado brasileiro com a educação, gente! Por favor! Com educação! É um direito do jeito que foi falado aí, e ninguém vai me convencer – eu queria deixar claro aqui – que não é necessário ir para a escola.

Eu sempre estudei em escola pública. Éramos 16 irmãos – 8 mulheres e 8 homens – e meu pai e minha mãe, apesar disso e de não terem nem o primário, eles diziam que a gente tinha que estudar, e era na escola que a gente aprendia a respeitar, a ter disciplina também.

Então, eu não estou desmerecendo aqui a escola, porque, como foi falado aqui, nem estudos existem, mas a ciência prova que (*Falha no áudio.*)

... tecnologia, as crianças que se.... aumentam a memória cognitiva, mas a afetiva vai embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é urgência, não há necessidade, não é prioridade esse projeto de lei neste momento. Em um país onde tem mais de 30 milhões com fome, mais da metade da população com insegurança alimentar, escolas que não têm nem banheiro, nós vamos estar aqui preocupados (*Falha no áudio.*)

Com certeza, senhores, a gente tem que ir atrás daquelas pessoas com deficiência a quem, quando completam 18 anos, não existe mais obrigatoriedade nem do município, nem do estado, eles vão para casa e deixam de existir.

Obrigado. O maior respeito por cada um que me deu uma aula. Os juristas e os professores me deram aula. Insisto: não é prioridade! Prioridade é a Busca Ativa, trazer (*Falha no áudio.*)

... os alunos para a sala de aula, para a escola e lutar pela permanência deles nessa escola, tornando essa escola mais agradável.

Nós temos uma experiência linda: os institutos federais. Os alunos dos institutos federais, quando termina a aula, eles não estão querendo ir para casa, porque é uma escola pública de qualidade e é um exemplo de que a gente pode, sim. É só investir mais na educação pública.

Obrigada a cada um dos que falaram. Aqui é um Parlamento, cada um tem uma opinião e por isso que a gente faz esses debates. É muito importante esse debate porque enriquece a gente. Isso é uma pluralidade de debates que enriquece a gente, como, na escola, os colegas. Ninguém substitui (*Falha no áudio.*)

... por mais que a gente pense, não acho que seja uma ditadura. Há anos se estuda um plano para a educação deste país, olhando os outros países. Não é uma ditadura e nós não temos essa prioridade máxima, neste momento, neste país, de pôr a escola em casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte, médica, sempre muito atuante num conjunto de áreas e também na área da educação.

Muito bem. Havíamos combinado, no início, que passaríamos de novo pelos expositores e expositoras. Como deu tudo certo com o tempo também, até proponho que, se for necessário, a gente possa alargar um pouquinho o tempo de fala de cada um. Havíamos proposto três minutos. Vamos aumentar um pouco, para quatro minutos, podendo prorrogar por mais um. Quando chegar aos quatro, dá o apito, e mais um minuto para quem quiser utilizar esse minuto, porque os expositores e as expositoras, todos, escutaram o argumento um do outro, e esta é a natureza, eu sempre digo, do debate no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional, onde as pessoas vêm expor seus pontos de vista. Muitas vezes a gente concorda com os pontos de vista, outras vezes a gente não concorda, mas, de qualquer forma, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que refletir sobre tudo que está sendo dito, discutido e apresentado para, no final, se chegar a uma conclusão. Está bem?

Muito bom. Então, em primeiro lugar, por quatro minutos, prorrogáveis por mais um, passo a palavra à Sra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail, Procuradora da República no Estado de Pernambuco. (*Pausa.*)

Não sei se ela ainda está...

Ela está aí: Mona Lisa!

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou. Estou, Senador. Desculpe-me.

Boa tarde a todos e todas novamente!

Então, eu vou, começar pelo fim, pelo começo também, dizendo que eu comungo de todas as preocupações da Senadora Zenaide Maia sobre a questão da prioridade, que também foi abordada pela Dra. Mônica Rodrigues, representante da Unicef.

Neste momento pós-pandemia – nem tão pós-pandemia, diante de tanta reincidência, ainda, da doença –, sabemos que o Brasil foi um dos países mais prejudicados com o fechamento das escolas, principalmente das escolas públicas, porque sabemos que as privadas voltaram bem antes que as instituições públicas. Então, acho que a gente está descumprindo aqui algo que, como eu falei no final da minha exposição, pode aumentar a desigualdade que hoje já existe entre o ensino público e o privado no lugar de o Parlamento estar discutindo outras políticas públicas que venham a amenizar essa desigualdade e não que se corra o risco de aumentar, como é o caso do *homeschooling*.

Há preocupação com a questão da violência doméstica contra a criança, que aumentou, contra a mulher e contra a criança, que aumentou especialmente na pandemia, e a escola é um ambiente onde não só se detecta essa violência que ocorre, infelizmente, prioritariamente, no ambienta familiar, mas também onde a criança recebe informação de como denunciar e se libertar dessa violência – outra importância da escola que foi pouco falada aqui, mas que foi mencionada pela Dra. Mônica.

Quero dizer que o voto do Ministro Roberto Barroso, que foi mencionado pela representante do Ministério da Educação, não foi o voto vencedor. O *homeschooling* não foi autorizado, tanto é que estamos debatendo aqui. O Supremo considerou que a proibição do *homeschooling* é constitucional; ressalvou a possibilidade, mas essa lei ainda não existe. Então, as crianças que estão sendo submetidas pelos pais a esse processo estão numa situação ilegal, isso está acontecendo de forma clandestina e à margem da lei, não deveria nem acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do tribunal constitucional alemão: como eu disse, a decisão é recente, é de 2016, e foi justamente por causa do trauma do Holocausto que a sociedade alemã viveu que o *homeschooling* permanece proibido lá, por conta desse medo de vir a aumentar a divisão e a separação de grupos sociais em vez de sua união, tendo em vista a conhecida deficiência do *homeschooling* para proporcionar o convívio com a diversidade e o contato com o pluralismo de ideias, algo que somente um ambiente escolar pode proporcionar.

E aqui também eu me refiro à fala do Ricardo Dias, salvo engano. Quero dizer que o pluralismo – não existe ditadura, como a Senadora Zenaide Maia falou –, o pluralismo que a gente quer defender aqui é o pluralismo de ideias; o de método de ensino já é garantido, na medida em que a gente tem escolas que adotam o método construtivista ou o método tradicional, e isso já está à disposição dos pais.

Senador, eu encerrei o meu tempo ou ainda teria mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está encerrando, tem 45 segundos.

A SRA. MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL (*Por videoconferência*.) – Pronto, então só para concluir dizendo que foi falado também, pelo Prof. Salomão e outros, sobre a autonomia da criança no exercício dos seus direitos, porque isso também foi previsto em convenções internacionais nos últimos anos, é um exercício de direito que pertence à criança e não aos pais, é no interesse delas que o direito à educação deve ser exercido.

Era isso. Mais uma vez agradeço a oportunidade e parabenizo o Senado por estar proporcionando este debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem, agradecemos nós à senhora, Dra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail.

Passo em seguida a palava à Sra. Mônica Rodrigues Dias Pinto, que é representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Com a palavra, então, Mônica Pinto.

A SRA. MÔNICA RODRIGUES DIAS PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio, mais uma vez, pela oportunidade de voltar a falar aqui neste fórum.

Eu gostaria de aproveitar esses quatro minutos que temos para reforçar alguns dos pontos que trouxemos aqui.

Eu tive oportunidade de participar, na semana passada, de um encontro bastante interessante aqui em Brasília, infelizmente não muito prestigiado, mas um encontro entre Ministros da Educação da América Latina e Caribe e OCDE para discutir exatamente os desafios da educação nos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse encontro, nós tivemos a apresentação do Sr. Paulo Santiago, da OCDE, um português, em que ele falava dos *smart investments*, ou seja, quais são os principais investimentos que precisam ser feitos na educação para que os países tenham, de fato, desenvolvimento e garantam os direitos de educação de suas crianças e adolescentes.

O primeiro investimento falava na educação para a primeira infância, de altíssima qualidade.

O segundo investimento falava na formação dos docentes.

O terceiro investimento falava da educação especialmente das populações mais desfavorecidas. A Senadora Zenaide acabou de falar da Busca Ativa Escolar com a prioridade zero com que o nosso país precisa tratar agora, porque infelizmente, como disse o nosso colega Ximenes, há mais tempo, nós levamos muito tempo, no país, para conseguir que todas as crianças estivessem dentro da escola. Essa foi uma conquista que conseguimos no final dos anos 90, início dos anos 2000, mas infelizmente, nesse contexto de pandemia, nós perdemos muitas crianças, sabemos que muitas crianças estão fora da escola.

O quarto elemento trazido pelo Sr. Paulo Santiago dizia respeito à atração de talentos, atração de professores para a carreira docente, uma carreira atrativa, com turmas menores. Que, nas escolas onde a gente tenha os piores indicadores de educação, a gente possa efetivamente ter os melhores profissionais da educação.

O quinto elemento diz respeito a reduzir o fracasso escolar. Nós sabemos que infelizmente, no Brasil, nós temos índices alarmantes de defasagem de série, de evasão, de abandono. Então é preciso que disponibilizemos – isso, sim, é emergência –, que disponibilizemos as melhores metodologias, os melhores profissionais de educação para que, de fato, combatamos essa cultura do fracasso escolar.

Por fim, ajustar a oferta educativa nas localidades onde mais precisamos. Temos comunidades ribeirinhas no nosso país, temos comunidades em assentamentos rurais, onde não temos escolas ofertadas para todas as crianças deste nosso grande, grande, grande país.

Então eu gostaria aqui de reiterar a nossa preocupação, colocar também à disposição de vocês um outro documento que saiu agora, na semana passada, intitulado "Two Years After: Saving a Generation", que é um documento lançado agora pelo Carlos Felipe Jaramillo, que é Vice-Presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, em que temos infelizmente o dado alarmante de que depois de dois anos vivendo a pandemia da covid-19, quatro entre cinco crianças não têm condições de ler e de escrever um texto simples.

Então nós estamos falando aqui, eu acho que todos os meus colegas, de um marco legal e de um contexto em que queremos garantir, em espaços com condições de receber crianças e adolescentes, onde é possível fazer um trabalho competente de formação de crianças e adolescentes, sempre em sinergia com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família, para que elas possam aprender o que é direito, aprender a conviver, aprender a saber, aprender a conhecer e aprender a ser, sempre com profissionais de educação, em diálogo com as famílias.

Muito obrigada e permaneço aí à disposição de todos e todas aqui para continuarmos nesse bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós que agradecemos de novo, não é, Dra. Mônica Rodrigues Dias Pinto?

Encareço à senhora enviar os materiais elencados para a Comissão de Educação. Quero dizer também a todos e todas que todos os materiais estão disponíveis, estarão sempre disponíveis para quem quiser refletir, ler ou se orientar em relação ao debate.

Passo em seguida a palavra ao Sr. Ricardo Iene Dias, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned).

O SR. RICARDO IENE DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Arns. Quero agradecer a oportunidade deste espaço e quero dizer, nestes minutos finais de que disponho, que a liberdade educacional é e sempre será um direito natural. E os pais que querem assumir a direção da educação dos seus filhos nunca abrirão mão e vão continuar sem desistir disso. A educação domiciliar é um fenômeno "imparável" no Brasil. Se não houver regulamentação, vamos continuar fazendo como sempre fizemos e lutando até que o nosso direito seja reconhecido.

Quero dizer aos que se opõem que vocês prestam um desserviço à educação do nosso país e do mundo, pois é mais que provado cientificamente que, quanto maior a liberdade educacional de uma nação, maior é o desenvolvimento educacional desse mesmo país. Quando foi dito aqui que 31% apenas dos países do mundo fazem educação domiciliar, são esses 31% os melhores países nos *rankings* e índices de desenvolvimento da educação. Os que acusam a educação domiciliar de ser defendida por um viés ideológico não sabem que é exatamente o contrário: quem se opõe tem por ideologia se colocar contra as famílias. Muitos não estão contra o *homeschooling* e não poderiam ser contra porque não conhecem o *homeschooling*. Nós precisamos ter mais honestidade intelectual para debater.

Eu tenho certeza, nós temos certeza da seriedade do Relator, e os que se opõem, infelizmente, não têm demonstrado essa honestidade com fatos e com dados e de acordo com as pesquisas internacionais.

Tenho certeza de que vai ser diferente nesta Casa. Eu peço que o Senado proceda com reconhecimento democrático e da honestidade que têm demonstrado as famílias paranaenses e as famílias de todo o Brasil, que estão aguardando por isso.

Muito obrigado e uma ótima tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço ao Sr. Ricardo Iene Dias, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar.

Eu só quero enfatizar novamente que qualquer projeto de lei que passe pelo Congresso Nacional, seja pela Câmara dos Deputados, seja pelo Senado Federal, sempre é objeto de debates, particularmente quando o projeto traz polêmicas. Então, é muito natural e importante, necessário, que possamos trazer para a cena do debate opiniões favoráveis, eventualmente contrárias, mas essencialmente, como eu disse no início, compreender, analisar. Essa inclusive foi a tônica da aprovação dos requerimentos nesta Comissão. Todos os Senadores e Senadoras que se manifestaram – e eu já disse isso na abertura desta reunião –, todas as manifestações foram no sentido de dizer: quero entender, quero compreender, quero me aprofundar. E é isso que a audiência pública faz. Quer dizer, para o aprofundamento são necessárias opiniões dentro da diversidade de compreensão do assunto.

Então, em seguida, passo a palavra ao Prof. de Educação da Universidade de São Paulo Daniel Cara.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Quero também agradecer à Senadora Zenaide pela presença e reiterar a importância da participação dela nesta audiência pública.

São dois aspectos que eu acho que vale a pena abordar para não me repetir em relação aos que me antecederam, em especial à Dra. Mona Lisa.

O primeiro aspecto que nós precisamos compreender é que, quando a Constituição fala, no art. 206 – aliás é sempre bom lembrar que a Constituição é a lei maior e, portanto, ela comanda as demais leis, inclusive a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional –, em pluralismo pedagógico, e depois a LDB dá sequência à questão do pluralismo pedagógico – a Galdina sabe disso como operadora do direito à educação, conselheira municipal de educação –, ela fala sobre metodologias pedagógicas relativas ao projeto político pedagógico das escolas e, portanto, ela não está se colocando em favor de um relativismo pedagógico.

É importante frisar, Senador Flávio Arns, que, em termos de ciência da educação – e é esse o ponto que a neurociência mais tem avançado e, na minha opinião, esse é o prejuízo maior em termos de aprendizado para educação domiciliar –, a conclusão da neurociência, a preocupação dos neurocientistas é sobre um aspecto, que eu já conversei inclusive com o senhor, que é a questão do quociente de inteligência, que é só um aspecto da vida humana, é só um aspecto da mensuração sobre inteligência.

O que se observa é que a forma como têm sido utilizadas as tecnologias da informação, que são importantíssimas para a educação – aliás, a gente está utilizando tecnologias da informação nessa audiência pública aqui para poder realizar o trabalho a distância –, a forma como elas têm sido utilizadas e que têm obstruído o contato entre os estudantes tem prejudicado sobremaneira o aprendizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que precisa ser compreendido é que o espaço da escola, muito além do espaço da sala de aula, mas o espaço da escola, que é um espaço dedicado ao aprendizado, que tem como responsabilidade implementar uma política curricular, que tem como objetivo a garantia do direito à educação – segundo o art. 205 da Constituição Federal, que é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho –, é esse espaço que é decisivo para o aprendizado dos estudantes.

Então, por mais que a família seja extremamente douta na estratégia de ensinar, ela não vai ser competente para garantir todo o processo de aprendizado necessário para a formação humana. Esse é o aspecto que a ciência da educação afirma e para a gente não falar sobre textos que são vazios, porque têm sido citadas muitas pesquisas e é importante citar quais são as pesquisas.

A Profa. Emérita da Universidade de Harvard Elizabeth Bartholet – que inclusive acaba de se aposentar pela Universidade de Harvard e tem feito um trabalho importantíssimo sobre educação domiciliar – chega à conclusão de que a educação domiciliar é prejudicial para o desenvolvimento intelectual e para o aprendizado dos estudantes.

Para dar uma pesquisa clara, como Professor de Educação Comparada, por dever – não é, Mônica Rodrigues? –, a gente tem que estudar o Pisa, por mais que eu considere que o Pisa também seja só um fator, um indicador de qualidade, um indicador de comparação. A Mônica vai concordar comigo, o Pisa não determina sobre o que é qualidade. O Pisa, para quem nos acompanha, é o exame liderado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que praticamente faz uma análise comparada de uma série de países em termos de alguns aspectos da qualidade de educação.

Então, considerando o Pisa como referência, não existe nenhum tipo de desagregação no Pisa que mostre que a educação domiciliar é a responsável, nos países que utilizam a educação domiciliar como ferramenta, que seja um instrumento de melhoria dos resultados no Pisa. Pelo contrário, o que o Pisa demonstra – e a Mônica sabe disso, porque é do sistema das Nações Unidas, representante da Unicef – concretamente é que a boa escolarização é que faz diferença para a garantia de uma educação de qualidade, segundo os critérios do Pisa. Eu posso garantir para vocês que inúmeros outros critérios podem ser citados, e, sobre esses critérios, a escola faz parte do centro da qualidade da educação. Então, esse é o aspecto que eu considero mais prejudicial da educação domiciliar no sentido de que ela pode significar, sim, prejuízo para as crianças que são trabalhadas por meio da educação domiciliar, que são ensinadas por meio da educação domiciliar.

Então, é nesse sentido que nós fazemos a defesa da escola, mas quero reiterar para o *chat* – tem mais de 200 pessoas assistindo – que eu estou totalmente disposto a fazer o debate, a discutir com cada pessoa que defende a educação domiciliar de maneira democrática e sempre com respeito e reconhecimento da honestidade intelectual de todos os membros de um debate público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Prof. Daniel Cara, Professor de Educação da Universidade de São Paulo.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Prof. Salomão Barros Ximenes, Professor da Universidade Federal do ABC.

Com a palavra, Prof. Salomão.

O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Senador a oportunidade mais uma vez.

Quero trazer três comentários sobre o que foi dito aqui, interagindo também com a mesa.

O primeiro aspecto, Senador, é que nós precisamos colocar às claras aqui e enfrentar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi comentada nesta audiência, porque fica parecendo, da forma como essa decisão vem sendo incorporada por determinados setores, que o Congresso Nacional ou mesmo o Ministério da Educação estaria em débito com a regulamentação da educação domiciliar, e não há nada disso. Ou seja, se nós formos analisar – e não se trata de questionar a decisão do Supremo nesse espaço; decisão do Supremo Tribunal Federal se cumpre –, o que essa decisão de fato decide? Esse é o ponto. E aí nós vamos ler a tese desta decisão. Eu vou ler aqui o que essa decisão diz no final das contas, a tese: "Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira".

Então, no final das contas, ou seja, no julgamento final desse recurso extraordinário, em que famílias pretendiam ver reconhecido o direito à educação domiciliar, o Supremo diz que não existe um direito subjetivo a essa educação domiciliar.

E também – um aspecto importante – é o seguinte: não há, nessa decisão do Supremo e em nenhuma outra, uma determinação de obrigação ou uma declaração de que o Congresso Nacional se encontra em omissão legislativa na regulamentação da educação domiciliar, como há em outros casos. Agora, recentemente, por exemplo, o Supremo determinou que fosse regulamentada, se eu não me engano, numa ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão, a questão do imposto de transmissão *causa mortis* e doações, determinando, inclusive, um prazo de 12 meses, e aqui não há nada disso.

Então, na verdade, a decisão do Supremo Tribunal Federal não determina a regulamentação da educação domiciliar no Brasil, não indica um prazo para que isso seja feito, não há nada disso naquela decisão. Esse é um ponto importante para se destacar, porque, vez ou outra, a gente ouve, sobre essa decisão, como se ela estivesse a exigir imediatamente um processo de regulamentação, inclusive agora, exigindo que o Senado Federal analise uma matéria de tamanha complexidade num prazo curto de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto para o qual eu queria chamar atenção é o seguinte: ouvi, com muita atenção, a fala da representante do Ministério da Educação, e a lei aprovada, o projeto de lei aprovado na Câmara traz um aspecto que merece uma atenção especial, que é o seguinte: ele obriga a matrícula, digamos, desses estudantes que seriam, enfim, matriculados na educação domiciliar, conforme credenciamento pelo órgão competente do sistema de ensino, escolas credenciadas pelo órgão competente do sistema de ensino, estabelecendo um conjunto de requisitos de fiscalização.

Eu tenho dito que esse projeto, na verdade, não tem enfrentado corretamente o ônus gigantesco – isso foi colocado aqui, eu queria deixar isso mais claro – que a implementação desta dita modalidade, hoje ilegal no Brasil, trará para os sistemas municipais e estaduais de ensino num momento, como muito bem colocado pela Profa. Mônica aqui, em que o desafio se coloca noutra direção. O desafio de se reestruturar o sistema educacional após a crise pandêmica de 2020, 2021 e 2022 – que esperamos que acabe este ano – vai noutra direção. E o projeto joga todo esse peso de implementação...

Então, não é à toa... Quando a gente analisa o projeto – vou concluindo, Senador –, ele não traz, por exemplo, aspectos de custo. Não significa que não exista custo envolvido na implementação dessa proposta; significa que esse custo está sendo empurrado – perdoem a palavra, mas esta é a ideia – para os sistemas municipais e estaduais, que vão ter que implementar todo um processo de credenciamento, de reconhecimento, de fiscalização, de supervisão, de reuniões, de avaliação, de retirada de familiares autorizados, ou seja, todo o processo burocrático que envolve custos num momento de crise de financiamento da educação.

Então, acho importante que isso seja pontuado.

E, por fim, também queria reiterar que não se trata – esta minha posição contrária à regulamentação do *homeschooling* – de desrespeitar e não reconhecer o direito que as pessoas têm, que os movimentos têm de reivindicar suas pretensões, de afirmar direitos. Agora, a nossa responsabilidade aqui, eu imagino, é olhar para além dessa pretensão específica, ou seja, como essa pretensão específica pode afetar o conjunto do reconhecimento do direito à educação no Brasil. E aqui eu não tenho dúvida de dizer que esta matéria tem um potencial gigantesco de desestruturação de premissas muito básicas do direito à educação no Brasil. Ela tem um potencial gigantesco, ao contrário do que se afirma, de abrir uma enorme janela de insegurança jurídica, de invisibilidade de grupos sociais historicamente discriminados no acesso à escola, como o das pessoas com deficiência, o das crianças pequenas, que veriam retroceder o seu direito de acesso a uma educação obrigatória e indisponível.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço, Prof. Salomão Barros Ximenes, Professor da Universidade Federal do ABC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, passo a palavra também à Sra. Galdina de Sousa Arraes, que é Coordenadora Jurídica da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Só para as pessoas todas entenderem a lógica também da presença das pessoas, quando nós falamos com os professores do ensino superior das universidades... Porque há muita pesquisa, muito estudo, muito desenvolvimento de princípios em relação à educação básica, uma reflexão de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Quando a Sra. Galdina está falando, está falando em nome dos conselhos municipais de educação, que constituem parte da educação básica, porque também virão os conselhos estaduais de educação, que também fazem parte da educação básica e do ensino superior, eventualmente, e o Conselho Nacional de Educação.

Agora, não só eles, porque, quando a gente fala de *homeschooling*, falando da educação básica, temos que ouvir os municípios, no caso a Undime, que trata das escolas municipais, o Consed, dos colégios e escolas estaduais e também das escolas particulares. Então, todos irão abordar o mesmo tema, sob as suas óticas. Além de pessoas que se dedicam ao estudo do ponto de vista da própria educação domiciliar, como é o caso do Dr. Alexandre Magno Fernandes, que está participando com a gente, e de outras pessoas que também já escreveram, pesquisaram, estudaram, continuam estudando, e a própria representação dos pais das crianças.

Então, de alguma forma, você procura trazer todos os segmentos da sociedade que possam estar envolvidos nessa discussão. Por isso que, então, a gente chama agora... Virão, na sequência, as outras representações nacionais, mas, neste momento, a gente chama os conselhos municipais de educação, cuja representação hoje está aqui com a Sra. Galdina de Sousa Arraes.

Com a palavra então, Galdina. (*Pausa.*)

O.k.?

A SRA. GALDINA DE SOUSA ARRAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Quero agradecer, Senador Flávio, muito grata por este momento. Podemos dizer que este momento é histórico. Está se firmando aqui um processo democrático de diálogo, de debate.

Eu queria dizer que nós enxergamos a escola para além do aspecto de aprendizagem, para além das metodologias, para além dos currículos preestabelecidos. Nós enxergamos a escola como um espaço de se relacionar, como um espaço de produção de conhecimento, como um espaço de crescimento, chamador de conhecimento e de socialização. E nós temos o dever e a obrigação, enquanto União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação... Como eu disse anteriormente, nós temos um pacto com sujeitos, com crianças, sujeitos de direitos, porque, quando a gente diz que esse sujeito não vai estar mais nesse ambiente escolar, nós entendemos que a gente está privando esse indivíduo, essa criança, esse adolescente e esse jovem de estar em processo de construção com os outros sujeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, eu queria dizer para as pessoas que hoje defendem e que fazem uma defesa muito, assim, clara, muito contundente da educação domiciliar, que nós, da Uncme, estamos à disposição para dialogar, para conversar, porque, afinal, essa é a nossa função, esse é o nosso papel, ouvir os sujeitos, ouvir a sociedade, mediar o diálogo.

Então, quero nos colocar à disposição aqui para as pessoas que estão nos acompanhando pelo *chat*, para as pessoas que se manifestaram aqui na Mesa virtual, que nós continuamos à disposição.

A gente compreende que conviver é uma forma de construir laços, é uma forma de crescer, é uma forma de aprender. Eu aprendo a partir daquilo que eu construo com o outro. A partir do momento que eu ouço – e eu ouvi muito aqui hoje à tarde –, eu processei esse conhecimento e produzi um outro conhecimento. E, à medida que você processa esse conhecimento e ele sai do campo mental e vai para o seu coração, nós afirmamos que houve aprendizado.

Então, na verdade, o que a gente quer é essa relação harmoniosa, é essa relação respeitosa. O ambiente escolar é um lugar de conflito? Sim, é um lugar onde os diferentes estão ali se manifestando, mas a gente quer garantir esse convívio social, quer conviver com esse diferente mundo, esse mundo plural, esse mundo que não se resume só na nossa casa, só no nosso ambiente familiar, esse mundo que a escola possibilita através das diferenças. Nós precisamos possibilitar que essa criança, que esse estudante tenha espaço em um ambiente para ele aprender, para ele construir e para ele se relacionar.

Nossa preocupação, no momento, é reduzir as desigualdades e essas desigualdades, agora, depois da pandemia, ficaram gritantes, ficaram muito mais acentuadas as desigualdades. Vocês não têm noção do que está acontecendo em cada município desta Federação. As coisas não são simples, não são fáceis, e nós estamos no momento de avaliar o Plano Nacional de Educação, os planos estaduais de educação, e estamos em pleno monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, que é a legislação, que está definindo metas e estratégias para que cada unidade de ensino cumpra, para garantir a educação e garantir que a educação seja de qualidade e seja para todos.

Estamos também em outro momento importante, que é o do debate das conferências de educação: Conae e Conape. Nós vamos ter a Conape agora em julho, a Conae em novembro, e nós estamos em processo, nos municípios, da etapa municipal, da etapa territorial e da etapa estadual das conferências de educação.

Precisamos implementar os Currículos Referência que foram aprovados em cada estado, em cada município que tem o seu sistema próprio. Além de a gente ter que implementar esse currículo, nós temos que observar se esse currículo traz aquilo que está posto na BNCC sobre as competências e habilidades.

Então, veja bem, são muitas tarefas – e é urgente também essa busca ativa –, são muitas tarefas para a gente priorizar neste momento, Srs. Senadores, colegas, pais, famílias aqui presentes. São muitas tarefas, mas nós precisamos zelar pelo direito e educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ter uma preocupação com os menos favorecidos, uma preocupação com aqueles que estão passando fome, com aqueles que não têm acesso à escola, aqueles que estão em dificuldade. E nós estamos aqui, enquanto Conselho Municipal de Educação, para garantir esse direito e, principalmente, o direito de todas as crianças e adolescentes, que é um direito que nós precisamos defender todo dia e todo tempo.

Eu agradeço muito a oportunidade. É minha primeira vez no Senado. Quero agradecer a todos. Quero agradecer as falas, cada fala. Fiz questão de anotar tudo, muito bem anotado. Vou levar para a Uncme o relatório desta audiência pública e quero colocar a Uncme aqui à disposição, para ouvir também o contraditório, para ouvir também as famílias, para ouvir também aqueles que defendem a educação domiciliar.

Neste momento, a Uncme não a defende, porque nós acreditamos na escola como um espaço de construção coletiva, um espaço de empoderamento e um espaço de desenvolvimento do ser humano enquanto ser, pessoa que pensa, que sente, que ama, que sofre, mas que quer viver e quer um mundo melhor para se viver.

Muito obrigada a todos vocês.

E uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço, Dra. Galdina de Sousa Arraes, Coordenadora Jurídica da Uncme.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Magno Fernandes Moreira. (*Pausa.*)

Eu não estou vendo o Sr. Alexandre aqui na tela. Tanto quanto eu saiba, ele estava falando da Bélgica, não é? (*Pausa.*)

É, eu acho que ele saiu da reunião. Se por um acaso ele voltar à reunião, eu lhe dou a palavra na sequência.

Eu passo a palavra à Sra. Inez Augusto Borges, Assessora Especial do Ministro de Estado da Educação, representando aqui o Ministério da Educação.

Com a palavra.

A SRA. INEZ AUGUSTO BORGES (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Está aberto o microfone? Está, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós a estamos escutando bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INEZ AUGUSTO BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigada.

Sr. Senador, eu gostaria de aproveitar estes minutos da minha fala para tentar responder a duas questões que foram colocadas pelas pessoas que encaminharam questionamentos aí, perguntas essas que o senhor leu logo no início desse segundo bloco.

Uma pergunta foi: o que é socialização? Eu acho que nós devemos procurar responder a perguntas como essa, inclusive o que é educação, o que é escolarização e o que é ensino, porque nós vivemos em um contexto marcado por uma filosofia... Ao longo do século XX existe a filosofia desconstrucionista. É uma desconstrução dos fundamentos, uma desconstrução das narrativas. Isso vai permitindo uma flexibilização de pontos de vista, e nós já não sabemos mais do que é que estamos falando. Quando estamos falando de A, podemos ser entendidos como se estivéssemos falando de B. O que é de fato socialização? O que é educação? A LDB não define educação, a LDB fala que a educação faz parte dos processos que acontecem aqui, ali, ali e acolá, que acontecem na sociedade, nos movimentos sociais, na família. Aí tem um ponto final e diz: esta lei regulamenta a educação escolar. Agora, ela começa dizendo que a educação acontece em vários âmbitos, e a educação escolar está regulamentada ali. Não sei se seria o caso de pensar em um projeto de lei específico para educação domiciliar, já que parece gerar algum desconforto alterar este artigo em relação à LDB, mas ali não define o que é educação. E educação tem uma definição clássica, tem uma definição mais moderna... Tem uma definição no começo do século XX que define a educação como algo extremamente ligado a condicionamentos ambientais – a gente vê isso nos livros relacionados ali a John Dewey, a Skinner... Então, os processos que foram desenvolvidos em laboratórios para condicionamento operante, com a ideia de Skinner, com a ideia de Pavlov, tudo isso veio para a educação escolar. E a educação está muito maldefinida ou pelo menos definida em termos plurais: várias pessoas poderiam dizer uma definição de educação.

A verdade hoje é que, se pegássemos um microfone, fôssemos a uma universidade, fôssemos à praça, fôssemos ao metrô, fôssemos a um curso de pós-doutorado em educação e perguntássemos a diferentes pessoas o que é educação, nós teríamos diferentes respostas, nós não teríamos objetividade na resposta. Parece que muitas vezes estamos usando educação como sinônimo de escolarização e que o direito à educação é simplesmente o direito a estar dentro de uma escola.

O que é socialização? Eu acho que entra nesse mesmo patamar de necessidade de definir conceitos. A socialização é definida pelo Prof. Brian Ray, daquele instituto que foi mencionado, dizendo que a socialização é um conjunto de práticas que levam a pessoa a assimilar determinada cultura, a cultura de determinada sociedade. Então, que socialização acontece numa sala de aula quando todas as crianças de dois anos estão juntas ali, todas as crianças de quatro anos em um outro ambiente, e as crianças de dez em um outro ambiente? Que socialização acontece? Será que é essa socialização que nós queremos? Essa padronização de comportamentos por idade ou a socialização que acontece no âmbito de diferentes idades, com diferentes personagens, com avós, com pais, depois com o vendedor no supermercado, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bibliotecário, com...? Enfim, essas múltiplas possibilidades de socialização que acontecem na educação domiciliar seriam inferiores à socialização que acontece com crianças da mesma idade? Então, vou me estender um pouquinho além aqui desses segundos que estão me dando para dizer que, ao observar as crianças que estão praticando educação domiciliar e ver que elas realizam encontros semanais geralmente de dia inteiro, com os pais estudando junto e as crianças lendo seus ensaios umas para as outras, lendo para os adultos, sendo apontados os seus pontos favoráveis e os pontos a serem melhorados, existe uma socialização intensa na maioria desses grupos.

Senador, se o senhor me permitisse mais um minutinho, eu gostaria de responder a uma outra pergunta que foi feita: todos os lares brasileiros estão preparados para a educação domiciliar? E é evidente que não, ninguém defende que a educação domiciliar seja para todo mundo. E isso não é aumentar as desigualdades, porque nós não podemos reduzir as desigualdades para baixo, descendo o nível, insistindo que aquelas crianças que podem, sim, estar lendo aos cinco anos, aos sete anos, aos oito anos, escrevendo ensaios aos nove anos de idade, que essas crianças não tenham esse direito, porque a maioria não tem; que essas crianças que podem aprender com seus pais gramática, lógica e retórica forçosamente precisam estar em igualdade com aquelas que precisam desesperadamente do suporte do Estado. Então, nós queremos ajudar muito todas as crianças e ajudar muito as crianças que precisam estar na escola. Precisamos melhorar a qualidade da escola. E grande parte dos pais não pode abrir mão disso, o Estado não pode abrir mão de socorrer essas famílias dessas crianças. Estamos aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço...

A SRA. INEZ AUGUSTO BORGES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Desculpe-me.

A SRA. INEZ AUGUSTO BORGES (*Por videoconferência*.) – Perdoe-me o entusiasmo, inclusive.

Muito, muito obrigada pela compreensão dessa necessidade de responder às perguntas da nossa audiência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu que agradeço também por sua participação, Inez Borges, Assessora do Ministério.

Quero dizer que esta foi a primeira audiência pública. Penso que várias posições foram expostas, caminhos eventualmente de convergência foram também apontados, dificuldades também foram colocadas. Este é o objetivo da audiência pública: justamente atender a diversidade de pontos de vista, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturas, do que pode ser feito, analisado. E é o que a gente pretende fazer. Nós temos desenvolvido inúmeras reuniões também, além das audiências públicas, para que o resultado final do trabalho possa atender ao objetivo de análise detalhada do projeto de lei que chegou ao Senado Federal depois de passar pela discussão e aprovação da Câmara dos Deputados.

Eu agradeço a participação importante dos expositores e expositoras. Agradeço pela presença, pelo tempo.

Agradeço por toda a infraestrutura da Comissão de Educação também. Também agradeço aos meios de comunicação do Senado que colocaram à disposição da sociedade a possibilidade de interagir, discutir.

Agradeço também a presença das famílias, dos pais, mães e crianças que estiveram aqui durante a audiência pública.

Penso que os objetivos desta audiência pública foram cumpridos.

Nesse sentido, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rafael Tenório, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3903, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1291, de 2022 - Terminativo -** que: "Denomina Desembargador Federal Leomar Amorim o trecho da rodovia BR-222 entre o cruzamento com a rodovia BR-135 e o Município de Chapadinha, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1901, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Joaquim Machado de Souza a ponte sobre o Rio Envira na rodovia BR-364, no Município de Feijó, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1856, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Estrada Prefeito Horácio Amaral o trecho da rodovia BR-158 situado entre os Municípios de Campo Mourão e Roncador, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1846, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Passarela Jardim Mimás – Embu das Artes a passarela localizada no Km 275,5 da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP/PR, no Município de Embu das Artes, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4688, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina "Ponte Paulo Nunes Leal", a nova travessia sobre o Rio Madeira, na BR-364, do km 937,6 ao km 938,8, em Abunã, Distrito de Porto Velho - RO." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 394, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não gratuitas ao programa." **Autoria:** Senador Airton Sandoval (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1643, de 2019 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Institui o Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras e altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a pontuação no Ranking na avaliação das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4493, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, para incluir o apoio e o estímulo à prática desportiva entre as dimensões consideradas na avaliação das instituições de educação superior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.643, de 2019, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.493, de 2019. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 136, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica." **Autoria:** Senadora Regina Sousa (PT/PI). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2793, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Declara Ayrton Senna da Silva Patrono do Esporte Brasileiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4200, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Escola Nacional de Gestores Educacionais (ENGE) e dispõe sobre o seu funcionamento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 46, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2o, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Ministro da Educação, Exmo. Sr. Victor Godoy, acerca de problemas relatados no procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina no Brasil, nos termos da justificação a seguir, em especial sobre as atualizações das listas e sistemas de instituições estrangeiras credenciadas para o revalida simplificado e sobre as atualizações necessárias empreendidas pelas próprias instituições de ensino nacionais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 57, de 2022** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1706/2019, que “dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil”." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 58, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós-graduação no Brasil." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 61, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que “altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”, seja incluído o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome da Sra. Senhora Amábile Pacios, Vice presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e integrante do Conselho Nacional de Educação, como convidada." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/30

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 14. Ficam retirados de pauta os itens 7, 10 e 11, a pedido dos Relatores.

Nós vamos ao item 4 da pauta – o Senador Flávio Arns está *online*, está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1856, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Estrada Prefeito Horácio Amaral o trecho da rodovia BR-158 situado entre os Municípios de Campo Mourão e Roncador, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Rubens Bueno.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, e também os demais Senadores e Senadoras que participam da reunião da Comissão.

Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise do mérito do projeto, já que ele está de acordo com o Regimento, a legislação e a nossa Constituição.

Nesse sentido, eu quero dizer que o projeto em análise atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Como destaca o autor da matéria, o Deputado Federal pelo Paraná Rubens Bueno, Horácio Amaral foi eleito Prefeito de Campo Mourão em 15 de novembro de 1968. No quatriênio de sua atuação como Prefeito (1969-1972), Campo Mourão sofreu profundas transformações.

O desenvolvimento de diversas culturas agrícolas, em especial as culturas de soja e trigo, fez surgir a Cooperativa Agropecuária Mourãoense, hoje Agroindustrial Cooperativa.

No setor educacional, foram construídas mais de 170 escolas no campo e na cidade, tendo também sido criada a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão (Fundescam), hoje Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), que, por sua vez, propiciou, décadas mais tarde, a implantação de um núcleo universitário regional, com a vinda de novos cursos e a abertura de novas instituições de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na administração de Horácio Amaral, também foi feita a pavimentação de vias públicas, foram realizadas obras de conservação e abertura de estradas rurais e foi implantada a primeira etapa do sistema de tratamento de esgotos sanitários.

Em 1974, quando era candidato a Deputado Estadual, Horácio Amaral morre em acidente automobilístico.

Por fim, importa registrar que, durante nossa relatoria, recebemos ofícios dos Municípios paranaenses de Campo Mourão e Roncador, por intermédio de suas respectivas Câmaras de Vereadores, nos quais expressaram apoio à homenagem veiculada no presente projeto de lei. Escrevemos para as Câmaras de Vereadores pedindo, inclusive, a opinião dos Vereadores tanto do Município de Roncador como do Município de Campo Mourão, e ambas as Câmaras de Vereadores se manifestaram favoravelmente, como ressaltado, ao presente projeto de lei.

Por essas razões, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa ora proposta.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.856, de 2021.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Agradeço a V. Exa., nobre Senador Flávio Arns.

Vamos colocar o projeto em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, mas não vou submetê-lo à votação, porque tem outro projeto terminativo, o item 5, e a gente, então, vai fazer uma votação em globo para facilitar os trabalhos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1846, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Passarela Jardim Mimás – Embu das Artes a passarela localizada no Km 275,5 da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP/PR, no Município de Embu das Artes, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Carlos Zarattini.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul Prates para leitura do seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Saudações, Presidente Marcelo Castro. Saudações, querido mestre, Senador Flávio Arns, e demais Senadores e Senadoras que estão aqui presentes pelo remoto e presencialmente.

Trago aqui à Comissão o Projeto de Lei nº 1.846, de 2021, do Deputado Carlos Zarattini, do PT, de São Paulo, que propõe que seja denominada Passarela Jardim Mimás – Embu das Artes a passarela localizada no Km 275,5 da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP-PR, no Município de Embu das Artes, Estado de São Paulo.

A proposta conta com os dois dispositivos de praxe.

Passo diretamente à análise.

A iniciativa é amparada do ponto de vista legal.

Quanto à técnica legislativa, também não há qualquer reparo ou óbice ao texto do projeto, que está em consonância com as exigências impostas pela Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Por fim, cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica, não se constatou também outra denominação para o trecho rodoviário em questão, o que é importante fazer, porque já vimos casos de projetos denominando locais, logradouros que já tinham outra denominação. Então, fizemos a pesquisa histórica em relação a isso.

Dessa forma, o projeto de lei em análise atende a todos os aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que diz respeito ao mérito, incumbe observar o que informa o próprio autor da matéria. Abro aspas para o autor, Deputado Zarattini: "Os moradores do Bairro Jardim Mimás, no Município de Embu das Artes - SP, manifestam, através de comunicação do Sr. Prefeito municipal, como forma de assinalar a conquista alcançada com a construção da passarela para a travessia da Rodovia Régis Bittencourt, na altura do km 275,5, que ela seja identificada com denominação análoga à do bairro".

Em função disso, não há como negar ser pertinente, justa e meritória a iniciativa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 1.846, de 2021.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao Senador Jean Paul Prates pelo seu relatório, colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Vamos passar ao item 2 da pauta também para a gente poder fazer a votação em globo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1291, DE 2022

- Terminativo -

Denomina Desembargador Federal Leomar Amorim o trecho da rodovia BR-222 entre o cruzamento com a rodovia BR-135 e o Município de Chapadinha, no Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Hildo Rocha.

A relatoria é do Senador Roberto Rocha, que a passa ao Relator *ad hoc,* Senador Izalci Lucas, a quem temos a honra de passar a palavra.

Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas para fazer o relatório sobre o Projeto de Lei 1.291.

Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2° da Lei n° 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras de arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei n° 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Dessa forma, o projeto de lei em análise atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que respeita ao mérito, o autor da matéria destaca que Leomar Amorim era maranhense de Itapecuru-Mirim, cidade atravessada pelo trecho rodoviário em questão. Foi desembargador federal do TRF 1 nos últimos dez anos e somou vinte e sete anos de carreira na magistratura, tendo sido uma das grandes expressões da magistratura maranhense. Fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, integrou o Conselho Nacional de Justiça e foi autor de vários livros.

Permito-me também fazer um reconhecimento pessoal ao Desembargador Leomar Amorim, com quem tive a satisfação de conviver. Era um homem de inteligência ímpar e com quem o convívio era extremamente agradável. Faleceu em 2014, aos 58 anos, vítima de um câncer. Um de seus filhos, o advogado Gabriel Amorim, é hoje meu genro e o nome de meu neto, Leomar Rocha Amorim, é uma justa homenagem ao avô paterno.

Por fim, impende considerar o que informa a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, a qual assinala, em seu Parecer:

> Quanto ao seu mérito, além dos argumentos ventilados pelo autor, é importante registrar que a Câmara Municipal de Itapecuru Mirim/MA manifestou-se em outubro de 2017, por meio de moção de apoio à aprovação do projeto de lei, cumprindo o que recomenda a Súmula 1/2013, da Comissão de Cultura.

Nesse sentido, a iniciativa ora proposta é certamente justa e meritória.

Esse é o parecer do nosso querido Senador Roberto Rocha.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 1.291, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o relatório do nobre Senador Izalci Lucas, que faz o relatório *ad hoc*, da relatoria do Senador Roberto Rocha, nós colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e vou submeter os itens 2, 4 e 5 da pauta, que foram aqui lidos e discutidos, à votação

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – À votação em globo. Então...

Pois não, nobre Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Antes de colocar em votação, tem o item 6 que trata também de denominação de uma ponte importante lá no Estado de Rondônia e que foi apresentada pelo Senador Marcos Rogério. Mas tem outro projeto de que eu sou Relator, que é de autoria do Senador Márcio Bittar. Sobre a mesma ponte, e o Márcio Bittar está colocando outro nome.

Então, eu queria que esse projeto do item nº 6... Ele não foi colocado em votação nem foi ventilado agora. Que ele não seja colocado em votação, porque eu já entrei com requerimento lá na Mesa, com a Presidência do Senado, para apensar esses projetos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Apensar e a gente discutir na bancada o nome, porque tem várias pessoas, vários Parlamentares querendo colocar nomes diferentes. Então, a bancada tem que sentar para escolher um nome, a gente vem aqui e faz esse apensamento e faz um relatório único, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está certo.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senão daqui a pouco vai ter dez nomes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Faz um pedacinho para cada um. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É, faz um pedacinho para cada um. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Resolver o problema antes de ele chegar aqui.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É claro, claro! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, nós vamos... Vamos iniciar, então, a votação.

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel, por favor, para a votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente Marcelo Castro, eu tenho um requerimento extrapauta que pediria a V. Exa. para colocar na pauta. É só para incluir a Sra. Amábile Pacios, da Fenep, que é integrante, inclusive, do Conselho Nacional de Educação, para a audiência pública objeto do Requerimento 54, para instruir o PL 1.338, que altera a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a possibilidade de oferta domiciliar de educação básica; é só para incluir a Sra. Amábile Pacios. Se V. Exa. puder colocar como extrapauta, agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza, nobre Senador, iremos incluí-lo. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul Prates, vote no seu projeto aí, que V. Exa. relatou. (*Pausa.*)

Já votou? (*Pausa.*)

Não votou ainda, não. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul... (*Pausa.*)

O.k., Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, havendo já o número regimental de votos, eu peço à Secretaria da Mesa que exponha o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – SIM, 14; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Então, ficam aprovados os itens 2, 4 e 5 da pauta.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 58, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós-graduação no Brasil.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 61, de 2022, da Comissão de Educação, apresentado pelo Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, o requerimento será lido.

Item 15.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 61, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", seja incluído o nome da Sra. Senhora Amábile Pacios, Vice presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e integrante do Conselho Nacional de Educação, como convidada.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rafael Tenório, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3903, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4458, de 2021 - Terminativo -** que: "Declara o ano de 2022 como o "Ano da Busca Ativa: Toda Criança na Escola"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2529, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4196, de 2019 - Terminativo -** que: "Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, foi concedida vista ao Senador Wellington Fagundes, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 713, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 570, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que "institui a Bolsa-Atleta", para incluir na destinação da Bolsa-Atleta as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6563, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6473, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providências, para dispor sobre a publicidade dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5641, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5979, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 46, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2o, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Ministro da Educação, Exmo. Sr. Victor Godoy, acerca de problemas relatados no procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina no Brasil, nos termos da justificação a seguir, em especial sobre as atualizações das listas e sistemas de instituições estrangeiras credenciadas para o revalida simplificado e sobre as atualizações necessárias empreendidas pelas próprias instituições de ensino nacionais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 57, de 2022** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1706/2019, que “dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil”." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 59, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, informações sobre os motivos que levaram o Ministério da Educação a cortar cerca de R$ 619 milhões das instituições federais de ensino, bem como as medidas que estão sendo tomadas para reverter essa situação." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Victor Godoy Veiga, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram o Ministério da Educação a cortar cerca de R$ 619 milhões das instituições federais de ensino, bem como as medidas que estão sendo tomadas para compensar essa situação." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 62, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 54/2022, seja incluída, na última audiência do ciclo aprovado no referido requerimento, a participação da Sra. Mariana Rosa – Jornalista, educadora, mulher com deficiência, mãe de uma criança com deficiência, fundadora do Instituto Cáue – Redes de Inclusão e integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/07

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Cumprimento todas as Senadoras, os Senadores e os nossos internautas, todos os que nos acompanham pelos canais de comunicação aqui do Senado Federal.

Hoje estou substituindo o nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro, a quem agradeço o convite para estar hoje comandando a reunião.

Houve uma convocação ontem, após a sessão do Senado, para uma sessão deliberativa semipresencial agora, às 10h, mas, mesmo com o pouco tempo que teremos de agora até o início da sessão, eu vou passar à leitura de documentos recebidos na Comissão para darmos celeridade aos trabalhos e iremos dar continuidade à pauta. À medida que o tempo for passando, a gente vai priorizando principalmente os não terminativos, porque nós não temos quórum hoje para votação, mas a leitura dos não terminativos faremos.

Então, vou passar agora para a leitura desses documentos: Moção 140, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Ofício 569, da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo; Ofício 5, do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino Superior; Ofício 2.990, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ofício 842, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, São Paulo; Ofício 596, da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo; Ofício 768, da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais; Moção de Apoio nº 5, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara Municipal de Angicos, Município do Rio Grande do Norte; Moção da Sociedade Brasileira de Química (SBQ); Ofício 135, da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais; Ofício 55, da Câmara Municipal de Santana do Riacho, Minas Gerais; Correspondência do Conselho Federal de Nutricionistas; Moção de Apelo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz); Ofício 1.671, do Conselho Federal de Educação Física; Ofício 84, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Ofício 395, da Câmara Municipal de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul; carta aberta da Associação Brasiliense de Cinema e Vídeo; Ofício 193, da Câmara Municipal de Igrejinha, Rio Grande do Sul; Ofício 1.613, do Conselho Nacional dos Humanos; Ofício Circular 538, da Câmara Municipal de Chapecó, Santa Catarina; Ofício 776, da Câmara Municipal de Tubarão, Santa Catarina; Ofício 40, do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas; Ofício 459, da Câmara Municipal de Itajaí, Santa Catarina; correspondência da Global Home Education Exchange; Ofício 443, da Frente Nacional de Prefeitos; correspondência do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee); Ofício 11, do Fórum dos Secretários de Estado de Esportes; conferência do Conselho Estadual de Educação; Ofício 18, da Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã.

Sras. e Srs. Senadores, os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, todos esses documentos serão arquivados.

A Presidência comunica que, no último dia 30 de junho, foi promulgada a Resolução 14, de 2022, de minha autoria, que institui a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro e o Prêmio Eficiência Educacional Florestan Fernandes, com vista à melhoria da educação nacional. De acordo com a referida resolução, receberá a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro um educador de cada estado e um do Distrito Federal, que serão selecionados pelas respectivas bancadas. Então, a Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte oficiará às Sras. e aos Srs. Senadores, solicitando as indicações e comunicando o prazo final para a apresentação dos nomes para a seleção e, enfim, para a premiação final.

Só um minuto...

Eu pergunto se nós vamos iniciar a pauta, se nós temos, Thiago...

Nós temos presentes alguns Senadores e... O Senador Flávio Arns está pedindo a palavra.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero, Sra. Presidente, em primeiro lugar, saudá-la. Como... Está me escutando? Eu acho que sim, não é?

Eu quero saudar V. Exa. em primeiro lugar e dizer da satisfação de estarmos também reunidos aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois itens de nossa autoria que fazem parte da pauta de hoje. São dois itens importantes. Um deles é o da busca ativa de crianças, para que toda criança... Se é uma busca ativa, são crianças que precisam estar no ambiente escolar. E há uma necessidade, assim, de que essas crianças participem do contexto. E, ao mesmo tempo, o projeto de lei dos trabalhos de conclusão de curso – para serem publicados, terem divulgação, o que é bom para a pessoa que concluiu o curso e também para a comunidade acadêmica, de uma maneira geral.

Eu só queria fazer um apelo, Senadora Leila, no sentido de que nós temos um projeto de lei que discute a inclusão da língua espanhola no currículo escolar. Há uma tradição bastante forte nesse sentido, e já houve durante muitos anos essa possibilidade. Nós estamos dentro de um contexto aqui do Mercosul, da América Latina, onde o único país que não fala a língua espanhola é o Brasil, e, surpreendentemente, na reforma do ensino médio e também em todo debate que acontece, essa possibilidade foi retirada do currículo.

Então, existe esse projeto de lei que está na Secretaria-Geral da Mesa, e o apelo que eu faço a V. Exa. é que Vossa Excelência, como Presidente no dia de hoje, solicitasse à Secretaria-Geral da Mesa o envio desse projeto para a Comissão de Educação, para que nós possamos fazer o debate, a discussão e vermos os caminhos que podem ser tomados para que a língua espanhola faça parte, de fato, do currículo escolar, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, em função de todos os aspectos. Pelo menos esse debate tem que acontecer, essa discussão...

Surpreendentemente, o Brasil, dentro da América Latina, como o único país de língua portuguesa, cercado de inúmeros países de língua espanhola... E, quando a gente pensa na área econômica, social e de integração tão necessárias no dia de hoje, a língua é o instrumento primeiro, o mais forte, o necessário para haver qualquer tipo de integração e articulação.

Então, Senadora Leila, é só um apelo para que esse projeto de lei possa ser requisitado pela Comissão junto à Secretaria-Geral da Mesa para vir à Comissão, designar-se um Relator, e fazermos a discussão sobre esse assunto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Excelente solicitação, aliás, sugestão, Senador Flávio Arns! Nós já estamos aqui providenciando esse pedido feito pelo senhor através da Comissão para a Secretaria-Geral da Mesa. Faremos esse deferimento, com certeza. Obrigada pela participação!

Eu pergunto aqui... Nós temos aqui o Senador Confúcio e nós temos o Projeto 4.458, de 2021, que declara o ano de 2022 como o "Ano da Busca Ativa: Toda Criança na Escola".

Eu pergunto se ele está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah! Bom dia, Senador Confúcio!

Ele é um projeto...

Nós não temos quórum hoje, mas acho que seria importante a leitura para que, na próxima sessão, já feita a leitura na sessão de hoje, a gente inicie a reunião com a votação desse importante projeto, o que foi também alertado pelo Senador Flávio Arns.

Então, vou passar para o item 2, a leitura do 4.458, de 2021.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4458, DE 2021

- Terminativo -

Declara o ano de 2022 como o "Ano da Busca Ativa: Toda Criança na Escola".

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observação: será feita uma votação para o projeto e para a emenda apresentada.

Eu concedo a palavra – mesmo não tendo quórum, como já falei, nós vamos fazer essa leitura – ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Senadora Leila, Senador Flávio Arns, demais Senadores presentes e ausentes também, eu vou, então, entrar diretamente na análise do projeto.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. O projeto de lei em análise, de nº 3.286, de 2020, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

Eu vou saltando, porque o relatório ficou muito longo. Mesmo a análise ficou muito longa; eu vou só ler os parágrafos mais importantes, essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Passando à análise...

Contudo, a emergência de saúde pública provocada pela pandemia de covid-19 alterou profundamente as atividades educacionais.

Para mitigar os efeitos da suspensão das aulas, as redes de ensino buscaram oferecer aulas remotas, com todas as dificuldades que isso importou. O uso de novas tecnologias para promover a atividade educacional de forma satisfatória exigiria que alunos e professores dominassem essas tecnologias e tivessem acesso a equipamentos de informática e à conexão de internet em banda larga, o que, contudo, não se revelou a realidade do nosso País.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), já em 2019 havia mais de 500 mil crianças (da faixa etária de 4 e 5 anos) ainda não atendidas na pré-escola – 500 mil crianças não atendidas na pré-escola! –, além de que 7,1% dos jovens de 15 a 17 anos também estavam fora da sala de aula.

Observa-se que a evasão escolar já era um problema social que assolava o Brasil e afetava, principalmente, estudantes do ensino médio.

No ensino fundamental, a evasão ocorria notadamente em casos em que a distância da escola era associada à falta de transporte escolar.

No ensino médio, a falta de interesse dos estudantes e a situação econômica, juntamente com a necessidade de trabalhar, sempre foram os principais motivos de abandono.

Eu salto um parágrafo.

Em resumo, interrupção ou déficit da aprendizagem, desigualdade no acesso às atividades remotas com despreparo das famílias para ensinar, aumento da evasão escolar, maior exposição à violência sexual ou familiar, insegurança alimentar, aumento do trabalho infantil e comprometimento à saúde mental dos estudantes são alguns dos efeitos experimentados desde que as escolas foram fechadas. Esse cenário é ainda mais grave entre os estudantes mais vulneráveis, pobres, negros, de zona rural e de periferias.

Nesse sentido, consideramos que a iniciativa em análise é meritória, uma vez que busca mitigar os efeitos nefastos da pandemia sobre a educação. Entendemos que deve ser feito um enfrentamento do abandono e da evasão escolares por meio de uma busca ativa, especialmente considerando que ela envolve não somente a matrícula de crianças e adolescentes que estão fora das escolas, mas também a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção do acolhimento dos estudantes, a garantia da permanência dos alunos na escola e a recomposição de aprendizagem.

Contudo, estamos no meio do ano, de modo que resta pouco tempo para implementar o objetivo louvável da iniciativa. Nesse sentido apresentamos emenda, para que não apenas o ano de 2022, mas também o de 2023, sejam contemplados na proposição.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.458, de 2021, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CE
> Dê-se a seguinte redação à ementa e aos arts. 1º a 3º, do PL 4.458, de 2021:
> "Declara o biênio de 2022-2023 como o 'Biênio da Busca Ativa: Toda Criança na Escola'."
> [Isso é fundamental. Vou ler de novo esse trechinho aqui.]
> "Declara o biênio de 2022-2023 como o [abrem-se aspas] 'Biênio da Busca Ativa: Toda Criança na Escola'."
> Art. 1º Fica declarado o biênio de 2022-2023 como o [abrem-se aspas] 'Biênio da Busca Ativa: Toda Criança na Escola [fecham-se aspas]'.
> Art. 2º No 'Biênio da Busca Ativa: Toda Criança na Escola', serão implementadas ações coordenadas pela União, com a colaboração dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da sociedade civil, para garantir matrícula a todas as crianças e adolescentes em idade escolar.
> Art. 3º Durante todo o biênio 2022-2023 será dada prioridade absoluta às ações que visem a:
> [aí é justamente o que eu acabei de ler acima.]
> .....
> ....."

Sala das Comissões, data de hoje.

É este o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Obrigada, Senador Confúcio.

Parabenizo o Senador Flávio Arns pela iniciativa, e o senhor, além da leitura do relatório, pela apresentação dessa emenda importantíssima para que, além de 2022 e 2023, no caso, no biênio 2022-2023, sejam os anos da Busca Ativa: Toda Criança na Escola. Parabéns!

Eu vou passar a matéria para a discussão.

Pergunto ao Senador Flávio Arns, autor da iniciativa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer ao Senador Confúcio Moura pelo relatório, aprimorou-o pelas razões que já expôs, porque nós já estamos indo para o mês de agosto agora em 2022, 2023...; pela ênfase que o Senador Confúcio deu, inclusive porque, quando a gente fala de busca ativa, nós estamos falando das crianças mais vulneráveis, da periferia, com dificuldades, de zona rural, de zonas isoladas. Então, isso é muito importante.

Nós temos a Subcomissão da Educação na Pandemia, da qual o Senador Confúcio Moura é membro também. Foram realizadas 15 audiências públicas sempre se levantando a situação da busca ativa da criança para que ela participe da escola. Então, eu diria inclusive que esse projeto de lei é resultado dos debates dessa Subcomissão.

Eu quero parabenizar o Senador Confúcio Moura até pela ênfase que ele deu na leitura, porque, da minha parte, eu até me emociono quando escutei aí a ênfase que foi dada para toda criança na escola. Parabéns. O Senador Confúcio Moura é uma liderança nossa importantíssima na educação e quero parabenizá-lo também por tudo que tem feito até hoje.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Nós que agradecemos aos dois, dois grandes Senadores aqui, nesta Casa.

Eu vou adiar o final desta discussão para a próxima semana, até porque o projeto é terminativo e certamente teremos outros Senadores pela nossa falta de quórum e por termos a sessão agora, às 10h. Nós temos pouco tempo, Senadores. Eu prefiro adiar essa discussão para a próxima semana, porque certamente teremos outros Senadores que participarão dessa sessão. É um projeto muito importante.

Grata aos dois.

Eu vou passar agora – nós estamos aqui com o Senador Paulo Rocha – para o item nº 4, que é o Projeto de Lei 4.196, de 2019.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4196, DE 2019

- Terminativo -

Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sra. Presidenta, trata-se de um projeto do Senador Kajuru, nosso Senador de Goiás, que envolve mudanças na lei sobre oferta de transporte escolar da educação superior. Na verdade, o objetivo é resolver o problema de transporte do pessoal do interior do nosso país, porque geralmente os cursos de educação superior só tem nas grandes cidades ou nas capitais, e, aí, o estudante pobre lá do interior, do campo, tem dificuldade de transporte. E a intenção do nosso autor, Senador Jorge Kajuru, é resolver essa questão do transporte escolar de educação superior, dividindo as despesas entre o Governo Federal, o governo estadual e o governo municipal.

É um projeto que tenta, portanto, resolver essa questão, mesmo com as dificuldades dos nossos municípios. E foi inclusive motivo de a Bancada do Partido dos Trabalhadores votar contra a redução do ICMS de combustíveis, porque tira dinheiro exatamente da educação e da saúde dos nossos estados e municípios, o que justificou o nosso voto contrário e até porque, também, não iria resolver o problema da redução do preço dos combustíveis, uma vez que já havia três anos de transferência da renda do brasileiro para os poucos sócios da Petrobras.

Foram cerca de 110 bilhões que transferiram do povo brasileiro, com o pagamento do preço do gás, da gasolina e do diesel, e agora tiram dos governos estaduais para tentar resolver o problema em véspera de eleição. Deve reduzir R$0,29, R$0,30, R$0,40, conforme o estado, o que passa as dificuldades, a incompetência, a falta de responsabilidade e de compromisso deste Governo em relação à educação, à situação do povo e da saúde. Agora tira dos municípios, e a gente tenta resolver o problema no caso de transporte escolar através de legislação. Traz mais peso ainda para os estados e municípios.

No entanto, Sra. Presidenta, é um projeto de fundamental importância. Eu estou fazendo um relatório porque eu conheço a situação; é um relatório extenso, que tem como condão a justificativa disso que eu estou falando.

A questão é que a criação de tal atribuição entre aquelas impelidas pela LDB aos entes subnacionais, ao lado da existência de programas federais de apoio ao transporte escolar local, pode dar margem à arguição, por parte dos gestores da União, de que o Governo Federal já suplementa as ações locais de transporte escolar. Nesse sentido, poderiam alegar a desnecessidade de incrementar os repasses efetuados a esses entes em razão da nova demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outras palavras, ainda que não sejam repassados recursos adicionais necessários para o atendimento de alunos da educação superior, mantida e aprovada a atual redação do projeto, os entes subnacionais podem ser instados a assegurar tal oferta, precisamente sob o pretexto de que a União já faz a sua parte com os repasses para a educação básica, cujo transporte deveria ser compartilhado.

Dessa forma, corre-se o risco de que a atribuição da nova incumbência de garantia de transporte escolar aos estudantes da educação superior, nos termos em que está posta, crie para muitos estados e municípios uma despesa nova e permanente sem a necessária contrapartida.

Então é esta situação: fica empurrando a... A União fica empurrando para os já empobrecidos estados e municípios essa questão, com a justificativa de que o Fundeb já banca esses repasses. Mas o Fundeb banca a educação básica – para ficar bem claro –, e este projeto é para solucionar o problema do transporte de estudante de curso superior.

Sra. Presidenta, o meu voto é, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.196, de 2019, na forma da emenda substitutiva a seguir:

> EMENDA Nº - CE (Substitutivo)
> PROJETO DE LEI Nº 4.196, de 2019
> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte
> escolar na educação superior.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger com a seguinte alteração:
> "Art. 9º .....
> .....
> III-A - assegurar transporte escolar aos estudantes de baixa renda da educação superior, na forma do regulamento, em articulação com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, mediante assistência técnica e financeira;
> ....." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

É o meu voto, Sra. Presidenta.

Lembro que o projeto é terminativo. Portanto, precisa de votação qualificada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito.

Até o momento nós temos quórum? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda não temos quórum suficiente, Senador, para a votação do projeto do qual o senhor é Relator, porque, como o senhor falou, ele é terminativo. Por enquanto, eu vou adiar a discussão desse projeto, porque é terminativo e nós não temos quórum suficiente para votar.

Eu vou passar para o item...

Nós temos dois Senadores que gostariam de usar a palavra, que são o Senador Wellington Fagundes... Então, vou passar para o Senador Wellington Fagundes e depois para a Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra o Senador Wellington. (*Pausa.*)

Seu áudio está desligado. (*Pausa.*)

Pronto. Desligado. O.k.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Bom dia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Leila.

Eu queria pedir vista desse projeto. Se possível, que a senhora considere o meu pedido de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Concedida vista, Senador. Concedida vista.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – O.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – De nada.

Eu vou passar a palavra agora para a Senadora Zenaide.

Bom dia, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Bom dia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É uma bela imagem você presidindo aí, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só sobre os itens 13 e 14, de que o Senador Contarato pediu para eu fazer a leitura. São dois requerimentos, mas, se tiver alguém na frente, não tem problema, estou aqui e aguardo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Senadora, a orientação aqui da Secretaria é que nós não temos quórum suficiente para fazer a votação desses requerimentos até o momento. Por isso é que nós... Até o momento, nós vamos retirá-los da pauta porque não temos quórum. Mas, enfim, faltam dez minutos até a sessão deliberativa semipresencial. Vamos aguardar se até lá teremos esse quórum.

Obrigada.

Pergunto ao Senador Wellington se ele está preparado para a leitura do relatório do Projeto 6.563, de 2019, o item 7. (*Pausa.*)

Ele saiu, acabou de sair.

Amigos, faltam nove minutos para a sessão deliberativa semipresencial do Senado e, segundo a orientação da Secretaria aqui da Comissão, nós vamos ter que encerrar a nossa reunião de hoje.

Então, agradeço a participação das Senadoras e dos Senadores no dia de hoje.

Boa sessão para nós!

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Irajá, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 90, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pela Presidência da República sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 5, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre Proposta de Fiscalização e Controle, solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria operacional nos programas federais relacionados à defesa e promoção dos direitos de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT+)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 6, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Com amparo nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 71, incisos IV e VII da Constituição Federal, apresenta Proposta de Fiscalização e Controle com a finalidade de avaliar, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o apoio técnico do Tribunal de Contas da União, os impasses para a dispensação de imunoglobulinas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo informações de que dispomos, o País passa, atualmente, por um apagão no fornecimento desses imunobiológicos, configurando um agravamento do quadro de frequentes desabastecimentos que ocorreram nos últimos anos e deixaram muitos pacientes sem esse tratamento essencial para o controle de suas condições ou doenças." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista ao Senador Nelsinho Trad. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 176, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatório o fornecimento gratuito de pulseiras de identificação infantil em eventos públicos realizados em locais abertos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliane Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 15, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito das recentes denúncias feitas no Procon do DF que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de redes de fast food com sede no Distrito Federal." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2022** que: "Requer a adição de novos nomes ao REQ 14/ 2022" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consumidor n° 17, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2022 - CTFC, seja incluído os seguintes convidados" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/03

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Vamos à pauta.

Como do item 1 e do item 2 os Relatores não estão presentes, nós vamos passar ao item 3, porque eu vejo que o Senador Marcos do Val está presente, está *online*.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 6, DE 2021

- Não terminativo -

Com amparo nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 71, incisos IV e VII da Constituição Federal, apresenta Proposta de Fiscalização e Controle com a finalidade de avaliar, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o apoio técnico do Tribunal de Contas da União, os impasses para a dispensação de imunoglobulinas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo informações de que dispomos, o País passa, atualmente, por um apagão no fornecimento desses imunobiológicos, configurando um agravamento do quadro de frequentes desabastecimentos que ocorreram nos últimos anos e deixaram muitos pacientes sem esse tratamento essencial para o controle de suas condições ou doenças.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 26/04/2022.

Passo a palavra ao Relator, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente, é um prazer estar aqui. Obrigado aos companheiros que estão participando dessa sessão.

Bom, eu vou direto à análise.

De acordo com o art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo.

O art. 49, inciso X, da Constituição determina como competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, enquanto o seu art. 71 estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Verifica-se, assim, que a PFS nº 6, de 2021, coaduna-se com os dispositivos constitucionais e regimentais que regulamentam a matéria, inclusive quanto à participação do TCU, não havendo impedimento legal para a sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, parece-nos evidente a importância da fiscalização proposta, que visa a esclarecer os fatores que têm determinado, ao longo do tempo, os sucessivos episódios de desabastecimento de imunoglobulinas no âmbito do SUS, além de avaliar as irregularidades apontadas pelo TCU nos processos de aquisição desses medicamentos.

Diante do exposto, manifestamos voto pela admissibilidade e aprovação da Proposta de Fiscalização e Controle n° 6, de 2021.

Finalizo o meu relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Em discussão o relatório do Senador Marcos do Val.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Peço para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Para discutir, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Sr. Presidente, em função da condição de médico, eu gostaria de pedir vista em relação a esse projeto regimental, até para poder me aprofundar direito nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Vista regimental concedida ao Senador Nelsinho Trad.

Agora, eu vou colocar – como do item 4 e do item 5 os Relatores não estão presentes –, eu vou colocar um item extrapauta que é de autoria do Senador Nelsinho Trad, para que possamos aqui deliberar na Comissão.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentes denúncias feitas no Procon do DF que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de redes de fast food com sede no Distrito Federal.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

O Senador Nelsinho Trad propõe, para a audiência pública, um representante do Procon, um representante do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), um representante do Burger King, um representante do McDonald's, um representante do blogue Coma com os Olhos e também um representante da Anvisa.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para defender o seu requerimento.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente Senador Reguffe, muito obrigado pela oportunidade. Tão logo levei o assunto a V. Exa., V. Exa., na sensibilidade social que sempre teve, que para nós é um exemplo do Colegiado do Senado, colocou de pronto a nossa intenção.

Cumprimento V. Exa. e todos os colegas que estão virtualmente e, em especial, o meu companheiro que está aqui ao meu lado, o assíduo Senador Girão.

Veículos de comunicação têm noticiado graves acusações de publicidades enganosas promovidas pelas redes de *fast food* McDonald's e Burger King. Trata-se da comercialização de sanduíches que levam o nome de cortes de carnes nobres, como picanha e costela, mas que não passaria de aroma do molho, segundo consta nas denúncias. O caso foi denunciado no Procon, que já obrigou a retirada dos sanduíches da comercialização.

A forma como foi concluída a campanha publicitária do sanduíche induz ao entendimento de um produto com características diferentes daquele que tem sido entregue. Induzir o consumidor a erro se caracteriza como publicidade enganosa. Precisamos debater esse caso e chamar as empresas denunciadas para que possam ter o devido direito de se defenderem.

Sr. Presidente, essa foi a justificativa que consta no requerimento, mas eu queria estender um pouco com um sentimento que me bateu logo que vi essa questão. Nós não podemos admitir em lugar nenhum do planeta, ainda mais aqui no nosso país, que tem um povo genuinamente pacífico, um povo que acredita naquilo que se coloca nas propagandas, que possam desvirtuar aquilo que está sendo anunciado, enganando a população brasileira. Nós precisamos tirar isso a limpo, precisamos trazer aqui aqueles que denunciaram para saber deles por que denunciaram, qual a comprovação daquilo que foi evidenciado e dar a oportunidade àqueles também para se defenderem, porque anunciar um produto de hambúrguer com picanha e costela e falar que nesses hambúrgueres só tem o cheiro da picanha ou da costela, isso é brincadeira com a população brasileira!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos aceitar isso aí. Isso tem que ser esclarecido, isso tem que ser colocado a pratos limpos, e aqueles que induziram a um equívoco dessa natureza precisam ser responsabilizados.

Então, agradeço a V. Exa. e peço a compreensão dos pares para que a gente possa elucidar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Senador Nelsinho Trad, eu parabenizo V. Exa. e me somo a V. Exa.

Esta, além de uma Comissão de fiscalização e controle, é uma Comissão de defesa do consumidor, e sem dúvida nenhuma isso corresponde a um abuso por parte dessas redes de *fast food.* E me somo a V. Exa., e tem meu apoio esse pedido de realização de audiência pública.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para discutir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente Reguffe, meu querido irmão Senador Nelsinho Trad, eu queria parabenizar o meu colega por essa iniciativa, porque realmente isso tomou conta da mídia nos últimos dias. É gravíssimo, porque induz o consumidor ao erro.

E, como o Presidente colocou há pouco, aqui é uma Comissão de transparência, governança, fiscalização, controle e defesa do consumidor. Então, essas redes mundiais de *fast food,* que têm um poder muito grande de *marketing*... Você imagine quantos e quantos milhões de brasileiros podem ter sido induzidos aos erros? Foi até uma boa este trocadilho: "Vamos colocar em pratos limpos" – que o senhor colocou, não é, Senador Nelsinho? –, porque isso é algo que a gente precisa de... Será que em outro país ocorreria isso? Então, a gente precisa respeitar essas empresas, são bem-vindas, geram muitos empregos para o Brasil, impostos, mas, pelo amor de Deus, precisam ter aí o limite.

E uma coisa é certa: esse nosso Senador aqui, eu acho que tinha que ser pela mão dele mesmo, porque ele conhece desse assunto. A terra dele, o Mato Grosso do Sul, é uma terra que tem uma grande produção de carne, cortes e tudo mais, e realmente ele fala de forma catedrática sobre isso aí. Eu faço questão de aprovar esse requerimento e estar presente para ouvir as explicações dessas redes de *fast food*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu passo a palavra ao Senador Marcos do Val, que também quer discutir a matéria.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar os parabéns aí para o nosso companheiro Nelsinho Trad, pela proposta! Realmente subscrevo, concordo plenamente, ainda mais com esse nosso companheiro que é um perito na área da saúde.

Quero mandar um abraço aí também para o meu amigo Girão e outros Senadores que possam estar aí.

Quero dizer que subscrevo. Dou os parabéns! E gostaria também de estar participando dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Pela ordem, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – É apenas para agradecer o apoio que tivemos aqui das manifestações dos colegas, na certeza de que esse assunto precisa realmente ser esclarecido.

Nós estamos na época das *fake news,* e, sanduíche *fake,* era só essa que faltava. Então, isso precisa ser esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Parabéns a V. Exa.! Isso representa um total abuso por parte dessas empresas, porque vendem uma coisa e fazem o consumidor achar que estão adquirindo determinado produto, e, na verdade, ali não há nada desse produto que o consumidor objetiva consumir. Então, é preciso, sim, como uma Comissão que também é Comissão de Defesa do Consumidor, que o Senado traga essa discussão aqui. E parabenizo V. Exa. por trazer esse tema.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Nelsinho Trad.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora temos um outro requerimento extrapauta, do Senador Eduardo Girão. Na verdade, dois requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 16, DE 2022

Requer a adição de novos nomes ao REQ 14/ 2022.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Requerimento nº 16, de 2022, que requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 14, de 2022, aqui da CTFC, sejam incluídos os seguintes convidados: Dr. José Erinaldo Dantas Filho, Presidente da OAB/CE; Dr. José Amilcar de Araujo Silveira, Presidente da Faec (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará); representante da Fiec; representante do Conselho dos Consumidores da Enel Ceará; representante do Decon-CE; e também um representante do Ministério Público do Estado do Ceará.

Quer discutir, Senador Eduardo Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Em primeiro lugar, quero lhe agradecer, Presidente Reguffe, por colocar em pauta esse requerimento. É um requerimento que a gente aprovou, Senador Nelsinho Trad, na semana passada, para ouvir aqui, respeitosamente, o Presidente da Aneel e o Diretor da Enel, que é a distribuidora lá no Ceará, que teve um aumento – olha só o aumento lá no Ceará! – de 24,85% de uma lapada só, como a gente diz, que pegou todo mundo de surpresa.

Eu estava vendo aqui, Presidente Reguffe – por isso é importante a presença desses atores locais que estão fazendo um trabalho forte: a OAB, o pessoal do Decon e outras instituições, como o Amilcar Silveira, que vem com a Federação da Indústria e Agropecuária lá do Estado do Ceará –, a gente vê... Eu conversei hoje com o Senador Portinho também e com o Senador Styvenson Valentim, porque olha só os números aqui: lá no Rio Grande do Norte, foi 20,36% – o Ceará foi o campeão, o Estado do Ceará foi o campeão do Brasil em aumento –; a Energisa, em Sergipe, 16,24%; a Enel, do Rio de Janeiro, 16,86%; e a gente tem também a Coelba, com 21,13%. Então, é muito importante que a gente possa, de alguma forma, ouvir esses representantes e tentar mediar essa situação que está insustentável para o consumidor, tentar ver se consegue escalonar isso. Inclusive há essa EMT, que é lá de Mato Grosso, que é 22,55% também, mas o campeão é o Estado do Ceará, onde houve o índice mais alto, e uma das companhias que mais lucrou nesse período foi a do Ceará.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Quem aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento aqui, também do Senador Eduardo Girão, que é o Requerimento nº 17, da CTFC.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2022 - CTFC, seja incluído os seguintes convidados.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

É nos mesmos moldes do anterior e propõe também a inclusão do Sr. Thiago Figueiredo Fujita, que é Presidente da Associação Cearense de Defesa do Consumidor, e também de um representante da Agência Reguladora do Estado do Ceará, a Arce.

Alguém deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovados os dois requerimentos.

Agora eu devolvo a palavra ao...

Nós vamos para o item 11 da pauta.

O Senador Marcos do Val continua *online*. Eu vou pedir a ele que leia o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 5544, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 22/02/2022, 08/03/2022, 15/03/2022, 29/03/2022, 05/04/2022 e 26/04/2022.

Eu passo a palavra ao Senador Marcos do Val. Se ele puder ler o relatório...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Com certeza, Presidente. Agradeço até a oportunidade. É um assunto de interesse de todo cidadão brasileiro.

Eu vou direto à análise.

Conforme o disposto no inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor. Por ser o único colegiado a apreciar a matéria, serão analisados também os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do inciso V do art. 24 da Constituição. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em consonância com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno do Senado Federal, além de haver sido distribuída à Comissão competente, como citado.

A respeito da técnica legislativa, o projeto de lei observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, a proposição aperfeiçoa a legislação consumerista, assegurando mais direitos ao consumidor, razão pela qual merece ser aprovada.

O projeto de lei incentivará o fornecedor a cumprir o prazo de entrega do produto adquirido pelo consumidor, muitas vezes no âmbito do comércio eletrônico. Na celebração do contrato de compra e venda do produto entre o fornecedor e o consumidor, é obrigação do fornecedor informar ao consumidor o prazo limite para entrega do produto. Cumprida a obrigação dentro do prazo assinalado, é legítima a cobrança do valor do frete pelo transporte do produto até o local informado pelo consumidor.

Caso a obrigação não seja cumprida no prazo estipulado, contudo, é razoável que o fornecedor seja obrigado a devolver o valor do frete, que foi antecipadamente cobrado do consumidor. Com isso, espera-se que o reembolso do valor venha a efetivamente reparar o dano causado ao consumidor, em virtude do atraso na entrega do produto.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 5.544, de 2019.

Encerro assim o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Como não temos quórum para votação de projetos terminativos, fica a leitura feita e adiada para a próxima sessão deliberativa a votação do projeto.

Em tempo, faço aqui um apelo aos membros da Comissão que não estão presentes que venham à Comissão para dar quórum, para que possamos votar também projetos terminativos. Isso é de suma importância e é uma responsabilidade de todos nós.

Volto ao item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 5, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre Proposta de Fiscalização e Controle, solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria operacional nos programas federais relacionados à defesa e promoção dos direitos de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT+).

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Observações:

- *A matéria constou na pauta do dia 26/04/2022.*

É uma proposta de autoria do Senador Fabiano Contarato, que tem como Relator o Senador Paulo Rocha, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, a matéria é uma proposta de fiscalização corriqueira nesta Comissão, portanto vou direto à análise. Na verdade, ela direciona uma fiscalização, conforme já anunciado por V. Exa.

De acordo com o art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. Já o art. 102-B dispõe que a proposta de fiscalização e controle pode ser apresentada por membro deste Colegiado, que deverá se manifestar sobre a sua oportunidade e conveniência.

Passando à análise de constitucionalidade, o art. 49, inciso X, da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Já o art. 71 da Constituição estabelece as competências do TCU para auxiliar o controle externo do Executivo pelo Legislativo. Os incisos IV e VII desse artigo determinam ao TCU que realize inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo, inclusive por iniciativa de Comissão técnica do Legislativo, à qual deve prestar as informações solicitadas.

Transitando da constitucionalidade para o mérito, registre-se que a atividade de controle, com lastro constitucional expresso, não constitui ingerência indevida de um Poder sobre outro, pois deflui do sistema de freios e contrapesos que sustenta o Estado republicano, no qual a responsabilidade dos agentes públicos está acima de sua autoridade e o patrimônio público não pode ser confundido com riqueza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal dos governantes. Na mesma seara, o interesse público e os valores cristalizados na Constituição e nas leis têm precedência sobre cismas, veleidades e opiniões pessoais dos mandatários.

Dessa forma, a prestação de contas deve ser entendida como dever ordinário e corriqueiro do Governo, em contrapartida ao direito da sociedade de saber se os recursos públicos estão sendo empregados de modo lícito e eficiente, atendendo a um interesse público, e não aos caprichos particulares de qualquer pessoa. Tal controle não se reveste apenas de caráter repressivo, pois também admite sugestões para o aperfeiçoamento das políticas públicas, conforme seja detectada margem para aprimoramento.

Diante do exposto, Sr. Presidente, manifestamos voto pela admissibilidade e aprovação da Proposta de Fiscalização.

Para ficar claro, nós não estamos discutindo a concepção de qualquer nova legislação; é apenas aquilo que já está aprovado não só na Constituição, mas nas leis ordinárias, e já é papel dos governos cumprirem essas determinações.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Em discussão o relatório do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Cunha quer discutir?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Reguffe, na verdade, eu tinha levantado aqui para discutir o PL 5.544, mas já fui informado de que ele saiu da pauta agora, não é isso? O PL 5.544, de 2019, cujo Relator é o Senador Marcos do Val.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – É, o relatório do PL 5.544 foi lido, Senador Rodrigo Cunha, mas, como o projeto é terminativo e nós não estamos com quórum para projetos terminativos, eu deixei a discussão para quando houvesse a votação, já que não será votado na tarde de hoje.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Mas, se V. Exa. quiser fazer algum comentário, está à sua disposição também.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. *Por videoconferência*.) – Não, Presidente. Eu acredito que faz mais sentido realmente fazer a discussão na votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, já que eu pedi a palavra, também, se possível, tem um projeto que eu gostaria de saber se vai para a votação, cujo Relator é o Senador Styvenson. Acredito que é o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Senador Rodrigo, o seu áudio está meio picotado, nós não conseguimos aqui ouvir direito V. Exa., Pelo que eu entendi, o item 9 da pauta, que é de autoria de V. Exa., já teve o relatório lido pelo Senador Styvenson, mas também não será votado na tarde de hoje porque ele também é terminativo, e nós não estamos com quórum para projetos terminativos. Aliás, nós estamos até com um bom quórum, mas não chegamos ao quórum necessário para a deliberação de projetos terminativos.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Presidente. Daqui a pouco eu estarei também na Comissão pessoalmente. Estou chegando agora de Alagoas.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Voltando ao item n° 2 da pauta, coloco em discussão o relatório do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como não temos mais nenhum item não terminativo que possa ser deliberado, apenas os terminativos, eu vou encerrar esta sessão, mas antes convocando nova sessão desta Comissão, com a realização da audiência pública que foi proposta pelo Senador Eduardo Girão, na próxima quinta-feira, às 10h da manhã, assim como a realização de audiência pública sobre a questão da saúde do Distrito Federal, que envolve recursos federais, que é financiada em grande parte por recursos federais, que será aqui, na próxima terça-feira, às 14h30. Essas duas audiências públicas estão convocadas.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Parece que a assessoria de V. Exa. encontrou uma data do sanduíche *fake* para quinta-feira, dia 12. Veja se V. Exa. concorda, já para anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Bom, se tiver... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Por videoconferência*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Pela ordem, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Na terça-feira, se não me engano, vai ter também um dos esforços concentrados para a aprovação de autoridades, e, se tiver essa agenda na terça, vai complicar. Então eu sugiro que possamos fazer na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Senador Marcos do Val, como o esforço concentrado está marcado para as 16h, o Plenário deve começar às 16h, nós poderíamos fazer aqui a audiência pública às 14h30, mas, de qualquer maneira, eu vou pedir à Secretaria da Comissão para fazer uma checagem com a Secretaria-Geral da Mesa para que possamos conseguir fazer as audiências e ter a maior assistência possível para temas tão importantes.

Com relação à audiência proposta pelo Senador Nelsinho Trad: a princípio pode, sim, ficar para quinta-feira, dia 12 de maio, às 14h; pode ficar aqui perfeitamente, de minha parte está o.k. É preciso apenas checar direitinho se, com esse esforço concentrado, vai ter algum óbice. Não tendo, faremos essa audiência que está marcada para quinta-feira, dia 12 de maio.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e oito minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Styvenson Valentim e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores não membros Veneziano Vital do Rêgo e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Reguffe, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 14/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), REQ 16/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), e REQ 17/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Prestar esclarecimentos sobre o percentual do reajuste tarifário anual nas contas de energia elétrica. **Participantes:** Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Diretora Presidente da Enel Distribuição Ceará; Luiz Antonio Correa Gazulha Junior, Diretor de Regulação da Distribuição e Transmissão da Enel Brasil; Flávio Aragão, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Usuários do Serviço Público da OAB/CE; José Amilcar de Araújo Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC; Thiago Figueiredo Fujita, Presidente da Associação Cearense de Defesa do Consumidor - ACEDECON-CE; e Joaquim Caldas Rolim de Oliveira, Coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/05

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês.

Eu declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater o percentual do reajuste tarifário anual nas contas de energia elétrica, em atendimento aos Requerimentos 14, 16 e 17, de 2022, de minha autoria. Especificamente nós vamos tratar aqui... Embora ouvindo entidades e a agência, a Aneel, que deliberam, que têm uma atuação nacional, o nosso foco é o que está acontecendo no Estado do Ceará, que, pelo levantamento que a gente tem aqui dos últimos reajustes, foi o campeão do aumento que comoveu, aliás, está comovendo toda a sociedade cearense.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania – repito, www.senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 0612211. Repetindo... É um telefone gratuito para quem queira participar. A gente já está recebendo aqui muitas perguntas. Existe uma atenção muito grande das pessoas a esta audiência. O telefone é 0800 0612211. Qualquer cidadão pode entrar nesta reunião aqui, através do telefone ou do endereço no portal, e fazer perguntas, fazer questionamentos. Eu me comprometo aqui a lê-los para as pessoas que vão aqui esclarecer para nós.

Eu quero também agradecer à OAB do Ceará. Falei com o seu Presidente, Erinaldo Dantas, e ele já conseguiu a transmissão também ao vivo pelo Portal da OAB, que também está muito engajada nessa questão.

Hoje nós estamos recebendo os seguintes convidados para esclarecer, explanar a todos nós sobre esse aumento da tarifa lá no Ceará, aos quais agradeço muito por aceitarem o nosso convite: Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Márcia Sandra Roque Vieira Silva, Diretora Presidente da Enel do Ceará; Joaquim Caldas Rolim de Oliveira, Coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que vai participar por via remota conosco; Thiago Figueiredo Fujita, Presidente da Associação Cearense de Defesa do Consumidor, que também já está aqui conectado e vai participar conosco desta audiência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma remota; Dr. Flávio Aragão, representando o Presidente da OAB/Ceará – também já o estou vendo aqui na tela, ele vai participar conosco, muito obrigado –; José Amilcar de Araújo Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará.

A gente já tem alguns Parlamentares, tanto Deputados, como Senadores, que já avisaram que vão participar. Nós estamos numa semana aqui que não é de esforço concentrado no Senado Federal, mas há muitas deliberações por via remota. Alguns Parlamentares vão participar aqui pelo sistema e outros vão vir aqui, ao longo da sessão, de forma presencial.

Eu tomo a liberdade, mais uma vez agradecendo a presença de todos vocês, de chamar aqui para a mesa a Márcia Sandra Roque Vieira Silva, que é Diretora Presidente da Enel. Muito obrigado pela sua vinda aqui ao Senado Federal. Seja muito bem-vinda!

Eu quero também aproveitar e chamar o Davi Antunes Lima, que é Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica; e, presencialmente conosco também, o Luiz Antonio Correa Gazulha Junior, que é da Enel Brasil. Seja bem-vindo! Ele já está aqui conosco, na frente aqui. Daqui a pouco, eu passo a palavra.

Então, eu vou começar por você, pode ser?

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (*Fora do microfone.*) – Pode. Acho que a dinâmica seria a Aneel apresentar toda a questão tarifária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É, mas a gente combinou, fez uma conversa prévia aqui. A dinâmica nós montamos para começar com você; depois a gente passa para o Davi. Está certo?

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu agradeço.

Então, eu já vou até fazer algumas perguntas, Márcia. Vou fazer já algumas perguntas para você que, dentro da explanação.... Não vou nem perguntar o que nós estamos recebendo aqui dos consumidores, das pessoas que estão participando. Já vou fazer algumas perguntas que, de alguma forma, você já pode até responder na sua fala.

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O que é que mudou? O que é que mudou entre 2021 e 2022? O que tornou aplicável um aumento tão elevado para a tarifa da Enel Distribuição do Ceará, o mais alto já aprovado pela Aneel neste ano? A fórmula para o cálculo do reajuste da tarifa é a mesma utilizada em outros contratos de concessão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuidoras de energia elétrica ou há consumidores cearenses que são vítimas de um contrato por demais benéfico para a distribuidora? Segundo o *ranking*... E aí eu quero... Essa aqui eu vou fazer mais na frente, tá?

Eu queria, de alguma forma, já passar a palavra para a senhora.

Eu repito aqui para quem está nos assistindo: nós estamos realizando esta audiência pública em conformidade com o Requerimento – eu preciso fazer isto porque é do Regimento – nº 14, de 2022, de minha autoria, aprovado nesta Comissão, no dia 26 de abril último, e foram aditados os nomes em outros requerimentos. O motivo desta audiência, para que fique claro, como explicado no requerimento, é buscar em primeiro lugar entender a razão por detrás do expressivo aumento tarifário de energia elétrica, que foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, em favor da permissionária Enel, no Ceará, que é a empresa responsável pala distribuição de energia elétrica no meu estado.

No dia 22 de abril último, entrou em vigor a elevação da tarifa de energia elétrica cobrada ao consumidor cearense. Esse aumento foi, em média, de 24,85%. Eu repito: 24,85%! Admitamos que é um montante significativo, muito robusto mesmo. É um aumento extremamente impactante num dos principais itens de despesa das famílias, que traz aí um reflexo, aliás, em toda cadeia produtiva. Como a energia constitui um custo fundamental, gera, em consequência, elevação de preços em outros itens de consumo.

Eu faço aqui uma comparação óbvia e necessária. Enquanto o aumento médio autorizado pela Aneel foi de 24,85%, o índice de inflação oficial, IPCA, acumulado, de fevereiro de 2021 a março de 2022, no período de um ano, portanto, foi de 13,3%, ou seja, podemos dizer que o aumento tarifário aprovado da energia foi praticamente o dobro do índice inflacionário acumulado no período dos últimos 12 meses.

É meu papel de representante do Estado do Ceará e também da população do estado questionar esse aumento tão surpreendente. É por dever político e por solidariedade, por sensibilidade aos meus representados que o faço. A carência que atinge as famílias brasileiras em geral é muito grande. O povo cearense vem sofrendo com a pobreza, com o aumento da violência urbana, desemprego e outros males, num contexto em que a vida apenas começa a voltar à normalidade depois de dois anos de muitas restrições à vida profissional e social, em razão da pandemia da covid-19.

Eu sei que a taxa de inflação que acabei de citar não é culpa do Brasil, é um fenômeno mundial que assola hoje tanto os países altamente desenvolvidos, quanto os países em desenvolvimento. Mas sendo ou não um fenômeno internacional, o fato é que a inflação leva as famílias brasileiras a terem de apertar ainda mais o cinto, e o custo da energia elétrica, como eu disse há pouco, é um fator que é muito importante e que pesa muito no orçamento familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu requeri junto a esta Comissão que convocasse para uma audiência pública esses representantes aqui, para que, de uma certa forma, pudessem explicar ou tivessem a oportunidade de explicar ao Senado Federal como se deu esse aumento de tarifa; para que tivessem oportunidade, com transparência, de explicar aos Senadores desta Comissão e às pessoas que estão nos assistindo em quais critérios técnicos essa decisão se fundamentou. Convidei também diversas entidades da sociedade – outros já estão confirmando aqui, e estou recebendo já a informação de mais adesões – para que possam também, e eu vou conceder a palavra, para que façam suas colocações de forma democrática.

Quero dizer que a Enel é uma grande empresa de capital italiano que muito honra os cearenses por ter escolhido investir em nosso estado. Eu sei que tem um trabalho social fortíssimo, disso eu sou testemunha, e é por isso que eu acredito que a sensibilidade, o bom senso, de alguma forma, vão reinar. É o momento de a gente, de alguma forma, conseguir pacificar essa situação, que eu acho que vai ser importante para todo mundo. Certamente, uma empresa como essa não chega a uma posição de destaque nacional e internacional sem que haja uma administração profissional e competente que lhe dê sustentação. Prova disso são os últimos resultados financeiros alcançados, e pelos quais eu a felicito. A empresa privada não é uma instituição de caridade, a gente sabe disso. Eu defendo a livre iniciativa; agora, é natural que ela busque sempre maximizar o seu lucro. É assim que funciona o mercado, mas temos que ter, acima de tudo, nós temos que ter esta – eu acho que a palavra é esta – sensibilidade, neste momento, sem nenhum tipo de intervenção, mas aqui tentando buscar o diálogo, tentando mediar, porque tem muita gente sofrendo com esse aumento feito da noite para o dia.

Então, nós queremos aqui jogar luz – sem fazer trocadilho, mas jogar luz – sobre tudo isso e buscar uma solução, porque a gente tem uma grande pandemia ainda – graças a Deus totalmente sob controle – no mundo. Essa pandemia da covid matou, só no Brasil, mais de 620 mil irmãos e irmãs nossos.

Mas está vindo uma outra pandemia; aliás, já chegou outra pandemia e pouca gente está se dando conta disso. Inclusive, já fizemos e vamos fazer outras medidas com essa pandemia que está batendo na porta de cada um de nós, que é a pandemia da depressão, do desespero, do suicídio. A crise está grande, e eu acho que a gente precisa, de alguma forma, todos os atores aqui, buscar uma solução com relação a isso.

Eu gostaria de dizer, por fim, nesta minha primeira intervenção na audiência pública de hoje, que meu principal objetivo é a esperança em conseguir da empresa, da agência, dos outros atores também... Hoje eu troquei mensagens com a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará...

De alguma forma, a gente vai buscar atenuar o aumento dessa tarifa. Eu acho que todos nós vamos ganhar, eu repito, se conseguirmos essa flexibilização. Com boa vontade ou espírito público, talvez encontremos uma forma de dar um caminho mais sereno a tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, imediatamente, passo a palavra, pedindo desculpas pela longa fala aqui, para a Márcia Sandra Roque Vieira Silva, mais uma vez agradecendo pela sua presença.

Eu pergunto se dez minutos dariam. Se quiser, a gente dá uma tolerância sem problema nenhum.

Muito obrigado.

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (Para expor.) – Senador Eduardo Girão, eu quero primeiro agradecer por este espaço para que possamos dar luz e esclarecer todo o reajuste aprovado pela agência reguladora.

Inicio com sua pergunta: o que mudou de 2021 para 2022? Na sua fala, há uma preocupação com a pandemia. Nós passamos dois anos realmente com uma pandemia e com dificuldades em todo o setor industrial, comercial e também com desemprego. Essa foi também uma preocupação da agência reguladora. Ela vai falar, o Davi vai comentar na sua apresentação todas as peculiaridades, as particularidades do reajuste.

Em 2021, nós não repassamos todo o reajuste para o consumidor. Exatamente pela agência reguladora entender e ter essa conversa com todo o setor, nós repassamos 8,9% da tarifa, e 12% dela foram deferidos para o ano de 2022. Então, nós já iniciamos 2022 com uma tarifa com 12% e chegando a quase 32%. Foi feito todo um esforço também para se fazerem algumas outras considerações nessa redução, com as bandeiras – o Davi explicará isso muito bem – e o PIS e Cofins. A distribuidora fez uma compensação de PIS e Cofins, chegando aos 24,85%. Saliento que esse valor é o valor de toda a cadeia, tanto geração, transmissão, todos os encargos setoriais e os impostos, e que 5,58% desses 24,85% são para a distribuidora, para sua operação, manutenção e ampliação do sistema, então para os investimentos no sistema. Então, houve essa mudança. É uma mudança, porque nós realmente diferimos isso, entendendo que era um ano muito difícil. É importante salientar que 5,58% é a parcela que fica com a distribuidora para fazer toda a sua operação e manutenção.

A fórmula e o cálculo do reajuste são os mesmos para todas as distribuidoras. Sobre isso eu vou deixar que o Davi faça toda a sua explanação, porque é da agência reguladora. Então, é Aneel que aprova todos os reajustes em nível de Brasil. A Enel, no Ceará, foi uma das primeiras a passar pelo reajuste. Eu acredito que até o momento deve haver 14 ou 15 empresas que passaram pelo reajuste, e ela está ali, depois desse reajuste, já em 10ª no valor da tarifa. Nós realmente... Mas tem o ano inteiro para que sejam reajustadas as demais distribuidoras.

Eu gostaria, para esclarecer bem o processo de reajuste, de pedir ao Davi que faça sua apresentação, como agência reguladora, da composição da tarifa, como chegamos a esses números junto à agência reguladora. Depois eu posso fazer todos os esclarecimentos e responder a todas as perguntas que aqui se façam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos uma apresentação, Senador, também da distribuidora, que mostra como utilizamos o que fica, os 5,58% que ficam com a distribuidora, nossa operação, nossos investimentos. Então, em havendo essa possibilidade, após o Davi, gostaria, então, de que o Antonio Gazulha pudesse apresentar todo a melhoria da qualidade, os investimentos na Enel Distribuição Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.. Eu agradeço a sua breve participação, Dra. Márcia.

Segundo o *ranking* da tarifa residencial elaborada pela Aneel, é interessante... Até o nome confunde a gente aqui; estou me confundindo porque... É, exatamente. O *ranking* da tarifa residencial elaborado pela Aneel para a tarifa da Enel Distribuição Ceará é a oitava mais cara, entre 53 concessionárias, e 10% maior do que a média nacional: 0,73, contra 0,657 por quilowatt-hora, o valor sem impostos.

Eu pergunto para a senhora, aproveitando que a senhora já está... O que explica essa discrepância de tarifa em desfavor dos consumidores cearenses? A lucratividade da Enel Distribuição Ceará é semelhante à de outras distribuidoras de energia elétrica do mesmo porte no Brasil? Só a título de a gente ter algum balizamento sobre isso.

Segundo o IBGE, em 2021, a energia elétrica residencial subiu 17,53% em Fortaleza – em Fortaleza! Em 2022, impõe-se um novo aumento aos cearenses; desta feita, com reajuste tarifário de 23,99% para os consumidores residenciais de energia elétrica. E eu pergunto: os aumentos anuais da ordem de 20% são o novo normal para os consumidores cearenses de energia elétrica? O que pode ser feito para reduzir ou postergar o reajuste tarifário concedido à Enel Distribuição Ceará?

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (Para expor.) – Quanto ao reajuste, Senador, nós somos a 14ª – se eu não estou equivocada, Davi – empresa que passou pelo reajuste, das 50 distribuidoras do país, porque o nosso contrato de concessão tem aniversário no mês de abril, portanto, é uma das primeiras a sofrer o reajuste.

Então, essa comparação, quando é feita, ainda não é feita considerando todas as empresas distribuidoras com seus devidos reajustes tarifários. É importante salientar que em dezembro teremos a cadeia por completo e, aí sim, poderemos fazer essa comparativa de tarifas de uma forma mais clara.

Quanto aos investimentos, a distribuidora vem investindo muito no setor, no crescimento, com investimentos nos últimos anos. E, sem dúvida nenhuma, como foi bem comentado pelo Senador, é uma empresa que tem lucro. Nos últimos anos a gente tem andado de lado comparativamente. Se você olhar o último ano, verá um crescimento, mas, na realidade, tem que olhar ao longo do período, e não simplesmente de 2020 para 2021, o lucro apresentado. As empresas privadas realmente têm que ter o lucro para continuar investindo no setor, e o investimento tem acontecido. Nós temos investido e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostramos uma melhoria na qualidade que advém desse investimento. É isso que o Gazulha posteriormente vai apresentar aqui para todos os presentes que acompanham esta sessão.

Então, eu gostaria, com a explanação do Davi, que a gente realmente pudesse esclarecer algumas outras perguntas, porque eles vão estar na composição da apresentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k., muito obrigado.

Eu já passo imediatamente a palavra para o Sr. Davi Antunes Lima, que é o Superintendente de Gestão Tarifária da Aneel.

Muito obrigado pela sua presença.

O senhor vai fazer uma apresentação aí, não é? Então, a gente já está preparado aqui para que as pessoas que estão aqui conectadas, e não apenas as que estão na TV Senado, na internet, mas, aqui no nosso sistema, os próximos convidados a falar também acompanhem a explanação.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. DAVI ANTUNES LIMA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão, Presidente da mesa.

Sra. Márcia, demais componentes da mesa que estão aqui participando virtualmente e os colegas que estão aqui presentes para assistir...

É a outra apresentação, tá? (*Pausa.*)

Eu estou com uma apresentação que é um pouco longa – eu vou tentar correr bastante –, mas depois ela vai ficar aqui nos assentamentos. E ela é autoexplicativa, então, se quiserem, podem dar uma pesquisada na apresentação. Eu acho que ela é bem importante. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O senhor acredita que em dez minutos consegue fazer uma explanação?

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Eu vou tentar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá. Qualquer coisa a gente dá uma tolerância, sem problema nenhum. É só para ter mais ou menos um...

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... um cronograma aqui para colocar, tá?

Eu já quero confirmar que o Dr. Thiago Figueiredo Fujita está aqui conectado; Flávio Aragão; Joaquim Caldas de Oliveira; José Amilcar de Araújo Silveira. Eles já foram anunciados aqui no início, já estão aqui todos aguardando a explanação, e depois vão ter dez minutos também para fazerem suas colocações, suas perguntas. E eu tenho certeza de que a gente vai, de alguma forma, encontrar aqui uma solução. Do jeito que está é que não dá para ficar. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Enquanto ele coloca a apresentação, talvez coubesse fazer uma menção. O senhor fez algumas comparações, se a tarifa da Enel Ceará é mais cara do que outras tarifas. Uma explicação geral é assim: cada área de concessão tem a sua particularidade, tem o seu mercado, tem a sua rede para ser disponibilizada para os consumidores; então, ela tem a sua tarifa também, porque cada distribuidora compra energia através de leilão, e ela pode comprar de um fornecedor ou de outro, e isso influencia no preço. Ela tem que recolher encargos setoriais, que são as políticas públicas de governo, por exemplo, tarifa de baixa renda, CCC, que é para comprar o combustível que será utilizado lá nos sistemas isolados, e ela tem que pagar custo de transporte da energia, das usinas até a sua área de concessão, e ela tem que remunerar sua própria rede e o seu próprio serviço.

Então, dependendo do tipo de mercado, do tipo de área de concessão, você pode ter tarifas diferentes. Imagina, por exemplo, comparar o Estado do Pará, que é um estado bem grande, em que o mercado é esparso e ele precisa de uma rede grande para atender poucos consumidores, com a Eletropaulo, que atende na cidade metropolitana de São Paulo, que é um mercado denso, concentrado, e com pouca rede de distribuição você consegue atender a todo mundo. Isso já causa uma diferença entre as tarifas, porque as áreas de concessão são diferentes. Eu sei que parece injustiça, mas quanto maior é o estado e com mercado menos denso, a tarifa tende a ser mais alta, exatamente porque tem muito investimento, muita rede para atender pouca gente. Mais concentrado, melhor.

Quando você tem um grande crescimento de mercado grande, o megawatt-hora consumido pelos consumidores é elevado, isso faz a tarifa baixar, porque você tem um custo que é dividido por um denominador maior. Se há mais mercado, a tarifa cai. Quando o mercado vai diminuindo, é o contrário. Então, isso aí explica um pouco a diferença entre áreas de concessão. Então, é só para... Enquanto ele não colocava aí...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Agora deu, não é?

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Agora deu.

Então, eu vou tentar falar bem rapidamente sobre o reajuste da Enel-Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver se vai passar. (*Pausa.*)

Não está funcionando? Então, passa, por favor.

Primeiro, vou dar só um panorama do cenário em que a gente se encontra, o cenário internacional.

Vai passando, por favor.

Então, a gente tem crise energética no mundo inteiro: na China, na Europa está havendo corte de energia, no mundo inteiro.

Passa.

O petróleo e o gás natural são impactados pela guerra. Então, a gente tem preços crescentes, e isso não é diferente no Brasil. O gráfico ali embaixo mostra o crescimento do preço do combustível. No caso do Brasil, isso vem de antes da guerra, porque o combustível produzido pela Petrobras, por conta da questão da remuneração, é impactado pelo dólar, que teve uma alta grande. Então, o gás natural e o óleo combustível são insumos, alimentam os geradores e custam mais caro. Portanto, a energia produzida é mais cara também.

A gente tem o problema da inflação mundial, que está impactando o mundo inteiro. Ali a gente vê que, nos Estados Unidos, a energia está impactando bastante o índice de inflação. Na área do euro, também – a parte rosa está bem alta.

Esse mostra a evolução dos preços de gás e da eletricidade na União Europeia. Também aumentou bastante nos últimos... Chegou a aumentar 50% de um ano para outro em alguns países. O gráfico mostra a tarifa exatamente com esse aumento que estava mencionando, bem elevada.

No cenário nacional, a gente tem alguns desafios. Primeiro, a gente passou praticamente por quatro crises: a pandemia, que fez reduzir o mercado das distribuidoras; então, com todo mundo em casa, há um consumo menor, e, com as indústrias fechadas, o custo continua existindo, porque são custos contratados pelas distribuidoras, mas o mercado diminuiu. Então, a arrecadação, a receita recebida pela distribuidora é menor, mas ela tem custos que continuam elevados. Isso acarretou uma operação de empréstimo, que a gente chama de "conta covid". A Aneel conduziu uma operação de empréstimo de R$15 bilhões para a distribuidora, para manter a sustentabilidade do setor, para que a distribuidora pudesse pagar suas contas.

A gente teve, em seguida, a escassez hídrica no final do ano passado. A partir de junho do ano passado teve um alerta crítico de escassez hídrica. Os rios, os reservatórios estavam todos secos. Então, quando você não tem água para produzir energia elétrica pelas usinas, você tem que usar outro tipo de fonte, e a fonte térmica foi usada com intensidade.

Você tem a crise do suprimento, que é o combustível, que aumentou bastante, há a inflação e há o dólar, não é? Eu já estava dizendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aqui são medidas tomadas pela Aneel para atenuar o impacto.

O primeiro quadro, de 2013 a 2018, mostra qual foi a evolução da tarifa residencial comparando com o IGP-M e o IPCA. Então, a gente observa que a tarifa subiu bem mais do que o IGP-M e o IPCA, muito por conta da edição da Medida Provisória 579, que fez a tarifa cair de um ano para outro – em 2013 ela caiu bastante –, mas depois esses custos começaram a ser recompostos e acabaram produzindo uma elevação tarifária substancial nesses anos de 2013 a 2018.

De 2019 a 2021, por outro lado, a tarifa residencial subiu 11,7% – estou falando no contexto nacional, a média nacional –, enquanto que o IGP-M foi 58% e o IPCA 20%. Portanto, ela variou menos do que os índices inflacionários.

Ali naquele gráfico do lado, a gente vê que o efeito médio, em 2018, foi de quase 15%; em 2019, de 1,67%; em 2020 e 2021 – que já foram, esses anos, impactados pela pandemia, pela crise econômica e pela crise hídrica –, já foram menores. Então, observem, por exemplo, que, no ano passado, o reajuste médio foi de 8,25%. Enquanto o IGP-M estava em alta, foi de 17,9%, e o IPCA, de 10,7%.

Então, os fatores de pressão no segundo semestre: o dólar elevado, o dólar estava mais de R$5; o IGP-M e o IPCA bastante elevados também, e a gente teve o agravamento do cenário hidrológico, exatamente por conta da seca.

Aí foi criada a Creg – o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico criou a Creg –, que é a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão energética, que instituiu medidas emergenciais exatamente para evitar racionamento.

Então, o cenário hidrológico adverso que eu estava mencionando, em 2021, foi a pior estação úmida dos últimos 91 anos. Então, por vários meses a gente teve a pior série hidrológica dos últimos tempos. Se não há água, você tem de usar outro tipo de combustível. Pode ser a eólica, pode ser... Hidrelétrica é a que não dá, não é? E, aí, teve que se fazer geração de energia com fonte térmica, que é bem cara, ainda mais num momento em que o custo do combustível estava elevado, por conta do dólar e por conta do preço internacional.

Então, esse gráfico mostra, naquela curva que está descendo, o déficit na Conta Bandeiras, porque a distribuidora cobra a bandeira tarifária do consumidor, que é exatamente para fazer frente a essas variações de preços. Então, quando você tem escassez de água e você aplica a bandeira vermelha, patamar 1 ou 2, você arrecada mais recurso do consumidor, que é exatamente para pagar o custo da térmica que está mais alta, mas ele foi insuficiente. Então, a gente vê que esse déficit da Conta Bandeiras já estava em R$10 bilhões em setembro de 2021. E aí depois foi instituída a bandeira Escassez Hídrica", que é aquela bandeira tarifária especial, de valor mais alto de R$14 para cada 100kWh consumidos, o que fez esse déficit se recuperar sem a necessidade de se fazer uma revisão tarifária extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quais foram as ações realizadas em 2021 como fruto dessa crise? Houve uma campanha para consumo consciente de energia; houve o pagamento de um bônus para redução voluntária do consumo para consumidores residenciais; houve um incentivo, um programa de redução voluntária da demanda para consumidores de alta tensão industriais; houve um comando para redução de consumo em prédios públicos; e essa bandeira Escassez Hídrica, que eu estava mencionando agora.

Nesse bônus de redução voluntária do consumo, os consumidores que conseguissem reduzir o consumo no período de setembro a dezembro de 2021 em relação aos mesmos meses do ano de 2020, que reduzissem entre 10% e 20%, eles receberiam uma meta, um bônus de R$0,50 para cada quilowatt-hora economizado. Então, foi feito um pagamento. Isso deu mais ou menos R$1,6 bilhão para os consumidores.

Aqui que eu estava dizendo: por que que foi estabelecida essa bandeira Escassez Hídrica? Porque o déficit da Conta Bandeiras, que é a diferença entre a receita arrecadada cobrando a bandeira tarifária e os custos que estão sendo verificados, já era de R$5,2 bilhões em julho de 2021.

A Creg, olhando para frente, a partir de setembro, olhando até dezembro de 2021, estava enxergando mais R$8,6 bilhões de custos adicionais, que eram para pagar importação de energia, para pagar geração de todas as usinas disponíveis. Então, isso já projetava um custo de R$13,8 bilhões, o que levou a instituir essa bandeira Escassez Hídrica, que cobra R$14,20 para cada 100kWh consumidos.

Essa bandeira tem vigência entre setembro de 2021 até abril de 2022. Ela foi interrompida antes do final do mês, em abril. Em 15 de abril de 2021 ela foi interrompida, e o consumidor já começou a pagar a bandeira verde.

Isso aqui é só para dar um panorama da composição da fatura de energia no final de 2021. A gente vê que, por exemplo, de uma conta de R$100, R$25 são para pagar a compra de energia, isso no contexto nacional; praticamente R$12 para pagar o custo de transmissão; R$22 para pagar a parcela da distribuição, que é o que fica com a distribuidora, porque a distribuidora arrecada de todos os consumidores todos esses valores. Aí você tem subsídios, política pública, de CDE, por exemplo, de cerca de 10%, e você tem uma carga tributária de ICMS e PIS/Cofins de pouco mais de 30%. Então, de uma conta de R$100, 30% são para pagar os tributos e os outros R$70 são para pagar esses custos que são os custos mesmo da cadeia.

Em 2022, o cenário de 2022.

Primeiro é só para mostrar esse gráfico que compara o IGP-M com o IPCA no período de janeiro de 2020 até dezembro de 2022. A gente vê que houve um descolamento muito grande, principalmente por conta do efeito do dólar, e esse descolamento fez com que os reajustes processados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – ... em abril de 2021... O reajuste sempre olha os meses anteriores. Então, a gente tem no Serviço Público de Distribuição contratos que são indexados em IGP-M – a parcela da distribuidora, aqueles 22%, é indexada por IGP-M; pega a tarifa correspondente àquela parcela e aplica o IGP-M dos últimos 12 meses – ou IPCA. No caso da Enel-Ceará, é o IGP-M, mas, na grande maioria das distribuidoras, é o IPCA. Existe essa diferença porque a Enel tem um contrato mais antigo, e, naquelas distribuidoras que tiveram o contrato de concessão renovado em 2015, a Aneel já alterou esse contrato para o IPCA.

Em 2022, agora, a gente observa que o IGP-M permanece alto – a gente está olhando 12 meses para trás – e que o IPCA está alto também. Então, isso é fruto da... Então, assim, não há muita escapatória, porque ou você aplica o IPCA ou aplica o IGP-M em cima da Parcela B da distribuidora, e o efeito sempre é de aumento, não é?

A gente tem a questão dos subsídios tarifários na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Basicamente são estes os componentes: a CCC dos Sistemas Isolados, que é para comprar o combustível que vai ser utilizado nas térmicas, que é o que está em azul; a Tarifa Social, que é o desconto dado para os consumidores de baixa renda, que é o que está em laranja, aí em cima; os descontos tarifários, que são praticamente para fonte incentivada, que é o que está em cinza; e outros tipos de política pública, que estão em amarelo.

Então, a gente observa um crescimento bem grande, principalmente do ano passado para cá, que foi de 35% nessa conta. E a cota paga pelas distribuidoras, que tem que ser cobrada dos consumidores e utilizada para cobrir essas políticas públicas, aumentou de R$20 bilhões para R$30 bilhões. Então, houve um aumento de 50%. A distribuidora arrecada esse dinheiro do consumidor e o passa para pagar essas políticas públicas. Então ele vai para pagar o óleo do Sistema Isolado, ele vai para cobrir o desconto de baixa renda, ele vai para pagar o desconto para fonte incentivada. Então, ele é utilizado para todas essas políticas públicas aí. É uma conta que a gente só vê crescendo; ela só cresce, então, a cada ano. Agora, neste ano, o crescimento foi bastante relevante. Em termos de CCC, que é o recurso que é utilizado para pagar o combustível no Sistema Isolado, ele é impactado pelo dólar, pelo preço do mercado internacional. Então, ele teve esse aumento substancial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Sobre isto aqui eu já tinha falado. Deixem-me correr aqui.

Então, qual é o cenário considerado de custos para 2022? A gente tem aqui um gráfico que cresce na parte que está em azul e que, depois, decresce na parte que está em laranja. A gente tem custos de parcela aumentando, que é a compra de energia praticamente e o custo de transmissão. Ele está aumentando R$25 bilhões. A gente está em dezembro olhando para 2022. Ele tem R$7 bilhões, que é um aumento de Parcela B. A CDE está aumentando em R$9 bilhões de um ano para outro. O Proinfa, que é outra política pública para geração de energia de fonte incentivada, eólica, biomassa, está aumentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais R$2 bilhões. As térmicas contratadas pela Creg para esse atendimento emergencial estão impactando em mais R$7 bilhões, e esses custos de importação de energia, em mais R$3 bilhões.

Então a gente tem esse incremento de custo, mas também existem os mitigadores desse custo, que é a Conta Escassez, que é outra operação de crédito, vamos dizer, conduzida pela Aneel para cobrir os custos da crise hídrica, porque ele reduz essa conta em R$5 bilhões. A redução da tarifa de Itaipu é de mais de R$2 bilhões, porque o custo da dívida está sendo amortizado.

Então, ele está em queda. E, quanto ao PIS/Cofins, recolhido pela distribuidora em cima da base do ICMS, como houve o ganho na Justiça, agora esses valores que foram cobrados indevidamente – segundo a Justiça – dos consumidores estão sendo devolvidos via tarifa. Mas, ainda assim, a gente tem no final um custo adicional de R$37 bilhões entre 2021 e 2022. E esse custo, infelizmente, vai para a tarifa, porque são custos em que a distribuidora incorre. Ela tem que cobrar de alguém, e nesse caso seria dos consumidores. A base de 2021 é de R$205 bilhões. Então, de R$205 bilhões, a gente prevê esse aumento de R$37 no decorrer de 2022.

Agora, tudo isso foi para fazer uma contextualização.

Em relação ao processo tarifário da Enel Ceará, o efeito médio inicial já era de 33,89%. Aí, você tem toda essa operação da bandeira escassez hídrica, que reduziu 2,18% mais 1,95% e mais 1,99%, e tem um valor, considerado de reversão de PIS/Cofins, de 2,93%. Então, o reajuste, que era originalmente de 33,89%, foi reduzido para 24,85%, ainda muito alto. Com certeza a gente concorda que ele é bastante elevado.

Aqui estou só mostrando o efeito médio de 24,85%. Ele tem esses componentes aí de parcela: é o encargo setorial, que está subindo 4%; o transporte, que está reduzindo 1,4% em função de uma modulação da receita de transmissora que a Aneel fez no ano passado; o aumento do custo de energia; os 5,58%, que é a aplicação do IGP-M em cima da parcela da distribuição. E você tem um efeito muito importante, que é o daqueles 11,42%, que é o efeito do diferimento da tarifa do ano passado. No ano passado, a tarifa deveria ter sido esses 11,42% maior, mas isso foi diferido, não foi cobrado naquele momento. Porém, a conta continua existindo, então esse é um valor que é devido às distribuidoras.

O efeito não é o mesmo para todos os consumidores, 24,85% é o efeito médio: para o grupo A, ele é de 24,16%; e, para o grupo B, é de 25,11%.

Aqui o que a gente chama de componente econômico é o quanto estão aumentando os custos que ainda vão se realizar para a distribuidora. Então, a CDE Uso está aumentando praticamente 2%; Encargos de Serviços do Sistema e Encargos de Energia de Reserva, aumentando 1%; e o Proinfa, 0,84%.

Ali é o custo de transporte, que está reduzindo por conta desse reperfilamento que eu estava explicando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A compra de energia através de contratos regulados e do contrato bilateral que a Enel Ceará tem está contribuindo com 4,32%, sendo 5,58% a parcela que cabe à distribuidora.

Isso aqui é só uma tabela mostrando quais são os componentes financeiros, que são as diferenças da tarifa. A tarifa que foi fixada no ano passado pode ter sido mais do que suficiente ou insuficiente para comprar energia e pagar alguns custos, então os valores que estão positivos ali estão aumentando a tarifa para o consumidor, e os que estão negativos, aquela soma ali, corresponde àquele gráfico que eu tinha mostrado no eslaide anterior, que reduz em 9,4%. Então, o que era 33% acaba virando 24,85%.

No ano passado, o reajuste foi 16,68% menor por conta de várias medidas de mitigação que foram adotadas para atenuar os efeitos tarifários exatamente no período da pandemia, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Então, aqui comparando a tarifa residencial e a inflação, a tarifa está na barra e os indicadores IGP-M e IPCA, que passam a ficar descolados a partir de 2020, estão na curva vermelha e na laranja. Então, a tarifa da Enel Ceará de 2012 para cá aumentou 103%, enquanto o IPCA foi de 83% e o IGP-M foi de 143%.

Agora esse aqui é um efeito... É o último eslaide, praticamente. Esse aqui é o efeito dizendo o seguinte: até abril a tarifa não tinha sido reajustada, mas o consumidor pagava a bandeira tarifária, então, a tarifa para cada 100kWh consumidos era de 58,88%, mas o consumidor pagava 14,20%. Agora não tem mais a bandeira e o consumidor paga 73%. Mas se comparar o que ele está pagando agora, sem a bandeira, com o que ele pagava antes, é a mesma coisa, a diferença é de 0,09%. Então, a despeito de toda essa crise, toda a pandemia, toda a crise internacional, cenário de inflação, a percepção do consumidor – que era ruim, era de que pagava caro, a gente sabe disso – não é de perceber o aumento. Ele não vai perceber uma redução da bandeira tarifária, mas ele também não vai perceber um aumento na conta dele, que ele estava pagando.

Esse gráfico mostra a mesma coisa. É o quanto ele pagava em janeiro de 2022 e o quanto ele vai pagar no final de 2022. Então, era R$730,80 por megawatt-hora, ali no cenário de bandeira de escassez hídrica, e agora, no final do ano, vai pagar R$731, praticamente a mesma tarifa em reais por megawatt-hora, e aqueles percentuais que estão nas bandeirinhas lá são os percentuais de probabilidade de ocorrência da bandeira verde.

Então, eu peço desculpas, Senador, pela demora, mas acho que era importante contextualizar bem aí.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Davi Antunes Lima. A gente está aqui para isso. A gente está aqui para ouvir, para tentar, principalmente, depois de todas essas explanações aqui, buscar uma solução, porque o que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo? Sua explicação foi didática – não é? –, robusta, mas quem está lá na ponta pagando a energia... A gente tem o processo de empatia de se colocar no lugar da pessoa... Ela não entende nada disso. Até aqui para mim é um pouco complicado, tem que se debruçar nesses números, mas número não vai resolver o problema das pessoas. A gente vai ter que buscar soluções, porque todos nós estamos no mesmo barco.

Eu agradeço a sua presença aqui. Vamos fazer algumas perguntas com relação a isso.

Eu não sei se a Márcia gostaria de complementar, mas eu quero registrar a presença do Deputado Federal General Girão, do Rio Grande do Norte. No Estado dele também teve um impacto grande, embora o Ceará seja o campeão. Nós ganhamos de vocês no aumento tarifário da energia.

Estou com os números aqui. Neste ano de 2022, na Energisa Borborema, da Paraíba, foi de 9,72% o efeito médio do aumento para o consumidor; na Enel Rio de Janeiro, que é do mesmo grupo da Enel Ceará, 16,86%; na Light, do Rio de Janeiro, que atende outra região, 14,68%; a CPFL, de Santa Cruz, que é agrupada, dá 8,83%; EMS, 18,16%; a EMT, do Mato Grosso, 22,55%; CPFL Paulista, de Campinas, 14,97%, Deputado; Enel Ceará, 24,85%; Energisa Sergipe, 16,24%; e a Cosern, 20,36%.

Eu quero passar a palavra para o senhor, porque depois a gente vai ouvir algumas outras falas aqui. A Márcia quer fazer um complemento, e o Luiz Antonio Gazulha Junior também.

As perguntas das pessoas não param de chegar para se ver como o assunto está comovendo.

O Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte, já mandou algumas perguntas. Depois vou fazer, mas eu queria ouvi-lo.

Mas, só para contextualizar, no dia 19 de abril passado, a Aneel aprovou o reajuste tarifário anual de 2022 da Enel Distribuição Ceará, com vigência iniciada no dia 22 de abril, dia do descobrimento do nosso país. Considerando todas as classes de consumidores, o reajuste médio foi de 24,85%. Já para os consumidores residenciais, o aumento foi de 23,99%. Tais números, muito elevados, por si sós se tornam exorbitantes quando contextualizados para a situação da economia brasileira. Segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta anual de 11,30% em março de 2022. A taxa de desemprego, por sua vez, atingiu 11,1% no primeiro trimestre deste ano, o que representa quase doze milhões de pessoas procurando emprego. Mesmo para os que estão empregados, a situação é bem difícil. O rendimento médio real dos trabalhadores caiu 8,7% em um ano. Contudo, mesmo nesse cenário econômico desafiador, para dizer o mínimo, a Enel Distribuição Ceará se saiu muito bem: em 2021, o lucro líquido da empresa atingiu R$488 milhões, um crescimento expressivo de 84% em relação a 2020.

Nossos parabéns pelo resultado! De verdade. Eu sou da livre iniciativa, penso assim, acho que tem que privatizar, tem que fazer, mas a gente precisa, ainda mais em momentos como esse, ter sensibilidade, até porque a empresa tem uma boa imagem no Estado do Ceará, desenvolve muitos projetos sociais – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou testemunha disso –, e agora é o momento importante, nessa comoção... Porque eu estava falando que existe uma outra pandemia agora, que é a da depressão, que é a pandemia do desespero, e com gente muitas vezes chegando a atentar contra a própria vida...

Então, as pessoas estão ainda colocando a cabeça de fora depois dessa crise mundial, e é hora de todo mundo dar uma parcela, todo mundo tentar buscar uma parcela de bom senso para tentar conseguir a solução.

Então, nada temos contra o lucro e a boa administração, e a gente vê pessoas aqui capacitadas que estão à frente da empresa, entretanto, eu confesso que causa uma inquietação uma economia em que as empresas lucram cada vez mais enquanto a crise se estabelece, as pessoas, lá na ponta, sofridas... E a gente precisa aqui cumprir um papel de diálogo, de pacificação, de mediação.

É possível? É. Eu não tenho dúvida. É boa vontade, agora, de cada um.

Não é preciso ser doutor em economia para saber que essa situação é insustentável e, do ponto de vista social, inaceitável. Temos certeza de que vamos encontrar aqui uma solução.

Deputado General Girão, o senhor tem o tempo necessário aí para fazer as suas colocações, e a gente está combinando aqui dez minutos, mas V. Exa. fique à vontade para...

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Bom dia a todos.

Gostaria de, inicialmente, já dizer da minha satisfação de poder estar presente aqui. Quando o Senador falou que teria esta atividade aqui hoje, eu fiz questão de pedir para participar, porque acredito que Câmara e Senado fazemos parte de um Poder que precisa, sim, estar trabalhando em prol do país.

Como o senhor falou já aí nessa sua reflexão, nós estamos ainda vivendo um período de pandemia, a pandemia mudou totalmente, de uma covid-19 assustadora, agora para as depressões, para as doenças psicológicas ou psiquiátricas, e isso não está sendo ainda tratado de maneira correta, porque nos falta, às vezes, até conhecimento e faltam especialistas também para isso. E, no meio dessa confusão toda, eu digo que nós entramos numa outra guerra, que é a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que está afetando o mundo como um todo.

Eu primeiro, deixo a primeira pergunta: nós, antes, estávamos acostumados – eu já tenho, se Deus quiser e me permitir, no próximo domingo estarei dobrando mais uma página da vida, já são 67 páginas que a gente está virando... A gente tem que parar para poder refletir sobre isso.

Nós vivemos um passado aqui no Brasil quando um reajuste de 20%, 30%, 40% era algo normal, era algo absorvível, não é? Reajustou. Está bom. De repente, de uns anos para cá, os próprios salários – os salários –, os reajustes salariais ficaram parados ou, quando acontecem, acontecem "faseadamente", a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada seis meses há uma parcela pequena do reajuste, para que os órgãos públicos e até mesmo, às vezes, os empregadores possam estar planejando a sua empresa, planejando a sua instituição para que os pagamentos venham acontecer, e o Orçamento também, o Orçamento público também tem isso daí. Então, a primeira reflexão que eu deixo é exatamente esta: causa-nos espanto e indignação um reajuste com esse montante, mesmo reconhecendo que faz parte de um contrato, assinado uns anos atrás, de privatização, a que, como falou muito bem aqui o Senador, somos totalmente favoráveis. O Estado tem que sair do papel de empregador, o Estado tem que ser regulador, e é isso que estamos fazendo aqui agora. Nós estamos buscando uma regulação do que está acontecendo para que, dentro de um conceito racional, a empresa continue sobrevivendo e desenvolvendo a sua atividade, e o consumidor também possa arcar com os custos.

Causa-nos também espanto – aí é a segunda reflexão que eu deixo aqui, indignação... Eu já peço desculpas antecipadamente porque está havendo sessão lá na Câmara e eu tive que sair de lá pra vir para cá. Mas eu deixo a seguinte reflexão: Senador, o nosso Ceará... Eu digo assim porque eu sou filho do Ceará, mas o meu Rio Grande do Norte, porque eu fui adotado no Rio Grande do Norte... Eu não sei se vocês sabem, eu fui expulso do Ceará, mas fui expulso, Dra. Márcia, por bom comportamento – está certo? –, não foi por mau comportamento, não. E a minha esposa me pegou na divisa lá e eu fui devidamente pescado. Mas o meu Rio Grande do Norte, nós somos hoje o topo de *ranking* de produção de energia limpa, sustentável, as energias eólicas lá e as plantas geradoras da energia solar também. Nós já temos excedente de produção. A nossa produção de energia está tão excedente que, no ano passado, Senador Eduardo Girão, precisaram desligar algumas torres eólicas que estão produzindo, porque a subestação de João Pessoa não estava conseguindo absorver a energia que estava chegando lá. Então, se nós somos produtores excedentes de energia, é injusto que os nossos consumidores paguem o reajuste mais alto ainda e numa pancada só, está certo? Então eu deixo essa reflexão.

Como eu vou ver depois aqui – se Deus quiser, a gente consegue assistir às respostas –, eu gostaria de ter essa resposta quanto ao parcelamento dos reajustes e ao excedente de produção que nós temos, que está sendo colocado em cima de nós, de um jeito que a gente precisa de uma resposta para que os nossos consumidores possam ter essa satisfação mínima, não é?

Eu gostaria também de deixar aqui patente: eu morei em Roraima durante muitos anos, e lá em Roraima a energia era e voltou a ser novamente exclusivamente termoelétrica. E a gente sabe que há subsídio em cima disso daí. Então, é um desequilíbrio. Às vezes eu fico pensando – eu não pedi a Deus isso, não; desculpe-me – como é que seria bom se a gente pudesse dar uma mexida no mapa do Brasil um pouco para que as águas excedentes que há lá em cima pudessem chegar um pouquinho aqui no meio, no nosso sertão do Semiárido. Existe até um projeto sendo feito para o nosso Semiárido que é a interligação das bacias: o Tocantins com o São Francisco, o Rio São Marcos aqui, que é do Brasil Central, o Rio Paranaíba e a Bacia de Furnas. Esse projeto está sendo desenvolvido e reatualizado na Codevasf. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria muito bom se a gente pudesse ter esse equilíbrio no Brasil, para que as coisas nossas pudessem ser equilibradas, porque é muito injusto você ter excedente de produção e ter que pagar mais caro por isso aí.

Então, realmente, fica a indignação, e fica um pedido. É um pedido de quem é responsável pela política pública. O que nós, como Deputados e Senadores, podemos fazer para que a legislação seja atualizada, para que isso seja corrigido?

Vou terminar a minha intervenção aqui, dizendo o seguinte: eu trabalhei na Presidência da República numa época, no passado, em que foi feita a privatização do sistema de telecomunicações. O Sérgio Motta era o Ministro, e tal, aquela coisa toda. Dali eu saí para comandar, na Amazônia, um pelotão de fronteira, um batalhão de fronteira. Havia os pelotões de fronteira. Eu saí com uma informação privilegiada: "Olha, a Telebras precisa colocar telefonia pública gratuita nas comunidades com até 150 habitantes". A maioria das comunidades indígenas tinha essa situação. E nós conseguimos colocar os pelotões de fronteira e tudo mais. Só que eu me esqueci de ver que, nas vírgulas que existiam lá, uma coisa dizia que as operadoras que ganharam a concorrência estavam liberadas para colocar o sinal em até 85% da área de cobertura. Esse troço foi escrito e não foi "faseado", Senador Eduardo Girão. Então, o "faseamento"... Nós precisamos mudar essa realidade.

Hoje, na Praia da Redonda, que fica quase na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte, não há nenhuma torre de telefonia funcionando. E aí o cara diz assim: "Eu estou cumprindo o que está na legislação. Estou cumprindo a cobertura de 85%". Isso é um absurdo! Nós temos que mudar isso! "Ah, mas a operadora é privada!" Sim, mas ela tem que entender que as coisas podem evoluir. Não pode ser assim. E os lucros que as empresas, com certeza, estão tendo justificam essa necessidade de que o investimento prossiga. Está certo?

Então, mais uma vez, eu agradeço.

Peço desculpas pela necessidade de me ausentar. Mas eu queria fazer parte dessa discussão.

Um abraço para o nosso Ceará! Eu sei que, com certeza absoluta, José de Alencar vai ser devidamente muito bem servido com todos os cabeças-chatas, que a gente representa lá no nosso Ceará. Está certo?

Espero que a Aneel também tenha uma solução, para que a gente possa continuar fazendo um trabalho diferente. O Brasil tem que mudar. O Brasil está mudando sim, o Brasil tem que continuar mudando. Essas pandemias e guerras que a gente vive no dia a dia não nos podem afetar desse jeito. A gente precisa encontrar uma solução, e essa solução tem que vir das nossas cabeças. Por isso é que Deus nos colocou a mente e a memória, para podermos raciocinar e tomar uma decisão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olhe, quem tem que agradecer a sua presença ilustre aqui sou eu, somos nós, porque o senhor colabora muito com o debate.

Inclusive, tenho uma boa notícia, Deputado General Girão, para lhe passar. Ontem, nós ficamos até tarde aqui, no Senado, deliberando, e foram aprovadas as linhas de transmissão para o Estado de Roraima. Eu sei que isso é muito caro também para o senhor, que já morou lá. São as linhas de transmissão ali por terras indígenas, de forma muito equilibrada, de forma organizada. Houve praticamente uma unanimidade na votação ontem, no Senado. É outro capítulo importante para o Estado de Roraima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Exatamente!

Eu também sei que está na Câmara dos Deputados – muita gente está comentando aqui – uma medida drástica. Eu, particularmente, tenho ressalvas. A gente vai ouvir alguns Deputados aqui sobre isso, os que vão participar da sessão. A comoção está tão grande no Estado do Ceará – eu posso falar pelo Estado do Ceará – que Deputados entraram com uma urgência para suspender os reajustes. E foi aprovada a suspensão desse reajuste lá no Estado do Ceará.

Eu espero que não seja necessário isso, porque é um recado ruim, uma questão de insegurança jurídica. E eu acredito sempre no poder do bom senso, da negociação, da sensibilidade de perceber que é hora de ter um pouco de... Eu sei que já teve, já foi demonstrado aqui – nós vamos ouvir também depois novamente a Dra. Márcia, o Sr. Luiz Antonio Correa Gazulha Junior –, sei que já houve uma boa vontade em alguns momentos, uma cessão, mas eu acho que agora, até para ter, no médio e longo prazo, uma tranquilidade, a gente precisa, neste momento de angústia grande das pessoas, tentar encontrar uma solução, uma redução agora.

Então, eu lhe agradeço demais pela participação.

Já vou passar imediatamente – peço-lhe só um minutinho, Sr. Luiz Antonio – para o Sr. José Amilcar de Araújo Silveira, que é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), que é fortíssima, com um potencial fantástico, Deputado General Girão, de geração de emprego e renda e está sofrendo com esse impacto também. Eu vou passar a palavra para ele agora.

Sr. José Amilcar, muito obrigado pela sua participação. O senhor tem dez minutos, com a tolerância aqui da Casa, para fazer as suas colocações. Fique inteiramente à vontade.

O SR. JOSÉ AMILCAR DE ARAÚJO SILVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Eduardo Girão, meus cumprimentos; meus cumprimentos a todos. Agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer duas coisas, Senador.

A Enel, além de geradora de energia, é distribuidora também. E aqui no Ceará – eu queria que esses números ficassem para o senhor – o lucro da Enel não é só de 488 milhões, não, com o qual nós concordamos; tem a termoelétrica, que lucrou 358 milhões, mais de 124% de um ano para o outro. Esse é um número.

O nosso reajuste, diferentemente dos outros, será mais perverso até: 32,7%. E nós dissemos aqui, Senador, que o reajuste pode ser legal, mas ele é imoral, é insuportável neste momento. Não é possível.

Eu vi a apresentação, muito atentamente, do senhor da Aneel. E, sinceramente, eu não vi a Aneel aqui quando eu vi a má prestação de serviços da Enel. Isso me parece um pouco suspeito. E aqui não me levem a mal, porque nós temos enfrentado aqui... A bem da verdade, diga-se que abrimos até há pouco tempo um bom diálogo com a Enel para resolver os nossos problemas aqui, que não são poucos. Nós somos 395 mil estabelecimentos rurais neste estado e estamos passando por muitos problemas com a Enel. Como eu disse, pelo bem da verdade, temos tido uma porta de diálogo aqui com eles para melhorar sobremaneira esses problemas que vêm acontecendo, mas fica aqui...

Parece-me que o conselheiro da Aneel aí queria explicar o reajuste. Faltou ele dizer que a nossa matriz é hídrica e nós estamos com os nossos reservatórios em 100%, ou seja, deveríamos diminuir inclusive o custo para isso. Lamentável. Gostaria de a Aneel defendendo os consumidores, não a distribuidora. Pelo menos esse é meu sentimento como consumidor aqui no Ceará.

Vale lembrar também, Senador, que a Enel é uma concessionária estadual, e não vejo o Governo do Estado do Ceará, em nenhum momento, até diminuir a incidência sobre o seu ICMS. Eu já tenho dito isso e me parece que não é justo também para os consumidores a sua carga tributária.

Mas aí, Senador, fica aqui uma preocupação, porque foi feito isso durante uns tempos. A Enel – e a antiga Coelce – é uma concessionária estadual que saiu do monopólio público para o monopólio privado. Isso é muito penoso. A livre concorrência sempre será o melhor caminho. A portabilidade sempre será um bom caminho para isso. Parece-me até, nesses excessos de contratos, que foram feitos alguns jabutis. Parece-me. Eu ouvi essa coisa e me parece muito isso. Será que a Enel cumpre todas as cláusulas do seu contrato? Isso seria bom que viesse à tona.

No mais, Senador, para não me estender, eu só queria dizer ao senhor que 32,7%, o setor rural, do Estado do Ceará não está preparado e nunca esteve para pagar esse aumento.

Eu agradeço a sua preocupação, sei que o senhor é um homem também do interior, sua raiz é do interior, agradeço a sua preocupação e digo uma coisa para o senhor: é impossível pagar esse reajuste, para a gente, neste momento.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, eu quero agradecer muito ao Sr. José Amilcar de Araújo Silveira, que é o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará. O senhor foi curto, educado e muito preciso, trazendo questões novas – trazendo questões novas – para a gente debater aqui e ouvir os nossos convidados sobre essa situação que o senhor falou, que é uma grande realidade. Os reservatórios hoje estão cheios, a gente está, graças a Deus, tendo uma quadra chuvosa fantástica, e esse é outro fator que ajuda na sensibilização de uma redução, de uma sinalização positiva para encontrarmos um caminho justo.

Eu recebi aqui algumas perguntas que vão também um pouco nesse caminho, e é muito forte o que o senhor falou aqui, muito forte. E parabéns pela coragem, quando diz que a agência reguladora deve defender o consumidor e não a distribuidora! Então, isso é forte e a gente precisa aqui... Nada acontece por acaso, e a gente precisa fazer uma reflexão sobre isso, porque isso impacta a vida de todos nós. Então, é o momento de a gente redescobrir o Brasil. Dia 22 de abril foi o dia desse aumento, exatamente no dia do descobrimento do Brasil, que é celebrado. Então, por que a gente não pode redescobrir os nossos valores, o que é o correto, neste País, para a gente fazer?

E foi interessante, inteligente sua colocação quando disse que nós saímos do monopólio público para o monopólio privado. Essa é a grande realidade.

Cadê a concorrência nesse aspecto? Estão-se trazendo questões e jogando luz no debate. Eu lhe agradeço muito pela sua contribuição.

Já chegou aqui uma colocação do Sr. Luiz, que mandou uma pergunta para a gente. Assistindo às colocações anteriores dos nossos convidados, ele disse: "Tirou a 'bandeira vermelha' [entre aspas] e lançou o ajuste. O.k. O Sr. Davi afirma que a população não vai sentir o aumento nem a redução, mas isso neste momento; quando vier novamente a tal da bandeira vermelha, teremos somado a esse reajuste, arredondando, 24%. Ou seja, vão se transformar em 38%, que vão ser repassados ao cidadão". Vejam o alerta que está sendo feito aqui!

Eu continuo insistindo no caminho da mediação, do bom senso para se encontrar uma solução, porque do jeito que está realmente não dá.

Já vamos ouvir o Dr. Thiago – muito obrigado pela paciência – e o Dr. Joaquim Caldas Oliveira. Mas eu já vou passar a palavra agora para o Luiz Antonio Correia Gazulha Junior, que é a Enel Brasil. Só para a gente entender, tem a Enel Ceará, tem Enel Rio de Janeiro, Enel Goiás. É isso? É um grupo italiano.

Passo a palavra para o senhor. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa. Muito obrigado por estar aqui conosco. Espero que a gente consiga chegar a um meio-termo. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ANTONIO CORREA GAZULHA JUNIOR (Para expor.) – Antes de mais nada, muito obrigado pela oportunidade.

Além de ser da Enel Brasil, sou Diretor de Regulação da Enel Ceará. Então, sei muito bem o que a nossa Enel Ceará enfrenta no seu dia a dia. Vou falar um pouco aqui do que nós fazemos com os nossos 5% do reajuste que aconteceu este ano. A gente viu o Deputado General Girão falar sobre a geração e sobre a transmissão, e a gente não falou de distribuição. Por quê? Porque o grande impacto está na geração e na transmissão; a distribuição fica com aquela menor parcela, e eu vou mostrar aqui o que a gente utiliza nessa parcela.

Antes de... Deixe-me tentar aqui. (*Pausa.*)

Antes eu gostaria de apresentar um pouquinho o que é a Enel no Brasil. Hoje somos a maior empresa privada do setor elétrico. Estamos em todos os segmentos da cadeia: geração, distribuição e transmissão e nós temos uma empresa de serviço que presta soluções em energia.

Esse mapa aqui mostra quanto o investidor da Enel acredita no país, o quanto a Enel tem a tranquilidade de investir no país, pela segurança que nós temos hoje nos contratos, em todo o ambiente regulatório e jurídico que o Brasil nos dá. Então, esse aqui é basicamente para a gente mostrar um pouco como a Enel está posicionada no nosso país e dizer que nós somos investidores que realmente acreditamos no país.

Então, aqui eu vou entrar um pouquinho na Enel Ceará.

Basicamente, grandes números que nós estamos operando em 100% do Estado do Ceará. Nós temos aí, nos 184 municípios, nós atendemos a mais de quatro milhões e cem mil clientes e nós temos hoje uma força de trabalho de 10,2 mil colaboradores, entre próprios e terceiros. Então, a nossa força de trabalho total é de mais de dez mil empregos gerados no Estado do Ceará.

Então aqui nós mostramos a evolução do nosso número de clientes desde 2018, chegando aqui a janeiro de 2022, no primeiro trimestre, com mais de quatro milhões e cem mil clientes na nossa base de clientes, e o importante aqui é que, do último ano, de dezembro até o primeiro trimestre, nós incrementamos, em virtude de uma legislação federal e regulamentação da Aneel, 28% dos nossos clientes de baixa renda.

Aqui é importante a gente destacar um ponto: antes o cliente, além de estar no Cadastro Único, tinha que se dirigir à concessionária, e, em virtude da regulamentação e da legislação federal, hoje é feito todo um cadastro automático, o que nos ajudou muito a, automaticamente, cadastrar os clientes que precisam nessa subclasse residencial baixa renda.

Então, entrando aqui basicamente nos 5% do reajuste deste ano que nos é cabido, quero mostrar um pouco o que nós temos feito no Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde 2015 até 2021, nós investimos mais de R$5 bilhões... Isso é o valor histórico. Se nós formos atualizar os valores, esse número praticamente dobra. E o ano passado, 2021, houve o maior investimento histórico da companhia, ultrapassando R$1 bilhão em investimentos. E sabemos que o investimento gera emprego, gera melhoria da qualidade, e é sobre isto que eu vou falar um pouquinho: o que esse investimento que nós temos feito ocasionou? Qual é o benefício que ele tem trazido?

Ele trouxe uma melhora na qualidade. Então, a gente pode ver que, desde 2020 para o primeiro trimestre de 2022, nós tivemos a redução de 26% na frequência das interrupções, ou seja, a quantidade que o cliente fica sem luz – a gente está falando em quase duas vezes entre dezembro e março –, e na duração, ou seja: aquele cliente que teve uma interrupção, nós reduzimos 33% na duração em que ele fica sem energia, e isso representa cinco horas nesses últimos dois anos. É um número muito expressivo, considerável, chegando, no primeiro trimestre que fechou, a 11 horas que nós temos de duração do DEC, que nós chamamos, que é a duração das interrupções. É uma melhora expressiva aí nos últimos dois anos.

E por que essa melhora expressiva aconteceu? São os investimentos fazendo efeito.

Nós fizemos aí, no último... Só no ano de 2021, nós instalamos aí basicamente três novas subestações e melhoramos uma subestação, expandimos uma subestação que beneficiou aproximadamente 570 mil pessoas no Estado do Ceará – com essas subestações. E as informações do lado, eu não vou entrar no detalhe, mas aqui são modernizações de rede.

Essa modernização de rede ajuda muito o telecontrole, automação, ajuda muito para que a duração seja cada vez mais reduzida. E a Enel tem investido muito no Estado do Ceará para que essa automação da rede seja colocada o mais rápido possível em prática e expandindo todas essas tecnologias, para que o consumidor do Estado do Ceará fique cada vez menos sem energia.

Bom, eu não vou entrar muito nas ações específicas de melhoria da operação. Falei um pouco, mas é basicamente automatização. Os nossos carros hoje estão com o Autotrac, que nada mais é do que comunicação por satélite. Com os carros da Enel, os despachos são todos automáticos, então nós sabemos, não existe mais... Por telefone nós automaticamente já despachamos em todas as regiões os nossos colegas para efetuarem os reparos, efetuarem as ligações e deixarem o cliente o menor tempo possível sem energia.

Esta é outra ação que nós tivemos, em que nós estivemos trabalhando. Atrasou um pouco em virtude da pandemia, mas nós tivemos uma parceria com o Senai, lá no Estado do Ceará, em que nós fizemos um Centro de Treinamento para capacitação de eletricistas. Em que isso ajuda? Ajuda a companhia, que tem uma mão de obra mais qualificada, mas também ajuda a sociedade, porque nós capacitamos esses colegas, esses novos profissionais. E atualmente nós temos mais de três mil pessoas com capacidade nesse Centro de Treinamento para serem treinadas. Então, ele está à disposição. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos um plano de treinar o maior número de eletricistas possível para desenvolver não só colaboradores para a nossa empresa, mas também desenvolver profissionais para atender à sociedade do Ceará.

Senador Eduardo, o senhor falou bastante das ações que a Enel tem no Estado do Ceará. Eu vou trazer só um pouco do que nós temos lá no estado, do que nós temos investido na sociedade, em ações de sustentabilidade.

Aqui o conceito do meio ambiente nas ações de sustentabilidade ambiental, social e de governança. Essa é a forma com que a Enel trabalha. E aqui eu gostaria de destacar duas coisas: os nossos padrões socioambientais de governança, em razão de nós estarmos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade; e também nós seguimos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

E como é que nós fazemos isso? Nós temos aqui alguns grandes pilares – eu não vou trazer todos, vou trazer alguns. O que nós fizemos aí? No pilar de eficiência energética, que ajuda muito no pilar ambiental, uma vez que a gente reduz o consumo, traz consumo consciente. Nós já trocamos mais de dois mil e quinhentos refrigeradores; mais de setenta e seis mil lâmpadas trocadas. E esses três programas já beneficiaram mais de quatrocentas e oitenta mil pessoas nos 184 municípios.

Eu gostaria de destacar aqui também o Geração de Renda. O Geração de Renda é um programa em que a Enel acredita muito, aposta muito, por quê? É uma coisa perene e uma coisa sustentável, é um programa sustentável. Esse programa faz com que as nossas pessoas, a nossa sociedade tenha essa renda, mas essa renda fique com ela, perene. Então, aqueles 2 milhões que nós já tivemos em renda gerada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO CORREA GAZULHA JUNIOR – ... aí pelos nossos beneficiados – a gente traz em torno de 5,3 famílias beneficiadas com essa geração de renda – isso é perene, ou seja, esses 2 milhões se perpetuam porque é geração de renda, não é doação, não é nenhum outro tipo de ação que não a de ajudar a sociedade a se estabelecer. Se a gente for trazer aqui esses 2 milhões, a gente estaria considerando que 5,3 mil famílias ganharam um salário mínimo com esse programa.

Na questão ainda ambiental, no pilar ambiental de consumo consciente, nós temos o Ecoenel, em que os nossos consumidores podem chegar com resíduos e trocá-los por bônus na conta. Nós já tivemos aí um desconto médio... Nós temos um desconto médio, por ano, de R$121 por conta.

Então, esses são os principais programas, mas este também é um que eu gostaria de destacar, em que mais uma vez a Enel trabalha com a sociedade, com a comunidade. Esse programa é uma parceria com os líderes comunitários em que esses líderes... Nós temos esse contato, essa parceria e esse diagnóstico com eles da necessidade de cada comunidade. Em 2018, nós tivemos 4,6 mil atendimentos e pulamos aproximadamente para quinze mil e quinhentos atendimentos em 2021. Nós atuamos junto a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas comunidades através dos seus líderes e temos atendimento de parcelamento social, enquadramento no Baixa Renda, trocas de titularidades. Nós vamos até a comunidade para prestar esse serviço.

Eu gostaria de deixar a minha última frase, a minha última palavra e dizer que a Enel continua focada no desenvolvimento do estado, nas ações sociais e na melhoria da qualidade. A gente acredita muito no desenvolvimento do estado e que os investimentos que nós temos feito são, de fato, para que o estado se desenvolva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua explanação objetiva, Sr. Luiz Antonio Correa Gazulha Junior, da Enel Brasil.

A sede da *holding* – a Márcia estava me explicando – está no Rio, mas está indo para São Paulo, não é isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Já está em São Paulo.

Eu não tenho a menor dúvida do tamanho da empresa, da seriedade dela. A gente conhece, a gente é do Ceará e sabe dos trabalhos sociais e de conscientização que vocês desenvolvem. Visitando o interior, eu já até esbarrei... Procurando apoiar com emendas também diretamente no social, que é uma coisa que me toca a alma, eu visitei alguns projetos que a Enel já estava ajudando. Então, a gente sabe disso, parabeniza e agradece. Vocês são muito bem-vindos ao Estado do Ceará, com investimentos e geração de emprego.

Agora o momento exige e, por mais que tenha uma represa de reajuste, a gente precisa... E aí eu tenho certeza de que vocês vão refletir sobre isso, já devem estar refletindo sobre isso. E a gente coloca à disposição o que nós estamos fazendo para mediar. Em médio e longo prazo, acredito que vai ser bom para a empresa. Nós vamos sair, o Brasil é fantástico.

Eu tenho uma notícia boa para lhe dar: ontem, conversando com os Senadores, lá no Plenário, decidiu-se que, na semana que vem, a gente vota a reforma tributária. Então, isso é um passo importante que eu acho que vai colocar o Brasil nos trilhos, vai gerar emprego, gerar renda, desburocratizar.

Este país é maravilhoso. Este país não era para estar passando esse perrengue em que a gente está, com tantos desempregados, com a inflação do jeito que está, porque nós somos o celeiro da humanidade, com potencial em tudo que é área – tudo que é área o Brasil tem –, com um povo maravilhoso e trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é no curto prazo que a gente tem que fazer alguma coisa. Nós vamos buscar alternativa em tudo que é lugar, mas também seria importante a empresa sinalizar positivamente, de alguma forma, para a gente amenizar um pouco esse impacto que está acontecendo no Estado do Ceará, especificamente, falando por ele.

Eu quero passar a palavra, antes de... Já fazer o convite aqui ao Dr. Thiago Figueiredo Fujita, que é próximo a fazer a sua participação, a quem eu agradeço a paciência. Depois, nós vamos ter o Joaquim Caldas Oliveira e o Sr. Flávio Aragão. Mas eu quero convidar, para falar, um Deputado que está aqui presente agora, o Deputado Nelho Bezerra, que é de lá da região centro-sul do Estado do Ceará. Deputado Nelho, muito obrigado pela sua presença nessa audiência pública, que está despertando um interesse grande lá no Estado do Ceará. Eu não paro aqui de receber mensagens.

E eu quero também aproveitar... Quem está acompanhando o Deputado Nelho Bezerra é o Prefeito Wilamar, Prefeito de Cariús; o Teógenes, Prefeito de Acopiara; e o Zé Mauro, também Prefeito de Jucás. Muito obrigado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É. Desculpa. O Teógenes é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... trabalha na área cultural de Acopiara. Seja bem-vindo aqui ao Senado Federal.

O senhor tem aí dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer suas colocações.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NELHO BEZERRA (UNIÃO - CE) – Todos, da Enel e da Aneel.

Eu, quando vejo falar da Enel, eu lembro do que disse o meu poeta. Ivanildo Vila Nova disse que havia rastro de sangue no sertão quando a lei perseguia os cangaceiros, a volante atirava em bandoleiro, mas também acertava em cidadão; muitas vezes nem era Lampião que roubava o dinheiro e o alimento, mas para o povo da lei ser cem por cento, o culpado era sempre Virgulino; a história do povo nordestino foi escrita com sangue, suor e sofrimento.

Eu queria dizer a vocês da Enel em particular: comparado aos ladrões de hoje em dia, Lampião foi honesto até demais. Eu tenho mais medo da papeleta da Enel do que do pior assaltante com a arma de alta potência na mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, não estão dando aumento de 25%, é mentira! Ao agricultor, que mora lá no sítio, como eu, é 32,7%, Senador! Se alguém da direção da Enel for para o céu, ninguém precisa mais rezar, nem orar, nem jejuar. São perversos. E da nossa população do Ceará, que são 9,2 milhões de habitantes, se cinco milhões estão vivendo abaixo da linha de pobreza, o nosso povo já está passando fome. Aí vocês, agora, jogam a pá de cal e ainda jogam o massapé e cimentam em cima! Vocês estão acabando de enterrar o nosso cearense. Vocês estão fazendo a maior arbitrariedade da história!

Aprendi com meus avós que a melhor escapar fedendo do que morrer cheirando. Eu estou Deputado. Eu não conheço um cearense do sítio que não tenha negociado as suas dívidas, do ano passado para cá, mais de quatro vezes. É cruel! Vocês querem ver o que é dor, o que é sofrimento, Girão? Vão para o sítio, vão para a ponta ver o sofrimento do meu povo. Não é sapato apertado não, lá é sandália japonesa, porque nem sapato eles têm mais para comprar. A situação do nosso povo é cruel. Se já estamos com 5 milhões abaixo da linha da pobreza, ninguém consegue pagar. Ninguém! O que estão fazendo com o Estado do Ceará, um dos estados mais pobres, e vocês ainda fazem um negócio desses? A Câmara já votou a urgência... Só garanto a vocês que cearense nenhum vai pagar esse aumento de 25%; eu tenho certeza! É uma revolta imensa. Eu já fui convidado para mais de dez sessões e eu digo: aquela segunda papeleta que a Enel ... É assim Girão, eu recebo a do mês de abril, mas eu já recebi maio já, já foi lá para a minha casa. Eles mandam a papeleta, veio R$670. Você sabe quanto é que já veio a do mês de maio, que eles botam a de junho? Todos eles com 200, 300, 400 contos a mais. Olha, eu nunca vi um matemático tão fabuloso no mundo. Não tem uma papeleta do segundo papel para eles não botarem logo 20% ou 30% a mais. Mas isso é em todos os meses. Tem mais hora de reclamação da Enel no Ceará do que urubu de voo. É muita perversidade.

Vocês não têm culpa, eu amo aqueles funcionários que estavam passando ali, sou amigo de muitos, primo de muitos, mas, olha, o cearense está passando, meu irmão... Misericórdia. Quem já assistiu ao filme Coração Valente, é um filme de misericórdia, ninguém suporta mais. Eu quero pedir a vocês da Enel e da Aneel: não façam isso. Com certeza, quem for da direção da Enel jamais vai dormir o sono dos justos. Vá ver o nosso povo, ninguém aguenta mais. Lá ninguém está mais comendo. O gás estourou, aí tem a gasolina. Aí a Enel... porque você fica sem andar no carro, você fica, mas você não fica sem energia? Nos nossos bares lá, vizinhos, todo mundo vai beber a cerveja agora e a cerveja está choca; alguém que vai. Os dindins da senhora lá que faz par viver começam o outro dia desmanchados, desligam porque não aguentam mais pagar energia.

Eu queria pedir a vocês da Enel: vamos ao sítio, vamos fazer como Patativa do Assaré, cante lá que eu canto cá; vamos ver a nossa dor. Tenham coração, tenham sentimento, deixem o sangue correr na veia e vão ver o que é sofrimento. Vocês aqui que estão no Senado não sabem o que é sofrer, não, quem sabe somos nós, do chão batido. Lá dá dó. A criança pede R$2 para comprar a pipoca e o pai não tem. Eu passei por essa cena. E a Coelce tem mais: eles são bons de passar alicate. Lá perdemos uma senhora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vizinha, que tomava aerossol, e a energia da casa dela foi cortada, morando com o genro, e quase que morre. Veio para a casa do pai do rapaz para tomar o aerossol porque a energia estava cortada.

Na minha terra, Lampião foi honesto até demais. Um abraço e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado pela sua participação, Deputado Federal Nelho Bezerra, que é do centro-sul do Estado do Ceará. É um desabafo, e a gente tem visto isso de muitos cearenses, não é?

Então, o senhor falou aqui com o sentimento de muitos cearenses, e eu tenho certeza de que, com essas pessoas que aqui estão, Deputado, tanto a agência reguladora – eu acredito nisto – como também a própria Enel, representantes do nosso Estado do Ceará – a Dra. Márcia, que tem raízes lá no centro-sul, e o Dr. Luiz Correa Gazulha Junior, que veio gentilmente ao Senado Federal para atender e fazer as explanações –, a gente vai encontrar solução para isso, uma solução que amenize esse sofrimento que é real.

Eu quero também dar as boas-vindas ao Guilherme Brasil Feitas, que é Diretor de Relações institucionais da Enel Brasília. Está aqui sempre no Congresso Nacional. Seja bem-vindo a esta Comissão! Ao Sr. Víctor Freitas, consultor do BMG, que presta serviço à Enel. E ao Sr. José Nunes de Almeida Neto, que é Diretor Institucional, uma pessoa que tem tradição muito forte lá no Estado do Ceará, uma história bonita. Eu agradeço a sua presença aqui também.

Tenho certeza de que tudo isso a gente... Há discursos, às vezes, um pouco mais emocionados, mais fortes, mas, tirando talvez alguma consideração mais forte do ponto de vista de acusação, eu acredito que é válido, para que a gente possa buscar uma solução. Todos nós estamos imbuídos disso.

Eu já passo a palavra, imediatamente, para o Sr. Thiago Figueiredo Fujita, que é da OAB. Ele vai fazer sua explanação por dez minutos, com tolerância de cinco.

Muito obrigado.

O SR. THIAGO FIGUEIREDO FUJITA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Eduardo Girão.

Eu só queria fazer uma correção. Estou representando a Associação Cearense de Defesa do Consumidor (Acedecon).

Primeiro, é uma honra estar aqui presente. A associação, de fato, atua na defesa do consumidor no Estado do Ceará e conhece bem a realidade já de muitos anos, de experiências que os membros têm na defesa do consumidor sendo exercida de forma tão competente. E queria deixar também os meus cumprimentos a todos os mais de cem advogados que estão conosco na associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, primeiramente, eu queria dizer que a Enel é campeã aqui no Estado do Ceará, mas, infelizmente, sob ótica do consumidor, ela não é campeã pela qualidade do serviço: ela é campeão em reclamações. É muito importante que se verifique e saiba o quanto esse tipo de situação está afligindo o povo cearense. Nós hoje estamos, de fato, sem a possibilidade de ter um serviço de qualidade, e lhe digo por quê, Senador. No Decon, que é do Ministério Público do Estado do Ceará, ano passado, em 2021, foram quase mil e quinhentas reclamações. Apenas em quatro meses em 2022, até 20 de abril, já foram 1.004 reclamações. Quer dizer, neste ano parece que nós vamos quebrar novo recorde por conta da má qualidade do serviço da operadora.

De fato, é totalmente absurdo você imaginar a situação. Observe, o consumidor, o empreendedor, e aqui eu me filio também ao que falou o Sr. José Amilcar... Os empreendedores do Brasil não têm como pagar; quiçá no Ceará, um dos estados mais pobres, que tanta dificuldade econômica passa.

Inclusive, é interessante que as concessionárias, Senador Girão, tenham várias formas de atenuar o problema da crise. Se o senhor observar, nesta audiência pública, já se falou em Conta Covid, em bandeiras tarifárias, em Conta Escassez. Queria eu, Senador Girão, que os empreendedores, empresários, consumidores tivessem tantos meios de socorro como essas concessionárias de energia elétrica têm. Se o senhor observar, nos momentos de crise, vêm as bandeiras tarifárias, e elas são protegidas; elas têm uma capacidade de enfrentar esse momento porque é pago pelo consumidor brasileiro – e aqui, no Estado do Ceará, ainda mais, como muito bem falou o Deputado Girão. Aqui, no Nordeste, nós fornecemos muita energia limpa para o Brasil. Infelizmente, pagamos tarifas altíssimas, como essa da Enel, que está entre as dez maiores do país.

Então, Senador, nós precisamos realmente de uma revisão desse modelo. Nós precisamos revisar esses contratos. Primeiro, repito, a qualidade dos serviços aqui, no Ceará, deixa muito a desejar. É muito interessante, nós ouvimos muitos números, muitas explicações econômicas, mas não é justificativa uma explicação econômica, porque, num modelo de regulação, Senador Girão, nós temos o equilíbrio econômico-financeiro, mas, para balancear o equilíbrio econômico-financeiro, nós temos o princípio da modicidade tarifária. E, Senador, foram mais de 80%... V. Exa. mesmo já ressaltou: a diferença do lucro do ano passado, da Enel, para este ano, subiu em torno de 80%... E não dá para o consumidor...

Realmente, este debate precisa ser amplo. Aqui, no Ceará, Senador, nós juntamos a defesa do consumidor com a Fecomércio, com a Fiec, com a Faec, juntamos indústria, agricultura e comércio e já iniciamos um debate em audiência pública na semana passada, porque essa situação, Senador, é da sociedade cearense como um todo, e V. Exa. sabe e já ressaltou muito bem isso. Entretanto, quando a Enel comparece a essas audiências, infelizmente o que é dito é que não se pode fazer nada e que não há negociação.

Assim, acho belíssimo quando eu vejo eslaides, muitas apresentações, Powerpoint que mostram o impacto social da empresa, mas é importante que a empresa também observe que esses 25% irão gerar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um efeito cascata devastador para os consumidores. Infelizmente, muitos não vão ter como pagar. Nós estamos falando de serviço essencial. E pode ter certeza, Senador: o maior impactado não vai, muitas vezes, ser nós, que estamos nos nossos escritórios, mas vai ser muitas vezes aquele que está na ponta, o consumidor mais pobre. E eu tenho certeza de que não passará um dia de atraso, muitas vezes, sem haver o corte – a empresa, para fazer o corte, será bem rápida.

Entretanto, eu mostrei aqui, através de números: os órgãos de defesa do consumidor aqui do Ceará, Senador Girão, atestam que, a cada ano, a Enel sempre é campeã. Mas não é um título de honraria. É um título que, infelizmente... E, aí, eu agradeço o chamado da defesa do consumidor, porque a defesa do consumidor é aquela que, muitas vezes, está escutando as pessoas, e precisamos realmente vir até aqui e representar um consumidor, mostrando a necessidade de mudança.

De fato, como V. Exa. está ressaltando, não há condições. Vinte e cinco por cento é só, como muito bem disse o Deputado Nelho Bezerra, a papeleta da energia elétrica. Só que a gente não paga só a papeleta da energia elétrica. O comércio vai ser impactado, a agricultura... Muitas pessoas... E como V. Exa. trouxe: a pandemia da depressão, a pandemia do suicídio, que estão acontecendo já, muitas pessoas vão tirar suas próprias vidas, e isso é irreversível.

Clamo cada vez mais e rendo homenagens a V. Exa., porque é importante que a classe política esteja junto conosco, trazendo... É uma honra estar aqui, diante do Congresso Nacional, trazendo esse grito do consumidor. Muitos consumidores não têm oportunidade. Por isso é que me sinto honrado de estar aqui. O consumidor não tem a possibilidade de chegar e falar, e nós estamos aqui tentando soluções, requerendo, de fato, uma atuação legislativa, uma revisão desse modelo contratual.

O Deputado Girão esclareceu, de forma muito objetiva e interessante: se uma cláusula contratual é abusiva; se uma cláusula contratual traz, de fato, prejuízos à sociedade, nós não podemos justificar. Para isso, no direito, existe a possibilidade de revisão; existe a modificação da base objetiva do contrato; existem muitos meios e princípios e artigos que podemos aplicar na modificação.

Então, já para ir concluindo minha participação, eu quero dizer que é fundamental todos os setores nos darmos, agora, neste momento, as mãos. Ninguém pode soltar, porque, infelizmente... Concordo que o diálogo é fundamental, mas, de fato, o que a gente tem acompanhado, Senador Girão, é um problema, porque poucas soluções são trazidas pela própria concessionária. A concessionária se baseia na Aneel, e eu tive, muitas vezes, participação em audiências públicas da agência reguladora Aneel inclusive, e, em 2019, a primeira frase que eu ouvi da Aneel, numa reunião aqui no Ceará, foi: "A agência reguladora não defende consumidor".

Eu queria encerrar não pedindo, simplesmente, para a agência reguladora defender o consumidor, mas, sim, para defender o verdadeiro equilíbrio do sistema regulatório brasileiro, e há muito tempo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agência reguladora não mais defende isso. Muitas vezes apenas homologa e apenas deixa o consumidor e toda a sociedade sem defesa.

Gostaria de fazer essas palavras – muitas vezes um pouco fortes, Senador, mas porque eu tenho certeza de que muitos consumidores queriam estar aqui. Por não terem a condição de conseguir custear um serviço essencial, Senador, correm para o gato. E, aí, Senador, correm para fazer algo ilícito infelizmente. A gente sabe que isso não é correto, mas o desespero – o desespero de tratar da saúde, o desespero de dar uma luz para o seu filho estudar – faz com que consumidores estejam em situações, de fato, desesperadoras.

Assim, encerro minha participação.

Agradeço o convite e coloco a Associação Cearense em Defesa do Consumidor, advogados que estudam o mercado de consumo aqui no Ceará, que está aberta a dialogar com as instituições e que, inclusive, não se furta a conversar também com fornecedores... Porque o equilíbrio do mercado e a harmonia da relação de consumo são a base do Código de Defesa do Consumidor.

Meus mais sinceros agradecimentos.

E eu espero que esse debate continue. Não podemos só continuar falando sobre os problemas da Enel na época dos reajustes. Reajustes como esse saltam aos olhos, mas o problema da qualidade... E deixo aqui a associação à disposição para que a gente possa continuar o debate da qualidade dos serviços, porque serviço ineficiente é sempre serviço caro. E essas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pode concluir, Dr. Thiago. É porque é automático aqui; quando entra na fase final da fala, ele solta essa vinheta, que eu acho que estava um pouco travada aqui no começo. Mas pode concluir sem problema nenhum. Tem a tolerância aqui da Casa.

O SR. THIAGO FIGUEIREDO FUJITA (*Por videoconferência*.) – Então, Excelência, eu gostaria de encerrar falando isto: que é muito importante a eficiência. Não podemos ficar, apenas nas letras da lei, falando em eficiência de serviço público. E também não se pode que uma concessionária queira, a ferro e fogo, colocar o cumprimento de um contrato sem a contraprestação devida. E as autoridades, como o Congresso Nacional, como as Assembleias Legislativas, como as Câmaras de Vereadores, são a voz do povo para evitar situações como essa.

Gostaria de agradecer e repetir: a associação está à disposição para ampliar cada vez mais esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Thiago Figueiredo Fujita, Presidente da Associação Cearense de Defesa do Consumidor. Nós aqui, em nome do Senado Federal, agradecemos a sua participação. O senhor trouxe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também dados novos sobre a qualidade aí do atendimento, sobre as reclamações aí do consumidor. E vamos avaliar. É o nosso papel, o nosso dever.

Eu participei de uma sessão externa do Senado Federal, uma Comissão com três Senadores que foi ao Estado de Alagoas participar, fazer um debate com a sociedade civil sobre o caso lá do marco legal do saneamento, com aprovação do que a gente fez aqui em 2019, e o primeiro estado a fazer a concessão, a outorga foi o Estado de Alagoas. E começou a haver um monte de reclamação também dos consumidores em relação à questão de água e esgoto da empresa. Inclusive lá, durante as pesquisas, a gente viu que era uma empresa derivada da Odebrecht. Foi um debate riquíssimo, onde a gente ouviu a população, sabe, Dr. Thiago? A gente ouviu a população nessa Comissão Externa do Senado em Alagoas. E quem sabe a gente possa fazer uma no Ceará? A gente pode, nas próximas semanas aí, organizar no Estado do Ceará um debate, no caso, sobre o que o senhor está trazendo aqui.

Então, eu aproveito para lhe pedir informações sobre essas reclamações, os períodos, se o senhor tem algumas estatísticas, porque a gente pode, de alguma forma, ajudar. É nosso dever também ajudar com relação a isso.

Imediatamente, eu passo a palavra aqui para o Dr. Flávio Aragão – eu vou pedir ao Dr. Joaquim Caldas Oliveira um pouquinho mais de paciência, eu sei que o senhor já está tendo muita –, representando o Presidente da OAB-Ceará, o Dr. Erinaldo Dantas, a quem eu agradeço muito a sua pronta resposta ao convite. Inclusive, a OAB – eu quero até confirmar se está tudo fluindo bem – está transmitindo esta sessão em suas redes. De antemão, eu agradeço ao Dr. Flávio Aragão pela sua participação aqui.

O senhor fique à vontade, por dez minutos, para as suas considerações, com a tolerância da Casa. Muito obrigado.

Só, Dr. Flávio, uma coisa importante antes, se o senhor me permite: todos os nossos convidados vão ter direito a cinco minutos para fazer as suas considerações finais e para responder algumas perguntas, se possível, porque têm chegado aos montes aqui. Já recebi perguntas para o Dr. Thiago, para o Dr. Amilcar Silveira, da federação, para a Dra. Márcia. Eu tenho recebido aqui várias perguntas, que eu vou fazer. Aí, nos cinco minutos finais, se puderem responder, eu agradeço.

O senhor vai ter que sair, não é, Prefeito? O senhor vai viajar.

Então, eu vou passar a palavra, rapidamente, para o Prefeito de Cariús, o Wilamar, para fazer as suas considerações. Obrigado por estar aqui participando desta sessão.

O senhor tem o microfone aí. Se puder fazer em cinco minutos, porque está fora aqui do cronograma, eu lhe agradeço, porque há pessoas esperando. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILAMAR PALACIO – Que nada, Senador! Quem muito agradece sou eu: primeiramente a Deus, por me dar a oportunidade de estar como Prefeito do meu município e por me colocar exatamente no local onde o nosso município estava precisando. É de uma Comissão dessa, é de uma audiência dessa que o nosso município está precisando.

Eu estou engasgado, tamanha é a emoção com que estou aqui! Nunca achei que eu teria um espaço destes na minha vida!

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado pela oportunidade. O nosso município agradece.

Nós temos problemas com a Enel ilimitados, insuportáveis, fora dos limites! O primeiro que eu quero relatar é sobre dois grandes abastecimentos de água lá. O senhor sabe, como todo brasileiro sabe, que é difícil conseguir recursos, principalmente o federal, e nós os conseguimos, para colocar água em 14 localidades rurais. Terminada a obra, em 2019, foi pedida a ligação de energia, e, até hoje, a Enel não a ligou. Quando ela for ligar, o município vai ter que recuperar todos os canos, porque já estão cortados. A população já cortou os canos, de revolta! Você sabe o que é pedir carro-pipa todos os dias? Mesmo tendo a mangueira e o cano para passar água para dentro da sua casa, ela não entra por falta de energia para ligar a bomba lá no açude! A Enel, nenhum funcionário da Enel sabe, nenhum sócio da Enel sabe! Agora eu sei o que é reclamação! E a população do nosso município sabe! Está lá!

Perdemos... O município vai perder grande valor em recursos para recuperar tudo, porque foi usado... Não foi prestada conta ainda porque a Funasa não recebeu. Estamos sendo prejudicados por não recebermos outros recursos. Estamos com duas inadimplências nesses dois abastecimentos. São duas adutoras. Uma vem do Açude Ubaldinho, na cidade de Cedro, para a região de Umarizeiras, que terminou em 2019, e, ainda hoje, não se ligou a energia. E outra vem de Ubaldinho para outro distrito, que é Caipu, e a obra está paralisada por falta de energia, porque falta a Enel ligar! E outro é da Vila Chichá, que é outra localidade. Isso aí dá algo em torno de 6 a 7 mil pessoas prejudicadas. E o município está carregando carro-pipa todos os dias, com dois caminhões rodando. Não dá trégua! Já foi feita audiência pública na Câmara. Eles prometeram ligar, mas não ligaram. Já foi dada entrada na Justiça. Há ordem judicial há quase um ano, e eles não cumprem a ordem judicial, não dão a menor satisfação!

E há outro problema. O Ceará tem 184 municípios, e, em sete, a Enel é a responsável pela iluminação pública. Cariús está entre esses sete. Eles não fazem a manutenção da iluminação pública. Passam três meses, seis meses sem reporem uma única lâmpada, uma única lâmpada! Graças a Deus, na semana passada, eles repuseram 20%, graças a Deus! Mas, agora, deve haver lá 30% da iluminação pública em que precisam ser repostas as lâmpadas. Eles não as repõem! O nosso município, infelizmente, é um município pobre, e não faz sentido ele arcar com despesa de iluminação pública, quando a Enel foi... Essa decisão da Enel...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILAMAR PALACIO – Peço só mais um minuto, Senador.

Isso foi ganho em última instância. Eles recorreram até a última instância, e o município ganhou em última instância. Então, a Enel é a responsável pela iluminação pública do nosso município. Eles continuam negando nas reclamações, mas eles perderam em última instância e, até agora, não cumprem o papel deles.

Meu muito obrigado. Bom dia a todos. E, mais uma vez, obrigado, meu Deus, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Prefeito, muito obrigado. Prefeito Wilamar – é assim que pronuncia? – Palacio, Prefeito de Cariús, Ceará.

Eu costumo dizer e tenho uma crença de que toda autoridade vem de Deus, é constituída por Deus. E o senhor está aqui. Nada é por acaso – nada é por acaso. O senhor representa quantas mil pessoas no seu município?

O SR. WILAMAR PALACIO (*Fora do microfone*.) – Dezenove mil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dezenove mil cearenses.

E é importante a sua fala. Muito obrigado por essa oportunidade. A gente vai ouvir aqui, eu sei que o objetivo nosso é outro aqui, essas reclamações. Se a empresa, a Dra. Márcia e o Dr. Luiz Antonio quiserem fazer alguma colocação... Não sabia que também fazia a iluminação pública, também faz parte aí do cardápio em sete municípios, é isso?

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (*Fora do microfone*.) – Dentro dos 184, esses sete municípios permanecem com a distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Com a distribuidora.

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (*Fora do microfone*.) – A lei é clara...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A senhora quer aproveitar... Se puder até explanar...

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... o que ele acabou de colocar, o fato que está gerando revolta na cidade e a manutenção da iluminação pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em quantos municípios que vocês fazem também a iluminação, dos 184?

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (Para expor.) – Dentro dos 184 municípios, nós temos sete municípios em que a responsabilidade continuou ainda com a distribuidora. Nós repassamos essa responsabilidade para todos os municípios, e esses sete municípios entraram com um processo, porque não tinham, conforme a informação, condição de assumir a manutenção de IP, que permanece com a distribuidora. Isso é fato. E, como o Wilamar comentou, na semana passada iniciaram aí todo um trabalho para a reposição da IP na cidade de Cariús.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu agradeço a sua participação.

Como o assunto não é focado nisso, a gente pode depois...

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA – Sem dúvida. Estamos à disposição do Wilamar sempre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ótimo. Ótimo, Dra. Márcia.

Nesta Comissão Externa que a gente pode formar sobre a questão da qualidade dos serviços, a gente pode se aprofundar mais nesse assunto. Então, eu lhe agradeço muito por essa oportunidade.

Eu já quero passar a palavra agora imediatamente ao Dr. Flávio Aragão. Desculpa por duas vezes cortar a sua fala antes de iniciar, mas eu lhe agradeço demais aí pela oportunidade. O senhor tem dez minutos com a tolerância de cinco minutos ou mais.

O Dr. Flávio Aragão está representando a OAB do Ceará, que tem sido muito atuante nessa questão do reajuste da tarifa de energia elétrica de quase 25%.

Muito obrigado. O senhor tem dez minutos, com a tolerância aqui da Presidência.

O SR. FLÁVIO ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a esta Casa do Senado Federal, especificamente a todos os que integram a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, presidida esta sessão pela pessoa do Senador Eduardo Girão. Em razão de estarmos acorrentados a essa ditadura do relógio, principalmente por tratar-se já de um horário intermediário entre a manhã e a tarde, meio-dia, eu gostaria de saudar, na pessoa do Senador, todos os que se fazem presentes, autoridades, técnicos da Aneel, técnicos da Enel; bem como os integrantes da Câmara dos Deputados, que aqui se fazem presentes por intermédio da representatividade do Deputado General Girão e do Deputado cearense Nelho Bezerra.

Quero agradecer aqui, na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos da nossa seccional cearense, representando aqui neste ato igualmente o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, Erinaldo Dantas, a possibilidade de debatermos aqui com a Comissão, debatermos nesta Casa do Povo, nesta Casa de representatividade do Estado, uma questão que vai muito além de um reajuste tarifário. O que nós estamos debatendo, de forma muito atenta, nesta manhã do dia 5 de maio, é a atividade regulatória do Estado e o Estado democrático de direito.

O Senador Eduardo Girão, de forma muito lúcida, no início demonstrou a sua irresignação em face do que nós cearenses presenciamos três dias depois da queda da tarifa distinta de escassez, que foi anunciada dia 16, quando fomos aquinhoados com um dos maiores índices de reajuste aplicados no Brasil, logo no dia 19, por intermédio da Resolução Homologatória nº 3.026, da Aneel. A seccional cearense de imediato acionou a nova comissão, criada em período pandêmico, que visa estudar questões relativas aos direitos do usuário do serviço público.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais autoridades, nós vivenciamos no Brasil uma realidade que, principalmente em períodos pós-pandêmicos, exige de todos nós – autoridades públicas, profissionais do direito e sociedade civil – uma sensibilidade para nós não incorrermos, a exemplo do que outrora ensinou a nós a grande filósofa Hannah Arendt, em uma determinada política pública pautada na banalização do mal ou na banalização da insensibilidade. Banalização essa, diga-se de passagem, que já foi disposta pelo Presidente Senador Rodrigo Pacheco, agora há pouco, dia 23 de março, quando ele falava que o Congresso deve agir muito rapidamente para que a tal banalização do mal não se instale em nosso país. Fazia alusão o douto Senador à questão do combate ao discurso de ódio. Aqui eu me aproprio dessas palavras do Presidente do Senado para colocar aos senhores que nós não devemos nos curvar também para essa banalização da insensibilidade.

Diante disso, fomos instigados a nos manifestar por intermédio de um parecer técnico, o Parecer Técnico 01 da Comissão de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos, no sentido de analisar não questões relativas à empresa concessionária de energia elétrica... Porque é conveniente que nós façamos a exposição para os nossos telespectadores de que o que nós estamos debatendo nesta manhã, que há de ser rica em frutos, não é um mero reajuste tarifário a ser beneficiária uma concessionária pública; o que nós estamos aqui debatendo é o reajuste tarifário que atenta contra a ordem constitucional vigente e que atenta contra o ordenamento jurídico nosso, principalmente o advindo de 2019 para cá.

Refiro-me aqui aos dispositivos legais que são nada mais, nada menos que a Lei Geral das Agências Reguladoras, Lei 13.848, de 2019, que nós temos há pouco tempo. Nesse dispositivo legal, é posto que as agências reguladoras – e, entre elas, nós temos a Aneel – devem se preocupar, no momento da adoção de um ato regulatório, caso exista impacto econômico, caso exista a necessidade de consulta dos agentes econômicos que haverão de ser afetados por essa regulação a ser implementada pelo ente regulador, de que eles sejam, obviamente, antecipadamente, anteriormente, consultados acerca da regulação a ser implementada pelo ente regulador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso específico, Sr. Presidente e demais Senadores, bem como autoridades presentes no recinto, nós nos surpreendemos ao analisar o processo decisório que culminou na Resolução Homologatória 3.026, quando percebemos que o processo decisório gestado no próprio ente regulador rasgou por completo o ordenamento jurídico. Ele não gerou a possibilidade da participação popular, ele teve a oportunidade de fazer juntar, no próprio processo administrativo, uma carta do Conerge, que é o conselho de consumidores de energia elétrica da Enel Ceará, mas as observações tecidas e muito bem-postas pelo ente colegiado representativo dos consumidores do Estado do Ceará foram por completo ignoradas no momento da digestão do processo decisório.

E esse processo decisório acabou culminando, no dia 19, em uma resolução homologatória de um aumento que fere brutalmente não apenas questões de natureza legal, como foram ventiladas no parecer técnico que fora apresentado, nesta quinta-feira, à seccional da Ordem, o que acabou motivando, diga-se de passagem, telespectadores, que a nossa seccional imediatamente, na própria quinta-feira, acionasse o Judiciário Federal no sentido de que este Judiciário prestasse uma tutela jurisdicional no estado capaz de sanar essa mácula nos princípios da administração pública, que estão esculpidos no art. 37 do texto constitucional.

Para tornar mais clara a compreensão para o nosso telespectador e para tornar mais clara a compreensão para todos os Srs. Senadores, nós estamos falando de um processo decisório, Senador Eduardo Girão, que deveria vir respaldado no ordenamento jurídico e, inclusive, na própria lei que rege as agências reguladoras. Mas infelizmente o que é que nós percebemos? Diante de uma análise acurada em todo processo decisório, foram simplesmente ignorados os preceitos legais existentes e muito mais um preceito moral básico. A nossa população cearense, Senador, não dispõe mais, devido ao fato de um fenômeno chamado inelasticidade tarifária, de condições de suportar um aumento médio da ordem de 25%. E diante disso, nós temos que ter, obviamente, a compreensão de que o agronegócio foi impactado com percentual que excede os 30%; ou seja, todos os nossos agentes econômicos, todos os usuários de serviço de energia do Estado do Ceará estão de joelhos, perplexos, frente a esse absurdo ocorrido no dia 19, que foi devidamente publicado no dia 19, conforme V. Exa. expôs, para vigorar já três dias depois, dia 22.

Aquinhoado o povo cearense, por intermédio desse reajuste, a Ordem obviamente não poderia ficar silente a isso. E agradecemos a participação deste Colegiado, desta Comissão, da CTFC, no sentido de contribuir, em conjunto com os demais colegas, para a percepção de analisarmos essa problemática sob uma ótica não apenas da legalidade, mas, sim, da moralidade, que deve ser observada.

É importante lembrarmos, conforme o Deputado que fez uma manifestação no início desses debates desta manhã de hoje, o Deputado General Girão, que representa uma população por conhecer a realidade de Roraima, de 662 mil habitantes, e que nós temos também o Estado do Amapá, com 877 mil, e o Acre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com quase 1,906 milhão de habitantes, que esses estados representados, Senador, não superam o número de cearenses que vão ser aquinhoados, com esse reajuste, integralmente!

A empresa concessionária divulgou que apenas 60% dos consumidores de energia elétrica sentiriam isso, porque os demais eram de baixa renda. Agora, é interessante nós lembrarmos que aqueles de baixa renda... E aqui eu vou me despir do tecnicismo, me despir do floreamento e da pirotecnia existente no PowerPoint, para explicar que o de baixa renda, que tinha sido lembrado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia, na Resolução 3, quando ele tirou esse baixa renda dessa bandeira diferenciada de valor, esse indivíduo, que era o hipossuficiente financeiro, foi atingido plenamente, com esse reajuste de 25%; e é ele, o mais desfavorecido financeiramente, que terá esse ônus no bolso.

Eu estou me referindo aqui, Senador, em um local onde a Enel Ceará atinge 4,380 milhões de consumidores... Eu estou me referindo aqui a 1,752 milhão, ou seja, número muito superior à população de alguns estados a que eu fiz alusão aqui, na minha fala.

Diante disso, eu gostaria aqui, com esses números, de despertar, nesta Casa de representatividade popular, especificamente no Senado, nesta Casa de representatividade do estado...

Que os senhores, em conjunto com o ente regulador, tenham a sensibilidade de ter a ciência de que a atividade regulatória do Estado não serve apenas para primar pelos interesses e pela lisura das empresas concessionárias, mas sim, além disso, pela possibilidade de os usuários desse serviço essencial terem a continuidade do serviço e poderem pagar por este serviço.

É nesta perspectiva que eu gostaria de lembrar que, em pleno período pandêmico, o lucro líquido de 2020 da Enel Ceará foi da ordem de R$ 265,1 milhões. O lucro líquido de 2021, ainda imersa a sociedade cearense em momento pandêmico, foi de, pasmem, R$488,5 milhões. É nessa perspectiva, é com esses números reais que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Ceará, não pode calar-se, e foi a juízo, e vem a esta Casa de representatividade do povo e de representatividade do Estado para conclamar todos os Srs. Parlamentares que ajam, e não tenhamos o silêncio como arma contra essa insensibilidade. Pior do que a banalização do mal, como ensinava Hanna Arendt, é a banalização da insensibilidade.

Bom dia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, nós é que temos que agradecer ao senhor pela sua exposição, Dr. Flávio Aragão, trazendo aqui muitos dados, trazendo uma reflexão. É interessante: quanto mais a gente ouve, a gente vai aprendendo e, de uma certa forma, tendo novas ideias de ações com relação a esse caso, que você vê aqui, pelas manifestações de representantes da sociedade, e diretamente, inclusive, também, como Prefeitos, como Deputados, que tem realmente causado um impacto muito grande, é uma coisa que aperta o coração da gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito, eu sou altamente favorável, eu não vejo problema em aumentar lucros, de maneira nenhuma. Agora, tudo tem que ter um equilíbrio, um bom senso, não é? E nós estamos juntos. Grande parte da nossa população não está suportando isso, então, é uma questão de sensibilidade. Eu acho que a palavra que traduz tudo é como o Dr. Flávio Aragão colocou, é uma questão de sensibilidade. E eu tenho certeza de que nós vamos encontrar um ponto.

Eu quero reiterar o que eu disse no começo. Eu tentei contato com a Dra. Fernanda, que é Secretária de Fazenda do Estado do Ceará. Trocamos mensagens, não deu para ela participar aqui desta sessão, mas, quem sabe, possamos ter outra se não tivermos algum avanço e para ouvir outros atores, mas, o mais importante de tudo isso é o seguinte: todo mundo precisa, de alguma forma, ceder, e o Estado do Ceará precisa ter sensibilidade também, porque o ICMS, que é um fator preponderante nisso tudo, é altíssimo, e não é de hoje.

A gente não vê o Governo do Estado, com todo respeito a quem pensa diferente, movimentar-se em nada com relação a isso – muito pelo contrário, só aumenta imposto – e com as crises que a gente está tendo: combustível, a questão também agora aí desse aumento da energia elétrica. Eu preciso de uma contrapartida também no Estado do Ceará. É hora de todo mundo ceder um pouco. Eu posso até me decepcionar, mas acredito no bom senso. Eu já fui da área privada e em alguns momentos em que houve situações como essa, de apelo, a gente deu uma contrapartida, pensando no longo prazo. Não é que seja uma instituição de caridade, absolutamente. A gente sabe o papel de cada um, mas tem uma hora que, pensando em médio, longo prazo, você precisa compreender que nós estamos vivendo numa harmonia. Então, eu acredito muito – posso até me decepcionar – que nós vamos buscar uma solução e que a empresa vai ter a sensibilidade de fazer a parte dela nessa diminuição de um percentual para pelo menos atenuar um pouco a situação.

Mas vamos dar sequência. Aqui é uma Casa democrática; a gente ouve todo mundo. Realmente os cearenses estão de joelhos nessa situação, principalmente aqueles mais pobres e os do setor produtivo, que estão querendo gerar emprego, estão querendo produzir e nisso aí estão esbarrando.

Mas eu vou para o último orador, que vai fazer a nossa explanação. Finalmente, não é, Dr. Joaquim? E eu lhe agradeço demais aí a paciência, mas nós vamos ouvir o senhor, que gentilmente está aqui conosco, é Coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Dê um abraço aí, leve um abraço para o nosso Presidente, Dr. Cavalcante. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer suas colocações. Uma importantíssima entidade também a Fiec, muito organizada. É importante ouvi-lo.

Depois eu vou fazer a rodada final de perguntas aqui, vou colocar as perguntas que chegaram, e a gente vai ter cinco minutos para cada um que quiser participar, que quiser responder – se puder, eu agradeço –, para que a gente possa fechar esta audiência pública que está tendo uma grande repercussão desde o início dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Joaquim Caldas Oliveira, muito obrigado pela sua participação. Seja bem-vindo, mesmo que remotamente, ao Senado Federal.

O SR. JOAQUIM CALDAS ROLIM DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Cumprimento o Exmo. Senador Eduardo Girão; cumprimento a Presidente da Enel, Dra. Márcia Sandra; o Superintendente da Aneel, Dr. Davi Antunes; todos que me antecederam aqui e os demais presentes. Muito obrigado pela oportunidade.

Estou aqui representando a Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a pedido do Presidente, o Dr. Ricardo Cavalcante, que tem demonstrado muita preocupação com esse reajuste muito elevado na tarifa de energia elétrica. Eu vou fazer aqui alguns comentários no intuito de ajudar a encontrarmos uma forma de reduzir os impactos desse reajuste, bem acima das expectativas do setor industrial, e também do reajuste aplicado nas demais distribuidoras que já tiveram reajuste neste ano.

Então, nós observamos, Senador, que nas outras áreas de concessão a distribuidora local foi mais contundente na busca de mitigar os efeitos. Podemos citar aqui, como exemplo, o reajuste no Estado da Bahia, que seria de 33% e que, através desse processo de mitigação e de flexibilização, ficou em 21%, bem abaixo do aplicado para o Estado do Ceará. Então, isso vai afetar muito o setor industrial, o setor produtivo e a sociedade, inclusive em um momento muito difícil para todos nós. Juntou pandemia com crise hídrica, e o impacto foi muito elevado.

Então, nós vemos, Exmo. Senador, como uma das principais formas de mitigação desse reajuste a possibilidade de uma flexibilização maior por parte da distribuidora, com um possível diferimento de parte desse reajuste para o próximo ano. Às vezes, nos perguntam: "Mas no próximo ano vai ter um impacto de novo?". Aí, no próximo ano, a gente senta e vê como fazer, mas o fato é que um reajuste de vinte e cinco por cento praticamente é muito pesado.

E também nós temos outro item, Exmo. Senador, que são os créditos da ação já ganha na Justiça relativos ao PIS/Cofins, que entendemos que poderiam ser mais bem aproveitado, ampliado o aproveitamento, assim como o empréstimo já aprovado para o setor. Então, o que nós gostaríamos de buscar são formas de minimizar esses impactos.

Importante: nós da Federação Nacional das Indústrias gostaríamos de ressaltar que somos contrários a qualquer quebra de contrato. Nós não estamos aqui pregando quebra de contrato, porque sabemos que isso é muito prejudicial ao setor e à sociedade como um todo, por reduzir drasticamente a confiança dos investidores, tão necessários e presentes nesse setor.

Olhando para frente, Sr. Senador, temos que pegar uma lupa e colocar na tarifa de energia elétrica, porque sabemos que temos mais custos represados que serão aplicados no futuro, infelizmente. E o Brasil tem um paradoxo, que é o fato de termos os custos de produção de energia entre os menores do mundo e, quando pagos pelo consumidor, na outra ponta, no final da linha, serem um dos maiores do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sobre esse paradoxo, nós precisamos estratificar todos os custos e saber onde eles estão. Por exemplo, nos encargos, que são uma quantidade enorme – da outra vez que eu contei, tinha mais de 12 – e os impostos, que também são muito elevados. Nós sabemos que já tem uma redução prevista para os impostos, através do ICMS, a partir de 2024, mas acreditamos que ainda é pouco; precisamos de ir mais além.

No caso aqui do Ceará, nós temos um item, Senador, que é novo. É um fato novo, que ouvi sendo falado aqui parcialmente: é o fato de a distribuidora ter um contrato bilateral com a CGTF, que é uma empresa do mesmo grupo, e que impacta no preço da energia elétrica, no custo total da compra de energia em cerca de um terço.

Nós fizemos uma avaliação no ano passado: esse custo é quase o dobro do que é pago pela distribuidora nos demais contratos. Então, esse item felizmente está para se encerrar no próximo ano – esse contrato bilateral –, mas tem um outro item dentro desse contrato, que é o fato de que a termoelétrica atende o Brasil como um todo e cobra apenas dos consumidores de energia elétrica do Estado do Ceará. Então, o custo desse contrato com a CGTF deveria ser rateado com todos os consumidores, e não somente com os consumidores do Estado do Ceará.

Além disso, tem até um processo correndo no TCU relativo a esse contrato Enel e CGTF. E a gente tem também um outro item muito relevante, em que precisamos nos debruçar, que são as próprias bandeiras tarifárias, que geram essa sensação do consumidor de que poderá não ter um aumento, mas nós temos que levantar que a bandeira tarifária, na realidade, é algo provisório e temporário. Não podemos considerar que ela não voltará. Precisamos cuidar, com muito mais energia limpa, renovável, eólica e solar, do Nordeste brasileiro para, exatamente no futuro, nós podemos ter menos impacto de bandeiras tarifárias. O remédio é este: mais linhas de transmissão, mais energia eólica, mais energia solar, incentivar o consumidor a gerar sua própria energia.

E tem um item muito impactante também, que é a eficiência energética. Usarmos com mais cuidado, equipamentos mais eficientes, porque tudo isso, somado, vai propiciar ao consumidor, lá na frente, uma melhor situação no seu orçamento. Mas atualmente nós temos esse reajuste de 24,85% e nós entendemos e acreditamos que a distribuidora Enel poderia ir além na mitigação dos efeitos. De que forma? Com um possível diferimento de parte desse reajuste para, no próximo ano, vermos de que forma vamos avançar e irmos avançando passo a passo.

Então, Exmo. Senador Eduardo Girão, demais presentes, Diretor da Enel, com os quais a Fiec tem uma proximidade, tem uma parceria – é uma empresa, como já foi dito aqui, de respeito, nós acreditamos na Enel –, um reajuste de 25% é impensável. Como é que vai ser assumido esse custo adicional pelo setor produtivo e pelo setor industrial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade. Estamos aqui à disposição sempre para podermos contribuir e encontrarmos solução para essa situação de hoje e para o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado quem diz sou eu aqui, em nome do Senado Federal, Dr. Joaquim Caldas Oliveira, por favor. Mais uma vez peço aí desculpas pela demora em lhe passar a palavra. Mande meu abraço para o Dr. Ricardo Cavalcante, por favor. E parabéns pela sua exposição. Eu acho que só colaborou aqui com esse rico debate, saudável, não é? E eu tenho certeza de que vai dar tudo certo.

Antes de fazer os cinco minutos finais para cada um, com as perguntas, eu queria passar a palavra para o ex-Deputado Federal Luiz Bassuma. Você fica à vontade para fazer suas colocações.

O SR. LUIZ BASSUMA – Bom dia a todos que estamos aqui presentes.

Primeiro, registro a oportunidade desta audiência pública convocada pelo Senador Eduardo Girão e dirigida por ele. Ainda bem que o Senador já tocou num ponto crucial, que eu acho que é o grande vilão desses preços que atingem um serviço essencial – não podemos esquecer: energia elétrica, no Brasil, é serviço essencial. O grande vilão são os tributos – sempre são. E uma coisa é o Estado arrecadar tributos de bebida alcoólica, de carrão de luxo – tem que ser altíssimo. Agora, cobrar tanto tributo de energia elétrica, isso tem que ser rediscutido com prioridade máxima na reforma tributária. Está perfeito! Sei que o senhor defende essa bandeira também, assim como a dos combustíveis, altíssimos. O Brasil não precisa disso; há outras formas de equilibrar tributação.

Mas eu prestei muita atenção na apresentação do Dr. Davi, da Aneel. Eu quero dizer que, na época, eu exercia mandato de Deputado, quando se privatizou, quando houve toda aquela discussão no Brasil sobre se era bom ou não privatizar a energia elétrica. E eu me lembro de que o grande argumento a favor da privatização, que gerou até uma expectativa positiva na sociedade, já que falamos de serviço essencial... Porque outros serviços, se têm uma tributação... O cidadão, quando não pode pagar uma conta, só tem duas saídas – falo do cidadão comum – como já foi dito aqui: ou vai para o crime, ou seja, para o "gato", porque existe isso ainda no país, mas é pelo desespero – mas vai para o crime –, ou tem a energia cortada, porque é inadimplência zero nesse setor; se não pagou, a energia é cortada.

Então, o que gerou, na época, esperança? Que a agência reguladora... É esse papel, por isso que eu prestei muita atenção, mais do que à Enel – não sei se é "ênel" ou "enel", uns falam "ênel", outros "enel" –, foi na Aneel, porque qual é o papel central da Aneel numa crise dessas? Funcionar como o elemento que vai encontrar a melhor alternativa, mas não para as distribuidoras, não para as geradoras, e muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos para os governos, mas para o consumidor final. Isso é o que se espera do papel de uma agência reguladora.

E eu fiquei com dúvidas na sua apresentação, porque o senhor chegou a falar em dólar. Eu não consigo entender muito bem, não entendi. O senhor não detalhou também, o tempo não permitiria, entendo isso. É um serviço que eu vejo hoje praticamente todo nacional, então, a influência do dólar nisso eu não entendi. Mas, o mais importante, se o senhor pudesse aprofundar um pouquinho mais, se houvesse tempo, porque é importante: qual é o outro grande vilão na composição do preço final de energia? Um está aí, são os tributos. O governo principalmente tem que mexer isso, o estadual com o ICMS, que é pesado, e o Governo Federal, com PIS e Cofins.

Agora, com relação aos 31% que é a geração de energia, não ficou claro, Dr. Davi, para mim. Esse é mais do que a distribuidora. A distribuidora entra com 21, mas a geração... Porque nós vimos na sua apresentação, há vários fatores – alguns complexos, a gente tem dificuldade de entender, tem que ser muito técnico para entender, tem que ser da área –, mas, por quê? Porque, quando você aumenta 25% no preço final que o consumidor vai pagar, ele atinge todos fatores. Então, o ICMS vai aumentar 25%, e já é alto; a distribuidora, que teve um lucro de 400 milhões, vai aumentar em mais 100 milhões o lucro, mas a geração de energia, que é 31%, vai aumentar mais 14%. E aí eu fiquei muito triste com a finalização da sua apresentação. Eu como consumidor de energia hoje, porque eu não exerço mais mandato, então sou um cidadão comum. Eu quero externar aqui a inoportunidade – eu vou usar essa palavra, um contraponto –, não é oportunidade. Justamente quando a sociedade estava dizendo: "Ai, pela primeira vez vai reduzir o preço que retirou a bandeira vermelha, impactante no preço...". Aí o senhor chegou, mostrando: "Não, nesse momento não vai ser sentido, porque sai um e entra o aumento". Só que uma pergunta aqui muito inteligente já foi feita para o Senador, ele leu: quem garante que daqui a alguns meses a bandeira vermelha não tenha que voltar, porque é imprevisível, ninguém pode garantir? Ainda mais num mundo de mudanças climáticas que nós estamos vivendo, com tantas crises ambientais. Aí o impacto vai ser pior, vai ser monstruoso e nós temos que levar isso em conta nesse momento. Não pode isso... Não é uma coisa... Ninguém garante que nós vamos ficar dez anos sem bandeira vermelha, ninguém pode falar isso.

Então, eu queria encerrar – eu já me estendi muito –, pedindo para que seja ser explicado melhor por que a geração de energia para mim não precisa – não precisa a geração! Eu não vi nenhuma explicação – de mais 25%. Acredito que ela já está totalmente sustentável nos padrões atuais. Então é a hora – só para encerrar agora – de todo mundo ceder um pouquinho. Tem muito espaço, e o Senador Girão é feliz nisso. Tem espaço para o Governo ceder, reduzir. Um estado como o Ceará, que gasta mais de R$1 bilhão só com propaganda, tem condições sim de mexer nos seus gastos estaduais para reduzir o ICMS da conta de energia. Mas também os outros os outros atores mexerem na sua... Cada um ceder um pouquinho para que o consumidor não seja tão atingido nesse momento.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, ex-Deputado Federal Luiz Bassuma, que nos brinda aqui com a sua participação. Interessante isso que o que o senhor falou, não é? Além dessa pergunta, que eu já vou passar imediatamente aqui para o Dr. Davi, para a gente já começar a rodada final, tem outras perguntas chegando para ele aqui também – eu estou catalogando.

O Estado do Ceará gastou R$1,2 bilhão, não foi milhão, não – R$1,2 bilhão de propaganda e publicidade nesses últimos sete anos. Acredite se quiser! E ele não pode também dar a sua contrapartida? Que história é essa? Que história é essa? Então nós vamos insistir, não é? Claro que independe um do outro. A empresa pode dar o seu gesto, o Governo. O que a gente puder fazer a gente vai fazer para que, de alguma forma, o impacto seja o menor possível no consumidor, mas cada um mostrando a sua sensibilidade, a sua boa vontade o quanto antes, porque, enquanto a gente está conversando, fazendo reunião aqui em Comissão, tentando buscar uma solução, a papeleta está chegando para as pessoas pagarem. Então é preocupante.

Então vou passar... Já tem essa pergunta do ex-Deputado para o Dr. Davi. Eu quero já emendar com outra aqui, que é da Maria. Ela colocou aqui que: "A Aneel, a nossa agência reguladora, por sua vez, afirma que os reajustes de tarifas aprovados por ela em benefício das permissionárias são estimulados em função do aumento de custos ocorridos e seguem o Módulo 8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária. Eu gostaria de saber do representante da Aneel minúcias sobre esse procedimento administrativo de concessão de aumento tarifário, o que reza o Módulo 8 [é uma questão mais técnica aqui que ela está colocando] do Proret. A decisão de aumentar tarifas apenas se escora em números objetivos, consagrados em cláusulas contratuais, ou há também alguma margem de subjetividade nessa decisão?".

A última pergunta aqui é a seguinte: "Segundo dados divulgados pela imprensa, com base no balanço publicado pela empresa [mas aqui ela fala também na Enel, não é?], a Enel Ceará apresentou, em 2021 [o ano passado], o maior lucro líquido dos últimos dez anos [a gente falou bastante aqui, não é?], R$488,5 milhões [R$0,5 bilhão]. Esse valor corresponde a um aumento de 84% em relação ao ano anterior". A pergunta que é feita aqui é a seguinte... "A pergunta inevitável que faço tanto à Enel quanto principalmente à Aneel é como se justificar ao povo cearense, nessa circunstância, um aumento de tarifa de tal magnitude?".

Você vê que a grita aqui é geral, não é? É D. Filirmina.

Eu aproveito e faço um questionamento que foi suscitado por vários aqui: a agência reguladora está passando uma mensagem para a população, para as pessoas e para agentes públicos e tudo que está defendendo a empresa, a distribuidora. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Muitas pessoas dizendo, e com razão: "Ó, tem que defender o consumidor. Essa foi a concepção. Tem que regular, que buscar solução nesse sentido".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe alguma inércia da Aneel com relação a isso? O que o senhor tem a dizer sobre esse questionamento?

Muito obrigado, Sr. Davi, pela sua presença.

O SR. DAVI ANTUNES LIMA (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas.

Respondendo à questão levantada pelo Sr. Luiz, explicando assim: o reajuste tarifário observa estritamente a legislação que está posta, são leis e decretos, a regra contratual também, que foi o contrato de concessão – ele tem a Cláusula 6ª, que dispõe sobre o reajuste tarifário –, e os procedimentos de regulação tarifária são editados pela Aneel, observando essas normas todas, e a gente não se afasta disso; usa sempre todas essas normas para fazer o processo tarifário.

Então, é como se fosse, usando um termo mais popular, uma receita de bolo, uma receita que a gente vai executar. Dependendo dos ingredientes que você recebe para fazer essa receita, o bolo pode ficar bom ou pode ficar ruim. Então, se você recebe muita gordura, por exemplo, alguma coisa assim, e a receita está desequilibrada, vai ficar ruim, não é? Então, quando a gente vai fazer o cálculo da tarifa, a gente está executando uma receita, fazendo uma comida, e ela tem saído ruim, tem saído salgada, não é? Então, o que a gente pode dizer? Por que está saindo salgada? A gente viu na composição... Primeiro, quando o reajuste resulta em 25%, não são todos os itens que aumentaram 25%. A energia comprada, por exemplo, está contribuindo com 5% desses 25. Então não é 25% que está aumentando. E assim, mais ou menos 2,5% são contratos de compra de energia que a Enel tem, que são contratos de compra de energia em leilão, que têm lá sua indexação pelo IPCA, então eles têm esse efeito também; um contrato bilateral com a CGTF, que é a Termo Fortaleza, que é um contrato de parte relacionada, bem antigo, da época de 2001, lá do PPT, quando houve o Programa Prioritário de Termelétricas. O país passou por racionamento e aí a legislação permitia que a distribuidora contratasse de uma parte relacionada. Esse é um contrato caro, todo mundo reclama dele desde sempre. A luz no final do túnel que eu vejo é que ele vai se encerrar no ano que vem. Então, é um custo que já sai da tarifa e que a Enel não carregará mais.

Aí pergunto: por que esse contrato está lá no Ceará, essa energia é gerada para a o Brasil inteiro, mas só a Enel que paga? É porque o contrato é com ela, não é? E foi levantada também a questão das eólicas no Ceará. Tem uma quantidade muito grande de energia limpa, o estado, em tese, é autossuficiente na geração de energia, mas ele eletricamente é autossuficiente, porque a energia gerada ali não é da distribuidora, ela é do Brasil. Então é um vai e vem. A CGTF financeiramente está atrelada à Enel, mas eletricamente ela é do Brasil. As eólicas são o contrário. Eletricamente elas estão no Ceará, mas financeiramente elas são do Brasil inteiro. Então é assim, é uma matriz descentralizada de compra de energia.

Aí me perguntaram também – eu vi até o Deputado General Girão dizendo – o que pode ser feito para reduzir esse custo? Primeiro, eu diria o seguinte: compete a esta Casa e à Câmara Federal política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, subsídios – a disposição da CDE é aqui desta Casa, não é? Subsídio para compra de óleo combustível. Não estou dizendo que é indevido, mas o Brasil inteiro paga o custo de combustível – ele é influenciado pelo dólar, porque é um preço de mercado internacional – que é gerado nos sistemas isolados. É uma política pública, porque não faria muito sentido ou ficaria caro demais se Roraima e Amazonas pagassem sozinhos por esse custo. Então tem o rateio em nível nacional e custa doze bilhões por ano comprar combustível para gerar nos sistemas isolados. Subsídio para fonte incentivada, por exemplo, para pagar desconto de custo de transmissão para central eólica, PCH e biomassa. Essas fontes já conseguem andar sozinhas, elas não precisam mais de desconto, mas ainda assim é pago. Custa muito caro também. Custa bastante caro. Subsídio para consumidor de baixa renda. É legítimo diminuir a tarifa para o pessoal de baixa renda? Sim, é legítimo; mas isso também tem um custo. Então, são políticas públicas que custam 30 bilhões por ano e que impactam a tarifa porque são políticas públicas que são veiculadas na tarifa de energia.

Agora, subsídio deveria ser cobrado da tarifa de energia ou deveria ser alguma coisa que fosse do contribuinte, que estivesse no Orçamento da União, que seria de responsabilidade de entrar no Orçamento da União e ser analisado e sofrer cortes também? Porque, se você pegar e empacotar tudo isso e colocar na tarifa, ele não está sujeito a um olhar criterioso de um orçamento, e você faz política pública sem nenhum tipo de análise adicional. Claro, a análise por essa Casa sempre é feita, mas já são R$30 bilhões.

Então, a gente viu, naquela *pizza* que eu apresentei, que 10% da conta é subsídio; 30% são impostos – PIS/Cofins e ICMS. Também tem espaço para reduzir. Se a tarifa está subindo 25%, aí o senhor tem razão: se tarifa está subindo 25% e se você mantém a alíquota, a receita do Estado aumenta 25% também. Então, poderia o Estado diminuir o ICMS para receber um pouco menos e diminuir impacto para o consumidor e, ainda assim, manter a sua receita intocada? Acho que haveria espaço também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Haveria espaço também.

Agora, a Aneel... O processo tarifário é muito de fazer conta.

É porque eu não anotei o nome dele, mas ele fez a sustentação sobre a questão de a Aneel não ter feito audiência pública, que é uma obrigação nossa fazer audiência pública. Mas a gente faz audiência pública para todo ato normativo que é emitido. Esse Proret (Procedimento de Regulação Tarifária) é um ato normativo que foi submetido muitas vezes à consulta pública. Foi passado. Uma vez que você desenha a regra, aplica essa regra, faz as contas e recebe o insumo, a gente não faz mais audiência pública, porque a regra está posta. Então, no reajuste tarifário, a Aneel pega a receita – como eu estava citando aqui –, coloca os ingredientes e faz a conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro, nós temos sensibilidade com relação ao momento, o que está acontecendo. Então, nos anos de 2020 e 2021, que foram os anos piores do ponto de vista da pandemia, da questão do impacto no setor, a gente fez o possível para diferir esses custos. Uma hora esse custo aparece. Custo incorrido...

A distribuidora... Não estou defendendo a distribuidora, mas ela é forçada pelas normas e pelos contratos a comprar uma energia para vender para o seu consumidor. Então, ela compra por R$100, ela vende por R$100. Ela não ganha dinheiro em relação a isso. Agora, se a gente colocou uma tarifa que paga R$100 de compra de energia, e essa energia, por uma questão conjuntural, foi gerada por uma fonte térmica que não estava prevista e custou R$120, com quem é que fica essa diferença?

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Senador Eduardo Girão, eu posso fazer uma intervenção só para poder ajudar no raciocínio? Eu acho que... Mais uma vez eu o cumprimento. Consegui me liberar lá da sessão, porque eu estava orientando também lá nas votações.

Veja só – sem querer analisar aqui Governo e Oposição, não tem nada disso. Nós queremos analisar aqui racionalmente o momento que estamos vivendo –, nós recém saímos de uma situação cuja frase o senhor deve ter ouvido: "Fique em casa. A economia a gente vê depois". Com a vacinação, com várias medidas de prevenção, conseguimos controlar, pelo menos aparentemente, a pandemia do covid-19. Pronto, está controlada. O.k. A economia, o país estão querendo de novo... O país precisa voltar a deslanchar, precisa voltar a se movimentar. Então, numa hora que os empresários, numa hora que os consumidores, numa hora que todos nós estamos querendo consumir, estamos querendo investir, estamos querendo que o país volte a arrecadar mais, na hora que você precisa produzir...

Eu represento uma Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido, como falei aqui. São os produtores de agricultura familiar. Por favor, agricultura familiar não é somente assentamentos não, não é somente as invasões do MST não. Agricultura familiar é o pequeno produtor mesmo, que produz pouca coisa ali, mas que consegue sobreviver. Ele produz, vende também e sobrevive tranquilamente. Esse pessoal hoje está produzindo. Está montando *kits* de irrigação. São assentamentos que estão recebendo o título da terra. Então, esse pessoal, na hora que quer produzir, vê o reajuste da energia chegar lá em cima, e o valor do produto que ele vende não está acompanhando isso. Então, mais uma vez, eu reforço: eu estive agora com o Presidente Arthur Lira e ele me disse assim "semana que vem a Câmara vai também votar o que o Senado...".

Então, nós precisamos conversar. Talvez um encaminhamento, Senador Eduardo Girão, seria nós agendarmos uma reunião, não sei se uma audiência pública, para discutir isso daí e ver a que termos que nós podemos chegar, um bom senso, para conseguirmos uma... Não adianta a gente aqui querer chegar e frear tudo, porque, como ele falou, vai causar uma insegurança jurídica. Não é a nossa finalidade isso daí. Eu acho que o Estado tem que regular, buscar regular, buscando um consenso, buscando alguma coisa, considerando até que as empresas não estão deficitárias, as empresas estão tendo lucros. Então, o.k., a gente precisa tratar disso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou superagoniado com essa situação do combustível. Nós viramos dependentes de uma coisa, por conta de outros erros, e aí criou-se uma dependência do preço internacional do petróleo. E agora nós estamos amarrados, a coleira está cada vez mais apertada no pescoço da gente, porque a guerra não vai parar, não está parando e o combustível vai continuar aumentando. Então é terrível isso daí.

Por isso é que eu digo: se a reunião está acontecendo, a gente tem que provocar uma reunião, uma segunda reunião, sim, para discutirmos com técnicos ali números e vermos como que é possível isso acontecer.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, General Girão.

Vou passar novamente a palavra para o Dr. Davi, fazer o restante das perguntas que ele estava ali respondendo e pedir as considerações finais dele, para a gente já passar para os outros convidados também fazerem.

Aproveitando o nosso representante do Rio Grande do Norte, um deles, da Câmara dos Deputados, o Deputado General Girão, o colega dele de estado, Senador Styvenson Valentim, também fez umas perguntas, que o senhor pode ficar à vontade aqui para responder.

Ele colocou aqui:

> Fomos surpreendidos com a notícia do novo reajuste da tarifa de energia elétrica, autorizado pela Aneel [aqui, rapaz, é uma sugestão, não sei se dá, vamos ver esse negócio dessa mudança de nome, que é uma confusão danada. Você não tem esse problema não, viu. Ave Maria! Mas vamos lá] à companhia energética do Rio Grande do Norte, a Neoenergia Cosern, no último dia 20, com impacto direto em 1,5 milhão de unidades consumidoras do estado. Entrou em vigor um reajuste 19,87% para o consumidor residencial, por exemplo. O que justifica esse aumento?

O senhor já fez uma explanação, mas ele está insistindo aqui, teve dificuldade para se conectar:

> Segundo o *site* do Governo Federal, os fatores que influenciaram o reajuste foram: encargos setoriais, custos de distribuição, retiradas de financeiros anteriores, custos de transmissão. Gostaria que nos explicasse o que de fato significa cada um dos itens, em especial, as retiradas de financeiros anteriores e custo de transmissão para que possamos entender, considerando que estamos saindo de um período de pandemia onde todos apenas sobrevivemos e estamos nos recuperando, digo, a população. Analisar de quem é a responsabilidade pelo aumento e verificar se, de fato, não está acontecendo abuso de poder econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele diz aqui, ele reitera:

> Considerando o custo de energia que chega aos consumidores, a quem compete a distribuição e a transmissão no caso do Rio Grande do Norte, que servirá de base para todos os estados, considerando que estes estão sendo utilizados como justificativas maiores e mais onerosas, justificando o aumento?

Então, ele fala que:

> No dia 7 de abril foi publicada a medida no Governo Federal que teve vigência em 16 de abril, bandeira verde para todos os consumidores de energia, reduzindo em cerca de 20% o valor da conta de luz. Essa redução vai conseguir chegar aos consumidores, considerando o aumento que ocorreu pela resolução de vocês já no dia 19?
> Ontem eu acompanhei a tramitação do PDL 94/2022, na Câmara dos Deputados, que busca suspender os efeitos da Resolução nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que homologa o resultado do reajuste tributário anual de 2022, referente ao Ceará. Há por parte da Aneel alguma justificativa que possa modificar as alegações levantadas no PDL 94/2022 [esse a que o Deputado General Girão também se referiu], como, por exemplo, abuso de poder econômico?.

Então, ele faz essas colocações aqui, dizendo que:

> É contraditório o Governo Federal reduzir em 20%, e a agência de energia, que deveria defender os consumidores, autorizar esse aumento absurdo. [Opinião do Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte.]

Então, pedindo-lhe desculpas pela interrupção, eu já passo ao senhor cinco minutos para, se puder, concluir o restante das respostas e fazer suas considerações finais.

O SR. DAVI ANTUNES LIMA (Para expor.) – Tá. O que impacta a tarifa do Rio Grande do Norte, basicamente, é a mesma coisa que impacta a tarifa da Coelce. São fatores de pressão: energia mais cara, por conta de efeito de dólar e de preço de combustível; encargo setorial – esse aumento de 20 para 30 bilhões, fruto de políticas públicas –; a questão do financeiro que sai, porque, no ano passado, a tarifa ficou mais baixa do que deveria estar. Então, no caso da Enel Ceará, ela ficou 11%, 12% mais baixa. Quando chega agora, ela recupera esse patamar. Então, ele se soma à variação dos preços. É por isso que deu esse efeito muito alto de quase 25%, no caso da Enel Ceará.

No Rio Grande do Norte é mais ou menos a mesma lógica. Não tenho de cabeça aqui o peso de cada componente, mas o financeiro tem esse efeito perverso de fazer aumentar a tarifa, porque uma parte do que ficou represado no ano anterior é aprovada agora.

Outras coisas que poderiam ser feitas. Por exemplo, o contrato da Enel Ceará é indexado em IGP-M. Uma boa parte dos contratos de concessão, que é o que a gente tem na Aneel, basicamente aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram renovados em 2015, são indexados em IPCA. Normalmente esses dois índices andam juntos. Mas, nos últimos três anos, houve aquele descolamento: abriu aquela boca grande ali, de 2019 para cá, e ele descolou.

Então o IGP-M é muito volátil, muito volátil, e ele deu esse efeito alto. Ele atualiza, ele reajusta a parcela da distribuição. Então, assim, aditar o contrato para trocar o índice por um índice mais previsível, como o IPCA, é uma boa solução também. Depende de negociação com a empresa, porque é um contrato bilateral – a Aneel não pode impor um aditivo contratual –, mas é uma coisa em que estamos plenamente abertos à negociação. Seria uma boa providência essa também.

Um item que está em discussão é a questão do PIS-Cofins, que foi cobrado em cima da base tarifária com o ICMS.

A Camila é Superintendente da Aneel, da área de fiscalização econômico-financeira. São 58 bilhões, não é, Camila? São R$58 bilhões, que são, no nosso entendimento, do consumidor, que deveriam ser devolvidos para ele, via tarifa, e poderiam amortecer muito esses efeitos tarifários. Isso está meio travado, porque tem distribuidora que não conseguiu habilitar o crédito, e já houve o ganho de causa julgado pelo STF. Então, já é uma coisa pacificada. Mas cada distribuidora está numa posição diferente.

Assim, uma ajuda da Casa Legislativa para destravar essa questão e principalmente assegurar que todo aquele recurso vai ser investido de volta para o consumidor que o pagou seria uma boa providência também para exatamente mitigar esses efeitos tarifários.

Para a senhora que fez uma pergunta aí sobre a explicação lá do Proret, todo cálculo tarifário está disposto no Proret: é um conjunto de regras bastante amplo que a Aneel tem. São vários módulos que especificam com detalhes o cálculo tarifário. É a receita de bolo que a gente segue para fazer o cálculo tarifário. Se ela procurar no *site* da Aneel, tem lá todo o descritivo de como é feito, em minúcias, esse cálculo. Então, cada componente: como é tratada a compra de energia; como é tratada a diferença entre a energia comprada e a energia em que houve a cobertura tarifária; o cálculo da CVA, que é uma conta gráfica; como é tratada a transmissão; o encargo setorial. Está tudo ali.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É interessante que houve, aqui, algumas perguntas repetidas.

Mas olhem esta do Guilherme Cezar, da Bahia: "O que justifica um reajuste, sendo que no Nordeste as represas estão batendo recordes históricos, a exemplo da Barragem de Sobradinho?".

Ele falou da quadra chuvosa, que está excelente, porque foi justificado aqui pela questão da seca e tal, e houve aqui um incremento. E agora? Baixa? Porque a gente toma essas medidas aqui no Congresso, e vai baixar? Quem garante que baixa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu sou muito prático nas coisas. Eu acho que a gente tem que ir fazendo na medida em que vai conseguindo, deixando claro.

A Camilla, do Rio de Janeiro, pergunta – só para fechar aqui; me perdoem: "Por que esses reajustes têm sido tão recorrentes?".

É uma grita geral!

A Mônica, do Rio Grande do Sul – muita gente participando do Brasil todo: "Qual será essa porcentagem para o reajuste aqui [...]?".

Nós estamos tratando, Mônica, do Ceará e do Rio Grande do Norte, que são vizinhos, os campeões do reajuste. Eu não tenho a informação do seu Estado.

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – Não foi processado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não foi processado ainda, segundo o Dr. Davi está me colocando agora.

A Ana Beatriz, do Rio de Janeiro – olhem a pergunta dela, na esperança, na fé: "Quais são as chances de diminuir a tarifa de conta de luz? [...]".

Perdão. Pela última vez, eu o interrompi.

O senhor pode concluir, porque o Deputado Domingos Neto, que foi o Relator do Orçamento do ano passado, que é do Ceará, está conectado aqui. Ele estava tendo dificuldade, mas já conseguiu conectar e vai fazer a participação dele agora, quando o senhor concluir.

Eu peço para agilizar um pouquinho, para a gente ir para o encerramento.

O SR. DAVI ANTUNES LIMA – A tarifa pode baixar. Já baixou em algumas oportunidades. O momento mais fácil de a tarifa baixar é o momento da revisão tarifária, porque reajuste tarifário é aplicação de fórmula. Então, soma a energia, soma a transmissão, pega os encargos setoriais, pega a receita da distribuidora, empacota tudo e calcula a tarifa.

Na revisão tarifária, você continua somando a energia, a transmissão e os encargos setoriais, porque isso vem de fora da distribuidora, não pertence a ela. São custos em que a distribuidora deve incorrer.

Mas a receita relativa à prestação do serviço, que é a remuneração pelos investimentos, a cobertura para custos operacionais, por exemplo, para operar rede, para emitir faturas e tudo, pagamento de pessoal, isso é revisado. É dar um *reset* nessa Parcela B, que a gente chama, na Parcela B da distribuidora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já houve revisão tarifária em que a tarifa caiu, reduziu. Para o consumidor, é difícil se lembrar disto, que a tarifa caiu. Ele lembra muito quando aumenta, mas, quando cai, não. Mas já houve revisões tarifárias da Aneel, principalmente no segundo, no terceiro ciclo de revisão tarifária, em que houve redução. Numa grande maioria das distribuidoras, houve uma redução tarifária, porque você dá esse *reset,* você recalcula tudo, e dali começa de novo aplicando o índice. Então, no ano que vem tem revisão da Enel Ceará; é uma oportunidade de você dar um *reset* na tarifa.

Agora, lembrando: a componente externa à tarifa de qualquer distribuidora, que é a compra de energia, que o é pagamento de custo de transmissão e o pagamento de encargo setorial, que é a política pública, isso a gente não revisa, a gente repassa para a tarifa o custo incorrido. Então, se a energia começa a aumentar muito por questões contratuais ou por questões hidrológicas, de crise hidrológica, aí esse custo é repassado para a tarifa também. Do mesmo jeito, se cair também, o consumidor se beneficia disso.

Transmissão é um item que impacta muito a tarifa, impacta muito, porque você tem expansão da rede básica, as redes de alta tensão, e ela ocorre num ritmo acelerado. Então, isso impacta muito a tarifa e é crescente, porque você tem os leilões promovidos pela Aneel, por conta de definição de planejamento setorial, em que bilhões são investidos, e depois você tem que remunerar o transmissor pelo investimento que fez.

E a política pública, essa também precisaria de um freio de arrumação, para saber o que deve ser pago via tarifa – via consumidor – e o que deve ser pago via contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua participação aqui nesta audiência pública do Senado Federal, na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle.

Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Aneel, obrigado.

Já passo aqui imediatamente para o Deputado Federal Domingos Neto, que está agora no Ceará. Ele foi o Relator do Orçamento do ano passado. E eu já passo imediatamente a palavra para ele, por dez minutos, com a tolerância aqui da mesa. Ele é um protagonista lá na Câmara dos Deputados dessa questão desse pedido de urgência para suspensão do reajuste. É importante a gente ouvir com relação a isso o Deputado Célio Studart, que também tem uma atuação forte nessa questão, preocupado aí com a defesa do consumidor cearense. Ele está em trânsito e não pôde participar desta sessão.

Deputado Domingos Neto, muito obrigado pela sua presença aqui, mesmo que virtual, mas eu lhe agradeço a participação. O senhor tem aí dez minutos, com a tolerância aqui da Casa.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Agradeço pelo convite para poder estar participando desta audiência pública tão importante.

Cumprimento o meu colega, General Girão, e, em sua pessoa, os demais Deputados que possam estar aí presentes, Senadores, o representante da Aneel.

Já vou direto ao tema, Presidente.

Eu assistia atentamente às falas da Aneel, do Superintendente que aí esteve, e também a do General Girão.

Eu já digo aí, Girão, como você falou de a gente marcar uma reunião, que, na realidade, já fizemos uma reunião na semana passada com o Presidente André Pepitone, da Aneel, que foi infrutífera no sentido de buscar soluções, embora ele tenha sido muito atencioso. Foi, inclusive, por isso que nós votamos a urgência nesta semana. Nós apresentamos um projeto de minha autoria que é um projeto de decreto legislativo para sustar o ato da Aneel que permitiu o reajuste não só do Estado do Ceará como de vários outros. E os Líderes – foi de autoria do Líder do PSD, Antonio Brito, que é da Bahia – de quase todos os partidos assinaram o requerimento de urgência. Na semana passada, pediram ao Presidente Arthur Lira para pautar, e, antes que pudesse pautar o requerimento de urgência, o Presidente Arthur Lira sugeriu que a gente fizesse uma reunião com a Aneel para buscar uma solução. Essa reunião ocorreu na quarta-feira passada com o Presidente André Pepitone, mas foi muito similar à palestra do Superintendente que aí está presente. Na verdade, não teve uma solução de se buscar como reduzir essas tarifas, e houve muito mais uma explicação do porquê ela foi feita. Com isso, nós pautamos, nesta semana, o requerimento de urgência, que teve uma votação esmagadora: só um partido votou contra, e, então, foram 410 votos a favor e 11 contra. Então, foi uma demonstração clara de que o Congresso Nacional – e, agora, com esta audiência pública no Senado – está preocupado com isso.

Alguns estados já foram impactados, e os que não foram – eu já tenho dito isto também às bancadas estaduais – preparem-se, porque vai chegar e vai chegar a cerca de 20%.

Quanto às motivações e às soluções aqui faladas pela Aneel, em parte, realmente, o Governo Federal vai ter que conseguir algum tipo de subsídio, algum tipo de incentivo que faça com que essa conta da compra de energia caia para as distribuidoras, mas o próprio reajuste das distribuidoras é muito alto. A Enel, que é, no caso, do Estado do Ceará, teve um lucro, no ano passado – o Senador Eduardo Girão já falou aí – de cerca de R$500 milhões. Então, não há do que se falar em viabilidade econômica do contrato. Estão ganhando dinheiro, e é muito. Então, no reajuste desses 25%, Senador Eduardo Girão, cerca de 27% a 28% ficam só para a distribuidora. A parte que cabe à distribuidora já é, por si, um reajuste muito elevado, que é de cerca de 8% apenas para a distribuição, sem falar nos tributos. Então, imagine que é quase como se fosse uma transferência específica: dos 25%, é como se você estivesse reajustando em 8% só para a distribuidora. É muito alto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao ICMS, esse é uma alíquota fixa. Então, o estado não aumentou essa alíquota, ele vai seguir. Então, se reduzir da distribuidora, vai reduzir do ICMS, é uma coisa que está posta.

De fato, a mensagem que foi dada pela Câmara dos Deputados, ontem, é a de que a Aneel precisa entender o seu papel. Essa é uma discussão que nós temos feito com diversas outras agências, respeitando o Superintendente que está aí presente – e nós transmitimos essa mensagem também para o Presidente André Pepitone. O sentimento que fica no consumidor, no povo brasileiro é o de que as agências reguladoras, como um todo – não é só o caso da Aneel –, por vezes, parecem estar trabalhando mais para as empresas que fiscalizam do que para o consumidor. Então, ao escutar essas falas da Aneel, justificando, dando a entender que está certo, que é correto, que a empresa tem direito, se você chamasse aí o advogado da Enel, seria uma palestra muito similar.

O que nós precisamos aqui é o inverso: é entender que o momento é gravíssimo, que a inflação já está elevada, que o poder de consumo das famílias caiu com a alta do gás de cozinha, da gasolina, que a energia será a grande vilã da inflação deste ano, Senador Eduardo Girão, porque essa, sim, chega ao bolso de todo mundo. O que o aumento do combustível teve de crise nacional por ter aumentado... Imaginem a energia!

Além do mais, há a forma com que foi feita a apresentação da Aneel – e eu pedi também ao pessoal da Aneel que retirasse da apresentação. Eles colocaram uma tabela que eles chamam de percepção para o consumidor – está na tabela, eu tenho essa apresentação. Eles mostram que existia a bandeira negra, ela sai, e entra o reajuste. Então, a percepção para o consumidor, no caso do Estado do Ceará, por exemplo, é de 0,1%. Eu pedi que retirassem, porque é um desrespeito com o consumidor colocar uma apresentação como essa. É como se dissessem assim: "Vamos aumentar que eles não vão nem perceber". Então, é desleal com o consumidor pensar assim. E há uma coincidência, em que, sinceramente, eu não quero acreditar, de que a diferença, no caso do Ceará, da tarifa negra para o reajuste tenha sido de 0,1%. Então, uma coisa quase similar e imediata, uma substituindo a outra. Ocorre que isso vai fazer com que os mais carentes, por exemplo, que não pagavam a bandeira, venham a pagar o reajuste.

No Estado do Ceará, também o reajuste para o rural chega a 32%. Como é que um irrigante, um produtor rural que precisa de energia para poder ligar a bomba para irrigação, que precisa de energia para poder alimentar o seu laticínio ou qualquer que seja a sua atividade econômica rural vai conseguir colocar na sua matriz de custo um reajuste de 32% num ano?! É inviável!

A mensagem de ontem é que agora, passada a votação de ontem do PL da enfermagem, o próximo passo é o Presidente indicar um Relator para o projeto, que é de minha autoria. O Relator vai fazer um substitutivo, incluindo os demais estados, que também, por ventura, não estavam inclusos no projeto original. Agora, no dia 22, Senador Eduardo Girão, vai vir o da Cemig, Minas Gerais, um dos maiores estados do Brasil. Podem se preparar: vão ser cerca de 20%. Então, é um problema nacional gravíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A energia chega ao bolso de cada um. Eu tenho a convicção de que, com o pontapé que o Congresso está dando, essa situação não vai ficar assim. Já foi aprovado requerimento na Comissão de Minas e Energia, também da Câmara, para trazer o Governo e a Aneel.

E o que nós esperamos da Aneel é que possa ser mais firme na relação com essas distribuidoras e não... Se cederem para a pressão dessas distribuidoras, usando o argumento de equilíbrio financeiro do contrato, e manter um reajuste de 27%, no caso, e de 8% só para a distribuidora, podem ter certeza de que é um tiro que vocês estão dando no peito do cidadão. E, nisso, nós precisamos ajudar, pedindo à Aneel que sinta também a dor que o povo brasileiro está sentindo para que a gente não deixe esse reajuste chegar a todo o país, pois não é só no Estado do Ceará – quando fizer o aniversário do reajuste de cada estado, o presente vai ser um reajuste de 20%.

Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Tenho certeza de que essa união de forças vai fazer com que a gente possa sair vitorioso protegendo o direito do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. O Senado Federal, Deputado Domingos Neto, agradece ao senhor pela participação aqui, nesta audiência pública, que está tendo repercussão muito grande já. São três horas e meia de duração. Muito rica. Tudo a gente tem anotado aqui.

Essa sua percepção é uma percepção geral. Com todo o respeito à Aneel, a imagem que está passando para o Brasil, e não é de hoje, é uma imagem de que parece que ela funciona, como o senhor bem colocou aí, como uma defensora das empresas de distribuição de energia e não do consumidor, que é a parte mais fraca disso, que é para o que a agência, de certa forma, foi criada na sua concepção, para defender, para mediar, para encontrar solução.

Eu também queria aproveitar a sua presença honrosa aqui nesta Comissão... O senhor, que tem uma proximidade maior com o Governo do Estado do Ceará, também, além do que a gente está conversando aqui... Acho que a empresa Enel... Nós estamos com o Diretor nacional, o Dr. Luiz Antonio Correa Gazulha Junior, e estamos aqui com a Diretora regional, a Dra. Márcia Sandra Roque Vieira Silva, Diretora Presidente da Enel Ceará, conterrânea nossa, lá do centro-sul do Estado do Ceará. Coincidentemente, teve aqui a presença do Deputado Nelho Bezerra, que também é da região, e do Prefeito de Cariús; eles estavam aqui presentes conosco, assim como outros Prefeitos que também que vieram aqui. Eu queria dizer para o senhor o seguinte... Eu não tenho a menor dúvida de que a Enel – pelo menos, eu acredito nisto; posso até me decepcionar, mas acredito nisto – vai ter sensibilidade. Pelo que eu conheço da empresa, eu acho que ela vai dar sua parcela de contribuição para reduzir isso, para que a gente não chegue a uma intervenção, o que talvez fosse muito brusco e poderia gerar uma insegurança jurídica muito grande. Nós somos do livre mercado. Isso é importante para o Brasil. Agora, eu acredito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito no bom senso, no diálogo, na mediação numa situação insustentável como está. Então, eu acho que vai ter que ter uma cota de sacrifício de todos nós, fazendo a parte que nos cabe no Congresso, a empresa fazendo a dela, não um esperando pelo outro, não, porque, enquanto nós estamos conversando aqui, as pessoas estão lá na ponta desesperadas.

Eu falei aqui no começo que existe uma pandemia hoje no Brasil que não é a da covid mais, mas a pandemia da depressão, a pandemia do desespero e do suicídio. Então, de alguma forma, a gente precisa catapultar essas pessoas neste momento em que elas estão botando a cabeça de fora para produzir.

O senhor, que tem uma proximidade maior com o Governo do estado, se puder mediar também com o Governo do estado... Eu troquei mensagens hoje– não consegui trazer, porque foi muito em cima da hora, realmente – com a Secretária da Fazenda, a Dra. Fernanda, com quem eu me dou muito bem. A gente tem ajudado muito o Governo do estado aqui; mesmo tendo visões diferentes, políticas, de mundo, nós estamos aqui para defender o Estado do Ceará. Nós aprovamos muitos incentivos para o estado, empréstimos, uma série de situações, sempre em contato com a Dra. Fernanda, tentando ajudar. Então, o senhor poderia nos ajudar junto à Governadora do Estado do Ceará, a Dra. Izolda, para, de alguma forma, a gente diminuir esse ICMS?

Que o Governo dê um passo até um pouco maior nisso, já que nós tivemos a questão do combustível e de outras situações em que o Governo foi inflexível, se manteve rígido. E muitas vezes os impostos até subiram. Então, a sensibilidade tem de ser de todo mundo, de todo mundo.

Eu lhe peço, se possível, para nos ajudar para que a gente possa dar essa boa notícia para o povo cearense. E dá, porque um estado que investe R$1,2 bilhão em propaganda e publicidade pode, com certeza, ter uma margem para ajudar nessa composição que a gente precisa reduzir! Do jeito que está, não pode, não é? Então, eu peço a sua ajuda se for possível. O.k., Deputado? Eu tenho certeza de que o senhor está disponível pelo bem do cearense.

Ele está fazendo o.k. com um sinal, e eu lhe agradeço.

Imediatamente, já passo a palavra para as considerações finais da Dra. Márcia Sandra Roque Vieira Silva, que é Diretora Presidente da Enel do Ceará. Algumas perguntas têm chegado aqui para a senhora também – deixe-me pegar aqui – para que a senhora possa respondê-las junto com as suas considerações, algumas que a senhora já ouviu aqui.

Por exemplo, há uma pergunta que é recorrente aqui. A senhora colocou que esse aumento estava represado e que agora houve esse reajuste alto de quase 25%. Considerando tudo o que foi ouvido da participação de pessoas, de lideranças e de autoridades como Prefeitos e Deputados, da OAB, da defesa do consumidor, que daqui a pouco vai fazer suas considerações finais, da Federação da Agropecuária, que gera emprego e renda para os nossos conterrâneos lá, e da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a senhora vê uma luz para a gente – não precisa ser hoje, pode ser nos próximos dias, mas o mais rápido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível – ter uma flexibilidade? Essa pergunta eu faço para a senhora e também para o Dr. Luiz Antonio Correa Gazulha, pela sensibilidade da empresa, que eu sei que tem uma pegada social – demonstrou isso, demonstra há muito tempo –, para a gente encontrar um caminho de mediação, de uma redução por parte dos 5% que lhe cabem, como foi colocado aqui, com os lucros que tiveram. Eu não sou, absolutamente, contra lucros, mas queria saber se os lucros excelentes que tiveram nesse período, de R$0,5 bilhão, poderiam dar uma contrapartida para a sociedade neste momento, desses 5%, tirando um percentual para que a gente pudesse ter uma luz no fim do túnel, Dra. Márcia.

Muito obrigado pela sua participação.

A SRA. MÁRCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Esclarecendo aqui o tema do investimento, enquanto a empresa tem o seu lucro, ela investiu quase 2 bilhões nos dois últimos anos. É importante ressaltar. E também o Davi esclareceu muito bem essa composição, não é? E a cadeia realmente pesa para o consumidor final. Então, assim, cinco pontos percentuais ficam com a distribuidora, o restante é para remunerar a cadeia, que é um custo, a cadeia é um custo já incorrido.

Como iniciou as suas palavras, nós, no ano passado, realmente não aplicamos o reajuste total. Foi diferido. Então, até como uma resposta ao Joaquim Rolim, quando ele fala de diferir, nós fizemos isso ano passado, aplicamos 8,9%, e 12% foi postergado, por entender aquele período mais crítico da pandemia, os dois anos bem mais críticos da pandemia.

E nós fizemos um esforço também na compensação de PIS/Cofins, já em 3%, de 3% este ano já foi compensação de PIS/Cofins e mais alguns outros custos que estão diferidos nos próximos cinco anos, que são os custos do saldo da conta covid, da bandeira tarifária também, que foi direcionado para a Enel Distribuição Ceará. Então esse, sim, tem ainda.

E aí, quando o Davi fala: "Poderá zerar", tem que lembrar que está diferido já – não é, Davi? –, nos próximos cinco anos, para a redução de 32% para 25%. Já foi feito todo esse trabalho entre a distribuidora e o órgão regulador. Então, é importante ressaltar os custos da cadeia como um todo.

Aqui todos já comentaram que tem que ser percebido: políticas públicas para desonerar essa conta, porque realmente são dados muitos subsídios, e eu ouvi muito falar do rural e entendo que, ao longo dos últimos cinco anos, o rural foi perdendo o subsídio. Ele tinha um subsídio na conta e ele foi perdendo ao longo dos anos. E, neste momento, ele, sim, percebe um reajuste bem maior.

Então, a distribuidora, ao longo de todo o período, tem se debruçado para mitigar esses impactos, sem dúvida nenhuma. E chegamos ao número que foi bem colocado para a população, para que não se atribua que 25,84 é um custo da distribuidora, e, sim, da cadeia como um todo. Então, é importante dar consciência e buscar políticas públicas também para desonerar esse processo, para que o consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final, que nem sabe que está incorrendo com esses custos, que no final do período, vem o reajuste, e ele tem que pagar. Mas são custos, na sua grande maioria, para todos que aqui estão, já incorridos. A compra da energia, a transmissão de energia e os encargos já foram incorridos, são custos já pagos. Nós, no ano passado, dessa parte de tributos, seguramos os 12%, o que estava bem na apresentação do Davi, da Aneel.

Mas nós confiamos muito nas instituições no Brasil, no Poder Legislativo, em toda a cadeia, na segurança jurídica e contratual que tem que ser mantida. Nós temos aí uma distribuidora que deu para perceber que não é só distribuidora, mas a Enel, no Brasil, com outros negócios, investindo a cada dia, e mais investidores chegando a este país, que merecem realmente essa segurança jurídica e contratual.

Agradeço, mais uma vez, por essa possibilidade de vir até aqui explanar, esclarecer e mostrar o esforço todo que temos feito. Estamos investindo no Estado do Ceará, continuaremos investindo no Estado do Ceará, sem dúvida nenhuma.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós é que agradecemos, Dra. Márcia, a sua participação. Gentilmente aceita o convite e vem do Ceará para aqui prestar esclarecimentos, a senhora que é Diretora Presidente da Enel Distribuição Ceará.

Já imediatamente passo a palavra, na esperança... Pode não ser agora, ao vivo para todo o Brasil, mas eu acho que é um processo. Eu acho que tudo isso o que a gente vivenciou aqui, que a gente está vendo a sociedade apelar... Diante desse momento, a história, a imagem da empresa. Tenho certeza de que tem uma pegada social diferenciada. Eu não tenho dúvida de que nós vamos ter uma contrapartida, mas eu lhe passo a palavra, sobre todas as perguntas que eu fiz à Dra. Márcia e também aproveitando e fazendo outra com relação ao Sr. Mauro, que está nos acompanhando aqui. Ele coloca o seguinte: "Em nota à imprensa, a Enel Ceará afirmou que, com o fim da bandeira mais gravosa de escassez hídrica que impõe uma conta de luz mais cara ao consumidor, o impacto líquido do aumento anunciado será praticamente nulo". Então, o Mauro, que é cearense, não sei de que município, ele diz aqui: "Eu desejo saber do representante da empresa quanto é esse 'praticamente nulo'?", é uma das perguntas. Mas eu queria colocar basicamente o sentimento, as perspectivas de nós termos uma contrapartida da empresa e de podermos também buscar os outros atores para tentar chegar a uma mediação, a algo de pacificação dessa situação que está afligindo milhões de pessoas. Então, nós estamos buscando aqui, no limite das nossas forças e vou continuar me empenhando nisso para que a gente encontre uma solução que seja harmônica para todos os lados.

Então, ao mesmo em que eu lhe faço esse apelo, não precisa ser hoje essa resposta, mas as considerações finais do senhor sobre essa pergunta feita pelo Dr. Mauro.

O SR. LUIZ ANTONIO CORREA GAZULHA JUNIOR (Para expor.) – Bom, Senador, antes de mais nada queria dizer que é muito nobre essa iniciativa do senhor, do Senado como um todo, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, de discutir a tarifa elétrica, as tarifas de energia elétrica como um todo. Isso é o que é mais importante, é nisso que nós acreditamos.

Em relação à parte que o nosso consumidor questionou sobre a tarifa ser praticamente nula, é aquilo que o Davi explicou. Com a saída da bandeira tarifária de escassez hídrica, que teve uma redução de aproximadamente 25%, esse ajuste tarifário vai ter a percepção do cliente – a gente não disse que o aumento vai ser nulo. A percepção que o cliente vai ter vai ser de 0,9, foi o que o Davi mostrou ali. É de zero vírgula... Ah, é 0,1. Então, essa é percepção do cliente com a saída da bandeira tarifária e com a entrada do reajuste.

Então, eu acho que o nosso posicionamento a Dra. Márcia já o colocou. Eu só queria agradecer aqui a oportunidade, mais uma vez, de conversar com o consumidor do Ceará e explicar – sobre a tarifa de energia, a Aneel trouxe muito bem –, explicar que é uma questão muito maior do que apenas a distribuidora que está entregando a conta, porque é um mensageiro. A gente está aqui com o mensageiro, discutindo com o mensageiro, quando, na verdade, nós deveríamos estar discutindo como um todo. E foi bem colocado aqui pelo senhor: temos que chamar todos os agentes aí para a mesa para discutir o próprio conceito, a própria composição da tarifa. Então, todos os agentes, seria importante estarem nesta mesa.

Mas obrigado e parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço pela participação, a vinda aqui a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal. Creio, piamente, que nós vamos fazer uma reflexão juntos, buscar uma solução juntos. É claro que, com todos os atores, mas cada um precisa dar a sua contrapartida e pode. Pelos números aqui apresentados, é possível, sim, neste momento, a curto prazo, a empresa, no meu modo de entender, se colocar à disposição de encontrar um caminho para diminuir esse impacto para o cearense. Isso é possível? É, mas é uma decisão interna da empresa e a gente espera que, com o andar dos desdobramentos todos, principalmente desta audiência pública, das reflexões, possamos ter essa sinalização, esse gesto, esse gesto humano da empresa.

Eu vou já, imediatamente, passar a palavra, agora, para as considerações finais do Dr. Thiago Figueiredo Fujita, que é Presidente da Associação Cearense de Defesa do Consumidor. Tem uma pergunta aqui que chegou para ele também, para a gente aqui, que é a seguinte, quem a fez aqui foi o Rafael, que é cearense; ele coloca o seguinte: "O exorbitante reajuste das tarifas de energia no Estado do Ceará convive com inúmeras situações de má prestação de serviço da concessionária, inclusive com números representativos nos órgãos de defesa do consumidor". Aí a pergunta que ele faz, ele faz essa consideração e coloca: "Na figura de Presidente da Associação Cearense de Direito do Consumidor, como o senhor vê tamanha contradição entre a notória ineficiência desse serviço essencial para a sociedade cearense e um aumento tão astronômico? Há justificativa razoável minimamente para essa situação?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Thiago Figueiredo Fujita, agradeço muito a sua participação. Suas considerações, resposta e considerações finais nesta sessão aqui no Senado.

Muito obrigado.

O SR. THIAGO FIGUEIREDO FUJITA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Então, agradeço o convite, mais uma vez, formulado pelo Senador Eduardo Girão e a todos os componentes deste debate de altíssimo nível, a quem eu deixo aqui meu melhor abraço, e também vejo, como o Senador falou, uma luz, sim, uma luz no fim do túnel, vamos dizer assim, para que nós possamos modificar essa situação.

Então, respondendo à pergunta, primeiramente eu vejo que há uma necessidade da Enel também ter uma interlocução com os órgãos de defesa do consumidor do Ceará. Eu acho interessante termos um aumento nesse sentido, pois, como eu coloquei, não só no Decon, como no Procon de Fortaleza, por exemplo, a Enel é líder de reclamações. Então, realmente, a qualidade do serviço é bem questionável, para tentar medir as palavras, porque, aqui em Fortaleza, é difícil alguém que não tenha alguma dificuldade. Às vezes, até, Senador, para solicitar uma religação, são dias. Então, assim, nós temos casos aqui que, até quando o consumidor pede, vamos dizer assim, para a companhia prestar um serviço que ela vai faturar em cima, a ineficiência é tão grande que, muitas vezes, há atrasos até nesse serviço.

Então, a minha solicitação, de fato, é de que haja um diálogo, para tentar diminuir e até melhorar, aperfeiçoando as respostas que a companhia dá aos órgãos de defesa do consumidor aqui no Estado do Ceará, pois, como foi colocado aqui em audiência pública, são mais de 4 milhões de unidades consumidoras. E nós precisamos, de fato, aproveitar este momento para tentarmos tornar mais eficiente. E eu tenho visto, tanto nas falas da Aneel, como nas da própria representante da Enel, que a busca é realmente por rediscutir o sistema como forma de trazer mais eficiência.

Então, de fato, é discrepante, o serviço não atende, infelizmente, e nós estamos diante de uma situação em que eu até me coloco a pensar. Já imaginou algum prestador de serviços que chegasse para o seu cliente e dissesse: "Olha, agora, o meu serviço vai ficar um quarto mais caro de um mês para o outro. Infelizmente aumentou a inflação..."? Eu quero saber qual o cliente que não vai dispensar o prestador de serviços e dizer: "Olha, infelizmente, eu vou procurar outro". Infelizmente, o consumidor do Ceará não tem essa escolha. Qual é o funcionário que chega para o patrão, vamos dizer assim, no linguajar popular, e pede um aumento de 25% de um mês para o outro? Eu quero saber qual é o patrão que irá conceder e não irá dispensar o funcionário.

Então, eu coloco essa breve reflexão mais como uma forma de debater. O diálogo é importante – concordo com o Senador Girão –, mas precisamos, sim, de atitudes efetivas, precisamos de atitudes efetivas, porque, a cada dia que passa, esse reajuste já está aplicado. E, dessa forma, esse é o famoso conceito do "para ontem". A gente não pode nem dizer que é "para hoje"; é o famoso "para ontem", pois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu diria que a palavra é dignidade. Esse aumento, da forma como está, retira a dignidade do consumidor, que, muitas vezes, não vai poder ter acesso ao serviço, não porque ele cometeu alguma falta, mas porque ele não tem dinheiro. E a dignidade precisa ser levada em consideração.

Que entre o governo no debate, que entrem os órgãos de defesa do consumidor, junto com as instituições! Estamos todos a postos para isso, mas que seja rápido, pois, infelizmente, vão ter pessoas que, já no próximo mês, não vão ter condições de pagar um quarto a mais. "Ah, mas já tinha gente que já estava devendo." O superendividamento no país é alarmante. Então, nós precisamos discutir a defesa do consumidor, e acho muito interessante a ideia do Senador Girão de trazer também o Senado para o dia a dia da população. É interessante ir na população cearense, no interior do estado, onde a Acedecon tem ido constantemente, é uma associação que busca difundir o direito do consumidor por todo o nosso estado. Então, vamos ao interior também, porque é preciso rediscutir o sistema.

Alegro-me de ouvir essas palavras, mas continuo em com o passo de espera, mas uma espera que não pode ser grande, porque eu ainda vou ter como pagar, porque tenho condições financeiras, mas nem todos os consumidores e, quem dirá, a maioria da nossa população que vive, muitas vezes, numa linha de pobreza, infelizmente, tem pessoas que vão perder um serviço essencial. E a luz faz parte da dignidade da pessoa, a luz hoje não... As pessoas não podem esperar sem luz.

Então, o meu maior agradecimento aqui, Senador Girão, e a todos também, um agradecimento ao Deputado Domingos Neto, que sempre esteve também aqui no debate conosco, do Estado do Ceará. E estamos à disposição para todas as medidas.

O Direito do Consumidor, por fim, é um direito de todos. Todos nós somos consumidores todos os dias e a Associação Cearense do Consumidor, em cima de pessoas de respeito, de pessoas com garra e de pessoas que estão à disposição para aperfeiçoar o Direito mais popular, talvez a área do Direito mais popular neste nosso país.

Um forte abraço. Tudo de bom!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Thiago Figueiredo Fujita.

Realmente, a gente percebe, na sua fala, o entusiasmo, a verdade e, sobretudo, o humanismo, e isso realmente, no momento em que a gente vive na humanidade, é um chamamento nesse momento de provação que a gente está tendo. Então, é dignidade mesmo. Corte da luz, porque o cara não pode pagar com esse aumento que, no meu ponto de vista, é exorbitante, realmente isso é de partir o coração, mas a gente vai encontrar, a gente vai conseguir, se Deus quiser, o bom senso para resolver isso de alguma forma, sempre no caminho do diálogo. Então, vamos até o limite nessa linha, buscando esse entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria já passar a palavra para o Dr. Flávio Aragão, que é da OAB, que, desde o início, tem se empenhado nessa causa.

Eu tenho uma pergunta aqui da Paula, que diz o seguinte: "A OAB, seccional do Ceará, também não se omitiu em relação ao abusivo aumento promovido pela Enel Distribuição Ceará. Na 4ª Sessão, Extraordinária, o Conselho Pleno da OAB aprovou, por unanimidade, o ajuizamento da ação civil pública. No seu discurso, V. Sa., inclusive, salientou a falta de empatia da Aneel com o povo cearense". Eu não sei... Acho que ela é advogada, a Paula. Mas ela está perguntando aqui o seguinte: "Qual é a sua visão sobre o sistema regulatório brasileiro? Quais as possíveis melhorias poderiam ser discutidas para dar transparência aos procedimentos relativos à essa matéria?".

Dr. Flávio Aragão, eu lhe peço para, se possível, responder essa pergunta e fazer as suas considerações finais, em cinco minutos, já lhe agradecendo, de coração, pela sua importantíssima participação aqui, da OAB, e já pedindo para o senhor levar o meu abraço ao Dr. Erinaldo Dantas, Presidente da OAB.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradecemos nós, Senador Eduardo Girão, a oportunidade de estar aqui, somando com todos esses partícipes no evento, para tentarmos chegar a uma solução a essa inominável e inenarrável ação que foi implementada agora, na semana passada, por intermédio da Resolução Homologatória 3.026.

Em resposta à colega Dra. Paula, bem como ao telespectador Mauro, que perguntou acerca da questão de que, se realmente o cearense iria considerar praticamente nulo esse reajuste, em virtude da questão da queda, no dia 16, desse formato distinto de cobrança excessivo que é a bandeira tarifária e depois a implementação desse reajuste de 25%. É interessante nós colocarmos aqui, para explicar ao nosso telespectador, bem como a todos os brasileiros, que nós estamos diante é de um reajuste vai atingir em cheio aquela população de menor condição financeira, que é justamente a população de baixa renda, aquela parcela da população que é beneficiária de uma tarifa distinta que até então não sofria o peso dessa majoração do encargo de energia elétrica, e que agora, a partir do dia 19, ela sofreu esse reajuste de 25%. É a essa parcela da população de Fortaleza. E aqui nós estamos falando, em números médios, de 1 milhão de pessoas que serão; que serão não, que já estão sendo surpreendidas com a necessidade da majoração da ordem de 25%.

Quanto à questão... Eu não poderia deixar de fazer alusão e fazer referência a isto: quando foi exposto pela brilhante representação da Aneel que as audiências públicas e as participações populares não se faziam necessárias nesse processo decisório, uma vez que essa receita – aspas – "do bolo", uma vez que esse conjunto de regras que é o Proret, que enseja a alíquota de reajuste, ela não é objeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão, não é objeto de deliberação e, não sendo objeto de deliberação, não seria ela nascedora da possibilidade de uma audiência pública ou de consultas populares.

É interessante lembrarmos que, de 2019 para cá, tudo que afete os agentes econômicos e tudo o que afete o usuário de serviço público haverá de ser, antecipadamente ao ato normativo, não mais a possibilidade, mas a obrigatoriedade da existência dessa respectiva consulta pública. A consulta popular é justamente no sentido de evitar impactos como este que nós estamos sentindo hoje.

O usuário de serviço público também é consumidor, eis o motivo por que a nossa seccional aglutinou, juntou a Comissão de Defesa do Usuário de Serviço Público e a Comissão de Defesa do Consumidor no sentido de analisar esta questão, de levar para a seccional instrumentos que possibilitassem a correção deste índice absurdo. A preocupação da seccional é tentar servir de guarida para essa população de quase 1 milhão de cearenses que serão atingidos com este percentual aproximado de 25%, porque são eles, os de baixa renda, que estão sendo os mais afetados por esse reajuste.

Eu gostaria, em desfecho à participação nossa, da seccional, de agradecer o convite que nos foi formulado e, principalmente, de fazer com que esta Casa do Senado, por intermédio de outras Comissões, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, tenha a lucidez de abrir um amplo processo de discussão, para nós termos a possibilidade de verificar se a atividade regulatória do Estado está sendo exercida na sua plenitude pelos entes reguladores. A nosso juízo, por exemplo e pelo menos a Resolução Homologatória 3.026, de 19 de abril, desatendeu uma parcela das medidas legais que deveriam ter sido atendidas e, principalmente, não observou determinadas medidas que, antecipadamente, deveriam ter sido adotadas. O Estado regulador necessariamente deve sentir o ato regulatório, o impacto do ato regulatório antes da existência dele e não como estamos presenciando aqui: a agência reguladora impactando os agentes econômicos, a agência reguladora impactando os usuários de serviço público, privando-os do serviço essencial de energia elétrica e, depois, discutindo com a sociedade sobre esse impacto. Nós devemos ter aqui a precedência dessa discussão com a sociedade civil para, apenas posteriormente, vir o Estado regulador e sair com algum ato regulatório.

Agradeço eu, em nome do Presidente Erinaldo, em nome da nossa seccional, especialmente em nome da Comissão de Defesa do Usuário de Serviço Público, bem como em nome da Comissão de Defesa do Consumidor, a possibilidade de estarmos aqui (*Falha no áudio.*) **O SR. FLÁVIO ARAGÃO** (*Por videoconferência*.) – ... Senador Eduardo Girão, a possibilidade de fecharmos esta discussão de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado mesmo, Dr. Flávio Aragão, que teve um probleminha na conexão no final. Ele é da OAB-CE e fez aqui importantes colocações. A gente vai ficar em contato para trabalharmos juntos na busca dessa solução que tanto aflige o cidadão do Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última consideração final, uma pergunta do Raimundo, lá de Fortaleza, vai para o Dr. Joaquim Caldas de Oliveira. Então, ele é da Fiec, Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Coordenador do Núcleo de Energia. E a pergunta que é feita aqui, Dr. Joaquim... O Raimundo coloca: "Em manifesto público, importantes entidades produtivas, como a Fiec, a Fecomércio, o Sindilojas, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, o Sebrae Ceará, a Faec [inclusive, tivemos o Presidente participando aqui, o Dr. Amílcar Silveira, que é da Federação da Agricultura e Pecuária], alertam que o desproporcional aumento promovido pela Enel poderá acarretar graves repercussões econômicas e sociais, principalmente no momento de recuperação econômica pós-pandemia". Então, ele pergunta aqui: "Quais os principais impactos que poderão ser notados no cenário econômico desses setores que tanto promovem emprego e renda para o nosso estado?". Então, com essa pergunta do Raimundo, eu também repasso ao senhor, se puder responder e também fazer as suas considerações finais em cinco minutos.

Muito obrigado pela sua participação, Dr. Joaquim. (*Pausa.*)

O SR. JOAQUIM CALDAS ROLIM DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto! Agora, sim.

Então, Exmo. Senador Eduardo Girão, eu gostaria de inicialmente parabenizá-lo pela iniciativa e mais uma vez agradecer pela oportunidade.

Respondendo objetivamente ao Raimundo, realmente esse manifesto, esse comunicado do setor produtivo, as principais entidades do setor assinaram essa carta, e realmente a preocupação é muito grande. Quais são os impactos que teremos? O setor que conseguir repassar o custo do insumo, a energia elétrica para o custo do produto vai ter, consequentemente, inflação e maior desafio do consumidor para adquirir produtos. Uma parte não vai sequer conseguir passar para o custo do produto.

Então, esses empresários vão ter que se desdobrar para superar esse problema grande que surgiu de surpresa para todos, porque o que se esperava era um reajuste da ordem da inflação, o IPCA em torno de 10,4%, o que já é um aumento elevado. Então, a nossa preocupação aumentou com um reajuste da ordem de 25%. Então, a unidades industriais e o setor produtivo, aqueles que usam mais energia elétrica, com mais intensidade, vão sofrer mais ainda.

A preocupação é grande, Sr. Senador, Exmo. Senador, e nos provoca um desafio. Qual é o desafio? É, respeitando-se o que está estabelecido, respeitando-se os contratos, respeitando-se os regulamentos, nós temos um desafio: encontrarmos uma solução para não termos uma tarifa de 25%. Então, nós somos pessoas, profissionais, entidades e temos que ter essa capacidade: como fazer para não ter um reajuste dessa monta? Contamos aí com a sensibilidade da Enel, porque o momento exige solução diferenciada.

Contamos aí com a sensibilidade da Enel, porque o momento exige solução diferenciada. Então, contamos com a sensibilidade da distribuidora, da Diretoria da Enel, para encontrar uma solução, na forma de um deferimento ou em outra forma, que possa minimizar a aplicação desse reajuste de 24,85%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em média, e, para alguns setores, como é o setor rural, de 32%. Então, no momento em que estamos passando de uma busca de retomada pós-pandemia, com os efeitos da crise hídrica, mesmo com tudo isso, temos que ter a capacidade de superar esse desafio.

Exmo. Senador Eduardo Girão, Dra. Márcia Sandra, Diretora da Enel, contamos com sua compreensão e sensibilidade para termos essa capacidade de encontrar uma solução.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Joaquim Caldas Oliveira, que é da Fiec, Coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Muito obrigado pela sua participação, sua paciência.

Estamos encerrando a nossa audiência pública, com mais de quatro horas de duração. Acho que foi muito produtiva: aprendemos uns com os outros, tivemos já ideias aqui de novas ações, mas, sobretudo, insistimos pelo entendimento, que eu acho que é plenamente possível, pelos dados que nós vimos aqui de todos. Eu acho que vários atores podem colaborar, mas, independente disso, cada um já pode ir começando a fazer a sua parte.

Eu acho que a gente precisa dar uma solução o quanto antes, porque a situação está insustentável! Essa é a temperatura que a gente tem lá. Eu sou um Parlamentar que, como o Deputado General Girão, que está conosco aqui agora também, anda na rua, pega avião de carreira, vai para o mercado, vai para a praça... E é impressionante o que a gente está vendo com esse aumento. É um negócio de a gente dormir com dificuldade! A gente pode pagar – eu tenho salário aqui, tenho fontes de renda, tenho outras coisas –, mas e as pessoas que estão em uma dificuldade grande, saindo de uma pandemia, tentando produzir? Então, eu acho que... Mas eu não quero ensinar padre-nosso a vigário, eu acredito na sensibilidade dessa empresa que a gente aprendeu a respeitar, a história dela.

Quero agradecer também a presença aqui do Dr. José Nunes de Almeida Neto, do Guilherme Brasil Freitas, do Vitor Freitas, que fazem parte dessa empresa que é a Enel. E, para encerrar, agradeço à Dra. Márcia, mais uma vez, pela paciência de vocês também, ficando até uma hora dessas aqui sem almoçar; ao Dr. Davi Antunes Lima e a todos que estão aqui da agência reguladora do nosso país, participando deste evento.

Antes de encerrar, a última participação é só um comentário – não é pergunta, não é nada, é um comentário – do Sr. Edson Paraguaio, que diz o seguinte: "Ficou bem claro que o cidadão é quem paga tudo: desde o aumento do dólar, aumento do combustível, imposto, PIS, Cofins, sem falar que o povo paga o empréstimo junto à Aneel". Ele aqui parabeniza o Deputado Nelho pelas críticas contundentes e a OAB-Ceará por procurar via judiciária contra esse aumento abusivo. Ele ficou assistindo aqui à sessão e mandou essa mensagem. Muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus abençoe a todos. Muita luz, muita paz e serenidade.

Obrigado.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 22 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes e Fabio Garcia, e ainda da Senadora não membro Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 7/2022 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF), e REQ 9/2022 - CTFC, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Finalidade:** Debater sobre o acesso e a qualidade da atenção à saúde e o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal. **Participantes:** Pedro Costa Queiroz Zancanaro, Secretário Adjunto de Assistência à Saúde do Distrito Federal; Gutemberg Fialho, Presidente do SindMédico do Distrito Federal; Lídia Peres, Enfermeira; e Neyde Glória Garrido, Coordenadora-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater o acesso e a qualidade da atenção à saúde, o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal, em atendimento ao Requerimento n° 7, de 2022, de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e também pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal: 0800 0612211.

Hoje recebemos para esta audiência pública, para este debate construtivo sobre a saúde pública no Distrito Federal, o Sr. Pedro Costa Queiroz Zancanaro, que é Secretário-Adjunto de Assistência à Saúde do Distrito Federal; recebemos também o Sr. Gutemberg Fialho, Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

Estamos aguardando a presença da Sra. Dayse Amarílio, que é Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal.

Está aqui também a Enfermeira Lídia Peres, que é do Hospital Regional do Gama.

Estamos também aqui com a presença, de forma virtual, da Sra. Neyde Glória Garrido, Coordenadora-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde do Ministério da Saúde, e também do Sr. Antônio Leopoldo Nogueira Neto, Coordenador-Geral de Garantia de Atributos da Atenção Primaria, também do Ministério da Saúde.

Não sei se eu esqueci alguém.

Bom, nós vamos fazer da seguinte forma, para que a audiência pública possa ser produtiva e possa ter um caráter mais dinâmico: eu vou dar a palavra ao Secretário-Adjunto de Assistência à Saúde do Distrito Federal, para que possa fazer uma explanação sobre o que está sendo feito na saúde do Distrito Federal, por seis minutos; depois disso, eu farei questionamentos, como autor do requerimento, a V. Sa., também sobre a saúde; e, depois, abrirei também, por seis minutos, para os demais convidados a esta audiência pública; após isso, darei também um tempo ao Secretário para responder às indagações dos convidados desta Comissão; e tentaremos fazer uma réplica e tréplica também de um minuto, para poder termos aqui um debate construtivo sobre a saúde pública do Distrito Federal.

Então, passo a palavra ao Sr. Pedro Costa Queiroz Zancanaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. tem seis minutos.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Em nome do Secretário, General Pafiadache, gostaria de agradecer o convite, saudar também meus colegas, Dr. Gutemberg e todo o dispositivo.

Senador, eu gostaria de primeiro esclarecer, como estamos na Comissão de Fiscalização e Controle, para falar também sobre as emendas, que logramos êxito em empenhar 96% das emendas parlamentares que foram... Não só das emendas, mas, de toda a nossa despesa autorizada, total, a gente conseguiu empenhar 96,1% desse valor, o que demonstra que, apesar dos cortes de orçamento que a secretaria sofre, a gente tem uma capacidade, a gente evoluiu numa capacidade de execução de recursos que eu considero bastante satisfatória.

Os 4% que a gente não consegue executar geralmente são por indisponibilidade do produto a ser comprado ou por uma questão de exacerbação dos preços desses produtos quando a gente observa que a inflação acontece; mas, quando a gente coloca a questão da pandemia, ela aconteceu ainda mais. Com os 10% que a gente viu no último ano, a gente teve, com a pandemia, a superinflação de alguns itens médico-hospitalares.

Posto isso, eu posso apresentar um breve panorama da saúde no Distrito Federal. A gente está longe de estar numa situação boa ou confortável. A gente enfrentou uma pandemia que durou um ano e meio praticamente. Sabe-se lá se ela já está terminando. A gente considera que sim e tem esperança que sim, mas a gente enfrenta uma segunda pandemia em doença mental, em questões de saúde mental e enfrenta também um represamento muito grande da assistência, principalmente a que deveria ter sido dada a pacientes durante a pandemia. Então, a gente tem represamento de pacientes diabéticos e hipertensos. O diabético hoje chega com insuficiência renal, o hipertenso chega hoje com AVC, por isso a gente tem um reflexo, neste momento especificamente, de superlotação nos hospitais.

Essa superlotação na atenção dos adultos acontece por essas doenças que foram represadas, cujo cuidado foi represado durante a pandemia, até pelo medo do paciente de procurar a unidade básica de saúde, e também por uma epidemia de dengue que estamos enfrentando. É algo endêmico. A gente está tendo hoje 500% de aumento em relação ao ano passado. Infelizmente a gente tem uma expectativa de ainda piorar um pouco. A gente tem os picos de dengue geralmente na 20ª semana epidemiológica, o que deve dar em torno do dia 20 de maio. E isso faz com que a gente tenha, sim, uma superlotação.

Alguns hospitais estão em bandeira vermelha, bandeiramento vermelho, que é uma restrição de atendimento apenas para casos em que você consegue salvar a vida do paciente. A gente tem hoje algumas UPAs – foram abertas 13 UPAs no Distrito Federal – que teoricamente têm que fazer o atendimento do paciente verde e amarelo. A gente tem tentado cada vez mais deixar a porta da UPA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aberta, não deixar a UPA decretar bandeira, exatamente para a gente poder ter um atendimento do verde e amarelo na UPA e o atendimento do laranja e do vermelho nos hospitais.

Especificamente sobre cirurgias eletivas, desde outubro do ano passado, quando os hospitais foram autorizados a voltar a fazer cirurgias eletivas, a gente tem feito. A gente tem, até pela própria característica da pandemia, uma quantidade muito grande de cirurgias que acabam sendo "urgenciadas". Então, as cirurgias de urgência ainda são feitas mais do que as cirurgias eletivas.

Nós tivemos, durante a pandemia, uma perda substancial de RH de anestesistas na secretaria por uma questão de mercado mesmo. Para os anestesistas não vale a pena continuar na secretaria, mesmo para os que já são antigos de casa. Eles acabam saindo porque ganham três vezes mais do que ganhariam num plantão de TPD na Secretaria de Saúde por fora. Então, muitos saíram durante a pandemia, foram trabalhar no serviço privado por questões... Não estou aqui julgando isso.

Então, hoje, a gente tem sempre que manter uma sala de cirurgia de urgência sempre aberta. Essa funciona 24 horas, porque a urgência você nunca pode fechar. Acaba que o resto de RH de anestesia que sobra é que vai fazer cirurgia eletiva. Então, a gente tem, sim, uma fila de cirurgias eletivas grande, em torno de 23 mil cirurgias.

Nós temos um complexo regulador que está olhando com detalhamento maior essa fila, para ver quais pacientes continuam elegíveis para serem operados. A gente tem alguns hospitais fazendo forças-tarefas para acelerar alguns tipos de cirurgia.

Então, a gente teve, por exemplo, no Gama, uma força-tarefa de cirurgias ortopédicas: começou com 67 pacientes e terminou com 15. A gente teve, semana passada, uma força-tarefa de cirurgias gerais no HRT. Vamos fazer ainda uma força-tarefa de cirurgias gerais no Hospital da Ceilândia.

E temos alguns desafios. Os desafios... Eu assumi a secretaria-adjunta no dia 21 de fevereiro. Ordenei imediatamente que uma verba de contrapartida, que é uma verba que a gente ganha das escolas, dos nossos hospitais-escolas, fosse empenhada para comprar o que fosse mais urgente. Então, a gente está comprando: perfuradores para cirurgias ortopédicas, arco cirúrgico para os centros cirúrgicos, focos cirúrgicos, mesas e bisturis elétricos para a gente tentar equipar o nosso parque tecnológico no centro cirúrgico.

Deram os meus seis minutos. Eu vou devolver a palavra para o senhor, agradecendo. Se o senhor quiser, depois, me franquear mais tempo, eu posso dar ainda, em algumas inclusões, outros detalhes. A seu dispor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Sr. Pedro Zancanaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer que esta é uma audiência pública importante, já que a saúde pública do Distrito Federal é custeada também com recursos federais. Então, esta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle precisa também observar isso. É importante que se faça aqui uma avaliação e um controle da qualidade da saúde pública no Distrito Federal.

Além disso, é importante também que nós possamos trazer aqui...

Quero citar a presença, agora, aqui na Comissão, do Senador Izalci Lucas, que está chegando, do Distrito Federal, e do Senador Styvenson Valentim, que também está aqui prestigiando esta audiência.

É importante também dizer que, no meu caso particular, eu priorizei a saúde em todas as minhas emendas ao orçamento desde o ano de 2015, inclusive destinando recursos para o custeio da saúde pública, que é uma coisa que os Parlamentares não costumam fazer: destinar recursos para isso, e eu destinei inclusive para custeio. Destinei recurso para compra de equipamentos para os hospitais públicos, para a compra de medicamentos, para a compra de ambulâncias. Só com emendas minhas, foram compradas 14 ambulâncias para o Samu.

Agora, é importante colocar aqui alguns questionamentos de forma muito educada, para que a gente tente avançar, tente melhorar a saúde pública, que é o objetivo de todos do Distrito Federal.

Bom, primeiro, com relação às consultas e cirurgias, nós temos pessoas hoje no Distrito Federal que estão esperando há mais de um ano uma consulta na rede pública. Isso não pode ser encarado como algo normal e natural. Nós temos pessoas hoje que estão esperando há mais de três anos uma cirurgia na rede pública. Isso é a vida real das pessoas e é algo grave que precisa de uma resposta por parte do poder público.

O Hospital de Base do Distrito Federal possui 16 centros cirúrgicos. Na madrugada, ficam abertos apenas dois; ficam 14 ociosos. Nos finais de semana, ficam abertos apenas dois; ficam 14 ociosos. Nós tínhamos que marcar cirurgia eletiva 1h da manhã, 2h da manhã, 3h da manhã, 4h da manhã, 5h da manhã, pagar um extra aos profissionais para eles fazerem essas cirurgias, fazer um mutirão de cirurgia. Não dá para ficarem as pessoas esperando há mais de três anos por uma simples cirurgia na rede pública – esse é um sistema que não funciona! –, enquanto os leitos estão ociosos. E estou colocando aqui apenas o exemplo de um hospital público do Distrito Federal.

Então, eu queria saber de V. Sa., que responde e que está aqui como representante da Secretaria de Saúde, que é Secretário-Adjunto de Assistência à Saúde do Distrito Federal, por que isto não é feito: por que não é feito um mutirão de cirurgias? Por que não se anda mais rápido com essas filas? Entendeu? Acho que esse é o objetivo de toda a sociedade do Distrito Federal.

Então queria deixar aqui, em primeiro lugar, esse questionamento para V. Sa., se puder responder, para eu já passar para o segundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO (Para expor.) – Senador, obrigado pela sua pergunta.

Nós temos hoje aproximadamente 24 mil cirurgias eletivas aguardando serem feitas. A gente tem um complexo regulador que domina a totalidade dessas cirurgias. Eles têm tudo listado; qual é a prioridade de cirurgia. A maioria das especialidades cirúrgicas desse total de 24 mil – ou seja, 21% – são de cabeça e pescoço e otorrino, que são feitos só no Hospital de Base, só no IgesDF. A gente tem um complexo regulador fazendo um pente-fino nessa fila e a gente está desempenhando algumas forças-tarefas ou mutirões de cirurgias em alguns hospitais. Fizemos mutirão de ortopedia no Gama, mais ou menos uns 20 dias atrás, operando 50 pacientes. Fizemos, semana passada, um mutirão de cirurgia geral para operar hérnia e vesícula no Hospital de Taguatinga e vamos fazer, semana que vem, no Hospital da Ceilândia.

Nós estamos tentando fazer, sim, uma quantidade de cirurgias eletivas maior e vamos conseguir acelerar ainda mais esse procedimento quando entrarem mais anestesistas, que nós estamos contratando com verba para contrato temporário. A prioridade é para anestesistas e neonatologistas, que são duas categorias que estão com falta enorme. A gente tem a expectativa, sim, de aumentar ainda mais a quantidade de mutirões que nós vamos fazer.

Hoje no DF são feitas em torno de mil cirurgias por semana. Dessas, 60 a 65% são de emergência e 30 a 35% são cirurgias eletivas – e incluem-se aí as cirurgias ginecológicas, os partos. Então, a gente tem uma produtividade... Ano passado, em 2020, por exemplo, a gente não baixou: foram 58 mil cirurgias em 2019, 60 mil cirurgias em 2020, 59 mil cirurgias em 2021 e a expectativa, pelo que a gente tem esse ano, é de conseguir bater esse número. Então, o aumento da quantidade e da capacidade de operar que a gente vai ter vai ser quando a gente conseguir contratar mais RH.

Hoje a gente tem RH de anestesia sendo o fator limitante dentro do centro cirúrgico. Então, nosso foco principal no concurso, por exemplo, que vai ter no dia 6 de junho – a prova, o concurso regular da Secretaria de Saúde –, nossa prioridade vai ser para contratar as quatro áreas que mais precisam – vai ter vaga para todas as especialidades –, que vão ser: anestesio, psiquiatra, neonatologista e clínico. Trinta vagas para anestesiologistas com cadastro reserva infinito. Então, quanto mais quiserem entrar, mais vão poder entrar.

Então, isso é a resposta para cirurgia, não é uma resposta que vem na velocidade que a gente gostaria. Agora, em relação a um paciente esperando três anos, assim, eu realmente precisaria saber qual é o detalhe para dizer para o senhor com mais propriedade, porque cada área, cada subespecialidade cirúrgica tem uma velocidade. É muito mais fácil você, por exemplo, corrigir uma hérnia ou retirar uma vesícula, pois são afecções, vamos dizer assim, cujas cirurgias podem ser feitas em todos os hospitais. Cirurgia de cabeça e pescoço, por exemplo, é feita exclusivamente no Hospital de Base. Cirurgia ortopédica é feita em Ceilândia, Paranoá, Planaltina, HRT, Gama. Só que aí a demanda para uma cirurgia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ortopédica é muito grande, porque ela é constante. O trauma continua acontecendo, os acidentes continuam acontecendo; então, você tem uma quantidade de cirurgias de urgência muito grande para operar sempre, na ortopedia. Então, tem sempre fila.

A capacidade de operar aumenta à medida que a gente consegue capitanear RH. Hoje, o que está faltando é anestesista.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Agora, não é normal nós termos 24 mil pessoas esperando uma cirurgia, e o sistema não conseguir andar. Esse número só cresce, vai crescendo, ao invés de diminuir. Nós precisamos ter um grande mutirão de cirurgia. Não tem cabimento, por exemplo, um hospital como o Hospital de Base ter na madrugada ou nos finais de semana, de 16 centros cirúrgicos, apenas 2 funcionando. É preciso marcar cirurgia 1h da manhã, 2h da manhã, 3h da manhã, 4h da manhã. É preciso dar um extra para os profissionais para fazerem as cirurgias, pagar por cirurgia e, se for possível, contratar também fora profissionais. Mas é preciso fazer um grande mutirão. Não tem cabimento a saúde ter o orçamento que ela tem no Distrito Federal e nós termos 24 mil pessoas esperando uma cirurgia na rede.

Eu queria, para não estender muito – eu vou passar também depois a palavra para os convidados –, apenas falar com relação a um tema que me é muito caro, que é a questão da oncologia no Hospital de Base.

A oncologia no Base – inclusive destinei recursos também de emendas para a oncologia do Base – funciona muito bem, mas tem uma fila de espera, e essa fila também precisa andar mais rápido, porque o câncer não espera. O câncer... Às vezes uma semana na questão do câncer significa que você está matando uma pessoa. Então, eu queria saber, hoje, quantas pessoas estão aguardando a radioterapia nessa fila e também se há pacientes com tratamento interrompido, porque temos dados de que existem casos cujo tratamento está sendo interrompido, porque não está conseguindo ter a sequência desejada. Queria saber de V. Sa.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Senador, a oncologia do Base... Via de regra, o Iges tem passado por algumas dificuldades adicionais às dificuldades por que a Secretaria de Saúde passa. Isso é claro se o senhor puder olhar os acontecimentos recentes.

A oncologia no Hospital de Base tem uma via de entrada para casos graves e a via regulada, que é a entrada normal para todos os pacientes que têm o diagnóstico de câncer. É bom lembrar que a oncologia só aceita o paciente depois que ele tem biópsia. Então, depois que o paciente entra na oncologia, via de regra os pacientes conseguem ser acompanhados.

Eu não me atualizei neste dado para dizer para o senhor quantos pacientes estão aguardando, mas eu posso me atualizar e, até o final desta audiência, eu passo para o senhor, com o maior prazer. Eu não tenho esta informação de quantos pacientes estariam esperando para serem atendidos, ou se há casos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrupção. O que eu tenho, para o senhor, é uma equipe extremamente compromissada de oncologia no Hospital de Base, e os casos que eu pude acompanhar mais de perto são casos que são cuidados até o final. Há um paciente com sarcoma no braço, inclusive um sarcoma recidivado, que foi visto e que está fazendo radioterapia. Há uma paciente que a gente encaminhou com câncer de cólon, que entrou pela via rápida – que é quando o paciente vem com encaminhamento categoria vermelha e passa reto na fila da oncologia –, foi atendida, operada e está fazendo radioterapia.

Agora, realmente, câncer é a doença do século. Infelizmente a gente tem uma explosão no número de pacientes com câncer. Quiçá a gente tivesse métodos de prevenção mais amplos, como, por exemplo, no câncer colorretal: se a gente tivesse um parque tecnológico para fazer colonoscopia em todos os pacientes a partir dos 45 anos, eu tenho certeza de que a gente teria menos pacientes padecendo de câncer colorretal. Fica aí um projeto para o futuro, mas eu levanto esses dados para o senhor e passo para o senhor com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Inclusive porque eu destinei emendas para a oncologia do Base...

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – ... e essa lista de espera me provoca uma certa agonia.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Sim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Eu acho que é uma coisa que precisa ter uma resposta absolutamente rápida por parte da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Bom, eu vou passar a palavra aos demais convidados, também dando seis minutos, começando pelo Sr. Gutemberg Fialho, que é Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

V. Sa. tem seis minutos.

O SR. GUTEMBERG FIALHO (Para expor.) – Inicialmente quero cumprimentar o Presidente da Mesa, o Senador Reguffe; cumprimentar o Senador Izalci, o Senador Styvenson; cumprimentar o Secretário-Adjunto, meu colega Dr. Pedro, a enfermeira Lídia.

Senador Reguffe e senhores aqui presentes, é bom deixar bem claro que o caos no sistema público do Distrito Federal não aconteceu na pandemia; a situação era extremamente grave e extremamente caótica antes da pandemia. Eu já denunciava constantemente a incidência absurda de óbitos evitáveis nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitais, nos corredores dos prontos-socorros do Distrito Federal. A pandemia agravou, e agravou porque precisou de mais assistência – e nós já tínhamos naquela época um déficit, Senador Reguffe, de mais de 3 mil médicos!

Eu aqui aproveito para parabenizar o Dr. Pedro por ter aceitado a missão de ser Secretário-Adjunto, porque não é fácil na situação atual, porque falta de tudo: falta de insumos a recursos humanos. E por que faltam recursos humanos? Porque não tem política de recursos humanos. Provavelmente – posso até estar enganado – o nosso Secretário-Adjunto aqui presente não vai saber dizer quantos médicos faltam, exatamente quantos médicos faltam na rede. Você tem um problema grave na atenção primária, porque falta médico na atenção primária. Nós tivemos, no Governo anterior, do ex-Governador Rodrigo Rollemberg, a implantação do Converte, que, pasmem os senhores, teve a genialidade de transformar, senhores aqui presentes, um pediatra, um ginecologista e um clínico em médico de família com oito horas-aula. Uma especialidade médica básica é no mínimo quase 4 mil, 3,8 mil horas. O Governo Rollemberg transformou um clínico que não queria ser médico de família – ele foi obrigado, porque senão iria trabalhar no pronto-socorro e perdia no mínimo R$3 mil de gratificação – em médico de família para atender pediatria, ginecologia e clínica médica com dois cursos de duração de quatro horas cada curso. Então, vejam a situação perversa. Muitos colegas saíram, e a resolutividade desses colegas era muito baixa, porque a curva de aprendizado não é o suficiente para atender a demanda.

O Governo atual assume uma proposta de fazer o que nós chamamos de "desconverte"; pelo contrário, ele agravou. Expandiu o Instituto Hospital de Base, Senador Reguffe, que foi uma proposta que nós combatemos. Nós dizíamos que, com a criação do Instituto Hospital de Base, iam se fechar serviços e iria aumentar a exclusão, e nós precisávamos aumentar a inclusão. O que aconteceu? O que nós previámos: fecharam-se serviços, aumentando a inclusão, e os escândalos de desvios de verbas, de recursos foram se sucedendo. Hoje, o Iges é uma usina de escândalos e falta de soro fisiológico a fralda. Não é só a oncologia, Senador. É ortopedia, é a nefrologia.

Para você ter uma ideia, Pedro, não se opera cálculo renal na rede. O paciente que tem um cálculo renal pode evoluir para uma insuficiência renal, porque não consegue operar um simples cálculo renal. Eu recebi no meu consultório particular uma paciente que está há um ano com um duplo J calcificado na bexiga. Eu vou explicar para você o que é um duplo J: é um instrumentinho que gente coloca no ureter para drenar urina e drenar o cálculo, não é, Pedro? Quantos minutos uma urgência leva para tirar um duplo J? É uma cirurgia de ambulatório. Ela não consegue, está calcificado na bexiga, fazendo infecções urinárias de repetição, e ela está prestes a perder o rim.

Então, eu lembro, Senador Reguffe, Senador Izalci, que teve um Governador aqui que excluiu por decreto o gerúndio: "estou fazendo, estamos fazendo". É assim que se administra a saúde no Distrito Federal. Eu visitei o Hospital do Gama em junho do ano passado e, numa emergência da clínica médica – eu aqui peço o testemunho da enfermeira Lídia Peres, que é de lá e que não vai me deixar mentir, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós conversávamos ainda há pouco sobre isso –, era para ter cinco colegas de plantão, e tinha um. E, naquele momento em que eu cheguei ao hospital, tinha três pacientes em óbito, e a colega desesperada. Quando eu consulto o prontuário eletrônico, esses pacientes estavam sem ser medicados há três dias. Essa situação, Pedro, não avançou. Eu volto em junho, e a situação é a mesma. Voltei em novembro, a situação era a mesma. E voltei agora em janeiro e sempre pedindo a interdição do hospital, para proteger a população e proteger o profissional.

E qual procedimento que a secretaria adota? Contratam-se médicos temporários com salário irrisório.

E aí, Pedro? Nós conversávamos ainda há pouco sobre isso, e você mesmo me confessava que, com o salário que se paga, Reguffe, o profissional não fica.

Então, apesar de todas essas promessas de contratação de profissionais, se não houver uma reestruturação do plano de cargos e salários, planejamento e contratação de profissionais, não vai resolver o problema.

Nós temos problemas também na atenção primária. A cobertura da atenção primária do Distrito Federal é uma das menores do país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUTEMBERG FIALHO – Nós temos, inclusive, denúncias de equipes do Saúde da Família que não são consistidas com informações ao Ministério da Saúde que estão completas, com repasse indevido de recurso pelo Ministério da Saúde. Esse é outro problema grave, além da narrativa de que a situação está funcionando a contento, o que não é verdade. Na atenção secundária e na atenção terciária, os colegas, além de ter poucos profissionais, não produzem na sua capacidade máxima por quê? Porque faltam insumos.

Há cerca de um mês, fizemos uma segunda-feira de preto, pedindo aos colegas que trabalhassem de preto em sinal de luto, luto pela saúde, luto por melhora nas condições de atendimento à saúde da população e protesto. Saio do Hran e encontro dois colegas cirurgiões, Senador Izalci. Eles se dirigiam a mim: "Gutemberg, nós chegamos aqui às 7h da manhã, terminamos o plantão às 13h e não operamos ninguém". Não é por falta de anestesista, não é por falta de sonda, é por falta de competência na gestão e planejamento.

Acaba de entrar aqui no recinto o ex-Secretário Fábio Gondim. Ele deve saber o que eu vou falar. Existe uma coisa chamada estoque preventivo. Quem tem noção de administração hospitalar sabe disso. O que é estoque preventivo? É um instrumento de administração hospitalar que você desencadeia quando os recursos estão para acabar. Como é que você deixa faltar antibiótico? Como é que você deixa faltar anestésico? Por que não tem anestesista na rede? Brasília tem a maior concentração de médicos do país, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós só temos, na rede pública, 32% dos médicos da cidade. Qual é a média do país? Setenta e um por cento dos médicos dos outros estados trabalham também no serviço público. Em Brasília, apenas 32%. Por quê? Porque falta incentivo, faltam políticas públicas de valorização, faltam condições de trabalho, falta segurança no local de trabalho, falta salário, falta compromisso com a vida.

E aí eu tenho que parabenizar o Pedro. Realmente ele pega uma tarefa inglória, porque ele não tem apoio da estrutura, não tem apoio do Governo, não tem apoio do próprio secretário, que não é da área, não tem experiência, não tem conhecimento e dificulta, inclusive, as condutas que um outro secretário acertadamente quer tomar.

Por que você não consegue operar? Você falava ainda há pouco da ortopedia. A ortopedia é um problema sério. Nós temos que operar uma fratura de fêmur em 48 horas. Você leva de 30 a 45 dias para operar. Os pacientes estão entrando com lesões nos hospitais e saindo sequelados, recebendo alta para casa sem serem operados e literalmente aleijados.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Para concluir, Dr. Gutemberg.

O SR. GUTEMBERG FIALHO – Para concluir, eu não posso deixar aqui de chamar a atenção para um sofrimento silencioso, que é o sofrimento das mulheres que estão sangrando porque têm mioma, porque têm lesões nos órgãos reprodutivos e não conseguem operar. Vocês sabem o que é uma mulher sangrar dia após noite e ficar anêmica porque não consegue operar de um mioma, não consegue operar de um adenomioma? Não são, Pedro, as cirurgias da atenção terciária que não estão sendo realizadas, não. Cirurgias simples da atenção secundária estão afetando drasticamente a qualidade de vida da população. E nós temos um aumento de óbitos evitáveis nunca registrado.

Eu encerro as minhas palavras deixando claro aqui que o caos não é da pandemia. O caos existia antes da pandemia e se agravou evidentemente com a pandemia. O déficit de médicos antes da pandemia era de mais de 3 mil profissionais. Contrataram médicos para a pandemia, o que não compensou a falta de médico. À medida que a pandemia vai se arrefecendo, esses médicos, em vez de serem contratados, são dispensados. Então, é preciso urgentemente concurso público para a contratação de profissionais e reformulação do plano de cargos e salários.

Essas são as considerações iniciais que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Dr. Gutemberg, pelas considerações muito importantes, muito relevantes. Agradeço muito a presença de V. Sa. aqui, nesta audiência pública.

Passo a palavra agora à Sra. Lídia Peres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. tem seis minutos, a senhora que é enfermeira no Hospital do Gama, no Centro de Obstetrícia.

A SRA. LÍDIA PERES (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a bancada e de agradecer o convite do Senador Reguffe.

Eu venho aqui representar a ponta da assistência. Eu sou servidora. Trabalho no Hospital Regional do Gama.

Eu consigo pontuar sobre o DF inteiro, sobre o que a gente tem passado, com o fechamento de hospitais e de setores, com a falta de insumos e de materiais, o que não é nenhuma novidade para quem é servidor da secretaria, mas eu consigo falar com mais tristeza do desmonte do hospital no qual eu trabalho. Eu percebo que o HRG, que era um hospital referência para o Entorno e para as pacientes do DF mesmo, está sendo desmontado aos poucos. É com muita tristeza... Eu sou moradora do Gama, nasci no Hospital do Gama, sou enfermeira lá, sou enfermeira obstetra. Lá nós temos o maior centro obstétrico, em número de partos, do DF. Então nós atendemos uma média de 600 a 700 partos por mês, e o primeiro setor do Hospital do Gama que foi fechado foi a Pediatria. Nós temos uma grande quantidade de crianças do Gama e do Entorno que não têm nenhuma referência de saúde.

Além disso, como o Dr. Gutemberg pontuou, o que piora a situação é que, na atenção básica, nós não temos mais pediatras nem ginecologistas, o que afeta não só a saúde dessas crianças, desde a gestão... No pré-natal, eu percebo uma falha nítida. Hoje nós temos um aumento muito grande de casos de sífilis neonatal, e a sífilis é uma patologia que provoca aborto ou que faz com que o bebê tenha má-formação grave, o que coloca em risco a vida ou a qualidade de vida, caso ele tenha uma sobrevivência. Então, a gente percebe que os profissionais que estão lá na ponta... Às vezes, a paciente fez dez, doze consultas de pré-natal, teve um diagnóstico de sífilis e não foi tratada. Por que não foi tratada? Porque, às vezes, o profissional não é treinado com aquele protocolo, porque não é um profissional que tem essa formação.

Aí fechou a nossa Pediatria. Depois, mesmo com a demanda alta de partos – nós fazemos 600, 700 partos por mês –, fechou a Neonatologia. "Ah, mas, no Gama, é risco habitual!" É risco habitual, mas, em Santa Maria, o Iges, que é nosso hospital de referência, constantemente, fecha a porta. Se teve algum problema, ele fecha a porta. E aí a gente recebe o bebê prematuro. Eu recebo um bebê de 34, 35, 33 semanas, que nasce sem a mínima condição. E, depois que ele nasce, a situação fica ainda pior: eu vejo o bebê desfalecer nas minhas mãos, sem ter para onde referenciar, sem haver uma UTI neonatal. Você imagine uma mãe vendo o seu filho nascer e morrer por falta de uma UTI neonatal!

Esse é um sofrimento que eu, enquanto profissional, e os meus colegas, que estamos ali dando a vida diariamente, dando o sangue, sem material... A gente já está acostumado a trabalhar sem material, sem insumo, sem anestésico, sem fio; isso é normal. Agora, trabalhar sem a condição humana de prestar assistência nos faz sofrer muito, porque a gente vê que isso não está ao nosso alcance. Então, a gente fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá "ambuzando" o bebê o tempo que dá, leva-o para a retaguarda, onde há um só respirador. E aí esse bebê vai definhando até morrer ou até melhorar, porque, às vezes, Deus é bom. Lá não acontece mais óbito porque Deus é bom e olha por essas pessoas que estão ali jogadas e que acabam melhorando. Mas é muito triste, porque, quando fecharam a nossa UTI neonatal, a promessa foi de que ia ter uma ambulância ali na porta, a gente ia ter uma contrarreferência, e de que a gente ia ter uma assistência direta. Isso nunca aconteceu.

E aí comentei com o Dr. Gutemberg agora há pouco sobre um outro serviço que está sendo fechado. O pronto-socorro geral também vai ser fechado. Vai ser fechado porque não tem condição, não tem médico! Eu vejo várias vezes... Durante a pandemia, a gente lá no Gama só atendia mulher com covid positivo se ela estivesse com algum quadro ginecológico ou obstétrico. Se não, a gente referenciava para o PS, mas o que acontecia? Ela voltava, porque lá no PS não tinha nenhum médico. E aí a gente tinha que ficar com essa mulher com suporte ventilatório no CO, sendo que eu não tenho a menor estrutura. Lá não é clínica médica. E aí, até conseguir a vaga para o Hran, complicava. A gente teve óbito por covid de mulher gestante lá dentro.

Então, é um outro serviço que vai ser fechado em que quem sofre é a população. E eu estou vendo o próximo acontecer, que é o meu setor. Hoje, no Centro Obstétrico do Hospital do Gama, que frequentemente era para ter cinco obstetras, seis obstetras, eu estou tendo vários plantões com dois médicos. Isso ninguém me contou; eu vejo diariamente. Hoje provavelmente eu vou daqui para o meu plantão e vou passar por isso de novo. Aí chega lá, levanta a bandeira vermelha; paciente chega com sangramento, com trabalho de parto; hemorragia por conta de mioma, de cirurgia de que ela não se opera; e a gente não consegue. E o servidor sofre.

Aí muita gente fala que o problema é o servidor público, que é a aposentadoria do servidor público. O servidor dá a vida...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LÍDIA PERES – ... por ali, né? Então, a gente trabalha com amor e dedicação, mas, sem estrutura física, sem o mínimo de suporte, sem o mínimo de RH suficiente, nós estamos adoecendo.

E a situação dos pediatras e neonatologistas é ainda mais delicada, porque lá a gente tem às vezes um neonatologista para o hospital inteiro. E aí ele não consegue prestar essa assistência, esse suporte. A gente tem que fechar a porta e deixar de receber novas pacientes. Então, é muito triste a situação que nós estamos enfrentando e cada vez mais caótica.

E eu acredito que a privatização não é a solução, porque, se fosse, teria resolvido no atual Governo, que ampliou esse sistema. E o que a gente percebe é que o hospital privatizado fecha a porta sem o menor cuidado. O HRG tem a cultura – no DF inteiro vocês podem perguntar – de receber o paciente mesmo com superlotação. Às vezes eu não tenho colchão para colocar uma paciente, mas a gente não fecha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porta; a gente recebe a paciente, mesmo sem estrutura, sem condição, porque a gente vai prestar aquela assistência, mesmo que não seja a melhor possível, mas pelo menos a mais digna possível.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Enfermeira Lídia, quero agradecer a V. Sa. por ter aceitado o meu convite. É muito importante que tenhamos aqui também alguém que esteja na ponta, lá no Hospital Regional do Gama, que vive problemas seriíssimos e é um hospital muito importante para toda a população da Saída Sul do Distrito Federal. Então, eu queria muito agradecer também a V. Sa. por ter aceitado o meu convite para estar aqui e relatar essa questão que acontece hoje no Hospital do Gama e no Centro Obstétrico desse hospital.

Eu passo a palavra agora à Sra. Neyde Glória Garrido – representante do Ministério da Saúde nesta audiência –, Coordenadora-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde do Ministério da Saúde.

Com a palavra a Sra. Neyde. (*Pausa.*)

Ela está *online*. Se a Secretaria puder ajudar...

A SRA. NEYDE GLÓRIA GARRIDO (*Por videoconferência.*) – Muito boa tarde, Senador.

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeitamente, Sra. Neyde.

A SRA. NEYDE GLÓRIA GARRIDO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

Obrigada pelo convite. Quero cumprimentar todos na sua pessoa.

Estou aqui ouvindo com bastante atenção e com bastante preocupação a situação do DF, que conhecemos de um modo geral, mas, sem dúvida nenhuma, as pessoas que me antecederam e que respondem por áreas do DF têm todos os detalhes que nos consternam e nos preocupam enormemente.

O convite que chegou até mim, na verdade, era para comentar sobre os aspectos financeiros. Eu trabalho particularmente com a área da Atenção Especializada, então eu não trouxe aqui, até porque temos também um representante da Atenção Primária aqui, toda a contribuição federal para a saúde no DF, mas, sim, eu trabalho especialmente com a contribuição que nós chamamos de Teto MAC, que é o recurso da média e alta complexidade, ou seja, da atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade.

O que eu posso dar de notícias é que o ministério contribui anualmente, no valor atual, com R$570,455 milhões para o custeio das atividades ambulatoriais e hospitalares no DF. Dentro desses R$570 milhões, a gente tem 436 que são os recursos sem incentivos, como a gente chama, e 133 ou 134,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são incentivos. Eles correspondem à habilitação de serviços especializados, eles correspondem ao impulsionamento que o ministério faz de políticas sanitárias prioritárias. A atenção ao câncer, por exemplo, está aí dentro, atividades especializadas em cardiologia, ortopedia, neurologia.

Acho importante trazer também um dado de que a produção de serviços que o DF registra nos sistemas de informação nacionais, se comparada com o Teto MAC, se eu comparar com o total do Teto MAC, que são 570 milhões, isso dá o valor da produção anual; o valor médio fica em 84% do teto. E, se comparar com o teto, retirando os incentivos, que são 133 milhões, isso corresponde a aproximadamente 32%, 33% do teto total, passa um pouco de 100%, ou seja, 111%. São dados que a gente costuma avaliar para balizar um pouco o que tem sido, qual é o volume da produção contada pelos dados do ministério.

Além disso, um dado importante também que eu acho bom compartilhar aqui nesta audiência é que o ministério, de um tempo para cá, o Fundo Nacional de Saúde passou a acompanhar o saldo nas contas bancárias abertas para receber recursos federais.

E o DF tem 56 contas; embora já se tenha trabalhado muito para uma consolidação de todas essas contas, o DF ainda mantém 56 contas que, juntas, têm, em 30 de abril, um saldo de 525 milhões no total, ou seja, de todos os recursos que o ministério transfere – aqui eu não estou falando só da média e alta complexidade, que é o meu campo, cujos dados são os anteriores que eu passei. Agora, desses 525 milhões, 352 milhões ou 353 milhões – eu estou arredondando para não dar números muito picados – correspondem a recursos de custeio, o que significa que uma parte do custeio daqueles 570 milhões a que eu me referi antes está também nesse recurso retido.

Eu não sei se há interesse em alguma pergunta especial ou mais específica, mas, em relação ao debate que eu estou ouvindo aqui e ao interesse que eu estou entendendo na Comissão, acho que esses são os dados que preliminarmente eu teria para trazer.

Agradeço novamente o convite e estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Sra. Neyde, agradeço também a V. Sa. por ter aceitado o convite para estar aqui. Quero dizer que a questão de recursos, a questão financeira é muito importante, por isso é importante que o Ministério da Saúde também participe dessa audiência pública e por isso eu fiz questão de convidar o Ministério da Saúde. Agora é importante dizer que no sistema nós temos hoje 352 milhões em caixa para gasto com custeio. Então também não é falta de recursos. Nós precisamos, Sra. Neyde, de mais recursos para o DF, e eu faço questão de brigar por isso, mas não é problema apenas de falta de recursos. Nós temos nesse momento 352 milhões em caixa para custeio da área de saúde, de transferência do Governo Federal. Então é importante que a Secretaria de Saúde resolva esses problemas gravíssimos que nós estamos colocando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou passar também a palavra aos Senadores presentes; primeiro, ao Senador Styvenson, com a permissão do Senador Izalci, que chegou aqui primeiro.

Senador Styvenson, V. Exa. também tem seis minutos. E agradeço a V. Exa. por estar aqui presente nesta Comissão, V. Exa., que é assíduo nesta Comissão, discutindo também os problemas da saúde da capital da República. Obrigado a V. Exa. por estar aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Eu que agradeço, Senador Reguffe, Presidente; Senador Izalci; e todos os presentes.

O senhor falou no problema do Distrito Federal, mas estou vendo que é um problema do Brasil todo. Há uma dúvida que eu tenho aqui e eu queria saber, questionar o Gutemberg. Infelizmente o senhor está aqui hoje na situação de ter direcionadas ao senhor as perguntas, não é? Eu ouvi atentamente, são 24...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Ah! Serve para os dois. (*Risos.*)

Serve para os dois.

O Senador Reguffe passou a informação de que são 24 mil cirurgias paralisadas, eletivas, entre outras. O senhor especificou perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Vinte e quatro mil na fila. Existem hoje 24 mil pessoas aguardando cirurgia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Então, eu estou falando sobre esse tema porque é um tema em que eu bato também no meu estado. Eu sei que existe uma desorganização. Se eu peço uma lista, uma relação dessas pessoas que estão em cirurgias eletivas, ou municipais, ou estaduais, ou de média e alta complexidade, ela não vem organizada, não se tem isso.

A minha pergunta é: se você não tem organização, como é que você sabe o que tem?

Existe um outro problema. Não sei se é o caso do DF aqui, não sei se o senhor teria como passar essa relação, que eu acho, porque é inútil o sigilo dela; eu acho que deveria ser aberta para a população. Todos os que estão aguardando, como o Senador Reguffe disse, três anos, deveriam saber qual é a sequência em que eles estariam. Que existe fura-fila, que existe benefício de alguns políticos em dizer que está prestando aquele serviço em troca de voto, isso todo mundo sabe, e o prejuízo só se dá às pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu não consigo enxergar também é que o senhor colocou uma meta: mil cirurgias ao mês, se não me falha a memória... por semana. Parece-me que é insuficiente para esvaziar 20 mil cirurgias paralisadas. Parece que mil por semana, se eu pegar ali sete dias, eu não sei se trabalham sete dias ou se são cinco dias; serão 5 mil. Então, praticamente, em um mês seria solucionado o problema.

Mas aí vem atribuição à falta de anestesistas, faltam profissionais, porque hoje o SUS congelou essa tabela de cirurgias, de profissionais, e criou-se um problema, até mesmo para as prefeituras, eu digo assim, de um modo geral, com o aumento do piso salarial dos enfermeiros – há uma senhora enfermeira aqui –, que muitos municípios, alguns estados e algumas filantrópicas dizem que não têm condições de pagar. Olha que coisa: de um lado, se paga pouco aos profissionais, aos procedimentos, e, de outro, se sobe o valor do salário. Deveriam acompanhar as duas coisas ao mesmo tempo, porque não se tem hoje atribuição de onde vai sair essa fonte.

Então, a pergunta é bem simples: de 9 bilhões que vêm aqui para o Distrito Federal – se não me falha a memória, são 9 bilhões gastos pela saúde pública –, o senhor teria como explicar, dizer, demonstrar quanto vem do Governo Federal, quanto vem do Governo do Distrito Federal e onde está sendo aplicado esse dinheiro totalmente? Porque só o que se vê é problema, reclamação, mau atendimento, cirurgia parada, oncologia, falta de médicos.

Isso é no Brasil todo, Senador Reguffe. O meu estado está na mesma situação, e eu sou um dos que custeio as cirurgias eletivas municipais, mas, em troca disso, antes de enviar o recurso, eu quero toda a relação antecipada, para que a gente possa divulgar e as pessoas acompanharem, em tempo real, Senador Reguffe – isso é transparência –, quando vai ser a cirurgia, por onde, qual o local, para elas ficarem sabendo. Eu não sei por que se omitem, se ocultam coisas que deveriam ser públicas, pagas com o dinheiro público.

Então, o senhor tem esse número de 24 mil pessoas. Eu creio que há gente do Distrito Federal assistindo, esperando, por três, quatro anos, uma cirurgia de uma vesícula, dos rins, cálculos renais, como o senhor mesmo falou, todo tipo de cirurgia. E elas gostariam de saber, Senador Reguffe, quando será, em que posição estão. Será que ela foi passada para trás, ela foi preterida por outras pessoas, ou será mesmo que aquele recurso chegou, Sr. Subsecretário, e foi realizada mesmo a cirurgia? Como é que o senhor comprova? Porque eu ouvi aqui o Sr. Gutemberg dizendo que existem equipes da saúde básica da família *fake*. Passa-se para o Ministério da Saúde que existe, no papel, mas na prática não tem ninguém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – E recebe o recurso.

Então, poderia estar acontecendo a mesma coisa. Recebe-se o recurso para cirurgias, para exames, para tudo isso, Senador Reguffe... E como é que você prova...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... que estão sendo feitas as cirurgias, os exames?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Quero dizer a V. Exa. que são mil cirurgias por semana, mas em torno de 60 a 65% dessas cirurgias são de urgência. Apenas 35% dessas cirurgias semanais...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu ouvi perfeitamente bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – ... estão andando a fila de cirurgia.

E quero dizer a V. Exa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Aí o senhor disse 20 mil... Por aí. Eu fiz um cálculo por cima.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Isso. Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – E mil, independente de porcentagem, estaria esvaziando.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – É.

E quero dizer a V. Exa. e também a todos que estão nos ouvindo que o Senado Federal aprovou o projeto de minha autoria, o PLS 393, de 2015, que obriga os governos a publicar na internet a fila das cirurgias eletivas. Apenas para preservar a privacidade dos pacientes não seria pelo nome dos pacientes, e sim pelo número do documento de identidade ou cartão nacional de saúde.

Esse projeto foi aprovado, esse projeto de minha autoria foi aprovado aqui no Senado Federal, foi para a Câmara dos Deputados e foi engavetado na Câmara dos Deputados, por interesses, muitas vezes, de Parlamentares que querem usar a entrada na fila das cirurgias, parece, como moeda eleitoral, o que é uma irresponsabilidade.

Esse projeto não poderia estar parado na Câmara dos Deputados, nós aprovamos aqui no Senado Federal, é o PLS 393, de 2015, de minha autoria, que obriga os governos a publicar na internet a fila das cirurgias eletivas. E o Governo do Distrito Federal deveria fazer isso, deveria publicar lá a fila, para nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabermos quantas pessoas estão esperando cada cirurgia e desde quando o primeiro está na fila. Isso iria inclusive fazer a própria sociedade pressionar por mutirões de cirurgia.

Realmente eu não entendo, por exemplo, um hospital como o de Base ter 16 centros cirúrgicos e, na madrugada, funcionarem apenas dois, nos finais de semana funcionarem apenas dois. Nós tínhamos que marcar cirurgia 1 da manhã, 2 da manhã, 3 da manhã, 4 da manhã, 5 da manhã... Pagar por cirurgia...

Eu acho que isso seria algo muito importante.

E eu espero que a Câmara dos Deputados – já falei isso diversas vezes no Plenário, cobrando à Câmara dos Deputados, já entrei em contato com os Líderes da Câmara dos Deputados, com os Líderes partidários, com a própria direção da Câmara dos Deputados...

É muito importante que a Câmara dos Deputados vote esse projeto que dá transparência na fila das cirurgias. Acho que o Distrito Federal poderia fazer isso independente do projeto, mas também a Câmara dos Deputados deveria votar esse projeto, que é importante para toda a sociedade brasileira, para dar transparência a essas filas. O projeto foi aprovado aqui no Senado e está aguardando votação na Câmara.

Eu passo a palavra agora ao Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, meu amigo aqui do Distrito Federal, que está aqui do meu lado.

Senador Izalci, V. Exa. tem seis minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Reguffe.

Primeiro eu quero parabenizar a iniciativa desta audiência, que a gente nunca conseguiu realmente obter informações concretas e transparentes do Governo do Distrito Federal, apesar de que mais da metade dos recursos do orçamento da saúde hoje são recursos do fundo constitucional, praticamente a metade do orçamento, e nós, nessa pandemia, o Reguffe sabe disso, nós trabalhamos em conjunto aqui, a nossa bancada, tanto eu quanto o Reguffe e Leila.

A gente sempre defende muito aqui a questão dos recursos para o Distrito Federal.

E, na falta de transparência e de iniciativa também de tornar as informações transparentes, nós criamos aqui – o Senador Styvenson participou também – a Comissão Covid. Gutemberg participou de várias reuniões. Era toda segunda-feira, para que a gente pudesse acompanhar realmente a questão da saúde, que foi um desastre para nós.

Vi a Lídia aqui falando do atendimento aos testes positivos. Eu fico imaginando quantos negativos que não souberam disso. A Operação Falso Negativo foi exatamente isto: todo cidadão que foi ao hospital de campanha, seja nos hospitais, o teste deu negativo. A operação era "falso negativo" porque todos os testes eram ineficientes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Exatamente: falsos. Estavam sendo recolhidos no mundo todo porque não prestavam.

Mas o que eu vejo – e aí cumprimentando os profissionais da saúde, porque, de fato, a gente acompanha de perto e sabe a importância que vocês tiveram não só durante a pandemia, mas durante todo o tempo, o esforço, a dedicação – que falta realmente neste país, em Brasília em especial, é controle. Não tem controle de nada. Aqui é uma saúde analógica, um Governo analógico, que não tem controle sequer de estoque de medicamento. Você mesmo disse aqui que não tem nem o estoque básico, o necessário que não poderia faltar em nenhum momento. Mas, como não tem controle, evidentemente que vai faltar sempre.

Mas a questão é que perderam o foco nas pessoas. O que eu lamento muito é que as pessoas hoje estão perdendo inclusive a esperança de poderem ser atendidas em algo, porque hoje, depois de muita dificuldade, quando conseguem uma consulta, o que é raro, elas não conseguem o exame. E, quando conseguem o exame, não conseguem a cirurgia. E a gente fica assim estagnado e indignado até com as aberrações: pessoa com a parte ortopédica está internada há 90 dias no hospital – e internada custando quanto por dia? – por causa de um parafuso de R$3, R$4. A gente fazendo vaquinha aqui para ar-condicionado que quebrou, com um orçamento de R$9 bilhões.

E, como o Governador não se dispôs a mandar os seus secretários aqui nessa Comissão, nós aprovamos um requerimento de auditoria pública. Então, o próprio Tribunal de Contas da União detectou: foram mais de R$3 bilhões que nós repassamos aqui durante a covid. E com esses R$3 bilhões aconteceu exatamente o que foi também encontrado na Operação Falso Negativo: direcionamento de licitação, superfaturamento. Eu vi aqui: o Tribunal de Contas deve ter aqui pelo menos uns 50 processos – o Tribunal de Contas do DF –, eu não sei, desde 2019; nós estamos em 2022. O que aconteceu? Nada.

O que aconteceu com a Câmara? A Câmara Distrital tem obrigação – não é um direito; ela tem a obrigação – de fiscalizar o Governo. Será que com tudo que aconteceu em Brasília, com as pessoas morrendo aqui por falta de atendimento, será que ninguém da Câmara percebeu que haveria a necessidade de fazer uma CPI, uma auditoria? E a gente lamenta muito isso.

Nós aqui, com muita dificuldade, não temos essa competência de fazer uma CPI do DF, tanto é que eles alegaram – e alegariam também o contrário – que o recurso era federal, por isso é que foram liberados. Os prisioneiros lá, toda a cúpula da saúde estava presa e saiu exatamente com essa desculpa de que o recurso era federal.

Mas o que a gente percebe, Gutemberg e Lídia, que estão à frente diretamente – e eu fico vendo o jovem Pedro com essa responsabilidade –, é que é uma saúde que não tem controle de estoque de medicamento, porque é tudo analógico, não tem controle de pessoal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Iges foi construído agora principalmente para desviar recursos. Chegou a um momento a eleição da Câmara Legislativa em que as despesas de pessoal chegaram a 97% da despesa do hospital, quer dizer, uma dívida de quase R$500 milhões. Então, é uma coisa gritante, não é?

Eu só lamento – por isso que o Reguffe, aqui, nesta Comissão de Transparência e Fiscalização, acertou – que a gente precise cobrar isso. A sociedade precisa entender isso, porque tem recurso, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Quase 9 bilhões de orçamento – bilhões! Se você implantar só o controle digital, economiza pelo menos 30%, 2,7 bilhões.

Então, Reguffe, é só para dizer da nossa indignação. Acho que a população do Distrito Federal toda está indignada, porque realmente está desiludida. E não adianta construir e inaugurar UPA se, no dia seguinte, não tem médico, não tem medicamento. É muita... Eu queria até morar nesse mundo virtual que a gente vê na televisão, essa propaganda enganosa que tem todo dia.

Meus parabéns. Parabéns! Eu estive com a Neyde no Hospital do Gama por diversas vezes, com o Gutemberg também em algumas reuniões e hospitais.

É uma questão de calamidade pública, viu, meu querido Styvenson? A situação aqui... Brasília era para ser uma referência internacional, não era nem local.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Por isso que eu perguntei, Izalci. Nove bilhões divididos para 3 milhões de habitantes dá três mil por pessoa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Deve ser: o orçamento que você tem para o seu estado é o nosso orçamento da saúde.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – É bem menos o nosso. Ah, se a gente fosse abençoado assim! Por isso que eu perguntei: o problema é dinheiro, organização ou o quê?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nós vamos consertar isso aí, viu? Nós vamos dar um jeito nesse negócio aí.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu queria também passar ao subsecretário uma informação. Eu recebi aqui uma informação agora, pedindo também para falar sobre a falta de remédios de alto custo na rede, porque há uma falta sistêmica de remédios de alto custo. Isso prejudica o tratamento de diversos pacientes no Distrito Federal. A pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está relatando a falta do Colistin, que é para os pacientes que têm fibrose cística. Está faltando desde o início do ano. Desde o mês de janeiro, não tem este medicamento na farmácia de alto custo: o remédio Colistin, que é para pacientes com fibrose cística.

Eu me comprometi a devolver aqui – porque a TV Senado vai entrar daqui a pouco com o Plenário, nós vamos ter que devolver – a transmissão para a TV Senado, para poder fazer a transmissão do Plenário. Então, eu vou pedir para cada um aqui... Vou dar um pouquinho mais de tempo para V. Sa., porque tem que responder a alguns questionamentos, mas vou pedir também aos demais que sejam bem sucintos na despedida e na réplica para que a gente possa encerrar e eu cumprir o prazo aqui com a TV Senado.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Pedro Zancanaro. Se V. Sa. conseguir, em dois minutos, aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – ... em três minutos, fazer uma resposta rápida aos questionamentos, eu agradeço.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Agora o senhor me apertou.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – E agradeço a V. Exa...

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Imagine! Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – ... por ter aceitado o meu convite para estar aqui nesta audiência pública, que é importante para a população do Distrito Federal.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO (Para expor.) – Então, eu queria, rapidamente falando, dizer que a secretaria está contratando 230 médicos em concurso regular – a prova vai ser realizada no dia 6 de junho – e recebeu uma autorização para contratar mais 200 médicos por contrato temporário, com uma melhoria do salário em relação ao último contrato, que realmente foi difícil, porque o salário estava muito baixo.

Em relação aos insumos, a gente tem um abastecimento quase completo na rede, diferente do Iges. O Iges compra o seu próprio abastecimento, o Iges tem uma situação diferenciada, um pouco pior do que a própria secretaria.

Lídia, em relação à sífilis neonatal, a sífilis neonatal é um indicador de baixa qualidade de atenção primária. Todo profissional de saúde, detectando um caso de sífilis neonatal, é obrigado eticamente a fazer o tratamento. A pediatria e a neonatologia do Hospital do Gama foram removidas em 2017 para Santa Maria – em 2017 – e não voltaram. Hoje a gente tem neonatologia só na sala de parto do Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Neyde, a Neyde fez um recorte muito bom – e já respondo ao Senador Styvenson. O grupo de financiamento e atenção especializada, tendo em vista sua natureza, aproveita os maiores valores de despesa autorizada, empenhada, liquidada e paga, acerca das fontes 138 e 338, pela soma delas, apresentando 95,61% de empenho e 89% de liquidação da despesa autorizada, com 93% de liquidação da despesa empenhada.

Nós recebemos, Senador Styvenson, respondendo ao senhor, 4 bilhões do Fundo Constitucional, 2 bilhões do GDF e 727 milhões do Ministério da Saúde; de emendas federais, recebemos 65 milhões. A gente tem em caixa hoje 335 milhões e conseguimos empenhar 93,7% de todas as despesas globais da Secretaria de Saúde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO – Deixa eu só falar mais um pouquinho?

Em relação à fila de cirurgias, a gente tem, sim, todos os pacientes, os 24 mil pacientes listados. O Complexo Regulador do Distrito Federal consegue ter listados por patologia e por categoria de risco, porque quando o paciente é inserido, ele é inserido no sistema com uma categoria de cor, de acordo com a gravidade e urgência da cirurgia. Então, não seria difícil, por exemplo, disponibilizar a lista desses pacientes, desde que guardado o devido sigilo que nós somos obrigados por lei a manter.

Só a título de exemplo para os senhores, para dizer como as cirurgias ortopédicas ficam organizadas. Hoje a fila de pacientes aguardando cirurgias ortopédicas tem 1.233 solicitações, sendo 81 vermelhas – a mais antiga, em 29 de setembro de 2021 –; 267 amarelas – a mais antiga em 13 de setembro de 2021 –; 405 verdes – sendo a mais antiga em 15 de setembro –; e 430 azuis, sendo a última inserida, a mais velha, em 23 de setembro.

A regulação das cirurgias eletivas se iniciou em dezembro de 2021. Portanto, os primeiros dados das cirurgias reguladas constam de janeiro de 2022. Então, a gente tem um controle. Quando a cirurgia é colocada dentro do Complexo Regulador, a gente passa a ter... E é exatamente uma forma de proteger essa fila, para que não haja interferência política; não há dedo de indicação: "Passa essa pessoa na frente". A única questão que faz uma pessoa passar na frente da fila de cirurgias eletivas é se, porventura, ela emergenciar e precisar ser operada de emergência.

Em relação... Rapidinho. Senador Izalci, em relação... O que eu posso falar é que eu estava à frente do Hran na época do covid. Acho que a gente teve a oportunidade de conversar. O Hran conseguiu fazer 110 mil atendimentos de covid e internou mais de 10 mil pessoas. A gente tem, sim, controle sobre o nosso RH. No entanto, não depende da Secretaria ter responsabilidade financeira para contratar ou não, isso faz com que a gente tenha, sim, dificuldade para contratar, seja contrato temporário ou concurso regular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à medicação de alto custo, existem medicações que são fornecidas pelo Ministério da Saúde e existem medicações que são compradas pela Secretaria de Saúde. A medicação citada Colistin é uma medicação fornecida pelo Ministério da Saúde. Então, a gente depende do fornecimento do ministério. Não cabe a nós comprarmos, o que é difícil.

Acho que foi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Pedro, obrigado por ter vindo a esta Comissão, por ter aceitado o meu convite. Eu sei que essa função de às vezes ter que responder pelo Governo não é fácil, mas são muitas as críticas, são muitas as coisas que precisam ser respondidas. Eu queria agradecer a V. Sa. ter aceitado aqui o convite, o meu convite, para estar nesta audiência pública.

Eu queria passar também para o Dr. Gutemberg, que tem um minuto para as suas considerações finais. E eu vou ter que ser rigoroso no tempo, porque estou sendo cobrado aqui, Dr. Gutemberg.

O SR. GUTEMBERG FIALHO (Para expor.) – De qualquer um...

Bem, eu gostaria de deixar bem claro que só se fazem políticas públicas em saúde se houver compromisso, se houver... Tudo que norteia a gestão da medicina no meio privado, na clínica privada, pode ser aplicado no serviço público, basta interesse. Você tem que ter planejamento estratégico, avaliação de desempenho, cumprimento de metas e valorização do servidor – o que não existe hoje nas políticas públicas do Distrito Federal.

Quero deixar bem claro também que no Distrito Federal não falta... Quem está nos ouvindo tem que ter isto em mente, Senador Reguffe e Senador Izalci: não falta médico no Distrito Federal; falta médico no serviço público. Falei ainda há pouco que nós temos a maior concentração de médico do país: apenas 32% dos médicos de Brasília estão no serviço público. Portanto, Pedro, o que falta é compromisso. Você conta a seu favor, a sua boa vontade e também que você assumiu agora em fevereiro. O compromisso para contratar médicos era desde o início do Governo, que sabia do déficit enorme. Então, o caos da desassistência é falta de compromisso com a gestão.

Nós estamos observando, Izalci e Senador Reguffe, a inversão do fluxo. Quando eu cheguei a Brasília se dizia que o Sistema de Saúde Pública de Brasília era sobrecarregado porque vinha o pessoal de Goiás para cá. Hoje, o cidadão de Brasília está saindo para ser assistido ou ter assistência em Goiás.

E outra coisa que eu gostaria de deixar bem claro aqui, Pedro, Senador Reguffe e demais presentes – para encerrar: fazem-se políticas públicas com atendimento e planejamento permanente e constante. E mutirões de cirurgia, seja do que for, não é prática de política pública, mas são emergenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Senador Izalci e Senador Reguffe, espero que nos próximos quatro anos se consiga implantar políticas públicas permanentes e constantes, e não políticas emergenciais para aliviar temporariamente o sofrimento da população

É só, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Dr. Gutemberg, por ter aceitado também o meu convite para esta audiência pública. V. Sa. veio enriquecer muito esta audiência.

Agora passo a palavra para a enfermeira Lídia Peres, também para fazer uma última consideração, também no tempo de um minuto. E quero agradecer a V. Sa. por ter aceitado o meu convite para vir a esta audiência pública.

A SRA. LÍDIA PERES (Para expor.) – Eu é que agradeço.

Eu queria finalizar com um pedido, porque eu acho que o maior problema que eu tenho hoje lá no CEO do HRG pode ser resolvido aqui com apoio dos Senadores e com o Pedro, que representa a Secretaria de Saúde.

A nossa situação hoje lá... Chegamos muitas vezes a ficar com oito bebês, nove bebês lá dentro, não é? Pelo menos, no meu último plantão, no domingo, eu estava com nove bebês lá dentro. E a UTI neonatal, para ser fundamentada e formalizada como UTI neonatal, é com o mínimo de dez leitos. Eu já tenho o profissional, eu já tenho talvez a neonatologia, a gente tem esse déficit, mas uma sugestão que eu daria seria esses neonatologistas serem lotados lá dentro da UTI neonatal e prestarem assistência no CO, de forma que, nasceu, chama, para que eles prestem essa assistência, e o apoio dos Senadores no sentido de equipamento – talvez, com uma emenda, não sei se vocês conseguiram nos ajudar –, porque hoje nós não temos incubadoras e ventiladores mecânicos suficientes para atender essa demanda.

Eu acho que é gritante a necessidade dessa UTI neonatal pela demanda e pelo volume de partos que nós atendemos. E não adianta dizer que risco habitual não precisa de UTI neonatal, porque precisa, sim. A gente não sabe como vai nascer o bebê, o parto é uma caixinha de surpresa – está indo tudo bem; no final, tem uma complicação e precisa de uma UTI –, e eu vou além: muitas vezes nós recebemos bebês prematuros que eram para estarem sendo atendidos lá no Iges e que não são atendidos, porque eles simplesmente fecham o ponto e jogam a paciente na rua, e nós vamos ter que acolher lá no Hospital do Gama. Então, eu acho que dá para a gente tentar ajudar essa situação tão gritante.

Eu venho aqui para pedir a ajuda de vocês nesse sentido e agradecer realmente este momento de ser ouvida, de falar, porque muitas vezes quem está ali na ponta, quem está ali na assistência sabe melhor do que está acontecendo. Então, às vezes, lá de cima, vocês não conseguem enxergar algumas situações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem ser corrigidas de forma simples. Eu acho que lá não é um problema muito difícil não de resolver. Então, eu passo a bola aí para vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, enfermeira Lídia. Obrigado por ter aceitado o meu convite para estar aqui.

Passo agora a palavra à Sra. Neyde Glória Garrido também para uma consideração final, também pelo tempo de um minuto.

Apenas quero dizer, Neyde, que esta audiência pública foi muito importante por isto: o Secretário-Adjunto colocou aqui que, por exemplo, a falta de remédios na Farmácia de Alto Custo do Distrito Federal decorre, em alguns casos, do Governo Federal, como no caso da falta do Colistin, que é um medicamento para fibrose cística. Então, eu pediria também que V. Sa. tentasse ver junto ao Ministério da Saúde, porque é muito grave a falta de remédios na Farmácia de Alto Custo. Estou recebendo aqui vários relatos. Se o Ministério da Saúde também puder ajudar com isso, eu agradeço.

E obrigado, Neyde, por ter aceitado o meu convite para estar aqui também nesta audiência pública.

A SRA. NEYDE GLÓRIA GARRIDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Imagina, Senador, sou eu quem agradeço, até porque esta oportunidade é uma oportunidade de atualização também para todos nós ouvirmos as diferentes facetas de um problema que sabemos que é bastante complexo.

Eu vou, sem dúvida nenhuma, já reverberar essa informação que foi veiculada aqui sobre os medicamentos. Tenho perfeito conhecimento de que uma parte da lista de medicamentos é responsabilidade do Ministério da Saúde. Há um trabalho especificamente nessa área. Como eu disse, sem dúvida nenhuma, posso transmitir à área responsável essa observação que foi feita aqui.

A audiência eu acho também que foi bastante importante, porque tocou em aspectos fundamentais para a qualidade da assistência no DF, e ouvir o Secretário-Adjunto nos traz um alento, porque é alguém que visivelmente está disposto a batalhar muito, a lutar para melhorar as coisas e a situação que ele encontrou.

Felizmente, vimos que essa melhoria não depende do recurso federal, ou seja, já falamos do recurso, da contribuição federal para o custeio, e a gente não tem conhecimento da contribuição, do montante do DF, mas isso é um problema geral no país. Na verdade, a contribuição do Ministério da Saúde é sempre transparente e pública, e a dos estados não é assim. Mas, de toda forma, ficou claro que não é o caso neste momento exclusivamente de recursos, sobretudo de recursos federais.

Estou à disposição para outra conversa, se for o caso.

Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Neyde, por ter aceitado o meu convite para esta audiência pública.

Quero aqui registrar a presença da Deputada Federal Paula Belmonte, que também está aqui nesta audiência.

Vou passar a palavra, rapidamente, à Senadora Leila.

Leila, vou pedir que seja rápida, porque estou sendo cobrado para encerrar.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Estou ouvindo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Reguffe, querido companheiro de bancada, Senador Izalci. Eu vou ser muito rápida.

Eu acompanhei, mesmo recebendo aqui no gabinete – enfim, todos os dias a gente recebe muito aqui no gabinete –, mas acompanhei atentamente algumas falas, a da Sra. Neyde, a do Pedro, Secretário-Adjunto, a do Dr. Gutemberg.

Eu queria perguntar especificamente para o Secretário-Adjunto. Ainda sobre a gestão do instituto, na opinião do Subsecretário e de todos aí presentes: o problema é do modelo ou da governança a que foi submetido o Iges, o modelo de gestão? Mas eu não ouvi, Reguffe. Eu não ouvi isso. Eu pergunto o porquê da falha.

E outra: teve a introdução dos sistemas de informação integrados – quero uma reposta rápida – que controlam os prontuários, as consultas, os exames, os estoques, o que pode facilitar a vida do paciente, melhorar o atendimento e controlar os custos da operação do sistema de saúde. Isso eu não ouvi. São soluções simples e óbvias. Eu tenho notícias de que houve duas tentativas de implantação desses sistemas e que a implantação não teve sucesso. Eu pergunto o porquê do insucesso na implantação desse sistema e como podemos garantir uma implantação bem-sucedida.

São só essas duas perguntas, porque eu não ouvi ninguém... Enfim, se ele respondeu durante a audiência, eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senadora Leila.

Se o Secretário puder responder de forma bem sucinta, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Eu passo a palavra a V. Sa.

O SR. GUTEMBERG FIALHO – Senador, se puder me dar 15 segundos depois...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Dr. Gutemberg, eu estou realmente sendo cobrado para encerrar.

Eu vou passar só para o Secretário, porque ela o questionou. Eu peço para ele ser sucinto, agradecendo a presença mais uma vez.

O SR. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO (Para expor.) – Senadora Leila, boa tarde. Senador Reguffe, obrigado pela pergunta.

O meu entendimento é que o Iges foi criado para ter flexibilidade em contratações e em compra de insumos. Hoje, eu posso dizer para a senhora que o Iges tem tentado melhorar a sua capacidade de comprar insumos. No começo, ele foi desse jeito; agora, o Iges demora mais do que a própria Secretaria, que responde à Lei 8.666, de licitações, para comprar insumos. Então, eu acho que o problema não é no modo da ideia. Eu acho que é do fluxo de processos dentro do instituto, que está precisando de uma melhoria.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Secretário.

Agora isso realmente não tem cabimento. O Iges foi feito pelo conceito de ter uma maior agilidade na compra de insumos, e ele levar mais tempo do que a própria secretaria mostra uma ineficiência absolutamente gritante.

Eu queria muito agradecer a presença de cada um dos convidados desta audiência pública. Eu propus esta audiência pública porque eu penso que o Senado Federal não pode se omitir com relação à questão da qualidade da saúde pública aqui do Distrito Federal. Em grande parte, numa boa parte, a saúde pública aqui é financiada por recursos federais, e esta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle tem uma responsabilidade nisso.

Eu queria agradecer a V. Sa., Sr. Pedro Zancanaro; ao Dr. Gutemberg Fialho; à enfermeira Lídia Peres; à Sra. Neyde Garrido; aos Senadores Izalci e Styvenson, que estiveram aqui, assim como à Senadora Leila, que também participou desta audiência de forma virtual.

Eu queria dizer a todos e ao Secretário que eu espero sinceramente que o Governo do Distrito Federal faça um mutirão de cirurgias. Isso não é difícil. Não dá para aceitar que, num hospital, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hospital de Base, com 16 centros cirúrgicos, funcionem apenas 2 na madrugada. Isso não dá para aceitar. Nós deveríamos marcar cirurgia para 1h da manhã, 2h da manhã, 3h da manhã, 4h da manhã, 5h da manhã, pagar por cirurgia. No final de semana, de 16 centros cirúrgicos, funcionaram apenas 2. Isso só no Base, porque isso se espalha por toda a rede da saúde do Distrito Federal. Isso é a vida real das pessoas e é absolutamente inaceitável.

E também queria dizer que acho que precisa melhorar muito, acho que nós precisamos melhorar muito, inclusive mecanismos de controle. É preciso ter um controle de estoque de medicamento digital e público para que todos possam controlar. Não tem cabimento nós não termos esse controle de estoque. Isso faz com que se desviem remédios, que se prejudique a saúde das pessoas.

Eu queria agradecer a todos os presentes e agradecer também a todos que estão nos assistindo e nos ouvindo.

Encerro esta sessão, antes convocando sessão deliberativa ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quinze minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Eduardo Girão e Styvenson Valentim, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Reguffe, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2022 - CTFC, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater as recentes denúncias feitas no Procon do DF que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de redes de fast food com sede no Distrito Federal. **Participantes:** Marília Sobral Albiero, Coordenadora de Inovação e Estratégia da ACT Promoção da Saúde; Itamar Taver, Blog Coma Com Os Olhos / @SrCCOO; Marcelo de Souza do Nascimento, Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON/DF; Mariana Gondo, Advogada do Programa de Alimentação Saudável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A., (Nota de Esclarecimento); BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., (Nota de Esclarecimento); e Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, (Nota de Esclarecimento). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/12

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores. Bom dia a quem está virtualmente nos acompanhando. Estou vendo aqui o Sr. Itamar, a Sra. Mariana e a Sra. Marília. Sejam bem-vindos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater as recentes denúncias feitas no Procon do Distrito Federal que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de *fast food* com sede no Distrito Federal, em atendimento ao Requerimento 15, de 2022, da nossa autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço eletrônico: senado.leg.br/e-cidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800-0612211. Repetindo: 0800-0612211.

Hoje recebemos os seguintes palestrantes: Sr. Marcelo de Souza do Nascimento, Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – ele entrou em contato, através do seu assessor, e está se dirigindo até esta sala das Comissões –; Sr. Itamar Taver, do *blog* Coma Com Os Olhos – o Itamar está remotamente –; Sra. Marília Sobral Albiero, Coordenadora de Inovação e Estratégia da ACT Promoção da Saúde – a Marília está aqui –; Sra. Mariana Gondo, advogada do programa de alimentação saudável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Em sendo assim...

Nos últimos dias, fomos todos nós surpreendidos por dois casos de desrespeito ao consumidor que ganharam grande repercussão na mídia. Redes de *fast food*, devidamente representadas na audiência pública que estamos realizando, pelo menos assim a gente espera, foram acusadas de utilizar para alguns de seus lanches denominações que induzem o consumidor ao erro, sanduíches que aparecem no cardápio como contendo cortes nobres de carnes e que são amplamente divulgados por essas redes, na realidade usam cortes mais econômicos, omitindo essa informação. Trata-se, na verdade, de um aroma que, acrescentado ao molho, garante ao consumidor uma experiência semelhante a de comer de verdade os cortes mais sofisticados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo alguns órgãos de imprensa, os lançamentos de sanduíche na linha *gourmet* resultam de reação das grandes redes a hamburguerias artesanais que vêm se espalhando pelo país. Como sabemos, em qualquer setor da indústria e do comércio a concorrência é sempre muito bem-vinda. O efeito que dela se espera é a otimização dos processos de produção, a melhoria na qualidade dos produtos, o investimento em tecnologia e a adoção de outras medidas para fazer face às novidades apresentadas pelos concorrentes. O direito do consumidor, entretanto, é sagrado. Respeitar o direito de todos à saúde e à informação precisa e detalhada sobre os produtos é um princípio que deve balizar todas as ações de quem se propõe a atuar no mercado.

Para que o direito de todos seja assegurado, existem normas, e elas são muito rigorosas. O Brasil é referência internacional no campo da proteção dos direitos do consumidor, com uma legislação que disciplina as responsabilidades, as relações entre o fornecedor e o consumidor final. As normas estabelecem prazos, penalidades e, o que nos interessa no caso, padrões de conduta.

Entre os princípios éticos esperados dos fornecedores está o compromisso com a verdade em toda a divulgação dos seus produtos. Tais valores, no caso em tela, foram desconsiderados.

Acionados, os órgãos competentes agiram tempestivamente. Os estabelecimentos foram notificados e proibidos de comercializar tais sanduíches.

É importante que esses casos sejam tratados com a máxima seriedade e que sirvam de exemplo. O consumidor brasileiro é exigente e está atento, e os órgãos de proteção e defesa do consumidor, por sua vez, são diligentes e responsáveis no exercício de sua missão institucional.

Nós recebemos, por escrito, não só direcionado à gente, mas também ao Presidente desta Comissão, duas justificativas: uma do McDonald´s e outra do Burger King, dando, aqui, a versão deles no que diz respeito a essa questão.

Eu penso, apesar de ser longo, ser pertinente que eu leia isso agora, para que todos que vão participar estejam cientes do que aqui chegou, até porque as situações que aqui estão colocadas são públicas, estão sobre a mesa e por aqui vão ficar à disposição de quem quiser.

> Excelentíssimos Srs. Senador Reguffe – Presidente da Comissão [...] e Senador Nelsinho Trad – membro da Comissão [...].
> A Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A., franqueada do McDonald's no Brasil [...] tomou conhecimento do requerimento de audiência pública [...] "com o objetivo de debater a respeito das recentes denúncias feitas no Procon do Distrito Federal, que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de *fast food* com sede no Distrito Federal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como tivemos oportunidade de explicar [já pela interlocução] ao Senador Nelsinho [...] em audiência [que tivemos, via remota], na última sexta-feira, 6 de maio, estamos à disposição do Senado [...] e dos senhores Senadores para prestar todos os esclarecimentos [necessários].
Assim, em atenção ao convite de V. Exas. para comparecer a um debate sobre o assunto, agradecemos a oportunidade de elucidar os fatos, optando por apresentar os esclarecimentos por escrito, na forma que segue, assim como estaremos fazendo aos Procons e a todas as autoridades públicas.
Entendemos, desse modo, que será muito mais benéfico à elucidação dos fatos e ao consumidor brasileiro tratarmos da questão sob um viés técnico-jurídico.
São os seguintes os nossos esclarecimentos: começamos por destacar que, uma vez verificada a polêmica em torno do nome da nova linha de sanduíches, no próprio dia 29.4.2022 a empresa decidiu suspender a comercialização dos Novos McPicanha em todos os restaurantes do País, prezando mais uma vez pela transparência e em respeito a todos os seus consumidores.
Conforme restará demonstrado, a empresa agiu com boa-fé e transparência tanto no desenvolvimento dos produtos quanto na veiculação da campanha de publicidade dos Novos McPicanha, não havendo que se falar em enganosidade em sua conduta, bem como suspendeu, por liberalidade, a comercialização dos respectivos sanduíches em todo o país.
O histórico da campanha. Ausência de enganosidade.
1) A Arcos Dourados tem como pilares de sua atuação a qualidade, a transparência e a segurança dos produtos comercializados aos seus clientes.
2) Buscando oferecer a melhor e mais completa experiência, o sistema McDonald's desenvolveu, ao longo dos mais de 40 anos em que atua no Brasil, um cardápio fixo, composto por sanduíches clássicos da marca e amplamente aceito pelos seus clientes. Além disso, para acompanhar as tendências de mercado e garantir novidades constantes para os consumidores, a empresa também possui cardápios sazonais com padrões disponíveis apenas por curtos períodos.
Dentro dessa perspectiva de inovação e sempre buscando levar a melhor experiência aos seus consumidores, a Arcos Dourados vem desenvolvendo linhas de produtos que prestigiam a culinária e o paladar do público brasileiro, o que é justamente o caso da utilização da denominação Picanha na linha Novos Picanha. Novos McPicanha, melhor dizendo. O objetivo era fazer alusão ao churrasco nacional, prática à qual os consumidores brasileiros já estão completamente acostumados, que será melhor destacada adiante, diferenciando-o dos produtos vendidos e dos demais países em que o McDonald's atua.
Dessa forma, a fim de melhorar a experiência do consumidor e garantir que os sanduíches oferecessem um sabor mais acentuado de picanha, a empresa desenvolveu, em parceria com a Keroly do Brasil, um molho sabor picanha, que adicionava ainda mais sabor à carne do que o próprio uso da carne de picanha. Isso porque, segundo muitos especialistas, ao moer a carne de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

picanha para produzir o hambúrguer, a mesma perde a maior parte de suas propriedades, não transferindo ao hambúrguer o seu sabor característico.
Os sanduíches dessa nova linha foram desenvolvidos para conter, além do hambúrguer de carne 100% bovina, produzida com cortes selecionados, com maior tamanho oferecido pela empresa, um exclusivo molho sabor picanha com aroma natural de picanha, desenvolvido pela Keroly do Brasil para trazer aos consumidores uma experiência ainda mais intensa do sabor picanha brasileiro.
Assim, os dois sanduíches da linha, isto é, Novo McPicanha Salada Bacon e Novo McPicanha Cheddar Bacon, eram compostos pelo maior hambúrguer de carne 100% bovina disponível no nosso cardápio e por um molho com um marcado sabor de picanha, o primeiro ainda com o diferencial de vir com salada e *bacon,* e o segundo, com *cheddar* cremoso e *bacon*. Os produtos foram denominados Novos McPicanha precisamente para deixar claro que se tratavam de um novo produto, inédito, que não se confundiam com outro sanduíche comercializado anteriormente.
Os materiais publicitários e mídia de divulgação destacaram ainda, como a própria nomenclatura, que seriam novos sanduíches, bem como suas especificações e características essenciais, sendo vinculadas informações verdadeiras, corretas e claras quanto à composição dos novos sanduíches, qual seja, hambúrguer de carne 100% bovina com molho sabor picanha.
[Aí mandam duas fotos, em que reforçam, embaixo da denominação do sanduíche, a maior carne do Mc, com o molho sabor picanha. No outro, a mesma coisa]
A informação também está destacada na embalagem do sanduíche, que indica não só a nomenclatura, Novos McPicanha, como também o molho sabor picanha.
Nota-se, mais uma vez, as informações divulgadas sobre sanduíches da nova linha McPicanha: Novo Picanha Salada Bacon (1.067 calorias), com a foto do novo sanduíche.
Dessa forma, a empresa entende, respeitosamente, que a campanha, se analisada em sua completude, apresentava informações suficientes para que o consumidor compreendesse que se tratava de sanduíches novos, diferente de qualquer outro comercializado anteriormente. Além de não anunciar, em qualquer momento, que o hambúrguer seria feito de carne de picanha, a mensagem foi clara ao destacar o fato de o sanduíche ter molho sabor de picanha. Ao fazê-lo, a empresa acreditava que estava comunicando claramente ao consumidor que o sabor de picanha que se dava ao nome do sanduíche derivava do moro e não da composição do hambúrguer.
11) O art. 37, §1°, do Código de Defesa do Consumidor estabelece que é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer modo, mesmo por omissão, capaz de induzir a erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade e quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
12) Da simples análise das peças de comunicação, é possível aferir que a empresa jamais indicou que o hambúrguer seria composto por carne de picanha. Pelo contrário: tanto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

material publicitário veiculado, que indica expressamente que se trata de carne 100% bovina no molho sabor picanha, quanto a comercialização dos Novos McPicanha foram realizados de boa-fé, com a intenção de transmitir aos consumidores o sabor da nova linha de produtos, sempre destacando a composição do sanduíche, sem jamais ter a intenção de induzir seus consumidores a erro.

13) O consumidor brasileiro está acostumado a adquirir produtos que sejam identificados por nomes que remetam ao sabor, ao aroma e à experiência que oferecem, e não necessariamente à sua composição.

14) Há décadas são comercializados no Brasil produtos que levam no nome o sabor ou o aroma que ostentam, mas que não necessariamente contenham a matéria-prima que origina esse sabor em sua composição. Cumpre destacar ainda que especialmente a menção a sabores é uma prática absolutamente comum, com a qual os consumidores estão amplamente habituados. Vários desses exemplos vêm sendo, nos últimos dias, amplamente divulgados pelos veículos de comunicação.

15) De fato, é uma prática de mercado comum e aceita pelo consumidor, que, ao adquirir um produto alimentício, tem a experiência de que o mesmo entregue o sabor oferecido, mas não necessariamente que a matéria-prima que está no seu nome faça parte da composição dele. E, mais especificamente no mercado de refeições, diversos restaurantes e lanchonetes há anos oferecem e divulgam sanduíches cujos nomes mencionam cortes de carne que não estejam presentes em suas respectivas composições.

Sendo assim, resta evidente que a empresa jamais teve a intenção de induzir os seus consumidores a erro; pelo contrário: sempre atuou de forma diligente, transparente, tomando as precauções que entendeu necessárias para que consumidores fossem devidamente informados sobre a composição do sanduíche da linha McPicanha, tendo pautado sua conduta sempre de boa-fé.

Agradecemos mais uma vez a V. Exas. e aos membros da Comissão pelo excelente trabalho que realizam em prol do povo brasileiro e pelo interesse genuíno em esclarecer este assunto, de grande importância para a nossa empresa. Seguimos à disposição para apresentar qualquer esclarecimento adicional.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Exas. o testemunho de nossa mais alta consideração, ao mesmo tempo em que renovamos nossa disposição em prestar esclarecimentos a todas as autoridades constituídas. Adicionalmente, reafirmamos o compromisso com os mais de 50 mil colaboradores do sistema, bem como o máximo respeito e consideração aos nossos clientes em todo o Brasil.

Atenciosamente, Paulo Sérgio de Camargo, Presidente.

A outra justificativa:

Barueri, 11 de maio de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. [...] Reguffe, Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor
[Exmo. Sr. Requerente] Nelsinho Trad,[...] BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("BK Brasil"), razão social da máster franqueada no Brasil da marca Burger King, tendo sido convidada a debater o objeto do Requerimento n° 00015/2022, de autoria do Exmo. [...] Senador Nelsinho Trad [...], a saber: "(...) recentes denúncias feitas no Procon Distrito Federal que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de *fast food* com sede no Distrito Federal". Nesse sentido, rendendo de início as mais elevadas homenagens a esta [Casa], BK Brasil vem apresentar seus esclarecimentos por escrito, na forma do art. 94, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, de modo a contribuir para a audiência pública designada para [a data] 12 de maio [...]
1. A controvérsia que motivou o Requerimento, no que diz respeito à BK Brasil, atinge o sanduíche Whopper Costela, que começou a ser vendido em 24 de novembro de 2021 e comercializado até 29 de abril de 2022 nas redes de restaurante Burger King com esse nome. O sanduíche era a versão de carne suína do mais famoso sanduíche da marca, o Whopper, criado em 1957 pelo cofundador do Burger King, James McLamore.
2. A sexagenária história do sanduíche se confunde com a própria criação do Burger King, reconhecidamente considerado uma das maiores redes globais de restaurantes especializados em hambúrgueres.
Fundado em 1954 em Miami, Estados Unidos, onde até hoje fica sua sede, o Burger King é apontado como a segunda maior rede mundial do gênero, com mais de 15 mil lojas espalhadas em todo o mundo, servindo mais de 11 milhões de consumidores por dia, em mais de cem países.
3. A BK Brasil é empresa de capital aberto, máster franqueada da marca Burger King em nosso país. Atualmente conta com mais de 800 (oitocentos) pontos de venda da BK Brasil, empregando mais de 15 (quinze) mil colaboradores diretos no país, sem considerar que os empregos indiretos gerados pela operação do Burger King são, da mesma forma, bastante significativos. Contribui, portanto, para a geração de empregos, em especial da força da juventude, como porta importante de acesso para ingresso no primeiro emprego, assegurando, dessa forma, o desenvolvimento e o progresso da nação em geral e de seus colaboradores e suas famílias em particular.
A BK Brasil também adota causas importantes do ponto de vista de responsabilidade social, com destaque, por exemplo, à ação em conjunto com o Movimento Arredondar, desde 2018, por meio do arrendamento dos centavos das compras, os clientes são estimulados a apoiar a causa da educação e o combate a fome.
O cardápio dos restaurantes Burger King é baseado em refeições rápidas. Todos os produtos oferecidos no restaurante em venda *online* ostentam um completo cardápio com todos os ingredientes. No caso, o Whopper Costela não é diferente. [Mandam a foto]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, um hambúrguer Whopper Costela está devidamente registrado no Ministério do Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária.

De acordo com o registro, sem qualquer contestação das autoridades, o hambúrguer é composto por cerca de 95% de carne suína e o restante são ingredientes para temperar o hambúrguer, inclusive aditivos todos naturais. [Aqui está o registro que eles mandaram na justificativa]

Notem os Senadores que o hambúrguer Whopper Costela tinha como matéria-prima de proteína animal a carne suína. Essa informação foi sempre e sempre de conhecimento das autoridades. No entanto, recentemente, o que se entendeu ter sido um problema que repercutiu na imprensa e acabou gerando a adoção de medida cautelar pelo Procon do Distrito Federal e o consequente requerimento do eminente Senador foi a indicação de o hambúrguer não conter o corte suíno da costela.

Esclarece que o hambúrguer Whopper Costela era composto por carne suína com aroma e sabor de costela de porco. Essa informação, durante todo o tempo de comercialização, foi clara e disponível ao consumidor: o sabor era de costela, não o corte de carne de costela.

Vale salientar que o referido aroma é produzido e fornecido por empresas mundialmente reconhecidas no setor e atesta que o aroma utilizada confere as notas grelhadas, proteicas e de condimentos, que, quando aplicadas em carne suína, remete ao perfil sensorial de costela suína grelhada.

A BK Brasil, sempre respeitando seu cliente consumidor geral e seguindo rigorosamente as orientações que regulamentam o setor alimentício, deixou clara tal circunstância de forma permanentemente ostensiva e por todos os meios de comunicação com o consumidor, como se pode ver nos materiais publicitários abaixo:

Aqui os materiais que acompanham a justificativa.

Ainda acerca da transparência da BK Brasil, vale destacar que, no filme publicitário do Whopper Costela, que é de conhecimento público, divulgado amplamente na maior mídia propagadora de informações, a televisão, a BK Brasil deixou claro ao consumidor que o hambúrguer é de sabor costela suína, por meio da locução "carne grelhada no fogo sabor costela suína".

Como grande parte dos alimentos do setor alimentício em geral que qualificam os seus sabores sem conter matéria-prima correspondente, tais como sorvete sabor morango sem morango, bolacha de queijo sem queijo, macarrão instantâneo sabor galinha sem galinha, batata frita sabor churrasco – que não existe na natureza –, o Whopper Costela ganhou o seu nome pelo sabor e não há nada errado com isso, na medida em que foram observadas todas as diretrizes regulamentares que pautam o setor, tais como: regras de consumo, regulamentação publicitária, regulamentação sanitária.

É preciso acrescentar que o aroma da costela suína do hambúrguer do Whopper Costela é natural. Vale dizer: advém de aromatizante natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sabor da costela suína em hambúrguer suíno legitima a BK Brasil a denominar seu sanduíche como Whopper Costela. Nesse sentido, a informação prestada ao cliente sempre foi clara, ostensiva, completa e em língua portuguesa, como estabelece o Código de Defesa do Consumidor, em especial no art. 6º, incisos III e 30.

Os componentes do produto sempre estiveram ao alcance do consumidor, por todas as formas de comunicação. Tanto que, nesse sentido, o *blog* Coma Com Os Olhos não teve problemas para encontrar as informações de que o hambúrguer do Whopper Costela era produzido com carne suína com aroma de costela.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) entende que informações no rótulo são capazes de cumprir com os pressupostos da defesa do consumidor, mesmo se a embalagem do produto contiver um ingrediente que não está presente *in natura*. Segundo matéria do jornal *O Globo*, que eles transcrevem, "avaliação do conjunto de informações contidas no rótulo, já que podem estar presentes alertas que permitam ao consumidor entender que a imagem apresentada não remete diretamente à composição do alimento'". [Diz a matéria]

13. No entanto, a repercussão anormal - e injustificada — gerou um frenesi na busca por alguns consumidores a nomes de produtos ou alegações de propaganda que não condiziam com o ingrediente *in natura*. A mesma matéria do jornal *O Globo* dá conta que o Leite Ninho não tem leite, o Alpino Fast não tem chocolate Alpino, o Queijo Cheddar Polenghi não tem *cheddar*, a bolacha Trakinas de morango não tem morango e o Bis não é chocolate. A questão é que todos esses produtos deixam claro que não possuem, respectivamente, leite, Alpino, *cheddar*, morango ou chocolate. Nesse sentido, o consumidor é plenamente informado e as normas de regulamentação são observadas. Foi o que sucedeu, de igual forma, com o sanduíche então produzido pela BK Brasil.

Ademais, essa atípica repercussão fez a BK repensar o nome do produto, porque é política da empresa manter o perene diálogo com os consumidores, sempre em nome da transparência. Dessa forma, entendeu por alterar o nome do sanduíche, em 3 de maio de 2022, para Whopper Paleta Suína, para figurar, literalmente, o principal ingrediente do hambúrguer e não gerasse a mais remota dúvida a quem quer que fosse. O produto continua com sabor de costela, mas a BK Brasil decidiu por bem deixar o nome ainda mais próximo dos produtos utilizados na preparação do sanduíche, para apascentar os ânimos e em pronta atitude máxima de respeito ao consumidor em geral e, em particular, a quem eventualmente não compreendera a composição dos ingredientes naturais.

No dia 3 de maio, logo depois da autuação do Procon/DF, a BK promoveu esclarecedor informe a seus consumidores, denominado Papo Reto. O conteúdo do informe segue conforme denominação aqui apresentada.

Uma das mais eficientes atitudes de todo e qualquer fornecedor é, diante de eventual crise de consumo, agir rapidamente. As normas de PROCONs espalhados por todo o País normatizaram que a rápida reação do fornecedor no sentido de resolver o problema caracteriza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunstância atenuante, o que reforça neste ponto a boa-fé da empresa. Assim ocorre, por exemplo, com a Portaria nº 45/2015, artigo 34, inciso I, alínea "b".
Basicamente, hoje, dias depois do surgimento da polêmica, não há mais Whopper Costela vendido nos restaurantes da BK Brasil, a despeito da composição de seus ingredientes naturais autorizarem que a nomenclatura fosse mantida.
Por isso, longe de caracterizar confissão de culpa ou assunção de responsabilidade, a BK Brasil tomou essa decisão em respeito ao consumidor, que é uma política de consideração que vem da matriz norte-americana na ação que sabidamente prima pelo respeito com que trata o consumidor. Mais do que isso, reafirma-se aqui ter agido a BK Brasil dentro dos contornos da legalidade e em estrita obediência às diretrizes de regulamentação previstas no ordenamento. É importante informar ainda que é de conhecimento desta Comissão que a troca de denominação de um produto não é tarefa simples; no caso do Whopper Costela, envolve novos investimentos em publicidade, troca de materiais em pontos de venda, estudo para verificar a viabilidade comercial do novo nome, enfim, não é algo elementar. Mesmo assim foi feito, em nome do princípio reitor da BK Brasil, o indesviável respeito ao público consumidor.
Em suma, a esta colenda Comissão fica claro que: a) o consumidor sempre foi adequadamente informado sobre os componentes e características do Whopper Costela, na forma dos art. 6º, incisos IV e XXX, do Código de Defesa do Consumidor; de conseguinte, b) não houve publicidade enganosa na espécie; e c) ademais, sempre de boa-fé, a BK Brasil rapidamente readequou o nome do produto, em benefício de ainda mais transparência, de modo que, hoje, ele se chama Whopper Paleta Suína.
Sem prejuízo do presente esclarecimento, BK Brasil permanece à inteira disposição dessa colenda Comissão e das autoridades, como sempre esteve, para prestar eventuais esclarecimentos adicionais, exaltando o espírito republicano do Senado e sua relevância no cenário nacional para a defesa dos direitos e da cidadania no Brasil.
Atenciosamente...

Duas assinaturas aqui. Uma dá para identificar, Ariel, o sobrenome não dá, e o outro não dá para identificar. Mas aqui estão as duas assinaturas.

Esses dois documentos estão à disposição para quem se interessar em tê-los.

Feitos os esclarecimentos necessários, aqui ao nosso lado o Marcelo de Souza do Nascimento, muito bem-vindo, Diretor-Geral do Procon; virtualmente, nós temos a presença de três representantes: o Itamar Taver, do *blog* Coma Com Os Olhos; a Marília Sobral, Coordenadora da Inovação Estratégica da ACT Promoção da Saúde, e a Mariana Gondo, advogada do Programa de Alimentação Saudável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Vamos intercalar as participações, concedendo 15 minutos ininterruptos, com um aviso faltando um minuto para concluir e o tempo necessário para a conclusão. Intercalar remoto com o presencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo uma deferência às mulheres, vamos iniciar com a Marília Sobral Albiero, Coordenadora de Inovação Estratégia da ACT Promoção da Saúde. Posteriormente, o Itamar Taver, depois o Marcelo de Souza do Nascimento e, por último, a Mariana Gondo, lembrando que os últimos serão os primeiros, Mariana.

Com a palavra a Marília.

A SRA. MARÍLIA SOBRAL ALBIERO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Nelsinho, boa tarde a todos os Parlamentares, bom dia, meus colegas de mesa.

É uma honra poder participar, o convite para a gente da ACT Promoção da Saúde. Para mim também é uma responsabilidade abrir este importante debate.

Eu vou aqui, Senador, compartilhar uma apresentação, porque assim eu consigo guiar mais o raciocínio, o debate e cumprir o tema.

Só para esclarecer ao público, à audiência quem eu sou e quem eu represento: eu sou da ACT Promoção da Saúde, uma organização não governamental que trabalha no campo da promoção das políticas públicas de saúde, mitigando os fatores de risco das doenças crônicas – e aqui a gente embarca no tabaco, na alimentação inadequada, no álcool e na inatividade física –, no sentido até de promover, em conjunto, os objetivos do desenvolvimento sustentável, fazendo uma atuação de sociedade, através do Advocacy, possibilidade essa que a gente tem para discutir com a sociedade e com os Parlamentares o avanço de políticas públicas

Eu começo a minha fala até explicando um pouco do racional que eu vou trazer aqui, que é justamente mostrar qual o papel das políticas públicas para a prevenção das doenças crônicas. Aqui a gente está como indutor da promoção de uma alimentação saudável.

Acho que a história do tabaco conta muito isso. Acho que, para muito além de campanhas de conscientização com relação a esse produto, de que não era bom para a saúde, se conseguiu avançar e o Brasil passou a ser referência na mitigação dessa prevalência. E não se conseguiu isso, informando-se apenas o consumidor; foi um conjunto de estratégias juntas que envolviam tributação, rótulos de advertência, regulação da publicidade e regulação de ambiente, para se conseguir realmente o avanço.

E isso não só na questão do tabaco: a OMS, ao reconhecer os demais fatores de risco das outras doenças crônicas, como alimentação inadequada, uso abusivo do álcool, inatividade física e agora a questão da poluição do ar, viu que o conjunto de pacotes que foi aplicado para o tabaco poderia e deveria ser feito para os demais fatores.

Então, essa história que a gente tem aí da saúde pública e da regulação da publicidade tem uma coerência muito grande com o que a gente vai discutir hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a gente se ater ao caso aqui, especificamente, do McDonald's e do Burger King, que foi o epicentro desta audiência, eu queria trazer algumas reflexões. Existe uma que, pela fala dos dois fabricantes, é perceptível: observa-se muito a transferência da responsabilidade para o consumidor, como se ele não fizesse a melhor escolha porque ele não quer.

Eu queria trazer alguns elementos para que nós pensássemos juntos, como consumidores e pessoas que consomem alimentos, em toda a jornada que nós fazemos, em todos os lugares a que temos acesso, ao fazermos uma decisão de compra. A gente precisaria que aquele produto mais saudável estivesse o mais disponível possível e que ele fosse a minha opção mais fácil. Além disso, que eu tivesse condição econômica de adquiri-lo e que eu tivesse informação clara, objetiva e rápida para tomar uma decisão. Se a gente parar para pensar, isso não acontece.

Mas vamos supor que eu tivesse essas condições estabelecidas – e aí eu queria trazer o que a economia comportamental tem nos auxiliado muito para ajudar nesse processo de decisão de compras do consumidor –, a gente tem dois sistemas decisórios: um é aquele mais reflexivo, em que a gente faz conta, em que a gente para para pensar; o outro é automático, aquele que evoca a intuição, a emoção e, principalmente, ancoragens de padrões. E isso o que faz? No dia a dia, nas nossas decisões de compra, principalmente de bens de consumo, a gente não aciona o nosso sistema reflexivo; a gente aciona o nosso sistema automático, então o consumidor sempre vai procurar padrões para sua tomada de decisão. Aí, o nível de exigência que é dado para ele nesses momentos é muito alto, e isso não vai acontecer. Não adianta eu fazer campanhas de informação, campanhas elucidativas e chamar a atenção; o meu padrão intuitivo, emocional vai falar mais alto.

Então, a primeira coisa: a gente não pode colocar a responsabilidade no consumidor totalmente pelas suas decisões. Existe toda uma necessidade de uma regulação de um ambiente alimentar.

O outro ponto que eu queria trazer é o seguinte: eu trouxe a questão do tabaco, do álcool e da bebida alcoólica. Essas indústrias, além de terem vetores dos fatores de risco para doenças crônicas, além de terem um conjunto de pacotes, os mesmos, para o seu enfrentamento, têm uma similaridade: à medida que a regulação vai querendo aumentar e à medida que o consumidor se empodera e internaliza os malefícios desses produtos, a indústria sofistica suas estratégias, gerando mais dúvida e confusão.

Eu vou trazer três exemplos aqui da indústria do tabaco porque ela sempre está na frente e ela pode muito nos ensinar.

Essa questão da camuflagem, que na natureza exige tanto dos animais para sobreviverem, é uma estratégia muito utilizada pelas indústrias, e as marcas se apoderaram disso faz muito tempo. Por exemplo, os cigarros: não é à toa que hoje eles têm embalagens que lembram balas, porque não é só para atrair o público infantil; as embalagens vêm com algo que faça referência a uma coisa mais prazerosa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com aroma e sabor, e tire todo aquele padrão mental que o cigarro tradicional tinha, de um aroma nada saboroso. Isso não é à toa.

Hoje em dia, o grande problema que a gente tem são os *vapes*, que, mesmo tendo sua entrada proibida no Brasil, se confundem, no ambiente escolar, com o material escolar, e isso dificulta a fiscalização de pais e coordenadores.

Outra coisa sobre esses novos dispositivos eletrônicos de fumar: apesar de serem proibidos no Brasil, o que a loja deles reflete? Reflete uma tabacaria? Não, ela está refletindo aqui uma indústria de tecnologia. Então, eles tentam se descolar de uma imagem que está mais padronizada e não dão informação, porque esses produtos também causam mal à saúde. E, aí, confundem o consumidor com outro tipo de informação, com propaganda, gerando-se só mais distúrbios no meu sistema decisório, que já está muito prejudicado.

Então, quando a gente traz aqui a questão do McPicanha e do Hopper, na verdade, isso aqui é a ponta de um *iceberg*, de um sistema alimentar totalmente desestruturado e ineficiente. Basta, pela fala dos fabricantes aqui, só informar que não é a carne de verdade, mas o molho? Será que "eu não usei o corte; é algo que imita" é suficiente? Tirar de linha? Não. Eu acho que seria uma grande oportunidade – uma pena que eles não estejam aqui – para a gente avançar no que a gente já tem como discussão de padrões internacionais de uma regulação de publicidade.

Um produto como esse, um hambúrguer, por mais que ele informe, primeiro, ao dizer isso, só corrobora que ficou com mais um grau de processamento, que é um ultraprocessado, e produtos ultraprocessados, como já foi confirmado, fazem mal à saúde, levando à obesidade, ao câncer e a outras doenças crônicas, e não deveriam estar no horário nobre da tevê, num programa tipo um BBB fazendo propaganda.

Aqui, o Hopper é interessante, porque o próprio Burger King, neste ano, fala que faz uma propaganda de comida de verdade. Então, ao mesmo tempo que, na fala dele, ele fala que imita, na propaganda, ele fala que faz comida de verdade. Olhem quanta informação antagônica está chegando para o consumidor! Fora que tem outras questões aí: eu peguei justamente um caso de outra violação, que é a venda casada. Então, essa discussão que a gente está trazendo aqui para o Senado é só o epicentro da regulação de uma indústria de produtos processados que tem que ser muito mais sofisticada, porque não é só esse caso. E o mais interessante é que a própria indústria reconhece isso.

Ele trouxe outros casos, como a questão do néctar e do suco. O néctar tem o mínimo – isso para marcas boas, marcas um pouco menos ruins –, tem uma quantidade de fruta infinitamente menor, mas, na hora de tomar a decisão, qual é a ancoragem que eu tenho? Eu tenho a fruta, eu não tenho a leitura. Então, são todos esses mecanismos que levam realmente o consumidor a não tomar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro caso emblemático que foi falado – e para mim aqui é uma questão de ética muito maior, porque é voltada para o público infantil – é essa confusão entre leite em pó, compostos lácteos e fórmulas infantis. Testar criança nos primeiros mil dias?! Além de a fórmula ser recomendada só em casos de necessidade, você colocar um produto que lembra outro – esse é um caso mesmo de mimetismo, porque você camufla –, mas que não é o outro, é muito parecido, e com um nível de informação... E você está se voltando para um público extremamente vulnerável... (*Falha no áudio.*) Então esse é mais um caso que a própria indústria reconhece que existe! E não está tudo bem, não; isso precisa de uma regulação.

E há outros casos, por exemplo... A gente vai ter um avanço: faltam em torno de 150 dias para o avanço da rotulagem frontal dos alimentos, que, por si só, precisa melhorar. A gente precisa melhorá-la, porque produtos que vão receber selos de advertência, ou não vão, são ultraprocessados. E aqui a gente traz outros elementos, por exemplo, voltados para o público infantil, como as bisnaguinhas, que têm excesso de açúcar e sódio e não vão ganhar o selo de advertência. Então a gente precisa melhorar a norma. Produtos com adoçante: ele fala lá, nas advertências, que não têm açúcar, mas, se não têm açúcar, o que ele colocou? Existe uma assimetria de informação bastante grande.

E aqui uma questão importante que a gente traz é que, realmente, se tem um produto muito forte, que necessita de uma intervenção do estado – na economia, a gente percebe isso, quando tem essa externalidade negativa muito bem documentada –, precisa haver algo que o regule. É o caso das bebidas açucaradas. Será que a propaganda que vende felicidade, engajamento e socialização consegue trazer por trás toda a externalidade negativa que a gente tem para a saúde? São 3 bilhões em tratamento de diabetes pelas bebidas açucaradas, que são os maiores poluidores de plástico do planeta. São setores econômicos que recebem benefícios fiscais, coisa de 2 a 3 bilhões de reais, enquanto a saúde não tem. Então, esse é um tipo de produto que está fazendo propaganda naturalmente, mas que está adoecendo a saúde e o planeta.

Então a gente precisa avançar muito mais nessa questão do que só dizer o que contêm ou não contêm os produtos. A regulação da propaganda é uma dessas questões muito sérias.

Aqui o próprio Burger King traz isso – e eu quis colocar, quando eu falei para vocês da sofisticação – e confunde mais ainda a cabeça do consumidor: "Eu vou realmente vender, eu faço doação de produto ultraprocessado para combater a fome...". As medidas para combater a fome são através da doação de ultraprocessados ou através da venda de produtos da minha cadeia para resolver o problema, enquanto eu tiro o foco da sociedade, que deveria pressionar o Governo para avançar nas políticas públicas?

No caso aqui da água, você compra uma água e o lucro da água vai para resolver essa questão hídrica no Semiárido, quando, por exemplo, a gente tem o problema de cisternas. Isso tudo confunde o consumidor. E o consumidor: "Não, são empresas engajadas com a sociedade". Não, isso são todas estratégias que fazem sempre a gente não tomar a melhor decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como eu quis dizer, isso aqui é apenas a ponta do *iceberg*. Esta arena que a gente tem aqui é para discutir assuntos mais profundos de um sistema alimentar que está gerando, ao mesmo tempo, doenças crônicas, fome e mudanças climáticas. A gente precisa não ilustrar só com a regulação da publicidade, mas um pacote todo dessas medidas regulatórias.

E aqui eu trouxe dois projetos de lei que estão nesta Casa, no Senado, precisando de avanço: o caso da tributação, que é um mecanismo para tentar corrigir essa externalidade negativa das bebidas açucaradas, o 2.183; e outro para trazer selo de advertência para as bebidas açucaradas nas escolas e proibir a sua venda, além do avanço das políticas de segurança alimentar, porque essa sim resolve três problemas ao mesmo tempo: as doenças crônicas, a fome e as mudanças climáticas, além de gerar muito mais emprego e renda para este país. A gente não tem a alternativa de outro planeta.

E aqui eu agradeço mais uma vez a oportunidade e fico à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Concluiu ou quer mais um tempo para concluir?

A SRA. MARÍLIA SOBRAL ALBIERO (*Por videoconferência*.) – Não, Senador, estou contemplada. Eu fico aguardando os debates. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito.

Então, conforme nós havíamos estabelecido – antes porém agradeço as palavras competentes da Sra. Marília Sobral –, passamos agora ao Sr. Itamar Taver, do blogue Coma com os olhos. Atenha-se também ao mesmo tempo de 15 minutos, prorrogáveis para sua conclusão.

Com a palavra Itamar Taver.

O SR. ITAMAR TAVER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas. Bom dia a V. Exa., Senador. Agradeço imensamente o convite para participação desta audiência.

Embora eu acredite que eu esteja aqui pelo *post* e pela denúncia em si, que é capaz de conseguir levantar toda essa discussão, que julgo ser de extrema importância, quero deixar bem claro que o meu *post* teve caráter técnico do lado publicitário da coisa, tanto, logo após o *post* no meu Instagram, eu fiz a denúncia junto ao Conar, que é o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, que foi plenamente aceita pelo Conar. Então, eu acredito e espero que, com toda essa discussão gerada a partir dessa minha postagem e obviamente por essa denúncia ter sido acatada pelo Conar e pelos PROCONs espalhados pelo país, a gente consiga, como disse a pessoa anterior, que sejam amplamente discutidas todas as formas de publicidade e tudo que é inerente a essa questão toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que o meu *post* foi válido, sim, lembrando, mais uma vez, que eu só o fiz porque eu consegui, enfim, ter essas informações. Ao meu ver – eu também não sou um publicitário de formação –, eu acredito que ali não tenha ficado claro para o consumidor, como disse aí, e você não pode ficar transmitindo esse poder de decisão para o consumidor, não é? Então, ao meu ver, aí realmente o consumidor não teve todas as informações de forma clara para poder fazer as devidas escolhas.

E tanto que essas denúncias foram acatadas, que, enfim, as duas redes tiraram seus produtos de circulação e estão reformulando e tudo mais.

Então, eu acho que a discussão aqui é bem técnica e foge um pouco da minha área de publicidade.

Mais uma vez, agradeço a participação. Acredito que não tem nem como eu fazer uso dos meus 15 minutos. Agradeço imensamente a participação. Espero ajudar sempre que possível e trazer ao público as informações que, às vezes, não são passadas de forma clara ao consumidor. Agradeço imensamente mais uma vez. Obrigado. E posso passar a palavra para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Os questionamentos nós vamos fazer após as participações dos convidados. Já chegaram aqui alguns, inclusive um para o Itamar, que me foi alertado pela assessoria, mas tão logo termine a participação do Marcelo e da Mariana, a gente faz os questionamentos.

Com a palavra o Diretor do Procon do Distrito Federal, Marcelo de Souza do Nascimento.

O SR. MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Inicio minha participação cumprimentando S. Exa. o Senador Nelsinho Trad e parabenizando-o, Senador, pela iniciativa de, tão logo o assunto chegar à mídia, ter a sábia percepção de que o assunto, o tema é bastante preocupante e impacta a vida de todos nós, não é? Afinal, todos nós somos consumidores, e isso tem um reflexo na vida de todos.

Cumprimento também a todos que estão aqui presentes, a todos que nos acompanham pela televisão, pelas redes sociais.

Faço uma saudação também pela presença aqui do Diretor de Fiscalização do Procon-DF, Rafael, e da Chefe de Gabinete, Vanessa, que também trabalharam arduamente no estudo técnico para chegar à medida que nós infelizmente tivemos que adotar em razão da denúncia que nós recebemos aqui no Procon-DF.

Para falar um pouquinho sobre o tema, eu gostaria só de iniciar trazendo ao conhecimento de todos a importância que o tema tem na vida de todos nós, a envergadura que ele tem. Inclusive foi um desejo do legislador constituinte alçar o direito do consumidor a uma garantia e um direito fundamental previsto no art. 5°, inciso XXXII, da nossa Constituição. E os reflexos desse direito se desdobram para outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campos, como tem previsão constitucional também, a partir do art. 170, como sendo um dos princípios da ordem econômica.

E depois da nossa Constituição de 1988, o surgimento do Código de Defesa do Consumidor, que completou 31 anos. Eu até me atrevo a dizer que acredito que, após a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor seja o instrumento legal mais conhecido da população, de todos os brasileiros. Ele está presente em todos os estabelecimentos comerciais e faz parte da vida de todos nós. Nós começamos a exercer o direito do consumidor diariamente nas mínimas ações que nós executamos, desde o momento em que compramos o pãozinho de sal na padaria, ligamos a energia elétrica em nossa casa, consumimos água, utilizamos os serviços regulares de transporte público, telecomunicação, sistema financeira, aviação civil. Então, eu acho que é salutar, de início, falar um pouco sobre realmente a importância que o direito do consumidor tem na vida de todos nós.

Agora falando sobre o caso em si, nós recebemos uma denúncia do consumidor, primeiramente relativa à empresa McDonald's, sobre o produto consumido por esse consumidor que se sentiu lesado, se sentiu enganado porque acreditava que, ao comprar aquele sanduíche, que foi já exposto aqui agora há pouco, o McPicanha, ele teria a carne nobre, esse corte nobre da carne na sua composição. Foi quando, depois, ele ficou sabendo que não se trataria desse corte da carne, mas, sim, apenas e tão somente de um molho artificial colocado no sanduíche posteriormente.

Tendo recebido essa denúncia, a fiscalização começou o trabalho de investigação junto ao estabelecimento físico, também no *site* da empresa e nas redes sociais, e, a partir do relatório técnico, foi constatado que realmente havia uma prática infrativa de publicidade enganosa no anúncio desse produto. A partir daí, então, nós entendemos por bem determinar a suspensão imediata da venda do produto com a retirada de toda e qualquer publicidade, inclusive no *site* e nas redes sociais.

A empresa prontamente atendeu, soltou um informativo logo depois entendendo o ocorrido e se prontificou a mudar o nome do produto para poder lançá-lo no mercado. É importante ressaltar que, nesse caso em si, não se trata de um produto impróprio para o consumo, era tão somente a questão da publicidade, pois, da forma que estava sendo anunciada, estaria induzindo, sim, o consumidor a erro, ao acreditar que estaria comprando um sanduíche de picanha, quando havia picanha somente naquele molho.

A isso se deu que, logo em seguida também, imediatamente após essa ação, nós recebemos uma nova denúncia relativa à segunda empresa, o Burger King, do sanduíche de nome Whopper Costela. E, assim, a fiscalização voltou a fazer o seu estudo, a análise técnica, compareceu ao estabelecimento, visitou as redes sociais, a página na internet da empresa, e, mais uma vez, constatamos também a prática de publicidade enganosa. E a mesma ação foi tomada, a mesma providência foi tomada: por meio de uma medida cautelar nós determinamos a suspensão imediata da venda do produto e também a retirada de toda e qualquer publicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Burger King acatou também prontamente a determinação e já, dois dias após, teria voltado, já voltou a comercializar o produto só com outro nome, com o nome correto do produto, que não se trataria de costela, mas, sim, de uma paleta suína. Então, isso foi prontamente corrigido pela empresa e hoje ela voltou a comercializar o seu produto de forma correta.

O que acontece nesses casos, Senador?

A publicidade é o principal meio, a principal forma de fazer com que nós, consumidores, compremos determinado produto. No caso dos alimentos, então, nós temos aquele jargão popular de que as pessoas comem com os olhos.

Então, o *marketing* utilizado pelas empresas é o que chama a atenção do consumidor, é o que desperta nele a vontade de ter aquele produto, de consumir aquele produto ou serviço. É isso o que chama a atenção do consumidor e influencia, de modo primeiro, a escolha do consumidor. O consumidor pratica as suas escolhas de acordo com o que ele recebe da publicidade, de tão importante que é essa estratégia de *marketing* para as empresas.

Só que as empresas, os fornecedores, precisam ter em mente que há uma regulação específica para essas campanhas publicitárias e que têm um dever de observância, principalmente, calcado nos princípios que estão previstos no nosso Código de Defesa do Consumidor.

Iniciamos com o princípio da boa-fé objetiva, que está presente não só nas relações de consumo, mas em todas as relações privadas; e, decorrente dele, nós temos o princípio da transparência, da confiança. Então, são todos princípios que se desdobram da boa-fé, que é um dos principais princípios previstos no nosso Código de Defesa do Consumidor.

Aliado a ele, nós temos um princípio muito importante que também diz respeito à vulnerabilidade do consumidor. Nessa cadeia de relação de consumo entre fornecedor e consumidor, o consumidor, realmente, é o elo frágil da relação, ele é a pessoa vulnerável: ele não tem a capacidade técnica, jurídica, informativa, socioeconômica das empresas, principalmente das grandes empresas, como se deu no presente caso. Nós estamos falando de ações praticadas por duas das maiores empresas de *fast food* nacionais e, quem sabe, até mundialmente reconhecidas. Acredito que, por isso, tenha tomado a envergadura que tomou a ação que foi capitaneada pelo Procon do Distrito Federal.

A informação da rotulagem, Senador, da rotulagem, da publicidade, das embalagens, é muito importante. A própria Marília trouxe aqui para a gente, rapidamente, um esboço sobre essa importância, sobre como isso influencia na escolha dos consumidores. Essa informação, Senador, precisa ser verdadeira, precisa ser correta, precisa ser clara, precisa ser transparente e ostensiva – ostensiva no sentido de que possa o consumidor percebê-la de forma imediata quando ele for manusear um produto ou mesmo uma embalagem. Mais uma vez volto a utilizar a apresentação da Marília, quando ela falou que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor não pode ser acusado de não ter feito uma boa escolha. Mas, sim, as escolhas dele são pautadas de acordo com que os produtos são lançados no mercado e da forma como isso é publicizado.

O direito à informação também está previsto no nosso Código de Defesa do Consumidor, na Constituição Federal. Nós temos dois princípios básicos na defesa do consumidor, que são: o direito à informação, à informação precisa, à informação clara; e também a não ser inserida no mercado de consumo uma publicidade enganosa. A publicidade enganosa pode ser comissiva, praticada de forma ativa e também, até mesmo, por omissão, quando aquele fornecedor, aquele empresário, tem o dever de informar sobre as características, sobre as propriedades e qualidades do produto e não informa. Ou então, quando informa, é naquelas letras diminutas, naquelas pequenas letras, muitas vezes na parte posterior da embalagem ou mesmo na lateral do rótulo, o que, realmente, não consegue despertar a atenção de nenhum consumidor.

Lembro que os consumidores – todos nós praticamente –, quando vão ao mercado consumir um produto, fazer uma compra, estão com pressa. As pessoas não param, de forma detida, ali, para ficar analisando a composição, as características de cada produto. Muitas vezes, ele se atenta ali somente ao prazo de validade, se a embalagem não está deteriorada, conta com algum problema, mas o consumidor não tem condições de ficar atento a todas essas informações, ainda mais quando elas são prestadas em palavras miúdas.

Aliado a esses dois princípios básicos do consumidor, o que nos levou também a tomar essa providência, Senador, foi, por ser considerada uma prática infrativa, do que a gente está tratando agora, porque foi considerada publicidade enganosa, prevista ali no art. 37, §1°, do nosso Código de Defesa do Consumidor, que fala sobre a proibição da publicidade enganosa no sentido de se induzir o consumidor a erro. Se ele tivesse a detenção de todas aquelas informações, certamente, ele não compraria aquele produto, não adquiriria aquele serviço. Então, realmente, no caso, houve, sim, a prática da publicidade enganosa. Temos, também, a publicidade abusiva, mas, nesse caso, não se tratou de publicidade abusiva, que é aquela que induz o consumidor a tomar determinada atitude em razão daquela publicidade.

Então, além dessas circunstâncias, ainda temos também, Senador, o que se caracterizou no presente caso, também, inclusive, crimes contra a relação de consumo. Inserir no mercado publicidade que se sabe ou que se deveria saber ser enganosa configura um crime contra as relações de consumo, previsto ali no nosso art. 67, inclusive com penas de multa e detenção de três meses a um ano, o que mostra também o quão perigoso é o que a gente tem percebido no mercado. Essa é uma prática que não acontece de hoje, infelizmente. Isso é uma luta de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Não só os PROCONs atuam nessa parte, mas também temos as entidades de organização civil, temos o Ministério Público, as defensorias públicas, a OAB, todos unidos para tentar coibir as práticas das infrações, tentar harmonizar e equilibrar as relações de consumo no mercado e é uma luta árdua que nós travamos todos os dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos, infelizmente, a partir do ano passado, surgir alguns decretos federais, algumas propostas de legislação que estão tramitando na Câmara dos Deputados e que têm o condão, infelizmente, de retirar direitos adquiridos por consumidores, ao longo de muitos anos, em duras batalhas. E, se me é permitido espaço aqui, Senador, rapidamente, eu gostaria de solicitar a todas as V. Exas., tanto aqui do Senado Federal, quanto da Câmara dos Deputados, que desempenham um honroso trabalho e que estão aqui porque o povo acreditou no trabalho de vocês – e nós confiamos muito no trabalho desta importante Casa Legislativa –, eu gostaria de solicitar e implorar que, nas matérias relativas ao direito do consumidor, vamos dialogar.

O diálogo hoje é uma ferramenta importantíssima, principalmente no mundo de hoje, nesse mundo atual em que nós estamos vivendo: um mundo de estranhezas, de dificuldades, em que há falta de diálogo, de empatia, por tudo que andou acontecendo nos últimos tempos, principalmente pela pandemia. Então, a gente pede para que, se possível, nos chamem para conversar, chamem os especialistas, chamem os órgãos que compõem o sistema do consumidor. Nós temos condições de auxiliá-los, de contribuir com a elaboração do trabalho desta Casa Legislativa.

Já caminhando para o final, Senador, foi essa a ação que nós adotamos neste momento, infelizmente, e foi esse o trabalho desenvolvido pelo Procon-DF.

Gostaria de ressaltar também que, além do Procon-DF, eu estou hoje como Presidente da Associação Brasileira de PROCONs, denominada PROCONsBrasil. Então, representando mais de 900 PROCONs que nós possuímos no Brasil – PROCONs municipais, estaduais, das capitais e daqui do Distrito Federal.

Então, Senador, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade, muito obrigado por ter dado a relevância que o assunto merece ao trazê-lo para esta Comissão. E fico aqui à disposição para os debates seguintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradecemos a participação do Diretor-Geral do Procon do Distrito Federal, Marcelo de Souza do Nascimento.

Registro a presença do assíduo e competente Senador pelo Rio Grande do Norte, Styvenson Valentim, que, com certeza, vai engrandecer o debate.

Falta só uma convidada para falar. Depois, eu vou abrir a palavra ao Senador Styvenson para as suas perguntas.

Já chegaram aqui algumas perguntas através do nosso Portal e-Cidadania, que eu vou transcrever para V. Sas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mariana Gondo, advogada do Programa de Alimentação Saudável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), com o tempo necessário, conforme foi concedido aos seus antecessores.

Com a palavra V. Sa.

A SRA. MARIANA GONDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Sr. Senador Nelsinho Trad. Agradecemos muito pelo convite e agradecemos também ao Presidente da Comissão.

Muito bom dia aos meus colegas aqui presentes; muito bom dia ao Diretor Marcelo, do Procon-DF, a quem eu parabenizo muito pelo trabalho nesses dois casos que estão sendo discutidos aqui por nós hoje. E aproveito também a oportunidade para estender aqui a disponibilidade do Idec, assim como fez o Procon-SP, para a discussão de todos esses projetos em andamento e discussão dentro do Senado. A gente tem pessoas de nossa equipe à disposição para debater esses projetos de importância gigantesca para os consumidores brasileiros.

Eu vou compartilhar aqui a minha breve apresentação, também para facilitar o cumprimento do tempo dado para o debate.

Bom, gostaria, primeiramente, de dizer que o Idec acompanha esse tema da publicidade, especialmente da publicidade de alimentos há algum tempo, com extrema preocupação diante da frequência com que a gente vê direitos dos consumidores sendo violados nessa seara.

Rapidamente, apenas para me apresentar e registrar aqui quem somos.

Eu sou Mariana Gondo, sou advogada do Idec, que é uma associação de consumidores, sem fins lucrativos, que existe já há mais de 33 anos e que atua de forma nacional, independente de partidos, governos e empresas, nas mais diversas áreas de interesse dos consumidores, como saúde, como alimentação, mobilidade, energia, financeiro, telecomunicações.

Como disse o Dr. Marcelo, como consumidores, a gente tem os nossos direitos atingidos nas mais diversas áreas da nossa vida. O direito do consumidor é muito cotidiano.

Indo direto ao ponto aqui, aos casos de hoje em debate, para registrar o nosso posicionamento, acho que muito alinhado com as apresentações anteriores, esses dois casos trouxeram à tona um debate de extrema urgência e relevância, para que a gente possa justamente desvelar a enganosidade frequente nas práticas comerciais, que nos atingem o tempo inteiro como consumidores.

Esses dois casos, como já foi abordado, principalmente pelo Dr. Marcelo na sua apresentação, demonstram uma óbvia violação dos direitos dos consumidores. Primeiro, pela enganosidade clara, com indução dos consumidores a erro sobre a composição dos produtos. E aqui a gente está falando de erros sobre um dado que é essencial. Não tem como dizer que a composição dos produtos alimentares não é um dado essencial para o consumidor realizar a sua opção de compra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto bastante importante de a gente ressaltar aqui, que está extremamente conectado com a enganosidade de uma publicidade, é a violação de um outro direito, que é o direito básico à informação clara e adequada. E aí, aqui nesse ponto, eu reforço que da informação, conforme dispõe o CDC, não basta simplesmente a sua existência. Ela tem que existir de uma forma que seja clara e adequada e aqui eu reforço o termo "adequado" colocado pelo CDC, porque a gente precisa discutir o que é adequado para informar às pessoas.

É adequado que a informação sobre a picanha ou a costela não existirem conste nos últimos segundos de um anúncio publicitário? É adequado que essa informação conste em letras pequenas no rótulo em algum lugar escondido da embalagem? Não, isso claramente não basta; isso claramente ofende o direito dos consumidores, e a gente precisa olhar para esse aspecto.

Então, aqui, nesse ponto, eu acho importante dizer que é ótimo, a gente precisa valorar que assim como as empresas responderam, elas, em resposta à ação fiscalizatória do Procon-DF, retiraram os produtos de linha, mas o que a gente precisa debater é que sequer isso deveria ter sido publicizado dessa forma, porque não há como dizer que a publicidade, da forma como foi feita, não tinha capacidade de induzir as pessoas a erro.

Se você destaca um produto que não existe e depois coloca que não era a intenção induzir as pessoas a erro, quando a informação que é essencial, que é a real composição do seu produto, consta em letras pequenas ou nos últimos segundos de um anúncio publicitário, não há como dizer que isso não tinha uma intenção de causar confusão para o consumidor.

Justamente, como foi dito nas respostas do McDonald's especialmente é justamente porque o corte picanha tem esse aspecto culturalmente de relevância para o consumidor brasileiro que se caracteriza aí o grande apelo dessa publicidade, quando destaca um corte culturalmente relevante, como todos sabemos enquanto brasileiros.

O que também é importante ressaltar é o que foi colocado pelas empresas nas suas respostas sobre o suposto costume do consumidor brasileiro com os produtos serem saborizados e não conterem os ingredientes na sua composição.

O que a gente não pode fazer diante desses casos é encarar a naturalização das práticas de mercado para tornar legal aquilo que é ilícito. A gente não pode dizer que o consumidor brasileiro está acostumado com a enganosidade, e, portanto, ela não é o problema. Isso não pode acontecer.

E aqui, especialmente sobre esses casos – e sobre mais alguns que eu vou pedir a licença para apresentar rapidamente –, a gente não está falando de balas rosa neon sabor tutti-frutti em que o consumidor está esperando encontrar ali tutti-frutti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando de casos de sanduíches, de biscoitos, de sucos em que existe, por toda a publicidade e pela forma como os produtos são anunciados, uma justa expectativa do consumidor de que naqueles produtos constem os ingredientes que são destacados como estrelas desses produtos.

Como eu disse, esses casos também, além da enganosidade, violam outros dispositivos de extrema relevância. E aqui eu destaco um decreto-lei, Senador, muito antigo. É um decreto-lei de 1969, que dispõe sobre matéria alimentar. Lá já dizia que a informação sobre a presença de aromatizantes é obrigatória em todos os produtos e ela tem que ser de fácil legibilidade, ou seja, os rótulos de alimentos precisam constar no rótulo do painel principal do produto. Essa disposição, conforme disposição do próprio decreto-lei, aplica-se a qualquer forma de veiculação, a qualquer forma de publicidade desses produtos.

Então, a gente está falando de uma informação obrigatória sobre aromatizantes em qualquer forma de publicidade. E isso tem que ser fácil e acessível para o consumidor.

Como eu falei, para o Idec esse tema é muito importante. Há alguns anos, a gente criou uma iniciativa, junto com outras organizações, de monitoramento desse mercado, de monitoramento dessas práticas da publicidade de alimentos, em específico. Esse projeto se chama Observatório de Publicidade de Alimentos. O nosso objetivo é apoiar as autoridades competentes para fiscalizarem na identificação dessas ilegalidades, como também educar os consumidores para que eles possam perceber quando essas infrações acontecem, porque o aspecto relevante da enganosidade é que o consumidor muitas vezes não reclama a ilegalidade, porque, para reclamar a enganosidade, ele precisa primeiro saber que aquilo é enganoso, que aquilo não está sendo dito. E é só quando as informações vêm à tona que a gente vê como, nesses casos das redes de *fast-food*, há um mar de reclamações e de manifestações das pessoas frustradas e decepcionadas, a partir do momento em que elas descobrem a realidade sobre a composição dos produtos que costumavam consumir.

Aqui, Senador, eu peço licença rapidamente para destacar dois casos simplesmente pela semelhança com os casos que estão sendo debatidos aqui hoje.

Este caso é de quatro produtos da linha Nesfit, da Nestlé, que foram denunciados pelo Idec, no meio do ano passado, para o Procon-SP, que neste ano também foi encaminhada a denúncia para a Senacon. É um caso muito semelhante em que essa linha de produtos da Nestlé traz, em toda a sua publicidade, a rotulagem, o destaque e a presença de um ingrediente que não existe. No caso, esse ingrediente é o mel. Então, esses quatro produtos que foram denunciados, apesar de terem todo esse apelo de saudabilidade do produto, não contêm mel na sua composição. Após essa denúncia que foi feita pelo Idec, da mesma forma como nos produtos dos sanduíches, houve muitas manifestações de consumidores chocados com a informação, porque costumavam comprar esse produto justamente pelo seu apelo aos ingredientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro caso que foi agora denunciado recentemente para o Procon-DF, que vem fazendo esse excelente trabalho nos casos dos sanduíches, foi essa linha de produtos da empresa Del Valle. Como até foi mencionado na fala da Marília anteriormente, a gente tem algumas categorias de bebidas não alcoólicas que existem no mercado e são reguladas pela Anvisa. No caso, são sucos e haveria o refresco. Eles se diferenciam pela quantidade mínima de frutas necessárias para se encaixarem em cada uma dessas categorias. Ocorre que essa linha que a gente denunciou é a linha Del Valle Fresh. É uma linha que, apesar de ser publicizada e de fazer um uso muito semelhante de todo o seu *trade dress*, de toda a sua embalagem, rotulagem, a forma como aparece no *site*, nas redes sociais da empresa, apesar de ele fazer o uso de toda essa composição publicitária, ele não se encaixa em nenhuma das categorias regulamentadas pela Anvisa como refresco, aquele suco, e, por ser apresentado como um produto irmão, de uma empresa que tem uma trajetória muito consolidada no mercado brasileiro, como uma empresa que vende produtos com presença de frutas, atinge quantidades ínfimas de frutas, como é o caso desse gráfico que a gente mostra.

Então, nesse produto sabor laranja, se fosse para ele ser um refresco, ele precisaria atingir, no mínimo, 30% de suco de laranja e o restante de água. E esse produto que a gente denunciou sequer alcança essa quantidade mínima, por isso que ele não é, segundo a regulamentação, de nenhuma dessas três categorias, mas ele confunde os consumidores. Como vocês podem ver, esses *prints* que eu coloquei aí se referem aos produtos como sucos e refrescos.

Nesses dois casos, eu gostaria também de destacar uma outra prática, que é muito naturalizada e, como eu falei antes, a gente não pode naturalizar aquilo que... E tornar aceitáveis coisas que já são previstas como ilegais.

Nesse mesmo decreto lei que eu citei, e em normas da Anvisa, existe a proibição de uso de imagens, de signos, de figuras que possam induzir o consumidor a erro. Então, nesses casos, a gente vê que o consumidor olha para o produto e entende: Aqui tem laranja, eu vou comprar. E não é bem assim.

E aqui eu destaco um fato que é relevantíssimo, porque a gente tem que olhar para a realidade para entender também a gravidade das infrações. A gente está falando de Brasil.

Nessa pesquisa que a gente fez em 2016, para entender a compreensão dos consumidores sobre os rótulos dos alimentos, a maior parte deles responde que entende muito pouco ou parcialmente. Por quê? Porque as informações são confusas, porque os termos são técnicos, porque há uma poluição visual das rotulagens e das publicidades. E eu destaco aqui, Senador, que essa pesquisa foi feita com pessoas, boa parte delas, de ensino superior completo ou pós-graduados. E essa sabemos que não é a realidade dos brasileiros. Então agrava-se ainda mais a dificuldade de compreensão dos consumidores no país.

Por fim, eu só gostaria de destacar um ponto. A gente está falando de publicidade de alimentos, e publicidade de alimentos impacta, sem dúvida, nas escolhas alimentares. O próprio Guia Alimentar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

População Brasileira, esse documento do Ministério da Saúde, coloca, inclusive, a publicidade como um obstáculo para as pessoas seguirem as recomendações de alimentação.

Ele diz: Mais de dois terços das publicidades são desses produtos comercializados pelas redes de *fast-food*, biscoito, salgadinhos, balas e a maioria dessas publicidades são direcionadas justamente para crianças e adolescentes, o que agrava ainda mais a situação. Por quê? A publicidade influencia escolhas alimentares e as escolhas alimentares influenciam a saúde da população brasileira.

Por fim, a mensagem que eu gostaria de deixar aqui, em nome do Idec, é que é preciso que a gente aja diante desses casos. Esse é um tema de relevância pública, para a saúde pública, especialmente quando a gente está falando de publicidade de alimentos. É preciso que a gente aja, porque esse tipo de prática é cotidiano, é frequente. As pessoas são enganadas e, diante do desvelamento dos fatos, os consumidores se sentem lesados e enganados.

E a gente sabe, e é preciso sempre reforçar, na publicidade não vale tudo.

Existem regras e existem regras claras. Esse campo do vale-tudo não pode continuar existindo, e é importante a gente agir sobre isso.

Agradeço imensamente o espaço para o debate e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Muito obrigado, Dra. Mariana Gondo.

Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a sua intervenção.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Senado Nelsinho Trad, parabéns por esta audiência nesta Comissão que trata especificamente desse assunto e é um assunto que, se não foi no mundo todo, aconteceu. E eu perguntei a V. Exa. como é que chegou a esse parecer de que não é de picanha, porque a gente hoje se alimenta de alguns produtos industrializados, com vários gostos, e ninguém se questiona se existe mesmo aquilo. E isso é que motivou esta audiência: alguém sentiu a presença desse gosto e questionou.

Senador, Sr. Presidente e todos os participantes, eu queria ir um pouco além sobre a questão do consumidor. Foi tocado aqui de forma rápida pela palestrante que antecedeu o senhor, do Procon, que falou sobre algo que o consumidor deve saber e que a gente, Senador Nelsinho Trad, deveria pensar e repensar sobre os alimentos que os brasileiros estão consumindo, o risco que causam à saúde – carne processada, vários produtos industrializados, quantidades exorbitantes de açúcar nas bebidas. Isso atrai principalmente os nossos jovens. A propaganda enganosa vai desde quando se faz propaganda de Coca-Cola com pessoas esbeltas, magrinhas. Cito a Coca-Cola porque é a bebida talvez mais consumida e talvez mais nociva que eu possa conhecer. Eu quero dizer que eu também consumo, mas em baixa quantidade. Para cada copo daqueles de 300 ml deve ter 1 kg de açúcar. Por isso é que vicia tanto. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é que esses produtos são tão viciantes. Deveria, sim, alertar os consumidores sobre esse produto, sobre o risco. Apesar de estudar – e o senhor é médico, Nelsinho Trad –, apesar de ter estudos relacionados a esse tipo de alimento e o potencial, a possibilidade de cancro humano causado por essa ingestão, as pessoas muitas vezes esquecem isso em razão do prazer em comer aquele alimento. A bebida alcoólica é um dos fatores altíssimos de câncer. E tem propaganda sempre com pessoas bem de saúde, pessoas bonitas, pessoas nas praias, divertindo-se, mas não mostra o perigo potencial que é o consumo, além de excessivo, diário, dessa bebida. Algo parecido com o que foi feito om o cigarro, Senador Nelsinho Trad e todos que estão aqui ouvindo. Todos sabem da nocividade, porque existe no rótulo, existe na caixa, existe em publicidade, existem estudos, existem cansativos desestímulos ao consumo, ao uso do tabaco e, mesmo assim, ainda usam, porque é um vício, o mesmo vício que leva as pessoas a consumirem esse tipo de produto. Então, além de estar sendo enganado na quantidade, na composição, na publicidade, ainda estão colocando o consumidor – eu vou falar do nosso pais –, o brasileiro a correr esse risco de saúde também. Até a quantidade de calorias é difícil saber, o quanto você está consumindo. E muitas vezes é acima do permitido pela OMS, permitido por um médico, pessoas que nem sabem o que é isso, mas que, simplesmente, estão comendo. Não já basta a gente ter uma prática esportiva bem pequena no nosso país, existe essa forma mórbida de adquirir peso que causa as doenças no brasileiro. Isso vai recair sobre quem? Sobre toda a população, que vai pagar o sistema de saúde, que vai pagar um plano de saúde e que causa várias doenças.

Então, essa é a minha observação, Senador Nelsinho Trad. Não sei se as pessoas levam importância para isso ou se colocam o prazer de se alimentar erradamente, com produtos que podem causar essa nocividade à saúde, até atentar para isso.

Eu, particularmente, não iria sentir nunca o gosto de picanha, porque excluí da minha alimentação esse tipo de alimento *fast-food*. O *fast-food* não faz parte, por quê? Porque tenho noção do risco que causa à saúde. Então, ter essa noção e ter essa escolha eu acho que deveria ficar bem claro, até nos anúncios de publicidade e até nos anúncios dentro da lanchonete, principalmente para os jovens, o que é esse perigo de estar se alimentando constantemente desse tipo de alimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Styvenson Valentim.

Nesse quesito para o qual V. Exa. chamou atenção, a primeira pergunta eu gostaria que o Itamar Taver respondesse e ele anotasse, porque eu já vou fazer as demais perguntas, até para otimizar o tempo.

O blogue Coma com os Olhos recebeu respostas do Conar e do Procon de São Paulo sobre os questionamentos feitos. Chama atenção a denúncia sobre o *banner* em que a campanha é recomendada para maiores de 12 anos. A pergunta que se faz é a seguinte: "Por que isso e, em crianças menores de 12 anos, qual é o mal que ocorre?". Ou seja, pede-se algum esclarecimento a esse respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. anota a pergunta porque eu já vou passar, novamente, o microfone para vocês responderem.

Agora, para a Marília, a seguinte pergunta: "Tenho filhos menores e o que devo fazer? Posso continuar oferecendo para eles esse sanduíche? Você compraria para os seus filhos?". Sr. Cardoso Lucas, de Varginha.

Tem outras aqui, para o Diretor do Procon, da Arísia, do Distrito Federal, e da Marisa Maria, também do Distrito Federal. Acho que as perguntas se completam: "O que caracteriza uma propaganda enganosa?" e "Como o consumidor pode agir em caso de prejuízos provocados pela publicidade enganosa?".

Teve um aqui de São Luís do Maranhão. Não, este é de Recife... Ele fez aqui uma brincadeira, mas eu vou registrar, Senador Styvenson. Chegou tem que falar, não é? "Depois desses casos que vieram a público, eu prefiro comer o espetinho do S. Genésio, aqui em Recife, mesmo sabendo que ele cria gatos". Lofrano Zorzi.

Vamos lá. Primeiro, vamos pedir para o Itamar responder.

O SR. ITAMAR TAVER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, vamos lá. Se eu entendi direito, a pergunta foi sobre aquela parte do meu *post* sobre a publicidade ser válida somente para maiores de 12 anos, correto?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito. Foi o que chegou aqui.

O SR. ITAMAR TAVER (*Por videoconferência*.) – Então, exatamente. Eu sei que existem diferenças de publicidades quando elas são relacionadas a maiores ou menores de 12 anos. Especificamente nessa campanha do McPicanha, eu confesso que não entendi por que existiu essa menção na publicidade. Aliás, na publicidade, não, apenas nos *banners* ali dos pontos de venda. Eu fiz essa indagação no meu *post*, e até o presente momento eu não recebi uma resposta plausível, do Conar ou de quem quer que seja, a respeito de por que existiu essa menção na publicidade do McDonald's. Inclusive, seria interessante que eles estivessem aqui até para responder esse tipo de questionamento. Mas, infelizmente, eu não tive esse retorno para saber exatamente por que eles usaram esse termo ali no texto legal.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito.

Vamos agora à Dra. Marília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARÍLIA SOBRAL ALBIERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada pela pergunta. Eu acho que, na verdade, eu vou... Agradeço a pergunta feita a mim. Eu acho que é uma grande chance de a gente responder. Depois, eu vou fazer algumas complementações.

A pergunta que veio para mim foi relacionada a se poderia indicar para os filhos e o que faz com isso.

Por sorte, eu sou mãe e consigo responder com mais propriedade.

Eu quero trazer duas questões aqui.

Primeiro, como sociedade, o que eu faço? A gente tem o Guia Alimentar para a População Brasileira disponível, e com ele você traz todas as recomendações para a sociedade e para os gestores públicos do que a gente tem que fazer para promover uma alimentação saudável.

Eu recomendo o Guia Alimentar para a População Brasileira. Ele é reconhecido internacionalmente como um dos melhores guias do mundo porque inova em vários aspectos. Ele não traz um aspecto nutricional ou pirâmide de alimentos; ele envolve questões sistêmicas, até de arranjos familiares, de como a família pode se integrar para realmente produzir, e não ficar a cargo, por exemplo, às vezes, da mãe, dos pais, a responsabilidade. Então, eu acabei não anotando o nome da pessoa, mas eu recomendo.

E eu acho que eu só queria complementar aqui, porque eu acho que, às vezes, pode até a sociedade pensar "Nossa, por que o Senado está discutindo o caso do hambúrguer de picanha e do Hopper?" É porque, com tanto problema na sociedade acontecendo, eu acho que é como eu queria reverberar o que eu falei na minha fala inicial: isso é um epicentro, é só uma amostra desse sistema alimentar desequilibrado em que nós vivemos.

Então, essa questão, quando a gente fala para os filhos, questões, por exemplo, que está lá escrito "para maiores de 12 anos", isso só corrobora o quanto a gente precisa avançar na regulação. A gente está com cada vez menos tempo e mecanismo para acompanhar a sofisticação da indústria de alimentos especificamente, e eu falo porque agora tem todo um universo digital sobre o qual pais – eu sou mãe – não têm controle.

Então, esta audiência pública é para chamar a atenção para o fato de que não é só para resolver o caso da informação dos hambúrgueres, mas porque exige uma necessidade contundente e relevante, com impacto na saúde pública e no meio ambiente, de escolhas alimentares inadequadas, porque não existe qualquer regulação sobre isso.

Então, eu só queria complementar minha fala e agradecer, mais uma vez, a oportunidade de trazer este tema e as palavras dos Senadores que endossaram aí as nossas falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradecemos à Dra. Marília.

Com a palavra o Dr. Marcelo, para que seja sucinto.

O SR. MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO (Para expor.) – Bom, para responder à pergunta que me foi direcionada, sobre o que caracteriza a publicidade enganosa e o que fazer diante disso, eu vou rapidamente ler o que diz o Código de Defesa do Consumidor a respeito de publicidade enganosa, previsto no art. 37, §1°:

> Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
> § 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

Essa é a definição legal, prevista no Código de Defesa do Consumidor, a respeito do que seria publicidade enganosa.

Então, a publicidade enganosa é aquela que não é inteiramente verdadeira, não é inteiramente clara, há ausência de transparência e ostensividade das características e das propriedades que precisam constar naquele produto, naquela embalagem. E até mesmo o Superior Tribunal de Justiça considera que aquelas letras diminutas, pequenininhas, sobre as qualidades e as propriedades dos produtos caracterizam, sim, publicidade enganosa.

A título de exemplo, nós temos aquela situação em que é anunciada a venda de um veículo e determinado valor e, em letras pequenas ali, outros valores que são agregados à venda do veículo, ou seja, ele está fazendo um anúncio publicitário, uma estratégia de *marketing*, mas que não condiz com a verdade; não é aquele preço que está sendo anunciado que realmente o consumidor vai pagar, outros preços ali serão agregados, como frete e outras circunstâncias, que não são informadas para o consumidor naquela hora.

A gente tem diversos tipos de exemplos em campanhas promocionais. Às vezes as lojas lançam descontos de 50%. O consumidor entra na loja e aí é que ele fica sabendo que os 50% em letras garrafais têm ali, do lado deles, pequenininho, "até", "até 50%", e ele dificilmente acha um produto com aquele percentual de desconto. Ele vai achar com 10, com 20, mas com 50% ele não vai achar. Ele é induzido a entrar naquele estabelecimento porque viu aquela suposta promoção em letras grandes, garrafais, mas, quando entrou, viu que não era aquilo que ele esperava.

Essas são modalidades de publicidade enganosa, e ela pode ser inclusive por omissão, como eu falei na minha fala, quando há ausência de dados relevantes que precisam constar na rotulagem dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos, como as características que podem causar alergias ou ofertar perigos à saúde e à segurança do consumidor. E, no caso de o consumidor se deparar com uma situação dessa ele deve, sim, procurar os órgãos de defesa do consumidor, fazer denúncia aos PROCONs, porque os PROCONs vão poder agir de forma pontual, no caso.

Lembro que o número nacional de todos os PROCONs é o 151, e o consumidor pode utilizar esse canal para fazer a sua denúncia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – A gente recebeu aqui, do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, o Conar, mensagem de que "lamenta não poder estar presente na audiência do próximo dia 12 de maio, que vai tratar do assunto publicidade das redes de *fast-food* por absoluta impossibilidade material". Esclarece, porém, que foram notificadas as duas redes de *fast-food,* e uma tem até o dia 3 de maio... Instaurada representação ética, aguarda até o dia 16 de maio a defesa da parte envolvida; e o outro, até 30 de maio.

Sendo assim, o Conar vai compartilhar com esta Comissão relacionada a esse assunto todos os passos dos procedimentos instaurados, que poderão ser avaliados por nós Senadores da Comissão para novos desdobramentos relativos a esse caso.

Além disso, temos aqui também, do órgão competente relacionado ao Ministério da Agricultura, as respostas devidas dos questionamentos que nós fizemos, justamente para poder afastar a possibilidade de algum dano à saúde das pessoas relativo a essa questão, Ministério do Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária. Ou seja, já é danoso para o ser humano a publicidade enganosa. Ninguém gosta de ser passado para trás, em nada na vida, e isso é algo que tem que ser colocado como premissa dessa história toda. Aqui ninguém se furta a consumir aquilo que está sendo publicitado, desde que aquilo que está sendo publicitado seja aquilo, de forma verdadeira, que está exposto, nem que tenha majoração de preço. O consumidor brasileiro haverá de entender: "Ah, é de picanha pura", vai ser mais caro do que outro hambúrguer que não tenha picanha, mas ficar dessa forma que está não pode. Eu penso que já entenderam isso.

Olhem, outros desdobramentos haverá de ter, não relacionados a essas redes, mas a determinadas multinacionais que atuam em nosso país e que insistem nessa situação nefasta de enganar o consumidor. Eu imagino que deverão chegar novas situações relativas a suco que não é suco, sorvete de fruta que não tem fruta, ou seja, isso tem que ser passado a limpo.

A gente recebeu muitos comentários, alguns deles até criticando a ação da Comissão, no seguinte sentido daquele que usa essa máxima para poder criticar por criticar: "Ah, tem tanta coisa para fazer. Por que vocês ficam se preocupando com sanduíche?". Eu penso que nós não estamos nos preocupando só com sanduíche; nós estamos nos preocupando com a boa-fé do povo brasileiro. Ele precisa ser respeitado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque aqui nós temos todas as condições de oferecer os melhores produtos para redes internacionais produzirem os seus produtos com a nossa matéria-prima. Então, disso nós não vamos abrir mão.

Qual é a impressão a que eu chego, Senador Styvenson, nessa história toda? Também aquela máxima: o rei está desnudo. E existe uma vergonha em relação a isso. Que isso possa servir de exemplo para que correções possam ser feitas, para que a gente viva num ambiente de respeito, não só ao que essas redes produzem para o nosso país, mas principalmente de respeito delas com o nosso consumidor. Essa é a intenção da Comissão.

Muito obrigado pela participação de todos.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dez minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Telmário Mota e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 90, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pela Presidência da República sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 6, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Com amparo nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 71, incisos IV e VII da Constituição Federal, apresenta Proposta de Fiscalização e Controle com a finalidade de avaliar, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o apoio técnico do Tribunal de Contas da União, os impasses para a dispensação de imunoglobulinas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo informações de que dispomos, o País passa, atualmente, por um apagão no fornecimento desses imunobiológicos, configurando um agravamento do quadro de frequentes desabastecimentos que ocorreram nos últimos anos e deixaram muitos pacientes sem esse tratamento essencial para o controle de suas condições ou doenças." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 768, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para dispor sobre o crime de elevação de preços sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de elevação de preços de produtos e serviços médico-hospitalares sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Reguffe. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado n° 134, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Reuniões da CTFC. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício 147, de 2022, da ANS; Carta 3.410, de 2022, do Serpro; Ofício 434, de 2022, do BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Ofício 12, de 2022, do BB Tecnologia e Serviços; Carta 2, de 2022, da Companhia Docas do Rio de Janeiro; Ofício 3, de 2022, da Companhia das Docas do Estado da Bahia; Ofício 433, de 2021, da ANP; Mensagem 110, de 2022, da Presidência da República; e nota pública da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. (*Pausa.*)

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 6, DE 2021

- Não terminativo -

Com amparo nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 71, incisos IV e VII da Constituição Federal, apresenta Proposta de Fiscalização e Controle com a finalidade de avaliar, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o apoio técnico do Tribunal de Contas da União, os impasses para a dispensação de imunoglobulinas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo informações de que dispomos, o País passa, atualmente, por um apagão no fornecimento desses imunobiológicos, configurando um agravamento do quadro de frequentes desabastecimentos que ocorreram nos últimos anos e deixaram muitos pacientes sem esse tratamento essencial para o controle de suas condições ou doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Observações:

- O relatório foi lido na reunião do dia 03/05/2022, tendo sido concedida vista ao Senador Nelsinho Trad.

Não cabendo novo pedido de vista, coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório prévio, pela admissibilidade da proposta e sua aprovação nos termos do relatório. (*Pausa.*)

Bom, eu gostaria de ler o meu relatório do item 3, mas não sei se temos aqui algum Senador que possa assumir a Presidência para eu ler o meu relatório. (*Pausa.*)

Bom, como...

Se o Senador... Não sei se o Senador Rodrigo Cunha está *online*. (*Pausa.*)

Bom, como não podemos fazer mais nada na pauta – já que, para os projetos terminativos, não temos quórum; os não terminativos, que já poderiam ter sido lidos, já foram lidos todos; e, no caso do item 3, eu sou o Relator e precisaria alguém assumir a Presidência –, passamos a pauta, então, para a semana que vem, fazendo um apelo aos Senadores para que compareçam a esta Comissão, para que nós possamos... Inclusive, solicito à Secretaria, se puder fazer um esforço, para que possamos votar inclusive os terminativos na semana que vem, seria muito importante.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(*Iniciada às 15 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Reguffe e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 90, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pela Presidência da República sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 768, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para dispor sobre o crime de elevação de preços sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de elevação de preços de produtos e serviços médico-hospitalares sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Reguffe. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas 1 e 2/CTFC. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2842, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4315, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produto alimentício industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor"." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/24

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos à pauta.

O autor do item 1 da pauta não está presente.

Vou passar a Presidência ao Senador Eduardo Girão, porque sou Relator do item 2, para que eu possa ler o relatório.

V. Exa. pode presidir daí mesmo. Não tem nenhum óbice em V. Exa. presidir daí.

Passo a Presidência a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.

Muito boa tarde a todos!

Eu, imediatamente, já passo para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 768, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para dispor sobre o crime de elevação de preços sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de elevação de preços de produtos e serviços médico-hospitalares sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Reguffe

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

Passo a palavra ao Relator, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Como Relator.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Relatório.

Vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei nº 768, de 2020, de autoria do Senador Angelo Coronel, que pretende alterar a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e também o Código Penal (CP), para dispor sobre os crimes de elevação de preços sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemias.

O princípio da livre concorrência...

Eu vou para a análise. Sr. Presidente, peço permissão para ir para a análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, entendemos que o projeto de lei é conveniente e oportuno.

O art. 39, X, do Código de Defesa do Consumidor estabelece que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços "elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços". Assim, no direito consumerista, tal prática é considerada, por si só, abusiva, uma vez que viola o equilíbrio e a boa-fé objetiva que devem prevalecer nas relações de consumo. Assim, no Brasil, qualquer atividade econômica deve ser exercida em harmonia com os interesses sociais, sendo que, nos termos do art. 173, §4º, da Carta Magna, a "lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O princípio da livre concorrência não implica total liberdade da empresa para conduzir seus negócios conforme seus próprios interesses, mas, sim, o direito de proporcionar um ambiente justo para as atividades econômicas, visando proporcionar a todos a liberdade de comércio, a liberdade de escolha e o acesso livre aos mercados. Assim, se em situações de normalidade não se permite a elevação sem justa causa de preços, menos ainda pode ser aceita a conduta oportunista de elevação arbitrária de preços em situações de emergência social, calamidade pública ou pandemia. Inclusive, nessas circunstâncias, o aumento dos preços de serviços ou produtos, sem justa causa, deve ser considerado uma prática criminosa.

Nos Estados Unidos, *price gouging* é o termo utilizado para descrever as condutas de vendedores que, na proximidade de uma situação de emergência como furacões ou grandes incêndios, majoram significativamente os preços de produtos essenciais. Trinta e quatro estados americanos possuem leis para fazer frente a essa prática, sendo que alguns chegam a considerar a prática como um ilícito penal. Cada estado regula de forma independente a matéria, indicando o período em que a lei será aplicável, bem como os itens para os quais as determinações serão válidas e o aumento máximo que cada produto pode receber. A título de exemplo, o Estado da Flórida veda aumentos bruscos nos preços de *commodities* e aluguéis, considerando como ilegais os aumentos superiores a 25% em relação à média praticada nos 30 dias anteriores à decretação do estado de emergência.

A razão para a edição dessas leis é que, em situações de calamidade pública, a população atingida fica extremamente vulnerável, necessitando ainda mais dos serviços considerados essenciais, bem como de produtos básicos para a manutenção de sua subsistência. Cabe ao legislador fazer leis para dar um norte a isso, buscando coibir abusos. Nesse contexto, entendemos ser extremamente pertinente a aprovação do Projeto de Lei nº 768, de 2020, que tipifica os crimes de elevação de preços sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemias.

Como vimos, em situação de normalidade, a elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços já é considerada abusiva sob a ótica do direito consumerista. Entretanto, em situação de emergência social, calamidade pública ou pandemia, a conduta em questão deve ser tipificada e considerada como criminosa, em razão de sua grande potencialidade lesiva ao interesse coletivo.

Diante dos princípios da tipicidade penal e da legalidade estrita, os tipos penais devem ser específicos, enquadrando-se exatamente na conduta que se pretende tornar criminosa. Sendo assim, entendemos que o PL nº 768, de 2020, é extremamente pertinente ao definir de forma específica essas condutas, tanto no Código Penal quanto no Código de Defesa do Consumidor, dependendo do objeto material em que recair a conduta: i) produtos e serviços em geral, crime contra as relações de consumo; ii) produtos e serviços médico-hospitalares, crime contra a saúde pública.

Não obstante essas considerações, entendemos que o projeto de lei deve ser aperfeiçoado, na forma das emendas apresentadas abaixo. Na redação do tipo penal, preferimos utilizar a expressão "epidemia",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, além de já constar no Código Penal, abrange eventual "pandemia", que é uma epidemia que atinge proporções geográficas superiores. Ademais, substituímos também a expressão "em época" por "em situação", por entendermos mais técnica ao não vincular a aplicação do dispositivo penal a um período temporal específico, mas, sim, a uma circunstância determinada.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 768, de 2020, com a apresentação das seguintes emendas:

EMENDA Nº
Dê-se ao art. 74-A da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, incluído nos termos do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei nº 768, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 74-A. Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços em situação de emergência social, calamidade pública ou epidemia:
Pena – detenção, de um a três anos, e multa".
EMENDA Nº
Dê-se ao art. 268-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, incluído nos termos do que dispõe o art. 3º do Projeto de Lei nº 768, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 268-A. Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços médico-hospitalares em situação de emergência social, calamidade pública ou epidemia:
Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k. Muito obrigado, Relator Antônio Reguffe.

Eu já coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2 da CTFC.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Eu devolvo agora a Presidência ao Senador José Antônio Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar extrapauta o Requerimento nº 18, de 2022, da CTFC, que é inclusive de V. Exa., Senador Eduardo Girão. Colocarei extrapauta neste momento.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos... V. Exa. quer ler o requerimento ou prefere que eu leia?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, não. Eu só queria fazer uma consideração depois que o senhor ler aí.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Está bom.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.842/2021, que estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meio de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: o Sr. Bruno Dalcomo, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência; representante da Associação de Motoristas de Aplicativos do Estado de São Paulo; representante Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia; representante da Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O); o Sr. José Pastore, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio de São Paulo; e o Sr. Pedro Nery, Consultor Legislativo do Senado Federal, na área de economia do trabalho.

Assina o requerimento o Senador Eduardo Girão.

Eu vou colocar em discussão o requerimento. Apenas quero dizer ao Senador Eduardo Girão que eu tenho por prática, desde que assumi a Presidência desta Comissão, não engavetar projetos. Todos os projetos vão à pauta para serem deliberados, independentemente do seu mérito. Cabe ao Pleno desta Comissão julgar se esse projeto é bom para a sociedade brasileira ou não. Engavetado não fica projeto aqui.

Mas é importante que projetos que precisam de maior discussão sejam objeto de audiência pública. Então, tem a minha defesa para que nós façamos aqui nesta Comissão uma audiência pública sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a V. Exa. para defender o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero lhe parabenizar pela postura de não engavetar projetos aqui nesta Comissão. É muito importante. Nós somos pagos por quem nos colocou aqui, pela população de cada estado, para trabalhar, então é um desrespeito, eu acredito, engavetar projetos que são do interesse da sociedade.

Esse é um projeto muito bom do Senador Angelo Coronel – quero aqui dar os parabéns a ele. Desde o surgimento desse novo modelo de negócios, possibilitou-se que milhões de brasileiros pudessem gerar renda por aplicativos digitais. Esta Casa já fez diversos debates, diversas votações e aprovou, inclusive, em outubro de 2017 – estava vendo aqui –, a regulamentação do Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros, possibilitando que vários aplicativos pudessem operar legalmente, no Brasil.

Só que, com o passar dos anos, isso faz parte...

Eu sou um liberal na economia, acho que a gente tem que facilitar a vida dos empreendedores, mas também temos que resguardar com equilíbrio os direitos de quem trabalha. Nós temos que estar dentro de um prisma internacional de procedimentos porque, se não, você acaba inviabilizando uma atividade que gera, como falei aqui no início, milhões de empregos. Enquanto a gente está aqui nesta sessão, tem milhões de brasileiros trabalhando, ganhando o seu pão de cada dia. A gente tem que ter muito cuidado, muita cautela, quando se vai, de uma certa forma, mudar a regra do jogo na hora do jogo.

Então, com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de uma nova discussão do tema, tendo como ponto central garantir a proteção desses trabalhadores, segundo os dados do Ipea.

O nobre Senador Angelo Coronel, atento a essa nova demanda, protocolou essa proposição com o intuito de solucionar esse vácuo da legislação garantindo a esses trabalhadores a inclusão na previdência social e, assim, o acesso aos benefícios a que todos os trabalhadores brasileiros têm direito.

Acontece, Sr. Presidente, Senador Antônio Reguffe, que nós precisamos nos aprofundar, sim, nessa discussão, no sentido de encontrar o equilíbrio – esse é o papel da Casa revisora da República – das lacunas existentes, sem desestruturar o modelo de negócio dessas plataformas digitais essenciais para o cotidiano do cidadão.

Nós precisamos abordar alguns riscos que a proposta possa trazer. Por isso é que a gente vai aprender, ouvindo aqui, alguns desses palestrantes que vêm trazer a visão do mercado, a visão dos trabalhadores, a visão de quem está à frente do modelo de negócios. Porque o receito é que gere burocratização, uma intervenção indevida e inexistência de relação de emprego, controle indevido de preços e violação à livre iniciativa, possíveis prejuízos para plataformas, assim como para os motoristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, finalizando, Sr. Presidente, devido à grande relevância do tema e ao amplo interesse da sociedade em resolver essa questão, proponho que, antes de deliberarmos o projeto, realizemos esta audiência pública no sentido de esta Comissão, com todas as partes interessadas, procurar construir o consenso necessário e apresentar fundamentos que subsidiem uma decisão qualificada em relação a esse tema tão importante para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Ponho em discussão o requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Bom, como para projetos terminativos continuamos sem quórum, infelizmente, nesta Comissão, reitero aqui o apelo aos meus colegas Senadores membros desta Comissão que venham a esta Comissão para que votemos os projetos terminativos. Isso é uma obrigação. Isso não é um favor, é uma obrigação de todos os Parlamentares.

Espero que a gente consiga aí, com esforço da Secretaria, reunir quórum para votar os projetos terminativos aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu tenho uma sugestão, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Uma sugestão que eu queria dar para o senhor, que tem esse DNA de trabalho, de se dedicar às causas e ao que se propõe.

Eu participo de outras Comissões também, e os Presidentes têm adotado uma postura, recente, de colocar em votação e aguardar, durante uma hora, muitas vezes, que dê o quórum. Aí, nesse meio tempo, vão ligando para os colegas, as assessorias vão se mobilizando. A sua equipe de Secretaria aqui da CTFC é formada por um pessoal muito atencioso, muito conectado, e eu acho que, quem sabe, numa próxima sessão, hoje, talvez, não, mas, numa próxima, a gente possa deliberar e zerar essa pauta dessa forma, porque um vai mobilizando o outro e a gente zera, nesses próximos dias, as pendências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Agora, às vezes, as pessoas até registram a presença, mas não estão na sessão. Então, a gente não consegue que se vote.

Conseguimos votar aqui um não terminativo, mas não conseguimos votar os terminativos, que exigem votação nominal.

Agora, a sugestão de V. Exa. é uma sugestão muito positiva, e nós vamos fazer aqui um esforço, talvez na próxima terça-feira, de colocar em votação os projetos terminativos. E peço que se avise a cada gabinete que serão votados, na próxima terça-feira, os terminativos. E, se não tiver quórum, nós vamos ficar aqui, esperando e lendo os nomes dos Parlamentares para que, de repente... E, com o sistema *online*, ainda podem votar do gabinete – isso não custa nada – ou de casa.

Então, eu acho que é importante, para uma Comissão que é tão importante para a sociedade brasileira e que tem projetos importantes, meritórios na pauta, que precisam ser objeto de discussão e deliberação pelo Pleno desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando sessão deliberativa para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo, neste plenário, no dia 31 de maio.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Acir Gurgacz, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 19, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022 sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate as Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET - Ministério Pubico do Trabalho; Doutor Martin Georg Hahn, Diretor do Escritório de Brasilia da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Doutor Ricardo Abramovay, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade São Paulo." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (UNIÃO/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para a configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativo, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor", seja incluído o nome do Senhor Raimundo Nonato Alves da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Mototaxistas e Motoboys." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a qualidade dos serviços prestados pela Enel Distribuição Ceará ante o altíssimo valor de suas tarifas. Requer ainda que esta reunião seja realizada na cidade de Fortaleza / CE no dia 01/07/2022, ás 10:00 da manhã." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que estabelece critérios para a configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativo, bem como estabelecer normas protetivas ao consumidor seja incluído o Senhor Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magistrados da Justiça do Trabalho-Anamatra." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (UNIÃO/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 23, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3221/2021, que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar as ligações telefônicas excessivas ao consumidor inadimplente"." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 24, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião com a presença do Sr. PAULO REBELLO, Diretor-Presidente da ANS, para prestação de contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em especial para justificar ao povo brasileiro a autorização de reajuste absurdo de 15,5% nos planos de saúde em decisão publicada no DOU de 27 de maio de 2022." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (UNIÃO/DF), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 25, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC, seja incluído o nome do Sr. Raimundo Nonato Alves da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Mototaxistas e Motoboys - FENAMOTO." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 3835, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas." **Autoria:** Senador Fernando Collor (PROS/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4315, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produto alimentício industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 3001, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Gestão Pública." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

Como nós estamos sem quórum inclusive para aprovação da ata da última reunião, eu vou para a leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos pela Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos 571 e 575, de 2022, do Tribunal de Contas da União; Ofício 19, de 2022, da BB Seguridade Participações S.A.; Ofício 10, de 2022, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Carta 124, de 2022, da Pré-Sal Petróleo S.A.; Ofício 517, de 2022, da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Ofício 55, de 2022, do Banco da Amazônia; Ofício 3.606, de 2022, da Infraero; Ofício 4, de 2022, da Gaspetro; e Ofício 41, de 2022, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção de documentos recebidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo pelo prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Consulto a Secretaria se mais algum Senador entrou para que tenhamos quórum. (*Pausa.*)

Em vista da falta de quórum, vou encerrar a presente sessão, convocando sessão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário, para o que peço um esforço dos Senadores: que venham a esta Comissão cumprir com as suas obrigações perante a sociedade brasileira, para que tenhamos quórum aqui para deliberar esses importantes projetos para a sociedade brasileira!

Encerro a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas do dia onze de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Mecias de Jesus, e ainda do Senador não membro Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quinta a nona reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater o Estatuto do Trabalho, com foco no lançamento das Agendas Legislativa e Jurídica das Centrais Sindicais. Participantes: Clemente Ganz, Representante do Fórum das Centrais Sindicais; Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Miguel Torres, Presidente da Força Sindical; Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT; Adilson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Edson Índio, Secretário Executivo da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Geraldo Rodrigues, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor; e Flávio Werneck, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB. O Presidente concede a palavra aos seguintes presentes no plenário: Ubiraci Oliveira, Vice-Presidente Nacional da CTB; Alexandre Caso, Representante da Intersindical; Sílvia Helena de Alencar, Representante da Pública; Alisson Souza, Presidente do Sindilegis; Graça Costa, Presidente do Diap. Resultado: Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jean Paul Prates. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 5ª a 9ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2021, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o Estatuto do Trabalho, com foco no lançamento das agendas legislativa e jurídica das centrais sindicais. Isso aqui é um requerimento antigo que nós já tínhamos, só adaptamos para este momento.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Vamos colocar agora, rapidamente, o nome dos convidados.

Nós teremos uma abertura inicial feita pelo Diap, pelo nosso querido economista Clemente. Em seguida, falarão os presidentes das centrais sindicais – eu já vou dando a ordem, porque nós vamos chamar de dois em dois para a mesa. Então, o Clemente vai, de imediato, sentar aqui, e já vem o Sérgio Nobre, que é o primeiro inscrito aqui, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Depois, de dois em dois.

Pode vir, Clemente, por favor. O Sérgio Nobre já está aqui. Eu já vou fazer...

Podem bater palma. Aqui não é proibido, não. (*Palmas.*)

Em seguida, de dois em dois. Chamarei na sequência. Vão se organizando. Ordem atualizada.

Na sequência, Miguel Torres, Presidente da Força Sindical; Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); depois, Adilson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Na sequência, Edson Carneiro Índio, Secretário Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Geraldo Rodrigues, representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas); e José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou, rapidamente, só colocar como vai ser a nossa fala e o tempo de cada um. Eu falarei numa abertura por no máximo – no máximo – cinco minutos. Depois, a fala de cada convidado será de dez minutos. Farei uma abertura muito rápida, como é praxe nesta Comissão.

Cumprimentamos a todos.

Quero dizer que, para mim, em todo o período em que eu estou aqui no Parlamento, é a primeira vez que a gente consegue reunir aqui, por motivos de agenda e outros – alguns estão no exterior, inclusive, o presidente de central –, todos os presidentes das centrais sindicais. O único caso em que veio o vice é porque o presidente estava com problema de saúde. Então, é uma data histórica para todos nós.

Eu queria uma salva de palmas a todas as centrais e ao Diap, que está aqui conosco também. (*Palmas.*)

Cumprimentando-os, eu digo da importância do lançamento da agenda legislativa e jurídica de 2022.

Saudamos aqui todos os Senadores e Senadoras que colaboraram com este momento, especialmente, por questão de justiça, o Senador Humberto Costa, que é o Presidente da Comissão, e o Senador Contarato.

Como eu fui o autor do requerimento, eles fizeram questão de que eu presidisse a sessão. Então, muito obrigado, Presidente Humberto Costa. Muito obrigado, Vice Contarato.

Peço também palmas de cumprimento a eles, porque eles têm sido muito parceiros. (*Palmas.*)

Eu não sou mais Presidente desta Comissão. Eu presido hoje a Comissão dos Refugiados, que agora vai mudar também, a partir do presencial.

Enfim, o Governo Federal apresentou, no início do ano legislativo, sua agenda prioritária, que nos preocupou bastante, pois as matérias mostram a insistência do Governo em propor projetos que retiram o direito dos trabalhadores e a diminuição do papel do Estado como indutor das políticas públicas de caráter social e humanitário.

Falaram que a reforma trabalhista geraria dez milhões de empregos. Falaram que a reforma da previdência geraria outros dez milhões de empregos. Eu tenho isso gravado nos debates aqui, na Comissão. O Brasil estava muito bem e nada disso aconteceu. O desemprego, mais uma vez, bate o recorde, o PIB caiu, a inflação não para de subir, a fome e a miséria voltaram a assombrar nossa gente. É inadmissível que, depois do fracasso dessas reformas, o Governo apresente como prioridade matérias que tendem a retirar direito dos trabalhadores e da população como um todo e atentem contra os direitos humanos. Cada vez mais precisamos estar vigilantes, principalmente neste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O lançamento da Agenda Legislativa e Jurídica das Centrais é uma importante ferramenta para que o movimento sindical e nós mesmos aqui dentro do Parlamento possamos nos organizar para combater as ameaças contidas em outros projetos.

Boa parte da agenda apresentada pelo Governo Federal, através da Portaria 667, de 2022, está sem diálogo algum tanto com o movimento sindical como com a sociedade. Podemos citar aqui rapidamente alguns exemplos preocupantes, como a medida econômica da privatização dos Correios e da Eletrobras; com relação ao meio ambiente, a flexibilização do licenciamento ambiental – e vamos debater nesta quarta-feira tudo aquilo que está ligado ao que eu chamo do Abril Verde. Estarão lá representados, no Plenário do Senado, dois representantes das centrais sindicais, que vamos combinar aqui no final –; na agricultura, a liberação do uso de agrotóxicos; na segurança, a liberação do uso de armas, ignorando todas as políticas de desarmamento, como as pesquisas que apontam um aumento maior de violência por arma de fogo. Só vai aumentar a violência com essa flexibilização.

Para que o diálogo com os movimentos sindicais e sociais seja restabelecido junto ao Congresso Nacional, é importante e urgente a reinstalação das Comissões Mistas para exame das medidas provisórias e, com isso, teríamos o debate presencial aqui, principalmente, eu diria, neste momento, com a presença das centrais sindicais. Para isso é necessária a retomada do funcionamento do Congresso Nacional nem que seja semipresencial, mas que nenhuma medida provisória vá para o Plenário sem que passe por um debate nas Comissões.

Por tudo isso, é muito importante esta audiência pública com as centrais sindicais, na figura dos seus presidentes – repito, é algo quase inédito aqui no Senado –, com a presença de todos. Não é que vocês não estejam sempre aqui quando convidados.

Neste momento, todos vão usar a palavra, e ouviremos a pauta dos trabalhadores do campo e da cidade.

Esperamos que todos os presidenciáveis...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Este é um fechamento que eu mesmo fiz, mas são só quatro linhas.

Esperamos que todos os presidenciáveis – todos! – tomem conhecimento dessa agenda, da agenda dos trabalhadores do campo e da cidade. Eu gostaria muito de saber a opinião deles sobre essa pauta, no momento adequado, que eu sei que vocês vão formular.

Essa é a minha introdução, que já está pronta.

Agora, nós vamos, de imediato, à nossa lista, orientado pelo Christiano, conforme já combinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como falamos, serão concedidos dez minutos para cada convidado.

De imediato, passo a palavra a Clemente Ganz, representante do Fórum das Centrais Sindicais e também do Diap.

Está à mesa já o Sérgio Nobre, que é o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

É com vocês! (*Pausa.*)

Então, você fala daí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para mim é indiferente. Vocês é que mandam aqui. Eu só presido e organizo.

Eu sei que o Clemente faz a primeira fala; em seguida, é o Sérgio Nobre e, depois, o Miguel Torres. E aí vai a sequência.

O.k., Miguel? (*Pausa.*)

Clemente...

O SR. CLEMENTE GANZ (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todos e todas!

Senador Paim, obrigado pela sessão de lançamento da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais 2022 e também da Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no Supremo Tribunal Federal.

Esse trabalho é resultado de uma atuação conjunta das centrais sindicais, das dez centrais sindicais, da CUT, da Força Sindical, da UGT, da CTB, da Nova Central Sindical, da CSB, da Intersindical Central Sindical, da Intersindical Instrumento de Luta, da CSP-Conlutas e da Pública Central do Servidor. Essas dez centrais sindicais têm uma atuação conjunta em várias iniciativas, e uma delas, Senador, é justamente uma atuação articulada no Congresso Nacional, junto ao Senado e à Câmara dos Deputados, e também uma atuação conjunta no âmbito do TST e do Supremo Tribunal Federal, procurando tratar das questões que estão relacionadas ao mundo do trabalho, dos efeitos da legislação e da regulação da proteção laboral, social e previdência, bem como das normas trabalhistas, para proteger as trabalhadoras e os trabalhadores.

Para organizar esse trabalho de atuação aqui no Congresso Nacional, nós desenvolvemos um trabalho conjunto de relação com os Parlamentares, com os Líderes, com os Presidentes de Comissão, com os Relatores, visando debater os assuntos que são tratados nas diferentes medidas e projetos de lei. Essa iniciativa, Senador, se desdobrou na organização de uma agenda. Dada a magnitude e a quantidade dos projetos, dada a magnitude do ponto de vista da extensão e dos conteúdos que são tratados, nós desenvolvemos, a partir da *expertise* já acumulada pelos órgãos de assessoria ao movimento sindical, a formulação tanto da agenda legislativa quanto da agenda jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, para fazer o registro aqui desse lançamento, eu gostaria de convidar a Presidenta do Diap, que é a Graça Costa, para estar aqui na mesa também, neste momento de lançamento, para me acompanhar aqui no lançamento, junto com o André, que está aqui, que é o técnico do Diap, e a Graça, para poderem vir aqui à frente também para participar do lançamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para nós tirarmos uma foto, pessoal.

O SR. CLEMENTE GANZ – Para tirar a foto. O Neuriberg também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A equipe do Diap está sendo convidada para vir para a foto.

O SR. CLEMENTE GANZ – A equipe do Diap, venha aqui para a foto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dali para a frente falam só as centrais.

O SR. CLEMENTE GANZ – Isso.

E queria convidar também para fazer parte da foto: o Antonio Megale e a Zilmara, que fazem parte da assessoria jurídica das centrais sindicais.

É com esse time, Senador, que nós produzimos a agenda legislativa, a partir da *expertise* que o Diap reúne, hoje presidido pela Graça, com a equipe do Neuriberg e do André, e toda a equipe do Diap nesse trabalho de mapeamento, acompanhamento e análise das medidas que estão aqui no Congresso Nacional. Essa agenda legislativa reúne, além das medidas que estão em curso selecionadas a partir do impacto ou da abrangência relacionada ao mundo do trabalho, ela tem uma priorização, 37 projetos que nós priorizamos – 26 no âmbito do Câmara dos Deputados e outro no âmbito do Senado. E esses projetos também constam com uma avaliação, um posicionamento das centrais no que se refere à avaliação que as centrais têm do impacto desses projetos e da pertinência do seu encaminhamento ou da sua rejeição ou das modificações que, porventura, deveriam receber aqui no âmbito do Senado e no âmbito da Câmara dos Deputados.

Nós temos tido sempre uma relação bastante proveitosa com os Líderes partidários, especialmente, aqui no caso do Senado, com o Senador Paim, que tem sido uma atuação muito vigorosa no sentido de levar, agendar e desdobrar a agenda que se refere ao mundo do trabalho. E aqui, com esse subsídio, nós pretendemos organizar de maneira mais articulada o trabalho no Congresso Nacional.

E este ano, Senador, além dessa iniciativa que renova, portanto, a agenda legislativa pelo segundo ano, aperfeiçoando esse trabalho, trabalho esse que acompanha mais de 150 projetos no Congresso Nacional, que é monitorado via internet, atualizado permanentemente, neste ano nós também avançamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o trabalho que a assessoria jurídica das centrais sindicais faz de forma articulada na produção da agenda jurídica das centrais sindicais no Supremo Tribunal Federal, também o mapeamento feito pela assessoria jurídica com o apoio dos advogados que assessoram as centrais sindicais, com o apoio do escritório da LBS. E organizamos, portanto, o mapeamento de quais são os processos que estão no âmbito do Supremo Tribunal Federal que impactam direta ou indiretamente também a vida dos trabalhadores. Pretendemos fazer o mesmo trabalho depois no TST, também mapeando quais são os projetos que lá estão em curso.

Com esses dois subsídios, Senador, nós esperamos que as centrais sindicais melhorem ainda mais a sua atuação nesses âmbitos, aperfeiçoem e aprofundem a relação com o Parlamento, aperfeiçoem e aprofundem a formulação de propostas e projetos que interessam à classe trabalhadora. E é com esse objetivo que as centrais estão aqui hoje, fazendo o lançamento desses dois instrumentos que são muito importantes para o trabalho institucional das centrais sindicais.

Eu queria, então, em nome do Fórum, do Diap e em nome da assessoria jurídica das centrais sindicais, agradecer a oportunidade deste lançamento.

Quero registrar que eu não sou técnico do Diap, eu sou assessor do Fórum das Centrais Sindicais. O Diap está aqui representado pela Graça, pelo Neuriberg, pelo André, equipes que desenvolvem esse trabalho legislativo; Zilmara e Antonio Megale, aqui representando a assessoria jurídica, que organizou esse trabalho da agenda jurídica. E, em nome do Fórum, eu queria agradecer tanto à assessoria jurídica quanto ao Diap pelo excelente trabalho técnico que propiciam com essa formulação e pelo apoio técnico que têm dado às centrais sindicais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Clemente Ganz, que falou pelo Fórum das Centrais Sindicais.

Eu, de imediato, convido Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, que gentilmente cedeu o seu lugar para que o Diap fizesse a primeira apresentação.

Permitam só que eu use uma frase aqui. Eu tenho uma lembrança muito boa do Diap no tempo da Assembleia Nacional Constituinte, onde todos os sindicalistas se reuniam com o Diap na sede aqui em Brasília, onde tínhamos espaço – e lembro que era principalmente na Contag naquele período –, para apresentar a pauta dos trabalhadores. E tivemos ali em torno de 60 itens, o que era a pauta dos trabalhadores. E, neste momento histórico, estamos aqui na verdade também discutindo a pauta dos trabalhadores.

Fica um abraço também para a Graça, Presidente do Diap atualmente, ao inesquecível Ulisses Riedel e ao nosso Toninho do Diap.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora à fala das centrais.

De imediato, Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Dez minutos para sua exposição.

O SR. SÉRGIO NOBRE (Para expor.) – Bom dia aos companheiros, às companheiras.

Quero saudar, de maneira especial, o companheiro Paulo Paim e agradecer-lhe por ter nos ajudado a organizar este espaço.

Quero saudar e parabenizar também o Diap e todos os assessores, assessoras, que trabalharam muito para tornar este trabalho aqui tão relevante quanto possível, porque ele vai orientar a atuação das centrais sindicais aqui na Casa. São vários projetos que mexem muito na vida da classe trabalhadora.

Quero saudar também e cumprimentar os companheiros e companheiras de todas as centrais sindicais.

Paim – você viu aqui, não é? –, são dez centrais sindicais que assinam juntas o documento, que o construíram juntas. E isso só foi possível pelo entendimento de que, neste momento tão grave por que passa a classe trabalhadora brasileira, a unidade do movimento sindical e das centrais sindicais é decisiva. Então, neste ano nós teremos grandes embates dentro desta Casa e também na sociedade. E essa construção da unidade foi muito importante para a gente estar aqui e dar esse passo tão importante na construção dessa agenda, que é coletiva. (*Palmas.*)

Nós, Paim, estamos vivendo desde 2016... E a CUT tem dito isto: nós sofremos um golpe em 2016, e o golpe não foi contra a Presidenta Dilma, o golpe foi contra a classe trabalhadora. O que se seguiu, logo após o golpe, foi um desmonte violento de todo o sistema de proteção social, em especial da legislação trabalhista. Desde de manhã até de noite é aquela mentira contada um milhão de vezes, dizendo que o nosso país não gera emprego, e não gera emprego de qualidade porque os trabalhadores têm excesso de direitos; é o custo do trabalho, o custo da proteção social. E a gente sabe: o trabalho que não tem direitos o que é? Trabalho sem nenhum tipo de direito é o trabalho escravo. E nenhuma nação do mundo, do planeta conseguiu alto grau de desenvolvimento sem ter uma classe trabalhadora organizada e sem ter uma classe trabalhadora portadora de direitos. É só ver França, Alemanha, Canadá, Estados Unidos. É assim. Então, o que gera emprego, Paim, a gente sabe disso, é o investimento, é o crescimento do país. Você pode revogar a Lei Áurea, se quiser. E aliás esse povo se deixar faz. A gente não duvida de que esse povo é capaz de fazer. Mas não vai gerar se o país não crescer.

Então, é o crescimento econômico, o investimento, em especial investimento público que faz a geração de emprego. É muito importante que a gente deixe isso claro. E esse desmonte da proteção foi feito paulatinamente, sem nenhum tipo de diálogo com o movimento sindical. Eu não vivi a ditadura como dirigente sindical, mas conheci muitos que viveram. Mesmo na ditadura tinha algum grau...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO NOBRE – Você viveu.

Mesmo, não é? Este Governo não tem canal nenhum de diálogo com a classe trabalhadora. A gente vai dormir e acorda no outro dia com o direito tirado. Então, isso é um absurdo que está acontecendo no nosso país e a gente precisa deixar claro.

Eu queria aproveitar também, Paim, porque tem sido... Se a gente tem conseguido algumas vitórias, foi aqui dentro da Casa, em especial pelos Deputados e Senadores que têm compromisso com a classe trabalhadora, têm história com a classe trabalhadora e compartilham com a gente do mesmo princípio. Nós queremos um país desenvolvido, e não há um país desenvolvido, socialmente justo se não foi com uma classe trabalhadora protegida.

Nós tivemos vitórias importantes na 1.045, por exemplo. Foi um duro embate, aqui na Casa, que só foi possível com apoio do Senado, com apoio dos Deputados, que têm sensibilidade com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga que a postura – porque eu não citei aqui – do Senador Paulo Rocha foi fundamental naquele debate.

O SR. SÉRGIO NOBRE – Paulo Rocha. É verdade. E muitos, não é, que ajudaram a gente a construir... A luta que a gente fez contra a PEC 32 também. Não ter votado, ano passado, foi uma vitória muito importante da classe trabalhadora. E a gente cita aqui, na agenda legislativa. Nós temos que reverter esse processo de precarização que vem sendo feito nas relações de trabalho, no sistema de contratação. Nós precisamos reverter.

Agora, nós precisamos colocar, Paim, o país para crescer também, porque hoje um terço do nosso povo ou está desempregado, ou está no desalento, que é o pior dos mundos; perdeu a esperança, no futuro, de conseguir um trabalho; ou então tem um tipo de trabalho que mal dá para sustentar a família, não tem proteção nenhuma. São os trabalhos de tempo parcial. E nós chegamos nessa situação por conta disso. E a saída é fazer o país crescer.

Então, preocupa-nos muito, muito a agenda de desmonte do estado, porque ao longo da nossa história, Paim, todos os períodos em que o país cresceu com geração de emprego foi com planejamento do estado e com investimento forte do estado, porque a iniciativa privada ajuda, mas não tem condições de fazer os investimentos que o país precisa. E as estatais brasileiras são instrumento de desenvolvimento do nosso país, já que nós não temos grandes empresas brasileiras para impulsionar o desenvolvimento. E nos preocupa o desmonte da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Petrobras é um instrumento de desenvolvimento do nosso país que está sendo entregue para petroleira multinacional. Ninguém faz isso. É um setor estratégico. Então, os petroleiros estão numa luta que não é só dos petroleiros, é do povo brasileiro, para impedir a privatização da Petrobras.

Os companheiros dos Correios, que estão aqui. Os Correios não são uma empresa... Às vezes o povo pensa que os Correios são para entregar carta, e não é. Os Correios são uma grande empresa de logística, que na pandemia mostrou o quanto era importante, pois levou material de higiene...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Sérgio.

Acho que é importante nesse momento o destaque dos Correios, porque foi uma luta ferrenha aqui, viu?

O SR. SÉRGIO NOBRE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi na base do cabo e o facão. Mas conseguimos trancar aqui no Senado. E está trancada, graças à persistência, à firmeza do movimento sindical e com nós outros Senadores, que compramos esse bom debate.

Então, vida longa ao nossos Correios! Não à privatização! (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO NOBRE – E nós vamos ganhar essa batalha, não é? Vamos continuar na luta contra a privatização dos Correios, que é uma empresa de logística importantíssima. Se não fosse importante, não haveria gente querendo comprar – não é? –, a preço de banana.

Preocupa-nos muito, Paim, a privatização também do sistema elétrico. Energia é um setor estratégico, e ninguém entrega seu setor de energia para empresa multinacional, ninguém faz isso. A intenção de privatizar também o sistema elétrico muito nos preocupa, e os trabalhadores do sistema elétrico, neste momento, estão em luta, em campanha para impedir que se entregue o sistema elétrico.

Também a gente vê com muita tristeza que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, que são os instrumentos de financiar o crescimento do nosso país, e o BNDES, vêm sendo desmontados também paulatinamente, não é? Isso nos preocupa. Estão fatiando, cortando em pedaços e privatizando. Os bancários também estão em luta contra a privatização dos setores, dentro dos bancos, o que para nós seria uma grande tragédia.

Enfim, nós temos toda uma agenda de luta que nós precisamos implementar no nosso país. Não serão esses meses que nos levam daqui até as eleições de outubro, porque a gente tem clareza também... As eleições de outubro vão definir o que vai ser este país nos próximos dez, quinze, vinte anos. A gente sabe o que está em jogo. Então, por isso é que essa agenda que nós colocamos aqui, Paim, é para chamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a atenção da classe trabalhadora. Nós precisamos fazer o embate nas ruas, nós precisamos ganhar a opinião pública para o Brasil que a gente quer construir. E os trabalhadores têm que ter consciência de que é só na luta, com solidariedade, com luta, que a gente vai construir.

Então, eu quero, neste momento aqui, Paim, agradecer muito mesmo o teu mandato, que tem sido sempre a serviço ou tem estado a serviço da classe trabalhadora. Diversas Lideranças também do Senado e da Câmara têm atuado com a classe trabalhadora. E nós das centrais sindicais estamos muito conscientes de que este espaço aqui é o espaço da democracia e é um espaço em que a gente tem que atuar cada vez mais e melhor.

Então, eu desejo muito que essa agenda legislativa que nós estamos lançando hoje, fruto de unidade do movimento sindical, seja uma bandeira, um guia e um instrumento de luta de toda a classe trabalhadora brasileira. Com certeza, é na luta que nós vamos vencer.

Um grande abraço e muito obrigado, viu, Paim? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Sérgio Nobre! – que fez a primeira fala já deixando claro que essa luta vai ser muito dura. Este ano – e podem se preparar por aquilo que a gente vê na correlação de força do Plenário, independentemente do Presidente da República que nós queremos mudar e queremos eleger – vai exigir muito de nós. Já vimos na história o exemplo Dilma, não é? Tínhamos uma Presidenta e não tínhamos o Congresso, e foi o que foi.

Em seguida, passo a palavra agora ao Presidente da Força Sindical, o companheiro Miguel Torres. Por favor, Miguel, são dez minutos.

O SR. MIGUEL TORRES (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Um bom dia também a todas companheiras e companheiros aqui presentes nesta importante reunião.

Aqui, representando a Força aqui do DF, também temos o Presidente, o companheiro Moisés, que chegou ali. Obrigado, Moisés!

Como o Sérgio falou, companheiro Paim, a nossa batalha não é fácil, e ela piorou nesses últimos anos, não é? A gente falava, a gente reclamava em 2015, mas não sabia que, em 2016, iria aumentar e ficar pior. E, a cada dia que passa, nós estamos vendo os ataques que vêm em cima dos direitos da nossa população, direitos sociais e direitos trabalhistas de que nós estamos tratando aqui nessa pauta, nessa agenda.

Dentro disso, Senador, as centrais sindicais... Como o senhor falou, pela primeira vez estão aqui unidas, mas não é fácil mantê-las unidas. O senhor sabe que, se fosse fácil, não haveria dez. Então, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divergências, mas conseguimos construir, com essa maturidade importante, essa unidade. E eu digo aqui e reafirmo que essa unidade nos fez enfrentar a pandemia em primeira trincheira. Foi o movimento sindical que conseguiu... No momento em que havia um caso no Brasil, sabíamos o que estava acontecendo já no mundo, e o movimento sindical se organizou e começou a debater propostas para o enfrentamento da pandemia naquele momento. Então, é lógico que há diversos atores, mas o movimento sindical foi relevante e essencial naquele momento no debate a um programa de proteção a emprego, um programa de suspensão do contrato de trabalho para manter as pessoas registradas, mantido o vínculo, a questão do auxílio emergencial que se discutia. E o Senador sabe que era um auxílio de R$200. Nós viemos numa luta, numa campanha e conseguimos que, dentro do Parlamento, chegasse a R$600, com uma proteção maior às mães de família. Então, nós tivemos... O movimento sindical teve esse engajamento, mas isso só foi possível porque nós nos unimos, tiramos pontos comuns e tocamos para a frente. Então, isso nos fortaleceu muito e, com certeza, essa nossa ação fez com que nós conversássemos com diversos Governadores, diversos Prefeitos de importantes cidades nessa luta para enfrentar a pandemia.

É só lembrar – e o senhor aqui deve se lembrar muito bem disto – que, no final de 2019, o que corria por aqui, dentro do Congresso e até da Presidência da República, era ataque ao SUS. Havia o planejamento de tentar acabar com o SUS em 2020. E nós sabemos, se não fosse a existência e a força que o SUS tem, o que nós teríamos hoje. Sobre isso também nós levamos a nossa preocupação naquele momento para o Parlamento.

Então, eu quero aqui parabenizar essa ação conjunta das centrais sindicais e mostrar que o movimento sindical é relevante e é essencial, sim. Por mais que tentem acabar com ele diariamente, ele continua firme. Por mais que diariamente tentem denegri-lo, ele continua firme. Por mais que no dia a dia tentem tirar o movimento sindical do foco – por exemplo, a grande imprensa tirou o movimento sindical das notícias –, ele se mantém firme, tanto é que hoje nós estamos vendo aí a luta dos trabalhadores da Avibras, na região de São José, brigando lá com a empresa por causa da demissão que houve. Então, há luta constante. Os companheiros do Banco Central estão nesse processo de greve. São coisas em que o movimento sindical mostra a sua força. Independentemente da sua linha ideológica, está trabalhando, está fazendo campanhas salariais exitosas nesses últimos anos, repondo inflação, mantendo direitos, ampliando muitas cláusulas sociais. Então, isso é muito importante.

E a construção dessa agenda teve a participação muito forte de todas as centrais. Além dos companheiros do Diap, do Dieese, da assessoria muito bem trabalhada dentro das centrais sindicais, também houve um corpo político das centrais que se propôs a debater essa agenda, e pela força do companheiro Serginho, que participou de todas reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Miguel, permita-me, porque você falou, e eu não falei, o nome do Dieese, que tem sido um instrumento fundamental para nós trabalhadores do campo e da cidade. Então, aproveito para cumprimentar também o Dieese, como cumprimentamos aqui o Diap. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL TORRES – Então, essa construção vem com muito esforço. É aquela história: trocar o pneu do carro com o carro andando. É vindo aqui fazer manifestação, fazer corpo a corpo com os Deputados e Senadores, e as equipes também trabalhando para construir. Não foi fácil.

Além disso, Senador, nós fizemos, na semana passada – que também foi fruto de uma grande articulação sindical –, a nossa Conclat (Conferência da Classe Trabalhadora). Foi a terceira Conclat, em tempos diferentes: em 1981, ainda dentro do regime militar, de cuja importância sabemos; em 2010 também, no final do Governo Lula, fizemos uma Conclat muito grande lá no Pacaembu; e agora fizemos, na semana passada, em São Paulo, juntando também todas as propostas do movimento sindical não só para a área trabalhista, na área dos nossos direitos, mas mostrando o que nós queremos do país no futuro, o que nós pensamos como entidades sindicais e, como trabalhadores, o que nós queremos. Então, são propostas, Senador, que o Valentim entregou, muito importantes – e eu gostaria de que V. Exa. desse uma olhada – que vão ao encontro disso.

Há as pautas nossas na agenda legislativa e na agenda judiciária também, de que não podemos nos esquecer, Senador. Dentro do Judiciário é uma briga constante, a briga é muito grande também no Judiciário. Então, nós também temos essa importante ação na agenda para trabalhar junto ao Judiciário no que nos interessa.

Então, aqui, valorizando muito a participação sindical, lembrando... O Sérgio lembrou muito bem. O Senado teve um papel... Por mais que a gente achasse que não ia conseguir, o Senado conseguiu reverter coisas muito importantes. A última foi a 1.045, de que eu me lembre, porque nós estivemos aqui há muito tempo. Eu lembro que eu estava na votação na Câmara dos Deputados e, por mais que conversássemos com os Deputados – "não, isso não passa, não passa" –, nós perdemos por 303. Aí, quando vem para cá, você fala: "está tudo perdido". Já que houve uma diferença dessa... Mas nós conseguimos.

E eu também valorizo que cada estadual das centrais fez um trabalho muito importante de conversar com os três Senadores. Eu acho que nós conseguimos aquele corpo de mostrar aos Senadores nos estados o desastre que seria aprovar aquela 1.045. O senhor ajudou muito aqui tentando fazer os acordos no meio do caminho, mas viu que, na hora em que chegou – e isso foi muito importante – essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Miguel, deixe-me fazer um pequeno corte – depois te dou um minuto. Eu quero dizer que foram fundamentais também aquelas reuniões que nós fizemos virtualmente com as centrais e para as quais convidávamos os Senadores, inclusive relator e autor, a fazer o debate daquelas medidas, como a 1.045, de que você lembrou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o papel do movimento sindical e a luta dos Senadores aqui comprometidos foram fundamentais, mas o movimento sindical deu o toque quando nos chamavam: "Olha, vamos discutir essa, vamos discutir aquela". E fizemos belos debates, inclusive com os relatores. Então, o movimento sindical merece minhas palmas, como sempre. Foram fundamentais. (*Palmas.*)

O SR. MIGUEL TORRES – Verdade.

E só lembro, companheiro Paim: essa ação trouxe um corpo forte do movimento sindical – isso nos ajudou –, só que nós estamos vendo que mesmo temas que já tinham sido esgotados nas medidas continuam sendo reproduzidos. Agora, nós temos aí as últimas – 1.108, 1.109 – que recriam partes dessas medidas que caíram aqui no Senado e ganham força dentro da Câmara. Nós temos que começar... Vamos ter que ficar em cima. É aquela coisa: um olho no gato, outro no peixe e um lá na churrasqueira. Tem que se virar para não deixar, porque com qualquer vacilo e a gente perde.

Senador, quero agradecer muito a sua intervenção, a sua participação conosco, essa intermediação muito forte que o senhor sempre teve com o movimento sindical.

Trago um abraço aqui do Quebra Mola, que é o seu *cover* lá no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá em Gravataí, grande Quebra Mola, parceiro nosso lá.

O SR. MIGUEL TORRES – E nós sabemos, Senador, que para nós trabalhadores e trabalhadoras nada é de graça. Nenhuma lei veio sem uma luta dos trabalhadores, nenhuma. Nenhuma lei que beneficia os trabalhadores veio sem a luta deles. Então, como nós sempre falamos, a luta faz a lei.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Miguel Torres, Presidente da Força Sindical, que fez uma bela exposição, viajando um pouco no tempo e colocando os tempos atuais.

Como eu digo, nós vivemos agora em tempo de uberização, como eu dizia hoje de manhã num debate em que eu estava. Quando eu falo em uberização, não é falar do Uber só. Na uberização, tu és o dono da máquina, tu produzes o seu trabalho e não tens direito nenhum, e o outro lado só lucra, não é? Então, preocupa-nos muito a questão do salário/hora.

Neste momento, com enorme satisfação também, como todos os outros, Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

E já chamo para a mesa o Adilson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO PATAH (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Eu quero cumprimentar aqui, na pessoa da nossa Graça, que é a Presidente do Diap, todas as mulheres que aqui estão e que estão do outro lado da telinha também. Quero cumprimentar todos os meus companheiros de centrais sindicais.

Nós estamos aqui, Senador – você conhece todo mundo que aqui está –, hoje nós somos uma palavra só: solidariedade, esperança, construção, qualquer um que sentar aqui. Se colocar o Moacyr... Você conhece o Moacyr? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há algumas décadas.

O SR. RICARDO PATAH – Se o Moacyr sentar aqui, você vai pensar que ele é da CUT, pode ter certeza. Você vai ver quando ele falar, porque a nossa unidade realmente é uma sinergia fundamental, e é isso que vai mudar o nosso país.

Eu queria agradecer o convite, Senador. Realmente é um momento muito emblemático para todos nós. Eu quero cumprimentar também o meu amigo Clemente, que é o nosso coordenador. Eu falo que ele é o presidente de todas as centrais sindicais, o Clemente.

Senador, eu fico espantado às vezes. Será que há Deputado nos vendo? Porque, às vezes, fica essa televisão ligada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A TV é ao vivo e pode ter certeza de que há Senadores, Deputados, Executivo e Judiciário assistindo, viu? Estou falando de fonte segura.

O SR. RICARDO PATAH – Mas o pessoal da direita também está nos vendo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assiste, com certeza assiste.

O SR. RICARDO PATAH – Mas é o seguinte, Senador: eu fiquei muito preocupado... Nós todos aqui participamos, até 2017, daquelas mudanças que acabaram ocorrendo na área trabalhista sindical, mas o que me espantou é que o Senado mostrou resistência, fez um acordo. Eu lembro, foi assinado pelo Presidente de plantão, e não deu nem bola, e o Senado, também não vi cobrando esse acordo. Mas o que me espanta é que tudo que a extrema direita coloca, que é o mercado acima do povo, que o povo não vale, quem vale é o mercado, na Câmara passa. E é lógico, há vários companheiros... Por isso que eu estou... Eu não posso... Tem que se tomar cuidado porque há muitos Deputados e Deputadas que têm essa sensibilidade social e pensam num Brasil diferente, mas eu não consigo compreender, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me dar só um exemplo, que acho importante – claro que seu tempo depois está assegurado. A capitalização, em que vocês lutaram como guerreiros e guerreiras, nós conseguimos derrubá-la lá na Câmara. Eu critico a Câmara, por exemplo: aprovamos dez projetos de combate ao racismo e preconceito, Bira, aqui no Senado, em tempo de pandemia – eu fui autor ou Relator de todos, então acompanhei um a um – e sabe quantos a Câmara votou? Nenhum. Nenhum. Se tivesse votado um pelo menos, mas não votou nenhum. Aí eu cumprimento o Rodrigo Pacheco, porque ele foi parceiro, foi até Relator de um dos projetos. Agora, a capitalização, também tenho que reconhecer que ela cai lá, e aqui nós não deixamos reintroduzir de jeito nenhum.

O SR. RICARDO PATAH – Então, eu quero na realidade é parabenizar o Senado, os Senadores. Eu não sei se todos que aqui estão... Eu fui uma vez procurar saber a importância do Senado do Brasil. Eu fiquei surpreso: o Senado do Brasil é considerado um dos mais importantes e relevantes do mundo no poder e nas decisões. Fiquei surpreso, e me deu orgulho. E naquele momento mostrou essa capacidade. Eu sou filiado a um partido que tem um companheiro seu, que é o Otto Alencar, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parceiro, parceiro de todas.

O SR. RICARDO PATAH – E ele, com outros – eu não vou nominar os outros Senadores –, nos quarenta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga: Otto Alencar, Correios. Foi fundamental naquele momento o que fizemos junto com ele. Nós conversávamos, ele dizia: "Paim, fica comigo, qualquer rolo aqui, eu acompanho". Para dar uma ideia de como foi nessa votação.

O SR. RICARDO PATAH – O que eu quero dizer é que, aos 48 minutos do segundo tempo, nós derrubamos – porque nós nos consideramos nessa oportunidade companheiros do Senado – várias medidas que iam piorar muito a vida do trabalhador e da trabalhadora. Então, o Senado realmente... Pessoal, vamos aplaudir o Senado? Vamos aplaudir o Senado! (*Palmas.*)

Mas, Senador, essa pauta que nós estamos trazendo é uma pauta ampla, debatida, discutida. Lançamos em São Paulo, na Conclat, Conclat essa que resgatou a Conclat de 1981, de que alguns que estão aqui participaram, o Bira estava lá... Não sei se você na época participou, eu não participei, eu não tinha idade para isso, mas muitos participaram, o Moacyr talvez tenha participado, ele tem idade. E vou lhe dizer, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que o mais jovem de todos aqui sou eu. Se eu não participei, eu estava lá nos bastidores, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO PATAH – Foram três dias de debate, milhares de pessoas, e foi com certeza um instrumento poderoso de redemocratização do nosso país. Eu me orgulho de estar, vamos dizer, sucedendo aqueles que fizeram do nosso país um país democrático. Hoje nós vivemos uma situação gravíssima, é uma situação de desemprego, de desalento, fome, e essa Conclat veio para construir um novo caminho. Não é o momento de eleições, que se aproxima; é o momento de conscientizar nossa população de que nós não podemos permitir um país rico – *commodities,* agronegócio, minério, povo extraordinário – que possa estar sujeito a situações adversas como as que estamos vivendo.

Então, este nosso caderno aqui da Conclat, que nós vamos depois distribuir para todos os Senadores, Deputados e sociedade de uma forma geral, tem dezenas de possibilidades de construção. Não há dúvida de que não é só no campo do trabalho: nós precisamos ter um país para o qual retorne a industrialização, um país que crie políticas efetivas de crescimento, com uma reforma tributária adequada, em que não fique só para os menos favorecidos pagarem. Nós sabemos que as grandes fortunas – nada contra as grandes fortunas – não pagam os valores que os trabalhadores pagam. Hoje, uma cesta básica para aquele trabalhador da base da pirâmide fica difícil de ser comprada. Não se tem dinheiro para comprar remédio. Nós não merecemos ter esse povo vivendo isso.

Por isso, eu espero que haja Deputados, Deputadas, Senadores, Executivo, o povo da direita também nos ouvindo porque nós queremos um outro Brasil. Não podemos permitir um país que esteja destroçado. Parece até que a guerra da Ucrânia é aqui. É muito grave.

E é por isso que nós estamos, hoje, com todas as centrais aqui desenvolvendo esse papel, a meu ver, fundamental de conscientizar, capilarizar o que é bom para o nosso país: a qualificação profissional, a formação profissional...

Você comentou aí dos aplicativos, rapidamente – deixe-me até ver meu tempo, estou sem óculos, eu não enxergo, mas eu tenho mais dois minutinhos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem três minutos ainda!

O SR. RICARDO PATAH – ... mas essa é uma das questões...

Eu costumo dizer que a UGT nasceu como *Os Miseráveis*, do Victor Hugo, porque nós representamos, a maior parte dos nossos representados é da base da pirâmide: motoboys, comerciários, padeiros, limpadores de rua e outras categorias, mas essas em especial são aquelas que não tinham voz. Você nos ajudou muito! Aqui está o homem que nos ajudou na questão do comerciário, porque nós não tínhamos leis; e nós temos lei. Na época da Dilma, fez-se a nossa lei, como também se fez o trabalho junto aos motoboys. Hoje, os motoboys são aqueles que representam os miseráveis do Victor Hugo, são os considerados empreendedores: ganham uma miséria, colocam a sua vida em risco... Morrem a cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento jovens, ceifados de uma possibilidade que nós que estamos aqui com alguma idade tivemos, a que eles não vão infelizmente chegar.

Quarta revolução industrial, 5G, ou seja, nós estamos num mundo extraordinário e não podemos permitir que nós tenhamos esse desrespeito para com o trabalhador, para com a trabalhadora.

Nós fizemos juntos um trabalho fundamental contra o racismo no Brasil. Você foi lá no sindicato, nós fomos os primeiros do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estive lá. Foi fundamental a ida lá.

O SR. RICARDO PATAH – ... a fazer cota. Fomos os primeiros do Brasil. Mas continuamos com o problema. Até quando?

Então, nós estamos aqui, na realidade, todos juntos, unificados por um outro Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO PATAH – ... um Brasil cidadão, com distribuição de renda, com respeito ao povo brasileiro, ao trabalhador e à trabalhadora. E eu espero mesmo que o de direita esteja nos vendo, porque vai acabar essa mamata que está aí acabando com o Brasil: queimando a Amazônia, matando as pessoas, desempregando os trabalhadores. E nós vamos mudar. E viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que tratou também da questão do meio ambiente, na amplitude, como todos.

Mas, pessoal, agora é com muita alegria que eu vou chamar aquele que eu considero um dos – "um dos", para não dar ciumeira, não é? – melhores Senadores desta Casa. Ele veio como suplente da Fátima e chegou a ser destaque nacional hoje. É um Senador preparado, tem lado. Ele ganhou debates no Plenário – permita que eu diga isso, Jean Paul, e fale só de você; não vou falar de quem você ganhou – que ninguém acreditava. E ele foi importante em qualquer debate que tratasse aqui das estatais, por exemplo. Em todas que vocês imaginarem, o Jean Paul é o cara que praticamente nos orienta – viu, Jean Paul? É com muita alegria... Dei um exemplo só, quem é competente não é só numa área não. Ele atua em todas as áreas e sempre ao nosso lado.

Jean Paul, o tempo é seu neste momento, como é de praxe na Casa, para abrir espaço para os Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Meu querido mestre Paulo Paim, eu quero dizer a todos que ouviram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se for possível dar mais volume para ele...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – ... que isso advém dos mestres que eu tenho nesta Casa, e um deles certamente é você, Paulo Paim, com certeza, e todos sabem disso. Quero lhe agradecer pelas palavras e quero agradecer ao Presidente Humberto Costa também. Parabéns por esta audiência importante e prestigiada! Parabéns ao Diap e ao Dieese pelo trabalho! Parabéns sobretudo a vocês das dez centrais sindicais por sua união neste momento, que é um momento difícil, é um momento que justifica passarmos por cima de qualquer divergência menor, é um momento em que vocês mostram de fato que os trabalhadores e trabalhadoras – e já falo sobre o conceito amplo que isso deve conter – devem estar unidos, porque estamos diante de situações jamais vistas na história do Brasil, de ataques, de perdas, de retrocesso.

E todos esses retrocessos, como se disse antes aí, foram "justificados" – com aspas bem grandes – com o argumento que a gente cansa de ouvir, não é, Paulo Paim? Qualquer projeto que sai agora para diminuir direitos, cortar situações de segurança e de conforto para o trabalho, qualquer desses retrocessos sempre é "justificado" – com grandes aspas – pela geração de emprego e renda. Não se sabe bem para quem essa renda, ou melhor, até se sabe bem, mas geração de emprego certamente não foi resultante de nenhum desses projetos que nós acabamos vendo ser aprovados, com certeza contra o nosso voto, com o nosso voto contrário, mas acabamos vendo passar aí pela Casa desde 2017.

Essa precarização de direitos e condições de trabalho, essa eliminação, basicamente a eliminação do poder dos sindicatos, do seu poder de luta, esse desmantelamento que também tem a ver com essa situação toda... E foi bem dito anteriormente da capacidade do Estado brasileiro não só de proteger seus cidadãos, mas também de orientar esses setores estratégicos que a gente está sempre lutando para que permaneçam sob o controle e sob o planejamento do Estado. Isso tudo é resultado de um governo que certamente não reconhece absolutamente o diálogo, a conversa, a força do movimento sindical, simplifica, reduz, humilha, despreza o poder que os trabalhadores têm. E, quando eu falo trabalhadores, aí quero incluir, porque eles querem que se excluam, os microempresários, os autônomos, todos os que são de fato trabalhadores, não importa o *status* que queiram criar e até a mentalidade que queiram impor a essas pessoas de que elas não são trabalhadoras. Elas são trabalhadoras, elas não têm absolutamente nenhum poder sozinhas, elas não têm absolutamente nenhuma capacidade de planejamento e gestão dos seus respectivos setores. Elas são formiguinhas mesmo, trabalhadoras como qualquer um assalariado dentro da égide da carteira de trabalho mais tradicional.

Mas, até nas novelas, no dia a dia, no discurso da mídia, a gente veio sofrendo – todos vocês sabem – uma década, antes até mesmo do golpe, de lavagem cerebral em relação a essas pessoas, fazendo-as pensar que são patrões: "Passe a ser o patrão, trabalhe na hora em que você quer, faça o que você quiser,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conecte-se com o aplicativo que vai lhe arrumar cliente. Você é dono de tudo, inclusive dos chamados meios de produção", e na verdade isso acaba funcionando contra esses trabalhadores.

Então, este é o momento de, de fato, unificar essa luta e chamar essas pessoas também, incluí-las também nesse processo, porque nós precisamos, para encerrar aqui, além de recuperar direitos sociais do trabalho, além de recuperar a força de luta, de conquista através da força dos sindicatos, inclusive em relação às suas receitas, à sua capacidade de ter músculos, sobretudo falar de futuro. Esse é o recado que eu queria passar aqui, não queria deixar dar aqui.

Tenho conversado com o Presidente Lula a respeito disso, tenho conversado com os nossos colegas também: nós não podemos ser vistos como aqueles que querem apenas retroceder. Quando falarmos nas nossas reformas, nos nossos ajustes, nós não podemos parecer que estamos querendo andar para trás. Nós temos que justificar a nossa ação e o nosso discurso como ajustes necessários em coisas que foram feitas erradas, mas com vistas ao futuro, vislumbrar e preparar o futuro, antever as novas tecnologias, as técnicas, as rotinas, as instalações, tudo que é novo, para que elas funcionem não a favor do lucro apenas, antes que o cara coloque uma nova máquina, uma nova forma de interagir com consumidores a favor apenas de ganhar mais dinheiro, mas que o trabalhador esteja incluído nisso. Afinal, sempre nos venderam que a tecnologia seria para ajudar o trabalhador a ter mais conforto, segurança, menos horas de trabalho. Então, isso não acontece.

E, por fim, quero falar de participação nos resultados. Eu tenho visto movimentações, principalmente dos petroleiros, no sentido de participação em resultado, mas não é no lucro apenas, não é aquela conquista que a gente já tem visto em muitos lugares em relação a lucro; é no valor das ações também. Então, nós temos aí uma iniciativa do pessoal dos petroleiros, que é uma associação dos petroleiros que acaba aplicando em ações, ações da própria empresa onde eles trabalham – no caso aí, a Petrobras, mas isso pode ser utilizado inclusive em legislações –, para que se possa minimizar, ter um efeito inclusive colateral benéfico, que é mitigar a volatilidade dessas ações de caráter especulativo, porque esses trabalhadores tendem a ser investidores mais conservadores.

Mas tudo isso nós vamos discutir ao longo desse final de ano. Acho que nós temos muito para fazer, Paulo Paim, nesse final de ano ainda, nesses mandatos desta legislatura, apesar de todo mundo dizer que é eleição, tudo isso, mas nós devemos deixar várias legislações, várias coisas apontadas, andar o máximo possível com elas para que, já no início do ano que vem, com toda a felicidade que o Brasil há de nos dar de reverter esse quadro e eleger Lula, nós possamos começar o governo já com muita coisa entabulada, preparada e já discutida no âmbito legislativo para que o trâmite seja o mais rápido possível e o menos traumático possível. De novo, pensar no futuro, falar de futuro. Ajustes serão feitos, mas sempre com vistas ao para a frente.

É isso.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse é o Jean Paul, pessoal, parceiro nosso de todas as horas e todos os debates, comprometido com o nosso povo e toda a nossa gente.

Já está aqui na mesa conosco o Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Então, no momento em que um dos convidados volta para o plenário, o outro já pode se aproximar, e eu vou anunciando.

Agora a palavra é do nosso querido também, como todos e todas aqui, Adilson Araújo, Presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. ADILSON ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia.

Obrigado, Senador Paim. É com muita gratidão que a CTB, junto com as centrais sindicais, prestigia esta atividade coordenada pela Comissão de Direitos Humanos.

Quero saudar aqui nosso querido amigo Moacyr, saudar o Clemente pelo apoio ao trabalho realizado pelas centrais sindicais, saudar também a Louise e, na pessoa dela, todo o Diap.

Eu penso que, de forma assertiva, o movimento sindical tem ocupado este espaço. E é razoável que a gente possa conceber o que diria Noam Chomsky, um dos maiores filósofos do nosso tempo: não haveria possibilidade de alcance do avanço civilizatório sem a participação decisiva do movimento sindical. Então, é importante que a gente possa nutrir da boa consciência de que a força motriz capaz de promover as transformações, diria, sobretudo, as transformações do nosso tempo, não tenho dúvidas, é a classe trabalhadora.

Ao trazer este debate para o Congresso Nacional, eu considero que é da inteligência nossa fazer nutrir neste espaço que o movimento sindical não está só a reclamar; está também a contribuir, elevar o nível do debate e a participação da nossa tão sofrida classe trabalhadora. Por quê? O Brasil vive hoje um processo agudo, um processo acelerado que caminha para uma involução civilizatória de grande repercussão na vida do povo. O nosso Vice-Presidente Bira elencava as razões de o movimento sindical estar presente, Senador Paim, e ele me parafraseou: a unidade é o ponto chave para a luta contra o desmonte do país. Está muito claro para nós que, passada a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que limitou o teto de gastos, a reforma trabalhista regressiva, a reforma da previdência, me parece que grande parcela da representação social não se deu ainda por vencida.

O fato é que, muito daquilo que se apresentou e se colocou como solução, até hoje o povo espera essa mercadoria que não chega. Mas por que não vai chegar? Nesse particular, três questões fundamentais se colocam. Não há como o Brasil ambicionar uma transição futura ancorado nos macros dessa política restritiva: câmbio flutuante, juros altos e inflação incontrolável. Não há como se conceber a possibilidade de ter um trabalhador percebendo salário digno e tendo condições justas de trabalho se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficarmos nos marcos de uma reforma trabalhista que alimentou o diabo de um trabalho intermitente que não gerou emprego algum, falacioso. Então, uma das razões do diálogo é também a gente fazer enxergar que aquilo que não deu certo nós precisamos revogar. (*Palmas.*)

E temos que ter muita tranquilidade para mostrar para muita gente que talvez esteja míope, esteja com os olhos vendados. Importa ao empresariado brasileiro essa condição de estar vendendo os navios e exportando mão de obra externa, como foi a mudança de grande impacto na política BR do Mar? Justifica entregar o nosso óleo cru para a gente ficar comprando derivados da nossa matéria-prima e permitir um trabalhador ter que comprar um botijão de gás por R$130? Quem pode comprar, porque com R$400 ninguém compra botijão de gás – ninguém compra botijão de gás!

Então, o sentido deste diálogo é dizer o seguinte: a classe trabalhadora já foi penalizada por demais. É hora de a gente colocar o pé no freio. A nós, muito interessa debater alternativas, soluções para o país, desenvolver força produtiva, retomar os investimentos públicos e fazer valer um pacote de medidas que poderá ajudar o país a sair da estagnação, porque evidentemente que, à luz do olhar do Ministro da Economia, este país vai continuar patinando.

Quando foi aprovado o limite do teto dos gastos, o Meirelles disse: "Nós estamos tomando uma solução para controlar a inflação, segurar a taxa dos juros e atrair o investimento privado". Eu pergunto: isso foi verdadeiro ou soou como algo fútil, algo nefasto, que só fez alimentar a ganância do rentismo do grande capital dos bancos, porque esse povo que padece, que já não consegue comprar um quilo de cenoura de R$14, um tomate de R$10 vai ter condição de sobreviver com auxílio emergencial de R$400? Mais do que debater o auxílio emergencial, nós temos que fazer com que esse instituto seja permanente, porque os recursos públicos não podem ser auferidos para alimentar a ganância dos ricos. Nós temos que taxar grandes fortunas. Se nós queremos reduzir o impacto da massa salarial, nós também devemos discutir, com responsabilidade – e olha que foi proposta de todos os candidatos a Presidente da República na eleição passada –, a correção da tabela do Imposto de Renda e a isenção de quem ganha R$5 mil. Diria o Governo passado: qual o sentido de tanta pressão dessa classe média, uma classe média que foi alimentada por uma década com aumento real e com correção da inflação? Mas não se deve conceber que é razoável um trabalhador que ganha R$5 mil ter um reajuste de 1% e o Leão levar 27,5%! Há uma distorção muito gritante! Enquanto isso, por uma movimentação de R$300 milhões, pagam-se 6% de Imposto de Renda!

Então, a gente precisa localizar o que é central, o que é principal. Nós temos muitas divergências com o Presidente da República. Só que nós estamos falando do protagonismo que pode ser exercido nesta Casa, que foi exercido durante toda a pandemia a contragosto do Planalto Central. Ele não queria o auxílio emergencial. A sociedade disse ao Congresso Nacional o caminho. Aprovamos R$600. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo disse: "Não pode a Lei Aldir Blanc". A gente atendeu ao pedido, ao clamor daqueles que ficaram paralisados, entre tantas outras coisas. É claro que o Governo tem feito a opção pelo veto, mas esse veto, vai chegar o momento em que a gente vai rasgá-lo e jogá-lo na lata do lixo!

A transição política é uma necessidade, é uma necessidade objetiva que se coloca como uma questão de grande responsabilidade. Então, nós não estamos aqui a brigar com ninguém, nem com os Senadores, nem com as Senadoras, nem com os Deputados, nem com as Deputadas. É para chamar à responsabilidade cada um que exerce o direito de legislar pelos interesses da nação. Quando acordar, pela manhã, cedo, e tomar o primeiro gole de água, lembre que há muita gente que não está tendo o que comer, que não está conseguindo dormir. Os viadutos das grandes cidades estão abarrotados de gente sem ter o direito...

Como diria Frei Betto, a esperança é revolucionária. O sentido desse diálogo é também o de fazer esperançar o Brasil, creditar confiança na nossa gente, que já não acredita mais na possibilidade de mudança nos marcos deste Governo, que só fala em liquidar, em vender, vender, vender!

Finalizo, portanto, chamando a atenção para uma coisa que disse aqui o Jean Paul. O Jean Paul falou assim: "Nós devemos antever as novas tecnologias". Como teria sido bom se a Vale do Rio Doce tivesse evitado a tragédia de Mariana e de Brumadinho, introduzindo nas fábricas a possibilidade da tecnologia e secando o rejeito! Eles não pensam, não têm humanidade! Falta humanidade! Eu penso que o valor humano precisa estar nutrido em cada um de nós.

Um forte abraço! Obrigado pela contribuição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Cumprimento o Adilson Araújo pela sua fala. Adilson Araújo é Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e fez uma análise ampla.

Nessa tua linha, Adilson... Eu nunca pensei que, um dia, eu ia apresentar no Congresso um projeto para vale-gás. A que ponto nós chegamos, não é? Fomos obrigados a apresentar. O Zarattini apresentou lá, o Senador Braga também apresentou, e, enfim, conseguimos avançar.

Mas essa é uma triste realidade, a que você expôs muito bem para toda a nossa plenária.

De imediato, agora, passo a palavra para Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para expor.) – Senador Paulo Paim, na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores presentes e os que estão *online* nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentar e lamentar a ausência do nosso Presidente Prof. Oswaldo, que lamentavelmente não pôde estar aqui presente.

Em memória de todos os dirigentes sindicais que essa covid levou, eu gostaria de lembrar do nosso eterno Presidente Calixto.

Eu gostaria de cumprimentar os Presidentes das centrais aqui presentes, na pessoa do nosso decano Ricardo Patah; as mulheres aqui, na pessoa da companheira Graça; o Diap, toda a sua equipe; os homens e as mulheres aqui presentes.

Senador, V. Exa. tem sido a nossa trincheira, eu tenho dito, do movimento sindical aqui dentro do Congresso e também do povo brasileiro. V. Exa. tem sido uma voz permanente. No momento dessa pandemia, a gente tem acompanhado o seu trabalho. E, não menosprezando o tempo do trabalho permanente, porque eu sei que a sua presença nesta Casa começa às 7h da manhã e aí não tem hora para voltar, mas foram terríveis as horas trabalhadas por V. Exa., que a gente tem acompanhado, *online*. E nós temos, lamentavelmente... O momento dessa pandemia tem sido terrível para o movimento sindical.

Eu gostaria também de cumprimentar, e não podia deixar de falar, a sua equipe, o seu gabinete daqui dos direitos humanos, lá dos refugiados, pelo trabalho e pela estrutura, porque trabalhar presencialmente é uma questão, mas trabalhar *online* num movimento desse, com tantas audiências públicas, eu tenho certeza de que não foi nada fácil.

Mas, voltando à questão e às nossas homenagens, eu queria dizer que nós estamos passando por uma situação muito difícil, desde o Governo Temer, o desgoverno do Governo Temer, em que fez o desmonte trabalhista, pensando sempre na questão da geração de emprego – coisa que não aconteceu. No Governo de plantão, nós chegamos a perder o Ministério da Previdência e o Ministério do Trabalho. Achava-se que neste país o trabalho era coisa insignificante, ao ponto de acabar com o Ministério do Trabalho. E eu sempre dizia, em todos os meus pronunciamentos, que nós trabalhadores só tínhamos um ministério, que era o do trabalho e o da previdência juntos; e neste Governo nós perdemos os dois, dada a insignificância que este Governo de plantão dá aos trabalhadores. Posteriormente, recria-se o Ministério do Trabalho, mas não para dar guarida e fazer as negociações, como deviam ser feitas, ser a voz do trabalhador lá dentro, mas, sim, para fazer o loteamento de mais um privilegiado, onde colocaram lobo para cuidar das galinhas, lamentavelmente.

As centrais sindicais, Presidente, fizeram um esforço sobrenatural, porque cada uma tem as suas questões particulares, cada uma tem suas bandeiras, cada uma tem o seu jeito de tratar as questões, mas o dia 7 de abril, eu posso garantir a V. Exa., foi o ápice da integridade e da defesa do trabalhador na unidade das centrais. Foi quando nós tivemos a possibilidade de ver cada central encostar sua bandeirinha do lado para construir o maior e o conjunto de todo o movimento sindical. Nós podemos afirmar a V. Exa. que, numa situação de desemprego chegando a quase 12%, é fundamental essa união das centrais sindicais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu posso dizer, assim, com muito orgulho, porque, dentro das nossas possibilidades, dentro das nossas condições de trabalho, nós construímos um grande trabalho. Normalmente, você chega aqui a esta Casa questionando algumas coisas, e V. Exa. sabe disso. Nós estamos sempre, quando aqui presentes, questionando e trabalhando. E boa parte dos Parlamentares diz: "Vocês criticam, criticam, mas não trazem nada de novo"; "Vocês criticam, criticam, mas não trazem nada em que a gente possa trabalhar em cima". Dentro deste documento que as centrais acabaram de trazer, que vai chegar às suas mãos, e dentro do outro documento, o da agenda legislativa, haverá a nossa participação com sugestões e propostas para o desenvolvimento deste país.

Senador, boa parte do que está em suas mãos será fundamental para engrandecer mais o Estatuto do Trabalho, de sua autoria. Nós temos ali o tratamento por que V. Exa. foi, em muitas oportunidades, até chamado o Senador do salário mínimo – salário mínimo esse que já esteve em US$400, e hoje aqui estamos.

Nós também temos nesse documento as nossas tratativas de uma reivindicação muito antiga, que é a das 40 horas; nós temos nesse documento a valorização da agricultura familiar; e temos a reestruturação sindical, porque, pelo desmonte que foi feito, lamentavelmente o movimento sindical está sofrendo muito, mas, como dizia o nosso querido ex-Presidente Calixto, o movimento sindical parece uma chama: podem apagar todo e qualquer tipo de ação, mas aquela chama que volta permanece e acende o nosso movimento.

Há a nossa preocupação com o meio ambiente; trabalho igual para todos e todas, com remuneração igual a todos e todas; o vínculo do trabalhador de aplicativos, porque hoje, conforme foi bem colocado aqui, conseguiram colocar na cabeça de muitos brasileiros que, trabalhando por conta, vão ganhar mais e vão se tornar milionários. Mentira! É só cair na previdência, ter qualquer problema e ele já vai sentir as perdas que teve.

Nós não podemos esquecer que também nesse documento se está tratando da questão da terceirização sem limites. E V. Exa. sabe, e é uma das nossas barreiras, aqui dentro, da campanha contra a terceirização.

Nós devemos ter a preocupação – e V. Exa. sempre teve – com os idosos, uma política pública para os idosos. Ampliar a educação pública para todos. É disso que nós precisamos. Nós estamos precisando de educação de qualidade. Nós precisamos valorizar os professores, Senador, porque se não houver a valorização dos professores, quem vai ter o interesse de ser professor neste país?

Trabalho intermitente. V. Exa. foi para nós, da Nova Central, peça-chave num movimento que nós fizemos contra o trabalho intermitente, em que nós tivemos a possibilidade de, dentro desta sala, dentro desta Casa, sob a sua articulação, de nós juntarmos 32...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... países, aqui, fazendo uma audiência pública internacional, quando V. Exa. articulou e foi fundamental a sua participação para sanar esse problema, tanto é que a empresa que usava de forma descarada o trabalho intermitente se comprometeu, sob a sua proteção, sob a sua negociação com o Ministério Público, em ficar os próximos 5 anos sem utilizar a reforma trabalhista. Isso foi fundamental para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Moacyr, permita-me. Eu digo que você tem falado muitas vezes o meu nome, mas eu sempre digo que eu sou apenas uma ferramenta, a demanda é o movimento sindical que traz, e você que trouxe essas questões para mim aqui dentro. E eu acabei atuando, porque é o meu papel aqui dentro, não é?

Eu vou completar, pessoal, com esse mandato, 40 anos dentro do Congresso. Por isso, muitas vezes eu estou envolvido na maioria dos temas. Aí quando você diz, uma hora é do salário mínimo, outra hora diz que é da previdência. Uma hora dizem que são só sindicalista aqui dentro, noutra hora dizem que eu só defendo as estatais. Mas se tudo isso alguém considera demérito, eu tenho muito orgulho. Venho da família sindical e nunca esqueço de onde eu vim. Por isso, Moacyr, eu queria dar uma salva de palmas para todos vocês. Nunca esqueço de onde eu vim. (*Palmas.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Finalizando, Senador, quem tem orgulho disso somos nós. Quem tem orgulho dessa possibilidade de alteração desse mundo perverso somos nós, porque V. Exa. ter seu gabinete aberto, falar a nossa língua, entender nosso sofrimento e trazer para esta Casa, e ter a articulação política de V. Exa. com todos os partidos... Aí eu posso, como se diz, sou uma pessoa que acompanha V. Exa., porque o senhor pode ter dificuldade com o partido, isso e aquilo, mas V. Exa. percorre todas as pessoas. Por que as coisas acontecem – fazem-se as negociações dentro do Senado, dentro desta Casa – e vão para a frente? Pela sua credibilidade.

Então nós, dirigentes sindicais, que recorremos a V. Exa., agradecemos a oportunidade em que nós estamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Moacyr Roberto Tesch – que é Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores e que aqui representou, como todos os outros, com muito carinho e com muito respeito, a história da classe trabalhadora.

Eu vou dizer porque, às vezes... Ouviu, Bira? Eu digo para você porque você é que nem eu: aqui a pele. Aí dizem que eu sou Senador só dos negros. Uns dizem: "Não, sendo negro ou branco ou pobre, o Paim está lá junto". Aí os terceirizados aqui da Casa – digo isto porque eles estão aqui dentro – dizem: "O Paim é um sindicalista dos terceirizados da Casa". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo com muito orgulho. Se o Peixe estiver ouvindo, aí o Peixe daqui a pouco vai vir aqui dizer que eu sou o diamante negro dele.

Então, eu falo com satisfação, viu, pessoal? (*Palmas.*)

Tudo isso que eles falam para mim, que eles acham que é uma forma de diminuir, eu acho que é de ampliar. Sou assim: um eterno sindicalista. Vou dizer que não agora? Foi de onde eu vim, de onde eu caminhei, onde eu cresci.

Mas vamos em frente, porque o tempo é de vocês hoje.

Com enorme satisfação agora, eu...

Ah, Moacyr! Você falou muito bem dos funcionários aqui da Comissão, independentemente de quem seja o Presidente. Os funcionários, é claro que, no fundo, eles têm lado, eles são trabalhadores, mas têm um papel exemplar nesta Comissão – e os funcionários da Casa, eu diria. Vocês acham que funcionário da Casa não tem lado nessa peleia dura de sobrevivência? Mas eles têm que ter a mesma postura e assim eles agem. Funcionário do meu gabinete, da Liderança...

Vi aqui que chegou o nosso Líder Paulo Rocha. Paulo Rocha fez aniversário. Vamos aqui dar aqui uma salva de palma pelo seu aniversário, nessa semana que passou! (*Palmas.*)

Eu botei no Twitter, viu, Paulo Rocha? Eu tenho muito orgulho de ser liderado por você. Você é um ex-sindicalista que fez um trabalho brilhante. Quando nós falamos aqui dos avanços durante esse período, você estava na linha de frente das articulações, de todas elas. Falei da sua peleia – eu estava ao seu lado e falo com orgulho – naquela maldita Carteira Verde e Amarela, em que você praticamente nos liderou ali. Então, já lhe dei uma salva de palma e agora vamos em frente. Vamos lhe dar a palavra no momento em que você entender adequado, Paulo – você pede a palavra. Paulo Rocha é o Líder do Partido dos Trabalhadores, reeleito como Líder agora este ano.

A palavra com Edson Carneiro Índio, Secretário-Geral da Intersindical, central da classe trabalhadora. Como todos vocês, nesses períodos em que eu estive aqui dentro, eu acho que todos eu conheço um por um, e vocês terão a oportunidade de usar a palavra aqui no andar da nossa Comissão.

Por favor, Presidente Edson Carneiro Índio – ele é Secretário-Geral, mas eu o chamo de Presidente, porque Secretário-Geral da Intersidical é o cargo idêntico ao do Presidente na Central.

O SR. EDSON ÍNDIO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim! Bom dia, Senador Paulo Rocha! Bom dia, companheiras e companheiros das centrais! Bom dia, trabalhadoras e trabalhadores que acompanham esta importante audiência pública!

A gente quer agradecer aqui aos Senadores que propiciaram que este momento pudesse acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também saudar e agradecer muito o empenho do Dieese, do Diap, da assessoria, que se empenharam na elaboração desta agenda legislativa, e dos companheiros e companheiras das centrais sindicais que fizeram esse acompanhamento, na pessoa do meu companheiro Alexandre Caso, que se dedicou bastante – e tenho certeza de que os companheiros das demais centrais também.

Quero cumprimentar todas as companheiras e companheiros que contribuíram na elaboração dessa agenda legislativa, no acompanhamento cotidiano dos projetos que chegam a esta Casa, que chegam ao Congresso Nacional, dessa agenda imposta, na maioria das vezes, pelo Centrão e por esse ser desprezível que ocupa a Presidência da República, de uma agenda que só atende aos interesses dos bilionários, das mineradoras, do agronegócio, dos desmatadores, enfim.

Quero, inclusive, aproveitar para saudar meus povos indígenas que estão num grande acampamento aqui... (*Palmas.*)

... na defesa não apenas dos povos indígenas, mas da nossa existência, da existência humana, que depende fundamentalmente de barrar a devastação ambiental que está em curso no nosso país.

Senador Paim, no último sábado, no dia 9... Nós, primeiro, fizemos uma grande atividade, no dia 7, com a Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora). Depois todos os partidos vão ter oportunidade de receber as propostas formuladas de forma unitária pelas centrais sindicais que a gente quer ver implementadas em nosso país. Mas, no último sábado, no dia 9, em mais de 80 cidades do país, houve manifestações e protestos contra a carestia, contra o aumento do combustível, contra o aumento do preço do gás, contra o desemprego, contra a fome que está devastando a vida do nosso povo. Por isso, inclusive, eu estou com pouca voz. Em São Paulo, nós reunimos 30 mil pessoas nas ruas do centro de São Paulo, chacoalhamos aquele centro para dizer que o nosso povo não aguenta mais essa situação, em particular a carestia neste momento, que humilha tanto o nosso povo e a nossa gente, como o Senador Paim gosta de lembrar.

Nunca, Senador... E o Senador está aqui há 40 anos, acaba de nos lembrar disso, e muito nos orgulha o seu mandato. Quiséramos nós ter aqui metade desta Casa com o compromisso do Senador Paim, do Senador Paulo Rocha; com certeza, a vida do nosso povo seria muito diferente. Nunca antes na história do nosso país, a gente teve tanta gente que vive nas cidades brasileiras e que sofre a dor, a humilhação da fome, o desespero da perda do teto porque não tem salário e emprego para pagar o aluguel, a desesperança de não ter certeza de que vai ter a próxima refeição para dar para os seus filhos e para as suas filhas.

Eu vivi um pouco isso na década de 70 – minha família, eu era um menino ainda. Enfim, meu pai era um indígena escravizado nas fazendas de Minas Gerais. E, ao final dos anos 70, era isto: muitas vezes, a carne que havia era a da caça quando havia carne. E, algumas vezes, vi nos olhos da minha mãe e do meu pai muitas lágrimas pelo desespero de saber que os filhos poderiam ficar sem o alimento. E nós estamos vivendo uma situação hoje pior, porque o nosso povo hoje vive em grandes cidades e sequer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra um pé de alface para se alimentar. Então, a situação é dramática. Milhões de pessoas não têm emprego formal, quando alguns conseguem uma renda do trabalho é um bico que mal consegue...

Muita gente tendo que cozinhar o seu feijão, quando consegue o feijão, usando lenha e se expondo a todo tipo de absurdo que vive o nosso país.

Então, a gente está numa situação muito grave – muito grave! O que acontece no Brasil e que acomete a maioria do povo brasileiro é muito grave e é inaceitável que essa situação prossiga. A gente precisa deixar muito claro que esse nosso povo tem a oportunidade neste ano de trocar o Presidente da República, esse ser desprezível, e colocar no Palácio do Planalto um projeto de desenvolvimento que busque igualdade, que busque geração de emprego, que fortaleça o serviço público, que governe pensando na dignidade humana do seu povo e não apenas para turbinar as fortunas de meia dúzia de bilionários, como faz este Governo, como fez o último ilegítimo Presidente Michel Temer, porque a gente precisa de um projeto de desenvolvimento.

E nós sabemos também que o Congresso Nacional precisa ser ocupado por mulheres e homens comprometidos com o nosso povo e com a nossa gente. Por isso, nós também precisamos tirar a maioria dessa turma que, por meio de golpes e de todas as formas, tenta emplacar aqui projetos que, ao invés de melhorar a vida da nossa população, acabam piorando ainda mais as condições de vida e de trabalho do nosso povo.

É importante dizer – e os demais companheiros já falaram – que, de todos os projetos que chegam aqui no Senado Federal, a justificativa é sempre: "Isso vai gerar emprego, isso vai melhorar a renda do nosso povo". Em todas as vezes, a gente vem aqui e alerta: "Não, isso não vai gerar emprego". Não é possível gerar emprego se você reduz investimento público. Não é possível gerar emprego se você reduz a renda das famílias, que é o principal motor da atividade econômica deste país há muito tempo. (*Palmas.*)

Todos nós sabemos que o motor da economia brasileira é o consumo interno, é o consumo das famílias, são as compras do estado, é a demanda agregada. E não é possível gerar emprego, melhorar a renda, desenvolver o nosso país adotando políticas exatamente contrárias a isso que é pregado de forma falsa, assim como se utilizam de muita *fake news*, de muita mentira, de muita intimidação para fazer passarem projetos que não interessam ao povo brasileiro.

É muito importante que a gente... Nós estamos aqui trazendo a agenda legislativa, o acompanhamento que os companheiros vêm fazendo de todos os projetos, de todas as proposições que surgem nesta Casa, nas duas Casas legislativas, mas nós precisamos estabelecer uma agenda prioritária para este país, e tem que ser muito rápido. Essa agenda, com certeza, tem que passar pela revogação do teto de gastos deste país, porque não é possível um país atender as necessidades do seu povo, mas também atender as necessidades do setor produtivo cortando gastos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita, porque esse dado é importante. Veio uma emenda popular, não é, Paulo? E nós pegamos e aprovamos aqui a derrubada do teto de gastos. Foi lá para a CCJ. É uma boa lembrança. Quero dar uma salva de palmas porque precisamos derrubar o teto de gastos, que não gera emprego, não gera renda, não gera nada. (*Palmas.*)

O SR. EDSON ÍNDIO – Claro! O que gera emprego é investimento público. E, num país com uma capacidade ociosa como a gente viveu nesse último período, o que é necessário é o país injetar recursos na economia.

O mundo está mostrando, enquanto aqui no Brasil uma seita quase dogmática que tem que cortar é a política fiscal – é corte, é corte! –, o país que tem uma moeda soberana e que poderia estar, enfim, injetando recursos, injetando dinheiro na economia brasileira para atender as necessidades do nosso povo, da nossa gente, principalmente da população mais empobrecida.

Além da revogação do teto de gastos, nós precisamos acabar com o processo de privatização no país e valorizar a nossa empresa pública, valorizar a Petrobras, valorizar os bancos públicos, valorizar o setor elétrico, as nossas empresas públicas, como Correios. É preciso articular um projeto com a Petrobras, com os bancos públicos, com a engenharia nacional, a serviço do desenvolvimento do país, um projeto nacional de desenvolvimento, atendendo as carências do nosso povo e do nosso país. É possível reindustrializar o país, é possível um projeto que articule desenvolvimento e melhores condições de vida e trabalho, inclusive que melhore o ambiente para que a gente não tenha que viver sob o jugo do capital financeiro sempre.

Lembro também que, além da revogação do teto de gastos, além do fortalecimento do Estado como agente estratégico, formulador de condução da economia brasileira, de planejamento, nós precisamos edificar um novo processo da legislação trabalhista. Nós precisamos reverter essa reforma trabalhista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON ÍNDIO – ... criminosa que passou nesta Casa – criminosa! –, em que o que era burla virou legal, que legalizou a fraude, que permitiu todo tipo de exploração, estabeleceu o vale-tudo contra quem vive do trabalho no Brasil. É preciso que esta Casa... Nós sabemos aqui – nós temos dois Senadores presentes, como o Senador Jean Paul, que participava aqui também – quem são os nossos aliados, mas nós precisamos colocar esse ponto também da reversão da reforma trabalhista, do direito à aposentadoria, do direito ao trabalho digno, do direito ao trabalho com dignidade humana. É necessário, portanto, rever os retrocessos que foram aprovados aqui a toque de caixa, sem debate, sem diálogo. E por isso nós precisamos de uma nova reforma trabalhista – agora, sim, uma reforma trabalhista. Reformar para melhorar; reformar para garantir direitos; reformar para tornar aquilo que a Constituição Federal garante que é o princípio da valorização social do trabalho, que é o princípio do não retrocesso social, que é o princípio da dignidade humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, parabéns, Senador! Parabéns às centrais sindicais, ao Diap, ao Dieese! Vamos organizar o nosso povo, vamos botar para fora esse Governo vendilhão e vamos restabelecer no nosso país um projeto de desenvolvimento, de igualdade, de soberania, de democracia. Parabéns! Vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Edson Carneiro Índio, Secretário-Geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora. Eu não vou fazer comentário específico, porque tratou de tantos temas, mas meus cumprimentos pelo conjunto da obra, da fala, como foram os outros que te antecederam. Parabéns!

Com satisfação, passo a palavra agora ao nosso sempre Líder Paulo Rocha, reeleito agora para Líder da bancada, que tem sido, podem crer, um grande articulador aqui no Senado da República em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente Paim, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se quiser falar daqui, Paulo, fique à vontade!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Parabéns pelo ato em repercutir aqui na nossa Comissão e dentro do Senado esta unidade política afinal construída pelas nossas centrais. Quero parabenizar.

Em segundo lugar, quero pedir desculpas pela não presença, pelo menos minha, lá no encontro de quinta-feira. Eu, sinceramente, tinha posto na minha agenda, mas, infelizmente, com as tarefas que estavam postas aqui na quinta-feira, não deu para ir, mas eu gostaria de participar desse ato histórico – assim eu considero –, histórico porque nós fazemos parte dessa história, não é? Eu venho... Eu acho que eu e o Bira, porque os outros ainda estão todos de cabelo preto, eu não sei se fazem alguma tintura, mas... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha lá, de alguns está pintadinho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu, o Paim e o Bira, pelo menos, já mantemos aí os cabelos brancos.

Mas é um momento muito histórico esse ato de quinta-feira de vocês. Já estava a exigir a conjuntura, os problemas que os trabalhadores estão passando, as perdas das conquistas da nossa história que estamos tendo, não é? Então, eu quero parabenizar sinceramente e recordar um pouco que foi assim que a gente foi conquistando este processo. Iniciamos no Enos, lembram? Enos, Entoes, que depois desembocaram nas duas principais centrais, CUT e Conclat, naquele momento. Enfim, sempre a busca da unidade da classe trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que um grande momento de conquista nessa organização foi na Constituinte de 1988, quando nós conquistamos o direito de liberdade e autonomia sindical e o direito de greve. Ali foi um grande passo que a classe trabalhadora deu na busca da sua independência no nosso país. E depois também teve um papel muito importante naquela época, quando a gente já estava construindo os nossos partidos de luta – outros já estavam construídos –, para que nós pudéssemos ocupar todos os espaços. Onde existiam interesses da classe trabalhadora, nós tínhamos que estar lá, quer seja no chão da fábrica, quer seja nas lojas, na roça, quer seja nos sindicatos. E foi assim também que nós decidimos ocupar esse espaço aqui, institucional. Paim entrou primeiro, e vieram outros tantos companheiros neste processo.

Eu acho que aí – e nós temos autoridade de dizer isso, não é, Paim? – nós fizemos repercutir aqui dentro os interesses da classe trabalhadora. Podem ver aí todas as leis que a gente conseguiu aprovar, quer seja no período da regulamentação da Constituição, quer seja no processo da legislação normal aqui. Aprovamos projetos importantes.

Infelizmente, a elite brasileira se reorganizou de novo, ou se reestruturou. E, ao final, através de processos antidemocráticos, de novo, colocou sobre as nossas mãos a mobilização, a militância, o processo de organização para recuperarmos a democracia, que nós já tínhamos conquistado no nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E, recuperando a democracia, vêm junto espaços de organização, de valorização, de reconhecimento de todas as forças econômicas do país, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de a gente recuperar e reconstruir aquilo que a gente já tinha construído.

O Índio falou aí principalmente na questão da reforma trabalhista, e eu acho que esta, além da pauta que vocês estão colocando aqui, claro – pauta imediata, econômica, etc. –, é a ideia: a gente aglutinar de novo em torno de um projeto de uma legislação trabalhista, agora, não tendo a saudade da CLT. Nós temos, atrás de nós, nas nossas organizações, técnicos e estudiosos capazes de elaborar um projeto de lei trabalhista, um arcabouço de leis trabalhistas, um compêndio, como é a CLT, capaz de não só estar à altura do processo da tecnologia, do avanço da tecnologia, mas ao mesmo tempo respeitando os direitos e as conquistas da classe trabalhadora.

Então, é assim que a gente tem se portado aqui, é assim que a gente tem dirigido a bancada. É isso! Uma coisa que a gente aprendeu muito aqui, ao longo do tempo – vocês, nos corredores, na pressão; e a gente, aqui dentro –, é que realmente a gente tem que fazer tudo para repercutir aqui dentro os interesses da classe trabalhadora. E vocês têm um papel estratégico fundamental para a gente reconquistar de novo esse avanço.

Quem sabe a gente valorize muito mais a conquista de um Governo democrático; quiçá – a gente está fazendo tudo para isso, para que seja o companheiro Lula – a gente chegue, classe trabalhadora, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma proposta completa como a gente chegou na Constituinte. Fomos nós que chegamos com uma proposta de Constituição completa! Então, quem sabe a gente chegue agora, com um novo Presidente – repito: quiçá seja o companheiro Lula –, com uma proposta completa de organização do trabalho e de leis na relação capital-trabalho para fazer com que a mão de obra, o trabalhador seja respeitado neste país, afinal a gente também construiu a riqueza deste país.

Parabéns, companheiras e companheiros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Paulo Rocha! Permita-me objeções, Paulo Rocha! Eu lamento muito que o Paulo Rocha não seja pré-candidato, candidato ao Senado, no fim desses cinco meses que faltam. Mas quem sabe uma missão maior esteja destinada a você, Paulinho, porque você nunca deixará de ser uma grande referência da classe trabalhadora.

Eu deixo aqui a minha solidariedade a você. As articulações do mundo político, vocês sabem, são bem complicadas, e só por isso ele não é candidato à reeleição.

Paulo, você será nosso eterno Senador! (*Palmas.*)

Passo a palavra agora a Geraldo Rodrigues, que representa aqui a Central Sindical e Popular CSP - Conlutas. O tempo é seu, líder, por 10 minutos.

O SR. GERALDO RODRIGUES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos os companheiros e a todas as companheiras e ao Senador Paulo Paim, com quem nós, trabalhadores dos Correios, temos uma ligação muito forte. Além de ser da direção da CSP...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não quero atrapalhar, mas eu tenho que contar essa.

Correios em greve, tudo parado – deixa eu contar essa em um minuto –, comício do Lula em Porto Alegre. Aí, eles: "Paim, o Lula vai estar lá. Tu vais em cima do Lula lá pra ver se resolve o nosso problema!". Aí lá fui eu subir no palanque, e o Lula... "Paim, chama lá o Ministro das Comunicações [que era o Hélio Costa se não me engano] e vamos resolver isso aí." Sabe que o Hélio Costa foi muito bacana, viu? Eu ligo pra ele e digo: "Ministro, quer que eu vá aí?" – falei pra ele. "Não, eu vou ao teu gabinete." Ele veio ao meu gabinete e resolvemos a questão em nome dos trabalhadores dos Correios. Nunca esqueço esse momento, mas não vou dar mais detalhes. É contigo agora. Vai começar agora a correr teu tempo.

O SR. GERALDO RODRIGUES – Meu Senador, é importante o senhor falar isso, porque, de fato, há dois Senadores da República com os quais sempre tivemos um vínculo muito forte, o Senador Paim e o Senador Paulo Rocha, que, como Deputado também, elaborou várias leis de anistia para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correios, e a gente trouxe muitos trabalhadores de volta. Então, para mim, é muito importante estar aqui hoje, agradeço muito por estar aqui representando a CSP - Conlutas.

Também sou diretor da Fentect, a federação nacional dos Correios, sou do comitê contra a privatização dos Correios, por isso é que estamos de camisa amarela – nós, além de estarmos no dia a dia na casa das pessoas, com nosso uniforme amarelo, entregando as correspondências, também estamos aqui dentro do Senado defendendo a nossa empresa, defendendo esse patrimônio que é muito importante. Nessa luta estamos há mais de cinco meses dentro do Senado, está sempre alguém do comitê por aqui, sempre o pessoal vê a gente por aqui porque é uma luta que é constante. Apesar de a gente ter vencido o ano de 2021 e não ter sido votado o PL, ainda não podemos baixar a guarda em nenhum momento. É importante ressaltar isso.

Acho que é importante hoje nesta audiência pública, Senador, falar também do que está acontecendo no país, das lutas que estão acontecendo neste momento. Há muitos trabalhadores enfrentando os patrões: estamos vendo os trabalhadores da CSN; estamos vendo os companheiros garis do Rio, que fizeram uma batalha monstruosa no Rio de Janeiro, lutando contra o arrocho salarial, contra o desrespeito do Prefeito; estamos vendo os companheiros de São José dos Campos, da Avibras, que também fizeram uma luta, uma greve, e conseguiram reverter as demissões – precisam ser reintegrados todos, imediatamente. Então, nós estamos vivendo um cenário em que há várias lutas acontecendo ao mesmo tempo. Por isso é preciso construir essa unidade da classe trabalhadora, para garantir os seus direitos, para ampliar os seus direitos e também para, principalmente, derrubar este Governo que está destruindo toda a classe trabalhadora, todos os seus direitos, o patrimônio que o país tem, está destruindo tudo.

Eu acho que é fundamental a gente estar unificando as nossas forças. Então, acho que, nesse sentido, as centrais têm um papel fundamental, que é mobilizar, construir essa unidade, e a gente tem que prezar muito por essas questões, porque eu acho que só assim a gente pode, de fato, conseguir derrotar o projeto deste Governo, que vem destruindo.

Acho que há boas possibilidade de este Governo ser derrotado. Se a gente não conseguir derrubá-lo até o final do mandato dele, que esse próximo governo tenha um compromisso de rever essas reformas que tantos outros falaram aqui que destruíram, que não criaram emprego nenhum, muito pelo contrário; que tenha esse compromisso com a reforma agrária; que tenha compromisso com todas essas reformas que foram feitas nos últimos anos, que só têm destruído e retirado direitos da classe trabalhadora.

Então, acho que é uma luta de todo mundo, de todos, e temos que estar sempre nessa luta.

Então, para nós, fazer essa luta aí das estatais, unificar força para derrotar esses projetos de privatização da Eletrobras, da Petrobras, dos próprios bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica –, dos Correios é uma pauta constante de toda a classe trabalhadora, não só da categoria específica. No nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso, Correios, não é uma luta só nossa do trabalhador dos Correios, porque na realidade não é só o emprego dos trabalhadores dos Correios, é na realidade a destruição de um patrimônio, um patrimônio que tem um papel social, porque, quando as pessoas veem os Correios, pensam que os Correios só entregam carta; nada disso, os Correios têm uma infinidade de ações sociais e têm importância muito grande nisso. Então, é por isso que a gente luta. A gente tem que fazer essa mesma luta com a Petrobras. Não é possível a gente estar pagando o preço do combustível que nós estamos pagando, num país que tem a quantidade de petróleo que nós temos. Então, é um absurdo isso. Acho que nós temos que lutar para que baixe o gás, baixe o combustível, a gasolina, os impostos, que são absurdos. Então, acho que essa é uma luta.

Então, manter as estatais públicas e de qualidade é uma tarefa de todo mundo, e eu acho que é esse o nosso papel.

E aí nós temos esse apoio aqui no Senado, com os Senadores, com o senhor mesmo, Senador, que está à frente de todos esses processos que chegam aqui. Eu lembro, Senador, na luta dos nossos 30% – eu fazia parte da comissão também –, o quanto o senhor foi importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi ela a que eu me referi na negociação com o Hélio Costa.

O SR. GERALDO RODRIGUES – Muito. Estivemos muitas vezes lá no seu gabinete articulando para nós garantirmos aqueles 30% para os trabalhadores, que foram muito importantes e que hoje os generais tentam tirar: tiraram, destruíram 50 cláusulas do nosso acordo em 2020, após os trabalhadores fazerem uma luta gigantesca, 35 dias de greve lutando. Hoje nós estamos com uma empresa cheia de militares nos principais cargos destruindo a empresa, e a empresa cada vez mais reagindo e apresentando lucro, como foi agora: mais de R$3,7 bilhões de lucro. Uma parte desse lucro nós sabemos que foi retirada do nosso bolso, do bolso dos trabalhadores dos Correios; os trabalhadores que perderam, pois tiraram essas cláusulas. Infelizmente, tivemos a Justiça, o TST legislando junto com o Governo nesse caso, porque, quando tirou todas essas cláusulas...

Agora, a nossa luta é constante. Nós precisamos estar sempre articulando. Acho que esse PL 591 só foi barrado até agora porque, de fato, os Senadores... Porque, no Congresso, passou fácil, mas, quando bateu aqui no Senado... Na Câmara, passou fácil, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passou batido.

O SR. GERALDO RODRIGUES – Passou muito rápido, e a gente ficou meio com trauma, porque falamos assim: chegando ao Senado, eles vão aprovar rapidinho, mas, através do gabinete do Senador Paulo Rocha, em que a gente montou o nosso comitê, e do Jean Paul, que foi e está sendo muito importante para nós nessa luta – quero aqui deixar o meu grande abraço para ele; inclusive, sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conterrâneo dele, sou lá do Rio Grande do Norte, moro em São Paulo há 42, mas sou de Rio Grande do Norte... Então, quanto a essa luta, aqui no Senado, a gente já estava perdendo as esperanças, mas conseguimos fazer uma grande mobilização nos estados, pressionando os Senadores. E o apoio que a gente construiu com os Senadores aqui, com o Presidente da CAE, o Senador Otto Alencar, foi fundamental para manter lá e não deixar que fosse votado, então, acho que foi fundamental para gente nessa luta nossa.

E quero dizer o seguinte, Senador: é importante demais essa construção coletiva que as centrais têm feito, e acho que tem que avançar mais. Temos que construir uma mobilização constante contra todos esses ataques do Governo, contra os despejos que estão acontecendo – e querem fazer de novo após a pandemia –, que, nesse momento, foi fundamental a gente barrar e temos que manter, porque estão querendo continuar a despejar pessoas. Imaginem só: numa situação em que você está passando fome, não tem onde morar, não tem nada, ainda por cima, ser despejado de uma ocupação em que se está para sobreviver. Eu moro em São Paulo. É um absurdo a quantidade de barraquinhas, o Índio sabe disso, que há no centro de São Paulo. Parece um acampamento a Cracolândia. E os caras ficam jogando para lá e para cá aquelas pessoas, como se fossem lixo, varrendo para lá e para cá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO RODRIGUES – Então, é uma luta constante da classe trabalhadora. E as centrais sindicais, os partidos políticos de esquerda têm essa tarefa de construir essa resistência e manter essa luta viva sempre, porque é na luta que a gente vai conseguir garantir isso, barrar todos esses ataques deste Governo e botá-lo para fora de uma vez.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Geraldo Rodrigues, representante da Central Sindical Popular (CSP – Conlutas).

E quero dizer que, claro, nós fizemos uma trincheira aqui dentro de diversos Parlamentares comprometidos com as nossas estatais e, nesse caso específico, com os Correios. Mas, se não fosse o movimento de fora para dentro das centrais sindicais, que aqui na mesa você está representando agora, não teria acontecido. Além de estar nas reuniões da bancada, nas reuniões amplas desse grupo que tínhamos e temos ainda, eles ainda estão dando um alerta para nós seguidamente: "Olha, vamos ficar vigilantes, porque essa bandeira do Governo atual ainda não morreu". Por isso, todo cuidado é pouco.

Meus cumprimentos a você pela fala, meu amigo. Parabéns, Geraldo Rodrigues.

O José Gozze já está aqui na mesa conosco.

Chamo o último da lista dos dez: Flávio Werneck, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aí? (*Pausa.*)

Está vindo aqui. Muito bem. Seja bem-vindo, Flávio. Flávio Werneck esteve diversas vezes com a gente.

Agora eu passo a palavra, de imediato, para o Presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze.

O SR. JOSÉ GOZZE (Para expor.) – Começo agradecendo ao Senador pelo seu trabalho junto com a gente sempre. Nós nos conhecemos antes até da fundação da Pública. A Pública acho que é a mais nova central, tem sete anos. Estamos ainda na segunda diretoria, nos organizando; e rapidamente fomos no conjunto das centrais, pela importância da luta no conjunto dos trabalhadores.

Fala-se muito em servidor público, servidora pública e, às vezes, fica faltando dizer que nós somos trabalhadores e trabalhadoras do país, do Estado, do Brasil. E essa junção nossa com todas as centrais foi uma grande força que nós encontramos nessa luta toda.

Os servidores estavam – o senhor já tocou até no assunto – com a reforma administrativa em andamento, uma reforma que estava rasgando páginas da Constituição. O art. 6º, por exemplo, da Constituição seria apagado da Constituição se aprovada a reforma administrativa. O que era a reforma administrativa? O que ainda... Nós vencemos o primeiro embate, não é? Não significa que ela já está arquivada. Mas o que ela significa? Significa passar para a iniciativa privada o que é obrigação do Estado, o serviço público para conseguir lucro na iniciativa privada.

Imagine, Senador, o que seria o SUS num momento deste? A gente viu até o Guedes fazendo reuniões com empresas de assistência médica, exatamente já prevendo que parte da assistência médica passaria para a iniciativa privada, não é? Também conversa com grandes empresas de escolas privadas, passando também parte da educação para a iniciativa privada.

Nós fizemos um trabalho aqui muito grande, graças à união das centrais. Quero parabenizar, inclusive, o Clemente, porque o Clemente nos ajudou a organizar, dentro das centrais, um operativo fórum dos servidores públicos. Estivemos aqui, de julho até dezembro, terças, quartas e quintas, sempre tentando conversar com os Deputados e mostrar a eles o erro que seria aprovar a PEC 32.

Agora, sofremos vários embates com Deputados, viu, Senador? Imagina que, visitando escritórios de Deputados, uma comissão para conversar sobre o que estava acontecendo, por que somos contra a reforma administrativa, um Deputado chama a polícia. Imagina cinco ou seis servidores públicos querendo enfrentar o Deputado no escritório dele, no estado. Chama a polícia. Essa é a conversa que, infelizmente, a gente tem com uma ala, uma grande ala de centrão, em especial, na Câmara dos Deputados. Mas nós batalhamos, trabalhamos e conseguimos segurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, alguns estados – isto é importante também colocar – conseguiram puxar alguns detalhes do que seria a reforma administrativa para aplicar no estado. Vários estados fizeram isso. Eu sou de São Paulo, e o colega que estava falando na minha frente também é do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo é um deles, um estado que aplicou até o pagamento da previdência para aqueles que ganham um salário mínimo com 12% de desconto. Professoras e professores estão na miséria, sem dinheiro para comprar remédio, sem dinheiro para cesta básica.

Há a questão da inflação. Todos os estados estão sofrendo isso, todos os estados, não só a área federal, mas todos os estados. Não se pensa mais no art. 40 da Constituição, que determina que a inflação, todo ano, tem que ser revista no salário dos servidores. Em nenhum estado, isso está acontecendo. Alguns estados começaram agora a dar uma pequena quantia, não aquilo tudo que é da inflação, porque são Governadores que estão buscando a reeleição, simplesmente.

Mas, mais do que a falta de reposição salarial, Senador, é o desrespeito que o Estado tem com os servidores públicos. Nós não temos mesa de negociação, nós não temos com quem falar, com quem conversar. Essa é uma das coisas, inclusive, discutidas na Conclat. Além da reposição, nós precisamos de mesa de negociação. Isso é muito importante para os servidores públicos.

E, para terminar, para nós da Pública, este país que nós temos hoje não é o país que nós queremos. Nós servidores públicos... Todos os trabalhadores têm essa obrigação, mas o servidor público tem principalmente esta obrigação de mudança do Estado, para voltar novamente ao Estado de bem-estar social, para atender a população. É muito difícil um servidor, de um lado do balcão, e o cidadão, do outro lado do balcão, buscando um remédio que ele tem que tomar todo dia... Quem está do lado de cá do balcão tem que apenas dizer: "Infelizmente, não temos esse remédio". E passa a ser até o culpado! Aliás, o Governo joga a culpa sempre em cima do servidor!

Era isso, Senador Paulo Paim, agradecendo, desde já, todo o seu trabalho junto com a gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor!

Rapidamente, faço só um comentário sobre a reforma administrativa. Digamos: "A César o que é de César!". Se não fosse a mobilização dos servidores públicos, com o apoio de todas as centrais e das frentes que foram criadas, naturalmente com a Pública junto, não a teríamos barrado. Mas, felizmente, foi esse movimento coletivo que conseguiu fazer com que eles não pautassem no Plenário da Câmara a reforma administrativa.

Eu sou um dos coordenadores dessas frentes; sou um deles. Eu sempre digo que temos que acabar com a história de haver um coordenador. Então, botamos lá dez coordenadores nas frentes que envolvem todos os servidores públicos. E esse movimento coletivo e de unidade dos servidores foi que barrou essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma, senão eles tinham nos atropelado. Então, uma salva de palmas a todos os servidores públicos e a todos que se dedicaram nessa causa. (*Palmas.*)

Pode concluir, porque você tem tempo lá.

O SR. JOSÉ GOZZE – Senador, juntos somos fortes. Junto nós vamos vencer e mudar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns. Obrigado, José Gozze, Presidente da Pública.

Concluindo o bloco das dez centrais, Flávio Werneck, representante da Central do Sindicato dos Brasileiros (CSB).

Depois, pessoal, foi me pedido, veio do plenário – Eu falo tudo, viu? Eu falo tudo –: "Senador Paulo Paim, seria possível conceder de dois a três minutos para aqueles sindicalistas que vieram e estão no plenário, uma, duas intervenções que sejam, ou três, depois que todos presentes falarem?" E aí, se você puder comentar essa ideia, eu achei a ideia boa. Não vão ser dois ou três minutos de sindicalistas que estão aqui...

Permita-me que eu fale de você, Bira, que é o de mais cabelo branco perto de mim, desde a Constituinte até hoje travando esse bom combate. Podia falar do Moacyr, falar do Patah, falar de todo mundo, mas eles já falaram, o Moacyr falou, o Patah já falou.

E nós vamos abrir então... Se puderem se inscrever, se tiver no plenário algum sindicalista para falar dois ou três minutos... Eu vi você aqui na frente, Bira, mas vejo que há outros aqui. Nós vamos abrir duas... Você também é parceiro de todas as horas aqui, viu? Então, vamos inscrever essas três pessoas que pediram a palavra.

Flávio Werneck, é com você.

O SR. FLÁVIO WERNECK (Para expor.) – Bom, Senador Paulo Paim, agradeço a possibilidade de mais uma vez estar aqui debatendo e tentando novamente um norte para que a gente melhore a situação do nosso país.

Eu não vou me estender e repetir tudo que os colegas já falaram. Ontem foi Domingo de Ramos, e eu vou me pautar, então, nesta semana que começa hoje. Eu acho que todos os que estão aqui têm, dentro do seu coração, pelo menos uma certeza: cuidar de gente, cuidar do outro, porque nada mais é o movimento sindical do que o cuidado, o denodo, a busca pela melhoria do dia a dia da vida dos trabalhadores e de todos os brasileiros. Então, eu tenho certeza de que todos que estão aqui hoje, sem exceção, Senador, são merecedores de uma salva de palmas... (*Palmas.*)

... são merecedores de uma busca por melhoria dos servidores públicos no Brasil como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou pontuar aqui rapidamente o que nós todos falamos aqui, mas de forma bem simples. Trabalho e renda. Hoje, Senador, nós sofremos e estamos sofrendo a maior desvalorização da renda dos trabalhadores no país. O trabalho foi, de uma forma aviltante, degradado com a reforma trabalhista. Os que aqui estavam e defenderam essa pauta falando que ela ia gerar mais empregos estão todos desmentidos. Desmentidos não só de *fake news* na internet, mas estão desmentidos porque não foi gerado emprego, e, muito pelo contrário, todos aqueles que precisam hoje trabalhar no país ou trabalham num valor menor e com menos garantias do que tinham ou não conseguem se recolocar no mercado de trabalho. Então, a proposta básica que está sendo colocada aqui é: retorno do trabalho e da renda; cuidar do nosso povo, cuidar do brasileiro, cuidar de gente. É o básico para as pessoas que deveriam estar aqui se sentando nas cadeiras de Deputados e de Senadores, como o Senador Paulo Paim sempre fez e vem fazendo.

Segundo ponto: reforma tributária e fiscal. E aí, Senador, eu acho que a gente tem que falar em reforma. Até agora o que foi proposto, como o Presidente Gozze falou aqui da reforma administrativa, não é reforma, é destruição! O que se propõe numa reforma, o básico da palavra, é reformar para que aquilo fique melhor; é uma reforma! Aqui nada do que foi proposto foi de reforma. Nós tivemos a destruição da legislação trabalhista. O que foi proposto na previdência foi a destruição da previdência do trabalhador; foi dificultar o acesso à aposentadoria e à pensão do trabalhador. É isso que vem sendo proposto. Aqui, com essas reformas que não são reformas, não se está propondo cuidar do povo brasileiro; o que se está propondo é cuidar do banqueiro, cuidar do dono do dinheiro, cuidar daquele que já tem muito e quer ter mais. Não se olha para o povo. Então, a reforma tributária e fiscal proposta pelas centrais, essa, sim, merece acolhimento, porque ela olha para o trabalhador e cumpre a Constituição. Ela é uma proposta progressiva e simples. O princípio que tem que ser utilizado é: quem arrecada mais paga mais, quem arrecada menos paga menos, para que a gente possa realmente cuidar da população brasileira.

Meio ambiente e agricultura. A proposta das centrais é simples: é o equilíbrio. Nós precisamos do equilíbrio entre uma proposta e outra, entre uma coisa e outra, entre o meio ambiente e a agricultura. E é isto que está proposto aqui: nada mais do que valorizar agricultura e valorizar o meio ambiente. Não são antagônicos como alguns querem fazer crer. Você consegue trabalhar as duas pautas de forma uníssona, respeitando ambas as pautas. E é o que as centrais sindicais estão propondo.

Quanto às privatizações, eu acho que o maior exemplo que nós temos aqui – e a proposta está colocada aqui – é a situação dos Correios, Senador Paulo Paim, hoje, não é? Eu tomei posse... Eu sou servidor público, para quem ainda não sabe. Eu sou servidor público e tomei posse no Acre. Eu quero que esses gênios me respondam quem vai cuidar do povo em Marechal Thaumaturgo, onde os Correios fazem o papel, como o colega bem colocou aqui, não só de entregar cartas, mas de instituição financeira e bancária; fazem o papel que uma instituição de Estado precisa fazer no interior, onde o acesso é dificultado ou onde o acesso só se dá via aérea, via avião. Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assis, Feijó e tantas outras cidades em que os Correios são o norte para que se consiga ter o contato com o resto do país.

Nós tínhamos tanta coisa para discutir, neste país, e estamos discutindo privatização da Petrobras, da Eletrobras. Aliás, a Petrobras já está mandando mais dinheiro para fora do que investindo no país, com essa maquiagem de venda de parte da Petrobras. A Petrobras foi criada para ser do povo brasileiro e o dinheiro gerido ser reinvestido no Brasil e não ser investido em estatal chinesa, estatal norueguesa, estatal francesa e tantas outras empresas que estão levando o dinheiro para fora do país.

O povo brasileiro tem que acordar, tem que parar de votar no lobo, porque o lobo vai acabar comendo todos os cordeiros. Para voltar à nossa semana, a Semana Santa.

Por fim, falando em democracia, vários colegas aqui, eu pincei vários trechos de vários colegas aqui. Todos eles, em algum momento, falaram que não há diálogo! Como nós vivemos em pleno século XXI sem uma mesa de diálogo com os trabalhadores? Você não tem como sentar em uma mesa e dialogar. Que proposta de Estado e de Governo é essa que não senta com 96% da sua população e seus representantes para dialogar? Não há como se conceber uma situação dessa.

Aí, voltando à demolição que foi feita da estrutura da representação sindical. Aí vou deixar o meu final aqui, Senador Paulo Paim, para aproveitar a Semana Santa e deixar um recado para todos os meus parceiros aqui. Eu acho que sou um dos mais novos, não tão novos assim, mas estou há 12 anos no movimento sindical e tenho honra de ombrear com todos os que estão aqui. E falar que vitorioso, gente, não é aquele que ganha todas as lutas, mas aquele que está lutando todos os dias pelas melhorias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO WERNECK – Obrigado a todos vocês. E vamos continuar ombreados e lutando todos os dias por melhorias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Flávio Werneck, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Ao longo da sua fala, você enfatizou muito cuidar das pessoas, não é? Eu digo que um homem e uma mulher que não têm causas para defender não entenderam a razão da vida, que é exatamente cuidar das pessoas. Então, parabéns pela sua fala.

Vamos agora avançando. Eu sei que todos vocês têm compromisso à tarde.

O Jeferson Meira pediu para registrar: Secretário de Relações do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contrafe). E pediram a palavra dois companheiros que estão sempre conosco aqui nesta Comissão – permitam que eu diga assim. Todos vocês sempre estão aqui, mas eles não usaram ainda a palavra. É o Ubiraci Oliveira, o nosso Bira, Vice-Presidente Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CTB, e o Alexandre Caso, representante também da Intersindical. Os dois pediram dois minutos: eu vou dar de três a, no máximo, cinco.

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Não, vai ser rápido. Eu queria agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aí nós vamos para os "finalmentes".

O SR. UBIRACI OLIVEIRA (Para expor.) – Queria agradecer esta oportunidade.

O nosso Presidente Adilson colocou, na minha opinião, muito bem o conjunto das propostas da nossa central. Eu acho que foi bastante feliz com a ênfase que deu nas questões, mas eu pedi, principalmente, porque fiquei muitos anos aqui, e a nossa central, a CGTB na época, se incorporou à CTB, e foi com muita honra que a gente levou os nossos sindicatos a se somarem com a CTB. Espero que, em breve tempo, todo mundo se junte numa só central, para que a força seja maior e que a gente possa lutar em defesa dos nossos direitos.

Queria dizer, Senador, que a sua participação... Eu estou aqui há muitos anos lutando, e você está com 40 anos de Parlamento, certo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço 40 anos com este mandato.

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Com este mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que vai se concluir daqui a quatro anos.

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Pois é. São 36 anos, mas certamente já estão garantidos.

E a sua participação tem sido muito importante para nós trabalhadores. Eu acompanhei a dos negros, dos aposentados, das mulheres, dos trabalhadores, dos Correios, de tudo quanto é lugar. Então, agora é a nossa vez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não se esqueça dos índios, viu? Foi você que falou mais, aqui.

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – E dos índios!

Eu queria, então, pedir para o Plenário uma salva de palma para o Senador Paulo Paim! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Quero dizer que é uma honra, foi uma honra estar com o senhor nessa batalha, andando – houve uma época em que nós andamos; eu, você e o Paulo ficamos andando e correndo atrás de presidente para lá e para cá, para que a gente pudesse garantir a nossa luta em várias questões. Então, você merece estar aí, ajudando o nosso povo.

E queria fazer um apelo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Queria fazer um apelo muito importante para todos aqueles que estão nos ouvindo e para todos os companheiros. Nós estamos diante de uma situação grave – gravíssima! –, e precisamos defenestrar esse que está aí destruindo o nosso Brasil. É muito importante que a gente amplie a nossa unidade a mais do que nós já estamos unidos. Que todos aqueles que são democratas e todos aqueles que defendem o nosso país possam estar juntos nessa ampla frente, para que a gente possa não permitir que esse elemento continue governando o nosso Brasil.

Bateu na trave a tentativa de golpe dele no Dia 7 de Setembro. Os patriotas, os democratas conseguiram impedir o golpe, no ano passado, em 7 de setembro. E agora eu sei que ele tem bastante dinheiro: *fake news*, mentira. Pega o dinheiro da educação, como foi feito agora, recentemente, aí, para poder utilizar de forma ilegal. É contra o povo e contra a nação brasileira.

Então, essa unidade é muito importante. Eu acredito – em nome meu, próprio, falando agora – que a união tem que ser em torno do Luiz Inácio Lula da Silva, porque é o que tem maior possibilidade. A gente tem que levar esse programa para ele (e para os outros também que quiserem ouvir o nosso programa), mas é levar esse programa para ele, para que ele possa entender da nossa opinião ou da nossa proposta nessa direção, Senador Paulo Paim. É acabar com esse tripé macroeconômico, é revogar essa reforma trabalhista, é poder ter uma política econômica baseada nos investimentos do nosso próprio país e não pegando investimentos de fora, que são só para comprar indústria nossa e destruir o Brasil.

É muito importante a gente se unir, porque a gente precisa ganhar a eleição, tomar posse e governar o país para que a gente possa ir para frente e se desenvolver.

Muito obrigado.

Vamos em frente que atrás vem gente!

Boa sorte para nós e parabéns a todas as centrais sindicais! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Bira, Vice-Presidente Nacional da CTB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre Caso, representante da Intersindical... O Índio já falou como Secretário-Geral, mas o Alexandre, eu acho, nesses anos em que eu estive aqui, participou da maioria das audiências públicas que tratassem das causas do nosso povo.

O SR. ALEXANDRE CASO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Bom dia aos companheiros e companheiras.

Senador, hoje é um dia histórico.

Quero também, além da Intersindical, trazer uma saudação aqui do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Sou bancário de São Paulo e trago essa saudação.

A gente estava falando de dia histórico, e V. Exa. sempre proporciona história para a gente, porque hoje a gente conseguiu reunir todos os Presidentes das centrais sindicais num dia diferenciado. Mas eu me lembro de um dia histórico para mim, que foi, na reforma trabalhista, a última audiência pública da reforma trabalhista, em que o senhor lutou até os 48 minutos do segundo tempo. Aqui na CDH, foi feita uma vigília e ficamos até depois da meia-noite, passamos a madrugada aqui, eu, representando a Intersindical, e um companheiro da CTB, de quem eu não me lembro o nome, que estava aqui, e a gente ficou falando até o último minuto. O senhor deve se lembrar bem disso. Acho que foi a última audiência pública antes da reforma trabalhista.

Hoje o motivo, Senador, de nós estarmos aqui é em razão da apresentação da agenda legislativa, em que a gente tem uma série de compromissos tanto aqui no Senado como na Câmara, e da apresentação também da pauta da classe trabalhadora aprovada na última Conclat. Mas eu queria chamar a atenção para a importância da agenda legislativa das centrais sindicais. A agenda legislativa das centrais sindicais, Senador, começou em 2021 e é um marco na luta das centrais sindicais, porque hoje a gente continua lutando, só que luta de forma muito mais organizada, com a assessoria do Dieese e do Diap, que fazem um trabalho fantástico. A gente consegue mapear as matérias e ter toda a assessoria importante do Dieese e do Diap.

Mas eu falava da reforma trabalhista, Senador Paim, e a gente precisa lembrar – eu não vou me lembrar aqui da tramitação – que, depois da reforma trabalhista, a gente construiu, graças a V. Exa., o Estatuto do Trabalho, de que V. Exa. é Relator. Então, precisamos, sim, revogar a reforma trabalhista, precisamos revisitar o Estatuto do Trabalho e precisamos colocar algo no lugar dessa reforma trabalhista.

Senador, a gente faz luta não é de hoje aqui dentro do Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, e a gente fica indignado com algumas situações. Aqui a gente ganha, mas não leva. Quantas medidas provisórias, quantas matérias nós derrotamos tanto no Senado quanto na Câmara e que foram reapresentadas nos outros exercícios? É legal? É legalizado? Pode apresentar num outro exercício? Pode sim, mas não deve, porque ela foi derrotada – matérias, por exemplo, como a Medida Provisória 1.045,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ressuscitou uma série de questões que nós derrotamos porque a medida provisória caducou ou porque foi rejeitada pelo Senado e pela Câmara. A gente vê isso hoje acontecendo novamente.

O Governo editou na semana passada, na semana retrasada, cinco ou seis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE CASO – ... medidas provisórias – estou concluindo, Senador –, e, dentre elas, uma das medidas provisórias trata do teletrabalho; ou seja, há matérias importantíssimas, e, num momento como esse de pandemia, onde o teletrabalho se intensificou, o Governo apresenta uma tentativa de desregulação. Na verdade, não é uma tentativa de regulação, é de desregular o teletrabalho, que é uma matéria superimportante que deveria ser discutida em projeto de lei.

Só para encerrar, Senador, primeiro, quero dizer que as centrais sindicais são unânimes: nós não aceitamos acordo individual. Isso é uma ofensa à negociação coletiva. Em tudo quanto é medida provisória que este Governo apresenta, ele coloca lá a possibilidade dos acordos individuais. Então, é preciso respeitar os sindicatos.

Para concluir, Senador, a reforma trabalhista.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE CASO – De tantas mentiras que foram contadas durante o debate da reforma trabalhista, hoje a gente tem os dados – infelizmente depois que a reforma foi aprovada – e as consequências da reforma trabalhista. Diziam que era preciso baratear o custo do trabalho, era preciso flexibilizar porque o empresário estava engessado para contratar. Só apenas um dado, diante de todos os outros dados que a gente já apresentou: em 2014 – não era o Governo Bolsonaro, era outro governo –, a média de desemprego, que são dados do Dieese, não é *fake news*, era de 4,8%. Hoje, depois da reforma trabalhista, a gente tem a barbárie com 65 milhões de brasileiros e brasileiras fora da força de trabalho.

Senador, muito obrigado pelo espaço! Graças a V. Exa., a gente pôde hoje, em mais um dia histórico, reunir o conjunto das centrais sindicais para debater e apresentar a agenda legislativa das centrais sindicais e a pauta da classe trabalhadora aprovada na Conclat.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alexandre, meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Essa unidade é fundamental para todos nós. Eu sei que os presidentes das centrais que estão aqui têm outros compromissos. Sugiro três inscrições a partir desse momento com dois minutos para cada um.

Eu pergunto a vocês, porque eu respeito muito o Plenário. Vamos dar mais esses dois minutos para esses três companheiros que estão no Plenário? Eu sei que aqui é difícil alguém dizer não, porque deixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mal. Como é que vocês vão dizer que não? E eu sei que vocês têm outros compromissos. Por que eu falo isso? Faço um apelo para que sejam no máximo dois minutos cada um, porque eles têm outras agendas – uma agenda grande –, já que eles estão aqui em Brasília.

Então, começamos com Silvia Helena de Alencar, da Pública.

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR (Para expor.) – Eu não ia falar, mas me incomodou não haver a voz feminina neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viu? Pronto, arrasou! Já ganhou o Plenário, já ganhou o Plenário. (*Palmas.*)

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR – Incomodou-me muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas você ganhou o Plenário e a opinião pública lá fora também.

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR – Vivemos tempos de barbárie, e a gente só combate a barbárie com luta, determinação, confiança, raça, fé e amor, porque o ódio não vai levar a nada. E é com amor que nós vamos reconstruir este país, lembrando que não existe um país forte, não existe um Estado democrático sem um serviço público digno para a sua população.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Silvia Helena. Silvia, eu não quis falar, mas já havia aqui na mesa algo nesse sentido. Eu apresentei um projeto de resolução, que espero que se vote neste ano ainda, no sentido de que, em toda audiência pública, tem que haver no mínimo 30%... Se as mulheres forem 70, os homens são 30; e, se os homens estiverem em 30, as mulheres são em 70, e vice-versa, não é? Espero que se aprove rapidamente esse projeto de resolução, porque daí a gente ajuda no debate interno, nos movimentos para ampliar o espaço das mulheres, como apresentei uma PEC – viu? –, porque, quando são dois Senadores, como é na próxima, um tem que ser homem e o outro tem que ser mulher. Isso veio de um projeto do ex-Senador Anibal, lá do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. É da terra do Tião Viana. Quem se lembra? (*Pausa.*)

Do Acre. Senador Anibal, do Acre.

Eu era Relator e, depois, como ele não veio mais, eu tive que reapresentar, a pedido dele.

Bom, vamos lá para ganhar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Silvia já falou, foi rápida.

Alison Souza, Presidente do Sindilegis, já que eu falei tanto dos servidores aqui do nosso Congresso.

O SR. ALISON SOUZA (Para expor.) – Sim, Presidente. Muito obrigado.

Eu quero cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Presidentes das centrais sindicais, colegas sindicalistas que estão aqui e todos que nos assistem também neste momento.

Nós estamos falando de um país, Presidente, em que nós acabamos de ver uma moça, uma jovem de 26 anos, Angélica Rodrigues, em São Vicente, morrer com 85% de seu corpo queimado porque foi cozinhar com álcool por não ter dinheiro para pagar o gás. Esse é o Brasil de hoje, o Brasil do orçamento secreto, que distorce toda a política brasileira, como o meu amigo Adilson estava aqui chamando atenção, é o país em que o Ministro da Economia dá demonstrações diárias de desprezo ao nosso povo, em declarações muitíssimo infelizes, é o Ministro que acredita no crescimento em V, Flávio Werneck, que é o crescimento que ninguém vê, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALISON SOUZA – Tem a desfaçatez de comemorar um crescimento de 4%, sabendo que no ano anterior o Brasil tomou um tombo de igual tamanho. Nós não crescemos absolutamente nada, só se o crescimento em V dele for para baixo, não é? Primeiro desce, depois sobe para onde estava. Esse é o Brasil que nós estamos vivendo, é o país da mentira, onde um presidente de um banco público fala que nós tivemos recorde de lucro no banco público, mas ele não conta que vendeu os ativos da empresa. É como se o Senado Federal vendesse aqui esta Ala Nilo Coelho e depois anunciasse que ele cresceu, quer dizer, vendendo o patrimônio. É um país que vive uma mentira. Nós estamos vivendo uma mentira que é contada ao nosso povo diariamente. E o objetivo é muito claro: é tornar a política caríssima, de forma a afastar o povo da política e vender todos os ativos do Brasil, vender todo o Estado brasileiro.

E a pergunta que fica é: qual é o país do mundo que cresceu com um estado sem capacidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALISON SOUZA – ... de políticas públicas, de desenvolvimento de sua indústria, de desenvolvimento do seu povo, e é isso que nós estamos vivendo no Brasil, a fuga de cérebros, a fuga de jovens que deveriam estar trabalhando na ciência, na tecnologia. Nós estamos perdendo isso para o exterior. O Brasil está afundando, Presidente, e nós precisamos fazer alguma coisa.

Mas nem só de tristeza nós vivemos. Eu quero aqui dizer da minha felicidade em ver aqui a agenda legislativa das centrais sindicais, a agenda jurídica das centrais sindicais. Essas iniciativas nós temos que ter, nós temos que fazer isso chegar a todo trabalhador brasileiro. Nós temos, realmente, que nos unirmos contra a destruição do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso que eu gostaria de falar, Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alison Souza. Meus cumprimentos pela fala rápida também.

Concluindo – não foi nada combinado, porque iniciou com o Diap –, Maria das Graças Costa, uma eterna sindicalista, que hoje é Presidente do Diap. Dois minutinhos. De todos os nomes que vieram para a mesa foi tomado nota, e nós demos a palavra. E aqui nós vamos encerrar, a partir da sua fala, Graça.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS COSTA (Para expor.) – O.k., obrigada, Senador Paim.

É uma honra para mim estar aqui nesse momento na qualidade de Presidenta do Diap, nesse momento em que nós estamos numa conjuntura extremamente complicada. Nós sabemos que, após a abertura da janela, a gente tem uma reorganização do poder do centrão, do poder desse Governo aqui no Parlamento brasileiro. Nós vimos que a movimentação realizada por eles nesse período de mudança de partido fortalece muito a direita brasileira, e é nesse momento que nós estamos aqui contribuindo para que as centrais sindicais tenham a oportunidade de ter um instrumento, que é a agenda legislativa e também a agenda jurídica, para se confrontar com esse conteúdo que é contra nós, contra a classe trabalhadora aqui no Parlamento brasileiro.

Quero deixar muito claro que a nossa vitória, a vitória das centrais sindicais da classe trabalhadora, passa pelo momento também eleitoral. Se for possível fazer uma mudança do Parlamento brasileiro de forma democrática no processo eleitoral, nós teremos, então, êxito na próxima legislatura, porque, mesmo fazendo um Presidente da República com interesses e compromissos com a classe trabalhadora, se continuarmos com essa composição que temos no Parlamento, dificilmente nós conseguiremos a vitória, as conquistas que a classe trabalhadora desse país merece, inclusive numa situação muito difícil, em que a pobreza já é companheira nossa, visivelmente, em todas as praças por onde a gente passa, mas também no nosso convívio nas comunidades.

Nesse processo, foi dito várias vezes aqui que as reformas apresentadas por esse Governo e pelo Governo do Temer eram para melhorar a vida da população, e nós dizíamos aqui dentro, aos Senadores e aos Deputados e Deputadas, toda hora: "Não confiem, não confiem porque não vai dar certo". E é verdade, não deu certo, nós estamos numa situação extremamente delicada, com o avanço que teve a precarização a partir de tudo que nós já sabemos e também da pandemia, nós estamos numa situação bem mais delicada, está muito mais vulnerável a classe trabalhadora do que antes.

Nesse sentido, quero parabenizar todas as centrais sindicais por esse trabalho, por essa iniciativa e por essa unidade. Acreditamos que é dessa forma que nós vamos recuperar a democracia do nosso país e os nossos direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço a todas e a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Graça, eterna sindicalista, muitos anos na CUT e agora na Presidência do Diap.

Quero só registrar a presença da Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços), da CUT.

Olha, eu tenho aqui algumas perguntas, mas eu entendo que a todas as perguntas vocês, de uma forma ou de outra, já responderam – não é? –; já trataram do tema.

Então, eu agradeço aqui ao Matheus Alcides, de São Paulo; ao Rafael, do Mato Grosso; ao Thiago, de São Paulo; e ao Elias, de Santa Catarina. Qualquer dúvida, é só fazer contato, aqui, com a Comissão. As outras perguntas que tenho aqui também todas vão na mesma linha da exposição que os Presidentes e convidados aqui fizeram.

Eu queria tomar a liberdade, neste encerramento – desculpe-me ser só um informe: nós vamos ter, nesta quarta-feira, às 10h, um debate no Plenário do Senado sobre o Abril Verde.

O que é o Abril Verde? É debater o mundo no trabalho em relação à questão da doença e da saúde no trabalho, de acidente no trabalho e do meio ambiente na área do trabalho. Então, eu queria muito que vocês caminhassem aí – eu vou presidir também essa sessão – de forma tal que nós tivéssemos, no mínimo, dois representantes das centrais. Se eu não me engano, por iniciativa do movimento – porque a gente procura fazer com que todas as centrais participem –, se eu não me engano, a CTB já está indicada. É isso? A CTB é uma. Então, há ainda uma outra vaga que, se pudessem indicar, seria importante, de preferência, presencial; se não puderem, naturalmente, pode ser à distância. Eu digo com a maior tranquilidade de quem está falando aqui, agora: se for de um a dois também, não há problema, porque nós vamos encaixar, e eu espero que seja da parte de vocês.

No dia 2 de maio – eu fiz no dia 2, porque eu sei que vocês têm uma agenda extensa até o dia 1° –, vamos ter um debate no Plenário, que também encaminhamos e vou presidir, que vai tratar do dia 1° de maio, vai tratar do dia 13 de maio e vai tratar do dia 25 de maio. Dia 13 de maio, todos sabem, assinatura da Lei Áurea; 1° de maio, Dia do Trabalhador; e dia 25 é o Dia do Trabalhador Rural. Lembram? Então, vai ser importante um bom debate e seria muito importante que as centrais se fizessem presentes. É só combinar depois.

Amanhã, temos outra audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, que vai discutir a educação, porque eles são professores. Trata-se da regulamentação da profissão do professor de educação física, porque disseram que, quando aprovamos a lei lá atrás, houve um vício de iniciativa. Então, agora, nós vamos poder regulamentá-la de forma definitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu encerro, só agradecendo muito, muito a vocês. Inegavelmente, foi um dia histórico. E não saiam sem tirar foto comigo, viu? Nem que o meu gabinete me xingue lá! (*Risos.*)

Aqui, nós encerramos. Parabéns! Parabéns! Oxalá que esse material todo seja referência para todos os candidatos a Presidente da República! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública. Obrigado! Vocês fazem a história. Vocês são o sujeito da história.

Vamos à nossa foto?

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e treze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 15/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: "Discutir as alterações na Política da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, em especial as ações que promoviam e estimulavam a desinstitucionalização de pacientes internados". Participantes: Thales Treiger, Defensor Público Federal Titular da 1º Defensoria Regional de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro; Leonardo Pinho, Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME; Haroldo Caetano, Promotor de Justiça do Estado de Goiás; Dayana Rosa, Pesquisadora de Políticas Públicas do Instituto de Estudos e Políticas de Saúde – IEPS; Fernanda Rodrigues da Guia, Integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde / CNS; e Deputada Federal Érika Kokay. Resultado: Audiência pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Flávio Arns e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Agradeço a todos e todas que atenderam ao nosso convite para participar desta audiência pública.

Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos e peço que aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 15/2022, CDH, da nossa autoria, para discutir as alterações na política da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, em especial as ações que promoviam e estimulavam a desinstitucionalização de pacientes internados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Temos como convidados aqui a Deputada Erika Kokay; o Defensor Público Federal Titular da 1ª Defensoria Regional de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro, Thales Treiger; Leonardo Pinho, Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental; Haroldo Caetano, Promotor de Justiça do Estado de Goiás; Dayana Rosa, Pesquisadora de Políticas Públicas do Instituto de Estudos e Políticas de Saúde (Ieps); e temos ainda, a presença confirmada de Fernanda Rodrigues da Guia, integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde.

Não sei se temos a presença de algum representante do Ministério da Saúde.

Eu queria só, antes de iniciar, dizer que cada um dos presentes terá – corrija-me, Christiano, se, por acaso, eu me enganar – dez minutos para exposição da sua opinião acerca do tema. Em seguida, alguma pergunta que eventualmente venha a ser feita poderá ser respondida e, depois, vamos ter as considerações finais.

Eu queria, antes de iniciar esta reunião, registrar aqui, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a nossa atenção com uma matéria que foi divulgada ontem no jornal *O Globo*, por intermédio da jornalista Miriam Leitão, que dá conta ao país de que um estudo feito pelo Prof. Carlos Fico, parece-me, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sobre fitas às quais ele teve acesso, por autorização do Supremo Tribunal Federal, que representavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações de reuniões do Superior Tribunal Militar durante o período da ditadura militar. Nessas manifestações, a julgar pelo que tivemos oportunidade de ouvir pelos jornais e também pelo que é descrito pelos jornais e *sites*, era do conhecimento de integrantes do Superior Tribunal Militar a prática frequente de torturas contra presos políticos que estavam tanto em localização de responsabilidade das forças de segurança pública estaduais, como também, pelo que consta dos autos, em locais que pertenciam às Forças Armadas.

Obviamente a Comissão da Verdade já cumpriu um papel muito importante, no Brasil, de esclarecer muitos crimes, de esclarecer o desaparecimento de pessoas, de fazer chegar a verdade ao país, mas a confirmação de conhecimento por parte do STM de que ao menos havia denúncias da prática de torturas nos calabouços da ditadura militar nos traz esse assunto à tona e nos obriga a nos posicionar sobre isso.

De minha parte, estou apresentando à Comissão de Direitos Humanos um requerimento pedindo acesso a essas fitas e me dirigirei ao Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, no sentido de que ele possa autorizar que o próprio Senado, por meio de sua assessoria, possa ouvir essas fitas; se necessário, fazer algum tipo de perícia sobre elas; e, a partir daí, nós discutirmos o que cabe do ponto de vista jurídico localmente.

Nós sabemos que a anistia foi promulgada nos idos de 1979 e, por decisão do Supremo, ela teve caráter de reciprocidade. No entanto, não é pouco importante a nossa população ter conhecimento desses fatos, da confirmação desses fatos, especialmente no momento em que temos um Governo, em especial o Presidente da República e seus filhos, que debocha de pessoas que foram vítimas de tortura e milhões e milhões de pessoas que não viveram aquela época têm um conhecimento muito restrito e limitado sobre tudo o que aconteceu e mais ainda no momento em que vamos ter uma eleição presidencial, em que esse tema deverá voltar à tona. Recentemente, o Ministro da Defesa fez publicar uma ordem do dia, no dia 31 de março, tecendo loas, louvando a ditadura militar. E, como tal, é um assunto da maior relevância.

Já tivemos a oportunidade de nos solidarizar com a jornalista Miriam Leitão pelo deboche de que ela foi vítima por parte do Deputado Eduardo Bolsonaro, diminuindo a importância, o efeito, o sofrimento que teve a jornalista nas masmorras da ditadura militar e também de outras pessoas que foram vítimas naquele período.

Então, eu queria fazer, antes de começar, essa manifestação política e dizer que nós vamos procurar trazer, quem sabe, para uma audiência pública o Prof. Fico e vamos dar andamento a esse caso.

Eu queria começar convidando a Deputada Erika Kokay, se ela já estiver aí.

Ela está presente ou não neste momento? (*Pausa.*)

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou iniciar com o Prof. Thales Treiger – eu imagino –, que é Defensor Público Federal Titular da 1ª Defensoria Regional de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro.

O tema de hoje, como foi dito, é discutir as mudanças que vêm sendo promovidas na política da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde.

A reforma da atenção à saúde mental no Brasil foi uma conquista de vários governos e de vários anos de luta não só de familiares, mas de profissionais da área de saúde mental. Conseguimos instituir um sistema basicamente ambulatorial e que é centrado no respeito ao direito das pessoas. E, ao que consta, as mudanças que são pretendidas almejam, em última instância, que nós retornemos àquele modelo manicomial, àquele modelo de exclusão social a que as pessoas portadoras de transtorno mental eram submetidas.

Com a palavra o Dr. Thales Treiger.

O SR. THALES TREIGER (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Senador Humberto Costa.

Eu o saúdo muito em função desta necessária instauração deste importante debate em relação a alterações na rede de assistência psicossocial. Saúdo todos os presentes aqui na mesa e eventualmente todos os espectadores, que estão acompanhando esta nossa pauta tão relevante.

Em primeiro lugar, eu gostaria muito de fazer um *link* até, Senador, com relação a justamente esse introito feito por V. Exa. aqui na audiência, porque também é uma realidade a tortura nos hospitais psiquiátricos. A todo o momento em que a sociedade fica obstruída de acompanhar o que naturalmente está sendo feito intramuros, a gente tem um espaço muito fértil para esse tipo de perversão. E aqui vou fazer uma brincadeira, um trocadilho muito infeliz até: essa perversão e essa perversidade ao mesmo tempo, porque a sociedade não consegue acompanhar, as autoridades não conseguem acompanhar.

Então, nessa realidade de uma alteração e de uma diminuição tão sensível com relação à questão da assistência material do egresso de internações psiquiátricas de longa duração, a gente vê, em paralelo a isso, uma tentativa hoje do Executivo de diminuir, inclusive, o escopo de atuação de um órgão que eu acho que é muito significativo nessa realidade, que é o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Não é coincidência que justamente haja uma tentativa de retrocesso com relação, por um lado, a uma política de Estado institucionalizada no sentido de promover a ambulatorização, vamos dizer assim, da política de atenção psiquiátrica, com o esvaziamento de um mecanismo tão eficaz, que é o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Então, nos parece que são duas pontas muito ligadas, que há um liame muito tênue entre essas duas coisas. Quer dizer, na verdade, tudo isso faz parte de uma mesma política, que é não dar atenção à sociedade que está intramuros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui lembro que o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura não atua apenas com relação a prisões, mas também em locais de internação psiquiátrica. Então, em todo esse esforço que é feito nesse sentido – aliás, aqui eu falo evidentemente no plano jurídico, que é onde eu posso falar, o lugar de onde eu posso falar – pela legislação brasileira, inclusive pela Constituição da República, que reputa a tortura como algo extremamente danoso, algo extremamente chocante, ao mesmo tempo a gente vê um espaço muito grande de ausência de controle com relação a essa prática, que é uma realidade. Não só foi uma realidade política que vivemos há relativamente pouco tempo, mas é uma realidade hoje vista também pela população negra, pobre, favelada, periférica, nas delegacias e nas ruas do país.

Então, a partir daí, a gente vê que não só o Supremo Tribunal Federal atuou fortemente no sentido de impedir o desmonte do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, mas também a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao condenar o país, pela primeira vez, por uma grave violação de direitos humanos, como no caso Damião Ximenes. Para quem não sabe, Damião Ximenes foi morto a partir de tortura e maus-tratos em uma clínica psiquiátrica conveniada ao SUS no interior do Ceará.

Há não só um compromisso constitucional do país, mas um compromisso internacional, ratificado em tratados e convenções, no sentido de se erradicar a tortura em nosso país. Não é à toa que se usa essa palavra "erradicar", como a própria Constituição fala em erradicar a pobreza.

Uma alteração na Rede de Atenção Psicossocial tão drástica como, por exemplo, no intuito de reduzir o escopo dessa assistência material para egressos de uma longa permanência no sistema de internações psiquiátricas, isso causa, evidentemente, um retrocesso muito grande. Quer dizer, de um lado há um escopo de aumentar a institucionalização, com o aumento de verbas para se criar uma estrutura, novamente, voltada para o manicômio, para a lógica manicomial; e, do outro lado, há uma diminuição na assistência dessas pessoas que ficam muito tempo institucionalizadas. Fora isso, há uma mitigação de mecanismos tendentes a erradicar a tortura. A gente tem aí um caldo pronto para um retrocesso.

Por mais que um governo possa alterar a realidade, ter as suas pautas, governos não podem retroceder em políticas sem uma outra opção igual ou correlata para tratar o mesmo problema. Então, a gente está muito preocupado com esse quadro. Nós já instauramos um procedimento para apurar isso, para conseguir mais subsídios, inclusive, para uma ação mais embasada futuramente. Nós já oficiamos ao Ministério da Saúde no sentido de averiguarmos justamente uma questão econômica até, uma questão orçamentária, para demonstrar que "orçamentariamente" estamos optando por uma lógica errada, por uma lógica que, além de facilitar a violação de direitos humanos, é economicamente equivocada, porque ela sai, inclusive, mais cara para o cidadão brasileiro. Demonstrando isso ao Judiciário, a gente tem certeza de que vai ter uma melhor sorte. A nossa retórica, por mais que a gente saiba dos argumentos que nós estamos carregando, carreando, essa demonstração orçamentária impacta muito no Judiciário. Então, o nosso objetivo é ir instruindo dessa maneira o nosso procedimento para que culmine com uma ação mais madura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É basicamente isso, é basicamente esse o escopo da nossa manifestação.

Colocamo-nos completamente à disposição, não só do mandato de V. Exa., mas de todos os parceiros e parceiras que estejam dispostos a aumentar esse escopo, que nos tragam dados fáticos com relação a essas questões colocadas para, enfim, revertermos a revogação dessa norma que é muito importante para salvaguardar os direitos dessas pessoas.

Muito obrigado. Coloco-me mais uma vez à disposição. Muito obrigado pela lembrança. Fico extremamente honrado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Thales, pela sua fala, pela sua intervenção e pela sua disposição no sentido de podermos, em conjunto, trabalhar para preservar os avanços que foram feitos não somente do ponto de vista do respeito às pessoas que têm transtornos psíquicos durante o seu processo de atendimento, no trabalho de prevenção, mas também, muito especialmente, do ponto de vista dos resultados terapêuticos que esse tipo de ação, de intervenção conseguiu garantir, especialmente nos dias de hoje, em que nós tivemos avanços importantes nas técnicas de psicoterapia, no próprio desenvolvimento de novos medicamentos capazes de estabelecerem uma redução de sintomas, enfim, o que vai colocando, cada vez mais, num patamar mais "dinossáurico" o tipo de pretensa atenção à saúde mental que existia anteriormente, que se baseava unicamente na exclusão, na internação, no afastamento das pessoas da sociedade.

Então, agradeço a participação de V. Sa. e quero, de imediato, convidar aqui o Dr. Leonardo Pinho, que é Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), para que ele possa se manifestar.

O SR. LEONARDO PINHO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Humberto Costa. Boa tarde a todos e todas da mesa.

Queria agradecer muito à Comissão de Direitos Humanos do Senado, através da Associação Brasileira de Saúde Mental, por possibilitar esta audiência pública.

Senador, eu queria iniciar aqui a minha fala. Eu vou encaminhar – estou vendo que o Senador Flávio Arns também está na sala –, Senador Humberto Costa, nós queremos entregar a vocês, vamos encaminhar pelas assessorias, a nota técnica produzida pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas, pela Associação Brasileira de Saúde Mental e dezenas de entidades da sociedade civil brasileira, demonstrando como as últimas medidas do Governo Federal, de acabar com o programa e com o financiamento do Programa de Desinstitucionalização, e como o Edital, também, nº 3, que dá R$10 milhões para 33 manicômios através do Ministério da Cidadania, são medidas ilegais e são medidas que vão contra os tratados internacionais e todas as diretrizes técnicas da Organização Mundial de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu início minha fala com a entrega aqui na audiência dessa nota técnica, Senador Humberto, da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, da Abrasme e de dezenas de entidades da sociedade civil.

Feita a entrega da nota técnica, eu queria, Senador, através da Abrasme aqui, que é a Associação Brasileira de Saúde Mental, trazer um início, uma fala de contexto.

Senador Humberto Costa e todos os Senadores e Senadoras e todos que nos assistem, o lançamento da Portaria nº 956, que acaba com o programa e com o financiamento da área de desinstitucionalização e o Edital nº 3, que dá R$10 milhões para 33 manicômios, dinheiro do Ministério da Cidadania, infelizmente não são exceções. Isso está inserido num processo mais geral e continuado contra a reforma psiquiátrica no Brasil. Infelizmente, Senador Humberto Costa, essa política de Estado que nós consolidamos no Brasil através da Lei nº 10.216, através das conquistas do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil, que, na sua fala inicial, Senador, o senhor lembrou bem, não é uma política de um governo ou de um... Não, foi uma política de Estado construída em governos de matizes ideológicas diferentes. Nós passamos por governos após a democratização que eram opositores em várias questões do Brasil, mas todos eles construíram uma política de Estado chamada reforma psiquiátrica, que buscava pegar o dinheiro que antes era investido nos manicômios – ou, como a jornalista Daniela Arbex, em seu livro premiado disse, nos "holocaustos brasileiros" – e construir uma rede de base comunitária espalhada por todos os cantos do país.

E foi ano a ano, de forma progressiva, em vários governos diferentes, que a Rede de Atenção Psicossocial foi se consolidando no Brasil. Infelizmente, o atual Governo optou por uma política que, nos direitos humanos, chamamos de regressividade dos direitos humanos. E, Senador, como V. Exa. coordena a Comissão de Direitos Humanos, o Brasil é signatário do pacto econômico, social e ambiental em que é vedado que os governos façam política de regressividade de direitos, pelo qual os países devem fazer a progressividade dos direitos.

Essas medidas, essa portaria, esse Edital nº 3 são políticas que vão contra os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e impõem ao Brasil uma política pública de olhar pelo retrovisor. Nós estamos voltando a financiar locais de tortura, locais de maus-tratos, locais de isolamento e exclusão social. Inclusive, o Defensor Público da União que me antecedeu lembrou, Senador Humberto Costa, que o Brasil teve sua primeira condenação na Corte Interamericana justamente no caso Damião Ximenes nessas clínicas e nesses hospitais psiquiátricos. E o Brasil se comprometeu com a Corte Interamericana de não mais financiar os locais que deram as condições para o que aconteceu com Damião Ximenes. E o Edital nº 3 vem para desmentir esse processo: o Brasil volta a financiar, com tudo, esses hospitais, esses manicômios.

Segundo elemento: o Brasil está substituindo progressivamente os equipamentos públicos da Raps pelo financiamento dos equipamentos privados, as chamadas comunidades terapêuticas, que reproduzem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lógica dos antigos manicômios: do isolamento e da exclusão social. Então, essas medidas que nós estamos assistindo estão nesse contexto geral.

E eu queria aqui – e é o que a gente traz na nossa nota técnica – colocar, Senador Humberto Costa, ao Senado Federal que é necessário sustar a Portaria 956, com a produção de projetos de decreto legislativo que possam sustar essa medida, que é uma medida ilegal, que vai contra a Lei 10.2016, porque a Lei 10.216 prevê o processo progressivo e continuado de desinstitucionalização, e essa portaria acaba com o Programa de Desinstitucionalização e com seu custeio mensal. Então, é urgente que o Congresso Nacional, é urgente que o Legislativo cumpra seu papel e suste essa Portaria 956, que é ilegal.

E a nossa nota técnica também, Senador Humberto Costa, traz a necessidade de cancelamento do Edital nº 3, que é gravíssimo, pois coloca R$10 milhões em 33 manicômios. E por que é grave? Porque ele sobrepõe já o dinheiro de custeio do Ministério da Saúde, Senador: ele vem do Ministério da Cidadania, esse recurso. Então, ele está inclusive sobrepondo um recurso que já é um recurso que a saúde destina e que deveria progressivamente estar desinstitucionalizando, mas faz repasses ainda para os hospitais credenciados com o Cnes (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde). Esse edital sobrepõe recurso público pondo R$10 milhões do Ministério da Cidadania.

Então, Senador, para encerrar, trago aqui a nota técnica da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, da Associação Brasileira de Saúde Mental e de dezenas de entidades da sociedade civil pedindo para o Legislativo – como esta audiência pública vem cumprindo o seu papel no Brasil – fazer um projeto de decreto legislativo que possa sustar a Portaria 956, que acaba com o programa e com o custeio mensal do Programa de Desinstitucionalização, bem como possa fazer uma pressão político-social – e esta audiência pública é um passo importante nesse sentido – para o cancelamento do Edital nº 3, que repassa dinheiro do Ministério da Cidadania, sobrepondo recursos públicos já do Ministério da Saúde. E que esses R$10 milhões possam ser investidos na Rede de Atenção Psicossocial, na abertura de mais de unidades de acolhimento, na abertura de mais Caps Álcool e Drogas 24 horas, de mais Consultórios na Rua, porque é isto que o Brasil precisa: de um SUS e de uma Raps mais forte.

Termino aqui reafirmando a posição desta política de Estado, que é a reforma psiquiátrica brasileira: pelo fim dos manicômios no Brasil e pelo fortalecimento do SUS e da Raps. Sustar a Portaria 956 e cancelar o Edital nº 3 são medidas ilegais e impõem ao Brasil uma política de regressividade dos direitos humanos no país.

Muito obrigado, Senador.

Novamente, parabéns à Comissão por essa audiência pública!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Leonardo Pinho. As suas considerações são extremamente relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante, inclusive, dizer que nós já tomamos esta iniciativa de apresentação de um decreto legislativo para a sustação tanto da portaria quanto desse edital. Nunca é uma coisa muito fácil, porque depende exatamente da tramitação por Comissões diversas, em que o Governo tem a sua maioria. Mas esse ponto já é objeto dessa discussão. Eu creio que também na Câmara essa iniciativa já deve ter sido tomada. Se não foi, nós vamos trabalhar juntos nisso aí.

Agora, acho muito importante, muito relevante que nós hoje, diante do que temos no Brasil, possamos analisar outras alternativas além do decreto legislativo. Nós podemos questionar a legalidade dessa portaria, desse edital; nós podemos recorrer à Justiça; nós podemos recorrer, inclusive, às mesmas cortes internacionais que anteriormente condenaram o Brasil por essa prática, que sempre foi tão comum, de violência nos manicômios.

Então, eu recebo com muita atenção e muita boa vontade essa contribuição da Associação Brasileira de Saúde Mental.

E vamos conversar, paralelamente, inclusive, com os integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, para ver o que podemos fazer em conjunto... Sim, exatamente, o Deputado Padilha já apresentou lá na Câmara o que nós podemos fazer para suspender essas iniciativas.

Eu queria, de imediato, convocar também para fazer uso da palavra o Dr. Haroldo Caetano, que é Promotor de Justiça do Estado de Goiás.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. HAROLDO CAETANO (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Muito obrigado. Boa tarde a todos e todas da mesa desta audiência, a todos que nos assistem.

É com muito prazer e muita honra que a gente participa desta audiência pública, que é fundamental, como já foi dito pelos meus colegas que nos antecederam aqui nesta audiência, para criar algum tipo de resistência aos ataques que vêm sendo promovidos, sistematicamente, contra a Rede de Atenção Psicossocial, que é pautada na liberdade e nos direitos humanos, o que, claro, não se sintoniza com aquilo que orienta o atual Governo Federal.

Então, é fundamental esta audiência pública e é com muita honra que a gente participa deste momento.

Aqui, no Estado de Goiás, de onde falo, no Ministério Público de Goiás, nós temos uma política instituída que conseguiu abolir o manicômio judiciário, que é uma bandeira muito antiga por todo o país. E talvez seja por isso – aliás, é por isso – que, normalmente, eu sou convidado para estar nestes eventos, nestes debates, porque um país que conseguiu, mesmo que localmente, mesmo que em uma ou em poucas unidades da Federação, abolir o manicômio judiciário não pode conviver com propostas de retrocesso no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo da saúde mental que façam reviver o holocausto brasileiro, já também referenciado pelo Leonardo Pinho. Nós não podemos admitir tamanho retrocesso, neste momento histórico em que vivemos!

É claro que o atual Governo, aparentemente, com a suas próprias ações, demonstra que compreendeu a eleição de 2018 como uma espécie de revolução em que a Constituição, inclusive, parece-me, deixou de ter muito sentido, o que acabou fazendo com que muitos dos atos de Governo, em vários setores – e na política de saúde mental não é diferente –, violem dispositivos fundamentais da Constituição Federal e de outras normas regulamentares, leis infraconstitucionais.

Como bem lembrado pelo senhor, Senador Humberto Costa, esta rediscussão da história, que muitas vezes a gente vem percebendo acontecer, essa reescrita da história, neste momento por que passamos, num ambiente de um Governo abertamente fascista, também resvala, repercute em outros campos, como é o caso da saúde mental. Por quê? A tortura, que era, digamos assim, uma situação, um fato consensual na sociedade brasileira como algo próprio da ditadura militar, a violência de Estado, naquele momento, que era algo meio que consensual na sociedade brasileira no sentido de que era algo a ser superado – inclusive, para tanto, tivemos a Constituição de 1988 –, continuam a se perpetuar. Aquela tortura e aqueles atos de violência de Estado continuaram a se perpetuar, mesmo após a Constituição de 88, principalmente pela atuação das polícias pelo país, fundamentalmente a Polícia Militar, e também pelo funcionamento das prisões brasileiras e, claro, dos manicômios.

Então nós não temos, digamos assim... Eu até estranho, é até curioso o espanto de tanta gente quando percebe, quando ouve aqueles áudios, que foram divulgados agora, sobre os julgamentos que eram feitos no Superior Tribunal Militar. Não tem nada de surpreendente naquilo ali. É fato. É fato que o Brasil, durante aquele período, torturou e matou, por agentes do Estado brasileiro, muitas pessoas, muita gente – inclusive muitas que não estão nem nas estatísticas, porque não foram catalogadas como vítimas da ação institucional durante a ditadura militar.

Essa reescrita da história ali vem resvalando também na política de saúde mental, a ponto de permitir que o Governo Federal venha agora falar com naturalidade no retorno dos manicômios, algo que nós tínhamos superado, por força de um movimento social poderoso, muito potente, muito forte, que foi o movimento da luta antimanicomial, que conseguiu, com muitas lutas, a edição da Lei 10.216, de 2001 – uma lei que já tem 21 anos. Entretanto, com tudo isso já sedimentado na legislação e na Constituição, ainda assim, nós temos o Ministério da Saúde junto com outros setores da administração pública federal tentando naturalizar a ideia de que o hospital psiquiátrico é a resposta para a atenção em saúde mental no Brasil. E, pior do que isso: retirando o suporte financeiro para aquilo que está, sim, em sintonia com a Constituição e com a lei, que são as políticas de desinstitucionalização.

Então, nós estamos diante, de fato, de um ataque grave, ilegal e inconstitucional, mas que, enfim, é compreensível, nesse contexto de um Governo abertamente fascista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não precisamos ir muito longe, não é? E a nota técnica – já levada ao conhecimento do Senado e também da Câmara; enfim, já publicada pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas e subscrita por tantas entidades que se relacionam com a saúde mental – já diz tudo. Nós não precisamos ir muito longe!

É preciso, sim, fazer esse debate com muita força neste momento para que essas iniciativas do Governo Federal não prosperem, porque, diversamente do que o Dr. Thales Treiger comentou, eu não confio muito numa disposição do Poder Judiciário, do sistema de Justiça brasileiro, para aceitar naturalmente a Lei 10.216, a Lei Antimanicomial. Pelo contrário, até hoje, passados 21 anos da edição da Lei 10.216, nós temos ainda juízes e promotores, enfim, o sistema de Justiça como um todo, atuando e mandando gente – para que vocês saibam, para quem não sabe – para manicômios judiciários.

Então, assim, do Poder Judiciário, nós temos essa atuação um tanto quanto claudicante, que, eventualmente, atua em sintonia com os dispositivos da reforma psiquiátrica, contra a lei da reforma psiquiátrica. Basta você observar os milhares de pessoas, homens e mulheres, que hoje estão dentro dos manicômios judiciários pelo Brasil todo, e outras tantas em prisões, aguardando vaga em manicômio, o que é uma situação tão bizarra quanto.

Então, é algo que nós precisamos, sim, denunciar, com muita força, neste momento, e esta audiência pública vem em ótima oportunidade para que isso aconteça, para que o Senado Federal não se silencie diante desse retrocesso abissal que vem sendo conduzido dentro do Ministério da Saúde, num contexto, inclusive, Senador, tão absurdo que, conforme disse o Léo Pinho, políticas de atenção em saúde mental estão sendo gestionadas, inclusive, com suporte financeiro, por um ministério que é estranho ao da Saúde, o Ministério da Cidadania. Por quê? Porque nós temos no Brasil o apropriamento da política de drogas, no âmbito do Governo Federal, por um campo que não é o da saúde. Já faz um bom tempo que o Ministério da Cidadania vem, através da sua política de drogas, tentando gerenciar, interferir – conseguindo isso com muita facilidade até –, fazendo com que se tenha um sucateamento na Rede de Atenção Psicossocial, que não recebe os investimentos devidos. Essa rede é preterida, inclusive, em relação às comunidades terapêuticas.

Também no campo dessa discussão, lá no campo da disputa orçamentária sobre esses valores que são destinados à política de drogas equivocada que este Governo tem, a gente vê uma briga que está acontecendo, não muito declarada, entre comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, porque nós temos uma lei de 2019 – é de 2019 a mudança da lei de drogas – que vedou completamente a possibilidade de internação psiquiátrica nas comunidades terapêuticas. E agora se vê aí esse rearranjo, no âmbito das políticas do Ministério da Cidadania, o que é muito estranho, para que hospitais psiquiátricos sejam financiados. Ora, esse tempo já passou, e nós tivemos muita dificuldade, muita luta, muita gente morrendo em manicômios pelo Brasil. O parque manicomial de Sorocaba, por exemplo: houve uma dificuldade extrema para derrubá-lo lá em São Paulo ou pelo menos para tentar diminuir a sua força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto instituição que era naturalizada. Isso tudo custou vidas, isso tudo custou lutas muito fortes que não podem ser desprezadas.

Para concluir, Senador, quero cumprimentar V. Exa. e todos que organizaram e idealizaram esta audiência pública pela iniciativa e admoestar as instituições, como já foi feito pela nota técnica já referida anteriormente, para que ações sejam tomadas, porque a discussão já está muito bem sedimentada nesse campo, a fim de que essas iniciativas ilegais, inconstitucionais do Governo Federal sejam barradas imediatamente.

Muito obrigado.

É um prazer – mais uma vez insisto e repito –, e fico à disposição para a gente poder conversar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Haroldo Caetano, Promotor de Justiça do Estado de Goiás, pela sua esclarecedora manifestação, por trazer uma série de informações relevantes e por reafirmar os princípios básicos daquilo que tem sido a política de atenção à saúde mental no nosso país nesses últimos anos.

Eu queria agora passar a palavra à Dra. Dayana Rosa, que é Pesquisadora de Políticas Públicas do Instituto de Estudos e Políticas de Saúde, para que ela possa também fazer a sua manifestação.

A SRA. DAYANA ROSA (Para expor.) – Presidente Humberto Costa, queria saudá-lo aqui pela cessão desse espaço, cumprimentar os demais Senadores presentes, a Deputada Érika Kokay também, a Comissão de Direitos Humanos, a Abrasme, o Conselho Nacional de Saúde, o Ministério Público e a Defensoria.

Peço licença para compartilhar com vocês uma apresentação. Eu solicitei aqui ao moderador que, se possível, autorizasse. (*Pausa.*)

O anfitrião pode autorizar, por favor, o compartilhamento de tela? (*Pausa.*)

Obrigada. (*Pausa.*)

Meu nome é Dayana Rosa. Estou aqui representando o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, em parceria com o Instituto Cactus. Sou administradora pública, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva e vim aqui debater com vocês um pouquinho das evidências que estão por trás do desinvestimento na reinserção social, que é a desinstitucionalização, e também do fortalecimento dos hospitais psiquiátricos – e, como bem a Abrasme colocou, estou me referindo aqui à portaria e ao edital tanto do Ministério da Saúde quanto do Ministério da Cidadania.

Fala-se muito da necessidade de evidências para políticas públicas, principalmente quando estamos falando de saúde mental, de álcool e de outras drogas também, mas nós estamos aqui hoje justamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, verificando esse edital e essa portaria, não encontramos evidências científicas suficientes que sustentem essas alterações nas políticas de saúde mental, álcool e outras drogas.

Já faz algum tempo que vem acontecendo essa estimulação, ou seja, que se está estimulando o aumento da demanda por internação, quando se investe em internação psiquiátrica e acaba se desconfigurando a Rede de Atenção Psicossocial.

Assim, na nossa leitura, o Poder Executivo tem criado seus próprios problemas nos últimos anos, e quem é afetado por isso não são poucas pessoas. Quando a gente fala só da portaria que acaba com o programa de desinstitucionalização, a gente está se referindo a mais de 6 mil pessoas que atualmente, no início do ano, estavam morando em serviços residenciais terapêuticos, que são moradias para essas pessoas que estavam internadas há algum tempo, no mínimo, há um ano, mas a situação do Brasil refere-se a pessoas que passaram a vida toda, a pessoas que nasceram em hospitais psiquiátricos e que precisam de uma política de Estado e não de governo para ter essa reinserção social.

Então, essa portaria, especificamente, quebra o vínculo social que estava sendo restabelecido, e quem faz esse vínculo acontecer são as equipes de desinstitucionalização. Inclusive, uma informação: a gente não tem acesso ao número de equipes, e esse é um dos principais problemas que a gente identifica na atual política de saúde mental, álcool e outras drogas. Essas equipes vão ter ou já tiveram a perda de vínculo empregatício ou o remanejamento, que também vai afetar diretamente o projeto terapêutico de mais dessas 6 mil pessoas a que estamos nos referindo. E nós, aqui reunidos, enquanto sociedade, acabamos reforçando também o preconceito e o estigma e nos distanciando também do valor da liberdade que tem sido tão esquecido.

A gente identificou – é uma cadeia de problemas – aqui quatro principais pontos que a gente gostaria de destacar.

O primeiro é que, nos últimos anos, a política de saúde mental do país piorou, o que é um consenso também, mas gostaria de lembrá-los aqui de que tanto o edital quanto a portaria fazem parte de várias ações que, desde 2017, desconfiguram a Raps. A gente teve, por exemplo, a revisão da Pnab (Política Nacional de Atenção Básica), que atinge diretamente os consultórios na rua, que têm um papel importante nessa população que tem crescido vertiginosamente. A gente teve a desabilitação de CAPS e SRTs, que são esses serviços residenciais terapêuticos que eu me mencionei anteriormente, coisa que não acontecia antes.

Tivemos, em 2019, novas políticas de saúde mental, álcool e outras drogas, mas políticas, aqui, que foram feitas por portaria ou por decreto, sem participação da sociedade civil, dos órgãos de controle, como foi também a construção desse edital e também dessa portaria.

A gente teve a tentativa de acabar com as equipes de avaliação e acompanhamento da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, a que o Haroldo se referiu aqui agora. Também tivemos, no final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano passado, isenção fiscal para comunidades terapêuticas e, agora, esse edital e essa portaria. Então, isso faz parte de um contínuo de, pelo menos, cinco anos que a gente vem numa reorientação do modelo de atenção de saúde mental.

A gente gostaria de chamar a atenção de que nem todos os dispositivos da Raps estão sendo esvaziados. Com exceção das comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, essa é a situação. Por exemplo, através de informações obtidas por nós com a Lei de Acesso à Informação, nos últimos três anos, as comunidades terapêuticas tiveram aumento de R$100 milhões, uma vez que, desde 2017, 13 estados estão sem uma unidade de acolhimento sequer no país.

Qual é a diferença entre comunidade terapêutica e unidade de acolhimento? A principal diferença aqui, na linguagem de gestão, é que as comunidades terapêuticas – como bem lembrou agora o Haroldo nessa diferença entre o Ministério da Saúde e o da Cidadania – é que a comunidade terapêutica está ligada ao Ministério da Cidadania e, por isso, por não se tratar de unidade de saúde, fica mais difícil fiscalizar. Fica tão difícil fiscalizar que a gente não tem acesso, por exemplo, a qual é o projeto terapêutico que essas pessoas estão recebendo.

A unidade de acolhimento, por sua vez, está no Ministério da Saúde, então, a gente consegue fiscalizar, a gente consegue monitorar e a gente consegue propor, terapeuticamente, um caminho para essas pessoas com transtorno mental. Então, aquela unidade que a gente consegue fiscalizar e apontar um caminho que resolve falta em três unidades do Estado; agora, a outra, que não tem esse acompanhamento, recebeu mais de R$100 milhões nos últimos três anos.

Gostaria de lembrar também, como o Thales colocou muito bem na sua caracterização sobre os hospitais psiquiátricos, que, em 2018, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura fez uma inspeção nesse tipo de unidade em que estavam sendo investidos 10 milhões do Ministério da Cidadania e apontou que mais da metade não tinham nem permissão sanitária para funcionamento; 42% tinham alimentação inapropriada; 77% faziam contenção física injustificada e recorrente e, além disso, também não tinham livre acesso à comunicação com familiares.

Quando a gente fala dessa interrupção da reinserção social, da internação, a gente está se referindo ao isolamento e aqui, com a pandemia, gostaria de lembrar que a gente precisou ficar em casa, a gente precisou ficar distante das pessoas queridas e é disso que a gente está falando, a gente sabe que a gente não fica melhor distante das pessoas que a gente gosta. E esse é o tipo de instituição que promove isso, não promove reinserção social, muito pelo contrário, então, fica até difícil imaginar como seria uma reinserção social através de hospitais psiquiátricos como descritos no edital.

Só com o dinheiro desse edital – esses 10 milhões – seria possível pagar mais de 24 mil parcelas de auxílio do Programa De Volta Para Casa, o auxílio que promove autonomia para essas pessoas que estão em situação de longa permanência, para que refaçam seus laços sociais. E inclusive, infelizmente, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos aqui a presença do Ministério da Saúde, mas gostaríamos de saber qual é o futuro do Programa De Volta Para Casa, assim como o que será feito dessas mais de 6 mil pessoas que estão sendo desassistidas.

Então, em resumo, em relação a esse primeiro argumento, eu gostaria de ressaltar também que a saúde mental do brasileiro piorou. Não foram só as políticas, mas a saúde sentida por nós mesmos no cotidiano, né? Antes da pandemia, a depressão já havia aumentado, e agora, depois de 2019, houve um crescimento de mais de 36% dos casos de depressão no país também, de acordo com dados do Ieps.

O segundo ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é que sem evidências não há gestão nem responsabilidade. O último *Saúde Mental em Dados*, que era um boletim anual que o Ministério da Saúde fazia, como se fosse um estado da arte, contando como está a política nacional, foi publicado em 2015, o que quer dizer também que há sete anos aí que gestores, pesquisadores, jornalistas, cidadãos estão às escuras em se tratando de saúde mental. E, também, o último Pnash/Psiquiatria, que é o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares Psiquiátricos, como se fosse uma inspeção feita pelo Poder Executivo, foi feita em 2018. Então, há quatro anos o Poder Executivo não sabe o que os hospitais psiquiátricos estão fazendo.

Então, esse apagão de dados impossibilita a implantação de políticas públicas eficientes, principalmente nas etapas de avaliação, monitoramento e fiscalização.

E agora, contando mais uma história de bastidor aqui com o Ieps, a gente, para conseguir essas informações, como eu disse, precisou recorrer à Lei de Acesso à Informação. Ou seja, uma pessoa comum, que não tem muita paciência ou acesso à tecnologia, por exemplo, não conseguiria saber quanto foi gasto em determinada ação do Ministério da Saúde ou do Ministério da Cidadania. E, nessa interação, a gente percebe que há uma pactuação entre as pastas, mas não uma organização para atuação em rede. Por exemplo, perguntamos ao Ministério da Saúde sobre as comunidades terapêuticas. O Ministério da Saúde falou: "Ah, é com o Ministério da Cidadania". Aí, a gente perguntou para o Ministério da Saúde...

Inclusive, Haroldo, se você tiver mais informação, eu gostaria.

Perguntamos quantas são as pessoas presas que têm transtorno mental e estão em hospitais psiquiátricos. "Ah, pergunta para o Depen". Inclusive, perguntei para o Depen, e em 2017 foi a única e última vez que contaram quantas são essas pessoas.

Então, assim, tá, é responsabilidade dos outros, o Ministério da Saúde, não pôde se posicionar, o.k., mas não há o interesse de saber o que está acontecendo em matéria de saúde nessas outras pastas que estão sendo realocadas?

Então, o que fica evidente para a gente, mais uma vez, é uma política de governo que vem remendando a política através de portarias e decretos, mais uma vez sem a participação, e não uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política de Estado, porque uma política de Estado se baseia, por exemplo, nas conferências nacionais de saúde mental que aconteceram.

Já vou correndo para concluir por causa do tempo.

E aqui está, por exemplo, uma matéria que foi publicada ontem na *Folha de S.Paulo*, subsidiada por informações conseguidas através da Lei de Acesso à Informação, assim como a Abrasme e a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, dois institutos que colaboraram também. Então, a sociedade civil tem feito esse trabalho de informação que o Poder Executivo obriga a gente a fazer.

A internação deve ser a última opção. Isto está previsto tanto na Lei da Reforma Psiquiátrica quanto na Lei de Drogas. E aqui a gente chama a atenção para o fato de que na Lei de Drogas é estabelecido que a internação de dependente de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, e aí peço apoio do Ministério Público e também da Defensoria para confirmar comigo se esse é o caso das organizações da sociedade civil que estão previstas no edital, edital que, como eu disse, estimula a própria internação, uma vez que essa é principal fonte de faturamento dos hospitais psiquiátricos, que é contrária à reinserção social e, pior, pode, inclusive, aumentar a necessidade de desinstitucionalização em médio prazo, porque você está aumentando a internação e aí você pode imaginar que vai aumentar o número de pessoas também que ficam mais tempo internadas, inclusive porque a gente viu que não há fiscalização. Então, a gente está criando uma demanda para desinstitucionalização no médio prazo.

Por fim, já para concluir, o nosso quarto ponto, e não menos importante, é que a desinstitucionalização funciona. E isso não sou eu quem estou falando, é a ONU, é a Opas, é a Corte Interamericana, como já foi lembrado aqui. Eles são claros em dizer: o caminho para tratar pessoas com transtorno mental é a atenção da base comunitária.

Por fim, a gente gostaria de apontar aqui cinco propostas para uma política de saúde mental eficiente. Além do cancelamento do edital e da portaria do Ministério da Saúde, em que a gente acompanha o posicionamento da Abrasme, a gente gostaria também de sugerir aos senhores a apresentação de uma proposta de fiscalização e controle, uma PFC das políticas nacionais de saúde mental sobre álcool e outras drogas, como se fosse uma miniauditoria em que o Poder Executivo seja obrigado a passar informações e também a responder legalmente sobre esses assuntos; ofertar uma diversidade de serviços e estratégias para o cuidado que priorizem o apoio habitacional, como são os serviços residenciais terapêuticos, as unidades de acolhimento e os hotéis sociais, tomando como exemplo o programa De Braços Abertos, de São Paulo; e também a retomada imediata do Pnash/Psiquiatria e a publicação do Saúde Mental em Dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é para dizer que as políticas públicas de saúde mental precisam ser baseadas em evidências e devem proteger os direitos das pessoas com transtorno mental e o trabalho dos profissionais de saúde também.

Assim, gostaria de nos colocar à disposição tanto para o Poder Legislativo quanto para o Poder Executivo, para a sociedade civil aqui presente, no que precisarem, em assuntos de pesquisa e de políticas, que o Ieps está de portas abertas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Dayana Rosa. Excelente a sua apresentação, as informações, o resgate inclusive de tudo que foi construído ao longo dos últimos anos em termos de avanços na área de atenção à saúde mental.

Todas as sugestões que foram apresentadas por V. Sa. serão levadas em consideração por nós da Comissão de Direitos Humanos e serão objeto sem dúvida de todo um trabalho que vamos fazer ao longo desse período.

Eu queria, por último, dar a palavra à Dra. Fernanda Rodrigues da Guia, que é integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde. Em seguida, nós vamos ouvir a Deputada Erika Kokay e também a Senadora Zenaide Maia, que está presente, além do Senador Flávio Arns.

Com a palavra, Dra. Fernanda Rodrigues.

A SRA. FERNANDA RODRIGUES DA GUIA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui hoje, agradecer ao Senador Humberto Costa pela iniciativa e também a todos os colegas aqui presentes, alguns que eu já conheço de trabalho conjunto, como o Haroldo Caetano, a gente tem trabalhado junto no GT do CNJ; e a Dayana. Eu acompanhei sua trajetória desde o Rio de Janeiro, inclusive vi o seu trabalho de doutorado, que é sobre a política em geral contra as drogas e, não por acaso, no seu último eslaide, está presente ali o apoio à estratégia de cuidado, inclusive àquelas que dizem respeito a uma interface da saúde com habitação, com assistência. Você citou ali os hotéis sociais, por exemplo, uma forma de iniciativa que a gente também pensa quando pensa em desinstitucionalização.

Bom, então eu sou Fernanda da Guia. Aos demais, que eventualmente não me conhecem, eu estou aqui tendo a oportunidade de representar o Conselho Nacional de Saúde. Eu faço parte da Cism, que é a Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em primeiro lugar, é importante a gente marcar que a responsabilidade do Conselho Nacional, a gente tem a missão de fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas de saúde, inclusive a política de saúde mental, e levar demandas da população ao Poder Público. Isso é o controle social.

Então, eu também gostaria de me colocar à disposição para receber a nota técnica dos colegas da sociedade civil. É claro que eu estou acompanhando toda a movimentação, nós estamos acompanhando. Mas aproveito a oportunidade também para receber a nota técnica, que para nós é de grande valia, principalmente considerando que estamos no contexto de organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que será este ano, de 8 a 11 de novembro.

Então, uma grande possibilidade de mobilização e também de todos nós discutirmos a saúde mental de forma mais transparente e dando oitiva a todas as pessoas que fazem parte da construção da política nacional de saúde mental, que é uma política de estado, como já foi sinalizado desde o início pelo Senador e pelos demais colegas. Isso significa que a política não pode ficar à mercê do interesse de um determinado governo ou de grupos de interesse que estejam sendo representados por aqueles que ocupam os cargos do governo infelizmente.

Sobre essa questão do fundamento, a gente trabalha na política de saúde mental com todo um fundamento, os marcos legais e documentos de referência. Alguns já foram aqui citados, mas, além das leis especiais, a gente começa, antes disso, com as próprias convenções, que vão respeitar os direitos humanos, inclusive a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Embora no título esteja pessoas com deficiência, é bom lembrar que dentro desse rol também estão as pessoas com transtornos mentais. Então, esse é um marco legal também muito importante para a gente, para a nossa política. E a gente tem um desdobramento aí, a Lei Brasileira de Inclusão, mais à frente, que vem sendo também discutida no âmbito dessa conferência de saúde mental, por trazer novidades em termos de direitos.

O debate da capacidade civil retorna um pouco com a Lei Brasileira de Inclusão. A convenção era um pouco mais avançada, mas enfim continuamos esse debate. E também a tomada de decisão apoiada, que é tão importante nos processos de desinstitucionalização.

Com relação às leis especiais, antes disso, a gente tem a lei do SUS também. Tivemos uma nota técnica do Conass e do Conasems, que foi muito celebrada. É importante também, já que eu estou vindo aqui pelo Conselho Nacional de Saúde, fazer essa ênfase porque o Conass e Conasems são atores importantes do SUS, representam os estados e os municípios. E se posicionaram contrariamente também a esse edital, o Edital nº 3 do Ministério da Cidadania, evocando o argumento da competência. Um dos argumentos é o argumento da competência.

Então, é de competência da saúde a gestão de serviços de saúde e inclusive a definição de quais são os melhores serviços de saúde para o tratamento. Afinal de contas, quando a gente aborda o direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, a gente sempre leva em conta que as pessoas têm direito ao melhor tratamento de saúde possível. E hospital psiquiátrico não é lugar para tratamento.

Como vários de nós já frisamos aqui, os colegas, é um lugar de tortura, é um lugar que nós não aceitamos como lugar de tratamento e que está completamente desalinhado com as diretrizes que nós trazemos da reforma psiquiátrica brasileira.

Dentro das leis que a gente admite como específicas, além da nossa 10.216, também a Lei Brasileira de Inclusão, há o direito à convivência familiar e comunitária. Eu sempre cito essa lei, porque a gente tem uma parte muito importante, inclusive no que se refere à desinstitucionalização, que é o cuidado com crianças e adolescentes. Daí eu retomo, mais uma vez, a fala da Dayana, quando ela fala da "desinst", não é?

É muito importante esse trabalho da intersetorialidade, que foi interrompido também. Esta é uma das faces do retrocesso: a interrupção de toda a articulação que o setor de saúde – eu falo mais especificamente do ministério – vinha fazendo com os demais setores do Estado para que a gente conseguisse realmente navegar a política de saúde mental. Não é só requerer informações, é fazer uma articulação com outros setores para realmente promover o acesso à saúde. Houve uma interrupção, e isso é muito grave também.

E também a gente tem a Lei de Drogas, que estabelece responsabilidade também para a saúde, não só para o ministério, mas nos três âmbitos, federal, estadual e municipal. A lei fala, define a competência para o SUS no desenvolvimento de programas de atenção para pessoas que usam drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde. Então, quando a gente trata de saúde, não há como inventar medidas que são ilegais, enfim, em termos de interesse da saúde, ou inventar formas de querer categorizar fora da saúde aquilo que é de competência da saúde. Então, essa nota técnica do Conass/Conasems reafirma essa questão da competência. Isso é muito importante.

Enfim, falando de retrocessos, é muito grave que a gente tenha, a partir de 2017, a Portaria 3.588, e depois disso, uma série de medidas, uma mudança na política de saúde mental sem um diálogo com a sociedade. Isso é muito grave. A política de saúde mental é um fruto da própria reforma psiquiátrica brasileira e já tem décadas de construção. Então, é inadmissível esse desmonte da política sem o diálogo com a sociedade. A política pública não é de determinado governo, é uma política pública, é de todos nós, não é?

A Coordenação Nacional de Saúde Mental, outra face desse desmonte, é a criação do CAPS AD IV, que cria mecanismos para encaminhamento de pessoas para internação involuntária em comunidades terapêuticas.

E, paralelamente a isso, a gente tem o que o colega também já citou e a Dayana já pontuou também, a destinação de R$100 milhões em três anos, como se você fosse um serviço que é habilitado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que recebe um custeio anual, como se estivessem destinados R$33 milhões *ad infinitum* para esses tipos de comunidade, porque elas são financiadas via edital, exatamente, sem nenhuma necessidade de comprovação do que está sendo feito, sem nenhuma possibilidade de monitoramento e de construção conjunta com a sociedade do projeto terapêutico.

A gente também teve um ressurgimento das equipes da mente, ou seja, os ambulatórios de saúde mental. Isso não é desejável para a Política Nacional de Saúde Mental. Esse modelo é um modelo que já sofreu várias críticas nas décadas de 70 e 80, tem baixa efetividade e estimula a medicalização. Então, estabelece como única resposta para o sofrimento psíquico, para o sofrimento das pessoas, pelos mal-estares, por questões sociais que são relatadas nos atendimentos, o medicamento. E isso, em si, por si, não é um tratamento em saúde mental, por mais que a gente também, no acompanhamento, recorra a medicamento, não é? E, quando a gente recorre a medicamentos, a gente precisa de uma avaliação sistemática.

O que acontece, por exemplo, nos hospitais psiquiátricos? É muito comum – e quem faz vistoria sabe – ver que houve uma prescrição medicamentosa e que nunca mais ela foi analisada. A pessoa fica para sempre tomando os mesmos medicamentos, sem nenhuma análise. Então, quando se faz uso de medicamentos, também é para fazer de forma responsável. E também é sempre importante a política não induzir a medicalização indiscriminada de todas as situações que chegam, de todos os sofrimentos que chegam, não reduzir o cuidado em saúde mental a essa medida.

Na política de saúde mental, a gente vem desenvolvendo uma série de dispositivos clínicos, desde as bases, desde os serviços, a partir também dos profissionais de saúde. Hoje a gente não está fazendo um aprofundamento técnico na política? Nós poderemos fazer. Há uma série de procedimentos clínicos que vão além do atendimento individual e do atendimento de apenas uma categoria profissional, só do psiquiatra ou só do psicólogo.

Eu já vou me encaminhar para a conclusão falando um pouco dos retrocessos, porque ainda há mais retrocessos.

A gente tem agora – é a última novidade – essa Portaria 1.596. Eu também acompanho o voto dos colegas para que ela seja sustada. Isso é muito importante para que a gente não tenha perdas significativas na condução da política de saúde mental. Nós desejamos... Nós do Conselho Nacional de Saúde estamos mobilizando a Conferência de Saúde Mental. Nós acreditamos que, com essa grande mobilização – a gente tem muito trabalho pela frente –, vamos poder retomar a condução da Política Nacional de Saúde Mental. Essa portaria faz um estrago, pode abrir precedentes. É muito importante que ela seja sustada para não estragar todo o processo, todo o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de três décadas. Antes mesmo do SUS, a gente tinha a reforma psiquiátrica. Então, é muito importante isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço também ao Senador, nesta ocasião, que a gente consiga realmente chegar a esse termo de sustar a portaria do Ministério da Saúde e também impedir o edital do Ministério da Cidadania.

Gente, eu acho que agora, que o tempo acabou, vou ficar aqui na exposição. Tenho uma lista maior de retrocessos que a gente vem enfrentando. Os fóruns de discussão não dão conta do tanto que a gente precisa falar da política de saúde mental, seja com relação ao cuidado, seja com relação a desafios e à especificidade de cuidar de cada segmento que nós damos conta dentro da política de saúde mental, seja de crianças e adolescentes, seja de pessoas que usam drogas, seja de pessoas que estão em processo de desinstitucionalização, saindo dos hospitais psiquiátricas, seja de pessoas em conflito com a lei que, assim como qualquer outro cidadão, merecem acesso à saúde, merecem que o acesso à saúde seja garantido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Fernanda Rodrigues da Guia. Foi muito boa a contribuição de V. Sa. ao levar em consideração, principalmente, a denúncia que faz em relação aos retrocessos que nós pudemos constatar ao longo desses últimos anos, particularmente do ano de 2017 para cá. A representação do Conselho Nacional de Saúde é sempre muito bem-vinda pela sua atuação permanente em defesa dos direitos dos usuários e em defesa do SUS.

Vou passar a palavra à Deputada Erika Kokay e, logo em seguida, à Senadora Zenaide Maia.

Peço que possam todos se ater aos dez minutos.

Com a palavra a Deputada Erica Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Para expor.) – Eu queria saudar, Senador Humberto, a realização desta audiência pública. Acho que ela é, absolutamente, fundamental para que nós possamos, primeiro, ter uma dimensão mais exata do nível de retrocesso que a política de saúde mental tem sofrido no Brasil. Penso que o Brasil construiu uma lei, construiu uma reforma psiquiátrica e essa reforma psiquiátrica, acima de qualquer coisa, foi construída, também, com muita dor, dor dos manicômios, que são verdadeiros holocaustos e que têm que ser reconhecidos enquanto tal.

Então, nós estamos vendo uma série de ataques a essa política que foi construída na tentativa de fazermos o luto dos manicômios no nosso país. E, quando a gente fala que é preciso cuidar, penso eu que a gente só cuida se for em liberdade. Cuidar não é controlar, cuidar não é silenciar os corpos, amordaçar as pessoas ou acorrentá-las, acorrentar esses corpos. Portanto, cuidar pressupõe termos a liberdade para que se possa cuidar.

E este Brasil vem e vinha construindo uma rede de atenção psicossocial, baseada em serviços substitutivos, para que nós pudéssemos, realmente, fazer o luto dos manicômios e fechar o ciclo. Esse ciclo é um ciclo extremamente traumático da história brasileira. E, nesse sentido, o que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo, primeiro, é um desfinanciamento de toda a rede dos serviços substitutivos. Nós temos os desfinanciamentos das residências terapêuticas, dos próprios CAPS. Aliás, nós navegamos sem que tenhamos os dados necessários. Uma coisa que urge e sobre que aqui já foi falado é que nós possamos ter os dados sobre a saúde mental aqui no nosso país. Nós trabalhamos sem esses dados. Aliás, todo o caráter de ausência de transparência alimenta uma postura que é uma postura de arbítrio, uma postura autoritária e de retrocesso de direitos.

Eu penso, sempre, que, quando você tem uma reforma psiquiátrica, uma luta que foi impulsionada e que impulsiona a luta antimanicomial, nós vamos ter ali, na sua essência e no seu alimento básico, a própria democracia e a participação. Quando nós falamos de CAPS, por exemplo, nós estamos falando é de uma política ou de um instrumento que vai articular um conjunto de políticas públicas. Então, ele trabalha, essencialmente, com a intersetorialidade, não apenas dentro dos próprios CAPS, mas na articulação com as políticas, políticas de educação, de geração de empregos, de cultura, enfim, o conjunto das políticas.

Então, CAPS significa territorialidade; intersetorialidade e territorialidade. Ali se constroem territórios, territórios que são muito mais do que espaços geográficos, mas significam tranças de saberes, tranças de afetos, tranças, tranças, tranças e tranças, tranças de humanos ou de seres humanos.

Portanto, nesse sentido, quando você tem um desfinanciamento dos próprios CAPS, você direciona a política de saúde mental e o próprio orçamento para as estruturas manicomiais. E nós vamos ver um crescimento absolutamente nítido das comunidades terapêuticas que, em grande medida, não têm qualquer tipo de fiscalização, ou que, em grande medida, não contam com a atenção à própria saúde. Então, nós vamos ver esse dado que já foi posto, que é o dado, nos últimos três anos, do financiamento de mais de R$100 milhões – R$100 milhões a mais para as comunidades terapêuticas.

Mas não é só isso, é a isenção tributária e tantas outras iniciativas que vêm todas numa lógica de poder fazer com que as comunidades terapêuticas engulam a política de saúde mental e que retomem com a lógica manicomial, que a nossa legislação refuta e a própria luta do povo brasileiro refuta com o que nós construímos neste período.

Então, nós vamos ter as comunidades terapêuticas dominando a política de uso abusivo de álcool e droga ou de enfrentamento ao uso abusivo de álcool e droga e, ao mesmo tempo, a política das pessoas em situação de rua, porque há uma confusão estabelecida, ou seja, tenta-se fazer com que as comunidades terapêuticas sejam a destinação natural da população em situação de rua, em vez de se buscar a efetivação de políticas como a da moradia primeiro ou um conjunto de políticas públicas articuladas; busca-se fazer com que as comunidades terapêuticas engulam as políticas necessárias para a população em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante que nós possamos, primeiro, estarmos atentos. Diz a canção: atentos e fortes, sem medo de temer os diversos tipos de morte, diria eu, que estão em curso neste país. Mas, para que nós possamos identificar todos esses ataques... São ataques que fazem com que nós tenhamos não uma articulação de políticas entre o Ministério da Cidadania, as políticas sociais, as políticas, enfim, de emancipação, mas um convênio estabelecido, um convênio para retirar responsabilidades. Há uma terceirização das responsabilidades e das culpas também a serem estabelecidas pelo quadro que nós estamos vivenciando.

Então, é fundamental que nós possamos traçar esse diagnóstico. Esse diagnóstico da nota técnica avança nesse sentido – a nota que aqui foi apresentada. E que nós possamos traçar o diagnóstico, que nós possamos fazer várias iniciativas como, penso eu, os projetos de decreto legislativo para sustar as portarias que enfrentam a própria legislação, até porque elas não têm o mesmo peso de um instrumento ou de um arcabouço legal. Elas buscam ir arrancando pedaços da política que está prevista na nossa própria legislação. E, fundamentalmente, trabalhar na perspectiva de buscar impedir, inclusive, com ações judiciais.

Eu penso que nós temos que buscar todas as formas possíveis para que nós possamos impedir que esses retrocessos, que direcionam a política de saúde mental para os leitos psiquiátricos – vejam que a reforma psiquiátrica fala de diminuição de leitos psiquiátricos – e precarizam a Rede de Atenção, os Caps, as redes dos serviços substitutivos, e, ao precarizá-los, jogam para os leitos psiquiátricos e para as comunidades terapêuticas, que, em grande medida, têm também uma lógica manicomial e, muitas vezes, passam ao largo de uma atenção científica a partir do conjunto de políticas públicas, inclusive, a política de saúde.

Eu penso que o oxigênio da reforma psiquiátrica é a democracia – a democracia. Ou seja, quando você constrói um serviço substitutivo, um Caps, por exemplo, se articulam as políticas públicas, você estabelece territorialidades e você estabelece o protagonismo, a democracia como instrumento de construção da própria política, você resgata a condição de sujeito, que é acelerada ou que é agudizada num processo ou numa lógica manicomial.

Para além disso, nós precisamos trabalhar também com a atenção à saúde mental na atenção básica – atenção básica –, desde a estratégia de saúde da família, até as unidades. Elas têm que lidar é com os espaços para que o sofrimento possa ser dito, para que se possam trabalhar os sofrimentos que existem e perpassam uma sociedade com tantas expressões de violência como é a sociedade brasileira. Ou seja, é preciso, portanto, que nós possamos fazer esse diagnóstico. Esta audiência pública é fundamental nessa perspectiva.

Ao mesmo tempo, que nós possamos agir para impedir esses retrocessos e pontuar a necessidade de termos dados; e, a partir desses dados, que nós tenhamos, enfim, a política de financiamento e a política orçamentária vinculadas ao que este país conquistou através da reforma psiquiátrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria assim: holocaustos nunca mais! Holocausto nunca mais! Este país tem que reconhecer os seus holocaustos para poder identificá-los e, ao identificá-los, impedir que eles voltem aos pedaços e vão se entranhando nas nossas relações sociais.

Por fim é dizer que o fato de termos uma conferência nacional...

Eu, como representante da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, dentro da Câmara, penso que – e foi uma discussão que nós fizemos com todo o conselho consultivo, com todas as entidades – nós estamos em um processo que mostra, por outro lado, a força também deste movimento: a força do movimento de quem viveu em manicômios e que diz: "Manicômio nunca mais!". Portanto, esse processo de construção da conferência nacional, que está na sua etapa discutindo nas cidades, discutindo as conferências livres que já aconteceram com vários recortes e, ao mesmo tempo, as conferências que vão se entranhar dentro da realidade de cada uma dessas comunidades, elas têm sido um exercício de construção democrática numa própria existência.

Nós sabemos que temos muitos, muitos, muitos desafios a serem postos. E aqui há muitos retrocessos em curso, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que o que este país conquistou – de luta, de cidadania, de condição de sujeito, através da reforma psiquiátrica – vai dar o tom da resistência que precisa ser construída: é nenhum passo atrás, manicômio nunca mais!

E democracia é a essência da reforma psiquiátrica. Não só os serviços substitutivos, mas a essência da reforma psiquiátrica é a democracia e a condição de sujeito que se estabelece em cada serviço substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado à Deputada Erika Kokay pela sua intervenção, pelo seu trabalho à frente da frente parlamentar que luta em defesa da política de atenção à saúde mental, da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial.

Eu pergunto à Senadora Zenaide Maia se ela deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Então, dez minutos para V. Exa., Senadora. (*Pausa.*)

O seu microfone está desligado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – É porque é você quem ativa, e você não tinha ativado.

Eu queria aqui já parabenizar e agradecer esta audiência pública ao Senador Humberto Costa, porque esse é um assunto que a gente tem que dar visibilidade à população do que está acontecendo.

Eu ouvi cada um aqui dos expositores e eles nos enriqueceram com conhecimentos da população. E a gente está vendo que está acontecendo aqui o desmonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu prestei muita atenção ao que disseram aqui o Dr. Haroldo Caetano, a Dra. Dayana Rosa, a Dra. Fernanda, todos. E o que a gente vê é exatamente o que foi dito que este Governo vem fazendo com todas as políticas públicas: desinvestimento – desinveste na questão psicossocial.

Como a colega Erica Kokay falou, foram anos construindo essa política de retirada dessas pessoas do manicômio – pois a gente sabe que muitos iam para o manicômio não por problemas psiquiátricos, mas por questões políticas ou econômicas. Isso não era raro. Colocava-se isso até em alguns filmes –; aí, sucateiam os serviços e justifica-se uma terceirização, o investimento em instituições que não têm essa capacidade e que não dão o direito da transparência. Faz-se um apagão de informações sobre o que está acontecendo justamente porque informação é poder.

Com as informações sobre esse investimento na atenção psicossocial, que levou anos, em que a gente viu um progresso muito grande de 2003 até agora, faz-se um apagão, desinveste-se, sucateia-se, ou seja, desmerece-se a política de assistência psiquiátrica como a gente tinha e ainda não se fornecem dados para um conselho federal de saúde. Ninguém tem conhecimento, porque, sem conhecimento, não temos como saber, como formar políticas públicas com investimento. Ainda se terceiriza com comunidades terapêuticas, estimulando o internamento em hospitais psiquiátricos.

Isto, como foi falado aqui, é o que o fascismo usa: sucateia, desmerece, prende, bota numa caixa preta as informações – porque informação é o que empodera o povo – e ataca os direitos humanos. Isso é o que a gente mais vê.

Na verdade, nós temos um Governo que não tem nenhuma defesa da vida. E não estou falando aqui só da humana, não. Este Governo ataca todas as formas de vida, seja humana, seja do nosso meio ambiente, seja dos nossos animais. Então, é um ataque grave, a cada dia, às instituições públicas cuja formulação levou anos para a gente conseguir.

A política pública da saúde mental psiquiátrica é uma política de Estado, como foi dito. E este Governo acha que a política é dele e que pode mudar na hora em que quer.

Essas portarias são um retrocesso.

Fizemos muito certo: o Senado é uma Casa em que temos que ver isto, revogar portarias, fazer estas audiências públicas, para a população tomar conhecimento do que está acontecendo.

Todo governo fascista, a primeira coisa que faz é não querer ciência, não querer mídia correta, porque informação é poder. Ele quer um povo aprisionado. E foi para o lado agora – esse apagão de informações do que está acontecendo – dessas políticas de Estado para a saúde mental da população brasileira, dos problemas psiquiátricos, e isso é muito grave. Se a gente for analisar o que está acontecendo de 2016-2017 para cá, principalmente nesses últimos três anos, é muito grave o sucateamento dos serviços públicos. E ele faz isso, esse Governo brasileiro, desmerecendo as instituições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirando recursos, desinvestindo, sucateando e justificando a retirada, deixando de lado esse serviço, contratando e terceirizando também, porque este Governo já terceirizou a segurança pública – ele quer terceirizar com a flexibilização de armas – e está terceirizando a saúde mental do nosso povo. Essa história de manicômio, anos de luta para se acabar com isso, agora ele quer, com uma portaria...

Ora, se ele quer acabar com a pandemia com uma portaria, com um edital, então já era esperado. Mas para você ver como há gente dentro desse Governo, vendo só o que se avançou em termos de direitos humanos, tentando retroceder, prejudicando a população como um todo, é uma coisa muito grave. E a população brasileira...

Eu quero parabenizar aqui, Humberto, mais uma vez, esta Comissão, por esse olhar diferenciado. E nós temos que mostrar. Não tem como a população saber o que está acontecendo, se não for assim.

Como se faz saúde, como a gente faz saúde psicossocial, essa rede psicossocial, sem o envolvimento de todos, sucateando o que a gente já conquistou durante esse período, nesses últimos anos, com esses três agora regredindo tudo? E vendo, eu vi aqui, todos...

Nós temos o diagnóstico e nós sabemos qual é o tratamento. Vamos revogar o que for necessário! Podem contar comigo. E vamos lutar para que esse desmonte não prossiga, porque isso aqui é uma política dirigida, e ele tem pessoas com a inteligência, mas só para o mal, gente. "Descubram o que a gente ainda não desmontou na saúde?". "Não desmontamos a política pública psicossocial". "Então vamos desmontar! Vamos encher de dinheiro essas comunidades terapêuticas, para não terem nem como saber, num apagão de transparência, e tirar os recursos de onde deveriam ser investidos, numa política que o mundo todo que quer fazer política psicossocial sabe que não é com manicômio.

Então, eu queria dizer a todos aqui, ao Thales, ao Leonardo, ao Haroldo, à Dra. Dayana, à Dra. Fernanda, a todos eles, que podem contar com a Senadora Zenaide aqui. A gente está aqui nessa luta – o Humberto, a Erika Kokay, uma grande parte da gente aqui –, numa luta em que a gente não sabe para onde correr primeiro, porque é um desmonte das instituições públicas, dos serviços públicos seguidos.

A gente senta aqui não para fazer, mas para tentar, pelo menos, não deixar desmontar mais do que já se está desmontando.

Obrigada, Humberto. Estou muito feliz por estar aqui ouvindo e vendo a exposição da minha amiga Erika Kokay, que deu uma aula aí, e de todos. Fico feliz de saber que há pessoas, como esses palestrantes, que sabem o que realmente está acontecendo e sabem que são precisas decisões políticas. E eu costumo dizer, eu ouço muito:" Isso é política". Claro que é política. As decisões da vida são políticas. Quem resolveu tirar recursos da saúde psicossocial, da rede psicossocial foi uma decisão política do Governo Federal. Quem decidiu botar 100 milhões para as comunidades terapêuticas foi uma decisão politica. Então, é através da política. E como a Erika falou: democracia, liberdade e direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, como sempre uma defensora radical da saúde pública no nosso país, das ideias progressistas, da nossa luta para a construção de uma política de direitos humanos que se expresse transversalmente em todas as políticas públicas. E sem dúvida a política de atenção à saúde mental, até pelas características que sempre tomou no nosso país, tem que ser muito marcada por aquilo que foi dito – por democracia e por respeito e garantia dos direitos individuais e coletivos da população.

Eu vou passar a palavra ao Senador Flávio Arns, que fez também a solicitação. É o último inscrito.

Dez minutos para a sua exposição.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discursar.) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exa., Senador Humberto Costa, a Senadora Zenaide Maia, que me antecedeu e com quem a gente tem tido um trabalho conjunto importante, a Deputada Erika Kokay e também os expositores e as expositoras.

Acompanhei todas as falas com bastante atenção, porque a área da saúde mental, do transtorno mental, do distúrbio mental, da promoção da saúde mental, é uma área que, apesar de não ser médico e nem da área da saúde – sou da área da educação, mas também de direitos humanos, e faço parte da Comissão de Saúde da CAS –, considero das mais importantes para a sociedade. É um desafio nos dias de hoje, como sociedade, como período pós-pandemia e tantos desafios, e por isso nós temos que nos debruçar mais sobre os caminhos, as construções, as necessidades.

Eu não quero me deter especificamente em termos da portaria ou do edital. Eu penso que nada deve ser interrompido. Todos os processos que estão em andamento têm que sempre ter continuidade, apoio; temos que olhar os resultados, ver os desafios e reorganizar o que for necessário. E isso é importante para a questão da desinstitucionalização. Pessoas que ficaram a vinda inteira, que perderam os vínculos familiares, praticamente sem perspectivas de alcançar outros direitos fundamentais, como trabalho, residência, essas pessoas têm que ser apoiadas para serem reincluídas na sociedade. Isso é essencial.

Mas nós temos também outros desafios, no que diz respeito às crianças, aos adolescentes e aos adultos que estão voltando para as escolas no período pós-pandemia e que precisam de todo o apoio educacional, de acolhida e de apoio, e também, em muitas situações, do apoio psicológico, mas que, na verdade, não encontram esse apoio psicológico, psiquiátrico em nenhum lugar; eu diria: não encontram em Curitiba, onde eu resido, e dificilmente encontrarão em outros lugares do Brasil, em outros estados. A mesma coisa acontece com as famílias desses alunos, que precisam de apoio também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma carência, sim, extraordinária de prestação de serviços nessa área. Às pessoas que pensam na saúde mental a gente tem que lembrar que são as pessoas que sofrem com depressão, ansiedade, esquizofrenia, pânico, suicídio e tantas outras dificuldades nos dias de hoje. Se nós olharmos os afastamentos do mundo do trabalho, mais de 20% dos afastamentos se referem à área da saúde mental.

Quando alguém precisa de medicamentos nessa área, que são necessários e são importantes... Os medicamentos estão tendo um avanço importante para o atendimento a várias situações de saúde mental: depressão, medo, ansiedade, pânico – inclusive nós já tivemos muitas audiências públicas em que pessoas renomadas, por exemplo, defenderam, em várias situações, o uso do canabidiol com efeitos positivos. Então, a gente tem que se dedicar a esse tema. É um desafio.

Nessa área, eu gosto sempre de escutar as famílias e as pessoas que apresentam quadro de transtorno mental, porque as preocupações da família e da pessoa com transtorno mental têm que ser as nossas preocupações: de especialistas, de legisladores, de profissionais da área. E quais são as preocupações? O pai que chega para a gente e fala: "Olha, o meu filho, a minha filha está tendo um surto. Não sei mais o que fazer. Onde é que eu posso levá-lo? Não é no Caps; o Caps já atendeu, não consegue atender". E vamos eliminar o Caps por causa disso? Claro que não! Vamos melhorá-lo, aprimorá-lo e ir à procura de um hospital. "Ah, hospitais gerais que tenham leitos para transtorno mental!", dificilmente isso acontece com a qualidade que a gente gostaria. Mesmo no Paraná, existem ainda hospitais psiquiátricos que fazem um trabalho extraordinário, eu diria, de muita qualidade. Isso é um manicômio? Isso é uma institucionalização? Claro que não é! A gente tem que pensar naquilo que a pessoa e a família estão precisando. Nessas crianças, nesses adolescentes, a gente tem que prevenir problemas de saúde mental mais sérios fazendo um atendimento precoce. Quem é que faz esse atendimento? Não existe, na estrutura pública de saúde, não existe esse atendimento.

Então, nós temos que, na verdade, reforçar, eu diria – já fizemos tantas audiências públicas –, reforçar o que foi dito mesmo, numa das falas anteriores, essa flexibilidade, essa equidade. A equidade – eu sempre digo – é a justiça no caso concreto: do que é que essa pessoa que tem o surto está precisando e onde que ela pode ser atendida com qualidade para a necessidade específica dela? Onde é que a criança, do 1° ao 5° ano, do 6° ao 9°, o jovem, tanto jovem, tanto suicídio entre crianças e jovens... Vai ser em uma mesma situação de uma outra pessoa que esteja em surto? Claro que não.

Comunidades terapêuticas. Nós já fizemos audiência com instituições renomadas no Brasil, como a USP por exemplo, a Universidade de São Paulo, que tem um trabalho de pesquisa extraordinário nessa área em que a USP, uma universidade das mais conceituadas, diz que, para o tratamento de drogas, em muitas situações, não em todas, precisa haver o afastamento desse jovem por um mês, dois meses, três... É para a vida toda? Não. É a família que chega para você e diz: "Olha, o meu filho está na droga, está com problemas, quer sair, aonde é que eu mando o meu filho?" Não tem lugar para mandar. Eu só quero colocar tudo isso para dizer que é uma situação difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi citado antes também o caso de pessoas com distúrbios mentais em conflito com a lei. Aqui no Paraná, esse atendimento, no sistema judiciário, é de uma negação absoluta. Quando você pensa assim: vamos reincluir, vamos ajudar, vamos pensar no direito humano, porque ninguém é culpado por ter um problema de transtorno mental, de saúde mental, todos nós podemos ter, em função de alguma situação.

Como articular esses serviços de saúde, de educação, de assistência? Eu presido a Subcomissão Educação na Pandemia e, no ano passado, já escrevemos para o Ministério da Saúde, para o Ministério da Educação, porque, em todas as audiências públicas, as pessoas diziam: "Olha, um dos maiores efeitos da pandemia é o problema da saúde mental dos alunos, dos profissionais da educação e de suas famílias". Como articular esse trabalho da saúde e da educação com a promoção, com a assistência social? (*Falha no áudio.*)

Não existe. Eu já fiz reuniões na Senad – não agora, em governos anteriores, porque a gente vem acompanhando isso há anos – e a própria Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) pedindo apoio: "Olha, nós não conseguimos articular".

Então, nesse sentido, eu só gostaria de dizer que os desafios são imensos e nós temos que ter muitas respostas com parâmetros bem definidos. Ninguém quer institucionalização, ninguém quer manicômio, ninguém quer coisas que agridam a dignidade do ser humano, mas existe uma coisa que é importante – eu trabalho muito na área da pessoa com deficiência –, que é uma frase que, na verdade, pode ser aplicada aqui a todos os setores da sociedade: nada sobre nós sem nós na pessoa com deficiência e nada sobre nós sem nós na área da saúde mental. Vamos escutar a família para ver onde dói o problema, ver onde eles estão deixando de ser atendidos, o que é necessário fazer, olhar a pessoa com transtorno mental, discutir bem, olhar, articular e construir políticas públicas positivas, adequadas, boas, que atendam à necessidade específica desse ser humano que está sofrendo, e não só o adulto, mas as criancinhas de um, dois, três, quatro anos que estão em sofrimento mental e que têm que ser muito bem atendidas, e nós não estamos dando vazão, resultado, para esses problemas. A gente tem que se reunir, discutir, ver muito bem tudo isso e trabalhar junto para que essa questão humana seja bem atendida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Flávio Arns, pela sua contribuição.

Eu creio que esta audiência de hoje não esgota o debate sobre a questão. Podemos, inclusive, aprofundá-lo com outras audiências públicas, com a discussão, inclusive, dos decretos legislativos que foram já apresentados na Câmara e no Senado para impedir que haja essa busca pela volta de um modelo que já demonstrou não apenas que é ineficiente, que é ineficaz, que é incapaz de resolver os problemas de saúde mental da população, mas, acima de tudo, que tem como marca principal o permanente desrespeito às garantias e aos direitos individuais desses pacientes, enfim. Isso, obviamente, não elimina a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão quanto à diversidade e à própria opção que as pessoas fazem no sentido de como resgatar a sua saúde mental, mas exige uma política que tenha evidências científicas quanto à sua efetividade, à sua capacidade de realmente produzir saúde mental para as pessoas.

Bom, nós estamos terminando aqui a nossa audiência. Eu pergunto se algum dos expositores desejaria, no prazo máximo de três minutos, comentar algum aspecto ou alguma fala de algum dos participantes ou dos Senadores para que nós possamos nos encaminhar para a conclusão da nossa audiência pública. Quem quiser pode colocar a mãozinha aí, que eu... (*Pausa.*)

O Dr. Leonardo Pinho pediu a palavra.

Três minutos.

Por favor, não vamos extrapolar.

O SR. LEONARDO PINHO (Para expor.) – Não, Senador, eu queria, na verdade, solicitar o envio, para nós, do PDL apresentado no Senado, porque a gente já está atuando em torno do PDL que o Deputado Alexandre Padilha apresentou na Câmara. E queremos também pedir para a sociedade civil se mobilizar em apoio, se manifestar na página do Senado. Então, se puder enviar o *link* do PDL no Senado para a gente, enquanto sociedade civil, tanto a Abrasme, a Plataforma Brasileira de Drogas e as demais entidades que apresentaram nessa audiência a nota técnica possam também pressionar pela aprovação do PDL no Senado, que é fundamental para a gente manter o programa de desinstitucionalização e manter seu custeio mensal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, agradeço. A nossa assessoria vai se encarregar de fazer esse envio.

Dra. Dayana Rosa.

A SRA. DAYANA ROSA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Muito rapidamente, acho que o óbvio já foi defendido aqui e não nos cansaremos de defendê-lo sempre que for necessário. Gostaria só de reforçar a nossa sugestão de apresentação de um PFC, de uma proposta de fiscalização e controle, e também lembrá-los da realização da Conferência Nacional de Saúde Mental e da necessidade de apoio do Poder Executivo para realização da mesma, uma vez que o Poder Executivo não esteve presente nesta audiência pública e isso já nos diz bastante coisa também, que não há interesse em dialogar, por mais que isso seja necessário para construção de uma política de Estado e não de governo.

Por fim, gostaria de destacar também, agora que o Senador Flávio comentou sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, que está tramitando na Comissão de Educação da Câmara e já foi aprovado no Senado o PL 3.383, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que institui a Política Nacional de Atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Psicossocial nas Escolas. Nós apoiamos esse projeto e gostaríamos também do apoio dos senhores aqui presentes para a urgência da aprovação do mesmo.

No mais, gostaria de reforçar também o nosso apoio às demais organizações da sociedade civil aqui representadas pela Abrasme, mas também o Conselho Federal de Enfermagem, que se posicionou, além do Conass, do Conasems, da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas e o Desinstitute. Então, são muitas vozes às quais nós nos somamos e nos colocamos à disposição sempre que preciso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Dayana.

Eu queria agradecer a todos os participantes desta audiência pública. Quero, em especial, agradecer à Deputada Erika Kokay, ao Dr. Thales Treiger, ao Dr. Leonardo Pinho, ao Dr. Haroldo Caetano, à Dra. Dayana Rosa, à Dra. Fernanda Rodrigues da Guia, aos nossos Senadores e Senadoras que participaram, Flávio Arns, Zenaide Maia.

Nada mais havendo a tratar, quero declarar encerrada esta audiência pública e, mais uma vez, pedir a disponibilidade de vocês para que possamos aprofundar em outras oportunidades esse tema, que é da maior atualidade e da maior relevância.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Flávio Arns, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 5/2020 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Democracia e Direitos Humanos: violação aos direitos humanos dos povos indígenas". Participantes: Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Júnior Hekurari Yanomami, Representante do povo Yanomami (Associação Hutukara); Julia Neiva, Coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos; Alisson Marugal, Procurador da República - Procuradoria da República no Estado de Roraima; Ernani Sousa Gomes, Secretário Especial de Saúde Indígena Substituto do Ministério da Saúde; Neto Pitaguary, Representante do Fórum de Presidentes do Condisi – Conselhos Distritais de Saúde Indígena; e Josiê Gonzalez, Coordenadora do Núcleo Jurídico da SESAI. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: dialogar com o Presidente e vice-presidente da CDH, bem como com os Senadores Mecias de Jesus e Telmário Mota e com a Senadora Leila Barros os trâmites para a realização de diligência no Estado de Roraima, para averiguar a situação dos povos indígenas Yanomami. O Presidente concede a palavra ao Senhor Francisco Miguel Lopes Silva, presente no plenário. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Mecias de Jesus e a Senadora Leila Barros. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/25

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 5/2020, de minha autoria, Senador Paulo Paim, em parceria com a Senadora Leila do Vôlei, para debater o tema "Democracia e Direitos Humanos: violação aos direitos humanos dos povos indígenas".

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Vou só rapidamente situar a todos os nossos convidados, que eu vou listar em seguida, sobre como vai ser a nossa audiência pública de hoje.

Eu farei uma abertura rapidamente; em seguida, vou apresentar os convidados. Vou presidir em parte esta audiência pública e quero dividi-la com a Senadora Leila do Vôlei.

Vamos agora aqui, rapidamente, citar os convidados – os convidados que estão presentes eu vou citar; os que não estão ainda eu vou citando no desenrolar da audiência pública.

Convidados presenciais confirmados: Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), presença confirmada; Juliana Batista, advogada, representante do Instituto Socioambiental (ISA), presença confirmada; Júnior Hekurari Yanomami, representante do povo ianomâmi, da associação Hutukara, presença também confirmada. Eles estarão aqui presencialmente. Convidados *online*: Julia Neiva, Coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos, confirmada *online*; Alisson Marugal, Procurador da República, Procuradoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República no Estado de Roraima, também vai estar de forma virtual; Ernani Sousa Gomes, Secretário Especial de Saúde Indígena substituto do Ministério da Saúde, que também confirmou que vai entrar *online*.

Como havia já dito, vou fazer uma introdução do tema enquanto os outros convidados vão chegando.

É uma alegria estar aqui neste momento, na Comissão de Direitos Humanos, presencialmente. Fiquei quase dois anos somente no virtual. Quero, na abertura desta sessão, torcer para que a pandemia vá embora definitivamente para que a gente possa voltar a todo o trabalho na Câmara e no Senado presencialmente.

Louvo aqui a luta e a resistência dos povos indígenas em defesa da vida, da igualdade de direitos, por respeito à identidade, à terra, aos valores históricos, culturais e espirituais.

Os índios são os primeiros brasileiros. O povo indígena são os primeiros brasileiros. Já estavam aqui, nasceram aqui, são nossas origens, nascentes, como a gente fala, dos nossos rios. São testemunhas da criação do tempo, do vento, do Sol e da Lua, das nuvens, das chuvas, do arco-íris, do dia e da noite, das estrelas e das nossas florestas. Possuem a missão de defender as florestas, as águas, a natureza e o meio ambiente e o fazem por amor e com amor.

Como observa Eduardo Galeano, temos que escutar as vozes que nos advertem: o esquecimento mata a verdade. Eu complemento dizendo: a batida do tambor, quando a gente ouve, quem não se emociona? O tambor comunicando como é importante a defesa da natureza. A ganância dos homens maus, sem coração e sem alma, leva a genocídios e à destruição de civilizações.

É gravíssima a atual situação dos povos indígenas do Brasil, um cenário de guerra, de massacre, de vilipêndio. Terras indígenas são invadidas por garimpeiros, grileiros, madeireiros, caçadores.

Conforme o Cimi – e o Cimi está aqui presente –, no ano de 2020, o Brasil teve 182 indígenas assassinados. Em 19 estados, 201 terras indígenas foram alvo de 263 invasões e exploração ilegal dos recursos naturais. Quase 50 mil indígenas foram contaminados pelo covid-19; 900 morreram. Há denúncias de abuso de poder, ameaças, racismo e discriminação étnico-cultural. Mais de 13 mil crianças indígenas morreram no país nos últimos quatro anos. Em 2021, foram quase 500 mortes na primeira infância. Um a quatro óbitos indígenas é de criança de zero a cinco anos.

Precisamos de políticas públicas para os povos indígenas. A Constituição Cidadã, de 1988, assim o garante. Eu estava lá. Foi quando eu cheguei ao Congresso. Fui Deputado Federal constituinte e estou aqui durante esses 36 anos, quatro mandatos de Federal e três no Senado, sempre preocupado e lutando em questões como essa: indígena, quilombola, combater preconceito, racismo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mulheres indígenas são violentadas, estupradas, idosos agredidos, líderes assassinados. Os senhores e as senhoras que estão nesta audiência, que estão nos acompanhando pela Rádio e TV Senado, poderão atualizar esses dados assistindo a esta audiência pública.

Júnior Yanomami me relatou, na semana passada, fatos chocantes que estão ocorrendo na reserva ianomâmi. Garimpeiros violentaram e levaram à morte duas meninas indígenas; outras tantas estão grávidas – obra desses invasores garimpeiros.

Não são situações isoladas. É um cenário de horror que está se alastrando nas terras indígenas. Isso mostra todo o descaso do Estado brasileiro, dos governos; um profundo ataque aos direitos humanos. Isso é inaceitável.

Foi solicitada uma diligência de Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas até o local. Creio que será o encaminhamento que esta Comissão fará. Essas denúncias chegaram na semana passada. De pronto nós chamamos esta audiência pública.

Agradeço ao Presidente desta Comissão, Senador Humberto Costa, e também ao Vice, Senador Contarato. Ambos orientaram toda a equipe a colaborar com toda a estrutura, para que esta audiência acontecesse na rapidez que aconteceu nesta segunda-feira, às 10h da manhã.

Enfim, vamos em frente.

Há projetos de lei que tramitam no Congresso que afrontam diretamente os direitos indígenas: marco temporal, liberação de garimpos e mineração, projeto que incentiva o desmatamento, que libera o uso de agrotóxicos.

É urgente a demarcação das terras indígenas. Vocês, povos indígenas, têm esse direito, como bradou Sepé Tiaraju, há mais de 250 anos, lá no sul do Brasil, no meu estado – tive essa alegria, Marco Maia foi o autor e eu fui o Relator do projeto que transformou Sepé Tiaraju em Herói da Pátria. Ele bradou: "Alto lá! Alto lá! Esta terra tem dono!".

Destaco, então, que a Lei federal 11.696, de 2008, tendo origem em projeto de nossa autoria, sancionada pelo Presidente Lula da Silva, instituiu também o dia 7 de fevereiro, martírio de Sepé Tiaraju, Dia Nacional dos Povos Indígenas.

Eu agradeço àqueles que me procuraram para que eu apresentasse esse projeto, que foi transformado na Lei 11.696. A data faz referência à dizimação de 1,5 mil indígenas, mortos por cerca de 3 mil soldados portugueses e espanhóis. Foi a guerra dos indígenas, liderados por Sepé Tiaraju, que permitiu que o massacre não fosse ainda maior. Como um alerta, volto a Eduardo Galeano: "O esquecimento mata a verdade". Por isso, lembramos aqui os 1,5 mil indígenas mortos nessa batalha, Sepé Tiaraju e outros momentos que eles tentam apagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos esconder a nossa história. Não podemos ter medo da nossa história. A realidade atual precisa vir à tona. O Brasil precisa saber o que se passa com os indígenas. Caso contrário, o risco é enorme. Não queremos mais sangradouros, nem grilhões, nem chibatas, nem garrotes. O país, as instituições, os Poderes e a sociedade têm enorme responsabilidade nesse sentido. Os povos indígenas são a essência da nossa brasilidade, da nossa diversidade, do nosso canto de paz e de esperança, pois é de lá que vem a batida do tambor que emociona todas as pessoas de bem. Uma democracia se consolida com o direito à memória e à verdade, com respeito aos direitos humanos.

Senhoras e senhores, que a gente tenha aqui uma excelente reunião para debater um tema que tem tudo a ver com as nossas vidas. Índios, negros, brancos, migrantes, imigrantes, refugiados; tudo tem a ver com esta audiência pública.

Eu vou, de imediato, passar a palavra ao Sr. Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que está aqui ao meu lado e vai ser o primeiro a usar a palavra por dez minutos.

Como havia já indicado, são um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete já confirmados até o momento. Nós vamos iniciar com dez minutos para cada um.

Por favor, Sr. Luis Ventura Fernández.

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Presidente aqui desta audiência e autor do requerimento, Senador Paulo Paim; cumprimentar e saudar a todos os presentes aqui e, na pessoa do Dr. Alisson, Procurador do Ministério Público Federal, também os participantes que nos acompanham de forma remota.

Agradeço o convite, em nome do Conselho Indigenista Missionário, para esta audiência tão especial e importante nesses momentos.

Os direitos coletivos dos povos indígenas estão sendo permanente e sistematicamente violados no país e isso de uma forma particularmente intensa nos últimos anos.

Como sabem, a Constituição Federal de 1988 consagrou o direito originário dos povos indígenas a seus territórios, cabendo a eles o usufruto exclusivo dos bens naturais, bem como reconhecimento da sua organização social, costumes, crenças e tradições.

Pois bem, em pouco mais de 33 anos de vigência desta Constituição Federal, podemos afirmar que estamos no pior momento no que se refere à garantia, promoção e proteção desses direitos. Queria focar a minha fala principalmente na questão dos direitos territoriais. A Constituição Federal obrigou a União a demarcar e proteger os territórios indígenas. No entanto, o que hoje constatamos é, de um lado, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralisação absoluta das demarcações de terras indígenas por parte do Governo Federal e, por outro lado, um aumento expressivo da invasão e da exploração ilegal de bens naturais por terceiros nos territórios indígenas, com o aumento também da violência física e cultural contra os povos.

Podemos dizer que a omissão e a morosidade do Estado na demarcação de terras, que deveria ser completada cinco anos depois da Constituição Federal, em 1993, se transformou, nesses três últimos anos, numa negativa expressa e pública por parte do atual Governo Federal a demarcar nenhum centímetro, nenhum milímetro de terras indígenas, o que para nós significa uma declaração de descumprimento de uma obrigação constitucional.

Conforme dados coletados pelo Cimi, em 2020, eram mais de 500 terras indígenas – 536 terras indígenas – reivindicadas para as quais não havia nenhuma providência administrativa na Funai, e cerca de 300 terras indígenas ainda em alguma fase do procedimento administrativo de demarcação dos territórios.

A não demarcação de terras indígenas, Senadores, se concretiza num aumento da violência, num aumento da insegurança territorial, numa falta de políticas públicas, em povos indígenas morando nas beiras, morando nas margens das estradas com sua vida absoluta e totalmente comprometida.

Por outro lado, como eu falava, há um aumento expressivo da invasão das terras indígenas. É o caso da Terra Indígena Yanomami, que, com certeza, outras pessoas aqui também colocarão. Mais de 20 mil garimpeiros... Esta é a denúncia que as organizações indígenas estão fazendo há mais de quatro anos: a presença de mais de 20 mil garimpeiros sendo responsáveis por aumento de desmatamento, poluição de rios, morte e ameaças.

Os relatórios que organizações indígenas e aliados têm trazido para nós nos últimos anos nos falam de um aumento expressivo do garimpo entre os anos 2019, 2020 e 2021, justamente os anos em que estávamos passando por uma pandemia. O garimpo é o principal responsável, na Terra Indígena Yanomami e em outras também, pelo aumento dos casos registrados de malária e desnutrição, além de ter sido o vetor principal da disseminação da pandemia de covid-19 dentre os territórios.

Também, com esse relatório que já foi aqui destacado, o garimpo é o responsável pela desestruturação, pelo aliciamento, pelo abuso sexual, como já foi colocado aqui.

Esta situação na Terra Indígena Ianomâmi é uma situação amplamente documentada, divulgada e conhecida, e até hoje não teve por parte do Governo Federal uma resposta em termos de um plano sistemático e eficiente no combate ao garimpo. E, apesar de existirem mais de quatro decisões judiciais em diversas instâncias do Poder Judiciário no Brasil e uma medida cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 2018 até nossos dias, até agora não temos um plano sistemático eficiente de desintrusão dos garimpeiros e de combate ao aumento da invasão na Terra Indígena Ianomâmi. Temos operações que se tornaram e se mostraram ineficazes até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma semana atrás, isso se replicou num outro território indígena, na Terra Indígena Xipaya, onde, depois de uma operação para a retirada de garimpeiros, os garimpeiros foram soltos poucas horas depois de terem sido surpreendidos em flagrante.

Os povos ianomâmi e ye'kuana estão pedindo socorro, porque está em curso em seus territórios um dos processos mais violentos que comprometem, sem dúvida, a sobrevivência física e cultural desses povos. Estamos diante de um cenário de claro genocídio aos olhos de todo mundo.

Conforme os dados do Conselho Indigenista Missionário, em 2020, efetivamente 236 casos de invasão possessória de exploração ilegal dentro de territórios indígenas no primeiro ano da pandemia; entre 2018 e 2020 houve um aumento gradativo dos conflitos dentro dos territórios indígenas por invasão de grileiros, fazendeiros, madeireiros, caçadores, pescadores; 145 povos de 201 terras indígenas sofreram essa violação no ano de 2020. Tudo isso tem a ver com um cenário de fragilização das medidas de proteção ambiental, de ausência de uma política de proteção territorial e do incentivo à ocupação ilegal e à exploração dos territórios por parte das mais altas autoridades do país, principalmente do Poder Executivo, com um incentivo permanente à invasão e à exploração.

Portanto, no nosso entendimento, estamos diante de um estado de violação dos direitos territoriais e do direito fundamental à vida. Além disso, a Funai, um órgão do Governo Federal, nos últimos anos tem nos surpreendido com medidas administrativas que pretendiam justamente invisibilizar a luta legítima, a reivindicação legítima dos povos indígenas por seus territórios, considerando-os – diz a própria Funai – como invasores.

Circulam aqui no Congresso Nacional projetos de lei que seriam extremamente graves para os povos indígenas, particularmente o Projeto de Lei 191, de autoria do Governo Federal, que pretende regularizar a mineração dentro dos territórios indígenas, e o PL 490, como os senhores sabem, que pretende firmar a tese falaciosa do marco temporal e abrir os territórios indígenas para os interesses do capital.

É evidente que o Congresso tem um papel fundamental também no embate, no combate a essa situação, a esse cenário que estamos vivendo todos.

Enfim, Senadores, Senadoras, todos os participantes nesta audiência, creio que estamos num momento extremamente crítico para a garantia da vida e dos territórios dos povos indígenas no Brasil, num momento crítico que precisa, por parte de todos, de medidas urgentes, ousadas e sem demora. Nós precisamos neste país de um Governo Federal que retome suas obrigações constitucionais, que retome a demarcação de terras indígenas. Nós precisamos neste país de um Governo Federal que retome suas obrigações constitucionais, que retome a demarcação de terras indígenas e a proteção territorial de forma imediata, porque são obrigações constitucionais; de um Governo Federal que possa revogar instrumentos como o Parecer 001, da AGU, ou instruções normativas da Funai, como a Instrução Normativa nº 1 ou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 9, ou a Resolução nº 4; mas, sobretudo, de um poder público, uma administração pública, um Governo Federal que tome medidas urgentes diante do aumento da invasão, diante do aumento da violência e das mortes dentro dos territórios indígenas. Precisamos de um Poder Legislativo que assegure, na missão que lhe cabe, os direitos dos povos indígenas e assegure os direitos conforme foram consagrados na Constituição Federal; de um Congresso Nacional que debata, mas que retire da pauta e da análise iniciativas como o PL 191 e o PL 490.

E, por fim, precisamos estar também diante de um Poder Judiciário de que se espera que continue atento às violações, que continue atento a essas medidas de invasão dos territórios indígenas e que confirme, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, o instituto jurídico do direito territorial dos povos indígenas, que tem caráter originário, afastando de vez a tese falaciosa do marco temporal.

Aos órgãos de fiscalização aqui presentes na pessoa do Procurador do Ministério Público Federal de Roraima, às organizações sociais indigenistas, à sociedade como um todo: precisamos permanecer vigilantes, atentos e agir cada vez mais unidos contra toda iniciativa que represente violação e para cobrar do Estado o exercício de suas obrigações. As comunidades, povos e organizações indígenas vêm nos mostrando o caminho há muito tempo, desde o início, com muita resistência e, recentemente, no Acampamento Terra Livre, aqui em Brasília e em outros estados, e fundamentalmente a partir da resistência em seus próprios territórios. E esse caminho é o de que direito não se negocia; de que os direitos se defendem no território, nas instâncias do poder público e no diálogo com a sociedade. Se queremos fortalecer a democracia no Brasil, num momento tão complicado como o que estamos vivendo... A democracia passa claramente, necessariamente, pelo reconhecimento, a garantia, a promoção, a proteção da diversidade cultural desta sociedade plural e dos direitos coletivos originários dos povos indígenas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luis Ventura Fernández, meus cumprimentos pela sua fala. Você, que é Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), faz graves denúncias e um alerta para que o Congresso não vote leis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que venham a agredir violentamente os povos indígenas. Não se pode agredir, de forma nenhuma, o meio ambiente, a vida do nosso povo. Meus parabéns, viu, Luiz? Parabéns pela firmeza, pela clareza, com argumentos sólidos, que não deixam nenhuma dúvida... Eu sempre digo que, aqui na CDH – o Humberto Costa é o Presidente; eu já fui o Presidente –, nós damos direito a todas as visões para colocarem o seu ponto de vista, mas infelizmente muitos daqueles que pensam, eu não sei se pensam bem, mas que agem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentemente não vêm. Nós provocamos o bom debate, um debate qualificado, no mais alto nível. Nós estamos aqui para isso.

Deveria ser nesse momento a representante do Instituto Socioambiental (ISA), Dra. Juliana Batista, que é advogada, mas parece que teve um probleminha e não pôde chegar aqui, ainda. Então, nós vamos passar para os convidados *online*, porque a maioria, devido – por que não dizer? – até ao preço das passagens, que disparou, e à própria pandemia, preferiu entrar *online*. Então, eu vou, de imediato, chamar o líder que nos procurou, não só a mim, mas também a Leila do vôlei, Deputados e Senadores, que é o Júnior. O Júnior fez denúncias gravíssimas de estupro, de violência, de morte de meninas, e de outras tantas que estão grávidas, obra terrorista, como foi dito, cruel de mineiros.

Eu chamo então para usar a palavra, pelo tempo também de dez minutos, o líder Júnior Hekurari Yanomami, representante do povo ianomâmi, que, neste momento, estará na tela de forma virtual.

Você está aí, Júnior?

O SR. JÚNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia, Júnior! É seu o tempo agora.

O SR. JÚNIOR HEKURARI YANOMAMI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Cumprimento o senhor. É uma honra falar aqui mais uma vez do meu povo ianomâmi. Cumprimento também a Senadora Leila, que nos recebeu, assim como o Senador Paulo Paim, que recebeu nossos relatórios do povo ianomâmi. Este é o clamor: estamos pedindo apoio dos senhores para a realidade que estamos vivendo, o sofrimento do povo ianomâmi. Eu acho que também eu vi o Senador Mecias, que está aqui também, que é Senador de Roraima – cumprimento-o também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mecias, você, assim como a Leila, usa a palavra a qualquer momento. Entre um orador e outro convidado, vocês podem usar a palavra.

Volta para você, Júnior.

O SR. JÚNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigado.

Então, falando sobre o relatório, sobre o povo ianomâmi, fizemos o relatório do povo ianomâmi, do sofrimento por que estamos passamos na Terra Indígena Yanomami. O público tem o conhecimento do que está acontecendo na Terra Indígena Yanomami. A Terra Indígena Yanomami foi invadida pelos garimpeiros, mais de 23 mil, 24 mil garimpeiros na Terra Indígena Yanomami destruíram a floresta, destruíram os rios, que são nossas fontes de alimentação. A floresta é o que o povo ianomâmi respira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, enquanto isso estava acontecendo, os garimpeiros levavam bebidas alcoólicas para a Terra Indígena Yanomami. Os garimpeiros estão violentando as mulheres, adolescentes, crianças, na Terra Indígena Yanomami. Já há adolescentes de 13 anos, 14 anos grávidas dos garimpeiros. Já há filhos dos garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, nascidos já, com um ano, de adolescentes de 15 anos, de 14 anos. Então, nós, povo ianomâmi, estamos vivendo só, estamos sozinhos dentro da floresta. Os garimpeiros nos ameaçando. Se as famílias denunciarem esses garimpeiros, eles dizem que vão mandar tudo... Por isso, as lideranças da comunidade não têm como denunciar, porque estão reféns dos garimpeiros.

Por isso, nós, representantes, estamos aqui buscando apoio, buscando ajuda das autoridades para os senhores ajudar a pressionar o Governo Federal, porque o Governo Federal está silêncio, o Governo Federal está calado, o Funai está muito à distância, o Ministério da Justiça nenhum momento não respondeu nossos relatórios como: quando vão fazer essas ações para proteger o povo ianomâmi? Quanto disso, quanto está aí sendo invadido?

Os ianomâmis estão sofrendo muito. Ontem mesmo, as comunidades entraram em contato comigo pedindo socorro, mais de uma vez – outros garimpeiros da região do Paracuri, que entraram. Então, as comunidades estão com medo, as famílias não têm como cuidar em paz das suas comunidades, da sua pajelança. Mulheres, principalmente mulheres, estão com medo dos garimpeiros, porque todos os dias é ataque, violência com os adolescentes, e, por isso, nós povo ianomâmi estamos precisando urgentemente que o Governo Federal faça e cumpra o seu papel, o seu dever para proteger nós, para proteger a floresta, porque a Terra Indígena Yanomâmi é homologado, é demarcado.

Este mês que vem a gente não vai comemorar. A gente está muito triste, porque a gente vai completar, a Terra Indígena Yanomâmi, 30 anos de homologação e demarcada – mas com sofrência, sofrimento, porque na comunidade ianomâmi, todos os dias, é ataque pelos garimpeiros. Os garimpeiros estão destruindo rio, as comunidades, os garimpeiros armando com arma de fogo adolescentes jovens para atacar outros comunidades que são contra os garimpeiros. Então, nós estamos em risco – em risco! – muito grande. A gente quer a proteção. Nós queremos a proteção do Governo Federal. Então, o Governo Federal faça o seu dever para proteger, que faça a operação de permanência de inteligência na Terra Indígena Yanomâmi. Como eu falei com o senhor: "Coloca uma comissão para visitar Terra Indígena Yanomâmi para ver a realidade e sofrimento do meu povo, porque meu povo estamos sós, estamos sozinhos no meio da floresta. Então, precisamos desse apoio da Polícia Federal, do Exército, para retirada dos garimpeiros urgente na Terra Indígena Yanomâmi.

E nós fizemos relatórios, nós povo ianomâmi, através da organização Hutukara, para mostrar essas realidades, sofrimentos, relatos, que são graves, dos adolescentes, das mulheres, de como os garimpeiros tomaram conta da Terra Indígena Yanomâmi. Quer dizer, os garimpeiros estão dominando a Terra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indígena Yanomâmi porque não tem fiscalização da Funai. A Funai está muito afastada, muito afastada dos ianomâmis.

Então, por isso, estamos denunciando em várias instâncias. Agora precisamos que os Srs. Senadores e Deputados cumpram ou pressionem o Governo Federal para fazer operação urgente.

Esse é nosso clamor, esse é nosso... Estamos pedindo socorro mesmo, estamos pedindo... Não tem como, a gente não quer sofrer mais. Nós estamos perdendo muitas crianças ianomâmi, porque rio está sujo, porque rio está contaminado, crianças bebem, adolescentes bebem, mulheres bebem. E a gente já tem muito histórico de sofrimento do povo ianomâmi. Então, precisamos de paz, precisamos construir uma história bonita, precisamos proteger as crianças, precisamos proteger as crianças para que tenham futuro, para contar uma história bonita. Então, a gente não tem história. Por isso, eu peço esse apoio para os senhores pressionarem o Governo Federal, Bolsonaro, que está em silêncio, até agora não estamos recebendo nenhuma resposta.

Obrigado. Essa é a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos. Ficam aqui minhas palmas ao Júnior. O Júnior Hekurari Yanomami esteve aqui a semana passada, foi à Câmara, teve contato lá com Deputados e Deputadas, fez contato comigo, fez contato com a Leila e com outros Parlamentares também. E as denúncias que ele faz, com a coragem de um jovem ainda e um grande líder, são marcantes. E o que ele pediu para nós outros, e agora aqui ele repete, é que ele quer que se faça uma delegação de paz, que se faça uma visita ao estado composta, de preferência, pelos três Poderes, que estejam lá Deputados, Senadores, Polícia Federal, Exército, enfim, porque é grave o que está acontecendo lá. Olha o dado que ele coloca: 24 mil garimpeiros invadindo as terras ianomâmi, e com todo tipo de violência, como aqui foi descrito.

Então, eu tenho certeza de que, no fim desta audiência pública, o encaminhamento que a Comissão há de dar é que se pense nessa visita. Eu falo que isso é possível, sim, porque eu fui a 24 estados, no mínimo, duas vezes – no mínimo duas vezes. Eu fui para ver a situação não só de índios e de negros, de trabalho escravo. E sempre fazíamos o evento na Assembleia Legislativa com a presença, então, de todos aqueles que eram oprimidos ou que foram atingidos. Então, dá muito bem para uma delegação se deslocar para ver o que está acontecendo e que já sabemos em grande parte, não é? Mas tomar medidas para que isso não continue nesse terrorismo contra os povos indígenas.

Eu vou ver se já está na tela, agora, Julia Neiva. Julia Neiva é Coordenadora do Programa de Defesa do Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos. Está na tela?

A SRA. JULIA NEIVA (*Por videoconferência.*) – Estou aqui, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua, Julia Neiva, por dez minutos.

A SRA. JULIA NEIVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Então, bom dia, Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Sr. Senador Humberto Costa; bom dia, Sras. e Srs. Parlamentares; bom dia, parceiros e parceiras de povos indígenas e da sociedade civil!

É um prazer poder compartilhar aqui considerações da sociedade civil que refletem as nossas preocupações com a proteção dos povos indígenas.

Muitos dos pontos que eu trarei aqui já foram tratados e sei que também serão tratados por outros, mas eu gostaria de evidenciar o desmantelamento das políticas de proteção aos povos indígenas, bem como as obrigações internacionais de direitos humanos.

Lembramos aqui que os povos indígenas estão distribuídos por todo o nosso território e têm direito a viver em seus territórios com os seus modos de vida e têm direito a serem consultados e a darem consentimento quanto a tudo o que ocorre em seus territórios. Isso está protegido pelo nosso ordenamento jurídico e também pelas obrigações internacionais assumidas pelo nosso país.

Como já disseram aqui antes de mim, os povos indígenas desempenham papel essencial na proteção dos bens naturais, das florestas, do meio ambiente e têm bravamente resistido a todos os ataques e violências. Lembramos também que têm esse papel fundamental de proteção das florestas na prevenção até das mudanças climáticas e na proteção da própria humanidade.

Temos visto aumento exponencial da violência contra os povos, o que ameaça a sua própria existência e também a da humanidade. Trarei aqui alguns exemplos de ameaças institucionais que têm aumentado essa violência contra os povos.

Como já foi dito, o Governo não tem protegido as terras indígenas ao não realizar as demarcações das terras, embora a nossa Constituição disponha de forma bem evidente que as terras deveriam ser avaliadas e demarcadas até 1993. O atual Governo, infelizmente, cumpriu a sua promessa de não demarcar um centímetro de terra, o que piora muito a violência. A retórica do atual Presidente também contra os povos e seus direitos e a incidência da grilagem de terras acabaram aumentando a grilagem de terras nos últimos anos e aumentando também violências contra os povos muito relacionadas às grilagens, como já ouvimos aqui: assédio, supressão de direitos, negação de identidade e assassinatos, e isso num contexto de um país como o nosso, que já é marcado pelo racismo estrutural, pelo racismo ambiental, em que os danos socioambientais são generalizados e impactam de forma desproporcional povos indígenas, pessoas negras e outras parcelas da nossa população que já são vulnerabilizadas por questões socioeconômicas, raciais e de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também comentaram aqui os impactos da pandemia. Lembro aqui que as invasões aos territórios indígenas aumentaram exponencialmente durante a pandemia, aumentando as violências contra comunidades e lideranças, como ouvimos aqui de Júnior Yanomami.

A Funai também falhou em impedir ações ilegais, como desmatamento e mineração, que contribuem para o aumento da violência contra os povos. Isso aconteceu muito durante a pandemia, o que aumentou o contato entre mineradores e madeireiros ilegais por meio de invasões e contatos com agentes de saúde que foram dificultá-los. Esses casos, inclusive, foram levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e posso lembrar aqui que três casos foram apresentados e a Comissão determinou que o Estado brasileiro adotasse as medidas necessárias para proteger os direitos desses povos. Infelizmente, isso ainda não está ocorrendo.

Também lembro aqui que essas condições também foram levadas ao STF pela Apib e muitos parceiros na ADPF 709, que tratou de medidas de proteção e promoção de saúde dos povos indígenas nesse cenário pandêmico. Como ouvimos aqui também, a decisão judicial ainda não foi totalmente cumprida.

Um exemplo é que não houve ainda a extrusão dos invasores, como ouvido aqui também tanto no relato do Cimi como no relato de Júnior.

Há algumas lacunas de governança que têm ocorrido no Brasil também que colocam em risco os povos indígenas. Relembro aqui: ameaças aos processos de demarcação das terras indígenas; aumento de exploração dos recursos naturais em terras indígenas – há vários relatórios, como "Violência contra os Povos Indígenas no Brasil", em 2019, os dados atuais da CPT, lançados há poucos dias. Há um dado aqui que diz que em 2019 houve um aumento de 134% de casos de violências contra povos indígenas –; ataques ao patrimônio e assédio, por exemplo, de mulheres munduruku; ataques às lideranças indígenas, com ações da própria Funai; posso chamar aqui também outros ataques, como os próprios projetos de lei – há um projeto de lei aqui no Senado que trata da grilagem, há os projetos de lei já relatados pelo Cimi.

Também posso lembrar aqui que houve um aumento de casos – mais de 277 casos – de violência contra indígenas só em 2019, e quase metade desses casos foram assassinatos e homicídios. Também lembro aqui especialmente do caso dos ianomâmis, com mais de 20 mil garimpeiros em suas terras, e também do assassinato do cacique Emyra Wajãpi, assassinado depois de uma invasão de 50 garimpeiros no Amapá.

Também sobre esses temas, a Comissão Interamericana se pronunciou. Em relatório publicado em 2021, a comissão expressou que em visita ao país foi informada sobre tentativas sucessivas de criminalizar as lideranças e sobre os assassinatos. Há um estudo também da Apib junto com a Indigenous Peoples Rights International que fala sobre esse processo de criminalização e assédio de lideranças indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cenário de intimidação também foi estendido a organizações da sociedade civil. Lembro aqui, por exemplo, da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2019, em que o próprio Presidente alegou existir um ambientalismo radical, um indigenismo ultrapassado e criticou o cacique Raoni ali, na ONU, tentando deslegitimar sua presença, sua posição de liderança. Também na Assembleia Geral da ONU, em 2020, os indígenas foram responsabilizados, pelo Presidente, pelos incêndios nas florestas brasileiras. Isso são ataques aos povos indígenas.

Também tivemos dados do próprio Ministério da Saúde que demonstram que a ausência de demarcação de terras de conflitos tem sido um dos fatores que aumentam a taxa de suicídio entre povos indígenas.

Mais um dado que a gente tem visto que contribui para a violência contra os povos indígenas é o enfraquecimento dos órgãos ambientais e dos órgãos ligados à proteção dos povos e comunidades tradicionais. Lembro aqui que houve a retirada de autonomia desses órgãos, intervenção política em suas operações; houve redução orçamentária, redução do quadro de pessoal e da capacidade técnica dessas pessoas, desses órgãos; houve militarização da proteção ambiental e pressão e perseguição a servidores públicos.

Também gostaria de deixar aqui as contribuições do Sistema Internacional de Direitos Humanos. Lembro que há muitas cartas que relembram nossos compromissos. Lembro aqui da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, assinada pelo Brasil em 2007 – a declaração fala da manutenção e da importância dos territórios, inclusive para evitar outras violações de direitos –; da Convenção 169, da OIT; do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o qual também já foi internalizado pelo Brasil; do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também internalizado. Também trago aqui que vários comitês e comissões da ONU trouxeram recomendações muito específicas para o Governo brasileiro sobre como implementar a proteção dos territórios indígenas e da própria sobrevivência dos povos. Então, lembro aqui o Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; também trago aqui o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, que tem recebido diversas denúncias da escalada de conflitos, ódio e discriminação contra povos indígenas. Lembro aqui também a própria Convenção sobre os Direitos da Criança, também internalizada pelo Direito brasileiro e que tem, no seu Comentário Geral nº 11, a situação específica das crianças indígenas. Lembro a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. E também trago aqui as legislações ambientais que tratam da importância dos povos indígenas. Podemos lembrar aqui a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

E trago, claro, o papel de relatores pelos direitos dos povos indígenas e o papel do Alto Comissariado. Acho que tem tido um papel fundamental, inclusive enviando cartas ao Governo brasileiro ressaltando a importância da proteção dos povos indígenas para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, para concluir, lembro que é urgente a proteção dos povos indígenas e a demarcação dos seus territórios. Como afirmei anteriormente, isso está não só nas nossas obrigações nacionais, protegido pela Constituição, mas também nos nossos compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil. A gente tem uma chance agora de impedir que esses PLs, aqui já mencionados pelo Cimi e na apresentação, não sejam aprovados. Esta Casa tem essa chance de impedir que mais mortes e novos genocídios possam ocorrer.

Esses são os pontos que eu gostaria de trazer. Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns!

Bela exposição da Dra. Julia Neiva, Coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos, que aqui mostrou, em nível internacional, uma série de movimentos que são feitos, denunciando, cobrando posição do Governo brasileiro no que diz respeito a índios, a negros, ao feminicídio, que é violento no Brasil também, e à própria comunidade LGBTQI+.

Parabéns, Dra. Julia, por ter, na amplitude do tema dos povos indígenas, falado também dessa realidade triste aqui no Brasil.

Eu não sei se o Senador Mecias... Se o Senador Mecias quiser dar uma saudação neste momento...

Senador Mecias, o tempo é seu.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Senador Paim, querido Presidente, satisfação estar nessa reunião. Quero cumprimentar todos os integrantes da reunião na sua pessoa; quero fazer um cumprimento especial ao Júnior Yanomami, meu amigo pessoal.

Quero dizer, Presidente Paim, que nós, no Brasil – e eu que vivo aqui nesse pedaço da Amazônia –, precisamos de mais conhecimento prévio da realidade do Brasil, precisamos de mais conhecimento da situação em que vivem as nossas florestas, a fauna, as pessoas aqui, os amazônidas todos. Quando eu falo "todos os amazônidas", estou incluindo aqui, claro, principalmente os povos indígenas. Há que se encontrar uma forma, Presidente Paim... E nós temos que fazer um fórum – é o meu entendimento – que, de fato, proponha ao Governo Federal e às organizações não governamentais que têm interesse para, de fato, chegarmos a um denominador comum...

Eu me lembro (*Falha no áudio.*) ... era Presidente da República e veio a Roraima, mandou o Exército detonar todas as pistas dentro dos garimpos ianomâmis, dos garimpos em Roraima. Isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudou nada a realidade! Os garimpeiros continuam invadindo as terras indígenas, continuam garimpando de forma ilegal.

E vai ser assim a vida toda! Nós vamos fazer encontros mais encontros, palestras mais palestras. Vamos gastar os neurônios de pessoas inteligentíssimas, preparadíssimas – acabo de ver aqui a Dra. Julia Neiva fazer uma belíssima explanação. É preciso que a gente monte um plano estratégico para chegar a um denominador comum, para fazer um acordo entre estas partes, os indígenas, os aproveitadores do minério, para encontrar uma forma de não prejudicar as comunidades indígenas, de não prejudicar o meio ambiente, de não prejudicar a fauna e de tirar daí um proveito de tudo isso. Ocorre que, hoje, Presidente Paim, ilegalmente, nós temos mais de 1 tonelada de ouro saindo por mês do Estado de Roraima sem pagar *royalties* para os indígenas, sem pagar impostos para os municípios, sem pagar impostos para os estados. Então, não fica nada para a educação, para a saúde, para nada! E vai continuar sendo assim – vai continuar sendo assim! Daqui a 20, 30 anos, nós vamos estar com a mesma conversa, com o mesmo discurso.

O Júnior sabe bem disso. O Júnior nasceu nos ianomâmis, e já existia o garimpo quando ele nasceu, de forma ilegal. Ele agora já veste a camisa, defende, se prepara, luta, é conhecedor, mas, daqui a pouco tempo, vai ficar velho, cansado, e vão continuar lá fazendo esse garimpo.

Ou se encontra uma forma de normatizar, de regulamentar para não dar prejuízo à flora, à fauna, às comunidades indígenas, uma forma de fazer esse aproveitamento mineral na Região Amazônica, sobretudo nas terras indígenas, uma forma que compense, para você viver bem ali, sem prejudicar os costumes, sem prejudicar as causas mais importantes, a cultura do nosso povo indígena, ou vamos continuar, daqui a 30 anos – não seremos mais eu, o Senador Paim, V. Exa., talvez a Dra. Neiva já estará também cansada neste período, o Júnior já vai ter passado o bastão para outro líder lá –, reclamando disto: os garimpeiros invadindo as terras e taralá-lá-lá-lá-lá-lá... É isso, Presidente Paim!

Eu estou, por 32 anos, na vida pública em Roraima: Vereador lá da minha querida São João da Baliza, Deputado Estadual por seis mandatos, e Deus me permitiu a honra, e o povo de Roraima, de agora estar no Senado Federal, junto com um dos maiores brasileiros que eu conheço na minha vida, que é V. Exa., Senador Paim – eu tenho a maior alegria e orgulho de dizer que sou Senador junto com V. Exa. Mas, nesses 32 anos aqui em Roraima, é a mesma coisa, não ouvi outro discurso, senão: "tem que tirar os garimpeiros da terra dos índios", "o garimpo é ilegal", "mataram tantos garimpeiros", "mataram tantos indígenas", "mataram tantos isso, tantos...". Vai continuar a mesma coisa. Ou a gente parte para uma coisa prática, definitivamente prática, e apresentamos uma solução comum, que se origine dos povos indígenas, que se origine das ONGs que têm compromisso de fato... Porque há ONGs e ONGs. Há ONGs que, de fato, têm compromisso com o Brasil, com a Amazônia e com Roraima, mas há ONGs que querem apenas se aproveitar desse momento trágico, e, quanto pior for esse momento, há algumas ONGs que consideram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor para elas. Quanto pior for, para algumas, é muito melhor, porque vão ter mais recursos, mais divisas virão para elas, mais divisas estarão importando.

Então, Presidente Paim, talvez o meu apelo – e eu até peço escusas aqui à Dra. Julia Neiva e ao Júnior e aos demais ouvintes aqui, talvez por meu tema já não ser mais tão apaixonado como eu fazia antes, no início, porque eu já saí dessa parte da paixão – foram 32 anos de paixão; eu já saí dessa parte da paixão –, vivendo aqui, conhecendo cada uma dessas comunidades, cada um dos garimpeiros, todos os problemas, cada conflito que, todos os dias, acontece aqui... Ao meu telefone, à minha casa e ao meu escritório chegam todas as informações. Nós vamos continuar fazendo este tipo de fórum aqui sem levar nenhuma proposta pratica. Isso aí vai para mais 32 anos, aí, eu já terei 92 anos de idade, já estarei com o bastão sem nenhuma condição de defender. O Júnior já tem 50, vai para 82 também, não é, Júnior? Já tem 50 anos, vai para 82 anos.

Então, eu gostaria muito, quero muito que, de cada encontro desses, saia uma proposta prática, para que a gente possa, de uma vez por todas, encontrar um caminho, uma solução para resolver os problemas – não só de Roraima, mas de todo o Brasil – que envolvem essas questões tão importantes para o nosso povo.

Obrigado, Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Senador Mecias, que, de pronto, participou, dando a sua posição em relação a esse tema.

Ele aponta um caminho: que se realize, de fato, um fórum nacional para debater esse tema que é a vida de todo o nosso ecossistema e dos povos indígenas.

Obrigado pela contribuição.

Eu, neste momento, se também ela estiver, a Senadora Leila... (*Pausa.*)

A Senadora Leila não se manifestou... (*Pausa.*)

Então, está bem.

Passamos a palavra, com muita satisfação, a essa grande Senadora Leila, que era para estar aqui à mesa comigo, presidindo, mas, por motivos de agenda constante que ela tem... Ela já teve que abandonar uma agenda dela lá em Sobradinho para presidir, para me representar aqui, quando eu não pude. Ela trocou a agenda da tarde.

Você lembra, não é, Leila? Agradeço muito a você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Lembro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E era sobre a questão racial, a defesa da comunidade negra, quilombola, enfim.

Eu fiquei muito feliz com o seu pronunciamento no Plenário, viu? Nós dois falamos na mesma linha.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Sempre, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma audiência pública urgente e uma visita ao estado é o que está surgindo aqui.

O tempo é seu, grande líder Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Paim.

Eu cumprimento o senhor, o Senador Mecias também, a Julia, o Júnior Yanomami, que esteve no meu gabinete.

Bom, eu sei que é um tema polêmico e acho que esta Casa não pode se omitir. Várias vezes, a gente está discutindo esse tema, o tema racial, o tema indígena, o da mulher, enfim. O que me incomoda, o que tem me angustiado com relação a essa pauta indígena é o Congresso, os Parlamentares se aprofundarem... O Senador Mecias falou muito bem: "Ah, a gente tem que fazer um fórum". Eu vou além, eu acho que falta realmente um engajamento maior dos Senadores, daqueles que estão comprometidos – há a questão da CDH, há o meio ambiente –, principalmente irmos a essas terras, entendermos melhor a realidade que esses indígenas estão vivendo hoje.

Quando a gente fala que o garimpo é ilegal, estão invadindo terras, e as terras são legitimamente indígenas, dizem: "Então, vamos conversar, vamos legalizar", mas isso é uma dívida histórica. Essas terras já têm dono. Estão invadindo por quê? Estão indo contra a lei. Então, a gente realmente, Senador... É muito preocupante ver como os nossos irmãos indígenas estão sendo tratados, os nossos povos indígenas estão sendo tratados, as mulheres, as meninas... A gente vê diariamente denúncias de abusos, de uso de drogas, garimpeiros fornecendo drogas, enfim, não sei quem está fornecendo droga e bebida para eles.

Então, eu acho que estamos no momento em que realmente... Eu acho que já passou do momento de fazermos uma Comissão, de irmos visitar essas terras, de dialogarmos com os nossos povos indígenas e escutarmos o outro lado também. Mas isso tem que ser tratado com muita seriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o senhor mais uma vez por essa iniciativa de trazer este debate para a Casa, mas eu acredito que os Senadores têm que se engajar, porque essa é uma dívida histórica que nós temos com os povos indígenas.

Está uma situação insustentável, como a Júlia falou; há tentativa de desconstrução dos órgãos de controle, como a gente vê no Ibama. A gente tem percebido realmente a falta de autonomia. A gente até apresentou uma PEC com relação a essa questão da falta de autonomia desses órgãos de controle. Então, realmente nós precisamos reagir a favor dos povos indígenas. Como eu sempre falo, é uma dívida histórica.

Essa questão de legalizar o garimpo é também um tema difícil, porque não é simplesmente legalizar. Eles estão invadindo terras que já têm donos, terras que não saíram do imaginário dos povos indígenas. Isso já está garantido para eles. Falta ainda a demarcação de outras terras, que se parou, mas elas legitimamente seriam deles. Então, existe uma tentativa velada. Não estou falando do Senador Mecias, até porque ele está lá na ponta, é na região dele, mas existe uma tentativa de se legalizar uma situação que a gente sabe que é ilegal. Aquela terra já tem dono, já há gente morando ali, é uma dívida histórica. E o Senado, de fato, Senador, realmente precisa, além de fóruns de discussão, criar uma comissão e ir até lá dialogar com esses povos e ver, de fato, a situação da região.

Essa é a minha sugestão, e eu quero acompanhar mais o debate aqui. Eu tenho perguntas a fazer, mas estou acompanhando atentamente e quero parabenizar mais uma vez o senhor pela iniciativa. Como sempre, o senhor é uma inspiração para todos nós aqui, Senador.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns, grande Leila do Vôlei, uma Senadora que é uma referência para todos nós!

Na grandeza dela, ela fala da minha iniciativa. Na verdade, é nossa a iniciativa. Eu e ela, no Plenário, apontamos este caminho: em primeiro lugar, esta audiência pública – tanto é que nós íamos dividir aqui os encaminhamentos e o debate na hora da coordenação.

Então, mais uma vez, você, como foi brilhante no esporte, está sendo brilhante em toda a sua atuação aqui no Parlamento e já se tornou uma referência. Obrigado pela participação.

Queria agradecer também ao Senador Flávio Arns e... Quem mais já entrou? (*Pausa.*)

O Senador Contarato, que é Vice-Presidente desta Comissão.

O Senador Humberto Costa deu todo o apoio.

Neste momento, se o Contarato estiver à disposição, também poderá entrar; se não, ele entra num momento subsequente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só corrigir um dado que eu dei aqui e que a minha assessoria me cobrou: não fui só a 24, não; fui aos 27 estados. E, de fato, fui, por duas vezes, para discutir temas relacionados – preconceito, discriminação, previdência, o mundo do trabalho, trabalho escravo – e recebia delegações nas assembleias, quando lá estava, dos mais variados setores, como, por exemplo, as do povo indígena.

Mas vamos em frente...

O SR. FRANCISCO MIGUEL LOPES SILVA – Senador Paim, o senhor me daria a palavra por um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

O SR. FRANCISCO MIGUEL LOPES SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho porque eu tenho uma lista aqui. Agora está inscrito o Alisson Marugal.

O Dr. Alisson Marugal é Procurador da República da Procuradoria da República do Estado de Roraima. Ele já está na tela? (*Pausa.*)

Já está na tela ou não? (*Pausa.*)

Dr. Alisson Marugal, Procurador da República, o tempo é seu, dez minutos.

O SR. ALISSON MARUGAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Agradeço o convite desta Comissão para participar deste debate e parabenizo-o pela iniciativa de propô-lo.

Cumprimento meus colegas de audiência pública, especialmente as lideranças indígenas, como Júnior Hekurari, que tem sido um parceiro aqui do Ministério Público Federal nesta difícil missão de garantir proteção territorial aos ianomâmis.

Eu estive aqui numa audiência pública com o Senador Contarato no final do ano passado para discutir a mesma pauta ianomâmi, que é objeto do meu trabalho – sou Procurador da República em Roraima, trabalho com a questão indígena e tenho trabalhado com a questão dos ianomâmis desde que cheguei aqui –, e participei dessa audiência pública no final do ano passado sobre a saúde ianomâmi. Fizemos diversos alertas do perigo que o garimpo traz para os povos indígenas da Terra Yanomami, mas esses alertas não foram ouvidos, e estamos aqui mais uma vez discutindo numa audiência pública os diversos danos ambientais e socioambientais à população do extremo norte do Brasil.

Eu vou fazer uma rápida apresentação aqui. Eu gosto de ilustrar. Vou aproveitar que nós estamos no formato virtual e vou ilustrar um pouco a realidade local. O Senador Mecias disse que nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer a realidade local. Então, eu faço questão de fazer uma apresentação rápida de alguns mapas. Acho que os senhores já estão vendo a apresentação.

Vou tentar aqui falar muito rapidamente.

A Terra Indígena Yanomami, certamente, vive o seu pior momento desde a sua demarcação, com taxas cada vez maiores de desmatamento em função do garimpo ilegal. Na década de 80, assistimos a uma grande invasão garimpeira – mais de 40 mil garimpeiros invadiram o território ianomâmi –, e o que nós vemos agora é algo parecido com aquela situação da década de 80, que eu classifico como uma tragédia humanitária em curso. O relatório da Hutukara deixa bem claro que são mais de 16 mil indígenas atingidos pela atividade de mineração ilegal. Então, nós estamos caminhando para um caos sanitário semelhante ao que ocorreu na década de 80.

Trago aqui, muito rapidamente, um mapa do garimpo na Terra Yanomami. Os senhores podem observar os pontos em vermelho, que dizem respeito aos pontos de mineração ilegal. Basicamente, o garimpo na Ianomâmi se concentra na porção roraimense do território ianomâmi, acompanhando principalmente os cursos de rios, onde estão também as comunidades indígenas. Então, os pontos em vermelho são os pontos de mineração ilegal; e os pontos em laranja são as comunidades indígenas. Os senhores podem perceber que há uma sobreposição entre as áreas de garimpo com as comunidades indígenas, o que é extremamente grave.

Aqui um *print* de uma tela do sistema do Ministério da Justiça, o Brasil M.A.I.S, que demonstra, num período de aproximadamente dois anos, de agosto de 2020 até 28 de fevereiro, que são mais de 3 mil alertas, ou seja, mais de 3 mil pontos de mineração ilegal na Terra Indígena Yanomami, o que demonstra a expansão da atividade garimpeira nesses últimos dois anos. Em alguns meses, nós podemos observar aí – eu faço uma estratificação do dado com base em alertas por mês –, se formaram aí mais de 200 pontos de mineração ilegal no território ianomâmi.

E trago aqui também uma tela de uma informação do Ibama que demonstra os pontos de apoio logístico fora do território indígena. Esses pontos em vermelho são pontos de pistas de pouso, portes fluviais e outros pontos que dão suporte ao garimpo e que estão fora de terra indígena. São precisamente 277 pontos identificados fora de terra indígena como pontos de apoio. Os senhores e as senhoras podem perceber muito bem o tamanho da atividade garimpeira no território ianomâmi, com essa enorme estrutura de apoio fora do território indígena. O Ibama fez uma operação, no ano passado, nesses pontos de apoio logístico e teve um resultado bastante significativo, com destruição de mais de 60 aeronaves; uma operação que fiscalizou uma pequena parte desses pontos. Então, aí nós podemos perceber o tamanho da atividade de mineração ilegal no território ianomâmi.

Aqui eu trago, até para a gente discutir a questão da legalização, que o Senador Mecias trouxe, um mapa sobre os requerimentos de lavra garimpeira ou de pesquisa e licenciamento ambiental para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade de mineração no território ianomâmi. Esse é o mapa do território do Estado de Roraima. À esquerda na parte superior do mapa é o território ianomâmi. Esses traços em verde são os pedidos de lavra garimpeira que tramitam hoje na Agência Nacional de Mineração, que são sobrestados, naturalmente, porque a atividade de garimpo é ilegal em território indígena. Então, como os senhores observam aí, boa parte, quase todo o território indígena já está sob o olhar das empresas e, enfim, associações que pretendem realizar atividades de garimpo. Imaginem, então, a legalização de todos esses pontos de garimpo! Fico aqui me perguntando onde nós colocaremos os ianomâmis, não é?

Isso aqui é um mapa do Estado de Roraima também que diz respeito aos recursos minerais do estado. Basicamente, esses pontos em amarelo são as reservas de ouro do Estado de Roraima, quase todas concentradas no território ianomâmi, o que demonstra muito bem o perigo que esse território corre sem uma efetiva política de proteção territorial. Sabemos que o garimpo hoje é uma estrutura industrial, não existe nada de rudimentar ou artesanal. Hoje há uma grande indústria do garimpo com seus financiadores, que são efetivamente quem ganha dinheiro nessa atividade. Há os donos de maquinários, os apoiadores logísticos, os pilotos de avião, as empresas de transporte aéreo, os receptadores de ouro nos escritórios confortáveis de São Paulo que compram o ouro de Roraima, e os garimpeiros. Há mais de 20 mil garimpeiros no território indígena, muitas vezes alguns deles em regime de trabalho escravo.

Sabemos de todos os danos socioambientais que o garimpo traz – já foram mencionados aqui. Destaco em especial o aliciamento de mulheres para fins de exploração sexual. É uma face chocante do garimpo que merece ser investigada. Já instauramos procedimento para que sejam apuradas as denúncias que foram trazidas pela Hutukara num relatório recentemente publicado. São de difícil investigação esses crimes que acontecem em pontos remotos da Floresta Amazônica, mas eles merecem ser investigados, e nós temos que cumprir esse dever e dar uma resposta não só à sociedade como um todo, mas também, e especialmente, aos ianomâmis. E o garimpo tem também um potencial que afeta os próprios cidadãos nos centros urbanos: o aumento da criminalidade urbana, o fortalecimento de facções criminosas e a própria contaminação dos peixes consumidos nos centros urbanos.

Existem diversos fatores que explicam a intensificação do garimpo, mas eu destaco aqui a foto que trouxe nesse eslaide, que é o Monumento ao Garimpeiro, que fica na praça onde estão os três Poderes do Estado de Roraima, que exemplifica muito bem o apoio que o garimpo tem na sociedade local e a dificuldade que os órgãos de fiscalização têm, inclusive com risco à integridade física na nossa atuação; a dificuldade que nós temos em combater o garimpo em função deste apoio que existe localmente e que é potencializado hoje com um apoio nacional.

Falo um pouco, aqui, sobre a atuação do Ministério Público Federal.

A atuação do Ministério Público acompanha também as omissões do Governo Federal ou das instituições responsáveis por oferecer proteção territorial. Já em 2017, ingressamos com uma ação civil pública pleiteando a reativação de Bases de Proteção Etnoambiental, que são postos de fiscalização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funai que visam bloquear pontos estratégicos do território ianomâmi. Quanto a essa ação, houve uma sentença de procedência em 2018, e até o momento nós tentamos cumprir integralmente essa decisão. Já foram reativadas duas bases de proteção; existe ainda uma por reativar no rio Uraricoera, onde fica um dos principais centros de garimpo ilegal no território ianomâmi.

Em 2020 nós identificamos a intensificação da atividade garimpeira no território e, em abril de 2020, ingressamos com uma ação civil pública, pleiteando a desintrusão completa do garimpo. Obtivemos uma liminar favorável no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, desde então, tentamos cumprir essa liminar. Foram feitas diversas operações no segundo semestre de 2021, operações que cessaram em 2022, e o que nós observamos em 2022 foi o crescimento e a intensificação dessa atividade. Por isso, novamente pleiteamos em juízo a retomada das operações policiais; pleiteamos tanto na primeira instância, no processo proposto pelo Ministério Público Federal de Roraima, como também na ADPF 709, para que o Supremo se manifeste sobre a retomada dessas operações.

Faço aqui, para fechar a minha fala, algumas propostas para o enfrentamento do problema.

Eu começo aqui dizendo que nós precisamos refutar a visão fatalista. E, de certa forma, aqui, com a devida vênia, me coloco no sentido contrário da fala do Senador Mecias: o garimpo não é inevitável; é possível, sim, propor políticas factíveis de enfrentamento a esse problema, que certamente será permanente, com legalização ou não. Fico aqui me imaginando como uma atividade, mesmo que legalizada, será fiscalizada em território indígena, se sequer nós conseguimos oferecer proteção territorial hoje.

Então, é preciso inicialmente que nós pensemos uma grande operação interagências de combate ao garimpo ilegal, dentro e fora de terra indígena, com destruição de todo o maquinário, com estruturação dos órgãos locais. É preciso que a Polícia Federal, Ibama e Funai tenham uma logística, por exemplo, aérea para combater o garimpo, com helicóptero, com aeronave, o que eles não têm hoje.

Fortalecimento das estruturas de fiscalização. As Bases de Proteção Etnoambiental são extremamente importantes nesse contexto, para a ocupação estatal do território e bloqueio da logística do garimpo nos pontos de acesso através de rios.

Investigações policiais focadas nas organizações criminosas que atuam no garimpo. Isso é extremamente importante quando se fala do macrogarimpo, da junção do tráfico de drogas com a atividade de mineração ilegal, porque é o pior cenário possível para os ianomâni, dada a potencialização da violência destes grupos criminosos, algo a que nós já assistimos – essa é uma grande preocupação do Ministério Público Federal com a Polícia Federal.

E há outras medidas que são mais difíceis de fazer, mas são importantes e devem ser debatidas, como o incremento das penas da atividade de mineração ilegal, que são penas baixíssimas. O custo da persecução penal é bastante alto e ao final a pena é bastante baixa; então, é importante – e nisso nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos trabalhado – a investigação das organizações criminosas, das ações de lavagem de dinheiro, que tornam a pena muito mais alta e compensam todo o trabalho de investigação.

Regulação da cadeia de ouro já é um ponto extremamente debatido pela sociedade civil: é fundamental que se tenha mais clareza na origem do ouro adquirido pelos compradores.

E, não menos importante, nós precisamos falar de políticas sociais voltadas à geração de renda aos ianomânis, para evitar o aliciamento desses indígenas pelo garimpo ilegal, e também de uma política educacional que resulte em lideranças conscientes dos direitos territoriais, o que é fundamental. Algumas lideranças indígenas passaram pelo magistério ianomâni e se tornaram importantes vozes na proteção territorial desses indígenas.

Eu acho que é plenamente factível combater o garimpo.

Aqui, uma foto de uma operação do Ibama, feita no final de 2021, com destruição de todo o maquinário. Isso aqui é um ponto de acesso do território ianomâni, com uma ampla logística para fornecimento desses equipamentos, insumos e trabalhadores do garimpo ilegal.

Acho que é plenamente possível combater o garimpo, é um dever constitucional. Antes de pensar em legalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALISSON MARUGAL (*Por videoconferência.*) – ... é necessário pensar em proteção territorial a esse povo indígena.

Eu acho que já esgotou o meu tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendo que sim, mas há mais um minuto para concluir.

Eu achei bem interessantes as propostas que o senhor nos trouxe e, ao mesmo tempo, já peço que elas sejam remetidas aqui para a Comissão. O nosso secretário da Comissão vai fazer contato com o senhor, porque eu entendo que há duas, quatro, seis, oito, quase dez propostas que apontam caminho para a solução.

O senhor tem mais um minuto para concluir.

O SR. ALISSON MARUGAL (*Por videoconferência.*) – Então, concluo reforçando o convite à Comissão de Direitos Humanos para que venha ao Estado de Roraima, identifique as dificuldades, inclusive a dos órgãos de fiscalização – e não só a identificação *in loco* dos problemas que os ianomâmis atravessam, mas também as dificuldades que os órgãos de fiscalização, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Funai e Ibama têm em combater esse tipo de atividade ilegal. Vontade não falta, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falta é a estrutura para que se possa combater efetivamente essa atividade ilegal, que traz tantos prejuízos aos povos indígenas da Terra Yanomami.

Encerro, assim, a minha participação, Senador, e estou aqui à disposição para o seguimento do debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dr. Alisson Marugal, Procurador da República do Estado de Roraima, que, além de concordar com as denúncias que foram colocadas, aponta caminhos para a solução.

Eu confesso a vocês que o Júnior pediu muito que vá uma Comissão ao local. Não há problema de ir uma Comissão, mas os fatos reais que foram retratados nós sabemos que são verdadeiros. Todas as denúncias são verdadeiras. Tanto é que ninguém contestou as denúncias que chegaram aqui pela presença do Júnior na semana passada ou mesmo nesta audiência pública. Eu lhes confesso que ir ao local olhar... Muito bem, mas eu acho que renderia muito mais fazer uma atividade na Assembleia Legislativa de Roraima, chamando as partes envolvidas, para que se encaminhe uma solução, de fato, para essa questão.

Como eu disse, seguidamente a gente monta uma Comissão e vai aos estados, mas depois que a gente vem embora, as soluções são muito poucas. Não sou contra a proposta, que eu mesmo acatei quando o Júnior esteve aqui – e a Leila também –, de se fazer uma Comissão para ir ao estado. Mas é preciso, de fato... Como disse muito bem o Dr. Alisson Marugal, o que falta é estrutura. Aí o Governo Federal tem que colaborar, dar estrutura da Polícia Federal, do Exército, enfim, da polícia no estado, para fiscalizar, executar e não permitir que isso continue acontecendo. Como o Dr. Alisson disse muito bem, isso é um crime. São atos criminosos que estão acontecendo. E crime, a gente tem que punir com a dureza da lei.

Mas eu passo a palavra agora ao Dr. Ernani Sousa Gomes, Secretário Especial de Saúde Indígena, substituto, do Ministério da Saúde. A palavra é sua, e o agradeço já pela presença, Dr. Ernani.

Depois do Dr. Ernani, volta a palavra para o Senador Mecias.

O SR. ERNANI SOUSA GOMES (*Por videoconferência.*) – Bom dia.

Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. ERNANI SOUSA GOMES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia aos demais membros da Comissão, aos convidados envolvidos nesta temática, neste diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós da Sesai estamos à disposição também para contribuir da melhor forma possível. Está aqui me acompanhando a Dra. Josiê, que é do núcleo jurídico da Sesai. Também a Dra. Camila, que é do meu núcleo técnico. E quero pedir também, se possível, a inserção de dois membros do Conselho do Condisi, do FPCondisi, do Fórum dos CONDISIs, que são os representantes legítimos da nossa área da saúde indígena que contempla também a nossa atividade, que seriam o Erivelton e o Neto, que são o Presidente FPCondisi, Erivelton Fernandes do Nascimento; e o Vice-Presidente, Fernando José de Moura Neto para que também possam contribuir com esse diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está garantida a fala de ambos. Comunique a eles que eles poderão também democraticamente entrar e dar a sua contribuição para ver se juntos construímos uma solução concreta para tudo isso que vem acontecendo em relação a morte, estupro, violência, invasão de terra dos povos indígenas.

O SR. ERNANI SOUSA GOMES (*Por videoconferência*.) – Ademais, estamos aqui à disposição, ouvindo. E aí, na medida do possível, a gente vai dando nossa contribuição.

Um grande abraço e que tenhamos uma excelente audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobre isso aqui, a assessoria me orienta que os dois convidados que V. Sa. está indicando nesse momento – e eu já agradeço, isso mostra o interesse pelo tema – e querem dar mais contribuição, eles têm que usar o mesmo *link* que o senhor usou, eles entrariam no mesmo *link* que o senhor usou nesse momento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isto. O.k.?

Vejam com eles aí. A única forma de eles entrarem é o mesmo *link* que o senhor usou.

O SR. ERNANI SOUSA GOMES (*Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, Dr. Ernani Sousa Gomes, pela sua colaboração. E esperamos que os outros dois indicados por V. Sa. possam participar do debate.

O Senador Mecias pediu a palavra. E é mais do que natural, numa sessão de debate, que os Senadores usem a palavra a todo momento que eles entenderem adequado.

Senador Mecias com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Presidente Paim, eu entendi. Mas eu creio que eu entendi que V. Exa. já pediu ao Dr. Alisson Marugal a palestra que ele fez aqui, a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso. Foi pedido a ele.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Gostaria que V. Exa. me enviasse depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Comissão recebe remete a V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu queria fazer um questionamento ao Dr. Alisson no sentido de... Na realidade, Dr. Alisson, seria uma consulta. Por que, em vez de o Ibama queimar máquinas tão caras, máquinas de R$1 milhão, R$2 milhões... Se os garimpeiros levam essas máquinas para dentro do garimpo, por que, em vez de queimar essas máquinas, não seria possível trazer para a capital, para os estados e doar para as prefeituras que têm necessidade, para as associações? O senhor não acha que teria mais... Eu creio que o intuito não é só dar prejuízo ao garimpeiro, mas destruir o bem para que ele não faça, não continue fazendo o serviço lá. Trazendo de lá e doando para as prefeituras, para associações, elas vão prestar serviço para a sociedade e eles terão prejuízo da mesma forma.

Eu queria ouvir o senhor se é possível isso, o que impede de fato de fazer isso? Porque eu tenho visto isso, tantas reportagens falando sobre isso, e eu vejo que é um desperdício muito grande de máquinas que valem aí R$2 milhões, ser tocado fogo, e já era, enquanto nós temos prefeituras no interior do Brasil todo aí que precisam fazer poço de água, precisam fazer esgoto, aterro sanitário, essas coisas.

Era só essa pergunta, Senador Paim. Eu vou aguardar a proposta do Dr. Alisson Marugal, porque eu acredito que ter uma proposta é o suficiente. No Direito se diz que não importa o quão absurda seja a tese, o importante é que haja uma tese. E a tese do Dr. Alisson Marugal não é absurda, é uma tese totalmente viável, mas é claro que é preciso juntar todo mundo do governo, força total do governo, para poder colocar em prática essa tese.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se o Procurador, Dr. Alisson Marugal, está na tela, ele já poderia de imediato responder ao Senador.

O SR. ALISSON MARUGAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Ao agradecer, também cumprimento o Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a legislação preconiza esta hierarquia de ações dos órgãos ambientais: em primeiro lugar a apreensão e, eventualmente, a utilização provisória desse bem por um órgão público, inclusive com a sua doação. A legislação já contempla isso, no entanto, nas hipóteses de impossibilidade de remoção fática do bem, como no caso de apreensão ocorrida em contexto de mata fechada ou em pontos remotos da Floresta Amazônica, a providência mais eficiente do ponto de vista econômico e do ponto de vista da repressão do ilícito ambiental é a destruição daquele maquinário. Então, a destruição do maquinário está condicionada à impossibilidade de remoção fática do bem. Remover o maquinário apreendido na Floresta Amazônica seria extremamente oneroso para os cofres públicos, por isso se faz a destruição. Então, é por esta medida, essa impossibilidade fática de remoção do bem que se faz a sua destruição; não é uma medida discricionária adotada pelo administrador, isso está condicionado à impossibilidade de remoção. No caso ianomâmi não existe a possibilidade de remover o maquinário dentro dos aviões que são utilizados para várias operações sem que isso tenha um custo enorme para os cofres públicos. Uma operação com o Black Hawk, por exemplo, do Exército brasileiro, custa, só uma hora, R$9 mil para levar uma equipe policial até um território indígena, é um custo astronômico em termos de recursos.

Então, uma vez identificada a impossibilidade de remoção, opta-se pela destruição do bem, é o que está na legislação e me parece muito razoável, mas o que o senhor pondera também é bastante razoável e, uma vez sendo possíveis a apreensão e a remoção do bem, é natural que se doe para um órgão público e até para uma comunidade indígena – quando se apreende uma canoa ou um barco, isso já é feito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pelo diálogo estabelecido entre o Senador e o Procurador. O Procurador não discorda, só levantou o gasto do transporte, do deslocamento. Agora, dentro do possível, se isso puder ser feito, claro que as máquinas poderiam ser usadas pela comunidade daquele estado.

Resposta dada, o Senador Mecias entendeu e, em princípio, concorda, não há discordância entre os dois.

Eu vou, neste momento, fazer uma série de perguntas aos nossos convidados. Há um cidadão no plenário que pediu a palavra, mas não está aqui no meu *script*. Eu vou lhe dar um tempo no final, mas vou seguir o ritual da Comissão.

Eu queria que os nossos convidados, se possível – inclusive o Dr. Luís, que está aqui na mesa comigo –, respondessem algumas perguntas que aqui chegaram. Eu vou ler bem devagar para que vocês possam, cada um, responder da forma que entenderem mais adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Louise Marques, de Goiás: "Na Declaração dos Direitos Humanos está inscrita a necessidade de zelar pelo patrimônio histórico dos povos indígenas. Por que isso não é feito?" – o Dr. Luís, que está aqui na mesa, vai ser o mais provocado; e quando digo provocado, quero dizer questionado para responder.

Agora Caio Vitor, de Goiás: "A ampliação da atividade agrícola em terras de povos originários não seria uma afronta aos direitos humanos?". Dei uma paradinha só para que vocês possam tomar nota, dentro do possível.

Agora Bruno Mateus, do Paraná: "Promover estudos que identifiquem, delimitem, demarquem e regularizem as terras ocupadas pelos indígenas. Por que não cumprem com a função?". Ou seja, por que isso não se torna um fato real, respeitado e permanente?

Pedro Henrique, do Ceará: "De que forma as instituições devem atuar para a defesa dos direitos dos povos indígenas, que estão sob constantes ataques?".

Vamos em frente. Dr. Luis, que está aqui, depois eu vou te passar as perguntas, para você complementar com as tuas anotações.

Tifani Oliveira, de Roraima. "Quais são os motivos que existem para a violação ao direito dos povos indígenas e por que ainda existem essas violações?".

Priscila Loureiro, do Rio de Janeiro. "Por que não existem delegacias, UPPs especializadas na defesa dos povos indígenas, assim como as das mulheres?". No meu Estado há também em relação aos negros e negras. Achei interessante a pergunta dela. Todas são muito interessantes, todas com conteúdo.

Pedro Henrique, do DF: "Qual o posicionamento da bancada dos direitos humanos sobre os povos indígenas e seus direitos?". Esta aqui eu respondo de cara. Se é bancada dos direitos humanos, não tem que ser nem um direito a menos, pelo contrário. Temos que ampliar os direitos dos povos indígenas, dos negros, das negras, das mulheres, das crianças, dos idosos, LGBT+, todos que são discriminados. E os povos indígenas são um povo que eu diria que é um dos mais discriminados.

Thiago Alcides, de São Paulo: "Quais serão as providências para que haja o respeito aos direitos humanos dos povos indígenas?".

Marcos Moura, do Rio Grande do Norte: "Quais as melhores formas de combater a violação de direitos dos povos indígenas? Inclusão? Ajuda humanitária?". Ele está dizendo que inclusão e ajuda humanitária seriam um caminho – e ponto de interrogação, naturalmente.

John Lennon, da Paraíba: "Os povos indígenas merecem toda a proteção necessária por parte do Estado, para garantir seus direitos junto a sua cultura".

Por fim, Cula Sampaio, de Minas Gerais: "Não consigo compreender tamanho retrocesso sobre o direito dos povos indígenas e o seu valor para o Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou apresentar também essas, que foram contribuição aqui da Casa.

A pergunta que não se cala: "Até quando persistirá essa violação aos direitos dos povos indígenas?".

Pergunta dois: "O que objetivamente as autoridades estão fazendo para investigar o garimpo, desmatamento e violência aos indígenas ianomâmis?".

Pergunta três: "A extração ilegal do ouro e cassiterita no território ianomâmi trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas nos indígenas. Quais as políticas humanitárias adotadas na preservação da saúde da população indígena?".

Por fim, a última: "O desmatamento aumentou vertiginosamente durante a pandemia da covid-19, a partir de 2020, principalmente em terras indígenas, devido às ações criminosas, como foi relatado aqui praticamente por todos os convidados. Qual a explicação do Governo a respeito desse quadro tão triste?".

Dr. Luis, vai começar por V. Exa. Vou deixar o documento ao alcance aqui de V. Exa.

O Dr. Luis é o que está presencialmente, os outros convidados estão todos de forma virtual, então eu vou passar primeiro para o Dr. Luis. E para todos aqueles que estão participando – e muito boa a participação de todos – de forma virtual eu vou dar também um tempo para que respondam e, ao mesmo tempo, claro, farão as suas considerações finais.

E, Dr. Luis, V. Exa. que está presente, além de responder, terá um tempo específico para as considerações finais, o.k.?

Então, de imediato passo, a palavra ao Dr. Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aqui à mesa comigo.

O senhor tem dez minutos aí porque são muitas perguntas.

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ (Para expor.) – São muitas.

Obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado a todas as pessoas que colocaram as perguntas.

São muitas perguntas. Eu vou tentar ser objetivo, trazendo o que, no nosso entendimento, pode contribuir com este debate, evidentemente deixando o espaço para que outros participantes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, Dr. Luis, a assessoria da Mesa aqui já me informa que todos que participaram já receberam as perguntas; estão ao alcance deles também.

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ – Então, vou tentar responder algumas das perguntas pelo menos da forma mais breve e objetiva possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a primeira pergunta: "Na Declaração dos Direitos Humanos está escrito a necessidade de zelar pelo patrimônio histórico dos povos indígenas, por que isso não é feito?", efetivamente, como já foi dito aqui pela companheira da Conectas, todos os instrumentos internacionais de direito colocam muito claramente a necessidade de proteger os direitos dos povos indígenas, dentre eles a questão de zelar pelo patrimônio histórico, pelo patrimônio material e imaterial dos povos indígenas. E tudo isso também começa e inicia pelo próprio patrimônio no sentido territorial, de seus territórios. Por que isso não é feito? Porque, no nosso entendimento, terminam, acabam sendo primados determinados interesses econômicos, e os estados, em termos gerais, acabam não assumindo suas obrigações de proteção territorial e de demarcação dos territórios indígenas e também de zelo pelo patrimônio histórico, justamente para atender interesses particulares de terceiros.

"A ampliação da atividade agrícola em terras de povos originários não seria uma afronta aos direitos humanos?".

No nosso entendimento, as tentativas de abertura dos territórios indígenas para os interesses principalmente do agronegócio, naquilo que foi chamado de parcerias agrícolas, afronta os direitos humanos dos povos indígenas e afronta aquilo que está no texto constitucional com relação ao usufruto exclusivo dos bens naturais por parte dos povos indígenas.

Dito isso, a gente reconhece que os povos indígenas realizam suas próprias atividades econômicas, suas próprias atividades no campo da agricultura também. E, como já foi dito aqui também pela Dra. Julia, da Conectas, é justamente isto que deve ser respeitado: que os povos indígenas possam construir seus projetos de vida dentro dos territórios indígenas na forma cultural que eles decidem livremente, com eles escolhendo seus próprios caminhos. Toda tentativa de interferir nisso, toda tentativa de reduzir, limitar o usufruto exclusivo através das ditas parcerias nos parece que efetivamente afronta direitos específicos e coletivos reconhecidos na Constituição Federal e em instrumentos internacionais de direitos.

Bruno Mateus perguntou pelos estudos que identifiquem, delimitem, demarquem e regularizem as terras indígenas, ocupadas pelos povos indígenas. O país conta com essa legislação, através do Decreto 1.775, do ano de 1996. A Funai deve iniciar as providências nesse procedimento administrativo. E, no nosso entendimento, insistimos: a demarcação é um procedimento administrativo que não cria terra indígena, a terra indígena já preexiste, é um direito originário; o que faz o procedimento administrativo é demarcar, regularizar esse território. Por que não se cumpre com essa função? É aquilo que a gente estava falando no início: nós estamos num momento do país em que, principalmente por parte do Governo Federal, há uma negação expressa, pública em assumir suas responsabilidades constitucionais e, portanto, seguir o procedimento administrativo que contempla tudo aquilo que o Bruno colocou aqui, que é identificar, delimitar, demarcar e regularizar as terras ocupadas pelos povos indígenas. É absolutamente imprescindível que o Brasil retome a política de demarcação de terras indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Os povos indígenas merecem toda a proteção necessária por parte do Estado para garantir seus direitos junto à sua cultura", disse John Lenon. Totalmente de acordo.

Cula Sampaio: "Não consigo compreender tamanho retrocesso sobre os direitos dos povos indígenas e o seu valor para o Brasil". Efetivamente, nós estamos vivendo, principalmente nos últimos três anos, não já um ambiente de retrocesso, mas uma ofensiva, no nosso entendimento, orquestrada, sistemática, intencional para reduzir, limitar os direitos constitucionais dos povos indígenas.

Tifani Oliveira, de Roraima: "Quais são os motivos que existem para a violação aos direitos dos povos indígenas e por que ainda existem essas violações?". Insisto: no nosso entendimento, é porque acabam primando, sendo priorizados os interesses de terceiros de exploração predatória dos territórios. Hoje, todos nós sabemos que a regularização dos territórios indígenas com o papel que os povos indígenas fazem em seus territórios é justamente a principal fronteira de preservação não somente para o bem-estar deles, mas para o bem-estar de todo o país, para o bem-estar de todo o planeta. Quando sobre isso primam, são priorizados interesses particulares de terceiros de uma exploração predatória, os direitos dos povos indígenas são sistematicamente violentados, violados.

Há uma pergunta para a bancada dos direitos humanos sobre seu posicionamento. Aí os Parlamentares irão responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa aí eu acho que eu até respondi, mas, se tiver dúvida, eu respondo...

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ – Já respondeu o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... em nome da bancada de direitos humanos da Câmara e do Senado.

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ – "Quais as melhores formas de combater a violação de direitos dos povos indígenas?" Principalmente garantindo, promovendo e protegendo os direitos dos povos indígenas. Isso passa, mais uma vez, insistimos, pela retomada da política de demarcação dos territórios indígenas e por uma política de proteção territorial, fiscalização eficiente.

E garantir a permanência, a presença dos povos indígenas em seus territórios com segurança, com liberdade, evidentemente, é a melhor forma de combater a violação dos direitos dos povos indígenas, e isso contempla também o combate a ilícitos, o combate e enfrentamento a ilícitos.

A pergunta que não se cala: "Até quando persistirá essa violação aos direitos dos povos indígenas?".

E justamente é isto: enquanto prevalecerem interesses de terceiros, enquanto governos se dobrarem a interesses econômicos, vai persistir essa violação aos direitos dos povos indígenas. Por outro lado, deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser destacado aqui, como já foi feito no início, a permanente resistência e persistência dos povos indígenas na defesa de seus direitos.

"A extração ilegal de ouro e cassiterita no território ianomâmi trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas nos indígenas efetivamente e também um aumento expressivo nos indicadores de desnutrição infantil e também em adultos. O que que deve ser feito?".

O que deve ser feito, primeiro, mais uma vez, passa pelo combate e enfrentamento à invasão dentro dos territórios indígenas, e isso passa pela interferência nos esquemas de enriquecimento ligados ao garimpo e pela extrusão de garimpeiros de dentro dos territórios indígenas, mas isso passa também pela necessidade de que a política de saúde destinada aos povos indígenas – e aos distritos de saúde, particularmente – retomem – e isso, no território ianomâmi, deve ser principalmente destacado – justamente os programas de prevenção ao aumento da malária e os programas de atendimento à população, para evitar o aumento de desnutrição.

Mas insisto: o aumento de malária e o aumento de desnutrição infantil estão diretamente ligados à presença de invasores dentro dos territórios indígenas, particularmente de garimpeiros.

Eu creio que é isso. Há alguma outra pergunta, mas eu acho que acaba sendo um pouco na mesma linha.

Quanto às considerações finais, Senador Paulo Paim, no entendimento do Cimi, nós entendemos que o país está passando por um momento extremamente difícil, muito complicado, principalmente para os povos indígenas. Já não falamos de retrocesso nas políticas indigenistas, falamos de uma ofensiva orquestrada, sistemática, contra os direitos dos povos indígenas, uma desconstrução dos direitos indígenas, uma desconstitucionalização dos direitos dos povos indígenas, principalmente por alguns setores do Estado, e nós entendemos que precisamos tomar todas as medidas urgentes, medidas que passem por medidas de proteção territorial, medidas que passem pela retomada da política de demarcação de terras indígenas.

Não é viável, no nosso entendimento, pretender regularizar os crimes. Não se pode regularizar o que é criminoso, não é possível regularizar o que é ilegal e não é bom para ninguém pretender regularizar aquilo que traz danos ambientais irreversíveis e danos irreversíveis também para os povos indígenas e para os seus projetos de vida.

Portanto, o caminho não é atalhos, o caminho não é caminhos intermédios, o caminho não é presentes acordos; o caminho passa pelo respeito profundo e irrestrito aos povos indígenas e aos direitos por eles conquistados.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Dr. Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que, além de responder a grande parte das perguntas, também fez suas considerações finais nesse momento. A ele eu agradeço.

Então, eu vou passar a palavra para uma indicação do Dr. Ernani Sousa Gomes, Secretário Especial de Saúde Indígena Substituto do Ministério da Saúde. Ele indicou...

Eu vou seguir o mesmo critério de antes: os que estavam listados para falar usaram dez minutos; aqueles que, porventura, foram indicados no último momento, mas não estavam na lista original, terão o tempo de cinco minutos. Como o Dr. Ernani indicou dois, cada um deles terá cinco minutos.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Neto Pitaguary, representante do Fórum de Presidentes do Condisi (Conselhos Distritais de Saúde Indígena).

Por favor.

O SR. NETO PITAGUARY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. NETO PITAGUARY (*Por videoconferência*.) – Estão conseguindo me escutar? (*Pausa.*)

Muito bom dia a todos.

Sr. Senador Paulo Paim, no momento em que cumprimento o senhor, cumprimento toda a Casa Legislativa; cumprimento o nosso irmão Júnior, Presidente do Conselho Distrital Yanomami Ye'kuana; cumprimento todos os nossos indígenas; e, na pessoa do nosso Procurador Alisson, representante do Estado de Roraima, cumprimentamos todo o Judiciário.

Primeiro, é uma satisfação estar numa audiência como esta. Agradeço a oportunidade.

Queremos dizer que nós, em nome do Fórum de Presidentes, estamos à inteira disposição do Congresso para discutir temas tão relevantes junto aos povos indígenas. Nós, em nome do Fórum de Presidentes, que é um direito constitucional garantido, assegurado o controle social na saúde indígena por meio da Lei 8.142, queremos estar sempre nestes espaços defendendo exatamente o direito dos nossos povos originários e nos colocamos sempre à disposição. Sempre que a Casa Legislativa sentir necessidade, estamos à inteira disposição.

Por fim, como trabalhador de saúde que sou, quero, nesta audiência, aqui saudar e registrar todo o empenho que os nossos mais de 20 mil trabalhadores da saúde indígena vêm fazendo nos 34 DSEIs, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no combate à covid como no combate a inúmeras ações. Graças a Deus, com esse apoio do controle social, com esse apoio e esse empenho dos nossos trabalhadores, os números da nossa vacinação na população indígena são muito relevantes. Eu queria deixar isso registrado, deixar a minha solidariedade aqui aos meus colegas trabalhadores da saúde indígena e dizer mais uma vez que nós estamos à disposição para sempre contribuir.

O Cacique Erivelton, que seria a outra pessoa que estaria neste debate, infelizmente está com problema de conexão, não está conseguindo, de fato, entrar. Ele vive numa região do Amazonas – a gente sabe a situação de conexão que há ali no Amazonas – e infelizmente não está conseguindo entrar. Mas eu quero também, em nome dele, aqui saudar todos os caciques e todos os indígenas que acompanham esta audiência pública e mais uma vez reforçar o agradecimento a esta Casa Legislativa pela oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Neto Pitaguary, representante do Fórum de Presidentes do Condisi (Conselhos Distritais de Saúde Indígena), que foi na mesma linha de todos os outros que aqui usaram a palavra e justificou a não presença, embora virtual, do cacique por problema de conexão lá na sua região.

Voltamos agora à nossa lista oficial de oradores, passando a palavra para que ela possa ponderar sobre as perguntas e, ao mesmo tempo, fazer as suas considerações finais.

Por favor, Dra. Julia Neiva, Coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos.

A SRA. JULIA NEIVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade e também parabenizo por esta audiência tão necessária. Que saiamos com compromissos aqui do Senado e desta Comissão.

Acho que a primeira recomendação que eu trago – vou tentar fazer um apanhado geral dessas perguntas e reitero todas as palavras aqui do representante do Cimi – é a necessidade da demarcação de terras. Essa é uma das principais saídas para conter as violências que têm ocorrido contra os povos indígenas e é, como eu disse na minha fala, uma obrigação nossa, já assumida pelo nosso ordenamento jurídico, mas também nos tratados internacionais de direitos humanos que ratificamos. Nós temos obrigação. E eu posso depois encaminhar para esta Comissão um pouco dessas recomendações, dessa leitura das obrigações de proteção dos territórios indígenas no nosso país.

Eu relembro também a necessidade de rejeitar a tese do marco temporal. Eu acho que o Senado pode relembrar a importância da não adoção do marco temporal para a proteção dos povos indígenas em relação à proteção dos seus territórios. Relembro que há uma chance aqui – várias perguntas tratavam de: o que precisa ser feito?, o que tem acontecido para aumentar a violência contra os povos? –, o Senado tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma chance agora de barrar dois PLs que estão nesta Casa e que podem aumentar a violência contra os povos indígenas, trazer mais insegurança jurídica e desproteção para os seus territórios. Falo aqui do PL de Licenciamento Ambiental, o PL 2.159, que chegou à Casa no ano passado, e do PL da Grilagem, que estão no Senado. Então, é muito concreto: barrar esses dois PLs.

Já falei aqui das obrigações internacionais do país, mas relembro, por exemplo, a denúncia feita pela Associação Hutukara no Conselho Nacional de Direitos Humanos. Nessa denúncia feita na Comissão Interamericana no âmbito da pandemia, há recomendações muito específicas para o Estado brasileiro. Lembro que o Senado, esta Comissão pode exigir a implementação dessas recomendações da comissão. Podemos, caso queiram, relembrar com documentos quais são essas recomendações.

É preciso urgência na desintrusão de garimpeiros e outros que estejam atuando de forma ilegal em territórios indígenas. Ouvimos aqui o Dr. Alisson, o próprio Junior e outros falando dos impactos que essas intrusões têm sobre os territórios indígenas. Isso aqui já está sendo discutido também na ADPF 709, no STF, mas há algo que pode ser feito imediatamente. Esta Comissão pode, sim, contribuir para exigir que o Executivo aja com urgência.

Eu falei também bastante do desmantelamento dos órgãos públicos. É preciso reestruturar os órgãos públicos. Estamos falando aqui de Funai, estamos falando aqui do próprio Ibama, do Conama, que são órgãos que acabam direta ou indiretamente tratando dos direitos dos povos indígenas.

Então, seja assegurar orçamento adequado para todos os ministérios... Esta Comissão pode exigir que esses orçamentos sejam adequadamente usados ou investigar por que eles não têm sido implementados, por que houve esses cortes, fortalecer a estrutura e a capacidade política dos principais ministérios que tratam dos povos indígenas, da proteção dos povos indígenas. Então, o Ministério do Meio Ambiente teria um papel fundamental também, além do da Cidadania. E por que isso não tem acontecido, ao contrário, esses órgãos têm sido desmantelados? É preciso garantir a responsabilização de maus agentes por meio do Poder Executivo, ou seja, é preciso haver investigação e aplicação de sanções àqueles que estão violando os direitos dos povos indígenas e as leis ambientais. Não tem havido a investigação devida sobre os assassinatos e as ameaças aos povos. A gente percebe que é um momento muito importante para a gente fortalecer o marco legal e regulatório da legislação ambiental, da legislação indígena, direitos humanos e, inclusive, trabalhistas – não é? –, porque, muitas vezes, têm conexão também. Há trabalho escravo nas terras indígenas ou nas cadeias produtivas. A gente precisa realmente combater tudo isso.

Lembro os acordos... O Acordo de Escazú, por exemplo, poderia ser uma solução também para a gente combater as ameaças aos povos, que é defensor de direitos humanos. O Brasil ainda não ratificou o Acordo de Escazú.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, há muitas outras recomendações que eu faria, mas deixo aqui essas principais, lembrando que estamos totalmente à disposição para trazer mais insumos.

Muito obrigada, Sr. Paulo Paim. É um excelente debate. Estamos aqui à disposição. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dra. Julia Neiva, Coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos, que deixou aqui uma série de contribuições, inclusive resgatando uma preocupação, ao longo da sua fala, a nível internacional: como é negativa perante o planeta a situação do meio ambiente, dos povos indígenas e de todos aqueles que são discriminados: negros, negras, repito aqui, LGBTQI+, mulheres. O número de feminicídio no Brasil é algo alarmante. Então, toda a sua fala será uma grande contribuição na hora dos encaminhamentos que esta Comissão de Direitos Humanos haverá de fazer.

Eu vou passar a palavra agora, por cinco minutos – ele foi um dos primeiros a chegar aqui para assistir e até me trouxe um brinde, me presenteou com um boné, uma boina, na verdade –, ao Sr. Francisco Miguel Lopes Silva.

Sr. Francisco, eu vou lhe conceder, como fiz, nos meus critérios para os outros, o tempo de cinco minutos. Só peço a V. Sa. que seja preciso no tempo, porque nós temos ainda três outros oradores que vão usar um tempo maior para responder às perguntas de todos.

O SR. FRANCISCO MIGUEL LOPES SILVA (Para expor.) – Bom dia ainda, Senador Paim e demais integrantes da mesa.

Apresentando-me a vocês todos; a esse Senador guerreiro do povo, Paim; ao meu amigo aqui do Senado, o Anderson, aposentado do Senado; à Senadora Leila, campeã de vôlei – eu sou atleta master de natação e futebol, bicampeão do mundo e admirador da Senadora Leila –; ao grande Contarato, que agora é nosso amigo petista; aos integrantes da mesa; meu nome é Francisco Miguel. Chico Puri é minha alcunha, indígena e descendente pelo meu bisavô Diocrécio Lopes de Sá, de Manhuaçu, Minas Gerais, e amigo e parente de indígenas de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, e, no Espírito Santo, tenho amigos e parentes.

Estive agora, diuturnamente, no ATL, com vários indígenas de 25 estados brasileiros. Ouvimos, eu ouvi, suas reclamações e demandas. E o Governo não dá retorno nem a Funai.

O povo ianomâmi está sendo massacrado; suas mulheres e crianças estão sendo levadas ao suicídio. Na Amazônia, também temos os mesmos problemas. No Sul do Brasil, no Paraná e no Rio Grande do Sul, os povos kaingangs, guaranis e xoklengs estão sendo afrontados, indígenas estão sendo comprados pelo agronegócio e apoiadores do atual Governo estão investindo na guerra interna entre os indígenas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como, desde a colonização, portugueses e holandeses em Pernambuco compravam indígenas e fomentavam guerras entre eles. Ontem os pataxós foram afrontados em Porto Seguro pelos policiais na pseudomotociata de Bolsonaro, que não ocorreu. Um absurdo! A Funai, ausente; a Polícia Federal, ausente.

As demarcações foram interrompidas e estão dividindo indígenas no país todo. A Funai e a Polícia Federal inexistem nesse caso, só fazem buscas pontuais, somente quando há denúncias dos parentes indígenas, e necessárias. Precisamos de um presidente da Funai indígena, conhecedor de suas mazelas, problemas e dores, e, insisto, como disse o Presidente Lula no ATL, da criação do ministério indígena.

Minha pergunta faço direto ao Presidente do Brasil, meu país, e da Funai: por que o ódio aos indígenas brasileiros? Por que o amor ao desmatamento e a garimpeiros criadores de gado em alta escala? Todos nós somos indígenas: ou de pele e alma, ou de amor, ou pelo sangue deles em nossas mãos, daqueles que nós brancos matamos e assassinamos diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Francisco Miguel Lopes Silva, que não estava inscrito, mas, como foi o primeiro a chegar, quis fazer uma ponderação rápida, e assim o fez, usou exatamente três minutos.

Então, agora, neste momento, voltamos à lista oficial, passando a palavra para o Procurador da República no Estado de Roraima, Dr. Alisson Marugal. Por favor, dez minutos, para perguntas e considerações finais.

O SR. ALISSON MARUGAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom, acho que, em linhas gerais, as perguntas foram bem respondidas pela Julia e pelo Luis, o qual, sempre de maneira brilhante, é um parceiro aqui do MPF em Roraima, infelizmente não está mais conosco, está em Brasília, mas ainda é bastante combativo. Responderam, de maneira clara, sobre os problemas estruturais da política de proteção territorial no que diz respeito às terras indígenas.

Eu gostaria de me concentrar aqui em algumas respostas sobre as quais talvez V. Exa. tenha mais elementos por trabalhar diretamente com essas questões. Um dos questionamentos foi justamente em relação à atividade agrícola. Nós temos um... Eu disse que uma das propostas é justamente a geração de renda para as comunidades indígenas, e uma das formas de geração de renda é justamente a agricultura. Os ianomâmis, por exemplo, têm um tipo de agricultura que é de subsistência, o excedente não é comercializado. Nós iniciamos agora um trabalho junto com a política educacional de fomentar a agricultura familiar indígena dos ianomâmis em alguns projetos piloto, justamente para proporcionar que eles tenham uma agricultura que gere algum excedente para que possam vender para os programas públicos de aquisição de produção rural, como é o Pnae, o PAA, que geram renda para as comunidades indígenas. Existem projetos muito bem-sucedidos, inclusive em Roraima, nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho bastante interessante um trabalho que o Ministério Público Federal tem feito na chamada Catrapovos, que é uma comissão de alimentos tradicionais, que é coordenada pelo Ministério Público Federal em diversos estados. Em Roraima, temos uma comissão que tem fomentado a agricultura familiar indígena na linha da política de geração de renda, demonstrando que não se precisa ter um discurso da atividade agrícola, da forma como é feita, com base na monocultura, enfim, o modelo do agronegócio, é possível apostar em um modelo de geração de renda adequado à cultura indígena e respeitando o usufruto dos povos indígenas.

Respondo também às questões relativas – acho que a Comissão trouxe – à investigação policial. Tratar de investigação do garimpo é sempre uma arte. É muito peculiar combater garimpo e investigar garimpo, mas uma aposta que tem sido feita, eu disse lá na minha apresentação... As penas do garimpo são muito baixas, tanto para o crime de usurpação quanto para o crime de garimpagem ilegal, que é um crime ambiental. Para esses dois crimes, em regra, de garimpo, somadas as penas, não passam de quatro anos. Então, inevitavelmente, no final do processo, se tem uma pena de prestação de serviço. É um custo de investigação muito grande para uma pena bastante reduzida.

O que nós temos feito agora é apostar na investigação de organizações criminosas e também de lavagem de dinheiro, feita para introduzir, de maneira lícita, os lucros obtidos no garimpo. Isso tem resultado em processos mais substanciais do ponto de vista do seu sucesso lá no final, com penas maiores. E as organizações criminosas também são exatamente as que fornecem o apoio logístico ou capitalizam os garimpeiros que trabalham em terra indígena. Então, é uma linha de investigação bastante importante, porque nós percebemos, nos últimos dois anos, que a melhor maneira, a mais eficiente para se combater o garimpo ilegal é com base na investigação – mas lembro que investigação não vai acabar com o garimpo; é importante, mas não acaba com o garimpo; o que acaba com o garimpo é proteção territorial, ocupação do território indígena e operação policial no território e fora dele para combater os apoiadores logísticos.

Um ponto interessante para o qual o Senador chamou a atenção é a questão da saúde. Nós estivemos aqui numa audiência pública, no final do ano passado, discutindo exatamente saúde ianomâmi, por ocasião daquelas denúncias sobre subnutrição infantil, que é um problema extremamente grave. E aqui de volta... Lógico, o problema da saúde é plurifatorial, existem várias causas que determinam a precarização da saúde ianomâmi, mas a principal é justamente o garimpo ilegal, a invasão ambiental do território indígena, que traz inúmeras mazelas, que passam necessariamente pela perda dos meios de autossubsistência e comprometimento do hábitat vivido pelos povos indígenas. Isso traz a subnutrição infantil, isso traz também a malária e inúmeras consequências para os povos indígenas.

Então, quando a gente fala em saúde, a gente tem que, sim, pensar no fortalecimento da saúde indígena, isso é importante. O Ministério Público, aliás, tem uma recomendação, exigindo a reestruturação de toda a assistência básica de saúde, passando pelo incremento da força de trabalho, por uma logística mais eficiente, que é totalmente aérea no caso do Dsei Yanomami, e planos de ação mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos para atuação na parte preventiva, como o Luis mencionou, a importância da estratégia da abordagem da infância para inibir a subnutrição infantil. Mas a lição básica de saúde indígena passa pela proteção territorial – nesse sentido, temos falhado sistematicamente no caso dos ianomâmis – e é por isso que os indicadores de saúde estão cada vez mais deficientes, cada vez piores, a despeito do imenso investimento que é feito na saúde ianomâmi, que beira aí, em dois anos, mais de 200 milhões, como a Sesai tem apontado, mas sem que lá na ponta se sinta um efeito bastante significativo. Então, é preciso pensar em proteção territorial para falar de saúde também, e, nesse sentido, temos falhado com os ianomâmis.

Para finalizar a minha fala, agradeço mais uma vez o convite.

Espero que esta seja a última audiência pública que tenhamos que convocar para discutir um tema tão trágico como é o da situação dos ianomâmis. Espero que, a partir dela, nós possamos evoluir em ações concretas de proteção. Que essa seja uma forma de trazer ao debate público a necessidade de que os órgãos nacionais criem um plano que dê conta deste imenso desafio que é garantir a integridade física dos ianomâmis, porque muitas dessas comunidades estão à beira da extinção e de um caos sanitário.

Obrigado, Senador.

Mais uma vez, parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Procurador da República do Estado de Roraima, Dr. Alisson Marugal, pela sua exposição, pelas contribuições, pela série de propostas exigindo fiscalização, estrutura, aparato para a gente combater essa invasão da terra do povo indígena. Oxalá, no Brasil todo, a gente consiga fazer esse combate! – mas aqui no caso nós estamos falando mais de Roraima.

Ao mesmo tempo, as suas sugestões serão aqui analisadas pela Comissão, e tudo aquilo que for possível... Claro, as pessoas perguntam: "Ah, mas qual é o papel da Comissão?". O papel da Comissão é dar os encaminhamentos, mas é preciso que políticas de Estado cheguem lá para realmente combater tudo isso que está se fazendo. O que foi dito aqui é um verdadeiro crime contra o povo indígena.

Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Ernani Sousa Gomes, Secretário Especial de Saúde Indígena, substituto, do Ministério da Saúde.

Faça as suas considerações finais, Dr. Ernani, se possível.

O SR. ERNANI SOUSA GOMES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado a todos. Quero agradecer aí, pelo convite, ao Senador Presidente Paulo Paim e aos demais membros e convidados.

Vou passar aqui, para as considerações finais, para a Dra. Josiê.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua, Doutora.

A SRA. JOSIÊ DE ASSIS BRASIL GONZALEZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – A Sesai, em nível central, está atenda a todos esses impactos e problemas enfrentados pelo Distrito Especial Yanomami, e ela instituiu um grupo de trabalho e elaborou um plano emergencial para apoiar o Distrito Yanomami – eu presto esses esclarecimentos diante da fala do Dr. Alisson. Nesse plano emergencial, nós temos como principais frentes o tratamento ou o combate à desnutrição, à mortalidade infantil, à malária, à tungíase e ao uso abusivo de álcool. Então, a Sesai reafirma o seu compromisso com a transparência e com o contínuo fortalecimento das ações de saúde destinadas aos povos indígenas, especialmente aos povos indígenas ianomâmis atendidos pelo Distrito Yanomami.

Por fim, Excelência, eu gostaria só de registrar aqui que, sempre que a gente fala de saúde e de indígena, é importante que a Casa Legislativa convide para o debate o Fórum de Presidentes de CONDISIs, porque ele é um colegiado composto pelos 34 Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena. É o fórum – que é o controle social da saúde indígena – que fiscaliza, acompanha e zela pela execução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Então, a gente aqui da Sesai gostaria de fazer esse registro, vez que o fórum representa os mais de 775 mil indígenas aldeados. São eleitos pelas suas bases.

Eram só esses os esclarecimentos que a gente queria registrar aqui perante a Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Sa. fez uma pergunta para o Procurador Dr. Alisson ou só uma constatação?

A SRA. JOSIÊ DE ASSIS BRASIL GONZALEZ (*Por videoconferência*.) – Não, é só uma constatação. A gente só esclareceu, diante das considerações do Dr. Alisson...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. JOSIÊ DE ASSIS BRASIL GONZALEZ (*Por videoconferência*.) – ... e também, como ele mencionou a recomendação expedida, a gente só informou a Comissão de que a gente instituiu esse grupo de trabalho específico para apoio ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e de que as principais frentes de trabalho desse grupo, desse plano emergencial são a desnutrição, a mortalidade, a malária, a tungíase e o uso abusivo de álcool.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k, doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo, nós demos a palavra ao Sr. Neto Pitaguary, representante do Fórum de Presidentes de CONDISIs, por indicação do Sr. Ernani Sousa, mas fica aqui a sua recomendação de que nesses debates o Condisi seja sempre convidado. E nós, claro, acatamos a sugestão como acatamos a indicação do Dr. Ernani.

Vamos passar a palavra agora àquele que nos procurou para iniciar o debate desse tema.

Passo a palavra para as suas considerações finais, por dez minutos, se quiser responder alguma pergunta, ao Sr. Júnior Hekurari Yanomami, representante do povo ianomâmi. A tela é sua neste momento.

O SR. JÚNIOR HEKURARI YANOMAMI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Presidente da Comissão, Paulo Paim.

É muito importante esse tema. É tão triste a situação do povo ianomâmi!

Queria relembrar que, ano passado, ano retrasado, nós ianomâmis denunciamos a várias instâncias, não é? Com essas denúncias, foi o irmão do Ministério Público Federal, o Procurador Alisson Marugal, que recomendou para o Governo Federal, para o Ministro da Justiça, para o Ministro da Saúde e para a Sesai, não é? O TRF-1 recomendou para planejar o Governo Federal; não foi atendido. O Ministério Público Federal mandou várias recomendações para o Governo Federal; e não foi atendido. Também o STF, através da ADPF 709, recomendou; não foi atendido.

Quero lembrar que a Terra Indígena Yanomami é muito grande, é de acesso difícil, somente se chega de aviões. Mesmo assim, grandes garimpos estão chegando através de helicóptero, através dos aviões, não é? Então, a Terra Indígena Yanomami fugiu do controle. Por isso, nós ianomâmis fizemos um grande relatório falando sobre situações reais, sofrimento principalmente das mulheres e também da saúde, não é? O secretário, ex-secretário, que era o coronel, foi muito omisso, foi muito irresponsável pela saúde indígena.

Nos vários relatórios, relatórios em que ele mostra a realidade do povo ianomâmi, é totalmente o contrário. Ele fala que a saúde indígena está belíssima, mas não, não está belíssima; a desnutrição está muito alta por causa dos garimpeiros; a malária afeta mais de 99% do povo ianomâmi. Então, nós, ianomâmis, queremos proteção, queremos atendimento, queremos que o Governo Federal dê proteção para nós.

No ano passado e no ano retrasado a Polícia Federal fez um trabalho belíssimo, queimou vários materiais dos garimpeiros. O Ibama também fez uma operação. E também o Ibama corre risco, como todos nós. O próprio dono dos garimpos queimou um helicóptero que fazia fiscalização nas terras indígenas, principalmente na Terra Indígena Yanomami.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Mecias falou que esses materiais poderiam ser levados para os municípios. Impossível, esses materiais vão ser devolvidos para os garimpeiros. Então, por isso, é melhor queimar, é melhor destruir na própria Terra Indígena Yanomami. Precisamos dessa força do Exército, da força da Polícia Federal e do Ibama. A Polícia Federal e o Ibama não têm helicóptero para fazer esse tipo de operação na Terra Indígena Yanomami, então precisamos do apoio do Exército.

O Exército tem três pelotões na Terra Indígena Yanomami, mas os aviões dos garimpeiros passam por cima desses quarteis. Então o Exército está olhando, enxergando... Então, em todas essas situações, o Exército já tem isso. Ao lado do quartel, a menos de 10 quilômetros do quartel, os garimpeiros estão trabalhando, estão destruindo a floresta. Por isso, desta audiência, queremos que venha resultado, queremos que venha como resultado acontecer essa ação na Terra Indígena Yanomami. Queremos isso.

A Terra Indígena Yanomami fugiu do controle, e isso está trazendo problemas sociais para a Terra Indígena Yanomami. A saúde entrou em colapso, muitas comunidades estão sem atendimento. Tem um plano de ação emergencial dentro do distrito ianomâmi junto com a Sesai, mas esse plano não está funcionando, não está funcionando. Por isso queremos que o Governo Federal coloque realmente um plano que funcione para proteger o povo ianomâmi. Nem falo da Funai, a Funai está distante, a Funai está protegendo o Governo Federal, não está protegendo o índio, não está protegendo o povo ianomâmi.

Por isso, essa audiência é muito importante. Eu quero agradecer por esses relatórios que vocês receberam do Senador Paulo Paim – a Senadora Leila Barros recebeu, também a Deputada Tereza, Procuradora da Mulher. Precisamos de apoio. Então, eu só quero clamar isso. Meu povo ianomâmi está sofrendo muito, muitas crianças estão morrendo. Nós ianomâmis estamos chorando muito, a floresta está clamando, a floresta está derramando sangue e os garimpeiros estão acabando com as nossas terras, porque a Terra Indígena Yanomami é demarcada, a nossa terra. Então, nós nessa terra sobrevivemos, respiramos. Por isso, a floresta é muito importante à vida do povo ianomâmi, água é importante. A água está suja, estamos tomando água suja, mas não temos outras águas. E o Governo colocou essas águas, por isso minhas crianças ianomâmis estão doentes, estão tristes, as mulheres estão tristes, não sei como vão cuidar. A nossa esperança está acabando. Precisamos que essa esperança volte para cuidarmos das nossas florestas, para pescarmos em paz, porque não temos mais peixe, não temos mais camarão, morreram. A floresta morreu e os animais se afastaram. Longe.

Então, o povo ianomâmi clama, o povo ianomâmi está pedindo socorro. Ajudem-nos! Esses documentos são reais, são verdadeiros. Então, é isso que eu quero falar para os senhores.

Muito obrigado pelo convite, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço. Bela fala, viu, Júnior? Júnior Hekurari Yanomami, representante do povo ianomâmi, que faz aqui uma exposição e, ao mesmo tempo, diz que sangue está jorrando na terra dos ianomâmis, ao mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo em que – expressão dele, inclusive – o povo e a floresta choram pelo desespero em que se encontram há muito tempo. E é preciso uma reação, como eu dizia antes, com uma política forte, uma política de Estado.

Parabéns, viu, Júnior? É bom ver uma liderança como você, uma liderança jovem, com essa firmeza, com essa coragem, vindo à capital federal, voltando, participando hoje.

Antes de eu passar – ele vai falar em nome de todos os convidados, porque ele está aqui presente – ao Dr. Luis Ventura Fernández, eu quero dizer a todos que estão assistindo que a Comissão dá visibilidade para a questão. Esse é o papel de uma audiência pública. E tudo que vocês aqui apresentaram – e nós pedimos aos convidados que remetam à Comissão as propostas – será encaminhado, via Presidente Humberto Costa e o Vice Contarato, às autoridades constituídas.

A Comissão não tem poder de decidir, mas tem força para ajudar – porque sozinho ninguém faz nada – a pressionar, a questionar. Se tiver que ser assim, a Comissão entendendo envia um requerimento para que vá uma comissão a Roraima, vai uma comissão. Se vai à assembleia fazer um evento convidando todas as autoridades envolvidas e se vai também à região, isso é uma decisão que vai ser tomada de forma coletiva.

Depois do Luis Fernández, eu só vou dar o encaminhamento que eu entendo que deva ser feito nesse momento aqui.

Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fará as considerações finais em nome de todos aqueles que usaram a palavra e todos os povos que não estão aqui, porque é impossível, mas que estão assistindo a esse debate.

Enfim, o tempo é seu para falar para o povo brasileiro.

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Primeiramente, saudando os colegas que participaram desta audiência, começando pelo Júnior Hekurari, Presidente do Condisi-Y (Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami); Dra. Julia, da entidade Conectas; Dr. Alisson, do Ministério Público Federal de Roraima; e autoridades da Secretaria Especial de Saúde Indígena que estiveram conosco; representante do Fórum de Presidentes de Condisi.

Creio que reúno um pouco o que a maior parte de nós colocamos aqui, Senador Paulo Paim.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite, agradecer esta oportunidade, agradecer este momento, como o senhor falava agora, de visibilidade. Eu acho que é absolutamente fundamental que o país paute estas questões, porque estamos num momento extremamente delicado. É absolutamente fundamental que esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, ou seja, o Congresso Nacional abra para discussão, escute os povos indígenas, escute as entidades que vêm acompanhando e os órgãos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização que vêm acompanhando os debates que têm a ver com a garantia e a promoção dos direitos dos povos indígenas. Portanto, quero agradecer o convite – e reconhecer a importância desta audiência – ao Senador Paulo e também à Senadora Leila, porque eles foram os autores do requerimento. Reconheço essa importância, porque eu acho que é fundamental.

Aqui a gente ouviu apelos concretos, denúncias explícitas e precisas, mas também ouvimos caminhos possíveis. E é para isto que estamos aqui: para poder pautar esses caminhos possíveis, insistindo que precisamos de medidas urgentes, medidas enérgicas, medidas que são para hoje, medidas que, como já foi salientado aqui, têm que ir no caminho de medidas de proteção territorial, de enfrentamento aos ilícitos, medidas de retomada da demarcação das terras indígenas, medidas que superem definitivamente a tese do marco temporário e reafirmem o caráter originário dos direitos dos povos indígenas nos seus territórios, porque esse foi o espírito dos Constituintes.

E também mais um apelo para esta Casa: que o Congresso Nacional supere e retire de pauta projetos de lei que são extremamente violentos para os povos indígenas, particularmente o PL 191, PL 490 e outros projetos de lei também trazidos aqui pelos companheiros e companheiras.

E Júnior Hekurari concluiu dizendo: "Precisamos que a esperança volte". Precisamos de a esperança voltar. Nós precisamos trabalhar todos, cada um desde a sua missão e a sua responsabilidade, seja o Poder Executivo, seja o Poder Legislativo, seja o Poder Judiciário, seja a sociedade civil, principalmente com o protagonismo dos povos indígenas, para superar esta página de violência institucionalizada contra os povos indígenas.

Finalmente, se o encaminhamento prevê diligências, viagens para Roraima, possibilidade de outras audiências, nós estaremos sempre à disposição. Creio que falo também em nome de todos os que aqui estiveram. E, sobretudo, que redobremos esforços para que principalmente o Estado assuma suas obrigações, que o Poder Executivo assuma suas obrigações, para que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados, sejam protegidos e para que possamos abrir uma nova página na história deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Bela fala de encerramento. Peço para a moçada que está aqui para que, sem encabular, vamos dar uma salva de palmas a todos os convidados na figura do Luis Ventura Fernández, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)... (*Palmas.*)

... que fez um encerramento à altura, eu diria, do debate de um tema tão grandioso como este que é a situação dos povos indígenas.

Eu vou tomar uma decisão de minha parte, pois, queiramos ou não, estamos a cinco meses do processo eleitoral em que vamos eleger um Presidente da República que esperamos que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente compromisso... Vamos falar aqui do compromisso com os povos indígenas, mas eu queria falar do compromisso com os quilombolas, os negros, os índios, os idosos, as crianças, as mulheres, os trabalhadores do campo e da cidade. E, assim, nós esperamos! Não vou fazer aqui um debate político-eleitoral, porque não é o caso. Esta Comissão aqui e o Presidente têm que manter essa linha do equilíbrio, mas eu vou solicitar à Comissão que este dossiê que chegou aqui, que é da maior gravidade, e o resultado desta audiência pública – pedimos a todos os convidados que encaminhassem as propostas – sejam remetidos a todos os candidatos a Presidente da República. A todos! Eu sou daqueles que acham que precisamos de um governo que governe para todos, sem discriminar ninguém! E, com esse objetivo... Senão, pessoal, cinco meses passam rápido, e eu não acredito que, em cinco meses, nós vamos resolver a situação dos povos indígenas. Eu quero que aquele que for eleito, nos debates, mostre o seu compromisso com os povos indígenas e com todos aqueles que são discriminados, que sofrem pelo preconceito. Então, essa seria a primeira decisão que nós tomamos aqui, que, é claro, vai passar por requerimentos aqui, na Comissão. Eu tenho certeza absoluta de que a Comissão não vai negar que se tome esse procedimento.

Júnior, tudo que você nos remeteu naquele seu dossiê nós daremos esse encaminhamento.

Ainda fica aqui o compromisso deste Presidente em exercício... É bom lembrar que o Presidente da Comissão é o grande Senador Humberto Costa, o Vice é o Contarato, a Leila assinou o requerimento comigo, e deram todo o apoio para este evento – que é um evento, não é um ato, é um evento – fosse realizado.

Então, fica aqui o fechamento final em matéria de encaminhamento. Nós vamos conversar, então, com o Presidente e o Vice desta Comissão, que já citei, Humberto Costa e Contarato, bem como, no caso aqui, com os Senadores de Roraima: Chico Rodrigues, Mecias de Jesus e Telmário Mota – tenho uma relação muito respeitosa com os três, também o Humberto tem, a Leila tem e o Contarato também –, no sentido de que a gente acerte a possibilidade de uma diligência no Estado de Roraima para tratar desse assunto específico que aqui o Júnior trouxe. É um problema nacional – sabemos disso, não é?

A diligência pode ser uma atividade na Assembleia, convidando todos os Poderes constituídos e as lideranças do povo indígena, como pode ser também uma missão pontual, numa região do conflito, mas isso vai ser uma decisão coletiva tomada.

Eu entendo que todo dossiê e tudo que foi dito aqui... O momento tem que ter um plano de ação, de estrutura, para inibir os atos criminosos que estão acontecendo lá. Enfim, faremos tudo que for possível.

Assim, eu dou por encerrada esta nossa audiência pública, agradecendo, com muito, muito carinho, todos os nossos convidados. Todos aqui foram – percebi na fala – muito objetivos, dando a sua contribuição para a gente brasileira, porque é gente brasileira: quando a gente fala de povos indígenas, estamos falando de todo o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigado Sr. Luis Ventura Fernández, aqui ao meu lado; muito obrigado, Sra. Julia Neiva; muito obrigado, Sr. Alisson Marugal; muito obrigado, Sr. Ernani Sousa Gomes; e muito obrigado a você que provocou este debate, o líder jovem, como eu digo, Júnior Hekurari Yanomami, representante do povo ianomâmi.

Está encerrada a nossa audiência pública.

É preciso esperançar: ter esperança e lutar para fazer acontecer. (*Palmas.*)

Encerramos aqui.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Nelsinho Trad, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: "Apresentar Dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida". Participantes: Karen Friedrich, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; Naiara Bittencourt, Advogada na organização Terra de Direitos e Integrante da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA; Rafael Rioja Arantes, Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Aline Gurgel, Representante da Fundação Oswaldo Cruz; e Shirleyde Alves dos Santos, Vice-Presidente Regional Nordeste da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA. Resultado: Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra o Senador Humberto Costa e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas que nos acompanham.

Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública será realizada para apresentar o dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida. A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós temos, no dia de hoje, uma relação de convidados, alguns estão aqui presencialmente: Karen Friedrich, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); o Dr. Rafael Rioja Arantes, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; a Dra. Aline Gurgel, representante da Fundação Oswaldo Cruz. Remotamente, nós temos aqui a participação da Sra. Naiara Bitencourt, advogada na organização Terra de Direitos e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Shirley de Alves dos Santos, representante da Associação Brasileira de Agroecologia; e o Dr. Fernando Pigatto, representante do Conselho Nacional de Saúde.

Eu queria rapidamente dizer umas palavras e, logo depois, nós vamos exibir um filme, um vídeo de dois minutos, antes que nós possamos dar início às manifestações.

Bem, o Brasil é hoje um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo, inclusive de produtos que são proibidos em outros países. A legislação brasileira que regula o uso de agrotóxicos ainda é muito permissiva e isso nos torna um mercado perfeito para o veneno. Desde o golpe contra a Presidenta Dilma, mais de mil novos agrotóxicos foram liberados no Brasil. Os Governos Temer e Bolsonaro permitem, em média, três novos venenos a cada dois dias. Para termos uma ideia, o Ministério da Agricultura aprovou o uso de mais de cem agrotóxicos nos dois primeiros meses do Governo Bolsonaro. O avanço do uso de agrotóxicos no Brasil está na contramão do que ocorre no restante do mundo. Aqui, a quantidade permitida de veneno na água é 5 mil vezes maior do que é praticado na Europa, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida foi organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida e visa visibilizar e subsidiar o debate que deve envolver toda a sociedade brasileira sobre o impacto do agrotóxico na saúde da população.

A apresentação do dossiê objetiva não apenas documentar todo o processo, como também e principalmente subsidiar, técnica e cientificamente, as lutas no cenário legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal, travadas por Parlamentares e sobretudo pelos movimentos populares e organizações da sociedade civil em defesa da saúde humana e ambiental e da própria democracia.

Nesse sentido, a apresentação do Dossiê Contra o Pacote do Veneno e em Defesa da Vida contribuirá com um modelo de sociedade mais justa e sustentável, fomentando o debate com base em uma ciência que busque a promoção da vida e que não esteja refém dos interesses do mercado internacional e de seus agentes locais.

É muito importante nós estarmos hoje sediando a apresentação desse dossiê. Como dissemos nesta nossa fala, o Brasil é um país hoje que tem sido um espaço de ampla liberalização para a utilização de agrotóxicos, como foi dito, inclusive de agrotóxicos que estão proibidos em outros países. Isso vai completamente contra os compromissos que o Brasil assumiu internacionalmente, com a Organização Mundial da Saúde e com outras instituições, no sentido de que nós possamos estabelecer a defesa do meio ambiente e a defesa da saúde das pessoas. Muitos desses agrotóxicos que estão em grande quantidade nos alimentos que são consumidos pela população brasileira e que vão para a exportação são causadores de doenças gravíssimas, muito em particular de vários tipos de câncer.

Na verdade, as mudanças legislativas, que preveem, inclusive, o enfraquecimento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária como órgão regulador da liberação ou da proibição desses agrotóxicos, são profundamente danosas e nocivas à população brasileira e tão somente procuram favorecer grandes interesses dos produtores de agrotóxicos, da indústria produtora de agrotóxicos em termos internacionais, bem como de alguns setores da agricultura que, diferentemente de boa parte dos produtores de alimentos no Brasil, querem o lucro a todo custo. A utilização cada vez maior de agrotóxicos lhes permite ampliar a sua taxa de lucros, ainda que isso possa, mais na frente, gerar danos à sua própria atividade econômica. São inúmeros os países que se organizam ou que já fazem restrição à venda e ao consumo de produtos originários de países que fazem a utilização abusiva dos agrotóxicos. Então esse tipo de ação pode terminar se voltando contra o próprio agronegócio, contra a produção de alimentos no Brasil, que tem tudo para ser, em grande parte, orgânica e para atender aos interesses da nossa população.

Eu queria, então, iniciar, dando a palavra à Karen Friedrich, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a nossa querida Abrasco. Peço que ela venha até a mesa, por qualquer lado. Ela pode escolher onde quer ficar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez seja melhor um de cada vez, porque nós estamos sem lugares suficientes. Depois nós poderíamos fazer aqui uma alternância, não é? Fala uma pessoa no presencial e uma pessoa no remoto.

Então, depois da Dra. Karen, nós vamos ouvir a Dra. Naiara Bitencourt.

O procedimento é de que V. Sa. tenha dez minutos para fazer a sua exposição e, logo depois, nós retornaremos aos demais integrantes desta audiência pública. (*Pausa.*)

Pois não.

A SRA. KAREN FRIEDRICH (Para expor.) – Eu gostaria de, simbolicamente, entregar aqui o nosso dossiê. (*Pausa.*)

Bom dia a todos e a todas.

Vou só pedir licença para tirar a máscara, porque acho que aqui a gente está seguro, para evitar abafamento.

Bom, eu gostaria de, primeiro, agradecer o acolhimento aqui nesta Comissão de Direitos Humanos para a gente falar desse tema, para trazer o livro *Dossiê Abrasco*. Nesta semana, inclusive, a gente comemora dez anos de que a gente lançou a primeira parte do *Dossiê Abrasco*, no Congresso Mundial de Nutrição, em que trouxemos a problemática da contaminação de alimentos com agrotóxicos. Então, é muito importante este espaço aqui que nos foi dado.

O *Dossiê Abrasco* foi organizado por diversos autores e autoras. São pesquisadores, pesquisadoras de diferentes linhas de pesquisa, da área da saúde, da agronomia, do meio ambiente. Essas pessoas se debruçaram, com um olhar técnico-científico muito crítico, sobre os impactos de uma eventual aprovação do PL 6.299, de 2002. Além disso, o livro comporta o posicionamento de diversas instituições de pesquisa, instituições acadêmicas do Brasil, como a Fiocruz e o Instituto Nacional de Câncer. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Ibama também são duas organizações que estão envolvidas no registro de agrotóxicos e que se posicionaram muito fortemente contra a aprovação do PL do veneno. A gente tem também organizações e entidades que fiscalizam a execução das leis, como o Ministério Público, sociedades médicas e científicas. Então, o dossiê também reúne essas notas oficiais, esses posicionamentos oficiais dessas instituições contra a aprovação do PL 6.299, de 2002. A gente viu apenas uma instituição favorável, ainda assim com ressalvas, uma instituição importante para o agronegócio brasileiro, que é a Embrapa, embora a gente saiba que tenha várias cooperações com as grandes transnacionais fabricantes de agrotóxicos do planeta.

Aqui eu queria só dar um panorama breve. Apesar de o Senador já ter colocado isso, é um panorama de como estamos hoje no Brasil nessa situação de agrotóxicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2019 e 2022 foram liberados mais de 1,6 mil produtos agrotóxicos novos no Brasil. Esses produtos – isso já tem sido bastante debatido na imprensa – são produtos antigos, produtos obsoletos, produtos muito tóxicos. A maioria deles são produtos que outros países já baniram, e nós abrimos, nesses últimos três anos, o mercado brasileiro para vender em grande quantidade essas moléculas.

Então, o que é importante e que eu gostaria de destacar neste ponto é que os órgãos que estão envolvidos no registro de agrotóxico, como a Anvisa, o Ibama e o Mapa, eles têm celeridade quando necessário, quando demandado por uma política de governo que é uma política que favorece e estimula a utilização de agrotóxicos. Inclusive, a gente tem uma lei de 2013, assinada pela Presidente Dilma, a Lei 12.873, que a gente chama de Lei de Emergência Fitossanitária. Então, isso é muito importante. Por quê? Essa lei permite que sejam usados produtos no Brasil sem registro aqui quando existe uma demanda, uma epidemia, vamos colocar assim, de praga denominada pelo Ministério da Agricultura, ou seja, até para as situações mais emergentes para o campo a gente já tem um arcabouço legal que dá suporte para essas ações emergenciais. Então, também é outra questão que torna inútil, nesse sentido, para isso a aprovação do PL do veneno.

Bom, 81% dos agrotóxicos permitidos no Brasil são proibidos em países da OCDE. Então isso também é uma questão muito importante até para as relações, nossas relações comerciais de exportação de produtos. Então, o Brasil ficaria já restrito nessa comercialização em locais, em países que têm mais preocupação com a saúde humana e o meio ambiente, como a Europa.

A gente também tem, no Brasil, uma pesquisa que nós fizemos, publicada em artigos científicos: 67% do volume que é efetivamente comercializado no Brasil são de produtos que causam câncer e doenças hormonais, tanto para a saúde humana como para a vida selvagem. Então isso também é um problema ambiental muito grave de desequilíbrio, de perda da nossa biodiversidade, que também tem uma importância econômica, além de uma importância para a vida. E 34% dos alimentos que a gente consome têm misturas de agrotóxicos. Então esses são dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária no seu último relatório, no programa que ela fazia anualmente de investigar e fazer análise laboratorial dos alimentos. Então isso significa que a gente come misturas de agrotóxicos. E a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária afirma nesse mesmo relatório que não considera – que desconsidera, não é? – os efeitos aditivos nessas misturas de agrotóxicos que a gente ingere através da água, dos alimentos. Então isso é uma falha metodológica que a gente sabe que não é exclusiva da Anvisa, mas também de outras agências regulatórias internacionais – embora Estados Unidos e Europa estejam caminhando nessa preocupação de como resolver essa questão das misturas. A gente tem ali 34%, mas quando a gente olha ali para alguns alimentos, esse percentual pode variar de 45% a 95% de misturas de 2, 3 e até de 21 agrotóxicos numa única amostra de alimento, numa única porção encontrada pela Anvisa.

A gente também observa que as quantidades de agrotóxicos permitidas em água e alimentos no Brasil são muito maiores do que em outros países. Eu destaquei aqui apenas quatro agrotóxicos, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que outros países da OCDE já proibiram, porém estão entre os mais consumidos no Brasil. Pode haver 20 vezes mais atrazina na água do brasileiro do que na água do europeu; 1,2 mil vezes mais carbendazim na nossa água do que na água na Europa e assim por diante. Então a gente vê que, além de a gente estar consumindo produtos que são proibidos em outros países e que são altamente tóxicos, a gente tem uma situação muito mais permissiva para o uso dessas substâncias.

Bom, então o PL 6.299, de 2002, não modifica esse cenário de forma alguma, não melhora esse cenário para a segurança alimentar, para a segurança dos trabalhadores e para a segurança dos consumidores, isso porque ele não facilitará o registro de produtos menos tóxicos, não facilitará o registro de produtos mais modernos. Como poderiam ser menos tóxicos se um dos dispositivos do projeto de lei é justamente para permitir o registro de produtos cancerígenos que causam problemas hormonais, reprodutivos, que causam malformações em bebês? Esses são problemas que hoje a nossa lei atual proíbe, mas que o PL modifica, então afirmar que o PL 6.299 vai permitir o registro de produtos menos tóxicos é uma falácia enorme!

Além disso, retira especialistas da área de saúde e de meio ambiente desse processo de registro, e esses especialistas estão na Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no Ibama, são profissionais de carreira, são servidores públicos que já vêm sendo treinados há muito tempo para esse processo de registro. Retirá-los desse processo de forma alguma explica essa falsa afirmação de que o PL vai melhorar a segurança alimentar dos brasileiros e brasileiras.

Além de tudo, também dificultará o acesso às informações dos agrotóxicos presentes em água e em alimentos. Então, apesar de não ser tão eficaz esse monitoramento, tão frequente como a gente desejaria, principalmente para o direito à informação da população, essas informações vão ficar restritas e sua fiscalização ficará sob responsabilidade dos órgãos de agricultura.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KAREN FRIEDRICH – E também não moderniza a lei brasileira, até porque a nossa lei brasileira, de 1989, se aproxima muito da lei europeia e, aprovando o PL 6.299, a gente vai na verdade se distanciar.

Então o que a gente tem de previsão, de expectativa e de futuro se o PL 6.299 for aprovado é que o Brasil será um mercado para o escoamento de agrotóxicos que outros países já estão proibindo e que causam câncer, infertilidade, todos esses problemas que a gente já citou.

É claro que a aprovação do PL 6.299 é muito interessante para os setores que fabricam agrotóxico, para quem fabrica agrotóxicos, porque eles não estão vendo mercado para escoar essas produções, mas estão vendo no Brasil um mercado e um cenário propícios caso o PL seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de tudo, vislumbram-se possíveis restrições sanitárias para a importação de produtos brasileiros e possíveis parcerias comerciais comprometidas, como a questão do Mercosul, porque são países que têm se preocupado muito com o futuro e com o cuidado das nossas florestas, dos povos tradicionais, com o trabalho digno que é altamente atingido pela utilização de agrotóxicos e pela contaminação ambiental.

Então, esses são alguns dos pontos que eu queria colocar em destaque e afirmar e reafirmar que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva e várias instituições importantes do Brasil que se debruçam técnica e cientificamente sobre o problema são terminantemente contra a aprovação do Projeto de Lei 6.299, de 2002.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Karen, que representa aqui Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), pelas suas informações, pelo seu posicionamento.

E eu queria registrar aqui as consequências, porque talvez muitos dos Senadores e muita gente da população brasileira não tenham conhecimento de quais serão as repercussões da aprovação desse pacote que está em processo de tramitação aqui no Senado Federal.

Eu, de imediato, vou passar a palavra à Dra. Naiara Bittencourt, que é advogada na organização Terra de Direitos e é integrante da Articulação Nacional de Agroecologia.

Então, com a palavra a Dra. Naiara Bittencourt.

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia a todas. Bom dia, Senador Humberto Costa. Bom dia, Senadora Zenaide Maia e todas que estão aqui dividindo a mesa.

Eu só vou compartilhar uma breve apresentação e já começo me desculpando por não estar presencialmente com vocês. Eu gostaria de estar, inclusive tinha comprado passagens, já estava tudo certo, mas peguei uma virose e achei por bem não contaminar ou expor outras pessoas a essa virose que seja. Ainda bem que não é covid porque estamos com as três doses da vacina.

Bom, a minha fala aqui se refere mais às possíveis inconstitucionalidades ou colisões legais que esse pacote do veneno, esse projeto de lei, se for aprovado, pode acarretar no nosso sistema jurídico e normativo e colidir, inclusive, com tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. E aí eu utilizo como base para estruturação dessa fala, claro, as notas técnicas e posições já organizadas nesse dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida, mas em especial a posição de órgãos do sistema de Justiça, órgãos e instituições do sistema de Justiça, como a Defensoria Pública da União, o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

Algumas dessas inconstitucionalidades apresentadas por esse projeto de lei bastante severo se referem, por exemplo, aos arts. 23 e 24 da nossa Constituição Federal, porque o projeto limita as competências já estipuladas para que estados e municípios legislem sobre agrotóxicos, especialmente nessa área de saúde e meio ambiente. Também colide com o nosso art. 170, V, VI, da Constituição Federal, especialmente no que se refere à defesa dos direitos dos consumidores, à defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas também com a diretriz de que produtos que causem riscos ou produtos que causem impactos ambientais devam ter tratamentos diferenciados pelo poder público. O mesmo se refere aos impactos e as colisões em relação ao art. 196, ao direito à saúde, ao art. 225, que se refere ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e também à vedação de qualquer retrocesso socioambiental e uma proteção débil ou ineficaz ao meio ambiente. E ainda há um artigo bem explícito na nossa Constituição Federal, que é o 240, no seu §4°, que traz expressamente que os agrotóxicos devem ter propagandas que advirtam sobre os seus riscos, sobre os seus malefícios à população brasileira. Isso é uma proteção ao direito do consumidor, é uma proteção aos agricultores e é uma proteção à sociedade brasileira como um todo.

A primeira questão para a qual eu gostaria de alertar nesse momento é que esse projeto de lei muda o termo de agrotóxico...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto, Dra. Naiara, porque não estamos conseguindo ver aqui a exposição, está congelada no primeiro... Agora passou mais um. Desculpe. (*Pausa.*)

Estão pedindo para colocar em modo *slide.*

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (*Por videoconferência.*) – Modo *slide*, vamos puxar como é o modo *slide*. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É um ícone acima desse aí em que a senhora está.

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (*Por videoconferência.*) – Será esse aqui?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É esse, não é? (*Pausa.*)

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (*Por videoconferência.*) – Está passando? (*Pausa.*)

Está passando? Ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, vamos seguir então.

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (*Por videoconferência*.) – Não está, não é? (*Pausa.*)

Eu vou deixar assim, então, porque talvez melhore um pouco... Pelo menos dá para ver a apresentação.

Bom, a mudança do termo de "agrotóxico" para "pesticida" ou "produto de controle ambiental": é importante dizer que esse termo "agrotóxico" está cunhado na nossa Constituição Federal, e aí nós temos até um vício de processo legislativo, porque, para se mudar um termo que está sedimentado na nossa Constituição Federal, nós teríamos que passar por uma emenda constitucional, com a aprovação de maioria qualificada, enfim, com todos os trâmites adequados. Não é a lei que vai mudar um termo cunhado na nossa própria Constituição Federal.

Sobre o direito à saúde, já cunhado também ali no art. 196 da Constituição Federal e no próprio Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, na lei que rege o Sistema Único de Saúde, esse projeto de lei, como a Dra. Karen já mencionou, restringe-se à vedação dos registros de agrotóxicos que causem riscos inaceitáveis e também confere maior poder ao órgão de agricultura em detrimento do órgão de saúde e de meio ambiente. Isso viola frontalmente o direito à saúde.

O mesmo se dá em relação à possibilidade de registro temporário de agrotóxicos ou de autorização temporária de agrotóxicos, indicando que, por exemplo, um agrotóxico que seja autorizado em três países da OCDE, que é um órgão econômico – reforce-se: não é um órgão de saúde, não é um órgão ambiental, é um órgão de caráter econômico –, teria essa autorização se ele fosse autorizado nesses três países. Ou seja, se tem dois pesos e duas medidas: para autorização, se rege em relação aos países da OCDE, mas para o banimento ou a proibição de produtos autorizados o mesmo critério não é utilizado.

Também há essa questão da delimitação de prazos extremamente rápidos, céleres, para que esses agrotóxicos sejam registrados, inclusive com responsabilização administrativa dos servidores e dos órgãos de saúde, de meio ambiente e de agricultura para a procedência desse registro, e a dispensa do registro de agrotóxico nos agrotóxicos que serão exportados, mas não utilizados aqui no nosso país.

Quanto às violações desse projeto de lei em relação ao meio ambiente equilibrado e à Política Nacional de Meio Ambiente, nós temos a colisão especialmente com o art. 225 da Constituição Federal e com a Política Nacional de Meio Ambiente, que foi chancelada e autorizada, recepcionada pela nossa Constituição Federal e sedimentada pelo Supremo Tribunal Federal; a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente, especialmente nos Princípios 15 e 10 – um se refere ao princípio da precaução e outro, da informação –; a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável; o Protocolo de Quioto; a Convenção sobre Diversidade Biológica; e também o Protocolo de Cartagena sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Biossegurança, que reforça o princípio da precaução e o princípio da prevenção, também já estipulados na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Declaração do Rio.

Na prática, como esse projeto de lei fere esse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? Primeiro, como eu falei, especialmente a autorização temporária ou o registro temporário de produtos com dois pesos e duas medidas; em segundo lugar, também bastante reforçado pela Associação Brasileira de Agroecologia e pela Articulação Nacional de Agroecologia, é a mortandade de abelhas e de insetos polinizadores. É importante falar que o Brasil é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica, e que essa convenção, no último encontro das partes, aprovou um plano de conservação de polinizadores, ou seja, o Brasil está indo na contramão dos tratados e acordos que ele mesmo assinou e ratificou em âmbito internacional, especialmente porque predomina e preconiza a ordem econômica acima do direito ao meio ambiente e do direito à vida.

Também é importante reforçar que não há no PL qualquer medida de gestão ou mitigação de riscos ambientais, o que também vai na contramão da Política Nacional do Meio Ambiente.

Outra violação é a questão da vedação ao retrocesso socioambiental e obrigação de a gente avançar na política ambiental, entendendo que isso é uma política e uma jurisprudência já consolidadas nas Cortes superiores, especialmente no Supremo Tribunal Federal, com vários precedentes normativos de que não se pode retroceder na proteção ambiental. Nós devemos sempre avançar. Um projeto nesse sentido neste momento agora significa um retrocesso socioambiental absurdo e que também será sentido, inclusive, no âmbito econômico, como afirmou a Dra. Karen.

Também é uma violação ao direito à alimentação adequada, especialmente porque a alimentação é um direito social estabelecido pelo art. 6° da Constituição Federal, mas também é diretriz na nossa Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, na lei que rege os produtos orgânicos no Brasil, especialmente porque o Brasil também tem que se atentar ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n° 2, que preconiza que haja uma fome zero e agricultura sustentável – e para isso a redução de agrotóxicos. Esse projeto de lei vai avançar, na verdade, na celeridade da liberação de registros em produtos mais perigosos, sem análise de riscos e sem o devido monitoramento da saúde e ambiental.

Também é importante lembrar que o Brasil também é signatário da Convenção Internacional sobre a Proibição do Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição de Armas Químicas – a gente tem percebido que os agrotóxicos estão violando, especialmente pela pulverização aérea, vários direitos humanos de comunidades tradicionais a partir da utilização desses produtos, como armas químicas – e também da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Substâncias Químicas e Agrotóxicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o direito ao meio ambiente, ao trabalho sadio, também preconizado no art. 7°, inciso XXI, da Constituição Federal, especialmente porque se devem reduzir os riscos inerentes ao trabalho com normas que garantam a saúde, a higiene e a segurança dos trabalhadores.

E, como se vai dispensar o registro, por exemplo, de um produto que é fabricado por trabalhadores brasileiros que fere o meio ambiente brasileiro através dos seus resíduos, esses produtos não serão registrados e, por consequência, pouco monitorados aqui no nosso território brasileiro. Isso fere também a Convenção n° 155 e a Convenção n° 170 da Organização Internacional do Trabalho. Isso está nas notas técnicas do Ministério Público do Trabalho, também no dossiê.

O direito à informação, especialmente porque essa alteração do nome "agrotóxico" fere o direito de consumidores e de agricultores, numa forma de flexibilizar, de tornar menos perigoso atrativamente o nome desses produtos; também reduz, conforme estabelecido no nosso sistema nacional de política ambiental, a possibilidade da participação popular nos processos de cancelamento de registros.

Hoje qualquer entidade da sociedade civil que seja legalmente constituída, por exemplo, para defender os interesses dos consumidores, do meio ambiente, dos recursos naturais, partidos políticos, enfim, pode pedir o cancelamento de um registro de agrotóxico. Com o novo projeto de lei, com a possibilidade de autorização ou a aprovação do pacote do veneno, essas organizações da sociedade civil não poderão mais solicitar o cancelamento do registro. Isso fica a cargo exclusivo do Ministério da Agricultura, ou seja, se reduz ainda mais a possibilidade de participação popular, que é princípio do direito socioambiental brasileiro.

Por fim, tem mais dois pontos, mas este é especial, que é a redução da competência legislativa dos estados e municípios: no art. 24, §2° da Constituição Federal, no art. 30 e também em jurisprudência consolidadíssima do Supremo Tribunal Federal, que autorizam que estados e municípios legislem sobre agrotóxicos, especialmente se trouxerem medidas mais protetivas ao meio ambiente e mais protetivas à vida. A gente pode lembrar da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.341, que autorizou que os municípios elaborassem normativas mais protetivas à saúde durante a pandemia de covid-19, ou seja, a gente já tem precedentes no âmbito da saúde e também tem precedentes no âmbito ambiental, além de estar expressamente dimensionado na nossa Constituição Federal.

Uma das questões mais severas é justamente a omissão em relação a propaganda de agrotóxicos. Como eu já falei, isso está sedimentado, está estabelecido no art. 220, §4°, da Constituição Federal, que diz expressamente – está colocado ali – que a propaganda de agrotóxicos deve advertir sobre os malefícios decorrentes do seu uso. Hoje, a Lei de Agrotóxicos, de 1989, traz expressamente vedações em relação a propagandas de agrotóxicos. O novo pacote do veneno – que de novo não tem nada, é um retrocesso ambiental – é omisso em relação à propaganda, ou seja, a gente também teria retrocesso ambiental e uma violação constitucional em relação à propaganda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu só queria registrar que, na 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o relator de resíduos tóxicos, em visita ao Brasil, inclusive em relatório específico ao Brasil, o Sr. Baskut Tuncak indica e recomenda ao Brasil que desenvolva planos para a redução de agrotóxicos de forma urgente. Isso significa aprovação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos e também abandonar qualquer proposta legislativa que flexibilize a legislação do agrotóxico, como é o caso do pacote do veneno.

Nesse sentido, nós esperamos firmemente que esta Casa legislativa não permita que essa cadeia normativa de ilegalidades e de inconstitucionalidades avance e seja aprovada, porque certamente isso teria uma consequência inclusive em relação ao peso do Poder Judiciário, que teria que avaliar todas essas ilegalidades e inconstitucionalidades. É importante que não se dê esse passo a partir desta Casa Legislativa, do Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Naiara, que traz informações muito relevantes sobre estudos realizados, ao mesmo tempo que avaliações das consequências da aprovação dessa legislação.

Gostaria de pedir aos nossos expositores que nos enviem essas apresentações aqui, à Comissão de Direitos Humanos, para que nós possamos socializá-las com os demais integrantes da Comissão.

Eu vou, antes de passar a palavra ao Dr. Rafael, ler algumas perguntas que chegaram até aqui para o caso de V. Sas. desejarem se manifestar ou responder.

Do Sr. Marcos Moura, do Rio Grande do Norte: "Por que substâncias tão prejudiciais à vida ainda são permitidas?".

"Atualmente, como a Anvisa atua na medição de agrotóxicos contidos nos alimentos transferidos ao consumidor final?". Caio Vítor, de Goiás.

Júlia Alves, de Minas Gerais: "Qual o motivo da liberação de tantos agrotóxicos que são mundialmente proibidos?".

Giácomo Casablanca, do Amazonas: "Não haveria outras alternativas para substituir os agrotóxicos por outras substâncias que não sejam nocivas à saúde humana?".

Andreza Couto, do Rio de Janeiro: "Por que [há] tantos agrotóxicos na nossa mesa?".

João Evangelista, de Goiás: "[É necessário] ... investir em meios mais eficazes e tecnológicos de controle biológico, tornando inviável o uso de agrotóxicos".

Com a palavra a Dra. Aline Gurgel. Pode vir até aqui, à mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALINE GURGEL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite para estar neste debate hoje.

Eu represento a Fundação Oswaldo Cruz, o Instituto Aggeu Magalhães. Sou pesquisadora da instituição e atualmente estou na coordenação do GT de agrotóxicos da Fiocruz. Então, queria falar um pouquinho sobre como a aprovação desse pacote do veneno ameaça à saúde humana, o ambiente e está diretamente relacionada à violação de direitos humanos. É um desafio falar em tão pouco tempo, mas vou fazer aqui um exercício.

Como já apontado pelas apresentadoras anteriores, essa legislação traz alguns pontos críticos. Eu vou trazê-los aqui, enquanto elementos emblemáticos, para falar sobre esses danos à saúde.

Um dos principais pontos críticos da proposta desse projeto de lei é liberar no Brasil produtos que estejam associados ao surgimento de câncer, de mutações, danos ao material genético, problemas hormonais, reprodutivos e más-formações fetais. Como Karen disse, esses danos hoje... Agrotóxicos associados a esses efeitos são proibidos de registro no Brasil. E esse PL propõe essa mudança a partir de uma avaliação de risco, em que vai ser determinado o risco aceitável. Então, qual é a quantidade de veneno a que a gente pode se expor que esteja associado a efeitos dessa natureza, que são graves e potencialmente irreversíveis, inclusive vinculados à morte, podendo levar ao óbito? Quanto disso é aceito pela sociedade? Bom, do ponto de vista ético, eu acho que nenhum, não é?

Então, isso é um enorme retrocesso legislativo que vai na contramão do que vem acontecendo no mundo. Inclusive, a comunidade europeia, antes de 2012, fazia um processo de avaliação de risco seguindo todas as suas etapas e após 2012, até se inspirando – quem sabe? – na legislação brasileira, mudou esse processo. E a Europa legisla tal qual o Brasil legisla hoje, proibindo que sejam registrados agrotóxicos associados a esses danos graves e potencialmente irreversíveis. A nossa legislação vai na contramão do que acontece no mundo, em países desenvolvidos, como em toda a Europa, de economia central. E a gente vai permitir que esses produtos sejam utilizados no Brasil, sejam registrados no Brasil diante de um artifício que é essa determinação do risco aceitável.

Porém, uma coisa que a gente precisa ter em mente muito clara é que é impossível estabelecer níveis de dose que sejam considerados seguros quando a gente trata de determinados efeitos para a saúde, como, por exemplo, substâncias que são carcinógenas genotóxicas, carcinógenos iniciadores. Então, não existe uma dose de exposição que possa ser considerada segura e que não leve a um desfecho como esse, ou seja, qualquer dose diferente de zero pode ser suficiente para desencadear um câncer em pessoas expostas. Então, não há que se falar em limite seguro de exposição quando a gente trata de efeitos dessa natureza. A mesma coisa com substâncias que são desreguladoras endócrinas, substâncias que podem alterar o nosso sistema hormonal, seja liberação de hormônios, produção de hormônios, ligação de hormônios. Então, sobre essas substâncias que provocam essa desregulação hormonal, a gente não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinar um nível de dose que seja considerado seguro. Retroceder a nossa legislação, mediante esse artifício, desconsiderando que existem substâncias para as quais não existe a possibilidade de determinar um nível de dose que seja considerado seguro, é um enorme retrocesso.

Também existem substâncias que têm comportamentos que são pouco pensados no momento de um registro de agrotóxico, que são substâncias que têm curvas de efeito não monotônicas, em que os efeitos mais graves, mais pronunciados são exibidos em baixas doses, e à medida que você aumenta a dose esses efeitos tendem a desaparecer. Então, a gente desconsidera esse tipo de comportamento, substâncias que têm esse tipo de comportamento. Destaco aqui que os desreguladores endócrinos, como são... Vários agrotóxicos com uso autorizado no Brasil e que vêm sendo liberados recentemente são desreguladores endócrinos ou suspeitos de serem desreguladores hormonais. Então, esse comportamento não monotônico, essas curvas não monotônicas são consideradas padrão quando a gente trata desse efeito. E também desconsidera a questão dos efeitos sinérgicos e aditivos. A gente sabe que no Brasil a pessoas não se expõe a uma única substância isoladamente por uma única via de exposição. A gente tem exposição a múltiplas substâncias em uma única amostra de alimentos. Como foi exibido aqui, no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, feito pela Anvisa, a gente consegue encontrar mais de 20 agrotóxicos em um único alimento. Então, essas substâncias podem interagir entre si e potencializar o efeito tóxico. Quando a gente pensa em determinar um risco aceitável, a gente está negligenciando todas essas outras condições, inclusive as vulnerabilidades diferenciadas, não é? Crianças, por exemplo, são mais vulneráveis e, quando a gente vai avaliar isso, a gente avalia de forma global, sem considerar, de forma adequada, essas diferenças.

Um outro grande problema que ameaça a saúde e a vida está relacionado à retirada do poder de decisão sobre o registro de um produto da Anvisa e do Ibama. Quem defende o projeto de lei argumenta que eles ainda participarão do processo de registro e autorização de um agrotóxico no Brasil. Porém, na prática, não é isso que vai acontecer. A proposição estabelece que o órgão federal responsável pelo setor de agricultura vai ser o registrante do agrotóxico; à Anvisa e ao Ibama caberá um papel meramente consultivo. Então, num processo de registro que hoje é tríplice, em que todos têm pesos iguais na decisão, se um diz que não dá para registrar por danos inaceitáveis à saúde ou ao ambiente, por exemplo, no caso de Anvisa e Ibama, o produto não é registrado. Hoje essa proposição deixa esses órgãos com uma função meramente opinativa e é um retrocesso legislativo, que viola direito à saúde, direito a um ambiente equilibrado, direito humano à alimentação adequada. E mesmo que a Anvisa, por exemplo, identifique que um agrotóxico que está tendo o seu registro avaliado no Brasil não deva ser registrado por efeitos inaceitáveis à saúde ou que o Ibama diga que ele não pode ser registrado por efeitos inaceitáveis ao ambiente, o Mapa decide sozinho. Ele pode simplesmente dizer: "legal sua opinião; não vou levá-la em consideração". Então, o Mapa assume, sem ter a capacidade técnica ou prerrogativa legal, as funções da Anvisa e do Ibama, que têm técnicos com essas funções específicas e são especializados nessas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra grande questão, cujas repercussões para a saúde são importantes a gente entender, é a dispensa que está sendo proposta nesse projeto de lei de que produtos que sejam destinados exclusivamente à exportação não precisam ter registro no Brasil. Então, se eu vou exportar um produto, eu não preciso registrá-lo, se ele vai ser destinado somente isso. Só que isso é um problema gigantesco, porque esses agrotóxicos que vão ser produzidos no Brasil, mas não serão utilizados aqui, vão ser dispensados de terem estudos agronômicos, toxicológicos e ambientais realizados e apresentados, ou seja, a gente não faz ideia de que efeitos à saúde e ao ambiente aqueles agrotóxicos podem causar. Então, se, por exemplo, acontecer um desastre, um acidente, um vazamento, quais medidas de contingência, de mitigação podem ser adotadas? Se a gente não sabe que efeito, se a gente não avaliou isso adequadamente – aliás, nem adequadamente, não avaliou –, não há como se pensar em qualquer medida de proteção à saúde, à vida, para populações e ambientes expostos. E isso é uma ameaça grave em particular para os trabalhadores envolvidos em toda a cadeia produtiva desses agrotóxicos, desde o processo de fabricação, a transporte, armazenamento. Então, aqueles trabalhadores estão expostos cotidianamente a essas substâncias e, uma vez que esses produtos não têm registro no Brasil e foram dispensados dos estudos, a gente não consegue avaliar adequadamente a que riscos, a que perigos esses trabalhadores estão e quais são os potenciais danos à saúde que podem acontecer para esses trabalhadores.

Então, algumas consequências importantes que estão associadas a grandes falácias desses produtos, dessa mudança no projeto de lei, uma delas é que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE GURGEL – ... esse projeto de lei vai modernizar a legislação brasileira, vai proporcionar o registro mais rápido de novas moléculas, mais modernas e menos agressivas. Ocorre que isso não é verdade, porque essa lógica de fazer com que o Brasil possa aprovar, possa registrar produtos que já vêm sendo banidos no mundo inteiro, em função dos seus efeitos inaceitáveis para a saúde e para o ambiente, vai fazer com que esses produtos, uma vez que não possam ser registrados em países mais protetivos do ponto de vista legislativo, sejam registrados no Brasil. Então, ao contrário, não vai haver o registro de produtos mais modernos. O Brasil não vai... Essa legislação não favorece a incorporação de novas tecnologias; ao contrário. Uma vez que a gente está registrando agrotóxicos que estão associados, por exemplo, a danos muito graves ao ambiente, como a morte de polinizadores, por exemplo, que são considerados os principais responsáveis por alguns cultivos mundiais – o café, por exemplo, depende muito dos polinizadores –, a gente vai ter uma perda de biodiversidade, com a morte de espécies que são muito importantes do ponto de vista econômico e também da manutenção da biodiversidade. Então, ao invés de a gente ter um agronegócio que vai tornar o setor ainda mais produtivo, no médio e longo prazo a gente vai ter perda de biodiversidade e vai tornar o nosso setor menos competitivo no âmbito nacional e internacional.

Esse projeto de lei também, muitas vezes, é discutido por quem o defende como sendo o projeto do alimento seguro, o projeto de lei do alimento mais seguro. Isso é absolutamente falacioso, porque ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afeta diretamente a manutenção e o desenvolvimento de sistemas e práticas tradicionais e de agricultura familiar, ameaçando o direito humano à alimentação adequada, uma vez que nós vamos ter mais venenos liberados, venenos mais perigosos, que vão contaminar a nossa água e os nossos alimentos, tanto alimentos *in natura* como produtos alimentícios minimamente processados, processados e ultraprocessados, uma vez que nós não temos tecnologia disponível hoje em nenhum lugar do mundo que seja capaz de remover os agrotóxicos completamente de qualquer tipo de alimento. Então, é falacioso, não é verdade. Agrotóxico não é remédio que protege lavoura contra praga. Agrotóxico é veneno e tem uma única função, que é a de eliminação da vida.

Ainda esse projeto de lei ameaça a vida de toda a população, em particular a própria existência de grupos populacionais em maior situação de vulnerabilidade. A despeito do que dizem, de que não existem estudos que associem os agrotóxicos a doenças, existem, sim, muitos estudos, estudos robustos, de qualidade, principalmente estudos independentes, realizados por instituições de renome internacional e pesquisadores sérios e comprometidos que não têm conflitos de interesse e não são financiados pelo agronegócio.

Era isso que eu queria falar.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Aline. É muito importante a sua contribuição. Novamente, eu peço que nos envie à Comissão esse material.

De imediato, eu peço ao Dr. Rafael Rioja, que representa o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que possa ocupar aqui o seu lugar e usar da palavra.

O SR. RAFAEL RIOJA ARANTES (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Enquanto a apresentação entra ali, eu gostaria de agradecer antecipadamente ao Senador Humberto Costa pelo convite ao Idec para que façamos parte aqui nesta audiência para discutir um tema de extrema relevância para a população brasileira. Quero deixar um cumprimento às minhas colegas que já fizeram uso da palavra na manhã de hoje, aos Parlamentares que acompanham esta audiência também de forma *online* e aos representantes de segmentos da sociedade que acompanham.

Bom, é um prazer, enquanto Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, voltar ao Senado. Temos diversos programas e atuações aqui e fazemos uso da palavra em diferentes momentos para representar os consumidores brasileiros aqui dentro desta nobre Casa.

Eu hoje tenho aqui, como encomenda, passar... Nesse breve tempo que a gente tem aqui para sustentar alguns pontos desse PL, que é de extrema relevância, eu pretendo deixar aqui algumas visões em torno, primeiro, de conectar as evidências, muito em coro com as minhas colegas que me antecederam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui e que já colocaram os riscos para a saúde, para o ambiente. Então, eu trago aqui um olhar um pouco ampliado também para entender como esse PL interfere na discussão mais ampla e no ordenamento dos sistemas alimentares desde a produção, chegando ao consumo. No segundo ponto, vou mostrar como a atual legislação e o atual uso de agrotóxicos já vêm impactando nos consumidores brasileiros e no consumo e trazer as justificativas, as evidências que fortalecem o nosso posicionamento contrário ao PL 6.299.

Primeiramente, já foi citado aqui e acho que é importante e muito oportuno, Senador Humberto, a gente trazer essa discussão para a Comissão de Direitos Humanos pelo fato de que a alimentação é um direito consagrado na nossa Constituição, desde 2010, como já foi colocado aqui pela Naiara, pela Karen, pela Aline, junto ao rol dos outros direitos sociais. E aí eu faço também menção à nossa Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que é fundamental.

Eu peço licença, é o único eslaide em que eu vou ler palavra por palavra do art. 3°, que qualifica o que significa segurança alimentar nutricional. É muito importante a gente entender, quando a gente fala do direito humano à alimentação, o que ele contempla e qual é a visão de alimentação não apenas que as organizações têm, mas o que está consagrado na nossa Constituição e no conjunto de leis que a gente tem aprovadas aqui no nosso país. "Art. 3° A segurança alimentar nutricional consiste na realização dos direitos de todos em acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras [e aqui frisamos] de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis." Então, é importante a gente olhar para a alimentação, para os sistemas alimentares com esse enfoque.

E aí eu trago as evidências internacionais já existentes e faço destaque dessa publicação de 2017 do painel de especialistas em sistemas alimentares da Organização das Nações Unidas para segurança alimentar e nutricional, que diz justamente do atual arranjo e reconhecimento do impacto dos sistemas alimentares na saúde humana e na saúde ambiental. E aí, como um dos principais apontamentos nesse relatório, temos que precisamos de transformações radicais e urgentes para garantir que o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis seja uma realidade para as populações e que os governantes precisam adotar a indução de políticas que incentivem e promovam ambientes verdadeiramente saudáveis e sustentáveis. Novamente o conceito da segurança alimentar e nutricional aparece nesse espaço, especialmente no que diz respeito aos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que são aqueles que são garantidos de tal maneira a assegurar as bases econômica, social e ambiental para gerar a segurança alimentar e nutricional para as futuras gerações, e que isso não seja comprometido.

Passo aqui rapidamente – e vou deixando todos esses materiais à disposição dos Senadores, das Senadoras e da Comissão –, mas esse relatório traz um painel conceitual para ajudar a entender a complexidade que são os arranjos dos sistemas alimentares. E eu destaco ali, como um dos principais ordenadores de diretrizes e motrizes dos sistemas alimentares, justamente a importância das decisões, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomada de decisão política e econômica, que vão impactar sobremaneira como as relações de produção e consumo nos sistemas alimentares se dão, e de como serão delineados os ambientes alimentares, o consumo da população. E aí todo esse ordenamento está conectado com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, trazendo justamente todas essas dimensões de que falamos aqui.

Um outro relatório muito importante de se deixar aqui, para conhecimento da Comissão, dos Senadores e da população, é a publicação na revista *The Lancet,* uma das mais respeitadas e prestigiadas revistas científicas do mundo, que em 2019 trouxe e cunhou o termo da "sindemia" global da obesidade, da desnutrição e das mudanças climáticas. Estão trazendo justamente a junção de pandemias, que têm características e indicadores distintos, mas que têm como causa comum o desarranjo dos sistemas alimentares atuais e que vêm causando não só o comprometimento da saúde das pessoas, mas também influenciando nos limites planetários. A gente traduziu no Idec essa publicação, que é um relatório extenso reunindo mais de 300 artigos científicos com representantes de pesquisas de diversos países no mundo.

E aqui novamente eu faço menção – que conecta justamente com a discussão que a gente está tendo aqui das leis e do ordenamento político que é tomado – de que, nesta Casa, o PL 6.299 se insere justamente nesse espaço de normas que vão influenciar não só diretamente na economia, nas políticas, mas que vão perpassar os sistemas alimentares, influenciando no nível macro, mas chegando ali realmente na realidade das comunidades, das famílias e da população como um todo.

Eu trago ainda, nessa perspectiva de sistemas alimentares, um outro referencial de uma publicação feita recentemente pela Fundação Rockefeller para avaliar os impactos da alimentação – e, nesse caso aqui, a não contabilização das externalidades negativas em relação à alimentação. Então, apesar de ser uma publicação que traz a realidade do sistema alimentar dos Estados Unidos, a gente pode, pelo menos em relação aos dados, ao volume e ao entendimento de como esses impactos se dão, estabelecer alguns paralelos. Lá, para cada US$1,1 trilhão gasto com alimentação, tem-se a equiparação de que um valor três vezes maior, ou seja, US$3,2 trilhões ao ano, não é contabilizado, na verdade, com os custos das externalidades em relação aos impactos de saúde, nas mudanças climáticas e perda da biodiversidade.

E aí eu deixo isto aqui também, só para se estabelecer um paralelo de onde são observados esses gastos, esses impactos. Então, novamente, Senador Humberto, trago aqui para a discussão que já estão muito claros quais são os impactos para produção, mas a gente precisa olhar para os impactos desse PL numa dimensão mais ampla, passando pela saúde humana, pelas questões ambientais, pela perda da biodiversidade e, inclusive, em prejuízos econômicos, pelas razões já citadas aqui pelas minhas colegas, que vão desde os impactos na saúde humana em relação ao desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis, ao comprometimento dos solos, dos ambientes terrestres, aquáticos. E isso traz uma cascata de prejuízos que estão em diferentes ordens não só no comprometimento e adoecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individual, mas em todas essas perspectivas e características que perpassam também pelo ordenamento e forma como são utilizados os incentivos e subsídios no nosso país.

Trago aqui, chegando ao ponto dos impactos no consumo, como essa perspectiva de utilização de agrotóxicos que a gente tem atualmente já é extremamente nociva para os consumidores brasileiros, e, com um projeto de lei em vigor, isso tende-se a se intensificar ainda mais.

Como já foi citado aqui pela Karen e pela Aline, sobre os impactos nos próprios relatórios de avaliação do Para, feitos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nós no Idec, no ano passado, fizemos uma pesquisa inédita revelando a presença de agrotóxicos e resíduos de agrotóxicos também em produtos ultraprocessados, que já são conhecidamente prejudiciais à saúde pelo avanço nas doenças crônicas não transmissíveis, como sobrepeso, diabetes, hipertensão e doenças do sistema circulatório. A gente encontrou nesses produtos também a presença de agrotóxicos. Então é importante falar que são não apenas os alimentos *in natura*, como já trouxe aqui a Karen em relação ao monitoramento da Anvisa, mas são produtos processados, ultraprocessados. Então, a gente está falando de bolachas doces...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL RIOJA ARANTES – ... de biscoitos de água e sal, de bebidas à base de soja. Nós testamos 27 produtos, divididos em oito categorias, e encontramos resíduos de agrotóxicos em seis categorias. Trouxemos alguns resultados de destaque. Então, praticamente em 60% dos produtos que testamos encontramos pelo menos um agrotóxico, chegando a um coquetel de agrotóxicos de oito ingredientes ativos no mesmo produto. E isso faz menção aos malefícios já trazidos pela Aline e pela Karen em relação aos prejuízos da saúde. Encontramos o glifosato e o glufosinato, que têm o entendimento da Iarc, que é um instituto de pesquisa da Organização das Nações Unidas, como um agrotóxico potencialmente carcinogênico. Então, deixamos aqui um conjunto de evidências mostrando que os resíduos de agrotóxicos estão não apenas nos alimentos *in natura*, mas também nos ultraprocessados, que têm uma vida de prateleira de, às vezes, um ano, dois anos, desde que esses produtos foram aplicados na lavoura e, mesmo assim, dois anos depois de todo esse processo de toda a cadeia, continuam se fazendo presentes.

Deixo aqui o indicativo e a importância de que nós, enquanto Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, nos coloquemos na sociedade, para a qual é o nosso papel levar a voz do consumidor, conscientizar os consumidores, mas também de fortalecimento. Nós acreditamos nas instituições brasileiras e em fortalecer o papel do Legislativo, do Executivo e da própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, trazendo recomendações de que os programas de avaliação de monitoramento precisam ser fortalecidos e priorizados.

Aqui a gente traz alguns pontos de por que o atual projeto é extremamente prejudicial por enfraquecer as instituições brasileiras, especialmente no que diz respeito à garantia da saúde e também ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Karen já passou por aqui, mas eu deixo também à disposição da Comissão e de quem nos acompanha neste momento que, sob a perspectiva do consumo, os agrotóxicos estão presentes na água para consumo aqui no Brasil, infelizmente em grandes quantidades e alastrados por todo o território.

E aqui há outro ponto importante que já foi mencionado pela Karen, que é a parte de monitoramento do estabelecimento dos limites. É inadmissível que os consumidores europeus, que os cidadãos europeus tenham leis e critérios e referenciais mais protetivos, enquanto aqui no Brasil isso é colocado de uma forma muito mais branda e muito mais permissiva. Então, para nós, é extremamente prejudicial e inadmissível que os consumidores brasileiros possam ser expostos a limites de agrotóxicos mais coniventes do que em outros países, como já existe hoje.

E, por fim, deixo aqui o nosso posicionamento contrário ao PL 6.299 pelas diferentes razões que já foram expostas aqui.

Eu peço, inclusive, licença para divulgar uma nota encomendada para a Consultoria Legislativa do Senado pela Senadora Eliziane Gama e que traz uma série de apontamentos de pontos preocupantes em relação a esse PL. Em cima dessa nota... Não vou me estender aqui em todos os pontos preocupantes já pelo avançar do tempo, mas eu vou destacar alguns que também já foram mencionados pelos colegas de audiência neste dia de hoje e que expõem, fortalecem e justificam os nossos posicionamentos contrários em relação a esse PL.

O primeiro deles está na mudança do termo "agrotóxico". Isso já foi explicitado pela Naiara, mas eu faço coro aqui, para dizer que, levando em consideração inclusive o direito à informação, é uma questão muito significativa. Esse termo "agrotóxico" foi cunhado por pesquisadores do próprio agronegócio, trazendo justamente a dimensão e os efeitos desse termo, abrangendo o que ele de fato significa.

Faço menção a que esse tema também vem sendo colocado não só pelas organizações, mas na sociedade, na opinião pública, que está cada vez mais sensível e entendendo as dimensões dos problemas.

E destaco aqui que, para nós, existem sérios pontos problemáticos, mas este é, sem dúvida, algo realmente gritante: o enfraquecimento do sistema de controle, que também foi colocado aqui. Temos hoje uma estrutura tripartite, onde a Agência Nacional de Vigilância Sanitária faz os pleitos em relação à saúde, temos Mapa e o Ibama, e o atual PL propõe modificar e retirar o papel altivo da Anvisa e do Ibama, o que volta justamente para os problemas e questões de monitoramento e controle que já citamos aqui.

Existe uma série de outras lacunas e, como já foi falado pela Naiara, a questão da impossibilidade de estados e o Distrito Federal estabelecerem restrições mais restritivas.

Eu deixo aqui conclusões e alguns apontamentos para serem encaminhados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero reforçar que nós nos somamos ao robusto conjunto de organizações da sociedade civil, de representações científicas e da opinião pública, que se posiciona veemente contrário ao PL 6.299 pelas razões aqui citadas.

O PL, além de todos os pontos problemáticos apontados aqui, fragiliza ainda mais os mecanismos de controle e monitoramento, especialmente relacionados à saúde e ao meio ambiente, e isso vai aumentar diretamente os riscos aos consumidores e à população brasileira.

Senador Humberto, mais uma vez quero parabenizar pela relevância dos aportes trazidos pela Comissão dos Direitos Humanos. É extremamente relevante e pertinente que a gente discuta esse projeto aqui nesta Comissão, trazendo justamente a perspectiva dos direitos humanos. Além disso, quero destacar que o PL impacta diretamente e que ele precisa ser entendido.

Não é apenas uma questão ambiental, não é apenas uma questão de produção; é também uma questão de consumo, é uma questão de saúde, de direitos, e a gente precisa, então, fortalecer as proposições alternativas para uma transição urgente, que seja responsável e gradual.

Então, aqui é importante destacar que não significa apenas rechaçar o PL 6.299, mas que as alternativas já existem, estão em curso e precisam ser fortalecidas. A gente entende a importância do agronegócio, mas a gente precisa dar um direcionamento para o mundo para uma produção e consumo de alimentos que seja verdadeiramente saudável, verdadeiramente sustentável e que valorize quem está na terra fazendo o uso da terra.

Por fim, quero deixar um outro documento produzido por nós, Idec, que fica à disposição da Comissão e dos Senadores e das Senadoras, sobre as dimensões dos sistemas alimentares e um chamado para a ação em relação às cinco dimensões que precisam ser modificadas e estimuladas para oportunizar relações de produção e consumo verdadeiramente na direção do que apontam as evidências mundiais, mas também do que é a vocação do Brasil, já que temos essa biodiversidade gigantesca e uma grande vocação agrícola para ser, de fato, um grande expoente de produção saudável, sustentável e justa de alimentos não só em território nacional, mas para o mundo.

Agradeço e deixo novamente o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor à disposição para somar nessas discussões. Estamos aqui, Senador, à disposição sempre que convocados.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero agradecer, aqui, a exposição do Dr. Rafael Arantes, do Idec, cujas colocações são muito importantes, e também quero agradecer a disponibilização do material que nós temos a partir dele também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo esse material que vão nos enviar ficará à disposição para efeito de pesquisas, para efeito de estudos que as pessoas desejarem fazer.

Vou convidar, aqui, a Sra. Dra. Shirleyde Alves dos Santos, última convidada inscrita, e depois passarei a palavra à Senadora Zenaide Maia, que também está inscrita.

Com a palavra, remotamente, a Dra. Shirleyde Alves dos Santos, representante da Associação Brasileira de Agroecologia.

A SRA. SHIRLEYDE ALVES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos.

Estão me ouvindo bem? (*Pausa.*)

O som está o.k., gente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode falar. Estamos ouvindo.

A SRA. SHIRLEYDE ALVES DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Obrigada.

Quero agradecer ao Senador Humberto Costa, à Senadora Zenaide e a todos e todas que fazem esta Comissão. É uma honra muito grande estar aqui representando a Associação Brasileira de Agroecologia.

Vou compartilhar também um material aqui com vocês. Deixe-me tentar aqui para ver se dá certo... (*Pausa.*)

Compartilhou, gente? (*Pausa.*)

Deixe-me tentar aqui de novo. (*Pausa.*)

Estou conseguindo, gente, compartilhar com vocês a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estamos vendo a tela aqui.

A SRA. SHIRLEYDE ALVES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Pronto.

Obrigada.

Bem, gente, então, é uma honra muito grande estar aqui, representando a Associação Brasileira de Agroecologia neste espaço de debate tão importante, com o dossiê contra o pacote do veneno que a gente está trazendo, está apresentando, e em defesa da vida. A agroecologia se mostra como uma estratégia de promoção da vida e da saúde. A gente vê que, desde que surgiu, desde que se começou a introduzir os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrotóxicos, veio uma ideia, que vem desde a revolução verde e agora está sendo reforçada com esse projeto de lei do pacote do veneno, a ideia de acabar com a fome, sempre divulgando que precisa produzir, que precisa usar muito agrotóxico, muito veneno para acabar com a fome, e o que a gente tem visto é que a fome permanece, a fome inclusive aumenta em nosso país. O uso desenfreado e irresponsável de agrotóxico na produção agrícola na verdade tem acentuado assimetrias socioeconômicas, comprometendo o nosso solo, comprometendo o nosso meio ambiente e comprometendo fortemente a saúde das populações.

A Associação Brasileira de Agroecologia foi criada em 2004, como apoio ao desenvolvimento de pesquisas e experiências agroecológicas no Brasil, e hoje conta com mais de 1,5 mil sócios e sócias, entre cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, agricultores e agricultoras, e a gente vem sempre construindo, mediante bases científicas e populares, ações determinantes para o processo de transição agroecológica em nosso país.

Recentemente, uma pesquisa desenvolvida no projeto VigiSAN, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, trouxe um inquérito realizado em 2.180 domicílios, em cinco regiões do nosso país, tanto em áreas urbanas e rurais, no final de 2020, trazendo já um pouco de como é o impacto também da pandemia na fome, no aumento da fome no nosso país, e traz resultados que são alarmantes.

Nesse mesmo período, se a gente for procurar a questão de exportações de grãos no nosso país, o número aumenta, e a fome também aumenta. Isso mostra um pouco essa relação que existe entre o modelo de produção que há no nosso país e que esse modelo de produção em nenhum momento favorece o combate à fome no nosso país. O que favorece o combate à fome no nosso país são as experiências em agricultura orgânica, agricultura agroecológica...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dra. Shirleyde, nós não estamos conseguindo ver a sua apresentação.

É preciso que a senhora expanda para o modo *slide*, lá em cima, para que possa haver a passagem.

Pronto, agora passou para outro.

A SRA. SHIRLEYDE ALVES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Consegui agora?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. SHIRLEYDE ALVES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Pronto.

Então, deixe-me só voltar um pouquinho, porque era deste que eu estava falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse inquérito mostra como – nesse contexto de pandemia que a gente está vivendo ainda em nosso país, porque não acabou – a fome aumentou. E esse processo é um processo que vem de antes da pandemia. Então, o aumento do uso de agrotóxicos é sempre usado com a desculpa de acabar com a fome em nosso país, mas a gente vê que a fome aumenta – e aumenta de uma forma assustadora nas várias regiões do nosso país.

Então, se a gente observar, de 2018 a 2020, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, que significa fome de verdade, saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões. E, nesse mesmo período, quase 9 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter experiência de fome real em seu dia a dia.

Esses dados são calculados em cima de uma escala, que é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, que trabalha com quatro níveis, que seriam: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. Então, a situação de insegurança alimentar grave, volto a dizer, é a situação de fome real, e nós temos atualmente quase 9 milhões de brasileiros e brasileiras nessa situação.

E, aí, o que é que o nosso dossiê apresenta? Além de tudo que já foi falado aqui brilhantemente pelas colegas Karen, Naiara, Aline e pelo Rafael, do Idec, a gente vem num modelo de produção em nosso país que estimula a utilização de agrotóxicos, estimula a produção de *commodities* – é muita monocultura. E, por outro lado, a gente precisa que, em nosso país, seja estimulada a produção orgânica, a produção agroecológica.

Quando a gente fala de agroecologia, a gente não está falando somente em produzir de forma saudável, mas a gente está cuidando do meio ambiente como um todo. E nós estamos inseridos nesse meio ambiente. Então, não há como a gente pensar na produção por simples produção; a gente não tem como pensar única e exclusivamente em substituição de insumos. A gente tem que pensar nas pessoas que estão nesses territórios, nas pessoas que estão diretamente impactadas pela utilização de agrotóxicos. Todos nós, todas nós estamos impactados pela utilização de agrotóxicos – os dados que já foram apresentados aqui, os dados que constam no dossiê já nos mostram isso; todo mundo que tem acesso à água ou a algum tipo de comida, algum tipo de alimento, inclusive alimentos industrializados, como o Rafael nos trouxe nessa pesquisa do Idec, que nos mostra que os resíduos de agrotóxico estão presentes e estão comprometendo a saúde de todas as pessoas. E a gente mostra que há a possibilidade, sim, de a gente ter novas formas de produção e que essas novas formas de produção – que não são novas – trazem qualidade de vida.

Então, eu trago aí um pouco do registro do documento oficial da Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que aconteceu em 1986 no Canadá e que já dizia que a promoção da saúde é um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo maior participação no controle desse processo. E onde é que a gente vai ver isso? A gente vai ver isso nas experiências agroecológicas.

As experiências agroecológicas contribuem para a promoção da saúde de diversas formas: buscar a sustentabilidade econômica e ecológica dos ecossistemas; estimular o consumo de alimentos que sejam alimentos de verdade, como a gente diz, alimentos saudáveis, e que também valorizem a cultura alimentar; promover o empoderamento de agricultores e agricultoras de povos e comunidades tradicionais por meio da promoção de espaços auto-organizativos e da participação política; estimular os circuitos curtos de comercialização – a gente tem muito estímulo para os circuitos longos, com produtos que passam por vários processos até chegarem à mesa do consumidor, quando muitas vezes a gente tem um produto saudável produzido na região, mas não é estimulada a sua compra, a sua comercialização –; e priorizar também a não utilização de agrotóxicos e de antibióticos na produção vegetal e animal respectivamente.

Enquanto Associação Brasileira de Agroecologia, ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), Campanha Permanente, Fiocruz e diversos órgãos, diversas instituições que estão aqui representadas hoje, a gente mostra que é possível, sim, ter uma produção orgânica e agroecológica em nosso país, e existem já várias experiências. A gente traz isto, está no nosso dossiê: a produção orgânica e agroecológica já está alimentando muitas pessoas e pode alimentar, sim, o mundo. É um processo de transição, como o Rafael bem colocou, mas é um processo que precisa ser iniciado, precisa ser estimulado, precisa ser consolidado em nosso país.

A produção orgânica e de base agroecológica também tem possibilidade de garantir um preço mais justo. A gente ouve muito falarem que o produto orgânico é mais caro, que o produto agroecológico é mais caro, só que a gente não entende muitas vezes como é que se dá esse mercado. É preciso pensar que a produção orgânica e a produção de base agroecológica disponibilizam alimentos saudáveis para a população, e a gente não quer que esses alimentos saudáveis cheguem para um grupo específico, tem que ser alimentos saudáveis que garantam o direito da nossa população como um todo a se alimentar dignamente e a se alimentar com saúde, com algo que traga saúde e não que traga adoecimento.

Há também um estudo realizado sobre produtividade, por exemplo, ao redor do mundo. De 1961 a 2008, constatou-se, em várias áreas de cultivo de milho, arroz, trigo, soja, que muitas vezes a produção para depois de ganhos iniciais ou entra em colapso, porque são modelos, gente, que não são sustentáveis. Então, a necessidade acaba por degradar mais áreas e, assim, faz perder biodiversidade, as funções dos ecossistemas. Por outro lado, a produção agroecológica se dá de forma paulatina, os custos vão se mantendo estáveis, ou muitas vezes decrescentes, e traz melhor qualidade de vida como um todo, desde para quem está produzindo até para quem vai consumir esse produto.

A Associação Brasileira de Agroecologia coloca em sua nota sobre o substitutivo do PL do veneno, Projeto de Lei 6.299 de 2002, que esse projeto, ao contrário do que a gente gostaria, vai dificultar ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impossibilitar a produção orgânica e agroecológica em nosso país, porque, muitas vezes, a gente tem experiências agroecológicas belíssimas, mas que estão rodeadas literalmente de produções com uso intensivo de agrotóxicos, o que acaba contaminando essas produções. Então, muitas vezes, os produtores, agricultores e agricultoras familiares ficam ilhados por produções da agricultura convencional com alta utilização de venenos, e essa contaminação vai vir pelo solo, vai vir pela água, vai vir pelo ar, também adoecendo essas pessoas que já não produzem com a utilização de agrotóxicos, mas que acabam adoecendo pela proximidade dos territórios. Essa aprovação também vai levar à contaminação dos agroecossistemas, muito também porque há uma fragilização do controle por receituários, uma fragilização dos órgãos de controle de uma forma geral, como já foi bem dito aqui. Então, a Associação Brasileira de Agroecologia defende e apoia o fortalecimento da agroecologia como base produtiva livre de veneno em nosso país. Nós não precisamos de agrotóxicos para produzir alimentos saudáveis, isso já está comprovado cientificamente e popularmente por experiências diversas que têm acontecido em nosso país e em outros países. Nós defendemos, sim, a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara) e o fortalecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). O PL do veneno atenta contra o direito humano à agroecologia e à produção, ao acesso a alimentos livres de agrotóxicos. O PL do veneno atenta contra a vida.

Aqui a gente tem dois mapas que mostram políticas municipais tanto de agroecologia e produção orgânica em nosso país como também de políticas municipais de redução de utilização ou de proibição de utilização de agrotóxicos.

Vou dar uma acelerada aqui.

Nós temos um acesso na página do Agroecologia em Rede, que vocês podem consultar, mostrando experiências em saúde e agroecologia que são desenvolvidas em nosso território, em vários municípios do nosso território, em vários estados. Esse Agroecologia em Rede é um sistema de informações sobre a agroecologia que é alimentado por quem constrói nos territórios e que vem alimentando a população com saúde, com alimentos saudáveis, com vida, com qualidade de vida.

Também no próprio *site* do Idec tem um mapeamento das feiras orgânicas que existem em nosso país. Então, tem como a gente encontrar essas feiras orgânicas e agroecológicas em nosso país. Então, os alimentos estão acessíveis, sim.

Quero deixar como reflexão aqui uma frase da Anna Primavesi em que ela diz: "Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura" – sem agricultura saudável, sem agricultura que traga qualidade de vida para quem está produzindo e para quem vai consumir esse alimento.

Nós agradecemos pela participação, agradecemos aos Senadores o convite e reforçamos que a Associação Brasileira de Agroecologia diz sempre que a agroecologia promove saúde, a agroecologia traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de vida para os territórios e para toda a população, com alimento saudável, um alimento que é produzido de forma justa, que valoriza as pessoas, que valoriza o meio ambiente e que vai de encontro a este modelo que é o modelo do pacote do veneno, que tem trazido adoecimento, que tem expulsado as pessoas do campo, que tem trazido mortes, que tem trazido destruição, o que a gente não quer para o nosso país. Então, é possível, sim: existem experiências belíssimas de agroecologia no nosso país todo que precisam ser estimuladas, precisam ser valorizadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SHIRLEYDE ALVES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – ... precisam de projetos que apoiem e não de projetos que venham no modelo de destruição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Shirleyde, pela exposição muito boa, mostrando a importância da agroecologia como fator de promoção da vida, da saúde, do próprio desenvolvimento econômico das comunidades do nosso país, e também pela posição muito firme em relação à condenação deste pacote do veneno ora aqui no Senado Federal para discussão e votação.

Eu agora vou passar a palavra à Senadora Zenaide Maia, que tem dez minutos para fazer o seu comentário.

Vamos nos aproximando do final da nossa audiência pública do dia de hoje.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Quero aqui parabenizar o colega Humberto Costa por esta audiência pública que a gente iria fazer na CAS, mas que a gente conseguiu fazer na CDH – é a defesa dos direitos humanos.

Quero aqui parabenizar nossos expositores, nossos debatedores, como a Dra. Karen; a Dra. Naiara; o Dr. Rafael; a Dra. Shirleyde, que nos encheu de experiência, porque prova que pode-se, sim, ter uma agroecologia; a Dra. Aline Gurgel, da Oswaldo Cruz; e Dr. Fernando Pigatto.

Gente, não é à toa que este projeto que veio da Câmara, o PL 6.299, de 2002, é chamado de pacote de veneno.

A gente se pergunta se o Governo acha pouco o que já está sendo autorizado de agrotóxicos neste país. Da última vez que eu olhei, que fiz o levantamento, em menos de quatro anos deste Governo, foram aprovados 1.860 novos agrotóxicos! Como foi falado aqui, Humberto e todos que estão assistindo, eles botam o nome de fitossanitários ou de alguns outros nomes, mas, na verdade, é veneno – é veneno!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando a gente pensa que a nossa população... Eu digo que a gente está duplamente sendo atingido por esses venenos. Há a pulverização em massa em aviões e *drones,* porque a gente sabe que a gente tem a intoxicação na hora de quem está recebendo o veneno diretamente no corpo e que a gente tem a poluição dos rios e do nosso solo com esses venenos.

Eu não estou falando isso, Humberto e todos os expositores... As pessoas perguntam: "Se é tão grave, por que os outros países estão importando nossos produtos produzidos aqui, do extrativismo animal e do nosso solo, como é feito aqui?". Porque eles ainda têm o direito de fazer uma seleção e ver a quantidade de agrotóxico que eles vão permitir. E aqui nós estamos sem opção, porque, mesmo que tenha, como foi falado aqui, a agroecologia, ela está cercada de produtos com agrotóxicos, que são também... Gente, eu queria lembrar que a gente tem estudos de câncer e de problemas neurológicos, tem até a genotoxidade. Eu estou falando isso, porque esta Casa e este Governo falam muito de defesa da família e de tudo isso, mas que família, que prevenção é essa, sendo que os agrotóxicos já podem, sim, danificar o bebê ainda na barriga da mãe?! São abortivos; dizem que são contra o aborto, mas são a favor do veneno!

E isso de saber que os produtos processados e ultraprocessados... Isso já era de se esperar, porque é uma contaminação geral, não é só o controle...

Agora, tem um projeto de lei que retira da Anvisa, que é onde estão os cientistas que fazem o estudo sobre os danos que esses agrotóxicos, esses venenos podem fazer à vida humana, ao ser humano... E não só ao ser humano, gente, pois a gente sabe que, se você não conservar como se faz... O que a gente está vendo hoje que é assustador é a falta de respeito à vida, e são todas as vidas. Ao meio ambiente é uma agressão sem limite, tanto com agrotóxico como com outras maneiras, como a gente está vendo.

Outra coisa: como tirar o meio ambiente... São técnicos que estão vendo isso aí. Só o Ministério da Agricultura... Eu concordo aqui com uma das expositoras que o agronegócio não baniu a fome; pelo contrário, nós temos 20 milhões de brasileiros aproximadamente... Eu conheço isso de perto, sou médica de formação, trabalhei no serviço público por anos e conheço muitas pessoas que ainda estão bem vestidas, mas que perderam o emprego. Dizem: "Dra. Zenaide, eu estou até com vergonha de estar pedindo no semáforo, mas nós dois estamos desempregados". Que política de alimentação é essa?! O país, um dos maiores produtores e exportadores de grãos e proteína animal, usando nosso solo, nossa água e seu extrativismo, exporta tudo, com zero de imposto, não sobrando nada, nem para a educação, nem para o sistema SUS, que é para onde vão correr essas pessoas que estão sendo esmagadas com essa quantidade de agrotóxicos que estão jogando, e deixa 20 milhões sem alimento, com fome. Enquanto a gente está aqui falando, tem 20 milhões de brasileiros que hoje ainda não comeram. Então, não dão conta de alimentar o nosso povo. E ainda tem uma gravidade: exportam tudo, desabastecem o mercado interno, e os preços dos alimentos estão aí. As pessoas não estão conseguindo comer nem osso, gente! O preço do ovo, que é um alimento comum, também está o dobro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico aqui imaginando, porque não sou economista: como se diz que a inflação é só de pouco mais 11%?! Não conheço nenhum produto da cesta básica que não tenha subido pelo menos 100% ou mais! Não falo aqui nem de proteína animal, porque as pessoas não têm condições... Pois aquela que não é do boi é do peixe, e, para se pescar o peixe, é preciso combustível, e nós temos uma política desta!

Eu quero parabenizar o Humberto. É esse o caminho. A gente sabe o que está aí. E, se a gente não mostrar ao povo brasileiro e não der informação... Esta cartilha aqui do Idec é importante, gente! Informação é poder! E é isto que esta audiência pública está fazendo aqui: o Senado está mostrando ao povo brasileiro que não é uma questão de ser de esquerda, de direita ou de centro; é uma questão de se defender a vida, não só a vida humana, mas toda vida, que está sendo desrespeitada aqui, como foi mostrado. Então, temos que dizer "não"! Eu acho que um projeto deste nem deveria ser pautado, gente! Qual é a urgência? Qual é a urgência em se dar um jeito de os agrotóxicos danificarem a vida dos brasileiros e das brasileiras, mesmo quando ainda estão intrauterinos?

Mais uma vez, obrigada a todos que vieram para esta audiência pública. Não tenho dúvida de que é através da informação... A gente tem a TV Senado e a Rádio Senado, e isso nos empodera. Não tenham dúvida de que esta audiência pública já vai fazer muitos brasileiros e brasileiras pensarem nisso e verem que a gente, que aqui está discutindo... Vocês, como cientistas, com experiência, e eu e o Humberto, como médicos e como Parlamentares, estamos defendendo a vida, gente! Sei que não é fácil, porque isso envolve o lado econômico, mas se chega ao ponto de nem o econômico também levar vantagem. Então, "não" ao veneno! Está aqui a agroecologia mostrando que, se a gente ampliar isso – isto é muito simples –, isso envenena o nosso solo e a nossa água e envenena as pessoas também.

Obrigada, Humberto.

Por falar em produtos processados e ultraprocessados, eu estou indo agora para a reunião da CAS, onde tem um projeto de lei que é do Senado Rogério Carvalho, que quer taxar a importação de bebidas açucaradas, refrigerantes e outros. E saber que essa importação de agrotóxico não paga imposto?! Isso é muito assustador, Humberto! Esse imposto iria para os estados e para os municípios, para o SUS e para a educação, gente!

Obrigada mais uma vez.

Acho que nós estamos no caminho certo, para dar visibilidade e para empoderar o nosso povo com informações corretas, certas e independentes. Dizem: "Eles estão politizando". Estamos politizando, sim! Este projeto de lei... É uma decisão política deste Governo a de querer tirar! Então, nós estamos aqui contra e vamos continuar contra, pedindo à população que tenha esse olhar diferenciado. Vamos defender realmente a vida das famílias brasileiras e o meio ambiente.

Obrigada, Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia, pelas suas palavras sempre muito firmes e, ao mesmo tempo, muito inteligentes, sempre muito preocupada com as questões relativas às políticas sociais do nosso Brasil e também com tudo o que negativamente o Brasil vem promovendo ao longo destes três anos e meio do Governo Bolsonaro, particularmente nas áreas do meio ambiente e da saúde, enfim.

Eu queria pedir aí a exibição do vídeo da Chefe Paola Carosella. Ela é uma argentina radicada no Brasil que é muito conhecida pelo seu trabalho como chefe gastronômica. E nos foi pedido que fosse feita essa apresentação. Logo depois, nós vamos concluir a nossa sessão de hoje.

Pois não.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado pela apresentação do vídeo com palavras muito sábias.

Eu queria concluir aqui os nossos trabalhos, se não há ninguém que deseje fazer o uso da palavra, rapidamente, dizendo, em primeiro lugar, do nosso agradecimento, da nossa sensibilização pela presença, pela participação de tantas pessoas e instituições que têm cumprido um papel fundamental no enfrentamento a esses retrocessos que nós temos vivido no Brasil na área ambiental, na área da produção de alimentos, na área da saúde, enfim, tudo que envolve diretamente esse terrível pacote do veneno, que, na verdade, é uma demonstração de uma ousadia nunca vista no nosso país. Este é um Governo realmente pouquíssimo preocupado com a saúde da sua população, com a opinião pública, com a opinião pública internacional, inclusive. E o objetivo imediato é sempre o de favorecer determinados setores que lhe dão apoio e suporte.

Eu queria, neste final, ressaltar a importância também da agricultura familiar, que tem sofrido fortemente com toda essa política. Aqui foi dito claramente que a agroecologia e a agricultura familiar terminam cercadas por todos aqueles que são do grande negócio e que terminam, na utilização de quantidades tão absurdas de agrotóxicos, produzindo efeitos negativos para a agricultura familiar, para a agroecologia e também para a saúde dessas populações e da população brasileira de um modo geral.

Nós tivemos aquele grande evento realizado com a presença de muitos atores, cantores, com várias entidades da sociedade civil, e representou um marco aquele ato. Nós precisamos reproduzir essa mobilização o tempo inteiro, porque, sem a pressão da sociedade, este projeto terminará sendo aprovado. Então, nós precisamos ter essa mobilização permanente, endereçando mensagens aos Senadores e às Senadoras, produzindo manifestos, atos, ações por todo o Brasil, para que nós possamos, realmente, impingir ao Governo uma derrota na aprovação deste projeto, porque ele é profundamente danoso à população brasileira, e para que nós possamos concretizar uma mudança ampla da política nessa área,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as eleições deste ano, se Deus quiser elegendo algum governante, algum Presidente que tenha uma visão diametralmente oposta a esta que vem sendo implementada no nosso país desde 2019.

Eu queria agradecer a todos e a todas, aos que aqui estão presencialmente e aos que aqui estão remotamente, e sugerir que nós possamos reproduzir este tipo de audiência pública de uma forma mais ampla. Nós temos a Comissão de Meio Ambiente, que é presidida pelo Senador Jaques Wagner, que tem uma posição extremamente sensível a essa temática, e temos outras Comissões em que cabe o debate sobre esta temática. E, quanto mais nós discutirmos, mais estaremos nos contrapondo a esses que querem aprovar medidas tão danosas à população brasileira.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia dois de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Renan Calheiros, Nilda Gondim, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Zenaide Maia, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Irajá, Omar Aziz e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais seis emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 5, 8 e 9-CE/CAS/CDH; 10 e 11-CAS/CDH; mais as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17-CDH; e rejeição das Emendas nºs 3 e 4-CE/CAS; bem como rejeição das Emendas nºs 6 e 7-CE. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 265, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5185, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento." Autoria: Senador José Maranhão (MDB/PB). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2329, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3595, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 12, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Aprovado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 15, de 2022 que: ""Discutir as alterações na Política da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, em especial as ações que promoviam e estimulavam adesinstitucionalização de pacientes internados"." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 16, de 2022 que: "Debater o estudo "O futuro é público" e lançar a campanha "se é público é para todos"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 17, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a grave denúncia sobre as "Mortes Invisíveis" abordadas em matérias jornalísticas." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 18, de 2022 que: "Requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes" Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Aprovado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 19, de 2022 que: "Requer audiência pública para debater o "ASSÉDIO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO: nova modalidade de violação dos direitos dos servidores e de desorganização do Estado e das políticas públicas"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 21, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na cidade de São Paulo- SP, com o objetivo de acompanhar o andamento das investigações acerca das denúncias contra a Prevent Senior reveladas na CPI da Pandemia, realizada no Senado Federal, e na CPI da Prevent Senior, realizada na Câmara Municipal de São Paulo." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 22, de 2022 que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Roraima-RR, no dia 12 de maio de 2022, com o objetivo de acompanhar as medidas adotadas pelas autoridades acerca da situação da comunidade Yanomami." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Telmário Mota, Fabiano Contarato e Izalci Lucas e as Senadoras Zenaide Maia e Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por determinação da Presidência da Casa, nós temos que fazer aqui a prévia leitura do expediente.

Eu queria, inclusive, antes de começar, agradecer a presença dos Senadores que garantiram o quórum. Hoje, nós temos uma importante audiência pública, mas temos a aprovação – que haveremos de conseguir – do Estatuto do Cigano, que é um tema muito importante, muito relevante.

Mas, antes disso, eu tenho que fazer toda a leitura aqui da burocracia.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

- da Câmara Municipal de São Vicente de São Paulo, que solicita a aprovação de projetos que viabilizem a igualdade salarial entre homens e mulheres;

- do Parlamento Indígena do Brasil (Parlaíndio), que solicita que os projetos de lei que envolvam povos indígenas sejam discutidos com os interessados antes de serem deliberados;

- da Câmara Municipal de Paulo Afonso, Bahia: moção de repúdio às declarações de apoio ao agressor da Maria da Penha, realizadas em rede social pelo Deputado Estadual de Santa Catarina Jessé Lopes;

- do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que manifesta preocupação com a portaria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que instituiu o grupo de trabalho ministerial para análise do PNDH-3 (Política Nacional de Direitos Humanos) sem a participação social;

- da Democracia Sem Fronteiras, que solicitou o posicionamento do Presidente da República – e agora do Parlamento – no apoio aos uigures, minoria muçulmana que vive no noroeste da China, que vem sofrendo violação dos seus direitos humanos por parte do Governo chinês. Por isso também solicita que haja a realização da reunião no Parlamento, por vídeo, de Senadores em apoiamento aos uigures;

- do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha carta da cantora Daniela Mercury enviada ao Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário. O teor da carta reflete a perspectiva desta integrante do observatório na tentativa de dar voz aos anseios de segmentos da sociedade civil. Este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselho também encaminhou recomendações dos Povos Livres, Territórios em Luta, relatórios sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais;

- da Subcomissão Especial de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, que encaminha relatório com recomendações ao Parlamento em relação à previdência;

- do Ministério da Economia: resposta a encaminhamento de audiência pública da CDH que requereu a revisão da Instrução Normativa nº 2, de 2014, da Secretaria da Previdência Social e da Orientação Normativa nº 16, de 2013, do Ministério do Planejamento;

- da Advocacia-Geral da União, que encaminha sentença, de 2018, da Corte Interamericana de Direitos Humanos;

- de cidadão que encaminha notas de matérias jornalísticas, supondo que as decisões do STF são políticas, e, segundo o cidadão, esse não seria o papel dessa Corte;

- da Câmara Municipal de Sumaré, São Paulo, que encaminha moção de apelo ao Congresso Nacional para que se crie uma lei visando desestimular ou coibir a prática, pelas instituições financeiras, de concessão de empréstimos consignados a aposentados;

- do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas, que solicita que sejam renovadas as restrições de uso, retirados todos os invasores ilegais de terras de indígenas isolados, bem como manter as restrições de uso vigentes, até que essas terras sejam devidamente demarcadas, como prevê a Constituição Federal e as leis internacionais que defendem os povos autóctones;

- de cidadão que solicita a atualização da Lei 10.826, de 2003, para disponibilizar o porte de armas aos agentes socioeducativos;

- da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, São Paulo, que encaminha moção de apoio ao projeto de políticas públicas para fortalecimento de vínculos familiares e para a garantia da convivência familiar comunitária;

- da Nova Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, que anuncia a formação da frente, que tem como primeiro objetivo o enfrentamento à violência contra a mulher;

- da Associação dos Surdos de Brasília, DF, e da Associação Nacional de Aviação de Surdos, que apresentam as razões da importância do PL 2.634, de 2021, que altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito, para possibilitar a concessão de habilitação em todas as categorias de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. O manifesto dessas associações está disponível junto ao PL citado;

- da Câmara Municipal de Alterosa, Minas Gerais, que encaminha moção de apoio à aprovação do PL 2.634, de 2021. Esta moção está disponível junto ao PL;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial de Minas Gerais e da Associação Nacional das Etnias Ciganas, que encaminham apoiamento à aprovação do PLS 248, de 2015, que institui o Estatuto dos Povos Ciganos.

A CDH, atendendo a apelo de cidadãos, encaminhou ofício aos membros da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás solicitando a inclusão de pauta para julgamento do processo referente ao caso do advogado Davi Sebba, morto com tiro no peito em 5 de julho de 2012, no estacionamento do supermercado Carrefour, em Goiânia.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no Portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões"; e, então, procurar a votação da Comissão de Direitos Humanos em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que estão no sistema remoto.

Para leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não o estiverem em mão poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

Item nº 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2015

- Terminativo -

Cria o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE.

Observações:

Tramitação: CE, CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 27/03/2018, a matéria foi aprovada na CE, com as emendas de 1 a 9;

- Em 09/05/2018, a matéria foi aprovada na CAS, com as emendas de 1 a 5, 8 e 9-

CE/CAS mais as emendas 10 e 11-CAS. E rejeitou as emendas 6 e 7-CE;

- Em 30/08/2021, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para suas considerações, se julgar necessário. (*Pausa.*)

O Senador Telmário Mota se encontra?

Entendo que não deseja fazer uso da palavra.

Em discussão a matéria.

Aos que desejarem se manifestar, a palavra está aberta. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim deseja falar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Quero. Bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seja breve para a preservação do quórum e a votação dessa matéria, que é do interesse de todos os povos ciganos, do povo brasileiro, do meu e de V. Exa. em particular.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Senador Humberto Costa. Agradeço a V. Exa. pelo esforço concentrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fez, pedindo para que todos votem, afinal, o projeto dos ciganos. O Senador Telmário Mota é o Relator.

De fato, é um esforço enorme. Os ciganos chegaram ao Brasil ainda em 1574; até hoje, padecem da desigualdade material com o restante da população brasileira.

Este projeto de lei foi proposto pela Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec), nos moldes dos outros estatutos – da igualdade racial, da pessoa com deficiência, da juventude, enfim, do idoso.

E aí eu já encerro, Presidente, porque eu quero é votar, como o senhor colocou muito bem.

Então, somos totalmente favoráveis. Foi uma ampla discussão, que envolveu Governo, Oposição, os mais variados setores, para aprovar o relatório do Senador Telmário Mota.

É isso, Presidente.

Obrigado pela oportunidade e por ter pautado a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Continua aberta a palavra aos Senadores que desejarem se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto nos termos do relatório apresentado.

Conforme anunciei previamente, a votação será nominal.

Podemos iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está em votação um projeto de extrema importância, de autoria do Senador Paulo Paim, que teve como Relator o Senador Telmário Mota.

É o Projeto de Lei nº 248, de 2015, que cria o Estatuto dos Povos Ciganos no Brasil.

A votação é nominal, e eu peço aos Senadores presentes que possam estabelecer o seu voto. (*Pausa.*)

Nós temos o quórum e esperamos só os votos. (*Pausa.*)

Enquanto nós estamos no processo de votação – peço, inclusive, ao Senador Paulo Paim que possa votar, o seu voto não foi computado ainda –, quero chamar aqui os Senadores e Senadoras...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu gostaria, durante este período em que estamos no processo de votação, de fazer aqui alguns registros importantes.

Primeiro: no dia de ontem, nós tivemos o Dia do Trabalhador, uma homenagem que se presta às trabalhadoras e aos trabalhadores do Brasil que diariamente lutam por melhores condições de trabalho. Naturalmente, mais que um dia de comemoração, é um dia de luta e celebra a vitória dos trabalhadores e trabalhadoras revoltados com as condições desumanas a que eram submetidos, e homens e mulheres foram às ruas para serem ouvidos. É uma data que homenageia todos aqueles que foram mortos em confrontos com forças da repressão por estarem lutando por seus direitos, por condições humanas de trabalho.

No Brasil, o 1° de Maio marca um dia para que todos os brasileiros e brasileiras protestem pela conquista e manutenção de direitos. Na era Vargas, essa festa, essa data, passou a ser comemorada com muito simbolismo, anúncio de leis e iniciativas que atendiam às reivindicações dos trabalhadores. O Estado Novo, ainda que uma ditadura, colocou-se como protetor dos trabalhadores, dando início a toda uma legislação trabalhista no nosso país. O 1° de Maio carrega também uma história, simboliza a luta de um povo. O sentido dessa data é o de homenagear a união dos trabalhadores que buscam os seus direitos, de homens e mulheres que jamais serão silenciados e que querem mostrar que essa batalha não chegou ao fim.

Nós nos perguntamos sobre o que comemorar neste 1° de Maio. O sentimento é de que o passado está assombrando o presente. Direitos como turno de oito horas, férias, previdência, que outrora foram conquistados, hoje são permanentemente ameaçados e desmantelados. A história está se repetindo porque a ditadura militar massacrou os movimentos populares, perseguiu líderes sindicais. O regime, que assumidamente favoreceu o capital, acabou com a reposição salarial pela inflação, proibiu as manifestações dos trabalhadores, fazendo com que o 1° de Maio se tornasse uma data para homenagear a opressão, a tortura e a exploração. Hoje, trabalhadoras e trabalhadores brasileiros estão retornando ao *status quo* de outrora. Direitos e vantagens que foram conquistados na antiga lei trabalhista foram devastados à revelia de quem realmente trabalha para multiplicar as riquezas do nosso país.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, outro fator que nos faz sentir tristeza neste 1° de Maio é que ainda há muitas pessoas que vivem em condições análogas à escravidão.

Semana passada, dezenas de pessoas que trabalhavam em uma colheita de maçãs foram resgatadas em Bom Jesus, Rio Grande do Sul. Segundo fiscais de uma força-tarefa que envolveu auditores do Ministério do Trabalho, integrantes do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul e agentes da Polícia Rodoviária Federal, essas trabalhadoras e esses trabalhadores foram contratados mediante promessa enganosa de emprego e, além disso, os fiscais detectaram que algumas pessoas sequer estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registradas, que o pagamento dos salários eram inferiores ao piso da categoria e que o alojamento não tinha condições mínimas para que pudessem sobreviver.

O que aconteceu no Rio Grande do Sul, infelizmente, não é um ato isolado. Constantemente, deparamo-nos com esse tipo de notícia triste e revoltante. O que aconteceu no Sul do nosso país é o retrato de um Governo brasileiro que, desde o golpe de 2016, não busca garantir o direito básico para trabalhadores e trabalhadoras que, verdadeiramente, fazem o nosso país crescer. É um Governo que trabalha, diuturnamente, para desmontar todos os direitos e garantias conquistados pelo nosso povo.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o Governo do desmonte não nos desanimará. O Governo do desmonte não nos enfraquecerá. O Governo do desmonte não nos intimidará. Este Governo nos faz querer acordar todo dia e lutar para que os direitos que foram tomados dos trabalhadores sejam a eles devolvidos e para garantir que nada mais será retirado dos brasileiros e das brasileiras.

Quero registrar também que as forças de extrema direita deste país, de uma maneira desrespeitosa, utilizaram o dia de ontem, o 1° de Maio, para promover manifestações afrontosas à democracia brasileira, para defender o fechamento do Supremo Tribunal Federal, para defender a intervenção militar no nosso Brasil e para prestar homenagens a um meliante que, mesmo sendo Deputado Federal, desrespeita a Constituição, defende a ditadura e o Ato Institucional n° 5, além de debochar do papel fundamental que cabe à Justiça no nosso país.

Eu quero registrar aqui o meu repúdio não somente a essas manifestações que pregam o golpe: o Presidente Bolsonaro, desde o primeiro dia do seu Governo, maquina a possibilidade de transformar o nosso país em uma ditadura e ele ser consagrado ditador do Brasil.

Mas o povo brasileiro não pode e nem vai aceitar golpe nem qualquer tipo de manobra. É o desespero do Presidente da República que o faz defender pretextos para aplicar no Brasil um golpe, e esse desespero se dá por conta de que ele sabe que vai perder as eleições e a única maneira de não ser apeado do poder, já que ele vai perder as eleições, é tentar criar um clima de intimidação, um clima de medo, um clima de golpe; tentar utilizar as forças policiais e as Forças Armadas para o seu intento, mas eu tenho certeza e convicção de que ele não conseguirá.

Este Congresso Nacional precisa se manifestar contra isso. Quero parabenizar o Presidente do Senado Federal, que hoje disse, com todas as letras, que é inaceitável, que é uma anomalia no Brasil reunirem-se centenas de pessoas, milhares de pessoas, para defender a ditadura, para defender o golpe, para defender a violência, para defender o fim da democracia no nosso país.

E o que eu estou dizendo aqui não é retórico. Ainda hoje saiu publicado o relatório que foi elaborado pelo representante da ONU e que trata da temática da liberdade de organização e expressão dos diversos países do mundo. Ele esteve recentemente aqui no Brasil, é do Togo; estive com ele na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e o relatório que ele apresenta é realmente muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupante, porque mostra que, no Brasil, há um intenso movimento, patrocinado pela extrema direita e pelo Presidente da República em especial, que conduz a um processo de redução das liberdades democráticas no nosso país. Portanto, é mais um motivo de vergonha para nós, brasileiros.

Mas esta Comissão, que trata da defesa dos direitos mais elementares da população no nosso país, não poderia se calar diante de todos esses episódios. E é por essa razão que eu fiz questão de aqui me manifestar, e me manifestar, inclusive, na defesa da independência entre os Poderes, na defesa do Supremo Tribunal Federal, na defesa da postura corajosa de alguns ministros, entre eles o Alexandre de Moraes, que tem sido a principal vítima dos ataques dos bolsonaristas neste país para tentar ferir de morte a democracia e a liberdade no Brasil.

Portanto, ficam registradas aqui as nossas manifestações.

Senadora Soraya Thronicke com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim com a palavra.

Ah, Senadora Soraya!

Senadora, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Como eu estou com um problema no aplicativo, gostaria de declarar meu voto "sim" ao projeto de lei que está em votação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, logo que abriu a reunião, eu votei, mas, mesmo que não tivesse votado, eu só estou lembrando: eu votaria por aqui, como faço em todas as Comissões, eu declaro o meu voto aqui. Então, eu queria deixar claro que o meu voto é "sim". Como autor do projeto, como é que eu vou agora...

Eu cumprimentei V. Exa. pela grandeza política: para votar uma matéria terminativa numa segunda tem que ter muita costura, e V. Exa. conseguiu o quórum para votarmos.

Eu só queria reiterar que o meu voto é "sim", em todas as hipóteses do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não há nenhuma dúvida, Senador Paulo Paim!

É porque, como o Senador Contarato já havia votado, então, um de nós dois não teria o voto computado, mas o voto de V. Exa. está aqui registrado. Obviamente, V. Exa. lutou muito para que esse estatuto viesse à votação. e nós esperamos completar aqui os dez votos – sete pessoas já votaram.

O Renan pode votar também. (*Pausa.*)

Vamos chamar aqui.

A Senadora Rose de Freitas, se puder votar...

Senadora Nilda Gondim, que também está presente, se puder votar...

O Senador Renan Calheiros, o Senador Eduardo Girão, a Senadora... E o Senador Randolfe Rodrigues.

Com o Randolfe já deu? (*Pausa.*)

O Bloco PDT, Cidadania e Rede já votou.

O Bloco Juntos pelo Brasil, Podemos e PSDB, nós precisamos de mais um voto. Eu peço ao Senador Eduardo Girão que possa se manifestar. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu votei, mas, como o meu bloco já estava completo de votos, o meu voto não pôde ser computado, mas quero parabenizar o Senador Paulo Paim e o Senador Telmário Mota por esse projeto, já era a hora de os ciganos, de a população cigana ter os seus direitos reconhecidos.

É como eu venho dizendo: são vidas, todos seres humanos, a gente tem que ter esse pensamento.

Agora, o que a gente vê... Eu quero aqui corroborar sua fala sobre a questão do ataque às instituições, como ao Supremo Tribunal Federal.

Uma pergunta que não quer calar: um Presidente de um país que tem 12 milhões de desempregados, 20 milhões com fome, gente... E terminei de ver aí que 77% das famílias brasileiras estão endividadas, conforme relatório referente a abril. Então, nessa questão do Governo Federal, eu gostaria de dizer que vamos para o real deste país, as famílias estão usando cartão de crédito, estão comprando alimentos, combustível, botijão de gás... (*Falha no áudio.*)

... deste país, os alimentos estão tendo (*Falha no áudio.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Presidente, com fome e inflação pelas alturas, fica o tempo todo, a toda a semana, criando uma polêmica fabricada, sem que as coisas urgentes sejam priorizadas, como o desemprego, o subemprego, a carestia, a fome, que ficam de lado, neste Governo, que governa para os aliados e o povo fica de fora das preocupações dos poderosos deste país.

Então, eu termino aqui dizendo aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras que nós vamos continuar junto com eles, lutando por seus direitos, que levaram anos para conquistar alguns, e que está havendo um retrocesso. Vamos continuar lutando por dignidade e melhora das condições de vida desse povo, pois esse é o papel do Estado brasileiro e não ficar criando alerta com os outros Poderes, com o Supremo e outros.

E a gente aqui está do lado da legalidade, da democracia. Este Estado brasileiro quer convencer as pessoas que eles estão famintos porque Deus quis, que eles estão endividados porque Deus quis, que eles estão desempregados porque Deus quis, com uma política econômica de geração de emprego e renda que não está nem aí para quem está sem conseguir comprar comida – que não é pouca gente: 20 milhões de pessoas, neste horário aqui, Senador Humberto e Senador Paim, ainda não comeram a primeira refeição.

Então, eu sou a favor desse projeto, parabenizando.

Mas vamos lutar pelo Estado de direito! Para essa história de ficar botando o boi na sala para chamar a atenção das pessoas, criando polêmica com os Poderes e deixando a sua população desempregada e faminta, não contem com a gente! E a gente está aqui.

Quero também parabenizar o Presidente da Casa, do Senado, por dizer que sem democracia nada e tudo pelo Estado democrático de direito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Ainda insistimos aqui no voto dos Senadores que estão presentes na Reunião, para que possamos aprovar o texto do Estatuto dos Ciganos.

Eu vou aproveitar aqui a oportunidade para buscar aprovar alguns requerimentos que foram apresentados.

Eu queria passar a palavra ao Senador Paulo Paim, porque, como esses requerimentos são da nossa autoria, nós gostaríamos que ele pudesse coordenar os trabalhos da Presidência nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, assumindo a Presidência provisoriamente, por indicação do Presidente Humberto Costa, eu passo a palavra a ele, para que ele faça o relatório dos requerimentos que estão para ser votados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – O primeiro requerimento, Sr. Presidente, é o de nº 21, de 2022.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na cidade de São Paulo- SP, com o objetivo de acompanhar o andamento das investigações acerca das denúncias contra a Prevent Senior reveladas na CPI da Pandemia, realizada no Senado Federal, e na CPI da Prevent Senior, realizada na Câmara Municipal de São Paulo.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

O objetivo é exatamente acompanharmos os inquéritos, as investigações realizadas pelo Ministério Público e pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

É esse o requerimento, o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Vamos de imediato colocar em votação, já que a votação é simbólica.

Aqueles que concordam com o relatório feito pelo Presidente Humberto Costa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O item 16 agora, Presidente.

O requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Item 16. Tá, muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... é este:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Roraima-RR, no dia 12 de maio de 2022, com o objetivo de acompanhar as medidas adotadas pelas autoridades acerca da situação da comunidade Yanomami.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria.

Os que querem discutir o assunto referido por esse requerimento, que trata da questão ianomâmi, que foi fruto de uma audiência pública, estão com a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Próximo requerimento, o de nº 12, Sr. Presidente.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a grave denúncia sobre as "Mortes Invisíveis" abordadas em matérias jornalísticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Esta audiência inclusive será realizada daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório apresentado pelo requerente...

A palavra está aberta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2022

- Não terminativo -

"Discutir as alterações na Política da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, em especial as ações que promoviam e estimulavam a desinstitucionalização de pacientes internados".

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Aliás, essa audiência, na verdade, já foi realizada. É tão somente para nós legalizarmos, formalizarmos a sua realização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aguardamos ainda a votação dos Senadores presentes a esta nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, para discutir o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, com a palavra V. Exa., Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um apelo ao Senador Renan, à Senadora Nilda Gondim, à Senadora Rose. É importante a votação dos três Senadores hoje.

Este projeto está aqui desde o dia 29 de abril de 2015. Já passou por diversas Comissões, de Educação, Cultura e Esporte, em 2015 e 2019, foi à Comissão de Assuntos Sociais, tramitou em 2018.

E a gente sempre diz, Sr. Presidente, que a votação deste projeto traz luz a todos os povos ciganos, é a liberdade deles. Eles precisam desse estatuto. Hoje nós temos vários estatutos aprovados. Esse está aí desde 2015 pendente de votação.

Esta Casa, hoje, tem uma oportunidade ímpar. Quer dizer, com a votação do Senador Renan. Ele pode fazer por via remota, ele pode usar telefone. É importante, Senador Renan. Em Alagoas nós temos descendentes de ciganos. Com a Senadora Nilda, com a Senadora Rose, do Espírito Santo. Gente, é importante a votação dessa... Eu faço um apelo aqui aos Senadores que podem votar nesses projetos para a gente dar luz a liberdade, o reconhecimento a esses povos tão excluídos, tão sofridos, como os povos ciganos.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria pedir um pouquinho mais de paciência para que a nossa assessoria entrasse em contato com a assessoria dos Senadores, na tentativa exaustiva de a gente buscar essa votação. Falta muito pouco para a gente concluir essa votação tão importante. É um povo que está aí precisando ser reconhecido. Eles dizem, à toda hora: "é a nossa luz, é a nossa oportunidade, é o nosso reconhecimento, é o nosso valor". E não é fácil. A gente está aí dependendo de três ou quatro votações.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, o meu apelo. Vamos pedir mais uma mobilização de toda a nossa assessoria para contactar com o Senador Renan, com a Senadora Rose, com a Senadora Nilda, para a gente colocar em votação esta matéria importante para os povos ciganos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Reforço aqui o apelo do Senador Telmário Mota e passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria aqui aproveitar essa oportunidade, da mesma forma como V. Exa. inteligentemente fez para que a gente possa aguardar os Senadores Renan, Nilda e Rose que, tenho certeza, votarão, se não estiverem em viagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho três requerimentos, Presidente, de nºs 16, 19 e 22. Se V. Exa. permitisse, eu faria uma defesa rápida e botaríamos em votação enquanto aguardamos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. V. Exa. pode começar lendo o item nº 11, que é o Requerimento nº 16.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2022

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o estudo "O futuro é público" e lançar a campanha "Se é público é para todos".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – O presente requerimento propõe a realização de audiência pública, deste importante colegiado presidido por V. Exa., para contribuir com o debate parlamentar sobre o papel estratégico do patrimônio público, de serviços públicos e empresas públicas neste momento de pandemia, sobremodo para trazer a esta Comissão uma contribuição comparativa sobre o movimento de remunicipalização do mundo, ou seja, a volta da prestação de serviços pelo Estado em áreas e setores privatizados de vários países.

O estudo "O futuro é público: pela propriedade democrática dos serviços públicos", que será entregue aos Parlamentares, reúne informações sobre mais de 1,5 mil casos bem-sucedidos de remunicipalização" em mais de 2,4 mil cidades e 50 países ao redor do mundo.

Essa realidade contrasta com a política adotada pelo atual Governo Federal ao priorizar políticas públicas de desinvestimento e privatização do Estado, que têm contribuído para o distanciamento do país do desenvolvimento e da redução de desigualdades sociais e regionais.

Essa é a justificativa, Presidente.

Eu apenas a li toda para que a gente possa ganhar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos audiência com os seguintes convidados: representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP); representante da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae); representante do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas; representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf); e o Dr. Luiz Alberto dos Santos, Advogado e Consultor desta Casa.

Este é o primeiro requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em votação o requerimento de V. Exa.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora o Item nº 13.

Não – não –, é o Item nº 14, um requerimento também de V. Exa.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, DE 2022

- Não terminativo -

Requer audiência pública para debater o "ASSÉDIO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO: nova modalidade de violação dos direitos dos servidores e de desorganização do Estado e das políticas públicas"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Assédio Institucional no Setor Público: nova modalidade de violação dos direitos dos servidores e de desorganização do Estado e das políticas públicas".

Justificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Carta Aberta à sociedade brasileira, a Arca (Articulação Nacional das Carreiras para o Desenvolvimento Sustentável); o Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras de Estado); a Servir Brasil, Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público; a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público; a Abed (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia); e a (ABJD), Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, explicam e alertam sobre os riscos do assédio institucional no Setor Público.

O assédio institucional é um processo abrangente, profundo e veloz de desconstrução constitucional e de fragilização institucional do Estado brasileiro. As entidades apontam o aumento dos casos de assédio institucional no setor público e apontam suas características como um conjunto de discursos, falas e posicionamentos públicos, bem como imposições normativas e práticas administrativas, realizado ou emanado, direta ou indiretamente, por dirigentes e gestores públicos localizados em posições hierárquicas superiores, e que implica em recorrentes ameaças, cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e deslegitimações acerca de determinadas organizações públicas e suas missões institucionais e funções precípuas.

Entendo que é fundamental que a CDH promova uma audiência pública com os especialistas e entidades que estão na linha de frente do enfrentamento do assédio institucional no Setor Público.

Para tanto, sugiro...

Vou ler o nome dos convidados: Sr. José Celso Cardoso Jr., Dra. Carla Costa Teixeira, Dr. Sérgio Ronaldo da Silva, Dr. Roberto Muniz, Dra. Dione Oliveira, Dr. Alexandre Retamal.

Esses são os convidados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou ler aqui dois requerimentos e votá-los em globo – um da autoria da Senadora Mara Gabrilli.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

O outro Requerimento é o de nº 18.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Em votação os requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu peço um pouquinho só de paciência dos nossos palestrantes de hoje porque nós precisamos mesmo tentar aprovar esse requerimento, esse Estatuto do Cigano.

Não sei se...

Quantos votos já foram computados? (*Pausa.*)

A Senadora Rose de Freitas parece que votou.

Só estamos dependendo de dois votos aqui. (*Pausa.*)

Votou o Senador Chico Rodrigues.

Estamos precisando de dois votos.

O Senador Izalci é tão ativo nesta Comissão... (*Pausa.*)

Agora, veja ali: o de Paim, por que não está contando? (*Pausa.*)

Eu vou prosseguir aqui por enquanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei... Não; isso aqui não já foi lido? (*Pausa.*)

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5185, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento.

Autoria: Senador José Maranhão (MDB/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE;

- Em 07/03/2022, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Pergunto se o Senador Flávio Arns deseja fazer alguma consideração suplementar. (*Pausa.*)

Não.

Nesse sentido, então, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os outros são ainda para... (*Pausa.*)

Passemos ao item nº 7.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2329, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH CAE e terminativo na CCJ.

Eu concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, pedindo a ele que faça uma leitura resumida do projeto para que nós possamos, rapidamente, daqui a pouco, iniciar a nossa audiência pública.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo diretamente à análise.

Nos termos dos incisos V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre proteção à família e à infância. Assim, caberá a esta Comissão a análise de mérito, cabendo à CAE e à CCJ as análises econômica e de constitucionalidade.

A iniciativa é meritória. Com o advento da pandemia de covid-19, milhões de crianças e suas famílias, ou as que remanescem dessas famílias, foram colocadas em uma posição de extrema vulnerabilidade social e econômica. No caso dos menores cujos pais ou responsáveis faleceram em razão da doença, as sequelas são de várias ordens e provavelmente repercutirão por toda a vida dos sobreviventes.

Tais sequelas incluem o impacto psicossocial direto decorrente do trauma da perda dos cuidadores e do abalo das redes de relações socioafetivas e de amparo institucional. Concretamente, isso pode significar um mergulho abrupto na pobreza, assim como em situações de negligência, abuso e violência. Adolescentes órfãos precisam de apoio na transição para a vida adulta, e crianças mais novas necessitam de cuidados mais imediatos e em tempo integral. As meninas, particularmente, podem ter de assumir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidades domésticas que futuramente comprometerão o desempenho acadêmico. Ademais, elas tendem a estar expostas a um maior risco de sofrer violência e exploração sexual.

A despeito desse quadro trágico e emergencial, não se registra uma ação coordenada e abrangente do poder público para mitigar esses danos específicos associados à covid-19. Há algumas exceções de estados e municípios que instituíram programas para enfrentar a questão, como os Estados do Nordeste, São Paulo e a cidade de Campinas, mas são iniciativas que ainda estão aquém da dimensão do problema.

Nesse contexto, a iniciativa vai na direção correta ao instituir um benefício assistencial para os órfãos e suas famílias, além da possibilidade de apoio a instituições sem fins lucrativos que possam atuar de maneira complementar aos serviços públicos de assistência social a fim de promover ações educativas, recreativas, psicoterapêuticas, profissionalizantes e de acolhimento.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.329.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado e agradeço à Senadora Nilda Gondim, a quem a parabenizo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. a leitura.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como se encontra o processo de votação? (*Pausa.*)

Está faltando apenas um voto. (*Pausa.*)

Estou tentando aqui o Senador Renan. (*Pausa.*)

Nós temos aqui também o Projeto de Lei nº 3.595, de 2019.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3595, DE 2019

- Não terminativo -

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para a leitura do relatório.

Ela está? (*Pausa.*)

Ela saiu.

O Senador Paulo Paim poderia fazer essa leitura?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – De qual?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o item nº 8 da pauta.

Se V. Exa. puder ler a análise e o voto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Posso.

Posso ir direto aos comentários.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Item 8.

Autoria, Senador Flávio Arns; relatoria, Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa orientação, naturalmente, acompanha a Relatora – já o seria antes, principalmente agora como Relator *ad hoc*.

A proposição determina que, nos contratos terceirizados de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra na administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, sejam reservados 5% dos postos de trabalho para a contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou em condições de vulnerabilidade social, devendo as empresas prestadoras de serviços terceirizados realizar processo seletivo para a devida contratação.

Comento, ainda, que, para tanto, percebo que o art. 1º do projeto determina que 5% das vagas de contratos de terceirização de mão de obra que envolvam mais de cem postos de trabalho sejam reservadas para as trabalhadoras vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social, o que é mais do que justo.

O art. 2º dispõe sobre o acesso das empresas prestadoras de serviço a cadastro sigiloso criado e mantido pelo poder público federal em parceria com a rede socioassistencial.

Em suas razões, o autor ainda afirma que possibilitar às mulheres nessa situação garantia do vínculo empregatício possibilitará a interrupção da dependência de seus cônjuges ou companheiros em caso de violência doméstica e familiar – mais do que justo. E aduz que, no caso de vulnerabilidade social, a oportunidade do emprego implica a melhoria das condições sociais e econômicas, bem como, a partir daí, o afastamento da pobreza e da miséria.

A Relatora, no caso, a Senadora Rose Freitas, que aqui represento *ad hoc*, enaltece o mérito do projeto, porém, por ter sido aprovada recentemente pelo Congresso Nacional nova lei de licitações e contratos administrativos, direciona que o projeto deve se ater à nova lei e, assim, apresenta emenda substitutiva para garantir alternativa sustentável às mulheres vítimas de violência, dando-lhes condições de romper com o ciclo de agressões a que se veem submetidas em razão da dependência econômica.

Por isso, nosso voto, aqui representando a Senadora Rose de Freitas, é favorável, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Como está a nossa votação? (*Pausa.*)

Estamos aqui dependendo de um único voto. (*Pausa.*)

O Izalci entrou? (*Pausa.*)

Senador Izalci Lucas, V. Exa., que é tão assíduo aqui na nossa Comissão, que sempre contribui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Está em votação aí, Senador Humberto?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, é o Estatuto dos Ciganos, aquele projeto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – É nominal a votação?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim. Pode votar oralmente também. Não tem problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Vou entrar no aplicativo. (*Falha no áudio.*)

Vou votar favoravelmente – vou usar o aplicativo, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Muito obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Completamos? (*Pausa.*)

Pode falar, Senador Temário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes tarde do nunca, mas pense em um filho difícil de nascer que foi esse estatuto dos povos ciganos.

A vida dos povos ciganos sempre foi muito difícil, como também foi difícil a votação, mas ela foi gloriosa porque a vitória chegou, e o Senador Humberto teve o privilégio de ser o Presidente desta Comissão, em um estado em que temos bastantes descendentes de ciganos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer o esforço de cada Senador que fez isso, mas muito especialmente ao Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, com a sua persistência, com o seu companheirismo, com o seu sentimento, com a sua grandeza, mais uma vez, o Rio Grande do Sul colocou nas mãos dos povos ciganos, agora donos de um estatuto, a sua luz, a sua liberdade.

E Deus quis assim, que nós fôssemos o Relator.

Muito obrigado a todos.

Um viva aos povos ciganos!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 5, 8 e 9, da Comissão de Educação e da Comissão dos Direitos Humanos, 10 e 11, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos, mais as Emendas 12, 13, 14, 15 e 16, da Comissão de Direitos Humanos, e rejeição das Emendas 3, 4, 6, e 7, da Comissão de Educação.

Parabéns, Senador Paulo Paim, autor! Parabéns, Senador Telmário Mota, Relator! (*Pausa.*)

Senador Paim, pelo amor de Deus, seja muito breve, porque os nossos expositores estão esperando aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Apenas um segundo, Presidente.

Eu só quero agradecer ao Telmário Mota, que fez um trabalho incansável. O Telmário viajou, discutiu, brigou, articulou. Então, um abraço ao Telmário Mota, que fez um relatório excelente.

Agradeço a todos que votaram, especialmente, Senador Humberto Costa, a V. Exa. E, em homenagem a V. Exa., eu encerro agora para que V. Exa. possa tocar a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião extraordinária.

Antes, porém, parabenizo e agradeço a todos os Senadores que participaram, contribuindo para o quórum, e também àqueles que votaram nominalmente aqui.

Neste momento, o Senador Renan Calheiros está nos ligando aqui, dizendo que também iria votar.

Peço que agradeçam a ele por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia dois de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Flávio Arns, Zenaide Maia e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 17/2022 - CDH, de autoria do Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: "Debater a grave denúncia sobre as Mortes invisíveis abordadas em matérias jornalísticas". Participantes: Amanda Rossi, Repórter do Núcleo Investigativo do UOL; Eliana Vendramini, Coordenadora do Programa de Localização e Identificação do Ministério Público do Estado de São Paulo - PLID/MPSP; Alessandra Werner, Subsecretária de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos - Representante do Governo do Rio de Janeiro; e Silvia Virginia Silva de Souza, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. Resultado: Audiência pública realizada. Faz uso da palavra o Senador Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom, eu quero, agora, declarar aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada para debater a grave denúncia sobre mortes invisíveis, abordadas em matérias jornalísticas. A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Quero convidar, de imediato aqui, a Sra. Amanda Rossi, repórter do núcleo investigativo do UOL, que foi responsável pela matéria.

Quero dizer que estão participando *online* a Dra. Eliana Vendramini, Coordenadora do Programa de Localização e Identificação do Ministério Público do Estado de São Paulo; também a Dra. Silvia Virginia Silva de Souza, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil; e a Dra. Alessandra Werner, Subsecretária de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos, Representante do Governo do Rio de Janeiro.

Eu queria perguntar se algum dos expositores tem mais urgência em falar. (*Pausa.*)

Então, eu posso conceder a palavra à Dra. Amanda Rossi.

Eu queria só, rapidamente aqui, ler um texto da Comissão, nos dirigindo aos Senadores e Senadoras, convidadas e convidados da audiência.

Este tema que vamos discutir agora nos deixa a todos desconcertados. O brilhante trabalho investigativo realizado pela equipe do portal de notícias UOL, representado aqui pela jornalista Amanda Rossi, nos chocou a todos. Consternou-me saber que a prática nefasta de ocultação de cadáveres, por mais absurda que seja, não é exceção, mas algo comum. Foram centenas de corpos encontrados em valas clandestinas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mais um grave problema de segurança pública no Brasil.

O que nos foi demonstrado pelo UOL não pode ficar impune. Esta Comissão de Direitos Humanos não poderia deixar de se posicionar sobre algo tão sério. O desaparecimento de pessoas por ação de criminosos e a série de crimes que estão por trás dessa ação não podem simplesmente esvanecer.

O despejo de corpos em valas clandestinas é algo que nos remete a um período muito triste da nossa história, um período em que as pessoas eram torturadas e assassinadas pelo governo. O que antes era ligado às práticas ditatoriais que se instalaram em nosso país e que representaram uma das piores fases

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da nossa história hoje remanesce nas periferias do nosso país sob a força de um poder paralelo que é responsável pelo julgamento e pelo sentenciamento das pessoas, um tribunal do crime.

O Congresso brasileiro não pode silenciar diante de tamanho absurdo, de tamanha barbárie. É impensável que essas forças paralelas estejam agindo com as próprias mãos, criando suas próprias leis, como se fossem donas daquelas comunidades. É aterrorizante imaginar que a maioria das vítimas dessa brutalidade jamais tiveram suas identidades descobertas, que as famílias dessas pessoas jamais saberão o que houve com os seus entes queridos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como disse anteriormente, este Senado Federal não pode ficar omisso diante de tamanho problema que atinge a sociedade brasileira, sobretudo aquelas pessoas que não são devidamente assistidas pelo Estado, aquelas pessoas que não têm seus direitos constitucionais garantidos. Segurança pública não é um problema apenas policial; é, antes de tudo, um problema social. O Governo tem de estar presente para garantir que atrocidades como essas, trazidas pelo jornalismo, sejam evitadas.

Com as minhas desculpas pela demora, com a palavra a repórter do Núcleo Investigativo do UOL, a senhora jornalista Amanda Rossi.

V. Sa. dispõe de dez minutos para a sua exposição, naturalmente com a devida tolerância.

A SRA. AMANDA ROSSI (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde!

Queria, primeiro, saudar a Comissão de Direitos Humanos do Senado pela realização desta audiência pública, especialmente V. Exa., Senador Humberto Costa, que foi quem fez o requerimento para convocar esta audiência pública de um tema tão importante para a segurança pública do Brasil e também para a proteção dos direitos humanos.

Estou aqui representando o Núcleo de Jornalismo Investigativo do UOL, que se debruçou sobre esse tema durante quatro meses e descobriu uma série de informações muito chocantes sobre a realidade da segurança pública.

Em 8 de abril nós publicamos o especial Mortes Invisíveis, e a gente vai compartilhar algumas imagens com algumas das descobertas dessa série de reportagens para quem não a acompanhou.

Queria só citar também, fazer referência aos meus colegas, porque esse é um trabalho de equipe de quatro meses que só foi possível com a participação e atuação de muitas pessoas do UOL, um esforço jornalístico muito grande. Queria nomear os meus colegas: o Coordenador do Núcleo de Jornalismo Investigativo, Flávio Costa, os repórteres Saulo Pereira Guimarães e José Dacau, e a Yasmin Ayumi, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez o trabalho de infografia desse material. E vou rapidamente só mostrar alguns dos resultados principais dessa investigação que nós fizemos.

Vou passar aqui ao próximo.

Um dos principais pontos que a investigação trouxe foi a identificação de 45 valas clandestinas, só no Rio de Janeiro e em São Paulo, desde 2016, onde foram encontradas 201 vítimas. É importante dizer também que, dentre esse número, a maior parte das vítimas sequer foi identificada até agora. Então, dois de cada três corpos encontrados nessas 45 valas clandestinas são pessoas cuja identidade a gente ainda desconhece, apesar de todos os esforços de investigação. Então, é um número muito grande. Essa é uma das principais descobertas dessa série de reportagens porque é uma estatística que não existe oficialmente. Então, nem as polícias nem o Estado brasileiro dispõem dessa informação de forma sistematizada, que já aponta para um primeiro problema que a gente precisa enfrentar, que é a produção de estatísticas a respeito desse problema. Então, a gente já consegue ver que não são casos isolados. Há um número muito grande de valas clandestinas nesses dois locais.

Nós, a partir desse levantamento, fizemos um mapeamento que, novamente, é um mapeamento em que nem a polícia, no caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, dispunha da localização dessas valas clandestinas. E o mapeamento já é uma fase importante da investigação, porque mostra a concentração de valas clandestinas em alguns locais. Em São Paulo, especificamente na periferia da cidade e nas cidades da Região Metropolitana. Como o Senador colocou, são locais de maior vulnerabilidade social. Então, nesse mapa, a gente consegue ver alguns pontos de grande concentração dessas valas clandestinas em São Paulo.

Eu vou mostrar algumas imagens que são fortes, fica aqui o alerta para quem estiver assistindo, mas são imagens importantes para a gente verificar a realidade que existe no Brasil, sobre a qual muitas vezes a gente não tem conhecimento. São imagens de algumas dessas valas clandestinas, no Estado de São Paulo, onde as pessoas são sepultadas de forma completamente clandestina. A maior vala clandestina que a gente identificou nesse levantamento foi uma vala clandestina em São Paulo, onde foram encontradas 27 vítimas. E, para a gente ter ideia, dessas 27 vítimas, 22 não foram identificadas; e, se a gente não tem a identificação... A identificação é um dos passos fundamentais para o início da investigação. Então, sem a identificação, a gente já esbarra num problema gravíssimo.

Além das valas clandestinas, outro aspecto importante que essa investigação mostrou é que essas 45 são realmente a ponta do *iceberg*, porque são as valas que a gente conhece e que a polícia conseguiu descobrir. Mas existem elementos concretos que mostram para a gente que há indícios de que há muito mais valas clandestinas, não só em São Paulo e no Rio de Janeiro. E é até importante a gente ressaltar que a dinâmica do crime organizado no Brasil... Muitas vezes, há características em São Paulo e no Rio de Janeiro, e depois a gente acaba vendo que vão se espalhando para outras regiões do Brasil medidas que são repetidas por outras organizações criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há a preocupação também de que essa realidade esteja começando a acontecer ou esteja acontecendo, sem que nós tenhamos conhecimento, em outros locais do Brasil, e alguns elementos que apontam, que mostram que isso é só a ponta do *iceberg* são, por exemplo, as informações do Disque Denúncia do Rio de Janeiro, que recebeu 320 relatos sobre valas clandestinas só em dois anos. Então, nós encontramos oito valas clandestinas que foram encontradas pela polícia no Rio, desde 2016, mas, se a gente vai olhar para as denúncias feitas pela população, o número é infinitamente maior. É claro que nem todas as denúncias são, de fato, valas clandestinas, mas a gente já tem aí um indicador de que há informação, há denúncia e que é preciso que as autoridades policiais investiguem mais a fundo. Eu já aproveito aqui para dizer que não há uma busca ativa por valas clandestinas no Brasil. Então, geralmente elas são encontradas ou por acaso, ou por denúncia anônima e, algumas vezes, elas são encontradas por investigações de casos de desaparecimento, mas não há uma busca ativa, uma estratégia de busca ativa de valas clandestinas.

Outro indício de que é a ponta do *iceberg* são os boletins de ocorrência de desaparecimentos, de pessoas desaparecidas. Então nós, no UOL, avaliamos 25 mil boletins de ocorrência de desaparecimentos em São Paulo e mais algumas centenas de boletins de desaparecimento no Rio de Janeiro. E, no próprio boletim de ocorrência de desaparecimento, muitas vezes a família, que não tem obrigação nenhuma de fazer qualquer ato de investigação, já comunica à autoridade policial, às vezes com muitos detalhes, sobre circunstâncias de sequestros, sobre circunstâncias de homicídios e até de ocultação dos cadáveres; há caso, inclusive, em que a família já diz para a polícia onde que o familiar teria sido sepultado, de acordo com informações que ela recebeu. Então, são casos que estão sendo registrados como desaparecimentos, mas a gente já tem indícios, em alguns deles, de que não são meramente desaparecimentos, mas, sim, são crimes violentos que precisariam ser investigados mais a fundo, mas, muitas vezes, nós acompanhamos alguns desses casos e não há, de fato, investigação para além do registro do boletim de ocorrência.

Um terceiro ponto que eu gostaria de destacar que foi trazido por essa série de reportagens é a existência de 26 mil restos mortais de pessoas sem identificação que estão à espera nos IMLs e nos laboratórios forenses do Brasil. Então, esses são restos mortais que poderiam, têm todas as condições, de forma imediata, de passar por análise de DNA e serem incluídos... Nós temos, no Brasil, já a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, com o nome coloquial de Banco de DNA, que foi criada justamente para ajudar a solucionar crimes e para ajudar a identificar pessoas desaparecidas; nós já temos essa tecnologia no Brasil.

A rede vem conseguindo como resultado ajudar em diversas identificações, mas nós temos esse passivo vergonhoso no país. Aqui na tela, a gente vê um documento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, de setembro do ano passado, que trouxe a público esse número de 26 mil restos mortais. É um levantamento que foi realizado pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas junto às unidades da Federação. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos solicitou aos estados que enviassem mais dados a respeito desse problema, e a menor parte desses 26 mil já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisada. Então, nós temos aí 80% desses 26 mil ainda pendentes de análise. É algo urgente que a gente precisa, como Estado, fazer.

Aqui é uma tela mostrando o que nós temos atualmente na Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, cerca de 6 mil restos mortais cadastrados. Então, nós temos aí mais de 20 mil que devem ser incluídos. Isso sem considerar os restos mortais de pessoas que foram sepultadas como desconhecidas e que não tiveram coleta de DNA.

Números iniciais dos cartórios mostram que são 98 mil pessoas sepultadas como desconhecidas no Brasil. Então, nós temos um passivo muito grande de violação de direitos humanos pendente de solução. E, em alguns casos, nós temos ferramentas já...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA ROSSI – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Pode concluir.

A SRA. AMANDA ROSSI – Obrigada, Senador.

Aqui só também trazendo um excerto de outro documento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, cobrando posicionamento dos estados a respeito desses 26 mil restos mortais. O estado com maior passivo é o Estado de São Paulo, são mais de 7 mil restos mortais pendentes de análise de DNA, e o estado comunicou ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos que possui somente uma perita dedicada para cumprir toda essa tarefa de mais de 7 mil restos mortais para análise. Ele estima, então, que ela levaria seis anos para processar todo esse passivo e fala que seria necessário um aumento de quadros de peritos. Então, já aponta até a necessidade para aumentar... Eu fico imaginando essa perita vendo a agenda de trabalho dela tomada pelos próximos seis anos e sem condição de ter mais peritos para ajudá-la numa tarefa que é tão importante em relação aos direitos humanos. Então, o Estado de São Paulo tem um passivo muito grande, como a gente vê aqui, como o Estado do Amazonas, o Estado da Bahia, o Rio de Janeiro, Minas Gerais... Infelizmente é um problema que a gente vê nos estados brasileiros em geral.

E, por último, eu queria só destacar que a gente também se deparou... Outro problema, outro destaque, acho, dessa apuração é a falta realmente de estatísticas a esse respeito. Então, nós temos, como eu já disse antes, as valas clandestinas, e não há uma estatística a esse respeito. Nós questionamos, pela Lei de Acesso à Informação, todas as unidades da Federação, e a maior parte delas, a grande maioria das unidades da Federação nos respondeu que não há como saber isso, porque os registros de ocorrência não permitem que se verifique quando há mais de uma vítima em uma vala só. E esses casos vão para a Justiça também e perdem a caracterização para que se possa produzir estatística, porque geralmente é aberto um processo para cada vítima – isso no caso das vítimas identificadas. Então, dois terços nem vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parar na Justiça, porque não há identificação, e, com esse fatiamento, você perde o único elemento em comum, que é a vala clandestina em si.

Esse não é um problema só do Brasil, esse é um problema que outros Estados latino-americanos enfrentam, devido ao crime organizado, principalmente o México. Acho que, no México, já há estatística. Nós não temos também estatística no Brasil, até hoje, de um cadastro nacional de pessoas desaparecidas. Isso é algo que foi instituído pela Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, recentemente, mas ainda não está em vigor. Então, a produção de estatística, a orientação de padronização de reunião dessas informações também é algo que está faltando no Brasil e que certamente poderia ajudar na resolução desse problema.

Aqui, então, é uma apresentação de informações gerais sobre as nossas descobertas no Núcleo de Jornalismo Investigativo do UOL a respeito desse problema. Agora, nós nos deparamos com a realidade, Senador, de muitas das famílias que passam por isso. Então, para além das informações e para além dos números, é muito doído ver como realmente as pessoas, muitas vezes, sabem o que aconteceu com o seu familiar, mas nem imaginam que o Estado vai poder ajudar, vai buscar, vai fazer alguma investigação para descobrir qual é a vala clandestina onde aquela pessoa foi enterrada, para que ela possa dar um sepultamento digno, ou, muito menos ainda, para que o responsável seja punido.

Com isso, a gente acaba, como disseram algumas autoridades e especialistas nessa reportagem, comentaram que a gente abre brecha para que um estado paralelo acabe organizando a vida e a morte no Brasil. Então, os números de violência que a gente tem, que já são altíssimos, têm essa característica invisível, como a gente chamou essa série de reportagens das mortes invisíveis.

Então, infelizmente, o número de mortes violentas, no Brasil, é maior do que a gente tem conhecimento. A gente, de novo, gostaria de saudar a realização desta audiência pública para que esse tema possa ganhar a relevância que ele tem, porque, de fato, muitas pessoas estão passando por essa... estão sendo vítimas de violência de forma muito cruel e não tendo a resposta adequada por parte do Estado brasileiro, apesar do esforço de muitos profissionais muito dedicados.

Nos últimos 30 segundinhos, recentemente, o Ministério da Justiça, a Senasp, fez um evento em fevereiro para tratar de pessoas desaparecidas, e até houve palavras, manifestações de policiais falando sobre isso. Nós temos aí, como grande desafio, no Brasil, em relação à violência, que o crime organizado mata, julga, enterra, sepulta, e nós nunca temos conhecimento disso. Então, é preciso realmente que o Brasil olhe para esse tema com a relevância que ele tem.

Muito obrigada pelo convite para a gente apresentar este trabalho aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu que agradeço à jornalista Amanda Rossi. Quero parabenizá-la pelo seu trabalho, por todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repórteres do Núcleo Investigativo do UOL que participaram dessa reportagem. O UOL está transmitindo ao vivo, neste momento, esta nossa reunião.

Eu quero parabenizar todos os órgãos de imprensa, muito especialmente os jornalistas da área investigativa, por trabalhos idênticos a este, que têm um papel muito importante para o conhecimento da nossa realidade, para mostrar à população brasileira a quantas anda a situação dos direitos humanos no nosso país.

Eu vou ler aqui três perguntas que foram feitas. As pessoas que vão seguir podem responder, assim como a Dra. Amanda depois, se quiser.

Arísia Maria, do Distrito Federal: "Como as autoridades [...] estão monitorando essas graves denúncias?".

Sabrina Pereira, do Rio de Janeiro: "Haverá algum tipo de punição para essas graves denúncias?".

Pedro Henrique, do Distrito Federal: "Quais protocolos as empresas jornalísticas [...] [usam] por ocultar tais identidades?". Talvez para proteger os repórteres. Também não vai poder dizer aqui. (*Risos.*)

Bom, mas eu passo a palavra à Dra. Eliana Vendramini, Coordenadora do Programa de Localização e Identificação do Ministério Público do Estado de São Paulo (PLID/MPSP).

V. Sa. tem dez minutos para sua apresentação, com a tolerância de praxe.

A SRA. ELIANA VENDRAMINI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador, boa tarde às demais autoridades presentes, a todos os cidadãos.

Queria desde logo felicitar pelo reencontro com a jornalista.

Essa tem sido uma luta do Ministério Público do Estado de São Paulo, pelo Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, há nove anos. Há nove anos nós, depois do início dos trabalhos desse programa no Rio de Janeiro, lá no Ministério Público estadual, adotamos a mesma prática de agir e sentimos que, de fato, São Paulo tem necessitado profundamente de um olhar especializado.

Em primeiro lugar, apelando até para o espaço especializado em que nos encontramos e de pessoas que vão auxiliar nessa luta, quero lembrar que as pessoas desaparecidas têm sido – elas e as vítimas imediatas do desaparecimento, que são seus familiares – profundamente relegadas nas políticas públicas neste país, no Estado de São Paulo – respondendo a parte das perguntas –, onde já foram movidas três ações civis públicas, cobrando várias obrigações do estado com relação a banco de dados de desaparecidos, para que, quando surjam os corpos, nós tenhamos exatamente a possibilidade de fazer uma análise rápida do material de DNA com o material local, regional, e não demandar um banco nacional já tão demandado, já que nós temos – foi falado pela Amanda –, em média, 80 mil notícias de desaparecimento no país. E 25 mil são do Estado de São Paulo, com mil questões, pelo tamanho de sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

periferia, pelo tamanho da exclusão social, pela migração e por tudo que ocorre aqui e que precisa ser genuinamente recebido. São dores e amores que precisam ser cuidados, não é? Quando eu falo das pessoas desaparecidas, eu falo de dor muito mais pungente que a dor da morte, porque nós estamos trabalhando com a incógnita. Nós temos pais há dez, quinze, vinte anos esperando os seus filhos retornarem, com uma resposta conjunta, sim, do poder público – eu digo conjunta porque eles também são instados a virarem investigadores, a tentarem entender o que ocorre.

Mas não fosse uma reportagem como essa do UOL, da equipe investigativa do UOL, capitaneada pela Amanda, com quem eu tive muito contato, nós não saberíamos de muitos detalhes, a começar do detalhe de que, uma vez localizada uma vala clandestina... Nós não chamamos cemitério porque as pessoas não são dignamente inumadas ali, muito menos seus parentes exercem o direito do luto. É um espaço de extrema violência, e ali nessas valas, uma vez descobertas... Nesta, muito grande, da Zona Sul, nós temos 27 corpos identificados, apenas os que estavam com documento, e ali nós temos vários dados investigativos importantes, como objetos, como vestimentas, muita coisa que nós vimos também, *in loco*, não é? E nesse momento, qual seria o aparato que policiais que estiveram ali tentando solucionar essa questão, deveriam receber? A possibilidade, por óbvio, de uma identificação genética, com um trabalho *ante mortem,* que, no encontro daquela vala, seria o chamamento de famílias interessadas naquele local como possível local de desova dos corpos dos seus familiares, famílias que esperam ainda em casa, através da formação de uma lista que não dependa também, só e exclusivamente, de um banco nacional. Isso não tem acontecido. É simplesmente exumar, retirar da vala, arrancar, melhor dizendo, dada a violência, encontrar documento ou não e inumar como não reclamado ou não identificado, nesse caso não identificado. E acontecem outras tantas atrocidades que eu acho que deveriam ser de interesse também de todos nós que lutamos pelos direitos humanos. Não são seguidos protocolos para uma posterior identificação.

Uma vez não identificados e sem esse chamamento mínimo, sem essa dedicação orçamentária efetivamente de governo para que essas pessoas sejam identificadas, nós temos, de novo, as famílias de desaparecidos relegadas à incógnita perpétua. Isso é grave porque o Brasil – eu preciso dizer isso aqui, é muito importante para a gente voltar, Senador, para essa luta – está esperando um projeto de lei há anos para tipificar o crime de desaparecimento forçado, que é o caso cometido por um grupo armado ou por agentes de Estado ou por milícias, mas provavelmente por grupo armado, pelos indícios que se colhem muito a esmo, mas que dependem desse tipo penal. É crime. Esse mero desaparecimento é crime! E é crime dos piores. É um crime contra a humanidade quando for sistemático e contra um grupo específico, como aconteceu na ditadura. E, se ficar provado que é por um grupo também específico, contra a população local, de forma sistemática, num local em que já há 27 corpos, também o será. É um crime contra a humanidade e deveria ser um crime aqui.

Aqui a gente fica nas mãos do tipo penal de sequestro. Isso é uma vergonha. O Brasil acaba anunciando que não se importa com o desaparecimento de pessoas. E ainda que não fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desaparecimento forçado ou não houvesse indícios disso – porque os criminosos fazem questão de tentar apagar essa história –, nós precisamos lembrar que desaparecimento é fato grave de qualquer jeito. Ele demanda um esforço do Estado.

Nesses casos, a gente tem certeza que ocorreram homicídios. E, para além de toda as mazelas da questão do desaparecimento no Brasil, nós ainda temos os crimes que são inumados juntos com esses corpos que não foram identificados, porque um passo da identificação, além de resolver a questão da dor dessas famílias, vítimas que são também do crime de desaparecimento forçado, que o Brasil só ratificou como convenção internacional de direitos humanos, mas não patenteou aqui dentro desse país... Só por isso os homicídios também não serão apurados; os homicídios também viram pouco.

Nós vimos aí as imagens das pessoas estão amarradas, estão com tiro na cabeça, estão presas pelos pés. Nós estamos autorizando isso. E, a partir do momento em que se enterra esse corpo sem identificação, enterra a investigação. E mais – é a última denúncia que eu gostaria de fazer nesse tempo privilegiado: os locais não são explorados no todo. Nesse local onde foram encontrados 27, diz a comunidade – porque, assim, é totalmente oculto para as autoridades; a população sabe muito bem que isso acontece lá... Aliás, fica de frente para a moradia deles o local. O local também é feito num cume, no antigo aterro sanitário. Ali, dizem os populares, tem 200 corpos. E, de fato, faz sentido porque, só na rua – é dividido por ruas o aterro sanitário –, só na rua em que estávamos, foram os 27 lado a lado. E, depois disso, não consta nenhuma investigação policial no sentido de observar o uso do local, não só olhar para o passado, mas olhar para o futuro; tirar esse espaço como um espaço de violência dominado, porque a gente esquece também que desaparecidos têm direito à memória, além da verdade. E é isso que a gente tem que fazer aqui em São Paulo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Eliana Vendramini, do Ministério Público do Estado de São Paulo. Foi muito importante aqui a sua contribuição.

Vamos, de imediato, passar para a Dra. Silvia Virginia Silva de Souza, que tem também dez minutos, com a devida tolerância, para a sua fala.

A SRA. SILVIA VIRGINIA SILVA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Muito boa tarde aos Senadores e às Senadoras, aos colegas debatedores que estão aqui acompanhando esta audiência e às pessoas que estão nos assistindo e nos vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para aqueles que não podem nos ver, eu vou fazer uma autodescrição para que possam ser incluídos também: eu sou uma mulher negra, estou com o cabelo trançado na parte da frente, um rabo de cavalo atrás, atrás de mim há uma parede branca e um quadro com moldura preta e pintura azul e amarela.

Eu recebo com grande estarrecimento... Li a matéria com muita atenção e acompanhei a apresentação da jornalista Amanda, a quem eu quero desde já parabenizar e manifestar minha admiração pelo trabalho – não só a ela, mas a toda a equipe, e em sua pessoa o faço –, pela investigação, principalmente num campo que para nós ainda é muito espinhoso de ser tratado, que é o desaparecimento forçado no Brasil.

O Senador, em sua fala, mencionou os desaparecidos no período da ditadura, mas a gente também precisa lembrar que o Brasil historicamente é um país construído na base da violência e na base da tortura, e essa prática forma a nossa estrutura social, infelizmente, e a nossa prática até o dia de hoje.

Não podemos nos esquecer do Cemitério de Perus, mas também de lugares como o Cais do Valongo, que recentemente, em 2011, foi "redescoberto" – com aspas. Aquele lugar, a gente sabe, foi local de desembarque por mais de cem anos de negras e negros escravizados. Ali no Complexo do Valongo também, com certeza, há muitos restos mortais de pessoas que foram clandestinamente traficadas para o Brasil, foram mortas e tiveram suas memórias e suas histórias esquecidas e apagadas. A gente sabe a dificuldade que é para se resgatar isso.

É importante lembrar, quando a jornalista Amanda fala dos 201 corpos encontrados no Rio de Janeiro e em São Paulo, que não são apenas números, ela está falando de pessoas, de famílias que ficaram sem seus filhos, maridos ou sobrinhos, de histórias que foram interrompidas, de pessoas que tiveram a sua trajetória interrompida e que merecem ter uma resposta digna do Estado quanto ao que aconteceu com elas e ao que levou ao seu desaparecimento forçado, e quanto a quem são os responsáveis, para que os responsáveis sejam efetivamente responsabilizados.

O Brasil vive uma situação sistemática de violações de direitos humanos de acordo com relatório da OEA, situação que atinge prioritariamente grupos minorizados, como populações negras, quilombolas, mulheres, indígenas e populações que estão em territórios periféricos, como é enfatizado na matéria apresentada.

Chama muito a atenção a ausência de dados oficiais que nos permitam identificar quais são as cores dos corpos enterrados nessas valas clandestinas, porém a gente sabe, assim como a matéria ressalta, que no Brasil são os jovens negros, pobres e periféricos a maioria das vítimas da violência urbana. Em 2020, 76% das vítimas de homicídio eram pessoas negras, de acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

E a gente está diante de um fenômeno que está ligado principalmente à ausência do Estado nesses territórios periféricos nas grandes cidades, nas grandes metrópoles. E me choca muito ver esses dados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente porque eu sou de São Paulo, sou da periferia de São Paulo. A minha cidade aparece ali no mapa como um dos locais onde foram encontrados corpos. Esse processo de necropolítica que a gente vem atravessando se dá não pelo braço armado do Estado, mas também pela ausência do Estado nesses espaços, onde se instalam milícias e outros poderes paralelos, que, assim como Achille Mbembe nos ensinou, têm ali o poder naqueles espaços e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Há uma necropolítica estabelecida e, se é pela ausência do Estado, automaticamente nós compreendemos que ela tem o aval do Estado, porque, na medida em que se faz ausente, permite que os corpos que são desviantes, são indesejáveis, sejam eliminados sem terem as suas histórias contadas, sem terem um enterro digno, fazendo com que suas famílias não tenham sequer satisfação do que aconteceu com essas pessoas que foram desaparecidas forçadamente.

A ausência de uma estratégia de segurança pública para buscar ativamente as valas clandestinas nos preocupa por demais. A ausência de políticas públicas também nos preocupa. E eu faço coro à Dra. Eliana Vendramini pela tipificação do crime de desaparecimento forçado. Infelizmente, esse é um debate ainda pouco visibilizado e que precisa ser transmitido e ser enfatizado e ser redito, porque as pessoas que foram desaparecidas forçadamente têm o direito à memória, seus familiares têm o direito à memória, têm o direito à verdade, a saber o que aconteceu com elas. Então, como nós estamos aqui numa Casa de lei, debatendo esse assunto tão importante, e certamente deverão sair encaminhamentos desta audiência, é importante que olhemos, Senadores e Senadoras, para esta deficiência que é apontada pela matéria, pelo processo de investigação: não há uma estratégia de segurança pública para a busca ativa das valas clandestinas. É importante que haja essa estratégia, é importante que os órgãos de segurança pública que se mobilizam em torno dessas investigações definam, planejem uma estratégia – e esta Casa pode influenciar de maneira determinante para que isso seja estabelecido –, assim como há a tipificação do crime de desaparecimento forçado. Essas pessoas merecem ter o direito à memória, o direito à verdade. E as pessoas que são responsáveis por essa política, essa necropolítica que incide no desaparecimento forçado devem ser responsabilizadas.

No mais, Senador, eu coloco a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB e o Conselho Federal da OAB à disposição para outros debates, para somar num grupo de trabalho. Enfim, é de total interesse do Conselho Federal e da Comissão Nacional de Direitos Humanos e de meu interesse também, para que nós tenhamos aí o Estado acionado, pressionado, se for necessário, para que responda, de maneira cabível e adequada. Não cabe a resposta de que "não temos como investigar, não temos aparato". Se não temos, então vamos destinar um recurso para isso, vamos mobilizar para que tenhamos aparato, porque aquilo que interessa ao Estado certamente é investigado, não é?

Então, isso também demonstra o quanto essas vidas dessas pessoas que estão nesse território e que estão desaparecidas valem menos ou mais – ou não valem – para o Estado. E isso não é aceitável, não é? A Constituição nos garante o direito à igualdade de sermos todos compreendidos como cidadãos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadãs e de termos perante a lei o mesmo valor. Não há vidas que valem menos, não pode haver vidas que valem menos. Portanto, esses crimes necessitam ser investigados, e as pessoas, responsabilizadas.

Eu quero, de antemão, Senador Humberto Costa, agradecer pelo convite e parabenizá-lo pela realização desta audiência pública. Quero deixar aqui o abraço do Presidente da OAB, do Conselho Federal da OAB, Alberto Simonetti. Quero parabenizar também a Dra. Eliana Vendramini pela investigação, pela participação nessa investigação; e também a jornalista Amanda: mais uma vez registro a minha congratulação e os parabéns por essa matéria tão corajosa, que deve ser repercutida não só nacionalmente, mas internacionalmente.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado a V. Sa., Dra. Silvia Virginia, que representa o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e é Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.

Eu queria, inclusive, que depois, se fosse possível, vocês pudessem encaminhar alguma proposição aqui para a Comissão de Direitos Humanos, para tentar identificar se esse tema da criminalização do desaparecimento possui aqui no Congresso Nacional alguma iniciativa e se algum grupo que debate hoje mudanças no Código Penal já abordou esse tema, porque me parece realmente com muita fundamentação a preocupação que tanto a senhora quanto a Dra. Eliana levantaram.

Por último, nós vamos ouvir a Dra. Alessandra Werner, que é Subsecretária de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos e que representa o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

V. Sa. tem a palavra por dez minutos, naturalmente que com a devida tolerância.

A SRA. ALESSANDRA WERNER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, boa tarde a todos e todas.

Cumprimento aqui os Senadores presentes, na pessoa do Senador Humberto Costa.

Em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro, eu gostaria de falar que a causa do desaparecimento de pessoas, não só por diversas causas, mas por desaparecimento forçado é uma responsabilidade do Estado e uma preocupação muito grande da nossa parte – e digo principalmente em nome da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do estado.

O Rio de Janeiro foi pioneiro na criação de uma política dentro do Poder Executivo para pessoas desaparecidas. Nós temos a Superintendência de Prevenção e Enfrentamento ao Desaparecimento de Pessoas e Acesso à Documentação Básica desde o ano de 2020. Temos também a criação de alguns núcleos de atendimento aos familiares de pessoas desaparecidas em vários municípios do Rio de Janeiro. Dentro da parte da Polícia Civil, nós temos a Delegacia de Descoberta de Paradeiros, que também tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho magnífico envolvendo a investigação de pessoas desaparecidas, nos casos de desaparecimento forçado ou não.

E gostaria de destacar também – já que a Dra. Eliana e a Amanda destacaram – que o Rio de Janeiro participou da Campanha Nacional da Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas em 2021, de forma pioneira também. E vai haver uma nova etapa dessa campanha. Quero destacar que esta campanha já foi muito significativa. Através dessa campanha, já foram localizados alguns corpos de pessoas que não tinham nenhum tipo de identificação.

Queria destacar que o Rio de Janeiro está totalmente comprometido com a pauta. É de responsabilidade não só do Executivo, mas também do Legislativo, do Judiciário. Aqui também a gente pode destacar a criação do Alerta Pri, que é a divulgação de pessoas que por algum motivo tenham desaparecido, crianças e adolescentes.

Enfim, são essas as iniciativas que eu gostaria de destacar aqui. E a Secretaria está à disposição para o que for necessário, enfim para as iniciativas.

Eu gostaria de parabenizar a pesquisa da Dra. Amanda Rossi.

Quero me colocar aqui à disposição. Se tiver algum tipo de pergunta ou algum tipo de questionamento que queiram fazer, estamos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Alessandra Werner, pelos seus esclarecimentos, pelas informações relativas às ações do Governo do Rio de Janeiro em relação a esse tema.

Enquanto eu concedia a palavra a V. Sa., a Dra. Eliana Vendramini pediu a palavra, e eu repasso a ela o uso da palavra.

A SRA. ELIANA VENDRAMINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, serei bastante breve. Eu queria ressaltar o número do PL: é o PL, em curso, 6.240/13 – está no *chat.* É justamente o PL da tipificação, em lei especial, do desaparecimento forçado, com todas as suas nuanças, com a questão da ordem manifestamente ilegal, com a questão da colaboração premiada e tudo que precisa.

Esse projeto só existiu porque, em 2016, depois de dez anos de duas convenções, uma global e uma interamericana, a Presidente Dilma ratificou os dois tratados. O Brasil já não cumpriu, por óbvio, vários dos mandatos obrigatórios do tratado e muito menos o de criminalização, mas o projeto é esse. Nós precisamos urgentemente trabalhar por ele, porque a diferença entre o que se tem hoje, meramente subsidiário, reforçando um discurso social de que o desaparecimento é uma coisa qualquer, que não é tão grave como o homicídio... É muito pior que o homicídio e não é também "apenas", entre aspas, o forçado. Nesse tema, tudo é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos, como disse a Dra. Sílvia, que tive o grato prazer de conhecer aqui hoje, de uma política pública específica. A população não aguenta mais sofrer esse tipo de situação. E, na ausência do Estado, com vulnerabilidades sociais profundas, quem está perdendo seus parentes são os mais vulneráveis.

Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Eliana Vendramini.

Quero só confirmar: é o Projeto de Lei 6.240, de 2013, que trata do desaparecimento?

A SRA. ELIANA VENDRAMINI (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos identificar como anda a tramitação desse projeto, se ele chegou a ser arquivado ou não, e vamos acompanhar essa tramitação.

Eu pergunto à Dra. Silvia e à Dra. Alessandra, já que eu já perguntei à Dra. Amanda, se desejam fazer alguma complementação, para que nós possamos aqui concluir a nossa audiência pública. (*Pausa.*)

Não?

Bom, então eu queria não somente agradecer a presença da Dra. Amanda Rossi, Eliana Vendramini, Silvia Virginia, Alessandra Werner, mas quero aqui, mais uma vez, ressaltar e parabenizar o núcleo investigativo do UOL, a jornalista Amanda Rossi e todas as pessoas que trabalharam com ela, ressaltar o papel importante do jornalismo investigativo e parabenizar o próprio UOL, que deu suporte para que esse trabalho pudesse ser feito. A gente sabe que não é uma coisa fácil também.

Gostaria de dizer que a Comissão de Direitos Humanos considera esse tema um tema muito relevante, especialmente porque, a julgar pelas informações que as senhoras trouxeram até aqui, ele é muito mais amplo do que se pode imaginar. Então, é um tema que representa uma ferida aberta no nosso país. Por isso, tudo o que for relativo a essa questão, se nós tivermos ou novas matérias ou algo novo que diga respeito a esse tema, a Comissão de Direitos Humanos está aberta para acolher essa discussão, para acolher essas denúncias, para, se em algum momento for necessário, fazer aí diligências, não é?

Eu me comprometo aqui. Nós vamos buscar esse projeto, identificar onde ele está. E quem sabe possamos organizar uma audiência pública aqui da Comissão para discuti-lo e tentar fazer com que ele possa ter uma tramitação mais célere, está bem?

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente reunião, desejando a todos e a todas um bom final de tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas do dia treze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 5/2020 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater: "Democracia e direitos humanos: Treze de Maio, refletir e agir". Participantes: Nilma Lino Gomes, Ex-Ministra da Igualdade Racial; Joseanes Lima dos Santos, Representante da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal; Bico Rodrigues, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –CONAQ; Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT e Ex-Ministro da Igualdade Racial; Douglas Belchior, Coalizão Negra; e Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União. Resultado: Audiência Pública realizada. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Continuando, a audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 5, de 2022, da CDH, de autoria deste Senador, para debater: "Democracia e direitos humanos: Treze de Maio, refletir e agir".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Temos aqui, como é de praxe na Comissão, um primeiro momento de informes.

O informe que nos chegou aqui diz o seguinte: convidamos todos a participar do ato público em defesa da democracia e pela vida de defensores e defensoras dos direitos humanos, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 18 de maio de 2022, às 17h.

Será um ato simbólico no qual movimentos e organizações apresentarão uma carta aberta para denunciar todo e qualquer ataque à democracia e aos defensores e defensoras dos direitos humanos e farão, ao mesmo tempo, sugestões de ações necessárias à sua proteção. Movimentos populares, organizações sindicais, religiosas e políticas, agentes públicos comprometidos com as causas populares estão convidados. Mais informações na SMDH, MNDH, ou pelo telefone 61 82883673. Convocam organizações do Projeto Sementes de Proteção e Defendendo Vidas.

Os convidados estão chegando. Enquanto eles vão chegando, eu vou dando os informes e fazendo já a nossa fala de abertura.

Fala da Presidência.

Hoje, 13 de maio de 2022, estamos aqui reunidos para refletir sobre os 134 anos da abolição da escravatura, mais conhecida como a falsa abolição. Foram quase quatro séculos de grilhões e chibatas, mais de 4,8 milhões de africanos sequestrados e vendidos. O legado dessa violência é vivido e sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela população negra ainda nos dias de hoje. Temos realmente o que celebrar neste dia 13 de maio ou o que vale é o termo da abertura que fiz aqui da falsa abolição?

Precisamos refletir e, de forma rápida, agir. É preciso ação! Sou um Senador negro esperançoso, um dos meus lemas é esperançar por dias melhores. Sinto o minuano dessa esperança chegando mais forte do que nunca. Não podemos nos calar e não agir diante de tantas crueldades que atingem a todos e todas, todos os dias. O nosso povo negro e pobre é o que mais sofre neste país.

A violência racial e as desigualdades tomam conta do noticiário. Cito como exemplo a falta de moradia digna e empregos decentes, milhares e milhares de pessoas em situação de rua, as invasões e o descaso com os territórios quilombolas e indígenas, a fome que assola o nosso povo e tantos outros desafios sociais que precisamos enfrentar. Criar, implantar, fiscalizar políticas públicas integradas para a população negra no Brasil é fundamental para que o país possa sair desse contexto de desespero em que todos e todas perdem.

Neste 13 de maio – vamos nos ater aqui, porque são inúmeras propostas –, há dois temas que, para mim, são cruciais para a sobrevivência da população negra. Todos são importantes. Como não posso, na abertura, falar de todos, falarei de dois: a abordagem policial, cujo projeto apresentei, junto com os movimentos negros, no PL 5.232, de 2020; e a injúria racial, no PL 4.373, de 2020, uma construção coletiva. Eu sempre digo que eu sou uma ferramenta, um instrumento da sociedade que se mobiliza, neste caso aqui contra o racismo e o preconceito.

As duas matérias foram aprovadas no Senado e, neste mês de maio, façamos uma campanha nas redes para que as propostas sejam aprovadas também lá na Câmara dos Deputados e, posteriormente, sancionadas, dando um novo rumo ao sistema de Justiça e à sociedade no combate à violência.

Essas proposições, que fazem parte de um leque de 20, têm a missão educativa de punir aqueles que cometerem crimes praticados nos mais variados espaços da sociedade, como, por exemplo: no transporte público, onde uma passageira foi agredida verbalmente por ter cabelo crespo; dentro da ambulância do Samu, onde a socorrista, por ser negra, foi violentada com falas fascistas pelo familiar do socorrido; na volta de trabalhadores e pais de família para casa, que, se confundidos com bandidos, são brutalmente executados; na abordagem dos agentes de segurança privados contra as pessoas negras, que têm suas vidas ceifadas. Esses e tantos outros crimes matam a população negra todos os dias.

Lembramos aqui da operação da favela do Jacarezinho, que completou um ano na semana passada. Ela foi a mais letal da história do Rio de Janeiro, com 28 mortos, e até o momento a maioria das mortes não foi solucionada. A sociedade brasileira precisa enfrentar, com seriedade e responsabilidade, esses crimes raciais para que possamos caminhar rumo a uma democracia plena. A cor da pele, a orientação sexual, o gênero, a religião, a condição socioeconômica e tantos outros fatores não podem ser estímulos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de preconceito e racismo. A diversidade do nosso povo, que é a nossa maior riqueza, o nosso capital humano, deve ser impulso para o desenvolvimento do país.

A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foi aprovada pelo Congresso Nacional, foi aprovada na Câmara e também no Senado. Entre essas e outras matérias raciais, o Senado, neste tempo de pandemia, repito, aprovou em torno de dez propostas. O que eu faço é um apelo para que a Câmara vote essas propostas.

Reafirmamos o compromisso deste Parlamento com a população negra do nosso país, que corresponde a 50,2% dos brasileiros. Às vésperas das eleições de 2022, precisamos ter a consciência e a certeza de que o nosso voto vale, e vale muito, para mudar esse cenário de caos social em que o desemprego, a fome e a violência predominam e têm cor.

Apoiar candidaturas comprometidas com as pautas do nosso povo é um dos caminhos para que um novo horizonte de igualdade e de amor aconteça para todos e todas. Conto com toda a sociedade brasileira e, sempre, com os movimentos negros do Brasil para que possamos juntos enfrentar o racismo – quando falamos dos movimentos negros, claro que contamos também com índios, brancos, refugiados e imigrantes que também têm o compromisso do combate ao racismo.

Termino dizendo viva Dandara! Viva Zumbi! Viva Aqualtune! Vivam todas e todos aqueles que lutam por um Brasil não racista e não desigual!

Esta é a fala da Presidência.

Rapidamente, agora entramos no tema da audiência pública: "Democracia e Direitos Humanos: Treze de Maio, refletir e agir".

Neste momento, eu queria informar a todos que a minha fala inicial eu já fiz e agora vamos passar para cada um dos convidados o tempo de dez minutos.

A primeira, eu vou fazer rapidamente a introdução, vai ser a Ministra Nilma Lino Gomes, ex-Ministra da Igualdade Racial, que já está remota na tela; depois será Flávia Fernanda Costa Cotista, Advogada e Secretária-Geral do Coletivo Pretas e Pretos, que também já está confirmada; Joseanes Lima dos Santos, da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal, confirmada; Douglas Belchior, que está presente, já está aqui conosco; representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que também vai participar remotamente; Dra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União, que já está também na tela; Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT, confirmado; Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça e Ex-Presidente da Comissão de Juristas Combate ao Racismo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu li aqui a introdução dos nossos convidados e, de imediato, eu passo a palavra à Ministra Nilma Lino Gomes, ex-Ministra da Igualdade Racial.

O tempo é de dez minutos. Ministra, o tempo é seu.

A SRA. NILMA LINO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Paim.

Quero cumprimentar a todas as pessoas que estão aqui nesta audiência pública, virtualmente e também presencialmente, neste evento híbrido, na sua pessoa, Senador Paim, que tem sido uma inspiração para todas e todos nós na luta antirracista, na luta contra o racismo, numa atuação parlamentar exemplar.

Quero cumprimentar meus colegas de mesa e dizer que organizei um pouco essa fala – eu imaginava que seria mesmo uma fala introdutória –, dizendo que sabemos que a abolição era comemorada no Brasil como um presente, um presente da Princesa Isabel. Foi assim que eu e a minha geração, talvez muitas outras pessoas, tenhamos passado pela educação básica lendo nos manuais didáticos ou ouvindo as professoras falando isso para nós, inclusive participando de cerimônias, festinhas em que representávamos, por meio de teatro, esse ato da abolição da escravatura, sempre com as crianças negras colocadas no lugar de escravizados e escravizadas e sempre com alguma criança branca, de preferência loura, vestida com as vestes de anjo da primeira comunhão, sempre com uma caneta na mão, assinando um documento, encenando a assinatura de um documento, que é a libertação. Acho que essa imagem, infelizmente, ainda ronda as mentes e os corações do Brasil, e nós precisamos nos contrapor a essa imagem, porque ela não é a imagem real do que significa a luta, a resistência, a libertação de negros e negras no Brasil.

Essa visão retirou o protagonismo negro da luta pela sua própria libertação – protagonismo dos quilombos, das revoltas, das compras de alforria, das irmandades religiosas, de tantas outras maneiras como as nossas ancestrais e os nossos ancestrais lutaram para que nós, hoje, estivéssemos aqui no Brasil lutando ainda pela democracia, lutando pela liberdade.

É preciso, então, mudar essa representação amplamente possuída pela da luta, pela da força, pela da conquista, pela da resistência. E é o movimento negro contemporâneo que vai ressignificar, então, a data do Treze de Maio como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, contra a discriminação racial, destacando a abolição como um processo concluso, como o Senador já falou, que não garantiu as condições mínimas de igualdade, de existência a essa população negra, liberta.

O Treze de Maio, então, é uma data de revisão da história, é um dia de luta e ação contra a discriminação racial, de falar da resistência do povo negro contra as desigualdades e as injustiças. É uma data de reflexão e é uma data também de denúncia, porque os direitos da população negra brasileira ainda não foram contemplados de uma forma mais ampla, nem, tampouco, foram contemplados naquele momento da abolição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no Brasil, nós chegamos ao século XXI sendo o maior país negro, fora do continente africano, mas os nossos indicadores sociais, todos, apontam que essa maioria vive em condições de desigualdades raciais, sociais, de gênero e regionais nas mais diversas áreas, na saúde, na educação, no emprego, na moradia e no mercado de trabalho.

Nós sabemos que a violência urbana atinge com muita força a nossa juventude, a nossa juventude negra, e o próprio Atlas da Violência, de 2020, que nos traz uma enormidade de dados sobre as violências e desigualdades no Brasil, vai dizer, então, que essa juventude representa 75,7% das vítimas de homicídios em nosso país e ainda vai nos trazer dados sobre o feminicídio, em que a violência atinge a nós, mulheres negras, 68% das mulheres assassinadas, em 2018, eram negras.

No período em que nós tivemos, de 2013 a 2016, os Governos Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores, adotaram um conjunto de políticas sociais que, aliadas à política de valorização do salário mínimo, por exemplo, criou condições de aumento de renda da população negra brasileira.

Nesse mesmo período, nós tivemos a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, um ministério, que cuidou da pauta em âmbito federal e transversalizou políticas de igualdade racial no Governo Federal junto aos estados e municípios; não sem lutas, não sem barreiras, mas resolvendo e ampliando essa dimensão da igualdade racial no campo das políticas públicas para nós no Brasil.

Mas, como todas e todos sabem, o golpe parlamentar de 2016, que retirou injustamente a Presidenta Dilma Rousseff do Poder Executivo e abriu caminho para a vitória da extrema direita, nas eleições de 2018, impôs um caminho de imensos retrocessos para todas as políticas de direito já construídas até então no Brasil, extinguiu ministérios, entre eles a Seppir, concentrou o poder em um ministério de planejamento e economia errático, que conduz de forma errática a nossa economia a ponto de hoje nós vivermos umas das mais altas inflações.

Não é preciso dizer para todas, todos e "todes" aqui como a pobreza, a miséria, as doenças e a fome voltaram a rondar o país, agravadas por uma política econômica para os ricos e por uma pandemia intermitente, na qual perdemos milhares de pessoas, em função de um descaso do Governo, de corrupção, de retardamento da política de vacinação nacional e da disseminação da cultura do negacionismo.

Por isso, o Dia de Denúncia contra o Racismo, contra a discriminação racial no Brasil, nunca esteve tão atrelado à denúncia ao fascismo, ao negacionismo, à perda de direitos, à volta do Brasil ao mapa da fome, ao neoliberalismo, ao fundamentalismo religioso de mercado.

Neste dia 13 de maio, nós refletimos, nós denunciamos não somente o racismo e a discriminação racial mas como todos esses fenômenos perversos fazem com que esse racismo, ainda mais, se assoberbe sobre a vida da população negra brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano de 2022, nós temos que denunciar que todas as ações antidemocráticas do desgoverno federal de extrema direita no Brasil têm transformado as vidas negras, cada vez mais, em vidas matáveis. Isso nós não podemos admitir. É hora de somar esforços nas lutas por direitos, por democracia, por direitos humanos e por emancipação.

É hora de mudar narrativas, mudar práticas. Ou nós nos articulamos e caminhamos juntas e juntos no campo progressista, incluindo a luta contra a desigualdade de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual, como lutas da classe trabalhadora e daquelas e daqueles que entendem que a democracia é o único caminho para a garantia dos direitos, ou nós seremos sucumbidos e sucumbidas pelo capitalismo, pelo machismo, pelo racismo, pela LGBTQIA+fobia, pelo fundamentalismo religioso de mercado e pelo fascismo.

Eu tenho certeza de que isso é tudo o que as pessoas que estão nesta audiência pública não querem e não vão deixar acontecer.

Setores do movimento negro, da juventude negra, quilombolas, mulheres negras há muito vêm conclamando as forças progressistas e da classe trabalhadora para essa urgente mudança emancipatória na nossa perspectiva de luta e de ações. Eu espero que os setores progressistas acordem antes que seja tarde demais.

Nós estamos num período decisivo para o Brasil no contexto das eleições de 2022, no qual o cheiro intragável de golpe das forças reacionárias e militares, que não querem sair do poder, tem sido soprado nas nossas narinas.

As instituições democráticas deveriam estar mais alertas, mas, às vezes, me parece que não estão. A descrença no poder das forças reacionárias de colocar em prática a continuidade do seu projeto de golpe poderá ser justamente o que esses setores precisam para continuar agindo na surdina, criando eventos e bravatas para mudar o foco do nosso olhar nas questões mais sérias. E o racismo é uma questão muito séria.

Em 2 de outubro, nós precisamos votar no candidato que nos convide a mudar o Brasil juntos e retomar a democracia, a esperança e a fé no povo brasileiro. Mas, além do voto, nós precisamos ser sábios e sábias, e prudentes, para construir uma articulação das forças emancipatórias que dê sustentação à mudança política e econômica, estrutural que nós necessitamos fazer no Brasil.

Nós precisamos construir um Parlamento com mais mulheres, mais negros e negras, indígenas, quilombolas, jovens das periferias, pessoas trans, pessoas progressistas, que sejam todas politicamente progressistas.

Nós precisamos de apoio, de distribuição justa de recursos financeiros nas campanhas políticas, para viabilizar novos representantes para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso também a convivência entre a atual geração da política e a sua experiência e *expertise*, e essa *expertise* precisa estar representada na nova geração da política para que nós tenhamos o campo progressista com maior representatividade e ação nas pautas emancipatórias.

Eu agradeço ao Senador Paim, à Deputada Benedita da Silva, aos Deputados Vicentinho, Bira do Pindaré, Valmir Assunção e tantos outros e outras que cumprem no Parlamento uma missão emancipatória, uma missão antirracista.

E quero finalizar homenageando José do Patrocínio, Maria Firmina, Anastácia, Luísa Mahin, Tereza de Benguela, Luís Gama e a força ancestral de tantas mulheres e homens negros que lutaram para que nós estejamos aqui hoje refletindo sobre a importância da pauta antirracista e da igualdade racial, e continuando a lutar contra o racismo, pelos direitos humanos e pela vida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem mesmo, querida Ministra Nilma Lino Gomes! – que foi ex-Ministra da Igualdade Racial, faz uma bela defesa da democracia, da liberdade e da justiça, no combate a todo tipo de preconceito, de racismo, e fortalece ainda o processo eleitoral para que todo brasileiro e brasileira vá votar com muita consciência nesse mês de outubro, para que, de fato, a gente tenha um Congresso comprometido com as políticas humanitárias e um Presidente comprometido também com as políticas humanitária. Na mesma linha, eu diria que nos estados tenhamos também os Deputados Estaduais e Governadores comprometidos com as políticas humanitárias.

Houve uma falha aqui na abertura dos informes, que eu vou recuperar agora. Mas queria, de imediato, convidar aqui... Eu tenho mais um informe para dar, que eu havia pedido, e o nosso pessoal que organizou aquele grande evento de ontem na Câmara me deu aqui o resumo que eu vou aqui apresentar.

Mas convido agora... Dos que estão aqui presentes, já foi acertado entre eles: primeiro, para a mesa, a Joseanes Lima dos Santos, da Frente das Mulheres Negras do Distrito Federal, que está aqui presencialmente. (*Palmas.*)

Essas palmas que eu dei eu quero também dar para a Ministra Nilma, não é? Eu comecei a falar e não fiz homenagem ao belo pronunciamento dela. (*Palmas.*)

Por ordem aqui que a moçada organizou, eu chamo agora... Pode ser o Bico Rodrigues, da Coordenação Nacional da Articulação de quilombos; ou o Douglas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então vem primeiro; depois o Douglas, na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agora vamos convidar Bico Rodrigues. (*Palmas.*)

É "Bico" mesmo? Bico Rodrigues – seja bem-vindo, Bico! –, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O informe... Eu tinha dois informes para dar, e nós vamos trabalhando aqui com a dinâmica dos convidados e dos informes.

Ontem, dia 12 de maio, os movimentos negros do Brasil – Coalizão Negra Por Direitos, junto com as mães que têm os filhos assassinados – estiveram aqui em Brasília. Eu fui, inclusive, convidado para estar lá, mas justifiquei por que eu não consegui chegar em tempo. Eles cobram ações concretas do Estado brasileiro diante de tanta violência.

Esses atos representaram o grito do povo preto por justiça, justiça, justiça contra, por exemplo, as abordagens policiais, contra a fome, justiça por igualdade.

Foi proposta uma ADPF pelo Partido dos Trabalhadores e outros partidos também, comprometidos com liberdade e justiça, no Supremo Tribunal Federal, que tem essa missão, assim como o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem policial, que está lá na Câmara – se eu não me engano, o Deputado Orlando Silva é o Relator, um grande Parlamentar, comprometido com as causas do povo brasileiro.

Em seguida, os movimentos seguiram para a Câmara Federal, onde foi realizada uma audiência pública organizada pela Deputada Talíria Petrone, uma parceria na luta contra o racismo e os preconceitos. Estavam lá diversos Parlamentares – lembro que fui convidado, mas não pude estar presente –, como a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Orlando Silva, a Presidente do PT Gleisi Hoffmann, o Deputado Reginaldo Lopes, a Deputada Vivi Reis e a Deputada Erika Kokay.

Reafirmamos aqui o nosso compromisso com todos os movimentos sociais. Já justifiquei por que não estive aqui, mas eles fazem questão de dizer que o Senador Paulo Paim não pôde participar da atividade pois estava votando matéria no Senado e também estava com dificuldade de locomoção por problema de coluna.

Eu estou na idade do condor viu? A idade do condor todo mundo pensa que é um esperto. É "com dor" mesmo. E a dor na coluna me pegou ontem de forma violenta.

De imediato, vamos aqui aos nossos convidados. Eu vou seguir a lista, independentemente da mesa.

Agora, pela ordem que eu recebi aqui, seria a Dra. Flávia Fernanda Costa, cotista, advogada e Secretária-Geral do Coletivo Pretas e Pretos. (*Pausa.*)

Isso. A assessoria da mesa, o Christiano, me disse que ela teve problema, caiu o acesso dela, mas depois ela entra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo de imediato a você, Joseanes, que – pelo acordo, tem que haver mulher na mesa – vai ficar todo o tempo aqui, viu? Os homens vão trocando e você fica todo o tempo. Então, passamos a palavra, neste momento, à nossa querida Joseanes Lima dos Santos, da Frente de Mulheres Negras do DF.

A palavra é sua.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprir um rito que é nosso de comunidade de terreiro que é fazer saudação aos nossos ancestrais – e ancestralidade não somente no sentido dos nossos orixás, mas ancestralidade no sentido daqueles que nos antecederam, como os nossos avós, como os nossos pais. Então, nós que somos da comunidade negra é que sabemos a importância dessas pessoas para que nós estejamos aqui dando continuidade a esse trabalho de estar denunciando essa situação de desigualdade em que se encontra hoje no Brasil.

Quero agradecer o convite do Senador Paulo Paim, parabenizar por esta iniciativa que se repete, que é refletir sobre o 13 de maio. É uma iniciativa importante do ponto de vista da reflexão sobre o que acontece em nosso país.

Também cumprimento os meus companheiros e companheiras da Mesa e a esse cumprimento eu faço representar na figura do Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos, uma coalizão que tem uma articulação de entidades que têm insistido permanentemente em denunciar o racismo no Brasil. Então, na figura dele, eu saúdo todos os presentes.

Então, para me ater ao tempo, eu vou ler a minha apresentação. Eu sou da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, como já foi dito pelo Senador. A Frente de Mulheres Negras é um legado da Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em 2015, aqui, em Brasília. Em virtude disso, nós, mulheres negras, continuamos em marcha.

Então, devemos dizer que 134 anos de abolição do sistema escravista no Brasil, somados aos 350 anos de escravização, impactam diretamente na ausência, invisibilidade e representatividade.

As vidas negras são levadas ao campo do não ser. Existimos, mas temos uma vida sem valor, sem reconhecimento ou importância.

E aí eu quero trazer para este Plenário, Senador, a denúncia do resgate de uma trabalhadora doméstica de 84 anos, no Rio de Janeiro, uma mulher que, por 72 anos, executou um trabalho análogo à escravidão. Então, trago para este momento, neste 13 de maio. É um ato emblemático, promovido pela fiscalização do Ministério do Trabalho, que é uma campanha superinteressante que esse ministério tem realizado, e também impulsionada pela campanha contra o trabalho doméstico escravo realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diariamente... Quer dizer, sistematicamente, estamos acompanhando a denúncias de pessoas que ainda estão no trabalho análogo à escravidão, quer seja em vias urbanas ou rurais. Em vias urbanas, nós temos as trabalhadoras domésticas e os trabalhadores dos grandes centros urbanos.

Então, quero dizer que todos os direitos a essa senhora devem ser restituídos, não somente a ela, mas aos seus familiares, porque nós, da comunidade negra, sabemos o que significa um trabalhador, uma trabalhadora em uma família. É por meio do trabalho coletivo que nós conseguimos comprar casa, carro, bancar os estudos. É uma renda coletiva. Na família negra não existe renda individual. Então, que essa senhora tenha todos os seus direitos restituídos.

Ao longo da história, diversas personalidades negras tiveram participação política efetiva por mais direitos e inclusão. A exemplo de Maria Firmina dos Reis, primeira escritora brasileira, autora do livro *Úrsula*, publicado em 1860. Maria Firmina foi uma presença de vanguarda no enfrentamento à escravidão. Seu livro contribuiu para nortear a literatura de denúncia à época.

Outro exemplo foi Antonieta de Barros, professora, jornalista e escritora, a primeira mulher Deputada constituinte e Deputada Estadual no Parlamento catarinense, a primeira mulher negra a assumir mandato no Brasil.

Hoje temos outro exemplo, outros exemplos. Eu poderia citar inúmeros exemplos, mas eu vou citar um exemplo: a indicação da Dra. Vera Araújo para ocupar um mandato no Tribunal Superior Eleitoral. Vera Araújo está na lista tríplice, aguardando a decisão do Presidente da República.

Então, eu trago como exemplo três mulheres negras. Nós, mulheres negras, na nossa atuação, pensamos não somente a nossa condição de sexo e raça, mas nós pensamos o Brasil. Nós, mulheres negras, pensamos o Brasil em diversas áreas. São três exemplos de presença, e não de ausência, como querem nos convencer. A população negra sempre reivindicou presença. A ausência está no apagamento e nas diversas tentativas de nos invisibilizar.

Na verdade, devemos nos concentrar na representatividade. Isso, sim, é um problema para nós! Se não estamos no mercado de trabalho ou no Parlamento, não estamos em lugar nenhum. A forma com que o racismo estrutura a sociedade brasileira cria um vácuo nos espaços de poder e de tomada de decisão, sejam eles públicos ou privados. Então, com esta noção de "não ser", Senador, apenas nos colocam nesses espaços que são legitimados por tomadas de poder, nos espaços públicos de tomada de poder, em espaços públicos de poder.

Eu quero refletir agora sobre a ausência. A ausência que deve ser tratada no dia de hoje é a daqueles e daquelas assinados pelo gatilho do Estado, em especial os jovens negros, principais vítimas da perversidade do Estado, mortos por serem negros. Por eles, clamamos por justiça. Que suas mortes sejam verdadeiramente investigadas e que seus algozes sejam punidos na forma da lei! Isso não trará esses meninos de volta, mas vai dar às suas mães e a seus familiares o sentimento de que a Justiça não é cega,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que ela enxerga a tragédia que se abate sobre a população negra. É preciso acabar com a sensação de insegurança que nós mães negras vivemos todas as vezes que nossos filhos saem de casa para estudar, trabalhar ou se divertir. Nesse sentido, reiteradamente, afirmamos que a abolição da escravatura é inconclusa. O Estado democrático de direito deve contemplar a todos e a todas.

No atual Governo, acompanhamos o desmonte de políticas públicas de promoção da igualdade racial, um retrocesso altamente prejudicial às comunidades tradicionais, como as comunidades tradicionais de terreiro. É prejudicial à política de educação. Nós estávamos em um ritmo de implementação da Lei 10.639. É prejudicial às comunidades quilombolas, representadas aqui pela Conaq.

Por estas razões afirmamos, em parceria com a Coalizão Negra por Direitos: enquanto houver racismo não haverá democracia. Diante dessa realidade, outros artigos precisam ser escritos para completar a Lei Áurea, que desde 1888 dizemos ser inconclusa, inacabada e incompleta.

E é por isso, Senador, que nós da Frente de Mulheres Negras, atuando no Movimento Negro, atuando enquanto movimento de mulheres negras, afirmamos que o Treze de Maio é uma data de reflexão, nós sempre falamos que é uma data de reflexão, mas também devemos estender esse campo de reflexão, de propositura, nós não podemos ficar somente na reflexão. Nós no Movimento Negro já escrevemos sobre educação, sobre saúde, sobre legislação, sobre a importância de ocupar mandatos no Parlamento, e não só sobre a importância de ocupar esses mandatos, mas sobre a importância de que nossos Parlamentares negros e negras consigam exercer seu mandato. É essa a reflexão que a Frente de Mulheres Negras traz nesse momento, uma reflexão de denúncia, uma reflexão afirmando que ainda estamos na fase de não ser. Nós reivindicamos sermos sujeitos políticos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Nós não aceitamos mais continuar sendo vistos da forma que estamos vistos. O Estado de direito, o Estado democrático de direito deve ser para todos e para "todes".

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns, Joseanes Lima dos Santos, da Frente de Mulheres Negras do DF, que faz uma bela análise da situação global e também da situação do preconceito tão aprofundado contra as mulheres negras.

Joseanes, tem aqui uma luta que nós travamos há muito tempo: é o tal de PL 130 – tu ouviste falar já, não é? –, que é para garantir que o salário do homem e da mulher na mesma função seja idêntico, pois a mulher negra, principalmente, em média ganha somente 30% em relação ao que ganha o homem branco, ele ganha 70%. A mulher branca ainda tem um equilíbrio, chegando a 50%, 60%. E esse PL, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovamos por duas vezes aqui no Senado, eu fui Relator da matéria, e acabou indo para a Câmara. Então, eu faço mais uma vez um apelo para a Câmara dos Deputados para aprovar o PL 130, que vai garantir que, independentemente da cor da pele, a mulher e o homem têm que ter o mesmo salário na mesma função.

Parabéns pelo teu trabalho em defesa das mulheres negras.

Ia entrar a Dra. Flávia, que é advogada, mas ela se desconectou outra vez, como me informam aqui.

Então, de imediato eu passo a palavra a esse líder que é o Bico Rodrigues, que representa aqui a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O tempo é teu, líder Bico.

O SR. BICO RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas, a todos que estão aqui presentes e também àquelas pessoas que estão nos assistindo.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Paim por esse convite à Conaq e agradecer também aos meus colegas: à Joseanes; à Nilma, que foi Ministra, nossa ex-Ministra; ao Douglas Belchior; à Flávia, companheira de luta que estava conosco ontem nos dois momentos, no Supremo e também na Câmara.

E também não tem como a gente iniciar sem falar do dia de ontem. O dia de ontem foi um dia muito importante, foi um dia histórico, em que o conjunto do movimento negro do país se organizou para vir a Brasília, perto de uma data simbólica que é o 13 de maio, para dizer ao Supremo, para dizer à Câmara dos Deputados e para dizer à nação brasileira do genocídio pelo qual o nosso povo vem passando. Então, o dia de ontem foi um dia muito importante, um dia de luta, assim como a gente tem feito ao longo da nossa história.

Também não tem como não dizer que o dia de ontem para nós da Conaq foi um dia muito importante, porque, no dia de ontem, a Conaq comemorou 26 anos de luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. BICO RODRIGUES – A Conaq é esse movimento que é fruto da resistência histórica das comunidades quilombolas e um instrumento legal que a gente construiu para que a luta continuasse. Então, a Conaq é a continuidade da luta das comunidades quilombolas, mas em outras esferas e também na base, é o instrumento que a gente conseguiu construir para enfrentar esses momentos do tempo moderno. Eu gostaria de ressaltar isso.

Senador, eu tinha até escrito algumas coisas sobre o dia de hoje. Mas, diante de ontem, diante das atrocidades que a gente tem vivido, e hoje sendo uma data simbólica como o é, um dia de luta, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a gente não abrir o coração. Então, no dia de ontem, mesmo depois das nossas manifestações, mesmo depois da nossa luta, nós fomos atacados violentamente por este atual Governo, que já foi punido uma vez com relação às falas de ódio que se propagam e que voltou a atacar de novo as comunidades quilombolas, comparando as comunidades quilombolas a arrobas, a mercadorias, no dia de ontem.

É inadmissível um Presidente da República que deveria zelar pelo seu povo e pela diversidade do seu povo atentar contra o direito do nosso povo.

Quero dizer que qualquer município no país teria orgulho de ter como moradia... Ou ter passado um Presidente da República no seu município. Mas nós quilombolas de Eldorado paulista, no Estado de São Paulo, município no qual reside boa parte da família do atual Presidente da República, repudiamos e somos totalmente contrários a esse Presidente da República. O que deveria ser motivo de orgulho para um município, para nós é motivo de vergonha: a gente ter hospedadas no nosso município pessoas com essas características, que propagam o ódio, que propagam a desunião, inclusive aqueles que alimentam a economia do município, porque muitos deles enriquecem através do trabalho das comunidades quilombolas nos seus municípios, inclusive a família dele – inclusive a família dele. Para nós, é motivo de vergonha ter isso.

Dito isso, quero dizer que ele não é o único. O golpe de 2016 abriu os porões onde os ratos estavam, no esgoto, e eles vieram para cima. Vieram para cima propagando o ódio, propagando a ofensiva do racismo, cada vez mais presente dentro do nosso meio. E isso a gente tem visto, inclusive nas redes sociais, a gente tem visto na internet, a gente tem visto no noticiário da TV. Chacina como a de Paraisópolis, em São Paulo, chacina como a de Jacarezinho não teriam acontecido se fosse em Higienópolis, em São Paulo, ou se fosse no bairro do Morumbi. Acontecem nesses espaços porque é o nosso povo preto que está lá.

Empoderados com o discurso de ódio de quem deveria conduzir o país para ser uma grande nação, como o Brasil é, esses ratos têm se armado e têm disputado, inclusive assassinado as nossas lideranças no campo e na cidade. Inclusive, há vários decretos presidenciais flexibilizando o porte de arma; inclusive, há vários PLs que circulam no Congresso para legitimar as ações desses ratos que estão no porão, para matar o nosso povo. Nós não podemos, no dia de hoje, que é mais um dia de luta para nós, não falar sobre isso.

A nossa história de liberdade mesmo é recente. De 1888, quando foi proclamada a tal abolição da escravatura, até 1988, nós negros e negras éramos considerados tudo aquilo que não prestava na sociedade brasileira. Mesmo o Estado e a burguesia usufruindo do lucro da força do nosso trabalho, nós éramos considerados tudo aquilo que não prestava, éramos um nego vadio. As legislações que foram forjadas, ao longo desse caminho, foram legislações para fazer com que a gente voltasse a trabalhar nos engenhos dos senhores de escravos de novo.

Quando você fala que a abolição para nós acabou há 136 anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BICO RODRIGUES – ... eu digo que nós passamos a ser cidadãos há 36 anos neste país, porque foi na Constituição Cidadã de 1988 que nós passamos a ser cidadãos neste país, na qual se reconheceu de fato o direito à terra das comunidades quilombolas e se reconheceu também de fato o direito ao trabalho, inclusive em geral, do nosso povo negro. Então, esse processo ainda de escravidão e essa dor da chibatada doem. Ela dói e está representada em números. Quem é que mais morre? É preto. As balas perdidas não acham corpos brancos, acham corpos negros.

Nós quilombolas estamos em todos os biomas deste país. Estamos no bioma amazônico, estamos no Pantanal, estamos no Cerrado, estamos na Caatinga, estamos na Mata Atlântica, estamos em todos os biomas. Nós temos pagado um preço muito caro por estar nesse bioma, inclusive com o sangue das nossas lideranças, porque nós somos aqueles que impedem o agro, o hidro, o minério, o negócio de se consolidarem no campo e de acabarem com o campo brasileiro. Nós somos quem está fazendo o enfrentamento ali no dia a dia. E é importante dizer que nós somos responsáveis – a agricultura quilombola, a agricultura familiar, a agricultura camponesa – por 70% do alimento que chega à mesa de todos os trabalhadores e de todas as famílias brasileiras. Não é o agro. O agro não é *pop*, o agro é veneno, o agro mata, o agro mata com veneno e mata com bala, como tem acontecido nas terras ianomâmis, como tem acontecido nos nossos territórios. Há menos de dez dias, nós perdemos um companheiro quilombola no Maranhão, que foi assassinado violentamente pelo agronegócio.

Nesse sentido, quero dizer, para finalizar, que os rios não nascem nos grandes centros, o rio nasce nos nossos territórios, nos territórios quilombolas, nos territórios indígenas, nos territórios de povos e comunidades tradicionais.

Então, é importante que esta luta que nós estamos lutando neste dia de hoje a sociedade também encampe, porque a gente só vai avançar para um país mais justo, um país soberano quando não houver racismo, quando a gente não for julgado pela tonalidade da nossa pele, e nós sermos julgado pela nossa capacidade, e capacidade nós temos muita. É por isso que este ano nós temos que trabalhar para eleger nossos representantes negros e negras para estarem também aqui ocupando esses espaços, assim como o Senador Paim, assim como o Douglas Belchior, a Rosalina, lá do quilombo de Pernambuco, o Quilombo Tapuio, assim como José Carlos Galiza. Temos de eleger os nossos, porque somente com os nossos aqui a gente vai conseguir tentar transformar a nossa dura realidade.

Então, quero agradecer e dizer que a luta continua. Para nós nunca foi fácil e não vai ser fácil. Cada dia é uma batalha. Mas eles decidiram nos matar; nós decidimos não morrer e decidimos lutar. E é por isso que nós estamos aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Bico Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq).

Parabéns pela fala, ampla, total, em que fez uma série de denúncias.

Antes de chamar o nosso próximo convidado, a Comissão de Educação do Senado Federal lembrou a mim agora que foi aprovado ontem um projeto de nossa autoria que coloca o nome da colossal Maria Beatriz Nascimento, uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, assassinada em 1995, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, por sua obra e história, resistência e militância pela vida das mulheres negras. (*Palmas.*)

Lembramos também que conseguimos aprovar, depois de muita peleia, que João Cândido, o Almirante Negro, seja incluído também como herói da pátria, como já fizemos com o líder Zumbi. Foi muita discussão, muita negociação para que eu conseguisse aprovar o nosso João Cândido como herói da pátria.

Fica aqui uma salva de palmas a João Cândido e aos seus familiares, que tiveram contato comigo e peleiam até hoje. (*Palmas.*)

Quero também lembrar que aprovamos, já alguns meses atrás, que 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, se torne feriado nacional, a exemplo do que já feito nos Estados Unidos da América com a vida e morte de Martin Luther King, que lá foi assassinado. Então, fica aqui também... Esse projeto aprovado é do Senador Randolfe, estou lembrando aqui agora, e eu fui o Relator da matéria. Foi um bom combate, mas aprovamos que o dia 20 de novembro sirva como um dia em que o país pare para discutir a luta contra o racismo e o preconceito. (*Palmas.*)

Esperamos que a Câmara também vote essa proposta, que está lá há muitos anos. Em outros tempos já aprovamos, mas não teve jeito; no final, na última Casa, derrotaram. Agora voltamos novamente e aprovamos.

Chamamos agora para usar... (*Pausa.*)

O Martvs fez um apelo para a Secretaria para que ele pudesse usar a palavra neste momento.

Então, eu chamo, com a alegria, meu amigo, parceiro, um grande lutador, que é o Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT, que já está na tela.

É com você, Martvs.

O SR. MARTVS CHAGAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, Senador.

Muito bom dia a todas as pessoas que estão participando *online* e presencialmente dessa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a você, Senador. Nesse 13 de maio, é importante que a gente resgate também a luta de homens e mulheres negros e negras que fizeram com que a abolição, mesmo que de forma inacabada, acontecesse, pois o que se passa é uma imagem de que o processo abolicionista no Brasil foi apenas uma obra das pessoas não negras. E não é verdade. Os quilombos – e aí está o meu amigo Bico, ao qual eu presto as homenagens também –, aquele grande quilombo chefiado por Zumbi dos Palmares e tantos outros, foram uma expressão da nossa resistência e uma expressão, sobretudo, da qualidade da luta que o povo negro empenhou pela sua própria liberdade em que pese até hoje, até os dias de hoje, não a termos.

Mas, Senador, eu queria iniciar a minha fala com alguns dados que hoje, na minha leitura matinal, eu obtive e que vão servir um pouco para ilustrar a minha contribuição aqui.

Quero também deixar os meus cumprimentos aqui para a nossa querida ex-Ministra Nilma Lino, que falou aí, foi a primeira a falar. Um grande abraço, Nilma.

E hoje no jornal *Valor* tem uma manchete falando sobre mais um dado que nós negros e negras, que o movimento negro brasileiro sempre soube: a disparidade entre brancos e negros. E aí eu penso, Senador Paim, que nós deveríamos, cada dia que passa, mais e mais – o movimento negro, negros e negras – atentar para o que acontece na economia. A gente fala muito de outros setores, mas não ataca, de maneira efetiva, de que forma nós, a população negra, nos colocamos no sistema econômico brasileiro.

E aí, neste jornal – eu vou tentar ler aqui –, no *Valor*, está dito o seguinte:

> O mercado de trabalho brasileiro é mais um segmento da sociedade que reflete a desigualdade racial no país. O desemprego [esse desemprego alto que nós temos aí] é maior entre pretos (16,3%) e pardos (15%) do que entre brancos (10,8%), segundo dados da Pesquisa Nacional [...] (Pnad) Contínua [que saiu agora], relativos a 2021.

A taxa de informalidade também é maior. Nós, negros e negras, temos o índice de 52,9%... e 49,4% entre os pretos. Entre os brancos fica em 43,8% na média.

É importante a gente dizer que esses dados levantaram que o rendimento médio de um trabalhador preto, no ano passado, era de R$1.907 em 2021, apenas 57% do rendimento médio dos brancos, que é de R$3,3 mil. E, aí, no mesmo jornal, a gente verifica a informação de que os grandes bancos do Brasil lucraram 9,6% a mais no primeiro trimestre. O lucro dos maiores bancos país – Itaú, Caixa, Banco do Brasil, Bradesco e Santander – cresceu 9,6% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo período de 2021. A soma ficou em 27,342 bilhões. Esse resultado foi acima da média pelas projeções de analistas e o destaque foi o crescimento do crédito, um crescimento anual de 13,46%.

Esses números – a gente, às vezes, não gosta de discutir muito esses números – refletem essa realidade desigual no Brasil. A democracia, uma sociedade civilizatória deverá retomar os rumos do país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a partir de 2023, com a eleição de um presidente democrático que não esse que está agora governando o país. Esses números dizem do desafio que nós teremos pela frente para fazer o mínimo de equiparação entre negros e brancos no Brasil.

Nós que estamos na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo... Eu tive o privilégio de conversar com o Presidente Lula anteontem. Ele estava na minha cidade, em Juiz de Fora. Hoje eu estou aqui no Recife, na cidade do Recife. Participamos ontem da abertura do 19° Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, no meu entendimento, com todo o respeito, maior organização do movimento negro no Brasil, até por conta da sua longevidade. E nessa nossa presença aqui, nós discutimos com os companheiros e companheiras quais deveriam ser as principais metas a serem abordadas por um governo democrático, um governo democrático que não vai ver os problemas entre os negros e brancos do Brasil – não vai! –, mas vai buscar uma forma de que isso possa começar ou, melhor dizendo, buscar uma forma de isso reiniciar.

Então, nós temos duas tarefas, duas premissas urgentes no nosso entendimento, Senador, a realizar. A primeira é o direito à vida com dignidade da população negra, o mesmo direito à vida que vai impedir que as mães continuem enterrando seus filhos negros, que pare o genocídio da população negra e que essa vida seja uma vida com dignidade, e não uma vida qualquer! A vida, o direito à vida, o direito humano à vida, sem adjetivo, é apenas mais uma palavra de ordem. Então, nós precisamos salvar a vida da população negra, fazer com que essa curva – de zero a 15 anos, nós temos mais homens negros e, quando você chega ao final da vida, você tem mais mulheres brancas – pare.

E a segunda premissa é a inclusão econômica com cidadania. Nós precisamos trabalhar a inclusão econômica da população negra, e não apenas por alguns programas. Esses programas têm que transversalizar todos os ministérios, têm que transversalizar todas as políticas públicas que o próximo Governo deverá adotar. E, isso, Senador, é que nós queremos e estamos discutindo com o nosso quase pré-candidato, que será o candidato, Presidente Lula, para que isso possa acontecer no Brasil.

É bom que se diga que, às vezes, o debate entre nós fica um pouco atravessado. Até cheguei a ouvir pessoas falando que uma eleição de Lula não resolverá o problema dos negros no Brasil. Eu tenho o entendimento do que possa ser, mas a manutenção do atual Governo vai agudizar a vida da população negra, vai nos colocar, a cada dia que passa, mais para fora de uma sociedade que possa vir a ser civilizatória, vai fazer com que nós possamos estar correndo risco de vida não só pela morte com a fome, mas pela morte das pessoas que irão se armar e lutar contra aqueles que querem a democracia.

Por fim, Senador Paim, agradecendo a oportunidade de estar aqui mais uma vez, eu queria apenas fazer um apelo, não só ao senhor, mas a todas as pessoas que estão nos assistindo e às organizações que estão aí, de que gravem um vídeo a partir de hoje. Cada um pode gravar um vídeo de um minuto sequer na defesa do mandato do Vereador Renato Freitas, da cidade de Curitiba. Renato está sendo cassado, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Curitiba, por um ato que não é verdadeiro, dizendo que ele fez a invasão de uma igreja. Não é fato, e a Câmara Municipal de Curitiba, orquestrada pela direita, está querendo tirar o mandato desse Vereador.

A perda do mandato do Vereador Renato é a perda do direito de vários homens e mulheres negras assumirem o poder que o mandato popular lhes deu, o mandato popular através das eleições. Não tem uma pessoa dessas que estão sendo agora discriminadas pela violência política, negras e negros Brasil afora, que não tiveram o seu mandato legitimado pelas urnas. A cassação do mandato de Renato Freitas significa um ato de violência política não contra o Renato, é um ato de violência política contra aqueles negros e negras que, com muita luta, com muita dificuldade, como o senhor, Senador Paim, conseguem conquistar um mandato parlamentar.

Eu encerro a minha participação pedindo isto: que cada um possa gravar um vídeo de um minuto em defesa do mandato do Renato, em defesa do mandato de todos os Parlamentares negras e negros deste país.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT.

Só quero dizer, Martvs, que você tem toda razão. Eu recebi essa denúncia da situação do Renato Freitas e, de pronto, gravei o vídeo. Gravei sabendo o que aconteceu lá e fui perceber que, no caso dele, que envolvia a Igreja Católica, a própria Igreja Católica deu depoimento para que ele não seja cassado em hipótese nenhuma.

Houve um movimento na cidade contra esse ato de força de alguns Vereadores que não têm compromisso com liberdade, com justiça, com igualdade e não estão na trincheira de luta contra todo tipo de preconceito. Acredito que o Renato não será cassado. Nós já fizemos a nossa parte. E também reafirmo o teu convite para que outros façam esse movimento que nós já fizemos.

Muito obrigado, Martvs, pela colaboração.

O Martvs é um companheiro que tem feito um belíssimo trabalho em nível nacional. Toda vez que setores da sociedade, principalmente negros, se sentem agredidos e fazem contato comigo, eu divido com o Martvs os encaminhamentos, inclusive em relação à participação tão importante no processo eleitoral de agora, de forma tal que todos os partidos cumpram a sua obrigação em matéria da contribuição que eles têm de direito, homens negros e mulheres negras, na disputa eleitoral. Vai ser criado, inclusive, um observatório junto ao Tribunal Superior Eleitoral para o acompanhamento. Eu sei que o Martvs é um dos grandes defensores dessa justiça mediante lei – e não digo eu – que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional e o Supremo ratificou e, inclusive, ampliou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para o nosso querido Douglas Belchior, que representa a Coalizão Negra por Direitos e que nos ajudou muito aí na elaboração de alguns projetos. Quando eu falo em 20 projetos, pessoal, que apresentamos durante a pandemia e em 10 que aprovamos no Senado e estão na Câmara, pode saber que o movimento negro foi fundamental. E a Coalizão Negra por Direitos – que aqui, Douglas, você representa muito bem – nos ajudou e muito, como já nos ajudou também, quero fazer o registro, a Dra. Rita Cristina de Oliveira, que vai falar na sequência.

O tempo é teu, Douglas.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia para todas e todos que nos acompanham.

Obrigado, Senador Paim, pela oportunidade. Mais uma vez é uma honra dividir este espaço com você, que é uma referência da população negra na luta histórica por justiça.

Quero agradecer à Bel pela parceria de sempre; também à Thais, da imprensa negra, que está aqui; à Joseanes e ao Bico, que são duas lideranças nacionais do movimento negro que ajudam a construir a Colisão Negra por Direitos, que é uma grande rede, uma articulação nacional do movimento negro.

Eu vou começar pelo que Martvs e o Senador Paim falaram agora há pouco. Eu estive esta semana, na terça-feira, em Curitiba, no ato em defesa do mandato do Renato Freitas, no movimento que se articulou para ter representações do país inteiro. Nós acompanhamos a declaração da comissão que, no seu relatório, propõe a cassação do mandato dele.

Eu quero só reafirmar a importância da manifestação pública em relação à defesa do mandato do Renato, porque, assim como disseram o Paim e o Martvs aqui, o ataque ao Renato Freitas é um ataque a nós todos e é um ataque à ideia de que pessoas negras podem ocupar espaço de poder. É um recado a toda nossa coletividade, e nós não podemos permitir que isso continue, que isso aconteça.

Então, Renato, meu parceiro, meu irmão, você tem o apoio do movimento negro no país inteiro! Você hoje nos representa, você não está sozinho. Nós não vamos permitir que imponham essa violência a você. E, se o fizerem, você estará muito bem resguardado pelo nosso apoio no país inteiro.

Meu Senador Paim querido, eu quero pedir licença aqui nesta oportunidade para, neste Treze de Maio, antes de falar do que nós fizemos ontem aqui no STF na ação do movimento negro aqui em Brasília, ter a honra de repetir palavras que foram ditas aqui por um colega seu, Abdias do Nascimento. Há 24... Nós estamos em 2022, enfim, há mais de uma década, ele, aqui na tribuna do Senado, fez um pronunciamento no Treze de Maio, quando se comemoravam ainda 110 anos passados da abolição da escravidão. E eu quero fazer um paralelo para que a gente possa perceber o quanto a nossa luta é importante e o quanto o Brasil resiste ao desenvolvimento da vida do povo negro. Ele disse, em um dos parágrafos do seu pronunciamento – aspas, portanto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Assim, neste 13 de maio, fazemo-nos presentes nessa tribuna, não para comemorar, mas para denunciar uma vez mais a mentira cívica que essa data representa, parte central de uma estratégia mais ampla, elaborada com a finalidade de manter os negros no lugar que eles dizem ser o nosso. A comunidade afro-brasileira, porém, já mostrou claramente que não mais aceita a condição que nos querem impingir. [...] Assim, ao mesmo tempo em que denuncia as injustiças de que é vítima, a nossa comunidade apresenta reivindicações consistentes e viáveis para a solução dos seculares problemas que enfrenta. [...]

Reivindicações como essa que Paim relatou agora há pouco, por exemplo, o projeto da abordagem policial, no qual trabalhamos em conjunto, e outros tantos projetos de lei para os quais Paim, sempre colocando o seu mandato à disposição do movimento, oferece esse espaço para elaboração coletiva.

Portanto, nós somos o segmento da sociedade que historicamente reivindica, protesta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E apresenta propostas.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – ... mas apresenta – é o que mais elabora, não é, Joseanes? Quer dizer, não é por ausência de formulação, não é por ausência de proposta, não é por falta ou acúmulo de competências; pelo contrário, é porque este país, de fato, está organizado para tentar nos manter nesse lugar histórico que o Abdias coloca aqui.

Mas não são apenas as palavras do Abdias, que merece toda a nossa reverência. Nós estamos vivendo, nesse final de semana, o congresso do MNU, que já foi citado aqui, o Movimento Negro Unificado. E você sabe que o manifesto do MNU que foi colocado a público no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, traz uma frase que eu gostaria de repetir aqui neste Treze de Maio de 2022: "Estamos vindo a público para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra". Essa frase, Senador Paim, nós repetimos no manifesto da Coalizão Negra por Direitos que foi também divulgado no dia 17 de junho de 2020, aquele manifesto com o nome de "Enquanto houver racismo, não haverá democracia". E nós a repetimos no manifesto: "Estamos vindo a público para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra".

Essa frase, Paim, faz sentido para toda a resistência negra na colônia e no império, faz sentido para elaboração e para ação política da Frente Negra Brasileira no início do século XX e, depois, nas ações dos movimentos negros do país inteiro durante todo o século XX: estava presente no manifesto do MNU em 1978, está presente no manifesto da Coalizão em 2020 e está presente hoje aqui, no Treze de Maio de 2022, nesta audiência, por fazer muito sentido ainda, infelizmente, a denúncia das nossas péssimas condições de vida.

Eu passo a dizer sobre o que aconteceu ontem aqui em Brasília, quando o movimento negro, a partir da Coalizão, se organizou para protocolar uma DPF no STF. E eu gostaria de usar meu tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim, se você me permitir, para fazer a leitura de um texto que está publicado hoje na *Folha de S.Paulo*, um texto da autoria de Sheila de Carvalho e minha. Eu gostaria, então, de colocar as palavras aqui. Está no Tendências e Debates da *Folha de S.Paulo*, e eu gostaria de deixar registrado nos *Anais* desta Casa.

> Nossa luta não pode mais esperar.
> Em seu livro "Olhos D'Água", a escritora Conceição Evaristo traz um diálogo entre dois meninos pretos que sempre nos leva às lágrimas. Ao ver seu amigo estendido no chão, o menino Dorvi diz: "A gente combinamos de não morrer".
> Esse combinado é parte do movimento negro: enquanto eles combinam de nos matar, nós combinamos de não morrer. Criamos diariamente estratégias com o propósito de nos manter vivos – dentro e fora das institucionalidades. Afinal, como canta Emicida, "tudo que nóis tem é nóis".
> Deveria ser inaceitável [Paim] acordar todos os dias com a notícia de que pessoas negras foram assassinadas pela violência de um Estado que deveria nos proteger. Chacinas tão frequentes que raramente geram comoção. Crianças negras são assassinadas enquanto brincam dentro de casa ou no recreio da escola. Passaram três anos desde o brutal assassinato de Marielle Franco, uma parlamentar negra, sem que os responsáveis reais sejam [ou fossem] responsabilizados. Tragédias como essa não são suficientes para parar o [nosso] país. São vidas [Paim] que parecem só importar para nós.
> Cada um que é interrompido leva um pouco de nós. A cada morte denunciamos, gritamos, cobramos resposta, tentamos cuidar dos que ficam [mas é muito difícil]. Mas para cada morte tudo que se encontra fora do "nós" é silêncio, apatia, anuência com a política de morte que nos aniquila.
> Neste marco histórico de 13 de maio de 2022, quando se lembra 134 anos do que chamamos de falsa abolição, organizados pela Coalizão Negra por Direitos e aliados aos movimentos de mães que lutam diariamente pela memória e vida de seus filhos vítimas de uma violência sem fim, apresentamos ao Supremo Tribunal Federal a ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) pelas vidas negras. [É a ADPF pelas vidas negras, Paim.]

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR –

> É a histórica denúncia do genocídio negro brasileiro, feita há tantas décadas por nossos movimentos, [...] [e que hoje alcança] a mais alta corte do país.
> A ação se funda em três pilares – reconhecimento, justiça e reparação. É fundamental que o Estado reconheça que há no Brasil uma política de morte direcionada aos corpos negros e que se alicerça no racismo estrutural e institucional. É necessário que o Estado crie políticas capazes de sustar [de acabar com] a violência e medidas que visem reparar os danos causados por esta a tantas famílias negras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O ato formal que fez do Brasil o último país a abolir a escravidão não rompeu com a lógica de servidão racializada da sociedade. Vivemos desde então um contínuo processo de reivindicação da cidadania à população negra para que também sejamos considerados sujeitos de direitos.
> No filme "Medida Provisória", Lázaro Ramos nos apresenta a distopia [uma distopia, Senador Paim] de um Brasil que quer tirar os negros daqui. Na prática, essa distopia não poderia ser mais real. [Estou concluindo.] Há – da extrema direita ao campo progressista – uma vontade estruturada no racismo para que nós não façamos parte deste país [e isso dialoga com o que Josianes nos trouxe aqui sobre a nossa não presença]. Não há como negar que esse processo inconcluso da abolição também se deve a uma constante limitação da participação da população negra nas instituições democráticas, bem como ao fato de nossa agenda nunca ser incorporada como prioridade dentro dos planos de gestão do Estado.
> Boas políticas foram promovidas em gestões progressistas, especialmente o avanço das ações afirmativas. Mas ainda não houve governo capaz de centralizar a proteção às vidas negras – a maioria da população brasileira [que continua sendo invisibilizada] – como plataforma política prioritária.
> A ação da Coalizão Negra por Direitos é uma provocação à Suprema Corte [e deixo aqui a pergunta]: há neste Judiciário espaço para aplicar os direitos da Constituição Federal também ao povo negro brasileiro? Mais que isso, a ação é um convite ao futuro àqueles que almejam ocupar os poderes Legislativo e Executivo. Serão esses capazes de se comprometer e construir um projeto de país que rompa com a necropolítica aos negros e crie um projeto de vida para [...] [toda a população brasileira]?
> [...]

Essa, então, foi a ADPF que nós protocolamos ontem a partir da colaboração do PT, do PSOL, do PCdoB, do PV, da Rede, do PSB e do PDT, uma verdadeira frente ampla em defesa da vida negra.

Eu agradeço, Senador Paulo Paim, por esta oportunidade e registro aqui a luta histórica do movimento negro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse é o Douglas Belchior.

Permita que eu diga – não é você que diz, sou eu –: o Douglas é pré-candidato a Deputado Federal por São Paulo. Sua história de luta e aqui a fala que você fez, Douglas, com essa grandeza de uma visão política muito clara, mostram por que você é tão recomendado. Eu já recebi dez telefonemas: "Ô, Paim, não vai fazer depoimento para o Douglas?". É claro que vou, sem problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Douglas, que eu tenho muito orgulho de dizer que nós fomos uns daqueles que organizaram o troféu Abdias Nascimento, que é sempre em novembro. Eu acabo sempre participando muito da elaboração desse dia, que algumas vezes não permitiram, mas queremos fazer este ano. E eu vou dizer aqui: esperamos que você se eleja Deputado Federal e esteja disputando – eu digo disputando, porque você não precisa de "olha, me coloca lá", não, você vai fazer o bom debate para ser um daqueles que, quem sabe, já como Deputado eleito; não foi empossado ainda porque sabemos que é só no outro ano – o troféu Abdias Nascimento, porque você o merece por toda a colaboração que você tem dado. O pessoal fala: "O Paim fala tanto em projeto que ele aprovou e relatou...". Eu não invento leis; quem inventa são eles, no bom sentido, como você falou. Não é falta de... A gente faz a demanda, e o movimento negro organizado contribui, chega aqui... Não é, Bel? A Bel é praticamente quem faz o meio de campo – você a citou ainda aí.

Douglas, parabéns, viu? Vamos em frente.

Agora, de imediato, concedo a palavra à Dra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal, Coordenadora do Grupo de Trabalho Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União.

Dra. Rita, que alegria enorme! Você tem colaborado muito, muito, muito com esse mandato, que é do povo brasileiro – o mandato não é do Paim. Eu estou aqui desde a Constituinte, viu, Douglas? Vou terminar isso aqui com 40 anos de Congresso, mas graças ao movimento social, senão eu não poderia nem estar aqui, não é? "Ah, tem mil projetos apresentados..." Sim, mas o "culpado" de tudo é o movimento social. Vocês que aqui o representam são os "culpados" de tantos projetos comprometidos com o povo. E à Dra. Rita eu digo isso porque ela tem colaborado muito, ela faz estudos, propõe, e chega até nós, às vezes, o projeto já elaborado.

Dra. Rita, a palavra é sua. É muito bom ouvi-la agora.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

Vocês me escutam bem? Espero que sim.

Quero agradecer imensamente a oportunidade e dizer que estou honrada novamente por estar aqui, convidada pelo Senador Paim, para esse momento de reflexão, sobretudo, de reflexão para nos colocar potência de agir diante dos diversos impactos do racismo na nossa sociedade.

Quero cumprimentar todos os presentes e, especialmente, dizer que estou bastante contemplada pelas falas que me antecederam e que facilitam bastante meu tempo de exposição.

Acho que várias camadas do racismo foram colocadas aqui de maneira bastante elucidativa, brilhante, contundente por todos que me antecederam, especialmente por aqueles que estão militando diretamente nos movimentos sociais. A minha posição de fala é um pouco mais institucional, por integrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma instituição do sistema de Justiça, mas também sou muito, potentemente, informada pela luta dos movimentos sociais, com quem eu procuro dialogar com muita frequência e construir todo esse arsenal de informações e de experiências para construir, tentar construir propostas, soluções e atuações, no âmbito judicial e legislativo, que dizem respeito à atribuição do grupo de trabalho que eu coordeno na Defensoria Pública da União.

Bom, então, diante de tudo que já foi falado, eu queria trazer outras nuanças de reflexão para a gente pensar aqui, e aí eu tenho até uma situação especial. Essa semana eu vim para o Rio de Janeiro – estou aqui no Rio de Janeiro, por isso estou participando aqui remotamente – para uma atuação especial da Defensoria Pública da União em relação ao Cais do Valongo, que é considerado e reconhecido como o maior porto escravagista das Américas. O Senador Paim sabe – não é, Senador? – que nós temos atuações em relação à proteção do cais. Aproveito, inclusive, para dizer que toda a comunidade aqui que trabalha, que exerce suas atividades em relação ao Cais do Valongo me pediu para externar aqui para o senhor um abraço afetuoso e dizer que todos o esperam nessa região para uma um abraço afetuoso e para dizer que todos o esperam nessa região para uma visita. É uma visita que eles querem preparar muito carinhosamente. E a gente pode conversar sobre isso depois com sua assessoria.

Mas quero dizer que, nessa atividade que desenvolvi aqui nesta semana, está reforçado o nosso compromisso de trabalhar pela importância da memória. A memória para a população negra é uma base muito importante de reparação, de reparação histórica e cultural, e, especialmente, de justiça de transição. Eu venho falando isso com muita frequência, porque estou absolutamente convencida de que a gente não passou por um processo de justiça de transição em relação à escravidão. Por isso, a abolição é incompleta, é inacabada.

É preciso também que, com essa afirmação, a gente não descarte, não desconsidere toda a luta popular exclusivamente da população negra nesse período, na chamada campanha abolicionista, que englobava uma série de ações, e não uma mera libertação formal, como foi feito. Muitas pessoas se engajaram nessa luta. Essa luta foi estratégica, teve várias camadas de estratégia. E esses protagonistas foram esquecidos. Então, é também dessa memória que a gente fala, é o que a gente precisa reivindicar.

Essa abolição incompleta significa que várias políticas públicas não foram realizadas e ainda se encontram pendentes, apesar de estarmos num Estado democrático, numa República. Tudo isso tem que ser objeto de reflexão nesta data, justamente para eliminar qualquer ideia de que a gente superou esse passado de maneira plena. De fato, não o superamos, e isso já foi falado aqui. As diversas violências que estão ainda colocadas contra a população negra têm essa base de ausência de justiça de transição.

Por isso, é importante recontar essa história. Temos que recontar essa história, colocando as pessoas negras como verdadeiras protagonistas de todo esse processo, colocando também, de forma muito evidente, as narrativas que estancaram esse processo, proporcionando essa incompletude do processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade. Foram descumpridas diversas condições necessárias para que essa liberdade fosse plena, porque essas condições são condições de igualdade, são condições de justiça.

Essas políticas públicas – é preciso dizer – não são políticas públicas de mera reparação, quando a gente pensa em sofrimento pela exploração; são, na verdade, direitos de reparação, pelas riquezas que essa população negra produziu para o Brasil e pelo Brasil. Essa população é a responsável pela construção deste país como nação. Então, a gente não está falando de reparação simplesmente pelo fato de terem sido alvo de brutais sofrimentos, de brutais violências. É preciso falar em reparação no sentido de restituir bens e recursos que foram subtraídos dessa população negra que construiu esta nação, bens e recursos das mais diversas ordens, econômicas, sociais, culturais, que, inclusive, hoje, são base de privilégios de um pequeno grupo; um pequeno grupo que não só subtraiu esses bens e esses recursos, como também se nega a dar qualquer tipo de contribuição para que essa população saia desse estado de exposição à violência e de exposição a condições socioeconômicas precárias.

O Douglas colocou aqui muito bem a questão do genocídio da população negra, do extermínio da juventude negra, de toda sorte de violência que a gente, ainda hoje, tem que gritar e levar ao Supremo Tribunal Federal, ao Poder Judiciário, para dizer que não suportamos mais. E não suportamos mais porque estamos atravessados pela violência em várias camadas da nossa existência. Nós não temos o direito de existir, nós não temos o direito de sermos lembrados como protagonistas das nossas próprias histórias, nós não temos o direito de repartir os recursos sociais que são produzidos por essa sociedade e que foram erigidos a partir do trabalho dessa população, sobre as costas dessa população, e isso é um estado de violência permanente e que precisa ser, constantemente, problematizado e colocado em formato de propostas concretas de mudança.

O Douglas fez uma pergunta, no final: se é possível o sistema de Justiça responder a isso, enfrentar essa situação.

Eu não sei se é possível, Douglas, sinceramente, por conta de toda a base que nos funda e que nos constitui, mas é preciso encontrar brechas para que a gente enfrente isso de uma maneira um pouco mais honesta, para que a gente possa, de fato, colocar pessoas devidamente comprometidas com esse processo de enfrentamento dentro desse sistema, para que essas pessoas tenham voz e tenham capacidade de decidir o que elas querem construir como sociedade.

Por isso, também, quero aqui externar o meu apoio ao mandato do Vereador Renato Freitas. Eu conheci o Renato militando nas ruas de Curitiba – eu moro em Curitiba –, fazendo várias ações de resgate social para a juventude negra de Curitiba, para a juventude periférica de Curitiba. E o mandato dele é absolutamente legítimo. O mandato dele foi conquistado com essa base eleitoral, essa base periférica, essa base jovem, que, muitas vezes, é escamoteada dos espaços públicos de Curitiba, que não é ouvida, que não é enxergada, que não é alvo de políticas públicas, de recursos. Por isso, qualquer tentativa de retirar esse mandato, sob um artifício de uma fé cristã... Uma fé cristã, que, inclusive, é responsável, em larga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida, por uma série de institucionalidades que acabaram legitimando o processo de escravidão e de violência brutal contra a população negra durante muitos anos.

Ontem, eu estava no Instituto Pretos Novos. É um antigo cemitério de pessoas escravizadas, africanos escravizados, que aportaram aqui, no Cais do Valongo. Essas pessoas eram enterradas num cemitério, que, na verdade, era uma grande vala comum onde esses corpos eram descartados, dos chamados pretos novos, que eram pessoas escravizadas e que, recém chegadas aqui ao porto, quando ainda não haviam sido comercializadas, eram encaminhadas para uma espécie de hospital de recuperação das suas condições de saúde, o Lazareto. Quando elas não resistiam a toda a crueldade do tráfico, da viagem do tráfico, elas morriam e eram encaminhadas para esse cemitério antes mesmo de serem comercializadas. E lá eram enterradas em condições absolutamente cruéis; eram enterradas sem nenhum tipo de ritual, inclusive cristão – porque ali era um cemitério administrado pela Igreja Católica, que registrava os óbitos, mas descartava esses corpos de maneira absolutamente violenta, sem qualquer tratamento, inclusive sob os parâmetros da fé cristã.

E, em relação à ancestralidade desses povos africanos, a violência é ainda maior, porque não se respeitava a ancestralidade. Um historiador que estudou aquela região demonstrou que a Igreja tinha consciência de que o momento da morte era para aqueles povos um momento de ritual, de fé muito importante, e, mesmo tendo essa consciência, era negado a esses corpos qualquer ritual, inclusive para honrar a sua ancestralidade ou mesmo para honrar os parâmetros de uma suposta fé cristã.

Então, não se pode pensar que fazer um discurso em frente a uma igreja ou mesmo dentro de uma igreja é um ato de violência que legitime a retirada de um mandato de um Parlamentar eleito de uma forma legítima pela população negra, pela população periférica da cidade de Curitiba.

Portanto, eu queria externar aqui, com muita veemência, a minha solidariedade, e fica já o meu registro de que é, sim, uma violência política absurda, inaceitável retirar o mandato do Vereador Renato Freitas.

Acho que já deve ter encerrado o meu tempo, porque extrapolei aqui um pouco, me exaltei na fala, porque realmente fico muito indignada com tudo isso, mas quero dizer que a Defensoria tem trabalhado essa questão das violências e opressões raciais em diversos aspectos.

Queria ressaltar, então, nessa minha fala, que a memória, a justiça de transição, a reparação histórico-cultural são uma base fundamental importante em relação à qual temos trabalhado muito fortemente e acenar também o meu apelo para que o projeto de proteção do Cais do Valongo, Projeto nº 2.000, de 2021, seja aprovado na Câmara – agora está na Câmara, acho que está na Comissão de Cultura, sob a relatoria da Deputada Benedita da Silva. Também externo aqui o meu apelo para que ele tenha tramitação célere e para que ele seja de fato aprovado, começando aí um processo de resgate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa região é muito importante para esse resgate, porque é uma região de confluência da africanidade, da afrodescendência brasileira, não só do Rio de Janeiro, mas de todas as camadas, de todas as regiões do Brasil; era um porto distribuidor. Também foi uma região de muita resistência, onde as resistências culturais se erigiram: nasceu o samba, a partir do jongo, a capoeira; nós temos ali o grupo afoxé Filhos de Gandhi, que traz uma conexão muito importante com a Bahia. Também toda a riqueza brasileira econômica, em grande medida, teve ali o seu centro urbano propulsor e também de vários setores: do café, da cana-de-açúcar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... que se abasteceram da atividade que ali se desenvolvia. Então, nós precisamos olhar com muita atenção para isso e ter ali um local de memória sensível, conforme está comprometido com a Unesco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Agradeço e peço desculpas se passei do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É sempre bom ouvi-la.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Quero dizer, Senador Paim, que é sempre muito bom colaborar com o seu mandato, estou sempre à disposição. E o seu mandato tem sido um veículo fundamental para a gente avançar em alguma medida, mesmo nesse cenário político tão hostil.

Quero lhe agradecer imensamente pela abertura de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, querida Dra. Rita Cristina de Oliveira! – que é Defensora Pública Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União. (*Palmas.*)

Ela só não disse – quando ela disse que eu apresentei o projeto – que quem fez o projeto foi ela. Não foi, Bel? Ela, ouvindo o movimento negro do Rio, aí indicaram o meu nome, ela indicou o meu nome, eles concordaram, trouxeram o projeto, eu apresentei, e aprovamos. Quero dar mérito também aos Relatores: o Relator no Senado foi o Carlos Portinho; e lá, como ela já registrou, a Relatora é a nossa querida Benedita da Silva.

Eu estava lembrando, Bel e todos vocês, que, da Constituinte para cá, da chamada bancada negra, só sobraram dois: eu, no Senado, e a Benedita. Foram os únicos dois. Isso é para se ver como nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos eleger mais Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, não é? Com a Benedita, eu me lembro de que fomos juntos – eram: eu, o Edmilson (já contei esta história), o Caó –, fomos à África do Sul numa missão do Congresso Constituinte que exigia a libertação do Mandela. Fomos recebidos pela Winnie Mandela. E foi ali que eu recebi a Carta da Liberdade do povo sul africano. E voltando ao Brasil, em diálogo com o movimento negro, construímos o Estatuto da Igualdade Racial, que é lei sancionada pelo Presidente Lula.

Mas a Bené é uma figura... Como é que eu digo? Ela é uma figura que já entrou como um marco da história, não só no Brasil, mas fora do Brasil...

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Vocês dois, não é, Senador? Os dois juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu caminho com o apoio que vocês me dão. Mas a Bené é uma parceirona, e eu não tinha como não destacar o trabalho dela também.

Vamos em frente.

Passamos a palavra agora – é o último nosso convidado, e espero que ele esteja aí, pois tinha confirmado que estaria; não sei se ele está... (*Pausa.*)

Ah, está bem

O Ministro Benedito Gonçalves – vou citá-lo, porque se ele não pôde entrar... Mas ele fez força – é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, ex-Presidente da Comissão de Juristas Combate ao Racismo no Brasil. Ele, infelizmente, não pôde estar aqui.

Então nós vamos aos "finalmentes".

Eu vou me dar o direito aqui, porque tem muitas perguntas que foram chegando aqui, e não dá para fazer todas, não é? Mas eu vou me dar o direito de encaminhar duas perguntas, para ver se vocês assim optarem por responder... São duas perguntas que chegaram aqui... Onde é que estão? (*Pausa.*)

Aqui.

Fiquem livres. São três minutos para responder, os que estão aqui presentes, porque é mais fácil, não é?

Primeiro: "Como os movimentos de negros e negras e as instituições poderiam ajudar na aprovação de matérias raciais já aprovadas no Senado que estão tramitando na Câmara?". Eu tenho até uma proposta para colocar se vocês assim entenderem necessário.

"Qual o tema mais urgente quando falamos em políticas públicas para a população negra?" É claro que são dezenas e dezenas, mas qual seria na visão de vocês a mais urgente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três minutos para cada um dos convidados presentes aqui.

Quem começa? (*Pausa.*)

Então vai lá, Doutora, é com a senhora!

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS (Para expor.) – Gostaria de agradecer a participação das pessoas que estão acompanhando virtualmente. Isso é um sinal de que o debate racial não se esgota nem nas instituições públicas, nem no movimento negro, nem em nós. Nossa sociedade está aberta a debater esse tema tão caro ao Brasil, tão caro à nossa população.

Então, eu gostaria de começar – e aí tem o Douglas e o Bico para complementar e as outras conferencistas que estão de forma virtual – falando sobre temas urgentes. E eu fico pensando sobre a realidade de fome que nós passamos e aí eu lembro aquele ditado do Betinho: "Quem tem fome tem pressa". E a população negra vive uma situação de insegurança nas vias públicas, mas também vive uma situação extrema de vulnerabilidade social. Então, se fosse pensar em urgência, eu pensaria hoje no atendimento às pessoas que estão em situação de fome e extrema pobreza, porque, nesses últimos quatro anos, o Brasil voltou ao mapa da fome.

Então, eu, como mulher negra, como uma pessoa que estou ativa hoje, quando nós ainda estamos pensando produção econômica nesse país, produzindo intelectualmente na academia, nos espaços públicos, fico pensando naquela população que não está em lugar nenhum, não está sendo atendida.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Então, emergencialmente, eu colocaria a questão do atendimento a essa população em situação de vulnerabilidade social. Em ano eleitoral, isto é muito caro para a gente: pensar em atender a essa população que não está representada em lugar nenhum, a não ser com pessoas comprometidas como o Senador Paim e tantas outras pessoas que se dispõem a ocupar esses espaços.

Então, eu teria outras contribuições, mas aí eu vou dividir o tempo com as colegas e os colegas sobre a resposta a essa questão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos aplausos.

Essas foram as considerações finais da Dra. Joseanes Lima dos Santos, Frente de Mulheres Negras do DF, que respondeu à pergunta dizendo que, nesse momento, as políticas públicas deveriam se voltar para os setores mais vulneráveis, não é, Doutora?

Esta foi a mensagem que fica: fome, miséria, desemprego... Temos até fila do osso, infelizmente. Eu não gosto de repetir isso. As pessoas pegando osso, em cima do caminhão de lixo, que é posto fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma loucura total. Mas isso é, como diz a frase: quem tem fome não pode esperar. Nós precisamos muito que haja políticas públicas voltadas... Nós temos estudos que mostram que se habilitam para o chamado auxílio emergencial, se você analisar friamente, em torno de 100 milhões de pessoas – de 220 milhões, 100 milhões se habilitam. E nem todos recebem. Sabemos que muitos desses não recebem. Então, essa é uma realidade.

Se você permitir, Douglas, eu respondo a primeira – se você permitir –, porque eu ia lá ontem ao evento muito bonito que vocês fizeram, marcante. A Bel me deu todo o relato – não é, Bel? –, inclusive da emoção das mães, enfim... Eu ia propor lá ontem, lá na Câmara já. Eu achava que o que nós tínhamos que tentar fazer – eu deixo como contribuição para a reflexão – é uma comissão mista de trabalho, Câmara e Senado, pegar todos os projetos que estão tramitando nas duas Casas e fazer um trabalho em conjunto. Os mais importantes têm 30, 40, 50... Vou dar um exemplo: política de cotas. Nós vamos fazer um debate – você é convidado, lembra? –, no dia 29 de agosto, um grande debate nacional, no Plenário do Senado, sobre a política de cotas. Por que dia 29 de agosto? Porque é a data em que completa dez anos a política de cotas. O que nós gostaríamos... Há 35 projetos na Câmara, se não me engano, sobre a política de cotas. No Senado, tem o nosso, o meu, de que a Senadora Leila é Relatora, mas não importa quem é o autor, importa a causa; temos que estar juntos. Que a gente conversasse entre nós – e vocês podem ajudar – para reunir um grupo de Senadores e Deputados que tenham compromisso com a causa do povo negro e visse quais são os projetos que estão tramitando nas duas Casas e fizesse um esforço para aprová-los lá e aqui.

Vou dar um exemplo, Douglas: o projeto da injúria. Eu apresentei o projeto aqui, foi aprovado, foi para a Câmara. Claro, eu sei que a bancada negra fez um esforço lá, mas não votaram. Aí, a Câmara resolveu aprovar um outro, mandou para cá. O que eu fiz? Não tem problema nenhum. Peguei para relatar, sou o Relator, já está na mão do Presidente para ele botar no Plenário e votar. Tem que haver essa dinâmica. O relatório está prontinho. Falamos com o Presidente Rodrigo Pacheco – ele ficou de dar a resposta – para que, neste mês de maio, com toda a simbologia do debate sobre o trabalho escravo, eu diria, da nossa abolição não conclusa, do Dia do Trabalhador... Porque, neste país, é comum qualquer crime que fazem contra o povo negro ser injúria. E injúria muitas vezes se resolve com cesta básica. É brincadeira, não é? Então, temos que resolver esse problema.

E eu diria, respondendo a essa pergunta que foi feita, que nós poderíamos sair daqui, se assim vocês concordarem, e criar uma comissão – não precisa ser oficial nem nada – de negros e negras prontos, comprometidos. Não há problema nenhum. Eu sempre digo que o caminho é este: analisar todos os projetos que estão apresentados na Câmara e no Senado, fazer uma visita ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado com o objetivo de dizer: "olha, esses aqui estão todos prontos para votar", para ver se a gente consegue votar o mais rápido possível esses projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a pergunta dois é contigo. Se quiser falar da um, pode falar, claro. A dois, só para lembrar, porque eu falei bastante aqui, é: "Qual o tema mais urgente quando falamos de políticas públicas para a população negra?". E me permitam ler mais algumas. O pessoal me lembrou que eu acabei colocando aqui embaixo, aí, trouxeram uma cópia nova.

Fábio Ferreira, de Alagoas: "Como os direitos humanos podem mostrar à sociedade o direito à democracia [a importância do direito à democracia], já que ela mesma não deixa a Justiça fazer o próprio trabalho?".

João Pedro, de São Paulo: "Como podemos mostrar aos cidadãos a efetividade de sua atuação [na importância] na democracia?".

No fim, ambos estão fortalecendo o processo democrático. Esse é o objetivo.

Sabrina Pereira, do Rio de Janeiro: "Como os direitos humanos mostrariam esse valor para a sociedade?".

Guilherme Gilson, de São Paulo: "Quais as políticas públicas adotadas para assegurar esses direitos?".

Eu diria que é aos direitos sociais que ele está se referindo aqui, à liberdade, com todo o sentido, e à própria democracia.

Se quiser falar um pouco sobre isso, vou até colocar na sua mão. Se quiser...

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Para expor.) – Não, é só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o princípio.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Acho que tanto a professora que falou com a gente agora há pouco e a Profa. Nilma também estão aí e seria ótimo ouvi-las.

É só para deixar um dado que eu acho alarmante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês vejam que a quem ainda está na tela nós podemos dar a oportunidade. Veja, ele lembrou bem que a nossa ex-Ministra está na tela.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – É só um dado alarmante, reafirmando o que a Joseanes disse. Em meio à pandemia, Paim, a Coalizão Negra por Direitos fez uma incidência importante aqui no Congresso Nacional, exigindo a política de auxílio emergencial, que o Governo se recusava a oferecer e, quando ofereceu, foi por um valor muito pequeno. Graças à movimentação dos Parlamentares e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento social naquele primeiro momento, subiu para R$600, mas, no final do ano, ele o derrubou, acabou com o Bolsa Família, instituiu um programa que atende menos pessoas, com valor menor.

Mas, ainda em meio à pandemia, enquanto se fazia aquele exercício de identificar pessoas necessitadas dessa política no Brasil inteiro, o movimento de renda básica e as movimentações que lutavam por isso identificaram 30 milhões de brasileiras e brasileiros que nem sequer estavam no mapa, nem sequer tinham condições de serem atendidos pela política por não estarem cadastrados. Você tem organizações do movimento negro, como o Criola, no Rio de Janeiro, como o Movimento de Mulheres Negras, que fazem um trabalho de apoio às pessoas indocumentadas. Então, você tem uma parcela dos brasileiros e brasileiras que sequer consegue ser atendida pelos poucos programas, porque não tem condições elementares para isso. Foram 30 milhões de não mapeados que nós descobrimos naquele momento.

Então, você não tenha dúvida, reafirmando o que disse a Joseanes, de que nós precisamos de um plano de emergência. Claro, eu tenho certeza, acredito e trabalho para isto todos os dias: que Lula vença as eleições no final do ano, para que a gente possa implementar isso com força, mas não podemos esperar o ano que vem. Então, essa sua proposta de eventualmente reunir Parlamentares das duas Casas para tentar propor emergência em relação a alguns projetos é fundamental. E aí eu fico imaginando que os movimentos possam participar dessa articulação, que, para mim, é fundamental...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – ... e que a gente possa, então, colocar para as duas Presidências essa emergência.

O auxílio do Estado salva a vida dessas pessoas, a ausência do Estado condena essas pessoas à morte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns também, Douglas.

Agora eu vou passar a palavra...

Temos, ali na tela, pronta para falar a Dra. Rita e também a Ministra. Quem quer falar primeiro? A Dra. Rita? (*Pausa.*)

Dra. Rita.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quem sou eu para passar à frente de Nilma, gente?

Bom, vou começar, então, para agilizar um pouco, porque sei que a gente já está próximo do encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar responder às duas perguntas e à terceira também, porque eu acho que a terceira e as demais são bem próximas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Elas vão se ater à democracia com justiça social.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Em relação aos projetos de lei, eu queria lembrar aqui, de uma forma muito humilde, que o trabalho da Comissão de Juristas... Achei que o Ministro Benedito iria conseguir vir participar desta oportunidade, mas não pôde, e iria poder falar disso também. A Comissão de Juristas que foi instituída pela Câmara, em 2020, começou a funcionar e funcionou ao longo de 2021 e produziu um caderno extenso de propostas de aprimoramentos legislativos e algumas inovações também normativas para dar conta do enfrentamento ao racismo institucional nas suas diversas camadas e bases institucionais.

E aí, inclusive a partir do contexto desse trabalho, eu quero dizer, primeiro, que é um trabalho inacabado, é um trabalho muito plural de olhares institucionais diversos, de pessoas negras das diversas carreiras jurídicas e também um trabalho que foi construído a partir da escuta pública de diversos movimentos sociais, atores das diversas instituições também, não só daquelas pessoas que estavam ali, mas, enfim, do poder público, do setor privado, das organizações sociais. Então, tivemos muitas audiências públicas de escuta e que se traduziram em várias propostas que estão ali e que estão colocadas à disposição, inclusive, para serem modificadas e aprimoradas ainda mais. Então, nesse trabalho que o Senador está propondo eu acho que cabe aí entrar o relatório da Comissão de Juristas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... como mais uma ferramenta de capitulação, digamos assim, desses projetos.

E dentro desses projetos, para a gente pensar nas urgências, como foi nos provocado, eu concordo com o que a Joseanes disse ali no início. Logo me veio à mente uma cena muito forte, muito triste que eu vi ontem aqui no Rio de Janeiro. Estava saindo de uma atividade de trabalho e vi uma extensa fila de pessoas negras, corpos negros em busca de alimento, ali na região da Lapa. Era uma cena muito triste mesmo. Eu fiquei muito deprimida mesmo depois que vi aquela cena e voltei para o hotel, vendo o quanto a gente é atravessado pelo racismo das formas mais perversas. Isso ainda é uma realidade, assim, que a gente não consegue acreditar que a gente ainda vivencia nos dias de hoje. São dias em que a gente tem ao mesmo tempo uma especulação financeira do agronegócio enorme, violentando terras quilombolas, onde a gente tem sobra de alimentos em produção, e a gente se depara com esse cenário de absoluta precariedade e fome no nosso país.

Quando a gente pensa no modelo estrutural que permite que isso aconteça e que isso continue acontecendo, a gente percebe que existem muitas camadas que sustentam esse modelo de concentração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riquezas, de manutenção de espaços de privilégios e, sobretudo, de desigualdade e de necropolítica. Então, essas camadas precisam ser enfrentadas. Às vezes, a gente pensa, num cenário mais urgente, em tratar o sintoma dessa sociedade absolutamente adoecida pelo racismo, mas a gente precisa enfrentar a causa da doença. E a causa da doença tem muitas camadas estruturais, e essas camadas passam por várias políticas públicas, que não são só de levar uma renda cidadã, que é o emergencial, é prioridade absoluta, prioridade zero, como a gente pode dizer, mas que precisam ser enfrentadas na sua profundidade, porque, senão, ela vai continuar voltando e acontecendo. E essa profundidade também diz respeito à nossa base democrática, que está absolutamente adoecida, absolutamente capturada por uma ideologia de terror, de medo, de necropolítica. E por isso também acho que a questão da violência estatal... E eu não gosto nem só de falar em violência policial, porque essa violência não é só policial, essa violência é estatal. O policial não atira sozinho. A polícia não pratica essa violência sozinha. A polícia tem toda uma base para que essa violência continue acontecendo. Então, é preciso tratar com muita profundidade e muita atenção as estruturas que ainda determinam essa violência estatal tão forte e tão brutal contra a população negra.

É isso. Eu quero finalizar me colocando à disposição para continuar esses trabalhos de aprimoramento legislativo. Estou sempre à disposição de todos e todas para a gente discutir isso, trazer mais projetos, enfim, estou em várias atuações aí na política de cotas, na questão da violência, na questão de memória... A gente tem muito material produzido, e estamos cada vez mais motivados a continuar trabalhando dentro dessas dificuldades que nós temos nesse contexto político, mas ainda assim é importante notar o quanto os movimentos sociais negros têm conseguido se firmar nesse contexto, o que renova as nossas esperanças, porque a gente mostra que a nossa capacidade de resistir é muito grande.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Meus cumprimentos à Dra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União.

Eu quero agradecer o complemento que V. Exa. fez. De fato, tem um trabalho inovador de que a senhora faz parte desta Comissão. Eu acho que aí se completa a proposta que eu fiz de pegarmos todos os projetos já aprovados numa Casa ou em outra, porque já se ganha tempo, com o que foi aprovado no Senado e está na Câmara, o que estava na Câmara e que porventura esteja no Senado, e nos reunirmos junto com a Comissão de Juristas para darmos um passo à frente. De repente, é só forçar para aprovar, por exemplo, a injúria ou a abordagem policial, que já está aprovado no Senado. O projeto está muito bem elaborado. Daí podemos combinar, aprova-se na Câmara agora e vai para a sanção. Uniríamos esse esforço de que a senhora fez parte e o Ministro Benedito Gonçalves, que também fez um trabalho belíssimo, foi coordenador, uniríamos esse trabalho coletivo para avançar. Aprova-se o que já está na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

boca do túnel, como a gente fala, já está no forno pronto para sair, e complementa-se com todos os outros novos projetos. Acho que nós poderíamos encaminhar nesse sentido.

A assessoria que está aqui e que também é ligeira... "Lembra aí, Senador Paim, que já aprovamos a Frente Parlamentar Mista Antirracista do Congresso Nacional". Inclusive, o Presidente Rodrigo Pacheco assinou, porque ele faz parte – o próprio Presidente. Nós apresentamos e foi aprovado. Aí é uma frente mista para a qual naturalmente vamos convocar também as entidades para estar junto e a partir daí alavancarmos tantos projetos de lei.

Lembro também do Humberto Costa, Presidente desta Comissão, que só não está aqui hoje porque está numa missão importantíssima do povo ianomâmi lá em Roraima, Boa Vista. Ele está lá numa missão fruto inclusive de uma audiência pública que fizemos aqui. O menino Júnior – menino, no modo de dizer –, o líder Júnior deles esteve no Congresso e me procurou, procurou a Leila. Nós montamos uma audiência pública, e saiu daqui a proposta de uma missão para ir ao estado para ver o crime que estão cometendo lá contra a nação indígena. E o Líder, Presidente desta Comissão, Humberto Costa, convidou inclusive a mim, o Contarato e outros. Eu disse que não tinha como eu ir, e ele se prontificou e de imediato foi.

Queria dar uma salva de palmas ao Líder Humberto Costa. (*Palmas.*)

Ele não está aqui, mas está numa grande missão em relação ao povo indígena neste momento.

Eu passo a palavra agora... Já falei aqui também da Subcomissão da Promoção da Igualdade Racial. Já aprovamos aqui. Só não instalamos devido à pandemia, porque, com a pandemia... Nós queremos instalar, oxalá, ainda este ano.

Eu passo a palavra agora à nossa sempre líder, ex-Ministra e sempre Ministra – permita que eu diga isso –, Nilma Lino Gomes.

O tempo é seu para comentar o que nós já comentamos aqui, mas com a riqueza da sua competência e capacidade acumulada que nós sabemos que tem.

É com a senhora.

A SRA. NILMA LINO GOMES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Paim. O senhor sempre é muito generoso, muito obrigada pelas suas palavras.

Quero cumprimentar os nossos colegas que estão aí na mesa junto com o senhor, cumprimentar a Rita também, que está aqui conosco.

Eu acho que já foi falado muito. O que eu poderia acrescentar talvez é que nós estamos falando de questões estruturais quando nós estamos falando, então, da existência do racismo e da luta pelo combate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao racismo. E, para fazermos mudanças estruturais no nosso país, nós precisamos de uma mudança de foco do que tem sido a política desde o golpe de 2016 para cá.

Eu costumo dizer, acompanhando o pensamento de alguns outros colegas do campo progressista, que nós precisamos de mais Estado e de menos mercado. Acho que o Brasil está caminhando numa linha em que o Estado cada vez mais tem sido esvaziado da sua função como Estado democrático e, cada vez mais, o mercado tem passado na frente do Estado. Com isso, com o foco do mercado regendo a vida de uma sociedade, nós sabemos que todos os direitos conquistados vão ser roídos, corroídos, que é o que está acontecendo neste momento no país. Então, tem um foco também que eu acho que é uma mudança no eixo estrutural de para onde o Estado brasileiro tem caminhado nesses últimos tempos. Por isso, essas eleições são, Senador Paim, muito importantes para nós. Por isso, nós precisamos, sim, tirar o desgoverno que aí está e nós precisamos reconstruir este país junto com o Presidente Lula – espero que ele seja vitorioso, lutamos para isso. E não somente com uma pessoa ou com uma vertente, mas com a participação dos movimentos sociais. Eu acho que isso é muito importante. Quero parabenizar por essa frente que o senhor quer construir de trabalho. Acho que tem que ser assim. Tem que ser somando esforços...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NILMA LINO GOMES (*Por videoconferência.*) – ... para que possamos apresentar respostas para questões tão sérias como nós temos no Brasil hoje.

E eu vi que várias pessoas colocaram também no *site* a questão dos direitos humanos, e é também nessa mesma linha que eu diria. Não é só um único tipo de política que vai nos ajudar a sair ou avançar nessa situação dramática que nós vivemos no Brasil da desigualdade, da volta da fome, da pobreza e em especial da questão do racismo, que nós estamos colocando aqui. Nós vamos ter que aprender, sabe, Senador Paim, colegas, a construir políticas de forma mais interseccionalizada, porque, se nós fizermos uma política de direitos humanos que não compreende a urgência do combate ao racismo, ela não vai conseguir alcançar a radicalidade que a política de direitos humanos deveria alcançar no nosso país.

Nós temos de entender, por exemplo, como Rita falou, que neste contexto de necropolítica, como o Douglas falou, há uma quantidade de pessoas que sequer têm documentos, ou seja, que sequer podem provar juridicamente a sua existência na sociedade. Isso é só, digamos, um sintoma de algo que é muito mais profundo e que diz respeito ao campo dos direitos humanos e ao quanto nós precisamos avançar nesse campo. É que, na estrutura colonial que a gente tem de ranços escravocratas como nós temos no Brasil, as pessoas negras sequer são consideradas humanas. E é isso que o racismo faz conosco, quando, em todos os casos que foram falados de racismo nesse momento e outros que nós sabemos, a base Estado numa concepção estrutural, mental, social e política de que negros e negras não são humanos; logo, não têm direito a nada, logo são "matáveis". Essa concepção vem lá da escravidão, ela vem lá da animalização, da coisificação de africanos e africanas escravizados no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que os direitos humanos, as políticas sociais de um modo geral de combate à fome, de combate à pobreza, as políticas de mulheres e as políticas de igualdade racial nós temos que colocar, entender que a gente tem eixos fulcrais para fazer avançar uma luta democrática neste país. E um desses eixos fulcrais, com certeza, é a desigualdade econômica, que afeta a vida de todos e todas nós, mas ela não afeta sozinha; essa desigualdade econômica no Brasil está incrustada, alicerçada no racismo. Então, eu tenho que pensar que as políticas de um modo geral têm que indagarem a si mesmo. Nós, as pessoas que formulam políticas, temos que indagar a nós mesmas: no que esta ação que eu estou fazendo aqui contribui – ou não – para combater o racismo? Essa tem que ser uma pergunta, sabe, Senador Paim? Se a gente não fizer essa pergunta, nós vamos circular em torno do problema, mas nós não vamos lá na estrutura. E aí a gente vai ver que precisamos de muito mais Estado, Estado forte, Estado firme, Estado democrático de direito do que Estado neoliberal e a política econômica que tem sido feita de abrir as portas paras elites e fechar para população pobre.

E, quando nós fazemos políticas de igualdade racial, nós estamos fazendo política para o Brasil. Somos 56% da população brasileira; não há como dizer que, na hora em que você foca a igualdade racial e foca o combate ao racismo como eixo de qualquer política a ser realizada nesse país, você não está focando o país como um todo. E acho que essa compreensão nós ainda precisamos fazer avançar. É uma compreensão que o movimento negro tem, que ele nos ensinou e nos educou, mas ainda falta muito para que a gente espraie essa concepção no campo da política e também no campo do dos Legislativo e nas práticas mais diversas que nós temos.

Finalizando, alguém perguntou sobre os temas urgentes. Eu quero concordar com os colegas, mas eu diria que eu tenho três temas urgentes quando a gente fala de combate ao racismo. Um é o combate à fome, como já foi falado. Outro tema urgente é a educação, porque estão detonando, acabando com os processos educacionais, com as políticas educacionais do nosso país. E o outro tema, com certeza, nós sabemos, é aquele que toca na discussão da segurança e principalmente, como Rita já falou, da violência do Estado, que é muito mais do que uma violência policial.

É isso. Muito obrigada pelo dia, pela participação aqui e pela sua consideração sempre com o meu trabalho, com a minha pessoa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas tem uma que eu vou falar agora. Parabéns, Ministra Nilma Lino Gomes. Ex-Ministra, sempre Ministra.

Mas eu falei aqui da frente parlamentar mista, Ministra. Eu tinha sacado de onde veio essa proposta, mas eu não gosto de chutar, porque, se eu engano, estou frito.

Depois: "Ah, você foi dizer que...". E isso não era bem isso. Mas, daí consultei a Bel. Então, a Bel confirmou: "Não, é isso mesmo". Quem me apresentou a proposta de criarmos uma Frente Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mista Antirracismo no Congresso foi a Ministra, assessorada junto do Renato. Foi o Renato também que apresentou, o Dr. Renato Ferreira – não é, Bel? – junto com você; mas você que construiu a ideia. E, claro, a Consultoria do Senado fez a sua parte.

Então, ficam meus cumprimentos aqui, porque eu sempre digo que eu não invento lei. Se eu apresentei, alguém propôs. Eu não invento lei. Eu posso, uma vez ou outra, aumentar, mas não inventar. Isso é um ditado popular que tem.

Enfim, chegamos ao final do nosso evento. Acho que foi muito bom. Eu só vejo elogios – viu, Dra. Rita? – que estão chegando aqui, porque o pessoal, de uma forma ou de outra, faz que chegue a mim aqui como está a repercussão lá fora.

Eu quero encerrar... Normalmente quem encerra é o Presidente; como o Presidente vai se preservar a dizer uma frase, eu vou deixar dois minutos para cada um dos senhores e senhoras que ainda estão aqui acompanhando, inclusive o nosso líder ali, para comentar como é que foi a audiência e para onde vamos.

Vou começar com você, Douglas.

Douglas, dois minutos para as considerações finais.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Para expor.) – Agradeço, Senador Paulo Paim, mais uma vez pela oportunidade, e à sua assessoria; e à companhia de Joseanes, de Bico, de Bel e de Thais aqui.

Bom, para além da importância dessa audiência pública, eu quero aproveitar essa audiência, a audiência da audiência, para promover e pedir que você acesse uma plataforma chamada votoantirracista.com.br. Essa plataforma, Senador Paim, é uma provocação para que as pessoas antirracistas desse país se organizem nas suas comunidades; juntem a família, os amigos, os colegas do trabalho, da escola e da universidade e organizem núcleos de diálogo imediatamente. Nós precisamos fazer com que aquele sentimento antirracista, que tanto tem sido falado nos últimos anos, se transforme numa ação concreta nesse ano. Que ação é essa? É a ação do voto. É a provocação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Nós fizemos uma campanha grande agora para que os jovens tirassem títulos. Fomos muito bem nessa campanha, mais de 2 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gravei também.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vi você gravando, fui lá e gravei também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Participou disso.

Foram mais de 2 milhões de novos títulos no país. Agora nós temos que provocar essas pessoas a partilhar a ação, ou seja, convencer... Inclusive, para gente diminuir o número de abstenções. E que esse voto seja um antirracista; um voto que leve aos Parlamentos do país representações do movimento negro e que coloque, no Governo central desse país, no Executivo, um Presidente que já mostrou, na prática da sua atuação como governante, que é antirracista, que é o Lula, que é o nosso eterno e futuro Presidente.

Então, muito obrigado pela oportunidade. E você que nos acompanha aí colabore com essa grande campanha: votoantirracista.com.br.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns para o Douglas pela participação brilhante como sempre.

Eu vou passar de imediato para a Joseanes Lima dos Santos para suas considerações finais.

Dois minutos.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS (Para expor.) – Vou tentar ser muito rápida.

Eu gostaria de registrar, Senador, a minha emoção quando ouvi o seu anúncio de que a Beatriz Nascimento tinha se tornado uma heroína nacional, sendo reconhecida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que – permita-me que eu fale, e você continua – essa proposta surgiu lá no gabinete, por um assessor que é da área jurídica, o Leandro: "Veio uma demanda, Senador. O que o senhor acha disso?". Foi o Leandro que me trouxe a ideia. E daí olhamos, fomos olhar – é uma história belíssima que foi escondida –, colocamos, e o Senado aprovou de imediato. Foi bom que tu lembraste. Gostei, viu?

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Então, a Beatriz é uma acadêmica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – ... uma mulher que foi uma das primeiras pesquisadoras sobre a questão quilombola neste país. E a minha emoção se dá por ela ser sergipana como eu e uma mulher de luta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Então, assim, nós que somos desse campo da ancestralidade achamos que não existe coincidência, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar também o João Cândido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hã-hã.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – ... como ele muda o mapa do país, não é? Aquela ação do João Cândido mudou o mapa do país, assim, no sentido da segurança... Não dá tempo para explorar agora.

E também quero lembrar, Senador, que é importante para mim e para a nossa comunidade, o que o Martvs colocou do compromisso do Presidente Lula, a partir do próximo ano – porque nós temos fé de que isso vá acontecer, não é? –, sobre o direito à vida, à dignidade da população negra, o direito à inclusão econômica da nossa população. Então, são duas questões caras, como já foi reafirmado aqui.

E quero dialogar com a Dra. Rita que o meu mestrado foi na UnB, e o tema foi "Memória". Eu escrevi sobre a história da Sociedade de Culto Afro Brasileiro Filhos de Obá, de Sergipe, que é um legado dos povos nigerianos em Sergipe. Então a minha pesquisa foi sobre isso. E me emociona também quando se fala da importância da memória, porque o que nós estamos fazendo aqui é história, especialmente o Senador neste lugar. E, assim, me chamou atenção quando ele fala que está aqui desde a Constituinte. Então, assim, nossa ancestralidade sabe o que faz. E precisamos, para além das questões de ancestralidade, ter ações muito efetivas na política para mudar esse quadro, porque nós não queremos somente um Senador aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – ... um negro comprometido, mas nós queremos também a vinda para cá do Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos, e de tantos outros Parlamentares.

A exposição do Douglas aqui não deixa dúvidas de como, ao lado do Senador e outros homens e mulheres negros, precisamos estar neste espaço, porque o Senado é a representação efetiva do Estado brasileiro.

E, para concluir, Senador, eu quero, neste 13 de maio, também reforçar a presença de nós mulheres negras nesse processo, representada aqui por Thais, nos meios de comunicação, uma preta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está aqui a Thais.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – ... que está revolucionando a imprensa negra neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é a Thais? Levanta aí, Thais, para todo mundo ver.

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Thais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Levanta um pouquinho aí. (*Palmas.*)

Foi a primeira a chegar aqui hoje, viu?

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Eu que estou na militância negra há mais de 30 anos – iniciei em Aracaju e agora estou em Brasília – quando vejo uma jovem... Não é, Bico e Douglas? A gente encontrou uma jovem com esse tema – isso para a gente é caro –, aí a gente fica tentando, assim, de alguma forma ajudar.

E a Bel, Isabel, assessora do Paim, que é de uma competência que não dá para narrar aqui neste momento, porque a presença dela, essa interlocução, Senador, manifesta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bel, com esses elogios aí, tu não me pedes aumento depois. (*Risos.*)

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Não, a Bel é maravilhosa, todo mundo sabe.

Então, a Bel caracteriza o que é o mandato do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Para finalizar, Senador, eu gostaria de colocar a Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno – nós estamos atuando aqui em Brasília – à disposição dessa articulação no Congresso Nacional e também lembrar da candidatura da Dra. Vera Santana Araújo à titularidade do Tribunal Superior Eleitoral. A Vera também é da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, é nossa companheira, próxima da Coalizão e da Conaq.

Então é isso. Por esses dois minutos agradeço imensamente.

E quero dizer que dedico este momento, a minha presença aqui à minha mãe, recentemente falecida. Foi ela quem falou: "Joseanes, você é muito inteligente, muito competente, eu acredito em você". E, como eu já vivi muito e eu ouvi isso quando era criança, como é importante isso! A minha mãe, recentemente falecida, hoje é ancestral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é o nome da tua mãe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – É Vanda Lima dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer uma homenagem a todas mulheres.

Uma salva de palmas para ela lá no alto. Que ela receba as nossas energias! (*Palmas.*)

A SRA. JOSEANES LIMA DOS SANTOS – Hoje eu faço homenagem a ela.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Joseanes Lima dos Santos, da Frente das Mulheres Negras do DF. Muito bem, doutora! É uma alegria.

Parece-me que a Flávia surgiu na tela. A Flávia estava aqui há um minuto, viu? Então, está caindo.

Eu iria dar a palavra para Flávia, mas ela não está. Então, eu passo a palavra, para os dois minutos finais...

Vou falar para Dra. Rita Cristiano de Oliveira: ela sabe o carinho e o respeito que eu tenho pelo trabalho dela. Essas coisas que eu digo "é esse projeto?", "aquele projeto?", a senhora sabe que a senhora ajuda na formulação. E quem vai encerrar será a Ministra, o.k? Não, o Bico vai falar; quem vai encerrar vai ser a Ministra. Eu tenho aqui a Rita, depois o Bico e, por fim, a Ministra.

Por favor, Dra. Rita, é com a senhora.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Já que o senhor deu um chorinho para gente falar, eu quero aproveitar também para enaltecer aqui o trabalho da sua equipe, em especial o da Isabel, que é uma pessoa com quem eu falo... Acho que a pessoa com quem eu mais falo, depois da minha equipe institucional, porque a gente está sempre trocando ideias, informações, e ela é muito aguerrida, muito agilizada para tudo que a gente precisa. Então, queria agradecer muito a Isabel pela parceria. De fato, como a Joseanes já disse, ela incorpora o simbolismo e o significado do seu mandato no que diz respeito à abertura a essa ampla escuta pública que o senhor sempre disponibiliza. Então, muito obrigada, Isabel. Na sua pessoa, também agradeço a todos os demais integrantes da equipe do Senador.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Quero dizer aqui neste momento final que é muito importante este momento eleitoral para que a gente, de fato, pense as nossas prioridades enquanto comunidade, especialmente as prioridades de colocar pessoas realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometidas com a pauta antirracista em mandatos, em postos eletivos importantes. Isso vai ter um significado crucial para nós neste momento de reconstrução democrática.

Inclusive, quero até contar aqui uma notícia que eu tive esta semana muito satisfatória de uma atuação nossa aqui e que eu espero que tenha bons frutos – aqui, no Estado do Paraná. Não é nem aqui; estou no Rio de Janeiro agora.

Lá no Estado do Paraná, onde eu também sou Defensora Regional de Direitos Humanos, nós tivemos uma atuação junto ao TRE para atendimento especial à regularização de títulos eleitorais para comunidades tradicionais, especialmente comunidades quilombolas. E, nesse momento de mutirão de atendimento, nós regularizamos cerca de dois mil títulos eleitorais. Inclusive, em algumas comunidades, esclarecemos seus direitos políticos, a necessidade de que eles entendam a prioridade do momento eleitoral como um momento de escolha cidadã. Então, nós queremos ser parceiros dessas iniciativas também de educação do ponto de vista horizontal de direitos, para que essas comunidades exerçam sua cidadania de forma plena e segura, completamente protegidas de *fake news*, de informações falsas. Então, estamos lutando também por isso.

Quero dizer que todas essas camadas de impacto do racismo que nos atravessam precisam de políticas públicas robustas, e essas políticas só vão acontecer se a gente, de fato, tiver a possibilidade de reconstruir o nosso Estado a partir de uma agenda antirracista muito ampla.

Então, quero novamente agradecer aqui a todas as parcerias, ao Napp de Igualdade Racial, que aqui está representado pela Ministra Nilma, com quem também nós dialogamos frequentemente; à Secretaria de Combate ao Racismo, do Partido dos Trabalhadores; aos ativistas de um modo geral, com quem dialogo também com muita frequência; à Coalizão Negra por Direitos e a todos os movimentos sociais que ela engloba e que têm movimentado de uma forma bastante potente, abrindo brechas para que a gente faça atuações importantes, inclusive.

Então, quero colocar aqui a Defensoria Pública da União à disposição e dizer que estamos trabalhando junto com todos vocês, com muita força, com muita tenacidade, para a gente reconstruir essa agenda antirracista.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União. Muito, muito obrigado pela parceria.

Como eu havia anunciado, há outros, mas eles não estão mais na tela, nem na presença. Quem está aqui ainda é o Bico Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), e a nossa querida sempre Ministra Nilma Lino Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora, fala, para as considerações finais, com dois minutos para cada um, o líder Bico Rodrigues.

O SR. BICO RODRIGUES (Para expor.) – Senador, eu gostaria de agradecer pelo convite e de agradecer pela sua equipe. A Bel merece mais do que uma semana de descanso! (*Risos.*)

Ela, ontem, esteve conosco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E estava me representando lá, inclusive, não é?

O SR. BICO RODRIGUES – ... na atividade no Supremo. Esteve também no Congresso, na Câmara. Então, é uma guerreira aguerrida. É muito bom contar com esse meio-campo com mandato, não é?

Mas, Senador, é bom também a gente lembrar que o dia de hoje, apesar de ser um dia muito doído, um dia de luta, é também um dia de a gente não ficar só pensando na dor, porque é importante também a gente falar das conquistas que o nosso povo negro teve ao longo da história e que não são poucas. Foram muitas conquistas que o nosso povo teve. Nós temos muito a percorrer, muito a avançar, mas são as conquistas que nos alimentam a cada dia, para que a gente possa continuar na luta.

Nesse sentido, enquanto a gente vê outros pregando ódio, que no dia de hoje também a gente... Além de estarmos lutando, nós estamos aqui para pregar o amor, para levar a paz. E a nossa luta é a luta para levar dignidade, para levar qualidade de vida ao povo brasileiro, àqueles que mais precisam, àqueles que passam fome. Setenta por cento das pessoas que passam fome no país são negras. Repito: 70% das pessoas que passam fome no país são negras. Então, a gente precisa acordar para esse país. A gente precisa lutar para que os nossos filhos e os nossos netos possam pegar um país lá na frente melhor. E nós temos que mostrar para essa sociedade que nós somos mais. Nós somos mais.

E o fruto da nossa luta, o fruto da luta de Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, o fruto da luta de companheiros... O Senador falou: quantos sobraram da Constituinte? Dois apenas: o Senador Paim e a Benedita. Mas que a gente possa trazer novos rostos aqui para dentro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. BICO RODRIGUES – ... para dentro deste Parlamento porque é importante. É importante a gente colorir esse espaço, assim como nós fizemos, colorindo as universidades a partir das cotas, a partir do reconhecimento de que quilombola também pode ter o seu diploma de doutor, de que os indígenas podem ter o seu diploma de doutor, sem mudar a sua etnia, sem perder a sua cultura.

Isso me coloca numa condição na qual eu digo bem assim a todos e todas: não vai ser um carro, não vai ser um apartamento, não vai ser um iate que vai tirar a minha etnicidade, porque a minha etnia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está no meu sangue, ela está na minha resistência, ela está na minha história, ela está na trajetória de vida que eu represento. Mas eu também tenho direito a ter um carro do ano, não tenho? Eu também tenho direito a fazer uma viagem, não é? Então é reconhecer que cada um e cada uma, nós que somos cidadãos brasileiros, nós temos direito a usufruir também daquilo que nós ajudamos a produzir.

Então, que esse Treze de Maio sirva de inspiração para um próximo passo. O próximo passo significa a gente romper com as correntes da intolerância, a gente romper com o racismo estrutural que existe no nosso país. E que a gente possa avançar, avançar no caminho da igualdade, avançar para um país mais justo e avançar para que a gente tenha em outubro um novo Presidente para o país que seja mais sensível à causa da humanidade, que seja mais sensível a essa diversidade. E não tenha dúvida de que, no cenário em que está, a gente necessita da volta do ex-Presidente Lula ao Palácio do Planalto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Bico Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), que fez um resumo muito bem-feito aí.

Eu gostei, Bico, que você lembrou de muita coisa boa que a gente fez e que alguns tentam apagar, não é? E você agora no final... É o que a gente fala: reconstruir o país. Você apontou o caminho, lembrou a cota, poderia lembrar aí da própria política do salário mínimo. Porque eu tive que reapresentar o projeto: o projeto que eu apresentei lá em 2004 peguei e apresentei de novo agora, porque revogaram. E o salário mínimo, com aquela política da inflação mais PIB, sai... Primeiro, quando nós chegamos aqui, na Constituinte, ele estava em torno de US$80; depois, chegamos a US$100, no Governo Fernando Henrique; mas, com a política de inflação mais PIB, chegamos a US$350. Agora, voltou para US$250, não é? Mesmo que eu reapresentasse, 100 milhões de pessoas dependem do salário mínimo. Não é que todos ganhem, os 100 milhões; estou falando que uma parcela ganha, e o outro depende daquele que ganha. Por isso é muito importante a gente lembrar isso.

E eu espero... Porque, quando eu reapresentei, como o projeto original que eu tinha apresentado, eu incluí também os aposentados e pensionistas, que eu sei que estão olhando também para cá neste momento. E vamos fazer um bom debate, para ver se avançamos para a volta dessa política de inflação mais PIB, que foi uma construção coletiva, com apoio muito forte das centrais sindicais e de todos os movimentos sociais. Então, é nesse aspecto que nós avançamos.

Como nós estamos com o horário estourando, agora eu vou passar a palavra para o encerramento, e ela fará o encerramento. Eu só vou usar uma frase no final.

Passamos a palavra agora, para as considerações finais, à Ministra Nilma Lino Gomes, que foi Ministra da Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NILMA LINO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador, mais uma vez, me despedindo das pessoas aqui presentes nesta audiência pública híbrida.

Quero agradecer ao senhor, Senador, mais uma vez, e também quero fazer coro com os nossos colegas e agradecer à Isabel. Conhecer a Isabel foi uma grata surpresa e uma forma de parceria muito grande para mim no Napp de Igualdade Racial, do qual ela faz parte também, e na nossa luta, na militância. A Isabel para mim representa um pouco essa juventude negra ativa. Como o senhor falou, tem coisas boas acontecendo, e uma das coisas boas é essa formação de uma juventude negra ativa, comprometida com a democracia, comprometida com a luta contra o racismo e politicamente posicionada. Eu acho que, nesse Treze de Maio, é importante que nós lembremos isso. Nós fomos responsáveis – não é, Senador Paim? – por uma revolução na educação deste país, principalmente no ensino superior, com a política de cotas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NILMA LINO GOMES (*Por videoconferência*.) – ... com a aprovação da política de cotas, com o Estatuto da Igualdade Racial. Nós fizemos isso e rompemos, e muito, barreiras que esse racismo tenta insistentemente nos impor.

É bom o Bico lembrar as vitórias e as conquistas também, para a gente abrir o nosso caminho pela frente tentando não nos deixar prender no desamor. Eu tenho lido Bell Hooks, um livro maravilhoso dela chamado *Tudo sobre o Amor: Novas Perspectivas*, e é isto mesmo: a gente pensar que o amor pode ser uma ação política. Porque hoje, no contexto em que nós vivemos, o grupo reacionário tem feito com que o ódio seja uma ação política, então falar do amor como uma ação política não é pensar em algo menos racional, no campo que não é, digamos assim, o das ações mais incisivas; muito pelo contrário, eu acho que, quando nós conseguimos nos desenredar do desamor, nós podemos olhar para a população sofrida deste país, da qual faz parte a população negra, nos colocar no lugar dessas pessoas e sentir como essas pessoas sentem, porque, quer queiramos, quer não, nós negros e negras que estamos aqui nesta audiência pública estamos numa condição de vida e social muito diferente da grande maioria da população negra e pobre deste país. Então, é preciso que a gente também se coloque nesse lugar do outro e da outra e compreenda, inclusive, como muitas vezes as pessoas são enredadas nas ideologias, nas narrativas messiânicas, porque, quando não se tem para onde fugir, quando se tem a luta pela sobrevivência batendo à porta todo dia, quando não se tem o que comer, a questão é muito séria.

Eu quero só fechar falando sobre isso; finalizar dizendo que temos que lutar pela democracia e pela igualdade racial juntos, porque sem igualdade racial não há democracia, mas sem democracia também não há igualdade racial.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos à nossa sempre brilhante querida Ministra Nilma Lino Gomes, que fechou, digamos, com o brilho de sempre das palestras a que eu já assisti, ao longo da minha vida, produzidas por ela.

Eu queria aqui, no encerramento, pessoal, cumprimentar esta Comissão de Direitos Humanos e toda a sua equipe na figura do Christiano e de toda a equipe pelo trabalho de sustentação que dão a todos nós. Muda o Presidente, mas a equipe continua sempre a mesma, valorosa.

Queria também cumprimentar a equipe do meu gabinete. Aqui foi falado muito o nome da Bel, porque ela cuida dessa área, legitimamente, do combate ao racismo, ao preconceito, enfim, mas tenho uma equipe da mais alta qualidade. Quando o pessoal vê que nas redes eu estou bem colocado, não é só pelo meu trabalho; tem o trabalho de toda uma equipe de comunicação, não é, Eric? Está aqui, por exemplo, o Eric, a Ingrid, a Isabel e o Mateus, que está filmando todo o tempo aqui. E queria também cumprimentar a Chefe de Gabinete, que é a Ivanete, pelo esforço gigantesco que faz para coordenar uma equipe – sabemos que precisa de muito pique, e a Ivanete tem feito esse trabalho com muita competência. Então, na figura da Ivanete, por aqueles que não estão aqui, eu cumprimento todo o gabinete, que fica lá no 22° andar.

Ultimamente eles estão assim: "Senador, tu vais gravar para nós aqui para colocar nas redes". Aí, eu penso que vou para a frente de uma câmara começar a falar, e dizem: "Não, Senador, senta aí e toma teu café". Eles ligam para mim: "Vamos pegar você tomando café". "Mas por que eu tomando café?" O pessoal quer ver como é o dia a dia da pessoa na sua simplicidade, não quer só o discurso. Aí um dia, estou chegando aqui – e eu cumprimento todo mundo quando eu chego: "Então, tá. Nós vamos filmar o senhor cumprimentando a moçada aí da terceirização". E já dizem que eu estou junto com o Peixe, do sindicato deles, aqui dentro. Eu fico todo orgulhoso quando eles me falam isso – o Peixe é o cara que coordena essa parte aqui dentro.

E eu queria cumprimentar também todos os funcionários do Senado. Eles estão aqui, a TV Senado está no ar todo esse tempo... E eles são parceiros: "Não tem nada, não; não tem nada, Senador". Uma vez eu fiquei aqui para votar um projeto, e os Senadores não estavam em Brasília, iam chegar ainda, e tinha que ser naquele dia a aprovação. Eu segurei até a meia-noite. O Christiano deve lembrar o dia em que nós seguramos aqui a votação. Um tinha ido ao enterro de um grande Senador que tinha morrido. Eu fiquei aqui, e a TV Senado segurou das duas da tarde até às seis, até a meia-noite para podermos votar aquele projeto que era muito importante para todos nós.

Enfim, pessoal, agora eu vou terminar a nossa reunião de hoje, agradecendo a todos que estiveram nos acompanhando das mais variadas formas. Eu tinha aqui uma mensagem final – é tanto papel aqui, mas está aqui, apareceu. Na verdade, a mensagem foi a equipe que construiu para o momento. Eles disseram: "Senador, quem sabe o senhor fala um provérbio africano", que diz só o seguinte: "A esperança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o pilar do mundo". E aqui, se me permitem, eu quero ficar com a esperança, mas também com o verbo esperançar. Ter esperança, mas lutar para fazer acontecer. É assim que a gente vai fazer a grande transformação neste país.

Axé! Bons ventos para todos! Estamos juntos. Esta caminhada é nossa. As mudanças acontecerão se todos fizerem a sua parte. E eu acredito que vamos fazer. Vida longa ao povo brasileiro! Um abraço pessoal!

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Flávio Arns e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 19/2022 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Assédio Institucional no Setor Público: nova modalidade de violação dos direitos dos servidores e de desorganização do Estado e das políticas públicas". Participantes: Carla Costa Teixeira, Antropóloga, professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (DAN/UnB); José Celso Pereira Cardoso Junior, Economista, pesquisador do IPEA, especialista em temas do Estado, presidente da Afipea – Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea e um dos organizadores do livro "Assédio Institucional no Brasil; Roberto Muniz Barreto de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia - SindGCT; Dione Oliveira, Presidente da Associação dos Servidores do IBGE – ASSIBGE; e Fabio Monteiro Lima, Advogado da ASSINEP - Associação dos Servidores do INEP. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 19, de 2022-CDH, de autoria deste Senador, para debater sobre: "Assédio Institucional no Setor Público: nova modalidade de violação dos direitos dos servidores e de desorganização do Estado e das políticas públicas".

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Aberta a sessão.

É com muito carinho e tristeza, mas uma forma de homenagear, que eu vou aqui ler o seguinte requerimento. Vocês todos vão entender a partir do requerimento.

Senhoras e senhores, requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições desta Casa, a inserção em ata do voto de pesar que encaminhei aos familiares pelo falecimento de Judite da Rocha Dutra, bem como a apresentação de condolências ao seu marido Olívio Dutra, filhos e netos.

Justificativa.

Judite da Rocha Dutra, ex-primeira-dama do Rio Grande do Sul, faleceu na manhã do dia 20 de maio, sexta-feira, aos 78 anos, em decorrência de complicações de diabetes. Estava internada há dez dias no Instituto de Cardiologia de Porto Alegre (UTI).

A ex-primeira-dama nasceu em Rolador, na região das Missões, no noroeste do meu estado, Rio Grande do Sul, em 12 de novembro de 1943. Desde menina, Judite morou em São Luiz Gonzaga, onde se tornou professora, profissão que exerceu até a aposentadoria. D. Ju, como era chamada afetuosamente por aqueles que tiveram o privilégio de com ela conviver, estava casada com o ex-Governador do Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul e meu querido amigo – como era ela também querida amiga –, companheiro Olívio Dutra, há 54 anos. Deixa dois filhos, Espártaco e Laura, além dos dois netos, Lorenzo e Benício.

Além de professora aposentada, D. Judite era militante ativa do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação e também do Cpers Sindicato. A D. Judite, eu digo aqui com muita clareza e muita firmeza, foi uma mulher à frente do seu tempo – sim, uma mulher à frente do seu tempo. Tratava todos de forma educada e com muita generosidade. Sua ausência física deixará saudades a todos nós que convivemos com ela.

Aqui eu faço um aparte. D. Judite é aquela que estava lá. Só sua presença botava a respeito, ela não precisava nem falar. E muitas vezes em que eu chegava aos eventos – lembro-me –, ela me via, porque eu sou meio encabulado – eu precisaria estar na política há 40 anos –, e falava: "Paim, você está procurando Olívio, não é? O Olívio está ali com o Lula, com o Raul, com o Miguel". Aí ela me levava sempre lá para conversar com eles. Tinha um coração enorme. Tenho muito carinho por ela, por Olívio e pelos filhos.

Enfim, concluo dizendo que externo publicamente o meu respeito e carinho pela D. Judite. Expresso meus pêsames ao companheiro Olívio Dutra, aos filhos, Espártaco e Laura, aos netos e a toda a grande rede de amigos e admiradores.

Como eu gosto muito de poesia, até num momento como este, é bem curtinha, eu busquei essa aqui, que não é minha naturalmente. O nome da poesia é: Saudade. "Ante os mortos queridos, faze silêncio e ora. Ninguém pode apagar a chama da saudade. Entretanto se choras, chora fazendo o bem. A morte para a vida é apenas mudança, a semente no solo, mostra a ressurreição. [Por fim, diz essa bela poesia] Todos estamos vivos na presença de Deus". Sim, todos estamos vivos na presença de Deus. Emmanuel.

Esse é o voto de pesar que nós estamos encaminhando à Mesa do Senado e que vai encaminhar naturalmente ao PT do Rio Grande do Sul e naturalmente aos familiares do nosso querido Olívio Dutra, que perdeu a D. Judite.

Simbolicamente, como ela era uma pessoa que viveu muito tempo aqui – o Olívio foi Constituinte comigo, e eu morei um tempo na casa deles inclusive, aqui, em Brasília, que ela que coordenava, ela que, enfim, administrava aquela pequena república –, eu vou fazer um apelo a todos vocês para que a gente fizesse um minuto de silêncio de pé em homenagem à história dela.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesse momento da nossa audiência pública, eu queria convidar os convidados presentes para que viessem à mesa. Convido, então, Carla Costa Teixeira, Antropóloga, Professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder. Por favor, seja bem-vinda aqui à mesa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Celso Cardoso Junior, Economista, Pesquisador do Ipea, especialista em temas do Estado, Presidente da Afipea (Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea) e um dos organizadores do livro *Assédio Institucional no Brasil*. Seja bem-vindo também, José Celso Cardoso Junior. (*Palmas.*)

Convido também Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef). Está aqui presente também ou está virtual...

Roberto Muniz Barreto de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

O Sérgio Ronaldo da Silva deve entrar virtual, não é?

Muito bem, teremos também virtual ainda, só para citar, Dione Oliveira, Presidente da Associação dos Servidores do IBGE, e também Alexandre Retamal, Presidente da Associação dos Servidores do Inep. Esses também participarão.

Como é de praxe nesse momento, eu faço uma pequena fala de abertura para situar todos do tema que vamos hoje debater.

O assédio institucional no setor público é um gravíssimo problema – ameaça física e psicológica, constrangimento, desqualificação, desautorização, perseguição, geralmente entre chefes e subordinados. Isso leva a várias formas de adoecimento pessoal, perda de capacidade laboral, mau desempenho profissional, devido a essa pressão. É preciso debatê-lo e compor iniciativas que possam colaborar para ajudar a caminharmos para soluções.

No livro *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado*, tendo como um dos organizadores um dos nossos convidados, um pesquisador de Ipea, José Celso Cardoso Junior, vai aprofundar esse debate.

São destacados alguns casos marcantes do afronte à democracia brasileira. No Ibama e no ICMBio, assistimos todos com perplexidade a uma série de iniciativas que buscavam destruir suas estruturas de fiscalização e regulação, além de preencher cargos sem qualquer respeito ao perfil técnico demandado.

No Inep a situação não é melhor, já que as rotinas e os procedimentos que asseguram a credibilidade da instituição estão constantemente sob ataque. O caso do Exame Nacional do Ensino Médio, no ano passado, é emblemático.

No contexto da pandemia da covid-19, assustam os casos de assédio institucional em circunstâncias que põem em risco a saúde da população brasileira. Foi o que ocorreu quando da coação de servidores para recomendação do uso de cloroquina contra a doença, atitude amplamente divulgada e criticada pela própria imprensa. Na Anvisa, houve, no mínimo, uma forte pressão para que os agentes públicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direcionassem suas decisões aos interesses do Governo de plantão e contra aqueles do estado. O Governo disse que iria divulgar o nome dos técnicos que foram favoráveis à aprovação de vacina para crianças.

Seria bom, não é? Favoráveis, eu queria que dissessem lá que eu sou favorável à vacina para crianças.

Esses são apenas alguns exemplos de casos de assédio institucional que somam consequências funestas, não apenas para os servidores, órgãos ou entidades diretamente envolvidas, mas para todo o país. A autonomia das instituições públicas é fator absolutamente relevante para a manutenção da nossa jovem democracia tão comumente ameaçada nos últimos anos; por isso a importância do debate de hoje.

Agradeço a todos e a todas pela presença e vamos ao debate.

Eu sempre digo que com a democracia tudo; sem a democracia é a barbárie, é o nada.

Cada convidado terá o tempo de dez minutos, não importa se estiver virtual ou presente.

Vamos começar, então, pela ordem que recebi aqui – a não ser que vocês da Mesa queriam alterar –, pela Dra. Carla Costa Teixeira. Ela é antropóloga, professora da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder.

A palavra é sua por dez minutos, Doutora.

A SRA. CARLA COSTA TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – Está ligado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aperte aqui e vai acender a luzinha verde.

A SRA. CARLA COSTA TEIXEIRA – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto.

A SRA. CARLA COSTA TEIXEIRA (Para expor.) – Estão me ouvindo? Sim? (*Pausa.*)

Bom dia a todos os presentes e a todas, eu gostaria de começar agradecendo a oportunidade de estar aqui com um tema tão relevante e parabenizar o Senador Paulo Paim por essa iniciativa na Casa que nos recebe hoje, em especial por ser na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Afinal, a compreensão do assédio institucional é fundamental para reflexão do processo político que o nosso país vem atravessando nos últimos anos. É uma prática de poder insidiosa, cotidiana e autoritária que busca gerir a complexa burocracia responsável pelas funções de estado no dia a dia do cidadão. Trata-se, portanto, de uma prática que – uma tecnologia de Governo, eu acho que, como a gente conversava antes, esse foi o grande mérito da coletânea organizada pelo José Celso e outros colegas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ipea – mostra como que essa dinâmica de governo atua diretamente nos nossos direitos civis, políticos, econômicos e sociais na medida em que ela inibe o exercício da função de uma burocracia técnico-política, que é responsável por garantir os nossos direitos no dia a dia de nossa vida.

Em geral, o assédio institucional é nada espetacular.

Aconteceu alguma coisa aqui. Desculpa, gente, não está passando a página por alguma razão, mas não tem problema.

Ele é nada espetacular. Ele consiste numa prática que se torna invisível, e isso talvez seja um dos seus maiores riscos. A sociedade não vê esse exercício de poder que se dá dentro dessa máquina.

Eu escolhi hoje falar sobre um tipo de assédio específico do serviço público federal. O assédio pode tanto atacar, e ataca, as pessoas, na sua dimensão humana e moral, quanto a função pública que está em exercício, quanto o extinguir determinadas instituições.

O caso específico a que eu vou me deter, eu acho que é um interesse especial desta Comissão, por falar de legislação participativa. É um tipo de assédio que, como a ex-Vice-Procuradora Geral da República Deborah Duprat, em recente entrevista falou, é talvez um dos mais danosos à democracia: no caso, a extinção dos fóruns de participação social na estrutura do Estado e no controle das políticas de Governo. E eu digo isso porque, numa certa medida, ao fazê-lo, a gente perde a oportunidade de um diálogo que é muito importante para a democracia.

E aqui eu vou me permitir um recuo temporal e voltar ao processo da Constituinte de 87 e 88, porque é nesse momento que se institucionaliza esse tipo de participação popular na política brasileira.

No caso, relembrando umas palavras do então Deputado Lysâneas Maciel, que foi Relator da Subcomissão, na Comissão de Direitos do Homem e da Mulher, no processo constituinte, ele dizia que, naquele momento, o desafio maior seria arrombar as portas das instituições para permitir a entrada do povo, uma entrada que era seguidamente solapada por golpes e contragolpes. Pode ser lido no primeiro relatório que ele faz, então, nessa Subcomissão. E o que a gente vê é justamente, naquele momento — claro, o Deputado Lysâneas estava se referindo ao golpe militar —, cujo término essa Constituinte celebrava.

Mas, se a gente passar ao longo dos anos, a gente vai ver que essa aposta foi a aposta das duas décadas seguintes a esse processo constituinte. Nós vimos ser reproduzidos, então, dezenas, de conselhos nacionais de política pública, bem como foram realizadas quase cem conferências nacionais de política pública. Ao longo desse processo, o que a gente vê é que essas instâncias de participação popular foram de um efeito pedagógico político impressionante. Basta nós olharmos para a participação dos povos indígenas nessas instâncias, tanto nos conselhos, quanto nas conferências. No caso, mais especialmente, na educação e na saúde, mas também nos processos eleitorais municipais, estaduais e federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a força pedagógica desse processo, seu enraizamento em diferentes políticas de governo, parece ter transformado esse arrombar portas de uma ideia em uma utopia em construção.

No caso específico, nós vimos que, quando essa discussão foi posta no processo constituinte, se olharmos retrospectivamente, vamos até nos surpreender – eu fui consultar esses documentos todos – com o quanto não foi polêmica naquele momento. Eu acho que houve duas emendas só relativas a essa parte e foram derrotadas sem grandes discussões. O debate se dava em outras searas.

Contudo, em 2014, a Presidente Dilma, por decreto presidencial, decreto-lei, cria a Política Nacional de Participação Social. O que é que acontece? Um burburinho, um impacto enorme, no Congresso, mas também na grande imprensa, que se posicionou com acusações fortes contra essa iniciativa. Bom, esse decreto, então, caiu na Câmara, veio para o Senado e ficou sem efeito durante muitos anos.

Em 2018, com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, ao comemorar cem dias de seu Governo, ele enterrou, de vez, a participação social. De forma espetacular, parecia que não bastava, por decreto, extinguir essa política, ele comemora cem dias extinguindo dezenas de conselhos e comissões, inclusive dentro do Ibama, esse instituto a que o Senador Paulo Paim se referiu aqui.

Agora, qual o risco disso, então? Ao tirar essa dimensão da sociedade organizada de dentro da estrutura do Estado no controle das políticas de Governo, ele não só deu mais liberdade a que os setores, os atores políticos e econômicos que apoiaram a sua ascensão pudessem se mover dentro da máquina, da estrutura federal do Governo, como também, por esse efeito, algo que é cotidiano, que é o assédio institucional nas instâncias federais, mas, por essa celebração pública dos cem dias de seu Governo, ele começa a construir uma nova fronteira do Estado.

Ele retira essa parte da sociedade e traz, de maneira silenciosa, os outros atores que o apoiaram, mas não o faz a partir de debates públicos, ele o faz de maneira sub-reptícia, com ocupações de espaço, sem que o debate público fosse acionado para sancioná-lo ou não. Esta é a característica do assédio institucional agora vivido pela máquina pública federal: ele é silencioso, ele é violento, ele é brutal mesmo. Ele destrói pessoas e instituições, e a sociedade, em geral, não consegue ver o que está acontecendo, a não ser em momentos muito pontuais.

Então, a gente vê isso, como o livro mostra: na Funai, no Ibama, no ICMBio, no CNPq, na Capes, em muitas instituições. Naquelas onde as comissões não foram extintas porque não podia – ou eram constitucionais, ou tinham sido criadas por projeto de lei – elas foram esvaziadas. Elas foram substituídas – é o que o capítulo sobre o Ibama demonstra – por outros atores políticos que não mais os representantes da sociedade civil organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, então, eu queria chamar atenção que, a meu ver, essa configuração de poder em que se insere o assédio institucional da máquina pública federal, ela traz e repercute, legitima muitas outras formas de brutalidade que a gente tem vivido na nossa sociedade.

Eu sou, atualmente, Secretária Geral da Associação Brasileira de Antropologia e posso afirmar que nós, na associação, temos visto e vivido assédio a colegas em diferentes institutos de pesquisa e universidades federais e estaduais. Mas não somente as redes sociais, como todos nós sabemos, têm sido palco de uma brutalidade de difícil combate, porque ela não se dá face a face; ela usa mecanismos invisíveis de outra natureza. Então, promover um evento como este e ser invadido...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA COSTA TEIXEIRA – ... com uma série de recursos grotescos que impedem o debate de maneira qualificada ou ainda invasão da página da associação e a queda... Nós perdemos nossa conta no Twitter. Por uma invasão dessa, a gente teve que abrir outra.

Ou seja, a gente está falando de assédio institucional, mas a gente está falando também de como essa nova fronteira que eu citei aqui autoriza, legitima brutalidades políticas de diferentes ordens e que todos nós temos enfrentado, seja como profissionais, professores, pesquisadores ou como representantes de associações científicas e profissionais.

Dito isto, eu, mais uma vez, parabenizo por esta iniciativa e agradeço a oportunidade.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Bela abertura, Dra. Carla Costa Teixeira, porque, quando a gente olha o título "assédio institucional no setor público", para muitos, pode dar a impressão de que o debate vai ser sobre o servidor público, mas vai muito além do servidor público, como a senhora explicou aí e ficou claro para todo mundo, porque algumas perguntas vêm nessa linha.

Enfim, quando a senhora lembra – permita-me, e pode me corrigir se for o caso... Primeiro, lembro do Lysâneas Maciel, que foi meu colega de Constituinte, um grande Parlamentar, sem sombra de dúvida, e não me surpreende que aquela frase histórica aqui colocada, que a senhora cita neste momento, seja dele. Mas a senhora deixa muito claro que estamos falando de quilombola, estamos falando de indígena, estamos falando de trabalhadores rurais, estamos falando de meio ambiente, estamos falando da luta das mulheres, estamos falando dos conselhos, estamos falando de negros, de negras, enfim, dos setores mais vulneráveis que eram abraçados pelos conselhos e, com a sua participação social, e, como lembra, por um decreto da Dilma, que, infelizmente, foi revogado com festa nos cem dias de governo.

Mas parabéns pela fala, que deixa claro para todos a importância deste debate, e claro que o autor do livro também vai se posicionar em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Sr. José Celso Cardoso Junior, economista, pesquisador do Ipea, especialista em tema de estado, Presidente do Afipea, Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea e um dos organizadores do livro *Assédio Institucional no Brasil*.

Já esteve aqui outras vezes, não é?

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR – Já, já. Já estive algumas vezes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E foi muito, muito, muito bem, viu? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR (Para expor.) – Muito bom.

Bom dia a todos e todas!

Eu queria também agradecer ao Senador Paim e cumprimentá-lo mais uma vez pela acolhida a esse tema, a este evento.

Como, em outras ocasiões, já tratamos desse assunto, eu lembro que, em uma dessas ocasiões, justamente, nós fizemos o lançamento de um livro que foi anterior a esse e que já abordava o problema do assédio institucional, ainda que não usasse essa expressão naquela época. É que, no começo do Governo Bolsonaro, a impressão que havia era que os casos de assédio moral tradicional contra servidores públicos estavam aumentando, mas eram casos que podiam ser classificados apenas como assédio moral no sentido tradicional do termo. Com o passar do tempo, nós passamos a perceber que esse era um problema muito mais amplo, muito mais abrangente.

Como nós dizemos no livro, é um fenômeno abrangente, profundo e veloz. Ele é abrangente porque perpassa várias áreas de atuação governamental, praticamente toda a política social, toda a área de ciência e tecnologia, toda a área de educação, de meio ambiente, de cultura, ou seja, setores imensos da atuação governamental passaram a ser assediados neste sentido: perseguidos, ameaçados, constrangidos nas suas funções e ações precípuas.

Mas, além de ser abrangente, nós identificávamos esse fenômeno, já em 2019, como sendo também profundo, no sentido de que não se tratava apenas de ameaças inconsequentes. Havia, por trás do assédio, um método de governo, um método que foi se alastrando pelo Governo Bolsonaro no âmbito das organizações federais e que veio a se constituir numa ameaça profunda, como a gente diz no livro, ao próprio desempenho das organizações públicas, uma ameaça à própria existência das políticas públicas, e passamos, então, a identificar nesse fenômeno o problema do desmonte das políticas, das organizações públicas etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ainda que o problema do assédio atingisse os servidores, ao fim e ao cabo, como é por meio dos servidores que as políticas efetivamente se realizam, ele não era um problema restrito à dimensão moral do assédio, era um problema que também ganhava materialidade no sentido de constranger, ameaçar e colocar em risco a própria existência das organizações e das políticas públicas.

A Profa. Carla mencionou a questão da participação social e a forma quase que delinquente por meio da qual ela foi extirpada do atual Governo, mas isso vale para a política ambiental, para a política educacional, para a política cultural etc.

E a terceira característica importante desse fenômeno, além de ser abrangente e profundo, era a velocidade com que isso estava acontecendo, quer dizer, mais precisamente desde o golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma, nós já começamos a identificar esse fenômeno, mas certamente é o Governo Bolsonaro que "formaliza", entre aspas, ou "institucionaliza", entre aspas, o assédio como um método de governar, como uma forma, uma tecnologia de governar.

Então esse é o primeiro grande achado, talvez, do livro, que é, em vez de localizar casos específicos e abordá-los como fatos isolados dentro de um governo qualquer, porque é evidente que o assédio não é uma exclusividade do atual Governo, ainda que neste Governo ganhe escala, ganhe amplitude e método...

Então esse passou a ser o principal objetivo desse trabalho que veio a público recentemente, que reúne mais de 50 pesquisadores entre servidores públicos e especialistas no assunto que, em torno de 20 capítulos, puderam demonstrar empiricamente, inclusive, não apenas teoricamente, mas empiricamente, demonstrar que o assédio era e é um método do atual Governo para levar a cabo seus objetivos político-ideológicos, que basicamente são três.

A instituição de um modelo econômico que hoje na literatura já se chama de modelo liberal autoritário, ou seja, liberal do ponto de vista econômico, alguns chamam inclusive de liberal fundamentalista de mercado, na medida em que pretende deslocar completamente o peso e a participação do Estado na regulação da dimensão econômica, e isso só é possível de ser feito por meio de métodos autoritários, ou seja, segundo critérios e procedimentos propriamente democráticos, torna-se muito difícil implementar, essa que é a verdade, esse tipo de modelo num país heterogêneo, desigual, complexo como é o brasileiro. Então, o modelo liberal autoritário depende do assédio como método para ser implementado, esse que é o ponto.

Em segundo lugar, o objetivo é, por meio ou para se implementar o liberalismo autoritário, destruir a Constituição de 1988. A Constituição é o principal anteparo a esse modelo, então, não é à toa que as reformas todas que temos enfrentado desde 2016 para cá são reformas no sentido de desconstitucionalizar direitos, de reverter conquistas como a da participação mencionada aqui, mas outras tantas, como a da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria seguridade social e tantas outras. Então, destruir a Constituição é parte, condição necessária para implementar o modelo liberal autoritário.

Por fim, o terceiro objetivo ou talvez condição para isso é atacar os próprios servidores. A PEC 32 da reforma administrativa tinha este objetivo: destruir a capacidade organizativa dos servidores públicos e destruir com isso a própria capacidade do Estado de oferecer políticas públicas para o conjunto da população.

Além de o livro demonstrar empiricamente, por meio de entrevistas, por meio de instrumentos que conseguiram inclusive dimensionar quantitativamente esse problema, denunciar o fenômeno do assédio como método de governo e, em terceiro e último lugar, sugerir a ideia de que esse não é um fenômeno restrito à ordem psicossocial, como em geral é tratado o fenômeno do assédio na literatura e em outros fóruns; ele é um caso, um problema de natureza e de implicações políticas. O próprio subtítulo do livro dá esta conotação ao fenômeno: trata-se de um fenômeno cujas implicações são o avanço do autoritarismo no Brasil, algo que está evidente por meio de uma série de ataques diuturnos à Constituição de 1988 e também contra a própria ordem democrática e republicana que emanou da Constituição de 1988, o próprio Presidente da República colocando em questão as urnas, mas, na verdade, o que ele quer é colocar em questão a própria eleição como um modo de a sociedade fazer valer as suas vontades gerais, mostra cabal desse fenômeno de que o assédio vai muito além de ser um problema de natureza psicossocial, é um problema de natureza e de implicações políticas gravíssimas para o Brasil.

E, em segundo lugar, como também consta do subtítulo do livro, por meio disso se visa a – e se obtém até o momento – um processo bastante largo de desconstrução do estado, das institucionalidades e das políticas públicas.

Pois bem, há um e mais, provavelmente, contrapontos a isso. Nesse momento, inclusive, tramita pelo Senado a PEC 27. A PEC 27 nasceu como uma reação a esse fenômeno do assédio institucional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR – ... ela visa, a PEC 27, e aqui eu encerro, a fornecer uma espécie de blindagem ou de proteção constitucional a organizações que são produtoras de informação e de análise e de avaliação de políticas públicas, como são o Inep, como são o IBGE, o Ipea e também CNPq e Capes, contra esse tipo de fenômeno.

Afinal de contas, para o ditador ou para o dirigente político de índole autoritária, destruir as organizações públicas que produzem informação e, por meio delas, se construir uma narrativa e uma interpretação sobre a sociedade é quase que condição necessária para fazer implementar o seu próprio projeto autoritário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa PEC 27 pode servir como um anteparo, uma proteção a esse fenômeno, se ele avançar daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senhor José Celso Cardoso Junior. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos também pela explicação. Fica muito claro para todos que é um método de governo. Na verdade, um método ideológico de desconstituir tudo aquilo que foi feito.

E eu, quando falo da Constituição, é claro que eu viajo no tempo e eu me vejo lá naqueles debates, naquele tempo, porque foi uma Constituição avançada para a época. E, por isso, a tentativa da desconstrução. E nós vemos os ataques aí à cultura, à educação. É lamentável. Por isso, eu fiquei feliz em saber que 50 pesquisadores trabalharam com afinco para buscar caminhos de não permitir que isso aconteça.

E você lembra aí da PEC 27. Acho que a PEC 27, da forma que você colocou, é tão importante que merece uma audiência pública. Por que da PEC 27? Quem é a autora mesmo?

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Senadora Leila Barros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leila, né? Grande Senadora, viu?

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – E o Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso. Vamos combinar com eles para nós fazermos aqui... Eu estou recebendo em mãos. Acho importante, muito importante essa proposta.

Grande Senadora Leila, faz parte desta Comissão, e também o Senador Kajuru, grande Senador, que também faz parte, para a gente fazer um debate sobre a PEC 27, que seria o contraveneno, não é?

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – O antídoto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, o antídoto. Vocês dizem o antídoto, eu já digo o contraveneno. Mas fica já combinado. Parabéns, viu, Celso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao Senhor Roberto Muniz Barreto de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. Está presente aqui. Doutor Roberto Muniz, a palavra é sua.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Bom dia a todos e todas. Eu saúdo aqui os presentes na figura do Presidente desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Humberto Costa.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Ah, o Presidente é o Humberto? O senhor está presidindo a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, mas é que eu fui... Nós estávamos até olhando ali, o pessoal estava tirando foto, eu fui o que mais presidiu esta Comissão.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deve ter três ou quadro. São dois anos de cada vez. Eu fui de três a quatro vezes Presidente.

Mas o Humberto Costa está viajando, por motivo de força maior. Ele foi, inclusive, ver a terra dos ianomâmis, aquela situação toda. O Contarato é o Vice. Mas, de pronto, quando eu apresentei o requerimento, eles apoiaram. "Não, nós vamos estar viajando, mas você preside."

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seu tempo começa agora.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (Para expor.) – Retificando, eu saúdo o Presidente desta Mesa, o autor do requerimento, o Senador Paulo Paim, pela importância do assunto, pela importância do tema.

Eu vou procurar, nesses quase 5 minutos que a gente tem, 10 minutos, para falar, trazer um pouco da materialidade do caso do assédio institucional.

O José Celso e a Professora Carla já explicaram de uma maneira muito didática e bastante clara do que se trata o assédio institucional. Então, eu gostaria não mais de tentar caracterizá-lo mas de, talvez, trazer para quem está nos acompanhando, para os nobres Senadores desta Casa, para esta Comissão, alguma coisa mais próxima do que acontece, por exemplo, na minha área, que é a área da ciência e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, no CNPq, na Capes, no Ministério da Ciência e Tecnologia, nas organizações e institutos que produzem ciência neste país, assim como nas universidades.

Mas eu gostaria de reforçar alguns pontos que já foram ditos. Primeiro, o assédio institucional não é uma prática isolada, não se trata de uma prática isolada. Como o José Celso colocou, é uma política de governo. Não se trata de um assédio como o que a gente já tem visto em filmes, na televisão, diariamente nos jornais, como já é da nossa legislação, o assédio sexual e o assédio moral, que é de um indivíduo para um indivíduo. Nós estamos falando aqui de uma coisa que é de uma instituição, que parte de dentro da instituição contra a própria instituição.

O assédio institucional tem um agravante: ele ataca as funções típicas do Estado. Assim, se a gente entende o Estado olhando a Constituição de 88, um Estado promotor do bem-estar social, não um Estado que vai apenas favorecer um grupo ou alguns grupos com grande poder econômico, se é um Estado que trabalha para o conjunto da sociedade, esse Estado está sendo cotidianamente atacado através do assédio institucional. Por isso, ele está muito relacionado, está profundamente relacionado a práticas autoritárias, como as deste Governo a que nós temos assistido. Ele ataca as instituições, não procura especificamente atacar o fulano "a", "b" ou "c", o Pedro, o José e a Maria, ele ataca o conjunto daqueles que fazem com que essas instituições funcionem, com o fim primeiro de deslegitimar essas instituições.

Nós passamos anos vendo a defesa das instituições neste País, se dizia que as instituições eram o que a gente tinha de mais caro e importante num país. Agora a gente está vendo o contrário. Embora não se diga, o que está em ataque é a desconstrução de certas instituições, principalmente daquelas que trabalham para um desenvolvimento sustentável, para a soberania do país, para o benefício da população.

Nessa parte mais geral, eu diria que o assédio institucional tem um objetivo: ele ofende diretamente os direitos de liberdade e de igualdade. Ele vai no cerne disso. Por quê? Porque o principal instrumento do assédio institucional é o medo. Ele impõe um regime de terror nessas instituições. O medo paralisa. O medo faz com que as pessoas deixem de atuar. O medo impede a atuação daquilo que é o trabalho do servidor, que é servir à população. Ele perde a liberdade de cumprir as suas funções. Vejam os casos dos servidores, por exemplo, do meio ambiente e da saúde. E ele também ataca o direito à igualdade, impede que a gente se manifeste em pé de igualdade, porque o assédio diz que nós somos inferiores, que nós não temos as funções que o Estado designou para nós. Ele tira o nosso direito à cidadania, está certo?

E esse é um método que, relativamente, não é tão novo. Eu consegui localizar uma tese de mestrado, Senador, na PUC São Paulo, na área de Direito, que tratava de assédio moral institucional no setor público. O regime de medo exposto por certas empresas, como, por exemplo, as empresas de telemarketing, para alcançar alta produtividade é um assédio moral, mas não de um indivíduo, de um chefe sobre uma subordinada. Era da instituição, para fazer com que o conjunto dos trabalhadores esquecessem seus direitos, direitos de reunião, direito sindical, direito a descanso. O que há de novo no assédio institucional é que esta prática execrável, reprovável, já tipificada em lei como contravenção, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazida para o âmbito do Estado. Você traz isso para o Estado. Essa é a grande novidade dessa figura assédio institucional, porque o Estado começa a fazer esse tipo de coisa. Você pode até entender que um ente privado, na sua gana de lucro, na sua vontade de lucro, atropele tudo. Agora, o Estado? O Estado fazer isso, atuar contra a cidadania, quando ele é o responsável pela cidadania? Isso não se deve fazer.

E nós servidores da área de C&T estamos vendo isso. Como é que nós somos assediados? Nós somos assediados porque a gente trabalha em prol do desenvolvimento científico e tecnológico, na Capes, no CNPq, com bolsas, com financiamento a pesquisa, sem discriminar áreas, sem discriminar pesquisadores, tentando compensar as desigualdades regionais. E o que vem e faz o Governo? Ele ataca a ciência. Ele diz que a ciência não dá resposta para a sociedade. É um governo que nega a ciência, defende o terraplanismo, diz que a Terra é plana, enquanto, lá na idade média, a gente já tinha essa luta e já está mais do que comprovado que a Terra não é plana, não é? E esse é só um exemplo. Ao fazer isso, ele deslegitima não só o pesquisador, mas todo o sistema de ciência e tecnologia.

O que nós vimos na pandemia? Não era só a questão da vacina, era a questão da ciência. A ciência estava produzindo vacinas que poderiam ter evitado os milhares de mortes que tivemos no Brasil. A ciência estava recomendando a não aglomeração, o uso de máscara. E o que o Governo fez? Atacou a ciência. Negou a ciência, promovendo a morte. E, ao fazer isso, cortou o orçamento na área de ciência e tecnologia. Nós nunca tivemos, neste país, um orçamento tão reduzido para a área de ciência e tecnologia. O orçamento do CNPq é o menor nos últimos dez anos.

O país cresceu, as necessidades por ciência e tecnologia aumentaram exponencialmente, e o nosso orçamento é o menor dos últimos dez anos.

Mas não só o orçamento, Senador. Nós temos o menor número de servidores no órgão, da sua história. Nós éramos em torno de 800 servidores altamente qualificados, com mestrado e doutorado, para fazer com que o sistema de ciência e tecnologia funcionasse, para produzir vacinas, para produzir soluções para os problemas brasileiros, e, hoje, a gente não passa de 300. São menos de 300 servidores na ativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Menos de 300?

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – E em menos de dez anos, Senador!

Não há perspectiva de concurso. Isto é resultado de uma política sistemática. Por que eu digo sistemática? Porque não é um caso só do CNPq. Nós vamos ver isso na Capes; nós vamos ver isso no Inep; nós vamos ver isso no Ipea. É o mesmo quadro! Se a gente pegar todas essas instituições e construir um gráfico, vocês vão ver o mesmo gráfico para o Ipea, o mesmo gráfico para o CNPq, o mesmo gráfico para a Capes. Cai pessoal, cai orçamento e, internamente, o medo; internamente, a coação; internamente, a desvalorização do que o servidor faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As nossas funções no CNPq, na Capes, no ministério, como gestores, é de fazer gestão, planejamento e gerir a infraestrutura. É isso que nós fazemos. Nós estamos perdendo essas atribuições. Não nos está sendo permitido fazer, de fato, gestão, fazer o planejamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Vou dar um exemplo aqui para concluir.

A área de planejamento do CNPq foi sucateada; ela quase desapareceu. Não é possível fazer ciência sem planejamento, Senador, reconhecer as necessidades da população. Ela praticamente deixou de existir.

Recebemos um novo presidente, que resolveu pôr de volta a área de planejamento. Quem estava lá dentro do CNPq, gente com mestrado e doutorado, construiu a proposta da área de planejamento e se candidatou a chefiar essa área. Nós temos um processo de seleção interna para escolher os gestores de certas áreas. As pessoas que bolaram, pensaram e tinham conhecimento, qualificação para isso concorreram. Ora, o presidente da época disse: "Não, não quero nenhum desses, porque vocês podem ser qualificados, mas não são capacitados". Assédio institucional! Como é que a pessoa que faz a proposta é qualificada, tem mestrado e doutorado e não lhe é permitido desenvolver aquilo? É puro assédio institucional.

E, de fato concluindo, eu queria só chamar a atenção para a questão da PEC nº 27, Senador, que é fundamental. Houve uma emenda do Senador Humberto Costa no sentido de que se incluísse a Capes e o CNPq, porque a gente, às vezes, pensa a Capes e o CNPq só com a atribuição de bolsas, de entregar e dar bolsas, mas eles fazem muito mais do que isso – está certo?

Eu lembro aí o caso da Plataforma Lattes, a plataforma de currículos do CNPq, que não é só currículo. Se o CNPq deixar que essa plataforma pare de funcionar ou se ela for passada à iniciativa privada, o Brasil vai perder informações fundamentais para poder gerenciar o Sistema Nacional de C&T. E isso tem implicações socioeconômicas, não é só para os indivíduos. Perde o Brasil na perspectiva de desenvolvimento social. Sem ciência, a gente não tem desenvolvimento. Perde o país, porque, sem ciência, nós não temos saúde; perde o país, porque sem ciência, a gente não tem segurança: nós vamos ser um país sem autonomia e sem soberania.

É isso, Senador.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem, Dr. José Celso Cardoso Júnior, que mostra infelizmente o caminho que eles estão percorrendo, praticamente, eu diria, ao destruir a ciência, a tecnologia e ter política, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado: é contra a democracia, contra o Estado de bem-estar social, contra o desenvolvimento sustentável e a própria soberania. Essa palavra para mim é chave nesse tipo de política, e o senhor colocou com muita força: medo, medo. A política do medo é uma forma de desconstruir. E só esse dado de 800 para 300 é porque realmente temos problema muito, muito sério, muito sério.

Um Senador muito atuante nesta Comissão, sempre presente aqui como em outras, aqui de Brasília, é o Senador Izalci Lucas, que pediu a palavra para dar a sua contribuição.

De pronto, é claro, esta Presidência atende o pedido do nosso querido amigo e Senador Izalci Lucas.

Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Paim, primeiro, quero parabenizar a iniciativa desta audiência; a gente que acompanha essa área de ciência e tecnologia há muitos anos, como Presidente da Frente Parlamentar.

Eu estou em São Paulo, mas estou aqui acompanhando a PEC 27. Acho que ela é fundamental. Nós temos que transformar essas instituições numa política de Estado e também com autonomia. Não dá para toda vez ter interferência política nessas entidades, nessas instituições, que são responsáveis realmente para fazer toda a diferença nessa área de ciência e tecnologia. Então, eu parabenizo aí a iniciativa.

Eu não vou estar aí presente agora, mas contem comigo, viu Paim! Acho que é uma matéria que merece inclusive ir direto ao Plenário para nós resolvermos essa questão antes do mês de julho; nós que temos que apresentar alguns projetos agora prioritários para votar ainda este semestre, antes da eleição, acho que esse é um dos que merece realmente entrar na pauta.

E parabenizo aí os servidores do CNPq, da Capes, a gente que recorre. Essa aí é a dificuldade da área por que eles passam: toda vez que se discute orçamento, há um bom corte; só pensam em cortar. E eu espero que agora, inclusive com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a gente possa valorizar um pouco mais essas instituições.

Obrigado, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Izalci.

Quero dizer que o Izalci não é só aqui, viu? No Plenário é o cara que mais fala em ciência e tecnologia. Não tem uns que falam mais em educação? É no que ele também fala. Eu gosto muito de falar em previdência – e vocês sabem disso – e em direito dos trabalhadores. Mas quando o debate é ciência e tecnologia, o Senador está sempre presente, tanto que ele fez questão de entrar aqui.

Vamos agora aos convidados que estão *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora à Presidente da Associação dos Servidores do IBGE, Sra. Dione Oliveira.

Por favor, Dra. Dione Oliveira, a palavra é sua.

O SR. DIONE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas!

Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

O SR. DIONE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Beleza.

Em primeiro lugar, eu gostaria, em nome do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE, de agradecer o convite para participar desta audiência.

Agradeço a iniciativa ao Senador Paulo Paim, pela sensibilidade ao tratar este tema e por reunir tanta gente importante para debatê-lo, neste momento.

Aos demais companheiros que estão aqui presentes, um agradecimento especial à Afipea, representada pelo José Celso, que tem feito um esforço grande em sistematizar todos os casos de assédio institucional, documentar e, enfim, publicar este livro, que serve, imediatamente, como referência para todos nós, em nossa contranarrativa a todo este ataque que temos sofrido, porque não se restringe aos trabalhadores unicamente, mas ao serviço público como um todo.

Isso, a gente tem que falar a todo momento, impacta toda a sociedade. O que a gente verifica é que impacta toda a sociedade, não estritamente os servidores e os órgãos públicos.

Como o assédio institucional já foi definido aqui por várias pessoas, de forma bastante densa, a ideia aqui é a gente focar no caso do IBGE e entender esta política de Estado, que é o assédio institucional, que tem como características, como pano de fundo uma política econômica ultraliberal ou liberal fundamentalista, como a gente quiser chamar, e que tem, na outra face, um sistema absolutamente autoritário, antidemocrático, e como isso influencia a nossa instituição.

Bem, a gente pode relacionar três aspectos: a questão orçamentária, o ataque à credibilidade da instituição e o ataque sistemático ao quadro de pessoal, que é o que quebra as nossas pernas. A gente diz assim, dessa forma resumida.

Como já disse o Roberto, no caso do CNPq, o José Celso, no caso do Ipea, o caso do IBGE não é diferente. A gente vive, sistematicamente, um projeto de redução do quadro de pessoal efetivo, que é algo que se consolidaria numa reforma administrativa, na medida em que não se vetariam completamente concursos públicos. Mas, para a gente, é uma realidade, não é novidade e se agrava cada vez mais, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo do tempo, e a gente vive hoje o menor quadro de pessoal efetivo que o IBGE teve em toda a sua história.

As direções, especialmente esta, não fala, não reconhece que tenha ocorrido substituição de pessoal efetivo por permanente. Quando a gente vê o gráfico, a gente observa que, ao longo do tempo, o número de pessoas, o quadro total de pessoas, a força de trabalho do IBGE se mantém relativamente estável. O que se altera é a estrutura de pessoal. O que ocorre é que a gente tem cada vez menos pessoal disponível.

Se, em 2008, a gente tinha mais de 7 mil, hoje a gente tem cerca de 4 mil servidores. Ao mesmo tempo em que se reduz o quadro de pessoal efetivo, aumenta-se o quadro de pessoal temporário.

São trabalhadores que ficam na instituição no máximo três anos; há uma proposta agora da Direção para aumentar esse tempo, de três para cinco. Em nossa interpretação, significa, da mesma forma, um aprofundamento da precarização, porque se a gente sofre quando perde uma pessoa que foi qualificada durante três anos, a gente vai seguir perdendo uma pessoa mais qualificada, que não vai ser mais por três anos, mas vai ser por cinco anos, uma pessoa mais qualificada ainda.

Então, a gente vive essa realidade da precarização. Todos os nossos trabalhos permanentes envolvem o uso do trabalho temporário, são pessoas que... O agente de pesquisa e mapeamento ganha, por exemplo, R$1.387. É um salário aviltante para o nível de responsabilidade que esse trabalhador tem no IBGE, porque todas as pesquisas permanentes, desde a pinagem contínua até passando pela pesquisa de preços, tudo isso que vai compor, as pesquisas conjunturais, as pesquisas anuais, o sistema síntese, por exemplo, que é o sistema de contas nacionais, dependem dessa força de trabalho.

Então, esse é um ataque permanente à nossa instituição que é não permitir que a gente renove o quadro de pessoal com pessoas que efetivamente levem a memória institucional e nos vemos diante de um problema crônico, que é a ingestão do conhecimento dentro da instituição. Então, esse é o primeiro ponto que a gente tem que denunciar.

A instituição se negou a solicitar concursos. A gente está vendo um contexto em que estão vigentes mudanças de regras. Houve uma mudança do aparato legal muito sério nos últimos tempos, tendo, para citar, por exemplo, a emenda do teto, que limitou também concursos, orçamentos e tal, mas, ainda assim, a direção do IBGE não solicita concursos. Recentemente solicitou, mas para chegar gente só em 2023, e a gente tem 20% da força de trabalho aposentada. Então, esse quadro é um quadro muito grave para a instituição e que coloca em risco a continuidade dos nossos trabalhos.

O segundo ponto, que é importante a gente argumentar, é a questão orçamentária. A gente tem um quadro, um exemplo paradigmático de assédio institucional e de estrangulamento orçamentário, que é o censo demográfico. Em 2019, implementou-se uma luta fortíssima em defesa do censo, a gente segue defendendo o censo. Esta Comissão foi muito importante, na figura do Senador Paulo Paim, ao chamar debates sobre o censo. Nós fizemos campanhas, audiências públicas e foi muito importante essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa, pois garantiu que a gente tivesse o censo. A pressão da sociedade garantiu que a gente tivesse censo, apesar de ele estar indo a campo de forma retalhada, porque, com a justificativa de redução do orçamento, também foi feita a redução do questionário, a redução de temas e chegamos a uma configuração do censo que não é a configuração planejada inicialmente pela instituição. Contou com o debate de diferentes setores da sociedade pois, como a Profa. Carla disse na sua primeira fase, uma instituição pública se faz com a discussão da sociedade. O IBGE frequentemente tem um histórico de fazer isso; então, para a construção do censo, começou a ser feito, lá em 2015, um projeto de longa maturação, que é a característica dos projetos dos institutos de estatística, então, começou a ser feito lá em 2015, contou com vários fóruns, com a participação da sociedade e de organismos internacionais para a sua construção.

Em 2019, quando toma posse o Governo Bolsonaro e Suzana Cordeiro Guerra como indicada para a sua direção, foi feito um processo de reformatação completa do Censo, que desconsiderou estudos técnicos e toda autonomia técnica para a realização dessa discussão e também a participação construída com a sociedade. Então, essa nova formatação ignorou todo o debate que já tinha sido feito antes. Há coisas normais, que são feitas no processo de construção que significam aprimoramentos de perguntas, cortes de perguntas, mas, da forma como o Censo foi feito, é um exemplo muito claro de assédio, porque o quadro técnico não foi respeitado, e tudo que tinha sido construído com testes e com avaliações científicas sobre o assunto foi relegado a segundo plano.

Então, o terceiro ponto – só para a gente concluir – tem a ver com uma desqualificação recorrente, que está presente nos discursos do Presidente e do Ministro da Economia, que falam que a gente está na Idade da Pedra – só para reproduzir algumas falas. Mas a fala que é mais paradigmática vem no momento do anúncio dos cortes no orçamento: saiu de 3,1 bilhões para 2,3 bilhões, lembrando que foi quase completamente suspenso na Loas de 2021. Mas aquela frase do Ministro Paulo Guedes, na posse da Presidente do IBGE, reflete uma época, abro aspas: "Quem pergunta demais acaba descobrindo coisas que nem queria saber". Então, é contra esse tipo de postura, que diz que a gente não precisa saber – porque também não quer fazer política pública, enfim, não quer gerar bem-estar social –, é que a gente tem que se contrapor.

Então, a iniciativa da PEC 27 é uma iniciativa superimportante no sentido de blindar os nossos órgãos; não vai resolver tudo, mas é um ponto de partida para a gente redesenhar as nossas instituições que estão absolutamente sendo destruídas por este Governo. Então, a gente não pode ficar à mercê de governos autoritários. A gente precisa ter proteção. A gente precisa de proteção para continuar seguindo em nossas missões, e a do IBGE é retratar o Brasil com informações necessárias para o conhecimento da sua realidade e para o exercício da cidadania.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Dra. Dione Oliveira, Presidente da Associação dos Servidores do IBGE!

Faço questão de repetir a importância do IBGE. É uma desconstrução do país, e o IBGE é fundamental pela sua fonte como pesquisa, como informação que subsidia os outros agentes públicos a apontarem caminhos nas políticas sociais. O ataque aos profissionais...

A PEC 32, felizmente – felizmente... Eu faço parte, eu sou um dos – queriam que eu ficasse de coordenador na frente. Não, sozinho não tem como, não é? Eu sou um dos... Então, são dez coordenadores – eu estou lá entre os dez –, e todos fizeram um belíssimo trabalho. Parabéns a todos os coordenadores!

Enfim, ela fala corretamente, porque, desde os concursos públicos, é só serviço temporário cada vez mais precarizado e pagando um salário mínimo praticamente – é o valor de um salário mínimo –, enquanto esses profissionais concursados iam cada vez pegando mais experiência e estariam à disposição de políticas de Estado.

Infelizmente, é uma desqualificação do serviço público proposital, porque não querem ter o compromisso que todos vocês colocaram com o nosso país, com a soberania e com a democracia.

Mas vamos em frente.

Eu faço um pequeno comentário, mas longe daquilo que vocês já falaram, viu?

Fabio, por favor. O Fabio Monteiro Lima é advogado da Assinep (Associação dos Servidores do Inep) e vai substituir o Dr. Alexandre, que não pôde estar presente.

O SR. FABIO MONTEIRO LIMA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Novamente quero pedir desculpas pelo nosso Presidente da Assinep, Alexandre Retamal, que teve uma situação familiar urgente e me pediu, como eu já estava aqui acompanhando, para fazer uma pequena colocação.

Como eu sou advogado, tenho por ossos do ofício falar do âmbito legal da coisa, então, talvez, a minha fala não seja tão apaixonada quanto a dos servidores que efetivamente vivem esse processo.

A partir do que já foi falado aqui, nós vemos o seguinte: o órgão pode ser visto como uma engrenagem para a formulação e para a entrega daquela política pública à sociedade, e o assédio institucional, diferentemente do assédio moral, que é sempre focalizado em uma pessoa, visa à quebra dessa engrenagem, mas essa quebra passa pela quebra dos seus dentes, que são os servidores. Então, o ataque aos direitos individuais dos servidores é um passo fundamental no processo do assédio institucional, e nós o vemos no Inep de forma muito presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebo ligação diária dos servidores do Inep dizendo: "Fui removido para um setor em que eu não tenho a menor habilidade para fazer aquilo". Servidores que estão há 20 anos na área, há dez anos no Enem são mandados para licitação e contratos de suprimentos, e o servidor que está há 20 anos em licitação e contratos é mandado para o Enem. O servidor chega a 20 anos de Inep e não tem uma cadeira para se sentar; servidor que foi diretor, foi removido e não tem hoje uma cadeira para ele se sentar. O servidor que pede LIP (Licença para Tratar de Interesse Particular), porque ele está num quadro profundo de depressão, pede uma licença sem custo ao Erário, e, imotivadamente, essa licença é negada. O servidor então que está no seu dia a dia e, de repente, descobre uma sindicância, de repente, descobre um PAD.

No ano passado, trinta e tantos servidores do Inep – o número foi mudando ao longo dos dias: começou com 6, foi parando em 32 no outro dia, hoje eu acho que completou 39 – entregaram os cargos por completa incapacidade de atender pedidos absurdos da gestão. O que aconteceu com esses servidores? A gestão disse: "Não, isso aí é a gratificação de não sei o que que a gente não está pagando". Sim, não está pagando e deveria estar pagando, era um direito individual também do servidor. E outros absurdos foram cometidos.

E o que a gestão está fazendo? Uma espécie de sindicância a céu aberto contra esses servidores que estão sendo tratados como vilipendiando o Erário público, sendo que, se fosse uma sindicância, seria sigilosa para proteger a intimidade e a privacidade dos servidores, mas nem esses direitos são respeitados. Esses e vários outros, são inúmeros casos.

Agora, na sexta-feira, entrei com um mandato de segurança com um servidor que disse: "Olha, eu estou no terceiro ano do doutorado, vou para o quarto ano com afastamento. Sem motivo qualquer, o meu afastamento não foi prorrogado". Não decidiram a prorrogação. E aí a gente leva isso para o Judiciário. Nessa vez a gente conseguiu uma liminar. Mas a gente leva isso para o Judiciário e muitas vezes o Judiciário diz: "Não, isso é discricionário." "Não, isso está no âmbito da discricionariedade." "A gestão pública tem espaço para decidir como melhor lhe aprouver." E nós perdemos, ao longo dos últimos anos, diversos instrumentos para combater esses excessos de discricionariedade.

Um que eu acho que tinha que ser pontuado do começo foi a contribuição sindical e depois, por decreto, proibiram a consignação e o pagamento do valor da associação do servidor. Para quê? Para quebrar as associações, porque uma associação forte protege o servidor num momento como esse.

Hoje as associações, os sindicatos, praticamente, não têm condição de tocar uma greve. Não têm condição, muitas vezes, nem de manter uma assessoria jurídica, para quando o servidor é atacado. E isso se comunica muito com o que a Dione falou. Por que é feita a troca pelo temporário? Porque o temporário tem um contrato precário, o temporário pode ser demitido, desligado, sem justificativa, qualquer que seja. O servidor eu tenho, no mínimo, que montar um PAD contra ele e criar um processo ali muito mais complexo. Então isso é que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário fazer o fortalecimento das instituições de representação dos servidores, em todos os órgãos, não só nesses que estão aqui representados. É necessário fazer o fortalecimento dos direitos individuais dos servidores, porque são esses direitos que fazem com que o servidor não tenha que baixar a cabeça diante do assédio institucional. E é necessário pensar numa nova forma de gestão.

Sobre essa nova forma, nós entes mais visados, como já foi colocado aqui, que os entes produtores de informação são o primeiro alvo, isso desde sempre... Então pelo menos aqui a gente tem que ter um algo a mais de proteção.

O Congresso Nacional aprovou uma mudança legislativa para dar autonomia ao Banco Central, que é um ente que faz política pública, um ente que faz política econômica, ele também monitora o sistema bancário e etc., mas ele faz política e ele é autônomo. E os entes que são praticamente fiscalizadores do próprio Governo, pelos dados que eles oferecem à sociedade, esses estão nas mãos da política.

Então é um contrassenso completo o que a gente está vivendo, por um ataque frontal às instituições, mas que muitas vezes não tem ferramental jurídico para uma proteção *a posteriori*.

Então, pela Assinep, nós fomos ao Ministério Público Federal, fomos ao TCU e viemos aqui ao Congresso Nacional, para demonstrar o assédio institucional que sofre o órgão. E esses órgãos não têm instrumental jurídico.

O TCU, olha... Será que este ato aqui, pontualmente, este ato aqui, é antieconômico, é antieficaz? Não, meu amigo, não é um ato. É um conjunto. É uma política. E o órgão jurídico não tem, talvez nem tenha que ter, capacidade de interferir na política dessa forma.

E aqui eu quero ressaltar um outro instrumento que nós perdemos que foi a Lei de Improbidade Administrativa. A Lei de Improbidade Administrativa tinha três artigos com os tipos de ilícitos. O art. 10 falava dos ilícitos contra os princípios da administração pública. Então ali eu poderia dizer, como houve, mudando um pouco de exemplo, o ex-Ministro da Saúde, General Pazuello, general de Exército, tem que ser dito, ele foi objeto de uma ação de improbidade administrativa, por descumprimento dos princípios administrativos, lá no Ministério Público Federal do Amazonas, antes da mudança da lei. Na nova lei, a ação foi extinta, porque não há mais esse tipo administrativo de atacar os princípios; tem que ser apenas na forma como está estritamente escrito.

Era um tipo de ilícito civil necessariamente aberto para alcançar situações como a que a gente está vivendo, hoje, do assédio institucional, porque o assediador atua frontalmente contra o princípio da eficiência, contra o princípio da legalidade, contra o princípio da impessoalidade, por diversos atos, só que isso não é mais um ato de improbidade administrativa. Se fosse, eu conseguiria, pela via de uma ação civil pública, afastar essa pessoa do cargo. Como não é mais, muitos desses atos vão passar em céu de brigadeiro – o Poder judiciário nada fará. Então, quem tem de fazer é o Congresso Nacional, tem de ser a política, tem de ser as associações e os sindicatos dos servidores, tem de ser um movimento sindical. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidor que está na ponta tem que tomar o conhecimento de que, se ele ficar sozinho, ele vai ser a ponta dessa engrenagem que vai ser quebrada. Então, nós temos que fazer essa união.

Reforço aqui o agradecimento ao Senador Paulo Paim, à Senadora Leila, ao Senador Jorge Kajuru, que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relator.

O SR. FABIO MONTEIRO LIMA – ... subscritor e Relator e a todos os Senadores que subscreveram a PEC 27, que tem recebido uma acolhida muito grande. Aproveito, então, o nosso último minuto para deixar o nosso apelo ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A PEC está pronta para a pauta. A gente sabe que a gente está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIO MONTEIRO LIMA – ... em um ano eleitoral, mas isso aqui não pode ficar para depois. Isso e tantas outras coisas, mas é preciso dar uma sinalização clara: venha o que vier do resultado eleitoral, não vamos tolerar que calem o Brasil, que calem a ciência brasileira, e nós vamos lutar pela verdade sempre.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Fabio Monteiro Lima, advogado da Assinep, Associação dos Servidores do Inep, que fechou, digamos, esse diálogo aqui com a sociedade brasileira, via o sistema de comunicação aqui do Senado da República.

Está havendo uma desconstrução das políticas de Estado pelo assédio que está havendo aos próprios servidores. A gente sempre fala do servidor, mas não é só o servidor, é o coletivo todo, é o povo brasileiro que acaba sendo o grande prejudicado, e termina fortalecendo a PEC 27. Quero mostrar aqui, mais uma vez, a importância dessa PEC. Leila do vôlei é a autora, Senadora aqui de Brasília, e o Kajuru é o Relator.

Tenho certeza de que o Presidente da CCJ, o Davi Alcolumbre, vai ficar sabendo desse apelo de vocês, feito aqui nesta audiência pública, para que a PEC vá a voto naquela Comissão. Eu faço parte da CCJ e, se depender de mim, eu farei todo o esforço lá para que o tema seja votado.

E não importa o resultado eleitoral. Pelo que vejo, o que está na PEC, pela informação que eu recebi de vocês, ela apenas vai garantir soberania, democracia, liberdade e a própria organização dos conselhos como política social. Então, os meus parabéns a todos que tiveram essa iniciativa, à autora e também ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, pessoal, nós vamos para o segundo momento. São dez para meio-dia e, neste segundo momento, eu vou fazer algumas perguntas que me chegaram e vou permitir que cada um de vocês tenha cinco minutos para responder alguma pergunta, se assim entender, e também, naturalmente, fazer suas considerações finais.

Vejamos e-Cidadania, perguntas.

Juliane de Jesus, de São Paulo: "Como evitar que isso seja uma situação recorrente? O que fazer no caso de situação assim? Como a educação pode ajudar a diminuir esse fato?"

Essa é a pergunta dela, que vocês vão procurar sintetizar. Está falando, naturalmente, do assédio, né?

Luan Felipe, do Rio de Janeiro: "Num momento de tanta polarização e centralização de poder, quais os desafios para enfrentar o assédio institucional?"

Vai na mesma linha, praticamente.

Guilherme Gilson, de São Paulo: "Quais seriam as medidas para coibir essa prática?"

As três perguntas, na verdade, vão no mesmo eixo.

Simone Perin, de Santa Catarina: "A agressão psicológica emocional sobre os servidores públicos tem aumentado absurdamente, principalmente pelo alto escalão."

Ela faz uma afirmação.

Daniele da Silva, lá do meu Rio Grande do Sul: "O assédio institucional desestabiliza o servidor, que [deveria] (...) estar focado em realizar sua função pública com toda a sua capacidade."

É também uma afirmação.

Agora, esta aqui vocês tentem resumir dentro do possível: O que significa assédio institucional?

Para quem está nos acompanhando – são milhões de pessoas que nos acompanham, né?... Se puderem simplificar...

Já simplificaram, explicaram, mas, para quem está vendo...

Qual a abrangência dessa terminologia dentro do setor público?

Terceira: cercear a liberdade, constranger, desqualificar, ameaçar, deslegitimar o servidor são exemplos que podemos qualificar como assédio institucional. Tem dados, em números já mensurados, com relação a essa prática dentro do serviço público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai na linha do que vocês falaram. Essa pergunta é de bem antes, né?

De que forma o servidor público pode se proteger do assédio institucional e até mesmo denunciar?

Pronto. Estão aqui as perguntas.

Podemos começar novamente pela Dra. Carla? Pode ser?

Então, convidamos a Dra. Carla Costa Teixeira para suas considerações finais e a falar sobre alguma das perguntas que ela entender que deva desenvolver.

Repito que ela é antropóloga, professora da Universidade de Brasília e coordenadora do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder.

A SRA. CARLA COSTA TEIXEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Começo talvez retomando uma frase da Dione sobre a questão da informação. Eu não vou conseguir nem reproduzir o que ela disse do Paulo Guedes, mas a mensagem ficou. Mas por que, voltando aos Parlamentares Constituintes de 1987 e 1988, uma questão era indissociável? Para que a participação popular pudesse ocorrer, teria que ser garantido o direito à informação. E o que a gente está discutindo hoje, falando das principais instituições que estão sendo atacadas por essa prática de governo... Porque, se governo sempre quer gerir populações, qualquer governo, essa prática está querendo gerir, de uma maneira autoritária, a máquina técnico-política que garante os direitos, como eu disse aqui.

Nós estamos sendo reféns de um processo longo de demonização do servidor público. Isso não começou recentemente, mas culmina nesse tipo de prática, porque virou voz corrente a ideia de que o servidor público – federal, de preferência – é marajá. Eu não sei de onde tiraram isso inclusive, mas é esse senso comum perverso que endossa, de alguma forma, todas essas práticas que a gente está aqui denunciando.

Então, acho que recuperar que o direito à informação... E não é à toa que é o IBGE; que é o Inep, instituto de educação que gera informações; que é o Ipea, que não só faz pesquisa própria, mas analisa as informações geradas por outros órgãos; que é o CNPq, que estrutura, junto com a Capes, outros órgãos, o nosso sistema de ciência e tecnologia; e que são as universidades, porque cada vez mais os professores são coagidos na sua liberdade de cátedra e de expressão em sala de aula.

Eu queria fechar recuperando essa informação, essa conexão necessária entre participação popular e direito à informação, lembrando que este Governo que aí está tem jogado na zona cinzenta do segredo de Estado uma série de informações que não cabem ali, porque não são ameaças à segurança nacional, à segurança pública, à autonomia do país. Escondem, não revelam todos esses meandros que...

E aí, mais uma vez, eu parabenizo a Afipea e agradeço por ter podido participar dessa iniciativa do livro, porque foi de uma propriedade e de um senso de oportunidade muito grandes materializar essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas que vêm, como todos nós apontamos aqui, de uma maneira diluída, parecendo atos discricionários do Estado, sendo adotadas como uma prática de governo, com efeitos – acho que isto é que eu gostaria de recuperar – que são para o exercício da cidadania. Nós não estamos aqui falando em defesa do servidor público, nós estamos falando do direito à participação social como um direito coletivo. A nós não cabe apenas, como participantes políticos, votar, referendar ou atuar em plebiscitos: nós temos uma capacidade – isso foi revelado nas últimas décadas – de atuar cotidianamente no exercício de controle da gestão das políticas públicas. Então, não ter consciência disso, o cidadão brasileiro permanecer preso nessa ideia de que o serviço público tem que acabar é, assim, a questão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA COSTA TEIXEIRA – ... central a meu ver a ser recuperada nessa discussão do assédio institucional na estrutura pública federal e em outras também – federal foi o assunto do livro.

Eu encerro aqui.

No eixo das perguntas que foram feitas – de como barrar, como a educação pode ajudar –, eu acho que é isto: a gente tem de brigar para defender esse serviço público, que, na produção de informações, na proposição de planejamentos institucionais, garantem os nossos direitos políticos, sociais, econômicos, coletivos e individuais. Então, retornar essa estrutura de participação social, aperfeiçoá-la, é fundamental para os rumos da nossa democracia, e isso passa por inibir esse tipo de assédio institucional que foi aqui abordado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dra. Carla Costa Teixeira, Antropóloga, Professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder. Perfeito o seu fechamento, respondeu à maioria das perguntas.

De imediato, Dr. José Celso Cardoso Junior, Economista, Pesquisador do Ipea, Especialista em temas do Estado, Presidente da Afipea-Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea, e um dos organizadores do livro *Assédio Institucional no Brasil*, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR (Para expor.) – Bom, a definição já foi dada por todos que falaram aqui. Eu acho que está claro que não se trata apenas de um conjunto de ataques, ou seja, uma forma de violência contra indivíduos na condição de servidores públicos. É isso também, ao fim e ao cabo é disso que se trata, mas, no caso específico do tema e do conceito que foi criado para definir esse tema do assédio institucional, é uma forma de violência que provém de uma visão de mundo, de uma visão de Estado, de uma visão de projeto de país, de sociedade, não só anacrônica, do ponto de vista histórico e teórico, como pouco condizente com a complexidade, com a heterogeneidade, com as desigualdades que o país possui. Por quê? Porque sem Estado este país jamais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será desenvolvido. O Estado é não apenas um ente necessário para o processo de desenvolvimento como é um ente que garante direitos capazes de combater desigualdades, capazes de equalizar oportunidades, e isso só se faz por meio de políticas públicas, por meio de organizações públicas, por meio de servidores públicos. Isso significa que o assédio, ao atacar justamente organizações políticas e servidores públicos, joga contra qualquer possibilidade de se construir no país uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Então, no fundo, é disso que se trata, não é um tema menor nesse sentido, um tema apenas afeito aos especialistas na questão do assédio em si mesmo; é um tema que tem uma dimensão política muito grande na medida em que, por meio do assédio, o atual Governo constrói uma narrativa e constrói uma atuação de desmonte da Constituição, de ataque direto aos direitos da população e não apenas dos direitos dos próprios servidores; por meio do assédio, o atual Governo enfraquece as capacidades do Estado no que diz respeito às suas possibilidades de enfrentar as desigualdades, combater as heterogeneidades, etc.

Uma coisa que acho importante que esse livro traz é a fundamentação empírica para demonstrar essa tese do assédio como método de governo. E, como foi uma das questões levantadas por um dos internautas, eu deixo claro aqui o seguinte: há dois tipos de fundamentação empírica nesse livro, uma de natureza quantitativa, por meio de três instrumentos que hoje existem para isso. Um que se chama Assediômetro, que foi criado pela própria Afipea (Associação dos Funcionários do Ipea), para coletar notícias que circundam o tema do assédio ou que denunciam situações de assédio. Nós já chegamos hoje a mais de 1.100 notícias sobre casos de assédio institucional no setor público federal brasileiro.

O segundo instrumento se chama Mapa da Censura. O Mapa da Censura foi criado por uma organização não governamental e se destina a justamente fazer o mesmo que o Assediômetro faz, mas focado na dimensão cultural, na área da cultura. Denunciam-se ali casos de perseguição, ataques, assédios de vários tipos contra artistas e contra eventos artísticos e culturais, de um modo geral.

E um terceiro instrumento, que é coordenado pelo Professor Conrado Hübner, da Faculdade de Direito da USP, que se chama Laut, que é o laboratório de análise de casos de autoritarismo e em defesa das liberdades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR – ... e que faz um acompanhamento diário de situações de ataque à democracia no Brasil, entre os quais os casos de assédio institucional.

Mas o livro não traz apenas esse acervo estatístico quantitativo, traz também um conjunto de capítulos que fizeram análises por meio de entrevistas qualitativas com servidores públicos de um conjunto muito amplo, expressivo, de organizações. Eu acho que cerca de 500 servidores do nível federal, em várias dimensões e áreas de atuação, etc., foram entrevistados por uma série de pesquisadores, que fizeram capítulos sobre esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, portanto, convergiram com base em metodologias inclusive diferentes entre si, convergiram para o mesmo diagnóstico, para a mesma questão de se denunciar a autocensura, o clima de medo, que o Roberto aqui relatou, de denunciar vários tipos ou formas por meio das quais o assédio vem se difundindo como uma prática de governo no âmbito federal brasileiro, sobretudo no atual Governo.

Então, eu acho que o livro traz esta contribuição de denunciar o fenômeno e também de apontar caminhos para o seu enfrentamento e para a sua superação, que é o caso explícito da PEC 27, que a gente aqui colocou como relevante para enfrentar esse desafio.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Muito bem, Dr. José Celso Cardoso Junior, que é Economista, Pesquisador do Ipea, especialista em temas do Estado e que aqui, no final, aprofundou um pouco mais como foi construído esse livro e como é importante que as pessoas tenham acesso ao que aqui foi chamado de assédio institucional no Brasil – que já foi explicado, que era a dúvida de alguns dos nossos telespectadores.

Agora o Dr. Roberto Muniz Barreto de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão. É com você.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou aproveitar esses cinco minutos para reforçar algumas ideias que coloquei aqui e que os integrantes dessa mesa fizeram.

Primeiro, uma definição que eu acho que é importante servidor e população terem presente. O servidor público concursado é agente de Estado, ele trabalha para o Estado. E, ao dizer que ele trabalha para o Estado, ele está servindo – por isso nós somos servidores –, estamos servindo a população brasileira. A gente é diferente. Eu, como servidor, sou diferente de um agente de governo. Nós somos agentes de Estado. O agente de governo é aquele que foi colocado pelo governo e que está ocupando, num período de quatro anos, alguma função pública: é um ministro, é um secretário-executivo etc. O agente de Estado tem que garantir a continuidade das políticas públicas com isenção. Ele não vai só trabalhar em função do governo que está no momento: vai trabalhar de forma permanente para o atendimento da população.

Então, isso é importante ficar claro, porque a gente entende por que o assédio institucional recai, via de regra, com maior virulência, com maior força, sobre os agentes de Estado, porque ele está contra as instituições do Estado, ele está prejudicando as instituições do Estado. Isso é feito para desacreditar essas instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar aqui um exemplo muito rápido. O CNPq tem a Plataforma Lattes, da qual já falei para vocês, tem a Plataforma Carlos Chagas, sem as quais o sistema nacional não funciona. As universidades dependem da plataforma, os governos estaduais dependem da plataforma, a Capes depende da plataforma. Essa plataforma, Senador, ficou fora do ar, por descaso, por má gestão de dirigentes, não de agentes de Estado, durante duas semanas. Durante duas semanas, nós tivemos todo o sistema paralisado porque não tinha informação. Não sabíamos quem era que estava fazendo as coisas dentro do sistema. Agora, olhe só qual é o resultado disso: o Governo resolveu mudar o acesso à plataforma. Só uma mudança de acesso: passou o acesso da plataforma da página do CNPq para o e-gov. Imediatamente, as redes sociais pipocaram de gente dizendo: "Vamos fazer cópia do currículo, porque, de novo, vai ter problema". Não teve problema porque era só uma mudança de acesso, mas olhe o estrago que se fez: perdeu-se a confiança no melhor sistema de informática da América Latina, que era a Plataforma Lattes. O pesquisador e as instituições estão perdendo a confiança.

Ora, o assédio institucional é caracterizado por uma política de medo, é caracterizado por uma política de descrédito. Eu não posso deixar de relacionar isso, pessoal, às milícias. O que fazem as milícias no morro no Rio de Janeiro, na periferia de São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, no Nordeste, no país todo? Agem com o medo, agem onde o Estado não chega, criando soluções e dizendo que o Estado está desacreditado. E aí elas tomam conta. Não dá para deixar de dizer que é essa a política que está sendo implementada pelo atual Governo. O Governo foi tomado de assalto por uma política de milícia.

Como é que a gente faz para resistir a isso? A Dra. Carla colocou muito presente: é fundamental a participação popular. Se nós não tivermos participação popular, a gente não muda esse quadro, nós não vamos conseguir combater esse quadro. E aí, só o fato de a Juliane, o Luan, o Guilherme, a Simone, a Daniele estarem assistindo – e eu cito aqui apenas alguns dos que estão nos assistindo – é fundamental, porque eles estão entendendo desse assunto. "Perderam", entre aspas, tempo para entender esse assunto e podem nos ajudar a combater esse tipo de assédio. A educação é fundamental para isso.

Então, eu chamo todos vocês que estão nos vendo para que entrem. Procurem essas ferramentas de que o José Celso falou aqui, em particular o Assediômetro. Onde está isso? Entrem na página da Afipea, está lá o Assediômetro. Denunciem, vamos fazer frente a isso, porque os maiores prejudicados são as camadas populares – é a população brasileira, que está perdendo o direito.

Obrigado, Senador.

Obrigado aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Doutor! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita aqui, Dr. Roberto Muniz Barreto de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, que mais uma vez...

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Que nome enorme, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas está... Fez bem. O importante é falar bem. O nome é complemento. O que fica é a mensagem que você passou aqui, não é? Falou da situação da plataforma, voltou a insistir com a questão do medo, que é um sistema de milícia – e todo mundo sabe o que fazem as milícias – e deu o caminho: a participação popular.

Parabéns! Eu me somo a essa sua posição da participação popular.

Mas vamos, finalmente, por favor, Dr. Fabio Monteiro Lima, que aqui representa o Presidente da entidade, que não pôde vir, Advogado da Assinep (Associação dos Servidores do Inep).

O SR. FABIO MONTEIRO LIMA (Para expor.) – Muito obrigado, novamente.

O assédio na nomenclatura militar é uma tática que você aplica contra uma cidade, contra uma cidadela, uma posição inimiga, na qual você faz um cerco e a impede de ter os mecanismos para resistir. Então, no assédio tradicional no mundo militar, você impede o acesso à água, você impede o acesso à comida, a cidade morre de inanição e se rende aos caprichos do invasor. O assédio institucional é a mesmíssima coisa aplicada contra uma instituição – sem um cabo e um soldado –, mas é aplicada através do corte do orçamento, do impedimento de novos concursos, do impedimento de que os servidores que ali estão fruam dos seus direitos, usufruam dos seus direitos, para que eles sucumbam aos ditames de quem quer que aquela instituição não cumpra a sua missão.

Então, se a missão do Ibama é proteger a Amazônia, é preciso impedir que o Ibama proteja a Amazônia e exerça fiscalização. Se a função do Inep é trazer informação sobre o estado da educação e eu quero que a educação, na verdade, agora, seja algo totalmente privado, seja o *homeschooling* etc., eu não posso ter dados sobre a educação. Eu preciso que as universidades desacreditem do Enem. Então, eu preciso nunca saber qual vai ser a data do Enem. Eu preciso não ter periodicidade no Enem. Eu preciso impedir que se tenham novos servidores no Inep. Eu preciso que o Banco Nacional de Itens chegue a um ponto em que não entrem novos itens, não entrem novas questões, para que o Enem tenha questões repetidas, para que o Enem tenha questões vazadas, para que o Enem tenha as questões que favoreçam à ideologia dos meus seguidores, para que as universidades sucumbam.

Então, o assédio é isso, é um cerco para a morte por inanição e a rendição. E qual é a única força que pode ser feita contra esse cerco? Na história também militar, a gente aprende que você tem algumas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, Berlim sofreu um cerco muito longo que foi vencido porque houve uma ponte aérea militar constante que manteve Berlim, num conflito ali entre União Soviética e os aliados, e aquilo fez com que Berlim sobrevivesse ao cerco soviético. Então, qual é essa ponte aérea que nós precisamos receber? É o apoio da sociedade, uma sociedade informada, que vai contra o nosso agente assediador e vai fazer um ataque pela sua retaguarda, tirando as bases do assediador. E, do lado de dentro, é o fortalecimento da unidade daquele povo que está na resistência. E a história nos traz dezenas de casos de resistências muito bem-sucedidas pela manutenção do ânimo e do moral. E o ânimo e o moral aqui são mantidos pelos sindicatos, pelas associações.

Então, o servidor tem que se associar, tem que pagar a sua contribuição sindical, tem que estar ali ciente e informar. Ele tem o dever legal de registrar e informar pelas vias adequadas todo ilícito de que ele tem conhecimento. Só que, se ele fizer isso sozinho, vai ser vítima do assédio, agora, moral. Então, para que ele seja protegido, como dente dessa engrenagem, precisa se articular coletivamente, porque a saída é política. Ele precisa se articular politicamente para fortalecer isso e vencer o assediador, porque ele, sim, é que ficará cansado. "Eles passarão... Nós passarinho!" (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Dr. Fábio Monteiro Lima, que deu um exemplo de estratégia militar que deixou todo mundo aqui... (*Risos.*)

Não, mas gostei, gostei de ver.

O SR. FABIO MONTEIRO LIMA (*Fora do microfone.*) – Eles falam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, claro! E o povo entende, o povo entende. Parabéns, Dr. Fábio! Foste muito bem também.

Eu estava vendo aqui que só falta, agora, a Dra. Dione Oliveira, Presidente da Associação dos Servidores do IBGE.

Cinco minutos para as considerações finais e se debruçando também, dentro do possível, sobre as perguntas.

O SR. DIONE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Beleza! Obrigada, Senador.

Gostei muito da fala do Fabio, caracterizando, apesar de usar essa metodologia militar... Mas foi muito própria para caracterizar o assédio institucional: cerco para a morte por inanição, que é o que a gente tem vivido. E essa conclusão dele também é perfeita. Quando a gente vai falar sobre como evitar o assédio institucional, que foi uma pergunta recorrente... Como evitar? Então, primeiro, fortalecer os sindicatos, que, por tabela, fortalecem, protegem os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem que ter trabalhadores efetivos, e não temporários substituindo aqueles na execução dos trabalhos permanentes. Isso porque, no IBGE, a gente tem as duas modalidades: o trabalho temporário em trabalhos temporários, que é o Censo ou pesquisas esporádicas, que fazem sentido, regidos pela Lei nº 8.745; e a gente tem o trabalho temporário em pesquisas permanentes. É isso que a gente combate. É o trabalho temporário lá, todos os dias, levantando preços, levantando atividade econômica, emprego etc.

Então, a gente precisa que os trabalhadores sejam efetivos para se rebelarem, para terem o poder de se rebelar, de dizer que a metodologia está errada, de dizer que tem ingerência, de dizer que estão cortando as perguntas do Censo, o que vai prejudicar retratar a realidade – que foi o que a gente fez. Então, a gente teve esse ânimo, mobilizados pelo sindicato, para fazer campanhas e defender o Censo, como, outrora, a gente já defendeu outras situações: defendemos o Censo Agropecuário, defendemos a realização de pesquisas em seu calendário permanente. Agora, por exemplo, a gente tem a pesquisa de orçamento familiar, que já deveria estar sendo programada, e não tem orçamento para isso.

Então, a gente, de forma permanente, defende a instituição, defende os trabalhadores e defende a instituição. Para isso, tem que ter sindicato, tem que ter sindicato forte, tem que ter filiação, tem que ter concurso público para trabalhadores efetivos.

Para além dessas questões, o que a gente defende? A gente defende que se tenha uma infraestrutura para participação da sociedade na instituição. Quanto mais participação, mais democrático é esse órgão na definição do que pesquisar e quando pesquisar, porque, quando isso não acontece, existem interferências – porque a sociedade quer pesquisar temas. É o autismo, mas o autismo tem que vir no Censo? Quer orientação sexual, mas tem que vir no Censo? Isso tem que ser debatido com a sociedade, porque as demandas são legítimas, mas onde pesquisar e quando pesquisar têm que ser uma coisa debatida.

E finalmente precisamos ser ratificados como instituições que são permanentes de Estado. Então, esse entra e sai de gente quando muda governo e a falta de comprometimento de longo prazo com os projetos da instituição e com os acordos feitos com a sociedade, eles são absolutamente danosos à própria continuidade do serviço público. Então, isso tem que acabar!

E a PEC 27 já introduz o mandato para a direção dos institutos. Isso é uma coisa muito importante. Não resolve tudo, mas é muito importante. A partir disso a gente precisa discutir também como é que vão entrar esses diretores, o quadro gerencial. A gente tem experiências muito bem-sucedidas na sociedade, que é o caso da Fiocruz, por exemplo, que foi fundamental para resistir ao negacionismo, porque tem esse formato de gestão, tem a participação dos trabalhadores, tem mandato, tem eleição. Então, isso seria fundamental para as nossas instituições, para a gente se afirmar como instituição de Estado, e não de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um conjunto de coisas que a gente precisa para garantir que a gente repudie o assédio institucional, mas que envolve sempre mais democracia, mais participação para o fortalecimento das nossas instituições.

Muito obrigada.

Fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, muito bem, Dra. Dione de Oliveira... (*Palmas.*)

... Presidente da Associação dos Servidores do IBGE!

A Dra. Dione, aqui rapidamente, acabou desenvolvendo, quando a gente aponta caminhos. E disse: fortalecer o Censo; fortalecer os conselhos – o que todos aqui defenderam, e que com o atual Governo foram para o desmonte –; fortalecer as associações, sindicatos, federações, confederações, centrais. Tudo isso é defender o poder popular, não é? Eu chego a dizer: grêmio estudantil, clube de mães, clube de pais – porque eu venho de lá, eu venho lá dos grêmios estudantis –, comissões de fábrica; enfim, de baixo para cima é que a gente sustenta a democracia.

Então, eu encerro esta audiência pública, cumprimentando com muito carinho a bela exposição da Dra. Carla Costa Teixeira, do Dr. José Celso Cardoso Junior, do Dr. Roberto Muniz Barreto de Carvalho, do Dr. Fabio Monteiro Lima e da Dra. Dione de Oliveira. Todos foram brilhantes, eu diria, e deixaram bem clara a importância da organização popular, a importância dos trabalhadores da área pública e da área privada, do campo e da cidade, e de todos: de aposentados, de pensionistas e de todas as entidades, como aqui listou no final agora a Dra. Dione de Oliveira.

Está encerrada a audiência pública.

Muito, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Uma salva de palma a todos vocês pelo brilhantismo deste debate!

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia trinta de maio de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 12/2022 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Finalidade: "Debater a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar". Participantes: Luciana Temer, Diretora Presidente do Instituto Liberta; Ana Clara Polkowski, Presidente do Instituto Planejamento Familiar – IPFAM; Alexandra Segantin, Diretora Executiva do Grupo Mulheres do Brasil; Cynthia Betti, Diretora Executiva do Plan Internacional Brasil; Daniela Grelin, Diretora Executiva do Instituto Avon; Ana Carolina Pires de Souza Senna, Advogada - Representante do Instituto Brasileiro de Direito da Família – IBDFAM; Roseana Faneco Amorim, Líder do Grupo Mulheres do Brasil; Marcos Augusto Bastos Dias, Representante do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde; e Lilian Leandro, Vice-Presidente do Instituto Planejamento Familiar. Resultado: Audiência Pública realizada. Faz uso da palavra a Senadora Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos. Muito obrigada pela presença. Bom dia a todas – mulher é maioria aqui.

Eu declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 12, de 2022, da CDH, de minha autoria, Senadora Mara Gabrilli, para debater sobre a instituição do dia nacional do planejamento familiar.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é 0800 0612211.

Antes de apresentar nossas oradoras e oradores convidados, eu vou fazer minha autodescrição para que todas as pessoas que estão nos acompanhando possam me ver. Eu sou uma mulher branca, de cabelos longos, castanhos claros; estou vestindo um vestido de cor terra e estou num ambiente claro, com um quadro atrás de mim que tem um arco-íris e o horizonte.

Agora eu quero agradecer a presença das nossas convidadas e dos nossos convidados. Então, eu quero começar pela Ana Clara Polkowski, que é Presidente do Instituto Planejamento Familiar (Ipfam); depois a Daniela Grelin, que é Diretora Executiva do Instituto Avon; a Luciana Temer, Diretora Presidente do Instituto Liberta; a Alexandra Segantin, que é Diretora Executiva do Grupo Mulheres do Brasil; a Ana Carolina Pires de Souza Senna, que é a advogada e representante do Instituto Brasileiro de Direito da Família; a Cynthia Betti, que é Diretora Executiva do Plan Internacional Brasil; a Roseana Faneco Amorim, que é Líder do Grupo Mulheres do Brasil e Diretora Nordeste da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, que está conosco por indicação do nosso Presidente da CDH, o Senador Humberto Costa, a quem agradeço pela contribuição nesta audiência; o Marcos Augusto Bastos Dias, que é representante do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde; e Anastasia Divinskaya, que é representante da ONU Mulheres – aguardo a confirmação da presença. Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer a Lilian Leandro e a Ana Clara, que são fundadoras do Instituto Planejamento Familiar, por terem procurado o nosso gabinete e por terem trazido essa importante demanda sobre as políticas de planejamento familiar. Saibam que para mim é uma honra poder recebê-las e poder tratar desse tema tão contundente na vida das famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia de propormos a criação do dia nacional do planejamento familiar é uma oportunidade de a gente valorizar as ações para o fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos dos cidadãos, sobretudo diante dos alarmantes dados que temos hoje, que apontam que mais da metade, 55%, das gestações no Brasil não são planejadas. Soma-se a esse dado o fato de que ainda enfrentamos no nosso país índices bastante altos de gestação na adolescência, o que gera evasão escolar e impacta a área familiar e social dessa menina, além de influenciar diretamente a autonomia econômica dessa mãe, dessa família, dessa mãe precoce e dos filhos no futuro.

A sugestão proposta pelas fundadoras do Instituto Planejamento Familiar seria declarar o dia 26 de setembro o dia nacional do planejamento familiar, quando já se celebra o Dia Mundial da Contracepção, instituído pela ONU, visando ampliar as ações de conscientização sobre o tema e ainda, dessa forma, reforçar os compromissos com a promoção das políticas públicas que garantam acesso aos métodos contraceptivos disponíveis no SUS, no nosso Sistema Único de Saúde.

No Brasil as ações de planejamento familiar são definidas e amparadas pela Lei 9.263, de 1996, que regula o §7° do art. 226 da Constituição Federal, que diz: "Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas". Isso é o que a gente tem na nossa Constituição.

A gente sabe que o acesso ao planejamento familiar pode impactar positivamente toda a sociedade, especialmente em relação aos melhores cuidados na primeira infância, à permanência das mulheres no mercado de trabalho e das meninas na escola e a maiores oportunidades de desenvolvimento e mobilidade social.

Eu quero agradecer a presença de todos e todas as convidadas.

Vamos dar início ao debate com esses especialistas, essas especialistas que se dispuseram a estar aqui conosco hoje discutindo esse relevante tema nesta relevante audiência pública.

Informo que cada palestrante terá dez minutos para sua apresentação sobre a importância de propormos o projeto de lei instituindo o dia nacional do planejamento familiar. (*Pausa.*)

Para a gente começar, eu queria chamar a nossa amiga Luciana Temer, porque eu sei que você tem um compromisso aí na sequência e a gente não quer perder suas palavras. A Luciana Temer é Diretora e Presidente do Instituto Liberta.

Está com você, Luciana, a palavra.

A SRA. LUCIANA TEMER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Mara, obrigada pelo espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas, realmente, pela saída, mas é um compromisso que estava agendado fazia tempo e eu não podia perder a oportunidade de estar neste espaço.

Quero cumprimentar a todas e todos que estão aqui e dizer que hoje eu estou aqui com o chapéu, Senadora, não do Liberta, mas do Ipfam, porque eu fui convidada pela Ana Clara e pela Lilian a integrar o Comitê de Advocacy do Ipfam. E eu não pude, realmente, negar uma vez que planejamento familiar tem toda relação com a questão que a gente aborda no Liberta que é a violência infantil. A gente sabe que muitas dessas gestações indesejadas ou precoces decorrem de violência sexual. Então eu estou aqui hoje muito mais com o chapéu do Ipfam do que com o do Liberta.

Eu queria só trabalhar um dado aqui de 2019 de que seguramente vocês têm consciência, mas é sempre bom a gente repetir: em 2019 nós tivemos 19.330 filhos nascidos de mães entre 10 e 14 anos. Com a média de seis abortos diários em meninas menores de 14 anos, nós tivemos 21.520 meninas que engravidaram em 2019 com menos de 14 anos de idade. Logicamente, nós estamos falando aqui de dados registrados, e no Brasil nós sabemos o número imenso de não registro desses dados, não é?

Bom, mas qual é o grande drama a respeito dessas mães adolescentes? Os danos são óbvios, mas eu vou dar um dado aqui do IBGE que também vocês seguramente sabem: seis entre dez mães adolescentes não estudam nem trabalham e é de 29,1% a chance de recorrer na gravidez na adolescência quando você já teve o primeiro filho. Ou seja, a gente está falando de um contexto aqui que deságua em muitos problemas não só individuais, que são latentes, mas sociais, inclusive na violência contra a mulher. Então, a gente tem falado muito – viu, Senadora Mara Gabrilli? – que, quando a gente olha para uma questão cuja discussão está muito pujante hoje, que é a violência contra a mulher – eu tenho discutido muito isso com a Daniela aqui do Instituto Avon também –, quando a gente vai puxando essa cordinha, a gente vai chegar aqui, de alguma forma, à violência sexual contra meninas. E aí a importância de falar sobre planejamento familiar, porque, quando a gente puxa a discussão sobre planejamento familiar, obrigatoriamente a gente vai puxar a discussão sobre a gravidez consciente, sobre os direitos reprodutivos e sobre a sexualidade saudável. E aí a gente vai cair também na questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Então, minha fala muito breve é essa, só agradecendo mais uma vez à Senadora, porque, desde o primeiro momento que o Ipfam a procurou, você teve aí toda a disponibilidade para nos ouvir. E quero agradecer o convite da Lilian e da Ana Clara para estar aqui representando também o instituto.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP) – Obrigada Luciana, sempre nos trazendo, elucidando as questões tão importantes do trabalho que você faz.

Eu quero convidar a Presidente do Instituto Planejamento Familiar, a Ana Clara Polkowski, a trazer suas reflexões e os motivos para a criação dessa data em âmbito nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA CLARA POLKOWSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os presentes.

Inicialmente, agradeço a V. Exa. pela disponibilidade em nos atender, por ter nos recebido tão bem e, de forma tão aberta, recebido esse pleito, que é tão importante para a nossa sociedade.

Saúdo também todos que estão acompanhando através dos canais oficiais do Senado.

Essa data, Senadora, é de extrema importância para o país porque, apesar de o planejamento familiar ser um direito previsto na Constituição brasileira, como a senhora muito bem trouxe, apesar de existir uma lei de 1996, uma lei que está em vigor há muitos anos, nós ainda enfrentamos inúmeros problemas no Brasil relativos ao exercício desse direito. E esses problemas são sentidos de forma muito desproporcional, de forma muito desigual na sociedade brasileira. Então, os números que a senhora trouxe de gravidez não planejada, que 55% das gravidezes no Brasil não são planejadas, são números muito altos, e isso acontece de forma mais incidente nas camadas menos favorecidas da nossa população, o que leva a um ciclo de pobreza, de menos oportunidades. Setenta e cinco por cento das meninas que engravidam na adolescência deixam a escola. Então, elas têm menos oportunidades e vão acabar tendo acesso realmente a menos oportunidades de trabalho. Uma grande parte das meninas que engravidam na adolescência ou que são mães são negras. Então, há esse recorte racial. É muito importante que a gente esteja atento a quem não está tendo acesso a esse direito de uma forma plena.

Senadora, quando a gente fala na criação de um dia nacional do planejamento familiar, é porque entendemos que é importante que haja uma ampliação da consciência, em âmbito nacional, da importância desse direito, e também desse direito enquanto algo que deve ser exercido pelos homens e pelas mulheres. O Brasil enfrenta números elevadíssimos de crianças sem o registro do pai na certidão de nascimento. Esse número, incrivelmente, tem crescido a cada ano. Então, isso é a ampliação da importância do planejamento familiar enquanto um dever e uma responsabilidade dos homens e das mulheres e também enquanto dever do Estado, que deve prover os meios necessários para que esse direito seja exercido na sua plenitude. É por isso que nós entendemos que esse dia deve ser instituído, para que o Brasil, de certa forma, a sociedade brasileira entenda a importância do planejamento familiar como um instrumento de transformação individual, já que, se uma menina tiver acesso a métodos contraceptivos, ela não vai engravidar na adolescência e poderá ter uma vida melhor, e também, Excelência, como meio de transformação social. A falta de planejamento familiar, esse número tão elevado de gestações na adolescência e de gestações não planejadas tem impacto também no Brasil, tem impacto também nas contas públicas. Então, a ideia, realmente, da instituição desse dia é ampliar a consciência, é trazer a sociedade para esse debate, que é tão importante para a transformação do nosso país.

Além disso, Excelência, nós acreditamos também que a instituição do dia nacional do planejamento familiar será extremamente importante para que o Brasil cumpra a meta estabelecida pela ONU, nos seus ODS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Objetivo 3, na Meta 3, que é voltada para a saúde e o bem-estar, foi estabelecida a meta de que até 2030 fosse assegurado o acesso universal ao serviço de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. O Brasil incorporou essa meta que tem dois indicadores extremamente importantes, e nós acreditamos, Excelência, que a instituição de um dia nacional do planejamento familiar poderá contribuir para que esses indicadores, para que essas metas sejam alcançadas. O Indicador 3.7.1 é a proporção de mulheres em idade reprodutiva, que é de 15 a 49 anos, que utilizam métodos modernos de planejamento familiar. Então, nós precisamos aumentar essa proporção. E a Meta 3.7.2 é o número de nascidos vivos de mães adolescentes, grupos etários de 10 a 14 anos, que foi o grupo etário de que a Dra. Luciana tratou, e de 15 a 19 anos, por mil mulheres desse grupo etário. Então, nós precisamos aumentar a proporção de mulheres em idade reprodutiva que utilizam métodos modernos de planejamento familiar e diminuir drasticamente esse número de nascidos vivos de mães e adolescentes, para que o Brasil consiga atender a essa Meta 3.7, para que nós consigamos ter realmente um cenário diferente deste que nós enfrentamos hoje.

Além disso, é extremamente importante que nós trabalhemos para que esse número de crianças que não têm o registro do pai na certidão de nascimento se reduza, porque isso causa danos irreparáveis ou muito difíceis de serem reparados ao indivíduo.

Excelência, mais uma vez agradecendo aqui a oportunidade, toda a sua disponibilidade e a boa vontade em nos ouvir, em interagir conosco em relação a esse tema tão importante para a sociedade brasileira, encerro aqui. Agradeço à senhora e a todos os presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Ana Clara. Eu é que agradeço suas palavras, a importância delas, com o impacto disso para o Brasil, dessa nossa futura data, que com certeza vai ter um impacto muito importante, elucidador das famílias brasileiras.

Eu quero passar agora a palavra para a Diretora do Grupo Mulheres do Brasil, Alexandra Segantin.

A SRA. ALEXANDRA SEGANTIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Estou muito feliz de estar aqui.

Muito obrigada por ter destinado, Senadora, uma data para a gente poder trazer o tema.

Muito bom dia para a Senadora Zenaide, para a Senadora Rose – muito feliz com a Bancada Feminina no Senado, que é uma grande conquista, muito comemorada aqui também no Grupo Mulheres do Brasil – e para a todas as nossas também parceiras de luta de sempre, Luciana, Daniela, Ana Carolina, Roseana, que é uma das líderes de núcleo aqui do Mulheres do Brasil, Cynthia também, todas elas também participam e estão juntas conosco no Mulheres do Brasil, e principalmente Lilian e Ana Clara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por terem pensado e trazido essa temática tão importante e tão essencial para todas as nossas pautas da mulher. Eu acho que ela é o ponto inicial. O Grupo Mulheres do Brasil hoje está com 151 núcleos, 122 no Brasil – isso quer dizer que ele está com uma capilaridade enorme em todas as regiões – e também 39 no exterior, de mulheres brasileiras que também precisam pensar essas pautas, que também levam a essas questões, a essas temáticas. A gente trabalha saúde, educação, esporte, longevidade e vai permeando todos os pontos da vida de políticas públicas de um país.

E também, na hora em que o Instituto Planejamento Familiar nasce, o Grupo Mulheres do Brasil adere a essa pauta, porque ela, certamente, é uma das mais importantes, relevantes, para que a gente tenha transformações sociais definidas.

Os números no Brasil são, realmente, muito lamentáveis, quando a gente pensa em gestação não planejada. Nós temos um arcabouço legal, já preparado pela própria Constituição, que define que é direito básico da família ter o planejamento. Então, o que a gente precisa é de um dia que nos dê um momento de fala, um momento em que todo o país vai pensar e trabalhar essa pauta. Então, todos os institutos que pensam a questão da mulher, juntos, nesse dia, poderão trabalhar e direcionar essa questão, porque precisamos é de acesso, para que essas mulheres tenham acesso ao planejamento familiar.

E não há dúvida sobre a questão quando a gente pensa nos benefícios. Nenhum país evolui se não tiver planejamento familiar, se não tiver acesso a métodos contraceptivos, porque isso afeta o dia a dia da mulher, daquela família, daquele pai e daquela mãe, principalmente da mãe solo, que vai ter um filho que não estava planejado; isso afeta a existência todinha daquele filho. Então, quando as mulheres têm a probabilidade de avançar na própria formação, porque elas não ficaram grávidas na adolescência, elas têm direito a ganhar melhores salários, porque elas vão planejar a sua gravidez, vão planejar o seu estudo, vão criar filhos mais saudáveis, porque ela vai ter atenção para aqueles filhos que ela planejou ter, para aquela família planejou ter. Ela vai dispor de tempo, de dinheiro para oferecer comida para cada um. Hoje, a gente volta para o Mapa da Fome. Então, essa questão passa a ser essencial. Não adianta a gente falar de fome se a gente não falar de planejamento familiar junto com isso, porque, senão, você não tem como sobreviver. É enxugar gelo!

A prosperidade de uma nação está necessariamente ligada também ao direito constitucional que nós temos de planejar o desenvolvimento da família. E, quando a gente fala de planejamento familiar, também fala de questão racial, também fala da questão da gravidez na adolescência.

Ter um dia em que todos os institutos, inclusive os que estão aqui representados hoje, e toda a sociedade passem a falar sobre o tema traz clareza e traz possibilidade de maiores acessos, acesso também aos contraceptivos, que já estão previstos e já são fornecidos pelo SUS, pois o que a gente precisa é melhorar a política pública de acesso. Então, eu acho que a gente vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito à Senadora Mara Gabrilli por trazer esta pauta, por trazê-la para o Senado. Com grande fé e confiança, a gente vai avançar nesta pauta, a gente vai conseguir, sim, esse dia. O Grupo Mulheres do Brasil, com sua capilaridade, já se compromete em levar para todos os cinco cantos do país esta pauta, esta temática, com o dia ou sem o dia, mas, com o dia, realmente, a gente faz um melhor trabalho em toda a sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Alexandra Segantin, Diretora do Grupo Mulheres do Brasil.

Obrigada a todas vocês por estarem sendo tão precisas com o tempo.

Agora nós vamos ouvir as considerações da Diretora Executiva da Plan International Brasil, a Cynthia Betti.

A SRA. CYNTHIA BETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas.

Muito obrigada, Senadora.

É um prazer estar aqui com vocês.

Agradeço à Lilian que fez o convite para a Plan se juntar a este pleito que a gente considera tão importante.

Este ano, a Plan está fazendo 85 anos no mundo e 25 anos aqui no Brasil. E é um prazer estar aqui com vocês.

A gente realmente acredita que todas as crianças, adolescentes e jovens têm direito de ter suas próprias escolhas, livres e esclarecidas, e de ter controle sobre a sua saúde e vida sexual e reprodutiva sem coerção, sem violência, discriminação ou abuso. É fato que meninas e adolescentes são privadas da capacidade de exercerem esses direitos. Isso é particularmente verdadeiro para meninas e mulheres jovens que vivem na pobreza, em situações de crise ou de emergência ou que pertencem a grupos vulnerabilizados e excluídos, que muitas vezes enfrentam riscos adicionais à saúde e ao bem-estar devido à intersecção de múltiplas formas de discriminação que a gente vê, que a gente presencia diariamente. Assegurar os direitos de todas as crianças, adolescentes e jovens é fundamental para alcançar a igualdade de gênero, que é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como bem falou a Ana Clara.

As desigualdades de gênero e as normas sociais discriminatórias fazem com que as meninas, as adolescentes e as mulheres jovens muitas vezes não tenham voz, ação ou autonomia para tomar suas principais decisões em relação à saúde sexual e reprodutiva. E frequentemente é negado o acesso às informações e aos serviços relativos aos direitos à saúde sexual e reprodutiva. Isso pode deixá-las

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulneráveis e incapazes de se protegerem da gravidez não planejada e de infecções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV, bem como de complicações relacionadas à gravidez e ao parto.

Todas essas situações podem resultar em graves danos psicológicos para elas. As meninas e as mulheres jovens são frequentemente submetidas a graves violações dos direitos humanos, incluindo a violência, a exploração sexual e o casamento infantil. O Brasil é o quinto país do mundo em números absolutos de casamento infantil. E é uma violação que atinge desproporcionalmente as meninas em relação aos meninos. Vale ressaltar que uma pesquisa pioneira que a gente apoiou revelou que os cônjuges das meninas são cerca de nove anos mais velhos do que elas. O casamento infantil e a gravidez e a maternidade precoces facilitam o abandono escolar e o aumento do risco de exploração e violência sexual, violência doméstica, abuso, complicações e morte durante o parto. Além de colocar as vidas das meninas em risco, essas consequências também prejudicam o seu progresso, tendo um impacto negativo em suas famílias e comunidades e no desenvolvimento geral do país.

Os direitos sexuais e reprodutivos estão estipulados em vários instrumentos de direitos humanos e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Esses incluem, mas não se limitam, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o plano de ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda 2030.

O artigo 24 da Convenção sobre os Direitos da Criança expressa claramente que todas as crianças têm o direito de desfrutar do mais alto padrão possível de saúde e que nenhuma criança deve ser privada do seu direito ao acesso a esse serviço de saúde.

O Comentário Geral nº 4 do Comitê dos Direitos da Criança sobre a saúde e desenvolvimento de adolescência enfatiza que o casamento precoce e a gravidez são fatores significativos nos problemas de saúde relacionados à saúde sexual e reprodutiva e à necessidade de os estados proporcionarem aos adolescentes acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar e contraceptivos, riscos da gravidez precoce, prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, independentemente do estado civil e do consentimento dos pais ou responsáveis. Ele enfatiza particularmente a necessidade de respeitar os direitos dos adolescentes à privacidade e à confidencialidade, inclusive no que diz respeito ao aconselhamento sobre assuntos de saúde. Além disso, os estados são instados a tomar medidas eficazes para garantir que os adolescentes sejam protegidos contra todas as formas de violência, abuso, negligência e exploração.

Diante de tudo que eu coloquei, a Plan apoia a iniciativa do Instituto Planejamento Familiar na defesa da instituição do dia nacional do planejamento familiar por acreditar que os estados devem: ratificar e implementar integralmente todas as convenções ou acordos, o que exige que os governos alinhem todas as suas leis e políticas nacionais e locais a esses marcos; entender que é crucial combater as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades de gênero e as normas sociais que dificultem o exercício dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das crianças, adolescentes e jovens, em especial das meninas e jovens mulheres; defender que as meninas e as adolescentes, em particular, não sejam privadas da capacidade de exercerem esses direitos, seja pela falta de acesso à informação, à educação e a meios para evitar uma gravidez não intencional, seja por meio de uma gravidez precoce forçada, quando é fruto da violência sexual e da falta de acesso ao direito à interrupção da gravidez já prevista em lei.

Muito obrigada novamente.

Que em breve a gente possa estar aqui juntas comemorando a criação desse dia.

Obrigada a todas e todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP) – Obrigada, Cynthia, da Plan International Brasil, um órgão tão importante para nos trazer subsídios e informações.

Com a palavra agora a Diretora Executiva do Instituto Avon, Daniela Grelin.

Bom dia, Daniela.

A SRA. DANIELA GRELIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Obrigada, Senadora, por acolher o pedido para a criação desta data tão importante do dia nacional de planejamento familiar.

Quero cumprimentar também, agradecendo o convite, a Lilian Leandro e a Ana Clara Polkowski para que o Instituto Avon pudesse participar desta audiência e cumprimentar também a Cynthia Betti, a Alexandra, a Luciana Temer e todos os outros que se juntaram a nós aqui para esta discussão.

O Instituto Avon trabalha há duas décadas para que as mulheres possam ter acesso a uma vida livre de violência e tenham acesso à saúde também. Portanto, eu venho aqui com essa experiência ao tratar de dois problemas sistêmicos e complexos, a saber: a violência contra mulheres e meninas e o acesso à saúde.

E é com esta perspectiva da importância da revisão de modelos mentais ou de ressignificarmos modelos mentais para que as mulheres tenham acesso à informação e à conscientização, que lhes permitam se apropriarem de direitos previstos em lei, que a gente se coloca aqui ao lado do Instituto de Planejamento Familiar, para recomendar a criação de um dia, um marco no tempo, para que as mulheres de fato possam conhecer os direitos que lhes assistem. E só a partir desse conhecimento, de um debate qualificado, de espaços de conversa, possam se apropriar deles, porque a lei não tem, como a gente sabe, o seu efeito emancipador se a mulher não tem conhecimento dos direitos que lhe assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É dentro dessa perspectiva que nós apoiamos a criação de um dia, desse marco no tempo, para que se possa falar desse tema tão importante para a sociedade brasileira, que é o direito das mulheres e meninas ao planejamento familiar.

Quero agradecer, portanto, esse encontro, essa participação e devolvo a palavra a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Daniela. Obrigada mesmo.

A Daniela é Diretora-Executiva do Instituto Avon.

E agora eu quero chamar o Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, o Rodrigo da Cunha Pereira, nosso primeiro homem a se manifestar.

Está? (*Pausa.*)

A SRA. ANA CAROLINA PIRES DE SOUZA SENNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, bom dia. Senadora, sou Ana Carolina. Bom dia. Eu estou representando o Dr. Rodrigo da Cunha, também faço parte do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Ana Carolina. (*Pausa.*)

O microfone está desligado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Estou te agradecendo a presença, Ana Carolina. Obrigada por representá-lo. Então, continuamos só mulheres. (*Risos.*)

A SRA. ANA CAROLINA PIRES DE SOUZA SENNA (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço. É uma honra para mim estar aqui fazendo parte dessa discussão tão importante para a família e para a sociedade como um todo. Nós do IBDFAM que agradecemos a oportunidade de estar aqui falando desse tema superimportante.

Eu inicio a minha fala com a nossa Constituição Federal, que fala que a família é a base da sociedade e possui proteção especial do Estado. E é nesse mesmo artigo que ela traz o planejamento familiar, quando ela fala que "Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito [...]". E aí vem a lei regulamentadora, que a Senadora já citou, que é a Lei 9.263, de 1996, que traz o conceito desse "planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal." E aí eu trouxe o art. 4°, que eu acho que é bem importante para a discussão do nosso tema aqui, que é a instituição desse dia especial do planejamento familiar. Ele fala o seguinte: "O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da fecundidade." E vem bem ao encontro da fala da Dra. Daniela, que é a questão da informação, porque hoje nós temos uma lei regulamentadora, nós temos um direito constitucional ao planejamento familiar, à utilização dos métodos de concepção e contracepção em busca desse exercício, mas, neste Brasil continental que a gente tem, o que falta, além da efetivação, obviamente, é a informação, porque a questão da instituição do dia fortalece muito a informação. Quando a gente tem um dia especial destinado a um tema, existem campanhas que promovem, vários institutos – como nós, que estamos aqui – que promovem campanhas e divulgam, enfim, eu acredito que fortalece realmente essa informação de tamanha importância.

E aí o problema grave que a gente tem relativo ao tema, que já foi falado bastante, é a gravidez não planejada, porque hoje o percentual é de 55% – é um percentual altíssimo – e a gravidez na adolescência, que, embora tenha reduzido nos últimos anos, continua sendo alarmante e assustadora. Em 2020, foram 380 mil gestações nessa fase da vida, que, a depender da idade, representa até uma violência, porque, segundo a OMS, filhos de mães adolescentes têm maior probabilidade de apresentar baixo peso, maior probabilidade de morte do que os filhos de mães com 20 anos ou mais; durante o primeiro dia, ano de vida, os filhos nascidos de mães adolescentes apresentam taxas de mortalidade infantil de duas a três vezes maior do que de mães adultas e o aumento de até seis vezes na incidência de síndrome de morte súbita. Além disso, as mães adolescentes que engravidam têm maior probabilidade de desenvolver síndrome de hipertensão, partos prematuros, anemia, pré-eclâmpsia, desproporção fetopélvica, restrição do crescimento fetal, além de problemas consequentes dos abortos provocados. Ainda de acordo com dados do Ministério da Saúde, nas jovens de 15 a 19 anos, a probabilidade de mortes relacionadas à gravidez ou parto é duas vezes maior que nas mulheres de 20 anos ou mais; quando eu falo de menores de 15 anos, esse risco é aumentado em cinco vezes.

E outro dado importantíssimo trazido pela Dra. Ana Clara, para vocês terem uma noção, só nos primeiros quatro meses desse ano, 56.931 crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil, de acordo com os dados levantados pelos cartórios de todo o Brasil. É muita criança sem pai, não é? A gente ainda vive uma realidade na qual as mulheres sofrem muito mais com a falta da efetivação desse planejamento familiar. A gente tem um avanço, um avanço pequeno, mas progressivo na questão da guarda compartilhada, por exemplo, que é nossa área da atuação também no instituto, mas a gente sabe que, na realidade brasileira, são as mulheres que exercem esse papel da criação na maioria dos lares brasileiros. E, quanto a esse número das crianças registradas sem pai nos primeiros meses desse ano, foi o número recorde dos últimos anos, o que é assustador numa realidade que foi piorada pela pandemia, quando, na verdade, a gente precisaria ter verificado um crescimento, um progresso no tema.

Então, na realidade em que a gente vive, em que 55% das gestações não são planejadas – temos gestação na adolescência com números alarmantes também –, a efetivação desse planejamento familiar atende à proteção especial da família, da mulher, da criança e do adolescente, que são conferidas pela Constituição Federal, que fala que é dever da sociedade como um todo, da família, mas, especialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse caso, do Estado, propiciar esses meios de efetivação dos direitos e garantias fundamentais desse sujeito de proteção especial.

Bom, então, nós do Instituto Brasileiro da Família achamos importantíssima essa pauta e achamos que essa pauta atende à verdadeira efetivação da dignidade da pessoa humana, da paternidade responsável, da proteção especial da família, da criança e do adolescente. E aí a gente fala também na concepção, na contracepção e também nas políticas destinadas ao nascituro, à primeira infância. Nós acreditamos realmente que a instituição do dia do planejamento familiar fortalece e muito essa luta, que é importantíssima.

O Instituto Brasileiro de Direito da Família apoia essa iniciativa. Contem conosco para o que precisarem também. E agradeço muito a participação, agradeço a todos e todas aqui reunidos discutindo esta pauta tão importante. Muito obrigada pela participação.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada a você, Ana Carolina. Obrigada por ter representado o Instituto Brasileiro de Direito da Família no lugar do Dr. Rodrigo da Cunha.

E agora vamos ouvir as considerações da Diretora Nordeste da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, Roseana Faneco Amorim.

Eu aproveito para cumprimentar minhas amigas Senadoras: Zenaide, que está aí conectada, e Rose de Freitas também, nossas Senadoras que estão sempre presentes quando se trata de temas de tanta relevância.

Agora é com a Roseana Faneco.

A SRA. ROSEANA FANECO AMORIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. Tenho muita alegria de estar aqui. Um dia de festa para nós. Estamos encerrando Maio Laranja, que é o mês dedicado ao combate à violência e exploração sexual infantil. Não poderia ter um encerramento mais bonito. Quero dizer do meu orgulho dessas meninas lindas, batalhadoras, a Lilian e a Ana Clara, que fizeram com que isso acontecesse.

Eu sou representante também do Grupo Mulheres do Brasil aqui no Nordeste e falo em nome das 106 mil mulheres do Grupo Mulheres do Brasil, mas falo também e especialmente das mulheres do Nordeste, das mulheres sofridas, das mulheres que muitas vezes são esquecidas, já que as políticas públicas demoram bem mais tempo para chegar até aqui a nós. Então, nós do Grupo Mulheres do Brasil estamos empenhadas num trabalho de buscar, apoiar e estimular o planejamento, os contraceptivos, mostrar às mulheres.

Quero lhe dizer, Senadora Mara, o quanto é importante esta data, porque a gente precisa dar luz, a gente precisa dar visibilidade aos temas. E, quando a gente tem uma data para celebrar, a gente se une, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente se junta, as entidades se lembram do tema, e fica muito mais fácil combater tudo isso que as meninas também já trouxeram. Eu quero lhe dizer que o Brasil inteiro, mas especialmente o Nordeste e o meu Pernambuco, hoje, sob todas as águas do mundo que caíram aqui, estamos também emocionados e felizes em poder dizer à senhora o quanto é importante essa data, o quanto precisamos, o quanto as mulheres precisam ser protagonistas de suas vidas. E como sê-lo, se não podem sequer planejar ter o seu filho em condições decentes, em condições emocionais e psicológicas? A gente fala, e foi muito bem trazido o tema aqui, das questões de saúde física, mas a gente também tem que levar em conta uma menina sendo mãe. Como pode essa criança também fazer uso dos desejos, dos seus sonhos, como pode realizar-se como mulher e como pessoa?

Então, Senadora Mara, quero lhe dizer que a senhora tem a nossa gratidão: 106 mil mulheres estão aqui neste momento para agradecer à senhora e a todo o Senado a oportunidade que está sendo dada. Tenham certeza de que essa data não só será para o planejamento familiar, mas será a data das mulheres, que vão lembrar sempre de vocês que cuidaram, estimularam e pensaram nos sonhos das mulheres que precisam ser realizados. Nós estamos felizes e muito gratas, porque temos certeza de que brevemente a senhora nos dará esse privilégio, junto com o Senado, de celebrarmos essa data. E o Instituto Planejamento Familiar será, sim, o precursor dessa história, e muito nos honra fazem parte dela.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Roseana.

Eu fico muito feliz de você ter participado. Você acabou chegando mais de última hora, não é? Agradeço ao Senador Humberto Costa. E quero me solidarizar a você e a todos os pernambucanos que estão passando por esse momento tão difícil.

E agora eu convido o representante do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fiocruz, o Marcos Augusto Bastos Dias, nosso único e corajoso homem.

O SR. MARCOS AUGUSTO BASTOS DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, bom dia a todas. É um prazer estar aqui, Senadora Mara Gabrilli, muito obrigado pelo convite.

O lugar do Fernandes Figueira, na verdade... A Fiocruz tem várias instituições e, como instituto nacional, uma das nossas missões é apoiar o Ministério da Saúde nas suas ações em relação à saúde das mulheres, da criança, dos adolescentes.

Então, quero dizer, assim, da alegria de ver essa mobilização. Acho que a Alexandra postou. E a ação mais efetiva na redução da mortalidade materna no Brasil nos últimos 20 anos foi a ampliação do acesso das mulheres aos métodos contraceptivos. Então, essa é uma ação que efetivamente salva vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou médico ginecologista e obstetra, atuo na assistência. Então, eu queria falar não como homem, embora os homens tenham o dever de participar do planejamento familiar, da saúde reprodutiva, mas eu queria me colocar no lugar de um profissional de saúde que vai fazer 40 anos de formado esse ano.

Trabalho com pesquisa. O nosso grupo realizou o Nascer no Brasil. E o mais triste de descobrir que 55% das maternidades, das gestações no Brasil são não planejadas foi, ao entrevistar as mulheres nas maternidades, no pós-parto, a gente descobrir que 25% delas, já com o bebê ao seu lado – 25% de 24 mil mulheres –, disseram que eles não eram desejados.

Então, isso mostra a dureza da vida das mulheres de enfrentarem uma gestação não planejada, mas de, ao final de todo o processo, dizer que ainda esses bebês não são desejados. E aí a gente sabe... Vocês foram todas muito eficientes no sentido de mostrar os diversos problemas.

Eu, Senadora Mara, me inspiro na questão da mortalidade materna, o Dia de Redução da Mortalidade Materna, que a gente comemora, a gente celebra em maio. Acabamos de passar por esse dia, e é um dia em que a sociedade um pouco presta conta, porque a visibilidade, na verdade, é um instrumento que as mulheres têm para que elas possam cobrar os seus direitos.

Então, eu imagino que a gente possa nesse dia saber o quanto de método contraceptivo foi adquirido – o quanto de método contraceptivo –, que métodos modernos foram distribuídos e como os municípios permitiram a essas mulheres terem acesso a esses métodos. Nós temos histórias nos últimos anos de perda de método contraceptivo, de não acesso aos métodos num país com todas as dificuldades que o Brasil tem.

Então, eu acho a iniciativa muito louvável e que ela seja um motivo para que a gente qualifique essa data para a gente olhar para essa questão e para a gente poder dizer: "Olha, como podemos melhorar o acesso das mulheres?". Mas há uma questão – e aí eu estou falando realmente do lugar do profissional de saúde – que é a gente muitas vezes ver que, para as meninas, o problema não é a falta do acesso, é a falta da educação. A gente precisa que o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, o acesso aos métodos caminhe junto com a educação, porque, sem a educação, sem a possibilidade de um projeto de vida, o que a gente vê é que, muitas vezes, as meninas acham que a gravidez e a maternidade são um projeto. É muito frustrante para nós, que atendemos adolescentes, perceber que, apesar de todo o esforço que nós fizemos no sentido de que ela tivesse alta da maternidade usando um método contraceptivo depois de uma gravidez não planejada, dois, três anos depois ela volta para a gente grávida novamente.

Então, eu queria muito parabenizar a iniciativa, mas que a gente pudesse comemorar o dia do planejamento familiar junto com as informações sobre a melhoria da escolaridade das mulheres, da ampliação aos métodos, à educação, para que a gente pudesse acreditar que isso vai ser efetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e muito sucesso, essa é uma ação maravilhosa. Parabéns a todas vocês pela militância e por todo esse trabalho, que é impagável.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Parabéns, Marcos Augusto, muito obrigada. O Marcos Augusto é da Fiocruz, do Instituto Nacional Fernandes Figueira, que trata da saúde da mulher, da criança e do adolescente. Estamos todos, Marcos Augusto, desesperados já por essa data, por esse 26 de setembro.

Eu quero agradecer a todas e a todos, lembrando que a nossa Anastasia Divinskaya, que seria a representante da ONU Mulheres, não conseguiu confirmar a participação. Então, a gente agradece a todos os que vieram, a todas as que vieram e que nos trouxeram nesta manhã tantas reflexões importantes sobre as políticas públicas de planejamento familiar em nosso país.

Eu queria agradecer, mais uma vez, à Ana Clara e a Lilian e reiterar o nosso compromisso de propor o projeto de lei para criação do dia nacional. Eu desejo que, com isso, possamos contribuir para garantir esse direito humano que tem o potencial de transformar a vida de milhões de brasileiros e aprimorar os mecanismos de empoderamento das mulheres em nossa sociedade.

Então, muito obrigada pela disponibilidade de vocês, muito obrigada pelo envolvimento de vocês com essa causa.

Uma semana maravilhosa para todo mundo!

Obrigada. Obrigada mesmo, de coração.

Eu declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia um de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Simone Tebet, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Fabiano Contarato, Leila Barros, Nelsinho Trad e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima quinta, décima sétima e décima oitava reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nas cidades de Aracaju e Umbaúba/SE, nos dias 13 e 14 de junho de 2022, com o objetivo de acompanhar as medidas adotadas pelas autoridades acerca da morte do cidadão Genivaldo de Jesus Santos, em abordagem realizada por agentes da Polícia Rodoviária Federal no município de Umbaúba/SE." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 90, XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de diligências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de investigar as denúncias de violência política." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 27, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de diligências externas, em locais e datas a serem oportunamente definidos e informados, com o objetivo de acompanhar os casos de violência policial em nosso país." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. Às nove horas e cinquenta e sete minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e sete minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos, senhoras e senhores.

Tendo o quórum regimental, eu declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 15ª, 17ª, 18ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Mas, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores que nos acompanham pela TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu queria iniciar esta nossa sessão de hoje, que é extremamente importante, fazendo aqui um registro muito triste e, ao mesmo tempo, que nos produz em todos uma profunda indignação.

Nesta semana, a ex-Deputada Federal Manuela d'Ávila, do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, informou ao Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul de que estaria abdicando de ser candidata ao Senado Federal nas eleições de 2022, e a principal alegação da ex-Deputada é o conjunto de denúncias, de ameaças, de intimidações que ela tem sofrido e que sua família, em particular, tem sofrido também.

Todos nós nos lembramos de 2018, quando ela foi candidata à Vice-Presidência da República na chapa junto com o Partido dos Trabalhadores, ao lado do ex-Ministro e ex-Prefeito de São Paulo Fernando Haddad, e, por intermédio das redes sociais, por intermédio de ataques de ordem pessoal, ela foi vítima das acusações mais vis, das notícias falsas mais absurdas, de envolvimento de pessoas de sua família em ameaças também, inclusive sua própria filha, seu marido, outras pessoas, o que é uma clara demonstração de como a violência política no Brasil continua a fazer vítimas.

Eu pessoalmente aqui quero, primeiramente, desejar que essa decisão não seja definitiva. A ex-Deputada Manuela d'Ávila é um dos exemplos vivos mais importantes de uma Parlamentar comprometida, competente, séria, honesta, que orgulha o povo do Rio Grande do Sul, que já lhe deu votações massivas, seja como candidata a Deputada, eleita Deputada Federal, seja como candidata à Prefeitura de Porto Alegre, que ela já foi, é um exemplo e um orgulho para todos nós. E me lembro – e faço um paralelo aqui – do também ex-Deputado Jean Wyllys, que foi obrigado a sair do Brasil, dada a gravidade das ameaças dos atentados que haviam sido organizados contra a sua pessoa, e ele se viu obrigado a renunciar ao seu mandato e a viver fora do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inaceitável isso num país como o nosso, que tem na sua Constituição o direito de ir e vir, o direito de expressão e o direito à preservação da sua integridade pessoal, psicológica, enfim.

Então, eu queria fazer esse registro e quero lamentar. Como eu disse, espero que não seja uma decisão definitiva. O Brasil precisa da ex-Deputada Manuela d'Ávila. E quero aqui externar a minha absoluta e total solidariedade a ela.

Quero também registrar aqui dois episódios que nós tivemos na semana passada que realmente são profundamente preocupantes e que produzem também uma indignação absoluta.

Tivemos, no Rio de Janeiro, a ocupação de um complexo de favelas – a Favela do Cruzeiro, não é? –, onde, com a responsabilidade do cumprimento de ordens de prisão para várias pessoas acusadas de serem integrantes do tráfico de drogas e de praticarem outras atividades criminosas, houve, na prática, não o cumprimento dos mandados de prisão, mas um verdadeiro morticínio, em que pelo menos uma pessoa que estava em casa foi morta por bala perdida; outras, que foram mortas e identificadas, não tinham passagens pela polícia; e, mesmo quanto àquelas que tinham passagem pela polícia, a legislação brasileira é muito clara no sentido de que não há pena de morte no nosso país e que, portanto, as pessoas que cometem crimes devem ser julgadas na forma da lei. Houve, inclusive, uma manifestação do Ministro Edson Fachin, recomendando ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e à Polícia Civil respostas muito claras, no sentido de que esse episódio fosse devidamente esclarecido, bem como medidas fossem tomadas para a redução da letalidade policial naquele estado.

O Governador do Estado lamentavelmente se manifestou sobre o episódio, generalizando e afirmando que eram todos marginais, como se fosse ele o juiz do caso, não é? Isso quem tem que dizer é a Justiça. E, por outro lado, afirmou – e todos nós esperamos que isso venha acontecer – que, nos próximos dias, todos os policiais terão que trabalhar com câmeras que possam filmar as ações policiais.

Isso é muito bom para a defesa dos próprios policiais, para o esclarecimento de situações em que eles são vítimas da ação de marginais, identificar essas situações e, ao mesmo tempo, também ser um fator para identificação da correção ou não das abordagens que são feitas pelos policiais, esses episódios de denúncias de massacres que têm sido feitos. Então, nós esperamos que o Governador do Estado do Rio de Janeiro, em vez de fazer esse discurso de um julgador, que ele possa realmente cumprir a sua responsabilidade e a lei e implantar de imediato essas medidas.

E, por último, o principal motivo desta reunião de hoje, que foi o episódio acontecido no Estado de Sergipe, envolvendo o cidadão Genivaldo de Jesus Santos, que foi vítima da ação arbitrária, absolutamente ilegal, por parte de alguns componentes da Polícia Rodoviária Federal naquele estado.

E eu digo claramente de alguns componentes, porque a Polícia Rodoviária Federal, ao menos até o início deste Governo, sempre se caracterizou por ser uma polícia técnica, uma polícia que sempre atuou, nos limites da sua atribuição constitucional, com eficiência. São notórios os números que, antes deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, existiam de redução de acidentes nas estradas federais, de planos que previam – e que, depois, o Governo revogou, mas a Justiça determinou que deveriam continuar – os medidores de velocidade nas estradas brasileiras. Enfim, a Polícia Rodoviária Federal sempre se caracterizou por ser uma polícia de Estado e competente.

No entanto, nós assistimos a um episódio em que um grupo de integrantes da Polícia Rodoviária Federal apreendeu um cidadão porque estava dirigindo a sua motocicleta sem capacete, coisa que o Presidente da República faz toda hora e não é molestado por ninguém, faz questão de desrespeitar a legislação, mas esse cidadão, diferentemente do Presidente, que nenhuma multa recebe, foi detido, foi algemado, imobilizado, colocado no bagageiro de um automóvel que serve como prisão também, e, ali, um dos policiais aplicou uma bomba de efeito moral, um gás, que terminou por produzir, segundo o Instituto de Medicina Legal, a morte de Genivaldo por asfixia, ou seja, algo que não tem qualquer base nas orientações que os policiais recebem em termos de abordagem que deve ser feita em relação a essas pessoas, com o agravante de que Genivaldo era uma pessoa que tinha transtorno mental. Era tratado, inclusive, por conta disso. Já tinha vivenciado uma situação de abordagem em que ele resistiu. Isso gerou um processo, do qual ele foi absolvido, exatamente por ter havido o entendimento de que a sua reação à prisão decorreu de estar, naquele momento, sob a vigência plena do transtorno mental que ele tinha. E foi alegado, inclusive, por pessoas que estavam naquele momento, parentes dele, que era uma pessoa que tinha um transtorno mental, e, no entanto, foi tratado dessa maneira.

Hoje, no Brasil, já é claro: diante de um surto que um paciente apresente, uma crise que apresente, o Samu está preparado para fazer esse atendimento. Não há por que ser aplicada violência para a contenção de uma pessoa nessas condições, não é?

Alguns alegam que, dias antes, dois policiais rodoviários federais teriam sido mortos por uma pessoa a quem eles tentavam ajudar. Certamente isso também foi uma situação que consternou a todos nós, uma situação inaceitável, absurda, e, de certa forma, talvez produzida pela ingenuidade, naquele momento, que os policiais apresentaram, pelo fato de que aquela pessoa nitidamente era portadora também de um transtorno mental. Todos nós nos solidarizamos com as famílias, com os policiais, mas uma coisa não gera justificativa para que outra aconteça.

Então, é por essa razão que, no dia de hoje, nós queremos aprovar uma diligência desta Comissão de Direitos Humanos que possa ir ao Estado de Sergipe, conversar com a família, conversar com as autoridades locais, para que nós possamos saber do andamento das investigações. Afinal de contas, o papel da polícia, o papel das autoridades é de preservar a vida, e não de retirar a vida de quem quer que seja, não é? Nós então pretendemos, no dia de hoje, aprovar essa diligência. Convidamos diretamente os Senadores do Estado de Sergipe para que possam acompanhar. Vou, inclusive, dirigir pessoalmente um ofício a cada um deles e à Senadora, no sentido de que possam acompanhar, porque eu acho que esse foi um tema que indignou a população de Sergipe como um todo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, juntamente com o Senador Rogério de Carvalho, que é do Estado de Sergipe, nós apresentamos um projeto de lei que concede à família de Genivaldo de Jesus uma indenização no valor de R$1 milhão e a previsão de uma pensão vitalícia no valor de um salário mínimo. Isso certamente não vai trazer de volta a vida de Genivaldo, mas certamente vai minimizar o sofrimento dessa família, que tinha em Genivaldo o único provedor que a família dispunha. E esperamos que, no espaço de tempo mais curto, este Senado Federal possa aprovar a concessão dessa indenização e dessa pensão.

Expediente.

A Secretaria da Comissão de Direitos Humanos recebeu os seguintes documentos:

– do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Goiás, que encaminha um relatório de inspeção *in loco* realizada no Presídio Estadual Especial de Planaltina de Goiás, a fim de apurar denúncias de tortura e maus-tratos em desfavor de prisioneiros custodiados pelo estado e, ao final, indicam graves violações dos direitos humanos dos prisioneiros da unidade e expõem as recomendações do comitê para tratar da situação;

– da Câmara Municipal de Santo André, que encaminha a moção de aplauso ao Dia Internacional da Mulher;

– da Câmara Municipal de Araçatuba, que encaminha moção de repúdio ao Deputado Estadual Arthur do Val, recentemente cassado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;

– da Grande Assembleia Aty Guasu, Guarani e Kaiowá, que relata situação de conflito e assassinato de indígena em Coronel Sapucaia e requer apoio desta Comissão no sentido de promover diligências necessárias para o fim de apurarem *in loco* a situação de conflito – nosso desejo hoje, inclusive, é a aprovação de um requerimento mais amplo, mais geral no sentido de que, em situações como essa, por exemplo, nós possamos fazer a diligência sem a necessidade de uma aprovação específica, mas com uma aprovação genérica, e lá comparecer e identificar os fatos;

– do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que encaminha um *e-mail* da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), que apresenta documentos elaborados com contribuições para subsidiar as discussões e propostas para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental; este conselho também encaminhou as Atas das 25ª e 26ª Reuniões Extraordinárias, a minuta do novo Regimento Interno do Conselho e, por último, nota de repúdio aos abruptos cortes promovidos pelo Governo Federal no orçamento destinado à regularização fundiária quilombola, à política indigenista e à política de reforma agrária;

– do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que encaminha a sua composição e coordenação atual;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, São Paulo, que encaminha moção de repúdio às declarações ofensivas e desrespeitosas às mulheres ucranianas e brasileiras proferidas pelo então Deputado Estadual Arthur do Val, também conhecido como Mamãe Falei;

– da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, moção de apoio à atuação do Congresso Nacional em defesa da vida desde a concepção;

– do Procurador-Geral da República, que encaminha, por dever legal, ofício da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo no bojo do Inquérito Civil 1.34.001.006830/2015-9. O documento sugere alteração da legislação federal para criar e regulamentar o regime de cotas raciais nas seleções públicas simplificadas de caráter temporário e apresenta a respectiva fundamentação;

– do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que encaminha duas moções: a primeira se manifesta em defesa dos direitos dos povos originários, pela revogação da Lei nº 13.901, de 2019, e contra a aprovação do PL 490, de 2007, e a segunda repudia os cortes de recursos para ciência e tecnologia no Orçamento da União;

– da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, que encaminha moção de apoio ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 7.364, de 2014, que altera a Lei 9.263, de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização;

– da Câmara Municipal de Cascavel, Paraná, que solicita apresentação de projeto de lei que cria um rito especial, visando dar celeridade para as ações de investigação de paternidade;

– da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, São Paulo, que encaminha cópia do relatório final da comissão especial originária dessa câmara cujo objetivo era estudar profundamente a violência contra a mulher nesse município de São Paulo, além de propor medidas de apoio às mulheres;

– da Advocacia-Geral da União, que solicita informação referente a ações judiciais e administrativas de proteção internacional aos direitos humanos;

– do Ministério da Economia: resposta ao ofício da CDH que requereu a revisão da Instrução Normativa nº 2, de 2014, da Secretaria de Previdência Social, e da Orientação Normativa nº 16, de 2013, do Ministério do Planejamento.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis no Portal da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses termos, aviso que os documentos lidos na 14ª Reunião desta Comissão serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar a votação dos requerimentos, eu queria aqui fazer um outro registro muito sério, muito grave, muito importante.

Como é do conhecimento de todos, nós, no Estado de Pernambuco, estamos enfrentando, neste momento, a maior tragédia recente da nossa história com as chuvas, as verdadeiras enxurradas que se abateram sobre o nosso estado, inclusive com número de mortes superior a 106.

Já tive oportunidade pessoalmente de externar a minha solidariedade, de definir tarefas para as pessoas que trabalham comigo, no meu gabinete, no sentido de externar, em atos concretos, essa solidariedade, mas quero também, aqui, na Comissão, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, em nome desta Casa, apresentar a nossa mais absoluta e irrestrita solidariedade, cobrar ações de todas as autoridades envolvidas nesse socorro à população e esperar que, num espaço de tempo mais curto, nós possamos ter uma grande operação de reconstrução que devolva às pessoas as suas residências, que devolva, enfim, a sua vida.

Portanto, quero deixar aqui registrada essa solidariedade.

Como sou autor do primeiro requerimento, o Requerimento nº 25, de 2022, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que ele possa fazer a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Senador Humberto Costa. Assumo a Presidência.

Antes mesmo do requerimento, eu queria me somar a toda a fala de V. Exa. V. Exa. lembrou muito bem que Manuela D'Ávida é uma liderança jovem do PCdoB do Rio Grande do Sul, uma das Parlamentares mais votadas na história do Rio Grande, está em primeiro lugar na disputa para o Senado, e voltou a sofrer ataques, como ela vem sofrendo ao longo da sua vida. Por isso, como V. Exa. explicou muito bem, em nome da filha, da família, ela está retirando a sua candidatura. Ela não está disposta a concorrer, mas acredito, como disse também V. Exa., Presidente, que, quem sabe, ela possa rever essa posição.

Quero também me somar quanto ao massacre destacado, criminoso, covarde, no Rio de Janeiro. Quero também me somar a V. Exa., que, como Senador de Pernambuco, colocou muito bem, em torno de cem mortes nesse desabamento.

Por fim, o requerimento que V. Exa. vai defender a seguir. Genivaldo foi assassinado covardemente, jogado no camburão, e jogaram uma bomba de gás, e morreu asfixiado.

Meus cumprimentos a V. Exa. ao citar os quatro casos. Eu me somo à fala de V. Exa., que citou essas tristes situações.

Então, de imediato, seguindo a sua orientação, consulto os Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não há quem queira discutir, coloco em votação a inclusão extrapauta dos requerimentos que logo vamos também apreciar. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós vamos, então, ao Requerimento n° 25, de sua autoria, Senador Humberto Costa.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 25, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nas cidades de Aracaju e Umbaúba/SE, nos dias 13 e 14 de junho de 2022, com o objetivo de acompanhar as medidas adotadas pelas autoridades acerca da morte do cidadão Genivaldo de Jesus Santos, em abordagem realizada por agentes da Polícia Rodoviária Federal no município de Umbaúba/SE.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Autoria: Senador Humberto Costa, a quem passo a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Agradeço, Sr. Presidente, pela leitura do requerimento.

Como eu já disse, é papel da Comissão de Direitos Humanos do Senado acompanhar situações em que haja flagrante desrespeito às garantias, aos direitos elementares e aos direitos individuais mais elementares, e acredito que esse é um dos casos mais emblemáticos.

Por essa razão é que eu peço aos nossos pares, às nossas Senadoras e Senadores, a aprovação desse requerimento, para que possamos, nos dias 13 e 14, estar em Aracaju e em Umbaúba tratando desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos, de imediato, à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao Requerimento 26, também de sua autoria, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, DE 2022

Requer, nos termos do art. 90, XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de diligências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de investigar as denúncias de violência política.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

As datas e localidades serão oportunamente definidas.

A autoria é do Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sim, Sr. Presidente, em verdade, nós temos assistido – e hoje nós demos um exemplo claro quando falamos da decisão da ex-Deputada Manuela D'Ávila de não concorrer a essas eleições – à existência de muitas ações e atos de violência política. Aqui já tivemos, inclusive, oportunidade de fazer uma sessão especial para tratar desse tema e nos comprometemos com as instituições que aqui compareceram a fazermos diversas diligências, especialmente naqueles casos mais gritantes que envolvem Parlamentares eleitos em 2020 que, pela sua condição de serem mulheres, de serem pessoas negras e de serem pessoas trans, têm sido vítimas permanentes de ataques, de ameaças, de denúncias, além da própria violência policial, que envolve militantes de determinadas correntes políticas. Portanto, com a aprovação desse requerimento, nós estaríamos aptos a atender com mais urgência a realização de diligências para o acompanhamento desses fatos. (*Pausa.*)

Tivemos uma interrupção? (*Pausa.*)

Estamos aguardando aqui a conexão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... nº 27, de 2022, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, DE 2022

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de diligências externas, em locais e datas a serem oportunamente definidos e informados, com o objetivo de acompanhar os casos de violência policial em nosso país.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

O Senador Humberto Costa está com a palavra para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, tivemos aqui uma breve interrupção da fala de V. Exa., no momento em que colocaria em votação o Requerimento nº 26, de modo que eu pedirei que V. Exa. possa, em seguida, quando for aprovar o de nº 27, colocá-los em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Perfeito!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Na verdade, essa preocupação com esse requerimento se dá também diante do fato de que se têm reproduzido, repetido e multiplicado situações em que maus policiais, maus guardas municipais, mas autoridades que têm o papel de proteção das pessoas e da vida humana, têm destoado daquilo que é a sua responsabilidade. E é função desta Comissão de Direitos Humanos se manifestar diante desses casos. Uns desses são esses que já citamos: as ocupações da Vila Cruzeiro, as ocupações do Jacarezinho, violências que são registradas muitas vezes por vídeos no Instagram e em outras redes sociais, em que assistimos a policiais ou guardas municipais ou policiais entre policiais cometendo atos de violência.

Então, o objetivo também é que, naquelas situações em que se fizer necessária a presença da Comissão de Direitos Humanos, nós tenhamos já uma autorização por parte da Comissão.

Gostaria também aqui de agregar – e nós o faremos por escrito – ao Presidente da Casa que, quando da realização dessas diligências, inclusive daquela que faremos na próxima semana em Aracaju, nós possamos contar com o total apoio por parte desta Casa, no sentido de envio de agentes da Polícia Legislativa, de garantia de infraestrutura para a locomoção dos Senadores.

Recentemente, nós estivemos em Roraima para realizar uma diligência e, não fosse a generosidade tanto do Senador Chiquinho Rodrigues quanto do Senador Telmário Mota, dificilmente nós conseguiríamos realizar as ações que lá fizemos. É importante também aqui registrar o suporte que nos foi dado pelas Superintendência da Polícia Federal lá em Roraima. E eu espero, o mais brevemente possível, poder trazer a esta Comissão o relatório daquela visita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas gostaria de fazer essa referência porque é necessário que, para o exercício do mandato parlamentar, as condições sejam integralmente garantidas para esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Como solicitou o autor do requerimento, como uma medida de prevenção – só que houve um corte na minha fala aqui, porque eu estou no Rio Grande do Sul –, eu boto em discussão e votação em bloco os requerimentos por ele defendidos.

Aqueles que queiram discutir a matéria, por favor, se pronunciem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos direto à votação.

Aqueles que concordam com a votação em bloco dos requerimentos defendidos pelo Senador Humberto Costa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

Nada mais havendo a tratar na presente reunião, agradeço o comparecimento de todos os Senadores e Senadoras que aqui estiveram e reforço o convite a todos os Senadores que queiram participar dessa diligência ao Estado de Sergipe, mas muito especialmente aos Senadores daquele estado: a Senadora Maria do Carmo, o Senador Alessandro Vieira e o Senador Rogério Carvalho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Flávio Arns e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 16/2022 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre o estudo "O futuro é público" e lançar a campanha "se é público é para todos". Participantes: Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e Conselheira eleita pelos empregados para o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal; Deyvid Bacelar, Presidente da Federação Única dos Petroleiros - FUP; Sergio Takemoto, Diretor-Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE; Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF; e Luiz Alberto dos Santos, Assessor Jurídico do Comitê e Doutor em Ciências Sociais. O Senhor Presidente concede a palavra à Deputada Federal Érika Kokay. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas. Vamos de imediato iniciar os trabalhos da nossa Comissão no dia de hoje.

Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 16, de 2022, da CDH, de nossa autoria, para debater sobre o estudo "O futuro é público" e lançar a campanha "se é público é para todos".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu gostaria de, antes de iniciarmos os trabalhos com os convidados, dividir com vocês a tristeza desse momento. A mulher do jornalista britânico Dom Phillips, Alessandra Sampaio, disse hoje que o corpo do jornalista e do indigenista Bruno Pereira foram encontrados. Eles estavam desaparecidos há mais de uma semana na Terra Indígena Vale do Javari no Amazonas.

Independentemente de qualquer fala, é triste a gente ver a que ponto chegou o nosso país. O mundo todo faz protestos. Tínhamos a esperança, porque a esperança nunca morre, de que eles estivessem vivos. Infelizmente, tudo indica que foram assassinados por defenderem os povos indígenas, por defenderem o meio ambiente, por defenderem a terra da nossa gente.

Eu pediria a todos, em posição de respeito, que fizéssemos, na abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, um minuto de silêncio de pé.

Peço a todos que se levantem aí, como eu me levantarei aqui.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Antes mesmo de iniciarmos os trabalhos, agora do motivo do debate de hoje, naturalmente, se alguém quiser tocar no tema, terá toda a liberdade para tocar.

Eu queria lembrar que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Humberto Costa, e o Vice, Contarato, ambos, como eu entrei com o requerimento, pediram que eu presidisse, como eu fazia no passado também. Então, de pronto, eu agradeço a ambos, porque, toda vez que a gente entra com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento, sempre nos ofertam a possibilidade de presidir. Então, muito obrigado, Humberto Costa; muito obrigado, Contarato.

A partir de agora, nós vamos aos trabalhos da nossa reunião de hoje. Eu vou, como sempre faço neste primeiro momento, fazer uma pequena abertura dos trabalhos situando o tema, e em seguida falarão os nossos convidados. Eu vou ler depois em seguida o nome dos convidados e um minicurrículo. Então, eu faço aqui uma localização, uma atualização do tema para todos que estão nos assistindo neste momento.

Ontem, 12 de junho, foi o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. O trabalho infantil é consequência do aumento da fome, da miséria e da pobreza, do afastamento do Estado, de governo sem compromisso com o social. Pesquisa, a partir de dados do Banco Mundial, aponta que o Brasil pode ter quase 6 milhões de crianças nessa situação.

É um cenário dramático. A fome no Brasil atinge mais de 33 milhões de pessoas, cem milhões vivem na insegurança alimentar. O desemprego campeia solto. Essa triste realidade é proveniente da falta de políticas públicas, que é o tema de hoje, falta de compromisso com o crescimento e o desenvolvimento do país, e o público para isso todos nós sabemos que é fundamental.

No último dia 12 de abril, completaram-se 32 anos da Lei 8.031, de 1990, que instituiu o primeiro Programa Nacional de Desestatização. A primeira vítima foi a Usiminas, que era uma das estatais mais lucrativas.

A elas seguiram-se outras várias empresas. Primeiramente, as siderúrgicas, as petroquímicas, as mineradoras; em seguida, as telefônicas. E hoje temos na lista Eletrobras, Petrobras e os nossos bancos principais.

Depois vieram as ferrovias, rodovias, os portos, aeroportos, os bancos... Mais recentemente, o saneamento básico. Quase toda a infraestrutura brasileira, setor estratégico para o desenvolvimento social, foi desnacionalizada e entregue à iniciativa privada. Mas, enfim, senhoras e senhores, a que preço? Com quais resultados nós chegamos a esse momento?

E aqui eu estou enfatizando tudo isso pela importância desta audiência pública.

A privatização implica, em regra, aumento de custo e redução de qualidades e da cobertura dos serviços; piora das condições dos trabalhadores, perda da transparência das empresas e do controle democrático sobre as decisões. Há que se dizer que as privatizações fizeram estragos em toda parte do mundo, e alguns países foram voltando atrás.

Na Alemanha, nos últimos 20 anos, mais de 400 serviços privatizados voltaram às mãos do Estado; nos Estados Unidos, foram mais de 230; na França, 156. Tudo que voltaram. Na Espanha, 119; no Reino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unido, 110. No mundo todo, entre 2000 e 2017, mais de 1,4 mil serviços públicos que tinham sido privatizados foram reestatizados.

Esses dados constam no *O Futuro é Público*, levantamento realizado pelo TNI, Centro de Estudos em Democracia e Sustentabilidade, com sede na Holanda.

Esse livro recebeu, em 2020, uma versão em português, que estava disponível, porém apenas por meio eletrônico. Na audiência de hoje, temos a honra e o privilégio de ver aqui ser lançada a edição impressa, que, além de vários casos analisados, traz também um adendo sobre o Estado no pós-pandemia e a privatização no Brasil.

O livro traz dados para subsidiar e fortalecer a defesa do Estado contra as simplificações, contra as omissões deliberadas. Essa obra vem em boa hora, porque agora os privatistas se lançam sobre os Correios, sobre a Eletrobras, sobre a Petrobras. Daqui a pouco, sobre as universidades – que já vimos alguma coisa surgindo na Câmara dos Deputados –, sobre a rede pública de educação básica e até mesmo também vimos já algumas coisas investindo no Sistema Único de Saúde, um verdadeiro herói – o Sistema Único de Saúde – em época de pandemia. Só como exemplo.

É hora de defender as empresas e os serviços públicos da ação predatória e da visão de curto prazo dos agentes do mercado. Por isso estamos aqui.

É hora de reafirmar que a gestão pública tem compromisso com a coletividade, olhar para o futuro, e não apenas para o presente, que visa ao bem-estar social, e não ao lucro rápido e fácil.

É hora de afirmar que a gestão pública democrática e transparente é o caminho mais eficaz para induzir o crescimento econômico e sustentável, para reduzir as desigualdades e promover a inclusão, para apressar os serviços públicos, com eficiência, com qualidade e com responsabilidade, tanto responsabilidade ambiental como social.

Se há serviços públicos eficientes, há servidores públicos preparados. Esses profissionais trabalham com coração e alma sempre defendendo uma sociedade melhor – e demonstraram isso durante todos esses períodos. Então, estão eles sempre ao lado da população, sempre em alerta para ajudar. A máquina pública sem eles não funciona. Por tudo isso, devem ser reconhecidos, pois são dedicados brasileiros. Servir é trabalhar em favor de alguém.

Querem acabar com o direito dos trabalhadores da área pública e privada? Apontam servidores como se eles fossem o problema do país. Eu sempre digo que servidor não é problema, servidor é solução.

O combate à fome, à miséria e à pobreza, a geração de empregos, a preservação do meio ambiente, saúde de qualidade, educação digna e segurança passam efetivamente pelo fortalecimento do Estado e das empresas públicas e pela valorização dos servidores públicos. Vivemos tempos difíceis, sombrios. Todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós sabemos que temos que ficar atentos. Atacam a democracia, pregam o ódio, a violência, o racismo, a discriminação. Não é este o país que queremos.

Ontem, no Dia dos Namorados, eu tive a ousadia de colocar um *card* dizendo sim ao amor, não ao ódio. Vida longa ao Dia dos Namorados!

Buscamos o bem-estar social, a felicidade individual e coletiva dos brasileiros, uma economia propulsora de trabalho e renda. Queremos que o Brasil volte a ser grande e respeitado em todo o mundo.

Essa é a fala de abertura.

Eu sei que teremos aqui uma excelente audiência pública.

De imediato, eu vou aqui discorrer rapidamente sobre os participantes: Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa e coautora do livro *O Futuro é Público*; Deyvid Bacelar, Presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP); Sergio Takemoto, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae); Marcus Vinicius Vidal, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf); Dr. Luiz Alberto dos Santos, advogado, doutor em Ciências Sociais, membro do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Vamos agora já discorrer e passar a palavra aos convidados.

Eu fiz a minha fala de abertura, agora falam os convidados. Se alguém quiser mudar por um motivo ou outro, terá toda a liberdade, mas aqui, pela minha lista de organização, eu começo com a Dra. Rita Serrano, que terá a palavra por dez minutos. Na sequência, o Deyvid, o Sergio, o Marcus e o Dr. Luiz.

Dra. Rita Serrano, a palavra é sua por dez minutos. (*Pausa.*)

Já está na tela? Se não está, eu vou tocando em frente.

A SRA. RITA SERRANO – Não, eu estou aqui, Senador. Eu estou vendo como é que eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Vamos lhe aguardar. Vamos lhe aguardar.

A SRA. RITA SERRANO – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – A palavra é sua por dez minutos.

A SRA. RITA SERRANO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos, ao Takemoto, ao Deyvid, ao Luiz, que estão aqui na mesa, à Fabíola, à companheira da Federação do Metrô.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcus Vinicius, do Sinpaf, só para justificar, do pessoal da Embrapa, não pôde vir porque está com covid. Então, ele não pôde comparecer aqui.

Temos também o William, vários dirigentes, vários convidados e muitas pessoas nos acompanhando pela rede social.

Em primeiro lugar, Senador Paim, eu quero aqui relembrar o seu papel, que foi fundamental na nossa luta contra aquele Projeto de Lei 555, que, lá em 2015, se tivesse sido aprovado como o texto original previa, hoje, na realidade, já não teria empresa estatal. Então, esta nossa luta em defesa do patrimônio público não é de hoje, e quero congratular, porque, nesta Comissão de Direitos Humanos, nós fizemos muitas, mas muitas audiências e debates contra aquele projeto de lei. E todas essas entidades que estão aqui hoje mais milhares de outras participaram desse processo que foi vitorioso naquele momento já tão difícil para o Brasil, quando já se preparava o golpe contra a ex-Presidenta Dilma. Então, quero congratular aqui o senhor pelo seu papel extremamente relevante para os trabalhadores.

Também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Permita-me lhe fazer um pequeno corte? Primeiro, dizer que é nossa obrigação – estamos sempre juntos e estaremos sempre juntos.

Mas, nesse momento, eu quero, com muita satisfação, registrar – e ela vai usar a palavra no momento em que entender mais adequado – a presença aqui com a gente da nossa sempre querida Senadora Zenaide Maia. Essa Senadora tem lado, e ela está sempre ao lado do povo brasileiro e sempre ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos aposentados, dos pensionistas, enfim...

Eu fico muito feliz, Zenaide, de te dizer que você está sempre deste lado da história, do lado certo da história, até nos orientando em certos momentos, quando necessário, nos temas que V. Exa. defende e que são as grandes causas do povo brasileiro.

A palavra volta para você, Dra. Rita. Começam agora os seus dez minutos.

A SRA. RITA SERRANO (*Por videoconferência*.) – Obrigada, obrigada.

Como eu estava dizendo, queria congratular e também dizer que nós tivemos na época vários Senadores contra aquele malfadado projeto de lei, que, embora fossem minoria, conseguiram reverter, junto com as entidades e os movimentos, a votação, e, como eu disse, nós tivemos vitórias.

Há seis anos, logo após o projeto de lei, nós lançamos esta campanha aqui: "Se é público, é para todos" – até vim com a minha camiseta. Nós a lançamos em junho de 2016 no Rio de Janeiro – foi um marco – com mais de 2 mil representações participando. E lançamos essa campanha porque ali já estava claro que não bastava derrubar o Projeto de Lei 555, conhecido como o Estatuto das Estatais, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promulgado sem as cláusulas que ele previa e que de cara facilitavam a privatização das empresas públicas naquele momento. Mas ficou claro que não bastava derrotar um projeto. Havia que se discutir com a sociedade, com a população o conceito daquilo que é público e do que é privado, porque infelizmente nós estamos vendo agora, nesse processo de tentativa de privatização da Eletrobras, que nós precisamos dialogar com a sociedade para mostrar claramente que não há como você ter um desenvolvimento de um país onde o patrimônio público seja todo destruído. E as consequências da destruição do patrimônio público estão no país: a destruição das empresas públicas; o preço do gás e o da gasolina; o da eletricidade, que já está alto e vai aumentar; o preço da água – a água é um bem público, um bem extremamente importante e também agora se começa todo um processo de privatização do saneamento, da água –; a privatização e o desmantelamento da saúde e da educação, quer dizer, o que nós estamos vendo é um processo de destruição.

Então, a campanha, naquele momento, já tinha este objetivo de mostrar claramente a importância daquilo que é público – portanto, é para todos – para o desenvolvimento e para a melhoria de vida das pessoas, porque, se o que é público é para todos, o que é privado é para quem pode pagar. Portanto, o olhar do privado é para o consumidor e o olhar do que é público é para o cidadão e para a cidadã. E nós precisamos que o Estado e o Governo respeitem os cidadãos e cidadãs deste país que necessitam. O país precisa de desenvolvimento público. E isso é feito com o quê? Com banco público, com investimento público, com valorização de todo o patrimônio energético do país.

Faz seis anos que nós lançamos essa campanha no Rio, fazendo esse debate pelo Brasil inteiro. Inclusive lançamos a campanha aqui no Congresso, no Senado, lançamos um livro com a campanha.

E, agora, nesse período todo, o que nós vimos, a partir de 2016, foi a piora da situação do país e, como eu já disse aqui, o desmantelamento de todo o patrimônio público brasileiro. Tenho que destacar aqui o papel dos bancos públicos federais que caminhavam nas gestões dos Governos desenvolvimentistas. O Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES, o BNB e o Basa tinham uma sincronia de objetivos e cada qual fazia um investimento preponderante para o investimento do país: o Banco do Brasil, na agricultura; a Caixa, na habitação; o BNB e o Basa, no desenvolvimento regional; o BNDES, na indústria do país. E o que nós estamos vendo? Esses bancos... O BNDES foi descapitalizado; a Caixa e o Banco do Brasil, embora ainda cumpram um papel fundamental... A Caixa aprovou agora na pandemia o que é cumprir um papel fundamental para o atendimento da população, mesmo colocando seus empregados sob risco. Os empregados estavam lá porque carregam no seu DNA o espírito público de servir à população. Mesmo hoje, esses bancos têm um problema sério de sincronia no desenvolvimento e também vêm sendo desmantelados de várias formas.

Já estão aqui a Fabíola e o Deyvid, que vão falar com muita propriedade da destruição, da tentativa – não é? –, porque nós não vamos deixar, da destruição do setor energético brasileiro, da entrega do patrimônio público para as empresas privadas multinacionais. O que eu acho interessante é que algumas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, são estatais. Se pegar o setor de energia de São Paulo, o maior acionista da empresa de energia de São Paulo é o Estado italiano – o Estado, não é uma empresa italiana. O Estado italiano tem 20% da empresa de energia de São Paulo. Por quê? Os bancos chineses estão comprando empresas brasileiras. Por quê? Porque esses Estados têm o princípio do desenvolvimento, mas eles vão desenvolver lá, o país deles. A riqueza daqui vai para lá. Somos nós que estamos perdendo.

Bom, este livro *O Futuro é Público*, como o Senador já disse, é de uma entidade holandesa, a TNI, que agrega diversos outros sindicatos, movimentos, pesquisadores do país inteiro e que durante alguns anos fez uma pesquisa, de 2010 a 2017, listando a qualidade dos serviços pelo mundo. Chegou-se à conclusão de que vários serviços que haviam sido privatizados – de controle de água, de saneamento, de transporte, de várias áreas afins – foram reestatizados ou foram estatizados. Aqui você tem vários exemplos: a água, na França, que era controlada pelo setor privado, foi estatizada; o próprio Reino Unido – por sinal, isto é novo, não está no livro: o Reino Unido, inclusive, agora, depois da pandemia, acaba de fundar um banco público de desenvolvimento, e é um considerado um dos países mais liberais do mundo –; o próprio controle de energia nos Estados Unidos, país dos mais liberais do mundo, é público; os Correios dos Estados Unidos são públicos. Aqui você tem diversos exemplos.

A pesquisa focou principalmente nos municípios, quer dizer, os serviços que foram estatizados ou reestatizados a partir da necessidade municipal, o que nos mostra que nós estamos na contramão do mundo. Esta semana eu falei da música do Caetano Veloso: "Alguma coisa está fora da ordem, fora da Nova Ordem Mundial". Somos nós aqui que estamos fora da ordem.

Enquanto o mundo repensa o seu patrimônio público... E por que foi estatizado ou reestatizado? Porque houve uma piora na qualidade desse serviço – uma piora! Ou foi privatizado e houve uma piora, ou estava nas mãos do setor privado e ele foi ineficaz, caro e ineficaz. Há alguns relatos, inclusive, alguns exemplos aqui em que diminuiu o custo do serviço quando voltou para o setor público, para vocês terem ideia.

Então, esse livro vem também com o mesmo intuito, quer dizer, agora, a partir de dados concretos – ele traz dados concretos para provar que esse discurso privatista que nós temos no país, que os meios de comunicação, os grandes meios de comunicação reproduzem –, prova-se, com números, que essa não é realidade de fora do Brasil, não é a realidade que nós estamos vendo. E eu não estou dizendo aqui, também não estamos colocando isso, porque não é simples, que: "Ah, o mundo todo está estatizando". Não é isso! Mas são exemplos que provam que, ao contrário do que se diz aqui, que tudo que é público é atrasado, é ineficiente, é corrupto, não presta, vários países, justamente porque o serviço privado não dava conta do recado e da necessidade da população, voltaram para o controle do governo. Então, é uma forma de reflexão, de pensar o que é política pública.

Afinal de contas, qual é o papel do estado? Que estado nós queremos? Agora, então, é o melhor momento para a gente repensar isso, dado o fato de que nós teremos eleições. Que estado nós queremos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse estado que destrói tudo, não tem emprego – nós voltamos para o mapa da miséria –, que destrói as políticas públicas, destrói o meio ambiente? E essa tragédia agora acontecida de morte de um funcionário licenciado da Funai que lá não conseguia exercer sua função...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA SERRANO – ... e de um jornalista? Então, é o momento, de fato, de repensar.

Aqui nós queremos trazer dados concretos para essa discussão dentro do Senado, dentro do Congresso Nacional e vamos usá-los também junto à população.

Para encerrar, eu tive o privilégio de ser coautora desse livro, que traz um artigo – a pesquisa, como eu disse, é internacional –, que eu escrevi, falando do Brasil, quer dizer, o Estado pós-pandemia e as empresas públicas.

Que estado nós queremos depois dessa crise mundial que provou claramente que, sem serviço público de saúde, sem atendimento público dado pelas estatais, com certeza, se o Brasil e nós não tivéssemos lutado para manter esse patrimônio público, com certeza a situação do país hoje seria muito pior do que nós enfrentamos.

Então, é isto: lançar esse livro, fazer o debate e continuarmos, nós todos, na linha de frente, contra esse processo de destruição do país.

Só quero agradecer e dizer que este livro é uma iniciativa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e da Fenae, cujo Presidente é o Sergio Takemoto. A Fenae é a Federação das Associações do Pessoal da Caixa. A Fenae, inclusive, superou, extrapolou todo o debate corporativo e vem, há muitos anos, liderando esse processo de defesa do patrimônio público também, junto com várias outras entidades aqui.

Também agradeço ao Luiz Alberto, que foi quem teve a iniciativa. O Luiz Alberto assessora o comitê, é assessor aqui do Senador, trabalha com a gente há muito tempo, e ele teve a iniciativa de a gente fazer a tradução desse livro. Então, Luiz, também agradeço a sua iniciativa de estar aqui e ao TNI, que tem outras pesquisas que nós traduzimos, porque, no *site* deles, você vai encontrar esse material em inglês, em espanhol, em outras línguas, mas em português não tinha. Então, inclusive, essa foi uma contribuição que nós demos para eles.

Então, muito obrigada. Obrigada ao Senador, ao Senador Contarato, que aprovou aqui a audiência, obrigada a todos os Parlamentares e às entidades aqui, presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado à Dra. Rita Serrano, que deu um brilho à pequena fala que eu fiz, porque é coautora do livro, fala com muita precisão e, se nota, com conhecimento de causa de como foi toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhada. Lembramos que, se não fosse a luta de servidores públicos e de Parlamentares comprometidos, eles já teriam feito a reforma administrativa, que foi a PEC 32. Se não fosse a luta de todos vocês...

Aproveito aqui, já destaquei a Senadora Zenaide Maia, que é uma das coordenadoras; eu faço parte com ela lá da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público. Vejo aqui também a Senadora Rose de Freitas, outra grande Senadora, que sempre tem lado, sempre está ao lado do povo brasileiro. E o Senador Flávio Arns, o primeiro que entrou aqui para equilibrar – ficamos eu, tu e duas Senadoras gigantes aqui. Eu e você estamos aqui também, demonstrando... O Senador Flávio Arns é brilhante também, como são as duas Senadoras. E por isso é com alegria que eu os vejo aqui e outros que, porventura, não puderam entrar, mas que têm compromisso, vocês podem ter certeza, com o povo brasileiro.

Obrigado, Dra. Rita Serrano.

De imediato, eu quero passar a palavra para o Deyvid Bacelar. Também dez minutos, Deyvid.

O SR. DEYVID BACELAR (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Mais uma vez aqui, como fez a Rita, parabenizo-o pela iniciativa de realizar esta audiência pública para o lançamento deste livro: *O Futuro é Público*.

Parabenizo-o também, Senador, pela luta de sempre. É o Senador do Brasil, como todas e todos o conhecem muito bem.

Saúdo também e parabenizo a companheira Rita Serrano, que é essa grande lutadora, a companheira que coordena o comitê das empresas públicas e estatais. É uma luta incessante e, por sinal, importantíssima para toda a resistência que nós temos feito até então. Se as empresas públicas estatais, todas elas, não foram privatizadas pelo Governo Bolsonaro é porque nós conseguimos fazer a união desses sindicatos e de várias entidades que eram contrárias às privatizações. Diversas lutas estão ocorrendo até hoje.

Quero saudar aqui o nosso companheiro Takemoto, também o companheiro Luiz, a companheira Fabíola, o companheiro Marcus, que aqui não está, os demais Senadores e Senadoras e companheiros e companheiras.

Senador Paim, este debate é muito importante. Este lançamento cai em um momento extremamente adequado. Nós estamos falando de diversas privatizações que ocorrem hoje no Brasil, que são, infelizmente, encampadas por Bolsonaro e seus asseclas, aqui citando o Ministro Paulo Guedes e o novo Ministro de Minas e Energia, o Sachsida, que promovem um verdadeiro saque no Estado brasileiro, privatizando uma série de empresas públicas estatais que são importantes, fundamentais para o desenvolvimento econômico, social, regional do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos, sem dúvida alguma, um trabalho hercúleo no próximo Governo. Nós sabemos que o Presidente Lula ganhará essa eleição. E nós temos em vista uma série de ações que serão necessárias para as desprivatizações ou reestatizações das nossas empresas públicas estatais.

Vendo aqui a companheira Fabíola, não tenho como deixar aqui de lembrar o processo ilegal que nós temos agora na privatização do sistema Eletrobras como um todo. O leilão, infelizmente... A abertura de ações, na verdade, infelizmente, ocorrerá nesta semana, na Bolsa de Valores em São Paulo. Estaremos ali em peso, sem dúvida alguma, companheira Fabíola, petroleiros e petroleiras, eletricitários e eletricitárias e a sociedade, que é contrária a essa privatização. Esse ato está previsto para ocorrer na cidade de São Paulo. Desde já, convidamos a todos e todas que nos estão acompanhando neste momento através das redes sociais. Se estiverem em São Paulo, que estejam conosco nessa atividade.

Há a privatização do sistema Eletrobras, há privatizações, como a Rita aqui já citou, infelizmente, do saneamento público brasileiro, com a aprovação que houve no Congresso Nacional e que facilitou as privatizações de diversas empresas de distribuição de água e saneamento em todo o Brasil. Aqui não tenho como deixar de citar, por exemplo, a Cedae, no Rio de Janeiro, que foi vendida na bacia das almas, e, hoje, o atual Governador do Rio de Janeiro está distribuindo recursos para Prefeitos oriundos dessa privatização, dessa "privataria" ali no Rio de Janeiro. E assim ocorreu em vários estados do Brasil.

Através da União, através do Estado e, nesse caso, através do Governo Federal, inúmeras outras privatizações também vêm ocorrendo. Como citou aqui a companheira Rita, dentro do sistema Petrobras não é diferente. Nós temos uma série de privatizações que estão em andamento, a partir de um fatiamento, de um esquartejamento da Petrobras, para facilitar o seu processo de privatização. Não foi o mesmo processo que houve, por exemplo, com a Eletrobras. Nós tivemos privatizações dentro do sistema Petrobras sem qualquer respeito à Constituição Federal brasileira e sem qualquer respeito a decisões recentes do Supremo Tribunal Federal. E o Dr. Luiz Alberto, que está aqui conosco, sabe muito bem o que nós estamos fazendo no STF, julgamento esse que precisa ocorrer e que esperamos que seja uma forma de resolver isso no próximo Governo Lula, com um processo de reestatização desses ativos que foram vendidos.

E nós sinalizamos que essas privatizações causariam uma série de problemas para a população brasileira. E aqui vou dar somente um exemplo, porque sou oriundo da Bahia e sabemos bem, Takemoto, o que já ocorre ali no nosso estado e no Nordeste. A refinaria baiana foi privatizada também a preço de banana, como nós tínhamos denunciado. Uma refinaria com seu sistema logístico que valia US$4 bilhões foi vendida por US$1,8 bilhão. E nós sinalizamos que o povo baiano ia sofrer uma série de impactos, dentre eles, principalmente, o desabastecimento de combustíveis naquela região e o aumento dos preços por conta da criação do monopólio regional ali estabelecido.

Interessante que nós não somos Mãe Diná, minha companheira Rita, mas isso aconteceu. A refinaria foi privatizada na bacia das almas, e hoje, por incrível que pareça, nós temos navios que chegam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Baía de Todos os Santos, uma das maiores aqui no país, com uma série de portos, e esses navios não conseguem mais abastecer na baía. Por quê? Porque o fundo de investimento dos Emirados Árabes... E aqui a Rita citou isto: a gente desestatiza aqui e quem compra são empresas estatais ou fundos soberanos. Nesse caso, o fundo soberano de Abu Dhabi compra a refinaria e seu sistema logístico e, nesse caso específico, decide não mais abastecer o mercado nacional com óleo combustível para navios; exporta toda a sua produção de óleo combustível. Dissemos, seis anos atrás, que isso poderia acontecer.

Aconteceu também o aumento dos preços – óbvio que isso iria acontecer. Cria-se um monopólio regional onde todo aquele mercado é cativo, e a nova empresa criada pelo fundo Mubadala, a Acelen, trabalha com preços maiores do que a própria Petrobras. É a refinaria brasileira que vende gasolina, diesel e gás de cozinha com o preço mais caro em todo o país.

E nós dissemos isso, Dr. Luiz. Por sinal, é uma das argumentações que estão nas várias ações que nós temos aí tanto na Justiça Federal quanto no TCU, processos que o senhor acompanha muitíssimo bem.

E, assim como ocorreu na refinaria da Bahia, eles querem promover outras privatizações às escusas, sem debate algum com a sociedade e sem respeito algum à Constituição: a refinaria de Manaus com seu sistema logístico, em processo avançado de venda; a refinaria de lubrificantes ali em Fortaleza, a Lubnor; a refinaria lá no sul do Paraná, a SIX, que faz derivados de petróleo a partir dessa rocha que é o xisto; e outras inúmeras privatizações estão avançando de uma forma diferente – aqui como colocamos – do sistema Eletrobras, sem passar pelas Casas, seja a Câmara seja o Senado.

E, justamente por conta disso, Senador Paim – também quero agradecer-lhe e parabenizá-lo por isso –, essa Casa aqui fez uma reclamação formal ao Supremo Tribunal Federal, inclusive o Dr. Luiz Alberto assessorou nessa ação, questionando justamente essas privatizações das refinarias, que estavam sendo vendidas à revelia da Constituição Federal brasileira, à revelia do Poder Legislativo e à revelia do Judiciário.

Tivemos uma liminar, à época, favorável, dada pelo Ministro Lewandowsky. Infelizmente, o Plenário derrubou essa decisão em liminar, mas o julgamento do mérito dessa ação ainda não ocorreu. E sabemos que esse julgamento, Dr. Luiz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVID BACELAR – ... será essencial para o próximo governo que teremos, que será o Governo Lula, para promovermos desestatizações, para promovermos reestatizações de empresas que foram privatizadas.

É interessante, companheira Rita, Senador Paim, que ontem, no Portal UOL, saiu uma matéria muito interessante falando sobre as possibilidades que Lula terá para reestatizar uma série de empresas que foram vendidas, a exemplo do que, como aqui colocou a companheira Rita, já ocorre em diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países. Como ela bem citou, no Reino Unido, nos Estados Unidos da América do Norte, reestatizações estão sendo feitas para melhorar os serviços públicos para a população e para garantir que os serviços cheguem com qualidade e com preço adequado para o cidadão, nesse caso, dos Estados Unidos e também ali do Reino Unido. E aqui no Brasil vai ser necessário fazer isso.

Nós sabemos que iremos ganhar essa eleição. Os resultados de todas as pesquisas demonstram isso há mais de um ano. E agora as pesquisas, Takemoto, demonstram que a possibilidade de vitória no primeiro turno é mais real ainda. Daí o desespero do Governo Federal, o desespero do Bolsonaro tentando avançar nas privatizações que estão em andamento. É como se fosse a xepa da feira. Quem aqui já foi a uma feira, no finalzinho dela, vai se lembrar que os vendedores ali abaixam os preços e fazem de tudo para vender o que têm. E o Governo Bolsonaro faz exatamente isso, tentando acelerar os processos de privatizações, vide o que ocorre agora com o sistema Eletrobras, com as outras refinarias e ativos da Petrobras e – para concluir, Senador – o que quer fazer o Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados e Deputadas aqui no país, que sinaliza a possibilidade de apresentar algum projeto de lei para que a União, o Estado perca o controle acionário da Petrobras.

E, mais uma vez – não se trata de uma ameaça, mas se trata de um recado muito bem dado – mais uma vez, nós petroleiros e petroleiras alertamos aqui ao Congresso Nacional e ao Governo Federal que, se esse gesto acontecer, se algum projeto de lei aparecer na Câmara dos Deputados e Deputadas para privatização total da Petrobras, o Governo enfrentará a maior greve da história da categoria petroleira e com o apoio da sociedade brasileira, (*Palmas.*) que não aguenta mais ver preços exorbitantes por conta das privatizações escusas que já estão sendo feitas pelo Governo Bolsonaro.

Então, mais uma vez, quero agradecer, Senador Paim, a oportunidade e parabenizá-lo pelo excelente trabalho que o senhor sempre fez aqui no Senado brasileiro e que, com certeza, continuará fazendo, agora ajudando no processo da vitória na eleição e também no novo governo popular, democrático e desenvolvimentista que nós teremos a partir de 2023.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, líder Deyvid Bacelar, que representa muito bem a nossa querida entidade que eu diria ser já uma entidade nacional de defesa do povo brasileiro que é a FUP, você que é Presidente da Federação Única dos Petroleiros. Você fez um belo pronunciamento e lembrou que já há setores da nossa Petrobras que infelizmente foram privatizados. Estava na lista, até pouco tempo, inclusive aqui... Eu moro em Canoas, eu estou em Canoas, no Rio Grande do Sul, neste momento. E a Refinaria Alberto Pasqualini fica a mais ou menos – no máximo – 3km de onde moro. Eu moro bem do lado praticamente da refinaria. Você disse, com muita propriedade, o que fizeram com a Eletrobras. E os Correios... É porque teve muita resistência desses Senadores que estão na tela e de outros – não é, Zenaide? É só por causa disso que eles não privatizaram os Correios, porque, na Câmara, avançaram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, no Senado, nós travamos o pé, e não conseguiram privatizar. Isso não quer dizer que não vão tentar ainda, mas nós estamos prontos para fazer o bom combate.

Para deixar os convidados falarem mais tempo, eu já vou, de imediato, passar a palavra para o Dr. Sergio Takemoto. Dez minutos, doutor, a palavra é sua.

O SR. SERGIO TAKEMOTO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar aqui também o Senador Paulo Paim e agradecer por abrir este importante espaço aqui para a gente debater este importante assunto que é a questão das empresas públicas.

Quero cumprimentar aqui o meu companheiro, amigo Deyvid. Estamos juntos nessa luta, Deyvid, porque também entendemos a importância de lutar pela manutenção das empresas públicas.

Quero cumprimentar o Dr. Luiz Alberto, sempre nos assessorando.

Quero cumprimentar aqui a minha amiga e companheira que não só é a Coordenadora do comitê, mas também nossa Conselheira eleita do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federa e Diretora, junto comigo, na Fenae.

Quero cumprimentar o pessoal que está presente – estou vendo aqui o Cardoso, que é Diretor da Fenae; o Dionísio, que é Diretor da Fenae; o William, Diretor do sindicato – e os demais presentes. A Ana, da Advocef, também está aí – prazer em vê-la, Ana.

É duro começar esta audiência com a notícia do assassinato do jornalista e do indigenista. A gente sabe que viver neste país e defender as minorias é um risco, porque nós estamos aqui vivendo um momento de ataque à democracia, ataque aos direitos, ataque às empresas públicas. É um momento muito difícil e muito triste o que nós estamos vivendo neste país.

Este contexto, sem dúvida nenhuma, passa pelo ataque às empresas públicas, porque são as empresas públicas que levam à população mais carente o acesso aos serviços e aos direitos. Então, faz parte deste Governo – e desde 2016, em que houve o golpe neste país – o ataque às empresas públicas e aos direitos das pessoas mais humildes.

Acho que este livro aqui é fundamental, porque ele traz algumas informações, alguns números e quebra alguns dogmas que tentam passar para nós e para a população.

Alguns números deste livro são muito importantes, e acho que é fundamental que a gente os denuncie e saia falando deles, demonstrando toda essa falácia de que, como a Rita falou, o que é público é ruim, é serviço ruim, o que é bom é o que é privado. E a gente vê que esse livro demonstra cabalmente que está havendo uma mudança nesse perfil e, mais importante que isso, mostra a questão da remunicipalização dos serviços, porque é no município que as pessoas sentem mais de perto, enxergam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de perto a necessidade de ter o Estado presente. Essa questão da remunicipalização é uma discussão muito importante.

Acho que é no capítulo oito que fala do Chile... da Recoleta, traz o exemplo da Recoleta: o dirigente fala que só a remunicipalização não é suficiente, é preciso avançar nessa discussão, mas a remunicipalização é excelente início para mostrar que o caminho é a questão da estatização, da presença do Estado. Acho que é muito importante isso, não é?

E só para citar alguns números, de 2000 a 2019, 1.408 serviços foram reestatizados. Os Estados Unidos possuem mais de 7 mil estatais – o berço do liberalismo, não é? A China possui 150 mil empresas estatais, sendo que um terço delas é 100% do Governo – a China, que é o país com a economia mais pujante. Então, a gente vê que a questão da estatização, das empresas públicas é fundamental para a gente ter uma economia dinâmica.

No Brasil a gente vê que há essa falácia da questão da privatização, e tentam usar o mesmo modelo, de 2016 para cá, em que a gente vê esse ataque às empresas públicas, a Petrobras sofrendo esse processo de fatiamento, a Caixa Econômica é o mesmo caminho. E, graças à luta que foi feita em todas as instâncias, tanto no Parlamento quanto nas ruas, quanto no Judiciário – fizemos várias denúncias ao Tribunal de Contas, entramos com várias ações –, nós conseguimos segurar o desmonte que pretendiam fazer na Caixa Econômica. Venderam algumas partes das nossas subsidiárias, porque tentaram vender as partes mais lucrativas, assim como estão fazendo com a Petrobras, tirando a espinha dorsal, tentando quebrar a espinha dorsal da Caixa, que são as partes mais lucrativas.

Também mais do que isso: não só estão tentando vender as subsidiárias, Deyvid, mas estão também tentando tirar aquilo que é essencial da Caixa, que é seu papel social. Acabaram com o Programa Minha Casa, Minha Vida, acabaram com o programa do Fies, ou seja, estão tentando tirar as funções sociais da empresa, para quê? Para que ela perca a relevância para a sociedade. Então, essa também é uma das estratégias que está usando esse Governo. Assim como, na Petrobras, estão aumentando os preços dos produtos que a Petrobras fabrica para mostrar: "Olha, essa empresa não serve". E na Caixa é a mesma coisa, esvazia-se seu papel social para que ela não tenha mais relevância para a sociedade.

E como o Deyvid falou muito bem, nós temos eleições em outubro e, assim como a Petrobras, a Caixa Econômica também, nos Governos democráticos e populares, viveu o seu auge enquanto empresa pública. Foi a responsável por todos os programas sociais, criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, fez o papel de agente público, abriu várias agências, expandiu sua atuação. E aí, quando a Rita traz o lançamento da campanha "É Público, é para Todos!", de 2016, que foi fundamental, a gente vê que a existência, o fortalecimento das empresas públicas estão diretamente ligados aos governos que tenham uma visão democrática, governos que tenham a visão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que são fundamentais as eleições de outubro, porque a gente precisa resgatar este país para a democracia, precisamos resgatar a liberdade, precisamos resgatar o direito à vida, porque não é mais possível a gente chegar e abrir uma audiência anunciando a morte de duas pessoas que lutam pelas minorias.

Então, para nós, é muito importante esta audiência.

E eu quero terminar aqui, usar os dois minutos, lendo. Tem muita coisa para dizer sobre o livro, mas eu acho que o último parágrafo da conclusão do livro para mim reflete o espírito do que representa este livro e a importância deste livro.

Então, no último parágrafo da conclusão, na p. 247, está escrito aqui:

> Este livro demonstra que, quando os serviços públicos são de propriedade pública e organizados democraticamente, eles podem efetivamente promover a riqueza da comunidade e a economia local. É hora de exigir a propriedade pública democrática em todos os níveis e exigir o acesso universal a serviços públicos para que todas as pessoas possam levar uma vida digna e próspera. Como o racismo, o fascismo e a extrema-direita estão em ascensão, oferecer soluções sistêmicas viáveis que funcionam para as pessoas e para o planeta pode ajudar significativamente na reconstrução de nossas sociedades e economias com base na solidariedade e na cooperação. Nosso futuro público está na esperança, não no medo, e repousa nas mãos das comunidades, não das empresas.

Ou seja, somos nós, as pessoas, a população e a comunidade, que vamos fortalecer o país.

E, para terminar, realmente a Caixa Econômica, nós, os bancários, tivemos esse fim de semana o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa e a Conferência Nacional, e a grande tônica nesses encontros, Deyvid, que também é dirigente sindical, foi a questão da unidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO TAKEMOTO – Foi a questão da unidade e a questão da democracia. Nós discutimos muito a questão da unidade e a questão da democracia, e democracia para nós é o retorno de um governo democrático e popular, é eleger Lula Presidente, porque só assim este país vai voltar a trilhar o caminho da solidariedade, da democracia, da liberdade e da igualdade de oportunidade para todos.

Então, parabéns, mais uma vez, Senador, e muito obrigado pela audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Sergio Takemoto, que, na síntese do livro, mostrou a importância da democracia, da liberdade, da justiça, responsabilidade com o social. E, nesse caminho, com certeza, daria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dizer que a sua fala vai na linha: com a democracia, tudo; sem a democracia, é a barbárie. E as ameaças que estão vindo diariamente a este país são algo inaceitável.

Nós lutaremos sempre em defesa da liberdade, da democracia, da justiça social. As causas humanitárias são a razão das nossas vidas.

Passarei, de imediato, ao Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Sr. Marcus Vinicius Vidal.

Por favor, Dr. Marcus Vinicius Vidal, a palavra é sua.

Em seguida, vai falar o Dr. Luiz Alberto.

A SRA. RITA SERRANO – Senador, o Marcus não veio. Ele está com covid.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL (*Por videoconferência*.) – Estou aqui no vídeo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Então vamos lá.

É com você, Marcus.

A SRA. RITA SERRANO – Marcus, desculpe-me, Marcus. Perdão. É que eu não estou vendo o vídeo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Alguém tinha me dito que ele tinha entrado remotamente.

A SRA. RITA SERRANO – Ah, desculpe, desculpe. É que aqui a gente não tem acesso a ver quem está na sala. Desculpe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas deu em tempo. Ele foi rápido no gatilho, como diz o outro. (*Risos.*)

Alô, Presidente Marcus, a palavra é sua.

O SR. MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Quero primeiramente saudar o Senador Paulo Paim pela iniciativa desta audiência pública, um Senador que tem lado, está sempre ao lado das trabalhadoras e trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar também as outras Senadoras aqui presentes que estão participando desta audiência, saudar os componentes da mesa, a Rita, o Sergio, o nosso amigo Luiz Alberto e o Deyvid. E, em nome do Sinpaf, também saudar a todos e todas presentes, nesta audiência, tanto presencialmente quanto assistindo a ela de forma remota.

O Sinpaf representa os trabalhadores e trabalhadoras da Embrapa e da Codevasf, duas empresas estatais, duas empresas 100% dependentes do Tesouro público e duas empresas cujos trabalhadores construíram, ao longo de várias décadas de trabalho, transformando-as em duas grandes referências nas suas áreas. No caso da Embrapa, a questão da pesquisa agropecuária e a sua relação e a sua defesa e importância na defesa da questão da soberania alimentar e da segurança alimentar; e, no caso da Codevasf, a questão do desenvolvimento regional, importante para estruturar o nosso país no seu interior, nas suas estruturas fundamentais de desenvolvimento.

Eu quero dizer que este livro, *O Futuro é Público*, já é um marco teórico, já é um marco no campo das ideias, que nós temos, trabalhadores e trabalhadoras, representantes de sindicatos de movimentos sociais, para defender e discutir e disputar, no campo das ideias, essa questão que, muitas vezes, é escondida pelos grandes meios de comunicação, poder dizer que há, sim, a possibilidade de reestatizar.

Muitas vezes a gente fica envergonhado com isso e diz: "Não...". A sociedade trabalha para isso e parte da sociedade, os meios de comunicação, trabalham. Dizem: "Não, mas estatal... Como é que é isso?". Então, aqui se tem provas teóricas de que essa é uma tendência hoje, o futuro é esse hoje, e nós temos que saber utilizar esse livro como um dos marcos teóricos para fazer essa disputa e também neste momento de ataque em que vivemos nas empresas estatais.

O que nós estamos vendo são diversas formas de ataque às empresas, como aqui bem relatado pelos companheiros anteriormente. Tem ataques que são diretos. Dizem assim: "Pega e vende". Outros, que fatiam para vender; outros, que usam de subterfúgios mais ardilosos, mais bem pensados nessa questão de querer privatizar, mas, sim, também são tipos de privatização. Falo disso, porque a forma com que a Codevasf e a Embrapa são atacadas difere das outras empresas, mas também se trata de privatização de forma velada – de forma velada, não é?

Então, a Codevasf tem o seu desvio de função acontecendo hoje. Não trata mais do que seria central, da sua atuação no desenvolvimento regional. Hoje, como a gente vê nas notícias que estão sendo divulgadas, vários desvios acontecem com relação a verbas, à própria função da empresa ao distribuir tratores, ao fazer asfalto, e tem isso questionado, etc. E esse não é o seu papel central. O papel central é o desenvolvimento regional, a irrigação, uma série de outras questões que estão colocadas na sua missão e que hoje são feitas de forma a não cumprir com o seu papel de estatal no desenvolvimento brasileiro.

Na Embrapa, também de forma sutil, querem fazer com que o conhecimento produzido nela seja utilizado de forma privada. De que maneira? Que as pesquisas sejam financiadas por empresas privadas que serão detentoras desses resultados. Então, vão financiar a produção do conhecimento, utilizando os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionários, os empregados públicos que trabalharão em prol disso, vão utilizar as estruturas da Embrapa para fazer isso, e o resultado disso será apropriado de forma privada por essas empresas que financiarão esses supostos meios de pesquisa.

Então, é preciso muitas vezes desvelar isso, demonstrar o que está acontecendo em cada um desses momentos. Eu digo aqui que, no caso da Embrapa e no caso da Codevasf, nós precisamos, então, rever essas tentativas de privatização velada. Portanto, o Sinpaf defende que a Codevasf volte ao seu eixo principal, ao seu eixo em que atue de forma proeminente no desenvolvimento regional do Brasil e nas regiões mais necessitadas da sua presença.

No caso da Embrapa, o que nós precisamos fazer é trazê-la novamente à sua concepção fundamental: uma empresa pública, verdadeiramente pública, porque o privado não faz esse tipo de pesquisa, o privado não investe essa quantidade de recursos para que se desenvolva, para que se chegue a resultados na pesquisa agropecuária; uma Embrapa que volte ao seu caráter democrático – hoje tem uma estrutura muito verticalizada, uma estrutura autoritária, uma estrutura em que não há o debate científico necessário –; uma Embrapa que seja inclusiva, que trabalhe não só para o agronegócio, que trabalhe para a agricultura familiar, para os quilombolas, para os indígenas, para a agroecologia; uma Embrapa que tenha essa característica de se relacionar e incluir setores que estão à margem na sociedade.

Portanto, o Sinpaf defende uma Embrapa pública, democrática e inclusiva na sua essência e como o resgate da questão do Estado brasileiro está atuando com planejamento e com políticas públicas. Tenho certeza de que nós vamos retomar isso a partir das eleições deste ano, em que podemos e devemos trabalhar com o sindicato, enquanto sindicalistas, enquanto cidadãos, para a mudança de configuração, para realmente podermos reconstruir o Estado brasileiro e também tornar a sociedade brasileira mais forte, mais inclusiva, mais democrática.

Esse papel nosso é fundamental, e só vamos conseguir fazer isso se mudarmos este Governo. Não há outra saída que não a mudança deste Governo para construirmos um Brasil melhor. E isso vai depender da nossa união, da nossa relação enquanto sindicatos, enquanto movimentos sociais, enquanto Parlamentares nesta luta pelo resgate do Estado brasileiro.

Era isso que eu queria comentar.

O meu muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Presidente do Sindicato, Marcos Vinicius Vidal, que, com muita precisão, demonstra que a irresponsabilidade deste Governo é muito grande.

Aproveito o momento, porque é a sua área de atuação, para dizer que o país proporcionalmente é o maior produtor de alimentos do mundo, e nós temos mais de 120 milhões de pessoas que vivem na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamada insegurança alimentar, não é? E eu diria quase que a metade desses passam fome. Então, dentro dessa realidade, a sua fala foi excelente! Meus cumprimentos, Presidente do Sindicato, Marcos Vinícius Vidal.

De imediato, passo a palavra agora ao Dr. Luiz Alberto dos Santos – e eu vou puxar brasa agora para o meu assado, viu? O Dr. Luiz Alberto dos Santos é assessor no meu gabinete voluntariamente, porque ele é funcionário do Congresso. Eu o convidei, e ele disse: "Pode contar comigo, vou assessorar você e todos aqueles que precisarem".

A palavra é sua, Dr. Luiz Alberto dos Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas. Mais uma vez, é uma honra e uma satisfação contribuir com os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, contribuir com o trabalho do Senador Paulo Paim.

Cumprimento também a Deputada Erika Kokay, grande Deputada aqui do Distrito Federal, engajada sempre na causa da defesa do patrimônio público e das nossas empresas estatais. Cumprimento a Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas; o Sergio Takemoto, Presidente da Fenae; o Deyvid Bacelar, Presidente da FUP; as demais lideranças e aqueles que nos assistem.

Desde logo, eu gostaria de passar a uma apresentação que talvez nos ajude a compreender um pouco melhor a complexidade deste grande problema que é o processo de privatizações no Brasil e como isso está levando, de fato, ao desmonte do Estado e dos seus instrumentos de políticas públicas.

É muito importante observar...

O controlador aqui não está funcionando... É para lá? (*Pausa.*)

Também não, está rebelde aqui. (*Pausa.*)

Por favor.

Então, é importante observar que nós, historicamente, temos visto várias rodadas, várias ondas de privatizações no Brasil desde o Governo do Presidente João Figueiredo, ou seja, ainda durante o período do governo militar. E, desde então, a cada governo, sempre se retoma este debate sobre a necessidade da redução do tamanho do Estado, da extinção, liquidação, privatização de empresas estatais.

E praticamente não tivemos esse processo apenas e somente durante exatamente os anos dos Governos Lula e Dilma, mas, desde 2019 para cá, nós estamos vivenciando uma séria retomada desse processo de desmonte e de forma completamente irrazoável e até mesmo irresponsável, inclusive com o uso de instrumentos jurídicos inconstitucionais, como bem lembrou aqui o Deyvid Bacelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os estrangulamentos legais que têm sido feitos, inclusive a partir da própria Lei das Estatais, a Lei 13.303, visam precisamente inviabilizar a sua atuação e abrir caminho, aí sim, para que esse discurso pró-privatização acabe encontrando espaço no imaginário popular. Temos visto o crescimento do uso de instrumentos para essa finalidade, como é o caso, por exemplo, das parcerias, dos desinvestimentos, da abertura de capital como etapa preparatória para os processos de privatização e também da ampliação de alternativas de privatização, como o caso, por exemplo, das organizações sociais, que não passam de mais uma forma de levar atividades que deveriam ser prestadas pelo Estado, a partir das suas instituições, para a esfera do privado e, obviamente, também orientadas pela perspectiva do lucro, ainda que de forma disfarçada, tudo isso num contexto em que temos um grave risco que vem se concretizando, como bem lembrou aqui o Deyvid no caso da Petrobras, de dilapidação do patrimônio público, de venda de ativos a preço vil e desmonte de estruturas e patrimônios que foram construídos com grande sacrifício pelo povo brasileiro.

Próximo.

Temos ainda um volume significativo de empresas estatais. São pelo menos, ainda hoje, 155 empresas estatais federais, das quais 48 sob controle direto e 107 subsidiárias. E nos estados, segundo dados mais recentes, são ainda 245 empresas estatais, boa parte delas, inclusive, empresas não dependentes, ou seja, empresas que geram lucro para os seus controladores, ou seja, para o Estado que controla o seu capital.

Próximo.

E as estatais continuam sendo, ainda que com todos esses ataques, um instrumento muito importante em termos de investimento público. Vejam ali que, particularmente, a parcela que é feita a partir do investimento público de empresas do grupo Petrobras é extremamente importante, 78,6% do total do investimento público. E esse investimento se dá essencialmente no setor de energia, mas também em setores fundamentais como na área de defesa, na área da indústria, na área da saúde, na área do transporte. E as empresas estatais têm uma parcela importantíssima do investimento público que chegou, apesar de tudo, a ser de R$96,8 bilhões no ano de 2022. Então, há uma oscilação nesse investimento público, mas ele continua sendo fundamental.

E ainda temos o aspecto central que é o quanto as estatais contribuem para o próprio Tesouro Nacional. Vejam que nós temos tido, ao longo de muito tempo, um crescimento, recentemente, da distribuição de dividendos das empresas estatais para o Tesouro Nacional. E, mesmo se compararmos aquilo que o Governo gasta com as chamadas empresas dependentes, ou seja, empresas, como é o caso da Embrapa, que são custeadas essencialmente por recursos do Tesouro, se nós somarmos todos os dividendos que são recebidos pelo Erário, eles superam aquilo que é gasto para o financiamento das próprias empresas dependentes. Ou seja, temos um lucro líquido na atuação das empresas estatais e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apesar de tudo isso, o Governo vem enxugando essas empresas, inclusive com a redução dos seus quadros de pessoal.

O lucro das estatais, apenas agora nesse último ano, em 2021, atingiu R$46 bilhões, e há uma perspectiva, uma previsão de um repasse de R$100 bilhões até 2025. Ou seja, é uma quantidade de dinheiro muito importante. E a quem interessa privatizar? Ao Governo, há a perspectiva do ajuste fiscal, de reduzir a pressão sobre o déficit público feita, especialmente, pelas empresas dependentes ou pela necessidade de aportar recursos para o investimento em áreas que são estratégicas. É um discurso a favor do livre mercado, da livre iniciativa, da redução da interferência política na gestão, mas, por outro lado, o que significa isso é abrir mão, sim, de instrumentos fundamentais de atuação para promoção do desenvolvimento e para implementação de políticas públicas; ou seja, abrindo mão desses instrumentos, o que acontece? Reflexos na redução da pobreza, da desigualdade, da perda de oportunidade de desenvolvimento e investimento em setores estratégicos. Ainda por cima, há perda de dividendos dessas estatais, que acabam, inclusive, financiando, ajudando a financiar os gastos públicos.

Para os empresários, é claro, é a sopa no mel. São novas oportunidades de negócio, apropriação de lucros e dividendos, de ativos e bens públicos por preços baixos, monopólios estatais que viram monopólios privados, mas com regulação fraca e lucro garantido. E, finalmente, também aquela história de utilizar o próprio dinheiro público nesses processos de privatização a partir de recursos oriundos do BNDES.

Mas não interessa, sobretudo, esse processo aos próprios cidadãos, que perdem o controle sobre essas empresas, perdem o controle social sobre a prestação de serviços públicos, têm menos acesso aos serviços que deveriam ser universalizados e ampliados por um Estado que se desresponsabiliza diante do cidadão; e ao país, que perde soberania.

Para os usuários, isso vem representando, como bem lembrou aqui o Deyvid, aumento de preços. A orientação das empresas privadas é sempre pelo lucro. E, obviamente, isso acaba também trazendo a queda da qualidade dos serviços.

Finalmente, não interessa aos trabalhadores, em hipótese alguma, em função da redução de salários, da precarização das suas relações de trabalho, mas também da perda de conhecimento setorial, que acaba, inclusive, sendo internacionalizado.

Tivemos, recentemente, medidas importantíssimas do ponto de vista legal, mas que contribuem exatamente para esse processo à medida, inclusive, que obrigam estados a promoverem a privatização. Essa é uma questão, inclusive, vinculada às negociações de dívida pública; ou seja, os estados que devem para a União acabam sendo obrigados a privatizar, a alienar patrimônio público, como é o caso do art. 13 da Lei Complementar 178, que alterou uma outra lei complementar que trata exatamente disso.

E o que temos visto aí? Que os investimentos públicos não estão acontecendo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o setor de saneamento. Após um ano desse leilão da Cedae, no Rio de Janeiro, apenas R$250 milhões foram aportados de investimento público, e a perspectiva de um investimento a longo prazo vai depender, efetivamente, do lucro que essa empresa vai extrair daquela população que precisa de um serviço público essencial.

Temos, ainda, a legislação recente sobre o marco do saneamento básico, que vem promovendo exatamente essa privatização forçada em áreas como o saneamento básico; ou seja, é um setor crítico fundamental. E é exatamente nesse setor em que se encontram as experiências internacionais mais importantes de renacionalização ou de remunicipalização.

A privatização no Brasil tem levado, de fato, a uma dilapidação do patrimônio público. E, neste Governo, particularmente, é muito enfática a utilização desses mecanismos de parcerias e desinvestimentos para promover a privatização. Já tivemos, até o final de ano passado, pelo menos R$227 bilhões de ingressos a partir desses processos de privatização.

Desde então, nós temos visto se acirrar o debate sobre a privatização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... embora algumas empresas estejam sendo preservadas, com a inclusão de, por exemplo, Porto de Santos, Correios, Petrobras, Eletrobras, da própria Ceitec, em processo de liquidação. Temos, agora, recentemente, a inclusão da Pré-Sal Petróleo S.A. no Programa Nacional de Desestatização.

Tramita ainda um projeto de lei, na Câmara dos Deputados – e, agora, o Governo acaba de mandar outro projeto também nessa direção –, para exatamente acabar com o regime de partilha de produção na área da exploração do petróleo. A carteira de projetos do PPI, o Programa de Parcerias e Investimento, é gigantesca. Vejam, são 176 projetos, fora o que já foi. Vai sobrar praticamente nada do patrimônio público de empresas estatais. E isso não se resume ao caso dos diferentes setores de projetos federais, mas também projetos de privatização em entes subnacionais. São 55 projetos apoiados pelo Governo Federal nas mais diversas áreas.

Para combater esse processo de privatização, iniciativas como a pesquisa publicada, em junho de 2020, pelo *Transnational Institute*, que é um *think tank* progressista, sediado na Holanda, sobre a retomada de serviços públicos, é uma contribuição fundamental. Trata-se de tradução e publicação no Brasil de um estudo internacional. Portanto, não é o estudo de um país, mas um estudo global que mostra precisamente o quando é possível e necessário fazer para que nós tenhamos a retomada do controle público e social sobre as empresas públicas e sobre aquilo que está sendo objeto de transferência. Esse trabalho foi realizado por uma equipe multidisciplinar. Dezesseis entidades sindicais de pesquisa e da sociedade civil participaram desse processo sob a coordenação de Satoko Kishimoto, Lavinia Steinfort e Olivier Petitjean, do Transnational Institute, e que fizeram um levantamento de iniciativas em todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo por resgate da propriedade pública e da prestação de serviços públicos. O rol de entidades que participaram dessa pesquisa é bastante diversificado e é impressionante porque vai de países nórdicos, Reino Unido, Escócia, até instituições africanas, de vários continentes e que contribuíram exatamente para que se tivesse uma visão global desse processo que envolveu, até 2019, 1.408 remunicipalizações em todos os continentes. Então, o gráfico mostra com bastante clareza que até mesmo nos Estados Unidos, como foi bem dito, que é um país que preza muito a iniciativa privada, foram pelo menos 230 iniciativas de remunicipalização. Em todo o mundo, mais de 2.400 cidades, em 58 países, retomaram o controle público sobre a prestação de serviços nas mais diversas áreas. E aí nós temos setores como água, energia, saúde pública, resíduos sólidos, transportes públicos e até mesmo telecomunicações. Inclusive, o livro relata experiências de reestatização, remunicipalização em setores de telecomunicações, inclusive nos Estados Unidos.

É interessantíssimo ver cada caso analisado em detalhe com a visão crítica de quem acompanhou esses processos, enquanto foram feitas as privatizações e durante o processo de retomada. Então, são serviços públicos fundamentais e essa remunicipalização não tem apenas o objetivo de absorver um patrimônio ou manter um patrimônio sob a esfera estatal. Não! Ele tem fundamentalmente objetivos como aumentar a capacidade local, promover melhores condições de trabalho, melhorar o controle democrático sobre a propriedade pública, melhorar a saúde pública, garantir o alcance de objetivos de políticas públicas que beneficiem as populações, ampliar o investimento público para serviços de qualidade e garantir custos mais competitivos e economias. Há vários exemplos citados no livro em que a privatização resultou em aumento de despesa para o ente público; ou seja, não apenas abriu mão de receitas, mas também aumentou as suas despesas. E aí o livro mostra dois movimentos importantes: primeiro, o de remunicipalização, que é aquele exatamente de retomada daquilo que foi privatizado. Foram 924 casos em setores fundamentais como energia, serviços sociais, telecomunicações, transportes, resíduos sólidos e fundamentalmente abastecimento de água, e municipalização, Piauí seja, a criação de novos serviços públicos estatizados em 484 casos, com uma grande participação da sociedade civil nesse processo, a partir da utilização de cooperativas. Um importantíssimo movimento, portanto, de participação social.

A luta contra a privatização dos serviços públicos envolve, portanto, a desprivatização e recuperação do controle de serviços públicos por meio de 924 casos de remunicipalização e 484 casos de municipalização, com a criação de novos serviços públicos na esfera do Estado, utilizando-se aí diferentes instrumentos que vão desde a revisão de contratos com empresas privadas à rescisão de concessões de outorgas, à própria aquisição pública, ou seja, a encampação de empresas privatizadas e a recuperação do controle estatal sobre essa privatização.

A privatização ainda não é, lamentavelmente, um tema que esteja na cabeça dos cidadãos brasileiros. Vejam que, em campanhas eleitorais passadas, nós tivemos uma percepção da sociedade muito mais crítica a respeito do que representa a privatização em termos de prejuízo ao país e ao cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pesquisa feita pelo BTG Pactual/FSB Pesquisa indica que pelo menos 35% das pessoas entendem que se o candidato se posicionar a favor da privatização, perde o voto. No entanto, ainda temos, ainda temos 32% da população que acha que privatização é uma boa ideia, paradoxalmente, apesar de tudo o que nós estamos vendo. Talvez sejam os mesmos que apoiam, por exemplo, medidas como armamento da população, homofobia, preconceito, racismo, ódio, não sei. Pode até ser que haja uma conjugação aí de visões a respeito de tudo isso, mas nós precisamos esclarecer, precisamos conscientizar e precisamos trazer essa parcela da população que ainda não se deu conta da importância que é o patrimônio público e frear esse processo de privatização e buscar a retomada do controle público, para que nós, efetivamente, tenhamos, ainda que o processo eleitoral não caminhe na direção que nós gostaríamos, que, ainda assim, esse processo não seja concluído.

E aí, fundamentalmente, o livro traz esta conclusão de que o Sergio já falou a respeito, precisamente, da necessidade da retomada desse controle público, não sob a perspectiva apenas de um Estado forte, mas de uma sociedade forte, de uma sociedade participativa e a importância de a privatização não ser irreversível nem a melhor opção para atender às necessidades da sociedade. Mais do que nunca, aquele *slogan* "Quando tudo for privado, estaremos privados de tudo" precisa ser colocado na mesa.

A governança democrática, na perspectiva dessas experiências, é um fator central: democratizar o controle das empresas estatais, ampliando responsabilidade, transparência e capacidade de gestão. Isso não apenas é possível como é necessário, e a experiência de participação dos trabalhadores nos conselhos de administração, por meio dos seus representantes eleitos, de que é exemplo aqui a Rita Serrano, é fundamental para que esse controle comece de dentro.

Então este livro, *O Futuro é Público*, não só traz exemplos ricos e atuais sobre como enfrentar e reverter as privatizações, mas ensina, inclusive, que caminhos podem ser explorados e que argumentos podemos utilizar nesse debate que é central para a preservação do patrimônio público, mas também para a retomada do desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Luiz Alberto, que faz um resumo do livro e da importância do serviço público para toda a nossa gente, para grandes causas do povo brasileiro. Fala da importância da recuperação. Podemos, sim, recuperar parte de coisas que eles já privatizaram. E fala desse momento da história tão importante, em que o social deveria estar em primeiro lugar, mas realmente não está.

Parabéns, Luiz Alberto! Sempre é uma satisfação te ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como havíamos combinado, agora nós vamos passar para os Parlamentares. Eu vi, com alegria, que a Deputada Federal Erika Kokay está conosco. Ela sabe do carinho que eu tenho pelo mandato, pela vida, pela história e pelas causas que ela defende, que são as grandes causas do povo brasileiro.

Então, passo à Senadora Zenaide Maia e, em seguida, para a Deputada Federal Erika Kokay.

Se elas entenderem possível, deixaríamos cinco minutos para cada uma, mas com a tolerância devida.

Vocês sabem disso, não é, Senadora?

O norte seria de cinco, mas com a tolerância devida, e a Rose, se quiser usar da palavra, claro que vai usar também, como também o Senador Flávio Arns.

Senadora Zenaide Maia, a palavra é sua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Paulo Paim, quero aqui cumprimentar os convidados, que nos deram uma aula, porque uma coisa é... A gente sabe aqui essa luta minha e do Paulo Paim, mas a Rita Serrano, o Luiz Alberto dos Santos... Ele é seu assessor, hein, Paulo Paim!!! Que privilégio ter um assessor desse, que mostra o que realmente... Porque eu sou médica de formação, e a gente sabe que, no Parlamento, a gente pode ter qualquer profissão, mas essa parte... A sorte da gente é que a gente tem consultores altamente qualificados. Então, Sergio Takemoto, Deyvid Bacelar, que estava lá na reunião da gente, do grupo, e Marcus Vinicius.

O que este Governo está fazendo com o patrimônio público e com a soberania nacional é criminoso. Como foi mostrado aqui, Paulo Paim, ele desinveste, abre o capital, que é para justificar... Quando desinveste, mostra um serviço público precário por falta de investimento. E ele faz isso em todas as áreas. E, mesmo com a guerra como está aí, mostrando a importância de um país ter seu poder energético, para poder ter soberania nacional, ele quer vender... Vender, vender e vender.

Eu, como médica, digo o seguinte: não desmereço os serviços públicos privados de saúde, mas a gente sabe que o serviço privado, em qualquer instância, como Petrobras, Embrapa, Codevasf, tudo que foi falado aqui, precisa fazer um bom serviço e ter lucro. Aí é que está a diferença para o privado. Você, como médica de um serviço público da universidade, você cumpre a ciência rigorosamente, sem ficar pensando em economizar alguma coisa para poder ter lucro.

Eu queria, aqui, Paulo Paim... Eu sei que tudo que foi falado aqui é aquela luta contínua da gente. Gente, eu gostei: defesa das empresas públicas... Se é público, é para todos. Essas privatizações que esse Governo tem feito são um desastre. Eu queria mostrar aqui o exemplo do Amapá: a energia é privada, mas, na hora em que o negócio não funciona, é o estatal que vai lá socorrer, porque são os cidadãos que estão lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero falar aqui sobre o PLP 18. O Governo opta por esse PPI, esse preço de importação. Trata o povo brasileiro... A Petrobras, uma empresa nacional que tem uma importância fundamental, passa a ser uma mera distribuidora de lucros e dividendos para seus acionistas, e a população, nada.

E o que ele está fazendo com isso aqui? Eu quero deixar claro que aqui a gente não está contra a redução dos preços dos combustíveis, mas a gente quer aqui que essa redução chegue à bomba e que se dê um jeito de compensar os recursos que vão usar. O estrago que eles estão fazendo com os preços dos combustíveis... E isso matando as pessoas de fome, porque a gente sabe que isso é uma bola de neve, não tem como não ser. Se mais de 70% do que se produz neste país é transportado por rodovias, então, isso está mesmo, como a gente diz, na jugular. Então, nós temos...

E o que chama mais a atenção? O Governo está cortando verbas da educação pública, das universidades, dos institutos federais, cortando no orçamento. Só que isso aqui é mais grave: ele tira, reduz o ICMS dos estados, e isso são recursos de transferência obrigatória; com isso aqui, ele está tirando, dizendo que os estados estão ricos. Gente, esses estados estão pagando a inflação com esses recursos!

Então, esse projeto, esse PLP 18... A gente está aí cheio de emendas. A Petrobras tem que ter o seu papel social, ela não pode ser uma mera distribuidora de lucros para os seus acionistas, deixando a população à mercê de tudo.

Mas quero dizer o seguinte. Eu queria que os senhores também observassem que eles estão querendo privatizar, tirar um papel importante da Anvisa, Paulo Paim. Nós estamos com o PL 1.293, de 2021, e o PL 1.459, de 2021, que está na Comissão de Agricultura – e querem que seja terminativo lá, Erika Kokay, terminativo lá! Simplesmente ele subtrai a importância dos auditores fiscais agropecuários. O povo brasileiro ainda vai ter essas pessoas... É a autorregulação, a autofiscalização! E o PL 1.459, que é o famoso pacote do veneno, é outro que retira a Anvisa, retira a ciência, a tecnologia.

A Agência de Vigilância Sanitária é onde estão os cientistas, lá estão as pessoas que descobriram quais são os agentes que são danosos à saúde da população brasileira. Então, não se limita só à privatização, como ele falou aí, arranjando uma maneira de privatizar a Petrobras, a Caixa Econômica, que tem um papel social importantíssimo.

Eu sei que eu falaria aqui muitas coisas, mas quero dizer aos senhores que eu concordo em gênero, número e grau pelo que foi dito pelos nossos expositores. E quero dizer o seguinte: a gente tem que batalhar por isso porque, infelizmente, nós temos dificuldade de barrar muitas coisas aqui, mas a gente denuncia, dá visibilidade ao povo brasileiro do que está acontecendo aqui. E gostaria de dizer que nenhum país do mundo sai ou saiu de uma crise econômica sem investimento do maior investidor, que é justamente, no caso do Brasil, o Estado brasileiro. Ele quer sair de uma crise econômica fazendo ajustes fiscais, e eu estou até com medo de não me levantar da cadeira de tanto ajuste, e punir, precarizar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, vender o nosso patrimônio. E o mais grave: vende a preço de banana de final de feira, antes, porque até banana está cara agora, vende e não diz ao povo brasileiro onde foram investidos os recursos do seu patrimônio. Está aí a Eletrobras e a Petrobras. É só vender, passar de uma estatal o controle administrativo-financeiro para os outros.

Então, Zenaide não vai botar digital em nada disso. Nós vamos lutar e, com vocês, minha esperança é de que a gente mude esse Governo, a partir de 2 de janeiro, para a gente poder respirar. Sei que não vai ser simples, mas, em compensação, não vai vir tanta medida provisória como a da Eletrobras, privatizada com medida provisória. Isso é lesa-pátria! E, ao mesmo tempo, praticando uma política fiscal criminosa em que não se pagam lucros e dividendos. Eu queria aqui que já dissessem que os lucros e dividendos para os acionistas da Petrobras, nós temos uma emenda hoje, Paulo Paim, que eles pagassem Imposto de Renda, porque o trabalhador que ganha R$1.906 já paga, e esse povo pode ganhar o que quiser, desde 1996, porque assim fizeram. Este é um país que é uma maravilha para o extrativismo. Temos o agronegócio que agora eles querem dizer que é surdo-mudo, está tirando até a Anvisa, o meio ambiente e tudo.

Então, a gente não sabe para onde correr primeiro, mas temos que ter esse enfoque. Muitíssimo obrigada por essa orientação que nos foi dada aqui. Conhecimento é poder e nós temos que empoderar o povo brasileiro com tudo que foi visto aqui.

Obrigada, Paulo Paim, e todos que enriqueceram com tanto conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, querida Senadora Zenaide Maia, pela brilhante fala que fez enaltecendo esta audiência pública.

De pronto, passo a palavra para a Deputada Federal Erika Kokay, se ela ainda se encontra no Plenário. A palavra é sua, Deputada, por favor.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Para discursar.) – Obrigada, Senador Paim.

Eu queria primeiro agradecer a oportunidade de estar aqui, tendo ouvindo esse descortinar de tantos ataques ao povo brasileiro através do ataque ao que é público. Tudo que é público passa a ser ameaçado por esse Governo. As políticas públicas estão ameaçadas, o serviço público está ameaçado. É como se houvesse uma captura do Estado para que o Estado não sirva à população brasileira, mas que o Estado passe a servir aos governantes e servir à iniciativa privada.

Então, essa lógica de capturar o Estado como se fosse um corpo que adentra e que vai eliminando e corroendo é uma lógica que vai estar no conjunto de políticas e de ações do próprio Governo Federal. E, como o Governo não tem projeto de desenvolvimento nacional – porque não há projeto de desenvolvimento nacional –, não há projeto de desenvolver as cadeias produtivas, de gerar emprego. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós estamos vendo é o Brasil garfado pelo rentismo, o capital que vive de renda, portanto, não produz. Então, não tem interesse nos instrumentos estratégicos.

Qual governo com um projeto de desenvolvimento nacional abriria mão da Eletrobras? O que representa a energia para o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento humano? Ah, é a senhora com o rosto sujo da fuligem da lamparina que diz para o Lula: "Isso aqui é fuligem de lamparina, e eu acabei de jogar fora essa lamparina porque a luz chegou na minha casa, a luz elétrica chegou na minha casa". O Luz para Todos.

O Luz para Todos só pode ser exercido quando você tem uma empresa que é uma empresa que serve ao povo brasileiro e não ao seu próprio lucro. Por que interesse terá a iniciativa privada de chegar nos rincões deste país sem ter retorno financeiro para levar a energia? Nós estamos falando de uma empresa de energia que tem a tarifa mais baixa do que as tarifas privadas. Nós estamos falando da maior empresa da América Latina. E um projeto que foi aprovado por medida provisória e se introduziram as termoelétricas dentro desse projeto como um corpo absolutamente estranho à proposição.

E ali o Governo se compromete a estar construindo e gastando R$100 bilhões com gasodutos, gasodutos, para o mesmo empresário que se beneficiará disso, aquele que é amigo de quem Bolsonaro tentou colocar na Presidência e no Conselho de Administração da Petrobras. Portanto, é o Governo das negociatas, que está de costas para o povo brasileiro. Que ousadia é essa de dizer que tem que se privatizar a Petrobras, ou que ousadia é essa de um Governo que não se responsabiliza pelas suas próprias ações?

Ora, a política de preços da Petrobras é determinada pelo Conselho de Administração. A maioria do Conselho de Administração é indicada pelo Presidente da República. E ele diz: "Tem que diminuir o preço, tem que diminuir". E aí, para preservar o lucro dos acionistas privados da Petrobras, quer tirar o imposto para o povo brasileiro, para os estados, para os municípios.

Então, é uma política de não colocar a potencialidade das nossas refinarias em funcionamento, mas tentar vender as nossas refinarias e dizer: "Não, é preciso aumentar a competitividade". A refinaria que foi vendida na Bahia, depois que foi vendida, aumentou o preço, o preço do combustível na Bahia a partir da venda da própria refinaria, e compra parte do petróleo refinado das empresas internacionais. Isso é um ataque profundo a este país.

Por isso, eu diria que nós precisamos defender as nossas empresas, defender o que é público para defender o Estado pensado por Ceslo Furtado, que é o Estado que enfrenta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – ... os problemas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, as várias formas, as sutilezas e, às vezes, não tão sutis formas de tentar privatizar o que público é. É o que está tentando fazer com a Petrobras. E agora assume. "Nós temos que privatizar a Petrobras." Não, nós temos é que devolver a Petrobras para o Estado e para o povo brasileiro, com a sua própria política de preços que atenda ao povo brasileiro.

E aqui nós vamos ver que há tentativas de ir tirando os pedaços da Caixa. Acabou-se com o monopólio do penhor na Câmara. Isso vai vir para cá. E ali foi dito por um Parlamentar: "É o começo para a gente tentar privatizar essa empresa". Tirou-se o monopólio do penhor. Não há reclamação sobre o crédito pelo monopólio do penhor, que existe na Caixa desde 1969 e que, em verdade, você não sabe a segurança dos bens que vão ser penhorados, você não sabe se aquilo não vai servir para lavagem de dinheiro, porque não tem controle nenhum, nenhum. "Ah, tudo vai ser permitido."

E agora, na pauta da Câmara, está o projeto, que volta do Senado, em que se cria a loteria, a loteria da saúde, a loteria do turismo. E na Câmara, nós conseguimos que a operacionalização fosse pela Caixa. No Senado, caiu. Então, qualquer iniciativa... Vai-se poder criar, se a Câmara não reagir, loterias da saúde e do turismo de iniciativa privada, excluindo a própria Caixa.

Os desafios e as ameaças não param. Não param. É preciso que nós entendamos que o Governo vai mudar, e que nós vamos reconstruir este país. Mas até lá, eles, sabendo que vão perder, acionam e aceleram a pauta, com a ousadia que é o absurdo, perdendo a modéstia e sendo ousados, de dizer que vão privatizar a Petrobras.

O Presidente da Câmara não pode fazer isso. Ele não pode dizer que vai utilizar o melhor instrumento na Câmara para poder fazer valer a sua vontade de privatizar. Não pode fazer isso, porque, como Presidente da Câmara, não pode colocar a sua ação presidencial a serviço de uma concepção política.

Portanto, nós estamos enfrentando, neste momento, um período difícil, porque é um período em que eles vão para a rapinagem, em que eles vão tentar acelerar essa pauta, e nós vamos ter que ter a atenção e a força que o poeta cantou. É preciso estar atento e forte para que nós possamos defender este país, defender o que é público, porque defender o que é público é defender a necessidade de fazermos o luto de tantas desigualdades no país, fazermos o luto dos nossos períodos traumáticos.

E não poderia encerrar esta minha fala sem aqui expressar o meu sofrimento e o meu sentimento. É o sentimento com relação à morte de Dom e também de Bruno. Bruno, que é um ambientalista que teve que sair da Funai para que pudesse continuar exercendo a sua função pública. E que esta condição que levou as suas vidas foi sendo tecida todos os dias, todos os dias, por um Governo que não respeita o que é público, não respeita este país, não respeita o seu próprio povo e que acha que o Estado tem que servi-lo e servir os seus amigos e a iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, neste momento, é preciso ter clareza: o que é público é de todas e de todos. O futuro é público, e este país, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, vai dizer que o Estado brasileiro serve para enfrentar as desigualdades sociais e preservar os seus instrumentos e as suas conquistas. O que é público é de todas e de todos, e não deste Governo, que atende a interesses de segmentos absolutamente mínimos deste país e que busca apenas arrancar o que não lhe pertence.

Por isso, se é para manter público o que é público – e nós vamos manter – é dizer: fora Bolsonaro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, minha querida Deputada Federal Erika Kokay, que lembrou muito bem esse exemplo das loterias. Vamos torcer para que a Câmara faça com que tudo volte para o lutar original, porque loteria privada... É lamentável o que aconteceu, infelizmente, no Senado.

Lembro, também, que eles tentaram privatizar a Previdência, quando quiseram implantar o regime de capitalização. Isso diz tudo. Felizmente, houve uma luta ferrenha na Câmara, e aqui no Senado não conseguiram reintroduzir. Com isso, a capitalização não deu frutos, como eles queriam.

Neste momento, pessoal, vou dar aos nossos convidados, como sempre eu faço, aos nossos convidados que estão aqui e que pediram a palavra, três minutos. Quem pediu a palavra – se eu me lembro – foram Fabiola Latino Antezana, Diretora do Sindicato dos Urbanitários do DF; Alda Santos, Presidente da Fenametro; Kleytton Morais, Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília; e Willian Louzada, CGT e Sindicato dos Bancários de Goiás. Como sempre faço, estando presentes, nós vamos dar-lhes o tempo de três minutos.

Eu tenho de ser rígido, pessoal – e faço esse apelo dos três minutos – porque nós temos sessão no Plenário às 14h. Naturalmente, todos têm que fazer o devido deslocamento para estar, à tarde, na sessão, que se inicia às 14h, já com a pauta definida.

Então, por favor, Fabiola Latino Antezana, três minutinhos para os seus comentários sobre a audiência.

A SRA. FABIOLA ANTEZANA (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim, Senadora Zenaide, Deputada Erika, quero agradecer imensamente todo o apoio que a Bancada do PT e a Senadora Zenaide, do PROS, deram ao Coletivo Nacional dos Eletricitários, desde o golpe contra a privatização da Eletrobras.

Nós fizemos daqui, tanto na Liderança do PT na Câmara quanto na Liderança do PT Senado, o nosso quartel-general para tentar evitar esse ato criminoso que veio para o Congresso Nacional em meio à pandemia, passou pela Câmara dos Deputados sem uma audiência pública, com votação à 1h da manhã, com um quórum recorde de votação por parte dos Deputados. Teve a sua votação suspensa no Senado Federal, e, na calada da noite, houve mudanças de votos dos Senadores, com compra de voto explícita e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao vivo. É a hora em que você vê um Senador dizendo: "Votarei contra", e, depois, o Relator dizendo: "Mas eu atendi à sua emenda, Senador", e aí o voto muda; com declarações públicas de Senadores contrários e, depois, votando favoravelmente e destratando aqueles que iam perguntar o que tinha acontecido para que tivessem essa mudança de voto.

Quero lamentar profundamente que a população brasileira é que vai pagar essa conta. Vai pagar a conta de uma privatização que vem contra os interesses do povo brasileiro, com 56% da população se manifestando contrariamente à privatização da Eletrobras, especificamente, que vem na contramão do mundo em um momento em que se anuncia uma crise energética e a importância das empresas estatais para combater essa crise energética e os efeitos climáticos extremos, que nós já estamos vivenciando no mundo inteiro.

Infelizmente, quando se deu o golpe e quando se disse que o golpe era com o Supremo, com tudo, naquele momento, talvez, foi difícil de entender, mas, hoje, nós eletricitários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABIOLA ANTEZANA – ... sabemos o que foi o golpe com o Supremo e com tudo. Nenhuma liminar ganha, as poucas ganhas caíram em duas horas, e o argumento era um só: "O processo está em finalização e não podemos frustrar a expectativa do mercado". Ou seja, ilegalidades, inconstitucionalidades, irregularidades no processo de privatização, demonstradas, inclusive, por ministros do Tribunal de Contas da União e por diversos Parlamentares, técnicos juristas, mas nada disso foi capaz de frear esse ato criminoso.

Então, amanhã, em São Paulo, o Coletivo Nacional dos Eletricitários, em conjunto com vários movimentos sociais e sindicais, está convocando um ato em frente à Bolsa de Valores, a partir das 10h da manhã, para que nós façamos esse último ato de resistência contra a privatização da Eletrobras.

E viramos a chave, dizendo que a única forma que nós temos de reestatizar a Eletrobras é dizer "Fora Bolsonaro, Lula Presidente!" e fazer a disputa de narrativa necessária para que, de fato, ocorra a reestatização.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Ficou nos três minutos.

Passo a palavra para Alda Santos, Presidente da Fenametro.

A SRA. ALDA SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, Senador Paulo Paim. Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão da privatização é um debate muito sério e ele tem que ser muito mais ampliado, porque eu faço parte daquelas empresas públicas estatais que são dependentes do Tesouro e são aquelas empresas que, muitas vezes, passam além, as pessoas não observam o que acontece com essas empresas. Elas são privatizadas, e, muitas vezes, ninguém sabe o que acontece com elas, porque a gente sabe que, hoje, no Brasil a questão das empresas estatais é dividida em dois polos: as que detêm o lucro, que dão lucro, e aquelas que dependem do Tesouro Nacional – e eu faço parte dessas. E, no meu caso, são a CBTU junto com a Trensurb que estão sendo privatizadas e são empresas da ferrovia, são empresas que falam do transporte. São empresas em que... Num país como o nosso, a mobilidade é essencial, e, para ser essencial, ela tem que ser pública, porque o transporte não pode ser uma mercadoria. Ele não pode ser algo que dá lucro apenas para uma parte da sociedade, que são os empresários.

Então, esse é o debate que nós fazemos. E eu faço esse debate em nome da CPTM, das empresas de transporte de São Paulo, do Rio de Janeiro, das empresas do Nordeste, como no Piauí, em que não tem investimento e é uma empresa pública. E eu acho que esta Casa, junto com todo o Governo, deveria ter um olhar mais sensível para o transporte ferroviário, que há muito tempo foi deixado e em que não houve investimento.

Eu sou de um tempo em que se usava trem para tudo quanto é lado, principalmente em Belo Horizonte. Para onde você ia, você usava o trem, e hoje não é assim. Hoje é o sistema rodoviário. E o sistema rodoviário é um sistema capitalista, porque a única coisa que ele quer é o lucro. E eu acho, Senador, que essa questão das ferrovias é algo muito sério num país tão grande quanto o nosso. E aí o que a gente pede, também, junto a esse livro, junto a todos vocês, é esse olhar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALDA SANTOS – ... para aquelas empresas que são dependentes, para aquelas empresas que precisam, de fato, serem apoiadas e serem ajudadas.

Quero dizer, também, que nós somos públicos e nós servimos um trabalho à população que, muitas vezes, vocês não percebem, porque é lá na ponta, onde o trabalhador quer trabalhar e não tem o dinheiro para pagar a passagem, e muitas vezes ele chega a uma estação e pede a gratuidade.

Então, a nossa luta é em busca da CBTU e de todo o transporte ferroviário público estatal com uma tarifa social não somente para o trabalho, mas para o lazer, para que a gente possa dar dignidade ao trabalhador em busca dessa tarifa, em busca dessa condição de vida e dessa mobilidade, que não é só o trabalho, é o lazer.

Aproveito esta hora também – eu sei que talvez não é momento, Senador – para pedir uma reunião com o senhor, assim que possível, para que a gente pudesse conversar sobre a CBTU, sobre o transporte ferroviário no Brasil. Eu gostaria muito que o senhor pudesse nos atender, porque a demanda é muito grande e a falta de investimento também é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a esta Casa.

Muito obrigada a todos pelas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Alda Santos, Presidente da Fenametro, que ficou exatamente no tempo. O nosso pessoal está disciplinado, e isso é muito bom.

De imediato, eu passo a palavra, porque houve uma mudança aqui, ao Sr. Ronaldo Lustosa da Rocha, que é Secretário no Sindicato dos Bancários de Brasília.

Por três minutinhos, Ronaldo.

Depois termina com o William.

O SR. RONALDO LUSTOSA DA ROCHA (Para expor.) – Obrigado, Paulo. É um prazer estar aqui nesta manhã, representando o sindicato na figura do nosso Presidente Kleytton Morais. Ele não pôde comparecer aqui agora, pois teve uma crise forte de sinusite. Estávamos lá em São Paulo, na Conferência Nacional dos Bancários, e, infelizmente, isso ocorreu.

Mas cumprimento a mesa, na figura da Rita, do Sergio, do Luiz, do Deyvid. Estamos todos juntos nessa luta. E eu adicionaria: o passado é público, o presente é público, e o futuro é público. Eu ainda não tinha lido, estava folheando aqui o material, na fala do Luiz, e realmente o material é excelente. Vou levá-lo para a diretoria – a gente vai ter reunião provavelmente hoje –, para a gente distribuir também o número fisicamente para os bancários de base. Porque que é isto: a gente tem que ir para a base e mostrar o que está acontecendo aqui. O futuro é público, mas, como foi dito aqui, tem sido atacado, as empresas públicas têm sido atacadas. A linha de Governo é privatização. O Presidente da Câmara, como foi muito bem falado aqui, quer privatizar e falou publicamente isso! Então é um ataque claro. Temos aí os nossos inimigos e temos que vencê-los, porque são inimigos do povo, porque as empresas públicas ajudam o povo.

Eu sou funcionário do BRB (Banco de Brasília). E nessa pandemia, o tanto de pessoas que foram ajudadas pelas linhas de crédito, facilitadas aí tanto para as pessoas como para as empresas – trazendo um pouco aqui para a parte dos bancos públicos –, porque os bancos públicos fazem isso, só que, muitas vezes, na mídia, isso não fica claro. As empresas públicas têm esse papel.

Falando dos ataques, não sei se vocês viram, porque aqui está sendo transmitido para todo o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO LUSTOSA DA ROCHA – ... o que aconteceu com a CEB (Companhia Energética de Brasília): ela foi privatizada. Foi um ataque covarde ao Brasil. É da energia elétrica que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando, energia elétrica é uma questão de soberania, e privatizaram a CEB aí. Já tem reclamações, várias reclamações de que o serviço piorou – e muito – e da conta de luz, que, como aconteceu no Goiás, subiu muito, e aqui também vai seguir a mesma lógica.

Então, o futuro é público, e, para fazer esse futuro, temos que estar juntos, temos que estar unidos para desfazer as maldades que foram feitas e garantir que esse futuro público seja aí protegendo as empresas públicas, porque proteger as empresas públicas também é proteger o povo brasileiro, que está tão sofrido neste Governo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Ronaldo Lustosa da Rocha, líder sindical, pela tua fala precisa e com muita disciplina em matéria do horário. Foste muito bem, viu, Ronaldo?

Agora, para concluir, então, William Louzada, CGT, Sindicato dos Bancários de Goiás.

O SR. WILLIAN ROBERTO LOUZADA (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, pela disponibilidade e por esta importante audiência pública; à Rita Serrano, estamos juntos aí desde a luta no PLS 555, já desde o golpe que começou todo esse nosso sofrimento, não só nosso como do povo brasileiro; ao Sergio Takemoto, nosso companheiro da Caixa; ao Deyvid, que também tem feito uma luta gigantesca; e ao nosso Luiz Alberto, que tem um conhecimento e tem nos ajudado tanto aí nessa assessoria, que é tão importante para nós.

Na verdade, nós estamos, no momento – e já vem desde o golpe –, nessa luta inglória, mas chegamos ao momento que é de ruptura e de a gente conseguir vencer este Governo, que é o Governo em que – o Senador colocou aqui – 115 milhões de pessoas passam fome todo dia. Além de negar a comida ao povo, agora vai se negar a água, com a privatização da nossa água, da nossa Eletrobras, tão importante para o povo brasileiro. Então, este momento que a gente tem é um momento de luta, é um momento duro, mas eu tenho certeza de que aqui nós temos grandes lutadores e já demonstramos isso.

Amanhã, nós teremos a companheira lá na Bolsa de Valores. Eu espero que todos que possam... Convoco aqui os trabalhadores a estarem lá também para fazer essa denúncia da entrega de um patrimônio tão importante para o povo brasileiro. Então, é importante que todos nós estejamos lá, e quem possa também faça esse convite a todas as nossas bases.

A divulgação desse livro é extremamente importante, porque o livro rompe com essa... Como o Luiz Alberto falou, tem muitos do povo brasileiro muito enganados pela falácia da mídia, principalmente da mídia corporativa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAN ROBERTO LOUZADA – Então, é importante que nós distribuamos esse livro o mais rápido possível. Ali tem o *download* gratuito. Então, é importante que a gente faça também a divulgação desse *download* para que todos possam ter acesso a esse livro, de que é muito importante ter o conhecimento. Com o conhecimento, a gente pode combater essa falácia de que o que é público não é bom. O público é que garante, e nós garantimos – eu sou da Caixa Econômica – aí o Bolsa Família para muita gente. Na pandemia, nós garantimos a comida na boca do povo, combatemos essa questão da fome – foi claro isso. Então, nós precisamos das empresas públicas para fazer o resgate da soberania e também da igualdade social, que é tão importante num mundo tão desigual como o que nós vivemos.

Então, é isso.

Respeitando os três minutos, eu encerro aqui agradecendo ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Faço o alerta aqui – e o conjunto dos convidados e todos que usaram a palavra o fizeram também – que foi importante, no final, Willian, você ter alertado para o risco da água e da energia.

Há quem diga que a água será o grande petróleo do futuro. Então, o risco da privatização da água e, naturalmente e infelizmente, da energia... Nós já vemos consequências disso aqui no meu estado, com o que está acontecendo aqui no Rio Grande do Sul.

Eu queria, agora, ir para o encerramento. Eu vou passar a palavra para os quatro convidados, porque não temos mais tempo, mas deixo... Vieram inúmeras perguntas para mim aqui, mas eu vou deixar só duas para eles, nas considerações finais, colocarem os seus pontos de vista.

"Nesse jogo político-financeiro que se perpetua no Brasil, a quem interessa esse desmonte do setor público?"

E vou escolher aqui só mais uma: "O assédio institucional, a falta de servidores públicos para prestarem um serviço adequado e competente, a falta de concurso e a falta de transparência para a gestão pública que hoje presenciamos são apenas alguns exemplos do desmonte do setor público. Quais as consequências de tudo isso?"

Foram algumas das falas que tivemos aqui, algumas das perguntas que eu recebi, e eu vou, agora, me dirigir à Rita, ao Luiz Alberto, ao Sérgio e ao Deyvid.

Vamos começar com o Deyvid Bacelar, Presidente da FUP.

Por favor, as suas considerações finais, por três minutos, podendo responder ou não os questionamentos que eu aqui escolhi – dois de uma centena dos que chegaram para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos terminar com a Rita – ouviu Rita? Vai terminar com você daí. Você foi quem iniciou e é você quem vai terminar.

Deyvid, é com você.

O SR. DEYVID BACELAR (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Bem, a quem interessa esse desmonte do Estado brasileiro? Aqui, no país, por conta de pactos, quase que pactos malignos, fechados principalmente entre o Paulo Guedes e grandes corporações financeiras, o grande interessado é o capital financeiro internacional, que se privilegia e se beneficia das privatizações que estão ocorrendo em todos os setores.

E é óbvio, como disse aqui a companheira Fabiola, que, infelizmente, o capital financeiro está aqui dentro da Casa, com representações que foram eleitas com muito dinheiro oriundo de bancos, de fundos de pensão, de pessoas que são investidoras e de empresas que estão em outros países por sinal. Quem não se lembra dos grandes lobistas que estão aqui, dentro do Senado ou dentro da Câmara, fazendo o seu trabalho, mesmo sem legalização alguma do *lobby* no Brasil, apesar de ter um projeto do Deputado Zarattini tramitando aqui há anos, que não anda, não caminha.

Então, infelizmente, interessa a eles que estão, como gafanhotos, consumindo absolutamente tudo daqueles países que ainda têm recursos estratégicos e que têm mercado, como é o nosso imenso e gigantesco Brasil, que, no caso especificamente do mercado de combustíveis, já somos o nono país do mundo em consumo de combustíveis, se comparados aí com todos os países que estão no planeta Terra.

Então, interessa a eles, Senador, e o combate que o companheiro faz aqui, no Senado, é imprescindível para que nós não entreguemos tudo. A luta, com certeza, continua, como aqui bem lembraram a Fabiola e a Rita.

Até o final do ano, eles tentarão continuar com esse saque dentro do Estado brasileiro, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVID BACELAR – ... encontrarão resistência, não somente das entidades, dos movimentos que estão aqui presentes e representados, mas resistência da própria sociedade, que irá materializar essa resistência, com certeza nas urnas, dando fora Bolsonaro e trazendo de volta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o Brasil voltar a ser feliz de novo e a crescer da maneira que cresceu durante os governos do PT, principalmente nos dois mandatos do Presidente Lula e no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

Parabenizo o Senador Paulo Paim, pelo brilhante trabalho que o companheiro faz, e também a Senadora Zenaide e a Deputada Erica Kokay, que aqui também estiveram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, saúdo também a companheira Rita, o companheiro Takemoto, o companheiro Luiz Alberto e a nossa companheira Fabiola, além de todos e todas que aqui estão, inclusive a comitiva de petroleiros e petroleiras, que está aqui em Brasília. A brigada petroleira estará com mais gente aqui em Brasília durante esses próximos períodos porque estaremos aqui, companheira Rita, nessa trincheira para evitar que esse projeto até mesmo seja apresentado na Câmara, que é o que o Lira quer, mas nós – eu e meu companheiro Raimundão – estaremos fazendo uma boa visita a ele, lá em Alagoas, com diversos movimentos sociais, para denunciar, nas duas principais cidades onde ele foi mais bem votado, o que o Lira está fazendo não somente com o Brasil, mas também com o povo alagoano.

Muito obrigado, Deputado.

Parabéns, Rita, pelo trabalho!

Vamos em frente, porque o futuro é público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Deyvid Bacelar, Presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que fez aqui a sua fala de encerramento.

Dirijo-me agora ao Dr. Sergio Takemoto, Diretor-Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

O SR. SERGIO TAKEMOTO (Para expor.) – Quero agradecer, mais uma vez, a realização desta audiência, que, para nós, foi fundamental, principalmente o nível das discussões e das intervenções. Isso só reforça a necessidade que a gente tem de, além de eleger o Presidente Lula, Deyvid, eleger Parlamentares comprometidos com a pauta dos trabalhadores. É fundamental que a gente eleja Parlamentares como o Senador Paulo Paim, como a Deputada Erika Kokay, como a Senadora Zenaide, porque só dessa maneira a gente vai evitar que venham mais ataques às empresas públicas e aos direitos dos trabalhadores como a gente tem assistido.

A todo momento vêm pautas-bombas que retiram direitos dos trabalhadores e da classe mais humilde deste país. E quem ganha com esse desmonte das empresas públicas? No nosso congresso dos empregados da Caixa, nós tivemos a brilhante participação do Eduardo Moreira. Ele aponta o porquê desses ataques às empresas públicas, principalmente ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, à Petrobras e aos Correios. Por quê? Na nova economia, vai se depender basicamente do quê? Do que os empresários e a população vão precisar? Vão precisar de recursos para abrir e para começar os novos negócios, vão precisar de financiamento; vão precisar de energia elétrica, que é feita pela Petrobras a questão da energia; vão precisar de transporte e de logística, a questão do transporte; e vão precisar dos Correios para entregar as mercadorias, para entregar os pedidos; ou seja, são as joias da coroa, como se diz. E é por isso que essas empresas estão sofrendo todos esses ataques, porque vão dar muito dinheiro, vão gerar muitos recursos, vão dar muito lucro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO TAKEMOTO – ... para o capital internacional. E é por isso essa sanha, esse desespero para fazer todas as privatizações, porque eles realmente sabem que, em outubro, muda essa realidade. Ano que vem nós vamos ter um novo governo, uma nova política. Sem dúvida nenhuma, é essa a pressa.

E é por isso que nós temos que resistir, fazer a luta, não permitir que eles continuem tentando fazer o que eles querem fazer durante este curto período, que é este ano aqui.

É por isso também que, lá no nosso congresso, nós aprovamos a criação dos comitês de luta, porque é fundamental que discutamos com o povo, que estejamos nas ruas, estejamos nas redes, porque só dessa maneira nós não vamos permitir que eles façam as privatizações que eles querem fazer este ano e, mais do que isso, garantir a vitória de Lula no primeiro turno.

Então, obrigado, Senador, pela audiência e pela participação de todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Sergio Takemoto, Diretor-Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado pela fala, brilhante, desde o início.

Luiz Alberto dos Santos, Assessor Jurídico do Comitê e Doutor em Ciências Sociais. É com você, três minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Mais uma vez, eu gostaria de enaltecer a importância desta reunião promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Se o Congresso é a Casa do Povo, o Senado é a da Federação e a Câmara dos Deputados representa a população, mais ainda os são as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado de legislação participativa, porque elas são a porta de entrada efetiva das demandas e das preocupações da sociedade.

Esta ocasião aqui nos permite debater e examinar uma experiência fundamental que foi elaborada por uma instituição respeitável, no sentido precisamente de questionar esses processos de privatização ao redor do mundo. E que, como bem demonstra esse livro, que foi publicado e traduzido aqui no Brasil pela Fenae e pelo comitê, trabalha na perspectiva, exatamente, da transferência de bens e de lucro para o setor privado. O setor privado trabalha exclusivamente com a perspectiva do lucro, e, nessa medida, quem paga é quem usa o serviço público, é quem é refém de uma situação da qual não pode escapar.

Quando foi citado aqui o caso da água, por exemplo, que pode ser, como disse o Senador, o petróleo do futuro, realmente é uma questão de segurança nacional ter o controle sobre os recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hídricos na esfera do Estado, e é isso o que muitos países estão fazendo e que o livro demonstra com muita clareza e com muita precisão exatamente na perspectiva da garantia de um direito essencial.

Esse jogo pró-privatização só interessa efetivamente ao mercado, só interessa ao setor financeiro, que fatura em todas as circunstâncias quando esses processos acontecem.

Quando foi mencionado aqui o caso do petróleo, da privatização das refinarias na Bahia, recentemente o jornal *Valor Econômico* publicou uma matéria falando que custa 24% a mais o óleo diesel produzido por essas refinarias privatizadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Então, é um verdadeiro assalto ao usuário, ao cidadão, a quem depende desses produtos e serviços.

Quando o Senador, no início da sua fala, falava da questão do trabalho infantil – e temos aqui presente o Bob Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho –, ele tocou numa questão crítica, porque envolve, de fato, a ausência do Estado, a partir do sucateamento de instituições fundamentais, exatamente para assegurar direitos e fiscalizar o cumprimento da legislação.

A Senadora Zenaide citou a privatização, a tentativa de privatização, já aprovada na Câmara dos Deputados, da fiscalização agropecuária, ou seja, estão sendo sucateadas ou privatizadas atividades, inclusive, exclusivas de Estado, o que dirá, então, aquilo que envolve eventualmente a atividade econômica?!

Então, é fundamental que a população esteja consciente do que está acontecendo e de como fazer para evitar que esse processo se consolide.

O processo eleitoral é o melhor momento para que essa discussão aconteça, para que a sociedade participe desse debate e questione as ações e as propostas colocadas pelas candidaturas. E, nesse sentido, hoje, não há como negar e desconhecer que apenas um dos candidatos competitivos tem uma política séria em relação ao Estado e às suas instituições. A continuidade do atual projeto de poder representa apenas a continuidade de um processo de destruição e desmonte de Estado, e é isso que nós precisamos evitar a todo custo em benefício exatamente da sociedade brasileira.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de contribuir para este debate, de participar desta discussão e continuar, ao longo de todo esse tempo, unido com as entidades que estão à frente dessa luta e colocando as cartas na mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Luiz Alberto dos Santos, Assessor Jurídico do Comitê e Doutor em Ciências Sociais, que fez aqui as suas considerações finais.

Foi perguntado por algumas pessoas aqui no chamado *chat* se a palestra que foi documentada por escrito e mostrada no painel do Dr. Luiz Alberto estará disponível. Eu pedi à assessoria que o consultasse e ele já respondeu que a palestra que ele fez estará disponível no *site* do Senado, no portal da CDH. Então, está respondido àqueles que perguntaram aqui.

Passamos a palavra agora à Sra. Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e Conselheira eleita pelos empregados para o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal.

Dra. Rita Serrano, para encerrar a nossa audiência de hoje.

A SRA. RITA SERRANO (Para expor.) – Senador, quero de novo agradecer aqui o espaço, a sua dedicação a esse trabalho de defesa do patrimônio público brasileiro, do direito dos trabalhadores, a todos os Senadores que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos, às entidades que participaram aqui, às lideranças e dizer que o livro que nós estamos lançando hoje, no Senado, tem o título *O Futuro é Público*, porque eu não consigo imaginar um futuro que não seja público, porque um futuro que não seja para todos é um futuro em que metade da população mundial vai morrer de fome, vai morrer de sede, vai morrer desempregada, vai morrer na miséria. O Brasil está com 30 milhões de pessoas passando fome, o que é inadmissível, enquanto poucos poderosos a cada dia enriquecem mais e ficam ainda brincando de foguetinho. O povo fica brincando de foguetinho, enquanto metade da população mundial morre de fome.

E, como dinheiro não cai do céu – não é isso? Dinheiro não cai do céu –, se alguém tem muito, é porque falta em algum lugar. E é essa desigualdade social gritante que nós vemos hoje no Brasil e no mundo que nós temos que combater, porque não vai ter meio ambiente, não vai ter recurso natural, não vai ter comida, não vai ter espaço para que todos vivam. Então, o futuro público é a única possibilidade de futuro para a humanidade, para as futuras gerações. Esse é o objetivo deste debate que nós estamos fazendo aqui.

É o momento de as pessoas refletirem, principalmente depois dessa grave pandemia, que vitimou milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Nós precisamos discutir que Estado nós queremos para o mundo. Se é esse nosso Estado, que, na realidade, hoje já é privatizado, porque ele só atende aos interesses...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA SERRANO – ... do capital privado, ou se é um Estado que, de fato, tenha foco em melhorar a vida da população dos brasileiros, da nação, e o desenvolvimento. Para isso, vamos precisar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle público da energia, controle público da água, e de bancos públicos para poderem fazer investimento no crédito, principalmente de longo prazo, porque senão não tem investimento. O mais interessante saber é que as empresas privadas deveriam, na minha opinião, inclusive, ter compromisso com o desenvolvimento do país – é só olhar a situação dos bancos privados. Mas, pelo contrário, o único interesse é o lucro, cada dia mais alto, e o retorno para os seus acionistas em detrimento da população brasileira. É só isso! É isso que está em jogo nesse momento. Então, nós precisamos discutir que Estado nós queremos e que futuro nós queremos.

Então, eu quero agradecer de novo e dizer que o livro está à disposição em meio digital no *site* do Comitê em Defesa das Empresas Públicas e no *site* da Fenae. E também vou disponibilizar o livro, para o Senado Federal colocá-lo no *site*. E as entidades, também – não é, Deyvid? –, a FUP, todo mundo pode colocá-lo nos *sites* para estar disponível em meio digital.

E, por último, Senador, só quero pedir – eu sei que não preciso pedir –, aliás, quero só destacar aqui que tem este projeto nefasto, de tantos que vieram para o Senado, que é o PL 4.188, que foi aprovado na Câmara e que prevê duas coisas bastante complicadas.

Uma é o fim do monopólio das operações de penhor da Caixa, da exclusividade. Muita gente vai dizer: "Olha, não pode ter monopólio público, só pode privado. As empresas privadas podem ter monopólio e pôr o preço que quiserem". Agora, a exclusividade do penhor da Caixa é importante, porque é um empréstimo cobrado a taxa de juros baixos. Isso interessa à população e evita a lavagem de dinheiro, porque há um controle público dessas operações.

A outra questão é que, nesse mesmo projeto, tem algo até mais nefasto, que é o fato de que, a partir dessa aprovação, a moradia onde uma pessoa vive... No caso de uma pessoa que só tem uma casa para viver, essa casa não poderia ser usada, até então, para ser penhora de dívida. E esse projeto traz esta tragédia, que é o fato de a casa onde uma pessoa mora poder ser usada para penhorar dívida. Aí é para deixar o povo na rua mesmo. Não tem solução!

Então, é um projeto nefasto, que foi aprovado na Câmara e veio para o Congresso. A gente quer contar com o seu apoio e o de todos os Senadores que falaram aqui hoje, para não permitirem que ele seja aprovado.

É isso!

Muito agradecida a todos os presentes.

Nós queremos ainda tirar uma foto aqui com o livro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Nós o faremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITA SERRANO – Com você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Essa foi a Dra. Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e Conselheira eleita pelos empregados da Caixa Econômica Federal.

Eu, por uma questão de justiça, pelas informações que me chegam... Agora me chegou aqui um outro documento oficial da Apib:

> Bruno e Dom seguem desaparecidos.
> [Não está confirmado que os corpos foram encontrados.]
> As organizações indígenas que acompanham o caso seguem pressionando a continuidade nas buscas. Solicitamos que aguardem [ainda] uma posição oficial. Eu acho correto que a Apib queira, se é que eles foram assassinados, uma posição oficial sobre os corpos.

Então, nós estamos fazendo esse esclarecimento para que todos que estão nos assistindo – e são milhares que estão assistindo à nossa TV Senado – estejam com a informação correta que chegou aqui agora.

Repetindo o pedido que fez aqui a Dra. Rita Serrano, eu peço a todos, quando eu declarar encerrada a sessão, que se dirijam à mesa principal para tirarmos uma foto. Eu estarei aí de uma forma ou outra, nem que seja de forma espiritual ou de coração. O livro é *O Futuro é Público: pela Propriedade Pública dos Serviços Públicos*.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Vamos à foto.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Zenaide Maia, Telmário Mota, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Rafael Tenório. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima quarta, décima nona e vigésima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 138, de 2014 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O Presidente nomeia o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3692, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar hospitais e estabelecimentos de saúde de médio e grande portes a disporem de equipamentos adequados às pessoas com deficiência." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Humberto Costa (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: O Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Paulo Paim, para que possa relatar o projeto "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5609, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3393, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O Presidente da Comissão nomeia o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 23, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o conteúdo da sexta edição da Cartilha da Gestante." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 24, de 2022 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federa le do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil"." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 28, de 2022 que: ""Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as denúncias relativas a condições trabalhistas críticas a que estariam sendo submetidos os caminhoneiros de transporte de carga pelo Brasil, bem como apurar os procedimentos das transportadoras, embarcadoras e empresas de monitoramento e rastreamento de frota"." Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 29, de 2022 que: "Requer a realização de audiência pública para debater os ataques à liberdade de imprensa." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 30, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Manaus, AM, com o objetivo de acompanhar as investigações sobre o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. Às dez horas e quarenta e cinco minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinquenta e um minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/15

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço a presença dos Senadores, Senadoras, e também a participação das pessoas que vão compor aqui esta audiência pública, o debate que nós vamos realizar sobre a temática: "Violência contra os Jornalistas".

Então, eu quero declarar aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 14ª, 19ª e 20ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos, antes do início da audiência pública, alguns projetos que, a depender do quórum, poderão ser votados, outros que poderão ser lidos... Portanto, nós vamos iniciar por essas leituras e eventuais votações.

Eu queria, antes de iniciar propriamente a leitura desses projetos, enfim, fazer um pequeno relato da diligência que nós realizamos nesses últimos dois dias em Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É do conhecimento público a violência que resultou em morte do cidadão sergipano Genivaldo Jesus da Silva, que foi vítima de uma abordagem da Polícia Rodoviária Federal, um processo de detenção, posteriormente, foi vítima de torturas e, por fim, teve a sua vida ceifada. Esse crime chocou o Brasil e o mundo.

Nós já tínhamos aprovado aqui uma diligência para acompanharmos as investigações e também prestarmos algum tipo de apoio, de acolhimento à família. Tivemos uma agenda muito intensa, muito forte e, ao mesmo tempo, muito comovente lá, onde estivemos com a Polícia Federal, com a própria Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB. No dia seguinte, estivemos com o Prefeito e os Vereadores da cidade de Umbaúba – estivemos lá em Umbaúba –, tivemos conversas com a mulher de Genivaldo, tivemos conversas também, reuniões com a sua mãe, seus irmãos, sobrinhos, enfim, e muito em breve vamos apresentar o relatório.

Já estamos com alguns relatórios de outras diligências prontos. Precisamos votá-los, enfim. Mas eu acredito que a nossa presença em Sergipe foi muito importante. Contamos lá com o acompanhamento, em vários momentos, do Senador Rogério Carvalho, também do Senador Alessandro Vieira, do Deputado Federal João Daniel, que estava lá representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e a própria Câmara dos Deputados. Portanto, foi muito importante.

De mais relevante que nós podemos relatar é que nós ficamos com a impressão muito clara de que há um empenho por parte da Polícia Federal e do Ministério Público em concluir o inquérito o mais rapidamente possível e apresentar algum tipo de recomendação. Entendemos que as investigações estão sendo feitas com muito cuidado, praticamente todas as testemunhas já foram ouvidas, e agora eles estão no aguardo de várias perícias, inclusive perícias muito complexas que estão sendo realizadas. Com a chegada dessas perícias, o inquérito deve ser fechado e aí haverá o andamento do processo.

Da mesma forma, nós estivemos lá com a Polícia Rodoviária Federal, que tinha lá uma comissão de intervenção, que já tinha tomado várias medidas cautelares em relação aos policiais. Também sentimos o interesse de a Polícia Rodoviária Federal fazer uma discussão ampla, inclusive no sentido de colocar em debate, primeiro, qual é a jurisdição da Polícia Rodoviária Federal, se ela pode, como tem acontecido, participar de ações no perímetro das cidades e, às vezes, até de ações em conjunto com a polícia civil, enfim. Essa é uma questão que eles estão discutindo.

A outra questão que está sendo discutida é a adoção de protocolos de abordagem, de protocolos de enfrentamento de situações que precisam ser efetivamente mudados, inclusive porque os próprios policiais, às vezes, são vítimas, como aconteceu lamentavelmente no Estado do Ceará em que dois policiais que procuraram prestar assistência a uma pessoa que estava num determinado momento provavelmente sob um surto psiquiátrico terminaram sendo vítimas dessa abordagem. Não nos cabe aqui fazer uma avaliação se foi feita de forma correta ou não, não temos essa *expertise*, mas o resultado foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito negativo para os próprios policiais, obrigando naturalmente que a Polícia Rodoviária Federal discuta como devem se fazer essas abordagens, enfim.

Estivemos também com o Ministério Público, que foi muito taxativo em querer uma conclusão rápida desse inquérito. Obviamente, nós ouvimos, acreditamos, mas vamos continuar pressionando, cobrando essas instituições para que elas cumpram o que nos disseram, cumpram o que nos prometeram.

No dia seguinte, nós estivemos com a família, o que foi realmente um quadro muito comovente, porque são pessoas muito humildes, são pessoas muito sérias, todos trabalhadores. O próprio Genivaldo, além de ser o responsável pela manutenção, pelo provimento da sua própria casa – ele tem uma mulher e um filho –, ainda ajudava a mãe, irmãos, enfim, um quadro que a gente conhece. Agora, com a morte dele, a fonte principal desses recursos que eram um benefício de prestação continuada, porque ele era aposentado por conta de um distúrbio, um transtorno mental, morre juntamente com a morte do Genivaldo.

Então, nós vamos voltar à carga aqui no Senado para votar o projeto de lei que nós apresentamos, concedendo uma indenização à família e, ao mesmo tempo, concedendo pensão vitalícia à mulher, ao filho e à mãe de Genivaldo. Isso é o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer, porque, afinal de contas, a responsabilidade foi do Estado brasileiro. Aqueles policiais eram representantes do poder público, e, como tal, o poder público precisa ser responsabilizado e precisa fazer as devidas reparações. Nos próximos dias, nós vamos apresentar esse relatório e fazer uma discussão mais pormenorizada sobre o que aconteceu.

Eu vou pedir aqui que alguns dos Senadores me ajudem no sentido de que possam fazer a leitura de alguns relatórios – eu quero começar pelo item 1 – enquanto nós vamos obtendo o quórum para votação. (*Pausa.*)

Temos aqui alguns relatórios que já foram lidos e que, para a sua votação, dependem tão somente do quórum. Nós temos quórum para a audiência, temos quórum para iniciar a sessão e para votar projetos não terminativos, mas, para os projetos terminativos, não temos, não é? (*Pausa.*)

Também não temos para os não terminativos, mas em breve teremos.

Nós vamos começar. Eu peço ao Senador Paulo Paim que faça aqui a leitura do item 5.

Comunico às pessoas que vão participar da nossa audiência pública que impreterivelmente às 11h nós vamos começar a audiência. Peço apenas um pouquinho de paciência para nós podermos atualizar um pouco a nossa pauta.

Item nº 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2018

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Eu peço ao Senador Paulo Paim que assuma a condição de Relator *ad hoc* e leia esse relatório de forma resumida, pelo que agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, o problema é que eu não estou com esses relatórios para os quais fui indicado *ad hoc* neste momento. Fico inteiramente à disposição para fazer a leitura de qualquer relatório; só preciso ter acesso aos que porventura eu tenha que apresentar *ad hoc*. Se houver alguém aí que está mais próximo... Em seguida, claro, eu vou ter acesso aos relatórios e farei a leitura dos outros para os quais porventura eu for chamado, inclusive esse da Mara.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos fazer o seguinte: nós estamos mandando esse material para V. Exa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas aí façamos o seguinte: em vez de fazermos a leitura do item 5, fazemos a do item 6.

Eu peço a V. Exa. que assuma a Presidência da Comissão para que eu possa fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k., perfeito.

Então, neste momento, eu assumo a Presidência da Comissão, por indicação do Presidente Humberto Costa, para que ele possa, então, fazer o relatório do item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3692, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar hospitais e estabelecimentos de saúde de médio e grande portes a disporem de equipamentos adequados às pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Relatoria do Senador Humberto Costa, *ad hoc*, porque a Relatora original era a Senadora Mara Gabrilli.

Passo a palavra ao Relator Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina o Projeto de Lei nº 3.692, de 2019, de autoria de V. Exa., que "altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar hospitais e estabelecimentos de saúde de médio e grande portes a disporem de equipamentos adequados às pessoas com deficiência".

Eu parto diretamente para a análise e o voto.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão a competência para examinar matérias referentes à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência. Justifica-se, pois, a competência desta Comissão para a apreciação do Projeto de Lei nº 3.692, de 2019.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição. A medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva temática a respeito, sendo, portanto, livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

Quanto à juridicidade, ele é um projeto irretocável, porque tem i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos; ii) a disposição nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

generalidade; iv) se mostra dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, dois reparos apenas se impõem: o primeiro é fazer constar da ementa da matéria, entre parênteses, o nome pelo qual deve oficialmente ser conhecida a Lei nº 13.146, que é denominada "Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência"; o segundo reparo é para excluir, da redação do parágrafo único adicionado ao art. 25 dessa lei pelo art. 1º do projeto, a cláusula "de acordo com especificações definidas no regulamento", por ser desnecessária e não apresentar conteúdo mandatório para o Poder Executivo.

No mérito, é louvável e muito bem-vinda a iniciativa, que consiste em fomentar a acessibilidade das pessoas com deficiência em hospitais e outros estabelecimentos de saúde de médio e grande porte.

O nosso entendimento, contido no relatório, é o de que o Brasil precisa progredir na promoção dos direitos humanos e, em especial, dos direitos das pessoas com deficiência, colocando-se no mesmo patamar de países que costumamos chamar de primeiro mundo, sendo importante identificar e sanar lacunas e aspectos da legislação que demandem aperfeiçoamentos como esse.

No caso em exame, a lei em vigor buscou assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos espaços dos serviços de saúde apenas sob os ângulos arquitetônico, de ambientação e de comunicação, não estipulando nenhuma obrigação quanto à necessária adequação da aparelhagem e dos equipamentos utilizados por esse mesmo público. Trata-se, então, de um hiato que deve ser preenchido, pois, como lembrou o autor dessa inovação proposta, o Senador Paulo Paim, "em muitas ocasiões as pessoas com deficiência não recebem o atendimento apropriado em função da inadequação dos equipamentos médico-hospitalares, até mesmo em atividades básicas, como ocorre, por exemplo, quando não há balança própria para cadeirantes, [sendo] o tema [...] praticamente esquecido nos regulamentos técnicos que elencam exigências para o funcionamento de hospitais, clínicas, centros médicos".

Registre-se que há atos infralegais que disciplinam, casuisticamente, o assunto. É o caso, por exemplo, de resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise, por exemplo.

Em resumo, impõe-se interromper, sempre que identificadas, situações de descaso com os direitos humanos das pessoas com deficiência, para que estas não deixem de receber, por questões práticas e operacionais, a atenção à saúde de que necessitam. É um ajuste pontual, mas bastante significativo e alvissareiro.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.692, de 2019, com as emendas que se seguem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa. (*Pausa.*)

Pode me devolver a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, Relator, eu estou aqui presidindo momentaneamente.

Como não temos quórum para votação ainda, então, nós vamos esperar o quórum. Fica aberta a palavra para a discussão no momento adequado.

Devido a isso, a palavra volta para V. Exa.

Informo que já estou aqui, se assim V. Exa. entender, com o relatório do item 5 e também com o do item 8.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Eu concedo a palavra a V. Exa., como Relator *ad hoc*, para o item 5.

Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

É de autoria do Senador Telmário Mota e relatado pela Senadora Mara Gabrilli.

Peço a V. Exa. que possa relatá-lo na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu, para adiantar os trabalhos, já que temos diversos relatórios aqui que poderíamos ler – oxalá, consigamos votar também! –, vou direto à análise.

O PLS nº 430, de 2018, não apresenta inconformidades de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade.

Registre-se, de início, que, nos termos dos arts. 24 e 227 da Constituição, à União cumpre, concorrentemente, legislar sobre proteção à infância e à juventude, bem como assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária. Ressalvamos, desde já, contudo, que também cabe à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

O projeto em tela é altamente meritório. Consideramos razoável a preocupação de, em imóveis a serem construídos, reservar-se espaço para a oferta de banheiro familiar, bem como para fraldário habilitado ao uso de qualquer responsável por criança pequena que dele necessite, e, para além dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação, fazer dela uma condição para a obtenção do habite-se. Trata-se de maneira simples e eficaz de dar cogência à lei.

Contudo, segundo entendemos, o PLS pode ser aprimorado, de forma a atingir e beneficiar um público ainda maior. Isso porque o PLS deve se adequar aos ditames da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece normas de acessibilidade. Nesse sentido, é oportuno incluir, entre os usuários do banheiro familiar, as pessoas com deficiência de qualquer idade que necessitem de apoio de terceiros. Será, naturalmente, mais uma maneira de dissipar eventuais constrangimentos desnecessários em banheiros coletivos de maior afluência. E, por fim, é conveniente que a lei se aplique não só aos estabelecimentos com funcionamento ainda a iniciar, mas, também, àqueles já existentes que passarem por novas construções, ampliações ou reformas.

Assim sendo, proporemos emenda substitutiva à proposição.

Por fim, registramos a proposta de unificar os termos "ambientes", "locais" e "estabelecimento", usados de maneira intercambiável no PLS, o que contraria a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina a norma de "expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico". Em seu favor, usaremos, então, o termo "edifício", consagrado na Lei nº 10.098, de 2000.

Voto.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2018, na forma da emenda substitutiva, que já está publicada.

É uma emenda que repete praticamente o projeto, com as alterações que eu já destaquei.

Era isso, Presidente. Está lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

O relatório está considerado como lido – foi lido, na verdade.

Como nós ainda precisamos da presença de mais um Senador ou Senadora... (*Pausa.*)

Pois não!

Assim que o quórum for obtido, nós faremos essa votação.

O Senador Flávio Arns pede a palavra, mas a Senadora Rose de Freitas me solicitou também a possibilidade de ler o relatório do item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns e peço que a Senadora Rose de Freitas aguarde um pouco, que, de imediato, eu passarei para o item 7, para que ela possa fazer a leitura do seu relatório. E depois continuamos com o outro item a ser lido pelo Senador Paulo Paim.

Senador Flávio Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço e quero cumprimentar V. Exas., Senador Humberto Costa, Senador Paulo Paim e Senadora Rose.

É bem rápido. O Senador Eduardo Girão apresentou um requerimento também e, como não pode participar da reunião de hoje pelos compromissos que ele tem, pediu para que eu subscrevesse o requerimento. Na sequência, no momento oportuno, Sr. Presidente, eu gostaria, então, só que fosse lido, para que pudesse ser aprovado também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito! Assim que a Senadora Rose de Freitas terminar o seu parecer, eu farei a leitura do requerimento.

Vamos aguardar o quórum, não é?

Posso passar a palavra a ela? (*Pausa.*)

A Senadora Rose de Freitas fará a leitura do item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5.609, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: *tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é a Senadora Rose de Freitas, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório. (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas... (*Pausa.*)

Acho que ela, no momento, não está na sala. Assim que ela voltar, nós concederemos a palavra a ela.

Então, conforme eu havia me comprometido, eu passo aqui para o item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, DE 2022

- Não terminativo -

"Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as denúncias relativas a condições trabalhistas críticas a que estariam sendo submetidos os caminhoneiros de transporte de carga pelo Brasil, bem como apurar os procedimentos das transportadoras, embarcadoras e empresas de monitoramento e rastreamento de frota."

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros.

É assinado pelo Senador Eduardo Girão, subscrito também pelo Senador Flávio Arns.

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a sua leitura.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Presidente.

Como eu havia dito agora há pouco, é um requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão, que, hoje, infelizmente, não está podendo participar da nossa reunião da CDH. Mas eu subscrevo o requerimento também neste sentido de ele poder ser apreciado.

Então, o requerimento diz:

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as denúncias [feitas] relativas a condições trabalhistas críticas a que estariam sendo submetidos os caminhoneiros de transporte de carga pelo Brasil, bem como apurar os procedimentos das transportadoras, embarcadoras e empresas de monitoramento e rastreamento de frota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Girão propõe uma lista de convidados e apresenta uma justificativa também.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Está lido o requerimento.

Espero que, daqui a pouco, nós tenhamos o quórum para votar.

Aliás, já temos o quórum. Então, poderíamos começar com a votação do próprio requerimento.

Então, lido o requerimento, pergunto aos Senadores e às Senadoras presentes se algum deles deseja fazer uso da palavra para discutir o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, coloco em votação o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou fazer aqui a leitura dos projetos que já foram lidos e que, portanto, podem ser votados neste momento, antes de conceder a palavra novamente ao Senador Paulo Paim.

O item 5, Projeto de Lei que estabelece obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldários em ambientes coletivos, públicos ou privados, lido pelo Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda que apresenta como substitutivo.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 6, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que foi apresentado pelo Senador Paulo Paim e relatado pela Senadora Mara Gabrilli, e que eu o relatei aqui na condição de Relator *ad hoc*.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos para o item... (*Pausa.*)

A Senadora já está a postos para ler o seu relatório? (*Pausa.*)

Não.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para relatar o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3.393, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Não estando presente a Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, eu concedo a palavra ao Senador Paim, para que ele seja o Relator *ad hoc.*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente Humberto Costa, eu vou à leitura a partir da análise.

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno, opinar sobre matérias atinentes aos direitos da mulher cabe a esta Comissão.

Passemos, portanto, à análise de mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição ilumina uma das facetas mais invisíveis da violência doméstica e familiar: a violência patrimonial. Esta é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades da mulher. Trata-se de um conceito legal, contido no art. 7º, inciso IV da LMP.

Esse tipo de violência, assim como os demais, sofre um processo de naturalização ditado por fatores de ordem histórica e cultural.

Em que pese o avanço que obtivemos até o momento em termos de paridade de gênero, persiste, de forma atávica, a crença de que o homem é o chefe da casa e o principal ou exclusivo provedor do sustento econômico da família.

Normaliza-se, assim, a percepção de inferioridade da mulher e o seu papel de submissão ante o poder econômico masculino. É um absurdo, mas é fato. À mulher resta aceitar seu destino, resignar-se, aceitar que o marido controle o fluxo de caixa da família, o acesso a contas bancárias, as decisões sobre investimentos e gestão do patrimônio comum, e por aí vai. Enfim, é uma violência. Claro que é uma violência!

A violência patrimonial é perversa, ainda, porque ela cria condições favoráveis para a deflagração de outros tipos de violência.

A dependência financeira do agressor dificulta – repito, a dependência financeira do agressor dificulta ou mesmo impede que a mulher vitimizada por agressões psicológicas ou físicas encontre uma saída para romper o ciclo de violência em que está mergulhada. Sem capacidade econômica, a vítima de violência enfrentará inúmeros obstáculos para distanciar-se do agressor – se for necessário encontrar nova moradia –, alimentar-se e contribuir com as despesas da prole comum, por exemplo.

Por tal motivo, entendemos que é necessário e urgente criar mecanismos que garantam a independência financeira das mulheres, como propõe essa lei.

O projeto de lei caminha justamente nesse sentido. Afigura-se bastante razoável a conclusão do autor da proposição, no sentido de que muitas mulheres integram quadros societários ao lado de parentes e, em um contexto de violência doméstica e familiar, podem se sujeitar a atos de violência patrimonial cometidos por cônjuges, genitores, filhos ou irmãos abusivos e controladores. Assim, não conseguem se desvencilhar da pressão exercida sem ver ameaçada sua fonte de renda, uma vez que as regras de direito societário podem limitar o direito de retirada de sócio, impedindo que as mulheres formalizem saídas voluntárias da sociedade que mantém com parentes agressores.

A preocupação tem razão de ser. Ainda não há consenso na doutrina e na jurisprudência sobre o direito de retirada imotivada em tipos societários específicos. Nesse sentido, o projeto não busca somente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superar a polêmica com relação ao exercício do direito de retirada supostamente imotivado e unilateral, que seria caracterizado pela quebra da confiança entre os sócios a partir da condição de violência familiar ou doméstica.

Indo para o final, Sr. Presidente.

O projeto vai além: estabelece uma nova hipótese de exercício do direito de retirada, libertando a vítima de violência doméstica de seus compromissos societários e assegurando-lhe o direito à liquidação de sua cota, conforme os parâmetros previstos no Código Civil.

Além disso, o projeto exclui as possibilidades de agressores se beneficiarem da isenção de pena para quem comete crimes contra o patrimônio em prejuízo do cônjuge, na constância de sociedade conjugal, bem como da ação pública condicionada à representação em caso de crimes contra o patrimônio cometidos em prejuízo de cônjuge judicialmente separado.

A atenuação da responsabilidade penal do agressor, por motivos de política criminal, expõe mulheres em situação de violência doméstica a novas investidas do criminoso, que não se vê dissuadido de continuar as práticas delitivas contra a vítima.

Pelo mérito do projeto, que atua em diversas frentes na proteção à autonomia financeira das mulheres, recomendamos sua aprovação.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.393, de 2021.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de lei do Senador Jorginho Mello, relatado pelo Senador Paulo Paim, *ad hoc*. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim está com acesso aos requerimentos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Aos requerimentos que estão na pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Quais são os números?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Itens 9, 10, 12 e 13.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu posso ler o resumo que eu tenho aqui, Presidente, sem problema nenhum, baseado na própria pauta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Então, eu peço a V. Exa. – eu sou o autor desses requerimentos – que possa fazer a leitura para que nós possamos votá-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O item 9:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o conteúdo da sexta edição da Cartilha da Gestante.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

A autoria é do Senador Humberto Costa, a quem passo a palavra para defender o requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sim, o objetivo desse requerimento é exatamente que nós possamos, em uma audiência pública, com a participação de especialistas na área e também a representação do Ministério da Saúde, debater o conteúdo profundamente polêmico da chamada Cartilha da Gestante, que foi editada pelo Ministério da Saúde. Esse é o objetivo do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão o requerimento defendido e apresentado pelo Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2022

- Não terminativo -

"Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil".

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

Meus cumprimentos, de antemão, de imediato, pelo requerimento ao Senador Humberto Costa.

A palavra é sua, Senador, mas, de pronto, meus cumprimentos pelo tema tão importante ao povo negro nesse país.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Bem, eu agradeço a V. Exa. a leitura.

O objetivo desse requerimento é exatamente que nós possamos abrir uma discussão, por meio de uma audiência pública, no sentido de discutir os impactos das mudanças climáticas nos territórios urbanos e rurais negros no Brasil.

Na verdade, nós sabemos que o problema relativo às mudanças climáticas, ao aquecimento global, incide sobre a sociedade como um todo. No entanto, pelas condições de desigualdade que temos, não somente no Brasil, mas no mundo, alguns segmentos sofrem de maneira mais intensa os impactos, e muitos, não somente militantes da causa, mas também cientistas, advogam a ideia de que as populações urbanas e rurais negras sofrem de maneira diferente esses impactos, dadas as condições de habitação, de saneamento, de moradia, enfim. E nesse sentido queremos fazer essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Em discussão a matéria.

Permita só que eu diga que é fundamental esse debate, principalmente para o povo quilombola. A situação deles é de fato desesperadora, degradante: há falta de água, falta de tudo, para se ter uma ideia, nas comunidades quilombolas, e tem tudo a ver com os impactos e a questão do meio ambiente. Então, esse é a minha consideração rápida.

Aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos a voto.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Percebo aqui, Presidente Humberto Costa, que há mais dois de V. Exa. Se V. Exa. quiser, de imediato eu passo para o 12 e o 13.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) –

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater os ataques à liberdade de imprensa.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

Senador Humberto Costa, a palavra é sua.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Bem, na verdade, essa é a própria audiência que nós vamos realizar no dia de hoje. Têm sido frequentes os ataques à liberdade de imprensa no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos aqui um episódio extremamente grave, que diz respeito a ameaças que foram feitas a jornalista, editores do *site* chamado Congresso em Foco, além de uma série de outros ataques que já se tornaram quase que uma rotina. E, nesse contexto, também se coloca esse episódio lamentável, que é o do desaparecimento do jornalista Dom Phillips juntamente com o indigenista Bruno Pereira, que também serão abordados nessa audiência que faremos daqui a pouco.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem ainda discutir, já que a audiência, inclusive, vai se realizar em seguida, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos logo o item 13 aqui, que também é de V. Exa., e posso fazer a leitura.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, DE 2022

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Manaus, AM, com o objetivo de acompanhar as investigações sobre o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Senador Humberto Costa, de imediato, eu lhe passo a palavra.

De fato, V. Exa., mais uma vez, mostra que está do lado certo da história, como sempre, e traz ao debate desta Comissão uma nova diligência para que a gente tenha mais informações. O mundo está chocado com aquilo que já foi anunciado, inclusive da morte de ambos, de Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. E, num segundo momento, não encontraram os corpos; então, não confirmaram ainda, na minha avaliação, se foram assassinados ou não.

Para defender o requerimento, o Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Bem, na verdade o requerimento para essa diligência poderá se tornar desnecessário porque foi criada uma Comissão Externa do Senado Federal, inclusive com a participação de integrantes desta Comissão de Direitos Humanos, para acompanhar esse caso. De toda sorte, como nós não sabemos ainda os desdobramentos dessa Comissão, nada impede que possamos aprovar e deixar esse requerimento em *stand-by*.

Então, peço a V. Exa. que o coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, com os esclarecimentos todos já feitos, colocamos em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volta para V. Exa., Presidente Humberto Costa, a coordenação dos trabalhos.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Na medida em que nós não temos o quórum para votação dos projetos terminativos, nós vamos concluir a sessão para, de imediato, iniciarmos a audiência pública que foi, inclusive, aprovada agora há pouco.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião extraordinária.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Paulo Paim, Zenaide Maia e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 29/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: Discutir os ataques à liberdade de imprensa e os riscos da atividade jornalística e da livre expressão no Brasil. Participantes: Sylvio Costa, Jornalista – fundador do Congresso em Foco; Jamil Chade, Colunista e Escritor; Patrícia Campos Mello, Repórter especial da Folha e pesquisadora associada da Universidade Columbia; Enrico Rodrigues de Freitas, Procurador da República da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC; Natalia Mazotte, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI; Bia Barbosa, Coordenadora de Incidência da Repórteres sem Fronteiras (RSF) para América Latina; Maria José Braga, Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; Elisabeth Costa, Conselheira - Coordenadora da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH/MMFDH e Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC; e Paulo Freire, Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: solicitar reunião com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a fim de discutir a garantia constitucional de liberdade de expressão, em face dos ataques à liberdade de imprensa e os riscos da atividade jornalística e da livre expressão no Brasil. Fazem uso da palavra o Senador Humberto Costa e a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/15

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 29, de 2022, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Humberto Costa, para discutir "Os ataques à liberdade de imprensa e os riscos da atividade jornalística e da livre expressão no Brasil".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós vamos contar aqui com a participação de ilustres representantes de entidades, de instituições, e também especialistas na matéria, jornalistas, enfim...

Eu queria começar convidando aqui à mesa o jornalista Sylvio Costa, que é fundador do Congresso em Foco e que vai participar aqui presencialmente.

Entre os convidados que estão remotamente participando, nós temos aqui a participação do jornalista Jamil Chade, que é colunista, escritor e que tem sido, inclusive, vítima de ameaças no exercício do seu trabalho profissional e é um jornalista renomado, que faz uma cobertura internacional da própria Organização Mundial de Saúde de outros temas relativos à Organização das Nações Unidas, e, portanto, eu agradeço a sua presença.

Assim também é convidada para participar remotamente – aqui já esteve em outras audiências – a jornalista Patrícia Campos Mello, repórter especial da *Folha de S.Paulo*, pesquisadora associada da Universidade de Columbia. Ela também foi vítima de muitas ameaças e de ações desenvolvidas na internet contra o seu trabalho como jornalista altamente conceituada e responsável pela denúncia de grandes temas do interesse do nosso país, inclusive relativos às eleições de 2018.

Convido também o Dr. Enrico Rodrigues de Freitas, que é Procurador da República da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos; o Dr. Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; a jornalista Natalia Mazotte, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investigativo; a Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Beth Costa; Maria José Braga, Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas; Bia Barbosa, Coordenadora de Incidência da Repórteres sem Fronteiras para América Latina; Elisabeth Costa, Coordenadora da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos; ainda o Sr. Paulo Freire, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD); e um representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de quem nós ainda não tínhamos recebido a confirmação nem a indicação.

Na nossa audiência pública, a nossa ideia é fazê-la da seguinte forma: que nós pudéssemos ouvir por um tempo um pouco maior o jornalista Sylvio Costa, fundador do *Congresso em Foco*, porque foi o *Congresso em Foco* e seus colaboradores as pessoas que foram vítimas de ameaças, e os jornalistas Jamil Chade e Patrícia Campos Mello, dando a eles um tempo um pouco maior de dez minutos, com uma tolerância – está certo? –, e aos demais de cinco minutos, com uma tolerância, porque nós estamos querendo dar a esta audiência pública um caráter também de manifestação pública da sociedade, especialmente das entidades representativas dos jornalistas e instituições que atuam diretamente na fiscalização, no exercício da fiscalização da liberdade de imprensa no nosso país. Está bem?

Então, nós vamos começar com o nosso convidado presencial, o jornalista Sylvio Costa, fundador do *Congresso em Foco*, que terá dez minutos, com tolerância, como eu disse, para nos falar um pouco da situação vivida por ele e também externar o seu posicionamento aqui para todos nós.

Obrigado.

O SR. SYLVIO COSTA (Para expor.) – Bom. Está ligado, não é? (*Pausa.*)

Está o.k. aí o som? Está o.k., não é? (*Pausa.*)

Muito bem.

Eu estou tirando a máscara aqui, porque a gente que se vacina pode se dar a esse direito em alguns momentos.

Eu escrevi um texto, Senador, para facilitar aqui o posicionamento nosso como organização, como *Congresso em Foco*, como gente que se dedica ao jornalismo, de maneira que eu tente colocar as coisas do modo o mais preciso possível.

Para começar, muito obrigado ao Senador Humberto Costa e à sua assessoria pelo convite.

Boa tarde ao senhor, aos Parlamentares que, porventura, estejam acompanhando esta audiência pública, às colegas e aos colegas que participam virtualmente desse evento tão importante.

Eu acho que, em meio a tantas notícias ruins envolvendo o jornalismo e os jornalistas, é gratificante estar aqui junto de pessoas e entidades tão ativas na duríssima luta travada hoje para preservar o espaço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação de uma profissão que pode oferecer muito a uma sociedade democrática, mas que não tem quase nenhuma valia quando ela é amordaçada por tiranos. Por isso mesmo, o jornalismo costuma ser uma das primeiras vítimas quando a democracia está em risco.

Eu quero aqui relatar fatos graves envolvendo a equipe do *Congresso em Foco*. Para quem não conhece a nossa história, o que não é o caso do Senador Humberto Costa – aliás, premiado várias vezes com o Prêmio Congresso em Foco, num reconhecimento que a gente faz em defesa do Congresso e dos bons Congressistas –, eu preciso dizer que o *Congresso em Foco* existe há 18 anos e sempre cobriu o Congresso Nacional e a política com muita independência. Já publicamos inúmeros levantamentos e reportagens reveladoras por vezes desagradáveis por exporem aspectos negativos em relação àquilo que é o alvo principal da nossa cobertura jornalística, que é o Parlamento e a política brasileira.

Houve casos, sim, Senador, em que fomos ameaçados, mas nada comparável à situação que estamos vivendo atualmente. Vou dar um exemplo:

> Vou te matar, sua vagabunda! Eu já tenho os seus dados e os dados de toda a sua família. Viajarei até sua casa com a arma que estou enviando a foto em anexo. [É assim mesmo, é literal, esse pessoal não é muito bom de português. Eu estou sendo literal]. Tenho duzentas balas. Assim, fazer a festa no seu cafofo e provavelmente morrer em um belo confronto com a polícia depois de estuprar você e todas as crianças presentes.

Esse é o texto de uma mensagem enviada para a nossa redação. Essas palavras foram dirigidas à Vanessa Lippelt, que é uma de nossas editoras. Houve outras ameaças ainda mais grosseiras que optamos por não divulgar, tal o baixo nível dos agressores.

Por razões óbvias, Vanessa está neste momento de licença médica, impedida de trabalhar em razão do estresse emocional causado por esses terroristas digitais. E o que ela fez de errado? Nada, a não ser praticar o seu ofício com correção. Uma das suas reportagens mais recentes mostrou as atividades de uma escola paramilitar em Brasília voltada para crianças a partir de cinco anos de idade. Esses meninos e meninas são enfiados em uniformes militares e submetidos a treinamentos em que aprendem canções com letras como: "A pele do inimigo eu pus no mastro da bandeira. Por isso sou chamado faca na caveira". Crianças, repito, a partir de cinco anos de idade. A própria escola postou na internet vídeos em que os alunos terminam algumas – entre muitas aspas – "aulas" com o refrão "Brasil acima de tudo", aquele mesmo refrão que a gente sabe que copia o brado nazista "Alemanha acima de tudo" e que foi adotado por um Presidente da República bastante conhecido e que considero dispensável nominar aqui. Enfim, Vanessa faz jornalismo, e fazer jornalismo, como estamos vendo, ficou algo muito perigoso no Brasil.

Além da Vanessa, o repórter Lucas Neiva, aqui presente, recebeu ameaças de morte. Como aconteceu com ela, dados do Lucas foram vazados. E o que fez o nosso repórter Lucas Neiva? Mostrou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um fórum anônimo da internet foi usado para discutir a produção artificial de – milhares de aspas aqui – "notícias" para favorecer a reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

Em um *post*, um dos frequentadores do fórum ofereceu o pagamento em criptomoeda para quem distribuísse *fake news* que favorecessem a reeleição do Presidente. Isso está explícito lá, Senador, no *post*. Essa reportagem foi publicada no sábado, dia 4 de junho.

Pouco depois de ser publicada, começaram a ser postadas nesse mesmo fórum, denominado 1500chan, ameaças contra o Lucas Neiva. Perdão, uma explicação: chan vem do inglês *channel*, o canal; chan é como se costuma chamar esses fóruns anônimos, que também são conhecidos como *imageboards* ou, na tradução literal para o português, quadros de imagens, pelo fato de usarem com frequência imagens nas postagens feitas pelos seus membros.

O 1500chan é considerado o maior chan em atividade no Brasil e está sob total domínio de pessoas que defendem o Presidente Jair Messias – está no nome – Bolsonaro. Ao mesmo tempo em que jogam *online*, fazem piadas idiotas e publicam *posts* racistas, misóginos e homofóbicos. É um espaço proibido para as mulheres e que serve para exaltar a violência, valores nazifascistas e a cultura de ódio.

Eu não vou me estender muito, não, Senador, apesar de o senhor ter franquiado, mas, enfim, o Lucas publicou a reportagem e, horas depois, passaram a ser publicadas no próprio fórum ameaças contra ele. Também mandaram *e-mails* para a nossa redação. Chegaram a postar um *link* para que os participantes votassem – aspas novamente –: "Acabamos com a vida dele ou ignoramos isso? O meio-termo só vai prejudicar o chan.", dizia esse *post*. Outra mensagem mostrou o itinerário que ele faria em Brasília. Outros *posts* no chan diziam coisas como "Parece que alguém vai amanhecer morto" ou "Eu ri do jornalista esfaqueado em Brasília e queria que acontecesse mais".

Simultaneamente, houve vários ataques contra o *site*, que chegou a ficar por alguns momentos fora do ar entre os dias 5 e 6 de junho.

É difícil dizer se essas pessoas estão apenas blefando. Na grande maioria dos casos, segundo os peritos no monitoramento desses ambientes digitais tóxicos, a ameaça não passa de blefe; mas também houve casos, no Brasil e no mundo, em que fóruns anônimos foram origem de crimes bárbaros, crimes de pedofilia e até assassinatos em massa, incluindo o que ocorreu, em março de 2019, numa escola em Suzano, São Paulo.

Nossa opção não poderia ser outra: levamos as ameaças a sério, divulgamos as ameaças, procuramos a polícia, buscamos assistência jurídica, criamos o comitê de crise e estamos reforçando nossos mecanismos de segurança digital, pessoal e patrimonial.

Enfim, é uma situação grave que abalou profundamente nossos profissionais e suas famílias, mas não é um fato isolado. Além de vários outros que estão acontecendo com tantos colegas do país, aos quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentemente nós somos completamente solidários, o *Congresso em Foco* e sua equipe têm passado por inúmeros constrangimentos desde o início do Governo Bolsonaro, talvez por termos com grande antecedência identificado a ascensão do então Deputado Jair Bolsonaro e termos feito várias reportagens mostrando o seu envolvimento com atos antidemocráticos e com atos provavelmente ilícitos.

Chegamos a publicar dois editoriais importantes. O primeiro foi em 2018, afirmando, com todas as letras, que a eleição de Bolsonaro seria a pior coisa que poderia acontecer ao Brasil. Não precisava ser vidente para dizer isso, bastava ser um bom jornalista político em Brasília; mas foi profético. Foi a primeira e única vez que expressamos nossa opinião contra ou a favor de um candidato, e o fizemos por entender os riscos que ele trazia ao jornalismo como um todo, à democracia. O segundo editorial foi em março de 2021, defendendo o *impeachment* do atual Presidente. Infelizmente fomos pouco ouvidos nessa parte. Temos sofrido várias retaliações, inclusive de natureza comercial.

Por tudo isso, quero deixar esse relato aqui como um grande SOS. Somos um veículo independente, de recursos limitados e precisamos de apoio para enfrentar as ameaças. Esse pessoal da "esgotofera", ou seja, do esgoto da internet, costuma afastar os curiosos com ameaças. No nosso caso, não funciona; não vamos parar as investigações sobre o submundo da internet e da política brasileira.

Mais do que nunca, porém, precisamos de apoio de você que está assistindo e pode ajudar a divulgar essa história e, sobretudo, Senador, contamos com a polícia, o Ministério Público, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, onde corre o inquérito sobre *fake news* – era disso que se tratava a reportagem original do Lucas –, enfim, das autoridades em geral, para resguardar a nossa equipe, a nossa organização e o direito de fazer jornalismo sem ser importunado, sem ser assediado, com a mesma independência que a gente teve nesses últimos 18 anos, com exceção dos três e tanto aqui mencionados.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado ao jornalista Sylvio Costa, responsável pelo *Congresso em Foco*.

Como eu disse no início, esta audiência pública foi convocada exatamente pela ocorrência de casos gravíssimos de violência contra os profissionais de imprensa de que é exemplo emblemático o caso dos repórteres Lucas Neiva e Vanessa Lippelt, que são do portal *Congresso em Foco*. E aqui nós tivemos o relato detalhado e corajoso elaborado pelo jornalista Sylvio Costa, no sentido de mostrar o que, de fato, vem acontecendo. Não somente a nossa solidariedade, mas o nosso compromisso de levarmos à apuração de todas as formas possíveis e de fazermos a denúncia desse tipo de agressão que está incidindo sobre o *Congresso em Foco* exatamente pela qualidade do trabalho investigativo que o *Congresso em Foco* tem feito de maneira notável.

Também outra situação que nós estamos vivendo hoje é esta do desaparecimento de um jornalista, o jornalista Dom Phillips, na Região Amazônica, juntamente com o indigenista Bruno Pereira, em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à qual todos estamos inteiramente apreensivos, sem sabermos se estão vivos ou não, de que maneira foram mortos, se isso aconteceu, não é?

Há até um caso que também é emblemático e que, no último domingo, o Fantástico, da Rede Globo, mostrou, que foi o assassinato de um jornalista esportivo chamado Valério Luiz, que há dez anos não tem solução – esse crime – e que teria sido assassinado porque tinha feito críticas à condução de dirigentes do Atlético Clube Goianiense.

Essa é uma demonstração de que a profissão de jornalista no Brasil está se tornando um ofício de altíssimo risco. E, coincidentemente, como V. Sa. disse, o aumento dessas agressões, de ameaças, de violências em si pode ser claramente identificado a partir das eleições de 2018, quando tivemos ânimos muito acirrados entre boa parte dos eleitores – só naquele ano os registros de agressões contra jornalistas cresceram mais de 30% em relação ao ano anterior –, e isso tudo estava ligado diretamente à eleição presidencial, aos episódios que estavam associados a ela. E esse quadro só veio a piorar com a eleição de Bolsonaro, que inclusive se utiliza dos espaços institucionais da Presidência da República para promover ataques diretos contra órgãos de imprensa, contra jornalistas, contra profissionais do jornalismo.

Portanto, esta audiência tem por objetivo principal trazer essa discussão à baila e buscar essa interação conjunta, enfrentarmos esse problema, que é de extrema gravidade.

Eu queria, portanto, agora, agradecendo ao jornalista Sylvio Costa, passar a palavra ao jornalista Jamil Chade, colunista, escritor, para que ele possa, nos seus dez minutos, com toda a tolerância necessária, nos dar aqui o seu depoimento, sua opinião sobre esse momento que nós estamos vivendo no Brasil, em relação à prática do jornalismo.

O SR. JAMIL CHADE (*Por videoconferência*.) – Senadores, Senadoras, me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente!

O SR. JAMIL CHADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Senadores, Senadoras, Senador Humberto Costa, muito obrigado pelo convite.

Caros colegas jornalistas – em particular, Patrícia, Sylvio –, um abraço para vocês.

Antes de eu até começar aqui, sempre digo em casa que a gente não precisa de heróis nos gibis, porque a gente já tem vários. Podemos falar tranquilamente na minha família que a Patrícia Campos Mello é uma dessas heroínas que não estão nos gibis e é uma dessas pessoas de quem temos muito orgulho e que nos ajuda muito no nosso trabalho.

Senador, obrigado mais uma vez pelo convite, mas, antes de mais nada, eu queria manifestar minha solidariedade às famílias do Bruno Pereira e do Dom Phillips. Eu também gostaria de manifestar a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revolta pessoal e a minha indignação. É obrigação, sim, do Estado colocar todos os meios necessários para buscá-los, mas a busca, Senador, é também pelos nossos direitos, e é isso que está em jogo nessas buscas.

A violência não é um acidente. Esse não é um caso isolado. A gente sabe isso muito bem no nosso país. Hoje a Amazônia chora e sangra, mas é o Brasil também que chora e sangra demais todos esses dias.

Vocês me chamaram justamente para falar da situação que nós vivemos, mas eu prefiro, Senador, em lugar de falar do que eu passei e basicamente das ameaças que eu sofri, fazer uma análise deste momento no Brasil, justamente para tentar encontrar alguma resposta.

Nós jornalistas estamos sob ataque – isso é evidente –, mas a gente precisa entender por que somos o alvo. A imprensa é atacada porque ela faz parte justamente da infraestrutura da democracia. Não é a única, mas é parte, sim, dessa infraestrutura. Portanto, quem está sob ataque não é apenas um jornal ou uma profissional: o que está sob ataque é a democracia. Se nós não entendermos isso e se essa mensagem não vingar, eu temo que nós não conseguiremos formular uma resistência e uma resposta a tudo isso.

Na minha opinião, nós precisamos retirar o debate sobre a segurança dos jornalistas e sobre a liberdade de expressão dos corredores das redações. Ele precisa ser levado para a sociedade, ele precisa ser levado para as escolas, para as associações, para as empresas, para as igrejas, para o Senado, como o senhor está fazendo. Enfim, nós precisamos tirar o debate sobre a liberdade de imprensa da imprensa e colocar, de fato, como um debate de sociedade. Temos que expor que, se o ataque é contra a equipe do Sylvio ou contra a Patrícia, a vítima é toda a sociedade brasileira. Quando o meu direito de ter acesso à informação é minado, é a população que fica cega; é o eleitor que é alvo de manipulação; é o contribuinte que fica sem saber para onde foi o seu tempo e o seu trabalho traduzido, claro, em impostos; é o cidadão que tem, no fundo, a sua soberania sequestrada – "soberania", essa palavra tão complicada atualmente e maltratada, pelo menos, por alguns que estão no poder hoje. Ir buscar, Senador, uma história não é um trabalho de um aventureiro, mas é um direito de uma sociedade democrática, e nós não abriremos mão disso.

Temos também de entender e denunciar o atual sequestro de conceitos como liberdade, liberdade de expressão e mesmo democracia. Eles foram sequestrados por grupos que justamente utilizam esses mesmos termos para cometer as violações. E isso nós precisamos ter claramente colocado.

De uma forma muito breve, eu queria trazer aqui para o debate três pontos, de fato, breves.

O primeiro deles é que existe uma grande mentira em relação aos ataques virtuais. Não existem ataques virtuais. São ataques; ponto. Os meios podem ser virtuais, mas o impacto é absolutamente real: no medo, na autocensura, nas noites não dormidas; como o Sylvio colocou, na preparação de toda uma redação para lidar com esses ataques. Portanto, temos de parar de chamar isso tudo de ataques virtuais. Eles são ataques, e ataque contra a imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia, eu estava num evento aqui da Unesco, Senador, numa dessas salas que o senhor conhece muito bem, e um dado me chamou muito a atenção: no mundo, 40% dos jornalistas assassinados tinham recebido, meses antes, ameaças apenas virtuais – 40% deles. Então, chegou a hora de nós retirarmos ou pelo menos entendermos que ataque virtual é tão grave quanto qualquer outro tipo de ameaça.

O segundo ponto que eu queria trazer é que nós não podemos lidar com esses ataques pensando que se trata de um grupo de moleques inconsequentes. Há método, há objetivo, e eles têm recursos. Sempre lembrando que a meta é a de deslegitimar o trabalho profissional e, assim, minar o impacto da imprensa. Minar o que no fundo? Minar a fiscalização sobre o poder.

E um terceiro ponto que eu queria trazer aqui é justamente uma tendência global que começa a ser registrada – na verdade, ela já está instaurada, mas preocupa, porque os números são bastante claros – que é a criminalização do jornalismo. Enquanto há, de fato, uma queda no número de assassinatos contra jornalistas no mundo nos últimos anos, o que nós vemos em vários lugares do mundo é uma explosão do número de jornalistas detidos. É o que, na Unesco, é chamado de criminalização do jornalismo.

Um dado que também foi apresentado pela Unesco: em 2015, 116 profissionais de imprensa foram mortos – cento e dezesseis! Em 2021, esse número caiu para 55. Mas, ao mesmo tempo, o número de jornalistas detidos, em várias partes do mundo, se multiplicou: passou de 198 em 2015 para quase 300 em 2021. Eu trago esses números porque acredito que temos de pensar nesse cenário também para um Brasil que não seja capaz de lidar com a sua democracia.

Essa criminalização do jornalismo é uma tendência e ela, inclusive, vai ser tratada aqui em Genebra, na próxima semana, no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Eu queria completar com a constatação, olhando aqui de fora, de que, em 2022, o mundo está de olho no que acontece, está de olho no que ocorre no Brasil. Um colapso da nossa história democrática será, de fato, um terremoto regional e terá, sim, um impacto internacional. E temos de deixar claro que não há democracia sem liberdade de imprensa. E temos de deixar claro que não faremos concessões.

Mas eu também gostaria de lançar um desafio aqui: além dos discursos, além dos tuítes e dos *posts* nas redes sociais, dos comunicados que nós publicamos e das próprias matérias, como é que vamos nos preparar se um golpe se consolidar? Nós iremos ou não transmitir a desinformação ou ato que visa justamente tirar a legitimidade de um processo legítimo eleitoral? Qual será a nossa reação nesse dia? Daremos os nossos microfones para a fraude contra a democracia ou não? Eles, Senador, têm plano e têm meta. E nós? Eu pergunto.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado ao jornalista Jamil Chade. São muito adequadas as suas manifestações, a sua colocação neste momento e o questionamento do que é que efetivamente está em jogo no nosso país hoje.

Acho, inclusive, muito pertinente a sua colocação de que nós estamos tratando de ataques que muitas vezes se concretizam com a própria supressão da vida das pessoas, mas que se concretizam também com a intimidação, com a autocensura. Tudo isso, como nós sabemos, faz parte de uma estratégia muito clara de comprometimento da democracia e da liberdade no nosso país, não é?

O que nós vemos permanentemente é um Chefe de Governo que promove uma descredibilização permanente da imprensa, dos jornalistas. É uma forma, inclusive, de promoção de um caos público que facilita a circulação e a crença das pessoas em notícias falsas e que também encoraja os apoiadores do Governo e do Presidente a eles próprios tomarem a iniciativa de agredir jornalistas. São várias as situações, muitas vezes registradas nas redes sociais por vídeos, de jornalistas que são agredidos por pessoas comuns com a clara intenção de marcar uma posição política, de intimidar, enfim, de externar uma ideia.

A nossa compreensão, todos sabem, é muito clara: a liberdade de expressão é um dos principais direitos que são garantidos pela nossa Constituição Federal. É algo que é essencial para a dignidade do indivíduo e para a caracterização da estrutura democrática de um Estado, do Estado brasileiro em particular. A liberdade de expressão é necessária, é fundamental para o exercício da cidadania e também para a consolidação de uma sociedade informada, que possa ser crítica e socialmente ativa.

Então, garantir o pleno exercício do jornalismo – e eu sou, além de Senador, médico e também jornalista por formação – é imprescindível para o funcionamento da nossa sociedade, significa consolidar, preservar e fortalecer a democracia. É um comprometer-se com o interesse público. Portanto, a nossa posição de, na Comissão de Direitos Humanos, puxar esse debate por mais de uma vez é algo que é, pura e simplesmente, o cumprimento de uma obrigação constitucional que tem o Parlamento brasileiro e o nosso compromisso como cidadãos.

Nós entendemos que os profissionais da imprensa, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, devem ter toda a liberdade para fiscalizar as atividades dos governantes ou de quem quer que seja que esteja investido de algum tipo de autoridade, exercendo, inclusive, uma pressão sadia para que esses agentes sejam chamados a justificar as suas ações e decisões publicamente. E o que nós temos observado nos últimos tempos, particularmente aqui no Brasil, é que esses profissionais estão sendo impedidos de desempenhar as suas atividades, sobretudo no caso do Brasil, em particular, porque a estrutura pública tem utilizado mecanismos institucionais para impedir o acesso à informação e o acesso à divulgação da informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agora passar a palavra à jornalista Patrícia Campos Mello, que é repórter especial da *Folha* e pesquisadora associada da Universidade de Columbia, para que ela possa trazer aqui a sua manifestação.

A SRA. PATRÍCIA CAMPOS MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Vocês me ouvem bem? (*Pausa.*)

Sim?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, ouvimos.

A SRA. PATRÍCIA CAMPOS MELLO (*Por videoconferência*.) – Então, está bom.

Eu queria começar agradecendo ao Senador. Obrigada, Senador Humberto Costa.

Obrigada, Senadores e Senadoras, pela oportunidade e importância de falar sobre esse assunto agora.

Eu queria começar manifestando solidariedade às mulheres, às esposas do nosso colega Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Espero que o Governo ponha mais esforço, dedique todos os esforços a encontrá-los. Eu acho que o desaparecimento deles é um sinal trágico da violência contra jornalistas, contra ativistas, contra cientistas que a gente vive hoje.

Eu queria também manifestar solidariedade com o Sylvio Costa e com a equipe, com o Lucas, com a Vanessa – é muito difícil o que vocês estão passando –, e solidariedade também com o Jamil Chade. Obrigada pela generosidade.

Eu queria falar um pouco sobre o que é que a gente tem pela frente. Vou falar brevemente. Não sou muito boa para falar em público, mas queria falar uma coisa que eu acho que está preocupando todos nós repórteres. A gente tem uma eleição presidencial em 2022, uma eleição muito importante. Vamos estar na rua cobrindo essa eleição, cobrindo comícios, fazendo investigações. E o que está acontecendo é muito preocupante porque eu não sei como a gente vai conseguir cobrir essa eleição. Existe um clima de hostilidade e de violência muito grande. Vai ser difícil para os repórteres fazerem o trabalho.

Eu acho muito importante chamar a atenção para isso, porque, exatamente, a liberdade de imprensa é um direito das pessoas de se informarem, de terem acesso a uma informação profissional, informação de gente que vive para isso, não é? Somos repórteres. A gente vai lá, a gente apura, a gente pega informação, a gente olha documento. Não é uma coisa em que a gente só dá opinião. E, para fazer isso, para ter acesso a fontes primárias de informações, a gente precisa conseguir trabalhar, a gente precisa cobrir todos os eventos, a gente precisa acompanhar essa eleição no Brasil de forma livre. O Brasil é uma democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que uma das principais preocupações é isto: como é que vai ser trabalhar nessa eleição, que é uma eleição marcada por uma campanha de desinformação em relação à integridade do processo eleitoral? A gente já viu esse filme. Vimos isso nos Estados Unidos em 2020, que acabou em um episódio trágico: cinco pessoas mortas no Capitólio em 6 de janeiro. Então é bastante preocupante.

Tem uma frase muito boa do Martin Baron, que foi Diretor de Redação do *The Washington Post* durante a cobertura do Governo Trump, que eu acho que é um dos líderes populistas que governou e que se junta a vários líderes populistas que nós temos hoje em dia, obviamente, no Brasil, nas Filipinas, na Índia, na Hungria e na Turquia. Ele falou uma frase que eu acho muito importante. Ele falou: "*We're not at war, we're at work*". "A gente não está em guerra, a gente está trabalhando." Como jornalistas, a gente não está fazendo oposição. A gente, simplesmente, quer trabalhar e apurar direito e ter acesso aos fatos. Mas, para a gente conseguir trabalhar, a gente precisa de segurança. E esses ataques, sejam eles *online,* sejam eles... E isto foi falado aqui: muitas vezes, os ataques *online* não ficam *online,* eles migram para o mundo real. Eu já passei por isso, muita gente já passou por isso. Tudo isso vai atrapalhar o nosso trabalho e, mais do que isso, vai violar o direito das pessoas à informação de qualidade.

Hoje em dia, o que a gente vive? Existe um ecossistema paralelo de informação, não é? Você tem uma série de *sites*, de blogues, de perfis nas redes sociais que fazem uma versão distorcida da realidade, uma versão paralela da realidade, e mantêm pessoas dentro desse ecossistema. Para que a gente consiga manter uma sociedade baseada em fatos, a gente precisa ter segurança para trabalhar.

Era mais ou menos só esse recado que eu queria passar, além de manifestar solidariedade de novo.

Agradeço ao Senador.

Espero que todos nós repórteres que vamos estar na rua ali, no *front*, nesse processo democrático da eleição, consigamos fazer nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço à jornalista Patrícia Campos Mello. Acho que tanto o Jamil Chade quanto ela trouxeram aqui alguns temas muito relevantes. Um assunto que ele trouxe – e me parece que o questionamento que ele faz é procedente – é que nós estamos efetivamente sob ameaça. Se o Presidente da República terá as condições para concretizar o seu sonho de há muito tempo, especialmente desde o primeiro dia em que assumiu o cargo de Presidente da República, que é o de se transformar em ditador do Brasil por meio de um golpe de Estado, nós não sabemos. Eu acredito, inclusive, que não terá força para tal. Falta-lhe apoio da sociedade, falta-lhe apoio internacional. É alguém que tem um nível de rejeição enorme pela maneira com que governa. Mas nós não podemos, de forma alguma, minimizar, subestimar o que se vai desenhando pouco a pouco. Por isso é fundamental fazer o que o Jamil propôs: nós trazermos esse debate à sociedade e fazermos uma reflexão sobre como nós vamos agir diante de uma tentativa de transformar essa ameaça em algo concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que isso tem sido uma coisa que tem clamado por mais pessoas se manifestando, pelo próprio Parlamento se manifestando. Tem havido algumas manifestações, especialmente da parte do Presidente do Senado, de Senadores, enfim, mas precisamos de mais. Talvez, os próprios candidatos à Presidência da República que estão comprometidos com o regime democrático deveriam se manifestar de forma mais intensa sobre essa questão, publicamente, inclusive. Não há hoje, na população brasileira, aceitação desse tipo de coisa, mas nós sabemos que um golpe que tenha sustentação ou até mesmo uma simples quartelada é algo que produz vítimas, é algo que traz implicações importantes para a sociedade brasileira e para a nossa democracia. E, nesse período eleitoral, é óbvio que esse tipo de ameaça instiga ainda mais aqueles que são estimulados por essa forma com que o Presidente da República tem se colocado em relação aos meios de comunicação, em relação à imprensa, em relação à liberdade de imprensa.

Antes de passar a palavra ao Procurador da República, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Enrico Rodrigues de Freitas, eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para que ela possa, em cinco minutos, externar o seu posicionamento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Humberto, eu gostaria de ouvir o palestrante. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Posso esperar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está certo. Quando quiser, é só avisar aqui para a gente.

Então eu passo a palavra ao Procurador Enrico Rodrigues de Freitas.

O SR. ENRICO RODRIGUES DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Bom dia!

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. ENRICO RODRIGUES DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas que estão nos ouvindo aqui.

Eu queria, em primeiro lugar, em nome da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e também como Coordenador do seu Grupo de Trabalho "Liberdades:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consciência, Crença e Expressão", agradecer o convite desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Eu queria saudar também os Parlamentares aqui presentes e demais autoridades na pessoa do Senador Humberto Costa e também saudar especialmente os movimentos e organizações da sociedade civil aqui presentes, que são fundamentais.

Sobre o tema, eu queria dizer que ele é extremamente relevante e conectado diretamente com a efetiva existência de um Estado democrático de direito, como já bem assinalado pelo jornalista Jamil Chade.

A livre expressão de ideias e o livre exercício da atividade jornalística – protegida, mas não tutelada pelo Estado – são alguns dos instrumentos garantidores do exercício de democracia efetivamente participativa, do livre fluxo de informações e de ideias, a permitir ao cidadão e à cidadã participarem do debate das questões que se referem à vida pública. Então, quando pensamos em ataques e violações de direitos de jornalistas, sabemos que esse ataque e essa violação também são um ataque ao nosso Estado democrático de direito.

Assinalando brevemente essa relevância do tema, até para me manter dentro do tempo proposto, gostaria também de afirmar a grande oportunidade da realização desta audiência pública, não só pelos graves fatos que vimos nos últimos dias, mas é sobretudo pela consciência de que não se trata de uma ocorrência isolada, mas de uma situação de ampla violação dos direitos de jornalistas e comunicadores no Brasil.

Muitos são os dados sobre ataques a jornalistas. Nós temos diversas informações. Eu só queria aqui ressaltar dois.

O primeiro é, e brevemente, o informe de 2022 do jornalista sem fronteiras, em que o Brasil é assinalado como tendo caído quatro posições no *ranking* mundial da liberdade de imprensa em 2021 e, pela primeira vez, entrou na zona vermelha de classificação, a qual assinala, sinaliza países onde o livre exercício do jornalismo é considerado difícil.

Mas também um dado – e aqui sobre o lugar de minha fala – do Conselho Nacional do Ministério Público, uma publicação de 2019, em que se assinala também que somente 50% dos casos de assassinato de jornalistas praticados entre 1995 e 2018 foram solucionados pela Justiça, o que, para mim, demonstra uma ineficiência estatal nessa apuração e punição, como tem sido, de um modo geral, de ineficiência na apuração de violações a direitos humanos.

Ainda nesse quadro relacionado à questão de gênero, pode-se perceber que também há um forte viés agravado, quando a gente percebe os ataques a mulheres jornalistas e comunicadoras, como já assinalado aqui também pelo jornalista Sylvio Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também acho importante referir, nessa questão do tipo de ataque, que eles são concretos, mesmo *online*, e, para além das mortes e violências físicas e ameaças, eu quero ressaltar que todo e qualquer ato que vise ao cerceamento da atividade de jornalistas, inclusive com emprego de sofisticados mecanismos de uso abusivo do acesso à Justiça, pela utilização de instrumentos denominados como *lawfare* e SLAPPs, podem ser considerados atentatórios à atividade jornalística.

Então, há aqui, eventualmente, utilização do próprio Estado, que deveria proteger a atividade, para cercear essa atividade.

Igualmente, nesse aspecto da responsabilidade estatal, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem diversos julgados em que é contundente em relação às obrigações estatais de prevenção e apuração de atos que podem ser considerados amedrontadores de jornalistas e que a ineficiência estatal nessa apuração e punição pode se caracterizar como um mecanismo de censura indireta.

Eu também queria assinalar aqui duas declarações conjuntas da ONU, OEA, OSCE e CADHP: uma de 2019, que é "Desafios para a Liberdade de Expressão na Próxima Década", em que afirma como obrigação dos Estados criar um ambiente que permita o exercício da liberdade de expressão; e outro de 2021, já tratando sobre políticos e autoridades públicas e liberdade de expressão, a obrigação estatal de agir efetivamente para impedir ataques a jornalistas e outros indivíduos como forma de retaliação ao exercício do seu direito à liberdade de expressão.

E aqui, neste momento, há que se fazer uma reflexão sobre nossa atualidade nacional, sobre a ausência de criação de uma atuação efetiva do Estado brasileiro em termos de prevenção e na criação desse falado ambiente que permita o exercício da liberdade de expressão, não é? Nesse ponto, ao que me parece, o Estado brasileiro tem feito muito pouco. Temos inclusive discursos de fala de autoridades públicas, de altas autoridades públicas, que estão a violar a liberdade de jornalistas e comunicadores, com a intenção de intimidá-los. Há que se referir que os problemas são muitos, desde a ausência de capacitação de juízes e membros do Ministério Público, o estabelecimento de prioridades e sensibilização para o tema, como ainda a ausência de capacitação, investigação e apuração desses crimes que violam direitos fundamentais.

Ressalto aqui, contudo, esforços da PFDC de dialogar com a sociedade civil em capacitação sobre o tema, com especial dedicação nesses últimos dois anos, realizando diversos eventos que tratam da proteção à liberdade de expressão, da liberdade jornalística, bem como ainda de debater o tema da ilicitude dos discursos de ódio e de intolerância não acobertados por essa liberdade.

Mas ainda queria destacar aqui um dado importante que, no nosso Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social do Estado brasileiro, que se se refere aos anos de 2021 a 2030, não há definição entre suas ações estratégicas e metas e nenhuma referência à violência a jornalistas e comunicadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se vê aqui também uma ausência de cumprimento das obrigações estatais. O que parece ocorrer também é essa ausência de políticas específicas.

Por fim, Senador, tentando me manter no tempo assinalado, quero concluir me referindo previamente a dois pontos ainda: um do nosso Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que, embora tenha recentemente incluído jornalistas e comunicadores, decorrente de uma forte pressão social e internacional, ainda é de fato inexistente em relação a esse público, a jornalistas e comunicadores, salvo para a realização da chamada proteção simbólica. E, nesse ponto, eu acho que temos aqui alguns aspectos que devem ser ressaltados por fim: a baixa efetivação do orçamento desse programa, a não adaptação desse programa para uma efetiva proteção a jornalistas e comunicadores e ainda a ausência de obrigação aos estados-membros de criação de programas de proteção.

Ainda sobre esse tema do programa, quero ressaltar aqui a condenação do Estado brasileiro pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em ação civil pública promovida pelo Ministério Público, de obrigação da criação de um plano nacional de proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, em que o Brasil está em mora desde 2007 e que felizmente se encontra em uma fase de tentativa de execução consensual, em que poderemos buscar criar mecanismos mais adequados com a participação da sociedade civil.

Por fim, concluindo, outro ponto que eu queria ressaltar – e, aqui, sem a expectativa de que o direito penal possa se constituir em solução do problema –, entendo que o Brasil perdeu uma oportunidade de ter importante dispositivo legal que seria um forte instrumento para auxiliar a garantia desta liberdade de expressão de manifestação, ao ser vetado pelo Senhor Presidente da República, o Dispositivo 359-S, que estava incluído num projeto de lei que resultou na Lei 14.197, que falava do atentado ao direito de manifestação e que dizia que era crime "impedir, mediante violência ou grave ameaça, o livre e pacífico exercício de manifestações de partidos políticos, de movimentos sociais, de sindicatos, de órgãos de classe ou de demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais e religiosos".

Com essas breves reflexões, tentando me manter dentro do tema, encerro aqui a minha fala, registrando ainda, mais uma vez, o agradecimento pela oportunidade dada a PFDC para fazer uso da palavra nesta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço ao Procurador da República da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Enrico Rodrigues de Freitas, que traz também vários temas relevantes para essa nossa discussão, inclusive a inexistência de mecanismos por parte do Estado brasileiro no sentido de garantir o enfrentamento a essas agressões à liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa preocupação é com aquilo que foi dito pela própria jornalista Patrícia Campos Mello: como será exercido o trabalho jornalístico numa eleição como essa em que há permanentemente um estímulo à agressão, ao enfrentamento, à polarização? Inclusive, creio eu que nós vamos ter uma eleição diferente de outras, porque não creio que a questão da violência será meramente uma coisa marcada do ponto de vista verbal. Eu acho que a gente precisa esperar nesta eleição que os conflitos, as agressões se tornem uma coisa lamentavelmente presente no processo eleitoral.

Certamente, os jornalistas, pelo exercício do seu trabalho, terão que ter garantida a sua integridade, a sua proteção, e todos nós temos que cobrar não só do Poder Executivo, mas dos demais Poderes e de todos aqueles que têm a responsabilidade pela garantia da segurança pública e do cumprimento do que a Constituição prevê em termos da integridade de quem trabalha, que essas medidas possam realmente avançar.

Eu queria convidar o jornalista Octávio Costa, que é Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para fazer uso da palavra.

Só para a gente não perder um pouco o ritmo – nós temos ainda algumas pessoas para falar –, quando estiverem faltando 15 segundos para se completarem os cinco minutos de cada uma das pessoas que vão falar, vai soar uma voz que vai comunicar isso. Vocês naturalmente terão a tolerância necessária. Isso é apenas para que vocês possam se orientar melhor quanto ao tempo.

Então, eu passo a palavra ao jornalista Octávio Costa. (*Pausa.*)

Nós não o estamos ouvindo. (*Pausa.*)

O seu microfone está aberto. Em tese, era para que nós estivéssemos ouvindo aqui. Não sei se há algum outro problema. Talvez o microfone do computador...

Vamos fazer o seguinte: eu vou passar para outro palestrante, outro representante, e aí nós voltamos ao Presidente da ABI.

Eu queria aqui convidar, então, para fazer uso da palavra a jornalista, Natalia Mazotte, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, para que ela possa se manifestar, e, em seguida, voltaremos ao jornalista Octávio Costa.

Pois não.

A SRA. NATALIA MAZOTTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, eu queria agradecer, em nome da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o convite para estar aqui, nesta audiência pública.

Eu também queria manifestar solidariedade às famílias do Dom e do Bruno e reiterar aí a necessidade do Governo de dispor de todos os recursos possíveis para encontrar os dois. Queria também parabenizar os membros do Senado por instaurar a Comissão externa para acompanhar o caso do Dom Phillips e do Bruno Pereira. A gente precisa de respostas institucionais a casos como esse. Esse caso joga a luz ao ambiente de insegurança que se instaurou no país para comunicadores e defensores de direitos humanos. O caso de Dom Phillips, Senadores e Senadoras, é uma amostra extrema desse ambiente de insegurança que o Brasil passou a ter para jornalistas. Desaparecimentos e assassinatos são casos extremos, mas o cerceamento à liberdade de imprensa vai muito além disso.

A gente, na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, faz, há alguns anos, um trabalho de acompanhamento desses casos de cerceamento da liberdade de imprensa e a gente olha também para casos como imposição de sigilo às informações de interesse público, o que tem se tornado, inclusive, bem frequente neste atual Governo, a gente olha para tentativas de tirar *sites* de notícias do ar, casos de exposição de dados pessoais de repórteres, que a gente chama de *doxing*, processos civis ou penais contra jornalistas, assassinatos, assédios moral e sexual, uso abusivo do poder estatal e tantas outras tentativas de intimidar ou calar jornalistas.

E aí, trazendo um dado para os senhores, só entre janeiro e abril de 2022, a Abraji registrou mais de 150 episódios de agressões físicas e verbais ou outras formas de cerceamento ao trabalho jornalístico, o que é um aumento aí de 27% se a gente comparar com o mesmo período do ano anterior. Então, a gente vê essa escalada de ataques a jornalistas.

E, diante desse cenário, as autoridades públicas deveriam respaldar o trabalho da imprensa. Esse trabalho é tão fundamental para o nosso direito de acesso à informação e, consequentemente, para a nossa democracia, mas o que a gente vê é algumas dessas autoridades se prestando a descredibilizar a imprensa, imobilizar a opinião da sociedade nesse mesmo sentido.

Em 2021, a gente registrou mais de 450 ataques contra comunicadores e meios de comunicação. E aí, em 69% dos casos, essas agressões foram provocadas por agentes estatais. Esses discursos estigmatizantes que vêm de autoridades públicas acabam incentivando ataques nesse ambiente digital, como o que a gente ouviu no relato dos colegas aqui presentes, do Sylvio Costa, da Patrícia Campos Mello, do Jamil Chade, mas a gente precisa desse respaldo ao trabalho da imprensa, que deveria vir não só para garantir esses espaços físicos e digitais seguros para a prática profissional do jornalismo, mas também para garantir o devido e célere esclarecimento de casos de agressão. E, como a gente viu na fala do Dr. Enrico Rodrigues, o Estado tem se mostrado extremamente ineficiente nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para finalizar a minha fala, eu queria, enfim, ressaltar que as instituições democráticas precisam reagir e dar respostas à altura da importância que é garantir o trabalho da imprensa no país. O acesso à informação a gente sabe que é um direito fundamental para o exercício da cidadania. E, sem um bom jornalismo, a sociedade, a gente fica no escuro e a democracia se enfraquece.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado à Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Natalia Mazotte. Muito importante a sua contribuição, inclusive as informações.

Eu tenho também aqui alguns dados que certamente serão citados por outras pessoas que estão participando, mas o Brasil foi o terceiro país em que a liberdade de imprensa recentemente mais retrocedeu. Em 2020, nós tivemos, segundo o Repórteres sem Fronteiras, mais de 580 ataques a jornalistas, sendo que os principais agentes públicos no Brasil que mais atacaram foram o Presidente da República e seus filhos Eduardo e Carlos, responsáveis por quase 400 ataques diretos a jornalistas e a órgãos de imprensa no nosso país, e sendo que o maior agressor é o próprio Presidente da República, com mais de 150 atos de agressão praticados contra jornalistas e órgãos de imprensa.

Nós tivemos, no Brasil, um registro, no ano passado, do maior número de agressões a jornalistas desde 1990, sendo que, no ano passado, foram 430 casos. Se nós compararmos com 2018, é um aumento de 218% no número de casos de agressões verbais, físicas, enfim, praticadas contra jornalistas e órgãos da imprensa.

Restabelecido o contato com o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Octávio Costa, nós passamos a ele a palavra.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – O som está... (*Falha no áudio.*)

O senhor está ouvindo agora, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, perfeitamente. (*Pausa.*)

Desligou o seu som. (*Pausa.*)

Agora, pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OCTÁVIO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Parabéns pela iniciativa, parabéns pela iniciativa!

Meus cumprimentos aos colegas todos que me antecederam. Eu acho que eles já deram um retrato bastante fiel do que está ocorrendo no país.

É lógico que nós temos um quadro de violência, um quadro grave de violência contra jornalistas, que é provocado em grande parte pela presença de um cidadão, na cadeira principal do Palácio do Planalto, que não tem nenhum respeito pelo trabalho dos jornalistas, das jornalistas, nenhum respeito pela liberdade de imprensa. E é evidente que essa posição drástica desse cidadão acaba incentivando pessoas não só próximas a ele, mas pessoas que pensam como ele a agredirem jornalistas, a impedirem o livre exercício de nossa profissão. Alguns de vocês certamente viram a imagem de uma moça, de uma repórter de tevê, em cima de uma calçada com microfone na mão, e veio uma pessoa e jogou o carro em cima dela! Jogou o carro em cima de uma repórter que estava ali simplesmente com o microfone e uma câmera na mão!

Quer dizer, esse quadro – e aí a Patrícia Campos Mello tem toda razão – nos leva – e a ABI está muito preocupada com isto – a temer o que pode acontecer, o que pode ocorrer durante o processo eleitoral deste ano, não é verdade? Porque é lógico que essas milícias de Jair Bolsonaro vão atuar – vão atuar –, e é óbvio que não só com *fake news* – *fake news*, tudo bem; a gente já sabe que vão atuar; o TSE está preocupado com isso, está desenvolvendo mecanismos contra isso; inclusive a ABI tem participado dessas discussões, o STF também; o Alexandre de Moraes vai assumir o TSE e ele conhece a fundo o assunto –, mas você vai ter agressões físicas, sem dúvida nenhuma, e vai haver toda uma tentativa de cercear... E, como disse bem Patrícia, você acaba influenciando na informação as pessoas e cerceando a livre informação e a livre circulação das informações.

Então, isso nos preocupa muito. A ABI vai usar de todos os meios para garantir o trabalho dos jornalistas durante todo o processo eleitoral. É evidente que o último recurso é a Justiça, mas, se isso for necessário, nós iremos à Justiça para que nossos colegas possam trabalhar e exercer a profissão com segurança, dignidade e respeito. Então, esse realmente é um ponto crucial e é evidente que nos preocupa a todos.

Agora, o outro ponto, que é a questão do golpe, realmente... Elio Gaspari hoje disse: "Há muita gente pensando no golpe". Sem dúvida nenhuma, há muita gente pensando no golpe, também influenciada pelo Presidente da República e agora também influenciada pelo Ministro da Defesa, General Paulo Sérgio de Oliveira – não é verdade? –, que vem pressionando o TSE de uma forma inconcebível, porque essa não é uma tarefa, não é uma função; isso é um desvio de função das Forças Armadas.

As Forças Armadas deveriam estar preocupadas com o que está ocorrendo na Amazônia. As Forças Armadas deveriam ter garantido a vida do Bruno e do Dom Phillips, não é? Ao contrário, quando foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procuradas, diante do desaparecimento dos dois, o Comando da Amazônia emitiu uma nota dizendo que tinha recursos, sim, para fazer as buscas, mas que aguardava uma ordem superior. Então, lá, sim, as Forças Armadas deveriam estar atuantes, e não estão – e não estão! –, e a Amazônia está sendo entregue a traficantes e a milicianos. E agora nós temos esse caso dramático do desaparecimento do jornalista inglês e do nosso indigenista Bruno Pereira, um indigenista respeitadíssimo, admiradíssimo, e, pelo visto, realmente, os dois morreram.

Então, em vez de estar fazendo o trabalho previsto na Constituição e exercendo as funções previstas na Constituição, as nossas Forças Armadas estão preocupadas com o processo eleitoral, em intervir no processo eleitoral, o que também é altamente preocupante; da preocupação dele com o golpe, não é?

E realmente... (*Falha no áudio.*)

Eu não sei se eu continuo no ar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está sendo ouvido. Houve uma pequena interrupção, mas está sendo ouvido. Pode concluir.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Poxa vida... Alô. Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estamos sim.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Eu não sei se o senhor continua me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está interrompendo um pouco, mas estamos ouvindo.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Bom, eu só queria concluir com o seguinte.

Eu vou com o Jamil... O que é que nós temos que fazer pós o golpe, não é? Eu acho que as iniciativas todas têm que ser tomadas já – já! Eu acho que todas as entidades, todas as forças democráticas, mais a sociedade civil, têm que se mobilizar já e denunciar todo esse arremedo de golpe que está em preparo, denunciar isso imediatamente; denunciar os militares que estão pensando em não respeitar o processo eleitoral, em não respeitar o resultado das eleições. Então, nós temos que já nos mobilizar e, se possível, ir para as ruas – se não agora, daqui a 15 dias, daqui a um mês ir para as ruas; ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, o país não vai aceitar esse arremedo de golpe, o país não vai aceitar esse tipo de ameaça! Então isso já tem que ser demonstrado. As pessoas que pensam em dar golpes, isso já tem que ser demonstrado já – já!

E essa é uma proposição da ABI. A ABI está se unindo à OAB, à CNBB, à SBPC para denunciar exatamente esse arremedo de golpe que está sendo articulado. Então, mais do que pensar no que a imprensa vai fazer se houver o golpe, nós estamos preocupados em denunciar já essa orquestração – essa orquestração! Não vamos admitir a orquestração. Não é o golpe, não: é a orquestração e esse tipo de articulação. O Brasil não aceita isso. O Brasil é um país que vive plena democracia há mais de 30 anos, plena democracia depois da Constituição de 1988. Então, o Brasil não vai admitir uma virada de mesa porque militares e gente que cerca Bolsonaro não vão admitir o resultado, não admitem a vitória de Lula. Isso é um problema deles – esse é um problema deles! O país vai votar, e é evidente que o resultado vai ser sacramentado sim. E o eleito vai tomar posse, sim, no dia 1º de janeiro, entendeu?

Então é isso. A ABI está junto com outras entidades se mobilizando, e é evidente que toda a sociedade tem que se mobilizar, não apenas as entidades.

Muito obrigado, e desculpem-me os problemas com o som.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado ao Presidente da Associação da Federação Nacional dos Jornalistas... Desculpem-me: Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Octávio Costa – desculpem-me aqui a confusão.

Sua colocação é muito pertinente, inclusive esse chamado a que a sociedade se mobilize contra esse fantasma que estão querendo criar de um golpe de estado no nosso país ou de não aceitação do processo democrático das eleições.

A Senadora Zenaide Maia pede a palavra. Eu concedo a ela a palavra e, imediatamente depois, ouviremos a Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas, Maria José Braga.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Humberto Costa, a Comissão de Direito Humanos, cumprimentando aqui os jornalistas Jamil Chade, Sylvio Costa, Patrícia Campos Mello, Octávio Costa, Natalia Mazotte e também o Procurador Enrico Rodrigues. Acho que eles nos deram uma aula.

A gente sabe o que está acontecendo, mas eu queria dizer aqui que a gente tem que se mobilizar. Uma audiência pública dessa, gente, dá visibilidade ao povo brasileiro do que realmente está acontecendo com jornalistas, procuradores da República, como falou o Octávio, a OAB. A sociedade... Acho que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que se mobilizar, sim. É melhor prevenir do que remediar. É intimidação o que este Governo tem feito à mídia, à imprensa séria desse país. Por que, gente? Porque informação é poder. Ninguém empodera mais uma sociedade do que informação correta do que está acontecendo.

E, como todo fascista, ele intimida. Primeiro, ele criou uma briga com esse Consórcio de Imprensa, porque ele não queria que divulgassem os óbitos e que não informassem à população brasileira a importância da ciência em salvar vidas. Porque, se existe algo que este Governo não preza, é a vida. E não é só a vida humana; ele ataca o meio ambiente também. Basta dizer – aqui eu me solidarizando, como todos vocês, com as famílias de Bruno e Dom Phillips – que o Presidente fez uma fala, agora de manhã, que a *Folha de S.Paulo* divulgou, em que disse que Dom não era bem visto, era mal visto na Amazônia, então ele deveria ter ficado mais atento. Isso é um Presidente da República falando sobre a provável morte, o sumiço de um indigenista respeitadíssimo não só em nível de Brasil e de um jornalista inglês. Então, isso é uma manifestação do Presidente da República. Então, ele é um Presidente que cultua a morte.

E eu queria dizer a vocês da mídia que combatem *fake news*, que, mesmo com intimidação, mostraram a importância da ciência, a importância da vacinação: vocês salvaram vidas! Foi ou não foi, Humberto Costa? Mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – ... desmentindo o Presidente, que cultua a morte, que não respeita... Fica falando aí em nome de família. Esse cara respeita família, gente? Ele não respeita nenhuma forma de vida. Quem respeita a família defende um teto para essa família, defende uma educação pública de qualidade. Ele está tirando os recursos, terminando de matar agora com essa história de cortar o Fundeb bruscamente dos estados e municípios para manter os lucros dos acionistas da Petrobras, só para isso.

Ele devia defender uma saúde pública, mas ele faz campanha contra as vacinas, mesmo a ciência mostrando e a gente sabendo que as vacinas e a água tratada aumentaram a vida média do povo brasileiro.

Então, parabenizo os senhores que não estão se intimidando, porque isso é uma maneira de ele intimidar

Outra coisa, jornalistas: eles não intimidam só vocês; eles tentam intimidar também o Congresso. É ou não é, Humberto?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Querem intimidar o Congresso Nacional. Então, a gente não pode... Não vamos nos intimidar. Acho que precisamos ir para rua para mostrar que a gente tem que defender a democracia. E não existe democracia sem liberdade de imprensa. Sem liberdade de imprensa, não tem democracia, porque as pessoas não são empoderadas com conhecimento e com informações.

Quero pedir desculpas por não poder ouvir os outros, Humberto, porque eu tinha outro compromisso. Mas quero dizer da minha solidariedade, mais uma vez, juntamente com os senhores. É muito bom a gente aqui saber e o povo brasileiro saber que tem gente, como jornalistas, OAB, todo esse pessoal, como o Procurador Enrico Rodrigues, que está vendo o que realmente está acontecendo neste país e que é grave. O país tem 33,1 milhões de pessoas com fome, literalmente com fome, e esse Presidente fica querendo tirar o direito de mostrar o que é real.

E sabe o que é que eu digo como médica para os senhores? O que os senhores mostram a gente vê; o que ele vê e quer negar, como queria negar os carros frigoríficos e os óbitos. Tem uma doença na medicina que se chama esquizofrenia, em que você vê imagens que não existiram e ouve vozes que não existiram. E isso ele não vai conseguir fazer com o povo brasileiro.

Obrigada, Humberto. Parabéns mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, não só pela sua presença, pela sua participação, mas também pela firmeza do seu posicionamento, que já é do conhecimento de todos nós. É uma das Senadoras mais combativas que nós temos aqui, e eu endosso inteiramente a sua manifestação sobre o papel que a imprensa exerceu nesse processo de enfrentamento à covid-19, na denúncia da maneira como o governo fez esse enfrentamento, e concordo plenamente com a ideia de que o fato de a imprensa ter participado diretamente do questionamento ao governo por essa prática salvou, sem dúvida, muitas vidas.

Eu queria só reproduzir aqui alguns comentários que nós recebemos.

Fábio dos Santos, de Pernambuco: "Se há liberdade, ela deve ser irrestrita e de livre opinião. Liberdade para todas as opiniões e não apenas para este ou aquele grupo!".

Floriza Fameli, de São Paulo: "Liberdade de imprensa é a representatividade da democracia, através da troca de ideias, com respeito e tolerância".

Ricardo Garcia, de São Paulo: "Na prática, as pessoas que questionam e opinam sobre política e políticos nos municípios acabam sendo perseguidas".

E uma pergunta de Audrey Julian, do Rio Grande do Sul: "A liberdade de imprensa pode passar por cima da dignidade da pessoa humana e do direito à privacidade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se alguns dos oradores quiserem se manifestar sobre essa pergunta, fiquem à vontade.

Então, eu convido Maria José Braga, Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas. Eu começo agradecendo as Senadoras e os Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na pessoa do Presidente, Senador Humberto Costa, por essa iniciativa e pelo convite à Federação Nacional dos Jornalistas.

Os colegas que me antecederam e o Procurador Dr. Enrico já trouxeram um diagnóstico bastante preciso e apontaram os desafios que nós temos pela frente. Eu vou usar o meu tempo reforçar algumas das questões que já foram trazidas, entre elas a correlação entre os ataques à liberdade de imprensa, a violência contra jornalistas e a democracia.

É preciso que todos nós saibamos que os jornalistas são agredidos pelo bom trabalho que fazem, e não por erros cometidos. É assim que nós somos vítimas de toda ordem de agressões: pelo que fazemos para garantir o direito do cidadão e da cidadã à informação jornalística, que é uma informação apurada, verificada e, portanto, verdadeira. É a partir desse elemento constitutivo do juízo que o cidadão e a cidadã podem atuar em sociedade e podem, inclusive, atuar para garantir a democracia, o Estado de direito e todos os direitos consignados ao cidadão e à cidadã. Então, o jornalismo tem um papel fundamental e é por isso que nós o chamamos de pilar da democracia. E são exatamente grupos e pessoas que não querem a democracia participativa, a democracia verdadeira, que atacam jornalistas e atacam o jornalismo.

Eu gostaria de salientar o crescimento da violência contra jornalistas a partir de 2019, com o marco da ascensão à Presidência da República de um legítimo representante da ultradireita do mundo. A partir de 2019, nós tivemos um crescimento de 56% em relação ao ano anterior, 2018; em 2020, nós tivemos um crescimento de 130% dos casos de agressões a jornalistas e a veículos de comunicação, comparados a 2019; e, no ano passado, 2021, segundo o nosso levantamento da Federação Nacional do Jornalistas, nós batemos um novo recorde, com 432 casos de agressões a jornalistas e a veículos de comunicação.

O que difere o Brasil de outros países no mundo onde também a ultradireita está articulada e atuando? O que difere o Brasil é que nós temos efetivamente uma institucionalização da violência contra jornalistas por meio da Presidência da República e, infelizmente, também por meio do Poder Judiciário.

O que o colega Jamil citou da criminalização de jornalistas e do jornalismo é uma realidade no Brasil, e é uma realidade que nos preocupa muitíssimo e para a qual nós chamamos a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. É preciso que estejamos vigilantes. Só para citar um único exemplo, na semana passada, nós tivemos, por meio de um juiz de primeira instância, a condenação da jornalista Juliana Dal Piva, colunista do *site* UOL, e a condenação dela se deu por ela ter publicizado, ou seja, denunciado publicamente a agressão verbal que sofreu. Isso é um descalabro em termos de sociedade que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se diz democrática e em termos de exercício da justiça por meio do Poder Judiciário. Então, nós temos aí um grave cenário no Brasil.

Nós da Federação Nacional dos Jornalistas propomos medidas para garantir a segurança dos jornalistas, a serem tomadas pelos próprios jornalistas, que é a denúncia – a denúncia formal, o registro de boletins de ocorrência, ações civis por crimes contra a honra. Nós temos propostas para as empresas empregadoras, que devem, sim, garantir a segurança dos seus profissionais contratados. Nós temos propostas para o Poder Legislativo, em especial, iniciativas como esta, de debates públicos, para que mais e mais pessoas tomem conhecimento da gravidade da situação. Nós temos propostas para o Poder Judiciário.

E aproveito o meu último minuto para dizer que a Fenaj e o Observatório da Ética Jornalística da Universidade de Santa Catarina publicaram recentemente um dossiê sobre os ataques a jornalistas e como esses ataques influenciam o direito do cidadão e da cidadã à informação e, portanto, à democracia. Esse estudo está disponível na nossa página, também na página do objETHOS, e nós vamos encaminhá-lo à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o conhecimento dos Senadores e Senadoras e também para ficar disponível ao público.

Mais uma vez, agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado. Quero aqui pedir que esse estudo possa chegar até nós aqui, na Comissão.

Nós aqui, na Comissão, criamos um canal específico para denúncias relativas à violência política. Obviamente, nós estamos discutindo algo mais amplo, mas nós vamos conversar aqui sobre a possibilidade de esse canal se ampliar para todo tipo de restrição aos direitos humanos durante esse processo eleitoral, ao exercício do trabalho profissional, enfim.

Obviamente, nós estamos discutindo algo mais amplo, mas nós vamos conversar aqui sobre a possibilidade de esse canal se ampliar para todo tipo de restrição aos direitos humanos, durante esse processo eleitoral, e ao exercício do trabalho profissional. Enfim, é um tema que eu pretendo levar à discussão com os componentes desta Comissão, para que nós possamos fazer parte desta rede capaz de denunciar todas as tentativas de restrição do exercício profissional e do exercício dos direitos durante esse processo eleitoral.

De imediato, eu passo a palavra à jornalista Bia Barbosa. Ela já esteve conosco aqui em outras oportunidades. Ela é Coordenadora de Incidência da Repórteres sem Fronteiras para a América Latina.

A SRA. BIA BARBOSA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador!

Vocês me ouvem bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, estamos ouvindo.

A SRA. BIA BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Muito obrigada pelo convite, Senador.

Eu queria parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por trazer mais esse tema relevante de discussão e agradecer o convite.

A Repórteres sem Fronteiras é uma organização internacional que defende o direito de todo cidadão e cidadã ter acesso a informações livres e confiáveis em todos os países. Por isso, nossa missão é atuar pela liberdade, pelo pluralismo e pela independência do jornalismo.

Como vocês já mencionaram aqui, a gente anualmente publica o Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, e o Brasil está longe, historicamente, de apresentar resultados razoáveis. O cenário midiático brasileiro é marcado por uma forte concentração privada dos meios de comunicação, é caracterizado por uma relação quase incestuosa entre os poderes político, econômico e religioso. Os princípios da nossa Constituição, previstos no Capítulo V, estão longe de serem implementados. O Código Brasileiro de Telecomunicações, que regula o setor, é antigo, é permissivo e é ineficaz para garantir um cenário plural e diverso. Nossa imprensa local está cada vez mais enfraquecida, e a gente vive zonas enormes de silêncio no sentido da ausência de produção de conteúdo local.

O *ranking* da Repórteres sem Fronteiras lançado neste ano coloca o Brasil na posição 110, mas, quando a gente olha para o indicador de segurança, a gente está num quadro ainda pior, a gente ocupa a posição 124 entre 181 países do mundo.

Ao longo da última década, pelo menos 30 jornalistas foram assassinados no Brasil. Nós somos o segundo país mais letal da região nesse período para jornalistas, atrás somente do México. Blogueiros, apresentadores de rádio, jornalistas independentes que trabalham em municípios pequenos e médios e que cobrem temas como corrupção, política local e violações de direitos humanos são os mais vulneráveis.

Mas, além desses fatores históricos, há um motivo principal para essa perda de posições, que já foi mencionada por vocês aqui – e aí eu me somo a todas as falas que já trouxeram o contexto de complexificação desse cenário desde que o Presidente Jair Bolsonaro assumiu o poder, em 2019. O Presidente ataca regularmente a imprensa, mobiliza exércitos de apoiadores nas redes sociais e desenvolve uma estratégia muito bem coordenada de ataques com o objetivo de desacreditar a mídia, que é apresentada para os seus apoiadores como uma inimiga do Estado, uma inimiga do Governo.

Além dos ataques gerais aos veículos e jornalistas já mencionados pela Abraji e pela Fenaj aqui, eu queria destacar o mapeamento que a Repórteres sem Fronteiras faz dos ataques do que a gente chama de Sistema Bolsonaro, que envolve o Presidente, os seus filhos, ministros e apoiadores mais diretos. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa mencionou aqui os dados de 2020 da Repórteres sem Fronteiras, e a gente monitorou também esses ataques em 2021. Só no primeiro semestre, foram mais de 330 ataques desse chamado Sistema Bolsonaro, de seus familiares, um aumento em relação a 2020 de 74%.

A gente sabe, como também já foi colocado aqui, que essa hostilidade que é propagada por essa rede de autoridades públicas encoraja os apoiadores do Governo a fazerem o mesmo, numa retórica agressiva, que tem contribuído para aumentar a hostilidade da sociedade como um todo contra os jornalistas.

Para vocês terem uma ideia, durante três meses do ano passado, em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, nós monitoramos *hashtags* de hostilidade e de ataques a jornalistas e comunicadores numa rede social e, somente em três meses, coletamos mais de meio milhão de postagens atacando a imprensa. A gente não ficou nenhum dia sem ataques organizados à imprensa no Brasil nesse período curto de três meses em que a gente fez esse monitoramento no ano passado. E aí eu queria destacar o assédio e a violência principalmente contra mulheres jornalistas. A gente pode falar de uma verdadeira avalanche de ataques misóginos e abjetos contra mulheres comunicadoras nas redes sociais.

Em abril, junto com a organização Gênero e Número, a Repórteres sem Fronteiras lançou uma pesquisa sobre o impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas e comunicadores e contra a comunidade LGBTQIA+, e esses números que a gente levantou mostram que oito em cada dez jornalistas mudaram seu comportamento nas redes sociais nos últimos anos para se protegerem dos ataques. Mais da metade dos jornalistas afirmaram que a proliferação desses ataques impactou na sua rotina profissional, e 15% relataram ter desenvolvido algum tipo de problema de saúde mental em decorrência dos ataques sofridos. Então, a gente está falando de resultados muito concretos, não é?

Oitenta por cento... Já vou concluindo, Senador.

Oitenta por cento também afirmaram terem presenciado alguma situação desse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fique à vontade, viu?

A SRA. BIA BARBOSA (*Por videoconferência*.) – ... com colegas, dois terços testemunharam violência contra colegas já conhecidos. E há uma percepção de que essa violência leva a outros casos.

Acho que é nesse contexto gravíssimo que a gente chega ao desaparecimento do jornalista Dom Phillips e do Bruno Pereira.

Eu queria deixar aqui o repúdio da Repórteres sem Fronteiras à forma como o Estado brasileiro só iniciou, de maneira efetiva, as buscas na região depois de pressão nas redes sociais, e pressões também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vindas de fora do país ganharam escala. É inadmissível que, dois dias depois, o Governo ainda não tenha dado explicação de como a Embaixada do Brasil no Reino Unido informou à família de Dom Phillips que os dois corpos tinham sido encontrados, e, depois, a Polícia Federal negou esse fato.

A Repórteres sem Fronteiras, junto com outras dez organizações brasileiras, está, desde a terça-feira da semana passada, esperando uma resposta dos Ministérios da Defesa e da Justiça ao pedido de audiência emergencial que a gente fez para o Governo, para tratar do caso Dom Phillips e Bruno Pereira, e a gente não obteve nenhuma resposta.

Ontem, o representante brasileiro respondeu ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, diante das preocupações manifestadas nesse caso, que o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Brasil foi fortalecido, em 2018, para incluir os ambientalistas e os comunicadores. Eu acho que é importante registrar que nós temos, hoje, cinco comunicadores em todo o Brasil sob proteção desse programa. É um programa que não funciona, como já foi mencionado pelo Dr. Enrico aqui, e um terço somente dos estados brasileiros tem esse programa implementado e em operação. Então, a única política que existe, criada no Brasil em 2005, depois do assassinado da Dorothy Stang, está longe de funcionar a contento para proteger os jornalistas. A gente também convida a Comissão a conhecer o relatório detalhado e aprofundado sobre esse tema que a Repórteres sem Fronteiras lançou neste ano.

Para terminar, Senador, já pedindo desculpa por ter me estendido, eu queria reforçar o pleito que foi colocado aqui por vários e iniciado pela Patrícia, que é a preocupação que a gente tem em relação à cobertura do processo eleitoral. No dia 3 de maio, nós lançamos um comunicado, um chamado, junto com várias organizações também aqui presentes, para que as autoridades públicas garantam a segurança dos jornalistas no processo da cobertura das eleições deste ano, para que a gente não veja se repetindo o que aconteceu em 2018 e em 2020, porque isso também é uma ameaça para o próprio resultado das urnas e para a própria democracia brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado à jornalista Bia Barbosa, que coordena a Repórteres sem Fronteiras para a América Latina. São muito relevantes as suas informações. Gostaríamos, naquilo que for possível, de ter acesso também. Aqui nós sempre colocamos tudo que recebemos também à disposição das pessoas que procuram informações junto à Comissão de Direitos Humanos.

Quero dizer que esta demanda de que nós possamos – eu digo de todos nós autoridades públicas – buscar garantir o direito de os jornalistas poderem trabalhar livremente nessa campanha, sem qualquer tipo de constrangimento, me parece que é algo muito importante. Nós vamos incorporar essa preocupação ao trabalho da Comissão, ao nosso trabalho parlamentar e ao dos partidos, enfim, no sentido de que isso seja garantido. Concordo plenamente que esse é um dos fatores importantes para que nós possamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um resultado eleitoral que espelhe o sentimento e a opinião da população e que, ao mesmo tempo, possa ser respeitado e reconhecido.

Nossa penúltima oradora é a Elisabeth Costa. Não sei se ela está... Ela está com a câmera desligada.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou passar para o advogado Paulo Freire, para que ele possa falar, e, depois, nós voltamos para...

A Elisabeth está aí. Vou passar para ela a palavra.

Com a palavra a Conselheira e Coordenadora da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos e também Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Com a palavra a Elisabeth Costa.

A SRA. ELISABETH COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos!

Agradecendo também a oportunidade de participar desta importante audiência pública, agradeço a todos os Senadores e Senadoras que concretizaram esta iniciativa, na figura do Senador Humberto Costa.

Eu aqui vou... Pediram-me para eu fazer uma dupla representação, como Conselho Nacional de Direitos Humanos e como FNDC, mas eu me sinto completamente contemplada pelas várias organizações que já se manifestaram aqui e que fazem parte, inclusive, dessas duas instâncias que tentam acompanhar e estão monitorando o desenvolvimento e os problemas da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa no país.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos é um conselho que tem dez comissões permanentes, incluindo a de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, e é ainda a única instituição governamental hoje que mantém uma representação da sociedade civil. Somos 11 organizações da sociedade civil, dos vários segmentos de movimentos sociais, quilombolas, negros, LGBTQIA+, que tentam organizar e se mobilizar cada vez que o Governo ou as instituições ligadas ao Governo atentam contra a liberdade e os direitos humanos.

Como Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, nós temos um trabalho – e aí eu não vou me repetir – que tem sido superdimensionado a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro.

Aproveito aqui para fazer uma espécie de denúncia sobre o esvaziamento do Conselho Nacional de Direitos Humanos dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Com a falta de verba, com a falta de pessoal, o conselho tem sido esvaziado no seu direito a acesso a um mínimo de sustentabilidade para a sua atividade. Há problemas inclusive de reuniões – nós estamos tentando voltar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as reuniões presenciais para melhor tratar dos assuntos –, e não temos conseguido sequer ter acesso a passagens aéreas para podermos nos deslocar para Brasília, que é o local de reunião das plenárias do CNDH.

Do ponto de vista especifico do assunto de hoje, nós temos denunciado sistematicamente todas as agressões, o ambiente de censura inclusive que hoje sofre a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com o desmonte das suas instalações e do seu grupo de profissionais jornalistas, como a gente deu visibilidade a um relatório onde se contam as várias tentativas de censura do noticiário que é veiculado na Empresa Brasileira de Comunicação e do assédio moral que tem sido realizado contra os seus profissionais e jornalistas.

E também assinamos um protocolo no Tribunal Superior Eleitoral para combate às notícias falsas, no sentido não só da proteção do jornalista e da liberdade de expressão, mas também a todos os defensores de direitos humanos, cujo programa, que já foi mencionado aqui, tem sido subdimensionado e também desvalorizado dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O PPDDH não está funcionando a contento por absoluta falta de verbas e pelo esvaziamento inclusive dessa instância dentro do conselho do ministério.

O que eu queria, como CNDH, aqui ressaltar é que hoje o país vive numa ambiência de desregulamentação total, como já foi dito aqui: a concentração dos meios de comunicação continua, a falta de segurança, a falta de instâncias às quais a sociedade civil pode apelar na sua defesa. Esse ambiente de desregulação total e de falta de funcionamento das instituições merece um debate bastante profundo não só dentro do Parlamento como por parte da sociedade civil como um todo, porque é o que estimula a impunidade, a insegurança não só dos profissionais de comunicação, mas também de defensores de direitos humanos, comunicadores sociais, inclusive dentro das comunidades carentes. Então, é um problema muito sério.

A gente gostaria de ressaltar aqui que, conversando com os pares dentro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e fazendo parte desse grupo de entidades que foi criado para monitorar a liberdade de imprensa e a violência contra jornalistas durante o período eleitoral, talvez fosse a hora de todos nós nos unirmos para instalar um gabinete de gestão de crise até o final do ano, para que a gente possa, primeiro, ter respostas ágeis, efetivas e eficientes para cuidar desse assunto durante esse período eleitoral, pelo menos até o final deste ano. Esse gabinete de gestão de crise, nesse sentido, poderia ter o Congresso Nacional, as várias entidades que estão aqui presentes, a Procuradoria-Geral da República, o Ministério Público Federal. Eu acho que está na hora de a gente formar esse gabinete para que nenhuma outra tragédia, que já está anunciada, possa realmente se efetivar, como já foi dito aqui. As ameaças virtuais, normalmente, partem para a violência física, e os jornalistas estão sendo ameaçados o tempo inteiro nas redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui a proposta para o Senador Humberto Costa, talvez, com a sua autoridade dentro da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, de nós montarmos um gabinete de gestão da crise, que vai, sim – já está anunciada –, se aprofundar nesse período eleitoral com certeza. Então, para a gente ter mecanismos efetivos e eficientes para combater essa desregulação, essa falta de institucionalidade que causa tanta insegurança não só aos jornalistas, mas à sociedade brasileira como um todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado à Elisabeth Costa, que representa aqui a Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Acho que essa proposição é perfeitamente adequada. Quero dizer da nossa total disponibilidade de podermos trabalhar num grupo assim, talvez tomar a iniciativa, pelo menos, de permitir que esse ambiente se concretize e as entidades possam conversar.

Eu já estou programando uma visita ao novo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, no sentido não somente de externar a nossa solidariedade e apoio às decisões que o TSE tem assumido no sentido de mostrar a lisura que o pleito, que as eleições têm no nosso país, a absoluta confiabilidade das urnas eletrônicas, mas também a outras ações importantes, como a busca de coerção contra as notícias falsas. Apesar de o TSE ter uma missão muito específica, eu entendo que a sua preocupação com o pleito deve ser a mais ampla possível, como o problema da violência política que vai acontecer, já está acontecendo em alguns lugares, e esse tema do exercício do trabalho da imprensa durante o pleito eleitoral.

Então, eu quero aqui antecipar isso e, ao mesmo tempo, dizer que eu estou inteiramente à disposição. Acho que essa proposta é profundamente adequada. Naturalmente, não deve ser uma construção do Congresso Nacional ou da Comissão de Direitos Humanos; tem que ser uma articulação que envolva todas essas entidades que estão aqui e mais outras. Mas nós teremos a maior satisfação em ser facilitadores disso, ou participar, ou acompanhar, ou cumprir esse nosso papel aqui, como Congresso Nacional.

Por último, nós vamos ouvir aqui a palavra do representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – que certamente pode se manifestar sobre esse tema também –, o Paulo Freire, da ABJD.

O SR. PAULO FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Uma boa tarde, Senador Humberto Costa! Boa tarde a todos e a todas!

Primeiro, a ABJD (Associação Brasileira de Juristas pela Democracia) agradece o convite feito pelo Senado, na pessoa do Senador Humberto Costa. E, segundo, quero dizer que a ABJD segue vigilante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tomará todas as iniciativas jurídicas necessárias para a manutenção e o fortalecimento do Estado democrático de direito. E, entre um dos pilares desse Estado democrático de direito, encontra-se a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

Nós já tivemos... A ABJD é fruto de uma articulação de juristas que envolve membros do Ministério Público, da magistratura, da advocacia privada, da advocacia pública, estudantes, servidores do Judiciário que tem como finalidade a defesa e o fortalecimento do Estado democrático de direito. Nós já tivemos algumas reflexões em torno do tema da liberdade de imprensa e de expressão, e eu gostaria de pontuar a minha fala aqui, Senador Humberto, no sentido, primeiro, da nossa reflexão na defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, um direito, uma garantia individual, fundamental, coletiva presente no nosso núcleo duro da nossa Constituição de 1988, e, num segundo momento, fazer uma diferenciação entre a liberdade de imprensa e de expressão e o discurso de ódio, o discurso que afronta a Constituição, especialmente o núcleo duro da nossa Constituição.

Bom, a nossa reflexão em torno da defesa da liberdade de imprensa passa muito pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, de relatoria do Ministro Ayres Britto, que, lá em 2009, revogou a Lei de Imprensa, que foi editada na época da ditadura militar, de 1967. E esse código, essa normativa previa a censura prévia e por isso que o Supremo Tribunal Federal disse que esse texto normativo não foi recepcionado pela Constituição de 1988, porque a censura prévia, aos moldes da lei, impedia a livre manifestação do pensamento. Você teria que passar por um crivo, anteriormente à manifestação da imprensa, ou da expressão, ou do pensamento, e esse crivo diria se poderia ser publicizada essa opinião ou não. E o Supremo, em 2009, disse que essa legislação não era recepcionada.

E hoje parece que, por outros meios, que não só o Estado, mas que por outros meios, se tenta implementar a censura prévia, através de ameaças, através de violência – de maneira virtual ou física, pouco importa –, e se tenta resgatar a censura prévia, inclusive por meio de violência corporal. Então me parece que se busca novamente estabelecer a censura prévia ao cercear a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

Lá no Supremo, o que o Supremo disse, em 2009, para revogar a Lei de Imprensa da ditadura militar? "Que inúmeras liberdades, como a de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e comunicacional, dão conteúdo às relações de imprensa e põem como superiores bens de personalidade e mais direta emanação do princípio da dignidade da pessoa humana". Então, esse foi o fundamento que o Supremo Tribunal Federal utilizou para resguardar a liberdade de imprensa.

E, por fim, ele atesta a relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia – a liberdade de crítica, inclusive: a liberdade, por exemplo, de criticar uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a liberdade de criticarmos uma decisão do Congresso Nacional, a liberdade de criticarmos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decreto presidencial, um ato estatal, como um direito que todos nós temos de ter informação para poder, inclusive, criticar os órgãos de Estado, mas dentro dos limites constitucionais dessa liberdade. Porque também o Supremo já decidiu e já formou precedentes no sentido de que nenhum direito, nenhuma garantia individual ou coletiva é absoluta; ela tem que ser conjugada com as demais liberdades e garantias fundamentais – isso entrando um pouco numa das perguntas feitas no *chat.* Nenhum direito, nenhuma garantia é absoluta, mas eu não posso censurar previamente, por qualquer meio que seja, uma expressão, uma liberdade de pensamento. Por isso que a Constituição também proíbe o anonimato para que, por exemplo, quem se expressou possa ser responsabilizado por essa expressão: se essa expressão feriu a honra; se essa expressão incitou o crime; se essa expressão fez alguma apologia a conduta criminosa; se essa expressão é uma ameaça. Então, esses mesmos que defendem a liberdade de expressão quando estão sob julgamento, como o caso do Deputado Daniel Silveira, defendem essa liberdade de expressão absoluta, pela qual eu posso, inclusive, pregar o fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal, eu posso pregar o fim da separação dos Poderes.

Então, isso tudo mostra que, por mais que não seja o arcabouço jurídico mais ideal para a proteção desses bens jurídicos, nós temos previsões legais que permitem, por exemplo, as pessoas serem responsabilizadas, que me permitem, por exemplo, ter um direito de resposta se algo foi dito sobre mim com o que eu não concorde na imprensa. Eu tenho mecanismos para buscar estabelecer um contraditório. Enfim, há todo um arcabouço jurídico constitucional e jurisprudencial, principalmente da Suprema Corte, que nos permite não sermos censurados previamente e que permite a responsabilização daqueles que ultrapassem os limites constitucionais nessa liberdade de expressão. O que não podemos confundir – e aí é que a ABJD também vem desenvolvendo, Senador Humberto Costa, inclusive com representações e notícias-crimes no Supremo Tribunal Federal contra qualquer autoridade pública que seja – é que a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação do pensamento, seja um instrumento para acobertar a prática criminosa e organizada de grupos que tentam se acobertar atrás dessa liberdade para a prática organizada de crimes – o que nós vamos ver com maior frequência no processo eleitoral. Já vem se agravando e certamente em processo eleitoral isso vai ser ainda mais forte, o que chama ainda mais a responsabilidade, a vigilância e a resistência da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, que continua à disposição na defesa do direito constitucional da liberdade de imprensa e de expressão.

Muito obrigado, Senador – a ABJD agradece.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Paulo Freire, que aqui representa a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. São muito boas as suas colocações, que de certa forma responderam à pergunta que foi feita por um dos participantes, das pessoas que acompanham aqui a nossa sessão.

Eu vou dar a palavra também ao jornalista Sylvio Costa, porque ele gostaria de falar sobre essa pergunta também, e já vamos nos encaminhando para concluir a nossa sessão aqui. São cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SYLVIO COSTA (Para expor.) – Vou tirar a máscara aqui, porque fica melhor.

Pois é, houve esta pergunta aqui. Eu não sou bacharel em Direito e não vou ter a competência para falar com os fundamentos que o Dr. Paulo Freire utilizou, mas a pergunta era: "A liberdade de imprensa pode passar por cima da dignidade da pessoa humana e do direito à privacidade?". Eu acho que o Dr. Paulo deixou claro, e eu queria reforçar isto: que obviamente não! Quer dizer, a liberdade de imprensa não pode ser um direito absoluto. Nós jornalistas somos pessoas normais, não somos monstros comunistas e corruptos como a propaganda bolsonarista tenta caracterizar. Estamos sujeitos a erros, erramos. O ambiente de liberdade de expressão pleno ou mais desenvolvido possível é interessante, inclusive, para a correta discussão dos erros da imprensa, que também tem problemas, também sempre pode aprimorar, sempre pode trabalhar melhor do que trabalha ou do que trabalhou no passado.

Agora, a questão aqui é o uso dos instrumentos da democracia para acabar com a democracia. Esse é o ponto-chave para mim, não é? A questão fundamental é que a democracia é uma planta frágil: se você não rega todo dia, se não tem a quantidade necessária de sol, de transparência, você não tem a visibilidade necessária para os seus agentes capazes de garantir ou de estabelecer um sistema de forças e contraforças. Tem o Executivo, tem o Legislativo – tem os dois – e tem o Judiciário: é um equilíbrio fundamental. E tem também a imprensa, tem o Ministério Público, tem as organizações da sociedade civil, cada um com um papel, quer dizer, ninguém pode se arvorar em exercer a liberdade de um modo a acabar com a liberdade de todos os demais. Esse é o problema básico.

E aqui a gente não está falando só do bolsonarismo, não está falando só dessa terrível experiência da extrema direita que acendeu o país. É um problema global. Há radicais que eventualmente são de esquerda. No caso do Brasil, é a extrema direita que comete os desatinos, que é a grande inimiga da liberdade hoje, a grande inimiga da democracia.

Eu acho que jornalista nenhum está pedindo liberdade irrestrita. Agora, é preciso ressaltar que, de todos os direitos, um é o mais importante: é o direito à vida. Quem faz ameaça contra a vida de outra pessoa perde o direito à privacidade, porque se torna criminoso. Fica sujeito à perseguição policial, judicial. Esse é o ponto fundamental.

Então, aqueles que estão se sentindo desinformados... Porque o Bolsonaro tenta, na minha opinião, Senador, criar um clima de que a gente está à beira da guerra civil, está à beira do golpe. Há um exagero em relação à adesão da sociedade brasileira a essas teses malucas, autoritárias de Bolsonaro.

As Forças Armadas brasileiras infelizmente cederam muito mais do que deveriam. O Ministro da Defesa tem feito um papel vergonhoso para a história das Forças Armadas brasileiras, um papel politiqueiro, ouvindo, infelizmente, generais ainda mais politiqueiros do que ele, como o General Braga Netto e o General Augusto Heleno, que não representam o consenso, não representam a maioria do pensamento da cúpula militar hoje. Mas, à medida que as pessoas recuam e recuam e recuam e deixam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressores da democracia tomar conta de tudo, as forças antidemocráticas – a gente pode dizer as forças fascistas – crescem, como cresceram neste país. Por isso, lá atrás, o Congresso em Foco alertava sobre os riscos da candidatura Bolsonaro. Por isso, lá atrás, a gente defendia o *impeachment* de Bolsonaro, porque o monstro cresce, e o grande problema do monstro é que ele não quer liberdade de expressão para exercê-la.

Esse discurso do Deputado Daniel Silveira, muito bem colocado pelo Dr. Paulo Freire: "Ah, o Supremo está querendo caçar a liberdade do Deputado Daniel Silveira". Não se trata de liberdade de expressão. É liberdade para fechar o Supremo. É liberdade para fechar o Congresso. O Congresso Nacional brasileiro foi fechado 18 vezes na história brasileira. É um Congresso que tem menos de 200 anos de história e foi fechado 18 vezes. Querem fechar de novo. E, aliás, era esse o discurso fundamental do bolsonarismo em 2020. Em maio de 2020, Bolsonaro comprou a Câmara dos Deputados, comprou o centrão, mas o discurso continua.

Então, o alerta feito pelo Jamil Chade fica aqui, mas eu acho que a gente tem que ter esse cuidado de dar a verdadeira dimensão aos inimigos da democracia. A democracia tem apoio majoritário na sociedade brasileira. Não podemos ter medo desses que se fazem de valentes e que hoje nos ameaçam.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado ao jornalista Sylvio Costa, do Congresso em Foco.

Não vamos fazer uma segunda rodada, mas o jornalista Jamil Chade nos pediu a palavra e vamos ouvi-lo. Logo em seguida, nós concluímos os trabalhos de hoje. Eu vou agradecer a todos, enfim.

Jamil.

O SR. JAMIL CHADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, prometo ser breve.

Antes de mais nada, concordo plenamente Sylvio. É absolutamente correto o que você colocou.

São três pontos muito rápidos. Primeiro, ainda sobre essa pergunta, há um consenso internacional, mecanismos internacionais do Conselho de Direitos Humanos da ONU e todos outros mecanismos da ONU, e, sim, existem limites para a liberdade de expressão. Isso não existe sequer em parte. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, também muito rapidamente, é que justamente o Governo brasileiro nesta gestão tenta, de uma forma, eu diria – perdão pela palavra aqui –, cínica, defender resoluções no Conselho de Direitos Humanos justamente sobre a liberdade de expressão. Essas resoluções que o Governo apresenta fazem parte do que eu citei no início, de uma tentativa de sequestrar o conceito, de justamente transformar esse conceito em um instrumento também de desinformação. Então, temos que ficar muito atentos porque o mesmo termo, a mesma defesa pode ter significados diferentes. Esse é um outro ponto também muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o terceiro, também muito rapidamente: temos de olhar para o que aconteceu com a imprensa na Hungria. Se nós queremos entender o plano de um governo de extrema direita em relação a imprensa, basta olhar o modelo húngaro. E o qual é o principal recado do modelo húngaro, que foi de controle total do Parlamento, do judiciário, da imprensa e da sociedade civil? Qual é o recado principal? Quanto mais durar, quanto mais implementado na sociedade o plano, mais difícil é reverter uma eleição nesse caso. Isso ficou claro na eleição passada, agora, do Orbán, porque você tem, de uma forma muito clara, o controle pleno da informação que chega à sociedade.

Então, eu quero contar um episódio muito rapidamente, Senador, justamente desse medo instaurado na sociedade húngara, dentro da União Europeia. Eu fui fazer uma reportagem lá, e um dos editores, um dos poucos editores ainda independentes do país me chamou para tomar um café em um bar distante, inclusive, discreto, para a gente não ser visto. Nós chegamos ao bar conversando, aparece um senhor, bate nas costas dele e faz grandes elogios ao trabalho dele. Vai ao bar, pega duas cervejas, coloca na nossa mesa e diz: "Isso é para vocês, pelo agradecimento da sociedade". E ele vira para mim e diz: "Não toca nessa cerveja". Pode ser, Senador, que tivesse sido simplesmente um cidadão querendo retribuir o trabalho daquele jornalista, simplesmente alguém prestando uma homenagem à imprensa, mas o medo é tão instaurado na minoria livre, ainda, da imprensa húngara que nem mesmo uma cerveja é aceita em um bar em Budapeste. E estamos falando de um país dentro da União Europeia. Então, é algo extremamente real. Eu falava no início que esse medo é real e ele é contaminante dentro de uma sociedade.

Obrigado, Senador, por organizar este evento e todo apoio à iniciativa que o senhor citou.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Jamil.

É bom lembrar que Bolsonaro, quando esteve na Hungria e encontrou com o Orbán, o chamou de meu irmão, não é? É um sinal muito claro das identidades políticas, não é?

Bem, eu queria, então, agradecer a todos que acompanharam esta sessão, aos Senadores, às Senadoras que acompanharam, que participaram. Quero agradecer aos nossos convidados: Sylvio Costa, do Congresso em Foco; Jamil Chade, colunista e escritor; Patrícia Campos Mello, repórter especial da *Folha*; Dr. Enrico Rodrigues de Freitas, Procurador da República da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos; Dr. Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Natalia Mazotte, jornalista, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; Maria José Braga, Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); Bia Barbosa, Coordenadora de Incidência da Repórteres sem Fronteiras para a América Latina; Elisabeth Costa, Conselheira, Coordenadora da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos; e Paulo Freire, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

Muito obrigado a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, **COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2023-CN, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Omar Aziz, Marcos Rogério, Zenaide Maia, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Leila Barros e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad e Rafael Tenório. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Irajá, Daniella Ribeiro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao PLN nº 5, de 2022, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências"**. Relator: Senador Humberto Costa. O Senador Humberto Costa passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim passa a palavra ao Senador Humberto Costa que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Presidente põe em votação o Relatório do Senador Humberto Costa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 5, de 2022:

Emendas de Metas

Número	Ementa	Alteração de Meta
60090001	210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	500
60090002	218B - Política de Igualdade e enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	1000
60090003	21AR – Promoção e Defesa de Direitos para Todos	5000

Emendas de Texto

Número	Referência	Tipo da Emenda
60090004	Corpo da Lei, Cap II, Art 4	Aditiva
60090005	Corpo da Lei, Cap II, Art 4	Aditiva
60090006	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19	Aditiva
60090007	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Aditiva
60090008	Corpo da Lei, Cap II, Art 4	Aditiva
60090009	Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47	Aditiva
60090010	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Aditiva
60090011	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20	Aditiva
60090012	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20	Aditiva
60090013	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Aditiva
60090014	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Aditiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

60090015	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Aditiva
60090016	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Aditiva
60090017	Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47	Aditiva
60090018	Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso III	Aditiva

Às quinze horas o Senador Paulo Paim devolve a presidência para o Senador Humberto Costa. O Senhor Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas, a todos os Senadores, todas as Senadoras, a todas as pessoas que acompanham esta reunião da Comissão de Direitos Humanos!

Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 5, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências. Foram apresentadas 80 propostas de emendas. E, na condição de Relator das emendas, daqui a pouco eu vou transferir a Presidência ao Senador Paulo Paim.

Antes, eu queria apenas registrar aqui o nosso pesar, a nossa tristeza por esse episódio brutal acontecido no Estado do Amazonas, envolvendo o assassinato de um indigenista, Bruno Pereira, um pernambucano que trabalhava já há muitos anos na Funai e que chegou a ser exonerado da Funai por ter coordenado, comandado ações contra atos ilegais cometidos naquela região, seja do ponto de vista de pesca, seja do ponto de vista de garimpo, seja do ponto de vista de comercialização de madeira ilegalmente, enfim, e que, mesmo afastado da Funai, continuou a desenvolver um trabalho junto especialmente aos povos mais isolados daquela região do Amazonas. Da mesma forma, o jornalista Dom Phillips, jornalista de renome mundial que estava trabalhando na elaboração de um livro e que vinha fazendo uma pesquisa profunda na Região Amazônica – esse livro se chamava *Como Salvar a Amazônia*. Então, nós lamentamos profundamente esse fato. Esperamos e temos cobrado que as autoridades tanto policiais, a polícia do Estado do Amazonas, quanto a Polícia Federal, assim como o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual possam conduzir essa investigação da forma mais célere e mais profunda possível; que os responsáveis por esse crime bárbaro que teve repercussão internacional muito negativa para o nosso país sejam efetivamente identificados e punidos, não apenas aqueles que foram os autores materiais dessas mortes, mas também os autores intelectuais, porque nós acreditamos que existem esses autores intelectuais.

Hoje, quando nós terminarmos a discussão da lei orçamentária, nós vamos aqui aprovar alguns pedidos de requerimento, alguns requerimentos que foram feitos em consonância com a Comissão externa, que foi aprovada na semana passada com o objetivo exatamente de não só acompanhar esse caso, mas também de promover algumas investigações sobre o que ocorre naquela região. Há, inclusive, informações dos próprios órgãos policiais de que é uma região hoje onde há uma presença importante do narcotráfico e de outras atividades ilegais, inclusive nas terras indígenas, e é importante que o Brasil se assenhore dessa situação, porque se trata de uma fronteira com o Peru e de grande proximidade com a Colômbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que, na condição de Presidente, possa me conceder essa palavra, para que eu possa relatar a nossa LDO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Assumindo a Presidência, agradeço a V. Exa., Senador Humberto Costa, e de imediato passo a palavra ao senhor para a leitura do seu relatório, tão importante principalmente para os setores mais vulneráveis da sociedade. E me permita que eu diga, há a situação do povo quilombola. E já de pronto, agradeço, porque V. Exa. acatou a emenda do povo quilombola.

A palavra é sua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre as emendas a serem apresentadas, por esta Comissão, ao Projeto de Lei nº 5, de 2022-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências".

Relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 5, de 2022-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 compreenderá I - as metas e as prioridades da administração pública federal; II - a estrutura e a organização dos orçamentos; III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União; IV - as disposições relativas às transferências; V - as disposições relativas à dívida pública federal; VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes; VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; VIII - as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação; IX - as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; X - as disposições relativas à transparência; e XI - as disposições finais. De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2023, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa Resolução, a CDH tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autora de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a emenda que proponha alteração das seguintes partes da LDO 2023:

a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2023; d) Anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho; e) Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais; f) Anexo IV.10 - Renúncia de Receita Administrada pela Receita Federal Brasileira e Previdência; e g) Anexo IV.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não há limite aplicável ao número de emendas de texto.

O Anexo de Prioridades e Metas será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emenda para inclusão de ações no Anexo de Prioridades e Metas deve observar o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional.

Encontram-se em análise por esta Comissão 80 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Simone Tebet, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Irajá, Leila Barros, Nilda Gondim, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues. Dessas emendas, 16 são de texto e 64 relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023. As emendas encontram-se discriminadas no quadro anexo.

É o relatório.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais. Esses aspectos serão confirmados em etapa posterior do processo legislativo-orçamentário, assim como outros aspectos ainda deverão ser devidamente avaliados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as propostas de emendas de texto (65 a 80, conforme numeração do quadro anexo), assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023:

a) nº 19, na ação 210Z – Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas, englobando, além da própria Proposta nº 19, outras dez propostas, adotando-se todos os elementos definidos na Proposta nº 19;

b) nº 36, na ação 218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, englobando, além da própria Proposta nº 36, outras 11 propostas, adotando-se todos os elementos definidos na Proposta nº 36; e

c) nº 43, na ação 21AR – Promoção e Defesa de Direitos para Todos, englobando, além da própria Proposta nº 43, outras 14 propostas, adotando-se todos os elementos definidos na Proposta nº 43.

Esse é, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu sei que o quórum ainda não está adequado para votação, mas permita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que eu faça, a pedido do povo quilombola, um comentário bem rápido sobre o tema. Depois voltarei a palavra a V. Exa. e, no momento em que der o quórum, nós podemos, então, votar.

Presidente, encaminhou para mim o povo quilombola um pequeno documento, que eu leio em dois minutos:

> A Constituição brasileira, no seu art. 85 no Ato das Disposições Transitórias, assegurou às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras, e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentou todo o procedimento para a regularização e titulação destas comunidades.
> Cabe ao Incra a responsabilidade por este processo, que inicia com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, que identifica os limites do território quilombola a ser titulado. Ocorre que, por falta de recursos orçamentários, este trabalho se encontra praticamente paralisado [...] [é o caso do Rio Grande do Sul, mas essa é uma emenda nacional].
> Das 103 áreas quilombolas identificadas [por exemplo, no nosso estado], formalizadas junto ao Incra, somente 3 foram tituladas! Esta emenda busca corrigir a situação onde, por falta de recursos, o Incra [...] está inoperante [segundo os próprios dirigentes do Incra, porque o orçamento é zero], e o direito consagrado na Constituição negado ao povo quilombola [...] [do Brasil e do Rio Grande].

Era isso, Presidente, agradecendo a V. Exa. Eu sei que essa é uma emenda de texto, mas ela é fundamental para que, aí sim, no momento adequado, a gente possa fazer com que recursos cheguem ao Incra, para poder, então, fazer o levantamento devido para regulamentação das terras dos quilombolas.

Obrigado, Relator Humberto Costa. A palavra é sua.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Nós estamos aqui na dependência de apenas um voto, um Senador, para que possamos fazer a votação das emendas à LDO.

Eu vou pedir um minuto da atenção de todos para que nós possamos iniciar a segunda etapa desta reunião, quando vamos votar outros requerimentos, principalmente aqueles que foram acertados juntamente com a Comissão Externa que trata desse tema referente à morte do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Algumas pessoas estão sendo convidadas, enfim.

Aliás, eu vou pedir esse um minuto e daqui a pouco a gente recomeça.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dois minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Omar Aziz, Marcos Rogério, Zenaide Maia, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Leila Barros e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Irajá, Daniella Ribeiro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima primeira e vigésima segunda reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Apresentação dos Relatórios de Diligências. Finalidade: Apresentação dos Relatórios de Diligências realizadas pela CDH. Resultado: Adiada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 138, de 2014 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5609, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2767, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 32, de 2022 que: "Requer que seja convidado o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, em reunião conjunta da CDH e da CTENORTE, para prestar as informações cabíveis relacionadas à finalidade da Comissão Temporária." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado na forma de convite. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 33, de 2022 que: "Requer a realização de diligência externa em Manaus e em Atalaia do Norte, AM, com o objetivo de acompanhar as investigações sobre os homicídios do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 34, de 2022 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Denis Linder Rojas de Paiva, Prefeito de Atalaia do Norte - AM, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar as informações que considere relevantes relacionadas ao aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas, em especial aos fatos relacionados aos assassinatos do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips"." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 35, de 2022 que: "Requer a realização de diligência externa em Manaus e em Atalaia do Norte, AM, com o objetivo de investigar, "in loco" as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados e acompanhar as investigações sobre os homicídios do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 36, de 2022 que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, providências dessa Comissão no sentido de garantir a imediata proteção e segurança aos vigilantes indígenas que compõem a Equipe de Vigilância da Univaja e aos coordenadores da Univaja, principalmente os senhores Paulo Marubo, Eliésio Marubo e Eriberto Marubo, bem como aos colaboradores da EVU, entre eles Orlando Possuelo e vulgo Tataco, além dos servidores da Coordenação Regional Vale do Javari e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, que atuam na Terra Indígena Vale do Javari, e outros a serem oportunamente indicados." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 37, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da CTENORTE - Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte, com o objetivo de debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 38, de 2022 que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o compartilhamento automático e acompanhamento dos trabalhos junto com a CTENORTE - Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte, ratificando o plano de trabalho aprovado pelo colegiado daquela Comissão." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. Às quinze horas e cinquenta e seis minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quinze horas e dez minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Marcos Rogério e Randolfe Rodrigues. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/20

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 21ª e 22ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião, como eu disse, está dividida em duas partes: nós já tivemos a primeira reunião, que tratou da LDO, e estamos no aguardo da obtenção do quórum para que possamos votar as emendas apresentadas pela Comissão; e a segunda parte da reunião, que será deliberativa.

Bem, nós temos aqui vários itens que já foram lidos e, se nós tivermos o quórum qualificado, nós votaremos os terminativos; caso tenhamos o quórum simples, vamos votar os não terminativos, além dos requerimentos.

Eu peço ao Senador Paulo Paim que presida temporariamente aqui a reunião para que eu possa fazer a leitura dos requerimentos que são da minha autoria e que são extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Neste momento, passo a fazer as perguntas ao Plenário, já que assumi a Presidência, para que o Presidente Humberto Costa possa fazer a defesa dos seus requerimentos.

Primeiro, eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos aos requerimentos.

Senador Humberto Costa, o primeiro que eu tenho aqui é o do Senador Randolfe Rodrigues. V. Exa. vai fazer a defesa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Então, está bem.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, DE 2022

"Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Denis Linder Rojas de Paiva, Prefeito de Atalaia do Norte - AM, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar as informações que considere relevantes relacionadas ao aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas, em especial aos fatos relacionados aos assassinatos do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips".

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

É o Requerimento nº 34, de 2022, não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues – *ad hoc*, Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sim. Na verdade, o Requerimento n° 34 convida o Sr. Denis Linder Rojas de Paiva, que é Prefeito da cidade de Atalaia do Norte, Amazonas, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar as informações que considere relevantes relacionadas ao aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas, em especial aos fatos relacionados aos assassinatos do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips.

Os desaparecimentos e as mortes, agora confirmadas, do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*, tornaram-se notícia no mundo e no Brasil, trazendo à tona o problema do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na Região Norte e em outros estados. Desde o início do Governo Jair Bolsonaro, foram denunciados o desmantelamento do aparelho estatal de repressão à criminalidade ambiental e de proteção às minorias, bem como os ataques incessantes contra a imprensa, contexto que está intimamente relacionado com o caso de Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips.

O convite ao Prefeito do local dos fatos é mais uma medida a ser tomada pelo Senado Federal a fim de, dentro de suas atribuições, auxiliar na condução do caso, podendo o Prefeito, como grande conhecedor local, contribuir com informações de grande relevância para a situação que assola atualmente a região.

Esse é o primeiro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tendo quórum ainda para votação, nós vamos para o segundo requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 35, DE 2022

Requer a realização de diligência externa em Manaus e em Atalaia do Norte, AM, com o objetivo de investigar, "in loco" as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados e acompanhar as investigações sobre os homicídios do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Requerimento nº 35, de 2022, não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues – *ad hoc*, o Senador Humberto Costa, a quem eu concedo a palavra para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

Nós acabamos de ter quórum com a entrada do Senador Marcos Rogério. E ele pede a palavra, de modo que nós poderíamos ouvi-lo e já começar a votar o primeiro requerimento. Então, é o Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Marcos Rogério, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, nobre Senador Paim, Presidente Humberto Costa, eu queria apenas fazer um apelo à Comissão em relação ao requerimento que faz a convocação do Ministro Anderson. Ele é um requerimento de convocação, mas, como há disposição por parte do Ministro de comparecer à Comissão para prestar todos os esclarecimentos e responder aos Senadores, eu pediria que ele fosse transformado em requerimento de convite e que, assim, a gente pudesse fazer a votação dentro de uma linha de acordo, de atendimento.

É esse o apelo que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Marcos Rogério, claro. Já tínhamos tido essa demanda por parte do Senador Girão. Eu já havia me comprometido de transformar essa convocação em convite. Já há inclusive uma sugestão de data do próprio Ministro para a vinda aqui ao Congresso Nacional – deve ser na própria quarta-feira –, de modo que não há nenhum problema.

Eu sou chamado à atenção aqui pela assessoria da Comissão para que nós possamos de imediato votar o relatório da LDO, aquelas emendas – nós acabamos de ler o relatório, as propostas. Para que nós possamos dar continuidade a esta reunião, em havendo quórum, nós precisamos votar.

Então, já fizemos a leitura.

Eu pergunto se alguns dos Senadores ou Senadoras aqui presentes gostariam de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Então, o relatório das emendas à LDO da Comissão de Direitos Humanos está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho aqui a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, a primeira reunião nós declaramos encerrada e daremos continuidade agora à sessão deliberativa.

Como eu disse, nós lemos o primeiro requerimento, Senador Paulo Paim, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a convocação do Ministro da Justiça e da Segurança Pública, em reunião conjunta da CDH e da CTENORTE, para prestar as informações cabíveis relacionadas à finalidade da Comissão Temporária.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Eu pergunto se alguém ou ele próprio deseja fazer uso da palavra.

Quer falar, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, V. Exa. pode conduzir. V. Exa. já fez a leitura do requerimento, que é o requerimento de convite também acordado de nossa parte com os Senadores da base de apoio ao Governo. É o requerimento de convite ao Sr. Ministro da Justiça.

Só quero compartilhar com V. Exa. que mais cedo nós tivemos a reunião da Comissão Externa designada pelo Plenário do Senado, onde foi aprovado o compartilhamento e o acompanhamento da Comissão de Direitos Humanos aos trabalhos da Comissão Externa. Talvez fosse necessário ratificar também esse encaminhamento aí, assim como os dois depoimentos que nós temos previstos no âmbito da Comissão Externa, e aí fazendo junto com a Comissão de Direitos Humanos: tanto de S. Exa. o Ministro de Estado da Justiça já nesta quarta-feira, como também dos representantes da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A discussão está aberta. Aqueles que... Não sei se alguém deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... O Senador Rogério quer falar? (*Pausa.*)

Não.

Não havendo quem queira discutir, nós colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento de convite permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 34.

O Requerimento de nº 35 também é do Senador Randolfe Rodrigues.

Eu peço a ele que possa defender o seu requerimento.

Eu vou ler aqui:

> Requeiro, nos termos do art. 90, XIII, e art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Manaus e em Atalaia do Norte, Amazonas, com o objetivo de investigar *in loco* as causas do aumento de criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, e jornalistas, na Região Norte e em outros estados, e acompanhar as investigações sobre os homicídios do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para que ele possa defender o seu requerimento. (*Pausa.*)

Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Bom, peço ao Senador Paulo Paim que possa... Ah, não. Já foi feita a leitura. Então, podemos... Alguém deseja fazer uso da palavra para discutir esse requerimento? (*Pausa.*)

Bem, não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Temos aqui um outro requerimento, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues... (*Pausa.*)

Agora é o de nº 36, de minha autoria. Então, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que ele presida enquanto eu faço a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Vou bem rápido, Presidente Humberto Costa. O requerimento de V. Exa. é o Requerimento nº 36, de 2022, não terminativo. Autoria do Senador Humberto Costa.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, DE 2022

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, providências dessa Comissão no sentido de garantir a imediata proteção e segurança aos vigilantes indígenas que compõem a Equipe de Vigilância da Univaja e aos coordenadores da Univaja, principalmente os senhores Paulo Marubo, Eliésio Marubo e Eriberto Marubo, bem como aos colaboradores da EVU, entre eles Orlando Possuelo e vulgo Tataco, além dos servidores da Coordenação Regional Vale do Javari e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, que atuam na Terra Indígena Vale do Javari, e outros a serem oportunamente indicados.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

De imediato, eu concedo a palavra a ele para que faça o encaminhamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Bom, requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, providências dessa Comissão no sentido de garantir a imediata proteção e segurança aos vigilantes indígenas que compõem a Equipe de Vigilância da Univaja, e aos coordenadores da Univaja, principalmente os senhores Paulo Marubo, Eliésio Marubo e Eriberto Marubo, bem como aos colaboradores da EVU, entre eles Orlando Possuelo e vulgo Tataco, além dos servidores da Coordenação Regional do Vale do Javari e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, que atuam na Terra Indígena Vale do Javari, e outros a serem oportunamente indicados.

Na verdade, Sr. Presidente, a nossa solicitação advém de um pedido que nos foi feito por todos aqueles que trabalham com a Univaja e com outras instituições, naquela região do Vale do Javari, pessoas que estão ameaçadas, inclusive indígenas, e eu requeiro a aprovação desse pedido, para que nós tomemos as providências para acionar a Polícia Federal, o próprio Ministro da Justiça quando aqui estiver, a Polícia do Estado do Amazonas.

Portanto, é essa a minha defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo ninguém que queira discutir, eu coloco de imediato em votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa, na sequência, outro requerimento de V. Exa.

Requerimento nº 37, de 2022, não terminativo.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da CTENORTE - Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte, com o objetivo de debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

Autoria do Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra, para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Bem, nosso objetivo é a realização de uma audiência pública com a participação da Comissão Temporária Externa para investigar *in loco* as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte, com o objetivo de debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio; representantes indigenistas associados; representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que o objetivo dessa audiência pública é nós, aqui na Comissão, podermos discutir essa situação tão grave que se vive hoje no Vale do Javari.

Então, agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos agora o Requerimento nº 38, de 2022, não terminativo.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, DE 2022

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o compartilhamento automático e acompanhamento dos trabalhos junto com a CTENORTE - Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte, ratificando o plano de trabalho aprovado pelo colegiado daquela Comissão.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Autoria do Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Nós requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o compartilhamento automático e o acompanhamento dos trabalhos junto com a Comissão Temporária Externa para investigar *in loco* as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte, ratificando o Plano de Trabalho aprovado hoje pela manhã pelo Colegiado daquela Comissão.

Entendemos que é muito importante porque o trabalho dessas duas Comissões pode se somar e juntos conseguirmos encontrar respostas a todas essas questões que são fonte de enorme preocupação para o Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria, no caso o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência para o Senador Humberto Costa, Presidente da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós temos aqui alguns projetos não terminativos que, inclusive, não foram lidos. Então, nós vamos fazer a leitura e a votação para atualizarmos a nossa pauta. A nossa Comissão não tem, no momento, grandes pendências, e isso é muito importante.

O primeiro projeto de lei não terminativo é de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, e a Relatora é a Senadora Rose de Freitas.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5609, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Eu concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para leitura do relatório. (*Pausa.*)

Acho que ela não está disponível neste momento.

Então, eu peço ao Senador Paulo Paim que faça a leitura do relatório na condição de Relator *ad hoc,* já que esse projeto já deveria ter sido lido desde a última reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Humberto Costa, esse projeto não é terminativo: ele é terminativo lá na CCJ.

A matéria é conhecida por todos; foi publicada. É mais uma bela iniciativa de autoria do Senador Fernando Bezerra. O relatório brilhante da Senadora Rose de Freitas vai exatamente nesta linha: ele fortalece mecanismo para combater a violência doméstica familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher. É por isso que a minha leitura *ad hoc* é muito rápida e, de pronto, propomos que o projeto seja aprovado com somente uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pela condição de Relator *ad hoc*.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Direitos Humanos.

O último projeto do dia de hoje, também não terminativo, é de autoria do Senador Romário. O Relator é o Senador Chico Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2767, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Eu concedo a palavra ao Relator, Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Parece-me que neste momento não está disponível. Eu vou abusar mais um pouco da paciência do Senador Paulo Paim, para que ele possa, na condição de Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório desse projeto do Senador Romário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, essa é mais uma iniciativa do Senador Romário, e ele a faz com conhecimento de causa, porque ele mexe no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu fui autor do projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, como foi também o Senador Flávio Arns, como foi Mara Gabrilli; todos foram Relatores. E o Senador Romário, como um dos Relatores, fez, inclusive, um grande entendimento para que o projeto – negociou comigo e com a Mara – seja o Estatuto da Pessoa com Deficiência e, mais na frente, Lei Brasileira de Inclusão.

Ele apenas fortalece aqui um instrumento para que o atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial seja preferencial. Por isso, de pronto eu cumprimento o Senador Romário pela iniciativa e o relatório apresentado pelo Senador Chico Rodrigues – o relatório favorável, que, com certeza, só vai aprimorar o projeto.

Agora eu já estou, Presidente, inclusive por um trabalho feito pela assessoria da Comissão, com o relatório em mãos. Então, só para simplificar, eu só vou ler a análise, que é bem curtinha.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o dever de opinar sobre matérias condizentes com a proteção e integração social das pessoas com deficiência.

A proposição é condizente com o espírito da Carta Magna e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sobre o qual aqui eu já comentei, bem como com as demais leis que regulam os direitos dessa parcela da população. No caso aqui, quando eu falo em Estatuto das Pessoas com Deficiência, com o carinho que tenho pela nossa querida Mara, falo naturalmente em Lei Brasileira de Inclusão.

Quanto ao mérito, não temos como discordar dos argumentos do autor. A questão meritória, como já tinha falado, a saber, do acesso a plenos direitos pelas pessoas com deficiência, já foi decidida, há tempos, pelos compromissos que a sociedade brasileira fez com seu futuro quando pôs em vigor a Constituição Federal de 1988 – eu estava lá, Presidente, com muito orgulho fui Constituinte. O autor apenas estende tais direitos até onde eles não poderiam pensar em chegar nos idos de 1988. Mas já o Estatuto da Pessoa com Deficiência regula a acessibilidade e a tecnologia assistiva, que se tornaram altamente capazes desde então. A intenção do autor e do Relator – com o abraço dado aqui pelo Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido Chico Rodrigues –, com a qual estamos de acordo, é a de atualizar a lei à tecnologia disponível, simplesmente. Vemos tais argumentos como inquestionáveis, como eu já havia comentado.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.767, cumprimentando o Romário, como autor, e o Relator, Senador Chico Rodrigues. Aqui fiz o relatório *ad hoc* pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. a generosidade de fazer a leitura desse relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria, antes de concluir esta reunião, fazer aqui um registro que eu deveria ter feito no início das nossas sessões de hoje. Diz respeito à morte do indígena Edinaldo Manoel de Souza, morador do Município de Carnaubeira da Penha, no Estado de Pernambuco, mais especificamente na aldeia Olho D'Água do Padre, que é uma Terra Indígena Atikum e que, segundo relatos, teria sido vítima de violência policial. Segundo o relato que foi feito nos órgãos de comunicação do Estado de Pernambuco e até mesmo no Jornal Nacional, da Rede Globo, Edinaldo teria sido abordado por um conjunto de militares que teriam ido a sua casa, segundo o que consta, buscando encontrar uma espingarda de caça; o Edinaldo teria negado que tivesse essa arma e, na situação em que se estabeleceu lá, ele teria sido brutalmente espancado, morto e, posteriormente, levado ao hospital, onde foi constatada a morte de Edinaldo.

E nós, inclusive, já tivemos a oportunidade de falar com as autoridades policiais e de direitos humanos do Estado de Pernambuco, para que esse crime seja investigado. O Governador do estado determinou que dois delegados da Polícia Civil ficassem responsáveis por essa investigação. A Polícia Militar também abriu um processo disciplinar para apurar essas responsabilidades. Eu também tive a oportunidade de, em nome desta Comissão, me solidarizar integralmente não somente com a família de Edinaldo Manoel de Souza, mas também com toda a comunidade atikum, de Carnaubeira da Penha, Pernambuco. Algumas entidades já se manifestaram, por meio de um manifesto e uma cobrança ao Governo estadual. E a nossa expectativa é de que, o mais brevemente possível, nós tenhamos o esclarecimento de mais essa morte que atinge integrantes de povos originários do nosso país, o que tem praticamente se seguido como uma série. Então, eu queria fazer esse registro aqui a todos os integrantes da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nada mais havendo a tratar, eu quero agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras que compareceram a esta reunião, quero agradecer à nossa audiência, às pessoas que acompanharam pela TV Senado, eu declaro encerrada mais esta sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (25ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE E DE ATENTADOS NA REGIÃO NORTE. (2ª REUNIÃO), EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. com a presença dos Senadores Eduardo Velloso, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Leila Barros, Paulo Paim, Simone Tebet, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Telmário Mota e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 37/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Participantes:** Fernando Vianna, Presidente do Indigenistas Associados - INA; Geovanio Pantoja Katukina, Coordenador-Geral de índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio; e Eliésio Marubo, Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas que nos acompanham, Senadores e Senadoras presentes e também participantes por via remota, aos convidados e convidadas para esta audiência pública e a todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais.

Eu quero, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, declarar aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 2ª Reunião da Comissão Temporária para investigar *in loco* as causas do aumento da criminalidade de atentados na Região Norte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária do Senado Federal da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 37, de 2022, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Humberto Costa, e do Requerimento nº 2, de 2022, CTE Norte, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para debater sobre as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

Antes de, rapidamente, ler aqui o requerimento que foi aprovado, eu queria só dar uma rápida palavra aqui sobre os fatos de que a sociedade tomou conhecimento no dia de hoje, com o aprofundamento de investigações realizadas pela Polícia Federal sobre denúncias de atos de corrupção no Ministério da Educação, o que resultou inclusive na prisão de alguns dos supostos lobistas que lá atuavam, intermediando interesses de Prefeitos e Prefeituras municipais, bem como na prisão do ex-Ministro Milton Ribeiro.

Não nos cabe nem temos elementos aqui para avaliar a justiça ou não dessas prisões. No entanto, com toda certeza, esse aprofundamento mostra que, de fato, as preocupações do Congresso Nacional com as denúncias que foram apresentadas repetidamente sobre a gestão do Ministério da Educação realmente devem ser motivo de um olhar mais próximo da parte desta Casa.

O Senador Randolfe Rodrigues, que está aqui conosco – eu sou membro suplente, mas ele é membro titular da Comissão da Educação –, é autor de um requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue essas denúncias.

O que eu gostaria de registrar aqui, no início da reunião, é que, mais do que nunca, se faz necessário que nós possamos aprofundar o debate sobre a realização dessa CPI e concluirmos a coleta das assinaturas necessárias para a sua implantação.

Gostaria de fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Só completando, Presidente, se V. Exa. me permite, estamos apenas a duas assinaturas para que o requerimento seja apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A outra coisa é que nós tivemos a primeira reunião da Comissão Temporária Externa para tratar deste tema e tomamos algumas decisões em comum. Primeiro, elegemos, por aclamação, o Senador Nelsinho Trad como Relator da Comissão. Segundo, decidimos trabalhar em conjunto, a Comissão Externa e a Comissão de Direitos Humanos.

A Comissão de Direitos Humanos, sendo uma Comissão permanente, dispõe de uma série de instrumentos, de mecanismos que permitem o aprofundamento da investigação e que não constam das atividades ou atribuições ou prerrogativas das Comissões Externas. Então, vamos trabalhar em comum o tempo inteiro.

Hoje, nós temos o requerimento de audiência pública, que vai contar com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio.

Não sei se ele está aqui presente. Ele está presente remotamente.

Seja bem-vindo à nossa reunião.

São também convidados: o representante do grupo Indigenistas Associados, que ainda não chegou; e o representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, Univaja, que também está *on-line*.

Justificação: a confirmação dos assassinatos na Amazônia do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*, no início de junho, na região do Vale do Javari, joga foco sobre uma questão que há muito tempo aterroriza a região: a criminalidade e atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados.

Segundo informações da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Bruno recebia constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e pescadores.

Desde o início do Governo Jair Bolsonaro, foram denunciados o desmantelamento do aparelho estatal de repressão à criminalidade ambiental, de proteção às minorias, principalmente indígenas bem como os ataques incessantes contra a imprensa, contexto que está intimamente relacionado com o caso de Bruno Pereira e Dom Phillips.

O Governo falha em combater atividades criminosas e, estranhamente, ao mesmo tempo, tenta legalizá-las. O desmatamento amazônico, por exemplo, tem subido ano a ano. A área devastada, no ano passado, é mais de oito vezes superior à da cidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2012 a 2021, a Amazônia concentrou mais de 70% das mortes por conflitos fundiários no país. Segundo um levantamento da Comissão Pastoral da Terra, pelo menos 313 pessoas perderam a vida em disputas por terra na região.

Os grupos mais vitimados, segundo os mesmos dados, foram os povos indígenas (26% dos assassinados) e os quilombolas (17%).

Só em 2021, segundo outro relatório da CPT, foram registradas ameaças de morte contra 32 lideranças indígenas ou servidores públicos que atuam em defesa dos territórios. A maioria da lista é composta de cacicas e caciques, membros de comunidades locais, além de lideranças ativistas em defesa de povos indígenas. Por isso, a presente audiência pública se torna fundamental e urgente para um debate que tem tomado as principais manchetes dos veículos do Brasil e do mundo.

As entidades convidadas são as maiores especialistas no assunto e convivem de perto com as questões relacionadas.

Representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), dos Indigenistas Associados e da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari são atores adequados para que, juntos com a Comissão Temporária para Investigar as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte e a Comissão de Direitos Humanos, possamos dar a devida resposta a esta grave situação que assola a Floresta Amazônica, patrimônio biológico de todos os brasileiros. Eu gostaria de agradecer aqui a presença das seguintes lideranças: tuxá, guarani caiová, guarani nhandeva, tupinambá, taurepangue, uapixana e macuxi. Gostaria de agradecer também à Univaja, à Coiab, ao Cimi, à OPI e à Apib.

E gostaria de refazer aqui o convite ao Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da Univaja.

Já chegou? (*Pausa.*)

Ainda não chegou.

Então poderíamos passar imediatamente a palavra ao convidado remoto, Geovanio Oitaia... Ao Presidente do INA (Indigenistas Associados), que é o Sr. Fernando Vianna.

O tempo para a exposição é de dez minutos e, quando estiverem faltando 15 segundos, haverá um aviso para que a pessoa possa concluir o seu raciocínio, com a devida tolerância por parte da Mesa.

Então, com a palavra o Presidente do INA (Indigenistas Associados), Fernando Vianna.

O SR. FERNANDO VIANNA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Humberto Costa.

Vocês me ouvem bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, demais Senadores, demais convidados e lideranças indígenas presentes. Quero começar, evidentemente, manifestando a nossa solidariedade às famílias e aos amigos de Bruno Pereira e de Dom Phillips, depois desse trágico acontecimento na região do Vale do Javari, e externar aqui os posicionamentos, em nome da Indigenistas Associados, que é uma associação de servidores da Funai, também com colaboradores indigenistas externos.

Quero dizer que, desde o começo do desaparecimento, nós acompanhamos, com muita preocupação, o que estava acontecendo na região, sabedores de que não se tratava de um evento solto, tratava-se, na verdade, de algo que se situa num contexto muito mais amplo e muito mais preocupante.

Bruno e Dom foram assassinados barbaramente na mesma região em que, em 2019, também foi assassinado um colaborador da Fundação Nacional do Índio por conta de suas atividades. Maxciel era o nome desse colaborador que foi assassinado em 2019 na cidade de Tabatinga por conta de suas atuações na fiscalização, no combate às atividades ilícitas no interior da terra indígena Vale do Javari.

Ainda antes da morte do Maxciel, as bases da Funai no interior da terra indígena, onde os servidores ficam, durante um tempo, fiscalizando, monitorando o que acontece dentro da terra indígena, essas bases foram objeto de ataques a tiros seguidas vezes.

Então, há todo um quadro de invasão de pessoas que ingressam na Terra Indígena Vale do Javari para praticar atividades ilícitas. E a gente sabe também, as pessoas que acompanham, que, mais do que acompanham, relatam o que está acontecendo região do Vale do Javari, sabem que, junto com os crimes ambientais mais costumeiros, de, por exemplo, pesca e caça ilícitas, ilícitas por se tratar de não indígenas... Os recursos naturais no interior da terra indígena são de usufruto dos indígenas, conforme o que está na Constituição. Esses grupos que entram, que invadem para praticar, para se apoderar ilicitamente dos recursos naturais da Terra Indígena Vale do Javari estão, hoje em dia, articulados com criminalidades, com forças do crime muito mais complexas, muito mais amplas, que têm conexões com o narcotráfico internacional. Estamos tratando de uma terra indígena numa região de tríplice fronteira, com Peru e Colômbia, tráfico internacional de armas...

Há todo um contexto muito grave que vem sendo denunciado há muito tempo pela organização indígena que atua na região, a Univaja, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, junto a qual o Bruno vinha atuando. O Bruno era servidor da Funai, como eu, licenciado. Por que o Bruno estava licenciado? Porque o Bruno trabalhava como Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato, um setor da Funai situado em Brasília que coordena toda essa política para índios isolados e de recente contato nas diversas regiões da Amazônia onde há essas populações com essas características, e o Vale do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Javari é onde há a maior presença concentrada de índios isolados. Então, um dos principais focos de atuação da coordenação sempre foi o Vale do Javari, como há outras também na Amazônia. E o Bruno vinha trabalhando nessa coordenação-geral, vinha fazendo o que tem que ser feito... Há várias situações que merecem esse combate por parte da Funai, das ilegalidades, por exemplo, de garimpo também, situações de garimpo que afetam essas terras indígenas, e isso requer uma articulação da Funai com outros órgãos para o combate a essas atividades ilícitas que afetam as terras com presenças de isolados e de indígenas de recente contato. O Bruno estava atuando, como sempre fez, quando foi exonerado do cargo. E o Bruno talvez tenha sido a pessoa que percebeu mais rapidamente o que estava em curso e que segue em curso hoje na Funai, que é uma gestão absolutamente comprometida com o contrário do que deveria ser a missão institucional do órgão indigenista.

Então, em várias frentes de atuação, e a política para índios isolados e de recente contato é uma delas, a atual gestão da Funai vem se mostrando comprometida não com os direitos indígenas e com aquilo que está na Constituição e com aquilo que deveria ser o seu trabalho, mas com os interesses econômicos e os interesses dos setores que disputam a posse da terra com os indígenas e que querem ingressar nas terras indígenas e se apoderar dos recursos naturais.

A gente sabe dos casos de garimpo: há pouco tempo estava no noticiário a explosão novamente do garimpo na terra, por exemplo, ianomâmi, na terra dos indígenas mundurucu, na região do Pará, na terra indígena dos caiapós, também no Pará e no Mato Grosso. Essas são terras com presença muito intensa de garimpo ilegal, e a gente tem todo um discurso, por um lado, um discurso de altas autoridades do país, incentivando essas práticas, defendendo a existência dessas práticas e, junto com isso, um afrouxamento da fiscalização ambiental e uma desproteção efetiva das terras indígenas. Isso gera um quadro de aumento dessas invasões, e é justamente por conta desse quadro que a Univaja, suprindo decididamente a ausência do Estado nessa frente de combate às ilegalidades na sua terra, tem organizado equipes destinadas a vigiar o seu território, equipes de vigilância da própria Univaja, e era esse trabalho que o Bruno tinha deixado – tinha pedido licença da Funai, uma vez que percebeu que ele não poderia fazer isso dentro da Funai, que não estava sendo bem visto agora, atualmente, na Funai esse tipo de preocupação. Ele teve que se dedicar diretamente aos indígenas lá na região, uma vez licenciado do órgão, numa prática de consultoria direta à Univaja. Era justamente nesse trabalho da Univaja, de vigilância do seu território, de denúncia das práticas ilícitas, que o Bruno estava engajado. E o Bruno tinha também, pensando numa outra dimensão –, a dimensão de comunicação, de exposição para a sociedade como um todo e até internacionalmente da situação tanto de invasão quanto do trabalho desenvolvido pelos indígenas para combater a invasão –, se articulado com o jornalista Dom Phillips, tinha levado o Dom Phillips para fazer esse trabalho.

Causa-nos muita indignação o fato de que, quando houve o desaparecimento, o que houve por parte do órgão no qual nós trabalhamos não foi a manifestação pública de preocupação com o desaparecimento, não foi dizer que o órgão Funai estava muito empenhado em proceder às buscas que eram necessárias naquele momento. O que a gente viu foi a presidência da Funai ir a público apresentar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discurso de que Bruno e Dom não deveriam estar no lugar onde estavam na hora em que desapareceram, e o que é mais indigno é que isso se fez com base em falsas informações. Então, foi apresentada uma versão de que Bruno e Dom teriam ingressado na terra indígena sem autorização para fazê-lo. Acontece que isto a Univaja já informou publicamente: eles não ingressaram na terra indígena, eles se encontraram com a equipe da Univaja fora da terra indígena.

Isso passou em rede nacional de televisão com descrição gráfica, mostrando onde estava a equipe da Univaja quando recebeu e foi conversar, recebeu a visita rápida do Jornalista Dom Phillips, que o Bruno levou até lá. Isso era fora da terra indígena. Aí a versão que passou a ser refeita, em vez de se retratar, de acolher a figura do indigenista que trabalhava na região há muito tempo, foi refeita a narrativa para dar conta de insinuar que a Univaja, Bruno, Dom Phillips e até os servidores da Funai da região tenham feito coisas erradas, teriam deixado de requerer do Bruno um PCR, apresentar uma comprovação de que não teria covid, por conta da pandemia, o que é absolutamente despropositado, tendo em conta que o Bruno e o Dom não ingressaram em terra indígena.

Bom, eu tenho muito pouco tempo. Eu só queria dizer que toda essa situação nos leva hoje a uma situação, Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem uma tolerância nossa aqui para concluir seu raciocínio.

O SR. FERNANDO VIANNA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu só queria então concluir dizendo que toda essa situação nos traz hoje muita indignação, é uma situação que nos leva a um estado de greve. Nós estamos agora em estado de greve, temos uma paralisação nacional marcada para amanhã, temos aí uma pauta muito básica que envolve a retratação do Presidente da Funai diante do Bruno e Dom, diante dos servidores da região, diante da própria Univaja.

Consideramos muito importante que a Univaja esteja presente hoje nesta audiência para expor sua própria posição, a Univaja, que participou tão ativamente das buscas e não teve reconhecimento por parte do Governo Federal em relação a isso, e tem tanto a oferecer para esclarecer a realidade da região.

Queremos segurança para os servidores e para os indígenas que estão lá na ponta, continuam lá, e queremos uma força-tarefa, um reforço para esses poucos servidores que têm que fazer frente à criminalidade ainda agora, no momento atual, lá na região do Vale do Javari.

Muito sinteticamente é isso, Senador. Eu aproveito e agradeço a oportunidade de estar aqui falando e louvo a iniciativa de trazer a Univaja para apresentar fatos mais lá da ponta mesmo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Fernando Viana, Presidente do INA (Indigenistas Associados), pela sua exposição, sua manifestação enriquecedora para o nosso debate aqui.

Eu queria convidar a fazer parte da mesa o Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), para que possa também fazer uso da palavra. Em seguida, nós vamos ouvir o convidado Geovanio Pantoja Katukina, que é Coordenador-Geral de índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio.

Então, agora com a palavra, por dez minutos, o Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Senhoras e senhores, é sempre uma grande honra estar aqui na Casa, representação do povo, justamente para trazer informações de grande relevância para a sociedade brasileira que envolvem o assassinato cruel e brutal de Bruno e Dom, na forma como é conhecido pela sociedade brasileira e até pela sociedade fora do Brasil, dessa situação que ocorreu no Vale do Javari.

É importante que a gente fixe o entendimento aqui, Srs. Senadores, de que essa atuação do Bruno e do Dom, no Vale do Javari, diferentemente do que tem sido mencionado nos corredores por aí, sobretudo nos da Polícia Federal, está ligada à nossa atividade precípua de representação do nosso povo ali na região do Vale do Javari. Eu recebi a informação, no dia de ontem, de que Bruno não possuía qualquer vinculação com o movimento indígena naquela região, e, na verdade, essa informação é falsa. Bruno e Dom estavam realizando uma atividade de necessidade do movimento indígena naquela região, que era justamente, em parceria com a imprensa, dar condição para que a sociedade conhecesse o trabalho que a gente realiza naquela região, trabalho que culminou no desaparecimento, e, depois, descobriu-se que se tratava de homicídios de uma forma muito cruel como os que aconteceram ali na região.

Eu digo aos Srs. Senadores que o Bruno, dias antes, numa reunião com a Procuradoria da República, ali na região de Tabatinga, uma das últimas falas do Bruno – e eu estava presente, e o Beto, nosso representante aqui em Brasília, também estava... Eu lembro que uma das afirmações que eu fiz – e Bruno a confirmou –, naquele momento, foi: "Doutora, nós estamos, literalmente, no alvo do crime organizado na região. Nós vamos ficar aqui defendendo o nosso povo até o último índio. Se a gente tombar aqui, vai ser em razão do trabalho de defesa da nossa região". Olhei para o Bruno, e ele falou a mesma coisa.

E, infelizmente, nós tivemos, então, esse resultado horrendo, esse resultado terrível, sempre colocando como ponto central a ineficiência dos órgãos públicos, sobretudo da Funai. Eu gostaria muito de ouvir o que a Funai tem a dizer. Eu gostaria muito de ouvir do Ministério Público o que fez com as tantas denúncias que nós fizemos. Eu gostaria muito de saber... E é importante que haja esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento para que a gente dê respostas não só para a família do Bruno e para a do Dom, mas para que a gente dê resposta também para a sociedade. Que país é este em que nós estamos vivendo, Excelências? Que país é este? Será quantos mais brunos e quantos mais dons terão que morrer?

Todo mundo sabe – é público e notório – que a diretoria da Univaja toda está marcada com a mesma marca de Bruno e de Dom. Temos que andar com segurança, temos que andar com carro blindado, temos que andar... Isso não é vida! Nós não estamos num país em guerra. Nós não estamos pedindo nada demais. Nós queremos ter acesso a todas as garantias constitucionais que são trazidas ao povo brasileiro no documento maior do nosso país, Excelências. Eu acredito que isso não é crime, não.

Até onde eu sei, a atuação da Univaja é pautada na atuação em defesa do interesse das próprias comunidades. A EVU, que todo mundo tem conhecido muito, que está aí nos jornais, tem realizado exatamente isto: cuidando da sua própria casa, uma vez que o Estado se faz omisso naquela região; isso não é segredo para ninguém. Agora, a Univaja também está disposta a dialogar, como nós temos feito até aqui; dialogamos com as instituições, chamamos as instituições e coordenamos os trabalhos lá.

Nós não estamos a fim de... Não estamos atrás de reconhecimento, de forma alguma, mas nós gostaríamos de sentar à mesa e discutir todos os temas. Inclusive, a grande questão que nós temos na região, a grande conversa que nós temos ouvido da parte da Funai para a não realização da sua função teleológica na região é a de que não há recurso. Pois, então, vamos conversar com o Parlamento para ver um remanejamento de despesa, para fazer um destaque orçamentário, para fazer uma emenda, para fazer algo para que a Funai não tenha mais que dizer que não tem mais recurso.

Se a questão for recurso, nós já estamos falando, inclusive, de recurso financeiro há muito tempo. A Univaja, através de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do 5° Ofício de Manaus, pediu ingresso naquela ação, naquela ação civil pública, pasmem os senhores, para obrigar a Funai a receber a doação, dinheiro que nós recebemos de um parceiro e queríamos colocar à disposição da Funai, justamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – O senhor poderia detalhar essa ação?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Posso.

Eu vou compartilhar depois o número da ação, vou fazer formalmente para a Comissão, vou fazer a juntada formal do número da ação e da manifestação da Univaja naquela ação. Pedimos ingresso nessa ação. Ela objetiva o quê? Objetiva a reestruturação das bases, das frentes de proteção na Amazônia. Dentro dessa ação, há as bases ali do Vale do Javari. Então, como é interesse nosso, nós tínhamos um financiador. Chamamos o Ministério Público da Procuradoria de Tabatinga, para depois não dizerem que a gente está vendendo a Amazônia ou dando dinheiro das ONGs internacionais, chamamos para conversar o Ministério Público e também a Defensoria Pública da União, pedimos ingresso na ação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizemos uma proposta de acordo extrajudicial. A proposta consistia numa doação, a Univaja doando para a Funai, se não me falha a memória, um milhão e trezentos e poucos mil reais, já que a grande questão era não ter recurso. E a ideia seria o quê? Se falta barco, está aqui o barco com gasolina; se falta pessoal, está aqui um parente nosso, um parente indígena que veio da comunidade se voluntariar para dirigir o barco; se falta fiscalização, faça um remanejamento, traga um servidor para cá porque a estrutura já está pronta. A ideia era essa! E até hoje a Funai... Aliás, era uma doação da Univaja sob condições. Que condições? "Deixem-nos trabalhar com vocês, nós queremos ajudar vocês" – essa foi a nossa condição para a doação do dinheiro.

A Funai se manifesta no processo: "Eu quero saber quando vão doar, quanto vai ser". Fizeram um evento na cidade de Atalaia do Norte para expor um monte de coisa, fizeram promessa dizendo que teríamos um orçamento na Funai para fazer o serviço na região, na Serra do Javari, de até R$13 milhões. Também vou compartilhar o relatório que nós fizemos, a relatoria desse seminário lá, de que haveria, no orçamento, para o ano que vem, R$13 milhões para fazer as atividades precípuas da Funai. Também não tivemos notícia de nada ainda, nada de formalidades, nada daquilo que foi prometido aconteceu. O dinheiro continua na conta, à disposição da Funai. Até onde me consta, nos bastidores, o Presidente havia manifestado que não tinha interesse porque é dinheiro de ONG estrangeira. E o resultado é este: Bruno e Dom. O resultado é que vários companheiros da nossa diretoria estão ameaçados. A gente certamente vai ter muitos Brunos e Dons na região, primeiro, porque a Polícia Federal já está indicando que não quer investigar profundamente essa questão, já até nos manifestamos sobre isso também.

Certamente, nós vamos continuar no estado em que nós sempre estivemos naquela região: de cara limpa, brigando pelos nossos parentes, exigindo que o Estado cumpra com aquilo que já é garantido, assim não precisaríamos, em tese, colocar nossa vida em perigo para obter como contrapartida a atuação do Estado.

De forma muito resumida, Presidente, é isso.

A Univaja vai fazer juntada de algumas informações que nós já compartilhamos com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, que são: as denúncias – isso já está compartilhado desde o sumiço de Dom, compartilhamos com a imprensa, sobretudo, porque tinha que noticiar esse fato –; a ação civil, que eu mencionei; e a relatoria do evento que a Funai fez, que eles chamaram de Seminário para os Povos Indígenas Isolados – uma coisa assim –, na cidade de Atalaia do Norte, que, na verdade, foi um oba-oba que não gerou nada. Trouxemos as nossas preocupações, que também não foram ouvidas, assim como as outras que já levamos. O resultado foi essa catástrofe aí que nós tivemos no Javari, e, certamente, teremos mais – eu estou afirmando que nós teremos mais.

É importante que esta Casa atue. É importante que o Parlamento acompanhe essa situação, para que a gente não continue tendo esse tipo de resultado na região do Vale do Javari.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Muito importante aqui a sua manifestação e, principalmente, o alerta que V. Sa. faz de que outros casos semelhantes poderão se repetir.

Ao longo das indagações, nós poderemos buscar mais informações, mas quero lhe dizer que é interesse deste Congresso Nacional, é interesse do Senado. O próprio Presidente do Senado foi muito enfático no dia em que o Plenário aprovou a proposta do Senador Randolfe Rodrigues para a instituição desta Comissão Externa. Eu tenho convicção, certeza de que tudo será feito para que nós possamos evitar a repetição de fatos como esse.

Eu queria convidar agora também para, no espaço de dez minutos, com a devida tolerância, fazer uso da palavra o Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Fundação Nacional do Índio, que participa do nosso evento, da nossa audiência remotamente.

Com a palavra o Dr. Geovanio.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta mesa de discussões sobre o que aconteceu lá na região do Vale do Javari, que resultou nos homicídios de um indigenista licenciado da Funai e de um grande jornalista, o Dom.

As pessoas próximas a essas pessoas perderam um amigo, as suas famílias perderam uma pessoa querida e os filhos perderam um pai. É o que a gente resume dos dois, principalmente do Bruno, que trabalhou muito tempo na Coordenação de Índios Isolados, e eu tive o prazer de trabalhar juntamente com ele e com outros tantos indigenistas que temos no Brasil.

Um pouco do que aconteceu durante esse período de buscas. No domingo, como é sabido por todos, a Univaja iniciou as buscas, no domingo ainda, quando percebeu que os dois não tinham chegado a Atalaia do Norte. A Funai teve informações desse desaparecimento somente na segunda, às oito da manhã, através da Univaja, que informou o desaparecimento dos dois. A partir desse momento, eu já coloquei a Frente de Proteção para ajudar nessas buscas. Através da Frente de Proteção Vale do Javari, que foi coordenada pelo servidor indigenista especializado da coordenação lá da região, foram iniciadas as buscas através da base do Itaquaí, que teve o apoio da Força Nacional e de servidores da Funai. Fizeram esse traslado até Atalaia e já iniciaram as buscas na segunda-feira. Na terça, a gente aumentou o contingente de buscas, já tínhamos quatro equipes. Uma estava percorrendo toda a região do Quixito, que é um rio que desemboca no Itaquaí, e havia as equipes saindo de Atalaia, as equipes indígenas da Funai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passaram no processo seletivo. Vale ressaltar o engajamento de todos, tanto da equipe da Univaja quanto da equipe da Funai, formada por indígenas servidores que trabalharam intensamente nessas buscas. A gente, a todo momento, tinha a ideia de encontrá-los vivos e sempre... À medida que a semana foi passando, que os dias foram passando, as angústias foram aumentando quanto a essa busca, que, acredito, era da sociedade também, que estava acompanhando todo esse processo. Então, a Funai esteve presente em todo o processo de busca e acompanhamento dessas equipes, juntamente com a Polícia Federal e outras instituições que estavam presentes. Basicamente é isso.

A ação na região do Vale do Javari... É bom que tenhamos em mente e tenhamos numa linha a atuação da Funai na terra indígena Vale do Javari através das bases de proteção. Hoje a gente tem em torno de seis servidores, através do processo seletivo da ADPF 709, com as barreiras sanitárias, que estão trabalhando na região. Em quase sua totalidade são indígenas da região, conhecedores da região, e, para a gente, foi muito gratificante fazer esse processo seletivo por meio do qual a gente conseguiu ter essa mão de obra qualificada.

Os trabalhos das bases continuam durante todo o ano, mas vale ressaltar que a parte administrativa, logística e estrutural dessa frente de proteção não é novidade para esse ano, não é? Na Frente de Proteção a gente sempre teve a necessidade de estruturação desses trabalhos, a gente sempre teve a necessidade... Para os senhores terem ideia: por um período de sete anos não se teve coordenador na Frente de Proteção Vale do Javari, sem continuidade com o trabalho de titularidade e o desenvolvimento do trabalho na região. Hoje temos cinco bases de proteção atuando no Vale do Javari. Pelo tamanho da região, temos que avançar em várias pautas, tanto na questão do monitoramento de índios isolados como na questão de entorno. Como é uma área de fronteira, acredito que é um trabalho conjunto de Estado, tanto a Polícia Federal, quanto o Ibama, quanto a Funai também têm que atuar juntos em todo esse processo. É basicamente isso.

Para os senhores terem uma ideia, em 2018, o orçamento que foi para a frente de proteção foi de R$205 mil. Hoje, com R$205 mil, a gente não consegue manter uma base de proteção ativada funcionando dentro de uma terra indígena.

A ideia dessa reestruturação desse trabalho de frente já se deu com a mudança da coordenação. Hoje, o coordenador que está à frente é servidor da casa, é indigenista especializado, conhecedor da região e a ideia é fazer essa reestruturação e todo esse processo de trabalho.

Eu tive acesso ao projeto da Univaja há dois anos, em que citava esse trabalho em conjunto com a Funai para os trabalhos de vigilância. No meu ponto de vista, eu acho que temos que avançar nesse processo de entorno, principalmente em trabalhar com essa mão de obra que são os indígenas, conhecedores da região, conhecedores do trabalho de monitoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem essa ação civil pública, como foi falado, e a gente também pode repassar os documentos que temos aqui na Funai sobre todas essas tratativas junto a Univaja. Está aqui o representante da Univaja, o Dr. Eliésio, o qual eu tive o prazer de conhecer, muito aguerrido, dentre outros também da região.

Mas é isso, estou à disposição aqui para a gente dialogar da melhor forma possível e sentar, como o Eliésio comentou. Eu acho que é o momento de sentar com todas as instituições e conversar mesmo. A Casa tem um papel fundamental e, para mim, é uma felicidade gigantesca estar falando com os senhores e a gente poder estar apoiando as ações no Vale do Javari, que são superimportantes para o trabalho de monitoramento de índios isolados e a proteção territorial desses grupos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Muito obrigado, Dr. Geovanio Pantoja Katukina.

De imediato, vou passar a palavra ao nosso Relator, o Relator da Comissão Especial, para que ele possa fazer as suas perguntas e, posteriormente, os Senadores e as Senadoras aqui, presencialmente ou remotamente, também dirigirão as suas indagações aos nossos convidados.

Então, com a palavra, o Senador Nelsinho Trad, Relator da nossa Comissão Especial, para que possa dirigir as suas indagações.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Humberto Costa, acompanhado que está, na Mesa Diretiva, pelo Senador Randolfe e acompanhado que estamos pelos outros colegas Senadores que remotamente estão presentes.

Eu tenho três questionamentos a serem dirigidos a três pessoas que já proferiram as suas impressões.

Eu vou seguir a ordem cronológica das apresentações e a primeira pergunta vai para o Fernando Vianna, Presidente dos Indigenistas Associados (INA). A INA e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) acabaram de publicar um dossiê intitulado *Fundação anti-indígena*, que tece críticas no sentido de a atual gestão desmontar a política indígena para favorecer invasores e buscar abertura das terras indígenas para a exploração econômica. Isso foi apresentado nesse dossiê. (*Pausa.*)

Em algumas passagens, o dossiê remete a algumas acusações. Nós dizemos que estamos diante de divisões controversas, o que, no ambiente democrático, é legítimo. O Governo costuma afirmar que tem substituído a política de segregação pela busca da integração e que sua meta é dar verdadeira autonomia para que os indígenas possam ter liberdade de desenvolver as atividades econômicas que desejarem nas suas próprias terras, libertando-os da tutela do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já reiterei, aparentemente, estamos diante de visões bastante distintas sobre como deve ser orientada a política indigenista, o que é reforçado pela parte final do dossiê, que contém propostas para, inclusive, a participação democrática que querem fazer – e isso é legítimo também – frente aos candidatos nas eleições vindouras.

Pergunto, portanto, ao Sr. Fernando Vianna se estamos apenas diante de visões radicalmente distintas, mas democraticamente legítimas sobre os rumos da política indigenista ou se os senhores veem indícios objetivos de irregularidades e até mesmo de atos ilícitos por parte da atual gestão da Funai. Essa é a pergunta que eu quero fazer para o Fernando Vianna.

Ato contínuo – eu pediria que o Sr. Fernando Vianna anotasse a pergunta –, eu vou fazer os questionamentos ao Sr. Eliésio Marubo, que está aqui presente, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale Javari (Univaja). Seja bem-vindo! Eu pediria que V. Sa. anotasse as perguntas, até para, numa dinâmica otimizada, quando for respondê-las, após os questionamentos que eu vou fazer para o último palestrante, que o senhor não se perca no seu raciocínio.

O indigenista Bruno Pereira se licenciou da Funai e passou a trabalhar como colaborador da Univaja. A imprensa tem divulgado que essa escolha teria sido motivada por ele não conseguir proteger os indígenas dentro do próprio órgão indigenista.

As perguntas que faço ao Sr. Eliésio Marubo são as seguintes: Quais as mudanças que observou na atuação da Funai e dos órgãos de segurança na Terra Indígena do Vale do Javari desde 2019? Houve aumento da violência, das invasões à terra indígena nesse período? Se possível, citar números e responsáveis. Quais iniciativas de proteção territorial vinham sendo tomadas pela Univaja? E tinham apoio da Funai e dos órgãos de segurança? Em relação às ameaças já relatadas, inclusive no próprio testemunho de V. Sa., essas ameaças foram denunciadas aos órgãos de segurança competentes? Quais órgãos? Se possível, citar as pessoas e por quantas vezes. Se foram denunciadas, os órgãos que receberam as denúncias tomaram eles as devidas providências para proteger os ameaçados? Vocês conseguiriam identificar os controladores e financiadores das atividades ilegais, tanto de caça, pesca, tráfico de armas, drogas e garimpo?

Essas seis perguntas compõem a formação do nosso juízo diante daquilo que foi falado pelo Eliésio Marubo.

Quanto ao representante da Funai, Sr. Geovanio, que está remotamente nos acompanhando – as nossas boas-vindas também –, eu tenho as seguintes perguntas.

Consta, ao longo dos últimos anos, que a Funai tem sido alvo de críticas por supostamente ter abandonado a proteção das terras indígenas e passado a favorecer os interesses de agentes não indígenas, principalmente nessas áreas. Citam-se garimpeiros, madeireiros, grileiros, caçadores e pescadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Bruno Pereira, em 2019, foi exonerado da Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recém-Contatados e substituído por um missionário.

São algumas constatações para eu poder chegar às perguntas.

Além disso, a postura anterior da Funai, especialmente com relação aos isolados, que era de contenção e restrição de contato, deu lugar a iniciativas que visam integrar os indígenas à sociedade circundante, mediante desenvolvimento de atividades econômicas nas suas terras, como arrendamento, mineração e facilitação do acesso a missionários.

Os críticos apontam que esse estado de desproteção e estímulo à ocupação seriam responsáveis, em tese, ao menos parcialmente, pelo aumento da violência contra os indígenas e das invasões de suas terras, além de ataques às equipes da Funai e do Ibama.

Sr. Geovanio, que representa a Funai, diante dessas críticas, seguem quatro perguntas: Como V. Sa. responde a essa situação, em um caráter mais geral, sobre o suposto desmonte da política indigenista? O senhor poderia nos repassar o perfil profissional da Diretoria de Proteção Territorial? Quantos dos cargos de coordenação-geral e de coordenação das Frentes de Proteção Etnoambiental são ocupados por indigenistas da própria Funai? Qual foi a evolução das atividades de proteção territorial de terras indígenas em termos de números de operações e orçamento aprovado e executado desde 2019?

Sr. Presidente, esses são os questionamentos que o Relator necessita esclarecer para, diante da função que me designaram, montar um juízo a respeito das três oitivas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e, conforme a demanda de V. Exa., vamos também passar diretamente aos representantes aqui presentes para que possam responder na mesma ordem em que as apresentações foram feitas.

Então, eu passo a palavra ao Presidente do INA, Indigenistas Associados, Fernando Vianna, que disporá aí de algo em torno de dez minutos para a sua resposta. Em seguida, os demais.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Humberto Costa. Obrigado, Sr. Relator, Senador Nelsinho Trad, pelos questionamentos que me foram dirigidos. É uma oportunidade de falar de fato sobre esse dossiê que nós apresentamos e felizmente chegou às mãos do senhor.

De fato, eu tinha pouco tempo para falar, mas é importante a gente situar tudo isso no contexto de uma política mais ampla, que vem sendo implementada pela atual gestão da Funai e que nos gera, Sr. Relator, um sentimento de muita indignação. O conteúdo do dossiê, o dossiê tem cerca de 200 páginas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é claro que eu não vou poder aqui entrar nos detalhes senão me perco no tempo –, mas eu queria dizer para o senhor que os conteúdos básicos são... Análise documental não é simplesmente tecer críticas, Sr. Relator, é apresentação de documentos, é apresentação de fatos que têm acontecido dentro da Funai, isso ao longo de 200 páginas, que apontam, por um lado, para isso que a gente expressa no título do trabalho, uma fundação anti-indígena, ou seja, que está sendo colocada para trabalhar contra o sentido da política indigenista brasileira tal como está fundamentada na Constituição brasileira – eu já volto a esse ponto -, e, por outro lado, é um sentimento de muita indignação porque o ambiente geral é um ambiente de perseguição, assédio, descaso, falta de diálogo, tanto com lideranças indígenas quanto com servidores. Isso nos gera um sentimento de muita indignação.

O evento trágico do Vale do Javari foi como uma gota d'água que chegou alimentando esse sentimento de indignação e nos colocou, então, nesse estado de greve a que eu fazia menção.

E queria aproveitar a oportunidade, Sr. Relator, demais Senadores membros da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Externa também. Nós estamos necessitando abrir diálogo nesse movimento de greve em que nós estamos agora com o ministro da Justiça. Precisamos conversar, abrir negociação com o senhor Ministro da Justiça para tratar de toda essa situação que está acontecendo na Funai.

Muito obrigado.

Mas, assim, respondendo diretamente ao Sr. Relator, no que tange àquele... Trata-se simplesmente de visões diferentes ou trata-se de uma situação de irregularidade?

Olha, a Constituição brasileira é muita clara no que se refere à obrigação da União, do Estado brasileiro, de demarcar e proteger as terras indígenas, e que a posse e o usufruto dos recursos naturais dessas terras são dos indígenas.

O que a gente vê desde a campanha eleitoral é um discurso político dizendo que não vai demarcar um centímetro de terra indígena. Isso é um discurso inconstitucional.

Portanto, a prática desse discurso, que vem sendo a prática atual da política indigenista brasileira, é inconstitucional. Não pode não demarcar um centímetro de terra indígena. Tem que demarcar as terras indígenas e tem que protegê-las. Não pode deixar outros setores se apoderarem dos recursos naturais. E é isso que tem sido feito. A gente descreve diversas facetas de como isso tem sido feito não só na região do Vale do Javari, mas em todo o Brasil. Isso está no conteúdo de 200 páginas do relatório.

Portanto, Sr. Relator, a nossa visão, eu poderia aprofundar os pontos se for do interesse do senhor. Eu me coloco, desde já, à disposição da assessoria para a gente apresentar subsídios para o senhor, para o seu relatório, para a gente mostrar, em detalhe, como isso vem se dando, mas, de todo modo, é evidente, é evidente para nós que há irregularidades, porque não se pode gerir um órgão que tem por missão proteger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e promover os direitos dos povos indígenas desprotegendo os direitos dos indígenas e promovendo o interesse daqueles que disputam a posse da terra com esses grupos indígenas. Isso tem diferentes manifestações ao largo do país, mas é isso que a gente mostra no dossiê.

Basicamente, era isso que eu gostaria de dizer.

Gostaria de pedir o apoio dos Srs. Senadores para essa necessidade de a gente abrir uma interlocução com o Ministro da Justiça para a gente avançar nessas reivindicações que nós apresentamos neste momento diante da situação de indignação dos servidores com uma Presidência do órgão que, diante do que aconteceu com um servidor licenciado, mas um servidor como o Bruno, age da maneira como agiu e segue agindo.

Muito obrigado, Sr. Senador, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra agora, pela mesma ordem, o representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, a Univaja, Eliésio Marubo.

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Sr. Relator, bem, de fato, Bruno pediu licença, sim, licença de tratamento de interesse particular em razão da perseguição que vinha sofrendo dentro da alta cúpula da Funai. Todo mundo é sabedor de que Bruno coordenou um dos maiores trabalhos de atuação contra o crime organizado/garimpo na região do Vale do Javari. Isso culminou, sim, com a sua exoneração do cargo, que, aliás, é ocupado agora pelo outro convidado, o Sr. Katukina.

Com o Bruno, quando passou a atuar como colaborador da Univaja, também não foi diferente. A própria Funai abriu um processo administrativo para investigar possível prática de conflito de interesse da parte do servidor licenciado. Esse tema eu conheço muito bem, porque auxiliei Bruno a fazer a sua defesa prévia naquele processo e nada daquilo que foi alegado da inicial como prática imputada a Bruno prevaleceu até hoje. O processo encontra-se parado. Vamos esperar qual vai ser a próxima manobra para, de alguma maneira, expor a memória e o trabalho que ele possui.

Bem, desde 2019, de fato, vem aumentando, Senador, vem aumentando o índice de violência na região. Nós não podemos esquecer de um outro servidor que foi cruelmente assassinado nas ruas de Tabatinga com tiros na cabeça e na nuca, tal qual apontou agora a perícia da Polícia Federal, que indicou que Bruno também levou um tiro na nuca. Então, tal qual Bruno, Maxciel foi morto, alvejado da mesma forma.

Nós não podemos esquecer também que, desde 2019, a base, a frente de contato, a frente de proteção ali do rio Ituí, uma das que existem ali no Vale do Javari, mencionado pelo representante da Funai, que ainda funciona, segundo ele, na região, foi alvejada também. Agora temos percebido que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmos grupos criminosos que atuam na região alvejaram algumas vezes, se não me engano, três ou quatro vezes, a base que representa o Estado brasileiro ali naquela região.

Fora isso, as muitas ameaças que não só Bruno como toda a equipe EVU tem sofrido desde então. Em que consiste, Senador, só para fazer um esclarecimento, em que consiste o trabalho da EVU hoje, Equipe de Vigilância da Univaja? Diante das muitas denúncias que nós fizemos para as autoridades competentes ali na região do Vale do Javari e Tabatinga, uma das coisas que a gente ouvia era: "Não mandem mais ofícios para a gente não, porque a gente vai investigar o que se vocês não mandam informações qualificadas?" Mandava a mesma coisa para o Ministério Público: "A gente vai abrir um procedimento aqui e depois vamos conversar sobre isso", e não tínhamos resposta. A partir de 2021 resolvemos então qualificar essas informações. Conseguimos doações de *drones*, de câmaras fotográficas, trouxemos o Bruno para ler mapa, ensinar os nossos companheiros indígenas a lerem mapas, a pilotar barco, a consertar motor quebrado. Esse consistia o trabalho de colaboração do Bruno ali na região. Então, passamos a fazer relatórios com detalhes preciosos, detalhes técnicos, com todas as qualificações, aptos para que fosse dado início a um inquérito policial ou oferecimento de uma denúncia. E, desde 2021, esses documentos já foram publicizados também e estão disponíveis em univaja.info, essas informações foram cedidas para a imprensa, para a sociedade de forma geral. Desde 2021, segundo semestre, nós estamos oferecendo essas informações qualificadas para o Ministério Público Federal, na pessoa das Procuradoras Dra. Aline, Dra. Nathalia, ali da Procuradoria da República de Tabatinga, para a Polícia Federal, na pessoa do Delegado Wesley, se não me engano, Wesley Santos.

Nós resolvemos fazer um ajuste – como eu disse, a Univaja preza pelo diálogo com as instituições –, fizemos um ajuste com os dois órgãos, Ministério Público e Polícia Federal, criamos um fluxograma de informação. Como são informações sensíveis, informações sigilosas, gerávamos as informações no relatório, enviávamos para a Polícia Federal. Em caso de urgência, quando houvesse a necessidade de tomar alguma providência urgente, Polícia Federal, e aí a Polícia Federal compartilhava com o Ministério Público; quando não, quando era uma informação também relevante, mas não exigia nenhuma atuação mais enérgica da parte do Estado, enviávamos então para a procuradoria, Procuradora Dra. Aline ou Dra. Nathalia, da região da Procuradoria da República em Tabatinga.

Então, houve sim, respondendo à pergunta de V. Exa., houve sim um aumento da violência na região, vertiginosamente, coisa que nunca tinha visto naquela região, porque não passavam das ameaças, e passamos a ter mortes já, e as mortes estão crescendo, crescendo ainda mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Se me permite, poderia detalhar desde quando há esse aumento da violência, de que período.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Precisamente, desde 2019. Precisamente. Foi a partir de 2019 que as bases foram alvejadas, que a nossa equipe passou a ser perseguida, que passamos a receber ameaças, bilhetes apócrifos no nosso endereço. Desde 2019, certamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande parte dessas ameaças nós formalizamos e levamos a conhecimento da autoridade policial, a depender das competências ali: ameaças, na Justiça Comum, quando fora da terra indígena; e, dentro da terra indígena, a competência é da Justiça Federal.

Então, houve, sim, um aumento da violência na região.

Em relação à proteção territorial, por parte da Funai, não há.

Eu, inclusive, já havia solicitado, formalmente, para a Funai juntar relatórios de atividades realizadas – não podem servir informações *fake* –, informações produzidas com as comunidades da região, que dão conta de que, de fato, aconteceu fiscalização ou atividade precípua da Funai na região que trouxesse algum benefício social para a nossa região. Até hoje não recebi.

Tivemos um evento da própria Funai, na região de Atalaia do Norte, para o qual também não fomos convidados formalmente, mas fomos lá. Inclusive, cedemos espaço para que eles fizessem uma das suas atividades. Fizemos alguns questionamentos também sobre essa questão; não recebemos informação até hoje.

Então, a parte da realização da proteção territorial por parte da Funai, não conheço.

Por parte da Univaja, não é papel da Univaja realizar a proteção territorial. Nós realizamos, sim, vigilância do território, o que, aliás, tem resguardo no ordenamento jurídico brasileiro. A própria Funai tem um manual em que reconhece e estabelece, conceitualmente, o que é a vigilância indígena. E é o que a gente faz.

Dentro das atividades de vigilância indígena, nós também fazemos esse levantamento de informações que nós chamamos de informações qualificadas, com mapas, com indicação georreferenciada, com informações de drones. Inclusive, temos como captar as pessoas que estão dentro da floresta durante a noite, com aquela imagem termossensível, se não me engano, para justamente qualificar essas informações e entregá-las nas mãos das autoridades e pedir providências, como temos feito desde então.

Então, a Univaja não realiza proteção territorial da forma que a Funai entende, uma vez que nós temos dado mecanismos e possibilidades para que a própria autoridade assim o faça, conforme também a competência.

Denúncias, como eu já mencionei no início, sim. Tivemos muitas denúncias, não sei precisar quantas.

Como eu já mencionei, em univaja.info, há um *link* com todas as denúncias que nós oferecemos neste fluxo: Polícia Federal, a depender da urgência, ou Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tivemos resposta formal desses pedidos e dessas denúncias que nós oferecemos, com essas informações, nessas condições técnicas que eu já mencionei.

Quem recebeu? Já mencionei também: Dra. Aline, Ministério Público Federal, ou Dra. Nathalia; e, na Polícia Federal, Delegado Wesley.

Aliás, dessa conversa, desse ajuste, quem participou dessa reunião foi, inclusive, o Bruno, a pedido da Procuradora.

Se nós podemos identificar as pessoas que realizam os malfeitos, que realizam os crimes na região, eu não tenho como identificar essas pessoas. Mas, se considerassem os relatórios produzidos pela Univaja que, como eu disse, são informações técnicas com qualificação de pessoas, de coisas, etc., há informações valiosas que também foram ofertadas para as autoridades no momento oportuno.

Eu espero que tenha, de fato, atendido os questionamentos de V. Exa., Sr. Relator, Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Eliésio Marubo.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Geovanio Pantoja Katukina para que ele possa, também, responder às indagações do Senador Nelsinho Trad.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia novamente.

Fiz um levantamento acerca das ações na terra indígena Vale do Javari. Vou disponibilizar para os senhores também. São muitos dados. É a solicitação, desde 2019, que fala das ações. Mas, em resumo, houve várias ações da Funai com a PM, com a Força Nacional.

O fato que o Dr. Eliésio comentou, em 2019...A partir de 2019, a base Ituí teve a permanência da Força Nacional, que está até hoje lá. A gente tem uma base de quarentena...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Geovanio, o Sr. me escuta? É Randolfe Rodrigues, aqui da Comissão. O senhor está me escutando?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Sim. Estou sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para acrescentar aos questionamentos do Senador Nelsinho Trad.

O senhor está no cargo desde quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Eu estou no cargo de Coordenador de Política de Proteção de Índios Isolados há dois anos, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Foi o senhor que sucedeu o Bruno?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Não, não fui eu. Foi o...O anterior ao Bruno foi Ricardo Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Quantas ações o senhor coordenou, no Vale do Javari, de repressão aos esquemas criminosos que lá existiam? O senhor poderia descrever? Em quantas dessas teve Polícia Federal, teve a participação da Polícia Federal, da Funai, do Exército, dos órgãos de controle?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, no Vale do Javari a gente faz ações de fiscalização dentro do território indígena. Foram feitas ações, como eu vinha falando, junto com a Polícia Militar. É através de medida provisória que a gente consegue ter o acompanhamento de policiais nessas ações. A Funai não tem poder de polícia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me, senhor Geovanio, deixe-me reportar para a parte...Essa é a parte que a gente sabe, que a Funai não tem poder de polícia. Eu quero lhe perguntar a parte que eu não sei. A parte que eu não sei é a seguinte: a Funai tem poder de coordenação para a proteção dos povos indígenas. Essa é uma das atribuições da Funai, V. Sa. deve saber muito bem. A pergunta objetiva é: quantas ações de coordenação de combate ao crime instalado no Vale do Javari o senhor, como Coordenador do Índios Isolados, liderou? Quantas? Em quantas destas teve o apoio da Polícia Federal? Em quantas destas teve a participação do Exército? Em quantas destas, a Funai, através do seu...Vou ser mais claro na pergunta. Do serviço que o Bruno fazia – inclusive continuou fazendo sem apoio institucional nenhum –, a esse serviço, o quanto o senhor deu continuidade? Essa é a pergunta objetiva.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, eu estou aqui à frente, como substituto da Coordenação-Geral de Índios Isolados, desde janeiro, quando foi exonerado o Marcelo Torres. Então, se a gente for colocar de janeiro para cá, são seis meses de atividade que eu estou aqui à frente, como interino, no cargo. Mas o meu cargo atual é de monitoramento de índices isolados no país.

Dentro do Vale do Javari, todas as ações e ofícios que chegavam da Univaja ou de qualquer instituição, a gente encaminhava para a Polícia Federal e fazia as tratativas para as operações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Geovanio, eu acho que talvez eu tenha tido problema de falar no vernáculo, no português.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa eu ser mais claro.

A parte de que o senhor é o coordenador nós sabemos. Eu quero saber assim, nesse período, seja seis meses, seja um ano, o Bruno morreu, Senador Nelsinho, licenciado do cargo dele, sem apoio institucional nenhum, coordenando ações com os povos indígenas de lá para evitar o crime.

O senhor está no cargo, o senhor está junto com a Funai. Eu quero saber quantas ações, à frente do cargo em que o senhor está, representando o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, o senhor coordenou na região. Ou não tem crime nessa região? Ou foi do acaso que mataram o Bruno e o Dom?

Aliás, me diga mais uma coisa, pelo amor de Deus: onde é que o senhor está? O senhor está no Vale do Javari neste momento? O senhor está em Manaus? Está em Boa Vista? Está em Londres? Está por onde?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, Senador, eu estou em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Então me diga uma segunda coisa: se o senhor está em Brasília, por que diacho o senhor não está aqui sentado?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, como eu falei anteriormente, eu estou à frente de uma coordenação dentro de várias diretorias dentro da Funai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Não, não, espera aí. A pergunta é outra. Deixa eu tentar fazer aqui novamente. Eu acho que eu estou tendo dificuldade hoje, srs. colegas Senadores de me expressar. Ou talvez seja somente o Sr. Geovanio que não esteja me entendendo.

Estou querendo perguntar preliminarmente: se o senhor está em Brasília, por que, danado, o senhor não está aqui, como está o Sr. Eliésio Marubo, que veio lá do Vale do Javari para cá?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, eu recebi esse convite e ele estava modo virtual. Por isso que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Não.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Por isso que eu não estou aí. Eu tenho o convite aqui, o *e-mail*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Geovanio, deixe eu lhe dizer: o modo virtual é uma circunstância que esta Comissão faculta para quem estivesse no Vale do Javari, no meio da floresta, para quem estivesse fora do país, para quem está em Manaus. Para quem exerce cargo público e está aqui em Brasília... O senhor estar falando daqui é um desrespeito a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria, Presidente e Sr. Relator, não tem mais porque ouvir o seu Geovanio, a essa altura, primeiro porque ele está desrespeitando esta Comissão. Ele está aqui em Brasília, ele está aqui em Brasília falando conosco por via remota. Se esta Comissão não se der o respeito...

Então, eu queria sugerir ao Sr. Presidente, ao seu Relator, aos membros desta Comissão, para a gente começar logo o seguinte: vamos suspender aqui a fala do Sr. Geovanio e, quando ele puder vir aqui – aqui – e se sentar conosco, olhar nos olhos, falar com a gente aqui de perto, aí ele conversa. Agora não. À distância, estando aqui em Brasília, a alguns metros, na Esplanada dos Ministérios, aí não. Então, eu queria sugerir isso de minha parte, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Muito obrigado, Sr. Geovanio.

A gente espera o senhor aqui na Comissão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Não obstante entender, compreender a indignação do nobre colega autor dessa proposição, Senador Randolfe, eu gostaria, se V. Exa. assim anuísse, até para poder compilar o restante do meu juízo diante das perguntas que fiz, que o senhor Geovanio pudesse se ater a responder as três últimas questões que me foram outorgadas a fazê-lo; e, posteriormente, na fala do Senador Randolfe, ele possa colocar suas impressões e os seus desdobramentos.

É apenas esse pedido.

Muita calma nessa hora. Que ele possa realmente passar para nós aqui o que eu quero saber, nas três perguntas que ele deve ter anotado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, vamos aqui chegar a um meio termo.

Em primeiro lugar, eu queria registrar aqui uma coisa, Senador Nelsinho Trad e demais Senadores e Senadoras que participam remotamente desta reunião de hoje. O Senador Randolfe Rodrigues, na condição de integrante da Comissão de Direitos Humanos e também como Presidente da Comissão Especial, apresentou vários requerimentos no sentido de convocarmos para cá algumas pessoas, entre elas o Ministro da Justiça.

Atendendo a uma demanda de Senadores da base do Governo e do próprio Governo, nós todos aquiescemos em transformar a convocação, que seria, com toda certeza, aprovada, em um convite, para que assim o ministro pudesse aqui comparecer. No entanto, a informação que nós recebemos agora há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco é que ele não comparecerá à reunião de hoje e está indicando um representante da Polícia Federal para fazê-lo.

Eu quero fazer esse registro para dizer que a postura dos integrantes da base do Governo, do próprio Governo não foi uma postura adequada, não foi uma postura que corresponda à cortesia parlamentar, aos entendimentos que nós aqui sempre temos. Não sei se o ministro ficou um pouco impressionado com a ida dele lá na Câmara, mas aqui no Senado não há... O Senado não é a Câmara. O ambiente aqui é um outro ambiente completamente diferente do que existe lá.

Então, não será para mim nenhuma surpresa se o Senador Randolfe Rodrigues insistir na convocação do ministro. E dessa vez eu acho que não há razão para que nós possamos fazer qualquer tipo de acordo prévio, a não ser que o ministro, antes de isso acontecer, comunique à Comissão a sua presença na data que ele definir para vir como convidado.

Segundo, eu entendo que a fala do Senador Randolfe é pertinente porque, de fato, quando o convite é feito é um convite para a presença aqui na Comissão. É óbvio que ninguém vai deixar, neste momento – talvez isso até seja uma conquista importante –, de ouvir pessoas pelo sistema remoto quando isso não for possível. Mas, quando é possível, não se justifica.

Então a minha mediação nessa questão é que o Dr. Geovanio responda às perguntas de V. Exa. e, a partir daí, ele não participará mais da audiência: será convocado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Até haver o momento de chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... será convocado para estar aqui e responder sobre o seu trabalho e a sua coordenação.

É possível nós intermediarmos dessa maneira?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Bom, o que me interessa aqui é saber das respostas às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Eu tenho aqui uma responsabilidade de fazer um relatório. E a nossa assessoria nos subsidiou para que essas perguntas fossem respondidas, e, se eu me sentir satisfeito, este assunto, para mim, está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra novamente ao Dr. Geovanio para que ele possa concluir sua fala e a resposta às indagações do Senador Nelsinho Trad, e, provavelmente, posteriormente, apresentaremos um pedido para que ele possa vir aqui, o que não é nenhuma agressão nem nada a S. Sa., mas, se nós, aqui, quisermos manter a ordem dos trabalhos e a autoridade da Comissão, precisamos realmente agir dessa maneira.

Então, com a palavra o Dr. Geovanio Pantoja para responder ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado por deixar eu falar sobre as ações que estão sendo executadas aqui pela CGIIRC.

No ano de 2019, até 2021, a CGIIRC operou e executou R$54 milhões em áreas de índios isolados e de recente contato. Hoje, a gente tem 33 terras indígenas com referência de índios isolados e de recente contato. Isso dá um aumento de 335% comparando 2016 com 2019. Dentre essas ações, foram diversas... Para os senhores terem uma ideia, só de monitoramento desses grupos isolados, durante esses três anos, a gente fez mais de 26 expedições de monitoramento de grupos isolados no país. Eu falo isto pela coordenação que eu estou ocupando agora.

Esse reflexo financeiro deu oportunidade de a gente avançar em várias frentes de proteção, com a construção de novas bases de proteção, fazer um trabalho de proteção mais efetiva junto com a Força Nacional, pois temos diversas portarias que colocam o emprego da Força Nacional nessas ações de fiscalização...

No Vale do Javari, nos últimos três anos, foram R$10 milhões investidos nos trabalhos com índios isolados e de recente contato. Se compararmos 2016 a 2019, foram R$4 milhões empregados durante todos esses anos.

Então, a coordenação está avançando nos protocolos de monitoramento, proteção territorial desses grupos.

Quanto às outras perguntas referentes à gestão da Diretoria de Proteção, eu acho que cabe ao diretor que está na pasta atualmente responder. Eu vou me ater aos dados da Coordenação de Índios Isolados, processo do qual o Vale do Javari faz parte, dessa terra indígena onde tem grupos isolados e de recente contato.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Eu queria agradecer a manifestação do Sr. Geovanio e dizer que duas perguntas aqui ficaram sem resposta. Se V. Sa. não puder responder, eu gostaria que nós arrumássemos um caminho para obter essas respostas, porque fazem parte aqui do contexto da elucidação das nossas dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o perfil profissional da Diretora de Proteção Territorial? Quantos cargos de coordenação regional e de coordenação das frentes de proteção etnoambiental são ocupados por indigenistas da própria Funai? São os dois questionamentos que ficaram sem resposta. Então, oportunamente, se for o caso, a gente convida ou convoca as pessoas dessas pastas para que elas mesmas possam respondê-los. Ainda temos tempo, porque estão se iniciando os trabalhos. Quanto às outras duas respostas, ele respondeu a contento daquilo que eu preciso anotar.

Apenas uma questão a respeito da audiência da tarde... Eu não estou aqui para defender ninguém. Eu sou uma pessoa sensata, justa e independente. Eu conheço o Dr. Anderson Torres, o nosso Ministro da Justiça, e tenho certeza absoluta, pelo que eu conheço dele, de que ele jamais se furtaria em vir aqui prestar qualquer informação que fosse necessária. Eu penso que deva estar havendo algum descompasso de entendimento. Posso procurar saber para trazer a informação na hora certa, porque nós estamos sofrendo por antecipação. Vai que ele vem aqui às 14h, não é? Muita calma nessa hora, de novo. Nós temos muita coisa para poder apurar para chegar à verdade que todo mundo quer.

Então, dessa forma, eu me dou por satisfeito, ainda deixando pendurados esses dois questionamentos que a nossa relatoria vai precisar saber.

É só, Presidente.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Sr. Geovanio está pedindo a palavra. O senhor vai responder às questões que não foram anteriormente respondidas? Se for, sendo isso do interesse do Senador Nelsinho Trad...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu concedo a palavra a V. Sa.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu me esqueci mesmo de responder sobre a questão dos cargos.

Dentro da Coordenação-Geral de Índios Isolados, a gente tem 11 cargos de Coordenador de Frente de Proteção. Desses 11, todas as nomeações que foram feitas na CGiirc foram com perfil técnico voltado a esses trabalhos, com servidores que já atuavam nas frentes de proteção. Dentre esses cargos, a gente tem coordenadores que já estão há mais de 30 anos no cargo, como o coordenador de frente de proteção, e permanecem as ações, permanece o trabalho. Sobre as coordenações regionais, eu não tenho essa informação de quantos cargos; o que eu posso responder aqui é sobre a Coordenação-Geral de Índios Isolados e sobre os coordenadores de frente de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Sa. e espero, em breve, poder contar com a presença de V. Sa. para nós aprofundarmos aqui as questões.

Eu gostaria de, rapidamente, ler aqui alguns registros, algumas perguntas que foram feitas pelos internautas.

Luís Felipe, de Santa Catarina: "A solução, relação da pobreza em relação com a criminalidade, a falta de oportunidades de crescimento diante de um aspecto socioeconômico"...

Sra. Vanessa Chamorro Ribeiro, do Paraná: "A criminalidade vem se expandindo cada dia mais. Será que existe uma solução? Ou talvez amenizar ou diminuir?".

Dr. Mellilo Dinis do Nascimento, do Distrito Federal: "Quais são as providências, em especial na CDH, para determinar que o Presidente da Funai, Dr. Marcelo Xavier, compareça ao Senado?".

Essa eu vou aqui responder porque, na verdade, inclusive, eu confirmava aqui com o nosso assessor. Do ponto de vista legal, a Comissão de Direitos Humanos e as Comissões permanentes aqui da Casa podem convocar aquelas pessoas que são diretamente subordinadas ao Presidente da República. No caso da Funai, que é vinculada ao Ministério da Justiça, em princípio, nós não teríamos o poder dessa convocação. No entanto, nós vamos fazer sim o convite e esperamos que o Presidente compareça. Nada mais óbvio do que, no debate sobre um tema tão grave, de repercussão mundial, que envolve a temática da preservação dos direitos dos povos indígenas, o Presidente da Funai, responsável pela implementação dessa política, aqui esteja. Aliás, dentro da ponderação feita pelo Senador Nelsinho Trad, se hoje nós tivermos a presença do Ministro da Justiça, ele poderá responder às indagações que nós faríamos eventualmente ao Presidente da Funai. Ou poderá ele próprio determinar ao Presidente da Funai que aqui compareça para uma sessão específica sobre o tema.

Cristiano Rodrigues, de Goiás: "O massacre contra indígenas continua real, forte e atual e cada vez mais banalizado".

Niuton Luís Fagundes da Silva, de São Paulo: "As causas são o desmonte de órgãos de fiscalização que atuam nesta região. A Amazônia foi abandonada nas mãos do crime organizado".

Felipe Fernandes de Araújo, do Rio de Janeiro: "Qual a correlação entre a pobreza e o aumento no número de crimes na Região Norte? Ela é significativa?".

"O fato de ONGs assumirem o papel do estado, com a conivência/omissão do próprio estado, gera essa sensação de insegurança/violência?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que os nossos debatedores poderão responder a essas perguntas, mas eu queria fazer alguns questionamentos para o Dr. Fernando Vianna e para o Dr. Eliésio Marubo.

Aqui foi dito e os documentos falam na presença do crime organizado nessa região e em outras terras indígenas, enfim, especialmente nas regiões fronteiriças. Isso também, quando da nossa ida a Roraima para tratar do tema da mineração na área ianomâmi, foi abordado. Nessa oportunidade, todas as pessoas e até mesmo as entidades que representavam os ianomâmis afirmaram que, sim, havia presença de pessoas vinculadas ao crime organizado. Falava-se até de pessoas ligadas a facções que dominam presídios e que exercem atividades ilegais as mais diversas no país, mas diziam que essa era uma presença isolada. Parece-me que, no caso do Vale do Javari, pelas denúncias que nós vimos serem veiculadas, haveria, na verdade, uma estrutura de organização criminosa atuando: narcotraficantes, gente que trabalha em garimpo, gente que trabalha ilegalmente no comércio de madeira, pescadores ilegais... Inclusive, informações que foram dadas mostram, inclusive, que alguns envolvidos diretamente no crime chegavam a ter uma quantidade imensa de gelo, por exemplo, para garantir a preservação daquilo que foi pescado, e, obviamente, em quantidades extremamente maiores do que aquelas permitidas. Que outro tipo de crime organizado atua especificamente nessa região?

Para nós, isso é importante porque, eu me lembro de que, no momento em que tivemos manifestações da então Primeira-Ministra da Alemanha, Angela Merkel, discutindo a situação da Amazônia e discutindo, especialmente, o Fundo Amazônia, para o qual a Alemanha contribuía, ou quando vimos o diálogo entre o Presidente da França, Emmanuel Macron, e o Presidente Bolsonaro, este, Bolsonaro, chegou a dizer que havia uma tentativa de desrespeito à soberania do país, que, quando essas pessoas se manifestavam assim, estavam afrontando a nossa soberania, queriam internacionalizar a Amazônia. No entanto, foi o mesmo Presidente Bolsonaro que disse que o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira estavam no lugar errado, quase dizendo que é uma terra sem lei. Ouvir o Presidente da República, que é a autoridade máxima do país e que tem a responsabilidade constitucional de defender as nossas fronteiras e que foi o mesmo que questionou Presidentes ou Primeiros-Ministros de outros países quando esses tentaram, entre aspas, "se imiscuir" no tema Amazônia, ele próprio declarar, mostrando a sua irresponsabilidade e incompetência em fazer o que a Constituição manda, que nessa área nós teríamos, praticamente, uma terra sem lei...

Então, eu queria dirigir este questionamento a ambos para que pudessem nos esclarecer, até para que a opinião pública – muitas vezes, as pessoas pensam: "não, mas é um coitado, um pobrezinho que está pescando ou é alguém que está ali fazendo o garimpo, mas quem ganha dinheiro é só o que financia o garimpo", enfim, coisas assim –, para que a população brasileira possa ter a verdadeira noção do que está acontecendo nessa área. O que está se discutindo aqui é também a presença do crime organizado atuando ali. Eu gostaria de ouvir de V. Sas. até porque, se o Ministro aqui estiver hoje, nós vamos procurar ouvir dele também a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra ao Dr. Eliésio Marubo para que, nesses dez minutos, possa... Até porque algumas dessas perguntas também tratam desse tema, não é?

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Presidente, em verdade, acompanhando todo o desdobramento desse assunto, tanto na imprensa quanto em outros lugares, eu tenho percebido uma conceituação dessa junção de coisas ilegais ali na região. Eu gostei muito da expressão, que eu acredito que conceitualmente atenda melhor a esse conjunto de ilegalidades ali da região do Vale do Javari, que foi dita pelo Prefeito de Benjamin Constant quando questionado por determinada jornalista: ele disse que se tratava, em verdade, do "narconegócio".

O que é o narconegócio ou a vida comercial ligada às coisas ilegais? O que é isso? É garimpo, são a caça e a pesca ilegais, é o narcotráfico ou o tráfico transnacional. Nós sabemos que essa região do Vale do Javari, e isso é informação pública e notória já, tem sido rota para levar droga para o lado do Acre, que é onde tem estrada e também não tem fiscalização e, dali, se distribui para o Brasil inteiro, tal qual aconteceu um tempo atrás, segundo também informação pública e notória, em Pedro Juan Caballero, ou seja, é porta de entrada e de saída para coisas diversas. E naturalmente que, numa conjuntura de crime organizado mesmo, essas pessoas se organizam para dar cara de naturalidade para essa estrutura, que é uma estrutura ilegal, uma estrutura que alimenta o crime.

Falando de pescadores... Diferente do que foi dito em determinados lugares por determinadas autoridades – inclusive o Presidente Bolsonaro falou sobre esse assunto e o Vice-Presidente Mourão também mencionou esse assunto –, que se trata de um pobre coitado que, na verdade, está ali pescando e não tem alternativa nenhuma para gerar renda ou comida para sua família, na verdade não é isso. Excelência, os preparativos para uma ida simples, para uma viagem – essa viagem que está sendo publicada amplamente pelos jornais aí –, uma única viagem dessa, podem custar no mínimo R$250 mil – de preparação! O material utilizado para pesca a gente avalia que custe no mínimo R$60 mil a R$80 mil, são redes de pesca grandes, é um material pesado. Para levar para dentro da terra indígena gelo, muito gelo, muito sal, é preciso que se tenha uma estrutura muito grande, muito bem ordenada, gasolina em excesso, óleo e tudo mais para que essa estrutura funcione. Isso custa muito dinheiro! Numa conta simples, porque nós conhecemos mais ou menos a logística na região, gasta-se, no mínimo, R$250 mil para sair da comunidade onde aconteceu o fato e chegar dentro da terra indígena. E, quando volta – e aí também está relatado nesse conjunto de informações que a Univaja já compartilhou com a imprensa e com toda a sociedade e está à disposição desta Comissão –, o produto ilegal extraído da terra indígena – vou falar só do peixe e da caça ilegal – pode gerar, em uma viagem, até R$1 milhão a R$1,2 milhão.

Quer dizer, então, que um pobre coitado, um pescador ribeirinho, coitadinho, teria essa estrutura para investir numa ida dentro da terra indígena para explorar ilegalmente os recursos naturais, retornar para a cidade, vender de forma ordenada, exportar para a Colômbia e para o Peru, e viver uma vida simples, uma vida sem luxo? Também foi exposto pela imprensa nacional e internacional onde os acusados vivem, a estrutura que eles possuem. Aí é fazer vista grossa para não reconhecer que eles fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte de uma organização criminosa que atua num âmbito muito maior, que não é somente a pesca e a caça ilegal.

Eu gosto muito de utilizar, Excelências, a minha experiência, antes de ser procurador jurídico da Univaja, antes de ter dedicação exclusiva ao movimento indígena do Vale do Javari, eu gosto muito de usar minha experiência como advogado criminalista. Eu gosto muito de colocar essa experiência à disposição de tudo que nós temos tratado aqui e eu ouso afirmar e afirmo de fato, como nós já temos afirmado nos documentos oficiais concedidos às autoridades: trata-se, em verdade, de um grupo criminoso que explora ilegalmente a terra indígena não só para caça e pesca ilegal. É uma afirmação, isso já está comprovado em documentos concedidos às autoridades. As autoridades tiveram conhecimento pretérito dessa informação, e não se sabe o que aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Eliésio, você disse não só para caça e pesca ilegal.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Além disso, o quê?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Além disso, infinitas possibilidades, inclusive o tráfico transnacional. São públicas e notórias essas informações, toda e qualquer pessoa que mora na região do Vale do Javari, Tabatinga, etc., sabe dessas informações. Eu fiquei conversando com a autoridade policial, quando realizava as atividades de investigação ali naquela região, e eu perguntava deles: "Doutor, me diga uma coisa, todo mundo sabe que A e B desempenham tais e tais atividades. Isso não é fofoca de cidade do interior, não. É pública e notória essa informação. Como é que todo mundo sabe disso e o senhor que está investigando não sabe?". Ele ria, ele dizia: "É, infelizmente, tem a questão da materialidade". Mas não, todas as pessoas sabem, na medida em que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Essa atuação do tráfico internacional tem conexão com a pesca ilegal?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Nós acreditamos que sim, não podemos afirmar, porque aí é necessário que se faça um trabalho de investigação. É quando nós nos manifestamos em contraposição com aquilo que a Polícia Federal mencionou: é necessário que se faça um trabalho de investigação sério, é importante que os delegados que estão à frente desse inquérito, fazendo os trabalhos de investigação ali, se afastem das suas conclusões pessoais sobre o tema e passem a fazer um trabalho de investigação sério, amplo, senão nós não vamos chegar ao desmantelamento de uma das quadrilhas que atuam na região.

Como eu disse no início, gostei muito da expressão utilizada pelo Prefeito de Benjamin Constant, quando citado por uma jornalista que o entrevistou e ele disse: "É o narconegócio", mencionando que era a junção dessas coisas, desse estado calamitoso de ausência do Estado para de fato o crime organizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auferir riqueza, auferir renda, em nome dessa ausência do Estado na região. Certamente, isso traz resultados práticos e muito negativos para a sociedade – não preciso citar muitos casos; nós podemos apenas citar o caso do Maxciel, do Bruno e do Dom agora. Quantas pessoas mais, assim como os três, terão que morrer? Não vamos esperar muito, porque isso vai acontecer. Eu estou afirmando novamente: isso vai acontecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para completar, ainda continuando a indagação ao Eliésio.

Eliésio, poderia só detalhar para nós como era a sua relação com o Bruno? Desde quando conheceu o Bruno? Qual a sua relação com ele? Se conheceu o Dom? Desde quando tinha conhecimento das reportagens, das matérias que ele fazia lá no Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – No desempenho da função de representação da nossa gente lá, a gente acaba atuando de uma forma muito próxima da imprensa.

Nós trabalhamos muito com os setores da imprensa, nós dialogamos muito com todos os setores e, naturalmente, que a gente conversa muito com a imprensa e eles manifestam muito interesse em fazer publicações de determinados assuntos.

A EVU, que é a Equipe de Vigilância da Univaja, estava tendo um sobressalto de informações, estava gerando informações que as autoridades não estavam visualizando, então foi necessário que começássemos inclusive a dialogar com os setores da imprensa e compartilhássemos essas informações, inclusive para dar vazão a tudo aquilo que nós estávamos levantando.

É nesse contexto que surgiu o interesse da imprensa nesse tema do Vale do Javari, contraposto com aquilo que o Bruno vinha levantando.

Eu possuía uma relação com o Bruno desde que ele passou a atuar ali na região. Ele fez o concurso – se não me engano, em 2013; não me lembro do ano exatamente –, foi para a região, passou a trabalhar juntamente com um irmão meu na Funai e a gente trocava muitas ideias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Estão lá há quanto tempo?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Uns dez, onze anos. O tempo que ele tem de cargo público na Funai é o tempo que a gente se conhece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Na região, a atuação... Assim, dez, onze anos, até ele ser exonerado.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Exonerado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Ele foi exonerado em março de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Da função, sim, foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Em março de 2019.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Foi, por volta desse mês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Até, então, ele coordenava a questão, a atuação, acompanhava os povos isolados.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – A vaga de concurso dele foi para a Frente de Contato, para a Frente de Proteção, mas aí ele acabou sendo reutilizado e foi Coordenador da regional da Funai lá no Vale do Javari. Depois, ele caiu para cima, como dizem, ele veio para Brasília, assumiu a CGIIRC e fez, tanto na Coordenação Regional quanto na CGIIRC, um trabalho primoroso, um trabalho com muitos resultados.

E, na verdade, tudo aquilo que foi publicado do trabalho que ele fez é de conhecimento público e notório. Então, a imprensa cuidou em numerar a produção do trabalho do Bruno nesse tempo, tanto na região como coordenador quanto como Coordenador da CGIIRC. Esse trabalho dele foi reconhecido em âmbito internacional, inclusive, quando a imprensa também acompanhou esse trabalho, sobretudo o trabalho de 2019, que teve um destaque internacional. Mas nós temos um outro trabalho junto com os corubos também, quando ele teve que fazer uma intervenção na região para salvar a vida dos corubos em relação a grande problema interno lá. Então, ele teve muitos trabalhos que deram muito resultado para a nossa região.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Eliésio, relate para nós aqui como foi a circunstância, como todo esse trabalho que o Bruno conduzia na região passou a ser conduzido após a exoneração dele? O que o Bruno passou a fazer? Como o Bruno passou a dar continuidade ao trabalho? E os sucessores dele na Funai o que fizeram para continuar o trabalho no âmbito do Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Então, tão logo saiu a exoneração, ele conversava muito com a minha família, a gente conversava muito, sobretudo com um irmão que eu tenho, e ele sempre relatava que não haveria condição e que ele não iria ficar bem se continuasse no cargo em que ele estava, no cargo do concurso dele. Ele tinha sido exonerado da função de Coordenador da CGIIRC e teria que voltar para a região, mas mencionava muito que era perseguido dentro do próprio órgão ao qual prestava serviço. Ele mencionava, inclusive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Dentro da Funai?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Dentro da Funai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Perseguido por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Ele dizia que era perseguido pela alta cúpula da Funai, em razão do trabalho que ele já vinha fazendo no passado, que era exatamente combatendo essas frentes de atuação ilegal lá no Vale do Javari.

Teve uma notoriedade muito maior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Ele chegou a falar com você quais as razões da...

O SR. ELIÉSIO MARUBO – ... da perseguição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Como faziam a perseguição e, além dessa específica, que você aqui detalhou, quais as razões da perseguição?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não. Na verdade, o Bruno era uma pessoa muito reservada. Comigo, a gente tratava coisas de trabalho. Ele reclamava, em casa, na nossa casa, porque as famílias eram amigas. De algumas coisas, ele não chegava a entrar nos pormenores. Ele falava mais com esse meu outro irmão sobre as ações de perseguição dentro da Funai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – O outro irmão é o Beto?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Sim. Mas ele enumerava muito bem essa questão da perseguição do hierárquico superior sobre o trabalho dele, em razão do que ele sempre tinha feito, que era combater essas frentes que geralmente têm o apoio de uma política mais institucionalizada atualmente, sobretudo o garimpo.

A parte da caça e pesca ilegal. Na caça e pesca ilegal – vou abrir parênteses aqui –, como já tem sido noticiado também, nessas atividades, de alguma maneira, tem interferência política também. Isso tem reflexo no mundo político, e, de alguma forma, essa pressão política também recai sobre os órgãos que atuam na região.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Qual o reflexo e qual era a pressão do mundo político?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Naturalmente, as pessoas que realizam essas condutas ilegais, embora condutas aparentemente simples, têm título de eleitor, elas votam. Geralmente, são famílias grandes e, nessa época de eleição, são famílias muito bem disputadas na região, e os políticos locais que têm os seus padrinhos que vão disputar as vagas aqui no Senado ou na Câmara e as outras vagas precisam demonstrar apoio político para os seus políticos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tem ocorrência de garimpo ilegal na terra indígena?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Tem ocorrência na parte mais voltada para uma outra região, que é a região do Jutaí, e na região do Rio Curuena também, que foi uma região reportada pelo próprio Bruno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Isso era denunciado pelo Bruno e por vocês?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Sempre foi denunciado pelo Bruno, quando na Funai e, agora, através da Univaja.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Quando o Bruno foi exonerado, teve alguma justificativa pelo menos pública? Foi dita alguma coisa ou não?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Ele não mencionou de ter havido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Não, mas a Funai falou alguma coisa?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não, não, não. Não tive esse conhecimento. Não tivemos esse conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tu atuas ainda lá no Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Atuo na Procuradoria Jurídica da Univaja, e todas essas demandas passam pelo meu setor, quando a gente formaliza, ou busca informação, ou requer informação de órgãos públicos para subsidiar as nossas ações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Consideras, pelo que me relataste aqui, pelo que relataste aqui para os membros desta Comissão, que, pelo menos, desde 2019, ocorreu um desmonte das políticas de proteção dos povos do Vale do Javari e vocês ficaram mais expostos – pelo menos de 2019 até aqui. Você considera que ocorreu um abandono por parte do Estado brasileiro e das instituições de controle dos povos indígenas do Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Certamente, não só no Vale do Javari, mas em todas as terras indígenas do Brasil. O caso dos ianomâmis é isso.

Mas, mencionando sobre o Vale do Javari, na medida em que os servidores saíram da região ou, de alguma maneira, pediram algum tipo de licença para não desempenhar sua função na região, por várias razões, são várias razões para isso...

Nós não tiramos inclusive a razão dos servidores que têm compromisso com a instituição. Agora há pouco, quando se iniciou a greve dos servidores, a Univaja manifestou publicamente apoio àqueles servidores, porque nós sabemos que são servidores dedicados. É um órgão que ainda tem serventia para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades indígenas, tem o seu papel, que, se fosse desempenhado tal qual é proposto lá no seu ordenamento, certamente serviria para trazer muito benefício para as populações indígenas, sobretudo para os povos indígenas isolados, que geralmente não têm quem fale por eles.

Agora, é também bom que se diga que a política atual tem sido nociva para esses órgãos. O Ibama deixou inclusive de existir lá na região, porque antes só tinha um único servidor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – A propósito disso, quantas bases a Funai tem na região?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Temos três bases. Funcionando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – A primeira parte da pergunta: quantas bases? Três. A segunda parte: funcionando?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Funcionando, nós temos uma mais ou menos, porque os servidores que estão lá, de fato não são servidores, são inclusive aqueles que foram contratados num concurso de temporários, que são indígenas que foram fazer essa função lá, mas servidores, de fato, não temos.

Foi mencionado que a Força Nacional está atuando juntamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tem base do Ibama, ICMBio?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não tem, não tem.

Foi mencionado que a Força Nacional estava atuando juntamente com eles...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Já existiu base do Ibama, do ICMBio lá?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Do Ibama, sim. Não existe mais. Do Incra, existia um servidor em Benjamin, de que também não ouvi mais falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Do Ibama, existiu até quando?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Se não me falha a memória, até 2021. Não tenho certeza, mas acredito que foi até 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Só para entender então, se eu estiver errado, por favor, Eliésio, me corrija. Então, pelo visto, de 2019 para cá, houve um desmonte. Foi exonerado o servidor que cuidava e acompanhava a situação de vocês; as bases da Funai lá, na prática, deixaram de funcionar prestando apoio aos povos indígenas; e o Ibama deixou de funcionar. Essa afirmação é verdadeira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – É verdade. Em verdade, quando nós passamos a ter uma atuação, a Univaja passou a ter uma atuação mais eficiente na região, sob a perspectiva da proteção da terra, que eu mencionei que foi a partir do segundo semestre de 2021, foi justamente na época em que nós estávamos mais fragilizados com a ausência do Estado brasileiro ali na região.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Uma outra pergunta: tendo tudo isso, já falaste aqui de tráfico de drogas, de pesca ilegal, de pesca ilegal combinada com tráfico de drogas, de caça ilegal, de invasão de terras indígenas. Com tudo isso, nesses quatro anos, quantas operações ocorreram da Polícia Federal, em conjunto com o Exército Brasileiro, com o Ibama? Quantas ações ocorreram junto com a Funai, para coibir esse paraíso da criminalidade no Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Nenhuma?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – De 2019 para cá, não tem conhecimento?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Era o que eu tinha de perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou passar ao Dr. Fernando Vianna.

Está aqui presente, também, o Senador Fabiano Contarato. Não sei se ele vai querer... Provavelmente vai querer fazer algum tipo de indagação.

Mas eu queria, daqui a pouco, abrir um espaço rápido para várias lideranças indígenas que aqui estão e que querem se manifestar em solidariedade ao povo que habita o Vale do Javari. Ao mesmo tempo, em solidariedade aos familiares tanto do jornalista Dom Phillips quanto do indigenista Bruno Pereira.

Então, passo a palavra ao Dr. Fernando Vianna.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria, primeiro, começar fazendo um comentário mais geral ainda em resposta à própria pergunta que foi feita pelo Senador Humberto Costa. Claro que as colocações do Eliésio já esclarecem muito do que eu tinha a dizer também, porque não é mais do que... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O seu som está desativado.

Acho que ele não nos está vendo. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Fernando, nós não estamos ouvindo.

Sr. Fernando...

Sr. Fernando...

Sr. Fernando Vianna...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não ouve a gente também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Fernando... (*Pausa.*)

Fala no *chat*. Fala no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peça a ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu já fiz, ele não está vendo.

Poderíamos passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato para ele fazer as suas perguntas. Vocês mandam uma mensagem para ele, no *chat*, para que ele aguarde que nós vamos repor o tempo para...

Alguém conseguiu encaminhar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve aqui na minha manifestação.

Quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos na pessoa de V. Exa., parabenizar também o meu querido Senador Randolfe Rodrigues, que muito dignifica este Senado, e agradecer o comparecimento do Sr. Eliésio Marubo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é uma questão bem simples. Eu estava acompanhando, porque eu estava presidindo outra Comissão. Eu acho de extrema importância esta Comissão solicitar o comparecimento do Sr. Geovanio Katukina presencialmente porque essa forma, no sistema remoto, eu acho que deixa um pouco a desejar e a gente não tem como fazer um questionamento mais claro. Eu, pelo menos, não me senti contemplado com a fala do Sr. Geovanio Katukina no sistema remoto. Então, eu acho que esta Comissão poderia solicitar que ele compareça aqui presencialmente, assim como o Presidente da Funai, o Sr. Marcelo Augusto Xavier.

Nós já sabemos da política deste Governo, de desmonte da pauta ambiental em todos os aspectos, mas a situação da Funai é muito grave. Ela é grave e ela está... Este Governo, com todo o respeito – mas nós temos de dizer aqui –, está armando grileiros, está estimulando a usurpação de terra pública e está enfraquecendo os órgãos de fiscalização. Tudo isso que o colega falou eu presenciei. Em todos os cantos do país. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, os índios guaranis caiovás estão sendo dizimados, cercados pelo sistema latifundiário de grão, soja, milho. A aplicação de agrotóxico lá é visível. A população indígena está sofrendo com febre, vômito, dor de cabeça, diarreia. Então, estão sendo dizimados. E os órgãos que deveriam estar ali atendendo esses povos indígenas, os povos tradicionais estão sendo sucateados. Ibama e ICMBio estão enfraquecidos.

Então, quer dizer, é o mesmo Governo que enfraquece os órgãos de fiscalização e que está estimulando a extração de minério em terra indígena, o garimpo, crimes ambientais. Basta você pegar, e isso tem em universidades federais, que têm esse levantamento, nas próprias instituições do Estado, o número de autos de infração reduziu sensivelmente. Claro, porque o Governo enfraquece os órgãos de fiscalização, não fiscaliza. Ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental e nós temos uma legislação frágil no que tange à prática de crimes ambientais, que é a Lei nº 9.605, de 1998.

Então, a minha fala aqui é mais no sentido de que esta Comissão, tanto a Comissão de Direitos Humanos, como a CTE Norte, da qual nós fazemos parte, joguem luz, efetivamente, nesse desmonte, porque, com esse desmonte e o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização, que deveriam estar ali atendendo aos anseios da população, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas estão sendo vilipendiados e são quem está sofrendo com isso. Basta você ver o número de pessoas e de atentados que têm sofrido esses defensores da pauta ambiental, o que, no Brasil, infelizmente, passou a ser uma marca.

Então, o meu registro apenas é de que esta Comissão solicite, novamente, o comparecimento presencial do Sr. Geovanio Katukina, bem como o do Presidente da Funai, o Sr. Marcelo Augusto Xavier, porque aí, sim, olho no olho, nós podemos estar aqui. Nós temos que trabalhar com transparência e essas pessoas, quando exercem múnus públicos, têm que cumprir o que determina a Constituição Federal, que está lá no art. 37 – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Fabiano Contarato, nós já adotamos essa sua sugestão. O Dr. Geovanio já, ao que me parece, aquiesceu e nós vamos, novamente, convidá-lo para participar de uma sessão presencialmente, aqui no Senado Federal.

Eu quero registrar aqui a presença, também, do Senador Eduardo Velloso, do Acre.

Não sei se já foi restabelecida a conexão com o Dr. Fernando Vianna.

Então, vou aproveitar para chamar o representante tuxá, para, em dois minutos fazer aqui a sua...

Peço que os que vão falar se aproximem para poderem se manifestar. (*Pausa.*)

Guarani caiová, tem alguém? (*Pausa.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Sou liderança indígena guarani caiová. Atualmente, sou professor indígena do Estado do Mato Grosso do Sul.

Primeiramente, a gente se solidariza, a gente sente muito, como povo indígena, esse trágico acontecimento no Vale do Javari, ouvindo as falas das autoridades.

Essa situação não acontece apenas no norte do país. No Mato Grosso do Sul, também ocorrem esses fatos de uma forma, a gente percebe, bastante ordenada.

Aqui, nós temos a lista das pessoas assassinadas. São indígenas guarani caiovás, lideranças, mulheres e jovens, que vêm sendo sistematicamente assassinadas no nosso estado, porque são pessoas que buscam os seus direitos, que são garantidos na Constituição, e que desejam que sejam efetivados nesse processo da demarcação os territórios tradicionais guarani caiovás.

Por exemplo, eu quero ler essa lista aqui das pessoas assassinadas, para ser registrada neste momento, nesta Comissão, para que não seja esquecida a história.

Nós temos Marçal de Souza, Samuel Martins, Adriano Pires, Marcos Veron, Dorvalino Rocha, Dorival Benitez, Xurite Lopes, Ortiz Lopes, Oswaldo Lopes, Genivaldo Vera, Nísio Gomes, Denílson Barbosa, Hamilton Lopes, Teodoro Recalde, Simeão Vilhalva, Clodiodi Aquileu, Alex Lopes, que foi assassinado, inclusive, na semana passada, fazendo uma caçada ao redor da sua residência, nas comunidades indígenas.

Então, eu quero solicitar a esta Comissão, Senador Humberto, demais autoridades e Senadores, que levem em consideração essa situação que nós estamos vivendo como povo indígena aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado que mata as lideranças indígenas, mulheres, crianças, jovens. Eu sou professor indígena e sinto muito quando o meu aluno, por exemplo, o Alex Lopes, que está escrito aqui, como tem também outro que foi assassinado em 2016... A gente sente muito, muito forte, essa perda das pessoas.

A questão é a normalização desse processo. Então, as instituições públicas, como a Funai, como o Estado, como as instituições de segurança têm que assumir o papel de, primeiramente, no nosso caso, guarani caiovás, fazer a demarcação do território indígena no Mato Grosso do Sul, para que toda essa situação de violência não se torne uma normalidade. Tem que ser punido, tem que ser verificado e tem que se levar em consideração que esses atos são atos sistêmicos, um ato que acontece de uma forma pensada, articulada.

Então, como liderança indígena, como professor, em nome da organização Aty Guasu, do Estado do Mato Grosso do Sul, a gente vem dizer – e não é somente a minha palavra, estou aqui como mensageiro do nosso povo – que nós queremos justiça, e a justiça é trazer esses nomes, pessoas que foram assassinadas, que sejam colocadas como uma referência para que a demarcação da nossa terra seja efetivada e que as instituições públicas, no caso a Funai, assumam o seu papel nesse processo de uma forma muito forte.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

O representante guarani nhandeva. (*Pausa.*)

Vamos em frente.

Tupinambá.

Três minutos para gente poder ouvir o Fernando Vianna daqui a pouco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Eu me chamo Jaborandi, sou indígena tupinambá, que fica na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, entre as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema.

A gente entende esse processo que aconteceu com o Dom e com o Bruno uma continuidade da colonização que vem desde 1500.

Esses processos vêm acontecendo em nossos territórios desde quando a gente passou a lutar e entender os direitos que nós tínhamos dentro da Constituição. A gente consegue compreender que todas as articulações que nós temos indígenas, de norte a sul do país, têm uma... que tenha uma participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direta nessas questões, mas que as nossas comunidades tenham essas informações concretas, porque a Funai, a gente sabe que a morosidade e toda a mansidão com que a Funai vem tratando todos os processos de exploração de minério, que vem com o financiamento do Governo Federal, com esse Presidente que está aí; todos os processos de assassinato que têm a culpa e o dedo desse Presidente que está aí, através da Funai, quando ela se omite em não seguir a Constituição e em não cumprir aquilo que é ela deve estar cumprindo.

A gente tem... É claro que o povo tupinambá se sensibiliza e traz aqui o nosso repúdio perante a morte de Dom e de Bruno e dá todos os nossos sentimentos e nossos abraços às famílias e aos amigos desses dois guerreiros que, motivados por acreditar em uma vida melhor para nossos povos, se doaram e deram as suas vidas para nos ajudar.

Mas vale dizer diretamente aos representantes da Funai: eles não nos representam. O problema não é a Funai, o problema é essa atual gestão, que está de frente, fazendo de todas as formas com que a gente não seja enxergado e com que as nossas ações fiquem escondidas dentro de nossas bases.

Eles nos isolam, eles retiram a maioria das coordenações locais da Funai, eles retiram as coordenações do Ibama e de todos os setores que defendem e protegem o meio ambiente, para que a gente fique isolado e não consiga repassar nossas informações diante de tudo que está acontecendo.

Então, o nosso repúdio.

Viva Bruno, viva Dom, e que o marco temporal venha a ser acompanhado pelos senhores e que os senhores ajudem e intervenham para que a gente diga "não" e rejeite um projeto que visa à morte não só dos povos indígenas, mas de todos aqueles que lutam pela terra!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O representante taurepangue. (*Pausa.*)

Representante uapixana. (*Pausa.*)

Macuxi.

O SR. AMARILDO DA SILVA MOTA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Para quem não me conhece, sou Amarildo Macuxi. Venho do Estado de Roraima, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Como todos sabem, pela Constituição, é dever do Governo demarcar e proteger as terras indígenas, o que não está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos sabem que a Constituição diz que todos os povos indígenas devem ter as suas organizações sociais, como costumes, línguas, tradições. Então, nós estamos nos organizando da forma como queremos, fazendo a vigilância e a proteção territorial do nosso território, da nossa terra por causa do afastamento dos órgãos fiscalizadores, que hoje não estão fiscalizando, o que é dever do Governo, da Funai (Fundação Nacional do Índio), que poderia até trocar para fundação nacional do Bolsonaro e que não está fiscalizando os nossos territórios.

Nós viemos aqui repudiar a falta de respeito desses órgãos, que, hoje, não estão fazendo o trabalho de monitoramento ou de fiscalização dentro do nosso território.

Cada vez mais, o discurso do Presidente Bolsonaro está incentivando invasão dentro do nosso território, querendo a liberação de recursos minerais, de vários tipos de minério que há no nosso território.

Nós não vamos deixar a nossa terra ser devastada! Nós não vamos deixar a nossa terra ser invadida de qualquer jeito!

Nós estamos aqui, nesta Comissão, em frente aos Senadores, para trazer a nossa realidade, o que nós estamos sofrendo, em todos os cantos do país onde há os povos indígenas, porque a nossa terra está sendo invadida, os nossos rios, sendo contaminados, as nossas comunidades, sendo mortas e, muitas das vezes, sendo expulsas do seu território como se fôssemos invasores.

Também viemos mostrar aqui a nossa insatisfação com a retirada de pauta do julgamento da tese do marco temporal, que está no STF e que está servindo como repercussão geral. Queremos que se paute logo também esse julgamento porque, cada vez mais que demora, as nossas comunidades estão sendo mortas, aumenta a invasão dentro dos nossos territórios.

Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips foram executados por defender e proteger a vida dos povos indígenas do Vale do Javari, bem como de todos os povos indígenas do Brasil.

Nós temos aqui este documento para entregar aos senhores, um documento da 50ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pergunto se mais alguma liderança indígena vai se manifestar, em nome de alguma etnia.

Nós podíamos, agora, formalizar o recebimento não somente deste documento do representante macuxi, mas também o resumo aqui de todas as ações que foram desenvolvidas pela Univaja e que estão sem resposta.

Então, nós vamos receber os dois documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Finalmente, aqui, o documento, o resumo de todas as iniciativas que foram tomadas pela Univaja, em relação às denúncias na região do Vale do Javari.

Eu queria inclusive antecipar, com a concordância do Senador Randolfe Rodrigues, que nós vamos dirigir, em nome das duas Comissões, um ofício a cada uma das autoridades que, em algum momento, foram comunicadas de algum tipo de denúncia e cobrar dessas autoridades o que foi feito a partir de então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, antes, eu acho, estamos caminhando para a conclusão, mas se V. Exa. me permite, só uma pergunta complementar ao Eliésio. Tem um documento, se eu não me engano, da Univaja, de 7 de abril de 2022, de 7 de abril deste ano. É um documento encaminhado à Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, da Funai, à Força Nacional de Segurança Pública de Tabatinga. No documento, parece-me que a Univaja relata o seguinte: Informações sobre a presença de pescadores e caçadores ilegais, nas proximidades da Base de Proteção Ituí, da Funai, na Terra Indígena do Vale Do Javari. No texto, é o Ofício 27, entre outras informações e outras denúncias que a Univaja, e me parece que V. Sa. também subscreve, diz o seguinte:

> Recebemos de nossos informantes na noite da última terça-feira (5) que uma equipe de infratores está pescando neste momento no lago do Bananeira, pouco acima da localidade Mário Brasil (aldeia Korubo), na margem direita do rio Ituí.
> A turma seria composta por seis pescadores armados com espingardas calibre 16 em canoas pequenas, com caixas de isopor e gelo. Quem comanda a equipe é o pescador conhecido pelo vulgo de "Pelado" [É exatamente Pelado que participa da execução de Dom e de Bruno posteriormente], residente em Benjamin Constant-AM e na comunidade de São Gabriel, abaixo da Base Ituí da Funai, no rio Itaquaí. Segundo informações o mesmo também é responsável por alguns dos atentados com arma de fogo realizados contra a Base da Funai nos anos de 2019 e 2020.

Então isto aqui é um ofício de abril, Sr. Presidente, destinado à Funai. Parece-me, Eliésio, que nesse ofício, quase se faz uma premonição. Tem um senhor de nome Pelado atuando.

Quero aproveitar que o Fernando inclusive parece que está de volta, se ele estiver nos ouvindo. Eu acabei de fazer o relato de um ofício da Univaja, de 5 de abril, Ofício 027, que me parece, esse ofício é endereçado à Funai, e esse ofício tem quase, assim, uma antecipação, uma premonição. Olha lá, ele diz quem é que está fazendo o tráfico ilegal, a pesca ilegal na região, está dizendo onde mora, na comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Gabriel, está dizendo como atua e está dizendo como está armado. É uma notícia-crime com detalhes às autoridades.

Essa notícia-crime é de abril. Abril, 5 de abril. Abril, maio, junho. Não demorou 60 dias. Mataram o Bruno e mataram o Dom. Não demorou 60 dias de um ofício que detalhava, praticamente dizia como o crime estava ocorrendo, estava se procedendo, e dizia que essas pessoas armadas estavam cometendo... alguns estavam, além de tudo isso, ameaçando quem estava denunciando os crimes deles.

Uma pergunta simples, eu vou tratar isso como uma notícia-crime: dessa notícia-crime, Eliésio, a Funai, a Polícia Federal, a Força Nacional, o Ibama, o Exército, alguém, pelo amor de Deus, do Estado brasileiro, alguém tomou alguma providência? Fez algo, fez alguma coisinha? Teve alguma providência depois disso?

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Não, Excelência. E por incrível que pareça, ao que tudo indica, a depender das informações colhidas no inquérito, a arma é a mesma que matou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Que vocês estão denunciando aqui nesse ofício?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Que matou Bruno. A canoa é a mesma que foi utilizada para abordar, todo o material é o mesmo. Curiosamente essa pessoa também fez uma ameaça, ainda no dia anterior, à equipe que estava recebendo o Bruno. Essa informação foi relatada à Funai, da ameaça, e infelizmente não tivemos resposta também.

Mas a conjuntura dos fatos narrados nesse Ofício nº 27, os itens indicados aí foram os mesmos itens, os mesmos utensílios utilizados para a prática do crime contra a vida de Dom e de Bruno tempos depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Presidente, isso é de uma gravidade gigantesca. O que nós estamos vendo aqui, Presidente, é que foram anunciados os crimes que estavam ocorrendo, e foram anunciados os outros crimes que poderiam ocorrer ao Estado brasileiro, e ninguém tomou nenhuma providência, ficou por isso.

Assim, esse relato, esse documento, esse ofício e o seu depoimento aqui, Eliésio... Na verdade, eu fiz até a pergunta protocolar, porque eu sabia que nenhuma providência havia sido tomada, porque, se tivesse sido tomada alguma providência, o Dom e o Bruno estariam vivos. Se tivesse sido tomada alguma providência, as armas teriam sido apreendidas, uma operação teria ocorrido e teria desarticulado o esquema da pesca ilegal. Os que portavam as armas e que depois, com essas mesmas armas, mataram o Dom e o Bruno estariam presos.

Isso aqui é o mais grave e o mais escandaloso acho de todo o seu depoimento, Eliésio: foi anunciado, não tinha 60 dias que foi anunciado que gente iria morrer e o Estado brasileiro não fez nada. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funai, a instituição do Governo brasileiro não só prevaricou aqui, não só omitiu-se, prevaricou, tem um corolário – um corolário! – dos crimes do Código Penal, dos crimes de omissão que foram cometidos aqui a partir dessa comunicação.

Sr. Presidente, nós vamos chamar aqui o senhor, esse moço que estava aqui do lado, que podia ter vindo a pé daqui da Esplanada dos Ministério para cá – poderia ter pego um Uber – e falou de forma remota, nós temos que trazê-lo aqui para sentar, junto com ele o Presidente da Funai, para sentar, os dois têm que ser colocados aqui para sentar – não vai ser mais remoto, não!

Aliás, vamos parar com essa história, essa história de depoimento remoto é para quem está lá no Vale do Javari. Aliás, quem está no Vale do Javari, como o Eliésio, pegou 14 horas para vir para cá, tirou 14 horas, não sei, de barco, de avião e está aqui.

Os representantes da Funai, atravessando a rua, viriam para cá, e não vieram. Então, assim, vamos só deixar claro: essa história do remoto é para as partes hipossuficientes. Deixa eu traduzir: para as partes frágeis, para as partes que precisam de proteção. Não é para gente do Estado ficar em gabinete refrigerado, falando a um quarteirão de distância daqui, não.

Então, vamos só deixar claro e, com a sua aquiescência, Presidente Humberto – já que estamos trabalhando em conjunto esta Comissão Externa e a Comissão de Direitos Humanos –, não vai ter autoridade aqui que vai ficar falando de forma remota, através do conforto do ar-condicionado, dos assessores dela à distância mais, não. Não vai existir mais isso, não. A forma remota é para quem é frágil, para quem está exposto, para quem precisa de proteção. Não é para autoridade engravatada que está a uma quadra daqui.

Então, nós temos que ter aqui o senhor coordenador de povos isolados, presencialmente, e o Sr. Presidente da Funai, entre outras coisas, para explicar esse absurdo aqui que vocês viram, porque um ofício com 45 dias... Por que deixaram ocorrer um homicídio? Por que deixaram matar?

Os primeiros elementos que esta Comissão Externa tem, que a Comissão de Direitos Humanos tem, Presidente Humberto, é que as mortes de Dom e de Bruno foram processadas a várias mãos, e, no mínimo, com a prevaricação criminosa da parte do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, para que nós possamos caminhar para a conclusão da nossa audiência pública, eu dou a palavra ao Dr. Fernando Vianna, que teve o seu contato interrompido quando estava se manifestando para responder a minha pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Presidente Humberto, desculpe-me, só para ilustrar. É que cada vez é mais estarrecedor, Presidente. O ofício que a Univaja mandou tinha até foto do criminoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse filme foi exibido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tinha até foto, com antecedência, apontando os criminosos, de tão absurdo e grave que é.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu passo a palavra ao Dr. Fernando Vianna.

Peço a ele que seja breve.

Vamos tentar, no espaço de dez minutos, que ele possa responder às nossas indagações, para que nós possamos concluir a nossa reunião, porque, às 14h, já temos outra reunião aqui marcada.

Com a palavra.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Humberto Costa. De fato, eu estava tentando responder a V. Exa. e depois eu ia responder também a S. Exa., o Senador Randolfe Rodrigues, na interação que teve com o Eliésio.

Então, na parte em que V. Exa. perguntou sobre essa dimensão maior do crime na região, de fato, eu não tenho muito a acrescentar ao que foi falado, ao Eliésio. Eu ia só complementar com as ideias básicas de que isso é uma realidade que se passa em outras regiões do país. Foi mencionada a morte de um guardião da floresta, o Guajajara, o Paulino Guajajara, no Estado do Maranhão, na interação, neste caso, com madeireiros ilegais na Terra Indígena Arariboia.

Quero dizer que há outras situações em que, tanto indígenas, quanto servidores da Funai, permanecem, neste momento, em situações de alto conflito, altamente perigosas para a segurança de todos. E, da mesma forma como o Eliésio nos fala que ele tem certeza de que a coisa pode voltar a ocorrer, de que uma situação trágica pode voltar a ocorrer no Vale do Javari, a gente sabe que há outras situações que se configuram como barris de pólvora, desse ponto de vista do conflito, e da exposição de indígenas e de servidores da Funai à alta criminalidade em terras indígenas.

Portanto, as investigações têm que seguir em frente. Não podemos aceitar a ideia de que está tudo investigado e resolvido. Eu ia trazer rápidos elementos, dizendo que há coisas que foram muito estranhas no começo disso tudo, como o armamento pesado que foi encontrado com o principal envolvido, que acabou de ser mencionado pelo Senador Randolfe Rodrigues, um armamento pesado que nos mostra que não se trata simplesmente de um pescador; também o fato daquela demora que todos nós vimos, no começo de tudo, com o Comando Militar da Amazônia dizendo: Olha nós podemos atuar, mas temos que esperar uma ordem, hierarquicamente, que venha de cima, e essa ordem demorou a acontecer, de modo que, no início, as buscas eram feitas pelos próprios indígenas da Univaja, com pouquíssimo apoio das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades de Estado, que depois demoraram a chegar. Tudo isso enquanto o poder local manifestava uma proximidade, em relação aos principais suspeitos, muito estranha também.

Prefeitos, Procuradores de Municípios atuando como advogados da parte dos principais suspeitos... Tudo isso foi muito estranho no começo, o que sugere que as investigações têm que seguir adiante. Nós não podemos arredar pé disso.

Bom, para responder, na interação que o Senador Randolfe teve com o Eliésio foram tocados alguns pontos que eu queria muito rapidamente pontuar, porque acho que são importantes e são conteúdos do nosso dossiê.

Então, o Senador Randolfe resgata. Quando o Bruno foi exonerado? O Bruno foi exonerado já na gestão atual da Funai. Não foi no começo de 2019. Nós tivemos dois momentos muito claros, e isso é conteúdo do dossiê.

No começo do Governo Bolsonaro houve uma tentativa de tirar a Funai do Ministério da Justiça e tirar a área de demarcação de terras da Funai e jogar para o Ministério da Agricultura. Isso foi derrotado no Congresso Nacional, através das emendas à Medida Provisória nº 870; depois, o Supremo Tribunal Federal também impediu que o Governo Bolsonaro insistisse nessa ideia.

A partir do momento em que se mostrou que tudo ia ficar com a mesma configuração institucional, foi aí que houve uma troca na Presidência da Funai e veio para dentro da Funai essa gestão atual, que está comprometida não com os direitos indígenas, mas com uma agenda que lhe é ditada de fora, não lhe é... Essa agenda que é implementada hoje na Funai não ocorre na interação com as lideranças indígenas, com os indígenas das diferentes regiões, como deveria ser, como era o costumeiro. Ocorre que a agenda vem de fora, é a agenda que vem sobretudo da bancada dos ruralistas e desses setores de mineração que têm interesse nos minérios das terras indígenas. É essa agenda que está sendo implementada hoje na Funai, não é?

Então, o Bruno foi exonerado nesse contexto já dessa nova gestão, justamente por conta da sua atuação nessa área de índios isolados de recente contato. Ele foi perseguido por um... Senador Randolfe Rodrigues, como é a perseguição? A perseguição, no caso do Bruno, é aquela famosa geladeira. O Bruno se deu conta de que não ia mais ter acesso às coisas técnicas, aos assuntos com os quais ele estava acostumado a trabalhar, que ele iria ser colocado na geladeira.

Há outras formas de perseguição? Há, e a gente relata no dossiê. Nós temos pedidos de investigação criminal a servidores que executam o seu trabalho corretamente. O presidente, atualmente, da Funai é um senhor que é delegado, de origem, da Polícia Federal, de carreira. Então, nós dizemos que ele é um interventor na Funai, porque está justamente colocado na Funai para implementar essa agenda de fora, mas, como ele vem da Polícia Federal, ele submete lideranças indígenas e servidores que estão no exercício correto das suas funções a pedidos de investigação criminal. Nós narramos no dossiê – não vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui me alongar –, pelo menos, três casos muito gritantes e chamativos desse pedido de investigação a servidores, o que é uma maneira de criar um clima de perseguição, de constrangimento, para que ninguém mais se sinta à vontade para atuar da maneira correta como nós estamos acostumados a atuar, não é?

Bom, nomeação também. Na coordenação regional lá do Vale do Javari, o homem de confiança que foi colocado pela atual gestão foi um militar que foi gravado, pego falando em meter fogo nos índios isolados. No momento em que ele foi gravado falando isso – evidentemente, pegou muito mal para ele –, ele foi obrigado a pedir exoneração. Desde que ele pediu exoneração, mantém-se a coordenação regional do Vale do Javari sem coordenador regional titular. É uma situação de precariedade, de abandono da coordenação regional.

Há um outro cargo importantíssimo para fazer o trabalho de fiscalização, que é o chefe do serviço de gestão territorial e ambiental. Há muito tempo está sem titular. Os servidores estão lá na ponta desesperados para fazer seu trabalho. São poucos. Eles submetem o nome de um colega para ser nomeado, e a resposta da presidência da Funai é: "Não, não vamos nomear, porque não há oportunidade e conveniência nessa nomeação", sem nenhuma...

Respondendo um pouco também ao Senador Randolfe, que perguntou: "Qual é a justificativa para exonerar o Bruno? Qual é a justificativa para não nomear essa pessoa?", não se sabe. São critérios absolutamente ideológicos. Identificam que aquela pessoa é uma pessoa que está numa linha de atuação, do nosso ponto de vista, correta, então, não se nomeia ou exoneram essas pessoas.

Por fim, um último dado que eu acho importante mencionar também: é comum que se diga: "Ah, na Funai, existem lá cem indígenas que foram contratados". De fato, é muito importante a contratação que foi feita. Os indígenas são servidores temporários que estão ajudando muito, ajudaram nas buscas inclusive. Porém, omite-se... Quando se fala isso, às vezes, coloca-se um número: "A Funai hoje contratou um número [sei lá], aumentou o quadro de servidores em X [sei lá quantos] por cento". Omite-se que essa contratação só aconteceu porque o movimento indígena brasileiro, através da Apib, ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, com uma ADPF, obrigando o Governo brasileiro a agir no contexto da pandemia. E foi nesse contexto que o Supremo emitiu uma determinação para que a Funai contratasse, portanto, os temporários. São servidores temporários – felizmente são indígenas que conhecem a região e contribuem muito –, porém são servidores temporários num regime precário que não satisfaz todas as necessidades da atuação de servidores. A gente não pode confundir as coisas e dizer que esse número de servidores foi uma grande conquista: primeiro, não foi uma conquista, foi uma determinação judicial; segundo, não resolve a situação.

Com isso tudo, eu queria reforçar, mais uma vez – vou terminar aqui, Senador; fique tranquilo, que eu não vou me exceder mais –, esse nosso sentimento de indignação. A partir do caso do Bruno e do Dom, a gente percebe que tem muitos elementos que são elementos que se reproduzem Brasil afora. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala das lideranças indígenas... Eu reconectei aqui a minha conexão, retomei a conexão num momento em que eu pude ouvir ainda algumas lideranças falando, não é? A gente sabe que Brasil afora a situação é gravíssima, tem diversas situações ocorrendo, todas elas nesse contexto de uma Funai levada a atuar no sentido contrário ao da sua missão institucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Eu queria agradecer a todos os que participaram desta audiência pública de hoje: ao Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari; ao Dr. Geovanio Pantoja Katukina, a quem nós reforçamos aqui o convite para que possa estar presencialmente numa próxima audiência pública que pretendemos realizar; e também ao Dr. Fernando Vianna, Presidente do INA (Indigenistas Associados) – agradecemos a sua presença também.

Quero agradecer aqui às lideranças tuxás, guaranis caiovás, guaranis nhandevas, tupinambás, taurepangues, uapixanas, macuxis, que aqui estiveram; aos representantes da Univaja, da Coiab, do Cimi, da OPI e da Apib.

Portanto, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente sessão e informo que, às 14h, sob a Presidência do nosso Senador Randolfe Rodrigues, que é o Presidente da Comissão Temporária Externa definida aqui pelo Senado Federal, teremos uma nova audiência pública para tratar do tema.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Rafael Tenório e Paulo Paim, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 18/2022 - CDH, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). Finalidade: "Debater o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes - Matriz 02: Exploração Sexual, instituído pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021". Participantes: Priscila Carvalho, Coordenadora de Atenção Primária à Saúde do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas; Maria Leolina Couto Cunha, Diretora da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos – MMFDH; Diego Bezerra Alves, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; Nádia de Castro Amaral Franco Waller, Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciários da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Rafaela Levay Lehmann, Representante do Ministério do Turismo; Raphaella Rosinha Cantarino, Coordenadora-Geral de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/ME; e Márcia Pádua Viana, Assistente Social - Coordenadora-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos do Departamento de Proteção Social Especial e Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania. Resultado: Audiência pública realizada. Faz uso da palavra a Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 18, de 2022, da CDH, de autoria da Senadora Leila Barros, para debater o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes – Matriz 02: Exploração Sexual, instituído pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania da internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Brasilienses, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham por meio das plataformas de comunicação do Senado Federal, é com satisfação que damos início à presente audiência pública na qual vamos discutir e avaliar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes anunciado pelo Governo Federal no último dia 18 de maio, conforme previsão do Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021.

De acordo com as informações divulgadas no lançamento do plano, serão destinados 109 milhões a projetos que combatam a exploração sexual e a violência física, psicológica e institucional contra crianças e adolescentes em nosso país. É mais do que necessária, é urgente a elaboração de um plano nacional com vistas a proteger os interesses de milhares de meninas e meninos que são vítimas de inúmeras formas de violência em nossa sociedade.

De acordo com os dados do IBGE, em 2019, da população brasileira de 210 milhões de pessoas, cerca de 54 milhões possuem menos de 18 anos de idade, quer dizer, um quarto dos brasileiros. São brasileiras e brasileiros que têm o direito de atingir a idade adulta livres de qualquer forma de exploração e violência.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ressaltou que, nos últimos 30 anos, o Brasil avançou em diversas políticas públicas e na legislação protetiva de crianças e adolescentes. Obtivemos conquistas como a diminuição da mortalidade infantil, a redução da desnutrição crônica entre menores de cinco anos – isso foi em 2019; a realidade possivelmente já seja outra pós-pandemia ou durante essa pandemia, porque não tem "pós" ainda –, o aumento do percentual de crianças nas escolas, além da adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo – e é o motivo de estarmos hoje reunidos –, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organismo internacional apontou que os índices de violência contra meninas e meninos em nosso país permanecem assustadoramente elevados. Trata-se de um desafio complexo que demanda várias abordagens em diferentes níveis.

Estudo sobre o tema conclui que são distintas as formas de violência em função da idade da vítima. Para se ter uma ideia, crianças são assassinadas com frequência em um contexto de violência doméstica empreendida por um conhecido. O mesmo ocorre nos casos de violência sexual, em que, na sua maioria, são cometidos contra crianças por pessoas conhecidas. A maior parte dos adolescentes, por sua vez, morrem fora de casa, em razão da violência armada urbana e do racismo.

O Brasil também se envergonha com os números relativos à exploração sexual infantojuvenil. De acordo com o Observatório do Terceiro Setor, o nosso país ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial de exploração sexual de crianças e jovens, com cerca de meio milhão de vítimas a cada ano. Dessas vítimas, estima-se que 75% – 75%! – sejam meninas e negras. Trata-se de uma violência que inclui espancamentos e estupros e que sujeita essas jovens ao vício em álcool e drogas, além de infecções por doenças sexualmente transmissíveis.

Como se vê, a adoção de políticas públicas que mitiguem esse cenário desumano é de extrema urgência. E é necessário que tais políticas caminhem de forma estruturada, compreendendo os diversos contextos em que a violência contra a criança e o jovem se manifestam em nosso país. É por isso que esta Comissão estendeu o convite a diferentes órgãos do Governo Federal e que fazem parte da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente, para que se juntassem ao debate que promovemos nesta audiência pública. É impossível encontrarmos soluções para o problema sem que todas as possíveis instâncias governamentais que tangenciam esse tema sejam ouvidas.

Minhas senhoras e meus senhores, caros convidados, espero que possamos, no decorrer desta audiência, analisar os dados e iniciativas do Governo Federal sobre o tema e que possamos, ao cabo, contribuir para que o plano nacional seja aperfeiçoado e, principalmente, efetivamente operacionalizado.

Boa audiência para todos nós.

Inicialmente, nós iremos dar a cada um dos convidados dez minutos.

Nós temos aqui... Já temos a participação dos nossos internautas. Mas eu já vou passar a palavra.

Nós temos participantes presenciais aqui que eu gostaria de citar: Dra. Priscila Carvalho, que é Secretária de Atenção Primária à Saúde do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde; Nádia Franco Waller, que é Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciários do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Diego Bezerra Alves, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir... Eles vão participar. Então, individualmente, depois, eu vou chamar cada um, para dar o seu depoimento, para fazer a sua fala aqui.

Remotamente, temos a Sra. Rafaela Lehmann, que é representante do Ministério do Turismo.

Temos também a Sra. Maria Leolina Couto Cunha, que é Diretora do Departamento... Está aqui uma sigla, mas eu gosto de...

Você tem a sigla? Não é do Conanda, não. (*Pausa.*)

Acho que, para os internautas, isso é importante. (*Pausa.*)

Está bom.

Remotamente – vamos lá! –, estão aqui a Sra. Maria Leolina Couto Cunha, que é Diretora da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos; a Sra. Raphaella Cantarino, que é Coordenadora-Geral de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; a Sra. Márcia Pádua Viana, Assistente Social, Coordenadora-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos do Departamento de Proteção Social Especial e Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania. (*Pausa.*)

Certo. Já passamos aqui. Obrigada.

Vamos passar a palavra, primeiramente – vou alternar, um presencial e um remoto –, para a Sra. Priscila Carvalho, que é Secretária de Atenção Primária à Saúde do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde – seja bem-vinda; vou chamar cada um, e a senhora é a primeira –; para a Sra. Nádia de Castro Amaral Franco Waller, que é Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciários do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e para o Sr. Diego Bezerra Alves, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Sejam bem-vindos!

Com a palavra a Sra. Priscila Carvalho.

A SRA. PRISCILA CARVALHO (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Na pessoa da Sra. Senadora Leila, eu cumprimento os demais participantes da mesa, os demais convidados que estão aqui na Comissão, aqueles nos assistem e participam também virtualmente.

Ontem, eu até respondi a um *e-mail*, pedindo uma correção: o Secretário de Atenção Primária é o chefão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Está bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA CARVALHO – Eu sou Coordenadora de Saúde de Adolescentes e Jovens no Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Tendo dito isso, a gente manifesta, enquanto Ministério da Saúde, a nossa satisfação e a importância do Plano de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

O tema da violência e os seus desdobramentos é um dos principais temas que nós trabalhamos na saúde dos adolescentes e jovens, dos temas urgentes e prioritários, até porque ele é um tema gatilho, não é? Em torno da violência e como desdobramento da violência também estão presentes outras grandes prioridades à saúde dos adolescentes e jovens como, por exemplo, a gravidez na adolescência, como, por exemplo, os transtornos mentais, ansiedade, depressão e suicídio. São situações satélites ali que geralmente permeiam o mesmo contexto da violência. Então, a violência é um tema central da nossa discussão e das nossas prioridades.

Hoje em dia nós temos estratégias setoriais para lidar com a prevenção e também a resposta do setor saúde diante dos casos da violência. O que nós fazemos prioritariamente é isso. Os nossos profissionais da atenção primária estão espalhados aí em todo o país. Nós temos hoje em dia quase 50 mil equipes que atuam em todos os territórios. Nós fazemos principalmente esse trabalho de prevenção, de identificação, e nisso os profissionais são a nossa grande ferramenta para essa identificação, porque pode acontecer e acontece de crianças e adolescentes que estão nesses contextos de violência estarem nas unidades de saúde para algum atendimento eventual, procurando algum cuidado específico, até mesmo sem se dar conta do contexto em que estão vivendo, ou mesmo se dando conta. Aí nós contamos com a perícia e o preparo das nossas equipes para fazer essa identificação desses casos, e aí fazer o acionamento da rede de proteção, os conselhos tutelares, autoridades policiais. E, inclusive, fazer essa articulação intersetorial para responder a esses casos, que são complexos – geralmente são um contexto ali de várias questões subjacentes, de falta de acesso a políticas públicas, uma série de outras privações que criam esses contextos que afetam as crianças e os adolescentes. Então, a atenção primária é o epicentro da nossa resposta.

Nós estamos também instituindo junto aos estados ações específicas para responder à questão da gravidez na adolescência, que também aparece frequentemente como uma repercussão da violência. Nós estamos instituindo uma ação nacional específica, que, curiosamente, nós ainda não tínhamos tido... Embora seja um problema que está no topo da nossa agenda de prioridades, eu acho que há muito tempo se fala da questão da gravidez na adolescência e, curiosamente, a gente não tinha ainda uma ação nacional estruturada para responder a esse cenário. Hoje nós a temos, e até o final do ano nós teremos pelo menos dez estados com planos próprios.

E o Amapá foi o primeiro estado protagonista, o pioneiro em instituir o seu plano próprio. Nós estávamos lá agora, no último mês, com portaria instituída, com compromisso formal daquele estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder a essa problemática. Então, os estados do Norte e do Nordeste, que é onde nós temos os índices mais preocupantes de gravidez, e muito dessas gravidezes acontecem em contexto de violência e de violência sexual, estão aí saindo na frente. Então, nós queremos até fazer esse reconhecimento aqui ao Estado do Amapá.

Então, é assim que a saúde age: a gente faz prevenção, a gente responde na identificação, no atendimento, na redução de danos, no encaminhamento, na atuação intersetorial, partindo dessa compreensão de como é complexo esse cenário da violência. Estamos satisfeitos de compor esse plano, essa resposta federal articulada, intersetorial, que compreende o quanto a questão da violência é complexa e o quanto nós não podemos deixar de reagir a esse cenário.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Priscila, pela sua presença. É Coordenadora de Atenção Primária à Saúde do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde.

Eu vou passar para os demais expositores aqui.

Ao final, tenho perguntas com relação justamente a esta questão da gravidez precoce, a dados e estatísticas, para saber se o ministério já tem alguns dados e estatísticas com relação a esses números.

A SRA. PRISCILA CARVALHO – Temos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Com certeza, na pandemia, possivelmente, tenham aumentado, inclusive, não é?

Vamos aguardar.

Vou passar agora, no remoto, para a Dra. Maria Leolina Couto Cunha, que é Diretora da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos.

Seja bem-vinda, Dra. Maria Leolina!

A SRA. MARIA LEOLINA COUTO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes e os participantes da audiência pública, na pessoa da Senadora Leila, e dizer que é uma grande satisfação participar.

Quero agradecer este espaço que está sendo dado para a gente socializar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano de 2021, nós tivemos 100.974 denúncias de violências pelo Disque 100. Foram 12.597 estupros e 2.769 denúncias envolvendo exploração sexual. Então, é um tema muito relevante este que a gente está focando aqui hoje.

Eu queria fazer rapidamente aqui um breve histórico do Plano Nacional. Nós tínhamos no país um Plano Nacional focado na violência sexual, e, com o Decreto 10.701, de 17 de maio de 2021, foi, então, criado o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. Ampliou-se o foco. Antes, tínhamos um instrumento para trabalhar a violência sexual. Agora, nós temos um plano... Temos um programa e depois um plano, porque o plano já está pronto. A gente não está discutindo o plano. Ampliou-se o foco para também se falar sobre violência física, violência psicológica, violência institucional. Então, esse foi um grande ganho.

Na construção desse plano, foi feita uma discussão muito ampla com toda a sociedade em vários encontros. Foram seis encontros nacionais com o SGD, com a participação de organizações governamentais e não governamentais. Mais de 115 organizações da sociedade civil participaram desse plano.

Com relação aos eixos, aqui, no caso do nosso ministério, várias ações já estão sendo, digamos, contempladas, e eu queria socializar aqui algumas.

No eixo da prevenção, no plano de trabalho do eixo da prevenção, uma ação concreta é a Endica (Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Essa ação conversa com o objetivo 2 do plano, que fala sobre a capacitação dos atores do SGD (Sistema de Garantia de Direitos). Então, a Endica, hoje, tem um curso com relação a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. É um curso gratuito e chancelado pela UnB. A Endica também tem cursos de especialização na área da violência contra crianças e adolescentes e cursos de mestrado, tudo gratuitamente. Inclusive, nós estamos abrindo a nossa segunda turma de mestrado agora, no segundo semestre deste ano. Isso fortalece o sistema de garantia.

Outra ação aqui são as campanhas, não é? Então, muitas campanhas são realizadas. Inclusive, nós estamos lançando agora uma campanha em parceria com o CNJ e outras instituições, organizações ligadas ao SGP, que conversa com a ação 2.5 do plano, e fala com relação a essa questão das campanhas.

A outra ação muito importante que eu queria destacar aqui é a que tem o objetivo 7 do plano, a ação 7.3, que fala da importância de divulgar planos, programas, projetos e serviços locais, de forma intersetorial, nos pontos de maior visibilidade, como as rodovias em nível nacional, estadual e municipal, voltados para prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, o nosso ministério aqui, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, nós temos as operações. A última que nós tivemos, no ano passado, a Operação Parador 27 – 27 porque ela está nas 27 unidades da Federação. E tivemos outra edição da Operação Parador 27 agora, no mês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado. Para se ter uma ideia, essa Operação Parador 27 mobilizou 18,7 mil policiais da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar, e nós aqui no nosso ministério mobilizamos todos os conselhos tutelares do Brasil para dar porte à Operação Parador 27.

Foram fiscalizados 2,9 mil municípios na operação, que durou 15 dias; foram abordadas 173 mil pessoas; foram apuradas 1,1 mil denúncias tocadas pelo Disque 100; resgatadas 233 crianças e adolescentes da exploração sexual; e presos 623 agressores predadores. Mas uma coisa que eu, assim, queria mais focar e conversar, que conversa com o plano, na ação 7.3, é que essas operações servem também a um viés preventivo, no sentido de sensibilizar a comunidade, desmistificando aquela ideia da naturalização do uso, principalmente das adolescentes, para comercialização de sexo.

Outra ação que o ministério está desenvolvendo, que conversa aqui com o objetivo 10 da ação 10.2 do eixo de prevenção, fala em promover a capacitação de profissionais da comunidade escolar e conselheiros tutelares, visando à sensibilização dos pais e/ou responsáveis sobre a violência e a sua relação com a evasão escolar. A evasão escolar está muito focada e também ligada à questão do próprio trabalho infantil, da exploração sexual, que é uma das piores formas de trabalho infantil.

E nós temos aqui o Programa Vem Viver, que é um programa em que foram aportados mais de R$10 milhões para desenvolver uma metodologia para ser implantada nos municípios brasileiros no sentido de prevenir e fazer a busca ativa da evasão escolar. Esse programa tem três etapas. Primeiro, é o Vem para a Rede, que capacita a rede local; o Vem para a Escola, que é um trabalho focado nos professores, alunos e familiares dentro da escola; e a etapa Vem para a Vida, que é quando essa criança, esse adolescente está fora da escola, e é todo um trabalho para buscar ativamente essa criança, esse adolescente para voltar para a escola. Então, num momento de pandemia é muito importante esse programa.

Queria ressaltar também uma outra ação aqui do eixo de prevenção, que é ação 11.1, que prevê a padronização dos dados da Ouvidoria para subsidiar os gestores em suas políticas públicas. Hoje a Ouvidoria Nacional, através do Disque 100, tem um painel de direitos humanos com um BI com filtros extremamente eficaz. Então, hoje dá para a gente acessar o painel e ter os dados atualizados. Antes a gente tinha esses dados apenas de um ano para o outro, agora é questão de um mês para o outro. E nesse painel dá para você filtrar a violência pelo ano, pelo mês e pelo dia, pela unidade da Federação, pelo município que você quiser, pelo tipo de violação e pelo perfil da vítima para saber o sexo, a faixa etária, a raça, a cor a etnia e o grau de instrução também do agressor. Isso também é um grande avanço e o plano já previa isso.

No eixo de atendimento, eu queria aqui destacar a ação 1.3, que prevê a criação de centros de atendimento integrados para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Nós lançamos agora a Portaria 833, agora, em abril de 2022, por meio da qual nós não estamos ofertando para os municípios uma metodologia para a implantação dos centros integrados. O que é o centro integrado? É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço físico onde se congregam os órgãos que fazem um atendimento dessa criança. No caso de abuso e exploração sexual, é importantíssimo isso porque a vítima de abuso e exploração sexual, principalmente a de abuso, fica pulando de órgão para órgão, muitas vezes chegando a ser escutada de oito a dez vezes, gerando uma revitimização. Então, essa ação é importantíssima, é a ação 1.3 do eixo de atendimento do plano.

Outra ação também de lá do plano é a 1.4, que fala de fluxos, criar protocolos e fluxos de atendimento para a rede. Foi recentemente assinado, no dia 18 de (*Falha no áudio.*)... da escuta protegida, foi lançada uma portaria interministerial, da qual participam: o CNJ, o CNMP, a DPU, a Casa Civil, o nosso ministério, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania e o Ministério da Educação. Essa portaria interministerial lançou uma padronização para o Brasil todo de como tem que ser esse fluxo de atendimento. E isso vai cumprir a ação 1.4 do eixo de atendimento do plano.

Que pena, gente. Temos muito, muito, muito mesmo! Só estou aqui no eixo do atendimento, temos várias outras ações.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Dra. Maria, nós vamos dar mais dois minutos para a senhora, só para estender um pouquinho a sua fala.

A SRA. MARIA LEOLINA COUTO CUNHA (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora.

Então, nós temos várias outras ações aqui: o Família Solidária, que conversa com a ação 6.1 do plano, que prevê para o PPCAAM, para crianças e adolescentes ameaçados de morte... Crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual de redes, de exploração sexual são atendidos pelo nosso PPCAAM.

Nós lançamos o programa Família Solidária, fortalecido agora com a supervisão de família para a moradia, para quem tem a moradia independente... Não dá para a gente explicar mais detalhadamente, infelizmente.

Lançamos um canal próprio para médicos e professores fazerem suas denúncias. Isso conversa com a ação 10.1 do plano.

A Ouvidoria lançou o DH Brasil, que é um aplicativo, que conversa com a ação 3.2 do plano.

Lançamos, dentro do Disque 100, o atendimento do WhatsApp, que conversa com a ação 3.2 também do nosso plano.

Para os conselhos tutelares agora serem equipados, obrigatoriamente, o município tem que alimentar o Sipia. Isso conversa com a ação 4.5 do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente – tem muitas coisas aqui, mas eu vou resumindo, porque eu já estourei meu tempo –, há o aplicativo Sabe, que é um aplicativo customizado para crianças e adolescentes, que conversa com a ação 2.5 do plano, no eixo de participação e mobilização social.

A gente tem também uma ação que eu acho superimportante, que é um observatório de crimes sexuais o*nline* que foi lançado nesta semana. É uma parceria com a Universidade Federal do Paraná e com o Pnud. Nós investimos mais de R$2 milhões nesse observatório, que trabalha com o monitoramento de legislação, de PLs, painel de dados, capacitação, produção científica, tudo na área do enfrentamento da exploração sexual *online*. Esse observatório é muito importante, porque de três internautas um é criança, segundo os dados do Unicef. Essa ação conversa com o eixo 5 do plano, que é de estudos e pesquisas, com a ação 3.4.

Quero agradecer e ficar à disposição para demais esclarecimentos, caso queiram.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Dra. Maria Leolina Cunha. Aguardamos que a senhora fique conosco mesmo até o final, porque, ao final, a gente vai ter as perguntas dos nossos internautas. Grata pelos seus esclarecimentos.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Diego Bezerra Alves, que é o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Seja bem-vindo, Dr. Diego!

O SR. DIEGO BEZERRA ALVES (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila, pelo convite e por ter realizado esta audiência pública, que eu acho que é fundamental para a gente debater.

Eu acho que todos os temas ganham muito quando a gente debate amplamente, com diversos atores da sociedade, acho que esse em especial. A defesa das nossas crianças é um tema extremamente necessário. Trouxeram inúmeros dados aí da gravidade da situação. Então, fico feliz de poder estar aqui representando o Conanda neste debate.

Eu queria saudar todos que estão presentes, em especial a Priscila e a Leolina, que me antecederam e são também Conselheiras do Conanda, representando o próprio Executivo. O Conanda é um conselho paritário, previsto no ECA e criado por lei própria, com a atribuição de ser o principal órgão formulador, deliberador e de controle das políticas públicas para a infância já há 30 anos. Há uma participação paritária do Governo e da sociedade civil. Acho que é muito legítimo que a gente esteja aqui compondo este debate. Então, eu queria começar agradecendo às nossas Conselheiras também que participaram desse processo e que estão aqui nos acompanhando.

É bom que a gente também vai avançar neste debate dentro do Conanda, porque, no processo de elaboração desse plano, a gente fez essa discussão intensamente dentro do conselho... Nós temos um problema de mérito, mas também de forma, prioritariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente entende que a competência e a elaboração desse plano, na verdade, eram do próprio conselho. A gente acha que o decreto presidencial que instituiu uma comissão em que o Conanda era apenas um convidado entre os seis ou sete ministérios é um decreto que fere, como foi concebido, a ideia da participação social e da sociedade na elaboração das políticas públicas, ou seja, usurpando a competência do Conanda por uma outra comissão.

Fizemos amplamente esse debate dentro do conselho e optamos, ao final, por não fazer parte do processo de construção e, portanto, não referendar esse plano da forma como ele foi construído. Acho que essa é uma primeira consideração que é importante fazer. Esse foi um debate longo e profundo lá no conselho, e eu acredito que faltaram elementos de participação social na construção do plano.

Em que pese que isso tenha ocorrido, ao se tratar de uma política pública implementada pelo Governo Federal, sendo posta agora em prática – a proposta é que seja colocada em prática –, cabe ao Conanda novamente avaliar ainda que seja uma política de Governo, o que eu acho que é um problema desse plano, porque a gente, ao falar de planos.... O anterior, que era o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tinha uma estratégia e um foco na violência sexual justamente por entender que ela tem especificidades e precisa de uma atenção maior, de estratégias específicas que não podem se perder entre o enfrentamento às demais violências, que evidentemente precisam ser enfrentadas, mas cada uma com a sua especificidade. Então, essa era uma preocupação que a gente tinha.

Para entrar no mérito da discussão do que é esse plano de enfrentamento a todos os tipos de violência contra as crianças, eu acho que, da primeira análise, já se refletiu um pouco. A gente tem... Eu pelo menos tenho a leitura... Vamos aprofundar esse debate no Conanda e estamos elaborando um relatório mais extenso, técnico e aprofundado com várias organizações da sociedade civil que se dedicam especificamente ao tema. E aí eu queria citar que a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, que é uma coalizão que reúne mais de 50 organizações dedicadas ao tema da infância e da adolescência, os companheiros do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, que há anos se dedicam ao tema, e a Rede Ecpat Brasil, que também se dedica principalmente à exploração sexual, estão apoiando a sociedade civil e o Conanda a fazer esse debate.

A gente vai ter um relatório mais aprofundado do ponto de vista do conselho sobre o plano, mas, na minha primeira leitura, eu acho que se confirma uma análise de que o tema da violência sexual perdeu centralidade aqui. E, mais do que o da violência sexual, o da exploração sexual em si tem poucas ações. Embora ele seja aqui bem descrito na parte metodológica e conceitual e traga um bom paradigma e uma recapitulação histórica do que é a exploração sexual, nas ações eu acho que ainda faltam medidas mais concretas.

E eu digo isso por quê? A exploração sexual é uma condição que deriva de uma desigualdade econômica e social da sociedade, a exploração sexual é um fenômeno derivado da pobreza. É a pobreza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que coloca principalmente meninas nessa situação de se submeter à atividade sexual em troca de comida, em troca de um brinquedo que seja para as crianças menores, em troca até de dinheiro para as adolescentes. E, de forma muito perversa, se coloca que essas adolescentes muitas vezes concordam com aquilo, estão anuindo com aquilo, estão se prostituindo – ainda se usa muito essa palavra –, mas é um problema que vem da pobreza. E, numa situação do país hoje que há muito tempo não era tão grave, de 33 milhões de pessoas passando por situação de fome ou insegurança alimentar, não tenham dúvidas de que a exploração sexual é mais grave do que nunca!

Então, a gente precisa de ações muito mais concretas, muito mais incisivas e muito mais orçamento para lidar com isso, porque o caminho para enfrentar a exploração sexual, que é o tema principal aqui de hoje, dentro do recorte do plano como um todo, é a política de proteção básica, é renda mínima, programas de distribuição, emprego. A gente tem que partir desse fortalecimento. Eu acho que esse é um diálogo que faltou aqui no âmbito do plano.

As ações específicas para exploração sexual acho que estão subdimensionadas aqui. A Leolina citou uma importante no âmbito da prevenção, de elaborar planos, articular. Eu acho que é um mérito, mas eu acho que o tema tinha que estar mais dedicado e ter mais ações concentradas no tema da exploração sexual. Essa é a minha primeira análise, mas, como eu disse, o Conanda certamente se debruçará em detalhes sobre o plano, com o apoio das diversas organizações da sociedade civil, que eu acho que deviam ter composto a elaboração desse plano, para que ele se confirmasse como uma política não deste Governo – que, ao que tudo indica, está aí no seu último ano, nos seus últimos seis meses de ação –, mas que fosse um plano de Estado, um plano que, votado pelo Conanda, tivesse continuidade, seja por que governo for, eleito pela população – o próximo, o próximo e seguintes –, e tivesse uma série de ações continuadas e permanentes, em que se pudesse avaliar, reavaliar, em que se pudesse medir. Que não fosse uma política apenas de um Governo que está aí propondo suas ações, que eu acho que, como eu disse, tem vários méritos, tem vários avanços. Eu acho que tem preocupações aqui importantes, mas eu acho que é um plano de Governo elaborado apenas pela liderança dos ministérios que compõem o comitê que aprovou o plano, em que faltou, na minha visão, mais participação da sociedade civil pelo seu órgão legalmente reconhecido, que é Conanda.

Enfim, apesar disso, já queria pontuar. Eu sei que a Leolina, em especial – e toda a equipe –, se dedicou a fazer o melhor plano possível, apesar dessa crítica que eu coloco, mas já queria fazer algumas pontuações iniciais.

Eu acho que ao plano, por ser muito extenso e abrangente, falta uma clara noção de priorização das ações. Eu acho que a gente tem aqui centenas de ações, em que a gente não sabe qual vai ser executada primeiro, não é? Se o orçamento é limitado, como o próprio plano reconhece – e aí eu acho que também é um déficit do plano –, é preciso colocar qual é a vinculação orçamentária para viabilizar a sua efetividade, para que ele não fique só no papel. Se o orçamento é limitado, se isso é um risco para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria execução do plano, qual é a ação que vai ser prioritária? Eu acho que isso é um problema que precisa de ser apontado. Entre aqui as centenas de ações que são previstas, qual vem primeiro? Qual vem por último? Qual que é só se tiver como fazer? Eu acho que falta uma incidência de ter mais orçamento. Eu acho que é preciso que se diga que não há política pública real sem orçamento. Não adianta a gente fazer o plano que for se a gente não incidir no Congresso Nacional para que isso conste na previsão orçamentária. Eu acho que os cento e poucos milhões que a Senadora citou aqui não chegam nem perto do necessário para o tamanho do problema e para o tamanho do país.

Então, eu acho que é chegado o momento de a sociedade brasileira dizer se realmente acha que são prioridade absoluta as crianças e os adolescentes, como consta na Constituição. Depois de mais de 30 anos da Constituição e do ECA, a gente nunca chegou a uma situação de realmente priorizar os direitos das nossas crianças. Talvez seja o momento de a gente fazer essa reflexão e destinar orçamentos condizentes, porque o histórico orçamentário para crianças e adolescentes nunca passou de 3%. Então, estamos diante de uma encruzilhada. A gente fala, na Constituição, que a criança é prioridade absoluta, mas não é prática, não se reflete na prática deste e de vários governos que o antecederam, inclusive. A sociedade ainda precisa, como um todo, de fato, de dar consequência à inscrição de prioridade absoluta para as nossas crianças.

Continuando aqui em alguns pontos do plano que já me chamaram a atenção, como eu disse, falta centralidade, falta prioridade, falta maior incidência orçamentária e falta também um pouco mais de especificação do atendimento aos agressores. O que acontece com o agressor? Tem algumas ações ali no item 4.1 que falam de acompanhamento do agressor, reinserção, reeducação, mas eu acho que isso não está detalhado, precisa de melhor detalhamento, inclusive porque algumas ações que dizem do fortalecimento do acolhimento institucional para as crianças vítimas invertem a lógica. Elas punem novamente a criança, que não só é vítima da violência sexual como será retirada da sua casa, ali... Claro, é preciso separá-la do seu agressor, mas a lógica tem que ser preservar a criança e retirar o agressor da casa. Fazer uma medida protetiva que mantenha a criança na própria casa, na proteção da mãe ou dos familiares mais próximos, e em que o agressor seja responsabilizado e retirado da sua casa, colocado em outra condição, e responda penalmente pelos seus atos. Esse é um problema que a gente tem que aprofundar no plano.

Um dos maiores déficits é na verdade o aprofundamento ao enfrentamento à violência institucional, aquela que é perpetrada por parte dos agentes do Estado que muitas vezes, num atendimento que não obedece aos princípios da lei, ampliam uma violação que a criança já sofreu. Nesse caso, é notório...

É uma coincidência importante a gente estar fazendo esse debate hoje, pois há o caso que ganhou grande repercussão essa semana, em Santa Catarina, onde uma criança foi impedida de realizar o aborto legal por uma conduta extremamente inadequada, inapropriada por parte da juíza. O vídeo é até difícil de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver até o final. Você vê a conduta da magistrada que deveria garantir o acesso a um aborto legal a uma criança vítima de estupro, enfim, colocando ali a sua própria crença, quem sabe pedindo à criança para ficar ali mais um tempo com a criança, para não fazer o aborto, para preservar e dar aquela criança para adoção, mas violando o que a lei prevê, que é... A criança chegou ali e falou claramente. Você quer tirar? Sim. Isso é direito previsto, tem que ser executado.

Aqui eu acho que falta... E é importante a gente avançar no plano em diretrizes claras para médicos e juízes de como proceder nessa situação, senão a violência institucional vai se perpetrar, porque cada juiz vai ter uma compreensão, cada médico vai ter uma compreensão: é situação de aborto ou não? Sendo que a lei é clara: é direito fazer aborto, é legar fazer o aborto em caso de violência sexual. Não pode depender de cada juiz, não pode depender de cada médico. Então, se a gente não tem diretrizes claras para médicos, para juízes e operadores do direito, isso vai seguir acontecendo. E, para mim, era um tema que já era pacificado: violência sexual gera direito ao aborto. Ponto-final. Está no Código Penal desde 1940. Não sei por que a gente voltou a ter esse tema, tentando impor a nossa religião, a religião pessoal, a vontade de cada um só se sobrepondo à lei. Eu acho que é extremamente prejudicial.

É evidente que a gente tem que respeitar a crença de quem não quer fazer o aborto, de quem acredita que a criança está ali na barriga – eu não chamo de criança –, já tem seus direitos, já tem direito à vida. Tudo bem, é a sua crença, mas isso não pode se sobrepor à lei. A lei é notória, é clara. A gente precisa institucionalizar e dar diretrizes claras para os médicos e juízes, porque esse caso é escandaloso e ele não é o primeiro, ele não é o único.

Então, é preciso que fique muito registrada a necessidade de a gente estabelecer diretrizes notórias, para que todos os casos sejam procedidos por médicos e juízes com a mesma abordagem e não depender de cada um colocar ali seus valores pessoais, se sobrepondo à lei. Acho que é um registro muito importante para a gente evitar a violência institucional. E eu acho que esse plano precisa ter ações melhores para isso, ajudando o CNJ e os conselhos de medicina a se adequarem ao cumprimento da lei.

E, por fim, sobre a tônica geral do mérito do plano, embora ele tenha vários avanços, acho que ele reconhece no final a importância da participação social. Inclusive, eu acho até curioso, tem uma ação da participação social que eu acho que até vale ler. No item 3, do final, no eixo da mobilização social, fala-se de articular os diferentes conselhos da criança nos níveis nacional, estadual, distrital e municipal, juntamente com os conselhos setoriais, para regulamentação e controle das políticas de ação e enfrentamento à violência. Eu acho curioso que, para revisão do plano, se fala em ouvir o Conanda prioritariamente e todos os conselhos, mas acho que faltou no processo de elaboração. Eu acho que resulta em algumas falhas, mas que a gente vai tentar superar. Eu acho que o plano tem méritos, mas também tem defeitos em que a gente precisa de avançar. E eu acho que o maior deles é ser excessivamente generalista, colocando centenas de ações sem um nível claro de priorização e sem o foco que cada plano precisa ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho infantil tem especificidades que precisam ser tratadas como especificidades próprias; e a violência sexual, mais que todas. E a exploração sexual, dentro da violência sexual, eu acho que mais ainda, porque, de novo, para concluir, é um problema social da pobreza. Ela não é um problema de cultura, de campanha, de sensibilização. Isso não resolve. A exploração sexual é um crime organizado, em que tem gente ganhando dinheiro e se beneficiando disso. É uma estrutura de exploração das crianças. E não se resolve isso com campanha de sensibilização; isso se resolve com políticas públicas de renda básica, de diminuição da desigualdade.

Eu acho que são essas as considerações iniciais que eu queria trazer.

Eu acho que é um debate muito saudável e eu acho que a gente precisa continuar fazendo, e o Conanda certamente continuará com o aprofundamento e o estudo técnico do plano, propondo aqui as melhorias nos pontos que faltaram.

Então, agradeço a oportunidade e sigo aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Diego.

Inclusive, dentro da Casa também nós vamos busca trazer mais audiências, para ouvirmos até o que o Conanda tem depois da análise e em termos de encaminhamento no decorrer do ano, para a gente acompanhar mais essas ações do próprio plano que foi construído. Acho que é importante a Casa também acompanhar.

Eu vou passar a palavra agora para a Dra. Nádia de Castro Waller, que é Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciários do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja bem-vinda, Dra. Nádia.

A SRA. NÁDIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER (Para expor.) – Bom dia a todos.

Não digo que é um prazer estar aqui para debater uma temática dessa, porque a exploração, qualquer espécie de violência ofertada contra criança e adolescente é especialmente agressiva, tem um caráter pujante muito sério, porque são crianças, estão em fase de formação ainda. Pelos dados levantados, todo mundo sabe que a subnotificação é uma coisa extremada. A cada cem casos, apenas sete são notificados às autoridades competentes.

A legislação brasileira tem avançado bastante nessa seara, buscando fortalecer uma rede de proteção integral às crianças.

No que diz respeito ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, não é fácil representar aqui hoje o ministério, seja pelo tamanho, seja pela envergadura das ações que ele desenvolve na área de segurança pública e pelo alcance territorial que essas ações implicam, mas é uma honra estar aqui representando o ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto ao quantitativo de vítimas e adolescentes, nós conseguimos levantar dados de que, a cada 24 horas, 320 crianças são vítimas de abuso sexual. E, no que diz respeito à exploração sexual de criança, há uma vertente ainda pior, porque, se o abuso acontece no contexto familiar, a mercantilização desse abuso tem um caráter ainda mais agressivo.

Eu não vou repetir... A Dra. Maria Leolina já fez o relato de várias operações. Quero só dar destaque à Operação Parador 27, que foi coordenada pelo ministério. Ela verificou um aumento de 600%, em relação ao ano de 2021, do número de meninas e meninos resgatados. Houve a participação de mais de 18 mil servidores nessa operação. Foram resgatados 233 menores e presos 623 criminosos.

O Dr. Diego tem razão quando ele fala que é um crime organizado. A pornografia, em números mercadológicos, está ali, competindo com a indústria de tabaco e a indústria de bebidas. Há uma banalização quando um filme... E a gente não tem nenhuma regulamentação adequada ainda sobre essa indústria. Então, há uma banalização dos meios de comunicação quando envolvem crianças. A gente sabe que os atores e atrizes ali são maiores de idade, mas existe uma banalização do contexto infantil em determinadas obras.

No âmbito do Ministério da Justiça, essa política também é promovida por meio da Coordenação de Classificação Indicativa. A Portaria 502, publicada no finalzinho do ano passado, é um avanço imenso nessa classificação de obras. Impede e orienta os pais, facilita os pais a optarem por dar acesso ou não a essas crianças a determinadas obras. É uma política que tem um caráter, um alcance muito grande, porque a gente sabe que... Aí eu vou discordar do Dr. Diego: eu acho que capacitação, esclarecimento e políticas que visem a informar e conscientizar têm uma eficácia muito, muito maior, porque, no caso da violência sexual contra crianças e adolescentes e seu subeixo, a exploração sexual contra a criança, ela é mais vil, porque a criança, em 90% dos casos, não identifica ser vítima de violência, porque ela está inserida naquele contexto ali, o abusador ou explorador, via de regra, é membro da família... Então, se essa informação não chega ao âmbito da própria família, que é o contexto do ente, ela tem que chegar por meio de ações de conscientização e abertura de canais específicos, para que essa criança possa pedir ajuda quando identificar que alguma postura a incomoda. Porque ela é – a gente tem que sempre ter em mente sua condição específica – pessoa em desenvolvimento.

Então, todas as políticas voltadas a apoiar ou robustecer o sistema de garantia integral de crianças e adolescentes têm que se comunicar. As políticas têm que ser transversais, amplas, de caráter multidisciplinar, multissetorial e bastante abrangentes, desde o cuidado com a formação psicológica dela, dando acesso adequado a conteúdo adequado, como no recebimento e no acolhimento dessa criança quando ela consegue... Porque a criança conseguir chegar ao sistema de justiça é praticamente um milagre, dada a subnotificação do crime, da espécie de delito. Então, quando ela consegue chegar ao sistema, tem que ter um acolhimento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, dia 18, foi publicada a Portaria Conjunta nº 4, aprovando o fluxo geral de implementação da Lei 13.431, que envolve diversos atores estatais, para que, conjunta e articuladamente, acolham essas crianças, evitando a revitimização delas. Então, a aprovação desse fluxo geral envolve esses diversos atores – saúde, segurança, até chegar ao sistema de justiça. Esse fluxo também é um passo muito importante... A aprovação desse fluxo geral foi um passo muito importante para a gente consolidar e materializar mesmo esse atendimento integral e multidisciplinar de que essa vítima precisa, dado o caráter especial e específico que ela tem.

Só para fazer referência a alguns números: em 2021 e 2022, foram deflagradas 390 operações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, e, nesse mesmo período, a Polícia Federal prendeu 233 pessoas em operações contra a exploração sexual. Durante as investigações, foi possível identificar e socorrer 105 vítimas de abuso, de exploração sexual específica.

E, no que diz respeito ao orçamento, eu tenho muito orgulho de dizer que, no âmbito do ministério, foram criados programas orçamentários específicos voltados à primeira infância. Então, isso demonstra... Eu tenho muito orgulho de trabalhar numa pasta que tem priorizado essas ações, tanto em nível orçamentário quanto no que diz respeito à capacitação dos diversos profissionais envolvidos no sistema de segurança pública, para o acolhimento, para o tratamento e para a identificação dessa espécie de crime e para erradicação dele.

A Secretaria Nacional de Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública são as duas principais instâncias de articulação dessas políticas destinadas à proteção de crianças e adolescentes, seja por ações que visem a aprimorar o sistema legislativo até, como eu já falei, por meio da criação de programas orçamentários específicos voltados a esse grupo.

Por fim, também vou reiterar aqui a parceria do ministério com outras diversas pastas, especialmente o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, em diversas ações, justamente para a gente conseguir alcançar a efetividade dessas políticas que nós promovemos, incluindo a ampla participação do ministério em diversos conselhos, comitês e grupos de trabalho junto à sociedade civil, porque a gente reconhece que, dada a multidisciplinaridade e o alcance dessas políticas, é necessário, sim, realizar essa conversa.

Essas políticas só serão eficazes e efetivas e vão ter seus objetivos alcançados quando a gente ouvir todos os lados envolvidos durante a construção de uma legislação mais eficaz e mais consolidada.

Então, o ministério integra diversos comitês, comissões e grupos de trabalho específicos junto à sociedade civil, na coleta e na promoção dessas políticas, visando à efetividade das atribuições institucionais da pasta.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que eu me delonguei um pouco.

Agradeço por estar aqui. Como eu disse, não é propriamente um prazer. Eu queria falar de outras coisas, mas isso tem que se tornar um problema. Essa tem que ser uma matéria debatida, falada, gritada. Ela tem que incomodar. E ela já incomoda. Ela incomoda tanto, que ela é pouco discutida. Ela tem que ser discutida, tem que virar um problema, como a implementação do cinto de segurança no carro. A gente tem que capacitar, a gente tem que informar, a gente tem que conscientizar. Isso tem que dar dor de cabeça, isso tem que gerar multa, penalização, exposição, porque, só quando virar um problema, ele vai ter solução.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Perfeito, Dra. Nádia! Obrigada. Nós é que agradecemos a sua participação.

Bom, eu vou agradecer as perguntas e a participação dos nossos internautas no e-Cidadania. Nós temos aqui algumas perguntas. Eu vou fazer duas, já para deixar no radar dos nossos expositores aqui.

Sabrina Lobato, do Amapá: "Quais os principais resultados alcançados que podem ser observados com a implementação desse Plano Nacional?".

Katlyn Mamani, de Mato Grosso do Sul: "A estratégia é evitar que ocorra esse tipo de violência contra crianças e adolescentes. Entretanto, quais serão as orientações nas escolas?". É uma boa pergunta.

Amabilym Leal, do Rio de Janeiro: "Cerca de 90% dos casos ocorrem por adultos próximos às crianças. Assim, como será realizado o combate e a orientação às famílias? Qual será o procedimento para evitar e combater a violência sexual? Além disso, fazem-se necessárias penas mais severas para esses criminosos".

Vou passar a palavra agora para a Dra. Rafaela Lehmann, representante do Ministério do Turismo.

Seja bem-vinda, Dra. Rafaela!

A SRA. RAFAELA LEVAY LEHMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. Agradeço o convite ao Ministério do Turismo e parabenizo-a também por trazer este debate para a CDH.

Eu queria cumprimentar todos os colegas e também toda a audiência.

Eu queria falar, então, hoje, brevemente, sobre as ações do Ministério do Turismo, sobre as entregas para o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

O Ministério do Turismo faz parte da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Hoje, o que a gente tem de entrega mais efetiva é em relação ao Código de Conduta Brasil. É uma ação que contempla um programa de segurança turística, que é implementado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério do Turismo e que trabalha sete eixos, um deles de prevenção à exploração de crianças e adolescentes no turismo.

Apesar de essa ser uma temática que já é trabalhada pelo Ministério do Turismo desde a sua concepção, a gente tem um resultado mais efetivo agora, a partir de 2019, quando o Código de Conduta do Brasil foi instituído por uma portaria interministerial, com o MMFDH, a Portaria 272, de 2019. E o Código de Conduta Brasil é um instrumento de compromisso, de livre adesão, com o objetivo de orientar e estabelecer padrões de comportamento ético para empresas e prestadores de serviço turístico. E aí a gente fala para além desse público diretamente ligado ao turismo, mas indiretamente também, para que eles possam adotar ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística.

Então, ele tem esse objetivo de que esses prestadores de serviço assumam o compromisso estabelecido nesse código de conduta. Até temos um vídeo que eu vou pedir para o pessoal rodar, por gentileza. Então, adotando essa posição explícita de repúdio à exploração sexual de crianças e adolescentes em sua política interna, falando, então, dos empreendimentos turísticos, e promovendo ações de disseminação e de informação e capacitação, que aderem muito ao que foi colocado pelos colegas, nessa política integrada, de forma que os funcionários e parceiros tenham mais esclarecimento também sobre o tema, saibam como proceder, saibam quais são os canais de denúncia, o que eles devem fazer em relação aos casos suspeitos.

Nós temos um... Bom, o vídeo já está aí. Eu vou deixar ele rodar; depois, eu vou complementar a minha fala.

Obrigada.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. RAFAELA LEVAY LEHMANN (*Por videoconferência.*) – Bom, continuando a fala, quem tiver interesse, então, por favor, pode acessar o nosso portal, não é? É o codigodeconduta.turismo.gov.br. Ele já está disponível e nós também estamos trabalhando nesse momento para um painel de adesões para que a gente possa ter um controle de fato de quais são os prestadores que já assumiram, então, esse compromisso e para que a gente possa monitorar também o que está previsto na portaria, já que as pessoas, além de firmar esse compromisso, devem seguir, devem fazer as ações, como eu disse, de capacitação para os seus funcionários e parceiros.

Agora, em 2022, nós estamos executando também algumas ações previstas num termo de execução descentralizada que nós temos com o Instituto Federal de Brasília, que justamente vai fazer a ativação desse código de conduta. Foi uma ação de que nós iniciamos o desenvolvimento em 2019, mas, por conta até da pandemia de covid-19, esse assunto ficou um pouco suspenso para a gente trabalhar com o selo Turismo Responsável e com os protocolos biossanitários. Mas agora, em 2022, felizmente nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos iniciar a execução, de fato, dessas ações do nosso TED, já anunciando que fizemos o lançamento oficial do Código de Conduta Brasil agora, em Salvaterra, no Pará, porque o Código de Conduta Brasil também faz parte do programa Abrace o Marajó, também está no plano de ação.

Então, até pela sensibilidade, pelo caso emblemático do Marajó nesse tema, nós fizemos esse lançamento agora, no dia 21, nesta semana, e iniciamos com as oficinas presenciais em Soure e Salvaterra, justamente para a gente iniciar todo esse debate por meio do Abrace o Marajó. Mas também temos outras ações previstas em âmbito nacional, como a capacitação e a disseminação do Código de Conduta, que vai se dar por meio da produção de um minicurso em EAD direcionado a prestadores de serviços turísticos, mas que podem ser utilizados para outras atividades, naturalmente. São vídeos instrucionais também com uma diversidade de outras ações para disseminação desse conteúdo, como *podcasts*.

A gente vai criar materiais promocionais para poder disseminar o máximo possível dessa nossa ação e fazer a ativação então com os multiplicadores, também com uma previsão de atualização no manual. Nós temos um manual que já está disponível no portal que eu indiquei, o manual do multiplicador, com todas as orientações para os prestadores, os gestores de turismo, gestores públicos e, de uma forma geral, privados, que queiram disseminar as ações que nós temos – como eu disse e reforço – que são para o turismo, mas que podem ser utilizadas para outras atividades.

Agradeço mais uma vez o convite. O Ministério do Turismo está à disposição para dúvidas e nos colocamos também à disposição para todos que tiverem interesse para a gente poder detalhar um pouquinho mais da nossa atuação.

Obrigada e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Sra. Rafaela Lehmann.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Raphaella Rosinha Cantarino, que é Coordenadora-Geral de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Seja bem-vinda, Sra. Raphaella.

A SRA. RAPHAELLA ROSINHA CANTARINO (Para expor.) – Bom dia. Agradeço o convite da Senadora Leila para a gente estar aqui discutindo sobre o plano.

O Ministério da Educação já fazia parte do antigo plano que a gente tinha, que era focado na violência sexual, e foi com grande orgulho que eu fui chamada para fazer parte dessa nova comissão para a gente elaborar o plano.

Eu sou orientadora educacional de formação. Então, quando a gente está na escola a orientação educacional é um dos lugares onde a gente mais sente toda a questão da violência seja por parte das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, seja por parte do aluno... Sente, que eu digo assim, que chegam. Hoje, quando a gente para pensar, diariamente nós temos 46 milhões de estudantes que vão às escolas. E agora retornando para o nosso atendimento presencial, a gente tem visto que, de uma certa maneira, durante o período da pandemia, se acentuou muito a questão da violência familiar, das questões das violências dentro de casa.

E a escola, para mim, é um grande espaço de escuta dos estudantes, em que eles conseguem, muitas vezes, se desvencilhar da questão da violência familiar e trazer isso para o espaço de escuta dentro da escola. Quando a gente fala em 46 milhões de estudantes, a gente está falando em um quinto da população brasileira que está diariamente dentro de um espaço com outras pessoas. Então, nas ações que foram desenhadas no plano, tomou-se muito cuidado em inserir o MEC em várias ações.

A Katlyn perguntou quais serão as orientações nas escolas. A gente tem um norte com relação ao plano. Nós temos uma BNCC que trabalha a questão dos componentes curriculares que devem ser desenvolvidos e dos temas transversais – e a mitigação da violência é um deles, qualquer tipo de violência, contra crianças ou adultos ou adolescentes – dentro do espaço escolar. Então, a gente tem feito, de uma certa maneira... A gente trabalha muito com um regime de colaboração com os estados e os municípios, com os conselhos estaduais de educação e com a Undime, que é dos dirigentes municipais de educação. E o plano vem em um momento muito oportuno de retomada de aulas presenciais, para que a gente possa fazer com que se desenvolvam ações, que já existem, claro. E a gente tem que levar em conta a especificidade de cada estado, de cada município, de cada rede estadual, até pela continentalidade que a gente tem no Brasil, pelo tamanho do nosso país. Com o plano, de uma certa maneira, instituído e com ações claras, é muito mais fácil para que a gente possa fazer a disseminação junto ao Consed, junto ao Undime, para que, em um regime de colaboração que a gente tem dentro do ministério, essas ações cheguem de uma forma muito mais fácil à escola e para que, principalmente, a gente consiga, no âmbito da escola, acionar o sistema de garantia de direitos dos estudantes, fazendo encaminhamentos para o conselho tutelar do que for necessário e para todos os entes que são necessários para que a gente trabalhe com os estudantes.

Essas questões para nós são muito importantes. Por exemplo, enquanto eu estava em escola como orientadora, uma das questões que nos preocupavam muito era quando o aluno começava a faltar da escola. A gente podia ir atrás que tinha alguma questão envolvida em casa, seja de uso de droga, seja de desestrutura familiar. Geralmente, o aluno na escola desenvolve os comportamentos típicos que ele também tem dentro de casa ou tenta refletir de alguma maneira um comportamento diferente, para que ele seja notado, porque, muitas vezes, ele não sabe falar e, então, demonstra um comportamento que, para nós que estamos dentro da escola cuidando desse universo de 46 milhões de crianças e adolescentes, é de suma importância que a gente tenha. Então, ter ações específicas ligadas ao ministério, poder fazer as ações junto com as redes e junto com os outros ministérios e enfrentar essa questão da violência, para nós, é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da busca ativa dos estudantes que não retornaram no pós-pandemia também é extremamente importante – a gente tem ações –, assim como recuperar essas aprendizagens, porque, depois, isso também acaba voltando como uma... O aluno acaba saindo da escola e indo para qualquer outro tipo de espaço, principalmente os adolescentes. E aí a violência, de certa maneira, se perpetua. E a gente precisa trabalhar isso no âmbito da escola da forma mais tranquila possível, lembrando que educar não é só uma questão familiar, não é só uma questão da escola, é uma ação...Como eu costumo dizer, é uma parceria em que todo mundo tem que ganhar em prol das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

O trabalho intersetorial é extremamente importante, porque muitas vezes a violência acontece dentro da sala de aula, a criança conta para a professora e a professora tem que trazer isso para o âmbito da direção da escola para que a gente possa fazer os acionamentos necessários, para que a gente possa trabalhar com todo mundo de uma maneira mais linear possível. Então, eu acho que o plano vem nesse sentido.

É claro que... Eu acredito muito que nenhuma política pública, quando é instituída, já vem pronta. A gente tem que trabalhar a parceria de todo mundo. Toda a sociedade tem que estar alinhada e voltada para a mesma ação para que a gente possa de alguma maneira suprir os problemas que essas ações trazem. E combater a violência contra as crianças e os adolescentes em qualquer espaço faz com que, lá no futuro, a gente colha bons frutos dessas ações de prevenção.

Então, o Ministério da Educação se coloca à disposição para o que for necessário, para o que a gente possa fazer, tendo esse universo enorme que nós temos dentro das escolas, para que a gente possa trabalhar juntos e mitigar todo e qualquer tipo de violência, sabendo que, claro, muitas vezes a gente não vai dar conta de tudo, mas que a gente tem que fazer. A nossa parte tem que ser feita envolvendo a família, envolvendo a sociedade, envolvendo os atores, envolvendo a comunidade escolar, envolvendo os conselhos tutelares para a gente poder fazer com que a ação saia realmente do papel e que a gente consiga mitigar ao máximo a questão da violência contra as crianças e os adolescentes.

Mais uma vez, obrigada.

Eu me coloco aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Sra. Raphaella.

Eu vou passar a palavra agora para a nossa última expositora, que é a Sra. Márcia Pádua Viana, assistente social, Coordenadora-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos do Departamento de Proteção Social Especial e Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania.

Seja bem-vinda, Sra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA PÁDUA VIANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero dizer que é uma alegria estar aqui participando deste momento. Quero agradecer, na pessoa da Senadora Leila, a todos aqui da Casa, a todas as colegas aqui presentes que trabalharam na construção. Sabemos que historicamente é uma área que tem bastante militância, bastante atuação na defesa de direitos de crianças e adolescentes. Então, realmente é uma alegria estar aqui para falar sobre o Sistema Único de Assistência Social.

Peço desculpa pelos nomes enormes na hora de ler. Nós não somos bons em síntese. Então, eu também vou fazer um esforço aqui para me manter no tempo. Já que sou a última, não quero que fique cansativo para ninguém.

Mas o que eu venho trazer aqui é uma importante contribuição no campo da proteção social. No Brasil, felizmente, nós temos políticas públicas de Estado construídas historicamente e o Sistema Único de Assistência Social é uma conquista do povo brasileiro. Nos últimos anos, nós conseguimos estruturar uma rede composta por serviços que atuam diretamente no enfrentamento das violências e violações de direitos.

Então, em colaboração com estados e municípios, nós temos centros de referência de assistência social, que têm um viés de prevenção das situações de violência e que atuam nas situações de vulnerabilidades e riscos a que as famílias estão submetidas em decorrência da pobreza e tantas outras questões, como o não acesso a serviços públicos. Então, a gente tem mais de 8 mil CRAS em todo o Brasil, serviços de convivência vinculados a essa proteção básica, que atendem a um público de crianças e adolescentes. Para vocês terem uma ideia, em 2000, dados do Sisc, que é um serviço de convivência, registram mais de 630 mil crianças e adolescentes até 12 anos e mais de 573 mil usuários na faixa etária de 13 a 17 anos. E são serviços que têm um potencial bastante preventivo de falar sobre a questão da educação sexual, de permissão, de toques inadequados, de trabalhar de uma forma bastante cooperativa junto às famílias nesse processo de acesso à informação, de autoproteção de crianças e adolescentes.

Além disso, a gente tem uma rede também composta por serviços especializados que vão atender crianças, adolescentes e suas famílias quando já houve uma violação de direitos, que são os Creas. A gente tem mais de 2,7 mil Creas no Brasil, e o Creas oferta esse serviço especializado com foco na superação de violências e violações. Então, para vocês terem uma ideia também da dimensão do trabalho realizado, segundo o registro mensal de atendimentos mais de 33 mil crianças e adolescentes foram atendidas em 2021 em razão de abuso sexual, e mais de 2.074, na situação de exploração sexual, foram atendidas pelo Creas.

Então, sabemos que a violência vem se agravando, especialmente agora no período da pandemia, em que a gente assistiu um crescimento dessa violência pelo fechamento das instituições, sobrecarga familiar, e as crianças e adolescentes ficaram mais desprotegidas. Então, isso revela a importância do trabalho dessa rede, da importância do trabalho da educação, da saúde, da assistência, compondo um problema complexo, muito presente na nossa sociedade, que infelizmente ainda legitima várias formas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência, especialmente violência contra criança e adolescente – a palmada como forma de educação, o bater para educar –, e tantas outras questões muito vinculadas também ao nosso modelo de sociedade, ainda machista, que ainda muitas vezes vê o corpo das meninas como uma propriedade ou como algo a ser explorado. Então, nós temos muitos desafios ainda.

Apesar de existir essa rede, a gente sabe que precisamos ter mais capilaridade, que precisamos atender de uma forma mais proativa essas crianças e adolescentes. A exploração sexual é considerada uma das piores formas de trabalho infantil. A gente tem um programa de erradicação do trabalho infantil, que é o Peti, que visa articular ações de serviços socioeducativos, promover convívio, promover acesso a direitos, somado a transferência de renda por meio, atualmente, do programa Auxílio Brasil, e oferecer um suporte para as famílias que vivenciam trajetórias –, às vezes trajetórias transgeracionais – de trabalho infantil. E, no caso da exploração sexual, sabemos que geralmente, nessas situações, a criança e o adolescente já estão submetidos a vários outros tipos de violências. Por isso é que, quando esse plano fez a proposta de se olhar para outras violências, a gente considerou que é um avanço sim.

A gente não pode se esquecer e não pode deixar de trabalhar em prol do fim da exploração sexual, da violência sexual, mas sabemos que, muitas vezes, quando uma criança chega a essa situação, ela já vivenciou todas as outras formas de violência – violência psicológica, violência física, violências de toda sorte. Então a gente compreendeu que, considerando a atuação do Sistema Único de Assistência Social e como a gente se organiza no Brasil, seria um ganho que a gente pudesse olhar para essas outras violências e ter ações também para além da exploração sexual.

Então é importante a gente também trazer aqui que o Suas se propõe a trabalhar de uma forma articulada não apenas as crianças e adolescentes. Então, esse é um desafio. Quando a gente vê que grande parte das violências são cometidas pela própria família, então o Suas tem como objetivo trabalhar o território e as famílias, ele não vai olhar só para a questão da criança e do adolescente.

Quando a gente percebe que muitas das violências são praticadas em âmbito doméstico, familiar, a gente percebe a importância de o Suas realmente ter esse trabalho de olhar para as necessidades das famílias, para as privações, para a falta de suporte. Sabemos que muitas vezes crianças e adolescentes são submetidos à situação de violência porque não têm uma rede de cuidado e proteção, ainda não conseguem acessar a escola, principalmente na primeira infância. A gente precisa ainda avançar nessa questão da cobertura da proteção à primeira infância.

O Sistema Único de Assistência Social é um sistema muito importante que vem colaborando no âmbito dessa política, que é nova, foi reestruturada a partir de 2004, 2005, e traz um novo modelo de funcionamento. Então, a gente tem pouco tempo de funcionamento nesse novo modelo, mas já conseguimos uma conquista grande, como eu falei, uma rede capilarizada. Isso não é uma realidade em muitos países. Então, o Brasil tem isso. E a gente vem trabalhando para que nossa rede possa atuar de uma forma qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Historicamente, a gente já atua com esse público. O Programa Sentinela surgiu na assistência social e depois foi substituído pelos CREAs, para ter esse olhar mais amplo sobre as famílias e sobre todas as violências.

Atualmente, a gente já tem se debruçado para capacitar a nossa rede com relação à Lei nº 13.431. Nós participamos do Pacto Nacional pela Escuta Protegida, que foi trazido aqui pela colega do Ministério da Justiça. No 18 de maio, a nossa rede atua historicamente com campanhas preventivas para alertar sobre a questão da violência. Então, todos os anos, a gente também faz cartilhas, faz *lives*. Este ano não foi diferente. A gente divulgou a campanha que o MMFDH disponibiliza. A gente encaminhou isso para a nossa rede, fizemos live, apoio técnico. Temos uma cartilha que fala especificamente sobre atenção à violência à criança vítima ou testemunha, foco aí na Lei nº 13.431. Temos um curso em EAD, de 26 horas, que está disponível para qualquer cidadão que queira, para atuar na proteção, mas especialmente para os trabalhadores do Suas e também conselheiros tutelares. Sabemos como os conselheiros têm feito esse curso, que é na modalidade EAD, garante certificado e está aberto e disponível para quem queira fazê-lo. Então, são várias iniciativas nesse sentido de capacitar nossa rede, de dar subsídios para identificação da violência, para atuar de forma preventiva não apenas quando a violência já aconteceu.

Eu compreendo que esse plano vai trazer uma responsabilidade também para nós, no futuro, de monitoramento, de incentivo a que os municípios possam atuar assumindo sua responsabilidade também nesse processo. Nós, enquanto gestão federal, temos essa atribuição de capacitar, de apoiar os estados e municípios, que realmente são os executores dessa política. Então, nós temos esse desafio de tirar esse plano do papel e fazer com que ele seja concretizado. Sabemos o quanto as crianças e os adolescentes têm sofrido e a gente não pode se furtar a essa responsabilidade pública e de apoio às famílias e a essas crianças e adolescentes.

Eu não sei como está meu tempo, mas quero agradecer e dizer que estamos à disposição. A Secretaria Nacional de Assistência Social compreende a responsabilidade e até há o histórico que a assistência social tem de atuação com esse público. E em todas as violências: contra a mulher, contra outros públicos, pessoas com deficiência, idosos. Então, não é uma rede que atua exclusivamente para crianças e adolescentes, mas é o nosso público prioritário, até porque a prioridade é a criança e o adolescente.

Então, coloco a SNAS, a minha secretaria à disposição, para que a gente possa aqui construir realmente, e monitorar, e ter realmente esse plano aí saindo do papel e sendo efetivado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Sra. Márcia Viana, que é assistente social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste primeiro encontro nosso, nesta primeira audiência, nós priorizamos a comissão intersetorial, para passar para nós aqui do Senado Federal e todos que estão nos acompanhando nesta audiência o que seria esse Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes aqui no nosso país.

Está aqui Sr. Jesus Valentine. Ele é advogado e acompanha muitos trabalhos aqui no Senado. Ele é advogado, professor e ativista social e pediu o uso da palavra. Geralmente eu costumo dar pelo menos dois, três minutos àqueles que sempre estão aqui acompanhando os nossos trabalhos, as audiências públicas. Então, doutor, eu vou dar para o senhor três minutos para que o senhor possa dar a sua palavra.

Depois eu vou passar para algumas perguntas que eu achei muito pertinentes e que vieram dos nossos internautas e daqueles que estão nos acompanhando aqui na audiência.

Por favor.

O SR. JESUS VALENTINE (Para expor.) – Senadora, primeiro quero me apresentar. Eu sou Jesus Valentine, conhecido como "pessoa humana", porque eu sou Professor de Direito Constitucional e ativista social.

Eu quero falar... Eu quero agradecer aqui a presença de todas as autoridades que falaram, quero cumprimentar a todos e quero fazer um elogio diretamente à senhora. Eu a acompanho nas redes sociais, eu acompanho a Procuradoria da Mulher e conheci recentemente alguns integrantes da sua equipe. Fiquei do lado aqui de uma pessoa que anotou tudo, a Lúcia Bessa. Conheci a Ísis, a Valneide, e eu estou muito, como é que eu posso falar, surpreso por saber que as pessoas estão mais preparadas do que eu imaginava para esta audiência pública. O meu elogio também é direcionado à sua postura democrata, à sua postura de representar bem o Distrito Federal.

Agora eu quero fazer... Não sei se eu posso chamar de crítica ou de sugestão, mas eu senti falta das pessoas que denunciam a violência contra as crianças e os adolescentes. Talvez seja porque é o primeiro encontro, a primeira audiência, mas eu fiquei me perguntando: cadê as pessoas que denunciam? Cadê as pessoas que recebem essas crianças e adolescentes? Cadê os psicólogos? Cadê os terapeutas? Cadê aquelas primeiras pessoas que recebem as crianças? Senti falta de órgãos municipais aqui também. Talvez seja porque é a primeira audiência, o primeiro encontro, mas eu fiquei me perguntando.

O trabalho em conjunto... Eu gostaria de ser corrigido, mas o Ministério do Turismo faz um trabalho muito bom, o Ministério da Justiça também e outros órgãos que estão aqui. Vocês trabalham em parceria ou o trabalho é ilhado, é isolado? São questionamentos que eu me fiz como cidadão, como alguém que está participando para agregar, para aprender e também para poder sair daqui do Senado Federal e falar que nós temos pessoas preparadas, nós temos pessoas competentes à frente de órgãos importantes, como o Ministério da Justiça, como o Ministério do Turismo, como o Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu saio daqui com a certeza de que esse Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes já é um sucesso, porque está bem liderado.

Obrigado pela oportunidade, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Dr. Jesus Valentine, muito pertinente seu questionamento. Na verdade, eu acho que o senhor fez uma pergunta (*Falha no áudio.*) ... nesse primeiro momento era chamar essa comissão intersetorial para entendermos melhor e aqui nós fomos até surpreendidos com a questão. O Conanda, até então, dentro do decreto, estava dentro dessa comissão intersetorial, e fomos surpreendidos com o Diego falando que eles se retiraram. Então, também fui pega de surpresa, acredito que a minha assessoria também. Mas, independentemente disso, nós teremos outras audiências.

A ideia aqui... Eu queria, enfim... Você está me dando a oportunidade até de esclarecer os nossos internautas e todos que estão nos acompanhando de que teremos outras audiências, sim, trazendo justamente essa comissão, mais uma vez, que está apresentando... Criou-se também um interesse maior sobre o plano. Certamente quem está acompanhando, todos nós que estamos acompanhando, inclusive eu e minha assessoria, vamos nos aprofundar mais ainda nesse plano para, num segundo momento – teremos em breve a segunda audiência –, trazermos também esses atores, esses agentes, essas pessoas também que estão lá na ponta, atendendo justamente essas crianças e esses jovens vítimas dessa atrocidade. Enfim, a gente sabe que são alarmantes os números no país. O Senado, o Congresso Nacional não pode fechar os olhos para essa realidade, tem que abraçar o Poder Executivo, a sociedade civil para de fato mitigarmos esse impacto tão grande da violência contra as nossas crianças e os nossos jovens.

Então, eu gostaria muito de agradecer o seu elogio. A equipe realmente é maravilhosa, mas nós vamos continuar esse debate certamente. Ele é o início ainda de um longo processo que nós teremos durante esse próximo semestre, até o final do ano. Obrigada, viu?

Bom, sobre as perguntas, nós temos ainda aqui presente a Sra. Maria Leolina, que é a representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Dr. Diego, Sra. Maria, comentou sobre orçamento e prioridades do plano. E aí eu deixo aberto para todos desta Comissão.

A Dra. Nádia falou de orçamento, que tem orgulho de ter visto dentro do Governo, da gestão, essa questão de se ter um orçamento priorizando certas ações dentro do Governo. Eu pergunto – e deixo todos à vontade – sobre prioridades dentro do plano. É um plano extenso, um plano que abrange, enfim, todo esse escopo que envolve essa questão da violência, do enfrentamento à violência às nossas crianças e nossos jovens. Mas eu pergunto aqui a prioridade neste primeiro momento, entendendo que é um ano atípico. A gente sabe que essa questão de eleição também pesa, mas, enfim, é a mesma coisa do "quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem fome tem pressa". Para essas crianças e jovens que são vítimas diariamente de todo tipo de violência, eu pergunto: nesse primeiro momento, dentro desse plano, quais seriam as prioridades?

Deixo à vontade os nossos expositores, mas, em especial, a Sra. Maria Leolina, que é a representante do Ministério da Mulher.

A SRA. MARIA LEOLINA COUTO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Primeiro queria falar com relação ao que o Sr. Jesus colocou.

A construção desse plano contou com uma ampla participação do sistema de garantia de direitos. Nós tivemos os ministérios, tribunais de Justiça de sete estados, Ministério Público de 12 estados, conselhos estaduais, nove conselhos estaduais, serviço social de psicologia, de enfermagem, de saúde, de educação, então, esse plano foi construído a várias mãos. Mais de 115 organizações da sociedade civil, as maiores organizações da sociedade civil do Brasil, estiveram presentes. No final do plano, tem o nome de todos eles e o estado, com as suas respectivas organizações, que eles estavam ali representando.

A questão da prioridade. O plano conta com eixos: prevenção, atendimento, defesa e responsabilização, participação e mobilização social e estudos e pesquisas. Eu posso dizer, Senadora Leila, que a nossa prioridade é a integração do serviço. O que a gente pode falar aqui, resumindo, em uma frase: são ações integradas. Essa é a ideia. O plano traz muito forte essa pegada da integração em todos esses eixos. Nós vamos... Em um eixo, o Eixo V, lá no ponto 2.1, está previsto o Orçamento da Criança e Adolescente (OCA). Para ser feito o Orçamento Criança, a política precisa de recursos. Há uma frase que diz que lugar de criança é no orçamento.

Então, uma das prioridades do nosso plano é a gente mapear as ações que já estão em curso e os recursos que estão alocados para essa ação. Para isso, nós já estamos separando um recurso aqui no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um recurso de Prodoc, via Pnud, para que a gente faça um levantamento de quais ações do plano já estão funcionando, quanto recurso está sendo alocado, para a gente ter essa leitura, esse mapeamento – essa é uma ação muito importante – e o monitoramento do plano.

Recentemente, agora, no dia 18 de maio, foi lançado um decreto instituindo o Programa Protege Brasil, com um comitê gestor composto por vários ministérios. E uma das tarefas do Protege Brasil também é monitorar o planeta. E a nossa prioridade, além de fazer esse Orçamento Criança, trabalhar essa questão da integração, cada vez mais, desses eixos de uma forma multidisciplinar, intersetorial e regionalizada, é incentivar os estados, as unidades da Federação a que também criem seus próprios planos, conversando com os conselhos estaduais dos direitos da criança e do adolescente e todo o sistema de garantia de direitos desses respectivos estados.

Em rápidas palavras, seria isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo a palavra aberta aqui para as complementações dos outros membros da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – O.k. Grata.

Vou passar para o Dr. Diego. Ele quer fazer uso da palavra para falar a respeito do questionamento.

O SR. DIEGO BEZERRA ALVES (Para expor.) – Bom, sobre a questão da prioridade, eu acho que, de fato, é isso.

Agradeço à Leo por tentar explicar essa prioridade da integração dos eixos. Eu acho que faz sentido, porque a gente tem, por um lado, a prevenção – é importante fazer as campanhas, fortalecer o 18 de maio... Eu sou um entusiasta da campanha do 18 de maio, que é o Faça Bonito, uma campanha histórica, que, há mais de 20 anos, traz o tema da violência sexual e da exploração para a centralidade do debate público, com aquelas florezinhas amarelas nos municípios. É importante, mas aí o que eu queria dizer é que não é suficiente fazer só a prevenção, a campanha, a sensibilização; temos que fazer ações de defesa, temos que fazer ações de responsabilização. Tudo isso acho que é bem-vindo. A Leo colocou essa coisa da integração, mas eu ainda acho que falta ficar mais claro: das centenas de ações ali, qual vai receber mais orçamento, qual vai ser feita primeiro no foco dos ministérios aí.

De todo modo, queria comentar também um pouco do que a Raphaella Rosinha comentou aqui do MEC sobre as ações na escola. Foi uma pergunta do público, inclusive. Eu acho muito importante comentar sobre isso. Eu acho que é fundamental levar para as escolas esse debate. Eu tenho informação de que tem uma forte articulação lá no Estado de Alagoas que eu acho que pode ser um exemplo para isso. O Ministério Público está organizando diversas associações; convidaram o Conanda para participar do movimento de levar o debate, os planos de enfrentamento à violência sexual para todas as escolas. Eu acho que isso é muito necessário. E acho que é muito necessário reconhecer o papel da escola como agente que muitas vezes reconhece a violação de direitos que está acontecendo em casa, denuncia e leva para o conselho tutelar.

E, nesse sentido, eu acho que é muito importante aproveitar que a gente está no Senado e colocar que o debate da educação domiciliar, do ensino domiciliar, que foi aprovado pela Câmara e que agora chega ao Senado, tem que ter muita atenção aqui. Deixo a provocação para a Senadora Leila de que esse debate seja feito com muita calma, porque os pais deliberadamente escolherem tirar os seus filhos da escola é um risco muito grande, que está contemplado no projeto aprovado pela Câmara. E o Senado tem que fazer muitas audiências públicas antes de avançar esse tema, porque é um risco muito grande a gente tirar um dos elementos ali da prevenção da violência sexual, que é a escola, onde tem que acontecer a educação sexual, onde a criança seja educada com a pedagogia apropriada para a sua idade e saiba reconhecer o que é uma situação de abuso, que ela muitas vezes não reconhece. Então, eu acho que é fundamental que o Senado se dedique com muita atenção, porque a gente não pode deixar de se debruçar sobre esse tema. A escola tem um papel fundamental na violência sexual, e o Senado, ao analisar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de lei aprovado pela Câmara do ensino domiciliar, tem que ter muita atenção. Não pode deixá-lo ser aprovado com a pressa que foi pela Câmara, num regime de urgência.

E queria comentar também sobre uma pessoa que falou sobre a severidade das penas. Eu acho que é um tema importante. Eu acho que o abuso sexual, a violência sexual contra a criança é um dos atos mais abomináveis que se pode praticar. É uma pessoa indefesa, em desenvolvimento, como a gente colocou aqui. E não tenho problema nenhum quanto a ter penas altíssimas para esse crime, porque realmente é de um absurdo sem tamanho. Eu só gosto de ressaltar sempre, falando sobre isso, que a pena não impede o crime. A pessoa que está cometendo o crime ali raramente pensa na pena, senão nunca, no momento em que ela está cometendo. A confiança ali é de que a impunidade vai perseverar, porque, como a gente vê, os dados de punição e de responsabilidade são poucos nos casos de violência sexual.

As denúncias são enormes, mas, de fato, a pessoa ser presa, responsabilizada e punida acontece muito pouco. Então, eu gosto de falar sobre isso porque as penas, muitas vezes, podem ser aumentadas sim, podem ser relevantes, mas isso muitas vezes não basta. A gente precisa de ações antes disso.

Por ora é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Diego.

Vou passar agora para a Sra. Priscila. Ela quer também fazer algumas observações.

Fique à vontade.

A SRA. PRISCILA CARVALHO (Para expor.) – Obrigada.

Eu queria fazer um aporte, destacando por que nós, da saúde, entendemos que uma das maiores fortalezas desse plano é integrar a abordagem de todas as violências.

Eu entendo, como o Diego disse, que a violência sexual contra a criança e o adolescente é chocante. Ela congrega e convoca tanta atenção e resposta exatamente porque ela é intragável para nós, mas, na verdade, ela não é a violência mais prevalente. A violência física, a negligência, a violência psicológica chegam antes. E, ao mesmo tempo, elas são quase indissociáveis, porque, onde existe a violência sexual, não existe a violência física? Não é naturalmente também uma violência psicológica? Não está consequentemente dentro de um contexto de negligência? Então, uma resposta eficaz precisa integrar as violências, para ela ser significativa.

Então, para nós, embora nós também... Inclusive, na saúde, quando a gente aborda a violência, a que chega primeiro ao nosso olhar é a violência sexual, mas nós entendemos e exaltamos a característica desse plano de ter integrado a abordagem das violências, inclusive para que a resposta e os resultados na violência sexual sejam mais contundentes. Exatamente por causa disso é que a forma como as ações estão descritas, organizadas... O Diego trouxe a questão do cronograma, como é que vai acontecer, o que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser priorizado... Acho que é difícil a gente falar isso agora, neste momento, exatamente dada a abrangência desse plano, a complexidade do que é responder a esse contexto.

Então, isso também repercute na questão do orçamento, porque, se nós entendemos – e é um fato – que a violência está permeada pela falta de acesso a políticas públicas e por uma série de outras privações e questões sociais mais abrangentes, nós podemos também, por consequência, entender que todo o orçamento destinado a essas políticas públicas adjacentes também está ligado a resposta às violências. Então nós iríamos, talvez, elencar o orçamento do Estado inteiro. Entende? Então, quando nós apontamos aquele orçamento, ali, de pouco mais de R$100 milhões, nós estamos fazendo menção ao orçamento direto, à resposta orçamentária direta, sendo que, na verdade, tem camadas e camadas e camadas de orçamentos envolvidos, de ações envolvidas, que dão suporte àquelas que não estão sendo apontadas, até porque, senão, vai virar um planejamento de quatro anos, vai virar um plano de Estado de quatro anos, um plano de governo de quatro anos.

Então, esta minha fala é para explicar por que, na verdade, a abordagem integrada das violências, mantendo o nível de resposta para a violência sexual, mas trazendo resposta para as outras e entendendo que elas são indissociáveis dentro da realidade, é a grande força desse plano e que o orçamento que está apontado ali é um *insight*, na verdade, do orçamento que está em volta e que dá suporte a uma resposta desse nível.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Eu tenho uma pergunta aqui, rapidamente. Enfim, cada um pode também dar a sua opinião.

"Em que difere o plano atual do anterior?" Assim, especificamente, vocês podem comentar a respeito das diferenças ou um ponto central da diferença da proposta, do que foi apresentado no plano anterior para esse atual.

Alguém deseja falar? (*Pausa.*)

Dra. Leolina. É Maria Leolina. Desculpa, Doutora. Dra. Leolina, desculpa. (*Risos.*)

A SRA. MARIA LEOLINA COUTO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pode me chamar de Leo. (*Risos.*)

Eu queria fazer... Essa pergunta é muito interessante, ela é muito pertinente, e é importante a gente deixar aqui registrado na audiência: de forma nenhuma nós pretendemos descartar o plano anterior. Tanto, que nós passamos dois meses nos debruçando sobre o plano de enfrentamento do abuso e exploração sexual que tinha. Nós preservamos quase que 90% das ações daquele plano dentro desse plano novo. A estrutura do nosso plano, dos eixos, foi igual ao que o plano anterior tinha.

E eu acredito, assim, que a Priscila foi extremamente feliz nessa fala que ela acabou de fazer aí. Na verdade, o que aconteceu não foi perda; o que aconteceu foi um ganho, em que se preservou o que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha. A história construída não foi jogada na lata do lixo, não se tratou de um plano do zero... Não se tratou de um plano do zero de forma nenhuma, tá? Foi pego o que já existia, preservado o que já existia e foi ampliado, melhorado e aperfeiçoado dentro dessa lógica da integralidade.

Era isso que eu queria colocar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Quero aproveitar a presença ainda de todos os nossos expositores. A gente tem alguns comentários no e-Cidadania que eu acho interessante citar aqui.

A Izete Santos, do Distrito Federal: "As crianças negras, notadamente as meninas, ainda são as maiores vítimas das mazelas da sociedade: miséria, abuso psicológico e sexual".

A Deise Lúcia, de São Paulo: "Acho que seria interessante propor câmeras em creches, pois nossas crianças nem sabem falar e ficam dependentes de pessoas [desconhecidas]".

A Clea de Oliveira, do Rio de Janeiro: "É preciso que os meios para denunciar abusos e exploração contra crianças e adolescentes sejam divulgados".

E nós temos aqui uma pergunta que eu achei interessante e vou fazer para a Dra. Rafaela Cantarino, que é da Amabilym Leal, do Rio de Janeiro: "Vários casos de abusos [até o Diego comentou também] são descoberto graças [...] [aos educadores] Orientar e aperfeiçoar esses profissionais não seria uma ajuda?".

Isso está dentro do próprio plano? Existe esse trabalho de orientação aos nossos profissionais da educação?

A SRA. RAFAELA LEVAY LEHMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – O que a gente tem, respondendo aqui à pergunta, é uma questão muito clara. Lógico que toda criança tem o direito à proteção até desse tipo de informação. Então, isso tem que ser tratado com muito cuidado dentro da escola.

Nós temos cursos de formação na Plataforma Avamec, que é uma plataforma aberta, para que todos os professores possam fazer.

O próprio plano tem a questão da capacitação dos professores para saberem lidar com esse tipo de ação. Mas como é que acontece na escola? Quando o professor descobre esse tipo de informação ou qualquer pessoa dentro da escola, a orientação é que, claro, nunca se exponha a criança, que você a leve para que ela seja atendida, para que seja feita a escuta ativa dessa criança no serviço de orientação educacional da escola ou na coordenação pedagógica da escola, porque dali vai ser feito todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento necessário – claro, dentro da área de atuação da educação – para que a gente possa depois fazer os encaminhamentos necessários com os responsáveis legais do estudante.

Então, muitas vezes, claro, se a criança chega e fala que foi vítima de algum tipo de violência pelo pai, tem-se que fazer estruturalmente a escuta de uma maneira... ou da mãe, para que a gente não piore a situação de a criança sair de lá... Então, muitas vezes, nesse momento, é acionado alguém do Conselho Tutelar para que esteja junto com a escola, para que a gente possa fazer inclusive a questão da investigação da questão de como é em casa: uma visita, seja de um conselheiro...

Eu atuei muito no... Eu sou do GDF, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e uma das coisas que a gente fazia era isso. Na escola onde eu trabalhava, no Riacho Fundo II, a gente sempre tinha uma parceria com o conselho. Então, quando a gente descobria esse tipo de ação, a gente já trazia o Conselho Tutelar para dentro da escola, junto comigo, que era a orientadora à época, e a gente fazia essa escuta junto com a família, ia buscar... Porque não adianta a gente devolver essa criança de imediato. Claro que ela está ali com a gente durante aquele período letivo dela, mas a gente faz a escuta de uma forma muito protegida.

Então, existe no plano a questão da capacitação inclusive dos professores, para que eles saibam como lidar com a situação, para não expor a criança em momento nenhum dentro da escola – principalmente quando ela é pequena e muitas vezes não tem muita habilidade no falar, porque o adolescente já tem isso de uma forma bem mais tranquila –, mas com a criança pequena é feita toda uma escuta protegida e, dependendo do tipo de conversa que se tenha e que se veja realmente através da escuta da criança, quais são os procedimentos que têm que ser feitos. E, se a gente vir que realmente a questão é uma violência que ela sofreu em casa e ela só mora com a mãe, têm que ser tomadas outras providências, mas dentro de tudo que a gente tem de proteção e da legislação que a gente tem de proteção à criança, para que a gente não tenha nenhum problema.

Então, resumindo: o plano traz, sim, a capacitação, nós já temos alguns cursos de capacitação que estão disponíveis no Avamec, e ele é uma das ações que a gente tem no Planevca para que a gente faça essa divulgação, para que os professores saibam como agir nesses casos. Mas, na prática, funciona dessa maneira.

A gente sempre pede que alguma coisa que o professor veja que não está bem, ou qualquer pessoa de dentro da escola, leve essa criança para o local mais protegido, para que a gente possa fazer a conversa ou nós fazermos, orientadores, ou a gente chama o próprio professor, que, muitas vezes, é a pessoa com quem a criança tem um entrosamento melhor.

Então, isso tudo vem pautado também no plano como uma ação em que nós somos um dos principais atores.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Grata, Profa. Rafaela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar aqui ao último comentário do nosso internauta, o Hermes Correa, do Pará: "Precisamos fazer do Proerd, programa de combate as drogas e a violência, um programa nacional obrigatório de políticas públicas no Brasil". "Precisamos criar um canal nacional nas redes sociais, para que as [...] [vítimas] possam fazer a denúncia de violência [principalmente] nas escolas".

Está bem clara aqui a preocupação de todos que estão acompanhando esses índices de violência também nas escolas.

Bom, eu pergunto se alguns dos nossos expositores querem fazer uso da palavra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Também? Vou passar para a Dra. Nádia e depois, Dr. Diego, eu passo para o senhor.

Por favor, Dra. Nádia.

A SRA. NÁDIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER (Para expor.) – É só fazer alusão à fala do Sr. Jesus, que disse que sentiu a ausência de... Queria saber se a gente trabalha em ilhas. Não. Eu acho que, efetivamente, um *plus,* uma qualidade que eu identifico no plano é a atuação multidisciplinar e transversal de atores dirigindo as ações, para que elas sejam materializadas de forma articulada.

Toda a legislação recente que eu tenho verificado prima, tem objetivado essa... A maioria da legislação atual tem sido construída de modo a favorecer tanto o compartilhamento de dados como a atuação transversal dos entes públicos e privados para a gente alcançar essas políticas. Nesse sentido, eu queria só destacar a atuação, inclusive, com atores e entes internacionais. Em que pesem os números desfavoráveis dessa forma de delito, o Brasil é reconhecido como o primeiro país da América Latina na solução de crimes cibernéticos.

E aí eu só queria pontuar isso, bem como a atuação conjunta materializada na Portaria nº 4, de 18 de junho, que aprovou o fluxo geral do Pacto pela Escuta Protegida, já com a cartilha que já havia sido publicada, editada anteriormente, dando orientações sobre a forma de acolhimento das crianças vítimas dessas ações.

É só isso.

Obrigada, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Obrigada, Dra. Nádia.

Agora, Dr. Diego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIEGO BEZERRA ALVES (Para expor.) – Bem rapidamente, para a gente concluir, eu acho que é muito saudável que a gente tenha uma continuidade neste processo de audiências. Eu acho que foi uma boa primeira audiência para a gente colocar as questões iniciais do tema, até porque, como a Priscila colocou muito bem aqui, o plano acabou de ser aprovado, ele está no início. Às vezes, não se tem nem dimensão real do que é prioritário, para onde vai o orçamento, porque nós estamos com um mês de publicação, e eu digo isso justamente para responder à pergunta que foi feita: qual a diferença exata desse plano para o anterior que contemplava a violência sexual? Eu acho que a diferença central é a perda da centralidade no tema da violência sexual, porque ela... Eu acho que merece um foco específico, mas eu digo isso justamente porque a gente ainda não tem certeza exatamente de qual é a diferença. O plano foi reformulado...

Mas, como eu disse, a gente vai elaborar uma análise aprofundada no Conanda sobre isso e já estamos fazendo isso, com a parceria de várias organizações sociais.

Eu acho que o principal déficit desse plano foi a oitiva, de fato, de organizações sociais na participação e na deliberação do plano, porque acho que...

Em que pese – a Leolina insiste que foram ouvidas diversas organizações sociais, e, de fato, foram convidados os 115 especialistas da sociedade civil que ela cita, mas sem participar da deliberação do plano, apenas apresentando sugestões para os próprios ministérios que compõem a comissão acolherem ou não as sugestões –, eu acho que a construção da política pública com participação social inclui, e por isso que eu acho que o lugar ideal de fazer esse debate seria no Conanda, a sociedade civil como um todo discutindo e deliberando sobre as propostas: "Essa proposta aqui é boa; essa não é, falta isso", porque faltou essa voz da sociedade civil, o que eu acho que a gente vai tentar suprir agora, um pouco, com as audiências, superando o plano, analisando, até porque eu acho...

Eu não tenho problema nenhum, inclusive, em a gente ter um plano nacional de enfrentamento da violência articulado com todas as violências em comum. Concordo com o que a Priscila disse, as violências interagem; às vezes, começa como psicológica, evolui para a física, até chegar à violência sexual; isso é um fato.

Digo isso, inclusive, porque a gente, a sociedade civil elaborou recentemente, um conjunto de mais de 150 organizações elaborou a Agenda 227, que é uma referência ao art. 227 da Constituição, que trata dos direitos da criança e do adolescente. É um processo com mais de 148, acho que tem 148 propostas exatamente para ser priorizada a infância. É uma proposta da sociedade civil para se levar a todos os candidatos – inclusive, aproveito para chamar a atenção da Senadora Leila para essa proposta –, apresentar aos candidatos a Presidente, Senadores, Deputados, que vão estar concorrendo em outubro, uma série de compromissos com a agenda da infância e da adolescência. Entre eles, há dez propostas específicas sobre o enfrentamento a violências, e aí propostas feitas com a violência articulada, como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que é uma abordagem que pode ser feita metodologicamente, um plano integrado em que eu acho que a gente pode ter um primeiro passo válido aqui. Eu acho que a gente tem que analisar com calma, mas, na minha visão, ele precisa ser bastante suplementado com participação social, que eu acho que é o que faltou no ponto de vista da deliberação.

A única coisa que motivou, na verdade, a gente do Conanda a não participar do processo de elaboração foi uma postura, de início, de largada, do Governo Federal a partir do decreto, de não colocar a possibilidade de o plano depois ser submetido ao Conanda para aprovação e ser referendado como plano de Estado. Eu acho que a gente não pode compactuar com a usurpação da competência do conselho, que é previsto em lei como órgão prioritário da deliberação das políticas da infância no país.

Enfim, é legítimo, que o Governo, que foi eleito pela população, tenha, apresente o seu plano de enfrentamento enquanto Governo, mas eu acho que, para ele se consolidar enquanto um plano da sociedade, um plano que passe desse Governo, carregue-se para o próximo e para o próximo depois desse, de fato, com foco nas crianças, faltou mais participação social. Acho que a gente, seguindo esse debate aqui no Senado, vai tentar contribuir e avançar nisso aí.

Então, eram essas as contribuições para hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Certamente.

Obrigada, viu? Grata pela presença e pela fala.

E, por fim, eu vou passar a palavra, agora, para a Sra. Márcia Pádua, que é a nossa Assistente Social que participou aqui da nossa audiência.

Com a palavra, Márcia.

A SRA. MÁRCIA PÁDUA VIANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, mais uma vez, este momento tão importante que a gente presenciou. Eu acho que é bastante válida também a continuidade dessa pauta.

Eu queria só ressaltar uma questão importante. Nós estamos falando aqui sobre a violência, a exploração sexual, a violência sexual, e a Lei 13.431 vai falar de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.

Considero também que ela traz um ganho de evitar a revitimização de crianças e adolescentes e é importante que a gente tenha, nestes momentos, aqui, outros atores, como o sistema de Justiça, o Ministério Público, para também dialogar. Isso foi uma coisa que nós conseguimos fazer juntos, no pacto da escuta protegida – e ali tem fluxos, tem atendimentos –, mas eu entendo que é uma construção necessária e contínua. Dependendo do contexto dos municípios, se não houver articulação entre as políticas, as crianças e adolescentes vão continuar sendo revitimizados, vão continuar tendo uma escuta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inadequada, repetitiva, que vai continuar trazendo consequências e sequelas, além do sofrimento que a criança já experimentou pela violência.

Então, é reforçar realmente essa importância da articulação e, como sugestão – se me permitem fazer uma sugestão –, que, numa próxima oportunidade, a gente também pudesse dialogar com outros atores e ter uma contribuição bastante importante no enfrentamento das violências, que é o sistema de Justiça, o Ministério Público, enfim, para que a gente realmente possa fazer com que essas ações cheguem aos municípios e que também aconteçam dessa forma. Não adianta a gente ter uma articulação em nível federal, e isso não se repetir nos estados e municípios.

Então, era só para ressaltar isso e, mais uma vez, agradecer.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/REDE/PDT - DF) – Nós é que agradecemos, Sra. Márcia.

Certamente teremos, na próxima audiência, outros atores aqui que nos ajudarão mais ainda na compreensão e nos trabalhos com relação ao plano.

Bom, eu agradeço a presença de todas e todos, inclusive nossos internautas, todos que nos acompanharam nesta audiência.

Não havendo nenhum Senador que queira fazer o uso da palavra, eu agradeço a todos.

"Sextou"! Bom final de semana a todos!

Eu declaro encerrada a nossa primeira audiência sobre esse debate muito importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (27ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (14ª REUNIÃO), EM 27 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Rafael Tenório, Flávio Arns, Zenaide Maia, Wellington Fagundes e Jaques Wagner. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 24/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE) e ao requerimento REQ 24/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). Finalidade: Debater sobre: "Os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil". Participantes: Diosmar Filho, Associação de Pesquisa IYALETA – Pesquisa, Ciência e Humanidades; Thais Santos, Thais Santos Química e doutoranda em Bioenergia, é educadora popular, cofundadora da Comunidade Cultural Quilombaque e coordenadora de núcleo da Uneafro Brasil e faz parte da equipe ambiental do Instituto de Referência Negra Peregum; Bernadete Lopes, Coordenadora de Gestão Fundiária do Complexo Industrial Portuário - SUAPE; Denildo Rodrigues de Moraes, Coordenador Nacional do CONAQ; e Dulce Pereira, Arquiteta, ambientalista, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto, onde coordena o Laboratório de Educação Ambiental. Movimento Negro Unificado - MNU/MG. Resultado: Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jaques Wagner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 14ª Reunião da Comissão Permanente de Meio Ambiente do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 24, de 2022, da CDH, de autoria do Senador Humberto Costa, e do Requerimento nº 24, de 2022, da CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner, para debater os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros do Brasil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria: 0800 612211.

Participantes do evento. Teremos, presencialmente, a presença do Coordenador Nacional da Conaq, Denildo Rodrigues de Moraes; depois, remotamente, teremos: Diosmar Filho, Geógrafo, doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador, que pesquisa ciências e humanidades na Associação de Pesquisa Iyaleta; Eliete Paraguassu, ativista quilombola e líder comunitária da Ilha de Maré; Thais Santos, Química e doutoranda em Bioenergia, educadora popular, cofundadora da Comunidade Cultural Quilombaque e Coordenadora do núcleo da Uneafro Brasil, que faz parte também da equipe ambiental do Instituto de Referência Negra Peregum; Dulce Pereira, Arquiteta, Ambientalista, pesquisadora e Professora da Universidade Federal de Ouro Preto, onde coordena o Laboratório de Educação Ambiental do Movimento Negro Unificado (MNU) – Minas Gerais; Bernadete Lopes, Coordenadora de Gestão Fundiária do Complexo Industrial Portuário de Suape.

Como é de praxe, num primeiro momento, vamos às orientações. Já vejo na tela o Senador Jaques Wagner, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que junto com o Senador Humberto Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, propuseram este importante debate e, numa gentileza dos dois grandes líderes do nosso partido e Presidentes de Comissão, solicitaram, então, que eu fosse o Presidente, por ser um Senador negro, e não só pela cor da pele, mas pela causa por que todos nós trabalhamos e lutamos juntos. Então, eu agradeço, de pronto, ao Senador Jaques Wagner e ao Senador Humberto Costa.

Lembro a todos que faremos o seguinte encaminhamento: os Senadores falarão no momento em que eles entenderem adequado, eles terão a palavra pela ordem; eu farei uma abertura de cinco minutos muito rápida e, depois, passarei para os convidados; cada convidado terá oito minutos para usar a palavra e, depois, três minutos para o encerramento. Se tiver perguntas, nós faremos para os convidados no momento adequado. A minha introdução não vai além de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olá, amigos e amigas de todo o Brasil, nossos convidados. Mais uma vez, cumprimento os Presidentes destas duas Comissões. Agradeço ao Senador Humberto Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e ao Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pela realização em conjunto desta audiência pública, que tem por objetivo debater os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil.

No último dia 5 de junho, celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. A data foi instituída no ano de 1972, na Conferência de Estocolmo, pela Organização das Nações Unidas, na Suécia. A data chama a atenção para medidas de preservação do meio ambiente pelo mundo, onde governos, empresas e cidadãos se debruçam para fazer valer a sua simbologia. Conforme dados do *site:* oeco.org.br, Brasil e México foram os únicos dois países, entre os signatários do Acordo de Paris, que regrediram em suas metas na revisão de 2020, segundo a ONU. O Acordo de Paris é um tratado internacional vinculante sobre a mudança do clima, firmado durante a COP 21, no ano de 2015.

O Brasil é um país de grandes dimensões continentais e possui seis biomas: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal, cada um com suas características, regados por riquezas naturais que alimentam todo o planeta. Cuidar do meio ambiente é proteger, é respeitar os povos originários, quilombolas, indígenas, os povos, as florestas, que combatem o desmatamento e a degradação ambiental. Tudo o que fizemos, do Oiapoque ao Chuí, no campo, na cidade, nas florestas, na Caatinga, reflete de forma direta e imediata, a médio e longo prazo, em nossas vidas.

O Brasil é o quarto país do mundo que mais mata ativistas ambientais, de acordo com o relatório da ONG Global Witness. A pesquisa informa ainda que o ano de 2020 foi o mais letal: desde o início do levantamento em 2012, foram 227 pessoas assassinadas – uma média de quatro mortes por semana. Lamento as centenas de assassinatos que vêm acontecendo no Brasil.

Solicito... Logo na abertura, antes de passar a palavra ao nossos convidados, faremos um minuto de silêncio para todas as vítimas, para as lideranças ambientais que defendem os seus territórios e o ecossistema, nas pessoas de dois guerreiros que tiveram suas vidas ceifadas recentemente, o jornalista inglês Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira.

O Estado brasileiro precisa agir e proteger o nosso ambiente. Não nos podemos calar. Os povos originários são os que mais sofrem com o descaso do Estado.

O líder afro-americano de direitos civis Dr. Benjamin Franklin, no ano de 1981, classificou esse descaso como racismo ambiental, que é: "a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, aplicação de regulamentos e leis, direcionamento deliberado de comunidades negras para instalações de resíduos tóxicos, sanção oficial da presença de venenos e poluentes com risco de vida a comunidades e exclusão de pessoas negras da liderança dos movimentos ecológicos". A definição, elaborada há mais de 40 anos, nunca esteve tão evidente como agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vivemos tempos sombrios em que a proteção do meio ambiente pelo Estado, por instituições, pelas mídias e por toda a sociedade é fundamental para a sobrevivência e a manutenção do nosso patrimônio natural. Porém, o tema está na agenda diária dos movimentos sociais, que denunciam e enfrentam as atrocidades cometidas contra povos originários e seus territórios. Temos como exemplo o quilombo Rio dos Macacos, que delata, de forma contínua, as múltiplas formas de violência que sofre há décadas. O quilombo é localizado na mesma área onde foi construída a Base Naval de Aratu, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador.

A Constituição Federal, no art. 225, §3°, diz que: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Apesar da norma, os infratores não se intimidam.

Com a pandemia, luzes se acenderam para as desigualdades históricas no país, como o racismo. Não podemos pensar em desenvolvimento econômico, político, social e ambiental em uma sociedade que não oferece o mínimo para a sua população. Conforme dados do Instituto Trata Brasil, 21,7 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto nas cem maiores cidades do país, e 5,5 milhões não têm água potável.

Estamos às vésperas de um pleito eleitoral, e as candidaturas das mais variadas siglas partidárias precisam garantir, em seus planos de governo, políticas públicas para a preservação do meio ambiente e para a segurança das lideranças ambientais.

Terminando, o Estado não pode pensar em saneamento sem proteção do meio ambiente, sem moradia decente, sem iluminação pública, sem saúde, sem comida nas panelas e no prato, como a gente fala, sem educação, sem trabalho digno, sem enfrentamento à violência e a tantas outras formas de exclusão e até de massacre do nosso povo, como a falta de segurança, como a falta de investimento na saúde, na educação, no meio ambiente, como tudo aqui que nós desenvolvemos.

Termino dizendo: que os bons ventos nos tragam a esperança novamente! Axé, vamos fazer com certeza uma grande audiência pública com a participação de todos vocês.

De imediato, vou passar a palavra. Chega-me aqui uma colocação de que a Dra. Thais pede para falar primeiro, por compromisso já assumido. E já estão conosco Senadores e Senadoras, a Senadora Zenaide, Rose Freitas e Senador Jaques Wagner.

Então, atendendo a pedido que chegou aqui a mim nesse momento, eu passo a palavra por oito minutos à Dra. Thais Santos, doutora em Química e doutoranda em Bioenergia, é educadora popular, cofundadora da Comunidade Cultural Quilombaque, Coordenadora do Núcleo Uneafro Brasil e faz parte da equipe ambiental do Instituto de Referência Negra Peregum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dra. Thais, a palavra é sua por oito minutos. Fique bem à vontade, falando aqui para a TV Senado e para todo o Brasil.

A SRA. THAIS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim; bom dia a todos.

Eu me chamo Thais, integro dois coletivos do movimento negro das periferias de São Paulo – a Comunidade Cultural Quilombaque e a Uneafro Brasil. Ambas fazem parte da Coalizão Negra por Direitos, uma articulação de 250 organizações para incidência política e ações conjuntas de enfrentamento ao racismo.

Para esta Comissão eu trago questionamentos coletivos sobre o comprometimento dos governos com medidas de adaptação às mudanças climáticas, considerando a diferença na exposição e vulnerabilidade das pessoas.

A falta de investimento público em infraestrutura urbana para a permanência segura de moradias de forma homogênea nas cidades evidencia negligências crônicas a uma população específica. Existem políticas habitacionais vigentes que removem famílias de uma área de risco com repasse de quantias irrisórias que só permitem auxiliar o aluguel em outra área de risco.

As mortes são recorrentes; as mortes são naturalizadas. Famílias inteiras da beirada do morro para debaixo da terra. Incontáveis são as expectativas soterradas, afogadas. Quantos deslizamentos? Quantas enchentes? Quantas e até quando, para que o Estado assuma a sua responsabilidade legal e tome providências e ações efetivas nesses territórios?

E quanto aos riscos invisíveis, as mortes evitáveis? Também não têm visibilidade? Os índices de poluentes nocivos à saúde presentes no ar nos centros urbanos é um problema que há décadas é relativizado, não tem um enfrentamento expressivo pelos governos e tampouco uma rede robusta de monitoramento em todos os municípios.

Com as mudanças climáticas, temos temperaturas elevadas, escassez de chuva, queda na umidade do ar. Todos esses fatores tendem a dificultar ainda mais a dispersão dos poluentes e agravar a situação. Se esforços fossem direcionados apenas a uma das fontes emissores, a frota veicular, com a adoção de combustíveis de baixa emissão, transportes em massa de qualidade, diminuiriam significativamente, em curto prazo, poluentes como ozônio, material particulado, enfim. Setores industriais que lucram com a queima de combustíveis fósseis, em detrimento da saúde da população, recebem incentivos fiscais ao invés de serem onerados.

Quem são as pessoas que estão extremamente expostas a rotinas de muitas horas no deslocamento no trânsito? Quem trabalha no farol, nas entregas ou mora à margem das vias com fluxo intenso e que, evidentemente, não tem recursos para acessar carros com ar-condicionado com tecnologia para reter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impurezas nos filtros de cabine? Elas são as mesmas pessoas que também são negligenciadas no sistema público de saúde.

Vamos falar de alimentos? Garantir o acesso ao alimento saudável é reduzir o impacto das mudanças climáticas. Cientes de que a cada ano elas se intensificam, eventos como geadas, secas, tempestades afetam diretamente a produção de alimento no campo e acarretam a oscilação no preço, como é que governos que se dizem comprometidos permitem o desmonte de políticas públicas na regulação de preços dos alimentos? O que você vai deixar de comer hoje? Para poucos, com a diferença de preço no alimento, de R$3, R$5, R$15, eles não vão deixar de comer nada. Para muitos, nada é o que eles vão comer. Trata-se de uma política de morte que condena uma população específica à fome.

Essa população específica, que eu cito inúmeras vezes, tem cor, e ela é preta. Ela tem um território. São as periferias, quilombos, ocupações, favelas, que são assoladas sistematicamente com outras mazelas: a falta de saneamento básico, a insegurança hídrica, desmatamentos a serviço da monocultura e pecuária, ausência de titulação nos territórios quilombolas, enfim...

E, definitivamente, há uma ferramenta que estrutura nossa sociedade e que tenta descaracterizar e não racializar os reais impactados pelas mudanças climáticas. Esta ferramenta social tem nome: racismo. (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O microfone dela está fechado.

A SRA. THAIS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Oi, eu encerrei minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Oi, mas falaste muito bem, o microfone agora voltou.

A SRA. THAIS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Quero te cumprimentar e agradecer pela abertura brilhante que fez. Você tocou em temas fundamentais para este debate: no ataque a nossa gente, a nossa gente preta, e em por que aqueles que atacam – que, na verdade, são criminosos – ainda receberem incentivos; no ataque ao meio ambiente... A fome não espera, a morte chega, o sofrimento, cada vez mais, avança sobre a nossa gente.

E você falou algo fundamental, que nós aprovamos, inclusive, recentemente, na Comissão de Direitos Humanos com o apoio do Jaques e também do Humberto Costa, que é o investimento para a titulação das terras quilombolas, e você cobrou aqui. Temos certeza de que poderemos, a partir dessa aprovação, com uma emenda que teve o apoio de dez Senadores, além de nós três, que conste lá na peça orçamentária verba para titulação das terras dos quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só vou dar um exemplo. Eu recebi um documento aqui do Rio Grande do Sul, do Incra. Nós tínhamos que titularizar, atualizar, 123 terras quilombolas. Sabem quantas foram atualizadas até hoje? Três, somente três! E fomos ao Incra, aqui colegas nossos foram, e você deve conhecer a Reginete e o Miguel Rossetto, e eles disseram que não têm verba nenhuma. Como é que eles vão fazer, se não têm dinheiro nem para a gasolina, para fazer a titulação?

Então, parabéns, querida Dra. Thais Santos, fostes brilhante!

Pediu para usar a palavra agora o Diosmar Filho, que é geógrafo, doutorando também em Geografia na Universidade Federal Fluminense.

Por favor, Dr. Diosmar Filho, com a palavra.

O SR. DIOSMAR FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, bom dia, Senador Paim.

Todos me ouvem bem? (*Pausa.*)

Bom dia a todos, bom dia aqui às companheiras de jornada, à Thais Santos, à Profa. Dulce Pereira, à Bernadete Lopes e a todas as Senadoras aqui presentes.

Queria iniciar, Senador Paim, ressaltando a importância desta audiência, mas o compromisso que foi feito pelo Senador Jaques Wagner conosco durante a COP 26 na cidade de Glasgow. Foi uma reivindicação conjunta de organizações negras presentes e a coalizão de direitos na qual se tornou esta audiência e o compromisso do Senador Humberto Costa e do Senador Jaques Wagner em trazer esta audiência e ter aqui o senhor nessa mediação aqui conosco.

Nós estamos há dez anos do Estatuto da Igualdade Racial e essa audiência tem a ver com o Estatuto da Igualdade Racial, tem a ver com a negação do Estado brasileiro do Estatuto da Igualdade Racial. Essa é uma importância que a gente precisa trazer para fazer uma discussão.

Eu sou pesquisador Iyaleta, pesquiso a ciência e humanidades. Nós estamos desde 2020, em plena pandemia, fazendo um conjunto de estudos e pesquisas sobre desigualdade e mudanças climáticas com a Amazônia e as nove capitais da Amazônia Legal urbana. Então, fazer uma discussão sobre mudanças climáticas e Amazônia Legal urbana está relacionada àquilo que é a negação de você ter uma Amazônia negra, uma Amazônia onde 87% da população na Amazônia não mora dentro da floresta, mora nas cidades e está morrendo nas cidades. E essa maioria é de mulheres e meninas negras, mulheres e meninas indígenas, homens e meninos negros, que estão morrendo nas cidades da Amazônia, decorrente de um processo que a gente precisa estabelecer, fora de uma dicotomia entre floresta e cidades.

A gente precisa estabelecer um debate, Senador Paim e todas as Senadoras aqui, de que nesse momento o Brasil está negligenciando todo o seu acesso aos fundos de investimento sobre adaptação, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente também está num atraso histórico de política de saneamento que mata as pessoas nas cidades brasileiras.

A gente está num atraso histórico daquilo que é não podermos conviver com um país que tem estudos do IBGE sobre aglomerados subnormais urbanos, e a gente tem o Estado do Amapá liderando todos os índices indicadores de que são populações vivendo em vulnerabilidade, o que significa viver hoje o que a gente tem nas principais capitais da Amazônia, se a gente pega Porto Velho, Belém, Macapá, estamos falando num ciclo de endemia de chicungunha, dengue, malária. E tudo isso é determinante que tem impactos raciais e de gênero; impactos raciais sobre a população negra urbana na Amazônia e a população de gênero, que são mulheres impactadas por esses dados.

Os dados de arbovirose que nós lançamos recentemente no Sumário Amazônia Legal Urbana, nós lançamos agora, durante a Conferência do Clima, de Bonn, na Alemanha. Lançamos um sumário sintetizando os estudos sobre aglomerados subnormais urbanos, as condições de saúde, as condições de saneamento, e há necessidade de o Estado brasileiro mudar a sua rota de discussão, porque durante a COP 26, nós fomos... Violentamos o Acordo de Paris, quando o Estado brasileiro, a partir do seu Governo, do Governo que aí está, no Executivo, retrocedeu nas NDCs, naquilo que foi acordado. E, quando a conquista que teve, que foi trazer a política nacional, a aprovação pelo Senado da política nacional de mudanças climáticas, da qual o Senador Jaques Wagner foi o Relator, e tivemos uma previsão para trazer para o Acordo de Paris, nós retrocedemos. E recentemente, agora em maio, nós aprovamos uma política nacional de mercado de carbono; e um completo genocídio vai acontecer dentro do Brasil, se a gente seguir esse roteiro da política de carbono.

Quem conhece... E eu falava, durante a conferência de mudanças climáticas, a COP 26... Quem conhece a política hidrelétrica brasileira sabe que ela foi um avanço e um referencial mundial. Ela foi um avanço e um referencial mundial de política limpa, de energia limpa. Quem conhece política de eólica e parque de energia fotovoltaica sabe que isso é uma mudança, e ela é limpa. No caso brasileiro, essas políticas estão em um caminho de genocídio territorial e corporal negro e indígena no país.

E a gente vai precisar encarar esse debate, porque os ordenamentos territoriais urbanos, que a gente hoje está estudando na Amazônia Legal, que são 20 anos do Estatuto das Cidades, gentrificou as cidades em desigualdades, e a gente não está vendo cenários de governos municipais, estaduais e federal hoje com compromissos de trazer as NDCs, que são aquelas metas e as ambições do Estado brasileiro, que olhem essas desigualdades, e a gente consiga falar sobre adaptação e perdas e danos à população negra e indígena brasileira diante dos impactos reais que a gente está vivendo de mudanças climáticas.

Nós estamos em plena emergência climática. Nós estamos vivendo emergência climática no território brasileiro, e nós vamos ter que encarar isso de uma outra maneira. Não podemos encarar isso fora dos estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo a minha fala aqui, os dois relatórios do IPCC tanto para adaptação quanto para mitigação trouxeram dados muitos sérios. Se não se combaterem desigualdades nos territórios, não há mudança e transição climática justa na escala global. As desigualdades são de gênero.

Então, era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Diosmar Filho, pela exposição brilhante. Tratou de saneamento, de saúde, de educação, de moradia decente, política de carbono, genocídio – que achei um termo correto, adequado – territorial contra a nossa gente e falou também da importância da luta do povo negro e indígena.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Jaques Wagner, que se inscreveu. Eu peço que abram o microfone.

O Senador Jaques Wagner é o autor do requerimento desta sessão junto com o Humberto Costa, ambos Presidentes das respectivas Comissões.

Jaques, é contigo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Obrigado.

Mas eu, na verdade, quando liguei para você, foi porque eu não estava conseguindo abrir a minha imagem. Eu prefiro esperar todo o pessoal falar, parabenizando as duas intervenções já feitas, da Thais e do Diosmar – o Diosmar lembrou do nosso encontro lá na COP 26.

Na verdade, Paim, hoje esta é uma das últimas atividades do Junho Verde no Senado. Na quinta-feira, nós ainda vamos ter a entrega do relatório do Fórum da Geração Ecológica, que é um grupo de 45 pessoas da sociedade civil que nós chamamos para discutir um arcabouço legislativo que prepare para o que eu chamo de uma guinada verde.

Mas aqui eu estava só reclamando que eu queria botar a cara e não estava conseguindo; não era a palavra.

Obrigado a você e parabéns pela condução.

Cumprimento também a Zenaide, a Dulce e a Bernadete, que estão aí aguardando para fazer suas intervenções. Um abraço.

Mas eu continuo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Entrou e entrou muito bem. Usará a palavra no momento que entender também adequado.

Já cumprimento a Zenaide também, a Rose, que já está aqui também conosco, o Flávio Arns e outros Senadores que estão entrando.

De imediato, então, passo a palavra para a Dra. Eliete Paraguassu, ativista quilombola e líder comunitária da Ilha de Maré. (*Pausa.*)

Se não conseguiu, nós vamos em frente, e depois ela entra.

Passo a palavra, então – porque a vejo ali na tela já –, à nossa querida amiga e ex-Ministra Dulce Pereira, arquiteta, ambientalista, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto, onde coordena, inclusive, o Laboratório de Educação Ambiental Movimento Negro Unificado (MNU/MG).

Por favor, Dra. Dulce.

A SRA. DULCE PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É um prazer enorme, caro Senador, parceiro de longa vida, de longas lutas. Realmente, você é o nosso zumbi no Congresso e nessa história contemporânea.

Eu quero saber se eu posso mostrar uns eslaides, se é possível aqui compartilhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Pode.

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Parece que está desabilitado, mas, enquanto isso, eu começo a falar. Assim que for habilitado, eu..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Paulo, veja lá para abrir para ela os eslaides.

O.k. Vamos lá, Dulce, é com você.

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Sim, sim.

Veja bem, esse assunto... É muito rico falar depois dessas pessoas brilhantes que me antecederam, falar antes dessa mulher extraordinária que é a Dra. Thais Santos; de Diosmar Filho, um grande teórico, que põe na prática seus conhecimentos.

Mas eu queria começar tratando da necessidade de se entender o racismo ambiental, que leva à centralidade das mudanças climáticas no Brasil e ao genocídio da população negra; lembrar que esse é um processo que antecede o século VII – veja bem, o sétimo século antes de Cristo –, quando, por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégia que é a mesma de hoje, que foi uma pergunta... Havia uma robusta academia naquele momento, e a pergunta era: "Negro é humano?". E a resposta era: "Não". "Asiáticos são humanos?". "Mais ou menos", não é?

Essa organização histórica, para a gente imaginar... É dramático pensar que grandes teóricos como Kant e outros afirmavam essa desigualdade entre pessoas. O que significa isso? O racismo foi estruturado e é a mais longeva de todas as ideologias do mundo. Ele estruturou o patriarcado inclusive, porque o patriarcado, essa divisão de poder entre mulheres e homens foi principalmente durante a ocupação por praticamente 13 séculos da África subsaariana. Eu não consegui mostrar aqui, mas não tem importância... Eu tinha umas imagens... Ah! Eu consigo mostrar agora. Durante 13 séculos, houve a ocupação subsaariana, e o que se fazia? O processo era eliminar negros nos seus territórios – isso era constante. Além de eliminar negros no seu território... Eu acho que vocês estão vendo um pouco do que foi a tomada de toda essa região, que tinha uma altíssima tecnologia – a África abaixo do Saara –, com tecnologia fantástica, e, ao mesmo tempo, o que se dizia era que esses seres não tinham inteligência, não produziam tecnologia, a ponto de Kant, por exemplo, depois, já na estruturação do capitalismo – e a gente está falando de um filósofo considerado importante – perguntar: "O que esse povo forneceu ao mundo?"; de Rosa Luxemburgo justificar o racismo e, principalmente, a escravidão a partir dessa alegada incompetência dos seres humanos negros, que eram saqueados, cuja tecnologia era saqueada, e que ofereciam à humanidade, inclusive, sua possibilidade de riqueza.

Isso hoje se materializa em várias questões que foram bem ditas aqui e que têm impacto direto no aquecimento global. Então, o racismo é responsável também pelas mudanças climáticas e pelo aquecimento global. Por quê? Vejamos o que acontece em várias regiões, como a gente viu agora, quase no Brasil todo, onde diziam que a chuva era responsável. A chuva não é responsável. Responsáveis por esses desastres sociotécnicos são os seres humanos. É a ação humana que cria, a partir dos movimentos da natureza – a natureza não é a responsável, a natureza é tão vítima quanto as pessoas –, essas realidades que são realidades do descaso, são realidades da falta de responsabilidade com os territórios. E, da mesma forma que aqui, isso acontecia naquela época... Por isso é que eu digo: em que nós, seres humanos, avançamos? Só vou ligar aqui o meu computador. Nós avançamos na exploração, porque todas as possibilidades tecnológicas e tudo mais só foram avançadas na exploração dos corpos, das mentes, das culturas e da tecnologia dos povos negros, dos povos nativos e, no caso de onde há imigração, onde há deslocamento das pessoas, dos povos que são deslocados.

Então, a estrutura que se criou é, primeiro: elimina-se o conhecimento das pessoas – a prática do epistemicídio –, eliminam-se as pessoas, eliminam-se os grupos culturais e elimina-se o território. O ecocídio, que é uma das operações do racismo ambiental – não é só essa –, o epistemicídio, o etnocídio, que garantem a hegemonia dos territórios, são práticas, são ferramentas do racismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é preciso entender o seguinte: que a humanidade produziu esse racismo, que utilizou a tomada de territórios, o deslocamento forçado. E o que o mundo entende – e hoje mais e mais é reconhecido – é que o país, a região do mundo que aperfeiçoou o racismo foi o Brasil. Como dizia o... Eu vou citar aqui o Presidente Nelson Mandela, esse transformador Nelson Mandela. Mandela dizia o seguinte: a besta colocou os seus ovos em muitos lugares e colocou a grande maioria no Brasil. Por quê? Porque o Brasil consegue criar estratégias que são absorvidas pelo conjunto social, absorvidas pela mídia, que ainda é da inferioridade de negros e indígenas, da incompetência histórica de negros e indígenas, da superioridade de pessoas brancas e, assim, do direito à exclusão desses grupos humanos e do direito ao uso dos corpos, do território, etc., das pessoas não negras e não indígenas.

Por que isso é importante no caso da tomada de território, no caso da questão do clima e tudo mais? Isso é fundamental porque o exercício do racismo ambiental, o exercício da interferência nas mudanças climáticas, se dá nos territórios.

Eu trago aqui alguns casos emblemáticos. Quando houve – e continua hoje, não é? – a tragédia continuada em Mariana e Barra Longa, a partir da ruptura da barragem da Samarco/Vale/BHP, o que aconteceu? – só para a gente olhar e entender a perversidade de um processo como esse. Barra Longa é uma cidade tradicional e tem o privilégio de ser cortada, a área urbana, maravilhosamente por um rio, não é? É o Ribeirão do Carmo, aquele dos poetas Cláudio Manuel da Costa e tudo mais. Esse ribeirão foi atingido pela barragem. E, para você imaginar, ele é um rio que sobe. Então, o que aconteceu? Vocês já viram... A gente sabe que o rio desce, a água desce. Nesse lugar, a lama subiu para cá, inundou a cidade e inundou prioritariamente as áreas centrais, onde vivem as pessoas com maior poder aquisitivo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Nossa, eu tenho que correr!

Então, o que aconteceu? A lama das áreas mais abastadas foi levada para cima dos morros, que não haviam – vejam bem – sido diretamente atingidos pela lama, e foi colocada lá onde mora quem? As pessoas negras. Foi colocada nos campos de futebol que era utilizado pelas pessoas negras.

O que aconteceu ali? Eu mostro este mapa, para a gente só entender. Estes vermelhos aqui são onde há altíssima temperatura, onde houve maior aumento de temperatura. Esse amarelo é onde houve aumento de temperatura impactante. Onde essa lama foi jogada e foi levada, a gente tem um aumento de temperatura. O que significa isso? É o aumento de temperatura da superfície do solo. Só que isso impacta em toda a temperatura e faz aqueles processos que brilhantemente disse a Dra. Thais Santos. Onde acontece isso? Nos territórios negros. Isso é um exemplo, não é? Só para a gente imaginar – também disto falou aqui a Dra. Thais Santos –, isto aqui mostra a contaminação perversa – perversa – nesses territórios, contaminação do solo, contaminação da água. Não vou mostrar outros. E o mesmo acontece nos territórios crenaques da Bacia do Rio Doce, e o mesmo acontece em toda a região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente pode, para imaginar, fazer um mapa. Isto aqui que a gente tem é um mapa do racismo ambiental. E o que eu tenho dito sempre é que a academia não usa as ferramentas possíveis para identificar o racismo ambiental, porque pratica o discurso de economia verde e perversa, que é uma economia que pensa em monocultura e elimina as pessoas negras e indígenas também dos seus territórios. Não usa as ferramentas como essa que é um mapa que mostra onde se concentra o racismo, porque é nessas regiões com maior concentração de população negra que as pessoas ainda não têm as casas feitas, em que não houve tratamento do rio, e de uma forma, inclusive, terrível – terrível –, porque dizem que não é possível retirar a lama. Isso é uma vergonha, não é? Eu digo que isso é uma "necroengenharia"! Eu chamo isso de "necroengenharia", porque ela é selecionada para negros e indígenas, ela é voltada para negros e indígenas. E é uma vergonha para engenharia brasileira. Eu sou dessas áreas, da arquitetura. É uma vergonha tão grande, porque o Brasil tem uma engenharia robusta, essas companhias têm uma engenharia robusta, e é uma vergonha dizer que nessas áreas de população negra não há condições para se imaginar, durante todo esse tempo, fazer uma casa – por exemplo, aqui em Gesteira – ou de recuperar essas áreas todas.

Eu só mostro aqui Dona Geralda, uma das mulheres que morreu lutando pela casa dela. E a gente tem, então, essas perdas irrecuperáveis de vida. Basta olhar para esse cenário e entender o que isso significa de impacto ambiental e de contribuição para o aumento da temperatura global e das mudanças climáticas.

Outra questão é a retirada de direitos.

Gente, eu preciso de cinco minutos. Eu prometo que eu termino em cinco minutos. Senador Paim, por favor, permita-me esses cinco minutos. Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Já estão assegurados os cinco minutos.

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – A história lhe dá o aval para ter, no mínimo, mais cinco minutos.

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço, eu agradeço.

A nossa história, não é? Eu tenho líderes.

Então, é o seguinte: outra questão séria é a retirada de direitos. A primeira retirada de direito é o deslocamento das pessoas. Essa rede mostra como as pessoas são obrigadas a se deslocar e aquilo que já foi muito bem dito aqui pela Dra. Thais, que é: elas deixam de ter acesso a todos os serviços. Olha, nessas regiões é incrível... Como essas comunidades lutaram pelo SUS, por posto de saúde, por escola, quando elas são forçadas a se a mudar, elas perdem esses serviços e as suas redes são rompidas. Então, a relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o campo de futebol, onde todo mundo se encontrava, os encontros familiares... E o que é pior: há uma perda econômica imensa. Por quê? As pessoas perdem os quintais.

Nessas regiões, normalmente, as pessoas praticam trocas. Vou contar para vocês: eu produzo abacate no meu quintal, e eu troco o abacate do meu quintal – eu, que moro numa área urbana – com o pessoal da agricultura familiar, que não tem a quantidade de abacate que eu tenho, mas que tem as frutas e verduras. Então, isso acabou. Essa rede foi totalmente desfeita, e as pessoas passam a gastar um absurdo; além de uma coisa incrível: as crianças não gostam dessas frutas que compram na cidade.

Outro exemplo emblemático é a questão dos quilombos. O Quilombo dos Macacos, na Bahia... Meu caro Senador Jaques Wagner, eu sei do seu empenho. É absurdo o que se faz no Quilombo dos Macacos! Por quê? Porque todos os direitos do quilombo foram retirados. Por quem? Pela Marinha brasileira. Fica ao lado de Salvador, ali em Mateus Leme, e a Marinha brasileira retira cotidianamente terra, retira os espaços de mobilidade, de acesso ao quilombo e retira a possibilidade da utilização da água, além de uma permanente eliminação – a gente não sabe por quem – de lideranças quilombolas.

Outro é na Baía de Todos os Santos, das marisqueiras. Hoje, o nível de contaminação – eu não vou mostrar aqui, eu até já tirei – dessa área, a diminuição da possibilidade de alimentos pelas marisqueiras por um polo industrial criado é terrível.

Outro exemplo é a prainha do Quilombo Boca do Rio. As indústrias e empresas privadas acabam por eliminar a condição de vida dessas pessoas. A mesma coisa acontece pelo complexo industrial de Aratu, que é ali onde eu tinha mostrado, por que cotidianamente são contaminados os mangues. Vocês não imaginam o nível absurdo de contaminação.

Para encerrar esses exemplos emblemáticos, eu vou mostrar a questão da ocupação dos territórios urbanos, o que também foi bem dito aqui. Olha, eu cito Salvador porque é a cidade de todos nós, a maior cidade negra, e pela importância cultural que tem para todos nós, é uma referência importante. Mas o Centro Histórico de Salvador hoje é ameaçado – eu vou pular isso aqui porque é uma outra questão – de retirada das pessoas históricas e, direta e especificamente, das pessoas negras.

Eu mostrei ali a Ladeira da Preguiça. Você se lembra da música da Ladeira da Preguiça, onde os escravos morriam por carregar muito peso e tudo mais? As pessoas são todas ameaçadas – cotidianamente há a tentativa de ameaçá-las.

Aqui, eu fui semana passada à Gamboa. Aqui está o território da Gamboa também ameaçado. Sabe por que eles são ameaçados? Por causa da beleza cênica.

E no Tororó, que é uma zona de habitação especial, hoje têm sido derrubados os prédios e tudo mais, com pessoas dentro, muitas vezes, para a construção de um shopping, porque o shopping quer fazer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui nessa área onde estão derrubando as casas, o espaço para colocar os seus ônibus, os seus carros, os seus caminhões.

Então, essa é uma realidade perversa e a gente precisa entender o seguinte: por parte do Estado, por parte das instituições de Justiça e por parte das corporações há uma prevaricação e também uma estratégia de abandono programado. Essa estratégia de abandono programado existe e é hoje cientificada; o abandono programado para a eliminação, para a prática do genocídio, para a ocupação dos territórios. De forma perversa, os mesmos seres humanos que vão à Lua para buscar água, que fazem experimentos para ver se dá para trazer água da Lua, são aqueles que usam, por exemplo, termos como desenvolvimento sustentável para práticas absolutamente insustentáveis e que são para a construção de hegemonia, que têm, como seres centrais, negros, indígenas, pobres.

Eu encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Dulce Pereira. Só que me ligaram, inclusive o Jaques me ligou – estou entregando aqui, Jaques, para a Dulce aqui –, porque não apareceram na tela a maioria das falas que você fez sobre regiões que você mostrava; o gráfico, enfim, não apareceu. Se você puder depois, quem sabe, deixar à disposição da Comissão. Só ouvimos a sua fala e vimos a sua imagem...

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Ah, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – ... mas os gráficos, as imagens outras que você procurou mostrar não apareceram na tela.

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Ah, desculpem, eu que elas tivessem sido todas vistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Não!

A SRA. DULCE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Mas eu me comprometo a deixá-las e a enviar também uma pequena literatura que existe a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Está bem.

Muito obrigado, Dra. Dulce Pereira.

Vamos ver agora se a nossa querida líder quilombola ativista da comunidade da Ilha de Maré já se encontra, a Eliete Paraguassu. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que não. Vamos em frente.

Vamos passar agora para o líder Denildo Rodrigues de Moraes, Coordenador Nacional da Conaq.

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES – Bom dia a todos e todas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Ele está presencial, vai falar presencialmente lá da Comissão. Eu é que estou no Rio Grande do Sul.

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Gostaria de agradecer, em nome da Coordenação Nacional do Quilombo e em nome da Coalizão Negra por Direitos, ao Senador Jaques Wagner, com o qual a gente também tem feito um trabalho na Comissão de Direitos Humanos, um trabalho – deixe-me mudar aqui – muito importante o que a gente tem feito, que vai ser lançado dia 30. O lançamento vai ser dia 30. Quero agradecer também o Senador Paim, que é sempre a nossa porta aqui no Senado, na Comissão, e a todos e todas que estão participando, agradecer a todos os que estão nos ouvindo.

Nesse sentido, quero dizer que falar sobre mudança climática é falar sobre o futuro que queremos deixar para as futuras gerações. Então, debater sobre isso... É muito importante que a gente debata sobre isso porque a gente vai discutir quais são os caminhos, quais alternativas a gente vai deixar.

E não dá para a gente discutir sobre mudanças climáticas sem falar dos impactos ambientais promovidos pela ganância do capital, do que vem fazendo em todos os biomas brasileiros. Quando a gente fala sobre os impactos ambientais, sempre se refere ao bioma amazônico, mas a gente acaba esquecendo os demais biomas, como o Cerrado, que vem sendo atacado constantemente, e o Pantanal, que virou cinzas, virou fumaça. O Cerrado e a Caatinga, através dos grandes empreendimentos no Matopiba e vários outros que vêm, inclusive, desalojando nossos quilombos, desalojando familiares indígenas, camponeses, agricultores da reforma agrária, à prova do campo, da água e da floresta, esses empreendimentos que têm nos assolado são coordenados pela ganância do capital sobre os nossos biomas. A Mata Atlântica, por exemplo, do que tem de Mata Atlântica no país hoje, não chega a 8% do que tinha há 500 anos. E 26%, aproximadamente, estão na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, divisa com o Paraná, para onde o dito cujo que está na Presidência disse que tem um projeto de grafeno, para exploração de minério sobre essa região, sem pensar na relevância histórica, cultural e de biodiversidade que essa região tem para as futuras gerações.

Também não tem como a gente relacionar tudo isso, todo esse avanço que vem acontecendo nos últimos períodos, sem relacionar ao desmonte das políticas ambientais que vêm acontecendo, ao desmonte das políticas ambientais que vem acontecendo no Ibama, à instrumentalização do Ibama para que não aplique as multas que deveriam ser aplicadas, à anistia total de grandes empreendimentos, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes fazendeiros, que vêm desmatando, e aos garimpeiros que estão nos nossos biomas, inclusive em territórios sagrados, quilombolas, indígenas, que vêm detonando toda a nossa biodiversidade. Então, não tem como a gente relacionar toda essa questão da mudança climática sem falar do desmonte da política pública de proteção social ao nosso povo e também da política pública ambiental.

Nós temos aí o enfraquecimento do Incra, que não regulariza os territórios quilombolas, nós temos aí o enfraquecimento da Funai, nós temos aí a perseguição dos povos do campo, da água e da floresta, e nós temos também a perseguição dos territórios marinhos, os territórios pesqueiros – a minha irmã, minha colega de luta Eliete vai entrar e vai falar um pouco sobre essa questão. Não tem como a gente não relacionar isso com o racismo ambiental, porque está muito atrelado. O reconhecimento dos territórios quilombolas, a demarcação dos territórios tradicionais, a lentidão de todo esse processo é justamente porque os nossos territórios estão em lugares estratégicos, são lugares onde ainda existe água, lugares onde ainda existe mata, lugares onde existe muito minério, no nosso território. Para nós, esses territórios são territórios sagrados. E, em território sagrado, você produz alimento para a vida. Você não produz a destruição, você produz alimento para a vida e para a alma.

A população negra é maioria em todos os biomas. Se a gente for pegar aqui, em todos os biomas nós somos maioria, porque nós somos a maioria da população brasileira. E, quando os impactos das questões climáticas vêm, isso aperta mais o nosso povo, porque o nosso povo é a maioria. Então, o nosso povo é o mais afetado com relação aos efeitos climáticos, tanto o povo do campo quanto o povo que está nas grandes periferias dos grandes estados, porque é onde se enchem os córregos, onde se represa... A gente viu agora Recife num caos danado. E foi justamente nas áreas mais carentes, onde o nosso povo está, porque o Estado brasileiro ainda não criou uma política de reparação sobre o nosso povo. O único lugar que sobrou para o nosso povo foi aquele lugar. E o nosso povo tem passado muita dificuldade, sendo uma das principais vítimas de toda essa questão climática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES – Só para ir finalizando, as comunidades quilombolas estão em todos os biomas. Quando a Amazônia queima, o nosso povo também queima. Quando o Cerrado queima, o nosso povo também queima. Quando a Caatinga queima, o nosso povo também queima.

As comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais e demais povos do campo, da água e da floresta, nós temos pagado um preço muito alto por sermos os guardiões da floresta, os guardiões da biodiversidade, inclusive com a vida e o sangue dos nossos companheiros e companheiras, a exemplo do que está acontecendo e do que aconteceu, no mês passado, no Pará e no Maranhão, onde assassinaram lideranças quilombolas; do que está acontecendo com os povos guarani e kaiowá lá em Mato Grosso do Sul; do que aconteceu com Dom e com Bruno. Nosso povo é o povo que mais tem sofrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar, a gente quer dizer que é muito importante este espaço, para que esta Casa, que tem poder, que tem o poder de decidir sobre o nosso futuro, sobre as políticas ambientais e sobre a política de salvaguarda deste país, possa nos dar uma resposta, porque nós não podemos mais perder o nosso povo. Estamos cansados de perder o nosso povo!

É importante que a sociedade e o povo que nos está ouvindo fiquem atentos, porque é preciso entender a importância de demarcar terras indígenas, territórios quilombolas, territórios de povos e comunidades tradicionais, porque são territórios onde se produz vida, onde se produz biodiversidade e são territórios em que se produz alimento saudável. Os rios não nascem nos grandes centros, as cabeceiras dos rios estão nos nossos territórios. E são os nossos territórios que vão produzir vida, que sempre produziram vida e que vão continuar produzindo vida, porque nós não somos... Nós somos o começo, somos o meio e começo; nós não somos o fim. Nós vamos lutar para sermos o começo de novo, para reerguer a sociedade, para que, de fato, justiça seja feita no campo, para que a gente possa preservar este país, este mundo, este planeta para as futuras gerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Muito bem!

O líder Denildo Rodrigues de Moraes já esteve na Comissão em outra oportunidade. Ele é Coordenador Nacional da Conaq. Foi brilhante, como foi hoje, usando expressões que têm toda uma sintonia com a vida e com todo o ecossistema.

Você diz – eu fiquei aqui ouvindo-o com muito respeito, Denildo – que, "quando queima a floresta, queima o nosso povo". Quando poluem as águas, estão matando a nossa gente. Quando, cada vez mais, jogam mais veneno sobre as plantações e sobre as florestas, estão envenenando a nossa gente. Enfim, parabéns! Parabéns pela fala! Mais uma vez, foi uma satisfação ouvi-lo, como foi ouvir todos que falaram.

Agora vai ainda... Eu estava aqui com a líder Eliete Paraguassu, ativista, quilombola e líder comunitária de Ilha de Maré, mas ela está com dificuldade para entrar.

Então, nós vamos agora para a nossa última convidada, que é a Dra. Bernadete Lopes, psicóloga, especialista em comunidades tradicionais.

Por favor, Dra. Bernadete Lopes!

A SRA. BERNADETE LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

É uma alegria estar aqui com vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu estou num trabalho que é um dos grandes desafios da minha vida, que é trabalhar com as comunidades remanescentes no território de Suape. Suape teve remanejamento de várias famílias, algumas resistiram, não saíram, e nós estamos aqui trabalhando com elas.

Coordeno, no Estado de Pernambuco, um grupo da FPI (Fiscalização Preventiva Integrada), que é do Comitê da Bacia do São Francisco. Por isso, hoje eu vou me ater às comunidades e aos problemas que essas comunidades vêm tendo por conta do impacto das mudanças climáticas, mas também de algumas ações, às vezes, até governamentais e outras empresariais.

No projeto da transposição do Rio São Francisco, havia vários outros projetos que garantiriam a melhoria de vida dos povos de São Francisco, como a gente chama. E, com a parada, e a gente sabe o porquê, dos projetos estruturais e estruturantes, essa transposição trouxe alguns problemas.

Nós temos, na região do São Francisco e aqui – em Pernambuco, Central, Baixo São Francisco, Médio São Francisco –, o problema de assoreamento, que é muito grande. Temos um problema grave de irrigação irregular, que acaba tirando também água que estaria na transposição para acudir algumas comunidades quilombolas e indígenas que se beneficiariam com essa transposição, e acaba essa água sendo perdida ao longo do caminho para essas irrigações.

A gente tem também uma outra dificuldade. À medida que as... Por exemplo, aumentou a fiscalização na Bahia, aumentou a fiscalização em Alagoas, e eles foram vindo para Pernambuco, que é a criação de peixe no leito do São Francisco, em alguns lugares, evidentemente. E agora a gente vive uma situação muito complicada, que é a intenção de se fazer uma usina nuclear aqui também no São Francisco, numa região que é de uma comunidade indígena.

Em relação a outras comunidades quilombolas em Pernambuco, quilombolas e indígenas – porque a gente tem lá no Rio Pajeú, que é afluente do São Francisco, no Rio Moxotó – também são prejudicados, além de ter mudado o período chuvoso, além de ter mudado o tempo de colheita. Então, aumentou muito a fome, a falta de cuidado, a falta de assistência a essas comunidades.

A gente precisa – a gente precisa e tem feito – trabalhar com essa questão do Rio São Francisco, para garantir que o projeto volte a ser tratado como originalmente foi pensado, o projeto da transposição.

A gente precisa que a fiscalização das irrigações irregulares seja tratada pelas políticas governamentais, e não apenas que as denúncias fiquem no vácuo, as que continuam sendo feitas, como a gente vem fazendo.

O Incra aqui em Pernambuco também foi tão enfraquecido quanto em todos os estados. Aqui, a gente só teve duas comunidades quilombolas que foram homologadas. Quanto a uma comunidade quilombola que foi reconhecida e vem sendo tratada no território de Suape, o laudo antropológico não foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluído. E, segundo informações também do Incra, não havia recurso nem para as diárias, e olha que estamos a 50km da sede. Isso também precisa ser trabalhado.

A gente pensa que, com a coalizão e com este tipo de audiência, com a assistência que a gente vem tendo dessas Comissões... A Comissão de Direitos Humanos também já esteve aqui em Pernambuco para a gente visitar algumas comunidades. Alguns (*Falha no áudio.*)... visíveis nacionalmente, e isso fortalece suas lideranças, fortalece a luta e certamente ajuda a resolver.

O que eu, para finalizar, quero pedir aos Senadores, Senadoras e lideranças aqui presentes é que se juntem a nós contra a instalação dessa usina elétrica no Rio São Francisco, no território dos indígenas tuxá, no Município de Itacuruba.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... nossa querida psicóloga, especialista em comunidades tradicionais Bernadete Lopes.

Ela está ainda com o microfone aberto? É possível abrir aí? (*Pausa.*)

É possível abrir o microfone? (*Pausa.*)

Está bom.

Bernadete, eu achei tão importante a simbologia do encerramento. Se você puder, peço-lhe para reproduzir, simbolicamente, para nós o seu encerramento sobre...

A SRA. BERNADETE LOPES (*Por videoconferência*.) – A minha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Isso, o pedido que você fez.

A SRA. BERNADETE LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. A minha solicitação aos Senadores e Senadoras e aos militantes aqui presentes é que se juntem a nós contra a instalação dessa usina nuclear no Rio São Francisco, no território dos índios tuxá, no Município de Itacuruba, em Pernambuco, e de um outro município que fica do outro lado do rio, que é da Bahia, de cujo nome não me lembro agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, parabéns por toda a exposição e pelo fechamento que faz defendendo os territórios dos índios, dos quilombolas e de nossa comunidade preta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora nós vamos, Jaques e todos os que estão aqui, para a parte final. E, neste momento, como havia solicitado, eu vou fazer, como havíamos lembrado na abertura, um minuto de silêncio por todas as mortes que aconteceram nas comunidades quilombolas, do povo indígena e dos nossos dois ativistas.

Vou pedir, neste momento, um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

Agora nós teremos um espaço, Jaques, aqui pela nossa orientação, de algumas perguntas. Eu selecionei duas, mas acho que este seria o momento adequado para os Senadores que quiserem usar da palavra. Depois, cada convidado terá três minutos para sua fala de encerramento e considerações finais.

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras que participaram nesta manhã desta audiência pública, todos os nossos convidados e convidadas. Parece-me que a companheira da Ilha de Maré acabou não conseguindo entrar.

Bom, é para dizer que a ideia que nós tivemos, tanto eu quanto o Humberto, de fazer esta temática é porque eu acho que a obrigação nossa no Senado é dar vozes exatamente à nossa gente, ao nosso povo oprimido, que, muitas vezes, não tem os *lobbies* que outros têm para fazerem chegar suas demandas e suas ponderações com aquilo que está sendo feito. Então, eu acho que, nesse sentido, está cumprido o papel porque, de qualquer forma, é uma sessão que é pública, é transmitida pela TV Senado, ficam os registros.

Bernadete, eu confesso que vou me inteirar, porque eu não conheço esse projeto de usina nuclear no Rio São Francisco. Isso foi discutido lá atrás, até se falava realmente num território de tríplice fronteira entre Pernambuco, Bahia e Sergipe ou Alagoas, que seria um território mais ou menos compartilhado entre esses Estados, mas eu não vi mais nenhum tipo de evolução nesse projeto. Eu vou tentar me inteirar para saber se realmente existe.

E digo que nós aqui na Bahia, como disse a Dulce, que vivemos num território talvez ou seguramente o mais negro, o mais africano de todos os territórios brasileiros, pelo óbvio, pela chegada dos negros como escravos aqui na época da colonização portuguesa... E é sempre bom lembrar que nós estamos nos aproximando do 2 de julho, que, na verdade, na minha opinião, historicamente, é a independência efetiva do Brasil, e não da Bahia, como querem alguns, porque o Brasil era um só. Se um pedaço do Brasil continuava colônia, então, o Brasil não estava independente. E 25 de junho foi o sábado; em mais um ano a gente transferiu a capital para Cachoeira, o Governador esteve lá, porque em Cachoeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi a primeira Câmara de Vereadores, ainda em 25 de junho de 1822, antes do chamado Grito do Ipiranga, que proclamou a adesão da Câmara de Vereadores de uma cidade que na época tinha uma importância específica, porque o fornecimento de alimentos vinha todo aqui do Recôncavo Baiano, atravessando a Baía de Todos os Santos, e um navio de guerra da brigada portuguesa, que estava ancorado no Paraguaçu, que na época subia, bombardeou a Câmara de Vereadores causando mortes inclusive lá.

Depois, nós tivemos aqui a Batalha de Pirajá, que é famosa, que aconteceu já em 9 de novembro de 1822. E no 2 de julho, quando os portugueses, – por isso eu cito aqui – acoados por índios, negros e brancos, que eram do movimento independentista, por falta de fornecimento de alimentos, acabaram deixando aqui a Baía de Todos os Santos, e daí a gente proclama a independência no dia 2 de julho.

Tudo tem história, viu, Paim, e eu gosto de contar porque parece incrível... Eu não tive a sorte de nascer em solo baiano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Foi bom ouvi-lo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Eu nasci em solo do Rio de Janeiro, mas tenho orgulho de ter feito aqui o Hino da Bahia, que hoje é o Hino ao 2 de Julho, que tem uma belíssima letra, e para valorizar mais ainda o Hino ao Senhor do Bonfim, que é um hino religioso, mas que foi feito para comemorar o centenário do 2 de julho, foi em 2 de julho de 1923, que tem essa letra belíssima, e quem prestar atenção na letra, verá que ele diz: "[...] há cem anos nossos pais conduziste à vitória [...]". E ele falava exatamente da vitória do 2 de julho, da independência.

Então, só quero dizer que essa luta é antiga, Dulce, Bernadete, Thais e Diosmar, e é bom que a gente veja também os jovens dela, porque aí a gente sabe que a continuidade vai longe.

Eu acho que Dulce colocou uma coisa que é bem dolorosa que nos coloca a raciocinar. A elite brasileira sempre teve realmente essa capacidade, como você disse, de embrulhar para presente as mazelas sociais do Brasil. Eu fico sempre dizendo que, quando a luta da Independência, com Tiradentes e com todos nós, estava na bica de sair, aí D. Pedro fez o grito. Então, passou de novo para a elite nos concedendo. Quando Zumbi e todos os nossos se sustentavam na insustentabilidade da escravidão, a Princesa Isabel foi lá e nos concedeu. Quando o regime militar de 1964 estava nos estertores, os militares sabiamente foram lá e fizeram a transição pacífica e sem maiores dores. Então, é uma questão realmente bem profunda como a elite se antecipa, como diz o ditado, para entregar os anéis, mas não entregar a mão que explora.

Então, parabéns a vocês! Agradeço terem aceito o nosso convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostei, viu, Paim? Não conhecia esse seu apelido, o nosso Zumbi no Senado, porque – viu, Dulce? –, na minha época, quando eu era Deputado, nem sei se havia Deputado negro, quem batizou o espaço cultural da Câmara de Espaço Cultural Zumbi dos Palmares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu estava lá com você no dia da inauguração. Foi você quem batizou.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) – É, mas é importante que a gente tenha os sofredores originais nesta representação.

Então, parabéns a todos pela contribuição! E vamos continuar nessa batalha, tentando, pelo menos, neste 2 de outubro, não do 2 de julho, o nosso grito de independência para, pelo menos, encerrar esse Governo da morte que está por aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Jaques! Parabéns pela história que veio enaltecer, aprimorar, qualificar ainda mais o nosso debate aqui, com esses especialistas, todos muito qualificados!

Mas deixa eu te contar, então. Tu deste a oportunidade, eu vou contar aqui. E não é uma historinha. Quando eu me elegi Deputado Federal constituinte, junto com o Olívio, o Lula – enfim, aqui, no Rio Grande do Sul, fomos eu e o Olívio –, um jornalista aqui, que negro não era, era mais ou menos como você, escreveu um belo artigo, e eu guardei. Um dia eu vou te mostrar. Ele escreveu o artigo chamado "Teremos um Zumbi no Senado"; foi uma homenagem à nossa eleição pelo PT. Ele já faleceu, mas foi um cara brilhante.

A luta contra o preconceito, eu sempre digo, tem que ser de brancos e negros. Foi o que nós fizemos, não é, Jaques? Fizemos um trabalho coletivo, e hoje, você, inclusive me indicou para presidir uma audiência pública que você acertou lá, no exterior; veio para o Brasil e me convidou para presidir, mostrando a importância de brancos e negros que tenham compromisso com liberdade e justiça caminharem juntos. Um abraço, Jaques; foi muito bom te ouvir aqui!

Eu tenho aqui uma série de perguntas. Os senhores e senhoras terão três minutos cada um para as considerações finais. Eu separei aqui algumas. No momento em que eu chamar aqui, vocês poderão responder ou fazer os seus comentários desta nossa audiência pública como assim entenderem.

Recebi aqui, do Francisco Daniel, do Amapá: "Quais medidas de Governo podem ser tomadas para mitigar os impactos das mudanças climáticas nestes territórios?". (*Pausa.*)

Estou dando um tempinho para que vocês possam assimilar aí.

Depois, recebi, Marjorie Tolotti, de Santa Catarina: "Como conciliar a agenda climática com o desenvolvimento econômico [nesse caso]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luan Felipe, do Rio de Janeiro: "O Brasil carece de investimento [na área rural] nessas áreas. O Estado precisa criar medidas para ajudar esse setor". Ou seja, tem que estar cada vez mais no Orçamento, não é?. Muito bem.

E, por fim, mais duas só: "As senhoras e os senhores acreditam que falta de representatividade proporcional nos espaços de poder e nos Parlamentos dificulta a implantação de medidas que promovam o meio ambiente e os povos tradicionais?". É a participação maior de negros e negras nos espaços de poder – e aqui também falando do Congresso, claro.

Por fim: "Quais ações são necessárias para que possamos ter uma sociedade mais sustentável?".

Eu vou seguir a ordem que eu tenho comigo aqui. O primeiro, então, vai ser o Dr. Diosmar Filho, geógrafo, doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense, por três minutos, comentários finais, e também pode responder, se assim entender, a algumas das perguntas, ou uma ou outra. Fique bem à vontade! Use bem seus três minutos.

O SR. DIOSMAR FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bom. Obrigado, Senador, e a todas as intervenções.

A gente conseguiu aqui passar essa agenda, a proposta dela. Todas as perguntas não escapam ao fato de que o debate político de mudanças climáticas precisa ser realizado no Brasil. Eu colocaria a última pergunta: "A gente precisa de um Parlamento com a maioria de pessoas negras e indígenas?". É o dever nosso civilizatório em outubro: eleger o maior Parlamento em assembleias e no Congresso Nacional Negro Indígena, em outubro. É um dever civilizatório da sociedade brasileira, são os esforços. Mas a gente vai precisar encarar as leis, a gente precisa encarar as leis, porque as leis não estão sendo cumpridas.

A gente tem uma dificuldade hoje... Se você pega essa pergunta do Francisco Daniel sobre o Amapá, a gente está falando de Macapá, a gente está falando de onde está a desigualdade e a vulnerabilidade. As mudanças climáticas no Amapá, no território do Estado do Amapá, tudo o que acontece em um distrito urbano que se chama Macapá tem escala estadual. Então, se alguma tragédia acontece... A falta de luz que teve no ano passado, nós vivemos o apagão no Macapá, que não foi no estado inteiro, foi em um único distrito onde vive a população urbana. Então, tudo o que acontece ali tem impacto estadual. Isso vai se dar também para Roraima, isso vai se dar para Rondônia, isso vai se dar... Quando você pega as questões de Cuiabá, quando você pega o agronegócio e o impacto do agronegócio na vida da população negra para o Município de Cuiabá e o estado, é vulnerabilidade total.

Então, se a gente não abrir um debate sobre o que está posto sobre mudanças climáticas no território brasileiro... E aí, Senadores aqui também presentes, o debate sobre o fundo de adaptação que está lá no Acordo de Paris, o debate sobre perdas e danos, tudo isso que a Conaq apresentou aqui está no campo das perdas e danos. É o que o PIB está trazendo na agenda indígena e é o que a gente precisa trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na agenda racial brasileira. Eu digo assim: quando se fala de população negra, parece que a gente está falando do ativismo. A gente não está falando do ativismo, a gente está falando da demografia. O IBGE classifica a população brasileira por demografia, e a demografia é raça e cor. E a maioria é negra, indígena. Se se juntarem negros e indígenas – aqueles pretos, pardos, indígenas –, é a maioria da população. Então, a gente precisa fazer legislação para a maioria da população.

Hoje o nosso desafio é que essas duas Comissões, de Meio Ambiente e de Direitos Humanos, abram um debate na população brasileira sobre adaptação às mudanças climáticas e os impactos das mitigações. Nós não podemos caminhar em mitigações para fazer desenvolvimento com o crescimento econômico só. É preciso fazer justiça racial nesse país. Essa é a nossa consideração aqui final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Diosmar Filho, que é geógrafo, doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense. E enfatizou mais na resposta a importância da comunidade negra e da comunidade indígena estarem nos espaços de poder. E deu, com muita felicidade, o exemplo aqui do Amapá: onde aconteceu a questão mais grave da falta de energia? Foi na região onde estão as comunidades mais vulneráveis, que é a comunidade negra. Muito obrigado, Dr. Diosmar. Foi um prazer enorme ouvi-lo.

Eu gosto muito quando ouço também – não é porque eu estou aqui de cabelo branco – jovens com esse potencial que eu notei aqui. Todos jovens, porque o Jaques é jovem também. É um líder incontestável lá no Senado, respeitadíssimo.

Então, obrigado, Dr. Diosmar. Foi muito bom te ouvir, prazer enorme.

Passo a palavra agora... Vou insistir com a Eliete Paraguassu, ativista, quilombola e líder comunitária da Ilha de Maré. Sei que ela não conseguiu, mas sei que, se ela tivesse conseguido, ia ainda dar muito brilho ao nosso debate. Um abraço, Eliete. Fica para a próxima vez.

Passo a palavra agora para o líder Denildo Rodrigues de Moraes, coordenador nacional da Conaq. Já o ouvi em outra oportunidade e tive também a felicidade de ouvi-lo hoje.

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES (Para expor.) – Então, Senador, eu acho que tanto nós que estamos aqui nesse espaço e como também a sociedade temos um dever com as futuras gerações, inclusive de tentar fazer, cobrar dos gestores aquilo que é papel dos gestores fazer e que eles não têm feito.

Quando eu citei, lá em cima, o desmonte total que nós tivemos... Inclusive existe um desmonte total sobre os órgãos de fiscalização, sobre o Ibama. Tem um desmonte total no Ibama, e isso facilita que os grandes empreendimentos aconteçam, facilita também que os garimpos em terras indígenas, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

territórios quilombolas e em terras tradicionais aumentem, se alastrem, inclusive o garimpo ilegal. Então, a gente precisa de fato garantir o poder institucional ao Ibama.

Segundo, Senador, tem alguns PLs, inclusive, que estão dentro do Congresso, que são PLs contra os quais a gente tem que lutar quando chegarem aqui: o PL da mineração, o marco temporal dos povos indígenas.

Inclusive, tem o PL da grilagem, que era aquele da Medida Provisória 910, que está no Congresso Nacional, passando as terras quilombolas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES (*Por videoconferência*.) – ... para que os próprios agressores possam estar em cima delas.

Assim, existem medidas que a gente precisa tomar conjuntamente. Existem ações que a sociedade também tem que chamar à sua responsabilidade. E nós temos um dever muito cívico em 2 de outubro. Nós não aguentamos mais quatro anos do jeito que está. Do jeito que está, nós não aguentamos mais quatro anos. Então, é importante que a gente vá às urnas, que a gente faça esse processo de renovação, e é importante que os nossos negros e negras quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais também possam ocupar esses espaços, porque nós também precisamos ser ouvidos com relação às nossas demandas. Nós precisamos também estar ali defendendo a vida do nosso povo. E esse espaço também é um espaço nosso. E tem que ser um espaço plural, um espaço onde, de fato, dialogue a democracia. Que façamos esse dever no dia 2 de outubro!

Para finalizar, quero dizer só uma coisa. É importante que tanto Câmara e Senado estejam juntos dentro desta pauta, da pauta da proteção ambiental, da pauta de se discutirem os protocolos de consultas que estão aí, e respeitem, façam com que esses protocolos sejam respeitados, não é? A gente precisa garantir que os acordos firmados sejam respeitados, para a gente proteger para as futuras gerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Parabéns, líder Denildo Rodrigues de Moraes, Coordenador Nacional da Conaq, que lembrou de pautas muito ruins, muito perversas, que matam o meio ambiente e matam a nossa gente também. Elas têm que ser combatidas.

E também vamos lembrar que – permite-me só te cumprimentar e dar um gancho na tua fala –, no Senado, nós aprovamos em torno de 14 projetos de combate ao racismo, que infelizmente vão para a Câmara e lá estão parados. Então, quero fazer um apelo à Câmara dos Deputados para que se debruce, desde a abordagem, desde a injúria... Aprovamos dois aqui, que pararam lá, não é? Existem diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos que aprovamos com muita peleia aqui no Senado. Nós fizemos um rol de 20, e, desses 20, 12 aprovamos agora na época de pandemia. Foram para a Câmara e estão parados lá.

Aí, mais do que nunca – a fala dos dois foi neste sentido –, temos que ter mais Deputados e Deputadas negras e negros, índios e índias, da comunidade indígena, da comunidade negra, para que a gente avance esses projetos também lá na Câmara e também no Senado, não é? No Senado, também dá para contar nos dedos quantos existem – e nos dedos de uma mão, hein? E aí vamos contar para ver quantos tem mesmo. Não estou nem dizendo que tem isso aqui, não, hein? Dá para contar nos dedos.

Mas vamos em frente.

Depois do líder Denildo, vamos agora para a Dra. Thais.

A Dra. Thais, química e doutoranda em Bioenergia, é educadora popular, cofundadora da Comunidade Cultural Quilombaque e Coordenadora do Núcleo Uneafro Brasil. E faz parte, ainda, da equipe ambiental do Instituto Referência Negra Peregum.

Por favor, Dra. Thais. É um prazer ouvi-la novamente.

A SRA. THAIS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Senador, e fico muito feliz em partilhar este momento com pessoas que são referências vivas de luta no movimento negro. Então, muito obrigada, Dulce, Bernadete, Diosmar e Bico. Eu estou honrada em me somar a esse grupo. Fico imensamente feliz.

Eu preciso fazer duas pequenas correções aqui. Uma é bem pequena, é quanto à referência ao meu nome foi vinculada à doutora. Eu ainda estou no doutorado, eu estou me doutorando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas pela sua fala, para mim, é doutora e não adianta. Não retifiquem aí: Dra. Thais.

Vai, Doutora!

A SRA. THAIS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

E a outra é quando se cita... O Senador Jaques Wagner citou a Princesa Isabel e militares, fazendo referências a ações que foram do movimento popular. Nada foi dado, sempre foi uma conquista de luta da população. Então, há que se ter muito cuidado quando se faz esse tipo de referência às nossas conquistas, desde cotas até o fim do sistema escravocrata instituído no Brasil.

Eu disponibilizei aqui a nossa carta de intenções da Coalizão Negra por Direitos e recebi a mensagem de que isso também vai estar disponível no *link* da nossa audiência pública. Eu agradeço a esta Comissão e peço que as pessoas estejam comprometidas no dia 2 de outubro e, principalmente, nas mesas de debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos a COP 27, no Egito, e as nossas comitivas ainda são de homens brancos e que representam falas tão potentes, lutas tão potentes dos territórios. É uma luta tremenda a gente conseguir recursos e credenciais para colocar as nossas lideranças nesses lugares de debate. Então, que esta Casa, que as pessoas que estejam escutando sejam comprometidas também com o aumento e as condições ideais para que essas lideranças acessem esses lugares!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Dra. Thaís, vai ser quando mesmo no Egito?

A SRA. THAIS SANTOS (*Por videoconferência*.) – A COP 27 está para novembro, não é, Diosmar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em novembro? Muito bem. O.k.

Parabéns, Dra. Thais! Fica aqui o seu chamamento também, com elegância.

E não me proíba de te chamar de doutora, porque você está dando aula para nós aqui. Fica sendo doutora para todos nós. Quem sabe na tua formatura nós vamos estar lá? Vamos todo mundo lá no dia da formatura.

Repito, Dra. Thais Santos, química e doutoranda, como ela pediu, em Bioenergia, é educadora popular, cofundadora da Comunidade Cultural Quilombaque e Coordenadora do Núcleo Uneafro Brasil. E faz parte, ainda, da equipe ambiental do Instituto Referência Negra Peregum. Parabéns!

Agora vamos à minha querida amiga, não é? A Dulce esteve comigo muitos e muitos anos, nos governos anteriores, não esses dois últimos, não é? Estivemos juntos e fizemos um trabalho que ajudou muito na construção do Estatuto da Igualdade Racial, de que eu tive a satisfação de ter sido o autor, o primeiro signatário, mas que teve o apoio da bancada negra desde a Constituinte, que eram o Caó, o Edmilson e a nossa sempre querida e Líder Benedita da Silva.

Dulce Pereira, arquiteta, ambientalista, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto, onde coordena o Laboratório de Educação Ambiental. Movimento Negro Unificado (MNU/MG).

A SRA. DULCE PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, Senador, é uma felicidade existencial poder estar com você, sabe? Porque ética, retidão e sensibilidade não têm sido a prática cotidiana dos políticos brasileiros, não é? E você faz diferença.

Eu começo, então, discutindo essa questão sobre a falta de representatividade. É fundamental que a gente faça uma reviravolta, entendendo que o poder é de homens brancos muito mais velhos do que a média brasileira e que não têm compromisso, de fato, com transformação. Só que não basta eleger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negros, não basta eleger mulheres, não basta eleger indígenas e quilombolas que não tenham compromisso com essa transformação. Então, nós vimos aí, recentemente, inclusive neste Governo, o que significa ter pessoas distanciadas da nossa luta. Então, a eleição de bancadas, em todos os níveis, que sejam responsáveis com as causas de combate ao racismo é fundamental; e de combate ao racismo também é como se entende de uma forma coletiva, participativa e, principalmente, com participação das comunidades. E isso leva às duas perguntas do Francisco e do Luan sobre a questão do Estado.

Vejam, Francisco e Luan, o Estado hoje é controlado pelas corporações. Aliás, como foi previsto pelo Allende há 50 anos, num discurso famoso na ONU, o Estado serve às elites, o Estado neste Governo é absolutamente comprometido com parte das forças militares – parte; não são todos, não é? – e definitivamente comprometido com um projeto de tomada do país. Não há possibilidade de democracia em governos como este. Então, a nossa responsabilidade é imensa: é preciso que a gente consiga eleger pessoas que sejam dirigentes de Estado com compromisso com o conjunto da população.

Se nós formos pensar... Eu diria que, se a gente fosse fazer uma CPI do Estado brasileiro hoje, nós veríamos que é o Estado do genocídio. Vejam a questão da covid, vejam a questão das enchentes, vejam a questão da contaminação das pessoas em todas as diferentes áreas e da conivência com as corporações – exemplo da saúde com a indústria química farmacêutica. Então, é importante entender isso em relação ao Estado.

Quanto às questões do clima e desenvolvimento econômico, se quiser, se faz. O Brasil precisa um grande programa de inclusão para o combate à fome, para a segurança alimentar, para a segurança dos territórios, priorizando os territórios históricos, quilombolas, indígenas e tudo mais, e o território em geral, porque a gente tem hoje cidades degradadas.

Então, uma visão territorial do desenvolvimento já será uma visão com participação coletiva que vai garantir a possibilidade de desenvolvimento – não esse desenvolvimento sustentável que é usado hoje pelas corporações para controlar as pessoas e para aumentar o seu capital nas bolsas de valores e bolsas de futuro, mas desenvolvimento, de fato, que parta da sustentabilidade local.

Então, o nosso chamado é realmente para que a gente tenha um Estado dirigido por políticos, porque são eleitos, portanto, responsáveis por essas mudanças e principalmente prontos para ter medidas de governo que produzam transformação real. Não basta ter energia eólica se ela vai matar as comunidades. Não basta ter energia, por exemplo, a partir da água, se se permite a exploração das terras raras.

O direito de superfície no Brasil não existe, ele é absolutamente sequestrado das populações negras, o direito à saúde e o direito, principalmente, a um ambiente saudável. Com o ambiente saudável, a população sabe construir a sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Dulce Pereira, arquiteta, ambientalista, pesquisadora e Professora da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem ainda o laboratório de educação ambiental. Parabéns pela exposição, brilhante como sempre. Qualquer comentário só vai tirar o brilho da sua fala. Nem penso em querer comentar uma fala sua. Só quero dizer: palmas, palmas. Parabéns!

Agora vamos para a Dra. Bernadete Lopes. Ela é psicóloga especialista em comunidades tradicionais.

A SRA. BERNADETE LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, bem rápido, quero dizer o seguinte: a pergunta é se é possível o desenvolvimento econômico e a agenda climática. Eu penso que sim, desde que sejam respeitados os povos e comunidades tradicionais e que não se pense em desenvolvimento econômico desconectado das pessoas que estão no território. Então, é possível.

Acho que também a gente chegou ao momento em que é possível ter uma maior representatividade negra e indígena tanto na Câmara quanto no Senado.

Acho que este Governo nos fez sofrer um bocado, mas também fez algumas pessoas acordarem, fez algumas pessoas repensarem algumas posturas, alguns discursos, etc.

Eu quero registrar a minha gratidão por participar deste momento e dizer que, em dois momentos de minha vida, o Senador Paim foi muito importante e, em um deles, fundamental: no reconhecimento do Quilombo dos Silva, quando instalou a Presidência do Senado lá dentro do quilombo. Era a primeira vez no país que a gente tinha um Senador no quilombo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Belas lembranças, hein? Belas lembranças. Gostei.

A SRA. BERNADETE LOPES (*Por videoconferência*.) – ... e quando chamou ao gabinete o representante da Aracruz Celulose, que queria de todo jeito tirar os quilombolas de São Mateus, e hoje eles têm uma parte da terra e ninguém os incomoda mais, não foi homologada ainda, não foi entregue, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Será no ano que vem sem falta. Eu estou prevendo um novo Governo. Então...

A SRA. BERNADETE LOPES (*Por videoconferência*.) – É.

E a Dulce Pereira – que tem um compromisso com a gente, para o qual eu estou convidando você para estar junto também –, quando ela estava em Portugal, a gente colocou uma placa com o nome dela numa comunidade quilombola aqui de Pernambuco. A briga para conseguir a terra era com Nossa Senhora de Nazaré.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

A SRA. BERNADETE LOPES (*Por videoconferência*.) – Não era registrada, não.

E isso ajudou um tanto a essa comunidade quilombola. Quando ela esteve aqui para o congresso do MNU, ela se comprometeu de voltar, e a gente ir lá à comunidade de Timbó. E aí eu estou aqui convidando todos, mas de forma assim bem enfática o Senador Paulo Paim – Dulce Pereira e Paulo Paim –, porque ele sabe o número de fãs que ele tem aqui em Pernambuco.

Meu abraço a todos. Contem comigo sempre. Estamos aqui na luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Estamos juntos, querida Dra. Bernadete. Belas recordações.

E, como você tratou do tema aí da usina, a assessoria da Comissão resgatou para este momento de encerramento:

> A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, S. Exa. o Sr. Ministro Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia. Assunto: solicitação de informação sobre a instalação da usina nuclear no interior do Estado de Pernambuco. [Você foi uma provocadora desse assunto. E eu, na época, presidia a Comissão de Direitos Humanos e encaminhei ao Ministro o seguinte ofício.]
> Sr. Ministro, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou, no dia 5 de junho de 2020, *live* com o seguinte tema: Dia Mundial do Meio Ambiente: o Brasil pede socorro; é hora de agir pela natureza, pela vida [como estamos fazendo neste momento]. Na oportunidade, foi noticiado que o Governo Federal estaria preparando projeto de instalação de uma usina nuclear no Município de Itacuruba, Estado de Pernambuco, na beira do Rio São Francisco [como a senhora descreveu aqui], onde passa o canal de transposição do rio. Nesse local habitam, há séculos, comunidades indígenas e quilombolas. Representantes dessas comunidades se queixam da falta de participação nesse debate dessa tal usina, o que deixa a população insegura quanto ao seu futuro.
> Sendo assim, solicito informação a respeito do mencionado projeto para que este Colegiado parlamentar possa acompanhar e envolver a população do município na mais ampla discussão sobre essa situação. Na expectativa de sua manifestação, antecipo o agradecimento.

Então, a senhora já nos alertava lá atrás. E a gente fez o movimento, felizmente não aconteceu. Eles deram uma bloqueada. Esperamos que não aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, meus amigos e minhas amigas, foi um prazer enorme. Deram para mim, para encerrar aqui, dois provérbios, mas são frases curtas. Eu vou ler os dois, e vocês vão decidir qual preferem. Um deles diz o seguinte...

Cadê os dois provérbios, meu Deus do céu, no meio desta confusão? Achei, achei! Estão aqui ó!

Um deles, um provérbio africano, diz: "Pouco a pouco, a lagarta consegue devorar a folha da árvore". Aí vem a análise: "Acredito que será assim que iremos combater o racismo, as desigualdades em nosso país, como as lagartas que trabalham diariamente para atingir os seus objetivos". Mas precisamos que os objetivos do nosso povo negro... Para eles serem atingidos, eles precisam estar vivos. Vidas negras importam!

O outro, que me trouxeram, diz: "Pouco a pouco, as abelhas constroem a colmeia e produzem o mel". "Acredito que será assim que iremos combater o racismo, as desigualdades em nosso país, como as abelhas que trabalham diariamente para atingir seus objetivos." Vocês sabem que estão matando as abelhas no Brasil e no mundo. Muitas abelhas estão sendo mortas no Brasil. "Nós continuaremos resistindo de uma forma ou de outra. Vamos em frente!" E vamos dizer: "Não esqueçam que, se matarem as abelhas, vocês estão matando o planeta. As abelhas precisam estar vivas. Vidas negras importam!".

Os dois, de formas diferentes, têm o mesmo objetivo.

Meus amigos, termino. Como sempre digo, para mim é muito bom. Estou dizendo de coração isso. Eu lacrei essa frase na minha alma, ouviu? É muito bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a vocês. É isso que anima a gente a estar em um combate permanente.

Uma salva de palmas para vocês! (*Palmas.*)

Vidas negras, de negros e negras, importam!

Um abraço a todos!

Encerramos aqui.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Rafael Tenório, Flávio Arns e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 6/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: Debater sobre: "Violência política, com foco na defesa da Democracia e do Sistema Eleitoral". Participantes: Tânia Oliveira, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD; Claudia Maria Dadico, Juíza Federal - Secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia - AJD; Edson Ribeiro Baeta, Procurador de Justiça - Representante do Coletivo TRANSFORMA MP; Pedro Gondim de Novaes Mendonça, Movimento dos Trabalhadores sem Teto; Everardo de Aguiar Lopes, Entidade Viva Rio; Barack Fernandes, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC; Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional; Romi Marcia Bencke, Pastora Luterana - Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC; Cleide de Oliveira Lemos, Fórum Social Mundial Justiça e Democracia - FSMJD; Ana Paula Inglêz Barbalho, Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília - CJP; Rita Lima, Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP; Priscilla Rocha, Representante da Coalizão Negra por Direitos; Sandro Nunes Vieira, Juiz Federal Auxiliar à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral; e Lohany Corona, Federação Nacional dos Estudantes de Direito -FENED. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: agendar com o Tribunal Superior Eleitoral reunião destinada a discutir esforços conjuntos e medidas que possam ser adotadas com o propósito de garantir a segurança do processo eleitoral que se aproxima, inclusive no que tange à necessidade de observadores internacionais; e requerer informações do Ministério da Justiça e da Segurança Pública sobre as medidas que já tenham sido adotadas ou definidas pelo Governo Federal com o propósito de garantir a segurança dos eleitores e do processo eleitoral que se aproxima, bem como aquelas destinadas ao impedimento de atos de violência política no País e, sobretudo, a garantir o cumprimento da Lei Eleitoral. Faz uso da palavra o Senador Humberto Costa. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/04

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes, nossos convidados para esta audiência pública!

Queria saudar também a todos e todas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais do Senado, mas também pelas redes sociais de Parlamentares.

Nós já temos aqui a presença do Senador Fabiano Contarato, que é o nosso Vice-Presidente da Comissão; e da Senadora Rose de Freitas.

Nossa audiência pública de hoje trata do tema "Violência política, com foco na defesa da democracia e do sistema eleitoral".

Então, eu declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 6, de 2022, Comissão de Direitos Humanos, de autoria nossa, Senador Humberto Costa, para debater a violência política, com foco na defesa da democracia e do sistema eleitoral.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria convidar para fazerem parte da mesa... Nós só temos cinco lugares aqui na mesa. Então, o que nós vamos fazer é o seguinte: nós vamos fazer uma primeira mesa com três, eu convido três; depois eu convido mais dois, fora o pessoal que está no remoto e quem está chegando. Está bem?

Então, são participantes presenciais: a Dra. Tânia Oliveira, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), a quem eu peço que venha até a mesa; a Dra. Claudia Maria Dadico, que é Juíza Federal, Secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia (AJD); o Dr. Edson Ribeiro Baeta, representante do Coletivo Transforma MP; e o Dr. Pedro Gondim de Novaes Mendonça, que representa aqui o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, para que venham até a mesa.

Serão também participantes presenciais: o Dr. Everardo de Aguiar Lopes, da entidade Viva Rio; a Pastora Luterana Romi Marcia Bencke, que é Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic); e a Dra. Ana Paula Inglêz Barbalho, Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília.

As participações virtuais serão da Dra. Priscilla Rocha, que já está aqui conosco, no virtual, que é da Coalizão Negra por Direitos; do nosso companheiro Valeir Ertle, que está presencialmente, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT); da Dra. Rita Lima, da Associação Nacional dos defensores Públicos (Anadep), que está remotamente conosco; e do Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Sandro Nunes Vieira.

Muito importante, inclusive, a participação de alguém do Tribunal Superior Eleitoral nesta audiência pública.

Eu queria, antes de passar a palavra aos nossos debatedores, fazer aqui um registro, em nome da Comissão, no sentido de externar a nossa posição sobre o tema.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras convidadas e senhores convidados, a audiência pública de hoje inaugura um ciclo de debates para discutir a violência política no país.

No Brasil, atentados contra a vida de Parlamentares, Prefeitos, Governadores, candidatos ou pré-candidatos a cargos eletivos têm aumentado vertiginosamente nos últimos quatro anos. Atos violentos têm sido uma prática comum em várias regiões do pais.

Os casos de violência política não atingem só políticos. Jornalistas, ativistas sociais, ambientalistas, inúmeros profissionais que lutam pela manutenção da democracia em nosso país são alvos constantes da intolerância daqueles que não admitem o contraditório, a oposição.

O sistema eleitoral brasileiro não está livre desses ataques. Vivemos em um país no qual representantes legitimamente eleitos pelo povo desafiam rotineiramente o nosso sistema eleitoral, como o próprio Presidente da República, que, junto com os seus seguidores, desfere constantes ataques contra o processo eleitoral, contra a Justiça Eleitoral; e um ex-Deputado Estadual paranaense, cassado por divulgar *fake news*, afirmando que houve fraude nas eleições de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com muita consternação e indignação que nos deparamos com comentários inflamatórios propalados pelo Presidente da República, colocando em xeque a lisura e a transparência do nosso processo eleitoral, utilizando argumentos infundados e afirmações que não guardam qualquer respaldo técnico.

São discursos que têm o único propósito de criar um cenário caótico, promover a desconfiança da população acerca da regularidade das eleições e provocar instabilidade entre as instituições, pilares da democracia.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é nosso dever, juntamente com o Presidente da República, os demais Congressistas, com os membros da Justiça Eleitoral, promover um ambiente de segurança institucional e jurídica de confiança na democracia, para que tenhamos um processo eleitoral seguro, com a normalidade democrática que há anos conquistamos e pela qual tanto lutamos.

Eu queria só, antes de passar a palavra à nossa primeira convidada, já registrar aqui algumas perguntas que foram feitas pelo e-Cidadania. Os debatedores e as debatedoras poderão respondê-las quando considerarem relevante.

A primeira pergunta vem do Sr. Valdemagno Torres, de Pernambuco: "Como realmente elidir qualquer dúvida sobre a lisura do processo eleitoral e acabar ou desconstruir as [...] [notícias falsas] a respeito do tema?".

Ubirajara Guimarães, do Distrito Federal: "Se não há registro de fraude, e eventuais fragilidades têm sido detectadas e corrigidas, aprimorado o sistema, por que questionar as urnas?".

Carlosmar Ferreira, de São Paulo: "Se as urnas são tão confiáveis e tão seguras, por que não se permite imprimir uma porcentagem dos votos para análise?

Sr. Luís Roberto, do Rio Grande do Sul: "Por que muita gente não está querendo mais transparência nas eleições?".

Lucas Troleiz, de Santa Catarina: "Poderiam deixar claro para todos que ter o voto impresso junto do voto eletrônico é uma evolução do sistema eleitoral?".

São essas as questões que foram levantadas.

De imediato, passo a palavra à nossa primeira convidada, Dra. Tânia Oliveira, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

Nós vamos fazer da seguinte forma: como nós temos muitos convidados, eu peço que cada pessoa se limite a uma manifestação num total de 10 minutos. E, faltando 15 segundos para o tempo se completar, haverá um aviso para que a pessoa conclua o seu raciocínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dra. Tânia, com a palavra.

A SRA. TÂNIA OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Humberto.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. esta abertura de espaço na Comissão de Direitos Humanos, certamente um espaço garantido em virtude da sua militância na defesa da democracia e dos direitos humanos, fazendo jus ao que deve ser a prática nesta Comissão e nesta Casa Legislativa.

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia é uma entidade que se constitui de todos os representantes de carreiras do mundo jurídico e que já nasceu nessa defesa da democracia e do Estado democrático de direito.

Então, a criação da Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral, para nós, veio certamente para agregar-se às demais entidades que fazem essa defesa da democracia, na percepção de que temos, na atual conjuntura, ataques frontais não apenas ao sistema eleitoral, com ameaças de possibilidades de não reconhecimento do resultado das urnas nas eleições de 2022 pelo atual Presidente da República e por seus seguidores, mas ataques frontais às instituições da democracia e da República.

E, nesse pequeno espaço de que a gente dispõe aqui para fazer uso da palavra, todas as entidades se comprometem, nesse coletivo da Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral, a fazer a defesa institucional, sendo redundante, a defesa das instituições nesse processo eleitoral que estamos vivenciando.

Nesse contexto, eu gostaria de levantar alguns pontos em nome da ABJD, de que uma das questões centrais que precisam ser verificadas no processo que estamos vivenciando é o papel que cabe às Forças Armadas do país. Não à toa o Presidente atual do Tribunal Superior Eleitoral tem se referido às manifestações da sociedade e à própria institucionalidade do TSE como "as forças desarmadas em defesa da democracia". E é assim que nos colocamos.

O papel das Forças Armadas na institucionalidade no país, até por definição constitucional, é um papel que não deve se confundir com o papel de governos. No entanto, o que nós temos, infelizmente, na nossa atual conjuntura política é que não se sabe, efetivamente, onde termina o Governo de Jair Bolsonaro e onde começam as Forças Armadas, porque nós temos um Governo altamente militarizado.

E, quando eu falo isto, não estou falando apenas do pensamento que permeia, mas estou falando pragmaticamente. Há dados estatísticos que demonstram que temos hoje mais militares no Governo do que tínhamos quando tínhamos uma ditadura militar instaurada no país. Então, o Governo que foi eleito é um Governo civil e possui mais militares na sua estrutura do que um governo que assumiu por um golpe militar em 1964.

Isto, do ponto de vista ideológico... Como eu já disse, não se sabe onde termina o Governo Bolsonaro e onde começam as Forças Armadas. Existe uma grande confusão proposital que é colocada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sociedade. Nós temos ministros militares, ou, no caso mais recente, ex-ministros militares que, inclusive, se afastaram do cargo de ministro para concorrer a cargo eletivo, que dizem que militares não aceitarão resultados eleitorais se não houver auditoria em urnas e chegam a dizer que não haverá eleições.

São representante de Governo, não representante das Forças Armadas, até porque essas pessoas que assumiram cargos no Governo, conquanto, num primeiro momento, tenham assumido cargos no Governo ainda como chefes de tropas, portanto ainda com cargos formais nas Forças Armadas, mas no atual momento não falam efetivamente pelas Forças Armadas, o que significa que nós temos uma grande confusão entre o que são as Forças Armadas no país e o que são os militares que atuam junto ao Governo Bolsonaro, inclusive nesse período agora, para proferir ameças contra a Constituição e contra a democracia. É muito importante a gente pensar, e aí eu me reporto um pouco, Senador, a essas perguntas que foram feitas... Não consegui anotar todas, mas são muito importantes os questionamentos que vêm sobre como é que nós podemos conferir confiabilidade às urnas eletrônicas ou por que não fazemos impressão de votos como forma de garantir que as urnas sejam absolutamente confiáveis.

Aí nós temos vários aspectos. O primeiro aspecto é o aspecto histórico. As urnas eletrônicas foram implantadas no Brasil em 1996, e nunca antes, precisamente, do ano de 2021, que foi o ano passado, os militares fizeram – e aqui eu estou me reportando especificamente aos militares – qualquer questionamento à lisura ou à efetividade das urnas eletrônicas. Isso é feito agora, muito recentemente, e não por acaso, mas é numa linha ideológica ao que vem colocando o Senhor Presidente da República, que vem questionando o resultado eleitoral. Aliás, questionou o próprio resultado eleitoral no qual ele foi eleito, em 2018, afirmando que houve fraude nas eleições de 2018 e que teria sido eleito em primeiro turno, o que é muito estranho. Com 30 anos de carreira na política sendo eleito por urnas eletrônicas, nunca questionou o resultado de sua própria eleição.

Então, historicamente, nós temos um grau de confiabilidade das urnas eletrônicas exatamente porque nunca houve qualquer dúvida consequente levantada sobre elas que tivesse qualquer comprovação de fraude ou que desse sustentação a algum tipo de questionamento mais eficaz com qualquer prova de ilicitude.

Sobre a impressão dos votos para análise, o voto no Brasil, por definição, é secreto. A impressão de voto seria uma burla à própria Constituição Federal. Quando você imprime o voto e o leva para qualquer tipo de auditagem, você está retirando do cidadão o seu direito constitucional ao sigilo do voto. Portanto, seria naturalmente inconstitucional.

Sobre porcentagem dos votos para análise, o Tribunal Superior Eleitoral já fez diversas palestras, inclusive em reuniões nossas com entidades da Coalizão pra a Defesa do Sistema Eleitoral. A maior parte das entidades faz parte do Observatório de Transparência Eleitoral, que é um colegiado que funciona junto ao Tribunal Superior Eleitoral, que foi formatado pela Portaria nº 578, de 2021, do TSE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal Superior Eleitoral sempre faz, nas discussões que reúnem o Observatório de Transparência Eleitoral e a Comissão de Transparência Eleitoral, onde inclusive estão presentes os ministros militares, por amostragem de como é feito todo esse processo de verificação das urnas eletrônicas. E existem, sim, amostragens do percentual de urnas para garantir que não haja qualquer questionamento sobre a sua efetividade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TÂNIA OLIVEIRA – Portanto, os questionamentos que vêm sendo feitos, então – para concluir –, na verdade, são feitos a partir de um discurso ideológico, e não de qualquer questão pragmática que seja colocada verdadeiramente como suspeita de fraude ou de ausência de comprovação de licitude.

A grande questão é que nós temos, verdadeiramente, no país, hoje, alguém que quer concorrer pelo sistema democrático, apresentar-se à população para renovar o seu mandato, mas não pretende reconhecer o resultado eleitoral se o resultado eleitoral não for concedendo a ele a renovação do seu mandato.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Dra. Tânia, pelo cumprimento rígido do tempo.

Eu queria agora passar a palavra à Dra. Claudia Maria Dadico, Juíza Federal, Secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia (AJD).

A senhora tem dez minutos.

Aquela campainha, quando toca, está faltando um minuto e aquele avisozinho simpático que aquela moça faz são 15 segundos.

A SRA. CLAUDIA MARIA DADICO (Para expor.) – Está bem.

Muito boa tarde a todas e a todos. Para quem estiver acompanhando remotamente, eu sou uma mulher de pele branca, cabelos grisalhos, estou vestindo uma blusa cor de vinho com um *tailleur* azul, e estou aqui no auditório da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Eu quero agradecer, também, o espaço que o Senador Humberto Costa abre para a Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral. Quero dizer aqui que a AJD, que é a Associação dos Juízes para a Democracia, integra essa coalizão; coalizão essa que já reúne mais de duas centenas de entidades, considerando todas as entidades que estão chegando, que estão se articulando. E estamos cada vez mais organizados, no sentido de dizer que o povo brasileiro quer votar. O povo brasileiro quer votar e quer votar em paz, como sempre fez desde a redemocratização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a coalizão vem no sentido de mostrar que a sociedade civil desarmada está organizada e articulada no sentido de dar respaldo e materializar o desejo do povo brasileiro de votar em paz.

Bem, a AJD, em especial, que é a Associação Juízes para a Democracia, é uma associação que reúne juízes de todo o território nacional, de todos os ramos do Poder Judiciário, e que, nessa qualidade, integra, portanto, a coalizão. A importância da participação da AJD nessa iniciativa, o que eu vinha dizendo, é que é uma afirmação da sociedade civil organizada, da soberania da vontade popular expressa no voto.

Depois de pouco mais de três décadas, a sociedade brasileira recuperou, não sem muita luta, o direito ao sufrágio universal por voto secreto e livre de pressões políticas e econômicas como uma dimensão política dos direitos humanos. Isso representando materialização também de tratados internacionais.

Então, esse direito é um direito irrenunciável do povo brasileiro, e nós estamos aqui para defendê-lo. A coalizão, portanto, é uma materialização dessa vontade.

Em segundo lugar, nós queremos também destacar, nesta oportunidade, que a expressão do direito ao voto como direito humano de todo o povo brasileiro, como expressão da cidadania, pressupõe um clima de segurança, paz e tranquilidade. Para que esse direito seja exercido em plenitude, aqui eu faço coro à manifestação inicial do Senador que trouxe dados. Nós também queremos acrescentar a esses dados os dados preocupantes trazidos pelo Instituto Igarapé, que, só entre janeiro e abril de 2021, registrou 115.590 registros de atividade de caça, tiro desportivo e colecionamento de armas, os famosos CACs, que demonstram também o armamento da população civil, que se transforma também num ingrediente muito preocupante no que diz respeito ao clima eleitoral que irá se verificar no período eleitoral, nos dois turnos da eleição e nos períodos posteriores até a posse e diplomação dos eleitos.

Portanto, aqui, Senador, nós já queremos deixar registrado um pedido, no sentido de endereçar ao Ministro da Justiça um ofício ou um requerimento para que a população brasileira tenha conhecimento do que as autoridades de segurança pública, tanto em nível federal quanto estadual, estão pensando, estão planejando para conferir ao eleitor brasileiro o clima de segurança e paz que necessita para exercer o seu direito ao voto. Então, essa seria uma primeira sugestão da nossa coalizão.

Também queremos registrar e repudiar os constantes ataques e manifestações de desapreço às instituições democráticas. E, nesse sentido, nós entendemos que os reiterados e sistemáticos ataques às urnas eletrônicas e principalmente a insistência no voto impresso representam, já por si só, um ataque ao Congresso Nacional, haja vista que essa matéria já foi votada e já foi superada por quórum qualificado, quórum de emenda à Constituição. Portanto, insistir nesse ponto é uma manifestação de desapreço ao Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também queremos, na qualidade de juízes, reiterar aqui a preocupação com os constantes ataques às autoridades e servidores da Justiça Eleitoral, e isso configurando, na visão dos Juízes para a Democracia, também um ataque à independência judicial, que também é um pilar do Estado democrático de direito, também é uma garantia necessária para que o cidadão possa ter os seus direitos garantidos pelo Poder Judiciário.

Portanto, nesse sentido, a manifestação da AJD é no sentido de repudiar os ataques sistemáticos que algumas autoridades e seguidores dessas autoridades têm feito de maneira reiterada, a ponto de transformar até mesmo presidentes de tribunais superiores em alvos de violência, haja vista, recentemente, o Presidente da mais alta corte brasileira, o Presidente Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, teve que desmarcar um encontro que estava marcado no Rio Grande do Sul, em virtude de ameaças de violência. Isso não pode ser tolerado, isso não pode ser considerado normal, isso não pode ser naturalizado numa verdadeira democracia.

Portanto, isso contribui para um clima de instabilidade, um clima de insegurança, que vai exatamente na contramão do que o povo brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA MARIA DADICO – ... realmente necessita para exercer, com tranquilidade e segurança, o seu direito ao voto, que é um direito humano, resguardado pelo pacto de direitos civis e políticos da ONU, entre outros documentos de direito internacional, o que também configura, para nós, uma questão também de direito internacional.

A ordem internacional também está atenta para o que acontece no Brasil, e nós esperamos que tudo transcorra bem, com o respeito, efetivamente, ao Estado democrático de direito, às instituições e, afinal de contas, ao eleitor, que é quem deve, realmente, estar resguardado nesse contexto e nessa conjuntura tão turbulenta.

Essa seria a manifestação da Associação Juízes para a Democracia, integrando a coalizão em defesa do sistema eleitoral.

Agradeço muito a oportunidade e estamos aqui à disposição para outras contribuições. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, muito obrigado à Dra. Claudia Maria Dadico, Juíza Federal, Secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia.

Chama atenção aqui, muito adequadamente, a essa – a meu ver – orquestração que há, no sentido de fragilizar as instituições brasileiras, em particular aquelas que são responsáveis pela garantia de um processo eleitoral marcado pela lisura. Ao mesmo tempo, essa orquestração procura fragilizar também o sistema eleitoral que nós temos e que é exemplar para o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade, nessa semana, de estar, a convite do Governo e do Parlamento britânico, em várias reuniões com Parlamentares, com integrantes do Governo, do Corpo Diplomático, e abordamos esse assunto. Pelo menos entre aqueles que compõem o Governo e o Parlamento britânico, não há, de nenhum partido, seja do partido Conservador, que está no Governo hoje, seja por parte da Oposição, qualquer tipo de questionamento à segurança do sistema eleitoral brasileiro. Ao contrário: há muitas preocupações com o fato de que se está buscando criar um pretexto – esse é o objetivo do Presidente da República –, criar um pretexto para atentar contra a ordem constitucional, para tentar uma aventura autoritária.

E aí vão se somando vários atores, não é? O ex-Ministro da Defesa se manifestou. O Senador Flávio Bolsonaro fez uma declaração gravíssima, ao dizer que não se responsabiliza pelo que vai acontecer, se houver algum tipo de fraude... Que as pessoas vão... Na verdade, na minha opinião, é uma incitação direta à violência. É uma convocação velada para que aconteça coisa semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos.

Estamos todos na expectativa de que, nos Estados Unidos, nós tenhamos um resultado que, de fato, leve às últimas consequências a apuração do que aconteceu naquele episódio. Eu ouvi um jornalista brasileiro dizendo que Trump está entre a cadeia e a Casa Branca. A nossa expectativa é de que ele vá para a cadeia, né? E isso pode, talvez, ajudar a desestimular esses que querem vencer a eleição, como se diz, na marra.

Então, é muito importante a sua fala nesse sentido de que nós vamos buscar, inclusive, suporte, apoio internacional, para que não haja nenhum tipo de dúvida sobre a lisura do processo que nós estamos vivendo aqui.

Eu queria convidar agora o Dr. Edson Ribeiro Baeta, representante do Coletivo Transforma Ministério Público, para, em dez minutos, ele também poder fazer a sua manifestação.

O SR. EDSON RIBEIRO BAETA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Humberto Costa.

Eu queria dizer aqui da minha alegria, da alegria nossa, da Coalizão, de podermos estar aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, podendo contribuir e discutir um tema que é tão importante para nós, brasileiros.

Eu queria cumprimentar também a todos e todas que estão aqui presentes e o público que nos assiste de maneira remota.

Conforme o Senador Humberto Costa já disse, eu sou Edson Baeta e sou procurador de Justiça em Minas Gerais. Tenho quase 30 anos de Ministério Público. Represento aqui, nesta oportunidade, o Coletivo Transforma MP, que é composto por promotores e promotoras de Justiça, procuradores e procuradoras de Justiça de todos os estados da União, procuradores e procuradoras da República, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público Federal e procuradores e procuradoras do Trabalho do Ministério Público da União, todos irmanados em nossa Carta de Princípios na busca da defesa intransigente dos princípios e garantias firmados em nossa Constituição, e isso é uma tarefa constitucional do Ministério Público, conferida pelo legislador constituinte, que, no texto da nossa Carta da República, destaca especialmente que a República Federativa do Brasil é constituída por um Estado democrático de direito cujo fundamento é a soberania popular.

Conforme também é destacado nessa mesma Carta Constitucional, o Ministério Público é uma instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, que está incumbido da defesa da ordem jurídica e, mais do que isso, incumbido da defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Como se sabe, os órgãos de execução do Ministério Público Eleitoral, tarefa conferida também pelo legislador constituinte, exercem um grande protagonismo na rigorosa fiscalização do processo eleitoral, e a experiência que acumulamos até aqui, após mais de 25 anos de urnas eletrônicas, nos permite afirmar, categoricamente, que o nosso modelo de sufrágio é seguro e absolutamente confiável.

Quando eu falo sobre esse modelo, em que o Ministério Público exerce um protagonismo, eu não estou aqui me esquecendo de dizer sobre a importância essencial também da rigorosa fiscalização por parte dos partidos políticos. O sistema eleitoral é fiscalizado em todos os âmbitos desde o seu inicio não só pelo Ministério Público Eleitoral, que exerce esse papel de maneira muito firme, mas também pelos partidos, porque os partidos têm interesse no resultado das eleições. Então, cada um deles, nesse sistema de urna eletrônica, tem acesso aos dados de cada urna.

O processo é absolutamente seguro. Nós temos acompanhado aqui, inclusive no âmbito do TSE, todas as explicações técnicas. Nós não temos nenhuma razão para desconfiar desse processo, que é confiável há mais de 25 anos. Quando eu ouço pegunta encaminhada aqui à mesa da Comissão de Direitos Humanos relativa ao voto auditável... Basta lembrar que o próprio Congresso Nacional, dentro de sua soberania como Poder da República, já analisou e avaliou no âmbito de todos os partidos e votou contra isso.

O que mais me assusta – eu estou falando como membro do Ministério Público – é saber que o próprio Presidente da República em dado momento afirmou que, depois da decisão do Congresso Nacional, não haveria mais questionamentos; no entanto, esses questionamentos prosseguem não contribuindo em nada para esse processo eleitoral, não contribuindo em nada para a evolução da nossa cidadania.

Em razão dessa preocupação toda nossa e dessa experiência que o Ministério Público acumulou, nós estamos hoje compondo esse coletivo Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral, ombreando aqui com diversas entidades da sociedade civil organizada e coletivos de carreiras jurídicas públicas de Estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a finalidade de acompanharmos os desdobramentos de todo esse processo eleitoral que se avizinha como forma de reforçar cada vez mais a nossa institucionalidade, confiantes de que o TSE está absolutamente preparado não só no aspecto técnico-jurídico, mas também do ponto de vista tecnológico, para que todo esse processo se desenvolva de forma harmônica e transparente, trazendo ao final o resultado eleitoral que a soberania popular, como fundamento inviolável da República, possa expressar.

Eu quero finalizar, eminente Senador Humberto Costa, dizendo que, nessas entidades nossas que compõem a coalizão, estamos todos preparados, inclusive de minha parte em relação ao Ministério Público, para darmos seguimento a uma fiscalização intensa para que não tenhamos nenhum questionamento. O que nós queremos, de fato, é paz e segurança, e nós as encontramos nesse sistema eleitoral que nunca foi questionado, volto a insistir, ao longo desses 25 anos, inclusive por pessoas, Parlamentares e políticos, que estão hoje questionando, mas que foram eleitas sob a égide desse mesmo sistema.

Posso dizer a todos, finalizando aqui, que eu sou do tempo antigo, Senador: eu acompanhava e ajudava na apuração de votos, como Promotor Eleitoral, contando papel. E nós evoluímos muito! Na época do papel, havia muitos problemas. De lá para cá, acabaram-se os problemas.

Nós temos esta segurança de a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral entregarem à população aquilo que representa a vontade popular como soberania da nossa República.

Agradeço a todos.

Se tiver mais algum questionamento, estaremos à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado (*Falha no áudio.*)...

Alô! Voltou.

Muito obrigado, Dr. Edson Ribeiro Baeta, representante do Coletivo Transforma MP, que aqui trouxe mais argumentos no sentido de que nós possamos dar à população brasileira a garantia de que temos um sistema não somente seguro, mas muito moderno.

Eu tive oportunidade recentemente de ser observador do Parlamento do Mercosul das eleições na Colômbia, em que havia muito questionamento sobre a possibilidade de fraudes. E, no final, um dos candidatos, vencedor no segundo turno, teve, inclusive, o reconhecimento da parte do Presidente da República e do seu adversário. E o sistema lá é profundamente rudimentar, a começar da cabine eleitoral, que é uma coisa feita de papelão, onde uma pessoa vota de um lado, e outra vota do outro. E o segredo do voto ali está limitado a um espaço que talvez seja de 40cm, onde você vai votar e colocar em uma urna que, inclusive, permite a visualização do voto ali dobrado. Quando eles terminam a apuração, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles votos são tirados das urnas, jogados no chão, e eles começam a contabilizar o voto. E o resultado eleitoral foi aceito.

Imaginem um sistema como esse nosso, que, durante todo esse período, nunca teve contestação. Já houve eleição empatada de Prefeito; já houve vitória por um voto; já houve todo tipo de... E nunca ninguém estabeleceu um questionamento. O único questionamento que aconteceu, vocês se lembram, foi em 2014, quando da eleição da Presidenta Dilma, em que o então candidato da oposição, Aécio Neves, alegou fraude e entrou, inclusive, com um pedido de investigação. Essa investigação foi feita. E depois ele próprio desistiu da ação e disse reservadamente – felizmente alguém transmitiu isto para a imprensa – que tinha feito aquilo ali para criar tumulto mesmo. Nem ele acreditava que tinha havido fraude.

Eu passo a palavra agora para o Dr. Pedro Gondim de Novaes Mendonça, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Dez minutos; um minuto, a campainha; quinze segundos, aquele aviso.

O SR. PEDRO GONDIM DE NOVAES MENDONÇA (Para expor.) – Está certo.

Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senador.

Queria começar saudando o espaço e, infelizmente, ser um espaço importante... Como um companheiro estava falando antes de começar, em pleno 2022, a gente está tendo que discutir a democracia, está tendo que defender a democracia. Eu achava que minha geração não ia precisar se preocupar dessa forma com a democracia, porque eu sei que os que vieram antes... Muitos tombaram, inclusive, no meio do caminho, na defesa da democracia que a gente tem hoje, que a gente está construindo, enfim...

E, agora, a gente está vivenciando as consequências de um golpe institucional, que começou lá em 2015, 2016, primeiro, com a derrubada da Presidente Dilma e com a execução de Marielle Franco; depois, quando impediram o candidato que estava como primeiro colocado nas eleições de 2018 de participar do pleito – e hoje a gente vê que foi por meio de fraude. Então, o nosso povo está sentindo essas consequências, está sentindo no prato, está sentindo na mesa.

E, por isso, nós do MTST defendemos essa democracia formal, essa possibilidade de escolher os nossos representantes, mas não defendemos só a democracia formal, não só a democracia em época de eleição; a gente acredita que a democracia só se faz quando não tiver ninguém sem teto, não tiver ninguém passando forme. E essa é a luta que a gente faz.

Não à toa, nesse último período, a gente, junto com outras organizações também e outros movimentos, lutou contra os despejos que estavam acontecendo na pandemia. Conseguimos suspendê-los. No Brasil, a gente abriu diversas cozinhas solidárias para oferecer, fornecer almoço grátis nas periferias e mostrar ao Estado que isso é possível, que é possível combater a fome. Hoje a gente chega, infelizmente, a 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso a gente enxerga como uma consequência desse golpe, desse processo que vem vindo e que tentam aprofundar na figura do Presidente, enfim, e dos seus aliados.

Nesse contexto, é importante essa coalizão em defesa das eleições como ferramenta de aprofundar a democracia. A gente enxerga hoje como um espaço que é bem diverso, com diversas organizações e que tem uma capacidade de influenciar institucionalmente e fazer uma denúncia nacional e internacional desse processo que está ocorrendo aqui.

Por tudo isso, por a gente saber que caminham juntas a democracia formal e a democracia material, a democracia que vai garantir ao povo a comida, que vai garantir ao povo o teto, o trabalho, é que a gente vem defender essas eleições que se aproximam. A gente não vai aceitar ameaças das Forças Armadas; que elas cumpram o papel que a Constituição atribuiu a elas e não venham interferir nas eleições e na soberania popular. Enfim, esperamos que, ao fim desse processo, o povo decida e que a gente consiga caminhar e reverter todo esse quadro que vem se construindo desde 2015, 2016.

Agradeço o espaço.

E é isso.

Vou, antes do tempo, entregar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado. Aliás, todos aqui têm sido muito precisos aí no tempo. Agradeço ao Dr. Pedro Gondim de Novaes Mendonça, que representa o Movimento dos Trabalhadores sem Teto.

É muito importante que essa coalizão possa ter uma composição extremamente ampla, que envolva os movimentos sociais, para que nós possamos falar em nome da maioria da população e, especialmente, da sociedade civil organizada. As entidades que compõem essa coalizão – nós tivemos a oportunidade de ter uma conversa na semana passada –, todas elas são de elevada representatividade social.

Nós, inclusive, ficamos com o compromisso de, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral uma reunião com o atual e o futuro Presidente, em que nós possamos externar a preocupação do Congresso Nacional, mas principalmente da coalizão no sentido de que nós tenhamos uma postura muito firme, como, aliás, tem sido até agora a do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de não somente desmentir toda essa onda de notícias falsas que tem circulado, mas, acima de tudo, de ser duro com aqueles que, eventualmente, sejam responsáveis pela criação e pela propagação dessas notícias. Então, nós vamos fazer esse ofício, vamos fazer juntamente com essa demanda, que me pareceu muito adequada, da Dra. Claudia, que é a de cobrar do Ministério da Justiça as medidas que o Governo já tomou e já definiu para garantir a segurança dos eleitores, a segurança do processo eleitoral, o impedimento de qualquer tipo de violência e, acima de tudo, o cumprimento da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou agradecer à Dra. Tânia, à Dra. Claudia, ao Dr. Edson, ao Dr. Pedro Gondim e pedir licença para convidar os demais integrantes aqui da mesa presencial, para, depois, nós ouvirmos a Dra. Rita Lima, a Dra. Priscilla Rocha e o Dr. Sandro Nunes, que estão no remoto.

Eu convido, representando a entidade Viva Rio, o Dr. Everardo de Aguiar Lopes; pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o Dr. Barack Fernandes; representando a Central Única dos Trabalhadores, o Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, nosso companheiro; e, representando a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) ou, na verdade, representando o próprio Conic, a Pastora luterana Dra. Romi Márcia Bencke. Sejam todos e todas muito bem-vindos!

Vamos esperar a Dra. Romi chegar até aqui. (*Pausa.*)

Eu começo concedendo a palavra ao nosso querido companheiro Everardo de Aguiar Lopes, que representa a entidade Viva Rio neste evento.

É um prazer revê-lo.

A SRA. EVERARDO DE AGUIAR LOPES (Para expor.) – É um prazer, Senador. Muito obrigado, muito obrigado por dedicar esta tarde a esta conversa ampla sobre o momento que estamos atravessando.

Eu vou ser muito breve, seguindo os anteriores, porque as falas anteriores foram muito significativas, também do ponto de vista institucional – localizaram-nos bem, onde nós estamos neste momento que estamos atravessando no país. Também queria também aproveitar para dizer que entidade é essa, o Viva Rio, que nós estamos aqui representando, e, como você disse bem, são entidades da sociedade civil que têm se dedicado há anos a estar próximas dos problemas sociais brasileiros em todos os sentidos.

Nós somos uma instituição com mais de 40 anos, com dedicação às periferias do Rio de Janeiro, às juventudes, especialmente as juventudes pretas que estão naquelas favelas, naquelas situações difíceis, mas também com uma grande tradição e experiência no controle de armas. O Viva Rio é uma das instituições que iniciou junto com o Sou da Paz, em São Paulo, as grandes campanhas de controle de armas ainda nos anos 90, mostrando a importância que tinha de o Estado brasileiro controlar as suas armas, permitindo armas somente àquelas pessoas que realmente poderiam, constitucionalmente, que são as forças policiais, as Forças Armadas e alguns setores que nós reconhecíamos como instituições importantes para andarem armadas, e não como hoje está.

E também a nossa experiência, inclusive, em pacificação, com experiência também fora do País. Então, é uma instituição a qual tem dedicado toda a sua experiência, toda a sua *expertise* a conversar sobre a democracia, a conversar sobre a participação efetiva das populações e, ao mesmo tempo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecer soluções, a oferecer propostas pela nossa experiência, como nós fizemos no Conselho Nacional de Segurança Pública e nas campanhas nacionais de controle de armas e de desarmamento voluntário.

Então, esta é uma instituição que está aqui para somar, para fazer parte efetiva no sentido de que as eleições são conquistas, nós não estamos brincando – são conquistas mesmo. Eu também sou do tempo do voto – acho que o Senador Humberto Costa também é desse tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. EVERARDO DE AGUIAR LOPES – ... do tempo em que a gente botava o "x" e escrevia o nome direitinho.

Sou desse tempo e, claro, num país deste tamanho, com uma Amazônia desse tamanho, com estados imensos, com 5,7 mil municípios, naquele tempo, sim, nós tínhamos problemas com as eleições. Hoje, não. Hoje, nós sabemos que, ao apertar o botão, o seu voto está garantido, que o seu sigilo está garantido e a democracia está garantida. Essa é a nossa tradição dos últimos anos. Então, neste sentido, nós só temos que nos orgulhar.

No entanto, eu vou fazer aqui uma observação – e isso já foi falado por algumas pessoas aqui: nesse momento em que nós estamos conversando sobre coisas que não eram possíveis. Eu sou daqueles também que fizeram parte dessas conquistas democráticas e a gente achava que não ia mais conversar sobre isso.

Num país desses de inflação alta, num país desses de milhões de desempregados, de milhões de pessoas passando fome, sem teto, violência, pessoas ameaçadas, jornalistas ameaçados, nós tínhamos que estar conversando outras coisas, para tirar o país do fundo do poço, para tirar o país dessa escuridão, e nós estamos conversando sobre algo do qual, comprovadamente e internacionalmente, nós somos referência.

Olha onde é que nós estamos! Alguém nos levou ou algumas pessoas nos levaram a esse fundo do poço; e têm nome, têm endereço e sobrenome. Muito obrigado, Doutora – e sobrenome. Então, tem, sim, responsáveis por isso.

Eu até me atrevo a dizer aqui que, apesar de algumas vezes eu ir pela minha tradição de luta contra a ditadura militar, as Forças Armadas têm, sim, compromisso histórico; têm suas culpas – e não são poucas. Mas eu tendo a dizer que setores, sim, das Forças Armadas estão comprometidos com esse... No entanto, esse é um setor minoritário.

Mas o que me preocupa são as falas dos Senadores que dizem que não podem controlar quem quer que seja, quando hoje são liberados milhares de armas – já tem mais de 1 milhão de armas liberadas nos clubes de tiros, por exemplo. E já está provado que têm clubes de tiro que não fazem da sua experiência e da sua prática um verdadeiro clube de tiro de experiência esportiva, mas, sim, de meio para setores criminosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a questão central. E aí muda o paradigma da discussão do processo democrático que nós estamos vivendo, porque o processos democrático está garantido nas instituições, está garantido no Supremo. Está garantido porque tem se portado dessa maneira, pela prova e pela capacidade que nós temos, pela experiência e pela tradição nesses últimos quase 40 anos de democracia

Agora, quando você tem setores que ninguém controla – e o Exército já está reconhecendo que não é possível controlar tudo –, quando você tem setores da sociedade que estão se beneficiando por essa ampla abertura, por essa total irresponsabilidade no que diz respeito à questão de ceder armas para quem quer que seja, bastando ir lá e poder comprar, aí nós temos que nos preocupar. Essa talvez seja a questão. Esse recado que foi dado pelo Senador, Senador Humberto, não é à toa: é incitação, sim, à violência.

Aqui em Brasília, já teve aqui numa Região Administrativa chamada Taguatinga, pessoas fechando uma avenida, em pleno meio-dia, com armas de uso restrito, e a Polícia Militar não fez absolutamente nada, o Comando-Geral da Polícia Militar; a Polícia Civil não fez nada; o Governador não fez nada; os Parlamentares de Brasília não disseram nada, ou seja, é possível, sim, fazer. E aí uma preocupação sim. É importante.

Nós temos agora o Sete de Setembro como termômetro. Esta Comissão, o Senado e o Congresso Nacional não podem, no próximo Sete de Setembro, achar que nós vamos pensar: "É mais uma experiência, porque a gente não...". É possível, sim, incitar. E tem pessoas, sim, capazes de fazer isso, pela sua ignorância ou por interesses muito escusos.

Então, eu acho que nós, esta instituição da sociedade civil, nos somamos a essa institucionalidade – eu quis estar aqui, porque nós estamos numa Casa democrática, numa Casa eleita. Então, nós saudamos, mas nós pedimos ao Senado, ao Congresso Nacional, à Comissão de Direitos Humanos, a todas as instituições e à coalizão que nós temos que prestar atenção nos recados, nos recados.

A base social, através de *fake news*, Senador e colegas que estão aqui presentes, senhoras e senhores, está contaminada. As mentiras circulam de forma extraordinária, ninguém diz absolutamente nada e acha que é isto mesmo: que não está acontecendo nada, que está tudo bem. E não está tudo bem. A sociedade brasileira está adoecida nesse sentido. A democracia está ferida. Mesmo que a gente faça aqui toda essa nossa resistência, nossa resiliência, ela está ferida porque as pessoas que estão no poder, ou parte delas, dizem coisas que não caberiam mais na democracia brasileira. Que toda nossa resistência, nossa resiliência, está ferida porque as pessoas que estão no poder, ou parte delas, dizem coisas que não caberiam mais na democracia brasileira. Então, o Viva Rio se solidariza, está junto. Vamos continuar conversando, acreditando na democracia, fazendo com paixão, fazendo com alegria, mas nós não vamos recuar nem um minuto. Nós não vamos, porque nós chegamos até aqui, porque nós conquistamos, lutamos, defendemos, acreditamos na institucionalidade, queremos que a democracia seja essa que nós temos, que é melhor em todos os níveis, nos níveis materiais, como você falou, Gondim, para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materialidade chegue às pessoas mais simples, mas nós acreditamos em um país pacífico, em um país generoso, em um país de todos nós.

Muito obrigado e que a gente tenha uma eleição livre, democrática e referendada pelo povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Everardo, que aqui representou a entidade Viva Rio. Seu alerta é muito importante, de que de fato o que nós temos ouvido não são opiniões, são anúncios, são conclamações, que, com toda a certeza, precisam ser objeto de um enfrentamento.

Todos nós temos plena consciência de que esse Governo hoje não tem por parte da sociedade o apoio necessário, por exemplo, para um processo de golpe de Estado. Não tem o apoio das elites econômicas, não tem o apoio dos partidos políticos, não tem o apoio da classe média, da sociedade, e não tem apoio internacional. No entanto, as aventuras não precisam ter grande apoio para acontecerem. Então, nesse sentido, acho muito importante a sua colocação de que, ainda que nós tenhamos essa avaliação de que faltam condições para um golpe – para uma tentativa, sempre há – de Estado que se torne estável, por outro lado nós não podemos subestimar, de forma alguma, essa ameaça. Acho que os candidatos à Presidência da República devem se manifestar sobre esse tema, os partidos devem se manifestar, este Parlamento deve se manifestar sobre isso, e nós garantirmos algo que transcende os interesses eleitorais de tais ou quais projetos, que é o da democracia no Brasil.

Passo agora a palavra ao Dr. Barack Fernandes, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, para, no espaço de dez minutos, fazer a sua manifestação.

O SR. BARACK FERNANDES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Humberto Costa, boa tarde a todas as representações aqui das organizações que compõem a Coalizão em Defesa das Eleições. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham através da Rádio e da TV Senado.

Primeiro, começo me apresentando. Eu sou Barack Fernandes. Eu sou filho de uma família agricultora familiar lá de São Domingos do Maranhão. Hoje estou contribuindo com a assessoria de comunicação da Contag e também na coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que é o FNDC.

Então, primeiro, apresento um pouco de quem é a Contag para que vocês também compreendam do lugar de onde eu falo.

A Contag foi fundada em 20 de dezembro de 1963, representando mais de 15 milhões de agricultores e agricultoras familiares representados e representadas pelos mais de 4 mil sindicatos e 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federações filiadas, que, de forma articulada, atuam em defesa das liberdades democráticas e das pautas da agricultura familiar brasileira.

Já o nosso Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) existe desde 1990, congregando hoje mais de 500 entidades filiadas, que se articulam em defesa da efetiva democratização dos meios de comunicação e pela liberdade de expressão.

A partir desses lugares, enquanto filho de família da agricultura familiar, lá do interior do Maranhão, enquanto Contag, enquanto FNDC, lutar em defesa das eleições de 2022 significa garantir que o Brasil tenha a sua democracia, hoje tão fragilizada, como já ouvi na fala de tantos companheiros e companheiras, de fato, assegurada, para que cessem os ataques aos jornalistas e para que a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), criada em 2007, possa ser de grande interesse de um governo que invista na democracia, inclusive na comunicação pública; para que não tenhamos um Brasil com aumento da violência em 418 territórios – sendo, desses, 23 em territórios indígenas, 23 em territórios quilombolas e 14 em territórios de posseiros, de acordo com o Caderno Conflitos no Campo 2021, da Comissão Pastoral da Terra. Defender as eleições para que não tenhamos indicadores de mais de 33 milhões de pessoas passando fome no país, como diz a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), e que se acentuaram ainda mais na pandemia. Defender as eleições de 2022 para que a taxa de desemprego no Brasil não fique entre as maiores do mundo neste ano, como afirmam as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Defender a democracia, as eleições e a liberdade. Como afirma Carlos Marighella: "Eu canto a vida, eu canto a liberdade, como os lírios crescem em nossos campos, livres [...]".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Barack Fernandes, pela sua manifestação. É muito importante que essa amplitude da coalizão seja sempre repetida no sentido de que procuremos expressar o sentimento da sociedade em relação à importância desse pleito, dessa eleição.

Nós conquistamos, com muita luta, ao longo do período da ditadura, o direito de escolher livremente os nossos representantes para o Congresso Nacional, para a Presidência da República, para os governos estaduais, para as prefeituras e para o Legislativo estadual e municipal e o fizemos à custa de muitos que tombaram, como aqui foi dito. E, se há algo no nosso país hoje que não há por que questionar em termos de ter dado certo do ponto de vista da nossa democracia, é o sistema eleitoral.

Muita coisa tem sido questionada, com razão. Há quem fale em fazer reformas constitucionais. Aliás, essa nossa Constituição já sofreu tantas e tantas emendas. Mas esse tema do sistema eleitoral veio à tona, apenas e tão somente, na minha avaliação, pelo fato de que o Presidente da República e o atual Governo veem, com muita dificuldade, a sua continuidade, se depender do voto popular. E por isso criam essas notícias sem fundamentação; por isso, geram esse ambiente de teoria da conspiração, para criar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições para, como eu disse, terem um pretexto para tentarem descontinuar o processo democrático no nosso país.

Dito isso, eu passo a palavra ao nosso amigo, companheiro Dr. Valeir Ertle, que é Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores, a CUT Nacional.

O SR. VALEIR ERTLE (Para expor.) – Boa tarde, Senador Humberto Costa. Boa tarde a todos que estão nos ouvindo, a todos os ouvintes.

Eu sou da Executiva da CUT, falo em nome da CUT, mas também falo em nome das centrais sindicais. A CUT está integrando a Coalizão, mas amanhã tem uma reunião das centrais sindicais e, com certeza, todas as demais centrais sindicais vão fazer parte dessa coalizão. As centrais sindicais sempre defenderam, questionaram todo o ataque ao Congresso Nacional, todo ataque ao STF e todo ataque ao TSE. Acho que não existe... As pessoas têm que respeitar o sistema democrático nosso, que a gente tem e, com certeza, podem questionar. Eu posso não concordar com as decisões que o TSE toma, que o STF toma, e muitas vezes a gente se manifesta. Eu já assinei vários artigos questionando as decisões que o STF tomou, mas respeitando a decisão deles. São a maioria. Onze Ministros se reuniram e decidiram. Então, eu posso discordar, mas eu tenho que respeitar essa decisão.

E, Humberto, sou um pouco mais novo, peguei o final do sistema manual e peguei, já desde o início, o nosso sistema eletrônico. E, com certeza, tivemos eleições para Prefeitos e Vereadores, no Brasil todo, há dois anos. Qual foi o Prefeito que questionou o resultado? Os que perderam, os que ganharam e milhares de Vereadores que tivemos neste Brasil?

Nós temos 513 Deputados eleitos dentro desta Casa. Então, vamos questionar o mandato dos 513 Deputados? Vamos questionar o mandato dos 81 Senadores? Então, a partir do momento que você questiona o processo eleitoral, questiona o processo eleitoral não só para Presidente da República. Nós elegemos Deputados, elegemos 27 Governadores... Qual foi o Governador que questionou o processo eleitoral brasileiro até o momento? Eleitos e os que perderam? Você não ouviu nenhum questionamento nesse sentido.

Então, o que aconteceu nos Estados Unidos virou moda em vários países. Felizmente, como você falou anteriormente, espero que o Trump tenha o final que ele merece, porque, com certeza, a democracia deve prevalecer, não só nos Estados Unidos, como no Brasil e no mundo, é o que a gente defende.

E, com certeza, quem acompanhou, como eu fiscalizei o processo eleitoral, no período manual e fiscalizei muitos processos eleitorais já no período eletrônico, imprimia-se a zerésima, e já sabíamos, antes de sair o resultado do TSE, quem eram os Vereadores que a gente conseguia eleger. Fazíamos o controle paralelo. E, quando houve uma vírgula diferente do que a gente... Então, todas as sessões imprimiam a zerésima e todos os partidos tinham cópia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem como fiscalizar, como, com certeza, sempre, todos os partidos fazem nesse sentido. Então, é um contrassenso, é um absurdo. A CUT e as centrais sindicais não admitem esse tipo de questionamento.

O nosso sistema eleitoral é célere, é correto e é superconfiável. É muito confiável o nosso sistema eletrônico. Já foram feito vários, inúmeros... Infelizmente, no Governo passado, em 2014, foi questionado e, depois, foi comprovado que não tinha nenhum questionamento por uma disputa. Foi por poucos votos nesse sentido. Com certeza, este Governo, diante do desespero, como tu falaste, vai questionar essas questões para ver se consegue mobilizar muitos setores.

Infelizmente, nós temos os grupos neonazistas, armados inclusive, organizando-se e articulando-se no Brasil inteiro. Essa questão da cultura do ódio e da intolerância é um absurdo. Ser de direita, ser de esquerda, é uma opção política e ideológica de cada um. Agora, o respeito está acima de tudo.

Eu tenho amigos de direita, de esquerda, de centro e eu só não admito nenhum faltar o respeito comigo, mas também jamais faltarei o respeito com quem pensa diferente de mim, porque o debate tem que ser sobre as ideias, o debate tem que ser sobre a questão ideológica, sobre o que cada um pensa. Isso tem que ser respeitado. Agora, intolerância, porque eu penso assim, porque o Humberto Costa pensa assim, eu vou incitar o ódio contra o Senador? É uma coisa absurda. É isso o que tem acontecido no Brasil. Então, a gente não pode aceitar essa continuidade, tudo o que está acontecendo.

A CUT e as demais centrais sindicais têm relação com o mundo sindical e outras entidades do mundo todo e, com certeza, estarão articulando para que venham observadores para as eleições. É importante o mundo todo estar de olho nas eleições, mas é importante que venham pessoas do mundo todo para ajudar a fiscalizar, para ficar aqui como observadores internacionais. Isso é muito importante para colocar a situação de que, realmente, o nosso processo eleitoral, em outras situações, já teve acompanhamento, na eleição passada e em outras eleições, e, com certeza, terá, com muito mais afinco. Como tu colocaste, vários Parlamentos estão discutindo essas questões.

Infelizmente, o Governo não quer aceitar nenhuma participação internacional, mas nós, o Parlamento brasileiro, o Senado, que é uma Casa muito importante, as nossas entidades sindicais, as entidades do mundo jurídico e a sociedade civil organizada vão garantir a lisura do processo eleitoral e a sociedade civil organizada, todas as entidades e a população, em geral, vão garantir também a posse das eleições. Por isso que é muito importante nós defendermos o processo eleitoral e é muito importante nos articularmos também para que seja garantido o resultado da eleição, para que seja cumprido o resultado da eleição.

E tem o seguinte: os militares, o lugar deles é lá no quartel. Eles têm muita... A Constituição determina o que é que eles têm que fazer. Então, eles não têm que se meter no processo eleitoral, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles não têm que dar opinião. Quem decide é o Congresso Nacional, que aprova as leis. Quem encaminha é o TSE e os TREs do Brasil inteiro.

É importante nós também nos articularmos em todos os estados, para que os estados se articulem e se organizem. Estamos organizados nessa coalizão, mas que falem também as coordenações, as coalizões no estados, para poderem acompanhar, ajudando a fiscalizar e garantir essa lisura do processo eleitoral.

Mas, com certeza, a gente vai ter uma eleição e, com certeza, a população brasileira é da paz, é contra o ódio, é contra a intolerância. Com certeza, nós vamos todos marchar para a democracia, marchar para o dia 2 de outubro ou, se tiver segundo turno, vai ter o segundo turno. Com certeza, vai ter para Governadores e vamos garantir o processo eleitoral.

E o que está acontecendo? O problema é que a política econômica no Brasil, Senador, desde... As centrais sindicais estão acionando desde o início e, com certeza, no Parlamento os Deputados e Senadores de esquerda estão questionando toda essa política econômica. Infelizmente, 33 milhões de pessoas estão passando fome, há um orçamento secreto para o qual vão bilhões de reais e é preciso aprovar uma PEC de situação emergencial para que se possa dar um mínimo de condições de sobrevivência para esse povo.

Isso é muito triste e, infelizmente, nós temos que discutir também várias questões e garantir o processo eleitoral, garantir que o povo vote e vote corretamente, para que vote decentemente para a gente mudar o Congresso que aí está, que é muito ruim para a população brasileira e para os trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Valeir Ertle, que representa a Central Única dos Trabalhadores e trouxe aqui um assunto muito importante, sobre o qual, aliás, nós tivemos oportunidade de conversar na nossa reunião da semana passada, que é o tema dos observadores internacionais e, inclusive, deverá ser o tema central da nossa conversa com o TSE, porque, mais do que nunca, nessa eleição é importante que nós tenhamos uma grande supervisão internacional em relação ao que está acontecendo aqui.

Este Governo já é visto mundialmente como um verdadeiro pária. Onde se chega e se fala do Governo Jair Bolsonaro, a imagem que as pessoas têm é de um governo autoritário, de um governo marcado por muitos equívocos e que aplica uma política econômica e social que agrava os problemas do Brasil, que não procura se inserir nos grandes temas de interesse mundial, que não valoriza os grandes fóruns internacionais e que tem uma clara postura autoritária e aposta, assim como outros populistas de extrema direita apostaram, em processos de autoritarismo na sociedade.

Então, nós termos observadores internacionais que representem instituições, que representem partidos, que representem organizações não governamentais, personalidades mundiais inclusive, é algo fundamental para que nós possamos demover os que estão no poder de qualquer tentativa de produzir no Brasil um episódio que venha a macular a nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agora ceder a palavra à Dra. Romi Marcia Bencke, que é pastora luterana e é Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, para que ela possa se manifestar também nesses 10 minutos.

A SRA. ROMI MARCIA BENCKE (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Boa tarde, Senador, e também às pessoas que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado e por outras redes sociais, como WJD e outras.

Como já dito, eu represento aqui o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, um conselho que este ano faz 40 anos e é integrado pela Igreja Católica Romana, pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e pela Igreja Episcopal Anglicana, Igreja Presbiteriana Unida e Aliança de Batistas, além de um conjunto de organizações ecumênicas que fazem parte e lutaram historicamente pela democracia no país.

Além do Conselho Nacional de Igrejas, eu também represento aqui a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que desde 2004 tem se dedicado a debater e propor sugestões concretas para a democratização do sistema político brasileiro.

Eu destaco talvez duas ações, duas incidências importantes da plataforma. Uma é pelo financiamento público de campanhas, e a outra, para que a gente diminua as sub-representações, tanto no Congresso, quanto no Senado, no Judiciário, que hoje caracterizam os Poderes do Estado, as diferentes instituições do Estado.

E antes de ler, então, o que, como conselho de igreja, nós gostaríamos de trazer para esta audiência pública, eu gostaria de lembrar D. Cláudio Hummes, que nos deixa hoje, aos 88 anos, uma pessoa, uma representação de uma das igrejas membras do Conic, mas que teve uma vida dedicada ao país e que, nos últimos anos da sua vida, então, integrava, coordenava a Coordenação Episcopal para a Amazônia, um tema fundamental hoje para tudo que envolve o Brasil e a justiça socioclimática.

Então, dito isso, eu vou ler aqui, para garantir o tempo, o que a gente pensa a respeito do tema desta audiência.

Então, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e também a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político se unem e integram a Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral, um coletivo que é formado, como já foi dito na mesa anterior, por várias organizações e movimentos da sociedade civil comprometidas com a defesa e o aprofundamento da democracia brasileira.

Acreditamos, como as demais organizações que integram essa coalizão, que toda e qualquer suspeita levantada contra o sistema eleitoral brasileiro e, em especial, a confiabilidade das urnas eletrônicas não é condizentes com a postura democrática esperada de lideranças que ocupam cargos de representações políticas. Da mesma forma, as ameaças de que não haverá eleições caso não ocorram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditorias apenas contribuem para gerar insegurança na população brasileira. Não é aceitável que representantes das Forças Armadas insinuem a suspeição das eleições deste ano.

O Brasil tem 22 anos de eleições realizadas com as urnas eletrônicas. A cada eleição, é realizada a auditoria do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso. Esse procedimento se inicia 30 dias antes das eleições e se finaliza com o término das eleições. O passo a passo da auditoria está disponível no *site* do TSE. Então, quem tem dúvida em relação a se as urnas são ou não auditadas, é só entrar no *site*, porque lá estão todas as informações super bem detalhadas. Eu entrei hoje, inclusive, para ver a linguagem, porque, às vezes, a linguagem é muito complexa e a gente não a entende. Mas eu entrei lá hoje e vi que a linguagem é supersimples, a gente pode entendê-la. Não ficam dúvidas.

Preocupa-nos, de igual maneira, veiculação de notícias falsas como estratégia de desencadear dúvidas e inseguranças entre cidadãos e cidadãs. Nossa ética e princípios cristãos não aceitam esse tipo de comportamento. O processo eleitoral precisa ser um momento importante para discutirmos, de maneira séria e consciente, sobre o Brasil que queremos. A veiculação de notícias falsas não contribui em nada para a democracia.

No centro do debate, tanto os partidos quanto os futuros candidatos e candidatas precisam apresentar suas propostas, indicando, principalmente, como pretendem resolver o problema da fome, fortalecer as escolas e hospitais públicos, desenvolver políticas públicas antirracistas, antimisóginas e garantir espaços de participação política.

Pelo menos desde 2016, a sociedade brasileira está polarizada. Parte da responsabilidade dessa polarização é de atores políticos que veicularam e apoiaram e pagaram a disseminação de notícias falsas. É público que a tentativa de desacreditar o processo eleitoral e de não aceitação dos resultados já ocorreu em 2014, como muito bem lembrado antes pelo Senador. Compreendemos que isso não contribui em nada para o país.

Preocupa-nos, como já foi afirmado aqui em pelo menos três ocasiões, a escalada da violência e os riscos de ela se aprofundar nas campanhas eleitorais e no próprio dia das eleições. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021 apontam que, em três anos, o número de posses de arma de fogo nas mãos de civis duplicou. No ano de 2020, foram registradas 186.071 novas armas, o que representa um aumento de 97,1% em relação ao ano de 2019.

Sabemos que esse resultado é consequência de uma falsa concepção de política de segurança pública, que, em outras medidas, desmantelou o Estatuto do Desarmamento de 2003. Não se pode deixar de enfatizar que o aumento do número de armas tem relação com a retórica transformada em política pública de que pessoas de bem têm o direito de proteger sua propriedade, seus negócios ou suas famílias, e nós sabemos muito bem quem morre, quem é assassinado por essa retórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejamos que o período eleitoral seja a discussão sobre o Brasil que queremos, que os temas das desigualdades, do racismo, da concentração de riquezas, do direito ao território por parte da população indígena e quilombola, da garantia dos direitos humanos e da cultura de paz, da justiça climática e da proteção das florestas estejam no centro dos debates.

E agora eu quero me dirigir especificamente aos meus irmãos e minhas irmãs cristãs, para que elas desconfiem das notícias recebidas via WhatsApp, porque pesquisas recentes sobre quem espalha mais *fake news* são pessoas que participam de alguma comunidade cristã, e quando eu me dirijo, quero chamar a atenção de cristãos e cristãs de qualquer tendência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROMI MARCIA BENCKE – ... carismática, pentecostal, do protestantismo histórico. Enfim, de todas as tendências. Vamos checar as notícias que nós recebemos, não vamos disseminar notícias falsas.

Da mesma forma, vamos duvidar de candidatos e candidatas que não têm projeto para o país, mas que se valem do seu tempo para ferir a dignidade humana, a dignidade de pessoas e para insuflar violência entre diferente grupos.

E, para finalizar, as lideranças religiosas, que são formadoras de opinião, é necessário que elas assumam a sua responsabilidade de respeitar, para que as pessoas votem, para que as pessoas e as comunidades votem com liberdade de consciência e de autonomia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Romi Bencke, que é pastora luterana, e aqui falou em nome do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

Muito importantes as suas palavras, o seu alerta. E creio que as Igrejas cristãs cumprem, neste momento, papel muito importante, no sentido de inclusive afastar, contestar o discurso de ódio.

Quem é verdadeiramente cristão não defende qualquer tipo de violência contra quem quer que seja; não defende qualquer tipo de discriminação contra quem quer que seja. Os valores do cristianismo são incompatíveis com esse tipo de discurso.

Eu vou, então, agradecer aqui aos que compuseram esta mesa: Dr. Everardo de Aguiar Lopes, do Viva Rio; Dr. Barack Fernandes, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Dr. Valeir Ertle, que representou aqui a CUT Nacional; e a Dra. Romi Bencke, que representou aqui o Conic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero chamar agora para compor essa terceira mesa, antes de nós passarmos para as pessoas que estão no remoto, a Dra. Cleide de Oliveira Lemos, do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, e a Dra. Ana Paula Inglêz Barbalho, que é Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília. (*Pausa.*)

Bom, eu agradeço também pela presença de ambas as entidades que elas representam e, de imediato, passo a palavra à Dra. Cleide de Oliveira Lemos, do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, para que, nesses dez minutos, possa externar o seu posicionamento sobre o tema.

A SRA. CLEIDE DE OLIVEIRA LEMOS (Para expor.) – Boa tarde a todas, a todos! Boa tarde, Senador Humberto Costa. Muito obrigada pelo convite ao Fórum Social Mundial Justiça e Democracia.

Para quem está – obrigada à audiência –, eu sou uma mulher branca, a pele um pouco morena. Tenho cabelos curtos, escuros, castanho-escuros, Estou com a blusa verde, com batom vermelho e com colar de contas e trago, em minhas mãos, a Constituição da República Federativa do Brasil, que é arma da sociedade civil para exercer os seus direitos. É nesse instrumento que nós encontramos o nosso sul e o nosso norte.

Eu sou servidora aposentada desta Casa, onde eu trabalhei 21 anos na Consultoria Legislativa, inclusive acompanhando a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Trago esse fato por dois motivos: primeiro, para dizer que passei a integrar, depois do golpe, com muita vontade e muito orgulho, a sociedade civil organizada, que busca defender a democracia a todo custo e que tem tido muitos reveses nos últimos anos.

Venho representando aqui o Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, uma entidade que é composta por 196 outras entidades, brasileiras e internacionais.

Entre as sociedades internacionais está, por exemplo: a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, o Comitê Pan-Americano de Juízas e Juízes pelos Direitos Sociais e Doutrina Franciscana; o European Association of Lawyers for Democracy & World Human Rights; o Global Youth Parliament Brazil; e Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina. Cito apenas alguns dos integrantes do Fórum Social Mundial para dizer que essa é uma organização internacional que está em defesa da democracia em vários países, porque a democracia tem sofrido ataques em muitos países do mundo. Ela tem sofrido esses ataques mundiais.

Enquanto a Tânia, Claudia Dadico, Everardo, Edson, a Pastora Romi e outros colegas falavam, eu fiquei pensando aqui: como a gente pode fazer para defender a democracia, se o título da Constituição, que fala em defesa da democracia, lá no art. 136 – da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas –, coloca nas mãos do Presidente da República a possibilidade de decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer a defesa pública e a paz social, se nós temos um Presidente da República que, desde que tomou posse, promove guerra na sociedade? Como a gente faz? Como a gente faz quando a gente tem o mandante maior do país investindo diariamente contra as instituições democráticas? Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente faz? Como a gente faz quando a gente tem as Forças Armadas, que têm um papel definido no art. 142, da Constituição da República, e eu faço questão de lê-lo para vocês, porque eu estive aqui também buscando em todas as outras Constituições brasileiras onde as Forças Armadas têm o papel de fiscalizar as eleições. Nunca tiveram e não têm. No art. 142, a Constituição consagra: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Os militares são servidores públicos. Aos militares se aplica a máxima de que o servidor público só pode fazer o que está prescrito em lei. Não está na lei defender ou auditar eleições, e é extremamente preocupante quando um candidato a Vice-Presidente da República na chapa do Presidente da República, na pré-candidatura – vamos falar em pré-candidatura –, diz que não vai haver eleição se não houver auditagem. Ora, quem é ele para falar isso? Quem é um militar, qualquer que seja ele, para falar isso? Esse não é papel dos militares. O papel dos militares é defender as fronteiras do país, por exemplo; é atuar na Amazônia – e nós temos visto como tem sido a atuação na Amazônia: nós temos visto a liberação dos garimpos, nós temos visto o extermínio dos indígenas. O papel das Forças Armadas, por exemplo, não é organizar a saúde em tempo de pandemia, como nós tivemos – e nós vimos qual foi o desastre de um ministro militar diante do Ministério da Saúde. Nós tivemos, com os militares à frente do Ministério da Saúde, uma matança da sociedade brasileira. Nós tivemos, até a chegada da vacina no país, centenas de milhares de mortos – e nós sabemos que isso está no colo do Presidente da República e também no das Forças Armadas.

Lembro aqui, por exemplo – e faço-lhe uma homenagem –, a servidora do Senado Federal Fabiana Damasceno, minha colega da Consultoria, que morreu, que foi assassinada por falta de vacina contra a covid. Morreu aos 46 anos de idade sem ter a oportunidade de ter acesso à vacina. Isso aconteceu também com outros Senadores desta Casa: não tiveram a oportunidade de ter vacina no tempo devido, e isso era uma obrigação do Presidente da República. As Forças Armadas poderiam ter atuado aí para garantir a lei e a ordem em algum momento? Por que não atuaram? Quando a Constituição diz que elas estão sob o comando do Presidente da República, não é da pessoa do Presidente, é da instituição, é da Presidência da República, uma instituição que tem deveres que não têm sido cumpridos.

Como a Juíza Claudia Dadico lembrou, o direito ao voto direto, universal e secreto é um direito humano, ele está na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1949, ele está no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ele está na nossa Constituição da República; é dever das Forças Armadas garantir esse direito ficando longe das urnas, porque o avanço tecnológico jamais foi colocado em questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse o nosso amigo Everardo, é terrível que nós percamos tempo discutindo o óbvio há tanto tempo, o que já foi pacificado há tanto tempo. Quanto tempo nós temos perdido neste país, nos últimos quatro anos, para desfazer o que já era conhecido? O Brasil era exemplo no mundo na questão da imunização. Era! E, por conta de falas irresponsáveis do Presidente da República e do séquito de antiministros – porque ele é muito competente na criação de antiministros: Ministro do Meio Ambiente que milita contra o meio ambiente; Ministra de Direitos Humanos que ataca os direitos humanos; Ministro da Saúde que defende a morte e por aí vai –, por conta dessa narrativa, nós temos perdido um tempo imenso, perdido recursos públicos importantíssimos, perdido esforços públicos de pessoas, de agentes públicos, como o Senador e todos nós aqui, para desfazer notícias falsas, para informar à população, porque autoridades públicas trabalham pela desinformação.

O crime está nas notícias falsas! É aí que nós temos que colocar os olhos! É aí que as Forças Armadas deviam estar atuando e não trabalhando para o golpe. Na Constituição da República, o Poder constituinte foi muito claro ao dizer qual era o papel das Forças Armadas em relação à política: era manter-se longe, tanto é que qualquer militar que queira atuar na política...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEIDE DE OLIVEIRA LEMOS – ... precisa passar para a reserva. E nós estamos vendo ser construído no país um verdadeiro partido político militar, com os recursos públicos, a olhos vistos, a todo momento! Basta! Basta!

O Fórum Social Mundial Justiça e Democracia pede que esta Casa interceda também para manter a ordem e a lei no que tange à integridade do Poder Judiciário, à integridade do TSE no acompanhamento das eleições. Nós também conclamamos esta Casa a solicitar que haja observadores internacionais durante todo o pleito e não apenas no momento das eleições, porque o que está em jogo agora é um direito internacional também!

Eu agradeço muito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Cleide, que aqui representa o Fórum Social Mundial Justiça e Democracia. É muito importante a sua fala, especialmente para resgatar aquilo que prescreve a nossa Constituição em relação ao papel dos Poderes instituídos, ao próprio papel das Forças Armadas, à importância de que nós tenhamos realmente, nesta eleição, o cumprimento estrito da lei, da nossa Constituição e a garantia da prevalência da soberania popular por intermédio do voto em um sistema que é não apenas seguro, mas que é testado nessa sua segurança já há tantos anos.

Eu passo, de imediato, a palavra à Dra. Ana Paula Inglêz Barbalho, que é Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz aqui de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA INGLÊZ BARBALHO – Boa tarde.

Todos me ouvem? Não? Está desligado?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está ligado.

A SRA. ANA PAULA INGLÊZ BARBALHO (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos que estão aqui presentes, a vocês que me ouvem pela rádio e aos que nos assistem pela TV Senado.

Eu sou Ana Paula Inglêz Barbalho e estou como Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília, que está dentro da Arquidiocese de Brasília, composta por leigos e leigas.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Humberto Costa, de estarmos nesta audiência pública e agradeço também aos demais colegas da coalizão em defesa da democracia, que se transformou realmente em uma entidade própria, que concentra, coordena várias entidades na defesa da democracia, especialmente neste período das eleições que se aproximam.

Hoje, eu estou aqui também falando pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz. Trazendo um pouco do histórico, são entidades estruturadas a partir do Concílio Vaticano II, que trazem membros da sociedade, cristãos e cristãs, que atuam, de forma decisiva, para a construção de um mundo com mais justiça e mais paz. Nós entendemos que são fundamentais a democracia e a liberdade democrática para que haja uma justiça e uma paz verdadeira na nossa sociedade; duas verdadeiras estruturas da nossa sociedade.

Eu trago também hoje o caderno *Encantar a Política* como um presente ao Senador. Ele foi estruturado pelo Conselho Nacional do Laicato no Brasil e é um caderno que orienta os cristãos e cristãs sobre a importância do respeito às instituições democráticas, sobre o respeito também aos mandamentos principais do Evangelho, fundados no amor ao próximo, na paz, na justiça, na busca pela fraternidade nas eleições, no respeito aos colegas, nossos irmãos cristãos, que estão também participando das eleições, independentemente de qual segmento ou qual ideologia, se de esquerda ou de direita. Como a Pastora Romi muito bem colocou, somos todos unidos em busca do bem comum, em busca de uma comunidade de paz e felicidade para todos os brasileiros e brasileiras.

Nós estamos aqui hoje para defender, mais uma vez, eleições justas e livres – livres, inclusive, de armamentos –, por uma sociedade que respeite as instituições e que defenda a democracia como um valor fundamental da sociedade brasileira.

Dentro deste caderno *Encantar a Política*, a gente encontra uma reflexão desde a amizade social e a ética na política às grandes causas do Evangelho, tudo isso baseado nas palavras e documentos do Papa Francisco, nas suas exortações sempre ricas em paz e sabedoria e sempre buscando a unidade dos cristãos e cristãs no mandamento máximo do Evangelho, o amor ao próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos hoje aqui agradecendo esta participação, esta fala e agradecendo esta motivação e esta luta insistente do Senador na defesa da democracia. A gente percebe que existem Senadores que buscam se promover por meios que não contribuem para a nossa democracia, mas o senhor sempre está ali, paulatinamente, progressivamente e insistentemente, defendendo a democracia. E esta audiência pública é uma prova desse compromisso.

A todos vocês que estão nos ouvindo à distância, por favor, lembrem-se de votar da maneira correta, de votar pela democracia, de votar por uma sociedade justa e em paz.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero aqui agradecer a participação da Dra. Ana Paula Inglêz Barbalho, Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília; quero agradecer aqui o encaminhamento à nossa Comissão deste caderno *Encantar a Política*; e quero agradecer, acima de tudo, a generosidade de V. Sa. na manifestação em relação ao trabalho desta Comissão.

Vejo com muita importância a reafirmação, no momento como este que nós estamos vivendo, de que precisamos, acima de tudo, resgatar estes valores que estão sendo colocados em segundo plano, já há algum tempo, do respeito ao próximo, do respeito à pluralidade, do respeito à diferença das ideias. É dessa maneira que nós vamos poder construir realmente uma sociedade baseada nos princípios cristãos e nos princípios democráticos.

Eu quero agradecer as suas palavras e agradeço aqui também o encaminhamento do caderno.

Agradeço a ambas, Dra. Cleide e Dra. Ana Paula, pela participação nesta terceira mesa presencial. Obrigado.

Vamos agora iniciar a participação das pessoas que são nossas convidadas e que estão virtualmente.

Eu começo convidando a Dra. Rita Lima, da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), para, no mesmo espaço de tempo de dez minutos, externar a posição da sua entidade e a sua posição pessoal.

A SRA. RITA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham.

Agradeço a oportunidade de a Anadep estar aqui falando na pessoa do Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Rita Lima, sou Defensora Pública, sou Vice-Presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, e estamos aqui enquanto Anadep participando também da Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral.

Minha fala vai se voltar principalmente para a preocupação da Defensoria Pública, enquanto instituição responsável pela promoção dos direitos humanos no Brasil dentro do nosso sistema de Justiça, justamente com a violência política, com os episódios crescentes de violência que nós temos sofrido que afetam as pessoas candidatas que querem participar do processo eleitoral e que afetam também as pessoas que participam do processo eleitoral de forma indireta na defesa do sistema, as servidoras e servidores do sistema de Justiça – e não só da Justiça, mas do sistema eleitoral como um todo –, que podem estar sofrendo constrangimentos para que uma efetiva democracia se instale no país. Então, fazendo coro a vozes que já passaram aqui antes, nós estamos diante de um cenário grave e sério de instabilidade da democracia brasileira, de ameaças ao processo eleitoral, e, enquanto Defensoria Pública, nos preocupa muito a garantia do procedimento. O procedimento eleitoral é uma garantia de cidadania para todos os que participam desse processo: cidadãos, eleitores, candidatos e servidoras e servidores envolvidos na implementação da nossa democracia.

E nós chamamos a atenção para uma pesquisa da Unirio, feita em 2022, que levantou 113 casos de violência política registrados no Brasil entre janeiro e março, ou seja, apenas nos três primeiros meses deste ano, nós já temos 113 casos de violência política, o que é um incremento em episódios de violência política notificados no nosso país.

E esses atos de violência se resumem primordialmente em atos de tentativa de dissuasão da participação de pessoas da vida política, consistentes principalmente em ameaças ou em homicídios. Nós não podemos normalizar esse tipo de estratégia. Nós estamos perdendo vidas em razão do desejo de participação de pessoas, de corpos divergentes dentro do sistema político. Então, se nós estamos aqui hoje defendendo o sistema eleitoral e defendendo a democracia, é muito importante a gente lembrar que a maior parte das vítimas dessa violência política são pessoas identificadas como pessoas de oposição. Se nós estamos tentando eliminar a oposição através da violência, nós não estamos construindo um processo político em um campo democrático.

Se o Brasil é composto por homens, mulheres, pessoas brancas, pessoas pretas, pessoas indígenas, espera-se que uma verdadeira democracia seja instalada quando as pessoas que ocupam os espaços de poder e os espaços decisórios também reflitam esse panorama, essa característica da população brasileira. Infelizmente, não é o que a gente vê. O que a gente vê ainda é um replicar de participação política majoritariamente ocupado por pessoas com perfil que vou chamar aqui de um perfil identitário hegemônico – ou seja, homens brancos, cis, heterossexuais – que adotam uma estratégia de manutenção do poder de opressão e intimidação de pessoas diversas, de mulheres, de pessoas negras, de pessoas trans, de pessoas *gays*, LGBTQIA+. Então, preocupa-nos, enquanto defensoras e defensores de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, que as pessoas que estão justamente excluídas do processo democrático e que, em razão de, se Deus quiser, um avanço na democracia brasileira, precisam participar com mais efetividade estejam sofrendo violência política, estejam sofrendo tentativas de dissuasão ou atentados contra a sua própria vida pelo simples desejo de participar de um debate democrático. Isso deve chamar a atenção de todas as pessoas da coalizão, de todas as pessoas envolvidas no nosso sistema eleitoral em garantir a efetiva democracia brasileira.

E, Senador Humberto Costa, preocupa-me muito que a violência ocorra no momento pré-eleitoral, durante as eleições, mas também após, que, mesmo após as eleições, venham com questionamentos a respeito da legitimidade daquele resultado das eleições, seja pelos questionamentos feitos às urnas eletrônicas, como já foi amplamente debatido aqui, seja pelo questionamento da capacidade desses grupos minoritários de ocuparem os espaços de poder. Então, a pessoa divergente do modelo hegemônico da ocupação dos espaços de poder que opta por participar do processo político no país vai enfrentar obstáculos e violências durante todo o processo de participação dela na vida política.

E eu falo isso, inclusive, enquanto mulher que ocupa um espaço político dentro da Defensoria Pública. Dentro mesmo da minha instituição, eventualmente, eu sofri constrangimentos. Que dirá na política partidária, na política que nós estamos aqui defendendo, na política eleitoral.

É muito importante que as pessoas e as instituições que estão aqui hoje se mantenham unidas para reconhecer todos os avanços que o Brasil teve a partir do processo de redemocratização, toda a segurança que foi instalada, cada vez crescente, para que a gente respeite o resultado das eleições.

E nesse ponto eu gostaria de pontuar a importância da participação da Defensoria Pública no Código Eleitoral, que será debatido por esta Casa, porque nós temos uma previsão de alteração do Código Eleitoral, que ainda não prevê a Defensoria Pública como participante do processo eleitoral – justo a instituição do sistema de Justiça que é responsável pela promoção e defesa dos direitos humanos! Isso está no nosso artigo da Constituição, e é muito importante que os eleitores, que os candidatos e candidatas tenham a possibilidade de recorrer à Defensoria Pública na hipótese de um constrangimento, por exemplo, na participação do processo eleitoral, na hipótese de uma acusação infundada, enquanto participante do processo eleitoral. Então, eu preciso aproveitar a oportunidade em que estamos aqui, falando com o Senado Federal, para relembrar a importância da inclusão da Defensoria Pública na discussão do novo Código Eleitoral.

Mas, voltando às preocupações que estão sendo compartilhadas hoje aqui e já me encaminhando para a conclusão da minha fala, eu vou, mais uma vez, chover no molhado, falar o que já foi dito aqui antes e defender o nosso sistema e a ideia ilógica de um voto impresso, com a tese de que seria mais seguro. Apenas para acrescentar a tudo o que já foi dito aqui e tudo o que já foi dito, inclusive, a respeito da necessidade de se respeitar a decisão do Parlamento, que já ocorreu, nesse aspecto, e ressaltar que se trata de uma proposta ilógica, porque pretende que se imprima um voto a partir da própria urna eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há nenhum dado concreto, nenhuma ameaça concreta, no sentido da segurança da urna eletrônica. Essa proposta não veio acompanhada de nenhuma elaboração de dados a respeito da insegurança das urnas e, além disso, mantém a urna eletrônica como meio de votação, apenas com esse acréscimo de que o voto viria impresso. Ora, se o voto vier impresso e não identificar o eleitor, evidentemente que eu não vou ter condição de avaliar, auditar, na eventualidade de: "Ah, eu não estou reconhecendo aqui o meu voto...", sendo que ele já caiu na urna. Isso é impossível. E se ele identifica o eleitor, como a colega já disse antes, eu estou violando o sigilo do voto.

Ou seja, trata-se de uma proposta que pretende desviar o foco da verdadeira discussão que nós devemos ter aqui. Trata-se de uma proposta que pretende tumultuar as eleições, e nós, instituições presentes na coalizão, não arredaremos o pé, na defesa do modelo que existe hoje e que já elegeu muita gente que hoje está questionando a legitimidade desse sistema, o que também é, no mínimo, uma ilogicidade, para não dizer má-fé.

Então, a Defensoria Pública vai seguir firme na defesa dos direitos constitucionais, principalmente dos grupos minoritários, dos grupos vulnerabilizados, que são os grupos que enfrentam as maiores dificuldades para os acessos aos espaços decisórios e aos espaços de poder.

Eu agradeço, Senador Humberto Costa, pelo seu trabalho em defesa da democracia, em defesa desse sistema e parabenizo o senhor por estar, agora, na Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Muito obrigada pela oportunidade aqui dada à Defensoria Pública de compartilhar também as suas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado à Dra. Rita Lima, que representou aqui a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Eu entendo que é perfeitamente justificável, é importante, é compreensível a cobrança para que nós possamos, dentro do debate sobre o Código Eleitoral, incluir, necessariamente, a participação e um papel para os Defensores Públicos. Eu quero registrar aqui a competência da sua defesa em relação aos argumentos que norteiam o posicionamento da coalizão no sentido de dizer que temos um sistema que é realmente seguro e em relação ao risco de nós, em adotando uma proposição que já foi rechaçada esmagadoramente pelo Congresso Nacional, termos esse tema transformado em um pretexto para a produção de tumultuo político durante a eleição, que é a ideia do voto impresso.

A outra coisa da sua fala que eu gostaria de resgatar é que nós, aqui, abrimos um debate sobre a temática da violência política exatamente numa audiência pública ainda virtual e temos procurado, inclusive, fazer diligências em relação a esse tema, porque, naquele momento, principalmente, nós nos dirigíamos a muitas pessoas que conquistaram, pelo voto popular, o direito de representar a população ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são representantes de movimentos legítimos e que passaram a ser perseguidas politicamente pelo exercício do seu trabalho. Então, são mulheres, são pessoas negras, são pessoas trans, são pessoas do segmento LGBTQIA+, enfim. E nós, inclusive, criamos aqui uma espécie de ouvidoria para essas denúncias. Já fizemos algumas diligências, como eu disse, e, provavelmente, nos próximos dias nós vamos a Porto Alegre para, na Câmara Municipal, discutirmos aquele fato acontecido lá em que uma Vereadora praticamente foi agredida, se não fisicamente, mas do ponto de vista verbal, moral, por pessoas que portavam símbolos e faziam declarações de adesão a uma ideologia que em nosso país não tem base legal para sobreviver. E assim vamos fazer em outros lugares também.

Então, é muito pertinente toda a sua fala neste momento.

E eu passo, de imediato, a palavra à Dra. Priscilla Rocha, que já esteve conosco aqui em outros momentos, que é da Coalizão Negra por Direitos, para que ela possa também manifestar seu posicionamento.

A SRA. PRISCILLA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Boa tarde a todos e a todas que estão nos acompanhando presencialmente e também virtualmente!

Meu nome é Priscilla Rocha. Sou advogada e integro a Coalizão Negra por Direitos enquanto componente da Articulação Negra de Pernambuco.

Para quem tem algum tipo de deficiência visual, eu sou uma mulher negra, aparentemente jovem, com cabelos cacheados, volumosos, e estou usando uma blusa vinho e brincos de argolas coloridos.

Eu queria, primeiramente, agradecer ao Presidente, Senador Humberto Costa, por aceitar essa proposta da audiência pública com esse tema extremamente relevante, e a cada um e a cada uma que compõe a Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral.

Muito obrigada a todos aqui presentes pela oportunidade de falar, de expor e de, mais uma vez, rechaçar qualquer tipo de violência, qualquer tipo de descrédito ao sistema eleitoral, que é um sistema democrático, tão necessário para a nossa existência democrática e para a existência e para a sobrevivência de várias pessoas e de vários grupos vulnerabilizados.

Primeiramente eu queria ressaltar que a Coalizão Negra é composta por mais de 200 grupos coletivos, organizações e entidades antirracistas. A Coalizão Negra se coloca na defesa radical da democracia, na defesa radical da representatividade principalmente de mulheres negras e na defesa da democracia enquanto único sistema cabível e único sistema possível para se combater o racismo, a intolerância e todos os tipos de violações de direitos humanos existentes.

O que estamos vivendo agora, depois de mais de 30 anos de redemocratização, de Constituição Federal, de Constituição democrática, é esse ataque infundado, como as outras participações e companheiros falaram aqui, ao sistema eleitoral, esse completo vazio argumentativo de falar a respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das urnas eletrônicas, de desacreditar os três Poderes. Essa tentativa de descrédito do Judiciário, do Legislativo e do Executivo é mais uma extrema tentativa argumentativa, com argumentos falhos e incabíveis, de uma compreensão e de todo um sistema e todo um núcleo fascista antidemocrático que quer exaustivamente retirar direitos, retirar representatividade e retroceder a uma época de extrema insegurança, de extrema violência e de extrema falta de representatividade e liberdade.

Então o que temos aqui, o que estamos vivendo atualmente, depois desses seis anos, oito anos, enfim, desse constante abalo e dessa constante e sistemática tentativa de retirada de direitos, conforme estamos vendo nas reportagens e conforme estamos vendo na nossa realidade, é essa constante escalada de violência contra os direitos humanos, escalada de violência contra os povos indígenas, contra as pessoas negras. Retrocedemos 30 anos em 6 anos, ou seja, à situação de fome, de miserabilidade, de violência contra a mulher, de violência contra esses corpos que não têm representatividade muitas vezes no sistema democrático. Então, a situação que estamos vivendo agora e o que está sendo reforçado a partir dessa questão argumentativa, enfim, dessa questão infundada e não comprovada e mais uma vez inverídica, é essa tentativa de retirar direitos democráticos garantidos em nosso sistema, em nosso Brasil.

Então, é com extrema infelicidade, infelizmente, que eu, uma mulher de 28 anos que presenciou as políticas afirmativas, o crescimento do nosso país, que foi diretamente beneficiado com a política de cotas, com a política de distribuição de renda, estou aqui, neste momento, mais uma vez, falando o óbvio e defendendo algo que a minha geração considerava como já garantido. É com extrema tristeza, mas enfim, essa é a realidade.

Mas estamos aqui, enquanto Coalizão Negra por Direitos, enquanto Articulação Negra de Pernambuco, enquanto Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral, para dizermos que a juventude, que a população negra, que a população também indígena, que infelizmente não está aqui representada – e que bom que outras organizações, como os juízes, a Defensoria Pública e outras diversas entidades estão aqui querendo e, mais uma vez, falando a respeito da defesa –, não vamos abrir mão, que não vamos retroceder e que, apesar de diversos retrocessos nesses últimos anos, estamos aqui em conjunto, estamos aqui lutando para que os direitos não sejam retrocedidos e que não percamos nenhum direito a mais.

A partir da defesa da democracia, da defesa radical da democracia, da defesa dos três Poderes e da interdependência dos três Poderes – o Judiciário, aqui representado, com o Tribunal Superior Eleitoral, com os ministros –, enfim, de toda a ciência, de toda a informática realizada, de todo o conhecimento e de todos os avanços tecnológicos que conseguimos, através dos dados, da ciência, da verdade, da comprovação científica, estabelecer, através das urnas eletrônicas, não retrocederemos.

É importante colocar que estamos aqui em defesa do sistema eleitoral, das garantias constitucionais e das garantias também dos três Poderes. É apenas com uma democracia representativa, mais mulheres negras no poder, mais pessoas indígenas, mais pessoas, enfim, que representam, de fato, a nossa sociedade, que vamos conseguir, de fato, a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, mesmo com a situação agora, que não é a ideal, enfim, do nosso sistema legislativo, realmente acreditamos que é apenas com um sistema democrático, com o voto secreto, o voto seguro e o voto que já é auditável, o voto que já é seguro, que é completamente comprovado, que vamos conseguir avançar: avançar nos direitos e não retroceder. Retroceder jamais, esse é um tema, um lema, na verdade, de que nós estamos aqui na defesa, que temos aqui na garantia, e apenas, através disso, com a luta, com a defesa da democracia, com a defesa dos direitos humanos e com a representatividade efetiva de toda a população brasileira, é que vamos, de fato, garantir o respeito aos pilares democráticos e vamos juntos, unidos, à tentativa de que não avance mais essa escalada de violência, de retrocesso inaceitáveis, de ataques à liberdade de expressão, ataques à laicidade do Estado, ao direito ao protesto e às violências contra os grupos minoritários.

Então, aqui também, como sugestão, queria apresentar esta sugestão, enquanto Coalizão Negra por Direitos, falando a respeito de uma tentativa, uma proposta desta Casa, através da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, apresentar ou solicitar que o Governo Federal realize, através dos meios de comunicação, esses meios de comunicação que estão sendo tão dubiamente utilizados para realizar essa afronta ao sistema democrático de direito, que realize, que encampe, de fato, campanhas, campanhas a respeito da lisura e da confiabilidade das urnas eletrônicas e da importância do voto.

A gente sabe que os votos são decididos pela juventude, pelas mulheres. Sabemos que mais da metade da população brasileira é negra e parda e essa população precisa ter acesso à informação. Os governos e todas as estruturas governamentais, estruturas legislativas e judiciárias têm que estar em consonância, têm que estar levando essa informação, tornando-a de fácil acesso e de fácil repercussão, a respeito da confiabilidade das urnas eletrônicas, do direito ao voto e dos outros direitos que a nós, enquanto cidadãos, a Constituição da República garante, como o direito ao voto seguro e secreto.

Muito obrigada.

Muito obrigada a todos aqui presentes, mais uma vez.

Estamos "juntes" em defesa, no caso, da democracia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Priscilla Rocha, da Coalizão Negra por Direitos.

Muito importante a sua fala no sentido de demonstrar a necessidade dessa articulação, dessa organização para que nós possamos ter, efetivamente, um resultado eleitoral que revele, que mostre, que seja sinônimo da vontade popular. Isso é fundamental para que nós possamos ter um próximo governo legitimado e, a partir daí, possamos produzir políticas públicas que levem em consideração todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos da sociedade brasileira, particularmente aqueles que historicamente foram e são oprimidos e excluídos.

Dito isso, eu passo a palavra ao Dr. Sandro Nunes Vieira, que é Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, para que possa, nesses dez minutos também, externar a sua posição, a posição do TSE, enfim.

Para nós, isso é muito importante.

Agradecemos a presença de V. Exa.

A SRA. SANDRO NUNES VIEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Humberto Costa.

Quero também cumprimentar todas as pessoas que participam desta audiência pública, fazer aqui menção expressa à pessoa da Dra. Claudia Dadico, colega de magistratura aqui na 4ª Região.

Eu sou o Juiz Auxiliar do Tribunal Superior Eleitoral desde 2019 e tenho acompanhado a evolução desses trabalhos e também das iniciativas da Corte Eleitoral na manutenção do regime democrático e também na ampliação da transparência dos procedimentos que envolvem a votação eletrônica, Senador.

Eu quero fazer aqui alguns destaques importantes diante das manifestações que me antecederam, que foram muito enfáticas na defesa do modelo que nós temos hoje de votação e da lisura do processo eleitoral.

Esse modelo surge, nunca podemos esquecer, da necessidade que tínhamos, no início da segunda metade da década de 90, de resolver alguns problemas que atormentavam a vida dos políticos, das instituições e da população brasileira. A Justiça Eleitoral, sob o comando, na época, do Presidente do TSE, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, desenvolveu, em parceria, inclusive, com as Forças Armadas, o sistema de votação eletrônica.

Esse sistema não é mais o mesmo, Senador. Esse sistema sofreu diversas alterações ao longo dos anos. Ele foi objeto de grandes aprimoramentos.

Eu destaco aqui a contribuição da sociedade civil, das universidades.

Nós temos um evento chamado Teste Público de Segurança, que já está na sua sexta edição. A sexta edição foi concluída agora, no dia 30 de maio. Eu participei da comissão avaliadora desse teste como representante do TSE. E o tribunal tem se empenhado para trazer o público externo para acompanhar e para compreender o processo eleitoral.

Eu destaco que, desde 2019, o TSE criou um programa de enfrentamento à desinformação, ainda na gestão da Ministra Rosa Weber, que, à época, presidia o tribunal; programa este que foi encampado pelo Ministro Luís Roberto Barroso e tem sido também expandido agora na gestão do Ministro Luiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edson Fachin. Então, o tribunal tem ciência do seu papel dentro do cenário institucional e da confiança que a Constituição coloca nessa instituição para tocar eleições limpas, eleições corretas, e que tenha o brasileiro a certeza de que o processo está sendo conduzido da maneira adequada.

Nós não podemos esquecer – inclusive, na minha abordagem, eu pretendo responder algumas daquelas perguntas que foram feitas no início – que o modelo de votação que nós temos hoje não é o modelo escolhido pelo TSE. Muitas pessoas com quem eu falo no dia a dia me perguntam: "Por que o TSE não muda o modelo de votação?". E a resposta é muito simples: o TSE não detém autorização constitucional para dizer o modo com que a votação será realizada.

Essa atribuição é dada pela Constituição ao Parlamento brasileiro, que é composto pelas duas Casas do Congresso Nacional. E, diante desse poder, desse múnus constitucional, no ano passado, o Parlamento brasileiro rejeitou, na Câmara dos Deputados, uma proposta de emenda à Constituição. Então, nesse contexto, o TSE executa um mandamento legal, que hoje está inscrito na Lei nº 9.504, de 97, que prevê que a votação no Brasil é feita por meio eletrônico.

Uma votação não é somente algo eletrônico ou em papel; ela é o resultado da cultura democrática de um povo. Então, nós não podemos analisar... O senhor esteve na missão de observação na Colômbia agora; eu estive no mês de março, nas eleições parlamentares. Também estive no Chile e nos Estados Unidos. E nós vemos que a eleição é uma manifestação da cultura democrática de um povo.

Aquilo que é impossível no Brasil é uma coisa natural na Colômbia. Eu vi as pessoas com aquelas mesas, naqueles centros de votação, com cédulas jogadas pelo chão; e, para eles, aquilo não os assusta. Eu vi, nos Estados Unidos, cédulas sendo colocadas em contêineres no meio da rua. Para eles, isso é normal. No contexto brasileiro, nós temos uma cultura democrática que nos ensinou que o voto em papel traz riscos muito grandes e que nós desenvolvemos um sistema próprio, que tem nos atendido nesses 25 anos de voto eletrônico, e estamos entrando agora no 26º ano dessa prática.

Todavia, o nosso modelo tem um modelo de auditoria que não é a auditoria comum, que todo brasileiro pode realizar. A auditoria do sistema eletrônico de votação é feita de forma técnica, tanto é que o TSE editou uma resolução em 2021 e estabeleceu ali quais as instituições, quais as entidades que detêm a *expertise* para colaborar na auditoria dos sistemas eleitorais. E ali estão os partidos políticos, estão universidades, estão Forças Armadas, Polícia Federal, Corregedoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União e outras tantas entidades, totalizando 16, o seu número total. Essas entidades ou têm *expertise*, ou têm condições de bancar uma auditoria que atue em parceira com a Justiça Eleitoral.

O TSE, de modo algum, tem receio de auditoria, Senador; pelo contrário, nós convidamos as entidades em cada uma das etapas do processo eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para lembrar aqui que, desde o dia 4 de outubro de 2021, os códigos-fonte, ou seja, todas as linhas de programação, todos os comandos que são executados pelos sistemas estão disponíveis para consulta em uma sala do Tribunal Superior Eleitoral.

Além disso, nós realizamos o teste público de segurança. Tivemos 29 planos de testes realizados por instituições, por pessoas físicas, que foram aplicados no mês de novembro do ano passado e agora, no mês de maio, cinco desses testes foram refeitos após melhorias nos sistemas.

A conclusão que nós temos é a de que os sistemas estão maduros, estão em fase de desenvolvimento, mas já estão em um nível que vai permitir uma eleição segura para o ano de 2022.

Além disso, nós temos inúmeras cerimônias públicas que antecedem a votação, cerimônias em que as entidades, os partidos políticos são convidados, a Procuradoria-Geral da República, para fins de atestar que os sistemas que estão rodando nas urnas são os sistemas que foram lacrados em uma cerimônia pública pelo TSE.

Um fato para o qual eu sempre tenho chamado a atenção das pessoas é que o sistema que roda na urna no Chuí é o mesmo que roda em Macapá. Ou seja, esse sistema está gravado no TSE, guardado devidamente em meio físico e em meio digital, e o mesmo sistema que roda nas urnas no sul do Brasil é o que roda no extremo norte do Brasil. Ou seja, nós temos garantia de que o *software* executado está idôneo e é o mesmo *software* que passou pelo crivo das entidades com *expertise* em fiscalização.

Tudo isso também é corroborado por um teste que é realizado no dia das eleições, chamado teste de integridade. Urnas são sorteadas aleatoriamente ou escolhidas por partidos políticos e são retiradas dos locais de votação onde estavam prontas para serem utilizadas e deslocadas para uma localidade – geralmente a capital –, para fins de que sejam testadas, para ver se o cômputo dos votos que vai ser inserido nestas urnas de forma manual, tudo devidamente filmado e auditado, se essas urnas processam os votos de maneira correta.

Ao fim do dia, é emitido um relatório, um parecer sobre a idoneidade dessas urnas. Então, a Justiça Eleitoral tem ampliado muito a transparência. No ano de 2021, foi criada uma comissão de transparência eleitoral, composta por diversas entidades da sociedade civil e também do Governo, e também foi criado um observatório de transparência eleitoral com mais de 70 entidades que atuam fase a fase do desenvolvimento dos sistemas eleitorais.

O grande desafio da Justiça Eleitoral é produzir esse grande evento logístico, que é a eleição brasileira, uma eleição que se processa em mais de 5,5 mil municípios, que deve ter mais de 30 mil candidatos agora nas eleições de 2022, e tudo isso seguindo as leis do nosso país, porque o Brasil é um país que se faz de leis, é um Estado de direito, e, ao mesmo tempo, tendo abertura para que a sociedade civil entenda o que está sendo feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós acabamos de inaugurar agora no mês de junho um novo *site,* que está na página do Tribunal Superior Eleitoral, que trata da urna eletrônica, de toda evolução que ela sofreu nos últimos 26 anos, explica ali de maneira acessível a todos os níveis de linguagem quais são os mecanismos de segurança que estão envolvidos no processo eleitoral brasileiro.

Nosso interesse como instituição é tornar acessível a todos os níveis educacionais pelo menos o básico da compreensão do sistema eleitoral brasileiro. Ele não é um sistema simples, é um sistema complexo, porque é eletrônico, mas é um sistema completamente auditável por técnicos, tal como tem sido feito nos últimos anos.

É claro que, desde 2014, Senador, nós sabemos que as eleições têm estado sob um crivo ainda maior da sociedade brasileira, principalmente após a perícia solicitada pelo PSDB, em 2014. A Justiça Eleitoral reitera o seu compromisso de eleições limpas.

E fico à disposição, Senador, para responder a eventuais perguntas que sejam formuladas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Sandro Nunes Vieira, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, especialmente pelas informações, pelos esclarecimentos das dúvidas que pôde tirar em relação àquelas perguntas e também em relação a outros questionamentos que eventualmente as pessoas estejam fazendo.

Eu queria reafirmar aqui a V. Exa. a nossa total confiança no trabalho do Tribunal Superior Eleitoral, não só nessa, mas em outras eleições, a forma firme e decidida com que os Presidentes do Tribunal recentemente – e anteriormente também – têm se colocado em termos de impedir qualquer tipo de questionamento ilegítimo sobre o processo e, ao mesmo tempo, abrir à sociedade a possibilidade de ter acesso a todo esse processo que antecede as eleições.

Eu queria inclusive pedir a V. Exa., se puder nos ajudar, reforçando essa demanda que nós vamos fazer, a partir de amanhã, ao Presidente do TSE, para que pudesse nos receber como coalizão – o Congresso Nacional, a Comissão de Direitos Humanos –, bem como, em seguida, o movimento contra a violência política contra jornalistas e em defesa da liberdade de expressão.

Muito obrigado pela participação de V. Exa.

Por último, nós vamos ouvir aqui a nossa Lohany Carvalho Corona, que é da Federação Nacional dos Estudantes de Direito (Fened), a quem eu concedo a palavra por dez minutos e agradeço a participação.

A SRA. LOHANY CORONA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, olá a todos! Boa tarde!

Eu queria só saber se estão me ouvindo corretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. LOHANY CORONA – Bom, é um prazer enorme estar aqui.

Obrigada, Senador Humberto, por ter concedido essa audiência pública para a gente debater esse tema tão importante, que está assombrando aí com essa conjuntura.

Bom, preocupa muito os estudantes de Direito, desde o início da nossa gestão, a eleição do atual Governo, tanto aí que a nossa gestão vem intitulada como Estudantes pela Democracia. E com a proximidade das eleições, essa nossa preocupação só se acentua. Preocupa-nos muito ver nos noticiários a notícia de que as Forças Armadas acionaram o TSE 88 vezes sobre o processo eleitoral. Preocupa-nos muito saber que, na verdade, existe uma orientação dada pelo atual Governo para que essas Forças Armadas pressionem o TSE e busquem pelo voto impresso, entre outras tantas medidas antidemocráticas, por assim dizer.

A gente reconhece que essa ação incontroversa, que esse *modus operandi* é gerado pelo medo, por uma ausência de reconhecimento do Bolsonaro, no caso da sua derrota, e ele busca, desse modo, que não haja um reconhecimento das eleições. Ele busca não entregar o mandato em caso de derrota.

Quando a gente tem essas informações transmitidas pelo nosso Presidente... É claro que as pessoas são livres para expressar sua opinião, mas, quando essa opinião é desconectada da realidade, a gente tem que demonstrar os fatos, a gente tem que demonstrar os dados. E os dados são que, em 22 anos de utilização das urnas eletrônicas, a gente não teve um caso de fraude comprovado. Desde 1996, a gente não tem um episódio de fraude no Brasil. As eleições são totalmente limpas, as eleições são seguras e auditáveis. E é isso que a gente precisa destacar.

A gente sabe que todo esse movimento que acontece, com essa ameaça institucional, ocorre principalmente por sermos uma democracia jovem, mas, ainda assim, as instituições resistem. Os movimentos sociais vão resistir, as organizações da sociedade civil organizada vão resistir, os estudantes e os estudantes de direito também, que aqui represento, também vão resistir.

É por isso que eu queria reforçar propostas que são feitas pela coalizão. A Fened (Federação Nacional de Estudantes de Direito), a qual eu integro, que também está fazendo parte da coalizão, trouxe propostas para observadores internacionais acompanharem esse processo, porque não é só importante a gente discutir isso no momento prévio da eleição, eu acho que é principalmente preocupante após a eleição como a população, os seguidores, as Forças Armadas, quais as falas do Presidente atual vão ser dadas em uma derrota... É isso que nos preocupa. Então, é importante ressaltar a presença, a necessidade, a importância de trazer observadores internacionais para acompanhar esse processo eleitoral. É importante haver campanhas sobre confiabilidade e lisura das urnas eletrônicas e demais ações que possam ser pensadas em conjunto, entendendo que existe uma confusão, principalmente com a presença de muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militares no atual Governo, em altos cargos. Parece que não fica claro para eles o limite da sua intervenção, o limite até onde eles podem atuar. Então, eles tiveram um papel muito claro desde a década de 80, quando o papel das Forças Armadas acabava se resumindo a transportar urnas para regiões de difícil acesso, a garantir segurança de votação em municípios, em localidades onde haja uma possibilidade de conflito – lógico, tudo isso mediante a solicitação da Justiça Eleitoral –, mas, nesta atual conjuntura, neste atual Governo, eles parecem não perceber onde termina o Governo e acabam comprometendo a imparcialidade na sua participação no processo eleitoral.

Estamos aqui, enquanto estudante de direito, enquanto representantes dos estudantes de direito, para que a gente possa pensar ações concretas para que não haja um risco ao nosso processo eleitoral, para que não haja um risco à nossa democracia e para que a gente consiga divulgar para todo mundo, para toda a população, para todos os estudantes, para todas as pessoas os dados que são amplamente divulgados nesta audiência pública e na primeira reunião que a gente teve com a Comissão de Transparência das Eleições e com o Observatório de Transparência das Eleições que demonstram a possibilidade de auditar as eleições, que demonstram a confiabilidade das urnas eletrônicas e do processo eleitoral.

É isso.

Muito obrigada a todos.

Por fim, agradeço a participação e a realização desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Lohany Corona, da Federação Nacional de Estudantes de Direito, pela sua participação. É muito importante que uma representação estudantil, uma representação da juventude possa estar acompanhando esse processo bem de perto e que possa trazer a todos os estudantes, à toda a juventude as condições em que o pleito se dá e que são absolutamente confiáveis.

É importante, inclusive, que nós todos tenhamos em mente que esse processo tem dois componentes importantes.

O primeiro é que essa defesa do processo de voto impresso e de um tipo de auditoria das urnas que não se encaixam no que a legislação prevê, como foi dito, inclusive, pelo Dr. Sandro, não é algo que esteja na alçada do Tribunal Superior Eleitoral para decidir. O momento em que o espaço adequado para essa decisão foi chamado para se manifestar aconteceu no ano passado no Congresso Nacional. Todos se lembram, inclusive, da pressão que o Governo fez, fazendo quase que uma parada militar à frente do Congresso Nacional. E o Congresso resistiu e, repito, por esmagadora maioria dos votos, deixou claro que o voto impresso e o tipo de auditoria que era proposta não se coadunavam com o que prescrevia a legislação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro aspecto é que é preciso nós fazermos o enfrentamento em termos dos argumentos, da discussão e do esclarecimento, mas é importante também que todos nós estejamos prontos para uma mobilização social. Eu acredito que já está passando do tempo de nós começarmos a fazer como os defensores deste Governo estão fazendo, convocando manifestações para questionar o processo eleitoral, apregoando claramente a ruptura institucional. Nós, ao contrário, precisamos também tomar a iniciativa de convocar a população para que vá às ruas e se manifeste na defesa daquilo que nós temos como sistema eleitoral altamente respeitado aqui dentro e lá fora.

Eu queria, diante do adiantado da hora, agradecer a participação de todos que aqui estiveram.

Quero agradecer a participação também das pessoas que, pelo e-Cidadania, enviaram observações e perguntas.

Agradeço à Dra. Tânia Oliveira, da ABJD; à Dra. Claudia Maria Dadico, da AJD; ao Dr. Edson Ribeiro Baeta, do Coletivo Transforma MP; ao nosso Dr. Pedro Gondim Mendonça, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; ao Dr. Everardo de Aguiar Lopes, da entidade Viva Rio; ao Dr. Barack Fernandes, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; ao nosso companheiro Valleir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT; à Pastora Romi Marcia Bencke, representando aqui o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs; à Dra. Cleide Oliveira Lemos, do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia; à Dra. Ana Paula Inglêz Barbalho, Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Paz, de Brasília; ainda à Dra. Rita Lima, da Associação Nacional dos Defensores Públicos; à Dra. Priscilla Rocha, da Coalizão Negra por Direitos; ao Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Sandro Nunes Vieira; e à representante da Federação Nacional dos Estudantes de Direito, Lohany Corona.

Nós esperamos, com esta audiência pública, ter ajudado nessa reflexão não somente sobre o momento que estamos vivendo, mas, acima de tudo, sobre o sistema seguro e inviolável que nós temos de votação e sobre a necessidade de fortalecimento da democracia que passa por reconhecer as instituições e os mecanismos que fizeram com que nós chegássemos até agora como um país efetivamente democrático.

Se nós tivermos a necessidade de reproduzir este tipo de audiência, nós vamos fazê-lo, e eu quero aqui reafirmar o nosso compromisso, como Comissão de Direitos Humanos, de pedirmos ao Tribunal Superior Eleitoral que nos receba como coalizão para que nós possamos manifestar essas nossas preocupações.

Agradeço também à Senadora Rose de Freitas e ao Senador Fabiano Contarato, que participaram da nossa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Giordano, Mecias de Jesus, Carlos Portinho, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas ao PLDO 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão ao PLN 5/2022, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Relator: Senador Esperidião Amin. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da presente, que são aprovadas. **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das seguintes emendas propostas ao **Anexo de Prioridades e Metas**: 60020001 – Ação 20WY – DIFUSÃO CULTURAL E DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR, com **Alteração de Meta: 850**; 60020002 – Ação 15OZ – RECOMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL DA MARINHA DO BRASIL – CONSTRUÇÃO DAS FRAGATAS CLASSE TAMANDARÉ (FCT), com **Alteração de Meta: 4**; e 60020003 – Ação 14TO – AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX-2, com Alteração de Meta: 5; assim como das **5 emendas de texto apresentadas:** 60020004 – Referência: Anexo III, **Aditiva**; 60020005 – Referência: Corpo da Lei, Cap. VIII, Art. 128, **Aditiva**; 60020006 – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 69, Inciso I, **Modificativa**; 60020007 – Referência: Corpo da Lei, Cap VI, Art. 106, **Aditiva**; e 60020008 – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VI, Art 48, **Modificativa**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues
Presidente em Exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/23

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO 2023, a serem propostas por esta Comissão.

O Relator é o Senador Esperidião Amin.

Observações: em 14/06/2022, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou um comunicado sobre o prazo de apresentação de emendas neste Colegiado; a abertura do prazo para recebimento das emendas aconteceu na quarta-feira 15 de junho de 2022, e o encerramento ocorreu às 12h de 22 de junho, quarta-feira; foram apresentadas 102 propostas de emendas pelas Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão, sendo 49 ao Anexo de Metas e Prioridades e 53 ao texto do projeto.

Agradecemos a contribuição dos membros desta Comissão pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emendas sugeridas.

Eu gostaria de agradecer à Presidenta desta Comissão, a querida Senadora Kátia Abreu, que, por não poder estar presente nesta sessão, me delegou a presidir, nesta manhã de quinta-feira, esta sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Portanto, a ela agradeço e a cumprimento pela sua brilhante condução sempre à frente desta importante Comissão do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, é uma satisfação muito grande poder cumprir esse dever que me foi conferido pela nossa Presidente, a Senadora Kátia Abreu, a quem eu quero reiterar o agradecimento pela demonstração de confiança. E quero agradecer a V. Exa. pelo resumo que fez quanto ao número de emendas, à sua abrangência, que me facilita a leitura do relatório e permite que eu refira apenas os grupos das emendas.

Então, no Ministério da Defesa, quero destacar, como propostas:

1) Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, proposta que eu defendo com veemência. Vários países do mundo já têm a sua quarta Força Armada, a cibernética;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras;

3) Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2. Aliás, eu quero mencionar, Sr. Presidente – e certamente temos aqui representantes da Força Aérea e do Ministério da Defesa –, que Santa Catarina tem o privilégio de ser o estado que recebeu os dois primeiros Gripen. Eles vieram de navio da Suécia; vararam a barra do Rio Itajaí; em Navegantes, eles foram alçados, ou seja, foram acolhidos; e viajaram 3,5km até o aeroporto, por terra, sem muita perturbação – foram 35 minutos de viagem terrestre. Foram para o Aeroporto de Navegantes, colocaram os acessórios e decolaram aqui para Anápolis, pelo que eu sei. Ou seja, temos um porto praticamente ao lado do aeroporto e a nível do mar, é claro, que favorece bastante;

4) Implantação do Projeto Forças Blindadas;

5) Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), muito importante; e

6) Recomposição do Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil - Construção das Fragatas Classe Tamandaré.

Quero deixar registrado nos *Anais* que participei, junto com um grupo de Deputados de Santa Catarina, da visita ao estaleiro onde essas fragatas começam a ser construídas. Ou seja, a primeira seção – é assim que se chama, não é? – da primeira fragata já está emborcada, devidamente emborcada. Fizemos fotos lá com o Almirante Garnier e com várias autoridades. Estavam o Prefeito municipal, Deputados – eu estava lá também –, vários almirantes, muitos, em Itajaí, Santa Catarina, o único estado, Senador, que tem uma âncora na sua bandeira, portanto um estado de mar.

Seguem-se, naturalmente, outros grupos de propostas igualmente relevantes para o país, conforme consta do relatório, que já foi apresentado ontem.

Vamos ao voto, então.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. Ao Anexo de Prioridades e Metas, pelo maior valor proposto para as metas das seguintes ações:

• Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior (Ministério das Relações Exteriores), Sugestão 14.

A propósito, Sr. Presidente, eu quero deixar, como se fosse um complemento do voto, alguns registros a respeito do papel que vem desempenhando o Ministério das Relações Exteriores.

Eu quero frisar o papel que nós estamos cumprindo na Organização Mundial do Comércio e apensar um texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 19 de junho, nesse domingo: "Na OMC [Organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundial do Comércio], o Brasil fica do lado certo". O editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* elogia a postura do Brasil – leia-se Ministério da Economia, mas, acima de tudo, o Ministério das Relações Exteriores – nesse caso. A propósito, tive o privilégio de ser o Relator da Medida Provisória 1.098, que deu força à diplomacia e às autoridades do comércio exterior brasileiro para negociarem com eficiência e do lado certo na OMC, uma vez que o tribunal da OMC está inoperante desde 2019.

Também quero enaltecer o trabalho do nosso Ministério das Relações Exteriores na política externa, especialmente nesta questão crucial do conflito Rússia-Ucrânia.

O senhor deve se lembrar das críticas que foram feitas ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, quando ele foi à Rússia, se ele devia ir ou não devia ir. Devia ir, sim! É do nosso interesse! É do nosso interesse, é do interesse do nosso país! O comportamento do Brasil nessa questão tem sido correto, equilibrado. A guerra é uma desgraça, e nós defenderemos sempre a busca da paz.

Finalmente, quero também anexar à minha fala vários outros comentários, especialmente uma entrevista publicada hoje em que o ex-Embaixador Rubens Barbosa defende essa postura do Brasil na administração, se é que se pode dizer "administração", mas na coexistência com esse conflito.

Então, tomo a liberdade de anexar todos esses depoimentos, concluindo com o depoimento do ex-Embaixador Rubens Barbosa, como um aplauso à postura do nosso Ministério das Relações Exteriores. Então, faço isso como complemento, no momento em que eu estou falando sobre a relevância desta emenda ao Orçamento da União, com vistas a permitir uma melhor divulgação do Brasil no exterior.

Segunda emenda:

• Recomposição do Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil – Construção das Fragatas, Sugestões 35, 38, 40, 43 e 46, ação meritória, como já registrei; e

• Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 – também faço aqui referência à recepção catarinense aos caças Gripen no Porto de Navegantes e de lá o seu transporte até o Aeroporto de Navegantes, para de lá eles partirem ares afora até aqui para o sertão de Goiás –, Sugestões 17, 19, 22, 23, 27, 28, 34, 36, 37, 39, 47, 48 e 49 das propostas apresentadas.

Portanto, estas são três emendas acolhidas para o Anexo de Prioridades e Metas.

Eu queria, Sr. Presidente, ponderar que a nossa Comissão é de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nós deveríamos gestionar para termos direito a quatro emendas, porque no momento são três Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, mas nós somos da Comissão de Relações Exteriores. Então, tem que ter pelo menos a possibilidade de termos uma, ou primeira ou quarta emenda, para o Ministério das Relações Exteriores. Quer dizer, é um jogo desigual, porque temos quatro fundamentos e só três emendas. Então, seria o caso de a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessoria preparar um requerimento ou o meio cabível, solicitando que esta Comissão, no próximo ano, tenha direito a quatro emendas.

2. Ao Anexo III do texto, as sugestões que ressalvam do contingenciamento as seguintes despesas:

Sugestões 2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 25, 30, 37, 39, 48 e 52 (sendo que as sugestões 29, 32, 35, 40, 44, 47 e 53 estão abrangidas pelas anteriores já referidas):

I - Aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins referentes ao Projeto FX-2, já mencionado (art. 142 da Constituição, Lei Complementar nº 97, de 1999, e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008);

II - Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e Programa Nuclear da Marinha (PNM);

III - Aquisição de cargueiro tático-militar de dez a vinte toneladas referente ao Projeto KC-390, que é mais uma vitória da indústria aeronáutica brasileira. Projeto nacional de grande repercussão internacional;

IV - Desenvolvimento de cargueiro tático-militar de dez a vinte toneladas referente ao Projeto KC-X – correlato;

V - Implementação do sistema de defesa estratégico Astros 2020;

VI - Aquisição de veículo blindado no âmbito do Projeto Forças Blindadas do Exército;

VII - Implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron);

VIII - Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa;

IX - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, já mencionado;

X - Aquisição de Helicópteros Leves – Projeto TH-X;

XI - Aquisição de Helicópteros de médio porte para emprego das Forças Armadas – Projeto H-X BR;

XII - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras. Certamente um projeto que V. Exa., por ser representante do Estado de Roraima, conhece bem a sua extensão, profundidade e necessidade;

XIII - Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos a serviço da União no exterior;

XIV - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinado à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir com o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XV - Despesas com a ação de "Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul)", vinculadas ao Programa 6012 – Defesa Nacional, no âmbito da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.; e

XVI - Serviços de assistência hospitalar e ambulatorial, de ensino e pesquisa realizados pelo Hospital das Forças Armadas.

3. Ao texto do corpo da lei:

3.1. Sugestão 1.

Art. 128, §11, para vedar a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES ou por suas subsidiarias a qualquer beneficiário ou interessado, direta ou indiretamente, para a realização de investimentos ou obras no exterior.

3.2. Sugestões 3, 7, 10, 14, 17, 19, 23, 27, 31, 38, 46 e 51.

Art. 69, inciso I, para, na hipótese de a Lei Orçamentária de 2023 não ser publicada até 31 de dezembro de 2022, permitir a execução de despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas no Anexo III.

3.3. Sugestões 4, 8, 11, 12, 13, 18, 20, 24, 26, 33, 42, 45 e 50.

Art. 107-A, para que seja consignada, na Lei Orçamentária de 2023 e nos créditos adicionais, estimativa de receita para fazer face às despesas fixadas com a execução físico-financeira prevista de contratos de financiamento internacionais, autorizados por meio de resolução do Senado Federal com execução orçamentária custeada pela fonte 1449. Enquadram-se nessa situação, estritamente, as despesas com aquisição de bens e serviços vinculados aos projetos estratégicos da Defesa Nacional constantes da Seção III, do Anexo III da Lei.

3.4. Sugestões 5, 28, 34, 36, 41, 43 e 49.

Art. 48, §10, para excetuar a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, e as empresas públicas vinculadas ao setor estratégico de Defesa de exigências relacionadas ao Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 1997.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Sala da Comissão, 23 de junho de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Sr. Senador Relator, essas emendas à LDO... Senador Esperidião Amin, V. Exa., sempre com precisão cirúrgica, faz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

síntese de todas essas emendas que foram apresentadas, obviamente, priorizando aquelas que acha mais importantes.

Nós vimos aqui, inclusive, que, Santa Catarina, por ser esse estado, seu estado, um destaque no cenário dos estados brasileiros, tem várias oportunidades aí, inclusive, recebendo esses dois caças dessa primeira aquisição da Força Aérea Brasileira, que são caças com alta tecnologia, que vão, obviamente, ser incorporados à Força Aérea Brasileira na defesa do nosso espaço aéreo e com um projeto de dissuasão também em relação a qualquer ato externo que possa acontecer.

Todos os países, no nosso entendimento, têm que ter realmente essas plataformas. Eu vi, inclusive, V. Exa. aqui falar sobre Itajaí, onde está esse estaleiro, onde estão sendo construídas essas fragatas, o que, na verdade, já demonstra a capacidade operacional da nossa Marinha do Brasil, na verdade, das Forças Armadas de um modo geral.

Exército, Marinha e Aeronáutica, cada vez mais, procuram se equipar de uma forma que possam garantir a nossa soberania pela dimensão, pela localização geopolítica, geoestratégica do Brasil, país que goza de uma liderança consentida no cenário da América Latina e, obviamente, dos demais países do mundo, porque somos, afinal, a nona, a décima economia do mundo e temos riquezas imensuráveis que podem contribuir para o desenvolvimento, enfim, podem contribuir para a humanidade. Inclusive, somos hoje, praticamente, o terceiro maior país do mundo em exportação de *commodities* agrícolas, o que, na verdade, caracteriza, em um momento crítico que vive a humanidade, absolutamente crítico em relação à alimentação, à fome... Então, o Brasil tem essa posição de destaque no cenário das grandes nações e, obviamente, o país tem que ser protegido.

Então, essas emendas que são apresentadas... Eu, inclusive, apresentei a emenda para aquisição de aeronaves, caças e sistemas afins, o projeto FX2.

A importância desse projeto nesse contexto é que ele foi concebido a partir das necessidades da Força Aérea Brasileira com esses aviões de caça e representa também um salto tecnológico no sentido de incorporar valores e ampliar, criando uma base industrial no nosso país. Essas aeronaves serão utilizadas pela Força Aérea na defesa do policiamento aéreo, ataque e reconhecimento do nosso território.

Eu também acompanhei uma manifestação de V. Exa. que aprova e concorda com relação à ida do Presidente Jair Bolsonaro à Rússia antes do início do conflito com a Ucrânia. Obviamente, essa é a função de um Chefe de Estado. O Brasil tem realmente essa relevância no campo da diplomacia. E temos certeza de que outras providências deverão ser tomadas, inclusive nessa sugestão do ex-Embaixador Rubens Barbosa, que tem uma visibilidade internacional muito forte, que já ocupou postos no exterior em funções importantes e que, logicamente, neste momento de crise internacional, tem um faro para propor, na verdade, essa participação mais efetiva do Brasil nas negociações desse conflito que está se estendendo para o mundo. E aí vem a repercussão: nós estamos vivendo uma crise energética sem precedentes na história da humanidade – sem precedentes na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história da humanidade –, inclusive levantando e criando espaço de poder para países que até então não tinham uma visibilidade ou uma credibilidade forte internacional, como é o caso da Venezuela.

Eu tive a oportunidade de passar agora dez dias na Venezuela. Estive com todas as autoridades do país que você pode imaginar – todas as autoridades do país. Fomos recebidos pela Assembleia Nacional da Venezuela, ovacionando a nossa presença lá pela importância que eles dão ao Brasil. Eles dizem que o Brasil é o pai da América Latina, com essas palavras. O Presidente Jorge Rodríguez preside a Assembleia Nacional, que possui 277 Deputados, sendo composta por vinte partidos: nove partidos da oposição e onze partidos da base do Governo, do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela). E nós ali verificamos, Presidente, que, neste cenário que o mundo vive de conflitos, em que há essa demanda reprimida por combustíveis fósseis, que é fundamental para o desenvolvimento da humanidade, a Venezuela hoje... Não temos relações diplomáticas com a Venezuela por decisões de Governo. Nós entendemos que, na minha compreensão, foi um grande erro, porque nós somos vizinhos da Venezuela, nós temos mil quilômetros de fronteiras e dormimos todos os dias com os nossos irmãos venezuelanos. Nós temos relações com o Irã. Nós temos embaixada no Irã, temos embaixada na China, temos embaixada na Rússia, temos embaixada em vários países de regimes que não são regimes com os quais nós concordamos. No entanto, essa é a função da diplomacia. É uma ponte entre os países para que possam, na verdade, fortalecer essas relações, levar inclusive as teses e defender os interesses nacionais naqueles países também, com reciprocidade, obviamente.

E aí nós vimos um país que, até bem pouco tempo, estava mergulhado numa situação econômica dificílima e que, neste momento, pelo sim, pelo não, pela crise em que vive o mundo com a "escassez" – entre aspas – de petróleo, se dá ao luxo de ter uma reserva de 303 bilhões de barris de petróleo, sendo, portanto, a maior reserva de petróleo do planeta, seguido da Arábia, do Iraque... Os Estados Unidos são a sexta maior reserva de petróleo do planeta, têm apenas 65 bilhões de barris de petróleo. Nós, com pré-sal e tudo, temos menos de 20 bilhões de barris de petróleo, já identificados. Portanto, esse país tem que ser visto com outros olhos pelo Brasil. Nós ouvimos de todas as autoridades venezuelanas o carinho que eles têm pelo Brasil, a confiança que eles têm no Brasil. É como se a economia da América Latina caminhasse para onde caminha a economia do Brasil. Verificamos, inclusive, do seu Presidente, nas suas palavras de irrestrito apoio ao Brasil. Como disse ele, é página virada; os problemas que aconteceram, para ele, são páginas viradas.

Acho que este momento é importantíssimo. Nós temos como fazer com que a Petrobras possa negociar com a PDVSA, que tem uma capacidade instalada de quase 3 milhões de barris de petróleo/dia. No entanto, em função da crise e dos embargos, eles já estão produzindo, atingindo 1 milhão de barris de petróleo/dia, estabelecendo um acordo, inclusive, para, até o final de 2022, ultrapassarem 2 milhões de barris de petróleo. Na verdade, isso agiganta essa oferta. Obviamente, já estão comercializando com a Itália, com a Espanha... A Chevron americana já teve reuniões com a alta cúpula do Governo venezuelano, exatamente porque é um produto que, na verdade, move a economia do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. falou aqui, Senador... E V. Exa. é um Senador de elite, um Senador que induz, muitas vezes, nos seus conceitos, nos seus juízos de valor, pelo seu preparo, pela sua formação, conceitos que nós na verdade seguimos, tendo muitas vezes como uma baliza em várias situações. Tenho certeza de que essas observações que nós tivemos oportunidade de fazer nos últimos dez dias são absolutamente fundamentais para ampliar essas relações.

Veja que coisa interessante. Mesmo no período da pandemia, em absoluta e plena crise, o Brasil, que, até 2015, até 2016, tinha uma compensação em torno de US$5 bilhões em negócios com a Venezuela, o que caiu para US$200 milhões... Isso está voltando a subir agora, já está ultrapassando US$350 milhões. O meu estado, o Estado de Roraima, aufere desses valores mais de US$280 milhões em plena crise! E, hoje, inclusive, passam mensalmente na nossa fronteira quase 2,5 mil carretas carregadas de alimentos para a Venezuela: arroz, feijão, azeite, carne, todos os produtos de alimentação... Carne...

Santa Catarina hoje... As carretas de frango que entram na Venezuela, quase todas são de Santa Catarina, oriundas de Santa Catarina...

Então, uma expansão enorme, eles com um poder de compra gigantesco, hoje, gigantesco...

Praticamente a cidade se transformou... Dolarizou praticamente tudo na Venezuela. Hoje, em toda esquina que você vai, tem uma casa de câmbio.

Então, é uma coisa que mudou... Eu passei dez dias, Senador Espiridião Amin. Não vi um... Deixe eu repetir: não vi um policial nas ruas de Caracas. E estou falando: no centro e nos bairros de periferia que tive, obviamente, o cuidado de pedir para andar, levarem-me, enfim...

As pessoas, então, têm essa consciência. O civismo, o patriotismo, tudo isso mostra exatamente, na história da Venezuela, esses valores. E de outros países da América Latina, o nosso país também. No entanto, tem um espírito mais arraigado de patriotismo, de nacionalismo, que nós não podemos, obviamente, desconhecer.

Por isso que há mais de quatro meses eu venho aqui solicitando à Comissão de Relações Exteriores, em algumas reuniões que já tive com o nosso Chanceler, três reuniões que já tivemos com o nosso Chanceler Carlos França... Mostramos a importância de reabrir a embaixada do Brasil. Isso é uma decisão de governo, eu sei que é uma decisão de governo, mas, na nossa visão, nós somos vizinhos, nós precisamos diariamente da convivência com um país irmão, historicamente irmão.

Então, são números que assustam e mostram essa importância, inclusive com o gesto e a sinalização do próprio Governo da Venezuela de abrir novamente as relações com o Brasil. Nós percebemos, nas palavras claras como uma janela sem vidros, o interesse que eles têm, o sentimento que eles têm de angústia por conta dessa quebra dessas relações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho solicitado aqui na Comissão, tenho solicitado do Chanceler... Há uma tênue possibilidade de se abrir um consulado geral em Caracas. Nós tínhamos praticamente três consulados: a Embaixada em Caracas, o Consulado em Caracas, o Consulado em Porto Ordaz, um consulado na nossa fronteira, em Santa Elena de Uairén, fronteira *vis-à-vis* com o Brasil. E, obviamente, imaginem que são 25 mil brasileiros que ali estão, sem nenhuma assistência consular.

Então, estamos tratando de uma questão das emendas à LDO, no entanto, eu não poderia deixar de fazer esse registro aqui hoje, porque esta aqui é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Portanto, ela tem que reverberar esses conceitos, tem que mostrar a importância e dizer que nós, Senadores da República, nós, brasileiros, assim entendemos.

Portanto, espero que haja essa sinalização do Governo brasileiro, para que nós possamos, além do momento de crise que nós vivemos, internacional, de energia, e leia-se fundamentalmente combustíveis, em que nós podemos ser inclusive beneficiados... Houve uma frase que eu gostaria de me reservar o direito de não citar aqui, mas que foi dita, que, em termos de expressão dos acordos que se podem fazer com o Brasil, neste momento, que são coisas inimagináveis positivamente.

Então, Senador, eu quero agradecer o seu relatório, pronto, preciso, cuidadoso, sob a orientação da nossa querida Senadora Kátia Abreu, que preside esta Comissão com tanta competência, com tanta competência, com tanta responsabilidade e com tanta experiência também, diga-se de passagem. Isso aí é reconhecido por todos nós.

Então, eu quero deixar em discussão esse relatório apresentado por V. Exa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

As emendas aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrar a sessão, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior bem como da presente reunião.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e zero minutos do dia nove de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Carlos Portinho e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Mecias de Jesus, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Fernando Collor, e ainda do Senador não membro Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Eduardo Gomes, Giordano, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Alexandre Silveira, Jayme Campos, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 576/2021, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), REQ 11/2022 - CI, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 16/2022 - CI, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), e REQ 17/2022 - CI, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Instruir o PL 576/2021, que “disciplina a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético offshore”. **Participantes:** Marcello Nascimento Cabral da Costa, Secretário-Adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Jose Partida, Gerente de Desenvolvimento de Negócios da Ocean Winds; Gabriela Oliveira, Gerente de Desenvolvimento de Energias Renováveis da Shell Brasil; André Bello de Oliveira, Gerente de Tecnologias de Energia & Descarbonização da Petrobras; André Leite, Diretor de Éolicas Offshore da Equinor para o Brasil e América Latina; Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica; Carlos Dornellas, Diretor Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar; Antônio Marcos de Medeiros, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Senai de Inovação; Diogo Pignataro, Advogado; representante do Instituto Brasileiro de Transição Energética - INTÉ; Marcelo Lopes, Diretor de Offshore do Grupo Neoenergia; Fernanda Scoponi, Representante da Total Energies; Diogo Nóbrega, Presidente no Brasil da Copenhagen Offshore Partners - COP; Ricardo Simões, Representante da Servtec Energia; e Eduardo Wagner da Silva, Chefe da Divisão de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas (Denef), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante do Ministério do Meio Ambiente. Fizeram uso da palavra os Senadores Jean Paul Prates e Esperidião Amin. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 7, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca do reajuste tarifário anual, bem como sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição, praticados pela Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrente ano." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado ad referendum, e com audiência pública realizada em 27/04/2022, o requerimento é aprovado pela Comissão. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 11, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 576/2021, que “disciplina a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético offshore”" **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 12, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a utilização dos créditos tributários obtidos pelas distribuidoras para efeitos de redução da tarifa de energia elétrica." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 13, de 2022** que: "Requer a inclusão de representante do Ministério de Minas e Energia (MME) na lista de convidados da Audiência Pública, fruto do Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 12, de 2022." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 18, de 2022** que: "Requer inclusão de representante da Receita Federal na audiência pública proposta pelo REQ 12/2022 - CI." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 15, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o impacto do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2022 (Medida Provisória nº1089, de 2021) para o setor aéreo, consumidores e sociedade brasileira." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PL/MG). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado ad referendum, e com audiência pública realizada em 05/05/2022, o requerimento é aprovado pela Comissão. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 16, de 2022** que: "Requer a inclusão de novos convidados na audiência pública objeto do Req 11/2022-CI, que visa instruir o PL 576/2021." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 17, de 2022** que: "Requer a inclusão dos seguintes convidados na audiência pública que visa instruir o PL 576/2021." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Já aprovada, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Portinho
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/09

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Agradecemos ao Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Dário Berger, por esta oportunidade.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania – repito: senado.leg.br/ecidadania – ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Quero já agradecer as primeiras participações e comentários, especialmente a de Charles Pacheco, do meu Estado do Rio de Janeiro, que diz: "O Brasil tem potencial para se tornar um líder na produção de energia eólica, tanto no mar quanto em terra. Não podemos ficar para trás!".

É uma verdade absoluta! É o nosso potencial, sim, Charles.

Daniel Mello, do Rio de Janeiro, do meu estado: "Como profissional marítimo e trabalhador *offshore*, vejo com muita felicidade o avanço do Brasil nessa questão das *offshore wind farms*".

Tellys Dalamis, de São Paulo: "Concordo totalmente com o uso da energia marinha. É mais ecológico. É bom que seja discutida ou aprovada uma lei referente a ela".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também a Thiago Alcides, Pedro Luiz, Rogério Eich, Matheus Alcides – o primeiro é de São Paulo, assim como o segundo e o último, e o terceiro é de Rondônia –, que já encaminharam aqui as primeiras questões.

Para a gente ordenar a participação de todos, pela grande adesão dos atores convidados aqui presentes, que, certamente, serão aqueles que vão desenvolver esse importante setor, a ideia é que cada um tenha a palavra por cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. Se a apresentação couber nos cinco minutos – é o que peço, para que a gente possa ter uma reunião bem participativa, mas dentro do tempo máximo que a gente permite –, peço que se prendam a essa apresentação em cinco minutos. Senão, não há problema nenhum, não é, Senador Jean Paul?

Nós já estamos recebendo notas técnicas aos montes, o que é muito bom. Minha equipe está aqui presente, como também a do Jean Paul. Temos nos dedicado à leitura das notas técnicas, das observações e dos comentários. Então, peço que nos encaminhem tanto a apresentação que farão aqui, como as notas técnicas. Todo o material tem sido lido e discutido pelas nossas equipes.

A audiência pública é interativa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa para instruir o PL 576, de 2021, que "disciplina a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético *offshore*", em atendimento aos Requerimentos nºs 11, 16 e 17, da Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Carlos Portinho e do Senador Jean Paul Prates.

Contaremos com a presença, aqui, dos seguintes convidados: Marcello Nascimento Cabral da Costa, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – participação remota; José Partida, Gerente de Desenvolvimento de Negócios da Ocean Winds – participação remota; Gabriela Oliveira, Gerente de Desenvolvimento de Energias Renováveis da Shell Brasil – presencial; André Bello de Oliveira, Gerente de Tecnologias de Energia & Descarbonização da Petrobras – participação remota; André Leite, Diretor de Éolicas Offshore da Equinor para o Brasil e América Latina – participação remota; Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica); Carlos Dornellas, Diretor Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) – participação remota da Absolar e presencial da ABEEólica; Antônio Marcos de Medeiros, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Senai de Inovação, seja bem-vindo – participação presencial; Diogo Pignataro, advogado, representante do Instituto Brasileiro de Transição Energética (Inté) – participação presencial; Marcelo Lopes, Diretor de Offshore do Grupo Neoenergia – participação presencial; Fernanda Scoponi, representante da TotalEnergies – participação remota; Diogo Nóbrega, Presidente no Brasil da Copenhagen Offshore Partners (COP) – participação presencial; Ricardo Simões, representante da Servtec Energia – participação presencial; Eduardo Wagner da Silva, Chefe da Divisão de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas (Denef), do Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante do Ministério do Meio Ambiente.

A presente audiência pública interativa será realizada em formato semipresencial, com a possibilidade de participação por meio do aplicativo Zoom aos convidados.

Ao final das exposições dos nossos convidados, que terão duração de até cinco minutos, com tolerância de mais cinco minutos, será concedida a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores, seguindo a lista de inscrições e alternando participações presenciais e remotas.

Então, todos os questionamentos, assim como a participação dos Senadores se dará ao final da participação dos nossos convidados, e todas as perguntas serão feitas e respondidas nesta mesma sessão.

Com a palavra agora o Sr. Marcello Nascimento Cabral da Costa.

Antes, eu vou pedir a palavra do nosso Senador Jean Paul Prates, introduzindo a nossa audiência – Marcello, um instantinho só –, porque é muito importante a gente ouvir o autor do projeto. O Senador Jean Paul Prates é alguém que conhece, como poucos, o setor de produção de energia neste país.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Carlos Portinho. Obrigado também ao Presidente Dário Berger pelo espaço e pela oportunidade que nos dá de discutir aqui, na Comissão de Infraestrutura desta Casa, esse assunto, que é novo, mas é um horizonte impressionantemente importante para o Brasil.

Queria rapidamente dizer a todos que nos ouvem hoje pela TV Senado, pela Rádio Senado, aqui, presencialmente, que esse é um projeto de lei daqueles que nós chamamos, meu querido Relator Carlos Portinho, de estruturante. É um projeto daqueles que pairam acima ou *a latere* de qualquer preferência política, ideológica, ocasional, circunstancial, contextual, e sim visa a prover o país de uma base legal, de uma estrutura legal mínima, conforme uma atividade econômica regulada – como deve ser aqui a exploração do mar territorial, da zona econômica exclusiva, das águas interiores, lagoas, espelhos d'água de hidrelétricas – requer. Não há como fazer isso de outra forma senão com base legal.

E nós, na forma de colaborar com isso, para evitar o debate de detalhes que deveriam e deverão estar na seara regulatória, concebemos aqui uma lei principiológica, uma lei que estabelece diretrizes para que isso aconteça, mas dando poderes ao órgão regulador e aos agentes que fazem a política setorial para elegerem suas prioridades, aí sim, conforme o contexto e, por que não dizer também, aí sim, conforme as diretrizes políticas de um plano de governo eleito, enfim, sufragado e aprovado pelo voto popular e que dá, assim, o direito a cada governo de direcionar as suas políticas, inclusive as políticas setoriais, mas, especialmente em relação à seara regulatória, também toda possibilidade e todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestígio e a força que as nossas agências reguladoras com certeza já merecem, pela sua maturidade, e é uma coisa que eu sempre tenho defendido aqui.

Esta lei é justamente para dar a titularidade para podermos utilizar esses bens públicos para a geração de energia, e aí, como o Portinho disse, qualquer fonte e qualquer tecnologia, até as que ainda não foram inventadas ou que não são ainda viáveis. Todas já estão cobertas, porque nós não estamos aqui discutindo como se vai gerar nem como se vai comprar energia; estamos discutindo como se vai usar o mar territorial e os demais corpos de água para geração de energia. Pronto. É isso. Só isso.

Temos também, em paralelo a esse processo, e propositalmente um processo em separado, um PL importante, que é o PL do hidrogênio. Nós começamos a discutir esse assunto e colocamos também um projeto principiológico, que começa a dirigir alguns objetivos para a geração, a fabricação de hidrogênio como forma de armazenamento de energia, possíveis exportações, etc. Vamos incluir nesse debate também a questão da amônia, da amônia verde, e por aí vai. E vamos falar certamente e longamente sobre esse assunto também.

Esses assuntos se conectam com a energia eólica *offshore*, mas como o projeto de lei de que estamos falando aqui hoje não é só sobre eólica *offshore*, é sobre energia em geral e sobre a titularidade das águas para uso em geral para a geração de energia, nós achamos por bem separar o hidrogênio dessa discussão, porque aí fica cada coisa no seu lugar e a gente pode trabalhar separadamente essas discussões, embora elas estejam conectadas ali por cima, na área da geração.

Por fim, quero dizer, como eu sempre afirmo – eu não tenho medo de afirmar isso –, que o Brasil, especificamente, para começar o processo da nossa margem equatorial, o litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará e, posteriormente, todas as outras que têm calado um pouco mais profundo, que já têm operações de petróleo, certamente serão, meus queridos amigos, convidados – a quem agradeço por nos ajudar a fazer esse trabalho –, o ambiente de investimento mais competitivo e mais atrativo do mundo em menos de dez anos para o *offshore* – aí, sim, o *offshore* eólico. Tenho certeza disso, como também tive certeza e muitos de vocês também tiveram, há vinte anos, vinte e cinco anos, de que nós seríamos o melhor ambiente para investimento em *onshore* eólico, como o Brasil já é. E o Rio Grande do Norte, meu estado, e o meu estado gêmeo, o Ceará, também provam isso, bem como os demais que seguiram, a Bahia, o Rio Grande do Sul, o Piauí... E o Rio de Janeiro certamente fará parte desse grupo também junto às operações marítimas.

Por isso, nós queremos de fato trabalhar para aprovar esse projeto o quanto antes. Nosso cronograma vai aí, ao longo desse mês de maio, terminar o trabalho no Senado, o mais detalhado possível, o mais aberto, democrático e discutido possível, para que a Câmara possa juntar alguns projetos que já estão por lá, fazendo o trabalho de aprovação e devolução para nós, para que nós tenhamos isso aprovado aí no início do segundo semestre, no mais tardar, para que nós possamos finalmente começar a jogar o jogo desse horizonte de investimentos importantes, que vai certamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformar o panorama de investimentos e o panorama social e político de muitas regiões do Brasil, como foi também com a indústria e com a energia eólica.

Obrigado, pessoal. Obrigado, Senador Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Certamente, para o meu Estado do Rio de Janeiro, é essencial esse projeto, para as regiões norte e noroeste especificamente do Estado do Rio, Porto do Açu, que é dos mais estratégicos para o desenvolvimento econômico fluminense.

Quero também apenas, antes de passar ao Marcelo, fazer o registro também ao autor do projeto de que eu e minha equipe estamos nos debruçando não só sobre o PL 576, mas também sobre o decreto que está em vigor e que, digamos assim, é um *warm up*, um aquecimento do mercado; mas a gente precisa de uma lei. A lei dá segurança jurídica. E conjugar o decreto com a lei, sem se esquecer também da grande contribuição do Senador Fernando Collor de Mello, nosso ex-Presidente da República e Senador, no seu projeto que hoje está na Câmara dos Deputados sob relatoria do Deputado Danilo Forte, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão. Zé Vitor. Desculpa, Deputado Zé Vitor. Perdão. Pelo Deputado Zé Vitor, de Minas Gerais.

Então, esses três instrumentos, digamos assim, a gente precisa harmonizar e atualizar para o que é a realidade hoje desse mercado e do potencial que o Brasil possui.

Então, para a gente dar o pontapé inicial, vou passar aqui ao Marcello Nascimento Cabral da Costa, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para sua participação remota e do interesse de todos.

Muito obrigado.

O SR. MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Senador Carlos Portinho. Bom dia, Senador Jean Paul.

Queria agradecer o convite para participar desse debate tão importante. Queria também dar bom dia a todos os participantes.

Eu queria iniciar comentando que, quando aqui o ministério começou a desenhar a regulação para *offshore*, a primeira pergunta que nós nos fizemos aqui foi: precisamos de lei? E aí estudamos primeiro o projeto de lei do Senador Collor, depois o do Senador Jean Paul, depois o do Deputado Danilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Forte. Conversamos com diversas instituições, tivemos um trabalho riquíssimo, muito bem feito pelo BEP, que é um programa do Reino Unido de energia. E, depois de diversas reuniões, nós entendemos que, na verdade, a lei não seria necessária para começar, para dar o passo inicial; o que seria necessário seria apenas organizar os diversos normativos e criar uma trilha para que o investidor, o interessado pudesse começar a desenvolver os seus projetos de uma maneira muito mais organizada, criando uma espécie de guia do investidor. E foi isso que a gente fez. Foi publicado, em janeiro, 25 de janeiro, o Decreto 10.946, de 25 de janeiro de 2022. Esse decreto é o início, claro, não é o final. O próprio decreto entra em vigor apenas no dia 15 de junho exatamente e depois ainda tem prazo para regulamentações, para deixar ainda mais detalhado, em resoluções da agência reguladora, em portarias do ministério, quais são alguns requisitos importantes para os interessados em explorar a atividade, em estudar, inclusive, o potencial *offshore* no Brasil. E o decreto também não se limita a nenhuma fonte; o decreto também é amplo a quaisquer fontes.

Então, logo depois que o decreto foi publicado, o mercado respondeu de uma maneira muito rápida e muito positiva, o que resultou em um aumento de 40GW, é o que estava no Ibama, iniciando um processo de licenciamento; saiu de 40GW para mais de 130GW hoje. Isso demonstra, sem dúvida nenhuma, a importância do tema, o interesse que o mercado tem e a receptividade, inclusive, que o mercado teve com o decreto, que é apenas um passo inicial.

Durante o período de elaboração do decreto – e isso continua agora na fase de regulamentação –, foram realizadas diversas reuniões com diversos agentes setoriais, empresas nacionais, internacionais, visitas ao exterior, a países que já têm essa fonte consolidada. E, entre os diversos órgãos envolvidos, as reuniões foram com Aneel, EPE, Ibama, Ministério da Economia, através da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Ministério do Meio Ambiente, Mapa, Ministério de Infraestrutura, Marinha e outras associações e diversos interessados, ou seja, um diálogo amplo e aberto, franco, para que o decreto pudesse traduzir a política do ministério, alinhada com a necessidade do mercado.

Essas são as minhas palavras iniciais.

Eu gostaria só de parabenizar os Senadores Jean Paul e Carlos Portinho por trazerem este tema tão importante ao conhecimento da população em geral para que ele possa ser debatido de maneira franca e aberta.

Bom dia a todos.

Ótima audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Marcello. E mande, por favor, nossas homenagens ao nosso Ministro Bento por tudo que tem feito de importante, como é também este decreto, agora harmonizado com a lei, como nós faremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que o Senador Jean Paul... Nós somos grandes defensores da democracia participativa, e hoje aqui a gente tem democracia participativa na veia. E é isso que vai trazer o sucesso para este projeto, sem dúvida alguma.

Eu vou pedir a participação agora do nosso representante do Ibama, o Sr. Eduardo Wagner da Silva, Chefe da Divisão de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas (Denef), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), representante do Ministério do Meio Ambiente. Ele está presente aqui, embora tenha dito participação remota. Está aqui o nosso colega, com todas as honras, à mesa. Sr. Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO WAGNER DA SILVA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador Carlos Portinho, Senador Jean Paul. Bom dia também a todos os demais colegas aqui presentes – muitos conhecidos aqui hoje. E bom dia a todos aqueles que estão nos assistindo pela internet.

Eu gostaria de dar um *overview* do que o Ibama vem fazendo relativamente a esta agenda, que a gente costuma chamar de agenda das eólicas *offshore*, que hoje se tornou da energia *offshore*. Acho que pegamos um caminho como a própria Aneel, que fez um decreto no sentido de não ser apenas eólica, assim como os projetos de lei. E, dentro do Ibama, aquilo que começou como eólica *offshore* também se se transformou em energia.

Lá em 2016, 2017, o Ibama começou a ter os seus primeiros processos abertos de eólicas *offshore* para uma tipologia de geração de energia que é licenciável e que não tinha nenhuma no Brasil, de que também a gente não tinha *expertise*, conhecimento técnico para poder ter essa elaboração. Obviamente, a gente tem *expertise* no licenciamento de óleo e gás e de portos, que têm uma relação com a questão das eólicas *offshore*, mas não especificamente da maneira que você precisa ter para fazer um correto licenciamento ambiental desses projetos tão grandes e importantes para a disponibilidade energética no Brasil. E hoje também há a questão do hidrogênio verde associado a eles, o que é muito importante. Então, lá em 2017, nós identificamos isso e identificamos a necessidade que a gente tinha de desenvolver tecnicamente o nosso corpo para poder realizar de uma maneira adequada esse licenciamento ambiental e, da mesma maneira, estabelecer as regras de como deveria ser feito um estudo de impacto ambiental para ser apresentado dentro do Ibama. Com isso, nós desenvolvemos um projeto, aplicamos esse projeto para o que é chamado de Diálogos Setoriais da União Europeia, que é uma parceria de meio ambiente e energia que eles têm para desenvolver projetos aqui, no Brasil. Isso foi aprovado. Com isso, a gente conseguiu alguns recursos com que a gente poderia contratar um técnico para levantar a legislação europeia, porque nada melhor do que beber de onde já se tem, do que se tem feito, e adaptar ao Brasil.

Também a gente realizou, em 2019, um *workshop* internacional com técnicos do Reino Unido, da Bélgica, de Portugal, da Alemanha e da Noruega, e mais técnicos da Aneel, do Ministério das Minas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia, do Ibama e da academia brasileira, e também foi aberta à participação tanto da ABEEólica como de vários outros empreendedores. Com essas discussões no *workshop*, nós conseguimos delinear um termo de referência, o qual foi posto em consulta pública durante dois meses, ainda no início de 2020. Essa consulta pública resultou em 136 contribuições ao Ibama, e, a partir daí, nós retificamos o nosso termo de referência e o colocamos em publicação no final de 2020, início de 2021.

E o que isso demonstrou para a gente? Até então, até a gente estabelecer um termo de referência, que foi amplamente discutido – não foi feito algo de maneira vertical, e, sim, horizontal, em que houve a participação de todos, muita participação da sociedade e dos interessados –, nós vimos aumentar o número de processos abertos no Ibama: de 7 para, em poucos meses, 24 projetos. Assim, houve um crescimento exponencial no número desses projetos abertos. Por quê? Porque a gente entendeu que a gente deu segurança de quais eram as regras ambientais a serem seguidas ali dentro. Então, eu vejo, como técnico do Ibama há 19 anos – a serem completados na próxima semana –, que foi a primeira vez em que a gente teve a oportunidade de criar algo do zero para poder fazer o licenciamento ambiental de empreendimentos aqui, de uma maneira que foi bastante pensada, pegando todos os aspectos principais que são praticados no mundo, o que há de mais moderno lá dentro, e trazendo isso para aplicar aqui no Brasil.

Então, nós definimos essas regras, que foram colocadas. E hoje, como o Marcelo Cabral disse, a gente tem um pouco mais de 130 gigas de energia proposta nos 154 processos que estão abertos no Ibama. Isso foi atualizado duas semanas atrás, esse número de empreendimentos. Então, se você pegar toda a matriz energética brasileira hoje, que tem cerca de 180 gigas instalados, 133 gigas de energia proposta é um número enorme, bastante substancial.

Mas o Ibama entende que o regramento ambiental que a gente tem hoje está preparado para absorver tudo que é necessário ser feito para o licenciamento ambiental dessa tipologia. E tanto a legislação vinda do Ministério do Meio Ambiente através do decreto como o projeto de lei só vêm a somar e trazer mais segurança não só para o Ibama, para o ambiente institucional mesmo que está envolvido nessas análises, como também para todos aqueles, os desenvolvedores desses projetos, que estão propostos hoje dentro do Ibama.

Lembro que não cabe apenas o licenciamento ambiental por parte do Ibama: tem todo um outro rito a ser seguido em outras esferas, como o próprio Ministério de Minas e Energia e a Aneel. Mas entendemos que o Ibama fez a lição de casa de uma maneira bastante participativa, abrindo à contribuição de todos para estabelecer as regras internas nossas de como é que deve ser feito.

Essa legislação que está sendo proposta vem para dar mais segurança também para a análise técnica de todos os analistas ambientais do Ibama que desenvolvem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, pensando nos próximos passos, como se falou aqui do hidrogênio verde, nós também já estamos preparando para, de uma certa maneira, delinear algo da mesma maneira que foi feito para eólicas e *offshore* com o hidrogênio verde, desde que ele seja associado à produção de energia *offshore*.

Obrigado pelo convite para estar aqui hoje e expor o trabalho do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Eduardo. Eu, como ex-Secretário de Estado de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, fico muito satisfeito em ver que o órgão federal, o Ibama, se antecipou a isso, que é uma realidade e que será o nosso futuro, não só na questão da geração de energia *offshore*, mas já também se antecipando à questão da geração de hidrogênio verde. O nosso representante do Ibama vai ficar também aqui à disposição para qualquer outra questão que venha a surgir ao final das exposições.

Eu vou sugerir aqui mais uma inversão. Na medida em que ouvimos dois homens e tem aqui a Gabriela, representante da Shell, o Sr. José Partida espera só um instantinho para sua participação remota, e a Gabriela Oliveira, Gerente de Desenvolvimento de Energias Renováveis da Shell Brasil, com a palavra agora.

A SRA. GABRIELA OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador Portinho, Jean Paul Prates, Eduardo. Muito bom estar aqui com vocês e contribuir para esse debate bastante importante. Acho que os senhores têm feito um grande trabalho com a inclusão, e não só aqui, mas durante todo esse processo do projeto de lei. Então, a Shell está muito contente em poder continuar contribuindo com esse debate tão importante.

Eu acho que, antes de entrar na minha fala, gostaria até de complementar essa ideia que os três aqui apresentaram de esse projeto de lei ser para a geração de energia *offshore*. Eu gostaria de complementar com a ideia não só da parte de geração de energia *offshore*, mas com o que a gente vai fazer com o uso dessa energia. Então, vai ter uma diversificação também do uso dessa fonte para além da eletricidade, pensando no hidrogênio verde ou renovável e na amônia renovável também. De certa forma, é a gente enxergar esse potencial eólico *offshore* no Brasil como uma descoberta de um novo pré-sal renovável.

Falando em pré-sal, a Shell está no Brasil há mais de 109 anos, sendo hoje uma das maiores produtoras de petróleo e gás do Brasil, estando lá na exploração do pré-sal desde o início. A partir de 2017, a empresa entrou fortemente no segmento de eletricidade, com a abertura de uma comercializadora, e, a partir de 2019, estabelecemos também o interesse em desenvolver projetos de geração renovável *onshore* no Brasil, um segmento que eu venho liderando desde então e em que o Brasil hoje se encontra entre os quatro países prioritários para esse tipo de investimento para a Shell, o segmento *onshore*. E espero que, com a consolidação aqui do nosso marco regulatório, em breve, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor *offshore*, o Brasil se encontre como um dos países prioritários para a empresa no investimento *offshore*.

Onde é que a Shell está hoje no âmbito das renováveis? *On* e *offshore*. Hoje a gente conseguiu desenvolver um portfólio de energia solar *onshore* de quase 5GW, um portfólio desenvolvido dentro e passando por todo o rito do Ibama, enfim, com o nosso primeiro projeto visando à entrada em operação em 2025. Nesse momento também, já estamos começando a desenvolver potenciais áreas *offshore* para exploração dos projetos de óleo *offshore* e conseguimos entrar com o primeiro passo do licenciamento com o Ibama com seis projetos em três diferentes áreas – Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil –, totalizando um potencial de quase 17GW a serem potencialmente desenvolvidos pela empresa.

E quais são as credenciais da Shell hoje perante essa nova fase de desenvolvimento renovável no Brasil? Não só com a nossa experiência já consolidada aqui no Brasil em exploração *offshore* de petróleo e gás, mas está trazendo também quase 50 anos de experiência em engenharia *offshore* pelo mundo, 20 anos de experiência em desenvolvimento de projetos eólicos fora do Brasil e já hoje com a capacidade instalada de 840 mega de projetos *offshore*, que representam 14% da capacidade instalada *offshore* mundialmente, que hoje ainda está incipiente.

Eu acho que a mensagem que a gente gostaria de deixar é exatamente esta: de que o potencial eólico *offshore* deve ser visto como uma nova fonte de energia para o Brasil explorar como uma fonte de energia limpa, que possibilita diversos usos finais de energia, não somente a energia elétrica, mas também o hidrogênio e a amônia renovável.

Aqui neste debate, a gente gostaria de deixar, participar e continuar participando com sete pontos principais que têm sido abordados no decreto e também agora no projeto de lei. Acho que o primeiro deles, que é bastante importante a gente ressaltar, seria a divisão entre autorização para geração de energia e a cessão do uso da área. O segundo ponto seria a garantia do processo competitivo para a cessão do uso da área – isso é bastante importante. O terceiro ponto bem importante, que eu acho que a gente debateu bastante nessa visita que os Senadores fizeram ao Congresso nos Estados Unidos, é a qualificação dos desenvolvedores. Perante essa qualificação, a gente acredita que é importante setar metas para o desenvolvimento do projeto, e não somente metas de produção para evitar o problema que a gente está vendo hoje com os projetos *onshore*, em que os desenvolvedores setam metas, mas ficam anos e anos parados, sem seguir com o desenvolvimento. Acho que o planejamento para a viabilização da conexão com o sistema interligado ou conexão por algum outro *hub*, que chamamos aqui de bacia integrada de energia renovável, é bastante importante, e esse planejamento está acontecendo simultaneamente. Um ponto que é essencial também, no nosso ponto de vista, é possibilitar a coexistência com outras atividades. Os prismas não precisam ser dedicados à fonte de geração, possibilitando navegação, pesca, enfim outras atividades econômicas para o setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último ponto aqui, para fechar, é somente a calibração na participação proporcional para fomentar a indústria, usando *benchmarks* internacionais para que essa participação proporcional não seja proibitiva, porque o Brasil hoje está competindo com outros países para a atração desses investimentos. Então, a ideia aqui é tornar o Brasil um dos principais polos de atração de investimento internacional para desenvolvimento desse novo segmento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Gabriela.

Um muito obrigado à Shell por mais de um século de participação e investimentos no nosso país.

Tenho certeza de que um novo horizonte também se abre com a geração de energia *offshore* não só para a Shell, mas para todos os nossos convidados aqui presentes.

Com a palavra agora o Sr. Jose Partida, Gerente de Desenvolvimento de Negócios da Ocean Winds. Ele está por participação remota.

O SR. JOSE PARTIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade de poder participar desta audiência pública. Acho que é um rito muito importante para a eólica *offshore* no Brasil.

Eu gostaria de fazer uma pequena introdução do que é a Ocean Winds, porque acho que alguns de vocês não conhecem. A Ocean Winds é uma empresa que foi criada em 2020 pela Engie e a EDP Renováveis, para investir no desenvolvimento, construção e operação de eólica marinha no mundo. Então, a empresa é 50% da Engie e 50% da EDP Renováveis e já conta com 1,5 mil megawatts em operação no Reino Unido, Bélgica e Portugal. Além disso, tem 8GB em desenvolvimento avançado como mínimo com cessão de uso da área nos Estados Unidos, Reino Unido também, França, Polônia e Coreia do Sul. Só para marcar que a Engie é uma empresa francesa e tem mais de 25 anos de presença no Brasil, é a maior produtora privada de energia do Brasil, com 6%, é a proprietária também da maior rede de transmissão de gás natural, além de ter 2,5 mil quilômetros de linha de transmissão elétrica. E a EDP Renováveis, junto com a EDP Energias do Brasil, tem mais de 25 anos também de operação no Brasil, é a quarta maior produtora de eólica *onshore* no mundo e possui ativos de transmissão e geração no Brasil.

Então, a Ocean Winds começou faz mais de dois anos a desenvolver projetos de eólica *offshore* no Brasil, com mais de 15GB em cinco áreas. Esse desenvolvimento se centrou e se focalizou em um desenvolvimento meio ambiental e da engenharia, mas, como esses projetos *offshore* precisam de um investimento muito grande para fazer todos os estudos antes de começar a construção, a Ocean Winds entende que é necessária uma segurança jurídica mais forte, por meio de um decreto e de uma lei também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de falar dos pontos que a Ocean Winds entende que são necessários que a lei tenha, eu gostaria de fazer simplesmente uma análise genérica do que traria a eólica *offshore* para o Brasil. O Brasil tem uns dos recursos eólicos *onshore* maiores do mundo, às vezes esse recurso *onshore* não está perto das áreas do consumo. Então, a eólica marinha estaria perto dessas áreas de grande consumo, como pode ser o Rio de Janeiro, São Paulo ou Rio Grande do Sul. Além disso, a eólica marinha não só traz uma energia limpa, mas também traz um investimento industrial nos portos e na cadeia de suprimento, como fundações, cabos ou aerogeradores.

Então, os três principais pontos que a Ocean Winds acha que tem que ser incluídos no projeto de lei, para não penalizar também a competitividade das eólicas *offshore* no Brasil e para que os consumidores não paguem o custo de energia alto devido a que os custos de concessão do uso de área sejam altos também, os pontos que têm que ser feitos, os três principais pontos que têm de ser levados em conta são os seguintes. O primeiro é que alguns desenvolvedores já têm muito trabalho feito nos projetos, já faz mais de dois anos desenvolvendo de um ponto de vista de engenharia ambiental os projetos, e esse investimento tem que ser tido em conta, tem que ser levado em conta esse desenvolvimento já feito para que os investidores tenham essa segurança, além de aproveitar esse trabalho já feito pelos próprios desenvolvedores em incluir essas áreas num potencial leilão de cessão de uso de área.

O segundo ponto, que é um dos mais importantes, é que o critério de julgamento desse leilão de cessão de uso de área não seja só com preço, com maior retorno econômico, senão também que, além disto, seja tida em conta uma proposta qualitativa que traga o maior retorno econômico para a região em termos de investimento em cadeia de suprimento, em trabalhos, empregos e demais. Então, para evitar que seja penalizada a competitividade eólica *offshore* e que os consumidores paguem um alto preço de energia, entende-se que pode ser proposto um preço-teto para limitar esse valor máximo para poder fazer essa proposta, como é feito, por exemplo, na Escócia, no Reino Unido.

E o terceiro ponto é que, mesmo para não penalizar a competitividade eólica *offshore* num primeiro momento, achamos que o valor a ser pago durante a outorga de 5% é alto e deveria ser limitado, nos primeiros anos, a um valor entre 1% e 1,5%, o que está alinhado com o valor que é pago em eólica *onshore* aos proprietários dos terrenos.

Então, essa é toda a contribuição da Ocean Winds.

De novo, muito obrigado por ter a oportunidade de poder participar desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado à Ocean Winds e ao Sr. José Partida pelas suas contribuições, assim como faz a Shell.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como Relator, tenho me debruçado na busca do melhor texto, não é, Jean Paul? E tenho feito isso em parceria com o autor do projeto, como deve ser, até pela sua *expertise* também, Jean Paul, que eu reconheço.

Vou seguir alternando entre homens e mulheres e quebrar aqui a ordem do protocolo original. Vou dar a palavra agora à Sra. Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Obrigada. Bom dia a todos e a todas, Senador Carlos Portinho, muito obrigada, prazer em revê-lo, Senador Jean Paul, meu amigo, amigo das eólicas de longa data até. E cumprimento o Eduardo Wagner.

Eduardo, quando você estava falando, apresentando o histórico do Ibama, e na fala do Senador ele falou da importância de sermos proativos, não é? E sempre que eu tenho a oportunidade eu falo que o Ibama foi extremamente proativo em organizar o termo de referência e organizar as várias discussões que vocês fizeram desde 2017. Nós começamos a falar de *offshore* em 2016 num painel do Brasil Empower, e você já estavam lá com a gente discutindo. Parabéns pelo trabalho!

O fato de vocês terem se adiantado bastante na discussão do licenciamento é que nos trouxe até aqui com essa dinâmica tão grande. Nós estamos hoje com mais de 130GW de projetos em licenciamento. Então, assim, já temos o suficiente para começar. E a gente tem feito um trabalho, a EPE fez um trabalho importante, que é o Roadmap, e na própria associação nós temos um grupo de trabalho que discute o tema já desde 2018, 2019.

Mais recentemente eu me envolvi no trabalho mencionado pelo Marcello Cabral, que é o trabalho do BEP, que é do Brasil... programa de energia para o Brasil feito pelo Governo do Reino Unido. Então, eu participei do programa, e ali nós desenvolvemos uma série de estudos muito bem fundamentados, tanto em termos de cadeia produtiva, cadeia de valor, também de impacto ambiental e, principalmente, da questão da legislação. Então, esse trabalho foi muito importante, ele serviu de base para as discussões no Ministério de Minas e Energia. E, quando o Senador Jean Paul nos procurou para falar que ele estava trabalhando também no PL, isso foi fundamental para que nós pudéssemos iniciar essa discussão.

O Senador Jean Paul fez uma questão muito importante que é você criar a estrutura. É um projeto de lei estrutural em que você não envolve só eólicas *offshore*, mas você envolve coisas que nós nem sabemos que teremos. São as novas tecnologias, Senador, em que a gente realmente tem percebido uma verdadeira revolução, tendo em vista a transição energética. E é por essa razão que a ABEEólica, já tem uns dois ou três anos, a gente tem trabalhado com novas tecnologias, e o hidrogênio está lá conosco também, os projetos híbridos, armazenamentos... E projetos hídricos, geralmente eólica e solar, não é? No início, com eólica e solar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante a gente ter um projeto estrutural, pensando no futuro, um futuro que a gente sabe que vai caminhar numa velocidade muito rápida, numa direção de economia de baixo carbono, portanto de fontes renováveis, mas muita coisa a gente não sabe o que é; e temos que estar preparados para isso.

Então, parabéns pela iniciativa. Nós estamos trabalhando na associação. Temos um GT que se reúne pelo menos uma vez por mês. Nesse GT a gente tem mais de cem participantes. E as nossas empresas associadas, muitas delas aqui presentes, o caso da Shell, da Ocean Winds, da COP, da Total Energies e muitas outras... A associação tem recebido em média dois a três novos investidores por semana para discutir, para entrar na associação. Então, realmente o setor está muitíssimo dinâmico.

E a Gabi falou uma coisa interessante, de você pensar não só na questão da energia elétrica, mas pensar em energia como um todo. E eu diria, Gabriela, de a gente pensar num conceito de indústria. Nós estamos trazendo uma indústria nova para o Brasil, e uma indústria que tem uma capacidade de desenvolver toda uma cadeia produtiva, de desenvolver também pesquisa, desenvolvimento e inovação.

E aí, Senadores, uma das nossas contribuições... E nós já fizemos várias ao projeto, mas, recentemente, fizemos novas discussões e nós gostaríamos de trazer a importância, o destaque de se colocar P&D e inovação. Nós lançamos uma frente de trabalho, recentemente, na ABEEólica, e o Tato aqui é um dos nossos parceiros. Eu sempre chamo o Antônio de Tato, não tem jeito. (*Risos*.)

Dr. Tato!

E é muito importante a gente ter no projeto um destaque maior para isso e também um destaque voltado para diversidade e inclusão no setor de energia. Então, nós estamos trabalhando. Esta semana, já estamos com documento para fazer a contribuição ao decreto, mas nos próximos dias nós vamos também trazer uma contribuição ao PL, com essas inovações. A gente está sempre inovando.

Então, conte conosco, conte com a associação. Hoje nós temos 110 associados, representamos toda a cadeia produtiva, não só o investidor, só o gerador, mas toda a cadeia, desde o fabricante de equipamentos... A Siemens Gamesa e a Vessel já são fabricantes de *offshore*, a GE também. Teremos até uma reunião na próxima semana. E é muito importante que a gente pense no desenvolvimento da cadeia produtiva. E conciliar todas essas fontes.

Hoje estamos vivendo um momento em que nós temos a impressão de que não tem demanda por energia, para tudo que temos. É verdade. Tivemos uma grande corrida de projetos de renováveis. Mas num horizonte de oito, dez anos, isso será resolvido pela demanda do hidrogênio verde. Então, nós temos que nos preparar para o final desta década e para as próximas décadas, porque, como disse um dos comentaristas que estão nos assistindo, o Brasil é um país que tem uma grande potência para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liderar essa transição energética e tem que olhar para essa transição na lógica de negócios, na lógica de crescimento e desenvolvimento econômico, e nós estamos todos aqui para fazer isso.

Muito obrigada e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agradeço à Elbia e à ABEEólica por toda sua participação, suas contribuições, e digo que já havíamos – não é, Senador Jean Paul? –, discutido, inclusive um pouco antes até da nossa viagem aos Estados Unidos, sobre que realmente o investimento em pesquisa e desenvolvimento é base para nosso desenvolvimento ainda maior no futuro, esse investimento. E isso é um dos pontos. Tenho o maior apreço em receber suas contribuições porque, já antecipo, estão absolutamente alinhadas aos ajustes finos que eu e o Senador Jean Paul estamos conduzindo neste projeto.

Dando sequência, agora sim, com a palavra o Sr. André Bello de Oliveira, Gerente de Tecnologias de Energia & Descarbonização da Petrobras, por participação remota.

O SR. ANDRÉ BELLO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, prezadas Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais participantes aqui desta audiência pública, ouvintes que nos acompanham pela internet, um agradecimento especial ao Relator, Senador Carlos Portinho; ao autor, Senador Jean Paul Prates; a todos os congressistas; representantes do Governo aqui presentes.

Eu sou André Bello, sou Gerente de Tecnologia de Energia e Descarbonização do nosso Centro de Pesquisas aqui da Petrobras, tenho meus colegas aí da área de relacionamento externo, a Rochelle e o Tiago, que também estão nos acompanhando aí do escritório de Brasília.

Eu começo a minha fala parabenizando os Senadores pela iniciativa de discutir a regulação para o aproveitamento desse recurso de eólico *offshore* no país. O Brasil tem um território continental com vastas riquezas naturais, condições climáticas favoráveis, possui uma gama de fontes de energia, entre as quais detectamos esse potencial imenso de eólico *offshore*, que é objeto da nossa discussão hoje. Então, eu gostaria de destacar que, em função da escala obtida pelas fazendas eólicas *offshore* e da disponibilidade de recursos que já identificamos ao longo da costa brasileira, o aproveitamento do recurso eólico *offshore* pode contribuir com a diversificação da nossa matriz energética e com o aumento da segurança energética do país. Cabe destacar, entretanto, que o desenvolvimento de projetos de grande porte em ambientes marinhos envolve um alto nível de especialização e investimentos significativos. Temos uma larga experiência em desenvolvimento de projetos na área de óleo e gás em ambientes marinhos. Então, nesse contexto, o desenho desse arcabouço legal e regulatório, bem como todo o desenvolvimento tecnológico que a Elbia comentou aqui da cadeia de valor, são de grande importância para que a economia brasileira possa se beneficiar de mais essa fonte de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que, nesse contexto, o PL ajuda bastante na questão de redução de incertezas para que se desenvolva esse mercado de energia eólica *offshore* no Brasil, disciplinando a autorização do uso dos bens da união para geração *offshore* de energia. E o Brasil tem experiência em introduzir novas fontes de energia. Introduziu, com sucesso, saindo de uma matriz que era basicamente feita de grandes hidrelétricas para uma matriz que hoje aproveita a biomassa, o gás natural, a nuclear, a eólica *onshore*, energia solar. Então, sabemos como fazer esse processo, sabemos como trilhar esse caminho e aprendemos que é fundamental que se estabeleçam condições para que uma nova fonte de energia consiga ser introduzida na matriz energética nacional com equilíbrio econômico para os empreendedores e para os consumidores.

A eólica *offshore*, pela complexidade das operações em ambiente marítimo, atualmente apresenta Capex mais elevados do que outras fontes no país. Entretanto, seremos beneficiados pelo aprendizado internacional, que vem trabalhando e ganhando escala nos equipamentos; teremos que fazer o desenvolvimento da estrutura local, aqui já comentado pelos colegas, a infraestrutura portuária, as facilidades para o escoamento dessa energia e, com isso, acreditamos que ela pode apresentar importantes reduções de custos de geração, na medida em que os projetos comecem a se desenvolver, de maneira similar ao que já vimos com a eólica *onshor*e e com a energia solar.

Então, para não me alongar muito, eu encerro aqui as minhas palavras, agradecendo novamente o convite para participar desta audiência.

Fico à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado, Senador Carlos Portinho e Senador Jean Paul Prates, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, André Bello – ressalto a importância da Petrobras em todo esse processo –, pela sua participação nesta audiência.

Agradeço ao nosso Presidente, com quem, inclusive, devo estar nesta semana, aqui em Brasília.

Senador Jean Paul, gostaria de fazer algum comentário agora sobre essa primeira rodada ou prefere aguardar um pouco mais?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu, na verdade, estou anotando algumas coisas, para a gente depois conversar. Mas acho que é melhor a gente concentrar tudo depois de todas as apresentações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Temos perguntas também pela internet. Então, vamos ter essa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seguindo a nossa alternância, agora vou dar a palavra à Sra. Fernanda Scoponi, representante da TotalEnergies, por participação remota.

Já deixo aí à espera o seguinte, que será o Sr. André Leite, Diretor de Eólicas Offshore da Equinor para o Brasil e América Latina, que também fará a sua participação remota.

Então, com a palavra agora a Sra. Fernanda Scoponi, representante da TotalEnergies. (*Pausa.*)

Fernanda, por obséquio, se puder, abra o som. Acho que está desligado o seu som. Por favor... (*Pausa.*)

Não, o som não está abrindo, nem o som, nem o vídeo, Fernanda. Se não estiver pronta, não há problema, a gente pode alternar aqui. (*Pausa.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me dar uma dica, porque já aconteceu isso comigo. Provavelmente, a Fernanda terá que se desconectar e reconectar quando aparecer a janelinha de "autorizar". A Comissão, aqui, tem que poder alterar o seu padrão aí, tem que poder mexer no som, ligar o som da pessoa que está remota. Isso acontece com a gente também. Eles têm que ser autorizados aqui a abrirem o som. Então, sugiro que a Fernanda se desconecte e reconecte quando aparecer a janela pedindo a autorização.

Para a Secretaria abrir o seu som remotamente, aceite essa possibilidade. Senão, eles não conseguem abrir o seu som remotamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou inverter, para que dê tempo de a Fernanda poder, junto com a nossa assessoria técnica que estabeleceu a conexão, a comunicação... Eu vou, então, inverter.

O Sr. André Leite está...

É melhor fazer a remota? Dá para ouvir o André remotamente agora? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Sr. André Leite, Diretor de Eólicas Offshore da Equinor para o Brasil e América Latina.

O SR. ANDRÉ LEITE (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k., obrigado.

Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite para a participação da Equinor nesta audiência pública. Gostaria de saudar o Sr. Relator, Senador Carlos Portinho, e o Sr. Senador Jean Paul Prates, além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todos os Congressistas presentes. Gostaria também de saudar os meus colegas de mesa, e, nas figuras do Secretário Marcello Cabral e do Diretor de Licenciamento do Ibama, Eduardo Wagner, saúdo e parabenizo o Governo Federal pela condução do tema das eólicas *offshore* no âmbito regulatório.

Meu nome é André Leite. Sou Diretor de Éolicas Offshore da Equinor no Brasil e América Latina, e aqui, na sala, também estão comigo, presentes, os meus colegas, o Gerente de Relações Institucionais, Thiago Martins, e a Gerente Regulatória, Claudia Alves.

Bom, minha fala será curta, tentando respeitar o tempo que nos foi alocado com duas partes. A primeira, quem é a Equinor, e, na segunda, algumas considerações sobre o tema de eólicas *offshore* no Brasil.

Parte um, sobre a Equinor.

A Equinor, antes Statoil – talvez ela seja até mais conhecida pelo nome antigo –, é uma empresa norueguesa que este ano completa 50 anos. Chegamos ao Brasil em 2001, com uma empresa de óleo e gás, buscando oportunidades orgânicas e inorgânicas. Atualmente, operamos e somos parceiros em campos em exploração, em desenvolvimento e em operação. Operamos o campo de Peregrino, que produz entre 50 mil e 100 mil barris de óleo por dia, desde 2011, e somos parceiros da Petrobras no campo de Roncador, com produção atual em torno de 140 mil barris por dia. Além disso, estamos desenvolvendo os campos de Bacalhau e BM-C-33. Bacalhau, na Bacia de Santos, produzirá óleo de uma FPSO de 220 mil barris de óleo por dia, e BM-C-33, em Campos, um campo de gás com produção estimada em mais de 15 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Em 2018, ao mudar o nome de Statoil para Equinor, a empresa entrou em uma nova fase, evoluindo de uma empresa de petróleo e gás para uma empresa global de energia, com o propósito de transformar recursos naturais em energia para as pessoas e progresso para a sociedade, sempre com base em nossos valores, com ética e respeito aos princípios de *compliance*. Na Equinor, o como se entrega é tão importante quanto o que se entrega.

A Equinor é hoje uma empresa global, presente em mais de 20 países, sendo o Brasil um dos países-chave para a empresa, assim como a Noruega e os Estados Unidos. No mundo, temos cerca de vinte mil funcionários, dos quais mil no Brasil. Produzimos, globalmente, cerca de 2 milhões de barris equivalentes de petróleo por dia, sendo 36% dessa produção fora da Noruega, incluindo o Brasil.

Além de petróleo, também investimos em energia renovável e hoje somos uma das grandes desenvolvedores e operadoras de parques eólicos *offshore*, com 5GW em operação e em desenvolvimento e, atualmente, abastecendo mais de 1 milhão de lares europeus. Nossa meta é destinar metade de nossos investimentos a projetos de renováveis de descarbonização em 2030. É uma meta bastante ousada. Apenas em eólica *offshore*, serão US$23 bilhões a serem investidos nos próximos cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é muito rico em recursos naturais e possui grande potencial não só em petróleo e gás, mas também em energia solar e eólica, tanto o*nshore* quanto *offshore*. A Equinor já está produzindo energia solar no Ceará e desenvolvendo projetos de energia solar e eólica o*nshore*, que deverão produzir a partir de 2023 e 2024 tanto no Nordeste quanto no Sudeste. Desde 2020, estamos realizando estudos técnicos para avaliar a implantação de até seis parques eólicos *offshore* na costa brasileira, nos Estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Parte 2.

Falei sobre a Equinor, agora faço as considerações sobre o tema.

Bom, sobre eólicas *offshore* no Brasil, a gente quer listar seis pontos. A Shell listou sete, nós vamos com seis aqui.

O primeiro é sobre os leilões da área. É positiva a movimentação do Brasil para implantação de eólicas *offshore* com a realização de leilões de áreas para futuros leilões de energia. Dois processos separados.

Dois: sobre a capacitação dos atores. O desenvolvimento e operação das eólicas *offshore*, como já foi dito por outros participantes, requerem alta capacitação técnica e financeira. É fundamental, por outro lado, haver um espaço competitivo e democrático que permita a entrada de novos agentes, mas que sejam comprovadamente capacitados.

Ponto 3, sobre a disputa de investimentos, também levantado pela Shell. Numa empresa de energia global como a Equinor, o Brasil disputa investimento com outros países. Estamos trabalhando aqui no sentido de trazer para o Brasil uma parte dos US$23 bilhões que a Equinor pretende usar para investimentos em eólicas *offshore* nos próximos cinco anos, e é para isso que eu pessoalmente estou trabalhando.

Ponto nº 4: considerações sobre a inserção da eólica *offshore* na matriz energética. Em um ambiente de abundância de recursos renováveis de custo baixo, que é o caso do Brasil, onde você tem hidrelétrica solar e eólica *onshore*, a inserção da eólica *offshore*, que no começo será mais cara, precisa ter condições de mercado que permitam um negócio rentável e sustentável, seja na venda da energia através de elétrons, conectados ao sistema integrado nacional, ou de moléculas, como *commodity*. Então, nesse sentido, a associação das eólicas *offshore* à produção de hidrogênio verde não é trivial, lembrando que 70% do custo de produção do hidrogênio verde é custo de energia elétrica, que tem que ser barata para competir como *commodity* global.

Uma observação nesse sentido: a produção de hidrogênio verde tem sido, com frequência, associada ao desenvolvimento das eólicas *offshore*. O hidrogênio verde pode sim ser um elemento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégico para o Brasil, mas deve ser discutido em sua própria agenda, como foi inclusive levantado pelo Senador Jean Paul Prates na sua fala inicial.

Com as eólicas *offshore*, podemos ser um elemento dessa agenda. Talvez não o principal, pelo menos num primeiro momento, devido ao seu custo inicial maior que as alternativas *onshore*. Então, a gente precisa ficar atento a isso.

Para as eólicas *offshore*, é importante haver uma ancoragem comercial principal, por exemplo, através de um leilão de energia específico, a partir do qual o agente deve buscar outras alternativas para compor o modelo de negócio. Então, você ancora no leilão de energia uma parte do que você vai produzir e você ganha então o primeiro degrau para você poder compor o seu modelo de negócio com outras alternativas.

O Ponto 5, sobre a remuneração da União. Seria ideal atrelar a remuneração do Estado brasileiro ao sucesso do empreendimento. Onerar de antemão um empreendimento, sem que se tenha uma visão clara de sua rentabilidade, pode inibir a participação de empresas que conhecem a complexidade, custos e riscos desse mercado e dificultar o desenvolvimento do mercado local. Então, nesse sentido, qualquer incidência que tiver sobre a remuneração futura que se faça levando-se em consideração os custos do empreendedor também sobre receitas líquidas e não receitas brutas.

Fazendo uma metáfora bem simples: quando se fala da remuneração da União com relação à área *offshore*, quanto valerá um terreno quando você não sabe se ali você vai fazer um *shopping* ou uma quitanda e você não sabe que clientela você vai ter? Você na sua quitanda vai vender cebola ou vai vender manga, lichia? Então, você tem que ter essa visão de quanto esse terreno, o que esse terreno poderá trazer em termos comerciais.

Meu último ponto é sobre segurança energética. A eólica *offshore* é estratégica para matriz energética de um país em geral. Por quê? Devido à sua escala, à regularidade e ao seu baixo impacto ao meio ambiente. Com um potencial eólico *offshore* da ordem de 700GW ou mais na costa brasileira – números da EPE –, ou seja, mais de quatro vezes o potencial hidrelétrico total do país, se a tecnologia for implementada em grande escala, em regiões geográficas diferentes, para ter também complementaridade regional, pode-se dar um lastro até maior do que o das hidrelétricas, sem o mesmo impacto ambiental, ou seja – como a gente gosta de pensar dentro da Equinor –, um lastro sem rastro.

Bom, para finalizar, em um mundo de transição energética e eventos disruptivos globais, os projetos de energia no Brasil irão competir em nível global. E, para isto, esta Casa, os reguladores e o Governo Federal têm uma função fundamental para garantir a estabilidade jurídica e condições de contorno para que esses projetos se realizem. O que hoje o Estado brasileiro julgar mais adequado será bem visto pela Equinor. A Equinor acredita no Brasil.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela participação da Equinor, pelos investimentos que trazem, especialmente para o nosso país, muitos deles no campo de Bacalhau.

O Rio de Janeiro, meu estado – inclusive, é um assunto que vou levar a V. Exa. posteriormente – tem todo o interesse no desenvolvimento da região de Itaguaí, puxando o gás que vem sendo explorado pela Equinor no campo de Bacalhau. Também tenho conversado com o Ministério de Minas e Energia e com o Ministro Bento a respeito disso, do potencial que tem o meu estado, o Rio de Janeiro, no processamento desse gás e na geração de empregos. Eu não tenho dúvida que se soma, sem dúvida alguma, a esse potencial o potencial de geração de energia *offshore*. E, por isso, é de suma relevância a participação da Equinor, como a de todos os outros convidados aqui também, neste evento.

Muito obrigado ao Sr. André Leite e a toda a sua equipe. Em breve estaremos juntos, certamente, também pessoalmente.

Agora, vou só esclarecer: a Fernanda, da Total, fez contato. Ela está acompanhando. Ela não vai fazer uma participação, mas está acompanhando toda essa nossa audiência pública e as discussões, os temas discutidos, remotamente.

Então, seguindo aqui a nossa ordem, na ausência de outras mulheres – já elogiando aqui a gente ter, à frente da ABEEólica, a Elbia e, à frente da Shell, nesse setor, a Gabriela e a sua equipe, que também é composta por muitas –, eu vou chamar para usar a palavra o Sr. Carlos Dornellas, Diretor Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Sua participação é remota, com a palavra.

O SR. CARLOS DORNELLAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos!

Inicialmente, agradeço o convite do Senador Jean Paul Prates e do Senador Carlos Portinho. Nós da Absolar ficamos muito honrados com o convite e estamos aqui para apresentar a nossa visão em relação ao PL.

Bem, inicialmente, a Absolar – é importante dizer – é a principal voz da energia solar fotovoltaica no Brasil. Nós atuamos em 26 estados e no Distrito Federal, e possuímos, em nossos quadros, empresas nacionais e internacionais. Entendemos que hoje nós temos fontes que lideram o mercado mundial em fontes renováveis, no segmento de renováveis, como a hidrelétrica, a biomassa e – por que não? – também a eólica, que, cada vez mais, ocupa seu espaço; e entendemos que há espaço para avanço na energia solar. Ainda ocupamos aqui o 13° lugar do mercado mundial e queremos, com o nosso trabalho, sem dúvida, avançar neste *ranking*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando aqui de grandes números, nós podemos destacar que hoje nós temos mais de 78 bilhões em novos investimentos, mais de 15GW operacionais de capacidade instalados e mais de 450 mil novos empregos acumulados desde 2012, ou seja, são números bastante impressionantes.

Em relação aos destaques do PL 576, nós recebemos com muita satisfação, vemos com bons olhos que se pretende aí, de fato, regulamentar esse marco. Aqui eu destaco temas como estudo e desenvolvimento de novas tecnologias para energia limpa no espaço *offshore*; um ponto importante aqui que é a autorização de uso de bens da União para a geração *offshore*; e, por último, a questão de adoção de medidas para a conservação dos mares. Então, do nosso ponto de vista, nós recebemos, com muita satisfação, esse PL e entendemos que estamos mais avançados, iniciamos mais por uma questão de usina solar flutuante, inicialmente mais em águas fluviais. Então, nós já temos alguns exemplos no país de usinas instaladas, como a usina de Cristalina, em Goiás; a usina hidrelétrica em Vazante, em Minas; e também em Sobradinho, na Bahia – são exemplos, aqui, de casos concretos.

Existem diversas vantagens nesse tipo de tecnologia que passam – para citar algumas; sem dúvida, existem muitas: redução de perdas por evaporação dos lagos; é fácil de instalar, uma vez que não precisa de fundação; não precisa de terreno; tem uma sinergia com a infraestrutura elétrica próxima; aumenta a produção de energia devido ao efeito de resfriamento evaporativo; e também reduz, de alguma forma, o crescimento de algas.

Também tem pontos de atenção – são até pontos que eu vou trazer aqui em relação aos projetos de *offshore* –, que têm a ver com a corrosão acentuada, a segurança elétrica e longevidade dos equipamentos; e também há a questão da ancoragem, fixação da ancoragem, que é mais difícil em águas mais turbulentas. Em águas mais calmas, nós já estamos bastante avançados, mas, em águas mais turbulentas, talvez com ondas acima de 3m, é algo que precisamos ainda avançar do ponto de vista tecnológico.

Destaco também aqui a regulamentação da Aneel em relação a centrais geradoras hídricas, em que a solar tem um potencial de encaixe muito grande com outras fontes, por ser muito versátil e escalonável, o que trouxe diversos benefícios. Então, solar flutuante ou mesmo *offshore* combinando com o projeto de *offshore* é algo bastante interessante.

Para finalizar, uma vez que meu tempo está vencendo, eu diria que nós apoiamos o projeto, sem dúvida. É uma excelente iniciativa. Destacamos que, inicialmente, esse tipo de tecnologia se desenvolve mais em águas fluviais pelo motivo que eu comentei de serem águas mais calmas. Nós temos hoje dificuldades a serem superadas para instalar solares nas águas costeiras *offshore*, que têm a ver basicamente com o que falei, corrosão acentuada e fixação da ancoragem, mas queremos deixar aqui uma mensagem positiva de abertura de espaço para também essa tecnologia ser levada adiante. Vemos com muitos bons olhos que seja um projeto mais amplo, eu diria mais holístico, que contempla também as fontes solares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, novamente agradeço o convite dos Senadores e saúdo todos que nos assistem na audiência, que está muito interessante. Coloco a Absolar à disposição do Congresso, como sempre esteve. Inclusive, estamos aí debatendo também o PL 414, em que nós temos total interesse. Estamos à inteira disposição. Muito obrigado pelo convite.

Boa reunião para todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agradeço ao Sr. Carlos Dornellas e à Absolar pela sua participação não só neste projeto, mas, é verdade, em tantos outros, fazendo uma aproximação do setor conosco, com os Parlamentares.

Agora, chegamos aos nossos quatro últimos inscritos.

Com a palavra o Sr. Antônio Marcos de Medeiros, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Senai de Inovação.

O SR. ANTÔNIO MARCOS DE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Conseguem me ouvir? (*Pausa.*)

Eu gostaria de agradecer ao Senador Carlos Portinho pelo convite e ao Senador Jean Paul também por participar aqui nesta discussão da Comissão e desejar bom dia a todos.

Lembrando a fala do nosso colega Eduardo, do Ibama, que falou que o trabalho para tentar desbravar este mundo eólico *offshore* começou em 2020, de 2019 para 2020...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO MARCOS DE MEDEIROS – Em 2017, não é?

Nós lá no Senai começamos um pouco antes: por volta de 2012.

Pegando exatamente o gancho que a Presidente da ABEEólica colocou, a nossa amiga Elbia, a pesquisa e o desenvolvimento são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Na época, tínhamos um projeto de pesquisa em que o objeto era tentar mapear o recurso eólico marítimo na região do Rio Grande do Norte e do Ceará, onde foi possível observar a possibilidade de uma potência de cerca de 140GW só naquela bacia. Então, isso é fundamental. Com o apoio da pesquisa e do desenvolvimento é possível a gente desbravar novas fronteiras energéticas no Brasil.

Bom, como contribuição para esta audiência pública aqui, eu trouxe algumas oportunidades e desafios para o horizonte 2022-2030, em que, após a definição do regramento básico de como será o uso e a ocupação do leito marítimo para a exploração desse recurso, a gente vai precisar ter regras claras para fazer o mapeamento do recurso eólico no mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe muita discussão de se é possível medir em terra para fazer extrapolação para medir em água, lá a 20km, 30km de distância; se é possível fazer utilização de Lidar de varredura para fazer mapeamento. A gente acredita que a fase do mapeamento e do estudo é fundamental para que se tenha um bom projeto eólico consolidado, de forma a reduzir ainda mais as incertezas que são trazidas, conforme colocado aí pelo André, não é? A operação eólica no mar é bem diferente da exploração desse recurso em terra, e dessa forma a gente acredita que tem que ter um bom embasamento, com todas as mitigações possíveis sendo mapeadas aqui na fase de prospecção.

Um outro ponto fundamental que a gente tem que levar em consideração é que o Brasil precisa trabalhar na formação de pessoas para essa área, não é? Ela é uma área muito nova. O Brasil já tem muita experiência aí na área de recurso de petróleo, com programa de recursos humanos da ANP, que foi fundamental para ajudar no desenvolvimento de toda uma cadeia. E, quando a gente olha para esse novo horizonte dessa quantidade de recurso energético que está disponível aí no nosso mar territorial, na nossa Amazônia Azul, é possível verificar que o Brasil tem que fazer um trabalho de casa. Setecentos e cinquenta gigas na estimativa bem preliminar feita pela EPE podem ser, inclusive, ampliados, e isso vai ser fundamental para desenvolver os *clusters* navais que serão necessários para as fundações, torres, pás e para os aerogeradores, e, com isso, a gente pode internamente no Brasil não só receber tecnologia de aerogeradores que venham de fora – a gente sabe que todas as empresas multinacionais estão intrinsecamente conectadas –, mas também, dessa forma, ter desenvolvimento da engenharia nacional. A gente sabe de todo o calvário que a indústria naval passou aí nos últimos anos, com a expansão do pré-sal e tal, mas teve muita dificuldade, alguns portos foram abertos, mas não decolaram. E a gente acredita que, de fato, com a eólica *offshore* vai ser possível destravar o que ainda não foi colocado em prática com a nossa indústria naval – e vai ser fundamental.

Por fim, eu acho que essa cadeia de suprimentos, como a Elbia também colocou, vai ser capaz de gerar muitos empregos. Se a gente pegar um número bem preliminar aqui de todos os projetos que estão cadastrados aí nesse cadastro do Ibama, em torno de 130 gigas, e se a gente pensar num horizonte curto aí de sete anos, e se 10% desses projetos se tornarem realidade, com as tecnologias de aerogeradores que a gente tem hoje – a gente está falando de mil aerogeradores que serão implantados, mil fundações, mil torres, três mil pás –, isso vai representar um investimento de muito mais do que R$40 bilhões.

Então, de fato, a gente tem que fazer um esforço significativo para que a indústria local se desenvolva. Não é só trazer o que vem de fora. Todo mundo sabe das interconexões que as empresas possuem, mas tem que se desenvolver a indústria nacional.

Então, dessa forma, eu agradeço a participação aqui.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito importante ter o Senai presente. Muito obrigado, Antônio Marcos, do Instituto Senai de Inovação.

Vamos seguindo aqui com os nossos três últimos convidados.

Com a palavra o Sr. Diogo Pignataro, advogado e representante do Instituto Brasileiro de Transição Energética.

O SR. DIOGO PIGNATARO (Para expor.) – Muito bom dia a todos, Senador Carlos Portinho, Senador Jean Paul Prates, demais Senadores aqui presentes, colegas do setor energético, representante do Ibama, do Ministério de Minas e Energia.

Inicialmente quero agradecer o convite para participação neste evento, que de fato marca o início da construção de algo de fato muito complexo, Elbia, como você bem pontuou, dentro do setor energético como um todo. E não à toa isso tudo está sendo discutido neste ambiente, no ambiente do Congresso Nacional, porque objetivamente nós precisamos de uma regulamentação legal para dar esse substrato necessário, não obstante a necessidade – e eu diria até a imperiosidade – de a regulamentação posterior existir por parte dos entes competentes no âmbito do Executivo federal, seja Ministério de Minas e Energia, em especial, seja nossa agência reguladora setorial, a Aneel, que certamente terá, de uma certa forma, a partir do projeto de lei quando, oxalá, aprovado, uma série de incumbências a tratar desse aproveitamento energético no setor marinho, no setor *offshore*.

A energia eólica *offshore*, o aproveitamento eólico *offshore*, e fazendo, claro, o ponto de ressalva de que o projeto não trata apenas, exclusivamente disso, é uma tecnologia central para fornecer energia em larga escala confiável, acessível e com zero carbono, para acelerar a nossa transição energética global. Não à toa essa é uma pauta não só do Brasil, mas é uma pauta global; claro que cada país com seus estágios por diferentes motivos e seus estágios de evolução acerca da eólica *offshore*. Isso tudo porque a energia renovável, através da eólica *offshore*, é a energia com o maior potencial de descarbonização por megawatt instalado, de maneira que o mundo precisará implantar a energia eólica *offshore* em grande escala para substituir a geração baseada em combustíveis fósseis.

Reconhecendo, portanto, desde logo, a energia eólica *offshore* como uma solução chave baseada no oceano para as mudanças climáticas, nós precisamos no Brasil, agora, primeiro, de estruturas políticas concretas, regras bem definidas e estáveis, um ambiente estável para o seu desenvolvimento – tudo isso papel aqui do Congresso Nacional, a criação disso passa pelo Congresso Nacional – e, em um segundo momento, do estabelecimento de metas e visões sobre o onde, quando e como implantar esse aproveitamento energético – aí já não é mais papel do Congresso Nacional, é papel do Executivo federal, através da organização de suas políticas públicas, primeiro na regulamentação e depois no exercício do seu papel institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na nossa visão, o Projeto de Lei 576 intenta ser justamente essa base estruturante de regras primárias, naquilo que é papel do Congresso Nacional, permitindo, primeiro, o planejamento adequado para esse aproveitamento de bens da União para a geração de energia; definindo todas as atribuições institucionais correlatas de todos os entes necessariamente envolvidos nessa discussão, todos aqueles que são institucionalmente e constitucionalmente interessados na temática do ambiente marinho; e, terceiro, permitindo que a outorga possa ser planejada – e esse é talvez o melhor cenário não do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista do aproveitamento em si do recurso energético lá em discussão – ou de forma independente, após manifestações de interesses baseados no sistema *open doors* da Alemanha, da Dinamarca, enfim, e em outros regimes legais também existentes.

Eu me filio fortemente ao ponto que foi suscitado pela Sra. Gabriela, da Shell, sobre a necessidade da existência de metas para a empresa autorizatária garantir o melhor aproveitamento do recurso. Talvez isso possa ser buscado, de alguma forma, com origem no setor do petróleo, lá do Programa Exploratório Mínimo, atribuições de obrigações ao autorizatário no momento em que ele recebe. É importante a qualificação técnica não só para ter a autorização, mas também para, ao possuir a autorização, de fato estarmos cientificados de que é alguém que vai cumprir metas para efetivamente almejar o devido aproveitamento energético até que ele não chegue a essa operação comercial. Então, lições lá da indústria do petróleo, claro, também podem, de alguma forma, ser trazidas para cá, mas acredito que isso pode ser trazido no momento de uma regulamentação da matéria. Talvez não seja uma matéria de essência legal, mas que pode, sim, ser objeto de regulamentação, ser colocado para regulamentação, porque pode sofrer mutações ao longo do tempo com alguma certa frequência, e aí a lei teria um certo obstáculo ou entrave para exercer essa modificação.

Adentrando um pouco mais especificamente no tema, é preciso pontuar dois grandes momentos. Já foi falado aqui por aqueles que me antecederam, mas existem dois grandes momentos que precisam ser, numa visão macro, trabalhados e discutidos para que a gente fale de um adequado e efetivo aproveitamento energético *offshore*. Primeiro, disciplinar como será exercido esse aproveitamento por particulares – é isso que exatamente o projeto de lei busca fazer. E, segundo, aí é um outro ponto, que é definir o momento da contratação da energia a ser gerada por esses empreendimentos *offshore*, claro se eles não estiverem dentro, inseridos no arcabouço de hidrogênio renovável ou coisa do tipo, mas isso tem que ser uma possibilidade, como o André da Equinor falou, e não uma regra, e, num segundo momento, definir esse momento de contratação. Aí, claro, isso é incumbência de um planejamento do Executivo federal, do CNPE, do MME, *a posteriori*, mas que deve estar alinhado com a definição primária do local onde pode haver esse aproveitamento. Daí a importância, na nossa visão, de o projeto de lei tratar toda essa matéria de um modo planejado quanto à harmonização do uso marítimo, ao respeito às atividades preexistentes, às limitações de onde, desde, já não pode haver.

Então, esse planejamento é fundamental, é essencial, não apenas por isso tudo que eu estou mencionando, mas pelo fato de que a integração ao Sistema Interligado Nacional desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos será algo melhor produzido se advindo de uma adequada e planejada construção do aproveitamento energético do ambiente *offshore*, além do que a própria coordenação dos leilões de energia para a geração de energia nesse ambiente, no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva, se dará muito melhor se nós tivermos tudo feito de uma forma planejada.

Até mesmo quando se trata – e o projeto de lei ressalva isso – da outorga independente, ou seja, através do sistema *open doors*, deverá ser analisada a viabilidade locacional dessas propostas, para que haja uma adequação às diretrizes do planejamento e das políticas energéticas nacionais.

Então, com essas colocações, eu agradeço e finalizo dizendo que a questão em si vai muito, muito além de simplesmente a gente tratar aqui de uma cessão, de uma mera cessão de bens da União para o ente privado, não podendo ser reduzida, na nossa visão, a uma regulação simplista, porque a gente está falando, de fato, da criação de uma cadeia de uma indústria muito substancial, com potencial de geração de benefícios para a população brasileira muito significativo e que tem uma série de peculiaridades técnicas específicas e econômicas que precisam ser trabalhadas de modo planejado. Não só para a transição energética, mas também para o aproveitamento de energia eólica *offshore*, o aproveitamento energético *offshore*, a palavra-chave é planejamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela sua participação, Diogo Pignataro, representante do Instituto Brasileiro de Transição Energética (Inté).

Eu me alinho, como Relator, inclusive, a muito do que foi dito por você. Destaco e tenho sempre esse norte de que há políticas que são de Estado – o projeto do Senador Jean Paul Prates é uma política de Estado – e há políticas que são de Governo. Sem dúvida nenhuma, o casamento, uma vez aprovado esse projeto, de políticas de Governo que acrescentem valor à exploração da energia *offshore* é de suma importância.

Nós estamos aqui com o Senador Espiridião Amin, de Santa Catarina, do PP. Eu queria quebrar o protocolo aqui, como ele está ligado ali, e já lhe dar a participação.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, por favor. (*Pausa.*)

Senador Esperidião, estamos sem a sua imagem, se possível. (*Pausa.*)

Acho que o Senador Esperidião Amin ainda não está *online*. (*Pausa.*)

Voltou?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Estou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, agora está.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Senador Carlos Portinho, o senhor me permite uma rápida intervenção? É que estou sendo chamado a uma outra participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora, Senador! Esperamos a sua participação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu serei muito breve.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar aqueles que eu aqui já pude ouvir e o Senador Jean Paul, pela iniciativa, no caso do autor, e no caso presente do Relator, e fazer aqui uma analogia.

O seu coestaduano, o ex-Ministro e ex-Prefeito do Rio Marcelo Crivella, lançou, quando Ministro da Pesca, um plano diretor das áreas de cultivo de mariscos, enfim, de ostreicultura, ou seja, ele fez um plano diretor de uso do mar. E eu quero usar isso como analogia para o que nós estamos também tratando aqui.

Eu acho que o sentido deste projeto de lei guarda uma analogia com essa descrição que eu faço, porque participei desse zoneamento marítimo, e o senhor é um grande usuário dos benefícios que esse zoneamento produz aqui em Santa Catarina. Quando o senhor distingue o Estado com uma visita sua, o senhor vai procurar os frutos do mar, a nossa ostra, o marisco, a *coquille*, enfim.

Neste caso, baseado no que eu conheço, especialmente da Europa, da Espanha e do sistema de intercâmbio de habilidade de modais de geração de energia, eu acho que esse projeto de lei, com a sua relatoria, vai inaugurar um novo e muito importante capítulo para que o Brasil avance no sentido da geração limpa de energia, como foi consignado aqui, com a menor pegada climática e ambiental.

Eu quero associar-me ao êxito desta reunião, formulando votos de que o senhor possa obter as urgências necessárias para que esse projeto, sob a sua relatoria agora, possa tramitar.

Boa sorte para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Todos sabem da grande admiração que eu tenho por você como, talvez, um dos maiores homens públicos vivos neste país. O seu apoio é fundamental, assim como os seus comentários, em todos os projetos, acrescem sempre e contribuem muito positivamente. Eu tenho em você um grande guru – posso dizer isso –, com todo o meu respeito, porque a sua experiência, a sua vivência, o seu amplo conhecimento realmente não só me impressionam como eu busco da sua fonte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer melhor os temas e o Estado de Santa Catarina, pelo qual você sabe que eu tenho um carinho enorme, tenho uma pegada, para usar o termo, e estamos sempre juntos.

Tenho certeza de que o elogio e o apoio ao projeto, na verdade, também vão ao Senador Jean Paul Prates, como seu autor.

Bom, vamos seguir.

Com a palavra o Sr. Marcelo Lopes, Diretor de Offshore do Grupo Neoenergia.

O SR. MARCELO LOPES (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador Portinho, aqui. Bom dia, Senador Jean Paul Prates. Bom dia, Eduardo. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Infraestrutura, e a todos aqui presentes.

Primeiramente, eu gostaria de enaltecer o trabalho da Comissão, a dedicação, o trabalho dos Senadores Jean Paul e Carlos Portinho na condução da elaboração desse projeto de lei tão importante, como já foi aqui comentado, para o país, e, ainda, agradecer o convite para esta audiência pública, como comentei, uma audiência pública sobre um projeto de lei muito relevante, uma audiência pública sobre um projeto de lei que é muito importante para o país, tanto no que foi comentado pelo Senador Jean Paul em relação ao que ele traz e promove de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental para a região onde os projetos são desenvolvidos, como pela sua importância na questão da transição energética – e o Brasil, com o potencial que tem, na liderança da transição energética –, na questão da descarbonização, na luta contra o aquecimento global e as mudanças climáticas; e, sem dúvida nenhuma, com relação à sinergia que os projetos têm, de eólica *offshore*, com o desenvolvimento do hidrogênio verde.

Eu comento que é um projeto também muito relevante na ótica do setor elétrico, ou seja, é uma tecnologia que promove, sem dúvida nenhuma, a segurança energética para o país, pelo alto potencial, como já foi comentado aqui pelos colegas, um alto potencial de eólica *offshore*, uma energia confiável, uma energia limpa, renovável e ambientalmente sustentável, como o desenvolvimento dos projetos pode demonstrar.

E aqui vai um primeiro comentário, uma contribuição para o projeto de lei. Assim como foi comentado pelo colega da Ocean Winds, o projeto de lei prevê duas modalidades de outorga: a outorga tanto planejada como uma outorga independente. E a nossa contribuição vai no sentido de se estabelecer uma janela temporal para a solicitação de outorga daqueles projetos que já estejam com alguma fase de desenvolvimento em andamento, seja no aspecto de estudo de impacto ambiental em curso, seja no de desenvolvimento do projeto de engenharia e também de medição de recurso eólico marinho. Então, que esses projetos que estejam em desenvolvimento sejam considerados então entre aqueles projetos tanto para a planejada quanto para a outorga independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo comentário diz respeito ao processo competitivo de cessão de área. O projeto de lei traz muito bem a questão de qualificação técnica para as empresas desenvolvedoras. E aqui um ponto importante: que a qualificação técnica traga também, dentro dos seus critérios, a experiência das empresas no desenvolvimento de projetos estruturantes de geração, das renováveis sobretudo, e também traga a capacidade econômico-financeira dos grupos.

E, falando em capacidade econômico-financeira, o projeto de lei traz, sim, um ponto muito importante, que é a questão da garantia financeira para os empreendedores que decidirem participar dos leilões de cessão de área.

Mas aqui vai uma contribuição também que seria muito importante nos contratos de cessão de área que foram assinados: que seja estabelecido e controlado um cronograma de atividades com marcos de controle muito bem definidos para que os projetos possam ser efetivamente desenvolvidos. O que se pretende é o que todos querem: que os projetos sejam efetivamente desenvolvidos, que saiam do papel para que possam oferecer essa energia limpa, sustentável e confiável para o país.

Em relação aos leilões de cessão de área, também temos algumas contribuições no sentido de não adotar simplesmente o critério econômico. O projeto de lei traz como critério a proposta do maior valor ofertado a título de participações governamentais. Entendemos que o critério econômico, sem dúvida nenhuma, tem que ser considerado, corroboramos o critério econômico, porém não o critério de maior valor ofertado pela área, e, sim, um valor que seja um valor-teto, definido, para não onerar a cadeia toda do desenvolvimento do projeto até o fim em valor da energia, e que sejam também considerados critérios de seleção qualitativos, mas critérios qualitativos mensuráveis, que sejam objetivos, mensuráveis e que levem em consideração três pilares: primeiro, o do ofertante, como nós já falamos, com relação a sua experiência, a sua capacidade de desenvolver os projetos; também o da oferta, no que diz respeito ao que esse projeto vai levar de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental para a região onde ele estará inserido; e o do projeto em si, ou seja, o que essa oferta está levando já de projeto desenvolvido, projeto estudado, com o objetivo único que já comentei, isto é, para que os projetos realmente sejam levados à frente e desenvolvidos.

E aqui, se me permitirem, vou abrir parênteses. Quem teve oportunidade de estar, na semana anterior, num evento de *offshore* que ocorreu nos Estados Unidos vai se lembrar do leilão de cessão de área que houve no início do ano no Estado de Nova York, o chamado New York Bight, em que o critério adotado foi o maior valor pago pelo direito de uso, da cessão de área. No nosso entendimento, isso não favorece a criação nem o reforço da cadeia de valor e da cadeia de suprimentos da região, além de provocar uma oneração muito elevada, sensível para o projeto, não eficiente para o seu desenvolvimento e, com isso, impactar, sem dúvida nenhuma, o valor da energia dos projetos.

Então o nosso entendimento é que, para os leilões de cessão de área – faço um resumo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Marcelo, deixe-me só eu fazer uma interrupção.

O SR. MARCELO LOPES – Pois não, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para quem está nos acompanhando lá fora e não estava em Atlantic City, como nós: essa área em Nova York foi arrematada por US$1 bilhão aproximadamente.

O SR. MARCELO LOPES – Senador Portinho, se me permitir: no total de todas as áreas, foram US$4,1 bilhões para 5GW, se não me falha a memória – meus colegas podem me corrigir. Realmente, isso vai – abro parênteses – para o Tesouro americano e não vai para o desenvolvimento dos projetos na região onde estão inseridos.

Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO WAGNER DA SILVA – Só uma pequena contribuição, se o Senador Portinho permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. EDUARDO WAGNER DA SILVA (Para expor.) – E criando um problema sério entre os estados e a União, porque, quando ele adquire aquela área, ele não paga mais pela participação na geração, é como se ele comprasse, adquirisse a área, e ele já está quase com a mão no PPA, porque os estados obrigaram as distribuidoras a fornecerem PPA para esses projetos.

Então, está havendo uma transferência de renda dos consumidores de energia dos estados, via encargo setorial, para a União. Então me parece que, definitivamente, Marcelo, concordando com você, não é esse o modelo que nós almejamos no Brasil.

O SR. MARCELO LOPES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Esse é um dos exemplos que nós vimos nos Estados Unidos, embora todo o potencial na geração.

Marcelo, por favor, continue.

O SR. MARCELO LOPES (Para expor.) – Tenho ainda três pontos, mas serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive vou devolver um minuto para você.

O SR. MARCELO LOPES – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Resumindo, os leilões de cessão de área entendemos que são o.k., que devem ser previstos critérios econômicos. Corroboro a posição da Ocean Winds, com o Sr. Jose Partida também, com um preço-teto para a área. Ele citou exemplo da ScotWind, desenvolvimento e projeto no norte da Escócia. Claro que esse preço-teto, na fase de desenvolvimento e de construção dos projetos, uma fase muito onerosa em que ainda vai se demonstrar a capacidade toda do projeto, deveria ter um escalonamento e, nessa fase inicial, deveria ser um custo mais reduzido para permitir esse desenvolvimento. E, sem dúvida nenhuma, os critérios de graduação, como comentei, com relação ao ofertante, um critério qualitativo, porém graduado em relação aos ofertantes, à oferta em si e ao próprio projeto, buscando desenvolvimento socioeconômico regional, a cadeia de valor e aquele projeto que traz e promove a preservação e a sustentabilidade socioambiental. Isso é muito importante também como critério.

Já me encaminhando aqui para o final, foi colocada também por outros colegas a questão da redução da participação governamental que está prevista no projeto de lei, que menciona a participação de 5%. Temos o exemplo da *onshore*, que hoje adota um critério de referência da ordem de 1%. Entendemos também como um limite-teto de participação, seria da ordem de 1% da Receita Operacional Líquida – isso é muito importante –, 1% da ROL (Receita Operacional Líquida).

E, já me encaminhando para o fim, o projeto de lei poderia também prever atenuantes tributários, principalmente para o desenvolvimento da tecnologia e desses projetos iniciais, para se poder então entrar numa cadeia de desenvolvimento de forma que, mais à frente, com uma cadeia de suprimento mais evoluída, esses projetos possam se tornar mais competitivos. Então, inicialmente, o projeto de lei também prevê benefícios fiscais, atenuantes tributários.

Concluindo, existe obviamente a preocupação, por isso que estamos aqui hoje, com a temporalidade para a conclusão do marco legal, para trazer toda a segurança legal regulatória necessária para o setor poder avançar, investir na eólica *offshore*, porque o setor quer investir na eólica *offshore*, na eólica marinha, e com isso ter a segurança das regras. E, para isso, é muito importante, não só no projeto de lei como no próprio decreto federal, que sejam desenvolvidas ainda neste ano, o mais rápido possível, as normas complementares, as regulamentações complementares.

Eu vou dar, se me permitir, alguns exemplos técnicos de normas que precisam ser definidas: medição do recurso, ou seja, entendemos importante a definição, por exemplo, de medição do recurso de um ano, que entendemos suficiente, dada a experiência internacional; aumento de raio de medição, aumento, por exemplo, de 50km de raio para medição do recurso eólico; a disponibilidade dos dados, porque é um trabalho oneroso fazer toda essa medição *offshore*, então, a disponibilidade se adequando à realidade dessa tecnologia; e o critério do distanciamento entre as fazendas marinhas, entre os parques eólicos, para um projeto não causar um dano ao projeto vizinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O planejamento da expansão da rede elétrica, para permitir a conexão dos projetos, é muito importante que esteja muito bem sincronizado e alinhado com os avanços da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), para a expansão da conexão elétrica.

E por fim, o leilão, para os primeiros projetos principalmente, a exemplo de como ocorreu na tecnologia *onshore*, leilão exclusivo de fonte *offshore*, e de preferência, leilão de reserva de capacidade, a exemplo de como foi feito no *onshore* para os primeiros projetos.

Então, Senadores, colocamo-nos à disposição, tá? O Grupo Neoenergia, também no Brasil há 25 anos, mas temos o nosso sócio controlador, a Iberdrola, um grupo centenário, com mais de 100 anos, que teve como seu principal pilar sempre a energia renovável, a luta contra o aquecimento global. E especificamente com relação à tecnologia *offshore*, já possui 1,5GW em operação, de usinas, em operação de usinas *offshore;* 2GW em construção, cerca de 2GW; uma carteira da ordem de 30GW; e em fase avançada de desenvolvimento, 12GW.

Colocamo-nos à disposição para ajudar também no desenvolvimento do projeto do marco legal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Marcelo e Neoenergia, por investir no nosso país e nesse projeto, pelo seu interesse.

Gostaria de dar a palavra ao Sr. Diogo Nóbrega, Presidente no Brasil da Copenhagen Offshore Partners (COP). Diogo, por favor.

O SR. DIOGO NÓBREGA (Para expor.) – Bom, bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Senador Carlos Portinho. Bom dia, Senador Jean Paul Prates. Pela oportunidade de estar aqui presente, em nome da Copenhagen Offshore Partners e da Copenhagen Infrastructure Partners, que somos duas empresas que trabalhamos como uma só, agradeço a todos, a todos aqui presentes também de maneira *online*.

Para dar uma pequena introdução sobre nós, a Copenhagen Offshore Partners hoje, na data de hoje, é o maior fundo de investimento, em nível mundial, exclusivamente dedicado a projetos dedicados a energias renováveis. Então nós investimos, no mundo inteiro, em projetos, sejam solares, eólicos, de biomassa e também em novas tecnologias, como hidrogênio verde, amônia verde etc.

Gosto sempre de ressaltar também que o nosso fundo, sendo o maior fundo do mundo para esse destino, é um fundo feito por recursos do povo, do trabalhador dinamarquês. É um fundo que vem do fundo de previdência, de aposentadoria dos dinamarqueses. Então nós somos extremamente criteriosos também com o que nós fazemos, onde e como nós fazemos, não é?

Somos nós aqui no Brasil, chegamos há aproximadamente dois anos, mas já chegamos firmes e estamos agora concluindo e vamos iniciar brevemente a construção do nosso primeiro projeto, no começo, em janeiro de 2023, um projeto solar, de 459MW. Vamos investir R$1,6 bilhão nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então viemos para ficar, já estamos aqui e temos todo o interesse em desenvolver o mercado de energias renováveis no Brasil.

Olhando para o âmbito de energia eólica *offshore*, esse é o nosso carro chefe. Pelo tamanho do fundo, nós temos um apetite para projetos que tenham uma demanda maior por investimentos. Então hoje nós temos 17 projetos, entre construídos e em desenvolvimento, mundo afora.

Dois exemplos. Por exemplo, começamos agora a construção do primeiro projeto *offshore* dos Estados Unidos. Começamos, também, a construção de um projeto de 3,5GW no Vietnã. Então, temos uma *expertise*, sabemos o que fazer e como fazer.

Trazendo agora para o âmbito brasileiro, gosto sempre de falar que o caminhão da mudança vai chegar. Então, acho que é uma decisão nossa se a gente vai estar conduzindo esse caminhão ou se vai ser atropelado por ele. Então, agora a gente está fazendo aqui, todos juntos, um trabalho muito bom em termos de ser o condutor desse caminhão. Isso foi feito há alguns anos para a eólica na terra e está sendo feito agora para a eólica no mar. Então, o primeiro ponto sobre o qual eu tenho de falar aqui é sobre a importância de ter um projeto de lei aprovado, porque isso vai trazer a segurança jurídica de que nós necessitamos para trazer os nossos investimentos para o Brasil. A gente tem que ter muito cuidado, também, porque nessa fase incipiente é muito fácil cair do caminhão e ser atropelado por ele. Então, não é isso o que a gente quer.

Desmistificando e trazendo um pouco de realidade, colocando em número, a eólica *offshore* não é uma fonte barata. Muita gente pergunta. Tem energia eólica na terra, tem solar. A eólica *offshore* vai trazer diversos outros aspectos, não só em nível de matriz energética, de segurança de emprego, mas ela também consegue ser ainda mais competitiva do que outras fontes de energia, principalmente do que algumas energias fósseis.

Gostaria, então, de ressaltar, como esse primeiro ponto, essa questão do marco regulatório, da segurança que um projeto de lei – assim como o decreto que está sendo realizado – pode trazer para que a gente possa assegurar os investimentos.

Colocando em números, um projeto – baseado em nossas experiências tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, fazemos também *offshore* em águas rasas, em águas profundas, flutuantes –, nos melhores casos, desenvolver um projeto de 1GW, que é um projeto relativamente pequeno, de um tamanho inicial, no mar, o custo inicial de puro desenvolvimento de um projeto desse orbita em torno de R$500 milhões. Então, para ninguém vai ser um investimento barato. Mas o Brasil, como o próprio Senador Jean Paul colocou, tem um dos melhores recursos eólicos do mundo. Então, a gente tem todo o potencial para baratear isso e para ser uma fonte de investimento e de geração de energia competitiva para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo essa premissa já colocada do projeto de lei e dos decretos feitos para que a gente possa ter segurança e trazer os investimentos para o Brasil, o próximo ponto que é muito importante para nós é ter a certeza da concessão da área. Também precisamos ter certeza de que onde nós vamos construir a concessão vai ser feita de uma maneira justa e que vai ser concedida ao desenvolvedor e que a gente tenha segurança para continuar desenvolvendo nisso.

Tendo falado isso é importante que a lei e os decretos sejam feitos de uma maneira focada nas empresas que realmente vieram para investir e ficar no Brasil. Ninguém aqui, acho, tem interesse em desenvolver um projeto de lei ou um decreto que vá favorecer pequenas empresas com um propósito meramente especulativo. Então, nós queremos trazer empresas grandes ou pequenas, mas que tenham a capacidade técnica e financeira de fazer os aportes necessários para poder comprovar que vai poder desenvolver esse projeto nos dois aspectos, técnica e economicamente falando.

Um outro aspecto que já foi mencionado aqui algumas vezes é a questão da não excessiva oneração do *site*. Foi mencionada agora há pouco a questão dos projetos lá nos Estados Unidos. Nós, inclusive, fomos uma das empresas vencedoras do leilão lá, pagamos, sim, algumas centenas de milhões de dólares para o *site*, mas, no fim, não é o que vamos pagar, mas é para que estamos pagando.

Então, a exemplo de alguns países como os Estados Unidos ou a Inglaterra, que têm um número excessivamente forte de informações, a gente consegue precisamente quantificar o que eu posso construir. É até como um colega da Equinor falou: na área em que se está construindo ali, eu sei que eu vou fazer ali um *shopping center*, não vai ser uma quitanda. Então, eu consigo precificar, na casa dos centésimos, quanto é que eu vou poder gerar de energia, por quanto é que eu vou poder comercializar tudo isso. Então, tendo essa visibilidade, esses países conseguem precificar e se faz, de uma certa maneira, justo que isso seja feito, o que não é o nosso caso aqui no Brasil. Isso está sendo delegado para iniciativa privada, que também é uma maneira correta de se fazer.

Então, seja pagando R$300 milhões para um *site* nos Estados Unidos ou desembolsando R$500 milhões para desenvolver o meu próprio *site* aqui no Brasil, a conta é mais ou menos a mesma, mas o que a gente não pode é colocar essa responsabilidade de a iniciativa privada ter que pagar o desenvolvimento do *site* e ainda, depois, ter uma numeração excessiva quando a gente começar a operar o *site*.

Então, uma coisa que a gente considera importante – e também alguns colegas falaram aqui – é como isso vai ser precificado na receita líquida dos nossos projetos. Algo que transita em torno de até 1% é o que a gente tem considerado que seria ideal, no máximo.

Bom, esses são os pontos importantes que eu gostaria de trazer para cá, e, mais uma vez, gostaria de agradecer a todos pela participação.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Caro Diogo Nóbrega, Presidente no Brasil da Copenhagen Offshore Partners (COP), muito obrigado. Obrigado por também ter o interesse em investir no nosso país, em todo esse potencial que a gente vê, que é real e vai, com certeza, num futuro próximo, repercutir em desenvolvimento, em geração de um *mix* energético, que é muito importante para nós.

Muito obrigado, Diogo.

Eu gostaria de concluir agora a lista dos nossos convidados dando a palavra ao Sr. Ricardo Simões, representante da Servtec Energia.

O SR. RICARDO SIMÕES (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes.

A Servtec é uma empresa que tem 52 anos de atuação no setor de energia e há 20 anos foi pioneira na geração eólica *onshore* no país e, hoje, estamos, inclusive, contando com a participação do nosso presidente do conselho aqui, o engenheiro Lauro Fiuza.

Gostaria de fazer, Senador Portinho, algumas referências iniciais. Inicialmente, como nos conhecemos recentemente em um evento nos Estados Unidos, quero declarar que estou extremamente bem impressionado e que a relatoria desse projeto não poderia estar em melhores mãos.

Em segundo lugar, quero fazer uma referência ao autor do projeto de lei, um antigo conhecido, colega de setor, se assim me permite, o Senador Prates, e tentar fazer uma justiça aqui: tudo que foi desenvolvido *onshore* no Estado do Rio Grande do Norte tem a participação direta e o apoio de V. Exa., quer como Secretário de Energia do Estado, quer como Presidente do Cerne, no sentido de viabilizar aqueles projetos. Além de estar gerando energia de forma limpa, renovável, competitiva, é um grande programa social no Nordeste brasileiro, não só no Rio Grande do Norte – no caso do Rio Grande do Norte, do litoral ao Semiárido –, distribuindo participação na receita da energia para pequenos produtores, médios produtores, cooperativas rurais, assentamentos rurais e etc.

Parabéns, Senador, parabéns pela iniciativa do projeto.

Outro ponto relevante é parabenizar aqui o Ibama, por meio do Eduardo, porque o Ibama, de forma tempestiva – tempestiva! – criou o regramento, e nós sabemos o que fazer, como fazer e quando fazer. Isso é muito importante para esse segmento que está se iniciando no país.

Quero parabenizar também o Ministério de Minas e Energia pelo decreto e toda a sua equipe.

A última referência que faço é comemorar... Eu não tenho nada que foi falado aqui por ninguém que me antecedeu de que eu consiga discordar, eu assinaria embaixo da fala de cada um. Então, eu vou fazer um esforço enorme para não ser repetitivo. Esse é o grande desafio que eu tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para não ser repetitivo, vamos primeiro pensar nos atributos positivos da geração de energia eólica *offshore* no país. Ela está próxima ao centro de carga, ela vai poupar inúmeros investimentos em rede de transmissão no país, ela vai poupar perdas elétricas no país e ela vai ocupar a capacidade ociosa existente nos portos brasileiros.

O país recentemente fez um enorme esforço para fazer uma indústria de estaleiros para construção de plataformas voltadas para o pré-sal, e esses investimentos estão notoriamente ociosos. Eu estava com o Marcelo, da Aneel, na câmara do seminário nos Estados Unidos sobre a questão de portos. Nós vamos dar um banho nos Estados Unidos em matéria de portos – banho! Eles têm problema de tamanho de torre. Todos os nossos portos são na frente da água, têm calado, nós temos dois no Rio Grande do Sul; nós temos no Estado do Rio de Janeiro, o seu estado; temos no Estado do Espírito Santo; temos o Porto do Açu e o Porto do Pecém, no Ceará.

Nós temos uma enorme proximidade, cerca de 3 mil quilômetros, e isso não é banal sob ponto de vista jurídico – logístico, perdão – para a proximidade dos principais mercados de hidrogênio da Europa e do Golfo do México.

Então, nós temos potencial para sermos inseridos na matriz energética brasileira e um potencial futuro de podermos entrar de forma competitiva, exportando energia por meio de hidrogênio.

Outro ponto importante é sobre a questão geopolítica global. Ela já vinha sofrendo transformações com o gás de xisto nos Estados Unidos, os Estados Unidos passam a ser um exportador de energia e não mais um grande importador de energia. Você via toda aquela questão da Europa e a Europa caminhando gradativamente na solução do hidrogênio para depender menos ainda do gás russo. E aí veio o conflito recente do leste europeu, que faz com que tudo se antecipe.

Então, esse mercado de hidrogênio, a inserção da energia eólica *offshore*, isso tudo se antecipou, ninguém sabe dizer precisamente se cinco, seis anos. A gente sabe é que se precipitou e, não é à toa, nós conseguimos reunir nos Estados Unidos 35 *players*, dois Senadores da República para assistir ao que aquele País está fazendo agora na administração Biden.

Então, dito isso, resta claro que existe uma grande disputa global por essa indústria do século XXI não emissora de CO_2. O hidrogênio e a energia eólica são irmãos siameses disso, a energia eólica *offshore*, porque traz volume de energia para produzir o hidrogênio para o transporte de carga pesada, para suprir a indústria, para reduzir a dependência da Europa do Leste Europeu, para reduzir as emissões de CO_2. Quem adquirir essa capacidade e a escala vai ser o detentor dessa tecnologia e o exportador para o resto do mundo.

Então a provocação – eu não sei se o termo... Eu talvez esteja sendo um pouco ousado em fazer uma provocação ao Senado. Mas a nossa sugestão ao Senado da República é no sentido de que a gente precisa antecipar: a gente precisa antecipar, para o ano de 2022, o leilão das áreas separado do leilão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia. A gente precisa, e aí me permita a ousadia, prever mercado, prever leilões, como política de Estado, como política de Estado de ocupar a Amazônia Azul – a Zona Econômica Exclusiva do Brasil, nosso mar territorial –, como política de Estado, para deter a liderança dessa indústria não emissora de gases de efeito estufa, que é a indústria moderna do século XXI. E a solução para isso é leilão de energia de reserva, como já foi sugerido aqui.

Nós temos um notório déficit das hidrelétricas da ordem de 15GW de potência instalada. Nós podemos criar um cronograma de entrada para a eólica *offshore*, ocupando esse espaço dos 15GW, espraiados no tempo, que se dê tempo para se desenvolverem os projetos, que se recepcionem, Senador Portinho, os projetos que já estão prontos para irem a leilão, já estão em fase adiantada de licenciamento ambiental no Ibama, para que nós possamos adquirir um espaço que nós temos vocação, como país, a ocupar nessa nova geopolítica energética no mundo. A gente precisa acelerar o passo. Essa é a mensagem, corroborando todos os meus colegas, e sem me repetir.

E como o senhor fez referência ao Senador Esperidião Amin, com toda a experiência de ex-Prefeito, ex-Governador, Deputado e Senador, ele tem toda a razão. O senhor sabe que a nossa experiência é eólica *offshore e* hidrelétrica. E a gente vê a remediação e a participação social junto às comunidades em que nós estamos atuando. E na eólica *offshore*, eu ficava muito incomodado porque eu não conseguia enxergar. Às vezes você usa um porto em um estado e o seu projeto é em outro estado.

A eólica *offshore* vai proporcionar uma verdadeira revolução na indústria de pesca neste país: barcos mais leves; dois, três ciclos diários de pesca. O Senador corretamente mencionou a Espanha. Nas principais capitais espanholas ou europeias, você almoça o peixe fresco que foi leiloado no Porto de Vigo, às 4h30 da manhã, porque é uma indústria que emite menos, que o barco é mais leve, possui técnica – treinamento de pessoal, Senai, para essa questão.

Eu acho que nós vamos, junto com a energia eólica *offshore*, fazer uma verdadeira revolução na indústria de pesca neste país.

Especificamente com relação ao projeto, eu acho que agora vou começar a me repetir, nós estamos estudando um modelo escocês, assim como mencionou o Marcello, assim como mencionou o colega da Equinor. Nós realmente estamos muito bem impressionados, porque ele agrega um conjunto de predicados que não é só preço, que é compromisso com o desenvolvimento do projeto, que é recepção dos trabalhos que já foram feitos pelo investidor para a conquista da área.

Concordo com a questão das exigências: você ter a área com obrigações, com contrapartidas a dar e a apresentar e ser fiscalizado por isso.

Gostamos bastante, Senador Prates, do regramento da consulta pública para acesso às áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com o que colocou o André Nóbrega, da Equinor – André Nóbrega, não, André Leite; perdão, confundi com você –, sobre a questão... Agora que eu me confundi com o nome, eu esqueci o que ele tinha colocado e com que concordei.

Mas, enfim, precisamos deferir isso no tempo, porque a gente entra para aquela área – lembrei! –, entra para aquela área sem saber se ela efetivamente é viável: você pode encontrar um arrecife de coral relevante, uma falha geológica, uma reprodução de mamífero que impossibilite, sob o ponto de vista ambiental, o projeto. Então, é importante que esse pagamento do uso da área tenha certo deferimento para reduzir o risco de um processo tão oneroso ao desenvolvimento de projeto.

Um outro ponto a ser colocado é com relação à participação proporcional ao longo da operação. Nós temos um precedente de mercado, 1,5%, que é o da eólica *offshore*. Nessa disputa dessa indústria a gente não pode onerar essa indústria no nascedouro. É uma indústria infante. Nós precisamos apoiá-la, promover, promover leilões, etc.

Para voltar a insistir nos temas do leilão e sem querer visitar temas recentes, como termonuclear ou termelétrica da privatização da Eletrobras, vamos pegar um exemplo lá do racionamento: nós saímos de um racionamento com a consciência, enquanto país, de que nós estávamos muito dependentes da energia hidroelétrica. E este Congresso Nacional fez um programa chamado Proinfa, extremamente criticado, à época; extremamente criticado ao longo do tempo. Para o senhor ter uma ideia, Senador Portinho, o preço de hoje de uma eólica *offshore* do Proinfa, dependendo do estado – provavelmente aquela eólica que existe no norte do Estado do Rio de Janeiro –, deve estar entre R$700, R$800 o megawatt/hora. Sem aquele programa, a pequena central hidrelétrica, a eólica e a biomassa não teriam o espaço e a competitividade que têm hoje dentro da matriz de geração no país. Hoje, a fotovoltaica e a energia eólica *offshore* têm o menor custo marginal de expansão do setor, abaixo de R$130, R$140 o megawatt/hora, graças a esse programa, graças a um programa de Estado promovido pelo Congresso Nacional. O Relator, na Câmara, onde entrou o projeto, foi o Deputado José Carlos Aleluia, pode testemunhar, de incentivar a inserção de outras fontes renováveis no país para reduzir a nossa dependência da hidroelétrica. Por diversos usos, múltiplos, da água, nós, lamentavelmente – eu mudo de cadeira, mas não mudo de cabeça; eu sou até hoje um defensor da hidroelétrica –, temos um déficit hídrico no país, que, segundo a EPE, que é um centro de excelência no Estado brasileiro, da monta de 15 gigas. Esse é o espaço para nós introduzirmos, tempestivamente, espraiado no tempo. Se fizermos leilões de 3 gigas anualmente, isso dá menos de 1,5% do total da capacidade instalada quando as usinas eólicas *offshore* começarem a gerar, para que o Congresso brasileiro, como política de Estado, acelere o país para cumprir o seu papel nesta nova geopolítica energética global em que nós podemos, não só ter um papel de destaque, mas liderar.

Era isso o que eu tinha a contribuir, tentando não ser repetitivo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado à Servtec pela sua participação, pelas suas contribuições.

Tem um grande defensor do Proinfa, na verdade, de um modelo similar para as eólicas, que é o ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio, o meu querido amigo e guru Wagner Victer, que, entre as sugestões que me encaminhou, entre várias que estamos estudando, ele também faz a mesma remissão ao projeto do nosso Deputado José Carlos Aleluia e ao que foi feito no passado. Confesso que tenho me dedicado também e anotei, inclusive, aqui as suas colocações.

Eu vou pedir ao Senador Jean Paul Prates para, no momento da sua fala agora, assumir aqui a Presidência desta Comissão, desta audiência pública, eventualmente. Eu vou pedir licença por alguns instantes, e, na sequência, o Senador Jean Paul vai também aproveitar aqueles que estão acompanhando esta audiência pelo e-Cidadania e encaminharam perguntas. O nosso Senador Jean Paul Prates, após sua fala, vai encaminhar a todos essas perguntas aqui oralmente. Eu já retorno em alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, mais uma vez, agradeço a todos os que estão aqui conosco até esta hora, que se pronunciaram. Vocês repararam que a maioria dos sotaques era do Nordeste, não é? (*Risos.*)

Nós temos até o pessoal da Dinamarca, da Espanha, da Neoenergia, todos formados lá no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Bahia. Vamos ter muito a revolucionar, Lauro e queridos amigos no Nordeste. Se Elbia e eu tivéssemos incorporado o sotaque também, pelas horas e dias vividos no Nordeste – você mais do que eu, em vários estados; e eu, principalmente, no meu Estado do Rio Grande do Norte, adotivo e de coração –, acho que teríamos aqui uma maioria quase absoluta, trazendo aí a Gabriela e adotando o Jose Partida, lá com o seu espanhol e português.

Bom, eu queria corroborar aqui as palavras do Ricardo, que se colocou agora quanto à questão da revolução que nós podemos fazer nesse setor, e fazer algumas considerações que vou deixar livre para que vocês comentem, eventualmente, até porque, em uma audiência pública, é exatamente este o objetivo: rapidamente, a gente comentar as falas iniciais de vocês.

Eu acho que nós temos, de fato, essa oportunidade de revolucionar o setor energético. Concordo plenamente e corroboro essa questão da pesca. Acho que é um setor que vai trazer justamente injeção de capital em regiões que estão depletadas economicamente, o que, claro, afeta todas as atividades, a indústria naval de um porte diferente, de um formato diferente, mas que pode se juntar a uma ressurreição da indústria naval petrolífera também, que nós ainda teremos aqui, se Deus permitir, a possibilidade de fazer.

E, depois, acho que... Não sei se foi a Gabriela que falou também do uso, da mudança – estou com tantas notas aqui que estou confuso –, mas você falou sobre a diversificação do uso, que a gente deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar também não só na questão da geração, mas para onde essa energia vai. Eu sempre dou o exemplo – e dei esse exemplo nos Estados Unidos recentemente – do poder do que a gente pode fazer com essa revolução na área da energia, que é também chegar ao consumidor final, à população brasileira, como, por exemplo – e por que não? –, o transporte público por um preço muito mais barato, com uma tarifa muito mais acessível, e eventualmente até gratuito, como é o caso do serviço da educação e da saúde, que são direitos constitucionais no Brasil. Como é que nós podemos chegar, inclusive, a benefícios como esse. Hoje em dia, estamos vivendo aí grandes crises do transporte público urbano e temos, com a eletromobilidade, com a possibilidade de gerar com fontes mais baratas e sustentáveis, certamente, também revoluções nessa área.

E, principalmente, o papel do Brasil. Se nós adquirimos muita importância em relação ao mundo do petróleo com o pré-sal, certamente, esse é mais um horizonte para nós reforçarmos o que já é forte aqui conosco, que é a nossa liderança no processo mundial de transição energética. O Brasil, dessa vez, não pode perder o trem da história de jeito nenhum. Seria altamente irresponsável da nossa parte perder essa vez, essa chance de liderar um processo mundial com todos os recursos naturais que nós temos e com todas as condições, a maturidade, inclusive regulatória, legislativa, operacional, de licenciamento ambiental, tudo, com a maturidade que o país tem. Nós não estamos mais no nível do que antigamente era chamado de Terceiro Mundo. Nós evoluímos, nós estamos prontos para fazer, conduzir e liderar mundialmente a transição energética não só na área da geração e transmissão, como na área dos novos usos, inclusive em relação a incentivos, como o Proinfra e outros incentivos, o *downstream*, digamos, da energia, que seriam vinculados principalmente a tarifas públicas de transporte, etc.

Mas eu queria comentar aqui três coisas rapidamente, não para descaracterizar ou dizer que não seja necessária a pressa nesse processo, mas para colocar um pouco de calma, de processamento intelectual nesse processo, que eu acho que é, ajuizadamente, o que a gente pode fazer.

Eu me lembro de que há cinco ou dez anos, há cinco anos, Elbia, quando a gente queria discutir isso, a própria indústria tinha receio. A própria indústria tinha receio, os próprios fornecedores e outros, no próprio âmbito da ABEEólica e de fóruns – e a gente tem isso registrado em inúmeros registros de eventos públicos –, diziam: "Não é hora, calma! Esse *offshore* é uma outra coisa, é um outro horizonte". Não é verdade? E, de repente, parece que tudo tem que se resolver neste ano. E eu quero colocar aqui que não é por ser contra, mas por ter que se ter parcimônia.

Nós acabamos de regressar de uma missão lá, onde a gente ouviu... E fomos a outras missões – acho que ao longo do ano –, em que vocês também estiveram, em Noruega, Dinamarca, e alguns desses países já estão há dez anos organizando esse setor; outros estão há sete; os Estados Unidos estão aí com cinco, sete, dependendo do que se considerar como ponto inicial; e nós começamos, em 2021, em meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à pandemia, a uma série de outros problemas, complicações de Governo e tal, toda aquela estrada pouco pavimentada que é o Brasil em termos regulatórios, políticos, etc. e tal.

Então, eu quero justificar esse meu pedido de cuidado, de parcimônia com alguns conceitos que ainda não me parecem estar claros aqui na base do processo.

Por exemplo – e o Diogo, que está aí também, pode nos corroborar isso, além dos especialistas em Direito Público, em Direito Internacional Público e Direito Público em geral: nós estamos tratando aqui não só do aproveitamento de um recurso natural abundante, que é o vento, o sol, etc., mas estamos também usando um recurso, uma área pública. Esta área pública, por definição do direito brasileiro e de qualquer direito, pode ser disputada pelo privado, mas tem que ser feito um processo organizado para que depois não se acuse o Estado brasileiro de favorecer um ou outro.

É por isso, pessoal que está nos ouvindo, que é necessária uma regra. Por que o Lauro tem direito a uma parte do mar e o Diogo não tem? Por que ele e não eu? Por que a empresa tal em vez da outra a usar um bem que é de todos? Então, basicamente, de uma forma bem superficial, essa é a razão desta lei. Esta lei não está prevendo nada de quem vai gerar primeiro, quem vai receber pela energia; ela está falando de titularidade do direito de se usar um bem público.

E esse direito de uso do bem público não pode ser – e aí eu me permito discordar de quem falou de quitanda de feira, mas não é – quitanda de feira. É obrigação a quem é outorgado um bem público otimizar o uso desse bem público. Ele não pode vir e dizer: "Ah, eu vou fazer um parquezinho menor porque eu sou menos competente do que o fulano".

Ao Estado brasileiro cabe buscar o melhor operador, o melhor investimento e o melhor resultado daquele bem público, da mesma forma, inclusive, que uma *offshore*. Por isso, nós falamos de repotenciação.

Eu, inclusive, já há muitos anos, advogo que há possibilidade de o poder público negociar ou até exigir que alguns parques eólicos – já obsoletos do ponto de vista de tecnologia, mas em uso e instalados em zonas nobres, hoje consideradas nobilíssimas, do território brasileiro para vento – façam a sua repotenciação. Que isso não seja só uma opção, não; tem que ser conversado com eles.

Eu tenho um caso lá no Rio Grande do Norte, que é o de vocês lá de Rio do Fogo. Aqueles aerogeradores já deram o que tinha que dar. Quando é que vai fazer a repotenciação? "Ah, a empresa vai decidir, vai ver, porque não sabe se a outorga vai ser suspensa, se o meu contrato de geração de energia...".

Ora, pessoal, nós precisamos discutir isso, porque, ao povo brasileiro – eu não falo isso de forma demagógica, falo isso com todos; nós somos o povo brasileiro – interessa ocupar aquela área com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor recurso, com a melhor tecnologia para tirar o máximo de energia dela e não o que era... Há quantos anos aquilo? Quinze anos? Dois mil e três, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em 2003.

Então, faz parte. Da mesma forma como nós fizemos isso com o petróleo... No petróleo isso é claro, isso é visível, porque o petróleo é um recurso não renovável e nós precisamos retirar de lá o tal fator de recuperação melhor otimizado. E a ANP e o Estado brasileiro, como todos os Estados em todos os lugares do mundo, obrigam os operadores de petróleo, de uma certa forma, ou induzem regulatoriamente, a que eles tirem o máximo de petróleo dali. Você não pode pegar um bloco e produzir o que você quiser, você tem que produzir e mostrar que produziu o máximo possível daquele recurso não renovável.

O vento não tem tanto isso, mas, como você está ocupando uma área... O princípio básico de tudo isso aqui que a gente está fazendo é que, "o.k., eu cedo ou outorgo um pedaço de mar ou um espelho d´água, mas você, particular, terá que obter o melhor daquilo ali".

E o segundo critério é o que leva até os Estados Unidos, o tal país mais capitalista do mundo, a ter um processo que é definido parcialmente – no caso aqui da nossa lei, parte é bônus, e o resto podem ser outros critérios – pela competitividade. É aquela história que eu disse aqui: por que o A e não o B? Por que o B e não o C, se todos querem eventualmente a mesma área, ou pelo menos próximas? E aí há todos os processos de localização e de microlocalização. É aqui que a gente regula isso.

E aí eu me permito dizer, mais uma vez, que, baldados os esforços... E eu reconheço inclusive a cordialidade com que fui tratado, como autor dessa lei, por parte do ministério. Deviam nos apresentar o decreto previamente, discutir conosco e tal, mas continuo defendendo que esse decreto muito mais confunde do que ajuda nesse processo. Esse decreto cria um ambiente provisório, precário, burocrático – mais burocrático do que a própria lei –, frágil e contestável, e vou mostrar alguns pontos aqui, mostrar por que isso aqui é grave. E o próprio setor deveria discutir isso mais seriamente, não ficar embevecido com a rapidez do processo – "vai acontecer este ano porque tem o decreto".

Senhores e senhoras, nós estamos abrindo um horizonte que é de 50 a 100 anos! Vamos regular uma relação de 50 a 100 anos. Não vamos poder ter, no ano que vem, com a lei já aprovada, dois ambientes. Já vamos abrir o setor com dois tipos de outorgados diferentes, um com um contrato de – e me permito aqui começar a comparação... Na lei falamos de um ato administrativo de autorização, uma outorga, porque a lei pode fazer isso, e, como o decreto não pode fazer isso, arrumaram um jeito de criar uma concessão, um contrato administrativo de cessão de uso de bem da União precedido por uma tal de "declaração de interferência prévia", que tem que ir para quantos órgãos? Seis ou sete diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quantos? Nove. É um périplo por nove órgãos que têm de ser ouvidos e tal, tem um processo lá todo...

Sinceramente, vocês imaginam que um negócio desses vá sair este ano ainda, mesmo com leilão? "Ah, vai fazer um leilão." Tá, e o processo todo que está descrito nesse decreto vai caber neste ano? Ou custa esperar uma lei estar pronta para fazer o negócio direito? Esse é o meu ponto.

Eu me permito dizer isso numa audiência pública porque esse é um ponto muito forte. Eu sei que pode até parecer coisa de oposição: "Ah, não quer que faça porque...". Não é. Eu sou desse setor, eu trabalho nesse setor. Eu estou preocupado com a insegurança que nós vamos gerar com dois ambientes totalmente diferentes.

E outra coisa – vou até resumir aqui: nós, na lei, temos outorga planejada... É bom dizer publicamente, para que todos saibam, que o decreto foi copiado da lei – a lei já estava pronta, estava no sistema –, foi copiado e mal copiado, porque foi retirado da lei por questões de vício de iniciativa, porque o Governo Federal não pode, por decreto, fazer determinadas coisas que a lei pode, claro, porque a lei é muito superior hierarquicamente ao decreto. Então, o decreto é uma regulamentação capenga, fraca, como eu disse, frágil, contestável. Quem investir por ele estará sob alto risco, inclusive e principalmente pelo Tribunal de Contas da União, porque se está cedendo uma área pública sem pagamento de nada, sem sequer se cogitar qualquer compensação ao Estado brasileiro.

O principal capítulo aqui não foi... E aí pode parecer, de novo, bom aos investidores: "Olha, que bom, o pessoal fez uma lei que tem participações governamentais, e o Governo fez um decreto em que simplesmente ninguém paga nada para usar um pedaço do mar territorial". Ótimo, muito bom para o investidor. Ele pode achar maravilhoso no começo, mas vai ter contestação, porque em todo lugar do mundo se paga. Ou tem algum lugar do mundo em que não se paga nada? Na Dinamarca não se paga nada? Paga, não é, Diogo? Na Noruega não se paga nada? Nos Estados Unidos não se paga nada? Então, o Brasil é o mais competitivo dos lugares – eu disse isso aqui ao abrir –, nós vamos ter o *offshore* mais competitivo, mais atrativo do mundo, e a gente tem a ilusão de que, por um decreto, não se vai pagar nada? E a gente tem a ilusão também de que, mais cedo ou mais tarde, o legislador futuro, das próximas legislaturas, eu não estando aqui mais ou estando, não vai criar outras elucubrações ainda piores do que as que a gente tem agora para tratar e legislar?

E estou justamente, inclusive, Senador Portinho, acatando imediatamente a discussão sobre os tais 5% reduzíveis a 3% nos cinco primeiros anos, porque a gente colocou alguma coisa para discutir, mas é claro que a proporção correta para algumas áreas é entre 0,5% e 1%, além do mais porque se aplica à receita bruta. Mas precisamos limitar isso logo! Achar que é uma farra, "Ah, vamos fazer porque o decreto...", deixar solto e ilusoriamente achar que o Congresso ou mesmo o Executivo não vai mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarde olhar e dizer: "Quer dizer que é tudo isso e vocês não pagam nada?". E os prefeitos das cidades afetadas, como no petróleo, acostumados com o precedente dos *royalties* do petróleo, também não vão achar isso?

Quantas vezes, Elbia, eu e você e outros da indústria eólica, tivemos que coibir aqui ideias malucas e fantásticas sobre *royalties* sobre vento? Quantas vezes aqui nos últimos 15 anos? Eu acho que pelo menos 15 vezes. Uma vez por ano aparece um artista querendo tributar ou colocar *royalties* sobre vento em terra. Ora, por que vem isso? Ninguém é gênio por acaso. Se tem no petróleo, tem em outras coisas, por que não tem no vento? Aí o cara imediatamente faz um projeto, depois vai ver que não é constitucional, que não pode, porque não é recurso não renovável, etc., etc. Nós não criamos *royalties* sobre vento aqui. Nós estamos criando o que a gente chama de participação proporcional pelo uso desse bem público que está lá no mar, ou o espelho d´água, etc. e tal, que pode ser proporcionalizado sem problema nenhum. Pode haver inclusive uma escala de atratividade, pode ser colocado um *range*. Nós jogamos inicialmente os 5% porque esse é o *range* mínimo dos *royalties* de petróleo *offshore*. É um parâmetro, que pode ser o máximo no caso do *offshore* eólico, que, claro, é um recurso completamente diferente, mas acho que a gente teme aqui por não embarcar nessa coisa e achar que está tudo bem. Não está tudo bem – é um alerta que eu faço.

A questão da avaliação prévia também é outro processo muito importante, com o qual todos aqui concordam, porque todos aqui são *players* de primeiro escalão, de primeira linha. São os que eu quero no Rio Grande do Norte e no Brasil. Eu não quero o cambista de projeto, não quero o cartório de empreendimento, aquele que pega uma cessão dessas, num ambiente precário, depois senta em cima. Não tem dinheiro para fazer nada, sequer as medições, que dirá o projeto em si, e vai depois tentar cacifar isso com alguém, porque ele tem o direito e sentou ali em cima, em cima de um papel.

Então não adianta a gente encher de protocolos, e o ministério, o Governo, qualquer governo, tanto de estado, quanto o Federal, ir para o *Valor Econômico* anunciar que tem 30 projetos lá, ou o próprio Ibama chegar lá com 30 projetos para licenciar, e se ocupar o Ibama, se ocupar a capacidade de análise do Estado brasileiro, que já é precária, com um projeto de papel, um projeto inviável, com um empreendedor que não tem condição claramente de fazer aquilo. É grave por isso.

É por isso que é dever, não é direito do Estado exigir requisitos, senador Portinho. É dever do Estado, porque vai ocupar a máquina pública com bobagem, com projeto ruim, com projeto inviável, com área onde não pode ter aerogerador jamais. Então o Estado brasileiro tem que ter tempo para atuar também.

Oxalá nós consigamos, pelo Ibama, já criar zonas de exclusão, para não ter nem ninguém se arvorando a dizer, "ah, eu fiz um projeto aqui, dei entrada no Ibama, tenho direito à minha licença". Não tem. O Ibama tem o direito de não dar a licença. E o Ibama e o Estado brasileiro têm o direito de fazer áreas de exclusão prévia, onde você nem pensa em botar projeto, porque não vai ser licenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É melhor ou não isso para o empreendedor? Bom, para o empreendedor bom. Para o picareta, ele vai aonde for, ele vai aonde ninguém grande for, porque ele vai ali nos defeituosos. Depois ele tenta se cacifar com um direito que ele não tem.

Então esse cenário de gerar expectativas falsas, irreais, em empreendimentos que são caros e complexos, a gente quer evitar aqui no Brasil. E a gente conseguiu fazer isso, com o grande mérito da ABEEólica, presidida pelo Lauro, depois pela Elbia, não é? O Ricardo também, acho que presidiu uma época.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele que foi o presidente? Mas você foi o fundador também.

Então, assim, nós temos aqui exemplos, cabeças que preservaram o ambiente, justamente, para a Neoenergia, para a Shell, para outras grandes empresas, *players* hoje entrarem, como a Knorr, uma grande empresa; atrair esse tipo de investidor.

E criar investidores brasileiros. Temos empresas fantásticas, brasileiras, atuando em pé de igualdade com esses grandes grupos, não é, Elbia? Graças ao ambiente seguro.

Essa segurança jurídica de que tanto falam não é só criada pelo Estado brasileiro; ela tem que ser criada também pelos empreendedores. Eles têm que topar estar ao lado do Estado brasileiro quando ele está se defendendo de eventuais inseguranças para ele. Não adianta nada ter um ambiente seguro para o investidor e não ser seguro para o Estado brasileiro, e depois os governos se sucederem e tentarem ficar corrigindo coisas.

É o que vai acontecer nesse caso. Claramente é o que vai acontecer aqui. Vai-se fazer um decreto correndo, vão-se dar três ou quatro outorgas – outorgas, não –, cessões de uso, aí vai ficar um cara com cessão de uso, e depois, daqui a cinco anos, se você tirar um *flash* da situação, você vai ter três sujeitos com uma cessão de uso com termos tais, tais, tais, e os outros todos com as outorgas de autorização. Para começar, um horizonte desses, num setor importante como esse, não é bom. Sinceramente não é bom.

O decreto se aproveita? Pode, sim, se aproveitar. Vamos fazer o levantamento do que é que se aproveita, mas, em princípio, não vejo que ele ajude tanto assim nem que acelere nada. E nem vejo como saudável que se acelere em função disso.

Nós estamos fazendo o trabalho, aqui, legislativo normal. O Governo Federal tem muitas coisas para fazer, inclusive equipar o Ibama, deixar o Ibama em forma para poder, aí sim, licenciar esses projetos a tempo. O Ibama tem sobrecarga em *offshore*, inclusive para petróleo e gás. Eu estive no Rio de Janeiro agora e recebi vários muxoxos de projetos de *offshore* petrolíferos que estão lá na estrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ibama. Então, não é tão fácil assim. O Estado tem limites. Basicamente, é por isso que eu faço essa ressalva.

Por fim, vamos falar um pouquinho do bônus, de que a gente falou aqui. O bônus não é obrigatório, gente! O bônus é uma forma de desempatar o interesse dos empreendedores. Não se quer, aqui, fazer uma corrida de bônus desenfreada. Pode-se, inclusive, encetar – e isso cabe ao regulador, não à lei – tetos, limites, bônus mínimo, bônus máximo. Enfim, você pode calibrar as participações governamentais, como no petróleo, da forma mais inteligente e atrativa ao investimento possível. Não é necessário você ter uma corrida de bônus desenfreada, mas você também tem que ter participação.

O que a gente fez aqui foi colocar três tipos de participação: o bônus de assinatura, que é em reais, quando se assina o contrato, e é uma disputa pelas áreas planejadas e colocadas à oferta; o pagamento pela ocupação e retenção de área, que é um valor fixo, igualzinho ao do petróleo, que normalmente sustenta a agência reguladora – ele é destinado diretamente a sustentar as atividades regulatórias e é, portanto, um valor muito baixo, mas um valor necessário e fixo, que se paga desde o início, inclusive antes da construção, mas é baixo –; e a participação proporcional, que é essa de que a gente falou aqui, que está lá na lei como 5% da receita bruta, podendo descer a 60% disso, o que é 3%, nos cinco primeiros anos. Mas isso também pode absolutamente ser modificado, e é para isso que está lá. Essa destinação é: para a União, 30%; 25% para os estados mais 10% para o FPE; e 25% para os municípios mais 10% para o FPM. É uma participação que diz respeito justamente a União, estados e municípios pelo uso do mar territorial, da zona econômica exclusiva, da plataforma continental, enfim.

Bom, era isso, pessoal. Queria só também aduzir aqui algumas perguntas que colocaram.

O Thiago Alcides, de São Paulo, e o Matheus Alcides, de São Paulo – eu acho que é a mesma pessoa, Matheus Alcides, de São Paulo, e Thiago Alcides, ou devem ser irmãos interessados –, perguntaram a mesma coisa: "Como será feito o aproveitamento do potencial energético *offshore*? No caso do Thiago: "O que é o potencial energético *offshore* e como será feito para obtermos esse aproveitamento?".

Acho que isso foi amplamente explicado aqui, também, pelos participantes.

Pedro Luiz, de São Paulo, diz: "Existe a possibilidade de isenção total dos impostos para equipamentos produzidos com 70% a 100% de tecnologia nacional?".

No mesmo sentido, Rogério Eich, de Rondônia, diz: "[...] Qual o incentivo governamental para [a matéria-prima de produção dos equipamentos que já são brasileiros]?".

Essa questão – eu até me permito responder rapidamente – é um caso justamente de política industrial setorial. Isso não cabe a essa lei detalhar, mas certamente é uma preocupação que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui deixou bastante claro que deve estar presente nas discussões futuras, no resultado dessa regulamentação.

É isso. Vou restituir a Presidência ao nosso querido Relator, Carlos Portinho, colocando-nos completamente à disposição, como estamos aqui hoje, para justamente discutir e aduzir esses elementos que eu ponderei aqui, inclusive em relação à conciliação com os atos administrativos já exarados pelo Governo Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero agradecer ao autor do projeto, Senador Jean Paul Prates.

Eu, como Relator, tenho essa dura, mas desafiadora, missão de, além de ouvir, nesse formato de democracia participativa, como eu toco todos os meus projetos aqui no Senado, harmonizar e harmonizar não só o interesse privado e o interesse público, mas também, nesse caso, harmonizar a iniciativa já adotada pelo Poder Executivo, pelo Ministério de Minas e Energia, através do decreto do nosso Ministro Bento, com a iniciativa do Parlamento, a autoria do Senador Jean Paul Prates, transformando em lei, com maior segurança jurídica, e isso eu acho que também nos une.

É um projeto de Estado. Então, acho que até essa divisão aqui, uma boa divisão, de tarefas, digamos assim, com o autor do projeto de um partido, o Relator de outro, mostra que o que nos une é o interesse de uma política de Estado.

O Ministério de Minas e Energia tem o mérito, como eu disse no início, de fazer o *warmup*. O decreto antecipa, porque o processo legislativo é lento naturalmente, e tem que ser, para que possam ser ouvidos todos os atores. E não só o Ministério de Minas e Energia, mas o de Meio Ambiente, com o próprio Ibama, como já elogiado aqui, antecipando-se a muitas questões de procedimento que vêm agora, tanto no decreto quanto na legislação. E a minha função, como Relator, é buscar essa harmonia.

E, só para deixar também claro, antes de dar a palavra aqui ao Marcello Nascimento, do Ministério de Minas e Energia, que a pediu, após esta nossa audiência pública, eu ainda vou ter, nesse trabalho de conversa com todos, as minhas conversas com o setor público, especialmente com o Ministério de Minas e Energia, com a equipe do Ministro Bento, ainda terei também com... Pedi ontem, quando até encontrei informalmente o Presidente da Aneel, o Sandoval, para ter um tempo de reunião com a equipe dele para que a gente possa, nesse relatório, justamente buscar o que nos une.

E é um pouco do que o Jean Paul falou. Desde as minhas conversas iniciais com o setor, passando pelas conversas que tivemos e pelo muito que aprendi no seminário em Atlantic City, que reuniu grandes atores mundiais desse setor em que o Brasil, certamente, será um dos eldorados, eu não tenho dúvida, se não o Eldorado principal, eu tenho anotado algumas questões, como muitas foram já aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repetidas, para, juntos, numa conversa final, aí sim, com o autor do projeto, porque eu trabalho a quatro mãos sempre com os autores – em todos os meus projetos foi assim –, buscar também a minha convergência com o Jean Paul e com base nessas contribuições do privado, do público, do decreto e do projeto do Senador Collor, que devemos também exaltar porque estava à frente do seu tempo, que precisa da sua atualização, e é o que faz esse projeto de lei.

Então, não tenham dúvida, eu queria até destacar muito do que foi falado aqui e acrescentar...

O Senador Esperidião Amin também vai fazer uso da palavra. Eu vou pedir só, Senador Esperidião, que a gente possa lhe dar a palavra, se isso não lhe desagradar, após a fala do Marcello Nascimento, do Ministério de Minas e Energia, porque ele pode, inclusive, contribuir ainda mais com esse debate com a sua própria fala.

Mas muitas das questões aqui, como a questão da real qualificação do interessado, estão no meu radar como Relator: a prioridade dos projetos já em estudo está no meu radar como Relator; o tempo necessário para análise, licença e instalação também tenho avaliado; a base de dados pública, resultado do estudo no caso daqueles que pedirem para estudar uma área; a transparência, para que esse conhecimento possa ficar transparente a todos e não se perder, eventualmente, porque aquele que fez o estudo não foi o vencedor no caso de uma disputa daquele bloco – isso é muito importante, porque isso é conhecimento –; a questão do preço da outorga, que, em alguns casos, envolverá o bônus de participação, o *lease* e o bônus de assinatura – até, Jean Paul, adiantando, sabendo que você colocou os 5% por uma provocação no bom sentido, acho que podemos pensar num patamar percentual "a partir" e deixar que, numa disputa entre os concorrentes, isso fique estabelecido dentro dos seus planos de investimento e de negócios –; a questão dos leilões de energia, embora eu já até me antecipei à Servtec, antes já havia dito que entendo que aqui a gente trata de uma lei como política de Estado – e eu acho que aí os leilões são políticas de Governo –, mas a autorização, e aí remeto ao Secretário Wagner Victer, que até, na sexta-feira, me sugeriu como autorizativo, para sinalizar que isso é importante para o desenvolvimento e prospecção das áreas, sim, está no meu radar.

Pelo que foi dito tanto pela Neoenergia quanto pela Ocean Winds e outros *players*, não é só o preço final que o Estado vai ganhar, mas o principal interesse – e eu tenho isso para mim como norte – é que os projetos sejam desenvolvidos, que a gente possa avançar no campo desse *mix* energético, da geração de energia limpa. Então, o valor percentual, talvez, dessas contrapartidas poder se reverter para a infraestrutura. O Senador Jean Paul, inclusive, disse: "... para a transição da mobilidade urbana para outro meio de combustível mais limpo...". A P&D é isso. Eu já havia antecipado com o Senador Jean Paul, que um percentual deve ir, como há no setor energético. E, falando aqui com o Antônio Marcos, do Instituto Senai de Inovação, isso é muito importante, a gente sabe que isso é sedimentar o futuro.

A questão da formação de mão de obra, porque esses projetos devem gerar emprego. Este tem que ser um mantra nos nossos próximos anos: geração de emprego no país e, sem dúvida, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento dessa cadeia de *sousplats* e fornecedores – e aí não nego estar no meu radar a questão de a gente incentivar a produção nacional também, trazer a tecnologia para cá.

Quando eu falei do bônus, do *lease* e da participação, Jean Paul, muitos com quem conversei manifestaram preocupação com esse triplo pagamento, embora não necessariamente haverá um bônus de assinatura. Essa é uma questão que eu também estou avaliando para a gente poder sentar e discutir melhor, de forma que o custo final não gere um impacto na tarifa, porque quem paga é o consumidor. E nós queremos tanto desenvolver esse setor, como queremos, se possível, a energia mais barata. Então, onerá-la é uma preocupação que a gente deve ter.

O Senador Jean Paulo falou, a lei fala muito no descomissionamento, o decreto já fala em repotencialização, o Senador Jean Paul mesmo aqui falou em repotencialização. Então, a gente sabe que são necessárias as previsões para o descomissionamento, mas também, eventualmente, na repotencialização.

Alguns *players* já trouxeram, em conversas, a necessidade de haver uma centralização num órgão para que não seja uma corrida entre nove órgãos: um pediu na Marinha; o outro está lá no Ministério do Meio Ambiente pedindo a licença dele; e o Governo sem saber a quantas anda esse processo. Então talvez um órgão de Governo possa centralizar os protocolos e acompanhar, sem criar burocracia, monitorar – esse é o sentido principal – os pedidos e o andamento deles, porque a gente quer que seja implementado da maneira mais simples. E acho que para o investidor... Essa centralização também está no meu radar, ela é importante. Enfim, metas de cumprimento dos projetos, sob pena de decadência.

Hoje vocês me trouxeram uma questão que anotei aqui, que é a questão dos critérios de distanciamento entre as fazendas eólicas. O Jean Paul falou em zonas de exclusão, que são importantes de igual forma.

Enfim, era só para também dividir com vocês, como Relator, dentro do meu trabalho de harmonização, ouvindo a todos nesse processo, democracia participativa, para vocês saberem. E tenho certeza de que todos se identificaram com o eu falei aqui, em algum momento conversaram sobre algum ponto desses. E nós certamente levaremos isso em consideração na redação do projeto, nas nossas conversas, eu e o Senador Jean Paul, junto, naturalmente, com o Ministério de Minas e Energia – quero deixar isso registrado – e com os órgãos de Governo.

Então, dito isso, se o Senador Esperidião Amin não se importar, nós ouviremos, primeiro, o Sr. Marcello Nascimento, do Ministério de Minas e Energia, que pediu a palavra. (*Pausa.*)

A palavra é dada ao Sr. Marcello Nascimento, do Ministério de Minas e Energia.

O SR. MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos mais uma vez!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Portinho. Obrigado, Senador Jean Paul, pela oportunidade.

Antes de qualquer coisa, eu diria que é excelente a oportunidade de participar desse debate. Acho que o Senador Portinho e o Senador Jean Paul se debruçaram e conhecem bastante do assunto. Isso é muito bom, torna a discussão bastante rica.

Eu queria esclarecer alguns pontos que julgo fundamentais.

Uma palavra que o Senador Jean Paul utilizou, com a qual concordo, é a questão da maturidade. A gente percebe realmente que o Brasil tem bastante maturidade no campo do licenciamento ambiental. Isso foi mostrado hoje, inclusive, mas já sabíamos disso.

Eu queria dizer que, no campo da regulação, tanto para a comercialização como para a promoção de leilões e para a estruturação do setor elétrico, também existe uma maturidade extremamente elevada, razão pela qual, voltando ao início da questão, quando nós examinamos o PL do Collor, que foi o primeiro, depois a gente percebeu uma evolução no PL do Senador Jean Paul, depois, uma outra, do Deputado Danilo Forte, a gente percebeu que foram ocorrendo evoluções, ajustes.

A gente também examinou a legislação vigente, toda a lei vigente do setor elétrico, e a nossa conclusão óbvia era de que estava maduro, no entanto precisava de uma organização no que tange apenas à cessão do espaço para a exploração da atividade. Esse era o passo que precisava ser dado, que encontrava também legislação já existente, no entanto precisava de pequenos ajustes, detalhes, para que o investidor se sentisse mais confortável em fazer o investimento.

Uma outra palavra que o Senador Jean Paul adotou e eu assino embaixo é a parcimônia. Isso também tem sido um desafio, Senadores, bastante diário, aqui no Ministério, onde recebemos os investidores e os ouvimos, e, numa ansiedade, a maioria deles, nem todos, entende que a gente deveria ser mais ágil, mais rápido, para fazer os primeiros leilões, cessão de área o quanto antes.

Exatamente por essa razão, pela parcimônia e pelo cuidado, não só pela importância, mas pelo volume, não só de investimento, mas pelo que isso pode gerar na nossa sociedade e na matriz elétrica e energética, é que foi dado um prazo razoavelmente longo para que a gente pudesse regulamentar, detalhar o decreto, por meio de portarias, instruções normativas, resoluções da Aneel, da agência reguladora e de outros órgãos que estão envolvidos no processo.

Por isso que o decreto entra em vigor apenas em 15 de julho. O decreto já está publicado como uma diretriz, como uma linha, como uma trilha, mas ele só vai entrar em vigor a partir de 15 de julho. E só seis meses depois, ou seja, em 15 de dezembro, no final deste ano, é que o prazo para regulamentar esse decreto, com todos esses normativos que eu comentei, termina.

Exatamente para termos essa parcimônia, essa tranquilidade, para que dê tempo de conversarmos com cada um dos agentes envolvidos na emissão das declarações de interferências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prévias... Exatamente, para termos essa parcimônia, essa tranquilidade, para que dê tempo de conversarmos com cada um dos agentes envolvidos na emissão das declarações de interferências prévias... Aquilo, Senador, que parece estranho, que é a DIP, é exatamente o que está previsto no seu projeto de lei, no art. 7º, quando se fala que, para a formação dos prismas, tem que ter harmonização de políticas públicas entre os órgãos da União para evitar ou mitigar potenciais conflitos, conforme previsto no art. 8º.

O senhor, nesse projeto, fala que é vedado fazer blocos ou prismas em áreas de concessão, de partilha de petróleo, em rota de navegação, em áreas protegidas... Ou seja, é todo um cuidado para que aquela área que está sendo estudada e futuramente será utilizada para implantar um parque gerador não tenha interferências com outras áreas ou, se tiver interferências, que elas sejam sanadas ou compartilhadas, de domínio público, para que o interessado, o desenvolvedor tenha tranquilidade em dar esse primeiro passo.

Então, essas DIPs, declarações de interferência, nada mais são do que um nome de batismo que demos aqui para algo que está previsto em decreto. Ele fez questão de listar os órgãos para que nós pudéssemos... inclusive, como já estamos fazendo, e, aliás, num exercício excelente em cada um desses órgãos, explicando o que eles têm de avaliar, qual o grau de profundidade, e eles também nos passando quais são as preocupações para que, quando nós entreguemos uma área por meio de um processo de licitação, esse empreendedor possa ter a tranquilidade de que terá a exclusividade da área *downstream*.

E outro ponto fundamental: não são dois ambientes, não tem dois ambientes, mas duas etapas de um mesmo ambiente, de um único ambiente, que é, no final, gerar energia *offshore* no ambiente marítimo. O que foi feito em duas fases, para deixar claro, é que, num primeiro momento, nós não sabemos o potencial daquela área. Não sabemos. Nós poderíamos esperar o Planejamento Espacial Marinho, que, aliás, agora fez uma parceria, que a Marinha tem conduzido, e agora fez uma parceria com o BNDES, mas vão começar a fazer um estudo no sul, ele ficar pronto para que nós déssemos um passo. Só que aí nós estaríamos falando de um processo talvez muito longo para iniciar. Então, nós pensamos que os investidores poderiam iniciar por meio de estudos feitos por eles mesmos, que têm iniciativa, que têm interesse. No entanto, ao interessado solicitar essa área, ele não sabe ainda se tem potencial, se vai encontrar outros riscos ou entraves ou interferências que vão impedir a produção de energia. Por isso, ele não tem a outorga ainda. O que ele tem é um direito à outorga, que lhe será dada desde que ele cumpra requisitos da cessão. Quais requisitos? São exatamente esses requisitos que nós estamos detalhando nas portarias, que são exatamente algumas perguntas que o senhor endereçou, que não estão prontas no decreto, exatamente para que a gente tenha tempo para discutir, com toda a parcimônia que o senhor levantou, com todos os agentes quais são os melhores critérios: qual o tempo de medição, se eu vou aceitar ou não medição em terra ou apenas no mar ou híbrida, quais são os requisitos mínimos para pré-qualificar o interessado em fazer investimento, em estudar... Então, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses requisitos estão sendo estudados em uma ampla conversa com os agentes e todos aqueles órgãos, aqueles órgãos listados no decreto.

É muito importante, quando a gente lê o decreto, pois em nenhum momento ele diz que é gratuito, muito pelo contrário. A cessão é obrigatoriamente onerosa – obrigatoriamente! Ela só vai ser gratuita para, uma previsão que o decreto fez, aliás, bastante coerente, projetos de pesquisa e desenvolvimento. Para pesquisa e desenvolvimento, sim, por um tempo limitado, mas uma cessão pode ser feita de forma gratuita.

No entanto, para estudo do potencial que gera o direito de uma outorga, não, em absoluto, será cobrado. Nenhum agente interessado pode explorar uma atividade econômica em um espaço público cedido pela União de forma não onerosa, ela será obrigatoriamente onerosa.

No entanto, a onerosidade não se dará pela quantidade de vento ou pela quantidade gerada, porque ali já há diversos encargos setoriais, tributos que incidem sobre essa atividade, que são a produção e a comercialização de energia elétrica.

E o aproveitamento do vento, um recurso infinito, não se compara com um bem da União que é, um exemplo, o óleo, o gás e o petróleo, que estão numa região que é da União e um bem, um recurso que é da União.

Aqui eu estou tratando apenas de um espaço que é da União. Nisso não há a menor dúvida e em nenhuma hipótese poderá ser feita sem uma cobrança, sem que a União receba por essa cessão.

Quando eu leio um projeto de lei e outros projetos de lei, eu consigo ver ali o óbvio, como o senhor disse. Assim que a gente começou, o Ministro Bento deixou muito claro: "Olha, não é uma corrida para ver quem termina primeiro". Não, não é uma disputa com o Legislativo, de forma alguma. É a construção de algo seguro, de algo que vá ao encontro dos anseios da sociedade e que permita um ambiente competitivo para que essa fonte possa se desenvolver. Pode demorar cinco anos? Dez anos? Quinze? Não sei, o mercado vai dizer. O que nós, do Executivo, estamos preparando é um ambiente seguro para que ele possa saber que as regras e os contratos vão ser respeitados e aonde ele precisa caminhar para poder colocar os seus projetos operando de pé de uma maneira fácil, inteligível. O setor de energia elétrica no Brasil já está acostumado.

Então, alguns pontos que o decreto hoje traz foram aprimoramentos após serem ouvidos agentes governamentais e privados. Por exemplo, uma questão que o projeto de lei de autoria do senhor prevê é que poderá haver ressarcimento. Em conversas com diversos agentes se viu que essa figura do ressarcimento não interessa. Diferentemente do *onshore*, as despesas em *offshore* – e o senhor sabe bem disso também – são infinitamente superiores. Os interessados em fazer um estudo não querem pegar um projeto e vender, botar embaixo do braço. Não, eles querem implementar o projeto, eles querem fazer o projeto. Então isso também nós estamos desenhando de forma que não haverá mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de papel, não haverá mercado de área. A outorga só vai ser entregue, o direito... Ou seja, a outorga para gerar energia só vai ser entregue se, e somente se, o interessado que recebeu o direito de usar aquela área e que pagou e está pagando por ela – a cessão onerosa – cumprir o requisito do contrato de cessão: imediatamente após a outorga, o contrato de cessão passa a seguir o prazo de outorga, inclusive com a previsão de descomissionamento no final. Então, são alguns pontos de que eu queria tratar aqui.

Para terminar como comecei: a questão da parcimônia, Senador, para mim, é extremamente relevante, como o senhor colocou. Não há pressa, não há pressa de maneira alguma, não se quer fazer normativos ou portarias de forma açodada. Não. A pressa é para construir algo com o tempo que o próprio decreto deixou de forma bem estruturada.

Eu estou à disposição caso eu não tenha explicado de forma clara alguns pontos.

Obrigado pelo tempo, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Caro Marcello, fico muito feliz em ouvi-lo, porque acho que essa harmonização é necessária e não é tão distante assim. Há a questão, talvez, da remuneração do governo, a forma de divisão, estado, município etc., mas isso faz parte dessa nossa interlocução quando a gente trata do bem público. Gostei muito da sua participação, Marcello, quero lhe agradecer.

O Senador Esperidião Amin teve uma reunião. Ele me escreveu que infelizmente não pôde ficar até o final, mas elogiou e agradeceu a participação de todos os convidados, que enriqueceram este debate.

Acho que o Senador Jean Paul, Marcelo, tem uma bolinha aí para trocar com você.

Senador Jean Paul, com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, em primeiro lugar quero dizer a todos que estão nos assistindo aqui que o Marcelo é *show* de bola, ele está conversando com a gente desde a autoria do projeto. Quem está nos assistindo pode estar pensando que há uma disputa entre o ministério e o autor do projeto. Não, não é isso, é exatamente para que a gente consiga entender o racional.

E agora entendi algumas coisas aqui, mas fiquei com mais dúvidas ainda, fiquei mais preocupado ainda. E, aí, de novo, fazendo a ressalva de que o Marcello e o próprio Ministro Bento têm feito um esforço enorme e que nós estamos trabalhando pelo mesmo objetivo. Só que, evidentemente, nós estamos aqui e quem está nos assistindo está assistindo ao vivo ao processo de fazer leis. E, como diz aquela piada, às vezes não é muito bonito – aquela coisa da linguiça que falam, de fazer linguiças, de fazer leis. Enfim, aqui não está tão feio assim, mas é um processo de discussão realmente, de construção e, às vezes, de teses de bases diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam qual é a diferença aqui. Para mim, como autor desse projeto, o momento de exigir e de encerrar a relação de confiança com o investidor é na outorga do direito de usar o pedaço de mar. Vou simplificar aqui, copos d'água, etc., todo mundo já sabe, enfim, um pedaço de mar, onde quer que ele esteja. Porque, se você deixa, Marcelo, isso para um momento posterior, que é o contrato de gerar energia, provavelmente você não vai ter condição de dizer: "Ah, depois de tudo que você fez aí no mar, estudou, se dedicou, agora eu não vou te dar o contrato de gerar energia porque essa área não foi aprovada ou porque você não é viável ou porque tem alguma coisa que na etapa anterior foi preterida, porque era apenas um estudo". Não fica muito claro e se cria... Quando eu disse aqui dois ambientes regulatórios é porque eu estava imaginando: "Eu faço a cessão e vou gerar, vou para o leilão com a minha cessão na mão". Mas o que o Ministério, o Marcelo está talvez dizendo é que ele não tem necessariamente a outorga ainda – não é isso? – e ele vai ter a outorga quando for gerar energia, vai ser a outorga do contrato de geração de energia. Eu acho isso confuso. Como é que você vai... Nós estamos aqui discutindo titularidade para você usar esse pedaço de mar, para você empatar o Ibama, para você empatar as autoridades que vão autorizá-lo a usar esse pedaço de mar, você já tem que mostrar que a sua participação é viável, você já é um empreendimento sério, etc., etc., etc. Senão pode pegar isso aqui, fazer todo esse processo a título de estudo e depois, na hora em que for fazer outorga de gerar energia, ir lá buscar investidor, fazer arremedos, etc., ou ter novas exigências, porque a gente já conhece o processo. Quando chegar a esse momento, o cara vai dizer: "Não, mas espera aí, eu gerei todas as expectativas, eu já investi, eu exijo a minha outorga de energia". Em que outro ambiente e fonte energética no Brasil você só recebe a outorga de gerar energia se se condicionar ao uso do recurso natural? Em nenhuma. Você vai criar, sim, duas dimensões diferentes de regulação. Eu queria encerrar a lei, encerra o processo de uso do bem público de uma vez e, se ele vai para leilão ou não, ou se ele vai gerar para mercado livre, se ele vai participar, se ele vai gerar hidrogênio, porque ele pode nem participar de mercado nenhum, de leilão nenhum, pode se fechar em si mesmo num processo isolado.

Lá no Amapá nós estamos medindo, o Senai do Rio Grande do Norte está medindo de costa a costa, do Amapá até Touros, no Rio Grande do Norte, o potencial *offshore* da margem equatorial brasileira. Lá no Amapá, quem não estiver ligado em nada, se resolver fazer um processo de hidrogênio, o cara vai usar o mar territorial, vai ter que fechar esse processo todo aqui como uma outorga, sim, não como uma mera cessão de uso, vai conectar numa planta de hidrogênio e vai levar para a Alemanha o hidrogênio, não quer nem saber do mercado daqui. Ele não vai aparecer lá para buscar uma outorga para gerar talvez ou vai aparecer, mas vai exigir, porque ele vai dizer: "Eu não vou participar desse mercado, então eu preciso, eu exijo a outorga de geração de energia ou de geração de hidrogênio, porque eu já fiz o investimento".

Então, sem querer aprofundar muito, porque não dá, e para a gente também não ficar num debate eterno, esse é um ponto que a gente precisa esmiuçar melhor, tratar melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, veja, a preocupação minha sempre é justamente não gerar depois a alegação de insegurança jurídica. Não é nem gerar insegurança jurídica, é não gerar a possibilidade de alegação de insegurança jurídica depois. Portanto, insegurança jurídica ao quadrado, não é? Porque, se ela é gerada pela própria lei, ou pela regra, ou pelo decreto, ou pela hierarquia das leis, ou pela incerteza do que nos cabe fazer direito – e aí entra a história da parcimônia –, aí não é insegurança jurídica, é incompetência jurídica mesmo. Porque, se a gente não consegue fazer isso, e o investidor, empolgado, com toda razão, em investir, acaba participando de um processo precário, lá na frente ele tem todo o direito de reclamar.

E aí vem toda a coisa, a questão a rodo disso, que é a comunidade, é o pescador. Lá nos Estados Unidos, nós vimos vários relatos bastante graves, em que o Governo simplesmente, me pareceu – não sei se pareceu a vocês, mas me pareceu –, nem consegue gerir direito a história, a convivência com as comunidades pesqueiras. Nós aqui temos, eu acho que o Ibama concorda com isso, uma maturidade até bem maior nesse convívio. As colônias de pescadores são organizadas. Claro, tem política, sim, como em tudo no Brasil, mas tem um processo muito mais interativo, muito mais próximo.

E, corroborando o que o Ricardo disse, acho que esses setores vão ganhar muito com essa injeção e circulação de capital, de indústria, de ciência e tecnologia, de tudo. Mas nós temos que induzir – não é obrigar, é induzir – a que isso aconteça: compensações socioambientais que envolvam esses setores que eventualmente são afetados pelas externalidades naturais da interferência dos parques eólicos *offshore*, que, embora sejam muito menores do que outras fontes de energia, sim, claro, geram. Nós não podemos negar isso. Qualquer coisa que se faz no ambiente gera algum tipo de impacto. A questão é saber qual é o impacto que você quer, se é o maior ou se é o menor, se é o risco nuclear, ou queimar fóssil, ou se é gerar a partir do vento e do sol.

Mas isso tudo é exatamente o ambiente regulatório e legal, principalmente legal, que é o inicial, que é o guarda-chuva de tudo, que a gente quer aprimorar.

É isso. Obrigado. E parabéns pelo trabalho – quero deixar consignado aqui: o trabalho do ministério, o trabalho da equipe do Ministro Bento, que, acima de tudo, tem sido muito parcimoniosa conosco também aqui, legislando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Obrigado, Marcelo. Na verdade, a gente vai estar junto aí esta semana, numa reunião. A gente vai poder afinar melhor e buscar essa harmonia. Eu acho que de forma alguma, acho que está muito próximo, nada distante. E o interesse maior é o interesse do Estado, e isso nos une. Então não tenho a menor dúvida.

Chegando à parte final, eu quero agradecer, dizer que, das minhas relatorias, eu destaco duas anteriores que também foram transformadoras: o Marco Legal das *Startups*, que já é uma realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul, e vem trazendo investimentos, além do desenvolvimento de inovação, de tecnologia; e a Sociedade Anônima do Futebol, aí eu joguei no meu campo, mas que também é um projeto transformador, culturalmente transformador, na mudança da cultura do futebol brasileiro, para um ambiente de negócios.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Botafogo que o diga.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, não fala muito, não, porque ontem eu fui assistir...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não quero tirar onda, não, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas eu até fiquei feliz por isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe estar, deixe estar. Eu não queria tocar em assunto desagradável...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fiquei feliz só por isso.

E este também é um projeto transformador, é um projeto de futuro, é um projeto de Estado. E esses projetos realmente me desafiam.

Para concluir a nossa reunião – deixo os nossos convidados à disposição, à vontade, na verdade, se tiverem outros compromissos –, tenho aqui a leitura de uma parte final obrigatória.

Considerando que obtivemos quórum deliberativo em nossa reunião, agradeço a todos os Senadores que registraram a presença, além daqueles que puderam acompanhar do início ao fim ou em seus momentos.

Gostaria de submeter à Comissão alguns requerimentos de audiência pública que estão pendentes de aprovação. Faremos a votação, Senador Jean Paul, em bloco, dos seguintes requerimentos:

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 7, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca do reajuste tarifário anual, bem como sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição, praticados pela Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A no corrente ano.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Item 2.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, voto em bloco tudo?

Perfeito.

Então, vamos aqui. Votamos em bloco ao final.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 576/2021, que "disciplina a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético offshore".

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Ratifica, então, esta audiência realizada no dia de hoje.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a utilização dos créditos tributários obtidos pelas distribuidoras para efeitos de redução da tarifa de energia elétrica.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT) e Wellington Fagundes

Itens 4 e 5.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, DE 2022

Requer a inclusão de representante do Ministério de Minas e Energia (MME) na lista de convidados da Audiência Pública, fruto do Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 12, de 2022.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, DE 2022

Requer inclusão de representante da Receita Federal na audiência pública proposta pelo REQ 12/2022 - CI.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

Item 6.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o impacto do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2022 (Medida Provisória nº 1.089, de 2021) para o setor aéreo, consumidores e sociedade brasileira.

Autoria: Senador Carlos Viana (PL/MG)

Itens 7 e 8.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de novos convidados na audiência pública objeto do Req. 11/2022-CI, que visa instruir o PL 576/2021.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17, DE 2022

Requer a inclusão dos seguintes convidados na audiência pública que visa instruir o PL 576/2021.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Na verdade, trata-se desta audiência de hoje, para incluir novos convidados na audiência pública da qual hoje puderam, aqui, já participar e vamos ratificar.

Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Encerramento.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura da aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Agradeço a presença de todos, em especial das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e dos nossos convidados: as Sras. Fernanda Scoponi, Gabriela Oliveira e Elbia Gannoum; e os Srs. Marcello Nascimento Cabral da Costa, Jose Partida, André Bello de Oliveira, André Leite, Carlos Dornellas, Antônio Marcos de Medeiros, Diogo Pignataro, Marcelo Lopes, Diogo Nóbrega, Ricardo Simões e Luís Gustavo Biagioni. Agradeço especialmente também ao Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, do PP, pela sua participação.

Por fim, convoco a próxima reunião da Comissão, a realizar-se amanhã, 10 de maio, às 10h, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com pauta deliberativa.

Encerrada está esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Carlos Viana, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Plínio Valério, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fabio Garcia, Jean Paul Prates e Telmário Mota, e ainda do Senador não membro Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Giordano, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 201, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Hélio José (PSD/DF). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela rejeição do projeto e da emenda nº 1/CAE (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (DEM/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5325, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1/CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 622, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade de a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela prejudicialidade, nos termos do artigo 334 do RISF (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para disciplinar a comercialização de etanol." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do projeto, nos termos do art. 334 do RISF. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 302, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários." **Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 21, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), o relatório demonstrando o atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Companhia Docas do Pará (CDP), no exercício de 2018." **Autoria:** COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. **Relatoria:** Senador Fabio Garcia (*Ad hoc*), substituiu Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 6, de 2022** que: "Requer aditamento ao REQ 5/2022-CI" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 8, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública para debater as condições e os parâmetros que o Brasil estabeleceu para a negociação da revisão do Tratado de Itaipu, na forma de seu anexo C, e para segregação de ativos da Eletrobras para a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 9, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar as condições de segregação da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) no processo de desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar)" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 10, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública para debater o PL 2788/2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Esperidião Amin, e aprovado. **Observação:** O rol de convidados é aditado pelo REQ 20/2022-CI. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 14, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de fornecimento e preços do gás natural comercializado pela Petrobrás." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aditado, para incluir entre os temas da audiência pública "a alienação das refinarias, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfazimento de ativos e a distribuição de dividendos", e aprovado. **Observação:** O rol de convidados é aditado pelo REQ 19/2022-CI. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 19, de 2022** que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 14/2022." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 20, de 2022** que: "Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 10/2022-CI." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jean Paul Prates, Izalci Lucas, Esperidião Amin, Fabio Garcia e Marcos Rogério. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/10

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Nós temos em pauta hoje nove itens, sendo que no item nove nós temos, se eu não me engano, cinco requerimentos a serem deliberados. Eu consulto os Srs. Senadores se podemos iniciar os nossos trabalhos deliberando sobre os requerimentos. (*Pausa.*)

Havendo concordância, então, passamos a deliberar sobre os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater as condições e os parâmetros que o Brasil estabeleceu para a negociação da revisão do Tratado de Itaipu, na forma de seu anexo C, e para segregação de ativos da Eletrobras para a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar).

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O Senador Jean Paul propõe, para a audiência pública, os seguintes convidados:

– Sra. Marisete Fátima Pereira, Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia;

– Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Secretário-Executivo do Ministério da Economia;

– Sr. Otávio Brandelli, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores;

– Sr. Ricardo Canese, Deputado do Parlasul pelo Paraguai;

– Sra. Mercedes Canese, ex-Ministra da Energia do Paraguai;

– Sr. Jorge Samek, ex-Presidente de Itaipu.

Submeto o requerimento do Senador Jean Paul Prates a discussão. (*Pausa.*)

O Senador Jean Paul quer discutir?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Não, apenas para ratificar. Nós estamos fazendo isso porque estamos diante de um processo pouco transparente de privatização da Eletrobras, que envolve não apenas as quatro principais *holdings* regionais do setor elétrico nacional, é bom lembrar – Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Chesf –, como também envolve a questão do programa nuclear brasileiro através da Eletronuclear e também Itaipu. De início foi exposta essa situação de que Itaipu estaria excluída do processo, haveria uma separação e tal, mas há consequências em relação a isso, principalmente pelo fato de ser binacional, ter pagamentos de país a país envolvidos, ter questão tarifária.

Então, como esta Casa é a casa justamente apropriada, e a nossa TV Senado e a nossa Rádio Senado fazem esse papel dentro do espírito do Parlamento brasileiro de esclarecer, abrindo a discussão e obtendo dos especialistas e dos envolvidos diretamente no processo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devidas explicações sobre como está sendo tratada cada questão dessas, por isso fizemos este e o outro requerimento de que vamos tratar a seguir, um sobre Itaipu e o outro sobre a Eletronuclear.

Lembrando que esse processo todo, apenas para aproveitar a oportunidade, promete energia mais barata, Senador Dário, mas entrega, com certeza, Senador Izalci, energia de quatro a dez vezes mais cara – dependendo das análises que estão sendo feitas – em 30 anos. Então, embora tenha compensações de imediato, em curto prazo, a tendência, evidentemente, principalmente com a descotização das usinas já amortizadas e pagas, as grandes usinas hidrelétricas nacionais, que vão deixar de cobrar praticamente custo de operação e manutenção para cobrar energia no valor de mercado... Então, nós estamos entregando energia mais cara para o brasileiro, com certeza, não há dúvida nenhuma disso.

Promete competitividade, mas entrega concentração e poder à empresa privada ou à empresa que vier a suceder esse processo todo, que é a própria Eletrobras em mãos, pulverizadas ou não, do interesse privado. E já vimos que, quando se coloca o interesse de lucros numa estatal acima de qualquer outra coisa, o resultado qual é? Está aí a Petrobras, mostrando a que veio, essa nova Petrobras, que dá lucro para os acionistas e nos penaliza, aumentando agora, mais uma vez, o diesel, num movimento completamente surreal, completamente fora da realidade de um país autossuficiente em petróleo e com grande capacidade de refino.

Promete também investimento novo, mas não traz nenhuma exigência nesse sentido, o processo da Eletrobras – nenhuma. É simplesmente a venda da empresa, a venda do controle da empresa. Não há nenhum compromisso, nenhuma obrigação de investimento novo.

Por fim, promete competição de fontes, mas, na verdade, acaba entregando cartórios regionais de geração de energia e reserva de mercado, através daquela MP que nós tivemos aqui, cheia de jabutis, onde se congelou exatamente a habilidade que o mercado brasileiro tinha de, através dos leilões reversos, vender energia cada vez mais barata. Congelou um pedaço para a biomassa, um pedaço para PCH, um pedaço para termoelétricas completamente inviáveis e impensáveis – nos lugares onde sequer há gás em oferta. E hoje é motivo da capa do jornal *Estadão*. Então, é uma vergonha para o Senado Federal. Eu avisei isso no dia da MP da Eletrobras, fiz 16 intervenções, Senador Dário e Senador Izalci, sobre esse assunto. E está hoje aí, quase um ano depois, um escândalo na capa do *Estadão*, da MP da Eletrobras, a MP dos jabutis elétricos, que eu denunciei naquele dia.

Então, por isso, para começar a pelo menos tentar esclarecer um pouco de cada parte disso, separamos o capítulo nuclear, o capítulo Itaipu, para discutirmos aqui, na Comissão, para, pelo menos, termos para o registro histórico o absurdo que está sendo cometido e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inconsistências que vão permanecer em aberto, para a gente curar depois, ao longo dos anos futuros.

Obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só gostaria também de registrar... Primeiro, parabenizo o Jean Paul pela iniciativa desse debate. Eu acho que é importante até conhecer um pouco mais sobre a questão de Itaipu, mas também quero registrar aqui meu voto contrário à questão da privatização da Eletrobras, exatamente em função das colocações que foram feitas aqui, agora, pelo Senador Jean Paul.

É lamentável. Também, já naquela época – viu, Senador Jean Paul –, votei contra, exatamente porque percebi claramente essa situação que V. Exa. acabou de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não havendo mais quem queira se manifestar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite, só para eu me inteirar? É sobre...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Item 10.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Audiência pública, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Itaipu. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu voto a favor. E já estou organizando aqui a pauta dos meus requerimentos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Encerrada a discussão, submeto o requerimento à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito ao Senador Jean Paul que entre em contato depois com a Comissão para marcar a respectiva audiência pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o Senador Jean Paul Prates, com a ajuda do Senador Carlos Portinho, praticando a armazenagem do vento. (*Risos.*)

Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Armazenagem do vento?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Armazenando o vento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Conforme a previsão da Presidenta Dilma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E conforme está escrito na p. 214, edição popular, das *Cartas Persas*, de Montesquieu...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que falava em armazenar o vento em odres de couro – aquelas bolsas de couro –, para, em caso de calmaria, o sujeito acionar a vela do barco.

É um prodígio o nosso Senador... Agora está cuidando...

O senhor lembra quando se cuidavam das fazendas marinhas para cultivo de ostra e... Ele agora vai fazer isso para fazendas marinhas de vento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Estamos fundando Atlantis no litoral do Nordeste e de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ninguém segura mais o Jean Paul. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Item 11:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar as condições de segregação da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) no processo de desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar)

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: Arlene Costa Nascimento, Secretária da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Christiano Vieira da Silva, Secretário da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Sr. Diogo Mac Cord, Secretário da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia; Ney Zanella dos Santos, representante da União na Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.; Nivalde de Castro, Coordenador-Geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sr. Rodrigo Limp Nascimento, Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); Sr. Ikaro Chaves, representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE);

Paulo Artur, representante da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras; e Clarice Ferraz, pesquisadora do Instituto Ilumina.

Consulto o Senador Jean Paul se quer fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Não, rapidamente, apenas para salientar que é a mesma coisa, a mesma razão: para que nós possamos trazer a público como ficam essas duas empresas. Então, da mesma forma que vale para Itaipu, vale aqui para Eletronuclear, porque é um processo complexo, é um processo que exige separar essa subsidiária, e não só separá-la societariamente, como do ponto de vista de diretoria. Há uma dúvida também em relação a conflito de manter diretores de empresa privada dentro do processo Eletrobras Eletronuclear. Há também dúvida sobre a questão e a capacidade de investimento remanescente para a própria Eletronuclear, além das questões usuais, que envolvem o Programa Nuclear Brasileiro, de sigilo e de segurança.

Então, há várias questões aqui que permanecem um pouco nebulosas, e a gente pretende justamente trazer aqui essas pessoas, algumas responsáveis pelo processo, outras responsáveis pela Eletronuclear historicamente, para que debatam aqui conosco como é que vai ficar essa questão diante desse novo cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas isso, Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Beleza.

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto à votação.

Senadores que concordam e que aprovam o requerimento apresentado pelo Senador Jean Paul Prates permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de fornecimento e preços do gás natural comercializado pela Petrobras.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Propõe, para a audiência pública, a presença dos seguintes convidados: José Mauro Ferreira Coelho, Presidente da Petrobras; Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

São esses os convidados.

Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou fazer uma proposta aqui para o Senador Jean Paul.

Eu acho que seria um desperdício se nós tivéssemos a presença do Presidente da Petrobras mais o Presidente do Cade e restringíssemos o assunto a gás. Eu proponho... Não vou propor aqui formalmente, mas proponho pelo menos dois outros tópicos. Primeiro, sobre a controvérsia: afinal a Petrobras está vendendo as refinarias porque o Cade impôs ou não? Eu já perguntei isso lá na sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas, então, bota na pauta. Se não está respondido, bota na pauta. Porque aí vem o tópico seguinte, Senador: vender patrimônio e distribuir em dividendos? Espera aí. Esses números são um negócio de doido.

A Petrobras está remunerando os seus acionistas – até eu tenho mil ações, comprei quando foi democratizada, lembram? Na década de 90, comprei mil ações do Banco do Brasil e mil ações da Petrobras, uma coisa bonita. Então, comprei mil ações – mil reais era o valor na época – do Banco do Brasil e tal. Mas não. Não estamos falando desses acionistas, estou falando de outros que hoje detêm mais de 60% do capital da Petrobras. O Governo tem 35%, não é isso?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os não nacionais têm 48%, quarenta e sete ponto alguma coisa. Aí, primeiro, você está vendendo porque o Cade mandou. Pelo que nós ouvimos lá nos debates na Comissão de Assuntos Econômicos, essa deliberação do Cade não transitou em julgado, não houve recurso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não houve sequer defesa da Petrobras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, o senhor mandou, eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Mas o Cade tem esse poder?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não tem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro que não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Poderia ter se provasse que era um monopólio nocivo ao país. Mas a Petrobras é um monopólio, onde ela é monopólio, por imposição constitucional.

Então, primeiro esclarecimento: por que não recorreu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prevaricou. Eu disse já: prevaricou. Não se defendeu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor, às vezes, é exuberante no seu juízo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sou, mas é porque eu fui lá, eu fui de lá. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ainda bem que o senhor não é o juiz de operação especial.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não deixavam a gente fazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor. Pelo respeito que eu lhe devo – o senhor sabe que eu sou seu amigo e seu admirador –, devagar com o andor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas é isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Todos nós queremos uma explicação. Você concordou em vender ao primeiro. O juiz ia puxar o cartão amarelo e você já se retirou do gramado...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E entregou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu nem te expulsei ainda! Então, primeiro.

Segundo, a quem beneficia? Não sei se aos demarcados, porque essas refinarias seguem uma indicação geográfica, não é assim?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Da área de influência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dos tributários, ou seja, os beneficiários: os que vão refinar e os que vão consumir. Tem uma logística isso aí e uma espécie de circunscrição, vamos chamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, aí eu vendo e distribuo o que... Eu alienei patrimônio e distribuo como dividendos. Esperem aí: isso não deveria ser reinvestido?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não foi dito que era para reinvestir?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor vende uma fábrica, uma planta, com o compromisso de montar uma nova mais moderna, mais bem localizada talvez. Não! Distribui isso na forma de dividendos. O sujeito, daqui a pouco, vai emprestar ou comprar ações para você reinvestir. No mínimo, a governança determina: "Não, eu vou vender a velha para fazer uma nova, eu vou ver, eu vou renovar o meu parque eólico *offshore*" – para usar o projeto de lei que se debateu ontem. É para botar um mais novo, não é?

Com menos consumo, com menos pegada ambiental, enfim. Modernização. Agora, entregar isso sob a forma de resultado como se fosse um êxito operacional... Isso não é um êxito operacional! Eu estou vendendo bens de capital. Então a minha sugestão, se o senhor concordar, é que se inclua, já que estarão presentes... Pelo menos estão sendo convidadas essas autoridades?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é um ponto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é um ponto e a sua consequência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, o preço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A alienação das refinarias.

Segundo: estas refinarias e outros bens de capital, vamos chamar assim, que a Petrobras possa vender devem ser convertidas em lucro a ser distribuído? Para quê? Para que a empresa apresente... E aí eu concluo, Senador Dário Berger. As maiores petroleiras do mundo estão distribuindo, na média, entre nove e sete vezes menos dividendos do que a Petrobras. A segunda – me corrige, Senador – Petrobras, 28; a chinesa, sete – essa dá uma perda de quatro vezes menos –; Exxon, Aramco, três. Quer dizer, nove, praticamente dez vezes menos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Sim, não está reinvestindo nada então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, ou seja, nós estamos distribuindo tudo em dividendo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quarenta e oito bilhões! Uma festa!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Inclusive, Senador Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E nesse ponto eu acho que o Presidente tem razão: isso é um estupro! Se isso é o que se alega: um acordo firmado ainda no Governo Temer... É o que se veicula, esse catecismo – se é que se pode dizer que isso é um catecismo, não é? Essa regra foi estabelecida como um acordo de governança pela Petrobras no período do Presidente Temer. Ora, o que se estabeleceu e parece que não é correto desestabelece. Isso não é uma cláusula pétrea da Constituição, é um acordo de acionistas. O maior acionista, pelo menos com voto, é o Governo. Se o Presidente fica reclamando – e eu reclamo também –, vamos reexaminar esse assunto.

Eu considero que vender patrimônio produtivo... Quer dizer, não é terreno, é um bem de capital, estou certo? Acho que a designação é essa, quer dizer, não é um bem patrimonial, é um bem de capital, um bem que gera a atividade fim da empresa, quer dizer, a atividade é muito complexa mas faz parte do conjunto; é petróleo, é derivado. Aí eu vendo um equipamento porque o Cade mandou. Suponhamos que seja. Não foi em sentença transitada em julgado. E quero te dizer mais: o atual Presidente do Cade votou contra. Está lembrado da inquirição? Ele votou contra, a não ser que eu esteja enganado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Foram dois votos contra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, primeiro, não se esgotou o julgamento, vamos chamar assim. Isso é um julgamento. Nesse ponto o Cade é um tribunal. E, a partir daí, eu vendo bens de capital e distribuo como se fossem lucro. Isso não é lucro, cara! Isso é desfazimento de patrimônio. Você ficou pobre, você ficou mais pobre, o seu ativo diminuiu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não foi feita a provisão num caso desse para construir outro bem de capital mais atual, ambientalmente em termos de produtividade.

Então, eu sugiro que o senhor – o senhor mesmo, que conhece esse assunto mais do que eu –, que captou certamente o sentido porque participa dele, inclua para discutir este assunto que é: fornecimento e preço do gás natural comercializado pela Petrobras e desfazimento de ativos e destinação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dividendos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E composição do lucro, vamos dizer assim. Como é? De que é constituído o lucro distribuído sob a forma de dividendos da Petrobras? Quer dizer, como é que isso é constituído? É de receita operacional? Eu comprei barato – hoje o petróleo do pré-sal é barato graças à tecnologia que nós desenvolvemos, graças ao mérito da inteligência brasileira. A gente fala tão pouco nisso. Aquilo que era considerado muito caro, hoje está palatável, competitivo, enquanto que o petróleo da Arábia Saudita era considerado imbatível; e o da Venezuela, então, um escândalo, não é?

O nosso Xeique Yamani aqui... (*Risos.*)

Como é que é composto esse lucro para distribuir, cara? Do que é feito?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, está sendo feito com alienação de bens de capital, que "me empobrecem". Eu não estou distribuindo lucro todo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valorização da empresa lá fora e venda de ativos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou tirando pedaço do meu organismo e distribuindo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Cinquenta por cento não é brasileiro ou pelo menos declara que não é brasileiro, não é? Ei!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Sim, mas isso é uma contabilidade criativa, então, que merece uma investigação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nesse caso, Presidente, com todo o... É uma contabilidade suicida!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Suicida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a devida vênia ao meu querido mestre Amin, é verdade isso. A gente vem denunciando isso há muito tempo.

Na verdade, é um exemplo simples. É como se nós fossemos proprietários desta sala – desta sala aqui onde nós estamos reunidos – e quiséssemos dar lucro amanhã: bastaria vender as cadeiras e mesas desta sala. Esta sala dá lucro também. Só que aí ninguém mais faz nada nesta sala, não terá mais a serventia que tem hoje. Se você vende os microfones, as mesas, as cadeiras desta sala, Senador Amin, isso dá lucro nesta sala. Esta sala dá lucro, a sua casa dá lucro, qualquer coisa dá lucro se você vender tudo que tem dentro. É um lucro circunstancial, imediatista.

E aí eu entro aqui no mérito de, complementando o interesse que se quer de esclarecer algumas coisas, de quem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor concorda em...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, vou lhe informar aqui e até de pedir a compreensão, porque nós temos um requerimento nesse sentido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Hoje?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, na CAE – ele está na CAE por ser questão de dividendos – para ouvir: o Presidente – na época, o Joaquim Silva e Luna –; Rosangela Buzanelli, Conselheira representante dos trabalhadores da Petrobras; e Rodrigo Alves – que eu não sei ainda se é –, Diretor-Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores da estatal. Essa outra audiência é justamente para prestar informações especificamente sobre a distribuição de dividendos à época, aqueles de R$101 bilhões, de R$107 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, aproveitando para complementar a informação ao Senador Amin, havia uma regra – e essa regra, como ele bem diz, não é uma regra pétrea – de distribuir 60% do fluxo de caixa livre, só que aí tem uma famosa frase do Caetano, "ou não"; lá tem "ou mais", é um negócio aberto, uma regra que não diz nada: pode isso ou mais, ou menos. Mas nesse caso o que houve foi disfarçadamente distribuição do todo dos R$107 bilhões, porque distribuiu-se agora o que não se distribuiu da vez em que se distribuiu R$101 bilhões. Então, agora você repara que foram R$45 bilhões, porque isso foi justamente somado com o que sobrou da outra vez. Então, não sobrou nada do lucro, nada. E aí a pergunta é: quem está circunstancialmente do outro lado como detentor de ações para ser bonificado com essa dádiva, com esse maná que está sendo a distribuição de lucros da Petrobras nos últimos dois anos? Quem é circunstancialmente o dono lá? O Senador Amin recebeu as mil ações dele há quantos anos? Vinte anos, vinte e cinco anos atrás. Ficou com elas até hoje. Esse é o acionista que uma estatal quer, esse é o acionista que uma estatal quer; não o especulador, que quer uma notícia boa por dia, porque uma petroleira estatal nunca tem uma notícia boa por dia para dar. Isso é um esforço incomum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É claro. E, quando vem uma negativa, ameaça-se a estatal de que ela não pode tomar decisão porque o acionista ou o mercado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vai embora.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não vão gostar. Ora, como é que... A Petrobras tem ações no mercado desde a década de 60, 70. Ela já tem, e, depois, com os anos 90, incrementou-se essa captação junto ao mercado. Mas eu lembro, meu pai já me deu ações também da Petrobras na época, poucas, eram como uma poupança: "Olha, meu filho, estão aqui ações da empresa mais segura do Brasil para você ter aí e passar para os seus filhos". Eu não estou dizendo que a gente não vai deixar de "tradar" ações da Petrobras, mas é um investidor muito mais conservador, e aí, em vez de individualizar aqui, eu expando isso para os grandes fundos de pensão do mundo: "As professoras de Ontário", "Os carteiros da Austrália", "Os não sei o quê", todos os lugares do mundo vêm investir e compraram inclusive ativos. Os gasodutos da Petrobras que a Petrobras também vendeu nessa mesma onda foram comprados por quem? Quem hoje administra? Eu tive a satisfação de ir lá visitar e investigar exatamente como é hoje a sede da gestão da rede de gasodutos do Nordeste, que a gente tanto fala aqui: fundo de pensão canadense. Por quê? Porque isso é um investimento seguro, é uma empresa sócia do governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o acionista da Petrobras, independentemente de eventualmente sofrer com uma diferença em relação a uma empresa só de mercado, que só quer lucro, e eventualmente uma intervenção aqui ou outra para salvar a população brasileira desse absurdo que é essa onda de aumento, e hoje teve mais aumento... E aí não é só a população; é a economia, porque o diesel impacta no agro, impacta na mineração, impacta em tudo que nós transportamos no Brasil. Tudo no Brasil basicamente é transportado a diesel, locomotiva ou caminhão. Então, impacta diretamente. Aí, de repente, a gente está interditado de fazer gestão de preço interno, porque tem que praticar o malfadado PPI (Preço de Paridade de Importação). Atenção. Não é paridade internacional. Algumas pessoas tentam amenizar esse debate dizendo: "Não, mas tem que estar paritário com o preço internacional". Está bem que o preço internacional seja referência, porque é referência mundial, mas quem produz seu próprio petróleo, 100% do petróleo que consome e ainda exporta petróleo leve ao preço disparado que está hoje... E já deveria estar satisfeita com esse lucro a Petrobras; boa parte do lucro que apresentou foi isso, ela exporta petróleo, que está disparado lá fora, mas também ela cobra de nós paridade de importação, ou seja, o preço de Roterdã mais os custos de frete, mais as despesas de internação, como se toda e qualquer molécula de diesel, óleo combustível, GLP, gasolina, nafta, QAV fosse produzida em Roterdã e não no Brasil. E ainda cobra o frete. Então, nós vivemos num mundo fictício.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Produzido lá, eu tenho que comprar lá e trazer para cá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É. Nós vivemos num Brasil fictício, que não produz petróleo e que não refina produto nenhum. Por isso, claro, que dá um lucro danado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, nesse caso aqui... Na verdade, só vou me permitir essa argumentação porque, como esses assuntos são sempre muito complexos e dão muita margem a muita discussão, esse assunto do preço do gás... Inclusive, eu não coloquei nem preço de combustível nele, porque ele interessa ao setor de gás.

O setor de gás é diferente, Senador Amin, do resto, porque, embora seja tudo uma cadeia produtiva só, claro, ele atende à geração elétrica, portanto ele vai afetar essa discussão toda das termelétricas, dos jabutis ou não jabutis, as térmicas que já existem, da tarifa elétrica é influenciada pelo preço do gás, a conversão das térmicas e a indústria em si diretamente, do Sul, de São Paulo e do Sudeste em geral, porque vem o gás da Bolívia, que a gente não sabe a quantas andas. Quanto estamos importando? A quanto estamos importando? Quais as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectivas de fazer o *loop* do Gasbol? É viável? Não é viável? O mercado quer isso? Não quer? Enfim, afeta a indústria e as residências, claro. Agora já tem redes em São Paulo e no Rio de Janeiro; a maior parte está sendo atendida por gás canalizado. E também as pessoas perguntam: "Ah, mas converteu? Era o botijão e agora é o gás canalizado, e está igual o preço. E eu paguei pela conversão." Enfim, é um detalhe menor, mais individualizado, mas igualmente importante.

E nós temos hoje um panorama no Brasil de fornecimento de gás natural que condiciona o preço, evidente, porque nós temos gás sobrando, nós temos um potencial enorme de gás que vai sobrar do pré-sal, um gás que está distante da costa, um gás que é considerado subproduto do petróleo; portanto, ou ele é reinjetado ou ele é queimado no *flaring*. Estamos importando gás da Bolívia e cada vez mais construindo ou instalando navios de liquefação de gás para trazer gás pago em dólar da Nigéria, de Trinidad e Tobago, da Venezuela e de outros lugares onde ele também sobra como subproduto da produção de petróleo. Igualmente, como combustível, nós estamos transformando o país num país importador de gás natural, o país do pré-sal!

Então, nós queremos saber qual é a construção desse preço e, mais do que isso, saber qual é a estratégia que a Petrobras e o Governo têm para o gás natural brasileiro. Nós estamos apresentando, inclusive, projeto de lei no sentido de poder não estocar vento, mas estocar gás, porque esta é uma tendência mundial hoje: pegar reservatórios de gás que já produziram ou cavernas e reservatórios até de petróleo que já produziram e estão, portanto, vazios, e reinjetar gás ali ou para não queimar, para não poluir – simplesmente por isso já teria motivo – ou até para utilizá-lo em momento futuro, portanto melhorar a otimização do uso desse gás. Então, também está envolvida essa discussão.

Eu temo que, se a gente contaminar isso agora neste momento desta audiência com a discussão sobre os dividendos, que é muito bem-vinda, é claro, e pode ensilar isso, a gente acaba perdendo o foco na questão. Eu acho que o assunto petróleo infelizmente não é o petróleo, não é o gás, ele tem vários assuntos dentro. E a gente, aqui no Parlamento, tem que talvez se acostumar a separar, porque, do contrário, as pessoas vêm aqui e embolam os assuntos, e a gente sai sem resposta nenhuma sobre nada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu apenas insisto por causa do convite extensivo ao Cade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas vale a pena. Vale a pena insistir e colocar talvez a questão dos dividendos como resultado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo menos os dividendos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Podemos agregar isso aqui, como é que gera...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque o Cade... Se essa audiência acontecer... Lá na CAE, não saiu ainda. Se aqui acontecer com a presença do Cade...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso. Seria bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e de alguém representando a Petrobras, eu não vou deixar de perguntar isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que abunda não prejudica nesse caso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. E, nesse caso, é essencial.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade. É verdade.

Apenas para complementar o que eu comentei aqui, o Senador Amin imagina que é uma palavra forte, mas que realmente corresponde ao que aconteceu. Houve, sim, prevaricação por conta da defesa inexistente da Petrobras diante não da acusação do Cade, porque o Cade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso faz parte da prioridade que o senhor vai dar em torno do meu pedido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É claro, claro.

Mas, só para historiar, o Cade, na verdade, nem sequer puxou o cartão amarelo realmente. O Cade foi instado por uma associação de importadores que existe e que defende o interesse dos importadores de combustível, que, aliás, aumentaram aí de uma dezena para mais de 400 hoje registrados na ANP. Isso mostra como esse negócio proliferou no Brasil, vergonhosamente, porque... Os importadores são muito bem-vindos, eles fazem um papel estabilizador de preço, de fornecimento em regiões específicas do país, de todo o Atlântico Sul e de todo o mundo em geral. Eles ficam ali esperando, faltou diesel em algum lugar, o cara entra no *spot*, ganha dinheiro, porque ele pratica um preço maior pela emergência de atender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém que ficou inadvertidamente sem um combustível qualquer. Então, lá na Amazônia, no Maranhão, normalmente acontecia isso. Pontualmente, a Petrobras não chegava com alguma coisa e vinha o importador. Então, ele tem um papel honrado, e a associação tem toda a legitimidade de entrar lá com o pedido.

O que ela denunciou? Que lá no Maranhão, numa determinada data, a Petrobras praticou um *minidumping*, botou ali uns centavos abaixo de um navio de diesel que estava chegando e que ficou lá ancorado esperando para colocar o diesel no mercado. A Petrobras chegou lá e disse: "Opa, eu tenho aqui meu produto um centavo mais barato". E o cara ficou com um navio ali no *demurrage,* pagando e tal, denunciou e falou: "Cade, a Petrobras praticou aqui uma atitude anticompetitiva, isolada, pontual, aqui no Maranhão, nesse dia tal, por um centavo, um volume de tanto". O Cade enfiou a alavanca nesse ponto de apoio e disse: "Petrobras, você é monopólio de refino?". E a Petrobras respondeu: "Sou. Sou e, para você não me incomodar mais com isso, estão aqui oito refinarias imoladas em sacrifício, para nunca mais você dizer que eu sou monopólio de refino". Ora, isso não é um processo sério, pelo amor de Deus.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Descontada a teatralidade exuberante de V. Exa... (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu tenho que fazer. Eu tenho que fazer.

Mas, enfim, é exatamente o que aconteceu. O que cabia a Petrobras fazer? Eu fui do jurídico de lá, tinha ordens, nós tínhamos ordens expressas para dizer: "Vá até o fim, a Petrobras não faz acordo". Na época, era, até certo ponto, exagerado porque diziam assim: "Não, não pode fazer acordo nenhum. Como a gente é estatal, não pode fazer acordo nenhum, não tem acordo. Dono de posto não pagou, não sei o que, tem que pagar integral, não pode fazer acordo. Não sei quem não pagou, não fez, não pode fazer acordo". E ia até o final, até instâncias superiores. Agora até pode, existe a possibilidade de fazer acordos e tal e tudo. Mas, nesse caso, não foi acordo, foi simplesmente o aceite da acusação do Cade, que – é só para finalizar – não tem sentido sequer na forma que foi feita, porque não existe o monopólio do refino, existe o monopólio de suprir diesel numa determinada região. O monopólio só pode ser exercido por produto, em uma região delimitada. Não se pode dizer que há o monopólio do refino. Como dizer que há monopólio do refino se há 400 importadores de diesel, que são fontes de diesel da mesma forma que uma refinaria? Então, não é só o refino que fornece diesel para o mercado; a importação também o fornece. Então, você não pode dizer que esse eventual monopólio – eu chamaria de hegemonia – no refino brasileiro, até pela história da Petrobras... Foi ela que construiu essas refinarias, porque era um monopólio instituído pela Constituição brasileira. Então, pode-se dizer: "Eu não tenho culpa de ser hegemônica no refino".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: vender essas refinarias não ajuda nesse processo, porque refinaria, como eu já disse aqui, não é banca de feira, em que você bota maçã e banana, para vender mais barato do outro lado, pratica preço menor e pega o cliente do outro. Refinaria não funciona assim! As refinarias foram construídas por área de influência. A refinaria do Paraná tem uma área de influência. A refinaria de Canoas tem uma área de influência. A refinaria de Canoas não vai competir com a refinaria da Bahia. Para ela competir com a refinaria da Bahia, ela vai ter que fazer um esforço tão grande, que ela não vai chegar competitiva.

Então, essa é uma atividade no mundo... Isso não se dá só no Brasil, não, mas no mundo, exceto em casos muito específicos, como o do Texas, onde há 20, 30 refinarias, uma do lado da outra, mesmo assim ligadas por dutos a Nova Jersey e à Califórnia, e cada uma tem um cliente. Fora essas exceções honrosas, na Europa toda, na Ásia, em todo lugar, as refinarias funcionam por área de influência. É ela, somente ela, ali; por isso ela é altamente regulada. E, por isso, na maior parte das vezes, os governos tomam conta delas ou, diretamente, operam essas refinarias; quando não as operam, eles as regulam severamente. Elas são tendentes ao monopólio mesmo. Não é um monopólio natural, mas elas tendem a ser um monopólio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É uma circunscrição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma circunscrição, uma área de influência, uma área de atuação.

Então, esse processo do Cade, realmente, foi lamentável e precisa ser explicado, porque um diz que o outro foi o culpado. Quando você pergunta à Petrobras, ela diz: "O Cade é que mandou". Quando pergunta ao Cade, o Cade diz: "Não, a Petrobras é que se ofereceu. Eu não fiz nada. A Petrobras se ofereceu. Eu não a mandei fazer isso. Ela se ofereceu". Então fica um dizendo que o outro é, entre aspas, "culpado", e a gente não esclarece isso nunca. E o fato é que já se vendeu uma refinaria grande. Outra, a de Manaus, está a caminho e, certamente, será fechada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a da Bahia produziu grandes efeitos danosos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No preço! Está praticando um preço maior do que o da própria Petrobras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um dos maiores do Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Aí não dá, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, qual é a utilidade disso?

O racional típico – eu até concordo – da maior parte dos mercados e indústrias, o de que, quanto mais competição, melhor, no caso do refino, não aconteceu e não vai acontecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Porque é circunscrição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque são áreas de influência, áreas de atendimento separadas.

Mas, enfim, isso, inclusive... Quem prova isso com números, Senador Esperidião, não somos nós. Não é só observação óbvia, não! Um estudo do Brasilcom – são as empresas distribuidoras de combustível –, feito pela PUC do Rio – eu vou lhe passar, mas ele já circulou amplamente na época desse acordo do Cade –, mostra região por região, com mapas, com números. Quando você vende uma refinaria dessas, o que você provoca é a existência de um monopólio regional privado, que é muito mais difícil!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E é natural, virtualmente natural.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É tendente a isso.

Mas o cara domina aquela região, e acabou. Ele é o dono daquilo ali. É privado, o que é muito pior do que a Petrobras, em que você tem nove, dez, quinze refinarias e você organiza a logística entre elas. Inclusive, elas trocam produto, porque não é tão básico assim. A refinaria da Bahia manda nafta para a do Rio Grande do Norte, troca com diesel. Elas têm uma lógica, inclusive estratégica para o Brasil, para a indústria, para os polos petroquímicos, para vários mercados, para fazer fertilizantes; enfim, para atender cada uma dessas áreas, elas vão se complementando. Quando é privado, vira uma confusão. Você tem que ficar fazendo favor ou comprando cada vez mais caro do outro, porque o outro vai estar fazendo uma coisa especial para você.

Então, é realmente muito complexo e é de fato algo que a gente deve investigar, até porque projetou esses dividendos bilionários inéditos. E não é só bonito dizer: "Ah, a Petrobras finalmente deu lucro! Porque o PT 'isso' e 'aquilo', e o outro 'não sei o que', e agora está dando lucro". Vamos investigar que lucro é esse, para onde está indo e como ele está sendo gerado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ganho de eficiência, como o Senador Amin apontou aqui, não teve nenhum. Não há provas ali, na construção desse lucro, de que tenha havido ganho de eficiência nessa ordem. O que houve é: o preço do petróleo disparou, o preço do combustível está lascando o Brasil inteiro, e estão vendendo os ativos da Petrobras. Ora, assim, até eu faço lucro! É só vender os móveis desta sala.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – É isso aí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A sala dá lucro.

É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – É isso aí, Senador Jean Paul.

Eu assisti hoje de manhã no noticiário a que a Petrobras, nos últimos anos, distribuiu cerca de R$400 bilhões de dividendos, enquanto o preço da gasolina e do óleo diesel... O da gasolina está chegando a R$8. Isso é um negócio inadmissível do ponto de vista lógico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em Tubarão, durante a inundação da semana passada... A cidade Tubarão, além de estar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Submersa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... quase submersa, apareceu no noticiário nacional como sendo R$8,99...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Oito ponto...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – A gasolina mais cara do Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A mais cara do Brasil.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Mais que no Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Naquele momento. Exatamente porque a população estava sofrendo, aumentou o preço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque o mercado é impiedoso nesse sentido. E, se ele é bom, por um lado, para competição e tudo isso, ele é impiedoso quando o sujeito tem uma emergência.

Olha, hoje nós estávamos discutindo a questão das passagens, agora há pouco, não lembro onde... Ah, em reunião da bancada hoje, nós estávamos discutindo a questão das passagens, porque vem hoje um projeto para o Plenário sobre passagens de avião, e discutindo justamente algo que acontece só no Brasil: quando você precisa de uma passagem de última hora, que é quando você vai acudir, porque uma pessoa morreu, ou alguém que está precisando, ela é a mais cara de todas. Normalmente, a passagem de última hora, lá fora, é vendida mais barata, porque o avião não encheu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É como o leito de hotel.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O sujeito que chega na última hora pode...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dez reais e paga!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estava perdida. Meia-noite vence a diária. O cara perdeu a diária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aquela poltrona naquele avião...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está perdida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... nunca mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Praticamente está perdida. O voo já vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não; os preços estão abusivos porque...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aí, o tal algoritmo das empresas faz o contrário: "Ah, é? Tá precisando muito? Toma um preço aí!". Então, o do combustível solto é a mesma coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É a mesma coisa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a mesma coisa.

Mas queria só propor aqui, já de forma conciliatória, que a gente desse um jeito de fazer, por exemplo, as duas audiências. Podemos chamar as duas audiências conjuntas, das duas Comissões, talvez, como este aqui já está aprovado – este aqui está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pode ser.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Este aqui está aprovado na CAE. Podemos aprovar este.

Qual é a sugestão que vocês dão?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – De minha parte, nenhum problema.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, os dois estão aprovados? (*Pausa.*)

Podemos juntar e otimizar a vinda do Presidente da Petrobras e chamar dois ou três; juntar esses dois requerimentos e fazer uma audiência só.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ninguém para acrescentar. O Presidente da Petrobras e o Cade é o que me basta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Inclusive para mim também bastariam os dois. Faríamos uma acareação. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então vamos tentar, Senador Jean Paul, fazer a reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tenho certeza de que o Presidente da CAE vai ficar muito propenso a aceitar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é muito bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já está autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então, vou submeter à votação o requerimento do Senador Jean Paul, que tinha por objetivo inicial debater a política de fornecimento e preço do gás natural comercializado pela Petrobras. Vamos acrescentar aqui, Senador Esperidião Amin, alienação das refinarias, desfazimento de ativos e distribuição de dividendos.

Acrescentado isso, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto à votação.

Os Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 19, de 2022.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu recebi uma solicitação do Senador Angelo Coronel para, entre aspas, "subscrever o requerimento do item 12". Só para que ele possa ser deliberado também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Em seguida vou colocar em deliberação o requerimento do Senador Angelo Coronel.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 14/2022.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Requer o aditamento do Requerimento 14, de 2022, da Comissão de Infraestrutura, para realização de audiência pública, para inclusão dos seguintes convidados: Sylvie D'Apote, Diretora de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; representante da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; e representante da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto.

Pergunto se V. Exa. quer se manifestar a respeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Como esse requerimento era para aditar o de gás natural, na verdade, porque a associação das distribuidoras de gás e a dos consumidores solicitaram, talvez a gente possa colocá-las na audiência, mas manter a principalidade, se é que exige essa palavra, dos dois principais protagonistas, que seriam Petrobras e Cade, e convidá-las também para comentar, talvez com o tempo mais reduzido, senão a gente vai ficar com muita gente, e a gente acabou de juntar duas audiências, não é? Eu proporia um formato inovador, que seriam dois grandes palestrantes principais e quatro ou cinco comentaristas, que comentariam conosco para suscitar também as nossas colocações. Mas isso a gente pode resolver depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – De acordo. Nós aprovaremos e...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com isso a gente faz a fusão das duas, cabendo no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Perfeito.

Encerrada a discussão.

Submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o aditamento proposto pelo Senador Jean Paul.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater o PL 2788/2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA).

Subscrito também pelo Senador Esperidião Amin.

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 2.788, de 2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, sob a relatoria do Senador Paulo Rocha, dividida em dois painéis.

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados (primeiro painel): especialistas do Código Civil – sobreposições e incompatibilidades do PL ao código Civil: representante da Organização Mineronegócio; representante do Ibram.

Painel técnico – comparativo do que já evoluiu a legislação de barragens, dos novos compromissos assumidos... O objetivo é convidar o Sr. Paulo Cesar Abrão, sócio da Geoconsultoria, especialistas em projetos de disposição de rejeitos; Paulo Franca, consultor da F&Z Consultoria e Projetos; Paula Azevedo, sócia da área de Direito Minerário do escritório Cescon Barrieu; Júlio Cesar Nery Ferreira, Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Ibram.

Eu consulto o Senador Espiridião Amin se quer se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente...

Apenas por uma questão operacional, nós fizemos um requerimento, o Requerimento nº 20... Está impresso aí? Pode passar ao Senador Dário Berger imediatamente...

Talvez aditando imediatamente, já aprovaríamos os dois juntos... É aditando uma pessoa ao painel técnico aí: Marcelo Moraes, Presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (Fmase).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria essa a nossa solicitação, a inclusão de uma pessoa nessa audiência pública sobre a questão das barragens.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – A princípio, não vejo objeção ao requerimento apresentado por V. Exa. e incluo, então, no painel técnico do requerimento de autoria do Senador Angelo Coronel, a indicação do Sr. Marcelo Moraes, Presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico.

Em discussão os requerimentos então. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados o requerimento do Senador Angelo Coronel e o aditamento do Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Tem mais um.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 5/2022-CI

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Requer realização de audiência pública para inclusão dos seguintes convidados: Letícia Pereira Estrela, Diretora da Associação Mulheres Garimpeiras Tradicionais da Reserva Garimpeira do Tapajós; e Marcelo Norkey Duarte Pereira, Vice-Presidente da Fundação Amazônica de Migração e Meio Ambiente.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que aprovam o requerimento apresentado pelo Senador Zequinha Marinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois não. Pela ordem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – É para uma sugestão que eu queria dar – o Senador Amin vai concordar e todos nós aqui – ao nosso trabalho. É o seguinte: eu tenho percebido nas presenças nas reuniões, inclusive, comentamos isso na última audiência pública aqui, que alguns convites são realizados por nós Senadores, e os convidados preferem participar remotamente. Algumas vezes, inclusive, são pessoas do Governo que estão aqui do outro lado da rua. E outros que têm, às vezes, o interesse de se defender e, às vezes, nem isso, têm apenas o interesse de estar conosco para discutir, nos ajudar, pegam uma passagem cara, porque nós não podemos pagar – o cara paga aquilo ou a entidade paga –, vêm, depois, ficam aqui esperando para falar enquanto a pessoa está lá no remoto com todo o conforto.

A sugestão é pequena, mas faz uma diferença danada em termos de prestigiar quem vem presencialmente aqui nos ajudar, estar conosco, porque, depois, acabam sempre conseguindo conversas, a pessoa fica até o fim. Normalmente, o remoto aparece e depois desliga. Ele diz: "Ah, eu tenho uma coisa para fazer", sai e nos deixa aqui debatendo sozinhos. Há audiências públicas, agora, terminada a questão mais grave da pandemia, que continuam sendo completamente esvaziadas. Fica o Presidente, um monte de gente no remoto, tudo vazio, as pessoas participam, dão conta do que têm que falar, saem, não respondem às perguntas, enfim.

Então, eu queria – até para ajudar esse processo e prestigiar as pessoas que de fato se deslocam – que a gente adotasse talvez uma regra informal ou que os presidentes de Comissão se falassem, a minha sugestão é de que se adotasse uma postura, um protocolo, mesmo que, às vezes, seja invertido, de priorizar quem está presente nas Comissões fisicamente. Então, se o cara está aqui, fala primeiro. Vai ficar até o fim, vai responder etc. E a autoridade... Claro, se for um Ministro, é diferente, mas, se for o secretário tal, presidente de autarquia, espera a sua vez e fala depois da contextualização feita pelas pessoas que estão presentes. Acho que é o mínimo que a gente pode fazer, Senador Amin, para prestigiar as pessoas que vêm nos atender, pagam passagem. Às vezes, eu vejo pessoa daqui, do outro da rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem ou anteontem, nós tivemos uma audiência pública com uma pessoa do ministério que estava aqui, do outro lado, poderia ter vindo para cá. O representante do Ibama atravessou a rua e veio. O outro, não, ficou lá. Sem problema. Não estou criticando especificamente a pessoa, mas é uma postura que, às vezes, colaboraria muito mais conosco, enquanto pessoas se deslocam, às vezes, do Amapá, do Acre, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte para vir aqui e ficam esperando o outro bonitão falar do seu escritório e sair logo em seguida, isso que é o pior.

Então, acho que a gente podia colaborar mais com esse processo, prestigiar essas pessoas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu acho que V. Exa. toca num ponto importante: nada como a audiência presencial, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Nós estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Realmente, essa inovação foi importante principalmente no momento da pandemia, mas ela tirou a essência do debate, na minha opinião, ela esfriou o debate, ela nos afastou dos temas importantes a serem discutidos pelo Senado Federal.

E um esforço no sentido de fazer esses debates presenciais é muito importante para nós retomarmos o protagonismo que o Senado tinha antes da pandemia, que era um dos canais mais vistos pela população brasileira. Atualmente ninguém mais assiste à TV Senado, ninguém assiste mais, é muito pouca gente, é muito pouca gente. Nós perdemos o grande expediente, nós perdemos a oportunidade de fazer discursos, nós tínhamos tempo de dez minutos e de vinte minutos. Invariavelmente o Senado era palco de debates importantes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixou de ser político.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... e fundamentais dos temas nacionais. Hoje virou burocrático, quer dizer, cada um tem três minutos para falar; em três minutos, se você fizer uma saudação às autoridades que compõem determinado ambiente, é a metade do tempo, você fica com um minuto e meio para falar, não consegue concatenar nenhuma posição mais contundente com relação a isso.

Eu estou de comum acordo com V. Exa. nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos ainda aqui Senador Esperidião, Senador Fabio Garcia, os itens terminativos e não terminativos. A maioria deles é pela prejudicialidade. Eu tinha muito interesse de fazer a leitura *ad hoc* de alguns projetos desses para limpar a pauta, porque eu sou daquele que não gosta de deixar papel em cima da mesa. Eu consulto se os prezados companheiros Senadores poderiam fazer a relatoria *ad hoc* de alguns projetos que eu julgo extremamente importantes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São quantos, Presidente, no total?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fico com os dois primeiros, o Senador Jean Paul fica com dois, e o Fabio, que não fez nada até agora, fica com três. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Bem, eu estou sendo orientado aqui pelo Secretário-Geral da Comissão de que nós vamos votar apenas quatro. Então, se V. Exa. ficar com dois, Senador Esperidião... Ou o senhor vai fazer essa deferência a um outro colega Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu fico com dois; e o Fabio fica com a política. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então, qual é o primeiro projeto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um e dois.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Item 5.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, um e dois.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Um e dois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fico com o um.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, DE 2015

- Terminativo -

Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade de a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela prejudicialidade, nos termos do artigo 334 do RISF

Observações:

1. A matéria tem parecer da CAE, pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo)

2. Terminativa na CI, a matéria será votada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da SGM nº 5/2015.

Então, V. Exa. relata o item cinco para nós, Senador Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim perfeitamente. Estou tentando abrir aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Ajuda o Senador Esperidião lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Cinco, deu.

O projeto, Sr. Presidente, é do Senador Otto Alencar, e o Relator é o Senador Marcos Rogério.

O relatório é muito simples. O projeto pretende estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eliminar a possibilidade de a conta de desenvolvimento energético custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica.

O parecer declara prejudicial. Eu nem li ainda, mas sei o porquê. É evidente. A Casa aprovou...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – O marco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o marco.

Esta Comissão tem incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto. Faz-se necessária a verificação da sua constitucionalidade. Sim, a competência de legislar é do Congresso, porque a matéria não é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Portanto, não há...

Ademais, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, manifestar-se sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas, agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Portanto, não há qualquer obstáculo no tocante à constitucionalidade, à juricidade, à regimentalidade, e quanto à técnica legislativa também não. Portanto, o despacho saneador é muito singelo.

Quanto ao mérito, ele tem até aspectos positivos para o setor elétrico brasileiro. Contudo, consideramos que ele está prejudicado pelo fato de recentemente o Congresso Nacional ter aprovado proposições que tratam do mesmo tema e de forma alinhada com as medidas propostas nesse projeto de lei.

O fim dos descontos foi objeto da Medida Provisória 998, de 2020. Este projeto é de 2015, ou seja, a lei prevê o fim desse subsídio e a sua substituição por um mecanismo de benefícios ambientais. Então, por sua vez, o preço de referência para contratação de energia elétrica por parte das distribuidoras foi objeto da Lei 14.182, de 12 de julho de 2021, segundo a qual a contratação terá como base um valor anual de referência específico por fonte de geração.

Na verdade, a prejudicialidade é porque a matéria já foi objeto de decisão legislativa completa, ou seja, vigente. Então, não há nenhum desfavor ao proponente, porque, de certa forma... Aliás, legislativamente, o que ele queria foi atendido ou pelo menos foi deliberado, se não de maneira idêntica à que ele propunha, mas o assunto foi atacado, tratado, deliberado e entrou em vigor.

Então, eu acho que cabe aqui um envio de parabéns ao Senador Otto Alencar por ter pensado nisso cinco, seis anos antes de o Congresso – e o Governo, porque os projetos foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sancionados –, antes de o Executivo e o Legislativo terem dado cabo da tarefa que ele empreendeu; e ao Senador Marcos Rogério, que é o autor disso que eu li.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e o submeto à votação.

Os Senadores que concordam com o parecer pela prejudicialidade permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 2015, a matéria vai ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

O próximo qual é? (*Pausa.*)

Item 7... Quem é o Relator? (*Pausa.*)

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para disciplinar a comercialização de etanol.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do projeto, nos termos do art. 334 do RISF

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates para *ad hoc* apresentar o relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

Vou também ser expedito na questão formal já que o voto do Relator, o Senador Marcos Rogério, é pela declaração de prejudicialidade desse Projeto 268, de 2018, em função de uma medida provisória já ter tratado desse assunto. Mas quero aproveitar o ensejo para ratificar o que nós dissemos à época dessa medida provisória.

A questão de liberar a venda direta das usinas de etanol para os postos de gasolina, portanto passando pelo elo da distribuição de combustíveis como se ela fosse um mero intermediário, não surtiu efeito algum, como se esperava. À época foi dito que isso baratearia o custo, o preço do etanol para o consumidor final. Não barateou. À época se disse que muitas usinas praticariam essa venda direta, e apenas duas – somente duas – foram reportadas como fazendo isso: uma no meu estado, a Usina Vale Verde, Bahia Formosa, do Rio Grande do Norte, que vendeu para alguns postos de Natal; e outra, a Usina Anicuns, em Goiás, em cidade do mesmo nome, que também pertence ao mesmo Grupo Farias, que é um grupo que está em recuperação judicial desde 2016 e que optou, achou por bem vender para postos de gasolina diretamente das duas capitais, Goiânia e Natal. Mais nada! Mais nada. Ninguém mais usou isso.

E nós dizíamos que seria um factoide isso aí. Mas um factoide perigoso porque abre o precedente de by-passar a distribuição de combustível, que é uma atividade importante, sim, não é um mero intermediário. É um agregador. E é um fragmentador de entrega, é quem nos propicia ter os postos de abastecimento minimamente organizados. Evidentemente, temos postos sem bandeira também, mas é um setor tão importante que, na época da Constituição de 1988 – os mais antigos lembrarão –, havia uma campanha chamada "Quem distribui também contribui", porque queriam, na época, nacionalizar ou, enfim, extirpar a atividade de distribuição e colocá-la sob a égide de um monopólio direto.

Houve uma grande discussão sobre isso, não vou entrar no mérito desse processo agora, é extemporâneo, mas o fato é que a distribuição é importante. E este pequeno furo no processo, para atender na época a alguma expectativa falsa de que haveria o corte de um intermediário no meio do processo, não se verificou verdadeiro, até porque as próprias usinas, as maiores usinas, de fato, Senador Fabio, não têm interesse, não têm escala para receber o caminhãozinho do posto de gasolina, no meio de carregamentos muito mais brutais que fazem parte do abastecimento de uma rede de postos, para receber o caminhãozinho do posto da esquina, para colocar etanol para vender. Além do mais, em outros mercados onde o etanol acaba sendo menos interessante para o consumidor final, sequer isso acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ficou uma coisa completamente inútil, porém, que abre um precedente importante de fragilização, até perante a opinião pública, do segmento da distribuição, porque foi vendido como se fosse um intermediário lucrador, meramente. E não é. É importante, tanto que nós fazemos a defesa constante aqui de que foi um erro crasso a venda da BR Distribuidora pela Petrobras, porque ela se distanciou, retirou o seu contato direto com o consumidor brasileiro. Os postos Petrobras, tão admirados, a marca Petrobras, tudo isso hoje não é mais da Petrobras, é uma franquia de marca para um grupo privado. Mérito de quem comprou. Não condeno quem comprou. Sempre, quando eu faço essa crítica aqui, eu não critico quem comprou. Quem comprou tem mérito, porque comprou uma coisa muito boa por um preço muito baixo, certamente, mas quem vendeu vai ter que explicar em algum momento. No juízo final. (*Risos.*)

Mas é simplesmente para dizer isto: na verdade é prejudicial, é um *bis in idem*, já foi tratado, e o que foi tratado não deu resultado. Já tem aí... Acho que foi em novembro do ano passado; de lá para cá, já deu para testar bem. Duas usinas usaram essa prerrogativa. Eu acho que, mais cedo ou mais tarde, teremos que rever esse ponto de vista porque ele realmente abre um sulco num processo completo, na cadeia produtiva, sem necessidade nenhuma. Está provado que não fez a menor diferença, nem para o preço nem para as usinas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Submeto o relatório à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para seguimento da sua tramitação.

Qual é o próximo agora? O do Senador Fabio Garcia? (*Pausa.*)

ITEM 8

OFÍCIO "S" Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), o relatório demonstrando o atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Companhia Docas do Pará (CDP), no exercício de 2018.

Autoria: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

Votação simbólica.

Concedo a palavra, então, ao Senador Fabio Garcia, para apresentar o relatório.

O SR. FABIO GARCIA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se de relatório simplesmente para conhecimento e arquivamento, demonstrando atendimento da empresa Companhia Docas, do Pará, da obrigatoriedade de apresentação de metas e resultados do seu plano de negócio de longo prazo.

Entre as ações expostas e previstas nesse plano de negócio, estão as tarifas, as operações de Santarém e as operações de fundeio nesse porto, reabertura de berços no Porto de Vila do Conde...

Segundo o documento apresentado, seria esperado um prejuízo de R$6,8 milhões, com base no realizado até setembro de 2018.

Trata-se, então, simplesmente de apresentação do plano de negócio e estratégia de longo prazo para conhecimento e arquivamento do Congresso Nacional.

O encaminhamento é apenas para conhecimento e arquivamento, como eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento da sua tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado ao Senador Fabio Garcia.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários.

Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF)

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

Votação simbólica

O Senador Jean Paul Prates vai fazer o relatório *ad hoc*.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jean Paul Prates para proferir o seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Muito bem, Presidente Dário Berger.

Esse é um projeto extremamente bem-vindo, de autoria do então Senador Hélio José, que é engenheiro elétrico e conhecedor desse tema.

É um projeto que se encontra nesta Comissão sob o nº 302, de 2018, que visa a incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários.

Esse PL institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera justamente a Lei 12.305, de 2010, que é a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para duas coisas: incluir a iniciativa de elaboração e execução de projetos de aterros sanitários que contemplem a geração de energia elétrica no rol de medidas indutoras e linhas de financiamento que o poder público poderá instituir – linhas de financiamento e medidas indutoras –; e também permitir que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no âmbito de suas competências, instituam normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitações da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), às empresas dedicadas a gerar energia justamente a partir do aproveitamento dos resíduos sólidos em aterros sanitários.

Eu vou direto à análise.

O art. 104 do nosso Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a: (i) transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e (ii) outros assuntos correlatos.

Considerando que a energia elétrica é um insumo importante para as nossas empresas e famílias, e por se tratar de um segmento da infraestrutura brasileira que merece atenção especial por parte do Estado, pode ser constatada facilmente a relevância desta Comissão na apreciação desta proposição.

Inicialmente, destacamos que o PLS está de acordo com a boa técnica legislativa, ou seja, em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ademais, não identificamos inconstitucionalidade quanto às competências da União e do Congresso Nacional em legislar sobre a matéria tratada nesta proposição. Acerca do tema, apontamos que a Constituição Federal, em seu art. 30, prevê a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local. Entretanto, cabe à União dar diretrizes para tais assuntos – estamos nos referindo à política municipal de aterro sanitário –, diretrizes para tais assuntos do ponto de vista federal. Inclusive, no art. 24, a Constituição Federal prevê que a União, estados, Distrito Federal e municípios legislem de forma concorrente sobre diversos temas, entre os quais "conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição" e, outras aspas, "responsabilidade por dano ao meio ambiente", fecho aspas. Portanto, a temática de resíduos sólidos é de interesse local, assim como também está inserida na política de proteção ao meio ambiente.

Consideramos, todavia, que há um descompasso do PLS com o nosso ordenamento jurídico aplicado às finanças públicas. Isso porque a proposição prevê benefício tributário sem, por exemplo, apresentar estimativa de renúncia de receita e medidas de compensação. Trata-se de infração à Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Em virtude disso, e diante da grave situação fiscal vivenciada por nosso País, sugerimos que o art. 3º do PLS seja suprimido, tanto que foi suprimido pelo Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o PLS é oportuno, inclusive porque incentiva a geração de energia elétrica a partir de resíduos sem criar reserva de mercado ou subsídios tarifários, o que aumentaria ainda mais o custo, já elevado, da energia elétrica ofertada no Brasil.

Segundo dados da Aneel, de 2019, a potência instalada de usinas de geração no Brasil era de 171.664.568kW (quilowatt). Desse montante, apenas 6.555kW – estou aqui resumindo os números – correspondiam a biogás oriundo de resíduos animais, 134 mil quilowatts, ou seja, menos de 0,08% de biogás proveniente de resíduos sólidos urbanos e 0,0031% de carvão decorrente de resíduos sólidos urbanos. São apenas 37 usinas frente a 7.410 em operação.

Esse cenário, todavia, pode ser alterado porque temos um potencial a explorar. De acordo com o Plano Decenal de Energia Elétrica 2027, uma das possíveis rotas de utilização do biogás, que é rico em metano e que possui poder calorífico similar ao do gás natural, é, aspas, "em turbinas aeroderivativas ou em motores para geração elétrica. Diversos são os substratos que podem ser utilizados para produção de biogás, sendo os que têm maior potencial no cenário nacional os oriundos do setor agroindustrial (sobretudo sucroenergético), além dos resíduos animais e urbanos", fecho aspas.

O PDE 2027 projeta uma “elevada quantidade de resíduos” oriundos da produção de etanol e açúcar e, se toda a vinhaça e torta de filtro resultantes forem destinadas para a biodigestão, o potencial de biogás alcançará 7,2 bilhões de Nm^3 (normal metro cúbico) em 2027, representando 3,9 bilhões de Nm^3 de biometano.

De fato, como mencionado na justificação deste PLS, o custo para se produzir energia elétrica a partir de aterros ainda é elevado, o que dificulta a concorrência com outras fontes de geração mais baratas e maduras. Em parte, isso ocorre porque a nossa política pública aplicada aos resíduos não valoriza adequadamente a contribuição que a geração de energia elétrica pode oferecer.

Precisamos, então, como faz a proposição, alterar esse cenário. Trilhar por esse caminho é muito melhor do que criar novos subsídios tarifários ou novas reservas de mercado, ações que certamente encareceriam ainda mais a nossa energia elétrica.

Dessa forma, incluir a geração de energia elétrica na Política Nacional de Resíduos Sólidos, orientando o poder público a dar mais atenção a esse tema, permitirá que a política pública passe a contemplar iniciativas que contribuam para a conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que aumentará a diversificação da nossa matriz de energia elétrica. Por exemplo, esperamos que os nossos municípios aperfeiçoem as licitações para contratação dos serviços de limpeza urbana, de forma a reduzir a incerteza de eventuais interessados na geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contexto apresentado, julgo oportuno – diz o Relator – apenas um ajuste na redação do art. 2º do PLS.

A proposição aborda a geração de energia elétrica a partir de aterros sanitários. Entretanto, julgo mais adequado utilizar o termo geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos. Com isso, contemplamos toda sorte de resíduos sólidos e não apenas os rejeitos (que são aqueles depositados em aterros sanitários).

Do voto.

Diante do exposto, o Relator vota pela aprovação do PLS nº 302, de 2018, com as emendas já mencionadas.

É o relatório, em nome aqui do Senador Fernando Bezerra Coelho, que faço do Projeto de Lei 302, de 2018, de autoria do Senador Hélio José.

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão o parecer emitido pelo Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que vai à Comissão de Meio Ambiente, para o seu seguimento regimental.

Partimos agora...

Agradeço, então, ao Senador Fabio Garcia e ao Senador Jean Paul Prates.

O Deputado Edinho nos prestigia.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da presente reunião.

Os Senadores que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença de todos e, em especial, dos Senadores que participaram desta reunião.

E, por fim, convoco a próxima reunião desta Comissão a se realizar no dia 17 de maio, às 10h horas da manhã, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, para audiência pública interativa... Que vai deliberar sobre o requerimento apresentado pelo Senador Fabio Garcia, que tem por objetivo a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a utilização dos créditos tributários obtidos pelas distribuidoras para efeitos de redução de tarifas de energia elétrica.

O Senador Fabio Garcia propôs para a audiência pública a presença das autoridades a seguir mencionadas: representante da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); representante da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE); representante da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; e representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

O requerimento foi apresentado pelo Senador Fabio Garcia e já foi aprovado.

Consulto o Senador Fabio Garcia se quer se manifestar a respeito do requerimento.

O SR. FABIO GARCIA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Positivo.

Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar os Senadores presentes.

Presidente, fiz dois aditamentos a esse requerimento para convidar para a audiência pública também representantes da Receita Federal e do Ministério de Minas e Energia do Brasil. Eu gostaria somente de certificar também que esses requerimentos já foram encaminhados, já que para o encaminhamento dessa questão é de suma importância a participação dessas duas instituições.

Somente para conhecimento, aproveito e faço o convite ao Senador Jean e ao Senador Marcos Rogério para a audiência. Eu fiz um convite para que a gente possa discutir aqui nesta Casa na próxima sessão da Comissão, no dia 17, a utilização dos créditos tributários gerados pelo pagamento indevido do consumidor de energia do PIS/Cofins em cima da base do ICMS, a famosa bitributação, que foi considerada, na verdade, indevida pelo Supremo Tribunal Federal. Isso constituiu a imensa maioria das distribuidoras de energia elétrica no Brasil de um crédito que hoje soma mais ou menos cinquenta e oito bilhões de reais. Esses créditos, como foram pagos pelo consumidor de energia elétrica do Brasil, pertencem ao consumidor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica do Brasil e poderiam ser, portanto, utilizados nas revisões tarifárias da Agência Nacional de Energia Elétrica para reduzir o preço da energia elétrica no Brasil num momento em que a gente está experimentando, na verdade, incrementos da ordem de 20% ou mais de reajuste tarifário em todas as distribuidoras do Brasil.

Existem algumas dúvidas ou empecilhos com relação a essa questão a saber. Algumas distribuidoras defendem que parte desse crédito fique sob a sua propriedade por terem elas acionado a Justiça para constituir esse crédito. Eu gostaria, na verdade, de discutir que a integralidade desses créditos seja repassada aos consumidores de energia, porque foram eles que pagaram. As distribuidoras foram apenas diligentes; a meu ver, cumpriram, na verdade, com a sua obrigação de concessionária de serviço público de bem zelar pela gestão da concessão.

Defendo também que esses créditos sejam utilizados, na maior intensidade possível, de forma imediata nas revisões tarifárias e que eles não sejam apenas ponderados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Portanto, a Aneel, com acordo simplesmente com as distribuidoras, tem utilizado cerca de vinte por cento desses créditos tão somente, sendo que eles poderiam ser utilizados numa intensidade muito maior, haja vista que as distribuidoras, ao longo desses últimos dois anos, fizeram caixa com a inflação.

Portanto, a Aneel, com um acordo simplesmente com as distribuidoras, tem utilizado cerca de 20% desses créditos tão somente, sendo que eles poderiam ser utilizados numa intensidade muito maior, haja vista que as distribuidoras, ao longo desses últimos dois anos, fizeram caixa com a inflação, muitas delas com as tarifas reajustadas ao IGP-M e ao IPCA. E também a inflação aumenta, nominalmente, a margem das distribuidoras, é óbvio.

Então, eu gostaria, na verdade, que a Aneel utilizasse, na maior intensidade possível, esses créditos, para que houvesse a redução do preço de tarifa, e também que a Receita Federal do Brasil fizesse um esforço concentrado para homologar esses créditos de forma rápida, porque as distribuidoras reclamam também de que esses créditos ainda não foram homologados, apesar de a decisão do Supremo Tribunal Federal, na verdade, já constituir todos esses créditos. Portanto, seria necessário um esforço da Receita Federal para homologá-los, para que não haja dúvida sobre o volume de créditos e o direito das distribuidoras de os utilizarem.

Então, eu coloquei na mesa a Receita Federal, sugeri, na verdade, a Receita Federal, o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, o Instituto de Defesa do Consumidor e a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica, para que a gente possa discutir essa questão e trazer uma solução ao consumidor de energia elétrica brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Já vou passar a palavra para V. Exa., Senador Marcos Rogério.

V. Exa. pediu para aditar a Receita Federal e...

O SR. FABIO GARCIA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – O Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... o Ministério de Minas e Energia.

Eu acho que não há nenhuma objeção dos Srs. Senadores.

Então, considero aprovado o tema aditivo proposto pelo Senador Fabio Garcia.

V. Exa. tem a palavra, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, na verdade, faço uso da palavra neste momento apenas para cumprimentar o Senador Fabio Garcia pela iniciativa. É uma iniciativa de absoluto acerto. No momento em que nós temos oscilações tarifárias sempre para cima, dificilmente para baixo, trazer um tema como esse ao debate é fundamental.

O Estado, o Fisco é muito rápido para lançar e cobrar, mas, quando é para devolver a quem de direito, ao consumidor, é de uma lentidão nunca antes observada!

Então, V. Exa. traz ao debate não apenas esse aspecto da devolutiva e da lentidão, mas também o da natureza do crédito: para quem ele deve ser estornado? Aí, respeitosamente, eu tenho observado, Brasil afora, alguns movimentos de distribuidoras que tentam dar um caminho que não é aquele que penso ser o caminho correto. Se é um crédito do consumidor, é para ele que deve voltar.

Eu lembro quando discutimos aqui – o Senador Jean Paul nos ajudou muito nesse debate, na época – o PLS 232, que trabalhou a reformulação do setor elétrico, o novo marco legal do setor elétrico. Existia uma situação no Estado de Rondônia em que era feita uma cobrança absolutamente indevida aos rondonienses: a cota da CDE de Rondônia e do Acre era a cota de São Paulo. E por quê? Porque a energia gerada nas usinas de Rondônia segue, em rede contínua, até São Paulo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – E volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E, de lá, ela é distribuída.

Então, para efeito de lançamento da política de cotas da CDE, Rondônia pagava a cota de São Paulo, que é mais cara, naturalmente. E o Estado do Amazonas, que fica do lado, ficava com uma tarifa menor porque não tinha essa incidência, o sistema está isolado lá. E nós, na época do 232, conseguimos equacionar essa questão.

E depois, aí, o que V. Exa. está trazendo aqui é para usar esse crédito, inclusive, para amortizar o aumento na tarifa. Às vezes o consumidor nem chega a receber de volta, ele só não tem o lançamento de um valor a mais que vai pesar no bolso. Veja, V. Exa., que não dá nem tempo de ele comemorar o que recebeu e já tem que usar esse para poder diminuir o impacto que está vindo pela frente.

Então, é um modelo que, realmente, sempre que a gente vai discutir setor elétrico, tarifa, a gente tem que pensar no consumidor. É o que está lá na ponta, é o que paga a conta. Em todo o debate que a gente fez aqui do 232, eu sempre usava esta expressão: olha, aqui estão os atores do setor, de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização, mas tem um, que é o que paga a conta, que dificilmente senta à mesa para poder falar o que sente, o que pensa, o quanto pesa no orçamento doméstico essa conta, essa tarifa.

Então, cabe ao Senado Federal, cabe a quem está aqui ser a voz, ser o porta-voz desse sentimento de quem está lá. E V. Exa., Senador Fabio Garcia, exerce justamente esse ofício quando apresenta um requerimento dessa natureza, e quero fazer questão de estar aqui para debater esse tema. Parabéns a V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Pois não.

Quero corroborar também, elogiar a iniciativa do Senador Fabio Garcia, como do Senador Wellington Fagundes, que tem requerimento no mesmo sentido, justamente enfatizando esse papel do consumidor em toda essa cadeia produtiva, digamos, da energia. A energia é insumo para a nossa economia, para nossa sociedade, para o conforto individual e coletivo da sociedade. Em todos os lugares do mundo, a energia é fundamental. E cada elo dessa cadeia é igualmente fundamental, incluindo as distribuidoras de energia, que estarão presentes aqui com a sua voz, através da Abradee.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi também que estarão presentes: a Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace); a ABCE, que é das companhias de energia elétrica; a Aneel; foi aduzido aí também o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Portanto, é extremamente pertinente a lista de pessoas que estarão discutindo isso, porque me parece que virou uma novela essa devolução desses créditos.

Então, como bem disse o Senador Marcos Rogério, para devolver é difícil. Mas, enfim, estamos aqui para lutar pelo consumidor brasileiro, qualquer que seja ele: o consumidor de energia elétrica, o consumidor de combustíveis, principalmente quando são tarifas reguladas, tarifas públicas, que eventualmente, ocasionalmente sofrem interferências; há créditos e débitos, há compensações, há contas de desenvolvimento energético como essa, precipuamente para atendimento do Norte, e há outros subsídios e, como se diz, encargos, que são normalmente apontados como vilões do processo da tarifa. Mas essa é a tarifa elétrica composta do sistema brasileiro, temos encargos, mas são encargos, a maior parte deles, existentes a partir das desigualdades que o país tem que encarar. Então, não é um mercado qualquer, Senador Marcos Rogério, que fez brilhantemente essa relatoria do 232 e que viu nesse processo a necessidade desse equilíbrio entre o que é a força de mercado, o que é a livre concorrência, etc., e o outro lado, que é o lado estratégico de alguns setores – alguns setores – que têm que ser vistos com essa ótica de que nem tudo o mercado vai resolver. Nós temos que participar também do processo. E aqui é a Casa da discussão, a Casa da revisão desses processos e a Casa – por que não também? – de admoestar ou induzir processos que eventualmente estejam demorando e prejudicando o consumidor brasileiro.

Parabéns, Senador Fabio; parabéns a toda a Comissão. E esperemos, então, marcar a data para estarmos juntos.

Aliás, houve um aditamento também – não é, Senador Fabio? – para incluir mais duas pessoas. Acho que o debate está completo e a gente vai ter uma bela ocasião de finalmente resolver isso com a mediação do Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabio Garcia, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Giordano, Izalci Lucas, Mecias de Jesus, Carlos Fávaro e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Omar Aziz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Alexandre Silveira, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2022 - CI, de autoria Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), REQ 13/2022 - CI, de autoria Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT), e REQ 18/2022 - CI, de autoria Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Finalidade:** Discutir a utilização dos créditos tributários obtidos pelas distribuidoras para efeitos de redução da tarifa de energia elétrica. **Participantes:** Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace; Alexei Macorin Vivan, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE; Fernando Mombelli, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil; Anton Altino Schwyter, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; Wagner Ferreira, Diretor Institucional e Jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee; Gustavo Gonçalves Manfrim, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos em exercício do Ministério de Minas e Energia; e Maria Luiza Ferreira Caldwell, Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira - Aneel. Fizeram uso da palavra os Senadores Espiridião Amin e Wellington Fagundes e o Deputado Federal Danilo Forte. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabio Garcia
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Kátia Abreu, Giordano, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Alexandre Silveira, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2022 - CI, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), e REQ 6/2022 - CI, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Finalidade:** Debater a suspensão da concessão da BR 163. **Participantes:** Gustavo Trivelato, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT; Fernando Fujisawa, Diretor-Presidente da Via Brasil; Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Roger da Silva Pegas, Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Carla Fonseca, Coordenadora-Geral de Licenciamento (CGLIC) da Fundação Nacional do Índio - Funai; Marcelo Norkey Duarte Pereira, Vice-Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migração e Meio Ambiente - FINAMA; Francisco Lima Guimarães, Assessor da Presidência da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER; e Melillo Dinis, Instituto KABU. Fazem uso da palavra o Senador Zequinha Marinho e a Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Margareth Buzetti, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes, Fabio Garcia e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Giordano, Alexandre Silveira, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLDO 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (PL nº 5/2022-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). **Resultado:** Aprovada a apresentação à CMO das seguintes emendas à meta: **60010001** - **ementa:** (cópia) CI - BR-319, **alteração de meta:** 400; **60010002** - **ementa:** (cópia) ADEQUAÇÃO TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO MIGUEL DO OESTE - DIVISA SC/PR - NA BR 163/SC, **alteração de meta:** 100; **60010003** - **ementa:** (cópia) ADEQUAÇÃO TRECHO RODOVIÁRIO - NAVEGANTES - RIO DO SUL - NA BR -470/SC, **alteração de meta:** 100. Aprovada a apresentação à CMO das seguintes emendas ao texto da lei: **60010004** - **referência:** Corpo da Lei, Cap III, Art 12, **tipo:** aditiva; **60010005** - **referência:** Anexo III, **tipo:** aditiva; **60010006** - **referência:** Anexo III, **tipo:** aditiva; **60010007** - **referência:** Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção III, Art 94, § 2, **tipo:** aditiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. O Senador Esperidião Amin faz uso da palavra. Já aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, realizada de forma remota, pelo aplicativo Zoom.

Item único da pauta, não terminativo: deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária para 2023 e dá outras providências.

A relatoria das emendas da Comissão foi designada ao Senador Esperidião Amin.

Pergunto se o Senador Esperidião Amin está a postos para apresentar o seu relatório.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Bem, então, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, para apresentar o relatório.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E agora, o senhor vai me deixar falar? Bom dia, Senador Dário Berger!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Eu não estava conseguindo abrir... Agora deu! Em primeiro lugar, quero registrar a elegância...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não está com frio, Senador Dário Berger?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Não entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Está com frio?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Muito frio! Muito frio!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Puxe as cobertas! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Mas eu quero registrar a tua elegância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Senador, eu estava apanhando, eu estava apanhando de três mulheres, agora.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Sério?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Na Comissão de Assuntos Sociais. Projeto de telessaúde. Na fria em que o Jibran me colocou, eu quase apanhei das três autoras do projeto na Câmara. (*Risos.*)

Mas consegui... O senhor me foi muito útil, porque eu justifiquei a minha fuga para atender à sua convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Olha, eu tenho que ir lá, senão o Dário Berger dá por encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar também o Senador Acir Gurgacz. E se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Eu já designei V. Exa. e já ofereci a palavra para apresentar o relatório. Se está pronto, se V. Exa. está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Ele já foi apresentado na noite de ontem pelo Jibran. Foi apresentado na noite de ontem, ou seja, está disponível para todos os membros da Comissão, dos Senadores e Senadoras, desde ontem à noite. E o parecer, se o senhor me permite, além dos aspectos de explicação do que é a emenda de prioridades e metas, o que é a de redação, eu vou direto à análise, se V. Exa. permitir.

No que diz respeito às propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que todas elas atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais pertinentes. Não obstante, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um desequilíbrio entre o número de propostas (51) e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar, que são três.

Nesse sentido, para a escolha das emendas, busquei privilegiar aquelas que mais se aproximam de nosso foco de atuação, isto é, de políticas públicas que propiciem a melhoria da infraestrutura do país, com intervenções estruturantes e que tenham a possibilidade de alavancar a nossa produtividade.

Com esse critério em mente, proponho que as seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas sejam apresentadas por esta Comissão.

E aí seguem-se as três apresentadas: construção do trecho rodoviário Manaus, divisa com Roraima, na BR-319, no Amazonas; segunda, adequação do trecho rodoviário São Miguel do Oeste, divisa Santa Catarina e Paraná, BR-163, que como se sabe é uma rodovia de quase 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil quilômetros de extensão; e a adequação do trecho rodoviário Navegantes e Rio do Sul, na BR-470; com o respectivo acréscimo de 400, 100 e 100.

No que se refere às propostas de emendas apresentadas ao texto, somos pela admissão das quatro.

Considerando a ausência de limitação quantitativa para as emendas de texto, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas as emendas com proposta pela admissão devam ser acolhidas e apresentadas. Assim, somos – repito – pelo acolhimento das quatro emendas de números 1T a 4T, conforme relação apresentada no Anexo II.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ante o exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de Texto nºs 1T a 4T, listadas no Anexo II, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 a seguir apresentadas, repetindo o que eu já havia exposto, com as respectivas ações: 1248, 12KV e 7530, com os respectivos acréscimos.

Eu quero destacar que as emendas relacionadas à 163 e à 470 foram apresentadas por V. Exa. e fazem justiça a um clamor que pode ser resumido no seguinte: pelos levantamentos técnicos, hoje a BR-163 de Santa Catarina é a pior rodovia federal do Brasil. E, ainda ontem, numa reunião que tivemos com o Sr. Ministro da Infraestrutura, essa realidade foi exposta pelo Deputado Darci Matos, que é o coordenador do fórum – sucedeu a Deputada Angela Amin – e manteve como prioridades absolutas este terrível pistolão. O que credencia a dar prioridade para a 163 é o fato de que ela está na pior situação relativa do país.

É este o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa. a apresentação do relatório e acrescento que a 163 foi considerada a pior rodovia federal do Brasil.

Realmente é muito triste para nós da Comissão de Infraestrutura, sobretudo para mim, como Presidente, ter que passar por uma humilhação desse tipo, o que pode até parecer para a população de Santa Catarina a falta de empenho da bancada federal e a minha própria falta de empenho para resolver um problema desse, que é emergencial para Santa Catarina. No entanto, nós temos feito praticamente tudo que é possível, apresentando as emendas necessárias, insistindo para que elas sejam incluídas na Lei Orçamentária Anual. E para isso eu conto sempre, como Presidente, com o apoio de V. Exa., Senador Esperidião Amin, que conhece a realidade do Estado de Santa Catarina melhor do que ninguém, uma vez que foi Governador por duas vezes desse importante estado da Federação brasileira.

Mas nós somos persistentes e insistentes. Estamos aqui novamente para aprovar certamente recursos ao Orçamento anual do Governo Federal para que obras importantes em Santa Catarina, como a 470, como a 163, como a 280, como a 285 também, em que falta 1km apenas para ser inaugurado com a divisa com o Rio Grande do Sul, possam efetivamente ser entregues à população de uma forma concluída.

Então, de qualquer sorte, estamos fazendo a nossa parte.

Eu o parabenizo e agradeço a V. Exa. por ter aceitado ser o Relator dessa matéria, que, certamente, é muito importante para Santa Catarina e muito importante para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero colocar em discussão o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Como nós estamos dependendo de apenas uma presença, como está faltando uma presença para completar o quórum para deliberação, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin ou ao Senador Acir Gurgacz para fazerem alguma complementação, se desejarem, a respeito desse tema, que é um tema conhecido de todos nós, recorrente. (*Falha no áudio.*)

Há alguém com o microfone aberto que não está na nossa reunião. Certo? (*Pausa.*)

Certo! Certo!

Eu pergunto se está o.k.

Completamos o quórum, e está o.k. para a votação.

Então, quero submeter o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin à votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Por videoconferência*.) – Com a palavra o Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a confiança de V. Exa. ao me designar mais uma vez como Relator das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura e dizer que eu compartilho dessa sua tristeza por ver que, apesar de todo esse esforço... Ainda ontem, o pessoal da bancada catarinense, os integrantes que estavam aqui em Brasília, nós tivemos uma reunião de duas horas com o Ministro da Infraestrutura e passamos em revista toda a situação das obras rodoviárias do nosso estado. Realmente, quando você percebe que, até a conclusão da 285 – faltam 1,2 mil metros para concluir a estrada –, nós vamos ter que conseguir uma suplementação de mais R$15 milhões para terminar a obra, para concluir uma obra que tinha 1,6 mil metros e que agora tem 1,2 mil metros para executar – isso vai significar um grande impulso ao desenvolvimento do Porto de Imbituba, e ainda vamos ter que conseguir uma suplementação de R$15 milhões para concluir essa obra –, é realmente, digamos, um momento de muita tristeza, mas não de falta de trabalho.

Muito obrigado pela confiança.

Obrigado pela manifestação dos ilustres Senadores.

Estou vendo o Senador Angelo Coronel, que, como todo bom baiano, deve estar rindo de nós pelo nosso sofrimento – mas rindo solidariamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Esperidião, quero complementar, acrescentar que, em 2019, quando fui Presidente da Comissão de Orçamentos, solicitei ao Ministério de Infraestrutura as informações necessárias de quanto seria necessário para a conclusão da 285 até a divisa com o Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul. Na oportunidade, eles me transmitiram a informação de que seriam necessários mais R$60 milhões. Naquela oportunidade, em que eu presidia a Comissão de Orçamentos, nós colocamos exatamente os R$60 milhões em 2019. Veja só: em 2019! Em 2019, 2020, 2021 e 2022, as obras infelizmente não foram concluídas.

Além de ser uma obra em andamento e, por ser uma obra em andamento, quanto mais rápido se concluir, melhor, porque obra parada, como o senhor sabe muito bem, custa dinheiro e leva muito tempo para oferecer a infraestrutura para a população usufruir dela, essa obra nos é muito cara, porque estima-se que o povo do Sul, de Santa Catarina anseia muito pela conclusão dessa obra. Inclusive, já me solicitou a intervenção para ajudar na conclusão da efetiva obra no Rio Grande do Sul. Para nós, é muito bom se isso acontecer o mais rapidamente possível, porque isso vai ampliar significativamente a movimentação de cargas no Porto de Imbituba, que pode aumentar rapidamente em 50% o seu movimento de carga. Por isso, é muito importante. Isso movimenta a economia catarinense, dinamiza a geração de oportunidades de empregos. E nós estamos atentos e vigilantes quanto a essa questão.

Inclusive, ontem, foi aniversário de Imbituba. Participei de sessão solene em homenagem aos 64 anos de emancipação política da cidade de Imbituba. Estiveram lá inúmeras personalidades. Tive a honra de receber o título de Cidadão Honorário de Imbituba. E quero agradecer muito, em especial, à Câmara de Vereadores, ao Vereador Ladiada, que foi o autor da proposição aprovada por unanimidade pela Câmara de Vereadores. Eu quero agradecer e dizer que fiquei muito feliz, muito satisfeito, muito honrado de receber o título de Cidadão Honorário de Imbituba. Fiquei muito feliz também de participar de uma sessão solene que, certamente, orgulhou e continuará orgulhando todos os imbitubenses pela sua grandeza, pela homenagem que foi feita. Inclusive, Esperidião, como bom avaiano que V. Exa. é, foi concedida uma homenagem especial ao jogador Lico, que jogou no Avaí, jogou no Flamengo, foi campeão do mundo, e eu tive a oportunidade de dar um abraço no Lico lá, que é da nossa geração, é do nosso tempo, é da nossa juventude.

Enfim, foi um momento, assim, recheado de muita clarividência, muita grandeza, muita expectativa positiva.

O Município de Imbituba é um dos municípios que mais crescem em Santa Catarina, cresce em desenvolvimento econômico, a cidade está prosperando também, as pessoas estão crescendo junto, existe um clima positivo, favorável... Fiquei muito feliz.

E uma das reivindicações é do porto – acabei, na minha ida a Imbituba, visitando o porto – é que nós possamos intensificar os nossos esforços no sentido de concluir essa obra o mais rapidamente possível. E é o que nós estamos tentando, é o que nós estamos fazendo e essa é a nossa expectativa.

Portanto, agradeço a V. Exa. e registro esse fato que, para mim, foi muito importante.

Bem, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das reuniões realizadas no dia 17 de maio, 20 de maio e 14 de junho.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Por fim, agradeço a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira se manifestar, em especial das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, dou por encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Esperidião Amin, Margareth Buzetti, Giordano, Dra. Eudócia, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Fabio Garcia, Zequinha Marinho e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Alexandre Silveira, Marcos Rogério, Jayme Campos, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton Rocha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 201, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Hélio José (PSD/DF). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela rejeição do projeto e da emenda nº 1/CAE (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (DEM/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5325, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da emenda nº 1/CTFC e da emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 576, de 2021 - Terminativo -** que: "Disciplina a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético offshore." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 21, de 2022** que: "Requer realização de audiência pública para discutir a internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon (MT)." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 22, de 2022** que: "Requer realização de audiência pública para debater o processo de concessão da BR-163." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 23, de 2022** que: "Requer aditamento ao REQ 10/2022 - CI, para incluir novos nomes ao rol de convidados para a audiência pública." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 25, de 2022** que: "Requer a inclusão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na audiência pública proposta pelo REQ 21/2022 - CI." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 27, de 2022** que: "Requer inclusão de representante da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) na lista de convidados do REQ 22/2022 - CI." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 28, de 2022** que: "Requer aditamento do REQ 22/2022-CI, para acréscimo de convidado à audiência pública." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 29, de 2022** que: "Requer aditamento do REQ 22/2022-CI, para acréscimo de convidado à audiência pública." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 30, de 2022** que: "Requer aditamento do REQ 22/2022-CI, para acréscimo de convidado à audiência pública." **Autoria:** Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 31, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública para debater a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Fazem uso da palavra os senadores Carlos Portinho, Rafael Tenório, Mecias de Jesus e Zequinha Marinho. Já aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/12

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Temos quórum para deliberação.

Vamos inverter aqui para o item 6, porque temos quórum para deliberação de requerimentos; requerimentos que estão aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O primeiro é o item 6

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 21, DE 2022
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para discutir a internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon (MT).

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 28/06/2022

Vamos votar todos em bloco, no final.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 22, DE 2022
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater o processo de concessão da BR-163.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 14/06/2022

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 25, DE 2022
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na audiência pública proposta pelo Requerimento nº 21/2022 - CI.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 28/06/2022

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 27, DE 2022

- Não terminativo -

Requer inclusão de representante da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) na lista de convidados do Requerimento nº 22/2022 - CI.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 14/06/2022

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 28, DE 2022

- Não terminativo -

Requer aditamento do Requerimento nº 22/2022-CI, para acréscimo de convidado à audiência pública.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 14/06/2022

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 29, DE 2022

- Não terminativo -

Requer aditamento do Requerimento nº 22/2022-CI, para acréscimo de convidado à audiência pública.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 14/06/2022

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 30, DE 2022

- Não terminativo -

Requer aditamento do Requerimento nº 22/2022-CI, para acréscimo de convidado à audiência pública.

Autoria: Senador Fabio Garcia (UNIÃO/MT)

Aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 14/06/2022

Portanto, proponho a votação, em bloco, dos Requerimentos nºs 21, 22, 25, 27, 28, 29 e 30, de 2022, que já foram aprovados pela Presidência *ad referendum*, no Plenário da Comissão.

Os requerimentos se referem a audiências públicas realizadas nos dias 14 e 28 de junho para debater, respectivamente, o processo de concessão da BR-163 e a internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon, em Mato Grosso.

Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

O Senador Portinho se encontra no remoto, para saber? (*Pausa.*)

Aproveito para fazer uma leitura rápida de um parecer da Consultoria Legislativa, da Conleg, sobre consulta da Comissão a respeito de alguns ofícios encaminhados por Senadores e por Prefeituras, mais especificamente.

Em razão do reiterado encaminhamento a esta Comissão de expedientes de Prefeituras municipais requerendo uma avaliação do Senado acerca do cumprimento de requisitos estabelecidos pelo art. 28, da Lei 11.079, de 2004, para a celebração de contratos de parcerias público-privadas, para serviço de iluminação pública, a Presidência encaminhou uma consulta à Consultoria Legislativa do Senado Federal para que fosse definido o tratamento a ser dado a esses expedientes. Especificamente, tratava-se da consulta dos seguintes documentos: Ofício 43, de 2021, à Prefeitura Municipal de Patos de Minas, Minas Gerais; Ofício 95, de 2022, Prefeitura Municipal de Campinas.

Resumidamente, o parecer da consultoria conclui que:

a - a competência para conhecer dos ofícios dos entes subnacionais informando a contratação de PPP é da Comissão de Assuntos Econômicos;

b - na ausência de um rito específico definido regimentalmente para o exame dos mencionados ofícios, são adequados os procedimentos usualmente adotados no âmbito das Comissões, que são, a saber: conhecimento, arquivamento e comunicação ao Poder Executivo da decisão tomada;

c - na hipótese de as contratações excederem os limites definidos no art. 28, da Lei 11.079, de 2004, incidirá determinação constante do mesmo artigo dirigida à União e proibitiva de que esse ente realize transferências voluntárias ao município ou ao estado ou preste garantias em seu favor;

d - eventual atuação substantiva do Senado Federal ou do Congresso Nacional terá lugar em face da citada norma proibitiva, seja para recusar a autorização ou a concessão de garantia em operações de crédito externo, seja para, no processo orçamentário, rejeitar emendas parlamentares que prevejam a realização de transferências voluntárias a entes que extrapolarem os limites do art. 28 da lei; seja ainda para acionar instrumentos de controle externo do Poder Executivo federal no caso de este descumprir as vedações referidas naquele mesmo artigo.

e) Nenhuma das decisões aludidas acima se dá no bojo do exame dos ofícios encaminhados, na forma do art. 28 da lei, pelos entes subnacionais.

Em razão de tais conclusões, os ofícios supracitados já foram devolvidos à Secretaria-Geral da Mesa para que seja dado o encaminhamento adequado. (*Pausa.*)

Trago à pauta o item 5, em caráter terminativo.

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 576, DE 2021
- Terminativo -

Disciplina a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético offshore, ou seja, no mar.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Relatoria: Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 09/05/2022 foi realizada audiência pública de instrução da matéria, em atendimento aos Requerimentos de n°s 11, 16 e 17/2022-CI;

2. Se aprovado o substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8/2021 ;

3. Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os Senadores.

Esse é um projeto da maior importância, eu posso afirmar, para o nosso país. É o novo eldorado: energia limpa, energia renovável, que, principalmente, advém das eólicas, da geração de energia através do vento em mar territorial e em corpos hídricos, sem dispensar também a possibilidade de geração de energia solar e outras fontes. Por isso, esse é um projeto que eu entendo bastante abrangente e que deixa um arcabouço jurídico, um marco legal para que o Governo possa desenvolver a sua política pública nessa área.

Então, leitura do parecer do PL n° 576, de 2021.

Vem à análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei n° 576, de 2021, que visa a disciplinar o aproveitamento de potencial energético *offshore*, bem como as atribuições institucionais correlatas.

Considerando que o parecer foi previamente publicado, peço vênia para ir direto à análise.

Inicialmente registro que a proposição legislativa em análise atende aos requisitos de constitucionalidade, de regimentalidade, e de juridicidade. Além disso, foi elaborado em consonância com a boa técnica legislativa e – quero acrescentar – num exercício enorme, Senador Jean Paul, que me acompanhou, de democracia participativa, em que todo o setor teve possibilidade de se manifestar e também ouvimos o Ministério de Minas e Energia.

Passemos ao mérito.

É inegável a inovação da proposta, no sentido de permitir o aproveitamento do potencial energético da plataforma continental brasileira e outros corpos hídricos sob o domínio da União.

Agora, pretendemos abrir uma imensa fronteira: o potencial energético *offshore* como fonte renovável de energia para a segurança energética nacional e, muito provavelmente, para agregação de valor e exportação de bens com baixa pegada de carbono.

Nas últimas décadas, vimos um crescimento significativo da capacidade instalada das fontes limpas renováveis denominadas “modernas”, pois não possuíam indústria capaz de abastecer uma demanda crescente e precisavam de incentivos corretamente endereçados para, assim, amadurecer a indústria naquelas partes em que o país fosse competitivo mundialmente e capaz de cooperar com os esforços de uma indústria nascente.

O marco legal para *offshore* visa a propiciar a devida segurança jurídica para permitir o investimento de longo prazo. Os contratos celebrados, por meio da outorga dos prismas energéticos de que trata o PL, garantirão a redução das incertezas jurídicas atualmente vigentes.

Sobre tal tema faz-se necessário citar a recente publicação do Decreto 10.946, de 25 de janeiro de 2022, que buscou normatizar, por meio de mecanismo infralegal, na tentativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização da “cessão de uso de espaços físicos para aproveitamento de recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na ZEE e na plataforma continental para fins de geração de energia elétrica, a partir de empreendimento *offshore*”.

Pelo decreto, fica patente o papel do Ministério de Minas e Energia na execução das políticas públicas energéticas para um ambiente de transição do século XXI.

Como ponto positivo, ele retoma o quesito de desenvolvimento local e regional, preferencialmente como objeto de promoção da atividade a ser desenvolvida por empreendimento de geração de energia elétrica *offshore,* como está lá no art. 3º, inciso V.

O decreto inova criando a Declaração de Interferência Prévia (DIP), uma espécie de anuência prévia dos órgãos que porventura tenham interferência em atividades por eles desempenhadas. Trata-se de procedimento de consulta para que não sejam disponibilizadas para interessados áreas em que haja óbice patente para a realização do respectivo empreendimento de geração *offshore*.

Contudo, devemos salientar que o estatuto infralegal é frágil para a adoção de medidas de longo prazo, sem a devida segurança jurídica que os investimentos em infraestrutura demandam e para que tenham retorno econômico para todos os agentes envolvidos, capital financeiro, consumidores, usuários e governos.

Quanto mais estável, robusto e consensual for um marco legal, menores serão a incerteza e a taxa de desconto, resultando em tarifas competitivas, insumos com custo de produção razoável, empréstimos com taxas de juros palatáveis e maior possibilidade de receita para o investidor e para os governos. Dessa forma, permanece latente a necessidade de estabelecimento do marco legal proposto.

Ressalta-se, inclusive, que essa conclusão foi exposta nas inúmeras reuniões de que este Relator teve a oportunidade de participar, tais como: reunião da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, realizada em Brasília/DF, no dia 12 de abril de 2022; Missão Técnica e Comercial em Eólicas *Offshore*, realizada em Atlantic City/New Jersey, entre os dias 26 a 28 de abril de 2022; entre outras. Essas reuniões contaram com a participação de diversas entidades e empresas brasileiras e estrangeiras, bem como com especialistas e estudiosos do tema, possibilitando uma ampla troca de experiências que contribuirão para o desenvolvimento do nosso país.

Ademais, como forma de subsidiar este Relator na escrita do parecer e também os nobres Parlamentares na deliberação quanto ao PL nº 576, de 2021, foi realizada em 9 de maio de 2022, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública, que contou com vários participantes do setor.

Dessa audiência, observamos que o tema é relevante, e há urgência para solução de consenso, e que seja boa para todas as partes envolvidas, mas que seja primordialmente benéfica para o país, como ente relevante nas discussões da pauta climática mundial, e com soluções exequíveis e pragmáticas. Tanto é que, desde o início das discussões sobre o tema, houve um crescimento no número de projetos submetidos para procedimento de licenciamento ambiental. Até a data de elaboração deste relatório, há 12 projetos no Ceará, quatro no Espirito Santo, quatro no Piauí, nove no meu Estado, o Rio de Janeiro, oito no Rio Grande do Norte, um em Santa Catarina e 17 no Rio Grande do Sul, totalizando 133GW de potência em 9.074 torres.

Ainda sobre a referida audiência, destacam-se outros pontos relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os empreendimentos para aproveitamento de potencial energético *offshore* são projetos intensivos em capital, de maturação longa e de tal relevância que torna imprescindível aos empreendedores possuir qualificação técnica, jurídica e econômica para fazer frente aos desafios de um projeto desenvolvido na plataforma continental.

Além disso, os estudos da viabilidade e do potencial de um determinado bloco dedicado à geração de energia requerem investimentos e, por serem de interesse público, não devem ser desperdiçados ou mantidos como se de posse privada fossem. Os dados obtidos nos estudos deverão ser depositados para posse do Poder Público, especialmente após a realização do processo de outorga, uma vez que não faria sentido um agente derrotado manter consigo dados tão valorosos, que demandariam do terceiro mesmo processo de obtenção. Por fim, deve-se garantir o ressarcimento, ainda que parcial, dos valores investidos, caso o empreendedor não seja vencedor, nos termos do regulamento e, naturalmente, proporcional ao aproveitamento do seu estudo.

Devemos ter em mente, também, que as participações governamentais devem ser bem dosadas para ao mesmo tempo dotar o poder público de recursos para fazer frente às demandas que lhe são direcionadas e não tornar o empreendimento oneroso e não atrativo, pois, ao fim, esses custos serão repassados para os consumidores ou para os produtos cujos insumos sejam a energia gerada no ambiente *offshore*.

De fato, o decreto supracitado buscou estabelecer regras amigáveis para os que procurassem desbravar tais empreendimento, o que é, *per se*, melhor do que o ambiente sem regra, que não permitia acesso àquelas áreas.

Contudo, permanecem alguns fatores de incerteza que apenas fragilizam a relação entre o privado e o setor público, face à falta de arcabouço legal, normativo e institucional específico que garanta estabilidade jurídica e redução de incertezas. É fato que regras estabelecidas por meio de ato infralegal, o decreto supracitado, não gerará segurança para o setor que precisa de algumas décadas de maturidade.

Como mecanismos para não só aproveitar os esforços já despendidos pelo Poder Executivo, mas para melhorar o ambiente de negócios, entendemos ser de suma importância a aprovação do projeto de lei em tela, na forma do substitutivo que se apresenta.

O primeiro aprimoramento estabelece a aplicação exclusiva para potenciais energéticos, mantendo os atuais marcos para potenciais hidráulicos e recursos minerais, como a exploração de hidrelétricas ou de petróleo, ambos com regras próprias e já conhecidas pelos empreendedores.

O segundo, por sua vez, está nas definições estabelecidas pelo PL nº 576, de 2021, em que acrescentamos os seguintes termos: extensão da vida útil; repotenciação e declaração de interferência prévia, de forma a harmonizar o entendimento do arcabouço normativo, além de trazer um pequeno aperfeiçoamento sem alteração de mérito, por meio dos §§1º e 2º, que tratam da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual o Brasil é signatário, e da definição de “corpo hídrico”.

Na parte de diretrizes elencada no art. 4º, incluímos os princípios da geração do emprego e da renda; do desenvolvimento local e regional; e da transparência aos empreendimentos a serem regulados pela proposição legislativa. É importante relevar que tal atividade terá impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

positivo no sentido de criar empregos de elevada renda e alta agregação tecnológica, sendo imprescindível observar o desenvolvimento local e regional somado à transparência das ações.

No art. 5º, racionalizamos as definições de outorga planejada e independente, mas deixando patente que ambas figuram como contratos entre o poder público e o agente privado, resguardado pela estabilidade contratual insculpida na Constituição Federal. Adicionalmente, acrescentamos importante marco temporal para que, nos prismas em que houver mais de um interessado, total ou parcial, a outorga seja na modalidade concessão, enquanto que, nos casos de apenas um interessado, será celebrada na modalidade autorização.

Por oportuno, o investidor que dispender recursos em estudos para determinar o potencial energético de determinado prisma poderá ter ressarcimento de tais gastos, caso não figure como vencedor no processo público, ponderando que o poder público pode determinar a glosa dos gastos em áreas não licitadas ou com custos não justificados.

Adicionalmente, no art. 6º, acrescento que a emissão de Declaração de Interferência Prévia (DIP) pelos órgãos públicos que, porventura, tenham atividade por ele regulada afetada pela geração eólica *offshore* será feita a partir de um único órgão, de forma centralizada, que deverá ter a anuência daqueles cujas atividades desenvolvidas na mesma área do prisma sejam afetadas, ou seja, centralizamos a emissão da DIP, e o Poder Público passa a ter responsabilidade pela celeridade processual necessária para a nova atividade econômica.

Como aperfeiçoamento importante, proponho que os estudos realizados pelos potenciais agentes de determinado prisma integrem banco de dados, um inventário brasileiro de energia *offshore*, de acesso público, e os custos de pesquisa, de estudos ou mesmo a mera permissão não gera direito adquirido para os seus titulares. Por fim, eles subsidiarão o processo de licenciamento do empreendimento, no que couberem, evitando custos desnecessários.

No processo de definição dos prismas pelo Poder Público de que trata o art. 7º, foi realizado aperfeiçoamento apenas de técnica legislativa, mantendo o mérito da proposta.

Na vedação para constituição de prismas energéticos, julgo pertinente melhoramento pontual no sentido de restringir, que também sejam objeto de outorga áreas tombadas como paisagem cultural e natural nos sítios turísticos do país.

No que tange ao certame para outorga de áreas, remeto ao processo de chamada pública, em substituição ao processo seletivo público, sob o fito de deixar claro que se trata de processo concorrencial, eficaz e menos moroso do que o processo de licitação tradicional, no mesmo caminho que ansiava o nobre autor da proposta, Senador Jean Paul. Adicionalmente, amplio o rol de critérios para julgamento das propostas para que possam considerar não apenas o maior valor ofertado pelo prisma, mas também quesitos – como tarifa de energia elétrica ao consumidor regulado, ou seja, àqueles de todos os rincões do país – como o maior valor de participações governamentais e o maior valor em termos de bônus de assinatura. Relevo ainda a discricionariedade de o Poder Executivo definir o fator de ponderação entre as variáveis aqui elencadas, o que pode tornar mais competitivo o processo de chamada pública.

Também proponho aperfeiçoamento, no art. 12, no sentido de tornar obrigatória a imediata comunicação ao Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de descobertas de bens sob sua alçada, qual seja, os bens considerados patrimônio histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do critério de julgamento, acredito ser pertinente que o valor do bônus de assinatura possa ser parcelado, de forma a não depreciar sobremaneira os ativos a serem ofertados para os interessados, considerando também o tempo de desenvolvimento do projeto.

Dessa forma, busco aperfeiçoar a proposição para que no mínimo 30% do valor seja pago quando da assinatura do termo de outorga e o remanescente possa ser quitado parceladamente no desenvolvimento do projeto, nos termos do edital, e de acordo com as etapas de aproveitamento do potencial energético, dado que o gasto de vultosos montantes apenas para a aquisição do direito pode ser demasiadamente oneroso no momento de maturação do setor eólico *offshore* no Brasil.

Como mecanismo para evitar o uso especulativo das áreas, proponho que haja a cobrança incremental pela retenção de área, de caráter progressivo, em termos de quilômetros quadrados, enquanto o empreendimento não estiver em operação, como forma de incentivar o desenvolvimento do projeto.

No tocante às participações governamentais, proponho que sejam reduzidas para a partir de 1,5% (um e meio por cento), em vez de 5% (cinco por cento) da proposta original, no sentido de tornar mais competitivo o processo de entrada de novos investidores nesse setor tão relevante. Isso não impede, a depender da pujança e do potencial de um determinado prisma, que se alcance percentuais de magnitude superior a 5% (cinco por cento) ou maiores.

Em relação à distribuição das participações governamentais aos entes federados, realizei pequenas alterações em termos de técnica legislativa, e, no mérito, formulei uma readequação no valor a ser distribuído como participação proporcional, beneficiando a União, os estados e os municípios e o investimento em comunidades afetadas.

Acrescentei a necessidade de dispêndio em projetos de desenvolvimento sustentável e econômico destinados às comunidades impactadas nos municípios confrontantes, tais como, mas não exclusivamente, colônias de pescadores e ribeirinhos. Trata-se de um valor importante para garantir prosperidade de longo prazo para regiões e cidadãos vulneráveis à mudança do clima e às próprias intempéries dos ciclos econômicos dos recursos naturais.

Para tanto, destino o montante de 5% (cinco por cento) da participação proporcional para essa finalidade.

Já em relação às outorgas anteriores à lei que propomos, por questão de estabilidade regulatória, proponho que sejam válidas em conformidade com os contratos ou atos de outorga. Relevo ainda que o mero pedido de licenciamento ambiental não configura outorga para realização da atividade, e que os atos realizados por autoridade que não possuam competência para a realização da outorga não serão convalidados.

Precisamos ter em mente também que esse setor vai gerar aumento do PIB potencial, o que está diretamente relacionado a investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (P,D&I). Nessa linha, visando a auxiliar na formação de capital intelectual, proponho direcionar percentual específico para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação como forma de se alcançar o potencial de retorno para a sociedade e para o próprio setor, que terá em suas mãos mecanismos de fomentar o desenvolvimento de longo prazo. Por isso, estabeleço percentual obrigatório de investimento para essas áreas, de forma similar ao que ocorre nos setores de energia e apenas para o setor *offshore*, e não *onshore*, que já é regulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, no tocante à Emenda nº 1, no mérito, somos favoráveis, pois vem a agregar ao projeto como um todo, dentro do que pensamos para desenvolvimento de atividades econômicas de forma múltipla, sinérgica e sustentável. Para tanto, acatamos por meio do novo §3º ao art. 8º.

As demais modificações foram apenas em termos de técnica legislativa e adequações para que o projeto componha um arcabouço homogêneo.

Voto.

Pelo exposto, a proposição em análise atende aos quesitos de constitucionalidade, de juridicidade, de regimentalidade, e boa técnica legislativa, da proposição que analisamos, e da Emenda nº 1-CI.

No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 576, de 2021, e da Emenda nº 1-CI, na forma do seguinte substitutivo que apresento.

Este é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Relator, Senador Carlos Portinho.

Aproveito para congratulá-lo e felicitá-lo pelo excelente trabalho, um trabalho hercúleo, um trabalho difícil, um trabalho técnico, que envolveu... Eu sei porque várias vezes estive consigo nesse processo de discussão, com consulta a todo o setor, a todos os interessados, os chamados *stakeholders*, interessados nessa abertura de um novo horizonte de investimentos e de geração de energia.

Basicamente, Senador Rafael, o que estamos fazendo aqui é introduzir um marco legal que nos permita o aproveitamento energético do mar e de outros corpos hídricos da União. Então, na verdade, o *offshore* é mar, mas, aqui, na definição legal, nós também estamos abrangendo para lagoas, lagos e espelhos d'água que estejam sob o domínio da União e que hoje não é possível a qualquer particular chegar lá e enfiar lá um parque eólico, porque não tem a titularidade disso, não há uma relação entre um poder concedente e um privado para atuar com uma geração de energia, que, aliás, também pode ser de qualquer tipo.

Não estamos falando apenas de energia eólica. Claro que ela é a mais viável, a mais conhecida, a mais próxima da realidade, mas já há exemplo de aproveitamento concomitante da energia das marés nos próprios flutuadores dos aerogeradores com pequenos geradores com marés para produzir a mais e aproveitar a mesma estrutura de transmissão para a costa; temos a energia das ondas; a energia solar em cima de espelhos d'água de represas ou de lagos, temos correntes marítimas... Enfim, eu costumo dizer que esse projeto vale, inclusive, para algumas técnicas que ainda não foram inventadas, uma vez que ele não fecha em cima de uma técnica apenas ou de uma fonte apenas. Ele apenas quer resolver o problema de titularidade, ou seja, de alguém poder utilizar um bem público – o mar, um lago, uma lagoa ou um espelho d'água – para gerar energia, e isso tem um critério, isso tem todo um critério de que o poder concedente vai fazer exigência.

Então, o projeto que o Senador Portinho relata justamente trata dos procedimentos de outorga, das participações que o Governo terá nessa atividade, portanto do quanto aufere o estado, o município, a União em relação ao aproveitamento disso por um particular, e também do descomissionamento, ou seja, que, ao final da operação, aquilo seja restituído ao estado natural anterior. Então, basicamente, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aí, eu preciso ressaltar, o mérito das alterações que o Senador Portinho trouxe ao projeto, inclusive a questão do parcelamento do bônus, uma situação diferente da do petróleo – é possível fazer essa divisão do bônus em etapas –, as compensações socioambientais, que foram reforçadas nesse projeto pelo Relator, a introdução da pesquisa, desenvolvimento e inovação através desse 1% de investimento, não de pagamento a alguém, mas de investimento canalizado da receita operacional líquida para investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação desse setor.

É muito importante a gente dominar de alguma forma tecnologia e patentes nessa nova situação, nesse novo horizonte de investimentos, que é o *offshore* energético. Portanto, só palmas e felicitações ao nosso Relator Carlos Portinho.

Eu quero colocar em discussão a matéria para permitir ao Senador Rafael Tenório que faça seu comentário e eventualmente o pedido.

Obrigado.

O SR. RAFAEL TENÓRIO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista do projeto.

O Projeto de Lei 576, de 2021, basicamente dispõe sobre um novo marco legal que disciplina a implantação de empreendimentos *offshore*, que são empreendimentos para geração de energia na área do mar territorial, da plataforma continental, da zona econômica exclusiva ou de outro corpo hídrico sob o domínio da União, que no caso do projeto é a geração de energia eólica.

Quero parabenizar aqui o Senador Carlos Portinho pelo relatório. Não tenho dúvidas quanto à importância desse projeto, que é extremamente positivo sob o ponto de vista ambiental, pois trata-se de energia limpa, gerada sem supressão de vegetação e sem necessidade de desapropriação. E, do ponto de vista econômico, mais importante ainda porque gerará emprego e renda e desenvolvimento nas regiões do Brasil.

No entanto, Sr. Presidente, trata-se de um projeto que necessita ser mais estudado por esta Comissão. É preciso ter atenção a outros impactos decorrentes da implantação de projetos *offshore*, como interferência no ecossistema marinho, os impactos em rotas de navegação, transferência de tecnologia, questões de segurança jurídica, tanto para os empreendedores quanto para a União e os outros aspectos.

Sem contar, Sr. Presidente, que o próprio Ministério do Meio Ambiente faz várias restrições ao projeto e inclusive ainda não tem um parecer do Ministério das Minas e Energia. Portanto, Sr. Presidente, eu solicito vista do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Rafael Tenório. Tenho certeza também de que Alagoas, com seu potencial, não só das lagoas, que dão nome ao Estado, mas principalmente o litoral, que tem um potencial energético impressionante, tem olhos sobre esse projeto e todos os cuidados evidentemente são necessários.

Eu quero também me somar ao seu pedido. Em função até da apresentação de versão nova do relatório agora pela manhã, nós estivemos trabalhando ontem também nesse processo e vamos, portanto, suspender a discussão, concedendo vistas coletivas. Transformando aqui com o meu pedido também e remarcando automaticamente para a próxima sessão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente no início de agosto, nos dará tempo suficiente para esses ajustes finais, eventualmente receber outras sugestões.

Portanto, ficam concedidas as vistas coletivas ao Projeto de Lei 576, de 2021, de relatoria do Senador Carlos Portinho e de nossa autoria.

Passamos ao item 4, por solicitação do Senador Mecias de Jesus, que está na linha, mas aqui está desligado.

Está conectando? O.k. Vamos aguardar o Senador Mecias de Jesus, item 4.

Enquanto isso, vou ler aqui documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: carta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, contendo moção de repúdio ao PL 4.546, de 2021, aprovada por representantes do poder público e da sociedade civil dos 81 municípios inseridos no território da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas. Informa que tal decisão se baseia na análise técnica por grupo de trabalho da instituição cujos resultados seguem anexos.

Outro documento recebido é mensagem eletrônica da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), reiterando solicitação feita em ofício anterior buscando apoio para a aprovação, ainda nesta legislatura, de sete projetos de lei que considera essenciais para o setor. Manifesta, ainda, preocupação quanto a matérias legislativas cuja aprovação seria prejudicial pelas razões que especifica.

Finalmente, Ofício nº 298, de 2022, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, São Paulo, referente à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização da Empresa Enel, empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, os documentos, já disponíveis para consulta na página da Comissão, aguardarão eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram seu recebimento comunicado em reuniões anteriores. (*Pausa.*)

O Senador Mecias de Jesus está *online*.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 5.325, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1/CTFC e com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria tem parecer da CTFC, pela aprovação com uma emenda

2. Votação nominal

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Jean Paul Prates, caro amigo, Sras. e Srs. Senadores, quero pedir vênia, Presidente, para ir direto à análise do projeto.

Análise.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes" e "outros assuntos correlatos". Conforme explicitado em sua justificação nos termos da síntese apresentada no relatório, o PL nº 5.325, de 2019, versa sobre a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, almejando torná-lo mais eficiente. Assim, resta claro a aderência do objeto da proposição às competências da Comissão de Infraestrutura.

No que se refere à constitucionalidade, cabe mencionar que a Constituição Federal prevê, em seu art. 21, inciso XII, alínea "b", que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. Já em seu art. 48, a Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, o PL nº 5.325, de 2019, não trata de matérias de competência exclusiva do Presidente da República explicitadas no art. 61 da Constituição Federal. Dessa forma, o tema tratado pelo PL nº 5.325, de 2019, do eminente Senador Zequinha Marinho, orbita no campo de atuação material e legislativa do Poder Legislativo da União estabelecido pela Constituição Federal.

Também não há óbice em relação à juridicidade e à técnica legislativa. Importante mencionar, ainda, que a proposição não promove aumento de despesa ou diminuição de receita do Orçamento Geral da União e atende aos preceitos das normas orçamentárias vigentes.

No mérito, é indiscutível a necessidade de disciplinarmos o repasse dos custos com as perdas de energia elétrica, conforme o Senador Zequinha Marinho aponta, com profundidade, na justificação da proposição.

No setor elétrico, há dois tipos de perdas: as técnicas e as não técnicas. As perdas técnicas são inerentes à transmissão e à distribuição de energia elétrica; envolvem questões físicas, relacionadas à transformação da energia elétrica em energia térmica nos condutores, perdas nos núcleos dos transformadores, etc. Já as perdas não técnicas, diretamente associadas à gestão comercial da distribuidora, abrangem todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, etc.

Conforme apontado pela justificação do autor do PL nº 5.325, de 2019, o eminente Senador Zequinha Marinho, as perdas (técnicas e não técnicas) representaram, em 2019, 10% do valor das tarifas das distribuidoras de energia elétrica, excluindo os tributos. No Estado do Pará, essa parcela atingiu 16,7% e, no Estado do Amazonas, 28,2%.

Ato contínuo, de acordo com a Aneel, em 2020, o custo das perdas não técnicas reais no país, obtido pela multiplicação dos montantes pelo preço médio da energia nos processos tarifários, sem considerar tributos, é da ordem de R$8,6 bilhões. O Estado de Roraima, considerando os valores das perdas que constam nas tarifas e sua representação em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcela destinada aos custos dos serviços de distribuição (operação e manutenção, investimentos e depreciação), chega a um percentual de 23,5%.

Ainda, as perdas não técnicas regulatórias, que são calculadas conforme a metodologia da Aneel, consideraram um custo aproximado aos consumidores de cerca de 2,9% do valor da tarifa de energia elétrica, variando por distribuidora. No Estado do Pará, segundo estes parâmetros, esse percentual é de 7,4% e no Estado de Roraima, Sr. Presidente, é de 8,5%.

O fato de as perdas, principalmente aquelas ditas não técnicas, pesarem na composição das tarifas de energia elétrica exige uma atuação do Parlamento no sentido de incentivar as distribuidoras a se esforçarem para reduzi-las. São essas empresas que podem averiguar se há erros de medição, se há furto de energia elétrica e se há consumidores sem equipamento de medição. Nesse contexto, é inquestionável a necessidade de as distribuidoras de energia elétrica se esforçarem para reduzir perdas de energia elétrica, principalmente aquelas associadas a ilícitos. Trata-se de iniciativa que beneficia todos os brasileiros.

Nesse contexto, fica claro o mérito do Projeto de Lei 5.325, de 2019, do Senador Zequinha Marinho. Não obstante, como abordado no parecer aprovado pela CTFC, devemos reconhecer que o combate às perdas não técnicas é complexo e que é praticamente impossível reduzi-las a zero. O custo para alcançar esse objetivo seria proibitivo e acabaria onerando as tarifas dos consumidores de energia elétrica. Diante disso, o que as boas práticas regulatórias indicam é o estabelecimento pelo órgão regulador de um limite para as perdas, a partir do qual a prestadora do serviço arca com os prejuízos.

O limite regulatório mencionado no parágrafo anterior tem como desafio o de equilibrar o necessário incentivo ao combate às perdas e o custo associado. Diante disso, concordamos com o arranjo disposto na Emenda nº 1 – CTFC, segundo o qual a Aneel deverá realizar comparações entre empresas e, a partir disso, definir um nível de perdas técnicas e não técnicas que podem ser incorporadas às tarifas e uma trajetória de redução que as empresas devem perseguir. Nesse arranjo, uma empresa incorre em prejuízo se tem mais perdas do que o permitido pela Aneel. Caso tenha menos perdas, aumenta seu lucro. A perspectiva de ter mais ganhos e evitar prejuízos motiva as empresas a buscarem formas de combater as perdas.

Em virtude da Lei 14.385, de 27 de junho de 2022, há necessidade de ajustes redacionais para adequação do PL. Para tanto, apresentamos emenda de redação.

O voto, Presidente Jean Paul Prates.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 5.325, de 2019, pela sua adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 5.325 e da Emenda nº 1, da CTFC, com a seguinte emenda de redação apresentada por esta relatoria.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Relator, Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra o autor, Senador Zequinha Marinho, do glorioso Estado do Pará.

Está *online*? Senador Zequinha Marinho, com a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O.k., Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar o Senador Mecias de Jesus pelo bom trabalho na relatoria do nosso projeto.

Entendo que esse projeto representa o clamor do consumidor de energia no Brasil, principalmente no Pará ou na Região Norte, onde a gente paga um valor do quilowatt-hora muito alto, e ajuda ainda a pagar as perdas não técnicas, que são aqueles roubos de energia, que são os "gatos", como a gente chama lá na Região Norte. Isso não é justo. Nós precisamos fazer com que as nossas empresas, que são as concessionárias, possam ter um pouco mais de preocupação com isso e melhorar a sua gestão com relação ao acompanhamento e a evitar o roubo de energia, porque, quando tem uma fonte pagadora, naturalmente a preocupação é bem menor. Por quê? Porque eu divido o prejuízo com o consumidor.

Então, o projeto não é aquilo exatamente que nós e que o consumidor gostaríamos que fosse, mas já ajuda bastante em função daquilo que a Aneel nos colocou e nos ajudou a formalizar, dando pelo menos um pouco mais de alívio com relação à questão dessa perda não técnica. Senão a gente fica numa situação muito desconfortável e termina concordando com uma coisa que não é justa. Estamos aqui para evitar que erros, vícios etc. aconteçam, prejudicando a sociedade.

Portanto, eu queria me dirigir a todos os pares que acompanham esta sessão tanto presencialmente como remotamente, solicitando o apoio ao relatório do nosso ilustre Senador Mecias de Jesus, para que a gente possa aprovar e o projeto possa continuar a sua jornada até, se Deus quiser, a sua aprovação em Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, autor, Senador Zequinha Marinho. O projeto de fato tem o mérito – não é? –, e nós precisamos trabalhar nos dois sentidos, autor e Relator: no sentido de policiar, melhorar o processo de combate a essas perdas não técnicas – e até melhorar do ponto de vista social – e também obviamente de incrementar essas parcerias das concessionárias com as agências reguladoras, com o poder coercitivo dos estados e municípios, com a Justiça, porque esse é o processo que faz funcionar esse sistema todo, uma vez que estamos falando de concessionárias públicas de utilidade pública e de essencialidade. Mais recentemente foi colocado isso inclusive através de projeto de emenda à Constituição.

Portanto, o projeto é coerente com essa visão, sem perder de vista que todos nós, seja na Oposição, seja no Governo, queremos sempre que o país, que é um país que tem prolíferas fontes energéticas em cada uma das suas regiões, desenvolva cada vez mais formas de baratear o acesso e universalizar o acesso da energia a cada cantão do país, sem necessidade de poder paralelo ou de mercados alternativos, digamos assim, ou ilegais.

Portanto, lembro às Sras. e aos Srs. Senadores que este projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Coloco em discussão o projeto, mas, tendo em vista a ausência do quórum qualificado exigido e também a sessão do Congresso Nacional, que já se iniciou, nós vamos deixar a votação em suspenso para a próxima sessão desta Comissão.

Os demais itens ficam também em face da ausência dos seus Relatores respectivos e também em face de essa questão da sessão do Congresso já estar em curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata da presente reunião.

Agradeço a presença de todos e todas, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores.

Está encerrada esta reunião da Comissão de Infraestrutura.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Jaques Wagner e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Lançamento de Publicação. Finalidade: Lançamento da publicação da Comissão intitulada "Desenvolvimento Regional no Brasil: cenário atual e desafios para o pós-pandemia". Resultado: Link para a publicação: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/be59e571-b464-409e-bd0e-849969e7ecc2. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA), com 3 (três) subemendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2492, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Plinio Valério. Relatório: Pela aprovação do Protejo com 4 emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/14

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Nossa reunião encontra-se dividida em duas partes, sendo a primeira parte destinada a lançamento de publicação e a segunda parte destinada a deliberação de proposições.

Proponho inicialmente a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião da Comissão da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados.

Recebemos da Presidência do Tribunal de Contas da União o seguinte aviso: Aviso nº 1.985, que trata do Acórdão nº 2.872, de 2021, acompanhado da respectiva instrução técnica, proferido pelo Plenário dessa Corte de Contas na sessão telepresencial de 1º de dezembro de 2021, ao apreciar o processo TC042.406/2020-0, da relatoria do Ministro-substituto Weder de Oliveira. Os referidos autos tratam de levantamento de escopo amplo realizado na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e no Ministério da Economia, com o objetivo de identificar e analisar os riscos das políticas públicas de desenvolvimento atuantes no território da Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação dos documentos se estabelece o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão e, em caso de manifestação, os documentos serão encaminhados ao Plenário para a autuação.

Na noite de hoje, em que abrimos os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, tenho a satisfação de apresentar ao público o relatório consolidado do primeiro ciclo de debates sobre desenvolvimento regional, realizado no âmbito desta Comissão ao longo do ano de 2021.

Como já é do conhecimento da audiência, o nosso ciclo tem como objetivo identificar gargalos institucionais que dificultam o desenvolvimento do Brasil e discutir um plano de ação para o seu enfrentamento, tanto a curto quanto a médio prazos.

Em sua abertura, contamos com a honrosa participação do Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, S. Exa. o Ministro Rogério Marinho, a quem agradeço o apoio substantivo e permanente, fundamental para o êxito de nossa iniciativa.

Em sua primeira parte, cujas contribuições estão registradas no relatório ora apresentado, realizamos 11 audiências públicas que tiveram a participação de um grupo selecionado de especialistas, representantes de entidades governamentais e da sociedade civil, além de autoridades do Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal.

Discutimos amplo conjunto de áreas centrais para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo no Brasil. Entre eles, destaco o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional de Irrigação, a ampliação da aviação regional, o papel estruturante do SUS, da educação, do transporte hidroviário e das novas fontes de energia no combate às desigualdades regionais. Para cada um dos temas, o documento apresenta um mapeamento de diagnósticos, desafios, sensibilidades e propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas.

De maneira incontornável, os debates que realizamos no ano passado estiveram marcados pelo tema da pandemia de covid-19, que provocou impactos negativos extremamente relevantes sobre diferentes aspectos da vida econômica e social no Brasil e no mundo.

Passado o período mais crítico, o cenário atual se mostra promissor com o avanço da vacinação, a redução sustentada do número de novas contaminações e, principalmente, do número de mortes. Ampliam-se as condições favoráveis à retomada de um crescimento econômico sustentável, inclusivo, com justiça social e equilíbrio regional.

É certo que os desafios a enfrentar são numerosos e de grande complexidade, mas estou convencido de que a nossa vontade coletiva e determinação para superá-los são maiores. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contamos agora com um insumo valioso a apoiar adicionalmente os nossos melhores esforços em curso.

Passamos, agora, à segunda parte de nossa reunião...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – ... que é a reunião deliberativa.

Com a palavra S. Exa. o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Apenas para parabenizá-lo, seja pela publicação, com a ideia que V. Exa. teve desse ciclo de debates. Foram 11 mesas, e eu diria que nós percorremos vários itens fundamentais para o desenvolvimento regional.

V. Exa., que já foi Governador de um Estado nordestino e Presidente da República, sabe o quanto o desenvolvimento regional é fundamental. Eu também, como Governador da Bahia, orgulho-me muito, inclusive, de ter sugerido um requerimento meu, que foi a décima mesa, sobre a questão dos consórcios públicos como ferramenta de gestão.

Nela, nós tivemos aqui dois Governadores do Nordeste, o Governador do Maranhão e o Governador do Piauí; e tivemos Prefeitos, um Prefeito da Bahia, que era exatamente o Presidente do Consórcio de Infraestrutura da Chapada Diamantina, que é uma região importante.

Então, eu acho que V. Exa., durante os debates, produziu, como V. Exa. já colocou, vários elementos para a reflexão, e todos que aqui vieram é porque, como eu digo, têm a mão na massa de verdade, ou seja, trabalham com essas matérias. E é claro que o documento agora, eu diria que ele servirá para gestores ou para estudiosos que terão uma consulta da melhor qualidade no sentido de ver o pensamento daqueles que constroem ou nos estados ou na Federação o nosso país.

Então, faço esse comentário apenas para o parabenizar pela iniciativa e pelo registro documentado dessas 11 mesas que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Jaques Wagner, pelas suas palavras tão generosas, e meus cumprimentos, em nome de todos os integrantes desta Comissão, pela grande iniciativa que V. Exa. teve ao sugerir uma mesa para tratarmos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consórcios. Em todos os estados do Nordeste, eles são hoje uma realidade, e uma realidade que nos traz grandes notícias, e grandes novidades, e grandes sucessos.

Graças à sua visão, nós pudemos, nesta décima mesa, fazer um debate amplo, um debate com a participação de governadores do Nordeste, de estados extremamente importantes, e também de autoridades do nível federal e do nível municipal. Isso pôde dar um ímpeto ainda maior a esse programa dos consórcios, que, sem dúvida nenhuma, vem tendo um êxito extremamente qualificado para o desenvolvimento e para a diminuição das desigualdades regionais também.

Portanto, meus parabéns a V. Exa., porque foi de V. Exa. a iniciativa de nós podermos ter a satisfação de realizar aqui a nossa décima mesa tratando dos consórcios públicos.

Com a autorização de V. Exas., passamos, então, à segunda parte da nossa reunião, que é deliberativa. Conforme pauta previamente distribuída, esta parte da reunião vai ser destinada à deliberação de projetos e relatórios apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Passamos ao item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 16, DE 2016

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.

Autoria: Câmara dos Deputados (Deputado Chico Alencar)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA), com 3 (três) subemendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A Matéria já foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) na forma da Emenda nº 1-CMA (substitutivo);

- Em 14/03/2022 o Senador Jaques Wagner apresenta novo relatório;

- A matéria ainda seguirá para a apreciação do Plenário.

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Jaques Wagner para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado.

Eu queria só, antes de entrar no relatório propriamente dito, contextualizar, na medida em que nós estamos numa sessão da Comissão de Desenvolvimento Regional que, pelo que sei, é acompanhada também através da TV Senado. Seria importante contextualizar para entenderem essa iniciativa.

Na verdade, essa iniciativa partiu do Deputado, como V. Exa. já disse, Chico Alencar, ainda no ano de 2011. Eu diria, assim, como resposta da Câmara dos Deputados à tragédia que se abateu sobre o Rio de Janeiro, com aquelas enchentes, a morte de mais de cem pessoas, desalojados e desaparecidos, muita gente. Então, foi efetivamente uma tragédia. Eu me lembro, porque já era Governador do Estado da Bahia e fiz contato com o Governador, com o Prefeito, acompanhei, até para saber no que o Estado da Bahia poderia ser útil.

Mas aquilo chocou a todos, porque realmente foi algo assim devastador, como têm ocorrido outros acidentes climáticos.

Então, o Deputado Chico Alencar teve essa iniciativa, que chega às nossas mãos agora na forma do PLC que V. Exa. já numerou, e eu acho muito importante, porque, Presidente, nós estamos repetidas vezes ouvindo os anúncios dos relatórios do IPCC, o conjunto de especialistas que analisa as janelas de oportunidade para que não sejam irreversíveis as mudanças climáticas que vêm acontecendo no mundo inteiro, inclusive no Brasil – seca no Sul do País, enchente no Nordeste.

Então, eu acho que é muito importante e pertinente. Veja, desde 2011: são 11 anos. Às vezes nosso processo legislativo é um pouco demorado.

Mas de qualquer forma, eu queria contextualizar, porque nós vimos tendo outras tragédias. E hoje, pelos números que eu tenho, segundo o próprio IPCC, nós ainda temos 3,3 bilhões de humanos habitando em zonas de risco climático. E, segundo o Dieese, no Brasil, nós temos 10 milhões, praticamente 5% da nossa população vivendo nas chamadas áreas de risco, que são áreas de deslizamento, são áreas de soterramento, são áreas de inundação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço esse comentário antes de ir à formalidade da leitura do relatório, porque, como Presidente agora que sou da Comissão de Meio Ambiente, eu tenho feito um esforço muito grande para que as nossas mentes se abram. E eu tenho dito que a questão climática não é uma questão nem de esquerda, nem de direita, nem de liberais, nem de progressistas. Ela é uma questão de bom senso. Ou nós acordamos e despertamos para medidas inteligentes, ou nós paramos, como alguns ainda fazem, de estabelecer uma falsa dicotomia entre desenvolvimento e geração de emprego com preservação.

É ao contrário, a preservação, na verdade, por si só, os chamados empregos verdes, e a própria longevidade da nossa casa mãe, da mãe Terra, são fundamentais.

Então, eu só queria dizer que a Senadora Mara Gabrilli tinha feito o relatório. Ela, infelizmente, se afastou e, por isso, veio a mim a responsabilidade de fazê-lo. E o passo a ler, a partir de agora, parabenizando todos os que trabalharam nele, porque, repito, é uma tentativa de resposta do Legislativo brasileiro a um fato concreto, sofrido, que foram as enchentes de 2011, no Rio de Janeiro.

Eu passo direto, Sr. Presidente, à análise.

De acordo com o inciso I do art. 104 do Regimento da nossa Casa, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos estados e municípios.

O PLC nº 16, de 2016, ao alterar o Estatuto da Cidade para incluir no conteúdo mínimo do plano diretor diretrizes relacionadas à prevenção de enchentes, de deslizamentos de terra e de eventos similares é, portanto, objeto de análise da nossa Comissão. A iniciativa insere-se na competência da União para legislar sobre defesa civil e direito urbanístico e não incide sobre matéria de iniciativa reservada a outros poderes. Nesse sentido, não há ressalvas a fazer quanto à constitucionalidade do PLC nº 16.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento jurídico e tem poder coercitivo. Portanto, não apresenta vícios de juridicidade.

Com exceção de pequenos ajustes apontados adiante, não há ressalvas a fazer quanto à técnica legislativa usada no projeto e na emenda substitutiva aprovada na Comissão de Meio Ambiente do nosso Senado, que estão redigidos em conformidade com o que preconiza a Lei Complementar nº 95, de 1998. A proposição original foi apresentada na Câmara dos Deputados, em 24 de março de 2011, e buscava responder à maior catástrofe climática da história do Brasil, ocorrida na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro do mesmo ano, que resultou, como já disse, no desalojamento de cerca de 30 mil pessoas e na morte de 918 pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– muito maior do que o número que eu guardava em mente – e no desaparecimento de 99 pessoas.

Eventos como esse motivaram a edição, já em outubro daquele mesmo ano, da Medida Provisória nº 547, cujo principal objetivo foi, abro aspas, "incorporar nas políticas urbanas municipais esse componente de planejamento de gestão voltado para a prevenção e mitigação de impactos desses eventos", em especial dos associados à escorregamento de encostas e processos correlatos, conforme informa a sua exposição de motivos.

A medida provisória foi convertida na Lei 12.608, de 2012, que instituiu a política nacional de proteção e defesa civil. A lei previu a instituição, pela União, de, abro aspas, "Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos", fecho aspas, cabendo aos municípios nele incluídos adotar uma série de providências preventivas.

O Estatuto das Cidades foi alterado para incluir como diretriz de política urbana a redução da exposição da população a riscos de desastre, instituir a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor nos municípios incluídos nesse cadastro, ampliar o conteúdo obrigatório do plano diretor nesses casos e exigir a elaboração de projeto específico de expansão urbana como condição para ampliação do perímetro urbano.

O novo conteúdo obrigatório do plano diretor incluído na lei coincide, em grande medida, com o previsto no projeto de lei em análise. Sua aplicação foi limitada, entretanto, apenas aos municípios incluídos no cadastro federal. Ocorre que, passados dez anos da edição da lei, o cadastro não foi instituído. Soma-se a isso um forte questionamento quanto à constitucionalidade da fixação de obrigações para os municípios em decorrência de um ato administrativo da União, como seria a publicação do cadastro.

Entendemos que a técnica legislativa do PLC nº 16, de 2016, ao incluir as matérias pertinentes à prevenção de desastres no conteúdo obrigatório do plano diretor de todos os municípios, é mais adequada que a do Estatuto da Cidade, que condicionou essa exigência à inclusão ou não em um cadastro federal.

Assim sendo, apresentamos subemendas à emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, para incorporar as matérias constantes do art. 42-A ao art. 42 do Estatuto da Cidade, harmonizando sua redação com os incisos constantes da proposição em análise e para revogar, em consequência, o art. 42-A do Estatuto da Cidade.

Apresentamos, ainda, uma subemenda para suprimir a inclusão na Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, de um dispositivo que obriga os municípios vulneráveis a enchentes e deslizamentos de terra a elaborarem planos de drenagem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez que o art. 19 daquela lei já inclui o manejo de águas pluviais entre os componentes dos planos de saneamento básico, cuja elaboração é obrigatória para todos os municípios. A recente Lei nº 14.026, de 2020, inclusive, alterou a redação do §3º desse artigo, para exigir a compatibilidade desses planos com os planos de bacia hidrográfica, os planos diretores e os planos de desenvolvimento urbano integrado.

Vistas em seu conjunto, as alterações introduzidas no PLC nº 16 pelo substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e pelas subemendas que apresentamos preservam o sentido original da proposição e a aperfeiçoam, na medida em que levam em consideração as alterações introduzidas na legislação em vigor após a apresentação do PL nº 840, de 2011, que deu origem à proposição que ora analisamos.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1, Comissão de Meio Ambiente, Substitutivo, com as seguintes subemendas:

Subemenda [...] [ainda não numerada – vou chamá-la de nº 1]
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1, da CMA, a seguinte redação:
Art. 2º O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:
"[...]
IV – parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo;
V – mapeamento das áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto;
VI – planejamento de ações de intervenção preventiva;
VII – medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção;
VIII – identificação dos assentamentos urbanos informais;
IX – previsão de áreas para habitação de interesse social; e
X – preservação e definição de diretrizes urbanísticas de uso e ocupação das áreas verdes urbanas, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.
§1º A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas geotécnicas.
§2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
§3º As medidas de que trata o inciso VII [medidas de drenagem urbana] poderão incluir a fixação de limites máximos de impermeabilização de terrenos ou soluções técnicas equivalentes."

Por fim, a penúltima subemenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUBEMENDA Nº -CDR
Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1-CMA [...], a seguinte redação:
Art. 5º Fica revogado art. 42-A da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

E, finalmente, a última subemenda.

SUBEMENDA Nº -CDR
Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, 14 de março.

Segue assinado por V. Exa. e por este Relator.

É este o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Jaques Wagner, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão, exatamente o Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório de S. Exa. o Senador Jaques Wagner, que conclui pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, com três subemendas que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Meus cumprimentos a V. Exa., Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Eu que agradeço, Presidente, e peço vênia a V. Exa., cumprida a minha parte, a menos que V. Exa. dependa de mim para alguma outra matéria, para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Pois não, Senador.

Passamos para...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estou aqui com o Diretor da Defesa Civil... (Falha no áudio.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – A Senadora Zenaide pediu a palavra? (Pausa.)

Sim.

Com a palavra S. Exa. a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. (Por videoconferência.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de parabenizar a Comissão, o Senador Jaques Wagner por dar esse minucioso diagnóstico e apresentar as saídas.

A gente sabe que esses eventos climáticos extremos estão cada vez mais presentes na vida das pessoas. Então, se a gente já tem um estudo, como está proposto aí, ou seja, fazer uma estudo técnico-científico com as saídas, para salvar o máximo de pessoas, a gente tem que aplaudir isso. E, principalmente, a gente está dando aqui a visibilidade ao povo brasileiro de que o Senado Federal, de que o Congresso não está parado diante de tantos eventos ruins, como a gente está vendo em Petrópolis e em outros lugares.

Então, a gente tem que estar preparado para isso e também mostrar que é possível a gente evitar, fazer a prevenção. Eu sei que não é tão simples, porque tem tudo a ver também com o desmatamento, com muita coisa que a gente sabe, mas o fato de a gente estar aqui reunido, mostrando ao povo a gente sabe, mas o fato de a gente estar aqui reunido, mostrando ao povo brasileiro que a gente está preocupado, que foram feitas várias reuniões, que se uniram todas as cadeias responsáveis e instituições para debater uma maneira de se salvar o máximo de vidas deste país, independente dos eventos climáticos extremos, isso a gente tem que parabenizar mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senadora Zenaide Maia, que tem uma participação sempre tão ativa nos trabalhos da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sempre preocupada, como vem se manifestando ao longo de toda a sua trajetória política, com as questões que afligem aos mais necessitados.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2492, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do Protejo com 4 emendas que apresenta.

Observações:

- Em 11/12/2019, fica sobrestada a matéria em virtude de aprovação de requerimento para a sua instrução;

- Em 06/12/2021, é aprovado requerimento dispensando a audiência de instrução pela CDR;

- Também em 06/12/2021, o senador Plinio Valério é designado relator "ad hoc" da matéria e faz a leitura do relatório;

- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CDR.

Mas o Senador Plínio Valério fez chegar à Mesa Diretora dos trabalhos solicitação para retirada de pauta deste item nº 2, do projeto de lei do qual ele é o Relator.

Então, fica retirado de pauta o item 2, que é o Projeto de Lei nº 2.492, conforme já anunciado, de S. Exa. o Senador Plínio Valério, a pedido do mesmo.

Esta Presidência agradece à disposição de S. Exas. os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras em comparecerem à nossa Comissão.

Na sequência, logo em seguida, realizaremos a nossa 1ª Mesa em 2022 do Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Regional, com o tema – também extremamente atual e coincidente com o que aqui foi aprovado agora com o relatório de S. Exa. o Senador Jaques Wagner –: "O papel do planejamento urbano na gestão de riscos e na prevenção de desastres".

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quatro minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Req 10/21 e 10/22-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 10/2022 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), e REQ 10/2021 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Finalidade: Debater a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Participantes: Sérgio de Zen, Diretor-Executivo de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab; Rafael Zavala, Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil - FAO; e Rodrigo Afonso, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 11, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recentes pesquisas da Embrapa sobre a tropicalização da cultura do trigo, seus resultados e as perspectivas de expansão da produção para estados das regiões Norte e Nordeste. A Audiência Pública contará com a participação dos seguintes convidados: Celso Moretti, Presidente da Embrapa; Júlio Albrecht, Pesquisador do Trigo Tropical da Embrapa Cerrado; Edvan Alves, Chefe-geral da Embrapa Roraima; João Martins, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ou representante; Geraldo Falavinha, Produtor do Estado de Roraima." Autoria: Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e seis minutos. Usam da palavra os Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas e o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2021, e nº 10, de 2022, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 612211.

Antes de convidar para a palavra os nossos convidados, faço uma pequena abertura.

Mesmo com o aumento exponencial da produção de alimentos no nosso país, nos últimos cem anos, a fome continua a ceifar vidas humanas todos os dias, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Isso ocorre porque as pessoas não possuem acesso aos alimentos produzidos: não conseguem coletar na natureza, não plantam ou não possuem dinheiro para comprar os alimentos nas feiras e nos mercados. Quando isso ocorre, a fome se transforma num grave problema de insegurança alimentar para as pessoas e populações, relacionando-se diretamente com a questão econômica e a miséria das pessoas e dos países.

Atualmente, a ONU estima que 1 bilhão de pessoas passam fome em todo o mundo. A fome ocorre em muitos lugares, geralmente em países enfraquecidos economicamente, mas não é um problema exclusivo de países ou regiões pobres. A fome também se manifesta nas periferias das cidades de países ricos ou emergentes, como o Brasil. O Brasil, que tinha saído do Mapa da Fome da ONU em 2013, está de volta. É triste, mas é verdade. É lamentável que o Brasil tenha ficado fora do Mapa da Fome por apenas cinco anos, de 2013 a 2018, quando voltou a ultrapassar a marca de 5% da população com fome.

O relatório mais recente da Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que 23,5% da população brasileira tenha vivenciado insegurança alimentar moderada ou severa entre 2018 e 2020, um crescimento de 5,2% em comparação com o último período analisado entre 2014 a 2017.

Isso significa que 49,6 milhões de pessoas, entre elas crianças, deixaram de comer por falta de dinheiro ou tiveram uma redução significativa na qualidade e na quantidade de alimentos ingeridos. É uma situação preocupante.

É por conta disso que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizará uma análise da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criada pelo Decreto Presidencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7.272, de 25 de agosto de 2010, para sabermos o que está causando todo esse retrocesso que estamos vivenciando no nosso país.

A situação econômica no Brasil e no mundo impacta o problema da fome. A pandemia também agravou a fome em muitos países, mas nem a economia nem a pandemia são as principais causas do aumento da fome no nosso país.

A inflação sobre os produtos básicos da alimentação corroeu o poder de compra dos brasileiros, é verdade, obrigando as pessoas mais vulneráveis a comerem menos e a optarem por alimentos de menor qualidade nutricional. A fome alcançou novamente muita gente que se achava livre desse mal. Essa inflação poderia ter sido controlada pelo Governo com uma política econômica voltada para a geração de emprego e renda e para o apoio ao setor produtivo, à agricultura, com mais investimentos em infraestrutura, não apenas voltada para o mercado financeiro especulativo, com base apenas na elevação de taxas de juros.

A ampliação do Bolsa Família ou do Auxílio Brasil, como queiram chamar, é importante para a redução da fome e da pobreza e até mesmo para a inclusão das pessoas no mercado de trabalho, mas a redução da fome e da pobreza só acontece de fato quando essas pessoas conseguem um emprego, conseguem trabalhar, quando fazem um curso técnico e melhoram sua posição no mercado de trabalho. Estes são os mecanismos que fazem a roda da economia girar e melhorar a qualidade de vida das pessoas: educação, saúde, emprego e oportunidades.

O aumento abusivo no preço do gás de cozinha, que já é vendido a R$180 em alguns estados brasileiros, e no preço da gasolina e do diesel também poderia ter sido freado por uma política de Estado para o setor energético de petróleo e gás.

Mais do que isso, o retrocesso na segurança alimentar poderia ter sido evitado se fossem mantidas as políticas públicas construídas ao longo dos anos pela sociedade civil e se tivessem mantido os programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o nosso PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), bem como a articulação em rede do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em todo o nosso território nacional.

Essa é uma percepção que tenho como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sendo que acompanho de perto essas políticas públicas desde 2010, quando passei a integrar esta Comissão.

O avanço no debate e na institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras. Foi em torno do tema da fome, da possibilidade concreta e da urgência ética de sua superação que o Brasil começou a desenhar os seus mais importantes programas de combate à pobreza e passou a ser um país emergente. Por meio do compromisso do Estado brasileiro com a universalização de políticas públicas de combate à pobreza e com a garantia de acesso à alimentação, conseguimos melhora expressiva nas condições sociais de nossa população, o que gerou impactos positivos na segurança alimentar e na economia de todo o país. Portanto, é de fundamental importância que façamos uma análise dessa política pública com base técnica, sustentada em dados e números, mas também com sensibilidade política para apontarmos os erros e acertos e os novos caminhos que teremos que tomar para não agravarmos o problema da fome, para que possamos ampliar a produção de alimentos, mas, principalmente, para que possamos colocar alimentos na mesa de todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante nós aumentarmos a produção de alimentos no Brasil, é evidente, para que a gente possa continuar exportando e conseguir tornar sempre a balança comercial brasileira positiva em função daquilo que nós produzimos, mas também é importante nós levarmos esses alimentos à população brasileira. É um contrassenso nós sermos um dos países que mais produz alimentos e termos pessoas passando fome no nosso país. É uma questão de política de Estado, é uma questão de investimento no nosso povo, na nossa população, para fazer com que todos tenham acesso a uma alimentação de boa qualidade e que chegue a toda população brasileira.

Nós vamos fazer nossa audiência pública para debater a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para que a gente possa dar a nossa contribuição a programas de governo, a ações governamentais no sentido de ajudar a população brasileira.

Os nossos convidados são: Dr. Sergio De Zen, Diretor-Executivo de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Rafael Zavala, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil (FAO-Brasil); e Rodrigo Afonso, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Sergio De Zen, Diretor-Executivo da Conab.

V. Sa. tem a palavra... (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, o Senador Esperidião Amin, sempre presente na nossa Comissão, pede pela ordem.

V. Exa. tem a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito brevemente – um bom dia para todos –, é só para informar e deixar consignado em ata que ontem eu iniciei uma conversa, e logo após o início o Senador Carlos Fávaro dela participou, com o Senador Jaques Wagner no sentido de que aquela audiência pública sobre o PL 6.299, que tem tudo a ver com o objetivo desta reunião da segurança alimentar, seja conjunta. Ele não deu uma palavra definitiva, mas posteriormente eu soube que houve um atravessamento de informação: que eu teria mencionado que a tramitação do projeto seria conjunta nas duas Comissões. Não é a mesma coisa. Isso deixou o Senador Jaques Wagner um pouco assustado e preocupado. O que eu falei foi estritamente a respeito daquele assunto que nós combinamos na manhã de ontem, a propósito desse assunto e do assunto geral segurança alimentar, ou seja, que a audiência pública seria mais eficiente se for conjunta. Como há o requerimento lá na CMA e coexiste um propósito nosso também, fazer a audiência pública em conjunto eu acho que é, de maneira muito singela, o instrumento mais eficaz para se tratar do assunto. Posteriormente, quanto à tramitação, aí é uma questão que diz respeito à Mesa e ao conjunto das diretrizes do Senado.

Era essa a intervenção que eu queria fazer, resumindo, sugerindo que V. Exa. entre em contato com o Senador Jaques Wagner para esclarecer o assunto.

Muito obrigado.

Um bom dia.

E vamos ao trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Nós vamos fazer um requerimento à Mesa para que o Presidente da Casa possa despachar a tramitação em conjunto nas Comissões desse projeto, assim como aconteceu com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária e com o licenciamento ambiental. Foi muito mais produtivo nós fazermos as audiências públicas todas em conjunto, uma vez que quase todos os membros da Comissão de Agricultura também são membros da Comissão de Meio Ambiente. Se nós fizermos em conjunto, vamos otimizar o tempo e tornar o debate sempre mais produtivo. Muito obrigado pela sua sugestão, Senador Esperidião Amin. Vamos, então, fazer esse requerimento à Mesa para que o Presidente possa designar ou despachar para que seja a tramitação feita em conjunto, como foi com os dois projetos que acabei de citar e como foi também com a reforma do Código Florestal, que foi amplamente debatido em 2012 – este ano fará dez anos. Naquela época, eram três Comissões: a Comissão de Ciência e Tecnologia, a CMA e a CRA. E o resultado foi muito positivo. Vamos fazer da mesma forma com esse projeto dos pesticidas, que é muito importante para a produção de alimentos no nosso país.

Agora, sim, passo a palavra ao Dr. Sergio De Zen, da Conab, para fazer as suas colocações, já agradecendo a sua participação, a sua presença junto conosco.

O SR. SERGIO DE ZEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia, Srs. Senadores e Senadoras.

É um prazer poder estar aqui com vocês.

Eu pedi para fazer a apresentação logo, justamente porque, às 9h, nós vamos anunciar os números da safra em andamento no Brasil.

Senadores, é muito importante a gente separar em dois blocos, em dois problemas distintos a questão da segurança alimentar. Um problema central é a produção: se a gente não gerar alimentos, nós não temos o que distribuir ou como alimentar a população. E o outro problema é a questão da renda. Então, dentro do Ministério da Agricultura, nós temos que resolver o problema da oferta do produto, do abastecimento. O problema da renda foge à competência e foge ao... As ferramentas que nós temos não são suficientes para nós resolvermos. Então, são dois problemas distintos.

O Brasil resolveu muito bem o seu problema de oferta de alimentos, quer dizer, a agricultura brasileira é uma das mais eficientes do mundo. Por exemplo, agora, pouco antes de falar com vocês, eu estava explicando justamente a safra brasileira a agentes internacionais. O que a gente produz em pouco mais de 51 milhões de hectares a gente planta entre 64 milhões e 68 milhões de hectares de lavoura. O que significa isso? Nós produzimos na mesma terra duas lavouras, duas safras dentro da mesma terra.

Também há a questão dos fertilizantes. Nós estamos descobrindo que nós teremos reservas de fertilizantes dentro do próprio solo, à medida que somos eficientes no uso disso.

E muito se fala de estoques para abastecer, para segurança alimentar. Na realidade, hoje – e esse hoje começando há 27 anos mais ou menos –, o mundo reduziu drasticamente os seus estoques. Por que isso aconteceu? Justamente porque nós, no passado, tínhamos uma safra só, era uma safra que a gente produzia... Era principalmente o Hemisfério Norte, que respondia por mais de 60%, 70% da produção de alimentos no mundo. Ele produzia no segundo semestre, e esse alimento tinha que ser armazenado até o ano seguinte, a próxima safra. Hoje, o Hemisfério Sul, que já responde por 45%... Principalmente o Brasil, que é o grande *player* desse mercado, que tem uma oferta de alimento muito grande, entra no mercado no início do ano, e o Hemisfério Norte entra no final do ano. Então, a gente tem um ciclo. E existem produtos de que nós temos várias safras ao longo do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o caso específico do milho. Antigamente, a gente ofertava milho só no final de janeiro e início de fevereiro; hoje essa primeira safra responde por 25%; a segunda safra, que vai entrar no mercado em junho e julho, representa 70% a 71%; e a terceira safra, que entra na Região Nordeste, de 2,5% a 3%. Então, essa distribuição ao longo do ano mostra que nós temos um ciclo produtivo que se alterou ao longo dos anos.

Outro produto que serve de exemplo é o feijão. Do feijão a gente tem três ou quatro safras. E ele responde instantaneamente a incentivos de preço. Então, se eu aumento o preço, eu vou ter produção embaixo de pivô ou em outras áreas verdes, eu desloco a produção ao longo do país, já que a dimensão continental nos possibilita produzir o feijão em várias regiões. Então, a gente sempre tem oferta.

O arroz ainda tem uma concentração muito grande no Sul e é produzido em algumas regiões aí do Centro-Oeste, mas pouca coisa, a concentração forte é no Sul.

Eu estou explicando isso para os senhores, porque, na realidade, nós temos quatro pontos, quatro eixos principais para garantir a oferta de alimentos. Um deles é a posse da terra, porque o agricultor pequeno ou grande pode ter acesso a crédito, acesso a políticas públicas na medida em que tem a posse da terra garantida, o título dela. O segundo alicerce – para ter o segundo eu preciso do primeiro – é você respeitar o Código Florestal, que é um dos mais avançados em termos de legislação mundial; e, se nós cumprimos, a gente está muito bem calçado. Para que a gente tenha o cumprimento desses dois, sem prejuízo para o produtor rural, pequeno, médio, grande, todos eles, a gente tem que ter disponibilização de tecnologia. Para que a gente tenha esses três funcionando e aí possa garantir a segurança alimentar, nós temos que ter informação, informação com assertividade, com agilidade e com acurácia. Quando eu tenho informação com agilidade e acurácia, eu posso fazer previsões. Então, eu posso ter a combinação de fatores climáticos, solo e desenvolvimento de planta e antever onde é que eu vou ter problema ou não.

O exemplo que eu vou dar aos senhores: nós vamos anunciar a expectativa de safra de milho daqui a alguns minutos. Ela vai ser grande – não vou dizer o valor, porque eu estaria quebrando um código de ética da companhia, mas ela vai ser grande. Como que a gente chegou a esse número? A gente chegou com dados de campo, a gente chegou cruzando esses dados com os dados climáticos, principalmente de disponibilidade da água do solo, com as expectativas que a gente tem de clima nas próximas semanas, semanas e meses. Então, quando a gente combina tudo isso, a gente tem uma assertividade. A gente vai falar um número e vai pontuar... Nós temos no dia 15 uma expectativa de geada? Temos. Ela vai atingir a zona de produção? Não. A gente vai ter chuva em algumas regiões em que a planta ainda está em desenvolvimento? Não. Então, a gente tem essas informações que dão segurança para todos.

E, para terminar, é importante a gente pontuar o que a gente vem tentando mostrar, através dos estoques, não só do estoque, mas do balanço de oferta e demanda do produto, no qual eu tenho a produção, eu tenho as exportações, eu tenho o consumo interno, eu tenho o destino desse consumo interno e eu tenho os estoques. Então, quando eu tenho esse quadro atualizado, mês a mês, mostrando-o, eu tenho a segurança do que está acontecendo e do que vai acontecer. Então, a gente tem feito isso com muito afinco. Por que a gente tem trabalhado com muita assertividade nisso? Porque é daí que advém a segurança de que temos os alimentos. Esse é o primeiro ponto. E aí, em cima disso, a gente traça a previsão futura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E todos os setores da produção agropecuária brasileira são igualmente importantes nesse momento, porque cada um deles tem seu ponto forte e ponto fraco.

Lembro aos senhores que nós atravessamos uma pandemia em que houve um choque de demanda de alimentos sem precedentes. Não foi Brasil, não foram Estados Unidos, não foi Europa, não foi África. Todos os países que tinham um nível de organização econômica aceitável entraram com programas de segurança alimentar do ponto de vista de renda. Isso fez, como você não tinha dispêndios como lazer e bens duráveis, o consumo de alimentos no mundo todo crescer, especialmente nos países de baixa renda, onde o consumo de proteínas teve um crescimento maior. Isso gerou um desequilíbrio, porque eu tenho um choque de demanda e eu não consigo no mesmo ritmo ter um choque de oferta. Embora o Brasil e os Estados Unidos, que são os grandes *players*, tenham aumentado sua produção, os demais *players* do mundo não conseguem acompanhar esse ritmo. Então, a gente vê que nesse... Principalmente o Brasil tem espaço para crescimento, e alguns países da América Latina também têm espaço para crescimento, mas não é o que a gente tem em países europeus, nos Estados Unidos, no Canadá, que não têm essa possibilidade. Então, a gente teve esse choque.

Passado isso, agora nós temos um choque de oferta. Qual é o choque de oferta? Nós temos uma guerra, que prejudica a produção de um país que produz 100 milhões de toneladas de grãos. Quais são os grãos que eles produzem em maior quantidade? Trigo, milho e, depois, girassol, cevada, canola, que são produtos que impactam o mercado de proteínas, porque temos os farelos que são derivados e são essenciais à produção de ovos, leite e carnes, e temos o impacto no trigo, que é um alimento que vai direto. Então, essa pressão inflacionária de alimentos vem muito em decorrência desse choque internacional, muito mais do que um fator de quebra de safra, de falta de produtividade, de falta de produção.

Essa pressão sobre os alimentos existe derivada desses dois choques.

E a gente olha – é uma apresentação que vamos fazer hoje – que alguns produtos tendem à estabilidade e até a um retorno da produção. E, para os senhores terem uma noção, a diferença do ano passado... Na safra 2020-2021, nós tivemos uma quebra muito acentuada da produção de milho, segunda safra, em que o Brasil ofertou em torno de 83 milhões de toneladas no total, e eram esperados 108. Essa quebra de safra que ocorreu teve um impacto no mercado todo também, esse foi um fator pontual. Agora, este ano, nós vamos produzir em torno de 115 milhões – o número exato só daqui a pouco, mas em torno de 115 milhões. Esse aumento da oferta de milho, de 83 milhões para 105 milhões, quase que – não digo que é total – compensa toda a produção de milho que a Ucrânia ia colocar no mercado.

O Brasil não só na sua oferta está conseguindo abastecer o mercado nacional, mas também está tendo um importante papel na segurança alimentar do mundo, quando consegue, através de produção e produtividade, lembrando que isso é produzido na mesma terra da soja, ofertar ao mundo uma quantidade de alimentos que ajuda a mitigar os problemas que são dessa guerra e desses conflitos.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Sergio De Zen, pela sua participação. De fato, a produção de milho nesta safra será recorde em função de vários setores, climáticos principalmente. E o importante é fazer chegar esses alimentos até a população. Essa não é a sua função, nós sabemos; é a política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública voltada realmente a essa questão. Agradecemos a sua presença, sabemos do seu compromisso, deixamos V. Sa. à vontade para dar sequência ao seu trabalho.

Passo a palavra agora ao Dr. Rafael Zavala, representante da FAO no Brasil. V. Sa. tem a palavra, Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL ZAVALA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Prezado Senador e Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Acir Gurgacz, primeiro, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência pública da avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSan).

Em sua pessoa, também cumprimento as demais autoridades presentes nesta sessão e registro meu apreço aos colegas Rodrigo Afonso, da Ação da Cidadania, e Sergio De Zen, Diretor-Executivo de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura, que aqui representam essas duas instituições tão importantes para a segurança alimentar do Brasil.

Em março deste ano, a FAO esteve na Câmara de Deputados para falar sobre a fome e sobre a gravidade do contexto que vivemos atualmente em consequência principalmente das mudanças climáticas, da pandemia da covid-19 e da guerra na Ucrânia.

O Índice de Preços de Alimentos da FAO alcançou em abril a sua maior marca em 32 anos, 159,3 pontos, um avanço sem precedentes, após aumentar 12% em 30 dias.

Os últimos dados da pesquisa Vigisan de 2020 já mostravam um cenário complicado para os brasileiros: mais da metade dos domicílios – 55% – conviviam com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020, um aumento de 54% desde 2018. Segundo a Vigisan, em 2020, a fome afetou 9% dos domicílios, o equivalente a 19 milhões de brasileiros. Essa proporção representa uma volta a um nível observado em 2004, um retrocesso de quinze anos em apenas cinco.

Infelizmente, estamos enfrentando o que a FAO chama de tempestade perfeita para a segurança alimentar, resultado das mudanças climáticas, da pandemia da covid-19 e do aumento da inflação puxado pela pandemia e pelo aumento dos preços de gás e de petróleo, devido à instabilidade causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

No caso do Brasil, o maior impacto será, além do aumento dos preços dos grãos ao consumidor, o aumento no preço dos fertilizantes produzidos na região da Bielorrússia e da Ucrânia, o que afeta seriamente os custos de produção agrícola. Esse cenário nos traz a um momento administrável da crise econômica, mas uma situação de crise alimentar depende de uma série de fatores externos e da incerteza de como a guerra continuará.

Pela primeira vez em nossa história recente, vivemos um momento em que as fragilidades de nossos sistemas alimentares estão duramente expostas e temos uma oportunidade única de olhar para as principais lacunas e trabalhar em conjunto. É hora de agir para fortalecer as instituições e suas políticas de alimentação saudável.

Diante desse contexto, será realmente difícil alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 em todo o mundo. No entanto, a partir de suas experiências, a exemplo da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSan), acreditamos que o Brasil tenha as ferramentas e o conhecimento necessário para caminhar rumo ao cumprimento das metas dos ODS, sobretudo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 2, a erradicação da fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, a FAO fez um apelo aos países da América Latina e do Caribe para que os governos mantenham seus programas de proteção social, inclusive aqueles que foram implementados durante a pandemia. Eles não podem ser completamente retirados até que essa grande quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar consiga recuperar pelo menos os níveis de renda que tinham antes.

No Brasil, o auxílio emergencial oferecido para mais de 69 milhões de pessoas bem como o Auxílio Brasil e o benefício de prestação continuada (BPC) ajudaram a reduzir a extrema pobreza, mas a continuidade desses benefícios é o que fará diferença para 1,8 milhão de famílias em situação de pobreza extrema no Brasil. Para além desses auxílios, o Brasil também possui, no nível federal, essa PNSan, que é o tema pelo qual estamos nesta audiência pública.

Desde 2013, a FAO trabalha com o Ministério da Cidadania e com o Ministério das Relações Exteriores, através de sua Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para aprimorar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), através de metodologias específicas para a efetivação do modelo de gestão descentralizada do sistema, envolvendo os entes federados e a participação social, promovendo estratégias para o fomento, a estruturação e a promoção de alimentos produzidos pela agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais e também apoiando a construção de metodologias que subsidiem a implantação do programa Alimenta Brasil, antigo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e também desenvolvendo estratégias para a qualificação e a ampliação dos serviços ofertados pelos equipamentos de abastecimento, alimentação e nutrição, além da elaboração de materiais educativos e programas de capacitação e formação para a qualificação de beneficiários, gestores públicos e representantes da sociedade.

Um exemplo bem-sucedido foram as ações de fomento de adesão de estados, incluindo o Distrito Federal, e municípios ao Sisan, a este Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, seus planos de segurança alimentar e nutricional, os planos dos estados e dos municípios. Hoje todas as unidades da federação e alguns municípios já aderiram ao sistema. Além disso, foi possível implementar o mapeamento das políticas de segurança alimentar e nutricional, o MapaSAN, que consiste na identificação e levantamento da situação das ações nos estados e municípios para monitorar a construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Inclusive, neste momento, o mapeamento está aberto, e reforço o convite do Ministério da Cidadania para que os estados e municípios cadastrem suas ações de segurança alimentar e nutricionais até o dia 2 de julho.

Quanto mais informações forem conectadas, maior será a nossa capacidade de tomar decisões assertivas com base em evidências. Sabemos que melhorar os dados sobre insegurança alimentar e fome no Brasil é um grande desafio, mas é um ponto muito importante para avançarmos na redução deste grave problema. Neste sentido, fica claro para a FAO que, considerando a abrangência da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e seu objetivo de promover acesso universal à alimentação adequada e saudável, e considerando também o cenário crítico de tempestade perfeita que vivemos, é ainda mais imperativo fortalecer esta política nacional e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Sabemos que temos um grande desafio à frente, mas ainda temos a chance de reverter este cenário, e o Brasil já provou uma vez que sabe como fazer. Contem com a FAO para que novamente possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançar e alcançar a meta de acabar com a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de má nutrição até 2030.

Quero finalizar citando uma feliz coincidência: hoje, no jornal *Valor Econômico*, há uma entrevista, e nesta entrevista destacamos que o Brasil é o celeiro do mundo, a cesta de pão, e que o aumento da fome no Brasil é inadmissível. A única cifra aceitável da fome é zero.

Esperamos verdadeiramente que este seja mais um momento em que o Brasil dará uma lição ao mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Rafael Zavala, pela sua participação. V. Sa. disse muito bem: o Brasil já mostrou que sabe combater a fome através de programas governamentais. Infelizmente, tivemos um retrocesso de quinze anos em cinco, como V. Sa. muito bem colocou, mas sabemos o caminho para reforçar e refazer tudo aquilo que foi feito. Agradeço a sua participação, a sua presença e a sua fala junto conosco.

Passo a palavra agora ao Dr. Rodrigo Afonso, Diretor Executivo da Ação da Cidadania.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. RODRIGO AFONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Acir, muito obrigado pelo convite.

Quero agradecer a fala do Rafael Zavala, da FAO, parceiro na luta contra a fome não só no Brasil, mas no mundo todo – é um trabalho incrível que é feito –, agradecer a todos os outros Senadores que estão presentes e dizer que eu acho que é um papel superimportante essa abertura para que organizações da sociedade civil possam se manifestar e colocar suas posições, opiniões em um espaço democrático, coisa que, infelizmente, a gente não tem tido nos últimos anos em relação ao Governo Federal, que extinguiu, no seu primeiro dia de mandato, o Conselho de Segurança Alimentar, que era exatamente o espaço de participação da sociedade civil para discussão da questão da segurança alimentar no país. A gente fica muito feliz de estar aqui para poder dar essa visão diferente.

Eu considero, ouvindo a fala do caro Sergio De Zen, da Conab – peço até desculpas pela forma como eu vou dizer – que eu não sei em que Brasil o Sergio De Zen vive, porque não é a realidade que a gente enxerga, com todos esses dados e informações que ele passa, como se a segurança alimentar brasileira estivesse no rumo certo – e, obviamente, não está. Quando a gente olha para um país onde a gente sai do mapa da fome, em 2014, e, apenas quatro anos depois, volta ao mapa da fome, em 2018, e dobra praticamente esse número, em 2020, alguma coisa não está funcionando.

Enquanto isso, a produção de alimentos cresce cada vez mais. Mas que produção de alimentos é essa? E eu vou falar um pouco sobre isso. Eu só queria comentar algumas falas que foram colocadas pelo Dr. Sergio para que as pessoas possam compreender um pouco essa realidade. Ele falou muito na questão de que precisamos de informação, não é? Os estoques reguladores eram um instrumento essencial para a questão da segurança alimentar. A gente vê isso claramente pelo aumento dos preços de todos os alimentos – como exemplo, nós da Ação da Cidadania doamos, no ano passado, quase 10 mil toneladas de alimentos por todo o Brasil. Sabe da onde nós compramos o nosso feijão? Compramos da Argentina o feijão preto, que nem é consumido na Argentina. A gente é obrigado a comprar o feijão preto da Argentina para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir manter os preços acessíveis para a distribuição do alimento. Que país é esse, continental, mas que não consegue dar conta da produção de feijão para o seu próprio povo, em que, para conseguir comprar um alimento para distribuir, a gente tem que ir à Argentina, um país que não consome feijão preto?

Então, a realidade não é essa, obviamente não é essa. Quando a gente olha para um país que não tem nenhum planejamento estratégico em relação à segurança alimentar, em que, nos últimos anos, a Petrobras simplesmente extinguiu suas áreas de fertilizantes, pergunta: que país é esse que não olha para um planejamento estratégico de segurança alimentar? É um país que não trouxe a sociedade civil para opinar nessas questões.

Eu trouxe aqui um texto para falar, mas queria comentar esses pontos antes. Acho que boa parte do que o meu texto traz responde a diversas questões colocadas pelo Dr. Sergio, mas eu os convido, Senadores – eu sei que é uma comissão de agricultura –, a fazer uma reflexão sobre esse texto que eu vou citar, a ouvir os dados e números para que a gente possa pensar juntos uma forma de melhorar a produção de alimentos brasileira, a fim de que, de fato, o celeiro do mundo seja um celeiro para o Brasil também. Porque hoje nós temos um celeiro mundial de produção de alimentos que é muito falado, mas que faz o nosso povo brasileiro, infelizmente, passar fome. É claro que tem 400 outras causas, mas uma das causas é a produção de alimentos no Brasil. Por isso eu vou ler esse texto que produzi para tentar esclarecer um pouco essa questão.

Durante os últimos anos, a fome claramente voltou a assombrar o mundo inteiro – o Rafael vivencia isso no mundo inteiro. Uma série de tragédias, como a covid e, agora, a guerra da Ucrânia, contribuíram, obviamente, para o aumento da fome. Poderia ser diferente no Brasil? Claro que poderia. Um dos principais produtores de alimentos do mundo ter quase 60% da sua população em insegurança alimentar, como bem citou o Rafael, não pode ser aceitável, não pode! A gente ser o maior produtor e ter essa quantidade da população brasileira passando fome ou com insegurança alimentar é inaceitável.

E há uma clara relação da fome no nosso país com o modelo adotado para a produção de alimentos no Brasil, em especial, com esse termo que é usado e de que é um tabu falar: o agronegócio, com o modelo que foi idealizado para o agronegócio brasileiro. Não que ele não seja importante, não que ele não seja importante para a balança comercial, como a gente vai citar aqui, mas é importante entender que, nos outros aspectos, há muito a ser melhorado, há muito a ser modificado. E é importante entender que quando a gente fala do agronegócio a gente está falando dos grandes produtores. Agronegócio não é aquele pequeno produtor, o agricultor familiar. Estamos falando do grande produtor, que são as corporações – e muitas nem brasileiras são mais, já foram compradas por fundos internacionais, são propriedades desses fundos e enviam os seus lucros para outros países, para paraísos fiscais, etc., ou seja, nem o lucro fica no nosso país.

O agronegócio é o maior exportador do país. De todos os itens que nós exportamos, o agronegócio é o maior exportador do país, por isso ele é tão importante para a nossa balança comercial. Ele é o "motor da economia", entre muitas aspas, e a gente vai entender isso nos números, não porque o agronegócio é a coisa mais incrível do mundo no Brasil, mas porque o resto da nossa produção, de outras áreas, é totalmente pífio comparado ao resto do mundo. Só como exemplo, eu quero trazer isto: a nossa primarização, a nossa desindustrialização nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimas décadas, em especial, é elemento claro e que mostra por que o agronegócio hoje é tão importante para a balança comercial. A China, durante a covid, de março a setembro de 2020, exportou, de um único produto, US$40 bilhões. Sabe que produto é esse? Máscaras! O Brasil poderia claramente ter uma indústria que produzisse máscaras, e nós compramos as nossas máscaras da China.

Nesse mesmo período, de março a setembro, a exportação somada de soja, bovinos e cana foi de 35 bilhões; ou seja, a China, só com máscaras, no mesmo período, exportou mais do que as nossas principais exportações do nosso agronegócio, que é o maior exportador do Brasil. Há algo errado – obviamente, há algo errado.

Isso não quer dizer, claro, que o agronegócio não é importante na nossa economia, mas a gente precisa desmistificar, esclarecer alguns pontos que tornam o modelo do agronegócio brasileiro muito pouco benéfico para a segurança alimentar do país. O agronegócio hoje representa em torno de 5% do nosso PIB, enquanto a indústria, mesmo precária, mesmo com todos os problemas que tem, representa quase 22%. Já o setor de serviços, que é o verdadeiro motor da economia do país, de praticamente todos os países do mundo, representa quase 56% do nosso PIB.

Ao contrário dos outros setores, o agronegócio conta com subsídios como nenhum outro. Em tributos, a contribuição do agronegócio é pífia. Foram R$6 bilhões arrecadados em 2019, enquanto atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria, só esse segmento arrecadou R$13 bilhões, mais que o dobro.

Se você olhar a área de educação, que era a área que deveria ser mais subsidiada no nosso país, porque a gente tem um déficit educacional gigantes, só a área de educação pagou, em impostos, no mesmo período, R$60 bilhões, dez vezes mais que o agronegócio neste país. A educação paga mais impostos que o agronegócio. Acho que isso explica muita coisa no nosso país.

Outro absurdo nesse modelo é que há uma completa isenção de ICMS para o agronegócio exportador. Praticamente todos os insumos para exportar alimentos são isentos de ICMS no Brasil: tratores, caminhões, diesel, insumos, tudo é praticamente isento. Esses recursos, os estados que abrigam essas corporações deixam de arrecadar e são obrigados a manter as rodovias, a infraestrutura, tudo o que possa escoar as safras e desenvolver essas corporações. Então, não só os estados – São Paulo, Minas, todos os grandes produtores –, não recebem os tributos como têm que investir em infraestrutura para o escoamento desses alimentos que são usados para exportação, e, fica muito claro, na sua grande maioria. Esses estados, em tese, deveriam receber o ressarcimento desses recursos pelo Governo Federal, ou seja, o Governo Federal pagando para os estados além dos subsídios que estão sendo dados para o agronegócio, que se estima que deveria ser algo em torno de R$28 bilhões por ano, pela Lei Kandir, para os estados, e só 12% disso efetivamente é colocado, na prática, para esses estados recomporem os investimentos que tiveram que fazer por conta do investimento em infraestrutura e da falta de arrecadação de impostos do agronegócio.

Mas não é só o ICMS; estamos falando de IPI, PIS/Pasep, Cofins, Imposto de Exportação, importação e exportação. Foram US$96 bilhões de exportações, em 2019, pelo agronegócio. No país, repetindo, foram US$96 bilhões em exportações pelo agronegócio em 2019, um total de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$16 mil de imposto de exportação pagos. Nós exportamos US$96 bilhões, e pagaram R$16 mil de imposto. É este mesmo o número: R$16 mil.

Com todos esses subsídios, esses grandes latifúndios se expandem com o apoio do Governo e provocam uma grande especulação no valor da terra, como foi falado pelo Senador Acir. Com esse aumento do valor da terra – o próprio Zen falou sobre isto durante a sua fala –, esses pequenos produtores estão cada vez mais estrangulados, porque há subsídios e financiamentos subsidiados para que esses grandes produtores comprem as terras. E os pequenos produtores, com menos acesso a esses subsídios, a esses financiamentos, vão parando de produzir.

Se não bastassem todas essas renúncias fiscais, que contam com empréstimos subsidiados do Governo, o Plano Safra de 2019/2020 teve a seguinte divisão: R$27 bilhões para pequenos produtores, R$29 bilhões para médios produtores e R$135 bilhões para grandes produtores. Segundo dados do Banco Central, a pecuária foi a atividade que recebeu mais créditos, quase R$75 bilhões, seguida pela soja, com R$61 bilhões; pelo milho, com R$26 bilhões; pelo café, com R$15 bilhões; e pela cana-de-açúcar, com quase R$14 bilhões. Não precisa ser um *expert* para saber que todos esses itens privilegiam a exportação, não a alimentação do povo brasileiro.

Com todo esse subsídio, com a renúncia fiscal, com o envio de lucros para fora do país, com custos do Estado para manter a infraestrutura para o que chamam de "motor da economia", ao menos a gente imagina que eles devem empregar muito bem e pagar bem os seus funcionários. Errado! O agronegócio está estagnado, com 1,4 milhões de empregos; desde 2009, não sobe a quantidade de empregados no agronegócio. Para efeito de comparação com os cinco maiores segmentos da economia, a construção civil emprega 5 milhões; a indústria, 8 milhões; o comércio, 9,5 milhões; e a área de serviços, o verdadeiro motor da economia, 28 milhões de pessoas.

Mas ainda pode piorar a situação. A gente olha para tudo isso e fala: "Poxa, de fato, algo não está certo!". Mas, infelizmente, a média de remuneração desses segmentos... Adivinhe qual desses setores paga menos para o seu funcionário! Enquanto a média da indústria gira em torno de R$3 mil, a média do agronegócio gira em torno de R$1,8 mil, quase a metade. E não podemos esquecer que, infelizmente, esse é um dos segmentos com as maiores acusações de trabalho análogo à escravidão.

O Censo Agropecuário de 2017 mostra que, dos mais de 5 milhões de agricultores do nosso país, só 100 mil são grandes produtores. Mesmo sendo poucos, eles detêm 53% da nossa área plantada no Brasil. Os outros 4,9 milhões detêm o restante, os 47%. São 3,9 milhões de agricultores familiares que detêm 23% das terras. Porém, esses pequenos produtores empregam 10 milhões de pessoas, enquanto os grandes produtores, que detêm 53% da terra, empregam 1,4 milhões. Com menos da metade das terras, eles têm sete vezes mais empregados. Em 1985, a gente tinha 23 milhões de trabalhadores no campo; hoje, temos 15 milhões.

Com tudo isso posto, o Brasil chegou a quase 60% da população em insegurança alimentar, com quase 20 milhões de brasileiros em situação de fome. E os dados, certamente, vão piorar. Os preços dos alimentos estão inacessíveis para boa parte da população, e a causa principal não é a covid e não é a Ucrânia, mas, sim, um modelo que privilegia a exportação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

commodities enquanto pequenos que produzem o que chega às nossas, os 70% que chegam às nossas mesas, recebem cada dia menos apoio do Governo.

É importante lembrar um fato recente: no Pronaf desse ano, que é o programa de apoio ao pequeno produtor ou à agricultura familiar, foi cortada a última linha de financiamento, congelada a última linha de financiamento, enquanto o agronegócio continua recebendo os seus recursos para poder manter a exportação e a balança comercial.

Quando a gente olha... Será que a gente precisa, de fato, olhando um modelo que privilegia a exportação de *commodities* enquanto os pequenos produtores recebem cada dia menos apoio, será que, de fato, a gente precisa subsidiar tanto a soja, a cana, que são usados para exportação, enquanto a gente deixa de lado quem alimenta de fato o Brasil, quem produz o alimento?

Contradizendo frontalmente o que o Zen falou, da Conab, em dez anos, a área plantada de arroz e feijão no Brasil foi reduzida em 70%. Por quê? Porque não há apoio, não há incentivo para produção desses alimentos. Não há um planejamento de segurança alimentar que olhe que arroz e feijão é o prato principal do brasileiro. Esses itens que compõem a cesta básica perdem cada dia mais espaço para as *commodities* de exportação, que têm subsídios, financiamento e o poder financeiro para comprar terras e cooptar esses pequenos produtores a mudarem suas lavouras para serem fornecedores de *commodities* dolarizadas para o mundo e para nós mesmos.

Vide o que estamos vivendo na Petrobras. A gente hoje paga um preço de gasolina dolarizado enquanto a gente é um dos maiores produtores do mundo. A mesma coisa está acontecendo com o alimento. A gente está virando o maior produtor do mundo, e pagando o preço europeu no que a gente produz aqui. Mesmo sendo o maior produtor de soja do mundo, o preço do óleo de soja em 2020, muito antes da guerra da Ucrânia, já no início, no primeiro ano da covid, subiu 100% – o preço de óleo de soja – no país. Isso não tem nada a ver com a Ucrânia. Tem pouco a ver com a covid. Tem a ver com a dolarização desse modelo de claro investimento no agronegócio como modelo único e exclusivamente de geração de lucro sem nenhum planejamento de segurança alimentar. A gente produz em real, com subsídios, mas paga o mesmo preço em dólar que qualquer outro país.

De que adianta, sinceramente, Senadores, de que adianta para as famílias brasileiras sermos o maior produtor do mundo? Nada! Não estamos gerando nada na questão da segurança alimentar para a nossa população.

Para se ter uma ideia do absurdo – e esse dado para mim é chocante –, o Japão, que tem pouco mais de 4% do tamanho do Brasil, tem mais hectares plantados de legumes e hortaliças frescas do que o Brasil. O Japão produz mais hortaliças e legumes do que o Brasil. Dessas hortaliças em geral, 83% são produzidas pela agricultura familiar no Brasil, que não tem apoio nenhum. Isso explica claramente por que o Japão produz mais do que a gente. Um país muito pequeno, praticamente sem área para plantar, é muito mais eficiente que a gente nisso.

Já estou concluindo, Senador. Desculpa pelo texto longo, mas eu acho importante trazer esses dados.

Entre 2006 e 2021, os preços dos alimentos tiveram, em média, um aumento de 38% acima do IPCA. As frutas aumentaram 89% acima do IPCA. Enquanto isso, os refrigerantes ficaram, relativamente, no mesmo período, 43% mais baratos. Comer de forma saudável no país ficou caríssimo. Além do desenvolvimento econômico do país, que é impactado já que boa parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população gasta a maior parte da sua renda para algo básico, que é comer – e comer mal, porque os alimentos saudáveis ficam cada vez mais inacessíveis –, piora a sua saúde, piora a saúde pública e a sobrevida da população em geral. Quem não come não trabalha; quem não come não estuda; quem não come não sobrevive. A gente precisa entender essa questão.

Por fim, como se não bastasse isso tudo, que já é uma tragédia, há pesquisas que estimam que o agronegócio deva quase R$1 trilhão de Imposto Territorial Rural, que é de uso indevido das terras não legalizadas, e com a completa falta de fiscalização do Governo Federal, pelos órgãos do Governo, que cada dia mais estão precarizados.

Então, se o Brasil quiser de fato acabar com a fome e declarar a independência alimentar da sua população, é preciso pensar em mudar os rumos do planejamento da segurança alimentar do país, o que passa necessariamente pela mudança de foco: de olhar apenas para a balança comercial, passar a olhar para as necessidades reais do povo brasileiro, em especial dos mais humildes. Sem segurança alimentar não há desenvolvimento, saúde, educação e dignidade. Isso só não pode demorar, porque quem tem fome tem pressa.

Muito obrigado, Senadores. É um prazer estar aqui podendo falar e trazer a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Rodrigo, pela sua fala, pela sua exposição.

De fato, sermos o maior produtor de alimentos do planeta é importante. Agora, se nós não utilizarmos essa produção para levar alimentos à mesa da população brasileira, de pouco adianta para a população sermos o maior produtor de alimentos do planeta. Termos um saldo positivo da balança comercial através da exportação é importante? É evidente que é muito importante. A produção do agronegócio é importante para o Brasil, mas não o é para o brasileiro que não está tendo na sua mesa os alimentos para alimentar a sua família. Realmente, esse é um dos grandes problemas que nós temos.

E já estamos debatendo isso aqui, Rodrigo, Dr. Rafael, há algumas sessões, há algumas reuniões, exatamente nesta posição: é importante nós produzirmos alimentos, mas mais importante do que produzirmos e exportarmos é levarmos esses alimentos à mesa da população brasileira. É inaceitável nós sermos um dos maiores produtores de alimentos no mundo e termos brasileiros passando fome – e aumentando, e muito, nos últimos anos.

Eu faço aqui uma pergunta tanto para o Dr. Rafael quanto para o Rodrigo: quais as medidas imediatas que nós poderíamos fazer para combater a fome no Brasil neste momento? Como já foi dito, a fome tem pressa, a fome não espera; ela precisa ser combatida urgentemente. Nas suas opiniões, o que deveria ser feito no Brasil imediatamente para nós podermos ajudar a população brasileira?

Com a palavra o Dr. Rafael Zavala.

O SR. RAFAEL ZAVALA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu saúdo o Rodrigo.

São duas caras da moeda. A primeira é a inclusão: a inclusão social, mas também a inclusão econômica, a geração de empregos, porque a fome é um problema da renda, de acessibilidade a uma vida saudável. A maior parte da renda familiar vai para a alimentação e o custo dos alimentos foi acrescentado. Então, estamos garantindo uma má alimentação, uma alimentação não saudável. Temos que continuar com os programas de proteção social, mas também por outro lado gerar investimentos para criação de empregos. E também, no prazo mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo, que fique muito claro que temos que diminuir a dependência, por exemplo, de fertilizantes, que são produtos produzidos a 12 mil quilômetros de distância.

Eu acho que o produto dessa situação é que vamos ver uma nova versão da globalização, uma globalização mais regionalizada, mais em blocos regionais. Então, temos que depender menos dos insumos estratégicos que estão muito afastados. O fósforo está em Marrocos, no Egito. O potássio é da Ucrânia e da Bielorrússia a ureia. Os insumos estratégicos têm que ficar mais perto da agricultura.

Então, são duas caras, a cara de menor dependência e de uma maior estratégia regional, porque aconteceu o mesmo com Argentina e com Chile. Uma maior estratégia regional e ao mesmo tempo continuar com as políticas públicas de inclusão, tanto social como econômica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Rafael.

Também passo ao Rodrigo, para fazer as suas colocações, e já fazendo uma outra pergunta: quais as suas sugestões estruturais para que a gente possa apoiar o pequeno produtor? Quais seriam as medidas? Eu gostaria de receber as suas contribuições, se não agora, mas posteriormente. Tecnicamente, como nós podemos ajudar o pequeno produtor nessa produção de alimentos? Porque a mesa da população brasileira, os alimentos da população brasileira são produzidos pela agricultura familiar. Todos nós realmente sabemos disso. A agricultura em grande escala é para exportação, são *commodities*, etc. Mas a produção da maioria dos alimentos que vão à mesa da população brasileira é produzida pela agricultura familiar.

Então, quais são as suas sugestões quanto às medidas imediatas para combater a fome, e como nós podemos ajudar o pequeno agricultor ou a agricultura familiar, Rodrigo?

O SR. RODRIGO AFONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Caríssimo Senador Acir, obrigado pela pergunta.

Eu acho que a gente tem duas ações: o Quem Tem Fome Tem Pressa, em que a gente precisa agir agora, a gente não pode esperar que a solução chegue. A gente sabe que a solução é emprego, é renda, é educação, e isso demora tempo para chegar. É difícil construir e fácil destruir, como a gente viu nos últimos anos, mas ela precisa ser feita, ela precisa ter um olhar de longo prazo.

No Quem Tem Fome Tem Pressa, a sociedade civil já está atuando desde 2016, distribuindo alimentos e tentando, de alguma forma, fazer com que a população que está com fome receba alimento. Só que é importante saber: enquanto diversas áreas recebem subsídios, o apoio para que as pessoas físicas e pessoas jurídicas doem para a segurança alimentar é zero no Brasil. Então, nenhuma empresa e nenhuma pessoa física hoje, quando doa para a segurança alimentar, para a assistência social, como ações que a gente faz, recebe qualquer tipo de incentivo. Isso poderia ser uma ação que desbloquearia uma série de recursos que hoje talvez pudessem ser utilizados para que o apoio do setor privado, que apoiou muito fortemente nos últimos anos, se alavancasse mais ainda.

Eu acho que, de imediato, a gente precisa entender que o que resolve é entregar dinheiro para a população, com programas de transferência de renda. O Bolsa Família agora virou o Auxílio Brasil. Ainda não entendemos muito bem as mudanças e a clareza disso, mas é importante entender que há uma fila de milhões de pessoas esperando para entrar no Auxílio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, assim como tinha no Bolsa Família. A gente precisa zerar essa fila, isso a curto prazo, de imediato. É o auxílio emergencial que foi cortado e jogou 22 milhões de brasileiros na miséria imediatamente. Então, a gente precisa entender que a ação imediata é transferência de renda, enquanto a gente constrói as soluções.

E as soluções, olhando o pequeno produtor, são simples: use o mesmo esforço, use a mesma vontade de apoio ao agronegócio exportador para o pequeno produtor, aumente os subsídios, aumente a capacitação técnica, aumente o apoio dos órgãos, como Embrapa, para que eles possam produzir, melhorar a sua produção e ampliar os seus programas de recursos, de transferência de recurso para essas entidades. Você vê que o PAA e o Pnae são programas essenciais para os pequenos produtores, não só para a segurança alimentar das crianças nas escolas, não só para os programas sociais que eles atendem, mas porque eles são essenciais para os pequenos produtores, uma vez que é dos pequenos produtores que esses programas compram. Quando você reduz a compra desses programas, você diretamente afeta o pequeno produtor. Então, se não há um olhar em relação a isso, mesmo o Governo dizendo: "Olha, temos aqui tantos bilhões no Pronaf", quem negocia esse recurso com o pequeno produtor é o banco da ponta. Você acha que o banco da ponta prefere negociar com quem? Com o agronegócio multimilionário ou com um pequeno produtor que tem uma terrinha ali, uma lavourinha dele. É óbvio que esse recurso, por mais que seja liberado, não chega ao pequeno produtor.

Então, a gente precisa ter o mesmo afinco, a mesma vontade de apoiar o pequeno produtor como a gente tem para apoiar o grande negócio. E é importante entender que os dois são importantes, mas é mais importante para a segurança alimentar que o pequeno produtor hoje receba um apoio de forma direta, efetiva e imediata. A gente não pode esperar mudar o Governo: as pessoas estão morrendo de fome hoje! Vamos ter informações em breve de novos dados da fome. A gente precisa entender que a segurança alimentar é uma situação de calamidade que a gente está vivendo hoje no Brasil. E, se a gente não tomar medidas extremas neste momento, medidas de transferência de renda, de apoio às entidades da sociedade civil que estão lutando para fazer os alimentos chegarem à ponta, se a gente não fizer isso agora, a gente vai relegar uma geração de jovens, crianças que não estão se alimentando corretamente, a viverem com as consequências da fome, as chagas que causam malformação, deficiências cognitivas para o resto da vida. É uma geração de dezenas de milhões de brasileiros que está sendo relegada à fome e à indignidade humana porque a gente está esperando uma eleição acontecer, esperando que as coisas aconteçam. É preciso mudar o Brasil, olhar para essa população e tomar medidas corajosas neste momento.

E eu acho que, infelizmente, Senador – o senhor me perdoe por isso –, o Legislativo nesses últimos anos pecou. Falei isto na Câmara e venho aqui falar isto no Senado: pecou nessa temática. Nós estamos alertando desde 2016 sobre a volta da fome, e nada foi feito de forma efetiva. Precisamos ter essa coragem agora, mesmo em ano eleitoral, de tomar medidas que possam, de fato, ajudar essa população que precisa hoje de comida, não daqui a seis meses.

Obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Rodrigo.

Pede a palavra pela ordem o Senador Izalci Lucas. V. Exa. tem a palavra, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu só quero, primeiro, parabenizar aí pela iniciativa, mas colaborar um pouco também com essa pergunta que foi feita.

A gente que acompanha a agricultura familiar sabe das dificuldades. V. Exa. sabe da questão da regularização fundiária: não existe. Quem não tem escritura, quem não tem o título não tem financiamento, não é? Nós temos uma burocracia imensa para executar os programas, como foi dito aí, da educação, da compra da agricultura familiar. Nós temos diversos assentamentos que não têm água, que não têm semente, que não têm estrutura, que não têm estrada, em que a burocracia é muito grande para você cumprir as exigências burocráticas dos estados e municípios. Então, essa é a realidade.

Eu concordo plenamente que há falta de iniciativa, de apoio ao pequeno agricultor. Nós precisamos, de fato, ampliar rapidamente essa questão dos assentamentos, precisamos de estudar. Não é para eles, porque eles não têm capacidade e condição de contratar técnicos para saber qual é a agricultura ideal naquela área, não é? Então, eu agora, inclusive, coloquei recursos lá no Mapa, no Incra, para ver se apoiam um pouco mais, no sentido de dar condições técnicas e capacitação para o pequeno agricultor, e exigir realmente que se tenha estrada, que se possa exercer o seu direito de compra do Estado, exatamente para alimentar aí as escolas, os hospitais, a segurança pública. Isso ajuda muito.

Era só essa contribuição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Do que foi falado aqui até agora, nós já tivemos várias audiências públicas e debates com relação a fertilizantes, que é de antes, muito antes de acontecer a guerra da Ucrânia; sobre a regularização fundiária; e sobre licenciamento ambiental também. São três temas que chegam a essa questão de produção de alimentos, de termos um alimento mais barato e que esses alimentos cheguem à mesa da população brasileira.

Dr. Rafael pede a palavra. V. Sa. tem a palavra.

O SR. RAFAEL ZAVALA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Somente três pontos em relação à intervenção do Sr. Senador que me precedeu, somente uma pequena comparação.

As duas regiões mais atrasadas em questões de regularização fundiária são a Região Norte e a Região Nordeste, precisamente onde se concentra a maior pobreza, o.k.? Há uma clara linha.

Por outro lado, dois pontos muito importantes: se fizermos uma pesquisa de traçabilidade das políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina e Caribe nos últimos 20 anos, a maior parte dessas políticas desses países está inspirada na experiência brasileira. Então, o Brasil sabe como fazer, sim, desde o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a intenção de promover compras públicas da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Pronaf. A experiência de política pública da agricultura familiar do Brasil foi um exemplo mundial, medalha de ouro. Então, tem as ferramentas e já tem que fazer uma abordagem regional, sim, mas fica muito claro que a maior parte das experiências bem-sucedidas de políticas públicas de agricultura familiar na América Latina está inspirada nos casos bem-sucedidos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente eu gostaria de comentar: a realidade brasileira é uma realidade distinta da maior parte dos países da América Latina. Eu sou mexicano, e a maior parte da população fica concentrada em três grandes metrópoles. No caso do Brasil, é diferente. O Brasil é mais parecido com a Europa, os Estados Unidos e o Canadá, onde a maior parte da população não mora em grandes cidades. Aqui no Brasil, mais de 60% da população mora em cidades pequenas e médias, e é nessas pequenas e médias cidades que é muito importante ter o equilíbrio nos sistemas alimentares e a promoção de circuitos curtos, a promoção de logística. Distribuir, prover alimentos dos pequenos produtores a essas pequenas cidades é um ponto para trabalhar. Que haja a promoção desses temas alimentares de circuitos curtos, de baixa pegada de carbono, de baixa pegada hídrica, e que fique mais perto, que tenha menos distância da fazenda à mesa, ao prato.

Concordo também com a riqueza regional do Brasil. A cultura agroalimentar tem que ser promovida, e precisamente a agricultura familiar na indução econômica dará estabilidade nesses territórios, na perspectiva de cidade, região, em um país com 2 mil cidades pequenas e médias, onde mora a maior parte da população.

E, neste Senado, neste Congresso, podemos fazer muitas forças para promover essa política para as cidades verdes e os circuitos curtos de sistemas agroalimentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rafael.

Esta audiência pública tem o objetivo de receber informações, contribuições para que possamos fazer um projeto de lei sugerindo ao Governo alternativas no sentido de nós levarmos alimento a toda a população brasileira. A segurança alimentar e nutricional é da maior importância para o nosso país. Então, nós estamos fazendo a primeira audiência pública.

Faremos outras audiências públicas nesse sentido para recebermos sugestões para um projeto de lei, a fim de que a gente possa contribuir.

Recolho a fala do Rodrigo de que o Legislativo pode fazer mais para contribuir. É exatamente nesse sentido, Rodrigo, que nós estamos fazendo esta audiência pública, ouvindo aqueles que queiram falar e contribuir para que a gente possa fazer projetos de lei – um, dois, três ou mais – no sentido de ajudar a produção de alimentos e de principalmente ajudar para que as pessoas recebam alimento nas suas residências, nas suas casas, na sua mesa.

É claro que a grande solução, como muito bem colocou o Dr. Rafael, é a questão de renda. Alternativa eficiente é a geração de emprego e renda no Brasil para que nós possamos ter as pessoas não dependentes de receber Bolsa Família, não dependentes de receber cesta básica. É claro que isso é importante e se tem que fazê-lo imediatamente, porque a fome não espera, a fome tem pressa, mas, em curto-médio prazo, a geração de emprego é a solução para resolvermos essa questão da fome. Imediatamente, são os programas governamentais, como o Auxílio Brasil, agora assim denominado, o auxílio através da doação de cestas básicas, que é fundamental. E temos que ter um planejamento de Estado, não de governo, com relação à produção de fertilizantes no país, à regularização fundiária, às obras de infraestrutura, que geram emprego, geram renda. Não adianta nós querermos terceirizar as obras de infraestrutura no Brasil. Daqui a pouco, nós vamos estar terceirizando a construção de casas populares. De que forma? É complicado isso. Nós precisamos que o Governo faça os investimentos necessários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ajudar a gerar emprego no Brasil. O maior sistema de fomento de empregos é através do Governo. É o Governo que tem a condição de gerar emprego no nosso país, através de incentivos, obras diretas, obras indiretas. Se o Brasil não investir no seu país, se nós não investirmos no nosso país, nas obras de infraestrutura, quem vai investir? Quem virá aqui, ao Brasil, investir nas nossas obras de infraestrutura, obras necessárias? Quando falamos de infraestrutura, são obras em todos os sentidos, não apenas de transporte, de estradas, de rodovias, de ferrovias, mas obras de esgotamento sanitário, por exemplo, que é uma necessidade grande, obras para cuidar do meio ambiente, obras estruturantes.

Dessa forma, nós aguardamos aqui sugestões dos nossos colegas, dos Senadores, para que a gente possa produzir um projeto de lei para avançar na segurança alimentar e nutricional no país.

A Laudice Albuquerque, de Sergipe, faz uma pergunta: "Quais as estratégias para tirar o Brasil da rota do mapa da fome?". Essas estratégias, Laudice, são exatamente o que nós estamos debatendo aqui. A geração de emprego e renda é a solução definitiva para isso. Agora, são os programas governamentais para que a gente possa atender a população brasileira.

Tayline Silva, do Rio de Janeiro: "Quais as contribuições da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para a sociedade?". As contribuições são exatamente levar alimento a toda a população brasileira, e esse é o debate que estamos promovendo. Todas as sugestões que vocês tiverem mandem para a gente, para que a gente possa colher todas as informações e fazer dessas informações e sugestões projetos para que a gente possa auxiliar o Executivo a levar alimentação a toda a população brasileira e acabar com a fome no Brasil. Volto a dizer: é um contrassenso nós sermos um dos países que mais produzem alimentos no planeta e termos pessoas passando fome neste mesmo país, que é o maior produtor de alimentos do planeta. Então, é nesse sentido que este debate acontece.

Eu pergunto ao Dr. Rafael: gostaria de dar suas considerações finais, para que nós possamos encerrar a nossa audiência? V. Sa. tem a palavra para suas considerações finais, já, mais uma vez, agradecendo a sua presença junto conosco.

O SR. RAFAEL ZAVALA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu saúdo o Rodrigo e os demais Senadores que nos acompanham.

Eu somente confirmo que o Brasil sabe como fazer, já tem uma experiência muito bem-sucedida de lição mundial: a estratégia de inclusão, não somente inclusão social, mas inclusão econômica. E, sobretudo no contexto das pequenas cidades, de um país de pequenas cidades, é ainda mais importante assegurar a estabilidade da agricultura familiar nesses territórios.

Temos o grande exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que está imbricado no sistema alimentar de cada uma das regiões do Brasil, que está gerando emprego, que está gerando renda, que são demandas estáveis praticamente em todo o ano, com a estratégia das cozinhas, onde também se geram empregos, principalmente para as mulheres. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um programa de política pública virtuosa, é política de Estado virtuoso por tudo o que envolve. Não somente envolve o desafio da alimentação saudável, mas também a inclusão dos pequenos produtores, a elaboração de comida, o segmento dos pais, além de nutricionistas, que tem FNDE. É excelente, é um grande exemplo.

E também há as outras experiências que aconteceram e que poderíamos recolher, sobretudo com um olhar de melhoramento, de como podemos aprimorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil sabe como fazer.

E também há a importância do Legislativo para impulsionar políticas públicas permanentes e não somente temporárias.

Muito obrigado.

E contem conosco, contem com a FAO e com todas as agências da Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rafael Zavala, pela sua participação, pelas suas contribuições. Foi importante a sua presença junto conosco. Certamente estaremos juntos em outras audiências públicas para continuar este debate. Oxalá possamos também nos reunir para comemorar a melhora da questão nutricional no nosso país.

Para suas considerações finais, passo a palavra ao Dr. Rodrigo Afonso.

O SR. RODRIGO AFONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Acir.

Mais uma vez, congratulo-me com o senhor e com todos os Senadores presentes por este momento de democracia, tão difícil nos últimos anos. Eu fico muito feliz de a gente poder estar aqui falando e trazendo essas questões importantíssimas para o povo brasileiro.

Quero agradecer a honra de estar aqui com o Rafael, querido parceiro da Ação da Cidadania e cujo trabalho a gente admira muito; e agradecer ao Senador Izalci pela fala. Acho que tem uma questão muito importante mesmo, que precisa ser colocada e tratada de forma rápida.

Estou muito contemplado com a fala do Rafael. E queria dizer que há um único cuidado que a gente precisa ter, até nessa questão dos fertilizantes, de que a gente precisa trazer isso para o Brasil e fazer essa produção ser local: é tomar cuidado para que não aconteça a mesma coisa que aconteceu com o agronegócio, em que a gente subsidia, investe, apoia, constrói, e aí depois tudo é exportado, vai para fora, e nada fica no Brasil. O Brasil precisa aprender que subsídio, apoio a setor privado requer contrapartidas. Essas contrapartidas têm que estar muito claras quando se pega dinheiro do Estado para que se possa gerar recursos e ganhar dinheiro no Brasil. Então, eu acho que é importante olhar para o apoio, sim, na questão do fertilizante, mas entender como isso vai gerar, de fato, uma melhora significativa para o Brasil, porque, se a gente produzir fertilizante em real, subsidiar e vender em dólar para o próprio Brasil, aí não adiantou de nada; a gente só está enriquecendo grupos e não está fazendo nenhuma diferença para a segurança alimentar brasileira. Então, é importante sempre nas legislações entender que a gente precisa olhar as contrapartidas que interessem ao povo brasileiro, pois é dinheiro do povo brasileiro, e a gente precisa fazer com que isso se reverta em melhorias para a população.

Muito obrigado mais uma vez.

Foi uma honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Rodrigo.

Agradeço ao Senador Izalci pela sua participação e ao Senador Esperidião Amin também.

Antes de encerrarmos, temos um requerimento a ser votado, de autoria do Senador Chico Rodrigues, que eu passo a subscrever.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recentes pesquisas da Embrapa sobre a tropicalização da cultura do trigo, seus resultados e as perspectivas de expansão da produção para estados das regiões Norte e Nordeste. A Audiência Pública contará com a participação dos seguintes convidados:

• Celso Moretti, Presidente da Embrapa;

• Júlio Albrecht, Pesquisador do Trigo Tropical da Embrapa Cerrado;

• Edvan Alves, Chefe-geral da Embrapa Roraima;

• João Martins, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ou representante;

• Geraldo Falavinha, Produtor do Estado de Roraima.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR) e outros.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vou encerrar a nossa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada.

(*Iniciada às 8 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e um minuto do dia oito de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Fabio Garcia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros, Fabiano Contarato e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (Req 12/2022-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 12/2022 - CRA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), e PL 1293/2021, de autoria Câmara dos Deputados. Finalidade: Instruir o PL 1293/2021, de autoria da Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003". Participantes: José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SDA/Mapa; Janus Pablo Fonseca de Macedo, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários - ANFFA Sindical; Josélio de Andrade Moura, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet) e Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); Ricardo João Santin, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA; Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - Abiec; e Cinthia Torres, Gerente Técnica da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - Abiec. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Usam da palavra a Senadora Zenaide Maia e a Deputada Federal Tereza Cristina, e os Senadores: Acir Gurgacz, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Izalci Lucas e o Deputado Federal Domingos Sávio. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PL 1.293, de 2021, de autoria da Câmara dos Deputados – que dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais, que altera e revoga certos dispositivos normativos –, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2022, da CRA, de iniciativa dos Senadores Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze, Relator do projeto nesta Comissão.

A adoção de procedimentos de fiscalização e auditoria mais modernos no setor produtivo para garantir mais segurança e qualidade alimentar para o consumidor e, principalmente, mais agilidade nos procedimentos da agroindústria é um tema que debatemos há algum tempo com o setor produtivo e também com o Governo. De um lado, cobramos o fortalecimento das agências públicas de defesa agropecuária e vigilância sanitária, bem como a contratação de mais técnicos e a valorização dos atuais quadros de servidores; do outro lado, sempre acreditamos na modernização do sistema de defesa agropecuária em uma parceria com o setor produtivo e com as agências públicas como o caminho para que tenhamos um controle de qualidade maior sobre os alimentos e um processo de certificação mais ágil, eficiente e menos oneroso para o setor produtivo e com mais garantias para o consumidor.

O PL 1.293, de 2021, tema desta audiência pública, é resultado dessa discussão, pois propõe uma revisão das leis de defesa agropecuária, criando o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, permitindo às empresas, às agroindústrias uma participação mais efetiva no processo de defesa agropecuária, com mecanismos de controle que permitirão o aperfeiçoamento necessário no sistema de defesa agropecuária e vigilância sanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 1.293, de 2021, foi apresentado pelo Governo, com a relatoria do Senador Luis Carlos Heinze, sendo que estamos realizando esta audiência pública para discutir um pouco mais o parecer do Relator e as emendas apresentadas, para que possamos votar este projeto na sessão deliberativa desta quinta-feira, amanhã, portanto.

Entendo que essas mudanças são muito necessárias para garantir o crescimento e a sustentabilidade do setor agropecuário e agroindustrial, bem como para assegurar produtos de qualidade para os consumidores.

É importante destacar que esse processo também valoriza o papel do auditor fiscal, que continuará responsável pela fiscalização, porém de uma forma mais ágil e muito mais moderna, sem a necessidade de estar presente diariamente, acompanhando a atividade rotineira das empresas.

Vamos iniciar os nossos debates ouvindo os nossos convidados.

Nós temos aqui o Dr. José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); o Dr. Josélio Andrade Moura, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet) e Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária; o Dr. Janus Pablo Fonseca de Macedo, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários; o Dr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) – o Dr. Antonio está em Seul, acompanhando-nos pela modernidade, e é essa modernidade que nós queremos para todos os segmentos dos nossos trabalhos –; e também o Dr. Ricardo João Santin, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Eu passo a palavra inicialmente para quem está mais longe: se estiver conectado, é o Dr. Antonio Jorge Camardelli, para fazer a sua apresentação, já que o senhor está tão distante, está em Seul e está atento à nossa audiência pública. Agradecendo a sua participação, a sua presença junto conosco, passo a palavra para V. Sa.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Aqui é boa noite.

Presidente Gurgacz, eu solicitaria, porque a gente está com uma certa fragilidade aqui, que o senhor me passasse a posterior, para a gente ter o equilíbrio, pois a gente está pedindo uma manutenção do hotel aqui. Então, eu lhe agradeço se o senhor me colocar um pouco mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, assim será. Vai ficar por último, então.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. José Guilherme para fazer as suas colocações. Agradecendo-lhe, José Guilherme Leal, pela sua participação junto conosco, V. Sa. tem a palavra.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL (Para expor.) – Um bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, o Senador Luis Carlos Heinze, Relator da matéria, e agradecer ao Senado pela oportunidade de discutir este tema, que é muito importante na pauta do Ministério da Agricultura.

Antes de iniciar – vou pedir para colocar a apresentação –, é importante a gente colocar algumas coisas em termos do contexto.

A anterior, por favor. (*Pausa.*)

É importante a gente falar que existe hoje uma reivindicação na categoria dos auditores fiscais federais agropecuários, que o Ministério da Agricultura apoia, pela reestruturação da carreira. Esse é um ponto. Outro ponto: nós temos uma demanda reprimida pela abertura de concursos públicos tanto para auditores como para técnicos de nível médio. Desde a Ministra Tereza Cristina e agora com o Ministro Marcos Montes, nós estamos trabalhando para o reforço de pessoal do Ministério da Agricultura e continuaremos trabalhando nesse reforço.

Agora, não se pode misturar essa discussão – e infelizmente está ocorrendo uma mistura – com um processo de modernização de todo o trabalho de defesa agropecuária. Eu queria fazer esta ressalva: são coisas diferentes, e está ocorrendo uma... Vamos dizer que estão tentando atrelar uma coisa a outra, mas são coisas totalmente separadas, Senador Heinze.

O primeiro ponto é: o PL não trata de autoinspeção, não trata de autofiscalização. Infelizmente saiu, Santin, uma matéria na Câmara com esse título, e esse é um título errôneo, que tem sido usado, mas quem lê e trabalha numa leitura de boa-fé sabe que isso não acontece. Então, não tem autoinspeção, não tem autofiscalização. De início, nós temos que sair com esse esclarecimento.

O que nós estamos colocando com base nessa teoria da regulação responsiva é um equilíbrio entre a ação do comando e controle e a responsabilidade do setor privado. Existe uma tendência de se falar: "Não, o setor privado resolve tudo, ele faz a autorregulação e resolve tudo". Não é isso! Nem também é uma situação em que só o Estado pode controlar, em que só o Estado sabe. Não, nós temos papéis diferentes. Cada um tem que assumir a responsabilidade.

Eu também faço outra ressalva aqui. Algumas postagens que têm saído, Deputado Domingos Sávio, ultimamente, chegam a ser até desrespeitosas com os profissionais da iniciativa privada que trabalham no controle de qualidade, porque dá a entender que só o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, só o servidor público sabe o que tem que fazer. E são funções diferentes, que nós temos que respeitar e reconhecer. A nossa agroindústria cresceu com o trabalho do Ministério da Agricultura, mas também com o aperfeiçoamento do setor privado.

O PL, dentro dessa teoria da regulação, traz um equilíbrio. A função do Estado é mantida, mas aumenta a responsabilidade do setor privado.

Só para colocar a abrangência do trabalho da defesa agropecuária, a defesa agropecuária está tanto na parte inicial dos insumos, no controle de qualidade e inocuidade, na prevenção e no controle de pragas e doenças, então, em todo o setor primário da produção agropecuária, assim como na agroindústria de transformação, na qualidade e na inocuidade dos alimentos e demais produtos, trabalhando na certificação da exportação e na verificação da entrada do que é importado para o Brasil, para que se atenda a legislação brasileira em termos de qualidade e inocuidade e também para evitar o ingresso de pragas e doenças que possam ser nocivas à nossa agropecuária.

Nessa parte inicial dos insumos, nós vamos desde fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes, defensivos agrícolas, produtos de uso veterinário, alimentos para animais, material genético. Na produção primária, o foco principal da defesa agropecuária é na sanidade vegetal e na saúde animal. Na indústria de transformação, há toda a parte dos produtos de origem animal, além da parte da qualidade vegetal, da classificação de bebidas... Todo esse trabalho é um trabalho da defesa agropecuária, que também tem algumas áreas transversais, como a fiscalização dos organismos geneticamente modificados, a proteção de cultivares, o registro genealógico, o serviço da prestação de aviação agrícola, o tratamento fitossanitário credenciado pelo Mapa e o credenciamento de laboratório, além da produção orgânica. Então, o projeto de lei traz abrangência para todos esses setores.

O projeto estabelece a obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação de defesa agropecuária, o que não é novidade para a indústria dos produtos de origem animal, porque o ministério já vem trabalhando com isso desde a década de 2000, o que foi, na verdade, intensificado com a revisão do Riispoa em 2017 e, depois, com uma revisão em 2020. Então, isso não é novidade para um segmento, mas ele traz a abordagem do autocontrole para todos os segmentos.

Ele institui um programa de incentivo à conformidade da defesa agropecuária na linha da regulação responsiva. Então, você tem a obrigação, vai ter o comando e controle, mas há a linha de incentivo para quem se dispuser a trabalhar numa conformidade ainda acima do básico.

E ele moderniza e padroniza outros temas de interesse da defesa agropecuária, alguns deles nem tanto relacionados a autocontrole. Então, há vários outros temas, cujos tópicos eu vou só passar aqui, que são modernizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há alguns pontos que são exigências do TCU no Acórdão 2.309, de 2009, o que está no plano de ação do ministério com o TCU – foi colocado que nós enviaríamos um PL. E estão sendo acompanhados pelo TCU alguns desses pontos.

A estrutura do PL, do substitutivo que foi aprovado na Câmara, com a relatoria do Deputado Domingos Sávio, tem um capítulo com as disposições preliminares, os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela Defesa Agropecuária, do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, esses dois pontos aqui que eu vou abordar com mais detalhes, não pelo tempo, do procedimento dos atos públicos de liberação, estabelecimento e registos. Nós estamos fazendo um alinhamento à Lei de Liberdade Econômica, das medidas cautelares, padronizando as medidas cautelares para toda a auditoria do Ministério da Agricultura, as infrações e penalidades, também padronizando as infrações e penalidades, padronizando o processo administrativo e a fiscalização. Foi incluído na Câmara, o que nós apoiamos, o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para as Fronteiras Internacionais e o capítulo das disposições finais e transitórias.

Eu vou pinçar algumas questões de definição para que a gente possa ler e desfazer algumas questões que estão sendo erroneamente colocadas.

O que é a definição do autocontrole? Capacidade de o agente privado implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir os procedimentos, processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal e vegetal visando a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança. Ao colocar esse conceito – depois vocês vão ver o capítulo –, nós vamos exigir do setor privado um aprimoramento nos programas de qualidade.

Há um outro conceito, que é a autocorreção, a adoção de medidas corretivas pelo agente diante de detecção de não conformidade, conforme previsto no seu programa de autocontrole ou por deliberação da área de qualidade. Ou seja, os programas de autocontrole – vão estar escritos lá na frente – têm que ter os procedimentos de autocorreção realizados pelas empresas.

E há, aí, sim, uma novidade, que é a regularização por notificação, a adoção de medidas corretivas pelo agente em decorrência de notificação expedida pela fiscalização. Aqui nós estamos colocando para algumas infrações e para quem estiver no programa de incentivo que a auditoria do ministério pode notificar antes de sair fazendo uma autuação, logicamente para determinadas infrações que vão ser dosadas no regulamento.

Fiscalização agropecuária – estão dizendo que estão acabando com a fiscalização. É um conceito de fiscalização agropecuária: atividade de controle e de supervisão de vigilância, de auditoria, de inspeção no exercício do poder de polícia com a finalidade de verificar o cumprimento da legislação. Isso está claro e permanece sob a responsabilidade do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Agricultura, sob a responsabilidade dos servidores que têm a atribuição de realizar a auditoria e fiscalização.

Indo mais um pouco nas disposições preliminares, esse artigo é importante porque traz essa obrigação a ser cumprida, dos programas de autocontrole e da garantia de inocuidade, da garantia de inocuidade também para quem é inspecionado ou fiscalizado pelos entes estaduais ou federais. Nós temos algumas das atividades, a inspeção de produtos oleaginosos, por exemplo, em que existe inspeção estadual e inspeção municipal. E aqui nós estamos dizendo que a responsabilidade pela garantia também se aplica a quem é inspecionado ou fiscalizado por outros entes que não só o Governo Federal.

Eu destaquei esse artigo aqui porque está tendo uma distorção na interpretação. Aqui a gente coloca que o Ministério da Agricultura e os demais entes do Suasa – as agências de defesa agropecuária dos estados, por exemplo – poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas para a prestação de serviços técnicos operacionais relacionados à atividade da defesa. Isso é novidade? Não!

O que nós estamos trazendo para o arcabouço legal é uma prática que já é executada e, sim, nos dá a possibilidade de ampliar essa prática, desde que não sejam colocadas atividades que exijam o exercício poder de polícia. Então, está preservada, mais uma vez, a função da auditoria e da fiscalização.

Todos os serviços de defesa que a gente pode olhar em outros países lançam mão de colaborações para atividades que não são exclusivas à atividade do Estado, então, nós não podemos ser contra um processo de modernização e de ganhar agilidade e poder concentrar os servidores do ministério na atividade típica de Estado.

Entrando no programa de autocontrole, o art. 8º traz no comando que os agentes privados regulados devem ter os programas de autocontrole. Então, passa a régua para todas as atividades de que eu falei – aqueles 18 grandes grupos – no início. Todos têm que ter.

Os agentes regulados pela legislação garantirão a implantação e a manutenção. Então, é o próprio setor privado que vai fazer a manutenção e a implantação e o ministério vai fazer a auditoria e a verificação, assim como já faz, hoje, com a inspeção de produtos de origem animal, certo? E dá os princípios, os elementos básicos que devem ter nos programas de autocontrole e que nós vamos ter que, depois, detalhar para cada segmento, cada setor, com a realidade de cada um dos segmentos. Uma coisa é autocontrole de fertilizante, outra coisa é autocontrole na área de semente, na área de bebidas. Então, vai ter que ter um detalhamento. Aqui existem os princípios básicos.

Dá a oportunidade ao setor privado de garantir que a implementação do autocontrole foi feita pelo seu sistema de controle de qualidade próprio ou lançar mão de certificadores de terceira parte. Agora, isso aqui também é outra confusão. Não interfere em nada na auditoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ministério, não interfere em nada na auditoria do ministério. O ministério vai fazer a regulação dos programas de autocontrole e deverá levar em consideração, como eu falei, o porte dos agentes econômicos e a disponibilidade do poder público de sistema de informações público, de forma a conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.

Aí o Deputado Domingos Sávio sabe que essa discussão foi muito aprofundada na Câmara para que não fosse um sistema, um procedimento ou uma exigência legal que excluísse pequenos e médios empresários. Então, tem toda uma abordagem e nós vamos ter que ter toda uma preparação para que todos, independentemente do porte da empresa, possam atender essa exigência.

Aqui ele coloca que os programas de autocontrole podem ter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas. Então, existe, hoje, muito uma necessidade que, às vezes, não tem um embasamento legal correto de colocar, por exemplo, produtos diferenciados. A gente fala, Santin, das galinhas livres de gaiola, do leite a2a2. Então, é uma série de pontos em que empresa pode dar essa garantia, inclusive lá da produção primária, desde que ela tenha isso tudo colocado e amarrado no seu sistema, no programa de autocontrole específico da empresa.

O Ministério da Agricultura vai estabelecer os requisitos necessários ao desenvolvimento dos programas de controle, as linhas básicas do alimento básico, editar as normas complementares sobre esses requisitos, definir os procedimentos oficiais de verificação do programa. Então, nós vamos dizer e vamos ter que deixar claro como o Ministério da Agricultura vai fazer a verificação do programa de autocontrole das empresas, porque a nossa auditoria também tem que trabalhar de forma transparente.

Indo para outro ponto, que é o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária. Então, no capítulo anterior, o programa de autocontrole é obrigatório para todos. Aqui é um programa de incentivo voluntário. Quem quiser se habilitar a um programa de incentivo – alguns incentivos estão colocados aqui no PL e, depois, detalhados na lei – vai apresentar essa proposta ao ministério e vai ter a obrigação de compartilhar mais informações, além das obrigatórias, com o Ministério da Agricultura. Essa é uma das contrapartidas.

Os incentivos que estão colocados foram, inclusive, introduzidos na Câmara dos Deputados, na versão da Câmara dos Deputados: agilidade nas operações de importação e exportação, priorização na tramitação de processos administrativos junto ao Mapa, acesso automático às informações de tramitação de processos de interesse do estabelecimento e dispensa de aprovação prévia de alguns atos, como reforma e ampliação. Isso é novidade no serviço público? Não. O modelo do Operador Econômico Autorizado da Receita Federal é similar a isso, mas com outras características.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O regulamento do Programa de Incentivo vai estabelecer os procedimentos de adesão, obrigações e a hipótese de aplicação de advertência, suspensão e exclusão dos programas. Então, não é você entrar no programa e ficar lá o resto da vida, vamos dizer, sem cumprir mais os itens de conformidade... Não, você pode ser retirado do programa. E a gente sabe que nenhuma empresa vai querer entrar e relaxar nos seus controles para, depois, sair. Então, a gente considera esse mecanismo muito importante na linha de incentivar a adoção da conformidade.

Um ponto que eu tinha falado ali. Os estabelecimentos que aderirem ao programa, ou seja, que vão ter mais interação, que vão colocar mais informação junto ao Ministério da Agricultura – a auditoria do Ministério da Agricultura vai ter mais elemento, inclusive, para avaliar e fazer classificações, avaliações eletrônicas e definir, inclusive, as suas ações presenciais –, esses estabelecimentos vão poder fazer uso da notificação por regularização. Ou seja, infrações, logicamente, que não sejam de dano ao consumidor ou que não tenha nada em relação a inocuidade, que possam ser identificadas, o ministério vai poder notificar e dar um prazo para que a empresa possa fazer a sua regularização. Se ela fez a regularização, não precisa fazer a aplicação de um auto de infração.

E tem mais um artigo – depois, eu paro nesse aqui e vou para as considerações finais – colocando a autorização de o ministério trabalhar com a classificação de risco desses estabelecimentos para direcionar o trabalho da auditoria. Então, isso é importante. Nós já estamos nessa linha, já é um trabalho que já vem sendo feito dentro do Ministério da Agricultura, e o respaldo da lei vai nos dar força para que esse procedimento seja mandatório em termos da abordagem da fiscalização.

Os próximos passos que nós esperamos: a aprovação do PL aqui no Senado – espero que seja amanhã, Senador Heinze e Senador Acir –, a sanção do PL, a regulamentação – nós vamos precisar de um decreto geral e algumas regulamentações específicas; já estamos trabalhando nessa linha –, o desenvolvimento da Plataforma Digital de Autocontrole, que já está iniciada, e, importante, capacitação tanto do setor público quanto do privado. Nós vamos ter que fazer um grande esforço de capacitação dos setores público e privado para que nós tenhamos uma boa implantação dessa filosofia do autocontrole.

A plataforma já está em desenvolvimento pelo ministério. Nós tivemos uma parceria com o Movimento Brasil Competitivo, que fez uma parte já dessa plataforma, já temos algumas entregas. Nesse mês passado, o ministério, por sua Secretaria de Defesa Agropecuária, assinou contrato com o Serpro para dar suporte a essa plataforma, para que a gente tenha um serviço robusto com base no Serpro, na hospedagem do Serpro, com a expertise do Serpro, e vamos fazer a integração de todos os sistemas importantes da defesa agropecuária.

Dentro dessa plataforma estarão os sistemas do Ministério da Agricultura, mas também os sistemas de controle de qualidade das empresas. Com isso nós vamos ter condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar a inteligência da fiscalização, a inteligência da auditoria, fazer a classificação das empresas, mas também dar retorno às empresas e subsídios para o seu controle de qualidade e agilizar o processo de certificação, principalmente para exportação. Vamos reduzir também os custos transacionais com empresas, porque muitas das obrigações hoje são colocadas em papel, em formulários. Nós vamos ter um processo mais ágil e, importante, vamos trabalhar com mais informação do setor, o que vai tornar nossa auditoria mais eficiente.

E é isto que a gente espera, Senador Acir: a aprovação do PL mais a plataforma, agilidade nas ações de comércio internacional. Isso vai fazer com que as certificações para exportação e as aprovações das importações ocorram de forma mais ágil e vai ensejar a revisão e a simplificação do arcabouço regulatório. Nós estamos falando de uma parte importante na questão dos atos públicos de liberação, os registros, os credenciamentos. Prevê-se também a redução dos prazos para a liberação desses atos públicos e a redução dos custos das obrigações acessórias das empresas, ou seja, esses custos de prestar informação ao ministério, porque vão poder fazer isso de forma automática. O acesso imediato pelas empresas ao resultado do controle oficial vai garantir o suporte à gestão da qualidade pelas empresas. Então essa interação dos dados do ministério com os dados da empresa tanto vai servir para a auditoria ficar mais eficiente como para que os sistemas de controle de qualidade das empresas tenham mais informação e possam ser aprimorados. A auditoria do Mapa vai ficar mais eficiente, permitirá classificar os estabelecimentos e direcionar a auditoria com base em risco. E há uma coisa importante que extrapola a questão da defesa agropecuária: nós vamos ter a integração de dados do regulado com os do ministério, vamos melhorar dados e estatísticas para o setor agropecuário. Em boa parte das estatísticas do setor agropecuário há a obrigação de as empresas colocarem a informação no ministério, e a ausência dessa plataforma e dessa integração deixa às vezes tanto o setor público como o setor privado sem as informações a tempo e à hora para fazer as análises adequadas. Então nós vamos ainda ter um ganho geral para o setor, que é melhorar as questões de dados e estatísticas para o setor agropecuário.

Senador Acir, diante disso, eu queria reforçar aqui: a Secretaria de Defesa Agropecuária e o ministério aprovam e apoiam a versão que veio da Câmara, apoiamos o relatório do Senador Heinze e realmente gostaríamos de ver o PL, se possível, aprovado amanhã.

Eu queria fazer uma ressalva. Eu sou servidor público, auditor há mais de 20 anos do ministério, e não estaria aqui fazendo nada que fosse para denegrir ou enfraquecer a atividade da fiscalização. Agora, a gente não pode também se furtar a propor melhorias no processo, e eu tenho certeza de que o que está sendo proposto aqui vai tornar o trabalho e a auditoria do ministério mais eficientes e mais respeitados.

Então, eu queria deixar essa ressalva aqui.

Estamos à disposição para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. José Guilherme.

Senador Paulo Rocha, Senador Heinze, eu tomei a liberdade ontem de convidar o Deputado Domingos Sávio para participar desta audiência pública, já que ele foi Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados e fez várias audiências públicas e debates sobre o tema. Então, tomei a liberdade de convidá-lo para estar junto conosco e nos ajudar a trabalhar este tema. Se os senhores não se importarem, eu agradeço.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Acir!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Ele é veterinário; nós o chamamos lá no Rio Grande de "castra-gato". E eu sou agrônomo; lá chamam de "batateiro". Então, fizemos um casamento do "castra-gato" com o "batateiro" como referência para fechar o projeto. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vocês já trocaram de instrumento alguma vez, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem! Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu já tinha registrado o meu pedido de intervenção a propósito, e a minha intervenção é muito singela.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Liga o microfone, por gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao contrário, não tanto quanto o Senador Paulo Rocha, que está à minha direita... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ambos de gravata vermelha!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ele está à minha direita!

Eu sou simpático ao projeto, ou seja, eu acho que nós podemos, preservando a idoneidade da informação, estabelecer regras de exemplaridade de punição, porque o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torna uma regra desse tipo – ou seja, eu acredito em você – inócua e desmoralizada é quando não há nenhum caso de investigação e nenhum caso de punição. Aí é realmente... Isso se chama repressão, que é mais ou menos o que nós estamos vivendo, e não é apropriado para uma atividade do peso do agronegócio no Brasil.

Há outras coisas que não são compatíveis, uma delas – o prezado amigo apurou aqui na Comissão – é a questão dos fertilizantes, quer dizer, não tem cabimento nós chegarmos à dependência de 95% em alguns itens de defensivos e fertilizantes. Nem que fosse planejar o fracasso alguém teria elaborado um plano tão competente para nos desqualificar.

Então eu me detive, Heinze, no art. 7º. Eu vi que você fez uma exposição sobre fiscalização. Poderia voltar para a questão, por favor? Tem um eslaide, eu não posso lhe dizer o número, mas é sobre o assunto. Então, eu acho que isso está definido no art. 7º, certo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Enquanto conversamos, vai abrir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A pergunta é uma só: o que nós podemos acrescentar, seja como norma infralegal, seja como norma legal, para que o art. 7º nos dê uma garantia de eficiência e eficácia? Essa é a pergunta genérica. Ele nos dá garantia de eficiência e eficácia? Ou, se nós estabelecêssemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um outro, só palavras...

Aí. Não é no art. 4º; é art. 7º, o próximo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, mas tem um outro eslaide, que é inclusive com letra cor de rosa, lilás, não é preta, que foi apresentado.

Então, independentemente do socorro do visual, eu gostaria que os senhores, os próximos, se detivessem nesses princípios de fiscalização, que são descritos no art. 7º. E acrescento um único elemento. Eu acho que, mesmo que fosse em norma infralegal, a regra da amostragem do *check-list* – a amostragem – a Receita Federal faz.

É aleatório: alguma regra que estabelecesse uma amostra, uma regra de amostragem, para checagem da informação. Eu acho que isso daria respeitabilidade ao princípio da fiscalização e nos ajudaria a não termos uma descaída, não é nem uma recaída – isso é uma expressão lá dos "quebra tigela". Tem a recaída e a descaída – a descaída é a primeira. Com o objetivo de quê? De tornar o sistema crível, legítimo, idôneo. Por quê? Porque eu quero que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja adotado e respeitado por todos, inclusive pela sociedade, por quem fiscaliza, por quem não é a favor. Quem não é a favor não é a favor por quê? Porque desconfia.

Então, é uma forma de reduzir a desconfiança e tornar objetiva a constatação de se a fiscalização está funcionando ou não, até para evitar a repetição de uma frase que tem sido muito repetida: "Passa boi, passa a boiada".

Minha pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Amin.

Passo a palavra para o Dr. José Guilherme para a resposta.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL (Para expor.) – Senador, eu não tinha projetado aqui o 7º, mas o 7º fala dos princípios elementares da fiscalização.

O primeiro é a atuação baseada no gerenciamento de riscos. Certo? A atuação preventiva, a qual permite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sobre gestão de risco, eu tenho conhecimento, inclusive, acadêmico. Minha dissertação de mestrado foi sobre isso.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Isso. Então, esses princípios aqui – tem outros aqui –, a gente entende, atrelados ao art. 16, que autoriza o ministério a adotar sistema de classificação de risco das empresas, de gerenciamento de risco, é que vão nos dar as prioridades de auditoria e de fiscalização. Então, aí sim...

Hoje nós já trabalhamos, Senador, com amostragem, por exemplo; já temos esse trabalho com amostragem. Mas, aprimorando a base do gerenciamento de risco...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Qual é a proporção da amostragem?

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL (Para expor.) – Depende de cada atividade e do risco associado. Uma coisa que a gente trabalha na importação é diferente de um monitoramento que você vai fazer de qualidade de produto e que tem um sistema de qualidade da empresa. Então, nós temos diversos sistemas de amostragem.

A gente só faz uma diferençazinha em relação à Receita. A Receita trabalha muito bem com gerenciamento de risco. É que tem um diferencial em relação à defesa agropecuária: em relação à Receita, quando passa alguma coisa no gerenciamento de risco dela e ela vai buscar, você consegue ter principalmente a recuperação de receita de quem fez a omissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, na defesa agropecuária, a gente não consegue buscar o risco, ou o dano ao consumidor, ou a introdução de uma praga ou doença. Então, por isso que nós trabalhamos, sim, com gerenciamento de risco, mas as abordagens são diferentes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para... Até porque foi muito providencial...

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO – Presidente, eu tenho uma observação, se o senhor me permite.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... muito providencial a observação aqui feita pelo meu mestre da Câmara dos Deputados, nosso Deputado Domingos Sávio: não é sobre as infrações e as penalidades. Isso é a consequência. Eu quero saber sobre a fiscalização...

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO – Nós temos uma proposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e seus princípios.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, vamos dar sequência. Depois o Janus vai responder. Geralmente eu faço...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Janus olha para frente e para trás, não é isso?

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO – Isso, exatamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Geralmente eu faço as perguntas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, deixe-o só fazer esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vamos atender ao nosso Senador Esperidião Amin, que sempre está aqui nos dando a honra da sua presença e participando.

Janus, por favor, então, responda.

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO (Para expor.) – Agradeço, Presidente, Senador Acir. Ao Senador Esperidião Amin, muito obrigado pela intervenção.

Nós temos uma proposição, que inclusive foi tema de emendas apresentadas pelo nosso sindicato aqui ao Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No inciso III, "intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica dos agentes, justificada apenas nas situações de prevalência do interesse público sobre o privado" – art. 7º, inciso III –, nós temos uma proposição, aqui, de uma emenda aditiva, acrescentando: "sem prejuízo do pleno exercício de suas competências normativas, fiscalizatórias e regularizatórias". Com a seguinte justificação: o art. 7º do PL é inovação introduzida pela Câmara dos Deputados e também submete a fiscalização, na forma do inciso V, ao disposto na Lei de Liberdade Econômica. O inciso III, o qual mencionei agora, submete a fiscalização agropecuária ao princípio de subsidiariedade e à excepcionalidade, conceitos que não estão adequadamente definidos e que poderão levar à judicialização da conduta da fiscalização agropecuária e restringir a sua atuação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Eu sempre deixo as perguntas dos internautas por último, mas, como nós estamos iniciando o debate, essas perguntas poderão ser respondidas e comentadas durante as intervenções dos senhores e por isso eu as farei agora, no início da nossa audiência pública.

O Francisco David, do Rio Grande do Norte, pergunta o seguinte, eu peço que prestem atenção: "Foram feitas consultas aos adidos agrícolas sobre a repercussão internacional e possível perda de mercados com a aprovação desse PL?". Essa é uma pergunta.

Juliano Schwarzbach, de Santa Catarina: "Como os países importadores veem esse modelo de fiscalização e vão aceitar comprar carne não fiscalizada pelo agente público?".

Maria Cristina, de São Paulo: "O Mapa irá tornar pública a lista de empresas com autuação procedente, a qualquer tempo, os motivos da autuação e os produtos envolvidos?".

Welinton de Medeiros, de Goiás: "Com todo esse investimento em controle próprio, o Governo entrará com alguma contrapartida (redução de impostos, incentivos, etc)?".

Miguel Explica, do Amapá: "[...] o Estado deixaria de ter o poder de apreender insumos e produtos irregulares?".

Newton Tércio, do Mato Grosso do Sul: "[O PL] Deixa o consumidor indefeso, tornando ainda mais difícil a identificação e a punição de fraudadores, em caso de adulterações de alimentos".

Gyselle Aguiar, do Ceará: "Esse PL promove prejuízo para o Sistema Nacional de Defesa e Inspeção Agropecuária e impacta negativamente a saúde pública dos brasileiros.".

Tatiana Dias, do Mato Grosso: "Reduzir valor mínimo de multa torna a fiscalização sem efeito, sem contar que o débito não será inscrito na dívida ativa da União".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco Daniel, do Amapá: "É [de] grande importância a criação de sistemas de autocontrole que visem auxiliar o poder público no desempenho das atividades de fiscalização.".

Eu fiz questão de passar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – O senhor viu que 80% das perguntas são relacionadas à fiscalização?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é?

Eu acrescentaria só uma coisa: quais são os parâmetros do mundo – do mundo com o qual nós nos relacionamos? O meu amigo Domingos Sávio falava: "Isso é mais ou menos o que é praticado nos Estados Unidos". Então, similaridade no mundo. Só isso o que eu acrescento à questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Eu gostaria de ouvir o Deputado Domingos Sávio sobre essas questões.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Para expor.) – Obrigado, Presidente. Inicialmente, obrigado pelo convite. Quero cumprimentar a todos os nossos convidados, cumprimentar os Srs. Senadores e agradecer muito a oportunidade de estar aqui para debater com os senhores esse projeto.

Eu também não tenho dúvida de que as palavras do José Guilherme, com mais de 20 anos de carreira como auditor fiscal do Ministério da Agricultura, traduzem bem o sentimento que nós temos.

Eu vou direto a algumas questões que foram colocadas agora, para não tomar muito o tempo dos senhores.

Primeiro, complementando um pouco do raciocínio desenvolvido, acho que de forma muito apropriada pelo Senador Esperidião Amin, quando ele se preocupa com o tema fiscalização agropecuária. Inclusive, algumas dessas perguntas deixam no ar essa hipótese de que se isso não haveria. E aqui, no art. 3º, inciso II, vem de maneira clara, muito explícita na lei, a definição, o papel da fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui diz:

> Art. 3º .....
> .....
> II - fiscalização agropecuária: atividade de controle, de supervisão, de vigilância, de [...] autoridade e de inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação.

Então, está bem objetivo.

Aqueles outros aspectos que se dão ali no art. 7º, que foi mencionado, complementam alguns princípios já associados ao autocontrole. Mas, indo aí à questão que foi colocada: haveria o risco de não se apreender um produto que está com inconformidade, um produto com má qualidade? Haveria o risco de se expor a saúde pública? Em hipótese alguma.

Nós temos, lá no Capítulo V, das medidas cautelares, e o que trata também das infrações e penalidades, o Capítulo VI, de maneira muito clara, que: O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária ou à saúde pública ou em virtude de embaraço à ação fiscalizadora, as seguintes medidas cautelares... Começa já com apreensão do produto. Em seguida:

> [...] suspensão temporária da atividade [pode fechar a empresa], de etapa ou processo de fabricação do produto; e
> III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

Das infrações e penalidades: "O agente que incidir em infração prevista na legislação específica...". É bom lembrar – é bom lembrar –, porque aí está havendo um pouco de confusão, e aqui, quando eu digo "o agente que incidir em infração prevista na legislação específica", aí alguém pode falar assim: "Mas essa lei aqui não está tratando do que são essas infrações". É porque nós não estamos mudando a lei do Riispoa, o Regulamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que fala sobre o que são as irregularidades. Essa lei continuará na sua plena vigência. O que nós estamos dando é um tratamento adequado para criar os mecanismos de autocontrole, aperfeiçoando a legislação.

Então, voltando aqui, o agente que incidir em infração prevista na legislação... E ela é enorme, ela fala de tudo e de todos os produtos, de origem vegetal, de origem animal, laticínios, frigoríficos, e vai por aí afora. Então, infringiu, ele está sujeito à advertência – isso é uma coisa leve –, multa... E lembrando que aqui nós chegamos a aumentar em dez vezes as multas. Hoje, em média, de 15 mil, chegam a 150 mil. Então, aumentamos as multas. Condenação do produto, que são os casos de apreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cuidou-se desses aspectos.

Eu aproveito, Presidente, só para concluir, para dizer o seguinte: eu sou médico veterinário. Eu já, há muito tempo, não atuo diretamente na profissão, mas não me distanciei da categoria, da minha formação e eu tenho absoluta convicção de que este projeto, e não foi uma convicção formada só pelo meu conhecimento, que, eu reconheço, é muito pequeno. Foi no debate com o próprio Ministério da Agricultura – e cumprimento o Pablo, o Janus Pablo –, no debate com os colegas profissionais da área – a quem ouvimos também –, no debate com o setor produtivo – foram dezenas de reuniões e várias audiências na Câmara, porque, como o projeto nasceu lá, é natural que lá fosse feito todo esse trabalho.

Pois bem, hoje, ganha-se com esse projeto não apenas uma maior eficiência, competitividade, qualidade. E qualidade, para responder à questão do mercado internacional. Acho que o mercado internacional vai é respeitar ainda mais o Brasil, que já é respeitado. Diga-se de passagem, a nossa vigilância sanitária, a nossa defesa sanitária é respeitada, mas vai ser respeitada ainda mais, porque a vigilância e a fiscalização continuam, mas não têm capilaridade para cuidar de tudo; a realidade é essa.

O agronegócio cresceu, a indústria cresceu, o número de frigoríficos e de laticínios cresceram, a população cresceu, e nós não podemos, indefinidamente, ir crescendo o tamanho da máquina pública sendo que nós podemos torná-la mais racional e dar a ela o poder de polícia. E aí eu digo que ganha em força, em poder e em respeitabilidade a vigilância sanitária, porque ela cuidará de fazer aquilo que é de competência exclusiva dela, e as empresas terão obviamente que, com os seus programas de autocontrole, cada dia aperfeiçoar mais a qualidade dos seus produtos.

E, por último, algo singelo, que está aí no projeto. Nesta semana, Presidente, eu recebi mais um vídeo – nesse caso, foi de um pequeno caminhão isotérmico apreendido em Minas – de queijos sendo jogados no aterro sanitário. No mês passado, foram dois caminhões, cinco toneladas. Produto de boa qualidade. O fiscal estava errado? Não. O fiscal estava certo. Eu não posso culpar os fiscais do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária). O produtor estava errado? Não, ele fez o melhor que ele pôde. São queijos que ele vende há décadas e décadas de excelente qualidade, ora no Mercado Central de BH, ora na Ceasa de São Paulo, em vários lugares. O que ocorre com isso? A nossa legislação diz que o serviço de inspeção municipal só autoriza aquele pequeno produtor de queijo vender lá na cidade dele. Com isso, ele fica tão desmotivado que nem o serviço de inspeção na cidade existe, na maioria das vezes, porque, para vender só lá, ele vai vender queijo para quem fabrica queijo, nas pequenas cidades lá da Serra da Canastra. Quando vem aquele comprador, reúne o queijo e o leva, mesmo ele tirando nota fiscal – esses produtos foram apreendidos com nota fiscal –, ele não tem um registro na inspeção federal e nunca vai ter, a verdade é que nunca vai ter, e, mesmo no Instituto Mineiro Agropecuário, ele teria enormes dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós criamos... Tem um artigo aqui que possibilita, de forma mais objetiva e simplificada, aquilo que já se propôs várias vezes, mas que até hoje não funcionou: que o serviço de inspeção municipal esteja numa plataforma nacional, e, automaticamente, esse pequeno produtor de queijo possa vender o seu produto em todo o território nacional, desde que obviamente registrado no serviço de inspeção.

Aí vem a vantagem daquele credenciamento, porque as prefeituras também não têm dinheiro nem capacidade de contratar vários médicos veterinários ou agrônomos. Para fazer a responsabilidade técnica – não para fiscalizar, mas para fazer a responsabilidade técnica – e para orientar esse pequeno produtor para que o laticínio dele atenda às normas de higiene, a prefeitura poderá credenciar um médico veterinário. Aí eu me dirijo ao Josélio porque é algo que também legitima uma atividade da nossa profissão e que já é uma realidade. Os nossos colegas veterinários são credenciados no Ministério da Agricultura para uma série de outras coisas, para, inclusive, acompanhamento de zoonoses, de doenças que são impactantes. Por que ele não pode ser credenciado para fazer o RT de um pequeno laticínio e entregar os documentos lá na prefeitura?

Tudo isso está aprimorado nesse projeto, sem prejuízo da fiscalização, sem prejuízo do poder de polícia do ministério. É bom desmistificar isso, porque não há nenhum prejuízo da fiscalização, apenas você coloca a fiscalização como prioridade do ministério e dá mais autonomia.

Agora já está mudando, mas até há pouco tempo, qualquer rótulo, um rotulozinho de um potinho de mel, tinha que mandar para o Ministério da Agricultura, ficar lá, ainda há alguns que têm que ir para lá. Para que isso? Há a norma que diz como é que se faz o rótulo, então, a empresa que faça o rótulo de acordo com a norma. Se ela não fizer de acordo com a norma, o produto é apreendido.

Então, aqui também libera essa burocracia em que, hoje, você tem dezenas de profissionais lá ocupados com burocracia ao invés de cuidar propriamente da defesa sanitária e do exercício da fiscalização, que esse, sim, eu continuo defendendo, como defende o Janus, esse é indelegável. Esse é poder específico do poder público.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio, pela sua colaboração ao nosso debate.

Eu passo a palavra, agora, ao Janus Pablo para fazer as suas colocações.

Mais uma vez, Janus, agradecendo a sua presença junto conosco.

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentar os Senadores aqui presentes, na pessoa do Relator, Senador Luis Carlos Heinze, cumprimentar o Senador Paulo Rocha e agradecer a S. Exa., ao Senador Jean Paul Prates, à Senadora Zenaide e, também, ao Senador Fabiano Contarato, por assinarem, apresentarem requerimentos, primeiro, para que nós tivéssemos essa oportunidade de expor aqui alguns pontos críticos desse projeto e, segundo, para que se amplie o debate, para que esse projeto passe por outras Comissões. E aqui eu cito algumas delas, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Constituição e Justiça, porque o nível de complexidade desse projeto é grandioso, pessoal, e nós não somos contrários à modernização do setor, muito pelo contrário, somos favoráveis, desde que seja garantida a segurança alimentar da sociedade brasileira, a qualidade dos produtos produzidos pelo nosso país, porque nós, pessoal, somos os últimos guardiões do consumidor brasileiro. Se, abruptamente, nós formos retirados de uma planta frigorífica, por exemplo, isso deixa o consumidor muito indefeso. No mínimo, nós precisaríamos de uma década de transição para chegar a esse modelo – no mínimo, no mínimo para a transição.

Nós, desde o início do debate na Câmara dos Deputados, fomos propositivos e conversamos várias vezes com o Deputado Domingos Sávio. Eu acho que foram em torno de seis audiências, com o Deputado muito receptivo, sempre discutiu em alto nível conosco, os auditores fiscais federais agropecuários.

Apresentamos ao todo 22 emendas, 15 na Comissão de Agricultura, na Capadr da Câmara, e sete diretamente ao Deputado, apenas três foram absorvidas ou autorizadas. Uma delas, a que compreende VigiFronteiras, que regulamenta uma atuação muito estratégica do Ministério da Agricultura, da nossa carreira, atuando com outras carreiras, com outras organizações, atuando em âmbito de inteligência e garantindo a segurança nacional de nosso país, não só alimentar, mas a segurança nacional, porque no momento em que a gente impede a entrada de agrotóxicos contrabandeados, que nós impedimos a entrada de produtos irregulares, clandestinos em nosso país, nós estamos protegendo também a economia e a sociedade brasileira. Por isso que eu falo, a nossa carreira vai além da segurança alimentar, ela atua em âmbito de segurança nacional, protegendo o nosso país.

Entendemos também a participação do setor produtivo, essencial na cadeia. Nós sabemos da importância da atuação do setor, porque nós trabalhamos diretamente com eles, mas nós temos que entender também que neste projeto não há limites para a atuação – limites definidos –, para a atuação do setor produtivo ou destes agentes na fiscalização agropecuária. E é aqui que nós vamos mostrar os pontos em que nós queremos que essa limitação seja bem clara e bem definida, que a atuação do auditor fiscal federal agropecuário seja garantida não só nas atividades de polícia administrativa, que são autuar, interditar, apreender, cassar, mas em todas as outras atribuições inerentes à carreira de auditor fiscal federal agropecuário.

Podemos começar? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos começar com a definição de autocontrole.

Autocontrole nós já fazemos em várias áreas do Ministério da Agricultura, em que pese este projeto não versar só sobre o autocontrole. Ele trata de muito mais. E aqui eu vou citar o Secretário, o próprio colega Auditor Fiscal Federal Agropecuário José Guilherme, Secretário de Defesa Agropecuária, que citou aqui, além do autocontrole, ele cita procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária.

Então, não é só autocontrole. Ele foi rotulado assim. Ele vai muito mais além. E isso tem que ficar claro não só aqui para este Plenário, mas para a toda a população brasileira. E há uma diferença muito grande entre autocontrole e autofiscalização. Autocontrole: imaginem uma dupla, conduzindo, numa BR, a 80km/h. Tem uma placa lá de limitação e você, por uma desatenção, chegou a 90. O que é o autocontrole? O colega ao lado avisa: "Olha, está em 90" e o condutor aciona o freio, desacelera, aciona o freio e volta a 80km/h. Isso é autocontrole. O que é autofiscalização? Autofiscalização é você exceder os 80km/h, a 90, e você ter que parar o carro e se autoautuar. Como é que a gente vai fazer isso, pessoal?

Nós temos que ter as garantias neste projeto. Nós entendemos que este projeto é um guarda-chuva, que dele partirão outras regulamentações, instruções normativas, portarias, mas que não está claro, neste momento, como será feito esse processo. Deveriam constar aqui todas as limitações e a garantia da execução da fiscalização e auditoria agropecuária.

Vamos nos ater basicamente a isso aqui. O Secretário já expôs muito bem o projeto.

Vou me ater aqui a um dos pontos mais críticos, o de polícia administrativa, que se divide em quatro fases. A inicial, a ordem de polícia, onde começa o registro dos produtos e estabelecimentos, e aí nós temos, no PL, comandos abertos, sem limitações, que remetem detalhamentos aos regulamentos. No art. 15, diz que a regularização por notificação – que foi tratada aqui pelo Secretário – se fará. Então, o estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade. Perfeito. Só que ele não diz a gravidade da ação. Está aberto aqui para ação de natureza leve, moderada, grave, gravíssima. Ele remete a regulamento, mas o regulamento não está aqui posto.

A nossa proposição, a nossa sugestão foi a de que isso já estivesse no projeto e que ficassem exclusivamente as notificações de natureza leve, em que a empresa tivesse autonomia e independência para se regularizar.

Em um segundo momento, o de polícia administrativa, o consentimento de polícia ou a aquiescência da administração. No art. 19, a concessão de registro de produtos que possuam parâmetros ou padrões normatizados será automática. Pessoal, isso é um risco! Percebam: a gente está falando aqui de antimicrobianos, nós estamos falando aqui de hormônios, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando aqui de pesticidas que deixam resíduos nas carnes que nós consumimos. Isso não está claro aqui, pessoal!

Nós temos que entender também que o art. 20 também linca com o art. 19. Vejam bem: o Ministério da Agricultura poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação desses registros de produtos por meio de credenciamento simples, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisas públicas ou privadas. Pessoal, isso aqui é uma porta aberta para a terceirização das nossas atividades, em que só se garantem as atividades de polícia administrativa. Vejam que, além disso, a gente faz muito mais: nós elaboramos normas, nós analisamos amostras fiscais que vão para os nossos laboratórios... E onde é que estão compreendidas quais são as atividades de polícia administrativa? No frigorífico, o que é atividade de polícia administrativa? É o *ante* e *post mortem*? É a certificação? Isso não está claro! A gente tem que garantir, pessoal, e deixar muito claro para a sociedade brasileira a limitação deste projeto. Isso aqui é, no mínimo, um avanço às competências das áreas das carreiras que compõem o Ministério da Agricultura, para não falar em usurpação de atribuições. É no mínimo um avanço às competências.

Terceiro ponto: fiscalização de polícia, verificação da observância das regras. Isso é fiscalização e auditoria propriamente dita. Pelo art. 5º, o Ministério da Agricultura e demais órgãos públicos integrantes do Suasa poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas para a prestação de serviços técnicos ou operacionais relacionados às atividades de defesa agropecuária. No seu §1º, o credenciamento e a habilitação de que trata o *caput* desse artigo têm o objetivo de assegurar que os serviços técnicos e operacionais prestados estejam em consonância com o Suasa, não permitido aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades próprias da fiscalização agropecuária que exijam o exercício específico de poder de polícia administrativa. Mais uma vez, isso aqui vai abrir as portas, pessoal, para as empresas contratarem e terceirizarem os nossos serviços, fazendo com que agentes privados atuem como agentes públicos, no lugar do auditor fiscal federal agropecuário. Isto, mais uma vez, tem que ficar claro: é uma porta aberta, que escancara toda a legislação que resguarda as nossas atribuições e as nossas ações.

Sanção de polícia, a imposição de medidas punitivas. Art. 28... Aí, mais uma vez, o porquê deste PL não tratar só do autocontrole. Ele trata também até de uma comissão de terceira instância, de que vamos falar aqui.

Olhem os valores das multas. Elas variam de R$100, para pessoa física, até R$150 mil, mas R$150 mil para uma multinacional, que exporta e bate recordes a cada ano, é nada, pessoal! São US$26 mil, US$27 mil. Isso é muito pouco. E isso aí é o teto da multa, pessoal, que pode ser ampliado em mais até 10%. A gente tem que ter cuidado. A nossa proposição era de no mínimo o dobro disso daqui. A gente não quer também que o Estado seja um agente punitivo, que cerceie a atividade produtiva. De jeito nenhum! Nós queremos, sim, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego, que o agronegócio cresça, que bata recorde a cada ano, mas isto daqui: R$150 mil para uma pequena empresa é muito, mas para uma grande empresa é nada, é muito pouco.

O art. 38: a interposição tempestiva de recurso terá efeito suspensivo. Está criada a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária, terceira instância, com cinco membros titulares: dois do Ministério da Agricultura, um membro titular e um suplente do Ministério da Justiça, um membro titular e um suplente da Confederação Nacional da Indústria e um membro titular e um suplente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Vejam bem: precisamos qualificar esse quadro. Aqui não diz quem serão os integrantes dentro do Ministério da Agricultura. Hoje, nós temos uma gestão com bons colegas, colegas preparados, capacitados na autogestão no Mapa, mas, amanhã, não podemos ter. E quem será indicado pelo Ministério da Agricultura para analisar essas multas, que já são baixas, numa terceira instância? De quem será a indicação? O próprio setor produtivo pode indicar. Aí você terá quatro contra um, numa votação em terceira instância. Então, há que ficar claro que seja um quadro qualificado, que componham membros da carreira do Ministério da Agricultura, pelo menos, para atender.

Um outro item importante aqui: a penalidade de suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro ou de cadastro pode ser convertida em multa, ou seja, você pode cassar o registro de uma empresa que esteja fraudando, cometendo ações gravíssimas, mas, na terceira instância, isso pode ser convertido em multa. E isso vai para o regulamento. O Secretário pode até se defender aqui, mas isso não está claro aqui na lei. Isso deveria já constar aqui na lei, diretamente explícito para a população, para nós, para que nós tenhamos segurança jurídica, para que a ação do fiscal original, a primeira, não seja colocada ao lado, numa terceira instância desequilibrada de forças, com uma correlação de forças totalmente desproporcional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO – A gente tem que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO – A especificação. Só a qualificação. Então, há que se melhorar essa qualificação. Se nós tivermos dois de carreira do Ministério da Agricultura e do Ministério da Justiça, como um equilíbrio na balança, daria certo.

Por último, somos pela ampliação do debate do PL 1.293, de 2021. Nós solicitamos que ele seja apreciado em outras Comissões do Senado, esta Casa tão democrática, e que ele não seja conclusivo nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós queremos que os órgãos de defesa do consumidor participem deste debate – a sociedade organizada –, porque isso impactará diretamente na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei da maior boa vontade dos integrantes, dos colegas do Ministério da Agricultura, mas é nesta gestão. Na próxima, a gente não sabe. E nós temos que garantir a segurança alimentar da população brasileira, a qualidade dos alimentos, para que a sociedade não esteja indefesa diante desse cenário.

E aqui eu me coloco na posição, Presidente Acir Gurgacz... Nós realizamos uma assembleia ontem, com a participação de aproximadamente mil auditores fiscais federais agropecuários que foram, em maioria absoluta – permita-me a redundância –, contrários a este projeto. Então, eu, Janus Pablo, representando o Anffa Sindical, me coloco contrário à apreciação do projeto do jeito que ele está aí tramitando na Câmara. Tentamos de todas as formas melhorá-lo. Não foi possível. Inclusive, apresentamos 11 emendas aqui no Senado. Solicitamos aqui que o senhor permita que ele vá para outras Comissões.

Encerrando aqui a nossa fala, dizemos que nós só queremos uma carreira bem estruturada e com número adequado de auditores fiscais federais agropecuários que possam atender com excelência todas as demandas do agronegócio. Nós não queremos ser gargalo de jeito nenhum. Queremos, sim, ser a mola propulsora para um agronegócio pujante, que, como hoje, só traz resultados positivos para a nossa balança comercial e para o PIB brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Janus Pablo.

Pede a palavra, pela ordem, a Senadora Zenaide Maia. Senadora Zenaide, V. Exa. tem a palavra. Na sequência, o Senador Jean Paul Prates.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, infelizmente, a internet aqui não me deixou ouvir todos os palestrantes, mas eu concordo plenamente que este é um projeto de lei em que a sociedade tem que ser ouvida.

Eu não entendo por que tirar essa vigilância sanitária. E a segurança alimentar, gente?! A gente sabe que, se depender do Presidente que está aí, deste Governo, nós não teremos a segurança alimentar, não só para aqueles mais de 30 milhões que estão com fome. O povo brasileiro tem que saber...

Por essa última palestra, eu quero parabenizar o palestrante, eu ouvi tudo. Ter o autocontrole, a concessão de registro automático... É uma lei que retira... Gente, eu fui Secretária de Saúde e sei como funciona, como é importante a vigilância sanitária. Como médica de formação, considero que essa concessão de registro automático é um absurdo, porque, como ele disse, a gente está lidando com agrotóxicos, com bactérias, com fungos... E a fiscalização tem que ser do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é ser contra o agronegócio, até porque o agronegócio não tem do que reclamar. Nós somos um dos maiores produtores de proteína animal e de alimentos do mundo, e, mesmo assim, por falta de uma lei de segurança alimentar, esses produtos podem ser exportados com desabastecimento do mercado interno, levando os brasileiros a não poderem comprar comida com os preços que estão aí. Não é por aí, não é ser contra, mas que haja o mínimo de segurança alimentar! Não é possível isso, gente!

Nós estamos – eu queria dizer aqui ao Ministério da Agricultura – com dois projetos de lei de que a população tem que tomar conhecimento.

Um é a retirada do Estado brasileiro da fiscalização desses produtos de proteína animal... Ele falou do autocontrole, ele mostrou e deu um exemplo, mas e a autuação? Eles mesmos vão se autuar? Os art. 28 e 38 mostram que é uma coisa muito mais ampla e que a população brasileira... É por isso que eu sou a favor: vamos discutir mais, em novas Comissões, como a do Direito do Consumidor, porque, com certeza, o consumidor quer garantia de que está – aqueles que ainda podem comprar – comprando um produto que seja fiscalizado.

E outra coisa: se está atrasando essa fiscalização, vamos aumentar o número de veterinários. O que está faltando é pessoal! É uma coisa que eu estranho: dizem que não precisam do Estado, mas, na hora... Quando se tem Estado mínimo, ao mesmo tempo, se quer criar um projeto de lei para suprir o Estado mínimo, que é tão defendido, tirando a autonomia administrativa e financeira, inclusive aqui da segurança alimentar, do Estado brasileiro, por falta, porque se diz que demora quando vai pedir uma concessão.

Isso é defender a vida, gente! O povo brasileiro tem que saber que não são os próprios frigoríficos ou os grandes produtores de proteína animal que vão conceder um registro automático, que entra uma lei em que eles mesmo julgam eles próprios...

E há a mesma coisa, já chamando a atenção do povo brasileiro de que, apesar de, há menos de quatro anos, terem sido autorizados 1.860 novos agrotóxicos, há outro projeto que está aqui para retirar a Anvisa, retirar o Meio Ambiente e deixar o Ministério da Agricultura liberando ou não o agrotóxico, tirando os cientistas que fazem o estudo do dano à vida, tirando o Meio Ambiente, que mostra o dano ao meio ambiente...

Eles estão muito correlacionados. Esses dois projetos que estão aqui a gente tem que discutir ao máximo, dando visibilidade ao povo brasileiro do risco que estão correndo aqueles que ainda podem comprar carne: há o risco de comprar uma carne que não está devidamente fiscalizada.

Concordo com quem pediu esta audiência pública. Vamos voltar para a de Defesa do Consumidor, vamos para a de Constituição e Justiça. Isso não é um projeto... Não há urgência, não está prejudicando o agronegócio, porque o agronegócio está muito bem, obrigado, com a venda dos produtos em dólar. Então, não é nada contra o agronegócio, aqui é a defesa da vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de quem vai comprar produto – quem ainda pode comprar, porque tem mais de 30 milhões com fome. Já é pouca gente a que chegam esses produtos animais, mas a gente tem que ter a garantia de que, quando se puder comprar, esteve aí uma instituição que é a vigilância sanitária deste país, que é respeitada no mundo todo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, pela sua participação. Meus cumprimentos pela sua abordagem.

Passo a palavra, agora, ao Senador Jean Paul Prates, um dos autores do requerimento para esta audiência pública. V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela sua condução, quero parabenizar o autor do projeto, dar boas-vindas ao Deputado Domingos Sávio, nosso colega na Câmara, agradecer aos quatro participantes desta audiência pública – eu sempre faço questão de dizer isto, porque estão nos ajudando a fazer o nosso trabalho, que é o trabalho legislativo –, aos demais Senadores, meu Líder Paulo Rocha, que vejo aqui, o Senador Esperidião Amin, meu grande mestre, e dizer o seguinte: na verdade, está comprovada aqui a razão, primeiramente, de a gente ter feito esta audiência pública, de ter solicitado, ter insistido tanto, apesar de ter havido, Domingos, várias audiências também no âmbito da Câmara Federal, e, como o próprio palestrante inicial, o Janus Pablo, colocou, várias emendas foram apresentadas, enfim.

Agora, nós, na verdade, estamos desvendando... Qual é o princípio disto aqui? É desvendar as entrelinhas, as consequências, simular cenários de uma lei, uma lei que não faz pouca coisa, porque, se, de um lado, se alega que o poder público continuará mantendo os mesmos poderes, de fato, poderes teóricos, e, no final, aplicar multas – isto não se pode tirar do Estado –, o próprio representante dos auditores acaba de dizer que, sim, o projeto invade as carreiras da fiscalização. Chegou a falar em usurpar algumas das atividades. Reduz multas, revoga... Isso não está no debate, necessariamente, aqui, mas revoga 11 dispositivos, leis integralmente, que estabelecem penalidades e sanções. Então, desde produtos de origem animal até vinho, comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, inseminação artificial em animais domésticos, alimentação animal, aviação agrícola, enfim, uma série de leis que estão aqui e que eu posso, depois, resumir e mandar para a ata, colocando aqui todos os decretos-leis e leis que são revogados e que são substituídos por novas penalidades, e, pelo visto, pelo exemplo que foi dado, penalidades bem mais leves.

Agora, o argumento, a questão da argumentação, o que se está fazendo aqui, para quem está assistindo, é, basicamente, substituir o Estado na questão da instrução dos processos, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suporte técnico, fático, que vai levar à autuação, não à autuação em si, mas a fiscalização, sim, é parcialmente terceirizada, e a questão do autocontrole nada mais é do que exatamente contratar pessoas, agentes terceirizados para dar todo o suporte técnico, fático, produção de provas, instrução de processos que levariam à autuação.

Ora, o que eu quero argumentar aqui, na esteira do que a Senadora Zenaide disse, em primeiro lugar, é lamentar, mais uma vez, que nós estejamos diante de um exemplo claro do Estado mínimo autoimposto. Nós mesmos, muitas vezes, passamos projetos diminuindo a capacidade dos estados de levarem adiante suas próprias funções, e agora estamos todos sendo obrigados, diante da necessária capilarização e do alegado crescimento do setor, porque o Estado não consegue acompanhar devidamente porque, evidentemente, ele tem sido diminuído a cada dia ao mesmo tempo em que as atividades e o país crescem. Então, naturalmente, isso vai desde uma discussão de teto de gastos até uma discussão como essa agora do ICMS do combustível, onde vai se tirar justamente dinheiro dos Estados e Municípios, impondo o tal estado mínimo por sufocamento ou por inanição. Então a gente vai matando a capacidade do estado de fazer as coisas e depois reclama que ele não consegue fazer a sua função, para não falar das escolas, dos hospitais, enfim, de quem reclama disso e, ao mesmo tempo, preconiza que o estado não tenha dinheiro.

A outra coisa, que é o principal aqui, Senador Amin, além da fiscalização em si, é que não é só a fiscalização que está em jogo. O que está em jogo aqui é o conflito de interesses de quem executa aquilo ali. Quem vai ser contratado pelos municípios? Há todo um sistema local ali, onde o Prefeito volta e meia é suportado por um setor economicamente mais forte da região e contrata um terceirizado que também faz parte de certa comunidade ali. E será que terá o interesse de fato em dar o suporte técnico fático e produzir provas com toda a isenção? E será que ele terá condições de trabalho? Eu não vejo isso no projeto.

Se você contrata um veterinário, um agrônomo, um sanitarista ou o que for necessário lá em vez do auditor federal, ele terá condições... Quem dará essa condição? Quem dará o carro para o sujeito, o instrumento de trabalho dele? E, no final, há o tal conflito de interesse mesmo, quer dizer, ele terá interesse e empenho em ir contra o pessoal da vizinhança, o cara de cujo churrasco ele vai no final de semana, o sujeito com quem ele compartilha e provavelmente é até parente dele? Num setor expandido como esse, você tem áreas de concentração, lugares onde você tem a comunidade principal, a sede de toda aquela região agropecuária, que funciona sempre como uma comunidade onde todo mundo praticamente se conhece. Como é que vai ser isso, a dinâmica do dia a dia? Foi por isso que fiz a intervenção agora, Senador Acir, porque isso pode não ser confirmado pelos próprios apresentadores e palestrantes de hoje: "Olha, Jean, não é isso não, vai ser feito de outra forma, o recurso vai ser assegurado aqui, o cara vai ter um carro, vai ter uma medição, vai ter o equipamento de que ele precisa" – sei lá quais são –, "ele vai conseguir fazer a função no lugar do agente estatal.". Mas, se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem para o estado, quem é que vai prover esse recurso? É o próprio regulado? O regulado vai pagar o carro do fiscal? Então, assim, toda essa confusão é que a gente quer esclarecer aqui.

Por fim, quero dizer que, de fato, esse é um projeto que mexe muito com saúde pública, com a parte de meio ambiente, com a parte de constitucionalidade – afeta essa questão das carreiras federais – e, principalmente, com a fiscalização, e nós temos uma comissão que trata só disso. Salta aos olhos a necessidade de, pelo menos, passar por uma ou duas dessas quatro comissões que eu mencionei, a CAS, a CMA, a CCJ e a Comissão de Fiscalização. Todas, aliás, já têm pedidos de vários colegas Senadores para que tramite por lá. Que escolhamos aí pelo menos mais uma ou mais duas que tenham a ver principalmente com essas dúvidas acerca da fiscalização, de como vai se dar, se aquilo é real. Podemos até estar quebrando um paradigma e evoluindo na estruturação do Estado brasileiro, sem problema nenhum, apenas queremos ter certeza de que isso vai funcionar para não ter depois que corrigir isso lá na frente com custos – determinados fatos podem até levar a ceifar vidas humanas ou prejudicar... (*Falha no áudio.*)

...a de Meio Ambiente também, além da de Fiscalização.

Era principalmente o que eu queria dizer neste início, até para dar oportunidade ao longo da audiência para que a gente continue ouvindo e já meio que respondendo a essas apreensões nossas.

Obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates. Eu procuro conduzir as nossas audiências públicas como um debate verdadeiro. Então, a qualquer instante que V. Exa. achar interessante intervir, por gentileza, o faça. O debate é importante para a gente avançar nos temas que aqui são debatidos e discutidos. Agradeço a intervenção de V. Exa.

O Dr. José Guilherme pede a palavra para fazer o contraponto, e é isso que é importante nas audiências públicas, exatamente esse debate. Então, passo a palavra ao Dr. José Guilherme para fazer suas colocações.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria reforçar aqui, Senador Jean Paul, Senadora Zenaide, não sei se não fui claro no início da minha apresentação. Não existe autofiscalização nesse projeto, não existe autoinspeção. Nós não estamos falando disso nesse projeto; estamos falando no projeto do autocontrole, que aumenta a responsabilidade do setor privado em garantir os seus procedimentos de controle e a auditoria do ministério continua fazendo o trabalho de fiscalização, só que vai fazer de uma forma com base em risco e com mais informação. É importante, até porque o Pablo, de certa forma, na apresentação dele, colocou isso, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do poder de polícia está resguardado e coloca alguns riscos que eu acho... Você colocou, Pablo, que a questão apenas do art. 20, quando a gente está falando de apoio técnico para análise de processo de registro, e que a concessão de registro continua com o auditor, o que existe em outros países que trabalham com comissões de especialistas, com uma série de pontos. E nós inclusive trabalhamos com especialistas da Embrapa no registro de agrotóxicos há mais de cinco anos, e isso não denigre a função do auditor, que dá o parecer final após uma avaliação.

Então, colocar algumas dúvidas porque a gente não sabe como é que vai ser regulamentado, a lei não pode ser de 300, 400 mil artigos. Nenhuma lei é assim. Ela dá os princípios e o regulamento vai trazer o detalhamento. Nós estamos acostumados a trabalhar com isso no ministério, acostumados a trabalhar com isso na defesa agropecuária. A partir da lei, os regulamentos e as portarias, que são feitas por nós dentro de um processo de boas práticas, com consultas públicas. Então, eu queria colocar alguns pontos.

Registro automático. Nós estamos falando de registro automático para o que for parametrizado. Você tem lá na norma que a ureia tem que ter 45% de nitrogênio. Por que eu preciso de um auditor falando que ele colocou que a ureia tem 45% de nitrogênio. Isso não pode ser automático? E já é. O registro de produtos de origem animal, desde 2008, é automático. Está havendo algum prejuízo ao consumidor? O registro de fertilizantes já é automático. O registro de bebidas, que tem parâmetro definido, é automático. Nós estamos falando do que tem parâmetro definido. E não está prevista, Senadora Zenaide e também aqui para o Pablo, a parte dos registros de agrotóxicos e defensivos não está, tem um artigo que ressalva, porque isso tem que ter hoje uma avaliação, na legislação, da Anvisa, Ibama e ministério. Então, não tem registro automático de agrotóxicos. É esse o ponto.

A comissão de recurso foi uma recomendação, não era uma imposição do TCU. E eu, particularmente, não tenho nenhum receio da comissão de recursos de terceira instância com outros entes porque os processos do Ministério da Agricultura são bem instruídos. Eles são bem instruídos e nós temos uma isenção já e está mantida a segunda instância de avaliação. O que se está colocando é apenas uma instância a mais.

Quanto ao valor de multa, a maioria, e já explicando, Senador Jean Paul, a revogação é porque nós estamos unificando o processo administrativo, o processo de infração, o processo da medida cautelar. Recomendação do TCU. Então, ao unificar, nós teríamos que revogar as antigas. Boa parte das legislações específicas estão tendo os valores majorados. Boa parte. Se quiser, depois a gente pode detalhar quais. Alguns estão sendo reduzidos. Por exemplo, na semente está sendo reduzido. A gente até acha que a legislação de semente é desproporcional, ela aplica valores muito altos.

Mas boa parte. Produtos de origem animal hoje R$15 mil, está indo para R$150 mil. Agrotóxico, eu acho que é R$12 ou R$15 mil, está indo para R$150 mil. Então, a maioria deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão sendo corrigidos, majorados e com uma previsão de o Ministério poder corrigir anualmente para não deixar os valores de multa ficarem defasados.

Então, não está se, vamos dizer, reduzindo valor de multa nesse projeto. Como eu falei, algumas legislações sim, mas a maioria delas está tendo os valores aumentados e é uma recomendação de padronização dentro da defesa agropecuária do processo administrativo das infrações e das medidas cautelares.

E eu reforço aqui, gente, não tem nesse PL nenhuma alteração na questão da inspeção *post mortem*. O pessoal fala: ah, mas esse PL vai fechar a exportação. O autocontrole já é feito na inspeção de produtos de origem animal. Nós já temos reconhecimento de equivalência na maioria dos países. Inclusive agora estamos tendo auditoria de um país, isso é frequente no Ministério da Agricultura. Nós recebemos auditoria para manutenção, para habilitação de novas plantas.

Então, não tem prejuízo. Desculpe, é uma distorção da interpretação, que não pode ser aceita aqui. Vamos discutir em termos de que: ah, tem críticas. Então, vamos discutir corretamente em cima do que está escrito. E não fazer ilações de algumas coisas e começar a criar fantasmas onde não existe.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. José Guilherme.

Registro a presença da nossa Deputada Federal, sempre Ministra, Tereza Cristina. Obrigado pela presença conosco. Se em algum momento desejar usar a palavra, por gentileza, é só nos avisar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Acir, ela é a mãe dessa criança.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Senador Paulo Rocha, o Senador Jean Paul Prates pede aqui a palavra para fazer o debate e eu entendo que é importante esse debate dessa forma.

Então, Senador Jean Paul Prates com a palavra para fazer as suas colocações.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Apenas para ponderar aqui...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, é só porque eu estou preocupado com os dois ali do lado. Acabamos provocando o debate com a intervenção dos dois, e aí os dois ali estão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós teremos o dia todo para fazer o debate. Não tem problema, Senador. Eu já consultei...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso que eu pedi para entrar logo nesse debate porque esquentou, então...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas é importante. O debate faz engrandecer a nossa audiência pública.

Senador Jean Paul, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Presidente, é muito rapidamente para pedir ao José Guilherme aí que me ajude a entender, e as pessoas que estão em casa, qual é a diferença afinal da atividade em si que esta pessoa terceirizada pelo projeto de lei, que será contratada pelo município e etc., fará; qual é a atividade. Porque o que me parece, veja... E eu não estou fazendo aqui ilação nenhuma. Nós somos Senadores responsáveis. A gente lê e analisa e está aqui seriamente, meu amigo. Nós não estamos fazendo ilação. Então, eu queria que você... Porque um dos nossos papéis, aqui, além de contestar e perguntar a vocês, a quem agradeço, mais uma vez, a presença, por nos ajudar a fazer o trabalho, é também esclarecer as pessoas. A opinião pública está nos ouvindo, e eles não são especialistas em agronegócio, em agropecuária, em defesa animal, sanitária, vegetal ou o que for.

Então, o que a gente está tentando entender é que existe uma cadeia de decisões em relação a qualquer evento ilegal, à negligência na produção de produtos agrícolas ou pecuários, seja para exportação, seja para consumo interno, que é o que nos preocupa sobremaneira, porque até a exportação tem uma forma de dupla checagem, lá no lugar de destino e, inclusive, ela, às vezes, é mais efetiva para fazer cumprir a lei no Brasil do que a nossa própria fiscalização, infelizmente.

Fato é que nós temos aí alguns eventos que têm uma cadeia: tem o primeiro cara que chega lá ao frigorífico, que está lá no laticínio, que o nosso outro sindicato de auditores colocou aí, que está lá no dia a dia da atividade; aí esse sujeito vai instruir, pelo que eu entendi – não é ilação, senão ele não teria razão de existir; ele tem um papel, o papel inicial de observação, o suporte técnico, fático, a produção de provas de alguma forma –, o processo; até que chega o momento para a fiscalização autuar alguma ação ou omissão. É isso que eu entendo.

E essa pessoa, independentemente de qualquer coisa, da atividade – eu quero entender exatamente qual a atividade desse terceirizado –, terá condições garantidas por quem para trabalhar? Essa é a segunda pergunta, que eu deixei aqui no ar.

E a terceira pergunta é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira: quem é essa pessoa e o que ela faz? Segunda: ela terá condições de trabalhar dadas por quem? E a terceira pergunta: como se pune ou coíbe o conflito de interesses, a chamada, para ser mais claro, vista grossa? Se o cara faz vista grossa em alguma coisa e não instrui direito algum processo, não conduz alguma informação como deveria, o que acontece com ele? Quem o pune? Ele tem capacidade de ser punido, de indenizar, de cumprir a sua penalidade?

Era basicamente isso, José Guilherme. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Senador Paulo Rocha, eu tenho que passar a palavra de novo para o Dr. José Guilherme, porque é um contraponto, e a pergunta foi direta do Senador Jean Paul Prates para o Dr. José Guilherme.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Só que, com todo respeito ao José, porque a gente respeita os nossos profissionais dos órgãos públicos, realmente não dá para simplificar o debate ou rebaixar o debate acusando ou falando ilações, etc., o que não é correto no debate. É a mesma coisa quando nos acusam aqui, quando nos contrapomos, dizendo que é posição ideológica, que é coisa de radical. Aí não dá, não é?

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL (Para expor.) – Senador Paulo Rocha, Senador Jean Paul, eu peço desculpas. Eu não estava me referindo aos Senadores. Eu estou falando de quem conhece a matéria e a está distorcendo, tá? Não estava me referindo aos Senadores.

Senador Jean Paul, é importantíssima sua pergunta. Não tem substituição do papel do agente. O que nós estamos falando é o seguinte: sobre o autocontrole, as empresas vão aprimorar os seus sistemas de controle de qualidade. Então, é um contratado da empresa, pode ser terceirizado da empresa ou a própria empresa, que vai fazer o seu sistema de controle de qualidade, fazer as garantias e verificar se eles estão cumprindo a legislação. Isso é uma coisa.

Não tem terceirização de agente público, aqui, para as atividades de fiscalização. Então, não tem ninguém que vai preparar, por exemplo, um termo de fiscalização para, depois, a auditoria do ministério dar sequência. Não! Todas as ações que são executadas, que são exclusivas do poder de polícia vão continuar sendo feitas pelas carreiras de auditoria do Ministério da Agricultura.

O que pode estar criando uma confusão é o art. 5º, Senador, que fala que nós podemos credenciar tanto empresas como profissionais para atividades técnicas de apoio. O que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando nisso aí? Por exemplo, hoje, já existem agrônomos credenciados, nos órgãos estaduais de defesa, para fazer a verificação de se determinado campo tem ou não praga e emite – ele é credenciado e autorizado – um certificado fitossanitário de origem. Existem médicos veterinários que são habilitados a emitir a Guia de Trânsito Animal. Existem médicos veterinários que são habilitados a fazer os exames de brucelose e tuberculose. Aqui, sim, a gente está querendo ter a possibilidade de ampliar o que não invada, o que não venha na competência do poder de polícia. Aí pode ser que a gente tenha alguma discordância do sindicato, que entende que mesmo atividades que são técnicas, mas que não exigem necessariamente poder de polícia, têm que ficar exclusivamente com auditores. Nós entendemos que a gente pode ampliar essa parceria.

Então, eu queria deixar isso bem... Não sei se eu consegui agora esclarecer que o PL não tem terceirização de fiscalização de auditoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) – Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Deputado Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Para expor.) – Eu queria só complementar, porque eu acho que, como foi dito pelo Senador, é importante que a gente ajude trazendo algumas informações porque não há dúvidas de que aqui todos, indiferentemente de partido – e essa questão ideológica é algo que tem que ser muito respeitada –, querem o melhor para o serviço de inspeção para a saúde pública, porque nós estamos falando de saúde pública, e, obviamente também para a nossa economia.

O que eu complemento? Apenas complemento – está lá no art. 5º, que trata disso; é lá que se trata isso:

> O Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e demais órgãos públicos integrantes [também pega os estados e as prefeituras] do sistema integrado Suasa poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas a prestar serviço técnico ou operacional relacionado à atividade de defesa agropecuária.
> § 1º [É importante.] O credenciamento e a habilitação de que trata o *caput* deste artigo tem o objetivo de assegurar que os serviços técnicos e operacionais prestados estejam em consonância com o Suasa [que é o sistema], não permitindo aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades próprias de fiscalização agropecuária que exijam o exercício específico do poder de polícia administrativa.

Vou dar um exemplo lá na ponta – e isso serve para o ministério; e foi citado aqui, inclusive, que já é uma realidade hoje: eu, quando comecei a minha atividade agropecuária, me credenciei no Ministério da Agricultura. Para poder emitir um atestado de exame de anemia infecciosa equina – e eu trabalhava muito com essa área –, eu tinha que ser credenciado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Agricultura. Então, isso aí existe. E você assina como o responsável técnico. Se você cometer alguma irregularidade, você não só é descredenciado do ministério, não perde só o credenciamento, mas também perde uma série de clientes. Você perde a sua capacidade profissional. É como um engenheiro. O engenheiro é RT desse prédio aqui. Ele vai assinar. Agora, se o construtor falar: "Eu não quero que você ponha essa ferragem; ponha uma mais fina", então eu não vou assinar, vai cair o prédio.

Agora, eu vou pegar lá na ponta. Nós estamos aqui, criando, lá no final, o artigo que cria o sistema sobre o qual já se falou, muitas vezes, hoje, mas que até agora não se pôs em prática: uma plataforma em que o Serviço de Inspeção Municipal – aí vamos falar lá na ponta – vai atender aquele pequeno produtor, o queijo que vai para a feira, para o mercado e que, hoje, é um pesadelo. De vez em quando, estão lá apreendendo aquele queijo. Pois bem, hoje, os municípios não vão ter condição – não é questão de Estado mínimo – de sair, de ir às pequenas propriedades orientar, fazer a planta, fazer com que o produtor aprenda a fazer de acordo com as normas, para que ele possa ter o seu estabelecimento registrado no Serviço de Inspeção Municipal. O município vai credenciar o médico veterinário não para inspecionar, mas para assinar como responsável técnico. "Olha, traz, lá no Serviço de Inspeção Municipal, que o estabelecimento está cumprindo 100% das exigências". A prefeitura, se for pequenininha, um fiscal: vai lá e dá uma olhada, fiscaliza. Está tudo certinho? O.k. E esse responsável técnico continuará acompanhando a qualidade de produção, porque mesmo esse pequeno – e aqui a lei diz que alcança os estados e os municípios – vai ter que fazer também o seu controle de qualidade. E o fiscal vai lá fiscalizar.

Com isso, gente, nós damos capilaridade ao serviço, nós damos condição de esse serviço alcançar o Brasil inteiro, nós damos uma alforria para o pequeno produtor e damos condições de as indústrias maiores também melhorarem a sua qualidade sem prejuízo do trabalho do fiscal. Está muito claro aqui no art. 5º: o fiscal continua exercendo o poder de polícia.

Agora, já existe isso hoje nas empresas. Uma empresa de laticínios não se estabelece sem ter um responsável técnico. Ela tem que ter um responsável técnico perante o Ministério da Agricultura, que assina e que assume a responsabilidade de tudo que está acontecendo ali.

Então, ele vai responder pelas questões de autocontrole. São funções totalmente diferentes e que, neste caso, se complementam para melhorar a qualidade. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Presidente, me permita outro ponto de vista?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Por gentileza, eu tenho que passar a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... mas nós retornaremos a todos os que estão na Mesa.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Paulo Rocha, eu queria passar a palavra aqui para os nossos convidados, mas V. Exa. tem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois é, perdoem-me aí os dois convidados, mas não vou perder também essa oportunidade aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É claro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – ... de meter minha colher enferrujada ou o meu terçado enferrujado.

É o seguinte. Tenho várias questões aqui, mas eu quero questionar não fugindo do mérito. Esse tipo de matéria é muito importante, porque aqui todos têm boas intenções, todos, inclusive aqueles que estão questionando o processo. É claro que nós queremos dar eficiência aos nossos negócios, aos nossos empresários, principalmente naquilo em que a gente se transformou em grande no mundo, que é no grão da exportação, nas nossas criações, na carne, etc. e tal. A gente tem que dar mais eficiência.

E também nós não estamos entrando naquela polarização entre o público e o privado. Nós já descobrimos, inclusive, que o somatório dos dois, do tal do público e do privado, é a melhor saída para buscar isso. Então, não é essa a questão.

Eu queria reclamar que não tem nada a ver, mas, como o senhor é o Presidente, o senhor leve para o outro Presidente.

Numa matéria dessas aí, Heinze... Nós já estamos aqui há muito tempo, chegamos juntos lá na Câmara e aqui no Senado – e também o Amin – e estávamos realmente, naquele momento, principalmente quando se tratava de terra, na polarização. Eles apelidavam a gente de uma coisa, e a gente os apelidava também de outras. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sempre apanhei dos dois lados com muito orgulho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, o que eu estou colocando aqui, Presidente, é o seguinte: numa matéria dessas, realmente se precisa demorar mais aqui para esse debate. Só as várias intervenções do José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme e agora aqui do nosso Deputado, também especialista na área, só isso, por si só, já justifica que a gente precisa aprofundar e debater mais.

Por isso, nós entramos com esse requerimento de aprovar essa audiência pública, mas o Heinze está doido para aprovar isso amanhã. Entendeu? Aí, o que acontece? Eu acho que a gente tem que ir mais devagar para a gente aprofundar e discutir mais isso. E aqui não se trata dessas questões aí de ilações ou a justificativa que o José Guilherme sempre fez questão de fazer. Por exemplo, causa-me muita espécie...

Ah, para continuar com a reclamação, Presidente: nós deixamos de ser uma Casa revisora. Quando eu cheguei aqui, a primeira coisa que diziam os mais velhos era: "O melhor é lá no Senado. Lá que é bom, porque a gente não precisa nem morrer, já vai para o céu". A Câmara está "capando" o nosso papel aqui, gente, com todo respeito aos Deputados. Eles têm todo o tempo do mundo para discutir um projeto desses até formular, e, quando ele chega aqui, a gente tem que tocá-lo em caixa. Qual é a justificativa do nosso Relator, a quem eu respeito e tenho o maior carinho, já até nos tornamos amigos? Diz ele: "Não, nós temos que aprová-lo para logo ir para sansão; por isso que eu não aceitei nenhuma emenda". Mas que Casa revisora é essa? Tem sete emendas, e ele não aceitou nenhuma, com a justificativa de que: "Não, tem que aprovar e mandar logo para sansão". Isso não é correto com o papel do Senado Federal! Entendeu? Nós somos Casa revisora de quê? Carimbadora, viramos carimbadores do processo legislativo. Não é correto isso! Senão fecha o Senado e põe só um carimbador aqui. Agora, para tudo se inventam Comissões, conselhos, etc. Faça um conselho da República para avaliar as leis que saem da Câmara. Então, são duas coisas.

Aí me causa muita espécie, por isso a necessidade de aprovar logo, o projeto. Dizem que – não sei bem o termo, o nosso professor é que sabe melhor – é nos detalhes que mora não sei quem. Entendeu? Mas, no art. 50, ele revoga 11 leis de uma tacada só, decretos-lei! Quer dizer que o processo legislativo anterior estava tudo... Apodreceu? Tudo em nome da eficiência e não sei o quê.

Olha, são 11 leis. No art. 5º... Quando eu ouvi aqui da assessoria, eu disse: "Não é possível, arranja a cópia do projeto". Está lá, art. 50, revogando leis – leis!

Lei de 1974, inspeção e fiscalização obrigatória de produtos destinados à alimentação; Lei 6.446, de 1977, inspeção e fiscalização obrigatória de sêmen; Lei 6.894, de 1980, estimulante, fiscalização de produtos e de comércio, fertilizante, inoculante, estimulante e biofertilizantes; lei de 1988, derivados de uva e de vinho, comercialização de uva e de vinho; lei 7.889, de 1989, produtos de origem animal; lei de 1994, produção e fiscalização de bebidas; lei de 2000, classificação de produtos vegetais sobre produtos e resíduos econômicos; lei de 2003, Sistema Nacional de Sementes e Mudas; e etc., etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que dar tempo para a gente ver o que dizem essas leis. Numa tacada só, num artigo que a gente nem lê as vezes, são os últimos artigos, em que revoga ou trata da publicação da data e tal.

Então, fica esse questionamento, por isso a reivindicação de se demorar mais nesses debates aqui, aprofundar mais uma lei tão importante como essa para resolver o problema da nossa eficiência na produção agrícola, que já temos muito, mas, ao mesmo tempo, o cuidado com a saúde pública do nosso país e do mundo, para quem a gente vende.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Só para registro, nós temos o dia todo para fazer o debate e esclarecer todas as dúvidas ou podemos avançar noite a dentro também, não há problema nenhum. A nossa função é exatamente essa.

Senador Heinze.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas é importante esse tema e esse debate, faz parte.

Nós não podemos deixar nenhuma pergunta sem resposta.

Senador Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Senador Acir, primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Rocha, ao Senador Jean Paul também e à Senadora Zenaide.

A Ministra Tereza, quando Deputada, fez esse projeto, aqui o nosso Deputado Domingos Sávio também trabalhou fortemente nesse projeto – viu, Janus?

Eu entendo e respeito a categoria dos fiscais, ajudamos muito os agrônomos, meus colegas, os veterinários, porque a gente sabe a posição de vocês, ajudamos e continuaremos ajudando.

Nesse fato de que a gente trabalhou, o José Guilherme fez bem essa ponderação, nós temos que avançar. Apenas para que os colegas que estão presencialmente ou virtualmente ou quem está nos assistindo, e o Senador Acir recebe de vários cantos do país colocações, mas nos Estados Unidos usa-se esse sistema. Na Austrália e Nova Zelândia, dois países avançadíssimos na criação na pecuária de corte, pecuária leiteira, usa-se esse sistema. Toda a Europa usa esse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é uma invenção do Brasil. Aqui vai se inventar a roda? Não, mas facilita o processo.

Senador Acir, eu fui Prefeito de 1993 a 1996, Senador Esperidião, e, naquela ocasião, eu abri três abatedouros municipais e duas pequenas indústrias de leite. Houve 40 empregos, e eu não tinha fiscal do Ministério da Agricultura. O que que eu fiz? Eu treinei: um rapaz do Ministério da Agricultura de Uruguaiana treinou um fiscal veterinário que eu contratei. Josélio, contratei um veterinário que as empresas que abatiam boi pagavam. O litro de leite pagava, e pagava o fiscal, que tinha um carro da prefeitura para fazer... O cara não abatia o boi, a vaca se não tinha o fiscal para averiguar. De vez em quando chegava o fiscal – viu Janus? – do Ministério da Agricultura para ver o serviço que o rapaz estava fazendo, a planilha dele, controlava e às vezes até acompanhava *in loco* a inspeção. Eu não poderia ter aberto esses três estabelecimentos, cinco, se eu precisasse de um fiscal do Ministério da Agricultura. Nunca teria. Isso foi feito em São Borja, em 1993, 1994.

Esta lei está ampliando para que os 5 mil municípios brasileiros façam isso aí. Esse é o avanço, Senador Paulo Rocha – ah, já saiu daqui! O cupuaçu, o açaí, qualquer fruta de vocês lá. Eu vi, no Maranhão, sorvete de frutas naturais: quem fiscaliza? Não tem fiscal do Ministério da Agricultura, Janus, que vá fazer. Não tem. Os caras inventaram, e alguém hoje está fazendo um sorvete artesanal. Eu vi isso no Maranhão, e qualquer estado do Norte está fazendo isso. Abre-se um campo, Domingos: como funcionam mais de 800 municípios mineiros com queijos próprios, de cada município, é um padrão diferente. Para a tua Rondônia, Acir, para qualquer estado brasileiro, isso é uma evolução – evolução, não é retrocesso!

Nesse sentido, eu quero chamar a atenção dos colegas: não é que se aceite emenda, não é que não seja apenas uma Casa revisora: é revisora sim. Estudamos o projeto, e eu já não apresentei o relatório, Acir, na semana passada porque eu queria ouvir o debate. Estou ouvindo os fiscais, estou ouvindo o Zé Guilherme. Tem o pessoal que quer falar sobre agricultura, vamos ouvir também sobre agricultura. E vamos falar aqui da Academia Brasileira de Medicina Veterinária. Josélio, abre-se um campo fantástico para os profissionais da área da veterinária, da agronomia, da florestal, da zootecnia, de todos os campos ligado à produção primária, para melhorar a produção do Brasil, a eficiência da produção brasileira. Nós já somos líderes hoje no mundo, somos líderes. Se eu sou o maior exportador de frango, Josélio, isso é pela qualidade. E vou dizer mais: é graças a você e aos fiscais que estamos ouvindo.

Acir, uma empresa de lácteos – preste atenção –, uma empresa gaúcha embalava produtos da Nestlé e disse para mim – viu, Janus? – que a fiscalização muito mais rigorosa é a da Nestlé do que a do Ministério da Agricultura, que vocês é que eram os auditores e vocês vão fazer auditagem. Por quê? Porque tem uma marca: "A minha marca chama-se Nestlé, que é no mundo. Queimar minha marca, eu não vou queimar". Qualquer produto vai queimar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marca. Então, esse é um avanço que nós estamos fazendo aqui. Esse é o detalhe que eu quero colocar para vocês.

Há pressa, sim, porque o Brasil precisa andar para a frente, porque eu não posso retroceder. O que o Paulo fala não são de leis que foram mudadas: cita vários artigos – o Domingos que trabalhou esse assunto aí –, são só artigos de lei. A lei não foi mudada. Eu tenho que avançar. Tem lei aqui do tempo de Getúlio Vargas – tchê! –, dos anos 40, 50. O mundo é outro. O mundo inteiro muda. Tanto é que esses países da Europa, dos Estados Unidos, da Austrália, eles usam esse sistema, e o ministério vai fazer auditagem. Se o Heinze, agrônomo responsável, ou se o Domingos Sávio, veterinário responsável, ferrou, ele está ferrado. O meu Crea, o teu Conselho de Veterinária... Tu estás ferrado, Domingos. E eu também estou.

Então o que eu peço aos colegas: entendam essa posição. Nós temos que andar para a frente. Nada se faz para prejudicar a carreira do fiscal, que nós vamos continuar ajudando, que é importantíssimo o fiscal do auditor. Criamos uma cadeira de auditoria, porque vocês vão auditar. Não há condições. Se você tiver mil plantas de bovinos, de suínos, de aves, para fazer no Brasil, vai andar. Hoje não temos porque falta o profissional. E não é este Governo. "Tem que abrir 600 vagas, mil vagas". Não é este Governo. São os governos em geral, porque eu não posso fazer o Estado inteiro fazer o que tem que fazer.

Então, esse é o ponto que eu coloco para vocês.

Vamos avançar, Sr. Presidente. Temos todo o tempo do mundo, hoje, amanhã, qualquer tempo que for o caso, mas a gente tem que aprovar amanhã. Não precisa, não há problema nenhum. Estamos discutindo, aceitei a audiência pública. Entendo que é meritório ouvir a posição dos fiscais, ouvir a posição do secretário que trabalhou com a Ministra Tereza. Está aqui a autora do projeto, porque isso é evolução. Nós temos que fazer isso, o Brasil está desse jeito, viu, Janus? Se não fosse assim, o Alysson Paolinelli e o próprio Luiz Fernando Cirne Lima, quando criaram a Embrapa, nosso órgão de excelência, eles mandaram, 300, 400, 500 técnicos para estudar nos Estados Unidos, se especializar na Europa, para fazer a agricultura que nós temos hoje aqui.

E aí, Santin, você que representa os suínos... A maior evolução hoje da avicultura brasileira não está dentro da Embrapa – não está na Embrapa. Vocês buscaram tecnologia no mundo. Hoje nós ganhamos dos Estados Unidos, somos melhores do que os Estados Unidos. Pô, Brasil, tchê! Tudo é referência. Por quê? Pela eficiência das empresas e dos técnicos que trabalham nas empresas. Isso é o Brasil diferente. Só eu tenho que fazer? É complicado.

O que eu vejo aqui? O Brasil precisa avançar. Fome, claro, o brasileiro. Nós vamos produzir para o mercado interno? Sim, estamos produzindo, temos 210 milhões de almas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consomem o nosso produto. Agora, precisamos alimentar o mundo também. Vamos alimentar o mundo, e o Brasil tem chance para todo mundo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Heinze. Passo a palavra agora ao Dr. Josélio de Andrade Moura, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária e Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Acir. É uma honra muito grande ter aceitado, o senhor ter feito o convite para participar desta sessão, mas eu vi que a querida Ministra Tereza Cristina – é querida de todo o povo brasileiro e dos agricultores, de quem produz – está querendo usar a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Um segundinho só.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Deputada.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Então, dois segundos.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – V. Exa. tem...

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Não só um; o dobro. Tem todo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – V. Exa. tem a palavra, Ministra.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Dr. Josélio.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Para expor.) – Senador Acir, é um prazer estar aqui, com vocês, nesta audiência, junto com o Senador Heinze, com o Domingos Sávio, meu colega Deputado, o Senador Esperidião Amin, o Senador Paulo, o Jean Paul Prates, a Senadora Zenaide, enfim, todos os que estão aqui, participando de maneira presencial ou virtual. Agradeço a presença aqui também do Janus, que é o Presidente do Sindicato, meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido amigo e competente secretário Zé Guilherme, o Ricardo Santin, da ABPA, o Josélio, da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, enfim, tidos os presentes.

Eu só queria dar uma rápida colaboração aqui. Primeiro, esse projeto não é meu. Esse é um projeto que, há muito tempo, vinha sendo discutido pela classe empresarial e também pelo ministério. Como aumentar a eficiência sem perder as competências nesse segmento? Por quê? Porque cresceu demais o setor no Brasil. Olhem os números dos últimos anos e onde nós estamos, com os vários segmentos. A gente fala muito aqui de frigorífico, mas nós temos outras atividades, outros segmentos que também estão no autocontrole.

E não existem hoje fiscais federais em número suficiente para o atual modelo. Nós temos que dar, cada vez mais, importância a essa categoria, que faz um papel de excelência. Tanto é que o Brasil só chegou onde nós chegamos lá fora, mostrando a qualidade dos nossos produtos, porque nós essa fiscalização feita pelos fiscais agropecuários federais.

Agora, nós precisamos de modernizar, nós precisamos caminhar, e o Brasil precisa dar empregos. E hoje, o que está acontecendo? Não é por culpa dos fiscais, mas pelo crescimento dos setores e também por não podermos ter concursos públicos sendo feitos na necessidade de que nós precisamos. Que que está acontecendo? Hoje nós somos uma trava para emprego no Brasil. Eu recebi muita gente no Ministério da Agricultura, muitos segmentos. Ricardo é um que ia sempre lá, está sempre lá.

Vamos falar de frigorífico, Heinze. Ele precisa criar um novo turno e aí, como nós temos que estar dentro do processo, internamente, nós não temos gente suficiente. Então, os nossos fiscais, que são competentes, que conhecem, precisam de auditar esses processos. Eles têm que ter essa auditoria. Então, tem uma série... Eu aqui não vou discutir, já foi falado, Domingos. Mas nós temos que dar modernidade, não é só eficiência, mas sem perder. Por quê? Porque nós temos, além do nosso mercado interno, que cada dia é mais exigente, para o qual nós precisamos de fornecer e continuar fazendo produtos de qualidade, atestando essa qualidade – e isso é competência do Ministério da Agricultura – e também os protocolos internacionais, porque está cheio de gente lá fora querendo nos pegar, pegar o Brasil porque o Brasil é altamente competitivo.

E há uma última coisa que eu gostaria de colocar, e o Zé Guilherme pode aí confirmar. Esse projeto está sendo discutido há mais de três anos e, dentro do Ministério da Agricultura, nós começamos lá atrás, eu me lembro muito bem, um seminário, uma discussão com todos os fiscais internamente para que fosse assimilado, discutido. Nós tivemos muita resistência no início, mas depois dessas discussões internas, nós fomos aperfeiçoando esse modelo e chegamos agora a ele. Eu acho que nós temos todo tempo, mas não pode ficar isso parado mais tempo, porque isso prejudica sim os empregos, principalmente numa época dessa. Nós estamos trazendo gente de fora, nós temos crescido. Tem vagas sobrando nesse setor. O Santin vai falar aí, pode falar depois de mim. Tem vaga sobrando, agora nós precisamos fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o quê? Dar oportunidade para que eles possam também trabalhar mais, e a gente fornecer essas condições para que o controle e a qualidade dos produtos não tenham problema. Então, isso é uma modernização.

Agora, eu acho que é muito boa essa discussão para que todos possam entender com clareza, porque aqui ninguém quer esconder nada. Ao contrário, nós queremos fazer um sistema moderno. Nós precisamos dos nossos fiscais cada vez mais qualificados e de mais gente também. Nós precisamos fazer um concurso. Eu deixo aqui essa minha fala. Já existe um pedido do Ministério da Agricultura, que à minha época foi feito, para que, logo seja possível, nós tenhamos concurso para fiscal. O número hoje é insuficiente mesmo para o autocontrole.

Então, era essa a minha fala aqui.

Quero agradecer muito esse debate tão enriquecedor e dizer que na lei não pode estar tudo, porque aí nós vamos ter discussão, daqui a cinco anos, se essa lei já estiver obsoleta. A lei tem que ser um guarda-chuva. Agora, a regulamentação da lei, sim, pode ser mudada, enfim, de maneira mais célere à medida que o mundo evolui. Hoje as coisas acontecem muito rapidamente, e nós não podemos ficar engessados também quando você põe numa lei. Então, a lei é guarda-chuva, mas a gente precisa de uma regulamentação. E eu acho que o Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, pode naturalmente discutir isso e até fazer audiências públicas no futuro, mostrando aí como nós podemos caminhar. Nós temos vários problemas de ordem de industrialização, da modernização que acontece lá fora e em que a gente não consegue avançar aqui. Por quê? Porque nós estamos sempre engessados.

Muito obrigada. Essa era a minha contribuição. E eu fico muito feliz de ver esse debate tão aberto, um debate pelo desenvolvimento e pelo crescimento desse setor no Brasil, e não um debate... Aqui ninguém está discutindo ideologia, o que é muito importante, mas não é neste projeto de lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Deputada Tereza Cristina.

A nossa pressa não é com relação a esse projeto. Os Senadores que nos acompanham, Senador Esperidião, sabem que não tem nenhum projeto aqui, na Comissão de Agricultura, pendente. Quando chega, nós já designamos o Relator; na sequência, colocamos para a discussão e para votação. Então, a preocupação nossa é avançar com todos os projetos, porque todos são importantes. É claro que um mais do que o outro, mas todos são importantes, senão não seriam projetos que estariam sendo debatidos aqui nas Comissões e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não estamos apressando este projeto. Todos eles são importantes. Temos outros em que vamos avançar na sequência. No dos pesticidas, de que sou Relator, nós vamos avançar. Vamos colocá-lo para votação. Se aprova ou não aprova, essa é outra questão, mas o debate tem que acontecer e a votação tem que acontecer, a exemplo da regularização fundiária – estou preocupadíssimo com esse tema.

Nós estamos debatendo esse tema já há mais de um ano. Fizemos as audiências públicas em conjunto, CMA e CRA. Tínhamos um acordo e a intenção de levar para a COP 26 já aprovado. A pedido, nós retiramos para não se aprovar na época. Depois: "Vamos aprovar depois da COP". Chegou depois da COP: "Não, está muito próximo à COP. Vamos deixar mais um pouco". "Está bom. Vamos fazê-lo." E aí, agora, não conseguimos aprovar. Mas aqui, na Comissão de Agricultura, nós já estamos prontos para a aprovação dessa matéria, que é importantíssima demais para o país e, muito mais ainda, Senador Esperidião Amin, para o nosso Estado de Rondônia, que precisa da regularização fundiária. E é agricultura familiar, de quatro módulos. É importante.

Essas famílias não estão tendo acesso a crédito, não estão tendo acesso à tecnologia porque não têm documento para dar em garantia no banco, não podem fazer parte do Pronaf, não podem fazer parte do Plano Safra porque não têm garantia, não têm como dar garantia, que é o seu documento.

Enfim, é só para justificar por que não foi aprovado ainda... Não foi votado, e não aprovado. Não foi votado aqui. Já foi lido o relatório, mas estamos aguardando a CMA, porque tramita em conjunto. Eu entendo que é importante a tramitação em conjunto, até para mostrar para o Brasil inteiro, para os brasileiros, que não há divergência entre a CRA e a CMA; pelo contrário, um complementa o outro.

Agradecendo mais uma vez a presença, Dr. Josélio de Andrade Moura com a palavra.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA (Para expor.) – Ministra, agora eu vou pedir à senhora um minuto só. (*Risos.*)

Eu sei que a senhora tem compromisso lá.

Senador Acir, muito obrigado. Eu faço a saudação, para encurtar o tempo, a todos os companheiros da mesa, aos Senadores aqui presentes, ao Deputado Domingos Sávio, à Ministra Tereza Cristina, ao meu querido Izalci, ao Esperidião, ao Osmar e a todos.

A instituição que eu presido é a Academia Brasileira de Medicina Veterinária. E aqui também represento a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, porque o nosso Presidente, Carlos Alberto Bastos Reis, não pôde estar aqui presente, e também me pediu para falar em seu nome o Presidente da Confaeab, que é a Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil. O senhor vê, Heinze, que nós atuamos juntos, conversamos juntos, porque é o bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum. O mesmo produtor que planta soja cria gado. É um só, o nosso cliente é o mesmo. Mas eu queria dizer que essas instituições não são instituições corporativistas, "gremialistas". Nós trabalhamos com a ciência, com o bem comum, a economia nacional.

Eu fiquei feliz com esta audiência, porque eu esperava chegar aqui, eu era o primeiro da lista, ia fazer minha apresentação, os outros também iriam fazer as suas apresentações, o Guilherme, o Janus, o Santin, e até logo, encerrada a sessão, mas eu vi uma sessão pujante, com alma, com sangue, e as pessoas querendo realmente dar o melhor para a agricultura e a pecuária do Brasil, num momento, Ministra Tereza, em que a defesa agropecuária do Brasil, a defesa é extremamente valorizada. Não é de agora, não. A diretoria-geral dos serviços veterinários foi criada em 1910, diretamente subordinada ao gabinete do ministro de então, e a partir daí, tem feito um trabalho nobre para o desenvolvimento não somente da produção animal, mas também da parte vegetal.

Para a senhora ter uma ideia, em 1921, quer dizer, exatamente há cem anos, nós fomos surpreendidos com o surto de *rinderpest*, que o mundo levou 300 anos para erradicar. Eu falo somente a parte científica, foi em 1711 e foi erradicada em 2011, e o Brasil levou um ano para erradicar a *rinderpest* no Estado de São Paulo. Se isso não acontecesse, essa doença, como é altamente contagiosa, teria se espalhado para o Brasil inteiro e para todo o continente americano do sul e do norte, quer dizer, foi a nossa defesa sanitária.

Em 1970, quando eu comecei a trabalhar no Ministério da Agricultura na campanha de aftosa, o Brasil tinha mais de 50 mil focos de febre aftosa. E a Bahia, a minha Bahia, começou a lançar um programa de erradicação da febre aftosa, interessante. Alguns outros estados – não quero fazer crítica a nenhum deles: "Poxa, logo os baianos que querem erradicar uma doença que é quase impossível de ser erradicada devido à pulverização dos focos? Logo os baianos?". Mas, logo em seguida, veio o exemplo mineiro. O Alysson Paulinelli era Secretário de Agricultura do Governo Rondon Pacheco, lançou um projeto de lei na Assembleia Legislativa e criou o Gerfamig (Grupo Executivo de Erradicação da Febre Aftosa no Estado de Minas Gerais). O Alysson Paulinelli já tinha naquela época a mentalidade de erradicação.

Mas por isto, Ministra, que eu pedi um minuto só da sua paciência. O que acontece é que o orçamento do Ministério da Agricultura é muito pobre. Aqui é a Câmara Alta do Parlamento – inclusive, eu vi que é a Câmara revisora. É a Câmara Alta do Parlamento, quer dizer, aqui é o Parlamento brasileiro. E o que a gente precisa usar? O Parlamento usa a palavra. Então, a gente precisa aqui usar o verbo, para que vá ecoar no Ministério da Fazenda, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, para que a verba chegue ao Ministério da Agricultura.

Eu quero dizer para a senhora: a senhora fez milagre no ministério. O orçamento do ministério é em torno de R$7 bilhões. É pouco. São R$7 bilhões. A senhora fez um milagre, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Marcos Montes, uma pessoa maravilhosa, está fazendo milagre em tocar a responsabilidade para o maior setor da economia nacional com R$7 bilhões.

Para se ter uma comparação, a Secretaria de Defesa é em torno de R$140 milhões, R$150 milhões. Correto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Cresceu, R$170 milhões. Olhe bem: R$170 milhões à Secretaria de Defesa, que é responsável pela segurança do agronegócio, de alimentar o povo brasileiro. O órgão par da Secretaria de Defesa Agropecuária no Ministério da Saúde chama-se Secretaria de Vigilância em Saúde. O orçamento da Secretaria de Vigilância em Saúde é superior a R$7 bilhões. De uma secretaria, não é do ministério. Nisso eu estou falando de dados de 2019, antes da pandemia. Quer dizer, a senhora fez milagre, Ministra. O Marcos Montes continua operando o milagre de fazer tanto com tão pouco, mas nós precisamos, Senador Acir, assim da verba – da verba –, porque eu vi a elocução aqui de que estão faltando fiscais, e realmente estão.

Com o autocontrole, não vai diminuir o número de fiscais, vai racionalizar a atividade, mas é preciso ter auditores fiscais, principalmente nas médias indústrias e empresas agropecuárias e nas pequenas principalmente, para dar uma assistência maior. Então, para isso, é preciso abrir concursos permanentes para esses fiscais.

A gente vê... Dizem: "Ah, não pode crescer". A secretaria foi criada em 1977. Eu sou o decano dos ex-secretários. Os dois que me antecederam Deus levou, pessoas maravilhosas. Então, eu sou o decano. A gente vê que a Advocacia-Geral da União foi criada uns 15 anos depois da Secretaria de Defesa. A Advocacia da União tem 12 mil técnicos – 12 mil –, e a Secretaria de Defesa, na década de 80, tinha 5 mil veterinários – para ser mais preciso, 4.995 – e tinha 3,2 mil agrônomos. Hoje eu acredito que, somando-se os veterinários com os agrônomos e os zootecnistas, não se chega a 3 mil...

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Dois, trezentos e poucos.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Quer dizer, e a responsabilidade não dobrou não... Dez vezes maior a responsabilidade desses técnicos, que merecem... Os auditores fiscais federais agropecuários merecem todo o nosso respeito, porque eles fazem da alma o coração para tocar as coisas para frente. Não é isso, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Então, eu ouvi muito atentamente. Eu tinha preparado uma apresentação diferente, porque eu seria o primeiro, eu ia fazer uma comparação com a legislação que está para ser votada e as necessidades, mas foi excelente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu ouvir isso tudo. E ouvi o Domingos Sávio dizer que uma pequena indústria de queijaria teve os seus queijos jogados fora. Quer dizer, isso não pode acontecer, porque isso é alimento! Do que se precisa é aperfeiçoar o sistema. E outro: criar um sistema de apoio laboratorial, porque a coisa mais importante é, primeiro, ver se aquele queijo está contaminado ou não com a bactéria que venha a causar dano.

Ministra, muito obrigado. A senhora está no coração...

A SRA. TEREZA CRISTINA – Você falou o que eu esqueci: os laboratórios. Importantíssimo também.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – A senhora está no coração do povo brasileiro, e esta Casa, eu falo em nome do Acir, está de braços abertos para recebê-la no próximo ano. (*Palmas.*)

Vou transferir meu título para Mato Grosso do Sul.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Pena que já fechou. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não pode não, cara. (*Risos.*)

Como transferir o título? É importante aqui em Brasília esse título. (*Risos.*)

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – Bem, então, Senador Acir, Senador Heinze e demais Senadores, Izalci... Eu confesso ao senhor que eu vi com muita preocupação esse projeto de lei, não pelo texto, que eu não somente li; eu estudei. Li, anotei, com toda a experiência que eu tenho de mais de meio século trabalhando com defesa agropecuária.

Na realidade, para fazer um programa de autocontrole, não era necessário sequer lei – isso apenas veio disciplinar o setor –, porque as empresas precisam fazer seu próprio autocontrole. O senhor quer que eu diga um exemplo? Cervejaria Backer, de Minas Gerais: não fez autocontrole, não tinha autocontrole. O que aconteceu? Prejuízo financeiro imenso, mas não foi só o prejuízo financeiro, foi o prejuízo da marca. No dia em que ela reabrir, o senhor vai tomar uma cerveja Backer? Porque fica marcado. Então, o autocontrole é a garantia que a própria indústria precisa dar para que o consumidor confie nela. Agora, não se deve misturar o autocontrole com a auditoria pública, com a fiscalização pública – são duas coisas diferentes.

E a minha preocupação, aliás, não somente minha, mas das instituições aqui citadas, é, como é costume do brasileiro, haver uma acomodação, quer dizer, na fiscalização – "Ah, eles já estão fazendo o autocontrole, eu não vou fiscalizar" – e transformar o SIF (Serviço de Inspeção Federal), que é respeitado no mundo inteiro, que é centenário, em um SIP, um sistema de inspeção particular ou privado. É isso que que não pode haver. A gente tem que fiscalizar, até porque existem setores que não vão aderir ao autocontrole devido aos custos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à própria estrutura do setor. Aí é que precisa atuar o Serviço de Inspeção Federal, estadual e até municipal, mas com o apoio laboratorial. No Estado de Minas Gerais, tem o antigo Lanara, que hoje mudaram o nome, LFDA... Eu acho isso feio, muito feio. Ô, Guilherme, muda esse nome, bota Lanara de novo. Nome tem que ter uma vogal no meio, porque, senão, fica parecendo coisa russa, que não tem vogal. Mas é preciso ter o apoio laboratorial porque não se faz veterinária, ciência ou fiscalização veterinária e agronômica também sem o suporte técnico científico de um laboratório.

Eu peço até aqui desculpa ao ex-Ministro Roberto Rodrigues, por quem eu tenho muita estima, porque o laboratório ainda não era P3 *plus* – o laboratório de que eu falo é de Pedro Leopoldo –, e eu fiz um discurso e me excedi. Eu disse: "Fazer defesa sanitária ou sanidade animal e vegetal sem apoio laboratorial é charlatanismo". Tive que falar isso. Aí o Roberto, extremamente inteligente, disse: "Trinta milhões já para transformar" e fez. Ele disse: "Olha, Josélio, você já está convidado para a inauguração". Quer dizer, é isso. A função nossa é futucar, como se diz, com vara curta para que as coisas passem a funcionar adequadamente.

Então, é preciso, cada vez mais, valorizar o fiscal federal agropecuário. Vou dar um exemplo. Antiguidade não é bom, Acir. Na década de 70 ou antes da década de 70, antes de eu entrar no ministério, o veterinário era o responsável por orientar as indústrias desde a construção, porque não tinha engenheiros ou arquitetos especialistas em matadouros, em frigoríficos, em laticínios, nada disso. Então, a orientação, do ponto de vista de engenharia, sanitário e tecnológico, era feita pelo médico veterinário. Hoje já tem profissionais que você encontra no mercado, excelentes profissionais!

De outra parte, nós fiscais temos que olhar para o mercado, porque, na década de 80, o Brasil inteiro tinha 15 mil médicos veterinários, e 5 mil estavam no serviço público federal. Eu não estou contando aí as universidades nem a Embrapa. Estavam no Ministério da Agricultura, na administração direta, quer dizer, os melhores estavam no Ministério da Agricultura. Hoje, o Brasil tem 190 mil médicos veterinários. O Brasil levou 80 anos para formar 15 mil – 80 anos! – e hoje forma 15 mil por ano, que, a cada ano, estão no mercado. E o pessoal está indo para a especialização: mestrado, doutorado, pós-doutorado. Então, você encontra no mercado profissionais tão bons quanto os que estão no Ministério da Agricultura e em outras instituições públicas, nas secretarias da agricultura etc.

O que é preciso? Somar essas forças. É preciso somar essas forças. O ministério ou a secretaria antes só cuidava dos profissionais sob sua tutela, vamos chamar assim – desculpe o termo, por não ser adequado –, e não olhava para os que estavam fora.

O que acontece? A OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) – eu participo das reuniões da OIE desde 1978 e, inclusive, fui delegado da OIE por vários anos; talvez eu seja o mais antigo não no Brasil, mas no mundo, que participa das reuniões da OIE – chama "serviço veterinário". O serviço veterinário é composto de duas partes: o Serviço Veterinário Oficial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

composto pelos auditores do ministério, do estado ou do município; e o serviço veterinário privado. Hoje o serviço veterinário privado é muito maior do que o próprio Ministério da Agricultura.

Então, esse projeto vem como um incentivo para orientar as indústrias, principalmente as grandes indústrias, as indústrias que estão com vistas à exportação, para que possam adequar a sua estrutura, fazendo a sua própria avaliação e análise de risco.

Essa questão não é nova, como eu falei no início. Há dez anos, em 1990, em 1998, nos Estados Unidos, já se praticava o HACCP, análise de risco e controle dos pontos críticos.

Em 1971, quando eu trabalhava no interior e era veterinário de campo, eu já fazia minha análise de risco. Não existiam computadores, era aquele arquivo *vis-record*. Eu pegava pasta por pasta dos produtores rurais e botava um selinho verde para aquele que acompanhava a campanha sanitária e até servia de exemplo para os outros. O amarelo era para aquele que precisava de apoio; o laranja, para o que precisava de mais apoio; e o vermelho, para o que era rebelde. Eu já fazia isso. Isso é análise de risco. E, às vezes, eu tinha até surpresa. Tinha um produtor em cuja pasta estava o verde, mas o meu guarda sanitário rural chegou e disse: "Olha, Elói Leonel diz que não vacina nem amarrado". Eu disse: "Não é possível, ele é verde". Aí fui lá. Ele disse: "Não, doutor, é que me disseram que o senhor só iria assistir à dos outros, não iria assistir à minha vacinação". E é interessante que ele ia até os vizinhos e dizia: "Você está precisando de quê para vacinar? Se quiser o meu curral e o meu brete, eles estão à disposição". Ele fazia isso porque, ajudando o vizinho, ele estava protegendo o seu próprio rebanho. Essa é a mentalidade.

Agora, é pena que o Senador Paulo Rocha não esteja aqui, mas o senhor, Senador Acir, sabe o que eu vou falar. No início deste milênio, no ano de 2003 ou de 2004, por aí, os Estados de Rondônia, Pará, Amazonas e Roraima estavam em alto risco para febre aftosa, não eram reconhecidos como estados livres. O senhor lembra quanto custava uma arroba de gado em Rondônia nesse tempo? Eram R$28, porque a quantidade de animais, de bovinos, era muitas vezes maior do que a população, e não poderia mandar para outros estados porque não tinha certificação de livre de febre aftosa.

O Estado do Pará parece que tinha 5 ou 6 milhões de pessoas. E tinha – tinha não, tem! – 20 milhões de cabeça de bovinos. Onde é que vai botar essa carne? Eram R$28. No dia em que o Pará recebeu a certificação da OIE – inclusive, eu estava lá – de livre de febre aftosa, chegou a custar R$365 a arroba. Essa é a importância da defesa e essa é a consciência que os produtores têm e transmitem para os industriais que comercializam no exterior.

E conquistar... Santin, você sabe mais do que eu que conquistar mercado é difícil, mas, quando você perde o mercado, para reconquistar – só o Camardelli, que está aí me ouvindo, sabe disso –, é muito mais difícil. Então, a responsabilidade pela qualidade dos seus produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é tão grande para a indústria quanto é a responsabilidade do Ministério da Agricultura em fazer as auditorias.

Eu acredito que, sob o ponto de vista do projeto, foi excelente o José Guilherme ter falado primeiro, porque expôs o que era o projeto. E o Janus Pablo fez os esclarecimentos que deveriam ser feitos sobre a preocupação para não se transformar o SIF, que é uma inspeção federal respeitada, em uma coisa particular, e o próprio mercado se perder.

Então, a auditoria é extremamente importante. Logicamente, eu botei alguns exemplos de alguns artigos em que se precisaria melhorar a redação, o que não influencia nada do ponto de vista do projeto, mas que é importante para que se tenha uma lei adequada.

Agora, uma coisa que me preocupou é o art. 9º, que fala que fica vedada qualquer forma de divulgação pública de lista de classificação de risco e que até penaliza quem, por acaso, soltar uma lista dessa. Uma vez, eu vi que, depois que inventaram a Xerox, acabou a confidencialidade. Hoje em dia, com a digitalização de documentos e com os celulares, que são verdadeiras armas, acabou a confidencialidade. Eu não sei se é importante ou não até divulgar quem é *top* A, *top* B, *top* C ou *top* Z. Não sei se isso é importante ou não, mas aqui até se penaliza quem soltar listas. Isso vai cair nas costas do auditor fiscal? Se a indústria recebe a sua classificação, o próprio funcionário da indústria que é demitido chega à imprensa e diz: "Na minha indústria, fui demitido, porque ela é letra 'z' na classificação de risco". Quanto a isso, é preciso ter muito cuidado para que não sejam penalizados funcionários sem eles terem culpa no cartório. E é interessante a gente ver na imprensa se dizer: "Ah o projeto tal, o processo tal está correndo sob sigilo de justiça, mas nós tivemos acesso a tal, tal e tal". E se divulga! Isso é muito delicado e precisa realmente ser, talvez, revisto na regulamentação.

Eu agradeço à Presidência desta Comissão pelo convite e estou à disposição, inclusive, das entidades – academia, Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Confaeab – para ajudar na regulamentação.

Parabéns pela condução do trabalho!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Dr. Josélio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Heinze, depois eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Para facilitar, eu também, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dando sequência, fala do exterior Antonio Jorge Camardelli, por favor, em nome da Abiec. (*Pausa.*)

Já acertou a tecnologia agora, Camardelli?

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência*.) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode falar, então.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Primeiro, é um grande prazer rever amigos.

O Josélio é uma enciclopédia ambulante do nosso setor, um lutador, um vibrador, como os Senadores todos.

Nós estamos exatamente aqui, a Abiec, a associação de exportadores de carne bovina, desbravando e nos aliando ao processo do Ministério da Agricultura, com reflexo de sucesso da adidância, com a constatação da sinergia entre Apex, Ministério da Agricultura, Relações Exteriores, ou seja, é um grande momento. É um mercado de 540 mil toneladas, é o quarto maior mercado do mundo.

Em relação ao que foi citado pelo Dr. Janus, meu colega, nós logramos êxito hoje em uma reunião, para, na próxima semana, fazermos uma auditoria experimental por parte de privados, por enquanto, reconhecendo a essência e a garantia do Serviço de Inspeção Federal, corroborado com a participação da indústria.

Por outro lado, nós nos obrigamos a pensar em um grande detalhe. Hoje, com a decorrência dos processos da pandemia e também com o atropelo da guerra, fica constatado que é tão ou mais importante aquele país que possui reserva de alimentos, se a gente for comparar com as reservas cambiais e de ouro. E, fruto dessa conotação, o Brasil, hoje, se coloca num patamar de excelência. Nós estamos vivendo... Todos os países que até então... A Abiec e o Brasil hoje já exportam para 184 países, de um total 195, se não me falha a memória, filiados à Organização Mundial do Comércio. Esses outros todos se utilizam de barreiras comerciais travestidas de técnicas. Mas, neste exato momento, nós estamos vivenciando a grande realidade do nosso potencial e, mais do que isso, a certeza daquilo com que a gente trabalha, ou seja, a segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos hoje com a auditoria da Malásia. São três missões alternadas que estão fazendo auditoria em aves. Nós temos documentos... Começamos neste mês também a fazer a auditoria da Tailândia, que era um mercado extremamente fechado, e também estamos já incrementando o nosso rol de exportadores. A Indonésia, que é um país de 270 milhões de habitantes, vivia do boi importado em pé do norte da Austrália. Esses países hoje encontram dificuldade.

Então, é exatamente nesse sentido que a gente pode dar, sim, a garantia de que o Brasil hoje é o maior *player*. Neste ano, seguramente, chegaremos, com todas as dificuldades, à exportação de US$10 bilhões, pela primeira vez.

Fazendo esses comentários, eu gostaria de passar uma apresentação para vocês. Depois a gente vai complementar com um detalhe de cruzamento entre as atividades do pessoal.

Então, pode passar.

É interessante, parece que eu conversei com o Josélio ontem.

Vocês estão vendo aí? Ou não? (*Pausa.*)

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN – Sim, Camardelli, estamos vendo.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência.*) – É interessante, parece que eu e o Josélio conversamos ontem.

A gente fez uma linha do tempo. Então, em 1909, temos a criação do Ministério da Agricultura. Em 1913, o primeiro frigorífico brasileiro registrado. E aí ocorre a primeira exportação brasileira, que foi para o pós-guerra, exatamente lata – para onde vieram os ingleses, principalmente no Rio Grande do Sul. E a necessidade dessa adequação...

E, quando a gente trabalha em cima de projetos tão modernos e necessários, obrigatoriamente a gente teria que usar a palavra reorientação, porque aí tu não negas a excelência do que foi feito no passado. Então, em 1895, nós tivemos o nosso primeiro foco de aftosa. Em 1950 foi criado o regulamento de inspeção, a Lei 1.283, parecida com o nosso projeto de autocontrole. Em 1952, a elaboração do regulamento do Riispoa. Em 1971, a lei da federalização para serviço de inspeção federal. Em 1971 também, o sistema de rastreabilidade. Em 1989... E assim se sucede. Então fica peremptória a necessidade de que a gente tenha que estabelecer essa modernidade.

Vamos passar rapidamente.

Alguns tópicos importantes. O PL 1.293 é um trabalho realizado entre Governo e privados – não tem por quê, nem vai haver diferença nenhuma, pois nós temos o mesmo objetivo. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma evolução do setor, com modernização de modelagem baseada em risco. Isso é uma atualização, como disse o Senador Heinze. Hoje, uma das dificuldades que a gente está tendo em relação aos grandes *players* internacionais – Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia –, é exatamente esse diferencial da agilidade, com respeito, com segurança e com validade, e que hoje nos dificulta um pouco a competição em relação à precificação em outros países.

Esta máxima deveria figurar no início do projeto de lei, ou seja, não existe... Eu tive o privilégio de trabalhar no Ministério da Agricultura por 25 anos; devo tudo ao Ministério da Agricultura, e conheço muito bem toda essa liturgia da área internacional, até porque tive um grande mestre, o Professor Ministro Pratini de Moraes, e esta é a frase exponencial para nós: não existe exportação sem chancela do Governo. Em hipótese alguma, nenhum país compra se não tiver regras e protocolos que deem segurança sanitária ao processo.

Pode passar.

É peremptório afirmar que modernização, reorientação e atualização dos métodos de controle, em hipótese alguma, tornarão o consumidor indefeso. Isso a própria mídia hoje carrega, esse tipo de processo, com muita veemência, não é? Não se vê mais, como antigamente, notícias de focos de zoonose de mortes, até por *Clostridium* ou outras doenças. E a evidência também é o resultado do nosso programa nacional de controle de resíduos contaminantes do mercado interno e externo. Eles retratam a qualidade dos nossos controles conjuntos. Por quê? Porque exatamente o retrato, por exemplo, das ocorrências e das distorções que tivemos na Europa, com quase mais de 200 mil toneladas exportadas, foi de cinco em correções: três delas se tratavam de etiqueta e problemas paralelos; uma delas era por problema de frio no navio; e, uma outra, uma detecção de *listeria*. Para quem trabalha com risco, obrigatoriamente tem que ter risco. Não é proibido a constatação de algum tipo de problema ou de micro-organismo. É proibido tu não teres uma reação a esse processo. As medidas corretivas são impostas primeiro pelo Mapa e, conjuntamente, todas elas afirmadas pelos privados.

O modelo já é a realidade dos blocos dos países. Métodos analíticos da fiscalização direcionada com base em risco. O PL não transfere, em hipótese alguma, atribuições do Mapa aos privados, mas, sim, o método, o formato dos itens para a fiscalização.

Bom, como colocou a Ministra Tereza, a gente deve ver com a batuta do nosso colega, o Deputado Domingos Sávio, a exaustão e a discussão desse processo. E aí está a linha do tempo, desde o início da publicação da colocação em discussão do projeto do autocontrole.

Bom, agora eu vou tomar a liberdade, Senador Acir. A minha colega, que faz parte da Abiec, a Cinthia, vai colocar e materializar rapidamente, através de gráficos rápidos, o entendimento dessas atividades do privado e de governo, que não existe essa concessão específica de atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CINTHIA TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia para vocês. Boa noite aqui para a gente.

Eu queria trazer um pouco dessa fala, que já foi feita. Eu sou médica veterinária também, colega, e tive a oportunidade de, na minha experiência, vivenciar trabalho no exterior. Eu trabalhei na Austrália, onde eles adotam esses sistemas mais modernos, em que a fiscalização é baseada em risco, em que o setor produtivo é completamente responsável pela sua produção e, sendo responsável pela sua produção, ele também tem as sanções quando ele não cumpre com aquilo que está determinado pela lei, pela regulamentação.

Conforme o Camardelli estava mostrando ali, naquela linha do tempo, os setores privado e público vêm discutindo essas ações e esse reajuste de atribuições. Até demorei um pouquinho aqui para voltar com vocês, porque a gente queria passar para vocês uma tela. Eu vou tentar, de novo, compartilhar essa outra tela que mostra um pouco do que hoje os nossos fiscais federais agropecuários médicos veterinários têm como atribuição na rotina de trabalho. Eles acabam tendo que assumir responsabilidades que são do setor privado e que são da indústria. Então, eles têm que, por vezes, entrar na fábrica e ver se as mesas, se a fábrica está limpa o suficiente para começar uma operação. Ele entra na fábrica para olhar se as iscas de controle de praga estão devidamente instaladas. Ele acaba fazendo um serviço operacional que é obrigação da indústria fazer, e tem que fornecer para eles dados, informações, controle, documentos e registros que vão formar tendências.

Esse sistema, que está sendo construído dentro do modelo público-privado, que é um modelo eficiente, que é o modelo que países desenvolvidos utilizam... O governo e o setor privado são parceiros para impulsionar o país, são parceiros, trabalham em conjunto. É isto que traz sucesso: é o país trabalhando junto para impulsionar.

Esse modelo que está sendo desenhado é um sistema automatizado em que as indústrias que aderirem ao protocolo de autocontrole, as indústrias que aceitarem o programa de incentivo à conformidade vão jogar suas informações dentro de um sistema informatizado, e o Mapa, os fiscais vão estar aptos para realmente analisar esses dados. Eles não precisam gerar o dado, eles não precisam participar desse processo operacional, eles precisam participar da gestão; é por isso que são médicos veterinários, é por isso que a gente tem a formação que temos. Eles vão poder se dedicar a capacitações, porque a gente vai otimizar esse recurso humano valiosíssimo, com uma formação impecável e que tem valorização lá fora. O sistema todo visa só valorizar, tirar o médico veterinário de uma operação em que nem sempre é necessário a capacitação que ele tem para ele conseguir fazer seu papel de gestor de um processo, de analista e focar naquilo que a empresa tem fragilidade e perceber aquilo que ela tem de forte e deixar que ela atue. E, se ela errar, se ela desviar, vai ter que apresentar as correções que sejam efetivas, que não gerem risco para a população e corrigir. Foi feito de forma efetiva? O.k. Está visto, está dada a chancela. Não foi feito de forma efetiva? Sanção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punição. Então esse sistema é um sistema extremamente moderno que vai nos levar a um outro patamar.

Eu quis trazer esse infográfico aqui – o José Guilherme também aproveitou esse modelo –, porque ele mostra exatamente como tudo conflui para que sejam feitas realmente a avaliação e a otimização dos recursos em todos os sentidos, com base em tendência e em análise de risco.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência*.) – Não está passando?

A SRA. CINTHIA TORRES (*Por videoconferência*.) – Não. Espera um pouquinho, porque agora deu um problema aqui no meu no meu compartilhamento.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência*.) – Enquanto a Cinthia instala os outros eslaides, que são poucos, eu gostaria de ratificar também a posição do Josélio. A Europa tem, há muito tempo, um sistema laboratorial chamado de Alerta Vermelho, no qual eles controlam toda a sorte de produtos que entram internamente e todos eles são exatamente bancados pela iniciativa privada, que dá vazão e sustentação ao funcionamento desses laboratórios. Então hoje qualquer estrutura, por mais moderna que seja, tem que certamente ser suprida por uma estrutura laboratorial compatível e possível de rapidamente nos dar o diagnóstico e o retrato do trabalho que a gente está executando.

A SRA. CINTHIA TORRES (*Por videoconferência*.) – Eu consegui trazer a tela que eu queria mostrar para vocês, que é exatamente esse estudo que a gente vem fazendo, como disse a ministra, há muitos anos, avaliando como otimizar esses recursos de forma mais efetiva, de forma mais eficaz. Hoje, nessa primeira coluna que a gente vê aqui, nessa primeira tabelinha, é o que hoje os nossos fiscais têm a obrigação de fiscalizar e acompanhar. Isso não é fiscalização, isso é rotina de produção. E, na coluna do lado, na qual a gente tem o autocontrole, a empresa assume essas responsabilidades e apresenta... Ele não vai deixar de acompanhar isso, ele não vai deixar de fiscalizar, mas a indústria vai apresentar esses dados e essas informações de forma trabalhada, analítica, para que ele possa atuar tomando decisões estratégicas, usando o seu conhecimento e a sua formação para decidir aquilo que é forte. E eu vou permitir que a indústria siga atuando e aquilo que eu vou corrigir, do que eu vou exigir correções ou eu vou acompanhar mais de perto.

Então, não tem...

Deixe-me ver se vocês estão conseguindo ver agora. Vocês estão conseguindo ver meus eslaides? (*Pausa*.)

Não tem outro caminho que não essa modernização.

Aqui eu queria também aproveitar que a gente está falando um pouquinho sobre sistemas... Um outro projeto que está acontecendo em paralelo e que está totalmente lincado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao projeto de autocontrole é a modernização dos sistemas de informação para exportação, em que a gente vai jogar as informações, como se cada país tivesse seus requisitos, num modelo de gabarito. E eu jogo essas informações ao longo do processo, então desde a chegada dos animais, da condição ao abate, de todo o processo dentro de um sistema. Esse sistema vai captando as informações, como se eu fosse ticando os requisitos, e, ao final do meu processo, eu tenho ali os produtos habilitados para X e Y países que atenderam os requisitos tais, que apresentaram conformidade nas análises microbiológicas, físico-químicas, e aí esses produtos automaticamente estão habilitados e estão aptos a serem exportados. É uma modernização e uma otimização de recurso com a qual a gente realmente vai dar forma àquilo que é importante, que é terminar o processo dando essa chancela.

E, por fim, o Mapa também tem trabalhado – e o setor privado em paralelo – com o que a gente tem chamado de *rating* do Mapa e *rating* do setor regulado, em que nós estamos impulsionando as indústrias a buscarem normas internacionais, a buscarem uma certificação reconhecida por terceira parte internacional, que tem grande credibilidade, que são feitas de forma isenta. E o Mapa, em paralelo, avalia o desempenho das empresas através de auditorias, atendimento dos planos de ação, conformidade de produtos e o sucesso em missões internacionais. Tudo isso junto vai nos ajudar a perceber quais rumos nós precisamos tomar, quais caminhos vão ajudar a gente a ir caminhando para esse processo evolutivo, mantendo a nossa posição como maior exportador mundial.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (*Por videoconferência*.) – Então, para encerrar, a visão que o setor tem... E a gente não fala só pela exportação, porque fechamos o ano passado com um percentual de 26% de exportações e 74% para o mercado interno.

Então, fechando o *speech* aqui e ficando à disposição de vocês, ganha o país, ganha o consumidor, ganha a competitividade e ganha a transparência. Então, nesse processo de ganha-ganha, nós temos que estar inseridos, como disse o Senador Heinze, dentro da legitimidade, com a maior brevidade possível, porque isso de fato é a grande dádiva hoje que o Brasil representa em relação à produção de alimentos.

Um grande abraço. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Antonio e também à Dra. Cinthia Torres pela participação.

Passo a palavra ao Senador Izalci para fazer as suas colocações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo e dizer que eu estava participando antes virtualmente. Acompanhei aqui a fala de quase todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar meu querido Josélio, que tanto contribuiu para nós aí na vacina da covid, colocando inclusive todas as plantas aí do agro à disposição.

Eu fico aqui, Presidente... Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia 18 anos atrás. E fico estarrecido com uma discussão como essa. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa, como auditor que sou independente... Isso aqui era para ser coisa do século passado. É óbvio que o controle tem que ser das próprias instituições. Nós temos os selos de qualidade. Hoje as próprias instituições têm interesse. Olha, nós temos as ações na CVM, nas bolsas do mundo todo. E tem os auditores independentes, que fazem o parecer, o que não tira da Receita Federal a possibilidade de fiscalizar qualquer empresa a qualquer momento. Eu sou ligado também à área de educação, e cabe às escolas buscar a qualidade e exigir que os seus concorrentes também tenham qualidade. Por isso é que se cria um selo de qualidade. Então, essa interferência, esse modo arcaico, essa burocracia desse país cartorial atrasado é uma coisa, assim, absurda. Eu estou vendo aqui o debate. Cara, isso não era para existir.

Como foi dito aqui, o Josélio colocou muito bem: essa regulação é autorregulação. Não se pode considerar todo mundo desonesto, todo mundo incompetente, todo mundo... Você tem que manter realmente o poder de fiscalização e punir realmente quem faz a coisa errada, mas não generalizar, como se todos fizessem a coisa errada. E nós temos... O Brasil é muito grande, e nós temos situações totalmente diferentes, como os agricultores familiares, os grandes produtores, o trabalho das cooperativas ajudando... Então, eu fico assim... Eu fico doente, realmente, quando eu vejo a Embrapa, cara, que foi para nós... É respeitada no mundo todo, e a gente tem que ficar brigando para conseguir orçamento para manter a Embrapa, para pagar o básico. Eu vejo aí, estava vendo essa questão do orçamento do Mapa. Se nós temos hoje uma economia, uma balança comercial favorável, a gente deve ao agronegócio. E aí, com um orçamento ridículo desses e discutindo essas coisas que não têm sentido... É uma coisa tão óbvia! Sabedoria – eu aprendi – sabedoria é reconhecer o óbvio. É o óbvio que tem que ter autorregulação, o que não impede, como foi dito aqui por todo mundo, que o Governo fiscalize. Agora, não é usar o poder... Como foi dito aqui, o Brasil cresceu, sei lá, 10, 20, 30 vezes mais, e não tem mão de obra suficiente para fiscalizar um a um. Então, você tem que criar tecnologia, inovação e passar a responsabilidade para os produtores.

Quem mais quer realmente fazer a coisa correta, de forma profissional, são os próprios empresários. Neste país o Governo atrapalha demais, cara! Como é difícil produzir alguma coisa nesse país! Como é difícil você ser empresário, empreendedor! E aí você vai concorrer com os outros países, que não têm essa burocracia toda, e a gente acaba perdendo mercado, perdendo competitividade. Não precisava nem de lei, como foi dito pelo Josélio aqui. Não precisava nem de lei para isso. É o óbvio, não é?

Mas, infelizmente, a gente que vem da iniciativa privada – e eu sou auditor, fui professor, já fui tudo na vida –, quando entra no serviço público, que diferença! É da água para o vinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que as coisas foram feitas para não funcionar. Na livre iniciativa, você faz o que você quiser, só não pode fazer o que é proibido; é o óbvio. Agora, na área pública, tudo tem que ter...

Josélio, eu fui secretário em 2004 – só para você ter ideia de como era ciência e tecnologia. Se um pesquisador apresentasse um projeto e, no meio desse projeto, tivesse um determinado reagente e ele trocasse o reagente e tivesse um resultado maravilhoso, ele era punido porque ele mudou o reagente. Agora, se fizer tudo certinho, na burocracia completa, e não tiver resultado nenhum, parabéns para ele, pode pegar mais recurso. Esse é o Brasil. Levamos 20 anos para aprovar agora inovação, o novo marco regulatório de ciência e tecnologia. Vinte anos!

Eu estou vendo a educação e fico pensando nesses jovens que estão aí, que não estão sendo preparados para esse futuro que já é agora. Nós não temos mão de obra qualificada mais, não tem tecnologia, não tem inovação, não tem nada. Por quê? Porque este é um país burocrata, que prestigia a burocracia com a incompetência. Quanto aos fiscais – eu sou auditor –, a fiscalização é para orientar, não é para punir. Aqui, no Brasil, há remuneração sobre autos: quanto mais autuar, maior é a remuneração. Cara, que loucura!

Então, eu fico aqui... Acir, você falou da regularização fundiária. Metade da população deste país vive em áreas irregulares. Nós aprovamos o projeto – eu fui o Presidente da Comissão e apresentei todas as emendas – para regularizar as terras do DF. Metade da população do DF não tem escritura. As terras rurais... Estão aí as áreas rurais, os caras não conseguem financiamento, não conseguem nada, zero. O PAD/DF é um exemplo, um modelo, que foi no AgroBrasília agora. Vê o que é o PAD/DF: maior produtividade do Brasil, uma das maiores em Brasília. Os caras estão aqui desde 1979 e não têm escritura ainda. Aquilo não valia nada, a terra não produzia nada. Os caras vêm, acreditam, investem dinheiro próprio, porque não conseguem financiamento, e agora ainda querem cobrar dos caras R$18 mil o hectare, um negócio de doido.

Agora, em Taguatinga, Domingos, eu fui lá: um japonês... JK, quando criou Brasília, convidou o Presidente da Associação dos Produtores Rurais de São Paulo, dos pequenos agricultores. Veio para Brasília, deu um terreno para ele em Taguatinga, que está lá ainda preservado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Em volta, já ocuparam.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Izalci...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora não tem escritura, e querem tomar o terreno do cara.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Izalci, na época, nos anos 70, quando eu me formei agrônomo em Santa Maria, colegas meus vieram para cá. Pagavam uma taxa dum pacote de cigarro Hollywood – custava talvez R$50 reais – para poderem entrar em cima da terra. Era uma taxa que pagavam. E hoje essa terra é supervalorizada, como em qualquer lugar do mundo, com o que tem aqui no chamado PAD/DF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O PAD/DF é um programa de assentamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Meu colega Luiz Vicente Ghesti, meu colega Raul Lima, todos são colegas que vieram para cá naquela época dos anos 70, dos anos 80 e transformaram – ele e outros tantos que vieram para cá – essa riqueza aqui no Entorno de Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora, você tem aqui, Heinze, os assentamentos – por isso é que eu estou falando da regularização. As pessoas se assentam, não têm matéria-prima, não têm capacitação, não têm água, e querem produzir. Os caras vão lotear e vender a terra. Por quê? Falta de regularização, falta de pessoal. Inclusive, o Incra não tem um sistema para rodar a escritura.

Então, desculpa o desabafo, mas, cara, é revoltante, num país como o nosso, ficar... Nós estamos no século XXI, cara, não estamos mais no século XIX, para ficar discutindo isso aqui. Pelo amor de Deus!

Então, parabenizo por essa discussão, mas não tem nem que discutir. Eu acho que nem deveria ter lei, mas no Brasil tudo tem que ter. Só pode fazer o que é permitido; tem que ter decreto, lei, portaria. Vamos aprovar, mas nem precisava disso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Passo a palavra agora ao nosso amigo Ricardo Santin, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal.

V. Sa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN (Para expor.) – Exmo. Sr. Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; Exmo. Sr. Relator desse PL, Senador Heinze, é um prazer imenso estar aqui.

Permita-me, Presidente, fazer aqui uma homenagem especial e demonstrar também, como homenagem pessoal, a alegria de um eleitor que votou no seu Senador em vê-lo hoje fazer esse projeto que tão bem faz ao Brasil e ao nosso Rio Grande.

Senador Heinze, obrigado pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua seriedade, honestidade. E é uma honra para mim, como seu eleitor – votei e vou votar de novo –, ter o senhor aqui vendo esse trabalho. É um orgulho que dá ver isso.

O meu pai falava que esse seria um grande Senador, um grande Governador, um grande político, e hoje eu estou aqui, falando para ele pessoalmente. Então, permitam-se esse depoimento pessoal, porque é uma alegria.

Também queria saudar os meus companheiros de mesa: o Janus, o Secretário Zé Guilherme, o Josélio, o Antonio Camardelli, que está lá em Seul.

Permitam-me também saudar a ex-Ministra Tereza Cristina, Deputada, mas queria também fazer um agradecimento muito especial ao nosso Relator, Deputado Domingos Sávio. Ele fez... Médico veterinário, trabalhou exaustivamente nesse projeto. Nós discutimos como setor, discutimos como sociedade, discutimos como auditores fiscais – não é, Zé Guilherme? –, com o Deputado, que teve a parcimônia de ouvir todas as partes e fazer aquilo que era possível, defendendo não só a avicultura – porque eu falo aqui em nome da avicultura –, mas também o setor leiteiro de Minas, brigando lá para fazer o quê? Um avanço.

Então, Deputado Domingos Sávio, é um orgulho imenso estar aqui com o senhor e poder falar mais.

Aos Srs. Senadores Jean Paul e Zenaide, com quem estamos falando por sistema, a minha saudação especial, bem como aos demais Srs. Senadores e Senadoras.

Senador Acir, o que nós representamos aqui? A avicultura e a suinocultura do Brasil tem 4 milhões de empregos diretos e indiretos; trouxe para o Brasil, nos últimos 20 anos, US$145 bilhões. E, se eu agregar aqui o valor do bovino, nós vamos para US$300 bilhões.

Eu falo em nome dos setores de aves, de suínos, de ovos. Falo também pelo setor de leite – da Viva Lácteos, está aqui o Marcelo –, que tem, Deputado Domingos, 1,1 milhão de pequenos produtores no Brasil. Falo em nome da Peixes BR, que tem produção de tilápia hoje que já está vendendo para os Estados Unidos. Falo em nome, Senador, do Fórum PróBrasil. O Fórum PróBrasil é composto de oito entidades – ABPA, Abiec, Abra, Sindirações, Abinpet, Ubrabio e Abipesca – que, juntas, são R$0,5 trilhão de PIB. O Carlos Alberto está aqui, o Donizeti estava aqui, e o Osório, meu diretor, que trabalhou tanto nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses setores, que têm mais de 10 milhões de pessoas trabalhando neles, estão ávidos – o Senador Izalci colocou aí muito bem – por uma modernização. E é isso que a gente quer trazer.

Permita-me agora dizer que esse processo é uma evolução para a segurança alimentar. E vou começar dizendo o seguinte: não há, Senador Acir, uma produção de comida diferente para quem está nas empresas. As minhas filhas não comem nada diferente do que vai para o outro lado do mundo e do que vai para o nosso consumidor geral. As empresas não fazem nada, não é, Zé? É tudo a mesma coisa! Não há que se dizer que não tem segurança alimentar, porque esse sistema que eu defendo, que o Deputado Domingos Sávio defendeu e que o Senador, agora, como Relator, está defendendo é o mesmo sistema que alimenta os fiscais que cuidam das plantas, o qual está aí, funcionando, e quer evoluir. É isso que nós estamos falando: não há nenhum risco à segurança alimentar. Muito antes, pelo contrário: ele vai melhorar a capacidade de o nosso auditor fiscal federal agropecuário proteger a segurança das pessoas.

E por que é que estão fazendo isso? Porque o mundo fez. A Cinthia mostrou: isso é uma tendência global. Europa, Estados Unidos, Canadá... Veja aqui, ó: a FAO coloca lá que as produções de carne têm que ser feitas com base em abordagem mais baseada em risco, e não em fiscalização visual. Está lá o modelo Ribmins (Risk-Based Meat Inspection and Integrated Meat Safety Assurance), da Europa. E nós estamos aqui usando a Europa como nosso exemplo. E lá eles estão fazendo a mesma coisa que nós, só que lá estão fazendo o quê? Festejando a evolução. E nós queremos fazer isso também.

Olha só, Senador Acir, a União Europeia coloca lá o modelo atual tradicional, que tem doenças – olha as doenças, as visíveis, inspeção visual –, e o atual, porque eles já evoluíram para esse sistema: comparação *status quo* e o futuro da inspeção baseada em risco; avaliação... E eles colocam uma coisa importante: redefinindo os critérios de condenação para minimizar o desperdício de comida, Josélio, que você falou. O Deputado contou aqui o exemplo do queijo. Todo dia vai um monte de comida fora. E essa evolução vai fazer o quê? Com que o nosso auditor fiscal tenha mais segurança no controle, e não fique controlando se tem asa quebrada. A verdade é essa.

Está aqui: o operador da empresa alimentar deve assumir a responsabilidade. E ela já existe hoje, como bem falaram aí os colegas que antecederam: o HACCP ou APPCC. Nós já temos autocontrole. O autocontrole é presente hoje – não é, Pablo? –, já existe.

E eu vou dizer o seguinte lá para o Senador Jean Paul, que me disse: "Como é que vai fazer? Quem que vai pagar esses auxiliares?". Hoje tem – o secretário pode confirmar – 12 mil auxiliares técnicos de inspeção, pagos pelas empresas e comandados pelo Serviço Oficial Veterinário. São 12 mil – não é um, hein? –, que estão lá fazendo e que seguem ordem sabe de quem? Não do dono da empresa. Eles seguem ordem do fiscal federal agropecuário. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditor está lá; se ele manda que tem que condenar, o cara condena. E funciona hoje no dia a dia.

É essa evolução que o José Guilherme, junto com a Ministra... Porque esse projeto, senhores, não é um projeto da indústria. Está aqui o Secretário substituto do Marcio, que atua nisso. Ele é um projeto feito pelos fiscais federais agropecuários concursados, e ele teve o apoio da Câmara, da Presidência da República e agora – esperamos – do Senado para melhorar o país.

O PL institui a análise de risco como abordagem... Como bem falou, está lá no art. 6º, junto com o que o mundo está fazendo. Não é inovação. Análise de risco é papel do Estado. A moderna inspeção fala – e a Cinthia colocou bem – em dados, em informação. Os métodos estão lá para atender isso eficientemente. Está lá o HACCP. O PL permite que o Estado concentre as suas ações na fiscalização de atividades de maior risco, sem enfraquecer o papel estatal. Isso foi dito à exaustão aqui. E nós queremos corroborar.

Esse é o exemplo. Essa é a foto que a Europa está usando e que o Canadá está usando para a sua evolução. Sai de estar na linha simplesmente... Não é sair simplesmente; é estar presente de maneira mais eficiente, através de relatórios que virão mostrar... E aí, lá no laboratório, vai se dizer se tem contaminação, se tem problema. E o produto final, como bem falou antes aqui quem me antecedeu, o Senador Heinze... As empresas têm marca, gente; investem fortunas para proteger suas marcas. Vão fazer coisa errada por quê? Nós vendemos para 150 países no mundo. O maior exportador – o Senador falou – de frango do mundo é o Brasil, com mais de 1 milhão de toneladas de diferença contra o segundo, que são os Estados Unidos, e mais de 3 milhões contra o terceiro, que é a Europa. Os caras têm respeito pelo Brasil. E não só têm respeito; querem o Brasil como parceiro.

Esse sistema – uma das perguntas que foram feitas – é aceito pelo mundo inteiro. O Camardelli bem colocou: não tem exportação nem produção sem Governo. Nós não queremos aí o Governo; muito pelo contrário, nós queremos dizer: tenha a melhor otimização dos seus recursos.

O PL está ali – e vou voltar a dizer o que o José Guilherme disse – e ele é uma modernização da inspeção, não é autofiscalização. Não é eu cuidar do que eu produzo, é eu cuidar do que eu produzo e submeter a análise do Serviço Veterinário Oficial. Ele foi construído pela SDA e está lá... Preserva a qualidade dos alimentos, é o alimento que eu como, é o alimento que 500 mil pessoas produzem e comem. Não é uma coisa simples. Garante oferta de produtos, protege a carreira dos auditores fiscais federais agropecuários, que nós entendemos... Está aqui a Anffa, o Pablo sabe: fui ao Presidente Bolsonaro, ao Ministro Paulo Guedes, ao Ministro Marcos Montes, ao Ministro Ciro Nogueira pedir a reestruturação da carreira, o aumento do número dos fiscais, os concursos que a ministra pediu, acima de tudo, para a gente poder fortalecer esse trabalho, modernizar as fiscalizações. E o setor é a favor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a carreira precisa crescer e continuar a nos fiscalizar, ajudando a mostrar ao mundo que fazemos coisa séria.

O PL traz uma nova metodologia de distribuição da carga de fiscalização pela análise de risco. A implementação desse modelo está de acordo – e, José Guilherme, me permita –, e eu vou ler, porque é muito, Senador Acir. O TCU – o TCU – falou para o Governo, e eu vou ler aqui para os nossos consumidores uma análise de um órgão de fora que disse o seguinte:

> Recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura que avalie a conveniência da realização de inspeção federal periódica, sem exigir a presença permanente de fiscais federais agropecuários nos estabelecimentos relacionados nos itens 1 e 6, atribuindo ao profissional contratado pelas empresas fiscalizadas a responsabilidade pela garantia da qualidade dos produtos de origem animal e do tratamento adequado dos animais, mas mantendo o controle ministerial, por meio do auditorias e supervisões periódicas baseadas em matriz de risco higiênico sanitárias de acordo com padrões técnicos a serem definidos.

Isso é o TCU que está dizendo. E sabe por que ele está dizendo isso? Porque ele está querendo proteger o dinheiro do consumidor, para que a gente tenha otimização dos recursos públicos, dos nossos auditores, fortalecendo-os no sentido de eles irem lá de vez em quando. Numa planta em que nunca tem um erro, por que o cara tem que estar todo dia lá? Vai cuidar de quem tem erro, e quem nunca tem erro você vai analisar uma vez a cada semana, uma vez a cada dez dias, e assim por diante. É isso que o ministério está propondo. Não está propondo entregar a fiscalização. E nem nós queremos isso. Nós queremos ter exatamente isso, porque vai evoluir. Evolução: mantenha a defesa do consumidor e a segurança dos alimentos, porque, de acordo com o critério de análise de risco, se determinado estabelecimento tem procedimentos que não garantam a transparência, vai poder ter uma garantia maior ainda de segurança alimentar e, por cima de tudo, em relação às possíveis fraudes. Controla mais as fraudes, porque as fraudes não acontecem sozinhas, acontecem na empresa quando alguém fechou o olho. Com o relatório, um *hub* laboratorial que está lá automático com algoritmos e uma SDA Digital, quando se tem inteligência artificial que diz assim: "Espera aí porque aqui tem um desvio que está começando a aumentar. Fiscal, vá lá visitar aquela planta"... É isso. E aí melhora a qualidade da fiscalização.

O modelo de fiscalização é o mesmo adotado em vários países – Estados Unidos, Europa, Austrália, Canadá – e não há nenhuma inconstitucionalidade nisso. Já passou pela Comissão lá da Câmara, foi absolutamente discutido, discutido à exaustão com a sociedade. E eu ouso pedir também, como pediram novas manifestações, que esse projeto seja aprovado amanhã, porque o Brasil precisa que ele ande e ele já está totalmente discutido, mantendo a supervisão e fiscalização digitais do Mapa.

Eu vou me autorizar, já que falamos tanto, a repetir três pontos aqui. Está lá. Quem cuida de defesa? O Mapa. Quem cuida da defesa é o Ministério da Agricultura. A fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agropecuária está lá. Não pode ser atividade que tem no exercício de poder de polícia administrativa. Está lá na lei de maneira clara, absoluta. O Ministério da Agricultura pode credenciar – já foi dito dez vezes, vou repetir –, não permitindo o credenciamento de atividades próprias da fiscalização. A fiscalização é do auditor fiscal, que será feita na maneira de relatórios, usando a inteligência, usando a tecnologia, poupando recurso público e, acima de tudo, otimizando a ação do auditor fiscal federal, que é absolutamente essencial ao Brasil.

Os programas serão discutidos pelo estabelecimento, mas tem que atender o mínimo dos requisitos definidos na legislação. Aliás, no caso das carnes, já é feito isso. O HACCP, o controle das pessoas, já está lá, no dia a dia.

Por isso, indo para a parte final da minha apresentação, Senador Acir, o que eu queria dizer é que o mundo precisa de alimentos. Nós estamos aí olhando o mundo em crise de segurança alimentar, e o mundo olha para o Brasil e vê essa projeção do ISPA, com base na FAO: Austrália, 9%; China, 15%; União Europeia, 12%; Canadá, 9%; Estados Unidos, 10%, e o Brasil tem que crescer 41% na sua produção de alimentos. E nós precisamos ter elementos e instrumentos que acompanhem essa evolução. E essa projeção é até daqui cinco anos. E aí eu vou dizer: "Nós vamos fazer concurso para contratar um monte de gente em tudo que é planta".

Senador, tem um ponto... Falou-se aqui em segurança. Duvido que quem tenha mais que a minha idade ou seja da minha idade todo dia não depare com alguma pílula ou comprimido que tenha que tomar, não é? Não tem cara com mais de 50 anos que não tenha que tomar para pressão, diabetes ou não sei o quê. Eu tomo uma batelada. Agora, vocês sabem que produção de remédio não tem fiscal o dia inteiro? Não é, Senador? Tem lá? Não tem. Não tem um fiscal dentro de cada planta que produz remédio no Brasil. E tem falta de segurança? Se eu tomar um remédio errado, eu posso morrer, não é? Não tem e funciona. Nós hoje precisamos é disto: de modernização, com os nossos auditores fiscais federais fortalecidos, fortalecida a carreira, mantida a exportação.

Agora, não dá, Senador Acir, para a gente ficar... Eu tenho um exemplo de uma empresa do Paraná que está há seis meses com 1,5 mil postos de trabalho esperando a designação de um SIF porque não encontra fiscal. E talvez o fiscal da planta do município do lado, já que essa empresa que está lá esperando tem outra planta, que é fiscalizada e tem o mesmo sistema, poderia fazer essa fiscalização, meia semana em uma, meia semana na outra, usando esses novos instrumentos.

Só o nosso setor tem 20 mil vagas de emprego abertas e tem que crescer mais ainda. Hoje precisamos sabe do quê? Abates extras; não tem, às vezes, fiscal para fazer o abate extra. E por quê? Para isso se poderia fazer sabe o quê? Produção para a gente atender o mundo, que está com problema por causa da interrupção dos grãos, com problema em tudo que tem aí, e a gente não consegue. Então, o que a gente quer fazer, em resumo, é conseguir... Nós já temos esse exemplo dos regulados nos frigoríficos trabalhando, pagando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantendo e convivendo com absoluta responsabilidade. Volto a repetir, nós não comemos uma comida diferente da que a gente produz ou vende; é a mesma que as nossas famílias. Nós temos responsabilidades, e, se alguém faz alguma coisa errada, o Estado tem que estar pronto para buscar e fazer isso.

Então, eu queria, Senador Acir, agradecer, mais uma vez, a presença; agradecer aos mais de 500 mil trabalhadores de chão de fábrica do nosso setor e todos os outros que estou representando aqui, que estão, no dia a dia, aqui. Na pandemia, não pararam de produzir comida e foram assumir o seu risco lá, quando a gente não sabia de nada, Senador Acir. Nós fomos declarados emergenciais pelo Governo Federal e não paramos de produzir. A Europa teve prateleiras vazias; os Estados Unidos, prateleiras vazias; e, no Brasil, nunca faltou. Nós exportamos muito frango, mais de 30% do que se produz, mais de 25% do que se produz de boi, mais de 20% de suíno, e estamos exportando muito lácteo, tilápia, ovos, mas nunca deixamos desassistido o nosso brasileiro, o nosso consumidor.

Então, terminando com essa fala, eu queria pedir aos Srs. Senadores – porque a gente já tem um projeto que está discutido à exaustão, como mostrou o Camardelli, em todas as etapas, que foram cumpridas –, que a gente vá para a aprovação desse projeto! Possibilitem-nos crescer! Não há necessidade de dizer que isso é coisa definitiva; amanhã, pode se voltar a discutir de novo, a evolução está aí. Nós ouvimos hoje um cara falando da Coreia do Sul, e, um tempo atrás, quando essas leis que estão sendo revogadas foram feitas, tinha que se mandar um fax de navio para lá, uma semana antes. Então, é isso que a gente quer. Pelo bem do Brasil, pelo bem das nossas famílias, pelo bem do nosso país, eu gostaria de solicitar a aprovação desse projeto, e a gente poder continuar a crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Ricardo Santin, pelas suas explanações.

Vamos, então, para uma última rodada, pedindo que a gente possa ser mais sucinto agora; já discutimos, debatemos.

Então, passo a palavra ao Janus Pablo, para fazer as suas colocações e também as considerações finais, porque essa é a nossa última rodada e, mais uma vez, agradecendo a sua presença junto conosco, representando aqui todos os fiscais, toda a equipe que trabalha no Ministério da Agricultura.

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Acir.

Quero me lembrar dos meus colegas que estão ali atrás. São todos auditores fiscais federais agropecuários. Temos representantes também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sejam todos bem-vindos!

O SR. JANUS PABLO FONSECA DE MACEDO – ... de outras carreiras do ministério, como a Anteffa, do nível médio, que estão ali presentes também.

Então, esses dados aí mostrados tanto pelo Dr. Ricardo Santin, como pelo Dr. Camardelli, muito nos orgulham. Esse crescimento exponencial da agropecuária brasileira é fundamental para a nossa permanência também. E muito disso ocorreu, porque os auditores fiscais federais agropecuários trabalharam durante toda a pandemia, de forma continuada, garantindo toda a pauta de exportação e – lembrando também, pessoal – importação do agronegócio.

Quero lembrar os fertilizantes, que são 95% deles importados e passam pelas mãos dos auditores agropecuários. Isso com um quantitativo de pessoal de 2,4 mil, em 2022, hoje, aproximadamente, e esse número tem tendência a um viés de queda, lembrando que, em 2002, há 20 anos, nós éramos 4.040, ou seja, quase metade, produzindo muito mais, com eficiência, por meio de um trabalho de excelência, e colaborando para que esses dados que foram mostrados pelos os doutores aqui sejam totalmente positivos.

Lembramos também que esse projeto é muito mais amplo. A gente está muito focado aqui na área de proteína animal, mas ele versa também – e vai atuar nisso – sobre toda a área vegetal, na qual nós já temos o autocontrole. E eu vou citar um exemplo aqui: as fiscalizações das indústrias de cachaça, que eram feitas com uma frequência muito maior – e olhe que nós não tínhamos a permanência do auditor nessas plantas –, estão anuais e, às vezes, até, bienais. Nós não temos número suficiente nem para atender o autocontrole.

Nós necessitamos urgentemente de concursos públicos. Há uma solicitação do Ministério da Agricultura, que está no Ministério da Economia, da ordem de 500 auditores fiscais federais agropecuários nas suas cinco formações: veterinário, agrônomo, químico, farmacêutico e zootecnista. Precisamos muito deles. Nós estamos com muitos colegas se aposentando, com o agro crescendo, e, mais uma vez, queremos ser a mola propulsora, realmente colaborar de forma positiva para que o agronegócio cresça. Não adianta a gente mudar os regulamentos se não temos pessoal – e eu até estendo mais: pessoal de apoio também, pessoal de nível médio para atuar ao lado dos auditores e promover essa pujança comercial.

Quero lembrar também que o programa de incentivo às empresas do Mapa vai precisar de um aporte financeiro muito grande, e isso pode ser um critério excludente para as pequenas e médias agroindústrias. Nós temos que mensurar isso aí. Será que vai ser autocontrole só para as grandes empresas, as multinacionais? Nós recebemos um ofício, inclusive, de uma associação que representa o setor, parte dele, de proteína animal que questionava vários pontos, inclusive convergentes, com dados apresentados por nós, os auditores. Isso nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupa também. Será que nós vamos atuar só para a pauta de exportação, levando em consideração aquilo que o Dr. Ricardo Santin falou, que o mesmo alimento produzido aqui é exportado? Como é que vai ficar daqui a cinco, dez anos?

Foram citados aqui alguns países, como os Estados Unidos. Lá a polícia também é terceirizada, é uma outra realidade. Será que ela casa com a realidade brasileira? Será que nós temos maturidade cultural e social para absorver esse tipo de modelo? Esse é um questionamento que fica. Tudo, praticamente, lá é terceirizado, inclusive o sistema único de saúde.

Eu tive a oportunidade de morar no Canadá e na Espanha. Na Espanha, eu visitei recentemente um abatedouro, um frigorífico de pata negra, aquele porco, o suíno. Visitei desde o abate, o corte, até a produção final, a saída dele. E me chamou a atenção o fato de que o pernil que seria exportado tinha três etiquetas de fiscalização: fiscalização municipal; fiscalização da província, que equivale ao estado; e, se fosse exportado, fiscalização federal, feita por alguém de cargo praticamente da mesma nomenclatura que a nossa: auditor fiscal federal agropecuário, em espanhol. Para vocês verem, existem vários modelos no mundo todo. Na Austrália mesmo, quando foi implantado esse modelo, a imprensa alertou para o cuidado de uma fiscalização privada – não é esse caso aqui ainda, mas lá já saiu o alerta.

Então a gente tem que fazer esse alerta como organização que representa essa categoria tão importante aqui para o agronegócio. Nós temos que ficar atentos a essas mudanças. Queremos participar da evolução, do avanço do agronegócio brasileiro. Precisamos evoluir também como carreira.

Agradecemos aqui o apoio, durante todo esse tempo, da ABPA, na pessoa do Ricardo Santin; da Abiec, na pessoa do Dr. Camardelli; e da própria SDA, porque não há evolução na agropecuária brasileira se nós não evoluirmos também nas carreiras que compõem o Ministério da Agricultura – aí eu me refiro a todas elas. Nós temos que considerar essa evolução também. Hoje nós somos muito mais fiscais; temos a nomenclatura de auditor, mas fazemos pouca auditoria. E esse programa é para fazer auditoria. Então, nós temos também que readequar as nossas atribuições.

Lembro que nós, hoje, somos auditores de terceiro nível. Pessoal, nós ganhamos num patamar do Governo muito abaixo dos auditores da Receita Federal. Se você comparar os três níveis, existe o nível principal, de toda a Receita Federal, ganhando mais de R$30 mil; existem os auditores do Banco Central, da CGU e de outros, na faixa de R$27 mil; e os auditores fiscais federais agropecuários, que contribuem com mais de R$88 bilhões para a economia nacional, gerando diretamente mais de 180 mil empregos – eu fico feliz com esses dados, porque vão atingir, neste ano, a casa dos R$100 bilhões diretos –, percebem, no máximo, R$20 mil, muitas vezes trabalhando de forma contínua, sábado, domingo, feriado, num nível de complexidade e de importância extrema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agradeço, Presidente, a oportunidade de esclarecer esses fatos aqui para o senhor, para os Senadores e para o público.

Quero deixar este alerta: vamos ampliar o debate, vamos para outras Comissões. Esse projeto é viável, mas carece de mudanças. Nós temos 11 itens que são simples para serem reformados e que vão dar à população a garantia da saúde pública e a garantia da segurança alimentar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Janus Pablo.

Só para conhecimento, Janus, era para termos votado essa matéria na semana passada. Não é isso, Senador Heinze? Mas, por acordo – por acordo! –, nós transferimos para esta semana, para fazermos esta audiência pública e para, com esse acordo, também votarmos amanhã. Então, nós estamos trabalhando dentro de um acordo. É só para que todos entendam que nós fizemos um acordo na semana passada. Era para termos votado na semana passada. Nós interrompemos a votação, para fazermos esta audiência pública, que pode se estender. Podemos fazer outra à tarde ou amanhã, de manhã, não tem problema. Mas esse acordo foi para votarmos amanhã essa matéria e não passarmos em outras Comissões, porque os Senadores são os mesmos, os temas são os mesmos. O que você está falando aqui você poderá falar em outra Comissão, mas é a mesma coisa. O José Guilherme vai estar presente, o Santin também, o Josélio também, e todos vão falar a mesma coisa para os mesmos Senadores, para as mesmas Senadoras, porque todos participam das mesmas Comissões também.

Então, é só para justificar por que nós vamos votar amanhã. E não há pressa neste projeto. Todos os projetos aqui, na CRA, andam rapidamente porque eu, como Presidente, entendo que tenho que dar celeridade a todos os projetos, pois todos são muito importantes.

Antes de passar a palavra para o José Guilherme, eu passo a palavra, pela ordem, para a Senadora Zenaide Maia.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua participação, Senadora Zenaide Maia. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Eu queria dizer... Primeiro, eu queria perguntar ao senhor quem acordou para essa votação ser feita amanhã, porque, com todo o respeito ao que está proposto aqui – eu ouvi tudo –, para mim, eu tenho um olhar diferenciado para a segurança alimentar. A segurança alimentar para o povo brasileiro, como foi dito aí... O mundo nos respeita, o mundo nos olha. O mundo nos olha! O mundo nos olha porque vê a gente, todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia... Nada tenho contra o setor agropecuário, que aumenta o PIB, mas os senhores sabem também que existem muitas renúncias fiscais para ajudar o setor agropecuário. Eu não sou contra, inclusive, renúncia fiscal em importação de agrotóxico, a gente sabe disso. Mas é um setor que gera emprego, isso tudo.

Segundo, eu vi aí que as empresas já fazem o serviço. Então, por que vamos mudar a lei, se já são as empresas que o fazem?

Eu confesso ao senhor que fiquei assim... Eu esperava uma preocupação com segurança alimentar. Para mim, não é só as empresas criarem condições de terem mercados. É claro que vão ter mercados externos, porque você vê... Por exemplo, eu queria citar aqui a China. Mesmo com a divergência à que, muitas vezes, a gente assiste aqui, neste Congresso, entre o Governo brasileiro e o chinês, a China, para alimentar o seu povo, passa por cima de tudo. O que ela quer é o alimento para alimentar o seu povo.

Eu queria muito que o agronegócio também se debruçasse sobre a fome no nosso país. São 33,1 milhões... Isto aqui não é uma questão de você ser de esquerda, de direita, verde e amarelo. Não existe isso. Isso é uma questão de defender a vida, gente!

Acho que a gente poderia se debruçar também em como fazer, o que fazer, porque não há explicação – o mundo nos olha – em o país, como foi mostrado aqui, que é o maior produtor de alimentos e, inclusive, de proteína animal para exportação, ter 33 milhões com fome! Isso não é a Zenaide que está dizendo. Eles estão nas ruas.

Então, acho que um setor de importância fundamental para a economia deste país, que é o que aumenta o PIB e não parou durante a pandemia, para não desabastecer... Eu, sinceramente, expositores e produtores de alimentos deste país, acho que a gente tem que sentar. Há algo errado. Há algo errado!

Quando eu fui médica residente anos atrás, 60% dos leitos de pediatria da rede pública eram ocupados por crianças desnutridas. São dois tipos: o marasmo e o kwashiorkor. O marasmo acomete quem come muita farinha, mas não tem acesso à proteína animal, e o kwashiorkor é a desnutrição total. Então, o que acontece? Se estamos com 33 milhões em insegurança alimentar, não vai demorar para a maioria dos leitos infantis deste país estar com isso aí.

Então, amigos, eu acho que isso não é de uma urgência urgentíssima. Eu acho que meu amigo Acir vai me responder com quem foi feito esse acordo de se votar amanhã; na reunião de Líderes, não foi, porque eu participei.

O que custa a gente dar mais visibilidade? Acho até que isso dá segurança para os senhores, porque o que se está dando a entender é que são os senhores que vão fazer a própria vigilância sanitária, como foi falado aí, não só da proteína animal, mas dos outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos. E isso cria uma insegurança não só alimentar – e a gente já não fala disso! –, mas uma insegurança para quem ainda pode comprar essa proteína animal.

Vamos deixar ir para as outras Comissões, vamos fazer um debate maior. É isso que eu estou pedindo.

Aqui ninguém é contra o agronegócio. Eu sei da importância da Embrapa de que o Izalci falou. E a gente luta aqui para que a Embrapa tenha mais recursos no orçamento, porque a gente sabe da importância da Embrapa para o agronegócio brasileiro. Não é por outra coisa.

Então, eu insistiria que a gente deixasse ir para as outras Comissões, porque aí acabariam todas as dúvidas, gente.

Obrigada, Acir.

Então, com quem foi feito o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem! Muito obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não tenho nada contra, mas quem sabe... Por exemplo, eu tenho muita amizade com meu amigo Heinze também. Temos divergências, mas no fim a gente discute. Este é o Parlamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É o agrotóxico aí, o agrotóxico. (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É o agrotóxico! Deixe-me dizer aqui...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou dar para o Colatto também o agrotóxico. O Colatto tomou o agrotóxico seu aí.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Quando Deputada, a gente era dessa Comissão de redução de agrotóxico. Então, Colatto e outros que faziam parte diziam: "Mas, Zenaide, você é médica e está dizendo que agrotóxico não é fitoterápico". Eu dizia: "Bote aqui no seu copo e tome na minha frente, que eu garanto que não é!". (*Risos.*)

Mas vamos tratar disso com leveza, com o julgamento dos senhores. Ninguém é contra o agronegócio, ninguém! Temos divergências políticas em algumas coisas. Quando se fala em segurança alimentar e em defesa da vida – é por isso que Zenaide vai de frente com o agrotóxico –, isso não depende de governo, até porque o agronegócio cresceu com o apoio dos governos que vieram anteriormente. Ninguém faz nada só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que aqui é importante a discussão, porque o que se dá a entender desse projeto para quem não se debruçou sobre... A população diz aqui no meu Sertão que é botar raposa para tomar conta de galinheiro. Eles dizem isso para mim: "Como é? É a raposa? O próprio dono do frigorífico é que vai dizer se a carne está boa ou não?". Só estou dizendo aos senhores o pensamento da população. Por isso minha preocupação é que a gente possa discutir mais, lembrando o seguinte: é urgente? Para mim, urgência é a parada cardíaca, meus amigos. Dá para a gente discutir esse projeto mais um pouquinho.

Obrigada, Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide. Eu agradeço. Muito bem! Agradeço a sua participação.

O acordo foi feito aqui com quem estava na reunião na semana passada, na última quinta-feira, com quem estava presente. O Relator, Senador Heinze, e os demais Senadores que aqui estavam conversaram.

A questão de ir para outras Comissões não depende de nós. Eu tenho responsabilidade com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Cada Comissão tem o seu Presidente. Eu não posso interferir na CMA, eu não posso interferir na CAS, na CCJ; eu apenas posso contribuir aqui na CRA. Com as outras Comissões, eu não tenho essa capacidade, não. E o nosso acordo foi aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, entre os Senadores e Senadoras que aqui estavam presentes.

Era só para esclarecer para a senhora, Senadora Zenaide. A pressa não é por esse projeto. Volto a dizer: todos os projetos que passam pela CRA são tramitados rapidamente – e V. Exa., creio, já deve ter sido Relatora de algum projeto – e daqui vão para outras Comissões, vão para o Plenário, conforme o Regimento da Casa. É só para esclarecer à senhora.

Agora passo a palavra ao Dr. José Guilherme Leal.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL (Para expor.) – Presidente, primeiro, quero agradecer esta oportunidade e a condução. Eu já participei de outras audiências que realmente foram como o Josélio falou. Mas várias apresentações estão em debate. Acho que o senhor conduziu muito bem, permitindo o debate. Isso é importante.

Eu vou passar rapidamente para as perguntas que foram feitas inicialmente e depois vou para as considerações finais.

O Francisco David pergunta se foi feita consulta aos adidos sobre os impactos internacionais. Sim, com todo... Nem é falsa modéstia, mas o melhor conhecimento sobre a questão de impacto internacional está justamente na equipe da SDA, que trata de todos esses acordos de equivalência, tem experiência de receber auditorias, de fazer auditoria fora. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos a avaliação interna de que não tem nenhum impacto em relação à questão de exportação.

A mesma coisa o Juliano pergunta: se os países que compram de nós vão querer comprar carne não fiscalizada. Não existe, nesse PL, nada de carne não fiscalizada, não inspecionada. Isso tem que ficar claro.

"O Mapa irá tornar pública a lista de empresas com autuação?" Sim, nós já tornamos. E o PL prevê, no §1º do art. 27, essa obrigação.

O Welinton pergunta sobre investimentos, para o setor poder se adaptar com a redução de impostos. Nós não tratamos aqui da redução de impostos, mas vamos ter que fazer uma parceria, sim, com o setor privado para trabalhar na linha da capacitação, para que empresas, como o Pablo falou, de pequeno e médio porte possam se adaptar também a esse projeto. A gente tem aí todo o Sistema S que pode auxiliar.

"O Estado deixaria de ter o poder de apreender insumos irregulares?" De forma nenhuma. Está prevista claramente, na medida cautelar, a questão de insumo irregular.

E aqui eu quero fazer uma ressalva: a nossa auditoria tem feito um trabalho muito importante, Senador Heinze, quanto aos defensivos irregulares que estão no Brasil. Nós temos feito um trabalho muito importante de identificar produtos piratas e retirar isso do mercado.

Duas perguntas aqui, a do Newton e a da Gisele, são parecidas. Uma delas é se o PL deixa o consumidor indefeso; a outra é se ele promove algum prejuízo no Sistema de Defesa Agropecuária. A gente sabe que temos posições divergentes aqui, mas não tem como aumentar a responsabilidade do setor privado, exigir mais do controle de qualidade e ter prejuízo ao consumidor, mantendo e tornando... Eu reforço aqui a minha visão de que a auditoria do ministério vai ser mais eficiente com esse PL. Toda vez que nós temos mudança de procedimento, existem essas divergências – nós já passamos por isso em outros momentos dentro do Ministério da Agricultura –, mas a minha convicção é a de que nós vamos ficar mais eficientes. Ao ficarmos mais eficientes, nós vamos dar mais garantia também ao consumidor.

A Tatiana pergunta: "Reduzir o valor das multas torna a fiscalização sem efeito [...]". Eu já expliquei que, na maioria dos casos, nós estamos elevando o valor das multas. Ela fala que é sem inscrição na dívida ativa da União. Não, lógico que não. Quem não pagar a multa continua sendo inscrito na dívida ativa da União, o PL não altera em nada isso, nem poderia.

Eu vou indo aqui para as considerações. O debate ficou muito centrado, e é normal isso, infelizmente, e o Pablo chamou um pouco a atenção para isso. Eu falei no início: nós temos 18 grandes segmentos regulados, e a gente acaba pegando muito a parte da inspeção de produto de origem animal, e só da inspeção permanente. Vamos lembrar hoje que nós temos um pouco menos de 500 estabelecimentos de abate que têm inspeção permanente. Inspeção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanente vai continuar. E temos mais de 40 mil outros estabelecimentos que nós falamos que são as auditorias regulares. O ministério não está e não vai ficar presente todo dia. E justamente o aperfeiçoamento do trabalho da auditoria com autocontrole vai nos dar condição de fazer um controle melhor e estar, como o Pablo falou, fazendo realmente auditoria dentro desse sistema. É isso que eu queria deixar claro, e muitas vezes – e é natural dentro do debate, a gente está mais ou menos há três anos discutindo esse tema – acaba se carregando muito para a parte só da inspeção de produtos de origem animal. O PL é mais amplo e vai trazer benefício a todos os setores.

Eu queria reforçar aqui, e de novo, Senadora Zenaide: não tem autofiscalização. Não tem autofiscalização. Não tem a questão de terceirização. A gente pode ter divergências de interpretação, mas não tem terceirização. E modernizar e colocar melhoria de procedimentos é uma obrigação nossa na gestão. Então, nós temos que avançar sempre com isso, na melhoria e na modernização de procedimentos, mantendo a finalidade pública.

Agora, eu quero fazer uma ressalva. Falou-se muito da questão da força de trabalho do Ministério da Agricultura. A força de trabalho do ministério está muito defasada, Senador Acir, e não vai ser o PL que vai salvar. Ele vai nos dar mais modernidade para que a gente talvez necessite de uma reposição um pouco menor, mas hoje nós estamos muito defasados tanto na carreira do auditor como na carreira de nível técnico, não é? É só ver a nossa situação de Vigiagro, como nós estamos com dificuldade de tocar alguns programas de saúde animal, os programas de sanidade vegetal. Exemplo: estamos, lá perto do estado do senhor, fazendo um trabalho muito bem-feito, do Ministério da Agricultura junto com o estado, de cercar o foco da monilíase do cacaueiro. Nós só temos um auditor no Acre, que acaba se desdobrando e tendo que cuidar da parte da fronteira. Nós precisamos urgentemente da reposição. Nós já pedimos insistentemente ao Ministério da Economia, pediram-nos para voltar agora no início de julho para retomar esse assunto. Então eu queria deixar claro: essa modernização, os avanços do PL não querem dizer que se vai anular a necessidade de concurso público. Nós precisamos, sim, ter uma reposição, ainda que não seja tão grande, mas para manter o serviço funcionando.

Por último, eu queria reforçar aqui a posição do Ministério da Agricultura, do Ministro Marcos Montes, pela aprovação do PL da forma que veio da Câmara e pela aprovação do relatório do Senador Heinze. Essa é a posição do Ministério da Agricultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado ao José Guilherme.

Eu passo a palavra, para as suas considerações finais, ao Dr. Antonio Camardelli.

V. Sa. tem a palavra – e, porventura, a Cinthia também, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pela atenção.

Como o Secretário colocou, eu gostaria de lembrar a sinergia e a facilidade que a gente tem hoje de transitar por todos os temas, mas vou encerrar a nossa oratória fazendo alusão a uma frase do saudoso colega veterinário Senador Jonas Pinheiro, que dizia, quase que sempre depois das onze: "A arte de ter que manifestar o contrário sabendo que o caminho está certo".

Então, agradeço a todos a oportunidade e coloco a Abiec à disposição de todos. Como o senhor colocou anteriormente, nós estamos sempre abertos para manifestar nossas posições e defender as mudanças necessárias também internamente.

Boa sorte a todos, um grande abraço, e esperamos que amanhã de fato seja aprovado este projeto, que é extremamente significativo para a continuidade do sucesso dos setores de proteína.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio, representando aqui a Abiec.

Passo a palavra, agora, ao Ricardo Santin para suas considerações finais.

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN (Para expor.) – Senador Acir, minhas considerações são acima de tudo de agradecimento: agradecimento à Câmara Federal e a esta Casa, o Senado, que está possibilitando esta discussão ampla, com toda a discussão prévia que havia sido feita no Ministério da Agricultura, na Presidência e com todos os *stakeholders*, e agora com este debate que o senhor possibilitou. Eu, que dizia que queria que se votasse na semana passada, vejo o acerto desta reunião, que foi muito boa e de nossa parte nos deixa absolutamente esclarecidos.

Quero dizer para o fiscal nosso, que está lá na ponta, que está nos assistindo e para o nosso sistema de qualidade das empresas que estão no Brasil inteiro, Senador, trabalhando: nós fizemos no passado, fazemos agora e queremos continuar a fazer alimentos de excelência juntos, setor privado e governo, com os auditores fiscais evoluindo também. Este é um projeto de evolução da carreira. Nós queremos a carreira do auditor como carreira de Estado, reestruturação no ano que vem, e adequação inclusive do número, como o José disse. Não tem como exportar sem ter o carimbo do fiscal, agora precisamos evoluir, dar instrumentos para eles, dar instrumentos para as empresas, porque o mundo... Ontem mesmo eu recebi, do outro lado do mundo: "preciso comprar, falo com todas as empresas, ninguém quer vender". Eu vejo assim, é porque não tem como crescer, porque, se tivesse como crescer mais, a gente ia vender mais. O mundo vai precisar do Brasil cada vez mais, por quê? Porque o que fazemos aqui fazemos de forma séria, responsável, com segurança dos alimentos e, acima de tudo, com sustentabilidade, que é outra coisa pela qual o mundo olha para o Brasil. Nós temos sustentabilidade e segurança do alimento. Mais de 160 países comem carne bovina, carne de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aves, de suínos no mundo, e ninguém nunca ficou doente. Aqui no Brasil também não. Então, é isso que nós queremos continuar.

O nosso agradecimento e o compromisso de continuar essa caminhada junto dos auditores e pedindo, claro, também, manifestando pelo setor privado, que esse projeto seja já votado, porque ele está já exaustivamente maduro, pronto para ser aprovado para possibilitar ao Brasil crescer e continuar crescendo.

Obrigado mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Ricardo Santin

Passo a palavra agora, para suas considerações, ao Dr. Josélio de Andrade Moura, agradecendo mais uma vez a sua presença conosco.

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Foi um prazer participar desta audiência pública. Eu confesso a V. Exa. que aprendi muito aqui hoje. Essa discussão foi extremamente saudável.

Eu só queria deixar uma sugestão para o Dr. Guilherme, quando da regulamentação, futuramente, quanto ao Capítulo VIII – em romano –, Da Vigilância das Fronteiras – isso, logicamente, não é matéria que precisa estar na lei, o regulamento é suficiente –, que é fazer a integração dessa vigilância com a Polícia Federal e com a Receita Federal.

O que tem acontecido é que muitos produtos e insumos – você conhece bem isso, o Janus também – entram de contrabando no Brasil, inclusive de produtos cuja utilização aqui é proibida por lei. E até não é por questão de concorrência com a indústria de produção de insumos. Não é bem isso. É que são nocivos para a saúde pública e para a produção agrícola e pecuária do Brasil. Então, essa integração é importante, primeiro porque a quantidade de fiscais é pequena. Eu sei que são... Parece que no Vigiagro tem 60 colegas... Mais? Menos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA – É pequeno. Nós temos 17 mil quilômetros de fronteira; fronteira marítima e fronteira também... O Senador conhece bem isso, que vive num estado fronteiriço. Então, é preciso ter cuidado porque vêm produtos com muita frequência para o Brasil, e produtos às vezes cancelados pela legislação brasileira e pela legislação internacional aplicada aqui correntemente.

E outra: a gente descuidou um pouco da fiscalização – também não é preciso estar em lei – de empresas que não são inscritas, são clandestinas. Tem muitas produzindo por aí, e não é de agora, é de muito tempo. Quando eu trabalhava no campo e se implantou a campanha de febre aftosa, não se falava em outra coisa, a não ser em aftosa, porque a gente fez um sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de divulgação e de educação sanitária muito grande. O pessoal pegava trigo, farinha de trigo, dizia que era vacina contra aftosa e saía vendendo pelas fazendas: "Não, aqui é a vacina; passa na boca, acabou, está vacinado".

Então, por essas coisas é que é preciso fazer um programa de conscientização, de educação sanitária. Inclusive, deve ser feito, após a aprovação deste projeto de lei, um programa intenso para conscientizar desde o produtor até o consumidor do que representa a nova mentalidade de produção.

Eu lhe agradeço, Senador, o convite. Estamos à disposição para qualquer outra oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Josélio, pela sua participação.

Agora, passo a palavra ao nosso Relator, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Acir, lá se vão quatro horas. Acho que uma das mais extensas audiências públicas foi este debate que nós fizemos hoje aqui.

Quando nós conversamos, na semana passada, com o Senador Paulo Rocha, com o Senador Jean Paul, sobre aceitarmos a audiência pública – importante, viu, Pablo? –, foi para que vocês, os fiscais, se manifestassem. E para mim foi importante, só para saber, quando se falou dos valores que ganham os auditores da Receita ou outros auditores federais, comparativamente com o trabalho que vocês fazem, que é importante, é meritório... Faz 23 anos que eu lido com vocês – 23! – e vou seguir trabalhando para ajudar a categoria, porque entendo a importância do segmento. E vamos continuar, eu e o José Guilherme. Vamos somar essa pressão para aumentar o número de fiscais, abrir esse concurso, enfim, para que vocês possam ampliar a rede, o que para nós é fundamental.

A despeito, Santin, de já ter 12 mil que são contratados pelas empresas, eu falo um pouquinho do que o Josélio coloca, que teria que ter muito mais fiscais, mas hoje a iniciativa privada já está suprindo parte, como eu fiz, em 1993, quando eu contratei um veterinário para a Prefeitura de São Borja. Com isso aí, haverá milhares de municípios que terão oportunidade de fazer isso. Esse é o primeiro ponto.

Então, foi importante, Acir, agora para eu concluir o meu relatório e apresentá-lo. Não fiz relatório... Agora eu peço o relatório para a conclusão dele.

Pablo, com relação à maturidade – eu tenho um pouco mais de idade que você –, se nós hoje superamos os Estados Unidos na produção de frango e somos melhores que os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos, Acir, eu posso bater no peito com orgulho porque sou brasileiro. O Brasil bateu os Estados Unidos! Tudo era Estados Unidos, Alemanha e tal. Bom, eu sou melhor que os Estados Unidos. Se eu sou melhor que Estados Unidos, é mérito de quem produz esse trabalho ali. Então, eu vejo que essa superação que os brasileiros tiveram em qualquer área, na indústria, no comércio, no serviço, principalmente os agricultores brasileiros que chegaram a esses níveis, é ponto importante para sociedade que está nos assistindo.

Ontem à noite, Acir, o pessoal da Unica e o pessoal da Toyota fizeram o lançamento de um programa dos carros da Toyota e viram o CEO da empresa Toyota falar. Ele se expressa mal, mas falou com o coração: "Eu sou nascido no Japão, criado no Japão, mas hoje o meu coração é verde e amarelo". Quer dizer, a gente ouvia a fala que ele fazia em cima do reconhecimento das tecnologias do Brasil, principalmente a questão dos biocombustíveis. O Brasil é ímpar. Nós começamos o etanol aqui no Brasil, lá nos anos 80.

E foi falado, pelo Camardelli, do Pratini de Moraes, uma das grandes cabeças que nós tivemos, que enxergou essa visão das carnes. Ele substituiu o Turra, Santin, e ali teve essa visão, essa fábula que o Brasil tem hoje de ser o maior exportador de boi do mundo, o maior exportador de frango do mundo. Somos nós, tchê! Isso aconteceu de poucos anos para cá, pela qualidade do nosso produtor, pela qualidade das nossas empresas e também dos fiscais, de todos aqueles que fizeram assistência técnica, todos aqueles que fizeram pesquisa, e nós chegamos aonde chegamos. Então, eu acredito, sim, na qualidade da nossa gente.

Eu acho que esse projeto vai ser fundamental, Acir, para destravar o processo produtivo.

Compactuo com a preocupação da Senadora Zenaide de que 30 milhões de brasileiros têm hoje dificuldade para comer, que é uma outra questão.

O Plano Safra, em que nós atuamos, Acir – e você nos ajudou naquele PLN 1 –, hoje deve estar saindo. Já quero falar agora para os agricultores em geral do Brasil que estão esperando recurso. Já foi aplicado, José Guilherme, aqui em menção a você e ao ministério, 250... O Guilherme, seu colega Secretário de Política Agrícola, disse: "Heinze, já foram aplicar". O Plano Safra do ano passado, Acir, foi lançado em, vamos arredondar, 252 bilhões. Com o recurso que hoje assina a portaria... Quero agradecer ao Ministro Paulo Guedes, ao Ministro Marcos Montes e também ao próprio Ministro Ciro Nogueira, que a organizaram, junto com o Célio e os seus assessores, que no caso são o Jhonatan, o Guilherme e também o Esteves, que a acertaram. E hoje deve sair a portaria que libera mais 24 bilhões ou 25 bilhões ainda para o Plano Safra 21/22.

Com isso, Santin, teremos em torno de... Superará em 24 bilhões o Plano Safra que foi lançado no ano passado. Nós batalhamos nesse assunto desde dezembro.

Quero cumprimentar aqui o Joel, da Fetag do Rio Grande do Sul, e o Gedeão, da Farsul. Junto a cooperativas, cerealistas e empresas, nós lutamos muito na estiagem. E hoje a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recém... Veja, começamos em dezembro. Não é fácil fazer isso aí, ouviu, Pablo? Para se resolver o assunto, há entraves burocráticos, entraves orçamentários, mas se fecha essa parte com o Plano Safra 21/22.

E aí, sim, Acir, a esta Comissão eu proporia que nós pudéssemos fazer um debate sobre o Plano Safra 22/23. É outra questão importante. Nós precisamos de volume de recursos, taxas de juros e recurso suficiente para enfrentar essa produção mundial. Nós precisamos abastecer o mundo, sim, Santin, mas o mercado interno para nós é muito importante. São 210 milhões de brasileiros, 30 milhões passando necessidade. Então, acho que esse é o empenho que nós precisamos fazer.

E o debate que esta Comissão já fez sobre os fertilizantes, os defensivos, as máquinas, as peças, o diesel, que é fundamental... Já tem um processo do Governo Federal para zerar o imposto federal, e agora já passou na Câmara a questão do imposto estadual. É muito sério esse problema dos combustíveis. Os custos de produção são altíssimos. Não é culpa deste Governo. A pandemia ocorreu no mundo inteiro. Superamos a pandemia, voltamos a crescer e agora enfrentamos a guerra da Ucrânia com a Rússia, outro abacaxi. Não está faltando fertilizante, mas os custos subiram à estratosfera e o preço dos alimentos também.

Então, de todas as formas, acho que seria fundamental esta Comissão se debruçar também agora em cima do Plano Safra 22/23, que para nós é muito importante, para ajudarmos o Ministro Marcos Montes na guerra que tem com o Ministro Paulo Guedes. Agora é uma questão orçamentária, dinheiro, grana. E aí o Josélio fala que esta Casa pode ajudar. Pode ajudar, sim, e vai ajudar agora na formatação do Plano Safra 22/23, que diz respeito aos alimentos a serem produzidos para o próximo ano.

O Brasil tem quebrado recordes das carnes, dos grãos, das fibras. E há o potencial que vi ontem, com os japoneses que lá estavam, do hidrogênio verde. Nós temos o etanol, nós temos o biodiesel, que é nosso, que é brasileiro, e agora temos o hidrogênio verde, que pode ser produzido dos nossos grãos, como pode ser produzido também o etanol.

No Estado do Rio Grande do Sul, Santin, começam a se desenhar cereais de inverno, com o pessoal, com o Zonin, com a cooperativa de Campo Novo e outras tantas. O Prefeito de Júlio de Castilhos está tentando uma planta de milho para produzir etanol. E tem cana-de-açúcar também no Rio Grande do Sul. Nós importamos, Acir, 1,7 bilhão de litros de etanol que pode ser produzido no Rio Grande do Sul. Então, essas questões todas, fazendo essa análise...

Eu quero agradecer ao Senador Acir pela paciência de conduzir esta sessão desde as 8h da manhã, mas o assunto é muito importante, é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santin, não é pelas empresas ligadas à ABPA ou pelas empresas ligadas à Abiec no caso, são as megaempresas. E temos orgulho de que são empresas brasileiras, de o Brasil ter essa *expertise* hoje.

Mas, Pablo, o mais preocupante para mim são os cinco mil municípios brasileiros que têm espaço para crescer – cinco mil! Quando eu fiz, em 1993, contratando um veterinário, Josélio... E não era dessa forma, mas era mais ou menos assim, José Guilherme, uma auditagem de um auditor que tinha... Em São Borja, não tinha fiscal federal agropecuário, mas tinha o de Uruguaiana.

O cara de lá treinou, eu montei, Acir, e copiei também de um fiscal veterinário de vocês de Passo Fundo o modelo da planta de frigorífico que fizeram, adaptado para uma cidadezinha pequena. Não era uma planta grande, mas uma planta que servia para abater.

O gado, em São Borja, primeiro, era roubado. Era o abigeato. Depois o matavam embaixo de um cinamomo, das árvores, em cima de um couro, Josélio. E, assim, era vendida a carne para a sociedade. Eu fiscalizava, e havia certo controle de qualidade. O Ministério da Agricultura... Naquele instante, lá atrás, em 1993, em 1994, em 1995, em 1996, nós já fazíamos isso com o leite e com a carne. E deu certo o processo.

Então, assim como eu fiz cinco plantas, cinco pequenas empresas, Acir, com 40 empregos... Um veterinário fiscalizava. E isso era auditado pelo ministério. Imagine esses 5 mil municípios brasileiros tendo oportunidade!

O Domingos falou aqui do leite e dos queijos de Minas, que são ímpares. Se você vai à Itália, se você vai à França... Eles têm isso aqui. Cada município, cada região tem o seu queijo, tem o seu produto.

Eu vou fazer isso no Brasil, Pablo. Entendam esse lado! O Brasil é que vai fazer, não é a Abiec. Não estou preocupado com a Abiec – estou sim, mas não nessa proporção – nem com a ABPA, Santin, mas muito mais com os 5 mil municípios brasileiros, que vão ter oportunidade, na sua Rondônia, no meu Rio Grande do Sul e em cada canto do Brasil.

É isso aí! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Lembro sempre que a geração de empregos é muito grande por esse setor. E, neste momento, em que nós temos 13 milhões de desempregados no Brasil, nós temos que acelerar o aumento da produtividade.

Eu agradeço a todos os participantes por estarem conosco nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao nosso amigo Dr. Antonio, que está lá em Seul, um abraço! Bons trabalhos! Está representando sempre a Abiec e, com certeza, fazendo negócios para atender a produção brasileira.

Eu agradeço à Senadora Rose de Freitas por participar; à Senadora Zenaide Maia, que sempre é muito atuante junto conosco; à Senadora Margareth Buzetti; à Deputada Federal e sempre Ministra Tereza Cristina; ao Senador Esperidião Amin; ao Senador Rafael Tenório; ao Senador Luis Carlos Heinze; ao Senador Jean Paul Prates; ao Senador Wellington Fagundes; ao Senador Paulo Rocha; ao Senador Izalci Lucas; ao Senador Fabio Garcia; ao Senador Fabiano Contarato; ao Senador Angelo Coronel e ao nosso sempre Senador Cidinho Santos, que esteve conosco hoje. Também agradeço a participação, por ter aceitado o convite nosso, ao Deputado Federal Domingos Sávio, que participou junto conosco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – E a Tereza Cristina.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Consulto o nosso universitário maior aqui, o Dr. Pedro: teremos amanhã uma lista de projetos a serem votados, não é? Peço que inclua, para a leitura, amanhã, o PL 1.459, não sei se como extrapauta ou não. Mas eu faço a leitura amanhã do PL 1.459, de 2022. A gente vai poder amanhã fazer a leitura e também o debate, que é importante para todos nós.

Agradeço a presença dos servidores do Ministério da Agricultura que estão aqui conosco, dos nossos fiscais agropecuários, que participaram e têm uma importância enorme. Eles participam do sucesso dessa exportação do Brasil.

Sem vocês, a nossa exportação não aconteceria. Com a atuação de vocês e com esse novo projeto de modernização, nós vamos ampliar a exportação brasileira e vamos aumentar a importância de todos os senhores e senhoras para a exportação de alimentos, para a produção de alimentos, seja para o consumo interno, seja para o consumo externo. A importância de vocês cada vez mais será valorizada. E espero que nós possamos ampliar não só a quantidade de fiscais, mas também os seus vencimentos, o que é muito importante.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 8 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e zero minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores: Rafael Tenório, Luis Carlos Heinze, Luiz Carlos do Carmo, Rose de Freitas, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Fabio Garcia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Jaques Wagner e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1293, de 2021 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas apresentadas. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6303, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para determinar que, no caso de produtor rural, o prazo a que se refere o caput será contado a partir do início da atividade rural e não a partir da inscrição no Registro Público de Empresas." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1282, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 364, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes." Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022. Resultado: Aprovados Requerimentos de Audiência Pública para instrução do Projeto (Req 13/2022-CRA e 14/2022-CRA). Nos termos do artigo 118, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 13, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1459 de 2022. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Caio Carbonari – Doutor em Proteção de Plantas da Universidade Estadual Paulista (UNESP); 2. Paulo Amaral – Advogado e Engenheiro Agrônomo consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); 3. Reginaldo Minaré – Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); 4. Angelo Zanaga Trapé – Doutor em Saúde Coletiva pela Unicamp e Especialista em Saúde Ocupacional." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 14, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, com objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) que “Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências”. 1ª audiência pública, dia 22 de junho de 2022. CONVIDADOS: 1 - Thuanne Braúlio Hennig - Pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina em avaliação de risco e toxicidade de agrotóxicos no solo; 2 - Profa. Dra. Larissa Bombardi - FFLCH - Departamento de Geografia da USP; 3 - SINPAF/EMBRAPA - DIRETOR; 4 - Representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Fórum Nacional de Combate aos agrotoxicos - MPF. 2ª audiência pública, dia 23 de junho de 2022. CONVIDADOS: 1) Naiara Bittencourt - Representante da Terra de Direitos | Campanha; 2) Marina Lacôrte - Representante do Greenpeace Brasil - SAÚDE, DIREITOS HUMANOS; 3) Marcia Sarpa - ABRASCO; 4) Rafael - IDEC ou Representante da Campanha contra os Agrotóxicos." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra as Senadoras : Zenaide Maia e Eliziane Gama e os Senadores : Luiz Carlos Heinze, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Esperidião Amin e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos e dois itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Vamos para o item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1.293, DE 2021
- Terminativo -

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas apresentadas.

Observações:

- Durante o prazo regimental, foram apresentadas 25 Emendas ao Projeto:

1-T: Senador Sérgio Petecão;

2-T: Senador Flávio Arns;

3-T e 4-T: Senador Alvaro Dias;

5-T a 12-T: Senador Paulo Rocha;

13-T e 14-T: Senador Lasier Martins;

15-T a 22-T: Senador Jean Paul Prates;

23-T a 25-T: Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 02.06.2022, o Senador Lasier Martins apresentou as Emendas 26 a 29.

- Em 08.06.2022, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

- Votação nominal.

Iniciativa da Presidência da República.

Passo a palavra ao Relator, eminente Senador Luis Carlos Heinze, para proferir o seu relatório. (*Pausa.*)

O seu som está desligado, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) – Está ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Agora, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sras. e Srs. Senadores que estão presencial ou virtualmente, esse projeto vem do Governo Federal, mas a autoria é da nossa Deputada Federal ex-Ministra da Agricultura Tereza Cristina, que fez um amplo trabalho no debate com os fiscais, um debate com os fiscais federais agropecuários, com as empresas, e, hoje, o Brasil é o maior exportador de frango do mundo, é o maior exportador de boi do mundo, é o terceiro, o quarto maior exportador de suínos do mundo. É tão importante esse processo para eles, para o setor maior do agro brasileiro e também possibilita, hoje, que os mais de 5 mil municípios que nós temos no Brasil inteiro estejam também lincados na modernidade.

Passo à leitura do relatório, Sr. Presidente, que é extenso. Vou tentar tirar um pedaço do relatório, porque são várias páginas.

Sob análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, de autoria da Presidência da República – como disse já, a autora mesmo é a Ministra Tereza Cristina –, que dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

O PL é composto de nove capítulos, com 51 artigos.

O Capítulo I apresenta, entre outros, os objetivos, as definições legais, os princípios e a unidade responsável pela gestão da defesa agropecuária da futura lei.

O Capítulo II dispõe sobre programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Capítulo III institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com detalhamento de seu regramento.

O Capítulo IV, por sua vez, estabelece o procedimento dos atos públicos de liberação de estabelecimentos e de produtos, especialmente sobre o registro de estabelecimentos, o registro de produtos, os critérios para concessão, isenção e simplificação de registro e a rotulagem.

Em seguida, o Capítulo V estatui as medidas cautelares que, entretanto, não serão aplicadas quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização e que deverão ser canceladas imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.

O Capítulo VI trata das infrações e das penalidades no âmbito da novel legislação: I - advertência; II - multa; III - condenação do produto; IV - suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento; V - cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento; e VI - cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à defesa agropecuária. Essas infrações serão graduadas de acordo com o risco para a defesa agropecuária e classificadas em: I - infração de natureza leve; II - infração de natureza moderada; III - infração de natureza grave; IV - infração de natureza gravíssima.

O Capítulo VII dispõe sobre o processo administrativo de fiscalização agropecuária. A penalidade de suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento poderão ser convertidas em multa, mediante apresentação de requerimento do infrator e celebração de termo de ajustamento de conduta.

O Capítulo VIII institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras), que será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de até 90 dias, contado da data de publicação da futura lei.

Por fim, o Capítulo IX apresenta disposições finais e transitórias, veiculando regras de regulamentação da futura lei, alterações legais necessárias, cláusula de vigência e produção de efeitos. Finalmente, o anexo da futura lei correlaciona a natureza das infrações com a classificação dos agentes e especifica os valores de eventuais multas.

Na Exposição de Motivos (EM) nº 00001/2021 Mapa, 7 de janeiro de 2021, o Poder Executivo defendeu que, ante a expansão progressiva do agronegócio brasileiro, vem ocorrendo maior demanda na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária, e, por outra parte, verifica-se um esgotamento fiscal do Estado, o que exige aprimoramento da função de polícia administrativa sanitária para uma atuação mais eficiente para atendimento adequado da sociedade.

O PL nº 1.293, de 2021, foi distribuído apenas a esta Comissão, em decisão terminativa.

Em 8 de junho de 2022, ocorreu a audiência pública interativa na Comissão de Reforma Agrária, em atendimento ao Requerimento nº 12/2022 – CRA, de autoria dos Senadores Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze, com a finalidade de instruir o projeto de lei, com a presença dos seguintes participantes: José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa); Janus Pablo Fonseca de Macedo, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical); Josélio de Andrade Moura, Presidente da Academia Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina Veterinária (Abramvet) e Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); Ricardo João Santin, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec); Cinthia Torres, Gerente Técnica da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

No prazo regimental, foram apresentadas 25 emendas à proposição.

Em 02/06/2022, o Senador Lasier Martins apresentou mais quatro emendas ao PL perante a CRA.

Análise.

Nos termos do inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), cabe a esta Comissão se manifestar sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Na oportunidade, por ser a única Comissão de instrução da matéria, cumpre-nos realizar análise tanto quanto ao mérito como quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa da proposição.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que o projeto tramita de acordo com o que preconiza o Risf. Adicionalmente, o PL também se monstra compatível com os requisitos de constitucionalidade, haja vista o disposto no art. 61 da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 23, inciso VIII, que determinam ser competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios o fomento da produção agropecuária; e com o art. 24, inciso V, que esclarece ser competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo.

No que concerne à juridicidade, o PL em análise afigura-se apropriado, porquanto: I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – normatização via edição de lei – é o adequado, uma vez que não há exigência constitucional de utilização de projeto de lei complementar; II) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; III) possui o atributo da generalidade; IV) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e V) afigura-se dotado de potencial coercitividade.

No que diz respeito à técnica legislativa, entende-se que o projeto está vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, entendemos que o modelo de atuação corrente da fiscalização sanitária no Brasil está passando por um processo de esgotamento, sobretudo porque a enorme expansão do agronegócio nos últimos anos não foi seguida por investimentos maciços nos órgãos fiscalizatórios, tanto no âmbito da União quanto de estados e municípios. Em um país com enormes desigualdades sociais e econômicas, seria natural que outras prioridades fossem colocadas em primeiro lugar. O combate à inflação, a expansão da educação básica, a melhoria da saúde, de habitação e dos transportes foram setores que tiveram maior atenção, devido aos reflexos na melhoria de vida da população como um todo e na redução sobretudo da pobreza extrema. A defesa agropecuária, no entanto, não pode ser, em hipótese alguma, relegada a segundo plano. Essa função é essencial para validar a qualidade dos produtos consumidos no Brasil e dos exportados para cerca de 200 países no mundo. Não dar atenção a essa função seria pôr em risco todo o patrimônio imaterial conseguido pelo esforço de produtores rurais, pesquisadores e da população brasileira em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, tendo, por um lado, as severas restrições fiscais do Estado brasileiro, e, por outro, o risco de agravamento da prestação dos serviços de fiscalização sanitária e, no limite, da capacidade de produção e exportações agropecuárias do País, torna-se premente a mudança do modelo vigente de inspeção e fiscalização agropecuária brasileira. Portanto, a proposta veiculada no PL nº 1.293, de 2021, mostra-se atual, necessária e urgente ao criar a atuação da função de polícia administrativa sanitária, que passaria a atuar com base em fatores de risco, buscando atingir índices de maior eficiência no desempenho das suas atribuições para atendimento dos objetivos esperados pela sociedade. Nesse sentido, a proposição confere nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária. Institui Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, para tratar da organização e dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária, para modernizar as regras de controle sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e atualiza o valor pecuniário das multas aplicadas, fortalecendo as medidas coercitivas e educativas em desfavor dos transgressores da legislação sanitária. São medidas alvissareiras e alinhadas com as melhores práticas nacionais e internacionais.

Refiro que toda a Europa já usa esse procedimento, os Estados Unidos já usam. Canadá, Nova Zelândia e Austrália são países que também têm grande produção pecuária, principalmente, e que já estão adotando esse procedimento.

Em síntese, com a aprovação do PL nº 1.293, de 2021, se promoverá uma substituição da ação ativa estatal por um novo modelo de defesa agropecuária baseado em programas de autocontrole executados pelos próprios agentes autorregulados, produtores agropecuários e indústria, com o Estado continuando detendo a prerrogativa de exercer a fiscalização plena. Nesse cenário, em vez de o Estado atuar com fiscalização ativa, muitas vezes por amostragem, passaria a atuar com gestão de informações e manteria o poder de atuação nos casos de cometimento de infrações.

No dia 08/06/2022, a CRA promoveu um amplo debate sobre o novo modelo de defesa sanitária no Brasil. A audiência pública complementou dezenas de reuniões realizadas na CD e contou com a presença do Relator do PL naquela Casa, Deputado Domingos Sávio, que, com brilhantismo, esclareceu dúvidas e ressaltou a importância para a agropecuária e para o Brasil do novo marco regulatório. O Deputado Domingos Sávio é mineiro e trabalhou fortemente nesse projeto na Comissão de Agricultura e nas demais Comissões que ele percorreu dentro da Câmara dos Deputados.

Entendemos que o PL é fruto do texto possível que alinha a realidade brasileira às práticas de programas de autocontrole dos agentes privados regulados em defesa agropecuária praticados ao redor do mundo.

Ouvidos representantes da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa); do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical); da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet); da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), foi-nos recomendada, maciçamente, a aprovação célere do PL para colocar o Brasil em patamar ainda mais elevado de excelência de sua defesa agropecuária, para garantir alimentos de alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade e seguros para os consumidores de todo o país e do mundo e para propiciar a expansão das exportações de nossas *commodities* no mercado internacional. Entendemos, por outra parte, o desejo de alguns setores por mudanças no atual projeto de lei, mas o texto existente foi o possível, no contexto de negociação e aprimoramento do marco regulatório da sanidade animal e vegetal no Brasil.

Assim, em relação às emendas apresentadas ao PL, temos as considerações seguintes.

A Emenda nº 1 propõe a exclusão do art. 24 do PL porque tem a preocupação da existência da possibilidade de produção de agrotóxicos sem registro, de forma autônoma, o que afrontaria os direitos fundamentais à saúde, à proteção em face dos riscos laborais, e ao meio ambiente equilibrado, em desacordo com a Constituição Federal.

Entende-se que a intenção do PL é proporcionar autorregulação para os setores organizados, mas, por outro lado, não prejudicar aqueles produtores que utilizam os seus próprios insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada sua comercialização sob qualquer forma.

Portanto, não vislumbramos a possibilidade defendida na emenda, mesmo porque a matéria ainda será regulamentada pelo Mapa e passará por fiscalização periódica, razão pela qual não se acata a Emenda nº 1.

As Emendas nºs 2, 3 e 4 defendem distinguir o conceito de "Inspeção Agropecuária" de "Fiscalização Agropecuária" e ampliar, em certa escala, a atuação de inspetores na defesa agropecuária. Reconhecemos o mérito das emendas, no entanto, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei de Política Agrícola) e seu regulamento (Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006) só admitem inspeção feita por servidor público integrante da carreira de fiscal agropecuário dos órgãos do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), o que impediria o acatamento das proposições, uma vez que a discussão do mérito deveria ser no âmbito daquela norma.

As Emendas nºs 5, 22 e 23 propõem a supressão do art. 47 do PL, alegando inconstitucionalidade. Ainda que paire alguma dúvida acerca da matéria, a exclusão do dispositivo pelo Senado Federal daria o direito à Câmara dos Deputados de decidir de forma terminativa sobre a matéria. A Casa Baixa acabou de aprovar o tema, entendendo ser constitucional. Portanto, eventual exclusão pelo Senado Federal pode retardar o processo legislativo do atual PL. Assim, em respeito ao bicameralismo, entende-se que a matéria apresenta presunção de constitucionalidade pela manifestação da Câmara dos Deputados e que a forma mais adequada de tratamento da matéria seria pela via judicial. Opinamos, portanto, pela rejeição das emendas.

As Emendas nºs 6 e 20 propõem a supressão do art. 20 do PL, alegando que o dispositivo abriria precedente para a terceirização de atividades que deveriam ser exercidas diretamente por autoridades da defesa agropecuária. Essas emendas são contrárias à modernização da fiscalização sanitária, já que algumas atividades poderiam ser contratadas de forma mais célere na iniciativa privada. Por exemplo, o Mapa poderia utilizar especialistas para a avaliação de registro de produtos, com contratação de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e às informações sobre os produtos e os agentes privados. Nesse sentido, opinamos pela rejeição dessas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Emendas nºs 7 e 19 pretendem modificar o §2º do art. 15 do PL para que a "regularização por notificação" ocorra apenas para irregularidades ou infrações de natureza leve. Analisando-se o anexo da futura lei, observa-se que há correta correlação com a natureza das infrações e os portes de eventuais infratores.

Por uma questão de justiça, entende-se que a punibilidade deva ser proporcional ao tamanho do agente e à gravidade de sua infração, razão pela qual rejeitamos as Emendas nºs 7 e 19.

As Emendas nºs 8, 17 e 25 buscam alterar o *caput* e o §1º do art. 5º do PL para, em síntese, restringir a atuação privada da fiscalização sanitária proposta no novo modelo.

No mérito, entende-se que essas emendas seriam contrárias à flexibilização da fiscalização agropecuária, sob o argumento de não ser permitido aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades próprias da fiscalização agropecuária. Por esse fundamento, opinamos pela rejeição das referidas emendas.

As Emendas nºs 9 e 16 alteram o inciso VIII do art. 3º do PL, para que não seja obstruída ou limitada a capacidade de atuação e intervenção do poder público no "autocontrole" setorial.

Em face de a matéria ainda necessitar de regulamentação, e tendo em conta que um programa de autocontrole não auditável não estaria em conformidade com a futura lei, não acolhemos essas emendas.

As Emendas nºs 10 e 15 propõem a alteração do inciso V do art. 3º do PL, alegando que o dispositivo deixaria margem para que atividades próprias e exclusivas do Estado poderiam vir a ser objeto de atuação de agentes privados. Vislumbramos que o inciso V está adequado, já que o simples credenciamento não teria, em tese, a possibilidade de definir a atuação estatal de agente privado; portanto, as emendas não merecem prosperar.

As Emendas 11 e 18 buscam alterar o inciso III do art. 7º do PL para definir o "princípio da subsidiariedade" e a excepcionalidade, com o fim de evitar a judicialização da conduta da fiscalização agropecuária. Entende-se que os conceitos estão claros, não necessitando reparos, o que nos leva a rejeitar as emendas pretendidas.

As Emendas 12 e 24 pretendem alterar os §§3º, 4º, 5º e 7º do art. 8º do PL, em resumo, sob o argumento de aprimoramento do sistema de autocontrole.

No entanto, avaliamos que a aceitação das emendas, contrariamente, poderia fragilizar significativamente a proposta veiculada no PL, razão pela qual também não as acatamos.

As Emendas 13, 14 e 28 propõem a expansão da competência dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária nas matérias que tratam. O PL propõe apenas os Auditores Fiscais Federais Agropecuários nessas funções. Em face de ser uma questão de competência funcional, entende-se ser matéria cujo juízo deva ser decidido privativamente pelo Poder Executivo federal em regulamento. Eis por que não podemos acatar as emendas.

Por razão similar, propomos a rejeição da Emenda 21, que pretende especificar que o suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública seja indicado pela Secretaria Nacional do Consumidor.

A Emenda nº 26 propõe que outros produtos, por seu potencial de risco à saúde humana, devam ser objeto de procedimentos mais complexos de registro, previamente a sua comercialização. A proposta é louvável, mas poderia burocratizar o registro de produtos, e o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será tratado na regulamentação, considerando os graus de risco e potencial de nocividade. Em decorrência, somos contrário à emenda.

A Emenda nº 27 propõe vedar que a decisão dos recursos a uma instância superior seja com composição mista, pois alega que ocorreria fragilização da presunção de legitimidade da ação do Estado. Não vislumbramos esse risco. Ao contrário, a participação do cidadão, das empresas e da sociedade civil pode aprimorar o processo de aplicação de penalidade e aparar eventuais excessos cometidos. Portanto, opinamos pelo não acatamento da emenda.

A Emenda nº 29 altera o art. 38 do PL para prever que a interposição tempestiva de recurso não terá efeito suspensivo. A medida é contrária ao sistema de aprimoramento do novo modelo punitivo da defesa sanitária, que desonera o agente econômico de ser punido antes de esgotar o seu direito de contraditório e ampla defesa, e não merece ser aprovada.

Ante o exposto, entende-se que a aprovação do atual projeto de lei, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, proporcionará modernização da legislação de fiscalização no campo da defesa agropecuária, mais segurança jurídica, aprimoramento ainda maior da qualidade dos produtos agropecuários, redução de gastos financeiros vultosos pelo Estado e, indubitavelmente, aprimoramento de capacidade de pronta atuação pelos agentes de fiscalização.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL 1.293, de 2021, e pela rejeição das emendas apresentadas.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Em discussão o projeto.

Pede a palavra aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Por gentileza, vou atender quem pediu primeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – A Senadora Zenaide Maia pede a palavra pela ordem – Zenaide Maia, Jean Paul Prates e V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero pedir vista desse projeto.

Eu queria dizer aqui: defesa agropecuária todos são, mas a gente tem que defender a vida. E um projeto como esse tem que passar, no mínimo, também pela Comissão de Defesa do Consumidor. Que é isso? Vamos atropelar? Porque o que eu vi ontem aqui na audiência pública é que foi deixado claro que os auditores fiscais federais, como são poucos, iam olhar para a exportação. E os brasileiros aqui dentro?

Eu quero pedir vista. Eu sou Líder do Bloco PROS-PT e queria pedir vista, porque a gente precisa discutir isso mais. Tivemos uma audiência pública ontem e hoje já tem uma sessão para aprovar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A população tem que tomar conhecimento do que está acontecendo. O agropecuário que me desculpe, mas a vida, os alimentos... Por que acelerar? Fiscalização, quando dela depende a saúde de um povo, não pode ser acelerada, gente. E os gastos? O setor agropecuário está preocupado com os gastos financeiros do Governo? Vamos tirar as renúncias fiscais com a importação dos agrotóxicos? Porque o próprio *Valor Econômico* mostrou que são bilhões por ano, isso daria perfeitamente para a gente ter mais auditores fiscais federais.

Vamos passar pelas outras Comissões, Presidente. Por favor, colegas Senadores. Isso não é uma emergência. O mundo não vai acabar porque o agronegócio acha que está perdendo exportação, seja isso ou seja aquilo que estão dizendo aqui, porque eles mesmos querem ter a administração das audições e da fiscalização sanitária. Isso não pode. Disso o povo tem que tomar conhecimento. Vamos dar visibilidade. É o mínimo que este Congresso Nacional pode fazer – o Senado agora.

Por isto que eu estou pedindo vista, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – ... para a gente ter mais audiências.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, apenas para reforçar aqui os argumentos da Senadora Zenaide e dar nossa colocação como bloco no sentido de obter vista desse projeto.

São 51 artigos que versam sobre a gestão da inspeção e fiscalização dos produtos agropecuários. Isso tem repercussão na fiscalização e controle, no poder de fiscalização e controle do Estado. Isso tem repercussão em relação aos alimentos que chegam para nós e para outros destinos também, já que nós somos exportadores. Portanto, o acesso aos mercados é afetado por isso. Isso tem que ser devidamente explicado à saúde pública, ao meio ambiente em relação à alteração de penalidades e multas. Há a própria revogação de 11 – 11! – importantes leis sobre inspeção, fiscalização de produtos agropecuários. Esse projeto cede competência aos estados e municípios para exercer a fiscalização da classificação e possibilita, inclusive, a esses estados e municípios terceirizarem, por sua vez, o exercício dessa função e dessa classificação para pessoas jurídicas e pessoas físicas. Portanto, esse projeto era para passar pela Comissão de Fiscalização e Controle, sim; era para passar pela CAS, sim, em função das repercussões na saúde pública; e era para passar pela CCJ também, para que nós analisássemos a juridicidade e, convenientemente, a constitucionalidade dessa terceirização de funções do Estado.

Isso é como privatizar a Receita Federal. O Governo está querendo privatizar até a PPSA, que recebe o óleo da partilha do petróleo! É como se, de novo, se privatizassem a Receita Federal, a fiscalização, a Polícia Rodoviária, a função de direito e dever de polícia do Estado.

A nossa bancada solicita vista para ter condições de analisar essa norma, que é completamente inovadora, transformadora e está sendo analisada aqui em caráter terminativo, sem vista de outras Comissões, sem deliberação em outras Comissões e sem ir a Plenário. Portanto, a gravidade disso... De ontem para hoje, uma audiência pública apenas e já votarmos isso a toque de caixa, inclusive, prejudica a própria função desta Comissão, além de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quero dizer o seguinte, como disse ontem: esse é o reflexo daqueles que preconizam o Estado mínimo. Estado mínimo é isso aí! Ontem, houve uma choradeira danada que o Estado brasileiro não consegue acompanhar o crescimento do setor agropecuário. Realmente! Não consegue acompanhar nem o crescimento populacional do Brasil, por conta do sufocamento que ele sofre o tempo todo não só com o discurso como com a prática: desonerações malfeitas, austeridade suicida, isenções mal discutidas, sem análise de impacto, iguaizinhas a essa que estão fazendo do ICMS, que não vai ter impacto nenhum no combustível, mas que vai desonerar tremendamente os impostos dos estados e municípios. É como se estivessem empurrando o problema para os estados e municípios resolverem no futuro, já que estamos alterando o Código Tributário Nacional. É por isso que nós estamos nesse problema. É por isso que o Estado brasileiro não consegue fiscalizar carne e produtos agrícolas, não alcança os cantões dos interiores por aí. Ele não tem estrutura, porque é um Estado mínimo. Estado mínimo é isso. Nós precisamos de um Estado necessário, de um Estado suficiente. E é por isso que nós lutamos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Senador Jean Paul Prates.

Passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria também dar o apoiamento à querida Zenaide pelo pedido de vista e dizer da nossa preocupação com projetos que têm um nível de impacto muito grande na sociedade brasileira e que estão vindo para cá, para esta Comissão, de forma terminativa.

Além de não passar pelas outras Comissões, que são absolutamente importantes e pertinentes – e aí o Senador Jean Paul Prates faz uma referência a várias Comissões, como CAS e CCJ –, nós temos um terceiro problema, que é o problema de não ir para o Plenário, ou seja, de não receber, na verdade, um debate mais amplo dos colegas de Plenário.

Há necessidade do aprimoramento deste projeto. É um projeto, na verdade, que traz a autofiscalização. Ora, a gente tem vivenciado, Senador Acir, não apenas agora, mas em outros momentos da história do Brasil, boicotes internacionais. O que a gente tem percebido é que há, por exemplo, às vezes, um afrouxamento dessa fiscalização, uma presença muito grande de liberação, às vezes, de alguns elementos que acabam impactando aquilo que é muito caro para nós brasileiros, que, aliás, somos grandes produtores de alimentos por serem exatamente esses alimentos não apenas para a própria nação brasileira, mas para fora do Brasil.

Eu queria deixar aqui esse registro. Vou trazer esse tema daqui a pouco, Senador, exatamente, não apenas por este, mas por vários outros projetos. E ainda mais: não apenas nesta Comissão, mas na Comissão de Meio Ambiente – é fundamental para este debate estar passando por lá –, como na Comissão de Assuntos Econômicos. Está bom, nós estamos aqui na Comissão de Agricultura, que, de repente, pode ter alguma coisa parecida, mas a Comissão de Meio Ambiente é fundamental para temas dessa natureza. A gente não está passando por lá e ainda sendo terminativo aqui nesta Comissão!

Senador Paulo Rocha, a gente tem que ficar atento em relação a isso e não permitir. Vamos ter que fazer recurso para o Plenário do Senado, porque não dá para se tratorar, o que, com todo o respeito, Senador, é o que a gente está vendo aqui. Todos os projetos da pauta de hoje são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos extremamente preocupantes. Não dá para a gente simplesmente ficar aqui olhando, deixando passar e acabou!

Eu quero fazer o apoiamento à Senadora Zenaide Maia, aguardar, na verdade, o devido momento da aprovação e já, de forma preliminar, destacar aqui que faremos recurso para que projetos dessa magnitude possam ir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senadora Eliziane Gama.

Os projetos que estão aqui são os projetos que estão na pauta – é evidente. Diferentemente de outras Comissões, esta Comissão debate, discute e vota todos os projetos que por aqui passam. Não tem nenhum projeto engavetado aqui, não tem nenhum e nem terá! Tem comissões que estão com projetos engavetados, que não andam e que não deixam votar, não deixam nem discutir. Eu acho uma indelicadeza enorme para com a população brasileira não discutirmos os projetos. Eu tenho a grata satisfação de colocar em pauta, abrir todo o Regimento, seguir todo o Regimento para que a gente possa debater, discutir com responsabilidade, mas não engavetar. Aqui eu não engaveto nada! Então, os projetos são polêmicos? São, mas estão na pauta e vão ser debatidos e discutidos.

Vista concedida, vista coletiva concedida...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Senador Acir, só porque o senhor colocou a indelicadeza...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Dê-me licença, eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não é indelicadeza. Indelicadeza é a gente não debater o que se tem que debater também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Exatamente. Eu sempre deixei toda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não estou culpando V. Exa., não! Não estou culpando V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – V. Exa. não me deixa falar... Posso terminar? A senhora fala...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não estou culpando V. Exa. Eu estou dizendo que este projeto deve ir também para as outras Comissões e não ficar apenas aqui nesta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pode não caber a V. Exa., mas nós, como Parlamentares, vamos pedir também que tramite em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O.k., mas não aqui, não aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, aqui é a Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Isso, isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está debatendo, e nós estamos pedindo que passe também por outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Mas não é aqui que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Por isso, estamos fazendo pedido de vista; por isso, vamos recorrer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Aqui nós não engavetamos nenhum projeto e não temos medo de debater. Nós vamos debater todo e qualquer projeto que for designado para esta Comissão.

Nós temos aqui o projeto... Já estamos avançando para o projeto que V. Exa. está aguardando com tanta ansiedade – é o item nº 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)
- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Olhem, é de 1999!

E nós temos aqui requerimentos para audiências públicas.

Senador Paulo Rocha, eu sugiro que, em vez de nós lermos o relatório do PL 1.459, nós possamos votar os requerimentos de audiências públicas e fazer como foi feito nesse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria, inclusive, pedir a subscrição desse requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O.k.

Eu posso continuar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Ou V. Exa. quer conduzir os trabalhos?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Se V. Exa. me permitir, eu conduzo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Eu vou aguardar, então. A senhora pode falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, eu estou aqui falando, mas, se V. Exa. quiser que eu conduza os trabalhos, pode ter convicção de que eu os conduzirei com a competência semelhante à de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Vou esperar V. Exa. me deixar conduzir. Só isso. (*Pausa.*)

No item 1, fica concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Na próxima semana, voltaremos à votação e ao debate. (*Pausa.*)

Vamos aos requerimentos de audiências públicas.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1459 de 2022.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Caio Carbonari – Doutor em Proteção de Plantas da Universidade Estadual Paulista (UNESP);

2. Paulo Amaral – Advogado e Engenheiro Agrônomo consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA);

3. Reginaldo Minaré – Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

4. Angelo Zanaga Trapé – Doutor em Saúde Coletiva pela Unicamp e Especialista em Saúde Ocupacional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Os pesticidas têm gerado debates, com manifestações de diferentes grupos da sociedade, sobre a utilidade e perigos no uso da aplicação. Esses insumos são de vital importância para a produção de alimentos no modelo atual praticado no Brasil e no mundo, garantindo a segurança alimentar. Nesse sentido, um debate técnico precisa ser realizado, considerando o trâmite do projeto de lei no Senado Federal.

Este requerimento é de minha autoria, Senador Paulo Rocha. Vou dar sequência aos próximos, mas este aqui é de minha autoria – já estava pronto –, para fazermos uma audiência pública.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só para ficar claro o encaminhamento.

Ao primeiro item V. Exa. já concedeu vista. É só para ficar claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sim. Vista coletiva.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Vista coletiva.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nós estamos já tratando de outro projeto de que V. Exa. é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Isso! V. Exa. pediu para fazer uma inversão de pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Aqui, democraticamente... Ouviu, Senadora Eliziane? É a primeira vez que V. Exa. vem aqui. V. Exa. está desacostumada, mas aqui é bem democrático...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, senhor! Não, não, não! Espere aí, Senador! V. Exa. diz que é a primeira vez que eu venho aqui?! Pelo amor de Deus, Senador! Talvez seja a primeira vez que V. Exa. consegue debater comigo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – À Comissão, estou dizendo, Senadora Eliziane, por favor.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos outro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Eu posso discutir?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pode, pode!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Rocha pela iniciativa do requerimento, Presidente, e mais uma vez colocar isto: um projeto dessa natureza não pode jamais ser aprovado sem o devido aprofundamento do debate. Aí eu queria até cumprimentar V. Exa. por ter aceitado o pedido de audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Só para colocar em ordem as coisas, este pedido de audiência é meu, não é do Paulo Rocha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Para o projeto do veneno?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sim!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Então, parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sim, é o meu pedido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, então, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Eu não vim aqui para votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Se existe uma coisa de que eu goste, é reconhecer. Então, se V. Exa. está pedindo audiência pública, parabéns a V. Exa. pela iniciativa!

Eu queria lhe pedir o apoiamento também nas nossas outras iniciativas, que é tramitar pelas outras Comissões. É um projeto, Presidente Acir, que não trata apenas de questões atinentes a esta Comissão, mas é um projeto que muda radicalmente a origem com que ele veio lá atrás. Ele veio com dois artigos; está com 67 dispositivos, 66 páginas. É um projeto hoje que infelizmente foi criticado não só pelo Brasil, não! As entidades hoje ambientais do Brasil inteiro estão se manifestando contra esse projeto, porque é um projeto absolutamente nocivo, é um projeto, aliás, sobre o qual aqui, na recomendação técnica, na consultoria técnica do Senado Federal, as observações são as mais variadas. E aí, definitivamente pior do que todos os demais projetos, esse agora que estamos a discutir – e vamos discutir isso mais ainda na audiência pública – não pode, em hipótese nenhuma, passar por esta Comissão.

Aliás, ontem, Senador Paulo Rocha, eu falei com o Presidente Rodrigo Pacheco, e ele na verdade se comprometeu a ampliar esse debate conosco e trabalhar também para que passe na Comissão de Meio Ambiente, porque ele tem que passar não é só na Comissão de Meio Ambiente, não: tem que passar pela que trata da saúde, tem que passar por várias outras Comissões. Ele retira prerrogativas importantes, por exemplo, da Anvisa, do Ibama e concentra no Ministério da Agricultura. É inaceitável, é inadmissível que um projeto desse possa ser aprovado aqui, neste Congresso Nacional, com tanta crítica! E o efeito que isso vai dar para a saúde pública brasileira?! Esse vai ser ainda mais...

A gente precisa olhar que a questão hoje ambiental não é uma questão isolada, não; tem a ver com a economia, tem a ver na verdade com o que pode acontecer do ponto de vista de boicote internacional, que nós já vivenciamos aqui. O aumento da quantidade de agrotóxico hoje que está na sociedade brasileira é algo escandaloso, escancarado, inadmissível. É o que a gente realmente está aqui... E ainda mudam o nome de agrotóxico, para tentar amenizar. É veneno mesmo! É projeto do veneno mesmo!

E aí eu quero finalizar, pedindo a V. Exa. o apoiamento no requerimento que encaminhamos aqui, para que possa passar também na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Aprovado o requerimento.

Vamos ao requerimento do Senador Paulo Rocha.

Paulo Rocha, com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É para ficar claro para aqueles que nos visitam e para aqueles que acompanham a nossa audiência.

Parece que tem uma posição que é contra tudo que vem aí do agronegócio, que vem das questões e tal. Nós temos clareza do papel do agronegócio na economia do nosso país. Avançou e muito. Não é à toa que o Brasil passa a ser primeiro em exportação de vários produtos, produto do avanço e das questões do bom negócio que o agronegócio faz no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já resolveu isso lá atrás, porque, com a valorização da agricultura familiar, também a agricultura familiar adquiriu esse papel importante, que é a produção de alimentos interna. Foi com o projeto Pronaf que, enfim, se avançou, tanto que 78%... Assim como o agronegócio exporta e traz divisa para o nosso país, a agricultura familiar acabou também tendo essa importância principalmente na alimentação do brasileiro, porque 70% da alimentação que vai para o prato do brasileiro vem da agricultura familiar.

Então, nós não estamos confrontando essas questões. A nossa preocupação é exatamente que um projeto dessa monta, como o anterior, trata da autofiscalização, da autogestão, mas mexe com a saúde pública do povo, mexe com a estrutura, inclusive, da relação público-privada. Enfim, então precisa ser debatido, como nós já debatíamos isso ontem, mas, mesmo assim, em um projeto com 51 artigos, não tem como não se levar em consideração todo o processo legislativo que já está, inclusive, nos nossos regimentos.

É verdade, Presidente, que o despachar dos projetos para as Comissões depende do Presidente da Casa. Então, nós vamos fazer essa reclamação agora, já estamos fazendo. Por exemplo, esse projeto, aqui, dessa questão que o pessoal, a sociedade... Olha, Presidente, um projeto desse que o pessoal apelidou de pacote do veneno, isso mobiliza a sociedade. Todos os setores, todos os setores da sociedade estão mobilizados e vêm aqui fazer a pressão democrática...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Claro!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... para chamar a atenção de que a gente tem que aprofundar essa questão. Daí o interesse dos debates, das audiências públicas, porque a gente traz também para cá não só pesquisadores, especialistas, mas também representantes da própria sociedade e do que trata o conjunto, para que a gente possa debater. E nós vamos insistir para que esse projeto lá com a Presidência, principalmente esse daqui de que nós estamos falando agora, Presidente, o Presidente da Casa já deveria ter despachado para as duas Comissões, no mínimo, do meio ambiente, mas vamos tratar agora, aqui, especificamente, sob a sua direção, na Comissão de Agricultura. E por isso que a gente pedia essa audiência. Como V. Exa. é um democrata e sensível, já também adiantou a iniciativa de fazer uma audiência pública. Nós queremos, com esse requerimento, acrescentar a audiência pública com figuras que não sei se coincidem com os nomes que V. Exa. está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador Paulo Rocha.

Eu gostaria de fazer uma proposição, Senador Paulo. Nós temos outro requerimento aqui, agora, de V. Exa. que eu passo a ler.

"Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 1.459, de 2022, audiência com mecanismos de controle, fiscalização de uso de agrotóxicos no Brasil. Convidados: Luiz Cláudio Meirelles, representante da Fiocruz; Rafael Arantes, representante do Idec; Rogério Dias, representante do Instituto Brasil Orgânico; Naiara Bittencourt, representante da Terra de Direitos; e Fátima Borghi, representante do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos."

Em votação o requerimento, subscrito pela Senadora Eliziane Gama também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

A minha proposição, Senador Paulo Rocha, era a gente fazer duas audiências públicas, não uma. Eu acho que é interessante. E aí nós misturamos as pessoas que estão nos dois requerimentos, Senadora Eliziane, para que haja o debate, como sempre fazemos aqui – promover um debate amplo. Faremos uma audiência pública; depois, outra audiência pública e aí vamos debater. Acho que este é o nosso papel: debater, dar oportunidade para que todos possam nos ajudar. Foi por isso que eu pedi também uma audiência pública mesmo antes de trazer o relatório, fazer a leitura do relatório, por quê? Porque, em função das audiências públicas, das informações, das alternativas que a gente possa ter, Senadora Margareth, nós podemos o relatório que aí está. Não posso ler o relatório sem ouvir as audiências públicas. Isso, sim, seria uma indelicadeza muito grande.

Então, vamos fazer as audiências públicas, vamos ouvir todas as informações, todas as sugestões, para que depois a gente possa, enfim, poder fazer um relatório.

Senador Paulo Rocha; depois, Senador Amin.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu concordo que sejam duas, no entanto se verificou que no meu requerimento eu dividi por temas: mecanismos de controle e fiscalização; uso do agrotóxico e o impacto na saúde; viabilidade econômica e produtiva na agricultura de grande escala, etc. Então, acho que os convidados deveriam ser divididos pelos temas, porque, nas duas audiências públicas, a gente pode discutir os vários temas, a partir da intervenção dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, eu deixo a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – ... a prerrogativa de escolher quais os convidados que V. Exa. quer para a primeira audiência e para a segunda audiência, sem nenhum problema.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, só para ajudar: uma audiência pública com muita gente fica muito dispersa e demorada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Por isso que eu estou colocando em duas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Exatamente. Acho que a gente poderia com cinco ou, no máximo, seis convidados, fazendo a aglutinação das duas indicações. Acho que ela daria mais resolutividade à audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – No máximo seis pessoas, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Isso. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Por isso a importância de fazer duas, não uma só, porque aí nós teríamos doze pessoas para falar e fica improdutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está indo muito bem. Então, apoie o meu requerimento de ir para a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Tudo bem.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, como jesuíta, acho que a melhor energia, a mais limpa e renovável, da humanidade é o remorso. E eu vejo com satisfação, na concordância da Senadora Eliziane, um tênue traço de remorso, pela forma como ela interpretou, porque até eu queria pedir vista. O senhor não percebeu, mas eu botei a minha mãozinha ali. Vista coletiva. Quero deixar registrado que eu também peço a vista coletiva do item 1 da pauta, de que o Heinze era o Relator. E vejo com satisfação o que eu penso também ser consagrado pela Senadora Eliziane: fazer uma audiência pública com doze pessoas ou mais é confuso, contraproducente e, no final, ou fala-se pouco, cada um fala pouco, ou vai ser uma sessão de um dia. Então, eu sou a favor.

E queria colocar nesta pauta, perante as nossas Senadoras aqui presentes, as Senadoras Margareth e Eliziane, e o Senador Paulo Rocha, a informação da Organização Mundial da Saúde de ontem: 600 milhões de pessoas no mundo comem alimentos contaminados. Eu quero a discriminação disso. Não é no Brasil – não é no Brasil! É exatamente naqueles territórios de onde vêm os brados contra a competitividade nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Contra nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero a nacionalidade disso. É dado da Organização Mundial da Saúde. Peço que a assessoria levante. Foi divulgado ontem: 600 milhões, quase 10% da população mundial, ingerindo alimento contaminado. E eu garanto que não é aqui. A origem é exatamente daquelas plagas de onde vêm os gritos, os clamores, as reclamações e as denúncias que têm grande repercussão aqui, desde o tempo da primeira CPI da Amazônia, cujo Relator foi o inesquecível e grande brasileiro Jarbas Passarinho. Naquela época era Gorbatchov, Mitterrand, que uniram as suas vozes para defender a dessoberanização da Amazônia: a Amazônia não podia ser soberania brasileira. Era em 1989... Casualmente vêm dos mesmos nichos as vozes que nos denunciam. Só muda a mosca, a conversa é a mesma.

Então, eu faço questão que a assessoria nos disponibilize os dados que a OMS divulgou ontem sobre onde é que está havendo o problema. Garanto que não é no Pará.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Eu acho importante, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho muito importante!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu acho importante.

E só lembro que, inclusive, o Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos no mundo. Tem que ver não apenas onde as pessoas nesses países estão consumindo, mas de onde estão vindo esses alimentos. Esse é o debate realmente importante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A origem do alimento. Eu estou falando da origem do alimento. E assevero...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a origem, o plantio. É mais ou menos como a vaca louca, a senhora lembra? O Canadá era o maior denunciante, e foi lá que aconteceu o caso. Alberta é o nome da província.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Eu peço a orientação dos nossos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E faziam isso para prejudicar.

De novo, vou falar os nomes aqui: faziam isso em nome da Bombardier, para prejudicar a Embraer, para proibir a nossa participação tanto na agricultura quanto na indústria de ponta – e sensível como é a aeronáutica. Só rememorando.

Então eu concordo com a senhora: tem que saber quem é que plantou.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Eu pergunto aos nossos "universitários": é necessário um requerimento, votar um requerimento para fazer esse pedido à OMS, ou nós podemos fazê-lo independentemente de requerimento? Eu acho que esse pedido de informações realmente é importante. Podemos fazê-lo sem o requerimento, Pedro? Analise, enquanto a gente continua as nossas votações.

Então, aprovado o requerimento, nos termos do art. 111, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A tramitação do PL 1.459 fica suspensa na Comissão aguardando a realização de audiência pública, que será marcada em data oportuna. Fora esta semana que entra, em que nós teremos um feriado, na próxima semana faremos as duas audiências públicas, na próxima, fora esta semana, na outra quarta e na outra quinta nós faremos as duas audiências.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na semana do dia 20?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Na semana do dia 20, porque na semana que vem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Só uma informação, só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – A sugestão do Amin sobre os dados da OMS é para esta audiência ou para uma nova audiência?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não, não, não é para audiência não, é só para informações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São só para estarem disponibilizados aqui para esta audiência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Para esta audiência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para estas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, é só para eu entender. Nós vamos chamar um membro da OMS, é isso? É uma representação ou é outra audiência? Não, porque eu concordo, acho ótima a ideia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o relatório da OMS é para termos aqui, à mão, por ocasião das audiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Acho ótima a proposta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Amin, as duas audiências públicas, nós já combinamos aqui que a gente vai separar por temas afins, no caso da saúde, prejuízo, etc. e fiscalização, podem ser conjuntas. Aí pode vir, quando for tratar do impacto na saúde, aí pode vir o cara da OMS.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu não estou pedindo a convocação de pessoas, eu estou pedindo a disponibilização para...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dos dados; dos dados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dos dados, do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não estou alterando o conteúdo do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Nós vamos fazer o pedido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k., entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e sim, a disponibilização para nós...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O.k. Faremos a pesquisa, colocaremos na página da Comissão e enviaremos a todos os Senadores a resposta que houver.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, se o senhor pudesse me designar, porque eu tenho que voltar para a cerimônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Viu, Paulo, a sua ex-colega, a Deputada Angela Amin, está sendo homenageada com uma medalha do mérito...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Item 2. Projeto de Lei nº 6.303...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu vou explicar o porquê, Eliziane. É porque ela foi a primeira Parlamentar brasileira que disponibilizou para as escolas de aprendizes marinheiros a instalação para mulheres, instalação completa, com dormitórios, sanitários e que se tornou agora o paradigma dessas organizações militares, pelo menos da Marinha. Então, eu não posso deixar de voltar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Claro.

Projeto de Lei nº 6.303, de 2019, não terminativo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esperidião; Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não posso perder a oportunidade, porque ele não perde também oportunidade. Ela é uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada e, além de uma grande Deputada, é uma grande esposa. Então, ele tem que cumprir o papel de um grande esposo acompanhando a companheira dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fui até primeiro-damo dela. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Aliás, parabéns a ela, Amin.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Continuando.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 6303, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para determinar que, no caso de produtor rural, o prazo a que se refere o caput será contado a partir do início da atividade rural e não a partir da inscrição no Registro Público de Empresas.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

Relatoria do Senador Esperidião Amin, a quem eu passo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sras. e Srs. Senadores e aqueles que nos distinguem com a sua participação, eu vou ser muito breve. Quero dizer que relutei muito em usar as expressões que a Consultoria Legislativa colocou.

O projeto tem como objetivo atualizar a legislação referente à recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária, no caso afetando a questão contábil, como gosta de nos ensinar o Senador Izalci, que é o "contador-geral do Senado". Só que esta matéria já foi regulada por decisão judicial e por lei, de forma que, em verdade, o projeto de lei, que é de 2019, tem que ser considerado prejudicado, mas não porque não tem mérito; pelo contrário: tanto tinha mérito, que já foi objeto de deliberação, consagrando os princípios nele contidos, de forma que eu quero reiterar aqui a minha admiração pessoal pelo trabalho do Senador Confúcio Moura, lembrando a sua participação extraordinária presidindo a Comissão de acompanhamento da covid. Foi um trabalho altamente meritório naquele momento de transe e dificuldade no Brasil, mas o projeto de lei... Eu não concordo com a expressão "prejudicialidade", mas é a forma regimental de dizer o seguinte: a matéria já está atendida. Então, o projeto tem que ser arquivado.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a discussão, em votação do relatório.
As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o parecer do Senador Esperidião Amin.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de tramitação.
Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 1282, DE 2019
- Terminativo -
Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.
Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações: *Votação nominal.*

Altera o Código Florestal para permitir, nas áreas de preservação permanente dos imóveis rurais, a construção de reservatórios de água para projetos de irrigação e a infraestrutura física a ele associado.

A autoria é do Senador Luis Carlos Heinz e a relatoria é do Senador Esperidião Amin, ao qual passo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto tem o mérito de interpretar um adágio popular: a dor ensina a gemer. Nem a mãe mais dedicada consegue, falando, explicar para a criança o que é a dor; só a dor é que ensina a gemer.

O que é que pretende o projeto? Quem sofreu no seu estado ou viu a população do seu estado sofrer com estiagem... Nem estou falando em seca. Seca é uma coisa permanente, duradoura e recorrente, que nós estamos particularmente... Isso alcança, sob certo aspecto, Rondônia, mas Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, se você analisar a precipitação pluviométrica no ano, são estados ricos em água. E são mesmo. O problema é a reservação. E, como não se reserva, passam por estiagens dramáticas. Eu não vou falar das mais antigas, eu vou falar deste ano.

No dia 13 de janeiro deste ano, eu acompanhei a Ministra Tereza Cristina em Chapecó, um município praticamente vizinho à terra natal da nossa Senadora Margareth, e vi a soca de milho deste tamanho, não tinha 5cm de comprimento, seco, três grãos, porque, dali em diante, o produtor de leite... O gado toma muita água para produzir leite – muita água.

Então, não ter a reservação ou ter dificuldade de acesso à fonte para o suprimento... O que é que esse projeto pretende? Eu até admito que ele seja controverso, mas nós não podemos... Nós podemos, sim, proibir o uso da terra que integra uma área de preservação, mas proibir que ali se faça um projeto de reservação de água é transformar uma reserva num alvo de depredação, porque o que eu quero é ter água ali, às vezes por uma questão de aclividade, de suprimento, de redução de distância do transporte.

Então, é esse o sentido do projeto, e eu vou ler rapidamente a análise dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é formal e materialmente constitucional e dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Cabe ao Congresso deliberar sobre isso.

No mérito, consideramos o projeto, que em sua essência visa a incentivar a agricultura irrigada, conveniente e oportuno.

Devemos observar que nosso parecer reproduz, em parte e com as devidas adaptações, o relatório do ilustre aniversariante de hoje, Senador Marcelo Castro – já homenageado por todos nós –, ex-membro deste colegiado, que foi protocolado em 17/07/2019, mas não foi discutido nem votado por esta Comissão ainda.

Portanto, eu tenho que frisar que, em parte, pelo menos esse relatório leva em conta a reflexão do nosso Senador Marcelo Castro.

Quanto ao entendimento sobre APP, o Código Florestal, que foi aprovado por nós há dez anos – celebramos na semana passada os dez anos do código –, apresenta uma definição mais geral do art. 3º no art. 4º e categoriza, de forma mais específica, a aplicação do conceito de APP.

Conforme o art. 3º, inciso II, Área de Preservação Permanente é – cito: "Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".

Portanto, na verdade, essa autorização que esse projeto pretende não chega a ser uma exceção, mas é uma aplicação utilitária do princípio a que se destina a área de preservação permanente.

No entanto, as APPs previstas no art. 4º do Código Florestal possuem característica única em relação aos demais espaços protegidos, no que se refere ao seu estabelecimento. O código estabelece a proteção dessas áreas pelo mero efeito da lei, isso é, em função de sua localização nos limites nela previstos. Disso decorre que as APPs podem incidir tanto sobre o patrimônio público como sobre o particular.

Isso é mais uma das boas práticas da legislação brasileira que outros países não conhecem.

A proposta do Senador Heinze visa a ampliar as possibilidades de intervenção nas APPs de maneira a viabilizar projetos de irrigação. Com efeito, o Código Florestal inclui entre as atividades de interesse social, para efeito dessa lei, aquelas de – aspas – "implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade".

Mais adiante, em seu art. 8º, o código estabelece que a "intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental".

A iniciativa vem a propósito de preencher lacuna em nossa legislação, ao contemplar a possibilidade de instalação de reservatórios em APP, de modo que toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de projetos de irrigação seja viabilizada. A possibilidade de instalação nessas áreas apenas das estruturas para captação e condução de água, que se resume a tubulações e bombas, tem limitado excessivamente o avanço da agricultura irrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição em tela, nesse aspecto, é coerente com o que estabelece a Lei 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação” e que, em seu art. 22, §2º, prevê que, cito: "As obras de infraestrutura de irrigação, inclusive os barramentos de cursos d'água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, poderão ser consideradas de utilidade pública para efeito de licenciamento ambiental, quando declaradas pelo poder público federal essenciais para o desenvolvimento social e econômico".

Contudo, a admissão de intervenção em APP trazida pela proposta não faz qualquer tipo de restrição ou condicionalidade à manifestação de órgãos públicos competentes sobre a matéria. Aqui é necessário destacar, com o fim de promover a integração e a articulação de políticas e ações, que a Política Nacional de Irrigação prevê a necessidade tanto de licenciamento ambiental quanto de outorga de uso da água para os projetos de irrigação. Portanto, as atividades de irrigação não ocorrem legalmente sem autorização do poder público, como pretende o PL em análise.

Com efeito, os projetos de irrigação parecem apresentar amplos benefícios sociais e econômicos. Não obstante, é importante ressaltar que a construção de médios e grandes projetos de irrigação pode causar considerável impacto ambiental, mesmo que esses venham a ser eventualmente mitigados e até mesmo sejam justificáveis do ponto de vista social e econômico.

A iniciativa legislativa, na forma em que se encontra, busca incentivar o aumento da produtividade agropecuária por meio de projetos de irrigação. No entanto, a proposta permite a construção de reservatórios d'água para projetos de irrigação e infraestrutura a ele associados em Áreas de Preservação Permanente de imóveis rurais, sem estabelecer condicionantes ou regulamentação, como a realização de estudos e de eventuais práticas que venham a minimizar os impactos decorrentes da intervenção sobre a APP.

A título de comparação, destacamos que o próprio Código Florestal admite a intervenção em APP para a prática de aquicultura e infraestrutura física diretamente a ela associada em imóveis rurais com até 15 módulos fiscais. Para tanto, estabelece condicionantes: adoção de práticas sustentáveis de manejo de solo e água dos recursos hídricos, observância dos respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos, realização de licenciamento pelo órgão ambiental competente, inscrição do imóvel no CAR, no cadastro, e necessidade de a atividade não implicar novas supressões de vegetação nativa.

Por conseguinte, a admissão de intervenção sobre APP, como no caso em tela, sem qualquer tipo de condicionante ou regulamentação, parece contrariar o espírito de todo o Código Florestal.

Estudos demonstram que reservatórios utilizados para irrigação construídos a partir de barramentos de cursos d’água têm efeito positivo na disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas durante os meses de estiagem – aqui está escrito "seca", mas eu divirjo. A infiltração de água no fundo desses reservatórios, apesar de consistir em perda importante do volume de água no reservatório em si, alimenta o fluxo de base dos rios, aumentando o volume de água superficial a jusante.

Barramentos muito grandes causam impactos importantes na ictiofauna, impedindo seu deslocamento a montante, necessário para a reprodução das espécies de piracema, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espécies que sobem o rio. Entretanto, barramentos menores têm impactos também menores. Há uma faixa de tamanho ideal, pois reservatórios muito pequenos têm um balanço hídrico desfavorável, dado que as perdas por evaporação tornam sua relação custo-benefício negativa.

Os reservatórios oriundos de barramentos têm uma vantagem sobre os demais. De acordo com o §1º do art. 4º do Código Florestal, não se exige APP no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais. Assim, a admissão da construção de reservatórios em APP que não sejam oriundos de barramento traz a desvantagem de extinguir a APP no local, pois o reservatório construído não gerará outra APP em seu entorno. O mesmo não ocorre com reservatórios construídos a partir de barramentos, para os quais se constituem novas APP ao redor do novo espelho d'água.

Diante dessa análise, nossa compreensão é a de que a legislação deve permitir a construção de reservatórios em APP com a finalidade de irrigação, porém restringindo essa possibilidade aos reservatórios que decorram de barramentos, mediante análise e autorização do poder público e cumprimento de condições que visem à prevenção e à mitigação de impactos ambientais.

Assim, propomos emenda ao PL nº 1.282, de 2019, para permitir a construção de reservatórios d'água para irrigação decorrente de barramento mediante cumprimento de requisitos voltados à conservação ambiental. Nessa emenda, as modificações propostas devem ser viabilizadas por meio da inserção de §11 ao art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012, haja vista que, após a aprovação da Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, o referido artigo passou a dispor de §10 que apresenta objetivos diferentes daqueles pretendidos pelo art. 1º do projeto em análise.

Também é necessário reparo na ementa da proposição para adequá-la à boa técnica legislativa, como preconizam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. A ementa do projeto não explicita a que se presta a alteração promovida no Código Florestal.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas – primeiro, alteração da ementa:

> Emenda nº - CRA
> [...]
> Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para permitir a construção, em Área de Preservação Permanente, de reservatórios para irrigação por meio de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada.
> Emenda nº - CRA
> Dê-se ao art. 1º do PL [...] [em comento] a seguinte redação:
> Art. 1º Os arts. 4º e 8º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:
> Art. 4º .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 11. É permitida, nas áreas de imóveis rurais de que trata o inciso I do *caput*, a construção de reservatórios para irrigação por meio de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada, desde que:
I – o projeto e sua execução estejam de acordo com práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos que garantam sua qualidade e quantidade, de acordo com normas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;
II – o licenciamento seja realizado pelo órgão ambiental competente, quando for o caso;
III - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
Art. 8º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei, bem como naquelas previstas nos §§5º, 6º e 11 do art. 4º.

Portanto, as emendas são no sentido de resguardar a autoridade e a competência do órgão ambiental para a execução dessa intervenção.

O projeto é meritório. Com os subsídios já constantes do parecer extinto do Senador Marcelo Castro e com essas emendas, eu acho que ele adquire a seriedade e a objetividade que todos nós reclamamos para que ele contribua no sentido de reduzir os males da estiagem. Eu não posso dizer da seca, porque a seca é uma coisa que dura mais do que um ano, enquanto a estiagem, eu repito, não compromete o volume de chuvas, ou seja, os números pluviométricos do ano são considerados normais e até satisfatórios.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador Esperidião Amin.

Em discussão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Na verdade, Presidente, eu quero pedir vista desse projeto, mas antes eu queria cumprimentar o Senador Amin.

Eu acho que V. Exa. melhorou muito o texto do relatório, mas acho que a gente ainda pode dar algum aprimoramento. É uma proposta, Senador, que na verdade vai a uma coisa muito importante hoje brasileira que são as áreas de preservação permanente, as APPs. É bom lembrar, elas são diferenciadas a partir dos biomas, a partir das regiões brasileiras. Então, há uma certa complexidade. Não há dúvida nenhuma de que as emendas que V. Exa. coloca são importantes, agora o ponto principal e primordial da APP é exatamente a preservação da região. Você preserva a região exatamente para garantir os afluentes, para garantir todo potencial ambiental daquela determinada área. E a gente já tem, inclusive, vários pareceres de órgãos brasileiros que trabalham com o objetivo claro de deixar essas regiões, como é o projeto original das APPs, absolutamente intactas. Claro que a gente precisa analisar de uma forma muito mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pormenorizada, analisar inclusive o próprio sustento humano, que é um princípio fundamental, inclusive do ponto de vista ambiental.

Mas eu pediria vista, Presidente, até para a gente poder apresentar outras emendas e aí poder pensar na possibilidade de votar favoravelmente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Eu também peço vista.

Portanto, vista coletiva para o Projeto de Lei nº 1.282, de 2019.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu acho muito prudente o pedido de vista.

Eu reconheço que as emendas têm um sentido. Qual é? É, digamos: faça com moderação. E a moderação pode ser mais bem explicitada quando se consideram os vários biomas, como disse a Senadora Eliziane. Eu concordo. Eu acho que uma coisa é um estado de pequena propriedade como o meu, onde o cidadão com meia colônia consegue sobreviver com a sua família pela diversificação do que ele faz. Portanto, ele precisa da água para várias finalidades. E é diferente num estado como Mato Grosso, por exemplo. A lei é nacional e tem extensão de terra absolutamente diferente. Quando eu falo que...

Para terminar, na semana retrasada, eu visitei Cunhataí e eu posso dizer o seguinte: foi uma das coisas mais emocionantes da minha vida. No Município de Cunhataí, eu visitei uma família que, em 2000, se habilitou para o Banco da Terra. Foi, inclusive, um projeto de minha autoria e do Deputado Hugo Biehl, que tornou nacional o crédito fundiário que nós tínhamos criado em Santa Catarina, em 1983.

A mulher tinha 50 anos, e o pessoal das redondezas... Cinquenta anos de idade, 20 anos para pagar... Eles não vão aguentar. Bom, estava lá a dona da casa já com 72, 71,5, e nos receberam festivamente. Construíram em meia colônia, quer dizer, 12 hectares, um chiqueirão para 6,5 mil porcos. Só o chiqueirão representa um investimento de R$1,4 milhão, R$1,5 milhão, para um antigo sem-terra. Ele só conseguiu a promessa de compra da sua terra... Ele tinha 51, e a mulher, 50. São donos de terra, e eu posso dizer, com muito orgulho, que eles tiveram apenas uma oportunidade. Terminaram de pagar no ano passado – 20 anos de prazo para pagar. E há o escambo, que pode pagar... Se o preço do milho estiver bom, vende-se o milho e paga-se em dinheiro; se o preço do milho está mau, é o que nós chamamos lá de troca-troca. Então, isso não tem preço.

Agora, você imagina esse homem sem água. Sem água, ele quebra.

Então, eu acho que a utilidade pública, no meu estado, é uma coisa; em um estado de grande extensão de propriedades rurais é outra, de forma que eu acho muito prudente o pedido de vista e tenho certeza de que, nos termos do Código Florestal, que salienta à autoridade pública as necessidades humanas, nós queremos preservar o meio ambiente, sim, mas queremos viver. Eu acho que as emendas...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MT. *Fora do microfone*.) – Nós somos parte do meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós fazemos parte dele. Não pode ser uma coisa em detrimento da outra, e, modéstia à parte, quem escreve somos nós. Então, eu fico muito satisfeito com o pedido de vista. Tenho certeza de que o projeto é bom e pode ser aprimorado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, vista coletiva ao projeto.

Vamos, então, ao item nº 4.

Eu peço a gentileza do Senador Paulo Rocha para que possa presidir, pois eu sou Relator do próximo item.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pode contar com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Como Presidente, eu autorizo o Senador Esperidião Amin...

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 364, DE 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Senador Acir Gurgacz, esse projeto é muito importante.

Eu já estava aqui quando se discutiu essa questão do AFRMM, que é uma taxa que o setor de navegação, pessoal de frete, de navegação, etc., paga, e com isso se alavancou muito a indústria naval da época, me lembro bem, principalmente lá para o Norte, na fabricação de balsas, etc. Em Manaus, que você conhece muito bem, em Porto Velho, Manaus, Belém, isso alavancou muito essa indústria naval. Então, o AFRMM tem esse papel muito importante.

Mas queria aduzir também nesse comentário que a preocupação do Senador Alvaro Dias foi, digamos, tirar uma cota desse AFRMM, dessa taxa, para direcionar para a ciência e tecnologia nos assuntos que nós estamos discutindo, essa questão do agrotóxico, etc. E isso significa – só para provocar esse debate, como nós já fizemos muito aqui na Comissão – a valorização da Embrapa. Por isso nós temos que nos preocupar com o orçamento da Embrapa. Geralmente os... O Governo cortou muito fortemente o orçamento da Embrapa. Fomos nós aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Comissão, através de emenda de Comissão, que socorremos, pelo menos há dois anos e esse ano, a questão do orçamento da Embrapa.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Todos os anos. Isso tem a ver também com esse debate aqui.

Parabéns pelo seu relatório!

Depois ainda vai, exatamente para discutir essa questão do impacto na economia e do impacto na taxa do AFRMM, para a CAE, que é a Comissão terminativa neste assunto.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem a palavra V. Exa.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem.

O projeto é composto por dois artigos. O art. 1º destina-se, basicamente, a inserir novo parágrafo (§8º) ao art. 17 da Lei 10.893, de 13 de julho de 2004, a fim de que o produto da arrecadação da cobrança do AFRMM sobre a importação de todo e qualquer fertilizante, inclusive produtos intermediários e matérias-primas, seja destinado integralmente ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, previsto no inciso I do art. 1º da Lei 10.332, de 19 de dezembro de 2001.

O art. 2º, por sua vez, prevê que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Após análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a proposição tramitará na CAE, cabendo a essa última a decisão terminativa.

Análise.

Compete à CRA, nos termos do inciso XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos correlatos à política de desenvolvimento tecnológico na agropecuária. Por não se tratar de análise terminativa, abordaremos apenas o mérito do PLS nº 364, de 2016.

Entendemos que a proposição é oportuna para aprimorar o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, por meio da garantia de que o produto da arrecadação da cobrança do AFRMM sobre a importação de todo e qualquer fertilizante, inclusive produtos intermediários e matérias-primas, seja destinado integralmente ao referido programa.

Já é de amplo conhecimento da sociedade que o agronegócio, setor mais dinâmico da economia brasileira, está passando por uma nova revolução tecnológica, muito em resposta às novas demandas por alimentos nos mercados brasileiro e internacional. Essa transformação não trata mais de maximizar a produção, ou seja, de extrair do solo, das plantas e dos animais o máximo de suas capacidades, mas, sim, de implementar uma prática agropecuária inclusiva, eficiente, sustentável e saudável.

Um dos desafios a serem superados para ampliar ainda mais a eficácia do agronegócio nacional tem relação com a dependência da importação de fertilizantes, uma vez que a produção doméstica desse indispensável insumo não é suficiente para atender às necessidades de nossos agricultores. Nesse contexto, cumpre mencionar que informações da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) estimam que a dependência externa na aquisição de fertilizantes pode ser explicada pela falta de projetos para a expansão quantitativa e qualitativa da produção nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, de acordo com a justificação do PLS 364, de 2016, os recursos arrecadados da cobrança do AFRMM sobre a importação de todo e qualquer fertilizante, inclusive produtos intermediários e matérias-primas, poderiam ser alocados no Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, a fim de impulsionar a produção doméstica desse insumo.

Essa estratégia poderia resultar, ainda de acordo com a justificação em tela, na diminuição da dependência do agronegócio brasileiro em relação a fertilizantes importados, transformando o ônus da incidência do custo do AFRMM sobre a importação de fertilizantes em benefício para os agropecuaristas brasileiros. Concordamos com esse entendimento, razão por que consideramos a proposição em análise oportuna em seu mérito.

Entendemos, contudo, ser necessária a apresentação de emenda para modificar o art. 1º do PLS nº 364, de 2016, a fim de que o dispositivo que se pretende inserir no art. 17 da Lei 10.893, de 2004, seja o §9º, uma vez que o §8º já foi inserido nesse artigo por meio da Lei 14.301, 7 de janeiro de 2022, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem.

Ante o exposto, portanto, votamos pela aprovação do PLS 364, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRA

Substituam-se, no art. 1º do PLS nº 364, de 2016, as numerações "§8º" por "§9º".

Esse é o relatório, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lido relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos aprovar o relatório, então.

A matéria está em votação.

A votação é simbólica.

Quem concorda permaneça como se acha. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde será a decisão terminativa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Agradeço aos Senadores e Senadoras a presença nesta Comissão, o amplo debate para que a gente possa avançar nos temas importantes e polêmicos – importantes, Senadora Margareth, para o nosso país. Aqui na Comissão, o tema é a agricultura, a pecuária, o agronegócio.

Eu agradeço a presença da Senadora Zenaide Maia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Agora sou titular aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Hein?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Agora eu sou titular. Consegui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Que bom! Fico feliz com a sua presença junto conosco. Vai ampliar e engrandecer o debate desta Comissão com toda certeza.

Eu peço desculpas à Senadora Zenaide Maia. Ela tinha pedido a palavra, e nós não vimos aqui. Agora ela não está presente mais na reunião. Então, eu peço perdão à Senadora Zenaide Maia, a quem cumprimento e agradeço sempre pela participação junto conosco nesta Comissão.

Participaram hoje a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Rose de Freitas, a Senadora Soraya Thronicke, a Senadora Eliziane Gama, a Senadora Margareth Buzetti, o Senador Alvaro Dias, o Senador Angelo Coronel, o Senador Esperidião Amin, o Senador Fabio Garcia, o Senador Izalci Lucas, o Senador Jean Paul Prates, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Luiz do Carmo, o Senador Rafael Tenório, o Senador Roberto Rocha, o Senador Sérgio Petecão, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Lasier Martins, o Senador Paulo Rocha e o Senador Jaques Wagner.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e zero minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Luis Carlos Heinze, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Fabio Garcia, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Eliane Nogueira. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (instrução do PL 1459/2022), atendendo aos requerimentos PL 1459/2022 (Substitutivo-CD), de autoria Câmara dos Deputados, REQ 13/2022 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), e REQ 14/2022 - CRA, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Finalidade: Primeira Audiência Pública de instrução do Projeto de Lei nº 1459, de 2022. PL 1459/2022: - Iniciativa: PLS 526/1999, do Senador Blairo Maggi. - Autoria: Câmara dos Deputados. - Ementa: Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências. - Relator na CRA: Senador Acir Gurgacz. Participantes: Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho (representante de: Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos); Dra. Larissa Mies Bombardi, Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - USP; Dr. Caio Carbonari, Doutor em Proteção de Plantas pela Universidade Estadual Paulista - Unesp; Mário Urchei, Diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF; Naiara Bittencourt, Advogada na organização Terra de Direitos e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA; e Paulo Amaral, Advogado e Engenheiro Agrônomo consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - Abrapa. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra a Senadora: Eliziane Gama, Senador Paulo Rocha, Deputado Federal, Neri Geller e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização da primeira audiência pública de instrução do PL 1.459, de 2022, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera dispositivos normativos e dá outras providências, em atendimento aos Requerimentos 13, de 2022, de iniciativa desta Presidência, e 14, de 2022, da iniciativa do Senador Paulo Rocha e da Senadora Eliziane Gama.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 612211; quem quiser participar pode fazê-lo através das redes sociais ou pelo telefone 0800 612211 – a ligação é gratuita.

Os nossos convidados: Dr. Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho e representante do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos; Dra. Larissa Mies Bombardi, Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo; Dr. Caio Carbonari, Doutor em Proteção de Plantas pela Universidade Estadual Paulista; Dr. Mário Urchei, Diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; Dra. Naiara Bittencourt, Advogada na organização Terra de Direitos e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia; Dr. Paulo Amaral, Advogado e Engenheiro Agrônomo, Consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.

Antes de passar a palavra aos senhores, eu faço apenas uma introdução aqui.

Esta audiência pública tem como objetivo ampliar o debate sobre os pesticidas para possibilitar os últimos ajustes no texto do Projeto de Lei 1.459, de 2022, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas.

Esse projeto iniciou a sua tramitação no Senado Federal pelo PLS 526, de 1999, de autoria do Senador Blairo Maggi. Portanto, está há 23 anos tramitando aqui, no Congresso Nacional, sendo que já foi amplamente debatido com os Congressistas e com a sociedade, tanto é que, de fato, o projeto hoje em discussão é bem diferente da proposta inicial, pois recebeu muitas contribuições ao longo de sua tramitação, sendo que chegou o momento de sua deliberação. E vamos deliberá-lo aqui na Comissão de Agricultura do Senado.

Antes de se tornar um debate político e ideológico, esse é um debate técnico e científico que há muito tempo vem ocupando estudiosos, pesquisadores e especialistas das universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e das empresas do setor agropecuário. Mesmo que esta Casa seja uma casa política, eu defendo que pautemos o debate com base na ciência.

Por conta disso, destaco um documento da Embrapa que defendeu vários tópicos da proposta e apontou alguns tópicos que poderiam ser objeto de aprimoramento, de forma a garantir a efetividade e a segurança da legislação. Entre eles, a Embrapa destacou a necessidade da participação efetiva dos órgãos de agricultura, da saúde e do meio ambiente no processo regulatório como é praticado em todo o mundo, assim como a necessidade de revisão do prazo de registro de novos produtos. A Embrapa considerou relevante a designação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como o órgão de coordenação e registrante dos pesticidas e afins. Com a nova lei, o Ministério da Agricultura vai assumir o papel de coordenação do processo, onde será dada a entrada nos registros. A Anvisa e o Ibama continuam avaliando tecnicamente os produtos, garantindo a segurança, a saúde e o meio ambiente, junto com o Mapa, que avaliará a eficácia agronômica.

Outro aspecto importante da proposta também destacado como positivo pela Embrapa é a inclusão de mais etapas de análises técnicas para a aprovação de novos princípios ativos, mas com mais agilidade. No documento, os cientistas da Embrapa consideram que a proposta apresenta avanços quando propõe a adoção da metodologia da análise de risco em substituição à análise de perigo, atualmente utilizada nas avaliações regulatórias. A análise de risco é utilizada pela maioria dos países desenvolvidos e caracteriza-se por considerar também a exposição ao pesticida e não somente suas características intrínsecas.

Com relação à agilidade e transparência, a Embrapa também critica os atuais prazos de registro, que se estendem por anos. Hoje, demora-se em média de oito a dez anos para a autorização de um novo princípio ativo. É um tempo muito longo para produtos mais modernos, seguros e eficazes entrarem no mercado. A nova lei prevê um prazo máximo de dois anos para que o novo produto seja analisado, similar a diversos outros países como Estados Unidos, Argentina, Austrália e alguns países da Europa.

Para dar mais transparência ao processo, será criado o Sispa (Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica). A solicitação de aprovação de novos produtos terá uma única entrada digital, através do Sispa, que facilitará a tramitação e o acesso dos órgãos responsáveis pela análise dos estudos científicos que comprovam a segurança do uso. Por meio do Sispa, todo e qualquer cidadão poderá acompanhar os processos de registro e obter informações sobre os procedimentos.

Com a aprovação mais ágil de defensivos mais modernos, as doses utilizadas no campo serão reduzidas, e, por consequência, o custo de produção vai cair.

Enfim, essa proposta de lei vem trazer mais transparência e agilidade na aprovação de defensivos agrícolas, cada vez mais modernos, capazes de combater as pragas agrícolas de maneira mais eficiente, com menores riscos ao meio ambiente e à saúde humana. Com regras mais claras e sistemas de registro e controle mais modernos, vamos ampliar a segurança jurídica e reduzir a burocracia, trazendo inovação e tecnologia para a nossa agropecuária.

Esse é o caminho para a modernização de nossa agropecuária. Dessa forma, vamos produzir alimentos mais acessíveis, ou seja, mais baratos para os brasileiros, e continuaremos liderando as exportações, mantendo o superávit de nossa balança comercial e o crescimento do PIB, com geração de emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo considerando os aspectos positivos da nova legislação, eu defendo a promoção do debate amplo e democrático, para que possamos votar essa matéria com a seriedade e a segurança que o tema merece. Vamos, portanto, iniciar os nossos debates.

Eu sugiro aos nossos Senadores que nos acompanham através do nosso sistema que nós ouçamos os nossos convidados e depois façamos os questionamentos e as perguntas devidas.

Eu passo a palavra ao Dr. Leomar, Procurador do Trabalho, representante do Fórum Nacional de Combate aos Impactos Agrotóxicos, para fazer as suas colocações. Mais uma vez, Dr. Leomar, agradeço a sua presença junto conosco para que a gente possa debater esse tema que é da maior importância para toda a população brasileira.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. LEOMAR DARONCHO – Bom dia!

Está desligado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – É só ligar aí. (*Pausa.*)

O SR. LEOMAR DARONCHO (Para expor.) – Ligou.

Bom dia!

Eu saúdo todos.

Agradeço muitíssimo o convite do Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão, que é um conhecedor do tema na origem e também pela sua opção de vida no local onde reside, segundo me informou, há 40 anos. Então, conhece bastante.

Saúdo todos que nos acompanham, em especial os agricultores.

Eu acho que esse é um tema muito relevante sob o ponto de vista da produção, da geração de renda. É importante para o Brasil, é importante para o mundo, mas é muito importante também para a saúde, para as pessoas, para as crianças. É importante na perspectiva das futuras gerações, da vida e do meio ambiente.

A nossa manifestação aqui... Chegando aqui, eu tive a oportunidade de conhecer duas pessoas que me indagaram se eu iria falar contra ou a favor. Eu vou falar a favor da agricultura, a favor da produção, mas também a favor da vida, da prudência, da cautela. A gente tem uma série de conhecimentos acumulados sobre esse tema que precisam ser discutidos.

Senador, eu tive a oportunidade de ler a sua manifestação que, parece-me, foi feita ontem, essa que o senhor leu agora e em outro espaço do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Não, aquela foi outra.

O SR. LEOMAR DARONCHO – Foi outra? Mas, na essência, é... E eu concordo com muita coisa.

É importante ressaltar que essa iniciativa legislativa começou a tramitar no Senado, foi uma iniciativa do Senador Blairo Maggi, que conhece muito o tema também, em 1999, e passou pela Câmara. Na verdade, nós temos um substitutivo. Antes, alterava alguns artigos; agora, o projeto atual é uma lei bastante extensa, com perto de 66 páginas, com 66 ou 67 artigos, e muda bastante a configuração do regime de agrotóxicos, desde autorização, importação, comercialização, aplicação e destinação de embalagens. É bem amplo, não é?

Eu falo aqui em nome do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. A gente tem a convicção de que esse não é um tema que se resolve de forma simples, nem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolve por um passe de mágica. As melhorias que a gente pretende ver implantadas, com certeza, demandam transição, estudo. Há medidas com que o Senado pode aperfeiçoar esse projeto, que foi refeito na Câmara. Então, a gente vai tentar mostrar algumas coisas da nossa experiência na área. (*Pausa.*)

Uma coisa muito importante é que esse tema seja debatido também nas outras Comissões, nas áreas de saúde e de meio ambiente. É óbvio que a Comissão de Agricultura tem um papel muito importante, mas as outras Comissões... Até para que o debate, conforme o Senador vinha apresentando, seja amplo e contemple todas as facetas.

Uma alteração importante é a questão de que hoje, na lei atual, há a proibição de registro de produtos com potencial de causar malformação fetal, câncer, mutação genética e distúrbios hormonais. Hoje há proibição ao registro de produtos assim. Mudaria para configuração do risco. Com essa qualificação, haveria uma análise pelo Mapa, pelo Ministério da Agricultura, daquilo que é risco aceitável ou não e que poderia ser mitigado por medidas de gerenciamento de riscos.

Pode passar.

Na biossegurança há uma imagem muito reproduzida – essa imagem nem é original minha – da diferença entre perigo e risco. Perigo seria alguém observando um tubarão, tem um perigo no mar; o risco é nadar junto com o tubarão. E o que seria aceitável? Talvez a distância, a destreza do nadador, contar que o tubarão talvez não esteja com disposição. E gestão de risco introduz um componente muito perigoso na perspectiva dos agricultores, trabalhadores ou proprietários que vivem na área de produção.

Por favor, vamos passando.

O projeto dá um protagonismo bastante maior ao aspecto da representação da agricultura, e a saúde e o meio ambiente têm um papel meio que consultivo. Não é como é hoje. Ontem, nós tivemos uma decisão da Anvisa proibindo, pelo menos provisoriamente, o carbendazim, que é um fungicida cancerígeno e mutagênico, segundo as informações que estão na Anvisa. Ele foi proibido em uma decisão monocrática. E eu tenho dúvidas se, na nova configuração, a Anvisa teria esse poder. Aliás, ontem teve uma decisão na Justiça americana também sobre o glifosato, de que, imagino, a maioria já teve notícia.

Outra questão: o Brasil se apresenta hoje ao mundo como um importante ator, um *player,* como se fala nessa linguagem, do mercado de produtos agropecuários. É o maior exportador de uma série de produtos, então, logicamente, ele é muito olhado por isso. Ele está sempre muito passível de sofrer... Em qualquer oportunidade de restrição, o mundo, o mercado consumidor mais seletivo impõe contra o Brasil.

Outra questão, ainda nessa perspectiva, é que o mundo anda muito atento às questões ambientais. Isso poderia ser só uma poesia se o STF, nosso Supremo Tribunal Federal, não estivesse dando relevância para essa questão.

Por favor, passa.

O STF tem julgado – está na página principal do STF hoje – a questão da Agenda 2030. É o assunto do momento; o meio ambiente é o tema do momento. E, se a gente retroceder na questão normativa, é possível e provável que muitas dessas questões acabem virando demandas judiciais, trazendo insegurança jurídica para o setor, o que eu acho que é uma coisa muito ruim, além do problema das questões de mercados consumidores mais seletivos. A produção de soja, que hoje é o principal produto de exportação do Brasil, vai 70% para a China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, à medida que os mercados mais cobiçados, mais apetitosos comecem a criar barreiras com a perspectiva de questões ambientais, a gente pode vir a ter problema por estar usando produtos que eles não aceitam.

Eu queria passar.

Então a gente já tem notícias de boicotes, como foi o dessa rede de supermercados da Suécia.

Por favor, vão passando.

Tem essas notícias da utilização de agrotóxicos banidos da Europa, que têm problemas com abelhas. Isso tudo é notícia no mundo inteiro. E tem muitas, não é? Mais recentemente, tem muitas.

Pode passar.

E aí eu volto aqui ao ex-Senador Blairo Maggi, que foi também foi Governador de Mato Grosso e é talvez um dos maiores produtores de soja e do agro, em uma entrevista interessante que ele deu sobre a preocupação do setor com a imagem do Brasil lá fora. Ele disse: "teremos que refazer a imagem do Brasil no exterior", por conta do nosso comportamento em relação às questões ambientais. Essa preocupação, é óbvio, está nas pessoas que pensam o agro.

Para frente, por favor.

Uma outra questão prática desse PL, como o Senador tinha lido: ele tem uma série de... Ele dispõe desde pesquisa, importação, exportação e tal. A lei atual estabelecia o mesmo tipo de restrição para todos. No PL, pesticidas destinados à exportação estariam dispensados de registro. Então, se ele for para exportação, ele está dispensado de registro; ele não precisa apresentar estudos agronômicos, toxicológicos e ambientais.

Para frente.

Aí a nossa questão é a seguinte: tem acontecido, cada vez mais... Quase todos os dias eu recebo notícias, principalmente da polícia de Goiás, que tem uma unidade que faz controle de divisas e fronteiras, de apreensão de produtos. Se a gente tem apreensão de produtos que entram aqui de países vizinhos, num volume... Imagine: naquela de Ponta Porã foram 56 toneladas – 56 toneladas, se a gente imaginar os percentuais de diluição disso na aplicação, é veneno que não acaba mais. Isso é só para dizer que, se a produção for interna, é muito difícil que a gente não tenha agravado esse problema dos desvios da produção.

Para frente, por favor.

E a gente tem um mito do controle e da fiscalização. Eu acho importante olhar isso. Nós temos hoje 3.748 produtos agrotóxicos em comercialização. De 2019 para cá, foram 1.682; 1,4 por dia. Então, a cada dois dias a gente tem três novos agrotóxicos registrados. E 40% disso usa formulações banidas da OCDE.

Um dado importante... E eu penso que talvez aqui – com o perdão da ousadia – o Senado talvez pudesse ajudar, o Parlamento. A gente precisa organizar e estruturar os órgãos de apoio, de fiscalização, de controle, porque o Brasil tem mais de 5,3 milhões de propriedades rurais. Se a gente considerar a fiscalização do trabalho – eu fiz uma conta com a média dos últimos cinco anos de inspeções –, levará 1.360 anos, se a gente tiver a pretensão, para fiscalizar todas as propriedades rurais. Então, é muito ruim.

Olhando especificamente a questão do apoio, dos órgãos que estão na cadeia e que justificam talvez a morosidade do processo de aprovação e de revisão dos agrotóxicos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defasagem no quadro da Anvisa é muito grande. Quase todos os órgãos estatais de controle estão defasados. Há um acórdão do TCU do ano passado – está aí o número: 2.287 – que aponta indícios de irregularidade na Anvisa, excessiva demora na reavaliação de substâncias agrotóxicas. Ele também demora para aprovar – está defasado o quadro. E há menção à desestruturação do quadro de servidores, de técnicos nesse acórdão do TCU, que apontou como uma irregularidade.

Para frente, por favor.

Um outro problema que talvez o Senado pudesse avaliar para aperfeiçoar é estabelecer prazo nas autorizações. A gente tem alguns produtos em uso que são carcinogênicos, provocam câncer, e mutagênicos, quer dizer, que afetam a questão reprodutiva dos seres humanos, os quais só estão em uso porque são anteriores a essa lei de 1989, e eles não são reavaliados. A aprovação demora, pelo que eu entendi, perto de oito anos, e tem alguns cuja reavaliação demora muito mais do que isso. E não é possível que fiquem aprovados indefinidamente. Nem a carteira de motorista fica; medicamento não fica. Nos Estados Unidos não é assim; a autorização é por um tempo. Passado esse tempo, o fabricante tem que provar que aquele produto pode continuar sendo usado. Aqui é o contrário: uma vez aprovado, é ônus do órgão de controle provar que aquele produto tem que ser retirado do mercado. E o PL possibilita a aprovação de agrotóxicos por decurso de prazo, claro que com algumas condições, mas isso é um problema, porque nós não estaríamos investindo na qualificação e no preparo do pessoal, dos técnicos que fazem a análise. Então, o desmonte dos órgãos de fiscalização, de aprovação contribuiria para que aprovássemos, por decurso de prazo, alguns produtos que são condenados no mundo civilizado.

Para frente, por favor.

Há um alerta da ONU, de 2017, falando sobre os problemas da exposição crônica. A gente tem poucos dados sobre a contaminação aguda, aquela de que o efeito é imediato, mas a gente tem progressivamente dados sobre o problema da exposição crônica, que são os índices de câncer, malformação genética, aborto espontâneo, e por aí vai, uma série de doenças infantis – vamos falar delas também. Então, tem um alerta da ONU que chama a atenção para a situação das crianças.

Para frente, por favor.

Essa aqui é uma pesquisa da Universidade Federal do Ceará que fala sobre malformação de bebês e puberdade precoce: crianças com três, quatro anos apresentando sinais de puberdade.

Isso gerou uma situação de comoção tão grande que o Estado do Ceará aprovou uma lei proibindo a pulverização aérea. Essa lei está sendo questionada no STF.

Para frente, por favor.

Essa aqui é no Piauí, na região de Uruçuí, em que a base do sistema de saúde fica em Floriano, falando sobre a questão da incidência de abortos, uma situação bastante grave. Se alguém se interessar, a leitura da matéria é bastante assim... É uma pesquisa da Universidade Federal do Piauí.

Para frente, por favor.

Um outro dado como marcador, como referência do que acontece: o Centro Infantil Boldrini, de Campinas, é coordenado pela Dra. Silvia Brandalise, é uma referência internacional na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão do câncer infantil. Ela faz essa relação. Então, ela recebe casos graves do Brasil inteiro e ela tem essa avaliação bastante preocupante. Do tempo em que eu trabalhei em Mato Grosso, eu me lembro de ter conhecido uma pessoa que organizava excursões de pacientes para levar para esse centro infantil de Campinas que trata de câncer pediátrico, câncer infantil.

Aqui é uma apresentação que a gente viu há pouco tempo do Dr. Pablo Moritz, ele é médico do Centro de Informação e Assistência Toxicológica da Universidade Federal de Santa Catarina, em que ele apresenta um dado que desfaz outro mito: o de que a questão fundamental seja a dose da exposição; não é a dose. Para efeitos de criança, os dados que ele compilou estão indicando que o problema não é a dose, o problema é o período da exposição. E tem alguns períodos da gestação que são mais suscetíveis e que formam o que ele... Você pode passar, por favor? Então, dependendo da fase, você está gerando... A toxicidade depende da época da exposição e não da dose. E ele está falando da gestação.

Para frente, por favor.

Aí ele relaciona algumas das doenças decorrentes da neurotoxicidade de alguns agrotóxicos. Então, ele fala de – volta, por favor? – déficit de atenção em crianças, autismo, prematuridade, redução de QI em crianças, depressão e suicídio, Alzheimer, doença de Parkinson – a França já tem decisões da justiça reconhecendo o Parkinson como uma doença do trabalho para quem estava exposto a agrotóxicos – e esclerose lateral amiotrófica.

Aqui tem um depoimento...

Vamos para o próximo, por favor?

Pessoal, na carreira de procuradores do trabalho, eu conheço 13 colegas que têm filhos portadores da síndrome do espectro autista. Tiveram lotações iniciais da carreira no interior, em regiões em que há exposição. Isso não é relevante cientificamente, mas é um dado empírico que me faz ficar preocupado. Em Mato Grosso tem muitos casos de conhecidos e principalmente das carreiras jurídicas em que os cargos têm início em interior... Então, isso me deixa muito preocupado, porque a gente pode estar comprometendo gerações futuras. Nos Estados Unidos há estudos robustos sobre essa correlação principalmente do autismo com a exposição.

Bom, próxima questão. É uma questão talvez de menor importância, que é a questão do nome. A lei atual fala "agrotóxico", é o termo que a Constituição usa no art. 220, §4º.

Então, a embalagem e a bula dos produtos, em geral, usam a expressão "veneno". A literatura internacional usa "pesticida". A Andef, que é a associação do setor da indústria de produção, usa a expressão "defensivo agrícola ou vegetal". Os populares eventualmente chamam de "remédio para plantas" ou "produto fitossanitário". Essa mudança parece de menor importância, mas "agrotóxico" nem é uma palavra simples – em algumas regiões, a pronúncia disso é um pouco difícil pela questão de sotaques e tal –, mas ela já está incorporada à cultura, à tradição, e não vejo ganhos de fazer essa mudança.

Para frente.

Uma preocupação importante é a deriva. A deriva é quando o vento leva... Há pouco, eu conversava com um presente na audiência que externou a preocupação com isso. Essa é uma grande preocupação. Nessa lei do Ceará que está sendo julgada no STF, a Ministra Cármen Lúcia registrou a questão da deriva: há registro de que ela atinge até 32km na aplicação aérea – está no voto dela. Isso compromete a saúde, evidentemente, de todos que estão na área, e o meio ambiente, mas compromete também as produções que eventualmente tentem usar o outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

método. No Rio Grande do Sul, há registros de prejuízo na questão de pomares de maçã, da uva; tem o problema dos apicultores. No Mato Grosso do Sul, tem o problema com o bicho-da-seda. E, assim, tem produção orgânica em propriedades de grandes dimensões que acaba prejudicada pela pulverização.

Para frente, por favor.

Aqui eu queria falar um pouquinho sobre o mito do uso seguro, que está naquela história da avaliação do risco lá – se é aceitável ou não. Esse encarte, que é uma iniciativa dos fabricantes de agrotóxicos, fala que, se utilizarmos técnicas adequadas de aplicação e respeitarmos as condições climáticas, ele seria seguro.

Para frente.

E aqui eu tenho informações sobre a bula do glifosato. O glifosato é o agrotóxico mais usado no mundo. Ele é 36% ou perto de 40% do volume no Brasil, ele é o principal agrotóxico também. Acabei de saber o preço dele – eu não sabia que era tão caro, eu imaginava um valor bem menor: R$140 o litro. Ninguém usa agrotóxico porque quer; usa porque precisa, porque a técnica e o modelo estimulado pelo nosso financiamento leva isso – financiamento público.

Mas, indo para frente, a bula fala: primeiro, não há antídoto para ele. O glifosato é anterior à lei de 1989. Então, ele está na área aí.

A condição climática, a temperatura máxima: 28 graus. Hoje é o segundo dia do inverno – ele começou ontem, às 6h14 –, mas quem conhece o interior de Mato Grosso, Piauí, Tocantins, para ter 28 graus... Em Uruçuí – eu olhei o mapa climático –, aquela cidade do Piauí, ao longo do ano, menos de 28 graus é antes das 8h da manhã, em algumas épocas do ano, então, fora disso, ele estaria sempre fora da temperatura máxima permitida, que é 28 graus.

Umidade relativa do ar: no mínimo, 55%. Umidade relativa do ar é muito relevante. Aqui em Brasília, a gente está muito acostumado a índices baixos, mas no Centro-Oeste é muito comum ter umidade abaixo de 50%. Estaria irregular.

Velocidade do vento máxima: 10km/h. Tem que atingir essas condições climáticas. Fora disso, o tubarão está chegando perto do banhista; então, a gente estaria com problema.

Na bula também fala: "Advertência: utilize equipamento de proteção individual (EPI)". O que é? Macacão impermeável, luvas e botas de PVC, óculos protetor e máscara com filtro. Ainda tem aquela touca árabe ali, em cima. Na propaganda, é mais ou menos assim que deveria andar um agricultor.

Em Campos de Júlio, fazer 42° não é muito incomum. Campos de Júlio é uma cidade do interior de Mato Grosso, importante produtora de soja. Então, nós estaríamos com 42°, e imaginar alguém com uma roupa revestida... Ela é meio que emborrachada, ela é impermeável. Imaginem o calor que vai estar, e a máscara... Não é crível que as pessoas usem isso durante todo o tempo de exposição. Aliás, quem mora na região deveria usar essa roupa também, porque se eu tenho à deriva...

Eu estive numa escola rural no Município de Sapezal – uma escola rural – e perguntei para a professora como é isso. É aquele modelo: a escola é uma ilhazinha no meio de lavouras – muita, muita soja. Como é quando passa o avião? Quando passa o avião... Ela me disse naquele dia, eu fiquei bastante impactado: quando ela ouvia o barulho de longe, ela interrompia a aula e começava uma atividade lúdica para ver se distraía as crianças, porque têm vertigens, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças que começam a sentir ânsia de vômito. Então, essas crianças deveriam ir para a aula também com essa roupa com essa parafernalha, quase como um astronauta.

Mas, vamos lá. A Anvisa revisou o glifosato, concluiu a revisão. Apesar do alerta da Agência Internacional de Pesquisas em Câncer, de que o glifosato é provavelmente cancerígeno para humanos, a Anvisa entendeu que o parecer da área técnica é de que ele pode continuar sendo permitido no país, já que não há evidências científicas de que ele cause câncer, mutações ou malformação em fetos. Mas no final do relatório – eu acompanhei a sessão em que se deliberou sobre isso –, os técnicos se protegem, e há duas ressalvas: quem está mais sob risco são os trabalhadores que aplicam a substância.

Muitas vezes, o trabalhador que aplica a substância é o próprio dono da produção. Eu tenho parentes que são agricultores, e eu sei que eles aplicam agrotóxicos, no Sul. Então, muitas vezes, quem está aplicando é o proprietário; quem trabalha nisso não necessariamente é empregado.

Então, ele ressalta o risco e faz um alerta que me preocupa muito, que é o analfabetismo funcional. Está nesse parecer da Anvisa que mais de 60% dos trabalhadores que aplicam os agrotóxicos não completaram o ensino fundamental. Em Mato Grosso, havia um dado antigo em que o governo do estado reconhece que 80% da população rural, que trabalha na agricultura, é analfabeto funcional. Então, é um problemão para ele, para quem mora na região, para a família dele, para quem consome os produtos que eventualmente vêm de lá, porque estão sendo manuseados por alguém que não tem condições de entender o que significa aquilo que está na bula, os cuidados, a precaução. Aliás, qualquer um, seja de que nível for, se ler a bula, fica muito preocupado e, provavelmente, não vai entender tudo o que diz lá. (*Pausa.*)

É que o tempo não me permite.

Há um estudo sobre isso, a percepção dos trabalhadores do meio rural, de como eles percebem aqueles iconezinhos que são usados por conta dos analfabetos.

Eu queria voltar para o anterior, por favor.

Uma experiência que a gente tem das operações de trabalho rural: dificilmente uma operação de combate ao trabalho em condições análogas à de escravo deixa de encontrar situações irregulares em relação a agrotóxicos. Essa aqui é uma casa em Venâncio Aires, uma região que produz tabaco. O tabaco é um produto que eu sei que usa a maior relação de agrotóxico por hectare; é quase três vezes o que se usa na soja. E aqui tinha agrotóxico guardado dentro de casa. Isso é muito comum! É uma casa de madeira, como tem no Sul. Em barracões é muito comum. Eu tenho um outro registro em que a cama em que os trabalhadores dormiam era madeira em cima de baldes de agrotóxico.

Para frente, por favor.

Esse caso aconteceu aqui em Brasília, em 2018, para desmistificar a questão do mito do uso seguro. É uma propriedade com aqueles pivôs e com áreas internas de produção de semente de soja. Foi levado um ônibus de trabalhadores que foram executar esse serviço na soja, a remoção de plantas. Eles chegaram às 7h30... Isso foi a empresa que alegou, a proprietária da fazenda: a área dos pivôs havia sido pulverizada com atrazina e gramoxone – os dois são cancerígenos, mutagênicos e tal –, e, segundo a empresa, ela teria observado o tempo de reentrada, o tempo entre a aplicação e aquele em que está permitido o ingresso de trabalhadores, conforme está na bula; teria fornecido EPI e treinamento e forneceu lá os documentos disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando, por favor.

Apesar disso, 1 hora e 15 depois da chegada desses trabalhadores, eles foram para o hospital. Passaram mal 32. Alguns dias depois, eles tiveram alta. Voltaram – essa matéria já é do segundo episódio –, e mais 14 sentiram os problemas. Só que, em algumas dessas situações foram emitidas CATs (comunicações de acidente de trabalho), porque isso teve repercussão. E isso está em processo judicial de alguns trabalhadores prejudicados e também tem uma ação coletiva movida pelo sindicato. Elas foram julgadas favoráveis ao sindicato e aos trabalhadores. Mas é para dizer que EPI e aquelas normas são de eficiência relativa. Aqui é o tubarão chegando ao banhista também.

Para frente, por favor.

Um dado que deveria, deve e preocupa a todos foi essa informação, com base no Sisagua (Sistema de Vigilância da Qualidade da Água), de que um em cada quatro municípios tem coquetel com agrotóxicos na água. O que é pior: algumas cidades têm todos os monitorados – eram monitorados nessa época 27. São Paulo, por exemplo, tem os 27; Goiânia tem os 27. E esse mapa mostra as Regiões do Brasil, dos municípios que informam. Para Brasília, eu queria tranquilizar, porque Brasília não informa, então a gente vive sob a bênção da ignorância. Voltando, São Paulo: dos 27, 11 estão relacionados a doenças crônicas.

Mas acontece o seguinte: tratar água é muito caro, e não existe água nova. A gente continua bebendo a água dos dinossauros. Não existe água nova; ela é tratada. E tratar é muito caro. Quando a gente joga mais produtos químicos na água, a gente está contaminando a água com dificuldade de tratar.

Qual é a solução? Nós já tivemos quatro portarias tratando da potabilidade da água. Água potável é aquela que o Ministério da Saúde diz que é. Como não é possível e é muito caro tratar, ele vai admitindo índices maiores. Até essa época, a gente já admitia 27. No ano passado, teve outra portaria; agora admite 40. Com até 40 agrotóxicos na água, ela ainda é considerada água potável. O que é pior? A gente admite percentuais inconcebíveis, quando se pensa no padrão, por exemplo, da Europa. Quanto ao glifosato, no nosso índice na água, a gente admite 5 mil vezes mais do que a União Europeia admite. Então, se tiver até aquele limite permitido, vai-se dizer que a água é potável.

Para frente, por favor.

Quando eu falei no início que... Estamos todos do mesmo lado aqui. A gente defende a agricultura, defende a produção brasileira, defende a saúde e o meio ambiente. Eu não acredito que alguém esteja contra isso.

E é importante abrir os números e saber quem está se beneficiando desse modelo de produção. No ano passado, o agro apresentou um resultado excepcional. E, se a gente abre os dados da CNA, o setor de insumos agrícolas cresceu 60,52%. O ramo agrícola primário lá, o produtor, num ano em que a produção foi boa, em que o câmbio fez com que esses produtos tivessem um grande valor de mercado, com tudo isso, cresceu 23,5%. Então, no todo, alguém está ganhando muito mais do que o produtor. E esse que está ganhando mais talvez tenha o interesse na facilitação das regras que permitem a importação de formulações banidas do mundo civilizado.

Recentemente, em 2019, foi aprovado um produto extremamente tóxico que é o dicamba. A Aprosoja e a CNA eram contra, têm manifestações contundentes contra, preocupadas com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção daquela unidade e do comprometimento das propriedades vizinhas. Então, isso aqui não atende ao interesse dos produtores agrícolas, não atende à saúde, não atende ao meio ambiente.

Nós estamos todos do mesmo lado.

Para frente.

Aqui uma outra questão muito importante. Eu li algumas manifestações da CNA, da Aprosoja – eu acho que tem da Abrapa também – de preocupação com o que eles chamam de possível cartel do setor de insumos. Os preços de insumos aumentaram muito. Eu confesso que eu estou surpreso com o valor do glifosato – um sexto do valor eu tinha memorizado. Então, é R$140 um litro. Ninguém usa veneno porque quer, ainda mais com esse valor.

Aí agora, recentemente, dia 13 de junho, o Deputado Domingos Sávio, se eu não estou enganado, de Minas Gerais; parece que sim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEOMAR DARONCHO – É Minas, não é?

Ele deu entrada em uma proposta de fiscalização e controle. Há fortes indícios de prática de cartel no setor. Então, estamos todos do mesmo lado, menos quem ganha com isso.

Para frente.

Eu estou encerrando.

Quero dizer que, claro, tem pessoas com formação na área da saúde e com uma base sólida na questão de meio ambiente que talvez pudessem contribuir mais em eventos específicos para olhar essas nuances, até porque não se trata de um projeto de lei que tenha partido do Senado e tido poucas mudanças na Câmara. Na verdade, houve um substitutivo que mudou praticamente tudo. E eu acho que esse tema merece ser mais debatido. Em defesa dos agricultores, trabalhadores, empregados ou proprietários.

Só volta, por favor.

E eu acho interessante essa encíclica do Papa Francisco, que hoje é uma autoridade meio que ecumênica, a Encíclica Laudato Si', de 2015, em que ele fala sobre o cuidado com a Terra, o cuidado com a casa comum. Ela fala sobre agrotóxicos, e ele ressalta que tudo está conectado. O ser humano não está dissociado da Terra ou da natureza. São partes de um mesmo todo. Estamos todos juntos, e tudo interfere no que acontece, não é? E para frente.

Eu queria agradecer muito a oportunidade e aguardo a manifestação dos outros. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, muito obrigado, Leomar.

Eu fiz questão de não interromper a sua explanação por conta do tempo, por entender, Senador Paulo Rocha, que o tema é importante. Então é importante que as pessoas possam falar sobre o tema com toda a liberdade, porque nós temos o tempo necessário para discutir, para debater, embora a maioria do tema que o senhor explanou aqui não tem relação com o projeto, não é? Está bem, a questão de trabalho escravo de criança não tem nada a ver com o projeto, enfim. Mas não vamos discutir isso, vamos deixar para mais tarde, para depois nós fazermos as colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra para a Dra. Larissa Bombardi, que é Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Muito obrigado pela sua presença. V.Sa. tem a palavra.

A SRA. LARISSA MIES BOMBARDI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Muito obrigada pela oportunidade de trazer meu conhecimento nesta audiência pública. Agradeço ao Senado Federal e parabenizo-o pela organização das audiências públicas.

Eu gostaria só de checar qual é o tempo de fala que eu tenho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O tempo de fala é o tempo que a senhora achar necessário. Nós não estamos aqui limitando o tempo e, sim, aproveitando o máximo da fala de todos os nossos participantes. Portanto, é claro, não é por isso que a senhora vai ficar uma hora falando, mas eu deixo para a senhora o tempo que for necessário.

A SRA. LARISSA MIES BOMBARDI (*Por videoconferência*.) – O.k., muito obrigada, agradeço.

Eu vou compartilhar a minha tela com vocês. (*Pausa.*)

Por favor, vocês me digam se já estão vendo a minha tela compartilhada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sim, já estamos vendo.

A SRA. LARISSA MIES BOMBARDI (*Por videoconferência*.) – O.k.

Bom, vou iniciar a minha apresentação dando um panorama geral e breve da agricultura brasileira e depois vou discorrer sobre o efeito do uso de agrotóxicos no Brasil, para posteriormente trazer alguns elementos para a gente pensar qual seria o efeito, qual seria o risco da aprovação desse projeto de lei.

Bem, eu inicio a minha fala dizendo que, como todos vocês sabem, e o Dr. Leomar já ressaltou, o Brasil é um país que tem a sua inserção na economia mundial pautada, sobretudo, pela exportação de produtos de origem agropecuária.

A área cultivada no Brasil cresceu muito nos últimos anos. Vocês veem, entre 2010 e 2019, a área cultivada no Brasil cresceu 29%. Então imaginem o que é um terço, um aumento de um terço da área, num período de dez anos. Mas, no entanto, o consumo de agrotóxicos, no Brasil, cresceu 78% no mesmo período. Quer dizer, o volume de agrotóxicos consumido, nesse mesmo período, foi muito superior, foi desproporcional ao crescimento da área cultivada no Brasil. Então, a gente precisa olhar para isso com muito cuidado.

Esse uso de agrotóxicos, da maneira como ele se dá, no Brasil, tem um severo impacto na saúde da população brasileira. Aqui eu tenho um mapa. Eu trouxe para apresentar a vocês um conjunto de mapas inéditos de um trabalho que ainda não está publicado – então, são realmente mapas inéditos – da atualização do meu último atlas. Eu vou fazer um lançamento da edição revista e ampliada do meu atlas sobre o uso de agrotóxicos no Brasil.

Aqui, a gente pode ver o número de pessoas intoxicas com agrotóxicos, no Brasil, nesse período de 2010 a 2019. Portanto, dez anos. Foram mais de 45 mil pessoas intoxicadas com essas substâncias.

A própria Organização Mundial de Saúde estima – tem esse dado – e o nosso Ministério da Saúde também, que para cada caso de pessoa intoxicada, no Brasil, nós tenhamos, provavelmente, cinquenta outros casos que não foram notificados ao Ministério da Saúde. Portanto, esse número é possivelmente muito maior do que esse de 45 mil pessoas, o que já é bastante significativo. Então, esse é o número total de pessoas intoxicadas no país. As cores dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados representam a proporção da população intoxicada, ou seja, quanto mais escura a cor, quanto mais tendendo ao marrom escuro, maior é a proporção da população intoxicada em cada estado.

Aqui eu tenho dois mapas comparando o número de pessoas intoxicadas, no Brasil, em 2010 e em 2019. O primeiro elemento para o qual eu quero chamar atenção de vocês é que... Vocês podem ver que, em 2010, foram 2.300 pessoas intoxicadas com agrotóxicos. Mas, em 2019, foram 5.189 pessoas intoxicadas, ou seja, esse número cresce ano após ano. Mais do que dobrou o número de pessoas intoxicadas, no Brasil, com agrotóxicos de uso agrícola em apenas 10 anos. Gostaria de chamar a atenção também para que os estados em que mais cresceu o número de pessoas intoxicadas são estados – com exceção dos Estados de Minas Gerais, Piauí, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – que compõem a Amazônia Legal. Então, a gente precisa entender que há um avanço da utilização dessas substâncias na área da Amazônia, o que obviamente impacta na Amazônia Legal brasileira, o que obviamente impacta nesse bioma que já é impactado pelos desmatamentos, como a gente vem acompanhando.

Uma parte das pessoas intoxicadas com agrotóxicos de uso agrícola, no Brasil, veio a óbito. Nós tivemos, nesses dez anos, 1.666 óbitos por intoxicação de agrotóxico de uso agrícola. Uma parte desses óbitos foi por tentativa de suicídio, não apenas, mas isso é algo importante de ser ressaltado. Esse número mostra que a gente tem, em média, uma pessoa morrendo de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola a cada dois dias.

Varia de um ano para outro, mas cerca de 18% da população intoxicada no Brasil por agrotóxicos são crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Aqui eu trouxe um recorte para vocês da faixa etária de 0 a 14 anos, ou seja, a primeira e a segunda infância, crianças e pré-adolescentes ou da tenra adolescência que sofreram com a intoxicação por agrotóxico de uso agrícola. Em números oficiais, em números do Ministério da Saúde, nós tivemos 3.680 crianças entre 0 e 14 anos intoxicadas com agrotóxicos de uso agrícola. Esse número é, possivelmente, apenas 2% do volume total de crianças intoxicadas se nós formos considerar a subnotificação. E aqui eu tenho um mapa sobre bebês intoxicados por agrotóxicos de uso agrícola. Vejam: bebês entre 0 e 12 meses, bebês que nem se locomovem sozinhos! A idade média em que o ser humano começa a se locomover é de 1 ano.

Então, é importante que a gente entenda que o agrotóxico não é algo que está restrito ao universo do trabalho, o que já é bastante preocupante, como o Dr. Leomar já mostrou, mas isso avança para a sociedade como um todo. Isso avança para as famílias dos trabalhadores rurais, isso avança para a população que mora nas áreas contíguas às áreas que estão sendo cultivadas, que são atingidas de diversas formas, como, por exemplo, por meio da deriva.

Desse número de bebês intoxicados, se nós formos considerar a subnotificação, é possível que nós tenhamos cerca de 20 mil bebês intoxicados com agrotóxicos de uso agrícola. Então, é absurdo falarmos, na condição que nós temos no Brasil de absoluta falta de controle da utilização dessas substâncias, em, por exemplo, uso de EPI. A gente está falando de bebês! Bebês não estão inseridos no universo do trabalho.

Então, é importante que esses dados mostrem para a gente dois elementos importantes. O primeiro: um ataque à infância, um infanticídio que ocorre no Brasil em função da maneira como essas substâncias são utilizadas. Esse é o primeiro ponto. O Brasil é um país que tem o Estatuto da Criança e do Adolescente que nos honra e, no entanto, nós vemos as crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suscetíveis à exposição a essas substâncias. E outro aspecto que esses dados revelam é o seguinte. Imaginem: se os bebês estão sendo intoxicados, qual é o grau de exposição crônica da população rural e, de forma mais ampliada, da população como um todo a essas substâncias?

E aqui, para além dos bebês, eu tenho um mapa inédito – eu vou ressaltar que estou trazendo, em primeira mão, para esta audiência pública, informações que eu ainda não tinha revelado e que achei que era o momento mais apropriado para trazer a público –, o mapa sobre gestantes intoxicadas por agrotóxicos no Brasil.

Então, vejam, como o Dr. Leomar já ressaltou, a Profa. Silvia Brandalise, que é uma referência nacional e internacional sobre o câncer infantil, mostra casos em que o câncer das crianças foi identificado no ultrassom, ou seja, enquanto elas estavam no ventre materno, já foi identificado o câncer. Então, a exposição da mãe a essas substâncias pode significar uma série de problemas, de agravos, vamos dizer assim, desde abortos espontâneos, passando por malformação fetal e câncer, seja da mãe, seja do bebê que ainda vai nascer.

Então, é uma situação inaceitável essa que a gente vive no Brasil com relação à utilização dessas substâncias que afetam diretamente as crianças, antes mesmo que elas tenham nascido.

Em relação ao Brasil, eu trouxe aqui a lista dos agrotóxicos mais vendidos no país em 2020. Todos esses que estão em vermelho são substâncias que são proibidas na União Europeia. E, ao contrário do que pode dizer por aí, que as substâncias que são utilizadas no Brasil não são utilizadas na União Europeia por conta da questão climática, não é por causa da questão climática. Essas substâncias nunca foram autorizadas ou já foram banidas da União Europeia em função dos problemas que elas trazem para a saúde humana e para saúde ambiental.

Por exemplo, a atrazina, que aparece aqui no quarto lugar em vendas no Brasil, entre os efeitos que ela traz para a saúde humana – e, por isso, ela foi proibida na União Europeia em 2003 –, ela pode estar associada a câncer de estômago, a linfoma não Hodgkin, que é um tipo de câncer, a câncer de próstata, a câncer de tireoide, a câncer de ovário, mal de Parkinson, asma, respiração com ruído, infertilidade, baixa qualidade do sêmen, malformações congênitas, ou seja, teratogênese e danos às células hepáticas. Por isso, essa substância foi proibida na União Europeia, e não por uma questão climática.

Aqui, a gente tem o acefato, que ocupou o quinto lugar em vendas no Brasil em 2020. O acefato é citotóxico e genotóxico sobre espermatozoides humanos. Enfim, a gente está falando justamente sobre problemas de reprodução humana e problemas associados à formação do feto, diabetes tipo 2, hiperglicemia, disfunção no metabolismo de lipídios, danos ao DNA e câncer, além de ser uma substância também neurotóxica.

Os níveis de resíduo dessas substâncias estabelecidos no Brasil são, muitas vezes, chocantes. A atrazina, por exemplo, nós autorizamos um nível de resíduo dessa substância 20 vezes maior do que aquele autorizado pela União Europeia na água potável. Ou seja, falar do nível de resíduo que seja o dobro do resíduo autorizado na União Europeia, quando uma substância está associada a todas essas doenças que eu elenquei aqui para vocês, vários tipos de câncer e malformação fetal, enfim, falar no dobro de resíduo dessa substância já é um absurdo. Imaginem vocês o que seria um limite 20 vezes maior de resíduos dessa substância autorizado na nossa água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para outras substâncias, como, por exemplo, o acefato ou a malationa, a gente sequer tem limite estabelecido. Ou seja, sequer temos possibilidade de oficialmente, digamos assim, fazer essa investigação, esse controle sistemático, porque a gente não estabeleceu o limite. Então, imaginem vocês a gente beber uma água, tida como potável, sendo que, por exemplo, não foi checado o resíduo de acefato, entre inúmeras outras substâncias que eu poderia elencar aqui para vocês.

Aqui, como o Dr. Leomar já ressaltou, o limite de glifosato permitido na água potável brasileira é cinco mil vezes maior do que o limite de glifosato permitido na União Europeia. Cinco mil vezes maior é algo que, obviamente, não está assentado numa decisão científica, mas, obviamente, política, em que a gente coloca um limite de resíduo para uma substância que já foi entendida pela Organização Mundial da Saúde como potencialmente cancerígena para seres humanos. Isso é basicamente quase que como não colocar limites. Cinco mil vezes mais do que aquilo que é o máximo permitido na União Europeia é justamente abrir a possibilidade para que essa substância esteja presente na nossa água, como, de fato, está.

Aqui, eu tenho dois gráficos. Na parte superior, as áreas cultivadas no Brasil com produtos destinados a serem transformados em agroenergia ou produtos que são *commodities*, ou seja, vendidos globalmente com padrões internacionais de normatização para esses produtos e com possibilidade de venda na Bolsa de Mercadorias e Futuros.

As áreas desses produtos, que estão na parte superior do gráfico, como vocês podem ver, aumentou muitíssimo nos últimos anos: a área de soja, mais do que dobrou; a de milho aumentou cerca de 25%; cana-de-açúcar, mais de 30%; eucalipto e assim por diante. Todas elas aumentaram.

No entanto, as áreas destinadas à produção de alimentos no Brasil decresceram significativamente. Vocês podem ver: feijão, arroz, trigo e mandioca, os quatro pilares da alimentação brasileira, suas áreas foram significativamente diminuídas, com destaque para o arroz e o feijão, que diminuíram cerca de 30% e 40% em sua área cultivada nos últimos anos.

Então, é muito importante a gente perceber que, embora o uso de agrotóxicos no Brasil tenha crescido 78% nos últimos anos, isso não tem significado um aumento efetivo na produção de alimentos.

Então, é muito importante a gente saber que esse volume de agrotóxicos não está associado à segurança alimentar no Brasil. Ao contrário, aumentou muito a insegurança alimentar no Brasil, e eu destacaria a forma mais grave dessa insegurança alimentar que é justamente a fome, a fome no Brasil.

Eu chamo atenção para essa última linha do gráfico. Ela saltou de 4,2% da população total no Brasil em 2013 para 9% em 2020. A fome dobrou no Brasil nos últimos anos.

Então, em que pese o aumento da produção agrícola, ela não tem sido responsável pela segurança alimentar no Brasil. Então, a gente tem se envenenado – porque é isso que tem acontecido – e, no entanto, sequer atingirmos a segurança alimentar. Ao contrário, a fome dobrou no Brasil nos últimos anos e com destaque para a população rural. A média da população com fome no Brasil hoje é cerca de 9%; da população urbana, 8,5% e, no entanto, da população rural é 12%. Então, essa agricultura que está pautada nesse uso intensivo de agrotóxicos não tem servido para alimentar a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, eu queria ressaltar que essa forma, a forma mais utilizada de aplicação de agrotóxicos nas vastas monoculturas do Brasil por meio da pulverização aérea tem afetado diretamente as comunidades, a população rural e as comunidades indígenas e, muitas vezes, como é sabido, essas substâncias têm sido utilizadas nos conflitos fundiários no Brasil.

A pulverização aérea é uma prática proibida desde 2009 na União Europeia, porque ela realmente é a principal responsável pela contaminação ambiental e, no Brasil, ela ainda ganhou essa característica pior, que é estar sendo usada como arma nos conflitos fundiários.

Eu queria ressaltar que esse projeto de lei põe por terra o chamado princípio de precaução. Eu vou usar apenas um exemplo de como esse projeto de lei põe por terra o princípio de precaução dentre outros exemplos que poderiam ser utilizados. No Capítulo I, do Projeto de Lei 1.459, de 2022, que era o antigo PL 6.299, no art. 4º, no §3º, está assim definido: "Fica proibido o registro de produtos fitossanitários, de produtos de controle ambiental e afins que, nas condições recomendadas de uso, apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente, ou seja, permanece inseguro mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco".

Eu queria dizer que eu não entendo como é possível que haja algum risco aceitável para câncer, para malformação fetal, para intoxicação de crianças, para intoxicação de bebês. Isso é sempre inaceitável. E inserir esta expressão "risco inaceitável" põe por terra todo o princípio de precaução que a nossa lei de agrotóxicos tem.

Então, eu queria finalizar a minha apresentação dizendo que realmente a nossa lei de agrotóxicos mereceria ser revista, no sentido de que deveríamos estabelecer prazos para registro de produtos. Esses produtos deveriam ter registros cíclicos e não *ad aeternum*, como é atualmente na nossa lei. E esse projeto de lei não altera essa eternidade do registro de uma substância.

Segundo aspecto que acho que é importante a gente ressaltar: celeridade não se resolve com decurso de prazo. Celeridade, nos processos de avaliação, se resolve com contratação de pessoal especializado. É disso que a gente precisa. Então, a gente não precisa automatizar a aprovação de substâncias, mas a gente precisa ter quadro técnico suficiente para poder fazer esse trabalho, que é indispensável, que é importante e que o Brasil tem quadros técnicos fantásticos, capacitadíssimos para fazer.

E finalmente acho importante dizer que a expressão "agrotóxicos", que está na nossa Constituição e está na nossa lei, é uma conquista do Brasil e que o Brasil exporta para o mundo essa conquista. Nós podemos ensinar isso para o mundo, porque o problema da expressão "agrotóxico" não é a palavra agro e sim a palavra tóxico, que não é um problema, é uma solução, porque mostra para um trabalhador rural, porque mostra para qualquer pessoa que lida com essa substância que ela é em si perigosa, que ela é em si tóxica. Então, celebremos a criação dessa palavra, que é de um agrônomo da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", e não a enterremos: exportemos para o mundo essa tecnologia, que é uma forma de advertir a população mundial do quanto essas substâncias são perigosas.

Muito obrigada.

Agradeço muito o convite honroso para fazer parte dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dra. Larissa, pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, são importantes as suas colocações, que nos ajudarão a dar seguimento no debate desse projeto.

Amanhã também teremos outra audiência pública. Vamos continuar debatendo até acharmos que estamos prontos para avançar, aprovando, reprovando, enfim. Os Senadores e Senadoras é que vão decidir. O que nós queremos é colocar o debate; depois, a votação e a opinião dos Senadores e Senadoras.

Passo a palavra agora ao Dr. Caio Carbonari, Doutor em Proteção de Plantas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Muito obrigado pela sua presença junto conosco.

O SR. CAIO ANTONIO CARBONARI (Para expor.) – Muito bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão, e de cumprimentar aqui os Senadores presentes – o Senador Paulo Rocha e o Deputado Edinho, presentes aqui na sessão, de maneira presencial, assim como cumprimentar também aqueles Parlamentares que nos acompanham no Plenário virtual.

Eu gostaria, rapidamente, de me apresentar.

Eu sou Caio Carbonari. Sou engenheiro agrônomo, tenho Mestrado e Doutorado em Proteção de Plantas. Sou professor e pesquisador do Departamento de Proteção Vegetal da Faculdade de Ciências Agronômicas. Fiz meu Pós-Doutorado num centro de USDA com produtos naturais voltados à agricultura. Sou atualmente Vice-Diretor da nossa escola, da Faculdade de Ciências Agronômicas da Unesp, Universidade Estadual Paulista. Sou Vice-Presidente da Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas e sou membro do Conselho Científico Agro Sustentável.

O objetivo da minha apresentação é, realmente, fazer uma análise técnica e cientificamente fundamentada do uso e dos riscos dos pesticidas no Brasil, tentar apresentar um pouquinho do panorama atual que nós vivemos em relação ao uso desses produtos e traçar um paralelo de como o PL traz pontos bastante importantes, relevantes e do quão necessária é uma modernização da legislação vigente que trata deste assunto, pontualmente destacando alguns aspectos realmente que contribuem muito nessa modernização.

Próximo, por favor.

O primeiro ponto muito relevante, que precisa estar contextualizado – e acho que está muito claro nesta figura apresentada –, é a eficiência no uso da terra e o caminho que o Brasil tem trilhado nos últimos anos.

Fica muito claro, quando nós olhamos este gráfico, com a linha azul, o quanto cresceu a produção agrícola no Brasil; e, com a linha em vermelho, o quanto cresceu a área agrícola no Brasil. Há um claro descolamento dessas duas curvas, o que significa que a gente tem sido cada vez mais eficiente em produzir. Nós temos conseguido extrair mais, produzir mais nossos produtos agrícolas por unidade de área.

Isso é um atributo extremamente importante para que a gente possa continuar trilhando um caminho de uma agricultura cada vez mais sustentável. Talvez um dos pontos mais relevantes em termos de sustentabilidade seja exatamente continuar trilhando esse caminho forjado em consciência, tecnologia e inovação.

A agricultura brasileira trilhou esse caminho nos últimos 30 anos, 40 anos, para a gente continuar tendo avanços em termos de incrementos de produtividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, isso tem impacto nos três pilares da sustentabilidade. O ambiental, claramente, está prestigiado quando a gente aumenta a produtividade; o social e o econômico também estão aí, de alguma forma, dentro desse contexto. Isso, graças a insumos de qualidade, tecnologias desenvolvidas.

Obviamente, neste contexto, a proteção de plantas tem um papel extremamente relevante não no sentido de aumentar a produtividade, mas de evitar que ela seja roubada por uma ação de pragas, doenças, plantas daninhas, que estão presentes num ambiente agrícola.

Usando um exemplo, se nós pegarmos uma doença de uma cultura, que é a ferrugem da soja, nós estamos falando, sem fungicida, de perdas da ordem de 30%, 40%; nós estamos falando da necessidade de aumento de área de um terço, de mais de 30 milhões de hectares, uma área extremamente significativa – e dá para a gente ter uma ideia dos impactos de tudo isso –; e de 22% de aumento do produto, com aproximadamente R$12 bilhões de prejuízo, em média.

Então, dá para a gente ter uma ideia do quanto, de fato, essas tecnologias são extremamente relevantes e de como isso está diretamente amarrado com sustentabilidade.

Há um paradoxo quando nós defendemos uma agricultura cada vez mais sustentável, ao mesmo tempo em que trabalhamos contrários ao acesso a essas tecnologias, que, à luz do conhecimento científico, são úteis e são seguras para serem incorporadas à nossa agricultura.

O próximo já está na tela.

Acho que é importante destacar, também, que a gente tem conseguido aumentar muito a produtividade, e esse é um caminho muito positivo. O Brasil tem índices que são, de fato, invejáveis no mundo todo, nesse sentido, mas, mais do que isso, a gente tem conseguido migrar, e fizemos isso massivamente, para sistemas de produção conservacionistas. O plantio direto é talvez o principal exemplo disso. Nós saímos de um sistema onde nós preparávamos solos, tínhamos erosão, contaminação de corpos hídricos, para um sistema que incorpora carbono, evita emissões, e realmente traz grandes vantagens do ponto de vista ambiental também.

Então são mais de 30 milhões de hectares hoje sob plantio direto no Brasil.

Próximo, por favor.

Não só o plantio direto e as culturas anuais estão contempladas nesses sistemas conservacionistas, mas também áreas florestais. Mais de 8 milhões de hectares com cultivo mínimo, o que também preserva. Essa cobertura morta sobre o solo também tem benefícios muito importantes. Cana colhida mecanicamente, 8 milhões de hectares, também; sistemas conservacionistas, para os quais nós migramos nos últimos dez, 20, 30 anos, com bastante sucesso. O que eu quero dizer com isso é que a gente usa, com eficiência, no sentido da produtividade, e usa bem as nossas terras agrícolas de maneira geral. Claro que nós temos exceções, mas essa é a regra, quando nós olhamos os números que estão apresentados ali.

Próximo, por favor.

Esse também é um dado que eu gostaria de passar rapidamente, mas ele tem, apesar de não parecer num primeiro momento, uma relação com tudo o que nós vamos discutir para a frente.

Isso é o resultado da balança comercial brasileira.

Quando nós olhamos a linha preta, ela representa o saldo efetivo da balança comercial brasileira, superavitária; em vermelho, todos os setores da nossa economia somados e, em verde, o agronegócio está destacado, estratificado. E fica muito claro que, se nós temos superávit

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na balança comercial das nossas exportações *versus* importações é graças ao agronegócio, ao sucesso do agronegócio, graças à revolução que nós fizemos em termos de agricultura e pecuária neste país.

E aí, por isso que eu disse que tem muita relação com o que nós vamos discutir. Isso, por si só, é um certificado de qualidade do que nós produzimos. Se nós estamos acessando mais de duzentos mercados, mercados cada vez mais exigentes com os nossos produtos, significa que o que nós produzimos tem qualidade, ao contrário de tudo que muitas vezes é dito. Contaminação com resíduos de agrotóxico, por exemplo, não seria aceito. Nós não teríamos acesso a esses mercados, por exemplo. Então isso já é um atestado de que o estamos fazendo está num caminho de convergência com o resto do mundo.

O segundo ponto muito importante é que o Brasil tem um papel fundamental na segurança alimentar nacional e internacional, global. O Brasil é realmente um produtor que impacta a segurança alimentar no mundo. Esse dado, de alguma forma, nos mostra isso.

Terceiro, contribui decisivamente do ponto de vista de estabilidade econômica e, consequentemente social, o que está diretamente atrelado.

E, quarto, que talvez é o mais importante, quando nós olhamos esse conjunto de informações, eu acho que fica claro que a sociedade brasileira tem que zelar para que a agricultura possa continuar trilhando esse caminho, possa continuar agregando todos esses benefícios à sociedade brasileira, e nós já nos acostumamos.

Isso significa garantirmos acesso às tecnologias, de novo, que, à luz do conhecimento científico, sejam úteis e seguras para serem usadas na nossa agricultura.

Próximo, por favor.

Rapidamente, os estoques mundiais de alimentos estão baixos, a demanda crescente e isso impulsiona a inflação dos alimentos. Nós estamos vivendo um cenário bastante preocupante no Brasil, em nível mundial, e isso está relacionado com a produção... A produção brasileira tem potencial de impactar tudo isso no mundo.

E, aí, vamos aos fatos. De fato, olhando os números, olhando os dados, dados de fontes confiáveis, como da FAO, contrapondo alguns pontos, que são usados, normalmente, para apontar o Brasil em uma situação de uso exagerado desses produtos, vamos aos fatos e vamos aos números que realmente representam o uso desses produtos no Brasil.

Quando nós olhamos o primeiro gráfico à esquerda, este é um gráfico que aponta os 20 maiores mercados de defensivos agrícolas no mundo. É uma consultoria internacional que faz isso todos os anos e o Brasil vem na primeira posição, em valor de mercado. Isso, normalmente, é usado para apontar o Brasil como país que usa muito produto, que usa mais do que o resto do mundo, que está em uma condição de desequilíbrio em relação a esses produtos e, normalmente, a discussão para ali. Ela só se esquece de fazer a conversão desse mesmo número, desse mesmo valor de mercado de defensivos agrícolas, pela área agrícola ou pela produção agrícola de cada um desses países.

Eu costumo dizer que eu sou de Botucatu, que tem 150 mil habitantes, e São Paulo tem 12 milhões de habitantes. É óbvio que em São Paulo tem mais acidente de carro do que em Botucatu, não é? Assim como muitas outras coisas. Se eu normalizar o dado, que é transformar esse uso de defensivo pela área agrícola – e o Brasil é uma potência agrícola mundial –, nós vamos para a 7ª posição nesses 20 maiores mercados. Nós vamos para a 14ª quarta posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando nós transformamos isso pela área agrícola... Desculpa, pela produção agrícola, porque nós somos muito eficientes em produzir por unidade de área, que é aquilo que nós vimos anteriormente. Então, isso desmorona a construção que tem sido feita de que o Brasil usa muito esses produtos. Não é verdade.

O Brasil, pelo contrário, faz um uso bastante racional desses produtos e aqui, sob uma outra ótica, com outro dado da FAO, não mais de valor de mercado, não mais olhando aquele número que, normalmente, aponta o Brasil na primeira posição, mas, olhando o dado de quantidade de produtos, com 150 países relacionados na base da FAO, em vermelho, vocês estão vendo uma barrinha ali que é a média mundial de uso de defensivos por tonelada de produtos agrícolas produzidos e o Brasil vem bem abaixo disso, vem em uma condição bastante – eu diria até – confortável em relação ao resto do mundo, em relação a muitos outros países ali que fazem um uso muito maior do que o nosso.

Nós não podemos esquecer também, quando nós falamos do uso de defensivos agrícolas, que nós não estamos falando só de culturas para a produção de alimentos. O Brasil é uma potência não só na produção de alimentos, mas na produção de alimentos, fibras e bioenergia. A nossa matriz energética mostra claramente isto: o Brasil tem 46% da sua matriz energética com recursos renováveis e a média do resto do mundo é 14%. Então, se nós conseguimos essa proeza, esses números que realmente nos orgulham, é porque o agronegócio, a agroindústria contribui com 33% desses 46% de energia renovável que nós temos no Brasil e que é algo sem paralelo no mundo, pelo menos para países de relevância.

Isso está no Balanço Energético Nacional – na verdade, é BEN, tem um "m" errado ali –, com os dados de 2021. E só para traçar um paralelo com a Europa, a Europa tem 15% de fontes renováveis, tem participação de energia nuclear – 13% –, carvão, gás natural, petróleo. Nós estamos numa situação muito confortável porque a nossa agroindústria, a nossa agricultura supre boa parte dessa nossa demanda energética.

Então, boa parte do que nós estamos tratando de defensivos, do uso de agrotóxicos, também está relacionada a essas culturas para a produção de fibras e bioenergia.

Nós falamos de quantidade, e quantidade é um ponto importante – o quanto nós usamos de defensivos, como nós estamos em relação ao resto do mundo –, mas é importante que a gente faça uma análise mais profunda do que essa, que é a análise do risco associado aos defensivos que nós usamos no Brasil. E aí tem um ponto importante também, que se discute muito, de que nós usamos produtos proibidos, usamos produtos que não são usados em outros países – depois eu vou falar um pouquinho mais sobre isso –, mas, quando nós fazemos um trabalho mais aprofundado da análise do risco associado aos defensivos agrícolas que nós usamos no Brasil, fundamentado nessa ferramenta – eu, obviamente, não vou entrar em detalhes, nós não teríamos tempo para isso –, mas esse EIQ (coeficiente de impacto ambiental), que é um coeficiente desenvolvido pela Universidade de Cornell em 1992, não é algo novo, mas aceito e recomendado pela FAO também como uma ferramenta para medir o risco associado ao uso de defensivos agrícolas, para que a gente tenha uma quantificação do risco por unidade de área também, e leva em consideração ali uma série de aspectos toxicológicos, aspectos da dinâmica ambiental dos defensivos agrícolas...

Quando nós fazemos um estudo no Brasil, com uma base de dados muito robusta, com todo o defensivo agrícola que foi usado no Brasil durante o período de 2002 a 2015, e esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados estão sendo atualizados, nós percebemos que, do ponto de vista de risco, os indicadores também são muito positivos. Eles vêm caindo ano a ano, de forma que, nesse período de 2002 a 2015, quando nós olhamos o risco associado aos defensivos agrícolas no Brasil, nós tivemos uma queda de 38% na média: nós tivemos uma queda de 52% para o trabalhador, de 37% para o consumidor e 33% para o ambiente. Então, do ponto de vista ambiental, também nós temos trilhado um caminho que, claramente, nos coloca numa situação também bastante confortável, para a gente não ficar só na análise rasa da quantidade, mas do risco associado ao que nós estamos usando.

Não é por acaso que nós temos esses indicadores favoráveis. Reforço que, se tem um setor no Brasil que cresceu fortemente amparado em ciência, tecnologia e inovação, é realmente a agricultura, é a pecuária. O Brasil conseguiu fazer algo realmente notável nessas áreas do ponto de vista de uma revolução tecnológica, e eu poderia aqui apontar vários aspectos em que nós tivemos avanços muito importantes e que contribuem para esse cenário favorável que eu acabei de mostrar, mas, por exemplo, o crescimento de controle biológico, de produtos biológicos, algo que está na pauta, cuja discussão a gente tem acompanhado, que tem crescido muito no Brasil, e, apesar de ter crescido muito no Brasil, é algo que a gente já vem usando há muito tempo. Se eu pegar, se nós pegarmos aquela lagarta que está na parte baixa ali, aquela figura com aquela vespinha, é a broca da cana-de-açúcar, a principal praga da cultura da cana-de-açúcar. Há 30 anos, a regra é o controle biológico, a exceção é o controle químico.

Então, são tecnologias que o Brasil já desenvolveu lá atrás, já vem incorporando à agricultura. O manejo integrado de pragas, de doenças, de plantas daninhas faz parte da nossa cultura, faz parte das nossas tecnologias, dos nossos sistemas de produção. Então, tem vários aspectos e tem muita tecnologia envolvida para que a gente tenha, de fato, uma dependência menor do que muitos outros países do ponto de vista do uso de defensivos agrícolas.

E aí, avançando um pouquinho para a análise do projeto de lei, fica muito claro, quando nós olhamos esses números, que o produtor, a indústria, a comunidade científica brasileira, as agências regulatórias e outros atores importantes têm feito seu papel. A gente tem conseguido avanços extremamente importantes, mas não podemos deixar, de forma nenhuma, de buscar indicadores ainda melhores. Acho que é meta, objetivo de todos aqui, que a gente continue trilhando esse caminho e avance o quanto mais rápido no sentido de uma agricultura mais sustentável, de produtos mais seguros, com o manejo de pragas, doenças e plantas daninhas cada dia mais seguro do ponto de vista ambiental, do trabalhador e do consumidor.

E aí nós temos, de fato, um gargalo, que é a nossa legislação atual. Nós estamos falando de uma lei que é de 1989 – nasceu junto com a internet da forma que nós conhecemos hoje, o www é de 1989 –, portanto são mais de 30 anos, e fica muito clara a revolução que aconteceu no mundo nesse período do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista científico. E não dá para nós imaginarmos que uma lei, com trinta e tantos anos, de um assunto extremamente técnico, de um assunto em que a ciência evoluiu absurdamente, esteja adequada. Trata-se de algo que é anterior à nanotecnologia, anterior à biotecnologia, anterior à biologia molecular, e nada disso está contemplado na nossa legislação. A própria análise de risco não está contemplada na nossa legislação, porque ela foi incorporada na maioria dos países desenvolvidos, e ela está presente na legislação da maioria dos países desenvolvidos, mas foi desenvolvida e incorporada mais ou menos 20 anos atrás. Percebam, já está incorporada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria dos países desenvolvidos há pelo menos 20 anos, e a nossa lei, que tem 30, obviamente não incorpora isso. Está extremamente tarde para fazermos isso, mas é extremamente importante que nós façamos essa correção.

O sistema regulatório: eu entendo que ele tem dois papeis muito importantes especificamente em relação a esse assunto. O primeiro é garantir que produtos inseguros não cheguem ao mercado. Isso é fundamental, isso tem que ser preservado a todo custo, e eu acho que o projeto de lei é muito claro nesse sentido. O segundo, não menos importante, é permitir que as tecnologias que, à luz do conhecimento científico – vou repetir: à luz do conhecimento –, são úteis e seguras cheguem ao mercado o mais rápido possível, de modo inclusive a substituir produtos que, ainda que sejam seguros, são mais antigos e têm níveis de segurança menores.

Então, acho que o objetivo da discussão é realmente construir um projeto de lei que permita acesso ao que é seguro, que permita decidir com rapidez e correção, com decisão, caso a caso, à luz do conhecimento técnico e científico, e que permita monitorar a possibilidade de rever decisões e construir sistemas decisórios mais rápidos e seguros.

Vejam, nós não estamos falando, em hipótese nenhuma, de flexibilização – essa é uma palavra que está sempre envolvida quando nós tratamos desse projeto de lei –, de forma nenhuma nós podemos considerar a questão da flexibilização. Não é essa a proposta, não pode ser essa a proposta, e seria realmente um retrocesso muito grande se nós trabalhássemos com a questão da flexibilização. É, de fato, uma modernização e a adoção de critérios mais corretos; eles não são mais flexíveis nem menos flexíveis, eles são, de fato, mais corretos e são adotados amplamente na maior parte dos países desenvolvidos do mundo. Nós não estamos fazendo nada que nos coloque na contramão do que o mundo já faz.

E, aí, esse número dá uma ideia de que, no momento atual, nós não estamos sendo eficientes em dar acesso ao que é mais seguro com a celeridade com que os nossos principais concorrentes em termos de agricultura têm tido.

Por exemplo, esse retrato não é absolutamente atual, talvez tenha alguma defasagem, mas nós tínhamos 29 novos ingredientes ativos aguardando na fila de registro no Brasil; desses 29, 17 já estão em uso nos Estados Unidos, 16 no Canadá, 15 na Austrália, 14 no Japão, 14 na União Europeia – todos aqui vão concordar que todos esses países têm sistemas regulatórios muito rigorosos, muito corretos –, 13 na Argentina, que também é um concorrente, também tem uma agricultura parecida com a nossa, aqui no Hemisfério Sul.

Então, nossos concorrentes estão tendo acesso às tecnologias na nossa frente. E o que são essas tecnologias, o que representam esses produtos que estão na fila aguardando registro no Brasil? Quando nós aplicamos aquela mesma ferramenta que é um indicador do risco para os produtos que estão na fila *versus* os produtos registrados em uso no Brasil, nós constatamos que, em média, os produtos aguardando registro no Brasil, são 42% mais seguros, considerando todos aqueles aspectos da dinâmica ambiental, toxicologia, modelo para essa codificação do risco, nós estamos falando de produtos 42% mais seguros do ponto de vista médio, 15% para o consumidor, 21% para o trabalhador, 53% para o ambiente.

Vejam, a quem interessa nós represarmos isso, nós demorarmos de oito a dez anos para ter acesso a essas tecnologias, que são mais seguras, enquanto nossos principais concorrentes têm acesso a tudo isso com dois anos de análise e fazem uma análise absolutamente rigorosa e segura de tudo isso? Então, este é um ponto importante, acho que a celeridade, obviamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sem comprometer de forma nenhuma a análise criteriosa e a segurança dos produtos, mas a tendência é muito clara, é meio óbvia, porque a ciência dos defensivos agrícolas, pesticidas, agrotóxicos, como queiram chamar, evoluiu absurdamente nos últimos anos. Nós estamos falando de uma ciência que permite hoje olhar com precisão qual é o alvo, a proteína, a enzima que eu quero atingir na planta daninha que eu quero controlar, no inseto que eu quero controlar, com muito mais especificidade, e desenhar uma molécula com muita afinidade ao alvo específico. A gente consegue ser mais seletivo em relação ao alvo, nós conseguimos com isso reduções de dose extremamente significativas, de forma que atrasar tudo isso não faz absolutamente sentido para ninguém. Nós estamos falando em retardar a chegada no mercado de produtos que são mais seguros, usados em menor dose. O risco, como o Dr. Leomar destacou muito bem, está relacionado à exposição, reduzir dose é um ponto muito importante de redução do próprio risco por si só.

E o dado é muito claro. Quando nós pegamos os produtos que estão em uso no Brasil, ali já saíram produtos proibidos, que saíram do mercado, são todos produtos que estão em uso no Brasil, e nós olhamos os produtos que foram desenvolvidos lá na década de 70 ou final da década de 60, olhamos os produtos que estão no mercado e foram desenvolvidos a partir do ano 2000, ou ainda olhamos os produtos que estão aguardando registro no Brasil, claramente há uma redução significativa na dose. Nós estamos falando de 88% de redução da dose nos produtos desenvolvidos a partir do ano 2000 em relação aos produtos desenvolvidos lá na década de 70. Isso tudo é ciência, é inovação, é tecnologia à nossa disposição. E é, de novo, voltando ao meu primeiro eslaide, é a receita que nos trouxe até aqui, em termos de sucesso da agricultura, do agronegócio brasileiro.

Quando nós olhamos o risco, a tendência é exatamente a mesma. O risco vem caindo drasticamente à medida que nós temos produtos mais atuais, mais modernos e desenvolvidos com critérios muito maiores. Isso permite inclusive termos produtos mais eficientes. Isso agrega competitividade à agricultura brasileira, que é também algo bastante importante.

E aí, quando nós olhamos muito da discussão que se faz – e foram colocados alguns pontos, o Brasil registrou nos últimos anos milhares de novos produtos –, isso tem uma distorção muito grande e se confunde com isso que eu acabei de mostrar.

Porque, de fato, quando nós olhamos a relação dos produtos registrados recentemente, nós estamos falando de números muito significativos, mas nós estamos falando, na sua grande maioria, de produtos genéricos, produtos que já estão no mercado, que já estão em uso, que já foram avaliados. Não é porque tem o lançamento de um novo antibiótico que nós vamos correr na farmácia e comprar antibiótico para tomar antibiótico se nós não precisamos de antibiótico.

São mais produtos à disposição do produtor com o mesmo ingrediente ativo, com o mesmo nível de segurança ou melhor a partir de melhorias na formulação, nunca pior, que estão à disposição, que aumentam a competitividade e reduzem preço. O Dr. Leomar também colocou essa questão do preço, que impacta muito significativamente. Ninguém quer usar. Usa o quanto é necessário para evitar os prejuízos.

Então, os genéricos e os novos produtos têm que estar em sacos diferentes. Um nós já analisamos, nós já temos o histórico de uso, já está no mercado. Colocar mais um genérico no mercado não traz grandes impactos. O outro é um produto novo, nós precisamos fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise criteriosa e precisa passar de fato com todo o rigor ali pela análise do Mapa, Anvisa e Ibama, o que inclusive está preservado no PL, como já foi discutido.

De tudo que já foi registrado, nós estamos falando de 4% de efetivamente novas moléculas, que são aquelas mais modernas e mais eficientes.

Outro ponto importante. Eu acho que o projeto de lei em discussão preserva a possibilidade de reavaliação em qualquer momento. Isso é extremamente importante também porque um produto aprovado hoje, à luz do conhecimento científico, técnico atual, se amanhã surgir alguma nova evidência, ele precisa ser reavaliado e, se for o caso, retirado do mercado.

O projeto de lei preserva esse instrumento, reforça esse instrumento, que é extremamente importante. Então, ele não está registrado *ad aeternum*, como foi colocado. De forma nenhuma. Ele está registrado e, a partir do momento em que há qualquer evidência diferente daquela do momento em que ele foi registrado, ele entra em reavaliação.

O próprio glifosato passou por reavaliação recente na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil e se concluiu, com todo o rigor científico, que ele não é cancerígeno. Apesar de ter tido um estudo lá atrás que indicava um potencial, possível efeito carcinogênico.

Esse resultado é recente, saiu na Europa. Novamente a comissão europeia fez essa análise e acabou de chegar novamente a essa mesma conclusão. Então, são pontos importantes e que estão preservados, precisam ser preservados no projeto de lei.

Outro ponto muito importante que está preservado, que precisa ser preservado, é a participação, a continuidade do Brasil nos principais acordos internacionais, o Codex Alimentarius, que define os limites de resíduos em alimentos, enfim, o GHS e vários outros. Os principais acordos internacionais são mantidos e, de fato, isso tudo coloca o Brasil em consonância com o resto do mundo, coloca o Brasil em convergência científica e regulatória com o resto do mundo.

E a questão da análise de risco, que também criou-se uma polêmica muito grande em relação a esse aspecto, da análise de risco, mas é algo absolutamente natural, algo absolutamente esperado. É algo que nós deveríamos estar fazendo e deveria estar contemplado em nossa legislação há pelo menos 20 anos, que é mais ou menos quando nós começamos a discutir isso lá atrás, já com essa ótica, porque, em 1989, não se discutia análise de risco, mas, no final da década de 90, já era regra para a maioria dos países. Então, nós estamos atrasados nesse assunto, não é nenhuma novidade. O projeto de lei, realmente, traz um avanço muito significativo quando ele caracteriza com toda a clareza e conceitua perigo, risco, avaliação dos riscos, comunicação dos riscos, gestão dos riscos.

E o termo risco inaceitável, tão polêmico, tão discutido, é absolutamente natural. A partir do momento em que eu faço uma análise de risco, que eu determino em que condições o produto é seguro, em que condições o produto é inseguro, eu estou estabelecendo um limite do risco aceitável e do risco inaceitável. É bastante óbvio isso, não tem como fugir disso, e é o que é adotado, obviamente, em qualquer lugar. Então, acabou criando uma impressão de que nós estamos criando uma tolerância, não é isso. Esse risco inaceitável pode estar aqui ou pode estar aqui, mas nós temos que ter uma régua. É absolutamente natural que nós tenhamos que estabelecer esse risco inaceitável, é o que a grande maioria dos países, em sistemas regulatórios no mundo, já tem implementado há bastante tempo e é o cientificamente mais correto. O risco é o perigo na condição real de uso, que é, obviamente, o que faz mais sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo dizer que nós pegamos o carro de manhã, se o carro estiver com pneu careca, se o carro estiver sem manutenção, se eu não tiver habilitação, se eu estiver embriagado, o risco é inaceitável. Se o carro estiver com tudo em dia, manutenção em dia, eu tenho habilitação, dirijo na velocidade correta, o risco é aceitável. É algo, de certa forma, banal o que nós estamos falando aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAIO ANTONIO CARBONARI – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – O da gasolina é aceitável, o do diesel não. (*Risos.*)

O SR. CAIO ANTONIO CARBONARI – Sem dúvida, esse é um componente que precisa ser adicionado a essa equação, Senador.

Antes de colocar as mensagens finais, eu só queria reforçar ainda dois pontos, o que eu acabei não incluindo na apresentação.

O Brasil tem um dos programas de análise de resíduos em alimentos, que é o Para, da Anvisa, que é um programa bastante robusto de monitoramento de resíduos em alimentos. São poucos os países que fazem um trabalho robusto como o Brasil faz, isso tem um custo elevado, é um trabalho que não é simples. O Brasil faz e dá total transparência a isso e os dados são absolutamente positivos. Eles mostram que 1997 e 1998 estão em absoluta conformidade, não trazem nenhum risco. O que está em não conformidade ainda está dentro de uma margem de segurança muito expressiva.

Então, nós precisamos ressaltar e valorizar isso, porque a maioria dos países ou não fazem ou não divulgam. Tentem procurar essas informações. Em muitos países da Europa e em vários outros países do mundo, nós não encontramos essas informações. Então, o Brasil faz esse monitoramento, dá publicidade a isso, e nós temos indicadores absolutamente positivos, que mostram que o alimento produzido no Brasil é bastante seguro. Esse é um ponto bastante importante também.

Outra questão, com todo respeito – a Profa. Larissa trouxe ali alguns dados de intoxicação –, eu desconheço o trabalho, desconheço a fonte, mas, quando nós olhamos a fonte oficial, os dados que estão disponíveis, que são os dados do Sinitox, da Fiocruz e do Ministério da Saúde, ainda que com um alerta lá no próprio *site* de que há subnotificações – e eu imagino que isso, de fato, aconteça – e uma desatualização desses números, quando nós olhamos os dados de intoxicação registrados e oficiais, nós encontramos lá, por exemplo, sem entrar nos números absolutos, que, de todas as intoxicações que ocorrem no Brasil, 27% são medicamentos; mais de 25% são animais peçonhentos; depois vêm, em terceiro lugar, domissanitários, que são os defensivos agrícolas sobre o que nós estamos discutindo aqui, mas que são vendidos livremente no mercado para qualquer criança comprar e levar para dentro de casa, e raticidas; depois vêm produtos químicos e industriais; depois vêm drogas de abuso; e depois vem agrotóxicos de uso agrícola, com 3%. Então, eu desconheço a fonte, mas a fonte oficial, os dados que nós temos e o que está em consonância com o que nós temos aí na literatura e, de certa forma, no mundo todo – e parte disso ainda são suicídios, infelizmente – são essas informações.

Então, eu acho que este é um ponto importante também: obviamente ninguém quer usar defensivos, obviamente tem riscos implícitos no uso dessas substâncias. Nós temos que ter toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a precaução possível. Nós temos que ter uma legislação extremamente rigorosa em relação a esse assunto, é extremamente importante isso, mas é importante que nós nos atenhamos aos fatos, aos números, à realidade e façamos um paralelo com outros países. Quando nós fazemos isso, nós olhamos com muita tranquilidade que o Brasil não está na contramão de forma nenhuma e que nós podemos avançar bastante com a questão de uma lei mais atual, de uma lei que agregue tudo que já foi colocado e que permita aí acesso a produtos mais modernos, mais seguros, com mais celeridade.

Basicamente, é isso que está ali nas mensagens finais.

O Brasil, então, consome proporcionalmente menos pesticidas do que vários outros países que são grandes produtores mundiais de alimentos, fibras, bioenergia. Tem um ponto...

Também muito rapidamente, Senador, só para concluir, porque eu acabei me esquecendo de comentar: no Brasil, é agricultura tropical. Quando eu mostrei aqueles dados lá do uso de defensivos, dos 150 países, o Brasil está, naquela condição, bem abaixo da média, numa condição bastante confortável. O Brasil é o principal país produtor em ambiente tropical, e o ambiente tropical é muito mais crítico em termos de praga, doença, planta daninha. Nós fazemos duas, três safras por ano, o que é muito positivo em termos de uso da terra, mas não tem um inverno rigoroso, não quebra o ciclo da praga, da doença, da planta daninha, de forma que a pressão dos problemas fitossanitários é maior aqui do que na maioria dos países do Hemisfério Norte, por exemplo.

Ainda assim, a gente costuma justificar o uso de defensivos em função do fato de ser tropical. Eu diria que, apesar de ser tropical, uma condição mais crítica para manejo fitossanitário, o Brasil usa pouco desses produtos em relação aos países do Hemisfério Norte.

A questão central não é se o produto é novo ou se é velho. Nós temos que olhar o risco – e isso é extremamente importante – de cada um dos produtos, mas há uma tendência muito clara de os produtos mais novos serem mais seguros, não é?

E acho que é fundamental, diante de uma agricultura eficiente, moderna, com tamanho protagonismo que nós temos, termos uma legislação atual, que contemple os avanços científicos ocorridos desde a aprovação da lei atual, que garanta que os pesticidas inseguros não cheguem ou saiam do mercado – e isso é muito importante –, assim como garanta o acesso rápido aos pesticidas que são seguros.

Acho que o Projeto de Lei 1.459, ou 6.299, que veio da Câmara com esse número, permite a modernização de uma lei com mais de 30 anos, com grande defasagem técnica, garantindo avanços importantes. E o ponto mais importante: garante uma convergência científico-regulatória com os principais países desenvolvidos do mundo, com a OCDE, que é o nosso objetivo principal.

Agradeço mais uma vez, Senador Acir Gurgacz e Senadores presentes, pela atenção. É uma honra estar aqui nesta Comissão e poder trazer aqui as informações que eu apresentei.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Caio Carbonari.

Passo a palavra, na sequência, ao Dr. Mário Urchei. Desculpe se eu não pronunciei o sobrenome corretamente, mas me corrija na sequência. É Diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.

V.Sa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, infelizmente eu não vou poder continuar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e quero justificar em respeito aos nossos outros convidados. Hoje nós temos várias Comissões funcionando, estão decidindo coisas que envolvem a questão do Orçamento da União, as emendas à LDO, e temos que estar presentes em algumas delas.

Mas eu queria deixar uma pergunta-chave aqui, que eu acho que justifica a nossa posição, que é essa questão das duas intervenções primeiras, e agora, a do Dr. Caio. O Dr. Caio lincou a intervenção dele mais na preocupação com o desenvolvimento, a tecnologia, a produtividade, contra o que ninguém é; pelo contrário: nós queremos que nosso processo do enriquecimento, da exploração do nosso país traga divisas para cá. Isso não é nenhum problema, não é essa a questão.

Mas ficou clara também, nas duas exposições, a questão da saúde pública, das consequências, enfim. Se não há contestação entre um e outro, isso é importante para nós, como legisladores, porque nós queremos fazer uma legislação capaz de assegurar o desenvolvimento do nosso país, a produtividade dos nossos produtores, etc., mas, ao mesmo tempo, nos preocupar com a questão do povo, da saúde pública, do meio ambiente, etc., etc. Isso reforça a nossa posição de que não só temos que aprofundar e nos demorar quanto tempo for necessário para que possamos promover, produzir uma legislação capaz de atender a esse conjunto de exigências, dado que, sem dúvida nenhuma, pelas duas intervenções, tem riscos, tem riscos à vida humana.

Por isso, a ideia é a de ir para outras Comissões onde se trata especificamente da saúde, que é a CAS, e onde também se trata da questão ambiental e até da questão de segurança jurídica... É produto, Presidente. Já anunciei a V. Exa. que nós estamos com um requerimento, lá no Plenário da Casa, para o Presidente despachar, para essas outras Comissões, exatamente por causa dessas duas intervenções que foram colocadas inicialmente.

Queria pedir perdão aos nossos outros convidados, mas, ao mesmo tempo, deixar essa nossa preocupação.

Muito obrigado. Parabéns pelas intervenções iniciais dos três convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha. Nós entendemos, temos várias Comissões em andamento discutindo temas importantes, tanto quanto este, sempre Deputado Edinho Bez. Como na Câmara, as Comissões estão ativas, debatendo e todas elas têm temas importantes a serem discutidos e alguns em votação, que não é o nosso caso. Nós temos uma audiência pública para discutir, mas temos algumas Comissões que estão em votação. Por isso, os Senadores estão indo e vindo, tanto fisicamente quanto pelo zoom.

Passo a palavra, então, ao Dr. Mário, para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO URCHEI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Acir Gurgacz. Bom dia Senador Paulo Rocha.

Inicialmente agradeço o convite e na pessoa de vocês cumprimento todos os Parlamentares presentes nesta audiência pública e também os demais participantes no Senado, de maneira presencial e também remota.

Como eu falei, para nós é uma honra estarmos aqui. Meu nome é Mário Urchei – mas esse não é o problema –, e eu sou pesquisador. Gostaria, rapidamente, de poder me apresentar: estou aqui falando em nome do Sinpaf. O Sinpaf é o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, então é um sindicato nacional, que tem várias empresas públicas, entre as quais, a Embrapa, que é a principal empresa de pesquisa agropecuária do país e da América Latina e uma das mais importantes do mundo. De qualquer forma, como falei aqui, sou pesquisador, tenho 27 anos de pesquisa na Embrapa, trabalho na área de pesquisa em agroecologia na Embrapa Meio Ambiente, aqui no Estado de São Paulo.

Vou colocar uns elementos para esse debate extremamente relevante, extremamente importante.

Queria também cumprimentar os colegas que me antecederam, a Dra. Naiara, a Dra. Larissa, o Dr. Caio Carbonari. Eu acho que esse é fundamental. A temática é muito relevante. É necessário que ele seja aprofundado para que esse processo caminhe a bom termo.

Quero colocar alguns elementos, muitos dos quais já foram aqui levantados – e é essa a intenção destas audiências.

Inicialmente, antes de falar dos agrotóxicos e do PL em questão, gostaria de dizer que nós vivemos um modelo de sociedade não sustentável, de sociedade de desenvolvimento, em várias partes do mundo e, especialmente, no Brasil, nos últimos anos. Em decorrência desse processo, nós temos enfrentado, já há algum tempo, a humanidade vem enfrentando, já há algum tempo, as chamadas mudanças climáticas, que são decorrentes, principalmente, do aquecimento global, que tem levado a eventos extremos – isso nós temos observado muito no Brasil, nos últimos anos – e, muitas vezes, ao caos socioambiental. Podemos citar alguns deles: tempestades tropicais, inundações, alagamentos, deslizamentos, ondas de calor, seca, nevascas, furacões, tornados, ciclones, vendavais, tsunâmis, entre outros eventos. Claro que alguns deles, até o momento, não têm ocorrido no Brasil.

Esse aquecimento global, que é o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra, tem como causas processos naturais – isso é conhecido –, mas também atividades humanas, ou seja, a ação do processo de desenvolvimento humano, a chamada ação antrópica, tem uma grande influência nessas mudanças climáticas que temos visto aumentarem no último período. E isso se deve, principalmente, ao aumento dos gases de efeito estufa, que causam esse aquecimento na atmosfera, principalmente o dióxido de carbono.

Esse efeito estufa corresponde a essa camada de gás que cobre a superfície da Terra e que é fundamental para a vida na Terra, pois, sem ela, o planeta não se tornaria habitável em virtude do frio, inviabilizando a sobrevivência das espécies. De qualquer maneira, os cientistas já constataram que o aumento da temperatura média do planeta tem elevado o nível do mar, pelo derretimento das calotas polares, podendo ocasionar o desaparecimento de ilhas e cidades litorâneas. E há previsão de que uma frequência maior desses eventos extremos climáticos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graves consequências para populações humanas e ecossistemas naturais, poderá ocasionar extinção das espécies de animais e plantas.

O painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, o chamado IPCC, órgão das Nações Unidas, responsável por produzir informações científicas, afirma que há 90% de certeza, de grau de certeza, de que o aumento da temperatura na Terra está sendo causado pela ação do ser humano, pela ação antrópica.

Agora eu vou avançar um pouco. Por que estamos falando isso? E o que isso tem a ver com o nosso debate?

Entre as principais atividades humanas que causam o aquecimento global, e consequentemente as mudanças climáticas, estão a queima de combustíveis fósseis – derivados do petróleo, carvão mineral, gás natural, etc. – para a geração de energia, atividades industriais e transportes, descarte de resíduos sólidos e, no Brasil, principalmente, conversão do uso do solo, agropecuária, desmatamento e queimadas. Aí que entra essa discussão que me parece ser muito relevante. Todas essas atividades emitem grande quantidade de CO_2 e de gases formadores do efeito estufa. No Brasil a agropecuária, as mudanças no solo, o desmatamento e as queimadas que têm se intensificado nesse último período são os principais responsáveis pela maior parte das nossas emissões de gases de efeito estufa e têm feito com que o país seja um dos líderes mundiais em emissões desses gases. Isso porque as áreas de floresta, os ecossistemas naturais são grandes reservatórios e sumidouros de carbono por sua capacidade em absorver CO_2. Mas, quando acontece um incêndio florestal, uma área desmatada, esse carbono é liberado para a atmosfera, contribuindo para o efeito estufa e o aquecimento global.

Muito bem. Esse é o primeiro aspecto que eu queria levantar em relação a essa discussão.

Outro aspecto que me parece muito relevante tem a ver com a nossa temática: produção de alimentos, agropecuária, uso de agrotóxicos. Na produção de alimentos, nós temos acompanhado supersafras agrícolas no Brasil repetidamente, porém temos tido a fome, desigualdade social e fome. O Brasil é um país continental, com recursos extraordinários. Na realidade, é um verdadeiro celeiro de energia, com mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, em biodiversidade – um dos maiores do planeta em biodiversidade seguramente. Temos terras férteis, grandes reservas minerais, petróleo e energia solar que possibilita o desenvolvimento da agricultura durante todo o ano. Esse é um aspecto que torna a nossa agricultura extremamente competitiva.

Porém, vivemos uma situação inusitada. Estamos num contexto social, político e econômico de destruição – eu diria uma política da morte. Nós temos tido diferentes manifestações, e a fome é uma política de morte, porque ela destrói; muitas pessoas morrem em virtude da fome. Esse é um aspecto bastante importante. Nós temos aí: ataques frequentes, nos últimos anos, às comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e outras; aprovação recorde dos agrotóxicos, também de forma bastante ampla e indiscriminada; a condução da pandemia da covid-19, contrariando a ciência, que foi uma política e tem sido uma política bastante equivocada; a destruição, como falamos, de florestas, desmatamento ilegal, queimadas; a diminuição dos investimentos em saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, moradia popular, ciência e tecnologia, que têm interface com o nosso debate, com a nossa discussão – estamos falando de ciência e pesquisa em agropecuária, em avanço, em inovação –; e, evidentemente, essa lógica de desregulamentação, de privatização e a destruição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do estado de bem-estar. Com isso, temos visto, a olhos claros, o aumento do desemprego, da fome e da miséria.

Nesse sentido, a escalada da fome no Brasil, nos últimos três a quatro anos, e a pandemia ganharam números que, de fato, mostram uma situação bastante trágica, e isso foi mostrado pela nova pesquisa sobre insegurança alimentar, agora em 2022, recentemente, mostrando que temos mais de 33 milhões de pessoas que não têm o que comer. São 14 milhões de novos brasileiros que vêm sofrendo com a fome desde a conclusão do estudo anterior, em 2021. E mais da metade da população, quase 59%, convive com algum grau de insegurança alimentar – leve, moderado ou grave.

O quadro dramático é revelado então pelo 2° Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado agora no último dia 8 de junho.

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, o Brasil regrediu para um patamar equivalente ao da década de 90.

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pelo estudo, o Brasil regrediu para um patamar equivalente ao da década de 90. A pesquisa anterior, de 2020, mostrava que a fome no país já tinha voltado para patamares equivalentes aos de 2004.

A continuidade do desmonte de políticas públicas, a piora do cenário econômico, o aumento da inflação, o desemprego, o acirramento das desigualdades sociais do segundo ano da pandemia da covid-19 tornaram esse quadro da segunda pesquisa ainda mais perverso.

Em conformidade com a referida pesquisa, em números absolutos, são mais de 125 milhões de brasileiros que passam ou passaram por algum grau de insegurança alimentar. É um aumento de mais de 60% em comparação com a pesquisa realizada em 2018.

Essa pesquisa confirma ainda que a tragédia da fome, contraditoriamente a um país riquíssimo que produz alimentos, fibras e energia, como aqui tem sido levantado e debatido, é seletiva, tem lugar, gênero, cor e escolaridade. No Norte e no Nordeste – áreas rurais, contraditoriamente –, domicílios chefiados por mulheres e habitados por pessoas pretas e pardas e com a pessoa de referência sem escolaridade ou com apenas o ensino fundamental incompleto são os que mais sofrem com o problema da fome e da miséria.

Contraditoriamente, o valor bruto da produção agropecuária em 2022 no Brasil deve alcançar R$1,24 trilhão, com base nas informações de safra do mês de abril. Essa projeção é 2,7% acima do valor obtido em 2021.

Muito bem. É nesse sentido que esses dois aspectos nos chamam a atenção. O componente que está sendo debatido e que tem a discussão desse PL dos agrotóxicos é parte de um modelo – eu diria que ele é parte de um modelo agrícola, de um modelo agropecuário, que, no entendimento de muitas instituições, de muitos pesquisadores, dos nossos grupos de pesquisa da própria Embrapa, não é sustentável.

O modelo agrícola dominante no Brasil, o chamado agronegócio, tem se mostrado, de fato, sem sustentabilidade. Esse modelo hegemônico prioriza grandes extensões de terra para produzir as chamadas *commodities* agrícolas para o mercado externo, fundamentalmente, adotando uma matriz de produção baseada em máquinas pesadas, combustíveis fósseis não renováveis, sementes melhoradas e/ou geneticamente modificadas, insumos e fertilizantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

químicos solúveis, monocultivos e, finalmente, os agrotóxicos. Então, esse processo faz parte de uma lógica, de uma matriz tecnológica que é hegemônica na agropecuária brasileira.

Além disso, segundo a pesquisa realizada pela Abra no ano passado, a partir da análise dos dados da balança comercial, do PIB e do IBGE, o agronegócio pouco contribui com o Produto Interno Bruto, traz altos custos ao estado, gera poucos empregos e é o grande responsável por problemas de degradação e contaminação ambiental e humana no país.

Essa referida análise mostra ainda que, embora o agronegócio seja o setor da economia que mais exporta – isso é evidente, não há dúvida em relação a esse aspecto –, ele leva o Brasil ao que se chama de reprimarização da economia, ou seja, uma economia pautada em produzir matérias primas e importar produtos industrializados de alta tecnologia.

Embora esse seja o dado mundial – não é só exclusivo do Brasil –, o nosso país aparece como um dos cinco que mais sofrem com maior processo de desindustrialização. Isso aponta que essa matriz pautada do agronegócio leva a uma inserção subalterna do Brasil ao mercado mundial.

Muito bem, indo agora mais concretamente para o debate em questão sobre os agrotóxicos, o PL 1.459 – antigo PL 6.299, de 2002.

Essa discussão tem esse viés, dependendo de como você analisa, mas há praticamente um consenso: grande parte dos estudiosos acerca desse assunto tem este entendimento de que, desde 2008, o Brasil é recordista mundial em utilização de agrotóxicos, inclusive na permissão de produtos, como aqui já foi falado, já banidos em outros países e considerados alguns deles ilegais e proibidos.

Muitas dessas substâncias, no entanto, não são mais usadas nos Estados Unidos, na União Europeia, etc. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo menos 37 agrotóxicos registrados, desde 2019, no Brasil são proibidos nos Estados Unidos e na União Europeia, em função da sua toxicidade. Quando se consideram os ingredientes ativos, o número cresce: 44% dos 475 agrotóxicos registros no Brasil, desde 2019, foram banidos nos países europeus e nos Estados Unidos.

Desde 2015, o Brasil vem aumentando ainda mais a lista desses produtos autorizados para uso na agricultura. Esse número, porém, disparou a partir de 2019 e, no ano passado, bateu recorde em liberações, sendo mais de 560 produtos registrados novos. Só nos últimos quatro anos, esse número chega a mais de 2 mil agrotóxicos liberados – um recorde para a saúde humana e o meio ambiente.

O PL 1.459 (antigo 6.299, de 2002), aprovado na Câmara dos Deputados e que será agora apreciado, está sendo – e esse debate é extremamente importante, extremamente relevante, devemos aprofundar essa discussão –, altera diversos pontos sobre a questão dos agrotóxicos, como experimentação, produção, embalagem, transporte, comercialização, propaganda comercial, destino final dos resíduos, registro, classificação e fiscalização dos agrotóxicos e seus componentes, potencializando ainda mais a sua utilização em larga escala.

Os agrotóxicos são substâncias utilizadas para o chamado controle de "pragas, doenças e ervas daninhas" – coloco aqui entre aspas – nesse modelo dominante de agricultura convencional e agroquímica, mas os seus potenciais maléficos à saúde humana e ao meio ambiente estão cada vez mais ressaltados, estudados e comprovados. Além de tudo, oneram de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira significativa os custos da produção agropecuária. Nisso também os dados são muito claros e evidentes.

Quando a Câmara dos Deputados aprova projeto de lei que facilita ainda mais a liberação e registro de agrotóxicos, a justificativa utilizada foi para que dê maior celeridade e segurança ao setor produtivo. O Ministério da Agricultura fica com mais poder, praticamente centralizando as decisões e tirando da Anvisa a competência de realizar reavaliação toxicológica e ambiental desses produtos e do Ibama a decisão final sobre produtos potencialmente danosos à saúde humana e ao meio ambiente.

No nosso entendimento, se este processo avançar como veio, da forma como está, da Câmara dos Deputados, no Senado, será, na realidade, um verdadeiro desastre do ponto de vista ambiental e de saúde pública, permitindo que mais agrotóxicos cheguem à mesa dos brasileiros além de promover um completo desmonte da regulação desses produtos no país, claramente priorizando os interesse econômicos das transnacionais que produzem esses produtos, pondo em risco a sociedade, com repercussões extremamente negativas de curto, médio e longo prazos tanto para as gerações atuais quanto para as futuras.

Com relação ao uso dos herbicidas, dos inseticidas, dos fungicidas, como aqui também já foi falado, o glifosato é um exemplo interessante, porque já foi declarado como potencialmente cancerígeno pela Agência Internacional de Pesquisas em Câncer e ainda é o agrotóxico mais utilizado no país.

Já o segundo herbicida mais utilizado no Brasil, a atrazina, aplicada na cultura do milho, é proibida na União Europeia e em outros países desde 2004, por estar associada a doenças como Parkinson, câncer de ovário e próstata e infertilidade.

Já o paraquat é um caso bastante à parte, digamos assim. Ele chegou a ser um dos agrotóxicos mais utilizados no Brasil, mas foi proibido pela Anvisa em 2020, após ser associado a casos de Parkinson e câncer. Neste ano, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja, a Aprosoja, porém, solicitou a liberação "emergencial", entre aspas, do produto e a revisão da decisão da Anvisa.

Com o argumento de modernização, o referido PL retira a vedação ao registro de produtos que causam o câncer constante na legislação atual.

O projeto de lei também propõe mudar o nome de "agrotóxicos", o que também, no nosso entendimento, é o mais correto, para "pesticidas", "defensivos agrícolas" ou "produtos fitossanitários", minimizando ou retirando o perigo e os cuidados permanentes que se deve ter com esses produtos.

Visa também liberar ou propõe liberar licenças temporárias.

A análise de riscos, nos moldes preconizados pelo referido PL, irá permitir o registro de produtos, hoje proibidos no Brasil em função do perigo que representam, sempre que o risco for considerado aceitável. Essa discussão também é polêmica, pois, no nosso entendimento, risco aceitável à saúde pública e ao meio ambiente parece-me um equívoco.

Além disso, desvaloriza todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que coleta alimentos nas redes atacadistas e varejistas para verificar os níveis de agrotóxicos presentes nos alimentos consumidos pela população. Esses dados têm sido monitorados, evidenciando contaminação em larga escala e em índices bastante elevados nos diferentes produtos que a população consome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O monitoramento que vem sendo usado como justificativa é demorado e não garante proteção.

O caminho, no nosso entendimento, correto é justamente o contrário do previsto na nova proposta de lei, ou seja, liberar cada vez menos.

Vale destacar que o PL 1.459 visa desmontar o já frágil aparato regulatório brasileiro, diminuindo a importância das medidas de proteção à saúde e ao meio ambiente no processo de registro e de fiscalização do uso de agrotóxicos em nome de uma suposta desburocratização e da produção de alimentos mais seguros.

Em contraposição a esse PL, temos várias instituições de pesquisa com uma posição contrária, como a Fiocruz, o Inca; sociedades científicas, como o SBPC, a Abrasco, a ABA Agroecologia; órgãos técnicos das áreas de saúde e do ambiente, como a Anvisa, a Conass, Conasems, Ibama; órgãos do Judiciário, como o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União; e órgãos de controle social, como o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Fórum Nacional (e estaduais) de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e a sociedade civil organizada, que tem discutido, de maneira bastante clara, esse processo do uso indiscriminado de agrotóxico no Brasil. Esse posicionamento está reunido numa publicação com 25 notas técnicas contrárias ao PL.

Muito bem. Agora a pergunta que fica: nós utilizamos agrotóxicos porque ele é necessário. Como nós levantamos?

Existe uma matriz tecnológica agropecuária, porém é possível termos alternativa? É possível.

Em contraposição ao PL 1.459, a adoção de políticas públicas, no nosso entendimento, de fomento à produção agroecológica e orgânica, de sistemas biodiversos, integrados, sustentáveis poderá viabilizar a transição para um modelo de agricultura mais sustentável, democrático e mais justo, que respeite o meio ambiente, produzindo alimentos mais saudáveis e com a consequente redução dos agrotóxicos. É consequência dessa matriz tecnológica.

Essa redução está intrinsecamente associada a um modelo de agricultura e de desenvolvimento territorial, que respeite a vida, a natureza e o ser humano, no qual a produção e o acesso à alimentação seja um direito e não apenas uma mercadoria, como parece que tem sido no último período; um modelo de agricultura e de desenvolvimento rural que possibilite o acesso à terra e à distribuição de renda; um modelo de agricultura que produza alimento sem veneno e que não contamine o meio ambiente e as pessoas – rural e urbano –; um modelo de agricultura que defenda a vida em todas as suas dimensões.

Aqui já foi falado por outros colegas: o planeta Terra é um sistema que tem um intercâmbio, tem um processo integrado, que nós precisamos respeitar. Nós precisamos trabalhar a agricultura e olhar a natureza como aliada e não como inimiga. Um modelo de agricultura que efetivamente garanta a soberania alimentar, não apenas a segurança alimentar, e respeite suas comunidades antigas autóctones, tradicionais, as populações indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária, entre outros.

Esse projeto de lei que institui, que vai nessa direção, é o Projeto de Lei 1.459, exatamente, que institui a chamada Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, a chamada Pnara, e também o PL 3.668, de 2021, o chamado PL dos bioinsumos, o qual pretende ampliar o debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e acelerar o estabelecimento do marco jurídico da produção de bioinsumos, regulando não apenas a sua produção, por meio do manejo biológico, mas também todo o seu ciclo produtivo, que inclui: produção, importação, exportação, comercialização e uso de bioinsumos na produção agropecuária nacional. Esses PLs avançam nesta direção. Que direção? De uma matriz tecnológica mais sustentável. Parece-me que este é um debate fundamental, porque a lógica dos agrotóxicos é parte integrante dessa matriz tecnológica.

Eu não vou, evidentemente, aprofundar a discussão desse outro PL, o PL 1.459, que é, na realidade... Perdão, o PL 3.668, cuja discussão aponta para uma perspectiva de uma agricultura mais sustentável. Quero aqui levantar, então, mais alguns aspectos antes da minha finalização.

Queria abordar, rapidamente, que nós falamos aqui em pesquisa, em agricultura, em desenvolvimento, em agropecuária, que estão intrinsecamente associados à ciência e tecnologia. E eu falo aqui como pesquisador da Embrapa. Insisto que não estou falando em nome da Embrapa; falo em nome Sinpaf, mas como pesquisador da Embrapa há 27 anos.

Um aspecto fundamental, quando nós discutimos as perspectivas de ciência, tecnologia e pesquisa agropecuária para o desenvolvimento do nosso país, é que a construção desse conhecimento, a geração de tecnologia e inovação, sua adaptação, bem como sua utilização e sua apropriação decorrem de um processo histórico de desenvolvimento e de inserção das forças políticas, econômicas, sociais e culturais existentes na sociedade, como está sendo debatido nesta Casa de leis. Ou seja, a ciência, como muitas vezes se apregoa, não é um ente abstrato, puro e independente, mas sim uma construção que é consequência do vetor de interação dessas forças da sociedade. Com isso, a ciência não tem neutralidade, o seu caráter não é exatamente universal, bem como uma apropriação distinta pelos diferentes segmentos da sociedade não condiz com essa realidade.

Aliado a isso, o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, incluindo, eu diria, a Embrapa – e por isso que eu a cito neste debate –, apesar da sua inegável importância, sempre teve uma forte conotação tecnológica, esquecendo-se das dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais, éticas e históricas. Ao mesmo tempo, a ciência e tecnologia adquiriram, no Brasil, um viés extremamente elitista, autoritário, no entendimento de que, em virtude de seu caráter pretensamente universal e imparcial, têm sempre as melhores respostas para oferecer à sociedade. Isso não é necessariamente verdade, uma vez que existem outras formas de conhecimento válido, além do conhecimento científico.

Em contraposição a esse modelo excludente, busca-se a construção de um outro modelo de desenvolvimento democrático, participativo e trabalhado a partir dos interesses da sociedade e não apenas do mercado. Com isso, é fundamental ir além do crescimento econômico e viabilizar o desenvolvimento econômico baseado na distribuição de renda, na diminuição das desigualdades sociais e regionais do nosso país, na geração de postos de trabalho, na soberania alimentar e na preservação ambiental, com participação, nas decisões, pelos diferentes segmentos da sociedade e controle social.

Nesse sentido, eu queria finalizar – porque me parece bastante relevante, uma vez que a Embrapa tem um papel importante na discussão da pesquisa agropecuária, do avanço da agropecuária brasileira, assim como outras instituições, evidentemente, de pesquisa, de ciência e tecnologia, assim como as universidades – ressaltando que nós entendemos que a Embrapa, apesar das suas contradições, continua sendo a maior empresa de pesquisa agropecuária do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país e uma das mais importantes do mundo; é um patrimônio do povo brasileiro, sem dúvida. Entretanto, no cenário atual de desmonte generalizado das empresas de serviços públicos e os recorrentes cortes orçamentários, sua sobrevivência está ameaçada, ameaçando, evidentemente, o desenvolvimento das pesquisas na agropecuária brasileira.

Diante disso, dessa situação emergencial, é que a direção do Sinpaf assumiu o compromisso público de mobilizar comunidade interna e externa, inclusive aqui, no Parlamento, para defender a Embrapa por meio de uma campanha nacional, e essa campanha está ancorada em três valores fundamentais que definem o foco da empresa que nós acreditamos que deva ocorrer: pública, democrática e inclusiva.

Pública, porque a Embrapa é estratégica para o país, para a nossa biodiversidade, para buscar o desenvolvimento da agropecuária com equilíbrio ambiental e para a nossa soberania alimentar, o que não será feito por empresa privada. Democrática, porque nossa empresa tem uma estrutura verticalizada e autoritária, priorizando o controle em lugar de um ambiente mais cooperativo. Além disso, vivemos num momento em que a democracia no país está ameaçada em todas as suas dimensões, e nossa empresa já sente os efeitos desse cenário aumentando esse controle e a burocracia, a falta de transparência e gerando um ambiente interno hostil à criação, tão necessário para a pesquisa, a inovação e a participação tanto interna quanto dos segmentos externos demandantes da pesquisa agropecuária pública. E inclusiva, porque precisamos aumentar nossa atuação em segmentos extremamente importantes do nosso país, mas pouco valorizados para a soberania alimentar e para a preservação ambiental. Estamos nos referindo aqui aos quase 4,4 milhões de agricultores familiares, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, comunidades indígenas, entre outros.

Essa campanha tem exatamente esse papel de fazer o debate e levantar proposições que caminhem no sentido de termos, efetivamente, uma empresa pública, democrática e inclusiva que se volte efetivamente aos direitos do povo brasileiro. Esse é o nosso desafio.

Eu queria finalizar agora...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Por favor.

O SR. MÁRIO URCHEI (*Por videoconferência*.) – ... fazendo umas considerações finais de que nós entendemos que este debate sobre o PL em questão, sobre os agrotóxicos, sobre a sua regulação, que é tão importante, deve ser, de fato, associado, integrado à discussão de uma nova matriz tecnológica mais equitativa, mais viável e mais sustentável. Nós entendemos que as duas questões são fundamentais.

Eu gostaria de, aqui, para finalizar efetivamente, parabenizar mais uma vez o Senado, os Senadores e lhes agradecer por estarem abrindo este debate tão importante. Eu acho que é nesta discussão que se vai chegar a bom termo, que se vai avançar efetivamente.

Gostaria de parabenizar também o público que está presente discutindo essas questões e também os trabalhadores de uma maneira geral e os da nossa empresa, a Embrapa, que têm, de fato, construído o arcabouço da pesquisa agropecuária brasileira, tão importante para um desenvolvimento territorial sustentável e equitativo.

Muito obrigado mais uma vez. Para nós, é uma honra poder participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Dr. Mário. Nós já falamos aqui sobre o relatório que a Embrapa nos passou com relação a esse projeto. Os outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não são o ponto de discussão aqui neste momento. Nós queremos discutir o nosso projeto. Agora, fugir do tema, realmente, atrasa a todos nós.

A Senadora Zenaide pediu a palavra há meia hora, e eu estou tentando dar a palavra a ela, mas o senhor fugiu do tema e agora a Senadora Zenaide não está mais conectada conosco.

Nós tínhamos deliberado que iríamos ouvir todos os palestrantes, mas fugiram do tema e passamos até da hora. A gente tenta dar oportunidade para todos falarem o tempo que quiserem, mas dentro do tema, não fora do tema, porque aí não tem como. Vamos ficar o dia inteiro fazendo política aqui sobre distribuição de renda etc., que é importante, não há dúvida nenhuma, mas o nosso tema aqui é outro. O nosso tema aqui é o 1.459.

Então, Deputado Neri Gueller, se quiser fazer a sua intervenção agora, até para dar uma... É que ouvimos tanta coisa aqui que... Vamos ouvi-lo, por favor.

O SR. NERI GELLER (Bloco/PP - MT. Para expor.) – Bom dia a todos!

Primeiro eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Presidente da Comissão pela forma como está conduzindo e contribuir de forma bem específica para o assunto que está em pauta. Não dá realmente para discutir esse tema completamente fora do contexto e fazer o debate ideológico.

Falo aqui, Senador Acir, como alguém que conhece o tema, que estava, inclusive, no Governo passado e ajudou a consolidar para que esse assunto caminhasse. É um assunto que está há 22 anos já no Congresso Nacional. O autor dessa inicial foi o então Senador Blairo Maggi, em 1999, quando substituiu o Senador Jonas Pinheiro, à época Senador. O Blairo era suplente e fez esse primeiro projeto, inicial.

Esse é um tema em relação ao qual dá para afirmar categoricamente: quem quiser discutir o assunto, leia o relatório que foi aprovado na Câmara Federal. Esse assunto se agravou, Senador Acir, em 2014, quando nós tivemos o problema sério da helicoverpa. Nós não tínhamos o benzoato liberado no Brasil para fazer o combate, principalmente no algodão, de uma praga que praticamente dizimou a agricultura do algodão naquele ano. E o benzoato era liberado em vários países, inclusive para fazer hortifrutigranjeiros, mas aqui no Brasil não se podia usar esse produto para fazer o combate em uma das culturas mais importantes economicamente falando, que gera emprego, renda e dá sustentação econômica para o Brasil. Isso avançou, nós conseguimos construir uma medida provisória, e aí é que se acentuou essa discussão para fazer uma mudança na legislação para que a gente pudesse... E o órgão, que é o Ministério da Agricultura, dizia assim: "Eu não!".

Nós não estamos aqui discutindo para flexibilizar a legislação do ponto de vista de liberar produto, mas nós estamos aqui discutindo uma legislação que possa dar as condições para o poder público decidir. Não dá para aceitar, como o caso, na época... E aí eu quero reconhecer: a Ministra Gleisi, na época Ministra da Casa Civil, apoiou, e nós conseguimos liberar, por uma medida provisória, esse benzoato no Brasil, a aplicação desse produto, e conseguimos diminuir muito a questão do custo de produção e, principalmente, manter uma das atividades econômicas que é tão importante para a agricultura brasileira. E sem um dano ao meio ambiente. Pelo contrário, quando se traz um produto que está liberado, como estava liberado nos Estados Unidos, no Japão, na Austrália, para fazer hortifrutigranjeiro, quando se traz esse produto para dentro, diminui o impacto ambiental e diminui muito inclusive o risco para a saúde pública, porque você traz um produto que tem sim as condições de fazer o combate de forma equilibrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, Sr. Senador, Presidente, eu acompanhei essa discussão. Em 2017, nós avançamos, eu era Secretário de Política Agrícola no Ministério da Agricultura, liderado pelo então Ministro Blairo Maggi e também pelo Sérgio De Marco, que era assessor especial do Ministério da Agricultura, mas uma pessoa que tem um vasto conhecimento: foi Presidente da Ampa, foi Presidente da Abrapa e conhece a agricultura tropical como poucos porque, além de tudo, é produtor. Nós fizemos então um grupo junto com a Frente Parlamentar da Agropecuária e fizemos viagem para a Austrália, para buscar as informações necessárias para que pudéssemos fazer uma legislação, primeiro, segura e, segundo, que desse segurança jurídica para liberar os produtos necessários para o país, com a segurança de termos os testes toxicológicos, acima de qualquer dúvida, incorporados em qualquer liberação e a questão ambiental também, dentro do mesmo guarda-chuva, numa legislação extremamente moderna, que pudesse, sim, trazer inclusive genéricos, que estão na fila hoje por seis, sete, oito anos e que nos vão dar as condições – esses produtos genéricos – de competir no mercado interno, com a indústria brasileira entrando de forma mais forte, saindo da dependência inclusive da indústria chinesa. Hoje, 80% do nosso produto defensivo agrícola está sendo importado, de fora para dentro, quando nós podemos diminuir isso de forma significativa, trazendo segurança na produção, redução de custo, mas principalmente, dentro do conceito que se discutiu há pouco, gerando emprego e renda para o povo brasileiro.

Então, não dá para aceitar, realmente, com todo o respeito, que se faça uma discussão ideológica sobre esse assunto. Esse assunto nós discutimos na Câmara com a Casa Civil, discutimos com o Ministério da Saúde e discutimos com o Ibama inclusive, e tem o apoio do Governo Federal, do atual Governo Federal, mas tem sim na sua essência o apoio inclusive do Governo passado, porque essa discussão não pode ser ideológica, não pode ser política. Ela tem que ser tratada como uma discussão do Estado brasileiro, esse é o ponto.

E, para isso avançar, nós precisamos efetivamente só fazer uma coisa: olhar o relatório que foi construído, olhar tecnicamente onde tem eventualmente qualquer posição que aumenta o risco da saúde pública ou que aumenta a questão da insegurança do ponto de vista ambiental. Pelo contrário, posso afirmar categoricamente que esse relatório traz o alimento seguro, traz muito mais segurança para a saúde pública e traz muito mais segurança na questão ambiental, e traz sim o que nós precisamos: menos burocracia, menos carimbo público, para que as coisas possam efetivamente andar.

O que vai se fazer nesse relatório, aprovado e virando lei? Nós vamos dar as condições para que as autoridades tenham a responsabilidade de liberar produtos que são seguros.

Não dá mais para aceitar que o Brasil, que precisa avançar, que tem uma capacidade de recuperação econômica violenta, que o setor agrícola, que tanto ajuda na economia do Brasil, na geração de emprego, renda, fiquem dependentes muitas vezes de burocratas que não querem liberar produtos por, às vezes, interesses econômicos internacionais inclusive.

Então, fico aqui, Presidente Acir. Parabéns pela condução nesse tema. Eu conheço esse assunto porque realmente me envolvi em 2013, já como Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, que fez toda a reestruturação do crédito agrícola, depois como Ministro da Agricultura e depois novamente como Secretário de Política Agrícola. E ajudei a conduzir lá na Câmara esse tema porque é importante. Ele vai economizar bilhões de reais para a economia do Brasil; ele vai gerar emprego e renda para as pessoas e vai trazer segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que nesse assunto não tem mais que fazer debate ideológico. Estou falando isso como alguém que participou do Governo passado, como alguém que reconhece no Governo passado os avanços que nós tivemos na agricultura. É importante frisar isso.

Sou da base do Presidente Bolsonaro, mas participei do Governo passado e muitas coisas boas foram feitas. Entre elas, a medida provisória que liberou um produto emergencialmente para combater uma das pragas que mais prejudicou o algodão na última década.

E agora nós precisamos resolver definitivamente esse problema. E esse problema vai se resolver, do ponto de vista de segurança, aprovando-se esse relatório. Ele não tem absolutamente nada que prejudique o meio ambiente ou que crie problema na questão de saúde pública. Pelo contrário, ele só vai dinamizar para liberar moléculas mais modernas que se incorporam ao meio ambiente sem prejudicar o meio ambiente; traz segurança na questão dos testes toxicológicos porque, quando você traz moléculas novas, automaticamente você tira o que é mais ultrapassado e coloca algo em substituição a isso, economicamente falando, mas alinhado com a questão da saúde pública.

Então, Presidente, mais uma vez, quero agradecer pela oportunidade de estar aqui no Senado discutindo esse tema e chamar a responsabilidade a todos os Senadores para que a gente possa aprovar essa matéria com a máxima urgência. Faz 23 anos que está se discutindo. Dizer aqui que esse debate não foi aberto para a sociedade, dizer que esse debate aqui tem que ser postergado é dizer que quer segurar realmente a economia do Brasil.

Então, Presidente, obrigado. E eu gostaria mais uma vez de dar o testemunho. Quem discutir esse assunto precisa se ater ao relatório, conforme V. Exa. colocou aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado sempre Ministro, nosso colega Neri Geller, que prestou e presta um trabalho importante para a agricultura brasileira.

Eu indago novamente. A Senadora não está no *chat*.

Então, passamos a palavra à Dra. Naiara Bittencourt para fazer as suas colocações.

Mais uma vez, Dra. Naiara, agradeço a sua presença junto conosco.

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (Para expor.) – Muitíssimo obrigada, Senador Presidente Acir e demais Senadores que estiveram aqui presentes: o Senador Paulo Rocha; a Senadora Zenaide, que estava presente de forma *online;* o Deputado Ministro Neri Geller e os outros Deputados Federais que também passaram por aqui.

Eu dou bom dia a todas e todos.

Gostaria de – não sei se já dá para apresentar – trazer aqui algumas dimensões. Eu sou advogada, trabalho em uma organização de direitos humanos, integro a Articulação Nacional de Agroecologia e estou presente também fazendo assessoria jurídica para comunidades tradicionais, agricultores familiares, além de trabalhar com direito socioambiental há oito anos. Então, é um pouco nesse espaço que venho trazer algumas das discussões que nós temos travado no âmbito jurídico. O Dr. Leomar trouxe aqui e garanto que o Dr. Paulo também vai trazer alguns aspectos jurídicos.

Antes de começar, eu gostaria realmente de saudar esse espaço democrático, a importância de a gente fazer essas audiências públicas aqui no Senado, que é uma Casa de bastante respeito, uma Casa estável, com Senadores que têm um debate técnico bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acirrado e a qualidade dessa mesa também demonstrou que nós estamos pensando esse debate de uma forma qualificada.

Aí também um apelo para que, de fato, a gente possa discutir outros âmbitos desse projeto, que impacta a legislação brasileira, todo o regime de agrotóxicos no Brasil, mas também impacta os diversos âmbitos da saúde, do meio ambiente, da sociobiodiversidade. Então, que a gente possa também ouvir os especialistas e técnicos de saúde e meio ambiente também em outras Comissões para que esse debate também seja robustecido tecnicamente em outras áreas.

Aqui nós priorizamos o debate na agricultura, assim como é de competência da Comissão, obviamente.

Acho que foi citada aqui também pelo Senador Presidente Acir a posição da Embrapa, mas também foram citadas pelo Dr. Mário – são mais recentes – todas as notas técnicas. Reforço que não são notas ideológicas, são posições bastante robustas e cientificamente fundamentadas de várias instituições importantíssimas no nosso cenário brasileiro. A gente pode citar, por exemplo, a Fundação Oswaldo Cruz, que teve um papel importantíssimo agora no combate e promoção das vacinas na pandemia de covid; o Instituto Nacional de Câncer; a Associação Brasileira de Agroecologia; a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – ou seja, várias sociedades médicas também de bastante respeito em relação à saúde –; a SBPC, que é uma sociedade bastante importante no progresso da ciência e tem se posicionado em todos os temas relevantes que impactam a sociedade brasileira. Mas também alguns órgãos e instituições do sistema de Justiça, sobre os quais eu queria me debruçar um pouco mais nessa apresentação de hoje, como: a Defensoria Pública da União (DPU); o Ministério Público do Trabalho – o Dr. Leomar está aqui presente –; o Conselho Nacional de Direitos Humanos; o Ministério Público Federal; o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos; a Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor; o Conselho Nacional de Saúde; enfim, e outras instituições extremamente relevantes que se posicionaram com notas técnicas bastante robustas a respeito dessa matéria e que também devem ser incorporadas nesse debate público.

Opa! Não está bom...

Puxa, a apresentação deve ter desconfigurado.

Mas aqui eu gostaria de ressaltar algumas inconstitucionalidades que já são apontadas por essas instituições do sistema de Justiça a respeito desse projeto de lei, já com base no substitutivo apresentado pelo Deputado Federal Nishimori, lá, em 2018, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federal, e que traz alguns apontamentos. Esse debate foi trazido lá, e a gente tem um sério risco de insegurança jurídica ao dimensionar essas inconstitucionalidades que podem estar nesse projeto e que podem ser, sim, fruto de análise no Supremo Tribunal Federal.

Como exemplo, podemos citar o próprio art. 170, que trata da ordem econômica, mas trata da ordem econômica a partir de um viés do desenvolvimento sustentável, do impacto ambiental e da saúde da população brasileira; o direito à saúde; os artigos que tratam do meio ambiente, como é especialmente o art. 225 da Constituição, mas também da preservação dos modos de vida da população brasileira, os modos de fazer, de viver, de criar dos povos, por exemplo.

O art. 240, §2º, como já foi dito, da nossa Constituição, traz o termo agrotóxicos a essa Lei de Agrotóxicos. O atual regime jurídico é posterior à Constituição, um ano posterior à Constituição, ou seja, ele já está de acordo com um sistema normativo propagado pelo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente chama de uma Constituição Cidadã, com debate público bastante acirrado do agronegócio, de organizações que defendem o direito ao meio ambiente, de agricultores familiares, etc. A nossa legislação hoje talvez precise de aprimoramentos, mas talvez não esses que são trazidos por esse projeto de lei.

De fato, esse projeto de lei está tramitando há 20 anos – Senador, de fato, isso é verdade –, mas o texto que chega hoje ao Senado é muito diferente; na verdade, é um texto completamente diferente daquele que foi proposto pelo Senador Blairo Maggi. A gente está tratando de outro objeto aqui, mudou muito. Foi debatido na Câmara, e este Senado talvez possa fazer algumas adaptações e observações em relação a esse novo texto, que está sendo debatido, que é o substitutivo do Deputado Nishimori, aprovado na Comissão Especial da Câmara Federal.

Dando continuidade aos exemplos, podemos citar, especialmente, o direito à alimentação, que está garantido, por uma emenda constitucional, como um direito social na nossa Constituição, no art. 6º. Tudo isso pode ser...

Então, esse projeto de lei traz algumas dimensões que podem ser consideradas inconstitucionais.

Primeira questão: a mudança do termo "agrotóxico" para "pesticida". Essa nomenclatura está presente, sim, como eu já disse, na Constituição Federal, ou seja, é o termo que já é cunhado desde 1988 e, cientificamente, fundamentado antes disso – já foi dito aqui também. E, aí, por um projeto de lei, por uma lei infraconstitucional, vai se mudar o nome que está estabelecido na nossa Carta Magna, que é a Carta Constitucional. A gente pode pensar que há um vício de competência, inclusive, legislativa, porque a alteração de uma nomenclatura constitucional deveria passar por uma emenda constitucional, por exemplo. Esse é um tema que pode ser considerado aqui.

Um outro tema se refere ao direito à saúde, especialmente com uma colisão com o art. 196, da Constituição Federal, e com a nossa lei que garante um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e que instaura o Sistema Único de Saúde também. A Constituição inaugura o Sistema Único de Saúde dessa forma como nós conhecemos, respeitável, e traz uma série de competências também ao SUS para tratamento, por exemplo, de populações intoxicadas com agrotóxicos.

Como o projeto de lei pode violar o direito à saúde? Pode violar quando ele veda a autorização de produtos a riscos inaceitáveis. Isso já foi dito aqui nesta manhã. Esse conceito de risco inaceitável é um conceito vago, é um conceito inseguro juridicamente. No fim das contas, quem vai decidir sobre o que é esse risco inaceitável pode ser o Poder Judiciário. Como é hoje? Como é hoje na Lei de Agrotóxicos? Hoje, a lei proíbe o registro de qualquer produto que cause câncer, que tenha características teratogênicas, carcinogênicas, mutagênicas, distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, ou seja, a gente tem uma lei hoje que é muito taxativa em relação aos produtos que não podem ser liberados.

Esse novo marco legal, como está sendo proposto, gera essa insegurança jurídica justamente porque flexibiliza – sim, podemos usar esta palavra "flexibiliza" –, porque o conceito de risco inaceitável ainda é muito vago, ainda é muito aberto e traz, sim, insegurança jurídica ao setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se um produto aprovado, depois de um tempo, for considerado de risco inaceitável? O que fazer com esse produto liberado? E o que fazer com esses produtores que compraram esse produto, o qual depois o Judiciário pode afirmar que era, sim, de risco inaceitável? Quem vai decidir sobre isso? Isso gera insegurança jurídica, sim, e deve ser apreciado com muito cuidado pelos Senadores desta Casa.

Outra violação é o direito à saúde, em relação ao menor poder que se dá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. E há uma nota técnica da Anvisa inclusive, que está aí considerada; uma nota técnica da Fundação Oswaldo Cruz; uma nota técnica do Instituto Nacional do Câncer, que trata justamente de como é uma violação ao direito à saúde, ao dar menores poderes à Anvisa do que os que ela tem hoje, num projeto, alterando essa competência, que hoje é elogiada, é inspiração no mundo todo, que é a possibilidade de registro de agrotóxicos a partir da competência tripartite, ou seja, que os órgãos da saúde, do meio ambiente e da agricultura tenham peso igual. É assim que ocorre hoje. Isso é bastante elogiado no mundo todo. Por que nós vamos mudar algo que é reconhecido mundialmente, que tem dado certo, que é a capacidade de igual peso, saúde, meio ambiente e agricultura? É assim que propaga a nossa Constituição. Não há maior peso ao setor econômico na nossa Constituição. Na nossa Constituição, o direito à saúde, à alimentação, ao meio ambiente estão em equilíbrio com o poder econômico, com o desenvolvimento econômico brasileiro. Isso deve ser considerado.

Também há uma inconstitucionalidade que fere o direito à saúde quando a gente fala em registro temporário. A gente tem que lembrar que hoje existe já, no Brasil, um Registro Especial Temporário. Como é que funciona hoje o Registro Especial Temporário? É para fins de estudo. Então é óbvio que esse registro vai ser temporário, porque esse produto está sendo analisado.

Mas o que é que esse novo projeto de lei propaga? A existência de um registro temporário para além do Registro Especial Temporário, ou seja, esse registro temporário autoriza, por exemplo, que um produto agrotóxico autorizado em três países da OCDE, que é uma organização de caráter econômico – não é uma organização que debate direito à saúde, por exemplo; a OCDE debate economia –, seja autorizado aqui com o registro temporário, um registro automático. Isso é muito grave. A gente está deixando, o Estado brasileiro, de operar nos produtos que serão aplicados aqui no Brasil e delegando essa tarefa para outros produtos.

E aí eu queria reforçar que a gente tem dois pesos e duas medidas, porque os produtos que são banidos ou não autorizados em três países da OCDE deveriam também não ser autorizados aqui, ou seja, a gente tem uma possibilidade de autorização, mas não tem uma possibilidade de vedação.

No que se refere também à delimitação desses prazos rápidos, de fato, aqui eu gostaria de ressaltar que não é alterando esse modelo tripartite, que traz a saúde, o meio ambiente e a agricultura com igual peso, que a gente vai ter uma celeridade na aprovação desses produtos. A gente tem que robustecer os fiscais, as equipes dos Ministérios da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente que estão fazendo essas liberações para autorizar os produtos que sejam talvez mais seguros.

A questão é: os produtos velhos, esses dos quais se tem dito muito que não servem mais à agricultura brasileira, continuam no mercado, porque o projeto de lei não trata, por exemplo, da existência de uma reavaliação periódica dos produtos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os produtos devem ser reavaliados a cada 15 anos automaticamente, como são os medicamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, aqui no Brasil. Esses produtos passam por uma reavaliação automática. Aqui no Brasil não, ou seja, além das novas moléculas de que tanto tem se falado, esses produtos velhos continuam no mercado. E não tem nada nesse projeto de lei que modernize nesse sentido de tirar essas velhas moléculas do mercado. Elas continuam operando com as novas, as velhas, todas juntas, sem qualquer alteração. É nesse sentido que o projeto, que uma alteração na Lei de Agrotóxicos hoje deveria operar.

Uma outra violação ao direito à saúde e também ao direito dos trabalhadores aqui no Brasil é que os produtos que serão fabricados no Brasil, mas que não serão aplicados no Brasil, ou seja, aqueles produtos destinados somente à exportação, seriam dispensados de registro. Mas esses produtos continuam sendo fabricados aqui. Como é que fica a saúde dos trabalhadores que fabricam esses produtos? Como é que fica o destino dos resíduos desses produtos nas nossas águas, no meio ambiente? Como é que eles não vão ser registrados? Hoje existe o registro desses produtos, eles não passam pela análise de eficácia agronômica, é verdade, porque eles não vão ser aplicados aqui, mas passam pelo estudo de análise toxicológica e pelo estudo de impacto ambiental, dos impactos de risco ao meio ambiente. Ou seja, como é que um produto que vai ser fabricado aqui no Brasil vai ter dispensa de registro? Como é que fica a saúde desses trabalhadores? Isso pode ser facilmente questionado e é absolutamente inconstitucional, com todo o respeito.

Eu queria reforçar que a gente tem uma série de protocolos, acordos, instrumentos, leis nacionais, que tratam sobre o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Já falei do art. 225 da Constituição, mas a gente tem uma Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece todo um sistema normativo do Conselho Nacional de Meio Ambiente, o Sistema de Fiscalização e Controle. A gente adotou o Princípio 15, que é o princípio da precaução, na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente. A gente é signatário do Protocolo de Kyoto, da Convenção sobre a Diversidade Biológica e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, o que significa que a gente, no nosso sistema jurídico, fala muito do princípio da precaução e muito do princípio da prevenção. Parece-me... Na verdade não só me parece, mas todas essas organizações e instituições que têm se manifestado tecnicamente sobre o tema têm entendido que alguns dispositivos desse projeto de lei, sim, violam esses vários acordos e tratados e, inclusive, colidem com leis nacionais que já estão bastante estabelecidas no Brasil.

E como é que ferem? Estou dando alguns exemplos bem práticos do PL. Primeiro, novamente, essa autorização temporária desses produtos que foram autorizados ou liberados em outros países da OCDE. Isso não passaria, esses produtos não passariam por licenciamento, análise de risco, estudos aqui nesse território. Fala-se muito também da especificidade do território brasileiro, que é diferente de outros países. Tudo bem, pode ser, então, por isso, é preciso termos estudos e análises aqui; não podemos pegar estudos e análises emprestados de outros países sem fazer esses estudos aqui também. Isso não faz nenhum sentido.

Também queria reforçar que, no último encontro das partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica, que aconteceu no Egito, em 2018, se adotou internacionalmente um Plano Nacional de Conservação de Polinizadores, que fala, expressamente, o que é preciso de medidas de controle em relação a agrotóxicos perigosos, por exemplo, aqueles que exterminam os polinizadores. Isso também está na nota da Associação Brasileira de Agroecologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialmente, queria dizer que tanto o Ibama, quanto a Anvisa, quanto a Fiocruz se posicionaram nessas notas técnicas, dizendo que esse projeto de lei traz uma prevalência do setor econômico frente ao meio ambiente. E aí eu queria indagar: tem sido muito falado que esse é um projeto de lei que traz uma lei do alimento seguro. Mas é uma lei do alimento seguro para quem? Para os consumidores eu acho que não é, nem para os produtores agricultores, que os utilizam sem veneno, os produtores agroecológicos, orgânicos. Então, não me parece ser exatamente, com todos esses vícios constitucionais e legais, um projeto de lei que propaga que quer um alimento seguro.

Também é importante dizer que, nesse projeto de lei, o que deveria ser aperfeiçoado na nossa Lei de Agrotóxicos é uma gestão e mitigação de riscos ambientais, o que não se tem. A gente não tem. É uma questão de ausência. Está ausente, é uma lacuna nesse projeto de lei o que deveria ser aperfeiçoado sobre questão de gestão e mitigação de riscos ambientais.

E aí eu queria... Desculpa por colocar aqui a jurisprudência, mas são só alguns entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que reconhecem e chancelam que a gente não pode retroagir em direitos socioambientais. A gente não pode voltar atrás. A gente tem que proteger o meio ambiente, tem que proteger a vida, tem que proteger a saúde. A gente tem que andar para a frente. Não se pode retroagir em matérias de direito socioambiental. Isso está num recurso especial do STJ, assinado, esse voto condutor, esse relatório condutor, pelo Ministro Herman Benjamin, que justamente fala que é proibido o retrocesso socioambiental.

E aí, também, dois precedentes do próprio Supremo Tribunal Federal, que tratam, por exemplo, dos agrotóxicos e do amianto. Sobre o amianto, reconhecendo que era importante banir o amianto do cenário nacional, porque esse produto era reconhecidamente carcinogênico – e essa foi uma decisão bem emblemática do Supremo Tribunal Federal –, mas também reconhecendo que estados e municípios são competentes, sim, para legislar em matéria de saúde e meio ambiente e também de agrotóxicos. A gente viu também o STF reconhecer, e o Senado aqui também teve um papel muito importante na questão da pandemia da covid, o STF decidir que estados e municípios são, sim, competentes para legislar protegendo a vida e protegendo a saúde de uma forma mais protetiva.

E há também alguns outros acordos que são bastante esquecidos aqui no cenário nacional, mas dos quais o Brasil é signatário: Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas; Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos. E é importante a gente também ter esses instrumentos internacionais sob o risco de colidir e fragilizar o nosso sistema normativo, que deve estar num todo. Ele é uma cadeia.

Aí também a violação a possível direito ao trabalho sadio. Já falei um pouco sobre a dispensa do registro de agrotóxicos, mas também recordando que o Brasil é signatário e ratificou a Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, bem como a Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, que fala justamente da necessidade de garantir um ambiente de trabalho seguro para os trabalhadores que manuseiam agrotóxicos, tanto na sua fabricação quanto no seu uso e aplicação, que são expostos a esses produtos. Ou seja, o Brasil deve evitar esses riscos e deles se prevenir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o direito à informação. Por exemplo, a associação do Ministério Público que trata dos direitos do consumidor já também identificou o direito à informação como uma mudança de nome, especialmente para as populações analfabetas, aquelas populações com baixa escolaridade que já se acostumaram com o termo agrotóxico. Como já foi dito aqui também, o "tóxico" menciona que esse produto é perigoso e que ele não deve ser manuseado de uma forma simples. Isso é uma questão de direito à informação.

E, também aí, uma outra questão – e desculpem eu me alongar, mas, de fato, são vários pontos aqui que merecem atenção por parte desta Casa –, que é, especialmente, a possibilidade de reavaliação dos produtos ou de cancelamento de um registro do produto. Hoje, entidades da sociedade civil – está escrito na Lei de Agrotóxicos, hoje – que sejam constituídas para a defesa dos interesses do meio ambiente, do consumidor, dos recursos nacionais, até os partidos políticos, entidades de classe, como é o Crea, por exemplo, que representa os engenheiros agrônomos, podem requerer o cancelamento do registro de um produto. Isso vai passar por uma análise, vai passar por uma avaliação dos órgãos de saúde, de meio ambiente, de agricultura, vai passar por uma reavaliação.

O projeto restringe essa participação da sociedade civil, restringe a possibilidade de pedido de cancelamento do registro de um produto a avisos de órgãos internacionais. Ou seja, a gente tem, na declaração da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, a Rio-92, bem estabelecido que a sociedade civil deve e pode e deve ter abertura para opinar em qualquer tema relacionado ao meio ambiente, à biodiversidade brasileira. Como um projeto de lei vai na contramão, restringindo a possibilidade de entidades da sociedade civil cancelarem o registro de agrotóxicos? E isso vai passar por um processo de reavaliação.

Aí, eu indago novamente. A gente não tem possibilidade de reavaliação periódica de produtos. Fala-se muito das novas moléculas. E das velhas? Se a gente vai impedir a possibilidade de pedido de cancelamento de registros, essas velhas moléculas vão continuar no mercado ainda mais; a gente vai restringir ainda mais essa participação. Ou seja, de fato, esse projeto de lei está modernizando ou ele está restringindo?

Aqui, eu já mencionei, não vou falar...

Mas especialmente também já falei um pouco dos precedentes e da posição do Supremo Tribunal Federal em relação à competência supletiva da legislação de estados e municípios em relação aos agrotóxicos. Hoje, a Lei de Agrotóxicos, de 1989, é bastante explícita em relação a essa possibilidade, mas o projeto de lei também pode trazer uma insegurança jurídica em relação a leis estaduais e municipais, porque ele traz uma menção nova, que é a necessidade de uma comprovação científica de parte de estados e municípios para legislarem sobre esse tema. Só que eu pergunto: como a Câmara Municipal de uma pequena cidade vai fazer uma análise científica robusta ali, naquele município? Quem vai decidir sobre isso? O Poder Judiciário. E a gente vai ter um embate muito grande sobre isso. Hoje, já se tem bem estabelecido pelo Supremo, em debate dentro do Poder Judiciário. Isso gera insegurança jurídica ao setor; isso gera insegurança jurídica ao agronegócio; gera insegurança aos estados e municípios; isso gera insegurança jurídica. A gente não pode flexibilizar algo que está bem sedimentado na Lei de Agrotóxicos, de 1989.

E outra questão que é bem grave, a meu ver, é em relação à omissão a propagandas de agrotóxicos. A gente tem isso como um artigo constitucional, de que a propaganda de agrotóxicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser regulada. Está na nossa Constituição, está na Lei de Agrotóxicos, a Lei n°7.802, de 1989. Está lá expressa a regulação da propaganda de agrotóxicos, que são, sim, produtos perigosos, são produtos que devem ser manuseados com cuidado, são produtos que causam risco à saúde, ao meio ambiente, à vida. E como é que agora esse projeto de lei simplesmente se omite e não trata mais da propaganda de agrotóxicos? Ainda que a gente tenha uma lei própria sobre isso, a lacuna legislativa sobre esse tema é muito grave. Isso, sim, é um retrocesso, e a gente deve olhar com bastante cuidado, especialmente os Senadores, que eu sei que estão analisando com bastante capacidade técnica e cuidado essa matéria.

Por fim, eu vou mencionar que nós tivemos, em 2019, na 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, um relatório do relator de resíduos tóxicos da ONU. Ele esteve aqui no Brasil no final de dois 2019, visitou inclusive a Câmara Federal, e recomenda no seu relatório, que foi apresentado nessa 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que o Brasil desenvolva planos com prazo para reduzir urgentemente o uso e a exposição de agrotóxicos e produtos químicos industriais tóxicos e que abandone propostas legislativas de desregulamentação, incluindo o pacote do veneno, e que incorpore uma abordagem baseada em perigos para pesticidas na lei.

Essa é uma tradução livre, mas está em inglês, e esse relatório está absolutamente disponível para toda a população brasileira, assim como está também o relatório do relator de direito à alimentação, que também faz o mesmo alerta ao Brasil.

Então, eu reforço aqui a necessidade de uma política nacional de redução de agrotóxicos, que não me parece radical. Ela simplesmente traz mecanismos para que a gente vá gradualmente diminuindo, como eu entendi também que essa é a preocupação do setor aqui. Ninguém gostaria de usar agrotóxico, se quer diminuir os usos de produtos.

Então, que a gente possa, de fato, pensar em políticas educativas, políticas públicas de fomento à agroecologia e produção orgânica, a produtos que não causem dano à saúde e ao meio ambiente e que a gente possa, de fato, avançar nesses termos de uma política nacional de redução de agrotóxicos.

Muito obrigada, Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado e meus cumprimentos, Doutora. A senhora foi aos pontos importantes da lei e não saiu do tema. Muito obrigado. Quando é assim, o horário, o tempo é sempre limitado.

Meus cumprimentos.

Passo a palavra agora, ao Dr. Paulo Amaral, advogado e engenheiro agrônomo consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

O SR. PAULO AMARAL (Para expor.) – Bom dia a todos os Senadores e demais autoridades presentes e virtualmente.

Agradeço ao Senador Acir a oportunidade de representar os agricultores que estão nessa fronteira agrícola, produzindo emprego e divisas para este país.

Esse é um tema que envolve muitos aspectos técnicos. Então, para dar opinião, é importante que conheça o que está sendo tratado.

E me foi pedido para tratar do aspecto legal, constitucional, inclusive, do projeto de lei. Mas, pelo que foi falado, pelo que eu ouvi aqui, no meio do caminho, eu vou tratar não do aspecto legal, mas o aspecto técnico do tema eu acho que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E conforme o Senador Heinze falou, é importante que leiam o projeto de lei. Muito do que foi afirmado, que eu acabei de ouvir aqui, não está escrito lá, ou, então, quem leu, como, às vezes, não está familiarizado com os temas, interpreta-o de uma forma equivocada.

Então, eu vou seguir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

Fique à vontade.

O SR. PAULO AMARAL – Bom, eu faço uma introdução ao PL, o que tem sido questionado e as nossas considerações sobre o tema.

Constitucionalidade.

Aí eu faço uma regressão no tempo, ao Projeto de Lei do Senado de 1999. Ele veio para a Câmara dos Deputados, quando foi criada a Comissão Especial, em 2016. A nota técnica mencionada, do Ministério Público, era de 2018, ainda no âmbito da Comissão Especial. A Comissão oficial fez um substitutivo enorme e apensou vários projetos de lei, muitos projetos de lei. Algumas matérias foram incorporadas, outras não. Essa nota técnica de 2018 não trata de quase nada do substitutivo. Muita coisa foi omissa.

O substitutivo, depois da Câmara dos Deputados, foi entregue ao Senado; e, agora em fevereiro, a última nota consultiva do Senado omite capítulos do substitutivo e se refere a temas...

Opa, o que eu fiz de errado aqui? (*Pausa.*)

Bom, os eixos do PL envolvem aspectos técnicos, como eu falei, administrativos, penais, fiscalização; importância das inovações; múltiplos fornecedores – fornecedores nacionais, além dos fornecedores estrangeiros de quem nós somos dependentes; gerenciamento dos riscos ocupacionais, ambientais e alimentares; medidas administrativas, coordenação – a palavra coordenação causou polêmica; nós vamos tratar bem dela aqui –; sistema de informação e controle; e penas severas. É uma demanda da sociedade para que haja, além de um controle de fiscalização, uma sanção à fabricação, ao comércio e ao uso irregular desses produtos.

Por fim, o PL traz transparência, traz previsibilidade: sabe-se qual é a regra; é a análise do perigo ou a análise do risco? Já houve um juiz federal que decidiu que se aplica a análise do risco, porque a própria gasolina é perigosa, e a gasolina é permitida. Quem gera emprego e renda não pode ficar dependendo do bom ou do mau humor de um outro. A regra tem que ser clara. E a base científica, que é a análise de risco. A decisão de fazer análise de risco é a decisão de aplicar a ciência. É uma análise científica do risco. Do contrário, não executar uma análise científica é negar a ciência.

Competências da União.

A Lei 7.802 tem lá quatro pontos que eu sintetizei: legislar, controlar, analisar e controlar. O que o novo PL traz? Legislar, controlar, análise de risco e controlar. Então, a competência da União, de forma geral, tripartida, é mantida.

A União, por meio dos órgãos federais competentes, prestará o apoio necessário às ações de controle e fiscalização, às unidades da Federação. Esse é um instrumento novo. O sistema unificado de controle vai dar informações para os órgãos estaduais ou até mesmo municipais. Ele tem instrumentos, tem informações que fazem com eficiência o controle, a regulamentação do tema, lá na ponta, condições essas que hoje eles não têm.

Competências técnicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei 8.702 não define um órgão federal competente. Isso é trazido pelo Decreto 4.074. Somente as leis que tratam da competência da Anvisa e do Ibama trazem competências gerais de qualidade ambiental, de medicamentos, de domínio sanitário etc., inclusive, de agrotóxicos.

Aqui, deixa de ser uma atribuição da Presidência, reitera as competências de cada órgão e estabelece procedimentos para tratar da saúde humana, do meio ambiente e da agricultura quanto ao registro de pesticidas e produtos para controle ambiental. Então, agora, é dada a segurança, que não depende mais de um regulamento, não depende mais de uma autoridade. O Parlamento estabeleceu a segurança de quem é competente para isso ou para aquilo.

Ainda como introdução, hoje, atualmente, são três os órgãos tripartites. Cada um faz a sua análise. Um faz de um grupo, outro faz de outro grupo, e o Ministério da Agricultura fica esperando um grupo ou outro. Acaba que um chega, o outro não chega, e o registro não sai. No futuro, quanto aos três órgãos, será mantida a competência tripartite unitária de cada órgão.

Quem fez a leitura não leu direito ou está trazendo desinformação.

O Ministério da Agricultura fica como coordenador do sistema informatizado de registro, disponível e acessado pelos três órgãos. Sem aprovação da Anvisa e do Ibama, o registro não será concedido. Não existe essa hipótese no projeto de lei, de tanto que é importante.

Eu trouxe nos eslaides a competência dos órgãos, e nós vamos ver os equívocos, alguns dos equívocos do parecer que induzem a erro de opinião.

Considerações sobre os pontos de inconstitucionalidade discutidos: agrotóxico e pesticida, a troca do nome; a eliminação dos critérios de proibição baseados no perigo pelos riscos; a modificação do trâmite, podendo o Ibama apenas avaliar homologações, perdendo o poder de regulamentação – eu ouvi isso, inclusive hoje, algumas vezes aqui –; o registro temporário; e também a questão de competências, se estão retiradas as competências dos estados e municípios.

São esses os temas tópicos de que me foi pedido tratar.

Bom, primeiro, o nome. A alteração está em consonância com o que é utilizado em outros países. O Brasil é a única nação que usa agro + tóxicos. Do ponto de vista jurídico, a alteração é permitida. Realmente, o art. 220 da Constituição fala a palavra "agrotóxico" quando trata da publicidade de agrotóxicos e de outros produtos perigosos.

Não pode haver uma norma que trate o agrotóxico com outra palavra? Sendo assim, essa lei de 1996 é inconstitucional, porque ela trata da publicidade, inclusive, dos agrotóxicos, e, na sua redação, está "defensivos agrícolas". Então, é uma incoerência a afirmação. Não se está mudando termo nenhum da Constituição. Está-se trazendo racionalidade ao tema.

Outro aspecto. Ponto dois: sobre o nome. Na verdade, a alteração vai fazer justiça. Nós acabamos de ouvir algumas estatísticas de intoxicações. É injusto.

Na lei de 1989, o Legislativo não foi coerente para determinar o que é agro + tóxico.

O que é um agrotóxico para a lei de 1989?

Processos físicos [...] no setor de produção [...] de produtos agrícolas [florestas], nas pastagens, [...]. Esses em amarelo são da agricultura. Os em azul, florestas nativas. Outros ecossistemas, que estão ali, não têm nada a ver com agricultura. O que são os outros ecossistemas? São produtos registrados pelo Ibama. O Ibama registra agrotóxicos. Onde se usam os outros ecossistemas? Ao longo de ferrovia, rodovia, oleoduto, linha de transmissão, usina hidrelétrica... Os hídricos, aquelas algas que se acumulam na frente das turbinas, como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que as usinas controlam? Com agrotóxicos registrados pelo Ibama. Não têm nada a ver com agricultura.

E, por fim, ambientes urbanos e industriais. Que agrotóxicos são esses? Existe algum agrotóxico de ambiente industrial registrado? Não existe. Esses produtos hoje...

Este aqui é um trecho do último parecer. A menção do projeto de lei é que esses produtos de domínio sanitário e de uso urbano, já são já são regulados pela lei de 76. Então o entendimento de que exclui da Lei dos Agrotóxicos, os produtos [...] são atualmente considerados agrotóxicos. Não são considerados agrotóxicos. Não tem nenhum registrado como agrotóxico. Isso aí é uma incoerência.

Deixa ver se aqui eu explico. A lei tem que ser clara, objetiva e coerente. Quando a lei não é clara, objetiva e coerente, ela traz injustiça.

Que injustiças você está trazendo, Paulo? Vamos para as estatísticas.

Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de população exposta a agrotóxicos: onde intoxicações diversas acontecem, com todos os produtos químicos, todos; generalizado.

Este aqui é um dado que é muito utilizado. Está aqui, de 2007 a 2015.

Agrotóxico e saúde pública. Como assim? O agricultor está cuidando da saúde pública com o produto dele? Não, são produtos de campanha de saúde pública, de combate a dengue e etc.

Produto veterinário. É um produto químico, que às vezes é até a mesma molécula do defensivo agrícola, do pesticida, mas é de uso veterinário.

Agrotóxico doméstico.

Agrotóxico agrícola e raticida. Não existe um raticida registrado pelos três órgãos, tripartite: Ministério da Agricultura, Anvisa e Ibama. Os raticidas são autorizados pela Anvisa, por aquela lei de 76, mas o fato de estar lá, o legislador ter colocado lá "de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso [...] em ambientes urbanos, hídricos e industriais [..]". A estatística põe raticida, intoxicação por raticida como agrotóxico. Está lá: intoxicação por agrotóxicos.

Efetivamente, intoxicação com atividade agrícola representa menos de 50%. Imputa-se um passivo para a atividade agrícola que não é de responsabilidade dela.

Ah, Paulo, mas é só... Aí o argumento: mas isso está na lei. É produto de uso urbano. Generaliza! Olha lá. Ambientes urbanos, hídricos e industriais. Os outros todos, que não têm nada a ver...

Então além de alterar o nome, a lei modifica também essa divisão. Não se pode mais cometer essa injustiça.

Pesticidas. Aquilo que é de uso na agricultura.

Produtos de controle ambiental. Aqueles registrados, que se vai usar na usina hidrelétrica, vai ao longo da rodovia... E lembra, só lembra, não modifica, não exclui que não são – não era e não são – e continuam sendo regidos pela lei de 76 normalmente.

Na verdade, busca-se fazer uma justiça. Essa estatística anterior que tem aqui, é injusto esse passivo na agricultura.

Então, além da alteração do nome "pesticida", que adotam na nomenclatura... Tira-se o erro, porque "agro" se relaciona a atividade agrícola, não a atividade urbana, industrial, ou outras que não têm nada a ver com agricultura. O pesticida se encaixa nesse sentido também de fazer justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa estatística que nós estamos acostumados a ouvir, nem 50% dos ditos "produtos químicos agrotóxicos" são de uso do trabalhador do campo. Raticida é marcante. Raticida é aquele chumbinho muito contrabandeado, inclusive... Suicídio – nós ouvimos a palavra suicídio mais cedo –, ele é utilizado em suicídio, porque ele mata mesmo, não é para manejo de praga, ele é para matar, mas está na estatística.

Então, quando se vê a estatística de mortalidade, de suicídio e agrotóxico, lembrem-se: mais de 50% não são de agrotóxico. É injusto isso. É um passivo. Estão jogando em nome do agricultor, porque, em paralelo, isso não é inconstitucionalidade, isso é fazer justiça.

Bom, a nomenclatura muda nesse sentido.

Análise de risco.

Agora há pouco falaram: "Então, o art. 220 fala a palavra 'agrotóxico'". Pois não. O art. 225 fala do risco. "Então, seria obrigatório aplicar o risco?". Se for pela redação original de um trecho da Constituição, então, desde a Constituição de 1988, incube ao poder público controlar as substâncias que comportem risco. Olha, você só pode controlar o risco se você souber qual é o risco. Então, você tem que fazer a análise de risco para chegar a esse parâmetro.

A Lei 7.802, segundo alguns, é somente análise de perigo. Mudar esse entendimento é um retrocesso, como acabamos de ouvir. Mas a decisão de proibir sem fazer uma análise científica... Eu entendo assim, se o Ibama não vai fazer uma análise, não está se aplicando a ciência.

O decreto, de 2002 – olha a insegurança jurídica, qual é a regra que vale? O Parlamento precisa decidir isso – falou que, até 2002, os órgãos tinham que estabelecer análise de risco. Poucas iniciativas foram tomadas. Em 2019, agora, o Ibama já aplica a RDC 294, a análise toxicológica, com base no risco. O Ibama também, anteriormente, já com os polinizadores, começou a fazer análise de risco dos polinizadores. Precisa fazer para os outros organismos, saber se aquele produto, conforme o uso, o local, a forma de aplicação, expressa-se no risco ou não.

O Decreto 10.833 também incorpora a avaliação de risco.

Essas normas são inconstitucionais? Estão aí vigentes; o decreto, desde 2002.

O que quer a diferença disso? Vou dar o exemplo do botox. É um dos produtos mais mortais do mundo. Um colega me passou a informação de que 28g desse produto é capaz de matar cem milhões de pessoas, metade da população do país – 28g – mas, mesmo assim, ele é utilizado na pele das pessoas para terapêutica, subcutâneo. Quer dizer, o perigo só não quer dizer se o produto pode ser utilizado ou não. A forma é que vai autorizar. Só com a ciência aplicando a ciência é que você vai determinar os limites, o que é permitido, o que não é permitido.

O rigor científico do PL exige a inclusão de mais etapas. Não é subtração, mas soma. A análise de risco é muito mais complicada, demanda mais estudos das empresas, demanda mais corpo técnico dos órgãos. Não é simplificar, mas complicar, vamos dizer assim, fazendo o antônimo aí. E os órgãos precisam de estrutura para isso. As empresas vão apresentar mais informações, etc.

Bom, competências da União.

A questão da coordenação evita o retrabalho.

A proposta descreve os órgãos registrantes e a coordenação de processo de registro e reanálise do risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabamos de ter a informação de que houve uma decisão da Anvisa recente, agora, de que está proibindo determinado produto. Aí eu indago: qual a opção que está sendo dada ao agricultor? Existe um substituto? Quem são os fornecedores do substituto? Quantos são? A que preço vai chegar? Qual a diferença toxicológica, ambiental e agronômica de cada um deles?

Então, é preciso ter uma coordenação dessas decisões tripartites.

Aí a nota técnica, que se refere a tantas outras notas técnicas anteriores a 2018. Ela fala que o Ibama e a Anvisa poderão apenas avaliar ou homologar... É por isso que eu trago o texto do projeto de lei. "Apenas".

Está aqui. Saúde: estabelecer exigência, analisar..." Cadê o "apenas" aqui? "Analisar e, quando couber, homologar..."

Meio ambiente: estabelecer e analisar...

O Dr. Leomar, que me antecedeu, na sua fala eu acho que é preciso um pouco mais de atenção. Você falou que só o Mapa faria a análise de risco. Olha lá: os dois órgãos estabelecem exigência e esses dois órgãos analisam e homologam. Essa palavra "homologar" parece que causa um desconforto. Mas está ali "homologar". Se a gente for ver a nossa origem, Portugal, a língua portuguesa... Em Portugal, tratando dessa norma, eles usam a palavra "homologar" lá. Não vi nenhum membro da Comunidade Europeia questionando: "ah, Portugal está homologando produto!"

É isso. Também dentro de uma dessas últimas notas técnicas: há previsão de que se estabeleça Sistema Unificado de Informação, a ser coordenado pelo órgão federal de agricultura. Exclui-se novamente a participação da Anvisa e do Ibama. Coordenador exclui a parte técnica. Isso é muito importante. Como está? O Mapa fica instituído como coordenador do Sistema de Informação.

O TCU analisou esse tema no ano passado. Ele fez algumas recomendações: promovam a designação da entidade coordenadora. O projeto de lei, o substitutivo, é anterior ao TCU, à manifestação do TCU. Ele iria trazer inteligência à necessidade e à demanda do setor, que foi confirmada com a autoridade do TCU. O arcabouço legal se relaciona à organização da coordenação.

O órgão federal da agricultura é o coordenador para tratar... Também... Outro tema de que trata a coordenação onde se imputa, ao que não faz a leitura técnica, às vezes até jurídica. A Lei do Processo Administrativo federal, Lei 9.784, de 1989, foi alterada no ano passado. A vigência é a partir de setembro, com novo art. 49. O que essa lei trouxe?

Eu trouxe um trecho dela aí.

> Para o fim [...], considera-se de ação coordenada a instância de natureza interinstitucional que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante a participação concomitante de todos os atuais agentes decisórios [...] A decisão coordenada não exclui...

Ele traz a necessidade da decisão coordenada. Já é lei federal, e os órgãos já estão aplicando, então o substitutivo não inova nada hoje – é que se demorou a aprová-lo, ainda está demorando! Mas hoje já é lei, já é necessária, por lei, a coordenação do processo administrativo federal. É o que o substitutivo faz! A inteligência do substitutivo lá atrás, a demanda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa alteração no processo administrativo federal foi aqui na CCJ do Senado, e tem trechos do relatório que são muito importantes. Vou trazer alguns deles. (*Pausa.*)

A Senadora Simone Tebet foi Relatora na CCJ desse projeto de lei aprovado por unanimidade. Eu trago trechos do relatório dela. (*Pausa.*)

Está aqui, decisão coordenada.

A redação da CCJ:

> A finalidade da modificação é trazer maior celeridade aos trâmites administrativos federais, em especial quando a decisão dependa da manifestação de vontade de diversas instituições do poder público [olhem a nossa necessidade já, vigente no país!].
> [...]
> Trata-se de reconhecer a crescente complexidade do conceito de interesse público, o que passa a exigir uma constante coordenação dos órgãos e entidades intervenientes no processo administrativo.

Encontra-se afinado com o mais moderno processo administrativo mundial. É redação da CCJ deste Senado, e alguns dizem que é inconstitucional! Olhem aqui: também se diz que a decisão coordenada irá efetivar o comando do art. 5º da Constituição Federal.

Competência dos estados. Muitos são os casos... Realmente, tem muitos casos, não é com o advento da lei que se vai resolver ou que se vão criar conflitos legislativos municipais e estaduais em relação ao federal e à decisão administrativa também das agências federais.

Quem assessora associação de produtores convive com isso rotineiramente: sempre tem a iniciativa de um Vereador ou de um Deputado complicando a vida, dando insegurança à vida daqueles que estão lá seguindo as normas do Governo Federal. E são apresentadas restrições sem justificativa técnica e científica alguma, simplesmente por decisão política.

Evitar decisões contraditórias: por isso é que está inserido no substitutivo que foi trazido.

Pode legislar supletivamente? Sim, desde que haja um motivo, um fundamento – teoria dos motivos determinantes, que também está no art. 37 da Constituição Federal –, bem como fiscalizar o consumo.

O caráter suplementar... Espera-se que aqueles entes menores que estão lá na ponta... Inclusive, eles, que estão lá na ponta, é que sabem, é que têm muito mais condições do que Brasília de saber, lá na ponta, as características e particularidades, mas que o façam com racionalidade e dentro da ciência, e não venham contrariar o município vizinho, o estado ou então a União sem justificativa.

Vamos lá. Eu também trago trechos de decisões do Supremo. Não se pode banir produtos analisados em três órgãos federais, de livre distribuição no comércio internacional.

Dias Toffoli, Ministro atual: "... exige-se ..... ampare-se em peculiaridade específica..... A imperiosidade da existência de um fator de discrímen...", que lá ele faça diferente do que o Governo Federal analisou e decidiu tecnicamente e, por exemplo, a vontade política de decidir que é análise de risco. É uma Federação, uma norma tem que ser uniforme para todo o país, a não ser que haja particularidades exclusivamente. ... na ausência de indicação, de forma cristalina", redação do Dias Toffoli, "[...] em evidente desacordo com a Constituição...". É isto que o substitutivo traz, segurança jurídica e não conflito jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele racionaliza o procedimento, pois os estados utilizarão os dados existentes... Aqui, se tem uma informação, as informações que ficam trancadas dentro dos armários em Brasília vão estar disponíveis para os estados, informações imensas, de características toxicológicas, ambientais, a produção e a importação, o que está sendo... É uma demanda da sociedade.

O PL então, esse sistema, os três órgãos federais e também os órgãos estaduais, eles vão estar interligados, não vão estar desordenados, um vai encaixar com o outro e trazer racionalidade ao processo, não flexibilidade: racionalidade. E, conforme palavras da Senadora Simone Tebet, governança, a coordenação dos órgãos.

Autorização e registro temporário. Novamente aí é um tema que invoca análise técnica. Ele aplica métodos de comparação entre os resultados apresentados por outras agências reguladoras para auxílio. O Ministério da Agricultura não vai aprovar sem a manifestação prévia, igualmente ao dos outros registros comuns, produto técnico, formulário, sem a manifestação técnica dos outros órgãos, mesmo no registro temporário. Lembram lá, os órgãos vão definir quais as exigências técnicas e fazer as análises. O Ministério da Agricultura é que publica no *Diário Oficial* o final, o último ato.

O que nós temos de registro temporário? Esse registro já é previsto na legislação desde 2020. Estão surpresos? Pois é, o art. 11 da RDC n° 294/2000/Anvisa: "o resultado da avaliação toxicológica de um produto técnico, avaliado por uma autoridade que tenha similaridade de medidas e controles em relação aos requisitos de avaliação toxicológica do Brasil, pode ser utilizado para auxiliar na avaliação toxicológica para fins de registro destes produtos no Brasil...". Só que, racionalmente, anteriormente, a Anvisa aplica isso para os produtos inéditos, tentando diminuir a fila dos novos produtos, mas não tem sentido ficar só nisso, nem que seja numa situação excepcional de mora administrativa. Toda a estruturação que está sendo feita aqui no substitutivo, por isso que esse substitutivo mudou demais, é grande, traz também processos administrativos, fomento da atividade de pesquisa, educação, instrumentação de recursos humanos dos órgãos. Esse registro temporário, na verdade, é o registro da analogia, como a própria RDC da Anvisa cita, é uma recomendação da FAO para os países em desenvolvimento, desde 2015, que já aplicam registro por analogia. O produto já está registrado em países referência que têm similaridade agronômica, geográfica, com todos os parâmetros geográficos, que utilizam os dados desse país.

Isso no PL está como uma medida excepcional. Igualmente aconteceu em 2103. Foi aquela medida excepcional, mas foi já correndo. O produto estava registrado em 72 países. Não, não pode, não pode, não pode. Aí, veio a medida provisória, veio o decreto e, em paralelo, o registro comum correu nos órgãos e foi aprovado. Demonstrou-se que o sistema tecnicamente é viável também.

Agora recentemente nós tivemos a história da covid. Estamos tendo ainda, estamos aí de máscara. O STF acolheu um entendimento semelhante. A existência de registro de medicamentos em renomadas agências, como a norte-americana, autoriza o uso aqui no Brasil.

Se fizer um paralelo, é o mesmo raciocínio. Vamos dizer que a Europa é negligente, que vai autorizar um produto lá, ou os Estados Unidos. Então, fica esse instrumento no projeto de lei. Devem possuir registros com especificações idênticas nos três países... E ainda outras características: que têm acordos sanitários, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conclusão, mas aqui a modernização adota a ciência. Em síntese, adota a ciência, a análise científica é adotar a ciência. Garantir a proteção ao meio ambiente. Proporciona previsibilidade e transparência. A quantidade de informações geradas e que vão ser disponibilizadas para os poderes de fiscalização e controle, combatendo a desinformação. Isso é importante tanto tratar aqui no PL e depois no dia a dia da agricultura.

E eu trago aqui mais outro tema. Eu falei que eu poderia expandir um pouco.

O Sistema Unificado de Cadastro e de Utilização. Deverão ser cadastrados. Olha o rigor, isso não é flexibilizar. Os agricultores usuários, prestadoras de serviços para terceiros na aplicação... Então, o agricultor vai estar cadastrado. O Governo Federal, estadual ou municipal vai saber quem vai estar cadastrado e quem pode usar, quem não vai poder usar.

E vai mais adiante ainda. Identificação do aplicador. Isso não é flexibilizar. Isso é racionalizar, é controle da fiscalização.

Pena, sanção: na lei de 1989, de dois a quatro anos. O rigor apresentado: produzir... Acho que meu dedo é meio grande aqui. Eu estava lá adiante.

Bom, então, eu estava na lei de 1989. A maior pena de dois a quatro anos. Inclusive, agora, contendo uma infração é muito comum aplicar a lei de crimes ambientais, que dá uma sanção maior do que essa.

O que o substitutivo traz? Produzir, utilizar, comercializar, e tal, registrados ou não, três a nove anos, com possibilidade de agravamento. Isso é sério, isso não é flexibilizar não.

No setor produtivo, os produtores que eu represento não questionaram essa sanção, porque eles agem corretamente. Isso não é flexibilizar. É flexibilizar aumentar a pena em duas, três, quatro, cinco vezes? Com um controle de quem está comprando, para onde está indo, de onde está vindo e porque não foi? Isso não é flexibilizar. É uma demanda da sociedade.

Então, novamente, leiam o projeto de lei ou, então, numa dúvida, consultem a Abrapa, a Aprosoja. Nós podemos auxiliar a interpretar, a tomar uma decisão correta e entender o projeto de lei.

Eu acho que é essa mensagem que eu preparei e estou aqui aberto para esclarecer alguma coisa a mais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo, pelas suas explanações, também direto ao ponto.

Nós temos algumas perguntas dos internautas, que eu passo a ler e já tratando do assunto.

Paulo Roberto, do Rio de Janeiro: "Quais os estudos [...] sobre o impacto da flexibilização [...] das regras para [...] agrotóxico no meio ambiente?"

Olha, Paulo Roberto, não há flexibilização para o registro. Ponto, essa é a questão.

O Heitor Orlandini, de São Paulo: "O PL 1.459 facilitará o uso de [...] agrotóxicos muito mais perigosos. Teremos alimentos ou veneno em nossas mesas?

Não facilitará o uso, pelo contrário, ficará mais rígida a autorização. A probabilidade de não aprovação é maior do que é hoje, então, não há essa preocupação.

A Vanessa Fernanda, do Paraná: Até que ponto essa flexibilização pode [...] [afetar] a saúde da população?

Vanessa, não há nenhuma flexibilização, pelo contrário, o rigor aumentará, então, não há essa preocupação.

O Iuran Mello, do DF: Como é o processo de aprovação de um agrotóxico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o seguinte: a Anvisa, o Ibama e o Mapa é que fazem essa flexibilização.

Nós temos outras perguntas aqui, que eu vou abrir amanhã.

Amanhã nós teremos outra audiência pública e eu vou abrir com as perguntas da Anna Beatriz, da Paraíba; da Mônica Koepke, de Santa Catarina; da Neuza Maria, da Bahia; da Clea de Oliveira, do Rio de Janeiro; da Mila Monteiro, do DF; e do José Ivo, do Maranhão.

Nós vamos abrir com as perguntas para que os nossos expositores possam, em suas exposições, já discutir e responder.

Amanhã nós teremos como convidados a Dra. Thuanne Braúlio Hennig, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina em avaliação de risco e toxidade de agrotóxicos no solo; Dra. Karen Friedrich, pesquisadora com doutorado em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fiocruz, com ênfase em toxicologia e saúde, representando a Abrasco; Dr. José Otávio Machado Menten Presidente do Conselho Científico Agro Sustentável; Dra. Marina Lacôrte,representante do Greenpeace Brasil; Dr. Rafael Rioja Arantes, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; e Dr. Reginaldo Minaré, Diretor Técnico da CNA. Esses são os convidados para amanhã.

Vamos, então, Pedro, amanhã fazer essas perguntas, mesmo essas que eu coloquei aqui, antes da abertura, que é para as pessoas poderem respondê-las.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente.

Eu estou entrando aqui sem vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – ... porque eu estou numa dificuldade, com uma internet aqui precária.

Não estou no país, Presidente, mas gostaria, na verdade, de fazer aqui algumas perguntas aos convidados. Está bom, Presidente?

Quero cumprimentar, na verdade (*Falha no áudio.*) ... é importante, conversamos sobre isso, inclusive, naquela sessão em que houve a definição dessas audiências; elas são, de fato, fundamentais para termos o aprofundamento do debate. Infelizmente, por não estar no Brasil, não pude participar presencialmente desta audiência, mas queria deixar aqui três perguntas aos convidados para que eles realmente possam nos responder antes da finalização desta audiência.

De acordo com a legislação vigente, nós temos três entidades federais que devem atuar nesse processo: o Mapa, portanto, aí o Ministério da Agricultura, quanto à eficiência agronômica, a Anvisa, quanto ao impacto na saúde, e o Ibama, quanto aos impactos ao meio ambiente. Nos termos do Projeto de Lei 1.459, de 2022, Ibama e Anvisa poderão apenas avaliar ou homologar avaliações, perdendo o poder de regulamentação, que ficará aí restrito ao Ministério da Agricultura. Eu pergunto aos senhores: o que isso vai representar, do ponto de vista da centralização, da avaliação e da aprovação do Ministério da Agricultura, quanto a essa centralização?

A minha segunda pergunta. O projeto poderá flexibilizar o registro de produtos que hoje são proibidos no Brasil devido ao perigo que representam. E eu pergunto aos senhores: quais os riscos que essa flexibilização poderá acarretar ao meio ambiente? Com os critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidos pela proposição, poderá acarretar aí uma certa banalização da expressão "risco" que, na verdade, é uma das expressões que sempre constam quando se trata da preocupação em relação ao uso de produtos agrotóxicos, podendo afirmar que essa flexibilização tem potencial para possibilitar a legalização do uso de agrotóxicos no Brasil com significativa periculosidade para a saúde humana. Então, eu queria que os senhores também discorressem um pouco sobre isso.

Minha última pergunta. Segundo nota técnica do Ibama, estão ausentes nas definições apresentadas pelas proposições os fundamentos de gerenciamento de risco, como mitigação e controle. Nós pudemos, então, afirmar que ocorre a prevalência do interesse econômico ou político sobre os aspectos relativos à segurança, portanto na área da saúde e também na área do meio ambiente, o que é claramente uma contradição ao que está prescrito aí na nossa Constituição Federal, ou seja, a parte econômica sobrepondo a parte ambiental e a parte da saúde. Poderíamos dizer que essa é uma afirmação verdadeira?

Então, eu queria que os colegas aí discorressem sobre essas minhas três observações.

E, mais uma vez aqui, Presidente, deixo registrada a nossa ausência, estamos em missão fora do país. Procurei aqui uma internet melhor para poder participar, mesmo sem vídeo, mas os meus cumprimentos aí pela importância da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane. Nós sabemos da importância dessa missão. Desejo bom trabalho a V. Exa. e aos demais Senadores que estão junto com V. Exa.

Vamos fazer o seguinte: vamos fazer uma última rodada, respondendo a essas perguntas e já fazendo as considerações finais.

Então passo a palavra ao Dr. Caio e depois à Dra. Naiara, na sequência, para responder à Senadora Eliziane e já indo para as considerações finais.

O SR. CAIO ANTONIO CARBONARI (Para expor.) – Bom, Senadora Eliziane, muito bom dia e muito obrigado pelas questões.

Eu acho que um primeiro ponto, a questão do Mapa, Anvisa e Ibama, acho que ficou bastante claro nas discussões, e o texto final aprovado na Câmara, de fato, contempla e mantém a análise dos três órgãos, o Mapa, com a parte agronômica; a Anvisa, com a parte da saúde; e o Ibama, com a parte ambiental. Isso está preservado, isso deve ser preservado, e é fundamental que essa estrutura tripartite seja mantida.

O que o PL traz de novidade é uma coordenação por parte do Mapa. Ele vai essencialmente secretariar o andamento do processo, que é algo muito diferente de tirar qualquer atribuição da Anvisa e do Ibama e é algo muito legítimo, porque é quem tem agronomicamente o papel de determinar o que é mais relevante e de organizar esse fluxo. Mas basicamente nós estamos falando de organizar esse fluxo, e não de tirar nenhuma atribuição da análise de saúde e da análise ambiental.

De fato, se nós lermos o projeto que veio da Câmara, ele contempla exatamente dessa forma, inclusive com um sistema, que passa a ser, agora com o projeto de lei implementado, um avanço importante, não é? De novo, a lei de 1989 nasceu... Com a internet... Lá, em 1989, não se previa sequer um trâmite digital disso, não é? Tinha que ir com um caminhão de papel à Anvisa, um caminhão de papel ao Ibama, um caminhão ao Mapa, e cada um organizava o fluxo internamente. Havia um desencontro, o que acabava atrasando o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós estamos falando, de novo, de não flexibilizar nada, só de organizar a tramitação do processo, o que vai ao encontro da segunda questão apresentada. Nós não estamos, de forma nenhuma, criando estrutura de flexibilização na análise desses produtos. Os três órgãos mantêm as suas análises, com o respectivo rigor. O rigor é mantido. A questão é como o Dr. Paulo colocou: na verdade, acho que agrega complexidade na avaliação, agrega as ferramentas mais adequadas e mais atuais do ponto de vista científico, do ponto de vista técnico, ferramentas que não são novidades, que já foram incorporadas aos sistemas legislativos e regulatórios da grande maioria dos países desenvolvidos há quase 20 anos. E nós estamos, de fato, atrasados.

De novo, passar para a análise de risco não é flexibilizar, não é facilitar, não é pior, não é mais fácil, não é mais difícil essa avaliação. Ela é mais correta do ponto de vista científico.

A evolução da ciência no sentido da análise desses produtos – e não pesticidas apenas, medicamentos e várias outras classes de compostos –, o mais correto é a análise de risco, o mais aceito pela comunidade científica internacional. Então, reforçando que não é flexibilizar, é fazer da forma mais correta e mais aceita, atualmente, do ponto de vista científico, do ponto de vista técnico.

A questão do gerenciamento de risco é, de fato, algo extremamente importante e que passa a estar presente no PL, e não estava antes. A partir do momento em que a gente tem, obviamente, riscos envolvidos nesse processo, o PL deixa muito claro, ele conceitua, o que é risco, o que é análise de risco, o que é gestão de risco, gerenciamento de risco e aquela questão do risco inaceitável, que é absolutamente normal dentro de um processo de avaliação fundamentado em risco. Então, o gerenciamento de risco passa a estar presente, de fato, e explicitamente colocado ali no PL, exatamente para determinar as ferramentas que vão mitigar, que vão garantir o uso seguro desses produtos nas suas respectivas culturas e condições de uso. Então, eu acho que essas três questões estão muito bem endereçadas no projeto de lei apresentado.

E como eu posso aproveitar, vou fazer as considerações finais, então, queria destacar alguns pontos. O que eu tinha anotado aqui é a questão do Mapa, Anvisa e Ibama. Está tendo uma confusão muito grande porque, se nós lermos o projeto de lei, está muito claro isso lá, realmente.

A outra questão é que realmente nós precisamos ter um cuidado muito grande com a negação da ciência, porque nós vivemos, e essa questão, com a pandemia, ficou muito forte. Muita gente – assim como eu – foi muito crítica em relação à questão da negação da ciência. Nós estamos fazendo a mesma coisa quando estamos olhando aqui para esse processo, para as questões envolvidas com os defensivos agrícolas. A ciência tem respostas muito claras que não estão sendo consideradas.

Eu vou aproveitar só um exemplo. Nós, lá no começo da pandemia, tínhamos alguns medicamentos que mostravam ou tinham indícios de serem promissores em termos de tratamento, evidências. Isso despertou uma série de estudos. Toda a comunidade científica começou a trabalhar em cima disso e, depois, constatou-se que não era eficaz. O paralelo que nós estamos fazendo aqui com o glifosato, por exemplo, é o mesmo. Houve um estudo, bastante contestado, que o apontou como potencialmente cancerígeno. Acende-se uma luz vermelha, trazemos um alerta para isso. Passou por reavaliação, por todo o critério científico, nos Estados Unidos, no Brasil, na Europa, uma bateria de testes, e se constatou, aí sim, com todo o rigor, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é um produto cancerígeno. Isso é recente, nas últimas decisões, inclusive na Europa. Não é: foi concluído, não é um produto cancerígeno.

Nós temos questões que também são levantadas de produtos que são proibidos fora e que são utilizados aqui. Isso também não é verdade. Há dados, por exemplo, de 40% de produtos banidos na Europa que são usados aqui. Não quer dizer que foram banidos. Vejam, primeiro, nós estamos traçando um paralelo só com a Europa. A Europa tem uma agricultura completamente diferente da agricultura brasileira, diferente em vários aspectos. Inclusive, não houve lá a evolução para sistemas conservacionistas que nós temos aqui. E nós não podemos olhar só a Europa, vamos olhar o mundo. Quando nós fazemos isso e olhamos para os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, o Japão, a própria União Europeia e vários outros países desenvolvidos, com sistemas regulatórios e extremamente criteriosos, isso não existe.

Não tem produtos que são usados no Brasil que não são usados em outros países com sistemas regulatórios importantes no mundo. Existem pontualmente. Foi colocada a questão da atrazina, foi colocada a questão do paraquat, mas a gente poderia colocar outros.

E até, aproveitando, Senador, só para esclarecer esse ponto também, sobre a atrazina, colocou-se muito a questão de saúde. Essencialmente, ela foi proibida na Europa por questão de contaminação do lençol freático, mobilidade no solo. E é um produto móvel num país ou em países que têm condições climáticas que dificultam a degradação, com um lençol freático mais superficial e que tinha constatação contínua de contaminação.

Então, ele foi banido na Europa em função disso – banido na Europa; continua em uso no resto do mundo todo. Não é uma situação específica do Brasil. E nós temos, por exemplo, o paraquat, que foi banido na Europa e banido, recentemente, no Brasil. A Europa não usava paraquat, porque não é importante para a Europa. É muito importante para a soja, por exemplo, para nós, era um produto muito importante. Nós o banimos aqui, mas continua em uso na Argentina, nos Estados Unidos, em todos os países concorrentes do Brasil em termos de produção de soja, por exemplo. Mas está proibido aqui também. E tem casos contrários. O procloraz, por exemplo, um fungicida que a Anvisa baniu do Brasil já há alguns anos em função de problemas de saúde e que estava em uso na Europa até o ano passado, porque é importante para trigo. E lá eles postergaram, até onde deu, o uso desse produto.

Então, é feita uma análise unilateral e muito distorcida dessa questão. Não tem sustentação. Quando nós olhamos... E tem um trabalho muito recente sobre que eu não vou entrar em detalhes, mas um trabalho muito profundo, mostrando que não existe isso. Nós temos produtos em uso no Brasil que são usados no mundo todo. Pontualmente em relação a um país ou outro, tem distorções, obviamente, porque não tem importância naquele país ou porque tem alguma situação específica naquele país.

Então, eu queria ressaltar, reforçar isso. O Brasil, de novo, não tem ou não está, em nenhum aspecto, na contramão do mundo. Muito pelo contrário, dá para dizer, com absoluta tranquilidade, quando nós olhamos os dados, olhamos os fatos, que o Brasil faz um uso bastante racional desses produtos, embora todas as ações para que nós possamos caminhar para um uso ainda mais racional, com mais segurança sejam extremamente importantes.

Há espaço para vários sistemas de produção numa agricultura da do tamanho do Brasil – agricultura orgânica, agroecologia –, tem espaço para todo mundo e é importante, como foi colocado em algumas falas, valorizar, fomentar isso. Ninguém é contra isso. Muito pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que tudo que nos permita caminhar aí para sistemas de produção com maior segurança, com maior sustentabilidade é sempre muito bem-vindo. O que não dá para imaginar é que nós vamos ter um sistema único e que nós vamos fugir – aí, sim, na contramão do mundo – do uso desses produtos com segurança.

Eu acho que eram esses pontos.

Eu gostaria de finalizar e só fazer um comentário.

Mais uma vez, Senador Presidente, gostaria de agradecer o convite. É uma honra estar aqui nesta Comissão, participar deste debate e eu fico muito feliz e muito honrado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Caio.

Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu queria, na verdade, cumprimentar aí os membros da mesa, mas, a título de informação, Presidente, eu recebi aqui uma informação de que amanhã esse projeto de lei poderia ser lido.

Eu queria que o senhor me confirmasse essa informação, se é verdadeira ou não, Presidente, porque amanhã é um dia absolutamente complexo. Estamos no período aí do São João, os Senadores da Região Nordeste brasileira não estão no Congresso Nacional. Então, eu acho que seria um dia absolutamente inadequado, considerando a ausência significativa dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Vamos avaliar, mas, a princípio, seria lido e concedida vista coletiva. Não há nenhuma preocupação em votação, Senadora Eliziane. Apenas deverá ser lido o relatório, a gente passa para uma vista coletiva e, na próxima semana, a gente avalia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Eu queria só deixar um apelo ao senhor, que tem sido uma pessoa muito... Aí, eu queria fazer esse registro: inclusive, o senhor foi uma das pessoas que assinou o pedido de audiência. Mas, se o senhor pudesse deixar para semana que vem, eu acho que seria um bom gesto, inclusive aos Senadores, porque acho que nos daria até um pouco mais de espaço para aprofundarmos o debate, Presidente.

É claro que nos resta aí o pedido de vista, mas, se V. Exa. pudesse deixar para semana que vem, seria um bom atendimento a nós Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Amanhã, nós colocaremos em discussão também essa questão e decidiremos em conjunto; nada pela ordem do Presidente, ou sim, ou não. Pode ficar despreocupada que nada há de açodamento. Fique tranquila.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Passo a palavra, agora, à Dra. Naiara Bittencourt para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a presença de V. Sa. junto conosco nesta Comissão.

A SRA. NAIARA BITTENCOURT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, algumas breves considerações. A primeira questão em relação a que, de fato, parece que nós estamos olhando projetos diferentes. Refiro-me a algumas posições aqui da mesa. Eu estou com o projeto de lei que está sendo debatido aqui, e, de fato, há uma redução considerável nas competências, especialmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é o órgão de saúde competente, em relação ao registro de agrotóxicos e análise toxicológica desses produtos. Então, a meu ver, sim, lendo aqui o projeto – acho que podemos até ler juntos –, há uma redução significativa dessas competências em relação ao órgão de saúde e meio ambiente em relação à nossa Lei de Agrotóxicos, de 89.

Até gostaria que, realmente... Fiz o meu trabalho de casa, Dr. Paulo, li, tenho estudado esse projeto de lei atentamente, acompanhado há muitos e muitos anos, assim como outros colegas que aqui estão, certamente, e, de fato, esse projeto não traz essa mesma dimensão e patamar em relação aos Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente.

Concordo que coordenar é uma coisa, mas, de fato, há uma redução de competências muito expressiva e singela em relação ao que está no projeto de lei aqui, esse que eu estou olhando, o que está disponível aqui na página da Comissão e que foi disponibilizado para todos nós.

Bom, a segunda questão: registro temporário. Hoje, só existe o registro especial temporário. A autorização com países-membros da OCDE é algo novo, é inovador nesse de lei e deve ser analisado com muito cuidado. O que a RDC n° 294 da Anvisa traz é totalmente distinto. Uma questão é uma coisa; outra é outra. Então, a aprovação da OCDE é algo totalmente inovador nesse projeto de lei. A gente não tem isso no nosso ordenamento jurídico hoje. É algo novo.

Esse PL não fala em similaridade agronômica...

O senhor também terá o seu tempo de exposição certamente.

Então, isso é algo extremamente novo nesse projeto de lei e extremamente preocupante, diferente do que a gente tem nas resoluções da Anvisa, ou seja, registro temporário não existe; o que existe hoje é registro especial temporário, e são figuras jurídicas distintas.

A outra questão: falou-se muito na vacina ou em emergências fitossanitárias. Vacina em tempos de pandemia em que todos nós estávamos correndo graves riscos à saúde, milhares de brasileiros foram acometidos e mortos por essa doença extremamente grave, mas a pandemia e a vacina são uma questão de saúde pública e uma exceção, assim como são uma exceção as emergências fitossanitárias.

Nós não podemos tratar as exceções como regra neste país, e é isso que esse projeto vai trazer. Ele vai simplificar os modos de registro e de avaliação desses produtos, e esses produtos têm sido aprovados de uma forma até, nos últimos anos, mais acelerada do que já foi no passado; ou seja, não podemos equiparar agrotóxicos que são liberados com vários produtos, várias culturas, vários usos, com uma vacina que foi emergencial ou uma emergência fitossanitária excepcional. Não podemos tratar a exceção como regra. Isso é um parâmetro jurídico que não seria certamente acolhido pelas nossas cortes superiores.

E uma última questão. Não vou me alongar – eu sei que todo mundo já falou muito, Senador, aqui –, mas eu gostaria de pedir muita atenção, especialmente dos Senadores, às pessoas que, de fato, foram acometidas. Falou-se muito nos dados extras, mas eu gostaria de citar algumas pessoas, de fato, conhecidas nossas, que foram acometidas por intoxicações ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram perseguidas em relação ao seu combate em relação ao uso excessivo de agrotóxicos, aos danos que esse produto tem causado.

Cito aqui o Zé Maria do Tomé, que foi um defensor da vida no Ceará. Inclusive, a lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará leva o nome do Zé Maria do Tomé. Mas também o Vanderlei Matos da Silva, que foi um trabalho que trabalhava em uma indústria de agrotóxicos. Ele faleceu, foi reconhecida na Justiça do Trabalho a relação do câncer e do acometimento que ele teve em relação a vários danos à saúde com os agrotóxicos. A sua família, infelizmente, ainda não recebeu a indenização, mas isso já foi reconhecido pela Justiça do Trabalho.

Lembro aqui também da Lígia, que é uma trabalhadora agrícola da região do fumo lá do Paraná, que é o Estado onde eu vivo e nasci, Senador, e a Lígia hoje se movimenta com uma cadeira de rodas pelo tanto de produtos graves com que ela, de fato, conviveu durante a sua vida na aplicação de agrotóxicos na cultura do fumo. Hoje, ela é uma defensora da agroecologia.

E, por último, também a trabalhadora rural Débora Pereira, que faleceu aqui no Distrito Federal recentemente, também por um contato abusivo e excessivo, como trabalhadora rural, com esses produtos.

Ou seja, a gente precisa de ciência, a gente precisa que esses produtos sejam analisados com muito cuidado, porque, de fato, são produtos que causam danos à saúde. Aqui já foi dito isto muito firmemente, que ninguém quer que se use mais agrotóxicos, que querem, enfim, que se proteja a saúde, pela vida.

Então, em nome desses trabalhadores que foram acometidos, mortos ou que, de fato, sofreram com a aplicação, com a exposição a esses produtos, que se considere com muito cuidado, que a Anvisa, que o Ibama tenham, de fato, o seu papel efetivo nessa avaliação; que esses produtos não sejam autorizados por semelhança; que os produtos que vão ser exportados sejam, sim, registrados aqui neste país e que isso seja visto com muito cuidado aqui pelos Senadores desta Casa.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Naiara.

Passo a palavra, agora, para a Dra. Larissa, para fazer as suas considerações finais.

A SRA. DRA. LARISSA MIES BOMBARDI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Acir. Obrigada à Senadora Eliziane pelas perguntas.

Eu queria só ressaltar dois elementos.

A Dra. Naiara Bittencourt já elencou os aspectos jurídicos. Eu só queria ressaltar que dois aspectos desse PL que são o registro automático temporário e essa expressão risco inaceitável abrem caminho para que a gente autorize substâncias que podem ser cancerígenas, que podem ser teratogênicas, que podem ser mutagênicas, que tenham todas essas características. Quero dizer que o fato de determinada substância ter sido previamente autorizada na OCDE não nos traz segurança. A OCDE incorpora os países da União Europeia e também Japão, por exemplo, mas também temos Turquia, Chile e México, que são países que estão submetidos a condições parecidas às nossas, no sentido de estarem submetidos a esse tipo de substância.

Eu queria ressaltar mais dois elementos e dizer que a posição do Brasil, em termos de consumo de agrotóxicos no 7º ou no 14ª lugar na FAO, é dada em função, digamos, de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diluição do uso pela área. O pasto no Brasil é considerado como área cultivada, mas o pasto é o dobro da área agrícola brasileira, e, no entanto, recebe só 6% do volume de agrotóxicos.

Então, a gente tem que estar atento porque ciência é metodologia científica. Então, a gente tem que ser criterioso ao usar os dados e ao apresentar os dados para a população brasileira, porque isso é algo muito sério, diz respeito à vida. Como a gente já ouviu aqui bastante e como eu tive a oportunidade de apresentar para vocês os dados de crianças, bebês e mulheres grávidas intoxicadas por agrotóxicos no Brasil, além dos exemplos cedidos agora pela Dra. Naiara.

Eu queria ressaltar que não somos só nós cientistas brasileiros. A Organização das Nações Unidas, através do seu Relator Especial para Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos, acabou de lançar uma carta exortando o nosso Senado brasileiro a rejeitar esse projeto de lei, que, segundo os especialistas ouvidos pelas Nações Unidas, enfraquece a nossa regulação, expõe a população brasileira a essas substâncias.

Esses assessores e especialistas ouvidos pelas Nações Unidas afirmam também que é um mito a ideia de que os agrotóxicos alimentam o mundo e asseveram também que a autorização desse projeto de lei vai permitir que pesticidas cancerígenos e também relacionados a problemas reprodutivos, hormonais e malformações fetais sejam absorvidos, permitidos no Brasil. Então, para além dos pesquisadores brasileiros e das entidades brasileiras de ciência estarem alertando sobre o risco de esse projeto de lei ser autorizado, também as Nações Unidas se manifestou.

Eu espero que o Senado...

A quem interessa a utilização dessa substância? Certamente às grandes empresas que fabricam essas substâncias. Isso não interessa para a população brasileira.

Para finalizar, eu queria dizer que a justificativa biológica não pode responder a um problema que é econômico, que é social e que é de saúde pública. A tropicalidade não é a resposta para uma escolha econômica por que o país passa. Então, nós temos que rever as nossas escolhas enquanto país, enquanto nação e pensar se queremos caminhar no sentido da segurança alimentar e da soberania alimentar ou se queremos intoxicar a população brasileira. É isso que está em jogo.

E eu estou muito feliz de ver, com a grande colaboração do Relator Especial das Nações Unidas para Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos, essa preocupação do mundo com a situação corrente no Brasil.

Agradeço, novamente, a oportunidade de participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Trata-se de tema importante.

Vamos continuar o nosso debate.

Passo a palavra, a pedido, ao Dr. Caio Carbonari, por um minuto.

Pois não, Dr. Caio.

Democraticamente, aqui, a gente procura atender a todos.

O SR. CAIO ANTONIO CARBONARI (Para expor.) – Eu peço desculpas, mas é muito rápido. É só para fazer uma correção.

Naquela posição, sétimo ou décimo quarto, não está incluída pastagem e não está incluída floresta. Na verdade, o uso de defensivo está contabilizado. A área não está contabilizada. Ou seja, é o contrário. Se nós contabilizarmos essas áreas, até pela expressão da área de pastagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

florestal no Brasil, nós estaríamos, com toda tranquilidade do mundo, como último daqueles 150 países listados na FAO, com absoluta tranquilidade.

Então, ali, está incluída só agricultura.

Eu queria só fazer essa correção para não ficar esse mal-entendido.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Caio.

Passo a palavra, então, ao Dr. Mário, para fazer as suas considerações.

O SR. MÁRIO URCHEI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Mais uma vez, Senador Acir, eu parabenizo o Senado, a sua iniciativa e dos Senadores desta Casa para aprofundar este debate tão relevante e importante para o país, para o desenvolvimento, para o meio ambiente, para a saúde pública e para uma sociedade mais sustentável, mais equitativa, mais igualitária e mais democrática.

Concordo com as falas da Dr. Naiara e da Dra. Larissa com relação às perguntas que foram levantadas pela Senadora.

Vejam bem que todos nós demos ao PL leituras, interpretações diferentes, o que é natural. Por isso é importante o debate.

Na nossa opinião também, o que está colocado enfraquece a competência dos órgãos ambientais de saúde pública, como a Anvisa e o Ibama, neste processo.

Este é um debate que deve ser aprofundado.

Cada um tem a sua leitura, e há as nuances da própria colocação no projeto de lei.

Corroboro com as demais colocações.

Com todo o respeito, discordo da sua colocação, mas o respeito, evidentemente, porque aqui estamos numa democracia e queremos fortalecer a democracia. Para mim, não há nenhum problema nesse sentido.

Quero só dizer, rapidamente, que, com mudanças climáticas, modelo agrícola, matriz tecnológica, como nós levantamos aqui, agrotóxicos e fome, este PL tem uma relação muito estreita. E há uma contradição: o Brasil é recordista em produção de alimentos ou de produtos agropecuários, como fibras, energia, enfim, e alimento, e a população passa fome, e se usa muito agrotóxico.

É esse o debate em que se deve aprofundar. Eu acho que ele é pertinente, no meu modo de ver. E entendo que nós não fugimos da temática.

Para finalizar, entendo também que nós precisamos, que é importante regulamentar, melhorar a regulamentação do uso de agrotóxico. Não há dúvida nenhuma.

Podemos ter discordância sobre como, mas isso é fundamental; penso que é consenso. Porém, e falei também, na minha colocação, na minha apresentação, rapidamente, que evidentemente nós precisamos diminuir o uso de agrotóxicos, que são, claramente, produtos que causam mal à saúde, causam mal ao meio ambiente, aos mananciais, aos recursos naturais... Isso é muito claro. Isso já é conhecido.

Então, mais do que aprovar... É importante a sua regulamentação, a sua melhoria, o seu controle, e aí nós não temos esse consenso, o debate é fundamental; porém, entendo que é necessário que nós tenhamos um processo, uma matriz tecnológica mais sustentável, mais equitativa, mais ecológica, efetivamente, que produza alimentos sem a necessidade extrema do uso de agrotóxicos, de insumos químicos solúveis, de energia fóssil não renovável. E acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa é a nossa busca, e é isso que nós estamos defendendo efetivamente, de maneira a termos uma agricultura mais sustentável, um país mais sustentável, mais democrático, mais igualitário e que possa distribuir riqueza e preservar o meio ambiente.

Mais uma vez lhe agradeço e o parabenizo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Mário, pelas suas colocações. De fato, um dos temas que nós temos debatido aqui, Dr. Mário, é essa posição do Brasil. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do planeta. E temos a população brasileira passando fome no país. Esse é um outro debate, paralelo, mas é um debate que tem que acontecer, que está acontecendo e que, daqui para a frente, até a campanha eleitoral, isso vai ser muito mais debatido e discutido ainda.

Passo a palavra agora ao Dr. Leomar para fazer as suas considerações.

O SR. LEOMAR DARONCHO (Para expor.) – Quero renovar aqui o agradecimento e ser bem breve no que vamos falar.

Essas questões de estatística, tem uma piada, para quem domina esse assunto, de que é possível chegar a qualquer número. É possível estar numa temperatura média agradável, com a cabeça dentro do freezer e o pé no forno. É possível construir o argumento que quiser.

Em relação especificamente ao projeto, há duas questões fundamentais. É evidente que a saúde e o meio ambiente perdem o protagonismo, queira usar a palavra que quiser, em função de uma coordenação vinculada ao interesse da produção, ao interesse econômico.

O próprio artigo que foi projetado diz ali: poderá consultar o Ministério, a área da saúde e do meio ambiente. Mas a questão mais relevante parece-me que é a discussão sobre o que seria o risco inaceitável. O que é o risco inaceitável para alguém de uma família que corre o risco, ou de uma comunidade inteira, que tenha altos índices de autismo, por exemplo, ou doenças crônicas?

Aquelas estatísticas dos dados de acidente de trabalho são sempre de dados de acidentes instantâneos, graves, agudos, mas não contemplam risco crônico, aquele que se manifesta ao longo do tempo pela exposição repetitiva. Então, o que é risco aceitável para uma doença crônica? Para câncer? Para esse comprometimento da saúde das crianças? Essa discussão é muito importante. Então, não há nada que justifique um atropelo.

O projeto é novo porque ele é um substitutivo que foi aprovado, ainda neste ano, na 1ª Sessão Legislativa da Câmara. Eu acho que a primeira a questão a se responder, a questão fundamental é: qual é o problema que esse projeto pretende resolver? Ele pretende resolver, basicamente, pelo que a gente ouve, a questão de que demora muito a análise.

A demora da análise se dá por razões de segurança, da necessidade de que a aprovação se dê com segurança. A gente tem uma estrutura defasada dos setores de análise. Como se resolve esse problema? Dando maior robustez aos órgãos de análise, e não criando essas figuras excepcionais de aprovar por decurso de prazo, para depois ver se deu certo, para depois que o mal estiver estabelecido tentar corrigir, sair atrás.

O DDT demorou anos para ser proibido. Aliás, Rondônia tem um exército de sequelados – o pessoal que trabalhou no combate a endemias –, expostos a agrotóxicos que, depois, foram sendo condenados. Então, eu acho que, quando se trata da vida humana, a cautela é mais do que justificável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu tenho um problema consistente na demora da análise, tem que atacar o problema. O problema é a deficiência dos órgãos que fazem a análise, no que diz respeito à defasagem dos seus quadros e, talvez, esse devesse ser o foco.

Mas eu estou feliz que o Senado está abrindo este espaço para a discussão e muito contente com a oportunidade que o Senador Acir Gurgacz deu de criar este espaço, mas seria importante que tivéssemos mais. Está anunciada mais uma audiência, mas também com foco específico para saúde e meio ambiente.

Então, é isso. Muito obrigado e que tenhamos um tramitar que assegure dias melhores para todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Leomar, pelas suas colocações. De fato, servidores da Sucam, do Estado de Rondônia, realmente tiveram muitos problemas com a aplicação de veneno, na cidade, para matar mosquito. Era um trabalho diário de servidores da Sucam e temos vários deles com problema de saúde, mas é veneno para matar mosquito. Era um problema da malária, etc., etc, lá no Estado de Rondônia.

Muito obrigado pela sua participação.

Como último orador, passo a palavra ao Dr. Paulo Amaral, para fazer as suas considerações e também responder à Senadora Eliziane.

O SR. PAULO AMARAL (Para expor.) – O primeiro entendimento é que o registro temporário não é por decurso de prazo, ele tem uma técnica de análise e vai cruzar os dados, informações, aprovações de países referências. Não é aprovação tácita, ele tem um critério.

Própria recomendação.

O nome temporário é o mesmo, parecido, adotado pelo Parlamento Europeu. O art. 30 do Regulamento 1.107/2009, do Parlamento Europeu, em vigência, está autorização temporária. Qual é o fundamento? Também por demora, fatos alheios ao requerente; então, não é uma jabuticaba brasileira. É uma recomendação da FAO.

É um procedimento já adotado pelo Parlamento e já previsto no Decreto 8.133, de 2012 ou 2013, quando trouxe a autorização emergencial. E um dos questionamentos do PL é que está se autorizando a medida somente... Ora, foi uma medida provisória convertida em lei, já tem o regulamento e já está em vigência.

Naquela época, eu me lembro, eu fiz as defesas judiciais da Abrapa nesse tema e, por fim, o desembargador falou que o produto estava registrado em 72 países, que era improvável que isso causasse danos à saúde e ao meio ambiente. Em paralelo ao registro, como eu falei, tramitou nos órgãos e saiu o registro convencional. Então, não se trata de aprovação tácita.

Quanto a fomentar as atividades técnicas dos órgãos, é evidente que os órgãos são precários em número de servidores e instrumentos de logística, está aí o sistema unificado. O fundo, que fez um ajuste nos órgãos, a Anvisa e o Ibama recebem receita das empresas para fazer a manutenção dos registros e as taxas de avaliação. Essa receita vai para o fundo do Tesouro Nacional, não fica na mesa do diretor do órgão para fomentar as atividades.

Aqui, no substitutivo, essa receita é direcionada para as cidades, exclusivas. Por exemplo, vou ler: controle e manutenção das atividades de uso, muito se fala aqui que não tem monitoramento do uso, então, vai ter uma receita para isso; capacitação em manejo, educação de controle e manejo fitossanitário; contratação de consultores para os órgãos, oportunidade de trazer a academia, os professores, os doutores para dentro das agências para auxiliarem nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análises científicas. Então, ele traz uma estruturação também administrativa dos órgãos, o que é necessário.

O substitutivo realmente modificou demais aquele projeto inicial, mas foi necessário. Todo mundo aqui conversa um pouco e vê que é necessário mudar muita coisa, por isso que o substitutivo trouxe essa imensidão de assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo Amaral, pela sua colocação.

Agradeço, mais uma vez, ao Dr. Leomar pela participação, à Dra. Larissa, ao Dr. Caio, ao Dr. Mário, à Dra. Naiara pela participação em nossa audiência pública hoje, assim como também aos Senadores e às Senadoras.

Senadora Zenaide Maia, peço mais uma vez desculpas, Senadora Zenaide Maia, por não ter dado a palavra. Eu não poderia cortar a fala de um convidado para dar a palavra a V. Exa. Perdoe-me, mas, amanhã, nós abriremos com a sua fala aqui em nossa outra audiência pública.

Senadora Margareth Buzetti, Senadora Eliziane Gama, Senadora Eliane Nogueira, Senador Esperidião Amin, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Paulo Rocha, Senador Fabio Garcia, Senador Rafael Tenório, Senador Wellington Fagundes, Senador Angelo Coronel, muito obrigado pela presença de todos, de nossos técnicos, dos assessores dos nossos convidados também, muito obrigado pela presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 08 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Luiz Carlos do Carmo, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Fabio Garcia, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (instrução do PL 1459/2022 - Substitutivo-CD), de autoria Câmara dos Deputados, - Iniciativa: PLS 526/1999, do Senador Blairo Maggi. - Autoria: Câmara dos Deputados. - Ementa: Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências. - Relator na CRA: Senador Acir Gurgacz. Atendendo aos requerimentos: REQ 13/2022 - CRA de autoria Senador desta Presidência, e REQ 14/2022 - CRA, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA), e da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Participantes: Thuanne Bráulio Hennig, Pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina em avaliação de risco e toxicidade de agrotóxicos no solo; Dra. Karen Friedrich, Pesquisadora com doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz), com ênfase em Toxicologia e Saúde. (representante de: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco); Dr. José Otavio Menten, Professor Sênior da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - Esalq/USP; Marina Lacôrte, Engenheira Agrônoma e Mestre em Ecologia Aplicada (representante de: Greenpeace Brasil); Rafael Rioja Arantes, Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC (Programa de Alimentação Saudável e Sustentável); e Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1282, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: O novo Relatório é dado como lido. A Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1293, de 2021 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os programas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas apresentadas. Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitadas as Emendas 1-T a 30. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 550, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o alongamento de dívidas de crédito rural, e dá outras providências" Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 15, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1459 de 2022. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra as Senadoras: Eliziane Gama, Zenaide Maia e os Senadores; Paulo Rocha, Lasier Martins, Esperidião Amin, Sérgio Petecão, Luis Carlos Heinze, Luis do Carmo e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/23

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está dividida em duas partes: audiência pública e sessão deliberativa.

A primeira parte destina-se à realização da segunda audiência pública de instrução do PL 1.459, de 2022, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins, que altera dispositivos normativos e dá outras providências, em atendimento aos Requerimentos 13, de 2022, de iniciativa desta Presidência, e 14, de 2022, de iniciativa dos Senadores Paulo Rocha e Eliziane Gama.

Esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0 61 2211.

Como eu disse ontem, nós iríamos iniciar com as perguntas que foram enviadas pelos internautas, que, durante a explanação dos nossos convidados, poderão continuar a ser feitas.

Nós teremos hoje como convidados e oradores: a Dra. Thuanne Braúlio Hennig, a Dra. Karen Friedrich, o Dr. José Otavio Menten, a Dra. Marina Lacôrte, o Dr. Rafael Rioja Arantes, e o Dr. Reginaldo Minaré.

As perguntas.

Paulo Roberto, do Rio de Janeiro: "Quais estudos ambientais foram feitos sobre o impacto da flexibilização das regras para o uso do agrotóxico nas plantações?". A gente cansa de dizer que não há flexibilização, mas eles insistem, não é? Vamos manter aqui a...

Vanessa Fernanda, do Paraná: "Até que ponto essa flexibilização pode interferir na saúde da população?".

Vanice Rezende, do Acre: "Onde estão as pesquisas científicas que mostram que estes agrotóxicos não causam malefícios à saúde?".

Amabilym Leal, do Rio de Janeiro: "Como o Ministério da Agricultura realizará a inspeção e o controle de agrotóxicos, se ele é um órgão público? Quais os benefícios a flexibilização trará para o agronegócio?".

Comentário de Laudice Albuquerque, de Sergipe: "Retirar a aprovação dos agrotóxicos da Anvisa e do Ministério da Saúde é colocar mais substâncias nocivas para a população".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anna Beatriz, da Paraíba: "Como impedir que a flexibilização resulte em problemas de saúde para a população?".

Monica Koepke, de Santa Catarina: "Que estudos comprovam que a epidemia de câncer não está ligada ao uso de agrotóxicos?".

Neuza Maria, da Bahia: "Qual a relação entre a flexibilização do uso de agrotóxicos e a contaminação dos alimentos e da água?

O que aconteceu com o programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos da Anvisa?"

E a Cléa de Oliveira, do Rio de Janeiro: "Quais são as alternativas aos agrotóxicos e por que não são implementadas?"

A Mila Monteiro, do Distrito Federal: "O mundo está buscando cada vez mais alternativas verdes, reduzindo a dependência de fertilizantes, e o Brasil na contramão?"

José Ivo, do Maranhão: "É necessário implementar um sistema de rastreabilidade do fabricante e a devolução da embalagem vazia pelo produtor, através do QR Code".

As outras foram respondidas.

Eu fico aqui à disposição dos senhores e das senhoras, para que a gente possa, cada um na sua fala, falar sobre essa flexibilização. E essa palavra vem muito forte. É sinal de que a comunicação não está boa, não é? É sinal de que a comunicação não está existindo.

Bom, nós iniciamos então com a Dra. Thuanne Bráulio Hennig.

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Thuanne.

Hoje nós vamos ser mais objetivos, Thuanne. Vamos destinar 15 minutos para cada um, para que todos possam falar sobre o tema apenas, e não ficarmos falando aqui meia-hora, 40 minutos, e vagar sobre outros temas. Então, 15 minutos para cada um, para que possa fazer a sua explanação.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então...

Muito bom-dia, Senador, bom dia a todos que compõem a mesa, os Parlamentares que estão acompanhando por videoconferência ou então presencialmente.

Bom, antes de começar, eu gostaria de me apresentar. Eu me chamo Thuanne Bráulio Hennig, eu sou engenheira ambiental e sanitarista, formada na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* de Chapecó, sou mestra em Ciência do Solo pela Universidade do Estado de Santa Catarina, *campus* de Lages, e atualmente sou doutoranda em Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse momento eu estou na USC, na própria universidade, onde eu curso o meu doutorado.

Eu vou compartilhar a minha tela com vocês. Vocês podem, por gentileza, sinalizar, na sequência, se está aparecendo para vocês? (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Agora sim.

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (*Por videoconferência*.) – Bom, mais uma vez eu gostaria de fazer um agradecimento por este momento que, para nós, da comunidade científica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também atuante como membro da sociedade civil, trazer essa contribuição que é muito importante. Isso dá sentido às nossas pesquisas.

Eu vou tentar ser ao máximo objetiva que eu puder. Confesso que pensei na minha apresentação conforme o tempo em que ocorreram as apresentações da audiência de ontem, mas eu vou tentar ser bem pontual.

O meu foco, dentro desse projeto de lei, meu foco de análise, é a respeito da ecotoxicologia, especificamente a ecotoxicologia terrestre.

Bom, para que seja possível dar sentido a essa discussão, alguns conceitos precisam ser retomados, e um deles é a respeito da qualidade do solo.

A capacidade produtiva de um solo é avaliada conforme a sua qualidade e ela é dependente de diversas propriedades do solo, que incluem, de maneira geral, propriedades químicas, físicas e biológicas.

Quando nós falamos das propriedades biológicas, nós não estamos falando somente dessas bases que aparecem aqui nesse trípede, mas nós estamos falando de funções de suporte à vida, e essas funções são insubstituíveis.

O que eu quero dizer com isso? Somente os aspectos relacionados à biologia do solo, aos organismos que vivem ali conseguem despender tais funções que são essenciais não somente para a qualidade das culturas, para o crescimento, mas também em termos de sustentabilidade.

Já que estamos falando de serviços ecossistêmicos, funções de suporte à vida, aqui nesse gráfico eu trago algumas das contribuições desses organismos que vivem no solo, e entre essas contribuições estão a reciclagem de matéria orgânica, pedogênese, ciclagem de nutrientes, biorremediação, biotecnologia, biocontrole, polinização e alimento. Todas essas funções são estimadas em mais de 100 bilhões de euros. Por isso, justifica-se o porquê de manter a sustentabilidade, de manter a qualidade e também a saúde dos nossos solos.

Quando nós fragilizamos termos relativos à biologia, assim como qualquer outro parâmetro de qualidade no solo, o que se espera é que a qualidade do solo venha a ser corrompida, venha a ser comprometida. E de que forma nós conseguimos avaliar isso? Como medir a importância pensando nos atributos biológicos do solo? Então, aqui eu trago algumas das importâncias da fauna do solo. Primeiramente, esses organismos são decompositores da matéria orgânica, atuam na ciclagem e disponibilidade de nutrientes, na detoxificação do solo, ou seja, eles conseguem metabolizar substâncias químicas que estão ali no sentido de reduzir a toxicidade, de mitigar alguns riscos e efeitos que possam ocorrer, eles são capazes de construir galerias que facilitam a percolação de água, circulação de ar no interior do solo, eles são capazes de melhorar a estrutura física do solo por efeitos de bioturbação ou mesmo pela excreção de algumas enzimas, eles participam dos ciclos biogeoquímicos, auxiliam no controle biológico de pragas, através de algumas estratégias ecológicas, como a depredação, por exemplo, e são excelentes bioindicadores da qualidade do solo.

Aqui é importante falar que só pela ocorrência desses organismos no solo é possível dizer previamente que nós temos um solo de qualidade, porque se estão sendo despendidas todas essas funções, todos esses serviços, nós temos, então, um solo de qualidade, e esses organismos, por conta da sua função dentro do ecossistema, da sua distribuição e representatividade, são muito utilizados em estudos de ecotoxicologia. Agora vamos falar um pouquinho sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ecotoxicologia é uma ciência que permite avaliar o potencial tóxico de diferentes substâncias, de diferentes formas, dentro de um ecossistema. Essas avaliações podem ser diagnósticas ou prognósticas. E dentro dessa área da ecotoxicologia, dessa ferramenta, as áreas que regem, então, são a química, a toxicologia e a ecologia. E todas elas predizem... O resultado de todas essas análises são preditivas para a descoberta do risco ou do efeito potencial de alguma substância, algum contaminante – tais como: pesticidas, agrotóxicos, enfim – nos ecossistemas.

Aqui eu trago uma definição muito importante a respeito do risco, que muito tem se debatido, tem sido um aspecto um pouco polêmico dentro desse projeto de lei, que fala sobre a probabilidade da ocorrência do efeito, ou seja, o risco depende de uma série de circunstâncias, entre elas: os níveis de exposição, a concentração em que determinada população está exposta, as características do local e características intrínsecas dessa substância que se venha caracterizar como um potencial contaminante.

Bom, a respeito dos testes de ecotoxicidade, um pouco por conta do que normalmente se espera, os ecotoxicologistas têm uma fama meio comum de serem conhecidos por determinar cenários apocalípticos para essas substâncias no meio ambiente, mas o que de fato acontece é que esses testes permitem a determinação de concentrações, de condições seguras de exposição de determinados organismos no ambiente em que não serão observados efeitos adversos. Além disso, esses testes são exigidos para liberação de algumas substâncias, tais como alguns fármacos, agrotóxicos, e, mesmo para cosméticos, esses testes de ecotoxicidade têm sido requeridos. Além disso, esses testes estabelecem níveis de proteção para as espécies em potencial risco, em potencial exposição a algumas substâncias químicas que podem dispender alguns efeitos tóxicos. E, por fim, os testes de ecotoxicidade permitem a geração de dados para a Avaliação de Risco Ecológico.

E, agora, vamos entrar no ponto específico do projeto de lei que fala sobre o risco. De acordo com o art. 4º, §3º, fica proibido o registro de pesticidas ou outros produtos que apresentem risco inaceitável. Das definições que o projeto de lei traz, no art. 2º, que apresenta a respeito do perigo e do risco, essas definições estão em consonância com aquilo que a toxicologia, a ecotoxicologia preconizam. A respeito do risco inaceitável, está dito, então, que se trata do nível de risco considerado insatisfatório por permanecer inseguro ao ser humano ou ao meio ambiente. Mas aqui esse conceito fica um pouco abstrato, porque o que pode ser considerado aceitável? Para quem é considerado aceitável? Em qual contexto?

E, pronto, dentro do ramo da ecotoxicologia, quando nós falamos de risco, é preciso considerar que as diferentes espécies têm diferentes sensibilidades. Claro que essa sensibilidade, esse efeito toxicológico depende de níveis de exposição, de níveis de concentração aos quais estão expostos e de níveis ambientais também, mas até quando é permissível perder serviços ecossistêmicos, perder biodiversidade? É isso que não fica claro.

Então, aqui eu trouxe um estudo que foi realizado em 2021. Essa é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação do perigo, a avaliação do risco de substâncias dentro da ecotoxicologia que envolve uma série de estudos. Nesse estudo em questão, foi avaliada a toxicidade crônica, ou seja, pequenas concentrações em um longo termo de exposição. Em um longo tempo, foi avaliada a toxicidade crônica de clotianidina, um neonicotinóide utilizado no tratamento químico de sementes sobre diversos organismos da fauna edáfica. Então, essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espécies aqui foram submetidas a concentrações crescentes do clotianidina e foi possível estimar concentrações de efeito, nesse caso, que reduziram a reprodução desses organismos, que afetaram a reprodução, o que é um efeito drástico, pensando em termos ecológicos.

Bom, para todas as espécies que foram testadas aqui, foram obtidos esses valores de concentração de efeito, e eles foram modelados em uma curva. Dentro dessa curva, foi possível estimar a concentração que causa perigo para 5% da proporção das espécies afetadas e para 50% das espécies afetadas. Mas as perguntas que ficam são: o quanto nós precisamos proteger? Ou o quanto nós podemos negligenciar em termos de serviços ecossistêmicos? Quais espécies poderiam ser perdidas sem prejuízo de que esses serviços sejam perdidos?

Então, aonde eu quero chegar? A que, para ter ideia desse risco inaceitável, uma quantidade imensa de testes teria que ser feita. Essa é só uma das ferramentas dentro da ecotoxicologia, e pronto. Em termos de biodiversidade de serviços ecossistêmicos, o quanto é aceitável perder? Então, eu acho que esse conceito de risco inaceitável está muito abstrato e precisa ser mais claro, não é?

Bom, a respeito de um ponto específico do projeto de lei, aqui falando, para mim, num dos mais graves, de acordo com o art. 3º, §2º, fica criado o registro especial temporário. Esse registro já era previsto na lei original, e é muito positivo que esse registro ocorra para que nós, dentro da universidade e das instituições de pesquisa, possamos trabalhar com essas substâncias e entender um pouco sobre o efeito delas na saúde humana e também no meio ambiente, entre outras tantas questões relativas à eficiência, por exemplo.

Mas, além desse parágrafo, fica apresentado também, fica criado o registro temporário e a autorização temporária para produtos, enfim, que estejam registrados para culturas similares ou para usos ambientais similares em pelo menos três países membros da OCDE. Esse registro temporário, esse tempo de liberação é até o momento em que há a conclusão sobre o registro dessas substâncias, dessas formulações.

No entanto, é muito difícil, senão impossível, inferir que o contexto ambiental climático, os tipos de solo, os problemas agrícolas que existem no país, que existem no Brasil sejam os mesmos daqueles que acontecem nos países lá fora. Isso é tão difícil inclusive para o território nacional, como vou ilustrar. Dentro do Brasil, nós temos diferentes tipos de solo, esses tipos de solo estão distribuídos de maneira heterogênea, e os tipos de solo em si são capazes de afetar a forma com que essas substâncias ficam biodisponíveis no solo, afetando não somente a biodiversidade, mas também a eficiência dessas substâncias para as culturas.

Além disso, ao lado aqui eu mostro o mapa do clima do Brasil, que indica que o clima do Brasil é diverso, muda para os diferentes biomas. E também nós sabemos, já é comprovado que as condições climáticas inferem não somente sobre a ocorrência de pragas, mas também sobre o comportamento dessas substâncias no ambiente e o quanto elas conseguem chegar aos organismos que nós chamamos de não alvos, os organismos benéficos de que eu falei há pouco.

Bom, dentro do contexto do Brasil, alguns estudos já foram avaliados comparando a toxicidade de substâncias. Esse primeiro gráfico traz a toxicidade de imidacloprido sobre a reprodução de colêmbolos da espécie *Folsomia candida* em diferentes tipos de solo. Aqui nesse estudo, foi observado que solos mais arenosos, tais como o neossolo, representam maior toxicidade quando comparados com um solo mais argiloso, quando comparados ao latossolo, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o fipronil, isso já não foi observado, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Um minuto, Doutora.

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (*Por videoconferência*.) – Tenho um minuto de apresentação, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sim, senhora.

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (*Por videoconferência*.) – Certo.

Então, aqui nós temos alguns estudos que revelam que a toxicidade varia para os diferentes tipos de solo. E aqui alguns estudos que falam a respeito das toxicidades para os diferentes países e diferentes regiões. E existe uma infinidade de estudos que podem ser consultados e que revelam que é muito sensível a comparação dos efeitos e riscos entre diferentes países.

Outro ponto delicado é o registro por equivalência, porque, para se entender sobre o perfil toxicológico, é preciso testar cada uma das formulações comerciais. Aqui tem a comparação dos efeitos tóxicos de duas formulações a partir do mesmo ingrediente ativo, que revela que uma delas é duas vezes mais tóxica do que outra.

Aqui o mesmo já foi observado para o glifosato.

Então, formulações equivalentes podem não apresentar o mesmo nível de toxicidade.

E, por fim, a última parte, que eu considero sensível também, sobre a perspectiva da ecotoxicologia a respeito da mistura em tanque que é feita a partir da receita agronômica. A toxicidade de misturas no ambiente é muito delicada porque o próprio ambiente já acumula uma série de substâncias desconhecidas, e as interações desses poluentes no ambiente podem originar diferentes efeitos toxicológicos. E até onde isso é sabido sobre esses efeitos, não é? Então, para pelo menos se ter ideia do que acontece com essa mistura, é preciso que esses componentes sejam testados individualmente.

E, para finalizar agora, aqui eu gostaria de chamar atenção aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e trazer um questionamento muito interessante, para saber se esse novo projeto de lei de fato se integra com alguns dos objetivos propostos para garantia de uma qualidade de vida segura para a presente e para as próximas gerações. Será que, de fato, tudo está sendo visto?

Então, eu deixo aqui esse questionamento.

Peço desculpas se me excedi com o tempo, e estou disponível para questionamentos e demais intervenções.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Thauanne Bráulio Henning, pela sua apresentação. Com certeza nós faremos...

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (*Por videoconferência*.) – Desculpe-me, Senador, mas é "Thuanne".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – "Thuanne". Desculpe-me. Perdoe-me.

Passo a palavra à Dra. Karen Friedrich, pesquisadora com doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – Fiocruz, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). V. Sa. tem a palavra por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KAREN FRIEDRICH (Para expor.) – Bom dia aos presentes e a quem nos acompanha.

Agradeço aqui o convite para participar desta Comissão novamente, não é, Senador? Já nos encontramos dez anos atrás. O tempo voa, e a gente continua falando de agrotóxicos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – É verdade.

A SRA. KAREN FRIEDRICH – Bom, vou tentar ser breve. A gente ontem ficou mal-acostumada e se preparou com muitos slides, mas vou tentar ficar dentro do tempo.

A Profa. Thuanne terminou com um questionamento sobre a Agenda 2030, e a gente teve ontem, enquanto estávamos aqui acompanhando essa audiência, uma publicação da comunidade europeia justamente sobre a Agenda 2030, em que a comunidade europeia coloca um plano com metas, definindo metas para redução do uso de agrotóxicos. E aí ela coloca ali para quais agrotóxicos intenciona essa redução: agrotóxicos mais perigosos, que apresentam riscos para a saúde, mais graves, etc.

A comunidade europeia coloca ali como meta também o estabelecimento de regras para o Manejo Integrado de Pragas, que também é uma tecnologia muito utilizada em outros países. Não é uma tecnologia orgânica ou agroecológica, nada disso. Ela utiliza agrotóxicos, sim, mas coloca outras maneiras, outros modos de controle, colocando o uso de substâncias químicas como última opção.

Enfim, há diversas medidas aqui.

Achei que foi interessante, uma coincidência muito feliz, enquanto a gente está discutindo, a Europa publicar essa nota no dia de ontem.

Ontem, já foi falado das várias instituições que se manifestaram contra o projeto de lei na época em que tramitava na Câmara dos Deputados, o PL 6.299, mas todas as notas fazem críticas a itens, a conteúdos que se mantiveram no substitutivo que chega a esta Casa. Então, é importante a gente colocar que são instituições de saúde, a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Ibama, o Ministério Público, a Defensoria. É importante dar destaque aqui ao Conass e ao Conasems, porque é justamente aos municípios e estados que chega a maior a parte dos problemas. O adoecimento das pessoas, por exemplo, chega e onera justamente os serviços de saúde em nível municipal e estadual.

Eu queria colocar uma questão que ontem foi muito falada aqui e que também está em documentos, nos documentos que a gente acessou ontem: "Um dos principais pontos da proposta é a inclusão de mais etapas de análises técnicas para a aprovação de novos princípios ativos, mas com mais agilidade [...]". Isso foi falado ontem por alguns palestrantes, convidados. Eu gostaria de explicar aquilo de que tratam essas etapas adicionais que, de fato, estão sendo propostas pelo projeto de lei.

Essas etapas, essas análises técnicas, na verdade, são as quatro etapas da avaliação de risco. A avaliação de risco é composta de quatro etapas: identificação do perigo, avaliação de dose-efeito, avaliação da exposição e caracterização do risco. Essas etapas... Eu coloquei ali a capinha do livro que é a referência. Quando a gente está falando aqui de efeitos sobre a saúde humana e de efeitos sobre o meio ambiente, como o da ecotoxicologia, que foi falado agora, a gente está falando de risco toxicológico. A gente fala da avaliação de risco, e existe a avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de risco de gestão, a avaliação de risco de uma empresa. Aqui, no que a gente está falando sobre agrotóxicos, o que importa nessa questão são os impactos toxicológicos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Então, essa avaliação de risco é feita através dessas quatro etapas. Isso é feito atualmente pela Lei 7.802, de 1989.

Acho que seria muito importante a Anvisa, que já se colocou na Câmara dos Deputados, trazer essa fala para o Senado e explicar como é feito esse processo. Então, para efeitos... Quando um agrotóxico chega para registro, através dos estudos que são apresentados pelas empresas, são observados efeitos sobre o sistema nervoso, efeitos sobre o sistema imunológico, efeitos sobre o fígado, os rins etc. Essa identificação é feita nessa primeira etapa, que se chama identificação do perigo, e, se algum desses efeitos for identificado, a Anvisa procede ao processo da avaliação de risco. Então, essas quatro etapas técnicas; elas são realizadas para maior parte dos efeitos.

O que acontece, segundo legislação de 1989, é que, quando esses efeitos são identificados nessa primeira fase do processo de avaliação de risco, efeitos como mutação, câncer, problemas reprodutivos, hormonais e malformações fetais – notem que são só cinco tipos de efeitos que são extremamente graves, são efeitos irreversíveis ou a cujo tratamento a maioria da população não tem acesso. Então, quando esses efeitos são identificados, imediatamente encaminha-se a proibição de um registro – isso segundo o nosso artigo 3º dessa lei – e o agrotóxico não é autorizado.

Bom, só lembrando que, em 2009, a comunidade europeia adotou o mesmo critério de proibição de registro que o Brasil havia adotado em 1989, ou seja, nesse ponto, que é um dos pontos que o Projeto de Lei 1.459 modifica, não é um critério atrasado, obsoleto, nada disso. É um avanço que a nossa legislação de 1989 já mostrou naquele momento e que foi copiado, vamos dizer assim, pela comunidade Europeia.

Disparou aqui bastante. Só um minuto. Está pronto.

Então, o que o Projeto de Lei 1.459 coloca? Que esses efeitos que hoje são considerados proibitivos de registro não param na primeira etapa; eles seguem as demais etapas de avaliação de risco. Aí a conclusão vai depender se o órgão regulador competente por isso, o Mapa, vai determinar se aquele risco é aceitável ou inaceitável. Considerando aceitável, ele é permitido, ainda que provoque câncer, ainda que provoque malformações em bebês e todas essas doenças extremamente graves.

Aqui eu queria destacar esse ponto do artigo... Ficou pequeno ali, mas eu quis colocar só para dizer que eu realmente peguei do texto. Como a Thuanne já colocou, essa questão do risco inaceitável é mesmo com a implementação das medidas de gerenciamento de risco.

E o que que são essas medidas de gerenciamento de risco? São justamente medidas que são tomadas após o final desse processo de registro, onde serão colocadas as condições para que a pessoa fique segura quando exposta a esse agrotóxico. Então, isso é grave no projeto de lei, porque coloca que a segurança fica condicionada à implementação dessas medidas de gerenciamento de risco. Não é à toa que os secretários municipais e estaduais de saúde foram contra. Por quê? Justamente porque muitas dessas medidas são onerosas e são medidas muitas vezes difíceis de serem executadas. Por exemplo, monitoramento de agrotóxicos em água, monitoramento de agrotóxicos em alimentos são medidas importantes de gerenciamento de risco para acompanhar se há contaminação, se o uso de agrotóxicos é feito dentro daquilo previsto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em bula, previsto durante o processo de registro. A própria questão do controle da dispersão da pulverização aérea ou tratorizada é medida de gerenciamento de risco e, inclusive, o uso de EPIs – e aqui é o uso um exemplo do uso de EPI que deveria ser adotado.

Fazendo aqui só uma... Tentando se colocar no lugar do outro: a gente passou dois anos de uma pandemia usando máscaras, máscaras bem confortáveis, que em nada se parecem... E como a gente teve dificuldade, não é? Como nos incomodou usá-las por dois anos! Imaginem um agricultor, uma agricultora que passa todos os anos da sua vida tendo que utilizar essa máscara.

Esse negócio está rapidinho. Pronto.

Bom, então, de fato o projeto de lei adiciona etapas técnicas? Sim. Mas, na verdade, essas etapas técnicas são adicionadas para os agrotóxicos carcinogênicos, cancerígenos, para os agrotóxicos que são tóxicos para o sistema reprodutivo, hormonal e que causam malformações fetais, ou seja, ele adiciona etapas para dar mais chance de um agrotóxico cancerígeno ser aprovado no Brasil. Então, nesse caso, essas etapas adicionais não são benéficas do ponto de vista da saúde humana e do meio ambiente.

A Anvisa e o Ibama não terão o mesmo poder que o Mapa, segundo esse projeto de lei. Aqui a gente observa, por exemplo, que, quando tiver um alerta internacional que indique uma proibição de uso, algum alerta sobre efeito sobre a saúde, sobre o meio ambiente, é o Mapa que vai fazer essa reavaliação desse registro, coordenar o processo. Porém, durante esse processo de revisão de registro, o Mapa poderá solicitar informações relacionadas à saúde e ao meio ambiente dos órgãos de saúde e meio ambiente. Quer dizer, poderá; ele não é obrigado a adotar essa medida. Ele pode proceder à revisão de registro sem que as informações de saúde e meio ambiente sejam contempladas no processo, segundo a redação que está dada aí no Projeto de Lei 1.459.

Bom, ele permite também – e isso é um ponto muito grave do Projeto 1.459 – que sejam fabricados no Brasil produtos sem registro aqui. Quer dizer, com toda essa possibilidade de registrar produtos mais tóxicos que o projeto de lei dá, imaginem um agrotóxico que nem assim conseguiria ser registrado aqui; ele vai poder ser fabricado aqui, se for direto para exportação. E quem vai conferir essa permissão é o Ministério da Agricultura – tudo bem? –, que é o órgão registrante inclusive hoje, na legislação atual. Porém, esses agrotóxicos que serão fabricados aqui sem registro não precisam ter aportado seus estudos agronômicos – o.k? –, porque eles não vão ser usados no cultivo aqui, e nem estudos toxicológicos e ambientais. Então isso, do ponto de vista da saúde, é muito grave, porque essas fábricas terão pessoas; no entorno da fábrica, morarão pessoas; essas pessoas têm famílias.

A gente tem exemplos no Brasil. Aqui, na figura do meio, é o caso de uma fábrica de agrotóxicos em Paulínia, um caso bastante emblemático, em que acho que o total de multas foi de quase um R$1 bilhão da empresa Shell-Basf. Então é um caso que mostra a gravidade – a quantidade de óbitos de trabalhadores, a quantidade de câncer nesses trabalhadores – que levou a essa decisão, a esse acordo judicial da empresa com os trabalhadores.

Também ressalto aqui algumas notícias, nos últimos anos, de acidentes com cargas de agrotóxicos. Então imaginem um agrotóxico de que não se conhecem os efeitos toxicológicos para a saúde humana, os efeitos ambientais; e se ocorre um acidente? Se ocorre um acidente numa fábrica, se ocorre um acidente nas estradas, os profissionais da saúde, os profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bombeiros, os profissionais policiais nem sabem como lidar com aquela substância, qual o tratamento para fazer um tipo de mitigação de contenção dessa contaminação. Então, esta é uma das medidas mais graves, penso eu, desse projeto de lei: fabricar aqui produtos que a gente não conhece.

Que bom que consegui chegar aqui na minha meta!

Eu vou colocar aqui... Coloquei aqui alguns estudos que relacionam agrotóxicos a câncer no Brasil. São estudos epidemiológicos, estudos ecológicos, estudos realizados aqui, mostrando que a gente tem uma literatura, sim, que aponta que, nas condições de saúde, nas condições de fiscalização, nas condições de uso no Brasil, os agrotóxicos causam câncer sim.

Aqui mais alguns estudos. Senador, Senadores, eu coloquei, aportei todos esses estudos, deixei aqui na Comissão os arquivos originais. Quando a gente trata de estudos científicos, é importante citar a referência e disponibilizar esses dados da forma mais transparente possível.

Aqui são outros estudos de outros exemplos de danos sobre a saúde também observados em estudos brasileiros.

E, aí, esse cenário também, acho que parte dessas informações também já foram faladas ontem: 81% dos agrotóxicos permitidos no Brasil, dos ingredientes ativos de agrotóxico, são proibidos em países da OCDE. Então, a gente tem 500, aproximadamente, quinhentas e poucas moléculas, e 81% delas são proibidas em outros países. Bom, isso é um estudo científico, um estudo nosso publicado também numa revista científica avaliada pelos pares.

E só uma observação: desde 2002, o Brasil proibiu 11 agrotóxicos; e, somente no ano de 2014, a China proibiu 50 e anunciou a proibição de mais 12 agrotóxicos em 2022. Então, acho que isso aqui coloca uma questão muito importante, já que a China é um grande mercado consumidor dos nossos produtos agrícolas.

E outro dado desse estudo é que 67% do volume que a gente comercializa no Brasil são de agrotóxicos associados a câncer e doenças hormonais, quer dizer, quase 70% do volume que a gente efetivamente usa no Brasil.

Então, esses dados... Essa aqui é a fonte. A gente pegou, do que é considerado cancerígeno e que causa alterações hormonais, somente os dados de audiências reguladoras internacionais e do IARC, que são organismos oficiais.

E aqui eu dou destaque – apesar de estar muito pequeno, Senador, V. Exa. consegue acompanhar por aqui, e a apresentação está disponível –, a gente vê aqui, na terceira coluna da direita, o aumento do consumo desses agrotóxicos que causam esses problemas. Então, aqui, essas bolinhas, esse asterisco aqui em vermelho são agrotóxicos proibidos em pelo menos três países da OCDE, de que, segundo o projeto de lei, se pode determinar o registro temporário. Então, a gente vê que a gente comercializa um grande volume desses produtos. E os produtos em azul são agrotóxicos cancerígenos ou desreguladores endócrinos.

Então, o que a gente está usando no Brasil? Produtos muito tóxicos. E o uso dessas substâncias vem aumentando. A gente viu, nos últimos anos, como é ágil a liberação do registro de produtos agrotóxicos no Brasil, com mais de 1,6 mil produtos liberados, ainda que a nossa legislação atual preveja que necessidades agronômicas possam passar a fila.

A gente também tem uma situação de consumo de agrotóxicos em alimentos. E a própria Anvisa destaca que essa avaliação de risco que a Anvisa faz não considera os "efeitos aditivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e potenciais interações entre elas" – entre esses agrotóxicos – "seja para efeitos agudos ou crônicos".

É isso, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Karen, pela sua explanação.

Passo a palavra agora ao Dr. José Otavio Menten, Professor Sênior da Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

V. Sa. tem a palavra por 15 minutos.

Muito obrigado pela presença.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*) ... Senadores, Deputados, palestrantes, oradores de hoje, de ontem, é um grande prazer. Primeiro, quero agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui com vocês participando desta audiência. Quero cumprimentar os palestrantes de ontem que também puderam fazer essa apresentação.

Eu vou me ater aqui ao tema, vou falar sobre o PL 1.459, antigo PL 6.299, e vou falar sobre a importância da modernização da regulamentação desses pesticidas agrícolas aqui no Brasil com base na ciência, na tecnologia e no conhecimento.

Como já foi apresentado, eu sou engenheiro agrônomo; atualmente Professor Sênior da Esalq-USP; sou doutor na área de proteção de plantas, com mestrado e doutorado; tenho pós-doutorado na Holanda, na Dinamarca, na Inglaterra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Dr. José Otavio, desculpe-me a interrupção, mas a sua apresentação não está aparecendo aqui para nós.

Segundo o que me consta, é o seu aparelho. O nosso aqui está o.k. na mesa. (*Pausa.*)

Agora, sim. (*Pausa.*)

Agora, sim. Vamos restabelecer os 15 minutos para começar de novo.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – O.k. Vamos voltar aqui.

Eu vou falar sobre a modernização da regulamentação dos pesticidas agrícolas no Brasil com base na ciência, tecnologia e conhecimento.

Eu tenho bastante experiência já na área: tenho mestrado e doutorado na área de proteção de plantas; tenho pós-doutorados na Holanda, na Dinamarca, na Inglaterra; já trabalhei no Instituto Agronômico de Campinas, na Embrapa e no Centro de Energia Nuclear na Agricultura; e, atualmente, eu sou Professor Sênior da Esalq e Presidente do Conselho Científico Agro Sustentável.

Eu vou procurar, nestes 15 minutos, falar inicialmente sobre a importância das pragas agrícolas; falar sobre a importância do manejo integrado de pragas, em que entram os pesticidas agrícolas, tanto os químicos como os biológicos; mostrar a importância de um novo pesticida agrícola do ponto de vista da ciência, da tecnologia e do uso correto; e falar sobre a importância de modernizar essa legislação.

Por que as pragas existem? Porque nós transformamos um ecossistema que é altamente diversificado em um agroecossistema que tem um menor número de espécies cultivadas. Dessa maneira, ele é mais simplificado, mais instável. E uma das fragilidades que surgem são as pragas. E o grande desafio da agricultura é, nessas condições, fazer com que nós possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver uma agricultura produtiva e sustentável. E aqui a tecnologia é fundamental, através da aplicação dos conhecimentos científicos a esses processos produtivos.

Quando nós falamos em defesa vegetal, que visa ao manejo sustentável de pragas dos vegetais, nós estamos falando sobre todos esses seres vivos nocivos aos vegetais ou aos produtos vegetais. Particularmente, são os insetos e os ácaros; os fungos, as bactérias, os vírus e os nematoides, que são os agentes causais de doenças; e as plantas invasoras. De uma maneira geral, em uma média de todo o mundo, hoje, apesar de todas as medidas de manejo que nós usamos, as pragas ainda impedem a expressão do rendimento das culturas, causando um dano de cerca de 40% na produtividade, quer dizer, as pragas ainda hoje impedem que a gente produza 40% a mais.

E, nas regiões tropicais, como é o caso aqui do Brasil, essas pragas são ainda mais prejudiciais. Nós temos maior diversidade, maior severidade, e, consequentemente, vai haver necessidade de maiores intervenções, de as medidas de controle serem mais intensas, incluindo entre essas medidas o uso de pesticidas agrícolas, ou seja, nós só vamos usar os pesticidas agrícolas quando as outras medidas de manejo não forem suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Não está rodando aqui.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... sempre que falar em manejo integrado das pragas, envolvendo métodos legislativo, genético, cultural, mecânico, físico, incluindo aqui o método biológico, em que nós vamos ter os pesticidas agrícolas biológicos, e os métodos químicos, em que vamos ter os pesticidas agrícolas químicos.

O processo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não está rodando a sua apresentação, que está na primeira página ainda, José. É só para avisá-lo. É só rodar para baixo, e você vai...

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Estou vendo aqui na minha tela. Uma pena! Então, vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Fique à vontade.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Um minutinho só. Vamos tentar acertar. (*Pausa.*)

Agora, está mudando?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Agora, está.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Senador, eu não vou voltar àquilo que eu já falei. Eu vou só passar os eslaides para vocês aí, mas não vou voltar para economizar o tempo.

Estes foram os eslaides... Vocês estão vendo aqui os eslaides que eu já passei, mas eu comentei tudo isso.

E agora estou falando sobre esse eslaide aqui.

Vocês estão vendo agora esse do manejo integrado de pragas?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não. O senhor tem que mudar a tela aí, senão ele não vai avançar.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Ah, não estão avançando os eslaides?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não, não estão avançando. Só tem o "Desenvolvimento de um Novo Pesticida Agrícola".

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Será que por aí não seria mais fácil, Senador? Avançando por aí, e eu vou falando "próximo" então?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Tá. Pode ser.

Vamos continuar, senão eu vou ter que interromper a sua apresentação. Já quase vão 15 minutos.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Caso vocês não possam passar por aí, eu vou continuar seguindo aqui a minha apresentação.

Então, o que eu queria demonstrar aqui é que, no desenvolvimento de um novo defensivo agrícola, existem as fases da química, da biologia e dos estudos toxicológicos, tanto ambientais quanto da saúde pública, e esse processo leva cerca de dez anos. São dez anos para o desenvolvimento de novos defensivos, e esses defensivos envolvem centenas de pesquisadores, técnicos, para fazer esse trabalho.

E, de 140 mil moléculas que são sintetizadas, apenas uma chega à fase de ser submetida ao processo de registro. Então, ao longo do tempo, as exigências dos testes, tanto os testes agronômicos como os testes toxicológicos, como os testes ambientais, foram aumentando. Então, cada vez mais existe mais exigência para que essas moléculas alcancem essa possibilidade de serem utilizadas.

E, após haver o desenvolvimento, há necessidade do registro, e esse registro é extremamente rigoroso. Ele passa por uma análise da Anvisa, do Mapa e do Ibama, e, se ele for indeferido por qualquer um desses órgãos, ele não é liberado para ser utilizado aqui no Brasil.

A Anvisa elabora uma classificação toxicológica que já avançou ao longo desse tempo – antigamente eram quatro classes toxicológicas; hoje são seis –, e o Ibama faz a classificação ambiental – hoje são quatro classes de periculosidade ambiental desses produtos.

E, ao longo do tempo, nós tivemos uma grande evolução.

Esse aqui é um exemplo dos fungicidas, o que aconteceu com a média dos fungicidas registrados em diversas décadas aqui no Brasil. A gente vê claramente que, ao longo do tempo... Essa barra verde mostra a dose, quantos gramas de ingrediente ativo por hectare são necessários para o controle dos fungos, e a barra cor-de-rosa mostra a LD 50, que são os miligramas de ingrediente ativo desse produto por quilo do animal teste, mostrando, então, que a toxicidade desses produtos vem sendo reduzida ao longo dos anos. De uma maneira geral, nesses quase 50 anos desse estudo, as doses dos defensivos reduziram quase 90% e houve uma redução da toxicidade aguda de 160 vezes.

E esses novos pesticidas agrícolas são extremamente importantes por várias razões. Uma delas é o desenvolvimento de novos mecanismos de ação, e, como consequência disso, nós vamos ter uma melhoria no manejo da resistência de pragas aos pesticidas, uma maior seletividade, um menor impacto ambiental...

Um minutinho só, porque caiu aqui. (*Pausa.*)

Está ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sim, pode continuar, que agora está sendo monitorado por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (*Por videoconferência*.) – Tá. Então, próximo, por favor. Próximo.

Então, nós vamos ter esses benefícios dos pesticidas agrícolas, entre eles: produtos com menor impacto ambiental, menos tóxicos, inclusive vamos eliminar essas barreiras não tarifárias na exportação.

Próximo.

Os produtos, então, são de boa qualidade, mas dependem de um uso correto e seguro, que são as boas práticas agrícolas. Usando corretamente esses produtos que passaram por todo esse processo de desenvolvimento, por todo esse crivo de registro, essa é a solução para que não haja resíduos em alimentos, para que não haja intoxicações em manipuladores e para que não haja impactos ambientais indesejáveis.

Próximo.

Nós temos vários programas aqui no Brasil que medem, que monitoram os resíduos de pesticidas em alimento, como é o caso do Para, da Anvisa, o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, do Ministério da Agricultura, e o controle que é feito pelos comerciantes de uma maneira geral.

Próximo.

De uma maneira geral, nós temos visto que não há problemas, nós estamos no mesmo nível de todos os países no que se refere a resíduos de pesticidas em alimentos.

Onde existe uma maior preocupação é no caso das *minor crops*, que são as culturas de menor importância econômica. Então, é onde ocorre, e a principal razão dessas inconformidades nessas culturas de menor importância econômica é a falta de uma legislação adequada que registre um maior número de produtos para essas culturas menores, porque a maior causa é o não registro, quando aparece uma inconformidade, uma presença de resíduos.

Próximo.

Um outro ponto muito importante: o Brasil hoje é referência mundial na destinação de embalagens vazias. Então, nós recolhemos quase 94% de todas as embalagens vazias de defensivos. E o Brasil é líder mundial, e isso traz uma vantagem ambiental muito grande para todo o território brasileiro.

Próximo.

Então, de uma maneira geral, não há evidências científicas conclusivas de que a utilização de pesticidas agrícolas, de acordo com as boas práticas agrícolas, esteja causando problema toxicológicos ou ambientais aqui no Brasil.

Próximo.

Nós temos grandes desafios. Um deles é esse trabalho que a gente faz constantemente, fazendo uma comunicação adequada, esclarecendo a sociedade de que é possível produzir alimentos seguros usando pesticidas agrícolas.

Outro desafio é nós conseguirmos essa agilização no processo de registro através do aprimoramento da infraestrutura; esse tempo médio de análise dos processos de registro tem que ser melhorado. Nós temos que aprimorar a regulamentação, harmonizando Mapa, Anvisa e Ibama e fazendo entrar em vigor essa nova lei dos pesticidas agrícolas.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que priorizar o registro de novos produtos, para nós estarmos pareados aí com as exigências dos países que importam o alimento do Brasil, para nós melhorarmos a produção integrada aqui dentro do Brasil, para termos produtos para as culturas de menor importância econômica, que são a principal causa de inconformidades em análise de resíduos, e temos que melhorar a tecnologia de aplicação, melhorando o uso correto e seguro para evitar a exposição do aplicador, para evitar resíduos, para evitar o impacto ambiental. Então, nós temos um trabalho de treinamento adequado para os aplicadores.

Essa revisão na legislação de pesticidas aqui no Brasil é fundamental. Essa lei tem mais de 30 anos. Houve, nesse período, uma série de avanços científicos e tecnológicos a que nós já nos referimos. O Brasil, hoje, tem um papel relevante no mercado global de *commodities* agrícolas: nós somos um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, mas também de fibras e de biocombustíveis renováveis.

Próximo.

Esse PL em discussão visa à modernização da legislação; não é uma flexibilização. Ele abre espaço para a adoção de critérios científicos avançados, como, por exemplo, a adoção da análise de risco; ele traz uma agilização nesse processo de registro; ele reforça a segurança na utilização de pesticidas agrícolas; e coloca o Brasil no mesmo nível dos principais competidores, permitindo o acesso a novas tecnologias.

Próximo.

Então, basicamente era isso que eu gostaria de apresentar. Fico totalmente à disposição dos Senadores, dos Deputados e de toda a audiência. E, novamente, cumprimento essa Comissão por essa iniciativa e cumprimento os demais apresentadores e a audiência de uma maneira geral.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. José Otavio, pela sua exposição.

Passo a palavra agora à Dra. Marina Lacôrte, Engenheira Agrônoma e mestre em Ecologia Aplicada, representante do Greenpeace Brasil.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu vou justificar minha saída. Não é desrespeito a nenhum convidado, pelo contrário, a gente respeita, até porque vê o nível da qualidade e das intervenções que, desde ontem, esses nossos convidados estão nos trazendo. Tenho uma tarefa, agora, como Líder, que é a reunião do Colégio de Líderes, para tratar da nossa pauta seguinte, e vou sair por um momento.

Queria pedir a V. Exa. que, quando começar a segunda parte, nos avisasse por causa das matérias prementes que estão colocadas aqui, que são essas matérias que provocam esse debate.

Chamo a atenção aqui da nossa Comissão, que exige, cada vez mais, a nossa atenção e a nossa dedicação às pautas que estão chegando aqui, principalmente na CRA. Veja aí, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pauta que está colocada, a proposta do autocontrole, a proposta das APPs, que têm a ver com esse debate que nós estamos fazendo aqui.

Esse tipo de projeto, uma vez que o Brasil está no centro dessas questões, principalmente... Nós somos os maiores produtores de grãos de exportação a partir da importância que o agronegócio levou no Brasil. E nós estamos sendo o centro dessa questão por interesses de importadores, mas também estamos no centro da questão do papel da Amazônia na questão do globo terrestre, da temperatura e na questão ambiental. Daí aumenta mais a nossa responsabilidade, porque aqui não é só o interesse desses radicais e ambientalistas contra o agronegócio, etc. e tal, não é? Acho que isso é minimizar o debate.

Vejam que, pela qualidade da intervenção dos nossos representantes, uns com uma visão preocupada com o desenvolvimento e o enriquecimento do nosso país, que ninguém é contra absolutamente... Reconhecemos que o agronegócio cresceu, se tornou um grande exportador e, portanto, é importador de reservas para o nosso país e tem a sua importância, assim como também aqueles que se preocupam com a questão ambiental e com a questão da saúde pública também têm suas razões e sua importância.

Vejam que um tipo de projeto desse demora muito aqui exatamente porque mexe com essa sensibilidade, principalmente num país como este, que é cheio de biomas diferenciados – o bioma da Amazônia, o bioma do Cerrado, o bioma do Mato Grosso. Então, isso chama a atenção porque, quando a gente entra com esse tipo de requerimento para debates, para aprofundamento, parece, às vezes, até chato ou que a gente quer protelar. Pelo contrário, a gente tem essa responsabilidade. Nós que estamos aqui temos essa vivência já há algum tempo, estamos ficando de cabelo branco de estar aqui dentro do Congresso Nacional. Portanto, isso aumenta a nossa responsabilidade.

Eu sei da responsabilidade que V. Exa. tem, principalmente por ser um produtor da Região Amazônica, e o senhor sabe da experiência da Região Amazônica, os limites que, depois, com esse processo do enfrentamento da devastação... Os homens, tanto os produtores quanto os pequenos produtores, os técnicos, os intelectuais, os estudiosos, os pesquisadores... Foi lá da Amazônia que se buscou e se encontrou a autossustentabilidade, um desenvolvimento com autossustentabilidade. Então, isso é o que evolui na consciência e na responsabilidade do nosso país perante o mundo, perante o desenvolvimento, mas também perante o respeito ambiental e a questão da saúde pública.

Então, chamo a atenção para isso, porque, Presidente, estão na pauta, aqui na nossa Comissão, esses projetos prementes. Temos este caso aqui, mas também temos dois anteriores que estão na pauta, que são os da questão da autorregulamentação e, ao mesmo tempo, também das APPs. Chamo a atenção para esse negócio das APPs também.

O Código Eleitoral, de que V. Exa. participou inclusive como Deputado e nós todos também, ficou dez anos para ser aprovado aqui e ele trata de todas essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Código Florestal.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah! O Código Florestal.

Então, eu queria só, em respeito aos nossos convidados, que estão trazendo realmente informações das suas visões e das suas pesquisas, que são importantes para o nosso debate,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o nosso aprofundamento, e, portanto... A ideia, neste caso, dos agrotóxicos de passar pelas outras Comissões, como a CAS, que trata da questão específica da saúde, como a questão da CMA, é fundamental para a gente aprofundar e ao final dar resposta para o Brasil: uma legislação que tenha não só segurança e assegure o desenvolvimento, mas também respeite a questão ambiental e a saúde pública do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha. Na segunda etapa, eu lhe aviso a hora em que começarmos.

Eu peço licença à Dra. Marina, mas eu estou em dívida com a Senadora Zenaide Maia, desde ontem. Agora... A Senadora Zenaide Maia agora não está... Agora ela está no telefone.... (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, eu estou em dívida com V. Exa. desde ontem. V. Exa. pediu a palavra e eu não lhe dei a palavra. Pergunto se a senhora gostaria de usar a palavra agora ou vamos ouvir os nossos convidados? O que a senhora prefere?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Quantos faltam, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Faltam três.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Três? Mas vai ter tempo ou vai ser como ontem: até onde a vista alcance, a palestra? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não, são 15 minutos só.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É muito importante ouvir os dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Obrigado, e desculpe-me por ontem. Mas, para evitar o que aconteceu ontem, nós estamos exatamente hoje colocando 15 minutos para cada um.

Então, passo a palavra à Dra. Marina Lacôrte, para as suas colocações, agradecendo mais uma vez a sua presença junto conosco.

A SRA. MARINA LACÔRTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todas e a todos que nos acompanham.

Eu queria agradecer também o convite, saudar também a iniciativa, e falar que o Senador nem deveria pedir desculpas, porque ontem o debate foi riquíssimo, e seria muito bom a gente também ter mais tempo aqui para a gente poder debater sobre esse tema, que merece muito – muito! – respeito, muita atenção, por tamanha complexidade que ele tem. Então, na verdade, o meu profundo agradecimento ao Senador por abrir, pelo menos, este espaço para isso.

Mas quero dizer também que me preocupa um pouco o fato de a gente ter só duas audiências públicas para debater esse tema tão importante num espaço que não exatamente trata de todos os temas que esse projeto aborda. Então, a gente não está falando apenas de questões econômicas e agronômicas, que é algo de que o setor do agronegócio muito tem se pautado para defender o PL quando diz que precisa de modernização e que isso seria para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender um setor responsável pela balança comercial positiva do país, mas a gente está falando, sobretudo, de saúde, de meio ambiente equilibrado e de vida basicamente, porque as consequências da aprovação desse projeto podem, sim, ser de violação do direito humano.

E, nesse sentido, Senador, esses aspectos talvez fujam um pouco desta Comissão de fato, mas não fogem ao projeto; pelo contrário, eles são aspectos que indiscutivelmente são colocados em risco com a aprovação da proposta.

Como, por ora, a sinalização é a de que, lamentavelmente, esse diálogo se restringe a esta Comissão, é aqui mesmo que nós vamos ter que fazer este debate. Então, apesar de grata, de novo, Senador, não posso deixar de expressar esta minha profunda preocupação com a condução do processo nesse sentido e com o fato de a gente estar com apenas duas audiências nesta Comissão.

Também outra preocupação que eu gostaria de expressar é com a pressa demonstrada em se avançar com o PL aqui, em ler esse projeto de lei hoje para que, então, ele seja votado, logicamente, o quanto antes – não há outra razão para se correr tanto –, sendo que a gente está justamente fazendo estas audiências para pedir uma avaliação profunda em torno dele, sendo que a gente tem uma Casa, uma sala mais esvaziada pelo excesso de pautas e de votações que estão acontecendo, pelo próprio São João, pelos contextos culturais do nosso país. Se a gente sabia que a gente ia ter uma Casa assim, seria crucial a gente ter aguardado ou expandido um pouco mais este debate, que diz respeito a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Ele precisava acontecer de uma forma um pouco mais cadenciada, para não ficar uma coisa tão pró-forma. Mas obrigada mesmo assim.

A gente viu isso acontecer na Câmara, não é? Esperamos que, no Senado, seja um pouco diferente. A gente viu um processo bem enviesado e atropelado. A gente viu o Presidente da Casa lá usar a pandemia – é muito triste isto –, os desafios e a complexidade que ela trouxe, inclusive em relação à participação da sociedade no debate, à participação social, a gente o viu usar tudo isso como oportunidade para colocar pautas em votação. Então, a gente espera ainda que isso possa ser diferente aqui no Senado. Eu não vejo muita lógica em centrar esforço para avançar com um projeto que pode, sim, agravar ainda mais esse tipo de situação, inclusive a pandemia, não é? Se há quem não acredite que isso vai acontecer, tudo bem, nós estamos em uma democracia, é um direito não acreditar, mas é exatamente sobre isso que a gente está debatendo aqui, é o que eu e outros profissionais da área temos defendido.

Só lembro que é assim que essa pauta chega ao Senado: é um projeto que saiu da Casa em 2002, o que dá a impressão de ser muito antigo, com tempo suficiente de debate, mas isso está longe de ser a realidade, porque ele saiu desta Casa – só estou relembrando um pouco – com dois artigos e agora volta revogando toda uma lei, excluindo dispositivos de segurança importantíssimos que estão nessa lei, e não pode sequer sofrer alterações significativas de texto neste momento. Assim, é um debate que, apesar de estar longe de ser esgotado nesta Casa, como tudo indica, pode ser atropelado também, mas esperamos que não.

O Greenpeace é uma organização essencialmente ambientalista, que tem como pilares fundamentais a não violência e a independência financeira e política no sentido partidário do termo. Então, não aceitamos doações nem de empresas, nem de partidos políticos. Porém, o resultado das nossas lutas depende das decisões políticas completamente. É por isso que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente está sempre acompanhando essas decisões e cobrando pelas soluções que a gente acredita serem soluções.

Então, a gente tem que tomar um pouco de cuidado com a falácia lógica nesse sentido. Esse é um ponto que me incomodou um pouco ontem, acompanhando a audiência. A impressão que me deu foi a de que muitas pessoas que participaram do debate, às vezes, não ouvem ou não querem ouvir, por exemplo, quando se diz aqui que temos feito defesas ideológicas, com viés político, quando falamos contra a proposta. Mas o que deve formar uma ideologia ou basear uma decisão política principalmente? Estudos, pesquisas, dados científicos e empíricos também, é claro, mas sobretudo os científicos.

Portanto, o que eu quero dizer é que a ideologia não está necessariamente dissociada da técnica, a não ser que ela busque atender interesses próprios ao invés do coletivo – ou de empresas, de pequenos grupos. Não é claramente o caso aqui de quem está falando contra a proposta.

Então, Senador, me permita, eu vou continuar usando esse espaço de fala para desconstruir alguns argumentos distorcidos, alguns deles altamente distorcidos, porque isso é um direito e um dever meu como uma representante da sociedade civil. Eu espero que isso não seja interpretado como fuga do tema, porque não é. Esse é um tema extremamente complexo, como eu já disse, que se relaciona com muitas temáticas, e excluir essas temáticas do debate é deixar peças importantíssimas de fora dele.

Então, me baseando aqui bastante no que está no texto – eu não tenho uma apresentação, mas a gente está discutindo muito tempo essa proposta e, então, a gente a conhece bastante bem –, com base no que está no texto, eu entro um pouco mais em algumas questões específicas para continuar mostrando – ontem já foram feitas exposições valiosíssimas nesse sentido – por A mais B que essa desejada modernização infelizmente não está no texto, na redação – e deveria estar.

Eu vou colocar esses pontos aqui, porque a gente não pode se basear naquilo que deveria acontecer. A gente não pode se basear na interpretação do texto, o que seria o correto ou esperado dos órgãos. É esperado envolver os três órgãos, é claro, mas no texto existe uma lacuna que não os obriga mais a estarem envolvidos e que usa o termo "quando couber" e o termo "homologar". Então, podemos, sim, considerar que esses órgãos podem estar excluídos do processo decisório. Esse é apenas um exemplo e é com base nisso que eu vou pontuar alguns dos argumentos que a gente tem ouvido à exaustão no dia a dia, mas muitos não passam de discurso, porque, na realidade, não estão no texto.

O primeiro deles: o projeto de lei não traz nenhum artigo relacionado ao preço dos alimentos. Então, essa coisa de que vamos produzir comida mais barata, não está no texto no sentido de como, por exemplo, se balanceariam os subsídios que hoje são destinados em toneladas ao agronegócio e aos agrotóxicos, para fazer com que o alimento, de fato, chegue mais barato ao consumidor. Há muitas décadas, há pelo menos cinco décadas, os incentivos e os subsídios agrícolas são direcionados majoritariamente para a produção de *commodities, o* que tem implicado inclusive a diminuição de áreas de plantio fundamentais de alimentos, de itens alimentares fundamentais para o brasileiro, como arroz e feijão. E isso também tem uma influência no preço – e a gente vê aí o quão exorbitantes são os preço dos alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro discurso muito propagado relacionado ao projeto é que ser contra pesticidas, na palavra do setor, ser contra agrotóxicos é ser contra a tecnologia, ou mesmo que é um paradoxo falar de sustentabilidade e ser contra essas tecnologias. Mas vamos lá. No texto, a lei proposta não aborda priorização de moléculas menos tóxicas. Pelo contrário, ela revoga a lei vigente e todos os seus decretos – e esses, sim, já traziam dispositivos nesse sentido e que agora são excluídos e até, por ora, não substituídos. Inclusive a avaliação de risco já estava no Decreto 4.074, de janeiro de 2002. Então, esse decreto traz esses aspectos de forma muito clara, objetiva e coerente, como deve ser, como lembrou ontem o Dr. Paulo Amaral. A nova proposta exclui a expressa proibição na aprovação de substâncias cancerígenas, carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas e também não substitui esse texto na proposta.

Então, arts. 3º e 4º da lei atual são retirados e, repito, não há nenhuma linha que explicite esse direcionamento de aprovação de moléculas menos tóxicas como há na lei atual. Na nova proposta não há. Na lei atual, há. Além trazer essa questão muito subjetiva e difusa do termo "risco inaceitável", muito debatido aqui ontem, com muita qualidade. Então não preciso nem repetir muito sobre isso. E isso, meus caros e minhas caras, significa precisamente um afrouxamento e uma flexibilização. Eu não vejo um termo mais adequado para isso, não é?

Em relação à sustentabilidade, paradoxo mesmo é classificar como sustentável o monocultivo em larga escala. E, se eu conseguir mais tempo, eu posso entrar um pouco mais nessa questão. Chego lá. Ele pode, sim, ser menos nocivo, ele pode, sim, ser muito melhorado, mas sustentável, não exatamente, pelo conceito que a sustentabilidade tem.

Sobre o tão falado tempo de registro, de que hoje se leva muito tempo para liberação de uma molécula mais eficiente, menos agressiva. Também já foi falado muito que a celeridade nesse caso não pode se resolver com decurso de prazo, ela tem que se resolver com o aumento da capacidade técnica dos órgãos, com quadro técnico suficiente. O PL não faz isso, não é? O que o PL faz exatamente é colocar esse decurso de prazo. Embora ontem acho que colocaram alguma coisa sobre "não, mas há uma metodologia para fazer isso, sem que isso signifique liberar geral"; essa metodologia não está no texto, não é? O que está no texto é o prazo máximo de dois anos para aprovação de uma molécula, independentemente de se análise terminou ou não. Então isso significa precisamente uma precarização do processo de avaliação e uma abertura para aprovação de moléculas mais perigosas, não é? Também sem qualquer obrigação de retirada do mercado de moléculas mais tóxicas. Aliás, a gente tem visto muita atrazina, muito acefato – carbendazim agora talvez a gente veja menos, não é? – e muito glifosato nos novos registros. Moléculas velhas, conhecidas e com efeitos muito graves à saúde e que não têm nenhuma previsão de sair do mercado com novas moléculas, não é?

Karen também já trouxe a informação de que 80% dos agrotóxicos comercializados no Brasil são proibidos em pelo menos três países da OCDE. O PL dos agrotóxicos prevê conceder registro automático para produtos que sejam registrados em ao menos três países da organização, desconsiderando todas as questões importantes que também ontem foram expostas pela Dra. Naiara, da Terra de Direitos, em relação à regionalidade, por exemplo. O mesmo critério não se aplica para a situação oposta, ou seja, o projeto não prevê que uma substância proibida em três países da OCDE seja também proibida no Brasil. Isso seria muito moderno, se a gente tivesse como incluir isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O também super-replicado discurso da fome, de que essa agricultura muito pautada no uso de agrotóxicos é essencial para eliminação da fome, também já não se sustenta mais, não é? A existência da fome não é uma questão de volume de produção, de quantidade, de capacidade produtiva, isso já tem ficado muito claro, já foi colocado como mito pela Organização das Nações Unidas. O problema da fome é má distribuição, falta de acesso aos alimentos, que são fatores gerados principalmente pelas desigualdades sociais muito crescentes no nosso país, não é? Então, se o PL for aprovado e mais agrotóxicos forem utilizados – porque essa é a nossa leitura, com tudo que eu coloquei agora –, a fome continuará a crescer, já que a insegurança alimentar tem origem nessas questões e também em decisões políticas que determinam o que vem sendo produzido, para que e para quem vem sendo produzido, não?

Pois bem, se isso não é flexibilizar, Senadora, eu não sei o que é, é isso que nós temos defendido aqui, não é?

Já foi apontado, artigo por artigo, por representantes da esfera legal e outras esferas, onde é que estão esses pontos e por que eles flexibilizam. Não é uma questão de interpretação. Agora, falta a gente enxergar e colocar a sociedade em primeiro lugar. Por isso que seguramente a gente tem afirmado que o PL vai provocar o aumento do uso dessas substâncias, porque ele abre essas lacunas, ele flexibiliza sem tirar nada de velho do mercado.

Então, precisamos ser maduros nesse sentido, e não levianos. Eu digo isso com tranquilidade, porque eu tenho visto muitos discursos aí que a gente precisa mesmo desconstruir, levianos, no sentido de que é irresponsável dizer que não há relação dessas substâncias com problemas graves de saúde como um câncer.

Pior do que isso é dizer que isso é *fake news*, como eu vi ontem no *chat* o perfil da FPA fazer, a Frente Parlamentar da Agropecuária, quando a gente tem toneladas de estudos, pesquisas, decisões jurídicas, muitas delas recentes, como a da Corte americana, por exemplo, que comprovam essa relação científica e tecnicamente, tudo devidamente registrado em publicações. A mais recente delas, inclusive, acaba de apontar evidências do tão negado efeito/causa entre agrotóxicos e doenças como câncer.

Esse artigo é muito recente, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Eu tenho todas as referências que estou usando aqui agora em separado e posso disponibilizar todas elas para os senhores e para as senhoras.

Outra irresponsabilidade muito grande que eu tenho visto aqui, muito triste, é desqualificar ou ignorar quem entende do assunto, quando se descredibilizam – ontem eu vi o Deputado Neri Geller, se não me engano, fazer isso – mais de 20 órgãos, entre eles, Fiocruz, um dos melhores órgãos que a gente tem, de altíssima qualidade e credibilidade. Fiocruz, Instituto Nacional de Câncer, Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Ministério Público Federal e até a ONU já emitiram notas e documentos técnicos pedindo a rejeição do projeto e explicando o porquê. Então, dizer que eles emitiram essas notas quando o substitutivo era outro, quando a gente sabe que nada mudou substancialmente desde a apresentação desse projeto como o Projeto 3.200, de 2015, lá atrás, é uma irresponsabilidade.

Ontem mesmo, a gente teve publicação de mais uma nota da ONU, que a gente pode disponibilizar aqui, pedindo que os Senadores rejeitem o projeto, porque ele violaria profundamente os direitos humanos. Então, isso, bem como ignorar a opinião pública, é muito ruim. Já são mais de 1,9 milhão de pessoas que se manifestaram num abaixo-assinado contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta. E não é qualquer abaixo-assinado. Nessa página do abaixo-assinado, vocês encontram também todas as referências, dados, estudos científicos aos quais a gente se refere e por que a gente pede a rejeição desse projeto.

Outra irresponsabilidade é dizer que os alimentos são seguros, quando a gente está ingerindo agrotóxicos diariamente, não apenas nos alimentos, mas na água. O tamanho desse estrago pode variar, mas não podemos negar que eles estão no nosso prato, eles estão lá, os testes mostram isso.

Então, tentar omitir isso distorcendo estatísticas, por exemplo, dizendo que 99% dos alimentos são seguros, quando 1% desses alimentos apresentaram risco agudo à saúde, ou seja, estavam impróprios para consumo, poderiam levar indivíduos até à morte, tamanha a concentração de resíduos. Isso é, no mínimo, irresponsável, porque essa proporção deveria ser zero. O restante, 99%, não representou esse tipo de risco, mas não estava livre de agrotóxicos. Mais da metade dessas amostras, no caso, na ocasião desse teste lá atrás, em 2016, se não me engano, tinha resíduo de agrotóxicos dentro e fora dos limites estabelecidos. Então, seguros eles não estavam, porque não há nível seguro para a ingestão dessas substâncias. Essa falsa conclusão de segurança oculta todos os outros riscos decorrentes da exposição frequente e da múltipla exposição, que pode provocar distúrbios e problemas gravíssimos, como infertilidade, impotência, aborto, malformação, desregulação endócrina, efeito sobre o sistema imunológico e nervoso, carcinogênese, teratogênese, alterações genéticas, entre vários outros problemas já relatados em diversos estudos, tudo devidamente comprovado e publicado.

Uma outra irresponsabilidade que se comete atualmente é que muitas dessas substâncias conseguem ser aprovadas sob o argumento de que – abrem-se aspas – "não há evidências suficientes" – fecham-se aspas. Sendo que o que a sociedade espera é que os tomadores de decisão considerem as inúmeras evidências que existem acerca dos efeitos dos agrotóxicos. Ela precisa ser priorizada: a proteção da saúde das pessoas e do meio ambiente precisa estar acima disso. A gente invoca o princípio da precaução nesse sentido.

É escandaloso também a gente continuar ofertando para brasileiros e brasileiras veneno que a Europa e os Estados Unidos negam para a sua população. Então, a maior parte dos agrotóxicos que a gente está falando que foram banidos na Europa foi por conta de riscos à saúde e ao meio ambiente, não tem a ver com a questão climática ou econômica daqui ou mesmo agronômica – alguns, sim, poucos; a maioria não. Não é uma maldição a gente ser um país tropical, existem manejos para isso; não há só o plantio direto, há várias outras formas de manejo.

Por último, quero dizer que a gente tem um uso do solo eficiente, quando a gente tem produção sobrando e 15% da população em insegurança alimentar grave, que é o nome técnico da fome, e mais da metade da população em outros níveis de insegurança alimentar, isso também é irresponsável. E também ao dizer isso quando a gente é um dos maiores contribuintes para a emissão dos gases de efeito estufa, justamente por conta da compressão de uso de solo, que ocorre por conta da atividade agropecuária, ou seja, esse projeto de lei, Senadores e Senadoras, não cabe no caminho que a gente precisa traçar para mitigar as crises socioambientais, em especial a alimentar e a climática.

A gente precisa de uma transição urgente para um modelo de fato mais sustentável. A relação entre a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos é de total dependência. Uma coisa depende da outra: a produção de alimentos depende da preservação do meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, e a preservação do meio ambiente depende de como se produz alimentos. A premissa é muito simples: conservar os recursos naturais é o único caminho possível que a gente tem para garantir a evolução e a continuação da humanidade, porque, sem esses recursos, a gente não vai sobreviver e não vai também produzir absolutamente nada.

Então, começando a concluir a minha fala, a legislação precisa de melhoria, sim, mas ela não pode desproteger a população e o meio ambiente, como o Projeto de Lei 1.459, de 2022, propõe. Dizer que esse projeto moderniza a nossa legislação não é verdadeiro. Modernização seria estar em texto: prazo de validade e reavaliação periódica para agrotóxicos; proibição de proibidos que a gente chama, que é priorização de fato de moléculas menos tóxicas, e proibir aquilo que já não se usa lá fora por conta de questões de saúde e meio ambiente. Moderno seria também a obrigatoriedade de assegurar a capacidade adequada dos órgãos para que eles façam o seu trabalho; a gente não pode esquecer que o cliente maior desses órgãos é a sociedade, não são as empresas produtoras de agrotóxicos. É a sociedade que precisa de proteção e precisa do seu meio ambiente equilibrado, garantido como está na Constituição.

Também a obrigatoriedade da implementação de laboratórios capazes de analisar todas as moléculas aprovadas aqui, e não apenas uma parte pequena delas, que é o que acontece hoje. Não temos nenhum laboratório no Brasil capaz de avaliar, de testar todas as moléculas. Então, há agrotóxicos que a gente pode estar consumindo que sequer estão testados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Para concluir, Doutora.

A SRA. MARINA LACÔRTE (*Por videoconferência*.) – Moderno também seria manter dispositivos claros, objetivos e coerentes, que nós já temos nesta lei, e não excluí-los, porque é isso que a proposta nova está fazendo.

Em nome da real segurança alimentar e diante da urgência climática em que a gente se vê, a gente precisa de políticas públicas que assegurem o direito da população a uma alimentação adequada e saudável e que protejam as nossas riquezas naturais. Isso exige de forma urgente a redução gradual do uso de agrotóxicos, e não o aumento, caminho para o qual o PL em questão vai nos levar. Nós não estamos pedindo para arrancar as lavouras de grãos na semana que vem e mudar tudo da noite para o dia; nós estamos pedindo uma redução gradual. E a sociedade certamente espera uma atividade comprometida com o seu verdadeiro propósito, que é atender, em primeiro lugar, essa demanda alimentar; uma atividade comprometida com as pessoas, em primeiro lugar, com a oferta de alimentos, que tenha o negócio, a parte do agronegócio, como um resultado, mas que isso não passe por cima do seu objetivo. Isso requer a rejeição deste PL.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Doutora.

A SRA. MARINA LACÔRTE (*Por videoconferência*.) – E, se a gente seguir assim e aprovar este PL, muitíssimo em breve, invariavelmente, não vai ter nada para ninguém. O crescimento econômico também vai se estagnar com a exaustão dos recursos naturais. E a única coisa que vai sobrar é um abacaxi gigantesco nas mãos dos nossos filhos e das futuras gerações. Eu não tenho dúvida quanto a isso.

Muito obrigada, Senador.

Muito obrigada a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Marina Lacôrte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Dr. Rafael Rioja Arantes, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. V. Sa. tem 15 minutos.

O SR. RAFAEL RIOJA ARANTES (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Enquanto minha apresentação entra aqui – já estou aqui com o passador –, eu não poderia deixar de agradecer, Senador Acir, pela realização desta audiência. Como o excelentíssimo senhor sabe, há um grande interesse da sociedade e da população brasileira. Ontem, tivemos mais de cem pessoas acompanhando. Isso mostra o interesse e a relevância deste debate.

Eu não poderia deixar de mencionar também o agradecimento ao Senador Paulo Rocha pelo requerimento que nos traz aqui para discutir este assunto.

Vou trazer aqui algumas perspectivas do ponto de vista dos consumidores. Eu represento aqui o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Eu queria também deixar aqui uma mensagem que, para nós do Idec, é sempre um prazer contribuir para as discussões da sociedade. Como os Senadores e também os Deputados sabem, o Idec está presente nesta Casa semanalmente, em diferentes oportunidades. Para mim, particularmente, é um prazer retornar para esta discussão – eu que sou daqui, de Brasília, formado na Universidade de Brasília, atualmente em São Paulo, fazendo meu mestrado na Faculdade de Saúde Pública na Universidade de São Paulo. Então, é sempre uma alegria voltar à minha cidade, trazendo contribuições, conclusões e considerações que dizem respeito à vida de todos os brasileiros e brasileiras.

Vou procurar ser bem breve, Senador, e me ater aos pontos importantes que nos trazem aqui, contextualizando um pouco as evidências que temos relacionadas a este assunto e trazendo algumas perspectivas dos impactos no consumo e quais são os motivos, como já apresentados no dia de ontem, mas também hoje, que nos levam a ter um posicionamento contrário ao PL 1.459, de 2022, que vem sendo discutido no dia de hoje.

É importante também trazer a dimensão de que estamos falando aqui de agrotóxicos que impactam na produção, na parte agrária, mas também no consumo de alimentos. E aí não é pouco trazer a lembrança de que a alimentação é um direito humano consagrado na nossa Constituição apenas em 2010, ainda que, desde 1948, ela esteja no rol dos direitos fundamentais da Organização das Nações Unidas.

E eu faço aqui uma menção também à lei orgânica que temos de segurança alimentar, e aí faço um grifo no "nutricional", porque tratar apenas de segurança alimentar é um conceito já defasado, e a gente precisa trazer essa dimensão, que é não apenas internacional, mas também consagrada no nosso conjunto de leis desde 2006, e aí ela diz que a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente... Isso é fundamental, principalmente nos dias de hoje, quando 33 milhões de brasileiros voltam a passar fome, e isso é muito grave. Mas ela diz também do acesso, que seja em qualidade e quantidade – e veja só –, respeitando a diversidade cultural e que seja ambiental, econômica e socialmente sustentável.

Isso está nas nossas leis. Então, é importante que, ao trazer este debate de uma segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação, a gente saiba exatamente daquilo que a gente está falando, que é dever e papel do Estado garantir quais dimensões precisam estar incorporadas nessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu trago aqui o painel de especialistas da Organização das Nações Unidas, que publicou o seu último relatório, o mais recente, o Relatório 15, trazendo justamente o reconhecimento do impacto nos sistemas alimentares atuais, tanto em relação à saúde humana quanto na saúde planetária. E, aí, o painel de especialistas, que reúne um corpo técnico de pesquisadores do mundo inteiro, foi uníssono em apontar que a gente precisa de transformações radicais e urgentes para garantir o que estamos falando aqui, justamente, a segurança alimentar e nutricional para todos, de tal maneira que as bases econômica, social e ambiental para gerar ação não sejam comprometidas.

Então, é importante a gente entender novamente que segurança e soberania alimentar e nutricional dizem respeito ao acesso a alimentos saudáveis, mas também ao respeito aos limites e às barreiras planetárias.

Eu trago aqui também um dado, não para repetir o que já foi falado, mas também novamente uma feliz coincidência, desde a primeira fala, colocada pela Thuanne, que traz algumas questões relacionadas à ecologia dos solos, mas é importante trazer para conhecimento público desta Comissão, dos Senadores e das Senadoras, porque é o nosso papel aqui, trazer dados e evidências de impactos nos mais diversos espaços.

Então, eu trago um estudo aqui da Rockefeller Foundation sobre o custo real de uma alimentação. Peço licença, inclusive, porque são dados trazendo um pouco da realidade dos Estados Unidos, mas que permitem e nos trazem discussões que são muito atuais e emergentes sobre o real impacto e custo de uma alimentação.

Então, o que traz aqui? Que, para cada US$1,1 trilhão gasto por ano com alimentação, existe, na verdade, praticamente o triplo de gastos que não são contabilizados através das externalidades negativas, que são, por exemplo, os custos crescentes em saúde, das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade.

Então, isso está em diálogo, e aí eu destaquei aqui um desses pontos – e já foram tocados no dia de ontem também, na manhã de hoje –, sobre as dimensões de saúde humana, ambiental, da biodiversidade e também de alguns apontamentos e impactos econômicos e quais são os custos disso que precisam ser entendidos. E aí eu destaquei ali, em vermelho, inclusive, porque muitas delas estão, ainda que de forma direta e alguns deles de forma um pouco mais indireta, relacionadas ao uso de agrotóxicos. Então, a gente tem ali desde o comprometimento da saúde humana por doenças crônicas não transmissíveis, inclusive câncer, do ponto de vista da saúde humana; impactos relacionados à poluição da água, ar e solo, que é onde os agrotóxicos também têm sido encontrados, e erosão de solo; uso da terra e poluição; além das questões das políticas e de subsídios. Então, é importante a gente entender e trazer os dados, porque, ao se falar aqui, Senador Acir, ninguém tem dúvida da importância do agronegócio brasileiro, da pujança que é o agronegócio brasileiro, mas a gente também precisa entender a complexidade, inclusive com metodologias de economia, para avaliar de fato as questões e os impactos econômicos.

E aí eu parto, aqui, então, para um segundo momento específico, que foi a nossa contribuição para este debate, que foram testes de resíduos de agrotóxicos inéditos que nós, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, fizemos no ano passado, alargando um pouco ainda mais... E já foi citada aqui também a importância do Para, programa que temos na Anvisa para avaliação de resíduos de agrotóxicos. Infelizmente os últimos resultados já estão datados há mais de dois anos, mas a gente trouxe e conduziu testes. A metodologia está toda disponível,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a publicação na íntegra fica à disposição desta Comissão, assim como levamos a outros espaços. E fica aqui novamente à disposição. A gente traz alguns desses resultados, que foram justamente a identificação da presença de resíduos de agrotóxicos nesses produtos ultraprocessados. A gente está falando de muitos desses que são consumidos, inclusive, por crianças e adolescentes.

A gente testou 8 categorias, com 27 produtos, sendo que encontramos em 6 das categorias resultados de resíduos de agrotóxicos nesses produtos.

Além disso, trazemos alguns destaques: em 60% deles, encontramos a presença de pelo menos um resíduo, chegando a encontrar aí um coquetel de agrotóxicos de mais de oito agrotóxicos em um único produto ultraprocessado. Glifosato ou glufosinato apareceram em mais da metade das amostras. E aí eu faço aqui uma menção – a Karen já tinha comentado também – sobre a IARC, dizendo da monografia e dos impactos na saúde humana em relação ao uso do glifosato. São resultados aqui que a gente encontrou que realmente levantam apontamentos sobre a necessidade de um monitoramento fortalecido, ainda mais do Brasil, que é um país que utiliza agrotóxicos de uma forma significativa. Então, nosso ponto aqui é principalmente dizer que o Brasil não pode prescindir das suas instâncias de fiscalização e monitoramento.

O Senador Izalci Lucas esteve conosco na semana passada. Conversamos com ele sobre essa questão da fiscalização e do monitoramento. Tenho certeza de que, assim como ele, os outros Senadores e Senadoras aqui estarão sensibilizados e sensíveis à importância desse tema.

Além disso, para não tomar muito o nosso tempo, eu vou destacar apenas um dos resultados. E aí faço menção aqui também ao Senador Esperidião Amin, que estava na abertura presidida pelo Senador Acir, quando foram aprovados requerimentos para a realização desta audiência. O Senador Esperidião perguntou, ainda que relacionado a outros pontos, não estavam os resíduos de alguns agrotóxicos, alguns pontos. Então, eu trago aqui para conhecimento desta Casa, para que a gente olhe, por exemplo, para o carbendazim, que foi um agrotóxico que apareceu nos nossos testes de resíduos em um dos cereais matinais nos quais a gente fez os testes.

E por que eu estou destacando aqui a presença do carbendazim? Porque, assim como a Karen trouxe, felizmente, uma publicação da ONU que acabou de chegar ainda ontem, anteontem tivemos uma decisão, ainda que cautelar, emitida pela Anvisa de suspensão da produção, utilização e importação do carbendazim, justamente em relação aos impactos toxicológicos que o carbendazim traz. Ou seja, a gente identificou que, num cereal matinal amplamente consumido por crianças e adolescentes, a gente tem um agrotóxico, e já tem evidências mais do que contundentes mostrando os riscos toxicológicos do consumo desse agrotóxico. Então, eu volto aqui a destacar a importância do monitoramento e da fiscalização de que a gente precisa, que é um dos pontos em relação ao qual o atual projeto que está aqui se inflexibiliza e, infelizmente, não permite que a gente tenha as nossas agências de fiscalização, monitoramento e controle fortalecidas para, de fato, trazer os pontos de que precisamos para a saúde da população.

E, aqui, trago de forma inédita: a gente correu justamente para poder trazer para conhecimento, aqui, da Comissão, Senador, e colocar, diante da sociedade, o segundo momento de resultados de testes que a gente fez quanto à presença de agrotóxicos em ultraprocessados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora à base de origem animal. Assim como encontramos resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal, novamente testamos, em 8 categorias, 24 produtos. A íntegra desse estudo será disponibilizada. Inclusive, todas as metodologias seguiram parâmetros, desde a escolha das classificações com base na pesquisa de orçamentos familiares, utilizamos laboratórios acreditados e credenciados, seguindo todas as metodologias necessárias. Então, colocaremos à disposição da sociedade – como é o papel do Idec, o de se colocar de forma transparente e com responsabilidade em relação àquilo que fazemos. Todos os resultados, tanto os da primeira fase quanto os da segunda, foram enviados em detalhe para todas as empresas responsáveis pelos produtos, foram também enviados para a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), e, com certeza, ficarão à disposição também aqui dessa Comissão.

Então, novamente, alguns dos destaques. O glifosato apareceu também em quase a metade dos produtos testados. Das oito categorias em que verificamos a presença de resíduos, novamente em seis delas encontramos resíduos de agrotóxicos. Eu não vou passar no detalhe, aqui, justamente para respeitar o tempo dos colegas, mas ficam aqui também alguns apontamentos. Encontramos não apenas resíduos de agrotóxicos, mas também IFAs, que são ingredientes farmacológicos, presentes em alguns desses produtos.

E aí temos um destaque por todas as categorias, e o que nos chamou atenção justamente foi que, em todos os produtos à base de carne, encontramos a presença de resíduo de agrotóxicos. Então, a gente está falando aqui justamente de produtos que estão disponibilizados nas gôndolas de supermercados, ou seja, para consumo direto da população.

E aí o nosso ponto aqui, novamente, Senador, é o de que a gente precisa fortalecer as instâncias de controle, fiscalização e monitoramento. Novamente, o nosso ponto aqui, um dos pontos principais é o de que a gente precisa, sim, escutar a saúde, precisa escutar o meio ambiente e criar as condições para fortalecer a ideia de que esses entendimentos, quando apontados, como, por exemplo, no caso do carbendazim – e volto a dizer que, de fato, ainda é um apontamento cautelar, mas essa é a importância –, quando as instâncias de saúde e de meio ambiente apontam potenciais riscos, eles precisam ser entendidos e incorporados.

E aqui eu faço também menção – já me encaminhando para o fim, respeitando o tempo e trazendo os pontos aos quais somos contrários – de que ontem também foi dito e sugerido que todas as organizações e instituições leiam o projeto que está sendo discutido. E aí eu faço aqui mais uma sinalização: de que a gente leia também todos os apontamentos que têm sido feitos. E aos Exmos. Senadores e Senadoras que estão aqui eu faço menção a essa nota informativa produzida pela Consultoria Legislativa do Senado Federal. Então, eu faço aqui um apontamento para que os Senadores e as Senadoras que ainda não tiveram essa possibilidade, que se debrucem nessa nota produzida pela própria Consultoria Legislativa desta nobre Casa, que aponta vários pontos problemáticos relativos a esse projeto de lei.

Eu não vou passar por todos porque não daria tempo, mas eu passo por alguns aqui.

Primeiramente, na questão da nomenclatura, para nós, a mudança do termo... E, para nós, enquanto Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a questão do direito à informação é algo fundamental também. Então, para nós, a mudança do termo de "agrotóxico" para "pesticida" não é uma questão menor. Para nós, é muito importante a manutenção desse termo, porque ele comunica e garante o fácil acesso para toda a população e para os agricultores de quais são os reais conteúdos dentro desses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu descrevo, principalmente, que, para nós, como já foi apontado ontem também e ainda hoje, há, sim, um grande prejuízo e uma flexibilização em relação a esse projeto, que é justamente a estruturação tripartite que temos hoje, em que Mapa, Anvisa e Ibama têm participação praticamente equivalente. E aí, ainda que tenha sido colocado ontem que ficaria a cargo do Mapa apenas a coordenação, como já foi brilhantemente exposto aqui pela Naiara Bittencourt, a gente visualiza que a nova configuração, a partir desse projeto de lei, não será um mero reordenamento de quem coordenará esse processo.

De fato finalizando aqui, tem vários pontos colocados em que expressamos a nossa contrariedade em relação a esse projeto, mas eu vou realmente, para respeitar o tempo, já direto para as conclusões. Então, Senador, coloco aqui a riqueza e a importância deste debate, de todas as contribuições que foram trazidas. Que as contribuições trazidas nessas audiências sejam incorporadas ao mesmo relatório, que, com certeza, Senador Acir, o senhor brilhantemente trará para apresentar aqui em algum momento, mas que de fato você tenha tempo para se debruçar naquilo que a gente está trazendo e apontando. E trago aqui, como já colocado, a relevância dos aportes de outras Comissões aqui desta Casa que possam discutir de uma maneira mais profunda as dimensões de saúde, direitos e ambiente.

Não poderia, então, deixar de destacar aqui que nós do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor nos somamos ao robusto conjunto de instituições científicas, da sociedade civil e da opinião pública que são contrários ao atual Projeto 1.459, de 2022. Há vários dos pontos aqui a que somos contrários, mas eu destaco novamente os relacionados ao controle e monitoramento no que diz respeito aos impactos de saúde e no ambiente.

E aí, por fim, acho que é uma questão aqui de que nós tenhamos um debate de fato respeitoso. E nós estamos nos colocando aqui não para rechaçar projetos simplesmente, mas para nos colocar à disposição para discutir com diferentes atores e setores da sociedade quais seriam então, de fato, as medidas alternativas para incentivar proposições para reduzir a utilização de agrotóxicos de forma urgente, mas responsável e gradual.

Então, eu agradeço novamente pelo convite. Ficamos à disposição sempre que convidados. E é uma honra e um prazer estar aqui nesta audiência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rafael Rioja.

Passo a palavra agora ao Dr. Reginaldo Minaré, Diretor Técnico-Adjunto da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

V. Sa. tem 15 minutos.

O SR. REGINALDO MINARÉ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Acir. Estou grato pelo convite à CNA para participar deste evento e o parabenizo pela condução do trabalho da forma serena, democrática que o tema exige.

Cumprimento os Senadores que nos acompanham, todos os presentes na sala e os que nos acompanham pela rede.

Nós estamos, hoje, na segunda audiência pública para debater um projeto que é fruto do início de um debate em 1999 aqui no Senado, que caminhou para a Câmara; na Câmara teve um amplo debate, uma Comissão Especial que discutiu não só este projeto que começou tramitar em 1999, mas vários outros que estavam apensados a ele na Câmara; e, como resultado, a Comissão Especial, após um volume significativo de audiências como esta de que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

participando, elaborou um relatório final, que foi encaminhado ao Senado; e hoje nós estamos debatendo aqui este projeto que veio da Câmara e do qual o Senado está fazendo a sua revisão.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é uma agência especializada das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para derrotar a fome. O texto da FAO – e o *link* para o acesso está logo abaixo – está textualmente redigido da seguinte forma. Aspas: "A FAO apoia o uso de pesticidas e a redução de riscos apoiando os governos a regular os pesticidas acessíveis aos agricultores e fortalecendo os sistemas de inspeção e controle e as estruturas regulatórias para avaliar, proibir ou desencorajar o uso de pesticidas". Quem quiser acessar essa afirmação da FAO, o endereço eletrônico está ali. Nesse endereço também temos um volume muito grande de informações. A FAO, pode-se dizer, tem o maior banco de informações sobre pesticidas, quantidade que usa, que pesticida que usa, praticamente de todos os países do mundo.

E aqui eu chamo a atenção porque não é um produto... Nós estamos discutindo um produto de utilização mundial. Esse não é um produto que, por capricho, a agricultura brasileira usa. É um produto necessário para a produção agrícola em quantidade suficiente, com qualidade, para alimentarmos o que temos hoje, que é aproximadamente 8 bilhões de pessoas no mundo. É isso que nós estamos discutindo. Então, não é um assunto doméstico; é um assunto mundial. Esses produtos passam pela avaliação de diversos países. Eles são utilizados por todos os agricultores do mundo. E todos os agricultores, assim como os agricultores do Brasil, utilizam esses produtos de forma muito parcimoniosa.

Nenhum agricultor acha bacana sair, ir à loja de produtos veterinários e de produtos agrícolas e falar: "Vou comprar muito agrotóxico hoje". Independentemente de a prateleira do vendedor estar cheia e de termos supermercados gigantescos, como nós temos para vender alimentos e outras coisas, cheios de agrotóxicos, o agricultor não vai lá encher a caminhoneta dele, o carro ou o que for e levar para a sua propriedade para utilizar. O agricultor não acha interessante isso. Esse produto é caro. Os agricultores, não só os do Brasil, mas os do mundo todo, antes de contratarem um agrônomo, para sobreviverem no mercado, é bom terem um bom contador especializado em controle de custos.

O agricultor utiliza pesticida porque o agricultor precisa utilizá-lo para garantir a sua produção. E ele o utiliza naquela quantidade necessária para garantir que a sua lavoura não seja dizimada pelas pragas. É assim no mundo todo. O agricultor japonês faz isso, o agricultor alemão faz isso, o americano faz isso. E, se tivesse alguma inovação tecnológica que fosse disruptiva para os pesticidas, certamente esses países que estão na linha de frente da inovação científica mundial já a teriam adotado. Se lá eles não a adotam é porque a ciência ainda não apresentou aos agricultores do mundo um produto que o substitua, com capacidade técnica e viabilidade econômica, para garantir a produção de alimentos mundial. Então, nós estamos falando algo que é praticado no mundo todo, que é o uso responsável dos pesticidas.

O PL que está sendo discutido nesta Casa e que veio da Câmara incorpora integralmente aquelas preocupações da FAO que estavam no texto anterior. Ele regula a produção e o uso de pesticidas em todas as suas etapas. Não é um produto desregulamentado. O Estado está construindo um sistema normativo, que funcione como um filtro entre aqueles que não têm capacidade de fazer análise toxicológica – eu me incluo entre estes – e a sociedade e os agricultores, sobre um produto que é necessário. Então, nós não estamos estabelecendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei que vai dizer o que é seguro e o que não é seguro. Nós estamos estabelecendo um sistema normativo – é assim hoje, assim será com a aprovação dessa lei – que construa uma estrutura de avaliação, de fiscalização, para funcionar como um filtro entre as grandes empresas e pequenas e médias que trabalham nessa área e os trabalhadores agrícolas, os agricultores e os consumidores. A maioria deles não tem condições de saber se um produto é perigoso ou não, nem como ele deve ser utilizado. Para isso há a necessidade de uma estrutura normativa que garanta instituições do Estado para fazerem isso.

É assim com os transgênicos. A CNTBio faz parte de uma estrutura normativa que foi construída para ter uma instituição científica, com profissionais competentes – lá não tem curiosos –, para avaliar aquilo que as empresas desenvolvem. Envia para o Estado avaliar se é possível aquilo chegar ao mercado ou não.

A CTNBio completou 25 anos este ano, e nós não temos um único caso de produto que foi avaliado e autorizado pela CTNBio que tenha provocado dano ao meio ambiente, aos seres humanos ou aos animais. E lá não se avalia só soja e milho transgênico não. A insulina que praticamente 100% das pessoas no Brasil utilizam vem de um micro-organismo geneticamente modificado; uma bactéria foi modificada, nela foi colocada um gene humano e hoje ela produz, em reatores, a insulina que todos no Brasil utilizam, sem nenhum risco de rejeição. O que acontecia antes é que a insulina era feita com base em vísceras de animais, e muita gente poderia ter rejeição àquela insulina.

As vacinas recombinantes que foram avaliadas para a pandemia também passaram pelo crivo da CTNBio. A produção de aminoácido, a produção de enzimas se dá por meio de micro-organismos geneticamente modificados avaliados pela CTNBio e disponibilizados para uso dentro de determinadas regras. Com os pesticidas não é diferente. Nós estamos construindo um sistema normativo que faça esse filtro entre quem produz, que são as indústrias, quem usa, que são os agricultores, e também tem o reflexo nos consumidores.

No projeto de lei, nos arts. 5º ao 7º, são estabelecidas as competências dos órgãos federais responsáveis pela avaliação, caso a caso, dos produtos. Então, aquele comando da FAO dizendo que apoia que sejam avaliados está aqui contemplado; as competências para os órgãos estão ali estabelecidas: Meio Ambiente, Saúde e Agricultura.

E o projeto também proíbe e desencoraja o uso inadequado dos pesticidas. É uma outra recomendação da FAO que está presente no projeto. Tem reparações civis previstas no art. 49, tem infrações administrativas previstas nos arts. 52 e seguintes, e crimes, nos arts. 56 e 57. E temos penalidades administrativas e criminais. É um produto absolutamente regulado. É assim hoje e será com a aprovação desta lei.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apoia o PL aqui em debate e o relatório apresentado nesta Comissão. E por que a CNA apoia este projeto e este relatório? O projeto de lei tem potencial para melhorar o funcionamento dos registros de pesticidas. O sistema atual, por aproximadamente 20 anos, mantém uma morosidade de sete a dez anos para avaliar um processo, e isso prejudica o ambiente de negócios, prejudica a concorrência e a inovação empresarial. Não é razoável que uma pessoa ou pelo menos qualquer investidor em sã consciência tenha a pretensão de construir uma indústria de inovação para essa área. Ele vai precisar contratar pessoas, construir uma estrutura, ele vai ter aproximadamente de seis a oito anos de pesquisa, na melhor das hipóteses, com mão de obra especializada cara, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver um único produto. Aí ele chega e apresenta esse produto para registro, que demora de oito a dez anos para ser aprovado ou rejeitado. Se o produto for aprovado, ele vai ter mais aí uns dois anos para criar uma rede de distribuição e de vendas para, só assim, começar a recuperar aquilo que ele investiu – isso se o produto dele tiver uma boa aceitação no mercado. Então, não vai ter empresa nova nessa área com o sistema que nós temos hoje. Tanto é que não tem.

Isso dificulta a concorrência. Os agricultores têm dificuldade de ter acesso. Por muito tempo faltou e ainda faltam muitos produtos, principalmente para as pequenas culturas. Poucos são os pesticidas que são registrados para essas culturas.

O projeto não retira a competência dos órgãos de avaliação de Saúde, Meio Ambiente, Agricultura; estão todos ali, nos arts. 5º ao 7º. Esses órgãos continuam analisando o processo, homologando ou solicitando complementações de informações. Quando vai ocorrer uma homologação? Quando a empresa interessada em registrar um determinado produto encaminhar a estes órgãos um projeto absolutamente pronto, com excelente qualidade. Se o projeto não estiver assim, o processo não estiver assim, pode-se solicitar complementação de informações. É isso que o texto em análise estabelece.

O texto estabelece prazo para avaliação dos processos, art. 3º: dois anos para produtos novos, um ano para produto genérico, nada diferente do que acontece no Canadá, nos Estados Unidos. É um tempo absolutamente razoável. Se o projeto, se o processo de registro vier devidamente instruído, com qualidade, é um tempo significativo para o poder público avaliar se ele está correto, se tem problemas ou não. E, se precisar de informações adicionais, é muito importante... Todo mundo fala do estabelecimento do prazo, mas ninguém fala da seguinte situação, art. 12, §5º: "A contagem do prazo será suspensa caso qualquer [qualquer!] dos órgãos avaliadores solicite por escrito e fundamentadamente documentos ou informações adicionais, e será reiniciada a partir do atendimento da exigência". Então, o tempo não é o que está ali no primeiro artigo. Não são dois anos para produtos novos e nem um ano para produto genérico; ele pode ser dois anos para produto novo e um ano para genérico. O prazo que a empresa demorar para fazer o aporte de informações fundamentais para o órgão analisar o processo corre por conta da empresa. Se ela demorar dois anos, esse tempo já vai para quatro. Se ela demorar três, vai para cinco. É importante que se ressalte esse ponto de que esse prazo é flexibilizado de acordo com a qualidade do processo que chegar à mesa dos órgãos avaliadores. E é importante que ali está escrito "os órgãos", no plural.

O projeto também tem um mecanismo de solução caso os prazos não sejam cumpridos: art. 3º, §§6º e 8º, que cria o registro temporário e a autorização temporária e vincula a essa possibilidade que aquele produto seja utilizado, registrado para situações semelhantes em pelo menos três países-membros da OCDE que sigam, que adotem o Código Internacional de Conduta sobre a Distribuição e o Uso de Agrotóxicos da FAO.

Então, é um sistema em que o prazo não é estanque. Se tiver uma necessidade de ampliar, de aumentar o volume de informações para os órgãos avaliarem, esse período não conta. E, só após, se isso não for efetivamente concluído, o texto traz essa solução.

Se o órgão não está funcionando bem – e aí é uma questão de administração –, cabe ao poder público fazer convênio com várias universidades que nós temos. E nós temos excelentes universidades de Química, de Agronomia, de Ecologia, várias; nós temos um excelente parque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de universidades que poderiam, por meio de convênios, fornecer aporte técnico a todos os órgãos, inclusive da Agricultura.

O projeto modifica a nomenclatura do produto. Se chamar pesticida, agrotóxico, se chamar produto fitossanitário ou produto fitofarmacêutico... Por exemplo, na Itália, se você olhar as normas da regulamentação, é produto fitofarmacêutico. O meu avô, quando ia para a lavoura pulverizar alguma coisa, falava que ia bater um remédio nas plantas. A origem é de lá, já de longa data. Então, a nomenclatura não é tóxica, a nomenclatura é um nome que se está procurando introduzir para ter um alinhamento com a nomenclatura da FAO. A FAO utiliza o termo pesticida. Por que nós não podemos utilizá-lo? E vários países do mundo utilizam o termo pesticida.

Qual o histórico que nós temos? Em 1923, o Decreto 16.271 tratava de inseticidas e fungicidas. Em 1934, inseticidas e fungicidas. Só em 1989 que o termo agrotóxico chegou. E não foi por um entendimento de alguma instituição universal, não. O Dr. Adilson Paschoal, Professor de Ecologia da USP, é considerado o pioneiro a nomear esses insumos como agrotóxicos, uma discussão que começou lá no Rio Grande do Sul e depois veio para Brasília, com a vinda do Senador Pedro Simon para o Ministério da Agricultura, que produziu essa lei, e esse termo foi incorporado. Além de ser um termo que destoa do resto do mundo, inclusive da FAO, é um termo absolutamente negativo para um produto que o Brasil produz – e produz muito bem. Então, faz muito bem mudar esse termo. Por que só nós temos que usar esse termo?

O projeto atualiza a legislação nacional, que já é antiga. A lei atual é uma lei com poucos artigos, não é uma lei exaustiva. Hoje nós somos regulados por um decreto. No decreto é que está a maior parte dos comandos normativos que regulam esse sistema. A lei traz mais regras e até competência para os órgãos. Quem ler a legislação atual não vai encontrar um comando sequer atribuindo competências para os órgãos federais.

Tem a previsão de avaliação da saúde, meio ambiente e agricultura, mas não estabelece regra, não estabelece competências para os órgãos. A lei que está em discussão aqui estabelece. Isso é importante. Uma competência estabelecida em lei é bem mais sólida do que uma competência estabelecida por meio de um decreto e bem mais democrática, porque passa pela discussão do Parlamento.

O projeto está alinhado com as melhores práticas internacionais – está. E o principal alinhamento é não querer pretender colocar no texto da lei um rol de atividades com risco inaceitável. Não tem cabimento esse tipo de regra para uma área, para uma estrutura normativa que regulamenta ciência. A gente não sabe o que vai ser produzido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Para concluir, Dr. Reginaldo.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Já caminhando, senhor.

A gente não sabe o que vai ser produzido, então não tem como estabelecer um rol *a priori* dizendo quais produtos têm risco inaceitável, a gente nem sabe o produto que vai ser desenvolvido amanhã. O positivismo jurídico não serve para regular esse tipo de projeto, esse tipo de matéria. A análise caso a caso e o fortalecimento da capacidade técnica dos órgãos é o melhor caminho.

O texto regula um produto que é utilizado no mundo e que é fundamental para garantir a produção e a qualidade da produção. A substituição deste produto, quando ocorrer, deve ser por força de superioridade de novas tecnologias e práticas, assim como foi com a fotografia e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máquina de escrever. Não teve lei estabelecendo isso, surgiu uma nova tecnologia disruptiva. E para os pesticidas certamente será assim. Ele contempla avanços e métodos científicos e moderniza a administração do processo.

Para concluir, o projeto de lei e o relatório apresentado têm potencial para levar a agricultura na direção do futuro, mas tem gente que quer voltar ao século XVI. O historiador italiano Carlo Ginzburg, na obra *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, relata uma prática da região do Friul, no nordeste da Itália, em que a comunidade agrícola realizava um ritual herege de fertilidade buscando garantir a produção agrícola, onde os andarilhos do bem, armados com ramos de erva-doce, combatiam os feiticeiros armados com caules de sorgo. Quando os andarilhos do bem venciam o combate, a boa colheita estava garantida, mas, caso os vencedores fossem os feiticeiros, a comunidade estava destinada a carregar o pesado fardo da fome. Essa é uma situação real. Nós não podemos voltar para essa situação.

Muito obrigado. Agradeço por me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo Minaré, pelas suas colocações.

Passamos então aos nossos Senadores. Passo a palavra, agora sim, à Senadora Zenaide Maia para fazer as suas colocações.

Perdoe-me por ontem, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – O que é isso, Presidente? Tranquilo.

Vocês sabem que eu tenho uma amizade muito grande com o Acir. A gente diverge muito politicamente, porque eu tenho uma defesa firme a favor da vida, e não só da vida humana, de todas as formas de vida, e aí entra o meio ambiente...

Depois de eu ouvir, gente, eu queria pedir desculpa.

Ontem, quando eu falei, eu estava querendo falar, mas um dos expositores passou uns 30 minutos, 40 minutos. Aí, não é o normal, pois eu sei que vocês nos enriquecem com informações. É de uma importância fundamental!

Quero parabenizar Acir por nos permitir ter estas audiências públicas, que, aliás, eram para ter mais.

Depois de ouvir todos, eu queria dizer aqui aos senhores expositores e ao povo brasileiro que o que a gente está vendo aqui são dois projetos de lei: o do autocontrole de agentes privados, que é um que está aqui para ser votado terminativamente, e este projeto de lei do veneno. Vocês querem modernizar como fitossanitário, como agrotóxico, mas é veneno mesmo, gente! Não tem como não dizer.

E não vão dizer que a Senadora Zenaide é contra o agronegócio. Eu só acho que o agronegócio também não pode ser tudo... O agronegócio agora resolveu atacar literalmente a segurança alimentar, os direitos humanos e o meio ambiente, gente!

E outra coisa. Eu acho muito ostensivo... A gente sabe... Vocês dão a entender que a gente não pode aumentar a capacidade técnica dos nossos órgãos para melhorar a nossa fiscalização e o nosso controle e melhorar até o tempo de registro, que é tão falado.

O que eu queria dizer é o seguinte. Mesmo sem isto, foram 1.681 agrotóxicos aprovados pela Anvisa, Meio Ambiente e tudo. Então, não têm do que reclamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos um dos maiores produtores e exportadores de grãos do mundo. E, quando se fala em segurança alimentar, nós estamos longe, não é? São mais de 130 milhões de brasileiros com insegurança alimentar, sendo que, desses, 33 milhões, a esta hora aqui, não se alimentaram, querido Acir Gurgacz.

Na verdade, o que a gente precisa é não desconsiderar... Esta Comissão era para estar exigindo do Governo Federal contratação de novos profissionais, técnicos para não deixar a demanda reprimida para aquisição, registro. Por que tem que ser o Ministério da Agricultura para registrar, com esse controle? Gente, eu sou médica. Vocês querem fazer o registro, e, depois, os órgãos, como foi sugerido pelo nosso expositor Reginaldo Minaré, ou o Governo que contrate serviços privatizados. Por favor, gente! Isso aqui eu digo que é esmagar a segurança alimentar, que é um direito humano, e o meio ambiente.

O povo brasileiro tem que saber que é muito fitossanitário, ou seja, muito veneno, que não tem nada a ver... Por exemplo, quando se falou em EPI, eu me lembrei: os bebês vão usar EPIs? Quando pulveriza com aqueles aviões, o veneno cai e contamina rios, peixes... Não é possível! A ciência do mundo, a Fiocruz, todos que fazem estudos estão mostrando indícios fortíssimos da presença do agrotóxico na água

Ninguém se lembra, gente, a não ser que tenha alguém que esteja trazendo a água de fora com a garantia de que não tenha agrotóxico.

A longo, a médio e longo prazo, nós já estamos vendo agora. O índice de câncer ou de neoplasia, como a gente diz, não é normal, não está normal, e tem algo aí.

Então, o que é que, simplificando, depois de tudo que foi dito? A gente precisa aumentar o número de técnicos. Por que acham que nossos técnicos contratados não podem se atualizar com a ciência? Porque quem vê a parte da ciência é justamente a Anvisa, e está sendo uma coisa secundária.

E o meio ambiente? Esse é um projeto altamente danoso à vida, à vida não só dos seres humanos, mas à vida do meio ambiente também.

Era isso que eu queria dizer. Precisamos aumentar o controle, fiscalização, e, para isso, precisamos de recurso e investimento e aumentar o número de profissionais.

Nós temos gente capaz. Não é só a iniciativa privada, não é só o Mapa não. Eu sei que "o agro é *tech*, é *pop*, é tudo", mas, por favor: vamos deixar para o agro a parte que é de pedir, pedir apoio, gente. Você achar que pode substituir a Anvisa... E não venha dizer que não, porque vai ser uma coisa secundária, quanto tiver...

Se os senhores acabaram de me dizer que fica reprimido o pedido de registro temporário, porque tem pouca gente, quem é que vai garantir que depois que tiver esse registro temporário... Aí, vão ver os riscos e, quando virem os riscos...

Desculpem-me, mas uma vida, para mim, vale a pena. Eu sou médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e passava noites tentando deixar um paciente em fase terminal para ele esperar os familiares se despedirem. Então, para mim, isso aqui é não à defesa da vida.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide. Agradeço as suas colocações e a sua presença sempre junto conosco aqui na Comissão de Agricultura, e V. Exa. tem ajudado muito esta Comissão.

Passo a palavra agora, por ordem de inscrição, para a Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Desculpem-me. Como eu informei ontem, não estou no país e, portanto, com uma certa dificuldade aqui na comunicação, Presidente, mas eu vou aqui fazer as perguntas à mesa, mais uma vez cumprimentando o senhor e a todos os colegas da importância do debate, dessas audiências públicas.

Queria que o pessoal da mesa anotasse. A minha primeira pergunta é sobre a exclusão da possibilidade de entidades pedirem a impugnação ou o cancelamento do registro de um produto sob o argumento de prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e aos animais. Eu queria entender o porquê de ser necessária, por exemplo, essa exclusão.

O meu outro questionamento é que a Constituição Federal utiliza o termo "agrotóxico" e, ao mesmo tempo, coloca advertência de sempre se destacarem, por exemplo, os malefícios decorrentes do seu uso.

Existe, por exemplo, uma nota técnica da Fundação Oswaldo Cruz que fala sobre o projeto alertando para os malefícios da alteração dessa nomenclatura "agrotóxicos". Eu queria entender um pouco mais qual o propósito de ser alterada a nomenclatura "agrotóxico", já que nós temos isso e, ao mesmo tempo, essa informação acaba sendo realmente muito pertinente para os consumidores. A sensação que a gente tem é que seria aí um objetivo de tentar criar uma falsa sensação de segurança quanto a produtos químicos que a gente sabe que têm um impacto muito grande na saúde humana.

O meu terceiro questionamento, Presidente, é sobre a proibição expressa do registro de agrotóxico que revele características carcinogênicas ou mutagênicas. Eu queria entender, queria que os colegas da mesa do debate nos colocassem quais os impactos que essa revogação poderá acarretar à saúde humana.

E um outro, por fim, que é, no meu entendimento, algo... Eu sempre digo que, quando você tem na verdade uma legislação e você tem uma punição e quando essa punição é praticada, quando é colocada de fato na prática, quando é utilizada, automaticamente você reduz a possibilidade de esse dano ter uma continuidade. Portanto, a punição é fundamental para a gente reduzir ações criminosas.

E o art. 50 do projeto de lei, ao dispor sobre responsabilidade civil e limite de responsabilização, exclui do registrante a atuação por culpa, acaba prevendo apenas a responsabilidade por dolo ao omitir informações ou fornecer informações incorretas.

A minha pergunta é se os senhores concordam que, por se tratar da tutela, interesses difusos e coletivos, o agir culposo, por negligência, imperícia ou imprudência, deveria ser mantido na previsão legal.

Seriam esses aí, Presidente, os quatro questionamentos.

Muito obrigada e, mais uma vez, os meus cumprimentos pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama. Desejamos êxito na sua missão representando o Senado Federal.

Eu passo a palavra agora para a Dra. Thuanne Braúlio Hennig, para responder os questionamentos da Senadora Eliziane e também já para fazer as suas considerações finais. Eu acredito que três minutos dariam para concluir.

Então, V. Sa. está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THUANNE BRAÚLIO HENNIG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Então, eu vou entrar nas searas que me competem, principalmente essas relativas ao meio ambiente.

Eu considero a primeira questão muito pertinente, quando fala da exclusão, da possibilidade de impugnação de substâncias.

Bom, de acordo com o projeto de lei, lá no art. 28, fala-se um pouco sobre os casos em que deve ocorrer a reanálise. Muito já foi debatido a respeito disso na audiência de ontem, na audiência de hoje. E a reanálise deveria ser inerente, porque, pronto, para a aprovação dessas novas substâncias, elas devem prever, então, que a toxicidade delas no meio ambiente seja menor ou igual à de outras substâncias já registradas.

E, em caso do aparecimento, do surgimento de novas tecnologias que sejam mais benéficas e mais eficientes, por que não remover aquelas que são obsoletas ou que são mais prejudiciais? Então, pensando em termos de reanálise, eu acho que esse projeto de lei, com certeza, traz essa questão de manter esses registros *ad aeternum*, que, com certeza, não são benéficos em termos da ecotoxicologia ambiental.

Bom, a participação de todos os órgãos, dentro dessa possibilidade que deveria ocorrer, é fundamental, uma vez que tanto a Anvisa quanto o Ibama têm competências suficientes e únicas que validam a respeito do risco dessas substâncias tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana. Então, a exclusão dessa possibilidade de impugnação, com certeza, vem como um dolo à saúde pública e ao meio ambiente.

A respeito das demais questões, sobre a mudança do termo agrotóxico ou pesticida, eu vou tentar ser um pouco pontual com essa questão em específico, porque, dentro do âmbito acadêmico, é muito comum nós lermos, nos artigos científicos, o termo pesticida, e a comunidade científica entende melhor através desse termo exatamente, mas nós não podemos esquecer que realmente estamos dentro de um meio mais especializado. Agora, e as pessoas que lidam, no campo, com essas questões, com essas substâncias, de que forma elas encaram essa mudança no termo? Então, eu acredito que nem eu, enquanto membro da comunidade acadêmica, da sociedade civil, que não tenho contato com essas substâncias, nem os Parlamentares, que estão nessa posição de deliberação ou não temos autonomia para deliberar sobre isso. Talvez uma consulta pública fosse necessária. Eu acredito que existem muitos caminhos a pensar sobre isso, mas, com certeza, é uma questão muito mais política e social do que de caráter opinativo.

Bom, eu acho, sobre as questões que me competem, são esses os termos. Então, passo a palavra para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Thuanne, pela sua participação.

Passo a palavra agora para a Dra. Karen Friedrich, para fazer as suas colocações. Muito obrigado pela presença e espero que não demore mais dez anos para voltar à Comissão, Doutora. (*Risos.*)

A SRA. KAREN FRIEDRICH (Para expor.) – Bom, sobre as perguntas colocadas, acho que a Profa. Thuanne respondeu várias delas de forma muito clara, muito didática.

Eu gostaria de destacar que um dos pontos principais com que a gente tem muita preocupação é justamente a criação, a determinação desse critério de risco inaceitável, desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conceito para tratar de produtos que causam câncer, problemas hormonais e reprodutivos, que são efeitos que, hoje, deveriam levar à proibição de um agrotóxico. Bom, o que está disposto no Projeto de Lei 1.459 é justamente permitir que essas substâncias tenham mais chances de serem registradas no Brasil.

Como a gente tem visto, não só em alguns documentos que a gente mostrou, mas em estudos científicos mostrando o que que o Brasil usa, o Brasil está usando moléculas que outros países já proibiram. Nesses últimos três anos, tivemos a oportunidade de registrar produtos mais modernos. E o que houve? A autorização de produtos já obsoletos, produtos à base de acefato, à base de atrazina, de moléculas que já estão no Brasil antes mesmo da criação da Anvisa e que nunca passaram por um processo de revisão do registro nas condições do Brasil.

Então, o que o PL vai fazer é aumentar o risco do aparecimento dessas doenças nas populações expostas. E aí populações expostas a gente está dizendo que são principalmente os agricultores, as suas famílias e as pessoas que moram ali no entorno e que recebem a maior carga. No entanto, a gente vê que os dados de monitoramento de agrotóxicos em alimentos da Anvisa e hoje os dados que o Rafael mostrou da pesquisa do Idec são extremamente preocupantes, em que qualquer análise que se faça se encontra uma mistura e dezenas de agrotóxicos numa única amostra de alimento. Então, o prato de comida pode ter dezenas de agrotóxicos cujas interações químicas e toxicológicas não foram investigadas no momento do registro, ou seja, a gente amplia aí para a exposição também dos consumidores desses alimentos cultivados com agrotóxicos.

Então, acho que... Aqui eu respondo a essas perguntas.

Eu gostaria, então, de finalizar, fazendo um reparo aqui, duas considerações sobre a fala do meu companheiro de mesa aqui da CNA. Ele colocou um documento da FAO e deu destaque a uma questão muito importante: a FAO recomenda que se invista na inspeção, no controle e na regulação desses produtos. O PL 1.459 não faz isso. Ele faz justamente o contrário. Ele tira competências da Anvisa, tira competências do Ibama, como eu mostrei e como outras pessoas aqui mostraram, de forma muito clara e muito explícita. Outra questão que eu acho que não foi colocada aqui ontem e hoje, mas vale também registrar é que os arts. 60 a 62 do projeto de lei criam – na verdade, criam, não, já é um fundo antigo – um fundo agropecuário, e a taxa de registro vai para esse fundo. A lei determina como é que esse dinheiro vai ser gasto. E esse dinheiro vai ser gasto com fiscalização na área de agricultura e com o desenvolvimento de novas moléculas, com o desenvolvimento de pesquisa nessa área agropecuária, ou seja, é mais uma forma de desmontar a regulação no que tange aos aspectos de saúde e meio ambiente.

E aí o segundo e meu final reparo à fala do colega é que as competências dos órgãos de agricultura, saúde e meio ambiente estão, sim, previstas na legislação atual através do decreto regulamentador da lei federal de 1989. Então, aqui ele faltou com a verdade ao dizer que não há competências estabelecidas e que precisaria desse projeto de lei. Esse projeto de lei está servindo para tirar competências da saúde e do meio ambiente, porque essas moléculas, do ponto de vista da saúde e do meio ambiente, são muito preocupantes. A gente deveria aqui estar discutindo isso. E isso deveria ir para outras Comissões onde essas questões de saúde e meio ambiente sejam contempladas.

Por fim, novamente deixo o meu agradecimento por esta oportunidade e me coloco também à disposição da Comissão para futuras discussões e futuros assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a presença da senhora, Dra. Karen, junto conosco.

Passo a palavra agora ao Dr. José Otavio para fazer as suas considerações.

O SR. JOSÉ OTAVIO MENTEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade. A minha apresentação está à disposição de todos, de uma forma bem didática, e eu vou tentar, neste pouco tempo que eu tenho aqui, fazer algumas conclusões e tentar responder aos questionamentos, aos comentários das Senadoras Eliziane e Zenaide.

Então, um primeiro ponto que eu gostaria de enfatizar é que não existe uma relação entre número de produtos registrados e uso. É benéfico para nós, nós termos um grande número de produtos registrados à disposição dos agricultores, porque nós temos diversos mecanismos de ação e espectro de ação diferente, e também, do ponto de vista econômico, nós vamos ter mais competição.

Um outro ponto importante é dizer que a gente só usa esses produtos quando necessários, quer dizer, quero bater na tecla da importância do manejo integrado de pragas.

Os produtos são bons, não é? Nós mostramos que existe toda uma ciência, uma tecnologia tanto em quem desenvolve esses produtos, como em quem avalia. Nós temos equipes altamente competentes no Mapa, na Anvisa e no Ibama. O importante é usar bem. Então, temos que investir, cada vez mais, em extensão rural, para que esses produtos sejam bem usados. E nós estamos evoluindo isso através da regulamentação, inclusive com uma maior ênfase a treinamento, capacitação e certificação dos aplicadores de defensivos.

Um outro ponto é enfatizar o efeito dose-efeito – para isso aí Paracelso há muito tempo já chamava atenção. Quer dizer, a presença de qualquer produto não significa que ele vai causa um problema tanto ambiental como à saúde.

O outro ponto é que, toda vez que que forem constatados cientificamente problemas em qualquer produto, é possível solicitar a reavaliação. Nós podemos fazer tanto uma reavaliação agronômica, como uma reavaliação ambiental, como uma reavaliação toxicológica desses produtos, de tal forma a atendermos o que a ciência e a tecnologia desenvolvem.

E, quanto ao termo "agrotóxico", realmente é um termo... Só no Brasil nós temos isso. Na academia, nós usamos os outros nomes, nós falamos em pesticidas, em praguicidas, em defensivos, em produtos fitossanitários. Eu acho que isso reflete certa relação com o que a gente fala de medicamento, produtos de uso veterinário, etc.

Por último, quero dizer que, mesmo nessa situação que muitos levantaram aí, nós produzimos, no Brasil, alimentos saudáveis, tanto é que esses alimentos têm contribuído aí para a saúde da população: são esses alimentos que a população consome em grande parte, são os alimentos provenientes de uma agricultura convencional, que utiliza esses produtos, e nós exportamos para quase 150 países, alguns extremamente rigorosos, que fazem uma avaliação de eventuais resíduos desses produtos, e nós temos conquistado cada vez mais mercado.

Então, mais uma vez, muito obrigado por esta oportunidade. Estarei sempre à disposição do Senado, da Câmara e dos colegas aí para debater esse assunto e procurar aprimorar através de um diálogo saudável.

Muito obrigado mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. José Otavio, pelas suas colocações.

Passo a palavra agora à Dra. Marina Lacôrte, para fazer as suas colocações.

A SRA. MARINA LACÔRTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perdão, pessoal, estou só colocando o fone aqui para não ter falha de áudio.

Eu continuo bastante decepcionada em saber que a gente não está sendo ouvida – não é? –, tamanhos são os interesses pela aprovação desse projeto. Então, eu discordo um pouco da fala do Professor agora. Eu não acho que a nossa população esteja saudável. Como a gente falou, mais de 50% da população estão em insegurança alimentar. Muitas pessoas estão passando fome, fora a outra parcela que sofre muito com os males de uma alimentação não adequada e não saudável, vinda dos alimentos ultraprocessados, que são formados com a base desta produção majoritária que a gente tem nas nossas paisagens agrícolas, as *commodities*.

Também não queremos voltar ao século XVI, Sr. Reginaldo; pelo contrário, a gente quer chegar ao fim do século XXI mesmo e muito mais. Vivam as futuras gerações, seus filhos, meu filho, nossos netos, se Deus quiser!

Então, este debate não está esgotado. A gente tem uma lei. Estamos falando de um PL. Vamos nos esquecer um pouco dos agrotóxicos. Estamos falando de um projeto de lei. Nós temos uma lei. A gente não precisa flexibilizá-la; a gente pode criar diretrizes para as lacunas que ela tem. A Tereza Cristina, a Ministra, quando Ministra, liberou mais de um agrotóxico por dia, mudou um monte de regulamentações. Enfim, a gente não precisa derrubar toda uma lei para isso.

E isso ser um assunto mundial... Dizer que a gente produz sobretudo alimentos é irresponsável também quando, ontem, as próprias falas aqui, gráficos mostrados e dados deixaram mais do que claro que são as *commodities* que ocupam esse lugar, que mais utilizam essas substâncias e que movimentam muito mais o mercado e a economia do que atendem a uma demanda mundial por alimentos. É inadmissível, é imoral que, no mundo atual, ainda haja gente que perca a vida por conta de fome, ao mesmo tempo em que há uma produção tão pujante, tão gigantesca!

Novamente, dizer que um PL, esse projeto de lei, vai auxiliar na questão da fome é falácia lógica. Então, de novo, os sistemas que mais consomem agrotóxicos são as monoculturas produtoras de *commodities*, especialmente soja, milho e cana, que são majoritariamente destinadas à exportação, a transformações, à ração animal, a biocombustível, entre outros fins básicos, como os produtos ultraprocessados, que não são de consumo direto. Então, safra atrás de safra, essas *commodities* têm batido recordes de produção. Se elas fossem destinadas a atender uma demanda em termos calóricos, a gente, inclusive, já teria comida suficiente para alimentar todas essas pessoas, 850 milhões de pessoas que passam fome, de acordo com a FAO. Então, insisto: esses números da própria FAO também nos mostram que a existência da fome, de novo, não diz respeito a essa questão de produção.

A ONU também diz que a agricultura familiar é um passaporte para se erradicar a fome. Num relatório, foi dito isto, que a agricultura familiar, que não é essa que está aí e que é produtora de *commodities*, gerencia a grande maioria das propriedades agrícolas do mundo, preserva os recursos naturais e a agrobiodiversidade, que são pilares – são palavras deles – dos sistemas de agricultura e alimentação, inclusive os insustentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se o agricultor familiar hoje utiliza cada vez mais agrotóxicos, de fato, é porque ele não tem opção, porque não lhe são dadas condições para isso, porque ele é inserido nesse ciclo sem fim. Ele não tem opção porque não se investe nisso. Pelo contrário, busca-se expandir um modelo, um sistema que encosta cada vez mais na parede esses produtores em termos de sementes que eles usam, em termos de insumos, em termos de concentração e tamanho de terra. E há uma inovação disruptiva, a agroecologia, a agricultura e o manejo diversos que existem, para poder fazer agricultura sem agrotóxicos. Tecnologia não é sinônimo de *style* nem de robótica; é inteligência e eficiência no uso dos recursos.

Se a gente não tem como saber se o que vai ser aprovado amanhã é perigoso ou não, justamente a gente está tirando um direito. Então, que se mantenha a lei atual, que diz que é proibido aprovar esse tipo de substâncias.

Na questão da insulina eu não vou tocar muito aqui, porque a gente está falando de coisas completamente diferentes. Quando a gente fala de transgênicos no meio ambiente, a gente fala do risco de contaminação, sem poder fazer um *recall* e tirar esses produtos da prateleira se der algo errado. E aí uma comunidade, uma região pode sofrer a perda de uma semente que é muito importante para ela, resistente à seca, enfim. Então, os transgênicos podem, sim, fazer isso e fizeram. Tem casos em algumas regiões em que já não se tem mais essas sementes, porque se usam as outras, e elas vão acabando. É um incrível patrimônio genético que está sendo perdido, completamente diferente da insulina.

Então, só para finalizar, agrotóxicos não são um mal necessário. Isso ficou muito claro aqui. E, mesmo que fossem, não há justificativa para gente jogar fora uma lei boa, razoável e que nos protege. Isso tem, sim, bastantes interesses específicos por trás.

Então, esquece agrotóxico, vamos pensar no projeto de lei. Nós temos uma lei boa. A Anvisa e o Ibama não poderem vetar é altamente fragilizante. Não é possível que todos esses órgãos que recomendaram que não se aprove o projeto estejam errados e que alguns Parlamentares e representantes do setor estejam certos contra todo o consenso científico. Então, vamos manter... Nós temos uma lei perfeitamente capaz de nos proteger e que pode ser melhorada. A gente não precisa dessa proposta clara de flexibilização. Vamos manter isso em mente quando a gente for aprovar um projeto que, de longe, não faz a sociedade ficar dividida. A sociedade não quer mais agrotóxicos. Esse projeto vai significar mais agrotóxicos, e nós temos uma lei de agrotóxicos que regulamenta o uso e o registro dessas substâncias.

Muito obrigada pelo espaço, Senador.

Faço o apelo para que este debate continue com a cadência e a atenção merecidas pelo tema tão complexo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, D. Marina Lacôrte pelas suas colocações.

Passo a palavra ao Dr. Rafael Rioja Arantes.

O SR. RAFAEL RIOJA ARANTES (Para expor.) – Alô, agora sim.

Muito obrigado, Senador Acir. Eu já lhe pedi desculpas ali, silenciosamente, mas aproveito aqui para, em público, pronunciar seu nome corretamente. Não fui para o sobrenome para não cometer esse equívoco, e aí fiquei aqui já no nome. (*Risos.*)

Antes de mais nada, agradeço novamente pela realização desta audiência. Volto só a enfatizar a importância que esse assunto tem para a sociedade. Há uma grande infinidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notas públicas, de entidades renomadas de respeito, de atuação aqui no Brasil, mas também essa discussão está vindo com as notas internacionais já citadas aqui. Cito novamente a grande participação, o que para nós é salutar, e a atenção que a sociedade tem despertado para esse assunto. Ainda bem que ele está sendo discutido aqui, dentro desta nobre Casa do Congresso, mas é algo que está presente em toda a sociedade. Então, os consumidores, a população está atenta e cobrando, trazendo um posicionamento para que, de fato, este projeto não avance, porque ele não interessa às organizações da sociedade civil.

Eu coloco aqui um ponto de todos que já foram citados. Tem algumas perguntas trazidas pela Senadora Eliziane que eu acho que são perguntas que ficam ainda sem resposta na verdade. Qual é a importância e a necessidade da exclusão da possibilidade de que organizações possam pedir o cancelamento de registro de agrotóxicos? Acho que essa é uma pergunta que segue sem resposta e que precisa de ser respondida. Mas, além disso, o ponto que eu queria destacar aqui – e é o que trazemos em coro com alguns dos pontos que a Karen trouxe aqui relacionados à questão do perigo, das análises toxicológicas – é justamente esse ponto dos testes que trazemos. E são as questões que a gente coloca aqui como prejudiciais desse projeto.

Precisa realmente ficar entendido pela sociedade que a gente precisa fortalecer as instâncias de monitoramento, de controle, independentemente de qualquer coisa. Então, os testes mostram que a gente precisa de mais pesquisas, a gente precisa desse corpo técnico para fazer o controle e o monitoramento fortalecido. Essas estruturas precisam ser, sim, fortalecidas e complementadas, e não o que infelizmente acontece aqui em alguns desses pontos que estão sendo trazidos pelo PL, de colocar em uma priorização secundária principalmente o que diz respeito à saúde e aos aspectos ambientais.

E aí, um último ponto aqui que acho que precisa ser colocado: muito tem se falado não só do que temos aqui de experiências nacionais, mas, internacionalmente, o conjunto de leis, de pleitos e de pedidos colocam – e aí foi trazida também aqui a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – os pleitos para que a produção e o consumo de alimentos se direcionem para uma produção que garanta a saúde, que garanta o direito humano à alimentação adequada, mas que também respeitem as dimensões ambientais, ou seja, o Brasil, com toda a sua pujança, com toda a sua potência do agronegócio, tem a possibilidade de ser um país na dianteira também de um agronegócio, de uma agricultura, de uma produção e consumo de alimentos verdadeiramente saudáveis e verdadeiramente sustentáveis, mas precisa de leis que vão na direção de fato desses apontamentos, o que infelizmente não é o que a gente tem aqui hoje e também não temos majoritariamente com esse projeto.

Então agradeço e fico à disposição, assim como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, para voltar aqui a esta nobre Casa e continuar contribuindo tecnicamente e trazendo os apontamentos em relação à discussão.

Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rafael Rioja.

Passo a palavra agora ao Dr. Reginaldo Minaré.

O SR. REGINALDO MINARÉ (Para expor.) – Bem, uma observação sobre o que a Senadora Eliziane comentou, sobre afastar a responsabilidade da modalidade culposa dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores e, sim, contemplar o dolo, é que a legislação que regula as ações dos servidores públicos já dispõe sobre o caso de uma atuação não muito tecnicamente qualificada do servidor. Então, essa responsabilização já está numa lei específica. No caso do dolo, aí é mais grave, a lei está colocando essa possibilidade de reparação. Então, não está descoberto; é que uma lei específica dos servidores públicos já trata desse ponto.

Com relação à questão do afastamento de organizações da sociedade civil, a resposta está no art. 3º, §14: se porventura as instituições que cuidam de saúde, meio ambiente recomendarem alguma restrição ou perigo sobre o uso de um determinado produto, o órgão brasileiro vai ter que fazer uma reavaliação. E o projeto também não retira nenhum poder do Ministério Público nesta área.

Com relação à observação que foi feita à minha fala, sobre eu não ter colocado de forma objetiva, eu acredito que a colega talvez não tenha entendido o que eu disse. Eu disse que a lei hoje não estabelece as competências para os órgãos. E, de fato, não – pelo menos a lei que eu conheço não traz –; quem traz isso é o decreto. E foi isso que eu disse. Então, eu não falei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGINALDO MINARÉ – Não, eu não faltei com a verdade. As competências estão no decreto, não estão na lei. Foi isso que eu falei e é isso que reafirmo. Desafio alguém a ler a lei atual e encontrar competência da Anvisa, Ibama e até mesmo do Ministério da Agricultura. A lei é econômica. A lei em vigência hoje tem 22 artigos; o decreto tem 97. Nós somos regulados mais pelo decreto do que pela lei.

Então, esta lei não flexibiliza. Ao contrário: é uma lei que deveria estar sendo desejada por todos. Ela estabelece um sistema muito mais interessante. Nela já está previsto, na lei, que quem vai estabelecer regras para a construção de dossiê de toxicologia é a Anvisa, é o órgão da saúde. Está ali no art. 6º, é só ler o texto. Se tiver um produto carcinogênico, mutagênico, seja lá a característica negativa que for, não é a lei que vai identificar, vão ser os técnicos que estarão avaliando o processo caso a caso que vão identificar. E, se o processo versar sobre uma molécula que tem esses riscos, o Estado não vai emitir um laudo de toxicologia permitindo que se use. O foco é fortalecer os órgãos. A lei faz isso.

Agora, colocar gente no órgão é uma questão administrativa. É o governo que está no momento que tem que cuidar, o Parlamento que tem que exigir. O volume de técnicos que cada agência vai colocar para avaliar os processos é uma questão de gestão de quem está no comando do país.

Então, reafirmo: o projeto é excelente. Se o projeto fosse negativo para a agricultura... A agricultura não produz pesticida, a agricultura não registra pesticida. A agricultura utiliza pesticida de forma muito parcimoniosa. E temos um cuidado muito grande de inviabilizar esse comércio. Nós fornecemos alimentos para quase todos os países do mundo, um volume muito grande, e ninguém rejeita os nossos alimentos, porque são alimentos de padrão mundial. A nossa agricultura é de padrão mundial, e não fazemos nada diferente do que agricultores do mundo inteiro fazem.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo Minaré.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Roberto Rocha manda uma mensagem e pede que eu leia. Diz ele: "Não consigo participar por vídeo, pois estou no interior do Maranhão, e o sinal de internet está instável, mas, se possível, peço que registrem". Diz ele: "Entendi que o projeto vai trazer produtos novos, menos tóxicos e com doses menores. Com isso, vamos utilizar menos quantidade do produto, e isso é a segurança que os debatedores afirmam. Se é assim, vamos votar e aprovar". Essa é a mensagem do Senador Roberto Rocha.

Agradeço a mensagem.

Agradeço, mais uma vez, a presença dos nossos participantes: Dra. Thuanne Braúlio Hennig, Dra. Karen Friedrich, Dr. José Otavio Menten; Dra. Marina Lacôrte, Dr. Rafael Rioja Arantes e Dr. Reginaldo Minaré. Agradeço a presença dos senhores.

Nós já falamos aqui várias vezes, com relação à Comissão de Agricultura, que eu procuro não deixar projetos parados aqui na Comissão; eles têm que ser votados. Nós temos que sempre avançar para não deixar projetos pendentes. Como exemplo, o Senador Lasier Martins pegou um projeto semana passada, já trouxe, já colocamos em pauta e vamos votá-lo hoje. Entendo que é assim que tem que ser.

Esse projeto dos pesticidas já está com a minha publicação do relatório. Eu retiro a publicação do relatório para reanálise em função do debate que nós tivemos nessas duas audiências públicas. E eu entendo que é importante, Senador Lasier, nós ouvirmos o Ministério da Agricultura, o Mapa, ouvirmos a Anvisa e ouvirmos o Ibama. No final, nós vamos... Eu estou com um requerimento aqui. V. Exa. está com urgência de sair, nós vamos então para a segunda parte.

Passamos para a segunda parte agora, a deliberativa, desta reunião.

Os nossos convidados podem ficar à vontade. Agradeço mais uma vez a presença. Com certeza contribuíram muito para o debate dessa matéria. (*Pausa.*)

Item nº 3, fazendo a inversão, como primeiro item.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 550, DE 2022
- Não terminativo -

Dispõe sobre o alongamento de dívidas de crédito rural, e dá outras providências
Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo, portanto, a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Acir, pela inversão, porque de fato tenho uma reunião no Ministério da Agricultura daqui a pouco. Agradeço a sua gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se do Projeto de Lei 550, de 2022, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "dispõe sobre o alongamento de dívidas de crédito rural, e dá outras providências".

É desnecessário dizer, mas apenas quero enfatizar que esse projeto é relevantíssimo para os produtores rurais.

A proposição é composta de cinco artigos.

O art. 1º apresenta o objetivo da futura lei: autorizar o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, com possibilidade de adoção de cláusula de equivalência em produto, pelo prazo de 20 anos, com carência de três anos.

O art. 2º autoriza as instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural a proceder ao alongamento de dívidas originárias de crédito rural, contraídas por produtores rurais, suas associações, cooperativas e condomínios, inclusive as já renegociadas, relativas às operações enumeradas nos incisos do *caput* do artigo citado.

Os parágrafos do art. 2º contêm as disposições acessórias, valendo destacar que o §3º estabelece os limites individuais das operações, de até R$1 milhão por tomador, observado o limite de R$25 mil por associado nas operações sem identificação do tomador final, nos casos de associações e cooperativas.

O §5º estabelece em seus incisos os parâmetros a serem adotados no alongamento, que incluem prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em três anos após a repactuação; taxas de juros de 3% ao ano, com capitalização anual; e garantias usuais das operações de crédito rural, sendo vedada a exigência de garantias adicionais, liberando-se aquelas que excederem os valores regulamentares do crédito rural.

O art. 3º, por seu turno, autoriza o Tesouro Nacional a emitir títulos até o montante de R$10 bilhões para garantir as operações de alongamento dos saldos consolidados de dívidas rurais renegociadas.

O art. 4º do PL determina que o Conselho Monetário Nacional delibere a respeito das características financeiras dos títulos do Tesouro Nacional a serem emitidos e disponha sobre as demais normas, condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento referidas na futura lei.

Por fim, o art. 5º estatui a cláusula de vigência da futura lei.

O autor justifica que o objetivo da proposição seria criar uma medida justa e eficaz para fomentar a produção rural e combater o endividamento rural no Brasil.

A proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

No prazo regimental, de 27/05/2022 a 02/06/2022, não foram apresentadas emendas ao PL perante a CRA.

Análise.

Compete à CRA opinar sobre política de investimentos e financiamentos agropecuários e endividamento rural, nos termos do inciso X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (Risf). Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta ocasião, manifestar-se sobre o mérito da proposição. À CAE caberá, oportunamente, a análise terminativa da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como ressaltado pelo autor, a Lei nº 9.138, de novembro de 1995, conhecida como Lei da Securitização, saneou o setor rural e criou as condições para o desenvolvimento do agronegócio nos anos subsequentes, proporcionando a geração de emprego e renda no meio rural brasileiro.

O PL estabelece os seguintes parâmetros para o alongamento das dívidas rurais: a) prazo para pagamento de 20 anos; b) prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em três anos após a repactuação; c) prazo de enquadramento até 31 de dezembro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – ... de 2021; d) limite de R$1 milhão para alongamento por mutuário; e) limite global de emissão de títulos de R$10 bilhões; f) taxa de juros efetiva de 3% ao ano; g) possibilidade de equivalência em produto; h) abrangência nacional.

Observa-se que o PL nº 550, de 2022, replicou os princípios, normas e valores da Lei da Securitização. Portanto, o que se espera, em linhas gerais, são os resultados produzidos por essa norma: regularização dos produtores rurais, retorno desses agentes econômicos ao sistema produtivo, criação de empregos, renda e desenvolvimento no meio rural e no Brasil como um todo.

Entende-se que a nova lei possibilitará uma renegociação ampla e adequada, com reconhecimento das perdas decorrentes da pandemia de covid-19, que, de fato, causaram perdas significativas de produtividade e, em decorrência, de renda aos produtores rurais brasileiros.

Presidente, se pudesse contar com um pouquinho mais de silêncio, ficaria muitíssimo agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Olha, nós temos um Senador que está lendo o seu relatório, já toquei a campainha aqui várias vezes... Peço, por gentileza, que nós demos preferência ao Relator do projeto.

Obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Adicionalmente, as severas chuvas nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sobretudo entre 2020 e 2022, e a ocorrência de uma das mais severas secas em quase um século na Região Sul agravaram ainda mais a delicada situação de muitos pequenos produtores rurais familiares em todo o Brasil.

Esse ciclo perverso de pandemia mundial do novo coronavírus, de fenômenos climáticos adversos e perda expressiva de renda impossibilitou o pagamento dos financiamentos rurais e acirrou a já difícil situação do endividamento rural no Brasil.

Portanto, a aprovação do PL 550, de 2022, pode representar um importante mecanismo para regularização dos produtores rurais, criar condições para alongamento das dívidas rurais, com juros e prazos adequados, e sobretudo dinamização da agropecuária brasileira, que responde pela produção de alimentos, pelo controle da inflação e para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do PL 550, de 2022.

É o parecer, Presidente Acir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins, pelo brilhante relatório.

Para discutir...

Antes, Senador Paulo Rocha, o Senador Sérgio Petecão pede pela ordem.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Está mudo. O seu microfone está mudo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não estou conseguindo votar.

O meu voto é "sim", por favor. Viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Está o.k. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Por videoconferência*.) – Valeu.

Eu estou dentro de um avião aqui em Cruzeiro do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Em qual projeto, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele deve estar falando do Município de Cruzeiro do Sul, porque a empresa aérea Cruzeiro do Sul não existe mais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não, é Município Cruzeiro do Sul, lá no Acre. Nós entendemos.

Em discussão a matéria.

Para discutir...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Petecão. (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Enquanto não fala o Senador Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – ... o eminente Senador Paulo Rocha me pergunta se isso é extensivo à agricultura familiar.

Eu quero dizer que sim, exatamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – É prioritariamente a agricultura familiar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – É exatamente quem mais está passando por dificuldades para pagamento das dívidas. Se for aprovado esse projeto, serão grandes beneficiados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Na verdade, eu ia levantar esse debate, mas era só para esclarecimento, para dizer que nós estamos preocupados com conjuntos dos devedores na área rural. Em paralelo aqui, eu fiz esse questionamento, ele já esclareceu.

Nós vamos votar favorável ao projeto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu estou recebendo solicitações de assessores que representam o Governo para pedir vista do projeto.

Eu não vou esconder que recebi o pedido e também não vou esconder qual é a minha posição.

Eu acho que, primeiro, votarei a favor. Acho que esse projeto é essencial.

Qual é a tramitação? Se ele for aprovado aqui, irá para a Comissão de Assuntos Econômicos e lá é que ele será terminativo.

Então, o meu apelo é no sentido, Senador Lasier, de que, nesta semana que teremos, supondo que temos a reunião da CAE na semana que vem, e lá é que ele será terminativo, se faça uma conciliação de interesses com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Economia. Não haverá nada de definitivo ao votarmos aqui; pelo contrário, nós poderemos é perder uma semana, Senador Lasier, nós acabaremos perdendo uma semana se não votarmos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Olha, meu dileto amigo e brilhante Senador Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu defendo que nós votemos. Se há alguma coisa para conciliar em termos econômicos, com o Ministério da Economia, com o Ministério da Agricultura, que se faça...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Façamos na CAE.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Mas, lá na CAE, Senador Esperidião Amin, nós teremos tempo isso. Lá é o local para a parte econômica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas, durante esta semana e até que chegue à CAE, a minha solicitação pública é que eventualmente o Governo, com o Ministério da Agricultura e o Ministério da Economia, veja o que tem para sugerir de acerto, de correção ou de verificação – eu não conheço esses detalhes que ensejariam a solicitação que o Governo faz –, votemos aqui, com a aprovação de todos nós, e se levantem esses elementos para que na CAE se dirimam as dúvidas que venham a existir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito. É prudente. Agora, já que o próprio Senador Esperidião admite, votando aqui, tudo bem, levamos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o que eu tornei público aqui. Eu voto a favor...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... com o apelo de que, se há alguma questão a esclarecer ou acertar, se aproveite esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E com isso eu respondo, e até conjuro com isso, a necessidade de outros colegas que tenham a mesma solicitação que eu recebi. Não é que eu não esteja atendendo à solicitação, eu acho que nós não podemos perder tempo: o primeiro semestre vai terminar daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida.

Agradeço as colocações do Senador Esperidião Amin.

Encerrada a discussão, em votação a matéria.

As pessoas que concordam com o relatório do Senador Lasier Martins permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Lá será terminativa e é o local para debater as questões econômicas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Agradeço a sensibilidade dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Voltamos, então, ao item nº 1.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1282, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.
Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- Em 22.06.2022, Senador Espiridião Amin apresentou novo Relatório.
- Votação nominal.

Altera o Código Florestal para permitir, nas áreas de preservação permanente dos imóveis rurais, a construção de reservatórios d'água para projetos de irrigação e a infraestrutura física a eles associada.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar – o Senador Lasier comentou hoje sobre estiagem e chuva –, esse projeto tem tudo a ver com um esforço a mais para a conservação de água. Quer dizer, o que nós temos que fazer é não destruir as áreas de preservação permanente, mas permitir que se use parte das áreas de preservação permanente para conservar água. Esse é o sentido do projeto.

Havia preocupações e há preocupações quanto à extensão dele, se vai comprometer a área de preservação permanente. Todas – queria deixar bem claro: todas – as sugestões foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consideradas – todas! Todos os cuidados para que, em nome da conservação de água, não se penalize, não se prejudique uma área de preservação permanente, foram considerados. Então, eu estou apresentando, como V. Exa. falou, um novo relatório, até para permitir que, se alguém quiser pedir vista, possa pedir. Não estou emendando o outro relatório. Todas as sugestões foram consideradas – todas! De forma que eu tenho aqui conhecimento de que o meu amigo Paulo Rocha e outros Senadores, com todo o direito, vão pedir audiência pública para este e para o outro projeto. Eu acho que para este não é cabível, porque nós já tivemos as audiências, já foram apresentadas sugestões e, repito, todas foram consideradas. E eu as apresento sob a forma de um novo relatório, para permitir que, se quiserem pedir vista, peçam; mas pedir uma nova audiência não seria correto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Eu, na verdade, iria fazer, pedir esse esclarecimento antes de ele iniciar o relatório, porque realmente o que ele está dizendo é verdade, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Porque, como ele é mais velho do que eu aqui... (*Risos.*)

Ele fez um outro relatório, inclusive atendeu alguns questionamentos que nós fazíamos em relação às barragens, etc.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E aí os senhores analisam.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu acho que a ideia de adiar a votação para ter oportunidade de analisar é muito importante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pede vista, porque foi apresentado um novo relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu poderia ter usado o recurso regimental e feito um adendo; mas, não. Ninguém quer passar batido.

Agora, queria chamar atenção, Senador Paulo Rocha – em nome da amizade que nos une há 30 anos, nem sempre concordando, mas nos respeitando –, para que isso aqui, para a nossa região, Deputado Edinho Bez, onde nós temos estiagem, nós não temos seca, é diferente, climaticamente é diferente. Seca é uma coisa terrível, porque você não tem chuva por um ano, um ano e pouco, dois anos. Nós, não. Nós temos. Se você analisar no fim do ano: "Olhe, deu 1,8 mil milímetros. Bom, são ricos em água". Só que a irregularidade consiste na estiagem. Você passa três meses sem chuva; se não tiver água guardada, imagine um rebanho leiteiro. Estou falando de 30 cabeças de gado. É preciso água para esse povo que produz o leite, não só para o dono, mas para a vaca.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Esperidião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não aproveitar a área de preservação permanente para conservar a água é uma coisa de autorrepressão.

Então, todas as medidas que foram propostas eu considerei. Não quero dizer que atendi tudo que todos queriam. Mas então os senhores que têm dúvida têm mais uma semana. Peçam vista hoje, examinem e, na próxima sessão, deliberem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Senador Esperidião, posso fazer uma sugestão?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Como será dada vista coletiva, eu sugiro que V. Exa. dê como lido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Dou como lido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Publique-se.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não precisa ler, vista coletiva, volta na semana que vem e nós discutiremos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Esperidião, eu sempre tenho falado muito, quando se trata dessas questões, que é muito difícil o Parlamento fazer uma legislação que possa atender essa diversidade do nosso país, porque, principalmente em se tratando de biomas, como o caso da Amazônia, do Centro-Oeste e do Mato Grosso, etc., etc... Por isso, o cuidado que V. Exa. tem, com a experiência já de se preocupar com esse conjunto. Mas, em relação à estiagem de Santa Catarina...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Que vai até o Mato Grosso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... quando o senhor se aposentar, eu o aconselho a ir lá para a Amazônia, porque lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ele já foi. Ele é paranaense e já foi para lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O relatório é dado como lido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não afasto essa possibilidade, porque eu adoro aventuras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O relatório é dado como lido e vista coletiva é concedida.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia, pela ordem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero aqui parabenizar o meu colega Senador Esperidião Amin e essa oportunidade de a gente ver que foi atendida a maioria das questões. Esperidião, eu sei da sua consciência quanto ao meio ambiente nesse pouco tempo que eu convivi como Deputada. Então, é aquela história, é como se diz, para todos o meio ambiente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei exatamente quais foram as emendas, mas eu vou me debruçar e acho importante. Achei muito digno o senhor propor vista para a gente ter um conhecimento melhor sobre o novo relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora Zenaide, eu posso lhe dar parabéns? Não vai provocar ciúmes em casa? Mas essa sua blusa está muito especial.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É o São João. É o São João.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a festa. É a festa de São João em azul, em tons de azul, bandeirinhas sobre o azul. Azul do Havaí e de tantas outras coisas boas, como o manto de Nossa Senhora. Vale para... É multiúso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Vale para tudo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Parabéns! Além da beleza espiritual, a estética e a ética. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, pelas suas colocações.

Vamos então ao item 2.

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 1293, DE 2021
- Terminativo -

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas apresentadas.

Observações:

- Em 08.06.2022, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

- Em 09.06.2022, LIDO o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concedeu Vista Coletiva nos termos regimentais.

- O Projeto recebeu 30 Emendas: 25 Emendas-T, Emendas 26 a 29 do Senador Lasier Martins e Emenda 30 do Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 22.06.2022, o Senador Paulo Rocha apresentou Voto em Separado pela aprovação do Projeto e das Emendas 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30; e pela rejeição das Emendas 2, 3, 4 e 21.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para relatar a Emenda nº 30, do Senador Paulo Rocha. Senador Heinze, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Estou ouvindo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Tenho uma dúvida regimental.

Parece-me que tem alguns requerimentos de ir para outras Comissões, etc. ou de outras audiências. Como é esse processo regimental? Logo leremos os nossos votos e depois se define... Como é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Senador Paulo Rocha, o envio dessa matéria ou qualquer matéria para outras Comissões não depende desta Presidência ou deste Plenário: depende da Mesa Diretora. Portanto, não vem ao caso um relatório dessa natureza.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – No caso, Presidente, é mais um pedido de audiência, parece-me, da Senadora Zenaide e da Senadora Eliziane Gama. É uma audiência pública. É para se incluírem outros convidados, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem!

Nós temos aqui uma sequência regimental: primeiro, é lido o relatório, e aí nós vamos... (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, para relatar a Emenda nº 30, do Senador Paulo Rocha.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, apenas quero agradecer mais uma vez essa relatoria. Já lemos o relatório na sessão anterior. Já fizemos audiência pública, debatemos bastante esse tema, a pedido do Senador Jean Paul, do Senador Paulo Rocha e da própria Senadora Zenaide.

Agora, neste instante, depois da leitura, a minha ideia é só a de rejeitar a Emenda nº 30, como já rejeitei as emendas anteriores quando apresentei o meu relatório. Então, estou rejeitando a Emenda nº 30, respeitando a posição do Senador Paulo Rocha. Mas rejeito a emenda.

O relatório já havia sido lido, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 1.293, de 2021, e pela rejeição das emendas apresentadas à proposição, essa do Paulo Rocha agora e as anteriores, sobre as quais eu já havia me manifestado.

É um projeto bastante importante para o agro brasileiro. Nós teremos um crescimento muito importante não das grandes empresas apenas. Citei um exemplo: o caso de Minas Gerais. Hoje nós temos inúmeros municípios em Minas Gerais que produzem queijos artesanais de excelente qualidade, e a legislação não permite, por exemplo, que um fiscal do Ministério da Agricultura, que não tem perna suficiente para poder fazer esse trabalho... Estou citando apenas um exemplo, o de Minas Gerais, pela qualidade dos queijos. Estou citando o caso dos queijos, mas há tantas coisas importantes. A Senadora Zenaide é do Nordeste. Isso deve haver no Nordeste, como também no Norte do país. O Brasil é muito rico, e há as diversidades do agro e também da agricultura e da pecuária.

Acho que abre um campo enorme para o Brasil o que nós estamos fazendo, como também para os profissionais do ramo da Veterinária, do ramo da Agronomia, do ramo da Engenharia Florestal. Vários profissionais terão campo; haverá mercado para eles. Jamais... Este é um ponto importante: o Estado vai concentrar suas funções na fiscalização, e ninguém vai tirar a função de um fiscal agropecuário ou de um auditor. O Ministério da Agricultura vai fazer a auditagem nesses trabalhos, vai auditar as empresas, vai auditar... Em qualquer canto do Brasil haverá alguém auditando. Essa é a função, digamos assim, do Ministério da Agricultura. Profissionais privados não poderão exercer atividade típica de auditores, apenas conferindo o atendimento às normas estabelecidas no estado.

Portanto, somos pela rejeição da proposição e estamos à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Foi apresentado perante a Mesa requerimento de instrução do projeto. A autoria é da Senadora Eliziane Gama e da Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra, para discutir e para defender o seu requerimento, para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colega Heinze, eu queria dizer o seguinte, a gente está com essa mesma dúvida. O senhor diz que a gente não tem, que o governo não tem pernas para fiscalizar. Então, eu gostaria de dizer que, na verdade, a gente precisa é de aumentar a capacidade técnica dos órgãos, aumentar o número de veterinários para poderem auditar e também fiscalizar, gente. Não é obrigado isso ser passado para o agronegócio! Essa responsabilidade tem que ficar com o Estado brasileiro mesmo, como já era. Então, aumentar a capacidade técnica dos órgãos de fiscalização e controle, e não passar essa responsabilidade para o agronegócio.

O que a gente está vendo aqui é o seguinte: está-se tirando a responsabilidade estatal, e é do Estado fiscalizar e melhorar a fiscalização e o controle, para poder acelerar esse tempo, que, como o senhor disse, está retardando, atrapalhando o agronegócio. E a gente sabe que a gente precisa de aumentar a capacidade técnica dos órgãos que fazem fiscalização e controle, e não, em tudo que o Estado faltar com a fiscalização, a gente privatizar, passar paro o setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu pedi... Nada contra, Heinze. Eu gostaria de deixar claro aqui que eu não tenho nada contra o agronegócio. Eu só acho que a gente não pode, em tudo que é de responsabilidade dos órgãos que fiscalizam e têm o controle, como não estão funcionando devidamente e deixando as demandas reprimidas, com o agronegócio prejudicando e deixando de facilitar, de gerar emprego e renda... O que a gente precisa, na realidade, é de aumentar a capacidade técnica de nossos órgãos de fiscalização e controle, porque senão...

Eu queria dar um exemplo aqui: daqui a pouco, não nesta Comissão, nós vamos ter outro projeto de lei que tira obrigatoriedade da previdência social, que está com quase 2 milhões de pessoas numa fila, aguardando um benefício a que têm direito.

Então, como o Estado não está dando conta disso, não é privatizar. Vamos melhorar a capacidade para não prejudicar o agronegócio, que gera emprego, que alimenta, entendeu? Mas não é passando a responsabilidade de fiscalização e controle para o privado, porque, na verdade, essa responsabilidade é do Estado.

Por isso, Heinze, que eu acho que a gente não vai ter tanto prejuízo se a gente fizer mais esta audiência pública, se puder... Eu sei que cada um tem uma opinião, mas eu vejo por esse lado. Por exemplo, o Estado falha, e a iniciativa privada é quem tem que ir para órgãos importantes como esse de fiscalização e controle? Isso é bem complicado, viu? Eu acho que a gente deveria debater mais. Eu e a Eliziane demos uma olhadinha. Por que não ouvir? Por que não, ao invés de abrir empregos... Eu sei que os senhores têm veterinários independentes da fiscalização, ou seja, os senhores estão querendo suprir uma deficiência do Estado brasileiro.

O correto não é mudar a lei; é aumentar a capacidade técnica dos órgãos, disso eu não tenho nem dúvida.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Nós vamos colocar em votação o requerimento. Os Senadores que querem continuar a votação para o projeto têm que se manifestar contra o requerimento e, quem concordar com o requerimento, permaneça como se encontra. Só para alertar: os Senadores e as Senadoras que queiram votar o projeto hoje, na sequência, têm que se manifestar.

Portanto, em votação o requerimento de audiência pública.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – A Bancada do PT, Sr. Presidente, vota favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Quem desaprova pode se manifestar. (*Pausa.*)

Temos Senador Heinze e Senador Esperidião Amin contra; Senador Paulo Rocha e Senadora Zenaide a favor. Senadora Margareth Buzetti contra também. Portanto, três a dois; a audiência pública fica rejeitada.

Nos termos do artigo... Rejeitado o requerimento.

A matéria está em discussão. Para discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, é encerrada a discussão.

Em votação o projeto e a rejeição das emendas, nos termos do relatório apresentado.

Solicito que se prepare a votação para que possamos iniciá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – E o meu voto em separado, Presidente. Tem conhecimento da Casa, não? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Isso tem que ser na discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – A matéria está em... Vamos voltar à discussão. E aí, na discussão, tem que apresentar o voto em separado. Esse é o Regimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, eu peço, requeiro tempo necessário para eu promover meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Já está publicado o seu relatório, o seu o voto em separado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – *Ad argumentandum*?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pode argumentá-lo. Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, conforme o Senador Luis Carlos Heinze falou, não temos dúvida da importância que tem o agronegócio para a economia do Brasil, sobre o processo inclusive da evolução tecnológica, enfim. Nós temos questionamento exatamente sobre um pouco do que a Senadora Zenaide falou também, que eu queria repetir: há algumas funções que são próprias do Estado brasileiro, porque ele se preocupa com o conjunto dos interesses da sociedade. E, quando há conflito da sociedade ou interesses diversos, o poder público entra para assegurar o interesse público de todos. É o caso desses dois projetos que estão andando juntos: este, do autocontrole, da autofiscalização, e aquele, da questão dos agrotóxicos. Você viu aí, nas duas audiências que a gente fez, os questionamentos e os dados que tenho sobre a saúde pública dos agrotóxicos.

Não é o momento correto para tirar o poder de fiscalização do poder público, de observação, etc., se nós estamos exatamente tentando disciplinar os avanços e as conquistas do agronegócio, mas também em respeito à questão ambiental, à saúde pública, etc., etc. E vejam que também isso tem reflexo internacional, uma vez que nós vamos vender os nossos produtos, que são eminentemente de exportação.

Portanto, o meu voto vai ao encontro, em boa parte, do projeto, no entanto, questiona exatamente – aí está a diferença do voto em separado – que todas as emendas que tinham esse objetivo sobre o projeto que já apelidamos de autocontrole, de autofiscalização, as emendas que todos os Senadores fizeram foram exatamente para tentar proteger isso e fortalecer o papel dos agentes públicos, fiscais que são técnicos preparados, concursados, etc., para poderem cumprir esse papel, quer seja de fiscalização sanitária, quer seja de fiscalização ambiental, quer seja de qualquer fiscalização que seja papel do serviço público. Nesse sentido, o nosso voto é favorável ao projeto, no entanto, diferenciando do voto do Sr. Relator, pois, ao contrário do que ele fala, ele não aceitou nenhuma emenda, e foram de Parlamentares e de partidos diversos – não foi só a nossa emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu queria dar razão ainda ao requerimento que pede mais uma audiência pública, porque há muitos setores reclamando a participação, que querem dar sugestão, que estão pedindo aqui, setores da sociedade brasileira e também de interesses de entidades que têm relações internacionais. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, por exemplo, está brigando, está querendo ser ouvido, o Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Sinergia Animal, Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, etc., inclusive universidades, como alguma universidade da Amazônia, que tenha experiência e pesquisas sobre essas questões.

Então, Presidente, diferenciando do voto do Relator, nós somos pela aprovação do projeto; no entanto, somos favoráveis às Emendas nºs 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 – agora mesmo o Sr. Relator recusou a 30 –; e pela rejeição das Emendas 2, 3, 4 e 21.

Essa é a diferenciação do voto, e esse é o nosso voto em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Já anunciando para o eminente Relator que nós fizemos uma emenda, que foi a de nº 30. A Emenda nº 30, Sr. Presidente, fazia uma exceção de que, no caso da agroindústria de pequeno porte e do processamento artesanal, ficaria dispensada dessa contratação privada de responsáveis técnicos em qualquer modalidade do programa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Encerrada a discussão, em votação o projeto e a rejeição das emendas nos termos do relatório apresentado.

Solicito que preparem a votação para que possamos iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim"; quem vota contra o relatório vota "não". Quem vota "sim" aprova o projeto e rejeita todas as emendas, inclusive o voto em separado.

Por favor, abra o painel para que a gente possa votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quem vota "não" votaria com o voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não. Quem vota "não" rejeita o projeto e cai tanto o voto em separado e também...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim, sim. Mas para eu não entrar em contradição, no meu voto, eu tenho que votar no meu voto em separado, portanto para concordar com o projeto em parte. Não?

Nossos universitários têm que dirimir essa...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O fato de ser terminativo, Senador Paulo Rocha, não nos dá a condição de termos um voto em separado "sim" ou "não". Nós estamos aqui repetindo como é no Plenário do Senado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esse tal de terminativo ferra com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – É regimental, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu sei, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Ou se aprova o projeto ou se rejeita o projeto. Nós não temos essa condição de votar um voto em separado para aprovar o voto em separado em detrimento ao projeto...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, o encaminhamento da Bancada do PT, Presidente, é votar "não" ao relatório do Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não. Pode exercer o seu poder de voto, Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Pela ordem, o Senador Luis Carlos Heinze e, na sequência, a Senadora Zenaide Maia.

Antes, Senador Heinze, por gentileza, o Senador Esperidião Amin pede a palavra. Diz ele que é mais velho; então, vou ter que aceitar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, sem problema. Eu só quero declarar o meu voto, Sr. Presidente. Voto "sim" ao meu relatório. Voto "sim". Não estou conseguindo entrar no painel aqui, Presidente. Depois pode falar o Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito coerente de sua parte votar com o seu relatório. Surpreendentemente coerente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Não entendi, Senador Esperidião. Repita, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Surpreendentemente coerente a posição de Luis Carlos Heinze: vota a favor de seu relatório. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Está registrado o voto de V. Exa., Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já aconteceu de o Relator votar contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – O próprio relatório?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já! Contra o próprio relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Mas foi por engano ou não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. Por arrependimento ou por pressão! (*Risos.*)

Presidente, eu queria aproveitar esta oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – ... só para fazer uma breve comparação.

No dia 21 de junho, foi publicado o Decreto Presidencial 11.099, que dispõe sobre produção de queijo artesanal, de produtos da propriedade familiar. Ontem, o queijo da Serra da Canastra ganhou o prêmio de melhor queijo do mundo! Ele botou para trás todas aquelas centenas de tipos de queijo francês! O melhor queijo do mundo é o queijo da Serra da Canastra. E, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteontem, não havia uma regulamentação nacional para certificar aquele queijo, ou seja, nós não reconhecíamos o que nós produzimos. Isso vale para Santa Catarina, para Rondônia, para o Pará...

Vocês se lembram daquela exposição que a Kátia Abreu fez de queijos brasileiros ali, no café? Acho que foi por volta de 2019. Os queijos de Tocantins, por exemplo, são extraordinários!

Agora, se nós formos amarrar essa produção a um controle rígido, estatal e nacional, nós vamos continuar proibindo o consumo daquilo que nós produzimos! E, daqui a pouco, vamos novamente importar queijo muçarela sem alíquota, como aconteceu de março até abril deste ano. O queijo muçarela não tinha alíquota, não tinha imposto nenhum de importação, ou seja, uma agroindústria altamente subsidiada como é a europeia disputando com a nossa, que não tem o mesmo benefício!

Eu acho que é preciso dar esse passo. Eu justifico o meu voto, porque eu sei o que é produção artesanal. Admito que haja algum risco, sempre haverá, como também com o industrial. Com o produto industrial certificado, também acontece. Faz parte! Acho que, nessa competição, em que o Brasil tem sido o bom menino... O maior exemplo que eu tenho é o do algodão. Senador Paulo Rocha, durante doze anos, desde o tempo de Fernando Henrique até o Governo da Presidente Dilma, o Brasil disputou, era o autor de uma ação – passou o Governo Lula todo – pretendendo condenar os Estados Unidos pelos subsídios ao algodão. O mundo foi nosso litisconsorte! Até a Índia, vários países da América... Só que, em 2002, nós não tínhamos advocacia habilitada para denunciar os Estados Unidos na OMC. Nós tivemos que contratar um escritório norte-americano para defender o interesse brasileiro. Fomos aprendendo. Somos demandantes em 35 processos na OMC e demandados em 14. Ou seja: nós atacamos pouco e nos defendemos muito. E ganhamos essa ação. Os Estados Unidos reconheceram e pagaram uma multa, vamos chamar assim, de US$300 milhões. Países como Benin, da África, foram o litisconsorte, ou seja, nossos parceiros na ação.

Então, a defesa do produto brasileiro tem que ter um pouco de respeito ao produtor, e é esse o sentido desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que nós temos que dar esse passo. Por isso que eu voto...

Claro, sempre é um passo que se dá e sempre é um campo novo que se adentra, mas nós temos que dar esse passo. Por isso, eu voto "sim", e cumprimento o Senador Heinze pela forma corajosa, bastante germânica, não é?

Uma última colocação: alemão não é teimoso, Paulo Rocha; teimoso é quem discute com alemão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Espiridião Amin.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Penso diferente de Espiridião Amin. Nada contra melhorar, mas é como eu vi aqui falando: a vigilância... Os projetos que estão aqui são para considerar a vigilância sanitária, os controles estatais, simplesmente extinguir, porque vão tirando toda a competência... Tira competência, sim, da vigilância sanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que me chama a atenção e que foi dito aqui é que os produtos que vão ser exportados vão ter, sim, a vigilância. Você que compra carne aqui no Brasil, no seu açougue, cuidado, porque não vai ter fiscal, o Estado não vai estar presente para dizer se ela tem brucelose, tuberculose. Agora, a carne que vai se exportar vai ter, sim, e vão ser os vigilantes estatais que vão fazer esse serviço.

Só para dizer isto: preocupa-me muito essa omissão do Estado brasileiro, deixando os órgãos e tirando a capacidade técnica, não colocando pessoas, não botando técnicos suficientes. É mais do que justo que o agronegócio reclame. Não tenho dúvida disso. Produzindo, desde o pequeno agricultor, como o Espiridião falou... Eu fui criada (*Falha no áudio.*) ... queijo de coalho.

Agora, você tirar... O Brasil é um país grande e um grande produtor. É um risco grande tirar essa competência. Agora, o povo brasileiro é quem tem que ficar de olho nos seus frigoríficos, onde compra carne, porque ali, com certeza, não vai ter a presença da vigilância sanitária. Agora, para exportar, vai ter, porque foi o que me foi dito aqui por quem defende esse projeto. Mas tudo bem, Sr. Presidente. Hoje a vigilância, aqui, está perdendo em tudo.

Eu achei que o agronegócio viria aqui... Por exemplo, o projeto de Lasier era para ser terminativo aqui, viu, Esperidião? Ajudar o financiamento de quem produz alimento é muito salutar. Não era para a gente ter nem dúvida sobre isso. Espero que seja terminativo também, depois, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque, para se autorregular... E agora fique tranquilo, o agronegócio faz jus à propaganda que ele faz: o agro é tudo. E com certeza é. O agro, inclusive, é vigilância sanitária também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo para proferir o seu voto.

O SR. LUIZ CARLOS DO CARMO (Bloco Parlamentar União Cristã/PSC - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, não estou conseguindo votar aqui eletronicamente, mas o meu voto é "sim". Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado. Seu voto já será registrado. Muito obrigado pela sua presteza.

O Senador Luis Carlos Heinze pede a palavra pela ordem ou é antigo?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) – Não, estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, é só para contestar um pouco o que a Senadora Zenaide colocou.

Aqui no meu estado, Senadora Zenaide, toda a carne que é consumida, não apenas a carne exportada, é fiscalizada – toda a carne. O estado tem um sistema de fiscalização, o Ministério da Agricultura tem um sistema de fiscalização, e várias prefeituras também têm um sistema de fiscalização, portanto ninguém consome carne que não é fiscalizada. Não sei como é em outros estados, mas eu estou falando pelo Rio Grande do Sul. Então, nós, sim, temos cuidado com o mercado interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão importante: toda a Europa... No que nós produzimos, não inventamos a roda: toda a Europa, os países da Europa adotam o procedimento desse projeto que nós estamos votando aqui. Os Estados Unidos... A gente sempre se espelha: a Europa é assim, os Estados Unidos... Bom, eles já usam o sistema que nós estamos preconizando aqui, agora, nesta votação que estamos fazendo.

Então, chamo a atenção dos colegas Senadores e Senadoras de que esse é um procedimento normal no mundo inteiro. E o pessoal tem, sim, preocupação com o mercado interno, que é maior do que o mercado de exportação. Apesar de o Brasil ser o maior exportador de frango do mundo, o maior exportador de boi do mundo, o terceiro ou quarto exportador de suíno do mundo, mesmo assim, toda a carne consumida no mercado interno tem que ter fiscalização nacional, estadual ou municipal, como é esse caso.

Então, abre-se um campo enorme – enorme! Por isso a gente insiste, mais uma vez, que os colegas Senadores e Senadoras apoiem e aprovem o nosso projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Heinze.

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Proclamo os votos: SIM, 9; NÃO, 2.

Nenhuma abstenção.

Portanto, projeto aprovado.

Rejeitadas as Emendas 1-T a 30.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Como nós falamos há pouco, nós temos – a Senadora Zenaide ainda está... – um outro requerimento sobre pesticidas, Senadora Zenaide.

Cumprimento o Senador Heinze pelo brilhante relatório e pela aprovação da matéria, e todos os demais Senadores e Senadoras.

É um requerimento extrapauta. Como nós discutimos, com duas audiências públicas, para debater sobre a questão dos pesticidas... Nós estávamos com o nosso projeto, aliás, com o nosso relatório já impresso, já publicado, aliás. Eu pedi para retirar a publicação em função das duas audiências que nós fizemos esta semana, para fazermos uma terceira audiência para ouvirmos a Anvisa, o Ibama e o Ministério da Agricultura. Eu acho que ouvir a Anvisa, o Ibama e o Mapa seria perfeito.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.459 de 2022.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA;

• Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA;

• Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Seria para nós tirarmos, de vez, a dúvida sobre se o Ibama e a Anvisa vão ou não participar das autorizações dos pesticidas do futuro. É um atendimento também ao Senador Paulo Rocha, à Senadora Eliziane Gama, à Senadora Zenaide Maia. E esta audiência se dará na próxima quarta-feira. Na próxima quarta-feira, nós teremos a audiência e, na sequência, também a votação desta matéria.

Eu entendo, Senador Paulo Rocha, que é importante nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – É mais uma audiência pública, Senador Paulo Rocha, atendendo a V. Exa., atendendo à Senadora Zenaide Maia, atendendo à Senadora Eliziane Gama, para que a gente possa ouvir o Ibama, a Anvisa e o Mapa, Senador Paulo Rocha, porque nós vamos tirar a dúvida se o Ibama realmente vai ter condições de analisar, a Anvisa também, e qual é a participação do Mapa nessa questão de liberação dos próximos pesticidas. Não há nenhuma abertura para a questão dos pesticidas, mas é importante deixar claro isso. E, para deixar bastante claro, vamos fazer esta audiência pública.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Portanto, na próxima quarta-feira, nós teremos a audiência pública e, na sequência, a votação da matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e três minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Fabio Garcia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Rafael Tenório, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Luiz Carlos do Carmo, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Lasier Martins, Roberto Rocha, Wellington Fagundes e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1282, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2(duas) Emendas que apresenta. Pela rejeição da Emenda nº 1 dos Senadores Jean Paul Prates e Eliziane Gama. Resultado: Rejeitados os dois Requerimentos de Audiência Pública de instrução do Projeto, apresentados perante a Mesa pelos Senadores Paulo Rocha, Eliziane Gama e Jean Paul Prates. Rejeitada a Emenda nº 1, destacada pelo PT, por 7 (sete) votos NÃO, 1 (um) voto SIM e nenhuma ABSTENÇÃO. A Senadora Margareth Buzetti registra seu voto sim. Aprovados o Projeto e as Emendas 2-CRA e 3-CRA, por 8 (oito) votos SIM, 1 (um) NÃO e nenhuma ABSTENÇÃO. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5109, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Rafael Tenório. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2858, de 2021 - Terminativo - que: "Autoriza a liquidação ou a repactuação de operações de crédito rural alongadas no âmbito da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional." Autoria: Senador Fernando Collor (PROS/AL). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). A Senadora Margareth Buzetti registra seu voto sim. Resultado: Aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição da emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022. Resultado: Aprovado o Req 16/2022-CRA de dispensa da Audiência Pública de instrução do Projeto constante do Req 15/2022-CRA. Aprovada a inclusão extrapauta do Projeto. Lido o Relatório, a Presidência concedeu Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 16, de 2022 que: "Nos termos regimentais, requeiro a dispensa da Audiência Pública de instrução do PL 1459 de 2022, constante do Req 15/2022-CRA." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e dois minutos. Usam da palavra as Senadoras: Eliziane Gama, Margareth Buzetti, e os Senadores; Esperidião Amin, Fabio Garcia e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de projetos conforme pauta previamente divulgada.

Antes de iniciar as votações desta sessão deliberativa, faço algumas considerações sobre um dos projetos que serão votados e sobre temas de interesse da agricultura do Brasil e do nosso Estado de Rondônia.

O primeiro item da pauta de hoje é o PL nº 1.282, de 2019, que altera o Código Florestal para permitir, nas áreas de preservação permanente dos imóveis rurais, a construção de reservatórios d'água para projetos de irrigação e hidratação de animais e a infraestrutura física a eles associados.

O projeto tem autoria do Senador Luis Carlos Heinze e relatoria do Senador Esperidião Amin, que já realizaram brilhantemente suas defesas, sobre as quais vou acrescentar alguns comentários que também interessam aos agricultores de todo o Brasil e em especial aos do nosso Estado de Rondônia.

A construção de reservatórios de água nas margens dos rios para irrigação agrícola e para dar água de beber aos animais é uma prática cultural antiga em todas as civilizações, mas que estava comprometida aqui no Brasil por falta de um enquadramento preciso dessa questão no Código Florestal, que reformamos em 2012. Creio que essa foi uma das poucas lacunas que deixamos na ocasião da reforma do Código Florestal em 2012, visto que houve o enquadramento para as Áreas de Proteção Permanente, as APPs, no entorno dos reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia e ao abastecimento público, mas isso não ocorreu para os reservatórios artificiais destinados ao uso agrícola.

Desse modo, a aprovação do PL 1.282, de 2019, vai colocar na legalidade milhares de agricultores que já possuem seus reservatórios, bem como possibilitar a abertura de novos reservatórios em APPs ou nas áreas de mata ciliar nas margens dos rios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar que esses barramentos para irrigação são atividades permitidas pelo Código Florestal brasileiro, mas a lei em vigor permite apenas o corte de vegetação nativa em APPs nos casos de utilidade pública, de interesse social ou de atividades de baixo impacto ambiental.

No entanto, alguns desses barramentos ou tanques não possuem esse enquadramento, e os nossos agricultores estão encontrando dificuldade de obter licenciamento ambiental para a abertura desses tanques e, consequentemente, para as suas atividades, como, por exemplo, para uso animal.

Em Rondônia, assim como em todo o país, é comum a construção desses tanques nas margens dos rios, o que facilita a instalação de infraestrutura para a captação de água para irrigação e para dar de beber aos animais. Aliás, muitos desses reservatórios também estão no que chamamos de áreas consolidadas, que, em Rondônia, são as áreas que foram ocupadas nas décadas de 60, 70 e 80, quando a lei permitia a supressão de até 80% da vegetação nativa de cada propriedade para a instalação das lavouras e benfeitorias.

Asseguramos o uso dessas áreas consolidadas com uma emenda que apresentei na reforma do Código Florestal em 2012, quando foi estabelecida a data de 22 de julho de 2008 como marco temporal para a aplicação deste benefício.

Com a manutenção das áreas consolidadas, ficou permitido o registro da reserva legal em percentual inferior a 20% nas áreas do imóvel nas propriedades rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, até quatro módulos fiscais. Essa medida, que incluí no Código Florestal quando fui Relator da matéria aqui na Comissão da Agricultura do Senado, favoreceu muitos pequenos agricultores da chamada agricultura familiar de Rondônia, levando segurança jurídica para os agricultores, que ocuparam suas áreas e fizeram uso da reserva legal que, a partir do ano 2000, passou a ser de 80% na Amazônia.

Desta feita, prevaleceu o bom senso, a vontade popular manifestada pelos representantes do povo no Congresso Nacional e o direito adquirido dos proprietários rurais. Portanto, mais uma vez, atendo o pedido dos agricultores de Rondônia para que todos os agricultores do Brasil entrem na legalidade no que diz respeito à utilização e à abertura de novos reservatórios de água e manifesto meu apoio a esse projeto do Senador Luiz Carlos Heinze, com a relatoria do Senador Esperidião Amin. Entendo que é uma medida importante para regularizar uma prática tradicional e também muito necessária para a manutenção das atividades agrícolas, bem como também para o interesse público, uma vez que esses reservatórios também servem às comunidades em situação de escassez de água.

Então, essa é a nossa posição com relação ao Projeto 1.282, de 2019.

Outro tema sobre o qual eu tenho insistido aqui na Comissão é o impacto direto que a redução dos investimentos públicos nas rodovias federais está causando nos custos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escoamento da produção agrícola brasileira. Por consequência, o alimento que chega à mesa dos brasileiros está chegando mais caro. O que se prevê até o final deste ano eleitoral é que o investimento do Governo Federal nas rodovias chegue ao máximo de R$6 bilhões, incluindo os incrementos feitos pelo Congresso Nacional, já que o orçamento oficialmente prevê apenas R$4,2 milhões para investimento nas rodovias federais. É o menor valor investido em um ano pelo Governo nas rodovias federais em 17 anos, sem contar a inflação desse período. O valor investido neste ano de 2022 será apenas 10% do que foi injetado pelo Governo nas estradas federais em 2010, quando foram investidos R$41 bilhões. Se nós colocarmos a correção, isso vai bem longe. É bem provável que, a persistir esse cenário, teremos em breve um colapso na infraestrutura do Brasil, num descompasso muito grande com o aumento da produção do agronegócio, apertando ainda mais o gargalo que limita o crescimento do Brasil. Ou seja, enquanto a produção de grãos cresce, pioram as condições de escoamento dessa mesma produção.

A aposta do Governo para ampliar os investimentos nas rodovias federais está na privatização das rodovias, ou seja, na concessão de muitas BRs para a gestão da iniciativa privada. Entendo que essa é uma alternativa viável, mas as concessões nunca serão a resposta para tudo, porque nem todos os trechos, nem todas as rodovias se sustentam com esse modelo de cobrança de pedágios. Entendo que o Governo tem que buscar outras alternativas, como recursos complementares, como instituições, através do BNDES, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e também os Brics, o Banco dos Brics, para financiar a melhoria da nossa infraestrutura rodoviária. Creio que só assim o Governo Federal terá condições de investir em rodovias estratégicas para o desenvolvimento do país, mas que ainda não oferecem as condições vantajosas para os investidores da iniciativa privada, como as rodovias de São Paulo, do sul e do litoral do Brasil.

É o caso da nossa BR-364, que corta Rondônia de norte a sul e é a nossa principal e única conexão com os demais estados brasileiros, não só de Rondônia, mas Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, todos esses estados dependem da BR-364. A proposta apresentada pelo Ministério da Infraestrutura para a concessão da BR-364, cujo leilão já foi anunciado e será para o final desse ano, prevê a duplicação de apenas 113km dos 729km incluídos no edital de Porto Velho à Vilhena, ou seja, apenas 15% da rodovia será duplicada e – pasmem – em 30 anos de concessão! O trecho a ser duplicado é de Jaru a Presidente Médici. Além disso, na proposta apresentada, teremos algumas terceiras faixas. E o pior, todas essas obras de terceira faixa de duplicação começarão apenas após o quinto ano de concessão.

No entanto, a cobrança do pedágio nas oito praças previstas começa logo no primeiro ano, sendo que, para ir de Porto Velho a Vilhena, um carro de passeio terá que pagar R$80 de pedágio; um caminhão bitrem carregado de soja, por exemplo, terá que pagar mais de R$700 nesse trecho apenas de ida de Porto Velho à Vilhena e mais R$700 de Vilhena a Porto Velho. Isso é um desastre para a nossa população, eu diria que é uma ofensa para a população do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Estado de Rondônia, um estado produtivo que clama, há muito tempo, pela duplicação dessa rodovia.

Entendo que esse modelo de concessão não atende e que não adianta fazermos apenas um paliativo, uma melhorada na rodovia para atender a demanda atual; temos que construir uma rodovia para o futuro com duplicação completa, travessias urbanas e os contornos das principais cidades. Queremos uma rodovia que possa oferecer segurança a todos e atender à crescente movimentação de caminhões, que transportam a soja, a carne, o feijão, o milho, o café, o cacau, o algodão, os minérios, todas as riquezas que produzimos em Rondônia ou que são produzidas na Região Centro-Oeste e podem ser exportadas pela Hidrovia do Madeira ou pela rodovia que nos liga aos países andinos e ao Oceano Pacífico.

O momento é oportuno para mobilizarmos a sociedade civil rondoniense contra esse modelo de concessão e lutarmos pela duplicação da rodovia já e sem pedágio ou com sua cobrança somente após a realização dos benefícios das obras prioritárias, como terceiras faixas e duplicação dos trechos mais críticos.

Outra cobrança que faço do Governo Federal é sobre o reasfaltamento da BR-319. Governo Federal prometeu que iniciaria o reasfaltamento do Trecho do Meião, do km 405 ao km 810, ainda este ano, mas isso é claro que não ocorreu. A manutenção da rodovia está sendo feita em um trecho de 50km, na chegada do Careiro da Várzea até o reasfaltamento, mas nada de obras de reasfaltamento no Trecho do Meião.

Portanto, fica aqui mais uma vez registrada a nossa cobrança, a cobrança permanente que faço sobre o reasfaltamento dessa importante ligação entre Manaus e Porto Velho e – por que não dizer? – dos Estados do Amazonas, de Roraima com os demais estados brasileiros, visto que a BR-319 é a única ligação por terra de Roraima, do Amazonas com os demais estados da Federação. São os dois únicos estados brasileiros que não estão ainda interligados com a malha rodoviária brasileira asfaltada. E lembramos que essa rodovia, Senador Esperidião Amin, já foi asfaltada. Por isso que eu faço questão de dizer reasfaltamento; não está se abrindo a floresta e construindo uma nova estrada. Essa BR já foi aberta lá nos anos 70 e inaugurado o asfaltamento nessa data também. Infelizmente acabou o asfalto, e agora não querem dar autorização para fazer o reasfaltamento. É só aqui no Brasil que, para fazer tapa-buraco, tem que ter licenciamento ambiental, para consertar o asfalto, tem que ter licenciamento ambiental. Não é admissível uma situação como essa. Enfim, é por isso que nós temos que aprovar logo o marco regulatório do licenciamento ambiental o mais rápido possível para eliminar essas distorções que existem nessas exigências dos licenciamentos ambientais.

Antes de passar a palavra aos nossos colegas, eu só peço licença para fazer uma homenagem ao aniversariante do dia de hoje. É um senhor bastante parceiro nosso, amigo e grande trabalhador, que é sempre muito positivo conosco, de uma lealdade ímpar. É o nosso amigo José Luiz. Meus cumprimentos, José Luiz, pelo seu aniversário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então, ao item 1, que é o Projeto de Lei n° 1282, de 2019, terminativo, que altera o Código Florestal para permitir, nas áreas de preservação permanentes dos imóveis a construção de reservatórios d'água para projetos de irrigação, e a infraestrutura física a ele associado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1282, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2(duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 23.06.2022, LIDO o Relatório, a Presidência concedeu Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Do projeto: pela aprovação de duas emendas que apresenta, pela rejeição da Emenda 1.

Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista coletivo. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra ao Relator e pergunto se quer fazer a complementação do seu voto. Ou não há necessidade, Senador Esperidião Amin?

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Peço que sim, Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelas suas palavras, tanto a respeito deste projeto quanto a respeito da situação da nossa precaríssima infraestrutura. Os principais jornais de Santa Catarina hoje divulgam perspectivas e situações muito assemelhadas. Temos uma rodovia federal, a 163, em Santa Catarina, no extremo oeste, ligando São Miguel do Oeste a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dionísio Cerqueira e à divisa do Paraná e à fronteira com a Argentina, que foi pavimentada pelo Governo do Estado quando eu era Governador, e o Governo Federal está reabilitando a rodovia, não é? Não se trata de passo de tartaruga: se fosse para assemelhar, seria uma tartaruga gorda e muito velha, porque dá um passo por ano. Felizmente, não temos aqui esse problema que está sendo de maneira exorbitante posto, como o senhor mencionou, de se exigir licenciamento ambiental para recapeamento asfáltico. Isso é realmente uma inovação em matéria de concepção do que é consolidado ou não.

E quero também, antes de passar à complementação do voto, me somar aos cumprimentos ao José Luiz, e associar aqui publicamente os nossos cumprimentos ao Senador Humberto Costa, que faz aniversário hoje também. Então, já aproveitamos para iniciar o dia dando parabéns a todos os aniversariantes conhecidos – e os não conhecidos recebem por extensão.

A complementação de voto se deve ao fato que V. Exa. escreveu. Foi feito o pedido de vista coletivo; ao pedido sucederam duas emendas, e é a elas que a complementação de voto que eu ofereço se refere, ou seja, quanto ao projeto, fora esses dois tópicos objetos da emenda da Senadora Eliziane, cuja efígie já aparece no nosso visual para melhorar a média da estética visual dos integrantes presentes ou representados, e também do Senador Jean Paul Prates, ambos os Senadores que dão muita atenção a esta questão e contribuíram muito para a consolidação deste meu relatório.

Eu tenho uma posição preliminar determinada pelo que nós vivenciamos todos os anos e pelo que vivenciamos numa outra geografia, que é a do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de ver as nossas lavouras de pequenas propriedades rurais absolutamente indefesas, não em face de seca – não se trata de seca, trata-se de estiagem. Quando você fecha o ano, você contabiliza quanto é que choveu: "Olhe, a chuva foi normal em Santa Catarina, só que desequilibrada". Reincidentemente a estiagem provoca prejuízos, aflições e desequilíbrios sociais nessas pequenas propriedades, que são uma marca do Sul do Brasil, especialmente de Santa Catarina.

Para que se tenha uma ideia, aqui no meu estado, eu fui visitar, há alguns dias – e já tinha falado isso –, uma pequena propriedade de um ex-sem-terra que tem meia colônia. Meia colônia são 12,5 hectares. Preste atenção, 12,5 hectares. Ele tem lá a APP nessa área e não tem muita defesa se não houver alguma reservação de água para atender. Nesta especificamente que eu visitei, ele tem um chiqueirão, como se diz, para 6,5 mil suínos. Eles bebem muita água – bebem muita água – e, se não houver reservação, você quebra o ciclo.

Olhe bem, Santa Catarina teve aprovados agora, Senador Acir – não sei se a Senadora Eliziane está acompanhando –, mais sete frigoríficos para exportação de carne suína para o Canadá. É uma euforia num momento em que o preço do suíno até cai no Brasil. Então, são mais sete frigoríficos, mas esses suínos são produzidos em pequenas propriedades, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande propriedade rural, são os associados das cooperativas, tanto é que a maior exportadora nossa é a Cooperativa Aurora, que tem, entre outros embriões, a Cooperalfa, onde nasceu o Troca-Troca, onde nasceu o crédito fundiário, que nós adotamos como política pública.

Eu passo ao relatório e cumpro com isso o meu dever, consciente de que este projeto conseguiu chegar ao razoável equilíbrio entre a preocupação ambiental, que eu tenho também, e a redução da insegurança hídrica em pequenas propriedades.

Nós já fizemos aqui crédito fundiário e crédito de custeio para população indígena, isso no ano 2000, com base no escambo, ou seja, pagar com produção. De forma que é para reduzir a insegurança hídrica que eu focalizo também esta complementação de voto.

Quanto à Emenda nº 1, ela propõe retirar a remissão da possibilidade de intervenção em APPs de faixas marginais de cursos hídricos e no entorno de lagoas e lagos naturais nos imóveis rurais com até 15 módulos fiscais – a lei é nacional, não é para Santa Catarina. Na justificação da emenda, seus autores defendem que incluir a aquicultura entre as atividades que poderão fazer a intervenção ou supressão de vegetação nativa em APPs é um equívoco, em função, sobretudo, dos impactos ambientais causados por essa atividade econômica, como a eutrofização, produção de efluentes, introdução e escape de animais exóticos, introdução de organismos patogênicos, alteração da biodiversidade e modificação da paisagem e acúmulo de metais pesados. Esses são os riscos nomeados.

É legítima a preocupação dos autores da emenda apresentada, pois são de fato graves os impactos ambientais da atividade de aquicultura implantada sem as devidas salvaguardas por meio de condicionantes do licenciamento ambiental que é exigido. Contudo, as regras do art. 4º, §6º, incisos I a V do Código Florestal determinam uma série de exigências para que se realize essa atividade conforme o seguinte – cito o art. 4º: "Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:", e aí vêm a citação do art. 4º no seu início e depois o que eu vou ler, ou seja, no inciso I.

Agora vou para o §6º, que é o que satisfaz a preocupação:

> Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo [eu citei o I], a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:
> I - sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo [...];
> II - esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;
> III - seja realizado o licenciamento pelo órgão ambiental competente;
> IV - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR;
> V – não implique novas supressões de vegetação nativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, trata-se, a meu ver, de uma redundância pedir isso de novo ou impedir por não haver isso – aí seria uma falha de raciocínio.

Portanto, para que se realize atividade de aquicultura em APP de faixas marginais de cursos hídricos e no entorno de lagos e lagoas naturais, para a pequena e média propriedade rural (ou seja, até 15 módulos fiscais) – no meu estado isso é uma exorbitância, mas é uma lei nacional, eu falei – exige-se a adoção de práticas sustentáveis de manejo dos recursos hídricos, conforme normas dos conselhos estaduais de meio ambiente. Portanto, é a forma de nós compatibilizarmos a lei nacional à realidade estadual ou mesorregional.

Exige-se ainda que sejam seguidas as regras dos respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos e que a atividade se submeta ao licenciamento ambiental. Destacamos a exigência de que não pode haver novas supressões de vegetação nativa nessas APPs. É mais ou menos como recapear uma estrada que já existe, não é uma nova estrada. É uma redundância, no caso da estrada, da rodovia, pedir-se licenciamento ambiental. Portanto, o Código Florestal de 2012, como citado pelo Senador Gurgacz, já traz as salvaguardas essenciais para evitar e mitigar impactos ambientais da aquicultura.

Essa regra resultou do longo trâmite e dos inúmeros debates que resultaram na reforma do Código Florestal, projeto que tramitou a partir do Projeto de Lei 1.876, de 1999, e culminou com a Lei 12.651, de 2012, portanto um processo de discussões e análises que durou 13 anos.

Em nosso entender, o setor econômico da aquicultura foi contemplado nessa reforma, mas, ao mesmo tempo, submeteu-se às exigências ambientais estabelecidas na nova lei. Entendemos que a aquicultura tem importância fundamental para pequenas e médias propriedades, conforme delimitado por essa regra prevista no Código Florestal. Portanto, nós estamos tratando daquilo que nacionalmente se considera pequena ou média propriedade rural.

Conforme a justificação da Emenda 1, apontam-se os graves impactos ambientais – eu já os mencionei. Contudo, continuará vigente e foi julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 42 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 4.903.

Em síntese, acatar a Emenda 1 não eliminará a preocupação dos seus autores externada na justificação, quanto à possibilidade de poluição hídrica e de outros impactos ambientais da aquicultura. O Código Florestal já prevê – e continuará prevendo, salvo se um dia for revogado o dispositivo – a possibilidade de intervenção em APP, sem supressão de vegetação nativa, para a aquicultura, exigindo-se as condicionantes listadas, e que eu já li, no art. 4º, especialmente do §6º, incisos I a V, da Lei 12.651, de 2012.

Entendemos, portanto, desnecessária, redundante, a emenda ora citada. Somos pela sua rejeição, mas não somos contra as preocupações que a nortearam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, somos pela rejeição da Emenda 1 e pela aprovação do PL 1.282, com as seguintes emendas... A primeira ementa diz respeito à ementa do PL:

> "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 [Código Florestal], que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para permitir a construção, em Área de Preservação Permanente, de reservatórios para irrigação por meio de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada."
> EMENDA Nº - CRA
> Dê-se ao art. 1º do PL nº 1.282, de 2019, a seguinte redação [...].

Segue a redação, que eu já li, do art. 4º, §11, incisos I, II, III e IV, e também do art. 8º: "Art. 8º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei [que é a 12.651], bem como naquelas previstas nos §§ 5º, 6º e 11 do [já citado] art. 4º".

Esta, portanto, é a complementação de voto, e gostaria de aduzir a isso, já que vejo também a não tão simpática, mas também presente, efígie do nosso Senador Luis Carlos Heinze... Quer dizer, ele veio para contrabalançar a doçura que a Senadora Eliziane nos trouxe com este porte germânico dos Heinze, com os quais, no plural, eu convivo há 49 anos, porque o sobrenome da minha esposa é Heinzen, só tem um "n" a mais.

Então, eu me sinto como tendo cumprido com o meu dever de buscar o equilíbrio entre o mínimo de segurança jurídica, de segurança hídrica, ou pelo menos uma redução da insegurança hídrica, e o respeito máximo possível aos preceitos e regras ambientais.

Continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Antes de passarmos à votação, foram apresentados perante a Secretaria requerimentos de instrução da Senadora Eliziane Gama, que pede a palavra para defender o seu requerimento.

V. Exa. tem a palavra, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar aí de forma muito especial o meu querido amigo Amin, Esperidião Amin, sempre com essa forma agradável que ele tem de conversar, de apresentar os seus relatórios, os seus projetos, e se referindo sempre aos colegas com muito carinho. Então, os meus cumprimentos, inicialmente, ao Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer o seguinte, Presidente, primeiramente destacar a disposição do Amin para o melhoramento desse projeto de lei, a melhoria. Ele apresenta na verdade esses complementos, não há dúvida nenhuma, e já de antemão destacando aí a disposição dele para o aprofundamento do debate.

Nós tivemos, na verdade, algumas conversas, recebemos várias ligações de representantes de organizações ambientais, de ambientalistas, que trouxeram a preocupação em relação a este projeto de lei, portanto, a solicitação de que nós pudéssemos apresentar propostas e até mesmo a contribuição deles para a melhoria desse projeto de lei.

Nós apresentamos um requerimento. No requerimento que nós apresentamos, pede-se, Presidente, mais uma audiência pública.

E eu queria só fazer aqui um relato de que nós tivemos aí apresentada uma nota técnica – aliás, eu diria até, um alerta feito pelo Instituto Socioambiental, também pelo Observatório das Águas e pelo SOS Mata Atlântica, que foi apresentado através dessa nota técnica –, tratando da flexibilização da delimitação e também do regime de proteção das áreas de preservação permanente, especialmente para fins de barramento do curso de água. A preocupação deles é que pode, na verdade, ocasionar novos desmatamentos e até agravar a crise hídrica e também energética. É bom a gente lembrar que, quando se trata de rios, a gente também está tratando de questões de energia, de questões energéticas. Daí a preocupação principal desses órgãos, já que tem uma relação direta com a geração de energia.

Então, eu vejo que é muito importante e pertinente a gente poder fazer a realização dessa audiência pública.

E eu pediria ao senhor, Presidente, e também ao Amin, que me parece ter total disposição, na verdade, para o acatamento do nosso requerimento, que nós possamos, na verdade, fazer essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito bem, Senadora Eliziane. Nós vamos, então, colocar em votação o seu requerimento.

Eu peço aos Senadores e Senadoras que discordam do requerimento que levantem a mão, para que a gente possa fazer a leitura da votação aqui no painel.

Então, as Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram e os Senadores e Senadoras que rejeitam levantem a mão, manifestem-se. (*Pausa.*)

Nós temos 3 votos NÃO e, automaticamente, o da Senadora Eliziane Gama, SIM. Então, 3 a 1.

O requerimento foi rejeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o segundo requerimento, também de audiência pública, a pedido do Senador Jean Paul Prates e também da Senadora Eliziane Gama e do Senador Paulo Rocha.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram e os Senadores que rejeitam ergam a mão – ou faça um movimento, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu já declarei...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Resultado: 2 NÃO e 1 SIM.

Portanto, rejeitado o requerimento.

Vamos à discussão.

Rejeitados os requerimentos, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as duas emendas nos termos do relatório apresentado. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as duas emendas nos termos do relatório apresentado, ressalvado o destaque.

Solicito que se prepare a votação, para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Vamos iniciar a votação. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – As Sras. e os Srs. Senadores podem votar.

E, pela ordem, novamente, a Senadora Eliziane Gama.

Enquanto nós votamos, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria, na verdade... Assim, como a gente está pelo Zoom, a gente acaba tendo uma grande dificuldade de fazer o acompanhamento, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu queria só entender sobre a questão dos votos: o senhor colhe os votos só de quem está no plenário ou o senhor está pegando os votos de quem está também pelo Zoom? Eu falo em relação ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Em toda votação feita, é lido o voto ou contabilizado o voto de quem está no plenário e de quem está no Zoom também. Por isso que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Não, porque o senhor só contou quatro votos. Eu queria só saber de quem são os quatro votos, no caso do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Três votos... Foram 3 votos "sim" e 1 "não", que é o de V. Exa...

É ao contrário: 3 votos "não" e 1 "sim", que é o de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Não, mas eu só queria que o senhor me desse a informação só de quem foram os três Senadores. Só a título de informação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Ah, pois não: Senador Luiz do Carmo, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Esperidião Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Certo. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – A votação é simbólica, então é a maioria dos presentes. E eles são os que estão presentes, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não.

Bom, nós continuamos em votação. Peço aos nobres Senadores que procedam às suas votações.

Falta votar a Senadora Eliziane Gama, Fabio Garcia, Wellington Fagundes, Roberto Rocha, Lasier Martins, Rafael Tenório.

Quanto aos que estão presentes na reunião, já votaram o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Luiz do Carmo, o Senador Esperidião Amin.

Peço aos demais Senadores que procedam ao seu direito de voto para que a gente possa avançar na nossa reunião de hoje. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Eu não estou conseguindo votar, Presidente. V. Exa. pode consignar o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Com certeza, pode pronunciar aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Diante da não realização da audiência pública, com todo o devido respeito que tenho pelo colega Esperidião Amin, eu vou fazer o meu encaminhamento pelo voto contrário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – O voto "não". Portanto, já está registrado o voto de V. Exa.

Muito obrigado.

Eu consulto o Senador Paulo Rocha se ele mantém o requerimento de destaque.

Temos um destaque do Senador Paulo Rocha com relação à Emenda nº 1 ao PL 1.282, de 2019, que altera a Lei 12.651, de 2012. Pergunto ao Senador Paulo Rocha se ele mantém o destaque ou se nós podemos retirar o destaque. É claro que, se V. Exa. mantiver o destaque, nós vamos votar – é regimental. Mas peço a V. Exa. uma reflexão no sentido de ver se é possível V. Exa. retirar esse destaque, para que a gente possa avançar com mais tranquilidade e mais rapidez nas nossas votações de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, V. Exa. me permite, enquanto colhemos os votos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de dar um esclarecimento adicional à minha querida amiga Senadora Eliziane.

A minha assessoria foi procurada por várias organizações não governamentais – SOS Brasil... –, pedindo que nós mencionássemos aqui o Conselho Nacional do Meio Ambiente como instância para a orientação de soluções, por exemplo, de Rondônia. E eles revelaram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, preocupações com – em vez de barramentos, de que nós estamos tratando aqui – usinas hidrelétricas. Eu comungo com essa preocupação, mas este não é o objeto deste projeto de lei. Nós estamos tratando aqui de soluções de agricultura para abastecimento da agricultura, de animais e de seres humanos. Não estamos tratando de geração de energia. A geração de energia tem outro tipo de impacto.

Então, eu acho que essas preocupações que nos foram trazidas, inclusive nesses últimos dias, têm todo um mérito, mas não têm cabimento neste projeto do Senador Heinze, cujo objetivo é atender a pequenas e médias propriedades – olhe bem – na reservação de água. Para quê? Não é para geração de energia elétrica; é para geração de água na estiagem, para atender exatamente às propriedades mais vulneráveis. Então, não há uma colisão de interesses. O que existe é uma preocupação geral que não se enquadra exatamente neste projeto. Foi isso que me deu serenidade de consciência para elaborar esse relatório.

Por mais amizade que eu tenha com o Senador Heinze, eu não ofenderia a minha consciência, se o objetivo fosse diferente desse. Então, quero dizer que eu estou com a consciência tranquila. O projeto chegou a um razoável equilíbrio. Não vai terminar aqui, vai ser apreciado em outras instâncias legislativas, que certamente levarão em conta preocupações que surjam, ou seja, adventícias.

Isso que eu queria dizer, especialmente à Senadora Eliziane, como reconhecimento à sua preocupação, que foi, acima de tudo, construtiva ao longo de todo esse processo até aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Senador Luiz Carlos Heinze, para fazer as suas colocações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Afirmativo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, quero cumprimentar aqui o Senador Esperidião Amin pelo relatório, pela preocupação que ele teve na discussão do tema. Nós conversamos bastante e outras pessoas também conversaram com o Senador. Há agora a preocupação dos Senadores Paulo Rocha e Eliziane Gama, enfim, que acho pertinentes, mas o que nós precisamos é ampliar o sistema de irrigação no Brasil.

Nós temos história, no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, há mais de cem anos, sobre barramentos que nós fizemos aqui. Hoje nós devemos ter 150 mil hectares de barragens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irrigando as nossas lavouras, e a água que falta, falta no verão e sobra no inverno. Nesse sentido, o objetivo é que nós possamos fazer isso no Brasil. Portanto, é importante que a gente possa ter essa clareza de ajudarmos... Neste instante, nós tivemos um problema sério no Mato Grosso do Sul, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul com a estiagem que tivemos. Então, o importante é que nós estamos fazendo esse processo para podermos fazer a irrigação.

Portanto, é nesse sentido que eu quero colocar a vocês, colegas, para que entendam que nós precisamos armazenar a água que sobra no verão e que falta no inverno. Esse é o objetivo.

Então, quero agradecer a V. Exa., Senador Acir Gurgacz, que está colocando essa matéria em pauta, em discussão e votação, e também ao Senador Esperidião Amin, pelo excelente relatório realizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Heinze, pelas suas colocações. A explanação final do Senador Esperidião Amin foi importante para esclarecer a questão dos reservatórios para fins de geração de energia. Não é esse o caso. Quero deixar bem claro que esta é uma outra situação.

Nós temos algum Senador que deseja votar ainda? Nós já atingimos o quórum, mas temos alguns Senadores presentes que não votaram ainda – Senador Lasier Martins, Senador Roberto Rocha. Senão encerraremos a votação.

Roberto Rocha já votou e Senador Lasier Martins está votando. Vamos aguardar um pouco para que ele possa proferir o seu voto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação. (*Pausa.*)

SIM, 8; 1, NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto e as Emendas 1 e 2 da CRA.

Temos, portanto, um destaque. Foi apresentado destaque do Líder do PT para votação em separado da Emenda nº 1.

Em votação a Emenda nº 1 destacada pela Bancada do PT.

Quem vota com o Relator vota "não"; quem vota a favor da emenda vota "sim". E, para manter o projeto como está, como foi aprovado, o voto é "não".

Vamos iniciar a votação, vamos abrir o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

Quem vota com o Relator vota "não"; quem vota a favor da emenda vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Consulto a Senadora Eliziane Gama se gostaria de proferir o seu voto oralmente. (*Pausa.*)

V. Exa. tem a palavra.

Como não conseguiu votar na primeira vez, provavelmente não conseguirá votar nessa segunda vez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Eu lhe ouço bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Está realmente complicado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu queria, na verdade, votar com o destaque, Presidente. O meu voto, no caso, seria...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – "Sim".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Seria "sim". Então, voto como destaque, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito bem, computado o voto da Senadora Eliziane Gama, voto "sim".

E quem vota com o Relator vota "não"; quem vota com a emenda vota "sim". (*Pausa.*)

Peço às Sras. e Srs. Senadores que possam exercer o seu direito de voto para que a gente possa encerrar essa votação tão importante para o nosso país. (*Pausa.*)

Algum mais Senador ou Senadora gostaria de exercer o seu voto? Quem votou na primeira e não votou na segunda foi a Senadora Kátia Abreu. Pergunto se a Senadora Kátia Abreu gostaria de votar também; senão, já temos.

Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Rejeitada a emenda: 7 votos NÃO e 1 voto SIM.

Rejeitada a emenda.

Aprovado o projeto e as Emendas 1, da CRA, e 2, da CRA.

Rejeitada a emenda em destaque.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos para o item 2 da pauta.

Retirado de pauta, a pedido do Relator – o Senador Rafael Tenório pediu a retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5109, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Rafael Tenório

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.)

Vamos ao item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2858, DE 2021

- Terminativo -

Autoriza a liquidação ou a repactuação de operações de crédito rural alongadas no âmbito da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.

Autoria: Senador Fernando Collor (PROS/AL)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para proferir a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra, Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O Senador Esperidião Amin está *online*, está presente? Foi tomar um cafezinho? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Já estamos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito bem.

V. Exa. tem a palavra, Senador Esperidião Amin, para proferir a leitura do seu relatório do item nº 3, de autoria do Senador Fernando Collor. (*Pausa.*)

Com relação ao item 1, foi rejeitada a Emenda nº 1, destacada, e aprovados o projeto e as Emendas 2 e 3 da CRA – só para deixar bem claro o que votamos com relação ao item nº 1. (*Pausa.*)

Senador Amin, V. Exa. tem a palavra para proferir o relatório do item nº 3.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Trata-se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Afirmativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Trata-se do PL 2.858, do nosso prezadíssimo Senador Presidente Fernando Collor, que autoriza a liquidação ou a repactuação de operações de crédito rural alongadas no âmbito da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.

Em síntese, o projeto tem o maior significado possível e diz respeito à assistência que deve ser dada ao produtor rural. E, sejamos justos, ao longo dos anos, todos os governos, de alguma forma, sucessivamente, através de decretos, de leis, de resoluções do Conselho Monetário Nacional, procuraram satisfazer essa exigência determinada por condições climáticas, por variação de preços internacionais, em síntese determinadas pelas tribulações próprias do setor primário da economia do mundo.

Em resumo, podemos dizer o seguinte: este projeto está prejudicado pela rejeição do Veto nº 28, de 2021, que o contemplou, ou seja, quando derrubamos o Veto nº 28, de 2021, fomos ao encontro do objetivo deste projeto de lei, de sorte que o projeto não está sendo rejeitado. A palavra regimental é prejudicialidade do projeto, o que, na verdade, é uma ironia. O projeto já foi atendido, só que através do veto que o Congresso Nacional aplicou – o Veto nº 28, de 2021 – e que contemplou os objetivos do autor, Senador Fernando Collor, do PL 2.858, de 2021. Razão pela qual consideramos que, por haver perdido a oportunidade de ser votada e por ser atendida pela derrubada do veto, a matéria deve ser, como diz o Regimento do Senado, no art. 334, considerada prejudicada. Repito, o que está prejudicado é formalmente o projeto de lei, mas os nobres objetivos que o projeto de lei pretendia alcançar estão satisfeitos, ou seja, foram atendidos pela derrubada do veto em apreço.

Pelos motivos expostos, somos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei 2.858, de 2021.

Repito, vitorioso o objetivo do projeto em função da derrubada do Veto nº 28, ocorrida em dezembro de 2021. Espero ter sido claro.

Cumprimento o Senador Fernando Collor, porque o seu objetivo foi alcançado, não pela aprovação do projeto de lei, mas pela derrubada do Veto 28, em dezembro de 2021. Às vezes, a pessoa se sente: "Mas como? Eu perdi o projeto?". Não, o senhor ganhou o objetivo do projeto através de outro meio legislativo soberano, diga-se de passagem, do Congresso Nacional de derrubar o veto presidencial. Acho que esclareci, mas continuo à disposição.

Um abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Consulto os Senadores se eu posso trazer um item extrapauta de que eu gostaria de fazer a leitura e conceder vista coletiva para aprovação na próxima reunião.

Pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É que eu me esqueci de estender os parabéns do começo ao Senador Marcos Rogério, que também está de aniversário hoje. Então, fica consignado aqui o nosso cumprimento, os nossos parabéns tanto ao Senador Humberto Costa quanto ao Senador Marcos Rogério, além do José Luiz, aniversariante declarados no dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito bem! Também me congratulo com V. Exa., cumprimentando o Senador Humberto Costa e também o Senador Marcos Rogério pelos seus aniversários. Meus cumprimentos a ambos, juntamente com José Luiz, três figuras importantes.

Antes de ir para a leitura do meu relatório, requeiro a dispensa da audiência pública ao PL 1.459.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, eu passo à leitura.

Consulto o Plenário se posso fazer a leitura do meu relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço mais um esclarecimento: eu vou fazer a leitura do relatório do PL 1.459 e vou conceder vista coletiva. Não vamos votar esse relatório hoje; vamos votar na próxima semana.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, passo à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei (PL) nº 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), ementado em epígrafe.

O projeto já está publicado. Portanto, eu vou à análise do projeto.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre os temas dispostos no art. 104-B do Risf, temas que incluem, em seu inciso VI, comercialização e fiscalização de produtos e insumos.

Por se tratar da única Comissão a apreciar a matéria, cabe à CRA analisar os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade – nela incluídos os aspectos de técnica legislativa – e de mérito da atual redação do PL nº 6.299, de 2002.

A proposição é formal e materialmente constitucional e dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Não se verifica, outrossim, vício de juridicidade.

No mérito, consideramos o projeto muito oportuno. Concordamos com o entendimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), segundo a qual a proposição representa um marco regulatório previsível e funcional que vem a contribuir para um ambiente juridicamente seguro, o que pode resultar em maiores investimentos em inovação e segurança. Atualmente, sabe-se que o processo de registro de pesticidas é moroso devido à excessiva burocracia, sendo necessária a simplificação do registro contemplada na proposta, além da centralização das ações procedimentais de registro junto ao Ministério da Agricultura.

Quanto à análise de risco, entendemos que a proposição trata de metodologia utilizada na maioria dos países desenvolvidos, considerando a exposição ao pesticida e não apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas características intrínsecas. Compartilhamos o entendimento de que tais medidas são, portanto, fundamentais para dotar nosso agronegócio de mais dinamismo.

Importante registrar que entidades representativas do agronegócio têm se manifestado a favor da aprovação do substitutivo do projeto em análise.

Para a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT), por exemplo, a nova legislação era esperada há anos e impacta diretamente o custo de produção de alimentos no país. Já para a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), a proposição moderniza a legislação nacional, contemplando avanços importantes para proporcionar ainda mais dinamismo ao já competitivo agronegócio brasileiro. Enfim, são inúmeras as manifestações de apoio às medidas pretendidas pelo projeto em análise, razão pela qual entendemos que deve ser aprovado por esta Casa.

Ante o exposto, sugerimos, contudo, um único ajuste ao PL em questão, mais especificamente no dispositivo que trata dos produtos fitossanitários para uso próprio (art. 3º, §22, do substitutivo). Entendemos não ser oportuno prever que a produção de produto fitossanitário para uso próprio deva estar autorizada no registro do produto comercial utilizado para multiplicação, tal como prevê o inciso III do referido §22 do art. 3º do PL, razão por que somos favoráveis à sua supressão.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição da emenda que veicula o atual inciso III do §22 do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o Projeto de Lei nº 1.459, de 2022.

Esse é o relatório. O relatório está em discussão.

Sras. e Srs. Senadores que queiram discutir, está aberta a discussão...

Como nós vamos conceder vista coletiva, não está aberta a discussão.

Vista coletiva do Projeto 1.459, de 2022.

Senadora Margareth com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MT. Pela ordem.) – Presidente, bom dia.

Eu gostaria de registrar meu voto "sim" em todas as votações anteriores, porque eu tentei de todas as formas pelo aplicativo e não deu certo. Aí eu desci e vim para a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Margareth, pela sua colocação. Será registrado o voto de V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa sessão.

(*Iniciada às 8 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Simone Tebet, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 511/2021/GPR, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e do Ofício nº 135/2021, da Câmara Municipal de Campinas, lidos na 5ª Reunião realizada em 28 de abril de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro desta Comissão, para análise das matérias pela CCT, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte – Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**. **Resultado:** Eleito, por aclamação, o Senador Jean Paul Prates, Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática. Fazem uso da palavra, os Senadores Jean Paul Prates e Rodrigo Cunha. **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6470, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Isenta os sócios de startus de pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de documentos necessários à viagem ao exterior para apresentação de soluções desenvolvidas pelo empreendimento." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CCT. Na discussão da matéria, o Senador Jean Paul Prates faz uso da palavra. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 320, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Harmonia FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 377, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 586, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Aliança Comunitária (Alicom) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tianguá, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 16, de 2022,** que: "Requer a inclusão de representante da Associação Brasileira da Indústria dos Retardantes de Chama (Abichama) na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022-CCT." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) e Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Rodrigo Cunha. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 17, de 2022,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 18, de 2022,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a situação atual do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em especial no que tange o Selo Biocombustível Social." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 19, de 2022,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os programas e projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 6º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata agora será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Faço registro da comunicação de arquivamento.

A Presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 511, de 2021, GPR, da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, e do Ofício nº 135, de 2021, da Câmara Municipal de Campinas, lido na 5ª Reunião realizada, em 28/04/22, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro desta Comissão para análise das matérias pela CCT, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Esta reunião de hoje tem interação de maneira semipresencial e presencial – todos sabem que, para participar, basta levantar a mão também virtualmente –, e iremos dividi-la em duas partes.

A primeira parte é de extrema importância para a continuação dos trabalhos desta Comissão, uma Comissão que é feita de maneira extremamente colaborativa, com a participação de vários Senadores e Senadoras. Hoje será aberto um processo de eleição para ser escolhido o Vice-Presidente desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se há interesse na candidatura à Vice-Presidente da Comissão, ressaltando que houve a convocação antes, específica para esta parte da reunião desta Comissão, onde se demonstrou apenas, até agora, registrada a candidatura do Sr. Senador Jean Paul Prates à Vice-Presidência desta Comissão.

Então, não tendo mais nenhuma manifestação neste momento, virtual ou presencialmente, proponho procedermos à eleição do Senador Jean Paul Prates por aclamação. (*Pausa.*)

Com a concordância das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, proclamo eleito Vice-Presidente, por aclamação, o Senador Jean Paul Prates.

Sendo assim, Senador Jean Paul Prates, que aqui acompanha, antes de passar a palavra para V. Exa., quero registrar a satisfação de tê-lo como colega no Senado Federal. V. Exa. demonstra em várias áreas ter profundo conhecimento, e uma delas é esta área da ciência, da tecnologia, da inovação e da comunicação.

Então, desde o seu início, acompanho os passos que são dados por V. Exa. Realmente, junto a V. Exa., tenho certeza de que os membros desta Comissão passarão também a se sentirem representados, e gostaria de ouvi-lo, já o parabenizando por este momento, o que demonstra que não é só o conteúdo técnico, V. Exa. também tem a articulação necessária para identificar, em todos os seus colegas, aliados, pessoas que torcem pelo seu sucesso, dentre as quais eu me incluo.

Será um prazer ouvi-lo, nosso Vice-Presidente eleito, Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Rodrigo Cunha.

Olha, para mim, inicialmente, já quero dizer que é uma grande satisfação estar a seu lado.

Nós já temos ações relacionadas com a eletromobilidade, fizemos recentemente um relatório e estamos finalizando a sua execução em relação à questão das políticas de 5G, que foi um trabalho neutro, isento, extremamente responsável (*Falha no áudio.*) ... o registro da repercussão que essa nova tecnologia deverá adquirir no Brasil e para as pessoas. Quero dizer que é uma grande honra e quero agradecer também aos colegas Fabiano Contarato e Daniella Ribeiro que estão aqui *online*, Rose de Freitas e demais colegas de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por assumir esse relevante posto.

Nós temos aqui, Rodrigo, essa responsabilidade de tratar principalmente do futuro, mas, ao tratar do futuro, acessar também, resgatar o presente da justiça social, da universalidade dos serviços e dos benefícios que a tecnologia pode trazer.

De nada adianta nós podermos dizer que no Brasil já chegaram tal e tal modelo de telefone ou tal e tal tecnologia se só servirem a 10, 12, 15 pessoas ou mesmo a 10 mil, 15 mil pessoas. O país precisa, como todas as grandes nações, como as grandes economias do mundo, universalizar, usar a tecnologia para o máximo possível de pessoas para que os benefícios (*Falha no áudio.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – ... as alcancem.

Temos grandes desafios – aprovou-se recentemente um marco importante para as *startups*, que são, como o próprio nome já diz, o início de muita coisa na área de tecnologia –: temos essa questão do 5G, que está plena implantação; temos o audiovisual para discutir; temos os serviços de radiodifusão, que ainda são superimportantes para um país como o Brasil e que são uma conhecida função desta Comissão; temos o desenvolvimento propriamente dito da pesquisa e desenvolvimento, que sofreu reveses durante os últimos anos e que precisa, de alguma forma, ter recuperação e ter criatividade para sobreviver durante mais um tempo, a ponto de a gente poder recuperar o nível de investimentos que tínhamos antes nessas áreas tanto público quanto privado; temos a eletromobilidade, que eu já mencionei aqui, e estamos trabalhando juntos numa frente parlamentar e na própria frente parlamentar de energia, transição energética também; e temos – e aí, de novo, tem a ver com a universalidade e com a justiça social – as novas profissões e as atividades econômicas que são geradas a partir da tecnologia e de toda a evolução tão rápida que a gente vem acompanhando por aqui. Então, temos grandes desafios.

Não é fim de mandato necessariamente nem de legislatura que vai fazer com que nós desmereçamos esses importantes avanços que V. Exa., como Presidente desta Comissão, tem conseguido levar adiante com esse trabalho de todos nós aqui nesse grupo especial, que trata da ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática.

Muito obrigado pela honra de estar junto de vocês na ajuda a coordenar esses trabalhos.

Obrigado, Presidente Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Somos nós que agradecemos ao nosso Senador e Vice-Presidente desta Comissão, Jean Paul Prates.

Olhando e observando a sua atuação, que reflete também nessa apresentação inicial, destacando a importância de levar e universalizar a tecnologia, eu quero aqui fazer um testemunho, de fato, e demonstrar o que está acontecendo no meu Estado de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Busquei, no ano passado, através das emendas individuais minhas, realizar um trabalho de inclusão justamente para diminuir essa desigualdade social tão presente ainda no nosso país. E o que foi que eu fiz? Os 102 municípios de Alagoas, ou seja, 100% dos municípios alagoanos hoje contam com um ponto de internet *wi-fi* gratuito. Eu fiz isso – no começo fui até criticado por alguns – na certeza absoluta de que uma pessoa que tem acesso à internet hoje tem muito mais condições de crescer na vida, de ter oportunidades do que uma pessoa que não tem acesso à internet. Então, nós conseguimos colocar em todas as cidades – são 102 cidades – 360 pontos de internet, para fazer com que comunidades quilombolas, indígenas, áreas de vulnerabilidade, favelas, grotas, locais em que as pessoas não têm condições de contratar o serviço de internet, hoje o tenham lá disponível, para que se possa ter acesso ao lazer, sem dúvida nenhuma, mas também à informação, à educação e, dessa forma, também gerar uma melhora na autoestima dessas pessoas que ficam excluídas hoje de um item que é essencial que é o acesso à internet.

Então, isso foi possível. Eu estou hoje completando três anos e quatro meses de mandato e conseguimos levar para todos os municípios de Alagoas. A vontade política dos gestores, principalmente de quem está no Executivo, é uma demonstração de que a vontade política pode, sim, transformar e realizar novas eras.

Por isso eu ressalto este trabalho, a importância de acordar para o momento que nós vivemos em que nem todos têm acesso a um serviço que é cada vez mais necessário e acaba aumentando essa desigualdade regional. O Senador Jean Paul Prates falou muito bem aqui sobre o 5G, que está chegando, mas vai chegar para poucos, enquanto outros nem acesso ao telefone ainda têm. Então, a nossa função é diminuir essa distância através do trabalho desta Comissão, para fazer também com que...

Quando a gente observa os dados, os indicadores, lendo um jornal ou acessando um *site* com a informação de que o desemprego bate recorde, quando a gente vira a página do jornal, tem a informação de que há mais de 400 mil empregos disponíveis. Então, como é que há desempregados e como é que há emprego disponível? Existe e é verdade. Por quê? Porque esses empregos estão na área de tecnologia e não tem pessoas numa quantidade suficiente capacitadas para ocupar esses espaços.

Então, a nossa missão aqui também é olhar para essas novas profissões e fazer com que sejam criados cursos, com que seja dada oportunidade para que mais pessoas ingressem no mercado de trabalho olhando para a área da tecnologia. Eu fico muito feliz com essa parceria aqui feita com o nosso Vice-Presidente.

Dando sequência, partindo para a segunda parte...

O Senador Jean Paul Prates pediu a palavra também. Então, Senador Jean, com a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Apenas para corroborar o que você está dizendo, Rodrigo, e mostrar para as pessoas o Alagoas Tá *On*, que você tão bem conduziu.

Era exatamente a isso que eu estava me referindo quando falei questão da... (*Falha no áudio.*)

Eu tenho acompanhado esse processo e é realmente uma coisa impressionante, porque é um mandato que transforma, de fato. Está aí o mapa de Alagoas, os pontos estão todos listados, é um programa extremamente organizado e que veja, Rodrigo, apesar de ser uma coisa quase óbvia, porque hoje o acesso à internet é como se fosse a estrutura para essas pessoas trabalharem, para essas novas profissões, para o acesso remoto – como você mesmo coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui na sua explicação do *site* –, para o lazer, para a educação, para a cidadania, para os serviços públicos disponíveis.

Tudo hoje está *online,* e, muitas vezes, os gestores públicos do nosso Nordeste se veem diante daquela dúvida: "Nossa, será que se eu colocar isso aqui *online* as pessoas vão ter acesso? Quantas pessoas têm acesso à internet? Quantas pessoas vão conseguir acessar esse serviço?". E quando você diz: "Olha, tem um estado inteiro que eu estou conseguindo, através de um mandato com parceria com as prefeituras, integrar totalmente, através de internet gratuita", pelo menos você sabe que uma base está sendo atendida, a base toda, que o básico está sendo feito. Claro que quem quer um acesso superpoderoso para mandar imagens, vídeos, coisas muito mais profissionalizadas etc., sempre tem como recorrer à iniciativa privada. Mas acho que é dever do poder público, é dever de nós todos propiciar a estrutura de uma base de acesso à internet, que hoje é tão necessária, praticamente um bem de utilidade pública, uma necessidade básica de qualquer cidadão.

Parabéns, Rodrigo, pelo trabalho desenvolvido em Alagoas!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Obrigado, Senador Jean. É muito importante ouvi-lo falar.

Dando sequência à segunda parte da presente reunião, que se destina justamente à apreciação das matérias, passarei, inicialmente, a inverter, pela celeridade, fazendo uma leitura rápida do item 8, um requerimento de minha autoria.

2ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 18, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a situação atual do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em especial no que tange o Selo Biocombustível Social.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

É um requerimento de que faço a leitura agora.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a situação atual do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em especial no que tange ao Selo Biocombustível Social.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
• representante do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE);
• representante da Embrapa;
• representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
• representante da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio);
• representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove);
• representante da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), que realiza um trabalho importantíssimo, inclusive em Alagoas, que eu acompanho de perto;
• representante do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop);
• representante da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

• representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja);
• representante da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho).

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) foi fruto de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado em julho de 2003 para avaliar a viabilidade de utilização de biodiesel como fonte alternativa de energia.

O relatório final do GTI concluiu que "o biodiesel pode contribuir favoravelmente para o equacionamento de questões fundamentais para o país, como geração de emprego e renda, inclusão social, redução das emissões de poluentes, das disparidades regionais e da dependência de importações de petróleo, envolvendo, portanto, aspectos de natureza social, estratégica, econômica e ambiental".

O programa tem objetivo da implementação de forma sustentável, tanto técnica como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão produtiva e no desenvolvimento rural sustentável, via geração de emprego e renda.

Segundo publicação oficial do Governo, as principais diretrizes do programa são:

• implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através da geração de renda e emprego;
• garantir preços competitivos, qualidade e suprimento;
• produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria-prima.

Portanto, para melhor compreender a situação atual do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em especial no que tange ao Selo Biocombustível Social e para fortalecer a participação da agricultura familiar na matriz energética nacional, apresentamos este requerimento.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, passo à votação.

Coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dando sequência, apresento aqui um último requerimento, que é extrapauta, de minha autoria também.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 19, DE 2022

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os programas e projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial promove o debate entre governo e empresas para qualificar políticas públicas e ações estratégicas voltadas ao aumento da competitividade da economia brasileira frente aos desafios da era digital.

Com área técnica qualificada, é referência em ações de transformação digital, de novos modelos de negócios, de uso de tecnologias para cidades inteligentes; é *hub* do Fórum Econômico Mundial em manufatura avançada e tecnologias para a indústria 4.0; coloca em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prática soluções inovadoras que levam maior eficiência a empresas de todos os portes, dos setores da indústria, comércio e serviços; leva inovação para todos os municípios; promove a produtividade e a competitividade de todos os setores da indústria brasileira.

Portanto, para melhor compreender a experiência da ABDI – sempre disposta a participar de outras audiências públicas, mas agora tendo a própria ABDI como foco –, identificamos a necessidade de encontrar os desafios e oportunidades no fomento ao desenvolvimento industrial e tecnológico. Por isso apresentamos este requerimento.

Diante do que foi lido, consulto se há quem queira encaminhar esta votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dando sequência à segunda parte, passaremos agora para a leitura dos relatórios dos projetos.

Passo diretamente ao item 3.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Harmonia FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jean Paul Prates, para fazer a leitura do relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu peço só que se salte o item, porque estou com um problema de acesso – estou no remoto – e vou buscar aqui a leitura do relatório, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Após o item 3 é o item 4, também de relatoria de V. Exa., assim como o 7. A ideia era fazer em bloco aqui...

Fui informado pela Mesa de que há aqui mais um requerimento. Trata-se do requerimento apresentado por nossa colega Senadora Daniella Ribeiro, que também subscrevo.

2ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 16, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a inclusão de representante da Associação Brasileira da Indústria dos Retardantes de Chama (Abichama) na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022-CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) e outros

"Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 7/2022" – eu até gostaria de saber que audiência pública é essa. Ela está solicitando aqui a inclusão de outro convidado para a audiência pública do Requerimento nº 7. É uma audiência pública referente à prevenção de desastres naturais através de sistemas tecnológicos, uma audiência já aguardada também, que estamos preparando para que aconteça, quando a Senadora Daniella Ribeiro solicita acrescentar o representante da Associação Brasileira da Indústria dos Retardantes de Chama (Abichama).

Sendo assim, está apresentado o requerimento.

Pergunto se há algum Senador que queira colaborar com a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Dando sequência, retorno à leitura do relatório do item 3, passando a palavra para seu Relator, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, apenas para conferir aí, item 3, eu estava invertendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Pois não.

Então, ele se refere à autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Harmonia FM, radiodifusão comunitária no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, tudo conforme a regra.

Passando diretamente à análise, também tudo de acordo, uma proposição oriunda da Câmara dos Deputados. Acompanha o PDL toda a documentação relacionada, indicação do processo na ocorrência de impedimentos, parecer do Ministério das Comunicações.

Entendemos ser necessário também o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Portanto, tendo em vista o exposto, votamos pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 320, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf. O requerimento é o seguinte:

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2019, as informações solicitadas são dois itens:

- a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

- indicação no processo de não ocorrência dos impedimentos contidos nos Pareceres nº 922/2011-CCJ e nº 923/2011-CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, este é o parecer, é o relatório. Por enquanto aguardando, portanto, o resultado final da resposta aos requerimentos mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Dando sequência, passamos à leitura do item 4, que se refere ao PDL 377, de 2019.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 377, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Também tem como Relator o Senador Jean Paul Prates, a quem eu passo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente.

Mais uma vez, apenas conferindo que se trata do PDL 377. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Exatamente. É o 377, de 2019.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Referente à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba, radiodifusão comunitária no Município de Batalha, no Estado do Piauí.

Praticamente, é o mesmo entendimento aqui. O processo corre em razoável regularidade, apenas, mais uma vez – passo direto ao voto –, há o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações pelo sobrestamento, mais uma vez, da tramitação do PDL, nos termos do art. 335 do Risf, nosso Regimento Interno. O requerimento é para requerer ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas à autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentos da Puba:

– cópia do requerimento de outorga assinado pelos dirigentes da entidade declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado em quaisquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j","k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990, Lei da Ficha Limpa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- comprovação das alterações do estatuto social da entidade recomendadas pela Consultoria Jurídica do Ministério, por meio do Parecer nº 00372/2017/CONJURMCTIC/CGU/AGU, de 25 de maio de 2017.

Portanto, mais apenas a finalização desses dois processos, tanto do PDL anterior quanto desse, dois itens sobre os quais nós estamos encaminhando requerimento ao Ministério da Comunicação para terminar, finalmente, esse processo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Feita a leitura do relatório pelo Senador Jean Paul Prates, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam e votam favoravelmente ao relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Gostaria, agora, de pedir ao Senador Jean Paul Prates para conduzir esta sessão. Está aqui em Brasília, está aqui perto. E a tecnologia permite isso: que ele conduza, que ele assuma a Presidência momentaneamente para que eu possa fazer a leitura dos dois projetos de que sou o Relator. Refiro-me aos itens 1 e 2.

Então, Senador Jean Paul Prates...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Presidente.

Tem também o requerimento que V. Exa. já tinha chamado, que é o Requerimento 17. Se quiser, já posso fazer a leitura também e, aí, em seguida, assumiria aqui os trabalhos.

Não sei se é a hora, mas conforme aí a sua conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Sim, sim, sim.

Então, vamos conduzir dessa forma. Primeiro, a leitura do item 7.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – É porque eu estava aqui pelo remoto e...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Claro, claro. E é melhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*) ... exatamente a ordem de cada um.

Agora, eu já achei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Perfeito, perfeito.

2ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 17, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Então, concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates, Relator do Requerimento nº 17, de 2022... Na verdade, autor do Requerimento nº 17, de 2022.

Com a palavra, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente.

O Requerimento é o de nº 17.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), com a presença dos seguintes convidados: Ildeu de Castro Moreira, Físico e Professor, ex-Diretor do Departamento de Popularização da Ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e membro efetivo do Conselho e ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); segunda pessoa, Deisy Ventura, Professora Titular e Pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; terceira pessoa, Luiz Davidovich, Físico e Professor, ex-Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e integrante do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; quarta, Paulo Alvim, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações e Presidente do Conselho Nacional de C&T, atualmente; quinta pessoa, representante do SindGCT, Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia; e, por fim, Sergio Machado Rezende, Físico, Engenheiro e Professor, ex-Presidente da Finep e ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Justifica-se da seguinte forma: o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia está na fase final de aprovação da proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia. Está concluindo também a minuta de projeto de lei para o novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

A sociedade civil e os pesquisadores têm manifestado muitas críticas a essa proposta por desconsiderar, a política, as conquistas que a ciência brasileira obteve nos últimos tempos, a autonomia das universidades e instituições de pesquisa, a necessidade de investimentos contínuos para viabilização de uma política nacional à altura das necessidades brasileiras e, sobretudo, o papel de cada ente federativo – União, estados, DF e municípios – na estruturação da proposta.

Dada a relevância do tema, portanto, entendemos que a CCT do Senado é o espaço adequado para se discutir isso e para as vozes que estão sendo ocultadas nos debates de construção da nova política e do novo sistema.

Assim, um debate democrático, acompanhado pelo Senado da República, certamente, poderá contribuir para qualificar as propostas de nova política e novo sistema, que, afinal, versam sobre uma política de Estado. Ciência, tecnologia e inovação devem estar acima de qualquer partido ou governo. Por essa razão, conto com o apoio das Senadoras e dos Senadores membros desta Comissão para a aprovação desse requerimento.

É esse o requerimento, agradecendo, mais uma vez, por essa oportunidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Lido o requerimento pelo Senador Jean Paul Prates, pergunto se há algum Senador que queira se manifestar, usar da palavra para fazer o encaminhamento da votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo quem queira se manifestar, passo para a votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria desta Comissão tomará as providências necessárias.

Agora, sim, inverteremos a situação aqui posta, passando a Presidência desta Comissão para o Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Preciso apenas da orientação remota das indicações das leituras.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Nós passaremos, Senador Jean Paul Prates, para a sequência da pauta, começando pelos itens 1, 2 e, após os itens 1 e 2, como já foram lidos o 3 e o 4 por V. Exa., o item 5, do qual o Relator era o Senador Izalci, mas eu fiquei como Relator *ad hoc* também desse item 5. Então, seria para conduzir os itens 1, 2 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – E já foi informado aqui pela Mesa que foi encaminhado a V. Exa. o quadro informativo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. Está aqui comigo agora.

Portanto, concedo a palavra, para a leitura do relatório do item 1, ao Senador Rodrigo Cunha, Relator da matéria. Em seguida, colocaremos em discussão para a respectiva votação.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 6.470, DE 2019
- Não terminativo -

Isenta os sócios de startups de pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de documentos necessários à viagem ao exterior para apresentação de soluções desenvolvidas pelo empreendimento.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO).

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Passo à leitura do parecer ao Projeto de Lei nº 6.470, de 2019, do Senador Irajá, que isenta os sócios...

É esse mesmo? (*Pausa.*)

Exatamente esse. É porque há dois requerimentos aqui em cima.

Então, passo à leitura do parecer ao Projeto de Lei nº 6.470, de 2019, do Senador Irajá, que isenta os sócios de *start-ups* do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de documentos necessários à viagem ao exterior para apresentação de soluções desenvolvidas pelo empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Peço licença ao Sr. Presidente para ir direto à leitura da análise.

O PL nº 6.470, de 2019, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à CCT opinar sobre proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica.

Como a matéria será avaliada posteriormente pela CAE, concentraremos nossa análise essencialmente aos aspectos tecnológicos e de inovação.

Inicialmente, lembramos que é dever do Estado promover e incentivar a inovação. O projeto do Senador Irajá está em consonância com esse dever ao buscar maneiras de se estimularem iniciativas inovadoras. Nos últimos anos, temos visto inúmeras tentativas de se criar um ambiente propício ao surgimento de *start-ups* em diversos países e, em especial, no Brasil. Recentemente, ocorreu um avanço legislativo mais relevante. A Lei Complementar nº 167, de 2019, instituiu o Inova Simples, regime especial simplificado que concede às *start-ups* ou empresas de inovação tratamento diferenciado com vistas a estimular sua criação, formalização, desenvolvimento e consolidação como agentes indutores de avanços tecnológicos e da geração de emprego e renda.

Destacamos, ainda, a entrada em vigor da Lei Complementar nº 182, de 2021, marco legal das *start-ups* e do empreendedorismo inovador, que representou um grande avanço para a criação de um ambiente de negócios mais propício a essas empresas no Brasil.

Sabemos que o surgimento e o sucesso de *start-ups* dependem de uma conjunção de vários fatores, como um ambiente tributário mais simples, tanto para o investidor, quanto para o inovador, e de um grande número de pessoas qualificadas que direcionem suas habilidades para atividades criativas.

No caso em tela, julgamos que o projeto em análise pode contribuir para a captação de investidores estrangeiros para alavancar empresas *start-ups* no Brasil.

Indo ao voto

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.470, de 2019.

É esse o parecer, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Solicito a abertura do áudio do Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Portanto, quanto ao PL 6.470, de 2019, lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Verifico se há pedidos de discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório, que estão favoráveis ao projeto, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado o Projeto de Lei 6.470, de 2019.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item seguinte, também para a leitura do relatório, é o item 2.

2ª PARTE
ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 6020, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Passo à leitura do relatório do Projeto de Lei nº 6.020, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei 9.478, de 1997, a Lei 9.991, de 2000, e a Lei 13.755, de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil.

Passo direto à leitura da análise, solicitando aqui a autorização de todos.

Como a proposta ainda será analisada de maneira terminativa pela CAE, deixaremos àquela Comissão a análise não só das questões econômicas, mas também as de constitucionalidade e juridicidade, e focaremos no mérito e na técnica legislativa adotada no PL 6.620, de 2019, aqui na CCT.

Do ponto de vista de mérito, a Senadora Leila foi muito feliz em escolher essa temática para tratar em seu projeto. De fato, o que se observa, particularmente nos países mais desenvolvidos e na China, é um rápido avanço na venda dos veículos elétricos. A título de exemplo, na Alemanha, que é o centro econômico da Europa, os veículos elétricos representaram nada menos que 26% do total das vendas de automóveis novos em 2021. E trata-se de processo em rápida aceleração, que está se alastrando em escala global.

Nesse sentido, é necessário ao Brasil planejar o futuro de nossas indústrias, principalmente a automotiva, que representa cerca de 20% de nosso PIB industrial. De fato, é necessário também investir muito mais em pesquisa e desenvolvimento para que o Brasil possa se aproveitar das oportunidades de conquistar novos mercados globais que estão se abrindo em função da transição oferecida pela eletromobilidade.

Mais especificamente, nosso país, dotado de inúmeras riquezas minerais, deveria estar buscando novas formulações químicas de baterias que usem os recursos de que dispomos em abundância. Assim, poderemos fabricá-las aqui mesmo, agregar valor e, então, exportá-las aos mercados externos, em vez de simplesmente enviar esses recursos para que outros países façam a manufatura das baterias. Além disso, há um importante mercado que poderia se abrir aos nossos biocombustíveis caso houvesse a capacidade de oferecer soluções comercialmente viáveis para problemas como o do uso do etanol diretamente em células de combustíveis ou para movimentar os motores das aeronaves comerciais. Mas, o tempo aqui é essencial. De nada adiantará ao país encontrar soluções tecnicamente sólidas se as rotas tecnológicas já estiverem definidas e uma dependência de trajetória consolidada, situação na qual o país terá grandes dificuldades de exportar seus produtos e soluções tecnológicas.

Nesse sentido, o PL aqui analisado é bastante meritório ao identificar a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento para que o país possa progredir na eletromobilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A despeito de seus méritos, contudo, alguns pequenos ajustes de técnica legislativa se fazem necessários para aperfeiçoar a redação do projeto aqui analisado.

Sendo assim, passamos ao voto.

Em função do exposto, somos pela aprovação do PL nº 6.020, de 2019, com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao art. 2º do PL nº 6.020, de 2019, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

.....

.....

.....

XVII - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento com vistas à geração de energia a partir de fontes renováveis;

.....

.....

XIX- Incentivar e desenvolver a mobilidade elétrica."

(NR)

Passando para uma outra emenda:

Dê-se ao art. 4° do PL n° 6.020, de 2019, a seguinte redação:

Art. 4°. A Lei nº 13.755, de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11-A. As empresas habilitadas no Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística aplicarão um e meio por cento (1,5%) dos benefícios tributários obtidos com as renúncias fiscais concedidas nesta lei em pesquisas visando:

I - desenvolvimento de tecnologia para veículos automotores de propulsão exclusivamente elétrica;

II – geração de energia elétrica no interior dos veículos automotores a partir do etanol.

§1° Nos primeiros dez anos de vigência desta Lei, os recursos previstos neste artigo devem ser aplicados em instituições públicas de pesquisa ou em pesquisas por elas supervisionadas ou coordenadas.

§2° O prazo de aplicação do recurso previstos nesse artigo inicia-se na vigência desta lei e estende-se até dois anos após o termino da vigência dos benefícios concedidos.

§3° A aplicação em pesquisa dos recursos previstos neste artigo é condição para quitação final do benefício tributário concedido.

Sendo assim, Sr. Presidente, concluo a leitura do relatório ora apresentado." (NR)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Pois não, Sr. Relator. Muito obrigado pela sua leitura.

Queria apenas comentar a pertinência deste projeto, mais uma vez, fazendo remissão ao que nós falamos, inicialmente, aqui, nesta reunião da Comissão, em relação à eletromobilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eletromobilidade é, de fato, um processo universal, inexorável. Todos estamos falando e trabalhando nisto, todas as nações, todos os países.

Mas o nosso país, Presidente Rodrigo, tem uma característica específica que deve ser notada e está, inclusive, atendida neste projeto da Senadora Leila, que vai ao encontro – não de encontro, mas ao encontro, no sentido de convergir – de outras iniciativas legislativas relacionadas com eletromobilidade que são hoje objeto de análise não só desta Comissão, como da própria Frente de Eletromobilidade, formada por V. Exa., aqui no Congresso Nacional.

Nós temos que ter consciência de que a transição para eletromobilidade, como também a transição energética em geral, não ocorre em formato súbito. Não se imagina finalizar completamente uma fonte energética ou finalizar completamente um determinado tipo de combustível ou forma de mobilidade em substituição a outro. Tudo isso parte de um processo justamente de transição, de convergência, de hibridização e até de convivência entre diferentes fontes, diferentes combustíveis.

Não é diferente com o Brasil. Nós temos produção de biocombustíveis, recentemente desenvolvida, numa história recente do país, da década de 70 para cá, mais especificamente, mais recentemente até, com a característica do próprio motor *flex,* que trouxe muito mais flexibilidade propriamente dita para o consumidor final, para o detentor do veículo de escolha na hora do abastecimento. Em vez de ser a escolha difícil, que é a escolha do veículo a comprar, se era a álcool, se era à gasolina, hoje, a escolha é feita na bomba, o que facilita muito essa escolha.

Temos também desafios como o gás natural do pré-sal, que pode entrar na matriz de combustíveis cada vez mais. E isso deve ser considerado como apropriado numa forma de transição também.

E há a eletromobilidade, com a possibilidade de se trabalhar com veículos híbridos, com biocombustíveis e, eventualmente, com a transição completa, feita ao longo do tempo, com toda a consciência ambiental, de planejamento energético, para termos os carros elétricos, integralmente elétricos, com baterias bem eficientes.

Portanto, eu coloco aqui em discussão a matéria, para outros Senadores da Comissão que queiram se pronunciar a respeito do PL 6.020, que versa sobre eletromobilidade, cujo relatório foi lido pelo Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passo à votação simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório favorável ao projeto, que ainda vai à CAE, conforme informado pelo Relator, Senador Rodrigo Cunha, com as emendas apresentadas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado o PL 6.020 desta CCT.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Presidente, devo seguir... Eu vou seguir aqui com o relatório do item 5. Ou o Senador Izalci já se encontra e passo de volta a Presidência a V. Exa., para conduzir a finalização dos trabalhos?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Jean Paul, como sei que V. Exa. também tem várias atribuições, eu já posso reassumir aqui e, daqui para frente, vou conduzindo, já agradecendo a disponibilidade de sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Obrigado, Presidente Rodrigo Cunha. Fica restituída a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Dando sequência, seguindo a ordem da pauta, passaremos à leitura do relatório do item 5, referente ao PDL 586, de 2019, que tem como Relator o Senador Izalci Lucas, a quem eu concedo a palavra para a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

O Senador Izalci Lucas demonstrou aqui o interesse em fazer a leitura agora, confirmou com a Mesa, mas a imagem ainda não está aparecendo aqui. Não sei se está com dificuldade de acesso... Está com a mão levantada aqui, inclusive.

Alguém está em contato com a assessoria dele?

A assessora dele já está aqui presente. Já já ele entra. Está aqui, com o telefone na mão.

Vou narrando aqui. (*Pausa.*)

Ele está agora, neste momento, participando da Comissão de Educação?

Só confirma, rapidamente. (*Pausa.*)

Já está entrando, Senador Izalci Lucas, sempre presente, se dividindo em dez, em todas as Comissões. Dentro do carro, locomovendo-se, mas é assim, a tecnologia permite isso, Senador.

Então vamos buscando a produtividade.

Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu estava numa reunião do Ministério da Educação e participando aqui da CCT e também da Comissão de Educação.

Mas peço a V. Exa. para ir direto ao voto, à análise do voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art.104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviço de radiodifusão sonora e de edições de imagem. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nada obstante, entendo pertinente encaminhar requerimento de informações à pasta competente para complementar a instrução do feito, já que não foi localizado nos autos documento que comprove o atendimento ao art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, destinado a comprovar a idoneidade de todos os dirigentes da outorgada.

Voto, Presidente.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 586, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação, referente à autorização de outorga à Associação Aliança Comunitária (Alicom) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tianguá, Estado do Ceará, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2019:

- cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Muito bem, Senador Izalci Lucas.

Eu acho que, se fizer um levantamento nesta Casa do Senador que mais relatórios apresentou, com certeza, V. Exa. está liderando. É impressionante!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Parabenizo-o por mais esse relatório.

Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Izalci Lucas.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Dessa forma, completamos todos os itens da pauta.

Nada mais havendo a discutir, a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezenove minutos do dia primeiro de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Jean Paul Prates e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Simone Tebet, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Izalci Lucas e Vanderlan Cardoso. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 437, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pelo arquivamento do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6547, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e 2-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3269, de 2019 - Terminativo -** que: "Acresce o §11 ao art. 7º da Lei nº 13.116 de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para prever o silêncio positivo." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 do Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Rose de Freitas. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Educativa João Paulo II para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 671, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 217, de 2009 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 164, de 2014 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à REDE DE COMUNICAÇÕES ACREANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 281, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Monte Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Alegre, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 602, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1 para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibatiba, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 155, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 716, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Zummm FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo André, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 473, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultura e Saúde de Caiapônia-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiapônia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 262, de 2021 - Terminativo**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Bem FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 733, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 542, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 317, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Mundonovense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mundo Novo, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 23, de 2022,** que: "Requer a inclusão da Senhora Patrícia Peck Garrido Pinheiro, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de dados e da Privacidade (CNPD), como convidada da Audiência Pública, objeto do REQ 1/2022-CCT, destinada a debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 24, de 2022,** que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública, objeto do REQ 18/2022-CCT, destinada a analisar a situação atual do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em especial no que tange ao Selo Biocombustível Social." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Meus queridos amigos, Senadores e Senadoras, quem assiste à TV Senado, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Obrigado pela presença, Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato e meu querido amigo e colega de bancada do Rio Grande do Norte Styvenson Valentim, que nos vai ajudar aqui hoje, nesta sessão de muito trabalho.

Eu quero abrir dizendo que é com muita honra que sucedo aqui ao Presidente desta Comissão, o Senador Rodrigo Cunha, nosso amigo, eminente e ativo Presidente desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, enviando a ele o nosso abraço e os nossos votos de sucesso. E logo, logo, o teremos aqui presidindo as reuniões. Estou aqui em caráter temporário, mas com muita honra, presidindo esta nossa Comissão importante.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está provada.

O Senador Styvenson está se manifestando contra a ata?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, pois não.

Está pedindo um café?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, está bom.

Por favor, os relatórios das... Acho que são cinco itens, Senador Styvenson, cinco itens *ad hoc* e o seu. Portanto, seis.

Voltando aqui ao procedimento, as Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata, portanto, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de Senadoras e Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

Os itens da pauta hoje, meus queridos colegas e colegas Senadoras, é... Os itens 4 a 16 são terminativos e vão ser votados nominalmente em bloco, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Aproveitando a presença do Senador Styvenson aqui, eu quero inverter a pauta e colocar como primeiro item, Senador Styvenson, o seu, que é o item 2, que é o PL 6.547, de 2019. Portanto, concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do relatório do item

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. E, posteriormente, passaremos à leitura dos itens terminativos, alguns dos quais V. Exa. também nos concederá a honra de relatar *ad hoc*, além do próprio item de sua relatoria, que é o item 8.

Portanto, só para lembrar, os itens 4, 5, 7, 8, Senador Styvenson, e 10 teriam basicamente o mesmo conteúdo, que são as autorizações de radiodifusão. Serão lidos logo em seguida. O.k.?

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 6547, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2011)
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.
Observações:
1. Em 01/06/2022, o Senador Styvenson Valentim apresenta novo relatório;
2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.

Com a palavra, portanto, o Senador Styvenson Valentim, para o PL 6.547.

Obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Eu que agradeço, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os Senadores, a todos que estão aqui presentes.

Quero pedir ao senhor a autorização para sintetizar este relatório, uma vez que esta proposição é de uma abrangência... Desde 2010, 2012, que ela foi proposta e chega hoje aqui ao Senado, para a nossa relatoria, para ler a importância dela.

É uma proposição que busca alterar a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código do Consumidor, com o objetivo de facilitar o atendimento do cidadão por órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor a partir da internet.

Então, eu vou partir para a análise, Sr. Presidente, uma vez que desse projeto já foi dito por mim aqui da essencialidade dele e também dos passos atrasados que ele ainda insiste, com a internet evoluindo a atingindo praticamente 83% da população brasileira.

Examinando o mérito da iniciativa, naquilo que toca à competência desta Comissão, entendemos que hoje, após tantos anos de tramitação, o projeto se mostra significativamente mais necessário do que o era no momento da sua apresentação.

Ao atualizar os dados usados para justificar a aprovação da proposta nesta Casa em 2012, constatamos que a internet se tornou muito mais presente na vida da população brasileira. A depender do serviço prestado ao usuário, assume até mesmo caráter de essencialidade.

Verificamos que foi registrado em parecer anterior desta Comissão que o acesso à internet, em 2010, estava disponível em 27% dos domicílios brasileiros e permitia a conexão de cerca de 41% da população.

Tais informações foram obtidas por meio de levantamento de dados da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil, o TIC Domicílios e Empresas, edição de 2010, elaborada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já em 2020, último dado disponível da referida pesquisa, a internet estava disponível em 83% dos lares brasileiros, alcançando quase 86% da população. Constatamos, portanto, o acelerado crescimento do acesso à internet ao longo da última década, que atingiu mais do que o triplo do índice de domicílios e mais do que o dobro da proporção de indivíduos conectados no período.

Outro indicador relevante para mensurar o avanço da internet durante o período é o volume financeiro movimentado por meio do comércio eletrônico. Em uma década, a evolução foi ainda mais espantosa. Em 2011, o faturamento desse mercado correspondia a cerca de R$18,7 bilhões. Dez anos depois, as receitas do segmento já alcançavam o surpreendente montante de R$161 bilhões, uma cifra oito vezes maior que a inicial.

Consideramos ainda que o número de usuários de internet continuará crescendo nos próximos anos em face dos esforços públicos e privados para promover a expansão das redes de telecomunicações e oferecer serviço em localidades que não ainda dispõem de cobertura adequada. A licitação de radiofrequências para o serviço móvel de quinta geração (5G), realizada em novembro último, é emblemática desse caso. Em função das obrigações contidas no edital, as prestadoras de serviços de telecomunicações passarão a oferecer a internet em cerca de 10 mil pequenas localidades que não contam com o serviço.

Além disso, o Governo Federal vem realizando uma série de ações para aplicar as tecnologias de informação e comunicação em seu relacionamento com os cidadãos. Em primeiro lugar, citamos a Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 983, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos. Também vale mencionar a Lei 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

Em ambos os casos, a administração pública vem empregando tecnologias para facilitar seu contato com o cidadão e elevar o índice de eficiência de suas atividades. Nada mais natural, portanto, que tal movimento seja estendido igualmente aos órgãos de proteção e defesa do consumidor, em todos os níveis da Federação.

No tocante às alterações do projeto encaminhadas pela Câmara dos Deputados, corroboramos o entendimento da CCJ daquela Casa de que o mérito da proposta não foi afetado. As modificações sugeridas apenas promovem ajustes sob a perspectiva da juridicidade e da técnica legislativa.

Em síntese, julgamos que a proposição sob exame amplia e facilita o acesso dos cidadãos aos órgãos de proteção e defesa do consumidor, estando em completa sintonia com os esforços empreendidos para expansão das redes de telecomunicações, implantação do governo digital e aumento da eficiência do serviço público. Ao promover a modernização dos canais de atendimento para receber e processar representações e denúncias, a iniciativa possibilitará benefícios ao consumidor e maior controle sobre a atividade empresarial.

Por fim, em respeito à devida técnica legislativa, apresentamos emendas para promover ajuste redacional no texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. Após a submissão da referida proposta ao Senado, sobreveio a publicação da Lei 14.181, de 1º de julho de 2021, que altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar e disciplinar o crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Essa lei modificou o CDC em seus arts. 5º e 6º, acrescentando-lhes novos incisos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tal alteração, portanto, enseja a renumeração dos dispositivos propostos no PL 6.547, de 2019.

Do voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL 6.547, de 2019, na forma do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o inciso VI do art. 5º da Lei nº 8.098, de 11 de setembro de 1990, para inciso VIII, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 6.547, de 2019.

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o inciso XI do art. 6º da Lei nº 8.098, de 11 de setembro de 1990, para inciso XIV, na forma do art. 3º do Projeto de Lei 6.547, de 2019.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Styvenson. Felicito-o pela relatoria.

É um importante projeto de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia. É já um projeto que tramita há bastante tempo nesta Casa. É uma grande realização da sua parte relatar esse projeto que amplia a universalização, facilita o atendimento, reduz o custo da administração pública, tratando do atendimento ao cidadão por órgãos públicos, através da internet, no que concerne ao serviço de proteção ao consumidor.

Parabéns pela sua relatoria.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório, favorável ao projeto, com as emendas de redação previstas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado, e a matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal.

Nós vamos retirar de pauta, a pedido da Senadora Rose de Freitas, o item 3, que era o PL 3.269, que tem uma emenda do Senador Rogério Carvalho. Vamos colocá-lo para a próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 3269, DE 2019
- Terminativo -

Acresce o §11 ao art. 7º da Lei nº 13.116 de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para prever o silêncio positivo.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 do Senador Rogério Carvalho.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Vou solicitar ao Senador Styvenson que proceda à leitura do item 4, se puder. Está o.k. aí?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Está. Estou aqui com ela.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 4, itens 5, 7, 8, que é o seu, e 10. Basicamente são os projetos de radiodifusão, podendo ser bem resumidos, de maneira que a gente já vai colocando aqui as relatorias *ad hoc.*

O primeiro, portanto, é da Senadora Rose de Freitas, também com pedido de relatoria *ad hoc*.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Educativa João Paulo II para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório do item 4 ao Senador Styvenson Valentim.

Com a palavra V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Bom, como já foi dito pelo Sr. Presidente, trata-se de um projeto – todos iguais – para executar serviço de radiodifusão nos municípios e a nossa outorga.

Por economia, Sr. Presidente, se eu puder passar já para o voto, se não for nenhum prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O voto, o nome da entidade e a cidade...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Das rádios.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... apenas para que a gente saiba registrar aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Isso. Está o.k.

A gente está tratando da Fundação Educativa João Paulo II, para execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirassununga, no Estado de São Paulo.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse foi o item 4, o primeiro voto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 5, da Senadora Rose de Freitas, PDS nº 671, 219.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 671, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Dessa vez, trata-se da Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa. É para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.

Partindo para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 671, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Item 4 e item 5 lidos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 7, Senador Styvenson, também *ad hoc*, a pedido da Senadora Mailza Gomes, que se encontra numa missão fora do Senado Federal, neste momento, e nos pediu essa deferência.

É o PDL nº 164, de 2014.

Item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 164, DE 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à REDE DE COMUNICAÇÕES ACREANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Mailza Gomes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim, Relator *ad hoc*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – A outorga, a concessão de outorga é à Rede de Comunicações Acreana para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 164, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Rede de Comunicações Acreana LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 7 já foi.

O item 8 agora?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Styvenson, mais uma vez, muito obrigado.

Esse, então, foi, inclusive, no seu estado natal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Esse foi o item 7. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em Cruzeiro do Sul.

Agora é o seu. Exatamente.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 281, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Monte Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Alegre, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim, Relator do projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Esse aqui é da Associação Rádio Comunitária de Monte Alegre...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Alegre.

Do voto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – É em Sergipe?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Não, no meu Estado, Rio Grande do Norte, em Monte Alegre.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 281, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Monte Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Alegre, Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Por último, o PDL nº 155, com relatoria do Senador Flávio Arns, que solicita, também, a relatoria *ad hoc* do Senador Styvenson Valentim.

Por favor, com a palavra.

PDL nº 155, de 2019.

Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 155, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas, Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, no Estado do Paraná.

Do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 155, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas, Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, no Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim, pela tarefa aí de relatoria múltipla.

Passo diretamente ao Senador Luis Carlos Heinze, para relatar o PDL nº 542, de 2019.

Item 15.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 542, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Heinze para a leitura do relatório do item 15.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2019, nº 664, de 2017, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Eu vou diretamente para o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze.

Essa correção está sendo feita praticamente em todos os projetos.

Rapidamente, passamos ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do PDL nº 602, de 2021.

Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 602, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1 para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibatiba, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório e, logo em seguida, o Senador Angelo Coronel pede a palavra.

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esperem aí, porque aqui, no meu...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – PDL n° 602, item 9.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Pois não; PDL n° 602, item 9.

Vamos direto à análise, Sr. Presidente.

Trata-se da Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1 para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibatiba, Estado do Espírito Santo.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 602, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 602, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1 para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibatiba, Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, pela aprovação do projeto.

Sr. Presidente, na sequência, eu teria aqui um breve relatório para eu poder voltar para a CCJ. Assim, se V. Exa. permitisse, eu poderia lê-lo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 437, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pelo arquivamento do projeto.

Observações:

1. O projeto recebeu parecer favorável da CAS;

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado Federal n° 437, de 2018, do Senador José Serra, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de março de 1996, que regulamenta direitos e obrigações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relativos à propriedade industrial para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular, contando da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico".

Neste caso, eu vou direto à análise.

Em que pesem os argumentos a favor da proposição na época em que foi protocolado, houve a aprovação posterior de nova legislação que prejudica os dispositivos do PLS nº 437, de 2018.

A Medida Provisória 1.040, de 29 de março de 2021, convertida na Lei 14.195, de 2021, teve por escopo melhorar o ambiente de negócios no Brasil e, com isso, revogou uma série de dispositivos legais visando desburocratizar e simplificar o funcionamento da economia.

Entre as medidas está a revogação do art. 229-C da Lei de Propriedade Industrial, Lei nº 9.279, de 1996, que estabelecia a obrigatoriedade de a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos depender da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Essa revogação vai no sentido contrário do que pretende o PLS 437, de 2018.

Houve ainda a consecução de um dos objetos do PLS nº 437, de 2018, que pede a revogação do parágrafo único do art. 40 da Lei da Propriedade Industrial, o qual estabelece que o prazo de vigência da patente, contado a partir de concessão do privilégio, não será inferior a dez anos. Essa alteração já foi promovida pela Lei nº 14.195, de 2021, advinda da Medida Provisória 1.040.

Assim, considerando que houve discussão posterior no Congresso Nacional, que já tratou dos temas propostos pelo PLS nº 437, de 2018, entendemos que a discussão de sua matéria fica prejudicada.

Pelo exposto, opinamos pelo arquivamento do PLS 437, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Rogério Carvalho, como Relator do PLS 437, pelo arquivamento do projeto, por conter claramente uma disposição *bis in idem*, que já está atendida; fazendo toda a homenagem ao Senador José Serra como autor do projeto, mas, como o tempo vai se passando, outras coisas vão acontecendo, dispositivos legais vão sendo acrescentados e, nesse caso, o relatório do Senador Rogério Carvalho é pelo arquivamento do projeto.

Para quem está nos acompanhando, estamos aqui numa sequência de leituras para radiodifusão e também aqui, neste caso, fazendo...

Vou completar logo o processo de votação, Senador Rogério Carvalho, para este PLS, já que é matéria bastante simples.

O projeto recebeu parecer favorável, no passado, pela CAS. Mas daqui, mesmo com parecer de arquivamento, segue para apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório favorável ao projeto, no sentido de arquivá-lo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, voltamos à leitura da sequência de projetos relativos à radiodifusão.

Passo a palavra.

É o item 13.

O Senador Carlos Portinho está a postos?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o item 11, Sr. Presidente, antes.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu estava fazendo aqui, Senadora Simone.

Logo em seguida, pode ser?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está bem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não faria essa indelicadeza nunca com a Senadora Simone. As mulheres têm preferência, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas...

Evidentemente, as mulheres têm preferência, Senador Carlos Portinho. Eu estava aqui obedecendo a ordem de chegada presencial. Mas, evidentemente, fazemos essa deferência.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu agradeço. Senadora Simone, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Simone Tebet, item 11, PDL 716.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 716, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Zummm FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo André, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Portinho, agora, me deixa encabulada...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ficou ruborizada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... pela indelicadeza da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não ruborize, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A forma de eu retribuir é fazendo um relatório de, no máximo, 60 segundos, Sr. Presidente, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – ... trata-se de outorga de autorização à Associação Cultural Zummm FM, do Município de Santo André, Estado de São Paulo.

Vou direto à análise: a matéria é de competência do Congresso Nacional, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, não viola nenhum preceito constitucional, legal ou de formalidade.

Eu registro, apenas, ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição que deferiu a outorga ora analisada.

Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério das Comunicações.

Indo direto ao voto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou qualquer tipo de violação, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Zummm FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo André, no Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 716, de 2019, a expressão "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora Simone, mais uma vez. Cumprimentos a Santo André.

O PDL 716, de 2019, lido, item 11.

Passamos à palavra ao Senador Carlos Portinho para leitura do seu relatório do item 13, PDL 262, de 2021.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 262, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Bem FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Portinho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Jean Paul, Senadora Simone. Vou tentar fazer como a Senadora Simone, no formato Enéas.

Este é o Projeto de Decreto Legislativo 262, que trata da Associação Cultural Bem FM, do meu querido Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, cuja visita vale, inclusive, àqueles que se interessem pelo turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 262, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 262, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Bem FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no querido Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem. Obrigado, Senador Carlos Portinho, felicitando o Município de São Pedro da Aldeia também.

Vamos passar a palavra ao Senador Angelo Coronel, que está no remoto.

Senador Angelo Coronel, está disponível aí?

Acho que saiu da câmera lá. (*Pausa.*)

Senador Angelo Coronel, com a palavra, e também aproveito para a leitura do seu requerimento.

Item 17, Requerimento nº 23, de 2022.

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 23, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a inclusão da Senhora Patrícia Peck Garrido Pinheiro, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de dados e da Privacidade (CNPD), como convidada da Audiência Pública, objeto do REQ 1/2022-CCT, destinada a debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Senador Angelo Coronel, com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente.

Na verdade, V. Exa. tem um poder de adivinhação muito grande, porque eu ia pedir a inversão de pauta, mas parece que V. Exa. leu os meus pensamentos e já me colocou para ler o meu relatório.

Sr. Presidente, requeiro, nos temos o art. 58, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública, objeto do REQ 1/22, seja incluído o nome da Patrícia Peck Garrido Pinheiro, membro titular, representante de entidades representativas do setor laboral no Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade CNPD. Além de membro do CNPD, Patrícia Peck é coordenadora do grupo de trabalho temporário dedicado à proposição de ações executivas de fomento à cultura de proteção de dados e da privacidade.

É isso que eu gostaria que V. Exa. colocasse em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Angelo Coronel, vamos colocar na sequência. Temos mais um requerimento a ser lido.

Eu queria pedir ao meu querido colega Carlos Portinho que assumisse temporariamente para que eu possa ler um requerimento.

Em seguida, Senador Heinze, vamos terminar de ler os requerimentos e vamos votar em bloco – Senador Chico, também, que está aqui presente –, será rápido. São apenas leituras de projetos para quem está nos assistindo.

Por que a pressa?

Porque temos projetos de teor exatamente igual, com pequenas alterações de redação, que dizem respeito à autorização e à outorga de radiodifusão em diversas cidades do Brasil.

Passo a Presidência ao Senador Carlos Portinho, temporariamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, agradecendo aqui à Presidência...

Como vai, Senador Acir.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 24, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública, objeto do REQ 18/2022-CCT, destinada a analisar a situação atual do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em especial no que tange ao Selo Biocombustível Social.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra, para leitura do requerimento, item 18, ao Senador Jean Paul Prates, Requerimento nº 23, de 2022.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É 24 ou 23?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É 24?

Porque aqui estava 23, perdão.

Aliás, está equivocado mesmo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – No carimbo está 24.

Muito bem.

Requerimento nº 24, de 2022.

A esta CCT, requer, nos termos da legislação, a proposta de audiência, audiência de especialistas, que serão nominados abaixo, para participarem de audiência que propõe o Requerimento 18/2022, que fazem parte do grupo de trabalho para melhorias do biodiesel. O requerimento é basicamente para incluir os nomes da Sra. Valéria Lima, do IBP; Henry Joseph, da Anfavea; um representante da CNT (Confederação Nacional dos Transportes); e um representante da Fecombustíveis.

Esse é o requerimento. Solicito, portanto, que nossos colegas o aprovem aqui nesta CCT, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, votação simbólica, em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Eu repasso a Presidência ao meu querido Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 23, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a inclusão da Senhora Patrícia Peck Garrido Pinheiro, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de dados e da Privacidade (CNPD), como convidada da Audiência Pública, objeto do REQ 1/2022-CCT, destinada a debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Aproveito para colocar logo o requerimento do Senador Angelo Coronel em votação.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, usar da palavra em relação ao requerimento do item 17, Requerimento 23, de 2022, coloco em votação.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências solicitadas pelo requerimento do Senador Angelo Coronel.

Voltando à sequência de leitura e deliberação dos projetos de radiodifusão, concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, que fará a leitura do item...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Doze! Se não me engano, de relatoria do Senador Izalci Lucas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... PDL 473, de 2021.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 473, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultura e Saúde de Caiapônia-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiapônia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

Obrigado pela relatoria *ad hoc*.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 473, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultura e Saúde de Caiapônia para executar serviço de radiodifusão comunitária Município de Caiapônia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

O voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 473, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultura e Saúde de Caiapônia para executar serviço de radiodifusão comunitária Município de Caiapônia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze.

Passo imediatamente a palavra ao Senador Chico Rodrigues para a leitura do item 16, PDL 317, também sobre radiodifusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Mundonovense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mundo Novo, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues, como Relator.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Jean Paul Prates, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, este relatório chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 317, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Mundonovense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mundo Novo, no Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Eu vou submeter logo ao voto, Sr. Presidente, visto que, conforme determina o Regimento Interno do Senado, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Portanto, vou ao voto, peço a V. Exa. a autorização para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Mundonovense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mundo Novo, no Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues. Mundo Novo, na Bahia.

Passamos a palavra, portanto...

Eu gostaria de solicitar aos Senadores que estão nos ouvindo, no remoto, nós estamos fazendo a sequência de leituras, mas nós vamos precisar da presença de V. Exas. pelo remoto para a votação em bloco daqui a instantes, portanto, peço que fiquem atentos. Estamos colocando aqui também, no grupo da Comissão, para que os Senadores estejam atentos ao *link* que foi enviado pela Secretaria para fazer a votação em bloco, senão, de nada adiantará termos feito as leituras, vamos ter que fazer tudo de novo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Acir Gurgacz, por favor, com a leitura do item 14, o PDL. Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 733, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 733, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Portanto, o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 733, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte emenda de redação:

> Emenda nº – CCT (de redação)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2021, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de lhe pedir um favor: se puder ler também em relação ao Município de Davinópolis, no Maranhão... Sei que V. Exa. acabou de ler o do Estado de Rondônia, de Chupinguaia. Agora, também Davinópolis, Maranhão, se for possível. É o item 6, a pedido da nossa querida Senadora Daniella Ribeiro.

Como Relator *ad hoc*, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, mais uma vez.

Obrigado.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 217, DE 2009
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Retorna ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 217, de 2009, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3°, ambos da Constituição Federal.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 217, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço, Senador Acir Gurgacz, também em nome da Senadora Daniella Ribeiro, pela leitura *ad hoc* desse PDL. Eu já consultei no início, mas volto a consultar os Srs. Senadores e as Senadoras se podemos votar todos esses PDLs em bloco neste momento.

Antes disso, claro, coloco os PDLs, também em bloco, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores e Senadoras que queiram discutir qualquer um dos PDLs, a votação será realizada com a abertura do painel eletrônico neste momento, para votação dos PDLs (Projetos de Decreto Legislativo) do item 4 ao item 16.

Itens 4 a 16 em votação, neste momento, pelo aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Peço aos Senadores e às Senadoras que estejam no sistema remoto que entrem no *link* enviado pela Comissão para votação imediata.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

Foi dado início ao processo de votação nominal, no painel eletrônico, acesso presencial ou remoto, dos itens 4 a 16 da pauta da CCT de hoje.

Dois requerimentos da pauta também já foram aprovados. (*Pausa.*)

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" pelo aplicativo.

Os Senadores já podem votar.

Peço que entrem no aplicativo para votar. (*Pausa.*)

Mais uma vez, solicito a presença dos Senadores e das Senadores participantes da CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia), do Senado, para que votem, em bloco, os PDLs de radiodifusão.

Obrigado. (*Pausa.*)

Mais uma vez, estamos votando, em bloco, os projetos de radiodifusão, itens 4 a 16, de diversas relatorias.

Aproveito para felicitar os Municípios de São Paulo; Lagoa Formosa, em Minas Gerais; Davinópolis, no Maranhão; Cruzeiro do Sul, no Acre; Monte Alegre, no Rio Grande do Norte; Ibatiba, no Espírito Santo; Palmas, no Paraná; Santo André, em São Paulo; Caiapônia, em Goiás; São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro; Chupinguaia, em Rondônia; Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; e Mundo Novo, na Bahia. (*Pausa.*)

Cinco minutos mais para votação. (*Pausa.*)

Chico, pode votar. (*Pausa.*)

Votos registrados: Senadora Simone Tebet, Senador Confúcio Moura, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Styvenson Valentim, Senador Plínio Valério, Senador Flávio Arns, Senador Wellington Fagundes, Senador Carlos Portinho, Senador Rogério Carvalho, Senador Acir Gurgacz.

Obrigado aos Senadores que já votaram.

Última chamada: Senador Angelo Coronel e Senador Chico Rodrigues, que estiveram presentes aqui; Senador Fabiano Contarato, que já registrou presença; e Senador Paulo Rocha, se puderem consignar o voto aqui...

Como a Senadora Rose de Freitas também não está conseguindo votar pelo remoto, vai entrar aqui já, já e registrar seu voto conosco pelo aplicativo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Votação aberta, em bloco, itens 4 a 16, relatórios de diversos Senadores relatores e Senadoras relatoras, relativos à radiodifusão, votação aberta em curso.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos, podendo fazê-lo pelo aplicativo.

(*Procede-se à votação.*)

Aguardando aqui os votos finais. (*Pausa.*)

Obrigado, Senador Chico Rodrigues, Senador Angelo Coronel, por terem consignado os votos. Aguardamos a Senadora Rose, que está conectando aqui, para encerrar a votação. (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas, seja bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode expressar seu voto aqui. Em bloco, os itens 4 a 16.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Eu posso só manifestar o voto "sim" a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, será validado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Então, Presidente, no intuito de colocar a posição, afinada com o trabalho de V. Exa., meu voto é "sim" para a votação em bloco das matérias que estão apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada, Senadora Rose.

Com o voto da Senadora Rose, eu vou encerrar a votação. Os Senadores já votaram.

A votação está encerrada neste momento.

O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico agora.

(*Procede-se à apuração.*)

Votaram SIM 14 Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum.

Abstenção: também nenhum.

Quórum de 15.

A Comissão aprova, portanto, por 14 votos, os projetos constantes dos itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às doze horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Plínio Valério, Roberto Rocha, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Nelsinho Trad e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates e Acir Gurgacz. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 49 sugestões de emendas de Inclusão de Meta e 18 sugestões de emendas ao Texto da Lei, totalizando 67 sugestões de emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório (ad hoc) do Senador Plínio Valério, em substituição da Senadora Daniella Ribeiro, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovadas: EMENDAS À META - **Emenda nº 1:** 15UL - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados - Programa – 2205 - Acréscimo de meta: 1000; **Emenda nº 2:** 00RL – Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológicas, Empreendedorismo e Inovação – Programa – 2208 - Acréscimo de meta: 2000; **Emenda nº 3:** 214Z - Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos – Programa – 1031 - Acréscimo de meta: 1000. EMENDAS AO TEXTO DA LEI - **Emenda nº 4:** Anexo III, Despesas que não serão objeto de limitação de empenho – projeto de inclusão; **Emenda nº 5:** Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24 – recursos reembolsáveis do FNDCT; **Emenda nº 6:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso III – nas ações destinadas à ciência e tecnologia; **Emenda nº 7:** Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXV – cidades inteligentes; **Emenda nº 8:** Anexo III, Seção II, Inciso IV – cidades inteligentes; **Emenda nº 9:** Anexo III - FNDCT. Antes do encerramento, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senador Plínio, V. Exa. está consertando o computador ou V. Exa. não concorda ou tem alguma observação à ata?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Por videoconferência*.) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ah, concorda.

Então, a ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial, com a utilização do sistema de videoconferência. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou pelo *chat* da plataforma.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências".

Informo que foram oferecidas 18 sugestões de emendas ao texto da lei e 49 sugestões de emendas de inclusão de metas, totalizando 67 sugestões de emendas.

Com a palavra a Relatora, aliás, o Relator *ad hoc*, o Senador Plínio Valério, para proferir o seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Izalci, boa tarde, em Brasília! Ainda é bom dia em Manaus, aqui são 11 horas e pouco.

A Senadora Daniella não pôde comparecer e pediu que eu lesse *ad hoc*. Então, vou ler o relatório da Senadora Daniella Ribeiro.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre sugestões de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, Projeto de Lei nº 5, de 2022-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

O relatório, Presidente.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (PLDO 2023). Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer... (*Falha no áudio.*)... ...emendas ao PLDO 2023, sendo 49 ao Anexo de Prioridades e Metas e 18 emendas de texto.

Uma vez que a esta Comissão é facultado apresentar apenas três emendas de metas, faz-se necessário aplicar critério de seleção entre as propostas apresentadas, em que pese o inequívoco mérito de todas elas. Esta relatoria adotou como parâmetros de escolha os fundamentos técnicos inscritos na Resolução nº 1, de 2006-CN, em especial o caráter institucional das propostas, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão, bem como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

interesse nacional das ações. Outro importante critério foi o de contemplar as ações orçamentárias com maior apoiamento entre os membros desta Comissão. Após análise das propostas, parece-nos adequado propor que a CCT endosse como emendas ao PLDO 2023 as seguintes ações e metas:

– Ação 15UL, "Implantação de infraestrutura para os projetos Norte e Nordeste conectados, por organização social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)", com meta de mil cidades conectadas;

– Ação 00RL, "Formação e expansão da capacitação de recursos humanos em atividades de pesquisa tecnológica, empreendedorismo e inovação", com meta de 2 mil pessoas beneficiadas;

– Ação 214Z, "Fomento à tecnologia agropecuária e aos recursos genéticos", com meta de mil projetos apoiados.

Quanto às emendas de texto, verificamos que todas versaram sobre matérias de elevada importância no contexto atual de nosso país. Contudo, algumas temáticas tratadas se encontram fora do escopo de atribuições da CCT, configurando-se, por essa razão, antirregimentais. É o caso, Presidente, das propostas referentes a déficit habitacional, teto de gastos, contratos de financiamento internacional, meta de resultado primário, execução provisória das despesas obrigatórias, reajuste do salário mínimo e cadastro de obras de engenharia, matérias que foram objeto das propostas 24, 25, 27, 28, 29, 30 e 31 e, parcialmente, das propostas 07, 19 e 32.

As demais matérias tratadas se encontram inseridas no rol de competências desta Comissão e, por seu mérito e adequação, devem ser aprovadas. Trata-se das propostas 06, 21 e 26 sobre o FNDCT, propostas 33 e 65 sobre projetos de inclusão digital, propostas 59, 60 e 61 sobre cidades inteligentes e, parcialmente, propostas 07, 19 e 32 no tocante aos programas de ciência e tecnologia.

Vou ao voto, Presidente.

Diante do exposto, propomos que esta Comissão delibere pela aprovação:

– das propostas ao Anexo de Prioridades e Metas de nºs 02, 08, 15, 18, 23, 36 e 47 (Ação 214Z), 01, 58 e 66 (Ação 15UL) e 67 (Ação 00RL), totalizando três emendas de metas ao PLDO 2023;

– das propostas ao texto de nºs: 06, 21 e 26 sobre o FNDCT; 33 e 65 sobre projetos de inclusão digital; 59, 60 e 61 sobre Cidades Inteligentes; e, parcialmente, 07, 19 e 32 no tocante aos programas de ciência e tecnologia.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2023. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o relatório da Senadora Daniella Ribeiro, que eu acabo de ler *ad hoc*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório *ad hoc* do Senador Plínio Valério, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, Senador Plínio.

(*Iniciada às 12 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates e Acir Gurgacz. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 1, de 2022-CCT, de autoria Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), aditado pelos Requerimentos nº 4, 5, 6 e 23/2022-CCT, com a finalidade de debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados, com a participação de Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Carlos Oliveira, Ministro-Conselheiro da Delegação da União Europeia no Brasil; Laura Schertel Mendes, Membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), representante das instituições científicas, tecnológicas e de inovação; Fabrício da Mota Alves, Membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), representante do Senado Federal; Cláudio Simão de Lucena Neto, Membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), representante das instituições científicas, tecnológicas e de inovação; Patrícia Peck Pinheiro, Membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), representante de entidades do setor laboral; Paulo Milliet Roque, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes); Samanta Oliveira, Líder do Comitê de Proteção de Dados da Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O); Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); e Andriei Gutierrez, Secretário-Geral do Fórum Empresarial LGPD. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2022, CCT, de autoria do Senador Eduardo Gomes, aditado pelos Requerimentos nºs 4, 5, 6 e 23, de 2022, da CCT.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar as perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes, por meio do sistema de videoconferência, os seguintes expositores: Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) – vou colocá-lo para falar inicialmente por questão de outros compromissos –; Carlos Oliveira, Ministro-Conselheiro da Delegação da União Europeia no Brasil; Fabricio da Mota Alves, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), representante do Senado Federal; Laura Schertel Mendes, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, representante das instituições científicas, tecnológicas e de inovação; Cláudio Simão de Lucena Neto, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, representando aqui as instituições científicas, tecnológicas e de inovação; Patricia Peck Pinheiro, membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, representando entidades do setor laboral; Samanta Oliveira, Líder do Comitê de Proteção de Dados da Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O); Paulo Milliet Roque, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes); Juliana Bierrenbach, membro da Associação Internacional dos Profissionais de Privacidade; Sergio Paulo Gallindo, Presidente-Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); e Andriei Gutierrez, Secretário-Geral do Fórum Empresarial LGPD.

Agradeço a todos a presença.

Bem, todos sabem da importância desta audiência pública, a importância da aprovação da lei, da implementação da Autoridade de Proteção de Dados, e agora esta audiência pública, a requerimento do nosso querido Senador Eduardo Gomes, que, por questão de compromissos assumidos, não pode estar presidindo aqui, mas é um prazer poder presidir esta sessão de um tema tão importante, exatamente para instituir o Dia Nacional da Proteção de Dados, que será uma data, evidentemente, importante para a reflexão e atualização das demandas etc.

Então, vou passar logo para os convidados. Como nós temos aqui muitos convidados, 11 convidados confirmados, vamos dar cinco minutos e mais um tempinho de prorrogação, se necessário, para, depois, a gente voltar para as perguntas e considerações finais.

Eu já vou convidar, então, por questão de compromisso, o nosso Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Waldemar Gonçalves.

Com a palavra. (*Pausa.*)

Waldemar, tem a palavra. Pode colocar suas... Pode iniciar sua fala.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, que preside a presente reunião, Exmo. Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadores integrantes da CCT, senhoras e senhores, é muito bom começarmos o dia falando sobre proteção de dados.

Em nome da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, inicio minhas palavras agradecendo o honroso convite dirigido à Autoridade de Proteção de Dados do país para tratar da instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados pessoais e parabenizo os Senadores que formularam o requerimento que culminou na realização da presente audiência, tão importante para a consolidação de uma cultura de proteção de dados no Brasil.

Eu lembro sempre que nós trabalhamos oito anos, praticamente, na aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados, onde temos diversos países já bastante consolidados, com uma cultura já enraizada, e nós estamos iniciando esse processo. Então, eventos como este de hoje são extremamente importantes.

Como bem salientou o Senador Eduardo Gomes em seu requerimento, o Poder Legislativo teve um papel fundamental no estabelecimento de um marco regulatório para a proteção de dados pessoais com a aprovação da LGPD e, mais recentemente, com a promulgação da nossa Emenda Constitucional nº 115, de 2022, que incluiu a proteção de dados pessoais no rol dos direitos fundamentais na nossa Constituição. O estabelecimento desse marco regulatório foi a coroação de um esforço que reuniu o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade civil.

Hoje, novamente, representantes dessas instituições se encontram reunidos para estabelecer e debater a criação de um Dia Nacional de Proteção de Dados. Vale mencionar que proteção de dados pessoais requer uma atuação em várias frentes, dentre as quais podemos citar o estabelecimento de um sistema regulatório, a instituição de uma autoridade independente e responsável por zelar pela aplicação dessa lei e, não menos importante, o fomento de uma cultura de proteção de dados.

Aqui no Brasil podemos traçar um histórico bem recente em se tratando de proteção de dados, mas que tem evoluído de uma forma célere desde a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018, vigente em 2020, mesmo ano da criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Em 2021... (*Falha no áudio.*)

...dados conquistou um ordenamento jurídico pátrio, *status* constitucional de direito fundamental a partir da Emenda Constitucional 115, graças aos esforços conjugados do nosso Congresso Nacional, do poder público e de vários outros setores da sociedade.

Finalmente, recentemente foi publicada a Medida Provisória nº 1.124, de 2022, que transforma a ANPD em autarquia de natureza... (*Falha no áudio.*)

... autonomia e independência em relação às suas competentes administrativas finalísticas.

Temos, portanto, muitas datas para comemorar, mas, ao mesmo tempo, temos uma data já instituída internacionalmente e com carga valorativa que não podemos ignorar, afinal o dia 28 de janeiro é a data em que o Conselho da Europa abriu a Convenção para Proteção de Dados Individuais em relação ao tratamento automatizado de dados pessoais, ou simplesmente a Convenção 108.

E é neste sentido que o requerimento do Senador Eduardo Gomes se insere: propor a mesma data para a instituição do Dia Nacional de Proteção de Dados no Brasil. Nesse esteio, só tenho a parabenizar a iniciativa do Senador, bem como agradecer o convite do Senador Jean Paul Prates para participar desta audiência e, ainda, parabenizar todos da Comissão de Ciência e Tecnologia e de outras Comissões que trabalharam e continuam trabalhando em prol da sociedade, especialmente no tocante à proteção de dados pessoais e da privacidade, sempre guiados pelo princípio da liberdade e autodeterminação informativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Waldemar Gonçalves, agradeço.

E já passo imediatamente a palavra ao Carlos Oliveira, que é Ministro-Conselheiro da Delegação da União Europeia no Brasil.

O SR. CARLOS OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Presidente, muito obrigado pela apresentação.

Quero, neste momento, dirigir à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado as minhas felicitações por esta iniciativa e, ao mesmo tempo, um agradecimento muito fundo por este convite que nos é dirigido para acompanhar o Brasil nessa importante reflexão. É para nós uma honra e um privilégio poder partilhar convosco as nossas impressões sobre a matéria de proteção de dados.

Aproveito a circunstância também para saudar todos os Srs. Senadores e demais pessoas que estão a acompanhar esta sessão, bem como cumprimentar os prezados colegas da mesa que participam desta audiência pública, entre os quais se encontram muitas pessoas que já tive o grato prazer de encontrar, naturalmente, o Sr. Presidente da ANPD, Sr. Waldemar Gonçalves, mas também outros amigos, Fabricio Mota, Laura Schertel, Sergio Gallindo, Andriei Gutierrez. Vou ser mais sucinto para salvaguardar a questão do tempo.

A discussão que estamos a ter hoje reflete bem a relevância das questões de proteção de dados enquanto direito fundamental, com vastas implicações no nosso quotidiano, não só na dimensão social mas também no plano econômico. Nós temos hoje presente que a digitalização das sociedades resultou, digamos, na utilização muito generalizada de dados para um vasto leque de atividades e isso significa que a proteção desses dados pessoais é uma preocupação que deve estar presente em cada cidadão, instituição pública ou privada, bem como empresas. E a constituição da mesa que nós temos aqui reflete de certa forma esta preocupação generalizada.

A proteção de dados pessoais está já presente no ordenamento jurídico brasileiro pela LGPD e foi reforçada com a aprovação de emenda constitucional que estabelece essa proteção como um direito fundamental e, de certa forma, isso se inscreve numa tendência mais geral que abrange os demais países do mundo. Temos mais de 120 países que já adotaram legislação para garantir o direito à proteção de dados e o direito à privacidade.

Vou aqui, sim, focar num aspecto muito importante, porque, dada a dimensão global de todas estas questões, a legislação nacional tem sido reforçada com um conjunto de instrumentos regionais e multilaterais, entre os quais se destaca a Convenção 108 do Conselho da Europa, que foi já referida pelo Sr. Presidente Waldemar Gonçalves e que, de alguma forma, estabelece, por assim dizer, uma plataforma comum. E é exatamente no âmbito dessa iniciativa do Conselho da Europa, que, apesar de partilhar o nome do Conselho da Europa, é uma entidade completamente distinta das instituições da União Europeia, que o dia 28 de janeiro foi estabelecido como uma data marcante que serve de base ao Dia Internacional de Proteção de Dados, instituído há já cerca de 16 anos e que de alguma forma assinala a abertura para assinatura desta convenção.

Nesse dia, entidades públicas e privadas em todo o mundo organizam inúmeras atividades para aumentar a conscientização sobre o direito à proteção de dados e de certa forma também reforçar a mensagem sobre a necessidade de melhorar a apreciação pública sobre a importância desse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na União Europeia nós temos um vasto leque de ações, a cargo não só das instituições europeias, Comissão Europeia, Autoridade Europeia de Proteção de Dados, mas também outras agências, como, por exemplo, Agência da União Europeia para a Cibersegurança, a Enisa. Num conjunto das instituições europeias esse é um dia sempre muito presente, mas que também tem repercussões e eco em todos os Estados-membros onde as autoridades nacionais de proteção de dados têm um papel muito ativo.

Essa é uma oportunidade normalmente utilizada para apresentar novas iniciativas, mobilizarmos a mídia, os meios de comunicação para promover a proteção de dados. Temos também a instituição de prêmios para as melhores iniciativas sobre políticas de proteção de dados. Apoio a atividades de pesquisa sobre proteção de dados, campanhas de informação junto aos cidadãos, empresas, serviços públicos: todo esse ecossistema no fundo está cada vez mais presente nesses tempos de economia de dados.

E todas essas ações são, ao final, parte de uma estratégia mais geral de promoção dos direitos individuais de boas práticas em proteção de dados. São levadas a cabo com especial destaque por parte das autoridades de proteção de dados no âmbito do seu papel de supervisão.

Nesse sentido, nós vemos a iniciativa de estabelecer um Dia Nacional de Proteção de Dados, em especial coincidindo com o dia internacional, como algo, digamos, de muito positivo e que saudamos de forma muito efusiva, não só pela sua relevância, mas também pelo impacto que pode ter na sensibilização dos cidadãos para essas questões.

Eu gostaria de aproveitar a circunstância também para mencionar aqui duas ou três reflexões que nos parecem que são interessantes nesse contexto. A proteção de dados é um tema que tem uma dinâmica muito própria. Isso tem a ver também com o aumento das estratégias de digitalização e, por isso, carece de uma atenção permanente.

Portanto, o trabalho não termina com a promulgação da legislação. É de fato uma atividade em que, de uma forma geral, as autoridades de supervisão, como é o caso da ANPD, têm um papel muito importante. E, por isso, essa tomada de consciência é muito importante.

Como já foi referido, a proteção de dados, a utilização de dados pessoais pode influenciar vários aspectos de nossa vida de formas que são muitas vezes inimagináveis e seguramente desconhecidas da maior parte dos cidadãos e condiz a riscos e possibilidades de danos muito significativos.

Nós temos todos recordados que, durante a altura mais crítica da pandemia, houve imensos relatos sobre situações graves de usurpação de dados pessoais que tiveram grande impacto nas pessoas. Além, digamos, de uma questão mais geral, que é a dificuldade do mundo *online* muitas vezes de distinguir o verdadeiro do falso.

E o que nós vemos no âmbito da União Europeia, inclusive de forma muito positiva, é essa noção de abordar a questão de proteção de dados numa perspectiva centrada na pessoa humana, no indivíduo, como, digamos, uma forma de valorizar essa dimensão.

Vemos, em grande medida, digamos, o Brasil como um parceiro que partilha conosco essa nossa perspectiva, essa ideia de promover os direitos do indivíduo.

É evidente que há dois aspectos aqui que eu me permito salientar. Por um lado, a questão dos direitos humanos, a circunstância de nós termos a salvaguarda da nossa identidade é algo que está também associado à nossa dignidade enquanto pessoas e cidadãos em privacidade não há espaço para que cada um de nós se sinta livre para pensar, para desenvolver as suas próprias ideias, para experimentar e seguir a sua vida da forma que achar mais apropriada, mas nós vemos também aqui uma questão de privacidade como um imperativo democrático, especialmente quando a nossa integridade está em risco e, em alguns casos, a própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integridade dos processos eleitorais e o funcionamento da democracia, que pode ser posto em risco por uso indevido de dados pessoais.

Mas, por último, também, uma necessidade econômica. Sem a confiança dos consumidores na maneira como os seus dados são tratados, não há possibilidade de explorar plenamente o poder desse potencial econômico associado à economia de dados, que hoje é uma realidade onipresente e que, digamos, está integrada de forma muito interdependente em tudo aquilo que são, digamos, atividades econômicas, qualquer que seja o setor de que estejamos a falar.

Como estamos convictos de que partilhamos com o Brasil esta visão de proteção de dados, queremos precisamente utilizar estas autoridades para desenvolver o mais possível a nossa cooperação e vemos, por isso, de forma muito positiva a colaboração de termos vindo desenvolver com a Agência Nacional de Proteção de Dados que, apesar de sua juventude, tem já um currículo bem relevante e um trabalho reconhecido internacionalmente, enquanto autoridade de supervisão de proteção de dados.

Daqui aproveito para saudar especialmente toda a equipe da ANPD, na pessoa do Sr. Presidente Waldemar Gonçalves, e todas as pessoas que dela participam.

Foi para nós, digamos, motivo de grande satisfação ter acompanhado e ter, de alguma forma, partilhado ideias sobre todas essas problemáticas durante o processo que culminou na aprovação da LGPD e, posteriormente, na emenda constitucional que está associada a essa temática.

Há um aspeto também que eu iria pedir para realçar que tem a ver com o seguinte: atualmente há uma tendência para uma crescente convergência dos regimes de proteção de dados em nível nacional, regional e global. Há um conjunto de leis nacionais, mas também é muito importante privilegiar a forma como compatibilizar esta legislação.

Na América Latina, por exemplo, a rede ibero-americana de proteção de dados está desenvolvendo um trabalho interessante como *player* regional graças às normas ibero-americanas de proteção de dados e o desenvolvimento de um conjunto de orientações e ferramentas práticas como a aprovação de contratos de modelos de proteção de dados, que têm muita influência na facilitação de todos os processos de transferências internacionais de dados.

Tivemos desenvolvimentos muito semelhantes noutros continentes, como Ásia e África. Na União Europeia, nós temos também vindo a aprofundar e a afinar o nosso quadro legislativo, o chamado GDPR, em inglês, e, em português, RGPD, mas também se levam em consideração diretrizes das autoridades de proteção de dados e a jurisprudência que têm vindo a ser estabelecidas por parte do Tribunal de Justiça e do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

Eu gostaria só de deixar, digamos assim, uma nota em relação a um ponto que é um desenvolvimento recente e que tem a ver com a importância de aprofundar os mecanismos de cooperação transnacional entre autoridades independentes de proteção de dados. Isso, do nosso ponto de vista, constitui um pilar fundamental para um sistema eficaz e credível de proteção de dados pessoais, por um lado, para os cidadãos, porque, digamos, funciona como um portal de acesso sobre as questões que normalmente se colocam sobre essas questões, mas também por parte das empresas porque isso garante, digamos, uma aplicação consistente, uma interpretação uniforme das regras, o que é essencial para diminuir os custos de contexto e assegurar uma mais efetiva adaptação àquilo que são as evoluções no plano tecnológico, mas também no plano econômico.

Por último, esse é também um aspeto essencial porque as autoridades independentes estão mais capacitadas para cumprir totalmente a sua função. E essa nossa preocupação não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se restringe aos nossos parceiros fora da União Europeia, mas é também uma preocupação muito dirigida aos vários estados-membros da União Europeia em relação aos quais há um conjunto de decisões do Tribunal de Justiça que nós pretendemos reforçar como forma de assegurar precisamente essas virtudes que acabo de enunciar.

Nesse contexto, eu gostaria de dizer que vemos de forma muito positiva a recente medida provisória que prevê o Estatuto da ANPD enquanto autarquia independente e que vai contribuir seguramente para aumentar a percepção pública não só no Brasil, mas internacionalmente, sobre a sua importância e a relevância da sua intervenção.

Finalmente, retomando as questões que estão suscitadas nesta audiência pública, nós gostaríamos de reafirmar que vemos de forma muito positiva a instituição no Brasil de um Dia Nacional da Proteção de Dados, especialmente sendo o dia 28 de janeiro, que já está consagrado em muitos países. Manifestamos desde já a nossa total disponibilidade para trabalhar para o Brasil e com a ANPD em possíveis ações conjuntas para celebrar esse dia na sua dimensão transnacional e promover o desenvolvimento e aprimoramento desse direito fundamental que é a proteção de dados.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Fico à disposição para eventuais questões e peço, desde já, desculpas por ter excedido um pouquinho o tempo.

Minhas saudações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k. Agradeço-lhe.

Antes de passar a palavra para a Dra. Laura, eu vou fazer algumas perguntas que chegaram já aqui no nosso Portal e-Cidadania, e, na medida do possível, os convidados já podem também responder algumas dúvidas.

João Machado, aqui do Distrito Federal, pergunta: "Como pretendem conscientizar os titulares de dados dos seus direitos protegidos pela LGPD?".

José Lopes, do Rio de Janeiro: "Sobre a Proteção e Privacidade de Dados, podemos acreditar que teremos uma matéria no currículo escolar?".

Dalva Azevedo, da Bahia: "Criar o dia é muito importante. Mas como ir além do dia e levar à população a consciência da importância da lei?".

Jeferson Cristhian, do Ceará: "Que impacto deve ser gerado no país com a instituição dessa data?".

Matheus Lemos, aqui do Distrito Federal: "Qual a ideia do Senado na fiscalização e atuação junto com a ANPD para aplicar sanções às empresas que descumprirem a LGPD?"

José Brujas, de São Paulo: "[Haverá] um plano de ação para a conscientização, tanto do titular, quanto das organizações?"

Quero também registrar aqui a presença da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD), com o Presidente, Prof. Davis Alves. Obrigado pela presença. A regional da ANPPD aqui do Distrito Federal também está presente, representada pelo Sr. Paulo Emerson de Oliveira Pereira. Obrigado aí pela presença, juntamente com os demais convidados.

Eu vou passar a palavra agora para a Dra. Laura Mendes, que é membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, representante das instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

Dra. Laura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA SCHERTEL MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar V. Exa., agradecer pelo convite. Gostaria de cumprimentar aqui também todos os ilustres participantes deste painel, Dr. Waldemar Júnior e Dr. Carlos Oliveira, que me antecederam, Dr. Fabrício da Mota Alves, Dr. Cláudio Simão, Patrícia Peck, Samanta Oliveira, Paulo Milliet Roque, Juliana Bierrenbach, Sergio Paulo Gallindo e Andriei Gutierrez.

Queria parabenizar, em primeiro lugar, o Senador Eduardo Gomes por propor esse dia, por propor essa discussão, ele que inclusive também foi o autor da proposta de emenda à Constituição, da proposta agora, a Emenda 115, que acabou por, eu diria, positivar esse direito fundamental à proteção de dados na nossa Constituição Federal.

Eu concordo, em grande parte, com o que foi dito até aqui, e me parece que o primeiro ponto, quando refletimos sobre toda a arquitetura da proteção de dados que nós construímos, é compreender o progresso que fizemos até aqui, não é? Nos últimos anos, discutimos aí, ao longo de quase dez anos, a Lei Geral de Proteção de Dados. Depois constituímos a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O direito fundamental à proteção de dados foi, em primeiro lugar, extraído, de forma implícita, a partir da interpretação da Constituição, e, em seguida, positivado na nossa Constituição.

Então nós avançamos muito no marco institucional, no marco legal brasileiro, e me parece que nós temos avançado igualmente, eu diria, assim como nós já tínhamos avançado em outras áreas, como, por exemplo, no Marco Civil da Internet, como na Lei de Acesso à Informação. Então podemos perceber que é um grande arcabouço normativo-institucional, uma arquitetura normativa-institucional que estamos construindo, com o objetivo de proteção dos direitos fundamentais, com o objetivo, ao fim e ao cabo, da autonomia, da autodeterminação e da isonomia de todos.

Parece-me que nós atingimos e avançamos muito ao longo dos últimos anos, mas certamente, as perguntas, Senador, as perguntas dos cidadãos que nos ouvem me fazem lembrar que certamente ainda temos muitos outros desafios. E parece-me que esse dia pode ser, sim, um dia importante para que a gente amplie a cultura, busque fortalecer a cultura de proteção de dados no nosso país, mas que também seja um momento – não apenas um dia –, mas certamente um esforço, diria, concentrado e coordenado, de todos os Poderes em prol dos direitos fundamentais, em prol da proteção de dados pessoais.

Certamente, essa não é uma tarefa de um Poder apenas, essa não é uma tarefa de um setor da sociedade apenas. Precisamos, em primeiro lugar, de uma aplicação correta da Lei Geral de Proteção de Dados. Se precisamos de 8 anos para o seu debate, para a sua discussão, precisamos agora, sim, aplicá-la corretamente, adequadamente. E isso vai ser muito importante para que, também, a interpretação que o Judiciário faça concretize a Lei Geral de Proteção de Dados no seu dia a dia, mas também a aplicação pelo Executivo.

Aqui eu gostaria de mencionar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e o importante passo que foi dado com o fortalecimento dessa autonomia, da transformação em uma autarquia especial. Certamente, temos o desafio de fortalecer a ANPD ainda mais, de ampliar a sua estrutura para que ela possa, de forma eficaz, aplicar também a Lei Geral de Proteção de Dados.

Parece-me que também temos um papel muito importante. Falei aqui do Judiciário, do Executivo, da ANPD, do Legislativo, que tem estado atento a tantas outras demandas que têm surgido nessa área. Vou citar aqui, por exemplo, a inteligência artificial, com uma Comissão de juristas criada pelo próprio Senado Federal, com a liderança do Senador Eduardo Gomes, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

discutir esse tema da inteligência artificial, que também já foi objeto de projetos de lei na Câmara dos Deputados.

Temos agora um outro importante tema que eu diria que também tem aparecido e se consagrado cada vez mais importante, que é o tema da proteção de dados na área criminal, na área de segurança pública, o que também tem sido objeto de atenção do Legislativo. Então, parece-me que é preciso, sim, se pensar em como complementar, em como desenvolver todo esse marco normativo e institucional sempre de forma a fortalecer os direitos fundamentais, sempre no caminho e a partir dos valores e princípios estabelecidos pela nossa Constituição Federal.

Então, eu diria que avançamos muito. Foi um projeto significativo, com todo esse marco institucional e legislativo criado até agora, mas certamente o desafio ainda é grande. É preciso, sim, fortalecer a ANPD.

Eu gostaria, talvez, de terminar mencionando que precisamos fortalecer e ampliar a atuação também do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. Aqui, vários membros estão presentes. Eu diria que é um ator muito importante, porque ele pode ser o espaço, o lócus da sociedade, das empresas, dos especialistas, das entidades da sociedade civil de uma forma geral dialogando diretamente com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Então, parece-me que também o fortalecimento do CNPD é um desafio e um passo importante para todos nós.

Com isso, eu queria parabenizar, mais uma vez, o Senador Eduardo Gomes por essa proposta e dizer que, certamente, apesar de todos os avanços, ainda temos muito o que avançar. Precisamos, como se diz, tirar essa lei do papel. Não é fácil. A Lei Geral de Proteção de Dados precisa estar na nossa prática, no nosso dia a dia. Para isso, a gente depende, certamente, de todos os atores, inclusive do setor privado, aplicarem esta lei e estarem em *compliance* com ela.

Então, muitíssimo obrigada pelo espaço e fico ansiosa também para poder escutar os demais participantes dessa mesa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Dra. Laura.

Passo, imediatamente, a palavra ao Fabrício da Mota Alves. Ele é membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, representante aqui do Senado Federal.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Izalci, na pessoa de quem cumprimento o Senado Federal como um todo, inclusive o autor do requerimento, o Senador Eduardo Gomes.

Cumprimento também o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Cumprimento o querido amigo, Ministro Carlos Oliveira; os meus colegas de Conselho que estão aqui presentes, Profa. Laura, Prof. Cláudio, Profa. Patrícia. Cumprimento todos aqueles que estão participando efusivamente aqui desse nosso encontro.

O objetivo desta discussão, conforme o requerimento do próprio Senador Eduardo Gomes, é justamente fomentar o debate em torno da necessidade ou não de se criar uma data nacional comemorativa da proteção de dados.

Eu vou me fiar, talvez, concentrar-me nos argumentos que justificam os aspectos formais para este momento. Tenho certeza de que todos aqui falarão de forma bastante complementar e eu não desejo ser repetitivo nem muito menos antecipar lugar de fala de outros colegas, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vez que a principal razão deste momento é justamente criar um ambiente favorável à necessidade de se instituir, pela proposta de um projeto de lei, essa data comemorativa.

Dentre os critérios que são estabelecidos pela Lei federal nº 12.345, de 2010, está o critério da alta significação para a instituição de uma data nacional. E, como a Profa. Laura já mencionou, e isso também foi trazido, de forma muito contundente, pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o Diretor Waldemar, e também justificado, de maneira abundante, pelo Ministro-Conselheiro Carlos Oliveira, está muito claro que necessitamos, sim, de uma data comemorativa do direito fundamental à proteção de dados. É um direito de enorme valor para a sociedade brasileira dos tempos contemporâneos. É um direito que representa uma era dedicada às relações informacionais, às relações que dependam de elementos informacionais.

Vivemos, seja por força de momentos tristes, como a pandemia, seja por força da própria evolução tecnológica da sociedade, vivemos relações cada vez mais virtualizadas, cada vez mais digitalizadas e, nessas relações, o tráfego, o tratamento, o processamento de dados se torna, talvez, o oxigênio que conduz todas as ações da sociedade, sejam elas no âmbito público, sejam elas no âmbito social privado, sejam elas intimistas, sejam elas coletivas.

Tudo isso nos induz a pensar que os dados pessoais estão sendo tratados de maneira cada vez mais abundante. A Profa. Laura trouxe a importância do que estamos discutindo agora, da criação de um marco regulatório de inteligência artificial, em cujos eixos de atenção para essa proposta de regulação está a preocupação com a proteção de dados.

Portanto, a necessidade de se criar a data é contundente. Com certeza, todos que estarão aqui chancelarão, como aqueles que já falaram já demonstraram, a importância de se instituir essa data.

E por que uma data comemorativa da proteção de dados? Pela necessidade de se criar um ambiente de cultura fundamental para se estimular a aderência, o respeito à proteção de dados. O cidadão precisa ter a consciência da importância de que ele tem um novo direito, consagrado, ostensivo na Constituição Federal, para dele gozar, para sobre ele cobrar em relação ao Estado, em relação às empresas, em relação a qualquer organização que trate os seus dados.

É fundamental que essa informação seja promovida, e nada mais eficaz do que a instituição de uma data comemorativa. As datas comemorativas têm, talvez, um dos seus grandes elementos seja o de se manter viva uma memória coletiva relacionada a um fato, a um acontecimento ou a um valor extremamente importante para a sociedade. E esse valor, sim, é a proteção de dados.

Nós precisamos definir, obviamente, qual seria a melhor proposta para a significação dessa data. Seria... O Presidente Waldemar sugeriu 28 de janeiro; o Senador Eduardo Gomes havia levantado essa possibilidade, mas penso que devemos considerar outras opções também em relação à data. Penso que, assim como eu, outros aqui participaram – a Prof. Laura participou muito abundantemente – do processo legislativo de criação da LGPD, de edição da Lei Geral de Proteção de Dados, o colega Sérgio Gallindo também participou, o Andrei Gutierrez, todos participamos em algum grau, com maior ou menor intensidade, da construção desse arcabouço que, não digo originou, mas que se fortaleceu com a LGPD.

Então, eu levanto a sugestão de se considerar também, possivelmente, a data de sanção da LGPD, 14 de agosto, como uma data possível para ser considerada como a data comemorativa.

Eu vejo que a proteção de dados se construiu no Brasil ao longo de um processo bastante moroso... Levamos muitos anos, comparativamente à União Europeia, comparativamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outras rações, a instituir, a reconhecer a importância da proteção de dados, demoramos a entender a diferença entre a privacidade e a proteção de dados, mas esse momento, hoje, chegou e chegou por força da edição da Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei nº 13.709, sancionada em 14 de agosto de 2018.

Eu vejo que essa data, muito embora seja dissonante da proposta da União Europeia, que tem as suas razões políticas para instituir a data de 28 de janeiro, eu vejo que, para o Brasil, a data de 14 de agosto tem um significado próprio, um significado nacionalista, um significado muito importante, porque foi um marco na nossa história, na nossa jovem democracia, ainda muito jovem democracia.

Portanto, Presidente, Senador Izalci, a minha contribuição seria no sentido de, sim, demonstrar que, preenchendo os elementos, os critérios formais da Lei n° 12.345 para a instituição de uma data comemorativa – e que ela venha pela medida de uma iniciativa legislativa, mais uma contribuição do Congresso para esse propósito –, temos que definir também o momento em que se vai fixar essa comemoração, essa homenagem.

Sugestões existem diversas, mas eu gostaria de deixar aqui a minha contribuição nesse sentido. Não falo, obviamente, em nome do Conselho. Temos aqui alguns colegas conselheiros – Patrícia Peck também está aqui presente –, conselheiros que se fazem membros presentes aqui do Conselho, mas falo como cidadão, como indivíduo, sobre a importância dessa data que eu acabei de sugerir.

Senador, respeitando o prazo que me foi concedido, essas são as minhas contribuições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado Fabrício.

Passo imediatamente a palavra ao Cláudio Simão de Lucena Neto, que é membro titular, representando aqui as instituições científicas, tecnológicas e também de inovação.

Cláudio.

O SR. CLÁUDIO SIMÃO DE LUCENA NETO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, espero que estejam me ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Está bem.

O SR. CLÁUDIO SIMÃO DE LUCENA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Um bom dia a todos.

Agradeço inicialmente pelo convite, pela iniciativa da Comissão; agradeço também pelo esforço e pelo empenho da Senadora Daniella Ribeiro, essa paraibana que tem sido uma voz tão ativa e tão forte na discussão de assuntos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e a esse processo de transformação digital, Senador, que pretende transformar – e espero que transforme – o Brasil, não só o Estado brasileiro em uma máquina mais eficiente, mas a Nação brasileira em um lugar melhor de realização humana e mais justo.

Muitíssimo obrigado.

Agradeço também a presença e o companheirismo de todos os colegas de conselho que aqui estão: o Dr. Fabrício, a Profa. Patrícia Peck, a Profa. Laura Schertel também, e a amizade e o relacionamento recente, ainda que virtual, com a maioria deles, mas intenso e produtivo, com Sergio Paulo Galindo e com Andriei Gutierrez.

Nós temos um histórico ainda recente de sistematização, Sr. Presidente, de proteção de dados pessoais no Brasil, embora as sementes para isso já estivessem plantadas há bastante tempo. Dados pessoais já não são apenas o ativo econômico que é a primeira dimensão que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

manifesta; eles são, já sem sombra de dúvidas, já sem espaço para discussão no Brasil, um direito fundamental, e esse caráter dualista de um ativo econômico e um direito fundamental, embora não seja absolutamente novo no ordenamento jurídico brasileiro e mundial, reclama, sim, um cuidado maior, e as perguntas dos cidadãos aí dão absoluta dimensão da preocupação.

A preocupação principal do cidadão, há uma preocupação evidentemente aí com sanção, com fiscalização, com multas, que é natural, mas há também uma preocupação com a conscientização. E essa preocupação com conscientização é óbvia, é porque, como dizia Fabrício, é um direito com dinâmicas novas, com conformidades diferentes.

Não é o primeiro. A propriedade intelectual, por exemplo, tem essa dimensão, o direito de autor tem essa dimensão de ser um ativo econômico, de ser uma coisa em negócio, mas de ser também um direito fundamental. E, no próprio direito de autor acho que nós conseguimos tirar aqui a inspiração para a necessidade e para a justificativa de separar, de destacar um dia no Brasil, para além da comemoração internacional... Não por acaso esses dois direitos têm esse caráter transnacionalmente forte. São ativos que naturalmente não têm a tendência de respeitar fisicamente as fronteiras.

O direito à propriedade intelectual tem o seu dia internacional, mas talvez essa necessidade de conscientização particular em relação à conformação desse direito permite, por exemplo, que no Brasil nós tenhamos separadamente um Dia Nacional do Escritor; que na Argentina nós tenhamos separadamente um Dia Nacional do Músico, que reforçam seguramente a necessidade de conscientização da população, que é o que o cidadão reclama.

Então, nesse sentido, é absolutamente relevante e nós não podemos nos apartar do Dia Internacional da Proteção de Dados Pessoais. Aliás, a autoridade nacional de proteção de dados já deu o tom, já sinalizou muito claramente o respeito e o engajamento que pretende conseguir no Dia Internacional da Proteção de Dados Pessoais. Mas, além do reforço nacional, além do calendário do dia 28 janeiro, quando nós procuramos uma operacionalização – o dia 28 de janeiro, no meio das férias de verão, no Brasil –, é um dia que não é talvez o mais propenso para dispararmos grandes campanhas de sensibilização nacional.

Então, em que pese a necessidade de nos alinharmos a essa data, ter uma data nacional, ter uma instituição brasileira com a qual a gente possa comemorar esse dia me parece absolutamente importante, principalmente aqui falando também na condição, Senador, não de representante – a coordenadora do grupo de trabalho do Conselho de Educação me segue aqui e vai falar pelo grupo –, mas na condição de membro de um grupo de trabalho de ações educativas.

Para promoções educativas em proteção de dados pessoais é essencial que nós tenhamos uma data adequada destacada, que possa gerar de tudo: campanhas de conscientização; premiação, como lembrava o ministro conselheiro; pauta na imprensa, que possa reverberar esse dia, para que nós possamos aí, a partir dessa necessidade imperiosa de desenvolver esse direito fundamental à proteção de dados, a partir de uma data nacional, caminharmos juntos na construção, na solidificação desse ecossistema. E eu concordo com a Profa. Laura Schertel: ele tem sido construído a passos, que talvez não estejam na velocidade que nós gostaríamos, mas que são sólidos, são firmes, são emblemáticos. Demoramos a construir um processo legislativo e sistemático, e ele chegou. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados está aí funcionando. O Conselho Nacional de Dados foi instituído. Nós não temos mais dúvidas sobre o caráter constitucional do direito fundamental. Então eu acho que os passos estão sendo sólidos. E um passo importante – e saúdo a Comissão nesse sentido – é a instituição desse Dia Nacional de Proteção de Dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também o espaço que me foi dado e desejo que nós possamos conseguir concluir essa matéria o mais rápido possível.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Cláudio.

Passo imediatamente à Patricia Peck Pinheiro, representante de entidades do setor laboral.

A SRA. PATRICIA PECK PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador e a Comissão. Agradeço a oportunidade do convite para apresentar aqui a temática do Dia Nacional da Proteção de Dados. Cumprimento também o Ministro Conselheiro Carlos Oliveira; o Presidente da ANPD, Waldemar Ortunho; a Profa. Laura Schertel, e os colegas do conselho – Fabricio da Mota e o Cláudio Lucena, que já tiveram oportunidade da palavra.

Inicialmente eu gostaria de colocar, como já foi dito, que fui nomeada pelo Presidente Jonathas, do CNPD, para coordenar o grupo de trabalho responsável pelas ações educativas, de maneira que o Conselho Nacional possa apoiar a ANPD nesse sentido.

E aqui eu gostaria de apresentar, perante o Senado, justamente o fato de que pesquisas de 2022 já apontam que o Brasil vive uma crise de cibersegurança, de segurança pública digital. Quatro em cada cinco brasileiros têm medo de ter seus dados vazados. E um dos pontos de nós termos chegado a esse patamar é que, além da nossa legislação muito bem-elaborada, que está em implementação nas instituições públicas e privadas, cuja promulgação já faz, agora, este ano, quatro anos, nós estamos ainda defasados no sentido da realização das campanhas educativas.

Um dos pilares fundamentais para que a gente consiga, de fato, ter uma cultura nacional de proteção de dados pessoais é a realização das campanhas de conscientização para a população, é alcançarmos aulas relacionadas a ética, segurança digital, proteção de dados nas escolas voltadas para crianças e adolescentes.

Para que tudo isso aconteça, a valorização de uma data nacional de proteção de dados apoiaria muito.

Eu gostaria de complementar que, em geral, a celebração de datas internacionais nos países acontece quando são sugeridas por organismos internacionais. Ou seja, a data internacional de comemoração dos direitos humanos, que é colocada no dia 10 de dezembro, foi sugerida – e é celebrada por todos os países, inclusive o Brasil, no dia 10 de dezembro – por conta da ONU, Organização das Nações Unidas. E é uma comemoração relacionada justamente à mesma data em que nós tivemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Queria apontar que há outras datas internacionais também recomendadas pela Unesco.

Neste caso específico, do Dia Internacional da Privacidade e Proteção de Dados, a data de 28 de janeiro foi motivada pela assinatura da Convenção 108 do Conselho da Europa para Proteção de Pessoas Singulares. Por mais que vários países hoje sigam esse calendário internacional, porque é uma data que já acontece há alguns anos, mesmo anterior à promulgação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados europeu, não foi uma data pactuada em sede da ONU ou da Unesco, combinada e acordada com vários países. Por isso é uma data que acaba não favorecendo calendários educativos em países como o Brasil, porque o mês de janeiro acaba sendo um mês em que temos férias, porque, nos países com o calendário do Sul, é um período de verão. Então, é uma data que favorece mais os países do Norte.

Então, para realizarmos campanhas educativas em instituições públicas e privadas, o período de janeiro e começo de fevereiro é prejudicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí, novamente, uma data que possa fortalecer a cultura nacional de proteção de dados, fortalecer a promulgação da legislação no Brasil, fortalecer as instituições que foram criadas, que é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a ANPD, e o CNPD, apoiaria justamente por demonstrar o quanto o Brasil coloca em prioridade a temática da proteção de dados, tendo uma data nacional, levando em consideração que isso não retira o fato de que podemos continuar também apoiando a data que foi proposta, na época, em nível internacional, mas foi pelo Conselho da Europa. Não é uma data nem da ONU nem da Unesco. Inclusive, por sugestão do próprio Conselho da Europa, pensa-se em revisar essa data.

O Brasil também iria, por iniciativa do seu Senado, já que, hoje, 71% dos países do mundo possuem legislação nacional de proteção de dados, liderar a iniciativa de construção de um calendário nacional, reforçando uma data. E isso até pode vir a incentivar a construção de uma nova data internacional.

Quem sabe a data que nós criarmos poderá, depois, ser sugerida para fins de um futuro calendário internacional, pactuado entre todos os países, porque o conselho europeu já avalia isso. Eles viram que a data de 28 de janeiro, hoje, tem alguns desafios, algumas dificuldades, para esse tipo de comemoração.

Então, não querendo me alongar muito, gostaria de dizer que nós realizamos pesquisa dentro do GT, do Grupo de Trabalho de Ações Educativas, visando a que o Conselho e a ANPD possam iniciar ações educativas para a população brasileira sobre proteção de dados pessoais e, contar com uma data nacional, favoreceria, e muito, no fortalecimento da cultura. Isso ajudaria que a gente pudesse melhorar as estatísticas e também que o brasileiro passasse a ter menos medo de ter seus dados vazados, ensinando a população mais sobre os seus direitos e deveres na proteção de dados.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente aqui na audiência e de confirmar que nós realmente acreditamos que uma data nacional seria extremamente positiva para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Patrícia.

Passo a palavra à Samanta Oliveira, que é líder também do Comitê de Proteção de Dados, da Associação Brasileira Online to Offline.

A SRA. SAMANTA OLIVEIRA (Para depor. *Por videoconferência*.) – Olá. Bom dia a todos e a todas.

Inicio agradecendo ao ilustre Senador Eduardo Gomes, na pessoa de quem estendo os cumprimentos ao Senado Federal como um todo, pelo genuíno desejo de seguir fomentando e batalhando para fortalecer a democratização do debate que circunda a proteção de dados e que nos conduziu até este momento, tão caro e esperado, não apenas pela comunidade de privacidade, mas por todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, em razão de tudo o que a existência de um dia específico, próprio, nacional, de proteção de dados, simboliza.

Com a mesma intensidade, saúdo os demais especialistas que me acompanham neste momento singular. O Sr. Waldemar, Diretor-Presidente da ANPD, o Dr. Carlos Oliveira, o Dr. Fabrício da Mota, representante aqui do Conselho Nacional de Proteção de Dados, a Professora Laura Schertel, Paulo Milliet, Patricia Peck, Juliana, Andriei e Sergio Paulo, todos por quem tenho grande e profunda admiração, e, especialmente, a todos e a todas que acompanham este debate, vibrando juntos a alegria de mais uma conquista.

Minha fala de hoje representa a Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O). Nós somos uma entidade nacional que congrega empresas do ecossistema da economia digital do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

país e que são responsáveis pela integração entre o mundo físico e o digital por meio da transformação de serviços de marketplace, e-commerce, bancos digitais, fintechs e plataformas digitais, que visam ao fortalecimento do sistema do comércio online to offline, e vice-versa. Em números, 133 milhões de pessoas já adquiriram algum produto ou serviço no varejo; 80% das vendas online são realizadas por meios de marketplace.

A importância desses números encontra-se refletida num crescimento de 47% nas vendas online, no primeiro semestre de 2020, a maior alta nos últimos vinte anos, mesmo no momento mais crítico enfrentado pela economia mundial em razão da pandemia do coronavírus. É nesse contexto que nós, empresas aqui associadas da ABO2O, promovemos essa revolução de paradigmas no emprego de tecnologia, com sofisticado grau de disrupção, desejado pela sociedade no uso desses serviços, e impactamos positivamente 50 milhões de pessoas que usam serviços dos associados da ABO2O.

É por isso que os objetivos da nossa associação justamente consistem em participar proativamente na defesa de debates que fortaleçam o ambiente regulatório seguro, com transparência e ética, dentro do ecossistema em que vivemos.

Nós aqui vivenciamos essa jornada do processo legislativo da nossa LGPD. Ainda nos recordamos ali da tímida consulta pública do Ministério da Justiça, que foi o primeiro passo da aproximação democrática entre a sociedade e políticas públicas para segurar essa ampla discussão democrática sobre uma lei de proteção de dados. Foram tantas as contribuições recebidas que essa jornada durou aproximadamente oito anos até a aprovação da Lei 13.709, de 2018 – todos farão a referência, a conexão imediata aqui –, a nossa LGPD.

Sancionada em 14 de agosto de 2018, ela é resultado de um esforço de um processo democrático que uniu todos os poderes e setores. O fruto dessa conquista inseriu, inegavelmente, o nosso país no cenário mundial, transmitindo a mensagem de que o Brasil é um país cujo desenvolvimento econômico e tecnológico convive em equilíbrio com o respeito à privacidade. E foi além, como mencionado aqui, e elevou a proteção de dados a um direito fundamental, por meio da Emenda Constitucional 115, alinhada às mais modernas democracias constitucionais do mundo. Trabalho guiado, novamente, por um espírito democrático que refletiu, no texto constitucional, a importância da cultura e o clamor social pela privacidade e proteção de dados. Muitos de nós aqui também estávamos lá.

A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, novamente fruto desse processo democrático que circundou todos os debates da Medida Provisória 869, de 2008, foi aclamada e recebida com alegria por todos os setores da sociedade, não apenas por sua missão de garantir a eficácia da LGPD, mas por ser responsável por detalhar a elaboração de normas e diretrizes de aplicação de conceitos abertos, introduzidos pela LGPD. Agora vivencia-se um processo de regulamentação própria, novamente, com a mesma democracia e transparência, guiada por sua agenda regulatória do órgão.

Com um pouco mais de um ano de constituição, a ANPD já demonstra forte e firme atuação, tanto em sua missão pedagógica quanto no diálogo institucional com outras autoridades. Aqui é que nós, da O2O, reforçamos o nosso apoio à Medida Provisória 1.124, de 2022, editada pelo Governo, que será analisada, novamente, pelo nosso Congresso Nacional para a transformação da ANPD em uma autarquia especial dotada de autonomia técnica e decisória. Fazemos coro ao falar do Presidente Waldemar Gonçalves quando diz que a medida era esperada, tanto pela sociedade quanto pela comunidade internacional. O desejo de reforçar a competência da ANPD para tratar e regular a matéria de privacidade de proteção de dados é um consenso entre os setores e a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, nós aqui, hoje, abraçamos a importância dessa independência institucional e esperamos que ela possa produzir efeitos em breve, da mesma forma como desejamos seguir nesse caminho de aproximação com a ANPD, que, cada vez mais, possa estreitar esse diálogo entre regulador e regulado, na elaboração, inclusive, de códigos e guias, para poder tratar, de forma ética e transparente, os dados pessoais.

A missão de contribuir com o debate de hoje é difícil porque, como dito pelos meus colegas que me antecederam aqui, há inúmeros desafios pela frente para manter viva essa cultura de proteção de dados, tirá-la do papel, e, inclusive, desbravar novos marcos regulatórios, nos quais a proteção de dados permanece como um dos eixos fundamentais, como bem ressaltado pelo Fabricio da Mota.

O exemplo disso é o outro marco regulatório para a inteligência artificial que está sendo discutido, como bem destacou aqui a Profa. Laura, entre inúmeros outros desafios.

A escolha da data da celebração nacional, com tantas conquistas durante essa jornada, pode nos remeter a duas datas que se destacam, entre várias que houve. A primeira é o dia 28 de janeiro, como já reconhecido, o Dia da Privacidade na Europa, em homenagem à Convenção 108, e a segunda é a do dia 14 de agosto, por ter sido a data da sanção da LGPD, quando a gente, nacionalmente, celebra essa vitória do processo democrático.

Defendemos aqui o dia da consagração da cultura de proteção de dados pessoais, do exercício dos direitos dos titulares, da comunidade de privacidade, que permanece engajada na promoção da governança ética que equilibre inovação e proteção de dados da democracia brasileira, tudo isso em um perfeito equilíbrio com o cenário internacional por meio dessa importante comemoração do Dia Nacional da Proteção de Dados que seja na mesma data. Fato é que, independentemente da data escolhida, o simples fato de sua existência simboliza uma luta de várias vitórias e conquistas e um novo desafio pela frente, tudo isso fruto, novamente, de um Estado democrático de direito que apenas se inicia e que continua nessa sua jornada permanente da comunidade.

Em respeito ao meu limite de tempo, era essa a minha fala em nome da associação, que parabeniza a iniciativa, saúda e felicita, e vamos seguir, certamente, nessa jornada com todos os demais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agradeço à Samanta e já passo, imediatamente, a palavra ao Paulo Milliet Roque, da Associação Brasileira das Empresas de *Software*.

O SR. PAULO MILLIET ROQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos!

A Abes agradece inicialmente ao Senador Izalci Lucas pelo convite feito à Abes para participar desta audiência pública, mas também por todo o trabalho incansável que ele vem fazendo na Câmara e, agora, no Senado em defesa da tecnologia e da inovação.

A Abes é favorável à criação do Dia Nacional da Proteção de Dados, entendendo que essa data será utilizada para promover a cultura e a conscientização das empresas e da população brasileira sobre o tema. Mais importante do que a data é o que faremos durante essa data e nos preparativos para ela.

Nós ouvimos agora, acabei de ouvir uma sugestão de que deveríamos ter a matéria de proteção de dados nas escolas. Eu acho uma excelente sugestão e acho que nós deveríamos trabalhar para incluir isso no currículo escolar, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Abes é a Associação Brasileira das Empresas de *Software*, que representa, aproximadamente, duas mil empresas, que totalizam 85% do faturamento de *software* no Brasil, e ela está distribuída em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal. Nós somos responsáveis pela geração de mais de 210 mil empregos diretos.

A Abes expandiu seus objetivos e está engajada em criar um Brasil mais digital e menos desigual. É o nosso *slogan* no momento: "Brasil mais digital e menos desigual". E esse objetivo passa, obviamente, pela proteção de dados do cidadão.

A Abes tem trabalhado constantemente junto ao Governo Federal na pauta de proteção de dados, oferecendo estudos, sugestões e apoio. Nós temos, por exemplo, uma ferramenta de diagnóstico LGPD gratuita e aberta a qualquer um, que pode entrar lá de forma anônima, preencher um questionário sigiloso – nós nem perguntamos o nome da empresa nem o nome da pessoa –, ela responde como ela está, quais são os seus processos e como está o seu tratamento da informação.

Nós fazemos, após o preenchimento, um sistema, feito em conjunto com a Ernst & Young, que emite um diagnóstico de como está a empresa, qual é o grau de adequação, que sugestões contextualizadas ao resultado da empresa ela pode ter. Isso já ajudou atualmente mais de 2 mil empresas do país, e acabou que esse relatório de LGPD se tornou uma referência nacional estatística para a imprensa e para decisões políticas sobre o tema.

A Abes também tem a Abes Academy, com cursos sobre capacitação de privacidade e proteção de dados, que é uma formação contínua. Esse curso é continuado: a cada dois ou três meses, nós temos novamente o curso, e já formou centenas de pessoas. E nós temos a parte de fundamentos e as técnicas de implementação da LGPD explicados nesse curso.

Dentro dos nossos associados, nós criamos um grupo, bastante ativo, aliás, que é o Grupo de Trabalho de LGPD. Foi criado em 2018, e esse grupo reúne as empresas associadas mensalmente e também por *chats* na mídia, no WhatsApp, tratando de matérias que interessam e da preparação de sugestões para o governo.

Nós também fazemos, pela Abes, a organização de eventos nacionais e internacionais – já fizemos vários eventos com essa conotação – e fazemos também webinários constantes sobre o tema.

A Abes é fundadora e líder do Fórum Empresarial da LGPD, que congrega mais de 70 entidades de diferentes setores da economia brasileira: saúde, educação, agronegócio, telecomunicação, varejo, comércio eletrônico, comunicação, indústria etc.

Então, eu passei esses dados para mostrar que nós estamos realmente empenhados em participar desse trabalho de apoio à LGPD. Nós somos uma parte ativa nisso, e bastante proativa.

Estamos favoráveis à criação da data.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo.

Passo agora a palavra ao Sr. Sergio Paulo Gallindo, que é o Presidente-Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Queria saudar nosso Senador Izalci, que está no comando aqui desta audiência pública, e queria, na pessoa do nosso Presidente Waldemar Ortunho, saudar todos os que estão aqui para fazer suas considerações.

Eu vou colocar aqui uma rápida apresentação. Deixa eu ver se eu consigo... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que todos estão vendo já.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência.*) – A Brasscom é uma associação que representa o setor de tecnologia da informação e comunicação e também de empresas digitais, esse é o nosso cartão de visita.

As nossas associadas trazem vários modelos de negócio. Todos eles aqui já estão determinados, e também a origem do capital das empresas que compõem a Brasscom.

A Brasscom tem um conselho de administração e uma assembleia geral, a gente tem uma governança muito parecida com empresas de capital aberto, isso traz uma característica bem forte, inclusive para atuação junto aos governos. E temos um propósito de trabalhar para um Brasil digital conectado e inovador, com três pilares estratégicos. Aqui nós estamos tratando desse pilar "Vida e Cidadania na Era Digital". É aqui que a gente trabalha a temática de proteção de dados.

A jornada da LGPD e a sua relevância são notórias, mas vale a pena a gente perpassar um pouco pela história para entender a revolução que a LGPD fez no Brasil. Esse foi um advento importante, um marco institucional singular, principalmente pela forma como tramitou a lei, com um debate altamente qualificado que arregimentou toda a sociedade civil e os setores produtivos, numa matéria absolutamente relevante para o país, principalmente por prover garantias para todos nós cidadãos.

Tivemos, então, a lei sancionada na data de 14 de agosto de 2018, e todos festejaram como sendo um diploma moderno, principiológico, abrangente e inovador no trato de questões ínsitas à era digital, e isso é o que fez a Brasscom ter uma atuação muito forte durante a tramitação.

Na sequência, tivemos a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; depois, a formação do Conselho Nacional de Proteção de Dados, que foi completando o arcabouço institucional.

E, para coroar isso, nós tivemos a jornada, iniciada neste Senado Federal, com ampla clarividência, que promulgou a Emenda Constitucional nº 115, emenda essa que colocou a proteção de dados pessoais na nossa Constituição, o que não é pouco. Na verdade, é um reconhecimento importante dessa matéria e também um reconhecimento importante das competências da União no que diz respeito a zelar pela proteção de dados pessoais e também a competência para legislar sobre a matéria, o que consignou um alto grau de segurança jurídica na matéria.

Pois bem, quais são os desafios que a proteção de dados enfrenta hoje? O primeiro deles é aperfeiçoar o arcabouço institucional, transformando a ANPD em autarquia. Para isso, temos a ventura agora da medida provisória que trata desse assunto. O segundo desafio importante é disseminar a cultura de proteção de dados pessoais para toda a população brasileira, bem como para todos os atores econômicos.

Então, a utilidade de uma data comemorativa se passa exatamente nessa disseminação de cultura. Nós temos uma jornada desafiadora – está certo? –, para que o país tenha uma consciência das garantias individuais para que os cidadãos possam fazer uso e estejam conscientes dos riscos de segurança e de como tratar os seus próprios dados pessoais e trabalhar com isso sobre as suas próprias garantias.

Então, uma data comemorativa é um instrumento útil para que a gente se lembre recorrentemente de que a proteção de dados pessoais e da privacidade é uma tarefa contínua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, então, nós entendemos que a data é uma data importante e ela pode ser feita de forma a operacionalizar esse nosso desafio.

Nós fizemos na Brasscom uma rápida enquete entre os nossos associados colocando três datas possíveis. Eu mesmo no início tinha uma predileção pessoal pela promulgação da emenda à Constituição, porque é o mais alto grau de segurança jurídica que a gente poderia ter, mas os nossos associados, na sua maioria, preferiram a data de 14/08.

E aí, pensando um pouco sobre o resultado dessa enquete, eu acabei me convencendo de que ela tem muitas vantagens, porque, dentro da questão de a gente colocar uma data de comemoração, mas uma data que possa ser útil para os nossos desafios, de fato, a data de 14/08 é uma data que parece ser mais interessante.

Então, levando-se em conta o valor histórico da data da sanção e pela intensidade da tramitação da LGPD, bem como a possibilidade de maximizar iniciativas de conscientização, lembrando que as outras duas datas são logo no início do ano – nós temos ali Carnaval, nós temos as festas, temos férias no Brasil –, não é uma data propícia para uma grande mobilização.

Então, temos aqui a sugestão de que seja adequado para o Senado contarmos com a data de 14 de agosto para que seja não só uma data comemorativa, mas principalmente uma data de conscientização da proteção de dados pessoais e da privacidade para todos nós brasileiros.

Com isso encerro a minha fala, agradecendo a oportunidade de participar desta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Sergio.

Passo já para, então, o nosso último convidado, Andriei Gutierrez, Secretário-Geral do Fórum Empresarial LGPD.

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci, Senadores, colegas que estão participando aqui desta audiência pública.

Eu fico muito feliz de estar aqui entre amigos, colegas, parceiros que eu admiro muito durante todo esse processo dessa jornada da construção da LGPD e da cultura de privacidade no Brasil.

Primeiro, eu queria elogiar aqui o Senador Eduardo Gomes pela iniciativa desta audiência pública de hoje e agradecer ao Senador Izalci pela lembrança e nomeação aqui, pela indicação do Fórum Empresarial LGPD para a gente participar. Faço menção, Senador Izalci, de que o senhor tem sido um guerreiro na defesa da ciência, da tecnologia e da inovação desde a sua atuação na Câmara. A gente, o setor privado, tem atuado e tem acompanhado com muita admiração a sua participação. Muito obrigado, Senador.

Aproveito aqui, em nossa fala, para falar brevemente sobre o que é o Fórum Empresarial LGPD. A gente congrega várias entidades empresariais. Hoje somos um pouco mais ali de cerca de 50 entidades empresariais membras. A gente procura trazer o setor privado para debater de forma aberta e de forma colaborativa a segurança jurídica em torno da privacidade no Brasil e a promoção da cultura da privacidade no Brasil.

Hoje a gente tem uma governança que funciona com um secretariado executivo voluntário, do qual eu faço parte, liderado pela Associação Brasileira das Empresas de Software. Está aqui o seu Presidente, o Paulo Roque, muito me honra estar aqui junto com ele, muito me honra também estar aqui com o nosso colega, o Presidente da Brasscom também, Sergio Paulo Gallindo, e os outros colegas. A Brasscom também faz parte do Fórum Empresarial LGPD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A nossa ideia é ter esse *hub* de empresas, de entidades do setor privado para debater o que a gente pode fazer, onde a gente pode buscar um senso comum para promover a privacidade, sobretudo a segurança jurídica e a cultura da privacidade no Brasil.

A gente congrega um universo ali de 50 entidades membras, um universo de 100 entidades que participam ou ajudam a construir os nossos posicionamentos no setor de tecnologia da informação, saúde, educação, comércio, varejo, seguros, setor financeiro, economia digital, setor de crédito e telecom. Enfim, a gente tem aí um ambiente muito grande de entidades empresariais com quem a gente constrói esse debate.

Aqui eu queria aproveitar esse momento que, eu entendo, é um momento muito positivo, talvez até um dia de festa para construir um dia de festa e reflexão, sobretudo em torno da privacidade, da promoção da cultura de proteção de dados no Brasil. Eu acho importante a gente pensar o passado, o presente, o futuro.

Eu acho que eu ouvi algumas falas aqui e já foi trazido esse histórico bonito que a gente teve de construção da LGPD. Estou vendo aqui o Fabricio, que fez parte, o Cláudio Lucena e vários outros, o próprio Ministro-Conselheiro também, Sergio Paulo, de uma construção multissetorial, ampla, democrática, aberta, para chegar a esse texto que, dependendo do ponto de vista, não é o melhor texto do mundo, que é a LGPD, que poderia ser aprimorado, mas é um texto que atende a todos. Eu acho que esse é um ponto muito importante.

As grandes coalizões que foram feitas para a gente chegar a esse equilíbrio, esse é um outro ponto importante. A criação do nosso fórum empresarial num momento mais à frente, eu diria que também é um outro momento que, para a gente, é muito importante – sentar setores tão diferentes, com realidades tão diversas e pensar como a gente pode atuar junto de maneira colaborativa e voluntária para aprimorar a privacidade.

A criação da ANPD foi um grande marco, que é importante a gente sempre lembrar. Eu estava ouvindo aqui a fala do Sergio Paulo, que trouxe a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, que virou a Emenda 115, de autoria do Senador Eduardo Gomes. Temos aqui o Fabricio também, que teve uma participação efetiva nesse processo. São elementos-chave, na minha opinião, para a gente lembrar de onde a gente parte.

Entendo eu que o Dia Nacional da Proteção de Dados pessoais, na linha da fala de quem me precedeu aqui, deve, sim, ser um dia de reflexão sobre o passado, sobre o histórico dessa LGPD.

O presente. Trago aqui o presente: o trabalho importantíssimo, heroico que a ANPD tem feito para regulamentar e para fazer esse trabalho de educação e de regulamentação em torno dos temas da LGPD. Eu falo um trabalho heroico, sem os recursos necessários, eu imagino. Está aqui o Diretor-Presidente da ANPD, Waldemar; muito me honra estar com ele aqui nesta audiência pública. É preciso que a gente lembre que a ANPD ainda não tem os recursos necessários, pouco mais de 50 funcionários. Basta lembrar, por exemplo, outras agências regulatórias: a Anatel, por exemplo, com mais de mil funcionários. Como é que a ANPD, com o alcance que ela tem de olhar todos os setores, de ajudar a fazer educação de toda uma sociedade brasileira, pode executar esse trabalho com unicamente e tão somente 50 funcionários, 50 colaboradores? Então, é importante que no presente a gente reconheça esse trabalho que tem sido feito, importante para o país, importante para a segurança jurídica do setor privado.

Na esteira dos que me precederam, é importante, sim, a gente celebrar também no presente a Medida Provisória 1.124, que traz a independência da ANPD, transformando-a em uma autarquia especial, e deixar no radar, sim, no futuro – espero que breve –, o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fortalecimento por meio de uma dotação orçamentária efetiva. Eu acho que são passos adicionais. A gente está rumando para lá, mas é sempre bom já deixar no radar do Congresso Nacional a necessidade de discussão do fortalecimento financeiro também da ANPD.

Bom, outro item do presente superimportante para a gente ter no radar é esse fortalecimento e coordenação da atuação do setor privado, que a gente tem feito. Junto a isso eu trago um dos principais pleitos do Fórum Empresarial LGPD, que é o fortalecimento da regulação responsiva no Brasil. Trabalhamos para que o setor privado e o poder público, as autoridades, possamos avançar cada vez mais na regulação responsiva.

Nesse sentido, eu trago alguns avanços muito importantes. Várias entidades empresariais que trabalham com a gente, que compõem a frente ou já têm os seus guias e códigos de boas práticas em proteção de dados e privacidade ou eles estão em fase de elaboração. Menciono aqui a Confederação Nacional da Saúde, que já tem o seu guia; a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas; a Fecomércio, de São Paulo; a Associação Brasileira de Agricultura de Precisão, que lançou recentemente o seu vídeo de boas práticas junto com a Brasscom. Além disso, ainda temos ali, em fase de elaboração, a Associação Brasileira das Empresas de Software, que está trabalhando no seu guia de boas práticas, e a Associação Nacional das Universidades Particulares, que também está trabalhando e deve entregá-lo em breve. Enfim, o setor privado tem trabalhado, feito a sua parte para a gente avançar a regulação responsiva.

A educação, no presente, eu acho que é um elemento importante de a gente reconhecer. Muito tem sido feito em torno da educação. A ANPD tem tido um papel central, as entidades empresariais têm tido um papel central. Destaco aqui o curso de formação de encarregados de proteção de dados, por exemplo, da Associação Brasileira das Empresas de Software, e várias outras entidades do setor privado estão trabalhando para formar esses encarregados.

Enfim, temos avançado, senhores, mas vamos olhar no futuro: o Dia Nacional da Proteção de Dados pessoais, eu acho, vai ser um dia muito importante, talvez uma semana.

Parabenizo, nessa esteira da educação, a ANPD.

No dia 28 de janeiro, a gente celebra o Dia da Proteção de Dados pessoais, é algo mais amplo e global, a gente poderia ter uma semana inteira de reflexão, uma semana inteira de discussões. Então, é muito importante também que isso seja feito nesse nosso dia, seja lá qual for a época do ano, para que a gente possa fazer essa concentração e refazer o nosso pacto por ações e, sobretudo, por reflexões de como estamos.

Como estamos na educação? Muito tem sido feito, mas é possível ir além, a gente precisa ir além. Como estamos no fortalecimento da regulação responsiva? É preciso ir além, é preciso avançar no art. 50 da LGPD, reconhecer todo esse trabalho que o setor privado tem feito, estimular outras entidades a fazerem mais e fortalecer a coordenação institucional entre a ANPD e as outras agências regulatórias, entre a ANPD e o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. É importante lembrar que esses Poderes são fundamentais, e também têm que se avançar na sua educação.

E, por fim, a segurança jurídica. Eu acho que é sempre importante parar e ponderar: estamos no caminho correto para trazer segurança jurídica não só para o cidadão, mas também para o setor privado e para o setor público, que também processam dados? Eu acho que esse tripé – cidadão, setor privado e setor público – tem sempre que ser o elemento de reflexão do nosso ponto de equilíbrio da LGPD.

Paro por aqui.

Já encerrando, eu só tenho um pleito sobre o dia, de caráter muito pessoal, sendo até egoísta: o mês de junho, para mim, é o mês de aniversário de casamento, do Dia dos Namorados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de aniversário da minha esposa. Não sendo no mês de junho, qualquer época do ano, para mim, estaria excelente.

Brincadeiras à parte, parabenizo, mais uma vez, o Senador Eduardo Gomes pelo pleito, felicito todos os meus colegas – é uma honra estar aqui com vocês – e agradeço também ao Senador Izalci, esse bravo guerreiro da ciência e da tecnologia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu que lhe agradeço e quero aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os convidados.

A instituição dessa data é um marco importante. Acho que essa data, como acontece, como foi citado aí, em diversos segmentos, é um momento de reflexão, é um momento de debate, de encontros, de congressos para o aperfeiçoamento da lei, e não só o aperfeiçoamento da lei, mas a difusão, porque o grande problema hoje em grande parte das leis é a falta de comunicação, a falta de divulgação. Muitas vezes, nós temos muitas leis, mas que não chegam na ponta. Então, esse dia é importante para exatamente difundir e levar isso ao conhecimento da população como um todo e também como momento de reflexão nas escolas, que são meios importantes em todos os momentos.

Então, eu quero aqui agradecer muito.

Nós tivemos aqui a participação de vários representantes da sociedade civil, da área de tecnologia, da área científica, da área tecnológica, da área de inovação.

O nosso querido Senador Eduardo Gomes, o requerente desta audiência pública, deve apresentar, então, o projeto – já me disponho a relatá-lo – para instituir imediatamente esse dia, que é um dia importante para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Então, agradeço, mais uma vez, a participação de todos os convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jean Paul Prates e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes e Izalci Lucas. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 224, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 209, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Trairy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 276, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária José Maia de Andrade - Tuca Maia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montividiu, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 357, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ACCEC - Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetanos, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 587, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Vicentina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 669, de 2019 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Carlos Viana. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 631, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença - ACCAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Renascença, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 713, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araraquara, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 241, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Shekina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 726, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe ARCOMI SF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 116, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 476, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Movimento da Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairiporã, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 251, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rangel &Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. O Senador Jean Paul Prates faz uso da palavra **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Ciência,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 25, de 2022 que: "Requer a inclusão de Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na audiência pública, objeto do REQ 17/2022-CCT, destinada a debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/29

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente externo: Aviso nº 817, do Tribunal de Contas da União. Encaminhada, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.233, de 2022, que trata do acompanhamento com o objetivo de avaliar se a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital da televisão aberta terrestre está ocorrendo de acordo com as premissas da política pública de implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e verificar se os recursos destinados pela licitação da faixa de frequência de 700MHz para custear as despesas relacionadas a essa transição tecnológica estão sendo aplicados de maneira a contribuir com seus os objetivos.

O expediente lido será publicado na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Digital. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

Os itens 1 a 13 são terminativos e serão votados nominalmente, em bloco, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Eu vou fazer uma inversão de pauta conforme a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras aqui na Comissão, já que temos outras atividades na Casa também ocorrendo. Desde já, concedo a palavra ao ilustre Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, para a leitura do relatório do item 13.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 251, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rangel &Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, pela inversão de pauta.

Estou um pouco gripado, desde segunda-feira estou um pouco enrolado, mas já está passando. E não é covid, fiz o teste ontem. Graças a Deus não deu positivo. Pela segunda vez eu tive e não é a terceira vez agora.

Desejo sucesso. Sei da sua viagem aos Estados Unidos. Esse projeto é muito importante para o Brasil, mas, em especial, para o meu Rio Grande do Sul. Na questão dos parques eólicos, o Brasil tem um grande potencial, e sei do seu interesse, do seu trabalho e do seu empenho por essa matéria, juntamente com o Senador Carlos Portinho, que é o Relator do seu projeto. Então, parabéns pelo seu empenho. O Brasil lhe agradece e, em especial, o nosso Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 251, de 2021, aprova o ato que outorga permissão à Rangel & Luz Ltda. para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Já vou passando à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de um serviço de rádio, por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e também técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação, para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 3.337, de 5 de julho de 2018, que deferiu a outorga ora analisada. Embora a portaria tenha sido editada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o ato a atribui ao antigo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 251, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rangel & Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2021, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze. Obrigado também pelas suas palavras em relação à importância da atividade que nós estamos regulando juntos. Todos estão trabalhando no Senado Federal para inserir mais um horizonte importante de investimentos na geração de energia, que é o *offshore*, a geração de energia no mar. Nós estivemos, de fato, visitando, na Inglaterra, algumas instalações que já, inclusive, estão contando com planta de hidrogênio e com portos que apoiam essas atividades.

Temos conversado, Senador Luis Carlos Heinze, sobre a atividade potencial que poderemos ter no litoral do Rio Grande do Sul, na região de Mostardas, na parte de fora da restinga em relação à Lagoa dos Patos, na própria Lagoa dos Patos e nas demais lagoas do estado, que tem um potencial eólico gigantesco, embora saibamos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) – Inclusive, Sr. Presidente, na região de Santo Antônio da Patrulha, de que estamos aprovando essa emissora de rádio.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive, nessa região! Exatamente! Eu até a conheço bem. Eu já lhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disse que andava por ali na minha juventude, entre Tapes e Camaquã, passando lateralmente à Lagoa dos Patos, pela parte de dentro. De fato, é uma região com grande potencial. Agora, estamos sempre ressalvando – tenho certeza de que sua parte também há esta preocupação – as preocupações das comunidades regionais, da área da pesca, dos agricultores e de todos que ali já habitam e vão recepcionar esses investimentos.

É sempre bom considerar as comunidades, Senador Acir, que chega aqui também para nos ajudar na Presidência. É sempre bom lembrar que as comunidades, as cidades e os estados que recepcionam qualquer tipo de empreendimento de importância nacional – o Senador Portinho sabe disto perfeitamente e está relatando brilhantemente esse projeto – são os verdadeiros anfitriões. Não é só o Estado brasileiro que é o anfitrião, mas também as comunidades, as pessoas que vivem ali e que já estavam ali antes desses grandes projetos, que são, de fato, a quem se deve pedir licença. E, não por outra razão, o nome da licença ambiental é esse. Mas ali há outros tipos de licença também de caráter macro socioambiental que nós todos, inclusive como legisladores, devemos pedir.

O trabalho do Senador Portinho, que está terminando nesta semana, em relação à primeira versão desse projeto é muito importante porque justamente levou em conta isso. Nós trouxemos para o debate as comunidades, os chamados *stakeholders* de toda a área, não só os investidores, como também os consumidores e, principalmente, as populações, comunidades, estados e municípios afetados positiva ou negativamente, dentro de um balanço saudável, por esses projetos.

Estimo, Senador Heinze, suas melhoras imediatas e totais, para que esteja conosco aqui, em breve, trabalhando. Portanto, que a sua plena recuperação se dê logo!

Esses projetos que nós vamos ler agora, como eu disse, vão ser votados em bloco.

Então, eu gostaria de pedir ao Senador Acir, que está presencialmente aqui comigo, que assumisse a Presidência rapidamente, para que eu faça três leituras como Relator *ad hoc*. Em seguida, reassumirei aqui, e ele fará a leitura do item 10, que é o item do qual o Senador Acir é Relator.

Então, podemos fazer isso? Vamos revezar aqui rapidamente.

Queremos discutir individual ou coletivamente? (*Pausa.*)

Muito bem! Então, vamos colocar em discussão imediatamente cada um dos itens.

Portanto, em relação ao PDL 251, de 2021, lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Portinho, deseja discutir o projeto do Senador Heinze? (*Risos.*)

Depois, o.k. Imediatamente, em seguida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o Projeto de Decreto Legislativo 251, encerro a discussão.

Votação nominal, que será realizada em bloco, a partir da abertura do painel eletrônico logo em seguida.

Com a palavra o Senador Carlos Portinho pela ordem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Senador Heinze, eu só quero fazer um complemento e confirmar, depois do processo de democracia participativa – tivemos audiência pública... É ao projeto da eólica que eu estou me referindo, da geração de energia *offshore*, porque não é só eólica, embora seja o carro-chefe. E, depois de diversas participações, seminários e visitas, e recebendo a contribuição de todos os atores desse setor, Senador Luis Carlos Heinze, chegamos ao texto final, à minuta final, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

menos ao rascunho final. Eu estou agora, em fase conclusiva, alinhando com o autor do projeto, como faço em todos, que é o Senador Jean Paul Prates, e com o Governo. Esse é o meu papel de harmonização. Espero estar sendo salomônico, aproveitando tanto o decreto quanto o projeto, fazendo a união e a convergência deles e chegando, acredito, ao melhor texto para esse que, na minha opinião, vai ser o grande eldorado, que vai atrair investimentos – hoje tem uma matéria interessantíssima do montante de investimentos que esse projeto tem a atrair –, além de a gente estar desenvolvendo energia limpa, energia sustentável.

Então, só para registrar, aproveitando a sua participação, Senador Luis Carlos, e a referência também do Senador Jean Paul Prates a mim, que o relatório está pronto e eu pretendo protocolá-lo até sexta-feira. Nossas equipes estão concluindo aqui tanto com o Ministério de Minas e Energia quanto com a equipe do Senador Jean Paul, e a ideia é protocolá-lo até sexta-feira, para que, nas duas últimas semanas antes do recesso – aí eu peço o esforço de todos –, possamos aprovar o projeto de geração de energia *offshore* ainda antes do recesso, para que depois, num trabalho com a Câmara, a gente tenha a sua aprovação rápida, porque os investimentos estão prontos para entrar, esperando essa segurança jurídica.

É apenas a minha contribuição a respeito do projeto e a participação a todos os Senadores que acompanham esse importante projeto, na fase final em que já estamos, como compromisso meu que havia adotado.

Muito obrigado, Senador Jean Paul. E, depois, eu peço só a palavra, porque eu tenho um requerimento, no momento em que V. Exa. puder encaixar, sobre um outro assunto, para poder colocar a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois bem, meu querido amigo, Senador Carlos Portinho, obrigado pelas palavras. Conte sempre com o nosso apoio.

Eu quero lembrar que essa é uma parceria, Senador Acir, um pouco inusitada. (*Risos.*)

Não é, Senador Portinho?

É um setor que permite isso. É um dos poucos, hoje em dia, que permitem essa conciliação: um Líder da Minoria, portanto oposição ao Governo, autor de um projeto, e o Relator, trabalhando conjuntamente, os gabinetes trabalhando juntos, sendo ele o Líder do Governo. Portanto, é um setor que tem toda a nossa unanimidade e carinho.

Senador Acir, vou lhe passar a Presidência para que a gente faça as relatorias *ad hoc*.

Por favor, com a Presidência o Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Sras. e Srs. Senadores.

Inicialmente, meus cumprimentos ao autor do projeto e ao Relator também.

É uma matéria importante para o nosso país. Tenho certeza de que o relatório terá a mesma importância da autoria. Portanto, meus cumprimentos a ambos pela união, pelo trabalho em prol do nosso país.

Vamos então ao item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 224, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator *ad hoc* é o Senador Jean Paul Prates, ao qual concedo a palavra para a leitura do relatório do item 1.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Pois não.

Obrigado, Presidente.

É um projeto que chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o PDL 224, de 2017, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

Todo o relatório de praxe, com a exposição de motivos e a análise, passo diretamente ao voto...

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 224, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a emenda de redação de praxe, que nós já nos acostumamos aqui a ouvir, da substituição da denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

O relatório é do Senador Rogério Carvalho, nosso colega da Bancada do PT, de Sergipe, e, portanto, é um relatório pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico com os demais itens.

Vamos então ao item 2, de relatoria do Senador Jean Paul Prates.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 209, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Trairy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jean Paul Prates
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Eu lhe concedo a palavra, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, no mesmo formato, a CCT recebe, em caráter terminativo, e delibera o Projeto de Decreto Legislativo 209, de 2021, oriundo do nº 906, de 2013, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Trairy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O relatório é favorável, tendo em vista o atendimento a todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como a documentação apresentada.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Trairy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A emenda é uma emenda de praxe, substituição da denominação "do Ministério das Comunicações" por "da Presidência da República" no art. 1º do PDL 209 de 2021.

Relatório favorável, e o Relator sou eu mesmo, Senador Jean Paul Prates, aqui nesta Comissão.

Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal e será realizada em bloco com abertura do painel eletrônico.

Agora vamos ao item nº 8.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 713, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O Senador Jean Paul Prates fará como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Mais uma vez, com muita honra, faço aqui o trabalho *ad hoc* da relatoria do Projeto de Decreto Legislativo 713, de 2019, oriundo do nº 1.336, de 2013, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.

A Relatora é a Senadora Mailza Gomes. Passo direto ao voto.

Após análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e da documentação apresentada, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araraquara, Estado de São Paulo, na forma do PDL 713, de 2019, com a emenda de praxe: substituição da denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal e será realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.

Retorno a Presidência ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Vamos seguir com a leitura do seu item, justamente passando aqui rapidamente ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 726, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe ARCOMI SF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador Acir Gurgacz, V. Exa. tem a palavra.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem.

Chega à esta Comissão, o PDL 726, de 2021, autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Imigrantes São Felipe, Arcomi SF, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Felipe d'Oeste, Estado de Rondônia.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

O exame da documentação que acompanha o PDL 726, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria 7.039, de 16 de janeiro de 2018, que deferiu a outorga ora analisada.

Embora a portaria tenha sido editada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o projeto a atribui ao antigo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 726, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 726, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Acir.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação, como se disse, será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico oportunamente.

Com a palavra, pela ordem, à solicitação aqui, o Senador Flávio Bolsonaro.

Por favor, Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Presidente. Bom dia, todos na Comissão.

Presidente, em primeiro lugar, quero desejar uma pronta recuperação ao nosso Líder do Governo, Senador Carlos Portinho. Que possa estar presencialmente em breve conosco.

Eu hoje também não consegui estar aí presencialmente, Presidente. Então, eu queria pedir a V. Exa., aproveitando este momento raro de sintonia, harmonia, quase amor entre Governo e Oposição, que solicitasse, designasse algum Senador para que fizesse a leitura também do relatório do PDL do qual fiquei incumbido, no intuito de dar celeridade, para que possamos também votar em bloco esse projeto cuja relatoria ficou sob a minha responsabilidade fazer.

Presidente, apenas isso, porque aqui, agora, eu não estou com o relatório em mãos para fazer a leitura. Não vou conseguir fazer a leitura no celular e também estar virtualmente aqui pelo aplicativo nesta sessão, de forma virtual.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Flávio Bolsonaro.

Em atendimento justamente à sua solicitação e a este clima amoroso, farei eu mesmo a leitura *ad hoc* do seu relatório. (*Risos.*)

Com muita honra e prazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passarei brevemente a Presidência ao Senador Acir, porque também temos um requerimento aqui de minha autoria que eu me esqueci de ler na hora em que estávamos trocados.

Queria também colocar aqui... Tem uma solicitação do Senador Portinho. O Senador Portinho está na linha ainda? Está aí *online*? (*Pausa.*)

Tem aqui o seu requerimento, só rapidamente para fazer esse esclarecimento. Parece-me que já esclareceram aí pelo *chat* e também diretamente com a sua assessoria que o requerimento que está posto aqui é um requerimento para um projeto que está em tramitação conjunta. Portanto, esse requerimento deveria ser apresentado ao Plenário.

Queria só o seu esclarecimento. Se estiver o.k., nós colocamos esse requerimento para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Apenas um dever até de cuidado, porque são dois projetos que tratam de temas semelhantes. Um desses PLs (projetos de lei) veio da Câmara dos Deputados, então já foi apreciado. Eu me refiro aqui ao projeto do Senador Styvenson sobre inteligência artificial. Então, acho que a tramitação conjunta desses projetos vai ser produtiva, vai poder nos proporcionar uma legislação completa e tenho certeza de que o Senador Styvenson, como Relator, poderá exatamente fazer essa convergência entre os projetos que tratam de um mesmo tema.

Com relação ao procedimento, eu entendi que, como o projeto está aqui na CCT, seria possível a gente deliberar sobre a tramitação conjunta deles.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Parece-me que, segundo a assessoria, seria mais adequado, então, apresentar – e, aliás, eu acho que é a única saída, nós não podemos fazer a apresentação por aqui – a tramitação conjunta do PL 5.691, de 2019, com o PL 21, de 2020, e demais matérias todas que tramitem em conjunto por tratarem justamente da mesma matéria, que é a inteligência artificial, esse projeto de autoria do Senador Styvenson. Então, vamos aqui deixar consignado. Fazemos isso com todo o apoio nosso aqui também no sentido de passar pelo Plenário um requerimento para tramitação conjunta desses dois projetos e de outro que, eventualmente, tenha pertinência.

Queria, mais uma vez, abusar da boa vontade do meu querido colega Acir Gurgacz, para que presida aqui e a gente possa ler projeto, *ad hoc*, do Senador Flávio Bolsonaro e também o meu requerimento, que é coisa rápida, item 14.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório do PDL 241, de 2021, item 9, de relatoria do Senador Flávio Bolsonaro, com relatoria *ad hoc* do Senador Jean Paul Prates, para fazer a leitura do relatório.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 241, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Shekina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Mais um Projeto de Decreto Legislativo, dessa vez, de nº 241, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Shekina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Conferidos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pelo Relator, opina pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Shekina, no Município de Campinas, para executar serviço de radiodifusão comunitária, mais uma vez, com a emenda de redação de praxe, pedindo a substituição da denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, pela aprovação, do Senador Flávio Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação nominal será realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.

Item 14.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 25, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a inclusão de Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na audiência pública, objeto do REQ 17/2022-CCT, destinada a debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Passo a palavra ao Senador Jean Paul para fazer a leitura do seu requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Mais uma vez agradeço ao querido Senador Acir Gurgacz.

O requerimento trata de, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e também do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 17, de 2022, seja incluído como convidado o representante da Confederação Nacional da Indústria.

Esse é o requerimento que nós fizemos, submetendo-o à aprovação no momento certo aqui pela Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Retorno a Presidência ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Acir.

Concedo a palavra agora à Senadora Daniella Ribeiro.

Está conosco no remoto? (*Pausa.*)

Acho que sim.

Vejo aqui o Senador Chico Rodrigues e a Senadora Daniella.

PDL 357, de 2019.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 357, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ACCEC - Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetanos, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, pergunto se posso ir direto à análise, já que todos receberam o relatório. (*Pausa.*)

Relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetanos, Estado da Bahia.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 357, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 3.365, de 28 de setembro de 2017, que deferiu a outorga ora analisada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 357, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à ACCEC (Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetanos, Estado da Bahia, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2019, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É isso, Sr. Presidente.

Lido o relatório e lido o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco ao final da sessão.

Passo agora a palavra ao Senador Acir Gurgacz para a leitura *ad hoc* do item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 587, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Vicentina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Senador Izalci Lucas é o Relator original.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Chega à Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 587, de 2019, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Vicentina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 587, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural Vicentina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Acir.

Lido o relatório do PDL 587, de 2019, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação se dará em instantes, em bloco.

O Senador Chico Rodrigues se encontra aqui também conosco, e eu gostaria de passar a palavra para a leitura do item 11.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 116, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, portanto, ao nosso ilustre colega Chico Rodrigues.

Com a palavra, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Jean Paul Prates, muito obrigado – e ao Senador Acir Gurgacz, que está fazendo dupla aí nesta sessão, na condução desta sessão.

Este é o Projeto de Decreto Legislativo 116, de 2018 (nº 739, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Eu vou ler a análise desse relatório, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, como prevê a disciplina legal que rege o serviço.

Em resposta ao questionamento apresentado, as notas informativas elaboradas pela Secretaria de Radiodifusão do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informaram que, à época da edição do ato que renovou a autorização em análise, não havia quaisquer óbices que impedissem seu deferimento, o que permitiu o prosseguimento regulamentar do processo. E que, de toda maneira, foi solicitada à entidade toda documentação da diretoria em exercício para que seja apurado o cumprimento, nos dias de hoje, da referida determinação legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consideradas satisfeitas as condições legalmente previstas, entendemos que o PDS 116, de 2018, deve ser aprovado.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria 3.634, de 19 de agosto de 2015, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto – vou ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 116, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2018, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Portanto, nobre Senador, esse é o relatório deste Projeto de Decreto Legislativo 116.

Nobre Senador Jean Paul Prates, apenas complementando esta relatoria, não exclusivamente sobre esse assunto, gostaria de dizer a V. Exa. que a nossa missão à Venezuela foi magnífica. Nós passamos dez dias, tratamos de assuntos importantes da relação entre os dois países, tivemos a oportunidade de sermos recebidos pela Assembleia Nacional, presidida pelo Deputado Jorge Rodríguez, com uma atenção fantástica à nossa delegação, demonstrando o apreço que eles têm realmente pelo Congresso Nacional brasileiro, pelo Senado da República e pelo nosso país, inclusive tendo a deferência de sermos recebidos pelo Presidente Nicolás Maduro, que demonstrou, nas suas palavras, com quase uma hora de audiência, ver a importância geopolítica e geoestratégica do Brasil no cenário das nações, liderando, devendo liderar, inclusive, a América Latina, como o maior país da América Latina, a maior economia, enfim, demonstrando dessa forma que nós devemos urgentemente voltar às relações entre o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.

Infelizmente, V. Exa., por compromissos anteriormente assumidos, não acompanhou, mas diria que teria sido de grande valia sua presença, pelos assuntos referentes ao petróleo, referentes aos fertilizantes e outros. Inclusive, Presidente Jean Paul, eu diria que nós já tivemos uma conquista: já foi publicada, por solicitação nossa ao Presidente Maduro, a liberação de linhas de voos regulares entre o Brasil e a Venezuela – já foi autorizada, já está publicada no diário oficial da Venezuela essa primeira conquista e outras que naturalmente vão acontecer. Então, hoje, pretendo fazer um pronunciamento no Plenário do Senado Federal.

Gostaria também de dizer que V. Exa. foi um dos grandes incentivadores dessa viagem. O Presidente Rodrigo Pacheco se houve muito bem quando entendeu também, como nós – eu entendi, V. Exa. também entendeu e vários Senadores da República, o Senador Paulo Rocha assim entende –, que essas relações já estão tardando. Os americanos já estão lá em Caracas. A Embaixada dos Estados Unidos nunca fechou. Tivemos a oportunidade de ver que, nestes últimos dois dias, os americanos já estão, na verdade, tratando de questões importantes com relação à Venezuela – leia-se petróleo –, aquele país que detém 303 bilhões de reservas de petróleo conhecidas, o que na verdade o mundo desenvolvido reconhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, desculpem-me ter derivado para outro tema que não o tema dessa sessão, mas tenho certeza de que V. Exa. está orgulhoso dessa missão, porque foi um dos que na verdade contribuíram significadamente, assim como o Presidente Rodrigo Pacheco, para que essa viagem de retribuição à vinda dos venezuelanos aqui ao nosso Parlamento fosse realizada.

Eu fui Presidente, na condição de Presidente do Grupo Parlamentar, dessa comitiva, e só tenho a agradecer e a elogiar os venezuelanos, o Congresso venezuelano, o Governo venezuelano pela recepção calorosa que tiveram conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Querido Senador Chico Rodrigues, quero parabenizá-lo pela atuação à frente do grupo Parlamentar com a Venezuela. Digo que a vinda dos Parlamentares aqui, incluindo membros da oposição e do Governo, de apoio ao Governo, ou seja, da base governamental e também da oposição, foi plural, foi objetiva, trouxe uma pauta importante que justamente resultou nessa retribuição da ida do grupo de Senadores à Venezuela.

É importante reenfatizar sempre a tradição brasileira de não intervenção no princípio de autodeterminação dos povos. A situação econômica, social de um país diz respeito ao próprio país. Nós nos mantivemos sempre, historicamente, dessa forma. E é por isso que nós damos muita importância a esse processo desenvolvido pela Casa, pelo Senado Federal junto ao Governo da Venezuela, junto aos Parlamentares da Venezuela, de todos os matizes, inclusive em relação à situação dos laços diplomáticos entre os países, que é um dos pontos que ainda resta pendente, já que, como V. Exa. mencionou, as relações até mesmo dos Estados Unidos com aquele país já vêm sendo restabelecidas e jamais houve ruptura do ponto de vista diplomático.

Aqui nós temos aí um problema de pendências em relação inclusive ao *status* das pessoas que estão trabalhando aqui na embaixada e em outras representações venezuelanas no Brasil. Essa também é uma pauta importante que nós temos que urgentemente resolver, Senador Acir, com o apoio de todos os Senadores, porque, sabemos, nós aqui representamos, cada um de nós, três representantes por estado, e também temos uma dimensão – por que não dizer – diplomática institucional que nos afeta a atuar na relação com os países. Por isso a importância de todos os Senadores e Senadoras olharem para essa situação.

E digo também que de fato fiquei impedido de ir, mas mantivemos relação com a pauta e já asseguramos uma próxima reunião, mesmo que ainda virtual, com a equipe e as pessoas que V. Exas. encontraram lá de forma presencial, para, no final de julho, portanto aí no retorno do recesso, termos uma reunião com as pautas que V. Exas. já alinhavaram. E entre elas se encontra, claro, a questão também do petróleo, da transição energética para o país, bem como atividades da área da pesca, o comércio em geral, sabendo que a Venezuela é um grande mercado para produtos brasileiros e de grande importância para o seu estado também, vizinho que é, guardião que é daquela fronteira, daquele pedaço do nosso querido Brasil.

Gostaria de passar aqui rapidamente para o comentário do Senador Acir a esse respeito e também já aproveitar e passar para a leitura.

A gente tem que fazer aqui, rapidamente, a colocação em discussão da matéria do PDS 116, relatado pelo Senador Chico Rodrigues.

Coloco, portanto, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação fica, então, para o bloco em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se o Senador Acir puder, rapidamente, *ad hoc*... O Senador Acir será hoje um super-relator *ad hoc*, como foi o Senador Styvenson na outra vez, que nos ajudou, relatando pelo menos uns seis projetos; agora, desta vez, aqui, no item 7, do Senador Vanderlan Cardoso, que nos pede relatoria *ad hoc*. Em seguida, no item 12, o Senador Roberto Rocha, nosso colega, também pede relatoria *ad hoc*. O Senador Styvenson já está presente; logo em seguida, lerá o seu item, que é o item 3.

Portanto, com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 631, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença - ACCAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Renascença, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Antes de ir direto ao tema, eu cumprimento o Senador Chico Rodrigues pela iniciativa e o trabalho, junto com esta Comissão, de aproximar economicamente o Brasil da Venezuela. Aliás, historicamente, a relação comercial de Brasil e Venezuela sempre foi muito positiva ao nosso país, e nós não podemos deixar que isso não aconteça, assim como nós estamos mantendo uma relação comercial com a Rússia. Não é diferente uma relação comercial com a Venezuela também.

O importante é que o saldo histórico da relação comercial entre Brasil e Venezuela é favorável ao Brasil, sempre foi. Então, nós não podemos deixar de lado as relações entre esses dois países. É evidente a importância que tem isso para o estado de V. Exa. e o Estado de Roraima. O Estado de Roraima está muito mais próximo da Venezuela economicamente do que o centro do país. Há várias relações importantes, como relação de energia elétrica, por exemplo. É mais próximo da Venezuela do que o linhão do Brasil, o linhão brasileiro.

Então, meus cumprimentos por essa reunião, e vamos, de fato, acompanhar aqui, na Comissão, todos os temas importantes que venham a elevar a exportação do produto brasileiro.

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o PDL nº 631, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Renascença, Estado do Paraná.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 631, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Renascença, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Remeto para a votação nominal em seguida, aproveitando para informar que, a pedido do Relator, Senador Carlos Viana, estamos retirando de pauta o item 6, PDL 669, de 2019.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 669, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz para a leitura do item...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO) – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... doze. Obrigado.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 476, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Movimento da Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairiporã, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o PDL 476, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Movimento da Comunidade.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 476, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Instituto Movimento da Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairiporã, no Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Portanto, lidos os relatórios, coloco em discussão a matéria do item 12, PDL 476, da relatoria do Senador Roberto Rocha, relatado *ad hoc* pelo Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Acho que podemos fazer a votação.

Passamos todos os itens, os que estão iguais? (*Pausa.*)

Ah, sim, o Senador Styvenson está na linha para justamente fazer a leitura do item 3.

Portanto, será feita a leitura do item 3.

O Senador Styvenson Valentim é o Relator do PDL 276, de 2021.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 276, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária José Maia de Andrade - Tuca Maia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montividiu, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Jean Paul Prates, nosso Presidente desta Comissão; Senadores presentes; Senador Acir, que está saindo!

Por economia, o PDS 276, de 2021, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária José Maia de Andrade – Tuca Maia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montividiu, no Estado de Goiás.

Se for permitido, Sr. Presidente, eu já passo para o voto, porque não existe nenhum impedimento...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – ... para que essa outorga seja autorizada.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> [...]
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2021, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, querido Senador Styvenson. Obrigado também por, na última reunião, ter atuado aqui como super-relator *ad hoc* em vários projetos que foram lidos por V. Exa.

Terminamos aqui a lista dos PDLs que resultam em renovações de outorga e em concessões para radiodifusão. Vamos colocá-los em bloco em discussão.

Portanto, em votação os projetos constantes do item 1 (Paracuru-CE), item 2 (Natal-RN), item 3 (Montividiu-GO), item 4 (Caetanos-BA), item 5 (Lavras da Mangabeira-CE) – o item 6 foi retirado de pauta –, item 7 (Renascença-PR), item 8 (Araraquara-SP), item 9 (Campinas-SP), item 10 (São Felipe D'Oeste-RO), item 11 (Icó-CE), item 12 (Mairiporã-SP) e item 13 (Santo Antônio da Patrulha-RS), itens 1 a 13. (*Pausa.*)

Faltou a discussão do item 3?

Pulamos aqui o item 3.

Coloco em discussão a matéria em relação ao relatório do Senador Styvenson Valentim, o PDL 276, de 2021, Montividiu, Goiás, item 3 da pauta.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Agora, sim, em votação os projetos constantes nos itens 1 a 13, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Estão em votação os itens 1 a 5 e 7 a 13 – 1 a 5 e 7 a 13. O item 6 foi retirado de pauta. (*Pausa.*)

A votação será encerrada em um minuto. Um minuto.

Gabinetes, assessorias, avisando aí... A votação será encerrada, da CCT, em um minuto. (*Pausa.*)

Bem, votação encerrada, temos quórum aqui...

O resultado da votação será apresentado aqui no nosso painel eletrônico. (*Pausa.*)

Ele está em cima do outro, mas estou vendo que são...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Votos SIM: 10 votos. Quórum de 11.

Agradeço a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Acir Gurgacz, que foi aqui o nosso parceiro nas votações, nas relatorias *ad hoc*.

Portanto, a Comissão aprova por dez votos os projetos constantes dos itens 1 a 5 e 7 a 13, além do requerimento já aprovado, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Zequinha Marinho e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Mecias de Jesus e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater Políticas e Inovação em Segurança Pública. **Participantes:** Sr. Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal; Ex-Comandante-Geral da Policia Militar do Distrito Federal-DF; Presidente da Associação Nacional dos Militares Estaduais AMEBrasil; Sr. João Paulo Fiuza da Silva, Adjunto de Gestão do Conhecimento e Inovação da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Sr. João Carlos Laboissière Ambrósio, Perito Criminal Federal da Polícia Federal - PF; e Sr. Marcelo Nunes Gonçalves, Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de maio de 2022.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão Senado do Futuro ofício do Ministério da Economia que encaminha relatório acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) referente ao ano de 2021.

O documento, nos termos da Instrução Normativa n° 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, está disponível para consulta no Portal da Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período.

Informo também que, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, recebi, quinze dias atrás, dez dias atrás, o Embaixador da Finlândia, convidando para um encontro, na Finlândia, dos países – são seis países – que têm a Comissão Senado do Futuro, inclusive a Finlândia, com o papel fundamental de acompanhamento e cobrança do Executivo quanto aos programas do futuro, ou seja, de planejamento de política pública, não é? Vai acontecer no final do mês de outubro, e esta Comissão será representada por um dos seus membros.

Bem, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Políticas e Inovação em Segurança Pública".

Foram convidados a participar: Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, ex-Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e Presidente da Associação Nacional dos Militares Estaduais (Amebrasil); Capitão João Paulo Fiuza da Silva, que é Adjunto de Gestão do Conhecimento e Inovação da Polícia Militar de Minas Gerais; João Carlos Laboissière Ambrósio, Perito Criminal Federal da Polícia Federal, a quem eu já faço o convite, inclusive, para participar aqui da mesa – por favor, João Carlos –; e também Marcelo Nunes Gonçalves, que é Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br, ou também pelo telefone 0800 0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até 15 minutos, e antes de encerrarmos poderão apresentar suas considerações finais.

Já passo imediatamente a palavra ao nosso Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, que é Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, ex-Comandante também da Polícia Militar do DF e Presidente da Associação Nacional dos Militares Estaduais (Amebrasil).

Com a palavra, então, o nosso querido Coronel Nunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. É um prazer muito grande estar aqui com o senhor.

Eu quero cumprimentar os meus companheiros de trabalho aqui hoje, o Capitão Fiuza, da minha querida Polícia de Minas Gerais, o Dr. Marcelo Nunes e o Dr. João Ambrósio.

É um prazer muito grande estar aqui. Quero parabenizá-lo, Senador Izalci. O senhor, sempre preocupado com esse tema; quando fomos comandante-geral, o senhor sempre nos auxiliou, sempre debateu e esteve junto conosco em todos os momentos; nos bons e nos maus, o senhor sempre esteve ali nos ajudando. E hoje estou muito feliz de estarmos aqui diante desse que é um dos temas mais importantes, se não o mais importante, muitas vezes o mais importante, que é justamente a segurança pública.

A segurança pública...

Só uma pergunta: os senhores nos ouvem? João?

Então vamos prosseguir.

A segurança pública, como todos sabemos, é um direito social e remonta ao próprio surgimento da sociedade. O homem só foi capaz de sair, Senador, do estado de natureza, em que ele vivia como lobo do próprio homem, quando ele foi capaz de entender a necessidade por segurança. Então, é exatamente nesse momento da sociedade, da humanidade que nós temos o homem percebendo o direito à segurança, o direito à sua própria vida, o que marca o surgimento da entrada do homem no estado de sociedade. O homem sai do estado da natureza, o estado hobbesiano – John Locke, Thomas Hobbes e Rousseau retratam muito bem isso; está isso lá no contrato social –, e entra no estado de sociedade.

Com o passar dos tempos, muitos direitos foram incorporados, e hoje vemos que, para uma vida de bem-estar social, muitas outras coisas foram incorporadas além da própria segurança. Hoje nós não somos capazes de enxergar a sociedade sem a internet, por exemplo; estamos aqui utilizando a internet. E a segurança, com o passar dos tempos, independentemente dessa quantidade de direitos – podemos citar os do art. 6º da Constituição, todos os direitos sociais –, independentemente disso, a segurança sempre está entre as primeiras necessidades, isso quando, em muitos momentos, não é a primeira, a mais aspirada, a mais desejada pela sociedade.

Por isso que eu costumo dizer que o direito está na origem da sociedade e na base. Na origem, como eu acabei de falar, o direito social da segurança remonta ao próprio nascimento do estado de sociedade, do homem se entendendo como sociedade. E está na base da sociedade o direito à segurança, porque ele é o direito que garante o exercício, Senador, dos demais direitos. Temos visto, em muitos momentos, em muitas comunidades do Brasil, que, quando falta a segurança, as pessoas não saem às ruas, não podem ir ao hospital, o comércio não funciona, o transporte não passa. Então, a segurança é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito que garante o exercício dos demais direitos, e principalmente temos visto alguns problemas relacionados a essa falta de segurança em algumas comunidades do país.

Como é que o Brasil está hoje em relação à segurança? Cinquenta mil homicídios... Esse é o último levantamento de 2020. É um número pandêmico; nós temos uma pandemia no Brasil, ano a ano: 50 mil homicídios, 62 mil desaparecidos – essa é uma estatística do Fórum Brasileiro, que os meus colegas sabem que é o repositório hoje de estatísticas de segurança do Brasil. Então, em 2020, 50 mil homicídios, 62 mil desaparecidos. Nas palavras do Prof. Ricardo Brisolla Balestreri, uma grande parte desses desaparecidos se somaria aos mortos porque você nunca vai achar muitas dessas pessoas.

O Brasil também infelizmente hoje está na rota de tráfico aqui da América Latina, fazendo com que o Brasil seja hoje no mundo o primeiro consumidor de *crack* e o segundo de cocaína. A essa realidade, a esses problemas que nós temos somam-se ainda milhões de outros crimes por que passamos anualmente. Isso faz, Senador, ligar um grande sinal de alerta em nosso país, porque essa violência deixa muitas sequelas nas pessoas, deixa sequelas sociais.

Nós temos um sociólogo americano, Robert Merton, que... Primeiro, vamos falar um pouquinho aqui de Émile Durkheim. Ele fala que existe um tipo de suicídio. Quando a pessoa está apática, o mundo fica preto e branco para essa pessoa, ela perde a esperança, o ânimo com a vida. Esses são sintomas que fazem a pessoa cometer o suicídio. Ele chamou isso de suicídio anômico. E o sociólogo americano Robert Merton fala que nós temos no mundo sociedades anômicas também: ou quando não existe a lei, ou quando essa lei existe, mas ela está desintegrada – há uma erosão na lei, há um desrespeito progressivo às leis – fazendo com que o homem caminhe de ré no desenvolvimento da humanidade, voltando aos tempos do homem lobo do próprio homem. Então, Robert Merton fala que nós temos também Estados anômicos, quando a gente perde essa capacidade de impor e de fazer a lei.

Então, como eu vinha falando, essa violência, o crime, em qualquer sociedade, causa muita dor, perda de capacidade do trabalho, desfacelamento de muitas famílias, ou seja, compromete toda a sociedade. E, à frente disso tudo, nós temos, graças a Deus, os nossos heróis brasileiros, que são os servidores da segurança pública, os policiais que estão ali, os policiais e toda aquela rede de apoio que os policiais têm, no dia a dia.

Dentro disso que eu falei, além desses tristes recordes, o Brasil também é o país onde mais matam policiais, especialmente – não é, Fiuza? – os policiais militares, que são o para-choque disso tudo, estão ali no dia a dia e se defrontam a cada segundo com uma situação inesperada. Isso é próprio da nossa profissão de policial militar, e por isso mesmo, infelizmente, são os policiais que mais morrem.

Diante disso, já registro aqui, Senador, a necessidade, já que nós estamos tratando aqui de política pública, de uma política pública de maior valorização dos servidores da segurança pública, em geral, no nosso país. O Brasil trabalha em condições... Os policiais trabalham em condições muito adversas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos locais. Então, nós precisamos ter uma pauta constante de valorização do servidor da segurança pública, porque, de todos os insumos, sem dúvida alguma, o mais importante das carreiras policiais são os nossos recursos humanos – é ou não é, Fiuza? E muitas vezes a gente percebe que o policial não é tratado sequer como ser humano. A gente vê algumas comparações – isso que nos deixa chateados, tristes – como: "Morreram 'tantos' bandidos, mas não morreu nenhum policial". A imprensa, às vezes, traz essa afirmação como se o policial, que tem como vocação e tem como profissão ser policial, ao sair de casa tivesse que morrer junto com o bandido, que está ali transgredindo e infringindo a lei.

A vida do policial não é fácil. Nós temos muitas vedações legais – a própria Constituição já começa a fazer uma grande diferenciação –, os direitos trabalhistas são mínimos, e há muita gente que classifica até os policiais como cidadãos, perante a lei, de segunda categoria, porque têm muito poucos direitos. Agora, tratar o policial dessa forma é um erro que a própria sociedade comete – não toda a sociedade, mas quem faz isso, Senador –, porque a polícia é uma invenção da própria sociedade. Então, se voltar contra os seus guardiões é se voltar contra ela própria. A polícia é uma invenção da nossa sociedade.

Já que nós estamos falando aqui de inovação, eu queria trazer, então, um contrassenso que está acontecendo hoje: a nossa lei orgânica – o Fiuza vai saber disso –, a lei de organização básica das polícias militares e dos corpos de bombeiros é de 1969. Ela tem 53 anos, está superdesatualizada, defasada; vários dispositivos, hoje, são inconstitucionais ou ilegais, estão desatualizados em relação ao momento que a gente vive. E a gente está tentando, desde 2001, quando chegou o Projeto de Lei 4.363 ao Congresso, fazer com que ele seja votado. E ele está na eminência de ir para o Plenário.

Aproveitando aqui este espaço tão visto do senhor e do Senado, eu vou fazer um apelo à Câmara dos Deputados. O Relator hoje é o Deputado Capitão Augusto, de São Paulo. A nossa lei orgânica está parada na Câmara dos Deputados, há 21 anos. E eu faço, então, um apelo ao senhor também, Senador, para nos ajudar com a nossa legislação. Já que nós estamos tratando aqui de inovação, é um contrassenso que a nossa lei que rege direitos, questões mínimas, como competências, organização e efetivos, esteja bem desatualizada. E isso tem sido um problema para a gente.

Em relação à inovação, eu queria trazer aqui, entre todos – passei ontem o dia todo pensando o que poderíamos trazer de contribuição –, dois *cases*, dois casos que aconteceram aqui no Distrito Federal e que também têm acontecido no Brasil, como inovação. O primeiro deles se refere à qualificação do policial. A qualificação, uma polícia com policiais qualificados, com policiais bem selecionados, com policiais motivados fatalmente vai induzir a que eles tenham salários dignos, a que eles tenham condições de trabalho, a que eles possam desenvolver da melhor forma esse serviço essencial de proteção à sociedade.

Eu quero dizer ao senhor que é uma fórmula de sucesso, porque, como eu já tinha falado, o maior recurso que nós temos é exatamente o recurso humano. E a segurança precisa cada vez mais agregar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento à sua atividade. Então, é neste momento que a segurança pública atinge o seu maior nível de qualidade: quando ela une a questão da qualificação, ela une a teoria à prática.

Então, dentro disso que eu estou falando, o caso que aconteceu aqui na Polícia Militar foi que, a partir do ano 2000, ela entendeu que necessitava colocar como uma meta do seu dia a dia, das suas atividades trazer o conhecimento, trazer a ciência, o cientificismo para as suas atividades. Então, em 2005 – o Senador vai se lembrar disso tudo, porque nos acompanha aqui diariamente –, a Polícia Militar do DF e o Corpo de Bombeiros também passaram a exigir o nível superior. Então, Fiuza, meu amigo aí de Minas, meus demais colegas Marcelo e João, a partir de 2005, a gente notou e ficou nítida a subida, o aumento da qualidade dos serviços prestados, porque o nível superior faz uma seleção natural já na porta de entrada das instituições. Então, você já recebe pessoas com outro olhar, com capacidade de se colocar no lugar de todas as outras pessoas com quem elas vão trabalhar ali no dia a dia. Em 2005, a polícia aqui passou a exigir o nível superior. E, a partir de 2006 até o ano de 2013, ela criou um programa chamado Policial do Futuro. Todos os policiais que não tinham nível superior na Polícia Militar do DF, através de um convênio, uma licitação com uma faculdade, fizeram o nível superior. Então, ela pulou ali para 99%. Só aqueles em final de carreira mesmo... Então, foi um investimento, não foi um gasto, foi um investimento dos recursos. E aí as coisas começaram a mudar rapidamente.

No ano de 2010, a Polícia Militar criou o Instituto Superior de Ciências Policiais. A academia dela se transformou, João, em uma faculdade pública federal, dada a condição de federais que nós temos no DF em relação às polícias civil e militar e aos bombeiros.

Então, nós temos hoje o Instituto Superior de Ciências Policiais, que é uma faculdade pública federal credenciada, autorizada e reconhecida pelo MEC. Então, nós começamos programas de graduação, não só o CFO, que é o bacharelado em ciência policial, mas criamos outros cursos superiores, abertos inicialmente aos policiais; depois, a toda a rede da segurança pública; e, finalmente, abertos também à sociedade. Depois das graduações e pós-graduações, a Polícia Militar começou, então, seus programas de mestrado.

Eu falo com muito orgulho – eu estava à frente desses trabalhos de educação policial –: ter esse efetivo com esse alto nível intelectual é você ter o terreno fértil, e, depois, as sementes são as estratégias que você vai lançar. Em qualquer inovação que você queira fazer, as sementes que você vai fertilizar vão sempre brotar e germinar, porque você tem um terreno fertilizado, com pessoas capazes de entender do que a gente precisa.

Então, naquele momento que a gente iniciou, Dr. Marcelo, a gente tinha somente um doutor na Polícia Militar e, quando eu saí do comando, agora no início de 2019, final de 2018, a gente tinha mais de 50 doutores na Polícia Militar. De 17 mestres, nós deixamos mais de 300 mestres na corporação. A coisa foi melhorando e a gente passou a ter a polícia menos letal do Brasil, os erros diminuíram sensivelmente e a produtividade aumentou exponencialmente, posso dizer, porque o policial com conhecimento – não é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiuza? – entra na ocorrência e sai da ocorrência tranquilo. Com conhecimento, ele vai atender mais, porque ele tem segurança no que ele pode fazer. Com conhecimento, os erros diminuem muito e os acertos são muito maiores. E aqui no DF, a menor unidade da Federação geograficamente falando, onde recebemos 5 mil ligações diárias de ocorrências e problemas, o policial tem que estar muito bem preparado.

Agora, imagine Minas Gerais, onde nós temos a maior rede de municípios do mundo, 853, não é, Fiuza? Então, olhe o tamanho de Minas Gerais, de São Paulo, do Pará, que somam seus problemas à grande extensão territorial.

E o melhor de tudo: o policial tem capacidade de se aproximar muito mais da comunidade. O Prof. Egon Bittner, que é um tcheco radicado lá nos Estados Unidos, naquela série Edusp sobre policiamento contemporâneo, nos traz de onde devem vir os nossos policiais. Assim como os pais, quando chegam ao colégio, querem que os professores para os seus filhos venham das melhores universidades, assim como, quando nós vamos ao hospital, queremos que os médicos venham das melhores universidades, os policiais têm que vir também das melhores universidades. Então, nós façamos essa universidade ou levemos o conhecimento aos policiais, porque eu tenho certeza de que eles vão ser capazes de praticar as inovações de que o Capitão Fiuza vai falar, o Dr. Marcelo vai falar, o Dr. João Ambrósio.

Então, esse foi um *case* de sucesso que nós tivemos aqui no DF, corroborado com vários outros estados que caminham também dessa forma, várias outras instituições. E nesse projeto que começou, Senador – olha que interessante! – lá em 2005, em que várias outras polícias têm trabalhado, nós tivemos uma felicidade imensa, em 2020, de ter no Brasil – muita gente não sabe disso ainda – o reconhecimento da ciência policial como uma nova área do conhecimento das ciências naturais no Brasil.

Então, para todos, cumprimentando também todos que estão nos assistindo, no Brasil nós temos uma nova área de conhecimento, uma nova ciência. Qual é? A ciência policial. A Europa e os Estados Unidos já vêm, há alguns anos, há algumas décadas, na vanguarda desses trabalhos, e hoje, finalmente, nós temos no Brasil a ciência policial, fruto de um trabalho de várias instituições e de várias pessoas. Então, esse é o primeiro *case* de inovação, de sucesso que nós tivemos, que semeia, que dá estrutura para o que vem pela frente em todas as instituições.

E o segundo *case* dentre os que eu resolvi falar aqui, trazer para o senhor, é a questão dos modelos, o modelo de policiamento adotado no Brasil. E aí, tanto em Brasília quanto em Minas Gerais, a partir de 2016, nós começamos a utilizar algumas coisas que são utilizadas em outros países, e tivemos muito sucesso. O modelo policial do Brasil é o modelo bipartite, diferente dos outros países, em que as polícias, quando assumem a ocorrência, levam a ocorrência até o juiz; ou seja, elas fazem o ciclo completo de polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, a gente vem trabalhando. Temos, no momento, uma frente parlamentar tratando desse assunto, envolvendo todas as forças policiais. E nós fizemos uma parte disso, não é, João? As PMs de 14 estados hoje do Brasil lavram a ocorrência com crime de pena de até dois anos, o conhecido TCO, e encaminham diretamente para a Justiça. O que aconteceu aqui no DF quando nós implantamos isso em 2016? Imediatamente 2016 já foi... Obviamente que esse é um trabalho de toda a sociedade, de todas as polícias, dos Parlamentares, dos pais, das mães, mas, na polícia, nós temos dados muito concretos, aferíveis e tabulados. Em 2016 nós já tivemos aqui 60% de aumento de produtividade na Polícia Militar. Isso são gráficos hoje conhecidos. Tivemos, já em 2016, o menor número de homicídios desde 1990, aqui no Distrito Federal. Foi a primeira vez, desde 1990, que nós tivemos menos de 20 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. E não parou: em 2017 foi menor; 2018, menor; 2019, menor. E eu tenho acompanhado Minas Gerais, que está numa briga com o Distrito Federal – nós estamos ali empatados sempre, não é? Minas Gerais está com esse esforço e também com essa mesma política de segurança pública.

Em 2016 e 2017, maior redução de homicídios do Brasil – dados do fórum brasileiro –: Distrito Federal. Então, essa política hoje atinge e tem sido realizada em 14 estados do Brasil. A gente tem acompanhado *pari passu*, conversado com os comandantes. Estive à frente, João, do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais por três anos, lá com o Coronel Bianchini, com o Herbert. Então... O Coronel Lázaro está aqui em Brasília e nos ajuda nesse trabalho. E temos visto, Senador, que isso tem sido assim uma mudança da água para o vinho na produtividade e na redução dos homicídios no Brasil, para falar aqui somente de um tipo penal, o homicídio.

Infelizmente o Brasil é o primeiro país do mundo em número de homicídios em números absolutos – em números proporcionais não, mas em números absolutos somos –, então nós temos ainda muita coisa a fazer, nós temos muitas políticas para desenvolver e para entregar à sociedade, porque que contrato social é esse em que o homem saiu do estado em que os homens matavam os homens, tomavam a sua caça, a sua caverna, entrou no estado de sociedade para reivindicar direitos, primeiro à segurança, entre eles o direito à vida, e, passados 130 mil anos, nós temos no Brasil o país com mais homicídios no mundo?

Então, são muitos casos que nós temos aqui para falar, mas eu trouxe esses dois como casos de sucesso, com resultados aferíveis e que entregaram excelentes resultados aqui no DF preliminarmente.

Não sei se passei muito do tempo, mas vou ficar por aqui neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Coronel Nunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Coronel Nunes também é mestre em Ciência Política e em pesquisa na área de Modelos de Policiamento, possui graduação em Direito e Segurança Pública e também especializações em Direito Penal, Direito Processual Penal. É também docente do Ensino Superior de Ciências Policiais. Foi administrador aqui da Administração do Parkway, Diretor-Geral do DFTrans, chefe de gabinete e assessor jurídico na Câmara dos Deputados, chefe do Centro de Inteligência da Polícia Militar do DF, chefe do Estado Maior da Polícia Militar do DF e também Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

Vou passar a palavra agora ao Capitão João Paulo Fiuza da Silva, que é Adjunto de Gestão do Conhecimento e Inovação da Assessoria de Desenvolvimento Organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Ele também é mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas (UFMG); é graduado em Ciências Militares, área de Defesa Social, pela Academia da Polícia Militar de Minas Gerais e também em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros. Atua como Professor da disciplina Teoria das Organizações no curso de Especialização em Gestão da Polícia Ostensiva e no curso superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública, ambos oferecidos pela Academia da Polícia Militar. Possui experiência também na gestão de pessoas, é docente em nível de especialização em Direito Militar e atua na área de Gestão Estratégica, Gestão do Conhecimento e Inovação e Avaliação de Políticas Públicas.

Com a palavra, então, o nosso querido Capitão João Paulo Fiuza da Silva.

O SR. JOÃO PAULO FIUZA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, senhores; bom dia, Senador Izalci. Obrigado.

Antecipadamente, agradeço a honra de estar aqui representando a Polícia Militar neste evento, discutindo uma temática das mais relevantes em âmbito nacional e internacional hoje, e certamente para as instituições de segurança pública não é diferente.

Cumprimento também o Sr. Coronel Marcos Antônio, ex-Comandante-Geral da PMDF. O DF tem uma interação muito grande conosco aqui, principalmente na fronteira ali com Uberlândia. O pessoal da PM de Minas tem muita interação com Brasília. O Tenente-Coronel Lázaro mantém uma constante interação com a PMDF também.

Quero cumprimentar o perito Marcelo Nunes, da Polícia Civil do Distrito Federal, e o perito João Ambrósio, da Polícia Federal.

A minha fala aqui, na verdade, depois desse preâmbulo do Coronel Marcos Antônio, é de âmbito mais geral e de inovações institucionais na PMDF. Eu queria falar um pouco de uma experiência que nós temos vivenciado em Minas Gerais no sentido de implantar um projeto estruturante, que dê bases para a inovação em segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais e, naturalmente, irradiando isso para as demais instituições de segurança pública do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar um pouco aqui sobre um projeto que a Polícia Militar está implantando, o chamado Rede de Conhecimento e Inovação da Polícia Militar, cujas ideias-força que nós estabelecemos na instituição é integrar, inovar e desenvolver.

Então, trago aqui um breve preâmbulo contextual das institucionalidades de inovação em Minas Gerais.

Minas Gerais tem, desde 1995, na sua Constituição estadual, de forma positivada, o incentivo à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento científico. E nós, depois das inovações institucionais que foram feitas na Constituição Federal, também introduzimos uma inovação, que foi um orçamento específico para a inovação no nosso estado.

Nós temos na nossa Constituição estadual, hoje, estipulado 1%, pelo menos, da receita corrente ordinária do estado para que a nossa Fundação de Amparo à Pesquisa possa gerenciar e investir em projetos de inovação. Isso gira em torno de R$400 milhões por ano, para investir em pesquisa, em ciência, do ponto de vista acadêmico, mas também aquilo que está na fronteira da ciência para a inovação tecnológica, e isso tem representado para nós uma grande oportunidade para a inovação institucional e para a inovação tecnológica em Minas Gerais.

Em 2008, Minas Gerais também, logo após, na esteira da Lei 10.973, que foi o marco da ciência, tecnologia e inovação, editou sua própria lei estadual, também estabelecendo políticas de incentivo à inovação, à criação de empresas de base tecnológica em nosso Estado. Em 2018, no nosso estado, foi feita uma modernização dessa legislação, logo após, também, a revisão do marco nacional, em 2016. E nós temos, hoje, um decreto, desde 2018, também, o Decreto 47.442, que veio trazer políticas de incentivo à inovação em nosso estado.

Então, aqui, só um preâmbulo de como é, hoje, o contexto institucional da inovação em Minas Gerais.

Dando um pouco também, aqui, algumas informações sobre nosso ambiente, nosso ecossistema de inovação, aqui são alguns dados da nossa base do Sistema Mineiro de Inovação. Nós temos, hoje, em Minas, 976 *startups*. Minas hoje é reconhecida como uma referência nacional no incentivo à criação de *startups* e empresas de base tecnológica. Nós temos 105 instituições científicas tecnológicas, instituições de ensino superior e centros de P&D e temos 122 empresas de base tecnológica. Tudo isso representa um ambiente muito favorável ao modelo da Tríplice Hélice da Inovação, essa interação entre Governo, empresas e universidade.

Falando um pouquinho sobre a Polícia Militar de Minas Gerais, Minas Gerais tem uma Academia de Polícia Militar hoje que é credenciada como uma instituição científica e tecnológica, que faz parte do sistema estadual de educação. Ela é uma IES (Instituição de Ensino Superior), e preenche os requisitos legais para que funcione como uma ICT, a nossa Academia de Polícia Militar. Minas Gerais tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forte cultura de pesquisa. Seus cursos são de especialização há quase 30 anos. Há mais de 20 anos, produz diversas publicações, que, inclusive, são publicadas em dois periódicos, a revista *O Alferes* e também a revista de saúde e segurança pública.

Nós também fizemos um diagnóstico aqui de ambiente de inovação na nossa instituição e percebemos um grande interesse dos nossos militares e servidores civis de contribuir para as políticas de inovação do estado. Então, isso mostra um pouco nosso potencial inovador e as bases para esse projeto de que vamos falar um pouquinho aqui hoje com os senhores.

Minas Gerais também tem um histórico de desenvolvimento de soluções inovadoras. Ao longo da história, nós já desenvolvemos várias tecnologias para resolver, às vezes, problemas pontuais, mas que foram até mesmo incorporados pela indústria nacional, como, por exemplo, só para citar aqui, o armador e desarmador do cão da pistola Imbel MD7, que foi criado por um tenente-coronel aqui da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais e foi incorporado pela indústria nacional.

Nós temos um sistema de gestão da aviação hoje, que é até usado em diversos países, que também foi desenvolvido com a participação do capital intelectual aqui de Minas Gerais.

O Coronel Marcos Antônio comentou sobre o corpo de doutores e mestres da PMDF, que proporcionalmente tem mais que a gente ainda. Nós temos em torno de 35 militares na ativa hoje, não é? Minas não tem uma estrutura de formação de mestres endógena hoje, mas tem incentivo, através de bolsas para mestrado e doutorado. Hoje nós temos 389 mestres nos nossos quadros, em torno de 101 doutores e pós-doutores, através de incentivos, em parceria com a Fapemig, dentro do nosso programa de capacitação de RH no âmbito do estado.

Outro aspecto importante são as parcerias institucionais. Minas tem uma forte interação com as universidades, tem parceria com a Ufla, que é a Federal de Lavras, com a Federal de Viçosa, com a Estadual de Montes Claros, a Unimontes, com a UFMG, com a PUC, a Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, e a gente tem uma forte cultura de solução de problemas.

O Coronel Marcos Antônio é PM também e sabe como é que o PM tem essa lógica do engenho e arte, não é, Comandante? Se tem que resolver um problema, a gente procura inovar e resolver o problema.

E a pergunta que se coloca é: como a Polícia Militar poderia aproveitar essa ambiência? Nós propusemos, então, a criação do projeto Rede de Conhecimento e Inovação da instituição. Isso foi concebido no ano de 2019, exatamente tentando aproveitar todas essas potencialidades, e entrou em nosso Plano Estratégico 2020-2023 – está vencendo no ano que vem. Nós propusemos então um sistema, uma Rede de Conhecimento e Inovação que pudesse favorecer a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica em nossa instituição, fortalecer a cultura de pesquisa, fortalecer aquelas práticas que já existem na instituição, de compartilhamento e socialização do conhecimento, tudo isso buscando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecer o nosso capital intelectual, fortalecer as nossas capacidades institucionais, buscando modernizar a nossa instituição.

Eu acredito que a realidade de todas as polícias do Brasil hoje seja de escassez de detetives e de escassez de recursos, e, com a incorporação de tecnologia, seja do ponto de vista da tecnologia da informação, seja da própria inovação dos processos e dos serviços, a gente vai conseguir prestar serviços cada vez melhores para a sociedade com recursos cada vez mais escassos.

O projeto está estruturado em vários subprojetos. Nós temos aqui alguns que estão na base da gestão do conhecimento, outros na gestão da inovação.

Aqui, especificamente, nós vamos falar com os senhores sobre o Sistema de Inovação que foi implantado dentro da Rede de Conhecimento e Inovação. Nós o criamos em 2022. Está fresquinho! Publicamos uma resolução que criou então o Sistema de Inovação, um sistema que tem três níveis. Ele possui uma Câmara de Inovação, que é a Coordenação Estratégica; uma Coordenação Técnica e Operacional, que é a nossa Academia de Polícia Militar, onde eu tenho o nosso Núcleo de Inovação Tecnológica; e, no nível da Execução, eu tenho a previsão dos Núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento e dos chamados Agentes Locais de Inovação.

Apenas para os senhores entenderem um pouquinho da nossa estrutura, essa Câmara de Inovação é formada pelo nosso Chefe do Estado-Maior, que é o Presidente, e por representantes de diretorias que representam áreas estratégicas de resultados da instituição. Então aqui está a saúde... Nós temos a Diretoria de Saúde, temos o apoio logístico, a tecnologia e os sistemas, a inteligência, os recursos humanos. E esse órgão colegiado tem, então, a função de emitir as diretrizes para a inovação da instituição, de direcionar o orçamento e também de aprovar a nossa Política de Inovação.

A Academia de Polícia Militar é a nossa ICT, é a que vai fazer essa gestão operacional do nosso Sistema de Inovação. É ela que vai cuidar inclusive dos processos de proteção da propriedade intelectual, quando houver, e que vai coordenar os trabalhos do nosso Núcleo de Inovação Tecnológica e dos núcleos de P&D. Então, a Academia de Polícia Militar foi prevista aqui como uma entidade coordenadora do sistema do ponto de vista técnico e operacional.

O nosso Núcleo de Inovação Tecnológica funciona hoje dentro do nosso Centro de Pesquisa e Pós-Graduação. Nós temos uma unidade vinculada à Academia de Polícia Militar que se encarrega só de pesquisa e dos nossos cursos em nível de pós-graduação. Hoje nós temos 11 cursos de pós-graduação em funcionamento em diversas áreas: direitos humanos, direito militar, gestão em saúde, meio ambiente. Temos também hoje em processo de aprovação pela Capes um mestrado interinstitucional, em parceria com a Unimontes, na área de ciências policiais, em tecnologias inovadoras. Esse Núcleo de Inovação Tecnológica está lotado dentro do CPP, dada a sua vocação institucional. Ele, então, vai manter essa relação com os grupos de P&D e com os Agentes Locais de Inovação. O NIT tem suas atribuições dadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo marco legal de ciência, tecnologia e inovação. Ele, então, é responsável por fazer toda essa operacionalização e esse suporte aos projetos de P&D, à proteção da propriedade intelectual, à promoção da Política de Inovação da Polícia Militar.

Nós temos aqui também... Criamos, recentemente, os Agentes Locais de Inovação. O Coronel Marcos Antônio comentou sobre o tamanho do Estado de Minas Gerais e sobre o número de municípios. Nós temos 853 municípios. Nossa estrutura institucional tem 19 regiões de polícia, 19 áreas de coordenação e de planejamento. Nós temos 89 unidades de execução operacional. Temos ainda mais 11 diretorias na nossa instituição e um grande número de centros administrativos. Esses Agentes Locais de Inovação foram uma medida que nós implementamos dentro do sistema para dar capilaridade ao nosso Sistema de Inovação. Então, a ideia é que esses Agentes Locais de Inovação, que são militares ou servidores civis designados pelos respectivos comandos, possam fornecer suporte para os processos de inovação em âmbito local e também possam fomentar os processos de inovação em âmbito local. É aquele que vai perceber as necessidades locais e as oportunidades de inovação em âmbito local e fazer com que isso se comunique na rede e consiga ser aproveitado em âmbito institucional.

Nós hoje temos aqui – esse é um mapa – 84 Agentes Locais de Inovação, treinamos esses agentes locais na semana passada, durante um curso de uma semana com a nossa Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em uma parceria, em um acordo de cooperação que fizemos com eles. Nós estamos, então, estruturando paulatinamente esse sistema, para que ele possa gerar dividendos institucionais com a maior brevidade possível.

O nosso projeto, como eu disse, é recente, está em andamento, está com pouco mais de dois anos de funcionamento. Nós já conseguimos institucionalizar o sistema por meio de resolução, já celebramos um memorando de entendimento com a UFMG, para que ela possa nos apoiar principalmente na área de inteligência artificial, na área de pesquisa em tecnologia da informação.

Nós celebramos um acordo de cooperação técnica com a CTIT, que é a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica da UFMG, hoje uma das mais respeitadas do Brasil. A UFMG hoje é a segunda maior registradora de patentes, detentora de patentes registradas no Brasil. Então, é uma referência na área de inovação tecnológica. Então, ela está apoiando a Polícia Militar para implantar o Sistema de Inovação, para treinar os nossos agentes locais, como já mencionamos, para também implantar o nosso Núcleo de Inovação Tecnológica.

Temos um acordo de cooperação celebrado pela Unimontes, a nossa Universidade Estadual de Montes Claros, para a implantação do mestrado profissional. E já fizemos um treinamento dos Agentes Locais de Inovação e dos assessores jurídicos da nossa corporação.

Estamos trabalhando na estruturação do nosso Núcleo de Inovação Tecnológica, no nosso Centro de Pesquisa e Pós-graduação. Atualmente, nós já temos militares lotados nesse Núcleo de Inovação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já têm trabalhado inclusive em proteção de propriedade intelectual de tecnologias que nós já tínhamos legadas na instituição.

E ainda temos que trabalhar na estruturação dos núcleos de P&D, que seriam laboratórios implantados nas diretorias para poder fazer com que esse processo de inovação seja continuado e seja realmente o reflexo das necessidades e demandas da instituição.

E nós temos ainda que elaborar a nossa Política de Inovação e instituir um programa de incentivo à inovação. Então, essas são tarefas que nós nos propusemos aqui para a implantação desse projeto.

Aqui são apenas algumas experiências de sucesso e inovação na Polícia Militar. Nós implantamos o Sistema Hélios. O Sistema Hélios faz parte hoje de um projeto estratégico de governo chamado Divisa Segura. É um projeto proprietário da nossa Diretoria de Tecnologia e Sistemas, em que ele faz basicamente a parte da leitura de placas via OCR, via reconhecimento de caracteres, de todas as câmeras públicas e pontos de captação públicos de imagem, como radares, como câmeras de monitoramento de pedágios etc. Eles fazem, então, uma confrontação com a base de dados de TI do estado e conseguem detectar irregularidades. Conseguem, inclusive – já estamos trabalhando nisso –, detectar padrões, detectar a presença de comboios, por exemplo, de veículos.

Um dos maiores problemas que nós temos enfrentado hoje é a modalidade do Novo Cangaço. Como o Novo Cangaço hoje é uma realidade... Muito embora Minas tenha registrado números baixíssimos nos últimos anos, muito embora tenhamos pouquíssimos casos, ainda assim é um problema que, quando acontece, quando o fato acontece, gera um grande clamor público, uma grande insegurança. Então, normalmente, sabe-se que essas quadrilhas atuam com grande número de veículos, com grande número de pessoas. O Sistema Hélios está se preparando, com esforço institucional, em parceria com a UFMG, para que possa ser capaz de perceber isso a partir da utilização de IA e conseguir emitir alertas, para a atuação preventiva da Polícia Militar e do sistema de segurança pública do estado.

Nós temos também uma experiência bem-sucedida, que é a do Seed. O Seed é um programa do Governo também de incentivo ao empreendedorismo, ao surgimento de *startups* e à aceleração de *startups* em Minas Gerais. Esse Seed cria desafios tecnológicos oferecidos pelos órgãos de segurança do estado e por todos os órgãos do estado, para que *startups* possam apresentar soluções.

Um dos resultados que nós tivemos no último Seed, no último desafio feito, foi o Projeto 6º Mandamento para a empresa Ivare. Esse projeto – o "6º Mandamento" aqui é uma referência, no caso, ao mandamento "não matarás", dos Dez Mandamentos – é um projeto que pretende utilizar mineração de dados e inteligência artificial dentro de nossas bases da Polícia Militar e do sistema de segurança pública do estado para a predição de homicídios. A ideia é que ele verifique ali, a partir de inteligência artificial, a probabilidade de acontecer um homicídio, para que ali a Polícia Militar consiga atuar de forma preventiva. Os testes que temos realizado têm dado uma acurácia, até então, de 10%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também temos aqui uma experiência que foi a expansão da nossa rede de rádio digital, por meio de repetidoras de baixo tráfego.

Minas Gerais faz uma estratégia de instalação da sua rede, para tornar a sua rede digital segura, para colocá-la dentro do protocolo Apco 25, desde 2008. Nós já temos quase R$200 milhões investidos. É um projeto extremamente caro. Minas Gerais tem um relevo bastante característico, bastante acidentado. Então, uma das soluções que foi desenvolvida pelo nosso Centro de Tecnologia em Telecomunicações foi a de fazer a combinação de repetidoras de grande porte, que são repetidoras mais caras, com repetidoras de baixo tráfego. Isso permitiu que hoje cidades muito pequenas, que tenham um subdestacamento com seis, oito policiais, pudessem se comunicar através de rede digital e pudessem expandir a cobertura da rede. É uma tecnologia que não é nova. Quem é da área de rádio conhece isso com certa facilidade, mas nós temos uma inovação de uso, que foi incorporada pela Polícia Militar.

Nós temos aqui também – já estamos encaminhando para o final – atualmente um esforço para fazer a proteção intelectual de oito tecnologias que foram desenvolvidas por militares e servidores da nossa instituição. Aqui está apenas o nome sintético. Há algumas questões que ainda estão protegidas por sigilo. Mas nós temos aqui algumas projeções em andamento. A ideia é que possamos fazer registro de patente ou registro de inovação de uso, de utilidade, ou que possamos fazer registro de *know-how* e que possamos promover, a partir dessas estratégias, o desenvolvimento econômico e social, a soberania nacional. Essa é que é a lógica, porque, na verdade, nós estamos procurando valorizar aquele conhecimento que é produzido dentro das instituições de segurança pública e que, muitas vezes, é incorporado pelo mercado, que depois vem vender essa tecnologia para a própria instituição. Então, muitas tecnologias são protegidas para a participação da instituição de segurança pública, e depois a própria instituição tem que pagar para consumir aquela tecnologia, o que é um grande contrassenso.

Há alguns desafios que nós temos de consolidar, de fato, nesse Sistema de Inovação. É algo novo, que tem três anos, mas temos uma grande corrente favorável para que isso possa acontecer.

Nós tivemos recentemente a celebração de um termo de convênio para que possamos desenvolver a primeira encomenda tecnológica de segurança pública do Brasil. Então, a nossa fundação de apoio, a Fapemig, vai descentralizar o valor de R$4,5 milhões para que a Polícia Militar possa contratar no mercado uma ICT, uma empresa, para desenvolver a sua primeira Etec para um sistema de gestão de polícia ostensiva. Então nós temos a expectativa de que isso possa gerar um produto potente e pujante para ser, inclusive, aproveitado por outras instituições em âmbito nacional e internacional.

Outra questão também é que a gente transforme esse projeto em algo que realmente reflita em ganhos para a sociedade, para as instituições. Nós não queremos fazer algo aqui que seja apenas ético, bonito, mas algo, de fato, que gere dividendos positivos para a sociedade, ganhos de desempenho institucional, serviço de melhor qualidade, aproveitamento dos recursos, para que consigamos ter recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de melhor qualidade para o nosso policial trabalhar e serviços de maior qualidade para o cidadão na ponta.

Uma outra questão importante aqui – já finalizo – é a necessidade de a gente introduzir a temática de inovação em segurança pública como eixo estratégico das políticas de inovação, no Brasil. Mesmo na revisão de 2016, feita em âmbito nacional, mesmo em 2018, em Minas Gerais, nós não temos a temática da segurança pública como um eixo estratégico.

Não há dúvida de que é uma das áreas que mais consome recursos públicos. É um serviço, uma área extremamente intensiva em recursos, seja recursos humanos, seja recursos financeiros e logísticos, e oferece grandes oportunidades para o desenvolvimento de produtos, de tecnologias, para ganho de desempenho e para a geração de divisas para o país.

Então, com isso, eu encerro a minha fala agradecendo a atenção de todos os presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Capitão João Paulo.

Parabenizo a Polícia de Minas Gerais. Não é porque eu sou mineiro, não, mas tenho um orgulho muito grande da nossa terra.

Vou passar agora, então, para o Marcelo Nunes Gonçalves.

O Marcelo é Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal, é Mestre em Administração Pública com ênfase em Criminalística pela Fundação Getúlio Vargas e é graduado em Direito pelo Centro Universitário Euro-Americano e em Engenharia de Incêndio pela Academia de Bombeiro Militar. Possui especialização em Administração Pública também pela FGV, em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina e em Combate e Controle de Incêndios Florestais pela Universidade Federal do Paraná. Foi Praça Especial e Oficial do Corpo de Bombeiro Militar do DF, Perito Criminal do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do DF, Analista Legislativo de Registro e Redação Parlamentar do Senado Federal e atuou como Perito Criminal na Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do DF. Atualmente, é o Diretor Adjunto do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do DF.

Com a palavra, então, Marcelo Nunes. Seja bem-vindo!

O SR. MARCELO NUNES GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Bom dia, Exmo. Senador Izalci Lucas! Quero agradecer a V. Exa. pelo convite e por estar representando aqui o Instituto de Criminalística nesse tema tão importante para a segurança pública: as políticas de inovação para a segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os colegas, o Coronel Marco Antônio e o Capitão Fiuza, da Polícia Militar, nossa coirmã. Também tenho muitos amigos na Polícia Militar, já dei aula lá na antiga Academia de Polícia Militar – não é, Coronel? –, que agora é o Instituto Superior de Ciências Policiais.

Quero cumprimentar o Perito Criminal Federal João Ambrósio. Nós nos formamos juntos, João, há mais de 20 anos, lá na Academia de Polícia Civil, e você tomou rumo, depois, para a Polícia Federal, mas nós compartilhamos os primeiros ensinamentos em criminalística.

Espero contribuir para o debate. O que eu vim trazer hoje é praticamente um panorama dessas políticas de inovação no âmbito da criminalística. Então, eu vou compartilhar a tela para a gente verificar a apresentação dessa contribuição que o Instituto de Criminalística e a Polícia Científica têm dado à comunidade.

Então, iniciando, essas são as políticas de inovação em segurança pública, no caso da perícia criminal, e nossas contribuições.

O CPP, nosso Código de Processo Penal, diz em seu art. 6°:

> Art. 6° Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:
> I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;
> .....

Esse aí é o nosso *métier*, vamos dizer assim, é como a perícia criminal mais atua: em local de crime, mas também em vestígios oriundos de local de crime.

Então, tem as perguntas que sempre ficam: quem é o perito criminal? O que ele faz? E quais os requisitos?

Tentando responder, para nos ambientar aqui, o perito criminal é um servidor público que coloca seus conhecimentos técnicos a serviço da Justiça, porque, finalisticamente, o nosso laudo de perícia criminal vai amparar uma decisão, uma sentença do Poder Judiciário, absolutória ou condenatória.

Ele faz o quê? É o profissional que produz a prova material mediante a análise científica dos vestígios produzidos e deixados na prática de delitos. No Direito Processual Penal e no Direito Penal brasileiros, a prova material tem que estar demonstrada, de preferência, cientificamente – cientificamente –, para que possa haver uma sentença, sobretudo, de condenação.

E, finalmente, o CPP, no art. 159, diz:

> Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial [que são os peritos criminais, os peritos médico-legistas e os peritos odontologistas], [e obrigatoriamente] portador de diploma de curso superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses são os profissionais.

O nosso Instituto de Criminalística. Das nossas atribuições, a mais importante delas, obviamente, é realizar exames de corpo de delito e, dessa forma, esclarecer a autoria, a circunstância delituosa e a maneira como foi realizada a infração penal. Então, a gente procura, principalmente, trabalhar aqui na autoria, na circunstância, na maneira como foi realizada essa infração penal para tentar, ao máximo, ajudar a investigação policial e, finalisticamente, o Poder Judiciário.

Passando para as políticas de inovação, vamos para algumas seções no IC e os equipamentos que nós temos lá.

A primeira seção vai ser a seção antigamente chamada de Planejamento, Estatística e Informática, que hoje é a Seção de Engenharia de Software. Entre outras atividades, esta seção faz a gestão de tecnologia da informação do IC, coordena o desenvolvimento da implantação e a manutenção dos sistemas de tecnologia da informação. Isso tem sido muito importante, sobretudo, nesta última década, em que o Instituto de Criminalística aqui da Polícia Civil do Distrito Federal passou por uma modificação muito grande, enorme, principalmente ligada à tecnologia da informação. A gente conseguiu, por meio dos concursos, vários peritos criminais formados em informática, e esses peritos têm auxiliado sobremaneira na informatização, vamos dizer assim, na tecnologia da informação do próprio Instituto de Criminalística.

Anotações que eram feitas em local de crime – muitos aí devem ter aquela lembrança do perito criminal com uma prancheta e um papel na mão –, hoje em dia, já são feitas por meio de *tablets*. Então, o processamento do local de crime é muito mais rápido. As ferramentas que o perito criminal possui em local de crime são muito maiores do que antigamente, quando ele, praticamente, tinha só, e somente, o cérebro dele. Hoje, ele tem um banco de dados ali, junto ao *tablet*. Então, tudo isso vai auxiliando e melhora a prestação do serviço da perícia criminal.

Uma das inovações trazidas nessa última década foi o NEO, que é o nosso sistema de informação responsável pela gestão da cadeia de custódia, de solicitações, de exames, de documentos técnicos, de agendamentos de perícia e de serviços do Instituto de Criminalística. O NEO nada mais é do que um grande sistema que abarca todas as funções do Instituto de Criminalística, as funções, sobretudo, administrativas e algumas periciais também. Então, ele abarca também a cadeia de custódia de vestígios. A Lei nº 13.964, se não estou enganado, de 2019, veio trazendo algumas alterações no CPP, sobretudo, em relação à cadeia de custódia. Então, o trabalho em cima da cadeia de custódia, a preocupação com a cadeia de custódia ficou demonstrada nessa alteração do CPP, e a gente também, baseado nessa alteração – não que antes não se fizesse; obviamente, o perito criminal sempre teve um cuidado tamanho com a cadeia de custódia –, teve que incrementar mais ainda essa nossa preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cadeia de custódia, hoje, está ficando toda informatizada, vamos dizer assim. Qualquer servidor ou perito criminal ou alguém que tenha que fazer uma auditoria já pode saber instantaneamente onde estão os vestígios, por quais processamentos, por quais exames ele já passou e por quais seções ainda vai passar. Isso é muito importante para dar fidedignidade aos próprios exames, ao próprio trabalho da perícia criminal.

E, aí, rapidamente, um *dashboard* do nosso Neo.

Quando o perito abre essa tela, vamos dizer assim, ele consegue ver ali, principalmente, os exames pendentes, as pendências que ele tem, entre vários outros serviços, e os exames que ele tem que fazer. Isso também em relação à cadeia de custódia. A cadeia de custódia está aqui. Ele pode verificar ali onde está o vestígio ou para onde ele passou e qual o encaminhamento desse vestígio, que, finalisticamente, tem que ficar numa central de custódia de vestígios até o processamento, o julgamento.

E, aí, mais uma aba do nosso Neo, do nosso sistema. Hoje, para o perito, já é tudo mais informatizado; não tem mais aqueles grandes livros dos quais a gente tinha que fazer o arquivamento. A busca nesses livros era tremenda e difícil. Como hoje em dia é tudo informatizado, então, um vestígio criminal, uma ocorrência do Instituto de Criminalística é muito mais fácil de ser encontrada e com maior agilidade.

Mudando aí de seção, nós vamos para a Seção de Balística Forense.

Na Seção de Balística Forense, principalmente quem não milita com criminalística, mas assiste a séries, aos CSIs da vida aí sabe que o exame mais comum, o mais popular, vamos dizer assim, é o exame de confronto balístico, que é aquele exame em que se tem um padrão e um incriminado. Tem-se lá o projetil, que foi extraído do corpo da vítima ou do local de crime, e uma arma que possivelmente expeliu aquele projetil, então o perito faz o confronto e verifica se foi aquela arma que expeliu aquele projetil. Esse é o exame mais comum.

Hodiernamente, nós temos aí a solução Evofinder, que também veio aí na última década. Os sistemas informatizados de indexação balística servem como uma ferramenta auxiliar na execução de confrontos balísticos. Então, essa solução Evofinder é uma solução que vem para indexar esses confrontos balísticos, esses vestígios balísticos.

De maneira simplificada, o sistema dispõe de duas estações de aquisição aptas a escanear elementos balísticos, de modo a gerar imagens comparáveis entre si, em escalas de cinza, que são inseridas no banco de dados do sistema. Então, está lá o sistema, que faz esse escaneamento, escaneia os elementos, e o perito pega o padrão e o incriminado e tenta fazer correlações entre esses dois para tentar responder se aquele projetil saiu daquela arma de fogo ou se dois projetis, de locais até diferentes, foram expelidos pela mesma arma de fogo. Após esse processo, as áreas cotejáveis são marcadas pelos peritos criminais, permitindo que o sistema execute tarefas de correlação entre amostras de mesma natureza. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também é uma inovação da última década. Antigamente, os peritos tinham que fazer como? Era feito o mesmo sistema, só que o nosso arquivo era um arquivo físico. Aí, quando havia a suspeita de algum caso, então, desarquivava-se esse projetil e fazia-se a comparação no microscópio ótico, praticamente mecanicamente. Agora, o sistema faz isso semiautomatizado, vamos dizer assim, de forma semiautomatizada, e dá um *ranking:* os peritos realizam esse confronto balístico, e o Evofinder apresenta as primeiras posições da lista, apresenta a lista de ranqueamento. Por exemplo, o perito busca as dez primeiras posições e faz o cotejo, faz a comparação e tenta dizer se aquele projetil foi expelido por determinada arma de fogo.

Em 2020, a partir de 2020, na verdade, de janeiro de 2020, todos, todos os elementos balísticos incriminados pela Seção de Balística Forense que apresentem geometria adequada estão sendo inseridos no Evofinder. Então, desde 2020, nós estamos inserindo todos os elementos balísticos que tenham geometria adequada. Obviamente que, se o projetil ou o elemento balístico estiver muito danificado, fica impossível fazer essa inserção, mas, em sendo possível inserir, a gente tem inserido todos. De 2019 para trás, nós estamos fazendo paulatinamente. E, desses casos aí que nós estamos fazendo essas inserções de material coletado em exame de veículo, cadavérico, retirado de vítima e encaminhado ao IC ou encaminhado para o arquivo também na delegacia de polícia, de todos esses materiais nós temos conseguido muitas correlações. Então, diversas correlações entre diferentes elementos balísticos permitiram, até o momento, a elaboração de mais de 270 laudos de inteligência pericial.

Também são uma inovação, nessas políticas aí de inovação e segurança pública, os laudos de inteligência pericial, que eram uma espécie de laudo que nós não tínhamos há uma década. Como funciona esse laudo? É a perícia criminal um passo à frente, sem que ela simplesmente seja requisitada a fazer um exame. O básico ali do perito criminal é a autoridade policial, o Ministério Público ou o Poder Judiciário requisitar a perícia. Então, a gente faz a perícia e emite laudos de perícia criminal. Porém a gente percebeu que, em várias áreas da perícia – uma delas é a balística –, a gente pode fazer a análise entre locais, entre locais; na verdade, entre vestígios de locais. E, desde 2020, quando a gente começou a fazer a inserção e começou a fazer essa análise entre locais, a gente conseguiu emitir mais de 270 laudos de inteligência pericial sem que simplesmente tivessem sido requisitados. Tratava-se de alguma demanda reprimida que estava ali escondida da vista da investigação e da perícia criminal e que a gente conseguiu trazer à tona.

Esses laudos estão sendo encaminhados às delegacias de polícia de interesse que, em parte dos casos, ainda não haviam estabelecido uma correlação com base nos achados de investigação. Então, havia uma arma, por exemplo, e uma vítima de homicídio, porém essa arma foi utilizada em vários homicídios. E aí, com os laudos de inteligência pericial, por meio desse rastreamento entre alguns locais, a gente consegue determinar que a mesma arma, por exemplo, foi utilizada em vários locais.

Um exemplo aqui, por exemplo... Um exemplo, por exemplo, foi bom, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo é o 122° Laudo de Inteligência Pericial da Balística Forense, com cinco ocorrências distintas, em algumas regiões também distintas: Gama, Ceilândia, Taguatinga. No caso, foi feita a comparação entre essas cinco ocorrências e ficou constatado que uma arma de fogo foi utilizada em cinco ocorrências contra a vida, em ocorrências de homicídio, em diferentes áreas do Distrito Federal. A gente mapeou esses *hotspots* e encaminhou o laudo à delegacia de polícia. Às vezes – muitas vezes – informamos à autoridade policial que aquela ocorrência que ela está investigando com certeza tem correlação com a ocorrência de outra delegacia, porque a mesma arma de fogo foi utilizada.

Mudando aqui de seção, passando para a Seção de Perícias de Biometria Forense Audiovisuais, uma inovação interessante que a gente teve aqui foi esta, ultimamente: a estimativa da altura de uma pessoa a partir de uma foto ou de um vídeo.

A gente sabe que, hoje, com base em fotos nas redes sociais ou em vídeos – a gente está vivendo um grande *big brother*, com câmeras de vídeos espalhadas por todo o mundo –, a gente pode já estimar a altura de uma pessoa. Isso é importante, principalmente, nos casos de autores, para a gente indicar para a investigação que ela pode incluir pessoas no rol ou excluir pessoas dele.

Então, dependendo da qualidade da imagem, a Seção dispõe de algumas técnicas para estimar a altura de indivíduos que aparecem em gravações de câmeras de segurança, como estes dois casos. Pôde-se estimar para estes dois suspeitos ou dois investigados – o primeiro tinha 1,73m de altura estimada; e o suspeito b, 1,82m –, se a investigação estiver indo atrás dessas pessoas. Aqui, este indivíduo está de costas, é difícil uma identificação positiva; e este aqui está com a face praticamente toda coberta, também difícil de uma identificação positiva. Mas, pelo menos, a gente consegue estimar a altura deles. Então, pessoas muito mais altas ou muito mais baixas que essas alturas, com certeza, não serão esses indivíduos.

A estimativa de altura pode ser muito útil para auxiliar a investigação, possibilitando que suspeitos mais altos ou mais baixos sejam descartados. Aí afunila a investigação e melhora esse trabalho.

Outra seção de grande importância para nós é a Seção de Perícias de Informática (SPI), que tem trabalhado hoje em dia... tudo é informatizado. Cada um de nós carrega pelo menos um computador de grande potência no bolso, às vezes dois computadores, que são os nossos *smartphones*.

Além dos *smartphones*, nós temos uma infinidade de dispositivos, desde discos rígidos, servidores, *pen-drives*, *notebooks* ou computadores pessoais até os aparelhos de telefonia celular, *tablets* e *smartphones*.

Esses dispositivos, obviamente, são utilizados em vários locais, nas residências, nos próprios carros. Às vezes, a tecnologia é embarcada nesse veículo. Um aparelho de celular, como eu falei, tanto a vítima como o autor, muitas vezes cada um está portando seu aparelho celular, com várias informações, até com GPS. Há vídeos de segurança em vários locais e uso de *tablets*, *smartphones*, como a gente falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De dispositivo móvel, o aparelho celular é o mais comum. Nós temos uma demanda reprimida lá de milhares de aparelhos celulares em que são feitas perícias todos os dias, porque, em todo local, praticamente, um aparelho celular está envolvido. Aí há senhas, vídeos, músicas, filmagens, fotos, transações bancárias, uma série de coisas nesses aparelhos celulares.

Para fazer a recuperação, muitas vezes peritos trabalham. A gente recebe aparelhos bem danificados, às vezes com tiros e impacto de projéteis expelidos por arma de fogo, e os peritos devem fazer a recuperação, um trabalho mecânico que é feito, mas conseguimos bons resultados.

Por exemplo, nesta conversa, via WhatsApp ou via algum aplicativo de conversas, a conversa ali pede: "Manda a foto do verde aí de 160". Aí o camarada manda a foto. Então, a autoria, até a materialidade do crime já está inserida no próprio aparelho de telefonia celular. Está aí a fotografia do "verde de 160".

Muitas vezes, os autores têm, nos seus equipamentos, nos seus celulares, fotografias da própria droga, de balanças ou fotografias de si mesmos, portando armas de fogo, posse ou porte de arma de fogo. E a gente consegue fazer essa perícia.

As organizações criminosas também. A gente depende de uma solução, porque nós temos que ter especialistas em tecnologia, e cada vez nós mais temos mais; uma etapa inicial de filtragem na própria investigação, a gente também precisa de alguns especialistas lá na ponta, como agentes de polícia e alguns delegados; novas formas de análise; e o poder computacional, cada vez maior, para o nosso armazenamento, o processamento de dados e a feitura dessas análises.

Então o modelo ideal. Primeiro, a gente tem que ter uma bancada de *hardwares* potentes, e os *softwares* também não podem deixar de ser potentes, e o treinamento que a gente faz em apoio, com polícias científicas nacionais, e mesmo internacionais, e com a academia, a própria UnB, as outras universidades federais, e por aí vai.

No laboratório de biologia forense, que tem como trabalho, coletar análise histológica, toxicológica e biológica de pelos e etc.

Vou trazer um caso aqui também interessante, que é muito recente, que foi a análise da criminologia ambiental de casos de estupro no DF. Resumidamente, essas duas peritas criminais fizeram um trabalho com o intuito de analisar a ocorrência de estupros no DF, no ano de 2018. E parecido com o que eu falei da balística, o que elas fizeram? Elas verificaram que tinha o mesmo *modus operandi* em algumas ocorrências e elas conseguiram correlacionar, fazendo exames ali da calcinha, da blusa e da calça da vítima, que foram apresentadas no IC, a detecção de DNA de origem masculina no conteúdo vaginal lá na perícia do IML, fizeram todas essas correlações, e no final, a conclusão, conseguiram encontrar o seguinte: "Em amostras relacionadas às ocorrências policiais [...] da 30ª DP, coletadas ou da vítima e/ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suas vestes, foi obtido perfil genético masculino idêntico, indicando que a autoria dessas duas ocorrências está relacionada a um mesmo indivíduo".

Então também um laudo de inteligência pericial, que partiu do laboratório de biologia forense do IC, correlacionando duas ocorrências, que a investigação ainda não tinha conseguido correlacionar, com base nos vestígios materiais.

Ainda em relação a laboratório, nós temos os laboratórios de química e física forenses. E aí eu vou apresentar aqui uma série de equipamentos que tem lá, que é o nosso parque analítico. Então nós temos o Raman, o infravermelho com microscópio acoplado, os densímetros digitais... E aí está a parte do nosso parque analítico. Nós temos cromatógrafos gasosos aqui. Aqui também é um aparelho que faz análise termogravimétrica, também cromatografia gasosa, já com detector de ionização de chama. Enfim, uma série de equipamentos que os peritos criminais de laboratório utilizam, para fazer uma série de exames. E o parque analítico tem que ser grande, tem que ser capaz de fazer essas análises e realmente é um parque analítico caro.

A perícia criminal, a polícia científica é uma polícia cara, mas que dá resultados, e a gente fica, entre muitas aspas, refém desses equipamentos. Nós precisamos de equipamentos para fazer uma série de análises. Por exemplo, pesquisas de maconha, THC; pesquisas de cocaína; pesquisa de substâncias proscritas; pesquisas de Rohypnol, de anabolizantes, de intoxicantes e de inalantes; líquidos inflamáveis também, nos casos de incêndio; de autenticidade de bebidas, o que tem sido muito comum no IC; material explosivo; determinação de teor alcoólico; pesquisas de metais; exame de comparação de fibras e uma série de outros exames. Cada um desses exames aqui auxilia os peritos criminais, lá da ponta, a darem soluções para os seus laudos de perícia criminal, na análise de locais, ou mesmo auxilia já a delegacia de polícia ou o Poder Judiciário, finalisticamente, ali na sentença.

Nós temos também a perícia da Seção de Delitos de Trânsito, que fez um trabalho excepcional. Tem uns três, quatro anos que eles fizeram essa pesquisa para aprimorar os cálculos de velocidade em perícias de acidente de trânsito. Esses cálculos de velocidade são importantes para a causa determinante. Se estiver muito veloz, muitas vezes, essa velocidade é que foi a causadora do acidente e, às vezes, há o agravamento dos danos e lesões. Se a velocidade fosse menor ou fosse a velocidade de placa, o acidente poderia até ter ocorrido, mas com menos danos e menos lesões. Quando a gente fala lesões aqui, a gente pode entender até óbitos, isso pode levar até à morte.

Então, há vários casos: casos de atropelamento, interceptação vezes excesso de velocidade ou mesmo colisão traseira – um carro para, o outro está em excesso de velocidade e não consegue parar. E há uma série de cálculos que são feitos lá, mas, principalmente, para verificar a conservação de energia e tentar identificar o quê? Tentar identificar não, a gente utiliza o coeficiente de atrito. Resumidamente falando, cada substrato, cada pista ali vai ter um coeficiente de atrito diferente – uma pista é mais lisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pista é mais rugosa, se está em terra, se está em brita, etc. – e eles fizeram esse trabalho para tentar encontrar esse coeficiente de atrito.

Rapidamente, já está terminando aqui. Eles desenvolveram esse equipamento, construído por quatro peritos criminais lá do Instituto de Criminalística para verificar os coeficientes de atrito em diversas pistas diferentes. Então, o equipamento, construído por eles mesmos, tinha uma central de automação, uma roda livre, um de espargidor tinta e um controle dos motores do equipamento. Chegaram a algumas conclusões: ele forneceu medidas de velocidade precisas nos testes e o mais importante aqui dessas conclusões é que os coeficientes de atrito encontrados estão condizentes com a bibliografia especializada, ou seja, eles conseguiram, em um determinado momento da pesquisa deles, dizer que o que a academia está pesquisando, há muitos anos, o que a gente utiliza como coeficiente de atrito, tem funcionado adequadamente.

Eu queria agradecer aos peritos criminais Bárbara, Borges, Caldas, Regis, Soares, Alex e Humanes, que me enviaram bastante material para eu poder fazer essa apresentação. Nada no IC é feito sozinho, nada parte da nossa cabeça sozinho. Estão aí os meus contatos de *e-mail* e redes sociais e quero agradecer muito a todos.

Falando só mais uma coisinha que eu deixei de botar aqui, mas a gente tem uma parceria também com a UnB. A gente está fazendo um estudo de entomologia forense, que é aquela fauna cadavérica, que visita o cadáver logo após a morte, para a gente tentar estimar o tempo de morte e a gente utiliza, como eu falei também, os *tablets* e os *drones*. Os *drones* foram uma inovação que a gente tem utilizado muito para medidas de área, para dano ambiental, para feituras de croquis em locais de acidentes de trânsito, de morte violenta, etc. Então, política de inovação na área da criminalística é o que mais tem e o que sempre vai ter. A gente está sempre um passo, correndo atrás dessas inovações em criminalística.

Perfeito? Acho que é isso? Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Marcelo.

Bem, o nosso último convidado aqui, João Carlos Laboissière Ambrósio, é Perito Criminal Federal da Polícia Federal, Mestre em Química pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. É graduado em Química pela Universidade de Brasília, (UnB), ocupou a Chefia do Setor Técnico-Científico da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, e atuou como Chefe Substituto da área de Perícias Externas do Instituto Nacional de Criminalística, no serviço de Perícia de Laboratório do Instituto Nacional de Criminalística e Coordenador-Geral de Pesquisa e Inovação da Diretoria de Políticas de Segurança Pública da Senasp, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, ficando à frente de diversos projetos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Organizou o 1° Simpósio Nacional sobre Drogas Sintéticas, foi autor do artigo: "O crescimento do uso de drogas sintéticas 'legais' no Brasil",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre aspas, e foi Presidente da Academia Brasileira de Ciências Forenses e membro da Academia Americana de Ciências Forenses.

Com a palavra, o nosso querido João Carlos.

Obrigado pela presença.

O SR. JOÃO CARLOS LABOISSIÈRE AMBRÓSIO (Para expor.) – Eu que agradeço ao senhor, Senador Izalci, pelo convite, na pessoa de quem eu cumprimento os demais palestrantes, o Coronel Marcos, ao Marcelo – até agradeço ao Marcelo, a sua apresentação facilitou muito a minha –, o Coronel João Paulo também, da Polícia Militar de Minas.

Eu vou aproveitar e vou até roubar um pouquinho de cada uma dessas apresentações porque elas complementam bem o que eu gostaria de falar hoje aqui para os senhores e senhoras e para o nosso público.

Eu vou fazer uma apresentação mais genérica, um pouco. O Marcelo me ajudou bastante porque já entrou nos detalhes, mas deixo os meus contatos, o meu *e-mail* e a minha rede social, para aqueles que quiserem fazer outras perguntas sobre a apresentação.

Normalmente, quando a gente lê ou ouve falar de segurança pública, tipicamente a gente ouve falar do chamado "trio parada dura" da segurança pública, que são os investimentos em viaturas, armas e coletes. E aqui é preciso deixar claro que não se trata de uma crítica ou de uma disputa, é importante reconhecer a necessidade de equipamentos de ponta, equipamentos novos para os servidores da segurança pública e, sem dúvida, viaturas, armas e coletes fazem uma diferença grande para a vida do nosso policial, mas, muitas vezes, a gente faz esses investimentos ou o Executivo faz esses investimentos em detrimento de inovação, de pesquisa e de novas tecnologias.

E aqui é importante lembrar que boa parte das sociedades que venceram essa barreira da pobreza, que avançaram nos seus índices de qualidade de vida, o fizeram através de investimentos em educação, inovação e ciência. Então, é preciso que a gente encontre um meio-termo, um equilíbrio entre investir naquilo que é essencial para o dia a dia, mas sem esquecer a importância da ciência e da inovação não só para a segurança pública, mas para o próprio desenvolvimento do país.

Eu trouxe aqui alguns exemplos de políticas de segurança pública que estão sendo desenvolvidas que, eu acredito, têm um potencial grande para a sociedade brasileira. Portanto, eu vou falar de uma forma um pouco mais genérica, sem entrar em maiores detalhes técnicos.

O primeiro deles, Senador, eu acho que é um... Já não posso nem dizer que é uma inovação porque é um algo que está muito bem estabelecido no país, que é a rede integrada de bancos de perfis genéticos. A rede tem, hoje, cerca de 112 mil pessoas cadastradas, é utilizada também para localização de pessoas desaparecidas, mas o que eu queria demonstrar aqui é a relação direta que existe entre o número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas cadastradas, tipicamente pessoas já condenadas com crimes hediondos ou crimes de grande potencial lesivo, e a correlação direta que isso tem com o número de casos e investigações auxiliadas.

Então, se nós prestarmos atenção nesses dois eslaides, nós veremos também que, a partir de maio de 2019, quando houve um avanço maior nessa política de cadastramento, o número de investigações e de casos resolvidos cresce de maneira proporcional, casos de enorme repercussão para o país, como o caso da menina Rachel Genofre, que foi um caso que ficou em aberto desde 2008 – então quase 15 anos o caso em aberto –, e, com essa proposta de se fortalecer o banco, a pessoa que estava já com passagem na polícia e que já tinha o seu DNA cadastrado foi reconhecida; ou, como citou o Coronel Marcos, o novo cangaço, que se tornou aí uma forma de pânico nas cidades brasileiras, de ataque; tivemos um caso de grande repercussão quando o banco conseguiu correlacionar o assalto à Prosegur a 18 outros crimes cometidos entre 2013 e 2019 em sete estados brasileiros.

E aqui, Senador, eu trago um estudo científico realizado por uma pesquisadora americana chamada Jennifer Doleac, que estudou os efeitos – ela não é cientista forense; na verdade, ela é economista – e fez um estudo econométrico sobre o custo para se evitar um crime. A verdade é que a segurança pública, acima de tudo, deve prevenir. Você elucidar um caso é obviamente importante, mas o ideal é que a gente não tenha crimes. Então, ela fez um estudo – eu deixei ali a referência –, publicado no *American Economic Journal*, e provou que existe um valor agregado para qualquer impacto que você tenha. Para você evitar um crime grave, aumentando a pena do crime, isso custa ao estado US$7,6 mil; contratando mais policiais, esse custo sai por US$26,3 mil a US$62,5 mil; investindo no banco de dados de DNA, esse custo cai para US$555; ou seja, é uma ferramenta relativamente barata e que dá excelentes resultados.

Mas aqui eu trago – peço atenção ao senhor, Senador Izalci, até porque o senhor é membro da Comissão de Segurança Pública, membro titular – que o pacote anticrime traz um retrocesso para o uso dessa ferramenta quando ele retira a previsão de inserção dos crimes cometidos no art. 1º da Lei 8.072. Então, com a atual redação, crimes como furto com explosivos, genocídios, posse ou porte de arma de uso proibido, comércio ilegal de arma proibido, crimes hediondos, há uma dúvida jurídica se as pessoas que cometem esses crimes podem ter o seu DNA coletado ou não. Então, na prática, essa atualização que houve retirou do banco todas essas pessoas.

Nós temos aqui, no próprio Senado, duas proposições que estão em andamento. A mais adiantada é a proposição da Senadora Leila Barros, que já foi apreciada pelo Relator e está disponível para votação na Comissão de Segurança Pública, que restabelece a previsão de que pessoas que cometeram crimes hediondos tenham seu DNA coletado.

Então, aqui fica nosso apelo ao senhor para que essa proposição caminhe, porque, prosperando, teremos a possibilidade de resolver vários crimes, inclusive os relacionados ao novo cangaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto – e o Marcelo já falou tecnicamente muito bem dele –, que é o Sistema Nacional de Análise Balística, é, basicamente, pegar aquela solução que o DF vem utilizando e utilizá-la para todo o Brasil. É um projeto que eu tive o prazer de coordenar, à frente da Senasp, que também vem da Lei 13.964, que prevê a criação de um banco nacional de perfis balísticos.

O Marcelo já falou da parte técnica, não vou me deter, mas é possível você correlacionar uma munição de local de crime a uma arma de crime. Isso tem um grande interesse justamente para fazer essas correlações de homicídios, de tráfico de drogas, do novo cangaço... Muitas vezes, essas armas são utilizadas em diversos crimes.

Hoje, nós já temos quatro estados: Pará, Pernambuco, Paraná e... Na verdade, são seis estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, além da... Peço desculpas porque ali eu dupliquei a PF, mas o DF também já está integrado. Então, nós teremos uma grande rede de comparação de dados balísticos. Essa é a atual situação. Mas percebam o resultado, Senador. Com 43 dias de implementação, o Paraná já deu dois resultados confirmados de triplo homicídio ou duplo homicídio. Em Pernambuco, já foram dez casos correlacionados.

Até convido o senhor...

Houve uma matéria muito interessante no Fantástico há cerca de dois fins de semana falando do banco. Mas são soluções em que a tecnologia vem auxiliar toda a sociedade, e não só a perícia criminal.

Os sistemas de reconhecimento facial para a segurança pública é um tema polêmico, é um tema que precisa ser bastante discutido, porque trata de certos direitos individuais do cidadão, trata também de erros, o que eu vou abordar aqui, mas as potencialidades que ele tem são enormes, como a redução de fraudes em processo de identificação e emissão de documentos, facilitação na prestação de serviços do Governo ao cidadão, localização de desaparecidos, localização de foragidos da Justiça e determinação de autores de crime.

Então, o primeiro ponto que eu queria abordar, de reconhecimento facial, Senador, é que houve um enorme avanço na qualidade desses algoritmos.

Esse é um teste que é realizado anualmente pelo Nist, que é o equivalente americano do Inmetro. Ele testa a qualidade desses *softwares* e, em dois anos, houve uma redução de 10 vezes no número de resultados incorretos. O Nist estima hoje que, numa base de dados de 12 milhões de imagens, o erro gira em torno de 0,1%, se aproximando da qualidade que se obtém com os *softwares* de impressão digital. Então ele já vem sendo utilizado e traz uma série de benefícios.

Eu trouxe aqui algumas manchetes: ele identifica fraudes na emissão de títulos eleitorais; ele é uma prova de vida dos aposentados – a gente sabe que o Brasil sofre muito com pessoas que têm duas, três, quatro, cinco, sete, até vinte identidades e se utilizam desse golpe para retirar dinheiro do Estado, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observa bastante isso –; tem também o uso em causas humanitárias, para o reconhecimento de pessoas desaparecidas, para a localização de pessoas desaparecidas; e para os foragidos também – com teste feito pela Polícia Militar de Salvador, 42 foragidos foram identificados pelo uso de reconhecimento facial no Carnaval. E é uma tecnologia hoje que, mesmo com mudança de rosto, alterações, ainda é capaz de dar uma indicação, como nesse caso em que o traficante mais procurado da América do Sul foi preso mesmo após ter feito uma cirurgia para mudança de rosto – esse é um caso famoso, o Cabeça Branca, e as transformações de rosto a que ele se submeteu.

Mas, como qualquer tecnologia... Eu falo isto para o senhor: se alguém trouxer para o senhor uma tecnologia supostamente infalível, que não comete erros, essa pessoa está mentindo. Então, como qualquer tecnologia, ela, sim, tem seus problemas, e aqui eu também trouxe alguns casos em que pessoas foram incorretamente detidas ou presas por conta de problemas de comparações faciais. Aqui em Brasília mesmo nós tivemos dois casos seguidos em que uma pessoa foi presa e depois reconheceu-se que não se tratava da pessoa certa. Então é preciso que isso seja feito de forma muito científica.

Esse sistema não prescinde da atuação de um especialista, de um perito criminal. O sistema dá uma série de candidatos, uma série de possibilidades, e aí entra o trabalho do perito criminal para olhar cada uma dessas imagens e dizer qual é a imagem que é correta. Tudo isso é feito através de diretrizes que hoje já são muito bem estabelecidas internacionalmente.

Nós não podemos achar que essas soluções vão dar a resposta correta automaticamente e agir em cima dela. Como o Marcelo mencionou, é um dado investigativo que precisa ser aprofundado para que não se cometam arbitrariedades e prisões de pessoas inocentes.

Outra tecnologia hoje, essa, sim, mais na área de inovação, mas também já com enormes possibilidades, é o uso de isótopos estáveis, uma espécie de marcador químico que os seres vivos ou mesmo metais como o próprio ouro carregam. Então, essa tecnologia vem sendo utilizada bastante em crimes ambientais, em que você tem uma assinatura química, por exemplo, da madeira que vem sendo extraída da Amazônia e exportada para outros países; pode ser utilizada para fazer rastreamento de drogas de abuso, então, a droga que vem da Bolívia tem uma assinatura química que difere, por exemplo, da droga que vem do Paraguai, da Colômbia. Fazendo uma análise através de isótopos estáveis, a gente consegue dizer quais são as principais rotas do tráfico para o Brasil.

A Polícia Federal hoje vem desenvolvendo um estudo para análise de ouro, para a gente poder determinar se o ouro vem de garimpos ilegais, de onde vem a extração desse ouro.

E também existe seu aspecto humanitário, porque nós humanos também temos uma marcação química, uma assinatura química, que vem da água e dos alimentos que nós consumimos, e ajuda a espacializar, por exemplo, uma ossada da qual nada se sabe, porque ela não tem correlação ali no banco de DNA. Fazendo a análise química dela, a gente pode dizer: essa pessoa vem da Região Sul do país, vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Região Norte do país, dependendo dos dados se consegue dizer que ela vem de uma certa região do estado. É uma tecnologia hoje que vem avançando muito e que tem tido resultados bastante promissores em várias áreas da segurança pública.

Temos aqui vários exemplos, como a marcação de agrotóxicos, para dizer se o agrotóxico tem origem fidedigna. Alguns países da Europa já usam para fazer análise de vinho, para dizer se o vinho é da região de Champagne ou de Bordeaux. Então, isso vem ganhando um grande peso não só na segurança pública, mas também em vários outros setores da economia.

Um último exemplo que trago para o senhor é o Programa Brasil Mais, que é um conjunto de satélites utilizados para fazer mapeamento diário de diversos casos de repercussão, como desmatamento ilegal, queimadas, rompimento de barragens, mineração irregular, pistas clandestinas, fraudes no manejo florestal, plantio de ilícitos e fraudes em obras.

Então, diariamente isso é disponível para todos os órgãos de segurança pública. Você tem imagens diárias do Brasil, de toda a região, toda a extensão do Brasil. Ele cobre 8,6 milhões de quilômetros quadrados, 100% do Brasil hoje é coberto por esse programa. E ele consegue identificar, por exemplo, detecção de mudanças.

Ali, por exemplo, no dia 31/7 e no dia 1°/8, claramente se vê a construção ali de uma pista de pouso clandestina de 1,1 milhão de quilômetros quadrados, que surgiu entre os dias 31/7 e 1°/8. Ele te dá a exata localização. Isso, Senador, é feito automaticamente. Ele tem um *software* de detecção dessas imagens e faz uma análise constante. Isso é disponibilizado para toda a segurança pública – não só para a segurança pública, na verdade, que é o que eu queria dizer, mas para todos os órgãos do Executivo federal e estadual.

Então, queimadas, desmatamento, corte seletivo de árvores, abertura de vias, mineração irregular, tudo isso é disponibilizado por esse conjunto de satélites, plantação de drogas ilícitas, criação de estradas. Então, é uma metodologia que foi desenvolvida aqui em conjunto com os peritos brasileiros.

Então, Senador, acho que basicamente esses eram os projetos. Existem vários outros projetos que a gente poderia discutir, mas eu gostaria de finalizar justamente trazendo algo da apresentação do Coronel João Paulo, em que ele fala que é preciso garantir recursos para o desenvolvimento da ciência.

O Marcelo relembrou que a ciência não é barata. Muitas vezes a gente investe em ciência e os resultados não são aqueles que a gente gostaria que fossem, mas, como eu disse, para um país avançar, ele precisa investir em ciência e inovação, e na segurança pública não é diferente.

Agradeço aí novamente o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu que agradeço e reforço essa colocação importante. Eu, como fui Secretário de Ciência e Tecnologia por dois mandatos, sei da importância do investimento em ciência, tecnologia, inovação e pesquisa.

Bem, nós temos aqui algumas colocações, perguntas que internautas encaminharam pelo e-Cidadania.

Aline Queiroz, aqui do Distrito Federal, pergunta: "Como é a integração entre os órgãos de segurança e as políticas públicas relacionadas a menores infratores?".

O Coronel Nunes deve estar mais chegado a essa questão.

Eu vou fazer todas as colocações e depois, na medida do possível, vocês vão respondendo e já fazem as considerações finais.

Douglas Henrique, de São Paulo: "Quais inovações tendem a contribuir com a mitigação dos índices de violência nos estados? Tecnologia aliada a recursos humanos?".

Vitória Alves, da Bahia: "Quais são as propostas de melhorias para a segurança pública? De que modo essas medidas podem ser aplicadas efetivamente na sociedade?".

Daniele Figueiredo, do Rio Grande do Sul: "Investir em mais policiamento e em mais combate à criminalidade seria formas de melhorar/inovar a questão da segurança pública?". Guilherme Viana, de Minas Gerais: "Sr. Capitão [...] Fiuza [...], sobre o projeto Olho Vivo, implantado em MG, por que ele perdeu força e não foi implantado no interior?".

E faço mais algumas colocações também aqui.

Que ideias V. Sas. têm para incrementar a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher? V. Sas. poderiam dar alguma sugestão de ação para prevenir e combater a prática de estupros? De que maneira poderemos evitar ou reprimir o Novo Cangaço e o domínio de cidades? Que medidas poderiam ser tomadas para impedir que falsos entregadores de aplicativo realizem assaltos? O que V. Sas. acham do uso de câmeras por policiais em operações e abordagens? Que novas tecnologias vêm sendo usadas nas rondas, nas investigações e nas perícias? Além dos bancos de perfis genéticos, impressões digitais, perfis balísticos e perfis químicos de drogas, há outros que poderiam ser implementados, como banco de voz, íris, etc.?

E há mais algumas aqui.

Por que os furtos e roubos de celulares e as fraudes eletrônicas continuam tão atrativos para os criminosos? Não existem mecanismos para bloquear aparelho e *chips* ou rastrear os autores dos golpes bancários ou de zap, de WhatsApp, de modo que esses crimes deixem de compensar? Como poderíamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coibir os desvios de conduta dos agentes de segurança, as milícias, os grupos de extermínio, a corrupção, os abusos de autoridade etc.?

São algumas perguntas dos nossos internautas e também da nossa Comissão.

Eu vou repassar a palavra agora para que vocês possam responder a essas perguntas, já agradecendo também a participação de cada um de vocês, que é muito importante. Quero parabenizá-los pelo trabalho.

Eu sei da dificuldade da questão da segurança por falta de investimento, falta de inovação, falta de troca de informação. Vê-se que muitos estados ainda não trocam informações. Só essas informações cruzadas já amenizam bastante a situação dos crimes. Há atores aí que já fizeram centenas, dezenas de crimes. Se não houvesse essa troca de informações, como os estados estão fazendo agora, eles não iriam descobrir isso. Então, a gente precisa obter um mecanismo para incentivar estados e municípios a trocarem informações, compartilharem informações de cada um.

Então, eu vou passar, já agradecendo a todos, para o Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, para fazer as considerações com relação a essas perguntas e também já fazer suas considerações finais na nossa audiência pública.

O SR. MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, agradecendo as perguntas, também agradeço a oportunidade de estar aqui com os demais companheiros durante esta manhã de boas reflexões.

Nós que já estamos na Reserva e passamos mais de 30 anos nas corporações nos deparamos diariamente com essas questões todas que foram colocadas aí. E foram tantas, não é? Cada uma delas já daria uma manhã aqui de reflexão, de conversa sobre isso.

Mas a primeira pergunta que me foi encaminhada foi sobre a integração dos órgãos. Esse é um trabalho diário que as corporações fazem, não somente em nível estadual, mas em relação às corporações dos outros estados, buscando troca de informações, troca de experiências, intercâmbio. As corporações fazem cursos e mandam os seus policiais fazerem cursos nas outras corporações. Isso tem ajudado muito.

No âmbito operacional, em cada estado, nós temos uma Secretaria de Segurança, que coordena essas ações, promove uma interação entre as corporações, para que elas conversem. Nessa troca de informações, a gente consegue muitos frutos positivos porque uma corporação passa a entender o limite da outra, uma corporação ajuda a outra naquilo que ela precisa. Mas isso, também, é um longo caminho ainda, é uma construção que se faz diariamente. Precisamos avançar muito ainda, principalmente com a ajuda da comunidade.

Nessa mesma pergunta, foi questionado sobre os projetos em relação à violência doméstica e em relação aos jovens, às crianças e aos adolescentes. Basicamente, todas as corporações policiais do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm programas sociais na prevenção primária e atuam não somente na atividade fim. Por exemplo, a Polícia Militar está nas ruas, fazendo o policiamento ostensivo e preventivo, mas também tem uma série de outras ações que desenvolve, ações sociais e ações de inibição do crime.

Aqui em Brasília, por exemplo – e eu vi isso na viatura de Minas –, temos o programa de prevenção à violência doméstica. Não é isso, Capitão Fiuza? Como funciona essa questão da violência doméstica no DF? Aqui, o programa se chama Provid, que é um programa de proteção e prevenção à violência doméstica. Sempre que há violência doméstica – normalmente, é contra a mulher, mas, às vezes, é contra os filhos –, tanto o juiz quanto as delegacias ou a própria viatura encaminham para uma seção própria que nós temos dentro de cada quartel. Uma equipe passa, a partir de uma triagem, a visitar a mulher e também o marido. A gente percebeu, ao longo do tempo, que aquela distância recomendada, quando o marido não pode se aproximar, ficava adstrita ao papel. Temos vários exemplos Brasil afora de que, mesmo com essa medida de proteção, o marido acabava praticando homicídio ou lesão contra a mulher. Aqui, no DF, a Polícia Militar, além de ir à casa da mulher para ver como está essa situação, vai também à casa do marido ou agressor, mais ou menos levando a seguinte informação: "Nós estamos de olho no senhor". Então, há uma conversa. São policiais, normalmente, psicólogos, assistentes sociais ou que têm essa capacidade melhor de trabalhar essa questão complexa. Nós observamos que, no meu último ano de comando, duas mil famílias estavam inseridas nesse programa de violência doméstica e sem nenhuma reincidência. Então, é um programa, também, que está em construção.

Da mesma forma que há o programa da violência doméstica, existem programas para vários outros públicos. Hoje as Polícias Militares do Brasil têm o Proerd, que é o Programa de Resistência às Drogas, que é um baluarte, posso dizer. Participei de vários momentos do Proerd. Os policiais vão até às escolas para trabalhar não só a questão das drogas, mas também a questão da violência. Existe hoje o Proerd em todos os estados da Federação.

Então, as corporações trocam informações, buscam experiências, aprendem com as outras corporações, como hoje nós aprendemos aqui tanto com os peritos, como com o João Paulo, tudo isso para fazer entregas e melhorar a segurança da comunidade.

Finalmente, aqui eu vou deixar um exemplo. Em 2018 – o Fiuza vai lembrar –, nós fizemos a Operação Tiradentes, quando trocamos informações entre as polícias do Brasil. Foi uma operação das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros. A partir disso, desencadeamos uma operação nacional, quando cinco mil pessoas, cinco mil meliantes foram presos em 24 horas, para o senhor ver como a integração, a disponibilização de dados e o conhecimento dão muito mais qualidade e tornam muito mais eficiente o trabalho policial.

São várias perguntas que chegaram. Eu até já me esqueci de uma parte delas, mas me coloco à disposição para que a gente possa sempre dialogar sobre algo tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

Obrigado, Capitão Fiuza, meu amigo; Dr. Marcelo Nunes, meu xará – não é, Dr. Marcelo? –, e também Dr. João Ambrósio. É uma satisfação muito grande estar com os senhores aqui hoje.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nunes, como está muito na sua área, eu queria perguntar sobre a questão relativa às câmeras usadas por policiais em operação e abordagem. É interessante o uso dessas câmeras ou não, dentro do aspecto dos policiais?

O SR. MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Senador, começou com Santa Catarina – Santa Catarina está na vanguarda das câmeras – e foi para São Paulo. Aqui em Brasília, a Polícia Militar está, sim, trabalhando, estudando, refletindo sobre isso, e já há um processo para aquisição dessas câmeras.

Eu acho que o meio-termo é a solução mais eficaz, porque o policial tem tido bons resultados em São Paulo com a questão das câmeras. Mas também há outro lado: se a câmera é ligada desde o início, há a questão até da intimidade do policial, em momentos de que qualquer um de nós precisa durante o dia. Então, acho que ela tem que se aperfeiçoar. Ela não pode ficar ligada 24 horas. Na hora da ação, sim, eu acho que é salutar, mas também há esta outra questão da intimidade do policial ou de qualquer profissional, porque ela pode ser estendida para qualquer outra profissão. Mas os aspectos são positivos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Há muitas perguntas, e eu vou passá-las para os outros. Mas há uma aqui que também, talvez, você possa comentar.

O SR. MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Como poderíamos coibir os desvios de conduta dos agentes de segurança, as milícias, os grupos de extermínio, a corrupção e o abuso de autoridade?

O SR. MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Essa é uma ótima pergunta. É algo que a gente... Os policiais pensam e conversam sobre isso todos os dias.

A princípio, cada polícia do seu estado é reflexo da sociedade. Quanto aos policiais brasileiros, o policial de Brasília, de São Paulo, de Minas, do Rio, a polícia não vai fazer a seleção na Inglaterra, na *Scotland Yard*. Então, em cada polícia... Quem entra na polícia do DF, Dr. Marcelo, são as pessoas, normalmente, aqui do DF. Então, nós temos um estrato dessa sociedade que está entrando nas nossas corporações. E assim é em Minas, assim é em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, para além disso, além do Código Penal a que todos somos submetidos, as corporações, todas elas, têm rígidos regulamentos, todas elas! Então, se alguém tiver o cuidado de olhar nos *Diários Oficiais*, verá que as corporações são muito rígidas, têm corregedorias. Sabemos que todo policial corre de medo da corregedoria, porque é o controle interno que as corporações têm, e eles são muito severos, são muito duros. Algumas corporações têm problemas maiores que outras, mas, aqui no DF, é quase zero essa questão de desvio. Eu posso falar isso por todas as corporações aqui do Distrito Federal. É quase zero! Qual a instituição que não tem desvio de conduta aqui no Brasil? Isso é uma questão da natureza, mas as corporações policiais, eu garanto, têm um trabalho muito forte na questão de manter a disciplina e de evitar o crime.

Agora, para que isso aconteça, Senador, é importante que as corporações tenham condições de trabalho. É muito simples. E, aí, sem demérito de nenhuma instituição, alguns classificam algumas instituições como melhores e outras como piores no Brasil, e, às vezes, essas melhores têm todas as condições – salário, equipamento, motivação, cursos, seleção já com terceiro grau –, enquanto outras não têm nada disso. Aí, eu acho até covardia solicitar muita eficiência, muita qualidade, muito desempenho, muita coragem com mínimas condições de trabalho.

Então, os policiais que estão no para-choque, principalmente os policiais de rua, precisam de apoio. Eu garanto – eu garanto! –, conhecendo todas as polícias e bombeiros do Brasil, porque, como Presidente do Conselho dos Comandantes, eu fui a todos os lugares: todos têm condições de fazer o melhor papel possível; agora, precisam também de apoio, principalmente do apoio da sociedade.

Como eu falei lá no início, a polícia é invenção da própria sociedade. Temos até alguns países que não têm forças armadas. Mas órgãos de proteção social, quer se chame polícia, carabineiro, gendarme, patrulheiro, mundo afora, toda sociedade tem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Nunes.

Agora, eu passo a palavra, também para as suas considerações finais, ao Capitão João Paulo Fiuza da Silva, lembrando que temos uma pergunta aqui, de Minas Gerais, do Guilherme Viana: "[...] sobre o projeto Olho Vivo, implantado em MG, por que ele perdeu força e não foi implantado no interior?". Essa é a colocação do Guilherme.

Acha que poderia responder isso?

Eu não sei se V. Sa. também falou sobre a questão do cangaço, mas, se puder, pode também falar um pouco de que maneira poderemos evitar ou reprimir o novo cangaço e esse domínio nas cidades e se há também alguma ação, aí em Minas, com relação à prevenção e ao combate às práticas de estupro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO FIUZA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Excelência.

Na verdade, em relação a essa pergunta colocada sobre o Olho Vivo, posso dizer que o Olho Vivo foi, de fato, uma estratégia institucional durante muito tempo, com a implantação de câmeras institucionais, mas o Olho Vivo era muito intensivo em investimento e também intensivo em pessoal, quer dizer, a gente tinha um monitoramento feito por militares.

A instituição, há um certo tempo, tem mudado a sua estratégia e procurado, na verdade, atuar em duas frentes, primeiro para tentar aproveitar a estrutura dos próprios municípios. Então, hoje, várias municipalidades já têm sistemas de câmeras, e essas câmeras são aproveitadas. Hoje, também há um investimento no sentido de aproveitar as próprias câmeras privadas. Então, hoje, há vários municípios em teste, onde os próprios moradores podem fornecer suas próprias imagens por meio de um URL, um endereço de internet, ou por meio de endereçamento de IP, para isso ser monitorado em aplicativos pela instituição. Então, o que mudou, na verdade, foi a forma de implantação, porque nós temos que entender que se trata de tecnologia e tecnologia vai mudando com o tempo.

Antes, nós tínhamos uma grande demanda de infraestrutura: tínhamos que implantar um poste com câmera de alta definição, com recursos de fibra ótica, etc. E, hoje, a Polícia Militar, além de manter os sistemas que ela já possui, com equipe própria, inclusive, em várias cidades, nós temos também investido no aproveitamento das câmeras privadas e das câmeras dos próprios municípios. Então, não foi abandonada a política, mas se mudou a estratégia, e, por isso, talvez a pergunta do nosso conterrâneo.

Em relação à violência contra a mulher, em relação ao estupro, Minas Gerais tem, no sistema público de segurança pública, investido tanto em recursos para treinamento quanto em tecnologia, para poder prevenir esse tipo de violência, principalmente a violência doméstica. Nós recentemente tivemos aqui a inauguração de uma central de monitoramento de casos de violência doméstica em Minas Gerais e nós temos também hoje um serviço de prevenção à violência doméstica com unidades especializadas. Então, atualmente nós temos três unidades, três companhias independentes voltadas só à violência doméstica. Além disso, nós temos aí pouco mais de duzentos e trinta policiais militares que trabalham exclusivamente com esse serviço que a gente chama de segunda resposta. Então, nós temos o serviço de atendimento 24h em todo o estado, que faz o primeiro atendimento, e, logo depois, é feito um segundo atendimento pelas equipes especializadas em prevenção à violência doméstica. Nós, desde 2019, temos visto em Minas Gerais uma redução dos feminicídios consumados e tentados. Por outro lado, a gente tem verificado um crescimento das ações de prevenção à violência doméstica.

Foi perguntado em relação à questão das câmeras policiais. Uma das propostas do nosso Governo do estado é implantar as câmeras corporais no policiamento ostensivo em Minas Gerais. Recentemente nós fizemos um processo licitatório para registro de preço dessas câmeras, e há uma previsão de que, no segundo semestre, nós façamos um piloto com pelo menos 800 câmeras instaladas, disponibilizadas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nossos policiais utilizarem. E aí é quando a gente vai estar testando o protocolo, qual a melhor maneira de utilizar a câmera, resolvendo algumas questões que o próprio Coronel Marcos Antônio colocou. Existem algumas incertezas ainda em relação ao uso da câmera, em relação ao melhor protocolo. Além de nos valer das experiências de Santa Catarina e de São Paulo – Rio de Janeiro também está em fase de implantação –, Minas Gerais, então, também está com um projeto-piloto previsto para o segundo semestre, em que nós vamos fazer uma avaliação e, logo depois, institucionalizar um protocolo.

Sobre a questão do combate à corrupção, que foi colocada também aí, nós temos, em Minas Gerais, um sistema integrado de corregedorias, com corregedorias dos diversos órgãos. Nós temos uma corregedoria própria, dirigida por um coronel da Polícia Militar. E essa equipe investe tanto em políticas de prevenção como de repressão aos desvios de conduta. Então, em relação à pergunta colocada pelo cidadão, aqui em Minas Gerais, a gente procura ser o mais rigoroso possível, com investimento em inteligência, inclusive, em contrainteligência, principalmente, para que a gente possa detectar casos de desvios e fazer a devida apuração.

E a última pergunta, antes do agradecimento, foi em relação ao "novo cangaço". Em Minas Gerais – eu não tenho o gráfico aqui agora –, em 2014-2015, nós chegamos a ter quase uma centena de casos de "novo cangaço". Desde então, a instituição fez basicamente três eixos de estratégia. A primeira estratégia foi a articulação com as instituições de segurança, buscando, na verdade, revisar os protocolos de autoproteção. A segunda estratégia foi um intenso investimento em treinamento de tropa. Então, hoje, se formos pegar imagens recentes de atuação do "novo cangaço", a gente já consegue perceber que, quando essa situação eclode, a capacidade de resposta da nossa tropa, hoje, é muito maior. A gente consegue, hoje, ter uma atuação de repulsa à altura, muitas vezes, dessas quadrilhas. Foi feita, foi publicada, no ano de 2017, uma instrução de orientação a todos os policiais militares, em que há uma adoção de políticas preventivas, de ações preventivas ao "novo cangaço", inclusive, com integração com moradores locais, hotéis, etc., e também ações de resposta. Então, isso foi também objeto de protocolo, treinamento de tropa. Em Minas Gerais, hoje, não tenho dados aqui, volto a dizer, mas nós temos hoje, com certeza, menos de três casos por ano de "novo cangaço". Neste ano, por exemplo, nós não tivemos, se eu não estiver enganado, nenhum caso de novo cangaço em Minas Gerais. Nós estamos no mês de maio; em cinco meses, nós não tivemos nenhuma intervenção. Tem sido feito também, por último, um grande investimento em inteligência, com o Ministério Público, para que possa fazer atuações preventivas também antes de a situação eclodir.

Como o senhor falou que é o momento final, eu gostaria de agradecer a oportunidade de representar a Polícia Militar, nesta ocasião, nesta arena tão respeitada, o Senado do Futuro, e de nos colocar à disposição do Senado da República, da comunidade mineira, para que a Polícia Militar possa prestar qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Um grande abraço a todos. Um ótimo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Capitão Fiuza.

Passo, para as considerações finais, ao Marcelo Nunes Gonçalves, Perito Criminal da Polícia Civil aqui do DF.

O SR. MARCELO NUNES GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu fiz um agrupamento aqui de algumas questões enviadas que estão mais ou menos no mesmo sentido.

A primeira delas é da Yahara Conceição Munford, aqui do DF, que pergunta: "Como inovar na segurança pública?".

O Guilherme Gilson Constant, de São Paulo, vai no mesmo sentido: "Quais inovações serão feitas para melhorar a segurança pública?".

Respondendo tanto à Yahara como ao Guilherme, durante a apresentação, eu abordei sobre, por exemplo, o sistema informatizado de indexação balística e o próprio Banco Nacional de Perfis Genéticos, de que o Perito Criminal Federal Ambrósio falou, que são inovações que já estão ocorrendo.

Muitas vezes, ocorre um crime aqui em Brasília, outro em Goiás, outro em Minas Gerais, outro em São Paulo, da mesma quadrilha, com a utilização da mesma arma, ou a pessoa, o autor cometeu esse mesmo crime em locais diferentes, então, com o sistema informatizado de indexação balística e com o Banco Nacional de Perfis Genéticos, alguns desses crimes a gente já tem conseguido derrubar em relação à autoria.

Então, isso já está em curso. Quando a Yahara e o Guilherme perguntam como inovar, a gente já está inovando.

Algumas outras perguntas.

O Valdemagno Torres, de Pernambuco, pergunta: "O que os facilitadores têm de projeto de segurança pública preventiva?".

O Douglas Henrique Santos da Silva, de São Paulo, pergunta: "No campo da perícia criminal, quais inovações tecnológicas tendem a contribuir com a atuação nos estados da Federação?".

Finalmente, também o Douglas Henrique Santos da Silva, de São Paulo, pergunta: "No campo das inovações, quais tecnologias, ações e projetos são considerados primordiais? Se houver, há articulação entre os entes federados?".

Então ao Valdemagno e ao Douglas, a resposta também se cinge muito a esses bancos nacionais de perfis genéticos. Essa integração é nacional – não falo nem entre entes federados, mas entre todos os entes federados – e está cada vez mais crescente. O Banco Nacional de Perfis Genéticos eu acho que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrange o país quase todo – um estado da Federação ou outro está fora – e o sistema informatizado de indexação balística está crescendo. Ele está sendo implementado e está crescendo.

Além disso, nós temos, como eu falei, os laudos de inteligência pericial, que estão nessa vanguarda da prevenção.

Então, algumas situações que a própria investigação ainda não conseguiu chegar a clarear, entre duas ocorrências de delegacias diferentes, por exemplo, os laudos de inteligência pericial vêm nesse condão de clarificar, de deixar mais clara essa ocorrência correlacionada, no caso aqui do Distrito Federal, em regiões administrativas diferentes.

Por fim, o Senador fez a pergunta sobre a violência contra a mulher, o feminicídio. A gente sabe, mesmo empiricamente, que essa violência contra a mulher, consubstanciada ali na Lei Maria da Penha, fatalmente, muitas vezes, e infelizmente, termina no feminicídio.

A Polícia Civil do Distrito Federal, o Instituto de Criminalística e o Instituto de Medicina Legal, junto com o IPDNA, têm feito um trabalho não só preventivo, no sentido do feminicídio, uma vez ocorrida ali a violência contra a mulher, mas a gente também tem dado cursos para os peritos criminais em local para eles terem esse olhar e tentarem identificar o que ali pode estar correlacionado, numa violência contra a mulher, no que é uma violência contra a mulher, podendo gerar um feminicídio. Às vezes é um local de dano, de um crime de dano, mas, quando o perito criminal vai até lá, ele percebe que esse dano, na verdade, está direcionado a uma violência contra a mulher: é um pertence da mulher, é o telefone celular da mulher, é o material de trabalho da mulher... Então, muitas vezes, a gente tenta alertar os peritos para isso, para que se alerte à investigação no sentido da prevenção.

Eu acho que as perguntas mais ligadas à criminalística eram essas.

Eu quero agradecer a S. Exa. o Senador Izalci Lucas, que já esteve lá no nosso Instituto de Criminalística, fazendo uma visita nesta legislatura. A gente tem essa parceria; o Instituto de Criminalística está aberto.

Eu quero agradecer também ao Orlando Junior, Perito Criminal que trabalha com S. Exa.

O Instituto de Criminalística está aberto. Precisando da gente, qualquer informação, qualquer apoio, estamos à disposição.

Um abraço a todos. A todos os colegas um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Marcelo.

Eu vou passar agora também, para as considerações finais, ao João Carlos, que é também Perito Criminal da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS LABOISSIÈRE AMBRÓSIO (Para expor.) – Quero agradecer novamente ao Senador Izalci Lucas pelo convite.

Certamente, o tema da segurança pública é bastante complexo, Senador, e tem várias vertentes. Ele passa, como falou o Coronel Nunes, pela valorização do profissional, pela questão de o profissional ter boas condições de trabalho, bons equipamentos, segurança. Ele antecede, inclusive, a própria discussão de segurança pública e passa por uma discussão de sociedade, de ter jovens com boas condições de vida, acesso à educação, que não estejam na rua, que não estejam passando fome. Então, é importante reconhecer que passa por uma discussão com o Ministério da Economia, com o Ministério da Mulher, com o Ministério da Saúde.

Mas, no âmbito da segurança pública, o nosso papel é tentar, em primeiro momento, evitar crimes e, em segundo momento, solucionar esses crimes. Eu acho que a discussão da segurança pública também passa um pouco, ou muito, pela sensação de impunidade que existe hoje de que os crimes são cometidos e não são solucionados.

Então, a inovação, essas soluções tecnológicas que foram apresentadas têm este papel, realmente, que a própria pesquisa da Profa. Doleac demonstrou: a partir do momento em que esses crimes são solucionados, as pessoas são responsabilizadas por esses crimes e a sensação de impunidade some, existe um poder de evitar que novos crimes sejam cometidos.

Alguém fez uma pergunta, por exemplo, sobre o estupro, crimes sexuais. O Banco de Perfis Genéticos é uma ferramenta extremamente poderosa porque ela correlaciona diversos crimes cometidos em todo o país. Eu tive a oportunidade de estar à frente de um projeto nacional para o combate ao crime sexual, implantando diversos equipamentos pelo país, e, participando agora do Congresso Nacional de Criminalística, os resultados foram apresentados e realmente são resultados que chocam, Senador.

O perfil genético de um estuprador, acho que no Paraná se não me engano ou no Rio Grande do Sul, foi encontrado em 18 amostras, e nós não sabemos quem é, porque essa pessoa não está cadastrada no banco. E eu poderia dizer ao senhor que é uma exceção, mas não é. Essa apresentação mostrou que tem um caso com 18; o outro, com 12; o outro, com 9... Então, são crimes seriais que são cometidos, mas para os quais nós, a sociedade não damos uma resposta.

Eu acho que também é muito importante o que o Coronel Nunes falou sobre esse compartilhamento de dados. Nós temos que começar a ter uma visão nacional do crime, é o que se propõe com a RIBPG e com o Sinab. Até houve uma pergunta – o senhor leu, e eu não lembro exatamente qual era a pergunta – falando sobre os outros bancos, sobre essa possibilidade de bancos de impressão digital, de íris, de voz. Claro que isso é uma discussão, como eu disse, que passa aqui pelo Senado também, porque estamos tratando de direitos individuais das pessoas, de proteção de dados, então tudo isso precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser tratado com a devida seriedade e sensibilidade, mas é uma discussão inevitável porque esse compartilhamento de dados nacional é extremamente importante para a resolução de casos.

Eu peguei aqui algo que eu também vivenciei muito ali no Ministério da Justiça. É uma pergunta do Washington Clark dos Santos, de Minas Gerais: "Quais os maiores desafios encontrados no diálogo com as empresas e na especificação das soluções, produtos e serviços aptos às atividades?".

Esse diálogo, Washington, tendo trabalhado no Ministério da Justiça, eu posso dizer que ocorre quase que diariamente. Acho que a maior dificuldade é que se trata de um processo que precisa ser transparente, precisa ser isonômico, é um processo bastante regulado pelos órgãos de controle, inclusive para evitar discussões como favorecimento, como corrupção.

Então, hoje, o servidor tem esse cuidado para não ter uma discussão que não seja indevida, mas as empresas têm um grande acesso para essa discussão. Agora, é preciso lembrar que a empresa tem um interesse, ela quer vender o seu produto. Eu diria que, em sua grande maioria, são empresas sérias, que trazem bons produtos, mas temos também um pequeno número que são produtos que não correspondem à realidade, que vendem aquilo que não conseguem entregar. Então, é preciso ter um cuidado, é preciso ter um distanciamento, uma isonomia no tratamento das empresas, sempre buscando a melhor solução para o país.

Eu também deixo à disposição os meus contatos para responder perguntas específicas e agradeço novamente ao senhor por essa oportunidade de falar aqui na Comissão Senado do Futuro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu que agradeço a participação de todos os convidados. Acho que foi muito esclarecedor e ficou muito claro, para a segurança pública, a importância do investimento em inovação e tecnologia, na legislação também, porque, de fato, a gente percebe que, o que foi dito aqui por diversas vezes, esse clima de impunidade, essa certeza de que não haverá punição é que acaba acontecendo o que vem acontecendo e, também, pela falta de tecnologia, pela falta de compartilhamento das informações. É claro aqui, é óbvio que o não compartilhamento tem causado isso, muitos crimes em série, exatamente o que vai acontecendo em todos os estados, tendo em vista que não há realmente esse cadastramento único, o que já deveríamos ter há muitos anos.

Há os direitos individuais, mas, também, há o direito coletivo, que tem que estar acima dessas questões individuais. Então, eu espero que haja mais investimento realmente em tecnologia, inovação e no homem, acho que os policiais, sejam eles civis ou militares, precisam realmente ter um tratamento digno, não só de salário, mas, também, de condições de trabalho. Acho que tudo isso envolve a qualidade da segurança pública.

Mas, por trás de tudo isso, o mais importante é que haja condições sociais para que as pessoas tenham dignidade, como moradia, como emprego, como educação de qualidade, saúde, área social. Tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso afeta diretamente a segurança pública, acho que a segurança não pode ser a causa... Não adianta a gente pensar só em investir cada vez mais em recursos humanos, contratar mais policiais, mais armas, mas principalmente melhorar as condições de vida das pessoas para que a gente possa realmente evitar tudo o que está acontecendo hoje, inclusive crimes cometidos por questões de valores simbólicos, R$10, R$20, pessoas matando outras pessoas em função de aparelho celular, em função de tênis, em função de alguma coisa assim.

Eu quero agradecer muito a participação de cada um de vocês.

Não tendo mais nada a tratar, eu declaro, então, encerrada esta sessão de audiência pública.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Plínio Valério, Eduardo Girão e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Soraya Thronicke e Jaques Wagner. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Rogério Carvalho, Zenaide Maia e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta. **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2023)**. Finalidade: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 05/2022 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências. RELATOR: Senador Izalci Lucas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às três emendas seguintes de inclusão de Meta: **(01) AÇÃO: 20K7 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS PARA FORTALECIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE | META: 10; (02) AÇÃO: 20V6 - FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À INOVAÇÃO, A TECNOLOGIAS DIGITAIS E AO PROCESSO PRODUTIVO | META: 140 e; (03) AÇÃO: 20Y6 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA | META: 100** e às seguintes emendas de texto: (01) EMENTA: Limitação da revisão dos benefícios à variação do IPCA | **TIPO: Modificativa** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap VII, Seção II, Art 126; (02) EMENTA: Autorização para pagamento de Gratificação por Desempenho prevista em lei.| **TIPO: Modificativa** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art 115; (03) EMENTA: A presente proposta tem por objetivo possibilitar às empresas públicas, vinculadas ao Setor Estratégico de Defesa, receberem eventuais aportes para investimento na consecução de Programas que contribuirão para o atingimento de Políticas Públicas, sem a obrigação de estarem incluídas no Programa Nacional de Desestatização.| **TIPO: Modificativa** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VI, Art 48; (04) EMENTA: Obras e serviços de engenharia | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap XI, Art 156; (05) EMENTA: Meta de resultado primário (atualização da projeção do IPCA) Congresso Nacional.| **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap II, Art 2, § 2; (06) EMENTA:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exclusão de restrição ao reajuste do teto de gasto pelo Congresso Nacional | **TIPO: Supressiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24; (07) EMENTA: Execução orçamentária de convênios | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção I, Art 70, § 3; (08) EMENTA: Inclua-se no Anexo III do PLN 5, de 2022, a Seção III, juntamente com as respectivas ações a serem ressalvadas, os Projetos Prioritários das Forças Armadas por serem de fundamental importância para o desenvolvimento e dotação delas com equipamentos e meios militares avançados | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III ; (09) EMENTA: Meta de resultado primário (exclusão de despesas) | **TIPO: Modificativa** | REFERÊNCIA Corpo da Lei, Cap II, Art 2, § 2; (10) EMENTA: Inclusão de programação orçamentária específica para cidades inteligentes | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap III, Art. 12, inciso XXV; (11) EMENTA: Ressalvar as cidades inteligentes do contingenciamento | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção III, inciso IV. Foi aprovada a ata da presente reunião. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 1, de 2022** que: "Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 2, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de Importação do Cacau via DRAWBACK." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 3, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Estudos sobre o Futuro." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 4, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Serviços Ecossistêmicos e os Títulos Verdes no Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 5, de 2022** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas para o desenvolvimento da conectividade no padrão 5G no país." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 6, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado digital e os novos perfis profissionais emergentes." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 7, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção e o combate aos incêndios florestais no Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Senado do Futuro, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de junho de 2022.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões, realizadas em 11/02 e 25/05/2022.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e das emendas a serem apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023.

Deliberações das emendas da LDO: foram apresentadas 23 emendas a esta Comissão, sendo 12 emendas referentes ao anexo de metas e prioridades e 11 emendas de texto ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cada Comissão permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até três emendas de inclusão de metas, e não há limites para proposição de emendas de texto.

Vamos, então, à leitura do relatório da Comissão Senado do Futuro sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, do Congresso Nacional, que dispõe sobre diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

Relatório.

Trago à apreciação desta Comissão o relatório contendo propostas de emenda a serem apresentadas pelo Colegiado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023. De acordo com as regras que pautam a tramitação do PLDO, cabe a esta Comissão apresentar emenda de texto ao projeto e ao seu Anexo de Prioridades e Metas. Não há limites para emendas do texto. Já para compor o Anexo de Prioridades e Metas, a Comissão Senado do Futuro pode apresentar três emendas. No prazo definido, foram apresentadas a esta Comissão 12 propostas de emendas para inclusão ou acréscimo de metas no Anexo de Prioridades e Metas e 11 propostas de emenda de texto.

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

No que se refere às propostas de emendas apresentadas ao texto, somos pela admissão de todas elas. Uma vez que inexiste limitação quantitativa para esse tipo de emenda, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas as emendas devam ser acolhidas e apresentadas à Comissão Mista de Orçamentos. Assim, somos pelo acolhimento das Emendas de Texto de nºs 1 a 11.

No que tange às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais. Entretanto, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um descompasso entre o número de propostas (12) e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar (3). Para a escolha das emendas a serem apresentadas por esta Comissão, busquei privilegiar aquelas que mais se aproximam do nosso foco de atuação, isto é, de políticas que se caracterizam por apresentar resultados que se concretizam apenas no médio e no longo prazo, como as relativas à pesquisa científica e tecnológica. Diferentemente de uma estrada, que pode demorar alguns anos para ser construída, mas está pronta para o uso após sua conclusão, as iniciativas que demandam a formação de capital humano requerem um período longo de maturação. Com esse critério em mente, proponho que as seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas sejam apresentadas por esta Comissão:

– Ação 20K7: Apoio ao desenvolvimento e modernização de plataformas tecnológicas para fortalecimento do complexo industrial da saúde, Acréscimo Meta 10;

– Ação 20V6: Fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo, Acréscimo Meta 140;

– Ação 20Y6: Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária, Acréscimo Meta 100.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O voto, então.

Ante o exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de Texto de nºs 1 a 11, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 anteriormente elencadas.

Este é o voto.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022.

As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 3ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Deliberação de requerimentos.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA) e outros

Senhor Presidente,
Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
– a Senhora Vanuza Barroso, Representante da Associação Nacional dos Cacauicultores;
– o Senhor Francisco Bezerra, Representante da Câmara Setorial RO;
– o Senhor Maurinho Rossoni, Representante Câmara Setorial ES;
– a Senhora Eunice Gutzeit, Produtora de Cacau – Fazenda Panorama;
– o Doutor Márcio Bom Tempo, Nutricionista.
[...]
Senador Zequinha Marinho.

Adendo ao Requerimento nº 1, do Senador Zequinha Marinho: inclusão de representante da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau como participante da audiência pública proposta no requerimento.

Em discussão o Requerimento nº 1 com seu adendo. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar, então, o requerimento em votação.

Em votação o Requerimento nº 1 com seu adendo.

Os Senadores que concordam permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 1, da Comissão Senado do Futuro.

Item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de Importação do Cacau via DRAWBACK.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente,
Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de Importação do Cacau via DRAWBACK.
Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
- o Senhor Antonio Mascarenhas De Souza Sobrinho, Economista;
- o Senhor Antônio César Costa Zugaib, Técnico em Planejamento da Ceplac;
- a Senhora Vanuza Barroso, Representante da ANPC ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CACAUICULTORES;
- o Senhor Francisco Bezerra, Representante Câmara Setorial RO;
- a Senhora Eunice Gutzeit, Produtora de Cacau.
[...]
Senador Zequinha Marinho.

Em discussão o Requerimento nº 2. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento nº 2.

Em votação o Requerimento nº 2, da Comissão Senado do Futuro.

Os Senadores que concordam permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 2.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Estudos sobre o Futuro.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Estudos sobre o Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os convidados serão indicados oportunamente.

Requerimento do Senador Izalci.

Em discussão o Requerimento nº 3. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e vamos colocar em votação.

Em votação o Requerimento nº 3.

Os Senadores que concordam permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 3.

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 4, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Serviços Ecossistêmicos e os Títulos Verdes no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Serviços Ecossistêmicos e os Títulos Verdes no Brasil.

Os convidados serão indicados oportunamente.

O requerimento é do Senador Izalci.

Em discussão o Requerimento nº 4, de 2022. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o Requerimento nº 4, de 2022.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão aprova o Requerimento nº 4.

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5, DE 2022

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas para o desenvolvimento da conectividade no padrão 5G no país.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas para o desenvolvimento da conectividade no padrão 5G no país.

Os convidados serão indicados oportunamente.

É de iniciativa do Senador Izalci o Requerimento nº 5.

Em discussão o Requerimento nº 5, de 2022. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocá-lo em votação.

Em votação o Requerimento nº 5, de 2022.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 5.

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado digital e os novos perfis profissionais emergentes.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado digital e os novos perfis profissionais emergentes.

Os convidados serão indicados oportunamente.

Em discussão o Requerimento n° 6. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocá-lo em votação.

Em votação o Requerimento n° 6, de 2022.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento n° 6, de 2022.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 7, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção e o combate aos incêndios florestais no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção e o combate aos incêndios florestais no Brasil.

Os convidados serão indicados oportunamente.

É de iniciativa do Senador Izalci o Requerimento n° 7.

Em discussão o Requerimento n° 7. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocá-lo, então, em votação.

Em votação o Requerimento nº 7, de 2022.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 7.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Plínio Valério, Eduardo Girão, Mecias de Jesus, Angelo Coronel, Wellington Fagundes e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2022 – CSF e REQ 8/2022 - CSF, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Finalidade:** Debater a Política de importação do Cacau via DRAWBACK. **Participantes:** Sr. Francisco Bezerra, Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia e Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC; Sr. Antonio Mascarenhas de Souza Sobrinho, Produtor Rural e economista; Sra. Vanuza Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau – ANPC e Produtora de Cacau; Sr. Maurício de Souza Fonseca, Coordenador de Exportação e Drawback da Subsecretaria de Operação de Comércio Exterior/SUEXT; Sra. Anna Paula Losi, Diretora-Executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC; Sr. José Marques Pereira, Coordenador Regional de Pesquisa e Inovação da CEPLAC/MAPA; e Sra. Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores De Cacau - ANPC e Produtora de Cacau. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 8, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2022 - CSF sejam incluídos os seguintes convidados: Representante da Secretaria Especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia e a Senhora Anna Paula Losi, Diretora-Executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/29

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta dada, 29 de junho de 2022.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Política de Importação do Cacau Via Drawback".

Foram convidados os Srs. Francisco Bezerra, Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia e Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC); Antonio Mascarenhas de Souza Sobrinho, produtor rural e economista; Vanuza Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC); Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau; Maurício de Souza Fonseca, Coordenador de Exportação e Drawback da Subsecretaria de Operação de Comércio Exterior do Ministério da Economia; Anna Paula Losi, Diretora Executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC); José Marques Pereira, Coordenador Regional de Pesquisa e Inovação da Ceplac, Ministério da Agricultura.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até dez minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais em cinco minutos.

Eu quero, nesse momento, dar a palavra ao Dr. Francisco Bezerra.

Francisco Bezerra é Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia e Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da conhecida Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC). É graduado em Administração de Empresas, com pós-graduação em Gestão de Pessoas na Administração Pública. Já atuou como Secretário Municipal de Meio Ambiente de Jaru, em Rondônia. Atualmente é Vereador de Jaru, Rondônia, e extensionista rural da Emater-RO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caro Francisco Bezerra, por favor, com a palavra aqui presencialmente.

O SR. FRANCISCO BEZERRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente, Zequinha Marinho, todo público aqui presente, associados da ANPC que nos assistem pelas redes sociais, bom dia a todos.

Sou Francisco Hildemburg Costa Bezerra. Represento a Câmara Setorial do Cacau no Estado de Rondônia; sou produtor de cacau; membro da Diretoria da Associação Nacional dos Produtores de Cacau, instituição essa recém-construída, constituída com objetivo central da defesa dos interesses da cacauicultura no Brasil, cuja Presidente é nossa amiga Vanuza Lima Barroso e a sede é em Brasília.

Vamos falar do nosso cacau na Região Norte. A Região Norte, Sr. Presidente, tem como referência o cacau plantado no Estado do Pará e em Rondônia, na produção de lavoura cacaueira.

Em Rondônia, em 2014, nós tínhamos 4 mil toneladas de produção. Em 2021, segundo o IBGE, no ano passado, chegamos a 6 mil toneladas. Já o Estado do Pará, que é um gigante em produção – eu considero o Estado do Pará um Brasil dentro do Brasil –, em 2014, nós tínhamos 100 mil hectares; em 2021, passamos para 140 mil hectares de área plantada. E o mais interessante é que o Estado do Pará... Enquanto, em Rondônia, planta cada produtor 3 hectares, os produtores do Pará plantam 30 hectares. Então, são plantios em alta escala de plantio.

Os Estados de Roraima e do Amapá, que eu estive recentemente visitando, prestando consultoria, estão atualmente com um projeto de expansão da lavoura cacaueira.

O Amapá está com um viveiro atualmente nos aguardando para fazer o processo de enxertia, através de uma cooperativa, com 200 mil mudas aptas a serem enxertadas.

No Estado de Roraima eu estive recentemente, no mês passado, e estão com a implantação já de uma política pública estadual definida, à qual o Presidente da Assembleia Legislativa, o Soldado Sampaio, tomou a iniciativa de transformar numa política pública. Então, o Estado de Roraima surge aí também alavancando, incentivando o setor produtivo na área do cacau.

Todos esses estados são categoricamente da agricultura familiar.

O Estado de Rondônia, juntamente com o Estado do Pará, já possui a instrução normativa pela qual os estados estão normatizando a sua área em sistema agroflorestal, como forma de regularizar o passivo ambiental das propriedades, e, aí, o que nos chama a atenção é que todos estão de olho na Amazônia – preservar.

Inclusive, existe muita especulação em cima da Amazônia, como se a Amazônia não tivesse simplesmente árvore. Nós temos produtor rural, nós temos famílias que dependem inclusive da lavoura cacaueira. No Estado de Rondônia, nós temos em torno de 105 mil famílias essencialmente da agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar e, dessas famílias, nós temos 9 mil hectares em área de cacau e 4.850 famílias que vivem especificamente da lavoura cacaueira, propriedade de, no máximo, 3 hectares.

Essa instrução normativa chegou numa boa hora, porque o produtor que tiver um passivo ambiental poderá colocar a lavoura do cacau em sistema de SAF como forma de regularizar a sua situação, ou seja, plantando a sua área de APP, plantando na área da sua reserva legal lavoura de cacau. Então, é uma estratégia, é uma saída, é uma alternativa para nós resolvermos nosso problema ambiental e também a questão econômica, por ser uma lavoura, uma cultura de produto de *commodities*.

Vou falar um pouco sobre o *drawback*, que é a razão e o motivo desta audiência.

Todo investimento e o sonho do produtor rural estão caindo por terra em função desse processo, devido à forma injusta no processo de importação da amêndoa que vem do continente africano. A Região Amazônica é muito cobrada pela sua proteção, é a forma mais justa, social, econômica e ambiental. E justamente o plantio de cacau, esta operação está inviabilizando a atividade, abortando todos os sonhos da família da Região Norte. Há uma necessidade urgente de barrar ou, de certa forma, intervir nesse processo de importação de amêndoas.

Nós não temos indústria local – o Estado de Rondônia é um estado novo. Creio que o Pará também não – para absorver toda a nossa linha de produção. Nós estamos reféns, Senador, da política de preço de importação.

Noventa e sete por cento da produção do Brasil vão para as indústrias, apenas quatro indústrias. Três por cento ficam para o mercado interno de industrialização. E, aí, eu pergunto para você: se nós somos o sétimo maior produtor de cacau do mundo e o quinto maior consumidor, vamos fazer uma matemática simples e objetiva?

Com o nosso cacau, nós somos bons para produzir matéria-prima, mas o nosso potencial de consumidor está ficando aquém. Nós mandamos o produto para a Europa, onde é industrializado, é colocada a sua marca, e eles o devolvem para o Brasil para a gente comprar um produto caríssimo. Então, alguém está ganhando demais, e nós estamos sendo prejudicados.

Nós estamos fazendo o nosso dever de casa – investimento em tecnologia, em capacitação, assistência técnica, insumos –, mas a política de preço atual emperra e inviabiliza a atividade.

Nossos Parlamentares já têm conhecimento disso. Eu estou fazendo aqui, neste exato momento, visitas aos gabinetes dos nossos Deputados de Rondônia para que eles também levantem essa bandeira. Essa causa é nossa, é de todos. Essa causa é nobre.

Para o encerramento da minha participação, eu faço aqui a seguinte pergunta: a indústria diz que a produção nacional é insuficiente e, por isso, importa. Ainda mais: obtém cessão de impostos graças ao compromisso de exportar o material processado dentro de dois anos. Em teoria, isso é legítimo e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria afetar a produção de cacau no Brasil; na prática, os detalhes fazem toda a diferença. A produção nacional tem crescido em volume e produtividade. Será que ainda é preciso importar a mesma quantidade de cinco anos atrás? Ainda mais quando sabemos que o cacau africano está associado... Olhem o que eu vou falar aqui, porque isso é muito grave: o cacau africano está associado ao desmatamento, trabalho escravo e trabalho infantil.

Dessa forma, eu encerro aqui a minha participação. Quero dizer que nós, aqui no Brasil, somos tão cobrados pela questão ambiental, nós somos tão cobrados nas fazendas, porque o Ministério do Trabalho está constantemente fiscalizando as propriedades rurais. De que forma é feita a fiscalização desse produto que vem do continente africano? É na fonte? Quando chega aqui ao Brasil? E a questão fitossanitária? E as doenças que existem no continente africano? Não estou falando só das doenças humanas, estou falando de vegetais. Nós temos a monilíase, uma virose terrível; a vassoura-de-bruxa; ácaros; vários agentes patológicos que podem invadir mais ainda a nossa lavoura cacaueira.

Então, este é um momento único do Senado Federal, através dessas Comissões, que a gente traga à tona a verdade e uma saída para a lavoura cacaueira.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Francisco, pela sua exposição e sua contribuição. Eu vou deixar para fazer os meus comentários mais ao final, até tentando ampliar um pouco aquilo que a V. Sa. colocou aqui.

Mas eu quero chamar agora para trazer a sua contribuição a Vanuza Barroso. A Vanuza é Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC) e produtora de cacau. Empresária desde 1995, já atuou na fabricação de roupas e construção civil – bem experiente, não é? Em 2019, tornou-se cacauicultora, possui fazendas de cacau no sul da Bahia, na região de Ubaitaba e Itabuna.

Por favor, Vanusa Barroso, com a palavra.

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Bom dia, Vanuza.

A SRA. VANUZA BARROSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Dou início à minha fala agradecendo ao Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará, esse grande político que tem nos apoiado e dispensado atenção aos nossos pedidos. Graças a Deus e a ele, estamos aqui hoje. Muito obrigada, viu, Senador?

Agradeço ao nosso colega Pedro, de Novo Repartimento, no Pará, que foi decisivo a fim de estabelecer contato com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossos agradecimentos ao Senador Angelo Coronel, da Bahia, que está sempre disposto e atuante em prol de nosso cacau; agradecimento aos nossos Parlamentares presentes nesta audiência pública e que estão apoiando o cacau e a cultura brasileira; agradecimento a todos os que colaboraram para que esta audiência pública acontecesse.

Como já anunciado pelo Senador Presidente desta audiência, meu nome é Vanuza, sou produtora de cacau no sul da Bahia. Há três anos, iniciei no setor cacaueiro. A partir daí, me tornei uma apaixonada por cacau. Afinal, o cacau é um fruto dos deuses, um fruto de ouro.

Observamos que o setor cacaueiro não tinha representatividade organizacional. Com essa visão, conseguimos reunir, juntamente com demais colegas, produtores de todos os estados brasileiros. Assim surgiu a ANPC (Associação Nacional dos Produtores de Cacau).

Por favor, se puder colocar minha apresentação em tela. (*Pausa.*)

Como Presidente da ANPC, ainda em constituição, farei de tudo para tornar o produtor de cacau o ator principal dessa cadeia produtiva. Afinal, se não existíssemos, não haveria aqui a indústria, não haveria a Ceplac etc. Enfim, temos que assumir o papel principal nessa cadeia produtiva do cacau.

A cacauicultura é uma atividade extremamente importante para a economia nacional e já foi uma das mais rentáveis e representativas para nossas exportações, entretanto, após a crise da vassoura-de-bruxa, doença dos cacaueiros causada por fungo endêmico, o setor entrou em declínio no Brasil, vindo a se recuperar... Ah, voltou aqui a apresentação.

Bom, a ANTC tem como missão melhorar a renda dos associados da ANPC envolvidos no agronegócio do cacau, identificando e defendendo os pontos de estrangulamento existentes na sua cadeia produtiva, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida de seus associados.

Nossa visão de futuro é tornar a ANPC referência brasileira na luta pelo aumento da competitividade, sustentabilidade e rentabilidade do agronegócio do cacau.

Nosso comportamento institucional: a ANPC adotará uma postura agressiva em frente aos problemas ou pontos de estrangulamento existentes em sua cadeia produtiva, através da organização dos produtores, da produção e da política.

Princípios norteadores, valores: organização e inovação, independência, responsabilidade, comprometimento, transparência, ética e luta pelos objetivos.

Voltando, entretanto, após a crise de vassoura-de-bruxa, doença dos cacaueiros causada por fungo endêmico, o setor entrou em declínio no Brasil, vindo a se recuperar nos últimos tempos, aos poucos, mas sem manter o vigor dos anos 80, mesmo com pouco apoio e sem as devidas políticas públicas necessárias. Porém, no ano atual, a cacauicultura brasileira encontra-se num verdadeiro naufrágio. Sim, senhores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente quem tem fôlego conseguirá nadar até a superfície, e esse fato é preocupante, pois são poucos os que irão se salvar.

Sabemos que o cacau é uma *commodity* e, como tal, os valores são norteados pelo dólar, pela bolsa, mas também sabemos que as importações excessivas, os estoques altos das moageiras impactam diretamente nos valores pagos pelo preço do cacau. A indústria, por sua vez, fazendo seu papel capitalista, nega isso, mas sabemos que esta prática é de mercado: vale a lei da oferta e da procura. Enfim, senhores, o preço do cacau que, ano passado, chegou em torno de R$280 a arroba; este ano, já tivemos um valor de R$160 a arroba na Bahia e, no Estado do Pará, um valor ainda menor. Uma vergonha, pois ainda estamos vivendo um momento de insumos altos, salário mínimo aumentado, tudo subiu, os alimentos subiram! Ver o preço de nossos produtos cair para até R$100, R$127, é inadmissível e revoltante.

Como sobreviver? Como manter os empregos? Como pagar os empréstimos bancários para sustentar nossos compromissos? Como iremos pagar nossas contas? Como adubar e cuidar de nossas propriedades? Como investir? Como essa cultura se sustentará? Como iremos recuperar a nossa produção?

Há meses, tivemos a Páscoa, época de consumo elevado de chocolates. Pergunto a vocês que, com certeza, se deliciaram ao comprar um ovo de páscoa ou presentear alguém: os valores baixaram, senhores, nas prateleiras dos supermercados? Claro que não! As indústrias acompanharam a inflação. E nós?

Mas, calma, ainda não acabou: a indústria ainda nos manda notícias quentinhas e atualizadas de que o cacau a pleno sol, no Cerrado da Bahia, será o futuro. Nessa reportagem, o Sr. Laerte Moraes, da Cargill, encerra dizendo que daqui a dez anos não existirá mais um pequeno produtor de cacau. Palavras dele, senhores: "Não enxergo um pequeno produtor daqui a dez anos com o perfil atual [diz]. Nesse processo, muitos pequenos produtores poderão ficar para trás".

Questiono a vocês, Parlamentares, presentes e demais ouvintes: então, já está liberado destruirmos a Mata Atlântica lá no sul da Bahia, no Espírito Santo, na Amazônia? É bom lembrar que, na Bahia, no Pará e nos demais estados, mais de 90% são pequenos produtores. Sim, porque se essa empresa não nos enxergará mais daqui a dez anos, poderemos iniciar agora a fazer os plantios a pleno sol, como a Cargill já anunciou e já começou lá no oeste baiano, a fim de sempre buscar a tal remuneração, a tal competitividade.

Lembro aos senhores que plantamos cacau no sul da Bahia, no Espírito Santo, sob o céu da Mata Atlântica, preservando a natureza, preservando a fauna, a flora, a água que vai para as cidades e tudo que ali haja. Os produtores da Região Norte estão preservando a Amazônia, tão cobiçada mundo afora. Se não formos ouvidos e atendidos pelos senhores, toda essa conversa ambientalista cairá por terra, pois, afinal, o cacau é, sem dúvida, o guardião da nossa floresta. Entendam, senhores, somos os guardiões –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guardiões de uma floresta de chocolates –, e não tem sido nada gostoso experimentar desse gosto. O gosto tem sido amargo e muitas vezes nos embrulha o estômago.

Queremos saber de vocês como ficarão nossos funcionários quando esses forem demitidos? Quais impactos sociais isso causará? – lembrando que a atividade cacaueira é toda braçal, desde o plantio até a sua secagem, em seu produto *in natura*.

Na Bahia, por exemplo, temos 93 municípios produtores de cacau. Quantas pessoas empregamos? Quantos somos? O Estado do Pará está em franco desenvolvimento, muitas cidades vivem do cacau nessas regiões. E aí vêm os Estados do Espírito Santo, Rondônia e tantos outros que estão cultivando cacau. Então, vejam, senhores, quem irá cuidar disso?

O projeto da Cargill é de exterminar a pequena produção e os pequenos produtores. Onde está o discurso de sustentabilidade, de responsabilidade social, de rastreabilidade, de justiça no trabalho tanto empregado pelo IPC e seus participantes quando estão exigindo tudo isso nas certificações de rastreabilidade?

O que querem é o aumento das favelas, do desemprego, enfim, da miséria nas regiões do cacau. Como aconteceu com a vassoura-de-bruxa, estão ainda tentando sufocar as pequenas cooperativas e os pequenos compradores com preços muito aquém do que eles pagavam anteriormente. Quem vai fazer as compras nos pequenos lugarejos onde não tem recebedores das indústrias?

Peço aos senhores que fiquem atentos ao poder da indústria e não nos deixem virar escravos. Afinal, como diz aquela mesma reportagem citada anteriormente pelo Sr. Laerte Moraes, em seu primeiro parágrafo: "Após anos de denúncias de casos de trabalho infantil e forçado e de desmatamento no cultivo do cacau, as agroindústrias estão começando a mudar a forma como se relacionam com suas cadeias de fornecimento". Resumindo, o recado animador da indústria a nós produtores: já que não podemos escravizá-los, iremos, primeiro, acabar com os pequenos produtores de cacau a curto e médio prazos, mas especificamente em dez anos, e partiremos já, de imediato, para o Cerrado, atrás de uma lucratividade maior; afinal, preservar a Mata Atlântica, a Amazônia é coisa para aqueles agricultores otários. Essa é a minha leitura dessa reportagem. Afinal, como diz a sábia minha mãe, um pingo é letra.

Encerro dizendo à indústria que aqui não é a África. Nossas crianças não serão vendidas e escravizadas como é feito no continente africano. E olhe, não sou eu que falo, não. Os documentos, reportagens, ações, está tudo aí para quem quiser apurar. Aqui estou apenas fazendo uma leitura e o resumo do que está escrito nesses documentos ofertados a vocês participantes desta audiência.

Aqui nosso povo e nossas matas serão preservados. Tenham certeza, senhores que estão nos ouvindo, de que estão aqui os nossos representantes, os nossos políticos que estarão ao nosso lado, o lado de quem planta, o lado de quem gera emprego e renda, o lado de quem preserva a natureza e o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ecossistema. O mundo precisa do cacau. Sabemos e reconhecemos o nosso valor. Temos apenas que ser respeitados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Vanuza, pela sua participação em nome da ANPC, uma instituição muito forte que representa nossos produtores.

Eu estou tentando juntar aqui as pessoas por afinidade, não é? Já falou a Presidente, mas a Elcy Gutzeit também está inscrita para falar. Ela é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau.

Eu quero conceder a palavra à Elcy, que é minha conterrânea lá de Uruará, no Estado do Pará.

Por favor, Elcy.

Depois nós vamos ouvir os outros, com o assunto principal, que é a questão *drawback* e a indústria, correto?

Então, quero conceder a palavra, neste momento, à Dra. Elcy Gutzeit.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (*Por videoconferência*.) – O.k.

Senhor, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Bom dia!

A SRA. EUNICE GUTZEIT (*Por videoconferência*.) – É um prazer estar aqui com vocês.

Só quero fazer uma correção: eu sou Eunice Gutzeit. Somos duas irmãs...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Ah, é! Eunice e Elcy. A Elcy é a outra.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Desculpe-me. Estou tão habituado a falar na Elcy, que troquei o seu nome.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (*Por videoconferência*.) – Não tem problema, ela é minha irmã também.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Eunice Gutzeit.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EUNICE GUTZEIT (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Está bom.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Prezados Senadores, Parlamentares e todos aqui presentes, tenham bom dia!

Como já falado, eu sou Eunice Gutzeit, produtora de cacau na região da Transamazônica, Fazenda Panorâmica, e Vice-Presidente da ANPC, a associação nacional de produtores recém-constituída.

Agradecemos a presença de todos os Parlamentares aqui presentes, em especial ao Senador Zequinha Marinho, pela oportunidade concedida a nós cacauicultores. Agradecemos a presença também da indústria, à Anna Paula, que a está representando, e também ao representante da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Agricultura.

Eu irei resumir aqui, a seguir, a nossa grande preocupação sobre as pragas quarentenárias presentes no país africano, com as quais estamos correndo um grandíssimo risco. Sabemos que a elaboração de uma instrução normativa é competência do departamento de análise de risco de pragas e que esta segue normativas de Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), que relaciona via de ingresso, país de origem e praga. No caso específico da África, as pragas quarentenárias presentes na Costa do Marfim, ausentes no Brasil, são de elevado potencial invasivo, podendo ingressar em nosso território via importação de amêndoas secas. Das principais pragas, temos umas três principais pragas na África, as quais vou descrever em detalhe, porque é muito importante para que os senhores entendam.

Temos a *Phytophthora megakarya*, no Brasil também conhecida como podridão-parda, e temos a *Striga* e a *Trogoderma granarium.* Essas pragas quarentenárias carregam características biológicas que asseguram ampla adaptação das espécies no território brasileiro em função das similaridades climáticas e agroecológicas das regiões cacauicultoras da Costa do Marfim e as do Brasil – clima tropical, não é? –, potencializando surtos epidêmicos danosos por vários cultivos, principalmente o cacau, mas também a soja, o milho, o arroz, a cana-de-açúcar, o sorgo, o milheto entre os principais.

Falarei um pouquinho da *Phytophthora megakarya,* que é uma espécie muito agressiva e tem infectado 40% dos frutos produzidos na África. Ela é considerada extremamente invasiva, via amêndoas de cacau seca. Não é visível a olho nu; portanto, não pode ser observada em uma inspeção fitossanitária visual. Olhem o perigo, senhores! No Brasil, temos algumas variedades – como falado anteriormente, ela se chama podridão-parda –, outras variedades também, com os nomes científicos *Phytophthora palmivora, capsici* e *hevea,* mas não são tão destrutivas quanto a *megakarya,* ainda ausente no Brasil.

A amêndoa seca pode adquirir a *megakarya* com facilidade, porque, durante seu ciclo biológico, na planta produz clamidósporos, estruturas reprodutivas de elevada resistência e persistência no ambiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que permanecem vários meses nos tecidos colonizados dos frutos, nas amêndoas, nos solos, nos campos e nas plantas.

Os chamados clamidósporos podem contaminar uma massa de amêndoas secas de cacau, porque eles podem sobreviver às baixas temperaturas geradas em fermentação insuficiente e inadequada, frequente em fazendas desprovidas de estruturas e equipamentos adequados de fermentação. Como sabemos, se aqui no Brasil temos estruturas precárias, imaginem na África, não é?

Então, como essa espécie de fungo entra no Brasil via amêndoas importadas da África, a probabilidade de aumento da perda de produtividade é relativamente alta. Atualmente, sobre a amêndoa seca de cacau, não são conhecidos os resultados experimentais demonstrando a eficácia do fosfeto de alumínio no controle dos clamidósporos da *megakarya.* Entretanto, há pesquisas demonstrando a eficácia do biocida brometo de metila contra fungos de solo nematoides. Possivelmente, o brometo de metila seja o principal defensivo agrícola disponível para mitigar os riscos da *megakarya* ingressada em amêndoas de cacau.

As *strigas,* que constam como a segunda maior praga da África, são angiospermas parasitas obrigatórias do sistema radicular de cereais e leguminosas, que podem causar perdas superiores a 50% na produção, segundo estudos de Parker, de 1991.

Na África, temos seis principais espécies de *strigas* causando danos em culturas, como sorgo, cana-de-açúcar, milho, arroz, milheto, gramíneas, tabaco, legumes, batata doce. A *striga sp.* está presente na Costa do Marfim, e não há informação quanto ao grau de sua dispersão, mas a *striga* encontra-se amplamente dispersa em países vizinhos, como Gana, Burkina Faso e Guiné. Nas regiões cacauicultoras de Gana e Costa do Marfim é comum serem cultivados o milho, a cana, a batata-doce, além de feijões, ao lado dos cacauais. Além disso, nos cultivos de subsistência dos pequenos agricultores africanos, existe pouca importância, como sabemos, em relação ao controle dessas pragas. Assim, na maioria das áreas produtoras de cacau da Costa do Marfim, deve ser considerada a possibilidade de ocorrência da *striga* em cultivos alimentares vizinhos aos cacauais e dentro dos cacauais, parasitando plantas nativas.

Visando à mitigação de risco no ingresso de amêndoas secas de cacau, não são conhecidos trabalhos científicos demonstrando a eficácia do fosfeto de alumínio no controle de sementes da *striga*.

Por último, temos a praga *trogoderma granarium*. A *trogoderma granarium* é uma praga de grãos armazenados principalmente de cereais – produtos compostos por cereais, sementes oleaginosas, legumes, farelos e leguminosas, bem como em rações compostas de leguminosas para animais domésticos. Há relatos de infestação incidental em sacos vazios, gomas e outros produtos. A *granarium* se dispersa internacionalmente na forma larval – esse é o grande perigo –, em mercadorias, sacos vazios, estruturas de navios e contêineres de cargas secas. A maioria das interceptações ocorreu em cargas de amendoim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farelo de leguminosas, algodão, goma-arábica, farelo de arroz e sacarias vazias. Portanto, temos um grande risco diante das sacarias vindas da África.

A *granarium* está presente em 15 países e amplamente distribuída em 8 países de grande extensão territorial. Não há registro de ocorrência em Togo e Gana; na Costa do Marfim, é referida como ausente. A distribuição da *granarium* em Gana é pouco justificável, porque a praga está presente e amplamente dispersa em Mali, Burkina Faso e Guiné, países vizinhos da Costa do Marfim; além disso, Burkina Faso é vizinho de Gana, os climas desses países assemelham-se entre eles e existem barreiras geográficas impeditivas à dispersão da *granarium*. Além disso, a migração humana entre esses países é muito intensa. Assim, a distribuição atual da *granarium* é reconhecida pelos órgãos internacionais de proteção da planta para a Gana e Costa do Marfim.

A África recomenda empregar medidas fitossanitárias que assegurem a ausência da *granarium* na amêndoa de cacau importada da Costa do Marfim. Para essa praga há, na literatura, resultados demonstrando a eficácia do fosfeto de alumínio no controle dessa praga.

Portanto, Senadores, Parlamentares aqui presentes, vejam o risco que estamos correndo. Já temos doenças suficientes aqui no Brasil, as quais precisamos combater, como a podridão-parda ou mesmo o fungo em sua forma mais branda, como falado anteriormente, temos a vassoura-de-bruxa, entre outras, e não podemos permitir que outras doenças cheguem ao nosso território.

Estamos falando de uma cultura que traz sustentabilidade para seus diferentes biomas, ajuda a preservar nossas florestas, principalmente na Região Amazônica e Mata Atlântica, quando plantada em sistema SAFs ou cabruca, uma cultura que movimenta a economia com mais de 18 bilhões, segundo dados do IBGE de 2021, praticada por mais de 70 mil famílias, gerando mais de 320 mil empregos, com uma produtividade anual acima de 248 mil toneladas, segundo dados do IBGE. E mesmo estando ainda em sétimo lugar como produtor mundial, estamos retomando a produção de cacau fino, agregando valor também com as rotas de turismo, produção de chocolate *bean-to-bar*, ou seja, estamos lutando para salvar nosso amado cacau, tão importante para a sustentabilidade nacional.

E mesmo diante dessa forte queda de preços, que somada à alta dos insumos e mão de obra ocasionados pela inflação, tem elevado o custo de produção, tornando nossa atividade economicamente inviável no momento, diante desse cenário negativo, ainda temos o grande risco de entrada dessas pragas que poderiam destruir definitivamente a cacauicultura nacional, o que causaria um impacto social e ambiental jamais visto em todos os polos produtivos que somam mais de 12 estados no Brasil. Em consequência, teríamos êxodo rural, migrações das propriedades para a pecuária, avanço do desmatamento.

Tenho certeza de que todos aqui são patriotas e querem o melhor para o Brasil. Sobretudo em um momento onde o mundo está de olho na Amazônia, um impacto negativo seria sem precedentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, prezados senhores, com relação aos tratamentos fitossanitários, sabemos que o Mapa admite o brometo de quarentena, o pré-embarque de *commodities* agrícolas, e salientamos que a IN 18, elaborada pelo DSV, além de indicar os agentes sanitizantes, providencia ações estruturantes de mitigação de riscos fitossanitários, não só para a cultura do cacau mas também para culturas como a soja, a cana-de-açúcar, o arroz e o milho. Portanto, solicitamos a revisão da IN 18 e o uso de brometo de metila em outras ações, proporcionando mais rigor nas importações.

Seria isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Eunice, a irmã da Elcy. O pessoal da transamazônica, do Município de Uruará. Turma de trabalho!

Eunice é graduada em Administração de Empresas e Escola de Comércio pelas Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo e Instituto Santana, na Suíça. Desenvolve a cacauicultura na Região Transamazônica, na fazenda Panorama, iniciada pelo seu pai, que foi pioneiro naquela região.

Eu quero chamar agora para trazer sua exposição o Dr. Antonio Mascarenhas de Souza Sobrinho. Ele é produtor rural e também economista, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia e pós-graduado em Administração Financeira pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, exerceu diversas funções no mercado financeiro, em que se aposentou como gestor da área internacional. É produtor rural na Bahia, com foco nas lavouras de cacau e graviola e em bovinos de corte.

Dr. Antonio, é um prazer muito grande recebê-lo aqui. Por favor, com a palavra para a sua exposição.

O SR. ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA SOBRINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Cumprimentando a todos, saúdo os senhores representantes da indústria, dos Ministérios da Agricultura e da Economia, os demais Parlamentares e colegas aqui presentes.

Inicialmente, senhor, gostaríamos de dizer que, historicamente, o Brasil foi exportador de amêndoas até a década de 1980, quando atingiu a produção de 448 mil toneladas. Com a criminosa introdução da vassoura-de-bruxa na lavoura baiana, essa produção caiu para incríveis 90 mil toneladas e hoje, em recuperação, atinge 198 mil toneladas, conforme estatística da própria indústria.

Graças ao denodo dos produtores aos clones resistentes e produtivos, lançados pela Ceplac, há expansão da fronteira agrícola e há um esforço paraense para a elevação da sua produção. Somos pelos menos 14 estados brasileiros produtores de cacau, o que equivale à produção anual das já indicadas 200 mil toneladas, representa algo em torno de US$100 milhões de faturamento anual e gera em torno de 300 mil empregos nos diversos segmentos da cadeia produtiva, em especial na lavoura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese a representatividade do setor, as regiões produtoras sofrem com inúmeras dificuldades que se acumularam ao longo dos 30, 40 anos últimos, por falta de apoio governamental ao incentivo à produção e na melhoria da produtividade.

Em termos econômicos, a cadeia produtiva do cacau, que, no passado, atingiu expressiva marca de 6% das exportações brasileiras, atinge hoje irrisório 0,2% em razão da ausência de olhar estratégico para uma atividade com enorme potencial de gerar emprego, renda e divisas, sem falar da proteção aos biomas florestais do país e da sua contribuição para fixar o homem ao campo.

Para suprir a capacidade instalada de 275 mil toneladas, o parque moageiro nacional passou a importar grande quantidade de amêndoas, maior a cada ano, chegando a registrar o significativo excesso de quase uma safra inteira, como bem demonstra o boletim técnico da Ceplac, recentemente publicado, que teríamos o prazer de ver aqui relatado. Se o Dr. José Marques, representante da Ceplac, puder fazê-lo, nós agradeceríamos muito pelo trabalho de suma importância para o setor como um todo.

Continuando, ele também cita, no seu trabalho, a associação das indústrias como fonte dos dados que divulga. Excesso que lá se apura no trabalho, que corresponde a 81,9% da produção daquele ano, ou seja, de 2021, excesso de 82%. Isso, em que pese estar havendo gradativa recuperação da produção nacional.

Na sequência... Desculpe! Na sequência, em cumprimento aos incentivos já conquistados, a indústria obteve concessão para atuar com os benefícios que lhe proporciona o *drawback*, que é um regime aduaneiro especial que isenta o importador de pagamentos de tributos, condicionando-o a exportar produtos derivados em quantidade equivalente. Esse *drawback*, que eles conseguiram conquistar, concede-lhes um prazo de exportação superior ao que normalmente se pratica em outras cadeias produtivas, ou seja, a indústria do cacau dispõe de um prazo de dois anos para exportar o que importou, dividido em um ano, prorrogável por mais um ano, enquanto outras lavouras e/ou atividades dispõem de apenas um ano ou seis meses e mais cinco meses de prorrogação.

Há mais: ainda dispõem da possibilidade de adquirir produto nacional com o mesmo benefício tributário sob o título de "Drawback Verde-Amarelo". Aos olhos do produtor, isso parece desproporcional. É desproporcional e desnecessário porque sabem que a amêndoa de cacau, se muito bem armazenada, tem a validade máxima de dois anos, o que, por si só, já inviabilizaria a sua manutenção por dois anos, com que opera a indústria para processar e efetuar embarques consequentes dos produtos gerados com a matéria importada, porque, como a seguir demonstramos, opera com capacidade ociosa no seu parque moageiro e conta com expressivo excesso de matéria-prima em seus armazéns.

Quantificamos o que acima afirmamos: considerada a média dos últimos dez anos, a produção nacional situou-se em 252,8 mil toneladas, e, se acrescida uma importação de 43,7 mil toneladas e excluída a exportação de 1,2 mil toneladas, chega-se ao volume de 295,3 mil toneladas de matéria-prima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponível no parque moageiro, que só dispõe de 275 mil toneladas de capacidade instalada. Isso, essa conta simples, já indica que existe uma ociosidade de capacidade instalada em torno de 20 mil toneladas/ano. Considerando a moagem, a capacidade instalada é de 275 mil menos 223 mil toneladas. Com a moagem, insisto, na média dos últimos dez anos, isso dá um excesso de estoque em torno de 52 mil... Desculpa! É um excesso de 52 mil toneladas, o que, em maio de 2021, correspondia a 81,9% da produção nacional ou 197,6 mil toneladas de excesso.

Para agravar o quadro, os poucos compradores da *commodity* no país atuam em sistema oligopsônio, sem compromisso com a qualidade do produto importado, e dão mostra de estarem praticando cartel, em franco prejuízo ao produtor nacional, que, reafirmamos, é importante gerador de emprego e renda nas regiões em que atua.

Para exemplificar, na proposta de revisão da Instrução Normativa 38, recentemente apresentada à Câmara Setorial para análise, ao tentarem evitar a internalização de produtos de baixa qualidade – observem, senhores, a sutileza –, foi sugerido o estabelecimento da proibição de importação de amêndoas desclassificadas – até aí, parece interessante, parece que é uma proteção –, nivelando, no nosso entendimento, por baixo a preocupação com a qualidade do produto a ser importado. O mais razoável seria que se estabelecesse que só seria permitida a importação de amêndoas do tipo superior, demonstrando cuidado e preocupação com a qualidade do produto a ser processado em nossas indústrias.

É sutil a diferença – sabemos –, mas cuidados desse tipo devem e precisam ser adotados no sentido de valorizar o esforço do produtor nacional, que sozinho procura sobreviver às ameaças cotidianas e vem se esforçando para agregar valor às sementes que produz.

A consequência disso é o excesso de matéria-prima que ora se observa no mercado interno, causando desequilíbrio na conhecida lei de mercado, com implicação direta na remuneração do produtor, que já tem, em seu desfavor, a abrupta elevação dos custos de produção.

Clara demonstração do que aqui afirmamos: na data de ontem – infelizmente hoje o mercado ainda não está consolidado, mas trabalhamos com a data de ontem –, a Bolsa de Nova Iorque trabalhou com a cotação da amêndoa de cacau, no momento da análise, em US$2.413 FOB a tonelada. Admitindo um diferencial estimado de US$200, que é razoavelmente o que se pratica em média, sendo que alguns países exportam com o deságio ou desconto em torno de US$200 a US$300, abatidos na cotação em Nova Iorque, então, admitindo esse preço – esse valor de US$2.413 FOB a tonelada –, o que, em tese, daria para pagar ao produtor R$204,60 a arroba ou R$13,64 o quilo ao produtor do Norte, contudo, na mesma data e horário de ontem, o produtor foi remunerado em R$180, indicando deságio da ordem de 12% – ou R$24,60 – na arroba.

É importante informar que, dias atrás, a Conab publicou o custo de produção da amêndoa em Ilhéus de 239, na Bahia, e de 225 em Medicilândia, o que claramente indica que estamos realizando prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unitário médio estimado em R$55 a arroba ou R$3,7 o quilo. O razoável seria que estivéssemos sendo remunerados, no mínimo, ao valor do preço CIF mais os custos e demais encargos administrativos e financeiros da importação.

Vale ressaltar a existência de forte correlação entre a importação havida e os preços aplicados no mercado interno, ou seja, quando há importação, há consequentemente redução das cotações internas, como afirma o boletim técnico, como anteriormente afirmei, publicado pela Ceplac.

A pergunta que não quer calar: a indústria está preocupada em suprir-se da quantidade necessária a atender a seu parque moageiro ou em elevar seus ganhos a custo do sacrifício do já sofrido produtor? A impressão que fica é que pretende dar tratamento semelhante aos que já praticam em países da África, onde, como se sabe, o produtor não tem custo de encargos trabalhistas e se cogita haver práticas de trabalho escravo e exploração de criança no trabalho no campo.

Por favor, já estou quase concluindo.

Em paralelo às questões econômicas, trazidas à discussão pelas importações da amêndoa, outro item que muito nos preocupa é a questão da fitossegurança, já relatada, e isso em razão do risco que representa à lavoura do cacau e ao agronegócio brasileiro como um todo.

Senhores, é enorme a possibilidade de virmos a ser alcançados por doenças e pragas exóticas ainda existentes, e isso pode estar acontecendo, na medida em que haja relaxamento da fiscalização, como parece ter havido, com a facilitação da fumigação na origem e a fiscalização portuária no posto de destino.

Ou seja, para equacionar problema econômico localizado, criou-se solução que pode causar problema macroeconômico e comprometer o agronegócio nacional, que, em 2021, representou 2,4 trilhões de um PIB... Ou 24% do PIB nacional.

Dizemos isso, senhores – para concluir –, para solicitar a V. Exas. que intercedam em favor dos pedidos, dos nossos pedidos, em favor do nosso setor, que há mais de 30 anos vem lutando, com múltiplas dificuldades, sem contar com apoio governamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Dr. Antonio Mascarenhas. Na verdade, a sua análise foi a de um verdadeiro economista. E, como eu vou pedir a todos, queria pedir especialmente a V. Sa. – nossa assessoria vai fazer contato – que, por *e-mail*, nos remeta essa sua análise, porque ela tem dados extremamente importantes, além daquilo que a gente tem conhecimento.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA SOBRINHO (*Por videoconferência*.) – Está disponível...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Eu quero agora chamar, para a sua...

O SR. ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA SOBRINHO (*Por videoconferência*.) – Desculpe-me, Senador.

Está disponível, e tem outros trabalhos importantes também já publicados, de extrema importância, que podem ajudar muito no trabalho, o que gostaríamos muito, e agradecemos aos senhores pelas providências.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado. Obrigado mesmo.

Vamos chamar agora o Maurício de Souza Fonseca.

O Maurício de Souza Fonseca é representante da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia. É pós-graduado em Comércio Exterior, Câmbio e Negociações Internacionais e em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, em Brasília. Analista do comércio exterior, seus cargos de gestão incluíram Coordenador de Produção, Estatística e Chefe de Divisão de Informações da Coordenação-Geral de Sistemas de Comércio Exterior. Exerce atualmente a função de Coordenador de Exportação e Drawback da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior.

Dr. Maurício de Souza Fonseca, por favor. (*Pausa.*)

O Dr. Maurício está presente?

Vou checar aqui...

O SR. MAURÍCIO DE SOUZA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Já estou presente sim. Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Olá.

O SR. MAURÍCIO DE SOUZA FONSECA (*Por videoconferência*.) – Vou compartilhar minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado.

O SR. MAURÍCIO DE SOUZA FONSECA (*Por videoconferência*.) – Opa... Só um pouquinho... (*Pausa.*)

Vou só aumentar um pouquinho, botar a tela cheia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um instantinho, por favor. (*Pausa.*)

O.k.

Bom dia, pessoal. Obrigado pela oportunidade.

Aqui, enquanto membro da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior, farei apenas uma breve explanação do que são os regimes aduaneiros especiais de *drawback*, levando em conta a impossibilidade, do ponto de vista aqui da nossa atuação, de nos manifestarmos quanto às questões muito bem colocadas, as questões humanitárias, as questões ambientais desse muito relevante setor.

Então, vou começar aqui.

Eu queria deixar claro, primeiramente, que o *drawback* – isso até já foi respondido para o TCU –, legalmente, não é considerado uma política pública, mas um instrumento de incentivo às exportações, porque você tem aqui, no comércio internacional, esse princípio da destinação, de se desonerarem as exportações para não exportar tributos. Então, todos os países buscam estabelecer esses mecanismos capazes de desonerar as exportações.

Ele é um instituto de caráter horizontal, permanente e estrutural. Não é destinado a um setor específico; não é destinado principalmente à importação, mas à exportação, no sentido de incentivar as exportações; e não visa a nenhum código tarifário. Ele tem apenas algumas proibições que são: você não pode usar de insumo energia elétrica, por exemplo; não pode usar carvão, óleo diesel, algumas coisas nesse sentido.

Por isso, ele não é uma política pública *stricto sensu* naquela questão que tem uma meta no tempo e no espaço. Não se busca aumentar o percentual de uso de empresas no *drawback*; não se mede como sucesso ou fracasso se aumentarem as exportações ou importações amparadas ao regime de *drawback*. Ele está ali disponível.

Historicamente, entre 20% e 25% das exportações brasileiras se beneficiaram de insumos amparadas no regime do *drawback*.

Então, o critério principal dele é que tenhamos insumos importados ou adquiridos no mercado interno – é sempre importante fazer este destaque de que ele permite aquisição do mercado interno para nivelar um pouco com as importações – e que haja um processo de industrialização.

Quem são os beneficiários? Você tem que ter um CNPJ regular – com certidão negativa ou positiva com efeito de negativa –; não pode usar o CPF; tem que estar regularizado no Siscomex para atuar junto à Receita Federal. Não pode ser optante do Simples. Não pode estar suspenso aqui na própria secretaria, em que nós temos os nossos critérios para suspensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são os conceitos. Lembrem-se de que eu falei no eslaide anterior de que é preciso processo de industrialização. Observem que nós consideramos estas etapas: transformação, beneficiamento, montagem, renovação ou recondicionamento, acondicionamento ou reacondicionamento, e reparo, criação e cultivo ou atividade extrativa – nesse texto basicamente muita coisa foi retirada do regulamento do IPI, sobre o que é a industrialização.

Sempre lembrando que a administração é conjunta: a Secretaria de Comércio Exterior atua na parte do sistema, na concessão, análise da relação e consumo, ver se a empresa cumpriu o compromisso de exportação entre os insumos importados e o produto exportado, mas é a Receita Federal que pode auditar as empresas, autorizar a pagar tributos retroativamente e credenciar usuários no Siscomex. E, uma vez que também pode desonerar o ICMS, as Secretarias de Fazenda também têm essa atuação de acesso aos atos concessórios.

Quais... Você tem que ter... Os tributos são suspensos. Tem dois tipos de *drawback*, não é isso? No primeiro, os tributos são suspensos, mas é o que nós chamamos de isenção condicional: você tem um compromisso de exportação, tem uma relação de confiança do Estado com a empresa que registrou o ato concessório. Ela vai virar isenção, sim, quando você cumprir aquela quantidade exportada que você tinha indicado quando registrou o ato. O isenção é o contrário: você está realmente isentando os tributos para repor exportações já realizadas. Então, são insumos que foram utilizados em exportações realizadas: você vai repor o seu estoque sem estar vinculado a uma nova exportação, porque você já exportou. No caso do setor cacaueiro, é muito pouco usado o *drawback* isenção.

Então, quais são os tributos exonerados? Tem aqui todos esses. O ICMS é apenas na importação, ele não se exonera no mercado interno, porque há o Convênio 27, de 1990. Houve um acordo no Confaz, o conselho fazendário, que permitiu isto. Para os 27 estados, cada um, não teve esse consenso para compra no mercado interno.

Já no isenção, são esses tributos aí indicados, sendo que o adicional de frete da Marinha Mercante teve agora a Lei 14.366, de 2022, que, por ser tributária, passa a ter efeito, vigência em janeiro. Vai exonerar o adicional de frete também no isenção.

Nós temos alguns tipos de atos por que eu vou passar rapidamente aqui porque eu vou me dedicar mais ao intermediário, ao ato intermediário.

Aqui você tem o *drawback* do fabricante intermediário, que neste caso é o seguinte. O titular do ato, quem registrou o CNPJ, adquire os insumos com benefício de *drawback*. Então, esses insumos ele emprega na industrialização de um produto intermediário. Por exemplo, a empresa que registrou o ato importou uma borracha e ela está fabricando aqui um produto intermediário, que é a sola de sapato, a sola do calçado. Aí ele chega, pega esse produto intermediário e vende, por exemplo, para uma fabricante de calçados, porque essa é a empresa industrial exportadora. Então, ela pega essa sola de sapato, o produto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intermediário, e usa no seu calçado, produto final exportado. O *drawback* intermediário é interessante, porque dá muitas opções na cadeia produtiva.

Aqui são formas de comprovação do regime, do compromisso. Não vou detalhar muito também, não. Eu creio que a apresentação ficará também disponível para todos os participantes da audiência pública.

Então, nós temos um fluxo do registro. Esse fluxo é, do ponto de vista da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior: você faz o registro, analisamos a relação de consumo, analisamos o histórico do CNPJ, faz-se um deferimento. Durante a vida do ato, a empresa pode realizar vários ajustes, ela vai ver que o compromisso de exportação não vai acontecer ou que o preço dos insumos aumentou, baixou. Vai, vai, vai, vai, e começa uma vida do ato. Isso é exemplificado aqui nessa imagem bastante simples. Aqui é o fluxo do *drawback* suspensão. Então, registra, analisa o deferimento, se estiver o.k.

Aí, apenas depois de deferido você compra do mercado interno ou da empresa estrangeira, você industrializa, intermediários ou finais. Lembrem-se daquilo que eu comentei, do *drawback* intermediário: se estiver em conformidade, a empresa vai exportando, é importante dizer, de forma direta ou indireta. Ela pode pegar o seu produto final e vender para uma *trading* ou uma comercial exportadora. Assim, essa *trading* fará a declaração única de exportação. Por isso este destaque: de forma direta ou indireta. E os clientes, no exterior, recebem o pagamento.

Aqui a parte de perda sobre produtos. Tem que ser bastante claro no momento de registrar o ato, mas eu não vou me atentar muito a isso, não.

Só um pouquinho, por favor.

O prazo está se reduzindo, mas eu vou conseguir chegar rápido lá.

Então, você tem um pedido para análise. O que nós verificamos? Regularidade formal, compatibilidade entre insumo e produto – não posso dizer que vou importar pneu e meu produto de exportação ser milho, por exemplo –, a expectativa de agregação de valor, porque você não pode importar mais do que pretende exportar. Eu posso solicitar, a qualquer momento, um laudo técnico para você explicar direitinho o seu processo produtivo. Então, a validade do ato é de um ano, prorrogável por mais um; dois anos. Você tem os bens de longo ciclo de fabricação, maquinários, veículos armamentistas, que podem ser de até cinco anos; e embarcação, até sete anos.

Vou passar aqui um pouquinho.

A comprovação. Você tem que comprovar no prazo do ato concessório. As leis que estão sendo publicadas estão permitindo uma prorrogação excepcional por mais um ano devido aos impactos do covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos a outra modalidade: *drawback* isenção. Conforme eu falei rapidamente no início, é uma reposição de estoques, quero destacar essa aqui. Você já exportou, então, esse ato concessório já nasce, vamos dizer assim, com o compromisso de exportação realizado, e você vai repor os seus estoques. Então, aqui muda um pouco o fluxo. Aqui é o fluxo do *drawback* isenção. A mercadoria tem que ser idêntica também ou pode ser uma mercadoria equivalente, porque o insumo original que você usou na sua exportação já realizada pode não existir mais igualzinho, mas você pode trazer uma mercadoria equivalente para repor o seu estoque.

Então, aqui um dado que eu queria mostrar, dos dados mais atuais que nós temos, de 2021, sobre as exportações amparadas sobre o regime de *drawback*. Não teve *drawback* intermediário, não existiu em 2021. Então, temos aqui o total no capítulo 18, que é o capítulo do cacau e suas preparações. Aqui é o valor realizado, tá, pessoal? É importante destacar que, quando você abre o ato, você tem o valor autorizado e vai realizando as operações ao redor da vida do ato, que pode chegar a dois anos, mas, com a prorrogação excepcional, a três anos. Então, você tem um valor aparentemente deficitário, mas é porque esses insumos todos não se transformaram nas exportações finais.

Então, queria deixar esse dado aqui e dizer que, quanto ao *drawback*, está tudo, tanto a legislação que ampara, os manuais, as perguntas, as dúvidas que podem ser tiradas diretamente com a Suext, aqui neste endereço, no Portal Siscomex.

Era isso que eu tinha para falar hoje para vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Dr. Maurício, muito obrigado pela sua exposição e colaboração.

A gente, daqui a pouco, vai ouvir as considerações finais, eu tenho algumas perguntas, mas ainda faltam dois expositores.

Vamos ouvir a indústria agora.

Anna Paula Losi é Diretora Executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília, com especialização em Direito do Estado, especialização em Assessoria Parlamentar e MBA em Administração Pública, CIPAD 07 e Relações Governamentais pela Fundação Getúlio Vargas, possui vasta experiência em relações governamentais, atua há mais de 20 anos nesse mercado, trabalhou nas maiores consultorias de relações governamentais do Brasil e foi Vice-Presidente de Relações Governamentais da BCW, multinacional de relações públicas e comunicações. Correto?

Nós estamos aqui tendo a honra da participação do Deputado Joaquim Passarinho, a quem quero facultar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deseja, Excelência, se dirigir... Por favor.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA. Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos.

É apenas aqui para mostrar o nosso interesse e a nossa preocupação com esse setor.

Conte conosco na Câmara, para que a gente possa continuar esse seu trabalho aqui.

Registro também a presença de parceiros e produtores rurais lá de Altamira: do nosso Vice-Prefeito Jorge, do Délio e também de parceiros lá de Altamira que estão aqui e que sabem a realidade, o que é produzir, principalmente o cacau, na nossa Amazônia.

Um abraço, Senador. Conte conosco!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Deputado Joaquim Passarinho.

O Jorge Gonçalves é o nosso Jorge Drogaminas, Vice-Prefeito, que está ali presente; e o Délio é empresário e produtor rural naquela região. A gente agradece muito aqui a presença na Comissão. Sabemos das lutas. O Deputado Joaquim está aqui para sua contribuição. Estamos todos juntos.

Vamos, então, ouvir a Anna Paula.

Por favor.

A SRA. ANNA PAULA LOSI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. Bom dia.

Agradeço a participação nesta audiência, que acho que é de suma importância. Agradeço aos demais Senadores na sua pessoa, Senador Zequinha Marinho, e agradeço a participação dos demais membros que aqui estão nesta audiência pública.

Eu vou fazer uma breve apresentação sobre a AIPC, passar por alguns dados e, se for possível, responder a alguns dos pontos que foram colocados aqui.

A AIPC foi fundada em 2004. Nós temos a missão de trabalhar pelo desenvolvimento da cadeia, fomentando os debates e apoiando iniciativas de fortalecimento do setor. A AIPC tem três associadas – a Barry Callebaut, a Cargill e a OFI –, mas essas não são as únicas empresas moageiras do Brasil. Nós temos outras empresas moageiras no Brasil. Somente as três estão associadas neste momento à AIPC.

Das minhas três associadas, nós temos quatro fábricas, todas instaladas na Bahia, e a nossa capacidade instalada é de 275 mil toneladas; a média dos últimos cinco anos foi de 219 mil toneladas de moagem; e a indústria processa aproximadamente 95% do cacau no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cacauicultura nacional tem uma característica muito boa e importante, diferenciada dos demais mercados. Poucos são os países que conseguem ter todos os elos da cadeia de suprimentos de cacau.

Então, o Brasil é produtor de amêndoas, o Brasil tem indústria moageira, o Brasil tem indústria alimentícia, indústria chocolateira, tem um parque de distribuição super-relevante e é um importante mercado consumidor desses chocolates, e isso faz toda a diferença, porque, quando você olha para a Europa, a Europa não produz amêndoa; quando você olha para a África, a África não tem um parque consumidor relevante. Então, o Brasil é um potencial mercado em cacauicultura, e é por isso que a indústria moageira investe no Brasil e busca trazer não só o aumento da capacidade instalada, mas um aumento da produção para que justifique essa capacidade instalada.

No processo industrial, a indústria compra a amêndoa seca e fermentada, ela faz todo um processo industrial. Hoje, primeiro, tritura e vira o *nibs*, depois vem o liquor, do liquor a torta, a manteiga e os produtos finais, os pós e a manteiga. Tem um ponto que é superimportante: quando a gente processa a amêndoa, a gente tem uma perda do cacau para o liquor de quase 20%. Então, o cacau processado, 82% desse cacau vira liquor, e o resto é descarte. E, desse liquor, a gente tem um coeficiente de produção de manteiga e pó também fixo: 46% de manteiga e 54% de pó. E por que essa informação é importante? Porque ela explica, inclusive, porque o Brasil é importador de derivado, além de ser importador de amêndoa. Então, esse é o perfil da cadeia.

Todo mundo aqui falou bastante, e eu acho que é importante colocar os números: 93 mil produtores; 5 a 10 hectares é o tamanho médio das propriedades; 620 mil hectares plantados; mais de 30 cooperativas e centros de comercialização; mais de 150 intermediários que vendem o cacau para a indústria; mais de 20 indústrias chocolateiras; nós geramos mais de 200 mil empregos diretos e indiretos; uma receita anual de R$21,6 bilhões; e, como eu comentei anteriormente, nós somos o quinto país com maior volume de vendas.

Aqui é um outro ponto muito importante: a indústria apoia os produtores, tá? Nos últimos três anos, nós tivemos mais de 8 mil produtores atendidos por iniciativas da indústria, mais de 250 mil hectares mapeados, quase 2 milhões de mudas distribuídas, mais de 5 mil amostras de solo realizadas. Nesses programas da indústria, a gente realiza censo, ajuda no plano de negócio da fazenda, treina, faz treinamento individual e em grupo, e monitora o trabalho infantil e o desmatamento. A gente oferta mudas, insumos, tem prêmios de sustentabilidade. Então, a indústria está lado a lado com o produtor, aquele produtor que quer trabalhar com a indústria.

Esse é o perfil global da produção de cacau no Brasil. Então, hoje, 43% das amêndoas de cacau são produzidas na Costa do Marfim; depois, vem Gana; e o Brasil aparece só em sexto ou sétimo colocado – depende de como a Indonésia vai no ano –, atrás, inclusive, do Equador, não é? O Equador tem uma produção que é o dobro da produção brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como falaram bem, a vassoura-de-bruxa chegou ali no final da década de 1980 e no início da década de 1990, e a produção brasileira caiu fortemente. Nos últimos dez anos, a média foi de 170 a 180 mil toneladas. Esse é o volume recebido pela indústria. Então, aqui eu não vou falar em safra, porque eu não faço monitoramento de safra – existem órgãos competentes –, mas eu posso falar em recebimento. Como a indústria nacional recebe próximo de 95% do cacau produzido no Brasil, a gente pode fazer um cálculo que chega perto da safra nacional.

Como vocês podem ver, tem anos muito bons e tem anos em que o volume é muito baixo. O ano passado foi um ano muito bom, que surpreendeu a todos. A Bahia veio com uma safra muito surpreendente. E neste ano, a tendência, como vocês podem ver, se comparado com janeiro a maio do ano passado, quando a safra ainda não estava muito ruim, e na temporã foi excelente, a gente tem uma tendência de ter uma produção na casa de 200 mil toneladas, em 2022.

Aqui é o volume que a gente recebe por mês. A gente tem uma concentração muito grande de volume entre maio, junho e julho, que é quando entra a safra temporã na Bahia, período em que a gente tem o maior recebimento de volume. Mas, como vocês podem ver, ali, a partir de outubro, novembro, esse volume vai caindo drasticamente. Neste ano, os volumes, apesar da queda, ainda não foram tão ruins como no ano passado. No ano passado, em janeiro, a gente não recebeu nem 3 mil toneladas.

Aqui é o volume recebido, no ano passado, por estados.

Aqui, neste ano, a gente já tem uma recuperação do Estado do Pará, com volume maior do que foi no ano passado – do quadro da produção e volume do ano passado.

Aqui é a importação. E o que eu gostaria de ressaltar? A importação acontece na medida da nossa demanda do cliente externo. Então, nós somos, o Brasil é um *hub* de exportação de produto com valor agregado de cacau, ou seja, nós exportamos derivados. Nós atendemos o mercado da América do Sul, os Estados Unidos, o Canadá. Se não tivermos amêndoa suficiente para processar e exportar, nós perderemos um importante mercado consumidor, que será rapidamente atendido por outros mercados, outros países, e nós vamos fechar a fábrica. E a consequência do fechamento de uma fábrica é muito drástica, porque aí vamos trabalhar com a capacidade instalada menor; vamos conseguir atender os nossos clientes nacionais, mas vamos diminuir a agregação de valor, e a balança comercial brasileira vai perder.

A moagem, nos últimos anos, ficou estável, na casa das 220 mil toneladas, e essa moagem não aumenta se a gente não tem amêndoa suficiente no Brasil. Como eu disse, como a gente tem uma proporcionalidade fixa na hora da contagem, para a gente, trazer amêndoa, importar amêndoa para consumir no mercado interno não vale a pena, porque vai ficar muito caro para o consumidor local, e a gente não vai conseguir vender o nosso produto aqui. Então, a importação só é razoável para exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar rapidamente aqui. Esses dados vão estar aí e são superimportantes, porque eles mostram o que a gente recebe e a moagem. Então, são poucos os meses em que a gente recebe mais do que a gente mói.

Nós fazemos uma exportação média de 50 mil toneladas, então, por isso, a importação é importante.

Falou-se aqui que tem um estoque muito alto de amêndoas. Eu não sei onde está esse estoque, mas com certeza não está na indústria, porque, se compararem esses dados de 2017 a 2020, sem a importação, a gente teria um déficit de quase 200 mil toneladas. Falando sobre estoque, em 31 de março de 2020, a gente tinha 5 mil toneladas de estoque, e isso não dava nem para 15 dias de moagem das indústrias.

A precificação é base Bolsa de Nova York, como outras pessoas já falaram. A gente tem a cotação do dólar, que influencia bastante. Essa apresentação vai estar disponível para vocês olharem, mas o que é mais importante aqui é este dado. Então, a cotação ontem, como o Mascarenhas colocou, estava US$2.403 a tonelada em Nova York. O cacau nacional, na Bolsa de Nova York, tem um prêmio de 80 toneladas desde que cumpridos todos os requisitos de qualidade estabelecidos pela Bolsa de Nova York. Então, o produtor que...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Anna Paula, para concluir, tá?

A SRA. ANNA PAULA LOSI (*Por videoconferência*.) – Está bom.

O produtor que quiser entregar o cacau na Bolsa de Nova York vai ter US$2.403 mais US$80 e menos US$400, o que dá um total de US$2.083, ou seja, R$163 a arroba. Se comparado com o preço cotado ontem que a gente pegou no mercado do cacau, o cacau nacional ainda está recebendo mais do que a entrega na bolsa. Mas, de qualquer forma, o produtor pode vender e exportar seu cacau.

Só para mostrar, Senador, porque eu acho que esse último gráfico é importante, e eu concluo.

Aqui está o histórico dos últimos cinco anos. A barra azul é a entrada de cacau nacional na indústria, a barra amarela é a entrada de cacau importado, a linha vermelha é Bolsa de Nova York, a linha branca é a base Ilhéus dólar, a linha verde é a base Ilhéus reais, e a linha verde mais escura é cotação de dólar. Fica muito perceptível que a queda é muito maior quando nós temos o pico de entrada de cacau nacional e com a queda da cotação do dólar. Então, a variação do preço em real é muito mais influenciada pela cotação do dólar do que até mesmo pelas entradas. Aqui, quando a gente olha a linha Bolsa Nova York e Bolsa Ilhéus, a gente percebe que os valores de Ilhéus e de Nova York estão muito próximos.

A minha apresentação tem mais dados e estará disponível para vocês.

Agradeço, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Anna Paula.

Como a gente vê, não é um assunto simples, é um assunto um tanto complexo.

Bom, quero chamar agora a Embrapa, que é representada pelo Sr. José Marques Pereira, Coordenador Regional de Pesquisa e Inovação da Ceplac... Desculpe-me, é Ceplac e não Embrapa. Ele é graduado em Engenharia Agronômica com mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Servidor da Ceplac, já exerceu os cargos de Assessor de Extensão Rural, pesquisador, Coordenador de Pesquisa e Chefe do Centro de Pesquisa do Cacau. Atualmente, é Auditor Fiscal Agropecuário e ocupa a função de Coordenador Regional de Pesquisa e Inovação do Cacau, na Ceplac/Mapa. Concentrou sua especialização profissional em manejo de pastagem e sistemas agroflorestais e gestão de pesquisas, com vasta produção científica nessas áreas.

Por favor, para a sua exposição, Dr. José Marques Pereira.

O SR. JOSÉ MARQUES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. É um prazer muito grande estar aqui nesta audiência pública.

Fui indicado pela direção da Ceplac, pela Secretaria do Ministério da Agricultura, e quero até agradecer muito por ter ficado por último, porque eu acho que os assuntos já foram bastante debatidos, principalmente aqueles que fogem um pouco da alçada da Ceplac.

A Ceplac, segundo as suas normas e atuais diretrizes, está se concentrando muito em pesquisa, inovação e transferência de tecnologia. A essa parte conjuntural nós não temos nos dedicado muito depois desse último decreto. Então, vou comentar muito pouco sobre isso, principalmente porque pessoas mais bem capacitadas e com funções focadas nesses pontos já se manifestaram, a exemplo do colega da Coexp, da Suext, que expôs muito bem o que é o sistema *drawback*, que, aliás, não é novo: segundo relatos aqui, desde 18/12/1966 ele existe. Eu estou aqui na região cacaueira há 45 anos e realmente tenho acompanhado, ao longo de muito tempo, esse tipo de discussão, naturalmente agora mais intensificada com essa coisa de importação de cacau. Essa luta não é nova; é antiga.

O que se sabe é que a Ceplac – estou aqui representando a Ceplac – está partindo da cadeia produtiva do cacau, não partindo de A, B ou C. Nós tomamos um partido, mas com aquele equilíbrio da cadeia produtiva do cacau, com foco principalmente no processo produtivo. E vê-se que a indústria está precisando de cacau para funcionar. É importante que a indústria fique aqui, mas, por outro lado, o produtor também precisa ser bem remunerado para poder produzir. Então, existe esse sistema de importação. É lógico que, como todos, precisa ser aperfeiçoado.

A criação agora dessa Associação Nacional dos Produtores de Cacau, cuja a Presidente é a Vanuza Barroso, a quem eu cumprimento e convido a conhecer a Ceplac mais detalhadamente, é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, porque é um ponto de convergência para esse tipo de discussão. Nós que vivemos aqui na região cacaueira sabemos como somos dispersos nesse aspecto. Às vezes, não tem nenhuma associação, e às vezes tem quatro, dez trocando sem uma coerência. Entre elas, finalmente agora voltou essa ANPC, que eu acredito que é o caminho correto, e nós estamos, não falando em nome da Ceplac, para apoiar.

Nesse aspecto de importação, eu acredito que um dos grandes problemas realmente é aumentar a produtividade para resolver. As perspectivas é que até 2025 ocorra a autossuficiência do Brasil em Cacau.

A Ceplac tem feito a sua parte tecnológica para atender isso aí.

Foram comentados aqui alguns aspectos ligados ao risco de entrada de doenças aqui. A Ceplac tem colaborado – agora menos, porque a Secretaria de Defesa Agropecuária tem assumido e a Ceplac entra, muitas vezes, como um colaborador, até mesmo já participou dessas análises de risco com especialistas nossos. Tem os aspectos da análise de risco fitossanitário, tem o aspecto da classificação, que a Ceplac também deixou de fazer. Participamos recentemente de sugestões sobre a IN 38, que, de certa forma, reforça essas garantias de importação do cacau. Essa norma, inclusive, desclassifica a importação de cacau desclassificado. Já é antiga, e essa aperfeiçoa isso. A Ceplac já deu seu parecer junto com outras instituições ligadas ao tema.

Então, não é diretamente que a Ceplac atua nesses pontos. Ela atua de forma colaborativa. A responsabilidade é, como eu já falei, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, através das suas unidades descentralizadas localizadas em Ilhéus, Itabuna e em outras regiões produtoras de frutas, de cacau, e em outras fronteiras, então, não é uma ação direta da Ceplac.

Defendendo aí esse aspecto de que precisamos realmente aumentar a produtividade, a atuação da Ceplac tem sido muito nisso. Nós temos o melhor programa – não é uma informação da própria instituição, mas um reconhecimento nacional e internacional –, a Ceplac tem um forte, talvez o maior do mundo, programa de melhoramento genético do cacaueiro, principalmente pós-vassoura-de-bruxa. Nós temos potencialmente cerca de mil materiais sendo analisados e mais 4,5 mil em estoque para serem analisados continuamente. Isso tem gerado, inclusive, com o auxílio do produtor, a indicação de 42 clones de cacaueiros. E hoje, com o aperfeiçoamento, tendo em vista níveis de resistência e produtividade, nós temos 18 recomendados. Muito desse material foi selecionado em fazendas de produtores.

O trabalho anterior da Ceplac com a hibridação de cacaueiros ajudou muito nisso, porque criou uma diversidade genética muito grande nessa região, que é realmente um laboratório de diversidade genética. E isso tem permitido à gente conviver em níveis razoáveis com a vassoura-de-bruxa e sempre com tendência a melhorar. Os clones que a Ceplac lança – sempre lança dois, quatro, seis – têm progressivamente melhorado a sua produção e a base de resistência genética também, o que mostra que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos no rumo certo, o caminho é esse, e novos clones estão a caminho para serem disponibilizados.

Quero destacar o programa de melhoramento preventivo contra monilíase na Ceplac. Estamos em vias, agora, de mandar materiais para serem avaliados em países onde ocorre essa doença. Os materiais já estão com mais de um ano em quarentena lá em Brasília, já estão no ponto de vir, e agora estamos vencendo os entraves burocráticos para encaminhar esse material. Os caminhos já estão, mais ou menos, elucidados, não é? E, aqui no Brasil, nós estamos com avanços também já num nível bastante avançado de avaliação de materiais vindos da Costa Rica, com genes de resistência à monilíase. Então, é um programa bem estruturado e sujeito a qualquer avaliação internacional.

Estamos também atuando muito no manejo integrado de pragas, avaliando novas moléculas de fungicidas para aumentar o controle integrado da vassoura-de-bruxa. Estamos ampliando a disponibilização de material biológico, material de controle biológico. A Ceplac já tem potencialmente um material eleito e com um estoque muito grande de materiais existentes, inclusive potencialmente contra a monilíase, para controle biológico. Precisamos naturalmente avançar nisso aí e temos tido dificuldades.

Temos atuado também na expansão da fronteira agrícola, mas não nos moldes como foi anunciado aqui. Nós não temos nada a ver com a opinião de moedoras, etc. Inclusive estamos defendendo também sistemas agroflorestais no Cerrado. A Ceplac está coadjuvando um grande projeto de associações, de produção de sistemas agroflorestais no Cerrado, no oeste da Bahia, e tem atuado também em alguns outros estados.

Nós não podemos impedir a expansão da fronteira agrícola do cacau. Naturalmente temos que cuidar bem das regiões tradicionais e temos que viabilizar esse sistema cabruca, que ainda é representante de 60% a 70% da nossa área de produção aqui do sul da Bahia. Temos que atuar para ver se viabilizamos os planos de melhoramento integrado do sombreamento da cabruca, que é um limitante para a nossa baixa produtividade. Não adianta adubar, não adianta manejar se não tiver radiação solar. Então, nós temos que destravar esse manejo da cabruca. A Ceplac já fez sua parte, junto com várias outras instituições, traçando as bases para esse sistema de manejo. Falta operacionalizar os PTMCs, que são os projetos técnicos de manejo da cabruca.

Temos trabalhado muito também na viabilização de acesso ao PSAs, na valorização ambiental, no pagamento de serviços ambientais ao produtor.

Temos alguns projetos em andamento com créditos de carbono, inclusive com instituições internacionais, e também está em vias de elaboração um plano de recuperação da lavoura cacaueira, principalmente com foco aqui no sul da Bahia, prevendo a revitalização principalmente do sistema cabruca, mas isso continua a depender do manejo do sombreamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que tudo isso deve ser feito com o associativismo dos produtores, o retorno ao cooperativismo, o retorno às associações de produtores, visando naturalmente a facilitar as ações, as reivindicações, ou seja, o objeto desta nossa reunião do momento.

Eu quero também destacar, ainda, a ação da Ceplac muito grande nesse aspecto de melhoria da qualidade do cacau, desse uso de cacau *bean-to-bar, tree-to-bar*. Para isso, na verdade, eu tenho que fazer essa propaganda positiva, porque foi iniciada na Ceplac, e a Ceplac serviu de incubadora. Hoje isso é muito importante para o assunto que está sendo discutido, o consumo interno na industrialização interna, no aumento do hábito de se consumir cacau de qualidade. Aliás, a qualidade já é a principal agregação de valor ao cacau, é a principal. Você, com qualidade, pode barganhar em qualquer lugar, inclusive internamente, não é? Então esse é um destaque importante.

Nós estamos atravessando problemas, todos sabem. A Ceplac precisa reestruturar seu quadro funcional, e temos já um acordo de cooperação técnica com a Embrapa que vai possibilitar – ou está possibilitando – o aporte de pesquisadores. Já o recebemos: a nossa Coordenadora-Geral científica é da Embrapa já. E temos também esse acordo de cooperação para fins de vinculação de recursos, que acabaram de ser liberados. Então, nós temos uma associação cooperativa com quatro centros de pesquisa da Embrapa, que são o de genética, aqui de Cruz das Almas, e os lá da Amazônia, do Pará e também de Rondônia. Além do que eu já falei, da genética, nós acreditamos que isso vai dar um impulso bastante grande às pesquisas aqui da Ceplac – não só aqui, mas também na Amazônia, porque a Ceplac é nacional, sua atuação é nacional.

Precisamos repor o quadro, mas estamos trabalhando. A direção atual da Ceplac tem trabalhado muito nessas iniciativas de captação de recurso, de transferência de servidores de outras instituições, a exemplos do IF baiano e de algumas universidades, para ir repondo o nosso quadro até que a gente tenha efetivamente uma ampliação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem, José Marques!

Para terminar – o nosso tempo já foi e não estamos conseguindo contar o tempo ali –, queria que você fizesse a sua conclusão.

O SR. JOSÉ MARQUES PEREIRA (*Por videoconferência*.) – A conclusão é esta então.

Nesses pontos da discussão, do foco da discussão, eu acredito que é onde a Ceplac pode efetivamente colaborar. Nós, como eu já falei, somos partidários da cadeia produtiva como um todo: é preciso produzir, é preciso vender, é preciso comercializar o produto, e o produtor precisa também ser remunerado – é lógico, reconhecemos isso.

Com isso eu encerro e fico à disposição para qualquer posterior indagação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem! Muito obrigado, José Marques, representando aqui a nossa gloriosa Ceplac.

Eu vou ler algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania, e, nas considerações finais, dois minutos para cada expositor. De repente, se você quiser responder...

O Gabriel Oliveira, da Bahia, pergunta: "Por que os produtores brasileiros não exportam para a Europa e os EUA, se o preço está tão ruim no mercado local?".

O João Francisco Crisóstomo, aqui do Distrito Federal: "Quanto do cacau produzido pelas empresas brasileiras é consumido pelas empresas moageiras de cacau?". Quer dizer, quantos por cento mais ou menos? É isso o que ele quer perguntar.

A Letícia, do Distrito Federal, faz duas perguntas: "Gostaria de saber dos produtores se existe uma diferença entre o preço praticado [...] [aqui no mercado interno e no mercado externo]?"; depois, "Para os produtores, considerando o preço praticado pelo mercado internacional, não seria interessante a exportação do produto?".

O Sérgio Gondim, da Bahia, diz o seguinte: "O cacau brasileiro é e sempre foi o melhor do mundo em qualidade e em cumprimento [...] [da legislação, na questão ambiental e trabalhista.]".

A Evellyn Vitória Moreira da Silva, do Paraná, pergunta: "O cacau poderia se tornar uma fonte [..] de renda [...] como café, cana de açúcar, etc.?".

A Cléa de Oliveira Machado, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quais os fatores que influenciam o processo de compra e consumo de produtos derivados de cacau?".

Por último, o Gustavo Ferreira Castelo Branco, de São Paulo, pergunta: "Qual o objetivo de a legislação no Brasil ser tão branda com relação ao percentual de cacau nos chocolates?".

Eu gostaria de chamar agora, para as considerações finais, em dois minutos, considerando que o tempo aqui corre contra a gente, o Dr. Antonio Mascarenhas de Souza Sobrinho, produtor rural e economista, que fez ainda há pouco a sua exposição.

Por favor, Dr. Antonio.

O SR. ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA SOBRINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senhores, eu não tenho competência para responder muitas dessas perguntas que foram formuladas, mas em relação a duas delas eu gostaria de tecer comentários.

Uma pergunta é com relação à questão da exportação: "Por que o produtor não exporta para a Europa?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a resposta é: não exporta porque não tem produção suficiente; não exporta porque a grande maioria de produtores é de pequeno e médio produtor, sendo a maior parte concentrada no pequeno. E, por falta da prática – e aí é culpa nossa – por falta da prática eficaz do associativismo, ele termina não conseguindo agregar volume suficiente para fazer exportações.

Contudo, isso se agrava – e está acontecendo isso hoje, nesta época, nesta década, há 20, 30 anos –, porque nós já praticávamos essas exportações diretas e, quando começou com o ingresso da vassoura-de-bruxa, na Bahia, que na época detinha o maior volume de cacau da produção, deixamos de ter esse volume suficiente para fazer a exportação. Naquela época, motivados pelos ganhos, motivados pelo associativismo, motivados pela produção, pela remuneração do produtor, por uma série de valores que mantêm, que contribuem para manter o homem no campo, nós conseguíamos fazer, sim, a exportação direta. Hoje, infelizmente, ainda não, mas temos todo um caminho; estamos em recuperação. Hoje, já estamos mais ou menos na metade do que perdemos; precisamos recompor o resto.

Outro aspecto também rápido a mencionar – não é um comentário, mas um pedido aos Srs. Senadores – diz respeito ao teor de cacau no chocolate. Eu queria pedir aos Srs. Senadores que tentassem resgatar o PL 1.769, que trata desse assunto. Ele já está em fase adiantada de análise...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA SOBRINHO (*Por videoconferência.*) – ... e parece-me – eu não entendo muito bem o processo – que ele já está em condição de ser concluído. E se precisarem de mais alguma... E é extremamente importante, porque ele diz respeito principalmente à saúde do homem. Hoje, o que a gente consome, isso que hoje nós temos nas prateleiras de mercado são açúcar e água, com teor baixíssimo de cacau, o que expõe a saúde das pessoas.

Sabidamente, o cacau é um fruto, é um produto que contribui positivamente na saúde humana, mas não esse chocolate que nós temos e que está disponível aí para comprar. Pelo contrário, muito pelo contrário: é péssimo! A gente até aconselha a não consumir. Na minha casa, meus filhos não consumiram, meus netos também não, porque é de péssima qualidade. Lá nós compramos caríssimo o preço de açúcar. E, infelizmente, a gente não consegue.

Então, reafirmando o pedido, Srs. Senadores, nós produtores pedimos, por favor, que resgatem esse PL 1.769, porque, além da saúde humana, vai contribuir muito para a elevação do consumo interno, o que é necessário, como foi falado antes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Dr. Antonio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos... Eu estou anotando – inclusive, sou o autor do projeto que aumenta o percentual do cacau – e vou cobrar do Relator a entrega desse relatório para que o projeto possa avançar.

Vanuza Barroso, da ANPC, por dois minutos.

Não dá, Vanuza, para aumentar o tempo, em função de outros compromissos – agora, inclusive, entregar ao Plenário –, está bem? Por favor, para as suas considerações finais.

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – Bom, eu precisava realmente de mais tempo, mas tudo bem, vou tentar me limitar aqui aos dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Nós temos três audiências. Esta é só a primeira; você tem mais duas pela frente. Com certeza dá para a gente avançar.

A SRA. VANUZA BARROSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Certo.

Eu só quero reforçar aqui a fala da nossa colega Eunice e a do Mascarenhas quanto às questões fitossanitárias.

Nós sabemos que a IN 18 foi revogada a pedido da indústria, e aí surgiu a IN 125, em que a Ministra da Agricultura Tereza Cristina foi solícita ao pedido da indústria. Nessa IN 125, Senadores, Parlamentares que estão presentes, existe o não uso da substância brometo de metila. Quero alertar os senhores de que a única substância capaz de acabar com as pragas africanas e doenças advindas da África é essa substância. Quero salientar também que o Brasil não está cumprindo o Acordo de Montreal, dificultando aí o uso dessa substância. Com isso, senhores, coloca-se em risco toda a nossa cacauicultura brasileira, porque, quando os navios chegam ao Porto de Ilhéus, os primeiros a serem atingidos somos nós cacauicultores. As nossas propriedades do sul da Bahia estão em risco. E está em risco toda a agricultura brasileira: está em risco a soja, o milho, o feijão, o trigo, enfim.

Senhores, eu tenho aqui um monte de documentos a apresentar para vocês, mas infelizmente o tempo não nos permite. E eu só quero que vocês entendam que, por causa de três grandes moageiras, a agricultura nacional encontra-se em risco. Então, Srs. Parlamentares...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – ... peço para que vocês possam observar como estão sendo feitas as classificações das amêndoas no Porto de Ilhéus. Como disse o nosso palestrante José Marques, não está mais a cargo da Ceplac. Infelizmente, está terceirizado a laboratórios que dizem ser credenciados. Não estou aqui afirmando, mas cabe a vocês, Parlamentares, analisarem, investigarem se realmente esses laboratórios possuem a competência necessária para fiscalizar essas amêndoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: a agricultura nacional está em risco. Digo mais, senhores: o Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, aprova a estrutura regimental do Mapa. Conforme o seu art. 24, está regulamentada a competência da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), entre outras obrigações, para coordenar e executar diretamente ou por meio de suas unidades descentralizadas em locais de fronteiras.

Conforme esse decreto, as competências da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – ... são regulamentadas pelo art. 46, ou seja, a competência para tratar dos procedimentos da fiscalização das cargas de amêndoa que chegam aos portos do país é da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Por último, senhores, é importante citar aqui que a Ceplac é do produtor de cacau, mas não é isso que temos sentido, e os fatos falam por si. Na audiência de hoje, pedimos o comparecimento do Sr. Antonio César Costa Zugaib, técnico em planejamento, com mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa e pós-graduação em Comércio Exterior pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, FGV e Funcex, ou seja, um técnico capaz de explanar aos senhores aqui presentes o Boletim Técnico 222, publicado pela Ceplac e, inexplicavelmente, retirado do *site* por essa instituição, que se diz órgão que cuida do cacau.

Pergunto ao senhor Waldeck, Diretor da Ceplac, o porquê de não ter permitido que o Sr. Zugaib comparecesse. Qual o temor de ele vir aqui, a público, apresentar o seu trabalho e talvez até atualizar os dados para os Parlamentares aqui presentes? Por que ele foi impedido de vir? Sr. Waldeck, com todo o respeito à sua ausência aqui, nesta audiência, mas o senhor está a mando de quem na Ceplac? Com certeza, no lado do produtor é que não é, pois as suas atitudes não condizem com os nossos anseios. E não aceitamos dizer que a Ceplac não tem recursos e que a culpa é somente do Governo. As suas atitudes, com citei, nos furta o direito de expor a realidade dos fatos. Apurem, senhores! A Ceplac não é do produtor de cacau, e, sim, de alguém que manipula, que nos furta o direito de conseguirmos atingir os nossos objetivos.

Senhores, peço... Eu não sei se eu vou ter mais um tempo para falar, Senador, mas, rapidamente, eu posso fazer os pedidos, ou eu vou ter a oportunidade de falar novamente? É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Nós estamos concluindo a audiência pública.

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – Então, eu vou falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O tema vai se estender por mais duas audiências públicas no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – Só um minuto, Senador.

Senhores – vou ler rápido –, como foi exposto aqui, as importações de cacau advindas da África estão fazendo os preços do cacau caírem abaixo do preço da bolsa, provocando deságio no preço de cacau. Assim, após a exposição dos fatos, pedimos aos Srs. Parlamentares aqui presentes que intercedam junto ao Executivo no sentido de revogar a IN 125, que está em vigor, impedindo, assim, que amêndoas secas advindas da África cheguem aqui contaminadas e acabem com a nossa lavoura cacaueira e com a nossa agricultura nacional.

Não poderemos aceitar a chegada ao Porto de Ilhéus da carga de cacau agora, em novembro. A mesma não obedece aos critérios fitossanitários exigidos pelos órgãos competentes deste país e está sujeita a pragas e doenças que afetam a nossa agricultura.

Que nessa nova instrução normativa seja inserido o brometo de metila, substância única e capaz de acabar com as pragas africanas neste território brasileiro, de acordo com a recomendação de técnicos especializados!

Que o Ministério da Economia reveja o prazo concedido à indústria, de um ano, prorrogável por igual período, reduzindo para seis meses mais período equivalente, totalizando, assim, um ano de prazo máximo para a exportação de produtos derivados da matéria-prima importada!

E que sejam instauradas fiscalizações nessas três empresas imediatamente, a fim de apurar todo o processo de *drawback*!

Que os Parlamentares aqui presentes, Deputados e Senadores de toda a nação brasileira, principalmente autoridades dos estados produtores de cacau, se incorporem para apoiar a Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC) no objetivo de fortalecerem a cadeia produtiva do cacau!

E que tenhamos por objetivo maior sairmos de importadores, que hoje somos, a exportadores de cacau, como no passado sempre fomos!

Agradecemos a oportunidade de apresentarmos as nossas dificuldades, as do setor cacaueiro, aos senhores, certos do empenho e do comprometimento de cada um nessa luta, que é de todos nós.

Obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Vanuza.

Vamos ouvir agora, por dois minutos, Maurício de Souza Fonseca, Coordenador de Exportação e Drawback da Subsecretaria de Operação de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

Maurício, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO DE SOUZA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não, Senador.

Eu acho que os pontos apontados pelos colegas, inclusive pela Sra. Vanuza, todos nos parecem bastante relevantes, significativos. Porém, conforme algumas sugestões mencionadas, nós dependemos realmente de uma alteração legislativa – perfeito? –, de uma sugestão legislativa. Nós não temos atribuição regimental em instrumentos menores, como portaria, para nós diferenciarmos o regime de *drawback* de acordo com o insumo importado ou com o produto exportado. Perfeito? Então, acredito até que esse seja um dos desenlaces finais destas audiências públicas sobre o assunto, não é?

Então, quanto à sugestão dos seis meses, desse tipo de coisa, a fiscalização em empresas específicas tem que ser sinalizada para a Receita Federal. A Secretaria de Comércio Exterior não tem esse braço nem a atribuição de exame *in loco*, seja qual for o assunto. Então, nós ficamos aqui no aguardo de eventuais determinações legislativas. Entendeu, Senador? É o que eu posso manifestar no momento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O.k.! Muito obrigado, Dr. Maurício.

Depois, nós precisamos acertar aqui reuniões de trabalho em cima desses tópicos tão importantes.

Eu quero, agora, pedir à Anna Paula Losi, da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau, que, em dois minutos, também faça as suas considerações finais, de repente respondendo algumas coisas das perguntas que foram postas aqui.

Anna Paula...

A SRA. ANNA PAULA LOSI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigada pela oportunidade.

Eu acho que a primeira coisa que a gente precisa esclarecer é que a importação, por aquele último gráfico que mostrei, não tem uma relação direta com o preço. Relação direta com o preço é: Bolsa, Nova Iorque, cotação do dólar. Se você olhar naquela linha...

E, Senador, se precisar, eu posso compartilhar com os senhores a planilha com as informações. Não são informações da AIPC; são informações de uma consultoria de análise econômica, que faz análise do mercado de cacau. E ela mostra muito claramente, quanto à oscilação do preço, que, especialmente neste período, ele caiu por conta da cotação do dólar que caiu; e que agora está subindo porque a cotação do dólar está subindo.

Infelizmente há uma discrepância entre os dados. Eu não estou aqui para falar sobre o que o dado do IBGE informa, o que o IBGE informa. Eu posso falar sobre o que a gente recebe. E hoje a indústria não recebe cacau suficiente para operar as suas instalações. Quando eu falo de 275 mil toneladas, eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando das fábricas associadas à AIPC. A gente tem outras fábricas. Muito provavelmente a capacidade de moagem do Brasil esteja em torno de 300 mil toneladas. Se a gente for conviver só com o cacau nacional, nós vamos fechar uma fábrica, duas fábricas e vamos trabalhar com o que a gente tem de cacau. E, Senador, o preço vai cair, porque, se a gente tem cacau e não tem capacidade instalada, o preço cai.

Então, a nossa discussão aqui hoje é importante, é relevante. A gente tem que olhar para o futuro. E o futuro é alta produtividade, é sustentabilidade – mas não como diferencial; sustentabilidade, Senador, é licença para operar. Quem não tiver sustentabilidade não vai operar.

E é muito arriscado quando dizem que a indústria quer destruir o produtor. Não é isso. A indústria, muito pelo contrário, quer cacau aqui no Brasil, para a gente poder aumentar a nossa capacidade instalada aqui no Brasil, para a gente gerar renda no Brasil, para a gente gerar emprego no Brasil, para a gente exportar produto com valor agregado.

Eu concordo com José Marques quando ele diz que, em dois, três anos, essa discussão vai para o buraco, porque a gente não vai importar mais. Em dois, três anos, a indústria vai ter cacau suficiente, mas esse cacau vem de diversos lugares – da Bahia, que está melhorando a sua produtividade; do Pará, que está produzindo cada vez mais; e das novas áreas produtivas.

Eu me coloco aqui à disposição, Senador. A gente já conversou, e eu me coloco à disposição não só para dialogar com o grupo, mas principalmente... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Cortou-se o sinal.

Muito obrigado, Anna Paula, que representa aqui a indústria do cacau no Brasil.

Dr. José Marques, para as suas considerações finais, por favor.

O SR. JOSÉ MARQUES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – ... o PL, que realmente aumenta o teor de chocolate, de massa de cacau nos chocolates. Esse é um ponto bastante importante. Isso já passou aqui pela Ceplac. A Ceplac já fez a sua nota técnica. E isso é fundamental, inclusive para a melhoria da qualidade do cacau, porque, na medida em que se aumenta o teor de cacau nos chocolates, isso exige uma melhoria de qualidade, porque os açúcares, como mencionado aí pelo Mascarenhas, realmente mascaram defeitos do cacau. Então, é um estímulo bastante grande não só para aumentar a participação do cacau, tornar o chocolate mais saudável, mas também para estimular a qualidade do cacau.

Com relação ao art. 2° – não me lembro o número do boletim, acho que é 222 –, na verdade, a Ceplac adotou agora uma política de revisão das suas publicações, e, como aquela era uma publicação institucional, resolveu-se fazer uma revisão, mas acredito que isso vai ser resolvido logo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só o que eu tinha para dizer.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Somos nós que agradecemos a participação dos nossos expositores e pela paciência da espera.

Eu gostaria de dar alguns encaminhamentos aqui no sentido de avisar aos nossos Parlamentares e às partes que a próxima audiência pública vai debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau. Esse é o tema da segunda audiência pública sobre o cacau. De um total de três, a segunda será essa.

Nossos encaminhamentos aqui a partir da audiência pública de hoje.

Com relação à questão do *drawback*, nós vamos trabalhar para construir um entendimento com a Receita Federal e com o Ministério da Economia para ver o que está prejudicando principalmente a área do produtor.

O PL 1.769, de 2019, de nossa autoria: nós vamos cobrar do Senador Roberto Rocha, que é o seu Relator, com relação a apresentar esse relatório para dar encaminhamento e ir para a outra Casa legislativa que é a Câmara.

Instrução Normativa nº 125: vamos nos apropriar em profundidade com relação ao seu conteúdo e ouvir as partes sobre o que precisa ser ajustado e melhorado.

Informo também que, dentro desse contexto, nós estamos trabalhando num projeto que chamamos de CVT do Cacau na Transamazônica, que é o Centro Vocacional Tecnológico do Cacau na Transamazônica, uma experiência para a gente poder tentar melhorar a questão de agregar valor à matéria-prima.

Estamos trabalhando também para apresentar a todos os senhores a Rede Brasileira de Qualidade do Cacau. O Prof. Almir Vieira Silva, que é o autor desse texto, a nosso pedido, vem trabalhando uma ideia para que a gente submeta aos senhores numa próxima discussão esse assunto para ver se se consegue também começar a trabalhar a melhoria da qualidade da amêndoa e, assim, dar um preço melhor a ela.

O Conselho do Cacau (Council Cacau), que nós entendemos ser fundamental no Estado do Pará e de repente no Brasil, também visa fazer o equilíbrio entre as partes: o produtor e a indústria.

Por último, informar também aos senhores que já estamos aqui com a minuta do projeto de resolução para criarmos aqui a Frente Parlamentar Mista, Senado e Câmara Federal, em Defesa da Lavoura Cacaueira, lá da Ceplac. É muito importante isso para a gente unir um grupo de Parlamentares que tenham interesse nesse assunto, que eu considero fundamental para o Estado do Pará; o pessoal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia, para Rondônia; o da Bahia, para a Bahia; e assim vai... São vários estados que produzem cacau no Brasil hoje que, com certeza, precisam contribuir para que a gente possa equilibrar essa política tão importante no segmento econômico. Está bom?

Bom, quero aqui ainda, para dar cobertura legal à presença de duas personalidades que foram aqui ouvidas nesta audiência pública, submeter à aprovação dos Srs. Parlamentares o requerimento seguinte, de nossa autoria.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 8, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2022 - CSF sejam incluídos os seguintes convidados: representante Secretaria Especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia; a Senhora Anna Paula Losi, Diretora-Executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento nº 8, de 2022.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 8, de 2022.

Esse requerimento dá cobertura legal aos dois ilustres expositores que já se apresentaram aqui nesta oportunidade.

Bem, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores aqui presentes e aos que, através do sistema remoto, se manifestaram e estiveram presentes nesta reunião.

Muito obrigado e bom dia a todos os senhores.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Alvaro Dias, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Giordano, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 6ª e da7ª reuniões realizadas em 6 de abril de 2022, que são aprovadas. A presidência faz a comunicação de documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes. Com a inversão, a reunião prossegue com a audiência pública: **3ª Parte - Audiência Pública Interativa (Caatinga)**, atendendo aos requerimentos REQ 20/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 21/2022 - CMA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, na busca de trazer um novo olhar, da escassez à abundância do bioma, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril. **Participantes:** Sra. Márcia Vanusa da Silva, Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Sra. Francinete Francis Lacerda, Pesquisadora do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA); Sra. Rosimeire Cavalcante dos Santos, Professora Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, Coordenador Regional do Projeto Rural Sustentável Caatinga da Fundação Araripe; e Sr. Paulo Pedro de Carvalho, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas- Caatinga. **Resultado:** Audiência pública realizada. **1ª Parte - Seleção de Política(s) Pública(s) para avaliação em 2022**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política Pública de Regularização Fundiária, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2022." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Jaques Wagner. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 18, de 2022** que: "Requer que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), observando-se: a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; a aplicação de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC de que trata a Lei Federal nº 12.114, de 09 de dezembro de 2009; e o disposto no Decreto 9.578, de 22 de novembro de 2018. A avaliação deve focar nos objetivos alcançados com as ações de prevenção e controle dos desmatamentos e queimadas ilegais nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, e sua harmonização com o desenvolvimento sustentável. Solicito, ainda, comparação qualitativa e quantitativa com o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, no exercício de 2022." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Prejudicado em função da aprovação de outras políticas públicas para avaliação em 2022. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 19, de 2022** que: "Requer que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foco na prestação de serviços públicos em consonância com os princípios fundamentais definidos no art. 2º, especialmente o disposto nos incisos: III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva. Solicito, ainda, avaliação quanto a eficiência e eficácia das políticas diante da aplicabilidade das atualizações promovidas pelas Leis: 13.329, de 1º de agosto de 2016 (cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS); e 14.026, de 15 de julho de 2020 (marco legal do saneamento básico), especialmente as que adentram na Lei 13.529, de 04 de dezembro de 2017 (que autoriza a União a participar de fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados), no exercício de 2022." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 22, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2022 - CMA sejam incluídos os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 23, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, informações sobre o funcionamento e as atividades do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) e do seu Comitê Gestor." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 24, de 2022** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os impactos das mudanças climáticas em territórios negros, urbanos e rurais, no Brasil com os convidados relacionados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 25, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2022 - CMA e do REQ 17/2022 - CMA, os quais têm como objeto o Projeto de Lei nº 6299/2002, que dispõe, entre outros aspectos, sobre o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos sejam incluídos os convidados relacionados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/27

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 6ª e 7ª Reuniões, realizadas em 6 de abril.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente:

1. Ofício ANPEd nº 120/2021, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, que apresenta moção de repúdio e indignação frente aos ataques necropolíticos operados pela política econômica-neoliberal-capitalista e colonizadora do Governo contra a vida e, em especial, a Amazônia.

2. Ofício nº 1.637/2021 – ATL, da Câmara e Vereadores da Estância Turística de Itu-SP, contendo Moção de Protesto e Repúdio em relação à transferência de 1.179.000kg de lixo radioativo para o Município de Itu-SP, a ser realizada pela empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Área de Proteção Ambiental (APA) sensível ao ecossistema local, e requer que sejam tomadas as devidas medidas para impedir este ato.

3. Carta do Deputado Estadual Bernardo Mucida, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, solicitando apoio para buscar e implementar soluções quanto aos danos socioambientais provocados pela extração minerária da Vale S.A. em Minas Gerais, especificamente no Município de Itabira. Informa que encaminhou correspondência à Bolsa de Valores de Nova York e à presidência da Vale S.A. para garantir o cumprimento da Agenda ESG (Environmental, Social and Corporate Governance), no que se refere à reparação dos danos e à manutenção do desenvolvimento econômico do município após a exaustão das jazidas, prevista para 2031.

4. Ofício do Instituto Terra Verde para apresentar o projeto Adote uma Árvore, desenvolvido pelo Instituto Terra Verde Brasil em parceria com a Unifloresta, que tem o propósito de atuar no combate ao desmatamento ilegal, visando a uma mudança de matriz econômica com a atividade principal da adoção de árvores, gerando renda e preservando o meio ambiente. O projeto apresentado abrange educação socioambiental e incentivos econômicos, como redução ou isenção de impostos para empresas, tributação (ambientais locais ICMS Verde), Selo Verde, etc.

5. Aviso nº 526...

Eu chamo a atenção, porque essa iniciativa já foi tomada, inclusive, em outros países. Quando a gente fala em desenvolver, incluir e preservar, vários países já adotaram isso. Há um valor por plantio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

árvore. Portanto, você emprega, por assim dizer, ou pelo menos inclui produtivamente e, ao mesmo tempo, faz a preservação. É uma boa ideia.

Airton, em relação ao Comunicado nº 2, das indústrias, depois anota lá para mim para a gente ver se faz uma audiência pública ou alguma coisa, sobre essa transferência de lixo radioativo ou para pelo menos pedir informação.

Aviso nº 526, do Tribunal de Contas da União, que encaminha a cópia do Acórdão 1.411, de 2022, acompanhado dos respectivos relatório e proposta de deliberação, proferido pela 2ª Câmara daquela Corte de Contas, ao apreciar os autos do TC-036.563/2019-6, sob relatoria do Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, referente ao processo de Representação "formulada pelo Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros sobre os danos ambientais ocorridos, desde agosto de 2019, na zona costeira de nove estados-membros no Nordeste brasileiro, em face da proliferação da extensa mancha de óleo nas correspondentes praias, tendo o ora representante requerido, para tanto, a apreciação dos indícios de ineficiência das políticas públicas para a preservação e conservação dos recursos marítimos e, especialmente, para a mitigação dos riscos ambientais decorrentes do derramamento de óleo no litoral brasileiro". E encaminha, ainda, cópia do Acórdão nº 2.812/2020-TCU-Plenário.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12 de 2019, os documentos serão publicados no *site* e fica consignado prazo de 15 dias para manifestação dos membros desta Comissão a fim de que a matéria seja analisada pelo Colegiado.

A presente reunião será dividida em três partes: a primeira destinada à deliberação sobre as três sugestões de políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão em 2022; a segunda destinada à deliberação de requerimentos; e a terceira destinada à realização de audiência pública para debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, na busca de trazer um novo olhar, da escassez à abundância do bioma, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, que é celebrado amanhã, dia 28 de abril.

A três reuniões ocorrerão de modo semipresencial e contarão com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Eu chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores de que nós não temos quórum para votação. Então, eu vou inverter a ordem das sessões. (*Pausa.*)

Então, Confúcio, eu sei que V. Exa. está lincado na reunião para discutir a política pública, mas eu vou abrir a audiência pública já que as nossas convidadas e convidados estão aqui presentes. E, quando nós tivermos o atingimento do quórum ou no final da audiência pública mantido o quórum, nós faremos a votação das matérias na medida em que nós não temos neste momento quórum. (*Pausa.*)

A audiência pública que nós iniciaremos agora é fruto dos Requerimentos nº 20, de 2022, de minha autoria, e nº 21, de 2022, de autoria do Senador Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte, com a finalidade de debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga na busca de trazer um novo olhar, da escassez à abundância do bioma, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado, como já disse, no dia de amanhã, 28 de abril.

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos. Caso opte por usar material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela para exposição. E, nesse caso, é fundamental que encaminhe o arquivo a esta Secretaria para publicação e pesquisas futuras.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos oradores inscritos para fazerem as suas perguntas e comentários.

Eu convido para fazer parte da mesa a Sra. Márcia Vanusa da Silva, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco – bom dia, tudo bem? –; a Sra. Francinete Francis Lacerda, Pesquisadora do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA); e a Sra. Rosimeire Cavalcante dos Santos, Professora Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Agradeço às três pela presença aqui na nossa Comissão.

Participam remotamente o Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, Coordenador Regional do Projeto Rural Sustentável Caatinga da Fundação Araripe; e o Sr. Paulo Pedro de Carvalho, do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – Caatinga.

Não pôde estar conosco no dia de hoje o Sr. Frans Germain Corneel Pareyn, Coordenador-Geral da Associação Plantas do Nordeste (APNE).

Antes de passar a palavra às nossas convidadas e ao nosso convidado – só há um homem, remotamente –, eu quero apenas festejar porque ontem a Frente Parlamentar da Convivência com o Semiárido abriu uma exposição sobre produtos do Semiárido, da Caatinga. E eu me orgulho muito de ver ali vários produtos da nossa gente já apresentados de uma forma, eu diria, bem mais elaborada, e, portanto, em condições de galgar, inclusive comercialmente, outras fronteiras, romper fronteiras e sair daquela ideia de que... Apesar de a gente achar muito linda a música de Luiz Gonzaga, que tão bem cantou o Sertão nordestino, do sininho pendurado no pescoço da vaquinha, para dizer que hoje as nossas cooperativas, inclusive na Caatinga e no Semiárido, já exportam, já verticalizam produtos em várias áreas, em vários produtos naturais da Caatinga.

Eu pessoalmente me orgulho muito, porque o Estado da Bahia tem 60% do seu território no Semiárido, que é um bioma exclusivamente ou integralmente brasileiro e que muitas vezes é visto pelos que não o conhecem – e por isso achei interessante a audiência pública – não da tristeza à alegria, mas da falta à abundância do bioma, porque quem conhece sabe o quanto que do Semiárido, aprendendo a conviver com ele, com seu regime de águas, nós podemos tirar e extrair. E eu digo isso porque, como Governador por oito anos, como a minha terra Bahia é a que mais concentra famílias que vivem da agricultura familiar – nós somos 600 mil famílias, 3 milhões de pessoas que vivem da agricultura familiar, e óbvio que uma quantidade imensa delas na Caatinga, no Semiárido –, nós fizemos muito esse trabalho.

Faço aqui também uma referência a um trabalho maravilhoso dos companheiros e companheiras da ASA, associação do Semiárido, que fez o Programa Um Milhão de Cisternas e, portanto, na Bahia nós tivemos também tanto cisternas para uso humano, como cisternas de arraste para o plantio. Então, quantos dessalinizadores nós colocamos para poder exatamente fazer aproveitamento de água de poço, que sai muitas vezes salobra? E o programa de água que nós fizemos...

Então, na verdade, a Caatinga, como todos os biomas, com todos eles nós temos que aprender a conviver. Eu acho, às vezes... Não vou dizer nem graça, mas eu acho triste, na verdade, é como nós às vezes... Nós, não, aqui, porque aqui em geral nós pensamos diferente, mas como uma parte, inclusive, da própria elite brasileira encara as nossas coisas sempre como um problema.

Eu fico me perguntando: nos países do norte que têm inverno severo, durante alguns meses do ano, pior do que a nossa seca não tem nada, absolutamente nada! E as pessoas aprenderam a convivência com o gelo. Aí parece até bonito, aparece em filme... O nosso aqui é sempre filmado com uma sensação de pobreza, de destruição, de miséria. Quando tem gelo, pior do que a falta de chuva do nosso Sertão, você não tem nada, não nasce nada, não colhe nada; se não estiver estocado, não come. E lá eles ainda têm que gastar, porque a gente aqui vai para uma praia ou pega um abanador e ainda consegue conviver com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

calor, e lá precisa do aquecedor, senão morre de frio; aqui a gente é difícil morrer de calor.

Nos Emirados Árabes, a temperatura chega a 55 graus, e as pessoas conseguem a convivência. Quer dizer, é muito... O desenvolvimento brasileiro sempre se concentrou no beira-mar, nas grandes cidades, sem nunca olhar o desenvolvimento integral do país.

Então, a ideia de trazer esta sessão... E eu parabenizo mais uma vez a Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido, pela abertura de uma pequena amostra, porque, na verdade, nós temos muito mais do que aquilo para mostrar. Portanto, eu espero que aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pelas redes que nós temos – porque essas coisas ficam se repetindo – possam compreender melhor o que representa esse bioma brasileiro do Semiárido e da Caatinga.

Então, eu queria – porque eu não sou convidado, eu só sou proponente, para não tomar o tempo de vocês – convidar a Sra.... Vou dar preferência aqui... (*Pausa.*)

Então, vou convidar Márcia Vanusa da Silva, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco, para fazer a sua apresentação.

Os 15 minutos não são assim rigorosos. Serão 15 minutos para a gente balizar. Se precisar de alguma coisa, a gente pode complementar.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Jaques Wagner, a gente gostaria de agradecer por esta audiência pública tão urgente, Senador, e também pela abertura que você fez sobre a importância da Caatinga.

Hoje estamos aqui reunidos nesta audiência em homenagem a amanhã, ao Dia Nacional da Caatinga, e eu estou aqui representando um grupo que vem trabalhando com o potencial desses compostos bioativos da flora da Caatinga, do nosso Semiárido brasileiro.

Então, só para contextualizar o nosso Semiárido, uma característica dele... (*Pausa.*)

Então, eu gostaria, inicialmente, de caracterizar o nosso Semiárido brasileiro, que são regiões com precipitação inferior a 800 milímetros, um índice de aridez até 0,5 e um risco de seca maior do que 60%.

Aí nós temos a Região Nordeste, com oito estados, dos nove estados que a compõem – somente o Maranhão não possui esse bioma, já é um bioma de transição do Cerrado –, e o Norte de Minas Gerais, ali no Vale do Jequitinhonha.

O próximo, por favor.

Então, é uma região que ocupa 54% da Região Nordeste e 11% da região brasileira. É a região semiárida mais populosa do mundo – a gente está falando de aproximadamente 28 milhões de pessoas – e 62% da sua área são susceptíveis à desertificação. O que nos chama a atenção é que é a região com maior biodiversidade de área semiárida do planeta. Essa exclusividade, esse endemismo dessas espécies é que chama a atenção para que a gente possa preservar e fazer uso – e um uso sustentável.

Próximo, por favor.

A gente aqui está mostrando uma distribuição dessas florestas na região neotropical. A gente vê cores, que são onde existem florestas e arbustais tropicais sazonalmente secos, onde a nossa Caatinga se insere, e as cores mostram a similaridade. A gente vê que, entre as florestas secas, não há similaridade. Por isso é que a gente diz que a nossa Caatinga, que é o bioma principal do nosso Semiárido, possui um grande endemismo e essa flora que o compõe a gente não divide com nenhuma outra floresta seca do planeta. E aí duplica a nossa responsabilidade: cerca de um terço dessa flora da Caatinga é endêmica, isso quer dizer que ela é única, só ela possui. E o que nos chama a atenção, Senador, são as áreas de proteção, de unidades de conservação, menos de 10% desse território encontra-se protegido.

Próximo, por favor.

Aqui a gente só está mostrando que 10% em verde – vocês veem aí – são unidades de conservação, sejam elas estaduais ou federais. É muito pouco protegido o nosso bioma, o que nos leva a um índice extremamente preocupante: 46% dessa flora já foram perdidos e a gente não tem de onde buscá-la, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ela era única e exclusivamente brasileira. Resta-nos proteger 52% dessa flora.

Próximo, por favor.

A nossa pergunta aqui é: o que fazer para a gente proteger uma flora rica em abundância de espécies e única? Esse é um desafio e uma oportunidade simultaneamente.

Próximo.

Então, o nosso viés, enquanto grupo de pesquisa, é exatamente valorizar essa flora, principalmente buscando produtos não madeireiros, principalmente fitoterápicos, cosméticos e o potencial alimentar dessa flora, que é rica em abundância e endêmica.

O nosso grupo é exatamente o grupo de bioprospecção e conservação da Caatinga, que foi criado em 2013. E a gente tem, como estratégia, diferentes parceiros da academia e diferentes outras fundações e entidades, onde a gente acessa essa biodiversidade com o conhecimento tradicional das populações, estuda o potencial dessa flora, identifica espécies com o potencial de virar uma cadeia produtiva, claro, com o aumento dessas espécies em escala.

O próximo.

Este é exatamente o nosso lema: desenvolvimento de novos produtos a partir da indução desses arranjos produtivos locais com a validação de conhecimentos tradicionais dos povos do Semiárido brasileiro.

Próximo.

A gente... Só volta um pouco...

A comunidade dos povos tradicionais é um membro importante da nossa pesquisa, e a gente identificou que o uso dessas plantas, principalmente para usos medicinais, tem gênero: é feminina, é um saber oral e é idosa. O que nos preocupa muito é guardar esse conhecimento e que ele seja passado para as próximas gerações. Está aqui um desafio que a gente coloca no Senado: a gente precisa urgentemente catalogar esse saber e fazer com que ele passe para as próximas gerações.

Próximo.

Alguns resultados. Quando a gente vai a essas comunidades é exatamente para fazer esse levantamento dos povos, de usos deles, e o que nos chama atenção é a quantidade de saberes dessas populações, sejam elas indígenas, populações tradicionais, sejam sertanejas, que sempre conhecem essas plantas para algum uso medicinal. E o nosso papel, enquanto acadêmicos que somos, pesquisadores que somos, é validar esse conhecimento.

O próximo, por favor.

Uma das plantas que a gente veio trazer como exemplo para vocês é o umbuzeiro, *Spondias tuberosa*, uma planta típica do Semiárido, exclusivamente brasileira, e existe o uso, por indicação popular, para gastrite. A gente procurou isso na literatura; não havia a validação desse conhecimento tradicional, e a gente cuidou de fazê-lo virar um artigo científico. Então, a gente provou, publicou esse artigo, dizendo que, de fato, pelos componentes que essa planta possui...

Pode passar o próximo.

A gente comparou o extrato do umbuzeiro com um medicamento, que é o omeprazol, é a letra "b". A gente provoca gastrite e faz uma proteção com omeprazol, pantoprazol, enfim, um medicamento utilizado muito para gastrite, e, no "c", "d" e "e", a gente tem a proteção gastroprotetora de extrato de umbu. Isso é inédito na literatura. Então, poderíamos ter um fitoterápico desenvolvido para gastrite 100% da flora brasileira.

Próximo.

A gente tem a parceria com as comunidades, e, como o Senador falou, apesar de ser a Universidade Federal de Pernambuco, a nossa pesquisa, Senador, é quase 80% no território baiano, pela sua organização enquanto cooperativas, muitas vezes lideradas por mulheres. E a gente se coloca à disposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para ajudar essas comunidades. Um exemplo delas é a Coopercuc, que desenvolve produtos muito exportados para a Europa.

Próximo.

Nós fomos estudar o processamento do umbu pela Coopercuc, e a gente identificou que havia um resíduo, que é o caroço, depois do despolpamento. E essa polpa é usada para vários fins, como mostrado num eslaide anterior. A gente caracterizou essa farinha, que, dentro do que a FAO preconiza como um potencial alimento, responde dentro da sua composição e dos seus ingredientes em concentrações suficientes para que isso pudesse ser utilizado, por exemplo, em merendas escolares.

Por favor, o próximo.

Então, a gente começou a formular um biscoito do tipo *cookie*, pensando na alimentação infantil, principalmente em merendas escolares. As crianças gostam muito desse tipo de formulações. E, pensando em diminuir a obesidade, a nossa própria necessidade do trigo é substituída por um resíduo da própria cadeia do Semiárido. A gente formulou o biscoito com um teor de fibra maior, com um valor calórico menor e, mais, um alimento com atividades que a gente chama de funcionais, aumentando a atividade antioxidante e compostos fenólicos tão importantes para a alimentação, principalmente de alunos do ensino fundamental e médio.

Próximo.

Esse é o padrão de biscoito. A gente apresentou esses resultados da Coopercuc, abrindo as possibilidades de ela introduzir, num conceito de economia circular, um resíduo da própria indústria.

Uma outra espécie muito disseminada na Chapada do Araripe é o cambuí, *Myrciaria floribunda*. Nessas comunidades, eles utilizam muito essa fruta. Ela é parente da jabuticaba, próxima da jabuticaba. E tem o conhecimento tradicional de que as mulheres da região utilizam a casca para dores, principalmente cólicas menstruais. A gente publicou um artigo em que a Agrodoia participou da pesquisa. Eles foram autores desse artigo científico e produzem licores, doces e geleia a partir dessa fruta.

Próximo.

E a gente comprovou, inédito também, que ela é um anti-inflamatório e um analgésico natural.

Próximo.

A gente comparou os extratos com a indometacina, um analgésico muito disseminado na clínica, e os extratos da *Myrciaria* ou cambuí. Ela tem uma atuação analgésica muito mais importante e mais destacada do que o próprio medicamento utilizado hoje na indústria farmacêutica.

Próximo.

A gente também desenvolveu com essa comunidade vários outros ingredientes, a exemplo de vinagre, iogurte, pensando também no Pnae.

Próximo.

Outra espécie que a gente gostaria de ressaltar aqui para vocês é o licuri, *Syagrus coronata*, espécie também endêmica da Caatinga e que tem muito uso tradicional, principalmente como anti-inflamatório e cicatrizante por populações tradicionais da região semiárida brasileira.

Próximo.

E a gente comprovou que o óleo do licuri, que a comunidade usa muito em inflamações e em otites, mata bactérias resistentes a antibióticos. A OMS já preconizou que o desenvolvimento de antibióticos é algo necessário e urgente, mundialmente falando.

Próximo.

Então, a gente testou. Aqui vocês estão vendo um gráfico: quando a gente usa o óleo do licuri, a gente diminui drasticamente a contaminação por bactéria.

Próximo.

A gente mostrou, inclusive, que esse óleo atua nas bactérias multirresistentes a antibióticos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais do que a vancomicina, que é um antibiótico muito utilizado na clínica, mostrando definitivamente que o óleo do licuri possui propriedades antibióticas.

Próximo.

Outra atuação que a gente quis comprovar foi a cicatrização. Então, a gente pegou um óleo muito utilizado na rede SUS, que é uma solução oleosa para cicatrização à base do óleo do girassol. A gente sabe que a cadeia produtiva do girassol não é brasileira. O Brasil importa muito óleo de girassol, e a gente tem um óleo que cicatriza feridas com um processo muito mais acelerado do que o próprio óleo do girassol.

Então, a gente vem trabalhando, Senador, tentando colocar essas espécies nas listas oficiais do SUS. O Ministério da Saúde tem listas de plantas medicinais reconhecidas para serem utilizadas nas UBS espalhadas pelos municípios brasileiros. Entretanto, nenhuma espécie nativa da Caatinga está listada nessas listas. Enquanto pesquisadores, a gente vem fazendo toda essa pesquisa para tentar introduzir essas espécies nas listas oficiais.

Próximo.

A gente também utilizou esse óleo no tratamento de feridas de pés diabéticos. A gente sabe que a diabetes é uma doença crônica, metabólica, e a gente tem muitas perdas de membros. Há pessoas que os perdem por não cicatrizarem e pelo processo de inflamação, e a gente tem o óleo de licuri com atividade anti-inflamatória e cicatrizante em pés diabéticos. Então, a gente está agora fazendo modelo em animal, fazendo todos os testes que a Anvisa preconiza também, querendo registrar esse óleo como cicatrizante, para que ele possa ser distribuído pelo SUS.

Próximo.

Então, a gente também já fez toda a segurança: o óleo do licuri não é tóxico, não é citotóxico, não provoca mutação, nem provoca a genotoxicidade. Essas são a segurança no uso desses medicamentos, não só do licuri, mas de todas as espécies que a gente vem estudando.

Próximo.

A gente vê que a bioeconomia é uma quarta revolução industrial. Aqui, foi uma matéria que saiu, muito importante, mostrando que o Brasil pode sair na frente pela sua biodiversidade. É claro que o açaí é um destaque brasileiro, e a gente quer fazer também dessas plantas da Caatinga – o licuri, por exemplo – o açaí do Nordeste.

Próximo.

A gente já tem um movimento de bioeconomia das florestas para explorar esses produtos da nossa biodiversidade, não só da Caatinga, mas dos outros biomas, como produtos alimentícios, produtos oleaginosos, fibras, aromáticos, medicinais, enfim.

Próximo.

O MMA saiu, em 2018, com a lista de espécies nativas da flora brasileira com valor econômico atual ou potencial. Eles chamam isso de plantas para o futuro do Nordeste, entre as quais a gente está colocando o licuri e o umbuzeiro como duas espécies com muito potencial para o futuro da bioeconomia no Nordeste.

Próximo.

Dentro dessa perspectiva, o MCTI tem um programa das cadeias produtivas de bioeconomia – próximo –, por meio do qual a gente conseguiu aprovar um projeto das cadeias produtivas do licuri.

Próximo.

O objetivo é exatamente agregar valor a esse óleo, desenvolvendo novos produtos para fins alimentar, cosmético e farmacológico, pensando num desenvolvimento e na diversificação desse uso, aumentando o seu escoamento nessas comunidades extrativistas sustentáveis do Semiárido brasileiro.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A nossa parceira é a Coopes, que fica também no território da Bahia. Ela é formada de 200 cooperados, dos quais 80% são mulheres quebradeiras de licuri.

Esses são os produtos que estão lá na nossa exposição na Câmara dos Deputados. E a gente convida a todos que participem e vão lá conhecer as riquezas da Caatinga.

Próximo.

O objetivo do nosso projeto Cadeia Produtiva do Licuri é exatamente aproveitar esse óleo para fins farmacológico, cosmético e aproveitar o seu resíduo como opção alimentar.

Próximo.

O nosso trabalho se preocupa com os ODS, e alguns deles são diretamente atendidos. Dentro desse nosso projeto, dez desses ODS são inteiramente atendidos por esse nosso projeto, principalmente a erradicação da pobreza, da fome, a igualdade de gênero e a conservação da vida terrestre, além de outros, como mudanças climáticas também.

Próximo.

A gente também tem uma preocupação enquanto grupo de popularizar todos esses nossos resultados.

Próximo. Pode ir passando rapidamente.

A gente participa nesses territórios, fazendo toda essa devolução, oficinas devolutivas, principalmente nas escolas públicas do Semiárido, mostrando de uma forma mais leve para os estudantes, para que a gente tenha um envolvimento desse jovem em pesquisa futura.

A gente gostaria de terminar a nossa fala para esse potencial turístico que o Nordeste tem, essa exuberância e abundância de territórios, de paisagens muito pouco explorados, na nossa opinião, que poderiam ser parte de um ecoturismo, digamos assim, que tem muito a ser ainda explorado no Semiárido brasileiro.

A gente gostaria de agradecer – eu não falo aqui somente por mim, mas por um grupo de pesquisadores, a exemplo da Profa. Maria Tereza, que aqui presente está. São várias mãos, são vários grupos trabalhando conosco.

O próximo. Próximo. Pode passar.

São várias instituições juntamente conosco. Muito obrigada a todas essas parcerias.

O próximo.

Aos apoiadores desse projeto, muito obrigada a todos.

E a gente gostaria de agradecer e de mostrar que, de todo esse nosso trabalho, as populações tradicionais são um importante membro, e que essa sabedoria desses povos tradicionais seja valorizada, seja repassada para as gerações futuras, e que a gente consiga fazer um desenvolvimento sustentável numa flora que é tão exuberante e que é um dos biomas menos conhecidos do ponto de vista científico.

Muito obrigada. A gente está à disposição.

Essas são as nossas redes sociais: Núcleo de Bioprospecção e Conservação da Caatinga. A gente acredita que a gente conserva se a gente pode fazer o uso sustentável. A gente pode conservar essa Caatinga, preservá-la com o uso totalmente sustentável.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu queria parabenizar a Dra. Márcia pela sua exposição e agradecer pelo reconhecimento de que a maior parte da pesquisa é feita na Bahia, até porque lá a gente tem um programa... Nós investimos em economia, em agricultura familiar mais de dois bilhões de reais e temos lá um programa que inclusive foi premiado pelo Fida, o Pró-Semiárido, exatamente pela excelência do programa. Agora tivemos um segundo prêmio, se não me engano, do Banco Mundial, também num programa em que nós estamos tentando fazer – nós, quer dizer, eu não sou mais governo, mas o governo nosso – exatamente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ligação, um *link* entre os saberes, vamos dizer assim, ancestrais e os saberes da terra – vou chamar assim – com quem tem o potencial empreendedor ou até já é empresário, ou seja, conectando... É óbvio que se tem que ver quem a gente escolhe porque tem que ter uma cabeça não para usurpar, e sim, para construir, junto. Mas também recebeu um prêmio agora de melhor utilização na captação de dinheiro internacional.

E só tenho uma reclamação a fazer: tem que fazer uma unidade dessa lá na Bahia. Já tem?

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Vamos fazer! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se precisar de apoio, me fale, que eu levo para lá, tá?

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas nada... Acho que os nordestinos, a gente tem que se juntar, e não disputar entre si.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria convidar agora a Dra. Francinete Francis Lacerda, do IPA.

A SRA. FRANCINETE FRANCIS LACERDA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Na pessoa do Senador Jaques Wagner, eu quero saudar todos os presentes neste fórum e dizer que é uma honra estar aqui participando deste momento, este momento histórico não só para a gente, mas também para o país. Quero honrar e agradecer o convite do gabinete do Senador, porque, todas as vezes, fomos muito bem recebidas. E a gente agradece muito a oportunidade.

Então, quero começar mostrando um pouco do nosso trabalho.

Ontem, na abertura da exposição da Caatinga, Senador, gostei muito da sua fala quando você falou assim: "Eu sou climatologista de formação". Meu mestrado e doutorado também são na área de clima e eu trabalho especificamente com mudanças climáticas. E, quando o Exmo. Senador falou que na Caatinga chove pouco, mas que fica logo exuberante e verde, é verdade. Eu dizia, quando comecei a trabalhar em Pernambuco no começo da década 90, que bastava a gente cuspir dentro do pluviômetro para a Caatinga ficar verde.

E hoje a gente vem presenciando a mudança do Semiárido, do clima do Semiárido. O clima do Semiárido tem se tornado árido e as nossas pesquisas vêm demonstrando e documentando essa mudança do clima do Semiárido. É uma ameaça a toda essa riqueza aqui demonstrada pelos projetos da Profa. Márcia Vanusa, dos quais eu participo, porque aqui há uma troca, nossos projetos atuam sinergicamente. E daí eu quero mostrar um pouco dessas evidências das mudanças climáticas, do diagnóstico que a gente tem feito para o Nordeste do Brasil como um todo.

E é importante falar que as mudanças climáticas não só trazem ameaças, mas também oportunidades. Mas é importante que a gente comece a focar em ações de adaptação, Senador. Fala-se muito hoje de mitigação – e os estados têm suas leis estaduais, seus planos estaduais de mudanças climáticas –, mas pouco se tem feito em termos de adaptação às mudanças climáticas. E só para mostrar para vocês que essa questão da alteração do ciclo hidrológico no Semiárido é séria, é grave, nós temos uma estatística de mostrar... Nós fizemos um levantamento do século XVI até agora. As secas estão aumentando de frequência e de intensidade. Então, esse é um cenário que já se estabelece e que já é uma realidade; não vai acontecer em 2100, já está acontecendo. Então, vou mostrar um pouco disso e vou mostrar um pouco do que a gente vem fazendo em termos de ofertar uma solução de adaptação a essa situação hoje de diminuição das chuvas no Semiárido, causada pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas.

Então, de um modo geral, o que nós detectamos na pesquisa que nós fizemos em 2015? – que já foi publicada, e publicada fora do Brasil; inclusive, publicamos também no Ipea esses resultados, mostrando esse diagnóstico. Então, nós já temos uma diminuição das chuvas. Nós já temos uma alteração do ciclo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hidrológico, mostrando que o Semiárido está se tornando árido e que há um aumento da velocidade dos processos de desertificação já estabelecidos no Semiárido, que estão avançando para o Agreste e para a Zona da Mata.

A disponibilidade hídrica do solo vem diminuindo, ou seja, os nossos solos estão perdendo a capacidade de reter água, as taxas de evaporação e evapotranspiração vêm aumentando, e a redução dos volumes de chuva nas bacias hidrográficas é uma realidade. Por outro lado, nós temos também o aumento das chuvas torrenciais e o aumento das secas. E é interessante o que um agricultor uma vez falou para mim: "Dra. Francis, aqui, quando a vaca não está morrendo de sede e de fome, ela está atolada na lama". Então é esse cenário que hoje a gente enfrenta, e eu quero enfatizar aqui que nós já estamos nesse processo, esse processo já está em andamento e está acelerado.

E o que dizem os relatórios do IPCC? O IPCC já tem vários relatórios publicados, hoje no mundo é uma realidade essa alteração, essas mudanças climáticas, e esse mapa aí mostra um balanço que a gente fez da chuva por região. As Regiões Norte e Nordeste são *hotspot* do clima, ou seja, são áreas altamente vulneráveis às mudanças climáticas, e o que vocês estão vendo em vermelho é o decréscimo de chuva, a tendência de redução de chuva ano a ano. Então aí nós temos, desde a década de 1960 até 2015, registrado esse histórico. E o que esse mapa nos conta é que nós temos perdido água para a atmosfera em grande volume. No caso da Região Nordeste, chega até a 5etros cúbicos de água, um volume de 5 metros cúbicos de água, por metro quadrado; e na Região Norte do Brasil, onde está a Amazônia, 6 metros cúbicos de água por metro quadrado. Então vocês imaginam que a quantidade de chuva... Essa quantidade de chuva deixou de cair e não vai cair mais. Essa é uma tendência que vai continuar, e a próxima figura mostra isso.

Do lado A são as observações que fizemos de 1991 a 2015 e, no lado B, um cenário futuro, ou seja, o que esse eslaide nos mostra é que esse insumo, a água, vai ficar cada vez mais escasso – claro, água potável, porque a água poluída só aumenta. Então há uma tendência de continuarmos nesse mesmo ritmo, com esse mesmo padrão.

Próximo.

Isso nos chamou muito a atenção. Nós começamos esse trabalho em 2015, que faz parte dos meus estudos de doutorado, e nós fizemos uma brincadeira – eu chamo de brincadeira. Se nós pudéssemos pegar um hectare e plantar milho, nós teríamos um rendimento anual de R$3 mil por hectare por ano num ano bom de chuva. Do lado direito nós teríamos, se nós tivéssemos um hectare coberto por placas solares, um rendimento de R$1,5 milhão por ano se não tivéssemos nenhuma chuva, ou seja, se não chover, esse potencial só aumenta. Então essa é uma das potencialidades que as mudanças climáticas trazem para a região do Semiárido, que tem um alto potencial de energia solar incidente.

Próximo.

Essa é uma outra figura muito interessante, que a gente também já publicou, mostrando o seguinte: se nós espalhássemos alguns conjuntos de placas solares nas áreas degradadas do Semiárido, só o potencial de energia solar nas áreas dos pastos degradados supriria o consumo de energia que o Brasil precisa em sete vezes. Então, nós teríamos sete vezes mais esse potencial de geração de energia elétrica nacional.

Próximo.

Então, só nas áreas degradadas, se nós tivéssemos essa transformação da energia solar em energia elétrica através das placas fotovoltaicas, nós supriríamos o que o Brasil precisa em sete vezes mais. Então, o nosso trabalho consiste em fazer esta conexão de como é que nós podemos garantir a segurança hídrica, alimentar e energética frente a esses cenários, ou seja, frente a um Semiárido cada vez mais seco e um Semiárido, vamos dizer assim, sendo ameaçado na sua própria biodiversidade.

Nós entendemos que a produção de alimentos deve ser consorciada com a restauração da Caatinga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos liberar as áreas, diminuir as áreas de plantio, concentrar, vamos dizer, a produção em pequenas áreas e liberar as outras áreas para recomposição do bioma. Então, a restauração da Caatinga está relacionada à produção de alimento, preservando a água.

A garantia da segurança energética se dá, no caso do nosso protótipo, transformando a radiação solar incidente que vem aumentando com as mudanças climáticas em geração de riqueza e inclusão social. E nós entendemos que isso não é possível, esse convívio inteligente com a natureza na era digital sem... Não é possível fazer isso sem contar, vamos dizer assim, com a educação, com o novo modelo de educação. Então, isso passa também pela educação.

Próximo.

Então, essa foi uma tecnologia social que nós desenvolvemos no nosso grupo de pesquisa, que tem várias instituições – depois eu vou mostrar, são mais de 50 pesquisadores associados –, que é um sistema agrofotovoltaico chamado Ecolume. Esse sistema é um sistema de 24m^2, que faz captação de água de chuva nos painéis solares. A água de chuva que cai nos painéis vai para esse reservatório. Embaixo a gente tem uma produção de alimento, em que a gente usa uma técnica chamada de aquaponia. Vocês estão vendo aí os canos, os tubos; há plantas. Embaixo do tubo a gente montou um galinheiro e as galinhas ali põem ovos. A gente tem um tanque de peixe. E a água para sustentar essa produção é reciclada indefinidamente. Há pequenas perdas por evaporação e por evapotranspiração, que são repostas pelas águas de chuva que são captadas nos painéis.

Então, esse é um sistema que é autossustentável em termos de água e de energia. Ele é circular, você não tem perdas – as perdas por evaporação são mínimas, como eu já havia falado. Esse é um sistema que é único no mundo. Não existe... Existe produção consorciada na Europa e nos Estados Unidos, mas ela é feita simplesmente para grandes áreas de produção. Você tem produção, vamos dizer, de soja, de arroz ou de algodão em grandes áreas, mas você só tem energia e alimento. Aqui nós temos energia, alimento e água.

Próximo.

E é uma pequena unidade. Essa unidade ocupa 24m^2, ou seja, praticamente no quintal de uma casa – falo de uma casa rural, no caso – é possível você instalar essa unidade e produzir durante o ano inteiro, independentemente das condições climáticas.

O próximo, por gentileza.

Quais são as vantagens desse sistema? É a produção de alimentos orgânicos o ano inteiro, independentemente das variações climáticas. Ele é autossuficiente em termos de energia e água, ou seja, independe da quantidade de chuva que cai.

Ele promove, além da captação de água de chuva, a segurança energética, que é muito importante. A gente passou, neste ano – e o Brasil ainda está passando –, por essa crise de energia, pela qual o mundo está passando. Nós temos uma guerra em que se dá conta de falar sobre isso, sobre o uso de petróleo.

Promove o reflorestamento das áreas em processo de degradação ambiental, ou seja, é possível você recuperar essas áreas degradadas com esse modelo de sistema de produção.

É interessante a gente olhar que essas áreas degradadas... Fazendo uma análise da distribuição fundiária no Semiárido, vocês vejam que as propriedades de dez até cem hectares são as propriedades que mais degradam o Semiárido. As pequenas propriedades rurais o degradam um pouco, mas as propriedades de 500 a 2,5 mil hectares degradam praticamente 33% das áreas. Então, nós temos 57% das propriedades rurais degradando 34% da área e 2% das propriedades rurais degradando 33% das áreas do Semiárido. Provavelmente, isso ocorre devido aos pastos, à atividade pecuária.

Em termos de água – é outro tema importante para a gente focar aqui, porque a água vem, como mostrei a vocês, reduzindo através da mudança do ciclo hidrológico –, hoje uma família de cinco membros precisa de até cem litros de água por metro quadrado por dia – cem litros de água! –, o que dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

algo em torno de 40m³ de água potável por ano. Nesse sistema de aquaponia, ela precisa apenas de 5m³ de água por ano. Então, vejam que uma família precisa de 40m³, mas você pode fazer essa produção só com 5m³ de água por ano.

O mínimo anual... Por exemplo, nós fizemos um levantamento da década de 70 até 2014. No ano que chove menos no Semiárido, chove de 250mm a 300mm por ano. Se você pegar essa chuva em um ano e se você tiver uma área de mil metros quadrados impermeabilizada, ou seja, com uma cisterna calçadão, é possível você gerar 1m³ de água coletada – 1mm de água, ou seja, 1mm de chuva gera 1m³ de água coletada.

Próximo.

Essa é uma foto do nosso sistema, do perfil. Esse sistema está lá instalado numa escola de agroecologia. É uma unidade demonstrativa, já tem os resultados. Está instalado numa escola certa lá em Ibimirim, no Sertão do Moxotó, em Pernambuco.

Próximo.

Uma outra ação, como eu falei para vocês, é que, além de instalar essa unidade, nós fizemos uma ação de recuperação da Caatinga, vamos dizer assim, em parceria com os projetos da Universidade Federal de Pernambuco, do licuri e do umbu.

Próximo.

Essa foi uma área onde a gente produziu as mudas de umbu. E nós levamos... Nós plantamos em 2018, em dezembro de 2018 e, em junho de 2021, a Serra do Giz, em Afogados da Ingazeira, mudou totalmente a paisagem, vocês podem verificar, em praticamente dois anos.

Isso aí é uma colheita do nosso sistema na escola. Isso aí é um pé de hortelã produzido nesse sistema que eu falei para vocês.

E nós não fazemos nada disso sozinhos, nós temos uma rede por trás. É o Ministério de Ciência e Tecnologia que financia esse projeto, através do CNPq. E nós temos uma rede de instituições que trabalha em prol da Caatinga, pensando na adaptação às mudanças climáticas.

Eu trouxe um videozinho. Se pudermos passá-lo, eu agradeço. É rápido, é um minuto só para mostrar para vocês que é possível a gente fazer essa adaptação às mudanças climáticas com inteligência, gastando muito pouco.

Uma unidade dessa... Eu distribuí uns folhetos aí. Nós temos o resultado de quanto custa, Senador, uma unidade dessa e quanto uma unidade dessa produz em termos econômicos, socioeconômicos. Então – nós já fizemos –, uma unidade dessa custa por volta de R$30 mil, ocupa 24m² e produz, em termos econômicos, R$11 mil por ano. Então, ela se paga. Se você fizer um programa que financie nas pequenas propriedades rurais, em dois anos, em três anos, o agricultor consegue pagar, ou seja, não precisa de nenhuma esmola ao agricultor, porque é possível ele pagar e ainda ter o conforto, porque essa quantidade de energia sobra, vamos dizer, vai para o sistema uma parte dessa energia para bombear a água, mas também praticamente 80% da energia podem ser usados pela família para beneficiar e agregar valor aos produtos que eles estão produzindo.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

A SRA. FRANCINETE FRANCIS LACERDA – Quero lembrar a vocês que, nesse sistema de irrigação, nós utilizamos as águas cinzas e negras. E ele tem um potencial de produção de 10 mil litros de água por dia. Então, essa água, além de não ser jogada no meio ambiente, nem no solo e nem nos rios, a água poluída, ela é, vamos dizer, tratada, e a gente a utiliza na irrigação, uma irrigação por gotejamento, que é a irrigação que se adapta aos solos do Semiárido.

Então, é o que nós estamos fazendo lá: reutilizando a água, reciclando a água, fazendo captação da água de chuva e produzindo alimentos consorciados com a geração de energia renovável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Francinete Francis Lacerda, pela sua exposição.

Eu acho que tudo vai se somando. É incrível que, quando se tem a determinação que o nordestino e o caatingueiro têm demais, a gente acaba juntando consciência, evidentemente, com conhecimento. Eu digo sempre ao meu povo que agricultura familiar significa agricultura em dimensões familiares, mas não quer dizer sem acesso ao conhecimento, porque é aí que está a crueldade. Não tem mais sentido fazer agricultura familiar com enxada e ancinho, não é? Nós podemos fazê-lo com o exemplo de tecnologia moderna, mas é preciso decisão política para essas coisas.

Vou passar a palavra agora à Dra. Rosimeire Cavalcante dos Santos, Professora Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador eu cumprimento todos os presentes e também os que estão nos acompanhando de forma remota.

Agradeço profundamente pela oportunidade de estar aqui com vocês participando dessa temática, que tem sido, na minha vida profissional, algo que há 11 anos me acompanha, e me acompanha também como formadora de pessoal. Eu sou professora da graduação e em nível de pós-graduação também, então nós somos, enquanto professores, formadores de jovens, uma influência significativa. E eu busco fazer dessa temática algo muito evidente para os alunos, trazendo para eles a importância de que eles estão se formando para colaborar, que fiquem, que permaneçam no bioma, assim como eu saí... Eu sou de Caicó, no Rio Grande do Norte, e hoje moro em Natal, em função da UFRN. Então, eu busco sempre trazer a realidade, a vida real para os alunos, mostrando a importância do bioma.

Pode projetar. Então, você volta só... Para eu falar rapidinho aí na capa.

Então, aí nós colocamos... Eu falo nós porque eu sou uma representante somente de um grupo todo de estudos e de pesquisa que envolve parceiros nacionais e internacionais. E eu sou professora e pesquisadora da UFRN Campus, Escola Agrícola de Jundiaí. Aqui ao lado a logomarca do Parque Tecnológico Augusto Severo. É um parque que será instalado... Já foi instalado. Na verdade, tem previsão de começar a trabalhar no começo de 2023, e uma das áreas prioritárias é a energia renovável, focando também na extração da lenha da madeira da Caatinga. Ali, nós temos uma atividade que se chama Expedição Caatinga, e vocês entenderão mais para a frente.

Pode passar.

Então, me apresentando melhor, eu sou engenheira florestal, mestre e doutora em Ciência e Tecnologia da Madeira e com pós-doutorado também na mesma área, no Imperial College.

Pode passar.

Eu coordeno um grupo de estudos de energia da biomassa e costumo dizer... A gente chama de "as Caatingas", não é? A gente que estuda o bioma chama de "as Caatingas", tamanha a diversidade do bioma até dentro do mesmo estado. Então, eu não ouso aqui dizer que vou falar e sobre a Caatinga que ocorre nos oito estados do Nordeste, mais em Minas Gerais, mas, sim, trazer uma mensagem sobre a Caatinga potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte, e com muito prazer trazer para vocês o que a gente tem feito, como têm sido desenvolvidos lá no Rio Grande do Norte os estudos para preservação e uso sustentável.

Então, o grupo de estudos tem por objetivo desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão na formação dos alunos, focado na exploração e uso da Caatinga de forma sustentável. Uma especial atenção é dada aos aspectos econômico-financeiro, social e de investimento técnico-tecnológico, porque não funciona essa fala romântica de que não podemos tocar no bioma enquanto tem milhares de famílias que só cozinham se cortar a lenha para o seu sustento, como fonte de calor. Então, nós buscamos sempre nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas mostrar o aspecto econômico-financeiro muito próximo aos empresários, por exemplo. Um exemplo muito próximo que a gente trabalha são as fábricas de cerâmica vermelha. O Rio Grande do Norte é um estado que se destaca no Brasil na produção de cerâmica vermelha, e a única fonte de energia é a lenha da Caatinga, prioritariamente.

Pode passar.

Então, o recurso florestal madeireiro é o produto principal da Caatinga que é utilizado no Estado do Rio Grande do Norte. Então, ainda que as potencialidades, assim como a Profa. Márcia mostrou, incluam também os recursos florestais não madeireiros, lá no Rio Grande do Norte é fundamental esclarecer que, em função do sustento econômico como fonte de energia, a exploração tem sido feita da madeira, da lenha.

Pode passar.

Então, eu gosto muito de mostrar... Onde eu vou, mostro aos meus alunos também. Eles morando lá. Apesar de morar lá, eu pergunto se eles entendem qual o significado da bandeira do estado. E para isso é preciso a gente... E por isso, interpretando, é importante relacionar o histórico do uso da terra. Então, toda questão de áreas desertificadas, todas as questões de sustento econômico perpassam por uma história de uso da terra por determinado povo. No Rio Grande do Norte não é diferente.

Nós temos ali representado o coqueiro, tem representada a carnaúba, mostrando a flora do estado; a jangada, que são as atividades no mar, que são muito fortes lá no Rio Grande do Norte, e também o algodão, que fez parte da base econômica do estado. Além disso, as atividades pecuárias. Então, historicamente, o estado foi fundado, foi criado, enquanto economia, com atividades que para se instalar precisou haver a retirada da vegetação. E nós temos hoje no estado uma porcentagem significativa de áreas desertificadas, porque se passou a utilizar a lenha da Caatinga para uma atividade que se chama atividade de seca. A produção de telha e tijolo é considerada uma atividade de seca, porque é preciso que os açudes sequem... Não é preciso, mas é mais cômodo para acessar a argila, os barreiros – como eles chamam. Então, tornou-se uma atividade que, diante da impossibilidade de continuar com bovinocultura, de continuar com outras atividades que dependem da estabilidade climática, passou a ser uma atividade de sustento. E por isso a gente precisa relacionar o histórico atual econômico à realidade que hoje se estabelece na Caatinga, diante das suas potencialidades.

Pode passar.

Aqui nós temos a nossa localização, só para mostrar aqui o estado. Em função da localização, tem predomínio elevado de temperaturas elevadas e de horas de sol, ou horas prolongadas por ano de insolação. Isso traz também uma base de entendimento em relação a como podemos acessar o bioma. Então, eu falo sempre que entender as questões ambientais e as questões econômicas nos dá a oportunidade de direcionar as pesquisas, priorizá-las diante de um universo enorme de necessidades que nós temos de atenuar, mitigar processos que venham a comprometer o nosso bioma.

Pode passar.

Aqui a realidade do estado: 77% da população é urbana. Nós temos 167 municípios, desses, 88% estão inseridos na região Semiárida. A vegetação predominante é a Caatinga. Temos um pouco mais de 95% de áreas suscetíveis à desertificação e, como eu já falei, as economias de base.

Então, a gente pode ver que, em relação ao clima, isso é muito importante, porque, uma vez que a principal atividade é a retirada da madeira, o corte das árvores, é preciso, por exemplo, entender qual o ciclo de corte, qual o tempo de pousio que a vegetação precisa para se regenerar e, aí sim, haver uma extração sustentável. Seja essa extração madeireira ou não madeireira, é preciso a gente entender o tempo, o ciclo de corte. Então, nenhuma atividade se sustenta se a gente não entender quanto tempo eu preciso deixar aquele povoamento florestal em pousio para voltar à mesma área, e isso é feito por meio de planos de manejo florestal sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Então, eu trouxe aqui esse raciocínio vinculando bem a exploração e o uso da Caatinga às atividades econômicas.

Pode passar.

As atividades econômicas relevantes hoje, no estado, são extração de sal, produção de energia eólica, fruticultura, principalmente exportação do melão, do camarão, exploração mineral.

Pode passar.

O turismo.

Pode passar.

O turismo, se você digita no Google "Estado do Rio Grande do Norte", vai aparecer um *buggy*, uma duna. Não vai aparecer alguém carregando lenha na cabeça nem estudando o bioma. Então, eu falo muito isso, eu deixo muito claro para os alunos e os formo mostrando isso: "Olhe, o estado não é só turismo, fruticultura, sal. Não é só isso. O estado é sobrevivência de uma região, que é o Semiárido, dentro do estado, que precisa da nossa colaboração, porque a universidade tem esse papel". E não acredito que pesquisa e funcionamento da pesquisa cheguem ao sucesso sem uma integração política, afinal nós temos o funcionamento de tudo, de liberação de recurso, de apoio financeiro, isso baseado na política nacional.

Então, a área de exploração, a exploração da Caatinga e as atividades econômicas do Estado são relacionadas? Hoje a gente pode dizer que sim, especificamente para a eólica e solar. Então, o diretor do Idema, que é o órgão ambiental responsável pela liberação de supressão no estado, enviou-me ontem uma mensagem solicitando que eu fosse lá, porque está algo sem controle praticamente as solicitações de liberação para instalação dos parques solares principalmente, porque os eólicos se concentram muito mais perto do mar, da costa, mas o solar não, é exatamente onde há menos cobertura vegetal, já por todo esse histórico, e é preciso cortar tudo para instalar. E aí tem a pressão de que é importantíssimo, e a gente precisa ver como conciliar.

Então, conhecer... Hoje nós temos trabalhos, já há 11 anos, em parceria com a Associação Plantas do Nordeste, com pesquisadores de Minas Gerais, de São Paulo, e nós temos dados de 30 anos, de como tem sido a redução do manejo, ou seja, da extração da lenha de forma sustentável.

Há queda no número de planos, e isso não significa que deixaram de usar madeira; passa a ser maior a porcentagem ilegal, porque a gente não tem controle, a gente trabalha diretamente com o órgão ambiental também.

Então, eu estou aqui para falar, reiterar que a Caatinga tem um potencial enorme, mas é muito subutilizada para a nossa realidade, porque o foco sempre foi sobreviver a partir do corte das árvores.

Pode passar.

Aqui, o estado tem uma diversidade significativa em relação a condições climáticas. Há uma porcentagem, uma parte muito extensa do estado que fica na costa, só que ali o Seridó potiguar é essa região, que é fundamentada na atividade de cerâmica, é a região onde há o maior número de cerâmicas, onde há o maior consumo de lenha da Caatinga e, consequentemente, onde há um maior número de áreas sob processo de desertificação. Obviamente, a condição climática favorece ou não determinadas atividades econômicas.

Então, como eu mostrei, na costa, é sal, é turismo, é onde há mais água, fruticultura irrigada. Acaba que o Seridó, de onde eu vim... Então, quando eu comecei a estudar e decidi fazer engenharia florestal, depois fazer as pós-graduações, eu pensava sempre: "Eu quero voltar para, de alguma forma, colaborar com isso, porque eu cresci vendo as cerâmicas queimando e aquela fumaça...". Então, eu consegui chegar a esse ponto, mas tenho muito o que caminhar. Cheguei ao ponto de ser hoje pesquisadora e professora, o privilégio de estar aqui, falando, e eu pretendo – nós fazemos esse trabalho de formiguinha –, eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito oportuno esclarecer como faremos, como podemos fazer para continuar mitigando essas ações e botando em evidência as potencialidades do bioma.

Pode passar.

Aqui são dados, sempre fazendo essa... Eu o cumprimento e agradeço. Peço-lhe desculpas se houver algum erro técnico em relação aos dados climáticos, mas é uma colega nossa da UFRN, que trabalha com climatologia, e ela nos deu essa assistência para as pesquisar, fazer relação entre qual é o tempo de regeneração da Caatinga em cada região, conforme o regime hídrico, a pluviosidade.

Então, à esquerda, no estado inteiro – a legenda da precipitação está à direita do mapa do estado –, e, à direita, um exemplo de que, além da precipitação média ser importante como observação, as anomalias também, porque chove tudo de uma vez num período, depois não chove nada.

Pode passar.

E tudo isso que eu estou falando, por base, as nossas pesquisas também vêm mostrar que o consumo total hoje, no estado, de madeira é em torno de 2,2 milhões de metros estéreos. No entanto, a oferta só chega a 65 mil. Fazendo a comparação com grandezas, o consumo é de 475 mil toneladas de metros estéreos por ano; no entanto, somente 65 mil vêm de fontes renováveis.

Quais são as fontes sustentáveis? Exemplo de forma de acesso à madeira de origem sustentável: as que vêm do Plano de Manejo Florestal Sustentável; poda de caju, porque poda é considerada resíduo; algaroba, que não é nativa, é uma espécie exótica e, por isso, é considerada legalizada.

Então, os principais destinos são cerâmica vermelha, além de domiciliar, comercial, padaria, fábrica de cal e, com o aumento do valor do GLP, aumento das famílias que voltaram a usar lenha, o que não é desmérito. Então, eu levo esta mensagem: queimar lenha não é desmérito; queimar lenha é usar uma fonte renovável de baixa emissão quando se compara aos derivados de petróleo. No entanto, como qualquer outra origem, como qualquer outra fonte natural, se não for planejada previamente, vai exaurir.

Pode passar.

Para vocês terem uma ideia, de 1988 a 2018, todos esses municípios que estão pintados de vermelho e de verde já tiveram plano de manejo. Hoje em dia, somente os que estão em verde estão vigentes, com pelo menos um plano de manejo em cada município desse. Então, vocês podem imaginar que, somente nas áreas pintadas de verde, no máximo, há um plano por município que fornece madeira legalizada. E essa desistência tem por base o aumento da ilegalidade.

O próximo, por favor.

Pode passar.

Parâmetros.

Hoje em dia, a Caatinga no Rio Grande do Norte é explorada a partir dessa normativa. O Senador Jean Paul já nos recebeu. A gente trabalha muito perto de Mineiro e Fátima, com projeto de combate à desertificação. E essa questão de ter nessa normativa um tipo de ciclo de corte estabelecido de 15 anos é no que a gente está trabalhando fortemente. É como eu falei: com tudo aquilo que eu falei em relação à evidência da diferença climática entre as regiões, talvez não seja ideal estabelecer o mesmo tempo para todo o estado, porque isso pode ser não sustentável.

Pode passar.

Aí está mostrando como é feito o corte da madeira. Eles separam as peças de maior diâmetro, porque eles empilham e vendem por metro empilhado. Como a cerâmica vermelha é a principal consumidora, só compra esses de diâmetro maior, e o restante fica na área.

Pode passar.

Pode passar, está só mostrando mais uma visão.

Então, um dos nossos resultados é que entre 25% e 26% de resíduos ficam subutilizados, ou seja, nós buscamos também alguma tecnologia para densificação desse material e aumentar a oferta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

biomassa.

Pode passar.

Então, as considerações finais são: a gente sugere apoio integrado dos governos; sugere aproveitar os resíduos; sugere determinar a quantidade de energia útil, porque todas as madeiras não têm as mesmas características e hoje a exploração é feita independentemente se é catingueira ou se é imburana – pode passar –; avaliação dos impactos financeiros e econômicos; pacote de propostas de melhoria de padronização dos produtos; também trabalhamos com a implantação de florestas plantadas nas áreas que temos. Dentro da UFRN nós temos um plantio experimental, em parceria com o Ipef, já com material genético adaptado àquela condição.

Pode passar.

Aqui é o parque tecnológico, um ambiente de inovação, porque temos acreditado muito que empresas que serão captadas para trabalhar conosco nos darão mais oportunidade de crescimento.

Pode passar.

Aí são os contatos – agradeço mais uma vez, muito obrigada.

E aí é o visual de algumas madeiras da Caatinga, que também servem como artesanato e para, digamos assim, paisagismo – uma paisagem bonita.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quero agradecer à Rosimeire pela sua apresentação.

Nós vamos passar agora àqueles que participam remotamente desta audiência.

Chamo o Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, da Fundação Araripe.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estamos ouvindo.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiramente, eu queria agradecer o convite e fazer uma pequena observação.

Estou como Coordenador Regional do Projeto Rural Sustentável Caatinga, um projeto que atua justamente no sentido de oportunizar que o nosso agricultor familiar entre como protagonista dentro de um processo de mudanças climáticas, porque também a gente associa a convivência ao protagonismo no processo de colaboração para minimizar esses esforços. E a Fundação Araripe, nesse contexto, dá um suporte à Coordenação Regional.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Francisco!

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (*Por videoconferência.*) – Senhor! Pode falar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para você virar um pouquinho o seu celular para não pegar tanto a sua janela; senão, com a claridade da janela, você fica na sombra.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (*Por videoconferência.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (*Por videoconferência.*) – Primeiro, eu queria mais uma vez também, como as colegas, saudar a mesa, na pessoa do Senador Jaques Wagner, e dizer que as suas palavras iniciais são extremamente interessantes. No Nordeste, no bioma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Caatinga, nós temos é que somar, e não disputar espaços.

Prova da realidade dessa fala foi o nosso recente Consórcio Nordeste, que mostrou que trabalhar de forma articulada e colaborativa produz resultados impactantes e estruturantes para a região. Da mesma forma, temos, vamos dizer assim, como reflexo das políticas públicas, o que a Profa. Márcia Vanusa mostrou: uma presença muito forte do cooperativismo, do associativismo em algumas realidades nossas dentro do Semiárido, como Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí, que vem trabalhando fortemente esses processos.

Quero saudar o Senador e falar um pouco também do esforço do outro colega seu, Jean Paul, que vem trabalhando para aprovar uma política para o bioma Caatinga. Nesse contexto de somas, eu acho que é extremamente importante essas políticas dialogarem. Eu tive a oportunidade de, quando Diretor do Departamento de Combate à Desertificação, junto com a sociedade civil, na presença da nossa Comissão Nacional de Combate à Desertificação, que tem uma representação da Articulação Semiárido, e com um conjunto de outros colegas, aprovar essa política, que é justamente uma política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

Então, esta proposta de política pública faz justamente menção ao que a colega Márcia, a colega Francis e a colega Rosimeire acabam de mostrar: como é que a gente pode... E aí, de antemão, já as parabenizo pelo excelente trabalho de contribuição para o nosso bioma. Então, a Política Nacional de Combate à Desertificação traz justamente isto, Senador: ela mostra como é que a gente deve trabalhar de forma integrada. Não existe combater a desertificação se você não tiver políticas públicas de proteção social, se você não tiver políticas públicas que promovam o reconhecimento, o valor e o uso desse recurso.

E aí eu acho que, nesses meus 15 minutos... E eu vou tomar muito cuidado, porque a gente às vezes se empolga e perde a noção. Eu queria começar fazendo duas referências. Uma é a de que... E quero parabenizar todos os meus colegas que estão presentes aqui pelo fato de eles, de a gente estar falando sobre o bioma Caatinga, o recurso, a nossa biodiversidade, e não sobre o espaço geográfico da Caatinga. Às vezes, o que a colega Francis mostrou naquele quadro, que 2% das propriedades impactam em 33% da degradação, às vezes é reflexo de políticas públicas que vieram para a nossa região – com boas intenções, diga-se de passagem. Porém, elas não olharam a convivência, elas não olharam o potencial do ambiente e retiraram o recurso da biodiversidade para poder a gente – como é que se diz? – introduzir às vezes uma pastagem, desmerecendo o suporte forrageiro que a Caatinga dá. Então, eu queria fazer menção a isso primeiro.

E o outro ponto para o qual eu queria também chamar a atenção era o fato de a gente poder observar que uma grande ameaça que a gente tem sobre o nosso recurso florestal, a nossa biodiversidade é o fato de a gente não querer usá-la: o medo do uso da biodiversidade às vezes é a maior ameaça que ela pode ter. Nesse sentido, a gente tem uma oportunidade muito grande. Os colegas estão mostrando, em cima das suas experiências, que isso é possível.

Por outro lado... Como é que se diz?

Eu vou pedir licença um segundo. (*Pausa.*)

Desculpem, eu tive que fazer um pequeno deslocamento aqui.

Então, essa oportunidade que a gente tem de valorizar a Caatinga pelo seu uso talvez seja o maior desafio. E aí eu vou, logicamente, tentar mostrar para os colegas, fazer um esforço em cima do que hoje é essa oportunidade que nós temos com o Projeto Rural Sustentável Caatinga, que traz o conceito de uma agricultura regenerativa.

E aqui eu queria fazer um parêntese. A gente está falando o termo agricultura, mas na sua complexidade, entendendo isso como, vamos dizer assim, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) usa: o complexo de produção do setor agrário. Então, eu estou falando da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pecuária, estou falando da agricultura e estou falando da silvicultura, resumindo isso na palavra agricultura.

Então, a gente tem uma grande oportunidade, neste momento, de se somar a esses esforços, de mostrar que a convivência não é sobrevivência. Às vezes a gente faz uma leitura negativa dessa questão da convivência. E, dentro desse contexto da convivência, como foi bem explanado pelo Senador no início, da estocagem, essa comparação: a gente acha que o inverno é bonito, a neve é bonita, e a seca, que também é um comportamento da natureza para se proteger daquele momento, aquilo é motivo de fraqueza ou, vamos dizer assim, de menosprezo ou, pior ainda, associado a um problema. Muito pelo contrário, a gente tem uma situação extremamente importante. O espaço onde o bioma está, além do recurso florestal da Caatinga ter grande valor para a socioeconomia da região, o seu espaço também oferece oportunidades extremamente interessantes para irrigação, para energia solar... Mas aí hoje nós estamos falando do bioma Caatinga, e eu vou, de uma certa forma, também tentar mostrar o que a gente vem fazendo nesse sentido.

Então, eu queria primeiro fazer alguns comparativos de como, em cima desse esforço que nós temos hoje para a sustentabilidade, para lutar contra os processos de degradação da natureza, para buscar alternativas de adaptação para as mudanças climáticas, às vezes os nossos agricultores já vêm praticando isso de uma forma já muito consolidada. Porém, no jeito simples de fazer, no jeito simples de falar, a gente não consegue dar a dimensão estratégica dessas oportunidades e situações.

E aí a Profa. Márcia, a Profa. Francis, a Profa. Rosimeire, associando isso à ciência, começam a qualificar esse processo. Então, do mesmo jeito, o Projeto Rural Sustentável Caatinga vem com essa perspectiva. Ele vem associando, vamos dizer assim, a mensuração, princípios científicos a essas práticas de convivência, para a gente, então, mostrar como é que essas iniciativas que estão em curso dialogam com a questão do combate à desertificação, combate ao desmatamento, adaptação às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

E aí eu faço um exemplo muito simples.

O Senador Jaques Wagner convive bastante com o Programa Pró-Semiárido, é um parceiro do nosso processo na região também. A gente tem uma atuação hoje em 5 estados: na Bahia, na região de Euclides da Cunha, especialmente com o pessoal da Escola Família Agrícola, com o Prof. Nelson, com o pessoal da Coopersabor, o pessoal da Aresol, com a Ser do Sertão, outra cooperativa que atua muito proximamente com a gente; a gente tem uma atuação em Alagoas, na região de Batalha; em Sergipe, ali próximo à região que eles chamam de Sergipana; no Piauí; e na região do Araripe, em Pernambuco. Esses 5 estados estão tendo a oportunidade de ajudar a fazer uma leitura de como a convivência pode, de fato, estar qualificada e trazer o nosso agricultor para um protagonismo maior.

Um exemplo muito simples disso hoje é a questão da nossa pecuária. Hoje, dentro de um processo de análise das alternativas para combater os processos que aceleram as emissões na área rural, a pecuária é uma das que mais impactam nas emissões dos gases. E qual é a alternativa que o sistema de pecuária vem buscando para solucionar o problema? É tentar diversificar a pastagem, é tentar trazer mais rendimentos para o sistema produtivo, mineralizar menos a fertilidade do solo e outros esforços, até algumas substâncias para que os animais diminuam as suas emissões pelos arrotos – desculpem a palavra um pouco grotesca. Mas, quando eu trago isso para a nossa realidade, o que o nosso agricultor diz? "O gado está solto na Caatinga." Quando o agricultor diz "o gado está solto na Caatinga", ele não tem dimensão da complexidade que esse sistema produtivo tem de impactos positivos na mitigação dos efeitos da seca. Então o que ele está dizendo? Ele está dizendo que os animais, sejam bovinos, caprinos, ovinos ou equinos, estão, literalmente, comendo aquela biodiversidade, se alimentando da Caatinga, se alimentando de várias espécies de uma forma diversificada. Só esse elemento já é extremamente impactante na diminuição dos gases pela pecuária. A outra leitura é o impacto na paisagem. Quando eu digo "o gado está solto na Caatinga", eu estou fazendo uso do potencial forrageiro da Caatinga sem ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que desmatar para formar pastagem. Eu estou tendo uma pecuária verde e eu simplesmente simplifico dizendo "o gado está solto na Caatinga".

Então o que nós hoje, dentro desse espírito colaborativo e sinérgico, estamos fazendo é justamente, com essa oportunidade que o Projeto Rural Sustentável Caatinga tem, mensurar esses impactos e mostrar como é que essa atividade, que está sendo praticada às vezes com essa simplicidade, é estratégica e estruturante para evitar o desmatamento, para conservar a biodiversidade, para adaptar o sistema produtivo ao processo de mudanças climáticas, trazendo segurança alimentar, energética e hídrica para a nossa região. Então, isso é um exemplo bem coloquial. O outro é, reforçando o que as colegas acabaram de falar, a questão de a gente – humanos – também saber se alimentar da Caatinga.

O que a Profa. Márcia Vanusa vem fazendo com a sua equipe é de uma colaboração ímpar para a nossa biodiversidade, porque ela está mostrando que a nossa biodiversidade pode impactar as políticas públicas na área da saúde, e pode ser extremamente estratégica para a nossa segurança nutricional e alimentar. Então, não é ter vergonha de usar o azeite do licuri ou tomar a cerveja do licuri, a cerveja de umbu, a cerveja do maracujá; comer os biscoitos, as granolas que esses frutos produzem, hoje processados já com esse esforço, dentro de uma qualidade que entra no mercado.

Então, do que a gente precisa? Dar escala para isso. Usando a Caatinga, nós a estamos conservando. Esse é um dos princípios mais estruturantes que nós temos para esse momento em que o mundo se preocupa com os processos de agravamento, vamos dizer assim, das mudanças climáticas.

Nós estamos dando uma colaboração ímpar como bioma, como comunidades que que vivem dentro desse ambiente. E, mais uma vez, o nosso esforço nesse momento como Projeto Rural Sustentável Caatinga é mensurar isso do ponto de vista do impacto socioeconômico, mensurar isso com relação aos impactos de carbono, para mostrar que o agricultor familiar está muito mais do que convivendo: ele é um protagonista extremamente estratégico e importante para esse processo, mostrando também que a gente pode trabalhar com tecnologias de baixa emissão de carbono com o agricultor familiar.

Quando ele faz um quintal produtivo, ele está fazendo um sistema agroecológico produtivo que não remove o solo; então, deixa o carbono no solo. Quando ele protege o solo com a cobertura morta, ele está incorporando matéria orgânica. (*Pausa.*)

O.k. Obrigado.

Plantando as árvores, ele está fixando carbono. Então, ele está produzindo, trazendo segurança alimentar para nossas famílias e, ao mesmo tempo, colaborando com os processos de mudança climática.

Então, nesses primeiros 15 minutos, eu queria mostrar que a gente tem hoje uma oportunidade muito grande de fortalecer essas iniciativas, mensurando-as. Essa iniciativa hoje tem o apoio do Governo britânico, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e de um conjunto de 20 instituições da sociedade civil, grande parte delas associadas à Rede Asa (Articulação do Semiárido Brasileiro) – a gente tem essa oportunidade.

O colega Paulo, que vai falar aí na frente, em seguida, é um dos parceiros desse processo e o está implementando.

E eu encerro, agradecendo o convite e também trazendo aqui o abraço do nosso Diretor, o Dr. Pedro Leitão, que está à frente desse processo, animando esse grupo. Ele foi um grande defensor da biodiversidade, estando à frente do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade por quase 15 anos da sua vida.

Então, a gente agradece a oportunidade, parabeniza os colegas e mostra que, de fato, a palavra estratégica para todo esse processo de valorização da Caatinga é o uso sustentável da sua biodiversidade, para o qual tanto a Profa. Márcia quanto a Profa. Rosimeire chamaram a atenção.

E digo a vocês que o Dia da Caatinga é uma homenagem ao Prof. Vasconcelos Sobrinho. Esse homem foi o primeiro "desertólogo", o primeiro a chamar a atenção para o processo de degradação da Caatinga. Ele não tinha o menor receio do uso da Caatinga. Ele dizia a seguinte frase: "Não tenham a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

menor dúvida da vocação energética da Caatinga [o que, às vezes, a gente marginaliza], porém mediante o sábio manejo dos seus recursos naturais". Então, o homem que mais defendeu a Caatinga, aquele cuja data de nascimento foi escolhida como referência, foi o que mais nos provocou para que a usássemos mediante sábio manejo. Isso é trazer a ciência para dentro desse processo.

E o que a gente está vendo aqui, nesta mesa, nesta audiência pública, é que, de fato, a gente tem essa oportunidade. A Rede de Manejo Florestal da Caatinga está aí hoje presente para mostrar que 30% da nossa matriz energética do Nordeste são provenientes da lenha. Ela é uma matriz energética inclusiva, de baixo custo, renovável, que pode ser sustentável se tivermos políticas públicas que valorizem o manejo, ou seja, o uso sustentável da Caatinga, para fornecer energia limpa, energia verde, para a nossa indústria.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Francisco Carneiro, pela contribuição.

Nós vamos passar imediatamente a palavra para o último convidado, não menos importante, o Sr. Paulo Pedro de Carvalho. O Paulo Pedro é do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas.

Com a palavra V. Sa.

O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, caro Senador Paulo Rocha! Eu o cumprimento e, na sua pessoa, cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero cumprimentar também os integrantes da mesa, os que nos antecederam. Na pessoa da Profa. Márcia, aqui de Pernambuco, cumprimento toda a mesa e, virtualmente, aqui, o meu companheiro de trabalho de muito tempo Chico Campello, um grande catingueiro, defensor da Caatinga.

Então, quero enaltecer e parabenizar o Senado e especialmente a Comissão de Meio Ambiente desta Casa por essa iniciativa. É uma iniciativa importante. Como o Chico falou, é uma homenagem ao dia 28 de abril, estabelecido por lei como o Dia da Caatinga, em homenagem ao Prof. Vasconcelos Sobrinho, nordestino também, de Pernambuco, um professor que deu sua grande contribuição. Continuamos nos inspirando no trabalho e no legado que ele nos deixou.

É muito importante a gente iniciar esta fala dizendo o que já foi dito em várias falas, reforçando que esse bioma é um bioma único brasileiro, onde está o Semiárido brasileiro, que é o Semiárido mais populoso do mundo dentro do mesmo território. A gente tem que falar da grandeza da Caatinga, mas também falar dos seus povos. Falar da Caatinga é falar dos povos da Caatinga, dos povos da Caatinga que precisam ser cuidados para eles poderem cuidarem da Caatinga. Pobreza na Caatinga... Pobreza no Semiárido também provoca, por falta de opção, a degradação da Caatinga. Os grandes projetos também colaboram com isso, mas é importante a gente, para cuidar da Caatinga, cuidar dos diferentes povos da Caatinga, que são vários, que são muitos, diversos, de uma riqueza enorme cultural e de força do povo sertanejo.

Estou aqui na ONG Caatinga, que é membra da ASA Brasil. Estou aqui no extremo oeste do Estado de Pernambuco, na divisa com Piauí e Ceará, onde tem a Chapada do Araripe, onde tem também o sertão, onde tem as minas de gesso maiores do Brasil e que tem então toda essa potencialidade. O Estado de Pernambuco tem quase 90% da área semiárida, que é onde estão as áreas susceptíveis de certificação.

Então, a gente chama muita a atenção, numa audiência dessas, Senadores, demais ouvintes e presentes, sobre sair da ideia da escassez para a abundância. Eu diria que é exatamente isso que a gente vem trabalhando. A ASA tem mais de 20 anos, a Caatinga tem mais de 30 anos de atuação aqui nessa região e utiliza exatamente o nome do bioma como inspiração para criar uma sigla que é Caatinga, esse centro de assessoria aos trabalhadores aqui do Estado de Pernambuco, mas que se irmana a várias redes, além da ASA, também à Rede Ater Nordeste Agroecologia, à Articulação Nacional de Agroecologia, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

várias redes territoriais, como a Rede Araripe, daqui do Sertão do Araripe.

Então, fazendo essa história de sair da escassez para a abundância, a gente também vem lutando. E acho que já avançamos bastante para sair da ideia equivocada do combate à seca para a convivência com o Semiárido. Essas apresentações aqui hoje, que a gente está tendo a oportunidade, são apenas algumas amostras daquilo que está acontecendo na Caatinga que precisa ser visibilizado, que precisa ser apoiado.

Assim, eu começo um pouco mais a detalhar o que é que nós estamos chamando de convivência com o Semiárido, ou seja, desenvolver uma cultura de convivência com o Semiárido e superar de vez essa história de combate à seca. Assim como já foi falado, ninguém combate a neve, ninguém combate a geada, ninguém combate o clima. A gente se adapta e procura fazer ações para reverter os danos da seca, os danos das mudanças climáticas, e inclusive promover ações que revertam esse processo de degradação do solo, da vegetação e, consequentemente, do clima e da água.

Então, para conviver com o Semiárido, primeiramente, a gente tem que imitar a Caatinga. O que a Caatinga nos ensina? Que precisamos estocar, precisamos armazenar água, armazenar alimento para as pessoas e para os animais, armazenar sementes, cuidar desse patrimônio da Caatinga, dos povos da Caatinga. As sementes crioulas são uma diversidade muito grande hoje ameaçada pelos transgênicos, pelas sementes chamadas melhoradas. Então, nós precisamos avançar nessa cultura dos estoques, estocar água e saber administrar. Se nós temos um período, que é este agora do primeiro semestre, com as melhores condições de chuvas aqui na nossa região, então é a hora da abundância, é a hora de a gente guardar água nas cisternas, guardar água nas barragens subterrâneas, guardar água em várias tecnologias, caldeirões. É um conjunto grande de tecnologias em que o Brasil vinha avançando, e infelizmente agora a gente está um pouco estagnado. Há o Programa Cisternas, que ganhou prêmio internacional, que resolveu a vida de milhares de pessoas, mais de 1 milhão de pessoas com cisternas de água de beber e cozinhar, em torno de 300 mil cisternas. Há outras tecnologias de capacitação de água de chuva do Programa P1+2, da ASA em parceria com o Governo Federal e com diversas outras organizações.

Então, em 2021, houve a menor execução do projeto de cisternas aqui do Brasil. Como é que um programa que ganhou prêmio internacional, que superou a pobreza aqui nessa região é desvalorizado e jogado para o esquecimento pelo Governo do nosso país? Então, nós precisamos recuperar esse projeto e recuperar outras ações.

A gente pode aqui também falar de sistemas e técnicas e raças e espécies adaptadas. Esse é o sentido da convivência com o Semiárido. Aqui há várias experiências de manejos agroflorestais na Caatinga, manejos para fins de produção agrícola, mas também de produção pecuária, e os Sistemas Agrossilvipastoris, como o grande trabalho e legado que nos deixou o pesquisador Prof. João Ambrósio, lá do Ceará. Então, é preciso também a gente se lembrar da diversidade de sistemas agroecológicos diversificados.

Por exemplo, aqui no Araripe, nós estamos trabalhando com algodão orgânico em consórcio com gergelim, milho, feijão, abóbora; diversos outros cultivos que produzem alimentos, mas produzem também produtos que geram renda. Esse algodão orgânico é uma grande demanda internacional. É vendido inclusive para a França. Ele tem uma grande demanda, então tem um potencial muito grande. E estamos aqui com uma organização, uma Opac, reconhecida pelo Mapa, que faz essa certificação participativa.

Temos também os pequenos animais, como as cabras, as ovelhas, as galinhas, os porcos dessas raças que são adaptadas aqui. Então, é um conjunto grande que tem a sua base sustentada na convivência aliada com a lógica da Caatinga.

Há a criação de abelhas, não só as africanizadas, que são exóticas, mas que se adaptaram muito bem aqui nesta região, mas também de uma diversidade de abelhas nativas, que ajuda o ambiente da Caatinga a prosperar, mas também pode gerar renda e gerar turismo no meio rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há as energias renováveis, com as tecnologias sociais dos fogões agroecológicos, dos biodigestores, aproveitando o que seria um rejeito do sistema pecuário para gerar energia e também gerar adubo para o sistema de produção.

Há o extrativismo – já foi tratado muito bem aqui; não vou falar mais sobre isso.

Mas queria chamar a atenção, Senadoras, Senadores, todos os ouvintes, sobre uma PEC: a PEC da Caatinga e do Cerrado, PEC 504. Ela é de 2010. Já foi aprovada aqui nesta Casa do Senado. Esperamos que a gente tenha força política, exatamente neste ano, para que seja pautada toda essa questão da agroecologia da Caatinga, mas desses instrumentos que ajudam a proteger a Caatinga. Então, a PEC da Caatinga e do Cerrado, há mais de dez anos no Congresso Nacional, precisa avançar, ter sua aprovação final e fazer justiça a esses dois biomas tão importantes para o Brasil e que não são reconhecidos como os outros biomas, que são reconhecidos na Constituição Cidadã de 1988. Então, precisamos fazer essa justiça com a Caatinga e com o Cerrado. A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, uma riqueza só nossa. Como a gente vai desprezá-lo e deixar de reconhecê-lo minimamente como os outros biomas brasileiros? Então, essa é uma questão importante.

Há a Política – de que o Chico Campello já falou – de Combate à Desertificação, que também foi aprovada. E há um plano nacional, de 2005. Precisamos ter um segundo plano, rever esse Plano Nacional de Combate à Desertificação e conectá-lo com a implementação da Convenção da ONU de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Então, é importante.

Agora, em maio, está tendo a COP 15 da UNCCD, a Convenção de Combate à Desertificação, e nós não sabemos nem se o Brasil vai lá, se o Governo brasileiro vai lá. E, se for lá, o que vai dizer? Porque está parado... A política foi aprovada em 2015, mas está no papel, não foi regulamentada. A Comissão Nacional está parada desde 2016. Então, é impossível que a gente queira ir para um grande evento internacional sem ter as mínimas tarefas cumpridas aqui no nosso país. Então, é preciso que a gente retome essa política, que a gente retome a funcionalidade da Comissão Nacional como instrumento de a gente discutir políticas adequadas para a região, junto com outras políticas, como as políticas de convivência com o Semiárido, que vinham avançando, exatamente com esse Programa Cisternas que eu falei, mas com outras políticas, como a Política de Ater, a Política Nacional de Agroecologia e as políticas estaduais também, dos estados aqui do Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, que têm políticas de combate à desertificação. Aqui no Brasil as áreas suscetíveis à desertificação, nos nove estados do Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, também já têm suas políticas, têm seus planos. É preciso que esse pacto federativo com os estados avance, não é?

É importante também falar da revitalização do Rio São Francisco, esse rio que é a integração nacional do Sudeste com o Nordeste, que avançou na transposição, mas é preciso a gente avançar na política de revitalização com a questão do saneamento, com a questão da proteção das margens desse grande rio que é a vida, é uma veia central da vida, da água e que está sendo poluído, degradado aqui na nossa região.

Eu queria também falar das políticas de Ater, que é preciso retomar, estão enfraquecidas atualmente, as políticas de segurança alimentar, das grandes ações que precisam também avançar na reforma agrária. Então, minha gente, temos muitos assuntos a falar.

Eu queria enaltecer a Frente Parlamentar em Defesa do Semiárido, que está promovendo essa exposição da Caatinga, na semana do Dia da Caatinga; o Consórcio Nordeste, dos Governadores aqui do Nordeste, que é um grande instrumento de diálogo com as organizações da sociedade civil; e também o Fórum dos Gestores da Agricultura Familiar do Nordeste, que agora no mês junho vai promover uma grande feira da agricultura familiar e da economia solidária, lá em Natal, Profa. Rosimeire, lá no Rio Grande do Norte. Nós estamos preparando para ser um grande evento da agricultura familiar e da agroecologia, em defesa de políticas públicas para ganhar visibilidade, em defesa dos candidatos às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eleições de 2022, mas também para promover o encontro de diversas experiências.

Está aqui acontecendo também o Projeto Daki – Semiárido Vivo, com a ASA e o Fida capacitando pessoas multiplicadoras para promover essa convivência com o Semiárido, com acesso aos conhecimentos, às tecnologias adequadas à convivência com o Semiárido. Há o projeto Lume, que é um projeto que faz estudos sobre os impactos das experiências agroecológicas na vida das pessoas, na segurança alimentar, na economia, no desenvolvimento dos territórios. Isso é muito importante. Também há uma parceria da Rede ATER Nordeste com o Fida, PRS Caatinga, que o Chico já falou, chegando aqui para nos desafiar a enxergar como é que a agricultura de baixo carbono, nos moldes da convivência com o Semiárido e da agroecologia, está acontecendo, que pode ser potencializada.

Então, minha gente, eu queria exatamente agradecer esta oportunidade de estar aqui, dizer que a gente queria aproveitar esta audiência, acreditando, Senadores e Senadoras, todos que estão nos ouvindo, que nós estamos vivendo um momento difícil das mudanças climáticas... Na Caatinga, nessa última grande seca de 2011 a 2017, que foi uma das maiores já vistas aqui na nossa região, não morreu ninguém de fome, mas a fome está voltando à nossa região e está voltando principalmente àquelas famílias que não têm água, que não têm as condições de vida, que não têm terra e não têm as mínimas condições de acesso a crédito e assistência técnica.

O povo do Nordeste, os povos da Caatinga não são povos preguiçosos. A sua origem, a sua ancestralidade mostra a história de muita resistência, muita luta, crença e fé, mas vive hoje desacreditado na política. Eu tenho esperança que esta audiência seja mais uma iniciativa desta Casa para valorizar e para andar junto com as organizações da sociedade, promovendo a convivência digna e sustentada no Semiárido, promovendo a preservação do que ainda existe do bioma Caatinga, mas recuperando os solos e as áreas degradadas a partir de várias milhares de experiências que estão acontecendo aqui no Semiárido brasileiro, como a Caatinga vem há mais de 30 anos trabalhando com um conjunto grande.

A ASA tem mais de mil organizações diretamente atuando aqui e é uma experiência já exitosa aqui no Brasil, mas também já vista, intercambiada com outros países.

Nós estamos à disposição dos senhores e das senhoras, acreditando que nem tudo está perdido, mas o alerta foi dado.

Os últimos relatórios sobre mudanças climáticas mostram que a Caatinga vai ser o bioma mais impactado, já é o bioma mais impactado. Nesse período dessa grande seca, plantas, áreas grandes da Caatinga morreram. Plantas como angico, aroeira, umburana, jurema preta e outros tipos de plantas da Caatinga morreram por causa da seca; mas não foi só por causa da seca, foi por causa desses quase 50% da Caatinga que já estão num estado avançado de desertificação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dois minutos.

O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Então, eu queria agradecer mais uma vez esta oportunidade. Sei que são muitas empolgações, muita vontade de falar. Era para eu estar presente aí com vocês, mas infelizmente não foi possível, por causa do preço das passagens, viabilizar a ida da gente até aí. Mas eu espero ter oportunidade de mais vezes estar com vocês nesse debate.

Contem com a gente, contem com a ASA, contem com todas essas articulações de resistência e de esperança que existem aqui no bioma Caatinga.

Valeu! Até mais! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a participação do Paulo Pedro de Carvalho, que é o nosso último participante. Solidarizo-me com você, porque segunda-feira eu também estava em São Paulo e tive que pagar R$3,1 mil por uma perna, para vir de São Paulo para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui fazer um trabalho nos Estados Unidos, em Washington, a convite da Universidade de Harvard, palestrar sobre o Brasil. E, como minha filha mais velha está morando em Los Angeles, com o marido, a filha e o filho, eu, sempre que vou lá, estico. Só que de Washington para Los Angeles, são 5 horas e 45 minutos de voo. Então, eu peguei esse voo de 5 horas e 45 minutos – contra uma hora e meia de São Paulo para cá –, de executiva, e paguei R$2.680 – 5 horas e 45 minutos de executiva. Aqui eu paguei R$3,1 mil. E havia mais cara, havia de R$4 mil para fazer um voo de uma hora e meia. É realmente algo de uma distorção, porque o preço do combustível está todo dolarizado, então, é tudo o mesmo preço. Não me consta que a mão de obra nesse setor seja mais cara do que a mão de obra internacional.

Mas, de qualquer forma, eu agradeço a sua participação, como agradeço a participação de todos.

Eu confesso que, como ex-Governador da Bahia e Senador pelo Estado da Bahia – portanto, como nordestino, apesar de ter nascido no Rio de Janeiro – para mim a audiência... Primeiro, porque as vozes nordestinas, ou pelo menos as dos que vivem no Nordeste, cada um tem seu sotaque próprio e a gente se identifica logo, e, segundo, porque o assunto para mim é extremamente palpitante.

Eu queria ler aqui algumas perguntas para estimular aqueles que nos acompanham pelo e-Cidadania, eventualmente para alguma das debatedoras ou dos debatedores que quiserem se pronunciar.

Emelly Santos, de Sergipe: "Qual o maior problema enfrentado pela Caatinga?".

Júlia Seabra, de Minas Gerais: "Quais soluções estão sendo colocadas em prática para preserva a Caatinga?".

Algumas já foram respondidas na própria exposição.

Andreza Couto, do Rio de Janeiro: "Qual é o papel da sociedade na preservação da Caatinga?".

Essa eu até mesmo respondo, Andreza. Na verdade, em todo o enfrentamento nosso na questão ambiental, na questão de preservação e da mudança climática que hoje afeta todo o planeta, eu acho que o papel da sociedade é fundamental, é prioritário, porque, na verdade, se nós não cuidarmos da casa maior, como diz o Papa Francisco, nós estaremos comprometendo as nossas próximas gerações, essa que é a realidade. As pessoas ficam achando que não, não vai acontecer, não vai acontecer, e, toda vez que a gente tem uma audiência pública, um debate sobre o tema, um relatório do IPCC, aquilo que estava previsto sempre vai acontecer um pouco pior: o aquecimento global, a subida dos oceanos, o degelo no Polo Norte, a última pandemia, que, notadamente, é uma zoonose, ou seja, uma doença que vem de vidas não humanas e que transborda para a vida humana, muitas vezes transborda pela quebra do equilíbrio do ecossistema.

Eu não sei o que virá das geleiras degeladas do Polo Norte, eu não sei que gases, que vidas estavam lá preservadas, congeladas há 12, 15 mil anos, não sei. E eu tenho sempre dito que a solidariedade social se impõe, mas a solidariedade ambiental é obrigatória, porque aquilo que acontece de agressão ao meio ambiente, aqui ou na outra ponta do planeta, roda o planeta inteiro, porque o ar que nós respiramos é o mesmo, o mar, alguns oceanos, e por aí vai.

Então, eu acho que o papel da sociedade é fundamental. Eu não sei se a Andreza é jovem ou não, mas eu acho muito importante a participação da juventude, mundialmente falando, num tema ambiental. A gente tem que estimular muito a educação ambiental. Eu acho que é fundamental, Andreza, porque, por exemplo, às vezes, a gente joga uma lata no meio da rua, joga um plástico no mar, não faz coleta seletiva de lixo, larga a luz ligada, larga a água da torneira... Eu brinco sempre que escovar os dentes pressupõe molhar a escova, fechar a torneira, escovar os dentes e abrir a torneira. Em geral, o pessoal abre a torneira e só fecha no final do processo. Haja água desperdiçada! Isso tudo, ambientalmente, compromete. Então, eu acho que o papel da sociedade é fundamental. É óbvio que os governos aplicam, mas, na vida política, a pressão da sociedade é que faz, muitas vezes, o governante mudar a própria cabeça e a atitude.

Juliane Rocha, de São Paulo: "Há alguma área de preservação dentro da Caatinga?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Larissa, de Santa Catarina: "Qual é o impacto ambiental que a silvicultura poderá causar na fauna e na flora da Caatinga?".

Angélica Sousa, do Maranhão: "Quais são as medidas de preservação do bioma frente à silvicultura do eucalipto em alguns Estados do Nordeste?". Qual ente político é responsável por legislar sobre silvicultura e preservação da Caatinga?

É bom se dizer que a silvicultura do eucalipto, eu não sei, mas acho que dificilmente é feita no Semiárido. Em geral, ela é feita... Ou é feita no Semiárido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em geral, ela é feita em... Ou nas costas, porque é região de índice pluviométrico maior.

Bom, eu queria devolver a palavra aqui aos nossos – vou chamar de debatedores – convidados, para, se quiserem colocar suas palavras finais, eventualmente até discutindo alguma das perguntas que foram feitas. Vou ficar à disposição de vocês também, se quiserem remeter a resposta, e a Secretaria da Comissão remete, porque nós temos os endereços das pessoas que perguntaram.

Eu só queria, por fim, reafirmar o que eu tenho tentado trabalhar o tempo todo nesta Comissão. Os – vou chamá-los genericamente – predadores estabelecem sempre a dicotomia entre incluir produtivamente, ou seja, empregar ou empreender, e preservar, o que é uma falsa dicotomia. Na verdade, as pessoas estão entendendo que predar o meio ambiente está implicando não conseguir mais produzir. Seca no Rio Grande do Sul: inimaginável. Vinte e tantos por cento do Pantanal queimados.

Mesmo quando se falou aqui, na fala da apresentadora Rosimeire, eu acho que digo sempre que tudo é posologia: para algumas coisas não se pode nada; para as outras nós temos que saber como é que você produz e inclui preservando. Achar o ponto de equilíbrio, que é próprio da democracia, do bom senso, é a arte de a gente viver em sociedade. Eu digo sempre: "Não me diga não; me diga como". Algumas coisas, não se pode. Abrolhos é intocável, ponto final. Outras áreas são intocáveis. Agora, as pessoas precisam entender que árvore em pé inclui mais e vale mais do que árvore cortada. Pior ainda quando a árvore é cortada ilegalmente.

Então, aqui há exemplos. Até queria deixar uma pergunta à Márcia, que, pelo que eu entendi você dizer, 80%, ou algo por aí, da nossa flora própria da Caatinga, já foi degradada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quarenta e seis por cento. E você disse que é impossível recuperar...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Porque ela é única.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Depois você responde. Eu queria deixar esta pergunta: eu sei que ela é única, mas nós não temos dela em outros pontos da própria Caatinga? É só para depois você responder.

Bom, então eu queria devolver a vocês para dizer que eu acho e eu tenho dito aqui que preservação, meio ambiente não é uma questão nem de esquerda, nem de direita; é uma questão de bom senso. Se usar água mais do que se tem, nós vamos ficar sem.

Então, eu acho que é possível – e o mundo se movimenta nesse sentido – que a gente consiga ter esse bom senso. E creio que esta audiência pública contribui muito – a contribuição de cada uma de vocês – para que a gente possa exatamente passar essa mensagem não só para os legisladores aqui, mas também para a sociedade em geral.

Vou devolver a palavra à primeira expositora, a nossa Márcia, e depois, na sequência, para vocês. Eu daria cinco minutos só para uma fala final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer novamente esta oportunidade de estar aqui numa data tão importante à Caatinga e trazer todos esses nossos relatos, a ciência em prol da conservação da Caatinga.

Respondendo ao Senador, a gente tem um grande problema, que é a perda dessa biodiversidade ainda não catalogada. A gente tem vários problemas – eu vi aqui no e-Cidadania, com a participação da sociedade – a serem resolvidos na Caatinga. Um deles é este que a gente busca aqui: reconhecer o bioma como patrimônio nacional e, a partir dele, começar a legislar para sua proteção. Isso é urgente e é o que a gente está aqui pedindo. Eu acho que é consenso de todos os palestrantes: que a gente venha, Senador, com um projeto de lei saído desta Casa para proteger urgentemente esse bioma.

Além disso, a gente precisa preservar o que a gente conhece. Infelizmente, o bioma Caatinga é o menos conhecido entre os biomas brasileiros. Então, a gente precisa investir na pesquisa para que a gente catalogue essa biodiversidade, sempre com o uso pelas comunidades, como o Paulo falou. Quem preserva, na minha opinião, são os caatingueiros, nos diferentes povos. O que existe ainda é devido a essa população preservar essas espécies com diferentes usos. A gente não tem como dimensionar, Senador, o que a gente perdeu economicamente, o que essas espécies que não mais existem poderiam nos trazer de benefícios para a sociedade, seja medicamentos, seja cosméticos, seja mesmo alimentar. O que a gente precisa, e é urgente, é de uma educação ambiental; é ser claro sobre o conhecimento dessa biodiversidade – para que ela é usada? – e validar os conhecimentos desses povos. E o mais importante: o que a gente chama de recaatingar. É urgente a produção de viveiros, viveiros ecolumes, viveiros sustentáveis, num arcabouço de educação ambiental, para que a gente possa trazer de novo para a Caatinga essas espécies que foram, em outros momentos, devastadas. Isso é urgente. Portanto, a legislação e o recaatingamento dessas espécies.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Márcia.

Devolvo a palavra à Dra. Francinete Francis, do IPA.

A SRA. FRANCINETE FRANCIS LACERDA (Para expor.) – Eu também quero agradecer a oportunidade ao Senador Jaques Wagner e a todos que estão aqui nos ouvindo, não só aqui neste ambiente, mas que estão nos acompanhando.

Quero destacar alguns pontos, inclusive fortalecendo e corroborando a sua fala e a da Profa. Márcia. É que, quando a gente fala em mudanças climáticas, eu sinto que a gente se desloca para o futuro. Acho que a gente ficou muito distante, muito tempo, e parece que isso é uma coisa inatingível. Mas é só para lembrar que o último relatório do IPCC já dá conta de mostrar que nós já avançamos 1,5 grau, que não poderíamos avançar. Nos continentes, a anomalia de temperatura já chegou a 1,6ºC, você faz a média, como um todo dá em torno de 1 grau, mas é nos continentes onde estão as pessoas, onde estão os biomas e praticamente boa parte da vida como um todo.

Então, é importante a gente saber que esse aumento da temperatura vai impactar inclusive no recaatingamento. E ele é urgente porque, se a gente perder, vamos dizer assim, o cavalo selado que passa na frente da gente, a gente vai perder a oportunidade ou a gente vai perder muitas espécies que não poderão mais se adaptar a esse novo clima árido, como é o caso de muitas espécies que já não estão conseguindo mais, inclusive o próprio umbu, não é? E quero dizer que, em algumas localidades, em algumas áreas do Semiárido brasileiro, o aumento da temperatura já chega a 5ºC – em 50 anos, 1 grau por década. E a gente já tem uma redução no Semiárido de até 11mm de chuva por ano a menos. Parece pouco, mas, quando a gente faz o cálculo, não é.

Então, uma provocação que eu deixo aqui ao Senador e a todos que estão presentes nos ouvindo é: como é que a gente faz uma agricultura sem pensar no que a gente vai comer amanhã? Qual é a visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estratégica de um novo modelo de agricultura para o Semiárido que seja uma agricultura de baixo carbono, mas que aprenda com a inteligência que está nas plantas do bioma Caatinga? E é nisso que a Márcia, e o grupo, e a gente colabora, pensando isto: como é que a gente pode transmutar essa realidade hoje, em que está ameaçada a agricultura no Semiárido, por uma agricultura que dê prosperidade às pessoas, que traga um ciclo, vamos dizer assim, virtuoso, e não vicioso, como o que a gente tem hoje, atualmente.

Eu acho que é uma questão de escolher o modelo, que modelo nós queremos, e não repetir aquilo que a gente já fez, não é? Esse modelo é um modelo que a gente deve repensar; a gente deve discutir como é que a gente tem uma agricultura nova de baixo carbono que convive com as mudanças climáticas e gera prosperidade e inclusão social para as pessoas que estão no bioma Caatinga.

Então, eu quero deixar inclusive um dado dessa questão da geração do modelo de energia, do que hoje a gente vem presenciando – e a professora falou – sobre essa transição energética, sair da matriz energética dos combustíveis fósseis para renováveis. O que está acontecendo? Estamos desmatando a Caatinga para montar fazendas solares. E isso é um cobertor curto, não é? A gente diz que está fazendo a transição energética, mas a gente está desmatando o bioma para colocar placa solar.

E não é inteligente essa ação por quê? Porque você perde, inclusive energeticamente falando. Então, se você tem uma grande concentração de placas solares juntas, você perde em eficiência energética. Você não aumenta, você perde. E, se você distribui as placas em pequenos lotes e faz esse consórcio com a agricultura, você aumenta a eficiência das placas, porque você diminui a temperatura das placas – porque tem um superaquecimento devido às altas temperaturas –, e você aumenta a eficiência energética e garante a energia firme. Então, muitos dos setores e das pessoas que trabalham com energia criticam a energia solar por causa disso.

É isto que eu quero deixar aqui: o Brasil tem uma base energética toda voltada para a hidroelétrica, mas, com as figuras que eu mostrei, esse modelo tem os dias contados, Senador, na minha opinião, porque a tendência é chover cada vez menos e a gente ter menos água nas bacias para gerar energia. Claro que a gente pode continuar com essa matriz energética, mas ela precisa ser amparada por outro modelo. E esse modelo que a gente apresenta e que a gente tem estudado faz esse consórcio.

Então, eu agradeço e me deixo à disposição aí para quem quiser tirar dúvida, quem quiser acessar as nossas publicações.

Agradeço a todos e a todas. Muito obrigado.

E viva a Caatinga! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Francinete.

Eu passo a palavra agora à Dra. Rosimeire.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (Para expor.) – É de grande satisfação, de grande alegria ouvir do Senador Jaques Wagner a seguinte frase: "Não me diga não, me diga como". Se eu pudesse... Se eu for um dia – poder é possível, mas se eu for um dia – estabelecer um *slogan* para os nossos trabalhos, essa é a frase certa, porque a nossa luta, o nosso empenho é a partir da formação de jovens, interagindo com a sociedade na educação ambiental, sem dizer que não use, não toque, mas dizendo como, para que se sustente o social e o econômico também, além do ambiental.

Então, eu espero que nós tenhamos sucesso, todos nós que trabalhamos com a Caatinga, no sentido de sensibilizar, por exemplo, uma junção com a ciência, para entender melhor o bioma, para explorá-lo conforme a sua capacidade limite, conforme a sua vocação e também o tempo necessário para regeneração dada cada condição.

Muito obrigada mais uma vez. Eu agradeço aqui também à Escola Agrícola de Jundiaí e à UFRN pela oportunidade de estar aqui. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Rosimeire.

Eu pergunto ao Sr. Francisco Carneiro, da Fundação Araripe... Convido-o para fazer suas...

Pois não.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, quero também, como as colegas, parabenizar o Congresso, de um modo geral, pelo esforço para o Dia da Caatinga. A gente tem a exposição, como a colega lembrou, mostrando presencialmente a riqueza que essa Caatinga, esse bioma, pode nos oferecer em termos de segurança alimentar, nutricional, de oportunidade de trabalho e renda para as nossas famílias. Depois, o Senado, com esta audiência pública para fazer essa reflexão de como a gente pode, de certa forma, estrategicamente e estruturalmente, sair de uma ação e lançar um novo olhar para a nossa Caatinga. E o Senador e os demais colegas do Congresso sabem que um elemento extremamente importante e estruturante são as nossas políticas públicas; o outro é os governos implementarem essas políticas públicas. Nós temos políticas públicas que foram trabalhadas com participação social que resgatam essa importância.

Quero encerrar dizendo que a convivência com o Semiárido, com o nosso bioma, é justamente a gente saber oportunizar essas diferentes formas de uso que a gente viu. E, dentro do bioma Caatinga, a gente tem alguns elementos extremamente importantes para os quais chamo a atenção e que devem ser objeto de reflexões profundas.

Primeiro, a Caatinga atende 30% da matriz energética do Nordeste, é uma fonte de energia renovável, é uma fonte de energia de baixo custo e extremamente inclusiva. O trabalhador, o agricultor que está na Caatinga, cortando a Caatinga, é um profissional nessa área e, na cidade, ele é um marginal. Então, às vezes, a gente tem um olhar extremamente perverso sobre nossas capacidades. Eu acho que aquele homem precisa ser formado, mas, se eu for fazer o que ele faz, eu vou levar dentada de cobra, vou me furar numa estaca, vou me cortar com uma foice; esse homem faz isso com a maior maestria, mas eu desprezo essa capacidade técnica. É preciso saber olhar para isso.

Nós, como bioma, atendemos 30% da matriz energética do Nordeste, 40% do parque industrial tem a lenha como fonte de energia primária, 60% das famílias usam a Caatinga como fonte de energia para preparar os alimentos, e tudo isso pode ser feito com tecnologia e com sustentabilidade. Estão aí os fogões ecológicos e estão aí os trabalhos sobre o manejo florestal da Caatinga, que mostram que a gente pode ter uma matriz energética limpa, verde, inclusiva, sustentável e, o mais importante, de baixo custo. O parque gesseiro de Pernambuco produz 95% do gesso do Brasil e só tem viabilidade econômica porque utiliza a biomassa da Caatinga como fonte de energia, e a gente, em vez de potencializar isso, marginaliza.

Outra grande reflexão é sobre a nossa pecuária. O Nordeste detém 90% do rebanho caprino e quase 70% do rebanho ovino do Brasil. Grande parte dessa pecuária – não é toda, mas grande parte – é feita dentro da Caatinga, uma pecuária verde, sustentável, que conserva a paisagem e seus ecossistemas, mas a gente não valoriza.

Essa riqueza que a Profa. Márcia está mostrando aí para a segurança alimentar, oportunidade como cosmético e como alimento que a biodiversidade promove... A exposição traz essa reflexão, mas nós ainda não estamos dando escala a isso. Então, esse novo olhar passa por isso.

E a nossa contribuição, mais uma iniciativa, porque tudo é um coletivo para esse conjunto, como o Projeto Rural Sustentável Caatinga tem mostrado: isso se dá dentro de uma dinâmica de uma agricultura regenerativa, de baixa emissão de carbono, que pode transformar o nosso agricultor em protagonista de um processo maior.

Então, quero parabenizar pelo evento e reforçar o que o amigo Paulo Pedro falou: o Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precisa reconhecer o bioma Caatinga como patrimônio nacional. É o único bioma exclusivamente brasileiro e ainda não está reconhecido como patrimônio nacional. Isso, em termos de política pública, agrega elementos estruturantes. E quero pedir que, neste momento em que o Brasil vai passar por um novo momento de reflexão, os nossos candidatos à representação do povo se baseiem nessas experiências, nessa realidade para fortalecer esses programas.

Parabenizo o Senador pela condução do processo.

Um abraço e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Francisco Carneiro.

Eu passo a palavra agora ao nosso último convidado, Paulo Pedro de Carvalho.

O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Jaques Wagner, é uma satisfação estar aqui com vocês. Quero agradecer também à equipe aí da Secretaria, que fez um esforço para a gente estar presente também, mas, como eu já disse, estamos aqui, a internet nos possibilita estar presentes. O importante é a mensagem.

Aproveito aqui para fazer uma reivindicação também, Senadores, que é a internet no meio rural, para que a juventude, o homem do campo, a mulher do campo tenham acesso à internet, tenham acesso à informação. Isso ajuda especialmente a juventude a sentir o campo mais atrativo, tendo acesso a informação e tendo acesso também a entretenimento, porque a internet hoje é o grande canal de comunicação. Há muita coisa boa na internet. Há coisa ruim também, mas a gente pode utilizar como um grande instrumento, e o povo do campo também precisa ter um acesso à internet de qualidade. Eles têm que pagar hoje por essa internet, que é cara. Então, esse é um ponto importante.

Eu queria conectar a isso a ideia da educação do campo, da educação contextualizada, da educação que realmente traz o conhecimento a partir do território, a partir da identidade dos diferentes povos. Então, essa é a educação contextualizada no ensino fundamental e também nas universidades. Temos aqui representante de universidade muito importante, que está aqui nesse debate. Eu acho importante a gente trazer esse tema da educação de qualidade, educação que forma cidadão consciente para a vida e para a questão ambiental também.

Eu conecto a educação também à assistência técnica de extensão rural. Essa assistência técnica também precisa ser universalizada para os povos do campo e tem que ser de qualidade, agroecológica e dialógica, como dizia Paulo Freire, o nosso professor aqui, também nordestino, de Pernambuco, que deixou um grande legado.

Eu queria também falar dessas energias renováveis e rapidamente valorizar esses projetos de pequenas centrais nas casas, nas unidades das pessoas. Aqui na sede do Caatinga, nós temos; na minha casa; eu tenho, mas ainda é cara. Então, é preciso baratear e financiar esse sistema de energia que dá autonomia às famílias e se conecta com as grandes centrais de energia dos estados.

Para finalizar, eu acho que sem recursos a gente não faz nada. Eu espero que esta nossa audiência, Senador Jaques Wagner, demais Senadores e Senadoras e demais ouvintes aqui desta grande audiência, que este nosso debate inspire políticas públicas, inspire o debate nas eleições para o Parlamento nos estados e no Congresso Nacional, para os governos dos estados, para o Governo Federal. E que, no próximo ano, a gente possa ter um contexto muito melhor do que o atual, para a gente debater o orçamento nacional incluindo a Caatinga de forma decisiva e expressiva, com todas essas ações que nós apresentamos aqui, para a gente virar essa página de degradação da Caatinga.

Então, que nós tenhamos um PPA 2023 construído com a participação de pesquisadores, de professores, de pessoas da sociedade civil, fazendo aquelas conferências nos diversos estados, para, finalmente, o Brasil cumprir com seu papel e se fazer grande, como ele é, no cenário de enfrentamento às mudanças climáticas, no combate à desertificação e na promoção de uma vida digna na Caatinga e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também nos outros biomas brasileiros. Como país rico, ele precisa cuidar do seu povo primeiramente, para que esse povo ajude a cuidar do meio ambiente.

Muito obrigado.

Estamos sempre à disposição.

Tenho a certeza de que aqui estamos fazendo uma grande iniciativa, que não deve ser a única, mas uma das várias que deveremos fazer durante este ano das eleições, mas também no próximo ano, construindo os planos, retomando as políticas. E novas políticas precisam ser construídas em benefício concreto, com ações concretas, dos que estão lá na ponta, como o Programa Um Milhão de Cisternas. Agora, a ASA tem que fazer uma campanha pedindo o apoio da sociedade brasileira, porque os recursos...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Conclua, por favor.

O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – ... públicos nacionais não têm chegado para esse programa tão importante para a região.

Muito obrigado, Senador.

Um grande abraço a todos vocês aí em Brasília e a todos que nos estão escutando! Até uma próxima oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Paulo Pedro, pela sua participação.

Eu agradeço, mais uma vez, às nossas três convidadas e aos dois convidados.

Nada mais havendo a tratar nesta audiência pública – a nossa sessão ainda não concluiu –, eu declaro encerrada a audiência pública, liberando também as nossas convidadas para outras missões que tenham.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Nós agora voltamos à nossa sessão deliberativa. Na verdade, na pauta de deliberações, nós temos os requerimentos sobre as políticas públicas que serão acompanhadas por esta Comissão e temos alguns outros requerimentos. Os autores dos requerimentos...

De quem é este aqui? (*Pausa.*)

Senador Confúcio, V. Exa. está conectado? (*Pausa.*)

Está conectado?

É que a Senadora Eliziane... Está onde?

Senadora Eliziane...

O Confúcio, eu sei. A Eliziane está conectada ou não? (*Pausa.*)

Na verdade, Senador Confúcio, nós temos três propostas para as políticas públicas que serão acompanhadas por esta Comissão. É óbvio que neste ano...

Eu pediria só aos que participaram da audiência, para a gente poder continuar...

Simone, peça ao pessoal só para... Dê uma chamadinha ali, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Simone, deixe-me trabalhar aqui.

Então, na verdade, nós temos três. Pelo que eu entendi do relato aqui da assessoria da Comissão, V. Exa. apresentou três e estaria declinando de uma delas, para se focar na questão sobre o saneamento. É isso? (*Pausa.*)

Senador Confúcio, o senhor precisa abrir o seu som.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Pronto. Agora deu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo bem?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Tudo bem.

Eu posso iniciar?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode. Pode.

Não precisa ler o requerimento. Eu pergunto só... É porque nós, na verdade, teremos que escolher uma única política pública. Não há vedação para que sejam duas, mas aqui nós temos três. Então, eu, sempre na minha tentativa de busca do consenso, pedi às assessorias para conversarem com a sua assessoria. Na verdade, eu entendi, quero só saber se é isto mesmo, que o Requerimento nº 18, de sua autoria, que é sobre a avaliação focar nos objetivos com as ações de prevenção e controle dos desmatamentos e queimadas ilegais nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, e outro sobre a questão do saneamento, que V. Exa. estaria então se concentrando no seu Requerimento nº 19, que é exatamente sobre a Política Nacional de Saneamento Básico. Eu só estou perguntando se esse entendimento está correto ou não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Na verdade, nós podemos adotar duas pautas, duas políticas públicas, porque é óbvio que a gente tem limitação na nossa Consultoria.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A Consultoria também está debruçada, e eu não nego o meu foco, na questão do fórum da geração ecológica, exatamente para poder concluir nossos trabalhos até junho. Então, eu sei que há uma sobrecarga de trabalho sobre as consultorias, mas nós poderíamos aprovar duas matérias, até porque o ano é um ano atípico. É óbvio que a partir de julho, se não me engano, nós entramos no chamado recesso branco.

É julho, Airton? É julho? Quinze de julho? (*Pausa.*)

E setembro também? (*Pausa.*)

Na verdade, entra-se no recesso que vou chamar de eleitoral. Eu não gosto de recesso branco, eu prefiro recesso eleitoral. Então, é um ano atípico. Mas nós poderíamos. Por isso é que eu pergunto se a Senadora Eliziane está presente também, porque senão... Para a leitura...

Eu vou pedir ao Senador Confúcio então que explique e defenda, por assim dizer, porque não há conflito... Então, a minha tendência é aproveitar os dois requerimentos de acompanhamento de políticas públicas, porque não há vedação de que sejam dois. Então, pediria a V. Exa. para ler, se assim entender, ou pelo menos explicar e defender o Requerimento nº 19, de sua autoria, que é exatamente o que pretende acompanhar a Política Nacional de Saneamento Básico.

Está com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, o assunto é muito importante.

Eu descrevo os indicadores de saneamento no Brasil, que todo mundo conhece. Temos leis de 2007, de 2017 e de 2020 sobre o assunto: uma sobre parcerias público-privadas; outra discorrendo sobre os critérios também de saneamento, as necessidades de 2007; e a lei, o marco do saneamento, que é mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recente, que é de 2020. E o tempo vai passando. Temos prazos até 2033 para que os municípios brasileiros avancem bastante, mas vai passando, entra uma coisa, entra outra, e o Brasil tem muitas necessidades, o Brasil tem muitas carências. Nós precisamos observar, acompanhar tudo isso e dar rumo a essas necessidades brasileiras, essas discrepâncias do saneamento, essa vida indigna em que se encontra grande parte da população brasileira. Há mais de 100 milhões de brasileiros sem esgoto sanitário. Isso é extremamente feio, deprimente, degradante para todos nós. Então, seria bom nós termos a Comissão como um instrumento de pressão, um instrumento de acompanhamento, de monitoramento, de audiências, de provocações, de cobranças. Isso tudo é importante.

Foram muito bem-feitas, concomitantemente, na pandemia, essas provocações, tanto a CPI, que veio depois, como a Comissão de acompanhamento da covid. O certo é que, no fim da picada, a coisa rendeu resultados positivos, com a vacinação hoje de mais de 81% da população brasileira com duas doses. Então, eu creio que o Senado tem essa capacidade imensa de atrair as luzes da imprensa para essa divulgação. E agora, dia 25 passado, o Jornal Nacional divulgou uma matéria muito bonita – bonita e feia ao mesmo tempo – sobre indicadores do saneamento no Brasil.

Então, Sr. Presidente, é um tema maravilhoso.

O requerimento da Senadora Eliziane Gama é sobre regulação fundiária, que é igualmente importante. Eu acho que dá para a gente tocar os dois, com bastante cautela, prudência, e tocar essa política de acompanhamento, junto com o Tribunal de Contas e com todos os tribunais de contas dos estados, para que a gente possa conferir as cobranças através do Senado.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Confúcio, eu quero primeiro concordar com V. Exa., porque eu acho que é degradante, em uma nação como a nossa – eu já fui e V. Exa. também já foi Governador –, ver a nossa população com esgoto a céu aberto, comprometendo a saúde, comprometendo o meio ambiente, comprometendo a vida digna das pessoas.

E eu digo que é possível superar isso porque, modéstia à parte, em oito anos de governo, nós vivemos o maior investimento da empresa de água e esgoto do Estado da Bahia, a Embasa; o maior investimento. Levamos água aos quatro cantos e saneamento também. Para o senhor ter uma ideia, a segunda maior e a terceira maior cidades do Estado da Bahia, Feira de Santana e Vitória da Conquista, nenhuma das duas tinha saneamento num nível aceitável. E nós fizemos saneamento em todas as duas, sempre com apoio do Governo Federal.

Então, eu acho fundamental, até porque pessoalmente eu votei... Porque era contra e depois ficou pior, porque nós fizemos acordo com o atual Governo Federal e ele acabou vetando parte do texto do chamado novo marco do saneamento. E, depois, não houve acordo para a derrubada do veto. Como eu digo que esta Casa funciona, de uma certa forma, pelo fio do bigode, porque se faz acordo sempre antes da votação, quando os acordos não são honrados é ruim.

Então, eu acho realmente fundamental essa Comissão de acompanhamento... E V. Exa. o fez de uma forma excepcional e reconhecida por todos – não é? –, porque o senhor esteve à frente do acompanhamento do drama da pandemia da covid-19. Na verdade, a cada semana, ou através da sua pessoa ou de colegas que relatavam o discutido na semana, eu diria que era sempre não um alento, mas era mais uma demonstração do papel que o Poder Legislativo, quando se determina, pode cumprir de fiscalização do Poder Executivo.

E eu concordo e parabenizo V. Exa. mais uma vez, porque foram muitas as ponderações, as observações ou até as denúncias feitas pela Comissão que resultaram em soluções que salvaram seguramente dezenas ou centenas de milhares de pessoas no Brasil, por todas as matérias que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

votamos aqui, muitas delas a partir dessa Comissão de acompanhamento. E imagino que o que despertou V. Exa. para o saneamento foi talvez exatamente o desempenho daquela Comissão.

Então, eu acho absolutamente pertinente. Eu não quero ainda determinar o relator, porque quero discutir depois com V. Exa. a relatoria. Então, eu acho absolutamente pertinente.

Eu vou subscrever o Requerimento nº 1, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, para que ele possa também, conjuntamente com o seu, ser colocado em votação. Então, uma vez aprovado, nós teremos duas políticas públicas para serem acompanhadas, a Política Nacional do Saneamento e a segunda sobre exatamente os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas, principalmente na Amazônia Legal, no exercício de 2021.

Eu acho que esse tema já virou um tema internacional, principalmente quando se trata de terra de povos originários, dos povos indígenas. Então, eu acho muito importante.

Por isso, eu subscrevo o requerimento e coloco em votação, conjuntamente, o Requerimento nº 1, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, subscrito por mim, e o Requerimento nº 19, de 2022, do Senador Confúcio Moura, de acompanhamento da Política Nacional de Saneamento Básico.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação dessas duas políticas públicas para serem acompanhadas no ano de 2022 por esta Comissão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos, o de nº 1 e o de nº 19, de 2022.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 1, DE 2022
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política Pública de Regularização Fundiária, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2022.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros

1ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 19, DE 2022
- Não terminativo -

Requer que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, com foco na prestação de serviços públicos em consonância com os princípios fundamentais definidos no art. 2º, especialmente o disposto nos incisos: III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva. Solicito, ainda, avaliação quanto a eficiência e eficácia das políticas diante da aplicabilidade das atualizações promovidas pelas Leis: 13.329, de 1º de agosto de 2016 (cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS); e 14.026, de 15 de julho de 2020 (marco legal do saneamento básico), especialmente as que adentram na Lei 13.529, de 04 de dezembro de 2017 (que autoriza a União a participar de fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados), no exercício de 2022.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)) **O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E eu pretendo, na próxima semana ou no esforço concentrado, designar os relatores das duas matérias, o. k.?

Bom, a segunda parte são alguns requerimentos que eu passo a ler para aprovação.

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 22, DE 2022
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2022 - CMA sejam incluídos os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 23, DE 2022
- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, informações sobre o funcionamento e as atividades do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) e do seu Comitê Gestor.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 24, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os impactos das mudanças climáticas em territórios negros, urbanos e rurais, no Brasil com os convidados relacionados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 25, DE 2022
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2022 - CMA e do REQ 17/2022 - CMA, os quais têm como objeto o Projeto de Lei nº 6299/2002, que dispõe, entre outros aspectos, sobre o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos sejam incluídos os convidados relacionados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta audiência da Comissão de Meio Ambiente.

Obrigado pela participação de todos.

(*Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner, Alvaro Dias e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Lasier Martins, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Giordano, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro, Fabio Garcia, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado n° 214, de 2015** que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas 2-PLEN e 3-PLEN ao PLS 214/2015. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 90, de 2020 - Terminativo -** que: "Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 27, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CMA seja incluído o convidado indicado." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 28, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde sua instituição na Lei nº 12.651, de 2012, à sua regulamentação, dada pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa (PL 135/20)**, atendendo aos requerimentos REQ 54/2021 - CMA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), REQ 58/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e PL 135/2020, de autoria Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Finalidade:** Instruir o PL 135/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento". **Participantes:** Sr. Leonardo Minaré Braúna, Assessor Técnico (representante de: Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil;); Sr. Alison Pureza Castilho, Secretário Executivo e Coordenador do Programa Territórios, Florestas e Comunidades do Instituto Internacional de Educação do Brasil (representante de: Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar); Sr. Luis Fernando Guedes, Diretor de Conhecimento da SOS Mata Atlântica (representante de: MapBiomas); Sr. Pedro Neto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Sr. Ricardo Rodrigues, Professor da USP (representante de: Coalizão Ciência e Sociedade); Sra. Roberta Del Giudice, Secretária Excutiva (representante de: Observatório do Código Florestal); e Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Justus de Brito, Consultor Jurídico e Ambiental da Coordenação de Sustentabilidade (representante de: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/11

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentados à Secretaria desta Comissão:

Ofício 01/2021, do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Capanema, Paraná e Ofício nº 15/2022, da Câmara Municipal de Capanema no Paraná, nos quais as instituições manifestam apoio ao PLC 61/2013, que cria a categoria de unidade de conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, e solicitam, nos ofícios, que a matéria seja colocada para a deliberação do Senado Federal. Os documentos serão anexados ao processo, nos termos do art. 261, §2º, inciso III, do Regimento Interno.

2- Mensagem Eletrônica do Parlamento Indígena do Brasil, Parlaíndio, representado pelo advogado Ramires Andrade de Jesus, na qual requer que todo e qualquer projeto de lei que envolva povos indígenas seja previamente discutido pelos interessados, com fundamento na Convenção 169 da OIT e no art. 231 e ss. da Constituição Federal.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, o documento será publicado no *site* e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos membros desta Comissão a fim de que a matéria seja analisada pelo Colegiado.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e a segunda destinada à realização da audiência pública para instruir o PL 135, de 2020, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Código Florestal, para estabelecer que áreas rurais com florestas nativas submetidas a queimadas ilegais sejam destinadas ao reflorestamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra poderão ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para os Senadores que estiverem participando remotamente.

A 1ª Parte é deliberativa.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 214, DE 2015
- Terminativo -

Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação das Emendas 2-PLEN e 3-PLEN ao PLS 214/2015.

Eu vou pedir ao querido Senador autor que assuma a Presidência, porque, como o Senador Roberto Rocha teve outra tarefa, eu farei a leitura do relatório.

V. Exa. já sofre há sete anos, esperando essa criança. Então, vamos ver se ela nasce.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner, Presidente.

Realmente, faz sete anos. Já poderia ter sido aprovado. Houve a apresentação de emendas, ampliando o alcance do projeto, e, com isso, um recurso ao Plenário do Senado Federal retardou essa deliberação. Mas hoje vamos finalizar. É uma decisão terminativa nesta Comissão. O projeto irá depois à Câmara dos Deputados.

Então, trata-se do Projeto 214, de 2015, que "modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais".

Se for mais fácil, Presidente, eu tenho aqui... Ah, chegou aí! Chegou. Eu tenho o parecer do Senador Roberto Rocha, que foi protocolado ainda nesta noite.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – V. Exa. tem a palavra como Relator *ad hoc*, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Querido Senador Alvaro Dias, eu vou me permitir passar direto, por economia processual, à análise. Na verdade, o projeto já passou por esta Comissão, foi ao Plenário, recebeu modificações que acresceram outras, e, finalmente, nós conseguimos pacificar, trazendo à baila o seu projeto original, que cuidava e cuida da silvicultura.

Análise.

Compete a esta Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F do Risf, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em especial a proteção do meio ambiente e a conservação da biodiversidade.

No tocante ao mérito, entendemos que o PLS nº 214, de 2015, deve se restringir a excluir apenas a silvicultura da lista de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constante no Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981. De fato, conforme apontado pelo autor do PLS, foi vetado o Código 21 do Anexo VIII, que incluía na referida lista "atividades agropecuárias", a saber: projeto agrícola e criação intensiva de animais. Contudo, a silvicultura é atividade muitas vezes menos impactante do que a agricultura convencional, que exige manejo muito mais intensivo com maquinário e uso de agrotóxicos. Nada mais coerente do que retirar a silvicultura da lista do referido Anexo VIII, pois muitas vezes é utilizada para reflorestamento de áreas desmatadas e permite o manejo florestal sustentável, valorizando a floresta em pé.

De outra parte, entendemos que a exploração de fauna exótica e a de recursos aquáticos vivos devem ter tratamento diferenciado por representarem maior risco aos ecossistemas aquáticos e às espécies aquáticas brasileiras. Prova disso é que a introdução de espécies exóticas potencialmente invasoras depende de autorização específica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por força do art. 7º, incisos XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Além disso, existe cuidadoso licenciamento do Ibama da importação e exportação de fauna e flora exótica para o Brasil.

Em que pese a preocupação do Relator da matéria que nos antecedeu na CMA, entendemos que o projeto em exame deve se ater somente à exclusão da silvicultura da referida lista de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Assim, recomendamos o acolhimento das Emendas nºs 2 e 3, de Plenário, oferecidas ao PLS nº 214, de 2015.

O voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3, de Plenário, apresentadas ao PLS nº 214, de 2015.

É esse o relatório e o voto, Sr. Presidente, e eu parabenizo V. Exa., que vem. Eu confesso que me agrada muito estar na Presidência e termos conseguido chegar a um denominador comum.

Eu entendo que este é o caminho desta Casa: nós não podemos ficar engavetando projetos; que se votem, que se aprovem ou que se rejeitem. E eu prefiro que se possa aprovar o máximo possível por um entendimento, e foi isso que a gente conseguiu produzir, com a sua obstinação, com a sua determinação, com o meu compromisso, porque eu tinha lhe dito que colocaria hoje. Felizmente o Senador Roberto Rocha aquiesceu, V. Exa. também, e está aqui, eu digo assim, o texto original da sua, vou chamar assim, obsessão, por ser conhecedor – eu sei que o Paraná é altamente produtor de florestas plantadas –, então eu creio que podemos aprovar essa matéria na forma como apresentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Presidente Jaques Wagner. V. Exa. assume a Presidência, e eu retorno à bancada. (*Pausa.*)

Tem que terminar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está certo.

Eu gostaria de fazer alguns comentários. Tivemos esse atraso exatamente em razão de uma alteração que nós não consideramos admissível, que incluiria a exploração econômica de fauna exótica e a exploração de recursos aquáticos vivos. A inclusão dessas duas explorações é que levaram o projeto ao Plenário do Senado, em função de recurso que foi interposto e com as emendas que foram apresentadas no Plenário da Casa. O retorno nos permite voltar à origem do projeto com a sua essência, que diz respeito apenas a retirar a silvicultura do rol das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o objetivo desta proposição é um avanço na direção inclusive de benefícios ambientais que são produzidos com a plantação de florestas, sobretudo na preservação de nascentes e na recuperação inclusive de áreas desérticas, praticamente desérticas, não utilizadas para o plantio de produtos agrícolas.

É, portanto, uma atividade essencialmente econômica. E o projeto procura compatibilizar os interesses econômicos da produção, da produtividade com a necessária preservação ambiental, que tem que ser permanentemente uma espécie de lição de amor à vida. É este o propósito do projeto: essa compatibilização. Nós possibilitamos um avanço na produção, na geração de empregos, no desenvolvimento econômico, portanto, e, de outro lado, preservamos o meio ambiente.

Ocorre que, com a inclusão dessa atividade no rol de atividades potencialmente poluidoras, nós atravancamos o desenvolvimento econômico, porque impedimos a aceleração da atividade, e obviamente isso significa perder empregos, renda, receita pública, etc., além de a preservação ambiental ser essencial também nesse plantio de florestas.

O Paraná é um estado que pode ser citado como exemplo, mas os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, do Senador Jaques Wagner, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul se destacam como detentores de 87,1% da área total de plantios florestais. O Estado do Paraná, por exemplo, lidera o *ranking* de área plantada de pínus, com 39,7% da área total, seguido por Santa Catarina, que possui 34,5% de um total de 1.562.782 hectares de plantios florestais com pínus no Brasil – isso em 2012. Em 2012, o Paraná detinha 619.731 hectares. Não temos dados mais recentes.

Enfim, o nosso agradecimento a todos os Srs. Parlamentares que apoiam o projeto, entendem ser um avanço, ser um projeto preservacionista, sim, ao mesmo tempo em que ele tem por objetivo ampliar as possibilidades de uma atividade econômica muito importante no nosso país.

Continua livre a palavra. Se alguém desejar se pronunciar a respeito do projeto... (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores que desejam se pronunciar, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado.

Como é projeto terminativo, ele será enviado à Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Presidente. Foi uma honra presidir a sua Comissão.

Eu sou informado aqui pela assessoria de que, como perdeu o prazo, não é...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, na verdade, Presidente, como houve a primeira ida a Plenário, então, a partir daí, ele perde a condição de terminativo. Então, na verdade, nós estamos aprovando aqui, ele irá ao Plenário, e aí eu lhe auxiliarei a pedir ao Presidente para colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Imediatamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele pode colocar imediatamente porque, na verdade, ele já passou, esta é a última Comissão, mas, como ele foi a Plenário, reza o Regimento que ele não pode voltar a ser terminativo na Comissão.

Então, nós poderemos ir ao Plenário, e o Presidente votar simbolicamente até hoje à tarde. É uma questão de ele querer colocar o projeto, já que foi consenso aqui na Comissão.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Presidente Jaques Wagner, eu tentei forçar a interpretação, mas não fui convencido.

V. Exa. assume a Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estou reassumindo a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, ele passa a ser parecer desta Comissão e voltará ao projeto.

A Senadora Leila Barros, que é Relatora do Projeto de Lei 90, de 2020, item 2 da pauta, de autoria do Senador Eduardo Girão, não está presente.

O Senador Izalci Lucas vai fazer a leitura *ad hoc*?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, por favor, Senador.

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 90, DE 2020
- Terminativo -

Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Com V. Exa. a palavra para ler o relatório.

Aviso aos colegas que esse, sim, é terminativo. Então, teremos votação nominal, e eu pediria a todos que estão lincados que se mantenham lincados na reunião, para poder haver a votação do projeto.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Exatamente, Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei nº 90, de 2020, do Senador Eduardo Girão, que proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.

Eu peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. No caso específico do PL nº 90, de 2020, caberá à Comissão de Meio Ambiente manifestar-se tanto a respeito do mérito da matéria quanto em relação à sua constitucionalidade, à sua juridicidade e à sua técnica legislativa, uma vez que se trata da única comissão à qual o projeto em análise foi distribuído.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que o projeto tramita de acordo com o que preconiza o Regimento Interno do Senado Federal e também se demonstra compatível com os requisitos de constitucionalidade, haja vista o disposto no art. 61 da Carta Magna. No que concerne à juridicidade, o PL em análise afigura-se apropriado, porquanto:

i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via edição de lei, é o adequado;

ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

iii) possui o atributo da generalidade;

iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e

v) afigura-se dotado de potencial coercitividade.

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto esteja vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, com base nas previsões normativas e na justificação do projeto em tela, cumpre destacar que a prática da produção do *foie gras*, conquanto venha sendo progressivamente proibida em vários países, ainda é constatada em território brasileiro. De acordo com o Instituto Law for a Green Planet, três empresas produzem *foie gras* no Brasil: Villa Germania, em Indaial, Santa Catarina; Chez Pierre, em Cabreúva, São Paulo, e Agrivert, em Valinhos, também em São Paulo.

Ainda de acordo com o Instituto Law for a Green Planet, o diretor da empresa catarinense supracitada, que produz ao menos 800 peças de *foie gras* por mês, entende que a recente polêmica em torno do consumo do produto tem contribuído para aumentar sua procura no Brasil, com incremento da demanda em 30%, o que representa 0,5% da produção de aves e 1,5% do faturamento total do estabelecimento. Embora o consumo ainda seja relativamente pequeno, existe, portanto, perspectiva para a sua expansão no mercado brasileiro, o que precisa ser evitado pelo poder público, nos três níveis de governo.

É importante mencionar que pelo menos quatro municípios brasileiros já legislaram para proibir a produção e comercialização do *foie gras*: São Paulo, Sorocaba, Florianópolis e Blumenau. Em 2016, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou inconstitucional a proibição imposta pela Lei nº 16.222, de 25 de junho de 2015, do Município de São Paulo, em ação ajuizada pela Associação Nacional de Restaurantes. O município recorreu ao Supremo Tribunal Federal (RE 1.030.732 RG/SP), que deliberou, em 4 de novembro último, no sentido de que "já existe tese fixada pela Corte que valida a elaboração de lei municipal para fins ambientais" e devolveu a matéria ao TJSP para "aplicação da sistemática da repercussão geral prevista nas disposições do art. 1.030 do Código de Processo Civil".

Nesse contexto de insegurança jurídica, é fundamental que o Congresso Nacional se pronuncie por meio de legislação federal que proíba a produção e a comercialização do *foie gras* e de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais, alinhando-se à tendência mundial de ampliação dos direitos dos animais, garantia de bem-estar animal e mitigação de maus-tratos a animais em processos produtivos e nas demais formas de utilização e convivência com o ser humano, sejam eles animais de produção, guarda ou companhia.

Nessa linha, lembramos que esta Casa aprovou a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que elevou a pena máxima de crimes de abuso, maus-tratos e agressão a cães e gatos de um ano para cinco anos. Além disso, tramita no Senado o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, que veda a utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos.

O consumidor moderno está muito mais preocupado com a origem dos alimentos, bens e serviços oferecidos e seus impactos socioambientais associados. Em um mundo altamente informado, não há mais espaço para ocultação de práticas cruéis, e isso, certamente, ensejará a revisão de diversas práticas produtivas que possam gerar sofrimento a animais. No projeto de lei em tela, é enfrentada a questão da alimentação forçada de patos e gansos, porém em próximos projetos poderão ser tratados a retirada da cauda de suínos sem anestesia, a superpopulação de aves em aviários, e, nos bovinos, a marcação a ferro e a retirada de chifres, mochação. Com a progressiva substituição dessas práticas, espera-se que sejam garantidas condições mais dignas de vida aos animais utilizados para produção de alimentos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 90, de 2020.

Esse é o voto e o relatório da Senadora Leila Barros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Izalci, e me permita um comentário.

Eu percebo que o fato de a Senadora ter viajado a Roraima sobre a questão dos ianomâmis e V. Exa. assumindo a relatoria, eu estou antevendo aí uma boa parceria para outubro deste ano aqui em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasília. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eh, não tenha dúvida, porque é tudo que a gente quer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Eu quero só fazer um comentário.

Eu acho que todos sabem que eu sou criado dentro da religião judaica, e, na religião judaica, a chamada comida *kasher*, que é a comida que os mais, vamos dizer assim, religiosos... Era a única que se comia na minha casa quando garoto: minha mãe, meus avós sempre comiam. E, por incrível que pareça, esse conceito eu conheci como criança. Por exemplo, quando se queria comer uma galinha, fazer um caldo no final de semana, minha mãe comprava a galinha viva em algum lugar em que se fazia o criatório, e quem vinha em casa abater a galinha não era o rabino evidentemente, mas era um auxiliar, como se fosse um coroinha – mal comparando numa igreja católica. E ele fazia uma reza agradecendo a Deus o alimento, e ele vinha com uma navalha com lâmina afiadíssima. Qual era a regra? Se no primeiro e único corte o animal não morresse, aquele animal já não serviria para o alimento do ser humano, exatamente porque, se ele tivesse que dar um segundo corte, esse período seria um período de sofrimento do animal. E, na religião, se o animal sofreu para lhe servir de alimento, você não merece esse alimento. Mais ou menos é essa...

No fundo é uma sabedoria, porque todos nós sabemos que, quando a gente fica nervoso, com medo, com raiva, nós jogamos adrenalina ruim no sangue, e é por isso que o estresse faz tão mal a nós. Então, eu acho absolutamente isso nobre, porque não se trata só de uma visão de proteção ao não mau trato do animal: se trata de uma sabedoria do que nós vamos ingerir. Porque, se realmente você persegue, aquele animal na perseguição, no sofrimento ele vai jogar na carne dele muita adrenalina – que vou chamar de negativa – e, muito, o estresse dele.

Então, eu acho uma evolução nossa. Realmente todo mundo ouve falar que o *foie gras,* em tese, é uma delícia, mas, na minha opinião, vindo de um profundo sofrimento do animal. É quase uma tortura se enfiar um tubo no animal e ficar enchendo de comida. Realmente é um absurdo.

Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero, Presidente, complementar.

Eu tive a oportunidade de debater isso em uma matéria, ainda como Deputado Distrital, em 2004, e a gente vê tradições de matadouros aí. Mas é comum haver lugares, por exemplo, em que você mata o animal, como o suíno ou o próprio boi, tocando música clássica para relaxar o animal e a carne ficar mais macia, não é? Então, tem toda uma técnica realmente com relação a isso. Então, quando o animal está estressado e você abate o animal, ele fica com a carne mais dura, inclusive.

Então é só para dizer que realmente existe aí muita tradição com relação a isso, e é uma sabedoria, como V. Exa. disse.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é isso. Eu parabenizo o Senador Eduardo Girão, parabenizo a Senadora pelo relatório, e V. Exa. por ter assumido como Relator *ad hoc*.

E eu mantenho em discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores ou Senadoras que queiram discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 90, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que concordam, que votam com a Relatora, no caso com o Relator Senador Izalci, votam "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está aberta a votação.

Eu pedirei aos Senadores que estão lincados, nós temos ainda uma audiência pública, que pudessem votar.

Lembro que o voto "sim" é concordando com o relatório da Senadora Leila Barros, lido pelo Senador Izalci Lucas.

Trata-se do projeto do criatório de animais em que servem a alimentação... (*Pausa.*)

Eu quero só pedir as escusas em nome da Senadora Leila Barros, porque ela foi para uma tarefa que eu considero nobre, para a qual até eu deveria ter ido, mas não quis perder a sessão de hoje. Ela foi, com uma comissão de Senadores – ela foi hoje e outros irão amanhã –, para Roraima, à Terra Yanomami, para observar *in loco* todos os problemas e o sofrimento daquele povo por invasões e ocupações ilegais e indevidas no território deles, já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal. Então, a Senadora Leila está ausente pela necessidade dessa viagem. (*Pausa.*)

Há mais algum Senador ou Senadora que esteja lincado e que queira votar? Porque nós já estamos com o quórum.

Eu posso encerrar a votação? Eu só pergunto se mais algum Senador ou Senadora deseja exercer o direito do voto. (*Pausa.*)

Não havendo quem se manifeste, eu vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Votaram SIM, 8; NÃO, nenhum.

A abstenção é a do Presidente.

Quórum: 9.

A matéria foi aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei nº 90, de 2020.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação.

1ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 27, DE 2022
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CMA seja incluído o convidado indicado.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Não está presente.

1ª PARTE
ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 28, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde sua instituição na Lei nº 12.651, de 2012, à sua regulamentação, dada pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, a realização dessa audiência pública.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Paulo Moutinho, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam);

– Sr. João Paulo Capobianco, Vice-Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS);

– Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB);

– Sra. Maria Tereza Gomes, ex-Conselheira do CNJ e pós-doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná;

– um representante da Polícia Federal.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 28.

Parte 2. Audiência pública.

Vamos à audiência pública, em atendimento ao Requerimento 54, de 2021, de autoria do Senador Zequinha Marinho, 58, de 2021, da minha autoria, com a finalidade de instruir o PL 135, de 2020, que altera a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, o Código Florestal, para estabelecer que áreas rurais com florestas nativas submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento.

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, já está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela para exposição. Nesse caso, é fundamental que encaminhe o arquivo a esta Secretaria, para publicação e pesquisas futuras.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Como eu vou ter que me ausentar, porque sou Relator de um indicado para o Superior Tribunal Militar na Comissão de Constituição e Justiça, eu vou iniciar a sessão, depois vou pedir ao querido Senador Paulo Rocha que possa assumir, mas eu queria fazer um comentário anterior...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já lhe passo a palavra.

Eu queria fazer um comentário anterior: eu fui Ministro do Trabalho de 2003 a 2004, e naquela época nós tínhamos muito problema com o trabalho... Eu vou chamar de forçado. Eu não gosto muito de usar a palavra trabalho escravo, porque eu acho que ela acaba salgando mais do que é. Trabalho que as pessoas não tinham as condições normais do trabalho. E várias leis foram feitas exatamente no sentido de coibir essa prática – e eu acho que todos elas tiveram sucesso –, destinando as áreas onde se encontrava trabalho, vou chamar, em condições sub-humanas, não adequadas, para uso público, domínio público, com reforma agrária ou com algum tipo de investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que o projeto que nós vamos ter audiência pública para orientar tem o mesmo condão. O que ele pretende – eu, pessoalmente, evidentemente respeitada a opinião de cada colega – é que áreas que sejam desmatadas por queimadas ilegais, quando atestado isso pelos órgãos competentes, pela Polícia Federal, sejam destinadas a reflorestamento. O que eu acho nobre, porque, na verdade, é uma recomposição de uma área indevidamente – eu vou chamar assim – violentada. Então, o projeto de lei, que é da autoria do Senador Kajuru, tenta usar dessa ferramenta, desse instrumento legal, para coibir e inibir o que tem nos desgastado muito no cenário internacional, principalmente da Amazônia, que são as queimadas ilegais.

Eu olho até para V. Exa., vou lhe passar a palavra, Senador Alvaro Dias, porque acabamos de aprovar um projeto de sua autoria que caminha exatamente – eu vou chamar assim – no mesmo sentido, porque, ao facilitar a silvicultura, nós estamos facilitando e estimulando que empresários possam pegar áreas, por exemplo, degradadas e utilizá-las, recompô-las. Nós temos milhões de hectares de terra no Brasil degradada. Eu insisto que nós não precisamos degradar mais para expandir qualquer tipo de negócio – da silvicultura ou mesmo do gado ou qualquer outro tipo do agronegócio ou da agricultura.

Portanto, eu acho que o seu projeto – por isso me motivei – tem esse objetivo. Não adianta a gente ficar: "não pode, não pode, não pode, não pode", porque as pessoas vão para a ilegalidade. Aí não tem a capacidade de fiscalizar tudo. Só que, quando a gente facilita dum lado, também temos que endurecer do lado daqueles que continuam querendo trabalhar ao arrepio da lei e da norma.

Eu insisto porque, como Presidente desta Comissão, já estive em vários fóruns internacionais, sou constantemente chamado para dialogar com embaixadores ou emissários de nações amigas, e é muito forte a preocupação do mundo com esse processo que se elevou muito nesses últimos dois, três anos. Então, eu acho nobre. Por isso, a audiência pública é para esclarecer a matéria.

Mas eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias para a sua fala.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Duas questões.

A primeira: eu ouvia a leitura do expediente, em que V. Exa. fez referência a requerimentos com origem no Município de Capanema, no Paraná, que pedem a tramitação do projeto que diz respeito a um assunto polêmico, cujo Relator é o Fabiano Contarato, que diz respeito à chamada Estrada do Colono, a legislação a respeito de estradas-parques. Então, eu peço a V. Exa. atenção para esses requerimentos e, se possível, o atendimento. Embora seja um tema polêmico, eu acho que nós temos que enfrentá-lo. E, como V. Exa. sempre diz, nesta Comissão, nada vai morrer na gaveta. Nós vamos decidir, favorável ou contrariamente, mas vamos decidir.

Então, eu faço esse apelo a V. Exa.: para pautar, na oportunidade em que achar conveniente, o projeto que veio da Câmara – não me lembro do número agora – que diz respeito à legislação sobre estradas-parques no país. Então, peço a V. Exa. essa gentileza.

E, de outro lado, eu pediria a V. Exa. que determinasse regime de urgência para a deliberação do projeto que aprovamos – isso é do Regimento –, o Projeto 214, esse da silvicultura, para que ele possa ser tratado em regime de urgência no Plenário do Senado Federal, em razão da importância da matéria e da sua longevidade já nesta Casa por razões já conhecidas. Então, peço a V. Exa., se possível, para declarar a urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, na verdade, Senador Alvaro Dias, eu já determinei à Secretaria que comunicasse a Secretaria-Geral da Mesa do Senado. Isso já está sendo feito, portanto já estará disponível na Mesa.

Eu não dependo de declaração de urgência. Na verdade, nós temos que pedir urgência ao Presidente da Casa. Já estará disponível e, se ele quiser incluir, por exemplo, hoje extrapauta, ele pode incluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Exato.

Já encaminhei a ele aqui um pedido também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é, mas a matéria já sequenciou, quer dizer, é só o tempo de... Mas é tudo informatizado, então já está me informando aqui a Secretaria que ela já sequenciou.

E eu mesmo posso também contribuir e falar com o Senador Rodrigo Pacheco...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... para que ele possa pautar uma matéria que foi votada por consenso aqui. E poder votar... Lá, sim, ele pode ser simbólico.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... porque, na verdade, ele só tem que ir para o Plenário, mas não é obrigado a ser nominal lá. Não é obrigado a ser nominal, então ele pode fazer isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Simbólico, exato.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Senador Alvaro Dias, tem a somatória do esforço da Liderança do Partido dos Trabalhadores para dar prioridade à votação desta matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Dando sequência à audiência pública, eu quero convidar aqueles que foram convidados para essa audiência. Todos são remotos? (*Pausa.*)

Bom, nós na verdade teremos um convidado presente, que ainda não está presente.

Remotamente, eu convido o Sr. Alison Pureza Castilho, Secretário-Executivo e Coordenador do Programa Territórios, Florestas e Comunidades do Instituto Internacional de Educação do Brasil, representando o Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; convido o Sr. Luis Fernando Guedes, Diretor de Conhecimento da SOS Mata Atlântica, representando o MapBiomas; convido o Sr. Pedro Neto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Sr. Ricardo Rodrigues, Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo, representando a Coalizão Ciência e Sociedade; a Sra. Roberta del Giudice, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal; o Sr. Rodrigo Justus de Brito, Consultor Jurídico e Ambiental da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

E agora, sim, já presente, eu convido o Sr. Leonardo Minaré Braúna, Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

V. Sa... (*Pausa.*)

Obrigado.

O Senador Zequinha está aí ou não? (*Pausa.*)

Bom, eu vou iniciar e, depois, vou pedir ao Senador Paulo Rocha para dar continuidade, porque eu sou Relator de um indicado.

Eu vou primeiro passar a palavra, prestigiando quem está aqui presente, ao Sr. Leonardo Minaré Braúna, que é Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Soja.

V. Sa. tem, como nós temos muitos convidados, a fala inicial de dez minutos – evidentemente, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

for para concluir, mais alguns minutos.

Depois vamos sequenciar e, ao final, vocês serão chamados de novo para mais exposição.

Não sei se você tem alguma... (*Pausa.*)

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. O.k.

Então, está com V. Sa. a palavra pelos dez minutos iniciais.

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador, muito obrigado pelo convite. Em nome dos produtores de soja, agradecemos o convite para participar desta audiência pública sobre o PL 135, de 2020, do Senador Jorge Kajuru, que cria o art. 38-A no Código Florestal.

O art. 38, que é o preposto a ele, estabelece quais são as proibições do uso do fogo no Código Florestal e estabelece algumas exceções: para pesquisa científica, em unidades de conservação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Pode falar. Desculpe.

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA – O art. 38 estabelece quais são as exceções em que se pode usar o fogo para pesquisa, em unidade de conservação, entre outros mais. O que ocorre... E, dentro do 38-A, havendo a presença de fogo fora das exceções, tem que se provar um nexo de causalidade. Exemplo: fogo começado numa propriedade vizinha adentrou a propriedade de um produtor rural. Tem que provar o nexo de causalidade. Provando o nexo de causalidade, havendo a culpa ou o dolo desse proprietário, além das sanções penais e administrativas que o próprio código já estabelece e, inclusive, a Lei de Crimes Ambientais, ele tem a recomposição daquela área atacada.

Aí, o fato de se criar o art. 38-A no texto altera a sistemática, porque, como eu tinha falado, nem toda queimada é ilegal estritamente. Havendo a queimada, em face do nexo de causalidade, que se estabeleçam as suas funções. Já no 38-A, a proposta em tela aqui inova, porque ela, independente do nexo de causalidade, estabelece que aquela terra, aquele território que sofreu queimada há de, *ad aeternum*, ser, como se fosse, expropriada, vai virar vegetação nativa. É uma nova pena, porque a lei já é clara, a Lei de Crimes Ambientais e o Código Florestal: havendo a queimada, você tem as sanções penais, administrativas e a recomposição florestal. Estabelecer uma nova pena foge até do conceito de Estado de direito, cria uma pena perpétua naquele território.

Muitos incêndios que a gente tem visto nos últimos anos têm que ser separados. Você tem a questão da irregularidade ou da ilegalidade. São dois fatores que estabelecem... O que causa essa irregularidade? Primeiro, a não regularização fundiária. Tem um projeto aqui nesta Casa, o PLS 510, que estabelece a regularização fundiária. Você precisa... Você tem, lá na região norte da Amazônia, que é o principal foco aqui do texto, terras devolutas, terras com proprietário rural sem regularização, terras indígenas, terras de unidade de conservação, dezenas de tipos de propriedade sem a destinação correta, sem a posse, sem saber quem está lá dentro. Então, você precisa regularizar esse pessoal. Havendo a regularidade, que é o primeiro foco, você consegue estabelecer quem é o proprietário daquele terreno, quem é o responsável por aquela vegetação nativa de reserva legal, APP, presente naquela área rural, no caso de regularização fundiária.

E o segundo fato que causa essas queimadas é uma morosidade, uma falta de gerenciamento do Estado. Você tem, para a conversão do solo, um documento chamado ASV que é Autorização de Supressão da Vegetação. Ocorre que, chega a nós, tem proprietários que pediram a ASV, essa autorização para suprimir o solo, há mais de 20 anos, e o órgão competente não determinou, não estabeleceu, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

deferiu nem indeferiu. Aí, o proprietário, o possuidor, sabendo que estão dentro do código "x" hectares dele, abre, faz essa abertura. Então, ele está fazendo essa abertura irregular – não é ilegal, está dentro dos limites impostos pelas delegações ambientais, conforme tal, só não tem a autorização da supressão, porque é um documento que o Estado deveria dar, para permitir o uso daquela terra, e, por falta de gestão, falta de gerenciamento, fatores alheios, não ocorre.

E o produtor, aquele possuidor fica com dois pesos e duas medidas. Então, ele é levado a uma irregularidade pela inoperância do Estado.

Então, o projeto, em si, esse 38-A, não seria bem um bom projeto, visto que ele tem toda uma outra... Criando um novo fato, sendo que o código e a Lei de Crimes Ambientais já estabelecem: havendo essa queima irregular, você tem as suas sanções penais e administrativas e uma recomposição, sendo irregular ou ilegal. Aí se cria um novo fato de criar essa terra *ad aeternum*. Isso foge do Estado de direito, você está criando uma pena imposta, uma pena perpétua. Se o possuidor tinha o direito de usufruir daquela terra e o fez, você tem que primeiro, se houve um incêndio, se foi ilegal, irregular, provar o nexo de causalidade, que o próprio Código Florestal já estabelece. Havendo esse crime ambiental, há suas punições.

Criar um novo conceito é muito estranho no Estado de direito. Você cria um novo fator que não é bem visto. Não seria legal.

Eram essas as palavras que a gente tinha que trazer, e cabe ressaltar que se falou muito da atividade agropecuária brasileira, mas temos que lembrar que a nossa atividade é uma das atividades agropecuárias mais sustentáveis do mundo, das mais seguras e eficientes. Não é à toa que a gente exporta para 160 países, alimentamos quase 20% da população mundial, temos uma capacidade e somos responsáveis, nós temos responsabilidade. Então, a gente precisa da propriedade, precisa de uma regulamentação fundiária, e deixa com a gente. O que estiver nas nossas mãos, nas mãos dos produtores, estará preservado. Os produtores têm essa consciência ambiental e têm esse respeito.

Está joia? Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço ao Sr. Leonardo Minaré Braúna.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Como também eu vou participar da CCJ, gostaria de fazer um comentário sobre a intervenção do Leonardo, uma vez que eu sou de um estado que está no centro dessa discussão. Sou lá do Pará e gostaria de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Primeiro, Sr. Leonardo, a minha intervenção aqui não tem nada a ver com posição ideológica, que é o que logo se coloca nesse debate. É a experiência e a vivência de lá.

Você representa uma grande associação, que tem a ver com o desenvolvimento do nosso país, a Aprosoja. Então, a gente respeita também.

Mas eu venho de um estado que passou por um processo, ao longo da sua história, de grandes devastações. Primeiro foi... E aqui há um colega meu que, aliás vai presidir a sessão, pois o requerimento foi dele, o Zequinha, que também tem vivência histórica lá. Então, o incentivo da criação do boi no sul do Pará foi produto, sim, de devastação ao longo do tempo. Depois, em outras regiões, a questão da indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da madeira também foi um produto de grandes devastações. Proliferou-se muito a indústria da madeira lá na região, principalmente de Paragominas, no Pará, que fica mais próximo do Maranhão.

Então, com essas duas experiências ao longo do tempo, o próprio empresariado foi tomando consciência de que poderia fazer o desenvolvimento da região, criar boi, plantar grãos, etc. O próprio amazônida – tanto o empresariado quanto pequeno produtor – buscou saída, que é o chamado desenvolvimento sustentável. Entendeu? Então, hoje – inclusive criado pelas próprias associações e sindicatos dos produtores rurais – não é preciso mais derrubar nenhuma terra, nenhum pedaço de floresta para avançar, inclusive com a produção do boi e da soja. É o tal do desenvolvimento sustentável, é a combinação do desenvolvimento respeitando a questão do meio ambiente, floresta, etc.

Então, lá mesmo em Paragominas tem uma experiência dum grande líder empresarial, inclusive do sistema de uma associação dos rurais, que cria o boi combinado com o reflorestamento, ou seja, nos grandes capinzais, nas grandes fazendas, ele criou o processo de reflorestamento fazendo filas dentro do capim, do capinzal, plantando madeiras, e prova que tem uma maior produtividade, inclusive, na questão da criação do boi, ou seja, colocou uma outra atividade econômica dentro do capim e criou condições de ele, inclusive, capitalizar mais os investimentos e recursos.

Então, o que nós vemos hoje... E aí o autor desses projetos... E não sai da cabeça dele, porque ele acha bonito entrar com um processo, é que tem precedências. Quando um Senador propõe uma proposta dessa é para apertar os indisciplinados, os devastadores, entendeu? Então, uma lei dessa vem no sentido, porque nos últimos tempos, nos últimos três, quatro, cinco anos, aumentou a devastação na Amazônia. Está aí. Inclusive não é preciso alguém denunciar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A própria tecnologia, a ciência já criou instrumentos que fiscalizam através do...

Então, queria colocar esse debate em contraponto à justificativa que você... de que não precisa mais de leis etc. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador, na verdade eu vou pedir... É que o Senador falou que ia fazer um comentário; fez quase uma pergunta. Então vou pedir a V. Sa. – só porque eu vou chamar os outros – para fazer a sua exposição, senão a gente antecipa o debate antes mesmo de ouvir os convidados.

Então, por ordem alfabética dos que estão virtualmente, eu convido o Sr. Alison Pureza Castilho para fazer sua intervenção por até dez minutos, evidentemente prorrogável para uma conclusão.

V. Sa. tem a palavra, Sr. Alison.

O SR. ALISON PUREZA CASTILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos os Senadores presentes nesta sessão, aos demais convidados.

Gostaria de saudar todos os Senadores, na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Jaques Wagner, agradecendo o convite a este espaço de manifestação em torno dessa discussão de PL hoje, nesta consulta pública, em nome do Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

O observatório é uma rede que atua na Amazônia e que detém hoje, entre os seus membros, as principais instituições de ensino, pesquisa e assessoria dentro da discussão do manejo florestal comunitário, além de ser composto, em mais de 60% do seu quadro de associados, por organizações de base comunitária da Amazônia, que são responsáveis pela gestão de mais de 6 milhões de hectares de florestas públicas hoje no nosso bioma.

Avaliando, buscando construir um entendimento da rede sobre o PL 135, de 2022, de autoria do Senador Jorge Kajuru, nota-se que ele traz exatamente a adição de um art. 38-A, complementar ao art. 38, que trata das possibilidades legais de uso do fogo em florestas dos nossos biomas brasileiros. Ele traz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seguinte redação:

> Art. 38-A. As áreas rurais onde houver uso de fogo em florestas nativas nas situações não previstas no art. 38 [que são áreas passíveis de autorização pelos órgãos competentes] serão dedicadas exclusivamente a atividades de reflorestamento na porção onde ocorreu a queimada.

Esse é o texto que se busca, com o PL 135, adicionar ao Código Florestal brasileiro.

E na justificativa, o Senador Jorge Kajuru traz algumas problemáticas que embasam essa proposição.

Como mote principal, ele usa aquele episódio marcante, que tem sido recorrente na gestão da biodiversidade brasileira nos últimos dois ou três anos, não é? Teve um episódio marcante em 2019, que foi o "dia do fogo", que ocorreu na Amazônia, e o Senador usa esse caso como um dos argumentos para a proposição do tema, o que é extremamente justo e nobre para esse processo.

A grande questão que a gente gostaria de ressaltar, enquanto Observatório de Manejo Florestal, é que na sequência da justificativa o próprio Senador diz que as regras a que se propõe obrigam a destinação única para reflorestamento de áreas com florestas nativas queimadas de forma ilegal. A ilegalidade também é expressa nos demais capítulos e artigos do próprio Código Florestal, não é?

E ele complementa, dizendo que

> Nessas áreas, não se poderá fazer uso da terra para atividades como pecuária e plantio [de monocultura] agrícola. Esperamos assim restringir o uso de terras dedicadas à queimada ilegal, de modo a interromper o ciclo perverso de uma economia que cresce à margem da lei, a partir de desmatamentos ilegais por meio de queimadas, sobretudo em terras públicas situadas na Amazônia [...].

É sabido de todos aqui que esse é um ciclo que nós temos historicamente instituído em nosso bioma. A nossa grande preocupação é que, da forma generalista como o reflorestamento é tratado, tanto na proposta de artigo a ser adicionado ao Código Florestal como nas justificativas, na nossa avaliação abre-se brechas para a criação de um novo problema.

Quando a gente trata o reflorestamento de maneira generalista, como está sendo tratado no art. 38-A, abre-se a possibilidade de reflorestamento a partir do que hoje é permitido pelo próprio Código Florestal. Eu vou dar um exemplo muito claro. Eu tenho uma área que foi alvo de queimadas e desmatamento ilegal. Automaticamente, quando eu destino essa área para o reflorestamento, eu posso plantar uma monocultura de uma outra espécie florestal, inclusive exótica, como o pino. Com todo o respeito a essa atividade de produção florestal que é extremamente importante para a nossa economia, mas em se tratando de um bioma como a Amazônia, você vai estar necessariamente monopolizando esse espaço e automaticamente perdendo a biodiversidade ora existente. A gente fica com a dúvida de que esse poderia ser um novo problema a ser potencializado que pode, inclusive, incentivar novas práticas de queimadas ilegais e novos desmatamentos em regiões da Amazônia.

A nossa avaliação é a de que a máxima que se trata em questões como essas, a partir de discussões da rede Observatório, é que a gente deve prezar pela manutenção do Código Florestal. E, para além disso, a gente precisa fortalecer a aplicação dos mecanismos de comando, controle e fiscalização que vieram sendo extremamente penalizados, nos últimos dois ou três anos, a partir do desmonte de diversas políticas ambientais brasileiras. É que elas, se operacionalizadas da maneira adequada e fortalecidas da maneira correta, a partir de políticas públicas, poderiam atacar esse problema matricial que é o das queimadas ilegais em florestas públicas ou privadas do Brasil, indo contra o que versa o próprio Código Florestal.

Se nós revisarmos o próprio Código Florestal, ele traz diversos capítulos e artigos que buscam atuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobre esse problema: os artigos do Capítulo VIII, que tratam do controle e da origem dos produtos florestais; os artigos do Capítulo IX, que tratam do uso de fogo e de controle dos incêndios; os artigos do Capítulo X, que tratam da criação de programas de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente; os artigos do Capítulo XI, que tratam do controle do desmatamento. Ou seja, em nossa avaliação, o próprio Código Florestal já apresenta mecanismos que visam a coibir, na sua clara e exímia...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Dois minutos.

O SR. ALISON PUREZA CASTILHO (*Por videoconferência*.) – O.K. Obrigado.

... operacionalização, e que poderiam atuar nessa problemática que tenta atacar o Senador Kajuru, com essa proposta de ajuste ao código. Bastaria uma plena operacionalização dos mecanismos já existentes para que isso não ocorresse.

Então, a nossa preocupação, enquanto Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, é que qualquer alteração que tenha desdobramento sobre áreas de florestas públicas, e principalmente áreas de florestas comunitárias, sejam alterações ao Código Florestal ou adição de novos projetos de leis que também busquem fortalecer essa cadeia de comando, fiscalização e controle ou mesmo alterem regramentos que hoje já existem para desenvolvimento das atividades permitidas nesses territórios. Que eles também sejam feitos a partir de CLPIs (Consultas Livres, Prévias e Informadas), a partir do que versa o art. 69 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de que o Brasil é signatário.

Então, nossa preocupação é esta: pelo fortalecimento do Código Florestal, pela plena operacionalização das políticas ambientais brasileiras e pelo fortalecimento das instâncias de comando, controle e fiscalização; e, se houver qualquer alteração, que os povos das comunidades tradicionais, que são os principais guardiões dessa biodiversidade de hoje, principalmente no bioma Amazônia, mas em todos os biomas brasileiros, possam ser consultados...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALISON PUREZA CASTILHO (*Por videoconferência*.) – Senadores, é isso.

Por ora, agradeço o espaço de fala.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele concluiu? Eu nem vi. Concluiu? (*Pausa.*)

Obrigado, Alison. Desculpa, porque eu estava trocando uma ideia com o Senador Zequinha Marinho, que também é da região e dela conhecedor.

Mas obrigado pela sua contribuição.

Eu convido agora o Sr. Luis Fernando Guedes, que também está, remotamente, na nossa reunião, para a sua exposição.

O SR. LUIS FERNANDO GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia, demais Senadores e Senadoras presentes, colegas que estão aqui.

Primeiro, então, eu sou o Diretor da SOS Mata Atlântica e estou falando aqui em nome do MapBiomas. O MapBiomas é uma iniciativa, é uma rede colaborativa de organizações que envolvem ONGs, universidades, organizações de pesquisa e empresas de tecnologia que estão estudando e gerando informação sobre o uso da terra no Brasil e as mudanças de uso da terra no Brasil.

A gente, primeiro, quer parabenizar o diálogo e a audiência pública. Precisamos retomar, com toda a intensidade, a participação da sociedade civil na discussão das políticas públicas e contamos aí que o Senado seja uma Casa que possa privilegiar essas possibilidades e dar uma grande atenção à política ambiental brasileira.

Eu tenho duas contribuições a fazer.

O MapBiomas tem um grupo de trabalho que trata exclusivamente sobre o fogo, liderado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minha colega Ana Alencar, que não pôde participar aqui, mas o recado que a gente quer dar, primeiro, é entender um pouco a dimensão do fogo no Brasil. Eu vou ler aqui alguns dados sobre o fogo no Brasil. Eu já enviei esse material para a organização da audiência pública para ele ser anexado aí a essa discussão e documentado, para a gente entender um pouco do que a gente está falando.

O primeiro dado que o MapBiomas detectou é que, de 1985 a 2020, um quinto ou 20% da área do nosso país já queimou pelo menos uma vez. Isso quer dizer que 1,672 milhão de quilômetros quadrados do Brasil já pegaram fogo pelo menos uma vez desde 1985, que é quando a gente consegue observar isso nas imagens de satélite. Desse total, 85% da área queimada no país estão na Amazônia e no Cerrado. O Cerrado é a região que mais queima no Brasil – 44% das queimadas do Brasil acontecem no Cerrado –, seguido pela Amazônia, 41%, mas também ocorrem queimadas em todos os biomas brasileiros. Vale a pena a gente se lembrar do Pantanal, onde uma enorme área foi queimada nos últimos anos, assim como na Mata Atlântica, no Pampa e na Caatinga.

A frequência do fogo: 61% das áreas queimadas no Brasil, entre 1985 e 2020, queimaram pelo menos duas vezes. Então, esse não é um processo raro, esporádico e que acontece só uma vez e não acontece novamente. Então, em poucas décadas, 60% das áreas queimadas queimaram mais de uma vez. Óbvio que tudo isso tem um impacto enorme para a biodiversidade, para a natureza, para a economia, enfim, tem uma série de impactos ambientais econômicos e sociais.

Onde ocorre o fogo: 65% do fogo ocorreu em vegetação nativa no Brasil, queimando a nossa vegetação nativa de diferentes ecossistemas e biomas; e 35%, por volta de um terço, um pouco mais, foi em área antrópica, ou seja, em áreas de pastagens, culturas agrícolas ou até mesmo em áreas urbanas. Então, a maior área queimada, em que o fogo ainda tem um grande impacto, é de vegetação nativa.

E, por último, o MapBiomas também consegue localizar em que tipo de situação fundiária isso acontece: 60% da área queimada, no Brasil, queima em áreas privadas, em sítios, fazendas; em imóveis rurais é onde ocorre a maior parte do fogo. Também temos queimadas em áreas públicas. A queimada é uma prática usada para se ocupar terra, que pode ser acidental, mas pode ser intencional.

Então, isso é para caracterizar um pouco o fogo. E o recado principal, então, é que a gente está falando de um fenômeno enorme, que tem um impacto muito grande, e qualquer ação que a gente faça para controlar o fogo é muito bem-vinda, extremamente pertinente e necessária.

Sobre o projeto de lei especificamente, nós ficamos apenas com uma dúvida essencial – e, aí, eu vou reforçar a preocupação do Alison – em relação ao texto, quando se usa a palavra "reflorestamento". O nosso entendimento é que a intenção desse projeto de lei é reconduzir essas áreas queimadas à sua recuperação ecológica, para que elas voltem à sua condição de vegetação nativa que havia antes. Essa nos parece ser a intenção do projeto de lei, e, nesse sentido, ele é muito bem-vindo e pertinente. Mas o termo "reflorestamento" não é preciso o suficiente para deixar clara essa intenção.

Então, a nossa recomendação é que seja colocado um texto muito claro sobre a intenção e que esse processo leve à restauração, à recuperação da vegetação nativa e dos ecossistemas queimados. É possível que o Prof. Ricardo Rodrigues nos oriente sobre quais são os melhores termos a serem adotados, porque nós temos a mesma preocupação do Alison: que esse projeto de lei possa, de alguma forma, criar brechas para que as áreas queimadas não retornem à sua vegetação nativa, mas tenham outros usos econômicos florestais, com espécies exóticas, o que seria daí contraproducente com o propósito do projeto de lei.

Então, estas são as duas principais considerações: entender que a gente está falando de algo muito relevante, que tem um enorme impacto sobre a vegetação nativa brasileira; e ressaltar que o fogo tem um impacto na saúde.

Enfim, é uma série de questões, e, portanto, este projeto de lei tem que tomar muito cuidado para que a sua intenção esteja muito bem expressa na redação do seu texto.

Paro por aqui e agradeço a oportunidade de participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Quero agradecer aqui ao Dr. Luis Fernando Guedes, Diretor de Conhecimento da SOS Mata Atlântica, representando o MapBiomas.

Quero convidar também remotamente o Sr. Pedro Neto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, representando aqui o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Pedro Neto.

O SR. PEDRO NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Zequinha Marinho, que preside esta sessão. É uma satisfação falar com o senhor.

Cumprimento também os demais expositores aqui desta audiência pública.

Em primeira mão, quero justificar a ausência do Ministro Marcos Montes. Ele se encontra em missão internacional: está hoje no Egito, cumprindo agenda internacional. E, por isso, não pode estar aqui, mas manda seus respeitos a esta Comissão e me delegou a tarefa de estar aqui hoje conversando com vocês sobre a proposta do Projeto de Lei do Senado Federal nº 135, de 2020.

Estou aqui acompanhado, Senador, do Diretor-Geral Adjunto do Serviço Florestal Brasileiro, Dr. João Crescêncio, e também do Coordenador-Geral do Sistema de Informações do Cadastro Ambiental Rural, analista ambiental aqui do SFB, Marcus Vinicius.

Com relação ao PL 135, de 2020, eu quero iniciar minhas palavras dizendo que aqui, no âmbito do Ministério da Agricultura, a preocupação com a temática do fogo é constante, e o ministério não se acomoda com relação a essa situação, entendendo que, de fato, ela é sensível e deve ser muito bem tratada.

O objetivo do PL de restrição do uso de áreas dedicadas à queimada ilegal de modo a interromper o círculo perverso de uma economia que cresce à margem da lei a partir de desmatamentos ilegais por meio de queimadas, sobretudo em terras públicas situadas na Amazônia Legal, é algo que, enquanto princípio, enquanto preocupação, nós comungamos com ela. Entretanto, avaliamos o marco regulatório que incide sobre a questão do fogo na Lei 12.621, que é o próprio Código Florestal Brasileiro, que dispõe e aborda de forma abrangente questões de queimadas e também de controle de incêndios florestais em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, nos seus capítulos II, IV e IX, respectivamente. A própria Lei 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas, também aborda essa questão – inclusive, essa é a lei que institui o Serviço Florestal Brasileiro. Outro marco regulatório importante nesse contexto é a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essa lei traz o arcabouço para a questão do fogo, ela cita que a provocação de incêndio em mata ou floresta é crime ambiental, já definido no art. 41 dessa lei que eu acabei de citar. Além disso, há o Decreto 6.514, de julho de 2008, que dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece processo administrativo federal para apuração dessas infrações. Assim, já existe, no regramento brasileiro, no quesito específico das questões ambientais com relação ao fogo, um vasto marco regulatório que direciona e encaminha as penalidades que devem ser cumpridas ou aferidas àquela pessoa que provoca queimada.

Se isso é verdade, fazer a colocação dessa forma como o projeto de lei prevê, em especial em relação às questões nas áreas de uso, que são alvo de fogo, para a recuperação florestal da vegetação nativa, isso, Senador Zequinha, vai penalizar não o produtor rural e, sim, a atividade da produção de alimentos.

Eu quero fazer coro um pouco aqui ao que o Alison Castilho e também ao que o Leonardo Minaré disseram antes de mim: a intenção do legislador é nobre, e nós comungamos dessa preocupação, mas a forma de fazê-lo... O Código Florestal e esse vasto ambiente regulatório que eu acabei de citar já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

endereçam essas questões.

As áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal em propriedades rurais já são intocáveis, e sobre elas não existe possibilidade de nenhum tipo de atividade agropecuária, e elas são responsabilidade do produtor rural, que é fiel depositário dessas áreas. Então, ele tem que zelar delas, inclusive com relação ao fogo. Nas outras áreas, a gente vai acabar... E não vou falar de uma pena perpétua, como disse o Minaré, mas vou colocar essa coisa de que, em vez de eu punir o infrator, eu vou acabar punindo a produção de alimento, porque eu vou interferir em áreas que já estão ali colocadas para esse fim.

Quero também pegar carona nas palavras do Senador Paulo Rocha, porque ele citou um ponto muito importante aqui para o Ministério da Agricultura que é a inserção de tecnologias sustentáveis de produção. Hoje, os cinco biomas brasileiros já têm tecnologias de produção que são sustentáveis, que preveem a convivência harmônica, cada vez mais harmônica, da produção de alimentos com a preservação ou com o uso racional dos recursos naturais. O fogo está envolvido nisso. Cabe lembrar que, em algumas situações, o Código Florestal brasileiro prevê exceções para o uso controlado do fogo, através também de uma intensa fiscalização.

Eu quero finalizar minhas palavras dizendo: a intenção do legislador é nobre, a preocupação que o legislador tem com o objetivo macro do projeto de lei é comungado pelo Ministério da Agricultura em diversos sentidos, pois reconhecemos a gravidade da ocorrência das queimadas em larga escala, precisamos ter um processo de combate a isso, trata-se de prática recorrente, adotada há bastante tempo e, às vezes, utilizada como mecanismo para a ocupação ilegal, mas reconhecemos também que já existe um regramento robusto e severo com relação a isso. Então, é essa a posição do Ministério da Agricultura.

Eu agradeço a oportunidade de expor o nosso posicionamento aqui e fico à disposição dos senhores.

Senador, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Dr. Pedro. Deixe-me lhe falar: nós precisamos que o senhor faça um resumo disso no final. Na verdade, a sua fala deveria estar aqui embaixo e não aí no meião. Eu preciso que permaneça aí no ponto para a gente fechar com um resumo de apenas uns três, quatro minutos sobre tudo o que o senhor falou a esse respeito, porque a nossa compreensão é idêntica sobre o tema aqui abordado. Muito obrigado.

Eu convido agora o Dr. Ricardo Rodrigues, Professor Titular da USP, representando aqui a Coalizão Ciência e Sociedade.

Por favor, Dr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelo convite.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito à Coalizão pelo Senador Jaques Wagner.

A Coalizão é um conjunto de 76 pesquisadores brasileiros em destaque na produção de conhecimento científico nas várias áreas de conhecimento científico. E nossa missão é muito clara: divulgar informações científicas, de forma clara e fundamentada, desvinculadas de interesses particulares e dogmáticos, para subsidiar diálogos objetivos e aprofundados sobre temas socioambientais relevantes para o Brasil e contribuir para a elaboração e a avaliação de boas políticas públicas, fomentando o controle social responsável e construtivo. Esse é o nosso papel. Por favor, visitem o *site* da Coalizão. A Coalizão existe exatamente para ajudar nessa construção de boas políticas públicas. Então, eu agradeço estar aqui conversando com vocês.

Eu agradeço a fala de todos, dos que me antecederam. Agradeço a fala do Senador Paulo Rocha, com a qual eu concordo 100%. Considero que essa proposta feita neste PL vem reforçar o que está no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Código Florestal, e isso é importantíssimo. Não só neste tema, mas em vários temas, nós precisamos de novas ações do Legislativo para reforçar as definições que estão no Código Florestal, para que elas sejam efetivamente cumpridas.

Uma introdução que é necessária é que o fogo no Brasil sempre foi e continua sendo usado como expansão da fronteira agrícola. Então, nós usamos esse instrumento como expansão da fronteira agrícola, e, logicamente, se se usa o fogo como um instrumento de expansão de fronteira agrícola, isso não me permite nem planejamento ambiental, nem planejamento agrícola dessa abertura da fronteira agrícola. Então, nós continuamos abrindo propriedades com irregularidades para as matas ciliares, com irregularidades para as reservas legais, porque não temos como pedir ao fogo: "Pare aqui! Continue depois da mata ciliar". Esse instrumento não nos permite planejamento agrícola e ambiental.

A agricultura brasileira é, sim, altamente eficiente, mas não na sua totalidade. A nossa realidade, infelizmente, é que um terço da agricultura brasileira está representada por práticas agrícolas altamente eficientes e tecnológicas, que usam a ciência para efetivar o aumento de produtividade, mas nós temos dois terços da nossa atividade agrícola que são caracterizados por pecuária em que a maior parte dela ainda é uma pecuária de baixa produtividade, de baixo retorno econômico. Então, essa é a nossa realidade. E é exatamente essa atividade a responsável pela questão do fogo no Brasil.

Nós temos muitos trabalhos científicos relacionados com fogo.

E concordo 100% com a fala que foi feita de que o Brasil ainda não está comprometido com o desenvolvimento sustentável. Se nós estivéssemos nisso, certamente a gente não estaria usando fogo para a abertura de fronteira agrícola e, sim, novas e mais atuais tecnologias, em que se permitisse esse planejamento ambiental e agrícola da abertura da fronteira agrícola.

Nós temos uma consequência séria do fogo, já traduzida em números. O Luis Fernando, que me antecedeu, já mostra esses números. O fogo tem interações complexas sobre as esferas biofísicas e socioculturais, e as decisões de gestão adequada requerem base científica sólida. É disso que nós estamos falando. E nós temos essa base científica, o Brasil tem conhecimento científico sólido para essas definições e as consequências do uso desse fogo.

Dois trabalhos recentes são importantíssimos para vocês entenderem essa base científica sólida de que eu estou falando.

Um é o trabalho de Vania Pivello *et al*, de vários autores, de 2021, que é "Compreendendo os incêndios catastróficos no Brasil: causas, consequências e a política necessária para prevenir as tragédias futuras". Nesses incêndios, fica claro que nós temos diferentes tipos de biomas que são mais ou menos sensíveis ao fogo. Então, nesse trabalho, os nossos biomas são caracterizados como biomas dependentes, biomas independentes e biomas sensíveis ao fogo. E isso é importantíssimo a gente entender, porque nós temos as florestas que são sensíveis ao fogo. Estamos falando da Floresta Amazônica, da Floresta Atlântica, em que o fogo efetivamente causa prejuízos seriíssimos à biodiversidade e ao funcionamento, traz estresse fisiológico para as plantas e para os animais, mas nós temos biomas que são dependentes do fogo, que são biomas que precisam do manejo eficiente do fogo – não, lógico, do incêndio de altas proporções, mas do manejo eficiente do fogo. Então, é isto que nós solicitamos a este PL: que caracterize mais claramente isso, porque para alguns biomas o manejo eficiente do fogo é necessário, mas não para as florestas que nós consideramos como florestas sensíveis ao fogo, onde qualquer tipo de fogo vai trazer grandes prejuízos.

Eu concordo em 100% com o que foi falado. Nós não podemos deixar o texto da forma como está. Eu recomendo... Nós estamos na década da restauração ecológica estabelecida pela ONU. Então, acho que o tema mais adequado para isso é nós incluirmos esse conceito da restauração ecológica nessas áreas que foram queimadas, ou seja, trazer de novo essas formações que foram queimadas para a vegetação natural que antes ocorria ali, com todos os processos funcionando. Então, essa é a alteração que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recomenda.

E também recomendamos que neste PL essas consequências sejam mais fortemente aplicadas às florestas sensíveis, onde nós já temos trabalhos determinados, e que para os demais biomas nós devemos usar outros instrumentos de conservação que não só esse controle do fogo.

Um trabalho mais recente, publicado em 2022, "Determinantes do impacto do fogo nos biomas brasileiros", de Ubirajara Oliveira *et al*, 2022, mostra claramente isso que foi falado. Nós temos diferentes incêndios no Brasil. E o que nós chamamos de incêndio de alto impacto traz grandes prejuízos – ocorreu isso nas últimas décadas, vendo-se, inclusive, pelos dados do MapBiomas, que o Luis comentou –, ele traz grandes consequências para Amazônia, Cerrado e Pantanal. E é isso que nós não queremos em nenhum dos biomas. Então, nós não queremos incêndios de grande impacto em nenhum dos biomas.

O que nós estamos falando é em alguns biomas um manejo sustentável do fogo como estratégia de manutenção da biodiversidade, como estratégia até de produção, mas é um manejo sustentável do fogo e não incêndios de alto impacto.

A nossa contribuição... Estamos completamente disponíveis para ajudar nisso. A Coalizão tem esse papel no Brasil. Reforço que vocês visitem o *site* da Coalizão, em que diferentes textos são criados semanalmente para sustentar boas políticas públicas. E estamos à disposição para colaborar com a construção, mas reforço que este PL é necessário e vai, sim, reforçar os aspectos que compõem o Código Florestal brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Rodrigues, Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo, representando aqui a Coalizão Ciência e Sociedade.

Obrigado mesmo.

Queremos convidar agora a Sra. Roberta Del Giudice, que é Secretária Executiva do Observatório do Código do Florestal.

Dra. Roberta, por favor.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Eu agradeço o convite para o Observatório do Código participar desta audiência, parabenizo-o pela realização e agradeço a toda a Mesa e aos presentes.

Eu vou falar um pouco sobre o Observatório e vou compartilhar aqui uma apresentação só para ajudar a me guiar. O Observatório é um conjunto de organizações não governamentais que trabalha com o Código Florestal, buscando a implementação da lei. (*Pausa.*)

Acho que houve algum problema. Não estou ouvindo-os.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Doutora, a sua apresentação não abriu. O problema acho que é aí com a senhora.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (*Por videoconferência*.) – É, eu acho que eu travei. Eu queria parar de compartilhar, só que travou o meu computador. Desculpem-me. Vou continuar a apresentação, então, sem o PowerPoint.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Está bom. Pode fazer o comentário.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (*Por videoconferência*.) – O Observatório trabalha para a implementação do Código Florestal. O nosso objetivo é que a implantação dele traga o maior benefício, o maior impacto socioambiental possível. A gente trabalha com... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Agora vai.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (*Por videoconferência*.) – ... e façam a regulamentação dos programas de regularização ambiental e com mobilização social para a implementação da lei.

O nosso objetivo, então, aqui nesta audiência, é comentar sobre o Projeto de Lei 135, de 2020, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trata da alteração e inclusão do art. 38 para que as áreas que tenham sido objeto de uso de fogo ilegal, em desacordo com o art. 38, sejam destinadas exclusivamente à atividade de reflorestamento.

Eu vou falar um pouco sobre queimadas e desmatamento de um modo geral. A queimada, na verdade, está inserida em um processo de uso e ocupação do solo da Amazônia, que já vem ocorrendo há décadas. As notícias de ampliação do desmatamento e aumento dos focos de incêndio ocorrem todos anos e vêm se agravando de 2019 para cá, com maior número dos casos de focos de incêndio, isso em anos que não eram anos de secas severas, porque o recorde anterior a 2019 era 2010, que foi um ano de seca severa.

Quer dizer, ela vem da atividade humana e está inserida (*Falha no áudio.*) ... de uso e ocupação do solo. Na verdade, o foco de incêndio é um sintoma, um fato, diretamente associado ao desmatamento.

Então, passa por esse ciclo. O desmatamento começa com o corte seletivo de madeira, com madeira de alto valor comercial, tem a queima e a ocupação... A queima e o corte seletivo, às vezes, se revezam. Então, às vezes, tem primeiro a queima, para viabilizar ali o ingresso na área e o desmatamento, e ocorre a ocupação, o loteamento... Inclusive, tem ocorrido em terras indígenas e unidades de conservação. Antes, tinha maior índice de incidência em terras públicas não destinadas, e agora tem se intensificado em terras indígenas e unidades de conservação. O objetivo é sempre a regularização fundiária, e aí passa para um ciclo criminoso de regularização com grilagem, ocupação ilegal, violência no campo, formação de quadrilha, milícia, para essa regularização e essa comercialização desses imóveis rurais que foram gerados a partir desse desmatamento.

Para combater esse sintoma que é a queimada, que está dentro desse ciclo de ocupação, ciclo de desmatamento, é preciso políticas públicas estruturantes. E aí você tem que ter planos, transparência e participação social, incentivos, formas de desincentivar essa ocupação, ações de comando e controle. E eu acredito que é papel do Legislativo, sim, propor instrumentos de Estado para que a gente inviabilize a continuação desse ciclo de desmatamento. E a proposta de que essas áreas não sejam destinadas para outros usos que não a restauração da área pode ser benéfica nesse processo de implantação de políticas públicas para combate ao desmatamento.

Então, dentro desse cenário, eu trouxe algumas reflexões que eu acredito que poderiam trazer melhorias ao texto. Eu concordo... O Sr. Leonardo trouxe algumas preocupações em relação a outras áreas que não estão nesse contexto de ciclo de desmatamento da Amazônia, que podem ser relativos a outro tipo de foco de incêndio, e, com isso, eu acredito que as reflexões que eu trouxe para aprimoramento desse projeto de lei podem ir ao encontro da preocupação do Sr. Leonardo e também de várias falas que já ouvimos aqui.

A primeira delas seria o uso do termo "restauração" em vez de "reflorestamento", para não ser confundido com áreas de plantio de árvores exóticas, incluir o desmatamento ilegal, além do uso ilegal do fogo. E, na verdade, eu acredito que ele deveria compor a alteração da lei de regularização fundiária, e não ser feita no âmbito do Código Florestal, porque ele se relaciona mais a essa temática do que à questão do Código Florestal. E aí eu também tenho a preocupação de que o Código Florestal, na verdade, não deve ser alterado. O objetivo nosso agora tem que ser a implantação da lei, e não a sua alteração.

Por isso, eu acredito que essa alteração deva vir aí na lei de regularização fundiária.

Eu estou me referindo à fala do Leonardo, da Aprosoja, que estava falando que acontecem algumas queimadas que não estão dentro dessa questão da ocupação da Amazônia, mas eu concordo com as falas dos demais, Dr. Ricardo Rodrigues e Luis Fernando. Realmente, acho que as falas têm ido no mesmo sentido.

Muito obrigada. Era o que eu tinha para apresentar para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Dra. Roberta, muito obrigado por sua participação e por sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido agora o último expositor, o Dr. Rodrigo Justus. Eles é Consultor Jurídico e Ambiental da CNA. Por favor, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Zequinha Marinho e demais colegas da mesa, bom dia!

A vantagem de falar por último é que a gente não precisa repetir as coisas convergentes, que foram muitas, colocadas pelos demais colegas.

Quero primeiro colocar que a CNA, como entidade representativa dos produtores, tem trabalhado muito nessa questão do uso responsável do fogo, tendo em vista que, conforme já foi colocado aqui por vários pesquisadores, inclusive o Prof. Ricardo Rodrigues, o manejo do fogo é uma questão necessária em muitas situações, não necessariamente em todas. Nós, do setor agropecuário, entendemos que, com o uso da tecnologia e das boas práticas agropecuárias, podemos e devemos reduzir muito o uso do fogo, porque o uso do fogo, de uma simples queima controlada, pode se transformar em incêndio, e isso queima cidades, queima patrimônio, incinera a vida das pessoas, estraga o meio ambiente – há essa questão da degradação ambiental e da perda da biodiversidade. Então, nós temos que rumar não digo para a extinção do uso do fogo, porque isso não será possível, mas no sentido de que o fogo seja utilizado minimamente e dentro de condições seguras, que garantam que não haverá danos patrimoniais, sociais, ambientais, que nós resolvamos esses problemas por que nós estamos passando.

A questão dos incêndios está relacionada a questões climáticas, sociais e econômicas, descumprimento das normas relacionadas às salvaguardas necessárias para o uso seguro do fogo também. Nós temos n problemas aí.

Nós estivemos, no ano passado, discutindo o PL 11.276, que agora está aqui no Senado. Ele é um projeto complexo que trata da questão do manejo integrado do fogo, seja para questões de ordem preventiva, nas práticas de prevenção e controle dos incêndios, seja para questões relacionadas à agricultura de subsistência exercida pelas populações tradicionais e assentados.

Nós tivemos, o setor agrícola, sérias perdas no ano passado, com queima de lavouras; áreas de queimadas que deviam ser controladas acabam, por conta do clima e tudo mais, trazendo prejuízo aos produtores, queimando terra de plantio direto; perde-se produtividade depois do fogo, incêndio de reflorestamento. E aí nós vamos...

Então, entre aspas, é um verdadeiro "inferno" essa questão do fogo. E nós precisamos de medidas estruturantes, como foi colocado aqui pela Roberta, nós precisamos também especialmente de questões educativas do ponto de vista da segurança do uso do fogo, para que ele seja feito dentro de normas, para que aquele que tenha necessidade de fazer esse uso não venha a ter problemas, seja de ordem de multa, de ação penal, de ação de reparação de dano. A legislação punitiva nas três esferas, em si, existe, está aí. Ela tem sido aplicada não com toda a intensidade, tendo em vista a falta de estrutura crônica dos órgãos nas mais diversas esferas, mas tenhamos em mente que nós precisamos dessas ações estruturantes antes de tudo.

Nós temos aqui nesse texto do PL 135, na verdade, dois textos. E nos dois textos, na verdade, nós temos observações. O primeiro é o texto original, do Senador Jorge Kajuru, em que ele fala do termo reflorestamento. Em reflorestamento nós podemos estar falando de silvicultura ou da própria recuperação ambiental da área. A emenda que o Relator, Senador Jaques Wagner, apresenta no seu relatório, como Relator na Comissão de Meio Ambiente, fala em recuperação de espécies nativas na região. Então, existe essa discussão. Mas, passando um pouco acima dessa divergência de posição de texto entre os Senadores, é necessário que a gente tenha em mente algumas coisas.

O art. 38 estabelece as exceções relacionadas ao uso do fogo, ou seja, a princípio, o uso do fogo é proibido e nós temos aquelas excepcionalidades que estão lá. Tirando aquilo lá, nós temos a questão das irregularidades e ilegalidades. O que acontece? Acontece que nós temos uma legislação e, para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cidadão, o produtor, o assentado hoje consiga retirar uma autorização para uso do fogo – vejam que o uso do fogo é permitido em determinadas circunstâncias mediante autorização prévia do órgão ambiental competente –, para obter essa autorização é necessário ter um CAR aprovado, é necessário ter a titulação dessa área.

E daí nós vamos lá na Amazônia, onde nós temos praticamente 600 mil pequenos produtores e praticamente ninguém tem título dessas terras, ninguém consegue essas autorizações. Mesmo que o produtor faça corretamente do ponto de vista técnico, ele acaba fazendo sem autorização. E, se ele estiver fazendo sem autorização, nós podemos qualificá-lo e classificá-lo como ilegal. Então, nós acabamos jogando no limbo pessoas que aguardam por décadas, seja em assentamentos, seja em áreas que necessitam de regularização fundiária, áreas não destinadas que são ocupadas, nós trazemos uma imensidão de problemas para essas pessoas.

Outro ponto foi colocado aqui pelo colega da Aprosoja: a questão da área passível de uso dentro da propriedade.

Se nós entendermos que o assentado que não tem uma máquina não consegue fazer adequadamente a supressão de vegetação, mesmo que, quando recebeu o lote, já tenha sido designado o local em que deveria fazê-lo, mesmo que ele cumpra tudo isso, acaba que ele faz uma abertura sumária da área, não faz a destoca e tudo mais e já, em breve, haverá um processo, um início de regeneração natural dessa vegetação. E, daí, se entendemos que ele fez a utilização do fogo nesse local, eles teriam, esses assentados, que fazer a recuperação, caso aprovado o texto, integral dessas áreas, seja a título de silvicultura, ou seja, a título de recuperação ambiental da área com as espécies da região. De qualquer forma, do que viveria essa pessoa depois, tendo em vista o uso econômico necessário dessas áreas?

Então, o que nós entendemos, em suma, do projeto? Nem toda queimada que não observa o art. 38 do Código Florestal...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Dois minutos.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (*Por videoconferência*.) – ... está criando uma nova penalidade que vai esvaziar o conteúdo econômico, além das questões relacionadas ao anexo causal e tudo mais, que são previstas no próprio capítulo que trata do fogo no Código Florestal.

Nós temos essa questão de que nem toda queimada, que não observa o disposto no art. 38, pode ser considerada ilegal, considerando o conjunto de circunstâncias. A legislação já prevê medidas de caráter penal, administrativo e civil em relação... O dano ambiental, inclusive, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerado imprescritível, pode haver até uma amenização, uma prescrição da multa, e isso acaba acontecendo muitas vezes, mas, do ponto de vista da reparação do dano, não. Então, essa reparação continua, esse processo, esse produto deverá ser obrigado a se adequar.

Agora, a nossa visão é que nós temos o PL 11.276, que tem uma normatização complexa na questão da prevenção do uso do calendário do uso do fogo, essas medidas estruturantes que cabem ao Governo implementá-las, e que o próprio Senador Jaques Wagner, no ano passado, como Presidente da CMA, apresentou lá o requerimento, eu acho que é o 2.221, de 2021. Ele apresentou esse requerimento da necessidade da Comissão de Meio Ambiente avaliar esse texto; mas esse texto está ainda na Presidência do Senado na mesa, sem nenhum despacho e sem nenhum andamento a nenhuma Comissão, ou seja, é um projeto maior que trata da questão do uso do fogo como um todo, inclusive faz alterações relacionadas à questão de tipo...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O tempo acabou, Doutor.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Então, encerrando aqui, Senador, nós entendemos que deva ser feito o apensamento desse PL ao PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

11.276, que trata do uso do fogo como um todo, para que se possa ter realmente uma normatização que atenda às questões estruturantes e também se façam as adequações relacionadas às responsabilizações.

Agradeço aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Justus, consultor jurídico e ambiental da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

Eu quero aqui ler duas perguntas e um comentário dos nossos internautas e aí veremos quem quer responder rapidinho.

Então gostaria que todos os nossos expositores estivessem atentos.

Cleomar Pereira, do Estado do Amazonas: "A reserva legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural?" É uma pergunta, repito, lá do Amazonas, Cleomar Pereira. Ele pergunta: "A reserva legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural?"

O Leonardo Pratas, do Rio de Janeiro, faz a seguinte pergunta: "De quais formas o PL 135 [este que nós estamos debatendo] [...] será blindado contra interesses escusos de madeireiras ou de vieses ideológicos [...] indigenistas?"

Bom, aí vem um comentário aqui de Rondônia, do Rogério Eich. Diz o seguinte: "A melhor fiscalização é remunerar a mata em pé. Uma vez que a mata se constitui em fonte de renda, o próprio produtor rural a fiscalizará." Esse aqui é bem realista na vida.

Bom, quem quer responder à pergunta do Amazonas?

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (*Fora do microfone*.) – Eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – A Aprosoja aqui, o Dr. Leonardo Minaré, por favor, bem rapidinho.

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (Para expor.) – Boa tarde. Bom dia, não é? Obrigado pela pergunta.

Sim, a resposta é sim. Mas aí tem um negócio: além da reserva legal, é obrigatória a manutenção da APP, que são as áreas de proteção permanente. E aí, como ele é do Estado do Amazonas, então no bioma amazônico, a reserva legal hoje é de 80%. Para ele ter uma ideia, se uma pessoa adquirir hoje uma propriedade de 10 mil hectares, a reserva legal, que é a vegetação nativa em pé, será de 8 mil. Então ele poderá explorar até 2 mil hectares, desses 10 mil. E ainda tem que ver o tamanho da área de APP, que é de proteção permanente. Se for mais 700ha, ele só vai poder explorar, desses 10 mil hectares, 1,3 mil. E a responsabilidade desses 8,7 mil, nesse exemplo, será do produtor rural.

E aí é o problema dessa legislação do Projeto Fogo. Supondo que esses 1,3 mil hectares que seriam passíveis de uso peguem fogo, se cause um incêndio nessa área; até esses 1,3 mil seriam proibidos.

Então o Brasil, nesses 10 mil hectares, seria impossível ter uma atividade agropecuária, e aí o Brasil está indo na contramão do que está indo o mundo. A Alemanha recentemente mandou abrir 1,2 milhão de hectares para a produção de alimentos. Está tendo uma escassez de alimentos, a guerra está provocando tudo isso. E o Brasil está indo na contramão, querendo restringir ainda mais uma possível expansão para o futuro, visto que esse projeto de lei estabelece esse reflorestamento nativo numa área de fogo *ad eternum*, indeterminadamente nessa área. Tá joia?

Muito obrigado pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Dr. Leonardo.

O outro Leonardo, lá do Rio de Janeiro, que pergunta: "De quais formas o PL 135 [...] será blindado contra interesses escusos de madeireiras ou de vieses ideológicos [...] indigenistas?" Alguém se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

habilita para responder rapidamente? (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (*Por videoconferência*.) – A Roberta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Vamos lá, Roberta.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na verdade, esse PL deve compor uma política estruturante. Ele não tem relação com a ideologia. Ele tem relação com ciências, não é? O Dr. Ricardo Rodrigues estava explicando. A gente não precisa expandir mais a área para produzir mais. Então a relação dele é técnica.

Agora tem uma possibilidade de se incidir nele para alterar outros pontos do Código Florestal. Essa é a minha preocupação. Eu falo que, na verdade, deveria alterar a lei de regularização fundiária, impedindo a regularização fundiária em áreas que tenham sido desmatadas ilegalmente, que tenham sido queimadas ilegalmente, no âmbito de imóveis públicos, terras indígenas, unidades de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem, doutora.

Vamos dar uma passadinha rápida aqui. Nós pedimos esta audiência pública, foi um requerimento de nossa autoria, exatamente pela preocupação com a redação do PL 135.

Eu sei que um Senador que é urbano não compreende muito a vida no campo. A ideia é nobre, o assunto é importante e todos nós temos em comum que o fogo descontrolado, o fogo criminoso tem que ser evitado. Quem o fizer tem que ser punido. Mas um monte de coisas precisam ser observadas para se chegar a esse ponto aqui.

Vamos pegar a agricultura familiar, por exemplo, porque as parcelas de terra são muito pequenininhas. Alguém coloca um fogo, não dá conta de controlar e esse fogo se evade. Ele vai destruir florestas de dezenas de pequenas áreas e esse pessoal todinho vai ter de parar de produzir, vai ter de se mudar daquele assentamento. Então, não tem como colocar no chão um tipo de legislação dessa, não dá para trazer para a vida real. Não tem como se adequar.

É importante a gente observar o que já temos. O problema nosso não é lei, nós temos leis demais nesse setor e temos um marco legal que é o Código Florestal brasileiro e ele já traz toda uma disciplina legal para todos esses aspectos.

Eu queria agradecer a todos os nossos expositores porque, de forma bem democrática, cada um colocou os seus pontos de vista, sempre se referindo à questão do texto do projeto. Realmente, o autor precisava pensar melhor sobre o que escrever, de uma forma que a gente aproveite isso de alguma maneira para inserir ou alterar o Código Florestal.

Quero aqui, rapidamente, chamar todo mundo um minutinho para as suas considerações finais sobre o tema, apenas um minuto mesmo.

Dr. Alison Pureza Castilho, por favor; depois o Luis Fernando Guedes e por aí vai. Vamos lá? O Dr. Alison está por aí ainda?

O SR. ALISON PUREZA CASTILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Zequinha Marinho, meu conterrâneo aqui do Estado do Pará.

Novamente, gostaria de agradecer por esta oportunidade. Este espaço é extremamente importante.

O Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar é uma rede de organizações comprometidas com o desenvolvimento do manejo florestal e comunitário familiar na Amazônia. A gente realmente acredita que o manejo florestal, ou seja, que o uso sustentável dos recursos naturais do nosso bioma é a principal estratégia que busca a manutenção da floresta em pé e da nossa biodiversidade, da nossa sociobiodiversidade. Então, uma das agendas do Observatório é nessa pauta qualificada, incidente e qualificada em políticas públicas que tenham desdobramentos sobre as atividades do manejo florestal.

Então, a gente, realmente, acha relevante esse espaço de fala e essa oportunidade de dialogar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os Srs. Senadores em uma pauta tão relevante como esta, tratada no PL 135, de 2020.

Reforço que a ideia é nobre, mas ela carece de algumas complementações com o objetivo de torná-la objetiva para o fim a que ela está se propondo...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bom. Verdade.

O SR. ALISON PUREZA CASTILHO (*Por videoconferência*.) – ...para que ela não vire, inclusive, não dê abertura para que outros processos, novas frentes de desmatamentos possam ser incentivadas a partir dessa operação.

A gente reforça o entendimento de que a gente precisa, na verdade, fortalecer a operacionalização da política do Código Florestal Brasileiro. Então, reforçar as instâncias e os aparatos de comando, controle e fiscalização. A gente ainda tem muito por fazer antes de pensar em alterações do Código Florestal.

E também ressalto a necessidade de pensarmos políticas acessórias que fortaleçam o processo de gestão e governança nesses territórios de florestas comunitárias ou áreas privadas, visando a combater o desmatamento ilegal independentemente da forma, seja fogo, seja desbaste – a derruba da floresta. O desmatamento ilegal tem que ser tratado a partir das sanções administrativas e penais passíveis a ele. Então, a gente precisa reforçar essa estratégia como controle.

E, na verdade, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado.

O SR. ALISON PUREZA CASTILHO (*Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer por esse espaço e a participação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O.k. Obrigado, Alison. Muito obrigado mesmo.

Luis Fernando Guedes, por favor, suas considerações finais.

O SR. LUIS FERNANDO GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu só quero agradecer a oportunidade de o MapBiomas participar desta audiência. Sinto-me bastante contemplado. Acho que o principal recado são ajustes no texto de questões técnicas, científicas para que o projeto, realmente, chegue no seu propósito. É só tomar esse cuidado.

Não tenho mais nada a acrescentar.

Parabenizo pela iniciativa e peço licença para sair, porque eu vou ter que participar de um novo compromisso aqui em seguida.

Muito obrigado.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Nós que agradecemos. Obrigado de coração, tá? Obrigado mesmo.

Vou chamar agora o Prof. Ricardo Rodrigues, por favor.

O SR. RICARDO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Também gostaria de agradecer em nome da Coalizão Ciência e Sociedade, colocar a Coalizão Ciência e Sociedade à disposição, não só da melhoria da redação desse PL, como das ações do Senado, porque esse é o nosso papel. Para esse PL, exatamente, nós temos uma contribuição fortíssima que já foi comentada por vários que é, efetivamente, nós traduzirmos essa possível punição para a restauração ecológica, porque esse é o objetivo final que nós queremos nisso, e espero que nós consigamos nesse PL o diferencial que nós chamamos de incêndios de alto impacto com manejo sustentável do fogo, que é necessário em algumas ações de manejo de produção.

Então, isso é o que nós temos de contribuição. Nós temos, claramente definido, essas florestas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são sensíveis, onde o fogo traz grande impacto e aqueles ecossistemas ou aqueles biomas que são dependentes desse manejo sustentável do fogo.

Então, essa contribuição pode ser feita. Nós já estamos repassando um documento à Comissão de Meio Ambiente do Senado com essas proposições.

E, de novo, agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Professor, muito obrigado. O senhor nos trouxe muitos subsídios importantes. Obrigado mesmo.

Dra. Roberta, suas considerações finais.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de o Observatório do Código Florestal participar desta audiência, desta discussão. Ressalto novamente que a proposta é válida no âmbito da regularização fundiária, tem a nossa preocupação de quebrar esse ciclo de desmatamento e ocupação na Amazônia e acredito que uma proposta nesse sentido pode ser muito benéfica.

Agradeço a todos a participação. Neste ano, agora, daqui a duas semanas, teremos os dez anos do Código Florestal, quando teremos duas semanas de debates virtuais. Convido a todos a participarem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Dra. Roberta, mais uma vez, obrigado.

Eu chamo agora o Dr. Leonardo Minaré, da Aprosoja, que está aqui conosco na bancada.

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (Para expor.) – Em nome dos produtores de soja do Brasil, agradecemos o convite.

Quero deixar aqui que a gente está sempre à disposição do Congresso Nacional, dos Senadores e Deputados, na discussão dos projetos legislativos com a participação popular.

Como o Senador Paulo Rocha havia perguntado, nós temos, sim, uma preocupação ambiental, nós temos produção agropecuária com sustentabilidade, estamos preocupados com o desenvolvimento sustentável e adotamos todas as possíveis práticas agrícolas que a ciência nos trouxe. Sempre defenderemos as questões de reserva legal, proteção ambiental e estaremos sempre dispostos a colaborar com o Congresso, com o Governo e, principalmente, com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Leonardo, da Aprosoja.

Eu chamo agora, para também fazer as suas considerações finais, o Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Finalizando aqui, reiterando aqui as minhas palavras finais, nós temos o PL n° 11.276, que estabelece a questão da Política de Manejo Integrado do Fogo, as questões relacionadas à queima controlada – a regulamentação melhor dessa queima, a queima prescrita, aquela queima preventiva –; e temos a questão, colocada aqui pelo Prof. Ricardo, dos incêndios florestais, de que, daqui a pouco, daqui a 30 dias, vai estar tudo queimando de novo. E todo ano, todo ano, desde 1994, eu estou nessa discussão aqui, discutindo fogo, incêndio, quem é responsável, quem faz e quem não faz.

Nós temos um capítulo no PL nº 11.276 sobre a responsabilização do uso do fogo. Eu acho que nós deveríamos, então, Senador, finalizando, fazer um apensamento e termos uma política única relacionada à questão do manejo integrado do fogo, inclusive da responsabilidade. Eu acho que esse PL aqui, o de nº 135, cabe em apensamento ao PL nº 11.276, que chegou ao Senado – o Senador Jaques Wagner já requereu a passagem por esta Comissão. Então, eu acho que se deveria otimizar o trabalho, já que vocês mesmos, Senadores desta Comissão, vão ter que avaliar o Projeto nº 11.276.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a minha sugestão.

Agradeço aqui imensamente aos colegas também pelas sempre democráticas opiniões, respeitando as posições dos nossos pares, e desejo uma boa semana a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Valeu! Muito obrigado, Rodrigo.

E eu chamo agora, por último, para fazer uma exposição mais ampliada daquilo que já foi dito na hora da sua palavra, o Dr. Pedro Neto, do Sistema Florestal Brasileiro.

Por favor, Pedro.

O SR. PEDRO NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom, como disse o senhor, vou fazer um apanhado geral aqui.

O Código Florestal brasileiro é uma legislação que foi debatida quase que à exaustão, cuja publicação, como foi agora lembrado pela Roberta, dia 25 de maio, completa dez anos.

Ele é um marco regulatório, no contexto ambiental, um dos mais modernos, senão o mais moderno, para não falar exigente e rigoroso do mundo. Ele, entre outras condições, coloca o uso dos ecossistemas brasileiros sendo monitorados praticamente em tempo real. O Brasil hoje tem mecanismos para enxergar isso tudo.

A questão do fogo é uma questão que está envolvida nesse contexto como um todo, está no contexto do manejo sustentável, no contexto da agropecuária conservacionista e também no contexto criminal de uso ilegal.

Atacar essa questão é fundamental. Porém, o marco regulatório, a vasta legislação que já existe hoje, além de legislações estaduais, já são suficientes para organizar, para regular e para combater a questão do uso ilegal do fogo.

O arcabouço que rege já essas relações de fogo, etc., já é robusto. Então, essa proposição do PL, embora a sua intenção seja justa, o mecanismo de fazê-lo já se encontra contido, já se encontra contemplado numa série de marcos regulatórios.

E essa medida, caso ela prospere, pode representar um incentivo contrário aos anseios do legislador – alguns dos meus colegas expositores já falaram isso – à medida que alguns produtores rurais, sem escrúpulos e com intenções inescrupulosas, possam se valer desse dispositivo para, intencionalmente, provocar queimadas e incêndios florestais em áreas de reserva legal e até em APP a fim de reflorestá-las com espécies florestais de alto valor comercial.

Então, veja, o marco regulatório brasileiro já é robusto, já é suficientemente claro com relação às questões do fogo; outras iniciativas estão sendo debatidas aí – como disse o Rodrigo Justus, existe um outro PL em tramitação –, de maneira, Senador, que a gente entende a importância do debate, entende a sensibilidade da questão do fogo, porém, entendemos também que o PL, da forma como proposto, não agrega valor ao Código Florestal da forma como ele já existe, sendo o código, hoje, e outras regulações acessórias ou equiparadas ao código, suficientes para esse conteúdo, para esse combate. Restando, sim, a gente só reforçar e dar mais energia no cumprimento desses marcos regulatórios.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Pedro. Obrigado a todos.

Eu sou interiorano, sou filho de agricultor familiar e me lembro muito bem de como se trabalhava isso em velhos tempos. Meu pai era muito preocupado com isso e fazia sempre um aceiro, uma varrida em torno da roça antes de botar aquele fogo para o fogo não se evadir. O que a gente precisa é saber como usar o fogo, uma ferramenta útil.

Qualquer tipo de fogo descontrolado vira um fogo criminoso porque invade áreas... E, assim como dá prejuízos aqui no Brasil, dá prejuízos na Grécia – quantas notícias terríveis vêm lá da Europa? –, dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nos Estados Unidos, principalmente na região do Estado da Califórnia, é um negócio terrível! Em qualquer lugar fogo descontrolado é criminoso, e a gente precisa trabalhar isso de forma muito eficiente.

Agora, sem regularização fundiária, para você pegar o CPF ou o CNPJ do dono, é ilusão tentar encontrar quem fez aquele fogo e causou tantos prejuízos, prejuízos para os produtores que moram e têm... Nós temos tido transtornos porque pastagens inteiras têm sido consumidas e lavouras, enfim, e ninguém acha a quem punir. Então, temos que fazer regularização fundiária, a terra tem que ter CPF ou CNPJ, tem que ter alguém responsável. E aí então a gente começa a ter eficiência nessa construção de uma política que possa tentar segurar.

Depois, o velho e amigo fogo, que o homem descobriu lá no passado e tem sido um companheiro, precisa ir pouco a pouco saindo da pauta, não é? Mas ele só sai da pauta se a gente tecnificar a agricultura. Sem um tratorzinho para poder reutilizar essa terra sempre, sem acesso a fertilizantes ou a outro tipo, a outra forma de adubo, na roça itinerante da agricultura familiar, do ribeirinho e das populações tradicionais vai continuar acontecendo. Então, não é só fazer uma lei para combater; as causas precisam ser trabalhadas de forma inteligente e de forma eficiente, para que a gente tenha resultado.

Então, a conclusão aqui da nossa audiência pública, pelos comentários, respeitando o ponto de vista de todos, é que a questão legislativa, no que diz respeito ao trabalho e manejo do fogo ou às penalidades em cima de fogos criminosos, já está contemplada no Código Florestal brasileiro. Então, é chover no molhado ter que trazer um projeto de lei cuja redação está complicada, não tem como se adequar, pelas palavras postas ali. Então, a conclusão é essa.

E a gente agradece aqui a participação de todos, tanto presencialmente, como a do Leonardo, que aqui está, quanto a dos nossos queridos expositores que fizeram o seu trabalho remotamente e a de todos os senhores que nos acompanharam.

Bom dia a todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Alvaro Dias, Izalci Lucas, Giordano, Fabio Garcia, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 27, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CMA seja incluído o convidado indicado." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 29, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Politica Nacional de Educação Ambiental como politica pública do estado brasileiro, na semana em que se comemora o "Dia Mundial do Meio Ambiente "." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 30, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 89, IX e X; 90, XI; e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, no escopo dos estudos que vêm sendo realizados continuamente pelo Fórum da Geração Ecológica, instituído pela aprovação do Requerimento nº 15 de 2021, da Comissão de Meio Ambiente, que seja realizado no dia 30 de junho próximo, em Brasília, o Encontro de Encerramento do Fórum com a apresentação do Relatório Final dos Trabalhos realizados pelos 5 grupos temáticos." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 34, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 - CMA, sejam convidados os nomes que apresenta." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 32, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2022, destinada a debater a Educação Ambiental como política pública do estado brasileiro, os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 28/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater a gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde sua instituição na Lei nº 12.651, de 2012, à sua regulamentação, dada pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. **Participantes:** Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Ex-Conselheira do CNJ e Pós doutoranda em Direito pela UFPR; Sr. Paulo Moutinho, Pesquisador (representante de: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM); Sr. João Paulo Capobianco, Vice Presidente (representante de: Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS); Sra. Jaine Ariély Cubas Davet, Diretora de Regularização Ambiental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(representante de: Pedro Alves Correa Neto, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro - SFB); Sr. Nilson Vieira dos Santos, Coordenador de Repressão a Crimes Ambientais de Patrimônio Cultural da Polícia Federal; e Sr. Herbert Dittmar, Perito Criminal da Polícia Federal em Dourados-MS. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/25

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicados.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente:

1. A respeito do PLC 61/2013, que cria a categoria de unidade de conservação denominada estrada-parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, as seguintes mensagens eletrônicas:

a. Da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, encaminhando duas cartas, uma da própria instituição e outra assinada por empresários, intelectuais e artistas.

b. Do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, encaminhando carta assinada pelo Presidente do Conselho e por lideranças da região do Parque Nacional do Iguaçu e outras lideranças e entidades estaduais e nacionais.

c. Da Frente Ciudadano Ambiental Kaapuera, da província de Misiones, na Argentina.

As cartas e mensagens encaminhadas apontam retrocesso ambiental em caso de aprovação do PLC 61, destacando riscos, inclusive diplomáticos e comerciais, que a aprovação da matéria pode gerar. Os documentos serão anexados ao processado nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno.

Bom dia, Senador Alvaro Dias. Tudo bem?

2. Mensagem eletrônica do Prof. Dr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, membro da Coalizão - Ciência e Sociedade, que encaminha artigos que a Coalizão considera fundamentais para sustentar cientificamente o conteúdo do PL 135, de 2020, e um documento propositivo da Coalizão – Ciência e Sociedade para colaborar na melhoria e aperfeiçoamento do texto do referido projeto. Os documentos serão anexados ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

processo nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno.

Objetivo e diretriz desta reunião. A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira destinada à deliberação de requerimentos apresentados à nossa Comissão; a segunda destinada à realização de audiência pública para debater a gestão, o monitoramento e o aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde a sua instituição na Lei 12.651, de 2012, à sua regulamentação dada pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro do mesmo ano.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberação nominal. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 27, DE 2022
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CMA seja incluído o convidado indicado.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O Senador está lincado à reunião.

Convido o Senador Jean Paul Prates para a leitura do seu requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, apenas trata-se, para resumir, do Requerimento 27, que se refere à audiência com o Sr. Evaristo de Miranda, que ainda está para ser marcada a data, sobre as teorias e influências dele sobre a pauta ambiental do atual Governo Federal, e é apenas para inserção de um nome a mais.

Também solicitei à Mesa que colocasse o Requerimento extrapauta 34, que é de uma audiência pública que foi pedida em 2019. Aí, depois com a pandemia, tudo isso foi acontecendo... É sobre a Caatinga, um projeto que eu estou relatando sobre o desenvolvimento sustentável da Caatinga. E aí nós estamos indicando também os nomes pela primeira vez. Esse é o Requerimento 34, de 2019. Basicamente, o 34 é de agora, mas o original da audiência que já foi aprovada é de 2019.

Então, são apenas esses dois requerimentos que eu queria submeter à votação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador, vou votar o 27. O 34 eu vou colocar na ordem, mas será colocado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em votação o Requerimento nº 27, de 2022, apresentado pelo Senador Jean Paul Prates, com a inclusão de mais uma pessoa em audiência pública já aprovada.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 27, de 2022.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 29, DE 2022
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Politica Nacional de Educação Ambiental como politica pública do estado brasileiro, na semana em que se comemora o "Dia Mundial do Meio Ambiente ".

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Eu vou ao item 3, já que o Senador não está presente.

1ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 30, DE 2022
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 89, IX e X; 90, XI; e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, no escopo dos estudos que vêm sendo realizados continuamente pelo Fórum da Geração Ecológica, instituído pela aprovação do Requerimento nº 15, de 2021, da Comissão de Meio Ambiente, que seja realizado no dia 30 de junho próximo, em Brasília, o Encontro de Encerramento do Fórum com a apresentação do Relatório Final dos Trabalhos realizados pelos cinco grupos temáticos.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os objetivos do evento são: primeiro, reunir a totalidade dos integrantes, 45 membros, do Fórum, para a apresentação do relatório final das atividades dos cinco grupos de trabalho, a saber: Bioeconomia, Cidades Sustentáveis, Economia Circular e Indústria, Energia e Proteção, Restauração e Uso da Terra; segundo, apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade o arcabouço de propostas legislativas construídas pelos cinco grupos de trabalho; terceiro, apresentação de cada grupo de trabalho sobre os principais desafios e resultados alcançados.

Convido a participar, no dia 30, último dia do mês do Junho Verde, todos os membros do fórum, assim como os consultores responsáveis pelo apoio técnico e legislativo à construção das propostas, todos listados no requerimento, em ordem alfabética.

Na verdade, esse grupo foi constituído há um ano. Foram convidadas 45 pessoas representativas de diversos segmentos da sociedade civil para debater o que poderia ser um arcabouço legislativo para este momento em que o mundo inteiro dá o que eu chamo de uma guinada verde ou de uma embocadura diferenciada no tratamento da questão ambiental e da sustentabilidade.

Então, no dia 30, depois de um ano de trabalho, esses membros vão apresentar o resultado do trabalho deles.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Apenas, Presidente, para eu ouvir novas manifestações lidas por V. Exa. em relação ao projeto que discute a estrada parque.

É uma questão que vem de longe; especificamente a Estrada do Colono, no Paraná, promove um debate de 40 anos. Então, tivemos muitas audiências públicas no estado, muitas audiências públicas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Congresso durante esses 40 anos, e esse impasse perdura, gerando conflitos de opinião e evidentemente passando a ideia de que nós estamos com posições ideológicas relativamente à preservação ambiental que obviamente podem ser superadas com a votação do projeto.

Eu imagino que a solução é votar o projeto. Se ele for rejeitado, vai para o arquivo; se for aprovado, siga o caminho. Ocorre que especialmente quem vive lá no Paraná e na região não se conforma com esta situação do impasse. Certamente alguém pode propor aqui mais uma audiência pública, e isso vai passar a ideia da protelação, de que o que se deseja é simplesmente protelar o assunto para não deliberar sobre ele.

Então, a minha posição, e faço isso humildemente, diante de V. Exa., é que esse projeto já está pronto para ser votado. Nós temos que submeter à votação. Defenderemos as nossas posições, não é? E, evidentemente, respeitaremos a decisão.

Eu vejo até manifestação da Argentina, onde existem duas estradas-parques cortando o Parque Nacional Iguazú e que são estradas, inclusive, utilizadas pelos paranaenses, que são obrigados, de uma região para outra, a dar uma volta de 120km, não é? Portanto, nada mais justo que se respeite aquela população deliberando sobre essa matéria.

É o pedido que eu faço a V. Exa., e tenho certeza de que é propósito de V. Exa. não deixar nada sem solução, sem decisão. Certamente, a gaveta não é o melhor lugar para matérias dessa natureza. De forma transparente, nós vamos enfrentar a situação e votar, deliberar sobre a matéria.

É isso que eu peço a V. Exa., Presidente Jaques Wagner.

Ouvi do Presidente Pacheco, ainda há poucos dias, que ele também tem um compromisso de que o Senado delibere sobre essa matéria, porque ele esteve na região, em Cascavel especificamente, e ouviu da comunidade, dos representantes da comunidade, este apelo para que a matéria fosse votada no Congresso. E ele assumiu esse compromisso também. E V. Exa. tem esse compromisso de não guardar nada na gaveta, o que é muito bom.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não... Então, eu ia chamar o testemunho de V. Exa. para o caso da silvicultura, que nós conseguimos superar pela via do diálogo. Eu também sou contra se postergar. Eu acho que se tem que decidir. A democracia vive de debate e deliberação.

Apenas eu queria lhe comunicar que, mesmo já tendo havido 40 anos de discussão e um número bastante grande de audiências públicas, já há protocolado um requerimento da Senadora Eliziane Gama com mais um pedido de audiência pública, que tem que ser aprovado nesta Comissão – ele ainda não foi aprovado. E o Senador Contarato, pelo que me informa aqui a Secretaria da Mesa, está com o relatório, mas ele... O quê? (*Pausa.*)

Estaria reexaminando.

Eu não sei se V. Exa. já teve a oportunidade de dialogar com o Relator ou não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Já, Presidente. E, diante do Presidente Pacheco, nós conversamos: o Presidente Pacheco, o Senador Contarato e eu conversamos sobre a matéria, e ele com essa disposição de realmente protelar. Foi franco: que retirou exatamente como uma manobra de protelação. E o Presidente asseverou a ele que ele também tem esse compromisso de deliberação. Por isso, eu imagino que o entendimento de V. Exa. com o Senador Contarato nos levará a deliberar.

Os que defendem a legislação sobre estrada-parque da forma como está posta nesse projeto já aprovado pela Câmara dispensarão a audiência pública. Eles afirmam que, se mais uma audiência pública se realizar, eles não comparecerão porque já vieram em tantas audiências públicas, inclusive na Câmara dos Deputados, o que consideram dispensável e imaginam ser apenas uma estratégia de protelação. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concordo com eles, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou fazer o seguinte, Senado Alvaro Dias: vou me comprometer a conversar com o Senador Contarato, para saber qual é o ponto de vista dele como Relator, e lhe dar um retorno sobre a matéria.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 31, extrapauta.

Não, esse é outro, não é? (*Pausa.*)

Vou passar, então, ao requerimento extrapauta do Senador Jean Paul.

Senador Jean Paul, V. Exa. pode fazer a leitura, o esclarecimento sobre o seu requerimento que guarda o nº 34.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 34, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 - CMA, sejam convidados os nomes que apresenta.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Pois não, Presidente. É uma audiência pública já solicitada pelo Requerimento de nº 5, de 2019, que constitui nosso objeto de análise, que é o projeto de lei do Senador Garibaldi Alves, sobre a Caatinga, a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, que, inclusive, se harmoniza com outro projeto de sua autoria, do Senador Jaques Wagner, que eu também estou relatando na CDR, que é um projeto sobre o Cerrado.

Então, estamos aqui, trabalhando com os dois biomas em paralelo, em Comissões paralelas.

Esse requerimento é justamente para requerer que sejam convidados para uma audiência pública sobre a Caatinga a Professora e Pesquisadora Márcia Vanusa da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco; a Professora Doutora Rosimeire Cavalcante, da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); o Professor Carlos Roberto Sorensen, também da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, um dos Coordenadores do projeto chamado Caatinga Potiguar; o Sr. Frans Germain Corneel Pareyn, Coordenador-Geral da Associação Plantas do Nordeste (APNE); um representante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); um representante da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc); e um representante do Consórcio Nordeste, que reúne justamente os Governadores.

É essa a solicitação de 24 de maio de 2022, que nós submetemos hoje à aprovação desta Comissão. Requerimento nº 34, de 2022.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Eu coloco em votação, então, o Requerimento Extrapauta de nº 34, de 2022, do Senador Jean Paul.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento de nº 34.

Eu subscrevi os requerimentos a pedido do autor, Senador Paulo Rocha, e passo à leitura.

1ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 29, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Politica Nacional de Educação Ambiental como política pública do estado brasileiro, na semana em que se comemora o "Dia Mundial do Meio Ambiente".

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

E propõe um conjunto de membros. Ele está aditado ao Requerimento nº 32 apenas para complementar as indicações.

Eu posso colocar os dois? (*Pausa.*)

Eu colocarei, então, os dois requerimentos em votação: o de nº 29, que propõe a audiência sobre Política Nacional de Educação Ambiental, e o de nº 32, que apenas o complementa, é um extrapauta para complementar as indicações.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 32, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2022, destinada a debater a Educação Ambiental como política pública do estado brasileiro, os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA))

Os Senadores e as Senadoras que concordam com os Requerimentos nº 29 e nº 32 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Parte dois desta sessão. Audiência pública.

Audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2022, de minha autoria, com a finalidade de debater a gestão, o monitoramento e o aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde a sua instituição na Lei nº 12.651, de 2012, à sua regulamentação, no mesmo ano, através do Decreto nº 7.830.

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todos as manifestações já está disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos, salvo a Polícia Federal, que apresentou dois representantes com papeis distintos na atuação do processo de fiscalização e monitoramento. Por essa razão, cada um terá o tempo de dez minutos, somando 20 minutos para a instituição.

Caso optem por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela para a exposição e, nesse caso, é fundamental que se encaminhe o arquivo à secretaria para publicação e pesquisas futuras.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Participam remotamente: Sr. Paulo Moutinho, Pesquisador Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); Sr. João Paulo Capobianco, Vice-Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Jaine Ariély Cubas Davet, Diretora de Regularização Ambiental do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), representando o Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, Diretor-Geral da mesma entidade, do Serviço Florestal Brasileiro; Sra. Maria Tereza Uille Gomes, ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça e Pós-Doutoranda em Direito da Universidade Federal do Paraná; Sr. Nilson Vieira dos Santos, Delegado da Polícia Federal e Coordenador de Repressão a Crimes Ambientais e Patrimônio Cultural; Sr. Herbert Dittmar, Perito Criminal da Polícia Federal na área de crimes ambientais, desde 2007, e lotado na Delegacia de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Quem é que está aqui? (*Pausa.*)

Desculpe-me, Maria Tereza, eu gostaria, então, de convidá-la à mesa. Perdão por ter errado.

Eu vou dar prioridade a quem está presencial, mas, logo depois, nós passaremos evidentemente a palavra aos Srs. Senadores.

Eu queria fazer uma colocação sobre essa audiência. Eu tenho, por norma, pedido para a gente limitar em quatro, cinco pessoas as audiências, para que a gente possa aproveitar os expositores, porque, na verdade, quando a gente coloca oito, nove, acaba que você não rende.

Quero registrar que houve um pedido da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) para abrir a possibilidade de a sua Diretora Mônica Sodré, Diretora-Executiva, participar também. Até porque a Raps tem se dedicado a esse tema e inclusive tem, em conjunto com o gabinete do Senador José Serra, construído o PL 486, de 2022, e a PEC nº 7, de 2022, tendo sido despachada recentemente essa PEC para a CCJ. Então, foi um pedido do dia de ontem.

Como eu não gosto muito de quebrar nossas regras, porque eu acho que a democracia vive do respeito às regras, não apenas das exceções às regras, eu peço perdão, pela importância que tem a rede, a Raps, e a própria Mônica, e faço questão de registrar o trabalho que ela vem desenvolvendo sobre esse tema. E quero dizer algumas palavras sobre... Primeiro, estamos nos aproximando do Junho Verde, portanto eu acho que nada mais razoável do que lançar olhos sobre temas como o CAR, que por vezes, nós vamos ver na audiência pública, é usado de forma, eu diria, no mínimo irregular para regularizar o não regularizável. Por isso, nós pedimos audiência sem adjetivar, sem fazer prejulgamento, mas para esclarecimento, porque a audiência se dá numa data bastante importante.

Hoje o novo Código Florestal, exatamente a lei que criou o cadastro, a 12.651, completa dez anos. Trata-se, portanto, de um momento importante para avaliarmos sua implementação e principalmente o grau de cumprimento da lei, em especial o alcance dos seus objetivos ao longo desses anos. Dentre os princípios do novo Código Florestal – é importante lembrar – estão questões importantes, como a afirmação de compromisso do Brasil para a preservação da vegetação nativa, o papel da atividade agropecuária na sustentabilidade, a responsabilidade das ações governamentais na proteção e uso de nossas áreas naturais, o fomento à pesquisa e a mobilização de incentivos econômicos para atender ao que a lei se propõe.

Em atenção a essa data, portanto, propusemos essa audiência pública para tratar de um importante instrumento: exatamente o Cadastro Ambiental Rural. O cadastro é instituído no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente e trata do registro público eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todos os imóveis rurais com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Esse é um instrumento moderno que possibilita ter um novo grau de transparência quanto às ocupações de terras em todo o território nacional. Entretanto, é preciso, como todo instrumento sob a responsabilidade do poder público, estar sujeito a aprimoramentos para que possa de fato cumprir a sua função.

Conforme apontou o estudo do Ipam, representado hoje nesta audiência pelo Dr. Paulo Moutinho, 30% das áreas na Amazônia estão ocupadas por cadastros ilegais. Existem registros sobrepostos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

unidades de conservação, terras indígenas e terras públicas não destinadas, patrimônios da população brasileira. É preciso debater estratégias de aprimoramento desse sistema como forma de garantir que os filtros do CAR não permitam ou validem registro sobre estas áreas.

A exemplo dos impactos sobre uso e ocupação de terras, Parlamentares desta Casa estiveram na Terra Indígena Yanomami para verificar a situação desses povos que enfrentam a invasão de seus territórios pelo garimpo ilegal. A situação é alarmante. Existem denúncias de violação de direitos humanos, como estupros e assassinatos, inclusive de crianças e adolescentes, sem contar a poluição dos cursos hídricos e do solo desse território.

O uso e a ocupação de terras no Brasil são um debate antigo e que carece ser conduzido com extrema cautela. Existem, junto ao debate sobre o CAR, desafios relacionados à regularização fundiária no país. O Presidente do Incra determinou a suspensão de atividades do órgão por falta de verba, segundo informações de documento interno do órgão, revelado agora, alguns dias atrás, pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Tanto o debate sobre o CAR quanto a regularização de terras do país serão subsídios para outra questão em voga nos dias atuais, o mercado de carbono. Na última semana, o Governo Federal publicou um decreto que, entre outros aspectos, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Sabemos que no Brasil nossa maior fonte desta emissão se dá em atividades relacionadas ao uso da terra, incluindo o desmatamento. O CAR, nesse sentido, poderá ser uma ferramenta importante e objetiva de qualificação e monitoramento dos nossos estoques de carbono, importante ativo armazenado em áreas naturais em todos os biomas.

Lembro também de importante conclusão do último relatório do IPCC: a expansão agrícola insustentável aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas e de populações humanas, levando à competição por recurso de terra e água.

Esta breve introdução nos leva a perceber a importância que um instrumento como o CAR tem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de nosso país. Esperamos que esses principais questionamentos possam ser contemplados nas apresentações de nossos convidados. Desejo a todos uma boa e produtiva audiência pública.

Eu quero, antes de passar a palavra à primeira expositora, reforçar o que eu acabo de ler. Todos sabemos que nós temos aqui um projeto chamado de regularização fundiária. Eu tenho dito ao Relator, conversei com ele recentemente, que a lei atual é capaz de regularizar 80% a 85% das terras não regularizadas. Eu estou falando de terras que legalmente merecem ser regularizadas. E, portanto, a nova lei me parece um açodamento desnecessário. Melhor seria se nós instrumentalizássemos o Incra e todo o segmento que é responsável por essa regularização para regularizar.

E propus ao Relator que, mesmo que se tenha uma nova lei, no *caput* da lei fique explícito que a regularização será feita em sentido crescente das dimensões das terras a serem regularizadas. Dessa forma, nós faremos justiça social, porque nós vamos regularizar terras efetivamente de pequenos agricultores – e a pressa sempre me parece que é para regularizar os 15% que não são exatamente regularizáveis com a lei atual.

Reparem, eu vou insistir nessa audiência por quê? Quando se fala em regularizar, fala-se de fazer o cadastro. Se o cadastro está admitindo, por determinadas falhas, a regularização de terras que não eram para ser regularizadas, é preciso revisitar o CAR antes de se falar de regularização, senão nós estamos com uma ferramenta obsoleta, ou com defeitos, ou com insuficiência e queremos utilizá-la para fazer a regularização. Então, por isso, essa audiência.

Como eu não sou expositor, e já falei mais que os expositores, eu passo a palavra à nossa Maria Tereza...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Permita-me adicionar também à sua fala, à fala da Mesa, da Presidência, que, além de uma data importante, como V. Exa. já se referiu a isso, à questão do aniversário de dez anos da aprovação do Código Florestal, queria também chamar a atenção do Plenário da CMA para o que aconteceu recentemente, nesta semana, que envolve a Amazônia, que é a visita do bilionário tentando vender os seus satélites, mas o objetivo é tomar conta dos interesses e das riquezas que estão ali na nossa Amazônia. Queria registrar isso também, porque a nossa audiência se dá neste momento em que o Governo brasileiro está cedendo o mapeamento das nossas riquezas para os bilionários internacionais.

Naturalmente que o Paulo Moutinho, que é do Ipam, pesquisador dedicado à Amazônia, e o João Paulo Capobianco, que já passou também pelos governos anteriores nossos, sabem e, com certeza, vão comentar um pouco sobre isso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu passo a palavra à Sra. Maria Tereza Uille Gomes, ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça e pós-doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES (Para expor.) – Eminente Senador e Presidente desta Comissão, Dr. Jaques Wagner, a quem saúdo e apresento as minhas homenagens pelo trabalho excepcional que vem fazendo em relação à proteção do meio ambiente, acho que é o compromisso que temos com a geração atual e com as gerações futuras, esta Comissão é uma comissão do Senado de alta relevância para a nossa sociedade. Quero saudar o eminente Senador Paulo Rocha, todos os Senadores que integram esta Comissão, os que participarão também desta audiência pública, os senhores e senhoras que aqui estão.

Gostaria de agradecer, inicialmente, pela oportunidade extremamente rica, ao completar dez anos do Código Florestal, de trazer à Mesa esta discussão e pensar em soluções que talvez não sejam tão complexas assim e que possam de fato caminhar para não apenas a regularização fundiária, que, como disse o Senador Jaques Wagner, tem na sua base a regularização cadastral do Cadastro Ambiental Rural, mas também para falar em regularização registral, fazer com que o cadastro ambiental seja vinculado ou indexado aos registros públicos, de acordo com a Lei 6.015, Lei de Registros Públicos. Talvez esteja aí uma grande lacuna. E essa lacuna causa insegurança ao Cadastro Ambiental Rural, que se sobrepõe a determinadas terras sem controle.

Eu acho que é mais ou menos sobre isso que eu gostaria de focar aqui um pouco a minha apresentação e trarei em breves linhas, dizendo que muito do que aqui temos a apresentar foi fruto de construções, durante o período de CNJ, com o Serviço Florestal Brasileiro, Polícia Federal, o palestrante de hoje, Paulo Moutinho, assim como várias organizações, Funai, enfim. E o objetivo da audiência hoje é debater a gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural desde a sua instituição, na Lei 12.651, até a sua regulamentação, dada pelo Decreto 7.830.

Eu falo um pouco da minha experiência empírica, uma experiência profissional. Eu fui do Ministério Público do Estado do Paraná por 30 anos, fui Procuradora-Geral de Justiça no Paraná. Atuei no Conselho Nacional de Justiça, de 2017 a 2021, como Conselheira do CNJ, indicada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e passando pela sabatina aqui do Senado por duas vezes. Atualmente eu sou Professora do Mestrado em Direito na Universidade Positivo e estou fazendo um pós-doutoramento na Universidade Federal do Paraná, justamente pesquisando essa temática florestal, a temática do crédito de carbono e quais são os obstáculos para a efetiva institucionalização de documentos que permitam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

crédito de carbono para pequenos proprietários rurais.

Enfim, no CNJ, eu tive, nesses quatro anos, a oportunidade de participar do observatório do CNJ e do CNMP, à época criado pelo Ministro Toffoli e pela Dra. Raquel e que continua hoje sob presidência do Ministro Fux. Ele criou, inclusive, um Observatório específico do Meio Ambiente no CNJ. Ali tive oportunidade de acompanhar os desastres de Mariana e Brumadinho. Só no de Mariana, nós reunimos os processos: eram mais de 60 mil processos em relação a um único desastre ambiental. Fui a relatora do processo de grilagem de terras da Operação Faroeste, na Bahia, e, a partir desse voto e da deflagração, enfim, da operação pelo STJ, nós tivemos a oportunidade de criar um mecanismo de controle nos dois cartórios, com a criação de uma auditoria – uma auditoria nos dois cartórios – com estatística, que acabou sendo aprovado também pela corregedoria.

Por indicação do Ministro Toffoli e designação do Ministro Barroso, eu atuei como observadora na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 709, que tramita no Supremo Tribunal Federal e que trata da questão das terras indígenas, da questão das ocupações ilegais em terras indígenas no período da covid e o risco de contaminação dos indígenas isolados.

Tive oportunidade, então, aprofundando muito o estudo em relação a essa questão das terras indígenas, de fazer, com o apoio do Serviço Florestal Brasileiro e de vários outros órgãos, a sociedade e organizações ambientais, um levantamento de dados das florestas públicas no país por município. E, ao fazer isso, começamos então a trabalhar com mapas geoespaciais e a começar a identificar quantos cadastros ambientais rurais estavam sobrepostos a cada uma dessas florestas, por município. Foi um trabalho extremamente detalhado, está publicado e, por fim, acabou numa proposta de criação, no Conselho Nacional de Justiça – e hoje está em funcionamento –, do sistema chamado SireneJud, que são várias camadas de várias informações de diversos órgãos, o que permite, então, conhecer um pouco melhor o que acontece em relação a essa temática.

Nesses diagnósticos, nós fizemos um mapeamento por município e a criação de um cadastro para cerca de 300 milhões de hectares de florestas públicas do Brasil. O Brasil tem 850 milhões de hectares, dos quais 300 milhões de hectares são florestas públicas. Dessas florestas públicas, nós temos 107 milhões de hectares de florestas em terras indígenas, e cada uma das terras indígenas foi mapeada com um olhar muito cauteloso, para verificar o que estava acontecendo. A partir desse levantamento macro, esse levantamento estratégico, iniciamos, ainda quando eu estava no CNJ, em Corumbá, junto com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, um estudo a respeito dos pontos ali de incêndio, em Corumbá, e aí isso acabou se transformando num laboratório de inovação bem interessante.

Atualmente – isso já depois que saí do CNJ, agora há questão de uns quatro, cinco meses –, eu passei a fazer um estudo de caso específico de um município, um município do Estado do Paraná chamado Peabiru, que tem o nome indígena de Caminho do Peabiru, que precede o descobrimento do Brasil. A partir daí eu venho desenvolvendo pessoalmente, como resultado de todas essas pesquisas e experiências, um sistema chamado SigClima, e nesse sistema eu pretendo fazer um instrumento ali de *due diligence*, de verificação do que está se passando.

Esse relatório é um relatório público, foi feito pelo CNJ e CNMP à época, em que nós verificamos 624 terras indígenas, 118 milhões de hectares, em 483 municípios, e chegamos à conclusão de que ali nós tínhamos 2.789 cadastros ambientais rurais privados sobrepostos em terras indígenas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Dentro dessa área. São 100 milhões de hectares e, nos 100 milhões de hectares de terras indígenas, 2.789 cadastros ambientais rurais sobrepostos, o que indica que realmente nós precisamos tomar algumas providências, não é?

O CAR, em relação à gestão, é um cadastro de altíssima relevância do conteúdo dos dados. Eu diria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

até que o coração do Código Florestal está no Cadastro Ambiental Rural, porque é por ali que eu vejo as áreas de APP, as áreas de reserva. Mas ele tem um problema seríssimo: ele é autodeclaratório, e não deveria ser autodeclaratório, deveria ser constitutivo.

Eu tenho duplicidade de cadastros ambientais rurais, eu tenho alguma dificuldade de diálogo entre a União e os municípios – e que é natural, enfim, pela distância – e um papel central dos municípios e dos cartórios extrajudiciais, porque o problema aqui do CAR não se soluciona com o Serviço Florestal pela União.

É essencial a participação da base e a participação dos municípios, e não apenas dos municípios, porque o CAR é um cadastro administrativo do Poder Executivo gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, e os cartórios extrajudiciais que possuem dados são regulados pelo Poder Judiciário. Então, nós estamos falando de dois Poderes diferentes cujos dados precisam ser integrados.

Eu vejo, em relação ao monitoramento, como principal problema, a inexistência do vínculo entre Cadastro Ambiental Rural do Poder Executivo e registros públicos da Lei 6.015, que são objeto de regulação pelo Poder Judiciário, em especial pelo Conselho Nacional de Justiça. Vejo também um problema em relação à questão do Cadastro Ambiental de Terras Públicas, não que necessariamente você tenha que ter todos os dados completos, mas você precisa criar um número de cadastro de terras públicas para colocar no cadastro do CAR, para evitar uma sobreposição, porque, se você tem um cadastro anterior e alguém particular tenta cadastrar, já bloqueia porque ele não consegue inserir. Parece que é pelo menos a geração do número do Cadastro Ambiental Rural em relação às terras públicas.

Muito se fala em regularização fundiária, muito se fala em regularização ambiental, e eu quero falar sobre regularização registral. Os cartórios extrajudiciais são fundamentais para fazer a junção do CAR (Cadastro Ambiental Rural) com as matrículas no registro de imóveis, com a ata notarial que pode documentar se aquela área está de fato preservada ou não, e com títulos e documentos que podem notificar eventualmente alguém que esteja causando algum desmatamento para comparecer às audiências públicas. Eu vejo isso como algo muito importante. Inclusive os cartórios extrajudiciais estão terminando a criação de um novo instituto que é o instituto nacional que visa a fazer a certificação de crédito de carbono com base em documentos públicos. Nós estamos dialogando muito, e acho que esse decreto que saiu na semana passada sobre a questão do crédito de carbono cria ali um sistema, e é fundamental que esses sistemas estejam integrados. Parece-me que aí nós estamos falando do coração da segurança jurídica no Brasil em relação ao Cadastro Ambiental Rural.

O vínculo obrigatório com a matrícula. Estamos falando que domínio, posse e georreferenciamento precisam estar conectados, estamos falando da possibilidade do uso de ata notarial para registro de determinados fatos, de títulos e de documentos.

Em relação ao aperfeiçoamento, estamos com dez anos, como lembrou aqui o nosso Presidente, Senador Jaques Wagner, de legislação. Se me fosse possível sugerir alguma coisa, eu faria três sugestões muito pontuais – muito pontuais –, Senador Paulo. A primeira delas é em relação à questão do art. 3º, que define o que é crédito de carbono. Na semana passada, nós tivemos uma definição de crédito de carbono por decreto, mas o Código Florestal traz o conceito de crédito de carbono como um título de direito de natureza incorpórea, intangível e transacionável. Eu acho que precisaríamos pensar ali também numa redação para o crédito de carbono como um título de direito florestal averbado no registro imobiliário. Por quê? Porque florestas são árvores. Não existem árvores em pé e não existe floresta em pé se ela não estiver associada ao uso da terra e ao solo; por consequência, eu estou falando de direito real e estou falando da necessidade de documentar com absoluta segurança jurídica a questão do crédito de carbono, sob pena de estarmos correndo o risco de um outro tipo de lavagem, que é a lavagem verde, é o *greenwashing*. Nós precisamos ter o CAR vinculado ao registro de imóveis e nós precisamos ter o crédito de carbono devidamente documentado não por instrumentos privados, por contratos de gaveta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mas por algo que tenha realmente 100% de segurança jurídica.

A segunda sugestão que faria diz respeito ao art. 6º, quando ele diz que o Cadastro Ambiental Rural tem natureza autodeclaratória, ele deveria ter a natureza constitutiva, porque ele constitui direito, direitos e deveres, direitos e obrigações de manter a área de APP, de manter a área de reserva. Então, eu acho que ele não deveria ser declaratório e, sim, constitutivo. São pequenos ajustes, mas profundamente estruturais.

Sobre o art. 18, §4º, acho que aqui seria de todos o mais importante e o maior avanço que poderíamos ter nesses dez anos de Código Florestal: tornar obrigatória a averbação do CAR na matrícula do registro imobiliário, e digo mais, sem custo e sem ônus. Penso que no Código Florestal poderíamos pensar também em criar um programa de carbono zero nos municípios vinculado ao Cadastro Ambiental Rural e à matrícula imobiliária, porque realmente, quando se fala em política climática, de um lado nós temos os que emitem gases de efeito estufa e nós temos os outros que removem gases de efeito estufa, que são as florestas. Então, eu acho que nós poderíamos pensar em avançar no Código Florestal num dispositivo muito simples, muito singelo, mas traçando essa indexação da questão florestal com a questão climática.

E me parece assim que essas seriam as minhas principais conclusões em relação à questão legislativa.

Aqui é só para trazer informações. Nós publicamos pelo CNJ, está disponível no *site* público Agenda 2030 no Poder Judiciário brasileiro, mais de 30 relatórios. Esses 30 relatórios estão todos disponíveis para acesso público.

Aqui eu falo um pouco sobre essa experiência, que está sendo uma experiência muito rica, de um município, de olhar mesmo não o macro, não o estratégico, mas o micro. Nós estamos fazendo um inventário de carbono nas florestas do Município de Peabiru, que é um município pequeno. Foram identificadas as florestas por Cadastro Ambiental Rural. Foi feito aqui um cálculo e esse cálculo, Senadores, é muito importante, porque ele nos permite, com imagem de satélite, saber, por Cadastro Ambiental Rural, qual é a área que nós deveríamos recuperar de APP, de área de preservação permanente, e, ao criar esse projeto de reflorestamento, quanto em toneladas de carbono isso representaria ao longo de 30 anos. Nós estamos medindo, então, o estoque de carbono por Cadastro Ambiental Rural no município. Temos aqui já alguns dos principais resultados e temos aqui que o estoque de carbono no município é de 3,903 milhões toneladas. O potencial sequestro anual de carbono é de 36 mil toneladas. E nós podemos aqui... Nós temos um percentual de cobertura florestal em áreas de preservação permanente de 55% do total, havendo necessidade de recuperar 1,377 mil hectares, para que as propriedades estejam adequadas ambientalmente. E aqui é que nós precisamos criar realmente um estímulo de reflorestamento para aumentar a área verde em APP, mas com monitoramento e não apenas com fiscalização e punição, mas com estímulo mesmo, inclusive com estímulo financeiro para o potencial de crédito de carbono existente nessas áreas, ajudando os pequenos proprietários.

Essas são algumas imagens desse sistema que nós estamos desenvolvendo que é o Sigclima. Aqui é o Município de Peabiru, já com todos os cadastros ambientais rurais. Ali tem os focos de incêndio com monitoramento satélite. Aqui tem o monitoramento de todas as nascentes do município, identificando onde elas estão. Aqui nós começamos, então, a fazer um estudo de como integrar o Cadastro Ambiental Rural com o número do cartório de registro de imóveis. E acho que essa experiência é uma experiência pioneira. Essa experiência, por tudo que vi nesse período de quatro anos no Conselho Nacional de Justiça, me dá a certeza de que o caminho da segurança jurídica é vincular o CAR às matrículas imobiliárias, com o apoio dos cartórios de títulos e documentos para determinadas regularizações.

Enfim, aqui é uma outra forma em que você verifica onde estão os pontos de incêndio, onde estão os focos de ignição. Você pode fazer um estudo de inteligência geoespacial, identificando por CAR onde estão esses pontos de incêndio num período de X a Y, gerando relatórios. Mas não basta o número do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

CAR, eu preciso que o CAR seja indexado aos registros imobiliários para eu saber quem é o proprietário dessa área e, sabendo quem é o proprietário dessa área, gerar um alerta e contribuir com as autoridades que possuem competência para isso. A Polícia Federal e a Polícia Civil já vêm fazendo um trabalho muito importante de inteligência – vários órgãos vêm fazendo –, o Ministério Público, e o Poder Judiciário, que também, através dos seus laboratórios, vem fazendo um trabalho muito interessante nesse sentido.

Eu penso que a questão do CAR é realmente a questão central a ser resolvida – Cadastro Ambiental Rural –, mas ele por si só não resolve o problema. Não adianta regularização fundiária com regularização do cadastro CAR. Nós precisamos instituir um grupo para estudar a regularização registral, registros públicos, e como indexar o CAR com o registro de imóveis, com a matrícula no registro de imóveis. Acho que aí nós temos a segurança jurídica que falta para que os projetos internacionais e nacionais que visam contribuir com a proteção das florestas em pé no país possam, de fato, dispor de segurança jurídica.

Eu gostaria de agradecer imensamente pela oportunidade, Senador, ao senhor e, na sua pessoa, a todos os Senadores que integram esta Comissão, ao Senador Paulo, que nos prestigia aqui, e fazer um agradecimento especial pela presença da Dra. Clara Mota, que é Juíza Federal e está presente aqui conosco, participando deste evento.

Muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quero saudar a presença da Dra. Clara aqui entre nós.

Eu só queria fazer um comentário antes de passar ao próximo, apesar de que as perguntas dos Senadores são no final, mas eu tenho uma preocupação no sentido de que a senhora coloca corretamente que é possível juntar, vou dizer assim, o CAR com a regularização cadastral, o registro.

E nós sabemos que a senhora foi a Relatora da Operação Faroeste, que envolveu o crime, evidentemente, mas, vamos dizer, o que deu uma certa sustentação ao crime perpetrado por vários magistrados, infelizmente, da terra de Ruy Barbosa, que eu tive a honra de governar... E, como pude indicar alguns, eu sempre disse a eles: "Eu não lhe peço nada. Vou assinar aqui e vou publicar no Diário Oficial, só lhe peço que melhore o Judiciário da terra de Ruy, porque não é possível que na terra de Ruy tenhamos...".

É óbvio que sem generalização, mas por que que eu estou falando? É porque, no oeste da Bahia, o volume de donos artificiais, não por CAR, mas por registro de cartórios, são inúmeros. A gente sabe disto, de ex-homens públicos que eu não cito o nome, para não parecer leviano, que têm 300, 500, 600 mil hectares. Quem deu... foi registrado. Até em Salvador vou lhe dizer que acontece isto, que havia um prédio sendo construído, e eu achei estranho o local. Pedi ao Jurídico da Governadoria que fosse buscar. Como eu suspeitava, era terra pública. Era terra do estado que alguém...

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: se nós temos que fazer o CAR constitutivo e não declaratório, eu acho que a gente vai ter que jogar um olhar também sobre os cartórios de títulos. É só um comentário.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Se o senhor me permitir a...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A tréplica...

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Eu acho que sim. Essa experiência da Operação Faroeste, que envolve o tamanho de... É uma grilagem de terras de, eu acho, sete vezes o tamanho de Salvador mais ou menos. É a maior grilagem de terras no Brasil, essa a que o Senador se refere. Isso acabou passando pelo Conselho Nacional de Justiça, e nós temos aí dois problemas seriíssimos. Um deles: a falta de georreferenciamento nas matrículas imobiliárias. E acho que esse georreferenciamento tem que ser corrigido, não é? Tem o Sigef, que é do Incra, o CAR... E, trazendo esse georreferenciamento, ao indexar o CAR para o registro de imóveis, eu acho que nós conseguiríamos já eliminar alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

problemas dessa natureza.

Mas tem outro: as terras públicas não são – e poderiam ser – registradas nos cartórios de registro de imóveis. Então, quando vai um particular, ele acaba, às vezes, abrindo a matrícula. Por quê? Porque ali não tem a matrícula da terra pública. Isso poderia ser corrigido pelo Código Florestal, se estariam corrigindo pelo Código Florestal 300 milhões de hectares no Brasil, por um artigo do Código Florestal. Eu acho que é essencial o que o senhor disse.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só um comentário... Eu, que não sou jurista, me dirigi a alguns, ou particularmente a um desembargador, quando alguém demandava a propriedade da terra e dizia ter sido esbulhado depois que ela tinha virado produtora de soja. E eu disse ao desembargador: "Não lhe parece que no bom senso é estranho que alguém tenha a sua terra esbulhada e só reclame que a terra foi esbulhada 30, 40 anos depois, quando a terra que não valia nada passou a produzir soja?". Porque, se minha terra é esbulhada, eu reclamo no ato.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Hã-hã...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu não espero ela virar produtiva e virar bilionária, produzindo soja, para quer dizer "eu quero tantos sacos de soja". Então, era uma questão de bom senso também...

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E entender que não havia boa-fé ali.

A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu não quero tomar conta da... Eu vou convidar, então, o nosso primeiro... O primeiro não, o segundo, mas o primeiro da lista de remotos, o Sr. Paulo Moutinho, pesquisador do Ipam.

Com V. Sa. a palavra.

O SR. PAULO MOUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Jaques Wagner. Na sua pessoa, eu gostaria de agradecer a todos e cumprimentá-los.

Dra. Maria Tereza, é um prazer estar aqui com a senhora mais uma vez nessa batalha.

Senador Jaques Wagner, eu já estive, várias vezes, em muitas audiências no Congresso e, especialmente, no Senado, e talvez esta audiência seja uma das mais relevantes de que eu participei, porque trata de um assunto – e eu acho que a Dra. Maria Tereza já trouxe a dimensão desse problema – extremamente sério que não apenas envolve a questão do uso fraudulento do CAR ou da irregularidade fundiária, vamos dizer assim, mas que traz um risco para o futuro do país.

Eu queria colocar desta forma, Senador Jaques Wagner, porque é exatamente isso que o uso do CAR ou o avanço do desmatamento na Amazônia, que é a região que eu vou focar um pouco aqui na minha apresentação, podem trazer de prejuízos não só ambientais, mas sociais e econômicos também. Então, a questão do uso do CAR, especialmente para o avanço do desmatamento em terra pública, especialmente na Amazônia, traz um problema para a segurança nacional. Eu queria deixar isso muito bem claro, porque o resultado e a escala desse problema que pode ser gerado por esse uso fraudulento são muito grandes e com multifaces, prejudicando vários setores de economia, da sociedade e, enfim, do futuro da geração dos brasileiros.

Eu tenho uma apresentação. Acho que a assessoria deve colocá-la.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Paulo, você pode apresentar aí, a partir do que já foi disponibilizado a você.

O SR. PAULO MOUTINHO (*Por videoconferência*.) – Ah, tá. Deixe-me... Eu não sei como fazer isso, Senador. Eu posso tentar...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não, eu posso fazer por aqui. Você só terá que falar "próximo". O.k.?

O SR. PAULO MOUTINHO (*Por videoconferência*.) – O.k. Grato.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só um minutinho, porque eu vou colocar por aqui. (*Pausa.*)

O SR. PAULO MOUTINHO (*Por videoconferência*.) – Senador, enquanto a apresentação não vem, eu gostaria realmente de reforçar esse ponto, porque, como eu vou tentar mostrar, Senador, nós temos – vou colocar desta forma – uma bomba-relógio de desmatamento futuro armada pela proliferação de CARs, na Amazônia especificamente, em terra pública.

Bom, eu vou tentar ilustrar um pouco do que eu estou falando nessa introdução, Senador Jaques Wagner, para deixar muito bem clara essa dimensão do problema que, como eu disse anteriormente, tem a ver diretamente com segurança nacional.

Próximo, por favor.

Bom, a primeira mensagem que eu gostaria de deixar é que houve uma mudança drástica no perfil do desmatamento; não só no aumento do desmatamento, mas especialmente no perfil de desmatamento nos últimos três, quatro anos: 50% do desmatamento na Amazônia, que é o bioma em que vou me concentrar aqui, pelo viés até de trabalho institucional, ocorrem em terra pública; 30% do desmatamento anual, nesses últimos três, quatro anos, ocorrem naquilo que a gente chama de florestas públicas não destinadas – nós trabalhamos isso com o CNJ, na época em que a Dra. Maria Tereza estava como Conselheira. Essas florestas, Senador, englobam 56,5 milhões de hectares – tamanho praticamente entre França e Espanha – e são áreas que precisam ser destinadas, pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, para terras indígenas, unidades de conservação, florestas nacionais, uso sustentável de recursos e assim por diante. Portanto, existe uma lei de 2006, se não me engano, que é a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que determina a destinação dessas áreas que são estaduais e federais, para destinos que não sejam o privado.

Próximo, por favor.

Eu vou me concentrar um pouco nas florestas públicas não destinadas, que é onde a gente tem feito uma análise mais detalhada sobre o uso do CAR para legitimar a ocupação ilegal nessas áreas, mas certamente nós temos hoje 3,2 ou 3,6 milhões de hectares em CAR sobre terra indígena – algo que nós trabalhamos muito com o CNJ, como apresentado pela Dra. Maria Tereza. Mas a grande área de florestas públicas ainda não destinadas, que é chamada de terra de ninguém, mas que tem dono, que é o povo brasileiro, é essa área grande de cor laranja que nós temos aqui. O que está em vermelho, obviamente, é o desmatamento até 2020, mas tudo o que está em laranja são florestas públicas não destinadas que vêm sendo ocupadas ilegalmente, através de um uso fraudulento do CAR, e que compõem 30% do desmatamento a que nós temos assistido nesses últimos três, quatro anos.

Próximo, por favor.

Pois bem, se nós tirarmos todas as outras categorias fundiárias que estavam no mapa anterior, nós vamos ter essas florestas públicas identificadas. O que está em verde escuro são aquelas estaduais – e, portanto, o Estado do Amazonas tem um papel fundamental na conservação dessas florestas com a destinação adequada –, mas também temos as áreas que estão aí em amarelo ou um verde mais claro, as florestas públicas não destinadas federais. Então, as federais compõem aí 25,3 milhões de hectares, e as estaduais, 32,2 milhões de hectares; 44% dessas áreas, portanto, são federais. Muitas delas estão no Pará e em Rondônia, mas também temos essas florestas na região do Amazonas e do Acre.

São florestas preciosas porque elas mantém o regime de chuva no resto do país, porque nós temos... Elas mantém uma conectividade com as áreas já preservadas, já destinadas de terras indígenas e unidades de conservação e fazem fluir a umidade que vem do oceano para dentro do continente, redistribuindo essa umidade para outras regiões, inclusive as regiões de produção agrícola mais importantes aqui, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

envolvem o sul do Amazonas, da Amazônia, o norte do Mato Grosso e, inclusive, áreas do Sudeste.

Senador, se nós tivermos a grilagem avançando, como está avançando, com fraude do CAR sobre essas florestas, nós podemos quebrar definitivamente o que nós chamamos de rotas dos rios voadores e causar problemas sérios não só para a própria floresta, por falta de água simplesmente, mas também para a agricultura, que representa, como todos sabem, aproximadamente 20% do PIB deste país.

Próximo.

Aqui é um pouco do gráfico do desmatamento que nós vimos, desde 2016 até 2021, dividido por classes de terras públicas. As terras indígenas, como sempre, mostram uma redução ou uma taxa de desmatamento muito baixa, mas eu quero deixar claro aqui que o desmatamento em terra indígena quase dobrou nesses últimos anos e, portanto, é um problema sério. Isso acontece também nas unidades de conservação, como nós podemos ver no segundo conjunto de barras, com um aumento expressivo de desmatamento. O que está na barra escura é a proporção do desmatamento naquele ano e nessa categoria referente a áreas públicas, a terras públicas e estaduais; e, na barra mais clara, às federais. A gente pode ver, nas florestas públicas não destinadas, Senador, uma explosão de desmatamento de 2019 a 2021, principalmente, especialmente nas florestas públicas não destinadas federais.

E é aí que mora o grande problema, porque isso é interpretado como terra de ninguém, como eu disse anteriormente, e traz um problema sério, porque o CAR está sendo usado como a caixa de grilo que os grileiros usavam no passado. Estão validando e usando o CAR como instrumento fundiário para levantar recursos – nós temos vários relatos de chão – para que, então, façam a invasão, o desmatamento e a ocupação ilegal dessas terras públicas, que são, como eu disse, preciosas para manter o regime de chuvas no país.

Próximo, por favor.

Aqui, novamente, os 30% do desmatamento, e eu mostro um pouco mais detalhadamente o que eu estava falando. O que nós temos em barra... O aumento do desmatamento em florestas públicas não destinadas está na barra de cor... Desculpem, eu sou daltônico e estou aqui tentando fazer a exposição, mas isso deve ser cor-de-rosa. E temos o desmatamento em florestas públicas federais, como eu falei anteriormente.

O próximo.

A mesma coisa aqui. E quero ressaltar que nós temos hoje, já medidos, 18,6 milhões de hectares – são 30% dessas florestas públicas não destinadas. Portanto, em 56,5 milhões de hectares de florestas públicas, nós temos 18,6 milhões de hectares registrados no Cadastro Ambiental Rural. Veja bem, isso não é área desmatada ainda, mas que, como eu disse anteriormente, é uma bomba-relógio armada para desmatamento futuro, que tem que ser urgentemente desarmada. E a gente sabe dessa trajetória de desmatamento nessa área olhando o passado. Nós temos já 3,2 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas desmatadas na Amazônia até 2020, e 66% desse desmatamento já ocorrido acontecem em áreas com CAR. Portanto, a gente ainda está investigando se o CAR vem antes ou depois do desmatamento, mas certamente há uma ligação com o CAR.

Próximo, por favor.

Novamente, vou mostrar aqui o mapa das áreas públicas federais e estaduais de floresta com florestas públicas não destinadas.

O próximo, por favor.

Aqui, o que está em rosa é o que tem de CAR em cima. Se puderem voltar o eslaide anterior, só para a gente fazer uma comparação, indo e vindo uma vez ou duas, para a gente ver a proliferação – então, o que está em rosa são os CARs – a proliferação de CAR sobre terra pública.

Então, Senador Jaques Wagner e demais Senadores que estão nos assistindo, esse é um problema seríssimo se nós deixarmos o avanço acontecer como vem acontecendo nos últimos anos. A dimensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desse problema é muito grande. Por isso é que eu insisto em falar em segurança nacional.

Próximo.

A mesma coisa aqui, no sentido de ter o salto. Quero ressaltar também que vários desses desmatamentos em florestas públicas estão contaminados com fogo florestal. E o que está aqui pintado de vermelho ou amarelo: aqui é desmatamento, à esquerda, e fogo à direita. O que está pintado das barras é o que existe de CAR já registrado nessas áreas declaradas sobre florestas públicas não destinadas. Então é algo de uma proporção, como eu disse, bastante grande.

O próximo, por favor.

Este é um elemento também – um número que nós conseguimos no nosso estudo – extremamente importante. Nós temos acima de 14 módulos fiscais. Fizemos uma análise do tamanho dos CARs declarados em cima de florestas públicas não destinadas. Srs. Senadores, 44% são de 15 módulos fiscais, sendo que módulos fiscais, em geral, na Amazônia são 100ha. São grandes CARs que estão sendo declarados, alguns com quase o tamanho de uma cidade inteira, em florestas públicas não destinadas. E, se nós somarmos entre 4 e 14 módulos fiscais, você tem adicionados aí mais 30%, então dá quase 80% acima de quatro módulos fiscais. E, lembrando, no Código Florestal e em outras discussões e legislações estaduais, com quatro módulos fiscais é considerado o pequeno produtor ou médio produtor. Portanto, há um processo grande de grilagem velada com a declaração desses grandes CARs. Uma boa parte deles veio recentemente, como a gente vê nesse gráfico à esquerda, portanto muito depois da revisão, em 2012, do Código Florestal. Então, isso é outro indicador do avanço da grilagem na região.

Próximo, por favor.

Esse é o último dado que eu gostaria de mostrar e que indica algo bastante sério. Olhando cada CAR sobre floresta pública não destinada, nós vimos em que esses CARs foram transformados ou a que foram destinados depois do desmatamento. Praticamente 78% viram pastagem, e essas passagens ficam ativas, produzindo carne, durante alguns anos; 21% ou 20%, vamos arredondar, entre 20% e 25% são abandonados depois da ocupação e depois do grilo, ou seja, existe um mercado de carne que mantém a ocupação dessas áreas, o que permite mais à frente legitimar essas áreas invadidas caso passe algum mecanismo ou até alguns projetos de lei, que inclusive estão no Senado, para legalizar essas áreas. Portanto, isso é preocupante, porque a grilagem hoje transformada em passagem mina aqueles pecuaristas – e não são poucos – que querem seguir a lei, ou seja, traz uma pecha ainda maior sobre a pecuária e, especialmente, é um agravante para quem está seguindo a lei.

Próximo, por favor.

Eu não vou detalhar esse ponto, mas eu queria, de novo, trazer que nós mapeamos, nesse estudo, todos os riscos do desmatamento associado à ocupação ilegal de terra pública na Amazônia. Ele não é só ambiental; ele é climático, ele é social, ele é para saúde pública e ele é uma barreira à adoção de práticas sustentáveis e uma barreira a quem quer fazer certo, porque acaba perdendo competitividade para a ilegalidade.

Próximo, por favor.

Já estou acabando, Senador.

O que fazer? Tem algumas coisas em que nós no Ipam estamos, junto com parceiros, trabalhando. Eu quero lembrar que os estados e o Governo Federal têm mecanismos para barrar o cadastro fraudulento de CARs, especialmente aqueles em cima de terra pública, mas os estados também o têm. Existem bastante informação e experiências de instruções simples, instruções normativas nas secretarias de meio ambiente ou nos institutos de terra que bloqueiam o cadastro de CAR nos estados que estão com indícios de fraude, então não há o registro.

É preciso que a gente faça, tanto nos estados da Amazônia como em outros estados e também no Governo Federal, o restabelecimento das câmaras técnicas de destinação, seguindo o que a Lei de Gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Florestas Públicas determina.

Eu quero ressaltar aqui, Senador: o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal e os ministérios públicos estaduais têm feito ações bastante interessantes sobre isso. Numa delas, o Ipam esteve envolvido diretamente, que foi a ação do Ministério Público Federal na Superintendência do Amazonas, onde pela primeira vez um grileiro recebeu não só multas – isso foi acatado inclusive pela Justiça, foi uma ação civil pública do Ministério Público – mas, pela primeira vez, houve um pedido de indenização por dano climático por emissão de gases de efeito estufa que a grilagem provocou, desmatando uma área pública. Portanto, o apoio ao Ministério Público Federal e aos ministérios públicos estaduais, técnico, é importantíssimo.

Quero ressaltar também – e aí faço referência à apresentação da Dra. Maria Tereza – a ação do Poder Judiciário, como o CNJ. O fortalecimento do SireneJud é algo fundamental nesse processo, porque o Judiciário tem tido um papel bastante importante nesse combate, no controle de grilagem, especialmente na Amazônia.

O próximo e o meu último eslaide: eu queria ressaltar aos Senadores algumas proposições – vários dos Senadores que estão aqui conosco assinaram por essas propostas de lei –, como o PL 486, de 2022, agora, que inclusive teve apoio técnico da Raps (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade), em parceria com o Ipam, o que foi inclusive importante para justificar o pedido desse PL. Mas eu gostaria de parabenizar especialmente o Senador Jaques Wagner e outros, como o Senador Contarato e vários outros que assinaram o requerimento, pela importância desse PL. É um PL que foi proposto pelo Senador Serra, assim como a PEC 7, que está logo abaixo, que também teve o Senador Serra como autor principal. Mas são dois elementos importantíssimos de serem avaliados com carinho pelos Senadores porque tratam de algo que pode obstruir, como eu disse antes, uma degradação futura, uma explosão do desmatamento, o que não vai ser bom para ninguém nesse país.

Ressalto também o PL, na Câmara, do Deputado Rodrigo Agostinho, PL 4.450, de 2021, que também vai na mesma direção, e uma iniciativa do Instituto Nossas, que o Ipam vem apoiando com outras entidades, de um Plip, um projeto de lei de iniciativa popular, da Amazônia em Pé, que está sendo elaborado e inicia a coleta de assinaturas para ser apreciado pela Câmara.

Portanto, Senador, nós temos caminhos para seguir. A Conselheira Maria Tereza também disse alguns desses caminhos. A questão toda é: temos que agir, e temos que agir rápido, contra a grilagem, caso contrário nós estaremos aceitando a usurpação de um patrimônio público inestimável para o futuro do país e das próprias gerações de brasileiros.

É isso.

Muito obrigado pela atenção e fico à disposição dos Srs. Senadores para qualquer pergunta ou dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Paulo, pela sua participação. Acho que trouxe elementos bastante importantes e assustadores sobre o que ocorre na região.

E eu queria agora, antes de passar a palavra ao próximo participante, apenas registrar e agradecer a presença do Dr. Pedro Felipe, que é Juiz Federal e Secretário-Geral do Supremo Tribunal Federal. Quero agradecer por estar aqui conosco acompanhando a sessão.

João Paulo Capobianco, Vice-Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade, com V. Sa. a palavra.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos, caríssimo Senador Jaques Wagner, todos os demais Senadores que estão nos acompanhando aqui remotamente, suas assessorias, demais participantes desta audiência pública absolutamente importantíssima e oportuna, porque estamos há uns dez anos da aprovação da lei do Novo Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Florestal, portanto um momento muito adequado para se avaliar como as coisas evoluíram nesse período.

Como já foi muito bem aqui apresentado pelos dois expositores que me antecederam, a situação não é para comemoração, a situação em que nos encontramos é uma situação para reflexão. Então, eu gostaria de me aprofundar um pouco naquilo que já foi debatido, mostrando os equívocos da condução desse processo envolvendo o CAR, que foi apresentado – todos aqui se lembram, o Senador Jaques Wagner se lembra muito bem – como uma ferramenta que iria resolver definitivamente as questões de conflito do uso da terra nas propriedades rurais, e, em nome disso, inclusive, o Código Florestal trouxe uma série de flexibilizações em relação às obrigações previstas nas versões anteriores do código, lembrando que o Código Florestal é do início do século passado e era o principal instrumento de conservação de vegetação nativa no Brasil.

Muito bem. Eu queria fazer minha apresentação. Eu estou liberado para compartilhar? Aqui, no momento, não mostrou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está liberado. Liberou aí? Já está liberado, Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Ah, tá. Então, está bom. (*Pausa.*)

Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Em tela cheia?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está sim.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

Então, meu nome é João Paulo Capobianco, sou biólogo, PhD e Vice-Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade, como já foi apresentado pelo Senador.

Muito bem. Para iniciar a nossa apresentação aqui – pegamos dados oficiais –, eu só queria mostrar, compartilhar com V. Sas. os dados oficiais constantes no sistema do CAR. Nós recorremos aqui, inicialmente, ao último relatório publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que hoje é responsável pelo Serviço Florestal Brasileiro, que elabora esses relatórios, porque é o Serviço Florestal Brasileiro, como todos sabemos, o responsável pelo Cadastro Ambiental Rural. Esses dados são de 11 de abril de 2022.

Então, o resumo desses dados, que está nessa lâmina, mostra claramente como é que está a situação nacional, todos os estados envolvidos, aqui no lado esquerdo – você tem aí toda a lista de estados da Federação –, e, nessa tabela, o resumo. Quando nós olhamos essa primeira linha, todos ficam muito impressionados: "Poxa, nós temos 6.516.890 cadastros", ou seja, proprietários rurais que entraram no sistema de forma voluntária – melhor dizendo, não de forma voluntária, mas autodeclaratória, porque é obrigatória a inclusão –, e temos 612,5 milhões de hectares cadastrados. Esse número, por si só, é surpreendente, porque, segundo os dados do IBGE, que é o órgão oficial responsável pelo Censo Agropecuário brasileiro, o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. Então, nós já temos aí 1,5 milhão a mais de estabelecimentos no CAR em relação ao IBGE. Segundo o IBGE, a área total dos imóveis rurais no Brasil corresponde a 351 milhões de hectares, e nós temos no CAR 612 milhões, quase o dobro. Muito bem! Mesmo assim, é um número que impressiona, ainda mais quando olhamos para o fato de que 52% já solicitaram a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, ou seja, apresentam algum problema e já solicitaram a adesão. Então, aparentemente, é um dado muito relevante.

Qual é o problema? O problema está aqui, neste dado. Quando nós olhamos quanto desses cadastros foram analisados na sua regularidade – por quem? Pelos órgãos públicos –, apenas 28.631

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

imóveis foram analisados. Isso representa 0,43%, ou seja, zero ponto, menos de 0,5% dos cadastros incluídos no CAR em dez anos foram validados pelos órgãos públicos. Quando nós olhamos a área cadastrada e aquelas que foram verificadas, apenas 1,99%. Então, esse número, por si só, já mostra um gravíssimo problema, porque nós temos um sistema que tem fé pública, é um cadastro público, mas que não é adequadamente verificado pelo poder público, ou seja, o poder público simplesmente acolhe esses cadastros, e não faz a verificação.

Bem, o que isso implica? Todos dizem: "Não, mas o CAR (Cadastro Ambiental Rural) não é comprovação de titularidade de terra". Mas observe o passo seguinte: um imóvel rural incluído no CAR pode estar em quatro situações, como mostra essa imagem, esse eslaide: ativo, ou seja, ele concluiu a inclusão ou não há nenhum problema, digamos assim, com relação ao imóvel e ele gozará plenamente dos direitos de estar ativo no CAR – o que significa isso? Acesso ao crédito rural, seguro rural, adimplência ambiental, um CAR ativo configura uma situação de regularidade –; ou ele pode estar pendente – quais os fatores fundamentais para ele estar considerado pendente no CAR? Sobreposições do imóvel rural com terras indígenas, unidades de conservação, terras da União ou áreas embargadas por dano ambiental –; ou ele pode estar suspenso; ou cancelado.

Bom, mas eu queria chamar a atenção para esses dois pontos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e demais participantes. O CAR deveria estar pendente na situação que eu lembrei aqui. E eu queria reforçar que esse é um dado desde a origem da criação do CAR, que foi reafirmado na Portaria 121, de 12 de maio de 2021, do ano passado, da então Ministra da Agricultura, Ministra Tereza, que dizia lá e reafirmava a obrigatoriedade de o CAR estar pendente sempre que constatada sobreposição do imóvel rural com terras indígenas, unidades de conservação, terras da União ou sobreposição, na letra "c", com áreas embargadas. Muito bem. Então, pelo fato de se sobrepor à terra indígena, unidade de conservação, terras da União e áreas embargadas por si só, obrigatoriamente, pela lei, pela portaria, pelas normas, esse cadastro deveria estar pendente.

Mas vamos ver agora, vamos fazer uma consulta ao cadastro. Olhem só essa consulta feita agora. Esse é o *site* do CAR. Vocês podem ver ali no... Nós temos aqui... É possível verificar aqui um apontador a *laser*? Aparece o apontador? Senador Jaques, vocês conseguem ver o meu apontador aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aparece.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Então, aqui é o *site* oficial do CAR, aqui é o Consultar Demonstrativo do CAR. É tudo oficial, *online*. Qualquer um pode entrar lá. Observe aqui esse CAR de uma propriedade de 31 mil hectares, estão todos os dados aí. Agora observe o seguinte: está ativo. Correto? Portanto, não há nada, nenhum problema em relação a esse imóvel. No entanto, ele está 100% sobreposto à Terra Indígena Menkragnoti e à Terra Indígena Capoto/Jarina. Outro caso ativo, 100% no Parque Indígena do Xingu, criado várias décadas atrás.

Outro caso, ativo e sobreposto, somado 100% praticamente, à Reserva Extrativista Barreiro das Antas, ao Parque Nacional Serra da Cutia, à Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos, e ativo. Esse proprietário goza de todos os direitos da regularidade: crédito rural, seguro rural, adimplência ambiental. Ativo, 98,48% numa área embargada por dano ambiental; ativo, gozando de todos os direitos, e assim vai. Nós podemos pegar uma série. Nós pegamos alguns exemplos. Ativo sobreposto em 100% à Reserva Extrativista Verde para Sempre. Ativo sobreposto quase 100% à Floresta Nacional do Rio Araporã. Ativo, 30% sobre o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, e assim vai. Ativo, 89,94% sobre o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, e assim vai. É uma infinidade deles. Nós pegamos alguns exemplos.

Agora, o que isso significa? E aí a pergunta que provavelmente aqui... A pessoa que vai falar em nome do Serviço Florestal Brasileiro vai repetir aqui para todos nós a velha desculpa de que o Serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Florestal apenas acolhe e que os estados é que teriam a obrigação de retirar esses imóveis hoje e colocar como suspensos. Isso não é verdade, já antecipando a provável fala da pessoa que me seguirá. Por que isso não é verdade? Porque a Lei de Gestão de Florestas Públicas, a 11.284, de março de 2006, é explícita: compete ao Serviço Florestal "gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas", que inclui terras indígenas, unidades de conservação, florestas públicas não destinadas.

É incumbência do Serviço Florestal Brasileiro organizar e manter atualizado o cadastro e:

> .....
> VIII - apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.
> § 1º No exercício de suas atribuições, o SFB promoverá a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a execução de suas atividades de forma compatível [repito: compatível] com as diretrizes nacionais de planejamento para o setor florestal e [o mais importante] com a Política Nacional do Meio Ambiente.

Então, nós estamos falando de uma situação em que o Serviço Florestal Brasileiro, que é o órgão federal responsável pela manutenção do Sicar (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), permite que propriedades rurais incidentes sobre áreas públicas – inclusive aqui todas que eu mostrei são federais, eu não mostrei nenhuma área estadual aqui; poderia mostrar, mas não mostrei; mostrei as federais – tenham seus cadastros ativos; gerando o quê? Direito ou expectativa de direito, gerando direito de acesso a crédito público, gerando direito de acesso a seguro público, seguro rural.

Então, só para gente ter clareza, senhoras e senhores, nós estamos falando, no caso das terras indígenas, de 297 terras indígenas com CAR sobre elas. Todas as terras indígenas são de responsabilidade da União, o Governo Federal deve zelar por elas. Portanto, é responsabilidade inequívoca do Serviço Florestal Brasileiro.

Nós temos 40% das 753 terras indígenas brasileiras com CAR sobrepostos a elas, o que é absolutamente inaceitável. Se nós avançarmos ainda no art. 72 da Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei 11.284, vamos ver lá explícito, com clareza cristalina: "As florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidades de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo, até que sua classificação de acordo com o ZEE [zoneamento ecológico econômico] esteja oficializada e a conversão seja plenamente justificada".

Então, somando as sobreposições aqui sobre áreas já destinadas a terras indígenas e unidades de conservação ou áreas embargadas que eu mostrei com os dados do Paulo Moutinho, que me antecedeu, mostrando o avanço do CAR sobre florestas públicas não destinadas, florestas públicas não destinadas da União, que são responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro, nós verificamos que ocorre, de forma inequívoca, uma claríssima – uma claríssima – situação de improbidade administrativa.

A Lei de Improbidade Administrativa, senhoras e senhores, a Lei 8.429, de 1992, estabelece três espécies de atos de improbidade administrativa: um, os que importam enriquecimento ilícito – e não estamos dizendo aqui que esse é o caso, provavelmente não o é –; dois, os que causam lesão ao patrimônio público – essa omissão do Ministério da Agricultura e do Serviço Florestal Brasileiro a ele subordinado implicam claramente lesão ao patrimônio público –; e, terceiro caso, os que atentam contra os princípios da administração pública. Ora, a administração pública não pode ignorar as suas obrigações legais e institucionais. Então, eu pergunto, em função desses dois itens, se não seria o caso de o Senado apresentar um requerimento de ação de improbidade administrativa contra os responsáveis por isso a que nós estamos assistindo.

Finalmente, encerrando, eu queria mostrar outro fator. Além da questão do estímulo à ocupação ilegal, da grilagem de terra, nós temos um problema do não uso do CAR sequer para combater o desmatamento ilegal. Observem este dado, senhoras e senhores: o MapBiomas Alerta identificou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

68,3% das detecções validadas de desmatamento, ou seja, aquelas que foram checadas, quase 70% têm sobreposição total ou parcial com áreas inscritas no CAR. No Pantanal, e na Amazônia, isso é pior: é de 84,8% e 69,2%, respectivamente Pantanal e Amazônia. Ora, o CAR deveria ser utilizado para autuar, porque lá, quando você inclui algo no CAR, quando você insere algo no CAR, você coloca o seu nome, o seu CPF, o seu CNPJ... Você poderia autuar esses degradadores que estão agindo ao arrepio da lei de forma remota, como é feito hoje em qualquer outra área, não é? Então, nós estamos vendo que o CAR, infelizmente, senhoras e senhores, pela omissão do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério da Agricultura, está se transformando num sistema de grilagem oficial de terras públicas, porque os filtros que os colocam como... tiram a validade de ativo não estão sendo aplicados. E mais: não está sendo utilizado para punir aqueles proprietários que não respeitam a legislação florestal.

Portanto, era isso que eu queria colocar, senhoras e senhores. Eu acredito, encerrando, que esta audiência pública é fundamental, importantíssima, para que possamos, juntos, propor uma solução urgente para estancar essa situação absolutamente incompreensível e irresponsável que nós vivemos hoje no Brasil.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, João Paulo, pela sua participação, também trazendo bastantes sugestões e informações, de novo aterradoras e preocupantes.

Eu queria convidar agora a senhora... Eu não sei se é Jane ou Jaine Ariély Cubas Davet, Diretora de Regularização Ambiental do Serviço Florestal Brasileiro, representando o Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, Diretor-Geral do mesmo serviço.

V. Sa. dispõe de 15 minutos para a sua apresentação. Consigo a palavra.

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia a todos.

A pronúncia é Jaine. Nome diferente, não é?

Bom, agradeço primeiramente a participação aqui do Serviço Florestal Brasileiro nessa pauta tão importante, justamente no dia em que a gente comemora os dez anos da publicação da Lei 12.651, que cria o Cadastro Ambiental Rural.

Então, eu preparei uma apresentação para falar um pouquinho sobre quais foram os avanços até agora que a gente vislumbra pelo Serviço Florestal Brasileiro e quais são as competências do Serviço Florestal Brasileiro, das unidades federativas que o Código Florestal já trouxe para que a gente pudesse seguir, não é?

Então, eu vou compartilhar minha tela, se estiver disponível aqui.

Pronto. (*Pausa.*)

Então, acho que, antes de mais nada, eu queria falar um pouquinho sobre o arcabouço legal que é relacionado ao Cadastro Ambiental Rural, falando da legislação federal, que é a Lei 12.651, que estabelece as normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, e foi a legislação que criou o Cadastro Ambiental Rural.

Então, diante das competências estabelecidas para o Serviço Florestal e para os estados, a gente vem tentando trazer, de forma tecnológica e sob o prisma tecnológico, as questões relacionadas à operacionalização de sistemas, de módulos que possam servir como base para que os estados possam utilizar ou não as ferramentas destinadas à inscrição do imóvel rural, à análise e ao fato de chegar na regularização ambiental de fato.

Então, nesses dez anos, a gente trouxe... temos um grande número de dados cadastrados no Cadastro Ambiental Rural e temos também alguns desafios ainda a serem trabalhados nesse quesito. Como os outros apresentadores já comentaram aqui, Cadastro Ambiental Rural veio para criar essa base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de dados para servir a outras políticas públicas utilizarem as informações. Mas antes disso, eu queria falar um pouquinho sobre as legislações que são relacionadas, e depois entrar nesse quesito.

Então, foi publicado também o Decreto 12.830, que criou o sistema de Cadastro Ambiental Rural, que é o sistema que abraça todos os módulos do sistema e que vai poder criar esse banco de dados único com informações ambientais sobre o território brasileiro. Também a Instrução Normativa 02 do MMA à época em que o Serviço Florestal Brasileiro fazia parte desse ministério, que começou a contar o prazo de inscrição de imóvel rural no CAR e trouxe várias diretrizes e ações relacionadas à inscrição, à análise e até à regularização ambiental. Também o Decreto 8.235, que cria os programas de regularização ambiental e traz essas competências gerais que são relacionadas à União, e as competências dos estados – então, também já traz essa divisão de tarefas, não é? A Portaria 121 do Mapa, que foi publicada no ano passado e que traz também algumas informações sobre as sobreposições com terras indígenas, áreas de conservação e áreas embargadas, e sobre qual o tipo de condição que o Cadastro Ambiental Rural... A situação e a condição do Cadastro Ambiental Rural vão estar de acordo com o tipo de análise que for realizada pelos órgãos competentes. E o Decreto 11.015, de 2022, de agora, mais recente, em março, que cria um programa, o RegularizAgro, que é um programa para trazer as discussões sobre a regularização ambiental, para que a gente possa trabalhar entraves jurídicos, técnicos e de interoperabilidade de sistemas, para que a gente possa avançar, criar metas e estratégias para avançar, principalmente, na análise das informações, que é o nosso gargalo atual.

Então, a Lei 12.651 criou o Cadastro Ambiental Rural, que o Senador Jaques até leu para a gente agora de manhã, no início da sessão. O que é o CAR? Ele é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais às propriedades e posses rurais. Até aqui, beleza! Até aqui, a gente já tem mais de 6 milhões de imóveis rurais declarados, informações autodeclaratórias realizadas pelos proprietários e possuidores, com auxílio dos órgãos competentes ou através de consultorias, enfim, mas eles fizeram essa declaração. Agora, para que a gente possa utilizar esses dados relacionados ao Cadastro Ambiental Rural para compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento, a gente precisa analisar, datar para qualificar os dados do CAR, para que, de fato, possa servir ao objetivo para o qual foi criado. Então é nesse momento... É esse o estado atual da política da implementação do Cadastro Ambiental Rural.

Diante das competências relacionadas ao Serviço Florestal Brasileiro, a gente tem a competência de gerir o sistema de Cadastro Ambiental Rural, que é esse grande banco de dados que vai abraçar todas as informações geoespaciais das informações ambientais dos imóveis rurais do nosso país. Eu acho que ele transformou a realidade de visualização das informações sobre o território brasileiro e pode servir para diversas outras políticas públicas, para diversos outros estudos sobre controle, controle ambiental, planejamento ambiental, econômico e estratégico em nosso país. Lembro que essas informações são todas declaratórias, autodeclaratórias, e precisam passar por uma análise de validação das informações.

Temos a competência de coordenar no âmbito federal o Cadastro Ambiental Rural e apoiar a implementação nas unidades federativas. Então, para isso a gente tem uma cooperação técnica bem estabelecida entre a União e os estados para que eles possam fazer com que a política seja implantada lá na ponta. Então, o Serviço Florestal Brasileiro desenvolve ferramentas tecnológicas para operacionalizar os instrumentos do Código Florestal e os estados podem utilizar ou não essas ferramentas lá na ponta. Então, hoje tem alguns estados que utilizam o sistema federal, tem alguns estados que utilizam o sistema próprio, mas todas as informações são integradas ao sistema do Cadastro Ambiental Rural.

A gente tem a competência de apoiar tecnicamente a implementação dos programas de regularização ambiental. Então, para isso, a gente está tentando avançar na análise das informações, trazendo ferramentas para facilitar esse processo de análise, para que a gente possa chegar aos problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de regularização ambiental e atender aos mais de 52% dos imóveis dos proprietários e possuidores que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental, ou seja, eles entendem que eles têm um passivo ambiental e precisam se recuperar. Então, a gente precisa atendê-los, trazer ferramentas para que eles possam fazer as propostas de regularização ambiental e começar, de fato, a recuperar os passivos ambientais.

E também temos a competência de emitir e gerenciar as cotas de reserva ambiental, que são títulos para venda, de comercialização de vegetação nativa conservada, preservada, para que o proprietário tenha algum benefício por estar preservando aquela vegetação nativa.

E as competências das unidades federativas, que vieram postas na Instrução Normativa 02 e também na Portaria 121 do Mapa. Então, a análise dos dados declarados no Cadastro Ambiental Rural será de responsabilidade estadual, distrital e municipal. Então, são eles que têm essa competência de analisar. O Sicar disporá de mecanismos de análise automática, trazendo a verificação das informações declaradas, também trazendo a opção de os proprietários e possuidores trazerem os documentos comprobatórios, dentro de uma central de comunicação, que é a Central do Proprietário/Possuidor.

No processo de análise das informações declaradas no CAR, o órgão competente poderá realizar vistorias no imóvel rural, bem como solicitar do proprietário/possuidor a revisão das informações declaradas e os respectivos documentos comprobatórios. Então, a instituição normativa já trouxe que a competência é do estado, da unidade federativa, do órgão competente lá no estado, que vai fazer essa verificação das informações. A Lei 12.651 também traz que a competência de aprovar as áreas de reservas legais é das unidades federativas. Então, também já traz essa competência relacionada à análise.

Aqui falando um pouquinho da arquitetura do sistema, quais são os módulos de que o Sicar já dispõe e já disponibiliza para a sociedade utilizar, tanto os proprietários e possuidores como os órgãos competentes que são responsáveis pela análise e validação das informações. Então, a gente tem o módulo de inscrição no CAR, que é o primeiro passo da regularização ambiental, em que os proprietários e possuidores declaram as informações ambientais relacionadas a áreas de preservação permanente, áreas de reservas legais, a cobertura do solo, com as áreas consolidadas, as áreas de vegetação nativa. Todas essas informações estão no módulo receptor. Então, o Sicar tem esse módulo onde ele recebe todas as informações de todos os estados e monta esse banco de dados único com as informações ambientais.

Alguns módulos são de acesso restrito, ou seja, dos órgãos competentes, como o Módulo de Relatórios, Módulo de Monitoramento, Módulo de Análise Dinamizada, Módulo de Análise de Equipe, que são dois tipos de módulos que vão servir para auxiliar os estados na análise das informações, que é o nosso gargalo atual; o Módulo de Regularização Ambiental; o Módulo da Central do Proprietário/Possuidor, que tem o Módulo de Retificação Dinamizada, em que a gente verifica que tem muita sobreposição de imóveis do Cadastro Ambiental Rural, muito erro de declaração. Então, a gente vai precisar muito que os proprietários e possuidores retornem à Central do Proprietário/Possuidor para verificar o cadastro dele e fazer as correções necessárias.

O órgão competente do estado vai rodar a análise, independentemente se for uma análise dinamizada ou uma análise de equipe, e vai dar o diagnóstico ambiental. E o proprietário/possuidor vai verificar se ele precisa retificar alguma informação, se ele concorda com a retificação automática que o sistema já traz, através de técnicas de sensoriamento remoto, que fazem cruzamentos geoespaciais e trazem já informação de como que é a realidade do imóvel rural dele, e aí ele pode passar para a próxima etapa, que é de fato fazer os programas de regularização ambiental ou emitir cota de reserva ambiental, receber algum pagamento por serviço ambiental nas áreas que têm ativos florestais.

Aqui a gente tem o acesso ao público do Módulo de Consulta Pública, que é o que as pessoas, pesquisadores e outras entidades utilizam para verificar os dados do CAR. São informações públicas relacionadas a tudo que foi declarado no Cadastro Ambiental Rural. Então, lá tem as informações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vegetação nativa, áreas consolidadas, recursos hídricos, áreas de preservação permanente, reservas legais, tipos de imóveis – se é imóvel rural, se é imóvel de assentamento da reforma agrária, se é imóvel de povos e comunidades tradicionais. Então, tem essa diferença dentro do Cadastro Ambiental Rural. São declarados os imóveis rurais e esses outros dois tipos de imóveis também de acordo com a particularidade do imóvel. E tudo isso através do *site* do Cadastro Ambiental Rural, que é o car.gov.br.

Como é que funciona o fluxo da regularização ambiental, para que a gente possa chegar à regularização ambiental. Foi o que eu falei um pouquinho aqui, mas só para sintetizar para vocês. Então, o primeiro passo é o Módulo de Inscrição do CAR, onde a gente já tem mais de 6 milhões de imóveis declarados no CAR. Ele vai ser enviado, vai ter o recibo de inscrição do imóvel rural no CAR, que é o documento comprobatório de que ele está inscrito no Cadastro Ambiental Rural, é o documento que os órgãos de licenciamento ambiental pedem. Os órgãos, os bancos, as instituições financeiras precisam desse recibo de inscrição para verificar como é que está o cadastro dele. Aí ele vai passar por uma análise das informações, que eu falei para vocês.

Aqui vou falar um pouquinho sobre os filtros automáticos. Que é isso? Dentro do Serviço Florestal Brasileiro, a gente desenvolveu essa ferramenta que faz a sobreposição, faz uma comparação com o que foi declarado, com os Cadastros Ambientais Rurais, com as bases oficiais, como as terras indígenas, as unidades de conservação, as áreas embargadas. Esses filtros automáticos servem como uma pré-análise, e os estados podem utilizar ou não esses filtros de acordo com as suas competências. Então, por isso que, em alguns estados, os cadastros estão ativos, mesmo tendo alguma sobreposição. É porque o estado solicitou o desligamento do filtro como competência dele. E o Serviço Floral Brasileiro não é responsável pela análise e verificação das informações. A análise dos módulos rurais é feita pelo órgão competente do estado; é enviada uma notificação na Central do Proprietário/Possuidor, que vai mostrar se tem necessidade de alguma retificação, alguma correção no cadastro; o proprietário atende as retificações de atendimento, as notificações; e ele dá continuidade às próximas etapas do Código Florestal, os demais instrumentos do Código Florestal.

Hoje o Sicar está na maioria dos estados. Os estados utilizam o Sicar federal, ou seja, utilizam o Sicar na íntegra, o sistema, todos os módulos. Alguns estados utilizam o Sicar customizado. O que é isso? Eles pegaram o módulo do Sicar, o módulo federal, e levaram para as suas infraestruturas físicas estaduais e fizeram algumas customizações, ou seja, algumas adaptações, para atender algumas particularidades regionais. E alguns estados possuem sistema estadual de cadastramento de imóvel, de análise, enfim. Mas todas as informações são integradas com o Sicar federal.

Então, aqui mostrando um pouco dos números do Sicar, a gente tem hoje mais de 6,5 milhões de imóveis declarados no CAR, numa área cadastral de mais de 612 milhões de hectares. A gente antigamente fazia até um comparativo com o Censo Agropecuário, mas ele tem uma metodologia diferente do Cadastro Ambiental Rural. O Cadastro Ambiental Rural é um dado declaratório sobre as informações ambientais de módulos rurais, e o Censo Agropecuário é dos estabelecimentos agropecuários. A gente tinha essa comparação porque o CAR não tinha um cadastro para ser comparado. Então, a gente tinha essa visão, mas, hoje em dia, a gente não compara mais, porque são cadastros diferentes.

A gente tem aqui que mais de 1,494 milhão de imóveis já passaram por algum tipo de análise, ou seja, já passaram por algum filtro automático, alguma análise pelos órgãos competentes nos estados, mas a gente tem um número muito baixo de conclusão dessas análises. Então, é para isso que a gente vem trabalhando, para capacitar os estados a utilizar os módulos do Sicar, principalmente da análise dinamizada, que traz essa celeridade para o processo. Ela faz uma comparação com uma base de referência já homologada pelos estados e a declaração do proprietário ou possuidor e já faz uma retificação automática, já avança um pouco mais nessa análise, porque, se a gente fosse analisar, se os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estados fossem analisar um a um os cadastros, a gente levaria de 30 a 40 anos para avançar nisso, e a gente não quer isso; a gente quer que, em dez anos, a gente já esteja lá na frente, com os projetos de regularização ambiental encaminhados e os passivos ambientais já sendo recuperados.

Então, eu acho que, de maneira geral, o que eu queria trazer aqui para vocês eram essas informações sobre o que é o Cadastro Ambiental Rural, quais são as competências e o que o Serviço Florestal vem fazendo para tentar avançar nos demais instrumentos do Código Florestal, para que a gente possa, de fato, ter um banco de dados único com informações valiosas e validadas, com informações precisas, informações qualificadas sobre os dados do Cadastro Ambiental Rural, para que ele possa servir para um controle, um monitoramento e um planejamento ambiental, econômico e estratégico do nosso país.

Obrigada. Fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado pela sua exposição Jaine – é Jaine, não é?

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (*Por videoconferência*.) – Jaine.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Jaine, obrigado pela sua exposição. Eu vou deixar para depois as perguntas, ao final de todos os expositores.

Queria convidar agora o Sr. Nilson Vieira dos Santos, Delegado da Polícia Federal e Coordenador de Repressão a Crimes Ambientais e Patrimônio Cultural.

Como nós dividimos o tempo, V. Sa. tem dez minutos. Com a palavra.

O SR. NILSON VIEIRA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não. Bom dia a todos.

Eu acho muito relevante a iniciativa.

Vou destacar alguns pontos, junto com o colega Herbert Dittmar, que é perito também da Polícia Federal. Alguns pontos serão destacados aqui, e depois ele poderia detalhar mais.

Alguns dos pontos que nós detalharemos aqui já foram destacados em alguns pontos nos pronunciamentos anteriores.

Um é a dificuldade de responsabilização – eu acho que é um ponto importante – de quem, realmente, dolosamente insere dados falsos no sistema CAR. Hoje, quanto à rastreabilidade, digamos assim, não há uma garantia. Poderíamos ter um controle maior desse *login*, dessas informações de quem está prestando essas informações nas declarações falsas. Na verdade, em todas, mas que pudéssemos responsabilizar quem declarou falsamente.

O que já foi colocado aqui também é o licenciamento ambiental autorizado mesmo quando os dados do CAR apresentados estão em desacordo com as normas legais. Já foi destacado pelo Sr. João Paulo Capobianco que isso ocorre. E realmente teria que ter uma garantia de que a pendência se mantivesse sempre que a... E que, no caso, a pendência impossibilitasse o crédito rural, o licenciamento ambiental. Antes teria que haver uma confirmação dessa condição para que pudesse o licenciamento ambiental ter sido aprovado, e nós vemos que isso ocorre ainda estando pendente a aprovação no CAR, ou, como foi demonstrado aí, estando o CAR ativo e com pendências ainda – sobreposição, embargos de terras –, como já foi dito aí.

Então, teríamos que criar filtros automáticos para evitar a sobreposição ou indicando-a, quando houvesse, para que a pessoa não pudesse cadastrar; ou que se mantivesse essa condição pendente, quando essa sobreposição fosse detectada, porque hoje já há meios para que isso ocorra, para que isso seja detectado facilmente.

Deixa eu ver...

Outra coisa também, o terceiro ponto, é que ocorre com muita frequência a alteração fraudulenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos dados do CAR, apenas para gerar um novo número de recibo. O interessante seria que, quando as alterações ocorressem, isso não gerasse um novo recibo, porque aí o que acontece? Há possibilidade de obtenção de um novo crédito rural junto às instituições bancárias. O interessante seria que a alteração tivesse o registro claro de que é uma alteração referente a um CAR anterior. Essa também seria uma alteração significativa no processo, para que houvesse esse controle e para que se coibissem essas fraudes ou, pelo menos, para que elas fossem rastreadas; que o número principal permanecesse mesmo com a alteração desses dados.

Outra coisa também que foi discutida aqui, entre nós, é que o CAR hoje é utilizado como se fosse documento hábil a comprovar a posse da área, constando como ativo logo após esse registro, antes mesmo de ser analisada essa condição dele. Então, isso, claro, é muito favorável aos fraudadores. Seria necessária uma validação desse CAR, para que ele se tornasse ativo apenas quando fosse efetivamente analisado pelos órgãos públicos que, no caso, têm essa atribuição e os requisitos legais estivessem todos cumpridos. Mas, como foi demonstrado aí, há vários casos de cadastros ativos mesmo com as pendências já constatadas de terras embargadas e terras indígenas.

E também que tivesse a motivação, o motivo da pendência, que tem lá também descrito, como foi demonstrado aí, mas não impediu que o CAR se tornasse ativo. Então essas... É evidente que tem que se ter um rigor maior para essa condição cadastral estar ativa, não é?

Um outro dado, o qual pode ser melhor detalhado pelo perito Herbert Dittmar, é a questão do Sigef, porque – também já foi dito inicialmente – os dados do Sigef e os dados do CAR são diversos, quando também seria interessante haver uma checagem, já que o Sigef teria os dados mais confiáveis; que estes dados pudessem ser confrontados – os do Sigef e os dados lançados no CAR –, buscando os dados do Sigef para evitar que sejam lançados no CAR em duplicidade ou que sejam lançados dados inconsistentes entre os dois.

Um outro ponto seria: o documento que comprovasse a posse no lançamento do CAR deve ser registado em PDF, de fácil visualização, ou seja, tem o registro ali da comprovação de posse ou de propriedade, mas que esse documento fosse juntado como uma forma de se auditar essa comprovação.

Deixe-me ver aqui.

E uma outra situação que foi constatada é que o tipo penal proposto no Projeto de Lei 486, de 2022, para essa questão de lançamento falso no CAR está com uma tipificação menor, no caso da pena, do que a da falsidade ideológica. Sendo assim, o ideal seria que se mantivesse a falsidade ideológica para punir esse tipo de conduta, ou que a penalidade fosse a mesma da falsidade ideológica, já que é um crime específico, e o geral seria desconsiderado. Então, o que acontece? A falsidade ideológica pelo lançamento teria pena maior do que a do tipo específico do Projeto de Lei 486, de 2022, está certo?

Então seriam essas considerações.

Ainda tem o perito para detalhar melhor, o Herbert Dittmar, que tem experiência na área.

Eu acho que está finalizado o tempo. Faltam três ou dois minutos, mas eu os disponibilizo.

O meu obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Nilson Vieira dos Santos, Delegado de Polícia Federal.

Eu passo agora para o Perito Criminal, o Sr. Herbert Dittmar.

O SR. HERBERT DITTMAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Primeiramente quero dar os parabéns ao Senado Federal por esta audiência pública. Agradeço a oportunidade por participar desta discussão. Saúdo os demais participantes por esta discussão de alto nível.

O CAR realmente é importantíssimo para toda a sociedade brasileira. Já percebi que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

participantes estão falando a mesma língua – que bom, não é? Assim e de início, eu já ratifico as palavras do pesquisador Paulo Moutinho, do Ipam, em relação à importância do CAR para o futuro da sociedade brasileira. Aí eu pergunto: qual será o Brasil que nós vamos deixar, que nós vamos entregar aos nossos netos e netas? Concordo com ele que a questão do CAR é de segurança nacional.

Desde 2008, eu trabalho na Polícia Federal como Perito Criminal Federal, principalmente com perícias de desmatamento ilegal. Naquela época, a Operação Arco de Fogo tinha o objetivo de debelar o desmatamento, que havia saído fora de controle. Ultimamente, eu participei das Operações Arquimedes e Handroanthus, em que as fraudes fundiárias foram detectadas, e o quadro praticamente não mudou. Aliás, o quadro piorou. As fraudes hoje são muito mais rebuscadas.

Foi importante o pesquisador Paulo Moutinho salientar que 50% do desmatamento atualmente ocorre em terras públicas. O Brasil assumiu compromisso na Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, na COP 21, em 2015, que culminou com o Acordo de Paris. Entre as principais metas, estava a redução do desmatamento, que, juntamente com a queima de combustíveis fósseis, colabora com o aquecimento global devido ao aumento das emissões de gases de efeito estufa. Uma das principais causas do desmatamento é a grilagem de terras infelizmente.

O Cadastro Ambiental Rural, criado pela Lei 12.651, de 2012, é uma ferramenta para controle, monitoramento e planejamento socioeconômico e ambiental. Enfim, é uma ferramenta para ser utilizada no combate ao desmatamento ilegal. Ocorre que, em virtude de fiscalização e controle ineficientes, como é possível realizar qualquer monitoramento ou planejamento? Como é possível tornar os produtos originários do Norte do país rastreáveis e sustentáveis se sequer conseguimos comprovar sua origem legal? Portanto, o CAR não representa um problema. O grande problema, que tem que ser resolvido de forma urgente, é a forma como o CAR está sendo utilizado. Quando se trata de grilagem de terras, lembramos imediatamente da Amazônia, mas não se pode, por exemplo, culpar o CAR por este estar sendo utilizado como ferramenta de grilagem.

Na Resolução nº 8, de 2019, do Serviço Florestal Brasileiro se permite que apenas o recibo de inscrição do CAR – veja bem, apenas o recibo de inscrição do CAR – seja documento suficiente para testar a regularidade da área rural na ocasião de solicitar crédito rural. Imaginem: uma área grilada com direito a crédito rural. Era só o que faltava, não é?

E eu ratifico também as palavras de João Paulo Capobianco, do IDS. Ele registrou que o dever do Serviço Florestal Brasileiro é gerenciar as florestas públicas segundo a Lei 11.284, de 2006. Assim não se pode culpar o CAR pela grilagem, quando os cadastros de áreas rurais com passivo ambiental são utilizados pelos órgãos gestores ambientais na aprovação de projetos de desmatamento e manejo florestal – e não são poucos. Em diversos casos, o CAR nos mostra que há sobreposição de polígonos em áreas rurais, mas, mesmo assim, os órgãos gestores ambientais aprovam os projetos de desmatamento e manejo florestal, como já comprovado em centenas de laudos de perícia criminal da Polícia Federal.

Tais crimes permitem a comercialização da madeira amazônica proveniente de árvores que, em média, possuem 550 anos de idade – vejam só: 550 anos de idade! Tais árvores, como toda a biodiversidade amazônica, são patrimônio da sociedade brasileira. Não podem simplesmente deixar de existir pelo fato de que o dia a dia amazônico é eivado de crimes praticados por meia dúzia de funcionários públicos corruptos dos órgãos gestores ambientais, aliados a engenheiros florestais e agrônomos incumbidos de dar caráter de legalidade ao que é ilegal. Não foi o CAR que permitiu tais crimes; foi a má utilização do CAR. O CAR simplesmente mostra boa parte das irregularidades existentes.

Lembrando o que o João Paulo Capobianco disse, apenas 0,5% – 0,5% – dos cadastros foram analisados, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas a aprovação dos projetos de desmatamento não para – não para em nenhum momento nos órgãos gestores ambientais. Ou seja, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

máquina de desmatamento não para por nenhum motivo – nenhum motivo. Estamos destruindo algo que nunca mais teremos de volta – nunca mais! Isso é um dos problemas; não é o único, não é?

Percebam que estou sempre utilizando o termo "áreas rurais", e não "imóveis rurais". Por quê? Justamente para não dar caráter de legalidade a terras do Norte do país das quais, para ser proprietário, basta apenas delimitar um quinhão de terras de até 2,5 mil hectares, como permite a legislação atual, e utilizar o CAR como instrumento de posse.

Hoje, algumas famílias do Centro-Sul do país se dizem proprietárias de grandes extensões de terras na Amazônia. A posse de terras públicas não pode ser na base de quem declara primeiro a área rural no CAR. Um módulo fiscal na Amazônia gira em torno de 100ha. Uma pequena propriedade rural não tem mais do que quatro modos módulos fiscais. O.k. Mas a Amazônia não é feita de pequenas áreas rurais. Expulsão e assassinato de pequenos posseiros de terras é fato comum na Amazônia – comum, todos sabem disso. Essas pessoas chegaram lá na década de 70, incentivadas pelo próprio Governo daquela época. Portanto, o CAR não pode ser culpado pela grilagem de terras. Ele somente mostra uma fração do quadro fundiário caótico – caótico – atual da Amazônia. Há casos em que uma única família cria uma espécie de condomínio em glebas públicas, onde diversas áreas rurais limítrofes entre si são delimitadas para cada componente da família e se transformam em latifúndios de mais de 10 mil hectares – é comum também.

Antes da criação do CAR, a reserva legal tinha que ser averbada junto à matrícula do imóvel rural, como forma de proteção do nosso patrimônio genético, seja da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, da Caatinga. O CAR substituiu esse dispositivo e permitiu que a regularização ambiental seja promovida a partir de assinatura de um termo de compromisso de recomposição da vegetação. Aí está mais uma importante razão da existência do CAR.

Como regularizar créditos de carbono, como já foi citado, nesse atual quadro de insegurança jurídica? Então, eu coloco aqui algumas sugestões de melhorias.

Em relação ao CAR, quem utiliza o CAR sabe que, a partir do momento em que é feita a inscrição pelo suposto posseiro ou proprietário, o cadastro lá no sistema fica na situação "ativo", como já foi mostrado, gozando de todos os direitos. Tal situação deveria ser alterada para "pendente" – "pendente" –, uma vez que inscrição no CAR não é sinônimo de CAR regularizado. Imaginem só: basta eu fazer o cadastro no CAR, aí, por falta de análise dos órgãos ambientais, eu estou ativo no CAR e pronto para aprovar qualquer atividade rural. O João Paulo Capobianco, inclusive, ilustrou isso com um exemplo.

Segunda sugestão. Cada alteração no CAR gera uma nova chave de protocolo no Sicar. Tal dispositivo serve apenas para confundir, pois cada recibo do CAR vai conter uma chave diferente para a mesma área rural – para mesma área rural, chaves diferentes. Assim como a matrícula de um imóvel no cartório de registro de imóveis só tem uma matrícula, em que são averbadas todas as alterações, assim também deveríamos proceder com o CAR. Concordam?

Terceira sugestão. Se o CAR aponta que o documento da terra é uma autodeclaração de posse – já vi centenas –, o órgão gestor ambiental não pode – não pode –, senhoras e senhores, aceitar esse documento como documento fundiário e aprovar exploração madeireira, por exemplo. Mesmo nos casos em que a área rural possui uma escritura, por acaso alguém verificou, foi verificada a cadeia dominial para saber se há irregularidades na origem desse documento? Alguém verificou se há fraude na cadeia dominial? A regularização ambiental não pode ser feita a partir de cadeia dominial fraudada também. Portanto, cuidado ao afirmar que alguém é proprietário de uma área de terras, principalmente na Amazônia.

Quarta sugestão. O art. 4º do Decreto 7.830, de 2012, de regulamentação do CAR, reza que "Os entes federativos que já disponham de sistema para o cadastramento de imóveis rurais deverão integrar sua base de dados ao SICAR". O.k., mas por que o Sigef, sistema fundiário do Incra, não está integrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao Sicar? Por quê? Por que o Sistema de Registro de Imóveis no Brasil não está também integrado ao Sicar? A Dra. Maria Tereza já citou que uma das soluções passa pela questão registral, com certeza.

Quinta sugestão, em relação à transparência. O inciso V do art. 3º do Decreto 7.830, de 2012, reza que é objetivo do CAR "disponibilizar informações de natureza pública". Ocorre que qualquer cidadão que queira informações sobre um determinado CAR vai obter apenas a área, o município e a situação em que se encontra o processo. Nada mais além disso. Vale lembrar a todos e a todas que o registro de imóveis é regido pelo princípio da publicidade – publicidade. Uma das principais finalidades dos registros públicos é garantir a publicidade dos atos jurídicos. Vale lembrar que temos a Lei 12.527, de 2011, que também regula o acesso a informações.

Sexta sugestão. O Programa Brasil Mais, do Governo Federal, pode ser utilizado na recuperação de áreas degradadas. Por quê? A partir da utilização de imagens de satélite de 3m de resolução espacial. Estão aí para os órgãos, para os órgãos gestores, para todos órgãos federais e estaduais utilizarem. É uma ferramenta que deve ser utilizada. Só que, vale lembrar, quando muita gente aponta imagem satélite como a solução dos problemas, digo: um momento, ela é parte das soluções do problema; imagens de satélites não solucionam todos os problemas.

Por fim, o CAR tem que ser transparente. E a transparência, vale lembrar, é inimiga da corrupção – a transparência é inimiga da corrupção, Srs. Senadores e Senadoras.

Assim, eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade dada pelo Senado Federal e agradeço a todos os ouvintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Herbert Dittmar, que é perito criminal na área de crimes ambientais há 15 anos, desde 2007. Eu acho que nos trouxe também... Aliás, hoje é quase uma casa de terror, porque tudo que está sendo dito aqui é um... É um absurdo como as coisas são processadas. Como você disse agora, o cidadão ainda bota banca, diz que é dono de não sei quantos hectares na Amazônia, devasta, acaba com a floresta, cria gado, fica rico e ainda desfila de carro bacana e de avião. É impressionante.

Bom, eu quero registrar aqui algumas perguntas que nos chegaram através do e-Cidadania.

Guilherme Cézar, da Bahia: "De que maneira o CAR pode evitar problemas como a grilagem de terras?".

Gelzânia Silva, também da Bahia: "Quando serão penalizadas as empresas que ganharam os processos licitatórios e realizaram um péssimo serviço de georreferenciamento?".

"O monitoramento poderá reduzir as ilegalidades no campo?"

Vitória Alves, da Bahia: "Quais são as medidas de aperfeiçoamento das propostas?".

Bom, eu queria colocar, a partir até de uma proposta feita pelo Capobianco, e eu conversei aqui também com a Maria Tereza, a pergunta seguinte, apesar de o último orador, o Herbert, ter dito que cada um que se inscreve tem uma chave diferente, ou seja, se eu não entendi errado, significa dizer que mais de uma pessoa – se eu não entendi errado...

O SR. HERBERT DITTMAR (*Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Senador, é o seguinte: não é cada um que se inscreve; é que, toda vez que há uma retificação, há a geração de uma nova chave.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A minha pergunta é a seguinte – aí vai a pergunta que eu faço a todos que se pronunciaram –: por que, então, não se abre o Cadastro Ambiental Rural das terras públicas não destinadas e das terras...

O SR. HERBERT DITTMAR (*Por videoconferência.*) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERBERT DITTMAR (*Por videoconferência*.) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Porque, se não pode haver superposição – por isso eu fiquei preocupado quando você disse que havia mais de uma chave – se não pode haver superposição, depende do quê? De vontade política? De uma lei? Porque, se depende de uma lei, eu já estou pedindo aqui para o pessoal fazer um projeto de lei obrigando, seja o Governo Federal, sejam os estaduais que detêm terra pública, a se inscreverem no Cadastro Ambiental Rural. Porque, pelo que o Capobianco falou – pelo amor de Deus! –, há uma superposição clara. E, aí, eu deixaria essa pergunta...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só um minutinho, Capo.

Eu deixaria essa pergunta... Só que eu queria fazer, eu não sei se a Maria Tereza está lincada ainda... (*Pausa.*)

Não.

Porque, se isso é verdade, ou seja, que não poderia haver a inscrição de qualquer outra pessoa em área que estivesse estipulada como CAR de terra pública, essa é a primeira tarefa a ser feita, imediatamente. Pelo menos se estancava daqui para a frente, fora o que já está problematizado. Então, eu queria deixar essa pergunta.

Capobianco, eu vou começar pelo Paulo Moutinho – está certo? – se ele ainda estiver lincado. E aí eu vou passando... O próximo seria você e depois a representante do Sistema Florestal Brasileiro.

Paulo Moutinho, você está lincado ainda?

O SR. PAULO MOUTINHO (*Por videoconferência*.) – Sim. Estou aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu gostaria de ouvir sua opinião.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Estamos escutando, Paulo.

O SR. PAULO MOUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – É preciso que a gente avalie um pouco mais. Acho que o Dr. Herbert traz pontos superimportantes.

Uma coisa que é muito comum, e nós encontramos isso não só nas nossas análises mais científicas desse problema, mas também quando da interação com o Ministério Público Federal em ações civis públicas contra a grilagem no Estado do Amazonas, é que há vários CARs sobrepostos na mesma área. Você tem uma pilha de CARs na mesma área, Senador. E isso é... Eu ainda não sei se tecnicamente – talvez a Jaine possa explicar –, mas estão ligados a essas chaves diferentes, ou seja, eu posso, junto com mais dez, declarar CARs sobre as mesmas áreas. Segundo as discussões com o Ministério Público, isso é uma estratégia de grilagem, porque você coloca, até usando laranjas diferentes, CARs em cima da mesma área, o que dificulta muito a prospecção de quem é, na verdade, o infrator.

Então, eu acho que essa proposição é bem-vinda, a discussão sobre esse tema especificamente é bem-vinda para evitar esse tipo de confusão que se faz propositalmente em identificar quem está atrás, na verdade, daquela grilagem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador e demais participantes, Senador Confúcio Moura e demais acompanhantes desta audiência, o Serviço Florestal Brasileiro é responsável pelo cadastro das terras públicas federais. Ele possui esse cadastro, possui esse mapeamento de todas as terras destinadas e não destinadas, daquelas destinadas para unidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conservação federais, das destinadas para terras indígenas, das destinadas para assentamento de reforma agrária, possui os dados das florestas públicas, ou seja, as bases de dados estão disponíveis.

O que é inadmissível é que o Serviço Florestal Brasileiro acolha um registro no CAR que incida sobre essas áreas onde há vedação legal completa para a destinação para uso privado, para proprietário privado. Então, bastaria aplicar o filtro. Não é necessária nenhuma legislação adicional.

Sobre as áreas estaduais, eu ainda assim entendo que o Serviço Florestal Brasileiro, pela competência a ele conferida pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, poderia também aplicar o filtro. A representante do Serviço Florestal Brasileiro, Dra. Jaine, disse que não, que isso é competência dos estados. Esse é um ponto a se discutir, mas, do ponto de vista da titularidade federal sobre essas áreas, não há a menor dúvida de que esse CAR em terra indígena não deveria ser aceito, mas no limite deveria estar como suspenso no CAR. Isso não gera direitos, não gera os chamados benefícios de estarem inseridos no CAR, o que minimizaria muito o problema. Poderia ser feito imediatamente, basta apertar um botão no computador para que esse filtro imediatamente passe esse volume enorme de CAR sobre terras indígenas, unidades de conservação, áreas embargadas e floresta pública não destinada, para a situação *status* de suspenso. Seria uma medida extremamente importante, oportuna e prevista em lei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Capobianco.

Eu passo agora para a Sra. Jaine, do Serviço Florestal Brasileiro.

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu vou repetir que a competência da análise das informações não é competência do Serviço Florestal Brasileiro. Nós somos um órgão executor da política, mas não estamos relacionados a órgãos de comando e controle.

O que eu tenho para explicar para vocês é que os filtros automáticos foram criados para essa pré-análise, para que a gente já possa avançar principalmente nesses cadastros que são declarados de forma incorreta, errônea, enfim.

Sobre a posição como terras indígenas, ela já não é mais permitida. A inscrição de imóveis rurais sobre terras indígenas homologadas já não é mais possível, o sistema já tem uma trava. Então, a gente sempre vem buscando aprimorar o sistema, o sistema de cadastramento rural, para que a gente possa atender esses instrumentos que estão postos na legislação.

Acho que é isso. Eu mantenho a posição do Serviço Florestal Brasileiro de que realmente a análise não é competência nossa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não é... A pergunta que eu tinha feito era outra, não foi essa sobre a análise.

A pergunta é a seguinte: o Sistema Florestal Brasileiro tem um cadastro das suas terras, as terras de posse da União, do Governo Federal, do país, essas terras têm Cadastro Ambiental Rural?

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (*Por videoconferência*.) – Sim. O que mostra vários estudos e a...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, porque uma coisa é você ter a delimitação, a outra coisa é você ter demandado e lançado no CAR esse volume.

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (*Por videoconferência*.) – Na verdade... Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque, se eu entendi, se uma terra está no CAR, apesar de que o Paulo Moutinho disse que há uma estratégia de grileiros de superpor várias inscrições... Então, isso significa dizer que o sistema tem um furo grave, porque eu não posso admitir três, quatro, cinco, dez Cadastros Ambientais Rurais sobre a mesma terra. Então, precisamos, primeiro, consertar essa fragilidade. Se ela não existe – eu estou falando aqui, repetindo o que foi dito –, e se eu lanço minhas terras no Cadastro Ambiental Rural, alguém que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fosse tentar lançar não conseguiria, daria superposição. Aí a pergunta é: qual é a dificuldade de lançar no Cadastro Ambiental Rural todas as terras destinadas ou não que pertencem, no caso da União, à União?

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (*Por videoconferência*.) – O Cadastro Ambiental Rural é um cadastro autodeclaratório. Então, o módulo de inscrição no CAR é aberto para qualquer pessoa fazer qualquer tipo de declaração de propriedade, de posse, enfim, em qualquer lugar. Então, ele está aberto. O Serviço Florestal Brasileiro deixou...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, querida, eu sei que ele está aberto, mas, se é qualquer pessoa, existe uma pessoa jurídica que se chama Governo Federal. Se ele é o titular daquela terra, por que ele não pode lançar no Cadastro Ambiental Rural a terra pública? Eu sei que está aberto a qualquer pessoa. Mas para que as pessoas não esbulhem terra pública poderia ser lançado. Por isso que eu estou perguntando se há dificuldade ou não.

Bom, eu vou pedir a um grupo para estudar essa matéria.

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu passarei agora para o Delegado Nilson Vieira dos Santos.

O SR. NILSON VIEIRA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Eu já me pronunciei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, então eu passo para o Herbert Dittmar.

Leila, eu já vou lhe dar a palavra.

O SR. HERBERT DITTMAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu concordo com aquilo o Senador Jaques Wagner disse: é impossível você acreditar que um cadastro federal permita esse tipo de coisa; quer dizer, sobreposição de áreas não só públicas, áreas ditas como particulares também. E o que mais assusta é a quantidade de laudos periciais criminais federais que são feitos mostrando que nessas áreas de sobreposição está se extraindo madeira, e madeira que inclusive está sendo exportada para o exterior. É área que está sendo usurpada realmente; ou seja, o primeiro que chegar lá e que tiver mais poder chega lá, toma conta dessa área, extrai a madeira, coloca o dinheiro no bolso e está tudo bem. Como assim, não é mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, obrigado.

Eu vou passar a palavra agora à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Jaques, e a todos os nossos expositores e aos Senadores que participaram e que porventura tenham entrado e saído – a agenda está intensa aqui na Casa.

Eu tive a oportunidade de acompanhar o começo da audiência e a minha assessoria continuou. Esse tema é muito relevante para todos nós porque temos aqui projetos que certamente serão postos na pauta e a gente tem que estar preparado principalmente para esse debate. Então, parabenizo por essa iniciativa.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Uma é para a Sra. Maria Tereza Uille Gomes, que é ex-Conselheira do CNJ, pós-doutoranda em Direito pela UFPR. A senhora apontou três questões fundamentais, Sra. Maria Tereza: a vinculação do CAR ao registro imobiliário; a natureza do CAR, que deve ser constitutiva; e o registro das terras públicas no CAR. Eu entendo a necessidade, sim, de efetuar pequenos ajustes legislativos para introduzir essas questões já passadas pela senhora. No entanto, eu queria entender quais são as dificuldades e os desafios que a senhora prevê para uma bem-sucedida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

implantação dessas medidas e o que deve ser feito para viabilizá-las?

Essa é uma pergunta para a Sra. Maria Tereza. Quem quiser complementar, tudo bem.

São três. Eu posso fazer as três ou vou... Posso fazer primeiro as três, Senador Jaques? É melhor, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode. Não me chame de doutor, porque eu não sou doutor.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Beleza.

A segunda é para o Paulo Moutinho, que é o representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). A concentração de desmatamento em áreas registradas no CAR em terras públicas não destinadas realmente assusta, é o que foi passado aqui. Temos também que estão sendo registradas no CAR áreas de grande dimensão tratando-se evidentemente de grilagem. A recomendação de criminalizar o uso fraudulento do CAR eu acredito que seja fundamental, mas eu quero entender, pelos dados disponíveis: podemos identificar os grileiros? Eu pergunto para o senhor se podemos identificar os grileiros por esses dados disponíveis. E não há, na lei em vigor, meios para coibir o registro irregular e punir esses responsáveis? Essa é uma pergunta que a minha assessoria fez aqui e eu acho muito pertinente. Tem algumas aqui, mas essas três eu achei muito pertinentes.

E à Sra. Jaine – eu vi aí as perguntas, as interações do Senador Jaques e as respostas –, que é Diretora de Regularização Ambiental, a senhora apresentou o funcionamento do Sicar e seus filtros. Considerando essas funcionalidades, como a senhora explica o número tão expressivo de cadastro do CAR de terras públicas? O sistema não deveria barrar esses registros? Eu não vi a senhora responder, não sei se alguém indagou a respeito, mas são essas três perguntas, Senador Jaques Wagner. E abro também para os demais, caso queiram responder.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Leila.

Eu não sei se tem algum colega que demandou a palavra. (*Pausa.*)

Bom, então, eu vou devolver para os nossos expositores para comentarem sobre as perguntas da Senadora Leila.

Eu não sei se endereçou, Leila, ou foi geral?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Não, na verdade, a primeira eu mandei para a senhora Maria...

A minha internet não está boa, não é? Me falaram aqui. É isso? Está ruim a minha transmissão, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não, não está ruim, não; está ótima.

É que a Maria Tereza já saiu. Eu vou mandar para ela a sua pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Então, está bom. Eu vou deixar geral. Caso... Por favor, acho que todos estão aptos aí a responder.

Então, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Paulo Moutinho, você quer comentar sobre as perguntas da Senadora Leila?

O SR. PAULO MOUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Senadora, obrigado pelas perguntas, são extremamente pertinentes. A criminalização, Senadora, é um passo importante, inclusive um dos PLs que eu citei, durante a minha fala, porque coloca, de uma maneira explícita, uma trava ou uma coibição que, ao meu entender, ainda não existe, ou seja, como é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

documento, o CAR, autodeclaratório, ele permite qualquer coisa lá, porque, enfim, se determinou assim. Se nós conseguíssemos andar com a validação desses casos, logo em seguida ao seu registro, não teríamos esse problema que estamos vivendo hoje. O problema é que a validação não entra, como o João Paulo Capobianco mostrou muito bem, e não há uma filtragem desse processo para que aquilo que está irregular e ativo passe a ser cancelado; eu diria não só suspenso, mas cancelado mesmo. E aí, então, você não tem o estímulo ao crime, e é realmente um crime.

Eu queria trazer aqui, Senadora, alguns pontos que nós estamos vendo. O Ipam tem muito trabalho no campo, no chão lá na Amazônia, está com vários parceiros, e a gente pode notar o grau de sensação de impunidade que existe na região.

Por exemplo, o CAR tem sido usado independentemente se ele está ativo ou se não está. O que o sistema produz de um papel tem sido, por exemplo, utilizado para levantar recursos financeiros. A própria Polícia Federal já rastreou esse tipo de coisa e chegou a números, por exemplo – outros pesquisadores também –, de que, para você invadir uma área para grilagem e desmatar 1ha, custa R$1,5 mil, entre R$1,2 mil e R$1,5 mil. É caro. Você precisa de dinheiro para fazer isso. Imagine alguém desmatando 500ha. Você precisa de alguns milhões para fazer isso. Não é pequeno agricultor que está fazendo isso e não é nem o médio produtor que está fazendo isso.

Portanto, esse processo de usar o CAR para você ter acesso a recursos, que às vezes é bancário até, mas é principalmente de terceiros, principalmente – aí eu vou ser aqui um pouco irônico – daqueles que estão lá no Sudeste, na Avenida Paulista, ou ali no centro financeiro do Rio de Janeiro... E a própria Polícia Federal tem esse rastreamento, que não pode parar. É um trabalho da Polícia Federal extremamente importante saber de onde vem o recurso que está financiando a grilagem com o uso do CAR.

Portanto, sem a criminalização, Senadora, vai ser muito difícil a gente coibir isso, porque se construiu um processo de crime organizado que tem conexões da grilagem com a exploração ilegal de ouro, o tráfico de armas e drogas na região...

Nós temos 11 mil quilômetros de estradas clandestinas na Amazônia, que não estão em mapa nenhum. Portanto, é algo – por isso que eu falei – de segurança nacional. É algo importantíssimo, em que o poder de polícia do Estado tem que estar totalmente incentivado para continuar as suas investigações.

Se nós não conseguirmos deter isso, Senadora, realmente eu acho que nós teremos um país muito pior do que nós temos agora em termos de imagem, em termos de produção de alimentos, em termos de degradação ambiental. Então, criminalizar é extremamente importante.

O SR. NILSON VIEIRA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Posso falar também e me pronunciar a respeito da pergunta da Senadora?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Também queria falar.

O SR. NILSON VIEIRA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – No meu entendimento, quanto à responsabilização, a tipologia penal já é clara: há uma declaração falsa no registro público que gera um documento público, portanto a falsidade ideológica, para mim, é claríssima – no caso, a tipificação.

A questão aí só, como eu falei antes, é a garantia de quem declara, porque a dificuldade hoje é rastrear, ter uma comprovação de quem declarou. Por isso, é interessante ter uma rastreabilidade tanto da questão de informática, com alguns requisitos, por exemplo, pelo GovBr, em que poderia a pessoa ter o registro do seu documento, como em alguns cadastros são feitos aí – a pessoa tira foto do seu documento, com a imagem própria ali... É muito comum isso, inclusive hoje nos serviços públicos, para atestar que é a pessoa que está fazendo aquilo. Então, alguma forma de a gente poder não só ter a tipificação penal, mas saber quem declarou com clareza, para poder depois responsabilizar, porque, como hoje é aberto para qualquer um chegar lá e inserir os dados, a pessoa pode se isentar e dizer: "Não, não fui eu". Isso pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acontecer.

Então, a criminalização é clara; o que falta, na verdade, é essa garantia de quem declarou. E o sistema pode prover isso claramente, facilmente, a meu ver, por alguns instrumentos já disponibilizados no sistema governamental.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Eu queria, Senadora Leila, trazer uma questão, Senador Jaques Wagner. O senhor... Foi colocada pela Dra. Maria Tereza, que participou aqui, a questão da inclusão das terras públicas no CAR como uma forma de, em tese, resolver o problema da sobreposição. Eu queria insistir num ponto: que isso não é necessário, aliás, eu diria que não é necessário e também não é desejado. Por quê? Porque o CAR foi colocado sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro exatamente porque o Serviço Florestal Brasileiro, pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, é o responsável pela gestão das florestas públicas destinadas e não destinadas, é o mesmo órgão público, é o mesmo órgão que possui as bases de dados. Ou seja, na hora em que um pretendente qualquer, voluntariamente... E eu defendo esse caráter do CAR. O caráter voluntário, autônomo, do CAR é importantíssimo. Qualquer um pode, de fato, se inscrever no CAR, não tem nenhum problema que isso ocorra, eu não vejo nenhum problema. O problema é o órgão público aceitar uma inscrição que incide sobre florestas públicas que estão no seu sistema, porque, quando o sujeito inclui no CAR, ele é obrigado a incluir isso de forma georreferenciada. Quando ele georreferencia a sua pretensão de propriedade, ela automaticamente entra no sistema do Serviço Florestal Brasileiro e automaticamente o sistema mostra sobreposição com floresta pública destinada ou não destinada. Um absurdo! O absurdo é que o órgão público responsável pela gestão do CAR aceite essa sobreposição e dê o *status* de ativo para o CAR, gerando todas as consequências econômicas que nós falamos aqui.

Então, eu não estou nem falando aqui, sinceramente, do fraudador, que faz a coisa ilegalmente, que é o que a senhora perguntou, Sra. Senadora. É possível identificar com as ferramentas disponíveis hoje, como o Delegado Nilson colocou? Certamente é possível identificar. Mas eu não estou nem chegando a isso, estou antes até. Como um órgão público – órgão público, criado por uma lei, que tem uma responsabilidade institucional – permite um pleito de propriedade numa área em que não é possível, é ilegal que seja dada aquela propriedade?

Então, a ilegalidade, desculpem, está sendo cometida pelo órgão público, que está se sujeitando a isso, aceitando isso e dando um caráter de ativo. A consequência, a responsabilidade pelo dano é do órgão público, porque malfeitor, gente oportunista, gente irresponsável tem em todos os cantos. O problema é o sistema público acolher isso e dar a esse cidadão um título de que está ativo, um carimbo: "Olha, você está ativo, pode ir ao banco, pode ir ao seguro, pode receber recurso internacional, pode fazer o que você quiser". Esse é o problema. E, aí, é inadmissível – olha, com todo o respeito, Dra. Jaine, é inadmissível – que o Serviço Florestal se julgue no direito de defender o que não é sua responsabilidade.

A lei é clara: o Serviço Florestal Brasileiro é responsável pela gestão do CAR, e as consequências disso é de responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro, foi a ele que foi destinada essa obrigação pela legislação brasileira. Portanto, não pode se lavar as mãos: "Agora, a responsabilidade é dos estados por isso", porque nós estamos falando inclusive de terras públicas federais.

Eu queria só encerrar dizendo que a coisa é muito mais grave, o buraco é muito mais embaixo, porque nós não estamos só falando da Amazônia. Por exemplo, Sr. Senador Jaques Wagner, Senador Confúcio Moura, Senadora Leila Barros, a sobreposição de CAR em terra indígena ocorre em 24 estados brasileiros, não é só na Amazônia. Nós temos uma situação dramática no Amazonas, no Mato Grosso e no Pará, mas nós temos também em Santa Catarina, em Mato Grosso do Sul, em São Paulo, no Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Sul e no Paraná CARs incidindo sobre terras indígenas homologadas, já registradas, tramitadas, e o Serviço Florestal Brasileiro impunemente aceitando esse CAR. Então, a ilegalidade – insisto – está sobre a gestão do CAR. Como bem disse aqui o Delegado Herbert Dittmar, ele falou corretamente, o CAR é uma boa ferramenta, ela é necessária, ela é positiva; agora, a má gestão do CAR pelo Serviço Florestal Brasileiro está gerando esse problema dramático, acolhendo grilagem de terra e promovendo uma especulação imobiliária terrível sobre terras públicas destinadas e não destinadas. Isso é que nos ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sra. Jaine, não sei se quer se pronunciar.

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Bom, eu acho que para responder à Senadora Leila, que fez um questionamento aqui. Eu acho que ela não acompanhou a minha apresentação, enfim. Então, só para esclarecer que, em alguns casos que os meus colegas aqui colocaram com relação a sobreposições, o Serviço Florestal Brasileiro dispõe de ferramentas de filtros automáticos que servem para mostrar essas sobreposições, mas cabe aos estados, aos órgãos competentes analisar essas sobreposições e suspender e cancelar os cadastros. Então, era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Herbert, você quer fazer algum comentário sobre a pergunta da Senadora Leila?

O SR. HERBERT DITTMAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero, sim, Senador. Obrigado.

Em cima do que o Capobianco disse, eu também concordo que o CAR deve continuar sendo declaratório, assim como é o Imposto de Renda – declaratório –, não tem problema nenhum.

E, em relação a quem está se dando bem, vamos dizer assim, é o crime organizado. E é o crime organizado que tem recursos realmente, não é o pessoal necessitado, não é o ribeirinho da Amazônia. Como o Paulo Moutinho disse, isso é crime organizado, é gente que tem recursos. Isso não ocorre por acaso. Em qualquer área que você for da Amazônia hoje, visita o sul do Amazonas, você vai ver que o sujeito não mora lá, o sujeito mora em São Paulo, mora no Paraná, etc. Ele não mora ali, sequer mora ali. Ele utiliza aquela mão de obra barata, carente.

O sujeito que corta a árvore lá, o que opera a motosserra é o carente, mas, na realidade, quem é o responsável é o que está no Sudeste.

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É óbvio que essa discussão vamos ter que aprofundar...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Senador Jaques, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, deixe-me só fazer um comentário e já volto para você.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria chamar atenção para o seguinte: repare que outras coisas são autodeclaratórias, como já foi citado aqui. Na Receita Federal, declaração de Imposto de Renda cada um faz. Mas a Receita, previamente, dá toda uma orientação para você preencher a sua declaração de Imposto de Renda. Você sabe o que você tem que colocar; sabe em que você pode, vamos dizer, ser isento; sabe aquilo que você pode abater... E todo mundo sabe que, se for pego na malha fina, a coisa é dura. Então, é preciso que se faça não 0,28% de avaliação, mas que se faça uma triagem de 15, de 18, de 20, na medida do que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estamos enxergando. Por exemplo, a Receita Federal não vai aceitar o mesmo recibo de médico como despesa médica para duas pessoas; não vai aceitar duas notas fiscais idênticas para duas pessoas diferentes.

O que eu quero dizer é que, se há superposição e se não há limite... Eu quero concordar com o perito que acabou de falar porque aqui na Casa todo mundo fala de regularização, regularização... Eu estou vendo o meu amigo aqui, o meu Vice-Presidente aqui da Comissão, o Confúcio, e eu sei como é. O pessoal que foi trazido do Sul para a expansão da fronteira agrícola que está até quatro módulos e que é pequeno... Por isso que eu entendo que a regularização teria que ser feita do menor para o maior. Quando terminar todo mundo pequeno, que são 85% dos que se dizem necessitados de regularização, vamos passar para os graúdos, porque autodeclaratório de 10, de 20 mil hectares... Ou então de laranja que vai somando quatro módulos, quatro módulos, quatro módulos.... Quando você vai ver... É só pegar os jornais do Pará ou do Amazonas também lá na coluna de classificados que está cheio de ofertas. Dois milhões, três milhões... "Vendo terra em processo de regularização". Ou seja, virou um comércio. Isso aí não está nem clandestino, está publicado no jornal.

Eu acho que vou voltar a palavra à Senadora Leila, mas vou propor um grupo de trabalho nosso aqui para aprofundar, porque, repare, eu, na Bahia, fiz muita coisa em licença ambiental autodeclaratória. Agora, como eu disse no caso da Receita, a Receita tem vários tipos de declaração: para quem é produtor rural é um tipo, para quem ganha até tanto é outro tipo simplificado... Lá eu faço autodeclaração para projetos que eu chamo de baixo impacto, que não terão uma consequência ambiental. Agora, não dá para fazer autodeclaratória de extensões de terra e, antes que ela esteja regularizada, como já foi dito aqui, recebe o carimbo de ativo, o cidadão vai lá, desmata, vende, depois larga lá, porque não depende mais do título.

Então, eu acho que a gente vai ter que aprofundar aqui no Senado até para propor medidas... Eu insisto – e não quero aqui fazer juízo de valor, nem adjetivar ninguém, nem fazer prejulgamento – que está claro que a gente está sendo roubado. Isso está mais do que claro. E, como já se disse aqui, não é o pequenininho que está nos roubando. O pequenininho está sobrevivendo, convidado há 30 anos pelo Governo Federal para ocupar módulos para poder desenvolver a região. Quem está fazendo isso é grileiro, é sonegador de imposto e por aí vai. É esse pessoal que tem colarinho para contratar e ter passagem, inclusive, institucional em algumas instituições nossas.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, é só para complementar a fala da Dra. Jaine. Eu acompanhei, sim, estava com a câmera desligada, mas, assim, o que eu não acompanhei a minha equipe acompanhou, e é por isso que eu estou perguntando. A senhora realmente admitiu aqui que existe filtro, que os estados estão por dentro, cientes do que está acontecendo. Estamos diante de um escândalo, Senador! Estamos diante de praticamente uma denúncia aqui feita até pela Dra. Jaine. Olha só: "Senadora, existem filtros, estados estão cientes". Quer dizer, estão fazendo vista grossa – vista grossa – para beneficiar quem? Temos que correr atrás disso, Senador.

Então, assim, eu agradeço a fala, o complemento de todos aqui que estiveram nesta audiência. E vou falar para o senhor: nós temos que, de fato, esta Casa, nos debruçar diante desse cenário, que é sério, é um escândalo, é uma preocupação gigante. E o Senado, de fato, tem que trabalhar uma legislação e punir, principalmente, que seja também levantando a denúncia para esses órgãos, órgãos federais, órgãos públicos, que estão fazendo vista grossa no cenário catastrófico que é essa questão da grilagem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, em função do tempo que nós já estamos na reunião, eu só perguntaria se, do ponto de vista de conclusão, algum ou todos... Se quiserem, os expositores disporiam de três a cinco minutos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

considerações finais.

Paulo Moutinho, algum comentário final?

O SR. PAULO MOUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, de novo, quero agradecer e reforçar o apoio e, enfim, a rapidez da análise desses PLs que estão no Senado, que foram citados anteriormente na minha fala, e dizer e reforçar, Senador, que há uma urgência muito grande para solucionar esse problema. Eu coloquei aqui no *chat* e gostaria de repetir: em 2018, nós tínhamos 11 milhões de hectares, só na Amazônia, sobrepostos de CAR sobre floresta pública não destinada e nós já temos, agora, quase 20 milhões de hectares; ou seja, cresceram quase 10 milhões de hectares em alguns anos. E é quase que diário esse registro.

E eu reforço aqui, para finalizar: são CARs grandes, não estão ligados a pequeno produtor, que têm muito financiamento para desmatar e colocar pasto, como eu coloquei na apresentação, e que precisam ser coibidos, porque isso é claramente uma grilagem de larga escala acontecendo no país. Se nós queremos realmente um país que funcione climaticamente e, enfim, com prosperidade econômica, a gente precisa dar conta disso o quanto antes.

Obrigado, Senador. Foi um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu lhe agradeço e, ao mesmo tempo, fora aqui um pouco do assunto, parabenizo-o, que eu já vi que você é um adepto do ciclismo, com tantas...

O SR. PAULO MOUTINHO (*Por videoconferência*.) – Ah, sim. A bicicleta foi...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para manter a saúde...

O SR. PAULO MOUTINHO (*Por videoconferência*.) – Não só isso, Senador. A bicicleta atrás de mim esteve em 1,2 mil quilômetros, pedalando pela Transamazônica, na parte não asfaltada, exatamente para entender esses problemas. Você tem que estar lá no chão, para entender, e isso é um programa aqui que nós temos no instituto, o de colocar os cientistas para pedalar e poder interagir com as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, parabéns, mais uma vez!

Capobianco. (*Pausa.*)

Você tem que abrir seu som, Capô. O som está fechado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (*Por videoconferência*.) – Ah, desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora!

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Jaques Wagner, Senadora Leila, Senador Confúcio Moura e demais participantes, companheiros aqui desta excelente audiência pública, eu agradeço muito por ter tido a oportunidade de participar.

Eu queria só realmente encerrar dizendo aquilo, reforçando aquilo que já foi dito, duas questões fundamentais. Primeiro, o CAR é uma conquista da sociedade brasileira, é um instrumento de enorme relevância. A grande, a maciça maioria dos proprietários rurais de boa-fé inclusive, a maioria, a grande maioria se inscreveu no CAR, colocou sua propriedade lá. Portanto, o produtor rural brasileiro, digamos, está de parabéns, porque, de fato, aderiu ao sistema numa velocidade impressionante. Havia dúvidas, no início, se, por um caráter voluntário, iria, de fato, gerar uma incidência importante; isso se verificou. Portanto, há uma coisa muito importante.

Agora, eu queria insistir nisso. O Paulo Moutinho falou dos projetos de lei que tramitam no Congresso. Perfeito, acho muito importantes, mas eu queria insistir, com todas as letras e ênfase possíveis, que não é necessário nada, nenhuma mudança de lei, nada para que o Serviço Florestal Brasileiro aplique os filtros sobre a sobreposição de CAR em terra pública destinada ou não destinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma obrigação do Serviço Florestal Brasileiro, que está lavando as mãos, transferindo, de forma inadequada, para usar uma palavra educada, essa responsabilidade aos estados. Não é verdade! Nas terras públicas federais, é obrigação de Serviço Florestal Brasileiro colocar como suspensas ou pendentes essas áreas sobrepostas. Ele não está fazendo isso.

Então, eu queria insistir nisto. Eu considero, sinceramente, que o Senado deveria analisar se essa atitude não se enquadra na Lei de Improbidade Administrativa, conforme citei no início da minha fala. No meu entendimento e de vários advogados que nós consultamos, se enquadra perfeitamente. Eu acredito que o Senado, com o seu papel de órgão fiscalizador do poder público, deveria tomar as rédeas disso, fazendo com que, para trás, tudo o que está inserido, sobreposto sobre terra pública federal destinada ou não destinada seja considerado imediatamente pendente e que não aceite, daqui para frente, mais nenhum pleito de CAR incidente sobre essas áreas.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos! Foi um prazer estar com vocês aqui, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, João Paulo.

Eu, agora, convido a Sra. Jaine Cubas Davet para as suas considerações finais.

A SRA. JAINE ARIÉLY CUBAS DAVET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá.

Bom, primeiro eu agradeço a participação para falar um pouco aqui sobre as competências do Serviço Florestal, na política de regularização ambiental, na documentação do Cadastro Ambiental Rural. Acho que temos um grande avanço mesmo nesses dez anos, em trazer todos os proprietários e possuidores para dentro do banco de dados, que possa servir para outras políticas públicas, com é o caso do controle ambiental, do planejamento ambiental, econômico e estratégico do país.

Vamos trabalhar melhor, vamos verificar aqui a questão dos filtros automáticos. É uma questão para que a gente tem alguns grupos de trabalho aqui, dentro do Serviço Florestal Brasileiro, para verificar. O sistema está em constante melhoria. Então, ele pode ser aprimorado sempre. E discussões como esta, ricas, trazem mais garra para que a gente possa levar adiante, colocar as competências para a frente e avançar ainda mais.

Mas o que eu queria deixar bem claro é que eu acho que todos esses problemas, todos esses gargalos que a gente tem hoje serão sanados se a gente conseguir avançar nas análises das informações para que a gente possa, de fato, verificar quais são os cadastros que são verdadeiros, quais que são falsos, se as declarações são feitas de forma correta ou não, para que, de fato, a gente tenha esse banco de dados robusto e único para que a gente possa utilizar em outras políticas públicas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado pela sua participação.

Eu convido agora o Delegado Nilson Vieira para as suas considerações finais.

O SR. NILSON VIEIRA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Antes de mais nada, agradeço a iniciativa. Achei muito importante e ressalto o que já foi dito pelo Paulo Moutinho, pelo João Paulo Capobianco e também pelo colega Herbert Dittmar, da importância do CAR. Quer dizer, o fato de constatarmos que há problemas a serem sanados não quer dizer que ele não tenha a sua importância. Até, na verdade, pelo fato de existir o CAR é que nós estamos detectando essas anomalias.

Então, agora, o intuito é realmente saná-las. Nós já temos o diagnóstico e temos os meios para isso, quer dizer, não há nada distante, como também se ressaltou há pouco. Às vezes, para muitas das correções, não se precisa nem de lei ou nada; basta agir de forma transparente e proativa para saná-las.

Agradeço mais uma vez a iniciativa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Delegado Nilson Vieira dos Santos.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Herbert Dittmar, perito da Polícia Federal.

O SR. HERBERT DITTMAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Hoje eu tive a oportunidade de conhecer melhor os Srs. Senadores, a Sra. Senadora, participantes de alto nível.

Eu só queria terminar com uma pergunta: por que hoje a gente não consegue fazer essa análise e a gente continua aprovando projetos de exploração? Quer dizer, as árvores, milhões de árvores continuam sendo abatidas diariamente, e a gente está aqui, discutindo como vamos resolver o problema.

Então, a gente tem um problema urgentíssimo para ser resolvido. Agora, eu tenho a solução agora? Não tenho a solução agora. Nós podemos resolver isso, talvez num curto espaço de tempo, mas é necessário.

E, para finalizar, em relação à transparência do CAR, por favor, Srs. Senadores, Sra. Senadora, vamos cuidar da transparência do CAR. Este país precisa de mais transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu quero agradecer a todos os participantes que nos brindaram com o seu conhecimento, com as suas opiniões, com as suas informações.

Confesso que o tema suscita, como suscitou na Senadora Leila, indignação, e a indignação não pode terminar em si própria, a não ser transformar em ações – nas quais eu estou pensando aqui e vou refletir aqui com a Comissão, com os assessores. E, do gabinete, há a possibilidade de nós termos talvez um grupo de trabalho para darmos contribuições para o aprimoramento.

Eu só chamo a atenção que toda ferramenta boa sempre ou muitas vezes é usada de uma forma criminosa, ilegal, leviana. É só ver a internet, que é maravilhosa, mas, na difusão de conteúdos criminosos como os de pedofilia e etc., é usada. Então não adianta fazer nada autodeclaratório se você não tiver fiscalização, porque terra sem lei ou com lei sem fiscalização acaba virando terra ou floresta de ninguém. Então, eu acho que o Senado tem uma contribuição a dar.

Eu acho que esta audiência pública foi extremamente meritória, e eventualmente a gente até convidará algum de vocês que participaram para que, em cima da experiência, vocês possam contribuir. Eu gosto sempre de dizer que o martelo na mão de um marceneiro faz um belo móvel; um martelo na mão de um assassino mata uma pessoa. Então é o mesmo martelo: depende de como ele é utilizado. É a mesma coisa com o CAR. Eu também acho que ele é um avanço, mas está claro que nós estamos vivendo um conjunto de fragilidades ou de falta de ação que está viabilizando o mau uso dele. Então, eu espero que a gente consiga evoluir e sugerir questões positivas, no sentido de não jogar a água suja com a criança, mas jogar só a água suja fora e aproveitar o que tem de bom.

Então agradeço a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia hum de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Nelsinho Trad, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Fabio Garcia, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica documentos recebidos pela Secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 31, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de obter esclarecimentos acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 61/2013, que “altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu”, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 33, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2022 - CMA seja incluído o convidado que apresenta." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 35, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CMA, seja incluído o convidado que apresenta." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa (Educação Ambiental)**, atendendo aos requerimentos REQ 29/2022 - CMA, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA), e REQ 32/2022 - CMA, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Finalidade:** Debater a Politica Nacional de Educação Ambiental como política pública do Estado Brasileiro, na semana em que se comemora o "Dia Mundial do Meio Ambiente". **Participantes:** Sra. Maria Luciana da Silva Nóbrega, Coordenadora Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica (representante de: Ministério da Educação - MEC); Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Sorrentino, Pesquisador e Professor de Educação Ambiental; Sra. Maria Beatriz Palatinus Milliet, Secretária de Biodiversidade (representante de: Ministério do Meio Ambiente – MMA); Sra. Kinda Silva van Gastel, Diretora Executiva da Engajamundo (representante de: Rede de jovens ativistas Engajamundo); e Sr. José Silva Quintas, Físico e servidor aposentado do Ibama. Ex-Coordenador-Geral da extinta Coordenação Geral de Educação Ambiental. (representante de: Asibama, indicado pela Ascema Nacional.). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Rocha
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
01/06/2022 - 11ª - Comissão de Meio Ambiente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) - Bom dia. Quero saudar a todos e a todas, aqueles que estão nos acompanhando, principalmente nossos Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão.

Hoje nós vamos tratar de uma sessão de dois momentos. Primeiro, a aprovação de três matérias importantes, são requerimentos, e, depois, de uma audiência pública também não menos importante, porque nós estamos começando junho e o Senador Contarato aprovou nesta Casa a ideia de fazer o Junho Verde no Senado Federal, que é aproveitar o mês de junho para provocar os debates em todas as instâncias desta Casa sobre a preocupação com o meio ambiente. Portanto, são temas fundamentais, principalmente nos debates internacionais que exigem do Brasil algumas posições, alguns comportamentos governamentais em relação ao clima, em relação à questão ambiental e ao papel da Amazônia, inclusive no clima terrestre.

Então, são temas importantes que nós vamos iniciar aqui na CMA, com uma audiência pública que trata sobre educação ambiental. Temos convidados importantes e, portanto, na segunda parte desta sessão, vamos fazer esta audiência pública.

Sob a proteção dos deuses e também do nosso Regimento, com a licença do Presidente titular, Senador Jaques Wagner, que está recolhido na sua casa, na sua querida Bahia, uma vez que ele testou positivo ultimamente e, conforme o protocolo manda e a proteção da sua vida e dos outros que sempre estão ao seu redor, tem que estar recolhido. Solidariedade, companheiro Jaques Wagner. Você é forte e voltará logo para cá. *(Pausa.)*

Quer falar, Presidente?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Eu queria apenas cumprimentá-lo, Senador Paulo Rocha, agradecer a V. Exa., como membro e como Líder do meu partido no Senado. Eu realmente não posso estar aí, testei positivo na segunda-feira - na verdade, quando estava embarcando para Brasília. E aí, evidentemente, não iria cometer a irresponsabilidade de entrar no avião. Então, estou aqui recolhido em casa, mas vou acompanhar a sessão virtualmente, até porque eu acho que são dois momentos importantes, como V. Exa. já colocou. Primeiro, hoje é 1º de junho e estamos abrindo o Junho Verde, criação do ex-Presidente desta Comissão, o querido Senador Fabiano Contarato, que aproveitou o 5 de junho, que é o Dia Mundial do Meio Ambiente, para criarmos, no âmbito do Senado, o Junho Verde, o mês dedicado a pensar, a refletir sobre essa questão ambiental, pois cada vez está mais evidente a falta de cuidados ou a forma predatória como nós humanos nos relacionamos com a casa maior, com o planeta Terra, causando consequências inimagináveis até pouco tempo.

Acabamos de sofrer com a perda de muitas vidas e com desabrigados, como já tinha acontecido em outros estados, inclusive na Bahia, agora em Pernambuco. Minha solidariedade ao povo pernambucano, ao Governador, ao Prefeito, a todas as autoridades e principalmente às pessoas que, em geral, são as mais simples, que moram em lugares mais fragilizados, que sofrem com isso. Fora isso, há tudo que vem acontecendo na Amazônia, no aquecimento global, no desdém, infelizmente, do atual Governo Federal com as questões ambientais, praticamente implodindo a imagem do Brasil lá fora. Nós, que temos uma das maiores biodiversidades ou a maior biodiversidade do mundo, que retemos um percentual incrível da água doce do planeta, infelizmente, temos um Governo Federal que, por si só, é predador, orienta mal, estimula exatamente a falta de respeito à questão ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É muito interessante que, nesta mesma sessão de abertura, nós tenhamos a audiência pública proposta por V. Exa. sobre a questão da educação ambiental. Nada melhor do que conscientizar para prevenir, começando com as crianças, com os jovens, até porque é o futuro deles que está em jogo, para que a gente possa efetivamente ter uma geração mais sensibilizada e para que o mundo entenda que é preciso mudar o padrão de desenvolvimento, o modo que a gente vem atuando, sob pena de comprometermos a nossa própria existência no planeta.

Eu sei que alguns desdenham dos avisos, mas a pandemia é mais uma zoonose, ou seja, é mais uma doença que migra do mundo animal ou, quando lá não era doença, migra para o mundo dos humanos - animais também, mas humanos -, e acabamos tendo situações como esta como foi a da pandemia. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, assim como agora na varíola do macaco, isso tem a ver exatamente com esse desequilíbrio.

Eu aproveito esta abertura, mais uma vez agradecendo a V. Exa. por assumir a condução da sessão, porque temos alguns requerimentos para serem votados e depois a sua audiência pública, porque eu pretendo ainda, até o final deste mês, no finalzinho do mês, que nós apresentemos ao Senado, à sociedade como um todo o resultado do Fórum da Geração Ecológica. Há um ano, quando iniciamos os trabalhos da Comissão sob a minha Presidência, nós criamos o fórum e convidamos - e agradeço mais uma vez a disponibilidade - pessoas que voluntariamente vieram ao encontro da Comissão de Meio Ambiente do Senado para produzir um diálogo que acho extremamente edificante, buscando um arcabouço legislativo que possa sustentar o que chamo de uma guinada verde na economia brasileira. Então, no final deste mês - 30 de junho, se não me engano, é a data -, nós deveremos fazer uma sessão especial de apresentação das conclusões do Fórum da Geração Ecológica.

Então, eu queria só fazer essa participação nessa entrada e vou continuar acompanhando remotamente já que eu estou em quarentena.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) - Obrigado, Senador Jaques Wagner, Presidente.

Sem dúvida nenhuma a sua presença na Presidência da CMA acabou trazendo esta importância para dentro do Senado: o debate e a preocupação sobre a questão ambiental, que envolve toda essa complexidade da qual V. Exa. já falou. E desejo-lhe saúde e retorno imediato para a Presidência aqui da nossa Comissão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Seguindo o Regimento, antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Temos alguns comunicados, que pretendo socializar e publicitar, que chegam à Secretaria da nossa Comissão.

Mensagem eletrônica que encaminha carta dos Amigos do Parque Nacional do Iguaçu, que aponta retrocesso ambiental em caso de aprovação do PLC 61, de 2013, destacando riscos que a aprovação da matéria pode gerar.

Os documentos serão anexados ao processo, nos termos do art. 261, §2º, item II, do Regimento Interno.

A mensagem eletrônica da Aprosoja de Minas Gerais, que encaminha a Nota Técnica nº 01, de 2021, com reprimendas acerca da proposta legislativa da União Europeia Fit for 55, que proíbe a importação de produtos do agronegócio relacionados a qualquer desmatamento, legal ou ilegal, e à degradação ambiental, abarcando importantes *commodities* exportadas pelos produtores rurais de Minas Gerais, como café, milho e soja, devendo os produtores rurais comprovar o desmatamento zero desde 31 de dezembro de 2020.

Terceira: mensagem eletrônica dos Guardiões de Águas Emendadas (GAE), que encaminham a solicitação de atuação do Senado Federal em relação à situação socioambiental do entorno da Estação Ecológica de Águas Emendadas (Esecae), localizada na Região Administrativa de Planaltina, Distrito Federal, que é formadora de duas das maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a Bacia do Tocantins-Araguaia, e a Bacia do Prata.

As águas que brotam na região de Águas Emendadas impactam a vida de milhões de brasileiros, influindo diretamente na produção agrícola e industrial e no abastecimento de águas das cinco regiões brasileiras, que estão agora impactadas pela urbanização da região do Entorno de Águas Emendadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019, esses dois documentos serão publicados na página da CMA e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão, afim de que sejam autuados para análise pelo Colegiado.

A presente reunião tem, como já disse, dois momentos. A primeira parte é a aprovação de matéria que está sobre a mesa, no caso, três requerimentos de autores da nossa Comissão. E a segunda parte é produto de um requerimento para discutir a questão da educação ambiental. Temos convidados importantes para expressarem e trazerem os seus conhecimentos, os seus questionamentos, as suas sugestões para esse tema tão importante na questão ambiental do nosso país, que faz parte, como já disse - e o Presidente disse também -, do Junho Verde, que já foi aprovado no Senado Federal, transformando o mês de junho em intensos debates sobre a questão ambiental e todas essas questões da complexidade do clima terrestre, o papel da Amazônia, o papel do Brasil. É muito importante esse debate, e daí nós começarmos o mês de junho com esse importante debate que se preocupa com a educação ambiental, a partir das escolas, dos nossos jovens, que também serão responsáveis pelo futuro do nosso país.

Vamos começar, portanto, a sessão deliberatória.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente de nº 31, de 2022.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 31, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de obter esclarecimentos acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 61/2013, que "altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu", com os convidados que apresenta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) - Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Tem a palavra V. Exa. sobre o seu requerimento, e o defenda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) - Primeiramente eu queria cumprimentá-lo.

Eu estou aqui numa localização com a internet muito ruim e vou ficar sem imagem.

Mas, na verdade, o Requerimento nº 31 - eu vou aqui direto à ementa, Presidente - requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de obter esclarecimentos acerca do Projeto de Lei da Câmara de nº 61, de 2013, que altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho do ano de 2000, para criar a categoria de unidade de conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu.

Nós solicitamos essa audiência pública, inclusive com a presença aqui de representantes das mais variadas áreas, como da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público, também com a representação da Diretoria Executiva da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, e também do Parque Nacional do Iguaçu, além de outras representações do ramo do turismo.

Só rapidamente, Presidente, o Projeto de Lei nº 61 vem, na verdade, alterar a Lei 9.985, e a gente entende que ela acaba promovendo uma profunda mudança do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, ao mesmo tempo, impactando, portanto, diretamente o Parque Nacional do Iguaçu, um dos parques nacionais mais importantes do Brasil, por meio da construção de uma estrada que tem aproximadamente 18km no seu interior, ali no antigo leito da Estrada do Colono, estrada que foi fechada pelo Poder Judiciário através de uma decisão, é bom lembrar isso, transitada em julgado. Então, já é uma decisão realmente depois de passar por várias instâncias, por um caminho no Judiciário.

Assim, antes de uma proposição da espécie deste projeto de lei, é bom lembrar que é necessário que haja, na verdade, um profundo debate - não é? -, já que vai haver também uma profunda alteração nessa lei. Portanto, há necessidade de se ouvir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

técnicos com especialidade nas matérias que tenham um conhecimento, a fim de que nós possamos ter uma avaliação, um debate muito mais aprofundado desse projeto de lei que traz repercussões ambientais, econômicas e sociais realmente muito vastas.

Então, eu queria pedir aos colegas, Presidente, que a gente pudesse aprovar a realização dessa audiência pública, que é um elemento nada mais, um instrumento nada mais do que um processo democrático que permite ouvir, inclusive, vários âmbitos e ter muito mais conhecimento, muito mais informações para se formar um juízo de valor.

Portanto, eu peço aí aos colegas que a gente possa aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - A Senadora Eliziane Gama propõe cinco convidados: Dr. Alexandre Gaio, Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente; a Dra. Daniela Caselani Sitta, Procuradora da República; a Sra. Angela Kuczach, Diretora Executiva da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; a Sra. Cibele Munhoz Amato, Chefe do Parque Nacional do Iguaçu; e o Sr. Roberto Klabin, empresário do ramo do turismo de natureza.

São cinco convidados, portanto, com a aquiescência da Senadora, a serem aprovados. Aqueles que tiverem interesse e que acharem importante indicar convidados, com certeza a Senadora está aberta para aceitar, e terão que ser aprovados em outro momento.

Alguém quer discutir? *(Pausa.)*

Não?

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Senadora junto com a Secretaria vão encontrar uma data adequada para o debate desta audiência pública.

Item 2. Autoria: Senador Jaques Wagner.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 33, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2022 - CMA seja incluído o convidado que apresenta.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Senador proceda à devida leitura e à defesa do seu requerimento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) - Senador, já que não estou presente, V. Exa. pode fazer a leitura aí mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Posso, tem que subscrever... A que subscrevo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) - Estou sem o requerimento aqui na residência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) - "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno desta Casa, que na audiência pública objeto do REQ 31/2022 - CMA seja incluído o seguinte convidado: o Dr. Ronaldo Gonçalves Morato, Coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros."

Naturalmente, então, que é a inclusão já no requerimento da Senadora que acabamos de aprovar, Requerimento nº 31. O Senador, diligente, já está propondo mais um convidado, que é o Dr. Ronaldo Gonçalves Morato, Coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros.

Senador Jaques Wagner, quer falar sobre o convidado ou não?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) - Não, não, é só para incluir mais uma pessoa que pode nos ajudar no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - O.k.

Senadora Eliziane, tem alguma coisa a falar? *(Pausa.)*

Não?

Então, em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a adição de mais um convidado no Requerimento 31 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3, Senador Luis Carlos Heinze.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 35, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CMA, seja incluído o convidado que apresenta.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) - Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Tem a palavra V. Exa., Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) - Eu tenho um requerimento que eu gostaria que fosse votado, para incluir na audiência pública o Sr. Gustavo Spadotti Amaral Castro, que é o Chefe-Geral da Embrapa Territorial lá de Campinas. Se ele participar, para nós seria muito importante, nessa audiência que está sendo proposta aí na Comissão de Meio Ambiente, está bom? Então, esse meu requerimento eu gostaria que fosse votado para incluir Gustavo Spadotti Amaral Castro, Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Territorial), está bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Senador, lembre para a Comissão, que aqui não consta: do que trata o Requerimento 11, que já foi aprovado?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) - O Requerimento 11 é que eu quero incluir essa pessoa no requerimento que o Senador Jean Paul já apresentou e o Senador Contarato. Só incluir mais essa pessoa para participar dessa reunião, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Mas qual é o tema do debate? Lembre para nós.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) - O debate é a questão ambiental. Tem um problema de questão ambiental que faz críticas ao Dr. Evaristo, enfim. Seria importante que alguém da própria Embrapa pudesse estar presente nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Claro, claro. Está o.k.

Alguém quer discutir? Senador Jean Paul? O.k.?

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que concordam com a inclusão do Sr. Gustavo Spadotti Amaral, que é chefe na Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A data está já em negociação na Secretaria, na organização da mesa para essas várias reuniões.

Damos por encerrada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência*.) - Obrigado, Senador. Obrigado, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, Senador.

Todos estão convidados a participar da segunda parte desta sessão de hoje, que é a audiência pública em atendimento aos Requerimentos 29 e 32, de autoria do Senador Paulo Rocha, com a finalidade de debater a Política Nacional de Educação Ambiental como política pública do Estado brasileiro, na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, que, como todos sabem, é o dia 5 de junho.

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações já está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial de cada orador, concederei a palavra por dez minutos. Caso optem por usar algum material de apoio, será autorizado o compartilhamento na tela para exposição. Nesse caso, é fundamental que encaminhem o arquivo à Secretaria para publicação e pesquisas futuras. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas e seus comentários. *(Pausa.)*

Nós estamos com um problema em relação à presença... Como a sessão é virtual, nós já temos presentes dois dos convidados virtualmente.

A Sra. Maria Luciana Nóbrega chegou? *(Pausa.)*

Venha para a mesa.

A Sra. Maria Luciana da Silva Nóbrega é Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), a quem convido para se sentar à mesa.

Participam remotamente: o Sr. Anderson Suruí, representante do Movimento da Juventude Indígena; o Sr. José Silva Quintas, físico e servidor aposentado do Ibama e da Associação de Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial do Cargo do MMA e Ibama; a Sra. Kinda Silva van Gastel, Diretora-Executiva da rede de jovens ativistas Engajamundo; Sr. Marcos Sorrentino, Pesquisador e Professor de Educação Ambiental, assim como também a Sra. Maria Beatriz Palatinus Milliet, Secretária de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Não poderão comparecer neste dia os convidados Ailton Krenak, que é um líder indígena, ambientalista e filósofo, e a Sra. Sônia Guajajara, líder indígena e especialista em Educação Ambiental.

Vamos começar pela nossa Dra. Maria Luciana. V. Sa. tem dez minutos iniciais. Se tiver algum material, pode processar a apresentação na tela.

Antes, porém, vou fazer uma leitura, porque essas audiências têm um processo interativo, com participação via internet, e eu já vou ler para a senhora - e quem sabe na sua apresentação já pode até responder - algumas perguntas.

Regiane Severini, da Bahia: "Quais são os órgãos que apoiam a política de educação ambiental no Brasil?"; "Qual o enfoque da sustentabilidade no âmbito na educação ambiental?".

Juliane Rocha, de São Paulo: "[...] [Existe] algum incentivo de cuidado no ensino público quantos aos recursos hídricos?".

Paula Per, do Rio de Janeiro: "Como o Senado pode contribuir para aumentar a participação da sociedade nos comitês/comissões como Conama [...], CIEAs [...] [nos estados]?; "Por que o MMA desmobilizou a equipe de educação ambiental e qual o seu papel como indutor do Pnea junto com o MEC?"; "O órgão gestor da Pnea está ativo? Se sim, quais as ações já realizadas em conjunto?".

Weslley Barreto, do Rio de Janeiro: "Por que não temos aula de educação ambiental nas escolas?".

Comentários.

Filipe de Carvalho, do Distrito Federal, comenta: "Seria de extrema importância a implementação do conteúdo relacionado à educação ambiental como matéria [...] [básica] no ensino das escolas do Brasil".

Regiane Severini, da Bahia: "Para conscientização da redução de resíduos na educação ambiental: repensar, recusar, reduzir e reciclar!".

Claudja Kaline, de Alagoas: "Se a educação ambiental fosse disciplina obrigatória, a mudança dos hábitos traria benefícios para a sociedade".

São alguns questionamentos, participação daqueles que estão ativos nessa questão de audiências públicas, que é a oportunidade da chamada participação popular no processo legislativo do nosso país.

Dra. Maria Luciana, tem a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (Para expor.) - Obrigada, Presidente, Senador Paulo Rocha, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais membros aqui da Casa.

Eu preparei aqui uma apresentação para ser mais didática e para ganhar tempo, mas poderíamos já iniciar respondendo a algumas perguntas aqui dos internautas, questões muito pertinentes.

Desde já agradeço a oportunidade de estar falando sobre essas temáticas até para dar conhecimento e visibilidade das ações que o Ministério da Educação, como órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental junto com o Ministério do Meio Ambiente, tem desenvolvido.

Nós temos, antes de mais nada, que mencionar que está em vigência no país para o âmbito da educação básica a Base Nacional Comum Curricular, a nossa BNCC, que é um documento feito de maneira colaborativa por meio de audiências públicas. Foi um processo que se iniciou em 2014 e que teve ampla participação de todos os estados e secretarias de educação, por meio também dos seus órgãos, Consed e Undime, que são, respectivamente, o Conselho Nacional do Secretários Estaduais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, além de todos os conselhos de educação e dos seus órgãos vinculados, o Foncede, a Uncme, o próprio Conselho Nacional de Educação, e da participação popular também. Então, a BNCC é o documento orientador das aprendizagens hoje no âmbito da educação básica, e não podemos deixar de falar que a educação ambiental, por ter um histórico de mais de 20 anos como uma componente que tem aparecido nos currículos, não poderia deixar de aparecer na Base Nacional Comum Curricular.

Hoje a educação ambiental está presente como tema contemporâneo transversal, está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma componente que deve ser trabalhada preferencialmente em concomitância com todas as demais componentes curriculares, ou seja, educação ambiental em português, em matemática, em história, em geografia, em ciências, em inglês, em espanhol, todas as componentes curriculares. E esse foi um atendimento a uma reivindicação dos próprios movimentos de educadores ambientais dos quais eu também faço parte - sou mestre e doutora em Desenvolvimento Sustentável -, e nós temos já há bastante tempo lutado por essa inserção, essa valorização da educação ambiental no âmbito escolar.

Há algumas questões que foram trazidas pelos internautas e que são muito pertinentes, principalmente sobre qual o estado da arte hoje da educação ambiental nas escolas brasileiras. Então, primeiramente, respondendo aqui às perguntas do Felipe Carvalho, do Wesley Barreto, da Regiane Severino: onde a educação ambiental está nas nossas escolas? Ela está como tema contemporâneo transversal. A BNCC é esse documento que orienta as aprendizagens de todas as redes de ensino e é um documento de 640 páginas que orienta como as escolas devem trabalhar os conteúdos. É um documento orientador.

E os temas contemporâneos transversais... *(Pausa.)*

Muito obrigada. Obrigada.

Então, a BNCC, como eu mencionei, vem sendo implementada em regime de colaboração. Então é um trabalho colaborativo do MEC com as instituições representativas das secretarias de educação e dos conselhos de educação. É um documento, como eu falei, cuja elaboração se iniciou desde 2014, principalmente com audiências públicas, não é? Nós tivemos aí, basicamente, 12 milhões de contribuições nas audiências públicas, em que houve a participação da universidade, da sociedade civil organizada, dos movimentos. E isso nos orgulha muito porque podemos dizer que hoje o Brasil tem um documento democrático que orienta a aprendizagem de educação. E, como preconiza a própria resolução do CNE, de cinco em cinco anos esse documento tem que passar por um processo de revisão. Então, hoje, nós estamos no ano de 2022, basicamente com 99% dos municípios brasileiros com a Base Nacional Comum implementada.

E é muito importante nós falarmos sobre a Base Nacional porque a educação ambiental está na Base Nacional Comum Curricular. Então, nós precisamos, até a título também de orientação e de informação para os internautas e para todos que nos assistem, dizer que a educação ambiental hoje está sendo trabalhada principalmente nos temas transversais. Então, nós temos algumas plataformas onde esse documento pode ser acessado. A própria Base Nacional Comum Curricular está disponível na internet, e, nas pp. 18 e 19, perdão, pp. 19 e 20, nós vamos ter um detalhamento do que tratam esses temas contemporâneos.

O objetivo de trabalhar temas contemporâneos na BNCC é justamente para dar uma relevância no currículo, para que o currículo tenha significado para que o estudante não seja um repositório de conteúdo, mas que ele entenda quais são os temas importantes para a sua formação integral e cidadã. Então, esses temas contemporâneos, todos eles têm um normativo, e eles estão na BNCC justamente porque têm força de lei orientando que esses temas sejam trabalhados.

Então, algumas questões relacionadas a essa abordagem dos temas transversais, dos temas contemporâneos transversais em sala de aula é para atender aquelas perguntas que não estão restritas a uma matéria ou a uma componente específica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como, por exemplo, uso das tecnologias, questões de cidadania, direitos e deveres, cuidados com a saúde, utilização do dinheiro, e para entender a diversidade e viver de forma sustentável.

Então, é muito importante que nós tenhamos esse espaço para falar um pouco sobre esses temas transversais, porque a educação ambiental, até por força da própria Pnea (Política Nacional de Educação Ambiental), ela precisa ser trabalhada no ambiente escolar, na educação formal, mas também na educação não formal. Então, nós não podemos esquecer que a abordagem e o trabalho da educação ambiental não devem ficar restritos somente à sala de aula, mas devem ser trabalhados em projetos integradores, devem ser trabalhados em eventos na escola e em parcerias também com as instituições, as ONGs, a sociedade civil e tudo mais.

Então esses são os temas contemporâneos transversais que estão sendo atualmente abordados na Base Nacional Comum Curricular, em seis macroáreas. E na macroárea meio ambiente, nós temos a educação ambiental e a educação para o consumo, ou seja, a educação básica, que compreende as etapas da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, tem o seu documento orientador informando e orientando as escolas e as redes de ensino que trabalhem essas temáticas.

Então, sim, a educação ambiental está hoje presente nas escolas públicas, na educação básica. E o papel do MEC, junto com o MMA (Ministério do Meio Ambiente), como indutores e como órgãos gestores da própria Pnea, além de fornecer o subsídio, formação de professores, orientação curricular para a educação ambiental ser trabalhada na educação formal, também nós temos desenvolvido algumas ações, projetos em parcerias com o MMA. E uma das ações que nós estamos trabalhando conjuntamente é o projeto Educa + Verde. Estamos em tratativas junto ao Ministério do Meio Ambiente para a execução desse programa no âmbito não formal.

Então, só para nós entendermos um pouquinho, eu sei que meu tempo já está quase esgotado, só para entendermos que quem é da área de pedagogia, quem está na educação vai acompanhar essa evolução da abordagem dos temas contemporâneos. Eles surgem por uma orientação ainda na década de 90, em 1997, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que já apontavam a necessidade de ter esses temas transversais, que na época eram seis. Em 2013, nós tivemos as DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), que apontaram os eixos temáticos e norteadores. Não tinha quantidade de temas. E hoje, com a Base Nacional Comum Curricular, nós temos, dando a evolução dessa proposta de inclusão de temas contemporâneos na formação do estudante, os temas contemporâneos transversais e integradores, que são quinze.

Então nós temos algumas formas de trabalhar a educação ambiental, não só a educação ambiental, mas todos os temas contemporâneos transversais, que pode ser no currículo, no projeto pedagógico e nos planos de aula.

Esse material que eu estou projetando aqui, eu vou deixar, logo mais, os *links* para os internautas, para os nossos colaboradores, aquelas pessoas que estão aqui nos acompanhando, para saber onde encontram esses materiais para orientar a sua prática pedagógica.

Então a abordagem do tema contemporâneo transversal de educação ambiental, do meio ambiente como um todo, está tanto na educação formal, como eu mencionei, por conta da orientação da Pnea, bem como na educação não formal. E a Pnea, como é de 1999, também se apoiou na própria LDB (Lei Nacional de Diretrizes e Bases), que já regulamentava, no seu art. 26, que os currículos da educação básica, da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, que eles devem ter uma base nacional comum a ser complementada, ou seja, a base nacional, como o próprio nome diz, é a base, mas as redes de ensino e os próprios estabelecimentos têm toda a liberdade de complementar a sua base. Isso significa, na prática, que uma rede de ensino ou uma instituição de ensino podem incluir a educação ambiental no seu currículo, se assim desejarem, porque a própria LDB já preconiza a complementação do currículo. Então, a base dá as orientações necessárias, primárias, e as redes complementam.

O MEC (Ministério da Educação) tem disponibilizado alguns materiais orientadores de como trabalhar os temas contemporâneos transversais, e a educação ambiental é um deles. Também estamos lançando uma série de cadernos temáticos sobre os temas contemporâneos transversais. Nós fizemos o lançamento já do caderno de economia, que está lá no *site* basenacionalcomum.mec.gov.br e os próprios cadernos que nós vamos lançar vão ser o caderno de saúde e o caderno de educação ambiental. Desde já ficamos à disposição da Casa. Se quiserem nos convidar para apresentar o material estamos à disposição.

As plataformas do MEC - que é a plataforma integrada - têm materiais orientadores, planos de ensino, e a plataforma do Avamec tem cursos de capacitação para os professores na abordagem da Base Nacional Comum Curricular.

Então, respondendo - já aproveitando a pergunta dos nossos internautas - , no que diz respeito ao MEC, no âmbito do MEC como órgão gestor da Pnea, nós estamos cumprindo a oferta da educação ambiental por meio dos temas contemporâneos transversais da Base Nacional Comum Curricular e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, como órgão gestor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperador e colega da Política Nacional de Educação Ambiental, nos programas e projetos, apoiando também a educação não formal.

Deixamos aqui o nosso *e-mail* de contato, o apoiobncc@mec.gov.br e os nossos telefones. Ficamos à disposição para o encaminhamento de materiais, de *links* que foram mencionados aqui e para demais perguntas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigada, Dra. Maria Luciana.

Avisando aos nossos Senadores e Senadoras que esses materiais que os nossos convidados trazem para cá ficam arquivados na secretaria. Para aqueles que querem fazer uma consulta mais aprofundada estão à disposição. Assim, também, os Senadores e as Senadoras podem intervir e pedir a palavra a qualquer momento da reunião para a gente fazer esse debate mais interativo e participativo.

Senador Esperidião Amin, V. Exa., que está presente e atento, já quer falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Não.

Portanto, Dra. Maria Luciana, fique à vontade e à disposição do debate.

Já estão presentes, também, a Sra. Kinda Silva van Gastel, o Sr. Marcos Sorrentino e a Sra. Maria Beatriz.

Vou passar a palavra ao Marcos Sorrentino. Professor, V. Sa. tem 10 minutos.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor. *Por videoconferência*.) - Agradeço a oportunidade da fala, agradeço aos companheiros e companheiras das redes brasileiras de educação ambiental e a todos que atuam nesse campo da educação ambiental por terem me indicado para estar aqui, falando sobre a nossa indignação com o tratamento que vem sendo dado à educação ambiental pelos atuais governantes no âmbito federal.

Nós queremos dizer que - no meu caso, eu atuo há 50 anos nessa área, desde os meus 15 anos de idade eu tenho oportunidade de atuar como ambientalista e como educador ambiental em diversas ocasiões e, há mais de 30 anos, há 35 anos, sou professor da Universidade de São Paulo e, hoje, Professor da Universidade Federal da Bahia, pesquisando e desenvolvendo atividades de extensão nesse campo da educação ambiental - o que nós temos visto, nesses últimos três anos, é um absoluto desmonte do campo da educação ambiental. Nós podemos dizer que há prevaricação, que há omissão e que há um desmonte dos trabalhos de educação ambiental que já foram realizados no país e que hoje são revestidos com um discurso como esse da senhora que me antecedeu, a representante do MEC, que traz, genericamente, a questão da Base Nacional Comum Curricular e os eixos transversais, mas não aponta objetivamente as iniciativas que acontecem na área e que permitem a educação ambiental da sociedade brasileira.

São inequívocos o valor e a importância da educação ambiental. Todos dialogam sobre isso, mas todos temos expectativa de um Governo Federal que faça isso acontecer de fato, que faça chegar às bases da sociedade brasileira uma educação ambiental que não se limite ao trabalho com crianças e jovens, mas que seja feito junto a toda a sociedade. Não é possível educar crianças e jovens nas escolas se nós não educarmos os adultos e a sociedade como um todo. E aí está a importância e a necessidade do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Eu imagino que a omissão da colega que me antecedeu, a Profa. Maria Luciana, em relação à periodicidade das reuniões do Órgão Gestor; ao nome das pessoas que estão nomeadas pelos dois ministérios para fazer a validade do Órgão Gestor, a existência do Órgão Gestor; à não convocação, em nenhum momento, nesses últimos três anos, do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; ao enunciado de estarem iniciando tratativas com o Ministério do Meio Ambiente para que o projeto educar verde, alguma coisa assim, seja viabilizado também no âmbito não formal são demonstrações de um esquecimento da necessidade de uma educação ambiental que transversalize toda a política pública neste país.

Nós não podemos esquecer que a Constituição brasileira prevê a importância da educação ambiental, que a legislação ordinária, aprovada por esta Casa, prevê, desde 1981, com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, depois, em 1999, com a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, a obrigatoriedade de o Estado brasileiro, no seu âmbito federal, articular a existência da educação ambiental em toda a sociedade brasileira.

Não foi dita uma palavra sobre as comissões interinstitucionais de educação ambiental em cada unidade federativa deste país. Como é que está sendo a atuação do órgão gestor da educação ambiental na articulação, no subsídio, no fortalecimento da atuação dessas comissões interinstitucionais de educação ambiental?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dizer que há liberdade para as escolas complementarem a Base Nacional Comum Curricular é insuficiente. Nós precisamos de uma ação indutora mais forte. Depois de três anos e meio de governo, enunciar que estão sendo feitos cadernos e que será lançado um caderno de educação ambiental, sinceramente, não é isso que nós esperamos da ação condutora que o momento exige do nosso Governo Federal. Nós precisamos de um governo que faça a educação ambiental acontecer em toda a sociedade brasileira, nas escolas e fora das escolas. Não podemos ter a mesma condução que foi dada à questão da pandemia do coronavírus 19 pelo Ministério da Saúde, dizendo: "Ah, os municípios que façam". O papel do Governo Federal é fundamental para a educação ambiental acontecer como era fundamental para que nós não tivéssemos quase 700 mil mortos por coronavírus 19.

Então, não basta ao Governo Federal lavar as mãos e, muito menos, ter um Ministro do Meio Ambiente que diz: "Vamos aproveitar a pandemia para passar a boiada da desregulamentação na área ambiental". Não é de desregulamentação que nós precisamos; nós precisamos é fazer cumprir a lei, cumprir a legislação, e a educação ambiental ser efetiva em toda a sociedade brasileira.

Então, eu gostaria muito de saber das representantes do Governo Federal qual é o orçamento que é destinado à educação ambiental, quantos servidores são especificamente destinados à educação ambiental, quantas reuniões o órgão gestor teve, por que os planos plurianuais deixaram de ter a linha de educação ambiental específica, qual é a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, para educação ambiental nos últimos anos. São diversas as questões, que precisariam ser anotadas uma a uma, para nós ouvirmos os nossos governantes. Mas, acima de tudo, porque nós temos um governante maior que diz para toda a sociedade que a questão ambiental é perfumaria, que não há necessidade de conservação das florestas, que a questão das mudanças climáticas é uma questão secundária, nós precisamos ainda mais de uma ação que se contraponha a esse discurso reducionista, negacionista, que não compreende a urgência do momento que nós vivemos nas sociedades atuais.

As mudanças climáticas estão batendo às nossas portas. Os eventos climáticos extremos, como o escorregamento de morros, as enchentes, a seca, estão acontecendo com intensidades cada vez maiores, e, se não houver uma ação educadora ambientalista preventiva junto à sociedade, fortalecendo a defesa civil, fortalecendo a ação preventiva da defesa civil, fortalecendo a compreensão sobre mitigar, adaptar e, acima de tudo, resistir às causas mais profundas da degradação socioambiental, nós não teremos condições, até o final desta década, de conter o avanço da degradação social, ambiental e humana.

Então, o apelo que eu faço às doutoras que estão aqui presentes é que tragam para o campo da educação ambiental, dentro dos ministérios, pessoas capacitadas para fazerem educação ambiental.

A última nomeação, depois de uma sucessão de mudanças de gestores no campo da educação ambiental, dentro do ministério, é de uma pessoa que não tem nenhuma credencial para fazer educação ambiental, não tem história de vida relacionada ao campo educador ou ambientalista. Uma praticante de tiros não tem credenciais para praticar a escrita, a proposição, a formulação de processos educadores e ambientalistas com a necessidade, com a importância que o momento exige. Então, eu apelo aqui aos Senadores Jaques Wagner, Paulo Rocha, Eliziane, Esperidião Amim, a todos os presentes que façam com que o Senado exija do Executivo brasileiro uma posição mais contundente, mais forte em defesa da educação ambiental neste país.

Nós, na sociedade brasileira, estamos lançando hoje um abaixo-assinado para pressionar, para reivindicar do Supremo Tribunal Federal a atuação no sentido de punir o Governo brasileiro por esse desmonte que está em curso. Então, conclamo não só esta Casa mas a todos que nos assistem a assinarem esse abaixo-assinado e a levarem adiante nas ruas, neste mês do meio ambiente, e em todos os universos possíveis, esse reclamo, essa reivindicação e essa proposição de uma educação ambiental capaz de transformar profundamente a situação que nós vivemos de desemprego, de fome, de miséria e de violência que transborda pelas ruas das cidades, da sociedade brasileira. A educação ambiental teria, sim, um papel a cumprir. Educação ambiental não é como quando eu comecei a 50 anos atrás: focada na proteção das baleias, na proteção da vida animal. Isso é importante, é necessário, mas, nesses 50 anos, nós aprendemos que educação ambiental tem a ver com enfrentamento das discriminações raciais, sexuais e sociais de todos os tipos.

É dessa educação ambiental que nós precisamos. Para isso, nós precisamos de quadros dentro dos órgãos públicos, atuando nessa direção; de quadros que articulem a sociedade brasileira em todas as suas esferas e instâncias, para que a sociedade brasileira e os governos deste país façam processos educadores comprometidos com profundas transformações culturais que deem condições de mantermos a vida em toda a sua diversidade neste país, melhorando as condições existenciais. É possível gerar trabalho e renda com conservação do meio ambiente, mas é necessário que haja no Governo pessoas que tenham clareza da sua missão, da sua responsabilidade de induzir a sociedade brasileira nessa direção.

Eu agradeço a oportunidade da fala, mais uma vez. E ficamos à disposição nas redes de educação ambiental, nas diversas organizações. Em todas as universidades do Brasil hoje há um núcleo que lida com educação ambiental. Várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

organizações da sociedade civil, movimentos sociais, como o MST, que é um movimento de luta pela terra, têm uma dimensão de educação ambiental. É necessário que nós tenhamos um papel coordenador, articulador do Governo nacional. Para isso, eu gostaria de saber quais são os recursos, quais são os quadros, quais são as previsões orçamentárias que nós temos dentro do Governo Federal para efetivamente fazer educação ambiental neste país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, Prof. Sorrentino.

Com certeza, V. Exa. tem muito a contribuir neste debate para o nosso país.

Da nossa parte, toda vez que precisarmos, vamos procurá-lo para contribuir neste debate tão importante para a educação do nosso país, que tem a ver, como V. Exa. disse, com o desenvolvimento, inclusive, econômico do nosso país.

Dando continuidade ao nosso debate, eu passo a palavra à nossa convidada Sra. Maria Beatriz Palatinus Milliet, do MMA.

A SRA. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Para expor. *Por videoconferência*.) - Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

Dou o bom-dia a todos aqui, nas pessoas do Presidente Jaques Wagner, do Senador Paulo Rocha. Agradeço o convite.

Sou Secretária de Biodiversidade, aqui no Ministério do Meio Ambiente. A pauta de educação ambiental é parte desta Secretaria, como a gente vê no art. 14 do Decreto 10.455, de 11 de agosto de 2020, que é o decreto de estrutura do Ministério do Meio Ambiente.

Agradeço muito a oportunidade.

Primeiro, vou dedicar uns poucos minutos para falar um pouquinho sobre o papel do Brasil dentro da questão ambiental global.

O Brasil tem hoje, em 2022, mais de 60% de vegetação nativa conservada, tem um quinto de toda biodiversidade do mundo. O Brasil é um dos países megadiversos, é um dos líderes em biodiversidade no mundo, e tem tratado de questões, sim, importantíssimas para o meio ambiente nacional, logicamente, com reflexos no meio ambiente global.

Quando a gente fala de toda a política que tem sido feita, de todo o trabalho que tem sido feito, inclusive na questão do saneamento, a gente também endereça uma parte muito importante, que é a parte ambiental muito focada para as questões mais urbanas, uma vez que grande parte da nossa população, cerca de 85% da nossa população, vive em áreas urbanas, com questões de saneamento, principalmente com questões relacionadas ao lixo, que não vinham sendo endereçadas da melhor forma possível. E têm sido endereçadas, têm sido tratadas com muito respeito ao país, aos cidadãos e ao meio ambiente.

Gostaria de colocar que o Ministério do Meio Ambiente vem, sim, trabalhando e permanece trabalhando. Existe um Departamento de Educação e Cidadania Ambiental plenamente dedicado ao tema da educação ambiental não formal, que é a parte que nos cabe, pela Pnea. Então, o Ministério do Meio Ambiente tem trabalhado, sim, nisso.

O Ministério do Meio Ambiente, como muito bem colocado pelo Ministério da Educação, vem trabalhando junto com o Ministério da Educação no projeto Educar Mais Verde, primeiro projeto realmente *hands on* entre os dois ministérios, para que a gente tenha um trabalho integrado entre educação não formal e educação formal, para que a gente possa contribuir e para que a gente possa, lógico, cada vez mais, evoluir na qualidade da educação ambiental no país.

É muito importante também a gente falar do que a gente tem feito internamente, aqui no Ministério do Meio Ambiente. E vou citar aqui um outro ponto, que não é diretamente ligado à educação ambiental, mas que também é uma parte da educação ambiental não formal e um pedaço grande do nosso trabalho em cidadania ambiental, que é a parte da agenda ambiental na administração pública.

É um projeto que já tem mais de dez anos, no qual, nos últimos anos, a gente tem aqui batido recordes em inscrições. Então, a gente tem conseguido angariar mais e mais membros da administração pública, para adotar a agenda ambiental, a agenda de sustentabilidade e assim também serem órgãos difundidores, que fazem aqui a difusão dos conceitos de sustentabilidade e de educação ambiental.

Nós lançamos o Programa Educa Mais, que é um programa 100% gratuito e 100% digital, que permite o acesso de todos, de uma forma muito abrangente, em que a gente conta com cursos digitais, na nossa plataforma, e também com palestras - palestras curtas - que podem fazer chegar os temas ambientais de uma maneira mais fácil aos cidadãos brasileiros. A gente sabe que o Brasil tem um tamanho continental e que existem realidades diferentes dentro deste grande país, inclusive realidades diferentes, ainda, dentro das próprias regiões.

Então, eu vou contar aqui um pouquinho disso.

A gente lançou os seguintes cursos, dos quais já foram divulgadas e abertas as turmas, para os cursos de: Agenda Ambiental na Administração Pública; Ressoa, que é a forma como a gente contabiliza e acompanha essa agenda ambiental na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

administração pública; Trilhas Interpretativas; Noções Básicas de Condução Ambiental no Ecoturismo; Turismo de Base Comunitária; Estilos de Vida Sustentáveis; Conduta Consciente na Zona Costeira e Marinha: Combate ao Lixo no Mar; Produção e Consumo Sustentáveis; Guarda Responsável de Cães e Gatos.

A gente chegou aqui ao marco de 50 mil inscritos nos cursos digitais e, de novo, cursos 100% gratuitos, à disposição de toda a população. São cursos que depois dão um certificado do Ministério do Meio Ambiente, atestando que a pessoa fez esse curso, que se interessou, que praticou e que logicamente aprendeu.

A gente também tem palestras disponíveis sobre: A3P; Polinização e Biodiversidade; Cadastro Ambiental Urbano; Convenção sobre Diversidade Biológica: uma introdução à CDB; Prevenção e combate a incêndios florestais; Concessões em Unidades de Conservação; Turismo ecológico como instrumento de conservação em áreas protegidas; Dicas para prevenção de incêndios florestais; Parques nacionais: empreendedorismo pela conservação; Parques nacionais: boas práticas para turistas e visitantes; a importância dos mangues; o papel da pesca artesanal; RPPNs; Serviços ambientais e a importância das florestas conservadas; Cerrado: a savana mais biodiversa do planeta e berço das águas do Brasil; Espécies Exóticas Invasoras e os reflexos na biodiversidade; Natureza, aspectos gerais; O Bioma Pampa no Brasil; Uso e conservação da biodiversidade: a observação de aves; Metano Zero - explicando um pouquinho como funciona a parte de biogás, biometano, créditos de metano, que entra também nas questões de alterações climáticas -; Educa+ e Snuc: áreas protegidas como fonte de bem-estar e saúde; Educa+ e Snuc: áreas protegidas e seu valor para a economia do Brasil.

São mais de 24 mil acessos e acompanhamentos dessas palestras que a gente acredita que sejam uma forma muito interessante de permitir que haja essa difusão de informação e de conhecimento sobre as questões ambientais, uma forma de educação ambiental não formal, assim como prevê a nossa política nacional.

O ministério tem trabalhado muito para que cada vez mais cursos, cada vez mais palestras estejam ao alcance da população e, assim, a gente consiga contribuir e modernizar também um pouco a forma de divulgação e difusão da informação e do conhecimento, porque a gente viu, nos últimos tempos, nos últimos anos, inclusive, o papel bastante proeminente que os canais virtuais têm tido, inclusive, para a educação. E aí a gente fala de educação... O nosso papel aqui é na educação não formal, mas a gente vê aqui o papel especial que as questões do acesso virtual têm. E é por isso que a gente tem investido tanto nesses cursos e nas palestras virtuais. E assim também a gente pode garantir que há uma democratização das formas de acesso ao conhecimento e de permissão, que há uma formação em educação ambiental, em temas relacionados à educação ambiental não formal.

Também gostaria de dizer que toda a secretaria - e aqui eu falo pela secretaria, mas também, logicamente, como Ministério do Meio Ambiente - é engajada, sempre, sempre, sempre respeitando os três pilares da Convenção sobre Diversidade Biológica: conservação ambiental, uso sustentável da biodiversidade e repartição de benefícios. A educação ambiental, logicamente, que está aqui, tem a competência relacionada a uma diretoria dentro do ministério, mas, em todos os pontos em que são trabalhados o meio ambiente, o ministério todo trabalha de alguma forma como difusor de informação e de conhecimento.

Também é importante dizer que, nas questões relacionadas ao saneamento, à qualidade ambiental urbana, a gente também tem trabalhado diversos desenhos, filmes, *folders* explicativos como forma de difundir a educação ambiental não formal. E, mais uma vez, como foi colocado pelo Ministério da Educação, a gente tem trabalhado aqui arduamente pelo projeto Educar mais Verde, que em breve será lançado e a gente acredita que vai ter um resultado muito positivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Muito obrigado, Dra. Maria Beatriz.

Ficamos à disposição do debate por mais algum momento.

Passo a palavra imediatamente à Sra. Kinda Silva Gastel.

A SRA. KINDA SILVA VAN GASTEL (Para expor. *Por videoconferência*.) - Bom dia.

Gostaria de agradecer, primeiramente, o convite para falar aqui, agradecer à Comissão, ao Senador Jaques Wagner, aos Senadores presentes e a todo mundo que está acompanhando.

Eu sou a Kinda Silva van Gastel, sou da Bahia, sou bacharel em Energia e Sustentabilidade e sou uma das Diretoras Executivas do Engajamundo, que é essa organização que nasceu em 2012, feita por juventudes e para as juventudes brasileiras que mobilizam e fazem um ativismo socioambiental para conscientizar os jovens de que, mudando a si mesmo, o nosso entorno e com ferramentas políticas, podemos mudar a nossa realidade.

Eu estou muito feliz de falar aqui em relação à educação ambiental, porque foi um dos temas que me trouxe e me entrelaçou enquanto Engajamundo. No início, em 2017, ainda enquanto voluntária, as primeiras atividades eram enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação, que é um dos pilares do Engajamundo. Nossas atividades consistiam em ir a escolas e espaços para conseguir, com metodologias próprias, poder falar sobre o que são esses temas, porque a gente sabe que, antes de incidir, antes de participar, antes de mobilizar, as pessoas precisam, verdadeiramente, entender do que isso se trata e a gente sabe que a gente não pode cobrar de pessoas que têm um comprometimento, uma preocupação ambiental se essas pessoas não são ensinadas também sobre isso. Acho que aqui vai a minha primeira marcação também. A gente sabe que a gente tem uma legislação brasileira incrível, mas, na prática, a gente sabe - quem está na base - o quão distante a pauta ainda está desta população.

E aí entra a necessidade de educação ambiental. A primeira coisa que a gente vai precisar fazer para olhar para ela eu acho que é a linguagem. Muitas vezes, fala-se de uma vontade de diálogo e de participação sobre a temática ambiental, mas, na prática, a gente ainda vê uma comunicação baseada e carregada de códigos, de jargões e de estrangeirismos e a gente precisa reformular essa comunicação para mostrar, através dela, que é uma pauta para todo mundo. Então, se é uma pauta para todo mundo, a gente também tem que fazer essa escolha de linguagem que consiga chegar a essas pessoas.

E a gente vai precisar, necessariamente, querer que essas pessoas se envolvam com o diálogo ambiental, porque a educação ambiental não pode ser mais vista como ameaça, como a gente vê, atualmente, sendo colocada a educação, como um todo, e a educação ambiental. A gente entende que ela é o nosso único caminho.

Muitas vezes, as pessoas trazem essa comparação com um barco, falando que a gente está no mesmo barco, e a gente sabe que, na verdade, muitos de nós continuamos nos porões desse barco, mas é como se esse barco estivesse cheio de furos agora e as pessoas que têm poder sobre esse barco acham inteligente privar que as pessoas aprendam a ser os mecânicos, as mecânicas, os cartógrafos e os comandantes dessa embarcação.

Então, a gente precisa, sim, de pessoas capacitadas, de pessoas conscientes, sabendo o que fazer, no meio desse colapso, dessa crise que está se formando enquanto meio ambiente, enquanto clima. Quando a gente olha para a juventude, a gente vê exatamente isso. Hoje, a juventude está sendo vista como alvo, quando a gente sabe que a gente não é alvo, a gente não pode ser alvo, porque a gente é potência para essas soluções de que a gente tanto precisa.

E tanto isso é prova que, enquanto Engajamundo, por exemplo, desde 2019, a gente formou um programa pioneiro de educação climática, o EduClima, que conseguiu chegar a escolas, foi prototipado por juventudes do Brasil inteiro, de todas as regiões e experimentado em Natal, no Rio Grande do Norte - e não só ele como outros programas: programas normativos na Amazônia, o programa Brota no Clima também, no Rio de Janeiro, com juventudes periféricas. Então, acho que as soluções estão aí pipocando, mostrando, não só a partir do Engajamundo, mas também de outras organizações e de outros coletivos, como a juventude consegue despontar a criatividade para trazer caminhos, porque a gente consegue ver, enxergar nitidamente qual é a nossa realidade. Mas a gente precisa ser escutado, e realmente escutado. E isso precisa ser colocado como referência tanto no oferecimento de suportes e recursos, mas, principalmente, quando a gente fala de estado, essas juventudes precisam ser chamadas para diálogos que aproveitem essas experiências que ainda estão isoladas para inverter isso em soluções estruturais a partir de políticas públicas. E é a partir dessa confiança que a gente tem, do que a gente tem feito e desse impacto que a gente continua fazendo.

Hoje, o EduClima está voltando, após a pandemia, e, em 2023, a gente quer que ele chegue a todos os estados, a todos os biomas brasileiros, a gente quer que isso vire pauta para os governantes, a gente quer que, mais que isso, ela vire lei, e lei efetiva. Eu acho que a inclusão no currículo nacional de educação é importante, mas a gente precisa que isso aconteça efetivamente, enxergar isso efetivamente acontecendo.

E aí, quando a gente falar disso, para além da linguagem, a gente vai entender do que a gente está falando de educação, o que essa educação ambiental está carregando. E aí é preciso a gente marcar e entender que nessa educação ambiental a gente fala sobre pessoas. Falar sobre meio ambiente é falar sobre pessoas. Eu acho que esse - isto a gente não tinha trazido - é o grande avanço que a gente está tendo. Então, se a gente está falando sobre pessoas, sobre vidas, sobre realidades, todos podem e precisam participar dessa discussão. Senão, a gente vai chegar a um discurso vazio, generalista e distante dessas pessoas e que pouco tem efeito. A gente sabe os impactos das chuvas intensas no sul da Bahia, em Minas, em Petrópolis, em Recife, a gente teve ondas gigantes de calor. Todo mundo, todas as pessoas têm muito a falar, as pessoas mais impactadas por essa crise têm muito a falar, e não só quando a gente pensa em desastre, mas quando a gente pensa também em potência, nos conhecimentos milenares tradicionais que a gente tem que apontam estratégias para a gente conseguir pensar essa preservação e essa restauração ambiental. Essas pessoas precisam ser escutadas.

A sociedade e o meio ambiente estão caminhando juntos, e isso fica muito nítido ao pensar que a gente não vai conseguir falar de educação ambiental sem diminuir as desigualdades sociais, o que permite que essas pessoas tenham um ambiente não só verde, mas saudável e seguro, um ambiente que não seja morto. E também não dá para falar de educação ambiental para pessoas que estão com fome, com a barriga roncando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essa e diversas outras reflexões, quando a gente pensa enquanto que essa linguagem seja acessível, enquanto que esse formato seja instigante, enquanto esse olhar local, eu acho que várias dessas reflexões vêm do clima, por exemplo, e para a gente é farol que traça guias ao pensar essa construção da educação. Mas a gente sabe que não é o suficiente.

Então, quando a gente pensa enquanto nação, a gente não tem recursos suficientes, a gente não tem a máquina pública ao nosso lado e, por isso, é dever do Estado ter isso muito nítido, essa implementação de soluções estruturais que sejam abrangentes e cheguem realmente a essas pessoas. A gente espera que haja o comprometimento desse Estado para aprender com essas experiências que a gente está falando que existem e com a esperança de entender que há possibilidade, não é uma coisa de outro mundo, há possibilidade, e a sociedade civil tem mostrado isso, mas a gente precisa que haja esse comprometimento de diálogo para a gente conseguir criar aparatos estatais de educação ambiental para toda a sociedade.

A gente está aqui fazendo a nossa parte, criando referências enquanto a gente aguarda a convocação para a gente conseguir fazer essa construção urgente e coletiva.

Gostaria de agradecer, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, Kinda. Fique aí à disposição para continuar o nosso debate.

O último convidado que se dispôs, mas estava com dificuldade de entrar, é o Dr. José Silva Quintas, do Asibama, que tem a palavra por dez minutos. *(Pausa.)*

José Silva?

O SR. JOSÉ SILVA QUINTAS (*Por videoconferência*.) - Bom dia!

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Sim.

O SR. JOSÉ SILVA QUINTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) - Em primeiro lugar... Realmente tinha que ser eu: com 77 anos, sou um homem do mundo analógico, mas tive que cair nesse mundo, nesse cipoal de que o mestre Leite Montalvão conseguiu me salvar.

Como representante da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asibama), à qual a Associação dos Servidores do Ibama do DF é ligada, eu quero agradecer o honroso convite do Senado, da Comissão, e dizer que em boa hora nós estamos fazendo este debate. É muito emblemático que, na semana do meio ambiente, estejamos convivendo com grandes tragédias socioambientais no país. Algumas podem ser creditadas às mudanças climáticas, mas outras são tragédias anunciadas, por conta de populações de baixíssima renda, em condições de pobreza extrema, estarem vivendo em áreas de risco, o que é antigo no país. Nós tivemos Petrópolis, Friburgo anos atrás, Petrópolis de novo agora, Angra dos Reis, Recife e região metropolitana. Então, as mudanças climáticas só vêm agravar um quadro em que o poder público não consegue investir para fazer a prevenção, ou seja, evitar que populações que não têm onde morar procurem áreas de risco, que é o que lhes resta nos centros urbanos brasileiros.

Eu estive vendo, nessas matérias que foram apresentadas durante a catástrofe que estamos vivendo, em alguma TV, que quase 70% das áreas de risco no Brasil não estão mapeadas, ou seja, não se sabe quem mora lá, em que condições estão e o que se deve fazer, que intervenção tem que ser feita. Política para morar em outro lugar, estabilização de área de risco... E, curiosamente, tudo isso são áreas que, pela nossa legislação, não deveriam ser ocupadas, são áreas de preservação permanente de rios, de córregos, topos de morros, encostas que são ocupadas.

Então, é em boa hora que a gente faz este debate porque, como nós vamos discutir aqui neste curto tempo a questão da educação ambiental como uma política pública, mas não política de estado, a gente tem que lembrar, quando ela foi criada, instituída, que ela nasce com a Constituição de 1988. Quando a Constituição estabelece, no art. 225, §1º, as incumbências que o poder público tem para garantir o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, isso passou a ser um direito constitucional, um direito coletivo. E um conjunto de incumbências que se transformam em políticas nacionais de proteção e de defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado é instituído também pelo Congresso Nacional, dentre elas a Política Nacional de Meio Ambiente.

Então, o que eu gostaria, de certa forma, neste rápido tempo, é chamar atenção, tentar fazer minha apresentação em dois pontos: um é pensar um pouco na singularidade - eu sou uma pessoa que veio da área de gestão ambiental pública, então, eu sou analista e educador ambiental, militei no Ibama desde 1991, trabalhei muito na instituição dessa política nacional, o meu foco é muito gestão ambiental pública, mas a educação escolar também se articula com isso -, eu vou fazer um foco maior justamente nas suas singularidades, enquanto instrumento de gestão, ou seja, qual é a contribuição da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiental de acordo com os nossos Constituintes e os legisladores que fazem a legislação infraconstitucional: qual é o sentido que eles atribuem à educação ambiental enquanto instrumento de gestão ambiental pública? Esse sentido está muito claro porque essa singularidade... Dos instrumentos de gestão que a gente tem, nós temos duas grandes vertentes. Uma é de comando e controle, que são justamente aqueles instrumentos que usam: a fiscalização, o licenciamento ambiental, a criação de unidades de conservação, proteção e fauna de ecossistemas, quer dizer, os órgãos têm um foco nisso. E, de outro lado, nós temos um único instrumento voltado para o protagonismo da sociedade. Então, enquanto um dos elementos foca na ação do Estado utilizando seu aparato de comando e controle, dizendo o que pode e o que não pode, em que circunstância você pode fazer isso, na educação ambiental, a gente tem uma ação pedagógica. Então, há uma diferença.

Elas não se opõem, elas se complementam. Quando trabalhamos no Sistema Nacional do Meio Ambiente, nós devemos, na gestão ambiental pública, justamente fazer essa articulação. Não é possível trabalhar... Quer dizer, então a gente chega até a educação no licenciamento.

Então, são programas de educação ambiental que são condicionantes de licença, do licenciamento federal, ou seja, o empreendedor é obrigado a promovê-los. Eles são acompanhados pelo órgão ambiental. Então, é uma medida mitigatória, por exemplo.

Nas unidades de conservação, ela trabalha basicamente com as comunidades, com os conselhos, com o pessoal do entorno e dos que moram dentro, dependendo da natureza da unidade de conservação. Mas todos eles têm um foco, é proteger, é zelar para que o direito ao meio ambiente se mantenha. Quer dizer, eles têm essa macrofinalidade, não é?

Então, quando a gente trabalha essa singularidade, a gente tem que ter uma certa concepção, assim, uma visão de que, enquanto no comando e controle nós aplicamos o poder de polícia administrativo do estado, multa-se, embarga-se, diz como fazer, aqui pode, aqui não pode, há limites e possibilidades. E, de certa forma, aplica-se o poder de polícia também usando a fiscalização quando se chega ao extremo da punição.

E na educação ambiental, a gente já tem ação pedagógica, mas para que essa ação pedagógica? Então, o nosso diferencial é o pedagógico, é a aprendizagem, é o desenvolvimento de capacidades para que os grupos sociais... eu faço questão de fazer essa especificidade porque a educação tem sujeitos de ação educativa concretos.

Então, a educação ambiental tem que se voltar para cada realidade vivenciada com as características dos seus sujeitos de ações educativas. Daí o fracasso dos trabalhos na educação que tentam criar comportamentos, basicamente comportamentos ditos ecologicamente corretos, aceitáveis ou o nome que se queira dar.

Essa prática de ações pontuais, as famosas palestras que servem para tudo, palestras que são uma pomada maravilha. Então, essa especificidade nos leva a ter que botar o pé no chão para chegar nos contextos e na realidade e dialogar com as comunidades.

Eu ainda teria um pouco de coisa para dizer mais, mas o tempo é muito curto. Eu só queria rapidamente dizer que, na verdade, quando a gente está debatendo a política como política pública de estado, a gente também tem que examinar uma segunda dimensão, que é a dimensão da capacidade institucional dos órgãos encarregados de fazerem essa gestão ambiental pública.

É complexa. O gestor, que faz esses trabalhos, e os órgãos de meio ambiente, federais, estaduais, municipais, fazem uma mediação de interesses de conflitos pelo acesso de uso do recurso, tem correlação de força e a educação entra trazendo para esse debate exatamente aqueles excluídos historicamente desse debate. Esse é o nosso desafio, não é excluir, mas aumentar o número, a mesa de mediação dos conflitos, que se institucionalizam quando o Estado media. A gente não quer confronto, a gente quer mediação de conflitos.

E qual é a capacidade institucional? Eu olho rapidamente... E eu peço à Mesa um minutinho a mais, para só olhar para os órgãos do sistema federal, com os quais eu tenho mais vivência e tenho acompanhado de alguma forma. O que a gente vê é o seguinte, eu olhei sob o aspecto de dois indicadores, digamos assim, um indicador é o lugar institucional que ocupa a unidade de educação ambiental na estrutura organizacional do órgão, na hierarquia. A gente sabe que é da administração pública, quanto mais você se aproxima do topo mais poder de influir em decisões, de negociar recursos humanos e os recursos orçamentários aumentam. Para quem está lá embaixo, na base do pau de sebo, é muito difícil.

Então, o que eu vi? Eu vejo que o Ibama tem uma coordenação geral, que hoje está reduzida a um núcleo dentro de uma área de gestão e monitoramento de informações ambientais. O Instituto Chico Mendes, uma divisão dentro de uma coordenação e recursos, dentro da lei orçamentária, muito poucos, ou seja, nós criamos a política pública, dizemos que é de estado, mas o país não consegue dotar os órgãos executores dos recursos da sua capacidade institucional para poder cumprir aquilo que lhe foi atribuído pela Constituição Federal.

Eu agradeço a paciência da Mesa comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, José Silva, a sua contribuição é muito importante neste debate. Espero que esteja à disposição da Comissão nas próximas horas, pelo menos para a gente continuar o debate.

Os outros convidados, infelizmente, não conseguiram estar presentes, acompanhar o debate ou estar no debate virtual e, portanto, agora nós vamos passar a palavra aos Senadores e Senadoras que queiram entrar no debate, nos questionamentos, sugestões ou intervenções de cada Parlamentar.

Queria abraçar o nosso Confúcio Moura, que é o nosso Vice-Presidente e, pelas mãos levantadas, é o primeiro a abraçar, com sua experiência parlamentar experimentada, mas, também, foi Governador do seu estado, um estado importante da Amazônia, e tem muito a contribuir, Senador.

Antes, porém, do Senador Confúcio, que é o sentimento, com certeza, de todo o Plenário desta Comissão e da direção, tanto do Presidente Jaques Wagner como do Sr. Vice-Presidente, quero expressar aqui a solidariedade ao povo do Estado de Pernambuco, que enfrenta, neste momento, uma situação extremamente difícil, que também já se alastra para o Estado das Alagoas.

As imagens e as notícias mostram talvez o maior desastre ambiental da história de Recife e região: mais de cem pessoas já perderam a vida e são milhares de desabrigados; ao todo são 14 municípios que decretaram situação de emergência; o número de desabrigados e atingidos deve ser o maior já registrado nas últimas décadas.

Trata-se de um evento climático extremo que se abate sobre o Estado de Pernambuco, uma continuidade dos eventos extremos que afetaram o Brasil e o mundo. No início do ano, assistimos a esse horror nos Estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Pará. A emergência climática já não está mais na nossa porta, ela está sentada no sofá das nossas salas, instalando e mostrando o que enfrentaremos cada vez mais daqui para frente.

É urgente, portanto, a necessidade de instalarmos no nosso país uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Precisamos de um planejamento de longo prazo, com medidas urgentes e profundas, para construir um novo projeto de nação. É urgente trabalhar por uma tradição ecológica que garanta uma matriz energética limpa e eficiente, com desmatamento zero, restauração dos nossos ecossistemas, investimentos em ciência e tecnologia para a agricultura sustentável. Precisamos de uma economia circular, reaproveitando e reciclando materiais descartados, promovendo a universalização do saneamento básico e a construção de cidades resilientes, com foco na adaptação às mudanças do clima. Só assim deixaremos de assistir a tragédias como Pernambuco vive hoje.

Como o maior dos nossos problemas, os desafios da nossa agenda ambiental passam por uma necessidade educacional. A educação ambiental é chave em todo o processo de construção de uma nova estratégia de desenvolvimento para o país; e uma educação não só nas escolas, uma educação universalizada, para que o povo possa contribuir também com esse processo no nosso país e nós não fiquemos inertes assistindo a essas tragédias e vendo os nossos irmãos e irmãs morrerem devido a essas tragédias. É possível prever e é possível evitar.

Governador Confúcio Moura, tem a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) - Olá!

Infelizmente, eu não vou poder fazer um comentário sobre todos os palestrantes. Eu só ouvi a Dra. Maria Beatriz, a Kinda e o José Silva - do Dr. Marcos Sorrentino não ouvi a fala -, mas eu gostei muito do contrato de gerações entre a Kinda e o Zé Silva. Ela mostrou o lado propositivo da juventude, a imensa capacidade que a juventude tem de ser envolvida no enfrentamento desses desafios, para entrar com muita coragem, muita determinação, muita ousadia, como é de praxe o comportamento dos jovens, são realmente revolucionários. E o José Silva, no alto dos seus 77 anos, representaria a moderação daquele cidadão da faixa minha e dele, com idades aproximadas, conservadoramente, mantendo o *status* como está, mas ele também demonstrou ser revolucionário, ser um iconoclasta, ao mostrar realmente o desmonte de órgãos ambientais e também o foco do Governo em cima do controle e do comando como uma ação de política por si só, suficiente. A Dra. Beatriz também pareceu muito serena, muito tranquila, muito segura. Ela colocou a coisa com o seu coração, mostrando que está trabalhando, que tem um leque enorme de cursos que está oferecendo à distância a quem possa interessar na área ambiental, diversa.

Como eu sou lá do Estado de Rondônia, de um Estado da Amazônia - e criei muitas unidades de conservação, tive que ir para a Justiça para manter essas áreas de conservação, tive de fazer, nos meus dois governos, muitos enfrentamentos com os grupos destruidores -, vejo que o que nós estamos precisando é de uma crença nova. Quando a gente vê o Ricardo Salles falar, quando eu o observava, vi que ele estava propondo realmente uma invasão, uma destruição global de todos os biomas, com a garimpagem que está lá na Amazônia, nas unidades indígenas. Ele queria realmente a porteira aberta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

soltar a boiada para destruir tudo, sendo que a gente estuda - vocês todos são estudiosos - e verifica que a Amazônia e outros biomas brasileiros são essenciais realmente para o equilíbrio climático, da chuva, das águas, para o circuito das águas e até para a produção de energia elétrica através das hidrelétricas e de outros meios produtores.

Não tenho perguntas específicas para fazer e não quero também partir somente para aquela questão da crítica contra o Governo. Realmente, do meu ponto de vista, deixou muito a desejar a sua política afoita, que dava um sinal verde - chegou a hora do oba-oba - para a destruição florestal e a falta de cuidado com as políticas públicas ambientais construídas de longa data por muitos técnicos valorosos e ministros que já passaram pelo Brasil afora.

Quero saudar vocês.

Estou nesta Comissão, gosto dessa política, defendo esses pontos de vista, nós os temos defendido.

A Kinda falou muito bem: não dá para combinar pobreza e meio ambiente, não combina esse casamento. Pobreza e meio ambiente não dão certo - não dão certo.

Grosso modo, eu quero parabenizar a todos, parabenizar vocês, a própria professora, nossa Secretária de Biodiversidade, a Dra. Beatriz, pela sua celeridade. Ela deve até continuar fazendo o que estava fazendo; está bonito o seu trabalho. Vamos ver se atinge mais de 50 mil alunos, que fizeram os seus cursos. Se a gente pudesse ir lá, para a Amazônia, e convencer, primeiro, os garimpeiros, botar esses garimpeiros nesses cursos, e que os grandes desmatadores, os grandes invasores, os grandes grileiros também pudessem fazer os cursos... Eles são os que estão precisando mais, porque, realmente, eles estão movidos a gás, esse gás hélio, esse gás atômico, para uma destruição rápida dos biomas brasileiros.

Mas saúdo vocês todos. Meus sinceros parabéns! Que a Kinda consiga continuar com a sua ousadia, com o seu Engajamundo maravilhoso, pois ela está cheia de energia, de vontade, com o discurso lindo que ela tem, brilhante. Que você realmente, minha baiana querida, consiga convencer essa juventude, igual a você, a entrar nessa política maravilhosa, em defesa do meio ambiente brasileiro.

Parabéns a todos! É mais uma saudação a todos vocês, ao Zé Silva. Eu não vou cumprimentar o Marcos Sorrentino - eu estou vendo o rostinho dele ali -, porque eu não ouvi a sua palestra, Dr. Marcos Sorrentino. É só por isso que eu não estou falando o nome do senhor, mas, por certo, foi brilhante.

Muito obrigado a todos vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, Confúcio. Obrigado. A Kinda ganhou o dia dela hoje com isto: essa energia, esse incentivo de a juventude se engajar nisso. Parabéns!

Algum Senador mais? *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhum Senador que queira intervir, indagar, eu vou voltar a palavra para os nossos convidados por três minutos, para fazerem suas conclusões.

Eu vou começar exatamente por onde nós terminamos, com o José Silva, que estava ávido para falar mais e ganhou agora mais três minutos. Vou te dar como primeiro, para fazer tuas conclusões.

Fala, José Silva.

O SR. JOSÉ SILVA QUINTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) - Pois é, Senador. O senhor desligou minha bateria; agora, eu sou velho, tenho que recarregar, demora. Mas é isso aí!

O que eu queria pautar, para concluir, é que não basta criar as legislações. A legislação é uma condição necessária, nós sem ela não trabalhamos na administração pública, mas, sem os meios, nós transformamos as políticas públicas em simulacros. Não é possível que o Ministério do Meio Ambiente tenha R$4,5 milhões no Orçamento da União para a tarefa que a gente vai ver lá, na sua estrutura, nas suas competências.

É muito interessante ouvir o relatório, os cursos, mas a gente tem experiência.

Primeiro, ele alcança um público limitado e o próprio acesso à tecnologia. Segundo, pedagogicamente, não dá! Não são palestras! Isso ajuda, mas nós temos que trabalhar na base. Nós temos que fazer parcerias. O ministério tem que fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Eu não vi programas de capacitação e de formação, como vi anteriormente. Eu não vi trabalhos com a sociedade civil, não vi conferências para definir rumos de políticas públicas. Não vi nada disso. Eu não ouvi palestras. Houve palestras interessantes? Sim, mas é muito pouco para o mundo em que a gente está. Nós não damos palestras. Ouvi palestras... Primeiro, pedagogicamente, não se define quem é o sujeito da ação educativa. Sob o ponto de vista pedagógico, realmente, é muito limitado. Está lá a carteira de identidade. É voluntário? Ótimo! Mas nós temos que ter foco. Política pública tem que ter foco. Os recursos são escassos. Nós temos que usar a capacidade institucional dos órgãos para focar coisas essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O país vive com uma pauta de degradação ambiental enorme. É um desastre! Nós temos o setor mineral aí com barragens nos ameaçando! Como é que está o licenciamento ambiental disso? Será que teremos outro Brumadinho? Nós temos... Os desastres socioambientais que estamos vivendo agora, como disse o Senador, são evitáveis e previstos. E eles vieram se juntar à pobreza. Nós já éramos vítimas disso há muito tempo, mas estamos piorando!

Então, eu lhes quero dizer isto: o que eu sinto é que, sem capacidade institucional e sem foco, nós não avançaremos. O sonho da Constituição de 1988 vai virar sonho ou, talvez... Deus ajude que não seja outra coisa, porque, quando passa a boiada, vira pesadelo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, José Silva, pela contribuição.

Passo a palavra à Kinda, por três minutos.

A SRA. KINDA SILVA VAN GASTEL (Para expor. *Por videoconferência*.) - Obrigada.

Quero agradecer as falas inspiradas e a contribuição das pessoas que, antes de nós, vêm traçando esse caminho.

Acho que eu saio daqui muito com essa provocação. A gente está falando de educação ambiental. A gente trouxe que, enfim, a legislação é conhecida, é muito famosa por ser consistente enquanto falamos do Brasil, mas a gente sabe que a prática é bem diferente. Aí eu deixo a pergunta: se a gente está falando... Paulo Freire falava sobre educação, que, qualquer que seja, é sempre a teoria do conhecimento posta em prática. Então, se a gente está falando que ela precisa ser posta em prática e se a prática, atualmente, é de destruição, é de crime ambiental, qual é essa educação que a gente está trazendo para a população brasileira? Acho que, para mim, fica isso.

Que a gente possa, realmente, construir essa educação ambiental, olhando... A gente falou de escolas. Acho que vai muito além de escolas. Em todos os espaços, a gente precisa que ela venha sendo construída. Enfim, acho que entender... A gente trouxe aqui como a sociedade e o meio ambiente estão entrelaçados. Então, acho que também precisa haver uma construção coletiva de vários setores em relação a isso. Então, acho que, se a gente começa a olhar neste sentido de que o meio ambiente está afetando a saúde, que puxa saneamento, que puxa a questão da alimentação.

Acho que, com todos esses olhares e se a gente consegue puxar os profissionais, os especialistas em relação a essas diversas áreas para construir isso, a gente está, enfim, construindo uma educação ambiental que olha para o nosso país, entende o nosso país e a nossa realidade e constrói soluções complexas e completas para a gente conseguir avançar enquanto sociedade.

E aí quero só deixar também que a gente tem falado muito sobre escutar a juventude e chamar essa juventude para entender essas experiências e conseguir reverter isso em política pública. Eu acho que também quero deixar um marco aqui: enquanto Engajamundo, a gente tem o documento "Visão das Juventudes para o Desenvolvimento do Brasil", em que a gente fala de 11 temas que a gente acha essencial. Então, acho que é isso. Está repleto de conhecimentos, repleto de produções que a sociedade civil vem trazendo como proposição, como saídas. E o que a gente precisa é que a gente seja escutado nisso, porque a gente sabe que, infelizmente, são soluções criativas, mas que elas são pontuais frente a toda uma assimilação do que a gente precisa.

Então, que a gente possa escutar e nos referenciar a partir dessas experiências, mas que a gente possa conseguir se comprometer com essa criação de políticas públicas efetivas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, Kinda. Nós lhe agradecemos pelo seu engajamento. É muito importante a presença da juventude nessas lutas.

A Dra. Maria Beatriz não tem mais tempo para participar; teve que sair por suas obrigações funcionais.

Passo a palavra, então, ao Prof. Sorrentino.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor. *Por videoconferência*.) - Obrigado, Senador.

Eu quero começar cumprimentando o Senador Confúcio e o Prof. Quintas pelas elegantes palavras de crítica contundente à ação palestradora, à ação difusionista - difusão foi a grande palavra na apresentação da representante do Ministério do Meio Ambiente.

E educação não se limita à difusão, não se limita à palestra, a folhetos; educação tem um sentido muito mais profundo, que precisa ser compreendido pelos nossos gestores, como o Prof. José Silva Quintas compreendia e compreende e enuncia nas suas práticas. Educação tem um sentido de compromisso com transformação. E não é isso que nós temos visto em um governo que se limita a trazer aqui para nós um relato de atividades difusionistas, de intenção de cartilhas a serem lançadas, do primeiro programa... Vejam, foi dito. Um governo que está no apagar das luzes diz: "O nosso primeiro programa feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com as mãos juntas - Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação". Gente, o órgão gestor existe previsto na lei brasileira desde 1999. Não é possível que, em 2022, as duas gestoras do órgão venham dizer que estão elaborando um primeiro programa para ser lançado, eu espero, antes de dezembro.

Gente, desculpem a minha sinceridade e a minha emoção aqui, mas esse campo da educação ambiental é absolutamente necessário ser trabalhado com carinho.

E carinho significa essas questões que o Prof. Quintas trouxe aqui: posição institucional dentro do Ibama; dentro do ICMBio; dentro do Serviço Florestal Brasileiro, que deve voltar para o Ministério do Meio Ambiente; dentro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que faz educação ambiental há muitos anos. É necessário valorizar composição institucional com pessoal capacitado, com recursos financeiros.

Dentro do Ministério do Meio Ambiente, dentro do Ministério da Educação, o orçamento tem sido constantemente glosado, diminuído e ficado inexistente. É necessário recurso e, acima de tudo, liderança, pessoas que tenham trajetória na área, que tenham competência para aglutinar dentro dos ministérios e junto à sociedade.

Então, as conferências nacionais do meio ambiente, os diversos meios de estratégias de comunicação precisam ser recuperados, restaurados. A Rede de Juventude e Meio Ambiente... O Engajamundo é um dos frutos desse processo de trabalho com educação que o Ministério da Educação já fez, que o Ministério do Meio Ambiente já fez e que precisa ser recuperado.

E, acima de tudo, é necessário trabalhar com a verdade. Não dá para ficar dourando a pílula e não enfrentar os buracos, as dificuldades, a falta de orçamento, inclusive com servidores públicos, mesmo que com cargos de confiança, denunciando o descaso e o desmonte que tem sido feito na educação ambiental no Brasil.

Obrigado pela oportunidade da fala. Meus cumprimentos aos Senadores e Senadoras. Espero que a gente tenha a possibilidade de continuidade com o lançamento do abaixo-assinado que estamos fazendo e que levaremos ao Supremo Tribunal Federal no início de agosto, espero que com milhares ou milhões de assinaturas, mostrando que a sociedade brasileira quer educação ambiental efetiva, de qualidade e sendo feita junto com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Muito bem, Professor, obrigado pela sua participação. Com certeza, quando esse tema estiver de novo em pauta por aqui, nós o chamaremos porque o senhor tem muito a contribuir pela sua experiência, pela sua dedicação, pela sua pesquisa, pelo seu conhecimento.

Por fim, passo a palavra à Dra. Maria Luciana.

A SRA. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (Para expor.) - Mais uma vez, obrigada, Presidente Senador Paulo Rocha.

Quero agradecer e falar que realmente a educação ambiental, como política de Estado, hoje está numa perspectiva de continuidade, na esteira do legado das relevantes contribuições anteriores. Eu acompanho a pauta já há quase 30 anos - sou professora da Universidade Federal, mestre e doutora em desenvolvimento sustentável -, e hoje nós podemos ver que a pauta da educação ambiental dentro do Ministério da Educação está na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica. Isso significa muita coisa, com um tema estratégico, com uma pauta estratégica.

Hoje o nosso foco - na política pública, trabalha-se com focos - é a Base Nacional Comum Curricular, porque nós acreditamos que, com um documento robusto de orientação curricular, as pautas efetivamente vão chegar ao chão da escola. E hoje a educação ambiental está como tema contemporâneo transversal para ser trabalhado em toda a educação básica.

Então, nesse sentido, não posso deixar também de agradecer a sensibilidade do Governo Federal em ter mantido R$143 milhões para a formação de professores no âmbito do uso da Base Nacional Comum Curricular. Esse recurso já está na conta das secretarias de educação estaduais para fazer a formação de professores no âmbito dos novos currículos que foram elaborados.

O MEC destinou R$28 milhões para bolsistas das secretarias de educação elaborarem os seus currículos, os seus referenciais curriculares alinhados à BNCC, justamente para garantir a autonomia das redes de ensino, como preconiza a LDB, no art. 8º e no art. 12, sobre a autonomia das redes em elaborar suas propostas curriculares, alinhadas à BNCC, claro, não é?

Então, nós queremos agradecer porque hoje nós temos esse recurso de R$60 milhões para a formação dos professores do ensino médio e R$83 milhões para a formação dos professores da educação infantil e do ensino fundamental, para a utilização dos novos currículos. Nós esperamos que as redes possam priorizar a formação dos professores também na abordagem dos temas contemporâneos transversais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero também agradecer a participação da Secretária Beatriz para que, nessa ação do Educar Mais Verde, nós consigamos avançar um pouco mais. Também quero informar que, no mês passado, foi lançado o Canal Educação, que vai ser um canal que o MEC vai ter dentro da EBC, onde nós vamos também apresentar programas, entrevistas, pílulas, documentários, séries sobre as temáticas relacionadas à educação básica e também à temática da educação ambiental.

Então, desde já, queremos parabenizar também, na esteira do comentário do Senador Confúcio, o protagonismo da Kinda e dizer que a proposta do novo ensino médio, com o projeto de vida e com os itinerários formativos, vem também nessa proposta de que os nossos jovens, principalmente o jovem do ensino médio - a proposta do novo ensino médio, do itinerário formativo é evitar evasão escolar -, se envolvam com essas temáticas. No itinerário formativo, é justamente onde o estudante vai ter essa oportunidade de trabalhar os temas transversais e outros temas relevantes não só no ensino formal, como também no não formal.

Nós estamos trabalhando algumas parcerias, algumas propostas de módulo, inclusive com órgãos também do Ministério do Meio Ambiente, e esperamos que, muito em breve, as redes de ensino possam ofertar itinerários formativos e projetos de vida também na área da sustentabilidade, da gestão dos recursos hídricos, da gestão de resíduos sólidos e de todas as temáticas para que nós tenhamos cidades inteligentes.

Deixo novamente aqui o nosso contato. O nosso *e-mail* é apoiobncc@mec.gov.br, e estamos à disposição.

Senador Paulo Rocha, muito obrigada, mais uma vez.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, doutora.

O José Silva pediu tréplica?

O SR. JOSÉ SILVA QUINTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) - Senador, não é tréplica, não. É que, no pouco tempo que... Eu sou professor. Então, tem aquele.... Dizem que o hábito do cachimbo põe a boca torta. Eu tenho um pouco a boca torta e aí não consigo ser assim curto e grosso, tenho uma certa dificuldade para isso. Então, no afã, eu me esqueci de, primeiro, agradecer as generosas palavras do Senador Confúcio Moura e, segundo, parabenizar a Kinda, que é a esperança da minha geração. Kinda é a esperança da minha geração. Um cara de 77 anos aposta muito na juventude. Tenho trabalhado com jovens quilombolas, sei o que significa. São coisas arrepiantes, no bom sentido.

Meu abraço fraterno a Marcos Sorrentino, companheiro de luta de muito tempo, desde os tempos em que a gente começava, lá no Ibama, os cursos de introdução à gestão ambiental pública, lá em Tamandaré, e no ministério, no tempo em que eu era do Ibama, então, dessa luta toda. Agradeço a generosidade dele para comigo e quero parabenizá-lo pela iniciativa de buscar...

Espero que o Supremo seja mais sensível, quer dizer, os outros também o foram, mas que o Supremo seja mais incisivo - na verdade, a realidade é essa -, porque o Tribunal de Contas exigiu isso. Houve ações judiciais que os servidores do Ibama, através de sua associação, fizeram, mas nunca houve uma reação no sentido de dar... Porque sem *status* organizacional você não consegue tocar nenhuma polícia pública em nenhuma organização pública, a gente sabe disso; é só para constar. Então, é a briga contra os simulados que eu estou entendendo que o Marcos está puxando aí, e eu vou me sentir muito honrado também de assinar esse abaixo-assinado.

Muito obrigado.

Obrigado, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Obrigado, Zé. Você viu que a Mesa aqui é democrática. Exatamente, o objetivo dessas audiências públicas é a gente trazer essas questões e aqueles que também podem contribuir, já que nós temos preocupação com esses momentos que o país está vivendo.

Agora, eu estava me segurando aqui para não fazer um comentário, mas a nossa Dra. Maria Luciana provocou, quando ela falou, parece que agradecendo pelos 28 milhões que o Governo deu, não sei o quê, e tal. Se for para falar sobre o Orçamento, este Governo chega a ser irresponsável, porque parece que não tem nenhuma preocupação com o seu país ao tratar essa questão do Orçamento. Tirar bilhões e bilhões das universidades para distribuir à máquina com interesse eleitoreiro em véspera de eleição não compreende qual é o papel da educação, qual é o papel no desenvolvimento social e econômico do nosso país. Nós sabemos, até porque também nós já fomos Governo, que não basta ter um belo programa escrito em qualquer setor; é preciso também, na prática, priorizar via Orçamento. Então, nesse aspecto...

Em relação à questão ambiental, tem ministros, como foi aquele primeiro ministro deste Governo, dizendo: "Vamos aproveitar enquanto está todo mundo distraído, discutindo a pandemia, para deixar a boiada passar". A boiada não só passou como está invadindo as nossas florestas através do fogo, invadindo as nossas terras indígenas, a busca das nossas riquezas, destruindo... Os nossos indígenas são um dos maiores protetores do meio ambiente e da nossa floresta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, este debate vai ser muito intenso agora, na discussão das eleições. É fundamental que a gente fique atento e aproveite esses valores, esse debate, para a gente corrigir o rumo do nosso país.

Nesse sentido eu agradeço a todos e a todas. Nesta audiência pública, com certeza, contribuíram muito todos, independentemente das suas posições políticas e das várias representações.

A gente agradece a presença de todos, e eu dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todas e a todos.

(Iniciada às 08 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Fabio Garcia, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Margareth Buzetti, Rafael Tenório e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica documentos recebidos pela Secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3668, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 36, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Joaquim Alvaro Pereira Leite, informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis sobre o processo relativo à importação de 18 girafas (Giraffa camelopardalis) pelo empreendimento RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A., que atualmente se encontram no Hotel Resort Safari Portobello, em Mangaratiba - RJ;." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 37, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade, como evento do Junho Verde do Senado Federal." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa (Economia Circular do Plástico)**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 22/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Subsidiar a construção de um projeto de lei sobre a Economia Circular do Plástico, para reduzir os impactos ambientais desse resíduo no Brasil. **Participantes:** Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

André Passos Cordeiro, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais (representante de: Ciro Marino, Presidente Executivo da Indústria Química - Abiquim); Sr. Carlos Eduardo Mariotti, Gerente Executivo de Política Industrial (representante de: José Carlos da Fonseca, Diretor Executivo da Indústria Brasileira de Árvores -Ibá); Sra. Lara Iwanicki, Gerente de Campanhas da Oceana Brasil (representante de: Ademilson Zamboni. Diretor Geral da Oceana Brasil); Sr. Ronei Alves da Silva, Coordenador do MNCR (representante de: Aline Sousa da Silva, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)); Sr. Lucien Bernard Mulder Belmonte, Superintendente (representante de: Associação Brasileira das Indústrias de Vidro -Abividro); Sr. Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Vice-Diretor Nordeste da Abrampa (representante de: Associação dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - Abrampa); Sr. Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Vice-Diretor Nordeste da Abrampa (representante de: Associação dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - Abrampa); Sra. Luísa Santiago, Diretora (representante de: Ellen MacArthur Foundation;); Sr. Lucien Bernard Mulder Belmonte, Superintendente (representante de: Associação Brasileira das Indústrias de Vidro -Abividro); e Sr. Paulo Henrique Rangel Teixeira, Diretor Superintendente (representante de: Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST)). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
08/06/2022 - 12ª - Comissão de Meio Ambiente

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar o trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados ao pessoal da reunião paralela.

Comunico que foi apresentada à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente, um, mensagem eletrônica do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, que encaminha o Ofício nº 4, de 2022, de 6 de junho de 2022, com uma série de documentos com o objetivo de subsidiar o debate em torno do Projeto de Lei 6.299, de 2020, sobre o registro e uso de agrotóxico. Os documentos encaminhados são: carta de repúdio ao Projeto de Lei 6.299, cognominado de "PL do veneno"; nota técnica de apoio à decisão que suspendeu os registros de agrotóxico com os ingredientes ativos abamectina, glifosato e tiram; nota de apoio à decisão da Anvisa que indeferiu o pedido de prorrogação do registro dos agrotóxicos com ingrediente ativo paraquat; nota pública referente ao Dia Mundial de Não Uso de Agrotóxico; nota pública de repúdio ao PL nº 3.200, de 2015; nota pública de repúdio aos PLs 3.200 e 6.299; nota pública para manutenção da data de banimento do paraquat.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, será publicada na página da CMA e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão, a fim que seja autuada para análise pelo Colegiado, visto que o referido projeto ainda não se encontra nesta Comissão.

O objetivo e diretriz desta reunião.

A presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de matéria e requerimentos apresentados à Comissão...

Eu peço a gentileza, porque a Comissão está em curso. Pediria um pouquinho mais de silêncio.

A primeira parte é destinada à deliberação da matéria e requerimentos apresentados à Comissão; a segunda é destinada à realização de audiência pública com o objetivo de debater soluções e subsidiar a construção de um projeto de lei sobre a economia circular do plástico, de modo a reduzir os impactos ambientais desse resíduo no Brasil.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Antes de passar... Já temos número para votação ou ainda não? Já? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De qualquer forma, antes de passar ao item 1 da pauta, já que não temos número regimental, eu quero registrar mais uma vez, primeiro, o mês de Junho e Julho Verde do Senado. Segundo, dia 5, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e também ontem a aprovação do projeto de lei sobre a questão de educação ambiental, inspirado numa provocação trazida a esta Casa, a esta Comissão, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e que foi aprovado no dia de ontem. Estamos tentando, durante este mês de junho, fazer outras atividades que, efetivamente, dignifiquem o mês de junho.

Eu acho que não temos nada a comemorar, para ser muito franco. Eu acho que temos é que nos indignar e transformar a indignação em ação, na medida em que, seja no Brasil ou mesmo no mundo - e no Brasil mais gravemente -, o que nós temos visto é uma postura bastante criminosa, eu diria até, em relação à questão do meio ambiente, seja por parte do próprio Governo Federal, seja por parte de alguns setores que ainda não entenderam que desenvolver e preservar são palavras que devem andar conjuntamente e que não há, efetivamente, nenhum antagonismo entre uma coisa e outra. Eu acho que é uma questão de bom senso e, para isso, nós temos procurado estabelecer o diálogo dentro desta Comissão, de tal forma que a gente possa, como eu disse, ter um desenvolvimento longevo e não um desenvolvimento que olhe com visão de curto prazo, comprometendo exatamente...

A própria produção aponta para a produtividade em relação a vários setores, e é óbvio que é muito triste para nós registrar, ao tempo que nos solidarizarmos com a família do indigenista e do jornalista que até agora se encontram sumidos, quando um deles fazia uma matéria sobre a Amazônia, acompanhado de um indigenista que tem largos serviços prestados à causa indigenista. Eu acho que esse é mais um fato que trabalha contra a imagem do Brasil.

Nós estamos, evidentemente, sempre na fé, na esperança e na expectativa de que sejam encontrados, mas é obvio que, conforme os dias se passam, mais angustiante deve ser, particularmente, para as famílias dos dois jovens. Então, eu quero externar aqui, em nome desta Comissão, a nossa solidariedade e, de pronto, tomamos a medida de exigir e cobrar do Ministério da Justiça medidas emergenciais - se quiser colocar aqui, pode colocar - medidas emergenciais do Ministério da Justiça.

Eu entendo que não é por essa forma, assassinando pessoas ou desaparecendo com pessoas, que nós vamos conquistar. É um fato que hoje está no mundo inteiro.

Hoje, por acaso, é o Dia Internacional dos Oceanos, e não por outro motivo nós marcamos esta audiência sobre a questão da economia circular do plástico, porque, segundo projeções da própria ONU, se não mudarmos ou não conseguirmos minimizar ou estancar o depósito de plásticos, que levam muitas vezes cem anos para serem degradados, no fundo dos oceanos, nós vamos ter, em 2050, mais peso de plástico nos oceanos do que de vidas marinhas.

Então, eu quero aqui abrir esta sessão com esses registros e tentar passar para a fase mais de deliberação agora, mais uma vez externando a nossa solidariedade às famílias - esperamos que sejam encontrados - dos dois jovens que estavam simplesmente trabalhando e defendendo os seus pontos de vista e as tribos indígenas da Amazônia brasileira.

Tenta ligar para alguém aí para fazer o registro: Leila, Jean Paul, Eliziane. Deve estar todo mundo lá no café: a Leila, o Randolfe... *(Pausa.)*

O próprio Veneziano, pelo menos, para marcar a presença. *(Pausa.)*

Eu posso inverter? *(Pausa.)*

Como já temos número regimental, eu vou à parte 1 desta reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3668, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Não, esse é o que nós retiramos de pauta. *(Pausa.)*

É o Projeto 3.668, da minha autoria, sobre insumos.

Como o Senador Veneziano Vital do Rêgo solicitou a retirada, porque recebeu uma nota técnica e quer aprimorar o seu relatório, fica retirado de pauta o item 1.

Item 2, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 36, de 2022, do Senador Randolfe Rodrigues.

Ele está lincado ou não? *(Pausa.)*

Requerimento desta Comissão n° 37, de 2022, de minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 37, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade, como evento do Junho Verde do Senado Federal.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Sra. Mercedes Bustamante, Sr. Ricardo Abramovay, Sr. Dione do Nascimento Torquato, um representante da Articulação Pacari, e o Sr. Jeferson Straatmann do Instituto Socioambiental.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A audiência pública será realizada no dia 22 de junho de 2022.

Eu vou passar agora à parte dois, que é a nossa audiência pública.

Esta audiência pública tem o objetivo de debater soluções para subsidiar a constituição de um projeto de lei sobre economia circular do plástico para reduzir os impactos ambientais desse resíduo no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2022, de minha autoria.

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações já está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Faremos - como são oito oradores, oito convidados - duas mesas de debates na exposição inicial, e cada orador usará da palavra por até dez minutos. Aos que participam remotamente, caso optem por usar algum material de apoio, será autorizado o compartilhamento de tela para exposição, e, nesse caso, é fundamental que o encaminhem a essa secretaria para publicação e pesquisas futuras.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Participam, na ordem alfabética: André Passos Cordeiro, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). É presencial? Você pode... Eu convidaria o Sr. André para nos acompanhar aqui à mesa.

Sr. Carlos Eduardo Mariotti, Gerente Executivo de Política Industrial da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). É presencial também? *(Pausa.)*

Sra. Lara Iwanicki, Gerente de Campanhas da Oceana Brasil. É presencial? *(Pausa.)*

Sr. Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão e Vice-Diretor Nordeste da Associação dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa).

É o que está entrando? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sr. Lucien Bernard Mulder Belmonte, Superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro). É presencial ou remoto? *(Pausa.)*

E cadê o que estava chegando e não tinha entrado? *(Pausa.)*

Ronei Alves da Silva, Coordenador do Movimento Nacional dos Catadores, está presencial?

Então vamos começar com vocês quatro.

Bom, eu vou dar a palavra na ordem de chamada que eu fiz. Para a primeira exposição, eu vou dar dez minutos, evidentemente prorrogáveis, se vocês precisarem, só para a gente regular, porque, se a sessão ficar muito extensa, a gente acabará perdendo a audiência do pessoal.

Então vou começar com André Passos Cordeiro, Diretor de Relações Institucionais da Abiquim.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) - Está ligado aqui, Senador? Está.

Bom dia. Bom dia a todas, bom dia a todos.

Bom dia, Senador Jaques Wagner. Queria cumprimentá-lo aqui não só pela sua iniciativa desta audiência pública, mas também cumprimentá-lo especialmente pela iniciativa do Fórum da Geração Ecológica, que vai muito além simplesmente da audiência pública. Ele é um marco nessa discussão. A gente tem participado, em contato com os grupos de discussão, da formulação que está sendo feita lá, então queria saudá-lo pela iniciativa. É importante cada vez mais situar o nosso país nos marcos de uma grande mudança que nós temos observado no mundo em direção a um processo de desenvolvimento sustentável. E a sua iniciativa, tenho certeza, vai acelerar esse processo.

O tema que nos traz aqui hoje, que é a economia circular do plástico, é um tema bastante complexo. Eu comecei a preparar uma apresentação e ficou difícil fazê-la caber em dez minutos, porque a gente tem um marco geral. Eu vou eu vou fazer isso; eu vou fazer força para que a gente entre.

Eu preparei uma apresentação. Vou pedir para o pessoal, para os seus assessores colocarem aqui para a gente ir trabalhando.

Em primeiro lugar, eu queria falar rapidamente do que é a Abiquim. A Abiquim é a Associação Brasileira da Indústria Química. Ela está situada - pode passar -, no segundo ponto... *(Falha no áudio.)*

Há eco, não é? Eu estou ouvindo a minha voz. *(Pausa.)*

Então, eu queria falar, em primeiro lugar, sobre a questão da Abiquim. A Abiquim é uma instituição já longeva no Brasil. Ela foi criada em 1964 e congrega as empresas produtoras que estão no segundo estágio da cadeia química... *(Falha no áudio.)*

O senhor quer que eu aguarde, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - O que é esse barulho que está vazando? *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - Pronto? Acho que agora vai, não é?

Então, como eu estava falando, a Abiquim está na segunda geração. Aqui são os produtores de matérias-primas; depois, gás e óleo e matérias-primas renováveis. E a Abiquim representa os produtores que estão na segunda geração; no caso do plástico, os produtores de resinas termoplásticas, resinas termofixas, que fornecem para os transformadores, que, por sua vez, vão fornecer para os consumidores intermediários e, na sequência, para os consumidores finais. É uma entidade sem fins lucrativos, então, que representa esse setor produtivo.

A gente...

Acho que não está passando. *(Pausa.)*

Foi.

A indústria química brasileira emprega 2 milhões de trabalhadores direta e indiretamente; é a sexta maior indústria química do mundo; 11% do PIB industrial; terceiro maior setor industrial; atua num mercado US$188 bilhões. Ela é líder em química de renováveis, está na vanguarda da produção de químicos, inclusive de plásticos a partir de matérias-primas renováveis e de uso de energia renovável. Uma das principais matérias-primas que nós utilizamos nessa direção é o álcool, o etanol, que gera o eteno verde e aí, sucessivamente, uma série de produtos na cadeia; e o Brasil foi vanguarda no desenvolvimento dessa tecnologia. É a primeira indústria, dentro da indústria de transformação, em arrecadação de tributos federais.

Essa foi uma ideia geral. A gente passou rapidamente sobre o desenho da indústria química brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui a gente tem dados sobre a produção de resinas, que são matéria-prima para os plásticos, que é o que as nossas associadas produzem. São 5,1 milhões toneladas-ano - o registro aqui é do ano de 2021 -, 3,83 milhão de vendas internas e 1,1 milhão de vendas externas, ou seja, 5,86 milhões de toneladas de consumo aparente de resinas no Brasil. Então, é um volume grande. Com isso, é diante desse mercado que a gente tem o desafio de avançar em torno da circularidade e de oferecer múltiplas soluções para redesenhar o consumo nesse mercado.

O uso do plástico é fundamental. O uso do plástico que é derivado dessas resinas é fundamental para sociedade - esse é um ponto que a gente tem que reconhecer -, na construção civil e no saneamento: as tubulações; na agricultura: a plasticultura, a própria irrigação; na saúde e higiene: seringas, materiais descartáveis, como a máscara que eu estava usando até há pouco e que o Senador está usando; no setor automotivo: plásticos de engenharia, materiais leves que viabilizam inclusive o carro elétrico; e em embalagens plásticas, que geralmente é o ponto que nos chama mais a atenção, que são fundamentais na logística dos produtos que a gente consome, desde a fabricação de grãos até o consumo nos supermercados.

Então, as soluções são complexas, não são soluções simples, mas a indústria química tem um compromisso em protagonizar o incentivo a essas soluções. A gente quer criar, quer deixar bem claro que o setor químico brasileiro tem um compromisso com a ideia de circularidade, da transição da economia linear para a economia circular não só nos produtos plásticos, mas também em todos os produtos químicos.

O posicionamento da Abiquim não é voltado exclusivamente para os plásticos, ele é voltado para todos os produtos químicos. E também nós sugerimos, recomendamos que a ideia de economia circular não foque, não se situe só nos plásticos, embora esse seja um produto importante desse ponto de vista, mas que se amplie. E, aí, novamente, a gente elogia a alternativa do Senador de chamar os outros setores também para a discussão - vidro, a Ibá, enfim -, porque as soluções são complexas, passam por avaliações de impacto regulatório, enfim, e que incluam também comparações entre vantagens e desvantagens entre produtos e seus usos.

Aqui a gente tem uma pequena referência do que é e de como a gente entende a economia circular desde o início até o fim da vida útil do produto. Nós estamos engajados na transição de uma economia linear para uma que redesenhe, recicle e reutilize a manufatura, elimine o descarte de resíduos e proteja o meio ambiente. E a gente acha que isso deve se dar num ambiente de forte inovação.

Eu vou falar um pouquinho, ao final, da importância de a gente integrar essas iniciativas, Senador, de regulação, de economia circular com uma política industrial mais ampla, a exemplo do que hoje a Europa e os Estados Unidos estão fazendo com a referência do Green Deal e do Green New Deal. Então, é um pouquinho baseado nesses marcos que eu queria fazer a minha explanação sobre a questão da economia circular.

Entrando num segundo ponto, que é especificamente sobre a economia circular dos plásticos, eu queria referenciar que a gente já tem um longo compromisso, enquanto indústria química, com esse tema. Ele partiu de um compromisso voluntário a favor da economia circular, que atua na questão dos péletes. Hoje a gente tem um programa - é um programa internacional - que se chama *Perda Zero de Pellets*. Esse programa tem metas claramente definidas, os KPIs, como o pessoal anda falando em inglês, mas que não são nada mais do que metas definidas a serem perseguidas, metas de reciclagem mecânica, mas também metas de reciclagem avançada. E essas metas estão definidas também em períodos, não é? Em 2030, uma redução de 50% das embalagens plásticas, e em 2040 uma redução de 100% das embalagens. Aqui a gente está trazendo, como exemplo, as embalagens, mas é um exemplo que a gente sabe limitado. E a ideia é ir além disso, não é? Evidentemente tem condições de contorno para que essas metas sejam atingidas. Não é possível que somente a indústria consiga chegar lá. Eu creio, inclusive - porque é um estudo desenvolvido -, que os nossos colegas da Abiplast, por exemplo, falarão da questão da gestão de resíduos sólidos, que é importante para que as matérias-primas que têm origem nesses resíduos cheguem até a porta da indústria. Nós também temos um papel nisso, mas nós sabemos que a parceria público-privada, a parceria entre o Estado, o mercado e as diversas organizações da sociedade civil são importantes para viabilizar esse tema. Eu não vou entrar especificamente nisso porque eu acho que o Paulo, da Abiplast, vai entrar especificamente, talvez, no tema da gestão de resíduos sólidos. Eles recentemente desenvolveram um estudo, inclusive, com a ABDI sobre esse tema.

Nós temos trabalhado em duas frentes na reciclagem, oferecendo tecnologia como solução, como parte da solução para esse processo: soluções em reciclagem química e em reciclagem mecânica. As soluções em reciclagem mecânica são conhecidas, são difundidas e estão cada vez mais ocupando espaço, mas as soluções em reciclagem química avançada são novidade para o nosso país. Estas são tecnologias que lidam com processos que já são empregados para outros fins na indústria química, na indústria petroquímica produtora de resinas, que são pirólise, gaseificação e despolimerização química. Eu não vou entrar em detalhe - depois, no debate, a gente pode entrar -, mas isso vai além do que é convencionalmente a reciclagem mecânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui a gente tem - vamos ver se vai agora - um pequeno gráfico disso. Então, o produto volta...

Está demorando um pouquinho para passar aqui. Se puderem me ajudar.

A reciclagem mecânica fecha aquele circuito. E a reciclagem avançada leva de volta ao produtor de polímero virgem. Ela tem algumas vantagens porque o processo de reciclagem é feito a altas temperaturas, acima de 800ºC. Então, problemas que nós temos normalmente com alguns resíduos orgânicos, em produtos que foram acomodados em embalagens, nesse processo a gente não tem. Então, a ideia é que é possível também, a partir da reciclagem química, voltar a utilizar a embalagem para o uso em alimentos, por exemplo.

E a indústria química está entrando, deve ser este mês - inclusive, Senador, a gente já lhe fala disto como uma forma de o gabinete acompanhar -, nós vamos entrar com um pedido na Anvisa para que a Anvisa produza informação técnica que permita usar com segurança essa tecnologia no Brasil, e essa tecnologia escalável.

Aqui nós estamos falando de linhas de produção que já existem no mundo, com 50 mil, 100 mil toneladas cada linha. Veja, nós estamos falando de um mercado de 5 milhões de toneladas só no Brasil.

Então, a escala, na reciclagem, é um fator fundamental para a viabilidade, não só a viabilidade econômica, mas a própria viabilidade técnica e produtiva. Então, nós estamos avançando, num primeiro momento, em direção à reciclagem por pirólise, que é o processo produtivo mais utilizado na indústria petroquímica brasileira, e a ideia, então, é avançar rapidamente, durante este ano, com a regulação, com a agência reguladora, e, na sequência, com investimentos no Brasil. É preciso criar, para isso também, um ambiente regulatório que não existe hoje no nosso país; e a gente crê que a combinação dessas duas tecnologias, a mecânica e a reciclagem avançada, vai permitir ao Brasil dar um salto nessa frente.

Indo em direção à conclusão, eu falei rapidamente, então, sobre tecnologias que a indústria química oferece, a reciclagem química com essa vantagem, inclusive para embalagens, com usos mais representativos as embalagens para alimentos.

Se o pessoal puder ir me ajudando no computador, porque eu acho que não está funcionando aqui...

Já violei os outros 15...

Só para a gente ter uma ideia de que essa política desenvolvida pela indústria química em relação à economia circular do plástico não é descolada do nosso plano, da nossa agenda geral, aqui, Senador - inclusive nós já passamos para o seu gabinete, para o seu assessor, para o Mecias - é uma agenda da indústria química para o próximo ciclo político institucional do Brasil, que vai se abrir a partir das eleições do próximo ano. Nós já estamos trabalhando essa agenda agora, mas nós queremos apresentar para todos os *stakeholders* do próximo período essa agenda para que ela possa ser acelerada. E a questão da economia circular se insere como foco principal dentro dessa agenda.

A nossa proposta, a proposta da indústria química brasileira é desenvolver quatro ou cinco grandes missões. A nossa indústria é a indústria química mais sustentável do mundo. A indústria brasileira já é a indústria química mais sustentável do mundo, e a gente quer avançar, cada vez mais, na consolidação e na ampliação desse conceito de produção sustentável dentro do Brasil.

Então, nós temos uma missão de transição, que é a missão do gás natural, duas missões ligadas à sustentabilidade, que são missão energia renovável e missão bioprodutos, e uma terceira missão... E uma quarta missão... A quinta missão, que não está aí, perdão, é a missão saúde também, trabalhar nessa frente também a partir do conceito de sustentabilidade, e o mesmo para a questão do saneamento.

Eu vou passar rapidamente, para concluir.

Nas duas missões - se você puder me ajudar daí - mais ligadas ao nosso tema, não é possível construir um circuito de economia circular sem redesenhar as nossas fontes de energia; esse circuito é incompleto. Então, a gente tem que trabalhar também aquelas fontes que dão origem ao produto: petroquímica ou química, química de fontes renováveis, seja ela gerando plástico ou qualquer produto, parte basicamente de energia e matéria-prima em estado bruto, seja a matéria-prima fonte de óleo e gás, seja a matéria-prima fonte de bioprodutos, de produtos renováveis. Então, para equacionar uma economia completamente sustentável, completamente circular, nós temos que considerar também o desenvolvimento de ações na área de energia renovável.

A indústria química está trabalhando fortemente, por exemplo, no tema do hidrogênio verde. Há discussões inclusive no seu estado sobre isso e em outros estados do Nordeste, principalmente no Norte e no Nordeste do país. Há empresas associadas nossas investindo fortemente no desenvolvimento de outras fontes de energia para que elas estejam presentes no início do circuito produtivo.

Outro ponto é a missão bioprodutos. Essa sim tem uma relação muito forte com a questão da sustentabilidade e da economia circular. Aqui a gente colocou como meta para indústria química brasileira um futuro totalmente circular, do início da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

matéria-prima até o final. A gente está falando aqui de matérias-primas como açúcar, celulose, oleaginosas, palmáceas, lignocelulose, que deriva produtos químicos, leva a resinas inclusive e leva aos plásticos tradicionais que hoje a gente consome. Então, estão na matéria-prima no ponto original.

Aqui a gente tem um pequeno desenho, a apresentação vai ficar disponível, como o Senador disse.

A gente trabalha com o conceito amplo de circularidade não só para plásticos. Então, vocês vão ver vários produtos químicos, todos eles com possibilidade hoje já de produção a partir de produtos de matéria-prima renovável, de bioprodutos, como a gente tem falado. O Brasil é plenamente competitivo. Talvez hoje seja a plataforma mais competitiva do mundo do ponto de vista de *green production*, de produção verde.

A indústria brasileira química também é uma indústria hoje de baixíssimas emissões, caminhando cada vez mais em direção à emissão zero em 2050. Então, também desenhar um mercado de carbono regulado por lei com estabilidade e segurança jurídica é importante para consolidar um marco legal de economia circular. Veja, Senador, nesse sentido é que eu falo de a gente ir cada vez mais em direção a um marco regulatório amplo. É preciso, para viabilizar a economia circular, que ela esteja em consonância com princípios de política industrial, para que ela tenha condições de dar certo.

Aqui eu tenho algumas considerações finais, algumas das quais eu já inclusive passei. Que o setor químico está comprometido, e a gente acha que para isso a sua iniciativa, por exemplo, é fundamental. Não há como trabalhar só com a indústria; é preciso concatenar Estado, mercado, produtores, sociedade civil e instituições de pesquisa acadêmica num sistema para que seja possível evoluir nesse sentido.

Mas, mais do que tudo, eu queria afirmar o último ponto aqui que está nesse eslaide: é importante que a gente avance a passos largos para a retomada de uma política industrial no Brasil. Nós abandonamos a política industrial como um instrumento promotor de desenvolvimento no Brasil. Nós não estamos falando aqui nada além do que uma política industrial de outro tipo, uma política de produção sustentada num marco verde. E a gente já tem exemplos de que o mundo está caminhando nessa direção, Senador. Há o Green Deal europeu e há o Green Deal norte-americano, só que nós estamos falando aqui de algo que não é simplesmente uma carta de intenções.

O Green New Deal americano emprega, organiza, coordena, articula, ao longo do tempo, US$100 trilhões em recursos - US$100 trilhões em recursos. Esta é a referência econômica do que a gente está falando: são US$100 trilhões mesmo, vou repetir porque o número é esse. É assustadoramente distante da nossa realidade hoje. E, mais do que distante financeiramente da nossa realidade hoje, a ausência desse instrumento de coordenação, desse instrumento de concatenação, de criação de sinergias entre Governo, organizações da sociedade civil, setor produtivo e industrial nos distancia ainda mais. Nós estamos jogando num plano inclinado, Senador; cada vez mais inclinado.

O Green Deal europeu movimenta de 2 a 3 trilhões de euros. Então, também é um programa que, em volume, é muito distante da nossa realidade.

Para concluir, antes da criação do Green Deal e do Green New Deal, os países centrais já tinham políticas industriais ativas e altamente agressivas, descoordenadas, mas descoordenadas em relação ao foco verde sustentável. Então, o que eles estão fazendo é reorganizando e ampliando esses recursos. Por exemplo, a China emprega, em política industrial hoje, US$248 bilhões anuais. É 2 por 2,5% do PIB chinês. Os Estados Unidos aplicam US$84 bilhões anuais em política industrial, com foco em P&D e cada vez mais em direção a modelos sustentáveis. Concluindo, Japão e Alemanha, em torno de US$20 bilhões a US$30 bilhões anuais em política industrial. O Brasil, Senador, não chega a US$6 bilhões anuais em política industrial totalmente descoordenada, sem foco.

Então, é com isto que eu queria concluir: é importante que nós criemos um marco regulatório para a economia circular.

Nós somos parceiros, Senador, no trabalho que está sendo feito no fórum. Somos parceiros e achamos que tem que ter um trabalho de toda a cadeia. É importante articular toda cadeia produtiva nesse sentido. E a gente está aí. Estamos colocando os nossos recursos à disposição para trabalhar, construir, dialogar, mas, sobretudo, nós queríamos colocar a discussão nesse cenário de uma necessária política industrial que coordene e concatene os recursos do Estado, do mercado e das instituições da sociedade civil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, André, pela sua exposição.

Eu convido agora o Carlos Eduardo Mariotti, da Indústria Brasileira de Árvores.

O tempo é elástico, mas eu espero que você não seja tão elástico quanto o André.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (*Fora do microfone*.) - Desculpe. *(Risos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS EDUARDO MARIOTTI - Não, vamos ser mais breves.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Você viu que o pessoal está politicamente correto: trouxe uma caneca de alumínio, apesar de que a tampa e a alça são de plástico.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (*Fora do microfone*.) - Plástico reciclável.

O SR. CARLOS EDUARDO MARIOTTI - A gente traz alternativas a isso. Nós temos o copo de papel... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Eu sei, eu estou só brincando. *(Risos.)*

O SR. CARLOS EDUARDO MARIOTTI (Para expor.) - Vou colocar o copo de papel aqui, que se degrada em seis meses.

Bom dia a todos.

Sou Carlos Mariotti, Gerente de Política Industrial da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), aqui representando o nosso Presidente Paulo Hartung e o nosso Diretor Executivo, Embaixador José Carlos da Fonseca, que mandaram um abraço. Em nome deles, eu agradeço ao Exmo. Senador Jaques Wagner e aos demais Senadores e aos membros da Comissão pelo convite e oportunidade de poder expor um pouquinho o que é a IBÁ, associação brasileira de árvores, e também para a gente falar um pouquinho mais sobre como chegarmos à bioeconomia. Acho que esse é um fato importante aqui, uma economia mais sustentável.

Eu trouxe aqui um PowerPoint para poder ajudar, falando um pouquinho... Eu tenho que apontar aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - É melhor você pedir o próximo.

O SR. CARLOS EDUARDO MARIOTTI - Aqui. Falando um pouquinho, rapidamente, da IBÁ: é uma indústria de base florestal plantada, cultivada para esse fim. São 45 empresas em âmbito nacional que atuam em mil municípios no Brasil; 9 entidades estaduais também são associadas, inclusive as associações da indústria de base florestal da Bahia, do Paraná, Santa Catarina - várias, são 9 associações estaduais que congregam a Indústria Brasileira de Árvores. Aqui, só para se ter uma ideia, são as indústrias que fabricam seus produtos a partir da fibra da madeira, essencialmente a celulose, de que a gente vai falar um pouquinho mais adiante.

Algumas contribuições socioeconômicas que o setor tem para o Brasil: 2,7% do PIB, com uma receita bruta em torno de R$116 bilhões, gera 2,8 milhões de postos de trabalho, vem se tornando cada vez mais robusta - são empregos diretos, indiretos, de efeito induzido - e atuante nos municípios, ampliando isso com ações socioambientais para 2.256 municípios, ou seja, praticamente metade dos municípios no Brasil. Tem relevância global, é também exportadora, é o segundo maior produtor de celulose do mundo, atrás dos Estados Unidos e à frente da China. Então, é um competidor global. Está entre os dez maiores produtores de papel do mundo também. Hoje, até para dar uma ordem de grandeza, a produção brasileira de papel de embalagem e papel-cartão, que a gente vai focar aqui nessa apresentação, é em torno de 6,5 milhões de toneladas. E é uma referência internacional de sustentabilidade: junto com o Governo brasileiro, tem levado essa referência para, por exemplo, as conferências internacionais de mudanças climáticas da ONU.

Bom, mas exatamente o que nós, o nosso setor produz? Celulose. Como já falamos, a celulose serve de insumo para os papéis de imprimir e escrever, que são papéis para livros, jornais, revistas, materiais didáticos, para as caixas de papelão, embalagens, para papel-cartão, cartuchos - a gente chama de cartucho a embalagenzinha do remédio, embalagem do perfume, do cosmético, a gente chama de papel-cartão e está incluído nessa questão de papel para embalagem, painéis de madeira e biomassa para energia, inclusive parte do setor autossustentável em questão de energia elétrica.

Então, são bioprodutos. Nós produzimos bioprodutos da base florestal cultivada, de manejo sustentável. São biodegradáveis, recicláveis, de origem certificada, e estocam carbono. O setor já é carbono negativo.

Aqui, focando o papel para embalagem, nós temos, como eu falei para vocês, o cartucho de remédio e outros produtos, como eletrônicos, por exemplo. Nós temos a caixinha de leite; a caixinha de suco - há uma menção à questão do estoque de carbono; ela é composta de 45% de carbono estocado já no produto -; o papel flexível - há uma alusão inclusive ao plástico flexível -, em substituição ao plástico flexível; sacolinhas, sacolinhas de carregar; caixinhas de ovos; canudos e copos, como a gente falou aqui, de papel-cartão e de materiais celulósicos.

A questão da economia circular já é consolidada no setor há muito tempo. Praticamente foi o setor que viabilizou a questão da logística reversa para incorporar novamente no seu ciclo produtivo as aparas de papel. Então, isso já é consolidado, as aparas de papel já têm classificações determinadas pela ABNT, e com isso você retorna para o ciclo positivo para fabricar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os mesmos papéis para embalagem - papel-cartão, na sua maioria -, fechando esse ciclo. Hoje o índice de reciclagem de papel no Brasil gira em torno de 70%. Há uma referência também internacional: na Europa, gira em torno de 69%; e, na Ásia, 55%.

Deixe-me correr aqui senão... Opa!

Aí é uma questão... A gente vai falar um pouquinho além da reciclagem, além da economia circular; a gente está falando de produtos essencialmente sustentáveis. Eles têm origem sustentável, eles têm base renovável. Os produtos são biodegradáveis, ou seja, um copinho de papel ou um canudo se degrada em seis meses; outros produtos que não são 95% de base celulose, com um pouquinho mais, se degradam em um pouquinho mais de tempo, mas dentro dessa média.

De origem renovável, então, a gente produz 100% de papel de origem de florestas cultivadas, que removem o CO2 da atmosfera, ajudando com a questão climática. E, para cada mil hectares de florestas plantadas, a gente tem 60% de adicional de florestas preservadas. O Brasil está longe, em primeiro lugar; depois, vêm o Chile e a Austrália com muito menos que isso.

Contribui para a questão das mudanças climáticas essa questão de absorção de carbono, ou seja, as árvores, conforme o ciclo produtivo da árvore, vão estocando carbono e deixando isso nos produtos. Por isso também há a questão do carbono negativo.

Há uma ideia de como que a gente pode migrar para a bioeconomia, para bioprodutos. Primeiro, a gente acredita que essencialmente os *brand owners*, os *end users*, o fabricante do produto que acomoda o seu produto em embalagens deve puxar isso, é o maior indutor disso - a gente acredita que ele é o maior indutor disso -, e a nossa indústria está preparada para abastecer.

Projetos de lei e iniciativas como essa são essenciais, para a gente poder colocar isso em prática, para a gente mostrar para a sociedade o que a sociedade deseja. Eu acho que a partir daí é que as coisas começam a acontecer.

Possível substituição do plástico para o papel ou outros produtos... Não estou falando aqui que a alternativa é papel, mas outros produtos, em relação a isso, já estão acontecendo. Você vê movimentos de garrafas e copos de papel e bandejas estruturadas e flexíveis de papel aparecendo e tudo o mais.

A projeção de investimentos no setor é altíssima em celulose e, principalmente, em papel para embalagem. Quando a gente vê ali, a gente vê papel para embalagem, já pensando o hoje no futuro em termos de investimentos. Então, vocês podem reparar que a maioria ali, se não for celulose, é papel para embalagem ou papel-cartão.

Quanto à inovação e desenvolvimento, a indústria já está preparada com bioprodutos para a substituição de produtos não renováveis, de fonte renovável, com papéis resistentes à umidade e à gordura - essa é uma das principais questões para a gente poder avançar nisso -, e precisa ser impulsionada por um ambiente de negócios mais justo. Eu acho que qualquer um que olha para essa tela já vê com certa surpresa: como é que um produto essencialmente sustentável tem um IPI, por exemplo, de 9,75%, enquanto os utensílios, por exemplo, de plástico - a gente trouxe os de plástico; é o foco da reunião - têm 6,5% e 3,25%? Eu acho que aqui há também, talvez, a possibilidade de a gente demonstrar para a sociedade o movimento que a gente quer fazer.

Por fim, é o que eu acho que a sociedade está desejando, vem desejando. A gente vai ter, em 2050, 9,5 bilhões de pessoas, consumidores conscientes, que vão exigir acordos comerciais cada vez mais baseados em sustentabilidade, em busca de matérias-primas alternativas em relação às fontes não renováveis. E a gente pode ter aqui a questão da recuperação da economia verde, como a gente chama, levando para a questão da bioeconomia.

Então, eram esses pontos que eu gostaria de passar rapidamente.

Passei um pouquinho aqui dos dez minutos, mas tentando trazer as melhores informações para este debate.

A gente se coloca à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Passou, mas eu evitei que a vozinha ali dissesse "15 segundos". A gente tem uma maquineta aqui.

Eu quero registrar com alegria a presença do nosso Deputado Federal Rodrigo Agostinho, altamente envolvido com todas essas questões, e agradecer a sua presença aqui, nesta sessão de hoje.

Eu queria convidar agora, para fazer uso da palavra... Eu falei Iara, eu acho, na primeira vinda, mas é Lara. É Lara, não é?

A SRA. LARA IWANICKI - Isso! Lara Iwanicki.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - À Gerente de Campanhas da Oceana Brasil concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. LARA IWANICKI (Para expor.) - Muito obrigada, Senador Jaques Wagner.

Bom dia a todos!

Eu também tenho uma apresentação. Se a Mesa puder subir... *(Pausa.)*

Bom dia a todos!

Enquanto a Mesa sobe aqui a apresentação, eu gostaria de agradecer ao Senador Jaques Wagner pelo convite e por essa iniciativa para tratar de um assunto que é tão relevante e tão urgente no nosso país para ser resolvido.

Eu também cumprimento os demais colegas de mesa, os Senadores que estão presentes *online* e os participantes que estão com a gente aqui na Comissão.

Eu vou só aguardar subirem a apresentação para eu dar início... *(Pausa.)*

Senador, eu vou precisar ser elástica também, porque o assunto é muito importante e há muita coisa para falar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Se for uma elasticidade de papel, é melhor do que elasticidade de plástico. Desculpe aí a disputa. *(Pausa.)*

A SRA. LARA IWANICKI - Estou com problemas técnicos aqui.

Bom dia a todos!

Hoje é o Dia Mundial dos Oceanos. Um ano atrás, a Oceana estava trazendo aqui para o Planalto Central um vídeo que falava sobre poluição por plásticos, para alertar os Parlamentares e a sociedade sobre essa questão.

Para quem não conhece, a Oceana é a maior organização não governamental, sem fins lucrativos, apartidária, que advoga pela proteção dos oceanos. E a gente faz isso através de campanhas que vão construir ou melhorar políticas públicas que... *(Falha no áudio.)*

Minha fala é muito bonita. Por isso está repetindo. *(Pausa.)*

A Oceana atua por meio de campanhas para construir ou aprimorar políticas públicas que vão resultar num oceano mais limpo, num oceano mais abundante, porque o oceano é fonte de renda e é fonte de alimento para bilhões de pessoas no mundo e para milhares de brasileiros.

No Brasil, nós estamos desde 2014 com duas grandes frentes de atuação: uma frente mais voltada para a pesca e uma frente voltada para a poluição marinha, onde se insere a nossa campanha de combate à poluição por plásticos.

Pode passar para o próximo eslaide.

Para lançar essa campanha - a Oceana é uma organização com base científica -, nós produzimos um grande relatório que se chama *Um Oceano Livre de Plástico*, que reuniu o que tinha de melhor e mais atual na literatura científica, assim como dados públicos e oficiais do Governo, para trazer um panorama sobre essa poluição e essa questão do plástico de uso único no nosso país. Esse relatório também tem como objetivo aprofundar e qualificar o debate sobre essa questão no nosso país.

O cenário que a gente encontrou quando a gente chegou ao Brasil - está no próximo eslaide - foi o de uma situação bastante desastrosa. De fato, uma semana depois que a gente lançou o relatório, a praia de São Conrado, no Rio de Janeiro, foi invadida por um *tsunami* de plástico; era alta temporada, pico de turismo no Rio de Janeiro, e isso teve uma repercussão mundial. A gente sabe que esse não é um caso isolado. A Senadora Eliziane Gama está aqui com a gente *online* e sabe que isso também acontece no Maranhão. Senador Jaques Wagner, essa também é a situação na Bahia. O Senador Amin, aqui *online* com a gente, sabe que essa também é a situação em Santa Catarina. Então, a poluição por plástico deixou de ser um problema isolado numa ilha do Pacífico, lá longe, para ser uma coisa do nosso dia a dia, para ser uma coisa que está no nosso quintal. E ela tem sido recorrente em vários lugares do país.

Vamos ao próximo eslaide.

Uma pesquisa brasileira analisou a composição do resíduo de plástico em 44 praias do nosso país, de norte a sul, e mostrou que pelo menos 70% daquilo que é encontrado e coletado nas praias são plásticos. Neste gráfico aqui, as cores mostram os tipos de materiais; em vermelho, são os itens de plástico. Então, inclusive, há situações de algumas praias cuja composição era em quase 100% de resíduos de plástico - e são plásticos de uso único, de que a gente está falando aqui. Isso tem consequências, e a primeira consequência - passe ao próximo eslaide, por favor - é a consequência ambiental, é o impacto no ecossistema, porque esse plástico está chegando ao oceano, está chegando a outros ambientes também, e a fauna marinha tem uma interação com esse tipo de resíduo.

O nosso relatório foi analisar os dados públicos do Programa de Monitoramento de Praias da Petrobras, que avalia a causa de morte da nossa fauna marinha, e encontrou que não só a nossa fauna está ingerindo plástico, mas está morrendo por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conta disso. E 85% dos animais que estão morrendo por conta disso, porque estão com o estômago cheio de pedaços de plástico, são espécies já ameaçadas de extinção, como é o caso da toninha, que está aqui nessa imagem, que é nossa espécie endêmica de golfinho no Brasil, a nossa espécie brasileira. Ela já está ameaçada por outros motivos e, nesse caso aqui, também por conta da poluição.

A poluição por plástico também afeta a sociedade e quem vive do mar, os milhares de pescadores brasileiros.

Esse é um vídeo que circulou nas redes sociais, é um grupo de pescadores no Rio Grande do Sul que puxa uma rede de malha e, vejam, ela não vem com quase nenhum peixe, ela vem praticamente inteira emaranhada em sacola plástica. A gente não está ouvindo aqui o áudio, mas os pescadores estão, inclusive, bastante revoltados nesse vídeo, pela quantidade de sacolas que vêm emaranhadas à medida que eles vão puxando essa rede do mar.

Então, esse é um impacto, que está acontecendo lá na ponta, que não está sendo visibilizado, Senador, que não está sendo contabilizado quando a gente vai falar de poluição por plástico, mas tem um custo social e tem um custo econômico para esses pescadores que estão lá na ponta.

E um outro impacto também é para o setor de turismo - antes de falar de saúde -, que movimenta uma importante cadeia produtiva no nosso país, que está num momento de retomada, de reaquecimento e que precisa ter uma praia limpa, que precisa ter um oceano limpo para atrair turistas e seguir movimentando, aquecendo a economia.

E para entender o tamanho dessa conta, o tamanho do prejuízo, um estudo publicado em 2019 estimou que o prejuízo econômico de poluição por plástico é de R$9,5 trilhões por ano. Isso inclui o impacto no setor de turismo, o impacto no setor de navegação, no setor recreativo, o impacto na pesca e a perda dos serviços ecossistêmicos do oceano quando ele está poluído dessa forma. Então, essa é uma conta altíssima e a gente já está devendo. E quem está pagando essa conta é quem está na ponta. E se não está pagando com o bolso, está pagando com a própria saúde, porque poluição por plásticos também afeta a nossa saúde, por conta dos microplásticos, que são fragmentos, pedaços de plástico que vão se quebrando. Isso entra na cadeia alimentar, isso entra no corpo humano.

Várias pesquisas científicas estão mostrando que tem microplástico no nosso corpo, tem microplástico no pulmão humano, tem microplástico na placenta de mulheres grávidas, tem microplástico no feto e tem microplástico, mais recentemente descoberto, na corrente sanguínea. Tem plástico no nosso corpo, como se não bastasse hormônio, como se não bastasse agrotóxico circulando no nosso corpo, tem pedaços de plástico. Então isso é muito grave.

A gente está falando de uma poluição, Senador, que tem impacto ambiental, impacto social, impacto econômico e risco para a nossa saúde. A gente precisa resolver isso e, para resolver isso, a gente tem que entender qual é a origem problema primeiro. E a origem desse problema está associada ao aumento do volume de produção de plástico de uso único, que são aqueles plásticos que foram feitos para serem consumidos e descartados logo na sequência, como esse copo descartável que está aqui na mesa, que foi feito para ser consumido e descartado logo na sequência, gerando um volume altíssimo de lixo, e a discrepância entre aquilo que é produzido e colocado no mercado e aquilo que de fato circula, porque esses materiais não foram feitos para circular e para voltar para o sistema. Então a gente precisa olhar para isso.

No Brasil a gente produz 500 bilhões de itens descartáveis como esses, que são embalagens em geral - 500 bilhões de itens por ano. Isso dá 15 mil itens por segundo. Senador, nós estamos aqui há um pouquinho mais de 30 minutos, pelas minhas contas. Nesses 30 minutos, a indústria já colocou 27 milhões de itens de plástico descartável no mercado. Como é que a gente vai dar conta de uma produção desse tamanho, que não volta para o sistema? E um fator agravante é que a variedade, a complexidade de produtos e embalagens que são colocados no mercado torna isso um desafio para a gestão, porque essas embalagens e esses produtos têm um limite de reciclabilidade. E a gente tem que lembrar que plástico não é um material só - são diversas resinas que produzem diversos materiais, cada um com seu limite de reciclagem - e o plástico, diferentemente do alumínio, diferentemente do vidro, que se recicla infinitas vezes, o plástico tem um limite de reciclagem; depois, ele vai perdendo qualidade.

Então, a gente tem que olhar para isso e para a complexidade da gestão desse resíduo; e lembrar que a maior parte desses itens sequer foi feita para voltar para o sistema, foi feita para ser descartada; e lembrar que uma empresa que coloca um produto desse no mercado, Senador, sem saber o impacto que tem na ponta, sem estruturar um sistema de logística reversa, sem que haja tecnologia viável, economicamente viável para reciclar, para reutilizar, para reenvasar, para compostar, essa empresa está escolhendo colocar um produto que vai virar lixo, que vai virar custo, que vai virar poluição, que vai virar passivo ambiental e, depois, vai lucrar milhões, porque quem está pagando a conta é quem está na ponta, é a sociedade que está pagando essa conta.

Então, uma lei de economia circular, Senador, tem que olhar para isso. A gente só pode colocar no mercado embalagens e produtos que sejam reutilizáveis, que sejam retornáveis preferencialmente, ou que sejam 100% recicláveis, comprovadamente recicláveis, porque não adianta colocar também uma embalagem que vai ser reciclável no laboratório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai ser reciclável numa cidade específica; tem que ter escala em nível de Brasil, ou que seja no limite compostável, biodegradável também comprovadamente. Então, a gente tem que olhar para isso quando a gente fala de uma lei de economia circular para não chegar a essa situação de 10 milhões de toneladas de resíduos plásticos sendo gerados por ano, no nosso país. E a realidade do Brasil não é de aterro sanitário; a realidade do nosso país é de lixões a céu aberto e aterros controlados, que é um nome melhorado para um lixão a céu aberto.

Isso é reflexo de um sistema de produção linear que extrai, produz, consome, descarta e repete. E gera um volume ingerenciável de lixo do ponto de vista da solução. Isso é um modelo, isso aqui é resultado de falha gravíssima do nosso sistema de gestão de resíduos, porque isso não é um problema de gestão de resíduos e não vai ser resolvido com gestão de resíduos, gente. Isso vai ser resolvido com economia circular.

E claro que chega ao mar. Nosso estudo mostrou, usando a melhor metodologia científica disponível, que 325 mil toneladas de resíduo plástico chegam ao mar e causa todos aqueles impactos que eu mostrei aqui, no início da apresentação. Isso é um número extremamente conservador. Isso aqui é por baixo, por baixo; no mínimo, 325 mil toneladas!

Então, Senador, o Brasil é parte do problema e o Brasil tem responsabilidade em resolver isso. E, para resolver isso, a gente tem que ter a solução concreta, mas o que a gente tem feito até agora só está enxugando gelo. Nós temos 12 anos de Política Nacional de Resíduos Sólidos que entregaram muito pouco em termos de resultado. A gente tem baixíssimas taxas de coleta seletiva, baixíssimas taxas de reciclagem de plástico e um sistema que não consegue acompanhar o volume e a velocidade dessa produção, porque as respostas que estão postas são respostas que estão olhando para o fim do ciclo de vida do produto, quando ele já virou resíduo, já virou lixo; a gente tem que olhar para o começo da cadeia produtiva, lá para o início da produção, pensar em reuso, pensar em reutilização, e não seguir enxugando gelo. E a política pública que foi apresentada pelo Governo, em 2019, que é o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, apresentado em 2019, não tem uma ação de redução - uma! -, uma linha sequer de redução. Em três anos, o que esse programa se propôs a fazer foram mutirões de limpeza de praia. Retiraram 280 toneladas de lixo em três anos de programa de combate. Agora, em três anos - a Senadora Eliziane está aqui *online* com a gente -, em três anos, a indústria colocou 1,5 trilhões de novos itens descartáveis no mercado. Como é que a gente vai dar conta desse volume de produção com esse tipo de política pública? Não vai funcionar. Limpeza de praia enquanto ferramenta de sensibilização, de engajamento, tudo bem! Enquanto ferramenta, política pública de combate não vai funcionar, não é o caminho, porque enquanto o cidadão está lá coletando, engajado, fazendo a sua parte, acreditando que está tirando aquele lixo da praia, a indústria segue entupindo o mercado de embalagem e de produto descartável. É completamente desequilibrado, Senador! Não é esse o caminho. Então, a gente tem que olhar, de fato, para esse tipo de solução. E, aí, nesse sentido, o que acaba acontecendo é que a indústria transfere para o consumidor o ônus, a responsabilidade e cobra do consumidor consumo consciente. Agora, como é que o consumidor vai fazer consumo consciente nessa situação? Quantos itens de plástico tem nessa foto? Quantos desses itens são, de fato, recicláveis? A maior parte não é. O consumidor não tem escolha. O consumidor não consegue fazer consumo consciente, porque simplesmente não é viável, não tem alternativa.

Então, a gente precisa tornar essas alternativas, inclusive, acessíveis. A gente tem que democratizar o consumo para que ele seja, de fato, consciente. E a gente precisa que os setores que se propõem a ter materiais alternativos, a apresentar soluções se articulem, tenham incentivo, Senador, para que eles consigam oferecer alternativas, embalagens alternativas a um custo que seja acessível. Para isso a gente tem que pensar, por exemplo, no equilíbrio do IPI e de outros impostos que incidem sobre isso.

E a gente também tem que lembrar que a responsabilidade compartilhada está prevista na PNRS, mas responsabilidade compartilhada não é um consumidor ter a mesma responsabilidade daquele que dá origem ao problema, que é a indústria que coloca isso no mercado. Então, a gente tem que ter um equilíbrio aqui.

E, muitas vezes, também temos que criticar as soluções que se apresentam, porque, nessa onda de alternativas e soluções, se apresentam soluções como esta, que são os oxibiodegradáveis, nome técnico, comprido e lindo, que mais confunde o consumidor do que traz algum tipo de eficácia. Porque, na verdade, um plástico oxibiodegradável, Senador, é um plástico convencional com um aditivo químico que se chama d2w, que esfarela o plástico, acelera o processo de formação de microplástico, que depois vai voltar para a cadeia alimentar, vai voltar para a corrente sanguínea de todo mundo. Isso aqui não é solução, isso aqui é *greenwashing*, isso aqui tem que ser proibido numa lei de economia circular e em qualquer outro tipo de legislação. O consumidor acha que está fazendo consumo sustentável, mas, na verdade, está trocando seis por meia dúzia e ainda fazendo um consumo pior.

Então, como é que a gente resolve esse problema de fato? Poluição por plástico é um problema complexo, vai exigir soluções ousadas, vai exigir uma solução que passe necessariamente por legislação que estimule economia circular, que estimule que esses sistemas sejam implementados, que a gente tenha a redução de produção de plástico de uso único. No nosso entendimento, Senador, uma lei de economia circular precisa ter duas coisas, são dois elementos-chaves. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

primeiro é eliminar o produto descartável de plástico. O plástico tem origem no petróleo, o plástico não é biodegradável e o plástico fica 400 anos no meio ambiente. Não dá para produzir um produto descartável a partir dessa matéria-prima. A gente tem que entrar neste consenso, Senador: produto descartável de plástico não pode ser colocado no mercado. A gente está falando de copos, canudos, embalagens de isopor. E o segundo ponto é estimular o reúso, o reenvase, as embalagens reutilizáveis, retornáveis, embalagens comprovadamente 100% recicláveis, biodegradáveis ou compostáveis, para terem alternativa de mercado. Eu estou chegando ao final, mas queria só dar um giro aqui pelo mundo, para vocês verem que diversos países no mundo já aprovaram legislação que vai neste sentido, que vai no sentido de reduzir a quantidade de plástico descartável que está sendo colocada no mercado. Isso é muito importante porque todos estes países, Estados Unidos, Canadá, China, países da África - independentemente de o país ser país rico, país pobre, independentemente do seu modelo de gestão de resíduos -, nenhum desses países resolveu esse problema com gestão de resíduos. Esses países estão aprovando legislações mais restritivas para complementar a gestão de resíduo, que não dá conta, em lugar nenhum do mundo, de absorver a produção de plástico descartável. Então é para isso que a gente tem que olhar num primeiro momento, Senador, e também incentivar outros tipos de embalagem reutilizáveis, e assim por diante.

E isso também - eu sei que eu já fiquei superelástica aqui, não é? Já estendi bastante, mas estou chegando ao final - é uma demanda da sociedade: 68% dos brasileiros entendem que isso é um problema; 68% dos brasileiros entendem que isso é responsabilidade do Congresso, em reduzir a poluição por plástico. Isso daqui já é resultado de conscientização e educação ambiental, Senador. A gente tem que dar um passo a mais, não é? As indústrias colocam essa narrativa de educação ambiental, que é importante, mas isso já está acontecendo. Agora, a gente precisa responder à população, que já está mais consciente, e dar a ela soluções. E é para isso que, então, Senador, essa legislação precisa olhar.

Para concluir, este é o meu último eslaide.

Só uma recapitulação aqui. A gente tem um cenário em que não falta evidência científica; não falta evidência de impacto ambiental, de impacto social, de impacto econômico, de impacto na saúde; evidência de que nosso sistema de gestão de resíduos não deu conta; então, o que é que está faltando aqui para a gente avançar com essa temática? O Senado, o Congresso, precisa avançar, Senadores. Isso é uma demanda da população. O Congresso não tem só condições de fazer isso, como tem o dever de fazer isso!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Lara pela sua exposição bastante contundente.

Eu vou convidar agora o Lucien Bernard... Ah, não, perdão! O Ronei, Coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, para também fazer as suas colocações.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Para expor.) - Bom dia a todos e a todas.

Eu vou ser um pouco menos elástico - um pouquinho elástico, mas não tanto.

Bem, meu nome é Ronei Alves da Silva, faço parte do Movimento Nacional dos Catadores.

O Dr. André e o Dr. Carlos Eduardo falaram da questão da reciclagem - podiam ter falado de nós catadores, porque nós é que fazemos isso ao longo dos anos.

Bem, eu não trouxe apresentação; eu trouxe um pedacinho de vídeo para passar no final da minha fala. Pode ser, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Claro.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - E eu queria voltar atrás, a algumas questões.

Aqui há pessoas que a gente acabou conhecendo ao longo de todos esses anos. Eu estou com uma camisa aqui do Movimento Nacional dos Catadores, falando dos 20 anos de luta do Movimento Nacional dos Catadores. Nesses 20 anos de luta, nós estivemos, muitas vezes, aqui, na Câmara e no Senado, para discutir políticas públicas, para inclusão social e produtiva dos catadores e, principalmente, para questões que têm a ver com a reciclagem.

Em 2010, nós tivemos uma grande vitória, Senador, que foi a aprovação e a promulgação da Política Nacional de Resíduos. Por que para nós era uma grande vitória? Porque, desde pequeno, desde muito criança, a gente vê essa questão da discussão do meio ambiente. Havia, na TV Cultura, uma moça, que parece que não fica velha nunca, que apresentava um programa - todo mundo aqui vai lembrar dela - e falava dessa questão do meio ambiente e tal. Desde muito pequeno - eu estou com 48 anos - a gente ouve falar desse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 1992, nós tivemos a ECO 92, falando desse problema. De lá para cá, construíram uma política pública importantíssima para o nosso país, que foi a Política Nacional do Meio Ambiente, e nada aconteceu. A Política Nacional do Meio Ambiente já proibia a questão dos lixões no país, mas os lixões continuaram. E tantas outras políticas públicas foram criadas para tentar resolver esse problema.

Em 2010 a gente pensou: "Não, agora resolveu, porque o lixo não vai mais ser tratado como lixo". Lá, em um dos seus artigos, nos princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos, trazia-se que o resíduo é um bem de valor econômico, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania. A gente falou: "Agora vai!". E aí se traz lá a não produção. Então, resíduos que não têm reciclabilidade, esse produto não tinha que estar mais no mercado. Há o reuso e tantas outras questões dentro da Política Nacional de Resíduos, que a gente acreditou: "Não, agora vai!". Isso foi em 2010; nós estamos em 2022, e muito pouco ou quase nada foi feito.

Eu estou aqui, vendo o Dr. Luís Fernando, que é da Abrampa, e o Ministério Público tem sido um guerreiro em uma luta de Davi contra Golias. E a gente tem a impressão de que o Ministério Público é o Golias, mas, não, ele é o Davi. Ele vem, ao longo desses, sei lá, 12 anos, lutando para implementar a Política Nacional de Resíduos. A gente vê diversas discussões no país inteiro para que a Política Nacional de Resíduos seja implementada. E a Política Nacional de Resíduos, além de não ser implementada, foi deturpada para ser uma política de fechamento de lixão. Aí nada foi feito para o pré-aterramento, mas tem que fechar o lixão, tem que criar um aterro sanitário, e vira aquela coisa toda.

No final do ano passado, eu assisti a uma audiência pública do Ministério Público de Goiás, e eles falaram dos problemas que estão enfrentando, porque os Prefeitos falam assim: "Doutor, eu fiz aqui o aterro sanitário, está tudo...". Não, e o pré-aterramento? E todas as questões que estão em princípio? Foi inclusive o Dr. Juliano de Barros Araújo, Promotor, que fez essa audiência pública falando: "Não, nós temos que atacar o problema, que é o pré-aterramento. O que nós vamos fazer com todo esse resíduo? Porque não se pode simplesmente pegar e enterrar tudo como se fosse a solução do problema".

E, de lá para cá, nós catadores estamos lutando pela implementação. Está aqui o Dr. Guilherme, da Abralatas, que tem nos ajudado; e também o doutor da Abividro, com quem nós temos construído uma relação muito bacana para reutilização do vidro, para fazer com que o vidro volte para a indústria. Num primeiro momento, a gente teve grandes dificuldades com vidro, porque no Centro-Oeste não tem indústrias. Então, a gente vem ao longo desses anos construindo essa relação para que o vidro volte para a indústria. Da latinha eu nem preciso falar. Como tem um alto valor econômico, se essa latinha cair aqui... Se estiver furado esse copo, não prestar mais como copo, e eu jogar na rua, ele não vai ficar 15 segundos no chão; alguém vai catar, e ele vai voltar para a reciclagem. Essa é a questão das embalagens de alumínio, enfim.

Mas bateu no plástico. E aí o plástico, que para nós... Noventa por cento da nossa renda vem do plástico, em torno de 90%, porque o alumínio nem vem mais. Chega lá no restaurante, o funcionário já cata latinha, ele mesmo vende. Se tem um churrasquinho lá na sua casa, a sua secretária mesma recolhe lá o material e ela mesma vende. Então, a latinha quase não chega para nós. Com o que basicamente hoje cooperativas e associações de catadores no país inteiro - e inclusive catadores avulsos - trabalham é basicamente com papel e plástico. Isso é que dá renda. Todavia, entretanto, sobretudo, nós temos um problema absurdo que é com aqueles plásticos que não têm reciclabilidade. Eles viram um problema absurdo, porque eles entram na esteira, ocupam um espaço danado e não são atacados pela logística reversa.

A logística reversa, que era uma das formas para fazer esse plástico voltar, não resolve, e eu vou explicar por que não resolve. Porque eles vincularam a logística reversa à apresentação de nota fiscal. Então, uma cooperativa, uma associação de catadores precisa apresentar uma nota fiscal da venda daquela embalagem. Quando chegam garrafas PET X, Y, Z, eu vou apresentar lá tantas toneladas que eu vendi e que vão voltar para a indústria. Aí, esse material... A partir desse momento, eu consigo construir com várias gerenciadoras que fazem hoje essa questão da logística reversa, e a gente consegue fazer com que esse material volte com base na logística reversa. Todavia, entretanto, sobretudo, por sacolinha plástica quem é o responsável? Não tem logomarca, não tem nada, e ela não tem... Ela até poderia ser reciclada, mas não volta para indústria, porque não tem como. O valor, o que a gente gastaria de trabalho, de mão de obra para fazer isso voltar para o mercado... Não tem como.

Então, por exemplo, você vai ali ao supermercado comprar um extrato de tomate. Você pode comprar numa latinha ou em vidro com a tampa de metal. Quem já viu? Você vai lá ao supermercado e compra um extrato de tomate para fazer a sua macarronada. Você abre, está lá o extrato de tomate dentro de um recipiente de vidro com a tampa de metal. Aquilo ali eu vou usar em casa, porque não vou comprar copo; como eu não sou bobo, eu uso aquilo ali mesmo para beber água. Enfim, faço o reúso ou faço com que ele volte para a indústria. Quando ele quebra, estou ali com o pessoal da Abividro, fazendo com que ele volte para a indústria.

Eu pergunto para vocês: e o extrato de tomate naquela embalagem, naquele sachê? Aquilo ali não tem reciclabilidade. Aquilo ali - desculpa o termo - é uma praga. Embalagens de salgadinho - não vou falar marcas aqui - e tantas outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

embalagens, elas têm um propósito. A gente entende isso, ela tem um propósito. Um propósito, por exemplo: quando criaram esses copinhos aqui, era para não passar herpes para todo mundo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - É, esse aqui é reciclável. Você vê que ele é durinho. O problema é a gente fazer isso aqui voltar para a reciclagem. Esse que é o grande problema.

Aí a gestão de resíduos sólidos custa uma grana preta, porque o litro do diesel está uma fortuna. E aí quem está pagando isso? A gente ou poder público; ou somos nós catadores ou é o poder público. Porque existe um custo; não é de graça. Isso aqui não vai pular dentro de uma extrusora. Não vai. Eu tenho que catar, eu tenho que me abaixar. E eu tenho que o separar de outros materiais. Eu convido vocês - quem quiser - para a gente ir lá na unidade de triagem que tem aqui no Distrito Federal, construída depois de tanta e tanta luta para que saísse do papel.

Então, a gente precisa fazer com que os plásticos que efetivamente... Vamos ser muito verdadeiros: nós não conseguimos viver sem plástico. Todavia, entretanto, sobretudo, existe uma grande quantidade de plástico que tem que ser exterminado, senão ele vai exterminar a gente. É simples. A conta é essa.

O que faltou a Lara falar aqui é o seguinte - é muito curto e grosso: vai todo mundo morrer. Nós vamos acabar com esse planeta por causa do plástico. É curto, grosso. Você vai ter um neto doente, porque o plástico está lá na placenta, está na corrente sanguínea. Se você chegar e vir um plástico, faça um teste. Veja um plástico, quando você estiver andando, que está ali há muito tempo: ele está todo esfarelado. O sol esfarelou-o todinho. E ele está ali na areia, está em todo canto.

De 2010 para cá, nada ou muito pouco foi feito com relação à Política Nacional de Resíduos, à gestão da limpeza pública do país. Poucas cooperativas tiveram o apoio que a gente teve aqui no Distrito Federal. A gente conseguiu agora, com muita luta, a construção das nossas unidades de triagem aqui, com apoio do governo local nesse momento, porque tomou muita porrada no passado. Enfim...

E aí veio o pior. A gente vem lutando há, sei lá... Desde quando eu tinha dente e cabelo, a gente vem lutando - todos os catadores do país e fora do país - contra a dita tecnologia, a tal da pirólise, a tal da gaseificação e dos incineradores. Todos esses são tratamentos térmicos que, na realidade, não resolvem o problema e, principalmente, excluem toda a nossa categoria, que hoje vive da reciclagem, Senador. Por quê? Porque implantar isso não é grátis, não é 0800. Vamos ser curtos e grossos: isso custa dinheiro. Para uma prefeitura implantar essas tecnologias nos seus municípios, a primeira coisa que eles querem é a operação: "Ó, a operação da limpeza pública é nossa. Só tem viabilidade... Nós vamos fazer uma parceria público-privada. Nós vamos ter aqui uma concessão. Vocês vão entregar todo o resíduo para gente, e aí nós vamos implantar aqui esse grande...", ou pirólise ou gaseificação ou vara de plasma ou incinerador, enfim, todas essas soluções mirabolantes que, na realidade, não resolvem o problema. É só mais uma questão econômica, mais algum empresário que vai ganhar muito dinheiro com essa concessão. É muito simples.

Em que nós acreditamos? Naquilo que está descrito na Política Nacional de Resíduos. Nós passamos mais de 20 anos discutindo aquela legislação, por isso os princípios e objetivos são muito claros. São muito claros: é a não produção - então todo tipo de embalagem que não tem reciclabilidade não tem que ser produzida -; o reúso; a reciclagem; e, daí em diante, única e exclusivamente aquilo que não tem viabilidade econômica, que não tem viabilidade de reciclagem é que iria para o aterro sanitário.

O Aterro Sanitário de Brasília, Senador, foi festejado, da capital aqui do país. Foi festejado. "O Atento Sanitário de Samambaia resolveu, vai resolver o problema do lixo." Está lá, saiu uma matéria agora: ele tem mais dois anos de operação, porque todo tipo de resíduo é jogado lá de qualquer jeito - todo tipo de resíduo. Inclusive o Lixão da Estrutural, que era o maior lixão da América Latina, continua em operação, hoje recebendo única e exclusivamente resíduos, entulhos. Toda cidade... Todo o entulho do Distrito Federal vai lá para o Lixão da Estrutural, ele continua operando. Virou uma montanha: de Águas Claras, Taguatinga, Plano Piloto, todo mundo que olhar para lá vai enxergar o lixão.

Bem, vou encerrar minha fala para passar o vídeo, para falar dessa questão das ditas tecnologias que são soluções do problema, porque eu falar de uma coisa que eu não vivi... E tudo aquilo que eu falei agora eu falei da minha vivência, eu estou falando desde quando eu era menino. Eu vivo da reciclagem desde menino. Então, eu estou falando de uma coisa que eu sei, que eu vivo. Ninguém me contou como é que é, eu vivo isso todos os dias. Eu não posso falar que isso é ruim ou é bom sem saber ou fazer pelo menos um estudo técnico que trate dessa questão. A gente precisa muito, e eu falo principalmente aos políticos, ouvir a ciência. A ciência está falando: o problema está aí. Está igual àquele filme que passou uns dias atrás, do meteoro caindo na cabeça das pessoas.

Desde 1992, com a ECO 92, depois a Rio+20, vem se falando disso. E agora a gente quer estender os prazos, Senador, para 2030, 2050. O problema é hoje, ele tem que ser resolvido hoje. Todo mundo que está aqui dentro, todo mundo no Senado, no país inteiro, todo mundo tem consciência ambiental. Está na hora de a gente usar essa consciência ambiental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para ter atitude ambiental. A gente precisa construir esse PL para ele servir como uma atitude ambiental de fato, para que as coisas efetivamente aconteçam e a gente pare de ficar no leque-leque. A gente passa 20 anos discutindo uma lei, depois mais 30 anos para implementar. Enfim...

Eu queria passar meu videozinho, rapidinho. Vamos ver como é que funcionam as famosas tecnologias lá na Europa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Só antecipando, depois do filme, eu vou pedir aos quatro palestrantes para voltarem, até para eu poder chamar os próximos quatro para fazerem suas exposições.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - Era basicamente isso, é um problema grave que querem implantar no Brasil. Todos esses incineradores... Existe uma luta na Europa. Quem quiser depois eu passo o vídeo, porque esse vídeo não se encontra mais hoje na internet, não sei por que desapareceu da internet, mas eu tenho a cópia...

É justamente este o problema: implantar tecnologias que, em vez de resolver o problema, vão criar um problema muito maior.

Muito obrigado a todos e a todas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Diga, como você foi bastante elogiado... *(Risos.)*

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) - Só para a gente não confundir incineração com reciclagem avançada. São dois processos químicos completamente diferentes. Na incineração, tem esses problemas que ele levantou.

A geração de dioxina acontece em qualquer queima, da menor à maior queima. Quando a gente faz o churrasco em casa - não estou querendo comparar -, tem geração de dioxina. Então, assim, existem processos... Inclusive, há hoje, na Câmara, um projeto de lei que foi discutido na Conasq para fazer gestão segura de substâncias químicas. O Brasil não tem legislação sobre isso, embora a indústria seja adaptada a padrões internacionais aqui. Então, o processo tem que acelerar.

Existem formas de controle dos processos químicos produtivos, o que não é incineração. Incineração realmente cria problemas dessa natureza. Eu concordo com o que o colega falou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - Gaseificação... Pirólise é um processo que é empregado há muito tempo na indústria química...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Só vou pedir para não estabelecer debates.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - ... que não gera o mesmo volume, não é?

Só para a gente fazer a diferenciação.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - É bom para esquentar, mas é que eu preciso chamar os outros para fazer a sua colocação.

Bom, eu queria agradecer aos três e a você também, Lara, pelas suas exposições e eu queria agora convidar o Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior, que é do Ministério Público... Perdão, Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão.

Convidar... Está bom.

Binho, depois você pega aqui para mim. *(Pausa.)*

Pode.

Queria convidar também o Lucien Bernard, da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro. *(Pausa.)*

Você sabe se essas duas... *(Pausa.)*

Luísa Santiago, Diretora da Ellen MacArthur Foundation. *(Pausa.)*

E o Paulo Henrique Rangel, da Abiplast, vai participar remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu só queria registrar que dois convidados não puderam atender ao nosso convite, a Sra. Janaina Donas, da Associação Brasileira do Alumínio, e o Sr. Victor Bicca Neto, da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas, e mandaram a justificativa.

Bom, eu vou repetir o sistema com vocês. Vou começar, então, aqui, com o Lucien Bernard, da Abividro; depois eu passo para o nosso Paulo Henrique, da Abiplast, que está remotamente; e depois eu retorno para vocês. O.k.?

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE (Para expor.) - Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui para debater esse tema com o senhor e com os outros Senadores que também estão aqui.

Eu gostaria de fazer uma pequena distinção entre o meu papel como Abividro e o meu papel como cidadão.

Não está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Está.

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - Então, eu gostaria de fazer a distinção entre o cidadão...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Peço ao pessoal da reunião, por favor...

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - ... e o executivo que fala pela indústria de vidro.

Então, a primeira coisa, Senador, é a seguinte: eu sou um apaixonado pelo mar, eu frequento o litoral de São Paulo desde que eu nasci. E esse é um tema que me é muito caro, muito sensível, é um tema apaixonante para mim, assim como é a discussão de resíduos sólidos, de cujo debate eu participo desde que o Deputado Emerson Kapaz começou a discussão, em 1999. Então, eu acho que é uma coisa que a gente não pode negar, é uma realidade que está aí, que está presente.

A Lei de Resíduos Sólidos estabelece uma ordem de prioridade, que é reduzir, reutilizar e reciclar. Então, muito tem se falado de reciclagem aqui. Reciclagem é uma tentativa desesperada de que não haja contaminação no meio ambiente. Existem duas outras coisas que precisam ser enfrentadas. O reduzir vem do envasador. É o envasador, o usuário ou, como o companheiro da IBÁ falou, o *brand owner*, o dono da marca, que vai ter que decidir, que vai ter que dizer qual é a melhor embalagem e se preocupar com a melhor embalagem para o meio ambiente. Será que isso está sendo realmente feito? Eu acredito que não.

A segunda coisa é reutilizar. O companheiro do Movimento Nacional dos Catadores deu o exemplo do copinho de vidro, a mesma coisa para o copo de requeijão. Então, há outras embalagens. Reutilizar é a embalagem de vidro, a embalagem retornável de cerveja, a embalagem mais clássica, 50% do mercado. Essa é a forma correta de a gente começar a discussão para a redução de um impacto.

O problema não é o plástico, é o uso que se faz do plástico, é a forma como as pessoas o estão, indiscriminadamente, usando para qualquer coisa. Eu vou dar um exemplo. A Lara também comentou sobre o Plano de Combate ao Lixo no Mar. A gente participou, como Abividro, do último evento, que foi lá em Maceió. Em 100m de praia, a gente contou 382 tampinhas de refrigerante, 364 copos, 218 canudos e 196 cotonetes ou cabinhos de pirulito, que, na verdade, são mexedores de drinque. Eu fiquei impressionado, naquele dia, porque você ia se afastando e ia coletando as coisas que o mar trazia e, na hora em que você voltava, tinha tudo de novo. Não é possível isso! É uma coisa realmente dramática. Então, a gente tem uma longa discussão sobre isso.

Quando estavam discutindo o projeto de lei de resíduos sólidos em 2002, eu me lembro de que tinha um jovem ativista e que hoje é um Deputado chamado Rodrigo Agostinho, que estava aqui, lá na cidade de Bauru, ao lado de Barra Bonita, no Estado de São Paulo, e ele comentava a quantidade e quantos metros tinha de depósito de plástico no fundo da barragem de Barra Bonita. Esse não é um problema só do mar, é um problema de rio, é um problema de água, é um problema de contaminação geral. E eu acho que a gente precisa encontrar formas de discutir isso.

Um exemplo que eu dei aqui é a quantidade de tampinhas. Por exemplo, na Europa, discute-se que a tampinha não pode se soltar mais da embalagem, o que é uma coisa simples. Ela não pode mais ser destacada e tem que ficar grudada na embalagem. É uma forma importante de a gente começar a não deixar o resíduo chegar ao mar ou com uma forma absolutamente destacada.

Outra coisa é a seguinte: plástico é polímero. Se ele for quebrando, vai virar monômero, mas continuará sendo plástico. Então, a gente falar de plástico biodegradável... Se o plástico é um poliestireno, ele vira só um estireno. É a solução? Não é a solução. Nós temos que encontrar formas de combater isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra coisa é: por que o plástico é ruim nesse sentido? É porque ele não é necessariamente inerte. Ele não é inerte, como foi destacado, para a saúde das pessoas, para o meio ambiente ou para o consumo de peixe, de água, ou, como foi levantado, para estar no sangue das pessoas, etc. Isso já foi discutido em outros PLs que tramitaram na Casa, como, por exemplo, a questão do bisfenol, que era outro tema. Enfim, já enfrentamos de outras formas esse tema e precisamos aprofundar e radicalizar essa discussão.

Nós da indústria de vidro entendemos que existe plástico para uma série de situações de consumo, e, nessas situações de consumo, ele não é necessariamente ruim. Agora, não precisa ser indiscriminadamente e temos que encontrar fórmulas de trabalhar dentro da cadeia, de fazer a reciclagem, de fazer a coleta, de fazer a retornabilidade dessa embalagem. O que não pode continuar é essa forma selvagem de uso. É isso que eu acho que é absolutamente dramático para nós.

Nós temos uma embalagem historicamente... Eu já sou mais velhinho e me lembro de quando o xampu Johnson era ainda de embalagem de vidro. A gente sabe que não dá para ser mais de vidro, pode ter problema de segurança. O xampu Johnson - está bem - tem que estar em plástico. O.k., pode ter embalagem de papelão. Não sei... Mas a escolha do envazador em outras embalagens, como bebidas ou alimentos, etc, não precisa ir para o ponto onde eles estão. Essa, para mim, é a grande discussão que precisa ser posta, precisa ser colocada.

O André Cordeiro, da Abiquim, é um amigo pessoal. A gente é companheiro de várias batalhas juntas, em discussões como gás natural, tributação, enfim, um monte de coisas, mas eu falei para ele: "Desculpa, mas aqui eu estou do outro lado, não é pessoal; é na jurídica, não é na física". Mas eu acredito que a gente precisa ter um ambiente melhor e mais são.

Eu gostaria de passar três videozinhos super-rápidos para ilustrar um pouco o que eu falei. O primeiro vídeo é um vídeo - está no próximo eslaide - da Coreia.

Não, esse é o anterior. É o vídeo anterior. *(Pausa.)*

Bom, aqui é um... Acho que não estão conseguindo...

Enfim, esse vídeo é de uma pessoa que vai lá para cortar o peixe. Na hora em que ele corta o peixe - ele olha lá dentro -, está cheio de plástico. É um fato.

O próximo eslaide... O próximo vídeo é um vídeo do Greenpeace na Austrália, que é este aqui, que mostra a quantidade de pássaros marinhos também afetados por esses plásticos, a ingestão que eles têm e como eles acabam morrendo por isso. A gente conhece bastante a história de baleias com 300kg de plástico etc., mas a gente não vê o problema dos pássaros marinhos.

Próximo eslaide!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - Não, tudo bem! Vamos deixar o vídeo. Depois a gente manda para quem estiver aqui.

Próximo eslaide! *(Pausa.)*

O próximo eslaide é um eslaide sobre uma cadeia alimentar do mar. Então, há um peixinho, um peixinho um pouquinho maior...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Chegou a aparecer ali.

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - Chegou a aparecer. E, depois, o saco plástico vai lá e engole todo mundo e acaba com o peixe no mar.

Por último, há um outro sobre uma mulher, uma senhora, comprando peixe em uma feira na França. Ela vai lá, pega o peixe e diz: "Tem um saco plástico?". E o vendedor da peixaria diz assim: "Não, não se preocupe, ele já está dentro". E é a verdade que a gente está enfrentando no dia a dia.

Existem alternativas? Existem, basta vontade, e a vontade tem que ser do envasador, a vontade tem que ser do usuário da embalagem. É preciso oferecer opções para o consumidor - os *brand owners* têm que se preocupar com isso. E, por último, a gente tem que criar as condições, na cadeia, para que isso volte da forma correta. Lembro que, no resto do mundo onde a reciclagem funciona, quem é o responsável por criar esse sistema são os *brand owners*, são os envasadores, são as empresas usuárias de embalagem. Eles é que têm a obrigação de se preocupar com toda essa cadeia, de financiar e estruturar esses sistemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui, desculpe, Ronei, mas eu entendo que, na maior parte das vezes, vocês são usados nessa discussão, porque é mais fácil fazer um gesto para o catador do que propriamente assumir o papel protagonista que precisa ser feito e aí contar com a ajuda do catador de uma forma estruturada. Este é um debate de que a gente sempre participou e de que a gente sempre falou: é preciso engajar todo mundo nessa solução.

Esse era o recado que eu tinha para dar.

Desculpem se eu fui ativista demais!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, não.

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - Ah, esse é um videozinho!

Se quiser, pode passar de novo. *(Pausa.)*

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - O próximo...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Isso, perto da hora do almoço, é ótimo! *(Risos.)*

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - É só não comer peixe.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - No próximo eslaide, rapidinho... Aqui, então, mostra-se a sacola plástica comendo a vida marinha, a cadeia alimentar.

O próximo... Aqui, a senhora está comprando o peixe, como eu falei. Diz ele: "Ele está dentro do peixe. Não se preocupem!".

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Eu quero agradecer ao Lucien.

Eu, pessoalmente... Meu estilo de tocar as coisas é muito próximo do que você falou aqui em relação a esse aspecto: é preciso ver a posologia das coisas. Para algumas coisas, a posologia é zero, não pode nada; para outras, eu entendo que a gente tem que saber mensurar e como é que a gente vai fazer.

Como foi dito aqui por vários expositores... Eu cheguei à Bahia, trabalhando na indústria petroquímica. É óbvio que o plástico está presente em tudo, porque tem a utilidade dele, na produção de seringas, etc., etc. - já houve seringas de vidro também -, mas o problema, eu continuo dizendo, é sempre a usura, o lucro fácil. Este é o problema, o de não querer compatibilizar o meu ganho com o ganho da sociedade como um todo! Então, há coisa que não pode, porque não pode. Abrolhos é intocável: "Tchau e bença, não pode!". Em outros lugares, nós vamos ver como é que eu posso fazer, desde que eu consiga compatibilizar o desenvolvimento e o negócio com a preservação. É disso que se trata.

Então, como você disse, são escolhas. O problema é que as pessoas, muitas vezes, querem fazer a escolha mais imediatista, e a mais imediatista, em geral, é a mais comprometedora - como tudo na usura, é a mais comprometedora - das coisas como um todo.

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - Só para complementar aqui... Senador, o senhor falou que Abrolhos é intocado. É intocado para a gente. O plástico está chegando lá facilmente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não! Eu concordo. É verdade. A gente não pode tangenciar. De plástico, está cheio lá.

Bom, eu queria convidar agora o... *(Pausa.)*

Antes de passar para o Paulo Henrique, eu vou abrir aqui a palavra para um Senador que está lincado, que gosta muito de praia e que é do Rio Grande do Norte: o nosso querido amigo Jean Paul Prates.

Está com você a palavra, Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) - Obrigado, Presidente Jaques. Parabéns pela condução e pela proposição desta audiência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já vai tarde o tempo em que nós temos que subsidiar, de fato, a elaboração de um projeto de lei sobre economia circular, sobre o plástico, sobre todas essas atividades a que o próprio Lucien também se referiu agora, como a questão de redução, reutilização, reciclagem.

Antes de mais nada, eu queria agradecer a todos vocês que participam conosco aqui, nas pessoas do André, do Lucien, da Lara, que estão aí, da Luisa e dos demais, por nos ajudarem a fazer esta missão que é o nosso dever: legislar em nome do povo brasileiro. A participação de vocês é muito importante.

Particularmente, eu pedi a palavra - tenho que sair daqui a pouquinho - só para comentar uma coisa que vai ao encontro do que o Lucien acabou de colocar aí. Eu sempre tive uma visão muito cética, muito desconfiada daqueles processos muito básicos de ecologia na escola, em que ensinam a criança a separar lixo e a plantar árvore e tal e param por aí. Isso, é claro, já é superado, a maior parte desse processo já evoluiu bastante, mas, na verdade, isso projetava em gerações futuras, ou tentava incutir e obrigar gerações futuras, inclusive as nossas, nós mesmos já, na época, por exemplo, a fazer a separação do lixo nas nossas casas, uma coisa de que eu sempre tive muito ceticismo, porque é colocar no consumidor, Lucien, a obrigação e a responsabilidade final pela destinação de tudo que a cadeia produtiva gera para você ter um produto daqueles confortavelmente na sua casa. Você joga no consumidor final: "Olha, você aí que se vire!". Um japonês que mora dentro de um cubículo do tamanho desses que eu estou falando com vocês tem que botar quatro lixeiras dentro de casa para separar lixo, e depois há todo o processo de volta.

É claro que nós consumidores temos deveres também, porque, de alguma forma, temos uma microrresponsabilidade ao buscar consumir e escolher produtos de acordo com a sua embalagem, com a forma como eles são feitos, com a energia que consomem. Enfim, toda essa conscientização demora, mas já começa a existir. Mas, com certeza, eu queria corroborar aqui que, em direito ambiental e em responsabilidade ambiental compartilhada, quem gera paga, quem gera é punido, e não necessariamente quem consome. Quem consome tem que ter a consciência de saber de quem está consumindo e pode ter essa decisão, tomar essa decisão e punir indiretamente aqueles que produzem produtos ambientalmente nocivos, mas quem gera é que tem a responsabilidade.

Então, essa conscientização, principalmente em relação ao plástico... De novo, faço essa ressalva também aqui para que fique claro: ninguém aqui é humanamente ou inteligentemente contrário ao plástico, ao seu uso habitual dentro do que é necessário que se use plástico, mas plástico voa, plástico boia, plástico se espalha. Uma das maiores pragas que eu considero no Rio Grande do Norte... O Senador Jaques se referiu bem a isso, conhece as praias, mas isso se dá não são só nas praias, mas também no interior, nas cidades.

Nós, no Brasil... A língua portuguesa tem uma infelicidade: ela trata o lixo como "jogar fora". A gente diz: "Ah, vou jogar fora uma coisa". Você não joga nada fora, você está jogando no meio ambiente. Você não joga fora! Esse conceito de "jogar fora" vale para as nossas cidades pequenas do interior, do Sertão e tudo. Todo mundo joga o lixo na entrada ou na saída da cidade, como se estivesse se livrando dele, tirando-o de dentro da cidade. E aquele monte de plástico - principalmente o plástico, porque ele é que voa, ele é que se espalha mais - imediatamente está em todos os lugares: no pasto, na montanha, na Caatinga. *(Falha no áudio.)*.... Na Caatinga, você vai vendo aqueles espetos cheios de plástico. Então, não é só no litoral, mas no interior também. É o próprio gado, o próprio consumo da carne que aquelas pessoas mesmas, na economia circular delas, consomem.

Assim, de fato, isso se torna uma praga se for feito da forma equivocada e irresponsável a que o Senador Jaques Wagner se referiu: a prática negligente, a prática preguiçosa, a prática que não vai buscar exatamente a responsabilidade compartilhada, a inteligência e a conscientização.

E, só para fechar, há a necessidade de uma lei. Justamente quando esse tipo de processo ocorre - e não ocorre voluntariamente ou espontaneamente da forma que a sociedade deseja -, faz-se necessária uma lei. E a lei, além da conscientização individual, vem com o poder público, para ajudar a coercitividade das ações, através da fiscalização, da penalização e dos próprios serviços públicos, que podem ajudar também, com seus recursos devidamente em dia - eles também podem nos ajudar nessa solução. Então, o poder público é essencial. E, para regular o poder público, a ação do poder público, ao ajudar nesse processo, é necessária a lei.

Então, parabéns a todos que estamos aqui discutindo isso! São, de fato, necessários um mandato, uma diretriz geral e poderes para que a gente possa acelerar esse processo da solução da responsabilidade compartilhada pelos resíduos sólidos e da economia circular.

Muito obrigado.

Era isso que eu queria colocar inicialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Senador Jean Paul, pela sua intervenção.

Eu passo a palavra, agora, para o Paulo Henrique Rangel Teixeira, da Abiplast.

O SR. PAULO HENRIQUE RANGEL TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) - Obrigado.

Bom dia!

Recebi o convite e agradeço a possibilidade de estar no ar, porque eu estou neste ato com covid aqui. Então, eu queria ter esse estudo com vocês aí.

Bom, de qualquer forma, eu agradeço e, enfim, vou fazer uma apresentação, uma fala que vai fluir pela questão comercial e competitiva que a gente vem tendo até agora, para tentar contribuir com alguns temas, para se pensar efetivamente na questão da economia circular. Eu acho que, talvez, seja esta a questão: como é que a gente subsidia a construção de um PL sobre a economia circular do plástico?

O primeiro tema é a gestão de resíduos sólidos urbanos. Esta tem que ser a primeira preocupação: como dar circularidade aos resíduos se a gente não tem acesso a esses resíduos? Acho que essa é uma questão... E não é só plástico, são todos. Quando se fala de economia circular, são todos os resíduos, e a gestão de resíduos sólidos urbanos idem.

Os indicadores internacionais dizem: quase 30% dos resíduos gerados do plástico são advindos da má gestão e da disposição de resíduos. E a gente tem que resolver esse escape. Como é que a gente resolve esse escape? Ela tem que colocar esse resíduo no circuito. Se ela já cumpriu o reúso e o compartilhamento, ela tem que voltar para a reciclagem, que é o último nível da economia circular. Então, como é que a gente pode pensar política pública, para não ter essa contaminação de mangues, praias, parques, cidades, como o pessoal tem trazido e apontado? E, por elas, são todos os resíduos, embora o plástico seja a metade dos resíduos secos, mas são todos os resíduos que estão nessa questão.

O segundo tema é a análise por vida. Acho que as questões ambientais têm que ter uma visão sistêmica. É importante a gente incorporar na discussão, desde o início até o final do produto; senão, há risco de ter soluções pueris. Então, quando eu substituo um produto por outro, tem que haver um debate técnico; não pode ser ideológico. A gente passou recentemente por essa discussão da vacina, e ficou no âmbito ideológico; a gente precisa ser técnico. A discussão tem que ser técnica, e a União Europeia vem fazendo isso. Se a gente ficar, então, *up to date* nessa discussão, é incorporar a análise de ciclo de vida dos produtos quando discutir um produto *vis-à-vis* a outro. Eu acho isso fundamental.

O terceiro tema que é importante a gente trazer para discutir o PL é a questão dos gases de efeito estufa. Trinta e cinco por cento da diminuição de gases de efeito estufa, o que não pode ser enfrentado pela transição energética, vai ser enfrentado pela economia circular. Então, a economia circular tem um objetivo e tem uma missão muito importante. Troco um material por outro, tem que analisar esse impacto de gases de efeito estufa de alimentação da matéria-prima. Então, quando há uma mineração, quando há uma extração de matéria-prima, qual que é o impacto disso, quanto eu gasto de gestão, para fazer esse produto? Quando que eu coloco, se é circuito de água fechado ou não é, se ela e tratada ou não, para onde vai essa água? Quanto se gasta de energia para fazer o produto e quais os impactos dessa cadeia até o produto final? Isso é extremamente importante. Quando eu tenho um produto embalado com uma embalagem leve, eu tenho uma menor emissão de gás de efeito estufa quando eu transporto esse produto. Agora, quando eu consigo dar mais sobrevida a alimentos e proteínas para que chegue às cidades distantes, evitando a perda desses produtos que foram retirados da natureza, isso é economia circular. Então, essa discussão, essa avaliação de gases de efeito estufa é fundamental para que a gente possa ir incorporando.

O outro tema é a bioeconomia. A gente tem o maior potencial para desenvolver matérias-primas de fontes renováveis no país. Se a gente não for o primeiro, gente está entre os primeiros países com estoque de bioeconomia do mundo, e vamos manter as alternativas, que é o bioplástico. Acho que a gente tem aí uma possibilidade de buscar alternativas de matéria-prima dentro desse conceito de bioeconomia.

A outra questão são os biodegradáveis. A gente tem o imposto de importação mais alto do mundo para poder trazer esse produto para o Brasil. Então, a lógica da política comercial do Brasil tem ficado em casa com os objetivos de economia circular; senão a gente fica fora dessa discussão. Os outros países estão buscando alternativas de produtos biodegradáveis, e a gente está fora desse mercado por questões de barreira comercial.

Uma outra questão que foi trazida, e eu acho que é importante a gente comentar, é a questão dos oceanos. Quando a gente participa da COP 26, a gente vê que a pesca fantasma e seus resíduos são a principal discussão na questão dos oceanos. Claro, tem plástico! É claro que tem plástico, mas os resíduos de pesca fantasma são uma coisa que a gente precisa ser muito clara. Se a gente quer efetivamente discutir e trabalhar essa questão da contaminação dos oceanos, a gente precisa planificar essa discussão. Uma política de inserção dos pescadores, o controle da pesca, regulamentação, o fim da pesca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ilegal e informal, eu acho que esse é outro tema que a gente tem que trazer. "Ah, mas não tem a ver com economia circular". Não tem a ver com economia circular, mas tem a ver com o oceano. Eu acho que é importante a gente ter isso. Isso está na justificativa da audiência pública. Acho que é um tema extremamente importante, a questão do microplástico, que vem de pneus e automóveis, que vem do setor têxtil. Eu acho que tem uma série de qualificação essa discussão, que é importante a gente trazer para discutir.

Outro ponto é a questão do banimento de *single-use*, de plástico de uso único. A ONU, dois ou três anos atrás, fez uma publicação e deu três passos para essa implementação, que ajuda muito quando viesse a pensar em política pública para implementar na questão do banimento de *single-u*se. E ela fez uma análise de 60 países que sofreram banimentos e disse que em 20% não teve impacto; 30% reduziram o consumo, foi muito positivo; em 50% não teve impacto porque não têm buscado. Então, uma política pública sem ODS-T Zero, sem a discussão de indicadores, sem discutir onde a gente está e para onde a gente vai, eu acho que isso... Está aí o caso da ONU trazendo para a gente que é importante a gente ter política pública desenhada, de forma que a gente consiga fazer mensurações e fazer indicadores, porque é um perigo para a sociedade banir sem discussão técnica. Isso é ideologia. Aí a gente vai para uma discussão que não tem nada a ver com tecnicidade.

Só para dar um exemplo, a agência pública americana de informação fez uma entrevista com dois ex-CEOs de petroquímica dizendo que a reciclagem de plástico não funciona. Qual que é a ciência disso? A gente tem um número base: 24% das embalagens no Brasil são recicladas. De novo: 24% das embalagens do Brasil são recicladas. Esse é um número auditável, aberto ao Ministério Público, aberto ao Ministério do Meio Ambiente; é um número que está à disposição de toda a sociedade, com metodologia, com técnica. Então, é importante a gente qualificar a discussão para que a gente não caia numa discussão ideológica.

E aí outra questão eu acho que é: quais são os exemplos de atuação? Eu, vendo os participantes das mesas, acho que tem a gente tem alguns caminhos. Mais recentemente a gente, junto com a ABDI, que é a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, criou um modelo de PPP para gestão de resíduos sólidos urbanos, que inclusive está à disposição da Comissão de Meio Ambiente. A gente já mandou esse material há um mês mais ou menos e a gente está à disposição para discutir isso. Eu acho que o setor privado tem uma responsabilidade... Eu acho não; o setor privado tem uma responsabilidade fundamental que é: se o município não consegue fazer GRSU, por que o setor privado não se junta pela PPP, pela questão do marco do saneamento e começa a trazer essa produtividade, trazer esse outro olhar de negócio, para que a gente consiga efetivamente fazer a gestão de resíduos e possa também ter acesso a esses resíduos, para que a gente possa fazer logística reversa, para que a gente possa fazer uma série de temas de economia circular?

Junto com o próprio Governo Federal, ter um sistema de rastreabilidade das embalagens. E a gente vai ver os resíduos na cadeia produtiva - e até o final do ano isso vai estar funcionando, junto com a ABDI também. Então, é mais uma ação em que a gente vem trabalhando.

A questão do *redesign* para a economia circular: a gente tem o primeiro sistema no Brasil voltado para ajudar a desenhar a embalagem. Alguém trouxe essa discussão: "Essa embalagem tem que ter reciclabilidade não só em São Paulo, mas também no resto do país, onde você tem um campo industrial menor". Então, esse é um primeiro instrumento. Está disponível, está funcionando desde o começo do ano, para ajudar os *end users* a desenharem suas embalagens voltadas para a economia circular. E há uma gama de ações, de associações que usam plástico e que não foram convidadas: pessoal de alimentos, pessoa de bebidas - o Vítor acabou não vindo -, também de cosméticos, higiene e uma série de ações que as cadeias vão tomando. Isso não pode ser jogado fora, não é? Isso é utilizado. Dentro logística reversa, da PNRS, isso está estruturado. É bem normal você ter uma estrutura, o que a gente tem que fazer é acelerar, é incrementar. A gente não pode jogar tudo fora.

Então, a gente tem um ponto que é uma agenda de trabalho: a desoneração de resíduos. Há um PL do Senador Luis Carlos Heinze que desonera os resíduos para que você possa ter acesso a resíduos e poder reciclá-los, torná-los mais acessíveis, economicamente viáveis.

Uma política de biodegradável, em que a gente consiga ter Ex-Tarifário, uma questão de imposto de exportação, atração de investimento para a gente poder usar esse parque de bioeconomia que a gente tem no país: isso tem que estar num PL de economia circular. Parceria público-privada em gestão de resíduos sólidos urbanos: a gente tem que avançar no marco legal do saneamento no modo de GRSU; qualificar os municípios para PPP descentralizada. Os municípios têm a chance de transformar resíduo em receita e podem obter recursos que podem ser usados em saúde e educação. E precisamos inserir, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, metas de *redesign*, meta de reciclabilidade, de reúso; levar conceitos de economia circular para a lei. A lei tem 22 anos, ela precisa ser atualizada. Eu acho que isso envia algumas sinalizações para o setor privado a começar a agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, por último, sem me estender, eu acho que, quando uma sociedade opta por banir algo porque não consegue buscar soluções, essa é uma solução perigosa, porque, toda vez que o problema for difícil, a gente vai para a decisão mais fácil, que é o banimento.

Agradeço a oportunidade. Estamos à disposição para o debate.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Paulo Henrique, pela sua apresentação.

Só para tocar num tema que você falou, a gente tem procurado, nesse um ano e meio em que estamos à frente da Comissão de Meio Ambiente, exatamente tentar levar os debates aqui para o caminho do bom senso. Eu acho que o estabelecimento de dicotomias, em geral, não nos ajuda a marchar dentro da democracia. É muito bom para quem gosta de clichê, porque aí fica: "É a favor ou contra". E aí, na minha opinião, nós não andamos bem assim. Então, eu concordo com você. Agora, eu gosto de dizer sempre que não há nada melhor para tocar do que o bom senso. Eu acho que isso é o que vai nos orientando para fazer, como se diz, a posologia correta, que é o que difere veneno de medicamento. Então, é a mesma coisa: eu acho que a gente tem que tocar.

Eu queria, então, agora, passar a palavra ao Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior, do Ministério Público do Maranhão e também Vice-Diretor Nordeste da Abrampa.

O SR. LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR (Para expor.) - Obrigado, Senador.

Vou tentar falar daqui. Os senhores estão me ouvido bem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR - Não? *(Pausa.)*

Tem som? Está o.k. Vou tentar falar daqui.

Senador, primeiramente, muito obrigado pelo convite feito à Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, da qual hoje eu sou o Vice-Diretor Nordeste. E, indicado pelo nosso Presidente Alexandre Gaio, que é do Paraná, isso nos permite hoje rever alguns temas, rever alguns parceiros nesse trabalho sobre resíduos sólidos. Estou revendo aqui Lucien Belmonte, que já trabalha, há muitos anos, com isso; a Abralatas; e Ronei. Cadê Ronei? Terminou o curso de Administração, Ronei?

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - Direito.

O SR. LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR - Direito? Maravilha. O Ronei é uma raridade de um catador que conseguiu vencer uma grande dificuldade.

Primeiramente, Senador, muito obrigado pela oportunidade de a Abrampa vir até aqui contribuir com as suas opiniões.

A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente é uma associação temática do Ministério Público que congrega promotores de justiça, procuradores da república e procuradores do trabalho que se dedicam à área ambiental. Foi fundada em 1997, no Estado de São Paulo; é hoje presidida pelo Dr. Alexandre Gaio, do Estado do Paraná; antes pela Dra. Cristina, da Bahia; e, antes, por mim, do Maranhão.

Pois bem, senhores. Eu vou ser bastante objetivo, Senador, e focar muito no requerimento que V. Exa. colocou. O foco do seu requerimento fala exatamente no problema de reduzir a geração de resíduos plásticos e promover a economia circular através de metas de reúso e reciclagem.

Bom, estou bem focado no seu tema.

Primeiramente, Senador, gostaria de colocar dois pontos que são comuns entre os membros da Abrampa. O primeiro é de que a questão dos resíduos sólidos no Brasil não é somente uma questão ambiental, é também e sobretudo uma questão social. E nessa questão social, as cooperativas de catadores, os catadores merecem um tratamento especial, merecem um tratamento privilegiado, merecem oportunidades, porque eles estão na base da cadeia da reciclagem. São eles que fazem. Eles é que constroem, ou seja, o resíduo com menor valor é exatamente aquele a que eles se dedicam. Essa própria lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305, nós podemos lembrar que ela surge de um movimento dos catadores aqui em Brasília. Então, para nós, qualquer proposta legislativa que não considere a importância dos catadores estará em desacordo com os princípios que nós devemos seguir.

Como questão ambiental e também como questão econômica, as contribuições que eu venho trazer aqui, Excelência, são muito no sentido jurídico. Nós não vamos entrar no campo da economia, até porque isso já foi muito explorado aqui. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há alguns aspectos jurídicos que nós da Abrampa - e aqui eu falo não só como Diretor, ex-Presidente e como membro do Ministério Público que atua na área há mais de 26 anos - consideramos importantes. O primeiro deles: gerenciamento de resíduos sólidos não se confunde com limpeza pública. Contrato de limpeza pública é algo que tem que estar trabalhado de uma maneira que não incorpore medidas de gerenciamento de resíduos. Por quê? Isso vai chocar com a responsabilidade pelo resíduo. É uma questão jurídica que nós temos que trabalhar muito no Brasil, que é clara: de quem é o resíduo, como um bem jurídico.

Mas antes de chegar a esse ponto, eu quero enfatizar esse detalhe: não é o contrato de limpeza pública que vai fazer ecoponto, não é o contrato de limpeza pública que vai recolher o resíduo, porque quem tinha que recolher era o seu gerador, a indústria, o comércio, os grandes varejistas, ou seja, o resíduo foi gerado por indústria, comércio, serviços. Quem tem que trazê-lo de volta para uma cadeia de logística reversa é a iniciativa privada, tanto que a Lei 12.305 é muito sábia quando coloca o seguinte: toda vez que o poder público exercer alguma atividade que é própria do grande gerador ou da logística reversa, ele tem que ser remunerado. Isso é muito claro a partir da leitura do art. 33. Então, esse é outro ponto muito importante.

Numa discussão sobre a economia circular, o poder público é órgão regulador, é órgão organizador, mas a operação da economia circular tem que ser de responsabilidade... Quem tem que aportar recurso é a indústria; quem tem que aportar recurso é o comércio; quem tem que apontar recurso são os serviços. Isso nada mais é do que cumprir o grande princípio do poluidor pagador, na medida em que esses resíduos, isso tudo que nós olhamos lá fora são externalidades, ou seja, são elementos sobre os quais aquele que teve lucro não tinha interesse econômico. Por isso é que ele não se preocupou com a embalagem voltar, porque ela não interessa para ele. É uma lógica econômica, internalizar os custos externos. Isso é o que está na Lei 6.938 desde 1981, e é esse o ponto-chave para a discussão sobre a logística reversa e a economia circular.

Também é preciso compreender, Excelência, que a responsabilidade compartilhada ou a responsabilidade estendida, que no Brasil são institutos que estão muito próximos - diferentemente um pouco da legislação francesa, em que você tem a responsabilidade estendida de uma maneira mais clara -, destinam-se... Responsabilidade compartilhada e responsabilidade estendida não excluem a responsabilidade civil pelos danos ambientais, não excluem o princípio do poluidor pagador, ou seja, o princípio do protetor recebedor se incorpora ao do poluidor pagador, que está na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

E aí, Excelência, encaminhando-me já diretamente para um ponto que nos parece ser muito importante na construção de uma economia circular, eu gostaria de lembrar dois pontos. Primeiro deles: a natureza jurídica como bem jurídico do resíduo, porque, tradicionalmente, no nosso direito civil - e aí nós vamos ter que sair do direito público para o direito privado -, o bem jurídico é aquele bem ao qual está incorporado um valor econômico. A gente considera como bem, a gente enxerga muito o bem a partir do sujeito que o detém, do seu sujeito ativo, ou seja, é bem privado para uma empresa, para um particular aquilo em que ele incorpora um valor: ele entende que ele pode trocar, ele entende que ele pode usar. Quando ele se desfaz desse bem, aí nós conhecemos o clássico do direito civil, que é a *res derelicta*, *res nullius*, ou seja, aqueles bens abandonados são considerados como sendo de ninguém, porque eles perdem o valor econômico. Isso é muito clássico no direito civil. Quando se vai para o resíduo, há uma falsa concepção de que o resíduo é um bem abandonado, um bem que pode ser abandonado, porque ele não teria um valor, em princípio, de troca, porque no capitalismo é muito mais forte o valor de troca do que o valor de uso. Esse é um grande equívoco.

Nesse ponto, como contribuição que eu quero colocar a V. Exa. na construção... Vamos colocar à disposição a Abrampa para todo trabalho com relação à construção de modelo de economia circular, pois nós trabalhamos com isso há mais de uma década - muito obrigado, Ronei, por reconhecer o trabalho que os meus colegas fazem na Abrampa, e são tantos que eu não poderia enumerá-los aqui. Na França foi editada em 2020 uma legislação - foi em 10 de fevereiro de 2020 - que é a chamada lei contra o desperdício e a favor da economia circular. É o nome dessa lei. E, lógico, os franceses não criaram essa discussão de economia circular hoje; eles já conhecem essa legislação dos anos 70, dos anos 90, com as diretivas da comunidade europeia. E essa legislação que entrou em vigor em 10 de fevereiro de 2020 - e por coincidência eu vinha estudando isso ontem à noite, quando fui avisado da audiência, porque na realidade eu estou num outro evento da Embaixada francesa - toca num ponto muito claro: a discussão sobre de quem é o bem, de quem é o resíduo. E aí nós temos que compreender, numa evolução do direito brasileiro, que há uma responsabilidade pelo bem, ainda que ele tenha valor negativo, ou seja, muitas vezes, esse bem é meu, eu o abandono, e se eu o abandono a alguém se incorpora, porque ele tem um valor positivo, ele é algo incorporado. Nós temos que trazer essa mesma lógica, porque, no meu entender, juridicamente ela já está presente na 12.305, mas pode ficar mais clara, de que os bens de valor, ainda que negativos, ou seja, bens que não teriam um valor para venda, para troca, também são de responsabilidade do sujeito. Essa é uma primeira base. Isso não significa continuar focando que o bem jurídico se classifica pelo seu detentor, mas, sim, que, também por essa mudança de enfoque, nós temos que admitir uma responsabilidade do detentor, do gerador do bem sobre aquilo que ele descarta. Então, essa ideia de que se pode abandonar o bem não permite a construção de uma economia circular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aí eu retomo o ponto: é bem aí, Senador, que limpeza pública não pode ser instrumento para não se cumprir a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como tem acontecido no Brasil, onde se foca a disposição final e ponto final.

Na verdade, o principal elemento da Política Nacional de Resíduos Sólidos - e aí eu resgato para encerrar, fechando nos dez minutos que V. Exa. colocou - é que o melhor resíduo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR - Obrigado, Senador.

Aqui se discutiu o vidro, o plástico, o alumínio, o metal. É evidente que o vidro é muito melhor, o alumínio é muito melhor, em termos de reciclabilidade, do que o plástico. Isso aí é tranquilo. Mas o melhor resíduo é aquele que nós não geramos. Nós precisamos resgatar isso, porque, como bem se lembra, Lucien, nos últimos anos fala-se muito "disposição final, reciclagem; disposição final, reciclagem". Reciclagem é o penúltimo ponto da cadeia, depois você tem destinação final. Reciclar é destinação final. Reutilizar, reusar e, principalmente, não gerar. Isso aí não fui eu que inventei, não; eu tirei isso aqui de um dos textos lidos do direito francês, no qual se fala isto: o melhor resíduo é aquele que nós não geramos. Então, esse processo precisa ser básico numa economia circular.

E as sugestões que nós deixamos, Excelência, são: primeiro, na construção de um projeto que discuta a economia circular, a participação dos catadores, pois o movimento social dos catadores tem uma importância para isso; segundo, nem tudo é reciclável.

Concordo, Lara, nós estamos inundados de plástico, isso é realidade, não estamos inventando, é uma realidade que é perceptível. Fenomenologicamente, como dizia Edmund Russell, você toca e percebe aquilo que acontece.

E, para enfrentarmos isso, Senador Jaques Wagner, a legislação de economia circular tem que separar limpeza pública de gerenciamento de resíduo. Gerenciamento de resíduo é responsabilidade do gerador, da economia, dos entes privados - bem disse o Lucien -; começa no envazador a responsabilidade e todos passam a tê-la.

E, por último, uma verdadeira economia circular - isso tem se discutido inclusive nessa obra e é uma coisa que eu também coloco para os senhores - não é uma economia circular que se dedica apenas a fazer com que todo o resíduo volte, e deixe de ser uma economia linear para ser uma economia circular, numa coisa muito simplista. O senhor colocou muito bem, ou seja, não é uma coisa dicotômica. Uma verdadeira economia circular é aquela que tem redução, senão nós estaremos apenas discutindo como é que nós vamos fazer com que os bens materiais, ou seja, os insumos voltem para as cadeias. Talvez ainda não consigamos resolver nada, porque sempre vamos precisar de matéria-prima para algum aprimoramento.

Então, Excelência, essa é a nossa contribuição. Nossa sugestão é que essa legislação francesa, de 10 de fevereiro de 2020, é um tema interessante, porque ela combate o desperdício - ela combate o desperdício - e trabalha em base de uma economia circular em que o Estado é regulador, não o executor. Regulador com incentivos fiscais, com incentivos econômicos, com o apoio à participação social - resíduo sólido no Brasil é um tema social -, mas, sobretudo, Estado regulador, não Estado executor.

Desculpe ter me estendido.

Muito obrigado, Senador. Em nome da Abrampa, eu agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Eu é que agradeço, Dr. Luís Fernando, a sua participação, em nome da Abrampa, e agradeço também o trabalho cotidiano de vocês num tema tão relevante, cada dia mais relevante para a humanidade, eu diria, e para o planeta.

Bom, agora eu vou passar a palavra à Sra. Luísa Santiago, Diretora da Ellen MacArthur Foundation, para a sua exposição.

A SRA. LUÍSA SANTIAGO (Para expor.) - Muito obrigada, Senador, pelo convite; obrigada a todos os colegas de mesa; obrigada, Lara, da Oceana, por me convidar a estar aqui presente.

Tem quase 12 anos que a Fundação Ellen MacArthur existe. E eu acho muito, muito positivo a gente estar aqui discutindo o tema da economia circular. É a primeira vez que eu sou convidada, no Brasil, por Parlamentares, para falar sobre o tema aqui, o que é positivo para mim, mas ao mesmo tempo é bastante atrasado em relação ao que está acontecendo no resto da América Latina. Esse é o meu primeiro puxão de orelha, mas eu prometo que eu não vou só puxar orelhas; vou falar de muita inovação e oportunidade.

Eu trabalho há sete anos na Fundação Ellen MacArthur. A fundação surgiu em 2010, a partir da ideia da Ellen, a nossa fundadora. Ela era uma velejadora e bateu o recorde de pessoa mais rápida a dar a volta ao mundo num veleiro, em 2005. Depois disso, o recorde e o esporte se tornaram secundários, e ela, então, percorre uma jornada para conhecer e compreender como é que a epifania que ela teve naqueles 72 dias, dentro do barco dela, sozinha, no mar, poderia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trasladada para a ideia de uma economia global. E essa epifania, basicamente, é entender que tudo que ela tinha era tudo que ela tinha; todos os recursos que ela tinha era tudo que ela tinha para viver, e ela precisava viver dentro daqueles limites. E aí, com essa jornada, ela conhece vários líderes de escolas de pensamento: o *cradle to cradle*, a ecologia industrial, a economia da *performance*, a economia de serviço, o *ecodesign*, que são aspectos que compuseram a ideia que surge com a Fundação Ellen MacArthur, que é a ideia da economia circular.

Eu gostaria de começar falando um pouquinho do que é essa economia circular, porque a gente está falando sobre ela, mas eu entendo e percebo que existe muito ruído.

Antes, quero falar que, sete anos atrás, eu fui convidada para tocar o primeiro escritório da fundação fora da Europa, aqui no Brasil especificamente, logo transformado em América Latina. Meu mandato hoje é do México até a Patagônia, dos 33 países que existem no continente entre América Latina e Caribe. Somos parte da Coalizão de Economia Circular da América Latina e do Caribe, da qual 16 países são partes, são membros. E o Brasil não manifestou interesse em ser parte disso; pelo contrário, se posicionou como uma pedra no caminho a usar o tema da economia circular como uma estratégia de desenvolvimento para a região.

Então, é muito importante a gente trazer esse tema para a discussão parlamentar, porque a economia circular vai muito além de logística reversa, ela vai muito além do tema de plásticos, ela vai muito além de a gente olhar o ciclo fechado dos materiais. É pensar um novo sistema econômico e um modelo de desenvolvimento que vai criar para gente uma estratégia de desenvolvimento alinhada às grandes crises que a humanidade vive: a crise climática, que já impacta absurdamente a nossa economia, a nossa saúde, a nossa vida, a saúde dos ecossistemas; a perda de biodiversidade... Nós perdemos mais de 90%... Na América Latina, nós perdemos 94% da nossa biodiversidade nos últimos 50 anos, enquanto, no resto do mundo, perderam-se 90%. Ainda assim, nós somos a região mais abundante, mas, em vez disso, a gente desmata e a gente cria uma economia degenerativa extrativa. Por definição, a nossa agricultura é extrativa, a nossa economia da floresta, exceto por atitudes muito boas da indústria de papel e celulose e de outras indústrias, como a indústria de cosméticos. Existe muita inovação possível com a economia da floresta, e a gente está hoje desmatando para botar uma economia tóxica.

Eu queria só começar elucidando um pouco o conceito de economia circular e, depois, mergulhar no tema de plástico. Primeiro quero deixar muito claro que a economia circular é aplicada a todo um sistema econômico, e não só a um fluxo de material, embora nós, como fundação, tenhamos mergulhado muito no tema de plástico, e por isso entendo que fui convidada a estar aqui.

Não estou conseguindo passar eslaide. Alguém me ajuda?

Primeiro de tudo, o que é uma economia circular? Vamos entender o que é a economia linear. A lógica em que funciona a nossa economia hoje é a lógica do extrair recursos da natureza, transformar, descartar. E esse descartar, ou melhor, desperdiçar não é só na forma de resíduo material, é também na forma de ativos inutilizados. Por exemplo: um carro fica parado 92% do tempo, e isso é um desperdício da economia linear, porque nós vendemos carros num modelo linear; prédios de escritório, em média, ficam 40% do tempo de trabalho desocupados, e isso é desperdício também numa economia linear; todos os ativos, como a furadeira que é usada durante 12 minutos ao longo de toda a sua vida, tudo isso é desperdício numa economia linear. E a lógica da economia predominante nos últimos séculos é linear. A gente precisa extrair mais, desperdiçar mais, produzir mais para gerar valor econômico, gerar empregos e tudo mais.

Mas essa lógica é uma flecha reta, linear e não vai ser transformada em circular se a gente mantiver a mesma lógica de funcionamento e tentar olhar para o que eu gerei de problema do desperdício e como eu vou tentar dar conta e reduzir esse impacto negativo. Não é assim que se constrói uma economia circular.

Passe para mim, por favor.

Uma economia circular precisa de uma nova lógica de funcionamento, e a gente transforma isso. Acho que é bom e interessante a gente pensar e começar a desaprender um pouco como a gente gera valor na economia.

Pode passar, por gentileza.

Eu tenho aqui três princípios que a gente usa para basear essa mentalidade, e são três princípios... A gente fala desde o desenho da economia, desde o desenho dos sistemas, produtos, materiais e serviços na economia.

O primeiro princípio é o de eliminar poluição e resíduo - então, daí já fica claro que a gente não está falando de como eu faço gestão de resíduo. Não é isso que é a economia circular. O segundo princípio é o de circular materiais e produtos. E o terceiro princípio é o de regenerar a natureza. Esse princípio é muito importante porque muito facilmente o tema da economia circular, ou melhor, as conversas sobre economia circular - eu falei aqui de ruídos - ignoram o fato de que uma economia circular é regenerativa por princípio. Então, pensar uma economia da floresta em que a economia da floresta em pé predomina, em que os povos originários e os conhecimentos são vistos como inovação, e que existem mecanismos desenhados intencionalmente por políticas para que essa economia seja próspera, pujante e inclusiva, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que essas cadeias produtivas funcionem. Existem casos dos mais interessantes do mundo no Brasil com empresas que fizeram cadeias produtivas desta forma, com a economia da floresta em pé funcionando.

A produção agrícola tem um potencial gigantesco de aplicar este princípio de regenerar a natureza e fazer frente a uma grande parte do problema das emissões e da perda de biodiversidade no mundo. Então, esse princípio é muito importante, e eu só queria expressar um pouco aqui a ideia de que olhar para uma economia circular vai além do pensar um material circulando em ciclos fechados e vai muito além, sem dúvida, de pensar a gestão do resíduo.

Pode passar, por gentileza?

Vamos, então, mergulhar um pouquinho na questão do plástico. Eu falei que a gente se afundou profundamente no tema do plástico desde 2016, na verdade desde 2012, quando a gente começou um estudo gigantesco no momento em que a gente apresentou o primeiro relatório sobre economia circular no Fórum Econômico Mundial em Davos. E o Fórum Econômico Mundial e vários CEOs das maiores empresas do mundo que nunca quiseram ouvir falar de meio ambiente ou de nada disso olharam para o tema da economia circular e falaram: "Isso faz sentido, porque as matérias-primas estão com uma volatilidade absurda"...

Pode voltar lá, por gentileza.

"As matérias-primas estão com custo de volatilidade de preços absurdos; existe pressão por conta de acordos internacionais em termos de emissões."

Então, esse tema aí faz sentido, economicamente faz sentido. A gente não falava de uma estratégia ambientalista e, hoje em dia, a gente conecta com questões ambientais muito claras, mas a gente está falando, *a priori*, do sistema econômico, que é um sistema que tem benefícios econômicos para as empresas, gera PIB, gera empregos e gera tudo isso.

Pode passar para o seguinte, por gentileza.

Em 2012, a gente começou um estudo enorme com atores de toda a cadeia do plástico global, que foi lançado em 2016. Ele mostra... Isso aqui é só uma amostra, mas eu vou mergulhar um pouco mais.

Pode passar para o próximo eslaide, por gentileza.

Esse desenho é basicamente uma tentativa gráfica de ilustrar... E essa é a capa do relatório de que eu falei, que foi lançado em 2016 e inaugura a iniciativa Nova Economia do Plástico. Esse desenho é uma ilustração, uma forma visual de mostrar como é que funcionava o fluxo de material no sistema do plástico em 2016. De 78 milhões de toneladas de plásticos produzidas por ano, somente 2% voltam na forma de reciclagem com valor mantido, ou seja, só 2% desse volume de fato se mantém como matéria-prima de um próximo ciclo, todo o resto vem de matérias-primas virgens, grande parte delas de combustíveis fósseis.

Apesar dos grandes esforços, ou melhor, apesar do símbolo das flechinhas da reciclagem, aquele triângulo que todo mundo conhece, já existir há 40 anos, só 14% desse volume é coletado em sistemas de coleta para a reciclagem - grande parte dele, no nosso mundo, pela mão dos catadores; grandessíssima parte dele. Desses que são coletados, em perda de processo, 4% vão parar no ambiente; 8% perdem valor ao ser reciclado, porque os materiais não foram desenhados para serem reciclados; e só 2% voltam para a cadeia. Um terço de tudo isso vai parar no ambiente.

Aqui, no sul global, onde a infraestrutura é menos eficiente, menos existente, esses 40% de aterro e 32% de vazamentos para o ambiente, na verdade, se confundem um pouco. E alguma parte disso é incinerada, o que também significa uma série de questões que já foram tratadas aqui. Então, essa é a fotografia que fizemos lá atrás.

Pode colocar, por gentileza, o próximo eslaide.

Essa frase que o Senador Jaques Wagner abriu aqui a sessão - "Em 2050 pode haver mais plástico do que peixes no oceano" - foi cunhada nesse nosso relatório, mas ela ficou mais famosa do que a própria fundação, o que é ótimo, porque a nossa missão é acelerar a transição para a economia circular. Mas o problema, que é o que começa a ficar evidente com a nossa iniciativa, o nosso relatório e todo o trabalho que veio a partir daí, é que o problema da poluição plástica no oceano, no ambiente, nas pequenas cidades e para onde quer que ela flua começa antes de chegar aos rios, às praias, aos mares. A gente precisa de soluções que vão muito antes. A gente chama de *downstream* e *upstream*. Não tem palavra em português para isso. Em espanhol, tem o *aguas arriba* e o *aguas abajo*. Olhar para o *downstream* é olhar para a gestão do resíduo, é olhar para o problema depois que ele foi feito.

Limpeza de praia é lindo, é ação de conscientização, é voluntário, mas isso não vai resolver o problema da poluição plástica. Reciclagem e mais reciclagem e ser muito melhor em fazer reciclagem também não vai, porque isso é parte de uma solução, desde que esse sistema seja desenhado para que a reciclagem exista e funcione, como muito bem falou aqui o Ronei sobre a reciclabilidade dos materiais. Mas é mais do que a reciclabilidade técnica dos materiais, são os sistemas em que estão inseridos para que sejam, de fato, efetivamente reciclados, o que é muito diferente de recicláveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas muito mais do que isso - pode passar, por gentileza -, é só um outro estudo que a gente apoiou e que foi construído em cima do nosso modelo de pensamento e visão. Eu vou falar rapidamente, daqui a pouco, sobre o que é uma visão para uma economia circular do plástico. Esse relatório foi o relatório global mais robusto de base científica feito, até hoje, sobre a poluição de plástico, o plástico nos oceanos. É um relatório feito pela *The Pew Charitable Trusts* e pela Systemiq, baseado no nosso modelo de visão da Fundação Ellen MacArthur de uma economia circular para o plástico. O que ele fala? Ele fala que os esforços atuais para conter a poluição plástica estão sendo ultrapassados pela própria poluição plástica, ou seja, a gente fala sobre reciclagem, a gente insere um monte de esforços e recursos nisso, muitas vezes vai falar de incineração para poder travar a poluição plástica chegando ao oceano, mas a verdade é que todos esses esforços, se a gente só continuar nesses esforços até 2040, e a gente não olhar para o *upstream*, não olhar para a origem do problema, até 2040 o volume do plástico entrando no mercado vai dobrar - mas olhe que absurdo -; o volume anual de plástico entrando nos oceanos vai triplicar, e isso tem a ver com sistemas, infraestruturas, processos, ou seja, o volume entrando no oceano é maior do que o volume produzido e colocado no mercado; e os estoques nos oceanos vão quadruplicar. Então, esse cenário mostra para a gente que a nossa saída não é a reciclagem, ainda mais feita com uma mentalidade ou produtos colocados nos sistemas existentes com uma mentalidade linear.

Pode passar, por gentileza, para o próximo eslaide.

Então, não é a reciclagem, não é a incineração. Por que esse relatório mostra isso? Existem limitações pela velocidade do desenvolvimento de infraestrutura necessária. Por exemplo, no sul global, ou melhor, no mundo todo, seria necessário criar, de hoje até 2040, todos os dias, acesso a 500 mil pessoas por dia, novas pessoas, a sistemas de coleta eficiente para que um sistema de reciclagem, de fato, consiga fazer frente a isso - todos os dias, 500 mil novas pessoas precisariam acessar sistemas de coleta eficiente para que a reciclagem fosse um cenário minimamente viável! Outra coisa, ainda assim, mesmo que toda essa infraestrutura, ou seja, mesmo que 500 mil pessoas novas estejam acessando o sistema de coleta eficiente, todos os dias, no mundo, daqui até 2040, os volumes de entrada de plástico no oceano serão altos.

Os custos para os governos são gigantescos - não vou ficar em 15 segundos; vou ficar em mais alguns poucos minutos - e os altos graus de emissão de efeito estufa seguirão altos. Eu vou tomar a liberdade de não ser a única que vai ficar dentro de 10 minutos, mas vou tentar ir a 13, que não é tão ruim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Você já está em 15.

A SRA. LUÍSA SANTIAGO - Não, eu estou em...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUÍSA SANTIAGO - Ah, é? Bom, tudo bem.

Vamos lá, passando, então, para como é que a gente enxerga uma economia circular do plástico. Três princípios básicos: eliminar, inovar e circular. Eliminar tudo aquilo que é desnecessário e problemático. Nada de sachês de uso único, todos os plásticos de uso único; tudo isso precisa ser eliminado por meio de redesenho, por meio de inovação, de modelos de entrega de negócios, tudo isso deve ser uma prioridade. Os modelos de reuso - e a gente fez um relatório só sobre isso, mostrando que existem US$10 bilhões por ano, na mesa, para modelos de reuso que empresas podem criar em escala - devem ser os prioritários e relevantes quando não é possível eliminar completamente, mas para substituir embalagens de reuso.

Todas as embalagens plásticas que, sim, são necessárias devem ser 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis e esse uso de plástico deve ser totalmente dissociado do uso de recurso finito, ou seja, aquela flecha que só volta 2% precisa mudar radicalmente, aquela entrada de matérias-primas que estão no sistema, circulando dentro do sistema. E pensar que todas elas devem circular livres de produtos químicos perigosos e que todas as embalagens são, de fato, efetivamente, na prática, reutilizadas, recicladas e compostadas, o que fala de sistemas.

Pode passar, por gentileza.

Eu só tenho, acho, mais três eslaides.

A gente fez... Dado que todos os esforços *aguas abajo*, ou águas abaixo, ou *downstream* são modelos que não vão levar a gente a combater a poluição plástica da forma que precisa, a gente começou a informar - e a gente trabalha com as maiores indústrias do mundo - que a gente só acredita em mudar o sistema trabalhando com o sistema. Então, a gente trabalha com as maiores indústrias do mundo, as mais poluidoras. A gente trabalha com elas porque precisam ser transatlânticos a mudarem seus rumos. E aí a gente criou... A gente viu que existe uma dificuldade muito grande dessa indústria de adotar a mentalidade de inovação na origem para mudar o rumo desse sistema plástico linear para o rumo de um sistema plástico circular. É preciso, para isso, repensar não só a embalagem, mas, muitas vezes, o modelo de negócio e o produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu trouxe aqui - pode passar, por favor - alguns exemplos de duas das estratégias principais para se olhar a inovação na origem: estratégias de eliminação e estratégias de reuso. Isso são exemplos que estão no mundo todo, inclusive no Brasil. A ideia de eliminação, por exemplo: cosméticos em barras. Essa empresa é uma empresa brasileira, Bars over Bottles - B.O.B é o nome dela. A ideia é você eliminar toda embalagem plástica que existe dentro de logística. Por exemplo, essa empresa de móveis Opendesk vende o *design* do móvel para uma produção descentralizada, localizada, distribuída dos móveis em manufaturas locais. A Carlsberg, gigante da cerveja, da bebida, criou, para tirar aqueles anéis inúteis e desnecessários que unem as latinhas de cerveja, uma cola para juntar as latas de alumínio e, portanto, eliminar essa problemática. Essa outra empresa, Ooho - essa não está no Brasil -, tem uma embalagem comestível. Então, em vez de copinho de água, a gente vai entregar o chupe-chupe de água. Você bota ela inteira na boca, bebe e engole junto. É uma alga totalmente atóxica, totalmente comestível.

Então, notem que as principais inovações para uma economia circular não envolvem olhar o resíduo do que foi feito. O reuso... A Coca-Cola, a gente está falando de uma das maiores poluidoras do mundo, na América Latina. A Coca-Cola, que é um sistema altamente distribuído dentro do próprio sistema Coca-Cola, nos diversos mercados da América Latina, tem um modelo de reuso, o maior modelo, em maior escala, de reuso do mundo. Ela colocou a garrafa PET universal, ou seja, unificou o formato da garrafa para deixar de ter uma da Fanta, uma da Coca, uma de não sei o quê, uma do Sprite. Unificou esse modelo em uma garrafa só e fez o sistema retornável, eliminando bilhões de toneladas de garrafas PET colocadas no mercado todos os anos. Esse modelo funciona na América Latina somente. Talvez já esteja sendo colocado na Ásia, mas vem crescendo, é o modelo que mais cresce no portfólio de produtos da Coca-Cola, ou seja, é bom para todo mundo.

A Algramo, uma *startup* do Chile, que criou todo esse modelo de refil, reduziu o imposto da pobreza, com produtos acessíveis, com embalagens retornáveis. O Walmart México, com coisas de refil, fez a mesma coisa. A Chep, que fala de paletes reutilizáveis para embalagens B2B.

Agora, sim, eu vou a 15 segundos.

Ou seja, é preciso muita inovação, mas, ao mesmo tempo, compromissos voluntários não vão dar conta do recado. Então, políticas públicas para a economia circular são absolutamente necessárias, para dar a escala necessária.

A gente criou um relatório para ajudar formuladores de políticas públicas que fala dos objetivos universais, de como criar políticas públicas para economia circular, estimular o *design*, estimular os mercados secundários, gerar as condições econômicas, investir em inovação, infraestrutura e competências e colaborar.

Eu espero que o Brasil entre, e o Parlamento brasileiro leve o Brasil para esse potencial de novo desenvolvimento que o Brasil pode vir a ter, com tanto recurso, com tanta abundância, para a gente poder, de fato, entrar na economia do futuro, que faz frente a todas as crises que a gente vive e que é muito mais resiliente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Luísa.

Quando você disse que o Brasil não se interessa... Porque o Brasil é muita coisa. O Brasil de que você fala é o Governo Federal brasileiro, que não se interessou?

A SRA. LUÍSA SANTIAGO (*Fora do microfone.*) - Obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, eu sei, mas quando foi?

A SRA. LUÍSA SANTIAGO - Foi um convite feito aos pontos focais de meio ambiente, em que a ONU Meio Ambiente foi o catalizador dessa coalizão. E ela faz os convites aos seus pontos focais de meio ambiente. Parece que... Eu não sei se veio do Ministério das Relações Exteriores. A ONU não abre muito isso. Mas 16 países se tornaram membros dessa coalizão, e o Brasil não manifestou esse interesse.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, tudo bem. Não, era só para localizar, porque aí pode ser o Executivo ou o Parlamento.

Bom, é evidente que a gente não vai conseguir produzir um debate, mas por uma questão de procedimento nosso aqui... Eu não sei se todos que falaram ainda estão presentes ou não - alguns, sim.

Cadê o menino da Abiquim? Está aí? Pois é... *(Pausa.)*

Não, é porque em geral eu faço o contrário agora, para realmente as pessoas poderem se manifestar. Então, para economia processual, eu pediria que quem já esteve na mesa ocupasse uma dessas cadeiras aqui, que em tese são para os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas não tem Senador, e não tem nenhum problema se sentarem. Nem vocês vão adoecer, nem vão adoecer os Senadores. *(Pausa.)*

Não, é só para a gente ter mais rapidez na abordagem.

Bom, é porque reparei... Eu digo que a gente não teria tempo de fazer um debate. Nós temos esse problema na audiência pública, porque a audiência pública, quando a gente lança a ideia, acaba tendo um motivacional muito grande de vários Senadores querendo indicar pessoas que sabem que interagem com o tema. Eu gosto de fazer de até quatro, porque aí isso dá mais chance de você efetivamente debater. Acaba que aqui a gente teve - sei lá - oito ou nove. Então, é mais difícil.

Mas repare: isso aqui não é para encerrar. Um pouco aproveitando o que a Luísa falou, não é que a gente está despertando agora, mas é isso que você falou. Nós temos tentado, aqui na Comissão de Meio Ambiente, até pela abstinência que houve com este Governo Federal atual, de diálogo com a sociedade, tentar criar aqui ambientes ou *locus* em que a gente possa dialogar, porque, no fundo, o Parlamento não é formado de gênios: é formado de representantes, e, como tal, devem representar aqueles que os colocam aqui.

Então, para mim, não adianta tirar a ideia da cabeça. Eu continuo achando, no nosso simples ditado, que quem conhece onde o sapato aperta é o dono do calo. Seguramente, cada um dos que falou aqui conhece muito mais profundamente o tema do que eu, porque acaba que a gente, aqui, vira um pouco clínico-geral, generalista. E é por isso que a gente precisa se cercar de quem é especialista em cada tema e produzir esse debate.

A gente está concluindo agora o trabalho do Fórum da Geração Ecológica. Foram 45 voluntários da sociedade civil, num caleidoscópio muito grande, de A a Z, que a gente tentou colocar divididos em cinco grupos. Um deles é sobre a economia circular, não sei se com a abordagem que você fez ou com outra.

A gente vai... Não sei se é dia 30... Que dia é, Leila? No final? É dia 30. A gente vai fazer aqui a entrega, a apresentação, na verdade, do relatório desses cinco grupos de trabalho, que também não são o objeto pronto. Na verdade, foram pessoas da sociedade civil, representantes de bancos, de empresas e de segmentos, ONGs, terceiro setor. Trabalhamos durante um ano, tentando produzir um arcabouço legislativo do que eu chamo de guinada verde ou uma visão de um desenvolvimento diferenciado, que o mundo inteiro está fazendo.

Então, a gente tem feito isso. A gente tem aberto aqui espaços para a gente poder... Eu quero dizer que isto aqui continua aberto. Foram várias contribuições, e a gente pode pegar a assessoria para aprofundar cada uma das contribuições. Por isso eu lhe perguntei quem disse "não" ao convite, porque eu gostaria, em nome da Comissão de Meio Ambiente, de dizer "sim". Então, preciso saber se há esse espaço para o Legislativo aderir ou não.

A gente criou também, junto com a Cepal... Estamos tentando fazer uma rede de parlamentos que começaram com a América Latina e o Caribe, para trocar experiências e vivências exatamente sobre a legislação ambiental. Isso tudo está suportado pela própria Cepal. A gente foi à COP 26. Conseguimos convidar pessoas de países europeus. Eu estou trabalhando para alguns e os Estados Unidos também entrarem nesse *network*, para ver aquilo em que que cada um já evoluiu, até porque a gente não precisa reinventar a roda se outros já fizeram. Por isso há o interesse pela lei francesa. Eu, por acaso, em vez de inglês, estudei francês, porque me interessa a legislação. Podemos partir do que os outros fizeram; eles já amassaram o barro, e não há por que a gente fazer de novo.

Mas, por uma questão até de exercitar mais, por isso, eu estou dizendo: não é que nós vamos concluir aqui. No começo, deu aquela esquentada. Por isso, como você apanhou muito, eu vou devolver um pouco a palavra para você. Na verdade, o correto seria fazer ao contrário, de trás para a frente, para você ter o direito de ser o último, não o primeiro, a falar. Mas eu queria abrir agora... Seriam concedidos cinco minutos para cada um, para, pelo menos, eu diria, não necessariamente vocês responderem tudo o que foi dito, mas muito mais para lançarem, eu diria, provocações para a gente continuar. A gente pode refazer um processo de interação fora daqui, necessariamente; a gente pode continuar fazendo isso.

Então, eu queria voltar ao nosso representante da Abiquim, o André. Eu vou chamar de considerações finais, porque, senão, daqui a pouco também, a gente perde...

Antes de passar para você, eu só vou ler algumas perguntas que chegaram...

Quero só registrar a presença entre nós do Senador Rafael Tenório, que assumiu a representação do Estado de Alagoas.

Vou citar algumas perguntas que vieram, como a do Vitor Oliveira, do Rio Grande do Sul: "A prática na cidade de São Paulo de cobrar por sacola plástica pode ser levada para o âmbito federal para tentar diminuir o uso?".

Josiane, de São Paulo: "Como disseminar a economia circular do plástico, tirando o foco apenas da reciclagem e trazendo para o não uso ou para o reúso?".

Algumas coisas já foram respondidas, porque, na verdade, as perguntas vão chegando ao longo do curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

João Carvalho, aqui do DF: "Não seria mais eficiente investir em tecnologia substitutivas e em melhorar o processo de reciclagem?".

Maria Trindade, do Pará: "No Brasil, inventaram as sacolas de mandioca, que depois viram alimento. Por que o mercado insiste em manter as práticas não ecológicas?".

Anderson Koketsu, de São Paulo: "Deveria ter incentivo para empresas criarem produtos para fazer a higienização e aproveitamento de frascos plásticos em novos produtos".

Luiz Antônio, de São Paulo: "Na lei da economia circular, como reduzir a vida útil do plástico e estimular seu reúso?".

Joice Pinho, do Rio Grande do Sul: "Plástico de uso único resulta em rejeito nas cooperativas de reciclagem. Por que ainda produzem esses materiais?".

Martin Joufflineau, de Santa Catarina: "Como funciona a fiscalização da Lei municipal 17.261, proibindo o uso de plástico descartável na cidade de São Paulo?".

Finalmente, Luiz Antônio, de São Paulo: "Considerando-se a redução dia a dia de papel, existem outras destinações à celulose no Brasil? Como está a compensação de carbono?".

Depois vou destinar para cada um as perguntas, se quiserem, com os *e-mails*.

Antes de devolver a palavra, vou só fazer um comentário que eu já fiz aqui. Às vezes, a gente mesmo acha muita coisa chique e não se dá conta do quanto nocivo ela é. Todo mundo adora tomar café de cápsula, que é rápido, tem mil e uma utilidades e mil e um sabores. E não há nada pior do ponto de vista de rejeito do que ele, porque ele mistura inorgânico com orgânico, o plástico com a cobertura de alumínio. Então, como diria Stanislaw Ponte Preta, é o "samba do crioulo doido", do ponto de vista do não utilizável. Eu soube que, na Alemanha, inclusive, estão começando a pressionar pela não autorização de uso, porque é uma loucura mesmo. Todo mundo adora. Podemos voltar para o café do coador, que é uma delícia por sinal, ou, para quem puder ter - aí custa um pouquinho mais -, para o moedor de grão em casa, para fazer café. Mas é isto que eu digo: o tal do *fast-food*, da praticidade, é imediatista, porque, do ponto de vista da longevidade do planeta e das vidas, ele é altamente mortal.

Eu imagino que você está aí angustiado para falar, não é?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - Não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Mas estou brincando aqui. É que a gente não pode transformar o debate nosso em guerra, que seria o pior caminho para a gente chegar a algum lugar. Eu acho que, no debate, cada um tem que saber que a verdade nunca está na nossa cabeça; a verdade na democracia sai do confronto de ideias...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - ... e de ajustes que a gente tem que fazer.

Então, por favor, com você a palavra.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) - A primeira coisa que eu fiz quando terminei de falar ou quando nós terminamos de falar, Senador, foi procurar...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Eu vi.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - ... os nossos colegas de mesa para estabelecer um diálogo em busca de soluções, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Apertou aí?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - Apertei. Está funcionando.

Eu fui criado num ambiente democrático, felizmente. Espero que nós não voltemos nunca mais ao ambiente sombrio de um regime fechado. E partilhamos - não é, Lucien? - dessa luta. Então, o fundamental é criar espaços de diálogo e de contato. Evidentemente, nós, por sermos parte de ângulos diferentes, temos visões diferentes. Então, a ideia é procurar o diálogo.

Vou fazer uma brincadeira com meu amigo Lucien aqui. Embora ele tenha destacado alguns pontos de disputa comercial, há outros, Senador, que estão, inclusive, no seu rosto, que são pontos de encontro: aí tem vidro e tem plástico. Então, para mim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Será que é vidro isto aqui?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO - Pode ser plástico também. Pode ser policarbonato.

Então, existem pontos de contato que são importantes entre vários setores econômicos. Nesse sentido, eu queria registrar que tenho plena concordância com a abordagem que a Luísa colocou: a questão é conceitual, a questão é de padrão de consumo, de definição de padrão de consumo, para, a partir dessa definição, identificar papéis, em todo o circuito econômico, para cada agente econômico envolvido, para cada agente social envolvido.

Eu prefiro destacar - e é isto que a indústria química tem feito - o ponto de contato entre os setores. Existem locais onde o plástico é necessário e insubstituível. Existem locais onde o vidro é necessário e insubstituível. Existem locais onde o papel é necessário e insubstituível. Eu prefiro acentuar os pontos de contato e as complementariedades do que as rivalidades entre esses produtos. É um pouco a linha da indústria química.

A gente já dialogou, durante muito tempo, com a Fundação Ellen MacArthur. Os nossos conceitos foram retirados de lá. Os que eu apresentei aqui utilizaram boa parte, senão a totalidade dos conceitos que foram desenvolvidos. Então, não se trata de responder pontos que foram levantados no debate. Cada indústria acentua, por razões comerciais, as suas vantagens e algumas das suas desvantagens. Então, eu acho que não é esse o ponto; o ponto é a gente construir um conceito comum de economia circular.

Dito isso, eu queria sublinhar dois pontos. Primeiro, lugar de plástico não é no mar, não é nos mangues, não é nos rios, não é em nenhum lago ou lagoa, não é na água. Lugar de plástico é no processo circular. Esse é o lugar correto do plástico. E é essa a nossa diretriz, é a diretriz setorial da indústria química brasileira.

Então, a gente também defende que a discussão seja feita, assim como a Luísa apontou, para todos os materiais, porque todos os materiais têm pontos positivos e têm pontos negativos. Ninguém resolveu, em nenhuma indústria, a questão da circularidade completamente, senão nós não estaríamos aqui conversando. O nosso caminho é intensificar a circularidade para todos os produtos industriais. Esse é o ponto que a gente tem que trabalhar, e aí eu acredito que a gente vai conseguir construir muitos pontos comuns.

Então, para nós, o ponto crucial do projeto de lei, Senador, indo além do meu papel, mas deixando como sugestão, é estabelecer este ponto como ponto de corte: se é circular, é aceitável; se não é circular, não é aceitável. É isso que nós temos que começar a construir.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, André, pela sua participação.

Eu convido agora o Carlos Eduardo Mariotti, da Ibá.

O SR. CARLOS EDUARDO MARIOTTI (Para expor.) - Primeiro, quero agradecer pela oportunidade de participar, nesta Comissão, de um debate muito importante, relevante.

Eu acho que os fatos... Como foi comentado aqui, o fato e o bom senso têm que prevalecer. E a gente se coloca como um setor alternativo, olhando para o futuro da bioeconomia. Acho que a Luísa foi feliz. Eu achei interessante: ela fez um parêntese ali, mostrando alguns setores que contribuem de certa forma para isso. A celulose praticamente tem um circuito já fechado, e isso integra toda a cadeia produtiva e segue para o papel, para as embalagens de papel também. Eu acho que isso vai além da questão da economia circular ou do conceito, em termos que a gente verifica, de logística reversa ou de reciclagem. A gente entra com um conceito de um produto essencialmente sustentável, que, desde a sua base, contribui com a questão do meio ambiente e preserva, inclusive, a biodiversidade. Eu acho que isso é superimportante ressaltar. Entreguei para o Senador um *kit*, e lá dentro tem o caderno da biodiversidade, que está incluída dentro do setor de base florestal plantada e que a gente ajuda a conservar. Eu acho que isso é importante observar, além do fato de serem produtos que, ao final, são biodegradáveis.

Somos um setor que investe em tecnologia, para que possa haver substituto e alternativas em todo esse processo que não compliquem a vida dos catadores e das cooperativas, que podem atuar de forma conjunta, como já hoje acontece - eu estava conversando aqui -, que cheguem com mais facilidade para você saber o que é - inclusive, as aparas são classificadas de novo, têm uma classificação para o seu reúso adequado e voltam para o ciclo positivo -, fechando o circuito. Então, a gente tem que olhar para o todo, tem que olhar desde a fonte da qual ele se origina até o final, que é o que hoje a gente está discutindo um pouquinho aqui, a questão da logística reversa.

Eu acho que, para fechar a nossa fala aqui, até poupando mais tempo, a gente é um setor que se coloca como um setor para a bioeconomia, para fortalecer a bioeconomia, para a gente poder ter uma economia mais sustentável e contribuir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a sociedade brasileira. Acho que a sociedade brasileira deseja isso. Eu vejo o meu filho hoje, o mais velho, com 17, 18 anos, atuante nessas questões. Ele mora na praia. Então, não preciso falar mais nada; isso aqui já foi comentado.

Obrigado pela oportunidade. Parabéns pela iniciativa! A Ibá se coloca à disposição para os próximos debates.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Carlos Eduardo.

Eu passo a palavra agora à Lara, da Oceana Brasil, agradecendo também, porque a Oceana Brasil, não sei se foi através de você, foi que procurou o nosso gabinete provocando um pouco, despertando um pouco a ideia de ter esta audiência pública. Então, eu só quero agradecer pela provocação positiva.

A SRA. LARA IWANICKI (Para expor.) - Obrigada, Senador.

Como eu já praticamente estiquei meu elástico na minha fala, eu vou ser breve.

Eu quero parabenizar o senhor por também construir este debate com múltiplos setores aqui representados. A gente sabe que historicamente a agenda ambiental não é grande prioridade para o Governo, então, quando a gente tem esse apoio e traz isso de uma forma diversa, com diversos diálogos, é um passo bastante importante.

É importante também a gente trazer esse debate com mais frequência, Senador, porque historicamente as soluções que foram postas são muito pequenas frente ao problema que a gente está enfrentando, chegam a ser quase ridículas as soluções que estão postas. Então, a gente precisa olhar para soluções concretas e soluções mais ousadas, que não favoreçam só um lado da moeda, só um setor, que é o setor que produz, e que tragam também benefícios para o resto da sociedade.

Então, a gente mostrou que 68% da população entende que isso é um papel do Congresso, entende que tem responsabilidade. A gente fez outras pesquisas de opinião também que mostraram que 72% dos consumidores querem consumir produtos mais voltados para *delivery*, mas sem plástico, então o consumidor está consciente, o consumidor está demandando esse tipo de alternativa, e a gente precisa viabilizar essas alternativas num debate mais amplo, que é o de economia circular.

Eu entendo que, com este debate, o Congresso, o Senado e o senhor especialmente escolhem estar não aliados ao problema, mas liderar essa solução.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Lara.

Eu passo agora a palavra o Ronei Alves, Coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Para expor.) - Eu quero aqui, em nome dos meus companheiros, agradecer ao Senador, agradecer à Oceana, agradecer a todos os participantes, a todos aqueles que vêm lutando para a construção de uma política pública que efetivamente resolva o problema.

Queria dizer que, ao longo de todos esses anos, nós catadores não éramos vistos, Senador, a gente nem existia para a sociedade. A gente vem lutando para existir. Um grande exemplo disso é a gente participar dessas audiências públicas, de toda essa construção. Isso para nós é extremamente importante.

Quero dizer que a gente vem, ao longo desses anos, tentando construir parcerias com todos os setores que são envolvidos.

Nem tudo é perfeito ao longo de todo esse tempo, como o colega falou que a gente está sendo usado. A gente não acha que está sendo usado; a gente acha que a gente sempre foi usado pelo sistema. Quem sempre retirou... Se existe reciclagem hoje neste país, em grande medida ou em toda medida, foi pelo trabalho, pelo sangue e suor de todos os catadores do país.

Como eu acabei de falar, nada é perfeito. A gente está lutando para mudar, para ter mais condições de trabalho, para que todos os catadores no país inteiro possam ter dignidade no seu trabalho, com melhores condições, receber pelo serviço que presta, para ter melhor condição de vida.

Então, meu muito obrigado a todos vocês, obrigado ao Ministério Público, obrigado às associações que fazem parte...

A gente quer dizer uma última coisa, que a gente não é inimigo de ninguém. A gente quer ser amigo de todo mundo, para construir um país melhor para todos nós.

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Ronei, pelas suas palavras, que eu acho muito importantes para a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero até aproveitar a sua fala para dizer que a gente tem trabalhado muito aqui, tentando disseminar um conceito que não é meu, é da Cepal, porque eu, quando era Vice-Presidente desta Comissão, nos dois primeiros anos, eu fiz a Subcomissão do Grande Impulso da Sustentabilidade, que também foi um espaço de diálogo.

Eu, pessoalmente... Eu estou com 71 anos, já tenho filha de 48 e já tenho neta de 13, e já tenho um neto que vai fazer 11, que me perguntou... Eles estão vivendo, essa minha filha, com o marido e a de 13 e a de 11 nos Estados Unidos, que foram convidados e estão trabalhando lá há quatro anos, e ele uma vez me... O meu neto me mandou um zap, perguntando: "Ô, meu avô, você não é do Senado? Não dá para fazer uma lei para parar de cortar árvore não?" *(Risos.)*

Então, essa coisa desce para as crianças, entendeu? Então...

Eu, pessoalmente, acho o seguinte: nós não vamos, como humanos, para quem está projetando, não sei se falaram 7 ou 9 bilhões, em 2040 ou 2050... Se nós não trabalharmos com o conceito tripartite de sustentabilidade econômica, social e ambiental, seja em que ordem for, não vai funcionar. Não adianta a economia ir bem se ela não é acompanhada de sustentabilidade ambiental e social. Não adianta também o meio ambiente ir bem se você não resolve o problema da inclusão das pessoas, porque eu gosto de dizer, e não tomem de modo errado o que eu vou falar, que a usura é predadora pela usura e a miséria é predadora pela necessidade, porque, quando você não tem o gás para cozinhar, você vai catar lenha, o que for plástico, para tocar fogo e cozinhar.

Então, não adianta; ou nós vamos ter que trabalhar com sustentabilidade...

Eu ia falar aqui, por exemplo... Eu, lá em casa, eu trabalho, a minha mulher trabalha, eu posso ter uma máquina de café que mói o café, faz o café, pererê, caixa de fósforo. Mas quantos podem? Pouquíssimos podem. Então, vamos preferir outra forma qualquer de fazer.

Então, eu... Por isso que eu concordo quando... Eu me motivei quando você falou "quero ser amigo". A gente era sempre mais amigo de alguns do que de todos, mas a gente não precisa ser inimigo, até porque o país entrou numa conflagração que não leva a bom caminho. A semente do ódio foi plantada aqui em 2018 e ela nunca vai nos conduzir a nada que preste, na minha opinião. *(Palmas.)*

Eu acho que Deus nos deu uma cabeça para pensar, dois ouvidos e uma boca, eu digo, para ouvir o dobro do que fala; para aprender que na democracia você tem que ouvir muito para falar, porque a gente gosta de falar o que a gente pensa, mas não gosta de ouvir o que os outros pensam, e não funciona assim. Não tem nada 100% na democracia. Você entra com 100, sai com 80, sai com 70, sai com 71... Não tem 100, porque a diversidade é isso, graças a Deus. Se fosse pensamento único, era um horror, não tinha graça. Graças a Deus a gente tem essa diversidade. Então, eu exercito muito isso e acho que é importante a gente estar buscando os pontos de contato, apesar de que, concordando com você, tem coisas que - está claro - não são para ter mais. Eu não sei se já tem substituto, mas tem coisa que não é para ter mais.

Mas o que eu acho é que a gente tem que trabalhar com esse conceito: ou nós vamos trabalhar com o conceito de sustentabilidade tripatite ou nós não vamos chegar, porque a desigualdade, a discrepância social que a gente tem é altamente antiambiental, porque nós somos parte do meio ambiente. Se eu boto os animais humanos para passar fome, não é algo sustentável também. Mas é só para estimular.

Bom, vamos agora para o nosso Lucien, da Abividro.

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE (Para expor.) - Senador, eu queria agradecer a oportunidade de a gente estar aqui conversando, ouvindo tantas pessoas e buscando uma convergência que seja possível para a gente resolver o problema. Eu acho que tem um problema que está posto para debater. Em 2022, eu acho que todos nós sabemos qual é o problema. Alguns vão ter que ceder, outros vão ter que mudar, mas a gente sabe qual é o problema. Tem custo, tem perda de mercado, tem evolução de um, tem perda de outros, mas a gente sabe qual é a solução.

Este ano é o Ano Internacional do Vidro. Isso foi discutido na Assembleia Geral da ONU e foi decretado que 2022 é o Ano Internacional do Vidro. Foi feita a abertura, neste ano, em Genebra, em fevereiro, e eu fiquei impressionado porque a gente fala de meio ambiente, a gente fala de carbono, a gente fala de redução de emissões, etc., mas a gente não tem ideia de como esse assunto está aprofundado fora do Brasil, como esses temas ambientais dirigem a estratégia empresarial fora do Brasil, como eles dirigem a concepção da política pública em outros países. Nós estamos atrasados nessa discussão. Nós precisamos recuperar um espaço gigantesco para todo o setor produtivo. Ele precisa chegar a 2022 no Brasil. A gente não está em 2022, a gente está em 2008, 2007. Mas nós precisamos evoluir rapidamente, porque, senão, as nossas próprias indústrias, a nossa própria produção vai ser não competitiva e nós vamos estar fora do mundo. A gente precisa recuperar esse espaço. É fundamental que a gente tenha uma mudança na forma de pensar daqui para frente.

Olha, eu milito nessa discussão de resíduos, economia circular, ESG, todos os nomes que se possam dar. E é o seguinte: todo mundo sabe qual é o diagnóstico. Não precisa mais fazer estudo, não precisa fazer nada. Precisa só sentar na mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e dizer o seguinte: olha, tudo bem, eu não vou mais fazer isso, eu não vou fazer mais aquilo. Como o André falou, a indústria é cheia de... Eu posso querer vender garrafa em vez de vender garrafa PET ou lata de alumínio, mas eu dou um exemplo: na janela, o alumínio, a borracha e o vidro estão lá juntos, estão interligados; ou no para-choque do carro, quando você tem a fibra de vidro e o compósito plástico, eles estão juntos lá. É uma forma de você... Enfim, a produção chegou a isso. Agora, o que a gente precisa cortar, desculpa, mas mexedor... Cara, eu peguei uma dezena de mexedores de *drink* que era um negocinho do pirulito... Não precisa disso, não precisa disso. A gente tem que mudar. A gente está em 2022! Tem discussões que são medievais, e a gente precisa... Tudo isso é uma questão de cidadania: é cidadania para consumir, cidadania para destinar corretamente o resíduo. Eu acho que a gente precisa mudar.

Senador, o senhor falou da questão de cortar árvore, e tem um exemplo que a gente precisa se tocar que é o exemplo do Haiti. O Haiti é um dos países que tem o maior drama ambiental do mundo, porque eles não têm dinheiro para cozinhar e eles cortam qualquer árvore que estiver pela frente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) - Não tem uma mais...

O SR. LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE - Não tem mais nenhuma lá!

Então, é o que senhor falou: a necessidade chega imperativamente em um certo momento e acaba se destruindo tudo. Acho que a gente precisa aproveitar o momento em que a gente está, repensar e, enfim, agir de uma forma diferente.

Um dos fatores principais da discussão da economia circular, do tratamento de resíduos, ESG etc são as gerenciadoras de resíduos sólidos, que é a base da discussão na Europa, a base, como o Dr. Barreto falou, de você trabalhar a indústria como um todo. Tem um monte de empresa linda, maravilhosa, cheia de propaganda na Globo, na *Veja* e tudo mais que não quer falar disso de jeito nenhum, porque custa - porque custa. Eu acho que está na hora de a gente mudar essa discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado.

Eu devolvo a palavra ao Paulo Henrique Rangel, que está conosco, da Abiplast. *(Pausa.)*

Está ligado o seu microfone?

Paulo, por favor, ligue seu microfone. *(Pausa.)*

Fale agora, por favor, para ver se está chegando aqui.

O SR. PAULO HENRIQUE RANGEL TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) - Agora, sim. Obrigado.

Eu acho que temos nos aproximado de uma forma de pensar que eu acho que é fundamental. Acho que a gente tem que pensar em novos modelos de negócio em produção e consumo. Isso tem a ver com uma estratégia de desenvolvimento do país. O que a gente quer? E, quando a gente está falando isso, a gente está falando de uma discussão de todos os setores. Não é uma discussão comercial. Isso a gente faz fora dessa discussão, em outros lugares. Acho que isso é...

Como a gente consegue, como indústria, trazer uma solução compartilhada que seja do produtor de embalagem, do *end user*, do consumidor? Porque tudo isso é resíduo. Está legal; a gente vai tirar uma embalagem de plástico e a gente vai pôr na embalagem de papel ou de vidro ou de alumínio, ou o que quer que seja, mas vai continuar sendo resíduo - vai continuar sendo resíduo. "Ah! Mas ele vai para não sei aonde". Tudo bem, a gente vai continuar com o mesmo problema que é o modelo de desenvolvimento que a gente tem de consumo e de produção não pensado nessa questão da circularidade.

Tem mais outra questão, Senador - e estamos à disposição da Comissão - que são as ACVs. A gente tem uma série de análises de tipo de vidas de produtos, o que pode ajudar também a gente a discutir e aprofundar tecnicamente a discussão; indicadores e estudos. Eu acho que isso é fundamental. E eu convoco todos os setores - convoco vidro, convoco papel - para que a gente efetivamente se sente e pense numa questão de economia circular. Não existe economia circular de plástico. Se a gente está falando de economia circular como modelo de desenvolvimento, a gente está falando de todo mundo. A gente tem problema com o setor têxtil - Luísa está aí e pode até aprofundar essa questão -, com outros setores, como a questão alimentar, que a gente tira da natureza. Como é que a gente resolve essas questões? Então acho que isso é importante.

E o consumidor é o principal... A sociedade civil, a sociedade é que usa, que está nessa berlinda. É ela que sofre. A gente, como pessoa física, é que sofre isso no nosso dia a dia.

Aqui tem uma pergunta, e eu vou ser rápido aqui: "Como é que foi feito com os canudos do Rio de Janeiro?". Canudo não tem de plástico, mas tem um canudo, que é o encerado, que está na praia do mesmo jeito, ou seja, continua a mesma lógica de consumo e de colocar resíduo em qualquer lugar - a gente não aprendeu. Então não é o produto, são os usos também que a gente faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Claro, tem que resolver. Produtos *single-use* são 2% da produção de plástico - 2%! Os *single-use* são 2% da produção de plástico. Temos que resolver isso aí? Beleza, não tem problema nenhum. Mas qual vai ser o próximo passo? Eu acho importante saber como é que a gente vai resolver, senão a gente fica naquele poema do Bertolt Brecht: vieram levar os negros, ele não era negro, tudo bem; vieram levar os trabalhadores, ele não era trabalhador, tudo bem; e aí, na hora em que vieram levá-lo, não tinha ninguém para pedir socorro. Por quê? Porque levaram todo mundo. Então, se a gente continuar nessa, vai continuar tendo resíduo, e a gente não resolve o problema.

Então convoco a todos para a gente tentar buscar um APL que tenha essa sensibilidade de construir um desenvolvimento pautado na economia circular.

Obrigado, Senador. Obrigado a todos pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Eu é que agradeço a você a sua participação conosco aqui.

Passo a palavra agora ao Dr. Luís Fernando Cabral, da Abrampa e do Ministério Público do Maranhão.

O SR. LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR (Para expor.) - Senador, eu gostaria mais uma vez de ratificar o agradecimento a V. Exa. pelo convite feito para a Abrampa. Foi uma coincidência, porque hoje a Abrampa realiza, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, um seminário com a Embaixada francesa sobre saúde e meio ambiente. Neste momento está acontecendo uma palestra lá, de uma magistrada francesa. E aí é uma satisfação saber que o senhor também gosta do francês.

Ratifico nossa disposição para colaborar com a Comissão no sentido da construção de uma legislação, enfrentando esses gargalos jurídicos da participação do poder público, da responsabilidade de cada gerador, de quem é o proprietário do resíduo, ou seja, de quem é o resíduo que foi abandonado e que não pode ser abandonado; enfrentar a questão das externalidades.

Em resumo, nós nos colocamos a sua disposição, à disposição de todos que aqui estão. Claro que nós temos diálogo com todos os setores econômicos. A Abrampa não é uma instituição fechada, que não dialoga com os outros setores; dialoga com o terceiro setor, dialoga com o setor produtivo, todos em pé de igualdade e de transparência. Essa é a nossa forma de trabalhar.

E quero ratificar também, Senador, que seguimos aquele princípio: o melhor resíduo é aquele que nós não geramos. Temos de enfrentar muito isso.

Muito obrigado. Estamos a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Dr. Luís Fernando, pela sua participação.

Eu passo a palavra agora à Luísa Santiago, prometendo que eu não serei tão elástico quanto na primeira.

A SRA. LUÍSA SANTIAGO - Não serei, não serei! *(Risos.)*

Mas eu preciso, primeiro, pedir desculpa. O meu planejamento foi para fazer em 15 minutos, porque foi o que eu recebi de orientação.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - É por isso que eu disse. Eu brinco com o meu pessoal, porque é difícil conter. Aqui, ao final, eu vou dar a palavra a uma pessoa que também era para ter entrado na lista. Senão fica muito extenso, e você não consegue fazer aquilo que seria o mais produtivo.

A SRA. LUÍSA SANTIAGO (*Fora do microfone*.) - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Então, eu gosto de dar 20, 25. Mas é só brincadeira.

A SRA. LUÍSA SANTIAGO (Para expor.) - Não, tudo bem, é mais porque, no momento da sua intervenção, o senhor me disse que eu já tinha 15 minutos, e eu me planejei para falar 15. Por isso, minha base, minha linha de base foi a de, a partir dos 15, ser um pouquinho elástica.

Primeiro, gostaria de agradecer pelo exercício de democracia que a gente vem fazendo aqui, desde das 9h da manhã. Faço eco ao André: a gente precisa manter as estruturas democráticas, elas estão sob ameaça, e hoje eu acho o Legislativo tem um papel extremamente importante em avançar pautas progressistas, porque não vai ser do Executivo atual. Nos próximos seis meses, a gente ainda tem que conviver com um certo pesadelo instalado desde 2018 aqui. Então, primeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quero depositar essa confiança - sente o peso, Senador! -, mas depositar essa confiança no Legislativo de carregar pautas progressistas dentro do nosso país.

Também gostaria de chamar um pouco para intercâmbios internacionais de países que olharam para a economia circular como estratégias de novos formatos de desenvolvimento. O Chile fez um processo lindo, que não é só do Legislativo, não é só de formulação de lei, mas é um processo de colaboração multissetorial de formulação de um *roadmap* - o Chile, que é absolutamente extrativo, dependente de seus minérios - para mudar o rumo do seu desenvolvimento. Isso é absolutamente intersetorial e dialoga com essa questão do exercício democrático, de que a gente está falando aqui, para, de fato, levar a gente para essa economia do futuro. Então, eu o convido também a conhecer esses processos: a França fez um processo muito legal também, que, inclusive, inspirou o do Chile; a Finlândia - tudo bem, não vamos falar da Finlândia, porque a gente não é a Finlândia -; a Colômbia também fez; e outros países da América Latina estão nessa mesma trajetória. Então, eu acho que o Brasil, que é a grande potência da América Latina e, sem dúvida, a mais biodiversa dessa região, tem tanto potencial!

Nesse momento, é um pouco de confiança que eu deposito no senhor. E faço-lhe um agradecimento também por ter proporcionado - e à Lara, obviamente, por ter provocado isso na agenda do Senador - por ter proporcionado esse debate. Que seja apenas o início!

Não vou me alongar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Bom, obrigado a você.

Eu queria convidar a Luciana, do instituto nacional de reciclagens. Está aqui, ainda? *(Pausa.)*

Cadê? *(Pausa.)*

Então, me avisa, não é? *(Risos.)*

Mas tudo bem. É que ela era uma das sugeridas para participar. Como a gente já estava com um número grande demais...

Eu queria realmente agradecer muito a participação; agradecer também ao Senador que está entre nós, aos Senadores que nos acompanharam. Não pensem que os Senadores não estão olhando; é que, muitas vezes, o pessoal não vem. Depois que se instalou a questão do virtual e do semipresencial, tem muita gente acompanhando.

Isso aqui serve evidentemente de subsídio. Nós estamos praticamente em processo já avançado de elaboração de um projeto - que, evidentemente, nunca será final, porque tem que passar por esta Casa, passar pela Câmara dos Deputados. E depois vou pedir ao pessoal nosso para enviar para cada um de vocês o projeto para recepcionar eventuais contribuições também. Insisto que nunca será o que cada um individualmente quer, porque, aí, é a construção que a gente tem que fazer na democracia.

Eu queria agradecer a todos que nos acompanharam também pela TV Senado e a participação e o tempo de cada um de vocês, porque eu sei que todo mundo tem agenda cheia, mas eu acho que essa contribuição é muito importante.

Realmente, o país se ressente da falta de um diálogo construtivo como um todo, quer dizer, os temas são sempre jogados dicotomicamente, são criados antagonismos artificiais. Na verdade, quem é raso prefere trabalhar com a dicotomia, porque na dicotomia basta o clichê: "eu sou isso; você, aquilo". Nós não somos só torcida de futebol. Ou a gente acredita que pode ir debatendo e chegando ou senão vira irracionalidade. Eu digo sempre que nós usamos mal a palavra "radical" no Brasil. Eu acho que a palavra "radical" é uma palavra positiva, significa que o cidadão tem raízes naquilo que pensa. É diferente de "sectário". Em geral, os sectários são rasos. Por serem rasos, têm que evitar o debate; é só xingou, levou, e por aí vai. Então, eu acho que o país se ressente muito.

Concordo com você: é um perigo altíssimo, não é uma coisa que acontece só no Brasil, é uma onda que acontece no mundo inteiro. É por isso que eu falei da sustentabilidade tripartite. Nós estamos há 77 anos do final da Segunda Guerra, e objetivamente o modo de desenvolvimento que nós todos humanos temos no mundo não vem resolvendo o problema de uma amplíssima maioria da população, muito menos o ambiental. Então, na desesperança, as pessoas abraçam qualquer loucura. É por isso que é preciso dar... Eu digo sempre que o melhor combate ao ódio é a prosperidade. Na prosperidade, na inclusão, pouca gente fica como presa fácil seja do tráfico, ou do crime, ou da milícia, ou de qualquer coisa do tipo.

Então, é um desafio danado. Eu estou nessa desde guri. Pensei que, quando eu chegasse a esta idade, poderia ter um certo descanso, e estou vendo que é o contrário: tenho mais trabalho pela frente ainda.

Bom, obrigado a todos!

Não havendo mais do que tratar, declaro encerrada esta sessão.

Obrigado. *(Palmas.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SF/22362.16368-92

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Nelsinho Trad, Fabio Garcia, Wellington Fagundes, Jaques Wagner e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Emendas da CMA ao PLDO 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao PLN 5/2022, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Relator: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA favorável à apresentação das 8 emendas propostas ao texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5 de 2022 e das 3 emendas de inclusão ao respectivo Anexo de Prioridades e Metas a seguir detalhadas. Emendas à meta: Número: **60080001** | Ementa: CMA088 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia | Alteração à Meta: 1.000; Número: **60080002** | Ementa: CMA082 –Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental | Alteração à Meta: 400; Número: **60080003** | Ementa: CMA071 - Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental | Alteração à Meta: 400. Emendas ao texto: Número: **60080004** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24 | Tipo: Aditiva; Número: **60080005** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso XLIV | Tipo: Modificativa; Número: **60080006** | Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV | Tipo: Aditiva; Número: **60080007** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19 | Tipo: Aditiva; Número: **60080008** | Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV | Tipo: Aditiva; Número: **60080009** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19, § único | Tipo: Aditiva; Número: **60080010** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 16 | Tipo: Aditiva; Número: **60080011** | Referência: Corpo da Lei, Cap XI, Art 156 | Tipo: Aditiva. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 149, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 149 de 2019. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4206, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para proibir a realização de tatuagens e a colocação de piercings em cães e gatos, com fins estéticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.206 de 2020. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3668, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, o

Página: 1/2 22/06/2022 17:30:24
22c60ccdcce25790a3b317fbf727bf48a341d45d
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SF/22362.16368-92

registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.668 de 2021 com as emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia da Moção nº 1463/2021, de protesto e repúdio em relação à transferência de lixo radioativo para o município de Itu/SP, a ser realizada pela empresa "INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL (INB)"." **Autoria:** Câmara Municipal da Estância Turística de Itu-SP. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" nº 10 de 2022 e pela aprovação de três Requerimentos de Informação dirigidos aos senhores ministros do Meio Ambiente, de Minas e Energia e de Ciência, Tecnologia e Inovações. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer dessa Comissão favorável à apresentação à Mesa Diretora de três requerimentos de informação: REQ 38/2022-CMA ao Ministro do Meio Ambiente; REQ 39/2022-CMA ao Ministro de Minas e Energia; REQ 40/2022-CMA ao Ministro De Ciência, Tecnologia e Inovações. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 36, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Joaquim Alvaro Pereira Leite, informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis sobre o processo relativo à importação de 18 girafas (Giraffa camelopardalis) pelo empreendimento RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A., que atualmente se encontram no Hotel Resort Safari Portobello, em Mangaratiba - RJ;." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 37/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade. **Participantes:** Sra. Mônica Nogueira, Professora e Pesquisadora da UnB (representante de: Mercedes Bustamante. Pesquisadora da Universidade de Brasília - UnB); Sr. Dione do Nascimento Torquato, Secretário Geral (representante de: Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS); Sr. Jeferson Straatmann, Coordenador do ISA e Membro do ÓSocioBio (representante de: Instituto Socioambiental - ISA e Observatório da Economia da Sociobiodiversidade - ÓSocioBio); Sr. Ricardo Abramovay, Pesquisador e Especialista Sobre Sociobiodiversidade; e Sra. Dionete Figueiredo, Administradora e Gestora da Copabase (representante de: Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado). **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Antes de encerrar, o Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

Página: 2/2 22/06/2022 17:30:24
22c60ccdcce25790a3b317fbf727bf48a341d45d
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
22/06/2022 - 13ª - Comissão de Meio Ambiente

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) - Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 8 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em três partes: primeira, discussão e seleção das emendas da CMA à LDO 2023; segunda, deliberação de matérias e requerimentos; terceira, audiência pública para debater desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Antes de darmos início à nossa reunião, gostaria de pedir um minuto de silêncio, em homenagem à Bruno Pereira e Dom Phillips.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado a todos e todas.

Neste momento, eu passo a proceder à leitura de uma fala do meu querido Senador Jaques Wagner, que tão brilhantemente preside esta tão importante Comissão do Meio Ambiente do Senado, no momento tão delicado por que passamos.

Nossa solidariedade aos familiares e amigos das vítimas Bruno e Dom Phillips, que lutavam e trabalhavam em prol de um futuro melhor para todos nós e, sobretudo, pela defesa dos direitos e territórios dos povos indígenas. Ambos vinham denunciando não só o desmonte provocado pelo Governo Federal, mas também a omissão deste Estado, que deveria proteger os povos indígenas e que hoje os deixa à mercê de grupos criminosos nacionais e internacionais, do garimpo e do saque das riquezas desses povos. Cabe lembrar que, em 2019, Bruno Pereira foi exonerado do seu cargo na Funai, aspas, "por exercer sua missão institucional de proteção aos povos originários e comandar uma ação de combate às atividades ilegais em territórios indígenas", fecha aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como bem lembrou a Dra. Mercedes Bustamante em artigo, incansável e ciente do ciente papel, Bruno voltou à região do Vale do Javari para cumprir a missão deixada de lado pelo Estado. Não foi uma aventura, como disse o Sr. Presidente da República, foi seu trabalho, foi sua luta, desprotegidos do Estado, que os colocou no caminho da morte.

Esta Casa há de se levantar e denunciar a omissão que tem levado a um genocídio dos povos indígenas e de seus defensores. Essa tragédia, mais uma em meio a tantas perdas do nosso povo, novamente gerou grande repercussão e coloca o Brasil mais uma vez entre os países que mais matam lideranças de movimentos sociais e ativistas ambientais mundo afora.

Na última sexta-feira, dia 17, outra liderança foi assassinada: Wesley da Silva lutava pela defesa do território onde vivia com mais de 280 famílias, em um assentamento rural. Com 38 anos, foi morto, a tiros pelas costas, em uma região de conflito, no Estado de Rondônia. Wesley era presidente da Associação Nova Esperança. Ele deixa esposa e duas filhas.

Nos últimos três anos, 15 pessoas foram assassinadas, no Estado de Rondônia, em decorrência de conflitos no garimpo. A informação consta no relatório preliminar do Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra, divulgado na última sexta-feira, dia 17. Os números da CPT apontam que no ano passado, inclusive, Rondônia foi o estado com maior número de pessoas assassinadas em decorrência de conflitos no campo. Foram 11 homicídios. Já neste ano, de acordo com dados apurados até 9 de maio, três pessoas foram mortas no estado em decorrência de algum conflito por terra.

Já em 2019, presenciamos o assassinato de lideranças e ativistas da causa ambiental em nosso país. Lembremos de Dilma Ferreira dos Santos, liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), assassinada no Estado do Pará juntamente com seu marido, Claudionor da Silva, e o amigo do casal, Hilton Lopes; Carlos Cabral Pereira, líder sindical de Rio Maria, também do Estado do Pará; Luís Ferreira da Costa, atropelado por uma caminhonete durante manifestação que reivindicava o fornecimento de água para o Acampamento Marielle Vive, em Valinhos, São Paulo;

Cacique Emyra Wajãpi, encontrado morto em meio à mata próxima à Terra Indígena Waiãpi, no Amapá, área de conflitos com garimpeiros; Paulo Paulino Guajajara, assassinado no interior da Terra Indígena Arariboia, onde vivia no Maranhão; Sebastião Carvalho, Seu Tião, assassinado no Assentamento Irmã Dorothy, Município de Quatis; José Izídio Dias, conhecido como Seu Vermelho, 89 anos, assassinado a machadadas no Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia.

Em 2022, já são 19 pessoas assassinadas em conflitos no campo. Peço desculpas por não citar o nome de todas as vítimas. Infelizmente, o número assustador de vidas perdidas não nos permite prestar as devidas homenagens a todos em nosso curto tempo nesta reunião.

Lembramos também que o julgamento sobre o marco temporal de terras indígenas foi retirado de pauta do STF. A análise da ação seria retomada no próximo dia 23. Não há nova data prevista. A decisão foi tomada pelo Ministro Luiz Fux, Presidente do STF. Esperamos que nossa Corte Suprema traga resolução para este absurdo. Os povos originários, que foram escravizados e violados e seguem sem seus direitos até os dias atuais, merecem paz em seus territórios.

Estamos vivendo um verdadeiro estado de horror em nosso país. A barbárie tomou conta da realidade de brasileiros e brasileiras que vivem nos rincões deste país. Deveríamos ver um Estado defensor da paz, dos direitos de povos e comunidades tradicionais e indígenas, dos agricultores familiares e camponeses; mas o que vemos é um Estado que fomenta o ódio, que incentiva o armamento da população. Daremos um basta nesta triste história.

Nesta primeira parte, precisamos decidir sobre as emendas que a Comissão de Meio Ambiente apresentará o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023.

No prazo determinado, foram apresentadas pelos membros da CMA 81 emendas de inclusão ao Anexo de Metas e Prioridades; oito emendas ao texto da lei. As Comissões Permanentes podem apresentar até três emendas de inclusão, não havendo limite para as emendas de texto.

Concedo a palavra, para a leitura de seu relatório, ao querido Senador a quem aqui eu presto minhas homenagens, Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) - Pois não, Presidente.

Cumprimentando-o, eu já peço a V. Exa. também - eu vou presidir daqui a pouco a Comissão Senado do Futuro, e a Comissão de Segurança Pública também vai votar as questões orçamentárias -, como eu tenho um item na pauta, o item 2, se V. Exa. puder inverter, colocar como item 1, porque eu posso também relatar, eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) - Já peço a V. Exa. para ir direto à análise do parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O parecer da Comissão de Meio Ambiente é sobre sugestões de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, Projeto de Lei nº 5, de 2022, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências".

Análise.

No que tange ao Anexo...

Aliás, eu vou ler o relatório, porque é pequeno, Presidente.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente nos seus arts. 87 a 91, a Comissão de Meio Ambiente reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias para 2023 (PLDO 2023). Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da Comissão de Meio Ambiente.

Esse é o relatório.

Análise.

No que tange ao Anexo de Prioridades e Metas, foram apresentadas propostas em número que extrapola o limite máximo de três emendas reservadas à Comissão de Meio Ambiente. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite definido na regulamentação. As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas à meta exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações que, no nosso entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais pertinentes, bem como atendam ao maior número possível de Congressistas, com base nos interesses manifestados por cada um.

No que se refere às emendas de texto, não encontramos óbices regimentais que justifiquem a inadmissão das emendas apresentadas. Nesse sentido, consideramos que devam ser apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente todas as emendas de texto.

Aí vem o voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas nºs 88 (Ação 21B8); 11, 13, 25, 28, 39, 57 e 82 (Ação 214O); e 15, 21, 24, 59, 66 e 71 (Ação 20VY). Nesses termos, será viabilizada a apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2022, destinadas às seguintes ações:

- 21B8 - Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia, com meta de mil agricultores assistidos;

- 214O - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental, com meta de 400 ações realizadas;

- 20VY - Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental, com meta de 400 cursos/seminários/oficinas realizados.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2023.

No tocante às emendas de texto, votamos pela apresentação das sugestões de Emendas nºs 9, 44, 45, 46, 48, 53, 54 e 89.

Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido Senador Izalci.

Em discussão o relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável à apresentação das oito emendas propostas ao texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, e das três emendas de inclusão ao Anexo de Prioridades e Metas.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Parabéns, Senador Izalci.

Vamos passar agora imediatamente à análise do item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4206, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para proibir a realização de tatuagens e a colocação de piercings em cães e gatos, com fins estéticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.206 de 2020.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Convido o Senador Izalci Lucas para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) - Presidente, vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei 4.206, de 2020, do Deputado Fred Costa, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para proibir a realização de tatuagens e a colocação de *piercings* em cães e gatos, com fins estéticos.

A proposição acrescenta o §1º-B ao art. 32 da Lei de Crimes Ambientais, para estabelecer que incorre nas penas previstas ali previstas quem realiza ou permite a realização de tatuagens e a colocação de *piercings* em cães e gatos, com fins estéticos.

A cláusula de vigência do projeto estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor da proposição, o Deputado Fred Costa, defende que "a liberdade de tatuar a pele não significa que podemos tomar essa decisão pelos animais que convivem conosco". Isso porque, segundo ele, além do sofrimento causado pela dor, os animais tatuados são expostos a diversas outras complicações, como reações alérgicas à tinta e ao material utilizado no procedimento, infecções, cicatrizes, queimaduras e irritações crônicas.

Após apreciação da Comissão de Meio Ambiente, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, de acordo com o art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente fauna e direito ambiental, temas de fundo do PL 4.206, de 2020.

A proposição visa a proibir, em todo o território nacional, a realização de tatuagens e a colocação de *piercings* em cães e gatos, com fins estéticos. E não poderia vir em melhor momento.

Normatizações semelhantes são encontradas em algumas unidades da Federação, como Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pernambuco, e Municípios como Juiz de Fora (MG) e Barra Mansa (RJ). Proposições legislativas nesse mesmo sentido encontram-se em tramitação nos Estados do Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Paraná e em diversos outros municípios.

Em âmbito mundial, a proibição dessa prática tomou impulso mais recentemente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. A polêmica ganhou força, quando alguns famosos e esportistas começaram a posar na internet com seus animais que foram submetidos a esse tipo de procedimento, o que acabou chamando a atenção de Deputados do Estado de Nova York.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil também esteve envolvido em polêmica semelhante, quando um tatuador mineiro, tutor de uma cadela *pit bull*, tatuou o animal e postou vídeos e fotos na internet da tatuagem, admitindo ter feito o procedimento por desejo estético, embora tenha garantido que o animal tivesse sido anestesiado e que a atividade foi feita com um veterinário presente.

Não estamos aqui querendo cercear sem pudores o direito de o proprietário dispor livremente de seu bem, no caso, o animal de estimação, ou o exercício de sua liberdade de expressão de nele imprimir tatuagens que expressem suas preferências artísticas, simbólicas ou culturais. Ocorre que a "coisa", entre aspas, ou o bem em questão adquire um *status* especial, conforme reconhece o próprio Direito Civil, de modo que não é ilimitado o direito do dono de usar, gozar, dispor ou usufruir do animal. Ademais, a própria Constituição Federal veda as práticas que submetam os animais à crueldade (art. 225, §1º, inciso VII).

As tatuagens permanentes são feitas com a aplicação de tinta por meio de agulhas na região da pele conhecida como derme, que se localiza logo abaixo da camada mais externa, a epiderme. Não fosse assim, o processo de descamação da pele levaria à eliminação da tatuagem. Lembre-se de que a derme é irrigada por grande quantidade de vasos sanguíneos e terminações nervosas e, por isso, é sensível à dor.

Também é necessário considerar que tal procedimento resulta em feridas na pele que necessitam de cicatrização, um processo que demandará cuidados, como lavagem e troca frequente de curativos. O procedimento é doloroso em humanos e podemos supor que o seja ainda mais em animais, dada a menor espessura de sua pele.

Além de provocar dor, as tatuagens expõem os animais a diversas complicações, desde o risco inerente aos procedimentos de sedação, reações alérgicas à tinta e ao material utilizado na tatuagem, dermatites, infecções, cicatrizes, queimaduras, irritações crônicas e, em alguns casos, até necrose da pele.

Relativamente aos *piercings*, além do risco de inflamações e infecções, aumenta-se a probabilidade de o animal prender o acessório em outros objetos, podendo ocasionar lacerações, ou mesmo em virtude de conflitos com outros animais. Ademais, os *piercings* tradicionais exigem que se perfure a pele do animal para que seja fixado, o que lhe causa ferimento que, ainda que sob anestesia, pode causar complicações.

Nenhum desses procedimentos é amparado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Ao contrário: o órgão considera intervenções cirúrgicas para fins estéticos mutilações e maus-tratos praticados contra os animais.

Por tudo isso, é acertada a equiparação das condutas mencionadas no PL 4.206, de 2020, como maus-tratos, cominando a elas as mesmas penas previstas no art. 32 na Lei de Crimes Ambientais.

Voto.

Então, pelo exposto, votamos pela aprovação do PL 4.206, de 2020.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido Senador Izalci.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.206, de 2020.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) - Antes de eu sair - eu vou presidir agora a Comissão -, eu queria pedir a V. Exa. vista no item 3, porque nós estamos conversando com o Senador Veneziano no entendimento de uma redação melhor.

Se V. Exa., então...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Eu pediria a V. Exa... Antes eu vou conceder a palavra ao meu querido Senador Jaques Wagner.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Ele pede a palavra, e aqui eu quero agradecer, Senador Jaques, a oportunidade de estar aqui humildemente substituindo V. Exa. nesta tão conceituada Comissão.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Bom, eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Izalci e agradecer por ter assumido a Presidência da Casa, porque eu estou no interior da Bahia neste dia. Quero me associar a V. Exa. com as palavras que disse sobre as vítimas desse violento assassinato em Javari, na Amazônia, e dizer que para nós é realmente nacionalmente uma vergonha essa questão. Eu acho um absurdo e acho que a palavra de V. Exa. é correta. O Governo Federal na verdade colocou os dois jovens no caminho da morte ao desprovê-los de qualquer proteção quando estavam fazendo um trabalho pacífico e preservacionista.

Quero agradecer também e parabenizar o Senador Izalci pelo relatório da LDO da Comissão de Meio Ambiente, que foi por mim designado. Agradeço a V. Exa. por ter aceitado e ter relatado, ao tempo que aproveito para lhe pedir vênia, porque acabo de falar com o Senador Vanderlan, e esse projeto do bioinsumo já estava na pauta há 15 dias. Eu retirei de pauta a pedido do Mapa, retirei da ordem do dia, para acolher ajustes a pedido do Mapa nesse projeto.

Eu chamo atenção, Senador Izalci, porque, quando eu retirei o projeto aqui, ao mesmo tempo foi votado um projeto sobre o mesmo tema na Câmara dos Deputados. Há pouco, o Senador Vanderlan me ligou, eu expliquei para ele, pedi à minha chefia de gabinete que conversasse com a sua assessoria para explicar para as pessoas que o que nós estamos fazendo é um novo setor. Então, não há nenhum tipo de tentativa de cercear ou de regular excessivamente esse setor.

Então, eu pediria a V. Exa., porque, como nós já adiamos e o projeto na Câmara está caminhando para o Plenário da Câmara, vai acabar acontecendo que nós, no Senado, vamos ficar para trás. Então, eu lhe pediria a vênia. Eu sei, as pessoas têm visitado os Senadores para pedir audiência pública. A matéria foi muito negociada, o Senador Veneziano é uma pessoa extremamente ponderada e a nossa equipe do gabinete também. Então, eu pediria vênia a V. Exa., relatando que esse projeto estava há 15 dias na pauta, foi retirado, foram feitos ajustes a pedido do Mapa. Portanto, se V. Exa. me conceder essa explicação, aceitar essa explicação, eu lhe pediria que a gente pudesse votar hoje esse projeto do bioinsumo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Consulto se o Senador Izalci quer se manifestar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) - Por mais que esteja aqui na Comissão há 15 dias, com esse sistema semipresencial, nunca dá para a gente debater realmente o tema da forma como merece. Eu, particularmente, gostaria de aprofundar um pouco nesse projeto. Eu acho que teria que fazer o relatório, mas, de qualquer forma, vou pedir vista com o compromisso de, na próxima reunião, inclusive estar aqui presente para votá-lo. Mas eu regimentalmente farei o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeito, Senador Izalci.

Esclareço apenas que o pedido de vista regimentalmente ocorre após a leitura do relatório. Então, anuncio o item 3 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3668, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.668 de 2021 com as emendas que apresenta.

Observações: *1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Convido o Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) - Eu o saúdo pela passagem do seu aniversário nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) - Quero cumprimentar a Comissão de Meio Ambiente e pedir a V. Exa., o condutor desta sessão, que eu possa passar à leitura da parte que nos cabe fazer no relatório, à análise.

Inclusive, antecipo que todos os requisitos formais, com os cuidados próprios que tem, sabidamente por nós, o Senador Jaques Wagner, e todas as exigências em relação à juridicidade, à constitucionalidade e à técnica legislativa foram plenamente atendidos.

Por isso mesmo... Em face do propósito que nós temos de dar celeridade, sem que percamos, Sras. e Srs. Senadores e também aqueles que nos assistem, o conhecimento pleno sobre uma matéria de sumíssima importância para esse setor que avança consideravelmente no país e exatamente por esta visão, por este cuidado identificado, o Senador Jaques Wagner o elaborou, com muita competência, com amplitude, sem, em nenhum momento, desconhecer os cuidados para que nós não engessássemos por meio de processos legislativos ordinários essas questões que envolvem os bioinsumos.

Então, eu faço, com a sua permissão, a leitura da análise, já avançando, porque já considerei atendidas as questões e os requisitos formais.

No mérito, entendemos que o projeto de lei é extremamente oportuno, sobretudo para fomentar o investimento, dar garantia aos contratos de longo prazo, típicos desse segmento, e certamente para dar a segurança jurídica devida.

Como bem asseverou o Senador Jaques Wagner, o setor de bioinsumos movimenta perto de R$1 bilhão por ano no Brasil, já colabora com mais de 50 milhões de hectares na produção agrícola e está crescendo significativamente. Portanto, sob o olhar econômico, o desenvolvimento dos bioinsumos representa uma importante ação estratégica de desenvolvimento para o Brasil.

Nesse contexto, indubitavelmente, a regulamentação do uso de bioinsumos no Brasil promoverá a proteção de cultivos, bem como, também, a ampliação da utilização desses produtos na agricultura e pecuária brasileiras.

Em adição, os dados disponíveis indicam que o registro de bioinsumos para controle de pragas e doenças no Mapa, em 2013, foi de 107 produtos, contra 433 produtos atualmente registrados, o que demonstra uma tendência de crescimento do setor.

No contexto geoestratégico, a proposta veiculada se mostra igualmente relevante... *(Falha no áudio.)*

Sr. Presidente, eu pediria, se V. Exa. puder, para que se dirigisse aos companheiros, porque há microfones abertos.

No contexto geoestratégico, a proposta veiculada se mostra igualmente relevante, porque pode *(Falha no áudio.)* ... a que faz jus.

Ante o exposto, considerando que os bioinsumos são produtos de origem biológica que substituem total ou parcialmente os insumos de origem sintética; que os bioinsumos podem reduzir a dependência externa de insumos importados, reduzir custos de produção e trazer maior sustentabilidade à produção agrícola; e, adicionalmente, que o Brasil detém vantagens comparativas e centros de pesquisa preparados para incentivar a expansão de sua produção e qualidade, o que pode beneficiar os produtores rurais e consumidores de todo o mundo, nosso entendimento é de que devamos apoiar a presente iniciativa proposta pelo Senador Jaques Wagner.

No entanto, com vistas a aprimorar - modestamente assim o faço - a iniciativa do nobre Relator, Senador Jaques Wagner, tendo ouvido setores, através de audiências e também através das próprias presenças junto às nossas consultorias, tanto a do nosso gabinete, como a do gabinete do Senador Jaques Wagner, propomos os seguintes aprimoramentos.

Em primeiro lugar, propomos a inserção da finalidade "importação" na ementa e no art. 1º do projeto de lei, já que o texto também trata da importação de bioinsumos, nos termos das disposições contidas nos arts. 3º e 14 do PL. Escoimamos, também, a duplicidade do termo "registro" para aprimoramento de técnica legislativa nos mesmos dispositivos.

Entendemos ser relevante a padronização e atualização conceitual com base no padrão científico nacional e internacional, razão pela qual propomos as modificações seguintes no art. 2º do PL 3.668.

Tendo como referência o Regulamento 1.107, do ano de 2009, do Ebic, a Definição Consulta Pública EPA/Fifra, de novembro de 2020, e o documento da USDA, de 2019, propomos a redefinição de bioestimulante contida no inciso II do artigo, uma vez que definição internacional do tema não insere o controle de população. A permanência da menção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao controle populacional poderia, inclusive, fazer a futura norma conflitar com a regulamentação de produtos destinados a controle de pragas.

Em adição, propusemos a adequação dos conceitos de agente macrobiológico e microbiológico, nos incisos VI e VII do artigo, para harmonizar essas definições à recomendação técnica internacionalmente estabelecida.

A não inclusão dos processos biotecnológicos do conceito de agente microbiológico, por sua vez, representaria um retrocesso, na medida em que a biotecnologia é empregada em todos os países da OCDE, inclusive no Brasil, conforme determinações da Lei de Biossegurança. E, ainda, a técnica tem aplicação direta na medicina, na produção industrial e de alimentos, o que demanda essa diferenciação.

No inciso XIV do art. 2º, propomos a exclusão da expressão "cujo registro para fins comerciais" para promover maior clareza, maior a definição de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica, que se aplicaria, independentemente dos fins comerciais ou não dessa produção.

No inciso XX do mesmo artigo, propomos que não haja distinção no registro, pois o agente "registrante" deve ser todo aquele que esteja sujeito a registro, independentemente do tipo de estabelecimento.

No inciso XXIV, propomos o estabelecimento de maior clareza em relação aos requisitos mínimos de segurança necessários para a produção *on farm*, que envolve a utilização de microrganismos isolados.

Como no sistema internacional, no Brasil não há permissão para produção de microrganismos de controle, mesmo de classe de risco biológico 1 e 2, sem que haja avaliação da agência de saúde e de meio ambiente.

A produção de microrganismos isolados em propriedades rurais, como é de conhecimento público, envolve riscos sanitários e de propagação indesejada de agentes biológicos, com potenciais impactos sobre a sanidade vegetal, a saúde humana e o meio ambiente.

A EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, estabelece que, para produção desses microrganismos, é exigida a descrição do método de controle para avaliação da ausência de contaminantes ao meio ambiente e para prevenir prejuízos ao ser humano.

Entendemos que não é coerente tecnicamente minimizar os riscos pelo local da biofábrica: na propriedade ou fora dela.

Por essa razão, as alterações propostas visam deixar claro que esta produção é restrita a microrganismos que já passaram por avaliações prévias dos riscos à saúde e ao meio ambiente, que já estão autorizados para uso na agricultura orgânica, e que possuam especificações de referência regulamentadas, com indicação da concentração limite do ativo biológico.

Adicionalmente, para a redução de riscos, a produção deve ser voltada para o atendimento exclusivo ao produtor em sua propriedade, evitando-se o transporte e o compartilhamento de materiais e mitigando, por assim ser, os riscos associados a essa produção.

Em decorrência, no inciso XXV do art. 2º do PL, são propostas alterações para definir as principais características das unidades de produção de bioinsumos: o não uso de microrganismos isolados; o uso próprio individual exclusivo na propriedade; e a produção não comercial.

Adicionalmente, sugerimos a supressão da previsão do uso por associações, o que poderia acarretar num volume expressivo de produção, o que impactaria o processo de fiscalização, de transporte e a análise de armazenamento do produto.

Entendemos que o registro dos estabelecimentos dos produtores seja necessário para permitir que exista uma identificação mínima do agente produtor dos insumos, independentemente de terem sido produzidos para fins comerciais ou para uso próprio. Além disso, o registro permite a atividade de fiscalização, ainda que seja feito por meio de procedimentos simplificados.

O §1º proposto ao art. 3º, por exemplo, estabelece os requerimentos mínimos, observadas as exceções previstas na lei, para o registro de estabelecimentos, e remete para regulamentação os requerimentos específicos.

O §2º proposto ao art. 3º visa à adequação da redação, para tornar a autodeclaração uma faculdade a ser aplicada de acordo com as características do estabelecimento, nos termos do regulamento.

Por fim, considerando que o inciso XXV do art. 2º retirou a possibilidade de produção na forma associada, consórcio, condomínio rural, como regra geral, devido ao risco de essa produção associada estimular a produção de volumes expressivos de bioinsumo, entende-se ser necessária a permissão específica para a produção associada na agricultura familiar.

Nesse sentido, propusemos a inclusão do §7º no art. 3º para garantir esse direito à agricultura familiar, que será oportunamente regulamentada pelo Mapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualmente, os bioinsumos utilizados para o controle de pragas são registrados no Mapa, após avaliação dos órgãos federais de saúde, meio ambiente e agricultura. Nesse sentido, para que seja concedido o registro de produtos biológicos de controle são realizados testes toxicológicos e ambientais.

Entendemos, dessarte, que as competências dos órgãos da saúde e do meio ambiente para controle, registro e fiscalização não devem ser suprimidas, sob pena de um grande retrocesso ambiental na legislação de regência.

Para os demais bioinsumos, nos §§2º e 3º propostos do art. 4º do PL, apresentamos sugestões de alterações que trazem possibilidades de flexibilização e dispensa dos estudos toxicológicos e ecotoxicológicos e, inclusive, da avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ibama, sempre a critério das agências de regulação.

Entendemos, por princípio, não fazer sentido prever a isenção de registro de produto associada ao tipo de estabelecimento, pois são as características do produto que devem determinar o procedimento de registro a ser adotado.

De forma similar à isenção de registro de agentes biológicos ativos (macrorganismos), a redação original geraria retrocessos na fiscalização dos produtos comerciais, na avaliação da dosagem, na forma de aplicação e na análise sobre sua eficácia.

Dessa forma, a isenção de registro deve ser restrita a produtos de ação puramente mecânica ou de ingredientes ativos advindos de fermentação biológica e/ou de alimentos e seus resíduos.

O projeto de lei contempla uma grande amplitude de categorias de bioinsumos, com caraterísticas e riscos diferenciados, de modo que o regulamento deve estabelecer o procedimento de registro dos bioinsumos de acordo com os seus ingredientes ativos, componentes e laudos de produção.

Nessa linha, nós entendemos ser necessário ajustes no art. 5º do PL, para estabelecer a regra geral para o procedimento administrativo padrão a ser seguido para o registro de bioinsumos, e o novo §1º, contendo os requisitos mínimos.

Destacamos que, em relação aos produtos com uso aprovado para a agricultura orgânica, por já terem sido objeto de análise prévia, a norma prevê a não necessidade de avaliação do órgão de saúde e de meio ambiente, pelo fato de o PL conter previsão semelhante em outro dispositivo.

Sugerimos, por oportuno, modificações no art. 9º. A produção *on farm*, pelo fato de ser utilizada para o uso próprio, pode não seguir as mesmas regulamentações e medidas de controle sanitário que a produção comercial, que possui maior exigência de pureza, concentração e identidade dos microrganismos presentes.

Contudo, a norma deve tomar as precauções mínimas para reduzir a liberação de contaminantes e patógenos no meio ambiente. Para isso sugerimos que a produção fique restrita a microrganismos já testados e aprovados dentro das especificações de concentração e dosagem na agricultura orgânica, comprovadamente adquiridos em bancos de germoplasma oficialmente reconhecidos pelo Mapa.

É importante que nós ressaltemos que as sugestões apresentadas a esse artigo visam conferir essa segurança, incorporando recomendações presentes em nota técnica da Embrapa de 2021 que propõe como pontos mínimos a serem previstos em regulamentação: i) permissão de multiplicação apenas de microrganismos com especificação de referência aprovada, adquiridos em bancos de germoplasma reconhecidos como oficiais pelo Mapa; ii) estabelecimento de Cadastro Nacional de Bioinsumos, para permitir a rastreabilidade de eventual problema sanitário; e iii) definição de um responsável técnico habilitado. Adicionalmente, o texto proposto também prevê a isenção de cadastro e registro das práticas tradicionais da agricultura orgânica, que por sua escala e métodos de produção apresentam risco menor, reduzido.

A definição dos procedimentos de licenciamento ambiental da produção *on farm* de bioinsumos por meio de decreto federal poderia ferir a Lei Complementar 140, de 2011, que define as competências federativas em matérias ambientais.

Por se tratar de uma atividade cujo processo de licenciamento estará a cargo dos órgãos ambientais estaduais, os procedimentos de licenciamento da produção *on farm*, em razão do porte e potencial poluidor do empreendimento, devem ser definidos pelos respectivos órgãos e instâncias consultivas locais.

Adicionalmente, produção de bioinsumos, por suas características, não pode ser considerada uma atividade agropecuária primária, diretamente associada ao uso e à ocupação do solo e consequentemente sujeita, exclusivamente, à regularidade ambiental da propriedade nos termos do Código Florestal brasileiro.

Em decorrência, sugerimos ajustar o art. 10 para alinhar o processo de definição dos procedimentos de licenciamento ambiental aos ditames constitucionais e legais, além de adotar a lógica estabelecida no texto proposto na Lei Geral de Licenciamento Ambiental, ainda em debate na Câmara dos Deputados.

Sugerimos, igualmente, no art. 11, a inclusão do controle dos lotes de produção de bioinsumos, por ser importante para controle da rastreabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atendendo recomendação técnica da Anvisa, propomos inserção de um novo art. 12, com o objetivo de garantir que serão respeitados os direitos de propriedade das empresas registrantes de bioinsumos comerciais e ainda para coibir multiplicação e comercialização ilegal de produtos. A não preservação desses direitos legais poderá desestimular investimentos em pesquisas e desenvolvimento tecnológico para obtenção de novos produtos, com prejuízos para toda a cadeia produtiva.

Adicionalmente, a multiplicação indiscriminada de micro-organismos, a partir de produtos comerciais comprometerá a eficácia dos produtos originais e a capacidade de os bioinsumos darem as respostas esperadas pelos produtores.

Já estamos na fase conclusiva, Presidente Contarato, companheiros e companheiras.

Acerca do atual art. 12, propusemos que toda a produção de bioinsumos seja sujeita ao autocontrole, como mecanismo de acompanhamento e controle dos processos de produção. A inclusão da produção *on farm* nos programas de autocontrole, conforme as características dos estabelecimentos e da produção, constitui-se ferramenta essencial de segurança pelo fato de estas unidades serem mais suscetíveis a acidentes e possuírem mecanismos de controles menos rígidos do que os adotados pela produção comercial - isso é fato. O regulamento, outrossim, poderá dispor sobre o rigor, ou não, dos procedimentos de autocontrole em função do tamanho e das características da atividade.

É importante evitar a fragmentação das informações em diversos cadastros estaduais. Por essa razão, nós sugerimos ajuste ao inciso III do art. 14, para unificar o cadastro no âmbito do Mapa.

Também propusemos alterações na fiscalização da produção sob a responsabilidade do ministério, para alinhamento ao que ocorre atualmente e já é previsto no art. 14.

Por oportuno, são apresentados ajustes para que as infrações aos dispositivos da futura lei gerem responsabilidades não apenas na esfera administrativa, mas também nas esferas civil e criminal, além da possibilidade de medidas cautelares.

Atualmente, os bioinsumos estão enquadrados como agrotóxicos e afins, o que significa que estão sob a tutela da Lei nº 10.603, do ano de 2002. Com a edição da futura lei haverá a distinção entre bioinsumos e agrotóxicos. Essa situação demandará a necessidade de alteração da Lei nº 10.603, de 2002, para incluir expressamente os bioinsumos dentre os produtos sob sua tutela, sob pena de ficarem de fora da proteção contra uso comercial desleal de informações já aplicadas para produtos de uso veterinário, fertilizantes, agrotóxicos, seus componentes e afins.

Com a proposta de revogação das disposições das Leis nºs 7.802 e 6.894, aplicáveis para os produtos biológicos, torna-se fundamental delimitar a aplicação das normas para evitar impasses em relação a qual diploma legal deverá ser aplicado. Além disso, apesar de o PL se propor a disciplinar a destinação final de resíduos e embalagens, o texto inicial não dispõe sobre a matéria. Assim, torna-se necessária a criação de dispositivo para regular a obrigação de devolução de embalagens vazias e de sobras desses produtos.

O Brasil, reconhecidamente, é uma referência mundial na devolução de embalagens vazias de agrotóxicos. A sistemática estabelecida em Lei nº 9.974, que alterou a lei dos agrotóxicos, assegurou a destinação ambientalmente correta de cerca de 94% das embalagens plásticas primárias que entram em contato direto com o produto.

Com essas emendas, senhoras e senhores, entendemos que estamos preservando na íntegra a ideia do nobre e competente Senador Jaques Wagner e também promovendo adequações fundamentais para a padronização de conceitos e normas, para o estabelecimento de procedimentos, para o registro em função das características e riscos associados aos empreendimentos e produtos, para a promoção da segurança jurídica e para o fomento ao investimento e desenvolvimento dos bioinsumos no Brasil.

O voto, Presidente Fabiano Contarato.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.668, do ano de 2021, com as emendas que nós mencionamos e que se encontram ao conhecer de cada um dos senhores e das senhoras integrantes deste Colegiado.

Peço permissão a V. Exas. para não fazer as leituras uma a uma, exatamente pela extensão e por força de todas elas serem do conhecimento e acesso dos nobres companheiros e companheiras da Comissão de Meio Ambiente, Presidente Contarato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, pela leitura do seu brilhante relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) - Presidente, primeiro, quero dizer que o Senador Vanderlan está com dificuldade de entrar no sistema, mas ele também fez o pedido para que a gente possa ainda fazer alguns ajustes no relatório. Eu vou pedir vista, como já pedi, mas eu quero já antecipar aqui alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pontos que não estão no relatório e que demandariam uma análise mais profunda do Relator, se possível, que atentasse a esses pontos. Eu vou aproveitar e já ler. Se ele puder...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Querido Senador, não seria mais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Para a gente poder assumir o compromisso de votar na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Eu vou também pedir vista, então vai ser concedida vista coletiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Semana que vem entra na pauta da sessão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Mas eu só quero, na discussão, fazer um apelo ao Relator para ficar atento a alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Primeiro: entender que essa lei é de bioinsumos, e não apenas de controle biológico, e que não pode generalizar trazendo sempre a Anvisa e o Ibama para todos os registros. Esse órgão não tem *expertise* para avaliar inoculante ou remineralizador ou mesmo extrato de óleo vegetal, entre outros. Então, esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: o texto do Senado estabelece a necessidade da obrigatoriedade de avaliação da Anvisa e do Ibama no processo de registro. Nós sabemos como é a questão da burocracia no Brasil. Além de desnecessário, já sabemos o resultado final: anos a fio para se fazer um registro, da forma como está.

O terceiro: colocou a necessidade de registro no cadastro de patrimônio genético. Também já foi demonstrado na Câmara que é um produto intermediário. Pela Lei do Patrimônio Genético, a Lei 13.123, eu não pago pelo acesso no patrimônio genético; só no produto final.

E, para finalizar, Presidente, a produção *on farm* fica impossibilitada, pois quer estabelecer os mesmos requisitos que existe para a indústria, incluindo o regramento para obtenção de licença ambiental, proibição da produção compartilhada ou mesmo transporte do produto produzido, ou seja, cada produtor teria que ter uma unidade de produção em cada propriedade, não poderia transportar os insumos, mesmo os pequenos e médios. Cada um tem que ter a sua própria biofábrica. E, em parte da Lei do Agrotóxico, a Lei 7.802, principalmente na devolução de embalagem, ou seja, mesmo a embalagem usada para produzir inoculante ou biofertilizante terá que ser devolvida.

Então, são esses seis pontos pelos quais eu pediria ao Relator para ter uma atenção especial, mas eu não quero, em momento algum, postergar ou inviabilizar a aprovação; muito pelo contrário. Mas eu pediria uma atenção especial para esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Obrigado, Presidente.

Eu vou presidir outra sessão, peço licença a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeito.

Acolho as sugestões de V. Exa., que certamente farão parte de emendas contributivas e que o Relator brilhantemente irá analisar.

Foi concedida vista coletiva do Projeto 3.668, que entra na pauta da próxima sessão desta Comissão de Meio Ambiente.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 149, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 149 de 2019.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.*

Convido a Senadora Kátia Abreu para a leitura do seu relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora. *Por videoconferência*.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas Senadores e Senadoras desta Comissão.

É com muita alegria que faço esse relatório de matéria tão importante para o nosso país, que é a agricultura de precisão.

Para aqueles que nos ouvem pelo e-Cidadania e que não são tão adeptos a isso ou conhecedores do assunto - é um assunto complexo e novo -, isso é o que há de mais moderno na agricultura. Ele economiza a aplicação de insumos ou aplica insumos na medida certa, para que a produtividade possa funcionar, possa ser a contento. Na verdade, é uma junção de tecnologias impressionantes; é a geotecnologia aplicada à agricultura. Então, é um somatório de Tecnologia da Informação e geotecnologia aplicada. É um satélite que recebe todas as informações, que são conectadas por um *chip* à máquina, que faz a leitura histórica da aplicação e do plantio dos produtos e faz as correções de rumo, se eu apliquei muito fertilizante ou menos, se está precisando de água ou se está com água em excesso. E a mesma coisa é feita com os agroquímicos.

Então, ele faz a correção da aplicação. Por exemplo, eu planto 2 mil ou mil hectares de soja ou de arroz ou de feijão ou de café. Toda a área, normalmente, é plantada com a mesma quantidade de insumos. Mas, sem a agricultura de precisão, eu não ficarei sabendo se essa aplicação foi correta para toda a área. Em que pese uma área parecer idêntica, na verdade, o solo pode ser diferente, e o comportamento da planta, ao longo do crescimento, também pode ocorrer de forma diferenciada.

A agricultura de precisão, com suas máquinas, vem demonstrar ao produtor a área em que está faltando mais adubo, a área em que está faltando água ou em que está tendo excesso de água, onde a planta está tendo ataques de pragas e ervas daninhas. Então, é uma leitura extraordinária e muito clara da saúde da planta durante o seu plantio e durante o seu crescimento. Então, em vez de eu usar 2 mil quilos de adubo, a agricultura de precisão vai me dizer: "Aqui não precisa. Nesta área, nós só vamos precisar de mil toneladas". Então, o meio ambiente agradece, bem como o bolso do produtor, e o consumidor vai ter um alimento possivelmente mais barato.

Mas vamos à leitura do relatório. *(Falha no áudio.)*... Projeto de Lei (PL) nº 149, de 2019, de autoria do Deputado Heitor Schuch, que institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para a ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Estão todos me ouvindo, Sr. Presidente?

Eu estou com a internet fraca.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeitamente, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - Quando não me estiver ouvindo, é só levantar a mão, que eu vou perceber.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeitamente!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - O art. 2º contém as sete diretrizes da Política Nacional de Incentivo à Agricultura de Precisão...

Oi!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Estamos ouvindo-a perfeitamente, Senadora. *(Pausa.)*

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - *(Falha no áudio.)*... para a *(Falha no áudio.)*... A CMA é competente para analisar a matéria.

Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta ocasião, manifestar-se sobre o mérito da proposição. À CRA (Comissão de Agricultura), caberá, oportunamente, a análise terminativa da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cumpre destacar que o PL conceitua agricultura e pecuária de precisão como sendo o conjunto de ferramentas e tecnologias aplicadas em um sistema de gerenciamento agropecuário que objetiva a elevação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, aumentar a produtividade e a competitividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Essa definição está devidamente alinhada com desenvolvimento sustentável.

A agricultura e a pecuária... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Senadora Kátia, a conexão não está muito boa. Sugerimos a V. Exa. que retire o vídeo e fique apenas com o áudio. Talvez assim tenhamos uma recepção melhor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - Segundo a FAO, em 2050, a população mundial alcançará cerca de 10 bilhões de pessoas. Além disso, países populosos como Índia e China e parte da África estão com índice de crescimento... *(Falha no áudio.)*

Está dando para ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Pode prosseguir, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - Com essas estimativas, para atender à demanda por alimentos em 2050, a produção terá que crescer 61%, com participação de 41% do Brasil, o que significa chegar à produção de 620 milhões a 630 milhões de toneladas ao ano, ou seja, teremos que produzir 2,4 vezes a nossa safra atual, que está em torno de 250 milhões de toneladas. É muita produção a ser aumentada!

Segundo relatório de pesquisa da Goldman Sachs, o potencial de crescimento da produtividade ao se utilizar a agricultura de precisão pode alcançar 18% na adubação, 13% no plantio e na capacidade de solos, 10% de produtividade na irrigação e 4% na pulverização. Isso tudo junto poderá dar uma economia mundial na ordem de U$240 bilhões com essas novas tecnologias.

O PL irá, sem dúvida, contribuir para que o Brasil possa atender seus compromissos com a Agenda 2030 da Organização da *(Falha no áudio.)* ... e parceria como áreas cruciais para o desenvolvimento sustentável e determina... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - A Senadora Kátia está tendo um problema com a conexão para concluir o relatório do item 1, do PL 149.

Eu concedo a palavra à Senadora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - Em decorrência, a completa implantação de uma agricultura e pecuária de precisão promoverá mudanças estruturais significativas na produção rural brasileira, com redução do risco das atividades agrícolas, de diminuição de custos da produção, de aumento significativo da produtividade *(Falha no áudio.)* ... da otimização de informações climáticas, de maior longevidade do solo, menor aplicação de defensivos agrícolas e de fertilizantes. Nesse sentido, somos favoráveis à iniciativa, na forma proposta.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 149, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) - Apenas gostaria de fazer um comentário com relação ao projeto anterior, avisando, informando que o produto biológico não é um Biotônico Fontoura. Ele não é um medicamento isento de qualquer risco. Ao contrário: se você o usar fora da norma, fora da medida, e não cuidar das embalagens, faz tão mal quanto um agroquímico químico. Então, o orgânico e o químico precisam do mesmo cuidado.

Uma pessoa que come uma alface com excesso de fertilizante biológico pode passar muito mal e chegar até a óbito. Então, isso não isenta os cuidados com o meio ambiente e com a saúde humana.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querida Senadora Kátia Abreu.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 149, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Anuncio o item 4.

2ª PARTE

ITEM 4

OFÍCIO "S" N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Encaminha cópia da Moção nº 1463/2021, de protesto e repúdio em relação à transferência de lixo radioativo para o município de Itu/SP, a ser realizada pela empresa "INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL (INB)".

Autoria: Câmara Municipal da Estância Turística de Itu-SP

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" nº 10 de 2022 e pela aprovação de três Requerimentos de Informação dirigidos aos senhores ministros do Meio Ambiente, de Minas e Energia e de Ciência, Tecnologia e Inovações.

Convido o Senador Jaques Wagner para a leitura do seu relatório. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) - Sr. Presidente, na verdade, V. Exa. praticamente já leu o relatório. Não tem problema, Senador. É porque, na verdade, o relatório é esse que V. Exa. leu, que destina três requerimentos de informação dirigidos aos três ministérios que V. Exa. relatou.

Então, é a consequência que nós estamos dando na Comissão de Meio Ambiente, através do relatório, ao ofício recebido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeito, querido Senador.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável à apresentação à Mesa Diretora de três requerimentos de informação dirigidos aos Srs. Ministros do Meio Ambiente, Minas e Energia, Ciência, Tecnologia e Inovações, que serão numerados pela Secretaria e encaminhados nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2011.

Passamos agora à parte três, da audiência pública.

Vamos à audiência pública para debater desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade, em atenção ao Requerimento 37, de 2022, de autoria do querido Senador Jaques Wagner.

Nossos convidados em ordem alfabética: Sr. Dione do Nascimento Torquato, Secretário-Geral do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); no sistema remoto, Sr. Jeferson Straatmann, Coordenador do Instituto Socioambiental (ISA) e membro do Observatório da Economia da Sociobiodiversidade; de forma presencial, Sra. Mônica Nogueira, Professora e pesquisadora da UnB (Universidade de Brasília); no sistema remoto, Sr. Ricardo Abramovay, pesquisador e especialista sobre sociobiodiversidade.

Informo também que foi convidada a se fazer representar a Articulação Pacari, rede socioambiental formada por organizações comunitárias, que não pôde atender ao convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço: senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra para exposição por até dez minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento de tela para exposição, e nesse caso é fundamental que encaminhe o arquivo à Secretaria para publicação e pesquisas futuras.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu convido o Senador Jaques Wagner e consulto se V. Exa. quer, antes de passar aos convidados, fazer alguma manifestação ou fazer uso da palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discursar. *Por videoconferência*.) - Primeiro, eu queria parabenizar a todos os criadores que lançaram ÓSocioBio, já no dia 1º de junho, em um café da manhã da Câmara dos Deputados. Quero agradecer por terem aceitado este convite para esta audiência pública, que tem muito a tarefa de esclarecer, via TV Senado, àqueles que nos acompanham, os próprios Senadores qual é o propósito do ÓSocioBio, mostrar o potencial da economia da sociobiodiversidade.

Estamos em um momento muito delicado em função da postura desse Governo Federal atual, que, na verdade, está sempre de costas às questões ambientais, às questões de preservação e às alternativas de uma economia sustentável - como eu gosto de dizer, sustentável tripartitemente, ou seja, econômica, social e ambiental.

Eu as parabenizo. São entidades, organizações extremamente importantes, que acho que compõem o ÓSocioBio.

Eu tenho certeza de que a audiência pública será extremamente enriquecedora para nós Senadores e Senadoras e também para aqueles que nos acompanham.

Então, eu agradeço a presença de todos e agradeço, mais uma vez, a V. Exa., Senador Fabiano Contarato, por ter aceitado dirigir na minha impossibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido Senador Jaques Wagner. Mais uma vez, agradeço a oportunidade por estar aqui presidindo esta tão importante Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Mônica Nogueira, Professora e pesquisadora da UnB, para, em até dez minutos, fazer uso da palavra e sua manifestação.

Com a palavra a Sra. Mônica Nogueira.

A SRA. MÔNICA NOGUEIRA (Para expor.) - Bom dia.

Eu cumprimento o Senador Fabiano Contarato e o meu companheiro aqui de mesa, Dione.

Bom dia a todas e todos.

Bom, estamos aqui para falar de economia da sociobiodiversidade, e eu gostaria de atentar um pouco para a palavra sociobiodiversidade para iniciar essa intervenção. É certo que falamos de diversidade, de biodiversidade, de diversidade sociocultural, mas, ao falar de economia da sociobiodiversidade, estamos falando também de relações, de relações de interdependência.

São relações de interdependência porque estamos nos referindo a modos de produção e de vida de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais diversas, entre geraizeiros, ribeirinhos, extrativistas da Amazônia, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, catadoras de flores sempre-vivas. Eu poderia estender aqui enormemente essa lista de etnônimos, de identificações particulares desses povos, que informam sobre vínculos profundos que esses povos e comunidades têm com as paisagens que manejam. E esses vínculos profundos se dão porque são paisagens que lhes oferecem sustento, sim, mas também oferecem memória, oferecem conhecimentos que foram aprendidos por processos de experimentação por muitas gerações, oferecem a eles também um vínculo que os identifica com esses lugares. São seus territórios. E é essa ordem de vínculo que os predispõe também a defenderem, a conservarem essas áreas como a própria vida.

Então, essa é uma primeira relação que caracteriza a sociobiodiversidade e vai atravessar a economia da sociobiodiversidade, mas há também uma outra ordem de relações. Essa economia se sustenta nas relações entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os membros dessas comunidades, homens e mulheres que estão trabalhando no manejo dessas paisagens para produzir, adultos e jovens, parentes e vizinhos, vizinhos e associados. Então, há algo, na dinâmica da economia da sociobiodiversidade, que fortalece também essas comunidades de destino, essa compreensão de que estão construindo o seu presente e o seu futuro com relativa autonomia quando realizam essa economia, essa economia da sociobiodiversidade.

Há também uma outra dimensão relacional. Essa economia os coloca em contato com a sociedade brasileira e a sociedade global, oferecendo produtos, sim, alimentos sãos para a sociedade brasileira, mas também serviços ecossistêmicos para a sociedade global, cuidados com a água, com a biodiversidade, com o clima, que realmente jogam um papel para que aquela comunidade local possa entender que além de estar trabalhando pelo seu destino, contribui também para o nosso destino, para o nosso futuro.

Então, eu gostaria de iniciar essa intervenção lembrando dessa dimensão relacional que atravessa a economia da sociobiodiversidade. Por isso nós estamos falando também de uma economia de vida e para a vida. E aqui eu não estou me valendo de um recurso poético. De fato, se considerarmos todas essas relações, que nós estamos garantindo a produção de alimentos, de alimentos sãos, que nós estamos garantindo serviços ecossistêmicos para a continuidade da vida no planeta, então estamos falando de uma economia de vida para a vida, estamos falando dessas relações finas e complexas entre culturas e natureza, entre pessoas, entre povos e também entre dimensões do tempo, as tradições, o passado, o presente e quais as perspectivas que nós podemos ter de futuro.

E isso é objetivamente anterior à bioeconomia. Não estamos falando de cadeias de *commodities*, cadeias globais de *commodities* baseadas em monocultivos, mas de uma economia em que o componente sociocultural é central. Essa economia, contudo, enfrenta muitos entraves; a despeito de todas essas potencialidades, de tudo que ela entrega para a sociedade brasileira e para a sociedade global, ela enfrenta muitos entraves, e o principal, o acesso à terra.

Nós tivemos um incremento na criação de reservas extrativistas, no reconhecimento de territórios quilombolas, na demarcação de terras indígenas até 2016, mas essas políticas governamentais têm sido cada vez mais negligenciadas, o que tem levado ao agravamento dos conflitos no campo. E aqui, no início dessa sessão, nós ouvimos relatos sobre assassinatos de lideranças, que são consequências diretas desse processo de desmonte de políticas para garantir o acesso à terra. E, além do crescimento da violência, além de estarmos negando um direito básico que é o direito à terra, a esse território que é a base, afinal, a base primeira desta economia da sociobiodiversidade, sem o domínio fundiário, há uma incerteza também ou há um prejuízo para que se tenha acesso a crédito, para que se tenha a possibilidade de licenciar empreendimentos agroindustriais. Então, há também um encadeamento nessas questões.

Um outro problema, um desafio que afeta enormemente a economia da sociobiodiversidade é o apagão de informações. Nós temos uma fragmentação, uma dispersão das informações relativas a povos e comunidades tradicionais no Brasil, seus territórios, os conflitos a que estão submetidos e, ainda mais, sobre o que produzem, como a sua produção circula, como ela dinamiza a economia local, quando ela alcança ciclos, em que circunstâncias se alcançam os ciclos longos de comercialização, o quanto gera de renda, como incide também na segurança alimentar dessas famílias e das famílias que afinal consomem também esses produtos.

O apagão de informação naturalmente dificulta a elaboração de políticas públicas apropriadas que considerem as especificidades da economia da sociobiodiversidade. E pior, marginaliza essa economia e os seus sujeitos. Então há algo como uma sugestão de que esse apagão de informação é também intencional, dificultando enormemente que essa economia realmente componha a estratégia de desenvolvimento do Brasil.

As normas sanitárias também são grandes desafios para o pleno desenvolvimento da economia da sociobiodiversidade, de forma destacada nas etapas de beneficiamento e comercialização desses produtos. A legislação sanitária, sobretudo, projeta sobre esses empreendimentos parâmetros que não são adequados, que são os parâmetros da grande indústria, e se tornam normas proibitivas ao desenvolvimento dessas cadeias.

Nós temos tido experiências interessantes, a despeito do momento de absoluta adversidade que vivenciamos no país, do ponto de vista da democracia, da compreensão de aspectos básicos que poderiam informar a nossa perspectiva de futuro, a nossa perspectiva de desenvolvimento, mas, a despeito de todas essas adversidades, algumas experiências têm apontado caminhos para superação de entraves como o das normas sanitárias. E aí destaca-se a Nota Técnica nº 3, de 2020, da 6º Câmara, que, entre as suas conclusões, reafirma que a alimentação dos povos e comunidades tradicionais deve ser valorizada e respeitada pelas instituições sanitárias brasileiras por um imperativo constitucional, posto que há caminhos, há possibilidade de levarmos o debate adiante e mobilizarmos forças sociais para enfrentar os desafios que têm impedido o pleno desenvolvimento dessa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa mesma nota técnica entende que os padrões sanitários estatais devem servir como referência, desde que respeitadas as peculiaridades tradicionais dos processos próprios de produção, conforme a cultura e os costumes de povos e comunidades tradicionais.

Então, temos um marco e, a partir desse marco, podemos avançar no debate para o reconhecimento dessa economia e desenvolver políticas mais apropriadas que favoreçam o seu fortalecimento e a sua expansão. Mas o enfrentamento exige também políticas públicas com esta perspectiva que considere as especificidades dessa economia, políticas públicas que sejam coordenadas e que tenham caráter permanente, para que a gente não volte a vivenciar o debacle que vimos vivenciando nos últimos anos. Devem ser políticas, portanto, de Estado, mas o que se viu no período recente no país foi exatamente o oposto: vimos um desmonte de políticas importantes que foram construídas, que se constituíram em conquistas das forças sociais no campo democrático brasileiro. O PAA, o Pnae, o PGPM-Bio são políticas públicas que deveriam ser aprimoradas, fortalecidas, ampliadas, mas que vieram sendo desmontadas, e nós, então, vimos o país retroagir em 30 anos. E, de novo aqui, isso não é um recurso de retórica: pesquisas reticentes mostram, não deixam dúvidas, que temos hoje 33 milhões de cidadãos brasileiros com fome. Então, nós regredimos a um patamar equivalente ao da década de 1990.

A economia da sociobiodiversidade tem tudo a ver com isso. Estamos falando de produção de alimentos sãos para o autoconsumo e a geração de renda. Não por acaso o PAA e o Pnae compunham um repertório de estratégia de combate à fome no passado. Então, é diante desse quadro que organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais no Brasil se articularam na constituição do Observatório da Economia da Sociobiodiversidade e se empenharam em elaborar um conjunto de proposições para que a gente possa enfrentar esses desafios e fortalecer esse campo da economia - volto a dizer, uma economia da vida e para a vida.

Temos a memória da democracia e não vamos desistir dela.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, Profa. Mônica Nogueira, por sua fala tão didática e esse alerta, porque contra fatos não há argumentos efetivamente, e o momento por que passamos é de extrema preocupação. Daí a importância de o Senado ter um papel altivo e de coragem para mitigar os danos, mas também ser propositivo e mais proativo.

Concedo a palavra ao Sr. Dione do Nascimento Torquato, Secretário-Geral do CNS, para, em até dez minutos, fazer sua manifestação.

O SR. DIONE DO NASCIMENTO TORQUATO (Para expor.) - Obrigado, Senador Contarato.

Nosso Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, que está ali no fundo, o Presidente Júlio Barbosa; Diretora do Memorial Chico Mendes, a Sra. Edel Moraes; jovem extrativista da Resex Chico Mendes, Kátia Santos; rede de organizações que compõem o Observatório da Sociobiodiversidade, gostaria de falar da importância de um espaço como este em que podemos debater o tema da economia da sociobiodiversidade.

Manifestamos, inicialmente, os nossos agradecimentos ao Ilmo. Senador Jaques Wagner, requerente da audiência pública e que nos dá a oportunidade de falar desse tema tão importante para os territórios tradicionais de uso coletivo, para os produtos da sociobiodiversidade, de modo geral, que reflete a cultura dos povos e comunidades tradicionais de todo o país.

Inicialmente, abro aspas para manifestar o nosso pedido de solidariedade, na verdade, a nossa manifestação de solidariedade à família de Dom Phillips e Bruno Pereira e, nesse contexto, manifestar o nosso pedido de justiça - justiça à morte de Dom Phillips e de Bruno Pereira, que, assim como Chico Mendes, Dorothy Stang, Wilson Pinheiro, Padre Josimo e tantos outros, foram mortos, brutalmente inclusive, apenas por defenderem o direito à vida.

Defender o direito à vida dos povos e comunidades tradicionais, dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas jamais pode ser visto como aventura, pois é uma luta incansável contra a desigualdade social, a injustiça ambiental e a violação de direitos. Por que matam nossos povos? Por que extinguem nossos territórios e colocam em risco todo o ecossistema global?

Quem defende a vida merece viver. Quem defende o direito dos povos e comunidades tradicionais merece o reconhecimento por parte do Estado, não a perseguição política ou profissional. E, nesse contexto, nós não podemos falar de uma economia da sociobiodiversidade se não falarmos na proteção dos territórios tradicionais de uso coletivo, na valorização dos modos de vida dos guardiões da floresta, do campo e das águas.

Infelizmente, o contexto em que nós estamos vivendo não demonstra um momento muito favorável para essa agenda socioambiental no país. E a nossa história tristemente será marcada por um momento sombrio. O maior reflexo, talvez, dessa triste realidade são os inúmeros casos de conflitos territoriais fundiários, a morte de lideranças ativistas no campo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a invasão massiva dos nossos territórios tradicionais de uso coletivo, em especial as reservas extrativistas e os territórios indígenas.

E projeto como esse em tramitação no Senado Federal, como o 2.633, que legaliza a grilagem de terra na Amazônia e em todo o país, só fragiliza ainda mais esse processo, só viola ainda mais o direito das populações tradicionais.

É importante falar do contexto da economia da sociobiodiversidade no enfrentamento e no combate à fome. A fome que hoje mata aqueles que não têm o que comer alimenta as desigualdades daqueles que resistem, porém sem oportunidade e/ou dignidade de vida.

O país precisa urgentemente de uma solução viável. Não podemos excluir historicamente aqueles que já são oprimidos e não podemos criminalizar aqueles que já são vistos como os vulneráveis. Fortalecer a economia da sociobiodiversidade por meio de políticas pública como o PAA, Pnae e PGPM-Bio é uma forma de garantir a floresta em pé, fortalecendo o processo de gestão e governança territorial e a valorização sociocultural.

Essa é uma luta de todos e todas nós.

Jamais conseguiremos salvar o mundo sozinhos ou andando na contramão, mas podemos - acredito eu - transformar essa realidade se soubermos agir com sabedoria, honestidade e eficiência; reconhecer a importância do desenvolvimento a partir das inúmeras experiências de autogestão territorial realizadas pelos povos e comunidades tradicionais, em especial as mulheres e a juventude que praticam a agroecologia nos territórios. Pode ser esse, então, um bom início; o outro é garantir a proteção e a implementação dos nossos territórios.

Acredito que nós estamos aqui, como coletivo e organizações, para reafirmar o nosso posicionamento e a nossa determinação, junto ao Legislativo, em construir uma alternativa viável para o país. Nós queremos os nossos territórios garantidos, os nossos direitos respeitados, a condenação pela Justiça aos que praticam a violação de direitos humanos; não pactuamos com as empresas que apoiam a legislação ambiental que ameaça o direito dos povos tradicionais e os mecanismos de financiamento que conduzem essa realidade em relação aos nossos territórios. Defendemos aquilo que tem de melhor dentro do nosso território, que são as experiências das nossas sociedades e as culturas históricas construídas à base dos nossos saberes tradicionais, ancestrais, além do nosso profundo conhecimento da natureza para nortear as políticas na Amazônia e em todo o país.

A sociobiodiversidade que defendemos está alinhada à ciência, à tecnologia para melhorar e coletar os produtos florestais e da pesca, da agricultura familiar tradicionais, que nos permitem, inclusive, processar esses alimentos, armazenar e comercializar os produtos da sociobiodiversidade, respeitando os nossos modos de vida. Nós somos contra, integralmente, os processos de inovação que resultam em pacote tecnológico apenas de sistema de produção de altos insumos difundidos para substituir a floresta nativa; o monocultivo de uma variedade genética modificada, com o objetivo apenas de atender à indústria de alimentos depois de falsamente propagado como sistemas ambientais adequados de inovação. E nós não podemos permitir que essa questão resulte num processo que venha a ameaçar os nossos territórios, as nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e de produzir na floresta.

O nosso compromisso é defender uma economia capaz de conviver com a floresta, garantir o direito, distribuir a renda de forma justa e propor as alternativas produtivas, ambientais e econômicas, além de orientar politicamente os movimentos socioambientais para resistir a esse modelo hegemônico que avança em escala regional, nacional, internacional, por meio da ousada economia da destruição da floresta movida pelas empresas transnacionais, governos nacionais e subnacionais. Os territórios conquistados, por exemplo, pelo processo histórico de luta, com a participação dos movimentos sociais no país, precisam ser zelados, respeitados, fortalecidos com a permanência das famílias e tendo as pessoas como protagonistas da conservação da floresta com a qualidade de vida.

Nós defendemos, por fim, a consolidação dos nossos territórios já conquistados, a inclusão e a implementação das políticas públicas, como saúde, educação, energia, transporte, e, sobre as organizações, a governança, a autogestão da governança e o controle social desses territórios. Todas essas são questões importantes para que a gente possa falar porque sem isso não tem como pensar na conservação da floresta, na economia da sociobiodiversidade como inclusão.

Concluo, dizendo: o agrotóxico mata, a mineração mata, as queimadas matam, o desmatamento mata aqueles que lutam pelos nossos povos. A sociobiodiversidade cuida, respeita, salva a vida e garante o futuro da humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Muito obrigado, Sr. Dione do Nascimento Torquato.

Neste momento eu concedo a palavra ao Sr. Jeferson Straatmann, Coordenador do ISA e membro do ÓSocioBio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JEFERSON STRAATMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) - Obrigado, Senador. Obrigado pela possibilidade de trazer um pouquinho. Peço desculpas por não estar aí presencialmente com vocês. Testei positivo para covid, então não pude ir para Brasília, mas, daqui de longe, trarei complementos para essa discussão.

Gostaria de pedir para a Mariana apresentar... Gostaria de começar com um vídeo para ilustrar a minha fala. Se puder transmitir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeitamente. Só pediria que não fizesse uso da palavra durante a transmissão do vídeo, por gentileza.

O SR. JEFERSON STRAATMANN (*Por videoconferência*.) - Com certeza.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JEFERSON STRAATMANN (*Por videoconferência*.) - Obrigado.

É um vídeo que a gente deve lançar daqui a um mês. Então, também pediria para não ser divulgado em outros lugares.

Mas ele traz uma mensagem: o futuro pode ser outro, o futuro deve ser outro. O futuro que o Brasil deseja é um futuro de inovação, que reconheça os valores das economias da sociobiodiversidade, dos diferentes povos indígenas, quilombolas, extrativistas, agroextrativistas e comunidades tradicionais de todo o país, com garantia de direitos, proteção e segurança de seus territórios e modos de vida. A economia da sociobiodiversidade são economias da vida e sua diversidade, promovida pelo conhecimento tradicional e pelas práticas de manejo da biodiversidade e da paisagem que transformaram e continuam transformando floresta em floresta, em floresta, por milênios. E essa transformação de floresta em floresta é um benefício enorme produzido por essas práticas de manejo por essas comunidades. São economias que produzem muito mais do que insumos para as empresas.

A gente precisa sair dessa lógica de provedores de insumos para uma lógica de economias que inovem a partir do conhecimento tradicional: são desenvolvedoras de tecnologias e soluções para saúde, moda, alimentação, governança e gestão territorial, modelos econômicos, manejo; e são prestadoras de serviço e entregam benefícios ecossistêmicos para todo o planeta. Passou da hora de reconhecermos e valorizarmos as economias, por tudo que elas entregam para o mundo, e de buscarmos mecanismos que promovam seus produtos, trabalhem inovação com base no conhecimento tradicional quanto ao protagonismo dos detentores de conhecimento e retribuam serviços prestados pelas suas práticas de manejo e de produção.

Nos últimos dez dias eu estava na região da Terra do Meio, em Altamira, no Pará. É uma região de fronteira e tem muitos conflitos socioambientais e disputas de modelo, desses modelos de mundo que a gente está discutindo aqui. Lá tive o prazer, na Semana do Extrativismo, que é o espaço de uma rede de gestão, de governança, de uma rede formada por cinco povos indígenas, comunidades beiradeiras, agroextrativistas, que manejam território do tamanho de Portugal, 9 milhões de hectares... Nesse encontro, as comunidades aprimoraram a governança da rede e os acordos e mecanismos de conexão entre as comunidades e as empresas. Participaram desse encontro grandes, pequenas e médias empresas, que negociaram diretamente com as comunidades as condições de comercialização.

Nesses dias de construção conjunta de soluções ficou evidente para os representantes das empresas, comunidades e órgãos do governo presentes que a rede, as comunidades e seus territórios promovem muito mais do que o comércio de insumos, que não é possível competir com modelos predatórios, com a ilegalidade e com a criminalidade e que é preciso inovar para que essa economia se fortaleça. E as inovações conversadas nesse encontro da Terra do Meio dialogam muito com as propostas que estão sendo apresentadas pelo Observatório da Sociobiodiversidade. E eu vou trazer algumas delas, dialogando um pouquinho com esse documento.

As cadeias curtas, com alta agrobiodiversidade, devem ser promovidas através de mecanismos que fomentem o mercado local, a doação de alimentos para combate à fome, tão presente em nosso país atualmente, e a alimentação de crianças nas escolas locais e regionais. Programas como o PAA e o Pnae devem ser potencializados e aprimorados para que sejam adequados às realidades locais e agreguem em seus orçamentos os serviços e benefícios providos por essas cadeias. Na realidade da economia da sociobiodiversidade, os programas são mais do que programas de compras públicas e alimentação; são programas de promoção de biodiversidade, promoção de agrobiodiversidade, promoção de conservação e de benefícios ecossistêmicos associados a essas práticas.

Um outro ponto que também apareceu e que está em nossos documentos é que os programas de assistência técnica rurais devem ser adequados, eles devem conseguir trabalhar com essas economias com base nesse conhecimento tradicional e agregar esses outros valores; programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico com base na biodiversidade e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conhecimento tradicional que tenham no seu cerne, no seu centro o protagonismo das comunidades como detentoras de conhecimento e poderosos agentes de inovação.

Os arranjos locais e territoriais, como a própria Rede Terra do Meio, a Rede de Sementes do Xingu, a Cooperquivale, Asproc e tantas outras, sua gestão deve ter políticas e programas específicos de gestão e regulamentação que enxerguem esses arranjos com prismas diferentes dos prismas de regulamentação do setor privado. Esses arranjos são promotores de todos os serviços e benefícios associados ao conhecimento tradicional, manejo da biodiversidade e da paisagem. Esses arranjos conectam as práticas de mercados e promovem a transformação de floresta em floresta em floresta. Regulamentação de segurança alimentar, regulamentações de cooperativismo e associativismo, regulamentações de crédito, regulamentações tributárias devem promover esses arranjos para que eles continuem prestando serviços associados aos insumos por eles trabalhados.

Eu acho que o que a gente traz, o que a gente discute nessas propostas são mecanismos que entendam essas economias como economias amplas da vida, geradores de biodiversidade e que estão à frente em muitas discussões que estão colocadas no mundo industrial atualmente.

As inovações que a gente quer para uma vida melhor, para conseguir ter conexão entre as pessoas e a natureza, essas comunidades e essas economias já promovem, e a sua valorização vai trazer referências para o desenvolvimento que o Brasil deseja.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, Sr. Jeferson Straatmann.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Ricardo Abramovay, Pesquisador e Especialista sobre Sociobiodiversidade da USP, para, em até dez minutos, fazer o uso da palavra.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY (Para expor. *Por videoconferência*.) - Muito obrigado, Senador Contarato. Muito obrigado pelo convite.

Eu saúdo os meus colegas de mesa, Mônica, Dione e Jeferson, e saúdo especialmente o lançamento do Observatório da Sociobiodiversidade Florestal por parte do ISA e várias organizações parceiras.

Eu estou aqui porque eu tive a honra de dirigir, junto com Joice Ferreira, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, e mais dez colegas, o Capítulo 30 do Painel Científico para a Amazônia (*Science Panel for the Amazon*), uma iniciativa do climatologista Carlos Nobre e do economista Jeffrey Sachs, no âmbito das Nações Unidas, iniciativa essa que reuniu 200 cientistas dos nove países da Bacia Amazônica, com participação de acadêmicos vindos dos povos indígenas e com paridade de gênero no nosso painel.

Uma premissa básica de todo o Painel Científico para a Amazônia é que os povos da floresta não são simplesmente beneficiários da economia da sociobiodiversidade florestal, mas são seus mais importantes protagonistas. Isso é muito importante, sobretudo, no momento em que se forma toda uma geração - expressa de maneira maravilhosa, linda, pela Txai Suruí, mas não só por ela - de jovens vindos dos povos da floresta com formação acadêmica na Amazônia e que têm dado uma contribuição para o Brasil e para o mundo extraordinária.

Quando nós iniciamos o trabalho para o Painel Científico para a Amazônia, nossa primeira atitude foi ir atrás da bibliografia sobre bioeconomia, como se faz em trabalhos científicos, e as constatações foram impressionantes.

Um documento da Academia de Ciências de Engenharia e Medicina dos Estados Unidos mostra que a bioeconomia corresponde a 5% do PIB norte-americano, US$1 trilhão praticamente; na Europa, também os dados são impressionantes; na China, etc. E a definição vinda dos documentos europeus e norte-americanos enfatiza a importância das ciências da vida, da aplicação de conhecimento científico ao uso e à transformação da natureza, com grande contribuição para a saúde humana e para a descarbonização da economia global por meio de novas fontes de energia e novos materiais.

Mas, conforme nós avançávamos na leitura desses documentos, uma constatação se impunha: é uma bibliografia que se refere a laboratórios ou plantações contínuas, a florestas de clima temperado, a florestas boreais, mas nela a Floresta Tropical e o Cerrado simplesmente não existem. As florestas tropicais, e particularmente a Amazônia, estão fora da literatura científica e tecnológica referente à bioeconomia contemporânea.

Um trabalho de Paletto, publicado no *Journal of Forest Science*, mostra que, dos 225 documentos sobre bioeconomia florestal publicados por 567 organizações de 44 países, os países mais expressivos na área eram Finlândia e Canadá. Entre as dez organizações que mais publicaram na área de bioeconomia florestal, não há nenhuma situada em um país com floresta tropical. De todos os trabalhos analisados nos artigos, indexados pelos *corpus*, as palavras-chave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"bioeconomia" e "florestas tropicais" jamais aparecem juntas e mesmo os documentos latino-americanos e brasileiros que nós examinávamos tinham uma ênfase que era o que é que era a bioeconomia: cana-de-açúcar, milho, soja para biocombustíveis, plásticos verdes e assim por diante.

A explicação desse paradoxo, ou seja, o paradoxo da mais rica biodiversidade do planeta estar tão distante da fronteira científica e tecnológica da bioeconomia contemporânea é clara e foi definida pela Profa. Bertha Becker: nós praticamos, como os colegas que me precederam mostraram, de maneira tão clara, nós praticamos, o Brasil pratica, sobretudo na Amazônia, uma economia da destruição da natureza; nós precisamos de uma economia do conhecimento da natureza.

A economia da destruição da natureza não propiciou o desenvolvimento na Amazônia. A Amazônia hoje é a parte do Brasil onde estão os seus piores indicadores sociais, onde a lei é sistematicamente desrespeitada, as instituições não conseguem exercer o seu papel, sobretudo em um Governo de fanáticos fundamentalistas que estimulam a violência, que estimulam o desrespeito à lei e a invasão de áreas protegidas, que estimulam a criminalidade e que haverão de responder por esse estímulo, de maneira legal, quando a democracia não mais estiver sob ameaça no Brasil.

O tráfico de madeira e a exploração ilegal de ouro se tornaram um problema não só brasileiro, mas um problema latino-americano que terá que ser enfrentado, de maneira articulada, entre diversos Governos. A vitória atual de Petro e Francia Márquez, na Colômbia, é um alento muito importante na direção.

A premissa das pessoas que preconizam esses modelos destrutivos é que a Amazônia é uma terra vazia que precisa ser rapidamente ocupada por atividades convencionais, sem o que, potências estrangeiras haverão de tomar o nosso território. Essa visão paranoica se difunde socialmente e essa é uma responsabilidade do fanatismo fundamentalista, hoje na Amazônia, que vê, na derrubada da floresta, a premissa para a geração de emprego e renda.

Ora, o que os colegas que me precederam mostraram é que, sem respeito aos territórios e aos povos da floresta, aos indígenas, aos ribeirinhos, aos extrativistas, não haverá bioeconomia na Amazônia. O que é preciso, então, para que emerjam, na Amazônia, as condições que lhe permitam se aproximar da fronteira científica e tecnológica da inovação em bioeconomia?

A bioeconomia - a economia da vida - tem que ser abordada em três dimensões interligadas, mas que não se confundem. A premissa para tudo isso é que nós não tenhamos, a partir de outubro, o Governo que nós temos atualmente, e esta é uma premissa expressa claramente no documento *Brasil 2045 - Construindo uma Potência Ambiental*, apresentado ao país por 73 organizações que compõem o Observatório do Clima. Em primeiro lugar, nós precisamos, de fato, de uma economia da sociobiodiversidade florestal. Como mostrou Dione do Nascimento Torquato, nós precisamos tomar cuidado com a ideia de economia de escala. A economia da sociobiodiversidade florestal se apoia na cultura material e espiritual dos povos da floresta. Ela já existe, como tão bem mostrou o meu amigo Jeferson, e o selo Origens Brasil é uma manifestação dessa existência. Mais do que isso, hoje na Amazônia, emergem inúmeras organizações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo de base florestal, mas nós precisamos, para que esse empreendedorismo seja fortalecido, rediscutir a noção de infraestrutura para a Amazônia.

A infraestrutura para o uso sustentável da sociobiodiversidade florestal exige internet de qualidade, energia, mobilidade, industrialização local dos produtos da sociobiodiversidade florestal e, sobretudo, condições dignas de vida para os povos que exploram essa sociobiodiversidade. Os mercados da sociobiodiversidade florestal, hoje, são muito imperfeitos e incompletos, como dizem os microeconomistas. Dos 374 empreendimentos comunitários analisados, em 2020, pela Conexsus, apenas 20% processam e beneficiam os seus produtos. Nós precisamos incrementar esse beneficiamento. A consequência disso é que Belém é uma cidade em que dois terços da alimentação da população vêm de outras regiões do país, quando poderiam ser produzidos localmente.

Mas a economia da sociobiodiversidade florestal não pode se limitar às áreas florestais. A bioeconomia tem que caracterizar também a agropecuária existente na Amazônia e, igualmente, tem que ser implementada como o esforço do atual Prefeito de Belém, que está indo nessa direção, nas cidades. Nós precisamos de soluções baseadas na natureza para enfrentar os grandes problemas da Amazônia, não só na floresta, mas também nas cidades onde vivem dois terços da população da Amazônia, nas regiões metropolitanas e nos pequenos municípios. E nós não podemos ter uma economia da sociobiodiversidade florestal saudável se nós não tivermos, igualmente, uma agropecuária que regenere os tecidos socioambientais que até aqui têm sido por ela, sistematicamente, destruídos e cidades que se apoiem em soluções baseadas na natureza.

Em suma, nós temos cientistas, na Amazônia, que estão atuando com os povos da floresta em direção a uma economia da sociobiodiversidade florestal, temos organizações empreendedoras nessa direção, temos a Concertação pela Amazônia, que reúne empresários, movimentos sociais, povos da floresta, em direção construtiva, mas nós precisamos, fundamentalmente, preservar, defender e fortalecer a democracia e vencer o fundamentalismo, o fanatismo fundamentalista, o que o Brasil vai fazer em outubro de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, Sr. Ricardo Abramovay.

Neste momento, eu convidei a fazer parte da mesa a Sra. Dionete Figueiredo, que está representando o Núcleo do Pequi, para representar também a Articulação Pacari. Muito obrigado, Sra. Dionete. Em nome do Senado, faço aqui o agradecimento público à senhora, que manifestou agora que nem está tão bem de saúde, passou mal à noite, mas está aqui para dar vez e voz.

Queria pedir desculpa por qualquer desencontro de informações, mas pode ter certeza de que aqui esta Comissão do Meio Ambiente está de portas abertas a todos vocês, à comunidade acadêmica, às organizações não governamentais, à sociedade civil.

E, mais uma vez, muito obrigado. Estimo melhoras para a senhora, transmito meu abraço fraternal e carinhoso a todos os integrantes da Articulação Pacari.

Com a palavra a Sra. Dionete Figueiredo para a sua manifestação por até dez minutos.

A SRA. DIONETE FIGUEIREDO (Para expor.) - Bom dia a todos. Obrigada, Senador Contarato.

É um prazer estar aqui representando de fato os agricultores e as agriculturas familiares, ouvindo e participando desse momento histórico para nós de retomada do nosso espaço, de mostrar realmente o quão importante é para nós permanecermos lá nas nossas regiões a partir de políticas públicas, de organizações e de manifestações, documentos como esses, que possam trazer e resguardar o nosso trabalho, o nosso papel lá nas nossas comunidades.

Como já foi apresentado, eu sou Dionete, filha de agricultores familiares ali do noroeste de Minas - e eu digo ali porque é próximo mais de Brasília do que de BH. A gente lá faz um trabalho desde 2000 de organização de cadeias produtivas de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. E, desse trabalho, nasce uma cooperativa regional, que é a Copabase.

A Copabase existe então desde 2008. Nós trabalhamos o agroextrativismo sustentável, a valorização dos povos, das comunidades, dos saberes locais, a inclusão dos jovens lá dentro da região. Em 2008, tivemos a grata satisfação de receber um instituto federal na nossa região.

Antes, se a gente quisesse estudar, a gente tinha que vir embora para Brasília ou ir embora para BH. Hoje a gente consegue ter a oportunidade de permanecer lá e de atuar. Vários jovens, egressos desse instituto, das Escolas Família Agrícola inclusive hoje prestam serviço no trabalho que a gente faz de organização das cadeias produtivas.

Nós temos agroindústria organizada com o apoio da Conexsus, com apoio do WWF, do ISPN. A gente compõe, então, uma grande rede de organizações. E aí, eu acho que, depois de tudo que já foi falado sobre o documento, sobre os desafios, eu venho mais para falar realmente de quem vive lá.

O quanto é difícil a gente se organizar, o quanto é difícil a gente garantir que 300 famílias, por exemplo, consigam entregar seu baru na porta da Copabase porque a gente tem, muitas das vezes, um avanço no processo de mostrar que o baru é um produto único no mundo. E aí, lá fora, as pessoas querem comprar, mas não temos aqui os meios para organizar essa produção para ajudar os extrativistas a se capacitarem, a entenderem esse processo de regras sanitárias. E eles não entendem nada disso, eles não sabem que não pode usar o saco de ração, porque eles são acostumados e eles compram ração, para colocar um produto que é agroecológico, que é da sociobiodiversidade.

E a gente, num esforço, com apoio de várias organizações, tenta manter uma equipe de técnicos multidisciplinares para fazer esse trabalho de apoio aos agricultores, às comunidades, aos quilombolas, ajudá-los na gestão dos processos, na organização de tanta burocracia, de nota fiscal, de logística. É combustível que sobe todo dia, e a gente já nem sabe mais como que segura as planilhas de custo. E o mercado é cruel; não dá espaço para erro, não tem margem para erro. E você tem que estar o tempo todo fazendo de tudo.

Nos nossos empreendimentos, nós não temos capital e não temos acesso a política pública de crédito para organizações como a nossa, por mais que tenha balanço, tenha documento, tenha contrato social, tenha tudo arrumadinho, um *checklist* de três páginas. E aí a gente tem que aprender a lidar com isso também. E a gente vai lá, arruma tudo, entrega para o banco, demora um ano para lhe entregar uma resposta que não é favorável. E aí a sua diretoria já mudou tudo novamente, e você tem que fazer tudo de novo. E é assim que é a nossa realidade lá.

A Copabase, então, são mais de 300 famílias. A gente faz parte de uma rede do Norte e Noroeste de Minas, que é a rede do Núcleo do Pequi. E também, aqui em Brasília, a gente tem um esforço com a Central do Cerrado, que é uma cooperativa também de segundo grau, com que, com muito trabalho, durante dois anos, os últimos dois anos, 2019 e 2020, a gente fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma reorganização dos produtos e conseguiu novamente avançar uma barreira, que foi colocar os produtos no Carrefour aqui em Brasília. Então hoje tem produto Copabase no Carrefour, tem polpa de mangaba aqui, tem polpa de coquinho, de cagaita, tem araticum, tem baru e vários outros produtos que são da sociobio.

E aí, recentemente a gente foi olhar os dados do IBGE e a gente falou: "Espera aí! Mas Arinos não produz baru? Como assim?". Hoje a gente recebeu, do Estado de Minas Gerais, semana passada, o título de Capital Estadual do Baru, que é Arinos, e não tem nos dados - não tinha, porque aí a Sara, o pessoal do Núcleo Pequi, a gente ainda mexeu lá os pauzinhos e conseguiu rever e achar que tinha dados equivocados. E aí Arinos aparece em quarto lugar. Arinos, a sede da Copabase.

Só de castanha de baru, a gente movimentou, agora em 2021, quase 17 toneladas. E essas 17 toneladas, 50%, por incrível que pareça, foi para o mercado nacional, que são as lojas em que a gente está colocando, e o restante, para exportação.

Então, a gente vem tentando, mas é muito só, e é muito difícil. E muitas das vezes, a gente nem salário tem para estar lá trabalhando. Mas a gente não pode virar as costas para a nossa origem, porque a gente sabe que a gente está fazendo certo.

Então, é nesse sentido que eu acho que tudo que foi falado aqui se materializa em fatos concretos na nossa realidade. A gente fez questão de, agora em 2020, contratar uma consultoria para desenvolver esse relatório, que é um relatório de quais foram realmente os impactos sociais e econômicos que houve, ao longo de 13 anos, por parte de quem investiu na Copabase. Esse documento é um documento que me fez chorar quando eu peguei, porque aqui mostra que se o dinheiro que foi aplicado na Copabase tivesse sido aplicado num banco, ele não teria rendido, em indicadores econômicos, sociais e ambientais, o que rendeu aqui, que é algo em torno de R$2,35. Para cada R$1 investido, a gente levou de retorno para a sociedade, em nível ambiental, econômico e social, um retorno de R$2,35. A cooperativa, quando fazia reuniões, viu que as pessoas ainda não sabiam ler e escrever nas comunidades rurais. E ninguém sai da roça para ir fazer EJA na cidade, até porque ele tem que plantar, colher, trabalhar. Ele não vai pegar um ônibus para ir à cidade fazer EJA.

Por meio da Fundação Banco do Brasil, nós realizamos um programa de alfabetização de adultos e alfabetizamos mais de 1,8 mil pessoas, via cooperativa. Por quê? Porque a gente queria empoderar os nossos agricultores, o nosso povo.

Então, dados concretos a gente conseguiu mostrar nesse relatório. Isso é bom até para a gente, porque, às vezes, a gente se perde em meio a tantos desafios e tantos problemas que se pergunta: será que a gente está no caminho certo? Será que vale a pena enfrentar tanta violência, tanto desmantelo? É o Pnae que funciona, mas não funciona. A gente fecha R$500 mil de contrato com as escolas da região. Quando vai executar, executa 10% dos contratos. E sabia que a gente é multado se eles pedirem e a gente não tiver o produto? Mas, se a gente tiver o produto e eles não comprarem, não tem problema, o nosso estoque vai para o lixo. E nem uma ação, como houve agora na covid, de cestas básicas... A gente entregou, inclusive aqui em Brasília, via IFB. No total, eu acredito que a gente tenha participado de ações de cestas básicas, durante a covid, de mais de 100 toneladas de alimentos, tudo da agricultura familiar (arroz, feijão, farinha de mandioca, polpa de frutas), tudo vindo dos povos das comunidades tradicionais. Por que não continuar? Por que a gente não pode continuar mantendo, lá nos programas da ação social que doa cestas básicas para as cidades, para os municípios, para os vulneráveis, já que a fome está aqui gritando? Por que não continuar com esse trabalho com as cooperativas? Inclusive porque é uma política pública já existente.

Para fechar, quero dizer que são muitos entraves que a gente enfrenta, mas a nossa vontade de continuar e de permanecer onde a gente mora... Eu venho a Brasília sempre resolver as questões da cooperativa. Minha mãe hoje mora aqui e trabalha de doméstica. Eu falo: mãe, eu não quero mudar para aí, eu prefiro morar lá em Arinos, onde eu estou. La eu vou a pé, eu volto, e lá eu consigo ver que o meu trabalho vale a pena, que existem pessoas que precisam de mim, que existe um trabalho que eu vou deixar para o resto da minha vida e que não tem dinheiro que pague. Eu acho que é isso o que significa esse Observatório da SocioBio: é a gente dar cara, corpo e visibilidade para algo que não tem valor econômico, embora a gente esteja aqui falando sobre economia da SocioBio.

Eu acho que é isso. Obrigada.

Mais uma vez, é um prazer enorme poder participar deste momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Muito obrigado, Sra. Dionete Figueiredo, do Núcleo do Pequi, que representa a Articulação Pacari.

Antes de dar prosseguimento, eu me sinto na obrigação de fazer um desabafo aqui, não como Senador, mas como cidadão.

Eu estou tentando preservar o princípio da impessoalidade, que está previsto no art. 37 da Constituição Federal, mas, quando vejo pessoas que se intitulam pessoas de bem, pessoas que usam Deus para justificar tantas atrocidades neste Governo, não tenho como me calar diante disso, porque o que mais assusta não é a ousadia dos ruins, mas é a omissão dos bons. Martin Luther King já dizia isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quando a gente verifica o desmonte que este Governo faz na área educacional - hoje está aí um ex-ministro sendo preso -, sucateando as escolas da educação básica, tirando do orçamento do Ministério da Educação, tirando do orçamento da ciência e tecnologia, designando reitores biônicos em universidades públicas... Quando a gente verifica o desmonte na área da saúde, que, em plena pandemia, cortou 23% do orçamento da saúde... Quando a gente verifica que esse Chefe do Executivo nunca percorreu um hospital público, com 670 mil brasileiros que perderam suas vidas... Quanto vale uma vida humana? Quanto vale a vida de um pai, de um filho, de um jovem, de um avô, de um irmão, de um sobrinho? Nunca percorreu um hospital público. Nunca falou: "Acreditem na ciência! Façam o distanciamento! Usem máscara! Usem álcool em gel!". Não, investiu na ivermectina e na hidroxicloroquina. Nossos irmãos morreram com falta de oxigênio em Manaus.

Quando você vê ataques sistematizados às instituições, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal, à Ordem dos Advogados do Brasil, ataques à imprensa... Criminaliza ONG, reduz a participação da sociedade civil, desmantela os órgãos de fiscalização - os funcionários de Ibama e ICMBio estão sendo vítimas de assédio moral -, desmantela esses órgãos de fiscalização, arma grileiro, incentiva a usurpação de terra, morte de ativistas, de ambientalistas, que estão lá, fazendo o papel do Estado, porque a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Isso não sou eu que estou falando. Está no art. 144 da Constituição, que os povos tradicionais, as comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas, que são verdadeiros defensores do meio ambiente. Eles estão fazendo o papel do Estado, mas estão sendo dizimados. Não tem outra palavra, estão sendo dizimados com políticas antiambientalistas, antivida, porque defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que há por vim e é uma garantia constitucional expressa no art. 225 - todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Isso não sou eu que estou falando. É a nossa Carta Constitucional.

Quando se vê um Governo armando a população... Eu queria que ele armasse a população de livros. Eu queria que ele armasse a população de educação de qualidade. Eu queria que ele armasse a população com redução da carga tributária. Eu queria que ele armasse a população com geração de emprego e renda. Eu queria que ele instituísse imposto sobre grandes fortunas, porque aí nós teríamos um Brasil muito mais justo, fraterno, igualitário, inclusivo e plural.

Perdoem-me o desabafo, mas isso tem que ser dito, porque contra fatos não há argumentos. Eu desafio uma pessoa a me apontar o que de bom este Governo fez, porque está aí a carestia, porque estão aí 80 milhões de brasileiros em situação de pobreza e de extrema pobreza, 35 milhões de desempregados subutilizados, precarização da relação trabalhista, uberização da relação trabalhista. Ninguém me falou, eu fui... Inspirado no Padre Júlio Lancellotti, eu aprovei um projeto que proíbe a arquitetura técnica hostil. Fui lá num viaduto em São Paulo, 32 famílias, pai, mãe, filhos, sobrinhos... Gente, nós não podemos perder a capacidade de indignação! Não podemos perder a capacidade de indignação!

Enquanto Deus me der vida e saúde, eu estarei aqui neste Senado, utilizando toda a minha força, porque coragem eu tenho, porque a sabedoria está na repetição, e nós temos que repetir isso diuturnamente: estamos vivendo num Brasil em que está sendo violado o principal bem jurídico, que é a vida humana; em que está sendo atacada a democracia, e a democracia é o melhor terreno para plantar e colher direitos.

Eu vou morrer defendendo a democracia, eu vou morrer defendendo o fortalecimento das instituições, eu vou morrer lutando para diminuir o abismo existente entre milhões de pobres e a concentração de riquezas nas mãos de tão poucos. Eu vou morrer lutando para que nós tenhamos, efetivamente, um Brasil que não seja sexista, que não seja homofóbico, que não seja racista, que não seja misógino, que não seja xenofóbico.

Esse dia ainda não chegou - ainda não chegou -, mas é tarefa de todos nós, porque todos somos responsáveis, porque todos somos parte da mesma sociedade humana.

Então, quando eu presido uma audiência dessa que fala em vida... porque é como professora falou, estamos falando da vida das futuras gerações, é isso. Nós não podemos permitir esse ataque sistematizado que vai interferir na relação diplomática do Brasil com o mundo, porque um dia, minha gente, de funcionamento da Floresta Amazônica equivale à produção de 20 bilhões de toneladas de chuvas, que vai fazer chover no Norte, no Nordeste, no Sul, no Centro-Oeste, que vai controlar a salinidade dos mares. O que aconteceu no Pantanal era uma tragédia anunciada.

Então, perdoem-me o desabafo, mas eu não poderia deixar de falar isso, porque eu entendo que tem que ser dito isso, sim; porque tem que ser dito isso, sim! Eu não posso achar normal você armar a população, você armar grileiro, você desmantelar os órgãos de fiscalização, você desmantelar o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a ciência e tecnologia. Não posso banalizar isso, não posso naturalizar isso.

Então, mais uma vez, eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje nesta manhã, presidindo esta audiência e agradeço a participação dos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu transmiti aos colegas a participação no Portal e-Cidadania, que é uma participação efetiva, e aquele palestrante que se sentir à vontade pode fazer uso da palavra para responder de forma breve.

Aqui, houve a participação do Felipe Fernandes, do Rio de Janeiro; do Maurício Soares, de São Paulo; do Francisco Daniel, do Amapá; do Iuran Mello, do Distrito Federal e, se a professora ou outro quiser fazer uso da palavra eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY (*Por videoconferência*.) - Senador, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Antes de dar prosseguimento - fui acometido aqui de um fator emocional e me passou despercebido - eu consulto o meu querido Senador Jaques Wagner... Eu queria falar para você, Jaques, que eu te considero um amigo, um irmão. Eu considero você como uma pessoa em quem eu me espelho. Eu considero você uma pessoa por quem eu falo assim: meu Deus, eu acredito na política, porque você dignifica muito a política. Eu nunca sonhava em ser político, mas eu já o admirava. Isso não é fala porque eu sou do partido A ou não, mas eu acho que, nesses momentos de tantas violações, esse reforço positivo tem que ser dito. Eu tenho muito orgulho de fazer parte desta Legislatura tendo você como meu amigo, um amigo que eu admiro de forma incondicional.

Eu consulto se você quer fazer uso da palavra, por gentileza.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Não, Contarato, eu só queria devolver todas as palavras que você disse a meu respeito. Eu já lhe disse - e os testemunhos de todos comprovam - da importância da sua presença no cenário nacional como Senador, seja na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Constituição e Justiça, principalmente pela sua honestidade intelectual, pela sua coragem pessoal e pela sua sensibilidade.

Eu, na verdade, fico aqui emocionado de ver você externar a sua indignação. E eu concordo com você: a sabedoria está na repetição. E acho que é importante nós registrarmos, como você registra com muita contundência, que o povo brasileiro, a sociedade, o meio ambiente, a terra brasileira, os povos tradicionais, todos nós somos golpeados todos os dias por um governo da morte, um governo insensível, um governo desrespeitoso, que não tem solidariedade humana; um governo que é uma verdadeira mentira: destrói o país, destrói nossa infraestrutura industrial, libera tudo o que está acontecendo na Amazônia, porque são estimulados a isso.

Portanto, eu quero, mais uma vez, parabenizar as nossas duas convidadas e os três convidados. Eu acho que tocaram em pontos fundamentais. Eu também, Contarato, acho que vale o ditado: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós vamos furar esse tumor que se instalou na Presidência da República do Brasil, purgar essa infecção e voltarmos a ter dias não resolvidos, porque nós temos muita coisa para resolver, mas dias pelo menos em que você tenha um governo com a sensibilidade de acolher e de tentar construir a harmonia e a prosperidade no Brasil.

Então, é só lhe dar os parabéns e lhe agradecer mais uma vez. Com muito orgulho, eu fui seu Vice nos dois primeiros anos. E o pessoal da Comissão de Meio Ambiente já está com saudade de você. Vamos trabalhar para a próxima.

Mas eu queria só agradecer muito às duas convidadas. É óbvio que é sempre diferente o depoimento de quem viu o problema. Então, a nossa representante, a última que falou, é óbvio que acaba tocando em todos nós, que é o aprendizado de caminhada. Então, parabéns!

Mas eu devolvo a direção para você. Ainda bem que você consegue, e eu também, continuar se indignando, porque tem muita gente se acostumando com emenda de relator; tem muita gente se acostumando... Eu fico vendo o pessoal dependendo de um, de dois, de cinco milhões e chovendo dinheiro aí na horta da distribuição farta de recursos, que são mal-utilizados.

Parabéns a você. Agradeço. A sua emoção sempre me impulsiona.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido. Espero revê-lo em breve, para dar-lhe um abraço pessoalmente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) - Semana que vem, estarei aí.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado.

O Prof. Ricardo pede o uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Abramovay.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY (Para expor. *Por videoconferência*.) - Senador Contarato, eu estou muito emocionado com a sua manifestação bem como com a manifestação do Senador Jaques Wagner.

Eu queria mencionar algo, neste momento, muito importante na América Latina, que é o discurso de posse de Gustavo Petro, que manifestou um termo fundamental: a política do amor. Isso pode parecer meio cafona, mas é fundamental, é fundamental por todas as razões.

Já que nós estamos no Senado da República, eu queria manifestar uma razão de natureza geopolítica. Nós estamos nos preparando para nos juntar à Colômbia, que está se comprometendo a cessar a exploração de novos recursos fósseis, a valorizar a sociobiodiversidade como caminho de desenvolvimento para o país. Não é uma pequena iniciativa tópica, localizada etc. Não. É uma estratégia. A política do amor não se refere apenas à interrupção da guerra civil na Colômbia. A política do amor é uma mensagem que a Colômbia democrática, hoje, transmite para a humanidade.

É fundamental nós lembrarmos que Francia Márquez foi empregada doméstica e se firmou como figura política na luta ambientalista contra a exploração e contra os impactos da exploração da mineração de ouro na Colômbia.

Essa figura, hoje, junto com Gustavo Petro, está transmitindo para o mundo a urgência da política do amor.

A presença sua e do Senador Jaques Wagner aqui me emociona muito, sobretudo, pelo que Contarato representa para a sociedade brasileira, por sua vida, por sua vida pessoal, por sua vida familiar, por seu culto ao valor representado pela diversidade em todos os planos da vida humana. Isso é fundamental para reconstrução democrática pela qual o Brasil vai passar a partir de outubro, quando a política vai receber uma nova dignidade por ser justamente a política do amor.

Então, muito obrigado, Jaques Wagner e Contarato, pela sua contribuição!

Muito obrigado aos companheiros de mesa, que fizeram intervenções tão importantes e tão valiosas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, querido Prof. Ricardo.

Neste momento, transmito a palavra à Profa. Mônica.

A SRA. MÔNICA NOGUEIRA (Para expor.) - Bom, vou procurar responder às questões levantadas por Mauricio Soares, de São Paulo, e por Francisco Daniel, do Amapá.

O Maurício nos pergunta o que fazer para preservar a fauna e a flora da Amazônia, tendo em vista a necessidade de sobrevivência dos índios?

Bom, vamos reiterar o que foi dito por membros aqui da Mesa, que o fundamental é garantir o direito ao território. É o primeiro ponto a ser cumprido, é um direito já estabelecido pela Constituição Federal. Há demonstrações fartas, ao longo da história, de que os povos indígenas são os que estão mais comprometidos com essa conservação da fauna e da flora, e esse acesso, portanto, é a garantia para que a gente possa manter esse nível de conservação que desejamos.

As medidas que estão sendo propostas para valorizar o conhecimento das populações tradicionais e dos agricultores familiares.

Bom, esses sistemas de conhecimento tradicional estão na base da economia da sociobiodiversidade e o documento elaborado pelo Observatório da Economia da Sociobiodiversidade prevê várias ações para o fortalecimento dessas cadeias de produtos e serviços, tendo em conta a valorização desses conhecimentos, que resultaram de experimentações, por gerações, nas interações com o meio ambiente.

Naturalmente, valorizar esse sistema de conhecimento e também garantir a repartição justa dos benefícios obtidos por meio desses conhecimentos. Aí eu pergunto se...

Por favor, Dione.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Perfeito.

Agora, Sr. Dione, por favor.

O SR. DIONE DO NASCIMENTO TORQUATO (Para expor.) - Obrigado.

Tentarei, de forma breve, responder, de maneira geral, todas as perguntas.

Primeiro, o Felipe Fernandes, do Rio de Janeiro, que pergunta: "Qual o impacto existente em relação à economia garimpeira e à biodiversidade amazônica?"

Diria que todos os impactos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Da maneira que é explorado hoje o garimpo, ele não só mata a mata, como contamina os nossos rios, os nossos peixes, mata os guardiões desses territórios, viola e explora as menores inclusive, uma questão muito triste, as nossas jovens mulheres são quase que obrigadas a irem para uma prostituição, o que não pode acontecer.

O Maurício Soares, de São Paulo, que disse: "O que fazer para preservar a fauna e flora amazônica, tendo em vista a necessidade da sobrevivência dos índios?"

Eu acrescento, Maurício, os povos tradicionais, os quilombolas e os agricultores familiares. Diria que um caminho para isso é reconhecer as terras indígenas como um espaço importante, com a criação das unidades de conservação, as homologações das comunidades quilombolas e também a homologação dos projetos de assentamento, de desenvolvimento sustentável, sobretudo os coletivos, dos agricultores familiares.

O Francisco pergunta, o Francisco Daniel, do Amapá: "Quais medidas estão sendo [tomadas], propostas, para se valorizar o conhecimento [...] das populações tradicionais [...]?"

Diria que, de cunho social, duas grandes medidas estão em discussão. Uma delas o próprio Observatório da Sociobiodiversidade, que tem como caráter essa questão da junção de uma agenda de convergência. Inclusive há a proposta de se incrementar ou se incorporar ao programa de Governo do Presidente Lula, e outras iniciativas, como a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais, junto com o Ministério Público e a cooperação técnica alemã GIZ, que hoje discute a plataforma, o fortalecimento da plataforma de populações tradicionais, uma estratégia de dar visibilidade aos territórios tradicionais do Brasil e também à sociobiodiversidade.

O Iuran Mello, do Distrito Federal, pergunta: "O que esperar da bioeconomia amazônica?"

Nós temos muita expectativa sobre a bioeconomia na Amazônia, mas se ela conseguir compreender as nossas realidades, se conseguir expressar, por meio do seu desenvolvimento, o anseio dos povos e comunidades tradicionais, a valorização dos territórios e a cultura dos guardiões da floresta.

Para concluir, eu, que sou extrativista natural da Floresta Nacional de Tefé, na região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas, gostaria de agradecer. Eu diria que é um caminho muito distante sair de lá dos nossos territórios e poder participar de um espaço como este trazendo a visibilidade do nosso povo, os nossos anseios e pautando junto ao Estado brasileiro aquilo que nós desejamos e que sonhamos, com uma igualdade de direito, valorização da nossa cultura e proteção dos nossos territórios.

Muito obrigado.

A SRA. DIONETE FIGUEIREDO (*Fora do microfone*.) - Só uma primeira pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Com a palavra a Sra. Dionete, por gentileza.

A SRA. DIONETE FIGUEIREDO (Para expor.) - Só fazendo uma consideração à primeira pergunta, sobre o impacto da biodiversidade na Amazônia. Eu falaria também do impacto que se tem no Cerrado. Acho que o Cerrado, como um dos maiores biomas, mais ricos em fauna, flora, povos, enfim, o berço das águas... A gente precisa olhar também para o Cerrado. Os povos do Cerrado gritam realmente por socorro, porque nós estamos aqui no cantinho. A gente fala que é a última fronteira agrícola, na trijunção de Minas, Bahia e Goiás, um canto que ficou esquecido muito tempo. De repente, a chegada da monocultura da soja, da lavoura, da irrigação, dos pivôs simplesmente devasta o Cerrado inteiro, não gera... Aí, o que a bioeconomia, o que a sociobio traz em contraponto? Não gera trabalho, porque as máquinas tomam conta de tudo, enquanto na agricultura familiar, nos SAFs, nos trabalhos das cooperativas você dá emprego o tempo todo. O desmate do Cerrado sem dó nem piedade. Então, cadê os baruzeiros que tinha, cadê as espécies nativas que tinha? Não tem mais. As veredas estão secando; os córregos e as nascentes também. E o uso desregrados das águas nesses pivôs... Eu morava, eu tinha uma chácara na beira de um córrego. A gente até se desfez, porque começou a vir água contaminada pelo uso excessivo de produtos químicos nessas lavouras... Eles fazem até três colheitas.

Então, era só para deixar que o contraponto da sociobiodiversidade é a produção inclusiva de proteção ambiental e econômica também. Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Muito obrigado.

Registro aqui que recebemos recomendações políticas para o desenvolvimento da economia da sociobiodiversidade do Observatório da Economia da Sociobiodiversidade, e determino que sejam anexadas aos registros desta audiência pública.

Antes de encerrar, para entrega da ata desta reunião à CMO, em função das emendas à LDO, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovada.

Mais uma vez, quero agradecer o comparecimento da Sra. Mônica Nogueira, do Sr. Dione do Nascimento Torquato, do Sr. Jeferson Straatmann, do Sr. Ricardo Abramovay e da querida Dionete Figueiredo, que, tempestivamente, chegou e deu uma excelente contribuição para esta audiência.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Giordano, Vanderlan Cardoso, Fabio Garcia, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Margareth Buzetti, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3668, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.668 de 2021 com as emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **Observação:** Lido o relatório, vista coletiva concedida e aprovados os Requerimentos 41, 42 e 45/CMA-2022 para realização de audiência pública. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as potencialidades e os desafios do mercado de carbono, no Brasil, com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 44, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 43/2022 - CMA seja incluído um representante do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 41, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com os setores interessados o Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, que "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 42, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2022 - CMA sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Paulo Rocha. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 45, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2022-CMA, com o objetivo de instruir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PL 3668/2021, que “dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências” sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Relatório do Fórum da Geração Ecológica**. **Finalidade:** Apresentação do resultado do trabalho realizado ao longo de doze meses pelo Fórum da Geração Ecológica, instituído pelo REQ 15/2021-CMA, e votação das minutas de matérias legislativas produzidas pelos grupos de trabalho. **Resultado:** Conhecido o relatório, a Comissão de Meio Ambiente votou pela aprovação das minutas e favoravelmente à apresentação ao Senado Federal de 26 projetos de lei, 4 indicações e 2 requerimentos de informação (REQ 46/2022-CMA e REQ 47/2022-CMA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 27 do corrente, conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicados e avisos.

Comunico que foi apresentada à Secretaria desta Comissão:

1- Correspondência eletrônica da Câmara Municipal de Manaus, que envia cópia da Lei 485, de 2021, que dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais no Município de Manaus, com finalidade de estimular o uso de sacolas reutilizáveis, que não prejudicam o meio ambiente, e dá outras providências.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa n° 12, de 2019, será publicada na página da CMA e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão.

A presente reunião está dividida em duas partes. Primeira, deliberação de matérias e requerimentos. Segunda, apresentação do resultado do trabalho realizado ao longo de 12 meses pelo Fórum de Geração Ecológica instituído pelo Requerimento 15/2021, desta Comissão, e votação das minutas de proposições legislativas produzidas pelos grupos de trabalho.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo do Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3668, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.668 de 2021 com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Em 28/06/2022, foi apresentado novo relatório.

No entanto, há um Requerimento n° 43 e um outro n° 44... (*Pausa.*)

V. Exa. está lincado? (*Pausa.*)

Senador Veneziano, V. Exa. está lincado?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Estou sim, Presidente, a ouvi-lo, acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu vou pedir que V. Exa. faça a leitura, porque eu sei que V. Exa. tem um novo relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Na verdade, é apenas um aprimoramento do relatório, de que, na semana passada, Presidente, nós tivemos oportunidade de fazer a leitura.

Não sei se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, V. Exa. não precisa fazer a leitura completa. V. Exa. pode fazer daquilo que V. Exa. modificou.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tomei conhecimento, Sr. Presidente, de que há um requerimento de alguns companheiros ou de um companheiro, Senador Wellington Fagundes, para realização de audiência pública. Eu não sei se isso é confirmado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, o problema é que ele é extrapauta. Por isso, eu chamei o Senador para... Se V. Exa. fizer a leitura...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Pronto, eu posso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... e vier o requerimento, evidentemente, eu não o colocarei em votação e vou esperar a audiência pública.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Eu tenho aqui a complementação do relatório e passo a lê-lo, em respeito às dúvidas e sugestões que foram feitas pelos nossos pares, na semana anterior.

Nos novos ajustes, Presidente Jaques Wagner, ao relatório, propomos a exclusão do inciso VIII do art. 2°, que trata de fertilizante orgânico, bem como retira os fertilizantes orgânicos do escopo do §3° do art. 1°, porque entendemos que a Lei n° 6.894, do ano de 1980, dispõe, de forma mais ampla e completa sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes destinados à agricultura.

Nesse sentido, a alínea "a" do art. 3° da lei já define fertilizante como sendo a substância mineral ou orgânica, natural ou sintética, fornecedora de um ou mais nutrientes vegetais.

Ademais, realizamos a retirada do termo "exclusivo" dos incisos XXIV e XXV, do art. 2° e do *caput* do art. 3°, para não dar margem a entendimento de que o produtor rural não possa usar os bioinsumos que produz para uso próprio em outras fazendas de sua propriedade. Foi um ponto alertado e com propriedade pelo Senador Izalci Lucas, e nós atendemos.

No §2° do art. 4°, recuperamos o texto original do projeto apresentado por S. Exa. Senador Jaques Wagner, ao estabelecer que estão dispensados de registros produtos produzidos nas biofábricas *on farm* e em unidades de produção de bioinsumos da Classe de Risco 1, segundo classificação do Ministério da Saúde.

Entendemos que o registro dos estabelecimentos dos produtores seja necessário para permitir que exista uma identificação mínima do agente produtor dos insumos produzidos para fins comerciais. Além disso, o registro permite a atividade de fiscalização, ainda que seja feita por meio de procedimentos simplificados como a modalidade de autodeclaração ou cadastral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, os bioinsumos utilizados para o controle de pragas são registrados no Mapa, após avaliação dos órgãos federais de saúde, meio ambiente e agricultura. Nesse sentido, para que seja concedido o registro de produtos biológicos de controle, são realizados testes toxicológicos e ambientais, inclusive dos inóculos de bioinsumos para fins comerciais.

Entendemos, dessarte, que as competências dos órgãos da saúde e meio ambiente para o controle, o registro e a fiscalização não devem ser suprimidas, sob pena de um grande retrocesso ambiental na legislação de regência, conforme proposto pelo *caput* do art. 4° e do §1° do PL. Já o registro de produto será feito por procedimento administrativo simplificado quando tiver composição idêntica a uma especificação de referência já regulamentada ou quando já existirem produtos similares registrados no Brasil.

Estou me encaminhando para o encerramento, Sr. Presidente.

Isso foi feito na intenção de evitar limitações ao desenvolvimento e utilização dos bioinsumos, propondo aprimoramento em relação aos produtos com especificação de referência.

Atualmente, o Mapa estabeleceu as especificações de referência para alguns produtos. Existe uma lista com os organismos que têm a especificação de referência em número próximo a 50.

Adicionalmente, poderiam ser geradas disputas para o acesso à tecnologia de setores da indústria que pagaram os estudos e que dispõem de contrato com o curador da coleção de microrganismos, o que seria indesejável do ponto de vista regulatório.

Igualmente importante seria evitar a má interpretação de que produto que não disponha de especificação de referência possa ser perigoso para a sociedade como um todo.

No art. 8°, modificamos a composição para remover membro da Embrapa na Comissão Técnica, a fim de evitar potenciais conflitos de interesse, na medida em que o órgão também pode desenvolver e registrar produtos que passariam pela análise da Comissão. Assim, foi aumentado para três o número de membros do órgão de agricultura.

Adicionalmente, a produção de bioinsumos, por suas características, não pode ser considerada uma atividade agropecuária primária, diretamente associada ao uso e ocupação do solo e consequentemente sujeita, exclusivamente, à regularidade ambiental da propriedade nos termos do Código Florestal brasileiro.

Em decorrência, propomos ajustar o art. 10 do PL para alinhar o processo de definição dos procedimentos de licenciamento ambiental aos ditames constitucionais e legais, além de adotar a lógica estabelecida no texto proposto na Lei Geral de Licenciamento Ambiental, ainda em debate na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do que nós expusemos, com as devidas retificações, aprimoramentos e inserções de ideias que nos foram trazidas, Presidente, opinamos pela aprovação do PL nº 3.668, de 2021, que tem V. Exa. como autor, com as emendas que também já disponibilizamos ao conhecê-las, emendas do Colegiado da Comissão de Meio Ambiente.

Essa é a nossa posição, Presidente Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Veneziano pelo aprimoramento.

Senador Wellington, eu o havia chamado porque V. Exa. tem um extrapauta pedindo uma audiência pública.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 41, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com os setores interessados o Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, que "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências".

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

Tem V. Exa. a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Jaques Wagner!

É um requerimento já apresentado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Para discutir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Eu quero ler o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal, e também do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com os setores interessados o Projeto de Lei n° 3.668/2021, que "dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências".

Proponho, então, para audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Reginaldo Minaré, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Joe Valle, da Fazenda Malunga; Rogerio Dias, do Instituto Brasil Orgânico; Leonardo Minaré Braúna, da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); Rogério Vian, do Grupo Associado de Agricultura Sustentável; representando ainda o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), um dos representantes de direito; representante do CropLife Brasil (CLB); e também um representante do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos, criado, Sr. Presidente, pelo Decreto n° 10.375, de 26 de maio de 2020.

Justifico, Sr. Presidente, dizendo que os bioinsumos são organismos vivos, como bactérias, insetos ou plantas, usados para melhorar a fertilização do solo ou para o controle de praga e doenças nas lavouras em substituição ou em complementação ao uso de defensivos químicos, agrotóxicos tradicionais. Eles têm potencial para aumentar a produtividade no campo e favorecer a preservação do meio ambiente, mas, para tanto, precisam respeitar critérios de biossegurança e garantir a adoção de boas práticas de manejo e produção.

Ademais, os bioinsumos são uma fonte inesgotável de sustentabilidade e inovação para o nosso país. Temos a maior biodiversidade do planeta e esta pode ser racionalmente explorada e dividida com o mundo a partir de estímulos legislativos corretos.

Segundo noticiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), agora em 2019, o mercado de insumos biológicos foi responsável pela movimentação de 675 milhões em biodefensivos. Contudo, ainda é muito pouco para o tamanho da produção brasileira.

É isso, Sr. Presidente.

Sala da Comissão, Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Wellington.

Realmente esse projeto tem despertado muitas paixões, o que eu acho bom no processo legislativo, até porque são dois projetos tratando o mesmo tema – um aqui no Senado e outro na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para relatar, nós já tiramos de pauta uma primeira vez a pedido do Governo. Foi feita uma mediação. Não se chegou a um denominador totalmente comum. Semana passada, o Senador Izalci pediu vista; foi concedida. Hoje, o Senador Veneziano traz o relatório aprimorado, apesar de que ainda não há acordo entre todos. V. Exa. apresenta esse requerimento de audiência pública. E eu vou pedir ao Senador Paulo Rocha, antes de botar em votação, porque é um pedido do Senador Contarato, subscrito pelo Senador Paulo Rocha, que leia só o aditamento de convidados para a mesma audiência pública de esclarecimento sobre o projeto.

E, aí, nós votaremos os dois requerimentos em conjunto, já que é a mesma audiência pública.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 42, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2022 - CMA sejam incluídos os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros

Observações:

Subscrito pelo Senador Paulo Rocha

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, antes de tratar especificamente dos requerimentos, eu queria debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A matéria está em discussão. Eu só quero que V. Exa. leia, nós vamos aprovar e ela vai ficar em discussão. Já sei que V. Exa. vai querer pedir vista do novo relatório, mas primeiro vamos votar o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Então, o requerimento é adicional, porque nós concordamos com o requerimento do debate, do Senador Wellington Fagundes, também um homem, um Senador ligado a preocupações da produção no campo principalmente, e nós queremos também acrescentar ao número, embora grande, de convidados outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos especialistas no assunto, também para incluir na listagem dos convidados. É uma preocupação da nossa bancada, através do Senador Fabiano Contarato, e que a gente subscreve como Líder da bancada.

Ele inclui como convidados a Sra. Mariangela Cunha, líder e pesquisadora da Embrapa Soja; o representante da Confederação Nacional da Indústria; e o Sr. Caio Augusto de Almeida, que é o Gerente de Avaliação de Segurança Toxicológica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. É a inclusão do número de convidados para debater esse assunto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu vou colocar em votação então, Senador Wellington Fagundes, os dois requerimentos, como é de praxe: o Requerimento nº 41, de V. Exa., pedindo a audiência pública com os nominados, e o pedido de ampliação feito pelo Senador Paulo Rocha.

Em votação os Requerimentos nºs 41 e 42, de 2022, que visam a uma audiência pública sobre o Projeto 3.668, cujo Relator acaba de ler o seu novo relatório.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

A audiência pública será anunciada para os senhores.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, além do debate mais amplo com a chamada sociedade civil, que é a forma mais democrática de a gente produzir legislação que vá ao encontro dos interesses do nosso país, essa questão da produção agrícola, do agronegócio, provoca uma, como V. Exa. já disse, uma discussão apaixonada, em que tentam se contrapor a uma visão de alguns que é contra a produção e contra os produtores, contrapondo-se também a uma visão que acha que os grandes produtores, o agronegócio também é devastador, etc.

Na nossa visão, a gente não entra nessa polarização, uma vez que a gente é daqueles que se aliam à questão do desenvolvimento sustentável. Isso significa que a gente pode fazer a exploração das nossas riquezas, da biodiversidade, mas também com respeito à questão ambiental, à questão da saúde pública, que é a grande preocupação nossa. E essa questão das embalagens, enfim, de todos... À medida que aumenta a população aumenta também o consumo, e a gente também tem que se preocupar com a questão ambiental nas grandes cidades no momento da produção, que é a preocupação de V. Exa., através desse projeto de lei, ao mesmo tempo em que ajudado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo; quer dizer, são dois Senadores realmente preocupados com a sua geração, que passam por aqui, por uma Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante de leis, e que não ficam ausentes dos problemas da evolução da sociedade e também dos problemas da questão humana, da questão da vida humana no mundo. Um exemplo dessa preocupação é a invasão nos mares, nos oceanos do mundo – com as suas consequências – dessas embalagens, dessas coisas. Veem-se aí nas cenas milhões de toneladas de resíduos, principalmente de embalagem a partir do plástico, que invadem as águas do nosso oceano trazendo graves consequências para a vida animal e, como consequência, para vida a humana. Então, é um projeto de profundidade, que, portanto, precisa desse aprofundamento.

Eu queria contribuir também, na medida em que a gente também tem experiência da vivência da Amazônia. A nossa capital é cheia de riachos, que depois são transformados em canais. Esses canais, esses riachos são caminho, se não tiver toda uma educação e todo um processo de fiscalização, dessa degradação, porque é jogado nas ruas esse tipo de embalagem, esse tipo de resíduos, e os córregos são verdadeiras estradas da devastação e de invasão da questão ambiental e da saúde humana. É o caminho para os grandes rios e depois para os grandes mares.

Então, eu queria pedir vista – além do debate, sem prejuízo da audiência pública – também para que a gente possa contribuir mais neste grande e importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Senador Vanderlan, V. Exa. pede a palavra? (*Pausa.*)

Senador Vanderlan, estou vendo a mão levantada.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Senador Jaques Wagner, obrigado pela oportunidade.

Nós estamos no trânsito. O senhor me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estou ouvindo bem, sim.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador, eu quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo por esse importante projeto e o nosso Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, que apresentou um novo relatório, aperfeiçoando ainda mais o seu relatório.

Quero parabenizar também, Senador Jaques Wagner, o nosso Senador Wellington Fagundes pelo requerimento apresentado para audiência pública. É um tema, como V. Exa. mesmo falou, que está despertando investimentos feitos em bioinsumos, tem crescido muito em todos os aspectos da nossa agricultura, desde agricultura familiar. Nossos assentamentos hoje estão buscando uma maneira mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples para não ter esse custo altíssimo em pesticidas e até em fertilizantes, buscando alternativa mais barata para se viabilizarem e sobreviverem, já que aumentaram muito os custos.

Então, quero parabenizar V. Exa. pela condução, pelo projeto.

E gostaria aqui, Sr. Presidente, já que o requerimento foi aprovado, como o nosso nobre amigo Senador Paulo Rocha fez o pedido aí para que fosse incluído... Eu sei que já tem aí vários nomes de doutores nessa área. Ele é o Presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado. É muito importante, já que os cafeicultores estão usando hoje já em torno de 40%, se eu não me engano com esses números aí, de bioinsumo. E outro, Sr. Presidente, muito importante, este é um doutor nessa área, que é o Sr. Celso Tomita, é engenheiro agrônomo, Doutor em Fitopatologia. É uma das maiores autoridades, Sr. Presidente, do Brasil no tema.

Se V. Exa. puder acatar, já que... Tem muitos aí. Devido à importância do tema, para ser mais proveitoso, talvez a gente pudesse fazer em duas etapas essas audiências públicas – devido à importância.

Tenho recebido ligações, Sr. Presidente, desde o pessoal da agricultura familiar, produtores, sobre a questão desse projeto muito importante.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Vanderlan, eu não sou um homem conservador. Eu gosto até de inovação, mas, para não inovar exageradamente e depois até invalidar o objetivo de V. Exa., como não existe requerimento oral, eu vou fazer o seguinte: eu vou pedir a V. Exa...

V. Exa. está se deslocando para o Senado ou não? (*Pausa.*)

Eu vou pedir a V. Exa. que, através do seu gabinete, mande o requerimento, eu me comprometo com V. Exa. a já incluir os nomes e, antes da audiência pública, eu faço a aprovação do requerimento. Senão terei que fazê-lo agora oralmente. Como essa figura não existe, teria que fazer chegar aqui até o final, a menos que V. Exa. peça a alguém do seu gabinete para fazer um requerimento de aditamento que chegue aqui antes do final da nossa reunião. Caso contrário, V. Exa. manda o requerimento, eu incluirei...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, em dez minutos, estará aí o requerimento. Já está sendo confeccionado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tá.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Presidente, Senador Jaques Wagner...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se chegar, não se preocupe, eu incluirei os nomes. Se não for votado hoje, antes da audiência pública, eu já convido as pessoas sugeridas por V. Exa. e aprovo o requerimento antes da audiência. Combinado?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Combinado, Presidente, nosso bom baiano.

Grande abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, então.

Aprovados os dois requerimentos.

O Senador Vanderlan mandará ainda o requerimento dele para a inclusão de mais gente. Eu vou ver se subdivido em duas etapas, na medida em que já temos, eu creio, 13 ou 14 nomes. É isso? (*Pausa.*)

Bom, eu vou administrar o que fazemos para que a audiência pública seja produtiva, porque se for muita gente, acaba que não rende nada e não se produz um debate. Chegando o requerimento do Senador Vanderlan, nós o aprovamos também.

Concedo também vista do novo relatório do Senador Veneziano, pedida pelo Senador Paulo Rocha, com a mesma combinação de sempre: de nós voltarmos com o projeto, evidentemente, depois da audiência pública, na primeira sessão depois da audiência pública.

Vou então à parte dois da nossa sessão de hoje. (*Pausa.*)

Perdão, ainda temos o item 2 e 3 para serem votados.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 43, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as potencialidades e os desafios do mercado de carbono, no Brasil, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 44, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 43/2022 - CMA seja incluído um representante do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Senador Paulo Rocha, os requerimentos são de sua autoria. V. Exa. poderia fazer a leitura? V. Exa. os tem em mãos?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as potencialidades e os desafios do mercado de carbono no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Linda Murasawa, Sócia-Diretora da Fractal Assessoria e Desenvolvimento de Negócios; o Sr. Ronaldo Seroa da Motta, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); a Sra. Tábata Guerra, do escritório Mattos Filho; representante Ministério do Meio Ambiente; representante Ministério da Economia.

Sr. Presidente, se justifica esta audiência pública pela mudança do clima, que é uma das maiores ameaças em nível global. Em agosto do último ano, um relatório do IPCC afirmou, vez por todas, que são as ações antrópicas a causa principal das mudanças do clima.

Temos visto uma série de tragédias em decorrência deste fator: eventos extremos, secas e estiagens prolongadas, desastres naturais, enchentes, tempestades, entre outras mazelas que grassam nas grandes cidades do nosso país, vide a situação que aconteceu no Estado da Bahia e, por último, na cidade de Recife, na região metropolitana de Recife, em Pernambuco e, agora, a recente, nas Alagoas.

Entre as diversas ações necessárias no enfrentamento das alterações do clima global, está a viabilização do mercado de carbono. No debate desse tema mundo afora, existem diferentes interpretações sobre os caminhos para viabilizar esse instrumento.

Mecanismos e instrumentos financeiros construídos no âmbito das mudanças climáticas devem não só buscar o equilíbrio ambiental, mas também garantir as salvaguardas sociais. É imprescindível que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes grupos sociais, contemplada a diversidade da sociedade brasileira, tenham direito de acesso a esse novo instrumento que agora se coloca à nossa frente.

No Brasil, ainda estamos em fase inicial da apresentação e da implementação do mercado de carbono em escala, em especial quando das ações sob responsabilidade do poder público. No intuito de trazer subsídios para esse importante debate em um momento em que o tema começa a ganhar força, propomos essa audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Em discussão os Requerimentos nºs 43 e 44, de autoria do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Não havendo quem discutir, eu coloco em votação os requerimentos apresentados.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 43 e 44.

2ª PARTE

Agora, sim, nós vamos para a parte segunda desta reunião, que é a apresentação – não completa, mas é a apresentação – do relatório do Fórum da Geração Ecológica.

Como os Senadores e Senadoras sabem, através do Requerimento nº 15, de 2021, do ano passado, nós constituímos, no âmbito desta Comissão, o Fórum da Geração Ecológica, composto por 42 representantes de diversos segmentos da sociedade civil, tentando alcançar – nunca se alcança tudo – o caleidoscópio todo dos interessados num tema tão candente quanto à questão das mudanças climáticas, do aquecimento global, do meio ambiente, que hoje é pauta, eu diria, central não no Brasil, mas no mundo inteiro.

Eu creio que há uma consciência generalizada de que nós humanos precisamos fazer uma inflexão na nossa relação com a casa maior, na nossa relação com o planeta Terra e na nossa forma de desenvolvimento e de produção. É preciso empregar, é preciso produzir, criar ocupação remunerada, mas é preciso ter uma visão com longevidade. Portanto, não podemos produzir e destruir, produzir e depredar, porque estaremos fazendo, eu diria, uma produção... Não vou chamá-la de irresponsável, porque não é duradoura.

É óbvio que nós seres humanos não tínhamos essa consciência há – sei lá – cinquenta, cem anos. E, à medida que nós fomos evoluindo, é evidente que os gritos da natureza foram aparecendo. Estão aí: seca no Rio Grande do Sul; dilúvio na Bahia e em outros estados do Nordeste, como agora em Pernambuco;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos vendo desertificações em áreas; degelo no Polo Norte; um volume de zoonoses crescendo absurdamente, sendo a última delas a covid-19, que já ceifou a vida de mais de 6,5 milhões de humanos, no Brasil mais de 650 mil brasileiras e brasileiros.

Sem dúvida nenhuma, tudo isso tem referência – não é a única causa, mas tem conexão – com o desequilíbrio, já que o modo de produção, o modo de desenvolvimento, a forma como nos relacionamos com a natureza não é mais suportável pela mesma natureza. Então é preciso que a gente tome consciência disso para que a gente comece a fazer uma inflexão. Evidentemente não se faz, como se diz na gíria, um cavalo de pau num transatlântico, mas é preciso, então, ir mudando a rota do transatlântico com o objetivo de chegar a um ponto, como o mundo inteiro discute: hidrogênio verde, energia alternativa, formas de produção de agricultura que economizem água, que economizem solo, recuperação de solo para que a gente possa produzir.

Portanto, exatamente para criar um ambiente de debate no âmbito desta Comissão do Senado da República, nós criamos... E, conforme o compromisso, depois de um ano de muito trabalho... E eu quero fazer aqui a minha reverência aos 42 membros da sociedade civil que voluntariamente se dispuseram a estar aqui presentes em diversas reuniões – vou repetir: voluntariamente – apenas com o espírito, que deveria estar em todos nós brasileiras e brasileiros, de contribuir para um desenvolvimento brasileiro integral com a sustentabilidade tripartite, em que eu tenho insistido: a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade ambiental.

Então, eu quero fazer aqui o meu agradecimento, em nome do Senado da República, em nome desta Comissão, a todos os membros que participaram, que dedicaram um tempo das suas agendas, das suas vidas, para estar em inúmeras, dezenas ou mais do que dezenas de reuniões, com a Consultoria também da Casa, a quem eu quero igualmente agradecer e elogiar o esforço – além da consultoria desta própria Comissão e do meu gabinete – com que se dedicou integralmente a nos ajudar, a auxiliar a transformar ideias naquilo que será apresentado amanhã.

E eu convido todos os Senadores e Senadoras: nós aqui, no espaço... Como é o nome daquele espaço? (*Pausa.*)

Salão Nobre da Câmara – não é tão nobre, é pequenininho. Mas faremos um ato a partir das 2h, em que uma boa parte dos membros do fórum estarão presentes. Convidamos também outros Senadores, embaixadores que nos procuraram ao longo do ano para debater.

Agradeço igualmente à Cepal, organismo da ONU para a América Latina e o Caribe, que também foi fundamental no apoio técnico, nas consultorias feitas e na participação desse fórum; e à minha equipe, que se desdobrou muito nos cinco grupos, porque nós subdividimos em cinco temas e saíram cinco relatórios diferentes. Eles todos serão apresentados amanhã em duas brochuras: uma, que é um resumo executivo do próprio fórum, ou seja, descrevendo a história do fórum; e a outra com a apresentação de 26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutas de projetos de lei, 4 indicações e 2 requerimentos de informação. Na verdade, é óbvio que eles não são projetos de lei definitivos, e a votação que a gente vai fazer aqui não é a votação dos projetos, é a aprovação do relatório. Esse relatório vai ser remetido à Secretaria-Geral da Mesa, à Secretaria-Geral das Comissões, para que cada projeto desses possa ter o curso normal dentro da Casa e na Câmara dos Deputados, e os requerimentos de informação, sim, sejam destinados aos órgãos competentes.

Então, eu vou submeter à votação simbólica.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras de que essa é uma votação de aprovação global de um fruto de um trabalho, é uma forma nossa de reconhecer o trabalho desses membros da sociedade civil, e, evidentemente, cada projeto desses seguirá seu curso normal na Casa. Aqui nós não estaremos aprovando os projetos, mas sim o relatório da Comissão. Eu diria que é uma inovação: é uma aprovação não de um projeto de lei, mas da apresentação de um conjunto.

Chamo a atenção, ainda, de que nenhum dos projetos apresentados, seguramente, representará a integralidade do que essa variedade de opiniões sobre o tema representa. O esforço que foi feito no fórum, como eu já havia feito, quando dirigi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, à época, para o ex-Presidente Lula, é buscar a aproximação de pontos de vista, que é o que eu acho normal no caminho da democracia. Ninguém sai com o que pensa; sai com aquilo que é a mediação dentro da sociedade.

Então, dito isso, e amanhã não estarei... Aliás, o relatório já está disponível, evidentemente, no sistema virtual, e amanhã nós o apresentaremos com uma encadernação bonita, para ficar à disposição de consulta, mas, virtualmente, os Srs. Senadores, desde anteontem, já o têm disponível quando entrou na Ordem do Dia essa matéria.

Então, conhecido o resumo do relatório que eu fiz, a Comissão vota pela aprovação... Ah, não! Perdão! Aqui já é o final.

Coloco em discussão a matéria, que é o relatório conclusivo do Fórum da Geração Ecológica. (*Pausa.*)

Não havendo quem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Eu queria acrescentar uma frase aí que acho muito importante, principalmente para o momento em que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A humanidade, a sociedade, no caso também a nossa, brasileira, é entrelaçada de momentos do processo democrático: ora se avança na democracia, conquistando governos e representantes no processo democrático; ora é entremeada por visões autoritárias, que é o caso hoje que nós vemos no nosso país.

Então, essa forma de se preocupar com os problemas do país, principalmente numa sociedade tão plural como é a nossa, esse exercício que V. Exa. está fazendo aqui na Comissão é uma prática daqueles que querem, a partir da democracia, fazer valer a vontade da maioria e dos interesses da sociedade. Então, isso aqui se chama democracia participativa, que traz as opiniões da sociedade, da pluralidade da sociedade, para poder instrumentalizar o Estado brasileiro de um arcabouço legal que vá ao encontro desses interesses da sociedade.

Então, eu queria parabenizar.

E é muito importante ressaltar isso, principalmente em se vivendo num momento do nosso país em que até o Orçamento da União, que de certa maneira já tinha avançado na organização desse processo de fazer chegar o Orçamento da União àqueles que mais precisam, com políticas públicas como de inclusão, principalmente dos interesses dos pequenos... Dou um exemplo muito forte – não é só a Bolsa Família – de políticas públicas que fizemos chegar lá aos rincões do nosso país, para os mais pobres: o Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos; o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, chamado Pronaf, enfim. Nós estamos retrocedendo nessas conquistas à medida que se desorganizou o orçamento do nosso país, ao mesmo tempo em que transformaram o tal do orçamento secreto, ou emendas deste ou daquele Relator capaz de driblar e fazer com que o orçamento só chegue para os poderosos.

Então, quero parabenizar. E vamos aprovar este relatório tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Fórum da Geração Ecológica, com as 26 minutas de projeto de lei, 4 minutas de indicação e 2 requerimentos de informação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Fórum da Geração Ecológica. (*Palmas.*)

Bom, chegou às minhas mãos o Requerimento n° 45, do Senador Vanderlan Cardoso, e eu vou lê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 45, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2022-CMA, com o objetivo de instruir o PL 3668/2021, que "dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências" sejam incluídos os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

O Sr. Francisco de Assis e o Celso Tomita, ambos conhecedores da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Requerimento nº 45, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e, antes de declarar encerrada a presente reunião, me foi chamada a atenção. Eu acho que eu agradeci bastante à Consultoria Legislativa, mas os meus chefes e os assessores disseram que eu esqueci da Consultoria Legislativa. Então, eu quero também fazer jus aqui ao trabalho da Consultoria Legislativa.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 08 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e trinta e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Plínio Valério, Fabio Garcia, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato e Alexandre Silveira, e ainda do Senador não membro Oriovisto Guimarães. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (PL Bioinsumos 1/2)**, atendendo aos requerimentos REQ 41/2022 - CMA, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), REQ 42/2022 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Rocha (PT/PA), e REQ 45/2022 - CMA, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Instruir e debater com os setores interessados o Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, que "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Leonardo Minaré Braúna, Assessor Técnico (representante de: Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA Brasil); Sr. Hideraldo José Coelho, Chefe da Divisão de Suporte e Gestão – DISG/DSV/SDA (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA); Sr. Reginaldo Lopes Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Diretoria Técnica (representante de: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA); Sr. Celso Tomita, Engenheiro Agrônomo e Doutor em Fitopatologia; Sra. Amália Borsari, Diretora Executiva de Biológicos (representante de: Croplife Brasil - CLB); Sr. Rogério Dias, Presidente (representante de: Instituto Brasil Orgânico - IBO); e Sr. Mário Augusto de Campos Cardoso, Especialista em Política e Indústria (representante de: Confederação Nacional da Indústria - CNI). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião é destinada à realização de audiência pública, solicitada pelos Requerimentos 41, 42 e 45, da CMA, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, subscrito pelo Senador Paulo Rocha, e Vanderlan Cardoso, respectivamente, com o objetivo de instruir e debater com os setores interessados o Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, que "dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências".

Nesta reunião, ocorre a primeira das duas audiências públicas para a discussão da matéria. A segunda está prevista para ocorrer amanhã, 6 de julho, a partir das 8h30. Esta ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores se manifestarem e enviarem questionamentos de modo remoto. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como todas as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Faremos duas mesas de debates. Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até dez minutos. Aos que participam remotamente, caso optem por usar algum material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela para exposição. Nesse caso, é fundamental que encaminhem o arquivo à Secretaria para publicação e pesquisas futuras. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Participam desta reunião, em ordem alfabética, a Sra. Amália Borsari, Diretora Executiva de Biológicos, representante de CropLife Brasil; o Sr. Celso Tomita, Engenheiro Agrônomo e Doutor em Fitopatologia; o Sr. Hideraldo José Coelho, Chefe da Divisão de Suporte e Gestão, representante do Ministério da Agricultura; o Sr. Leonardo Minaré, Assessor Técnico, representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja; o Sr. Mário Augusto de Campos Cardoso, Especialista em Política e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indústria, representante da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Reginaldo Lopes Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Diretoria Técnica, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; o Sr. Rogério Dias, Presidente do Instituto Brasil Orgânico.

Se teremos sete na audiência de hoje, teremos mais sete na audiência de amanhã. Eu dividi a audiência pública em duas partes exatamente pelo número grande de demandas para participar.

A maioria dos senhores e das senhoras estará aqui presencialmente, apenas um participante estará remotamente.

Eu convido, para compor a mesa, o Sr. Leonardo Minaré Braúna, da Aprosoja Brasil; o Sr. Reginaldo Lopes Minaré, da CNA; e o Sr. Hideraldo José Coelho, do Mapa. (*Pausa.*)

Antes de dar início à nossa audiência pública, eu gostaria de me solidarizar com o povo do Estado de Alagoas, que vem sofrendo com as chuvas intensas nos estados. Os eventos extremos cada vez mais frequentes, somados à ausência de planejamento de uso e ocupação de solo em áreas urbanas e rurais, vêm causando prejuízos irreparáveis à população. Quem mais sofre são as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e temos nome para isso. Na última semana, junto à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, presidida pelo Senador Paulo Paim, realizamos audiência pública sobre racismo ambiental, termo consagrado pela Organização das Nações Unidas, que materializa justamente o reflexo do desequilíbrio ambiental sobre os povos da floresta e das águas, os ribeirinhos, os povos tradicionais como um todo, as moradoras e os moradores do campo e da cidade, que são de maioria negra, como disse Douglas Belchior, liderança do UNEafro Brasil.

Na busca por respostas para um cenário como esse, lançamos também, na última semana, o relatório do Fórum da Geração Ecológica. O fórum foi formado por 42 representações da sociedade brasileira e trabalhou, ao longo de um ano, os direcionamentos para a formulação de um arcabouço legislativo que vise à transição ecológica no país. As proposições apresentadas serão analisadas por este Congresso Nacional, oportunamente, para serem aprimoradas.

Um dos grupos de trabalho do fórum, modalidade em que a iniciativa funcionou, também tratou justamente de questões relacionadas à proteção, restauração e uso da terra, objeto também desta audiência pública.

Partindo, por fim, para a audiência pública, o objetivo desta reunião, teremos um rico debate sobre os bioinsumos, objeto do PL 3.668, de minha autoria e da relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo. O objetivo é dar espaço para setores da sociedade que possuem diferentes visões e trazem outros aspectos que incidem diretamente sobre o tema, para que possamos aprimorar o texto inicial proposto de forma a garantir segurança jurídica aos produtores, salvaguardar a produção brasileira e promover a produção agrícola de maneira sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo a todos uma ótima audiência pública.

Eu quero apenas registrar que já retiramos de pauta algumas vezes esse projeto, ao tempo que, na Câmara dos Deputados, outro projeto que versa sobre o mesmo tema, não sei se já foi votado no Plenário, mas já foi votado na Comissão.

Eu quero, antes de começar a audiência, reafirmar a minha posição. Eu acho que os extremos não contribuem para a nossa caminhada. Eu acho que, na democracia, a posologia e a ponderação são fundamentais para que a gente ache um caminho em que se possa caminhar e evoluir. Eu gosto de dizer que o meio ambiente tem dois adversários e inimigos: os apaixonados pela motosserra e os apaixonados pela contemplação. Nenhum dos dois, na minha opinião, vão nos conduzir a um bom destino. Eu acho que nós temos que achar o caminho que combine sustentabilidade econômica com sustentabilidade econômica e social. Esse tema dos bioinsumos, evidentemente, é um tema importante, renovador, apontador de futuro, e, portanto, eu espero que as audiências possam nos orientar no sentido da votação do projeto.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Leonardo Minaré Braúna, da Aprosoja Brasil.

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (Para expor.) – Boa tarde!

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão, pelo convite para participar aqui desta audiência pública e agradecer aos meus amigos de bancada aqui, a todos os debatedores, pela presença, aos Senadores que acompanham virtualmente e a toda a sociedade brasileira.

Primeiro, para discutir esse tema, a gente tem que ter duas premissas. A gente está debatendo aqui insumos biológicos na atividade produtiva agropecuária, e não apenas uma de suas modalidades, que é o uso como controle biológico para a agricultura. Segundo, regulamentar não é burocratizar para inviabilizar essa produção no caso do sistema *on farm*, que é onde os produtores defendem também esse sistema.

No caso do controle biológico, que é o que a gente já colocou na primeira premissa aqui, a própria ementa que está no texto no Senado trata sobre a produção, a importação, o registro, a comercialização, o uso, o destino final dos resíduos e das embalagens, a inspeção, a fiscalização, a pesquisa, a experimentação e os incentivos da produção de bioinsumos para a agricultura. Então, essa ementa tem três problemas, e o primeiro é a destinação final das embalagens. Isso veio copiado da lei de agrotóxico, a Lei 7.802, que trata da devolução, da logística reversa das embalagens de agrotóxico. E, nessa legislação, você tem o controle químico, físico e biológico.

Então, os insumos biológicos para controle biológico deveriam, devem ter suas embalagens devolvidas. Se a gente pensar no escopo como insumo biológico, na atividade agropecuária, na produção de soja e milho, que é o nosso caso, a gente tem os inoculantes, que são bactérias que "microbiolizam" a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semente. Quanto ao inoculante, você não tem essa devolução da embalagem; a devolução corresponde à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, se a legislação for para tratar de insumo biológico, ela não tem por que regulamentar a devolução, porque está pensando nesses insumos apenas como agrotóxicos na Lei 7.802, na qual deveria haver a devolução.

A ementa também fala de pesquisa e experimentação. Em 2020, o Governo editou um decreto, que é o plano nacional de insumos biológicos, e lá tem uma parte de pesquisa, e, em nenhum momento, foram incorporadas algumas ideias de como seria a pesquisa que o decreto autorizou.

E, por fim, quando se fala em "produção de bioinsumos para a agricultura", não é só agricultura aqui. A gente está falando aqui de pecuária, de piscicultura, de florestas plantadas. Todas são atividades econômicas produtivas que usam insumos biológicos. Na pecuária, você tem os óleos vegetais, você tem os probióticos. São insumos biológicos, que deveriam estar objetivados aqui.

Aí eu vou para a segunda premissa, que é a da regulamentação para não burocratizar.

O projeto de lei apresentado por V. Exa., Senador, e relatado pelo Senador Veneziano estabelece, no nosso caso, a produção *on farm*. Eu só posso produzir organismo que tem especificação de referência. Aí novamente se volta à primeira premissa, que é para controle biológico. "Especificação de referência" foi um termo criado pelo Ministério para atender à lei de orgânicos, que definiu que o órgão criaria uma política para administrar esses produtos para a agricultura orgânica. Acredito que o representante do Mapa vai poder explicar isso melhor.

Então, criou-se essa lista. Você tem hoje 50 organismos que são para controle biológico. Se se atentar para o fato de que a produção *on farm* vai ser apenas para esses... Estão aqui o Rogério, o Celso Tomita, o pessoal do orgânico. Eles utilizam comunidades de microrganismos para a técnica de bokashi e algumas outras técnicas de compostos, de que o Rogério e o Tomita vão falar. Eles estariam inviabilizados, porque esses organismos, primeiro, são uma comunidade – eles não estão isolados; é uma comunidade de microrganismos –, e não há especificação de referência para eles. Então, eles não poderiam multiplicar na fazenda.

Não havendo instrução de referência no projeto de lei, estão autorizados os organismos da classe 1 do manual de microrganismos do Ministério da Saúde. Não existe nessa lista a classe 1 positiva. Como é que ela é feita? Você tem um microrganismo e faz a avaliação de risco. Não sendo classe 2, 3 ou 4, então ele é 1. Todo agricultor que utilize microrganismo na propriedade em que for produzir, se não for instrução de referência que não for para controle biológico, vai ter que fazer esses testes. São milhões de propriedades. São caros e onerosos esses testes de avaliação de risco. Eles não poderiam fazê-los. No caso, o pessoal do orgânico usa comunidades de microrganismos. Teria que isolar cada um, fazer a avaliação de risco de cada um e definir. Se não for classe 2, 3 ou 4, aí ele seria classe 1 e estaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizado. É a sistemática adotada no texto. Isso, para mim, é inviabilizar a produção de microrganismo na propriedade rural. Você vai criando regras para dificultar esse sistema.

Você tem inoculantes, como eu falei no início. Não existe instrução de referência. Se eu for usar uma bactéria para inoculante, eu vou ter que fazer avaliação de risco, para determinar que ela é classe 1, para então poder produzir na minha propriedade.

Aqui no Senado, a gente tem discutido a falta de insumo dos fertilizantes. A Aprosoja, junto com a Vale do Rio Doce, e a Embrapa têm desenvolvido pesquisas usando pó de rocha. Eu preciso usar microrganismos que vão solubilizar essa rocha, esse pó, para disponibilizar esses macro e micronutrientes para a cultura que está sobre aquele solo e, com isso, reduzir a importação, reduzir um pouco a dependência do Brasil do fertilizante, porque mais de 90% são importados.

E, para fazer essa prática, eu preciso de microrganismos, e esse microrganismo a indústria não possui. Eu vou ter que isolá-los, multiplicá-los na propriedade e aplicá-los no meu solo. Não tem inspeção de referência para eles. Eu vou ter que fazer a avaliação, para saber se é classe 1, de cada um deles. E eles são organismos para degradar rocha, são para "microbiolizar" aquele solo, disponibilizar esses micronutrientes, para depois ficarem disponíveis para a planta que vai ser aplicada em cima.

Qual risco haveria para o consumo humano disso? Nenhum. Só que eles estariam inviabilizados visto a burocracia que está se desenhando na lei para se produzir na fazenda.

Por fim, essa discussão do uso dos bioinsumos é recente ou, pensando assim, essa proibição que está sendo feita é um pouco recente. Tirando a agricultura familiar ou de orgânicos, os produtores rurais de norte a sul do Brasil já usam insumo biológico há 50 anos, há décadas. A produção de grãos também já utiliza. E aí, nos últimos anos, com o aumento dos preços dos inseticidas químicos, dos pesticidas e com essa dificuldade que o covid trouxe da importação desses produtos, isso incitou ainda mais os produtores a quererem produzir, na sua propriedade, os seus insumos biológicos e continuar sua lavoura com segurança. Um organismo produzido lá é para o combate de uma praga ou uma doença; eu não vou colocar em risco a minha atividade econômica, que é a produção de grãos, fazendo um organismo que não funciona, que seja inviável ou alguma coisa. Então, eu vou priorizar sempre a melhor forma. E aí esse aumento que teve nas propriedades é que chamou a atenção da indústria, visto a redução que houve da aquisição desses produtos – no caso, os pesticidas químicos. E aí começou esse debate, porque, enquanto, durante décadas, os produtores orgânicos e os pequenos agricultores faziam isso e até os próprios grandes produtores, em uma escala menor, em um número menor, faziam, isso não afetava, não causava impacto econômico. Então, não tinha essa discussão que teve, que a Anvisa levantou, que o Ibama levantou, de colocar em risco a sociedade. A partir do momento em que mais gente começou a produzir por causa da dificuldade dos produtos é que tentaram esse discurso. Então, assim, a Anvisa nunca falou que a produção... No caso dos orgânicos ou produtores familiares de hortifrútis do Brasil, via de regra, que utilizam esses organismos, ela nunca falou que eram produtos de risco. O produto agrícola não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco, nunca teve e não tem. Eu conheço os produtores orgânicos. Todo produtor preza pela qualidade e segurança dos alimentos produzidos, então, nenhum colocou em risco. Nunca houve essa discussão. Só começou essa discussão a partir do momento em que mais produtores começaram a fazer uso dessa tecnologia, e isso começou a causar um impacto na redução desses pesticidas químicos, de outros produtos. E aí começou a sair essa discussão que trouxeram para o Congresso.

Eu confio na agricultura. Recentemente, agora, 2018, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.680, que é de gêneros alimentícios – queijos, linguiças... –, de produções artesanais, porque sabe que esses produtos são produzidos com qualidade. Então, dá para você regulamentar sem prejudicar, sem inviabilizar essa produção.

É isso que a Aprosoja pede. Os produtores de soja no Brasil são os mesmos que são produtores de milho, de algodão, de cana-de-açúcar. Os nossos produtos serão industrializados. Nós estamos investindo nessa tecnologia para reduzir a dependência de fertilizantes e de pesticidas químicos. E aí essa discussão que está tendo para inviabilizar essa produção *on farm* é para isso. Então, é complicado. Como o senhor falou, os dois lados têm que entrar em um debate. Entendo e acho certo um acordo, mas isso não pode me privar do meu direito de produzir esses organismos.

Isso era o que a gente tinha a falar, para não tomar muito tempo, já que são muitas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Leonardo Minaré, representando aqui a Aprosoja Brasil.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Hideraldo José Coelho, do Ministério da Agricultura.

O SR. HIDERALDO JOSE COELHO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador.

Agradecemos também a oportunidade de o Ministério da Agricultura estar aqui debatendo este tema que é muito importante para nós Ministério da Agricultura e para a agricultura brasileira. Conforme o Leonardo falou, é a agricultura no sentido amplo, pegando a pecuária... É lógico que os bioinsumos vão ser usados nos diversos sistemas agrícolas, pecuários, florestais, silvícolas, etc.

Para o Ministério da Agricultura, o que a gente tem a trazer de lembrança aqui é a questão da criação, no Poder Executivo, do Plano Nacional de Fertilizantes. O Plano Nacional de Fertilizantes foi uma ideia que surgiu lá em 2008, em 2009 e que ficou um pouco hibernando. Há dois anos, a gente retomou essa questão. E eu estou trazendo isso por quê? Porque, quando se fala em Plano Nacional de Fertilizantes, existe uma tendência de se pensar que são só os fertilizantes, mas, na verdade, o plano nacional trata de fertilizantes, de condicionadores de solo, de corretivos, de remineralizadores e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bioinsumos, além do aproveitamento de muitos resíduos que nós temos neste imenso Brasil, que servem muito bem para a produção de fertilizantes e, naturalmente, de bioinsumos também, já que muitos resíduos são orgânicos, e as duas coisas andam juntas: resíduos orgânicos e microrganismos andam juntos. Então, neste primeiro momento, é lembrar a todos que o Plano Nacional de Fertilizantes... Hoje, por sinal, está acontecendo a primeira reunião do conselho que foi criado para ter a governança desse plano, Senador, o Confert, que é formado pelos secretários-executivos dos principais ministérios, porque esse tema tem uma transversalidade muito grande, bioinsumos também. Nós vamos ter: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Economia, Ministério da Ciência e Tecnologia... Então, nós temos muita gente envolvida com isso.

No Plano Nacional de Fertilizantes, a questão dos bioinsumos foi trabalhada por muitos pesquisadores – cerca de 70 pesquisadores ajudaram o Executivo a elaborar esse Plano Nacional de Fertilizantes.

E a gente fez, nesse plano, um levantamento do que acontece no mundo inteiro em relação a esses bioinsumos. Na verdade, o mundo inteiro está acordando para essa questão. Está havendo uma utilização muito maior deles. E, na parte de regulamentação, os regulamentos ainda não são... Vamos dizer assim: não existe uma harmonização. Nós temos quatro blocos no mundo, praticamente – América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia –, e não temos legislações muito harmonizadas.

E o que a gente tem procurado fazer, o que o Plano Nacional de Fertilizantes traz é esse direcionamento de que se tenha um marco regulatório que seja parecido com o que se trata no mundo inteiro. Para isso, a gente levantou... O plano trouxe todo esse *benchmark* do que acontece no mundo inteiro e trouxe esse direcionamento de a gente trazer, em termos de marco regulatório, algo que seja igual, para que a gente tenha conceitos iguais.

Naturalmente, a parte de pesquisa científica já tem muitos resultados no mundo inteiro. Esses resultados indicam, como todos nós sabemos, como o Leonardo já falou, que os microrganismos são utilizados, os bioinsumos são utilizados há muitos e muitos anos, e sabemos que o risco desses microrganismos é muito pequeno. A gente tem que trabalhar é para fazer uma legislação mais desburocratizada, porque o que se conhece até hoje é a questão de não ter uma preocupação exacerbada com as questões de saúde humana e meio ambiente. Esses microrganismos foram utilizados a vida inteira sem que se tenha conhecimento de eventos que possam trazer uma preocupação maior.

Isso está no Plano Nacional de Fertilizantes. O ministério está lá, junto, apoiando, e a gente, como Poder Executivo, tem que trabalhar junto com o Poder Legislativo. Então, a gente traz aqui a nossa solidariedade. Esse marco regulatório tem que melhorar, assim como precisamos também de diversos outros pontos – não somente a questão da regulação, mas também o fomento, o financiamento, vários aspectos –, porque é uma oportunidade ímpar que nós temos. Já conversei sobre isso com o Rogério Dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– não é, Rogério? A gente tem uma oportunidade de trazer o uso cada vez maior desses bioinsumos de maneira segura e trazendo maior sustentabilidade.

Estamos na Comissão de Meio Ambiente. O que nós queremos reforçar aqui é isto: a sustentabilidade. Esses bioinsumos estão trazendo a possibilidade de você utilizar menos recursos que eram utilizados na agricultura. A revolução verde trouxe aí diversos recursos que não têm uma sustentabilidade tão boa quanto os bioinsumos. Este momento é muito oportuno para a gente dar um direcionamento, apoiar e fazer com que isso traga os maiores benefícios possíveis para o Brasil como um todo em função dessa questão da sustentabilidade, na parte de nutrição vegetal, na parte dos fertilizantes e também na parte do controle biológico. Esses bioinsumos têm a habilidade de fazer o controle biológico e também de atuar na melhoria das condições para a nutrição vegetal.

A gente tem que aproveitar esses bioinsumos, a gente não pode trazer uma burocratização muito grande. Por quê? Porque é preciso incentivar cada vez mais o uso desses bioinsumos. E, nesta oportunidade, agora, a gente vai dar um impulso para diminuir tremendamente o uso de outros insumos que, vamos dizer assim, têm um potencial maior de causar danos na agricultura, de maneira geral.

A minha lembrança aqui é fundamentalmente esta: o Executivo está com esse plano em andamento, está começando, é um plano de longo prazo. Temos metas para curtíssimo prazo, 2023, 2024 e 2025, e algumas coisas que se pretende desenvolver até 2050. É uma visão de longo prazo também.

E o plano tem também a questão de ciência e tecnologia, isso é transversal. Então, essa parte de ciência é fundamental para nos auxiliar, para auxiliar o Legislativo a fazer esses regulamentos. Então, que a gente faça o regulamento com base em pesquisas científicas que nós temos até hoje e, quanto à alguma coisa que ainda tem para ser desenvolvido, que a gente continue incentivando essas pesquisas para que nós tenhamos ciência acima de tudo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. HIDERALDO JOSE COELHO – Agradeço muito a participação.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado ao Sr. Hideraldo Jose Coelho, representante do Ministério da Agricultura, pela sua contribuição.

E passo a palavra agora ao Sr. Reginaldo Lopes Minaré, representando da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ (Para expor.) – Uma boa tarde, Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço em nome da CNA o convite feito para participar desta reunião. O tema é extremamente interessante, importante para a agricultura do momento e do futuro.

Cumprimento os Senadores que acompanham, os que estão presentes, os meus colegas de mesa e aqueles que nos acompanham pelas redes do Senado Federal.

Nós temos um regramento para esta produção de bioinsumos especificamente a partir de 2003. O legislador disciplinou a produção de orgânicos, posteriormente teve o decreto. E, nessa lei, no art. 9º dessa lei, o legislador disse que os produtos utilizados na agricultura orgânica deveriam ter um procedimento diferenciado. Esse é o comando contido no art. 9º, e o verbo é "deverão", é impositivo. Ali, procurou-se diferenciar o sistema dos biológicos do sistema dos químicos. O que para nós parece ser muito coerente e louvável, porque são ciências distintas com produtos absolutamente distintos. Posteriormente, veio um decreto regulamentando esse dispositivo da lei e criou um sistema diferenciado para o registro dos bioinsumos utilizados na agricultura orgânica. O legislador e também o Poder Executivo, que regulamentou a lei, não impediram que outros setores da agricultura, seja agricultura convencional, seja convencional utilizando transgênicos, fizessem uso dos produtos aprovados para a agricultura orgânica, até porque seria um contrassenso o legislador e o próprio Poder Executivo fazerem isso, porque é um produto desejável. A pressão que a agricultura brasileira sofre, como se ela sustentável não fosse, para ter maior sustentabilidade é muito grande, e esses produtos auxiliam esta caminhada para uma produção mais amiga e amistosa com o meio ambiente e com a sociedade de uma forma geral.

Esse decreto, porém, quando ele foi publicado, modificou o decreto que regulamenta a lei dos agrotóxicos químicos, que é o sistema de registro único que existia à época – diferenciou, mas dentro de um sistema já vigente –, e é essa estrutura que nós temos hoje. E é com base nela que a agricultura orgânica, a agricultura convencional produzem bioinsumos para uso próprio em suas propriedades.

Existe uma certa confusão pelo fato de que esse decreto, regulamentando a lei dos orgânicos, modificou a lei dos pesticidas químicos, basicamente o decreto que regulamenta a lei dos pesticidas químicos, mas, na realidade, os produtos biológicos são regulados pela lei dos orgânicos e não pela Lei 7.802, que é a lei dos produtos químicos, dos agrotóxicos.

Dentro desse contexto, os agricultores, já de um tempo – cinco ou seis anos –, começaram a utilizar em volume maior os biológicos e começaram a produzir em suas fazendas esses produtos. Até então, nós não tínhamos nenhuma dificuldade, tanto do ponto de vista de regulamentação quanto do ponto de vista de produção, de disputas comerciais – não existia –, mas o aumento da procura, da produção por parte dos agricultores criou uma certa dificuldade. Iniciou-se um movimento de que produzir bioinsumo para uso próprio era ilegal, porém nenhum órgão do Poder Judiciário até hoje estabeleceu uma decisão de que seja ilegal, porque temos um arcabouço normativo construído já e maduro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir desse momento, o Poder Executivo criou um conselho nacional para desenvolver uma política de bioinsumos que funcionou nos últimos dois anos no Ministério da Agricultura, do qual inclusive nós participamos. Teve a produção de orientações políticas e também de uma proposta normativa ainda em tramitação interna no Ministério da Agricultura para ver se o Poder Executivo apresentará ou não. Junto com essa iniciativa... E este ponto seria para dirimir essa argumentação, essa disputa, que inclusive tem uma ação no Estado do Tocantins, onde se acusa que fazer bioinsumo para uso próprio é ilegal. Não tem decisão ainda, mas tramita no Ministério Público do Tocantins esse pedido de inquérito que foi construído e está sendo discutido lá.

Concomitantemente a esse movimento, teve essa atuação do Ministério da Agricultura, e logo depois foi apresentado um projeto de lei na Câmara dos Deputados tratando desse tema. Posteriormente, o senhor apresentou também o projeto de lei aqui no Senado disciplinando esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor me permite só uma...?

Quem é que provocou o Judiciário sobre a ilegalidade da produção?

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – O processo é público, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi o Ministério Público?

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – Não, a CropLife, que é uma associação das indústrias que produzem – e até se apresentará aqui – os químicos.

O modelo de negócio dos pesticidas químicos não cabe. Ele não seria um modelo justo para os produtos biológicos: são produtos distintos. A produção de biológicos *on farm,* que é a nossa preocupação específica da CNA... É claro que o projeto de lei – tanto este que o senhor apresentou, quanto o da Câmara, quanto o que foi desenvolvido no Ministério da Agricultura –, ele tem uma grande parte que se aplica à indústria, é legítimo, e não temos nada a fazer reparo. Quem poderia ter seria a indústria. O nosso ponto é a produção *on farm*. Ela já vem acontecendo, é uma produção que ocorre de forma segura, e nós não pretendemos ter uma ausência total de regulação. Não é essa a pretensão.

Por exemplo, o agricultor que vai produzir bioinsumos onde o microrganismo vivo seja o principal componente desse produto, exigir dele um cadastro junto ao Ministério da Agricultura é algo absolutamente tranquilo para o setor produtivo – não temos nenhuma dificuldade. Hoje a tecnologia digital permite colocar nome, endereço, CPF, local de produção, o que vai produzir e deixar a informação à disposição do órgão fiscalizador para que ele vá e veja como está sendo produzido. Então, este ponto não seria nenhum problema: exigir um registro, exigir um cadastro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao exigir o registro, já se começa a utilizar uma linguagem dos produtos químicos, que é um... Por exemplo, em 1992, tivemos um acordo com o Mercosul que não pôde ser implementado porque os produtos químicos do Mercosul, para serem comprados pelo Brasil, precisariam de um registro. Teve ação, perdemos, a Argentina entrou com um painel no Mercosul, perdemos por unanimidade, e até hoje isso não mudou. A figura do registro funciona um pouco como a reserva de mercado. Isso é fato, está aí posto. Então, para os biológicos, esse modelo dos químicos não é interessante.

Outro ponto: exigir responsável técnico para a produção de bioinsumos de uma forma geral talvez não seja o melhor caminho. Poderia, como a FAO faz, estabelecer que o poder público – a Embrapa tem condições, as universidades brasileiras têm condições – faça protocolos de orientação para a produção. Isso também é desejável, é um processo educativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – Então, essa exigência seria salutar porque ela certamente melhoraria até o trabalho do agricultor na produção dos seus bioinsumos, sendo bem orientados.

Exigir, por exemplo, o licenciamento ambiental. É um produto absolutamente benéfico. Nós não temos microrganismos patogênicos, perniciosos à saúde humana, ao meio ambiente, para produzir esses bioinsumos.

Fala-se que poderia ocorrer contaminação no processo de produção. Se ele for feito seguindo o que orienta a boa técnica – e é o que nós estamos fazendo já de longa data –, esses produtos não têm problema. A cozinha talvez seja muito mais perigosa. A cozinha de um restaurante aqui na Vila Planalto, aqui na Esplanada dos Ministérios, na Asa Sul, na Asa Norte pode ser muito mais perigosa do que a produção de um bioinsumo numa propriedade rural, porque a contaminação, se não tiver higiene, até na nossa cozinha doméstica pode acontecer.

Nós temos essa clareza de, primeiro, produzir com segurança para garantir a produção do agricultor; segundo, produzir com segurança para não prejudicar a adoção dessa tecnologia que demorou a ser adotada pelos agricultores. Então, exigir que o poder público estabeleça esses protocolos orientadores, Senador, é muito salutar. Não temos nenhuma dificuldade de atender, cumprir e, inclusive, colaborar.

Com relação ao licenciamento ambiental, se porventura se identificar... E aí é interessante ter o licenciamento não como regra geral, mas como exceção. Se tivermos algum microrganismo que, porventura, possa de alguma forma prejudicar o meio ambiente ou até a saúde... A saúde seria praticamente impossível, porque a produção propriamente não permite isso. Mas, se tivesse alguma implicação de ordem ambiental, naquele caso específico exigir o licenciamento seria tolerável. Não é uma dificuldade para a gente, mas com a análise caso a caso. Para aquele que efetivamente e cientificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigir que se faça um licenciamento e que tenha regras mais rigorosas, aí sim se implanta para aquele microrganismo específico, mas como exceção, não como regra geral.

Na produção para divisão em propriedades, em que, por exemplo, o agricultor tem duas propriedades ou três ou tem um consórcio de produção e quer fazer uma central de produção para atender dois, três ou quatro produtos, somos absolutamente favoráveis a vedar que se comercializem produtos para uso próprio – uso próprio é uso próprio –, inclusive com penas, com crimes. Não temos nenhuma dificuldade nesse entendimento.

Porém, a possibilidade de fazer essa divisão, de produzir num lugar e levar para outro exclusivamente para uso próprio seria interessante e salutar para os agricultores, principalmente para a indústria de árvores, a silvicultura. Muita gente produz em algum lugar, talvez até fora da propriedade, numa área de um barracão da indústria, principalmente macrorganismos, algumas vespas, coisas do gênero, e levar para essas áreas de produção já ficaria inviabilizado se não pudesse retirar daquele local de produção e levar para esse local de uso. Então, o manuseio desse transporte, sempre lembrando que é para uso próprio, também é bastante tranquilo para o setor.

Então, Senador Jaques Wagner, o projeto do senhor não está distante do que o senhor comentou no início, de ter esse entendimento democrático. O agricultor é uma pessoa que é bastante atarefada já.

O trabalho na lavoura, na produção, é um trabalho grande, e ele agrega mais esse trabalho de produzir bioinsumos à propriedade dele, à rotina diária dele, porque tem um impacto positivo para a produção, tem um impacto positivo para o solo no médio e longo prazos e tem um impacto positivo principalmente na planilha de custos. Então, são esses os motivos que o agricultor tem para adotar essa produção e aumentar o seu trabalho na lavoura.

O projeto, tanto o que o senhor apresentou quanto o que tem na Câmara, não impede que a indústria continue no mercado produzindo. Se o agricultor entender que o custo-benefício de ele comprar da indústria é menor do que o de ele produzir, ele vai comprar. Porém, é interessante garantir o direito de ele produzir esse insumo na sua propriedade.

Então, é o que nós tínhamos a colocar com relação ao projeto de V. Exa. É um projeto interessante, ele traz essa matriz de diferenciar o químico do biológico, mas a gente propõe esses pequenos ajustes para garantir o direito dos agricultores. Hoje já é um direito, hoje já produzem de forma segura, e é importante que isso continue.

Era isso. Agradeço o espaço, Senador Jaques.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado por sua contribuição, Sr. Reginaldo Lopes Minaré.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para esclarecer, não para contestar, eu sou um apaixonado pela agricultura orgânica e, sem dúvida nenhuma, qualquer insumo orgânico sempre será mais benéfico à natureza, melhor ainda se ajudar na planilha de custo, do que algo químico produzido. E muito menos tenho interesse de defender a indústria. Por isso, fiz questão de perguntar quem é que tinha entrado com a ação.

A única preocupação que me move é exatamente, por valorizar o bioinsumo, como não permitirmos eventualmente que a dádiva se transforme em algo danoso. Eu digo porque, eventualmente, se a produção não tiver nenhuma, vamos dizer, orientação, registro, regulamentação, não para burocratizar, porque eu acho que a gente já tem burocracia demais; eu digo para proteger a própria produção de bioinsumo.

Recentemente me perguntaram, e eu disse: "Não, a minha única preocupação é não transformar uma dádiva, que eu acho que é o bioinsumo, em algo que amanhã seja condenado". Então, é achar, como sempre, a posologia, o ponto de equilíbrio para que a gente possa dar essa sustentabilidade sem contagiá-lo com... Porque, óbvio, se houver uma guerra comercial, sabe-se que os argumentos nem sempre são os mais isentos possíveis; a guerra comercial mergulha abaixo da linha da cintura. Então, eu diria, até para nos proteger, que a mim não interessa dificultar; eu só quero é garantir a perenidade disso aí.

Mas eu acho que as audiências públicas servem muito para estabelecer isto, não uma dicotomia, mas as preocupações de parte a parte para ver como a gente migra e constrói algo de equilíbrio e de consenso, porque o meu objetivo é o mesmo: a gente poder produzir. Nada contra a indústria, mas eu acho que a produção do bioinsumo, seguramente, é algo bem mais positivo para a natureza, para a vida humana e para o próprio produtor.

Bom, eu queria agradecer aos três primeiros expositores. Vou pedir que retornem às bancadas, para eu poder convidar os outros que estão aqui para contribuir conosco: Sra. Amália Borsari representando a Croplife Brasil; Sr. Rogério Dias, do IBO; e Sr. Mário Augusto de Campos Cardoso, da CNI. (*Pausa.*)

E, nessa segunda etapa, nós teremos a participação do Sr. Celso Tomita, Doutor em Fitopatologia, remotamente. O Celso Tomita está lincado? Está?

Bom, então eu vou, só para mesclar, convidar o Dr. Celso Tomita, que vai participar da reunião remotamente, para fazer a sua contribuição.

V. Sa. está com a palavra. Não sei se vai precisar de algum compartilhamento de apresentação?

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência.*) – Sim, gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, já está liberado. O.k.

Está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO TOMITA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Obrigado por essa oportunidade, Senador Jaques Wagner. A todos que estão aí uma boa tarde. Sinto-me honrado por poder apresentar os trabalhos que a gente vai fazendo nos produtores.

Trabalho com a parte de fitopatologia, especialista em microbiologia, como pesquisador, como consultor, e consultor em produção orgânica e em termos de sustentabilidade. Então, vamos lá.

Em relação à parte de bioinsumos, o que a gente está conseguindo estabelecer são 35 anos de trabalho em que a gente tem manejado a produção orgânica. Eu sou um produtor orgânico. Saí de uma situação de agricultura familiar, em que a gente fazia a produção em pequena escala, e hoje a gente está desenvolvendo produção em larga escala de hortaliças orgânicas, em 100ha, 200ha, com uma produtividade próxima a isso, assim como a gente tem outras oportunidades de trabalho que surgiram na produção de soja, na produção de café, muitos em seu sistema sustentável.

E o que tem a ver isso com os bioinsumos? Em relação a bioinsumos, a gente já os maneja há mais de 30 anos, produzindo, por exemplo, manejando com *bacillus thuringiensis,* manejos de biofertilizantes, seleção de estirpes, de leveduras para fermentação de alimentos para conserva. E onde era o nosso meio? A origem era a mata. Então, a gente buscava todo esse material na mata para selecionar bactérias, fungos, actinomicetos, para criar e produzir um material de conserva, por exemplo, conserva para alimentação humana. Então, se isso tudo fosse contaminado, eu seria o primeiro a estar morto, não é? E inclusive estou tendo a oportunidade de falar com vocês.

Dentro desse processo, gostaria de mostrar alguns resultados que a gente teve. Não sei se consigo compartilhar dados aqui com vocês para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se me permite, você pode manejar a sua própria apresentação ou a equipe aqui, como você preferir.

Está licenciado para ele compartilhar?

Está licenciado para você compartilhar. Você mesmo pode operar.

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Vamos ver se a gente consegue, não é? Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Veja aí.

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Foi possível?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, estamos vendo. Aí você mesmo vai controlando e passando os eslaides. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Isso mostra esses anos todos de trabalho que a gente construiu na cultura de grãos. A gente tem vários dados em relação a tomate, em relação a batata, cultura de morango – nós somos especialistas em produção de morango orgânico, temos mais ou menos 5ha de produção de morango orgânico. Nessa história, o Senado, a Câmara, o Supremo Tribunal foram às nossas hortas, são nossos clientes. Então, vários de vocês já consumiram os nossos produtos cheios de bioinsumos, tudo controlado com atividade biológica.

Vocês podem ver essa tabela aqui, em que falamos do grão, cultura de soja, e temos a produtividade. A produtividade do orgânico, assim como do seu sistema convencional, está bem próxima, em termos de produtividade. Aqui é o seu sistema regenerativo, em que nós utilizamos bastantes materiais, diferentes tipos de bioinsumos isolados, direcionados a cada qualidade, como ação fungicida, ação de manejo da dinâmica de fósforo no solo, manejo da dinâmica de potássio no solo ou dos micronutrientes. São todos diferentes tipos de isolados ou diferentes tipos de comunidades que a gente trabalha de forma integrada para que o sistema consiga ter mais efetividade de produção.

Dentro disso, fungicidas: por que eu não tenho necessidade de realizar um controle de ferrugem da soja? É a mesma situação: na utilização de fungicidas com triazóis, com tebuconazoles, com estrobilurinas, hoje, você tem uma efetividade de controle de 70%, 75%. Quanto aos outros 30%, a incidência dos fungos está acontecendo na lavoura, quando o próprio bioinsumo ou a utilização dele no seu sistema solo promove a indução de resistência sistêmica e você não tem a necessidade. Ou então uma reposição, uma dinâmica da comunidade biológica sobre a folha, no tecido da folha, tanto externamente como internamente, teria essa capacidade de você promover a supressão ou não instalação desses fungos de efeitos patogênicos. E isso é direcionado também para como inseticidas. Por exemplo: multiplicação de baculovírus. É um tema que a maioria está no *bacillus*, *subtilis*, *thuringienses*, entre outros isolados, mas a gente foi um pouquinho mais além. Uma lagarta contaminada com baculovírus, com alguns poliedros aí, eles já conseguem fazer a promoção de controle de 1ha de lavoura de soja atacada por uns podópteros, por exemplo.

Então, essas tecnologias estão surgindo graças à evolução desses bioinsumos que nós estamos trabalhando, tanto na forma isolada como na forma de controle.

Além do mais, vocês gostam de cerveja, não é? Vocês gostam de pão. Então, hoje, o próprio pão, o material que é fermentador de pão tem um princípio ativo dentro desse pão, chamado *cerevisia*, que é controladora de ferrugem, por exemplo, antracnose. Então, a própria levedura é um isolado que muitos de nós multiplicamos na sua cerveja, por exemplo. E ela é considerada nessa proporção. Então, são essas proporções que vocês veem de manejo biológico e o porquê de fazer biológico. É o sistema em que, nessa figura, vocês observam as situações da natureza, do sistema convencional, o caminho do sistema orgânico, e, por baixo, vocês veem a comunidade biológica sendo ativada nesse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema convencional, em termos de população de fungos, é uma diversidade enorme, mas a sua conexão e a interatividade delas é menor, porque a diversidade começa a ser reduzida nessa situação, sendo que, no sistema orgânico, por exemplo, um outro extremo na produção, no qual se promove a grande atividade biológica, vocês veem essas interações biológicas nessa rede de ação em cima desses pontos verdes, azuis, brancos, aí, que vocês estão vendo, que são as linhas brancas cortando no sistema, fazendo uma teia de interação, uma rede de conexão de atividades biológicas, em que a reprogramação biológica promove maior vida no seu sistema de produção.

E aonde vai esse resultado? Esse resultado, por exemplo, a gente consegue ver na produtividade de uma fazenda.

Essa daqui é Moreira Sales, onde nós temos uma qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me interrompê-lo um minutinho...

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Você já passou algumas telas?

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Desculpe... Eu não entendi. Cortou a ligação.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Você já passou algumas telas da sua exposição?

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Já, já passei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Porque aqui nós estamos parados na primeira, então eu vou preferir manejar daqui.

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – É. Vou falando então.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em que tela você está? Porque... Não, é isso. Porque eu estou sentindo que você aperta aí, mas não muda aqui.

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Ah, tá. Eu estou na quarta.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, espera aí, eu vou colocar para a gente. Aí você vai me avisando a próxima, que a gente passa aqui, por favor.

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É essa?

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto.

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Está na quarta. Só um pouquinho, deixe-me retornar a tela. (*Pausa.*)

Em qual nós estamos? Deixe-me ver... Na quarta tela, não é?

Então, essa...

Pode passar as telas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO TOMITA (*Por videoconferência*.) – Aí.

Então, isso é um resultado da região de Moreira Sales. É um produtor que acompanhou, cinco anos, a qualidade de produção, vocês vejam, numa situação em que a qualidade de chuva foi definhando. Nós temos esse relato aqui. No entanto, a produtividade está se mantendo semelhante, sendo que, em 2021 e 2022, a região aqui foi acometida à alta intensidade de seca. A gente está vendo 38 sacas de soja por hectare. Nós fomos os recordistas de produção, porque a maioria, a média da região aqui foi 10, 12 sacas de soja por hectare. Então, essa construção biológica promove essa vida.

Pode passar, por favor.

Aí mostra-se outra relação em que a matéria orgânica, a diversidade biológica aumenta a atividade, modifica a relação do CTC no solo, evolui a quantidade de fósforo no solo, onde, nesses solos, não aplicamos a utilização de, vamos dizer assim, fertilizantes químicos fosfatados. Eles são todos remineralizadores, pó de rocha junto com compostagem.

Próximo.

Então, tudo isso a gente acompanha. Mesmo sendo produção orgânica ou mesmo sendo a atividade, essas atividades biológicas isoladas ou essas comunidades biológicas, nós acompanhamos, conforme esse gráfico do lado direito ali – o vermelho, o verde e o azul –, com as variedades de batata, dentro da semente. Essa diversidade é que protege a planta. Então, quanto mais você tem mais diversidade biológica sobre o sistema radicular da planta ou quanto mais você tem um isolado, um *Bacillus subtilis*, um *megaterium* no seu sistema radicular, mais há vida, mais proteção ela consegue lhe dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

E todo esse sistema é incorporado no sistema de produção de sementes. Então, se uma semente conseguir endofiticamente trabalhar essas bactérias, conseguimos fazer um ambiente, uma horta como essa, com essa diversidade toda, num solo que realmente chegou ao extremo, quer dizer, o extremo da exaustão. Tem nematoide aí, tem todos os problemas de solo, contudo você tem uma qualidade de produção porque você utilizou compostagens bioativadas nesse sistema.

Então, além de compostagem, há a utilização de vários tipos de isolados e a utilização também de comunidades biológicas.

Próximo!

Então, tudo isso é uma ciclagem de tantos elementos como Koobas, como Bayodos, TMTs – são várias diversidades biológicas –, que são acompanhados num processo de compostagem, assim como você tem uma diversidade genética sendo analisada dentro desse meio por meta genômica, entendendo todos os processos biológicos nesse sistema, para que não tenhamos algum elemento de segurança alimentar – por exemplo, contaminação – que afete algum operador naquele campo e para que o sistema entre em circularidade. Um esterco é, hoje, um passivo ambiental; contudo, nós o transformamos. Nós temos baba de batata e batata podre numa indústria (*Falha no áudio.*)... e tudo isso é possível de ser aproveitado para a produção e para se plantar batata novamente.

Então, tudo isso... Eu acho que é o que temos de tecnologia. Está certo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Celso Tomita, pela sua contribuição.

Eu volto, então, à bancada e passo a palavra à Sra. Amália Borsari.

A SRA. AMÁLIA BORSARI (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Cumprimento o Presidente da Comissão, o Senador Jaques Wagner, e agradeço o convite feito pela CMA.

Cumprimento todos os Senadores e assessores que nos estão acompanhando, os colegas que me antecederam e os demais expositores.

Meu nome é Amália Borsari, sou engenheira agrônoma e sou Diretora Executiva de Produtos Biológicos da CropLife Brasil, Senador.

Eu acho bem oportuna a minha fala agora. Foi comentado anteriormente que a CropLife é representante das indústrias de químicos. Ela representa as indústrias de químicos, mas, em 2019, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporou a ABCBio, que é a associação que representava todas as indústrias de biológicos no Brasil de bioinsumos, ou seja, aqui eu estou falando representando estas indústrias, as indústrias produtoras de bioinsumos do Brasil, que representam 80% do mercado no Brasil. São empresas que foram pioneiras nesse segmento, que eram *startups* na década de 90 e nos anos 2000 e que hoje são as maiores empresas de biológicos do mundo.

Sr. Senador, nós temos a maior empresa produtora de insetos do mundo aqui no Brasil, que está localizada na região de Piracicaba, e isso é motivo de orgulho para todos nós, não é?

Para terem uma ideia, esse setor possui mais de dez mil empregos diretos. Eu não estou falando só de produtos de biocontrole, mas estou falando de inoculantes, estou falando de bioestimulantes.

Graças à parceria que as indústrias fizeram com instituições de pesquisa, como a Embrapa, o Instituto Biológico de Campinas, a Fapesp, com investimentos do CNPq, hoje, nós temos muitos produtos desenvolvidos à base dessas pesquisas. Hoje, as indústrias pagam *royalties* para a Embrapa, porque a Embrapa pesquisa muitos ativos. A indústria, por ter esse direito para produzir, para dar escala, paga para o Governo Federal. Então, é mútuo. E tudo isso é feito para a garantia de inovações dentro desse mercado.

Nesse contexto, eu gostaria de voltar ao que existia 20 anos atrás, pois, diferentemente do cenário exposto de tanto sucesso com o biológico, nós tivemos inúmeros desafios. Como eu comentei com vocês, há 20 anos essas *startups* saíram das universidades, saíram da Universidade de São Paulo. E hoje, aqui, nós só estamos debatendo por conta de todos esses investimentos feitos durante muitos anos, pelo empreendedorismo dos empresários no Brasil, que importaram equipamentos de fora, que importaram equipamentos para produção e investiram em capital próprio, inclusive oneroso também, naquela época. Imagine só investir nesse segmento e ainda, o que é pior, investir num segmento quando, na época, só se falava em agroquímico na agricultura, não se falava em biológico. Então era difícil o produtor entender essa importância.

As universidades e todos tiveram o seu papel. Descobrir um inseto, uma cepa, um ácaro, um microrganismo é apenas uma etapa do processo, porque precisa escalonar, e, para isso, precisa de técnicas, precisa de microbiologista, precisa de equipamentos. E tudo isso foi realizado por essas empresas.

Segundo relato inclusive dos executivos, foram inúmeros lotes descartados para se chegar a esse ponto, a esse nível de qualidade. Os produtos, Sr. Senador, precisam ser formulados. O que acontece? Quando você coloca um microrganismo sem uma formulação, ele não consegue ser aplicado... Quando ele é aplicado em situações adversas de temperatura e umidade, a eficiência cai, não se tem qualidade, não se tem efeito. E tudo isso foi feito, todo esse trabalho, nesse desenvolvimento com a pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indústria também, na época, não conseguia atender – eu estou falando de 20 anos atrás – a demanda que existia, essa demanda do uso do produto biológico, tanto é que – eu não sei se vocês lembram –, quando acabou a queimada da cana, houve uma demanda tremenda pelo uso de biológicos de fungo para o controle de cigarrinha. A indústria não conseguia atender. E o que foi feito? O Instituto Biológico de Campinas, através de uma parceria com as usinas, estabeleceu biofábricas dentro das usinas, para uso próprio.

Nessa época, inclusive, o Ministério da Agricultura, com a ajuda do Rogério, estabeleceu as especificações de referência, que eram usadas para incentivar os produtos para a agricultura orgânica, que, na época, não tinha produtos. Era uma forma de se ter mais produtos e de incentivar as indústrias, e isso deu certo. Inclusive, as usinas da região de São Paulo registraram o produto via especificação de referências. Se vocês forem ver, no Agrofit, há usina registrada.

E, na parte regulatória, para atender a essa demanda, saíram as especificações de referência. E, com o passar dos anos, todo mundo se desenvolveu no processo produtivo. Os benefícios gerados foram tão grandes na qualidade do produto, que as usinas deixaram de produzir, porque havia problemas na época também. Isso não era só das usinas de uso próprio, era das indústrias, como o entupimento de bicos do tanque de pulverização, porque havia resíduos de arroz. O arroz é usado na produção de fungo. Isso nós não temos mais. Melhorou muito. Os produtos são formulados e podem ser aplicados com outros produtos no tanque de pulverização.

Então, tudo isso... Foi um processo longo que a indústria teve nesses últimos 15 anos. E hoje nós temos mais de 500 produtos registrados no Ministério da Agricultura e dentro da legislação de agrotóxicos; depois eu vou expor um pouco mais para vocês o porquê disso. Então, dizer hoje que a Lei de Agrotóxicos não se aplica a um produto biológico faz com que caiam 500 registros hoje que estão disponíveis para o agricultor.

Aqui, nós estamos falando da evolução. Acabei me esquecendo de mencionar que o uso de bioinsumos foi Prêmio Nobel de Química. Hoje nós temos bactérias que direcionam o processo produtivo e estimulam a produção de feromônios. Imaginem que o uso de feromônios é utilizado para repelir insetos no campo. Isso é chocante, não é? Nós estamos falando de tecnologias muito similares hoje, do que temos de mais moderno na indústria farmacêutica, na indústria de vacina.

Na questão regulatória, o Mapa, a Anvisa e o Ibama evoluíram tanto na análise, nos últimos anos, que um registro por especificação de referência demorou três meses para sair, três meses! E um ativo novo está demorando um ano para sair. Depois eu vou falar um pouco como isso funciona nos outros países. Na Europa, demora cinco anos para sair um ativo, uma bactéria para controle biológico; nos Estados Unidos, são dois anos. Mas isso não é justificativa para a gente não estar aqui, neste ambiente, falando de uma regulamentação, que eu vou trazer mais para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós acreditamos como setor, sim, que há necessidade de trabalharmos numa legislação diferenciada para bioinsumos no Brasil e acreditamos também que a Lei 7.802, a Lei de Agrotóxicos, foi feita para químicos, porque, na época, também não havia produtos biológicos. Então, ali ela está presente na definição de agrotóxicos, de processos físicos, químicos e biológicos, tanto é que nós tivemos as instruções normativas e o decreto estabelecendo o rito. Hoje isso existe, mas temos muitas subjetividades que poderiam ser conquistadas através dessa legislação.

Chamo a atenção para o fato de que o regramento precisa existir. Nós precisamos incentivar e desburocratizar o processo, mas não desregulamentar. E, nesse sentido, nós temos a clareza, como setor, da necessidade do estabelecimento da avaliação da saúde do meio ambiente como garantia de segurança para o uso de cepas microbianas e produtos bioquímicos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMÁLIA BORSARI – ... assim como é exposto pela Embrapa e pela Anvisa.

E chamo a atenção para as normas internacionais. Na Europa, são mais de 200 documentos que regulamentam o uso de produtos bioinsumos, e se chega a demorar cinco anos, como exposto. Inclusive, mesmo com o Green Deal, na Europa, não houve uma diminuição dos requisitos para produtos biológicos, mesmo com incentivo à produção de orgânicos lá. Precisamos de um meio-termo, precisamos dessa regulamentação.

E, quando a gente comenta, por exemplo, que a FAO recomenda o uso de produção de bioinsumos, ela recomenda práticas tradicionais, fabricação de (*Falha no áudio.*) ... produção de extratos de cebola, práticas que eu recomendo para a minha família, como muitos de vocês também. E não é disso que nós estamos falando.

Eu desafio aqui que vocês tragam qualquer recomendação internacional de órgãos de regulamentação trazendo a multiplicação do uso de pseudomonas, de *Bacillus thuringiensis* e de *Chromobacterium*, sem regulamentação. Isso não existe.

Nós temos pares internacionais, nós fazemos parte do BPG, que é o BioProtection Global, que representa todas as indústrias dos Estados Unidos de biológicos, da Europa, da Ásia.

Então, o assunto precisa ser tratado de uma forma séria. E aqui nós não estamos falando do direito do produtor. O mercado está aberto a todos, só que nós precisamos colocar um mínimo de um regulamento para essa prática.

Por último, eu gostaria de passar a mensagem de que não há sucesso contra a ciência. Portanto, vamos ouvir os especialistas, os livros. Não vamos atrasar a agricultura sustentável no Brasil, regenerativa, a agricultura biológica. O Brasil tem tudo para ser líder na produção e uso de bioinsumos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre aquela questão de que as indústrias químicas estão querendo dificultar o processo, isso não é verdade. Relatórios internacionais... Inclusive está na mídia brasileira o quanto as indústrias de toda a defesa vegetal estão investindo em bioinsumos. Nós não estamos falando em reserva de mercado num ambiente em que, a cada mês, saem mais de dez empresas com registro. Isso, inclusive, está na Lei de Agrotóxicos. Por quê? Por conta desse incentivo que existe para produção de produtos biológicos, o que é extremamente positivo.

Por último, Senador, como foi citada a CropLife na questão de Tocantins, eu faço questão de colocar para vocês o que realmente aconteceu. Como disse o meu colega, isto daqui é público. Então, eu até passo para a assessoria, para dar certeza nas documentações.

Nós não entramos com nenhum processo contra produtor rural. O produtor rural é nosso cliente. Isso não existe. O que foi realizado em Tocantins foi, sim, uma fiscalização, que foi encaminhada para o Ministério Público, de uma empresa que estava produzindo produtos sem autorização e comercializando para incentivo do produtor rural dentro da propriedade. E digo mais: o Ministério da Agricultura fiscalizou essa empresa, e foram encontradas inúmeras irregularidades. Nós não estamos falando de penalidade para produtor. Nós somos aliados ao produtor e precisamos dele para fazer essa agricultura sustentável, cada vez mais sustentável.

E também coloco como destaque que nós apoiamos o último relatório do Senador Veneziano, porque ele tem coerência, estabelece nível de regramento por tipo de escala e risco de produto biológico. Ele não avalia o macrobiológico da mesma forma como avalia o micro. Ele cria as diferenciações. Mas nós estamos abertos também para a discussão.

Eu agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Amália Borsari.

Eu passo a palavra agora ao Rogério Dias, Presidente do IBO.

O SR. ROGÉRIO DIAS (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos!

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Jaques Wagner. Primeiro, quero parabenizá-lo por ter entrado nessa temática tão importante e tão estratégica para a agricultura brasileira.

Eu queria colocar isto: a gente tem que lembrar que, até meados do século XIX, toda a agricultura do mundo era feita com base em bioinsumos; só a partir do final do século XIX é que entrou a agroquímica.

Antes era tudo baseado em insumos biológicos. E a gente passou aí praticamente um século... O movimento orgânico, desde o início do século passado, ainda na década de 20 e 30, já começou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionar isso. A origem do movimento orgânico já era um questionamento a essa transformação que estava acontecendo com a agricultura. E ela aconteceu de uma forma muito intensa, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. E aí, no mundo inteiro, começa a crescer o movimento orgânico, porque no movimento orgânico, a base dele são os bioinsumos. Para nós, não tem como falar de agricultura orgânica sem falar de bioinsumos, porque é a base de tudo, porque trabalha pela reconstrução da vida. A agricultura orgânica procura trazer para o processo produtivo um processo mais semelhante possível com aquilo que acontece na natureza, e a natureza só trabalha com bioinsumos. Então é isso que é a importância dessa questão.

E aí a gente tem que pensar que nós sempre... Eu fui, por 35 anos, do Ministério da Agricultura – e me aposentei há 5 anos –, e eu trabalhei muito tempo com agricultura orgânica, mas também trabalhei na defesa vegetal antes de termos agricultura orgânica dentro do ministério. E uma das coisas que sempre me preocupou foi a hora de construir leis, decretos, portarias, porque a gente tem um país muito diverso. Então, a gente tem que tomar um cuidado muito grande com a maneira como a gente escreve, pois ela pode causar desigualdade, ela pode deixar muitas pessoas de fora dos processos, porque não é tudo igual, nós temos produtores de todo tipo. Então, nós temos diferenças econômicas, culturais, territoriais, temos uma série de pontos. Quando a gente está trabalhando uma lei, a gente tem que estar muito atento a esta questão de que ela é uma lei para todo mundo, que vai impactar todo mundo.

Então, isso é uma preocupação grande. E aí, quando a gente pega uma legislação sobre insumos, a gente começa tendo um problema – e isso para mim é um problema com todos, tanto com o projeto que está na Câmara, como no Senado, com todos –: é que existe uma confusão em definir do que essa lei está tratando em bioinsumos, porque uma coisa importante é a gente lembrar... E a própria definição nas leis todas diz que bioinsumos são produtos, processos, tecnologias – e os são, de fato – e conhecimento.

Só para mostrar, eu trouxe aqui publicação da Embrapa, *Métodos alternativos de controle sanitário – compostagem*, publicação da Embrapa; *Sistemas agroflorestais*, outra publicação. Isso tudo aqui são bioinsumos, porque bioinsumo é conhecimento, é tecnologia, é prática. E, nesta publicação que nós fizemos no Ministério da Agricultura quando a gente ainda estava lá, *Fichas Agroecológicas: Tecnologias Apropriadas Para a Produção Orgânica, c*ada ficha dessa aqui está tratando de um bioinsumo. Então, quando a gente faz um texto e a gente tem um objetivo em que o principal, o foco principal, é o controle fitossanitário, porque é onde está uma disputa maior acontecendo, a gente acaba caindo na falha de falar que tudo é bioinsumo. E aí depois, quando a gente vai botando regra de registro, regra disso, regra daquilo, a gente deixa de estar tratando só do ponto do controle biológico, porque a gente está se referindo a bioinsumo – e aí a gente joga tudo no mesmo rolo.

Então, um produtor... Compostagem é usada há séculos no mundo. O Howard, que foi um dos pioneiros da agricultura orgânica, um dos pais da agricultura orgânica, foi descobrir a compostagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando ele foi trabalhar na Índia. E, na Índia, ele ficou impressionado de como é que os solos tinham fertilidade depois de séculos de atividade agrícola.

E ele foi descobrir que era por causa da compostagem, por causa da atividade biológica que isso trazia. Aí ele levou essa coisa para o resto do mundo ocidental, e a gente até hoje está usando compostagem. Aí agora a gente vai dizer que, para usar compostagem, vai ter que fazer um registro ou vai ter que ter uma biofábrica, como nós já chegamos até a alguns escritos que depois foram mudando? A gente sempre defendeu que não tinha que botar tudo como biofábrica. Eu não preciso de uma fábrica para produzir composto. Hoje em dia, a Embrapa divulga como fazer compostagem laminar, que é um processo muito mais dinâmico. Quando eu uso um sistema agroflorestal, eu estou usando um bioinsumo e estou fazendo uma compostagem, imitando o que é a natureza, o que acontece na floresta.

A primeira preocupação nossa é dizer assim: o que nós queremos regulamentar com essa lei? Aqui já foi feito um recorte. No começo, falava-se de insumos para tudo; depois fizeram um recorte de bioinsumo para a agricultura. Então, parte-se do princípio de que, nesse marco legal, nós vamos tratar só dos bioinsumos para a agricultura, não vamos falar de pecuária agora. Isso tem que ficar muito claro para que depois não queiram aplicar essa lei em quem está trabalhando com produtos para utilizar na produção animal. Depois vamos ter que ter uma outra legislação para isso. Então, é importante que essa legislação não se esgote e se diga assim: "Olhe, já estamos com os bioinsumos legalizados dentro de um marco legal", porque isso vai gerar problema para todos os outros bioinsumos que a gente vai precisar e precisa muito, para avançar numa agricultura muito mais sustentável. Então, a gente tem que definir. Nós estamos tratando de bioinsumo em que situação? "Ah, não, nesse momento, a pressão é resolver a questão do controle fitossanitário dos bioinsumos aplicados para fitossanidade." Aí a gente esbarra no problema que o Hideraldo aqui... Nós sempre trocamos muita conversa no ministério, ele é da área de fertilizantes.

É porque hoje se pega o Celso Tomita, que é doutor em Fitopatologia. A primeira vez que eu fiz uma consulta para ele foi assim: "Olhe, nós levantamos quais são os principais problemas fitossanitários da agricultura orgânica no Brasil. Eu queria que você me indicasse quais são os métodos que você recomenda dentro de um sistema orgânico". Ele vinha assim: "*Bokashi*, *bokashi*, *bokashi*, *bokashi, bokashi*". Nada era para aplicar na planta, tudo era para trabalhar o solo, porque aí vinha aquele efeito que ele falou aqui de você trazer para o seu sistema uma competição de microrganismos que não deixam os fitopatógenos tomarem conta. Então, isso é fundamental. Aí como é que eu separo o que eu estou usando para fertilidade do solo da questão sanitária? Não dá.

A gente hoje tem problemas no Ministério da Agricultura com produtos que não se encaixam na lei de agrotóxicos e não se encaixam na lei de fertilizantes. E aí faz o quê? A gente já tem produtor que coloca no mercado assim: "Consultamos o ministério, que disse que não tem como registrar". Ele bota isso na embalagem para poder garantir que não vai pegar um fiscal que vai dizer assim: "Mas ele não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o registro do ministério". Então, a gente tem uma lacuna. Eu entendo que, para fazer um regulamento, não tem como separar a questão fitossanitária e a questão de fertilidade do solo, porque a gente acaba atuando em tudo. Quando eu faço um biofertilizante, eu tenho a competição entre os organismos benéficos e os possíveis patógenos.

Então, eu vejo assim: o primeiro ponto é que nós temos que definir claramente o escopo da lei, o que ela pretende regulamentar, para que aí eu só coloque exigências naquilo que de fato precisa ter exigência. E eu parto sempre do princípio... Nós fizemos isso com a Lei 10.831, que foi citada aqui.

Eu estou com a boca seca aqui, porque eu estou tomando um remédio que resseca a boca.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Água tem à vontade.

O SR. ROGÉRIO DIAS – É uma desgraça.

Mas... Até perdi aqui.

A Lei 10.831. Já foi falado aqui que, quando nós escrevemos essa lei, aqui dentro deste Congresso, nós fizemos uma articulação e nós conseguimos, em um ano, aprovar, na Câmara e no Senado, um projeto de lei que foi escrito por nós: Ministério, Governo e sociedade. Em uma reunião em Campinas, na Cati, fizemos um texto, apresentamos para o Relator do projeto no Senado, ele acatou o nosso texto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO DIAS – ... e nós conseguimos passar nas duas Casas. O Presidente Lula sancionou, como presente de Natal, no dia 23 de dezembro, e nós tivemos a Lei 10.831.

E lá nós já tínhamos colocado o art. 9º, dizendo que os insumos para a agricultura orgânica deveriam ter um registro simplificado e diferenciado, porque esse sempre foi um grande gargalo para a expansão de uma agricultura orgânica e de uma agricultura de base agroecológica, uma agricultura sustentável.

E nós temos dados fantásticos. Ela acabou de falar do dado... Nós tínhamos, só para registro, antes da publicação desse decreto – para ver a importância de uma política pública, de um marco regulatório –, um decreto que regulamentou os produtos fitosanitários com uso para agricultura orgânica, nós tínhamos 19 produtos registrados em 2010. Em maio, ela falou já 500. Eu não sei, porque segundo o último levantamento que eu fiz no Agrofit, nós tínhamos 398 produtos registrados até maio agora deste ano.

Nós saímos de 19 para 398. Nós saímos de oito organismos disponíveis para 76 organismos diferentes, com diferentes finalidades, diferentes alcances. Nós saímos de 11 empresas que trabalhavam com produtos biológicos para 102 empresas. E o que é mais importante: empresas nacionais, a quase totalidade; tem algumas poucas que são internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dessa produção de bioinsumos é que ela é um grande incentivador para a indústria nacional, para nós tirarmos essa dependência enorme que o Brasil hoje tem de insumos. Nós gastamos dólares, nós fazemos com que o produtor tenha que ficar com o seu preço sendo influenciado pelo valor do dólar, não só para vender o produto que ele colheu, mas por conta dos insumos e dificuldades que têm. E o pior não é isso, é que ele fica sujeito a ter que usar aquilo que o mercado quer colocar, ele não tem essa autonomia.

Na discussão da lei de agrotóxicos, que nós temos feito aqui, há muito tempo, muitas vezes se diz: "Ah, o Brasil tem muitas pragas, porque o Brasil é um país tropical. Todas as pragas se instalam aqui". Mas o Brasil é mega biodiverso, então, tem uma coleção absurda de organismos que fazem o controle biológico, senão nós não teríamos as nossas matas, as nossas florestas, porque nós teríamos tudo desequilibrado se só as pragas tivessem vantagem no clima tropical. Mas não, nós temos uma biodiversidade fantástica!

Então, o Brasil tem potencial para ser um grande produtor, um grande promotor dessa conservação, dessa agricultura de base biológica. Então, a gente tem que aproveitar isso e aí é muito importante que esse projeto reforce as questões relacionadas a fomento, porque, se a gente faz um projeto só regulador, Senador, a gente só fica cotando as dificuldades para quem está querendo trabalhar com o organismo. Nós precisamos criar os mecanismos que impulsionem a produção, que estimulem a produção.

No seu projeto, tem umas ações ligadas a taxas, a impostos e tal. Isso é importante, mas é importante que a gente faça fomento à pesquisa, que a gente tenha editais direcionados para apoiar... Quando se criaram as especificações de referência, qual foi a minha tristeza até hoje?

Na época em que eu propus criar esse decreto, ninguém acreditava que a gente iria conseguir mexer no decreto de agrotóxico, por causa de todos os conflitos. Nós conseguimos, publicamos e, de novo – foi no dia 27 de dezembro –, foi, de novo, presente de Natal, assinado também pelo Presidente Lula. Foram dois presentes de Natal que o Lula deu para a gente. E para esse dos produtos fitossanitários para a agricultura orgânica a gente tinha a especificação de referência. E isso tem que estar nessa legislação, nós temos que manter a possibilidade. Não que só se possa produzir aquilo que tem especificação de referência, mas que a gente mantenha.

E por que isso é tão estratégico e é diferente da produção própria? Se pegar a Portaria 52, que é a lista do que pode ser usado na agricultura orgânica, nós temos dois anexos: o Anexo VII, que são as substâncias que podem ser usadas na agricultura orgânica. A agricultura orgânica trabalha com lista positiva, para não ter aventureiro e depois dizer "usou uma coisa e gerou um grande problema". Então, é lista positiva. Então, nós temos uma lista do que pode ser usado pelos agricultores para produção própria e tal. E temos o Anexo VIII, que são as substâncias que podem ser usadas complementarmente só para fins comerciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que essa divisão? Por que, muitas vezes, são substâncias de que o produto comercial precisa para aumentar o tempo de prateleira, para que ele possa fazer essa questão de resistir a raios ultravioletas e viabilizar, mas são substâncias que não é bom que qualquer pessoa possa manipular, como, por exemplo, o ácido sulfúrico para fazer uma desinfecção de alguma coisa. Não vamos recomendar para um agricultor ter ácido sulfúrico e mexer... Então, a gente tem uma separação. Tudo isso são detalhes que a gente tem que ver como a gente coloca aqui dentro, criando... Por isso que nós defendemos que a gente jogue muita coisa para a regulamentação. A gente vê as diretrizes básicas, mas é muita diversidade de coisas, que, se a gente engessa na lei, Senador, quanto tempo a gente vai levar na hora em que disser "puxa vida, tinham que mexer nisso aqui!"? Vai ser um... Até conseguir pensar em trazer um projeto para mexer.

Então, a sugestão, como é um ambiente muito diverso de textos, é que a gente procure colocar o máximo possível de coisas que são detalhes na regulamentação, porque a ciência avança, o conhecimento avança, e a gente pode ir, aos pouquinhos, modernizando.

Eu peço desculpas por ter ultrapassado o tempo aqui, mas, mais uma vez, parabenizo o Senador e toda a sua equipe, com quem a gente tem conversado bastante, por estar tratando desse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Rogério Dias, pela sua contribuição.

Passo a palavra agora ao Sr. Mário Augusto de Campos Cardoso, representante da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Antes de mais nada, eu queria parabenizar, como já foi falado aqui anteriormente, pela oportunidade e pelo momento oportuno desta discussão. Eu acho que o momento oportuno é quando você tem acúmulo de conhecimento em relação a um assunto e possa ter uma discussão realmente consistente do ponto de vista técnico e existe uma demanda também da sociedade e do mercado consumidor. Quando me refiro ao mercado consumidor, não são só as pessoas aqui no Brasil, mas também o mercado consumidor nossos importadores de *commodities*. E existe essa demanda colocada. Existe, hoje... Dentro da OCDE, por exemplo, só para dar um exemplo, já existe essa questão da harmonização da regulação em relação a esses temas. Então, já tem um movimento no sentido de buscar que haja uma melhor harmonização e uma regulamentação de como isso vai ser tratado no Brasil. Então, momento mais oportuno, impossível.

Outra coisa que eu queria colocar é a redação. A gente... É lógico que sempre tem alguma questão a ser melhorada, aprimorada, em qualquer proposta de redação. Tanto ao texto original quanto ao parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Veneziano a gente tem aderência, mas é lógico que sempre tem possibilidade de melhoria, de aprimoramento de alguma redação, até para deixar mais claro aquilo e para reduzir a insegurança e o conflito de entendimentos que possam acontecer na hora de você colocar essa lei na prática. Então sempre há possibilidade de a gente tornar o texto mais claro, a redação mais clara. Isso sempre vai acontecer.

E, puxando uma fala sua, inicial, Senador, se me permite, há a questão de a gente tentar sair um pouquinho dos polos e buscar esse caminho do meio, esse caminho da ponderação, e utilizando uma técnica para tanto. Há experiências, tanto da indústria quanto dos usuários, com o uso desses bioinsumos até hoje que eu acho que são conciliáveis. Eu acho que a gente tem que achar esses caminhos de conciliação para que possam existir tanto esses produtores *on farm,* essas propriedades que produzem para uso próprio, dentro de suas propriedades, esse bioinsumo – já fazem isso há tanto tempo, como já foi falado por vários aqui anteriormente –, mas também para a gente dar escala a essa utilização para a indústria produtora desse material. A gente tem que achar uma redação que concilie esses dois ambientes, esses dois atores. A agricultura do Brasil é uma agricultura muito grande. Se a gente for falar da agropecuária brasileira... A gente é produtor de 10% da produção agrícola mundial, então o tamanho do nosso passo tem que ser compatível com o tamanho da nossa agricultura. Não dá para a gente pensar pequeno numa agricultura desse tamanho, então a gente vai ter que conciliar, sim, senão a gente não vai alcançar o ganho que a gente pode conseguir e a visibilidade, a imagem positiva do Brasil, na questão da agricultura ainda mais sustentável, independentemente do que é feito até hoje. Essa é mais uma coisa que a gente pode fazer, inclusive para nos destacar dos nossos concorrentes internacionais, que não fazem muitas vezes isso. Isso posto... É uma questão que eu queria colocar só para a gente começar o nosso bate-papo.

Outra questão que foi colocada é a questão da regulamentação para que isso não vire burocracia. É preciso a gente separar bem o que é a regulamentação necessária para a gente criar esse ambiente para que os negócios aconteçam, para que o produtor tenha segurança no uso daquele produto, tanto no uso com segurança à saúde, segurança ao meio ambiente, mas também eficiência daquele produto, para que ele saiba o que ele vai ter de resultado com aquilo. Então é importante que tenha, sim, a regulamentação, e a regulamentação é meio que resultado natural da ampliação desse uso. Se a gente quer potencializar essa cadeia de bioinsumos, a gente tem que ter regras. A gente tem que ter regras para que a gente tenha uma livre concorrência que proteja o meio ambiente e proteja a saúde pública também. Então esse é o cenário que a gente está vislumbrando e, para isso, há necessidade de a gente conciliar esses dois universos.

Aqui vai ser um tal de coloca óculos e tira óculos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO – Rapidamente, é só um roteiro ali para a gente pensar junto.

Como eu disse no início, é importante que a gente concilie esses dois ambientes, esses dois entendimentos, essas duas visões e esses interesses que eu acho que são conciliáveis.

É importante que a gente estabeleça procedimentos de registro em função de características, riscos associados aos empreendimentos e produtos, alinhar conceitos. É importante que a regulamentação alie conceitos, inclusive com aquilo que já tem, inclusive em relação ao que está sendo discutido lá fora. A gente tem que pensar a nossa agricultura e a nossa agropecuária já olhando o que o mundo está fazendo. A gente não está isolado no mundo, a gente tem que estar harmonizado e tem que estar coordenado com o comprador também dos nossos produtos, pensando na segurança jurídica tanto para a indústria produtora quanto para o usuário, como eu disse.

Então, é importante. A regulamentação legal supre essa necessidade da legislação fitossanitária. Quando foi feita a regra para agrotóxico, era esse o ambiente, era essa a necessidade que havia naquele momento. Não existia essa necessidade, não foi identificada pela sociedade naquele momento a necessidade da regulação de bioinsumos. Hoje é o momento. Hoje a gente já está num outro estágio e eu acho que cabe a gente dar esse passo à frente.

A gente parte dessa premissa, como eu disse, da coexistência da produção *on farm*, essa produção dentro da propriedade, e da indústria para garantir a escalabilidade da produção de bioinsumos. Quer dizer, a gente atingir o maior leque possível, o maior alcance possível em cima da nossa agropecuária, a grande agropecuária nossa, produtora de *commodities* para exportação.

E ali a gente tem uns pontos de atenção em cima de qualquer que seja a redação, não somente dessa, mas a questão de conceitos, a questão de registro de estabelecimentos e produtos, transporte de bioinsumos produzidos *on farm*, criação do conselho estratégico dos bioinsumos, licenciamento ambiental.

Esses alguns dos pontos de atenção, que requerem um olhar cuidadoso nosso em cima de todos esses e sempre analisando o que a legislação que está aí em vigor já fala nesses assuntos. Já existe – vários pontos já foram identificados ali pelo pessoal da agricultura, pela gente também, que às vezes atentam para a questão da biodiversidade, utilização de patrimônio genético, outras horas vem licenciamento –, a gente já tem regramento em cima de tudo isso, então, a gente não está aqui inventando a roda.

Vamos lá.

É necessária a definição de conceitos para facilitar o entendimento do texto regulatório e ali, como eu disse, considerando os conceitos já preestabelecidos internacionalmente. Então, a gente não tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar ali, fazer uma jabuticaba. A gente já tem muitas coisas que já foram definidas internacionalmente e a gente cada vez mais vai ter essa relação com o comércio internacional.

Quando eu entrei na CNI... Eu sou agrônomo, aliás só falar por que eu estou falando aqui. Eu sou agrônomo também, formado na Esalq, como a Amália, não é, Amália? Quando eu comecei na CNI, eu lembro que essa meta de atingir 10% do mercado internacional ainda era uma coisa distante. E eu vi o quão rápido foi isso.

Então, o Brasil tem um potencial ainda de ampliação disso. Agora é o momento de a gente colocar a regra para que a gente possa aumentar a nossa produção, mas aumentar em escala e em sustentabilidade também, aliando essas duas coisas, para que a gente possa chegar a um cenário internacional, a uma negociação internacional, tanto na questão da CDB, de mudança climática, o que quer que seja, porque a gente tem soluções ali de bioinsumos também para reduzir, por exemplo, a produção de metano. Essas agendas são conciliáveis, elas conversam entre si.

Então, é importante que a gente pense e olhe com cuidado o que está sendo feito lá fora porque é com esses atores que a gente vai ter que discutir na hora de a gente vender os nossos produtos nesses fóruns internacionais.

Então, por exemplo, a questão de bioinsumos, produção *on farm*, uso próprio, biofábrica *on farm*, unidade de produção de bioinsumos, agentes microbiológicos e macrobiológicos para dar também um tratamento diferente ao que é diferente e ao que requer de repente um cuidado maior, no caso nosso principalmente o microbiológico.

Muito foi falado da questão de registro de estabelecimentos e produtos. Uma coisa que a gente identificou, analisando o próprio texto do parecer do Senador Veneziano, é que ele realmente dispensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO – ... existe essa preocupação com produção *on farm*, mas em vários pontos ele dispensa vários requisitos nesse tipo de produção.

A parte de cima ali é toda ela o produto *on farm* para uso próprio, e a gente percebe que existe dispensa de várias exigências, tanto para o estabelecimento, quanto para o produto, ao contrário da produção comercial. É para essa que a gente tem que ter esse olhar, para a gente garantir inclusive que tenha o retorno dos investimentos feitos pela indústria na pesquisa, no desenvolvimento, na inovação, para a gente fazer com que a agenda de bioeconomia, que é tão colocada no discurso, realmente se materialize, tá? Hoje é só o discurso que a gente tem de bioeconomia. Isso tudo está casado.

Rapidinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão que foi colocada e que a gente defende: o transporte, por exemplo, pode ocorrer, aí já olhando o parecer do Relator, pode ocorrer entre estabelecimentos rurais de uma mesma associação ou cooperativa de produtores, estabelecimentos do mesmo proprietário, produção integrada entre uma planta industrial e produtores vinculados, os seus fornecedores. Aqui foi falada a questão, por exemplo, do eucalipto ou da cana-de-açúcar, que seja.

O regulamento, aí também puxando uma fala que o meu antecessor aqui, o Rogério, colocou sobre a questão de regulamento. É importante que a gente não tente exaurir todas as possibilidades do marco legal, nem o tornar muito denso, porque depois a gente sabe a dificuldade que vai ser para a gente alterar qualquer coisa, tá? Que se jogue isso mais à frente, num marco infralegal, num ato infralegal, para que a gente tenha mais chance de discutir tecnicamente. É um ambiente adequado, de repente, para discutir o detalhe do que a gente está querendo, aonde a gente está querendo chegar.

Então o regulamento disporá sobre documento necessário para comprovação do tipo de material transportado e medidas de segurança associadas, a depender do material biológico. Não é porque é biológico que todo ele não pode causar danos à saúde ou dano ao meio ambiente, não é? O *bill* ali não dá uma liberação para o produto não causar. Tanto é que a covid mesma é biológica, não é? Não deixa de ser.

Bem, criação de conselho estratégico de bioinsumos é outro ponto colocado no parecer. Objetivos são subsidiar a Comissão técnica, discutir, propor textos de regulamentação, elaborar diretrizes. Isso, a gente também apoia, esse trecho do parecer. Na questão da própria composição é importante que tenha não só o Mapa, mas também Ibama, com esse olhar ambiental, o setor industrial, representantes de produtores *on farm*, Embrapa, trazendo aí um pouco do conhecimento na questão do agro, e a academia; é extremamente importante.

Licenciamento ambiental. É importante lembrar que existe a lei complementar, que passa parte da atribuição para isso para os entes federados, para estados, e eles definem um rito em relação a isso. Também quero lembrar que a gente tem uma legislação, um projeto de lei correndo aqui nesta Casa, no Senado, o 2.159, de 2021, que a gente tem aí – tomara que tenha sucesso; a resolução Conama, que traz as tipologias que carecem e que necessitam ter licenciamento ou necessitam ter algum estudo a mais, algum estudo de impacto ambiental. A Resolução 237 já trata desse tipo de coisa, a gente já tem regramentos. A gente já tem muitos regramentos já postos, a gente tem muita coisa que a gente não tem que trazer de novo para a legislação, porque já está posta anteriormente. A gente só precisa fazer com que seja harmonizada e coordenada, até para a gente facilitar a operacionalização e a materialização do que a gente quer na lei.

E considerações finais, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A regulamentação legal sobre a produção de bioinsumos é necessária para garantir segurança sanitária, ambiental e econômica e também a eficácia do bioinsumo, quer dizer, a segurança também para o usuário, para que o usuário, na hora de adquirir o seu produto, tenha segurança e tenha a quem recorrer no caso de haver algum problema, porque, se a gente tem uma situação de muita informalidade, no caso de um dano ao meio ambiente, dano à saúde ou de ineficácia do produto que você adquiriu, tenhamos a quem recorrer.

Então, é importante isso também quando a gente está pensando num outro cenário, quando a gente está dando uma escala para esse setor, a gente também precisa pensar nisso.

É necessário aí – finalizando – a questão da articulação, como eu disse no início, entre o setor industrial e o setor agropecuário para atender a essa premissa, como a gente colocou, da coexistência e para potencializarmos, principalmente, o alcance dos bioinsumos na agropecuária brasileira. Se a gente não tiver essa junção desses dois setores, pensando, olhando para frente, a gente não vai chegar, talvez, a lugar nenhum.

Eu acho que o olhar é diferente, mas o objeto é o mesmo e eu acho que o interesse, o objetivo primeiro é o mesmo. A gente só tem que acertar, dar uma alinhada no nosso discurso, para que a gente, realmente, consiga colocar isso na prática e o projeto de lei reflita isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Mário Augusto, pela sua intervenção.

Eu vou ler aqui algumas das perguntas que nos foram remetidas pelos internautas que acompanham a sessão ou o tema.

Adriana Margutti, do Distrito Federal: "Quais os riscos ambientais e à saúde humana em caso de vazamento ou acidente com esses produtos? Qual a viabilidade, no longo prazo, do uso desses produtos nas fazendas?".

Luiz Carlos, do Paraná: "Como garantir que esses produtos tragam segurança ao produtor, de forma que não haja contaminação das lavouras ou mananciais?".

Beatriz: "Como é a legislação nos Estados Unidos e nos países da Europa?".

Leidiane: "Por apresentar baixa toxicidade e ser biodegradável, o bioinsumo promove a agricultura sustentável, preservando a natureza?".

Marcelo, do Acre: "Chega de subestimar os agricultores! Somos capazes, sim, de produzir os próprios bioinsumos e com muita qualidade!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cíntia: "A viabilização de bioinsumos na agricultura vai ser de grande ajuda!".

Gisele Freitas: "Muito importante o PL garantir o direito de todo produtor rural de produzir o bioinsumo *on farm* para uso próprio sem restrição".

Eu não sei se o Senador Vanderlan Cardoso, que foi um dos proponentes, ou se alguns colaboradores aqui, painelistas, têm alguma colocação, alguma pergunta a fazer, ou algum dos Senadores que estão "linkados" na reunião.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente Jaques Wagner, nossos convidados aqui presentes...

Presidente, primeiro, quero enaltecer V. Exa. pelo desprendimento de estar apresentando um projeto tão importante numa área em que eu acho que, com essa questão dos fertilizantes, dos nossos pesticidas aí, essa discussão dos agrotóxicos e tudo o mais, essa é uma área que tem crescido muito no nosso país.

Também despertou muita atenção, Sr. Presidente, a questão dos aumentos violentos praticados em relação aos nossos fertilizantes, pesticidas, com o custo altíssimo que tem hoje o setor agropecuário.

E essa discussão, que, para mim, Sr. Presidente, está sendo muito importante – e creio que para todos –, com esta audiência pública que está sendo realizada para nós, Senadores e Senadoras, estarmos entendendo melhor o que são os bioinsumos no nosso país, a grandeza dos bioinsumos. De duas ou três semanas para cá, a gente tem aprendido muito.

E nesta audiência pública aqui eu não tive a oportunidade de estar desde o início hoje, aqui no Senado Federal, com os nossos convidados, pois está muito concorrido, são muitas Comissões que estão sendo realizadas ao mesmo tempo, com matérias importantes sendo discutidas também como essa.

Mas aprendi muito, Rogério, na sua fala, com o seu conhecimento aqui, quando V. Exa. falou da nossa Embrapa, com o conhecimento que V. Exa. tem dessa área.

O Sr. Celso Tomita nós pedimos que viesse aqui também falar do seu conhecimento. Nós estávamos em outra reunião e não deu para estar presencialmente, mas vou procurar ver tudo o que ele falou.

Quanto à Amália, peguei parte da sua fala quando cheguei, Amália, e do Mário, representante da CNI.

Então, vejo uma audiência pública em que a gente tem a oportunidade de estar entendendo melhor sobre as matérias, e essa matéria é muito importante. Há a necessidade dessa discussão, até mesmo para aprimorar, se for o caso, um projeto que já vem muito bem feito pelo nosso Presidente, o Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui ressaltar que Goiás foi o primeiro estado a aprovar uma lei específica para a questão dos bioinsumos – o nosso Estado de Goiás –, e estão sendo feitos investimentos nessa área, inclusive em parceria com os nossos IFs: são oito projetos importantes, Senador Jaques Wagner, feitos nos IFs goianos com relação ao bioinsumo. Temos a Universidade Federal de Goiás, a UEG (Universidade Estadual de Goiás), em parceria com a Fapec, são vários órgãos que estão trabalhando, e muito rápido, porque é das crises que a gente tira lições.

Essa crise que a gente está passando não é só na questão dos bioinsumos. Eu recebi muitas, inúmeras ligações de produtores do nosso país todo, do pessoal do café, que já está bem adiantado, Senador Jaques Wagner, trabalhando com bioinsumos, da agricultura familiar... Ou seja: como você, Rogério, explicou muito bem, todos foram buscar alternativas. Alguns já tinham, estavam mais avançados, mas a maioria agora viu que os bioinsumos são a solução para termos uma agricultura, uma agropecuária sem tanto agrotóxico. Aliás, praticamente sem agrotóxicos.

Tem setores aí dos quais a informação, Senador Jaques, é que já estão praticamente com 40% de bioinsumos, reduzindo os custos, produzindo mais, com qualidade e segurança alimentar.

Então, quero parabenizá-lo. Foi feita sabiamente por V. Exa. esta audiência pública em duas partes – amanhã nós vamos ter a segunda parte –, e quero amanhã estar aqui desde o início. Vou me esforçar ao máximo para estar aqui.

No mais, é isso aí. Aprendi muito mais hoje, ouvindo aqui um pouco mais sobre o bioinsumo.

Parabéns, Senador Jaques Wagner, ao Veneziano e a todos vocês que vieram aqui como nossos convidados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Eu pergunto a algum dos expositores se, depois do circuito todo de fala, alguém gostaria...

Eu vou começar agora de trás para frente, para saber se alguém quer ainda complementar o seu raciocínio.

Então, de trás para frente, alguma coisa a mais que se queira...

Eu vou pedir, neste momento, até cinco minutos, só para fazer um *pit stop*.

O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Para expor.) – Perfeito.

Senador, obrigado aí por mais esse espaço aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acho importante e comentei aqui é que existia a necessidade de, como em qualquer relação, que a gente possa buscar algum aprimoramento, eventual aprimoramento, e esse aprimoramento é sempre buscando clareza: clareza na redação, clareza na interpretação posterior, porque é essa eventual insegurança, dada pela falta de clareza, que traz burocracia e que traz insegurança ao empreendimento ou a quem quer que queira trabalhar com aquilo que a gente está pretendendo que seja estimulado. Então, nos pontos, a gente concorda com a tese como está sendo colocada na redação, mas têm uns pequenos pontos em que talvez a gente poderia melhorar a clareza da redação. É somente quanto a isso.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e parabenizar também pelo momento oportuno de a gente estar tratando desse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Sr. Mário.

Sra. Amália, as suas considerações...

A SRA. AMÁLIA BORSARI (Para expor.) – Obrigada.

Eu só gostaria de ressaltar um pouco sobre a regulamentação internacional, porque acho que é muito importante trazer um pouco desse conceito aqui para nós.

Bom, na Europa, como eu falei, são mais de 200 documentos que regulamentam a prática de produção de bioinsumos, e aqui eu falo bioinsumos para controle. Estou falando de bioinsumos os que são chamados de biopesticidas. E ele segue a mesma regulamentação dos produtos pesticidas na Europa.

Nos Estados Unidos, apesar de seguir a mesma lei de pesticidas também, é muito similar aqui como no Brasil, que tem regulamentações específicas para avaliação desses produtos.

A produção de produtos de cepas microbianas – aqui não estou falando de micro-organismos em comunidades, nem de extratos de lagartas com vírus, nem de práticas tradicionais. Quero dizer o seguinte: a produção, em escala, de cepa microbiana pelo produtor rural é uma prática exclusiva do Brasil. A gente trabalhou também com pares internacionais para saber sobre essa informação.

Isso também não quer dizer que não impede que isso também possa ser realizado. Eu dei o exemplo da usina. A questão é que o produtor rural pode produzir, pode transportar milhares de litros, mas desde que siga algumas das premissas. Eu acho que é isso que nós precisamos discutir e que o relatório do Veneziano traz.

E é isso.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos riscos, é importante, eu acho, a apresentação da Anvisa, amanhã, porque teria mais esse *know-how* para expor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Rogério.

O SR. ROGÉRIO DIAS (Para expor.) – Só para complementar, primeiro, eu até faria um esclarecimento, porque eu participei, nesta Casa, da construção da Lei de Agrotóxicos, lá nos anos 80 – da Constituinte, quando conseguimos colocar o termo "agrotóxico" na Constituição, no art. 220, e, depois, no ano seguinte, na construção da Lei de Agrotóxicos.

Naquela época, de fato, a gente não tinha nenhuma perspectiva de controle biológico. Por isso a legislação não aborda isso. E eu acho que uma das coisas mais importantes de a gente estar caminhando para um projeto de lei de bioinsumos é retirar definitivamente os produtos biológicos da Lei de Agrotóxicos, porque não faz nenhum sentido. Tem que ter tratamentos diferenciados mesmo, e isso certamente é muito bom para o Brasil. A história da indústria, a perspectiva que nós temos para a indústria nacional é fantástica.

Durante os meus 35 anos no Ministério da Agricultura, eu passei por 24 Ministros da Agricultura, para verem como é a volatilidade da condução daquela pasta, e em vários momentos a gente tinha que justificar. Houve um Ministro que perguntou para mim se a agricultura orgânica queria levar a agricultura de volta à Idade Média. Naquela época, eu falei para ele: Não, nós estamos falando da agricultura de futuro. Disse isso porque a agricultura que se está fazendo hoje tem os dias contados, porque ela está baseada em recursos não renováveis, ela não se preocupa com a questão do balanço energético, ela não está preocupada com as questões climáticas e tudo isso.

E, de fato, nós estamos vendo isso acontecer, cada vez mais rápido, essa busca por outras alternativas no mundo inteiro. E o Brasil tem condições, por ser um país megabiodiverso, de ser um grande potencial nessa área.

E, de novo, quero reforçar que a gente tem espaço para todo mundo. Nós defendemos. Tanto é, que a criação do registro diferenciado para produto fitossanitário para a agricultura orgânica foi para viabilizar os produtos comerciais, porque a produção própria os agricultores já faziam. E por quê? Porque nem todo mundo pode produzir tudo que precisa.

Há horas em que surge uma praga de repente, por uma mudança climática, por algum fator, por uma praga migratória, e não dá tempo de o produtor chegar e produzir. Então, é importante ter, no mercado, alternativas de produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma coisa: há coisas que eu posso fazer em casa, mas por que eu compro um produto congelado se eu poderia fazer em casa? Porque, às vezes, eu não tenho tempo, estou corrido, estou não sei o quê... Então, tem espaço para todo mundo. Tem espaço para a indústria, tem espaço para os produtores.

E isso é fundamental, porque, do mesmo modo, por ser um produto diferente do químico, que tem um tempo de prateleira longo, o produto biológico, muitas vezes, tem um tempo de prateleira muito curto, e a logística é complicada.

Se eu pego uns ovos de vespinha, da Cotesia por exemplo, para controle da lagarta da broca da cana, ela tem um tempo para eclodir. Se há produção dos ovos e se a distância da lavoura for muito grande, as vespinhas vão nascer na viagem.

Então, é muito importante que a gente tenha a possibilidade de o produtor produzir, porque nem sempre o produto que a indústria está produzindo é acessível para produtores no Brasil inteiro, com a diversidade do país que a gente tem, com as distâncias que a gente tem. Então, a gente tem que ter solução para tudo: boas práticas, orientação técnica, avançar nisso e avançar com a indústria, porque, aí, todo mundo vai crescer, vai ser bom para a agricultura brasileira como um todo.

Então, acho que é muito importante entender que tem espaço para todo mundo e que uma coisa não exclui a outra, como o próprio Senador falou no começo.

A gente tem aí situações que vão ser positivas para um lado e para o outro.

Obrigado, mais uma vez, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Rogério.

Eu pergunto ao Celso Tomita se ainda está lincado e se tem interesse em fazer mais algum comentário nesta rodada final. (*Pausa.*)

Bom, eu acho que não está mais.

Celso, algum comentário para complementar?

Pronto. Você já abriu seu som.

O SR. CELSO TOMITA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em relação, assim, a tudo que o Rogério Dias colocou, eu o apoio em tudo.

Uma outra posição que eu gostaria de colocar: eu acho que há espaço para todo mundo. Eu achava, nas minhas colocações, nas minhas pesquisas de ser produtor, de ser pesquisador, que os bioinsumos não tinham vez, porque tinha aquela dificuldade, em 2002, em 2003, de que eles se instalassem. Contudo, vários produtores grandes me procuraram: "Tá, como que vamos controlar verticillium num solo cheio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde eu quero plantar batata?". E, nesses dias, 10 mil hectares de batata sendo plantadas atrás de batata. Qual é a solução de você plantar, a não ser arrendar outras áreas? O arrendamento de uma área é R$15 mil. Então, só aí o custo já é muito grande, só no arrendamento. Então, como você tem que plantar todos os anos a batata, 10 mil hectares de arrendamento é absurdo. Então, o que eles estão propondo? O que uma lavoura de 100 mil hectares de cana nos propôs? Achar uma forma de recuperar o solo, de forma biológica, que conseguisse elevar o TCH (toneladas de cana por hectare) para acima de cem e perpetuar a sua produção por mais de 12 anos, 15 anos. Então, como seria esse processo? E, através da recolonização desses sistemas, é que nos pediram.

Então, eu acho que há espaço para muitos, onde a inclusão desses elementos químicos não está fazendo mais sucesso; quer dizer, não está tendo o sucesso que deveria ter para controle dessas doenças. Por isso, esses grandes produtores nos procuram.

E outra ponta é a contraposição de um resíduo que sobra no sistema, é fazer mesmo a circularidade, fazer a economia circular aplicada ao sistema, o biorregenerativo, a regeneração de um sistema. Por exemplo, um sistema de frigorífico que lança os seus produtos. Nós podemos aproveitar tudo, não sobra mais nada para o corpo d'água, não sobra mais nada para o sistema em que você tem a parte de água. Então, seriam formas de você utilizar a atividade biológica para fazer a biorremediação, para fazer a reprogramação biológica e para fazer com que o sistema produza.

Então, eu acho que tem... Com essa lei, espero que eu não fique muito ressabiado, porque a gente está tremendo a toda hora por alguma visita que haja nas nossas fazendas, para que autuem as nossas áreas.

Está certo, a gente tem todos os respaldos técnicos e análises para mostrar para essa parte da vigilância. Então, o modo, os POPs desenvolvidos, os protocolos de ação que a gente faz, são totalmente abertos, para vocês enxergarem e entenderem tudo no sistema de rastreabilidade.

Então, eu acho que hoje os bioinsumos, como o Rogério fala, são o futuro do sistema, visto de um outro ângulo, com simplicidade e abertura de ideias, com mente aberta para você entender esses processos.

Então, é isso.

Muito obrigado pela oportunidade, desculpem o incômodo, e espero que nossas intervenções auxiliem este PL.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Celso.

Bom, eu volto agora aos nossos primeiros painelistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, se vocês quiserem eu agradeço, porque aí eles podem...

Hideraldo, Leonardo e Reginaldo, se quiserem complementar algo... Não é obrigatório, só estou dando a oportunidade. (*Pausa.*)

Então, vamos de trás para frente. Acho que o último foi o Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ (Para expor.) – Senador, quero apenas reafirmar o que colocamos no momento da fala, sobre alguns ajustes que gostaríamos de ver realizados no projeto, no relatório, principalmente prestigiando mais a tecnologia digital, utilizando mais o cadastro, um cadastro *online*, onde o agricultor possa informar o que está fazendo, como está fazendo, e deixar à disposição da fiscalização, para ali atuar, quando entender necessário. E também trabalhar com os protocolos orientadores para a produção, que é uma ferramenta interessante. Trabalhar com essa análise mais caso a caso do sistema de produção, um licenciamento, quando efetivamente for necessário. Não será regra, e sim a exceção.

Reafirmamos ser contra o comércio do produto produzido para uso próprio; e o interesse de ter essa possibilidade de produção em consórcio de agricultores, em associação de agricultores e a distribuição, para uso próprio, nas propriedades consorciadas ou mesmo de um único agricultor que tenha mais de uma propriedade onde utilizaria esse produto.

Todo o melhoramento que a indústria por ventura entender importante fazer no projeto para o funcionamento da indústria, não temos nenhum óbice. Porém, para a produção dos agricultores, nós gostaríamos de ter um sistema garantidor, porque nós já fazemos isso de forma muito segura e muito bem-feita, como vários aqui apresentaram. É um sistema excelente.

Acredito que, com essas tecnologias, com os remineralizadores, o solo vai entrar de vez dentro das ferramentas da Revolução Verde, senão fazer uma outra revolução, porque hoje a qualidade do solo, a melhora da microbiota do solo é um desafio para o mundo na produção agropecuária. Então, isso é muito importante.

Essa tecnologia está disponível para os agricultores, deve ser massificada. E acredito que, como já o exemplo doméstico demonstra, nós temos condições de ter uma lei própria, fabricada no Brasil. O Congresso já fez isso, em 2003, com a Lei dos Orgânicos, e pode consolidar o que foi iniciado lá, que é separar os orgânicos dos químicos e permitir a produção dos bioinsumos para uso próprio.

Parabenizo-o pela apresentação do projeto, pela realização da audiência e pelo espírito democrático, Senador. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Eu passo a palavra, agora, a Hideraldo José Coelho.

O SR. HIDERALDO JOSÉ COELHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de reforçar, mais uma vez, o que todos falaram. O que a gente tem hoje em bioinsumos? A legislação de fertilizantes e a legislação de agrotóxicos. Acho que todos concordam que os bioinsumos na legislação de agrotóxicos é uma aberração, é uma situação que a gente tem que melhorar mesmo, e, mesmo na legislação de fertilizantes, você tem alguns gargalos que são: se eu os registro na área de fertilizantes, se tiverem fazendo algum efeito de controle sanitário, de controle fitossanitário, fica sempre aquela dúvida, e tem que se ressaltar este caráter dos produtos: eles têm funções múltiplas. Não adianta a gente querer ter legislações separadas para tratar de produtos que têm ação múltipla.

Então, esse é o grande mérito da regulação de bioinsumos numa lei própria para eles, porque você vai tratá-los de maneira leve e, de forma muito mais tranquila, vai lidar com o assunto da maneira como esses bioinsumos agem na agricultura. Esse é o grande mérito de a gente ter uma lei tratando sobre isso. E reforço que tem que ser uma coisa mais leve. Quando a gente fala desburocratizar, é lógico que a gente não está dizendo que tem que ficar uma coisa sem controle. Nós queremos os controles, mas que eles sejam leves, que nós não tenhamos que criar regras cada dia mais difíceis. E, é lógico, que essas regras para a produção *on farm* sejam exequíveis, que não impeçam o produtor rural de utilizar os bioinsumos, porque, na agricultura orgânica, foram utilizados. O Rogério e o Tomita falaram do *bokashi*. Há quantos anos que se usa o *bokashi*? Então, é aquela cultura de microrganismos junto com farelos que são coisas que são usadas.

Então, não tem porque a gente imaginar uma legislação pesada que traga: "Olha, não pode isso, não pode aquilo". Tem que ser uma coisa leve. É isso o que a gente defende, e eu acredito que nós vamos conseguir, com essas audiências públicas, com as conversas, compatibilizar isso, para que nós tenhamos uma regulação tranquila, que atenda a todos os interesses.

Gostaria também de reforçar aqui, neste momento, que a pesquisa é muito importante para nós e o braço de pesquisa do Ministério da Agricultura, que é a nossa Embrapa, está engajado nisso. A Embrapa está pronta para pesquisar e para trazer produtos para serem produzidos nas fazendas também. A Embrapa está preocupada e vai trabalhar com isso. A Embrapa não é contra a questão da produção *on farm*. Então, eu trago esse posicionamento aqui também do Ministério da Agricultura, já que a Embrapa é o braço de pesquisa do nosso Ministério da Agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é isso. Eu agradeço, mais uma vez, a possibilidade de participação e ficamos à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Hideraldo.

Eu passo a palavra, agora, finalmente, ao Leonardo Minaré.

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Todo mundo já falou muito aqui, não é? Continuando uma parte em que o Rogério Dias falou da dificuldade que se tem, no processo industrial, até a chegada da propriedade. Ele falou dos ovos que, por causa das longas distâncias, podem eclodir. Há um outro fator, no sistema, quando se usam microrganismos, para a efetividade deles. O microrganismo coletado no Rio Grande do Sul pode não ter eficácia nenhuma no Goiás, na Bahia, no Mato Grosso, no Tocantins, no Piauí. Existe a especificidade local. Não é à toa que os produtores orgânicos pegam a matéria-prima, a fonte de vida, para produzir o *bokashi* ou outro composto orgânico, da mata próxima, que é a mata da regionalização.

Essa foi uma dificuldade, quando a Amália falou que, no início de 2000, as indústrias começaram, aqui, no Brasil – eu já trabalhava nessa área, eu trabalho há muitos anos nessa área –, e os produtos que eram feitos não atendiam. Eram feitos produtos no Sul e tentavam empurrá-los aqui para o Goiás, para Minas Gerais, e aí não tinham eficácia. Os produtores começaram a procurar a sua produção, a uso próprio, e assim foram feitos. Desde 2000, começou isso. Como eu falei na minha palestra, essa preocupação só houve, nos últimos anos, com esse aumento dessa capacidade dos produtores e essa procura dos produtores.

Perguntaram sobre os riscos. Como o Rogério falou, na agricultura orgânica, Celso Tomita, há mais de cem anos que se usam insumos biológicos. Os produtores sempre fizeram com qualidade, seja para hortifrúti – não é à toa que existe agricultura orgânica, principalmente de hortifrúti, que é uma venda direta...

Não tem, pessoal... O Sr. Senador falou que prefere alimentos orgânicos e os consome. O senhor já teve algum problema com isso? Não. Porque o risco associado a esses produtos que o produtor conscientemente aplica e produz, na sua propriedade, ele faz isso com extrema qualidade, com extrema vontade, boa vontade, porque ele quer a qualidade do produto agrícola que ele vai comercializar.

O mesmo faz o produtor de grão de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar. Ele vai utilizar esse microrganismo produzido na sua propriedade no melhor sistema possível de produção com que a Embrapa possa colaborar. Tudo isso porque ele quer a produção dele com melhor qualidade. Ele não quer perder para doenças, para pragas, para adversidades que possam vir do sistema produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pesquisadores, a própria Anvisa levantou, nos últimos dois, três anos que existe um risco; por que eles foram, ficaram calados durantes décadas que existe essa prática? Só nos últimos anos, quando os produtores começaram a procurar mais, a tentar entender e a tentar ampliar isso, e isso causou essa redução que a gente está observando em outros produtos importados, fertilizantes, químicos, pesticidas químicos que for, é que aí a Anvisa passou a se preocupar com os riscos e falar que há risco. Por é que é nunca falou isso antes? Como eu falei, na lei sobre queijos e linguiças – em 2018, foi sancionada a legislação. Sabe-se que esses produtos produzidos por pequenos agricultores, em grupos familiares e em consórcios, queijos artesanais, estão aí, são produtos com qualidade. São produtos que usam insumos biológicos dentro da propriedade, são feitos com extrema qualidade e estão para a sociedade. Então, o produtor não é vilão; o produtor sabe fazer com qualidade. O que não se pode é querer criar uma barreira para impedir a ele esse acesso a essa tecnologia. Ele quer utilizar e ele vai utilizar. Ele já está utilizando, e sem risco à sociedade. Está bom?

Muito obrigado.

A Aprosoja sempre vai estar à disposição para qualquer assunto, dúvida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO MINARÉ BRAÚNA – ... de que precisarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu agradeço a presença de todos, a colaboração dos sete painelistas que nos trouxeram o conhecimento da sua vivência em cada área.

Amanhã, nós temos, a partir das 8h30, a continuidade dessa audiência, na medida em que acabaram listadas 14 sugestões de contribuição. Então, amanhã, a partir das 8h30, eu convido vocês a acompanharem, e nós vamos ter a parte final da audiência pública.

Não havendo mais o que tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Simone Tebet, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Lasier Martins, Omar Aziz, Alexandre Silveira, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Fabiano Contarato e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Jaques Wagner. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Elmano Férrer, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério e Alessandro Vieira. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. É comunicada a apresentação dos seguintes documentos à Secretaria da Comissão de Segurança Pública: Ofício nº 2964/2021 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, órgão criado pela Lei nº 12.986/2014 e que tem por finalidade a promoção e defesa dos direitos humanos, que encaminha a Nota Pública nº 25/2021, que versa sobre operações policiais e letalidade policial no ano de 2021; Ofício nº 366/2021 da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de Uruguaiana - RS que solicita apoio da CSP para a regulamentação legal que permita municípios solicitarem a incorporação de bens, veículos e objetos apreendidos pela União; Moção de apoio nº 31/2021 da Câmara Municipal de Capivari – SP que solicita apoio para aprovação do PL 1568/2019, que altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para aumentar a pena mínima do crime de feminicídio e para estabelecer que tal pena deverá ser cumprida integralmente em regime fechado; Moção de apoio nº 232/2021 da Câmara Municipal de Campinas – SP que solicita apoio para a aprovação do PL 1776/2015, que inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia; Moção de apelo nº 2/2022 da Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar - RS que solicita mais efetivo no posto da Polícia Rodoviária do município de Santa Vitória do Palmar-RS; Moção de apelo nº 1/2022 da Câmara Municipal de Cajati – SP que solicita que medidas sejam tomadas para garantir mais segurança no trecho da Serra do Cafezal, localizada entre os municípios de Maricatu e Juquitiba, na Rodovia Regis Bittencourt; Moção nº 6/2022 da Câmara Municipal de Jahu – SP que solicita elaboração de uma PEC com a finalidade de se permitir o encarceramento de criminosos em flagrante delito; e Ofício 4/2022 da Liderança do Partido Socialismo e Liberdade da Câmara dos Deputados que encaminha denúncia quanto a 18 ameaças de morte entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 contra a presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos, da Criança, e do Adolescente (CDHCA) da Câmara Municipal de Niterói (RJ), a vereadora Benny Briolly. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas da CSP ao PLDO 2023. Finalidade: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLDO 2023 (PLN 5/2022-CN) – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". Relatora: Senadora Soraya Thronicke. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável à apresentação, pela Comissão de Segurança Pública, das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2023: **Nº 01** - AÇÃO: 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE | META: 500.000; **Nº 02** - AÇÃO: 14T5 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON | META: 100; **Nº 03** - AÇÃO: 154T - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA PRF | META: 50; e das 5 (cinco) emendas de texto: **Nº 1**: EMENTA: Emenda 01 CSP - texto - Senadora Eliziane Gama - art. 4º - Casa da Mulher Brasileira | TIPO: Aditiva | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap II, Art 4; **Nº 2**: EMENTA: Emenda 02 CSP - texto - Senadora Eliziane Gama - art. 4º - Ações de enfrentamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

à violência contra a mulher | TIPO: Aditiva | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap II, Art 4; **Nº 3**: EMENTA: Emenda 04 CSP - texto - Senador Wellington Fagundes - Aeronáutica - DESPESAS RESSALVADAS | TIPO: Aditiva | REFERÊNCIA: Anexo III; **Nº 4**: EMENTA: Emenda 05 CSP - texto - Senador Wellington Fagundes - Marinha do Brasil - DESPESAS OBRIGATÓRIAS | TIPO: Aditiva | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção I, Inciso LXVIII; **Nº 5**: EMENTA: Emenda 06 CSP - texto - Senador Wellington Fagundes - Marinha do Brasil - CAPITALIZAÇÃO | TIPO: Modificativa | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VI, Art 48. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos.

Senador Izalci Lucas
Presidente eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores: a reunião de instalação da Comissão e de eleição do Presidente e do Vice-Presidente, realizada dia 24 de março de 2021, e a 1ª Reunião, realizada em 06/04/2022.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicação de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Segurança Pública:

1. Ofício 2.964, de 2021, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão criado pela Lei 12.986, de 2014, que tem por finalidade a promoção e a defesa de direitos humanos, que encaminha Nota Pública nº 25, de 2021, que versa sobre operações policiais e letalidade policial no ano de 2021;

2. Ofício nº 366, de 2021, da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, que solicita apoio da Comissão de Segurança Pública do Senado para a regulamentação legal que permita a municípios solicitarem incorporação de bens, veículos e objetos apreendidos pela União;

3. Moção de Apoio nº 31, de 2021, da Câmara Municipal de Capivari, São Paulo, que solicita apoio para a aprovação do PL 1.568, de 2019, que altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para aumentar a pena mínima do crime de feminicídio e para estabelecer que tal pena deverá ser cumprida integralmente em regime fechado;

4. Moção de Apoio nº 232, de 2021, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que solicita apoio para a aprovação do PL 1.776, de 2015, que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia;

5. Moção de Apoio nº 2, de 2022, da Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul, que solicita mais efetivo no posto de Polícia Rodoviária do Município de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul;

6. Moção de Apelo nº 1, de 2022, da Câmara Municipal de Cajati, São Paulo, que solicita que medidas sejam tomadas para garantir mais segurança no trecho da Serra do Cafezal localizado entre os Municípios de Miracatu e Juquitiba na Rodovia Régis Bittencourt;

7. Moção nº 6, de 2022, da Câmara Municipal de Jaú, São Paulo, que solicita elaboração de PEC com a finalidade de permitir o encarceramento de criminosos em flagrante delito;

8. Ofício 4, de 2022, da Liderança do Partido Socialismo e Liberdade da Câmara dos Deputados, que encaminha denúncia contra 18 ameaças de morte, entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, contra a Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (CDHCA) da Câmara Municipal de Niterói, Rio de Janeiro, a Vereadora Benny Briolly.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para os membros da Comissão se manifestarem no sentido de autuarmos qualquer dos documentos, para que seja analisado por este Colegiado.

Objetivo e diretrizes. A presente reunião tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas à LDO 2023, o PLN nº 5, de 2022.

A reunião ocorrerá de forma semipresencial, com a possibilidade, portanto, de os Senadores votarem por meio de aplicativo do Senado Digital nas deliberações nominais. Esclareço que aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados, para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Item 1:

Emendas a serem escolhidas pela Comissão de Segurança Pública.

Foram apresentadas 29 emendas já no Anexo de Metas e Prioridades e cinco emendas de texto do Projeto de Lei (PLN) 5, de 2022 (PL-LDO).

Nos termos do parecer preliminar aprovado na CMO no dia 14 de junho de 2022, cada Comissão Permanente poderá apresentar até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, podendo ainda apresentar emenda de texto ao PL-LDO 2023, PLN 5, de 2022, sem limitações quanto à quantidade.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos os servidores do Senado Federal, todos que nos assistem, e bom dia para toda a segurança pública do nosso país.

Quero aqui iniciar agradecendo ao Presidente Omar Aziz, por ter me dado a honra de relatar as emendas da Comissão de Segurança Pública que serão apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2023.

Agradeço também a indicação do Senador Marcos do Val e principalmente aqui não poderia deixar de lembrar o quanto é cara para mim esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão era um sonho do Senador Major Olimpio, meu amigo, meu irmão, parceiro, que faz muita falta. Faz muita falta no país que nós enfrentamos hoje a voz do Major Olimpio.

Com todo o respeito a todos os Senadores que aqui estão, mas a coragem daquele homem é algo raro de se ver, coragem de enfrentar, de peitar, e para mim continua sendo um grande exemplo de como um Parlamentar deve atuar. Uma pessoa que, ele sim, digo, com certeza, com certeza, porque eu vi muitas e muitas vezes, ele, sim, era incorruptível. Então, para mim, fazer isso neste momento, o primeiro ano da criação da Comissão de Segurança Pública, poder relatar o direcionamento das nossas emendas do orçamento para a segurança pública, eu, que venho de um estado, como é o caso, do Mato Grosso do Sul, acompanho de perto todos os problemas que nós enfrentamos por lá no quesito de estrutura e apoio à segurança pública. É uma pasta que precisa e que merece toda a nossa atenção e o direcionamento correto dos recursos públicos.

Somos um estado – estou dizendo do Mato Grosso do Sul – grande e estamos no centro do país e no centro da América do Sul, fazendo fronteira com dois países, como é o caso da Bolívia e do Paraguai, além de divisa que fazemos com outros cinco estados brasileiros: com Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Então, nós temos saída para o Norte, para o Sul e para o Sudeste, rumo também ao Nordeste. Então, é por isso que... Vamos lá: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Essa localização privilegiada não é usada só por gente de bem, infelizmente; ela também é usada pelo crime organizado para o tráfico de armas, drogas e outros ilícitos. Por isso, nos meus critérios de escolha de emendas, sugeri ações que tiveram maior apoiamento entre os Senadores que apresentaram emendas nesta Comissão e também as que mais atendessem as necessidades do setor, que hoje são muitas, mas que de alguma forma possam ser minimamente solucionadas com os investimentos certos.

Como eu mencionei, citando o exemplo do Mato Grosso do Sul, nossas polícias e os nossos setores de segurança pública sofrem com falta de efetivo, de estrutura, de equipamentos e de apoio em geral. Tenho certeza de que essa é uma realidade que se repete em todo o nosso país.

Por isso, entre as emendas que estou sugerindo, está o desenvolvimento de políticas públicas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade.

Também com o objetivo de fortalecer a segurança em nossas rodovias e fronteiras, que é de extrema importância, acato como sugestão o aprimoramento da infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal e a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

Então, Sr. Presidente, passo agora à leitura do voto.

Relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 5, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 – PLDO 2023. De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2023, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), esta Comissão de Segurança Pública tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2023 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: grupo um, emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas; grupo dois, emendas de texto, sem limite de quantidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar, também, que o parecer preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e, no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam à competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias (classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 – RP).

Foram apresentadas a esta Comissão seis propostas de emendas de texto do PLDO 2023 e, além disso, 29 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas.

Uma água, por favor.

Passo agora à análise.

II. 1 – Propostas de emendas ao texto do PLDO 2023.

As cinco propostas de emendas de texto (as de nºs 3 e 4 são idênticas na finalidade e justificativa e contam como apenas uma proposta) podem ser entendidas como pertinentes à atuação da Comissão de Segurança Pública, embora também possam ser da competência de outras Comissões Permanentes do Senado Federal. Esse aspecto será confirmado, em etapa posterior do processo legislativo-orçamentário, assim como outros aspectos que ainda deverão ser devidamente avaliados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

II. 2 – Propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas.

Foram apresentadas, nas propostas, 13 ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Todas elas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais. Em que pese o mérito de todas propostas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas três emendas.

Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores. Assim foram verificadas as ações mais frequentes. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes ações:

– Ação 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. São as propostas nºs 20, 9, 13, 1, 6, 23, 27 e 19, de autoria dos Senadores Soraya Thronicke, Omar Aziz, Simone Tebet, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Elmano Férrer, Lasier Martins e Wellington Fagundes;

– Descrição da Ação 14T5, que diz respeito à Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). As propostas são as de nºs 21, 10,17 e 7, de autoria dos Senadores Soraya Thronicke, Omar Aziz, Simone Tebet e Nelsinho Trad.

– Ação 154T - Construção de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF. Propostas nºs 14, 25, 29 e 26, de autoria dos Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Wellington Fagundes e Lasier Martins.

Passo agora ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exposto, somos pela apresentação, por parte da Comissão de Segurança Pública, das cinco emendas de texto apresentadas – Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 6 –, assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, ficando assim elencadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– Emenda nº 1, Proposta nº 20, Ação 21BM, Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade;

– Emenda nº 2, Proposta nº 21, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron);

– Emenda nº 3, Proposta nº 25, Construção de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF.

Assim, serão acolhidas as propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas nºs 1, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27 e 29, na forma das Propostas nºs 20, 21 e 25.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Vou colocar a matéria em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovadas, as emendas da Comissão de Segurança Pública serão apresentadas ao PLDO 2023, na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve a sua aprovação. Portanto, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Alguma fala, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Não, tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nada mais, então, havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B41726B00474B70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.